XI ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA & 9ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Anais completos

27 a 29 de setembro de 2022, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas

Campinas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Encontro de Pós-Graduação em História Econômica. Conferência Internacional de História Econômica
(11. : 9. : 2022 : Campinas, SP)
Anais do XI Encontro de Pós-graduação em História Econômica & 9a Conferência Internacional de História Econômica [livro eletrônico] / organização Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica. -- 1. ed. -- São Paulo : Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2023.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-88903-01-8

1. Brasil - História - Império, 1822-1889 2. Brasil - História - República 3. História econômica 4. Pensamento econômico I. Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica. II. Título.

23-146330 CDD-981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : História 981

Aline Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

DIRETORIA DA ABPHE 2021-2023

Presidente: Bruno Aidar (UNIFAL)
Vice-Presidenta: Cláudia Alessandra Tessari (UNIFESP)

1° Secretário: Thiago Fontelas Rosado Gambi (UNIFAL)
2ª Secretária: Renata Bianconi (UNICAMP)

1° Tesoureiro: Michel Deliberali Marson (UNIFAL)
2° Tesoureiro: Julio Cesar Zorzenon Costa (UNIFESP)

CONSELHO DE REPRESENTANTES 2021-2023

Augusto Fagundes da Silva dos Santos (UEFS)
Caroline Gonçalves (UFMS)
Danilo Araujo Fernandes (UFPA)
Déborah Oliveira Martins dos Reis (UnB)
Fábio Faria de Moraes (CIASC)
Fernando Tadeu de Miranda Borges (UFMT)
Glaudionor Gomes Barbosa (UFPE)
Guilherme Grandi (USP)
Idelma Aparecida Ferreira Novais
Janaína Fernanda Battahin (UNESP)
Leila Mourão Miranda (UFPA)
Milena Fernandes Oliveira (UNICAMP)
Pérola Maria Goldfeder e Castro (Seção de Cultura e Patrimônio Histórico de Campanha/MG)
Rita de Cássia da Silva Almico (UFF)
Siméia de Nazaré Lopes (UFPA)
Talita Alves de Messias (UNISINOS)
Vitória Fernanda Schettini (UNIVERSO)
Valter Lenine Fernandes (IFSUL, UFRGS)

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Comissão Científica do Evento

Alexandre Macchione Saes (FEA-USP)
Caroline Gonçalves (UFMS)
Daniel do Val Cosentino (UFOP)
Fábio Antônio de Campos (UNICAMP)
Fábio Faria de Moraes (CIASC)
Idelma Aparecida Ferreira Novais (Prefeitura de Barra do Choça, Bahia)
Ivan Colangelo Salomão (UFPR)
José Augusto Ribas Miranda (UNIVERSIDAD AUSTRAL DE CHILE)
Leandro Malavota (IBGE)
Leila Mourão (UFPA)
Leonardo Cândido Rolim (UERN)
Leonardo Milanez de Lima Leandro (UNIVASF)
Luiz Felipe Bruzzi (UFMG)
Maurício Chalfin Coutinho (IE-UNICAMP)
Natânia Silva Ferreira (FHO/UNIARARAS)
Pablo Oller Mont Serrath (Cátedra Jaime Cortesão USP)
Paulo César Gonçalves (UNESP)
Pedro Henrique Pedreira Campos (UFRRJ)
Pérola Maria Goldfeder Borges de Castro (UFOP)
Rita de Cássia da Silva Almico (UFF)
Rogério Naques Faleiros (IE-UFES)
Valter Lenine Fernandes (IFSUL, UFRGS)

Comissão Organizadora do Evento

Docentes e pesquisadores

Alexandre Macchione Saes (FEA-USP)
Bruno Aidar Costa (UNIFAL)
Claudia Alessandra Tessari (Unifesp-Osasco)
Denis Maracci Gimenes (IE-Unicamp)
Maísa Faleiros da Cunha (NEPO-Unicamp)
Michel Deliberali Marson (UNIFAL)
Milena Fernandes de Oliveira (IE-Unicamp)
Nelson Mendes Cantarino (IE-Unicamp)
Renata Bianconi (IE-Unicamp)
Thiago Gambi (UNIFAL)

Discentes – IE/Unicamp

Alicia Condota Kuasne
Carolina Nunes Lopes
Cleiton José Carneiro Junior
Dimas Correia Silvestrim
Flávia Silva
Giovana Zanchi Caetano
Giovanna Levanteze de Burgos
Gustavo Romero
Laura Cristina de Oliveira Nascimento
Lucas Pereira Gonçalves
Mariana Staub Mafra Jacintho
Matheus Pires
Natália da Conceição Matui
Radhika Ashok Manilal Vassaram
Roberta Kelly Lima de Brito
Sara Marcelino da Silva Almeida
Sofia Romero Gomes

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Estado e industrialização no Brasil: uma breve análise a partir das relações de poder e das características estruturais da indústria consolidada

Águida Cristina Santos Almeida

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

Estado e industrialização no Brasil: uma breve análise a partir das relações de poder e das características estruturais da indústria consolidada

State and industrialization in Brazil: a brief analysis from the power relations and structural characteristics of the consolidated industry

Águida Cristina Santos Almeida[1]

Resumo

O projeto de industrialização tardia implementado no Brasil, no século XX, nas décadas que antecederam e sucederam as duas Guerras Mundiais, foi marcado por um conjunto de características estruturais que não levaram o Brasil à superação das dependências tecnológica e financeira e, consequentemente à condição histórica de subdesenvolvimento. Segundo Tavares (1998), os problemas estruturais que marcaram o processo de industrialização brasileiro criaram um desequilíbrio nas seguintes razões: lucros/salários, produtividade/salários, potencial de acumulação/taxa de investimento, capacidade instalada/crescimento da demanda, numa situação onde os numeradores cresciam mais rápido que os denominadores, resultando num conjunto de desequilíbrios, por exemplo: como abortamento precoce dos ciclos de crescimento, tendência à concentração da renda e da riqueza, posturas rentistas e patrimonialistas de acumulação por parte das classes dominantes. Além disso, as fragilidades estruturais na consolidação do projeto de industrialização encontram boa parte de suas explicações no tipo de 'pacto conservador' estabelecido entre o Estado e os grupos dominantes, que segundo Fiori e

[1] Professora da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG no estado da Paraíba. Doutora em economia, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Tavares, manteve o latifúndio como traço social marcante e o caráter autoritário, antissocial, antirreformista sobre o povo, inviabilizando a construção de qualquer pacto social. Ao mesmo tempo, sem a efetivação das reformas estruturais necessárias, o Estado brasileiro operou constrangido fiscal e financeiramente, forçando as alianças com o capital estrangeiro, com vistas ao avanço do processo de industrialização, obstruindo graus maiores de soberania nacional no sistema-mundo. Depreende-se que muitas das características estruturais que conformaram o Brasil quando da formação socioeconômica, foram preservadas ao longo de toda a sua história, apesar das profundas transformações ocorridas ao longo do tempo.

Palavras-chave: *industrialização tardia, poder manufatureiro, pacto conservador de poder, características estruturais, relações estruturais de poder.*

JEL:

Abstract

The late industrialization project implemented in Brazil, in the 20th century, in the decades that preceded and followed the two World Wars, was marked by a set of structural characteristics that did not lead Brazil to overcome its technological and financial dependencies and, consequently, to the historical condition of underdevelopment. According to Tavares (1998), the structural problems that marked the Brazilian industrialization process created an imbalance for the following reasons: profits/wages, productivity/wages, accumulation potential/investment rate, installed capacity/demand growth, in a situation where numerators grew faster than the denominators, resulting in a set of imbalances, for example, such as the early abortion of growth cycles, a tendency to concentrate income and wealth, rentier and patrimonial postures of accumulation on the part of the ruling classes. Furthermore, the structural weaknesses in the consolidation of the industrialization project find a good part of their explanation in the type of 'conservative pact' established between the State and the dominant groups, which, according to Fiori and Tavares, maintained the large estate as a

striking social trait and the authoritarian, anti-social, anti-reformist over the people, making the construction of any social pact unfeasible. At the same time, without carrying out the necessary structural reforms, the Brazilian State operated fiscally and financially, forcing alliances with foreign capital, with a view to advancing the industrialization process, obstructing greater degrees of national sovereignty in the world-system. It appears that many of the structural characteristics that shaped Brazil during its socioeconomic formation were preserved throughout its history, despite the profound changes that have taken place over time.

Keywords: *late industrialization; manufacturing power; conservative power pact; structural feature; structural relations of power.*

***

Introdução

O presente trabalho retoma os elementos principais da análise de List (1988) considerado o 'pai' do argumento da indústria infante. Para List os conceitos de nação, poder estatal e potencial manufatureiro são centrais. Isto porque, seu objeto de estudo é a nação e ele destaca a importância desta escolha, pelo fato das diversas nações existentes no sistema-mundo se encontrarem em graus assimétricos de desenvolvimento, numa situação onde as mais desenvolvidas tendem a bloquear o desenvolvimento das nações mais atrasadas, para não correrem o risco de estas últimas alcançá-las. Desta maneira, List afirma que a defesa do livre comércio entre as nações não faz sentido numa situação como a descrita antes. Somente numa situação onde a humanidade inteira integrasse uma única confederação é que a defesa do livre comércio seria factível.

Assim, List defende que uma nação qualquer (desde que dotada de um mínimo da capacidade necessária para tanto) só conseguiria erguer seu próprio sistema manufatureiro, a fim de alcançar soberania econômica e política, se constituísse um sistema de forças produtivas. Dessa forma, o poder do Estado à construção de uma unidade nacional e o uso do protecionismo (seletivo e temporário), são fundamentais à formação deste sistema autóctone, para o qual a capacidade mental do trabalho é a mais importante, de forma que o gasto para educar a população deveria ser o maior possível.

Para tanto, de forma ainda preliminar, se retomará os aspectos mais importantes do pacto político que deu sustentação à industrialização, buscando identificar explicações para o frustrante resultado final, de ter se construído uma indústria altamente concentrada regional e setorialmente, sem autosustentação tecnológica e financeira, sem competitividade internacional, de modo que quando foi retirada a proteção de que gozava entrou num acelerado processo de reprimarização e perda relativa e gradativa da indústria de transformação no PIB.

Considerando os efeitos das alianças de poder que sustentaram o projeto desenvolvimentista brasileiro, o trabalho procederá uma análise das características estruturais mais importantes da indústria erguida, com base em trabalhos de Tavares (1998, 1998a), dado o fato de sua abordagem centrar-se nos aspectos endógenos do processo de industrialização, empregando-se de uma perspectiva histórico-estrutural. Conforme será discutido ao longo do trabalho, segundo Fiori e Tavares, consolidou-se no Brasil um 'pacto conservador', que ao inviabilizar qualquer estratégia nacionalista, não possibilitou ao Estado os elementos necessários para encampar o processo de industrialização, o qual buscou sanar as insuficiências ensejadas associando-se com o capital estrangeiro. Mas, a forma como o capital estrangeiro se instalou e sua predominância nos setores mais dinâmicos da estrutura industrial, tornou-lhe o elemento determinante da atividade econômica do país, embora em termos do montante investido e de sua participação na produção industrial total não serem majoritárias.

Além do mais, as alianças de poder que viabilizaram o desenvolvimentismo brasileiro, guardando fortes traços políticos e sociais com o Brasil colonial e republicano, ao manterem excluídas qualquer aliança com o povo, além da permanência do latifúndio, inviabilizaram um projeto de caráter nacionalista. Assim, dada a importância do capital estrangeiro ao funcionamento da indústria e à dinâmica da atividade econômica do país, este passou a gozar de importante poder de barganha junto ao Estado brasileiro. Desse modo, pode-se afirmar que o Estado brasileiro, só dispôs (e dispõe) de soberania diante do povo, contendo de forma fortemente autoritária e repressora qualquer tipo de manifestação popular.

List: o argumento da indústria nascente, a importância da unidade nacional, da nação e do poder político

Em sua obra mais famosa, Sistema Nacional de Economia Política, publicada originalmente em 1855 em alemão, List defendeu ideias que na visão de Fiori (1999) tornaram-lhe um "herege" em seu tempo. Pois, quando List publicou sua obra em 1855,

predominava a ideologia do 'liberalismo econômico', de caráter cosmopolita e apolítico e por isto constituída por um arcabouço teórico que não levava em consideração a disputa interestatal, a desigualdade nos níveis de poder e riqueza entre os Estados, e as consequências disto nos desígnios das 'nações' em estágios primitivos de desenvolvimento econômico. O resultado disto foi a conclusão de que a prática do livre comércio era o meio através do qual todas e quaisquer nações poderiam alcançar um elevado grau de desenvolvimento.

O objeto de estudo de List é a nação e seu objetivo é indicar que meios uma nação pode/deve dispor para alcançar autonomia política, pujança econômica e bem-estar social dos seus indivíduos. Toda a reflexão está subordinada ao conceito de nação, nacionalidade e poder do Estado e neste sentido ele critica fortemente a escola inglesa, ao afirmar seu caráter cosmopolita, e adverte para as consequências nefastas desta abordagem.

Para que uma dada nação alcançasse autonomia econômica, era necessário construir um sistema de forças produtivas e desenvolver o potencial manufatureiro. Em sua concepção a força produtiva é muito mais importante que a própria riqueza, tendo em vista que ela cria o meio de produzir e multiplicar a riqueza: *"A força produtiva da riqueza é infinitamente mais importante que a própria riqueza; pois esta força não somente assegura a posse e o aumento do que se ganhou, mas também a substituição daquilo que se perdeu"* (1988, p. 97), e Smith ao construir uma teoria para explicar os valores de troca, ao invés de uma teoria das forças de produção, terminou ignorando esta diferença fundamental.

Para List, um resultado equivocado da teoria de Smith foi concentrar a importância no trabalho físico como causa da riqueza, quando na verdade o potencial maior está na capacidade mental do trabalho. Além do mais, List credita um caráter cumulativo ao trabalho, no sentido de que cada geração deve procurar ampliar o legado de conhecimentos deixado pelas gerações passadas, e a cada geração seguinte cabe a mesma tarefa. Segundo ele, se o trabalho físico fosse a principal fonte na criação de força

produtiva, as gerações passadas deviam viver muito melhor do as gerações da era moderna, tendo em vista que naquelas se empregavam muito mais 'braços' e o trabalho era muito mais pesado.

Outro aspecto do trabalho que é atacado por List, trata-se da divisão do trabalho. Segundo ele, Smith enfatizou o aspecto individualista da divisão do trabalho, esquecendo do elemento fundamental que é a cooperação necessária à execução de um trabalho dividido entre muitos trabalhadores ao mesmo tempo. Neste sentido List defende a urgência da abolição da escravidão como elemento necessário à constituição de um sistema de forças de produção, e aí tem-se o caso brasileiro como a contraposição desta recomendação, dado que protelou o quanto pôde a manutenção do escravismo.

> *Uma nação que só possui agricultura é um indivíduo que em sua produção material trabalha com um braço só*. O comércio constitui apenas o meio de troca entre a produção agrícola e a produção manufatureira, e entre diversos setores destas. **Uma nação que troca produtos agrícolas por artigos manufaturados estrangeiros é um indivíduo com um braço só, sustentado por um braço estrangeiro**. Esse apoio pode ser-lhe útil, mas não tanto como se possuísse ele mesmo dois braços - isso porque sua atividade depende da vontade do estrangeiro. De posse de sua própria força manufatureira, a nação pode produzir tantos gêneros e matérias-primas quanto os manufatores do país podem consumir; ao passo que, se depender de manufatores estrangeiros, a nação só pode produzir medida de excedente de produtos que as nações estrangeiras não fazem questão de produzir para seu próprio consumo, e que portanto são obrigadas a comprar de outro país (1988, p. 113 - itálico do autor e negrito nosso).

Um ponto especial que diferencia uma economia puramente agrícola de uma economia manufatureira é o papel das invenções e descobertas e a importância e dinâmica que elas assumem na economia, em contrapartida com sua paralisia numa economia agrícola. List inclusive hierarquiza em grau de importância econômica os indivíduos numa sociedade manufatureira, entre aqueles que detêm a capacidade inventiva e a criatividade, seguidos dos que possuem algum tipo de habilidade profissional e por último, os que detêm apenas capacidade física. Por seu turno, ressalta como esta hierarquia sofre uma completa inversão quando se trata de uma economia agrícola.

Na construção do sistema de forças produtivas e do potencial manufatureiro são imprescindíveis a unidade nacional e o poder político, cristalizados na atuação do Estado.

Neste ponto, List mais uma vez choca-se frontalmente com Smith, ao afirmar que os interesses privados jamais podem ser confundidos com o interesse nacional. Então, o Estado é obrigado a intervir sempre que atos e atividades, mesmo cumprindo os requisitos de legalidade, sejam contrários aos interesses da nação, que de acordo com List deve ser o de buscar acumular (sempre dinamicamente) a maior quantidade possível de forças produtivas, com vistas a conquistar a prosperidade e a autonomia política, e o bem-estar social da coletividade. A visão da escola clássica de que a riqueza da nação é dada pela soma da riqueza individual dos indivíduos consiste num sofisma e resulta da confusão entre a teoria dos valores de troca e a teoria das forças produtivas.

Outro argumento empregado por List contra o ataque à intervenção do Estado feito pela escola clássica, consta do fato de que se o poder político de uma nação qualquer não impuser regulamentos e restrições em torno de um interesse nacional, esta nação jamais gozará de plena liberdade, pois estará sujeita aos regulamentos e restrições estrangeiros, ou seja, de outras nações; e isto sim constitui uma ameaça à liberdade da nação: *"é óbvio que a legislação estrangeira impõe normas ao nosso capital e às nossas forças produtivas pessoais, normas que dificilmente teríamos aceito, uma vez que esses regulamentos vieram de fora (1988, p. 118).* Contudo, *"enquanto outras nações continuarem a subordinar os interesses da humanidade como um todo aos seus interesses nacionais, é loucura falar de livre concorrência entre os indivíduos de nações diferentes"* (1988, p. 120).

A história industrial das nações demonstra que uma nação qualquer depende, em larga medida, da intervenção do poder do Estado à construção de um potencial manufatureiro desenvolvido. Nas nações que possuem as condições latentes para consolidar sua própria manufatura, o uso do protecionismo e das restrições comerciais constituem-se num instrumento benéfico. Numa situação como esta o livre comércio constitui é maléfico, já que a concorrência com manufaturas em elevado estágio de desenvolvimento das nações mais adiantadas estabelece fortes impedimentos no aproveitamento das condições que são suscetíveis ao desenvolvimento nacional de nações

mais atrasadas. Todavia, List deixa muito claro que a proteção deve ser seletiva e só deve ser empregada enquanto a indústria nascente não gozar de competitividade suficiente para concorrer externamente.

Segundo List havia nações com maiores condições de alcançar êxito no projeto de autodeterminação política e econômica. Estas condições diziam respeito à existência de abundantes territórios, recursos naturais, população e posição geográfica estratégica, que facilitasse a proteção do território em caso de guerra. Chama a atenção na descrição de List ao se notar que o Brasil é dotado de todas as características potenciais necessárias a galgar uma posição mais soberana no sistema-mundo.

O Estado brasileiro, a estrutura de poder e a industrialização

A análise da atuação do Estado no processo de industrialização brasileiro, normalmente possui um caráter 'economicista', enfocando os aspectos mais técnicos, como a gestão da política econômica, a institucionalidade que foi sendo implantada e o desempenho dos agregados macroeconômicos. Até mesmo as abordagens que adotam a linha histórico-estrutural e enfoca nos aspectos endógenos do processo de industrialização, não priorizam o aspecto político envolvido na trajetória da consolidação da indústria, cristalizada no pacto entre as elites e o Estado brasileiro. Fiori (1994; 2001) denomina o referido pacto político como 'pacto conservador[2]' e Tavares chama-o de 'pacto de dominação interna' (1999).

A hipótese que norteia o presente trabalho é que o pacto político efetuado entre as elites e o Estado e reafirmado em todos os momentos de convulsão social pelos quais o país atravessou, é fundamental à compreensão do resultado alcançado pela industrialização do país. Conforme já mencionado antes, a industrialização não culminou

[2] Conjunto de regras ou convenções não escritas (cujas raízes remontam, em alguns casos, até o nosso passado colonial escravista), sustentadas numa correlação inalterada de forças, que permaneceram estáveis e foram rigorosamente obedecidas, durante a era desenvolvimentista, nas relações entre os principais atores sociais e políticos e blocos econômicos, nacionais e internacionais (1994, p. 126).

na superação do subdesenvolvimento, de maneira que a restrição externa (MEDEIROS e SERRANO, 2001), a heterogeneidade estrutural e a gritante concentração da renda e da riqueza permanecem como características centrais do modelo brasileiro. Sendo assim, o presente trabalho privilegiou a análise e a reflexão da atuação do Estado enquanto ator político e nas alianças que estabeleceu com as elites nacionais e cosmopolitas e suas repercussões nos desígnios da 'nação brasileira'.

Fiori (1994) se propõe a fazer uma releitura da crise do Estado brasileiro *"sob a ótica das relações de poder em que sustentou sua estratégia desenvolvimentista de industrialização"* (p. 126). Desta forma, ao escolher como eixo as relações de poder, Fiori expõe as relações e alianças políticas que deram sustentação ao processo de industrialização brasileiro. Nota-se que o tipo de pacto interno que foi estabelecido, não dotou o Estado de capacidades fiscal e financeira suficientes, perante todas as responsabilidades que assumiu na consecução do projeto de industrialização e, isso resultou num exacerbado grau de internacionalização do investimento.

> Nessa direção exploramos a tese de que, apesar de autoritário, ele (o Estado) foi fraco frente aos interesses privados devido ao alto grau de internacionalização das decisões de investimento da economia, e devido ao tipo de pacto político interno que o fragilizou no plano fiscal obrigando-o a submeter seu projeto a um padrão de financiamento que se tornou insustentável depois dos anos 70. Fatores que explicam, igualmente, sua rigidez protecionista e o caráter socialmente excludente da economia e da sociedade que contribuiu para forjar desde os anos 30 (FIORI, 1994, p. 126).

É inegável a atuação do Estado brasileiro como ator central na acumulação capitalista do país e no amplo e extenso processo de mudanças sociais e econômicas pelas quais o país transitou. Contudo, a marca característica da política do Brasil é a de que se atingiu transformações de grande monta, sob *"regras e relações de poder que se mantiveram intocáveis a despeito das profundas mudanças"* (FIORI, 1994, p. 127). Aliás, esta característica das relações de poder no Brasil em sua dificuldade de romper com o passado autoritário é denotada, ao promover reformas que sempre aglutinam os diversos interesses dos diversos grupos (regionais ou setoriais) que de alguma maneira disputam

o poder e a riqueza, e é marcante também na visão de outros pensadores brasileiros, a exemplo de Sodré e Furtado.

Desta maneira, embora não seja possível negar as amplas transformações sociais, econômicas, políticas, institucionais e culturais pelas quais o Brasil passou, ao longo da fase desenvolvimentista, Fiori (2001) afirma que não perceber que certos fenômenos se mantiveram ou recorrentemente reapareceram ao longo do tempo, se constituiria numa cegueira analítica:

> Como, por exemplo, pelo lado econômico, a questão da estrutura fundiária, tanto quanto as crises fiscais e cambiais, acrescidas das dificuldades crônicas de natureza financeira, assim como, pelo lado sociológico, as várias formas de manifestação do autoritarismo imperante nas relações sociais de produção, e, finalmente, pelo lado político, a permanente tensão entre os poderes locais e as centralizações autoritárias e entre o populismo civil e o intervencionismo militar (FIORI, 1994, p. 2001).

A mescla de transformações e permanências deu à industrialização brasileira um caráter distinto daquele visto nas experiências asiáticas do pós 2ª Guerra Mundial, numa situação onde a geopolítica em volta, também era bastante diversa, tendo em vista que o Brasil não integrou o seleto grupo daqueles países elegidos pelos Estados Unidos, depois da 2ª Guerra Mundial, para o que se convencionou chamar de 'desenvolvimento a convite' (MEDEIROS e SERRANO, 1999).

A fim de compreender como se estruturou o arranjo político que deu sustentação ao projeto desenvolvimentista brasileiro, Fiori (1994) compartimenta a análise em torno de cinco temas: *"o das relações político-econômicas do Estado com os capitais privados e com os assalariados; o das relações de poder do Estado com as oligarquias regionais e com as "cidadanias urbanas"; e finalmente, o da forma em que o Estado articulou-se com os esforços privado e público"* (p. 127).

Na relação do Estado com o capital privado emerge como traço marcante a rigidez da estrutura fundiária, mantendo a concentração fundiária em níveis absurdos e vetando, até o presente, qualquer possibilidade de implementar uma reforma agrária.

Assim, vê-se que o pacto político que viabilizou a industrialização se manteve submetido aos interesses do núcleo agroexportador. Sendo este um dos inúmeros fatores que suscitou um amplo debate no Brasil que questiona se houve 'de fato' uma revolução burguesa.

Para Fiori (2001), o pacto político para viabilizar a industrialização começa a ser desenhado na década de 1920 e vai moldando-se ao longo do processo de industrialização, para acomodar os capitais estrangeiros, ao mesmo tempo, em que preservava os interesses e as massas de lucros dos capitais nacionais. A postura antiestatal e a heterogeneidade de interesses empresariais, segundo Fiori (1994), impediram tentativas de realizar uma centralização financeira mais ativa pelo Estado.

Por outro lado, recaiu sobre o Estado o financiamento dos investimentos imprescindíveis à industrialização, diante de um capital nacional frágil e um sistema financeiro privado atrofiado. Daí compreende-se as recorrentes crises fiscais e financeiras e o apelo à inflação e ao endividamento interno e externo, a fim de manter o financiamento da industrialização e a dinâmica econômica do país. Ou seja, o Estado assumiu responsabilidades e obrigações num montante muito maior que as condições materiais que lhe foram propiciadas pelas reformas institucionais resultantes das alianças de poder dadas (FIORI, 1994).

Pode-se perceber uma característica relevante no arranjo político do Brasil consistiu da incapacidade de o Estado exercer seu poder de arbitragem com a autonomia necessária, visto que os diversos blocos de interesse regional e setorial conseguiram se apropriar dos centros de decisão estatal, devido a sua contribuição financeira ou eleitoral à reprodução da estrutura de poder, estando a adequação dos interesses destes diferentes grupos reconhecidos no pacto tal como foi originado.

Com isto, o arranjo político mantendo características sociais e econômicas do passado, de modo a compatibilizá-las com o processo de industrialização, por meio de um Estado que de um lado, assumiu muitas das atribuições à efetivação da industrialização, mas, por outro lado, ao ser coagido a atender os interesses múltiplos de grupos distintos, não foi capaz de formar as condições materiais e institucionais que lhe

dotassem dos recursos na medida necessária a dar conta da atribuição que assumiu. E neste contexto, a inflação surgiu como um fenômeno com forte elemento político *"na medida em que foi peça essencial na compatibilização dos vários interesses confederados"* (FIORI, 1994, p. 130).

No tocante à relação entre o Estado e o trabalho, pode-se afirmar que o mercado de trabalho constituiu sempre num espaço de intervenção e regulação por parte do Estado. Como se sabe a escravidão foi abolida no Brasil às vésperas da chegada do século XX, em 1888. Não obstante, quatro décadas antes da abolição, o Estado havia aprovado a lei do Ventre Livre e a leis dos Sexagenários e coordenou e financiou a vinda de imigrantes europeus para servirem como trabalhadores assalariados, de maneira que Sodré destaca (1990, p. 66), *"... isso mostra como não ocorreu aqui a passagem do trabalho escravo ao trabalho livre mas a substituição daquele por este"*, de modo que em 1930, de forma quase absoluta, a força de trabalho assalariada no Brasil era formada por imigrantes brancos (SODRÉ, 1967).

A longevidade do escravismo, *"a forma policial com a qual os governos da Velha República (1889-1930) enfrentaram a questão trabalhista"* (FIORI, 1994, p. 131), o modo como se instituiu o mercado de trabalho brasileiro, com o retardo na aprovação de uma legislação trabalhista, que só veio a existir durante o Estado Novo (1937-45), são demonstrações de que a relação do Estado e dos capitais privados com a força de trabalho foi permeada, ora pela repressão, ora com várias formas de 'cooptação populista'.

Então muito antes de qualquer projeto de industrialização ser iniciado, o Estado centralizou as decisões concernentes aos desígnios da força de trabalho, numa posição em que privilegiava de modo totalmente assimétrico os interesses das classes dirigentes e na fase capitalista, os interesses do capital. Como as ações do Estado terminaram por 'estatizar' os conflitos distributivos, a atividade sindical nunca se desenvolveu de fato, sendo restringida e constrangida, traduzindo-se numa estratégia de industrialização para a qual se manteve ao longo de todo o período salários baixos, o que inviabilizou inclusive que a indústria de bens de consumo durável tivesse demanda minimamente suficiente ao

grau de capacidade instalada na segunda metade da década de 1950, com o Plano de Metas de JK.

Dada a correlação presente na relação capital-Estado-trabalho e o modo como o processo de urbanização pode ou não resultar em conquista e abrangência de cidadania, Fiori (1994) chama atenção para o fato de no Brasil ter se consolidado uma gigantesca contradição entre o exercício da cidadania política e o da cidadania social. As reformas políticas pelas quais o país passou foram ampliando o número de cidadãos com direito a voto nas eleições (a Constituição de 1946 é um exemplo), mas, por outro lado, o exercício da cidadania social sempre esteve restrito a um contingente extremamente limitado da população brasileira.

O processo de urbanização cresceu exponencialmente a partir de 1950 e com este a migração de populações de áreas atrasadas e estagnadas do país. Porém, uma parte significativa destes imigrantes passou a constituir-se numa população totalmente excluída e marginalizada do mercado de trabalho, denominada por Fiori (1994) de 'bolsões de marginalidade', com a possibilidade de encontrar ocupação apenas nas fases de aceleração do crescimento econômico.

Desta maneira, criou-se uma situação em que um contingente não desprezível da população urbana não dispunha das condições minimamente necessárias à sua subsistência e reprodução em nível que lhes pudesse ser imputado o atributo de 'cidadão brasileiro', ao mesmo tempo em que dispunha de cidadania política. Como resultado disso, a sustentabilidade de um regime político democrático tornou-se extremamente truncado e a história política do Brasil no século XX é uma prova disto. Deste modo, o recurso ao autoritarismo, à cooptação ou ao populismo passaram a figurar como as 'válvulas de escape' à condução política do país (FIORI, 1994).

A demora para abolir a escravidão, apesar da pressão política externa exercida pela Inglaterra dá um exemplo do poder que gozava as oligarquias locais. O tamanho relativo do poder político de cada grupo dependia de seu poder econômico. Esta situação,

apesar de forma diferente, se manteve com a instauração do Estado Novo em Vargas e o fato de a estrutura fundiária não ter sofrido alteração é uma ilustração patente disto.

> Neste sentido, o Estado desenvolvimentista nasceu contra o condomínio oligárquico e a favor de uma centralização do poder considerada indispensável para a unificação e organização da sociedade e da economia brasileiras. Como, entretanto, jamais tivesse tido poder, condições, ou mesmo disposição de alterar as relações de propriedade da terra, a proposta centralizante do Estado desenvolvimentista acabou sendo atenuada, corroída ou mesmo pervertida por uma relação de permanente tensão — e cooptação — entre a vontade central e o poder político dos inúmeros e heterogêneos interesses regionais (FIORI, 1994, p. 133).

Assim, é possível notar que a heterogeneidade estrutural fortemente presente social e economicamente, estende-se à esfera político-eleitoral, onde as áreas modernas e as atrasadas garantem representatividade política em "pé de igualdade", tornando o Estado central dependente de grupos locais para exercer o poder. Deste modo, o Estado conduziu a política do país guiado pelo projeto industrializante, além de um conjunto de outras demandas relacionadas com os interesses de grupos locais. Conforme Fiori (1994, p. 133), *"sucessivas modificações do sistema eleitoral de representação proporcional fizeram com que as zonas de maior "atraso" político do país estivessem permanentemente sobre representadas no Congresso Nacional [...] (levando) a neutralização do peso do voto "moderno"'*.

O que se denota com clareza é que a formação do mundo privado no Brasil, segundo Fiori (2001), consolidado entre 1850 e 1888, por meio da regularização da posse da terra e dos escravos, ocorreu sem a necessidade de qualquer apoio popular, num completo distanciamento dos proprietários e do Estado imperial com o povo. Desse modo, *"a atrofia do mundo privado e da nação acabou facilitando, sempre que necessário, a apropriação patrimonial do Estado pelos proprietários da terra e de todo tipo de riqueza patrimonial"* (FIORI, 2001, p. 280).

E somado a isto, na geopolítica internacional, o Brasil não se encontrou numa situação competitiva com qualquer Estado-nação, encaixando-se de modo passivo na divisão internacional do trabalho como economia agro-manufatureira, e por isto não

necessitou de uma ideologia fundada em torno de qualquer tipo de "solidariedade nacional". *"Como consequência, no Brasil do século XIX, a equação Estado = nação = povo foi convertida na fórmula Estado = proprietários = unidade territorial, consolidando-se como verdadeira matriz histórico-estrutural do País"* (FIORI, 2001, p. 280). Assim, a nação, no caso do Brasil, restringiu-se basicamente à unidade territorial.

Outro exemplo do caráter excludente do modelo brasileiro, emergiu quando da necessidade de pôr em funcionamento a capacidade instalada da indústria de bens duráveis, depois da implantação do Plano de Metas. A necessidade de gerar demanda para esta indústria forçou o Estado brasileiro a dotar um maior contingente populacional de poder de compra e em consequência disto, de gozar de direitos como cidadãos brasileiros, integrantes de uma nova classe média. Vê-se neste momento um dos poucos em que se ampliou o número dos indivíduos considerados como parte da "nação brasileira", cabendo-lhes assim algum espaço no pacto conservador.

Contudo, o que pareceu um avanço, possuiu um caráter extremamente perverso, dado que tal reconhecimento surgiu de uma necessidade estrutural, tendo em vista que o Plano de Metas, talvez não tenha levado em conta que se a indústria de bens duráveis que estava sendo implementada e não visava à exportação (a fim de, por exemplo, gerar divisas ao país), a demanda para os bens deste setor teria que vir do mercado interno. Porém, a opção de criar a demanda necessária à retomada do crescimento e à viabilização da capacidade instalada piorou ainda mais a concentração da renda, já que a criação de uma classe média foi feita à custa de uma política salarial que continuou prejudicando grande parte da população, isto é, à custa da permanência da exclusão e penalização de parcela importante dos brasileiros. Assim, o endividamento, no infante mercado financeiro nacional consolidado, emergiu como eixo central na viabilização do consumo de bens duráveis, restrito à classe média e as classes que integravam as frações dominantes (FURTADO, 1978).

De acordo com Tavares (1999) a principal celeuma do Brasil constituiu-se no pacto de dominação interna como se consolidou, o qual simplesmente não foi capaz de

comportar o povo e fazer sequer as reformas que a burguesia em tantos países conseguiu fazer, tais como: a reforma agrária e a educacional. No Brasil, *"as elites seguem uma estratégia patrimonialista e rentista de acumulação*[3]*, lançando-se numa fuga para a frente das normas e das leis, toda vez que o precário pacto federativo construído põe em risco suas estratégias de dominação"* (TAVARES, 1999, p. 455).

> Os fatos relevantes para a história social e política do país parecem ter sido sempre, desde o séc. XIX, a apropriação privada do território, as migrações rurais e rural-urbanas compulsórias da população, em busca de terra e trabalho, além da centralização e descentralização do próprio domínio do Estado, ora férreo, ora frouxo, sobre um "pacto federativo" que se revelou sempre precário desde a nossa constituição como país independente. Ordem e Progresso sempre significaram domínio sobre a terra e as classes subordinadas e acumulação "familiar" de capital e de riqueza, qualquer que fosse a inspiração, positivista ou liberal, das elites no poder. Nunca se conseguiu constituir, por isso, nenhuma espécie de consenso amplo da "sociedade civil" sobre como governar em forma democrática o nosso país (TAVARES, 1999, p. 455 - aspas da autora).

Constitui-se como parte das formas de acumulação, a expulsão de populações rurais e urbanas, sempre que a necessidade de acumulação e dominação exige a extensão da fronteira territorial, em busca de oportunidades lucrativas. Soma-se à expulsão de populações, a exploração de recursos naturais, de forma extremamente predatória, como instrumento de acumulação. Ou seja, o pacto de dominação interna mantém o caráter antissocial, antirreformista e autoritário das elites brasileiras, desde o período colonial, perpetuado ao longo da história seguinte e é por isto que a industrialização não foi capaz de culminar na superação do subdesenvolvimento. Tavares (1999, p. 453) compartilha desta mesma visão ao dizer, *"as nossas reformas burguesas sempre tiveram como limites dois medos seculares das nossas elites ilustradas: o medo do Império e o medo do Povo"*.

[3] Sobre este assunto ver BELLUZZO e ALMEIDA (2002). Eles mostram como esta postura patrimonialista e rentista de acumulação foi levada até as últimas consequências depois do ajustamento patrimonial do início da década de 1980, se estendendo ao longo da década de 1980 e começo da década de 1990.

Características estruturais da indústria brasileira como produto do 'pacto de dominação interna'

A reflexão da caracterização estrutural da indústria brasileira será feita com base nos escritos de Tavares (1998,1998a, 1982), dado o fato de sua análise privilegiar os aspectos endógenos do processo de acumulação urbano-industrial brasileiro em perspectiva histórico-dinâmica. Para Tavares (1998) o subdesenvolvimento constitui um processo com peculiaridades históricas e teóricas, de maneira que as interpretações baseadas em tipologias do tipo substituição de importações, dependência, neocolonialismo não são suficientes para esclarecê-lo satisfatoriamente.

> Nossa hipótese central de análise continua sendo a de que os fluxos de comércio e de capital estrangeiro não determinam exogenamente a dinâmica da acumulação, apenas se articulam com ela e **modificam-na a partir de dentro**, acentuando as mudanças internas em curso na estrutura produtiva e no padrão histórico de acumulação [...] (a análise) privilegia, pois os aspectos **internos** do movimento de acumulação de capital, pondo ênfase no andamento cíclico característico de estruturas industriais que incorporam empresas nacionais, públicas e estrangeiras com poder desigual de acumulação (TAVARES, 1998, p. 132 e 130 - negrito da autora).

Mas, embora as estruturas periféricas sofram de dependência frente às centrais, gozam de dinâmica interna própria. Em função disso, a forma como moldam sua dinâmica interna leva a diferentes resultados nas relações de dependência, com repercussões que podem ser mais ou menos favoráveis em seus processos de acumulação de capital. Neste sentido, é possível retomar as ideias de List, no tocante à necessidade da ação de um Estado que consiga aglutinar os diversos interesses e conflitos individuais em torno de uma unidade nacional (TAVARES, 1998; FURTADO, 2000).

Considerando o eixo no qual a discussão vem se desenrolando, seguem as observações imprescindíveis à compreensão do modo como a industrialização brasileira surgiu e evoluiu. A indústria brasileira emergiu de dentro do complexo cafeeiro, de forma articulada com ele. Como havia uma demanda por alimentos e bens manufaturados, o capital que não encontrou aplicação no complexo cafeeiro foi canalizado para atendê-la,

tendo na aceleração da urbanização um efeito potencializador ao estímulo do investimento industrial.

Assim a indústria no Brasil surgiu da dinâmica de uma atividade que lhe é exterior, dado que o complexo agroexportador forneceu a mão-de-obra, os recursos financeiros, a capacidade para importar e a própria demanda para a produção resultante. Vê-se com isto, que o café forneceu à indústria os elementos constantes do lado da oferta bem como da demanda. Contudo, o arranjo como foi criado forneceu apenas as condições para a formação da indústria de bens de consumo leve e, mais tarde, a de bens de produção leve. *"Quer dizer, exclui-se de partida na divisão interna do trabalho, o núcleo fundamental da indústria pesada de bens de produção* (TAVARES, 1998, p. 125).

Mas, tendo a indústria emergido da dinâmica de funcionamento do complexo cafeeiro, também passou a complementá-lo: 1) ao garantir o custo de reprodução da mão-de-obra do complexo cafeeiro, atenuando os efeitos cíclicos provocados pelas oscilações no preço internacional do café e suas repercussões para o comércio exterior; 2) ao manter sua taxa de acumulação global quando esta começa a cair devido aos efeitos cíclicos mencionados anteriormente.

> Assim se estabelece uma interdependência entre café e indústria, dentro de um padrão de reprodução do capital que corresponde a uma dinâmica intersetorial distinta dos esquemas clássicos de reprodução de dois departamentos, uma vez que tanto as condições de realização dos lucros como as de ampliação real da capacidade produtiva passam por dois mercados "externos": um, à própria indústria, o outro em relação à economia nacional (TAVARES, 1998, p. 126).

Dessa maneira, a dependência estrutural entre o complexo cafeeiro e a atividade industrial, criou fortes barreiras ao desenvolvimento e endogenização do modo capitalista de produção no Brasil. Gerou-se com isso um paradoxo, dado que, ao mesmo tempo em que a dinâmica da atividade cafeeira deu origem à indústria, impediu que a mesma se consolidasse e pudesse evoluir para a implantação dos demais setores produtivos.

E esta limitação estrutural foi mais que reforçada pelo pacto conservador, que manteve intacta a estrutura agrária e não promoveu uma reforma educacional e demais

reformas institucionais fundamentais à eclosão e maturação de uma revolução burguesa, semelhante as que ocorreram em capitalismos tardios de países asiáticos, por exemplo, bem como nos Estados Unidos. Com isso, conforme discutido na seção anterior, o Estado brasileiro assumiu o papel de protagonista da industrialização, tomando para si uma série de responsabilidades, ao mesmo tempo em que permaneceu limitado no exercício do poder, ao manter-se limitado por um pacto conservador, com características que remontam à formação econômica do Brasil.

Pode-se observar que a existência de um setor industrial ocorreu bem antes de 1930 e se deu em virtude do apogeu do café e como um prolongamento deste setor. Todavia, *"a formação de forças produtivas especificamente capitalistas"* (TAVARES, 1998, p. 128) suficientes para gerar a dominância do capital industrial no processo de acumulação do país, só ocorreu depois de 1950. Para tanto, a forte participação do Estado e do capital estrangeiro foram fundamentais.

Contudo, o padrão de acumulação sofreu forte ruptura já no início da década de 1930, desvinculando-se da acumulação cafeeira e transmutando seu eixo ao interesse urbano-industrial. O período da industrialização que decorreu de 1933 a 1955, foi denominado por Tavares de INDUSTRIALIZAÇÃO RESTRINGIDA, destacando-se dois fatos inéditos na dinâmica econômica do país: 1) O que Furtado (2005) convencionou chamar de deslocamento do centro dinâmico, por meio do qual o movimento da acumulação de capital passou a ser ditado pela lógica urbano-industrial; 2) esta acumulação urbano-industrial não foi suficiente para dar origem à grande indústria de base, *"necessária ao crescimento da capacidade produtiva adiante da própria demanda. Assim, a estrutura técnica e financeira do capital continua dando os limites endógenos de sua própria reprodução ampliada, dificultando a "autodeterminação" do processo de desenvolvimento"* (TAVARES, 1998, p. 131).

Neste período ocorreu o desenvolvimento mais que proporcional do setor de bens de produção para atender a esta indústria de bens de consumo leve, mas ele ainda não é o dominante no processo de acumulação industrial, dada sua capacidade produtiva

não atender plenamente a taxas de acumulação quando estas se elevam um pouco acima da média. Deste modo, a dinâmica de crescimento continua dependendo substancialmente do movimento do setor de bens de consumo assalariado instalado. Ambos os setores (de bens de produção e de bens de consumo), pelo menos até o final da 2ª Guerra Mundial estavam protegidos da competição externa, decorrente da incapacidade de importar[4].

Segundo Tavares (1998), o elemento-chave neste período de industrialização restringida foi o caráter endógeno que o movimento industrial de acumulação assumiu, pois se tornou capaz de se auto abastecer de força de trabalho e de parcela do capital constante de que necessitava[5]. Ocorreu neste intervalo uma relativa autonomia do processo de industrialização quanto ao capital estrangeiro, embora já funcionassem no país filiais estrangeiras implantadas entre a década de 1920 e metade de 1930. Para Tavares, a referida autonomia decorria de o fato destas filiais não necessitarem de capital de suas matrizes, dada a elevada taxa de reinvestimento dos lucros.

Ou seja, tanto as empresas estrangeiras quanto as nacionais dispuseram, neste intervalo de tempo (entre a década de 1930 até meados da década de 1950), de capital suficiente para promover diversificação industrial, seja vertical, seja horizontal. De tal maneira que não cabe como explicação para que a industrialização permanecesse restringida, sem avançar para a etapa da industrialização pesada, devido a escassez de capital privado. O que a evidência histórica mostra é que em nenhum país a indústria pesada se consolidou em decorrência da existência e da dinâmica de uma indústria de bens de consumo (como era o caso do Brasil), mas sim em função da intervenção direta do Estado no processo: *"A implantação da grande indústria de base com apoio no Estado deu-se como regra por razões econômicas e militares de afirmação do "Estado nacional como potência", na disputa mundial pela hegemonia"* (TAVARES, 1998, p. 139).

[4] Vimos que List já havia atentado para os efeitos de uma guerra sobre o comércio exterior e de como ela funcionaria de um modo similar ao de uma política protecionista, beneficiando os países com potencial manufatureiro.

[5] Nesta mesma análise Tavares (1998) tece esclarecimentos acerca do comportamento das margens de lucro, dos salários e da inflação, para este período.

Para Tavares (1998), no caso do Estado brasileiro não havia as condições materiais suficientes de por conta própria implantar a indústria de base, dado que o esquema interno de acumulação se restringia ao eixo Rio-São Paulo, e a economia cafeeira estava em crise profunda. A dificuldade para consolidar uma estrutura produtiva em siderurgia e petroquímica foi enorme e no caso da primeira contou com os interesses militares dos Estados Unidos e a habilidade política de Vargas, que resultou na construção da siderúrgica de Volta Redonda, já no final da 2ª Guerra Mundial. Para o petróleo, a batalha foi mais difícil e se estendeu até meados da década de 1950.

Deste modo, para avançar em direção à industrialização pesada Tavares (1998) atenta à necessidade de apontar *ex ante* as *"limitações e possibilidades internas de que a reprodução ampliada do capital industrial se torne não só endógena como também dominante"* (p. 140). Em razão disso, Tavares destaca que a etapa de acumulação estritamente capitalista num país periférico, tenda a resultar um elevado grau de subdesenvolvimento de extensa quantidade de forças produtivas, além da ampliação da dependência financeira, tecnológica e política frente ao capital estrangeiro. Desse modo, Tavares (1998, p. 142) aponta que o caráter associado das burguesias locais e a internacionalização do mercado interno não são características restritas deste momento, *"as formas de associação e o caráter das contradições implícitas em cada etapa de expansão e acumulação de capital é que vão mudando de cara, constituindo padrões de articulação em níveis estruturais diferentes"*.

Não obstante, no período entre 1937 a 1954, a associação com o capital estrangeiro é menos visível e o perfil de dominação mais atenuado, frente ao período que se segue a partir de 1956/57. Sendo a diferença atribuída a dois fatores: 1) a dinâmica do capitalismo mundial no pós-guerra, desprendida neste momento de um projeto de expansão para a periferia; 2) a própria dinâmica do mercado interno, que não exigia montantes de recursos superiores ao existente.

No tocante ao processo de industrialização no período que se inicia por volta de 1956/57 e se desacelera a partir de 1962, voltando a se recuperar a partir de 1967[6], Tavares aponta as particularidades com relação ao período analisado anteriormente. Com relação ao período entre 1957/1962, Tavares (1998, 1998a) identifica-o com as seguintes características, as quais conferem a esse momento especificidade histórica:

Num primeiro momento o bloco de investimentos efetuado não se relacionou a produtos que criam, de início, sua própria demanda. O resultado disto foi a consolidação de uma capacidade instalada bem maior que a demanda corrente e a impossibilidade de manter a acumulação no mesmo ritmo do período em que o bloco de investimento estava sendo efetuado. Desse modo, a tendência posterior à instalação dos investimentos fora de desaceleração. Os investimentos concentraram-se, majoritariamente, em não mais que três ou quatro ramos (material de transporte e elétrico, metalmecânica) e representaram um salto, tanto em capacidade produtiva, quanto em nível tecnológico;

Como principais resultados sobre variáveis macroeconômicas importantes se pode destacar: i) Dada a aplicação de um bloco muito amplo de investimentos concentrados no tempo, produziu-se um grande efeito acelerador sobre a renda urbana e a capacidade produtiva do setor de bens de capital, maximizados pela forte complementaridade tecnológica presente nos projetos de investimento; ii) o impacto no balanço de pagamentos foi no mínimo paradoxal, já que à restrição externa foi mantida em níveis elevados, dada a crescente demanda por importações e o problema da remessa de lucros e outras rendas para o exterior, que se ampliou bastante; iii) o efeito negativo registrado no emprego proveio da indústria tradicional, dado o processo de modernização pelo qual esta passou neste período. No caso dos setores novos, o efeito líquido sobre o emprego foi positivo, tendo em vista que se tratou do momento de sua instalação.

[6] Considera-se a década de 1970 como importante por ainda compreender a continuidade do processo de industrialização, especialmente o II PND. Todavia, dado que a implantação das indústrias de bens de capital-capital e de bens de consumo duráveis foi implantada no Plano de Metas, e o arranjo resultante moldou, basicamente, o que veio a se tornar a indústria do país, o presente trabalho centrará a análise até este período. O período subsequente será abordado em outra ocasião.

Contudo, o ciclo de expansão do período em referência foi relativamente curto e experimentou no ano de 1959 a reversão em direção a uma profunda desaceleração. Segundo Tavares (1998, 1998ª), *"1959 é o primeiro ano em que os sintomas de ruptura da base econômica do "Estado de compromisso" se manifestam como prelúdio de sua ruptura definitiva em 1964"* (1998, p. 147). Assim, dados o acúmulo de ocorrências (de ordem política e econômica) e as características básicas do ciclo de industrialização, a desaceleração seria inevitável, tendo em vista que: i) os setores industriais implantados comportavam uma capacidade produtiva muito maior que a demanda corrente a ser atendida e, para piorar os investimentos foram fortemente concentrados em um mesmo setor; ii) associado a este desajuste dinâmico entre a estrutura da oferta e a da demanda industrial, somaram-se outros fatores, que maximizaram os efeitos nefastos da crise, como por exemplo: a queda do investimento do governo, devido a problemas de financiamento externo e a crise fiscal interna, mais a aceleração inflacionária a partir de 1959.

A fim de esclarecer melhor a problemática em torno do desajuste estrutural dinâmico, Tavares (1998) segmenta a análise por setor, numa aproximação do modelo kaleckiano e trabalha com três setores: bens de produção, com dois subsetores (para atender a indústria de bens de capital e a indústria de bens de consumo); bens de consumo duráveis e bens de consumo não-duráveis. Será visto em seguida que o desajuste estrutural dinâmico e à tendência à superacumulação constituem características patentes da indústria brasileira, onde o arranjo político e social conformado no país, juntamente com a forma e a rapidez com a qual a indústria de base foi erguida, explicam em muito a existência dos desequilíbrios.

O problema do desajuste estrutural dinâmico na indústria de bens de produção

O setor de bens de produção que é constituído por todo tipo de insumos de uso difundido e de bens de capital, registrou entraves quanto ao excesso de capacidade ociosa

já em princípio da década de 1960. O investimento em equipamentos ultrapassou em muito a demanda. Para se ter uma ideia entre 1957/61 a produção de bens de capital cresceu em média 22%. Com isto, a acomodação da capacidade ociosa exigia um vultoso e acelerado crescimento do investimento global, com vistas a manter o ritmo de acumulação do setor.

Todavia, as condições presentes na economia e na estrutura industrial não favoreciam a manutenção/aumento nas taxas de investimento, pois, paras as filiais estrangeiras as oportunidades de investimento rentáveis já não existiam, devido a um crescente grau de incerteza nas expectativas de longo prazo, face o tamanho da capacidade ociosa existente. Assim, a demanda à ampliação da capacidade instalada estava ausente e a demanda para reposição, fosse da própria indústria de bens de produção ou da indústria de bens de consumo durável, quase não existia dada a juventude das instalações fabris, em ambos os setores.

Quanto à demanda de bens de produção pela indústria de bens de consumo não duráveis, passou por um amplo processo de modernização neste período, mas isto se deu maciçamente por meio de importações. Com isto, o efeito multiplicador-acelerador desta última indústria teve seus efeitos limitados sobre o crescimento da renda e do consumo urbano, quando comparado com o período 1933-45.

Em face do exposto, o elemento atenuador do excesso de capacidade ociosa era o gasto do governo e das estatais em bens de capital, pois mantinha um dado ritmo da demanda corrente, de maneira que em 1960/61 o gasto do governo e das estatais em bens de investimento, representava mais de 50% do gasto total. Mas, diante das dificuldades fiscais do governo (aliviadas só a partir de 1966 com as reformas institucionais) e da ruptura ocorrida em 1959 com o FMI e o Banco Mundial, tornou-se impossível a sustentação do investimento público.

Assim, o investimento público que iniciou a década de 1960 mantendo-se com muita dificuldade, sofreu uma ruptura e caiu abruptamente em 1963 e, com isso ficou evidente um problema que se fazia presente desde o final da década de 1950, que dizia

respeito às dificuldades para manter a taxa de acumulação, que de causas oriundas a elementos estruturais que determinam o investimento, estenderam-se à insuficiência da demanda corrente dos principais setores de insumo e bens de capital.

Adiciona-se ainda o fato de que *"a maior parte dos impactos da nova onda de investimentos se filtrou basicamente para o exterior, através de importações maciças de bens de capital, aumentando, inclusive, o componente importado do investimento público"* (TAVARES, 1998, p. 167). Este elevado conteúdo de importação do investimento foi operacionalizado, basicamente, através da instrução 113 da SUMOC, que será brevemente abordada em outra seção deste trabalho. Como consequência, a restrição externa manteve-se extremamente alta, enquanto o potencial de acumulação e a competitividade da indústria nacional de bens de capital permaneceram fortemente limitados e a dependência tecnológica reafirmou-se, aprofundando-se, tendo em vista que até mesmo a indústria de bens de capital-consumo deixou de possuir conteúdo nacional importante, ao ser modernizada por meio de importações.

O problema do desajuste estrutural dinâmico na indústria de bens de consumo duráveis

Foram as indústrias de bens de consumo duráveis as líderes da industrialização pesada, dada com o Plano de Metas. Mais especificamente, as indústrias de material de transporte e material elétrico e, seus desdobramentos para a indústria metalmecânica. *"Seu desempenho tem um efeito* ***superacelerador*** *nas etapas de expansão, e assimétrico na fase de desaceleração"* (TAVARES, 1998a, p. 86 - negrito da autora). Mas, apesar de depois de consolidadas não possuírem peso significativo na produção corrente industrial, podem ser consideradas líderes pelo fato de comandarem o processo de acumulação de capital do setor privado industrial. Além disso, o investimento público foi complementar ao investimento privado estrangeiro e ambos arrastaram em conjunto o investimento privado nacional.

De modo semelhante à indústria de meios de produção, à indústria de bens de consumo duráveis contribuiu fortemente para a taxa de crescimento no período 1957/61, crescendo em média 20% e, também tendeu à desaceleração depois de terminada a sua implantação. Neste caso, também havia um desajuste estrutural potencial, entre o ritmo de crescimento da demanda e o ritmo de crescimento da capacidade instalada e da acumulação, conforme já citado. Contudo, nesse caso houve uma demanda corrente que manteve o setor em dinamismo até pelo menos 1963.

A demanda para os bens produzidos neste setor era sustentada basicamente pelo consumo pessoal dos capitalistas e das restritas camadas de trabalhadores de altos salários. Mas, a conjuntura econômica de 1963, levou este setor a uma crise de demanda corrente, agravada pela política de estabilização que se seguiu, com políticas monetária-fiscal-creditícia fortemente restritivas.

Este desequilíbrio estrutural dos setores e entre eles, tendeu a ser acentuado quanto mais acelerado decorreu o processo de implantação da indústria pesada. Isto se deu pelo fato de o peso relativo dos setores líderes na produção industrial global ser insuficiente para sustentar uma demanda intrassetorial. Por este motivo ao findar os efeitos retroalimentadores intra e intersetoriais de um novo bloco de investimentos, logo se evidenciou a impossibilidade de sustentação da demanda final e, a reversão do ciclo, em direção à crise, deu-se de forma acentuada, mas sob o atenuante do gasto do governo em capital, especialmente em construção civil. Quando por dificuldades fiscais e/ou de financiamento o Estado não conseguiu manter o ritmo de gasto, a situação econômica se agravou e a crise se tornou inevitável.

Contudo, não fossem as reformas executadas pelo primeiro governo militar, este setor não teria sanado seus índices de capacidade ociosa a partir de 1966, num ritmo de expansão da acumulação maior que o registrado em 1957/61. Porém, foi para reanimar este setor que se operacionalizou uma política deliberadamente perversa de concentração da renda, a fim de criar uma classe média com poder de compra suficiente a participar da demanda a este setor.

O problema do desajuste estrutural dinâmico na indústria de bens de consumo não-duráveis

A indústria de bens de consumo não-duráveis, mesmo depois da instalação da indústria pesada, continuou representando parcela expressiva do valor da produção industrial, *"se levarmos em conta os insumos que lhes são correspondentes, continuavam representando mais de 40% do valor da produção industrial em 1973"* (TAVARES, 1998a, p. 88). Apesar disto, os setores desta indústria não podem ser considerados líderes, devido ao fato do baixo efeito de encadeamento interindustrial sobre os setores de bens de produção, bem como de sua baixa capacidade em gerar seu próprio mercado, criando empregos diretos ou efeitos intrasetoriais.

Na verdade, este setor foi o mais penalizado frente à crise no início dos anos 1960 e ao menor dinamismo da economia. No período 1957/61, a taxa de expansão deste setor esteve *paripassu* com a taxa de urbanização. Como a estrutura de mercado, neste caso, é muito mais competitiva, no período da crise as empresas (principalmente, as pequenas e médias nacionais) apresentaram quedas bruscas de preços e lucro, o que acelerou o processo de desnacionalização. Como a desnacionalização ocorreu primordialmente por compra ou controle do capital, decorreu que o resultado foi a sobrevivência de algumas poucas empresas nacionais de grande porte e, as pequenas que se mantiveram abasteciam apenas mercados locais restritos.

A política salarial restritiva, que se estendeu ao longo da década de 1960, agravou a situação dos setores desta indústria, de modo que quando foi retomada a atividade econômica, a mesma começou a se recuperar de forma muito lenta e, somente no início da década de 1970 é que alcançou os níveis de capacidade instalada registrados em 1961. Pode-se concluir que *"tanto as tendências da demanda como as margens de capacidade subutilizada eram desfavoráveis para os três grandes setores produtivos no*

começo da década de 60, inclusive para manter a taxa de acumulação vigente" (TAVARES, 1998, p. 180).

Discrepância entre o potencial de acumulação e a capacidade de realização

Além da tendência ao desajuste potencial dinâmico, a implantação de um parque industrial numa estrutura subdesenvolvida como a brasileira, resultou numa tendência crescente à sobreacumulação e, isto se deveu a fatores diversos que afetaram de forma assimétrica o numerador e o denominador das seguintes razões: lucros/salários, produtividade/salários, potencial de acumulação/taxa de investimento, capacidade instalada/crescimento da demanda, numa situação onde os numeradores cresciam mais rápido que os denominadores.

O presente trabalho acrescenta ainda ao agravamento de tendências estruturais oriundas do subdesenvolvimento, as relações de poder como foram desenhadas e redesenhadas a partir do Estado novo, que ao reafirmar velhos pactos e alianças, limitou seu raio de ação, seja por entraves institucionais, seja por insuficiências de recursos, estreitando ainda mais as possibilidades de dar um efetivo salto qualitativo na estrutura produtiva nacional. Assim, optou-se pela linha de menor resistência, que foi a de uma associação com o capital estrangeiro. Não obstante, apesar do montante do capital estrangeiro não ser majoritário, tanto em relação ao tamanho dos investimentos, quanto ao peso na produção industrial total, foi a dinâmica criada por esse capital que passou a subordinar a dinâmica econômica do país.

À tendência à sobreacumulação decorre, de um lado, do potencial de acumulação em função das margens de lucro bruto total (grau de monopólio) terem aumentado expressivamente para o conjunto da indústria. Por outro lado, decorre ainda em função da tendência ao aumento da capacidade ociosa das empresas oligopólicas (que expandiram sua capacidade de produção em desconexão com o ritmo da demanda e, até mesmo antes desta).

Quanto ao papel da expansão da produtividade no incremento do potencial de acumulação, dado que o aumento da produtividade não se estende proporcionalmente aos preços e salários, face a uma estrutura oligopólica não competitiva em preços, diante de um excedente estrutural de mão-de-obra e com baixo grau de organização sindical, tornou a tendência à sobreacumulação muito mais violenta, se comparado com uma economia madura. *"Essas características estruturais tendem a produzir um afastamento crescente entre produtividade e salários, sem que se resolva necessariamente o problema da taxa global de acumulação e de emprego a longo prazo*[7]*"* (TAVARES, 1998, p. 179).

O tipo de relação estabelecida entre Estado-capital-trabalho, já foi discutida anteriormente a partir de Fiori (1994, 2001), de maneira que esta assimetria entre crescimento da produtividade e crescimento da taxa real de salário, refletiu de um lado, uma característica estrutural do subdesenvolvimento brasileiro, que ao avançar a industrialização sem ter sido feita uma reforma agrária, criou um excedente estrutural de mão-de-obra gigantesco. E, por outro lado, refletiu uma característica do 'pacto conservador', que conforme aponta Fiori (1994) e Tavares (1999), não equalizou minimamente as demandas das classes subordinadas, excluindo-se a maior parcela da população de acesso à cidadania urbana, num contexto onde o processo de urbanização era crescente e a absorção ao mercado de trabalho comportava apenas uma parcela dos que migravam de regiões decadentes para os centros urbanos dinâmicos.

Além disso, o problema da sobreacumulação agrava-se dado que não resulta numa maior taxa de investimento. Ou seja, ocorreu que o aumento da relação lucros/salários levou, ou a um aumento nos lucros retidos pelas empresas, ou em aplicações patrimoniais/rentistas dentro ou fora da indústria. *"Portanto, incrementa-se o potencial de acumulação, mas é esterilizado, uma vez que não aumenta a taxa real de investimentos da indústria nem se consegue, pela via fiscal ou financeira, reorientar os excedentes para setores deficitários como o próprio setor público"* (TAVARES, 1998, p. 180).

[7] Esta questão é tratada em Furtado (2000).

Assim, nas economias avançadas, a recuperação é puxada pela taxa de investimento, seguida do emprego e do consumo dos trabalhadores. Porém, para uma economia com profunda descontinuidade nos níveis médios de renda e nas estruturas de consumo, como é o caso do Brasil, é o consumo dos capitalistas das camadas mais altas da renda, o elemento propulsor do dinamismo, que ao comandar as taxas de lucro e a taxa de acumulação, vem a afetar as oportunidades de investimento e emprego e, com a expansão de ambas é que ocorre a ampliação do consumo dos trabalhadores urbanos, que *"suportam, assim, não só a oposição geral salários-lucros, como também uma contradição específica, a do consumo popular versus consumo capitalista. Isso torna mais difíceis de resolver os problemas da distribuição da renda, mesmo no contexto de uma economia dinâmica"* (TAVARES, 1998, p. 183).

Considerações finais

O presente trabalho construiu uma análise bifurcada em duas direções, quais sejam: 1) o arranjo político e as alianças de poder que deram sustentação ao processo de industrialização brasileiro; 2) as principais características estruturais da indústria resultante, considerando à partida, que foi implementada numa estrutura subdesenvolvida e sustentada sob relações de poder que mantiveram velhas alianças e o caráter extremamente autoritário do Estado e das elites frente ao povo. Embora as leituras, discussões e reflexões ainda careçam de aprofundamento, foi possível chegar a algumas conclusões importantes.

Antes de qualquer coisa, cabe destacar que o projeto de industrialização do Brasil não se deu vinculado a nenhum projeto nacionalista de Estado-potência, nos padrões defendidos por List. Ou seja, no Brasil não se tinha como fim a busca por autonomia econômica e política e, como meio a industrialização, conforme defendido por List. Vários fatores evidenciam isto, e serão apontados alguns:

i) A precariedade ou mesmo ausência de nacionalismo, basicamente limitada à unidade territorial, conforme vimos com Fiori. As relações de poder desenhadas no Brasil colonial, e depois de sua independência política de Portugal, mantendo o escravismo, por mais de três séculos, impossibilitaram qualquer participação popular na vida política do país. Deste modo, o caráter autoritário e repressor das elites e do Estado se caracterizam como elemento marcante ao longo de toda a história do Brasil, inviabilizando qualquer tentativa de pensar em nação, unidade nacional, interesse comum;

ii) Em termos da geopolítica mundial, o Brasil se conformou como potência agroexportadora, numa posição política subalterna em relação à Inglaterra e à Portugal. Quando os Estados Unidos assumiram o posto de potência 'hegemônica', a relação de cordialidade-passiva foi transferida para este país, que não contemplou o Brasil com o "convite" ao desenvolvimento, como fez para alguns países europeus e asiáticos, depois da II Guerra Mundial e, no final da década de 1970 para a China.

iii) O apogeu da atividade cafeeira, perpetuando antigas relações sociais, econômicas e políticas, não direcionou os interesses das classes dirigentes a encampar um projeto de industrialização, como eixo de uma estratégia de desenvolvimento, de maneira tal que a indústria de bens de consumo leve surgiu como atividade complementar à atividade cafeeira. Com isto, para que a acumulação capitalista se tornasse dominante foi necessário a ocorrência de fatores externos catastróficos, que culminaram no colapso do comércio exterior, como por exemplo, as duas Guerras Mundiais e a Depressão de 1929, no entre guerras.

Assim, pode-se aludir que o processo de acumulação capitalista brasileiro, com foco na industrialização, surgiu mais por força de fatores externos e, sob uma aliança de poder que não promoveu rupturas no antigo pacto de dominação. Até meados da década de 1950 contemplava apenas os segmentos de bens de consumo não-duráveis e, em menor medida de bens de produção para este setor. O desenho do que viria a se tornar a indústria brasileira, formada sob o tripé do capital estatal e dos capitais privados estrangeiro e nacional, ocorreu no Plano de Metas. Isto porque, a dinâmica econômica do capitalismo

tardio brasileiro, as características estruturais da indústria consolidada e do seu ciclo econômico foram determinadas em grande medida neste período.

Com a implantação da indústria de base, em seus segmentos de bens de produção e especialmente de bens de consumo duráveis, num breve intervalo de tempo histórico, que compreendeu principalmente o período 1957/60, ergueu-se um complexo industrial que:

1) manteve subdesenvolvida a maior parcela das forças produtivas do país, dado o seu elevado grau de concentração regional e setorial;

2) uma indústria com patente desajuste estrutural entre o potencial de capacidade instalada e a demanda existente (corrente e potencial), tornando-se incapaz de manter o ritmo de acumulação, depois que finda a implementação de um bloco de investimentos. Desse modo, a capacidade produtiva instalada entre 1957/63 não guardou relação com a demanda, dando-se à frente desta.

3) Dado que a produtividade cresceu, mas este aumento foi repassado apenas para os preços, não se estendendo aos salários, criou-se um potencial de acumulação que não se traduz em maiores taxas de investimentos, face ao desajuste estrutural citado antes. Assim, o potencial de acumulação foi canalizado para práticas patrimonialistas e rentistas, já que nenhuma reforma institucional conseguiu criar mecanismos para direcionar estes recursos para investimento na produção.

É importante lembrar que os investimentos executados no âmbito do Plano de Metas, ocorreram sob massiva importação de máquinas e equipamentos e, que a responsabilidade do seu financiamento recaiu massivamente para o setor público, já que o setor financeiro privado nacional se eximiu de qualquer responsabilidade com o financiamento do investimento produtivo, fator que é mais que reafirmado quando das reformas institucionais do PAEG, no contexto de ditadura militar. *Deste modo, ergueu-se uma indústria sem auto-sustentação tecnológica e financeira e, exacerbadamente concentrada setorial e regionalmente.*

Com isto, ampliou-se a heterogeneidade estrutural da economia, numa situação onde o combate à heterogeneidade social não foi prioridade de nenhum governo e de nenhuma política e, o golpe de 1964 afastou qualquer necessidade de atendimento às demandas populares. Para além das alianças de poder, não constituiria uma tarefa trivial dotar uma estrutura subdesenvolvida como a brasileira de um parque industrial com os segmentos da indústria pesada sem enfrentar contundentes dificuldades estruturais.

Referências bibliográficas

AMSDEN, A. A ascensão do "resto": os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia. Tradução Roger Maioli dos Santos. São Paulo: Unesp, 2009.

BELLUZZO, L. G. e ALMEIDA, J. G de. Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CAPUTO, A. C.; MELO, P de. A industrialização brasileira nos anos 1950: uma análise da Instrução 113 da SUMOC. Texto para discussão 232 - Universidade Federal Fluminense/UFF. Disponível em: http://www.uff.br/econ. Março de 2008. Acesso em 10 de maio de 2014.

CHANG, H. Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. Tradução Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Unesp, 2003.

FIORI, J. L. A propósito de uma "construção interrompida. In: TAVARES, M. C. (Org). Celso Furtado e o Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____ (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

_____; MEDEIROS C. (Org). Polarização mundial e crescimento. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

_____. O poder americano. 3 ed. Petropólis-RJ: Vozes, 2007a.

_____. Formação, expansão e limites do poder global. IN: FIORI J. (Org.). O poder americano. 3 ed. Petropólis-RJ: Vozes, 2007a.

_____. Para um diagnóstico da modernização brasileira. IN: FIORI J.; MEDEIROS C. Polarização mundial e crescimento. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001. (Org).

_____. O nó cego do desenvolvimentismo brasileiro. Disponível em <novosestudos.org.br>. Novembro de 1994. Acesso em 02 mar. 2014.

_____. Sonhos prussianos, crises brasileira - leitura política de uma industrialização tardia. Disponível em <novosestudos.org.br>. Janeiro de 1990. Acesso em 05 de abr. de 2014.

FURTADO, C. A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

_____. Análise do modelo brasileiro. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. Formação econômica do Brasil. 32 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

_____. Teoria e política do desenvolvimento econômico. 10 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LESSA, C. O parto sem dor do Estado Nacional Brasileiro, e com muita dor, da economia nacional. IN: Polarização mundial e crescimento. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

LIST, F. G. Sistema Nacional de Economia Política. Tradução Luiz João Baraúma. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1989.

MEDEIROS, C. A.; SERRANO, F. Inserção externa, exportações e crescimento no Brasil. IN: Polarização mundial e crescimento. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

_____. Padrões monetários internacionais e crescimento. IN: Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

SODRÉ, N. W. Capitalismo e revolução burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Oficina de Livros, 1990.

TAVARES. M. C. Império Território e dinheiro. In: FIORI, J. L. (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

_____. Acumulação de capital e industrialização no Brasil. Campinas-SP: Unicamp - Instituto de Economia, 1998.

_____. Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira. Campinas-SP: Unicamp - Instituto de Economia, 1998a.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Estratificações sociais, relações de produção e divisão sexual do trabalho: Reflexões preliminares a partir dos escritos de Jorge Benci (1705) e André João Antonil (1711)

Alicia Condota Kuasne

Juliana Meira

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

Estratificações sociais, relações de produção e divisão sexual do trabalho: Reflexões preliminares a partir dos escritos de Jorge Benci (1705) e André João Antonil (1711)

Social stratifications, production relations and sexual division of labor: Preliminary reflections from the writings of Jorge Benci (1705) and André João Antonil (1711)

Alicia Condota Kuasne[1]

Juliana Meira[2]

Resumo:

O presente artigo tem por objetivo propor reflexões preliminares acerca da posição social reservada aos escravizados dos engenhos da América portuguesa do início do século XVIII, em particular as mulheres, a partir de aproximações do papel ocupado por estes nas relações de produção, entretanto, sem perder de vista o caráter multidimensional das estratificações sociais à época. Para a captação inicial desse problema, mobiliza-se as obras *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos* (1705), de Jorge Benci, e *Cultura e Opulência do Brasil*: *por suas drogas e minas* (1711), de André João Antonil.

[1] Bacharela em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Aluna do curso de Mestrado em Desenvolvimento Econômico, na área de História Econômica, do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP)

[2] Bacharela em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Aluna do curso de Mestrado em Desenvolvimento Econômico, na área de Economia Social e do Trabalho, do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP)

Os escritos de ambos os jesuítas contribuem no sentido da percepção dos escravizados enquanto "instrumentos vivos de trabalho", amplamente mobilizados para os diferentes misteres da vida econômica na Colônia lusitana. E justamente por sua designação ao trabalho braçal, do ponto de vista das relações de produção, os cativos ocupavam a base da pirâmide social, lugar esse reforçado por sua condição jurídica, expressão fenotípica de sua origem étnica, bem como costumes originais. No bojo da camada dos escravizados, é possível notar ainda uma sub-classificação, no sentido das relações de produção, emergida a partir de certa divisão sexual do trabalho. Esse mecanismo contribuía para a distinção entre homens e mulheres escravizados, com prejuízo para a figura feminina.

Palavras-chave: *Estratificação social; Divisão sexual do trabalho; Escravismo; Benci, Jorge; Antonil, André João*

Abstract:

This paper aims to propose preliminary reflections on the social position reserved for enslaved people on the sugar mills of Portuguese America in the early 18th century, in particular women, based on approximations of the role occupied by them in production relations, however, without losing in view of the multidimensional character of the social stratifications at the time. For the initial understanding of this problem, we use the works *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos* (1705), by Jorge Benci, and *Cultura e Opulência do Brasil: por suas drogas e minas* (1711), by André João Antonil. The writings of both Jesuits contribute towards the perception of the enslaved as "living instruments of work", widely mobilized for the different tasks of economic life in the Lusitanian Colony. And precisely because of their assignment to manual work, from the point of view of production relations, captives occupied the base of the social pyramid, a place reinforced by their legal status, phenotypic expression of their ethnic origin, as well

as original customs. Within the stratum of the enslaved, it is still possible to notice a sub-classification, in the sense of production relations, emerging from a certain sexual division of labor. This mechanism contributed to the distinction between enslaved men and women, to the detriment of the female figure.

Keywords: *Social stratification; Sexual division of labor; Slavery; Benci, Jorge; Antonil, André João.*

***

INTRODUÇÃO

A vasta literatura especializada aponta para a emergência do regime escravocrata na América portuguesa do século XVI como produto da recriação de um sistema presente na sociedade lusitana desde meados do século XV. Vale destacar, no entanto, que, em Portugal, a existência da estrutura escravocrata não desempenhou o mesmo papel que na Colônia quanto à constituição das ordens sociais hierárquicas, conforme se pretende aqui defender (SILVA *in* MORAIS, DEL ROIO, 2001; SCHWARTZ, 1988).

Isso porque a "escravidão" enquanto instituição social, como denotado por Fernando Novais (2002, p. 143), isto é, a distinção social entre livres e cativos, presente nas sociedades desde a Antiguidade, apenas foi acomodada aos trópicos (SCHWARTZ, 1988). Entretanto, os fundamentos econômicos desse regime conforme implementado na América portuguesa, representados no tráfico transatlântico de escravizados, bem como no uso extensivo de sua mão de obra nas grandes propriedades fundiárias, foram responsáveis por fazê-lo assumir uma forma particular no Brasil colonial e, consequentemente, moldar as estruturas sociais.

A utilização do trabalho escravo se devia, novamente segundo Novais (1989 (1979)), à inserção da América portuguesa no quadro do Antigo Sistema Colonial. Isto é, para o autor, a extensa mobilização de mão-de-obra cativa se deu, em primeiro lugar, em resposta às demandas da produção colonial nas grandes propriedades monocultoras, essa voltada ao mercado externo e tendo como fim a acumulação primitiva de capital. Nesse sentido, as motivações econômicas do subjugamento de povos oriundos do continente africano teriam dado origem a um sistema nomeado por Fernando Novais (2002) como

"escravismo", entendido como central para a constituição das bases econômicas dos engenhos coloniais.

Em sentido similar, ao tratar das motivações econômicas para a reprodução do trabalho escravo na América portuguesa, Laura de Mello e Souza afirmou:

> A adoção do trabalho escravo se deveu, nesse contexto, à necessidade de maximizar os lucros através, por um lado da superexploração de uma forma de trabalho compulsório-limite – pois eram apropriados o trabalho e o trabalhador –, e, por outro, às grandes vantagens comerciais que advinham do tráfico (SOUZA, 2015 (1983), p. 73-74).

Luiz Felipe de Alencastro (2000) também contribuiu com uma interpretação sobre o uso da mão-de-obra cativa no Brasil colonial à luz do capitalismo comercial. Para o autor, a colonização consistira em um processo de aprendizados, dentre os quais o entendimento de que a completa dominação e exploração da Colônia apenas seria possível mediante o atrelamento destas ao mercado, portanto, ao comércio. Nesse contexto, o tráfico negreiro e, por extensão, o "escravismo", como denotado por Novais, adquirira relevância, segundo Alencastro, não apenas por suprir a "falta de braços" nas extensas terras da América lusitana, mas sobretudo por subsidiar a "acumulação específica ao capitalismo comercial" (ALENCASTRO, 2000, p. 41).

Para Heleieth Saffioti, o processo de colonização da América portuguesa também pressupõe a constituição de uma economia colonial dependente, projetada para fazer frente "aos interesses do florescente capitalismo mercantil europeu" (SAFFIOTI, 2013, p. 203). Nas palavras da autora:

> [...] A história da economia brasileira é a história de uma constante e renovada rearticulação no sistema capitalista internacional, no qual sempre coube ao Brasil, por força da divisão do trabalho entre as nações, a posição de uma peça auxiliar da engrenagem de um sistema autopropulsor (SAFFIOTI, 2013, p. 205).

Tendo isso em vista, a autora destacou que tanto o emprego do trabalho escravo, quanto a cultura extensiva empregada no Brasil colonial, representaram meios adequados para alcançar o objetivo de acumulação de capital.

No que concerne à constituição das hierarquias sociais, o escravismo conferiu expressão específica à distinção entre indivíduos e grupos no bojo das relações de produção (SCHWARTZ, 1988). Livres e cativos eram delegados a papeis distintos na produção das condições materiais de vida nos engenhos, aspecto esse relevante na demarcação de seu respectivo *status* social.

Por um lado, os escravizados, quais "máquinas de trabalho bruto e inconsciente" (PRADO Jr., 2011(1942), p. 308), representavam a mão-de-obra universalmente presente nos mais distintos misteres da produção nos engenhos (FERNANDES, 2010 (1976), p. 42). Segundo Caio Prado Jr. (2000 (1942), p. 277), "a utilização universal do escravo nos vários misteres da vida econômica e social acaba reagindo sobre o conceito do trabalho, que se torna ocupação pejorativa e desabonadora". Neste sentido, portanto, status jurídico e forma de participação na atividade econômica associavam-se na construção da identidade social dos escravizados no Brasil-colônia.

Nesse respeito, Abdias do Nascimento afirmou:

> Desde que o motivo da importação de escravos era a simples exploração econômica representada pelo lucro, os escravos, rotulados como subuamos ou inumanos, existiam relegados a um papel, na sociedade, correspondente à sua função na economia: mera força de trabalho. (NASCIMENTO, 1978, p. 61)

Já os indivíduos livres, quando poderosos, encontravam-se representados sob a figura do grande proprietário de terras, isto é, o senhor de engenho. Passados quase um século e meio após o início da colonização, André João Antonil (2007 (1711), p. 79)

referiu-se aos grandes proprietários fundiários como "homens de cabedal e governo", ou recursos e exercício da administração de suas posses, tal qual requeria a exploração dos territórios onde os engenhos eram construídos, o que reforça sua posição enquanto donos dos meios de produção à época.

Nesse sentido, o escravismo vinculava a distinção entre livre e cativos – distinção essa considerada o cerne da constituição das hierarquias sociais na Colônia por Stuart Schwartz (1988) – à base material dos engenhos. À luz das relações de produção, a sociedade da América lusitana sintetizava-se em dois grupos polares: a força de trabalho, representada na figura dos cativos, em oposição aos donos dos meios de produção, representados na figura dos senhores de engenho.

Não se pode deixar de mencionar, contudo, que a sociedade colonial escravista no Brasil não se resumia a esses dois grupos polares. Havia, ainda, uma parcela da população referida por Caio Prado Jr. (2000) como "amálgama social", que Florestan Fernandes (2010) apontou estar situado entre os dois grupos expressivamente demarcados por sua condição econômica, jurídica e étnico-racial. Segundo o autor, esse grupo era majoritariamente composto por indivíduos livres, predominantemente de origem mestiça, de posição, portanto, nas palavras do autor, "ambígua" (FERNANDES, 2010, p. 52), que ocupavam alguns poucos ofícios e atividades não monopolizados pela escravidão – como atividades de comércio, no caso dos nascidos na Metrópole; profissões liberais, funções públicas, cargos da Igreja e postos de auxiliares às atividades dos engenhos (PRADO Jr., 2000), tais como feitores e especialistas na produção do açúcar, tal qual o soto-banqueiro, mencionado por Antonil (2007 (1711), p. 95).

É possível afirmar, portanto, que a interação entre "escravidão" e "escravismo" resultou no corpo social intrinsecamente complexo da América portuguesa. No prefácio

à obra "Administração & escravidão: ideias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira", de Rafael Bivar de Marquese, Atonio Penalves Rocha destacou que a historiografia, ao tratar do regime escravocrata na América portuguesa, passou a "tomar como ponto de partida ou a consideração de que havia estruturas econômicas na raiz dos acontecimentos e conjunturas relacionados com a escravidão ou a de que a própria escravidão constituía uma estrutura econômica" (ROCHA in MARQUESE, 2010, p. 13). Desse modo, no que concerne ao Brasil Colonial, é apropriado tomar sociedade emergente como produto da concomitância dos elementos econômicos e não-econômicos que fundamentavam o regime escravocrata.

Por conseguinte, conformou-se, nas grandes propriedades fundiárias da América portuguesa, um corpo social estratificado fundamentalmente entre livres e cativos, divisão essa sustentada, por um lado, por mecanismos econômicos, no sentido da atribuição de distintos papeis no bojo das relações de produção aos sujeitos de cada grupo. Entretanto, uma vez que os sujeitos de ambos os grupos também diferiam em termos étnico-culturais, emergiram princípios múltiplos de graduação social baseados na "raça, aculturação e condição social", os quais operavam e se reforçavam mutuamente (SCHWARTZ, 1988, p. 214).

Segundo Stuart Schwartz, tal complexidade da composição social nos grandes latifúndios tendia a ser expressa em "dualismos de contraste – senhor/escravo, fidalgo/plebeu, católico/pagão" (SCHWARTZ, 1988, p. 213-214). Tais dualismos, por sua vez, encontravam-se expressos, ou sintetizados "em caracteres somáticos bem salientes, como a cor" (PRADO Jr., 2000, p. 272). Assim, ao passo que os sujeitos identificados com a "raça branca dominante" tendiam a concentrar situações de privilégio social, de modo que apropriadamente podem ser identificados com as hierarquias mais

ascendentes, a base da pirâmide social era ocupada pelos "conglomerados de escravos negros, índios ou mestiços", desprovidos de privilégios em sentido jurídico e econômico e quanto ao estilo de vida (FERNANDES, 2010).

Saffioti, em um sentido próximo, destacou que "às diferenças de posição econômica dos indivíduos correspondiam diferenças de posição social, justificada esta em termos de raça e de cor, a condição do escravo significava, para o negro, ser instrumento de trabalho sem direitos de nenhuma espécie" (2013, p. 234-235). A autora também apontou que o negro era entendido enquanto "coisa". O processo de coisificação dos negros era marcado por tratamentos diferenciados por parte dos brancos a depender da função econômica realizada por aqueles.

Para além disso, a dedicação de atenção mais minuciosa ao grupo que figurava como base da pirâmide social nos grandes latifúndios pode revelar a operação de subclassificações. Todos os elementos de estratificação social que operavam conjuntamente, como se pretendeu argumentar anteriormente, quando somados à distinção por gênero – que emergia sobretudo associada ao trabalho –, resultavam em um subtipo, por assim dizer, mais significativamente desprovido de privilégios. Este é representado pela mulher negra cativa dos engenhos.

Ao realizar um movimento diacrônico e sincrônico, isto é, ao recorrer ao passado colonial brasileiro, como se tem aqui proposto, é possível identificar elementos que remetem ao lugar reservado à mulher negra no mercado de trabalho na atualidade e, por extensão, na sociedade, uma vez que esse lugar social mais contemporâneo ainda se vincula, em muitos aspectos, à estrutura social da América portuguesa.

Nesse sentido, Beatriz Nascimento destacou:

> A mulher negra, elemento no qual se cristaliza mais a estrutura de dominação, como negra e como mulher, se vê, desse modo, ocupando os espaços e os papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. A "herança escravocrata" sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, grosso modo, não muda muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos, em menor grau na indústria de transformação, nas áreas urbanas, e que permaneça como trabalhadora nas áreas rurais (NASCIMENTO, 2021, p. 53).

Tendo isso em vista, no presente trabalho procurou-se realizar observações iniciais acerca da distinção entre as tarefas atribuídas a homens e a mulheres cativos no bojo das relações de produção dos engenhos, a fim de vislumbrar a operação de certa divisão sexual do trabalho enquanto possível princípio de estratificação social em operação na constituição de sub-hierarquias sociais. As breves reflexões contidas nas seções a seguir resultam do esforço de concatenar contribuições oriundas dos trabalhos de pesquisa até então desenvolvidos pelas autoras. Isto é, de um lado, a emergência das estratificações sociais de múltiplas dimensões na América portuguesa do início do século XVIII, e de outro, as relações raciais que marcam o mercado de trabalho brasileiro desde sua formação a partir da acomodação dos alforriados na sociedade de classes.

Para tanto, o estudo se valeu dos registros contidos em *Cultura e Opulência do Brasil: por suas drogas e minas*, escrita pelo jesuíta italiano João Antônio Andreoni, conhecido pelo pseudônimo de André João Antonil, cuja primeira publicação data de 1711; bem como das recomendações encontradas em *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*, de autoria do padre jesuíta Jorge Benci, publicada pela primeira vez em 1705. As obras se mostram pertinentes à captação de informações acerca das relações de trabalho e respectivos estratos sociais nos grandes latifúndios dos engenhos de por volta do início do século XVIII, estas em interação com as demais dimensões da existência e sua operação conjunta na formação das hierarquias.

ESCRAVIDÃO E ESCRAVISMO EM ECONOMIA CRISTÃ DOS SENHORES NO GOVERNO DOS ESCRAVOS E CULTURA E OPULÊNCIA DO BRASIL

Antes de se mobilizar os retratos por Jorge Benci e André João Antonil acerca das atividades delegadas aos escravizados dos engenhos, em particular às mulheres cativas, se faz pertinente fazer alusão ao contexto que permeia o conteúdo das obras dos jesuítas no que tange ao posicionamento dos autores acerca da escravidão.

Para tanto, vale salientar o entendimento de que o regime escravocrata na América portuguesa não se resumia à recriação da "escravidão", mas articulava-se, sobretudo, a interesses oriundos da inserção do Brasil colonial no Antigo Sistema Colonial, de modo a fazer emergir o "escravismo" enquanto sistema. Diante disso, como afirmado por Silvia Hunold Lara, embora alguns escritos à época auferissem críticas a determinados aspectos do escravismo, "[...] o volume dos negócios e a longa tradição do trato com os cativos africanos ainda pareciam garantir por muito tempo sua continuidade nas Conquistas portuguesas" (LARA, 2007, p. 156). É justamente esse o contexto dos escritos tanto de Jorge Benci quanto de André João Antonil.

Lara destacou ainda que, desde o início da colonização da América lusitana, tanto missionários quanto letrados e teólogos se viram diante de polêmicas no que concerne ao cativeiro. Contudo, a legitimidade da escravidão, ou do escravismo, não foi efetivamente questionada, algo que pode ser verificado, por exemplo, nas produções escritas mobilizadas durante o presente trabalho. Nas palavras da autora:

> A referenda papal à escravidão como instrumento de conversão criou condições para que o debate girasse em torno do caráter das práticas de escravização dos nativos da América e da África e dos abusos e maus-tratos ministrados pelos senhores aos seus cativos. Tratava-se, sobretudo, de conseguir combinar a consciência cristã e os objetivos proselitistas da Igreja e da Coroa aos interesses mercantis e aos lucros oferecidos pelo trabalho escravo. (LARA, 2007, p. 148).

A exemplo desta posição, pode-se citar *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*, de Jorge Benci, cuja primeira publicação data de 1705. A obra é composta por quatro discursos. O primeiro trata do provimento do pão, ou alimento, aos escravizados, cuja responsabilidade recaia sobre seus respectivos senhores. Segundo as diretrizes apresentadas pelo jesuíta nesse respeito, os senhores deveriam oferecer sustento material legítimo, ou permitir que, durante alguns dias da semana, os escravizados cultivassem suas determinadas porções de roças a fim de obter o próprio alimento – recomendação também presente na obra de André João Antonil. No segundo discurso, Benci versou sobre o doutrinamento religioso, ou o "pão espiritual", que os senhores também deveriam prover aos escravizados. Por sua vez, no terceiro discurso é possível encontrar recomendações acerca da administração dos castigos, ou seja, normas para a aplicação conveniente, segundo a moral cristã e interesses produtivos, de disciplina. Por fim, o quarto discurso diz respeito à gestão do trabalho dos escravizados e à obrigação dos senhores para com a imposição de atividades produtivas aos cativos.

Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos, apresentava, já na introdução, a ideia de que "a origem da instituição do cativeiro humano deitava raízes no pecado original" (MARQUESE, 2010, p. 79). O jesuíta entendia, portanto, que o cativeiro resultava da única forma encontrada para preservar a vida dos que foram vencidos na guerra que fora produto da rebelião do homem contra Deus. Nas palavras do autor: "rebelando-se o homem contra seu Criador, se rebelaram nele e contra ele os seus mesmos

apetites" (BENCI, 1977 (1705), p. 48). As dissensões e guerras de um povo contra o outro, fizeram com que ao final destas, os vencedores estabelecessem domínio vitalício sobre aqueles que foram derrotados (MARQUESE, 2010).

Ao tratar, em seu primeiro discurso, sobre a obrigação dos senhores em fornecer vestimentas aos escravizados, Benci apresenta o mito de Cam, o que remete à leitura do autor acerca, especificamente, da escravização dos povos africanos. Na narrativa bíblica aludida pelo jesuíta, Cam, ao descobrir a nudez de seu pai, fora por este amaldiçoado. Ainda segundo o mito, essa maldição teria se materializado em uma mancha negra no corpo de Cam, a qual era hereditária, dando, assim, origem aos negros, igualmente amaldiçoados. A este respeito, o Benci destacou: "[...] em castigo deste abominável atrevimento foi amaldiçoado do Pai toda a sua descendência, que no sentir de muitos é a mesma geração dos pretos que nos servem" (BENCI, 1977, p. 65).

O domínio pelos senhores de engenho sobre os cativos africanos, no entanto, deveria se dar segundo diretrizes cristãs, essas inspiradas na escravidão que o autor tinha em vista: a escravidão pré-mercantil (FIGUEIRA; MENDES, 1977). Segundo Lara (2007, p. 149), "Em seus sermões, justificando a origem divina do cativeiro no mundo, o jesuíta Jorge Benci dedicou-se a expor as regras, normas e modelos necessários ao governo cristão dos senhores sobre os escravos". Em sentido complementar, Alcântara Figueira e Claudinei Magno Magre Mendes afirmaram: "Longe de ser uma condenação do escravismo, o livro de Benci é, antes, a tentativa - hoje sabemos que frustrada - de regular a relação senhor-escravo" (FIGUEIRA; MENDES, 1977, p. 9-10).

Ronaldo Vainfas sintetizou a mensagem cuja transmissão fora pretendida por Benci nos seguintes termos:

> [...] para se converter o africano/negro em *servo cristão* (obediente e piedoso), e para que o mundo da escravidão se transformasse numa *família patriarcal-cristã*, era preciso criar um *novo senhor* e até mesmo um novo homem, que assumisse o cristianismo como norma de conduta e forma de pensar" (VAINFAS, 1986, p. 130 *apud* MARQUESE, 2010, p. 84-85, grifo do autor).

Isto é, o objetivo de Jorge Benci era "normatizar o comportamento senhorial calcado na moralidade cristã" (MARQUESE, 2010, p. 138); moralidade esta outrora estipulada pela Contra-Reforma Tridentina. Para tanto, o jesuíta definiu um padrão de "economia cristã" para os senhores no "governo dos escravos", cujo cumprimento, como desvelado pelo conteúdo de sua obra, resultaria em na escravização justa e cristã, ou seja, livre de questões morais ou de consciência por parte dos senhores. Ademais, o cumprimento das diretrizes poderia atenuar a condição precária de vida dos escravizados, ao menos em termos do trabalho.

Tendo isso em vista, Benci é interpretado como um autor que partilha com outros escritores e, em certo sentido, com a própria Coroa portuguesa, o ideal reformista com respeito à escravidão. "Resta saber qual o alcance real do reformismo de que ele se fez um dos intérpretes mais consequentes, acreditando poderem os próprios senhores assumirem a iniciativa de introduzir reformas em suas relações com os escravos" (FIGUEIRA; MENDES, 1977, p. 10).

Desde logo, é preciso considerar que a sociedade escravista colonial tinha profundos entraves quanto às possibilidades de reforma. Tais barreiras eram os expressivos antagonismos dos grupos sociais no sentido das relações de produção fundamentadas na exploração da força de trabalho. "A intensidade da exploração do trabalho fazia-se em função da obtenção do máximo de sobretrabalho, que, convertido

em grande volume de mercadorias baratas, deveria atender as exigências de um mercado voraz, o mercado capitalista" (FIGUEIRA; MENDES, 1977, p. 10).

O jesuíta afirmou que senhores e servos estabelecem entre si, reciprocamente, relações de servidão. Tal afirmação precisa ser qualificada à luz do que o próprio autor afirma, a saber: "[...] senhor e servo são de tal sorte correlativos, que assim como o servo está obrigado ao seu senhor, assim o senhor está obrigado ao servo" (BENCI, 1977, p. 49). Perante o exposto, as regras, normas e modelos postulados por Benci visavam doutrinar os senhores segundo a melhor forma de atender às obrigações para com seus servos.

Dentre os compromissos dos senhores para com os escravizados, segundo Benci, três são principais, a saber: Pão, ensino e trabalho. Nas palavras do autor:

> [...] ao servo se lhe deve dar o pão, o ensino e o trabalho: *panis, et disciplina, et opus servo.* [...] Deve-se [...] o pão ao servo, para que não desfaleça, *panis, ne succumbat;* o ensino, para que não erre, *disciplina, ne erret;* e o trabalho, para que se não faça insolente, *opus, ne insolescat.* (BENCI, 1977, p. 51).

Em sentido próximo ao de Benci, Antonil enunciou: "No Brasil, costumam dizer que para o escravo são necessários três PPP, a saber, Pau, Pão e Pano" (ANTONIL, 2007, p. 98).

Segundo Lara (2007), a obra de Antonil, por sua vez, apesar de ser atribuída a uma temática mais ampla que a obra de Benci, apresentou a escravidão como algo dado e não questionado. Nas palavras da autora: "Nas passagens especificamente dedicadas às relações entre os senhores e seus escravos encontram-se ainda regras e conselhos práticos para o trato com os cativos, que devia ser norteado por critérios de moderação e

humanidade cristã" (LARA, 2007, p. 149-150). Nesse sentido, portanto, é possível aproximar a obra de Antonil à de Benci.

O conteúdo de *Cultura e Opulência do Brasil: por suas drogas e minas*, de André João Antonil, é dividido em quatro partes, sendo a primeira, aquela à qual o autor dedicou maior parte da obra, referente à "Cultura e opulência do Brasil na lavra do açúcar", parte essa mobilizada para os fins do presente trabalho. As demais partes, consecutivamente, ambientam-se "na lavra do tabaco", nas minas de ouro e prata, por fim nas regiões de "abundância do gado e courama" (MARQUESE, 2010; TAUNAY, 1982; SILVA, 2007).

Na primeira parte, "Antonil concentrava suas atenções na descrição do universo dos engenhos de açúcar do Recôncavo baiano, lugar onde realizara as observações necessárias para a composição de seu trabalho" (MARQUESE, 2010, p. 50). Segundo aludido pelo próprio Antonil no proêmio de sua obra, o jesuíta pôde "[...] ver um dos mais afamados que há no Recôncavo à beira-mar da Bahia, a quem chamam o engenho de Sergipe do Conde [...]" (ANTONIL, 2007, p. 74), propriedade compartilhada pelos Colégio dos Jesuítas da Bahia e Colégio Santo Antão de Lisboa (SILVA, 2007, p. 38-39), e "movido de uma louvável curiosidade [...] [de modo a] tomar notícia de tudo o que fazia tão celebrado e quase rei dos engenhos reais" (ANTONIL, 2007, p. 74).

Marquese destacou que a obra de Antonil fora concebida enquanto "um conjunto de "notícias práticas" destinadas a auxiliar quem se envolvesse no governo de um engenho de açúcar" (2010, p. 50). Para tanto, além de descrever o padrão da feitura ideal do açúcar, Antonil "procurou igualmente traçar as normas que deveriam reger as relações entre o proprietário do engenho e todos os seus dependentes- lavradores de cana, capelão, feitores, mestre-de-açúcar, oficiais, escravos e família" (MARQUESE, 2010, p. 50).

Se faz necessário ter clareza sobre o contexto no qual Antonil escreveu suas

normativas com respeito ao governo dos engenhos de açúcar, o que, por um lado, perpassa pelo contexto histórico no qual as experiências de vida do próprio autor encontram-se inseridas. Alfredo Bosi (1992, p. 164) destacou que Antonil nascera em Luca, na Toscana italiana, em 1649, portanto, em uma região que à época "sempre alimentou o comércio marítimo de Gênova e sempre contou com prósperos banqueiros entre os seus cidadãos mais ilustres". Também, Antonil chegou à América portuguesa e se estabeleceu na região da Bahia por volta de 1683. Logo, o autor viveu no Brasil no contexto da colonização mercantil. A combinação desses dois fatos pode ter conduzido à "mistura de assíduo cumprimento dos deveres de estado, aplicação no trabalho, lisura nos negócios, observância ao culto religioso e, em tudo, espírito de ordem e economia [...]" que marca o conteúdo de *Cultura e Opulência do Brasil* (BOSI, 1992, p. 164).

No que concerne, especificamente, ao subjugamento de povos feitos cativos na América lusitana, "no final dos seiscentos, a escravidão africana já se encontrava consolidada no corpo social dos núcleos de povoamento da costa nordeste brasileira há pelo menos um século" (MARQUESE, 2010, p. 52). Todavia, a despeito da estabilidade existente na sociedade escravista de então, esta era uma sociedade marcada por tensões sociais. Marquese (2010, p. 52) destaca que "o foco principal dessas tensões residia, sem dúvida alguma, nas relações entre senhores e escravos", o que retoma a ideia da polarização da sociedade em dois grupos centrais, como brevemente mencionado na seção introdutória do presente trabalho.

Diante do perigo iminente e concreto de diversas formas de resistência dos escravizados, na segunda metade do século XVII, letrados coloniais, em especial jesuítas, passaram a centrar suas atenções à escravidão africana. As reflexões destes passaram a gravitar em torno de sistematizar projetos que promovessem, minimamente, o controle

social (MARQUESE, 2010, p. 53). Neste sentido, os escritos de Antonil com respeito à administração dos engenhos, "portava[m] intenção eminentemente normatizadora, bem de acordo com o projeto jesuítico de guiar a cristandade colonial, ao prescrever o comportamento ideal do senhor de engenho no governo de sua propriedade" (MARQUESE, 2010, p. 54-55), o que, novamente, aproxima as obras de Antonil e Benci.

Impunha-se, no período, a necessidade de controlar os escravizados. Deste modo, os escritos com respeito à escravidão elaborados nos séculos XVII e XVIII apontam para tal necessidade como "um dos pilares fundamentais do gerenciamento das propriedades rurais escravistas coloniais" (MARQUESE, 2010, p. 142). Nesse sentido, Antonil, em seus escritos, por exemplo, deixou recomendações aos feitores acerca da supervisão ideal do trabalho dos escravizados.

A obra Antonil é marcada, portanto, por "uma concepção estática de administração das propriedades rurais escravistas" (MARQUESE, 2010, p. 149). Marquese (2010) destaca que o foco das considerações feitas por Antonil eram tanto a autoridade, quanto o poder do senhor rural.

Benci e Antonil tem em comum o fato de que, no momento em que *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos* e *Cultura e Opulência do Brasil: por suas drogas e minas foram escritos*, encontrava-se "[...] em gestação acelerada uma sociedade onde as relações entre os indivíduos tornam-se cada vez mais mercantilizadas" (FIGUEIRA; MENDES, 1977, p. 34). Na prática, os indivíduos passavam a ser considerados pelo valor do seu capital, isto é, no sentido atualmente atribuído às contribuições de Marx, por quanto valor esse sujeito seria capaz de produzir.

Por outro lado, as obras de Antonil e Benci carregam diferenças cuja explicação em parte se deve ao fato de que Jorge Benci não tinha uma visão laicificada do governo

dos escravizados (MARQUESE, 2010). Antonil, em contrapartida, apesar de ter recorrido a um discurso que alude à narrativa bíblica e a crenças cristãs, similarmente a Benci, ao postular as obrigações que senhores e cativos tinham reciprocamente, "teve uma visão do governo dos escravos em vários aspectos secularizada, ainda que muitas de suas prescrições tenham guardado o mesmo conteúdo das de Benci" (MARQUESE, 2010, p. 85).

Tal característica apontada por Marquese acerca do tom quase secular das descrições de Antonil pode estar relacionada, novamente, às experiências de vida do autor. Como destacado por Silva (2007, p. 33) Antonil foi nomeado Reitor do Colégio dos Jesuítas da Bahia por duas vezes, em 1705 e 1709. Enquanto tal, atividades administrativas, como a gestão da fazenda pertencente ao Colégio, cabiam ao jesuíta. Esse fato, atrelado às habilidades em cálculos e contabilidade relatadas por alguns contemporâneos a Antonil na Ordem, muito provavelmente permitiu que o jesuíta se expressasse em tom secular ao tratar dos negócios dos engenhos (BOSI, 1992).

Por conseguinte, a mobilização de *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos* nas aproximações iniciais que constituem o presente trabalho se justifica pelo tema do conteúdo da obra, isto é, normativas sobre a gestão, por parte dos senhores, do trabalho dos escravizados, o que inclui o provimento de sua subsistência- material e espiritual. Deste modo, as recomendações de Benci podem contribuir para a compreensão da subordinação da camada dos cativos sob o ponto de vista das relações de produção, dominação essa que não deixa de perpassar outras dimensões da existência.

Quanto à mobilização de *Cultura e Opulência do Brasil: por suas drogas e minas*, essa se deve à perspectiva histórica das condições de produção do açúcar na América portuguesa do século XVIII (TAUNAY, 1982; SILVA, 2007), de modo, portanto, a

complementar as contribuições de Benci, o que inclui descrições que integram a dimensão material a outros aspectos atuantes na constituição das estratificações sociais. Ademais, a obra de Antonil faz menções que aludem especificamente à divisão sexual do trabalho entre os cativos dos engenhos, temática particularmente relevante para o presente trabalho.

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E O PAPEL DA MULHER NEGRA NA VIDA MATERIAL NOS ENGENHOS SETECENTISTAS

Tendo em vista as concepções acerca de escravidão e escravismo que permearam as diretrizes deixadas por Benci aos senhores de engenho, bem como as descrições de Antonil sobre relações e meios de produção envolvidos na fabricação do açúcar, tratar-se-á, nesta sessão do objeto de interesse do presente estudo: o papel das escravizadas nas relações de produção. Entretanto, antes, se faz relevante recuperar brevemente como o trabalho desempenhado pelos escravizados, enquanto grupo, foi retratado em *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*.

Ao descrever as condições de produção do açúcar no Brasil setecentista em sua célebre obra *Cultura e Opulência do Brasil: por suas drogas e minas*, André João Antonil fez menção à escravaria necessária ao funcionamento de um "engenho real". Segundo o registro de suas observações, "nos maiores engenhos" o contingente de trabalhadores escravizados superava "o número de cento e cinquenta e duzentas *peças*" (ANTONIL, 2007 (1711), p. 80, grifo nosso). Em excerto posterior, novamente fazendo alusão aos escravizados e escravizadas dos engenhos, Antonil afirmou: "Por isso é necessário comprar cada ano algumas *peças*, e reparti-las pelos partidos, roças, serrarias e barcas" (ANTONIL, 2007, p. 98, grifo nosso).

Como esclarecido por Andrée Mansuy Diniz Silva (2007) “peças” refere-se ao vocábulo “peças-da-índia”, isto é, homens e mulheres escravizados, entre 15 e 30 anos de idade, que eram julgados de “boa compleição física”. O uso do termo “peças”, portanto, indica que os sujeitos cativos eram tomados por características que os qualificavam como potenciais trabalhadores braçais.

Deste modo, fica evidente o lugar ocupado pelos escravizados na sociedade dos engenhos luso-americanos sob a ótica das relações de produção. Novamente mobilizando as palavras de Caio Prado Jr., os cativos, quais “máquinas de trabalho bruto e inconsciente”, ou “instrumentos vivos de trabalho”, representavam o contingente “onipresente” de mão-de-obra no Brasil colonial (PRADO Jr., 2000, p. 270, 277, 308).

No ambiente da grande propriedade rural, conforme retratado por Antonil, a presença do trabalho escravo era, de fato, massiva. O jesuíta expressou isso na seguinte afirmação: “Os escravos são as mãos e pés do senhor do engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente” (ANTONIL, 2007, p. 97).

Em razão da utilização massiva da mão de obra de cativos nos distintos âmbitos da vida econômica na América portuguesa, o trabalho braçal passou a carregar *status* social pejorativo (PRADO Jr., 2000). Isso se encontra refletido nas obras de Benci e Antonil na medida em que apenas cativos foram retratados ou recomendados à realização de atividades operacionais necessárias à manutenção das grandes propriedades dos senhores, quer no plantio e cultivo de itens agrícolas, quer na manufatura do açúcar, ou na manutenção das instalações produtivas e casas das fazendas.

O excerto a seguir, da obra de Antonil, é elucidativo nesse sentido: “Servem ao senhor do engenho em vários ofícios, além dos escravos de enxada e foice que tem nas

fazendas e na moenda e fora os mulatos e mulatas, negros e negras de casa ou ocupados em outras partes [...]" (ANTONIL, 2007, p. 79). A relevância da ocupação produtiva dos cativos em *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*, por sua vez, pode ser ilustrada com a seguinte recomendação do autor:

> A quarta e última obrigação dos senhores é dar o trabalho aos servos, para que com o ócio se não façam insolentes: *opus, ne insolescat.* Há senhores, que nisto pecam por defeito; porém os mais pecam por excesso. Pecam por defeito os que os deixam viver à larga sem ocupação nem trabalho. Pecam por excesso os que os oprimem com trabalhos superiores a suas forças, ou por excessivos ou por demasiadamente continuados. (BENCI, 1977, p. 171, grifo do autor)

Apesar do alerta sobre os malefícios da atribuição de tarefas que demandassem demasiado tempo e esforço físico – o "pecado pelo excesso" –, Benci afirmou a importância da ocupação laboral dos escravizados. Do contrário, estes poderiam rebelar-se contra seu senhor.

O repúdio de Benci à manutenção de escravizados ociosos possivelmente se relacionava ao contexto econômico sob o qual seus escritos foram concebidos. Isto é, o jesuíta preferiu suas diretrizes em um período de carestia, ou escassez dos meios materiais de vida, como afirmado pelo próprio autor: "[...] justo é também que o senhor os ocupe e os não deixe andar ociosos; principalmente no tempo em que isto escrevo, pois tanto nos aperta a carestia" (BENCI, 1977, p. 174). Uma vez considerados parte dos recursos de seu senhor, manter a escravaria ociosa em nada acrescentaria ao patrimônio do senhor.

Novamente em oposição à não atribuição de tarefas produtivas aos escravizados, desta vez tratando especificamente do trabalho desempenhado por mulheres cativas, Benci propôs a seguinte reflexão:

> Não era mui justo que a estas senhoras se lhes atalhasse o caminho a todo o mantimento, e que perecessem à fome, por quererem viver à dependência do que outros plantam e trabalham, podendo elas valer-se de suas escravas para se sustentarem? (BENCI, 1977, p. 174).

As tarefas delegadas aos escravizados enquanto grupo seguiam certa divisão do trabalho, como indicado por alguns excertos da obra de Antonil. Ao tratar das tarefas necessárias à provisão da matéria-prima à fabricação do açúcar, isto é, o plantio, cultivo e preparo da cana para a moedura, o jesuíta distinguiu as atribuições segundo cada gênero:

> Assim, os escravos como as escravas se ocupam no corte da cana; porém, comumente os escravos cortam e as escravas amarram os feixes [...]. Quem segue ao que corta (que comumente é uma escrava) ajunta as canas limpas, como está dito, em feixes, a doze por feixe, e com os olhos dela os vai atando (ANTONIL, 2007, p. 119-120).

A partir de outros excertos, é possível notar certo padrão na atribuição de tarefas tanto para a homens quanto para mulheres. Atividades cujo desempenho demandava relativamente maior desempenho físico – como o corte da cana e o carregamento de objetos, tais como sacas de açúcar – foram retratadas por Antonil como exercidas por homens, ao passo que tarefas que exigiam maior destreza manual – como amarrar feixes e colocar a cana para moer – ficavam a cargo das mulheres cativas.

Ao retratar o trabalho em uma instalação específica, a "casa da moenda", onde se extraía o sumo da cana, o jesuíta mencionou apenas a presença de trabalho feminino: "O feitor da moenda chama a seu tempo as escravas, recebe a cana e a manda vir e meter bem nos eixos e tirar o bagaço [...]" (ANTONIL, 2007, p. 91).

Em outro excerto, ao tratar dos processos de refinamento do açúcar, novamente Antonil fez menção a certa divisão sexual do trabalho:

> No balcão de mascavar assistem *duas negras* das mais experimentadas, que chamam *mães do balcão*, e com outras o mascavam, e apartam o

> inferior do melhor; uns *negros*, que *trazem e aventam as formas e tiram delas os pães de açúcar*, e o *amassador* do barro de purgar, *que é também outro negro*. (ANTONIL, 2007, p. 156, grifo nossos).

Novamente ao tratar das etapas finais de produção do açúcar: "Chegando o tempo de tirar o açúcar das formas, se passarão em um dia muito claro tantas quantas pode receber o balcão de secar; e *passam às costas dos negros* [...]" (ANTONIL, 2007, p. 163, grifo nosso). Mais uma vez, no mesmo sentido: "[...] assim *dois negros levam o açúcar pesado para as caixas*, enxutas e bem aparelhadas [...]" (ANTONIL, 2007, p. 165, grifo nosso).

Nos excertos supracitados, por conseguinte, como anteriormente mencionado, vem à tona a preferência por homens em atividades relacionadas a desempenho de força física, ao passo que mulheres eram delegadas a tarefas de cunho relativamente manual.

Em Benci, por sua vez, também há alguma distinção entre funções que deveriam ser preferencialmente executadas por homens e por mulheres. Nas palavras do autor: "[...] *estes* manda ao pescado, *aqueles* à lavoura; *estas* com a roupa à fonte, *aquelas* à lenha para o fogo" (BENCI, 1977, p. 195, grifo nossos).

Ainda no tocante a esse excerto, Benci, mesmo que não intencionalmente, aproximou o trabalho que deveria ser exercido pelas mulheres cativas ao âmbito da reprodução material, ao passo que as tarefas realizadas pelos homens se relacionava mais diretamente à produção. Isto é, certas tarefas desempenhadas por mulheres aproximavam-se, por exemplo, dos cuidados do lar, como o "prover lenha para o fogo" e ir "com roupa a fonte", nas palavras do jesuíta.

Em Antonil, isso se manifesta ao retratar o trabalho na chamada "casa dos cobres", ou “casa das caldeiras”, onde o sumo da cana passava por processo de cozimento até formar uma espécie de melado:

> Serve, finalmente, para *varrer a casa* e para consertar e *acender as candeias* (que são seis e ardem com azeite de peixe), e para *tirar as segundas e terceiras escumas do seu próprio parol* e *torná-las a botar na caldeira*, uma *escrava*, a quem chamam, por alcunha, a calcanha. (ANTONIL, 2007, p. 143, grifo nosso)

Denota-se que tarefas de limpeza na referida instalação, bem como atividades relativas ao cozimento do sumo da cana cabiam a mulheres escravizadas, portanto, em sentido próximo a Benci, associando o trabalho feminino aos cuidados do lar – trabalho de reprodução material.

Em excerto posterior, fazendo alusão ao trabalho de escravizadas na Casa Grande, Antonil afirmou:

> Servem ao senhor do engenho em vários ofícios, além dos escravos de enxada e foice que tem nas fazendas e na moenda e fora os mulatos e mulatas, negros e *negras de casa* ou ocupados em outras partes (ANTONIL, 2007, p. 80, grifo nosso)

Ainda em outro excerto, ao tecer recomendações acerca das acomodações do engenho dedicadas ao recebimento de hóspedes, Antonil fez nova menção às escravizadas que atuavam dentro da casa do senhor e sua família:

> Ter casa separada para hóspedes é grande acerto, porque melhor se recebem e com menor estorvo da família e sem prejuízo do recolhimento que hão de guardar as mulheres e as filhas e as *moças de serviço interior*, ocupadas no aparelho do jantar e da ceia. (ANTONIL, 2007, p. 107, grifo nosso)

Assim sendo, a partir dos excertos supracitados, é possível perceber o local ocupado pelos escravizados nas relações de produção que constituíam a base material dos

engenhos no início do século XVIII. Também é possível elucidar a presença de certa divisão sexual do trabalho, de modo a resultar em uma subdivisão interna à camada dos escravizados no que tange à estratificação por ocupações.

Para além dos vislumbres fornecidos por *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos* e *Cultura e Opulência do Brasil: por suas drogas e minas* acerca do lugar reservado às mulheres escravizadas nas relações de produção, cabe salientar, ainda, o papel por elas exercido nas relações de reprodução das condições materiais de vida. Ao tratar dos contrastes entre as ocupações atribuídas a mulheres negras, e brancas, familiares dos senhores de engenho, Heleieth Saffioti reforçou a existência do vínculo entre as funções desempenhadas pelas escravizadas e os cuidados do lar. Nas palavras da autora:

> A senhora não dirigia o trabalho da escravaria na cozinha, mas também na fiação, na tecelagem, na costura; supervisionava a confecção de rendas e o bordado, a feitura da comida dos escravos, os serviços do pomar e do jardim, o cuidado das crianças e dos animais domésticos, providenciava tudo para o brilho das atividades comemorativas, que reuniam toda a parentela. (SAFFIOTI, 2013, p. 245).

Ainda outro aspecto relevante, como apontado por Saffioti, diz respeito ao papel das mulheres negras na formação das famílias e na geração de descendentes. A autora afirmou: "cabia à escrava, além de uma função no sistema produtivo de bens e serviços, um papel sexual, via de uma maior reificação e, simultaneamente, linha condutora do desvendamento do verdadeiro fundamento da sociedade de castas" (SAFFIOTI, 2013, p. 236).

Em *Cultura e Opulência do Brasil: por suas drogas e minas*, há breve menção à figura da escravizada como fonte de geração de descendentes – os quais, a saber, como

aludido no excerto a seguir, viveriam sob as mesmas condições materiais e sociais de vida às quais seus genitores eram submetidos -:

> Ver que os senhores têm cuidado de dar alguma coisa dos sobejos da mesa aos *seus filhos pequenos* é acusa de que os escravos os sirvam de boa vontade e que se alegrem de lhes multiplicar servos e servas. Pelo contrário, *algumas escravas* procuram de propósito aborto, só para que não cheguem os *filhos de suas entranhas* a padecer o que elas padecem. (ANTONIL, 2007, p. 104, grifo nosso).

Por conseguinte, Saffioti depreendeu que homens e mulheres escravizados tinham em comum diversos componentes essenciais – como se pretendeu aludir no início desta seção. Todavia, "as funções diferentes que foram obrigados a desempenhar conferiram-lhe papéis de importância diferencial no solapamento da ordem social estabelecida" (SAFFIOTI, 2013, p. 237). Isso porque o grau de exploração da figura da mulher cativa era superior à exploração do escravizado, visto que a mulher negra era mobilizada tanto como mão de obra produtiva nos diversos misteres, neste caso, envolvidos na fabricação do açúcar, quanto como mulher, isto é, e reprodutora da força de trabalho via geração de descendentes (SAFFIOTI, 2013).

Saffioti entende que o estágio de desenvolvimento da estrutura familiar, e, portanto, a maneira segundo a qual a mulher desempenha as funções a ela destinadas tanto no campo da sexualidade, quanto da reprodução e da socialização dos filhos, exerce uma considerável influência no que diz respeito ao dito trabalho produtivo desempenhado por mulheres. Nesse sentido, a autora conclui que "[...] o controle racional dos papéis femininos é regulado, em última instância, pela estrutura econômica da nação" (SAFFIOTI, 2013, p. 94).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da mobilização preliminar dos escritos de Jorge Benci e André João Antonil que elucidam aspectos do trabalho nos engenhos da América portuguesa do início do século XVIII, bem como conciliando a respectiva análise às referências bibliográficas pertinentes, é possível inferir acerca do papel ocupado pelos escravizados na sociedade colonial sob a ótica das relações de produção. A inferioridade social conferida pela condição de cativos se somava à ocupação com trabalho braçal, também socialmente inferiorizado, tomado como degradante (PRADO Jr., 2000).

Os escravizados eram ocupados com distintas atividades nos mais diversos âmbitos da vida econômica no Brasil-colonial, como defendido por Benci. No que se refere aos engenhos, os relatos de Antonil trazem à luz a mobilização do trabalho dos cativos desde o plantio da cana até as etapas últimas da produção do açúcar, bem como nas instalações de morada do senhor de engenho e sua família.

A partir de retratos e orientações de ambos os jesuítas, nota-se certa divisão do trabalho segundo o gênero dos escravizados. Ao passo que os homens tendiam a ser ocupados com tarefas que demandavam, relativamente, maior desempenho físico, as mulheres costumavam realizar atividades que exigiam certa destreza manual, bem como tarefas muitas vezes próximas a trabalhos de reprodução das condições materiais de vida ou mesmo geração de descendentes.

Apesar das fontes primárias, bem como as referências, mobilizadas no presente trabalho – com exceção da obra de Heleieth Saffioti, quando se propõe a estudar a posição social da mulher na ordem escravocrata-senhorial – não terem como foco o trabalho escravo feminino, acabam por apresentá-lo, seja justapondo-o ou contrapondo-o ao trabalho escravo masculino.

A análise histórica mais recuada no tempo, com respeito ao papel desempenhado pelas escravizadas na economia colonial brasileira, figura como uma chave de possíveis interpretações acerca da posição social ocupada por essas mulheres na contemporaneidade. Embora o trabalho da mulher negra e a posição social desta na atualidade não seja o objeto do presente estudo, a observação da posição da escravizada no Brasil colonial elucida os impactos que a trajetória histórica do trabalho negro feminino tem sobre o mercado de trabalho na atualidade para essas mulheres.

A posição de subalternidade conferida às mulheres negras no mercado de trabalho atual, guarda, ainda que parcialmente, relações com o que fora estabelecido ao trabalho feminino no Brasil colonial. Nas palavras de Saffioti: "Com efeito, a afirmação de Florestan Fernandes de que "a alienação social da pessoa do negro se processou inicialmente como alienação social da pessoa do escravo" deve ser esmiuçada quando referida especificamente ao elemento feminino da escravaria" (SAFFIOTI, 2013, p. 234).

REFERÊNCIAS

Fontes:

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil: por suas drogas e minas (1711).* Introdução e notas por Andrée Mansuy Diniz Silva. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Coleção Documenta Uspiana II), 2007.

BENCI, Jorge. *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos: (livro brasileiro de 1700)***.** São Paulo, SP: Grijalbo, 1977. 224p. (Brasil ontem e hoje, 3).

Bibliografia:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul, Séculos XVI e XVII.* São Paulo: Companhia das Letras, 2000

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. 3ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

FIGUEIRA, Pedro de Alcântara; MENDES, Claudinei Magno Magre. "Estudo preliminar: O escravismo colonial". In*:* BENCI, Jorge. *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos: livro brasileiro de 1700.* Editorial Grijalbo, 1977.

FERNANDES, Florestan. *Circuito fechado: Quatro ensaios sobre o "poder institucional"*. Prefácio por Maria Arminda do Nascimento Arruda. São Paulo: Globo, 2010 (1976).

LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos setencentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MARQUESE, Rafael de Bivar de. *Administração & escravidão: idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira.* São Paulo: Hucitec, 2010.

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.* Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra (Coleção Estudos brasileiros, v.30), 1978.

NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos*. Organizado por Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NOVAIS, Fernando. "Entrevista" In: Moraes, J. Geraldo V. e Rego, J. Marcio. *Conversas com historiadores brasileiros.* São Paulo: ed. 34, 2002.

NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777- 1808).* 5. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1989 (1979).

PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo.* São Paulo: Companhia das Letras, 2011 (1942)

PRADO Jr., Caio. *História Econômica do Brasil*. 44. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000 (1945)

ROCHA, Antonio Penalves. "Prefácio". In: MARQUESE, Rafael de Bivar. *Administração & escravidão: idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira.* São Paulo: Hucitec, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A mulher na sociedade de classes***.** 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835.* São Paulo: Cia. Das Letras, 1988.

SILVA, Andrée Mansuy Diniz. "Introdução". In: ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Coleção Documenta Uspiana II), 2007.

SILVA, Lígia Osório. "Feudalismo, capital mercantil e colonização". In: MORAES, João Quartim de; DEL ROIO, Marcos (orgs.). *Visões de Brasil*, Vol. IV. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII.* 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2015 (1983).

TAUNAY, Affonso D'Escragnolle. "Antonil e sua obra: Estudo biobibliográfico por Affonso D'Escragnolle Taunay". In: ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp (Coleção Reconquista do Brasil), 1982.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

"LIVRES PELA LEI": Demografia, Economia e os impactos da Lei do Ventre Livre nas listas de batismos da Gazeta de Campinas

Alissa Galdino de Souza

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

"LIVRES PELA LEI": Demografia, Economia e os impactos da Lei do Ventre Livre nas listas de batismos da Gazeta de Campinas

Free by the law: demography, economy and the impacts of the Free Womb Law on the baptism lists of the Gazeta de Campinas

Alissa Galdino de Souza[1]

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar as listas de batismos do jornal Gazeta de Campinas e as possibilidades de sua utilização para compreender a implementação da Lei do Ventre Livre. Para tanto selecionei as primeiras edições nas quais essas listas aparecem, num momento anterior a aprovação da lei, e as edições correspondentes ao período seguinte ao marco. Assim, ao realizar essa prospecção, em conjunto com dados extraídos do Censo de 1872, será possível tentar responder as seguintes questões: O que mudou nas listas com a promulgação da lei? A partir das listas, o que é possível levantar sobre a população e a conjuntura econômica de Campinas daquele período? Qual a diferença entre as listagens de escravizados e livres? De que modos isso nos possibilita compreender os arranjos familiares?

Palavras-chave: *jornal, listas de batismo, Lei do Ventre Livre, Censo de 1872, Campinas*

Abstract

This article aims to present the baptism lists from the Gazeta de Campinas newspaper and the possibilities of using them to understand the implementation of the Lei do Ventre Livre. For this purpose I selected the first editions in which these lists appear, in a moment before the approval of the law, and the editions corresponding to the

[1] Mestranda em História Social no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: alissagaldss@gmail.com

period following the milestone. Thus, by performing this prospection, in conjunction with data extracted from the 1872 Census, it will be possible to try to answer the following questions: What changed in the lists with the enactment of the law? Based on the lists, what is it possible to raise about the population and the economic situation of Campinas in that period? What is the difference between the lists of enslaved and free people? In what ways does this enable us to understand family arrangements?

Keywords: *newspaper, baptism lists, Free Womb Law, 1872 Census, Campina*

"LIVRES PELA LEI": Demografia, Economia e os impactos da Lei do Ventre Livre nas listas de batismos da Gazeta de Campinas

***

Introdução

O presente artigo é resultado de uma breve pesquisa no jornal Gazeta de Campinas, na tentativa de encontrar informações a respeito das estruturas e relações familiares da população escravizada. A princípio, o objetivo era tentar identificar essas relações através dos anúncios de fugas escravas, contudo, logo nas primeiras edições semanais, que possuem o recorte de 1869-1875, tive a felicidade de encontrar também listas de batismos, listas de casamentos, obituários e manumissões. Tais listas informam não apenas os nomes, idades e datas, como também a condição jurídica da população ali identificada, portanto, uma riquíssima fonte para se pensar a Demografia Histórica, os arranjos familiares e a conjuntura econômica de Campinas na segunda metade do século XIX. Para além dessas razões, tais fontes também nos permitem observar o que era de interesse público e o que era de interesse privado da Igreja e dos senhores, no que diz respeito à publicação na imprensa.

Em virtude da diversidade de opções para trabalhar, e do curto prazo para a escrita da proposta, optei por me concentrar somente nas listas de batismos, mas, também, recorrer ao Censo de 1872 para compreender quem era a população de Campinas no período em que as listas foram publicadas, assim como aspectos conjunturais e padrões demográficos.

Ao folhear páginas de todas as edições do jornal desde 1869 até 1875, pude notar que as primeiras listas de batismo começaram a aparecer em 1870, compreendendo 17 listas ao longo deste ano. No entanto, para o ano de 1871 não consta uma lista sequer nas edições, voltando a aparecer somente em 1872, com uma estrutura diferente daquela inicial, compreendendo metade dos meses daquele ano e desaparecendo novamente por todos os anos seguintes até 1875. Em razão disso, foi possível relacionar diretamente essa mudança estrutural nas listas com a promulgação da Lei do Ventre Livre em 1871 e suas

discussões. Compreender as razões das mudanças que tal legislação propiciou no jornal é o que nos guiará neste artigo.

Quem era a população de Campinas no contexto da Lei do Ventre Livre?

Antes de apresentar individualmente os registros e cada conjunto de listas correspondentes aos anos de 1870 e de 1872, é importante nos concentrarmos na seguinte questão: Qual era a população de Campinas em 1872? Vale lembrar que 1872 é o ano do primeiro recenciamento populacional do Brasil, cujos dados muito nos interessam para o enriquecimento deste artigo e para situar espacialmente as fontes eleitas. De acordo com o Censo de 1872, a população de Campinas era composta pela soma de 17 712 pessoas livres e 13 685 pessoas escravizadas, totalizando 31 397 indivíduos[2].

Para além do total da população geral, o censo também traz outras variáveis como sexo e idade, fundamentais para situarmos de maneira ainda mais precisa as listas de batismos. A partir de dados do recenciamento de 1872, criamos a seguinte tabela:

TABELA 1: POPULAÇÃO GERAL POR SEXO E CONDIÇÃO JURÍDICA (CAMPINAS, CENSO DE 1872)

	Livre	Escravo	Total
Homem	9643	8806	18449
Mulher	8069	4879	12948
Total	17712	13685	31397

A tabela 1 refere-se à população geral da cidade de Campinas em 1872. Entretanto, optei por inserir também a condição jurídica, isto é, se eram livres ou escravizados, e o sexo, para compreendermos em maiores detalhes quem compunha essa população.

[2] CEDEPLAR-UFMG – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Pop 1872 – Brasil. Recenseamento do Império do Brasil. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, s/d. Disponível em: http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/

Grosso modo, foi possível notar que o número de homens, tanto livres quanto cativos, era expressivamente maior que o número de mulheres. Ainda que os números indiquem uma população escravizada menor que a população livre, Campinas possuía uma excepcionalidade em relação a outros municípios. Nas palavras de Slenes (2011), "em 1872, na época da primeira "matrícula geral", ou registro nacional, de escravos, Campinas tinha 14 mil cativos, ou a maior população escrava de todos os municípios paulistas"[3].

Ao retomarmos a variável sexo, no que se refere a população escrava, a tabela 1 também nos aponta para uma discrepância significativa entre o número de homens e mulheres, chegando numa diferença de quase 4 000, um número relativamente expressivo se comparado à diferença de 1 574 entre homens e mulheres livres. Vale lembrar que, na segunda metade do século XIX, Campinas passava por um processo de expansão cafeeira e, desde o fim do tráfico transatlântico de cativos, as províncias passaram a aderir exponencialmente ao tráfico interno[4]. De acordo com Slenes,

> Após a abolição do tráfico de africanos, os senhores de escravos em Campinas continuavam a comprar mais homens do que mulheres. Em consequência, mesmo na amostra da matrícula de escravos de 1872, a razão de masculinidade entre os adultos continuava a ser muito alta.(Slenes, 2011, p. 81)

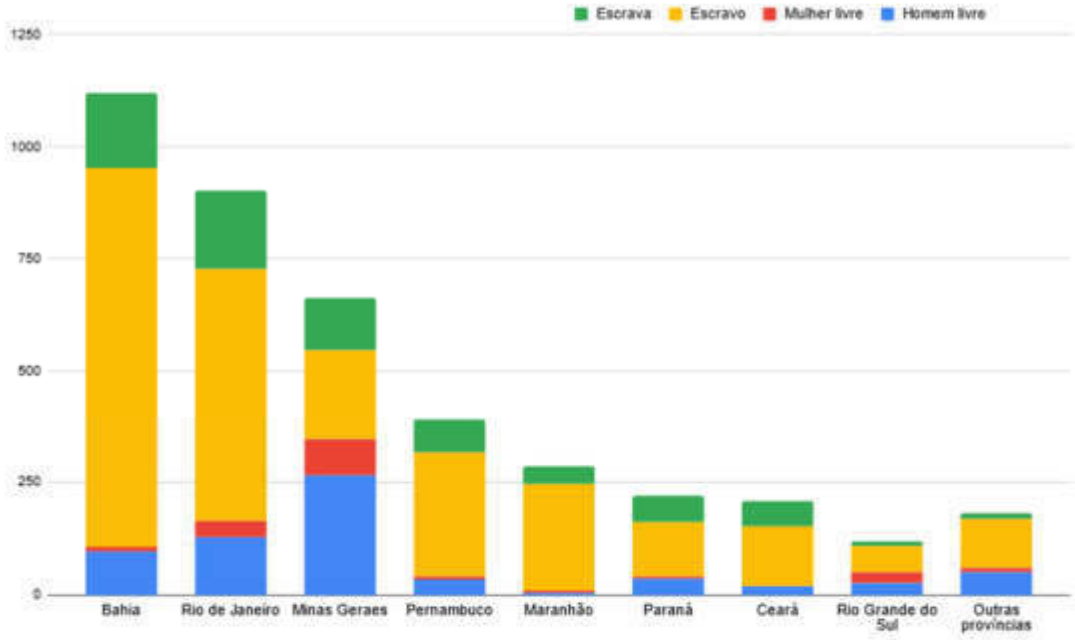
Tão importante foi o tráfico interprovincial para o arranjo populacional em 1872 que o censo do mesmo ano aponta que, apenas da província da Bahia, cerca de 843 escravos homens e 170 escravas mulheres compunham parte da população de Campinas totalizando 1013 pessoas. Um número assustadoramente alto se olharmos para os escravizados oriundos de outras províncias, como a de Minas Gerais, com total de 314

[3] Ao contrário dos dados do censo, os da matrícula geral de 1872 não foram reunidos e publicados de maneira a formar séries completas. Ao trabalhar com essa documentação, Slenes utiliza como amostras os registros de matrícula que estavam incluídos em inventários post-mortem do período. SLENES, Robert W. Na Senzala, Uma Flor. 2 ed. Editora Unicamp: Campinas, 2011, p. 77.

[4] Sobre a expansão cafeeira no oeste paulista e o tráfico interno, ver: Richard Graham (2002); Rafael de Bivar Marquese e Dale Tomich (2009); Evaldo Cabral de Mello (1984); Erivaldo Fagundes Neves (2000); Robert Slenes (2004).

pessoas, entre 200 homens e 114 mulheres[5]. O gráfico a seguir nos permite visualizar melhor a composição populacional de Campinas em 1872, no que diz respeito a naturalidade, ao estatuto jurídico e ao sexo:

Gráfico 1: Brasileiros de outras provincias em Campinas, por sexo e condição jurídica (censo de 1872)



Tamanha era a importância do tráfico interprovincial para a estrutura demográfica campineira que, segundo os dados do censo, em 1872 a imigração europeia representava uma parcela muito menor da população de Campinas. Mesmo o país com o maior número de imigrantes, Portugal, tinha 770 indivíduos na população da cidade, ao passo que os italianos eram apenas 118 pessoas[6].

[5] CEDEPLAR-UFMG – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Pop 1872 – Brasil. Recenseamento do Império do Brasil. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, s/d. Disponível em: http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/

[6] CEDEPLAR-UFMG – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Pop 1872 – Brasil. Recenseamento do Império do Brasil. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, s/d. Disponível em: http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/

Muitos autores dedicaram-se a estudar as motivações e percursos do tráfico interno no Brasil, como é o caso de Mello (1984). De acordo com ele, a partir de 1850, quando o tráfico interprovincial se coloca como uma estratégia fundamental para driblar os prejuízos advindos o fim do tráfico negreiro, políticos nordestinos passam a recorrer ao Governo Imperial na tentativa de barrá-lo, mas sem obter sucesso. Como tais apelos não eram do interesse do Ministério Conservador e das províncias cafeicultoras do Sudeste, foram rapidamente silenciados. Vale lembrar que as províncias do Sudeste cafeeiro foram as que mais se beneficiaram com essa dinâmica interna e também eram as que mais detinham influência política naquele momento.

Ainda segundo Mello (1984), é a partir de 1856 que se inicia uma segunda fase desse tráfico interprovincial, quando a lavoura nordestina deixa de se interessar pela proibição dele. Tudo isso fica mais evidente no decênio de 1870, com uma crise agrícola que afeta diretamente as províncias do Norte e estas passam a enxergar no tráfico uma solução econômica para sanar suas perdas. Para além dessas causas, com a Lei 2.040, o Norte passou a ver no tráfico uma espécie de abolição com direito a indenização, já que tal legislação indicava um previsível fim da escravidão. Um outro ponto que justifica a relevância de olhar atentamente para o tráfico interprovincial como força econômica fundamental para a conjuntura de Campinas na segunda metade do XIX, se dá na centralidade do café, sobretudo aquele produzido no Vale do Paraíba e no Oeste Paulista. Sobre essa relação entre as zonas cafeeiras e o tráfico interno na segunda metade do século XIX, Marquese e Tomich (2009) apontaram que

> Em meados do século XIX, os municípios cafeeiros do Médio Vale do Paraíba se encontravam suficientemente abastecidos de trabalhadores cativos; de agora em diante, a reposição dessa força de trabalho, bem como a aquisição dos escravos necessários à expansão em novas frentes, como as de Cantagalo (RJ), a da Zona da Mata mineira e do oeste de São Paulo, ocorreria basicamente por meio do tráfico interno, que foi articulado econômica e politicamente logo nos primeiros anos da década de 1850. (Marquese;Tomich, 2009, p.49)

Sendo assim, cabe a nós questionar: por que esses senhores estavam comprando tantos escravizados de províncias distantes? E por que tinham uma clara preferência por aqueles do sexo masculino? Uma boa resposta seria a grande demanda de escravizados para as lavouras de café e a garantia de maior produtividade.

Agora, incluindo a variável idade, a tabela 2, abaixo, nos mostra o que o que foi levantado pelo Censo de 1872.

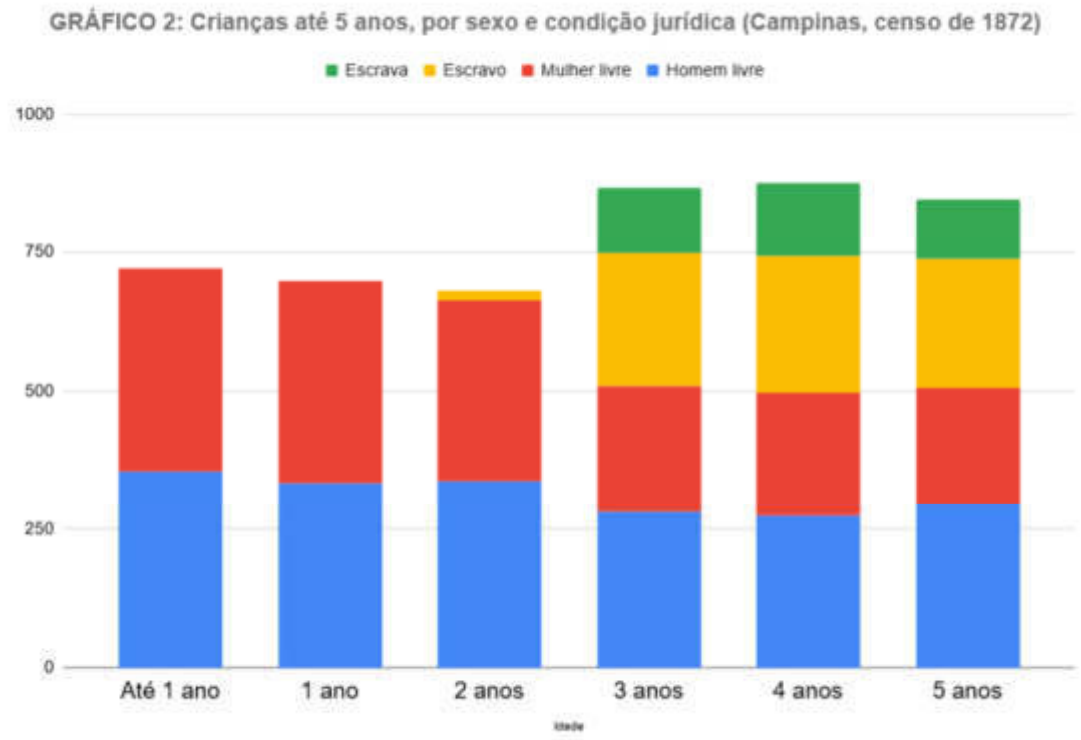
TABELA 2: POPULAÇÃO GERAL POR SEXO, IDADE E CONDIÇÃO JURÍDICA (CAMPINAS, CENSO DE 1872)

Idade	Homem livre	Mulher livre	Escravo	Escrava	Total
Até 5 anos	1877	1716	736	362	4691
6-10 anos	1267	1014	850	544	3675
11-15 anos	922	825	882	506	3135
16-20 anos	843	870	1010	512	3235
21-25 anos	815	734	1024	522	3095
26-30 anos	863	769	1027	546	3205
31-40 anos	1300	959	1194	773	4226
41-50 anos	899	588	1010	536	3033
51-60 anos	509	358	784	373	2024
61-70 anos	204	130	200	120	654
71-80 anos	72	50	50	42	214
81-90 anos	21	16	11	9	57
91-100 anos	10	5	5	2	22
Maiores de 100	1	0	1	0	2
S/inf.	40	35	22	32	129

Como visto anteriormente, essa tabela exemplifica o predomínio de homens escravizados em idade adulta, principalmente a partir das idades entre 16-20 anos. Rara são as vezes em que o número de homens livres ultrapassou o de homens cativos após

essa faixa etária, aparecendo somente nas idades de 31-40 anos. No que concerne o número de mulheres, podemos observar um predomínio das livres sobre as escravizadas em todas as idades.

Agora, nos aproximando cada vez mais das listas de batismo, fontes principais desse artigo, vale a pena voltarmos nossos olhares para as crianças, sobretudo para aquelas até 5 anos de idade (soma das idades até 1 ano, 1 ano, 2 anos, 3 anos, 4 anos e 5 anos), que incluem as crianças identificadas nas listas de batismo da Gazeta de Campinas. O gráfico abaixo nos ajuda a visualizar melhor essa distribuição:



O gráfico apresenta a quantidade de crianças até 5 anos do município de Campinas, diferenciando-as por sexo e condição jurídica. Na base está indicada qual era a idade desses menores quando o Censo de 1872 foi contabilizado, isto é, através da idade

é possível chegar ao ano de nascimento. As partes em verde e em amarelo, que representam as crianças escravas, desaparecem em virtude da aprovação Lei do Ventre em 1871[7], que concedia a liberdade para nascidos de ventre escravo. Todavia, enquanto analisava os dados, algo inesperado chamou minha atenção. Ao considerarmos a outorga dessa lei, o que explicaria o número de crianças nascidas até 2 anos depois dela ter diminuído tanto mesmo com a inserção das crianças escravizadas (agora ingênuas)? Por que um aumento significativo da população total na faixa das crianças nascidas antes da Lei do Ventre Livre? Uma boa hipótese seria a tentativa dos senhores encobrirem a verdadeira idade dessas crianças para evitarem problemas com a lei, caso houvesse alguma irregularidade.

Alguns pesquisadores se debruçaram a compreender as incongruências do Censo de 1872 no que se refere as falhas nos registros de crianças. Um deles é Moura Filho (2022) que, analisando o caso fluminense, aponta para uma irregularidade quantitativa nas primeiras idades. Para ele,

> Um primeiro problema para a análise dos dados do Censo de 1872 decorre do fato institucional de este ter sido realizado logo após a vigência da Lei do Ventre-Livre, fazendo com que filhos de escravas com até um ano de idade fossem classificados entre os "livres". Apesar de corresponder à realidade jurídica, este critério falsifica, enquanto populações demograficamente completas, ambos os conjuntos de indivíduos – tanto os "livres" como os "escravos". Para ajustar os dados quanto a esta discrepância, é preciso estimar o número de ingênuos classificados no grupo de "livres" e transferi-los para o grupo de "escravos", melhorando a coerência demográfica de ambas as condições sociais. (Filho, 2022, p. 5)

Desta forma, creio que devemos ter certo cuidado ao analisar a demografia relativa às crianças no Censo de 1872, em razão da implementação da lei de 1871. Assim, pretendo considerar as recomendações de Moura Filho (2022) para trabalhar com essa

[7] A lei de 28 de setembro de 1871, também conhecida como Lei do Ventre Livre, Lei Rio Branco ou Lei 2.040, reconhecia na condição de livres todos os filhos de escravas nascidos após sua promulgação. Até os oito anos de idade, os ingênuos ficariam sob a autoridade dos senhores de suas mães, passando esse período o proprietário poderia ser indenizado pelo Estado Imperial ou utilizar os serviços do menor até que o mesmo completasse vinte e um anos.

documentação, não me atendo apenas ao sentido jurídico da condição escrava, mas observando os cativos também como grupo social. Para tanto, considero as listas de batismos publicadas na Gazeta de Campinas, fontes muito profícuas para ajudar a responder os questionamentos feitos até o momento.

As listas de batismos da Gazeta de Campinas e a Lei do Ventre Livre (1870 e 1872)

Como foi brevemente apresentado na introdução, durante a pesquisa feita no periódico *Gazeta de Campinas*, encontrei listas de batismos com diversas informações capazes de ajudar-nos a pensar as famílias. O recorte eleito foi de 1870 a 1875, porém, observando atentamente página por página de cada edição desses anos, pude notar que somente alguns meses dos anos de 1870 e 1872 continham listas de batizados. A partir daí, tabulei algumas informações.

Num primeiro momento vamos olhar para as listas do ano de 1870. A tabela 3 foi criada com base nas informações mais gerais, de modo a nos localizar a respeito dos meses, edições, páginas, dias registrados em cada lista, localidade e condição jurídica das crianças. É possível observar que nem todos os meses do ano tiveram listas publicadas no jornal, como é o caso dos meses de setembro, outubro e novembro. A maioria delas são encontradas na segunda página de cada edição, com exceção apenas das edições 42, 55 e 110. No que se refere à localidade, até a edição 65, é possível notar que todos os batizados publicados aconteceram na Matriz, contudo, nas edições seguintes encontramos referências à Matriz Nossa Senhora da Conceição, que não sabemos se é a mesma da primeira, e também à Freguesia da Conceição.

TABELA 3: LISTAS DE BATISMOS NA GAZETA DE CAMPINAS, 1870

Edição	Data de publicação	Página	Dias registrados na lista	Localidade	Batizados livres	Batizados escravos	Total
22	13/01/1870	2	1 a 7 de janeiro	Matriz	14	9	23
23	16/01/1870	2	9 a 14 de janeiro	Matriz	8	6	14
25	23/01/1870	2	19 a 20 de janeiro	Matriz	8	2	10

30	10/02/1870	2	23 de janeiro a 5 de fevereiro	Matriz	18	14	32
34	24/02/1870	2	5 a 17 de fevereiro	Matriz	14	10	24
36	03/03/1870	2	19 a 25 de fevereiro	Matriz	10	5	15
40	17/03/1870	2	25 de fevereiro a 11 de março	Matriz	24	8	32
42	24/03/1870	1 e 2	12 a 18 de março	Matriz	11	8	19
46	07/04/1870	2	19 a 26 de março	Matriz	9	5	14
54	08/05/1870	2	20 a 29 de março	Matriz	11	3	14
55	12/05/1870	3	27 a 31 de março	Matriz	12	3	15
59	26/05/1870	2	2 a 14 de abril	Matriz	19	5	24
65	16/06/1870	2	16 a 30 de abril	Matriz	10	21	31
77	31/07/1870	2	1 a 25 de julho	Matriz da Nossa Senhora da Conceição	17	9	26
81	14/08/1870	2	28 de julho a 12 de agosto	Matriz da Nossa Senhora da Conceição	9	3	12
110	01/12/1870	3	23 a 27 de novembro	Freguezia da Conceição	6	1	7
112	08/12/1870	2	1 a 4 de dezembro	Freguezia da Conceição	4	6	10

Acerca da condição jurídica, podemos visualizar que na grande maioria das edições do ano de 1870, o número de livres, independentemente do local onde ocorreu o batismo, ultrapassa o número de escravizados. Encontramos apenas duas exceções, a primeira na edição 65 e a segunda na edição 112. Como essas listas nos informam a condição jurídica dos pais, consideramos o princípio do *Partus sequitur ventrem*[8] para conferir também o estatuto jurídico das crianças. Uma outra informação relevante de ser mencionada e que se encontra na diferença das informações entre população livre e população escrava, é a presença ou a ausência de sobrenomes. Em todas as listas de todas as edições, é possível identificar o sobrenome da mãe e do pai de crianças livres. Já no

[8] Princípio empregado em muitas sociedades escravistas nas Américas desde o processo de colonização, indica que os filhos herdam o estatuto jurídico de suas mães. No caso do Brasil, dura até a promulgação da Lei 2040, que passa considerar livres os filhos de ventre escravo. Ver: Sousa (2021)

caso das crianças cativas, os pais eram identificados somente pelo primeiro nome, raros os casos em que o proprietário era identificado e constava também seu sobrenome. No entanto, ao fato de os batismos registrados serem contínuos apenas de 1 de janeiro a 30 de abril, cabe a nós o cuidado para não generalizar os dados a partir do que consta no jornal. É provável que os batismos continuaram acontecendo de maneira contínua nos meses e semanas que estão faltando após essa data, apenas não tendo sido publicados. A pergunta, neste caso, deve ser: por quê?

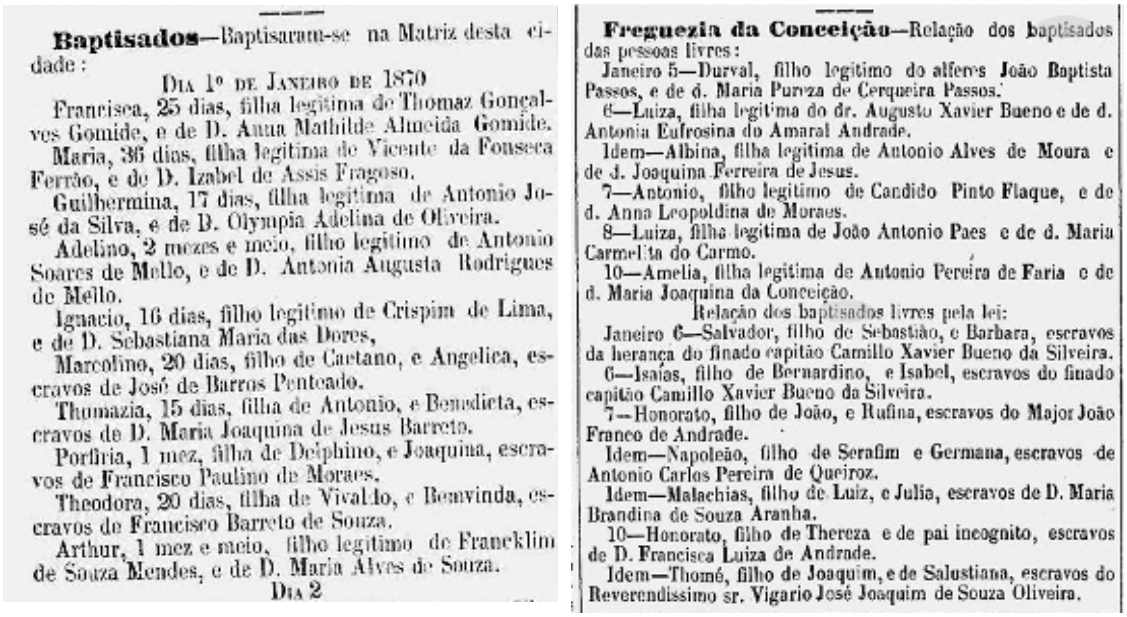
Agora vamos nos concentrar no ano de 1872, o segundo e último ano em que as listas de batismos aparecem na Gazeta de Campinas. Por alguma razão, até o momento desconhecida para nós, o jornal optou por não publicar listas de batismos em nenhuma edição do ano de 1871, assim como nos anos posteriores a 1872. Mais uma vez nos cabe perguntar: por quê? Qual o interesse dos donos e redatores deste veículo de informação publicarem somente em alguns meses de dois anos e depois interromperem?

Ao ano de 1872 é o primeiro ano em que podemos observar os efeitos mais evidentes da Lei do Ventre Livre, neste caso, através da estrutura das listas no jornal. A tabela 4 nos mostra que, assim como no ano de 1870, as publicações de batizados deste ano também não foram completas, tendo sido registradas somente até a edição 265, do mês de junho. A maioria das listas aparecem na página 2, com exceção da edição 254. No que tange ao campo de localidade, diferente de 1870, em 1872 nenhum batismo foi publicado pela Matriz, somente pela Freguesia da Conceição, que já havia aparecido, e também pela Freguesia de Santa Cruz, que aparece agora pela primeira vez.

Retomando os impactos da Lei do Ventre Livre no ano de 1872, a tabela 4 nos mostra uma importante diferença em relação a tabela 3. As crianças que em 1870 eram listadas como livres e escravas a partir do estatuto jurídico de suas mães, passam a ser divididas entre "livres" e "livres pela lei". Isto pois, em 28 de setembro de 1871, quando a lei foi aprovada, em seu primeiro artigo ela dizia que os filhos de mulher escrava que nascerem no Império a partir desta data, serão considerados livres. Olhando para isto, a Gazeta de Campinas, diferente do Censo de 1872, optou por continuar diferenciando a

categoria jurídica e, portanto, substituiu os "escravos" por "livres pela lei". Isto nos ajuda muito a compreender o modo como a imprensa, neste caso a Gazeta de Campinas, atuava como reforçadora dos marcadores de diferença social. Senão através da categoria cor, como nos anúncios de fuga e anúncios de compra e venda, por meio de novas categorias, como é o caso de "livres pela lei".

IMAGEM 1: Listas de Batizados de 1870 e de 1872, nas quais é possível observar a mudança trazida pela Lei do Ventre Livre na forma de organizar as informações



Baptisados—Baptisaram-se na Matriz desta cidade:

Dia 1º de Janeiro de 1870

Francisca, 25 dias, filha legitima do Thomaz Gonçalves Gomide, e de D. Anna Mathilde Almeida Gomide.

Maria, 36 dias, filha legitima de Vicente da Fonseca Ferrão, e de D. Izabel de Assis Fragoso.

Guilhermina, 17 dias, filha legitima de Antonio José da Silva, e de D. Olympia Adelina de Oliveira.

Adelino, 2 mezes e meio, filho legitimo de Antonio Soares de Mello, e de D. Antonia Augusta Rodrigues de Mello.

Ignacio, 16 dias, filho legitimo de Crispim de Lima, e de D. Sebastiana Maria das Dores,

Marcolino, 20 dias, filho de Caetano, e Angelica, escravos de José de Barros Pentcado.

Thomazia, 15 dias, filha de Antonio, e Benedicta, escravos de D. Maria Joaquina de Jesus Barreto.

Porfiria, 1 mez, filha de Delphino, e Joaquina, escravos de Francisco Paulino de Moraes.

Theodora, 20 dias, filha de Vivaldo, e Benvinda, escravos de Francisco Barreto de Souza.

Arthur, 1 mez e meio, filho legitimo de Francklim de Souza Mendes, e de D. Maria Alves de Souza.

Dia 2

Freguezia da Conceição—Relação dos baptisados das pessoas livres:

Janeiro 5—Durval, filho legitimo do alferes João Baptista Passos, e de d. Maria Purvza de Cerqueira Passos.

6—Luiza, filha legitima do dr. Augusto Xavier Bueno e de d. Antonia Eufrosina do Amaral Andrade.

Idem—Albina, filha legitima de Antonio Alves de Moura e de J. Joaquina Ferreira de Jesus.

7—Antonio, filho legitimo de Candido Pinto Flaque, e de d. Anna Leopoldina de Moraes.

8—Luiza, filha legitima de João Antonio Paes e de d. Maria Carmelita do Carmo.

10—Amelia, filha legitima de Antonio Pereira de Faria e de d. Maria Joaquina da Conceição.

Relação dos baptisados livres pela lei:

Janeiro 6—Salvador, filho de Sebastião, e Barbara, escravos da herança do finado capitão Camillo Xavier Bueno da Silveira.

6—Isaías, filho de Bernardino, e Isabel, escravos do finado capitão Camillo Xavier Bueno da Silveira.

7—Honorato, filho de João, e Rufina, escravos do Major João Franco de Andrade.

Idem—Napoleão, filho de Serafim e Germana, escravos de Antonio Carlos Pereira de Queiroz.

Idem—Malachias, filho de Luiz, e Julia, escravos de D. Maria Brandina de Souza Aranha.

10—Honorato, filho de Thereza e de pai incognito, escravos de D. Francisca Luiza de Andrade.

Idem—Thomé, filho de Joaquim, e de Salustiana, escravos do Reverendissimo sr. Vigario José Joaquim de Souza Oliveira.

Diferente das listas de 1870, nesta o número de batizados livres e de batizados "livres pela lei" não possui diferença tão expressiva, variando de acordo com o mês e também com a freguesia. Contudo, vale chamar a atenção para o fato de que em algumas edições (228, 240, 248, 250, 253, 254, 259, 262, 263 e 265), o número de escravizados, fosse na Freguesia da Conceição, fosse de Santa Cruz, foi 0. Diante disso, o mesmo cuidado tomado ao analisar as listas de 1870, deve ser tomado aqui. É pouco provável, para não dizer impossível, que não tenham sido batizadas crianças ingênuas nos meses que correspondem à essas edições. Portanto, é importante questionar: por que a

publicação das listas não segue uma constância para todos os meses? Por que os batismos ocorridos na Matriz não aparecem neste ano?

TABELA 4: LISTAS DE BATISMOS NA GAZETA DE CAMPINAS, 1872

Edição	Data de publicação	Página	Dias registrados na lista	Localidade	Batizados livres	Batizados Livres pela lei	Total
223	14/01/1872	2	5 a 10 de janeiro	Freguezia da Conceição	6	7	13
225	21/01/1872	2	13 a 16 de janeiro	Freguezia da Conceição	4	5	9
225	21/01/1872	2	1 a 18 de janeiro	Freguezia de Santa Cruz	10	10	20
228	01/02/1872	2	27 de janeiro	Freguezia da Conceição	2	0	2
229	04/02/1872	2	28 a 31 de janeiro	Freguezia da Conceição	6	1	7
229	04/02/1872	2	25 a 31 de janeiro	Freguezia de Santa Cruz	8	3	11
231	11/02/1872	2	4 a 10 de fevereiro	Freguezia da Conceição	8	2	10
234	22/02/1872	2	2 a 15 de fevereiro	Freguezia de Santa Cruz	10	8	18
235	25/02/1872	2	7 a 23 de fevereiro	Freguezia da Conceição	6	9	15
239	10/03/1872	2	24 de fevereiro a 4 de março	Freguezia da Conceição	17	11	28
240	14/03/1872	2	28 de fevereiro	Freguezia da Conceição	1	0	1
246	07/04/1872	2	9 de março a 2 de abril	Freguezia da Conceição	27	10	37
248	14/04/1872	2	6 a 15 de abril	Freguezia da Conceição	5	0	5
250	21/04/1872	2	10 a 27 de março	Freguezia de Santa Cruz	15	0	15
251	25/04/1872	2	10 a 31 de março	Freguezia de Santa Cruz	7	14	21
252	28/04/1872	2	1 a 16 de abril	Freguezia de Santa Cruz	15	13	28
253	02/05/1872	2	16 a 26 de abril	Freguezia de Santa Cruz	16	0	16

254	05/05/1872	3	22 de abril a 3 de maio	Freguezia da Conceição	7	0	7
254	05/05/1872	2	20 a 29 de abril	Freguezia de Santa Cruz	10	6	16
259	23/05/1872	2	4 a 22 de maio	Freguezia da Conceição	22	0	22
262	06/06/1872	2	5 de maio a 1 de junho	Freguezia de Santa Cruz	16	0	16
263	09/05/1872	2	25 de maio a 6 de junho	Freguezia da Conceição	14	0	14
263	09/05/1872	2	3 de maio a 2 de junho	Freguezia de Santa Cruz	0	27	27
265	16/06/1872	2	6 a 14 de junho	Freguezia da Conceição	6	0	6

Para exemplificar do conteúdo dessas listas, recortei somente o mês de janeiro de 1870 e montei a tabela 5. Nela podemos observar informações mais particulares como data de batismo, nome, sexo, tempo de nascimento da criança, a filiação, a condição jurídica dos pais e o nome do proprietário, caso fosse escravizada. No tocante ao sexo, temos 42 meninas e 28 meninos, uma diferença significativa e bastante diferente do que nos mostrou o Censo de 1872, lembrando que esse número se refere apenas ao mês de janeiro e às freguesias da Conceição e de Santa Cruz.

TABELA 5: BATIZADOS LISTADOS NA GAZETA DE CAMPINAS (JANEIRO DE 1870)

Data do batismo	**Nome**	**Sexo**	**Tempo de nascimento**	**Filiação**	**Condição jurídica da mãe**	**Condição jurídica do pai**	**Proprietário (caso escravo)**
01/01/1870	Francisca	Feminino	25 dias	Legítima	Livre	Livre	
01/01/1870	Maria	Feminino	36 dias	Legítima	Livre	Livre	
01/01/1870	Guilhermina	Feminino	17 dias	Legítima	Livre	Livre	
01/01/1870	Adelino	Masculino	2 meses	Legítimo	Livre	Livre	
01/01/1870	Ignacio	Masculino	16 dias	Ilegítimo	Livre	Livre	

01/01/1870	Marcolino	Masculino	20 dias	Ilegítimo	Escrava	Escravo	José de Barros Penteado
01/01/1870	Thomazia	Feminino	15 dias	Ilegítima	Escrava	Escravo	D. Maria Joaquina de Jesus Barreto
01/01/1870	Porfíria	Feminino	1 mês	Ilegítimo	Escrava	Escravo	Francisco Paulino de Moraes
01/01/1870	Theodora	Feminino	20 dias	Ilegítima	Escrava	Escravo	Francisco Barreto de Souza
01/01/1870	Arthur	Masculino	1 mês e meio	Legítimo	Livre	Livre	
02/01/1870	Maria	Feminino	20 dias	Legítima	Livre	Livre	
02/01/1870	Claudio	Masculino	4 meses	Ilegítimo	Escrava	Escravo	Candido José Leite Bueno
02/01/1870	Amelia	Feminino	16 dias	Legítima	Livre	Livre	
02/01/1870	Eliza	Feminino	1 mês e 18 dias	Legítima	Livre	Livre	
04/01/1870	Anna	Feminino	43 dias	Ilegítimo	Livre	Livre	
04/01/1870	Antonia	Feminino	2 meses	Ilegítima	Escrava	Escravo	Joaquim Floriano de Camargo Andrade
06/01/1870	Nicolau	Masculino	43 dias	Ilegítimo	Livre	Livre	
06/01/1870	Luiza	Feminino	8 dias	Ilegítimo	Livre	Livre	
06/01/1870	Honorio	Masculino	30 dias	Ilegítimo	Escrava	Escravo	Francisco Egydio de Souza Aranha
06/01/1870	Barbara	Feminino	1 mês	Ilegítimo	Escrava	Escravo	D. Maria de Souza Camargo
06/01/1870	Antonia	Feminino	37 dias	Ilegítimo	Livre	Livre	
07/01/1870	Benedicto	Masculino	9 dias	Ilegítimo	Escrava	Escravo	D. Maria Delphina de Oliveira
07/01/1870	Rita	Feminino	16 dias	Ilegítima	Livre	Livre	
09/01/1870	Maria	Feminino	15 dias	Legítima	Livre	Livre	
09/01/1870	Julio	Masculino	10 dias	Ilegítimo	Livre	Livre	

09/01/1870	Adelina	Feminino	11 dias	Ilegítima	Escrava	Escravo	Francisco Elisiario
09/01/1870	Anna	Feminino	10 dias	Ilegítima	Escrava		José Ortiz Penteado
09/01/1870	Maria	Feminino	19 dias	Ilegítima	Escrava	Escravo	Antonio Raggio Nobrega
10/01/1870	Albano	Masculino	5 meses	Legítimo	Livre	Livre	
10/01/1870	Angélica	Feminino	42 dias	Ilegítima	Escrava		Antonio Francisco do Amaral Gurgel
11/01/1870	Luiza	Feminino	25 dias	Legítima	Livre	Livre	
13/01/1870	Benedicta	Feminino	2 meses	Ilegítima	Livre	Livre	
13/01/1870	Antero	Masculino	13 dias	Ilegítimo	Escrava	Escravo	José Bonifácio de Campos Ferraz
13/01/1870	Anna	Feminino	13 dias	Legítima	Livre	Livre	
13/01/1870	Joaquim	Masculino	9 dias	Legítimo	Livre	Livre	
14/01/1870	Francisca	Feminino	10 dias	Legítima	Livre	Livre	
14/01/1870	Adelino	Masculino	16 dias	Ilegítimo	Escrava	Escravo	Joaquim Bonifacio do Amaral
16/01/1870	Elisa	Feminino	8 dias	Legítima	Livre	Livre	
16/01/1870	Maria	Feminino	9 dias	Ilegítima	Livre	Livre	
16/01/1870	Laura	Feminino	14 dias	Ilegítima	Livre	Livre	
17/01/1870	Anna	Feminino	30 dias	Legítima	Livre	Livre	
17/01/1870	Carolina	Feminino	2 meses	Ilegítima	Livre	Livre	
18/01/1870	Julio	Masculino	2 meses	Ilegítimo	Livre	Livre	
18/01/1870	Lazaro	Masculino	18 dias	Ilegítimo	Livre	Livre	
19/01/1870	Eva	Feminino	15 dias	Ilegítima	Escrava		
19/01/1870	Olympia	Feminino	3 meses	Legítima	Livre	Livre	
20/01/1870	Antonio	Masculino	4 dias	Ilegítimo	Escrava		
23/01/1870	Benedicta	Feminino	9 dias	Ilegítima	Livre	Livre	
23/01/1870	Joaquim	Masculino	29 dias	Ilegítimo	Livre	Livre	

24/01/1870	Sofia	Feminino	60 dias	Ilegítimo	Escrava	Escravo	
24/01/1870	Antão	Masculino	8 dias	Ilegítimo	Livre	Livre	
25/01/1870	Vitalina	Feminino	35 dias	Ilegítima	Livre	Livre	
25/01/1870	Adelina	Feminino	58 dias	Ilegítima	Livre	Livre	
25/01/1870	Sebastião	Masculino	8 dias	Ilegítimo	Escrava		
25/01/1870	Luiza	Feminino	12 dias		Livre	Livre	
26/01/1870	Generoso	Masculino	10 dias	Ilegítimo	Escrava	Escravo	
26/01/1870	Maria	Feminino	18 dias	Legítima	Livre	Livre	
26/01/1870	Belarmino	Masculino	42 dias	Ilegítimo	Livre	Livre	
27/01/1870	Anna	Feminino	9 dias	Ilegítima	Livre	Livre	
28/01/1870	José	Masculino	25 dias	Ilegítimo	Livre	Livre	
28/01/1870	José	Masculino	30 dias	Ilegítimo	Livre	Livre	
29/01/1870	Alfredo	Masculino	10 dias	Ilegítimo	Livre	Livre	
29/01/1870	Hermenigildo	Masculino	48 dias	Ilegítimo	Livre	Livre	
29/01/1870	Justa	Feminino	60 dias	Ilegítima	Livre	Livre	
30/01/1870	Herculano	Masculino	mês e meio	Ilegítimo	Escrava	Escravo	
30/01/1870	Jacintha	Feminino	5 meses	Ilegítima	Escrava	Escravo	
30/01/1870	Olinto	Masculino	30 dias	Ilegítimo	Escrava		
30/01/1870	Laura	Feminino	35 dias	Ilegítima	Escrava	Escravo	
30/01/1870	Domingos	Masculino	35 dias	Ilegítimo	Escrava	Escravo	
31/01/1870	Cassiano	Masculino	43 dias	Ilegítimo	Escrava	Escravo	
31/01/1870	Joanna	Feminino	8 dias	Ilegítima	Escrava		

Em relação à filiação, as listas nos informam quando a criança é legítima, sendo possível inferir que aqueles que não possuem essa informação, sejam ilegítimos. Do total de 70 crianças listadas, apenas 18 eram legítimas. Coincidência ou não, todos os legítimos eram também livres, como é o caso de Francisca, "25 dias, filha legítima de Thomaz

Gonçalo Gomide, e de D. Anna Mathilde Almeida Gomide"[9] e o de Olympia de "3 mezes, filha legítima de Joaquim de Paula Ribeiro, e de Anna Luiza do Prado".[10]

Ainda a despeito da ausência de informações sobre a filiação, é bastante válido considerar a ilegitimidade pela grande possibilidade de tratar-se de casos de crianças espúrias, isto é, frutos de relações incestuosas, fora do casamento ou qualquer outro tipo de prática não aceita pelas normas da Igreja Católica.

Para além disso, temos crianças que são listadas como sendo filhas de pai incógnitos, como é o caso de Honório, "30 dias, filho de Porfíria, solteira e de pai incógnito, escravos de Francisco Egydio de Souza Aranha".[11] O jornal não informa o nome do pai, mas sabemos que ele, assim como a mãe, é escravo do senhor Souza Aranha. Nestes casos, assim como os que não mencionam a filiação, podemos inferir que se referem a situações mais complexas envolvendo Igreja e senhores. Deixo aqui mais algumas questões: por que em alguns casos, é preferível identificar o proprietário e não o próprio pai? Esse pai aparece como incógnito por não ter assumido a paternidade ou por uma escolha do senhor e do padre da freguesia? Mas há mais, o nome dos proprietários deixa de aparecer a partir do dia 14/01/1870. Por alguma razão, o jornal ou os próprios senhores acharam que essa informação não fosse mais relevante de ser publicada.

Demografia Histórica, história da família escrava e considerações finais

Diante de tudo o que foi apresentado, desde a interpretação de alguns dados do Censo de 1872 até as peculiaridades e estruturas das listas de batismos do jornal, é possível estabelecer algumas relações com a história da família e a economia. Como é sabido por quem se debruça a estudar a escravidão, existe uma grande dificuldade para identificar e acompanhar a trajetória de escravizados, devido à pouca quantidade de fontes escritas deixadas por eles, bem como a ausência de sobrenomes.

[9] *Gazeta de Campinas*, 13 de jan. 1870, p. 2.
[10] *Gazeta de Campinas*, 23 de jan. 1870, p.2.
[11] *Gazeta de Campinas*, 13 de jan. 1870, p.2.

Entretanto, com introdução e inflexões da Demografia Histórica no Brasil, no final dos anos 70, podemos observar uma nova forma de olhar para as fontes, bem como a descoberta de novas possibilidades de estudar esses sujeitos subalternos, antes pouco explorados em suas complexidades, principalmente no que se refere à família. Na opinião de Scott (2020), umas das principais, senão a principal, contribuição da Demografia Histórica para a historiografia brasileira consiste na Demografia da Escravidão[12]. Se antes os escravizados eram considerados promíscuos e sem capacidade de estabelecer famílias[13], com essas novas contribuições e adesão às fontes empíricas, o contrário foi comprovado por diversos autores preocupados em centralizar a agência histórica dos cativos em seus trabalhos.[14]

As listas de batismo são documentos que, na grande maioria das vezes, foram produzidos pela Igreja e estão sob seu domínio, contudo, encontrar esse tipo de fonte no jornal, abre um leque de possibilidades a partir daqui. Ao permear aspectos como idade, sexo, filiação, condição jurídica, nome das crianças, nome dos pais, nome dos proprietários, freguesia e mudanças estruturais a partir da aprovação da Lei 2040, podemos fazer uma série de reflexões sobre os arranjos familiares.

Primeiramente, ao notar que as crianças de pais livres possuíam maior índice de legitimidade, é possível dizer que os livres, dentro da Matriz e das freguesias apresentadas, possuíam mais acesso ao casamento legitimado pela Igreja. Por outro lado, ao observar que as crianças escravizadas das listas eram todas ilegítimas, podemos inferir que dentro das escravarias das quais faziam parte, o casamento entre cativos não era do interesse dos proprietários. Ademais, também sabemos que o índice de paternidade incógnita ou não mencionada também é maior entre os escravizados. Apesar disso, nessas listas não constam informações a respeito da nacionalidade e da cor, portanto, não

[12] SCOTT, Ana Silvia Volpi. Demografia da Escravidão. In: RÉ, Henrique Antonio; SAES, Laurent Azevedo Marques; VELLOSO, Gustavo. História e Historiografia do Trabalho Escravo no Brasil. São Paulo: Publicações BBM, 2020, p. 235.

[13] Ver: Caio Prado Jr. (1942); Freyre (1933); Gorender (1990).

[14] Ver: Freire (2009); Marcílio (1991); Motta (1999); Motta (2002); Slenes (2011).

sabemos se os escravizados/livres pela lei eram crioulos e/ou africanos, nem qual proporção dos livres eram brancos.

Após a outorga da Lei de 1871, o jornal passa a chamar os ingênuos de "livres pela lei", o que indica uma grande preocupação em diferenciar o estatuto jurídico, de modo a preservar a legitimidade daqueles que já possuíam a liberdade antes do marco. Deste modo, é bastante visível o potencial dessas listas de batismos da Gazeta de Campinas para os estudos de demografia, família e escravidão, no entanto, não sozinhas. Se cruzarmos essas listas com o Censo de 1872, como tentei fazer neste artigo, ou com inventários post-mortem, processos crimes e cíveis, registros paroquiais e listas de matrícula, podemos compreender mais do universo do cativeiro. Este tipo de cruzamento nos permitiria pensar mais sobre as escravarias dos senhores, sobre as relações familiares entre livres e escravizados e sobre a negociação e o conflito que marcaram a escravidão brasileira.

Para além dessas questões, o cruzamento dessas listas com o Censo de 1872 também nos permitiu ter maior clareza sobre a conjuntura econômica de Campinas, na segunda metade do século XIX. Ao observar que a população de Campinas era, em grande número, composta por pessoas escravizadas oriundas de províncias de outras regiões do Brasil, como a Bahia, podemos pensar no peso que teve o tráfico interprovincial para a formação populacional do Sudeste cafeeiro pós 1850. Se antes existia uma dinâmica predominantemente externa e Atlântica, alicerçada no tráfico de africanos para o Brasil, com o fim dessa atividade, a lógica do comércio e dos deslocamentos populacionais passa a ser interna, sendo a cafeicultura o núcleo mais dinâmico da economia exportadora.

Por tratar-se de uma pesquisa recente, na qual ainda estou investigando e elaborando hipóteses a partir da bibliografia e leitura das fontes primárias, não obtive resultados efetivos para muitas das perguntas formuladas ao longo deste artigo, principalmente as que se referem às motivações e interesses dos senhores e do jornal na publicação das listas de batismos. Entretanto, creio que são justamente essas questões em aberta que permitirão um avanço historiográfico. Apresentá-las aos meus pares e ao

debate público, para que saibam de sua proficuidade e ajudem a pensar criticamente todos os seus aspectos, é, acima de tudo, o objetivo que espero ter dado conta de cumprir até aqui.

Fontes primárias:

Censo de 1872. CEDEPLAR-UFMG – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Pop 1872 – Brasil. Recenseamento do Império do Brasil. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, s/d. Disponível em: http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/

Gazeta de Campinas (1869-1875). Disponibilizado para pesquisa online pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional através do link: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/

Referências bibliográficas

FILHO, Heitor Pinto de Moura. As falhas no registro de crianças no censo de 1872: o caso fluminense. R. bras. Est. Pop., v.39, 1-20, e0203, 2022.

FREIRE, Jonis. Escravidão e família escrava na Zona da Mata mineira oitocentista. 2009. 359f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Campinas, SP, 2009.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

GORENDER, Jacob. A escravidão reabilitada. São Paulo, SP: Ática/Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1990.

GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. Bahia: Afro-Ásia, 2002.

JÚNIOR, Caio Prado. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. 18° ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Padrões da família escrava. São Paulo: Travessia, Revista do Migrante, vol.9, p.10-13, 1991.

MARQUESE, Rafael e DALE, Tomisch. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no sec. XIX. In: SALLES, Ricardo e GRINBERG, Keila (org). O Brasil Imperial (1808-1889). Volume II (1831-1871). Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2009.

MELLO, Evaldo Cabral de. O norte agrário e o Império (1871-1889). Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S.A., 1984.

MOTTA, José Flávio. Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em bananal (1801-1829). São Paulo, SP: Annablume; FAPESP, 1999.

MOTTA, J. F. A família escrava na historiografia brasileira: os últimos 25 anos. SAMARA, E. M. (Org.). Historiografia brasileira em debate: "olhares, recortes e tendências". São Paulo, SP: Humanitas/FFLCH/USP, 2002. p. 235-254.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do alto sertão da Bahia para o oeste cafeeiro paulista. Revista Afro-Ásia, n.24, 2000.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. Demografia da Escravidão. RÉ, Henrique Antonio; SAES, Laurent Azevedo Marques; VELLOSO, Gustavo (Org). História e Historiografia do Trabalho Escravo no Brasil. São Paulo: Publicações BBM, 2020.

SLENES, Robert. The brazilian internal slave trade, 1850-1888. Regional economies, slave experience, and the politics of a peculiar market. In: Walter Johnson, org., The chattel principle: international slave trades in the Americas. New Haven e Londres, 2004.

SLENES, Robert W. Na Senzala, Uma Flor: Esperanças e recordações na formação da família escrava. 2 ed. Editora Unicamp: Campinas, 2011.

SOUSA, Caroline Passarini. Partus sequitur ventrem: reprodução e maternidade no estabelecimento da escravidão e abolição nas Américas até a primeira metade do século XIX. 2021. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Globalização financeira e hierarquia de moedas: algumas notas sobre as origens da discussão no Brasil

Alisson Oliveira de Souza Carvalho

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

Globalização financeira e hierarquia de moedas: algumas notas sobre as origens da discussão no Brasil

Financial globalization and currency hierarchy: some notes on the origins of the discussion in Brazil

Alisson Oliveira de Souza Carvalho[1]

Resumo

O objetivo deste trabalho é buscar as raízes da percepção da assimetria na autonomia de política monetária entre países centrais e periféricos em um contexto de globalização financeira. Em primeiro lugar, analisa-se o surgimento do conceito de globalização financeira no mundo anglo-saxão e francês. Em seguida, é investigado como se percebeu, no Brasil, além da própria conceituação de globalização financeira, as suas assimetrias dentro da dicotomia centro-periferia, a partir da abordagem de hierarquia de moedas. Destaca-se, além da contribuição fundante mais evidente de Maria da Conceição Tavares a essa abordagem, que Celso Furtado chegou a conclusões similares por outros caminhos de forma ainda mais pioneira.

Palavras-chave: *Globalização Financeira, Política Monetária, Moedas, Hierarquia de Moedas.*

Abstract

The aim of this paper is to search the roots of the perception of asymmetry in a context of financial globalization, in the autonomy of monetary policy between central and peripheral countries. First, we analyze the emergence of the concept of financial globalization in the Anglo-Saxon and French world. Then, it is investigated how it was

[1] Doutorando em Desenvolvimento Econômico, no núcleo de História Econômica, pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Email: alissonoscarvalho@gmail.com

perceived, in Brazil, in addition to the conceptualization of financial globalization, its asymmetries within the center-periphery dichotomy, with the discussion on currency hierarchy. In addition to the more evident founding contribution of Maria da Conceição Tavares to this approach, we note that Celso Furtado reached a similar point, through other paths and in an even more pioneering way.

Keywords: *Financial Globalization, Monetary Policy, Currencies, Currency Hierarchy.*

***

Introdução

O objetivo deste trabalho é buscar, de forma exploratória, as raízes da percepção da assimetria, em um contexto de globalização financeira, na autonomia de política monetária entre países centrais, emissores de moedas-chaves utilizadas em âmbito internacional, e países periféricos, que emitem moedas que não são aceitas em curso internacional[2].

Na definição de Carneiro (2002, p. 227), globalização financeira "é a resultante da interação de dois movimentos básicos: no plano doméstico, da progressiva liberalização financeira, e, no plano internacional, da crescente mobilidade dos capitais". No primeiro aspecto, de caráter doméstico, o autor defende, como Braga (1993), que a especificidade da acumulação de capital no capitalismo contemporâneo, chamada de "financeirização", se trata de um padrão de valorização da riqueza que privilegia crescentemente a órbita financeira, em que os agentes buscam a valorização de ativos mais do que a partir da criação de novos fluxos de renda.

No segundo aspecto, a globalização financeira é entendida como "ordem internacional", isto é, como "um conjunto de aspectos que definem o núcleo do Sistema Monetário Internacional (SMI)" (Carneiro, 2002). Esses aspectos nucleares do SMI estão relacionados ao grau de mobilidade dos capitais, regime cambial predominante e o grau de autonomia de política econômica. De acordo com a literatura econômica, combinar esses três elementos é impossível, configurando o que se chamou de "Trilema de Mundell" ou "Trindade Impossível": caso um SMI tenha mobilidade de capitais e regime cambial fixo, não há autonomia de política econômica e assim por diante. No capitalismo industrial, existiram três SMI que combinavam distintamente esses elementos: i) o padrão libra-ouro, com livre mobilidade de capitais, paridades cambiais fixas e sem autonomia

[2] Nossa discussão está organizada especialmente a partir das contribuições dos seguintes autores: Carneiro (2002), Prates, (2002), e De Conti (2011).

de políticas econômicas domésticas; ii) o padrão dólar-ouro, restrições a mobilidade de capitais, paridades cambiais fixas e autonomia de política econômica; e iii) o padrão dólar flexível, financeiro e fiduciário, de globalização financeira, com livre mobilidade de capitais, taxas de câmbio flutuantes e autonomia de política econômica.

No entanto, ainda segundo Carneiro (2002), nos países periféricos não se tem autonomia de política econômica, mesmo com a eliminação de restrições a mobilidade de capitais e com a adoção de taxas de câmbio flutuantes. Isso se deve, conforme demonstraram teoricamente Prates (2002) e empiricamente De Conti (2011), ao caráter especulativo dos fluxos de capitais direcionados aos países periféricos: diferentemente dos fluxos direcionados aos países centrais, que tem um caráter mais contínuo e estável, no caso dos países periféricos esses fluxos de capitais são pró-cíclicos, vale dizer, em momentos expansivos os agentes, buscando maiores rendimentos, assumem riscos mais altos e se direcionam às praças financeiras mais exóticas do mundo capitalista; no entanto, em momentos de reversão cíclica, ao aumentar a preferência pela liquidez, eles abandonam essas praças e se refugiam nos mercados financeiros dos países centrais. Dito de outra forma, as moedas centrais são demandadas por sua função reserva de valor, enquanto moedas de fato; as moedas periféricas, por sua vez, são demandadas como ativos. Essa hierarquia de moedas denota uma assimetria no SMI contemporâneo, o que dificulta significativamente a adoção de políticas anticíclicas por parte dos países periféricos, comprometendo sua autonomia de política econômica ao adotarem livre mobilidade de capitais.

Vejamos as origens dessa discussão. Na primeira seção deste artigo, veremos como surgiu o conceito de "globalização financeira" no mundo anglo-saxão e francês. Na seção seguinte a esta, veremos como se percebeu, no Brasil, além da própria conceituação de globalização financeira, as suas assimetrias, dentro da dicotomia centro-periferia, a partir da discussão sobre hierarquia de moedas.

As origens do conceito de globalização financeira

Os países pertencentes ao sistema capitalista passaram a ter um significativo ingresso de capitais em suas economias a partir de meados dos anos 1950. Esses capitais, saindo dos Estados Unidos e tendo como destino primeiro a Europa e, em um segundo momento, da Europa e dos Estados Unidos em direção à América Latina, na forma de Investimento Direto Estrangeiro (IDE), ultrapassaram em importância os fluxos comerciais na forma de relacionamento econômico entre esses países. Os continentes asiáticos e africano, por sua vez, não se integraram inicialmente a esses fluxos de capitais.

Esse fenômeno foi interpretado pela primeira vez, nos centros acadêmicos dos países centrais, especialmente nos Estados Unidos e na Inglaterra, de forma mais sistemática por Hymer (1960), Vernon (1966) e Dunning (1971). Essa literatura procurava explicar os "determinantes do investimento direto estrangeiro" a partir das teorias dos mercados imperfeitos. Neste ponto de vista, esses novos movimentos de capitais passaram a ser vistos como a forma de atuar internacionalmente dos oligopólios, em um processo de internacionalização da produção.

Após a descrição e a intepretação do fenômeno, passava-se à discussão de seus impactos para dentro das economias nacionais, se a internacionalização da produção ajudava ou atrapalhava os objetivos domésticos de cada país. Em geral, a bibliografia mais otimista sobre o tema, geralmente vinda dos Estados Unidos, ressaltava os impactos de curto prazo do IDE, relacionados ao crescimento econômico, aumento do emprego e da renda; vislumbravam, assim, uma alocação de recursos mais eficiente em âmbito internacional, o que daria condições de levar o desenvolvimento até às economias mais atrasadas do mundo capitalista (Gonçalves et all., 1998).

Fora dos Estados Unidos, a preocupação era maior com esses impactos. O primeiro problema, de observação mais corrente, eram possíveis impactos negativos das Empresas Transnacionais sobre o balanço de pagamentos, via remessas de lucros e dividendos, royalties, preços de transferência e maior tendência à importar que as Empresas Transnacionais teriam em relação a empresas locais. O francês Servan-

Schreiber (1968), por sua vez, tinha como preocupação principal a dependência tecnológica, financeira e organizacional dos países que recebessem os IDEs.

Embora a discussão dos impactos macroeconômicos e a dependência tecnológica, financeira e organizacional seja fundamental, a evolução da perspectiva de Hymer (1983), além de tratar desses dois fatores, ressaltava também determinações mais profundas sobre a possibilidade discricionária dos Estados Nacionais com a expansão da grande empresa para além do seu território de origem, que redundava em uma nova fase evolutiva do sistema capitalista como um todo. Hymer (1983) destacou que as próprias relações econômicas internacionais passaram, com a internacionalização da produção, a se confundir com a grande empresa, sendo que, ao organizar a produção em diversos países simultaneamente, a maior parte do comércio exterior passou a estar integrado dentro da própria empresa. Em segundo lugar, que as Empresas Transnacionais, ao atingirem esse nível de produção transnacional, se autonomizaram em relação aos Estados Nacionais, tornando-se fontes de poder comparáveis aos Estados. Em outras palavras, as Empresas Transnacionais deixam de ter nacionalidade e passaram a ser soberanas, daí a ideia de "transnacionalização" do capital.

A caracterização de uma fase do capitalismo, a partir do significado qualitativo aos movimentos de capitais que estamos nos referindo, evoluiu ainda mais fortemente na França, em que destacamos Michalet (1984). Ao fazer uma síntese crítica à literatura dos determinantes do investimento direto estrangeiro, tal autor não só criticou a abordagem daqueles que apenas se mantiveram analisando os impactos positivos ou negativos do IDE, mas também problematizou a evolução do capitalismo a partir da ideia de transnacionalização. A Empresas Transnacionais não poderiam ser consideradas, como Hymer (1983), como um agente econômico à parte e ativo das transformações em curso, como se o próprio sistema passasse a se confundir com elas, tornando-a completamente autônomas dos Estados Nacionais, sendo inclusive comparáveis a eles como fonte de poder. Para Michalet (1984), sua expansão não era independente da natureza de suas economias e Estados de origem.

Na concepção de Michalet (1984), que se respalda além da literatura dos determinantes do IDE acima mencionada, na teoria marxista do imperialismo, o processo de internacionalização da produção corresponde a uma etapa de um processo transitório mais amplo, de formação de uma economia mundial, determinada, antes de tudo, pela transição do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista desde fins do século XIX. Se o primeiro organiza as relações entre os países por meio do comércio (seja de mercadorias ou de capitais), respeitando-se o marco dos Estados Nacionais, o que se traduz em uma economia "internacional", caracterizada por ser um lugar onde se transferia ou realizava o valor, o capitalismo monopolista, por sua vez, se orienta por constituir uma economia "mundial", que passa a ser utilizada, ao integrar a produção em nível de diversos países, para formar o valor, não só para transferi-lo ou realizá-lo. Dito de outra forma, a "mundialização", nos termos de Michalet, implica integração dos países no âmbito da produção, mais do que na circulação[3].

Em um segundo momento, notou-se um segundo fenômeno, relacionado a internacionalização dos bancos estadunidenses, de caráter consensualmente transnacionalizado, que passaram a operar em mercados financeiros offshore, como o euromercado e antigas agências insulares dos blocos do dólar e da libra. Nestes mercados, criaram um volume de liquidez que logo ultrapassou o volume das reservas dos Bancos Centrais, o que, associada à perda de produtividade da economia estadunidense frente a Alemanha e Japão no mesmo período e o esgotamento da internacionalização da produção, levou ao colapso dos controles de capitais e das paridades fixas do sistema monetário e financeiro internacional de Bretton Woods, colocando novas dificuldades sobre a condução da política econômica dos Estados dos países capitalistas[4].

[3] Nos anos 1980 e 1990, como mostraram também autores de Economia Política Internacional como Susan Strange e Eric Helleiner, o Estado incentivou e atuou em conjunto a essas empresas. Assim como Michalet, esses autores acreditam não há contradição entre forte presença do Estado e livre mobilidade de capitais. A emergência desta pode ser vista como uma decisão de política. Sobre a contribuição dos autores de Economia Política Internacional para esse debate, ver Prates (2002).

[4] "Vale mencionar que a emergência e consolidação da globalização financeira estão diretamente associadas à gestão do sistema monetário internacional pelo país emissor da moeda-chave, os Estados

Dito de outra forma, a primeira etapa do processo de globalização (mundo anglo-saxão) ou mundialização (mundo francófono) financeira, chamada de "internacionalização financeira indireta e limitada" por Chesnais (1998), foi caracterizada pela liberalização monetária e cambial, em que os Bancos Centrais perdem o controle sobre as taxas de juros e das taxas de serviços bancários, que passam a ser determinadas nos mercados financeiros offshore, o que implica volatilidade das taxas de câmbio, tornando cada vez mais difícil a manutenção de paridades fixas. A administração dos fluxos de capitais passa a ser feita de forma compensatória, por meio de swaps cambiais, derivativos, dentre diversos outros instrumentos financeiros com vistas a suavizar as oscilações cambiais deixadas a flutuar livremente[5]. Apesar da institucionalidade da maioria dos países capitalistas nesta etapa não permitir que não-residentes aplicassem seus capitais diretamente em títulos da dívida pública ou no mercado de capitais dos sistemas financeiros domésticos, por meio desses fluxos de capitais de empréstimo, de origem nos mercados offshore, o estoque de capital estrangeiro já presente nas economias, as Empresas Transnacionais, passam a ter acesso a diversos mercados financeiros domésticos, mesmo que por vias indiretas.

Nos anos 1970, o fenômeno da transnacionalização financeira foi visto como vinculado à internacionalização da produção, sob liderança das Empresas Transnacionais. Michalet (1984), procurou mostrar a vinculação de um movimento com o outro. Na internacionalização da produção, os movimentos dos capitais de empréstimo estavam subordinados aos movimentos do IDE. Porém, se em primeiro momento a internacionalização financeira dependia da indução das Empresas Transnacionais, a partir de 1974, com a crise da internacionalização produtiva e a reciclagem de petrodólares, sugerimos a hipótese que o capital monetário passa a ter uma autonomia relativa crescente, fazendo sentido falar que o processo de mundialização capital passa a ser

Unidos, a partir do final dos anos 60, ou seja, à crise do sistema de Bretton Woods e ao surgimento do padrão 'dólar flexível, financeiro e fiduciário'" (Prates, 2002, p. 83).

[5] Nessa época predominava os derivativos em sua função de hedge. A partir dos anos 1980, eles começam a assumir uma feição cada vez mais especulativa. Sobre isso ver, Prates (2002).

liderado pela esfera financeira. Com isso, a autonomia relativa das finanças é historicizada. Isso coloca como central para a emergência da mundialização financeira em uma primeira etapa a "contribuição" dos países periféricos, mais precisamente de seus Estados, por meio do endividamento externo, absorvendo uma massa de capitais "transnacionalizada" que de outra forma se desvalorizaria[6].

Nos anos 1990, no contexto em que as transformações nas décadas anteriores já estavam consolidadas, em que a história caminhou mesmo no sentido do que passava a ser chamado de "globalização", o francês Chesnais (1996, 1998) deu consideráveis passos adiante neste tema. O ponto de partida desse autor foi o próprio Michalet (1984), além da abordagem regulacionista que ganhava corpo na França, iniciada por Aglieta (1976). Ele diria: "A ideia subjacente a esta obra é que a mundialização deve ser pensada como **uma fase específica do processo de internacionalização do capital e de sua valorização**, à escala do conjunto das regiões do mundo onde há recursos ou mercados, e só a elas" (Chesnais, 1996, p. 32, grifos meus). Ou seja, também enfatiza – em algumas ocasiões em sua obra – as independências entre esfera produtiva e financeira neste processo de crescente mundialização do capital[7].

Braga (1985, 1993) de forma pioneira, para teorizar sobre a evolução doméstica da "lógica financeira"[8] dentro do capitalismo monopolista, se desdobrando em uma nova fase do próprio capital monopolista. Com isso, traz uma novidade à discussão: visualiza a globalização financeira não somente como uma nova ordem internacional de profunda

[6] Para ilustrar a importância da particularidade periférica – brasileira, especialmente – para o processo histórico capitalista em sua totalidade: a exposição diante da dívida brasileira, em 1982, correspondia a 73,5% do capital do *Citibank*, 47,9% do *Bank of America* e 56,9% do *Chase Manhattan* (YOUNG, 2018, p. 161). Veremos adiante como Furtado (1982) defendeu a importância da periferia para a emergência da transnacionalização financeira.

[7] Na sua análise da contribuição de Michalet, Chesnais (1996) defende que há duas hipóteses paralelas, de forma ambígua, na obra deste autor: i) um em que, na mundialização, os fluxos comerciais e de capitais de empréstimos estão subordinados ao IDE, e ii) outro em que que cada fluxo é independente dos demais. Aqui ele parece ter ficado com a primeira hipótese. Mas em outros trechos de sua obra, também de forma ambígua, ele parece ter ficado com a segunda.

[8] "A crise estrutural do capitalismo de livre concorrência torna realidade histórica um capitalismo em que o monopólio do capital e a lógica financeira de valorização são os traços estruturais fundamentais" (BRAGA, 1985, p. 374).

integração produtiva e financeira surgindo, mas também como um novo padrão de valorização da riqueza capitalista, sob dominância financeira, isto é, uma nova forma de "definir, gerir e realizar a riqueza", baseada crescentemente em variações de curto prazo e em sua forma mais abstrata e líquida, o que se estende, inclusive, às empresas não-financeiras. Com isso temos um "novo tempo lógico-histórico do capitalismo mundial" (BRAGA, 1985, p. 27).

No mesmo período outro autor – que também iria influenciar e fortalecer os argumentos de Braga – Hyman Minsky, por meio de uma nova interpretação de John Maynard Keynes, observa, olhando para as características domésticas da economia dos Estados Unidos, também um novo momento histórico do capitalismo, com um marco bem definido. No capítulo 4 de Estabilizando Uma Economia Instável, nomeado de "O surgimento da instabilidade financeira na era pós-guerra" sustenta:

> A instabilidade financeira reapareceu novamente durante a sufocação de crédito ocorrida em 1966. Desde então, a evolução do sistema financeiro tem continuado dentro de um ambiente no qual respostas à instabilidade e intervenções, que contêm tais instabilidades, condicionam alterações institucionais e estruturais (MINSKY, 2010 [1986], p. 124).

Braga (1993, p. 25), já de posse das contribuições de Minsky, concorda com este autor: a "partir do evento de 1966, denominado 'Credit Cruch' [sufocação de crédito], reconhecido por vários autores como uma inflexão na economia dos Estados Unidos do pós-guerra". Com isso, pôde desenvolver seu argumento, conceituando a ideia de "financeirização".

A partir desta ótica, Braga (1993) percebeu a importância qualitativa das inovações financeiras dos anos 1960 e 1970, para além da integração e liberalização do mercado cambial que os autores até então ressaltavam, como um processo de aprofundamento inédito da financeirização. O trânsito entre diversos segmentos do mercado financeiro – renda variável ou fixa, de curto ou longo prazo etc. – acentua-se significativamente. Trata-se do movimento de desintermediação financeira e securitização (ou titularização), que surgiu nos Estados Unidos na década de 1970 e

consistia na transformação de empréstimos bancários em títulos negociáveis, com a irrupção de novos atores no sistema financeiro além dos bancos propriamente ditos: os investidores institucionais.

De toda forma, é importante notar como os dois aspectos globalização financeira (como ordem internacional de um lado, e como financeirização, do outro) reforçam-se mutuamente: as inovações financeiras intensificaram-se na primeira metade da década de 1980 em função dos problemas de liquidez e solvência dos bancos estadunidenses associados à crise da dívida dos países da América Latina (Freitas, 1997 apud Prates, 2002).

François Chesnais, também defendeu a hipótese de surgimento da globalização financeira por essa via[9], especialmente em Chesnais (1998). Neste texto, o autor é mais enfático a respeito de um "movimento próprio da mundialização financeira", bem como forneceu uma conceituação mais precisa da mesma. Nesta obra, ele destacou três etapas bem nítidas do que ele preferiu chamar de "mundialização financeira": a primeira de desenvolvimento de mercado financeiros offshore, que se inicia em meados dos anos 1960, chamada pelo autor de "internacionalização financeira indireta e limitada", que já fizemos referência, e a segunda de integração desses mercados aos mercados financeiros domésticos, a partir do Choque de Juros de 1979, que recentraliza em Wall Street o capital bancário antes disperso nos mercados offshore e os integra aos mercados financeiros nacionais, com a abertura dos mercados da dívida pública nos países centrais nos anos 1980. Em um segundo momento, temos a integração da dívida pública dos países periféricos a esses fluxos de capitais, nos anos 1990. Além disso, nesta última década analisada pelo autor a abertura direciona-se também aos mercados de capitais dos países

[9] Aqui parece que Chesnais preferiu desenvolver a segunda hipótese da obra de Michalet, de que os fluxos de capitais são independentes dos demais. Ele diz isso explicitamente: "De nossa parte, situamo-nos exclusivamente na segunda hipótese. É a única que permite dar conta de certas dimensões essenciais da realidade atual" (CHESNAIS, 1996, p. 52). É a partir desta ideia que Chesnais conceitua a mundialização financeira, como um desdobramento independente do processo de internacionalização da produção, sendo que o capital monetário "[...] se ergue como força plenamente autônoma diante do capital industrial, deixando a este uma única alternativa: ou acentuar o movimento no sentido de profunda interpenetração com o capital monetário, ou submeter-se às exigências deste" (Chesnais, 1996, pp. 52-3).

centrais, ampliando os canais de investimento em portfólio, nos quais operam os investidores institucionais.

As origens da formulação de hierarquia de moedas e a falta de autonomia da política monetária dos Estados periféricos no Brasil

Nos anos 1960, no mesmo período em que florescia a literatura sobre os determinantes do investimento direto estrangeiro nos países centrais, na América Latina o debate a respeito do capital estrangeiro também ganhava caráter central. No contexto de crise do continente e a frustação em relação aos efeitos da industrialização sobre as bases do subdesenvolvimento latino-americano, o pensamento estruturalista da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) passava por uma profunda autocrítica no Chile, sendo que a própria forma de ver o capital estrangeiro foi um dos principais fatores a impelir a autocrítica desses pensadores e a dar novos contornos teóricos ao estruturalismo latino-americano (Faletto, 1998).

Nesta discussão, daremos ênfase aqui a dois economistas: Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares, primeiro com opiniões distintas sobre o mesmo fenômeno, mas que, em um segundo momento, com a crise da dívida dos países latino-americanos, se aproximam. O primeiro criador de sua própria Teoria da Dependência; a segunda, cria uma perspectiva original, a formulação do "capitalismo tardio", que daria origem a Escola de Campinas. Levantaremos a hipótese aqui que já nos anos 1970 (para Furtado) e nos anos 1980 (para Tavares) já estavam os germes de uma conceituação de globalização financeira, bem como perceberam dilemas específicos de inserção dos países periféricos nela[10].

Como vimos, no que se refere as especificidades das relações econômicas internacionais do pós-guerra organizadas pelos Estados Unidos, neste novo contexto, fruto de um processo em que as Empresas Transnacionais procuravam organizar sua produção para além dos limites dos Estados Nacionais. Isso colocava potencialmente em

[10] Para uma comparação dos dois autores sobre esse assunto, ver Carvalho (2020).

xeque, como indicamos, a capacidade das sociedades controlar o processo capitalista, no sentido de subordinar o capital aos fins estabelecidos pelos Estados Nacionais, conforme objetivava os Estados desenvolvimentistas em formação no continente.

Em virtude dessas transformações, Celso Furtado acreditava que se deveria questionar mesmo os termos que se usava para discutir a relação entre os países. Em virtude da operação multinacional da grande empresa estadunidense, Furtado, acreditava, nos anos 1970, que os Sistemas Econômicos Nacionais estavam sendo decompostos, dando origem a um "capitalismo pós-nacional". Em um primeiro momento, Furtado (1966, 1983 [1974]) seguiu a formulação original de Hymer (1960), e preferiu utilizar o termo grande empresa ao invés de empresa multinacional, porque "a diferença entre 'nacional' e 'internacional' tende a ser secundária, importando fundamentalmente o peso relativo da empresa" (Furtado, 1983, p. 33, nota 16), ou seja, considerava que a dimensão da empresa impõe a internacionalização, isto é, há uma "ligação entre a natureza monopólica ou oligopólica das empresas e os IDEs" (Furtado, 1983, p. 34, nota 17). No entanto, já se questionava se as operações da grande empresa podem ser designadas de "internacionais": "Cabe indagar se é adequado continuar a chamar essas atividades de 'internacionais'" (Furtado, 1983, p. 51). "Ora, a partir do momento em que a categoria 'sistema econômico nacional' não pode ser tida em conta" (1983, p. 52) não se pode falar de relações internacionais. Em um segundo momento, por sua vez, Furtado (1976) preferiu usar o termo transnacional para designar as relações entre os países na fase de preeminência da grande empresa. Não se trata de preciosismo, a mudança no termo denota que como o autor passa a ver transformações qualitativas nas relações entre os países capitalistas daí em diante:

> As atividades internacionais propriamente ditas são de natureza mercantil: referem-se ao intercâmbio de produtos que permite a extração de um excedente no quadro de operações de mercado. Na atividade transnacional o processo produtivo é organizado de forma a utilizar recursos que permanecem integrados em distintas economias nacionais. Os chamados "investimentos diretos estrangeiros" constituem evidentemente uma fase intermediária entre as atividades inter e as transnacionais. No investimento direto a atividade produtiva é dividida em "processos" que se localizam em distintos países. A

> empresa cuja descentralização internacional se limita a processos simples, como a embalagem ou mesmo a montagem de um produto, pratica uma primeira forma de transnacionalização. Nas formas superiores os recursos de diversos países são integrados na produção de um bem ou serviço que se destina ele mesmo a diversos mercados nacionais. Trabalho especializado e não especializado são separados em função de sua abundância relativa nos países em questão e a tecnologia é utilizada para facilitar a combinação de equipamento altamente sofisticado com a mão de obra não especializada (Furtado, 1976, p. 57, grifos meus).

Nesta definição, Celso Furtado antecipa a transição das plantas produtivas multidivisionais fordistas, analisadas por Hymer (1960) a aquelas que Chesnais (1996) chamou de "empresas-rede", que dão origem às "cadeias globais de valor" que caracterizam o capitalismo contemporâneo. Celso Furtado faz aqui os mesmos avanços que o próprio Hymer (1983 [1973]) e Michalet (1983 [1976]) fizeram no mesmo período, que iriam levar à ideia de "mundialização do capital" de Chesnais (1996).

Em segundo lugar, Celso Furtado procurou explicitar os impactos da transição da transnacionalização produtiva à transnacionalização financeira, especialmente para os países da periferia. Na transnacionalização financeira, havia novas dificuldades de política econômica em um contexto do que o autor chamou de "internacionalização dos circuitos monetários e financeiros". Essas novas dificuldades de conduzir a política macroeconômica se deviam à maior substitutilidade entre ativos internos e externos. A partir disso, Celso Furtado identifica, em 1982, a problemática da falta de autonomia da política monetária dos países periféricos. Sobre as repercussões da "internacionalização dos circuitos financeiros" sobre a política monetária, disse:

> A existência de uma massa considerável de liquidez, fora do controle dos Bancos Centrais, não somente cria condições para que as empresas transnacionalizadas reforcem a sua autonomia, mas também constitui fator desestabilizador dos sistemas monetários nacionais. Durante algum tempo se pensou que, mediante operações de Mercado Aberto e de redesconto os Bancos Centrais estavam em condições de regular o nível de liquidez interna, defendendo-o dos efeitos perturbadores das bruscas alterações na massa de reservas cambiais. **A experiência veio demonstrar que, em caso de ameaça a uma moeda, as possibilidades de ganho que se abrem aos especuladores superam de muito os efeitos de modificações na taxa de juros que possa introduzir o Banco Central**. Ademais, na medida em que as empresas têm acesso

> ao mercado de eurofundos, **fora de um estrito controle de câmbio torna-se impraticável uma política autônoma de taxa de juros** (Furtado, 1982, p. 117, grifos meus).

Como não havia uma política monetária no âmbito do euromercado, a única forma de controlar a liquidez era sobre a base primária dos eurodólares, aqueles criados pelo FED dos Estados Unidos, pelo fato de que "as decisões das autoridades monetárias norte-americanas influem na liquidez internacional, pois afetam o volume dos depósitos em dólares nos eurobancos e a taxa de juros dos eurocréditos" (Furtado, 1982, p. 131). Ou seja, os Estados Unidos era uma exceção à falta de autonomia da política monetária. Como este país era o único capaz de controlar a liquidez internacional, isto é, "não pode haver dúvida de que o que está por trás da internacionalização dos circuitos monetários e financeiros é bem distinto se se trata de um país de economia dominante, cujas autoridades monetárias podem influir na liquidez internacional" (Furtado, 1982, p. 130). Podemos notar aqui uma ideia de "hierarquia" das Autoridades Monetárias de cada país nas condições de administração da liquidez no contexto de "internacionalização dos circuitos monetários e financeiros"[11]. É a partir dessas características hierárquicas de controle de liquidez, que se pode entender as repercussões na periferia latino-americana do Choque de Juros de 1979, subproduto da política de estabilização interna dos Estados Unidos:

[11] "As importantes modificações estruturais que significou para o sistema capitalista o processo de transnacionalização deve ser tidas em conta se pretendemos captar o alcance da significação do ressurgimento crescente da ortodoxia liberal como fonte inspiradora das políticas econômicas nos países latino-americanos. Os centros nacionais de decisão foram conduzidos à semi-paralisia, no uso dos instrumentos tradicionais de política monetária, cambial e fiscal, pelo progresso de integração de amplos segmentos do aparelho produtivo em estruturas comandadas do exterior e especialmente à causa da internacionalização dos circuitos monetários e financeiros. **O endividamento externo desordenado outra coisa não é senão uma consequência dessa perda de comando do sistema econômico**, demais de ser um fator autônomo de realimentação do referido processo de internacionalização. Esta não é a criatura de nenhuma doutrina, e sim **uma manifestação na Periferia de mudanças estruturais que se estão operando no conjunto do sistema**. [...] A doutrina monetarista tem sido utilizada na América Latina para legitimar o processo de internacionalização, que é apresentado como uma transição para formas superiores de organização econômica. Restituir aos mercados (internos e externos) o papel central na alocação de recursos e na remuneração dos fatores seria condição *sine qua non* para restaurar a racionalidade econômica e assim abrir caminho a melhorias efetivas do bem estar social. Essa doutrina tem pelo menos a virtude de explicitar o modelo que está embutido no vasto processo de reestruturação em curso no sistema capitalista" (FURTADO, 1982, pp. 128-9, grifos meus).

> Daí que as autoridades monetárias norte-americanas hajam assumido um virtual poder de tutela sobre os demais sistemas monetários nacionais. [...] não se pode desconhecer que a situação presente engendra crescente dependência dos demais países vis-à-vis do sistema monetário norte-americano. As decisões da Reserva Federal, que afetam o custo do dinheiro e/ou o volume da massa monetária dos Estados Unidos, repercutem diretamente no mercado monetário internacional, ao qual estão atrelados hoje em dia os mercados monetários dos demais países centrais. A isso se deve que a política econômica seguida nos Estados Unidos – o recente monetarismo exacerbado levado o governo a exercer fortes punções no mercado de capitais para financiar o déficit do Tesouro deu evidência gritante ao que antes não se queria ver – tenha consequências profundas nas economias dos demais países (Furtado, 1982, pp. 117-8).

Em seus descaminhos, a periferia latino-americana como um todo, foi assim, vanguarda no processo da nova fase que surgia do sistema capitalista, que tendia a abrir as economias nacionais, tornando difícil a evolução das mesmas dentro do regime fordista de acumulação – para utilizar o termo dos regulacionistas – que caracterizou o capitalismo central do pós-guerra. Para Furtado, na periferia, como as estruturas econômicas e sociais eram mais frágeis, era mais fácil que essas sociedades se adaptassem às mutações do capitalismo, que, ao transnacionalizar-se, buscava escapar da "domesticação" que havia sido obrigado nos países centrais. Em suma, a partir dessa perspectiva, de conjunção das dificuldades de se conciliar desenvolvimento do capitalismo no sentido da transnacionalização do capital com a formação nacional brasileira, se visualiza uma espécie de declínio das potencialidades civilizatórias do capitalismo em sua evolução contraditória, o que se expressava em primeiro lugar na periferia.

Na própria opinião do autor, a crise da dívida chancelou sua leitura a respeito da evolução estrutural do sistema capitalista no sentido do que ele chamou de transnacionalização do capital, o que mitigava a capacidade do Estado Nacional brasileiro orientar sua própria economia. Com a mudança nos padrões da valorização do capitalismo mais avançado determinado pelo Choque de Juros de 1979, isto é, com a mudança de fatores exógenos às possibilidades de controle dos centros de decisão presentes na América Latina e no Brasil, tornava-se impossível a continuidade do processo de

industrialização periférica sob liderança do capital estrangeiro em aliança com os Estados desenvolvimentistas, sepultando a "era desenvolvimentista" nos países que ainda perseguiam esse caminho no continente, como México e Brasil. Isso mostrava o quão vulnerável à choques externos eram esses países, mesmo em processo avançado de industrialização pesada. Ou seja, a crise da dívida nos anos 1980, ao dar origem à uma "Nova Dependência", de caráter financeiro, dava "evidência gritante ao que antes não se queria ver".

Outro caminho para a conceituação da globalização financeira pode ser visto no artigo de Tavares e Belluzzo (1980). Dialogando com a literatura dos determinantes do IDE acima mencionada, além de outras influências teóricas de conceituação do "capital monopolista e financeiro", tais como John Hobson, Rudolf Hilferding e Michel Kalecki, os autores identificaram o surgimento da globalização financeira, bem como suas repercussões deletérias para os preços macroeconômicos das economias periféricas.

Diferentemente de Stephen Hymer, Celso Furtado e Charles-Albert Michalet, que nos anos 1970 interpretaram o movimento de internacionalização da produção como a criação de um espaço transnacional de acumulação, vale dizer, de um circuito do capital que não respeitava os marcos nacionais, Tavares (1986 [1974], 1998 [1978]), em duas teses, interpretou esse movimento não como o surgimento de um "capitalismo pós-nacional" – para usar o termo de Furtado (1976) – mas como a expansão da fronteira da acumulação de capital para alguns países mais avançados da periferia, na constituição de "capitalismos tardios", nos quais o circuito do capital, apesar da origem estrangeira, passava a ter uma dinâmica endógena a esses países[12]. Dentre esses novos países que

[12] A diferença em relação à formulação furtadiana aqui fica nítida: "Nossa hipótese central de análise continua sendo a de que os fluxos de comércio e de capital estrangeiro não determinam exogenamente a dinâmica da acumulação, apenas articulam-se ela e modificam-na a partir de dentro, acentuando as mudanças internas em curso na estrutura produtiva e no padrão histórico de acumulação" (Tavares, 1986 [1974], pp. 103-4). Ou ainda: "Não deixaria de ser irônico que alguns países periféricos, como os apontados, passassem, através da sua própria condição de fronteira internacional de expansão do capitalismo, a ver-se submetidos ao inesperado problema de reencontrar-se ou redefinir-se em sua vocação enquanto economias nacionais" (Tavares, 1986 [1974], p. 94-5).

conseguiram a autodeterminação do capital em seus respectivos mercados internos, o Brasil era o maior deles[13].

No entanto, em Tavares e Belluzzo (1980), a partir do momento os bancos direcionaram-se ao mercado de eurodólares, dentre outras praças financeiras desreguladas, o "capital financeiro" passou a se articular em nível transnacional, o que criou-se condições para movimentos especulativos que impediam uma política autônoma de taxas de juros, especialmente nos países com moedas mais fracas. Em outras palavras, a partir do excedente sobreacumulado da grande empresa estadunidense, as Empresas Transnacionais:

> [...] criam-se as condições para o estabelecimento de um mercado financeiro à escala mundial, tendo como ponto de apoio para seus movimentos especulativos as principais praças financeiras do mundo desenvolvimento e como instrumento de especulação o manejo das moedas fortes contra as mais fracas (Tavares; Belluzzo, 2009 [1980], pp. 45-6, grifos dos autores).
>
> Os bancos, como operadores e conversores de massas de capital financeiro sobrante, estabelecem um **circuito especial** que supera as restrições impostas pelos respectivos Bancos Centrais ao cancelamento das relações de débito e crédito entre empresas, Estado e os próprios bancos privados. Neste sentido, **o surgimento deste circuito especial transnacional torna elástica a capacidade de valorização financeira e sobrecapitalização das empresas internacionais, ao mesmo tempo em que provoca instabilidades monetárias nacionais crescentes, começando por arruinar, em cadeia, vários padrões monetários nacionais e terminando por levar à desagregação o próprio sistema monetário internacional, construído sob a hegemonia do padrão dólar americano** (Tavares; Belluzzo, 2009 [1980], p. 46, grifos meus).

Para Tavares, conforme analisado em seu ensaio A retomada da hegemonia norte-americana, de 1985, os Estados Unidos conseguiram, a partir do Choque de Juros de 1979,

[13] A velha problemática estruturalista da deterioração dos termos de troca aqui já tinha ficado para trás. No governo JK, ao se interiorizar os setores mais dinâmicos da Segunda Revolução Industrial (metal mecânica, química e elétrica), ou, em termos departamentais (os departamentos de bens de capital, de bens de consumo duráveis e não duráveis), a dinâmica da indústria brasileira deixava de ser induzida pela substituição de importações, e passava a ser mais relevante a demanda interindustrial, criadora de "ciclos endógenos". Os desequilíbrios ou restrições no setor externo eram evitados, graças ao interesse do capital estrangeiro pelo mercado interno brasileiro, pelo fluxo contínuo de IDEs (estruturalmente superior às remessas de lucro ao exterior) desde que a economia brasileira continuasse crescendo com base na indústria.

com a "diplomacia do dólar" forte, recuperar tanto sua hegemonia, quanto o controle sobre os bancos transnacionalizados. No entanto, a forma como os Estados Unidos reestruturou o poder financeiro de sua Autoridade Monetária, o Federal Reserve, foi mudando radicalmente os termos da acumulação do capital e, consequentemente, a forma como os demais países podiam conduzir sua política econômica. Nessa nova forma de organizar as relações econômicas internacionais, a partir de um padrão dólar sustentado no poder financeiro do FED, não havia mais espaço para uma política monetária autônoma dos demais países pertencentes ao novo SMI em gestação, especialmente os da periferia. Na opinião da autora, até então a hegemonia dos Estados Unidos no mundo capitalista podia ser exercida sem prejudicar a autonomia relativa dos Estados Nacionais pertencentes à sua ordem, o que dava espaço para que a condução de políticas econômicas nacionais. No entanto, no novo contexto, a retomada da hegemonia dos Estados Unidos praticamente exigia uma política econômica externa agressiva. Em suma:

> Todos os países desenvolvidos do mundo, quaisquer que sejam seus governos - socialistas, socialdemocratas, conservadores etc. - estão praticamente alinhados em termos de política cambial, política de taxas de juro, política monetária e política fiscal. O resultado deste movimento é que o espectro das taxas de crescimento, das taxas de câmbio e das taxas de juro passou a ser concêntrico ao desempenho destas variáveis no âmbito da economia americana. [...] Todos os países foram obrigados, nestas circunstâncias, a praticar políticas monetárias e fiscais restritivas e superávits comerciais crescentes, que esterilizam o seu potencial de crescimento endógeno e convertem seus déficits públicos em déficits financeiros estruturais, inúteis para uma política de reativação econômica (Tavares, 1985, p. 7).

Nos anos 1990 e 2000, os autores da Escola de Campinas aprofundaram suas reflexões a esse respeito: além de novos ensaios de Tavares e Belluzzo, temos autores como Carneiro (2002), Prates (2002) e Conti (2011). Procuravam responder por que a integração dos países periféricos, chamados de "mercados emergentes", aos fluxos de capitais em carteira – característicos da terceira etapa da mundialização financeira (para usar a periodização de Chesnais (1998)) –, ocorre uma série de crises financeiras e desequilíbrios monetários nestes países, no México e na Ásia principalmente. Neste contexto, voltou-se a enfatizar mais profundamente, como já sugerido ainda nos anos

1970 e 1980 por Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares e Luiz Gonzaga Belluzzo, que tais crises eram um desdobramento dos limites restritivos nos quais os países emissores de moeda periférica enfrentavam na globalização financeira.

Considerações Finais

Os autores que tratam da globalização financeira, visualizam seu surgimento já nos anos 1960, no período que ainda vigorava o SMI pretérito, os acordos de Bretton Woods, com a ascensão dos fluxos de capitais de origem privada, em busca por uma maior mobilidade – seja devido à "indução" das Empresas Transnacionais em um primeiro momento na criação do mercado de eurodólares, seja, como enfatizaram outro grupo de autores, como um movimento autônomo dos bancos nesse sentido –, embora ela se consolide a partir do Choque de Juros de 1979 e com os governos neoliberais de Ronald Reagan e Margareth Thatcher, nos anos 1980, com o processo de desintermediação e securitização nos anos 1980, e, já numa terceira etapa, com a crescente importância das ações no processo e a abertura dos mercados financeiros dos "emergentes" nos anos 1990. Em um segundo momento, já nos anos 1980, a globalização financeira foi interpretada em seus aspectos "domésticos", como um novo padrão de valorização da riqueza capitalista, embora os autores a interpretar esse fenômeno identifiquem os anos 1960 como o período em que os bancos também assumem um maior protagonismo dentro do processo de acumulação do capital.

Na América Latina, desde Prebisch (2000) procurou-se evidenciar as assimetrias presentes nas relações econômicas internacionais do capitalismo, em termos de assimilação do progresso técnico difundido pela civilização industrial, sendo que o papel especializado em produtores de matérias-primas na divisão internacional do trabalho era o problema principal. Em um segundo momento, o processo de internacionalização da produção e de globalização financeira, objeto deste trabalho, foram assuntos de especial importância na reflexão no estruturalismo latino-americano, bem como em muitas controvérsias. A condição periférica, em um contexto de globalização financeira, se expressa, além da drenagem de excedente para o exterior pela via do comércio, também

expressa assimetrias na internacionalização produtiva e financeira. Assim, em um sentido histórico, podemos colocar a falta de autonomia da política monetária em países como o Brasil como uma das expressões principais da condição periférica na atual fase do capitalismo.

Referências bibliográficas

BRAGA, José Carlos. S. Temporalidade da riqueza: uma contribuição a teoria da dinâmica capitalista. 1985. Tese de Doutorado. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

_____. A financeirização da riqueza - a macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismos centrais. Economia e Sociedade, n.2, pp.25-58, 1993.

CARNEIRO, Ricardo. Desenvolvimento em Crise: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CARVALHO, Alisson O. S. As raízes da mundialização financeira no Brasil: um estudo das interpretações de Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares a partir da política econômica da ditadura civil-militar (1964-1982). 2020. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CHESNAIS, François. A Mundialização do Capital. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. (Org.) A Mundialização financeira: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998.

CONTI, Bruno M. Políticas cambial e monetária: os dilemas enfrentados por países emissores de moedas periféricas. 2011. Tese de Doutorado. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo.

DOLLINGER, Carlos Von; SCHNEIDER, Thomaz. Algumas considerações sobre o comportamento das empresas multinacionais. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1974.

FALETTO, Enzo. Los años 60 y el tema de la dependência. Estudos Avançados, v. 12, n. 33, 1998.

FURTADO, Celso M. O Mito do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983 [1974].

_____. O Capitalismo Pós-Nacional. In: Prefácio à Nova Economia Política, 1976.

_____. A Nova Dependência: dívida externa e monetarismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

GONÇALVES, Reinaldo; BAUMANN, Renato; PRADO, Luiz.; CANUTO, Otaviano. A Nova Economia Internacional: uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

HYMER, Stephen. The International Operations of National Firms: a study of direct foreign investment. MIT - Cambridge: Thesis of Doctored, 1960.

_____. Empresas Multinacionais: a internacionalização do capital. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1983.

MICHALET, Chales-Albert. O Capitalismo Mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983 [1976].

PRATES, Daniela M. Crises financeiras dos países "emergentes": uma interpretação heterodoxa. 2002. Tese de Doutorado. Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

PREBISCH, Raul. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. Em: Cinquenta Anos de Pensamento na Cepal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

TAVARES, Maria. C. Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986 [1974].

_____. Ciclo e Crise: o movimento recente da industrialização brasileira. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998 [1978].

_____. A Retomada da Hegemonia Norte-Americana. In: Revista de Economia Política, Vol. 5, nº 2, abri-junho/1985.

_____; BELLUZZO, Luiz G. M. "O Capital Financeiro e a Empresa Multinacional". BELLUZZO, Luiz. G. M. Os antecedentes da tormenta: origens da crise global. São Paulo: Editora UNESP, 2009 [1980].

VERNON. Richard. International Investment and International Trade in the Product Cycle. The Quarterly Journal of Economics, Vol. 80, No. 2, pp. 190-207. Oxford Univesity Press 1966.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Os Privilégios Industriais no Brasil, 1882 – 1910: em busca de uma metodologia

Amanda Gonçalves Marinho

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

Os Privilégios Industriais no Brasil, 1882 – 1910: em busca de uma metodologia

Industrial Privileges in Brazil, 1882 – 1910: in search of a methodology

Amanda Gonçalves Marinho[1]

RESUMO

Através desse artigo, buscou-se demonstrar a importância e complexidade na elaboração de um sistema de classificação para as patentes industriais. Foram analisadas quase três mil ocorrências, e a fim de melhor estudá-las, procuramos identificar entre pesquisas anteriores, uma metodologia de catalogação que pudesse ser aplicada para resolver o problema: um grande volume de dados sem qualquer tipo de agrupamento. Para isso, foram observados trabalhos nacionais e internacionais, em busca de um método que pudesse aqui ser aplicado. A partir de um banco de dados confeccionado, criamos uma metodologia a fim de perceber quais foram as áreas em que houve mais registro de patentes de brasileiros no período estudado, contribuindo para o entendimento de áreas mais relevantes no cenário industrial à época.

Palavras-chave: patentes, classificação, invenção, metodologia, registro

[1] Doutoranda em História Econômica (USP)

Os Privilégios Industriais no Brasil, 1882 – 1910: em busca de uma metodologia

ABSTRACT

This article aims to demonstrate the importance and complexity of developing a classification system for industrial patents. Almost three thousand occurrences were analyzed, and to better study them, we search to identify among previous research, a listing methodology that could be applied to solve the problem: a large volume of data without any type of grouping. For this, national and international studies were observed, in search of a method that could be applied here. From a made-up database, we created a methodology to understand which were the areas in which there were more Brazilian patent registrations in the studied period, contributing to the understanding of the most relevant areas in the industrial scenario at the time.

Keywords: patent, classification, invention, methodology, registration.

***

Ao observar a história do desenvolvimento industrial, não se pode desprezar a importância da invenção, do desenvolvimento de maneiras de se produzir mais e/ou melhor. Esse progresso não necessariamente tem ligação somente com a máquina, o que erroneamente muitas pessoas associam, mas está relacionado a um novo modo de se produzir, à mudança de ordem na fabricação ou mesmo a um processo diferente. Nesse contexto, as palavras *descoberta* e *invenção* recebem significados diferentes, estando a primeira associada a um fenômeno não produzido por mãos humanas ou máquinas, mas relacionado a algo nunca encontrado anteriormente, como um mineral, por exemplo. A segunda palavra é referente ao processo criador, a ação do indivíduo sobre determinado material com o objetivo – ou não – de produzir algo novo. Esse artigo é parte da construção de uma pesquisa que vem desde a graduação. O estudo de casos de patentes, de forma quantitativa e analítica, ainda é precário no Brasil, fazendo deste um trabalho precursor para novas pesquisas. Nossa principal fonte trata-se de um banco de dados, de confecção própria, elaborado a partir da transcrição de um documento fornecido pelo Arquivo Nacional em PDF, e para melhor análise e combinação das informações, foi transpassado para uma planilha do Excel.O tema da pesquisa – patentes de invenção registradas a partir da lei de 1882 – tem nos acompanhado a partir de diferentes perspectivas. Após conversão dos elementos em tabela, foi feita uma delimitação nas informações para a elaboração do trabalho de conclusão de curso da graduação, onde foram usadas somente as patentes inglesas registradas no Brasil, entre 1882 e 1910.

Imagem 1: Recorte do Relatório do Arquivo Nacional (1)

BR AN, RIO. PI 961

Autor(es)	BERTHAUD, Charles (F)
Domicílio(s)	Brasil, Minas Gerais, Cambuquira
Requerente(s)	GÉRAUD, Jules (PROC) (F)
Descrição	Novo sistema de encanamento das águas minerais gasosas, ferruginosas, bicarbonatadas, termais e sulfurosas,permitindo conduzi-las a qualquer distância, sem perda de suas propriedades naturais.
Relatório(s)	Rio de Janeiro, 03/10/1891 Rio de Janeiro, 29/10/1891
Apresentação	Manuscrito em português, com 1 doc(s) e 5 folha(s)
Anexo(s)	2 desenho(s)
Registro	1909 - 05/10/1891 12:30
Patente	1367
Decreto	26/12/1891
Observações	Consta do envelope-invólucro:"Relatório do novo systema de [...] (Confiado ao Sr. Dr. Inspector Geral de Hygiene). Em 29 de Outubro de 1981." Da caixa-invólucro consta: "Aberto hoje para exame prévio. Directoria do Commércio, em 29 de Outubro de 1891."
Assunto(s)	Água mineral encanamento de / Encanamento de água mineral

Fonte: Coleção: Privilégios Industriais (PI): inventário analítico (2013)

A Imagem 1 foi feita a partir de um recorte do documento do Arquivo Nacional. Utilizamos as informações contidas ali para elaborarmos o banco de dados[2] que pode ser visto, em recorte, na Imagem 2. Segundo ela, pode-se perceber os campos das anotações a partir do relatório: número de patente, data, ano, autor, requerente, procurador, texto ou descrição da invenção e o domicílio, que na tabela foi dividido entre país, estado e cidade.

[2] Algumas informações são necessárias: por se tratar de um documento histórico, os dados originais (que posteriormente foram unificados no relatório intitulado de Coleção: Privilégios Industriais) foram transportados algumas vezes ao longo do tempo. Isso levou à perda de alguns dados e por esse motivo, os documentos utilizados para análise nesse artigo foram selecionados a partir da observação das informações integrais, sendo desprezados, nesse momento, os registros incompletos.

Imagem 2: Banco de dados

	Nº	Data	Ano	Autor (es)	Requerente	Procurador	Texto da Invenção	País	Estado	Cidade
542	715	10/06/1889	1889	CORREIA DA SILVA	GÉRAUD, Jul	GÉRAUD, Jules	Nova aplicação de material rodante de estradas de ferro a engenhos de beneficiar café	Brasil	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
546	4110	04/05/1904	1904	AGUIAR, Luis Filipe	JULES GÉRAUD, LECLERC &		Rolha para esterilização de qualquer líquido ou substância alimentícia ou de fácil deteri	Brasil	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
548	723	03/07/1889	1889	CRUZ, Manuel Dias	GÉRAUD, Jul	GÉRAUD, Jules	Máquina de extração de loterias denominada EXTRATOR LOTÉRICO DIAS DA CRUZ.	Brasil	São Paulo	São Paulo
552	727	18/06/1889	1889	GOMES, Augusto	GOMES, Augusto Cândido (F)		Máquina de limpar café denominada LIMPADOR DE CAFÉ EM COCO	Brasil	Minas Gerais	São João do Rio
553	2929	01/05/1899	1899	CIA. MC. HAROY (J)	JULES GÉRAU	JULES GÉRAUD	Nova máquina para descascar arroz denominada DESCASCADOR DE ARROZ MC HAR	Brasil	São Paulo	Campinas
555	5769	23/03/1909	1909	CORDEIRO, Antôni	BUSCHMANN	BUSCHMANN E	Nova farinha alimentícia denominada FARINHA BRASILEIRA.	Brasil	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
556	734	10/05/1889	1889	XAVIER, Bento (F)	BAILLY, Char	BAILLY, Charles	Novo processo de conservação do leite	Brasil	Minas Gerais	Campo Limpo
557	734	29/06/1891	1891	XAVIER, Bento (F)	GÉRAUD, Jul	GÉRAUD, Jules	Melhoramentos na invenção para um novo processo de conservação do leite	Brasil	Minas Gerais	Campo Limpo
559	5881	12/06/1906	1906	TRICARICO, Fra	TRICARICO, Francisco Antônio		Massa alimentícia denominada MASSA LÁCTEA.	Brasil	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
561	5424	18/05/1908	1908	E. WILHELM BEHRE	E. WILHELM BEHREND E CIA.		Alimentação e escoamento de bebedouros de água para animais-SISTEMA SIMPLEX.	Brasil	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
564	979	08/10/1890	1890	BAILLY, Charles Eu	GÉRAUD, Jul	GÉRAUD, Jules	Nova almofada para janelas e sacadas denominadas ALMOFADAS SUL-AMERICANAS.	Brasil	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
565	3399	17/06/1901	1901	MELO, Guilherm	MELO, Guilherme Cordovil de		ALMOFADA BRASIL contra dores de cabeça nevrálgicas e ensaquecas.	Brasil	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
566	756	16/12/1881	1881	COGLIATI, Effisio (I	GÉRAUD, Jul	GÉRAUD, Jules	Mesas para anúncios	Brasil	São Paulo	São Paulo
570	2994	22/12/1899	1899	DEL CIOPPO, José (	JULES GÉRAU	JULES GÉRAUD	Nova máquina de beneficiar arroz.	Brasil	São Paulo	São Paulo
571	767	26/08/1889	1889	SANTOS MARAU &	SANTOS MARAU & CIA. (J)		Carro de mão para transporte de cargas denominado CARRO INDUSTRIAL.	Brasil	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
573	4065	21/03/1904	1904	MARQUES, Antônio	MOURA & WI	MOURA & WILS	Andaime denominado JOSÉ DA SILVA MARQUES.	Brasil	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
574	5723	18/03/1909	1909	ALVES, Vitor Martir	JULES GÉRAUD, LECLERC &		Novo sistema de andaime, denominado ANDAIME MODELO.	Brasil	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
577	2906	27/07/1899	1899	RAMOS, Virgilio da	AQUINO, Alfr	AQUINO, Alfredo	APARELHO CORTA COICE para evitar os coices dos animais.	Brasil	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
578	135	09/05/1884	1884	PEREIRA, Antôn	PEREIRA, Antônio Barroso (F)		Aparelho para pesca denominado PESCADOR AUTÔMATO FLUTUANTE.	Brasil	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
579	787	12/10/1889	1889	CATEYSSON, Je	CATEYSSON, Jean (F) DETHU		Placas para grudar cartazes e anúncios.	Brasil	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
580	788	21/10/1889	1899	LIDGERWOOD MA	LIDGERWOOD	LIDGERWOOD.	Chapa invencível LIDGERWOOD para descascar café ou outro qualquer grão similar.	Brasil	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
581	1754	11/09/1894	1894	LANDENNE, Augusti	JULES GÉRAU	JULES GÉRAUD	Aparelho elétrico destinado a combinar perguntas e respostas para fins diversos.	Brasil	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
582	3068	09/04/1900	1900	ADRIANO, Augusto	JULES GÉRAUD, LECLERC &		Maquinismo de beneficiar arroz.	Brasil	São Paulo	Campinas
583	2116	25/08/1896	1896	TAVERNE, Chai	TAVERNE, Charles (F)		Aparelho denominado LUCIFER destinado a aquecer caldeiras e geradores injetando ói	Brasil	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro

Fonte: elaboração própria

Após a transcrição, nos deparamos com uma problemática: como tornar o estudo dessas patentes mais dinâmico e com maiores possibilidades de investigação? A resposta para essa pergunta, na nossa opinião, é encontrar uma forma de unificar as informações do banco de dados.

A classificação dos elementos dispostos na planilha é de grande relevância para a análise, possibilitando associações diversas a respeito de área de usufruto da patente (rurais e/ou urbanas), naturalidade do inventor, a que tipo de privilégio se trata o invento e a que atividade econômica se destina. Essa conciliação de elementos só pode ser feita a partir da classificação dos dados disponíveis em campos distintos e organizados da tabela.

As patentes registradas no Brasil já foram estudadas por diversos pesquisadores, alguns deles já transformaram em banco de dados. Buscamos essas pesquisas para encontrar uma classificação que se adequasse a esse estudo. Observemos alguns desses pesquisadores e o resultado de seus trabalhos.

Clóvis Da Costa Rodrigues

Rodrigues é um importantíssimo escritor e referência quando o assunto é invenção no Brasil, o autor do livro *A Inventiva Brasileira*, que conta com dois volumes e aborda o processo de desenvolvimento tecnológico no país, relacionado às criações desde a chegada dos portugueses até a Proclamação da República. O extenso trabalho, contendo 1012 páginas, abrange o Brasil que existiu e faz análises do país que poderia ter sido se algumas coisas fossem diferentes. Ele associa o atraso nacional ao "completo descaso dos governos à causa da instrução do brasileiro" (1973, p. 867), em outras palavras, o analfabetismo.

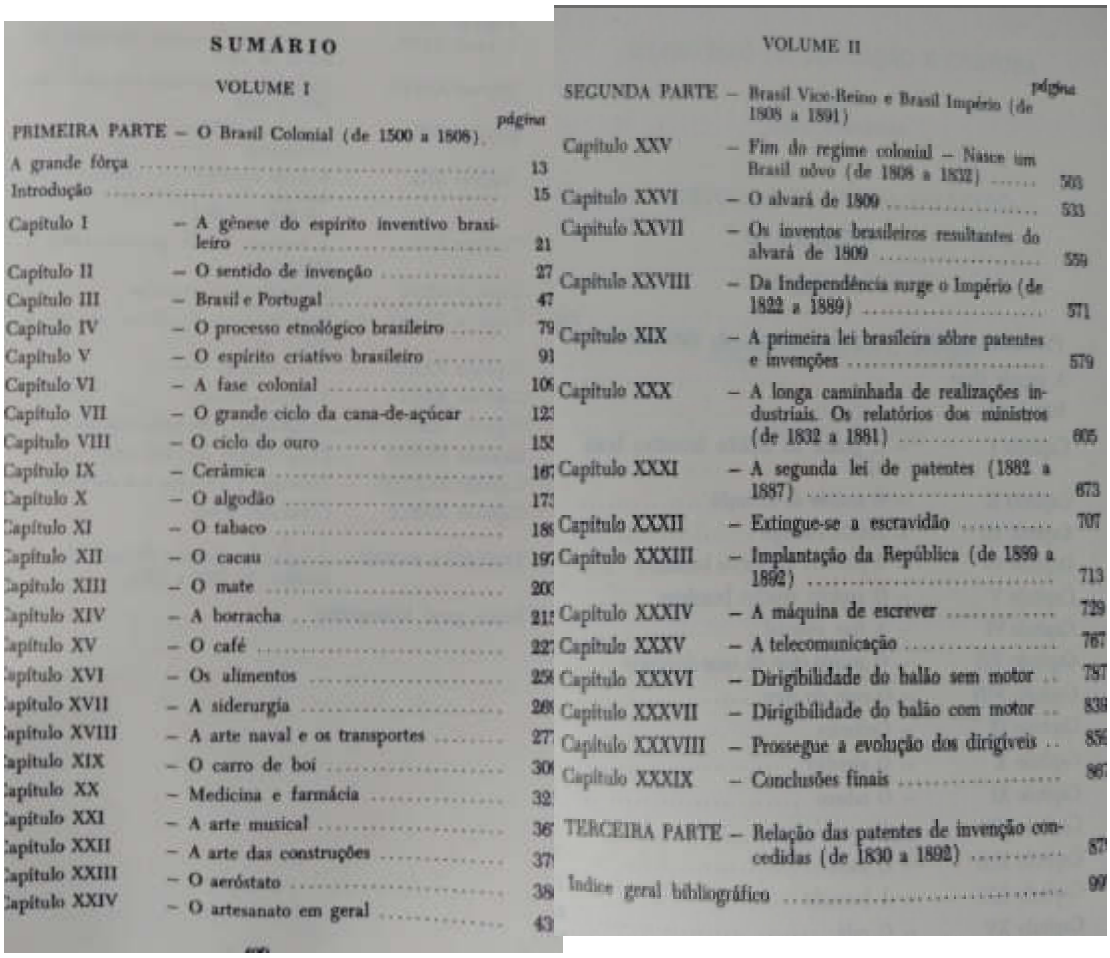
O autor traçou uma espécie de linha do tempo, discorrendo desde "a gênese do espírito inventivo brasileiro" perpassando as leis de patentes e privilégios industriais concedidos durante os quase quatrocentos anos de história do Brasil a qual o livro se dedica, porém, estudou detalhadamente a lei de 1830, apresentando suas características e discussões que antecederam e sucederam essa legislação. Ao final, Rodrigues apresenta um apanhado geral listando todas as patentes concedidas entre 1830 e 1892[3].

É inegável a importância do autor quando se trata do estudo da atividade inventiva no Brasil, sua obra é um clássico e leitura obrigatória para qualquer pesquisador que se interesse pelo tema. Apesar de discordarmos com alguns posicionamentos e pontos de vista dele, sua extensa pesquisa foi de grande valor para este trabalho.

Não obstante o grande esforço histórico e sociológico de Rodrigues, ele não se propõe a fazer uma classificação dessas patentes a fim de auxiliar o pesquisar que se debruce sobre o tema, há apenas uma listagem dessas patentes. Todavia, o sumário do autor é dividido em capítulos que talvez representem algum grau de "classificação". Vejamos:

[3] As patentes que Rodrigues relaciona em seu livro, A Inventiva Brasileira, estão de acordo com os dados recolhidos por ele. Nuno Pires de Carvalho faz, em seu livro 200 anos do Sistema Brasileiro de Patentes, um sumário semelhante, mas os números levantados pelos dois autores não estão em concordância.

Imagem 3: Índice do livro "A Inventiva Brasileira" (1973)



SUMÁRIO

VOLUME I

		página
PRIMEIRA PARTE	– O Brasil Colonial (de 1500 a 1808)	
A grande fôrça		13
Introdução		15
Capítulo I	– A gênese do espírito inventivo brasileiro	21
Capítulo II	– O sentido de invenção	27
Capítulo III	– Brasil e Portugal	47
Capítulo IV	– O processo etnológico brasileiro	79
Capítulo V	– O espírito criativo brasileiro	91
Capítulo VI	– A fase colonial	10
Capítulo VII	– O grande ciclo da cana-de-açúcar	12
Capítulo VIII	– O ciclo do ouro	15
Capítulo IX	– Cerâmica	16
Capítulo X	– O algodão	17
Capítulo XI	– O tabaco	18
Capítulo XII	– O cacau	19
Capítulo XIII	– O mate	20
Capítulo XIV	– A borracha	21
Capítulo XV	– O café	22
Capítulo XVI	– Os alimentos	25
Capítulo XVII	– A siderurgia	26
Capítulo XVIII	– A arte naval e os transportes	27
Capítulo XIX	– O carro de boi	30
Capítulo XX	– Medicina e farmácia	32
Capítulo XXI	– A arte musical	36
Capítulo XXII	– A arte das construções	37
Capítulo XXIII	– O aeróstato	38
Capítulo XXIV	– O artesanato em geral	43

VOLUME II

		página
SEGUNDA PARTE	– Brasil Vice-Reino e Brasil Império (de 1808 a 1891)	
Capítulo XXV	– Fim do regime colonial – Nasce um Brasil nôvo (de 1808 a 1832)	503
Capítulo XXVI	– O alvará de 1809	533
Capítulo XXVII	– Os inventos brasileiros resultantes do alvará de 1809	559
Capítulo XXVIII	– Da Independência surge o Império (de 1822 a 1889)	571
Capítulo XIX	– A primeira lei brasileira sôbre patentes e invenções	579
Capítulo XXX	– A longa caminhada de realizações industriais. Os relatórios dos ministros (de 1832 a 1881)	605
Capítulo XXXI	– A segunda lei de patentes (1882 a 1887)	673
Capítulo XXXII	– Extingue-se a escravidão	707
Capítulo XXXIII	– Implantação da República (de 1889 a 1892)	713
Capítulo XXXIV	– A máquina de escrever	729
Capítulo XXXV	– A telecomunicação	767
Capítulo XXXVI	– Dirigibilidade do balão sem motor	787
Capítulo XXXVII	– Dirigibilidade do balão com motor	839
Capítulo XXXVIII	– Prossegue a evolução dos dirigíveis	859
Capítulo XXXIX	– Conclusões finais	867
TERCEIRA PARTE	– Relação das patentes de invenção concedidas (de 1830 a 1892)	879
Índice geral bibliográfico		909

Fonte: RODRIGUES, 1973, p. 9 e 10

Rodrigues fez um recorte de acordo com grandes grupos econômicos, que proporcionaram significativa circulação monetária no país, como algodão, borracha e café, por exemplo. Dentro de cada um desses capítulos, ele se dedicou ao exame da importância do dito produto, como os governantes encaravam a relevância daquela produção/exploração, além de demonstrar algumas máquinas (por vezes até com imagens) utilizadas para a confecção e seus usos. Apesar de muito estudo e pesquisa ser dedicado a cada um desses grupos - fato que faz desse livro uma referência na história do processo inventivo brasileiro – muitas questões, a nosso ver, ficam de fora, por exemplo:

Quantas patentes no período foram registradas em cada categoria? As patentes eram brasileiras ou estrangeiras? Se brasileiras, qual lugar do país de sua origem?

Além dessas perguntas que não podem ser respondidas com os agrupamentos[4], nos restam dúvidas acerca de outras categorias não encontradas no sumário de Rodrigues, mas vistas no Boletim Classificatório dos Estados Unidos (que veremos adiante), como por exemplo, iluminação e fumo. Porém, o contrário também acontece, como aeróstato e cacau.

Não poderíamos usar o sistema de agrupamento do sumário de Rodrigues como classificação, pois não atenderia às nossas expectativas pela ausência de informações que buscamos disponibilizar com o banco de dados, como as perguntas acima demonstram. Outrossim, os grupos propostos por Rodrigues são bastante simplistas, portanto, não desempenham a função que almejamos em nossa classificação. Dessa maneira, optamos por não usar esse sistema.

Póvoa e Cabello

Andrea Felippe Cabello e Luciano Martins Costa Póvoa são autores do artigo *Análise econômica da primeira Lei de Patentes brasileira.* Nele, se propuseram a investigar a lei de 1830 que se estendeu até 1882, quando foi substituída por outra mais atualizada. Observa-se nesse trabalho, o exame acerca da duração das patentes, que partindo da proposição de Stigler (1991), afirma que "(...) a eficiência de uma lei deve ser julgada apenas em relação aos seus objetivos. Assim, a lei de patentes é dita eficiente se não tiver existido outra forma menos dispendiosa de incentivo à geração de invenções no Brasil do século XIX" (PÓVOA e CABELLO, 2016, p. 881). Partindo desse princípio, os autores questionam na importância da lei de patentes como contribuição para o desenvolvimento industrial do Brasil.

Para tal análise, Póvoa e Cabello construíram um banco de dados contendo 783 privilégios industriais concedidos sob a vigência da lei de 1830. A respeito da quantidade de privilégios coletados pelos autores, não há consenso. Em suas pesquisas, Clóvis da

[4] Optamos por chamar de "agrupamentos" porque não acreditamos poder nomear a divisão de capítulos de Rodrigues como "classificação".

Costa Rodrigues e Nuno Pires de Carvalho (2009) obtiveram valores diferentes sobre o mesmo período. A dificuldade de obtenção de dados históricos é um problema recorrente na vida do pesquisador de História. O desencontro dos números dos privilégios concedidos é, infelizmente, comum. Com base no estudo, Póvoa e Cabello elaboraram a Tabela 1, que se trata de uma espécie de catalogação.

Tabela 1: Patentes classificadas de acordo com setor e subsetor de aplicação

Setor	Subsetor	Patentes	(%)
Agricultura	Café	141	18
	Açúcar	36	4,6
	Outros	57	7,3
	Total	**234**	**29,9**
Transporte	Carga	20	2,6
	Urbano	15	1,9
	Comunicações	4	0,5
	Geral	83	10,6
	Total	**122**	**15,6**
Bens de Consumo	Alimentos	46	5,9
	Têxtil	15	1,9
	Outros	54	6,9
	Total	**115**	**14,7**
Extrativista	**Total**	**35**	**4,5**
Outros	**Total**	**277**	**35,4**
Total geral		783	100

Fonte: PÓVOA e CABELLO, 2016, p. 896

Analisamos a classificação proposta pelos autores a fim de a usarmos nesse trabalho. Entretanto, nos deparamos com dois problemas. O primeiro trata-se do período que usamos como base. Os autores analisaram patentes registradas entre 1830 e 1882, e nossa pesquisa é imediatamente posterior, entre 1882 e 1910. Dessa forma, há registros de insumos diferentes dos que foram encontrados por eles, não somente por causa do avanço cronológico, mas também pelo tecnológico. O segundo problema vai ao encontro da mesma questão levantada sobre o trabalho de Rodrigues: a falta de detalhamento dos registros, que, diante do nosso objetivo, é fazer uma categorização mais esmiuçada. Dessa maneira, a forma de agrupamento de Póvoa e Cabello não pode ser aplicada ao nosso

estudo, visto que não dá conta de algumas informações que julgamos serem básicas, como por exemplo a estruturação (seja urbana ou rural) dos espaços, elencando patentes referentes à transporte e suas divisões; construção, energia e iluminação. Em virtude da diferença de registros nas duas pesquisas, faz-se natural que os agrupamentos sejam distintos. No entanto, o artigo foi muito importante para este trabalho, e sua classificação não pode, de maneira alguma, ser desprezada.

Assim como, quando observamos o trabalho de Rodrigues, a pesquisa de Póvoa e Cabello nos trouxe algumas dúvidas. Tomando como partida as designações "agricultura" e "alimentos" na Tabela 1, não é possível saber muitas informações a que essas patentes faziam referência, o que nos gera algumas questões: A que gêneros alimentícios as patentes se referiam? Esses alimentos seriam para consumo interno ou para exportação? Seriam as patentes de exportação inseridas em "agricultura" e, em "alimentos", as que se referiam ao consumo interno? Se sim, como ter certeza de qual patente seria destinada a qual mercado? Se não, qual a diferença entre esses dois agrupamentos? Essas patentes seriam na parte agrícola (plantio), na embalagem ou no transporte dos alimentos?

Na classificação dos citados autores, essas informações não ficam claras, podendo assim gerar dificuldade para análise dos setores em separado, o que julgamos ser algo importante para a investigação. Isto posto, optamos por não utilizar esse tipo de classificação, pois não serve aos nossos objetivos.

Classificação do Governo dos Estados Unidos

No período estudado, os Estados Unidos eram o país que mais patenteava no mundo. Esse fato nos ajuda a ter o país como referência na área de propriedade intelectual, fazendo com que suas experiências – anteriores às nossas – possam servir de ensinamento para, talvez, ser aplicado à nossa pesquisa (RODRIGUES, 1973. P. 868).

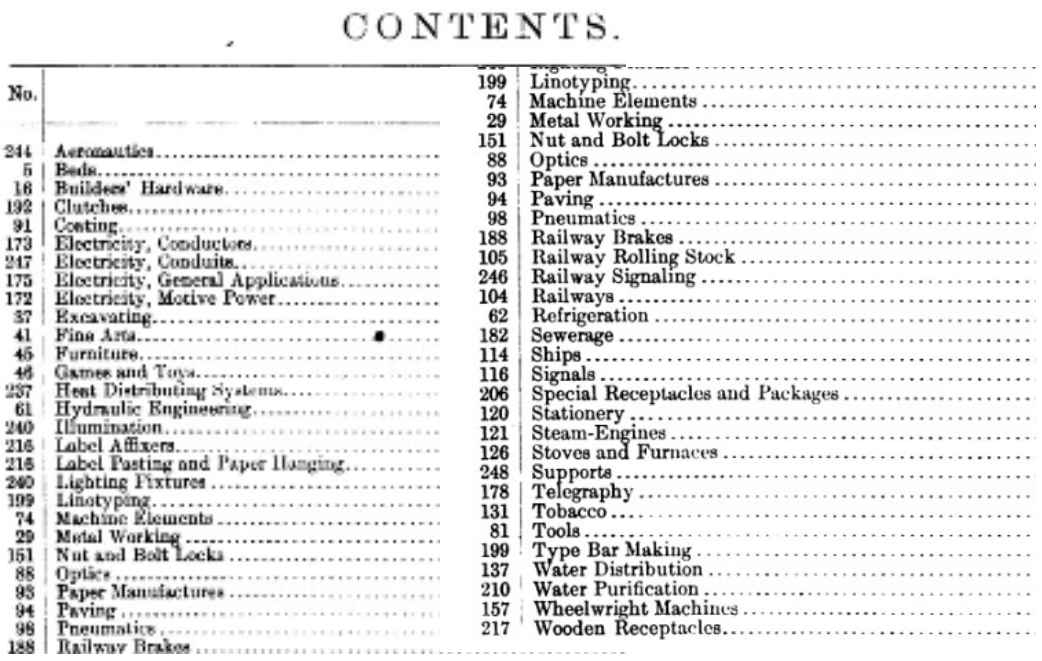
Para outra análise de classificação, usaremos o Boletim Classificatório, de 1910, criado pelo Escritório de Impressão do Governo dos Estados Unidos e o Relatório de Investigação de Patentes dos Estados Unidos, de 1912, elaborado pelo Presidente da Comissão sobre economia e eficiência. Ambos tratam do processo de classificar as

patentes norte-americanas e estrangeiras, no entanto, o primeiro texto tem um viés voltado para a classificação prática, enquanto o segundo explica as dificuldades e importâncias desse processo, analisando classificações anteriores feitas pelos Estados Unidos, e retomando a necessidade desse processo ser atualizado. “It assumes that the office after an experience of 76 years under an examination system of classification is best adapted to facilitating search toward the end of establishing a real prima facie validity for its patents” (USA. Commission on Economy and Efficiency, 1912. P. 63).

O Relatório reforça a importância de elaborar um sistema de classificação para melhor análise do pesquisador, facilitando sua busca a uma categoria ou grupo de categorias específicas. O revisionismo de catalogações já feitas é importante para cobrir possíveis falhas que possam ocorrer, ou ainda aumentar a complexidade do sistema produzido anteriormente para melhor compreensão da proposição atual. O pesquisar (ou o órgão) responsável deve sempre estar atento se a catalogação atende à proposta da investigação, adaptando-a de acordo com a necessidade, seja analisando sob novas óticas ou criando categorias inexistentes.

De acordo com o Boletim Classificatório, pode-se encontrar no índice a divisão classificativa do documento:

Imagem 4: Lista do Boletim Classificatório



CONTENTS.

No.	
244	Aeronautics
5	Beds
16	Builders' Hardware
192	Clutches
91	Coating
173	Electricity, Conductors
247	Electricity, Conduits
175	Electricity, General Applications
172	Electricity, Motive Power
37	Excavating
41	Fine Arts
45	Furniture
46	Games and Toys
237	Heat Distributing Systems
61	Hydraulic Engineering
240	Illumination
216	Label Affixers
218	Label Pasting and Paper Hanging
240	Lighting Fixtures
199	Linotyping
74	Machine Elements
29	Metal Working
151	Nut and Bolt Locks
88	Optics
93	Paper Manufactures
94	Paving
98	Pneumatics
188	Railway Brakes
199	Linotyping
74	Machine Elements
29	Metal Working
151	Nut and Bolt Locks
88	Optics
93	Paper Manufactures
94	Paving
98	Pneumatics
188	Railway Brakes
105	Railway Rolling Stock
246	Railway Signaling
104	Railways
62	Refrigeration
182	Sewerage
114	Ships
116	Signals
206	Special Receptacles and Packages
120	Stationery
121	Steam-Engines
126	Stoves and Furnaces
248	Supports
178	Telegraphy
131	Tobacco
81	Tools
199	Type Bar Making
137	Water Distribution
210	Water Purification
157	Wheelwright Machines
217	Wooden Receptacles

Fonte: United States. Government Printing Office. Classification of Subjects of Invention Revised by the Classification Division of the United Stades Patent Office. 1910 p. 6

A classificação acima é bastante detalhada, em comparação com o trabalho de Póvoa e Cabello. Apesar da complexidade, de acordo com nossa análise, esta catalogação não pode ser aplicada ao banco de dados que elaboramos pois existem insumos muito diferentes.

Embora o período abordado seja semelhante[5], estamos tratando de países diferentes, e o tipo de catalogação não condiz com as patentes brasileiras da época, tendo categorias que não se aplicam ao Brasil. Vejamos exemplos:

- Excavating (escavador, em tradução livre): no nosso banco de dados há somente uma patente atribuída à escavação, de número 1070 de 23/01/1891 com a descrição "Aparelho para escavar, suspender, lavar e dividir a concha destinada à fabricação da cal". Dado o único registro, não

[5] Nosso banco de dados tem data final em 1910, enquanto o boletim finda em 1909.

achamos razoável criar uma categoria para tal; nesse caso, incluiríamos a referida patente na classe "construção", que nos parece mais coerente.

- Ships (navios): pesquisando em nosso banco de dados, encontramos doze registros com a palavra "navio", no entanto, também não se pode, a nosso ver, criar essa categoria pela pequena quantidade de registros[6]. Ademais, entre esses registros, alguns possuem a palavra "navio" somente como exemplo de aplicação da patente registrada, como no caso da patente 1828 de 13/02/1895 que tem como descrição "Aparelho denominado vassoura mecânica de Alexandre[7] destinada a lavagem de assoalhos, ladrilhos, convés de navios, etc." Nesse caso, embora a descrição da patente tenha o termo "navio", o invento não se trata de algo relacionado a esse meio de transporte, mas a expressão é usada para demonstrar uma das possibilidades de aplicação do privilégio. Caso o privilégio se tratasse de algo relacionado a mobilidade, locomoção, nós a incluiríamos em "transporte". Porém, na referida patente, achamos mais sensato inserir na categoria "indústrias diversas"
- Tobacco (tabaco): essa categoria poderia ser aplicada ao nosso banco de dados, visto que contamos com muitos registros referentes a tabaco, fumo, cigarro e charuto.
- Óptics (ótica): essa divisão não pode ser aplicada ao nosso banco de dados, pois não possuímos nenhum registro com os termos ótica, óculos ou lente.

Através dos casos apresentados, buscamos demonstrar que algumas divisões poderiam ser utilizadas na nossa tabela como forma de categorização, mas, infelizmente, a grande maioria não se adequa às patentes registradas no Brasil no período 1882-1910. Acreditamos que isso se deu por alguns motivos: à diferença entre as economias norte-americana e brasileira, por exemplo, pois a primeira estava muito à frente em diversos aspectos, e as patentes registradas são uma demonstração disso, pelas categorias criadas

[6] Falaremos a diante sobre os critérios que utilizamos para criação das categorias.
[7] Destaque do próprio texto da patente.

que não se aplicam ao Brasil. Outra questão que pode explicar a diferença entre as categorias é quanto as necessidades de cada país, bem como a qual finalidade os privilégios se destinam. Em economias tão diferentes – estamos falando de países com trajetórias distintas, a carência de inventos para uma ou outra área era, também, diferente. O Brasil da segunda metade do século XIX estava no seu auge da produção e venda do café, enquanto os Estados Unidos tinham, ao norte desenvolvimento industrial, e ao sul agricultura (algodão, principalmente, além de outros gêneros), pecuária e exploração de petróleo. Isso não significa que não existia indústria no Brasil ou no sul dos Estados Unidos, este que, ainda passava por uma Guerra Civil; só demonstra que não era um setor de grande escala, como o agroexpoetador.

Por conta dessas diferenças, optamos por não usar essa classificação, que embora muito rica de detalhes, algumas rotulações não fazem sentido de serem aplicadas às patentes brasileiras.

Classificação do Arquivo Nacional (AN) do Rio de Janeiro

O Relatório usado para a estruturação do banco de dados desse trabalho leva o nome de Coleção Privilégios Industriais e foi elaborado pelo Arquivo Nacional. Antes da listagem de patentes, o documento apresenta algumas informações sobre sua proposta e produção para melhor conhecimento do leitor.

> A divulgação do presente inventário põe à consulta pública vasta documentação relativa à concessão de privilégios industriais, abrangendo o período de 1873[8] a 1910. O acervo, constituído de relatórios descritivos, desenhos, protótipos, amostras e fotografias, representa a memória da inteligência e da engenhosidade brasileiras. São registros de valor inestimável como fonte de informação e de pesquisa para a história da industrialização e evolução das técnicas no País, na passagem do século XIX para o XX (Coleção Privilégios Industriais, 2013, p. 6).

[8] Apesar de o texto do inventário apresentar alguns, poucos, casos anteriores a 1882, data da lei, não utilizamos deles no presente trabalho, em virtude do intervalo cronológico ao qual optamos.

Os privilégios industriais constantes no inventario são em decorrência da lei número 3.129, de catorze de outubro de 1882, regulamentada pelo decreto número 8.820, de trinta de dezembro do mesmo ano[9]; até as patentes registradas no ano de 1910. Quando da execução do relatório, os pesquisadores definiram a seguinte classificação dos privilégios: Agricultura e indústria animal; Alimentação; Minas e metalurgia; Máquinas e motores; Transporte; Instrumentos científicos e aparelhos calculadores; Eletricidade; Indústrias químicas; Indústrias têxteis e vestuário; Artes industriais e economia doméstica; Indústrias diversas (cerâmica, vidro, móveis, acondicionamento e embalagem, anúncio, propaganda e publicidade, jogos); Construções; Saneamento, iluminação, aquecimento e frio industrial; Medicina, cirurgia, farmácia e profilaxia; e Arte militar e naval.

O agrupamento proposto foi ao encontro do nosso objetivo, contemplando, ao mesmo tempo, com detalhes e sem exceder em número de categorias, o nosso pensamento quanto ao agrupamento dos privilégios. No entanto, apesar dessa proposta, os registros não foram classificados no relatório do AN. Acreditamos que, no ato de compilar os dados, os pesquisadores tenham percebido as semelhanças quanto as áreas de solicitação das patentes, e assim definiram em grupos os casos mais recorrentes.

Consideramos, a classificação dos dados de suma importância para o entendimento das atividades inventivas naquele período de transição – econômica e política – da história do Brasil. Antes mesmo de termos acesso a esses conjuntos propostos pelo relatório final do Arquivo, já havíamos começado a identificar os grupos existentes em recorrência, a partir dos textos de descrição das patentes, e muitas das categorias se combinam com as apresentadas pela instituição. O sistema de classificação do AN poderia ser usado por nós, e nos serviu de base, contudo, não foi totalmente utilizado. Apresentaremos as semelhanças e diferenças adiante.

A ausência de classificação do AN dificultou o entendimento de em que categoria cada privilégio se encaixaria, pois, a separação e delimitação das informações depende

[9] Para maiores informações sobre a lei e o decreto, cf. MARINHO, 2021, cap. 2.

de uma avaliação muito pessoal do pesquisador. Assim, embora tenhamos nos sustentado na divisão feita pelo Arquivo, optamos por não usar completamente esse sistema.

Banco de dados e classificação proposta

Conforme expomos a partir da análise de outros sistemas de classificações, buscamos encontrar algum processo que atendesse nosso anseio de tornar o banco de dados prático e ao mesmo tempo, repleto de informações para inúmeras combinações. A intenção é atender ao pesquisador, facilitando o seu trabalho e proporcionando conhecimento para o estudo das patentes e das propriedades industriais. Esse não é um objetivo simples, pois como observamos, outros pesquisadores e instituições tiveram intuito semelhante, dentro dos dados utilizados por eles.

Observamos atentamente o nosso banco de dados[10] a partir da transcrição a fim de maximizar as possibilidades do pesquisador, e proporcionar uma série de associações viáveis com o objetivo de tornar mais lúcido o que se tem conhecimento do processo patentário em fins do século XIX e início do XX. Assim, elaboramos nosso próprio sistema de classificação, com as particularidades que achamos cabíveis, dentro das informações que encontramos no relatório do Arquivo Nacional que transcrevemos para uma tabela. Contamos ainda com as influências dos grupos que outros pesquisadores fizeram antes de nós.

A metodologia utilizada em cada sistema de pesquisa deve ser ajustada. Infelizmente não há um padrão ou manual a ser seguido, que abranja todas as formas de estudo. O historiador econômico necessita perceber as particularidades de sua fonte e

[10] Embora tenhamos transcrito todo o banco de dados, com os 6.402 registros de privilégios que possuíam número de patentes, para fins desse estudo, optamos por classificar somente as patentes brasileiras. Essa escolha baseia-se somente na predileção da autora pelos estudos brasileiros nesse momento, tal qual foram estudadas as patentes registradas por inventores ingleses durante a graduação. A partir da delimitação territorial, entre os mais de seis mil casos, as patentes brasileiras registradas no Brasil entre 1882 e 1910 somam-se 2911. Esse número é certamente maior, contudo, conforme vimos, a ausência de número de registro de patente torna impossível (ao menos nesse momento) a certeza de que outros pedidos, sem esse dado, tenham sido finalizados e seus privilégios concedidos. Diante disso, preferimos trabalhar com um número menor, mas com a certeza de que esses processos terminaram, e seus inventores foram privilegiados, de acordo com a lei de 1882.

situá-la no tempo-espaço para a produção de um mecanismo que se aplique à fonte para facilitar sua interpretação. Os desafios do historiador econômico passam assim, pela análise qualitativa e quantitativa dos dados (ARRUDA, 1977). O maior desafio foi realmente o de criar uma classificação que abrangesse nossos objetivos. Não defendemos que o sistema que propomos está perfeito, pois conta com crivo pessoal de quem está analisando e compilando os dados, optando por incluir em uma ou outra divisão, de acordo com a descrição do texto da patente, sendo está, nem sempre muito clara.

Com esse longo trabalho de análise das patentes, tendo como objetivo destacar o máximo de informações, buscamos dividir a tabela em quatro partes:

- Quanto à zona: Rural / Urbano / Não se aplica
- Quanto ao tipo de invento: Produto / Processo / Aperfeiçoamento
- Quanto ao vocábulo principal: Palavra-chave
- Quanto aos grupos: construção, energia, transporte etc.

A última classificação, a que interessa nesse momento, contém as seguintes categorias:

- Alimento
- Bens agrícolas/Indústria animal
- Comunicação
- Construção
- Controle de pragas
- Energia
- Indústria bélica
- Indústria química
- Indústrias diversas
- Máquina/motor
- Medicina/fármaco
- Minas/metalurgia
- Recipiente
- Saneamento
- Têxtil/vestuário
- Transporte

Os ramos acima foram escolhidos de acordo com a necessidade de diferenciá-los, e a partir da quantidade em que se apresentam. A classificação foi revisada diversas vezes, até a escrita desse trabalho. Aumentamos e subtraímos grupos constantemente, a fim de alcançarmos um formato que mais nos agradasse.

Acreditamos que esse sistema de classificação permite diferentes resultados a partir de diversas combinações de informações, que nenhuma catalogação acima apresenta. Esse sempre foi nosso objetivo ao elaborar o banco de dados. Tomemos alguns exemplos:

- Para saber quantas patentes de café foram registradas no estado de São Paulo entre os anos 1900-1905: basta filtrar pelos anos, o estado e a palavra-chave (as patentes relacionadas a café foram classificadas como bens agrícolas/indústria animal). Encontramos o resultado de 65 registros. No entanto, existem privilégios que têm a palavra "café" em sua descrição, mas não se trata de agricultura. A patente 3230 é um exemplo disso. Em sua descrição consta "Aparelho econômico para fabricar gás de iluminação, extraído de lenha, de palha de café, de turfa e outros combustíveis, denominado gasômetro doméstico-econômico." Nesse caso, incluímos na categoria "energia". Muitas vezes, o café e outros produtos são usados como exemplos de aplicação da patente, e não como o seu objeto principal.
- Buscando identificar as patentes relativas a "Controle de Pragas "em Minas Gerais entre 1895 e 1900: utilizando os mesmos filtros do exemplo acima, obtém-se o número de dez patentes, sendo sete delas referentes a formiga e formicida.
- Para conhecimento de quantas patentes foram registradas no Rio Grande do Sul, no período compreendido pelo banco de dados, referente a "processo": filtramos o estado e a classificação número 2 Produto / Processo / Aperfeiçoamento. Encontramos 32 registros, de diferentes grupos.

Tabela 2: Comparação com a propostas de classificação do Arquivo Nacional

Classificação Arquivo Nacional	Nossa classificação
Alimentação	Alimento
Agricultura e indústria animal	Bens Agrícolas/Ind. Animal
	Comunicação
Construções	Construção
	Controle de Pragas
Eletricidade	Energia
Arte militar e naval	Indústria Bélica
Indústrias químicas	Indústria Química
Indústrias diversas (cerâmica, vidro, móveis, acondicionamento e embalagem, anúncio, propaganda e publicidade, jogos)	Indústrias Diversas
Máquinas e motores	Máquina/motor
Medicina, cirurgia, farmácia e profilaxia	Medicina/Fármaco
Minas e metalurgia	Minas/Metalurgia
	Recipiente
Saneamento, iluminação, aquecimento e frio industrial	Saneamento
Indústrias têxteis e vestuário	Têxtil/Vestuário
Transporte	Transporte
Instrumentos científicos e aparelhos calculadores	

Artes industriais e economia doméstica

Fonte: elaboração própria.

A partir da tabela acima, podemos ver as semelhanças e disparidades entre os dois tipos de classificações. É notável como a proposta do AN auxiliou no desenvolvimento a nossa metodologia, e, portanto, optamos por fazer essa tabela comparativa pois, apesar de outros exemplos de classificação em períodos semelhantes, o mais próximo da nossa escolha metodológica nesse trabalho foi o da instituição. Entre os dois formatos, a maioria dos grupos são semelhantes: alimento, bens agrícolas/indústria animal ('agricultura e indústria animal", na classificação da AN), construção, indústria bélica (chamada na proposta do AN de "arte militar e naval"), indústria química, indústrias diversas, máquina/motor, medicina/fármaco (com o nome de "medicina, cirurgia, farmácia e profilaxia" no agrupamento da AN), minas e metalurgia, têxtil/vestuário ("indústrias têxteis e vestuário"), e, transporte. Os grupos referentes a bens agrícolas/indústria animal, indústria bélica, medicina e farmácia, e têxtil possuem pequenas alterações de nomes, contudo a abrangência é a mesma. Assim como o caso de "indústrias diversas", que o Arquivo Nacional optou por discriminar entre parênteses as áreas a que essa diversidade se referia. Nossa opção foi de incluir ali tudo o que não coubesse em nenhuma outra categoria. Inicialmente tínhamos optado por chamá-la de "outros", mas diante da inspiração do AN, adotamos a nomenclatura utilizada pela entidade. Falaremos mais sobre isso adiante.

Em contrapartida às semelhanças, optamos por não usar duas categorias criadas pelo AN: "instrumentos científicos e aparelhos calculadores" e "artes industriais e economia doméstica". Esses dois termos para os grupos não deixam claros que tipo de privilégios seriam abrangidos. Há registros de calculadoras, como o próprio nome diz, mas são muito poucos. Os instrumentos científicos seriam referentes a quê? Algum tipo

de ferramenta, talvez? Não sabemos. Quanto ao segundo vocábulo, também não temos conhecimento do que seriam essas artes industriais e economia doméstica, logo, dificultando sua aplicação ao classificar. Esse foi um dos problemas que encontramos na proposta do Arquivo Nacional. A falta de exemplos que explicassem a que se referiam os agrupamentos, e o uso de algumas expressões genéricas, como essas, que dificultam o trabalho.

Ainda sobre as diferenças, como se pode notar na tabela 2, nós criamos três categorias não propostas pelo AN. A primeira, trata-se de "comunicação". Nela, incluímos as patentes referentes a anúncios, cartas, publicidade e telegrafia, entre outras. Optamos por criar esse grupo pela variedade de registros referentes a comunicabilidade naquele período, e por considerarmos essa categoria algo de extrema relevância. Note-se que anúncios, propaganda e publicidade, foram incluídos em "indústrias diversas" pelo AN. Segundo nosso banco de dados, há 68 registros incluídos no grupo de comunicação; uma quantidade significativa e digna de um grupo separado. No entanto, um problema que encontramos para classificar os privilégios relacionados à comunicação foi sobre papel. Há alguns registros no banco de dados com esse termo e nos perguntamos se esses dados deveriam ou não estar incluídos em "comunicação", nesses casos, incluímos em "indústrias diversas", dada a ausência de informações na descrição.

Outro grupo criado por nós foi "controle de pragas". Entre as 95 ocorrências com essa classificação, a maioria trata-se de formicida, contudo há registros a respeito de ratos, baratas e gafanhotos. Desses 95, apenas 5 casos foram incluídos na "classificação 1" como rural, pois, apesar de termos conhecimento que essas pragas se aplicam, em maior número, na agricultura, não podemos deixar de levar em consideração a possibilidade de uso em áreas urbanas, até porque estamos tratando de uma época em que o Brasil não possuía um grande projeto de urbanização, com características distintas das regiões rurais. Logo, optamos por incluir no subgrupo "não se aplica", onde há possibilidade de uso nas duas zonas. A quantidade de privilégios solicitados e concedidos sobre o controle de

pragas demonstra como isso era uma temática importante no Brasil da época, visto o grande lucro que a agroexportação trazia, se tratando das áreas rurais. Nos meios urbanos, isso também era um problema, dada a existência de um precário sistema de saneamento básico, motivo de infecções no início do século XX. Assim, optamos por criar esse ramo, diferentemente no Arquivo.

O terceiro e último grupo elaborado é "recipiente". Em um primeiro e rápido olhar, pode não ficar clara a relevância dessa categoria, nem nós tínhamos noção, até começar o processo de classificação. Há 161 registros sobre recipientes. Muito mais do que de comunicação. Reflitamos: se destinava mais atenção à melhor forma de armazenar um produto do que à maneira de nos comunicar? A partir do número de ocorrências, parece que sim, mas há um fator já citado que é de suma importância para que entendamos essa disparidade. O Brasil era predominantemente agroexportador, logo, a maneira de armazenar e acondicionar um produto era de enorme interesse da sociedade à época, pois poderia significar maior ou menor exportação do produto, bem como sua qualidade da sua conservação agregando valor de acordo com as condições em que ele era armazenado. Mas não só. Há muitos registros de carteira de cigarros. Embora o fumo fosse um importante insumo de venda no mercado interno e externo, a maneira de armazenar e transportar individualmente aqui, mostrou-se ser algo de interesse dos inventores, a partir da noção de ser uma problemática na sociedade brasileira fumante.

Ainda comparando as diferenças da tabela 2, além dessas três categorias criadas, algumas foram modificadas. "Eletricidade" (AN) foi reorganizado em "energia" na nossa classificação. Entendemos que tratar somente de eletricidade deixaria o ramo restrito, e assim, optamos pela nomenclatura "energia" pela possibilidade de englobar outras patentes relacionadas ao tema, de maneira que associamos elementos capazes de gerar força para uma determinada ação. Instrumentos elétricos, combustão e combustível, são exemplos de privilégios incluídos nesse ramo. O grupo "medicina, cirurgia, farmácia e profilaxia" (AN) foi adaptado para "medicina/fármaco", na nossa classificação. Não há

muito o que explicar nesse caso. A redução do nome foi feita por acreditarmos que a nomenclara menor atingiria os objetivos, sem, contudo, deixar de aludir aos privilégios da área. Outro grupo, trata-se do "saneamento, iluminação, aquecimento e frio industrial". Nesse caso, optamos por ter um conjunto com o nome de "saneamento", somente. Neste, foram incluídos registros referentes a latrinas, mictórios, lavagens, aparelhos desinfetantes e esgotos, entre outros. Quanto aos privilégios referentes a iluminação, estes foram inseridos no grupo anteriormente citado, de "energia". Patentes sobre aquecimento, frio industrial e acondicionamentos térmicos, optamos por incluir em "indústrias diversas".

Por fim, mas longe de ser menos importante, vejamos o resultado da classificação segundo o banco de dados. Somando um total de 2.911 registros, estes estão distribuídos de acordo com a tabela abaixo.

Tabela 3: Classificação das patentes

Alimento	149
Bens Agrícolas/Ind. Animal	591
Comunicação	68
Construção	135
Controle de Praga	95
Energia	151
Indústria Bélica	22
Indústria Química	99
Indústrias Diversas	787
Máquina/motor	154
Medicina/Fármaco	39
Minas/Metalurgia	59
Recipiente	161
Saneamento	92
Têxtil/vestuário	127
Transporte	182

Fonte: elaboração própria.

A partir dessa divisão, podemos perceber quais áreas foram alvos de recursos financeiros e esforços no Brasil, no período estudado. Não nos causa espanto perceber que "bens agrícolas/indústria animal" é o ramo (depois de "indústrias diversas") onde houve maior dedicação por parte dos inventores. Tratava-se do setor em maior expansão, e o que mais gerava receitas para o país. Lembremos que, quando do início do momento histórico estudado, ou seja, crise e consequente fim do Império do Brasil, o grupo de maior poder econômico, sendo um dos pilares que sustentava o governo imperial eram os cafeicultores, que, paulatinamente encontraram problemas no que concerne a mão de obra, dadas as leis abolicionistas.

A categoria de "indústrias diversas" ainda será melhor analisada em momento oportuno, talvez cabendo uma subdivisão à ela. Nesse grupo foram incluídas: patentes com algumas unidades de registro, menos de duas dezenas, e consideradas por nós como quantidade inferior para que houvesse um agrupamento individual; patentes que não pudemos entender de que se tratavam, seja pela escolha de palavras usadas na descrição, ou pelo pouco detalhamento a que se referia a invenção. Como pode ser observado diante da quantidade de ocorrências, esses fatos aconteceram com muita frequência, infelizmente. Vimos isso como um problema da nossa pesquisa até aqui, que será aperfeiçoado nos próximos meses. Ainda assim, consideramos a classificação do banco de dados como indispensável para a pesquisa de patentes do período estudado, sendo um trabalho pioneiro nessa área.

Diante do exposto, concluímos que a classificação proposta pelo Arquivo Nacional não poderia ser aplicada totalmente ao nosso trabalho, isto dado que os agrupamentos foram alterados conforme o processo foi sendo executado. A categoria "recipiente" é um excelente exemplo para isso, pois foi a última criada, em função da quantidade de registros sobre esse assunto, descobertos durante a classificação.

Do mesmo modo, outras dificuldades nos perpassaram durante o processo de classificação. Foram encontrados diversos privilégios sem que soubéssemos exatamente do que tratava, em virtude das diferenças de vocabulário com o passar dos anos. Nesses casos, tivemos que recorrer à dicionários e poucas vezes a patente pôde ser encaixada em alguma categoria, como citamos no caso de "indústrias diversas." Outro problema que frequentemente encontramos deveu -se a dúvida ao inserir um produto em um outro grupo. Por exemplo, ferro de engomar deveria entrar em "têxtil/vestuário" ou em "indústrias diversas"? A resposta para essa pergunta é unicamente a avaliação de quem classifica, pois não se trata de uma ciência exata. Assim como o caso citado, muitos outros, com a questão semelhante, ocorreram.

Há ainda a necessidade ou não de uma nova categoria. Qual deveria ser o critério adotado para a criação? Seria a quantidade de registros sobre um mesmo tipo de insumo? De início acreditamos que sim, e chegamos a limitar a 50 ocorrências, no mínimo, para a existência de uma nova categoria, mas esse argumento não se manteve. Quando analisamos as patentes referentes a armamento, que chamamos de "indústria bélica", contamos com apenas vinte e dois casos, ou seja, menos da metade da nossa proposta inicial. Deveria esse grupo ser incluído em algum outro? Entendemos que não, e contamos ainda com os agrupamentos indicados, se assim podemos dizer, pelo Arquivo Nacional, que também apresentam esse grupo. Assim, acreditamos que a recorrência do assunto é sim um fator determinante para a criação de uma categoria, mas não é o único a ser considerado. Dessa maneira, nossa ideia de agrupar segundo uma quantidade mínima, ruiu. O que seria, então, o fator determinante? Cremos que não há um fator, mas um conjunto deste, sendo a recorrência, o uso do insumo no período histórico retratado, e ainda a possibilidade de enquadramento em outro grupo, ou não, os principais motivos elencados. Podemos perceber que existem grupos com centenas de registros e outros com dezenas, como demonstrado.

Diante de todas as dificuldades no processo classificatório que já abordamos aqui, consideramos, além de criar os agrupamentos, a diferença entre "alimentos" e "bens agrícolas/indústria animal", a mais significativa. Note-se que os termos são próximos. Sendo assim, optamos por incluir em "alimentos", quaisquer registros referentes à alimentação, seja ela vinda da agricultura, ou algo mais "processado", embora seja difícil usar esse termo para a época. Mas como separar o que seria "bem agrícola" ou "alimento"? É uma resposta difícil, e que acreditamos não conseguir explicar com clareza aqui. Priorizamos inserir em "bens agrícolas", ocorrências referentes à produção, como processos e produtos referentes ao fabrico de determinado artigo, como ferramentas, máquinas, aparelhos e sistemas destinados a melhorar a confecção e/ou preparação para venda desses insumos. Observamos que, nesse grupo, se inserem, especialmente produtos destinados à exportação, sendo, em sua maioria, voltados à produção cafeeira. Apesar dessa preeminência para o mercado externo, é possível encontrar registros direcionados à venda interna. Já em "alimentos", optamos por englobar casos referentes à produtos de menor circulação à época, geralmente voltados para o consumo no próprio Brasil, além de casos em que a produção era mais simples, não contando com um processo muito elaborado. Evidente que a inserção em um ou outro grupo é um trabalho de preferência do pesquisador, cabendo interpretação de quem o faz, como toda a classificação apresentada aqui. No entanto, separar o que entraria em cada um desses grupos foi uma tarefa complexa, mais do que em quaisquer outros agrupamentos já citados. Acreditamos que, outro pesquisador, ao se dedicar a classificação desses insumos, poderá ter uma interpretação diferente da nossa, aqui apresentada.

Apesar de termos utilizado grupos propostos pelo Arquivo Nacional, além de criar os nossos próprios, há uma dificuldade presente no trabalho classificatório quando a metodologia é criada para satisfazer às necessidades do momento, sem contar com a experiência anterior de outros pesquisadores. Soma-se a isso, a nossa vontade de construir uma proposta o mais perto possível da precisão. Contudo, como se trata de um trabalho

executado segundo a visão do pesquisador, devendo ser encaixado nas categorias de acordo com a interpretação dele, essa precisão é utópica. Nessa busca do ideal, passamos quase dois anos no processo de classificar, aumentando e diminuindo categorias, até chegarmos a esse momento, que acreditamos estar satisfatório. Apesar disso, estamos cientes de que revisões serão – e deverão – ser feitas no banco de dados.

Fontes Primárias

Alvará de 1º de abril de 1808. Permitte o livre estabelecimento de fabricas e manufacturas no Brasil. *Colecção das Leis do Brazil. Cartas de lei, alvarás, decretos e cartas régias — 1808*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1891, p. 10. Disponível em: http://historiacolonial.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3675:alvara-de-1808-que-autoriza-as-fabricas-e-manufatu&catid=145&Itemid=280. Acesso em 16/02/2019

Alvará de 28 de Abril de 1809. Isenta de direitos as matérias primas do uso das fábricas e concede outros favores aos fabricantes e da navegação nacional. *Colecção de Leis do Brazil de 1809. Cartas de lei, alvarás, decretos e cartas régias*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1891, p. 45-8. Disponível em www.camara.gov.br> .INPI. Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Convenção Universal de Paris, 1880/83. Acesso em 16/02/2019

Lei de 28 de agosto de 1830. Concede privilégio ao que descobrir, inventar ou melhorar uma indústria útil e um prêmio que introduzir uma indústria estrangeira, e regula sua concessão. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1830, Página 23 Vol. 1 pt I. Disponível em https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37976-28-agosto-1830-565630-publicacaooriginal-89383-pl.html. Consulta em 25/04/2020

BRASIL. Lei n.º 3.129, de 14 de outubro de 1882. Regula a concessão de patentes aos autores de invenção ou descoberta industrial. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1882. Parte I. Tomo XXIX. V. 1. Rio de Janeiro. Typographia Nacional, 1882, p. 81-7. Disponível em <www.camara.gov.br.> Consulta em 25/04/2020.

BRASIL. Decreto n.º 8.820, de 30 de dezembro de 1882. Aprova o regulamento para execução da Lei n.º3.129, de 14 de outubro de 1882. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1882*. Parte II. Tomo XLV. v. II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883, p. 636-57. Disponível em <www.camara.gov.br>. Consulta em 25/04/2020

Coleção: Privilégios Industriais (PI): inventário analítico – conteúdo por notação / Equipe de documentos do Executivo e Legislativo;. 2ª. ed. rev. - Rio de Janeiro: o Arquivo, 2013. 1692 p.

United States. President's commission on economy and efficiency. (1912). Report of the investigation of the United States Patent office made by the President's commission on economy and efficiency, December, 1912 ... Washington: [Govt. print. off.].

United States. Government Printing Office. Classification of Subjects of Invention Revised by the Classification Division of the United Stades Patent Office. 1910

Bibliografia

ALONSO, Angela. *Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução. In Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo*. Sesc São Paulo/CEBRAP São Paulo, 2016. P. 8-23

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *História e crítica da História econômica quantitativa, in* Revista de História, Universidade de São Paulo (USP), v. 55, n. 110. São Paulo, 1977. P. 463-481

_____. *Historiografia: Teoria e Prática*. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2014

BARBOSA, Denis. *Uma introdução à propriedade intelectual*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.) *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*/- Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, Nuno Pires de. *200 anos do Sistema Brasileiro de Patentes: O Alvará de 28 de abril de 1809 - Comércio, Técnica e Vida*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009

CRUZ, Helio Nogueira da; TAVARES, Martus A. R. *As patentes brasileiras: 1830-1891*. Estudos Econômicos, 16 (2): 205-225, Maio/Agosto, 1986

DIAMOND, Jared M., *Armas, Germes e Aço: os destinos das sociedades*. 15ª ed. Humanas/Jared Diamond: tradução de Nota Assessoria, Silva de Souza Costa.-15ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2013

DUTRA FONSECA, Pedro Cezar; COLANGELO SALOMÃO, Ivan *Industrialização brasileira: notas sobre o debate historiográfico*. Tempo, vol. 23, núm. 1, enero-abril, 2017, pp. 87-104 Universidade Federal Fluminense, Niterói. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167050564005

FAORO, Raymundo. *A questão nacional: a modernização.* Estud. av. vol. 6 no. 14 São Paulo Jan./Apr. 1992

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Edusp, 1998

FERREIRA, Cristina Araripe. *Difusão do conhecimento científico e tecnológico no Brasil na segunda metade do século XIX: a circulação do progresso nas exposições universais e internacionais* / Cristina Araripe Ferreira. – Rio de Janeiro: s.n., 2011. 138 f.

HOBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. 24ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977

_____. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo.* 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

IGLÉSIAS, Francisco. *A Industrialização Brasileira*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. Coleção Tudo é História.

LAVILLE, Christian e DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMQ 1999.

LEFF, Nathaniel. H. *Interdevelopment and development in Brazil: economic structure and change, 1822-1947*. Londres: George Allen & Unwin, 1982.

LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil: 1808 a 1930.* 2. Ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975

MALAVOTA, Leandro Miranda. *Inovar, modernizar, civilizar: considerações sobre o sistema de patentes no Brasil (1809-1882)*. 2011. Tese (doutorado em História) — Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011a. 388f.

_____. *A Construção do Sistema de Patentes no Brasil: um olhar histórico*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011b

MARICHAL, Carlos, e TOPIK, Steven. *O Estado e o crescimento econômico na América Latina: Brasil e México, 1880-1920*. in: História Econômica & História de Empresas, v. 1, 1998, São Paulo, HUCITEC/ABPHE, 1998 – v. VI, 2003, ABPHE, 2003

MARINHO, Amanda G. *A invenção como parte do processo de industrialização: patentes inglesas no Brasil (1882-1910)* / Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2016.

_____. Patentes industriais no brasil: ensaio prospectivo (1882-1910), 204 f. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2021.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial.* 2ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1990

OLIVEIRA, Geraldo Beauclair Mendes de. *Raízes da Indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense, 1808-1860*. Rio de Janeiro, Studio F & S Ed. 1992.

ORTIZ-VILLAJOS. José María López. *Tecnología y desarrollo económico em la historia contemporânea: Estudio de las patentes registradas en España entre 1882 y 1935*. Madrid: Oficina Española de Patentes y Marcas, 1999

PÓVOA, L. M. C.; CABELLO, A. F. *Análise Econômica da Primeira Lei de Patentes Brasileira*. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/ CONLEG/Senado, março/2016

RIBEIRO, Luiz Cláudio Moisés. *A Invenção como Ofício: as máquinas de preparo e benefício do café no século XIX*. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v. 14. n. 1. P. 121-165. Jan-jun. 2006

_____. *Ofício Criador: invento e patente de máquina de beneficiar café no Brasil (1870-1910)*. Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, São Paulo, 1995.

RODRIGUES, Clóvis da Costa, *A Inventiva Brasileira*. Brasília. Volumes 1-2. Instituto Nacional do Livro/Ministério da Educação e Cultura. 1973. 1012p.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec, Ed. Da Unicamp, 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

À luz de Washington: a Amforp nas relações entre o Brasil e os Estados Unidos (1927-1964)

Amanda Walter Caporrino

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

À luz de Washington: a Amforp nas relações entre o Brasil e os Estados Unidos (1927-1964)

Under the light of Washington: Amforp into the Brazil-USA relationship (1927-1964)

Amanda Walter Caporrino [1]

Resumo:

Na expansão do conglomerado originado com a General Electric (EUA), a American & Foreign Power Company (Amforp) adquiriu as primeiras concessionárias de energia elétrica no Brasil em 1927. Já no início da década de 1940, as associadas atendiam a mais de 300 cidades no país, o maior mercado da empresa. Aspectos da atuação da empresa no Brasil evidenciam os múltiplos interesses estadunidenses e brasileiros que estavam em jogo, principalmente no período pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Este artigo visa contribuir para os debates sobre o tema ao registrar os resultados parciais de uma pesquisa de doutorado em andamento, enfocando a centralidade da Amforp nas relações entre Brasil e EUA, desde a sua inserção no Brasil até a efetiva compra dos ativos da empresa pelo governo brasileiro, em 1964.

Palavras-chave: relações internacionais; energia elétrica; Amforp

Abstract:

In the expansion of the conglomerate originated with General Electric (USA), the American & Foreign Power Company (Amforp) acquired the first concessionaires in Brazil in 1927. In the early 1940s, the associates served more than 300 cities in the country, the company's largest market. Aspects of the company's operations in Brazil show the multiple US and Brazilian interests that were at stake, especially in the post-

[1] USP

World War II period (1939-1945). This article aims to contribute to the debates on the subject by presenting the partial results of an ongoing doctoral research, focusing on Amforp's centrality in the relations between Brazil and the USA, from its insertion in Brazil to the effective purchase of the company's assets by the Brazilian government, in 1964.

Key words: international relations; electric power; Amforp

À luz de Washington: a Amforp nas relações entre o Brasil e os Estados Unidos (1927-1964)

***

Introdução

Alguns capítulos da história da energia elétrica devem suas páginas à atuação da American & Foreign Power Company (Amforp). As origens da empresa estadunidense remontam à invenção da lâmpada incandescente por Thomas Alva Edison e à formação da General Electric Company, cuja trajetória é *per se* uma síntese da combinação entre ciência e indústria que se intensificou no final do século XIX. O avanço do capital industrial formou novas configurações empresariais no setor de eletricidade, que rapidamente tenderam à oligopolização e à internacionalização (Lorenzo, 1993, p. 30).

No Brasil, o início da eletrificação acompanhou as primeiras experiências norte-americanas e europeias, ocorrendo a instalação de pequenas centrais térmicas ou hidráulicas para o fornecimento de iluminação pública e, em alguns casos, energia para fábricas. Contudo, o país não controlava o processo tecnológico nem direcionava recursos suficientes para esse tipo de investimento, sendo a expansão verificada no período muito mais um resultado da inserção de empresas privadas no mercado brasileiro.

Nos anos 1920, delinearam-se as características que o setor elétrico brasileiro manteria nas décadas seguintes, com empresários nacionais e companhias municipais assumindo concessões menores enquanto dois grupos estrangeiros abocanhavam a prestação de serviços para os mais populosos e economicamente relevantes centros urbanos do país. Tratava-se da canadense The Brazilian Traction, Light & Power (Light), atuante nas capitais fluminense e paulista, e a própria Amforp, dona de concessões em várias cidades brasileiras. Em 1930, as duas empresas eram responsáveis por aproximadamente 70% da energia elétrica gerada no país. (Saes; Sasse, 2013, p. 113).

A Amforp adquiriu as primeiras concessionárias no Brasil em 1927, ampliando o seu atendimento para mais de 300 cidades até o final da década de 1930. Em São Paulo,

absorveu a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) e passou a atuar num mercado em franco processo de urbanização e industrialização.

Em âmbito mais amplo, o Brasil ocupou posição político-econômica estratégica para os Estados Unidos (EUA) na primeira metade do século XX, principalmente no período do pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Nesse contexto, o mercado brasileiro foi também o principal consumidor de materiais elétricos e serviços públicos de energia fornecidos por empresas norte-americanas. Especificamente para a Amforp, o setor elétrico brasileiro representou o maior filão da empresa durante esse período.

Nesse sentido, o presente artigo visa registrar os resultados parciais de uma pesquisa de doutorado em andamento, enfocando a centralidade da Amforp nas relações entre Brasil e EUA, desde a inserção no Brasil até a efetiva compra dos ativos da empresa pelo governo brasileiro, em 1964. Para tanto, o estudo recorreu a atas e relatórios produzidos pela Amforp e por subsidiárias brasileiras, além de documentos referentes às tratativas de compra da Amforp entre os governos de John Kennedy (1961-1963) e João Goulart (1961-1964), as quais envolveram acordos entre os dois países na conjuntura internacional da Guerra Fria e em meio ao acirramento dos embates políticos domésticos.

A inserção da Amforp no Brasil

A invenção da lâmpada incandescente, em 1879, é a mais conhecida contribuição de Thomas Alva Edison para o desenvolvimento da indústria de energia elétrica. Entretanto, foi apenas o primeiro passo para o domínio de grande parcela do setor. A patente lhe conferiu a possibilidade de fabricar um produto em escala industrial, cuja comercialização estava condicionada ao acesso dos consumidores à energia elétrica. Com esse propósito, Edison construiu a central de Pearl Street (Nova Iorque, EUA), em 1881, considerada a primeira usina elétrica do mundo. Para garantir a distribuição, também patenteou fios e medidores eletroquímicos, amarrando assim a venda de produtos industrializados à prestação de serviços.

Desses empreendimentos surgiu a Edison General Electric, que travou com a Thonson-Houston Electric Company e com a Westinghouse Electric Manufacturing

Company – também fundadas na década de 1880 – a acirrada concorrência que arrastou o setor para uma crise. Em 1892, a fusão da Edison com a Thonson-Houston originou a General Electric Company, em sociedade com o banqueiro John Pierpont Morgan. A empresa monopolizou a tecnologia de fabricação de lâmpadas e outros equipamentos elétricos e absorveu filiais estabelecidas na Inglaterra, Alemanha, Itália e França. Pouco depois, outras companhias pequenas passaram para o controle da General Electric e da Westinghouse, estabelecendo-se assim um duopólio sobre o setor (Lorenzo, 1993, p. 34).

Vinculada à General Electric, surgiu a Electric Bond & Share Company (Ebasco), em 1905, para administrar as concessões de serviços públicos nos Estados Unidos. Por sua vez, a ampliação do conglomerado, com investimentos na América do Sul e Caribe, originou a Amforp, formada em 1923 como subsidiária da *holding* controlada pela Ebasco. Dois anos depois, a General Electric retirou-se do setor de produção de energia, distribuindo as ações da Ebasco entre seus acionistas, sem, no entanto, cortar completamente os liames entre ambas, o que evidencia a tendência de divisão da indústria elétrica entre geração e distribuição que vigorou na época (CPFL, 1982, p. 83).

Também é um indicativo da política externa de crescente inserção dos interesses econômicos em outros países por meio do controle financeiro. O volume de investimentos estadunidenses diretos no exterior dobrou entre o pós-Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a crise de 1929, com relativa importância assumida pelo setor elétrico. Contando com o apoio do governo dos EUA, a Amforp se inseriu em 11 países da América do Sul e Central, além de obter concessões na Índia e na China, alcançando, em 1937, a posição de maior empresa de serviços públicos no mundo em ativos investidos no exterior (US$ 534 milhões), seguida pela Light (US$ 425 milhões) (Hausman *et al*., p. 218).

A função prioritária das duas empresas prestadoras de serviços públicos da General Electric (Ebasco e Amforp) era garantir mercados consumidores para a indústria de equipamentos elétricos do grupo (Hausman; Neufeld, 1997). Mas, atendia

também ao desígnio do governo dos Estados Unidos que, por meio do investimento das multinacionais estadunidenses, pretendia estabelecer uma área de maior influência no continente por meio da "diplomacia do dólar" (Saes; Sasse, 2013, p. 115).

A Amforp adquiriu as primeiras companhias no Brasil em 1927, ampliando o seu atendimento de 78 para 309 cidades até 1939. Naqueles anos, o setor elétrico brasileiro adquiriu as características que manteria nas décadas seguintes, com empresários nacionais e companhias municipais assumindo concessões menores enquanto duas multinacionais abocanhavam o fornecimento aos mais relevantes centros urbanos: a canadense The Brazilian Traction, Light & Power (Light) e a estadunidense American & Foreign Power Company (Amforp). Em 1930, ambas eram responsáveis por aproximadamente 70% da energia elétrica gerada no país (Saes; Sasse, 2013, p. 113)

A Amforp centralizou sua atuação no Brasil em torno da Companhia Brasileira de Força Elétrica e, principalmente, da Empresas Elétricas Brasileiras, cuja denominação foi alterada para Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (Caaeb), em 1941. A finalidade desta era a "prestação de serviços técnicos, comerciais e outros às companhias subsidiárias da Amforp no país" (Caaeb, 1941, p. 20439). Contudo, o papel da Caaeb extrapolou a mera assessoria das 12 subsidiárias no país, o que representava 32 companhias concessionárias no início dos anos 1940 (Caaeb, 1944, p. 7211).

Observa-se que as concessionárias adquiridas pela Amforp se tornaram acionistas da Caeeb, mantendo denominação e identidade próprias. Em geral, os documentos da companhia referem-se à "sociedade anônima estrangeira", sem mencionar nominalmente a Amforp ou a Ebasco. Além de manter o clima organizacional favorável, essas práticas criaram uma empresa "guarda-chuva", cujo termo "brasileiras" desvencilhava a prestação de serviços de uma multinacional estadunidense no contexto do nacional-desenvolvimentismo do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Nada mais lógico do que padronizar a atuação das associadas espalhadas pelo país – cada qual com particularidades e dificuldades – sob um "denominador comum", a fim de garantir maior controle dos negócios, ampliar o

poder de barganha e evitar percalços diante do cerco legal e político que se formava com a gradativa regulamentação do setor elétrico.

Em 1942, com exceção de Thomas George Mackenzie (canadense), a maioria na diretoria da Caeeb era de estadunidenses residentes no Rio de Janeiro, a então capital federal. Não surpreende que a companhia tenha mantido acionistas norte-americanos como diretores para cuidar diretamente dos assuntos de interesse da matriz multinacional, enquanto se amparava na atuação de agentes brasileiros para facilitar o "tráfico de interesses" nos meandros locais. Nesse sentido, uma assembleia realizada em 1943 deliberou sobre a criação de um Conselho Consultivo, cuja eleição por escrutínio secreto elegeu Eugenio Gudin como um dos membros (Caaeb, 1943, p. 10074-10076).

Eugênio Gudin era formado em engenharia civil e iniciou sua carreira em 1909, com a construção da barragem do Acarape, no Ceará. Na experiência nordestina, Gudin saltou de "engenheiro tocador de obras" para as funções de "alto executivo", embrenhando-se "na arena sinuosa das decisões administrativas, no trato com executivos de outras empresas e nos contatos com as lideranças do poder público. Habituou-se ao linguajar prolixo dos advogados e aos mistérios contábeis da banca" (Scalercio; Almeida, 2012, p. 39). Desde então, grupos empresariais o contrataram para desempenhar o papel de executivo, como a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), em meados da década de 1930, logo que a Amforp assumiu seu controle acionário.

Conforme o relatório da Caaeb de 1955, Eugênio Gudin ocupou o cargo no Conselho Consultivo até o ano anterior, quando foi nomeado Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda no interregno de Café Filho (1954-1955). Em relação à CPFL, manteve-se na presidência da Administração Colegiada até 1964, posição que ocupava desde 1942. É válido lembrar que este foi o ano no qual também integrou a delegação brasileira na Conferência de Bretton Woods (EUA), cujas negociações do acordo firmado 1944 visou o alinhamento dos interesses norte-americanos e britânicos.

Naqueles idos, a Amforp lidava com a crescente intervenção estatal nos países latino-americanos e o decorrente processo de regulamentação dos serviços de eletricidade iniciado no Brasil com a promulgação do Código de Águas, em 1934. No

Estado Novo (1937-1945), a estruturação do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica revela uma intervenção estatal pragmática, especialmente pelas adaptações no uso do referido código nas crises de escassez de energia e racionamento que vigoraram nos anos seguintes (Lima, 1989, p. 07-27).

De forma geral, as políticas relacionadas aos ramos siderúrgico, petrolífero e energia elétrica elucidam bem os dilemas e mutações do nacional-desenvolvimentismo do governo Vargas (Bastos, 2006, p. 243). No caso, o setor elétrico estava sob o controle das duas maiores multinacionais estrangeiras do segmento (Light e Amforp) e regular as atividades dessas empresas significava provocar choques de interesses.

Naquele período, as restrições impostas pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945) radicalizaram os impasses entre oferta e demanda de energia elétrica no Brasil, num contexto em que os avanços da urbanização e da industrialização não eram acompanhados por investimentos em geração de eletricidade. Nessa conjuntura, os conflitos entre Estado e capital privado estrangeiro acirraram os embates políticos domésticos e interferiram nas relações com os EUA, reconfigurando o setor elétrico brasileiro nas décadas seguintes.

O setor elétrico brasileiro nas relações entre Brasil e EUA

No contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, o setor de energia elétrica no Brasil foi palco de conflitos gerados pela necessidade de garantir o desenvolvimento da infraestrutura necessária ao processo de substituição de importações e os interesses das companhias privadas estrangeiras e dos EUA, acirrando internamente as disputas entre nacionalistas (protecionistas) e privatistas (liberais).

De fato, a política externa dos EUA foi uma variável decisiva nos projetos de política econômica dos governos brasileiros, condicionando a viabilidade dos planos para o setor elétrico. O Brasil vivenciava a retomada da democracia sob o governo de Eurico Dutra (1946-1951) enquanto presenciava a consolidação da nação norte-americana como o centro dos países capitalistas. Era necessário seguir o acordo travado em Bretton Woods (1944) em direção ao novo sistema monetário internacional (Saes, 2014, p. 01).

O governo Dutra lidou incialmente com a questão inflacionária com base numa série de medidas de caráter liberal. Em oposição ao protecionismo do Estado Novo, a pauta visou estabelecer condições necessárias para aumentar o afluxo de capitais estrangeiros, garantindo a estabilidade de preços internos e as remessas de lucros para as empresas. A diretoria da Caaeb exprimiu a perspectiva das concessionárias estrangeiras ao afirmar que a Constituição Federal de 1946 adotou "critério mais liberal no tocante ao investimento de capitais estrangeiros em serviços de eletricidade, facilitando a ação das empresas associadas no sentido de atenderem com maior eficiência às zonas por elas servidas" (Caeeb, 1947, p. 5265).

Contudo, a aposta de Dutra na captação de recursos externos por meio da assistência financeira dos EUA deparou-se com a mudança de prioridades na política externa norte-americana (Vianna, 2014, p. 114). A atenção norte-americana voltava-se para a reconstrução da Europa devastada pela guerra e para a disputa com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), desfazendo-se o suposto poder de barganha alcançado no primeiro governo Vargas, sobretudo durante o Estado Novo. Ao Brasil, restaria "as tradicionais tratativas da política comercial, limitando a discussão a eventuais acordos bilaterais" (Saes, 2014, p. 13).

A cooperação internacional estabelecida nessa nova conjuntura anulava as pretensões nutridas pelo relatório da Missão Cooke (1942). Ao pontuar os principais obstáculos à industrialização brasileira, o documento tratou de questões ligadas à educação, indústria e infraestrutura. No caso do setor elétrico, a comissão responsável abriu espaço para a intervenção do Estado, desde que adotasse uma postura complementar aos grupos privados já estabelecidos no país (Castro, 1985, p. 132). Ademais, o relatório recomendou ao governo estadunidense o apoio a dez projetos relacionados a usinas que seriam consumidoras de equipamentos elétricos produzidos nos EUA, dentre quais a central hidrelétrica Avanhandava, no oeste de São Paulo (Saes, 2014, p. 08).

Apesar de se alterarem as expectativas, a importância e a posição estratégica do mercado brasileiro no cenário internacional impediram que o país fosse alijado da

política externa dos EUA no período. Mais especificamente, o Brasil se mantinha como um consumidor relevante devido à intrínseca relação do setor elétrico brasileiro com o capital norte-americano e seus acionistas, além de ser o principal importador de produtos da General Electric. O "nó" estava na questão do investimento.

Desde o final da Segunda Guerra, a política externa dos Estados Unidos sinalizava que as necessidades de capital dos países latino-americanos deveriam ser supridas principalmente por fontes privadas de financiamento, cabendo ao Brasil a criação das condições favoráveis ao ingresso de capitais privados. Essa postura foi explicitada à medida que aumentavam as solicitações brasileiras de auxílio referentes, dentre outros, aos pontos de estrangulamento nos setores de transporte e energia (Vianna, 2014, p. 115). Um dos marcos na redefinição das relações entre os dois países foi a Missão Abbink (1948). Valendo-se nos estudos da Missão Cooke, o documento teceu recomendações para o desenvolvimento do Brasil, que incluíam atrair um fluxo maior de capital privado estrangeiro (Saes, 2014, p. 14-15).

Naquele momento, as subsidiárias brasileiras da Amforp já intensificavam as manobras para ampliar a obtenção de crédito no exterior. Para financiar as despesas em moeda estrangeira (previstas no programa de construções de 1948-1949), os representantes das associadas negociaram com o Export-Import Bank (Eximbank)[2] a fim de obterem um empréstimo inicial de mais de US$ 8,2 milhões. Um relatório da Caaeb no período informou que o Eximbank pretendera viabilizar a conclusão do programa de construção iniciado no término da guerra, por meio de crédito a companhias associadas no valor aproximado de US$ 7,6 milhões. Os recursos custearam maquinário e equipamentos importados, inicialmente financiados por adiantamentos em dólares feitos pela Amforp (Caeeb, 1950, p. 6628).

A Amforp obteve empréstimos significativos junto ao Eximbank durante o governo Dutra e, ainda em 1950, recebeu um repasse no valor de US$ 15 milhões do

[2] O Export-Import Bank (Eximbank) é uma a agência créditos dos Estados Unidos estabelecida, em 1934, com a finalidade de facilitar o financiamento de exportações de produtos e serviços norte-americanos num contexto de retração dos investimentos.

Banco Mundial.[3] O mesmo ocorreu com a Light, contemplada no ano anterior com o primeiro empréstimo do Banco Mundial para o Brasil (US$ 75 milhões), destinado à expansão das operações de várias subsidiárias, e mais US$ 15 milhões em 1951 (Bastos, 2006, p. 264-268). Juntas, as duas empresas receberam no período somas de empréstimos maiores do que qualquer outro setor da economia brasileira (Saes; Sasse, 2013, p. 125).

No quinquênio pós-guerra, as companhias associadas da Amforp investiram quase um bilhão de cruzeiros em obras destinadas a aumentar a geração e melhorar o serviço de fornecimento. No período, as inversões de capital feitas anualmente ultrapassaram Cr$ 256 milhões, o valor do capital fixo das empresas do grupo foi acrescido de 47% e a capacidade instalada aumentou 53% (86.578 kW). Em 1949, prosseguiram os estudos referentes a uma maior expansão da capacidade geradora e melhoramento de sistemas de transmissão e distribuição, assim como o aproveitamento de novos potenciais hidrelétricos e instalação de termelétricas (Caeeb, 1950, p. 6628).

A situação mudaria com o estabelecimento da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Criada em 1951, a Comissão derivou das negociações relacionadas ao plano do governo norte-americano de assistência técnica para a América Latina, conhecido como Ponto IV (1949). Na época, um comitê integrado por Eugênio Gudin averiguou as prioridades, sendo eleitos os setores de agricultura, transporte e energia. A Comissão se pautou nas missões Cooke e Abbink, aprovando 41 projetos do Plano de Reaparelhamento Econômico do governo brasileiro, orçado em Cr$ 22 bilhões (D'Araujo, 2004).

As recomendações foram oficializadas em um plano quinquenal de desenvolvimento e repercutiram na fundação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE, atual BNDES), instituição encarregada de investir e de gerir os recursos captados no Brasil ou junto ao Eximbank e ao Banco Mundial. Ao final, foram concedidos US$ 181 milhões pelos bancos norte-americanos e nem todos os projetos

[3] Com sede na capital dos Estados Unidos, o Banco Mundial é uma instituição financeira que atua em conjunto com as Nações Unidas (ONU), realizando empréstimos a países em desenvolvimento.

foram financiados. Em 1954, a Comissão Mista apresentou seu relatório final ao então Ministro da Fazenda Eugênio Gudin, já no governo Café Filho (D'Araujo, 2004).

O primeiro e maior empréstimo aprovado a partir dos trabalhos da Comissão Mista foi o repasse de mais de US$ 41,1 milhões, concedido pelo Eximbank à Amforp (Caeeb, 1953, p. 7194). Além desse empréstimo, o programa do quinquênio 1951-1956 foi financiado pelo BNDE e por recursos próprios das associadas, complementados por investimentos da Amforp (Caeeb, 1958, p. 11172). Foram incluídos os trabalhos no "Aproveitamento Hidrelétrico de Peixoto", no Rio Grande, divisa entre São Paulo e Minas Gerais (Caeeb, 1953, p. 7192). As obras ficaram a cargo da CPFL, foram inspecionadas, em 1955, por Henry Sargent e G. O. Hylander respectivamente presidente e vice-presidente da Amforp. A inauguração da Usina de Peixoto ocorreu dois anos depois, na presença de Juscelino Kubitschek e Eugenio Gudin (Caeeb, 1958, p. 11172).

O início do fim

Em meados dos anos 1950, o aprofundamento das disparidades entre oferta e demanda de energia no Brasil impulsionaram a intervenção estatal direta no setor por meio das empresas públicas já existentes ou criadas com essa finalidade, a exemplo da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf). Nesse contexto, o setor elétrico brasileiro tendeu a se dividir entre geração, transmissão e distribuição no que se convencionou chamar "pacto de clivagem" (Castro, 1985).

A fim de resolver o problema do fornecimento, o Estado passou a investir na geração de energia, com a construção de usinas hidrelétricas em regiões estratégicas do país. Isso modificou o padrão de investimento das multinacionais, que deixaram de lado o controle da geração de energia para gradualmente se concentrarem na distribuição, a etapa mais rentável da prestação do serviço elétrico (Tendler, 1968). Outra explicação para a perda do interesse das empresas privadas na geração de energia é a diminuição da rentabilidade de seus investimentos (Szmercsányi, 1986).

De fato, o Plano Nacional de Eletrificação (1954) havia desestimulado as concessionárias estrangeiras privadas a fazer novos investimentos na geração de energia

elétrica (Castro, 1985, p. 03-05). Mesmo o Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) não induziu a grandes projetos nessa área, como demonstram as palavras do presidente da Amforp:

> Tenho a satisfação de informar que os governos do Brasil, Chile e México iniciaram programas e licenças destinados a colocar a indústria de energia elétrica em uma base econômica sólida a fim de conseguirem atrair a grande quantidade de capital necessária para expandir e atender à crescente demanda por energia elétrica nesses países em desenvolvimento rápido e progressivo. As grandes despesas com construções que projetamos para os três países estão contingenciadas até a implementação desses programas. (Amforp, 1956, p. 03)

A mencionada Usina Hidrelétrica de Peixoto (1957) foi o maior e também o último grande empreendimento da Amforp no Brasil desde a sua inserção. Além de impasses nas questões de rentabilidade, a conjuntura política na América Latina interferia diretamente nas estratégias da empresa por sinalizar a descontinuidade de práticas até então adotadas pela multinacional na busca por maiores vantagens.

Um dos fatores decisivos foi a série de desapropriações de subsidiárias da Amforp por ação do Estado em países latino-americanos iniciada na década anterior. Entre 1943 e 1945, o regime militar argentino encampou as propriedades da Amforp nas províncias de Tucumán, Jujuy, Corrientes, Mendoza, Entre Ríos e San Luis. Pouco depois, o governo mexicano assumiu duas subsidiárias: a Mexican Tramways e, parcialmente, a Mexican Light and Power Ltd (Saes; Loureiro, 2012, p. 11). As maiores perdas foram registradas em Cuba, com a expropriação dos ativos da empresa durante a revolução deflagrada em 1959 (Hausman *et al*., p. 239-242).

Ainda naquele ano, ocorreu a estatização da brasileira Companhia de Energia Elétrica Rio Grandense (CEERG), engatilhada no mandato de Leonel Brizola como prefeito de Porto Alegre, cunhado do então Vice-Presidente João Goulart. Naquele contexto, o Ministro da Agricultura, Mario Meneghetti, em atendimento à solicitação do governador do Rio Grande do Sul e seu irmão, Ildo Meneghetti, instaurou a Comissão de Tombamento dos Bens e Instalações da CEERG no dia10 de setembro de 1957. Os trabalhos da comissão produziram um documento com cerca de 150 folhas sobre o

histórico da empresa entre 1928 e 1957, que foi entregue em 30 de maio de 1958, isto é, três dias antes do término da concessão. Na conclusão dos trabalhos, definiram-se

> as cifras referentes aos investimentos realizados anualmente pela companhia, que serviram como denominadores do quantum a ser indenizado para a retomada do serviço, ressarcimento necessário por força de lei. Os valores dispostos por décadas estavam assim quantificados: Cr$ 22.493.616,90, em 1928; Cr$ 78.923.291,50 em 1938; 112.139.382,40 em 1948; Cr$ 352.544.144,20 em 1957. Aqui encontra-se a discrepância entre o capital investido durante os 30 anos de concessão e a realidade de racionamento de energia na capital gaúcha. (Bastos, 2020, p. 88).

Dentre as práticas evidenciadas nesse dossiê estava a tomada de empréstimos em dólar pela CEERG que, pela natureza e característica da operação, obrigava-se a devolver valores e juros também em dólar, realizando a compra de moeda por preço mais elevado. A comissão concluiu que a companhia havia remetido para o exterior "aproximadamente o dobro da quantidade de dólares recebida" e que, "para uma média de empréstimo da ordem de US$ 8.042.173,96 (...) houve remessas de juros num montante de US$ 15.845.578,11", (Ministério da Agricultura, 1958, p. 81. Apud. Bastos, 2020, p. 88).

A CEERG poderia justificar esses valores pela obtenção de empréstimos para investimentos, cujos excedentes de juros em dólares teriam alguma explicação na flutuação cambial, já que os insumos eram importados. Contudo, desde 1947, vigorava a dispensa de se utilizar meios próprios para financiar o investimento porque as fontes oriundas dos recursos dos consumidores (lucro, excedente, doações e quota de depreciação) já excediam o montante investido pela companhia (Bastos, 2020, p. 88-89).

É interessante notar que, com exceção de um empréstimo contraído com o Eximbank em 1950, todos os demais foram assumidos com a Amforp. A própria *holding* transferia valores para a CEERG e depois recebia o crédito atualizado monetariamente, configurando-se nessas duas operações a remessa de lucros em dólares para o exterior. Observou-se também que a CEERG remetia valores a maior para a Amforp, em operações escrituradas como empréstimos e noutras simuladas como prestação de serviços técnicos oferecidos pela Ebasco.

Nesse sentido, os dados apresentados pela comissão indicavam que houve má-fé por parte da CEERG e da Amforp, uma vez que a subsidiária recebia valores vindos da matriz apesar de não haver necessidade de financiamento externo, posteriormente devolvendo esses recursos em operações dentro do padrão dólar, algumas destas fraudulentas. Diante das irregularidades constatadas e com o objetivo de orientar o poder concedente, a comissão concluiu que a CEERG nada teria a receber a título de indenização. Pelo contrário, a companhia estaria em haver com a administração pública, devendo restitui-la na importância de Cr$ 191.881.474,30, o que foi objeto de disputa judicial (Bastos, 2020, p. 89-90)

Depois do cumprimento das etapas burocráticas, o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE) expediu a resolução nº 1.671 em 1959, consumando a encampação da CEERG. Naquela altura, Leonel Brizola foi eleito governador do Rio Grande do Sul e assinou o decreto estadual nº 10.466, o qual determinava três medidas: "a encampação dos contratos de concessão (Porto Alegre, Canoas e Gravataí); a declaração de utilidade pública dos bens da CEERG para desapropriação; e a declaração da sua urgência, para fins de imissão provisória do poder público na posse dos bens (Tribunal de Justiça, 1959. Apud. Bastos, 2020, p. 91).

O caso da encampação da subsidiária gaúcha causou tensão nas relações entre o Brasil e os EUA, cujos efeitos ressoaram no começo da década de 1960. Em 1962, quando a Amforp ainda assistia ao desfecho das desapropriações pelo governo da Colômbia iniciadas cinco anos antes (Saes; Loureiro, 2012, p. 11), o abalo ocorreu novamente no Brasil, afetando a subsidiária de Recife. Consta que uma intervenção judicial pleiteou a reversão gratuita dos bens da The Pernambuco Tramways & Power Company Ltd. para o governo estadual no final do contrato de concessão (Saes; Sasse, 2012, p. 131-133).

Aliás, a conjuntura do setor elétrico no Nordeste no período é bastante expressiva do que estava em cena nas relações entre Brasil e EUA. Além de Recife, a Amforp detinha concessões em Salvador, Natal e Maceió, permanecendo o restante da região no escuro ou sob o jugo de pequenas companhias e o predomínio nada rentoso

das instalações termelétricas. Enquanto chefiou a Superintendência Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), entre 1959 e 1964, Celso Furtado partiu desse cenário para planejar uma eletrificação centralizada na Chesf e na energia gerada pela Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso, cuja execução gerou conflitos com a Amforp e também entre os dois países.

A execução dos planos da Sudene esbarrou nas interferências dos EUA, compelidas pelos empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), mediante atuação da Aliança para o Progresso.[4] O caso do Fortaleza Emergency Power é emblemático nesse sentido, especialmente porque a Amforp não atendia ao Ceará e, assim, não funcionava como um "fio condutor" para os imperativos estadunidenses naquela área. Em 1962, planejou-se a compra de um gerador termo elétrico custeada pelo governo estadunidense para atender à capital cearense enquanto as linhas da Usina Paulo Afonso não chegassem até lá. Conforme depoimento do ex-Procurador Geral da Sudene, Clemente Rosas,

> ao discutir o convênio, esperava-se que uma vez Fortaleza abastecida de energia elétrica, esse gerador pudesse ser deslocado para outros lugares, segundo as prioridades da SUDENE, para que pudesse atender outras populações. Eles incluíram no convênio uma regra que qualquer deslocamento tinha que ter autorização prévia da USAID, com o que nós não concordamos e dr. Celso Furtado manteve a nossa posição. (...) Acabou sendo resolvido de uma forma conciliatória, até porque os técnicos da área disseram que o gerador podia ficar como uma unidade de reserva para quando houvesse panes ou qualquer outro tipo de problema com a linha de Paulo Afonso. (Comissão Estadual de Memória e Verdade D. Helder Câmara de Pernambuco, 2017, p. 62-63)

Nas reflexões sobre o período, Furtado afirma que partira do princípio de que, sob a liderança de Kennedy, a Aliança para o Progresso constituía uma nova era nas relações com os Estados Unidos, fundadas na confiança. Contudo, a prática demonstrou o contrário, concluindo posteriormente: "nós éramos vistos como parte do problema, e

[4] A Aliança para o Progresso foi um programa de assistência formalizado entre os Estados Unidos e 22 nações latino-americanas mediante a Carta de Punta del Este, assinada em 1961. A administração dos fundos norte-americanos competia, em grande parte, à United States Agency for International Development (USAID).

não a solução. A grande torpeza que fora a operação da Baía dos Porcos, em Cuba, fazia-os comportar-se com a insegurança de crianças surpreendidas furtando doce. Dessa forma, tornaram-se também eles (...) um problema adicional para nós" (Furtado, 1989, p. 133).

Capítulos finais: as negociações para a saída vantajosa do Brasil

Sabendo que uma reversão no quadro das desapropriações seria improvável, a Amforp decidiu se antecipar e minimizar possíveis perdas. Assim, em 1961, apresentou ao governo brasileiro uma proposta de venda das 11 concessionárias restantes, contando com o apoio do governo estadunidense para a negociação. A relação do Brasil com a economia internacional tinha sido promissora no governo Kubitschek, mas estava estremecida desde 1959, quando o país declarou moratória (Saes; Sasse, 2012, p. 132). Na posição de credor, os EUA tinham vantagem nos debates sobre a compra dos ativos da empresa e as tratativas se arrastaram no governo de João Goulart (1961-1964).

Um fator que pesou nesse processo foi a criação da Eletrobrás, em 1962. Estruturada pelo recém-criado Ministério de Minas e Energia no governo de Juscelino Kubitschek, a autorização para a estatal foi ratificada por Jânio Quadros, em 1961, mas somente no ano seguinte ocorreu o efetivo estabelecimento por João Goulart. A Eletrobrás tornou-se responsável pelo fundo de imposto federal pela eletrificação e assumiu o controle de quatro companhias de energia elétrica pertencentes ao governo federal. Em 1963, mais de dez outras subsidiárias (de propriedade de governos locais e estaduais) estavam nas mãos da Eletrobrás.

Nesse contexto, a proposta feita pela Amforp permitiria uma maior integração no fornecimento de energia elétrica no Brasil, melhorando as economias de escala e a capacidade do Estado em projetar ações no setor. Pautada em justificativas desse tipo e no poder de barganha viabilizado pelo governo dos EUA, a Amforp estabeleceu o valor de venda em US$ 155,8 milhões, baseado nos investimentos iniciais realizados pela empresa em montantes atualizados (e não valores históricos) somados aos investimentos posteriores, com desconto da depreciação no período e das dívidas. Esse valor poderia ser pago em 15 anos, mediante o pagamento de parcelas semestrais de US$ 8,1 milhões,

o que totalizaria US$ 243 milhões, incluindo principal e juros (Saes; Loureiro, 2012, p. 14).

Diante da proposta, em 1962 João Goulart foi aos EUA e prometeu ao presidente John Kennedy que o governo brasileiro seguiria os principais termos da Amforp e que todos os ativos da empresa seriam adquiridos. Em contrapartida, a Amforp investiria parte do dinheiro obtido na transação em ativos no Brasil, concordando em reavaliar o preço e as condições de pagamento. Para tratar da questão, o governo brasileiro criou um grupo de estudo denominado Comissão de Nacionalização das Empresas Concessionárias de Serviços Públicos (Conesp).

Entretanto, as relações entre os dois países foram novamente abaladas naquele ano, frente ao mencionado caso da subsidiária da Amforp em Recife. Na época, também foram aprovadas pelo Congresso dos EUA a Emenda Hickenlooper e uma emenda à Lei do Açúcar. Ambas se aplicavam a países que expropriaram ativos norte-americanos sem uma compensação justa. A primeira proibiu a assistência financeira e a segunda restringia a entrada de açúcar produzido por tais países no mercado estadunidense. Em grande medida, essas sanções afetavam diretamente Cuba, onde os ativos da Amforp e também refinarias de açúcar foram expropriadas. Contudo, não deixavam de ameaçar os negócios do Brasil.

A Emenda Hickenlooper foi formalmente invocada apenas uma vez contra o Ceilão (atual Sri Lanka), em 1963, e nunca foi aplicada contra Brasil, Peru, Argentina ou qualquer outro país latino-americano (Smith, 2015). Especificamente no Brasil, a ameaça da imposição da emenda defendida pelo senador Bourke B. Hickenlooper no Congresso dos EUA serviu para “chantagear” o governo brasileiro no sentido de pagar indenizações generosas a empresas estadunidenses expropriadas, colocando “em xeque” o auxílio da USAID e da Aliança Para o Progresso. A situação foi agravada quando o prazo inicial de vigência da medida retroagiu ao dia 01 de janeiro de 1962 com o objetivo de incluir na aplicação das sanções no caso da subsidiária norte-americana International Telephone and Telegraph (ITT), também expropriada no governo de Leonel Brizola. durante uma reunião da Conesp, o Embaixador do Brasil nos EUA,

Roberto Campos, informou que a assistência financeira seria suspensa em fevereiro do ano seguinte se o Brasil não cumprisse o que fora combinado em Washington (Saes; Loureiro, 2012, p. 15).

Ainda no final de 1962, três representantes da Amforp (Edwin D. Ford Jr., Henry Sargent e William Nydorf) se encontraram com Roberto Campos e questionaram um relatório da Conesp que tratava das condições do acordo. Mais especificamente, foram rebatidas a exigência de um inventário específico para cada subsidiária brasileira, a realização de um "inventário completo" dos ativos da Amforp no Brasil e a adoção do Índice da Construção Civil de Guanabara na avaliação dos ativos, que tinha taxas menores em relação ao Índice Geral de Preços.

No início de 1963, a vigência das Emenda Hickenlooper e a Lei do Açúcar impôs sérias restrições à balança de pagamentos brasileira, tornando a assistência financeira dos EUA fundamental para evitar uma moratória internacional. Numa carta para o John Kennedy, com data de 08 de março daquele ano, João Goulart afirmou:

> Era meu desejo anunciar-lhe, antes da visita a Washington do meu Ministro da Fazenda, a conclusão das negociações para nacionalização, mediante compra, das empresas concessionárias de serviços públicos filiadas à "American Foreign Power" e à "International Telephone and Telegraph", que operam no Brasil.
> Durante minha visita a Washington tivemos oportunidade de discutir e fixar os critérios que presidiriam a essas negociações, e desde então as autoridades brasileiras têm mantido contacto com as empresas interessadas, já havendo resultado positivo no que diz respeito às cláusulas fundamentais do Acôrdo de compra da AMFORP.
> Da troca de cartas entre o Ministro da Fazenda do último Govêrno parlamentarista e o seu Secretário do Tesouro verifiquei, com prazer, que o episódio da encampação da subsidiária da "International Telephone and Telegraph" do Rio Grande do Sul ficou concluída de forma reputada satisfatória por ambas as partes.
> Dentro de poucos dias, reabertos os trabalhos do Congresso Nacional e alcançado um esclarecimento mais amplo da opinião pública, espero que também o caso da "American Foreign Power" esteja resolvido na linha dos nossos entendimentos e de acordo com as bases estabelecidas na negociação entre os representantes dessa empresa e as autoridades brasileiras.
> Estou convencido de que dêsse modo, ficam eliminadas as áreas de atrito que vinham prejudicando o desenvolvimento de entendimentos de maior alcance, do interêsse dos nossos países, e que os propósitos expressos no comunicado conjunto resultante de nossas conversações em Washington, sejam plenamente alcançados. (...) [sic] (Goulart, 08 de março de 1963, p.01-02).

Ainda em março daquele ano, o Ministro das Finanças do Brasil, San Tiago Dantas, foi a Washington e, depois de tensa negociação, assinou um acordo assistência financeira. Como resultado, o Brasil receberia US$ 398,5 milhões em vez dos US$ 580 milhões solicitados, com a liberação das parcelas condicionada ao cumprimento de compromissos econômicos e políticos. Dentre estes, constavam um programa de estabilização para reduzir a inflação, a limitação das relações diplomáticas com países comunistas ou neutros e o rompimento de João Goulart com grupos comunistas locais, especialmente sindicatos. A autorização da primeira parcela (US$ 84 milhões) estava vinculada ao atendimento de uma obrigação secreta: um acordo satisfatório com a Amforp (Saes; Loureiro, 2012, p. 17-18).

Acatar o acordo com a Amforp nos termos exigidos causava um problema duplo para o governo brasileiro: a Conesp precisaria aceitar algo que relutava até aquele momento e a desapropriação naqueles moldes provocaria sérias críticas dos nacionalistas. Isso explicaria porque Goulart não deu prosseguimento aos compromissos assumidos por Dantas assim que este retornou de Washington. Desta feita, o governo estadunidense suspendeu o repasse da primeira parcela da assistência financeira, causando um dilema para João Goulart, já que uma grande dívida do país estava para vencer em 19 de abril. O Embaixador dos EUA no Brasil, Lincoln Gordon, alertou que Washington iria sustentar essa decisão e que a moratória resultaria em escassez de divisas para comprar petróleo, trigo, matérias-primas e bens de capital, levando o Brasil a uma verdadeira crise econômica.

Sob a pressão de Washington, Goulart suspendeu a Conesp e instituiu a Comissão Interministerial, composta pelos ministérios de Finanças, Guerra, Indústria e Comércio e Minas e Energia, que no dia seguinte aprovou por unanimidade o memorando do acordo com a Amforp. Determinou-se ao governo brasileiro o pagamento de US$ 142,7 milhões à empresa, com US$ 10 milhões como adiantamento e o restante a ser pago em 25 anos (com um período de carência de três anos). Por outro lado, a Amforp teria que investir 75% do valor da remuneração na economia brasileira. (Saes; Loureiro, 2012, p. 18).

Também foi acordado que um inventário dos ativos da empresa seria feito dentro de 180 dias contados da assinatura do contrato. Esse documento serviria apenas para verificar os ativos declarados, sem função de alterar o valor da compensação, a menos que os oficiais brasileiros descobrissem que foram declarados ativos dos quais a empresa não era proprietária. Alguns dias depois, o embaixador Roberto Campos assinou o memorando do acordo junto com os executivos da Amforp e, não ao acaso, o Brasil recebeu a parcela do contrato de assistência em março para quitar suas dívidas de curto prazo.

Em 10 de junho de 1963, um telegrama do Rio de Janeiro assinado com as inicias HLN (possivelmente Hermes Lima, então Ministro das Relações Exteriores do Brasil) e enviado para o Secretário de Estado de Kennedy, relatou um encontro entre Henry Sargent e San Tiago Dantas para novamente discutir os termos do acordo de compra da Amforp. Conforme o documento, Dantas informou sobre a impossibilidade de pagar a parcela de US$ 10,7 milhões no vencimento em 01 de julho. O presidente da Amforp teria, então, declarado que ficaria satisfeito com o repasse de US$ 10,4 milhões até a data prevista. Dantas alertou que não poderia assinar o contrato final da compra até a conclusão do inventário e Sargent não se opôs, apensas ressalvando que Dantas não poderia concordar com qualquer alteração no preço. Dantas respondeu que isso deveria causar problemas, mas que o presidente Goulart apoiava o acordo de compra da Amforp. Sargent propôs e Dantas concordou que os funcionários do GOB (governo do Brasil) e da Amforp começassem a trabalhar no contrato final (HLN, 1963, p. 01-02)

No fim de julho, a resposta de Goulart à uma missiva de Kennedy demonstra a tentativa de abrandar os desconfortos gerados pelo arrastamento da questão da Amforp para evitar uma nova suspensão da assistência financeira:

> Recebi através do Embaixador Lincoln Gordon a carta de 10 do corrente mês, na qual Vossa Excelência se refere a alguns assuntos de vital interesse para a cooperação entre os nossos dois países, à luz de nosso brevíssimo encontro de 1º de julho em Roma. Sou de opinião que devemos empreender os nossos melhores esforços para evitar que dificuldades, divergências ou mal-entendidos transitórios venham impedir ou comprometer a efetiva colaboração entre nossos Governos e nossos povos. Considero a amizade Brasil-Estados Unidos como um dado constante da política externa de cada uma de nossas Nações. (...)

> Julgo, assim, indispensável prosseguirmos, através de nossos representantes, o diálogo que encetamos em Roma, com objetivo de dirimir dúvidas que nêle surgiram e pequenas discrepâncias que ainda parecem subsistir. Essa tarefa é tanto mais necessária quanto é certo que, em países democráticos como os nossos, nenhuma política mais ampla de cooperação é possível sem o apoio da opinião pública perfeitamente consciente e informada sôbre fatos e operações que nela se inserem. Foi nesse contexto, que, em Roma, tive a oportunidade de referir-me ao esclarecimento de múltiplos setores da vida brasileira sôbre alguns aspectos do problema da compra do acervo da "American Foreign Power Company".
> Baseado nas palavras de Vossa Excelência e no seu amistoso espírito de colaboração, entreguei aos meus Ministros da Fazenda e de Minas e Energia a tarefa de discutir com as autoridades americanas e com a AMFORP os nossos problemas financeiros, bem como o das concessionárias, os quais não podem ser encarados isoladamente, mas como parte de todo um complexo de questões que recaem no âmbito de uma ampla cooperação entre Brasil e os Estados Unidos da América. No tocante ao problema das concessionárias, minha intenção, Senhor Presidente, é, como lhe disse em Roma, evitar que o mesmo, se mal conduzido por nossos Governos, venha ampliar áreas de atrito, ao invés de eliminá-las, como era o proposito que nos inspirava ao expedirmos o comunicado conjunto de abril de 1962. (...) [sic] (Goulart, 23 de julho de 1963, p.01-03).

Naquele momento, intensificou-se a oposição interna ao acordo com a Amforp, especialmente pelo valor atribuído aos ativos da empresa, cujo cálculo foi considerado malfeito e inadequado diante do inventário. O deputado federal da Guanabara e ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, denunciou que se tratava de um acordo prejudicial para o país e ofendia o povo brasileiro. Para os grupos nacionalistas, a empresa estadunidense tinha obtido lucros ilegalmente nas décadas anteriores e, portanto, não deveria receber nenhuma compensação. Frente à pressão, o Congresso Nacional brasileiro instituiu duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) para investigar o caso. As autoridades de Goulart, particularmente San Tiago Dantas e Roberto Campos, foram convocadas para testemunhar sobre o assunto (Saes; Loureiro, 2012, p. 20).

Os documentos norte-americanos registram as dificuldades de se lidar com o ambiente doméstico no Brasil naquele, mas também demonstram que Washington não recuou. O Secretário de Estado, Dean Rusk, comunicou à Embaixada dos EUA no Brasil que, embora o caso da Amforp não fosse a questão mais importante nas relações entre os dois países, tinha se transformado em uma espécie de "teste de boa-fé" e de

habilidade política para Goulart. Conforme Saes e Loureiro (2012), o fato é que Washington defendeu a posição da Amforp e a assistência dos EUA seria retida se o Brasil não cumprisse suas promessas.

Nos meses seguintes, o Brasil reiteradamente solicitou a prorrogação do prazo para assinar o acordo final com a Amforp e realizar o pagamento, o que acabou sendo aceito por Washington com certa resistência A Emenda Hickenlooper pairava como uma "ameaça fantasma" porque não interessava aos Estados Unidos que o Brasil rompesse relações, baseando-se na alegação de que os interesses de uma empresa privada norte-americana foram colocados acima das necessidades de um país. Num telegrama enviado para o Secretaria de Estado dos EUA no dia 21 de agosto de 1963, Lincoln Gordon indicou que, no caso da Amforp, sob qualquer circunstância, a melhor alternativa era manter a aplicação da Hickenlooper o máximo possível em segundo plano para evitar argumentos anti-Estados Unidos politicamente eficazes (Gordon, 21 de agosto de 1963, p. 04).

Depois de um período de estagnação nas relações entre os dois países, um golpe derrubou João Goulart do poder, em 31 de março de 1964. Na presidência do general Castelo Branco as negociações com a Amforp mudaram de padrão, com a agilização do processo. O governo brasileiro contratou a Scandinavian Engineering Corporation para realizar o inventário dos ativos da Amforp, cuja avaliação indicou o total de US$ 151,4 milhões, valor superior ao preço estabelecido no memorando de contrato de 1963, concluindo-se finalmente o acordo (Saes; Loureiro, 2012, p. 22).

No dia 14 de outubro de 1964, foi aprovada a Lei nº 4.428, que autorizou a compra das ações e direitos das subsidiárias da Amforp. A transação foi efetivada com a abertura de crédito da Amforp à Eletrobrás, sob a forma empréstimo, com prazo de 45 anos para o pagamento. Ainda envolvidas em disputas judicias, a The Pernambuco Tramways & Power Company Ltd. e a Companhia de Energia Elétrica Rio Grandense (CEERG) foram posteriormente transferidas para a Companhia de Eletricidade de Pernambuco (CELPE) e a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), respectivamente (Biblioteca do Exército Editora, 1977, p. 97). Essas duas companhias

eram empresas públicas que já integravam o sistema da Eletrobrás, consolidando-se, assim, a estatização de grande parte do setor elétrico brasileiro.

Considerações finais

A atuação da Amforp no Brasil revela aspectos fundamentais da dinâmica que as multinacionais norte-americanas estabeleciam nos países periféricos. No caso brasileiro, observam-se práticas claramente adotadas com o objetivo de contornar entraves de cunho ora nacional-desenvolvimentista ora liberal que vigoravam em âmbito local. O maior exemplo é o controle via Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (Caeeb), cuja função extrapolou as funções de mera assessoria e imprimiu noção de conjunto ao "mosaico" de concessionárias que estavam nas mãos da multinacional estadunidense. Para tanto, buscou "brechas" e oportunidades, mas, sobretudo, parceria com agentes capazes de articular interesses nos meandros políticos e econômicos, tanto nacionais quanto internacionais.

A reconfiguração da economia mundial no pós-Segunda Guerra atribuiu outro papel ao Brasil perante os EUA. Devido às características de sua formação, o setor elétrico tornou-se um balcão de barganha entre os dois países e a Amforp soube tirar proveito disso. A multinacional multiplicou os ativos dela no Brasil com operações de investimento nas concessionárias que envolveram instituições de financiamento brasileiras e estadunidenses, justapondo interesses próprios e relações internacionais.

Por fim, cabe ressaltar que a Amforp foi um dos principais pontos das relações entre Brasil-EUA num período especialmente tenso da Guerra Fria. Além disso, é evidente que, do início ao fim, a atuação da Amforp no Brasil contou com o apoio dos governos estadunidenses. Esses fatos suscitam muitas questões que ainda serão investigadas no decorrer da pesquisa de doutorado, tais como o peso do *lobby* da Amforp no Congresso dos EUA, o qual pode ter levado, inclusive, à aprovação da Emenda Hickenlooper. O tema também sugere reflexões teóricas sobre o perfil diferenciado da das multinacionais estadunidenses de energia elétrica naquele período.

Fontes Primárias:

AMERICAN & FOREIGN POWER COMPANY (AMFORP). *Annual Reports for 1930-1939, 1955-1958.* New York, 1930-1958.

BRASIL. Diário Oficial da União. *Despachos do Presidente da República. Do Poder Executivo. Ministério da Fazenda.* Rio de Janeiro, 07 de junho de 1952, p. 9459.

COMPANHIA AUXILIAR DE EMPRESAS ELÉTRICAS BRASILEIRAS. *Balanços e Resultados. Relatórios de diretoria. Atas de assembleias* In: BRASIL. GOVERNO FEREDAL. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, 1933-1958.

GORDON, Lincoln. Telegrama enviado em 21 de agosto de 1963 para o Secretário de Estado dos Estados Unidos. Arquivo John F. Kennedy Library and Museum [JFKNSF-014008-p. 0012-0013].

GOULART, João. Carta de 08 de março de 1963 ao Presidente da República dos Estados Unidos da América John F. Kennedy. Arquivo John F. Kennedy Library and Museum [JFKPOF-112-011-p.0006-0007].

HLN. Telegrama de 10 de junho de 1963 para o Secretário de Estado da República dos Estados Unidos da América. Arquivo John F. Kennedy Library and Museum [JFKNSF-014-004-p. 0021-0022.].

Bibliografia:

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A Construção do Nacional-Desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a Dinâmica de Interação entre Estado e Mercado nos Setores de Base. *Revista EconomiA.* Brasília, v.7, n.4, p.239–275, 2006.

BASTOS, Lauren dos Reis. *Muito além de Leonel Brizola: a encampação e a desapropriação da AMFORP em Porto Alegre (1959)*. Passo Fundo: UPF, 2020. (Dissertação de Mestrado em História da UPF).

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA. *A energia elétrica no Brasil. Da primeira lâmpada à Eletrobrás.* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1977.

BRANCO, Catullo Flaquer. *Energia elétrica e capital estrangeiro no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

CACHAPUZ, Paulo Brandi de Barros. *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil.* Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 2006.

CAPORRINO, Amanda W. A embolada elétrica no Ceará: a eletrificação conduzida por Celso Furtado na SUDENE e a interferência dos Estados Unidos (1959-1964). XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA & 15ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 2021, Varginha.

CASTRO, Nivalde José. *O setor de energia elétrica no Brasil: a transição da propriedade privada para a propriedade pública, 1945-1961.* Rio de Janeiro: UFRJ, 1985 (Dissertação de Mestrado em Economia da Indústria e da Tecnologia da UFRJ).

COMISSÃO MEMÓRIA E VERDADE DOM HELDER CAMÊRA (org.). Relatório Final (volume II). Recife: Governo de Pernambuco, 2017.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ (CPFL). *Energia e desenvolvimento. 70 anos da Companhia Paulista de Força e Luz.* Campinas, 1982.

CORRÊA, Maria Letícia. *O setor de energia elétrica e a constituição do Estado no Brasil: o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (1939-1954).* Niterói: UFF, 2003 (Tese de Doutorado em História da UFF).

D'AGUIAR, Rosa Freire. Celso Furtado e a Aliança para o Progresso. In: CENTRO CELSO FURTADO. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 25, p. 223-230, jul.-dez. 2019.

D'ARAUJO, Maria Celina. Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. In: CPDOC-FGV. *E ele voltou... o Brasil no segundo governo Vargas*. Série Dossiês, 2004.

FERREIRA, Ângela; SILVA, Alexandro da; SIMONINI, Yuri. A penumbra da luz: redes técnicas brasileiras e a gestão da AMFORP entre 1952 a 1963. II SIMPÓSIO INTERNACIONAL ELETRIFICAÇÃO MODERNIZAÇÃO SOCIAL, 2013, São Paulo.

FURTADO, Celso. *A fantasia desfeita*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

HAUSMAN, William; NEUFELD, John. The rise and fall of the Amercican & Foreign Power Group: a lesson from the past? *The electricity jornal,* v. 10, n. 01, p. 46-53, 1997.

HAUSMAN, William; HERTNER, Peter; WILKINS, Mira. Gl*obal electrification. Multinational enterprise and international finance in the history of Light and Power, 1878-2007*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

IANNONE, Roberto Antonio. *Evolução do setor elétrico paulista.* São Paulo: USP, 2006 (Tese de Doutorado em História Econômica da USP).

LANCIOTTI, Norma; SAES, Alexandre Macchione. La regulación de los servicios de electricidad en Argentina y Brasil (1890-1962). *Economia e Sociedade*. Campinas, v. 21, n. 2 (45), p. 409-447, 2012.

LIMA, José Luiz. *Estado e setor elétrico no Brasil: do Código de Águas à crise dos aos 80, 1934-1984.* São Paulo: USP, 1989 (Tese de Doutorado da USP).

LORENZO, Helena Carvalho de. *Eletrificação, urbanização e crescimento industrial no estado de São Paulo, 1880-1940.* Rio Claro: UNESP, 1993 (Tese de Doutorado em Geografia da UNESP).

SAES, Alexandre M. *Conflitos do capital: Light versus CBEE na formação do capitalismo brasileiro (1898-1927).* Bauru: Edusc, 2010.

SAES, Alexandre M. Energia Elétrica e Diplomacia: relações Brasil-EUA no setor elétrico brasileiro, 1945-1954. CONGRESO INTERNACIONAL DE LA ASSOCIACIÓN ESPAÑOLA DE HISTORIA ECONÓMICA, XI, 2014. Madrid.

SAES, Alexandre M.; SASSE, Carla M. A AMFORP e o setor elétrico brasileiro (1926-1964). *Anuário CEEED.* Buenos Aires, v. 4, n. 4, p. 111-148, 2013.

SAES, Alexandre M.; LOUREIRO, Felipe P. From foreign to state investment in the brazilian electric power sector: the expropriation of the American Foreign and Power in Brazil (1959-1965). *Department of Economics – FEA/USP/ Working Paper Series.* São Paulo, n. 2012-08, 2012.

SAES, Alexandre M. Energia elétrica e diplomacia: relações Brasil-EUA no setor elétrico brasileiro, 1945-54. *História Unisinos,* vol. 24, núm. 2, pp. 240-255, 2020

SCALERCIO, Marcio; ALMEIDA, Rodrigo de. *Eugenio Gudin. Inventário de flores e espinhos. Um liberal em estado puro.* Curitiba: Insight, 2012.

SMITH, Bruce L. R. *Lincoln Gordon: Architect of Cold War Foreign Policy*. Kentucky: University Press of Kentucky, 2015.

SZMRECSÁNYI, Tamás. A era dos trustes e cartéis. *História e Energia*. São Paulo, n.1, 1986.

TENDLER, Judith. *Electric Power in Brazil: Entrepreneurship in the Public Sector*. Cambridge: Harvard University Press, 1968.

VIANNA, Sérgio Besserman. Política econômica externa e industrialização, 1946-1951. In: ABREU, Marcelo de Paiva. *A ordem do progresso*. Cem anos de política econômica republicana – 1899-1989. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 105-119, 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Estado autocrático burguês (1964-1985) e educação: uma síntese do subdesenvolvimento

André D'Albertas Cecchini

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

Estado autocrático burguês (1964-1985) e educação: uma síntese do subdesenvolvimento

Bourgeois autocratic state (1964-1985) and education: a synthesis of undervelopment

André D'Albertas Cecchini [1]

Resumo:

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma breve revisão sobre a relação entre subdesenvolvimento, ditadura civil-militar (1964-1985) e educação escolar. Para tal, teremos como arcabouço teórico os trabalhos de Florestan Fernandes acerca dos dilemas educacionais na consolidação da revolução burguesa no Brasil. De início, traremos alguns pontos que consideramos centrais nas interpretações de Florestan sobre a formação econômica do país, interpolando-o com as categorias de Celso Furtado e Caio Prado. Em seguida, trataremos mais diretamente do processo de irradiação do capitalismo monopolista para a periferia, cujos efeitos desestabilizadores provocaram, no Brasil e em boa parte da América Latina, a eclosão de um Estado burguês abertamente autocrático. Por fim, procuraremos relacionar os itens anteriores à reforma educacional da ditadura, enquadrando-a dentro de uma relação dialética entre as causas e as consequências do subdesenvolvimento.

Palavras-chave: Brasil; Florestan Fernandes; subdesenvolvimento; ditadura civil-militar; educação.

Abstract:

This paper aims to present a brief review of the relationship between underdevelopment, civil-military dictatorship (1964-1985) and school education. To this end, we will have

[1] Mestrando em Desenvolvimento Econômico (IE-UNICAMP).

as a theoretical framework the works of Florestan Fernandes on the educational dilemmas in the consolidation of the bourgeois revolution in Brazil. At first, we will bring some points that we consider central in Florestan's interpretations of the country's economic formation, interpolating it with the categories of Celso Furtado and Caio Prado. Then, we will deal more directly with the process of irradiation of monopoly capitalism to the periphery, whose destabilizing effects caused, in Brazil and in a good part of Latin America, the outbreak of an openly autocratic bourgeois state. Finally, we will try to relate the previous items to the educational reform of the dictatorship, framing it within a dialectical relationship between the causes and consequences of underdevelopment.

Key words: Brazil; Florestan Fernandes; underdevelopment; civil-military dictatorship;
schooling

Estado autocrático burguês (1964-1985) e educação: uma síntese do subdesenvolvimento

***

Introdução

O presente trabalho[2] tem como objetivo tratar da relação entre educação escolar, subdesenvolvimento e Estado autocrático burguês (1964-1985). Enquanto formador das "mãos" e das "mentes" das sociedades capitalistas, o sistema educacional tem servido ao desenvolvimento capitalista enquanto instituição de legitimação e consenso. No entanto, ao mesmo tempo que é funcional a manutenção e dinamização do *status quo*, o aparelho de ensino também é reflexo da formação social que se enquadra. Isto é, a educação é, simultaneamente, causa e consequência da reprodução do sistema capitalista. Nesse sentido, acreditamos ser essencial apreender as características e peculiaridades do sistema nacional de ensino como forma de compreender o contexto histórico-estrutural por trás de cada formação nacional.

Em consonância com um dos maiores intérpretes do Brasil, Florestan Fernandes, consideramos a fase ditatorial dos anos 1964/1985 como o desfecho da Revolução Burguesa do Brasil. Assim sendo, interpretar o projeto político econômico da ditadura é extremamente vital à compreensão do tipo de formação capitalista que se deu no Brasil, pois serão sobre esses alicerces que o dinamismo da acumulação interna será assegurado. Sendo o sistema educacional reflexo e causa desse desfecho, compreender a sua especificidade no caso brasileiro, enquanto parte de uma formação econômica particular, subdesenvolvida e instável, e imbricado com um projeto político econômico claramente favorável ao capital, é essencial para elucidarmos os desafios postos a sociedade brasileira e aos possíveis caminhos do tão sonhado desenvolvimento.

Com esse intuito, dividiremos o trabalho em três partes. Na primeira traremos uma breve revisão daquilo que consideramos as principais características do subdesenvolvimento brasileiro. Munido do aparato teórico, trataremos em seguida da

[2] Este artigo faz parte de uma primeira aproximação do primeiro capítulo da dissertação de mestrado do autor.

especificidade do sistema educacional, instancia última de reprodução social, de uma sociedade cuja formação econômica se deu sempre com sentido externo, de forma desigual, e que se encaminhava para o desfecho de sua revolução burguesa. Por fim, procuraremos tratar mais diretamente da reforma educacional da ditadura e como ela foi essencial ao projeto político-econômico implementado.

Brasil, subdesenvolvimento e formação nacional

> ...a educação é o mais grave dilema social brasileiro. A sua falta prejudica da mesma forma que a fome e a miséria, ou até mais, pois priva os famintos e miseráveis dos meios que os possibilitem a tomar consciência da sua condição, dos meios de aprender a resistir a essa situação. Portanto, pode representar um fator de difusão da ignorância e do atraso cultural. Com esses mecanismos e um sistema escolar injusto e inócuo, há reprodução de desigualdade, da concentração de riqueza, de poder e de dominação. **Essa a função do nosso sistema de educação escolar: reproduzir o sistema tal qual. Aí está o caráter grave desse dilema** (Fernandes, 1989, p.127).

Duas são as premissas que tomaremos como base durante todo o trabalho: o subdesenvolvimento como principal característica da formação econômica do Brasil e a educação como principal ferramenta da transformação social - educação, tenhamos claro, como sinônimo de formação escolar (nos três graus de ensino). Mas qual a importância de esclarecermos tais premissas para começarmos a tratar de nosso objeto?

Seja qual for a linha de interpretação, o subdesenvolvimento implica a manutenção, em maior ou menor grau, do atraso. De que forma o arcaico se reproduz, se recoloca e determina o movimento da economia subdesenvolvida é motivo de amplo debate. Por hora, o que nos importa reter aqui é a ideia de que, em tais economia, há **sempre** uma combinação entre estruturas arcaicas e modernas. Ou seja, o desenvolvimento do capitalismo nessas economias determina uma transformação social modernizante, porém, conservadora. Em outras palavras, se, de um lado, o desenvolvimento capitalista subdesenvolvido significa a modernização das relações de produção, de modo a adaptar a economia às mudanças mais gerais do ciclo de acumulação de capital, de outro, a continuidade do processo de valorização permanece subordinado à manutenção (adaptativa) das velhas formas de extração de mais valor. Ora, sendo a educação o principal mecanismo de transformação social (passada,

presente ou futura), parece sensato afirmar que está intimamente ligada aos dois lados do processo; se consolida como canal de propagação e defesa das mudanças necessárias às transformações capitalistas, mas, igualmente, como local onde os movimentos de superação do atraso sejam preventivamente repelidos e desencorajados.

Portanto, enquanto relação dialética, compreender a reforma (ou melhor, contrarreforma) educacional da ditadura, em sua associação com o respectivo projeto político-econômico, perpassa pelo entendimento da particularidade de um sistema educacional subdesenvolvido, porém, igualmente, da particularidade do subdesenvolvimento no sistema educacional. Isto é, o aparelho de ensino como causa e consequência do subdesenvolvimento.

Retomemos, portanto, algumas das características que consideramos essenciais à compreensão do Brasil enquanto economia subdesenvolvida. Partindo de Caio Prado, trataremos o subdesenvolvimento como uma formação social *sui generis* "cuja característica distintiva é a existência de relações de produção que impedem a consolidação de uma economia que possua 'existência autônoma' e 'força própria'." (Sampaio, 1997, p. 114). De mesmo modo, para as economias erigidas sob o estatuto colonial, o subdesenvolvimento indica a incapacidade de romper com os nexos de dependência herdados da colonização e de integrar "em condições relativas de igualdade" (Idem, p.114) o conjunto da força de trabalho. Salutar à nossa análise é a demonstração do caráter mercantil na formação da economia brasileira. Isto é, a direção de um grande negócio cuja orientação e realização (precária) se dão fora do espaço nacional e que, por este motivo, produz um grande vazio socioeconômico o qual extingue a possibilidade de que o mercado interno se firme como ponto de partida e de chegada da valorização capitalista. Dessarte, para Caio Prado, o subdesenvolvimento é resultado de circunstâncias históricas específicas, que formam um tipo de sociedade cuja reprodução se prende ao dinamismo e às necessidades impostas pelo movimento ampliado do capital à nível global. Assim, a possibilidade de subordinar a acumulação de capital à vontade da sociedade nacional é eliminada a priori e a economia se alicerça em bases que lhe são estranhas.

Subdesenvolvimento, portanto, não se trata de um estágio prévio no qual alguns países se encontram e que, bastando desenvolver o processo de acumulação, segundo determinadas etapas, seria ultrapassado através do cumprimento de objetivos genéricos. Dentre as grandes contribuições da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), destacamos a disseminação do entendimento de que o desenvolvimento econômico da América Latina não poderia ser prescrutado como uma simples reprodução do avanço do capitalismo no centro e de que a temática carecia de uma formulação original. Nessa direção, demostraram a existência, nas economias subdesenvolvidas, do amálgama entre forças capitalistas arcaicas e pioneiramente modernas.

Em segundo lugar, o subdesenvolvimento não deve ser entendido apenas como um tipo de desenvolvimento capitalista que se deu de forma retardatária e que, devido ao descaso temporal, se defronta com obstáculos diversos daqueles que foram enfrentados pelos países centrais. É claro que a centralização e concentração do capital na fase de internacionalização produtiva e industrialização periférica eram (são) de proporção e complexidade muito maiores do que no momento do desenvolvimento industrial do centro capitalista. Assim como é claro, e amplamente debatido, os desafios tecnológicos, financeiros, organizacionais e culturais que tal situação implica. No entanto, pensar no desenvolvimento de tais economias como problemas próprios do capitalismo, mas em uma situação específica, ainda nos parece insuficiente. É preciso compreender o subdesenvolvimento do Brasil, e da América Latina em geral, como parte vital do ciclo geral de valorização e reprodução do capital, que passou a condicionar o desenvolvimento econômico capitalista ao aprofundamento do subdesenvolvimento e da dependência externa.

Na perspectiva de Florestan Fernandes (2020), essa dupla articulação pode ser entendida como o vínculo da burguesia ao imperialismo e aos anacronismos da sociedade colonial. Outrossim, a burguesia nativa do Brasil apresenta duas faces de poder: de um lado é extremamente fraca para enfrentar os desígnios do capital internacional, se sujeitando quase sem objeções a ele, e, de outro, uma face forte para

reservar "a nação" (a riqueza, o espaço político, os privilégios de classe, a jurisprudência e a seguridade social) às classes dominantes. "A questão central reside na reprodução de um tipo de regime de classes que mantém a concorrência e a luta política presas a uma dinâmica de circuito fechado" (Sampaio, 1997, p. 148). Constituída sobre e a partir das estruturas coloniais, a burguesia interna não poderia reproduzir o tipo de revolução burguesa "tradicional"[3]. Aqui, na "mediocridade"[4] de uma economia formada como um grande negócio "para fora", a revolução burguesa assumiu caráter próprio que "por perpetuar nexos de subordinação externa e anacronismos sociais, inviabiliza a formação de vínculos construtivos entre a 'economia' e a 'sociedade'." (Sampaio, 1997, p. 147).

Desse modo, o subdesenvolvimento é produto de uma determinada situação histórica em que "o destino da sociedade fica submetido aos desígnios de burguesias que são incapazes de conciliar desenvolvimento econômico, soberania nacional e democracia." (Sampaio, 1997, p. 147). Diante das assimetrias sociais e do fechamento do espaço político à essa burguesia, a racionalidade capitalista periférica enfrenta não apenas uma constante luta pela acumulação abstrata, mas, decisivamente, uma batalha pela manutenção da ordem, da propriedade individual, da iniciativa privada, da livre empresa e da associação dependente, condições *sine qua non* desse superprivilegiamento (econômico, social e político) que é a garantia de sua sobrevivência[5]. Assim, compreendemos como a mesma força social que impulsiona o processo de acumulação dentro do país periférico, tendendo inclusive à autodeterminação do capital, seja a mesma que defende (lançando mão de todos os meios necessários) a permanência do *status quo,* impedindo que tal tendência se realize de forma plena. Tal padrão de acumulação se baseia em um sistema produtivo heterogêneo, que se constitui, para Fernandes, como único meio de contrastar a instabilidade de um capitalismo subalterno. O amálgama entre estruturas modernas e

[3] Fernandes (2020.
[4] Sampaio (1997).
[5] Fernandes (1975).

arcaicas é o mecanismo pela qual as burguesias dependentes buscam contrastar a fragilidade da estrutura interna de capital e da conjuntura mercantil. Nas palavras do autor (1981, p.65, apud Sampaio, 1997, p.154):

> Sob o capitalismo dependente, a persistência de formas econômicas arcaicas não é uma função secundária e suplementar. A exploração dessas formas, e sua combinação com outras, mais ou menos modernas e até ultramodernas, fazem parte do "cálculo capitalista" do agente econômico privilegiado.

Em síntese, o contexto histórico-estrutural da economia brasileira gera permanentes dificuldades do ponto de vista da técnica e das relações mercantis. Disso decorre uma constante ameaça à burguesia interna que, por sua vez, responde adaptando a racionalidade capitalista à sua sobrevivência. Manipulam as condições socioeconômicas internas para que o "meio interno possa oferecer o mínimo de segurança e previsibilidade ao cálculo capitalista"[6] e derivam mecanismos de transferência de renda que neutralizam, "ao menos parcialmente, os elevados riscos derivados do estado de 'incerteza estrutural' inerentes às economias que ficam sobre-expostos aos efeitos desagregadores do processo de mercantilização emanado do sistema mundial"[7]. O dualismo estrutural, portanto, aparece como pré-requisito à assimilação das revoluções tecnológicas difundidas a partir do país hegemônico. Na mesma direção, os mecanismos por trás da transferência de renda, "que repousam em última instância na superexploração da força de trabalho e na dilapidação dos recursos naturais do país"[8], protegem os setores atrasados de uma concorrência econômica que de outra forma os destruiria. Dessarte, a "reprodução de mecanismos de acumulação primitiva e a depredação do meio ambiente, são características **inerentes** ao capitalismo dependente"[9]. Ou seja, a dupla articulação baliza o emprego dos fatores econômicos de acordo com a linha do rendimento máximo, mas explorando, o único fator efetivamente abundante: o trabalho.

[6] Sampaio (1997, p. 155).
[7] Sampaio (1997, p. 155).
[8] (Idem, ibidem, p.156).
[9] (Idem, ibidem, p.156).

Em consequência, a debilidade da estrutura econômica compromete o papel da concorrência como dínamo autônomo de articulação da economia. A vida econômica assume **caráter essencialmente político**, uma vez que qualquer problema que afete a extração de mais valor converte-se em "matéria" política. Não que o equilíbrio do sistema econômico e a eficiência da economia de mercado não repousam em fatores e mecanismos econômicos capitalistas, mas que o funcionamento e o desenvolvimento dessa ordem estarão **sempre subordinados à interferência de fatores e mecanismos extraeconômicos**, como a educação. Se tivermos isso em mente, não devemos considerar a ordem econômica o motor endógeno do desenvolvimento capitalista dependente, tendo em vista que as estruturas **extraeconômicas** sobredeterminam o alcance e o dinamismo da concorrência, limitando os mecanismos econômicos de socialização dos ganhos de produtividade e de centralização do capital. Daí a impossibilidade das economias dependentes em manter uma acumulação de capital autossustentada.

> ...os dinamismos de uma economia capitalista dependente não conduzem à autonomia, mesmo sob condições favoráveis de crescimento econômico. Como a articulação se dá ao nível dos interesses estritamente lucrativos do capital, no qual a ação econômica adquire significado e funções capitalistas independentemente das formas de organização das relações de produção, tanto o setor arcaico mantém, cronicamente, sua dependência diante do capital externo quanto o setor moderno surge em um clima de associação indireta com esse capital (mediante suas articulações com o setor arcaico) e cresce configurando-se como este último (pela presença maciça ou pela associação crônica com o capital externo). Sob esse aspecto, o que parece, de certa perspectiva, produto autônomo do aumento da produção interna e do crescimento do mercado interno, de outro ângulo mostra-se como efeito dos mecanismos do capital financeiro externo. Em outras palavras, a estrutura e o padrão de equilíbrio do sistema econômico, sob o capitalismo dependente, convertem a articulação econômica em fonte de privilegiamento dos agentes econômicos que podem operar ao nível da integração capitalista das atividades econômicas internas e subordinam o crescimento econômico interno às flutuações do consumo e das especulações financeiras no mercado mundial. A industrialização não alterou profundamente esse quadro, embora tenha modificado o modo pelo qual ele se atualiza no presente (Fernandes, 1981, pp. 65-66)

Chegamos em um ponto central para Florestan Fernandes e nosso trabalho: o processo de modernização fica sob controle de burguesias impotentes em ultrapassar a situação subalterna no cenário internacional e onipotentes para empurrar

unilateralmente à população a sua vontade. O autor nos indica que há nesses países um padrão de luta de classe específico e que neutraliza a emergência do povo como ator político determinante. Assim, ao sujeitar a nação aos objetivos particulares da burguesia, as classes dominantes assumem o controle político das transformações socioculturais e a vanguarda na defesa pela manutenção do Estado de heteronomia.

Não obstante, a permanência de formas arcaicas de acumulação de mais valor impede, segundo o autor, o aparecimento de mecanismos de solidariedade de classe – "requisito básico para que a concorrência e o conflito possam encontrar suportes objetivos para compatibilizar os interesses particulares da burguesia com formas de consenso e integração social do conjunto das classes sociais"[10]. A debilidade da economia dependente quanto à produtividade e à centralização do capital compromete a capacidade das classes burguesas de introduzir inovações no campo econômico e político. Dessarte, ela perde a capacidade "revolucionária" existente nas revoluções burguesas clássicas. Ainda, visto que ela só sobrevive se existirem os mecanismos de transferência de renda que contrapõe sua debilidade econômica, teme perder o que Sampaio (1997) chamou de o único "capital" realmente eficaz para enfrentar as pressões do desenvolvimento induzido de fora: a capacidade quase ilimitada de manobrar as condições socioeconômicas internas a fim de manter a superexploração do trabalho e a destruição dos recursos naturais internos. Em outras palavras: "A base estrutural com que contam para se afirmar como classe em si e para si é tão fraca, que não podem despojar a ordem social competitiva de arranjos variavelmente pré ou extracapitalista." (Fernandes, 1975, p. 70). Imagine, portanto, em um período de rápida alteração dessa frágil base estrutural, como foi a irradiação do capitalismo monopolista, a importância dos arranjos extraeconômicos, dentre os quais o sistema educacional, para a "preservação da ordem".

E é justamente aí que repousa o único elemento capaz de aglutinar as diferentes camadas da burguesia, isto é, a racionalidade dessas plutocracias para aniquilar qualquer ameaça (real ou potencial) de insurreição dos excluídos. Isto os obriga a abandonar

[10] Sampaio (1997, p. 167).

todas as suas diferenças e a se fortalecerem contra o inimigo comum: as classes subalternas. Em vista disso, não existem limites à acumulação de capital derivados da participação das classes populares na "Razão de Estado". Mesmo no limite extremo da autodeterminação do capital, as burguesias internas não podem renunciar ao caráter antidemocrático. A racionalidade capitalista *sui generis* dos espaços dependentes permite que o capitalismo seja aceito como forma de acumulação de riqueza mesmo sendo rejeitado como forma de "convivência de uma comunidade nacional"[11]. Mas o que respalda essa aceitação (e a rejeição)? Para nós, como veremos, o sistema educacional.

Visto que as economias dependentes não podem delegar a assimilação das estruturas e dos dinamismos, emanados das economias centrais, à lógica dos mercados, Florestan advoga que o próprio Estado passa a ser instrumentalizado para a defesa e o suporte à iniciativa privada. Imputam como dever do poder estatal compensar as pressões oriundas das transformações econômicas difundidas do centro, ditar e arbitrar os ajustes internos necessários para viabilizar a compatibilidade entre arcaico e moderno e, com isso, a extração de mais valor. Ainda, o Estado ficaria encarregado de mediar as relações com o imperialismo e "servir de instrumento para congelar a história sempre que as classes dominantes temerem que o avanço do processo de modernização ameaça (SIC) a estabilidade de seu poder"[12], tanto pela força das mudanças irradiadas do centro quanto por possíveis levantes das classes subalternas. Dessarte, os direitos sociais, ainda que garantidos constitucionalmente, permanecerão dentro da mesma lógica. Florestan nos alerta para o fato de que as inovações em um ambiente como este serão avaliadas, repelidas ou aceitas em um contexto de "extrema irracionalidade". Este, por sua vez, reduz enormemente a capacidade das classes políticas avaliarem os processos de mudança social, estimulando um caráter que o autor chama de "sociopático" às mudanças, ainda que o ritmo de modernização se apresente de forma intensa. Se a

[11] Sampaio (1997, p. 173).
[12] (Idem, ibidem, p.173-174).

educação está diretamente ligada à transformação social, em um ambiente de aversão às mudanças sociais, qual o papel da educação?

O sistema educacional fica à serviço da manutenção da ordem. Sua capacidade para impulsionar transformações é limitada, mas é extremamente eficiente em manter o "povo" fora da arena política. Por sua vez, este é um dos motivos apontados por Florestan para a quase inexistente possibilidade de impulsionar uma revolução nacional e democrática, bloqueando a constituição de estruturas e dinamismos capitalistas que poderiam servir de arma contra o subdesenvolvimento. A assimilação das transformações fica, desse modo, limitada à compatibilidade com a manutenção do ultraprivilegiamento econômico, político, social e cultural das classes dominantes. Poderia se argumentar que em qualquer sociedade capitalista o aparato educacional serve à reprodução do sistema tal qual. Ou que todo Estado capitalista tem de se revestir de alguma neutralidade e igualdade para que não seja identificado como parte da estrutura de privilégio e exploração. Isso tudo é verdade, mas acreditamos que é nesse ponto que reside a especificidade do subdesenvolvimento. A desigualdade e a concentração de riqueza não aparecem como consequências do desenvolvimento do modo de produção capitalista, sujeitas a oscilações devido a correlação de forças. Nas economias dependentes, a reprodução ampliada da desigualdade e da concentração de riqueza é o único meio de garantir o nível de extração de mais valor compatível com a sobrevivência capitalista. Nesse sentido, o sistema educacional subdesenvolvido precisa se sujeitar a um controle muito mais intenso. O tamanho e a centralidade da exclusão social são tais que qualquer abertura política aos prejudicados pode ser fatal. Em suma, a fragilidade da estrutura produtiva subdesenvolvida, acentuada durante períodos de transição, implica a necessidade de uma superestrutura particular, destinada a contrabalançar essa debilidade. Superestrutura que garanta a continuidade das formas primitivas de acumulação, da subordinação externa e dos privilégios de classe. Não apenas de forma objetiva, mas assegurando que não haja espaços para que as condições subjetivas de superação do subdesenvolvimento possam florescer. Por isso, dentre outros motivos, que o sistema educacional é uma instituição central aos Estados

burgueses subdesenvolvidos. Ele entra no jogo tanto para garantir a estrutura de superexploração quanto, e aqui ele aparece como o mecanismo mais importante, para controlar, cooptar, instrumentalizar e militarizar os excluídos. Nesse sentido, para nós, é que talvez a educação (ou melhor, a falta dela) seja a combinação mais sintomática das causas e dos resultados do subdesenvolvimento.

> Na particularidade brasileira, o capitalismo dependente se manifesta, entre outros aspectos, na dupla articulação, e se reproduz sistematicamente através da segregação social interna (subdesenvolvimento econômico, social, político e cultural) e a dependência externa (colonialismo em diversos aspectos, sobretudo, cultural) [...]. Esse nexo entre dependência econômica e cultural que perpetua a condição de subdesenvolvimento que se reproduz na sociedade brasileira não é uma etapa ou um grau inferior do desenvolvimento; é, na verdade, a forma particular por meio da qual o capitalismo se configura na periferia. (Braga, 2020, pp. 39-40).

Seguindo essa linha de pensamento, o subdesenvolvimento **não** é uma etapa que pode ser superada apenas pelo dinamismo da acumulação de capital. Assim como Florestan, Celso Furtado nos enriquece como uma concepção de desenvolvimento que rejeita completamente a ideia de etapismo e reforça um ponto que para nós será de extrema importância: a dependência cultural refletida no consumo. Para termos uma ideia, de acordo com Sampaio (1997, p.195-196), na concepção de Furtado:

> ...o subdesenvolvimento é produto de um sistema econômico mundial que integra, em um mesmo padrão de transformação, formações sociais que têm capacidades assimétricas de introduzir e difundir progresso técnico. A discrepância na capacidade de elevar a produtividade média do trabalho e na capacidade de socializar o excedente entre salário e lucro faz com que o estilo de vida que prevalece nas economias centrais não possa ser generalizado para o conjunto da população nas economias periféricas. O subdesenvolvimento surge quando, ignorando tais diferenças, as elites que monopolizam a apropriação do excedente impõem cópia do estilo de vida dos países centrais como prioridade absoluta do processo de acumulação, o que impede a integração de parcela considerável da população no tipo de vida material e cultural propiciado pelo capitalismo.

Como podemos observar, Celso Furtado é cirúrgico ao elucidar o problema do subdesenvolvimento tanto pelo lado da produção (da técnica e do progresso tecnológico) quanto da circulação (da dependência cultural e do consumo modernizado). Sua genialidade está em nos mostrar como a dependência externa é intrínseca e sobredetermina os dois ciclos – tanto o produtivo quanto o da circulação – e

que, portanto, pensar no *desenvolvimento* dos países subdesenvolvidos vai muito além de reduzir *"gaps"* tecnológicos e/ou organizacionais e/ou de crescimento econômico e/ou de dotação de fatores.

Pelo exposto, fica claro o porquê da nossa insistência em tratar do subdesenvolvimento de um ponto de vista "global"[13], contextualizando os problemas da América Latina, e mais precisamente do Brasil, como parte de um processo desigual e descasado de difusão do progresso técnico e dos padrões de consumo. "Para compreender as causas da persistência histórica do subdesenvolvimento, faz-se necessário observá-lo como parte que é de um todo em movimento, como expressão dinâmica do sistema econômico mundial engendrado pelo capitalismo industrial" (Furtado, 1980, apud, Sampaio, 1997, p.210).

Diferente de algumas concepções que romantizam o processo de industrialização e a famigerada autodeterminação do capital, Furtado (escrevendo em 1980[14] e, portanto, assistindo *in loco* o fim do sonho do Brasil potência) já nos alertava que mesmo o Brasil saindo de um "fazendão" para um país industrial, não foram resolvidas as pendências com nosso passado histórico-estrutural. Isto é: i) a subordinação do ciclo econômico à exportação de certos produtos primários; ii) a crescente dependência quanto a tecnologia utilizada, ainda que exista uma indústria local de bens de produção; iii) discrepância entre a diversidade da demanda e o nível de acumulação; iv) dispersão dos investimentos e pouca capacidade de aproveitar as possibilidades oriundas da tecnologia utilizada.

A permanência dessas mazelas, parte reconhecida da dupla articulação, durante a fase de consolidação do capitalismo monopolista no Brasil, teve como alavanca fundamental o sistema educacional. Não obstante os fenômenos de natureza econômica, segundo Florestan Fernandes (1975), a influência dinâmica desse processo foi a política. Como passaremos a tratar agora, tanto pelo lado externo quanto interno, a irradiação monopolista questionou a própria razão burguesa. Assim, consubstanciou-se aquilo que

[13] Sampaio (1997).
[14] Furtado (1980).

Florestan chamou de "imperialismo total", que, diferentemente do imperialismo clássico[15], representava uma luta pela sobrevivência e pela supremacia do "capitalismo em si mesmo" (Fernandes, 1975, p. 21). Por responder ao questionamento integral da ordem que ele se faz totalizante. Todo o aparato institucional, ou como chamamos acima, a superestrutura, teve de ser reformada em prol da defesa do capitalismo e da sociedade ocidental de consumo. Ora, sendo o sistema de ensino o principal mecanismo social para transformar a situação histórica, parece fora de questionamento a centralidade deste para o processo contrarrevolucionário. Ainda mais em um país como o brasil que, em 1950, tinha praticamente metade de sua população analfabeta (47,64%)[16].

A irradiação do capitalismo monopolista

De acordo com Fernandes (2020), o capitalismo monopolista pode ser entendido como a reorganização do mercado e do sistema de produção induzida pela grande corporação, notadamente norte-americana. Isto é, a concentração e centralização do capital, movimentos intrínsecos ao desenvolvimento capitalista, atingiram níveis desestabilizadores ao final do século XIX[17]. A magnitude pode ser observada nos processos de fusão do capital bancário e produtivo, de transposição da concorrência oligopolísticas para fora das fronteiras nacionais, da concentração financeira, produtiva e operacional em conglomerados transnacionais, na explosão do número de filiais fora dos territórios nativos e no surgimento de novas potências econômicas, inclusive de um novo centro hegemônico. E a instabilidade pode ser apreendida pela eclosão de duas guerras mundiais e uma crise econômica sem precedentes. Outrossim, as pressões oriundas da transição do capitalismo competitivo ao monopolista vão muito além da lógica econômica, particularmente na periferia do sistema. Impactando diretamente na reprodução social de todo o planeta, o capital deixara de ter fronteiras e atingira todo o quadro institucional – inclusive, é claro, a educação.

[15] Ver Lenin (2007).
[16] Romanelli (1986).
[17] Ver Hobsbawm (1996) e Fernandes (2020).

Somado às tensões próprias ao sistema capitalista, o surgimento do "socialismo em um país só" e a eclosão de uma série de movimentos nacionais ao redor do globo (Cuba, Vietnã, África do Sul, Índia, China etc.) colocaram não só a racionalidade burguesa em "xeque", mas significaram alternativas revolucionárias tanto dentro como fora da ordem. Esse período, que Hobsbawn chamou de "A era da catástrofe", de efervescência das revoluções nacionalistas e/ou socialistas, teve sua correspondência na periferia por um fomento do anticolonialismo. Tamanha instabilidade da ordem que ao centro hegemônico exigiu-se um pragmatismo inédito. Tomando o comunismo como inimigo comum – destruidor dos laços e traços ocidentais cristãos -, os EUA, ancorado em seu complexo militar, direcionou uma série de programas de "ajuda" externa, cuja efetividade estaria condicionada à máxima satisfação dos grupos dominantes empenhados em conservar o ocidente fora do comunismo. Dessarte, o principal desafio norte-americano da primeira metade do século XX foi a sua "segurança", ou seja, a preservação da forma de organização mundial compatível com a revolução tecnológica em curso e com o *american way of life,* progressivamente disseminado. Nessa direção, os territórios latino-americanos seriam cruciais ao plano, uma vez que os seus respectivos desenvolvimentos significavam a abertura dos seus territórios ao estilo de vida do centro, aos padrões de consumo, à revolução tecnológica e ao anticomunismo. E, justamente nesse ponto, coube às empresas privadas estadunidenses um papel central no desenvolvimento latino-americano, devendo a política de "ajuda" dos Estados Unidos realizar-se principalmente por elas. No entanto, enquistadas na América Latina com uma série de privilégios, fora da legislação antitruste do país nativo, e com cobertura político-militar dos Estados Unidos, as grandes empresas norte-americanas foram obrigadas a se transformar em um superpoder em todos os países da região (Furtado, 1973).

> "As grandes empresas com sua avançada tecnologia e elevada capitalização, ao penetrarem numa economia subdesenvolvida, particularmente quando apoiada por muitos privilégios, têm efeitos semelhantes aos de certas grandes árvores exóticas que são introduzidas em determinadas áreas e drenam toda a água e dissecam o terreno, provocando um desequilíbrio na flora e na fauna, com surgimento de pragas e coisas parecidas. Com efeito, a penetração indiscriminada em uma estrutura econômica frágil de grandes consórcios, os

> quais se caracterizam por elevada inflexibilidade administrativa e grande poder financeiro, tende a provocar desequilíbrios estruturais de difícil correção, tais como maiores disparidades de níveis de renda entre grupos de população e rápida acumulação de desemprego aberto e disfarçado. Se reduzida a capacidade de controles nacionais, permitindo-se que as grandes empresas estrangeiras atuem com mais liberdade do que já gozam, é de se esperar que tenda a acentuar-se a concentração de atividades econômicas em certas subáreas, agravando as disparidade de níveis de vida entre grupos sociais e áreas geográficas. O resultado final seria um aumento real ou potencial das tensões sociais na América Latina. Como as decisões econômicas de caráter estratégico estariam fora do alcance dos governos latino-americanos, tais tensões tenderiam a ser vistas, no plano político local, tão somente pelo seu ângulo negativo. A ação do Estado tenderia a assumir um caráter essencialmente repressivo. (Furtado, 1973, pp. 41-42)

À ação empresarial nativa restaria os setores secundários e decadentes ou o que Furtado chamou de "trabalho pioneiro", isto é, à abertura de novas frentes a serem posteriormente ocupadas pelas grandes empresas transnacionais. A saber, no pós-guerra, a penetração alcançara tamanha intensidade que, particularmente naqueles países, como o Brasil, que já haviam previamente desenvolvido uma primeira fase industrial, interrompeu-se, de maneira geral, a formação de uma classe empresarial com nítido sentido nacional (Furtado, 1973). Nesse sentido podemos determinar a irradiação do capitalismo monopolista como marco formal da interrupção do desenvolvimento autônomo de tipo capitalista no Brasil (e na América Latina em geral). Assim, diferentemente da fase competitiva, baseada em um mercado internacional de produtos, o capitalismo monopolista definiu-se como sistema de decisões de âmbito multinacional, "cuja coerência deriva de critérios valorativos estabelecidos a partir da realidade interna da economia norte-americana" (Furtado, 1973, p. 60). Visto a importância dos territórios latino-americanos, Furtado (idem) nos indica como traço mais significativo dessa evolução o papel estratégico assumido pelo Estado como instrumento estabilizador das economias nacionais. Unicamente com a "casa em ordem" é que a "ajuda" norte-americana seria realizada.

O processo de expansão das empresas norte-americanas para a América Latina na primeira metade do século XX se realizou dentro do quadro de substituição de importações, esforço em superar a insuficiência estrutural da capacidade de importar.

No entanto, esse processo apresenta limites intransponíveis. As filiais instaladas nesses territórios fazem parte de um sistema de decisões que transcende as fronteiras nacionais e, portanto, tendem a descentralizar geograficamente certas atividades e centralizar outras. Dentre estas últimas estão incluídas as atividades apoiadas em tecnologias de vanguarda e, assim, na medida em que se avança no processo de substituição de produtos mais complexos, a dependência de insumos provenientes das matrizes tende a aumentar. Outra limitação importante diz respeito a forma de integração dessas filiais ao comércio internacional. Sendo parte de uma ação internacional, elas já nascem com um horizonte "geográfico definido". As suas estruturas de custos e preços e seus planos de expansão não tem relação alguma com as condições dos mercados internacionais.

Ademais, a transnacionalização da produção, encabeçada pelas empresas norte-americanas, trouxe consigo um estilo de desenvolvimento baseado na uniformização dos padrões de consumo. Entretanto, a grande corporação requer uma certa adaptação institucional cuja magnitude exige cooperação do Estado e das agências de "ajuda" estadunidenses.

Concomitantemente, "o espectro mundial da guerra, crise e revolução, permitiu a algumas economias subdesenvolvidas, como o Brasil na América Latina, mudarem de qualidade na sua formação econômica"[18]. Diante do salto qualitativo proporcionado pela industrialização, pela construção inicial de uma sociedade de trabalho e pela constituição de um Estado voltado à questão nacional, Filho, Gennari e Campos (2021) definem um novo marco histórico "que permitiu nascer a ideologia do desenvolvimento nacional" (p.27). No entanto, os autores nos alertam sobre a complexidade que seria resolver a questão nacional através de uma revolução brasileira capaz de acertar as contas com a dupla articulação. Nunca será demais lembrar que os homens são responsáveis pela própria história, mas não sob circunstâncias que escolhem, porém, por aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado (Marx, 2011). Assim, numa sociedade sem nexo moral interno adequadamente constituído, quais as perspectivas de uma revolução democrática, dentro e fora da ordem? Como

[18] Filho, Gennari, & Campos (2021, p. 27).

uma sociedade orientada para fora poderá romper com seu sentido e o reorientar para dentro?

Dificilmente o objetivo seria atingido sem uma completa antagonização com o passado. Mas a burguesia nativa nasce como transmutação das oligarquias e, opostamente ao necessário, se concretiza como classe política dominante sem nunca ter se antagonizado com a herança colonial. Inclusive, enquanto vanguarda periférica do capital imperialista, coopta o Estado a favor dos interesses convergentes das burguesias interna e externa, transferindo os conflitos próprios das classes dominantes à "nação". Essa articulação esteve por trás do planejamento econômico estatal desde a era Vargas, ganha dinamismo com Juscelino Kubitscheck e assume sua versão mais acabada após o Golpe de 1964. Durante o Governo JK, implantou-se, por meio do capital internacional, um controle do mercado interno que definiu as expectativas de consumo presente e futuras. As indústrias de bens de consumo duráveis seriam o principal agente da disseminação, "verdadeiras fábricas de sonhos"[19] a impor a dominação da cultura e a influência política. A conciliação estratégica entre os negócios do capital internacional e os interesses do empresariado "brasileiro" foi substantivamente ampliada, marcando uma maior subsunção ao capital imperial. Nas palavras dos autores:

> Com JK, esta conciliação foi substantivamente ampliada, marcando uma mudança estratégica em favor de maior subordinação ao capital internacional (Campos, 2009); que no período Jango tentou-se reverter com a "Lei de Remessas de Lucro", por exemplo (Gennari, 1999). Sodré (1975; 1997) afirmou que, enquanto Vargas, mesmo conciliando com imperialismo, buscava criar um capitalismo de Estado em que a empresa estatal seria o núcleo central de sua estratégia de desenvolvimento nacional, Kubitschek, por sua vez, praticou um desenvolvimentismo antinacional permitindo que as empresas multinacionais se tornassem o centro dinâmico do novo modelo de desenvolvimento. Essa tendência ganharia ainda mais força após 1964, como veremos adiante. [...]As dimensões do mercado interno brasileiro, sua herança mercantil e escravocrata que dotava o Estado de um poder político peculiar contra o povo, e uma forte burguesia nativa para controlar internamente o ritmo de difusão da modernização imperialista, eram os atributos indispensáveis para fazer da economia brasileira estratégica para o capital monopolista e seu alcance contrarrevolucionário enquanto, *pari passo*, a mantinha dependente e subdesenvolvida, recicladora permanente do passado. (Filho, Gennari, & Campos, 2021, p. 31;36)

[19] Filho, Gennari, & Campos (2021).

Com o massivo ingresso de IDE (Investimento Direto Estrangeiro) para o Brasil, no período, verificou-se uma internacionalização da superestrutura que ultrapassou a mera esfera produtiva. Ela se realizou dentro do desenvolvimento do complexo industrial norte-americano que tinha nas multinacionais seus principais vértices. Desenhava-se internamente um eixo de dominação imperialista que fagocitava empresários de todas as origens, banqueiros, classe média, grande parte da Igreja católica, militares, profissionais liberais, mídia, partidos como a UDN, diplomacia norte-americana etc., conformando-se, portanto, um complexo multinacional das forças de dominação.

Ademais, o correlato desenvolvimento das forças produtivas durante a fase monopolista, ainda que em um período de aprofundamento da dependência, reforçou as contradições da formação social brasileira. Isso pois, se, de um lado, os anos JK significaram o avanço da industrialização às custas do aprofundamento da dependência externa, de outro, foi uma etapa de "euforia desenvolvimentista"[20], marcada pelo slogan "*50 anos em 5"*. Essas duas tendências contraditórias, que já se opunham desde o governo Vargas, tornaram-se inconciliáveis. Ora, se uma estimulava a ideologia política nacionalista enquanto a outra significava uma paulatina desnacionalização da economia, era claro que alguma teria que suplantar a outra. Dessarte, o capitalismo brasileiro, "para avançar, teria que seguir um rumo de reformas radicais que permitisse, maior soberania, igualdade social e democracia; ou aprofundar a dependência externa, a segregação e a autocracia"[21].

Com o fim do governo JK e com o esgotamento do modelo de substituição de importações, o período Goulart foi marcado pela insustentabilidade das supracitadas pressões. Com uma correlação de forças estremecida, aprovaram-se as chamadas "Reformas de Base", a "Lei da Remessa de Lucro"[22], o "Estatuto do Trabalhador Rural", dentre outros projetos de reforma social. Independentemente da efetividade (ou não) das propostas, o que nos interessa reter é a existência de um complexo voltado à

[20] Saviani (2008).
[21] Filho, Gennari, & Campos (2021, p. 32).
[22] Ver Campos (2009).

questão nacional que conglomerou amplos setores da sociedade civil (professores, estudantes, sindicatos, trabalhadores rurais e urbanos, intelectuais, parte progressista da Igreja Católica e até militares e pequenos burgueses)[23]. Esse complexo, que Campos (2009) chamou de "complexo nacional popular", era sintoma da multiplicação de inúmeras tensões as quais "demarcavam as pré-condições para uma revolução brasileira" (Filho, Gennari, & Campos, 2021, p. 33).

Porém, como esperamos deixar claro, o capitalismo brasileiro é um capitalismo difícil. Do amálgama entre passado e moderno nasce uma racionalidade burguesa específica e que é muito eficaz em perceber que a superação do passado e da dependência podem significar a perda do superprivilegiamento político. Assim que as reformas passaram a se materializar no Congresso Nacional, a burguesia nativa teve de agir. Para a conclusão da revolução burguesa possível no Brasil, seria necessário um processo contrarrevolucionário a eliminar o ideal de emancipação nacional do vocabulário popular e evitar qualquer possibilidade futura de reaparição deste.

Esse processo contrarrevolucionário, em sua face brasileira, tem como marco o Golpe de 1964 e a instauração de um Estado autocrático burguês altamente violento, antidemocrático, antipopular e antinacional. Visto que os dinamismos da economia capitalista mundial impuseram, de fora para dentro, o "seu próprio tempo histórico, com seus momentos de verdade e de decisão"[24], aqui a irradiação do capitalismo monopolista se destrinchou em três focos de pressão. Além daquela exercida pelo ciclo de valorização internacional, a crise burguesa no Brasil, de acordo com Florestan (2020), se deu também dentro da própria classe e pela oposição dos excluídos. O que determinou a transição do capitalismo competitivo ao monopolista não foi qualquer caráter revolucionário da burguesia. Foi a possibilidade de que, em um único salto, a economia capitalista no Brasil (que já contava com um grau relativo de desenvolvimento) pudesse absorver os processos de financeirização da produção industrial e os padrões de consumo inerentes ao tipo monopolista. "Esse grau de avanço

[23] Ver "complexo nacional popular" em Campos (2009;2018).
[24] Fernandes (2020, p. 267).

relativo e de potencialidades abriu uma oportunidade decisiva, que a burguesia brasileira percebeu e aproveitou avidamente, edificando seus laços de associação com o imperialismo"[25].

A pressão de fora para dentro nasceu das estruturas e dinamismos do capitalismo monopolista mundial, ameaçando, inclusive, diversos interesses econômicos internos e colocando a própria base material de parte do poder burguês em causa. O conteúdo dessa pressão tinha um claro elemento político: a "segurança" para o desenvolvimento. Isto é, garantias econômicas, sociais e políticas ao capital estrangeiro e às suas empresas. No entanto, essa pressão em nada se antagonizou com o *status quo*. Pelo contrário, parecia engendrar um tipo de conservadorismo extremamente conectado às esperanças de aceleração da história.

Quanto às pressões internas, tratemos primeiramente daquela procedente da própria classe burguesa em relação ao Estado. Vimos que, por conta da debilidade estrutural da burguesia nativa, ela impôs que, desde o início, o pacto tácito de dominação de classe fosse estabelecido dentro do terreno político. Diferentemente dos casos clássicos, que utilizam do Estado apenas para "arranjos mais complicados e específicos"[26], a burguesia brasileira converge para o Estado e "faz sua unificação no plano político, antes de converter a dominação socioeconômica no que Weber entendia como 'poder político indireto'"[27]. Não obstante, frações burguesas passaram a questionar o nível de intervenção estatal que acompanhava a transição, receosos de que o peso relativo do Estado desarticulasse a iniciativa privada (interna, mas também externa). Dessarte, compreenderam que o controle direto do Estado seria a única garantia de autoproteção.

Por fim, havia uma pressão procedente do proletariado e das massas populares que exigiam à burguesia a aceitação de um novo pacto social (urbano-industrial, particularmente). Florestan nos lembra de que tal oposição não era incompatível com a continuidade do "sistema", pois poderia ser objetivada mesmo "dentro da ordem". No

[25] (Idem, ibidem, p.268)
[26] (Idem, ibidem, p.254)
[27] (Idem, ibidem, p.254)

entanto, a pressão dos "de baixo" colocou os círculos altamente conservadores das classes dominantes em pânico generalizado.

De modo a reagir a essas três pressões, que afetavam sua base material e sua eficácia política, os setores dominantes se aglutinaram em torno daquilo que Florestan cunhou de "contrarrevolução autodefensiva" (e permanente). À saber, a forma e as funções da dominação burguesa se alteraram profundamente, uma vez que esta pode se desvencilhar das "roupagens democráticas".

> O processo culminou na conquista de uma nova posição de força e de barganha, que garantiu, de um golpe, a continuidade do *status quo ante* e condições materiais ou políticas para encetar a penosa fase de modernização tecnológica, de aceleração do crescimento econômico e de aprofundamento da acumulação capitalista que se inaugurava. A burguesia ganhava, assim, as condições mais vantajosas possíveis (em vista da situação interna): 1) para estabelecer uma associação mais íntima com o capitalismo financeiro internacional; 2) para reprimir, pela violência ou pela intimidação, qualquer ameaça operária ou popular de subversão da ordem (mesmo como uma "revolução democrático-burguesa"); 3) para transformar o Estado em instrumento exclusivo do poder burguês, tanto no plano econômico quanto no plano social e político. (Fernandes, 2020, p.269-270).

Ao realizar o Golpe e alterar seu relacionamento com o poder político estatal, a burguesia também mudou sua capacidade de relacionamento com o capital financeiro internacional e com a ação econômica do Estado, exercendo maior controle sobre a situação interna e maior flexibilidade à economia-política de desenvolvimento capitalista. As classes dominantes puderam se mostrar como "realmente são", evidenciando o contexto histórico-estrutural que as formou, as forças sociais que a compõem e o seu particular modo de funcionamento. O próprio sistema de ensino, abertamente defendido pelo ideário burguês liberal, perderia todo o seu caráter humanístico e funcionaria diretamente como mecanismo de estratificação e diferenciação social. Igualmente pioneiro foi a aglutinação coletiva do poder burguês, se manifestando de forma conjunta e consolidando a transformação política que almejava desde o segundo decênio do século XX. Isso não significa que o grupo reinante era homogêneo, mas uma composição civil-empresarial-militar com um objetivo primordial claro: o de consolidar a dominação burguesa e assegurar a correlata iniciativa privada.

Diante do exposto, podemos auferir que a referida crise do poder burguês não se resolveu mediante a evolução interna do capitalismo competitivo. Nem mesmo a aceleração do crescimento econômico e a expansão do capitalismo monopolista foram resultados exclusivos do desenvolvimento capitalista espontâneo. A solução foi de caráter político. As instituições extraeconômicas foram decisivas. A escola e as universidades passariam a defender e valorizar o *status quo*, reprimir qualquer contestação ao ritmo e direção do desenvolvimento capitalista e cooptar intelectuais e ativistas para a defesa da ordem (mesmo à "esquerda"). "A reorganização do Estado, a concentração e a militarização do poder político estatal, bem como a reorientação da política econômica sob a égide do Estado, foram a mola mestra de todo o processo de 'recuperação' e de volta à normalidade". Em nenhum momento se atacou ou procurou-se atacar a dupla articulação, pelo contrário, por trás da crise política (erigida de dentro) havia uma crise econômica (de fora para dentro) que se resolveu pela reorganização do padrão de dominação externa. Em suma, para Florestan, é justamente isso quem determina o processo de transição do capitalismo competitivo ao monopolista: uma nova fase de submissão ao imperialismo.

> Em nome do "desenvolvimento econômico acelerado", ampliou-se e aprofundou-se, portanto, a incorporação da economia nacional e das estruturas nacionais de poder à economia capitalista mundial e às estruturas capitalistas internacionais de poder. Um capítulo na história econômica do Brasil se encerrou; e, com ele, foi arquivado o ideal de uma revolução nacional democrático-burguesa. Outro capítulo se abriu, pelo qual o passado se repete no presente: mais uma vez, o privilegiamento do agente econômico, social e político principal serve de base a toda uma nova evolução. Só que, agora, aceita a ideia e a prática da revolução de cima para baixo (que é como se "legitima" a revolução institucional), o sentido da dominação burguesa se desmascara, deixando nu sua natureza incoercivelmente autocrática, "contra quem" ela se faz e sua incapacidade de realizar os alvos históricos com que se identificara durante todo o período republicano. (Fernandes, 2020, p.273).

Portanto, aquela burguesia brasileira, que se moldou sob o capitalismo competitivo, só conseguiu atingir plena maturidade e a plenitude de poder sob a irrupção do capitalismo monopolista. E o fez mantendo e agravando as condições que tornam a sociedade brasileira potencialmente explosiva, com o inevitável recrudescimento da exclusão social e da dominação externa. Consequentemente, o

caráter sociopático às mudanças, autocrático e opressivo da dominação burguesa, se acentuaram e se modernizaram, se enquistando de tal forma que Florestan considera ser impossível superá-los. Eles são frutos de um processo contrarrevolucionário permanente, cujo sistema educacional esteve em seu cerne.

A (contra)reforma educacional

A avaliação dos mecanismos, decretos e leis que levaram à cabo a contrarreforma educacional, fogem à alçada do presente trabalho. Ela, por si só, carece de um estudo impossível de ser condensado em apenas um artigo. Felizmente, contamos com uma vasta bibliografia sobre o tema, da qual escolhemos a obra de Germano (1992) como nosso pilar. De forma bastante resumida, destacamos o seguinte percurso: I. Fórum "A educação que nos convém" (1961), determinante do sentido educacional da ditadura; II. Constituição de 1967 que desobrigava o Estado em financiar o ensino; Lei. 5.540 (1968) que definiu a base da Reforma Universitária; III. Decreto Lei 477/69 que trouxe o terror do Ato Institucional Nº5 para as universidades e escolas; IV. Ato Complementar Nº75/69 que procurou eliminar professores e funcionários que se opunham ao governo; V. Lei. 5.692 (1971) das diretrizes e bases para a educação de primeiro e segundo grau.

Em suma, a política educacional da ditadura (1964-1985) se organizou em torno dos seguintes pilares: I. Na ajuda proporcionada pela USAID (*United States Agency for International Development)* ao processo educacional brasileiro como "tentativa de garantir o lucro dos capitais investidos no Brasil, na medida em que o aparelho educativo produzisse um contingente de mão de obra eficientemente capaz de implementar o novo modelo econômico, implantado a partir de 1964"[28]. Isso significava a incorporação da concepção "produtivista" de educação e do caráter "terminal" para o ensino médio[29] ; II. No controle político e ideológico de professores, alunos e funcionários, os quais estavam sujeitos a um amplo aparelho de perseguição e repressão.

[28] Arapiraca (1979, p.3).

[29] Saviani (2008) destaca que o 1° grau ficaria responsável por sondar as aptidões para o trabalho e o ensino médio teria o papel de formar a mão-de-obra requerida pelo mercado de trabalho, direcionando o aluno precocemente para este.

Deste modo, procurava-se dissociar da educação "os interesses de autonomia e soberania nacional"[30] e neutralizar os espaços de contestação à ordem burguesa; III. Em assegurar que os recursos públicos fossem prioritariamente destinados a subsidiar a acumulação capitalista[31]. Nessa perspectiva, o dispêndio com políticas de ensino era concebido como um "ônus" indesejável: "Em consequência da exclusão do princípio da vinculação orçamentária [na Constituição de 1967], o governo federal foi reduzindo progressivamente os recursos aplicados na educação"[32]. Na direção oposta, o poder estatal sinalizava "claramente na direção do apoio à iniciativa privada"[33] e, paralelamente, na crescente transformação da "educação em mercadoria"[34]; IV. No emprego do aparelho de ensino como instrumento de legitimação social: "ao lado de medidas repressivas, foi instituído em todos os graus escolares, um ensino propagandístico da 'Ideologia da Segurança Nacional' e dos feitos da 'Revolução' de 1964, com vistas à obtenção de alguma forma de consenso"[35].

O sistema de ensino que resultou deste processo é sintomático de uma formação social subdesenvolvida: de um lado, era modernizado com vistas a atender às demandas mais imediatas para a lógica de subordinação ao capital monopolista, fazendo do ensino um espaço privilegiado e estratégico de garantia de suas condições de existência (pela formação da força de trabalho especializada e/ou como setor estratégico de reprodução ideológica); de outro, imprimindo com inédita intensidade e ímpeto uma expansão privatista e privatizante (acrescida agora de uma função econômica ainda mais importante, a de gerar lucros). Como vimos anteriormente, é típico da particularidade brasileira não só manter o atraso, mas de promover substanciais mudanças sob uma

[30] Rodrigues e Campos (2018, p.698).

[31] No período de 1965 a 1982, segundo os dados compilados por Germano (1992), a Função Educação e Cultura correspondeu a 8,7% do total de despesas efetuadas pela União – sexta posição em critérios quantitativos. No mesmo intervalo, a Defesa e Segurança Nacional representou a terceira função com o maior dispêndio, chegando aos 13,69% do gasto total. Ela fora superada apenas pelas funções de Administração e Planejamento Global e Desenvolvimento Regional (segunda e primeira posição, respectivamente), justamente as que correspondiam ao aparato burocrático e a consolidação de incentivos e subsídios à acumulação de capital. Juntas, essas três funções, abarcaram mais da metade da despesa federal (58,65%) no período, enquanto as funções sociais receberam apenas 25,2% (GERMANO, 1992).

[32] Saviani (2008, p.298-299).

[33] Idem, ibidem, p.299.

[34] Rodrigues e Campos (2018, p.698).

[35] Germano (1992, p.134).

configuração duplamente articulada: a manutenção do arcaico no ensino poderia atender a certas dimensões mais contraditórias da reforma, anulando, igualmente, as pressões sociais advindas dos setores sociais subalternos. Dentre elas, Minto (2011) destaca: a expansão de vagas, facilidade de acesso para as camadas mais pobres (menor seletividade em vestibulares, concursos, menores custos operacionais), possibilidade de socializar o prestígio do diploma universitário, contribuir fortemente para a criação de uma massa de diplomados que adentrariam no exército de reserva da força de trabalho qualificada.

Vale destacar que a expansão no número de vagas, que foi observada em todos os setores de ensino[36], reproduziu a tradicional heterogeneidade no atendimento escolar. Foi evidente que a expansão do setor privado ocorreu à semelhança das assimetrias da formação social brasileira. Espalhou-se pelos centros urbanos, de forma a suprir os espaços vazios deixados pelas instituições públicas, e especialmente naquelas regiões mais dinâmicas à acumulação. O ensino privado, mesmo quando aportado financeiramente pelo Estado, tem como uma de suas principais funções rebaixar o nível de qualidade da formação escolar em geral. Com isto, reduziu-se os custos operacionais e, portanto, aumentou-se as taxas de lucros dos capitais aplicados no setor educacional.

Nessa perspectiva, uma das consequências mais marcantes da contrarreforma ditatorial, foi a de auxiliar na política de barateamento da força de trabalho. Em primeiro lugar, a expansão do setor privado no ensino fez com que a componente qualificação/certificação, segundo Minto (2011), deixasse de ser encargo do Estado e se convertesse em mercadoria a ser consumida pelos trabalhadores como parte de sua "cesta" de bens que garantiam sua reprodução social. Essa política promoveu um retrocesso na gratuidade do ensino que perdura até os dias atuais: transferiu os custos de reprodução da força de trabalho mais qualificada para os trabalhadores, enquanto preservou o princípio máximo de não interferência nos custos de produção dos setores mais dinâmicos da economia (aqueles ligados ao capital monopolista). Além da garantia da formação de quadros para postos mais elevados na divisão do trabalho, a ampliação

[36] Ver Saviani (2008)

do contingente de pessoas escolarizadas também pressionava os preços da força de trabalho para baixo.

Em síntese, com a contrarreforma, a educação adquiriu caráter progressivamente privado e privatista, por dois sentidos gerais: "o da formação adequada à expansão da acumulação capitalista" e o "do caráter mercantil, com a transformação progressiva do ensino em serviço/mercadoria também lucrativos, tornando-se não só funcional ao capital em geral, como aos capitais específicos aplicados nas atividades educacionais" (Minto, 2011, p.198). Qualquer possibilidade de que o desenvolvimento capitalista criasse potenciais indutores de transformações, via educação, fora eliminada à priori. Criou-se a ideia de um modelo único de educação, subordinado à acumulação, principalmente determinada externamente. Em tal modelo exclui-se a concepção de ensino humanístico, ou seja, o ensino como um meio de desenvolvimento humano, cuja intercomplementaridade dos graus de ensino era irrevogável. Na direção contrária, a ditadura procurou isolar as instituições de ensino, as áreas de conhecimento, os níveis de ensino, os agentes da educação, os alunos, funcionários, projetos científicos, cursos etc. O isolamento e o individualismo seriam fundamentais para anular o florescimento de movimentos orgânicos de contestação ao modelo vigente.

Não obstante, a constatação do caráter privatista não significa que o papel do Estado tenha sido diminuído ou anulado durante o processo. Pelo contrário, foi e continua sendo decisivo na política educacional. À autocracia burguesa, para liquidar o "comunismo", era preciso também eliminar toda a criatividade intelectual, portanto, buscar compreender a relação entre tecnificação do ensino, Estado, capital e classes sociais, é imprescindível se quisermos dar conta de compreender a particularidade brasileira do campo da educação. Limitaram-se fatalmente as forças nacionalistas que poderiam levar adiante as reformas para conduzir o país no sentido de um desenvolvimento mais amplo. Ao falar sobre a universidade, Florestan Fernandes resumiu os traços gerais da contrarreforma educacional do Estado autocrático burguês:

> O que ocorreu foi uma repetição do mesmo processo que reduziu a sociedade brasileira a submundo de senhores e escravos, de casas-grandes e senzalas, de homens "livres" destituídos e de mandonismo desenfreado. Só que a repetição não nos colocou de volta ao passado, ao colonialismo ibérico. Ela

> nos projetou na órbita da contra-revolução preventiva atual. As tenazes que operavam a partir do império central e dos tentáculos do capitalismo financeiro se combinaram aos tacões com esporas dos donos de poder, os quais não precisaram de muito tempo para encurralar universitários [estudantes], reduzi-los ao silencio e à impotência, e pulverizar a reforma universitária [educacional] em processo, convertendo a universidade [e a escola] brasileira em um centro de retórica abstrata e centrifuga. (Fernandes, 1984, p.13)

Visando dinamizar a acumulação monopolista, o poder estatal utilizou sistematicamente da violência, enquanto técnica político-econômica, como "poderosa" força produtiva. Subserviente ao capital e repressiva quanto ao trabalho, a violência estatal (cujo aparato repressivo das escolas e universidades fez parte) favoreceu a produção de uma taxa de mais-valia "extraordinária". Juntos, o sistema federal de planejamento e o sistema federal de repressão, constituem as bases do processo de acumulação sob a égide do monopólio, na particularidade brasileira.

> Além da violência política, mais visível, que aparece na prisão, processo, ameaça, sequestro, desaparecimento ou assassinato de membros e líderes de sindicatos operários, ligas camponesas, igrejas e partidos, a violência política, policial e militar, aparece também nos locais de trabalho – fábrica, fazenda, latifúndio, empresa, escritório. No âmbito das relações de produção, a violência estatal passa a ser uma potência econômica, ou força produtiva. A violência do poder estatal, como violência concentrada e organizada da sociedade burguesa, passa a atuar no sentido de garantir e reforçar a subordinação econômica e política da classe operária e do campesinato. Ao dinamizar as forças produtivas e as relações de produção, favorece a produção de mais-valia, a dinamização dos processos envolvidos na produção de capital. Assim, a combinação do sistema federal de planejamento com o sistema federal de violência passa a operar de forma decisiva na dinâmica da transformação do que poderia ser uma taxa potencial de mais-valia em mais-valia efetiva. Nesse sentido é que a ditadura propicia a produção de uma taxa extraordinária de mais-valia (Ianni, 1981, p. 44).

À medida que passavam os anos de ditadura, multiplicavam-se os órgãos e as atuações do poder e da violência estatal. Absolutamente todos os campos da vida social passaram a estar subordinados a essa lógica, o que significava, igualmente, uma diversificação e ramificação dos soldados da violência para as mais diversas áreas (problema que não se resolveu mesmo após o fim da tecnocracia civil-militar). É sob esse prisma que os planos e programas do "Governo", na esfera da educação, devem ser observados, mesmo que os discursos oficiais da época possam nos desviar o foco.

Por fim, e complementando as demais, de acordo com Ianni (1981), em uma sociedade em que o debate político estava excluído e a exploração dos trabalhadores atingia níveis excepcionais, imperava "legitimar" a ditadura por "meio da ideologização sistemática, coerência, operatividade, pragmatismo, racionalidade, modernização etc. da política econômica" (p.28). Os fios condutores seriam o anticomunismo e o "Brasil potência" - únicas formas de salvaguardar os "verdadeiros" valores do país: Deus, a família e a propriedade. Por essa retórica, promoveu-se uma assepsia política e ideológica das escolas e universidades. Com uma série de acordos, decretos, atos e leis, a ditadura institucionalizou um aparato repressivo aos estudantes, professores e funcionários, sem precedentes. Toda e qualquer capacidade de organização desses agentes tinha de ser taxada como "comunista", pois poderia significar uma ameaça à estrutura de ganhos de capitais aqui investidos. Ou seja, sendo o trabalho o fator abundante no Brasil e a superexploração a única forma de garantir uma taxa de mais valia competitiva, a organização de estudantes/trabalhadores poderia significar uma realocação dos ganhos de capital que tornaria a continuidade da acumulação imprevisível. Outrossim, a ditadura instaurou um aparato repressivo no sistema de ensino extremamente eficaz e violento. Enquanto agia na *força,* o Estado autocrático se preocupava igualmente com o *consenso*. Além do ensino favorável ao "governo", com propaganda e defesa dos feitos da "Revolução de 64" e da ajuda externa (cuja instituição da disciplina obrigatória de "Educação Moral e Cívica" é o melhor exemplo), as escolas "armavam" soldados civis para a defesa do padrão de vida ocidental-cristão, ou melhor, do "*american way of life"*. E aqui fazemos uma ressalva a aqueles que, mesmo dentro da literatura crítica, relativizam a ação política pela ótica do consenso. Se, de um lado, é verdade que o Estado empresarial-militar nunca foi hegemônico, de outro, não há dúvidas do recrudescimento da dependência cultural em relação ao imperialismo.

Considerações finais

A revisão dos intérpretes do Brasil que propusermos destaca que uma economia subdesenvolvida, como a Brasileira, no estágio de industrialização que alcançou, só

viabiliza o desenvolvimento capitalista através do reforço da segregação social, da dependência externa e da exploração do trabalho. Com efeitos claramente desestabilizadores e devido a debilidade da economia brasileira, formada e dinamizada para fora, o capitalismo brasileiro é um capitalismo difícil. Sua manutenção e aceleração não dependem apenas de aspectos econômicos, mas, principalmente, arranjos na esfera política. Ou seja, devido a frágil estrutura econômica, se faz necessário uma superestrutura extremamente eficaz em conservar a nação às classes dominantes. Igualmente, a educação durante a ditadura se relacionou dialeticamente com o projeto político econômico, uma vez que não só possibilitou, mas resultou de um Estado autocrático. Assim, elucida claramente a combinação inexpugnável entre passado e moderno na formação da economia capitalista no Brasil.

Bibliografia:

BRAGA, L. S. (2020). *A luta em defesa da educação pública no Brasil (1980-1996): obstáculos, dilemas e lições à luz da história.* Marília, SP: Lutas Anticapital.

CAMPOS, F. A. (2009). *A Arte da conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992).* Campinas: Tese de doutorado - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

FERNANDES, F. (1975). *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.* Rio de Janeiro: Zahar.

FERNANDES, F. (1981). *Sociedade de classes e subdesenvolvimento.* Rio de Janeiro: Zahar.

FERNANDES, F. (1984). *A questão da USP.* São Paulo: Brasiliense.

FERNANDES, F. (1989). *O desafio Educacional.* São paulo: Autores Associados.

FERNANDES, F. (2020). *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.* São Paulo: Contracorrente.

FILHO, P. A., Gennari, A. M., & Campos, F. A. (2021). Revolução e contrarrevolução na vanguarda capitalis da barbárie. *Revista Fim do Mundo*, 21-75.

FURTADO, C. (1973). *A hegemonio dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

FURTADO, C. (1980). *Pequena introdução ao desenvolvimento.* São Paulo: Ed.Nacional.

FURTADO, C. (1982). *A nova dependência: dívida externa e monetarismo.* Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HOBSBAWM, E. (1996). *A era dos extremos.* São Paulo: Companhia das Letras.

IANNI, O. (1981). *A Ditadura do Grande Capital.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

LENIN, V.I. (2007) O imperialismo, fase superior do capitalismo. Brasília: Nova Palavra, 2007

MARX, K. (2011). *O 18 Brumário de Luis Bonaparte.* São Paulo: Boitempo.

MINTO, L. (2011). *A educação da "miséria":particularidade capitalista e educação superior no Brasil.* Campinas: Tese de Doutorado apresentada à CPG da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.

PRADO JR,C. (2019) Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo, SP. Companhia das Letras.

RODRIGUES, F. de C.; CAMPOS, F. A. de. *Imperialismo total e educação na revolução burguesa no Brasil* (1946-1985). Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 18, n. 3, p. 698–718, 2018. DOI: 10.20396/rho.v18i3.8653148. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8653148. Acesso em: 4 out. 2022.

ROMANELLI, O. d. (1986). *História da educação no Brasil.* Petrópolis, RJ: Vozes.

SAMPAIO, P. S. (1997). *Entre a Nação e a Barbárie.* Campinas: Unicamp.

SAVIANI, D. (2008). *O Legado Educacional do Regime militar.* Campinas: Caderno Cedes. v. 28.ed76.p.291-312.

XAVIER, M. E. (1990). *Capitalismo e escola no brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961).* Campinas, SP: Papirus.

BRASIL. Leis, decretos etc. “Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971”. Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1° e 2° Graus”. *Revista Brasileira de Estudos pedagógicos,* 123:129, 1971.

BRASIL. Leis, decretos etc. “Constituição da República, 1967”. Em: Themístocles Brandão Cavalcanti, Luiz Navarro de Brito, Aliomar Baleeiro. *Coleção Constituições brasileiras*.v.6, 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. 206 p.

BRASIL. Leis, decretos e etc. “Decreto Lei n° 477 de 26 de fevereiro de 1969”. Em Safelice, José Luiz. *Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 1964.* São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1986.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria Geral. *II Plano Setorial de Educação e Cultura (1975-1979).* Brasília, MEC, 1975,62 p.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria Geral. *III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto (1980-1985).* Brasília, MEC, 1980, 50 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

A Teoria das Finanças Funcionais e o Financiamento do Gasto Público

Arthur Cassemiro Bispo

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

A Teoria das Finanças Funcionais e o Financiamento do Gasto Público

The Functional Finance Theory and the Financing of Public Expenditure

Arthur Cassemiro Bispo[1]

Resumo

Esse trabalho busca aprofundar os mecanismos do gasto público segundo a Abordagem das Finanças Funcionais, teoria do economista Abba Lerner, que apresenta uma decorrência lógica do princípio da demanda efetiva e visa o pleno emprego. Com isso, a princípio, explora-se os princípios dessa corrente, com a inserção do debate acerca da Moeda Cartalista, bem como se elucida a interrelação das variáveis centrais para este modelo. Por sequência, se investiga as ferramentas para o financiamento dos Gastos Públicos e suas implicações.

Palavras-chave: *Finanças Funcionais; Gasto Público; Abba Lerner; Heterodoxia; Teoria Macroeconômica.*

Abstract

This paper discusses the mechanisms of public spending according to the Functional Finance approach, the theory of economist Abba Lerner. This method presents a logical consequence of the principle of effective demand and aims the full employment. Therefore, at first, the principles of this approach are explored, discussing the Cartalist theory of money and the interrelation of this model's central variables. Finally, the tools for financing Public Expenditures and their implications are analyzed.

[1] Mestrando em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas. Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Paraná. E-*mail*: arthurcassemiro2@gmail.com

A Teoria das Finanças Funcionais e o Financiamento do Gasto Público

Keywords: *Functional Finance; Public Spending; Abba Lerner; Heterodoxy; Macroeconomic Theory*

***

Introdução

A corrente das Finanças Funcionais é uma teoria do economista Abba Lerner, que apresenta uma decorrência lógica do princípio da demanda efetiva, a definindo como uma quantidade demandada a preços normais, atentando que haja capacidade ociosa e desemprego. Logo, na ocorrência de uma variação de demanda, a produção deve ser capaz de se ajustar a este movimento. O principal problema econômico desta abordagem é administrar o nível de atividade, isto é, a demanda agregada, de forma que se evite um desemprego considerável. Entretanto, não é recomendável incentivá-la demasiadamente, devido à possibilidade da inflação.

Além do princípio da demanda efetiva, outro fundamento desta abordagem é a teoria estatal da moeda, também chamada teoria cartalista. Este conceito propõe que a moeda não surge das trocas de forma casual, tendo em vista que ela é uma criatura do Estado. Portanto, esta instituição nunca se encontra sem meios de se financiar. Nesse sentido, a aceitação da moeda acontece pela tributação, e, assim, a população anseia possuir moeda com o intuito de saldar dívidas.

Em sequência, identifica-se que o governo tem três formas de influenciar a demanda agregada. A primeira condiz com um gasto direto, por meio do gasto público. A segunda forma é indireta, induzindo o público através de tributação e transferências. O terceiro modo é por meio de operações no mercado aberto. Para Abba Lerner, a elasticidade juros do investimento é baixa. Com isso, uma variação da taxa de juros influencia pouco o investimento.

Dentre os instrumentos para influenciar a demanda agregada no poder do governo, pode-se observar essa concepção da política econômica integrada, considerada a política fiscal e monetária conjuntas. Além disso, outra questão relevante é avaliar que não é preciso analisar estritamente o governo através de resultados em busca do equilíbrio orçamentário, pois o déficit ou superávit é uma consequência, ou seja, endógeno ao

sistema. Por isso, nessa abordagem é necessário observar as políticas econômicas pelo seu efeito.

Desse modo, o trabalho buscará aprofundar nos mecanismos do gasto público segundo essa abordagem. A estrutura do texto está seccionada em 4 seções, contando com esta. A segunda seção, denominada "Teoria das Finanças Funcionais", propõe a buscar os princípios dessa abordagem, inserindo a discussão da Moeda Cartalista, assim como dissecando as variáveis centrais apontadas por Abba Lerner. A terceira seção, "Os Mecanismos de Financiamento dos Gastos Públicos e as Finanças Funcionais", tem como proposta analisar as implicações para esta categoria de dispêndio. Por fim, nas considerações finais, o texto busca refletir sobre os desdobramentos desta teoria.

Teoria das Finanças Funcionais

Primeiramente, para se compreender a lógica por trás do financiamento do gasto público segundo as finanças funcionais, deve-se explorar sua formulação teórica. Dessa forma, esta seção pretende colocar em questão o papel da moeda ligada a noção de Moeda Cartalista e discorrer quanto as variáveis de emprego, gastos, consumo, renda, investimento e taxa de juros.

A Moeda como Criatura do Estado

Em seu artigo de 1947, "*Money as a Creature of the State*", Abba Lerner define a moeda como criatura do Estado. Nessa perspectiva, a interpretação do autor sobre o funcionamento desta está em consonância com a abordagem cartalista. Essa corrente enfatiza a capacidade do Estado em estabelecer uma unidade de conta para a economia, assim como determinar o meio de pagamento que é capaz encerrar todos seus débitos, isto é, o dispositivo que será aceito por todos os agentes em posição de credor (AGGIO; ROCHA, 2009, p. 155).

Wray (1998) afirma que na análise convencional a moeda tem o papel de facilitar as trocas. Logo, seu valor está supostamente determinado pelo valor do metal que representa, embora que em um sistema de moeda fiduciária este é determinado pela

quantidade de mercadorias que se pode comprar. A partir disso, é possível alcançar a função da taxa de inflação, que se presume estar sob controle do Banco Central. Nessa visão, a política monetária tem o objetivo do controle da oferta de moeda, enquanto a política fiscal corresponde aos gastos, tributação e empréstimos do governo.

Esses pressupostos são divergentes com a visão cartalista da moeda, corrente que tem como argumento fundamental que os "impostos impulsionam dinheiro". Esta abordagem coloca que o dinheiro é uma criatura do Estado. Com isso, ele é aceito pela administração pública, sendo o meio de pagamento de impostos. Esse reconhecimento tem importantes implicações políticas, a jugar que a imposição de um tributo para os cidadãos pelo governo, em que o pagamento é feito por meio da moeda sobre a qual ele detém o monopólio de emissão. Esse processo evoca o poder do Estado em influenciar o valor do dinheiro, bem como a autoridade para estabelecer as condições que a população pode obtê-lo. Diante disso, o governo não é refém do dinheiro público para realizar seus gastos (WRAY, 1998, p. 18).

A visão cartalista do dinheiro conduziria a um entendimento distinto das finalidades apropriados da política monetária e fiscal, ainda mais com a ausência da busca pelo orçamento equilibrado, em que os déficits públicos seriam legítimos. Quanto ao objetivo da política monetária, ao invés de ser utilizada estritamente para atingir preços estáveis, nessa perspectiva a sua função é estabelecer a taxa de juros de curto prazo. Já a respeito da política fiscal ela teria um papel de aumentar a estabilidade do valor da moeda. (WRAY, 1998, p. 19)

No sentido dessa análise, Abba Lerner afirma que dinheiro é o que usamos para pagar as coisas, e, a condição básica para sua eficácia é que ele seja aceitável. Desse modo, o Estado moderno pode tornar qualquer elemento que escolher geralmente aceitável como dinheiro e, assim, estabelecer seu valor. Caso o Estado estiver disposto a aceitar o dinheiro proposto como pagamento de impostos e outras obrigações para si mesmo, a legitimidade ocorre. (LERNER, 1947, p. 313)

Lerner prossegue problematizando essa questão diante da indispensabilidade do Estado em prever inflações e depressões severas. Para antever essas situações, é necessário considerar que se a quantidade de dinheiro gasta for insuficiente, ocorrem as crises, e, caso ocorra um excesso para evitar essas depressões, pode ocorrer a inflação. Logo, o governo no papel de criar ou destruir dinheiro e tributos, declarar recebimento público, comprar e vender títulos e administrar os preços que paga por bens e serviços adquiridos do setor privado, pode manter a taxa de gastos na economia no nível ideal para cumprir suas grandes responsabilidades: gerar pleno emprego, atenuar depressões econômicas e manter o valor do dinheiro (LERNER, 1947, p. 314) (FORSTATER, 1999).

Os Elementos das Finanças Funcionais

Feita a interpretação e a finalidade da moeda na corrente das Finanças Funcionais, parte-se para assimilar outros aspectos de sua base teórica. Para isso, utiliza-se como principal referência a obra "*Economics of Employment*" de 1951 de Abba Lerner.

Logo, discute-se quais são as variáveis centrais para o funcionamento do modelo, pois, a partir delas é possível resolver a problemática central para essa abordagem: o alcance do pleno emprego. Os elementos que serão colocados são, obviamente, o emprego, bem como o gasto, o consumo, a renda, o investimento e a taxa de juros. São variáveis interdependentes e tem o intuito de gerar um alto índice de emprego e de alcançar o produto esperado da economia (COSTA, 2009, p. 37).

Sobre o primeiro elemento, pode-se dizer que Lerner está focado no nível agregado de emprego. Assim, podem surgir problemas de ocupação em qualquer sistema que usa dinheiro, simplesmente porque, a taxa de gasto total pode divergir do nível exigido para o pleno emprego. Nesse sentido, para alcançar esse grau, é essencial a efetuação de medidas para manter a taxa apropriada de gasto total na economia (LERNER, 1951, p. 51).

Para entender essa taxa adequada de gastos, é preciso apresentar seus determinantes. O primeiro deles é o consumo, o elemento mais expressivo da análise, que

se manifesta pelo consumo das famílias, enquanto o segundo é o investimento, que incorpora também a contribuição das empresas. É pertinente complementar que, na inclusão de uma economia com governo, considera-se seu dispêndio em ambas as variáveis citadas (LERNER, 1951, p. 51-55).

Como nesta abordagem está sendo analisado o fluxo de gastos e não o estoque de moeda na economia, é possível dizer que o nível de emprego depende desses elementos. Desse modo, ao se analisar a renda, observa-se que em uma economia fechada e sem governo, a renda e os gastos são iguais.

Entretanto, é válido ressaltar que, conforme o princípio da demanda efetiva, são os gastos que concebem a renda. Apesar disso, uma parcela dos gastos possui uma conexão flexível com a renda recebida, ou seja, o consumo corresponde ex-post a uma porção da renda ganha dos consumidores, tomados individuais ou agregadamente. Lerner (1951), bem como Keynes (1996), aponta a relação entre a renda e o consumo, chamando-a propensão a consumir (COSTA, 2009, p. 38).

Ao se reconhecer a renda e a propensão a consumir de um indivíduo, ou mesmo de um Estado, torna-se possível entender melhor o consumo (LERNER, 1951, p. 76). Neste ponto, retorna-se à equação anterior, isto porque o consumo depende da renda, enquanto a renda se iguala aos gastos. Conclui-se então que, o consumo médio só pode aumentar se a renda aumentar ou, em menor escala, com um aumento na propensão a consumir. No que diz respeito a renda, entende-se que esta só irá crescer com um incremento dos gastos totais (COSTA, 2009, p. 39).

Nesse sentido, é possível se diagnosticar as particularidades da variável do investimento. Para o autor, esse elemento é formado por dispêndios que não são imediatamente consumidos, como a compra de máquinas e equipamentos. Contudo, as expectativas do futuro desta economia podem determinar o montante de investimento no presente. É oportuno apontar que a administração pública pode investir em projetos não lucrativos, desde que sejam socialmente benéficos, como a construção de escolas,

rodovias e hospitais, podendo gerar expectativas positivas no presente para o setor privado (LERNER, 1951, p. 85-90).

Como consequência, é provável ocorrer um estímulo ao investimento privado, que gera impactos na renda e no emprego, por meio do processo multiplicador, como também implicações posteriores nas receitas tributárias. Portanto, o papel do investimento é fundamental para o bom andamento da economia. Lerner propõe uma melhor utilização dessa variável pelo governo, com a finalidade de aumentar o nível geral de emprego na economia, também por meio do seu impacto sobre o consumo (LERNER, 1951, p. 85-90) (COSTA, 2009).

Por fim, o último elemento a ser discutido é a taxa de juros, variável importante na decisão dos agentes de tomarem empréstimos. Na hipótese do agente tomar crédito para poder investir, ele terá que obter retornos futuros suficientemente elevados para manter a empresa e pagar os juros do empréstimo. Ao saldar a dívida, entende-se que quanto maiores os juros, maiores terão que ser esses benefícios futuros. Na situação do dinheiro ser próprio, os agentes podem não investir, para emprestar e ganhar os juros para si (LERNER, 1951, p. 102-104).

Lerner explica a taxa de juros como sendo o preço cobrado sobre o dinheiro emprestado, que se estabelece na esfera dos empréstimos de moeda, sendo essa variável ajustada pelo desejo dos tomadores de empréstimos de contrair empréstimos e pela disposição dos credores em concedê-los. Posto isso, compreende-se que a taxa de juros é determinada pela oferta de moeda disponível e a quantidade de moeda que o público quer manter em seus *cash balances* (LERNER, 1951, p. 111-113).

Em seguida, Lerner pondera a preferência pela liquidez e o *cash balance* dos agentes econômicos. A discussão coloca que a quantidade de moeda ofertada pelo governo, via Banco Central, pode ser influenciada pelo setor privado.

Essa influência ocorre por meio de uma pressão específica por maior oferta desses agentes ou a partir de um crescimento dos empréstimos concedido pelo setor bancário.

Em contrapartida, simultaneamente, outros agentes também demandam moeda e, com isso, o encontro dessas forças determina a taxa de juros. Desse modo, Lerner afirma que não são a poupança e o investimento os fatores centrais para determinação da taxa de juros, mas, sim, a atuação dos agentes econômicos em relação aos seus *cash balances*. (LERNER, 1951, 114) (COSTA, 2009)

Após encontrar uma explicação para a determinação da taxa de juros, conclui-se o arcabouço da teoria do emprego. O emprego depende do dinheiro total gasto na produção de bens e serviços. Assim, o gasto total consiste em cinco elementos. Dois deles consistem em consumo, representados pelos indivíduos (ou famílias) e pelo governo. Os outros três consistem em investimento, retratados pelos indivíduos, pelas firmas e pelo governo (LERNER, 1951, p. 122).

O consumo depende principalmente da renda, sendo a relação entre renda e consumos expressa pela propensão a consumir. O investimento depende da perspectiva geral de seus benefícios futuros em relação ao custo presente de realizá-lo, isto é, a oportunidade de investir, por um lado, e a taxa de juros, por outro. Finalmente, a taxa de juros é determinada por sua interação entre o estoque de dinheiro disponível para o público manter e o grau em que o público deseja manter sua riqueza na forma de saldos de *cash balances* - sua preferência pela liquidez. (LERNER, 1951, p. 122). Entendido isso, a figura 1 demonstra a relação desses elementos:

Figura 1 - Diagrama das Variáveis das Finanças Funcionais

Os Mecanismos de Financiamento dos Gastos Públicos e as Finanças Funcionais

Após compreender os elementos norteadores desta teoria, esta seção pretende interpretar os mecanismos do financiamento dos gastos públicos das Finanças Funcionais, pontuando suas implicações. Para se assimilar essas questões, deve-se considerar às três regras dessa abordagem, conforme adaptado por Colander (2002, p. 2):

i. O governo deve sempre manter um nível razoável de demanda. Se houver pouco gasto e desemprego excessivo, o governo necessita aumentar seus próprios gastos ou deve reduzir impostos. Se houver gastos demais, o governo deve evitar a inflação reduzindo seus próprios gastos ou aumentando os impostos.

ii. Toma-se dinheiro emprestado quando se deseja aumentar a taxa de juros. Empresta-se dinheiro ou paga-se dívidas quando se deseja diminuir a taxa de juros. O governo deve manter a taxa de juros que induz o montante ótimo de investimento.

iii. Se alguma das duas primeiras regras entrar em conflito com os princípios de orçamento equilibrado ou de limitação da dívida nacional, a "imprensa" do governo deve imprimir qualquer dinheiro que possa ser necessário para cumprir as regras 1 e 2.

Ao se partir das regras apontadas, verifica-se que a ação do governo pode afetar a demanda agregada, seja diretamente via gastos de recursos a qual ele deixa disponível para consumo, ou por impostos e outras transferências. Então, se o governo decidir incrementar seu dispêndio, haverá um aumento da demanda agregada. Além disso, Lerner ainda inclui a possibilidade do governo afetá-la de forma indireta, através do mercado de títulos, influenciando a taxa de juros (RODRIGUES, 2004, p. 15).

Nesse sentido, entende-se que nas Finanças Funcionais cada instrumento deve ser usado pelo efeito que causa na economia. Conforme citado por Forstater (1999, p. 4), para Lerner, existiriam seis instrumentos fiscais (ou três pares de instrumentos): tributação e transferências, compra ou venda de bens, tomar ou emprestar dinheiro. Assim, é importante afirmar que o impacto da impressão de dinheiro só acontece após circulação na economia (LERNER, 1951, p. 152).

Como visto que a moeda é uma criatura do Estado, o governo deve imprimir moeda em detrimento dos tributos, pois, se a economia estiver com insuficiência de demanda, esse problema pode se agravar. Assim, em ordem de prioridade os gastos públicos são da seguinte forma (TEIXEIRA, 2020): emissão monetária; dívida pública e tributação. Em vista disso, os próximos tópicos dessa seção têm como propósito explicar as implicações e os mecanismos para a aplicação dos gastos públicos, discutindo inflação, impostos e dívida pública.

A preocupação com a inflação

Para a realização dos gastos públicos, uma das principais preocupações é com o controle de preços, devido à possibilidade de aumento de moeda pela simples criação da mesma. De acordo com Lerner (1951), esta não é uma preocupação correta, já que um pouco de inflação, em consequência do aumento de gastos, é exatamente o que uma economia precisa, quando sofre de insuficiência em seus gastos totais (COSTA, 2009).

Nesta perspectiva, credita-se que uma inflação que se deflagrou após um aumento dos gastos do governo, aumento este justificado por não se ter alcançado o baixo pleno emprego, advém de outras imperfeições da economia e não do excesso desta despesa. Essas imperfeições podem ser representadas por uma política fiscal dirigida a setores equivocados da economia, bem como política de juros inadequadas e contrária às finanças funcionais (RODRIGUES, 2004).

O aspecto central para discutir a inflação é sua relação com o patamar do pleno emprego. Nesse sentido, é possível afirmar que existem dois níveis de pleno emprego: *low full employment* e o *high full employment*. O primeiro deles, mais baixo, condiz que uma elevação do emprego, pode se transferir para um aumento exagerado de salários, e, consequentemente, isso gera um aumento de preços, impedindo o alcance de um alto pleno emprego.

Lerner (1951) prossegue essa argumentação apontando que este fato se deve ao poder de barganha dos trabalhadores, o que pode se assemelhar com a proposição de Kalecki e a inflação de inflação por conflito distributivo. Assim, é basilar a execução de uma política salarial que previna o avanço inflacionário dos salários que resulte em baixo pleno emprego ao invés de alto pleno emprego.

Entendido essa problemática, Lerner (1951) restringe sua análise aos efeitos que os gastos da administração pública provocam sobre os salários nominais. Sendo assim, quando o estoque de moeda é insuficiente para provocar o *low full employment*, entende-se que um aumento do salário nominal acarretará inflação. Porém, a razão para isso advém de uma escassez de moeda na economia, impactada por uma condução inadequada da política monetária.

Por fim, em um cenário de maior estoque de moeda na economia, o aumento do salário nominal não implicaria inflação, já que haveria uma resposta da oferta a essa demanda ampliada, tendo como consequência uma diminuição das pressões inflacionárias. No sentido contrário, ou seja, uma deflação, não se deve permitir a situação se agravar quando é exequível um aumento dos gastos e redução das taxas de juros, via políticas fiscal e monetária (COSTA, 2009).

Dívida Pública e Tributação

Por seguinte, após a controversa em relação à inflação, parte-se para as implicações dos gastos públicos para a dívida pública e a tributação. Para tanto, retoma-se o ensaio "*Functional Finance and the Federal Debt*" de 1943, em que Abba Lerner elucida os princípios que deveriam nortear as políticas orçamentárias do governo. Com isso, ele pontua a importância de eliminar a insegurança econômica e ele estabelece os princípios pelos quais o governo poderia usar seus poderes fiscais para manter a prosperidade (BELL, 2000).

Primeiramente, o autor discute que a renda nacional dever ser mantida em um patamar elevado e a administração pública deve conservar suas contribuições ao gasto na intensidade em que o gasto privado for insuficiente para prover pleno emprego. Caso o setor privado puder prover pleno emprego, o déficit público irá tender a zero ou mesmo a um saldo positivo, pois não haverá a necessidade de continuar com elevados gastos públicos para manter ou gerar o pleno emprego. A justificativa para isto é que um dos principais determinantes para o investimento privado, a incerteza quanto ao futuro, será minimizado por uma medida que busca um alto nível de atividade econômica, aumentando assim a confiança dos investidores em financiarem por si mesmo o pleno emprego (LERNER, 1955).

Sendo assim, os objetivos a serem perseguidos pela política fiscal devem sugerir a melhoria do bem-estar social na totalidade, tanto no curto quanto no longo prazo, ou seja, tanto o desempenho para a questão da inflação quanto para o emprego e o produto devem ser considerados pelos *policy makers*. O valor do déficit ou da dívida pública não pode ser colocado como uma restrição à capacidade de gastar do Estado (MONTES; ALVES, 2012).

Sob a ótica da tributação, Lerner reforça que esse instrumento nunca deve ser realizado meramente porque o governo precisa realizar pagamentos em moeda e aumentá-lo acarretará uma sociedade com menos dinheiro para gastar (LERNER, 1955). A tributação, como demonstrado anteriormente, só deve ser analisada pelas suas implicações para a sociedade, por meio da verificação da quantidade de moeda e de outros

títulos em poder do público, e não por proporcionar caixa ao governo, já que se pode imprimir dinheiro para alcançar essa finalidade (COSTA, 2009).

Para finalizar este tópico, é preciso dar destaque ao fato de que, com a teoria das Finanças Funcionais, a polêmica de que o governo não poderá incorrer em dívidas maiores do que uma dada relação dívida/produto perde destaque. Como colocado, preferencialmente, o governo deve se financiar é através do papel-moeda, uma obrigação estatal, que não tem conversibilidade (RODRIGUES, 2004, p. 16).

Na situação de venda títulos públicos no mercado, o Estado estará recolhendo moeda anteriormente emitida, cuja finalidade já havia sido efetivada. Em sequência, ao se compreender que os agentes que demandam os títulos possuem moeda em excesso, pois consumiram menos que sua renda, o governo estará oferecendo a estes agentes as opções de poupar moeda ou títulos. Portanto, os agentes privados estarão trocando um ativo que não rende juros por um ativo que rende juros, por outro lado, o governo estará trocando uma obrigação que não lhe tinha custos por uma obrigação que lhe impõe custos (RODRIGUES, 2004, p. 16).

Ao se ponderar que a moeda trocada por títulos se transforme em reservas do Tesouro no Banco Central, assimila-se que, quando os agentes privados forem resgatar estes títulos, eles estarão substituindo obrigações governamentais que rendem juros por compromissos que não rendem juros, isto é, moeda. Nesse caminho, o argumento de que a dívida não pode atingir determinados patamares do produto se torna menos relevante. É possível se afirmar isso, pois se desenvolveria um problema de solvência pela parte do governo, tendo em vista que a aceitação da dívida foi cumprida no instante que o governo realizou seus gastos. Dessa forma, o retorno do papel-moeda aos agentes privados poderá ser utilizado para consumir qualquer categoria de bem ou serviço produzido no país, independente da relação dívida sobre o produto interno bruto (RODRIGUES, 2004).

Da mesma forma, pelas mesmas razões da tributação, Lerner argumenta que "tomar emprestado" não consiste em uma operação de financiamento. Como não se trata de uma operação de captação de recursos, é questionável se deveríamos usar o termo

"empréstimo" e sim vendas de títulos. Assim, o governo deve tomar emprestado apenas se os efeitos do empréstimo forem desejados (LERNER, 1955) (FORSTATER, 1999).

Desse modo, em economias nas quais a administração pública consegue emitir a sua própria moeda e nas quais o Banco Central tem poder ilimitado para atingir a sua meta de taxa de juros, a dívida pública pode ser vista como uma conta da manutenção de taxas de juros reais em níveis positivos (LERNER, 1951) (SERRANO; PIMENTEL, 2017).

Considerações finais

A teoria das finanças funcionais, em conjunto com a relação da emissão monetária com o gasto público, tem consequências importantes para políticas econômicas heterodoxas. Seguindo-se essa abordagem, se conclui, logicamente, da impossibilidade da quebra do Estado. Se a dívida pública interna é contratada na moeda estatal onde o governo tem monopólio de emissão, não faz sentido este mesmo governo não honrar o seu resgate (PINKUSFELD, 2004).

No entanto, a crítica de Lavoie (2013) sobre o *neochartalismo*, pode se aplicar a essa abordagem. Segundo o autor, há muito pouco a ganhar argumentando que o governo pode gastar creditando uma conta bancária ou que os gastos do governo devem preceder a cobrança de impostos. Ele argumenta que essas afirmações são contraintuitivas, isto é, baseiam-se principalmente em uma lógica que depende da consolidação das atividades financeiras do governo com as operações do Banco Central, modificando assim a terminologia padrão.

Vernengo e Caldentey (2020) ratificam que, embora não exista uma inadimplência na moeda nacional, a economia política dos gastos e impostos é um elemento essencial para se considerar a ferramenta de emissão monetária na condução da política econômica, principalmente nos países em desenvolvimento.

Em economias avançadas, a restrição à oferta monetária está relacionada a fatores estritamente políticos, isto é, o *policy maker* utiliza esse instrumento com o intuito de atingir determinada questão da economia do país, impactando de forma díspar a sociedade como um todo. Nas economias em desenvolvimento, a aplicação de uma medida de aumento de oferta monetária deve ser analisada em conjunto de outros de fatores, como uma presença de restrição externa, em que o país necessita o impedimento da fuga de capitais e a precisa acumular divisas.

Forstater (1999) também reconhece este ponto, mas de outra perspectiva, argumentando que a estrutura institucional da União Monetária Europeia torna quase impossível para um país implementar uma política fiscal anticíclica, mesmo que houvesse vontade política. As condições sob as quais o Financiamento Funcional pode ser realizado incluem: a capacidade de um governo de tributar, declarar recebimento público, criar e destruir dinheiro, comprar e vender títulos e administrar os preços que paga por bens e serviços adquiridos do setor privado"(BELL, 2000).

Lerner apresenta consistentes mecanismos para o gasto público, em que esta despesa tem implicações e regras, que podem ser aplicadas, mas dependem de particularidades locais para serem aplicadas.

Conforme Conceição e Conceição (2015) o fato que Estados monetariamente soberanos tenham completa liberdade para realizar as suas gestões macroeconômicas, de modo a otimizar os resultados materiais da economia, sem qualquer limite financeiro sobre as suas capacidades fiscal e monetária, não significa que não deva haver restrições ao gasto público. Sob um regime funcional as restrições ao gasto público devem ser sempre econômicas e nunca financeiras.

Portanto, a Teoria das Finanças Funcionais busca colocar manter a economia o mais próximo possível do seu nível potencial, de forma que se evite desemprego involuntário e o processo inflacionário.

Referências bibliográficas

AGGIO, G. de O.; ROCHA, M. A. da. Dois Momentos para a Teoria Cartalista da Moeda De Knapp a Goodhart. Economia, v. 10, n. 1, p. 153–168, 2009. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/anp/econom/v10y2009i1p153-168.html>.

BELL, S. Functional Finance: What, Why, and How? [S.l.], 2000. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/wpa/wuwpma/0004031.html>.

COLANDER, D. Functional finance, new classical economics and great great grandsons. Reinventing Functional Finance: Transformational Growth and Full Employment, 08 2002.

CONCEICAO, D. N.; CONCEICAO, B. N. Finanças funcionais e as possibilidades econômicas para o Brasil em um horizonte de 20 anos. Rio de Janeiro, 2015.

COSTA, G. d. R. B. O estado como empregador de última instância: uma abordagem a partir das finanças funcionais. 112 f.: tabs. p. Dissertação (Mestrado) — Universidade Estadual Paulista (UNESP), out. 2009. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/89990>.

FORSTATER, M. Functional finance and full employment: Lessons from lerner for today? Levy Economics Institute, jul. 1999. Disponível em: <https://www.levyinstitute.org/publications/functional-finance-and-full-employment>.

KEYNES, J. M. Teoria Geral Do Emprego, Do Juro E Da Moeda. 1ª edição. ed. [S.l.]: Editora Nova Cultural Ltda., 1996.

LAVOIE, M. The monetary and fiscal nexus of neo-chartalism: A friendly critique. Journal of Economic Issues, Routledge, v. 47, n. 1, p. 1–32, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.2753/JEI0021-3624470101>.

LERNER, A. P. Money as a creature of the state. The American Economic Review, American Economic Association, v. 37, n. 2, p. 312–317, 1947. ISSN 00028282. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1821139>.

_____. Economics of Employment. 1. ed. New York; Toronto; London: McGraw-Hill Book Company, Inc., 1951.

_____. Reeadings in fiscal policy. Homewood. Illinois: Richard D. Irwin, Inc., 1955. v. 7, cap. Functional Finance and the Federal Debt, p. 468–478.

MONTES, G. C.; ALVES, R. d. C. Teoria das finanças funcionais e o papel da política fiscal: uma crítica pós-keynesiana ao novo consenso macroeconômico. Brazilian Journal of Political Economy, Centro de Economia Política, v. 32, p. 670–688, dez. 2012. ISSN 0101-3157, 0101-3157, 1809-4538. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/rep/a/yG4DCYFHGxmQTj555HY9tgr/?lang=pt>.

PINKUSFELD, C. Wray, L. Randall. Trabalho e moeda hoje: A chave para o pleno emprego e a estabilidade dos preços. Rio de Janeiro: UFRJ/ Contraponto, 2003. 246 p. Econômica, v. 6, n. 1, 2004. ISSN 1517-1302. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistaeconomica/article/view/34954>.

RODRIGUES, R. de S. O Déficit Público de Alto Emprego: uma Aplicação para o Caso Brasileiro. Dissertação (mathesis) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, dez. 2004.

SERRANO, F.; PIMENTEL, K. Será Que Acabou O Dinheiro? Financiamento Do Gasto Público E Taxas De Juros Num País De Moeda Soberana. Revista de Economia Contemporânea, Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 21, dez. 2017. ISSN 1415-9848, 1980-5527. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/rec/a/KyrpmWYTDZQCPjWcZW6ZPgS/?lang=pt>.

TEIXEIRA, L. A. da S. Política fiscal e finanças funcionais. Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2020.

VERNENGO, M.; CALDENTEY, E. P. Modern money theory (mmt) in the tropics: Functional finance in developing countries. Challenge, Routledge, v. 63, n. 6, p. 332–348, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/05775132.2020.1747729>.

WRAY, L. R. Understanding Modem Money The Key to Full Employment and Price Stability. [S.l.]: Edward Elgar Publishing Limited, 1998.

_____. Senhoriagem ou soberania? Economia e Sociedade, v. 11, n. 2, p.137146, jan. 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643079>.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

A dinâmica dos preços de escravizados no Vale do Paraíba cafeeiro (c.1850-1880)

Breno Aparecido Servidone Moreno

Bruno da Fonseca Miranda

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

A dinâmica dos preços de escravizados no Vale do Paraíba cafeeiro (c.1850-1880)

The captives price dynamics in the Vale do Paraíba coffee zone (c. 1850-1880)

Breno Aparecido Servidone Moreno[1]

Bruno da Fonseca Miranda[2]

Resumo

Este *paper* analisa a dinâmica dos preços de escravizados no Vale do Paraíba cafeeiro, no século XIX. Para cumprir esse objetivo, utilizamos os inventários *post mortem* dos proprietários de cativos do município de Bananal, província de São Paulo, autuados entre as décadas de 1830 e 1880. Em linhas gerais, argumenta-se que, para além da oferta e demanda por mão de obra escravizada, outros fatores teriam influenciado na dinâmica dos preços dos cativos. No início dos anos 1850, o *boom* das *commodities* no mercado mundial, ao mesmo tempo em que o Estado imperial abolia o tráfico atlântico de africanos escravizados para o Brasil (que estancou a oferta de braços nas lavouras) explicariam, assim, a alta acentuada nos valores dessa força de trabalho nesse período. Já no início da década de 1870, os debates parlamentares em torno da questão do ventre das escravizadas provocaram, em larga medida, a queda vertiginosa nos preços dos cativos. Além disso, ao estabelecermos comparações entre os preços dos escravizados de Bananal com os de Minas Gerais, sugere-se que as discussões que levariam à aprovação da Lei do

[1] Mestre e Doutor em História Social pela USP. Membro do Laboratório de Estudos Sobre o Brasil e o Sistema Mundial (LabMundi-USP) e do Grupo de Pesquisa "O Império do Brasil e a Segunda Escravidão".

[2] Mestre e Doutorando em História Social pela USP. Membro do Laboratório de Estudos Sobre o Brasil e o Sistema Mundial (LabMundi-USP) e do Grupo de Pesquisa "O Império do Brasil e a Segunda Escravidão".

Ventre Livre podem ter provocado impacto diferenciado nos preços nas distintas regiões do Império.

Palavras-chave: *Vale do Paraíba cafeeiro; Preços de escravizados; Abolição do tráfico atlântico (1850); Tráfico interno de cativos; Lei do Ventre Livre (1871).*

Abstract

This paper analyzes the dynamics of the prices of slaves in the Vale do Paraíba's coffee zone during the 19th century. In order to achieve this objective, we used post-mortem inventories of captive owners from the municipality of Bananal, province of São Paulo, which covered the 1830s and 1880s. In general terms, it is argued that, in addition to the supply and demand for enslaved labor, other factors would have influenced the dynamics of captive prices. At the beginning of the 1850s, the commodities boom on the world market, while the imperial state abolished the Atlantic traffic of enslaved Africans to Brazil (which stagnated the supply of labor in the plantations) would explain, thus, the sharp rise in values of this workforce in that period. Already in the early 1870s, parliamentary debates around the issue of the wombs of slaves caused, to a large extent, a vertiginous fall in the prices of captives. Furthermore, when we establish comparisons between the prices of slaves from Bananal with those from Minas Gerais, it is suggested that the discussions that would lead to the approval of the Lei do Ventre Livre may have had a different impact on prices in different regions of the Empire.

Keywords: *Vale do Paraíba's coffee zone; captives prices; Abolition of the transatlantic slave trade (1850); Internal slave trade; Free Womb Law (1871).*

A dinâmica dos preços de escravizados no Vale do Paraíba cafeeiro (c.1850-1880)

***

Introdução

Nas últimas décadas, as políticas públicas de fomento à criação e ao fortalecimento de centros de memória, bibliotecas e museus têm permitido que a União, Estados e Municípios promovam, ainda que de maneira vagarosa, a organização e o acesso aos acervos documentais do Brasil pretérito. Na esteira desse processo, o avanço da informática e a elaboração de uma metodologia específica para lidar com um enorme conjunto de dados extraídos de fontes primárias têm possibilitado aos pesquisadores trabalhar com a construção de séries históricas, entre elas, a de preços de escravizados, que será privilegiada neste trabalho.

Laird Bergad (2004) foi o primeiro pesquisador, no Brasil, a examinar, de maneira sistemática, as flutuações nos preços da mão de obra cativa avaliada em processos de inventário *post mortem*. O autor, que investigou a província de Minas Gerais (regiões de Ouro Preto-Mariana, Diamantina e São João del Rei-Tiradentes), nos séculos XVIII e XIX, trabalhou com amostra bastante abrangente. Para o período de 1830 a 1879, o seu banco de dados contempla 18.385 escravizados adultos (15 a 40 anos de idade) e sadios (sem doenças e/ou deficiências físicas). Bergad, contudo, não incorporou, em seu estudo, a região cafeeira de Minas, pois, segundo ele, não havia fontes disponíveis na época de elaboração de sua pesquisa.

Nogueról, Versiani & Vergolino (2016), por sua vez, analisaram o mesmo tema, centrando foco nas províncias de Pernambuco e Rio Grande do Sul, no século XIX. Este trabalho sistematizou um conjunto de pesquisas individuais e coletivas realizadas pelos autores desde o início dos anos 2000. A amostra trabalhada por eles também é bastante ampla: são 5.000 inventários, contendo informes sobre 29.000 cativos.

Por fim, Maria Alice R. Ribeiro (2017), procurou cobrir uma lacuna existente na historiografia: o estudo dos preços de escravizados em uma região cafeeira. Para tanto, ela analisou 13 inventários, com 2.576 cativos, principalmente de grandes proprietários,

tanto senhores de engenho quanto cafeicultores, no município de Campinas, São Paulo, entre os anos de 1830 e 1887. Como a própria autora admite, trata-se de uma pesquisa inicial, exploratória, na medida em que, até aquele momento, Ribeiro não pôde realizar uma análise seriada de todos os inventários abertos em Campinas, no século XIX.

Em linhas muito gerais, pode-se afirmar que os três estudos procuram ressaltar o papel da oferta e da demanda por trabalhadores escravizados, bem como o dos produtos de exportação (açúcar, café e algodão), na dinâmica dos preços dessa mão de obra no Brasil. A título de exemplo, vale registrar que, nos três trabalhos, a alta acentuada nos valores dos cativos, na década de 1850, teria como fator explicativo preponderante o boom das commodities no mercado mundial. A abolição do tráfico transatlântico de africanos escravizados (1850) teria tido peso secundário na configuração dos preços nessa quadra histórica.

Não há dúvidas de que os três trabalhos supracitados permitiram avançar, de maneira significativa, na compreensão da dinâmica dos preços de escravizados, no Brasil. No entanto, pode-se afirmar, por um lado, que o estudo dos preços da força de trabalho cativa, no Vale do Paraíba cafeeiro, nos períodos de expansão da produção de café e da plantation escravista, de apogeu e de sobrevida da economia cafeeira, ou seja, entre 1830 e 1880, tem sido um tópico pouco frequentado pelos pesquisadores; e isto, a despeito da centralidade do Vale do Paraíba na formação do mercado mundial de café, para a construção do aparato institucional do Estado nacional brasileiro e para a notável expansão da escravidão em nosso país[3]. E, por outro lado, nos três trabalhos citados, ainda que com variados graus, a dinâmica demográfica da escravidão foi analisada como fenômeno que se encerra em si mesma. Nesse sentido, a atividade política do Império do Brasil foi secundarizada e a ela pouca importância foi atribuída. Um dos objetivos do

[3] Vale notar que Salles (2008) e Gandra (2020) se debruçaram sobre os preços de cativos no Vale do Paraíba cafeeiro. O primeiro dedicou-se ao município de Vassouras, e Gandra analisou a localidade de Piraí. Contudo, ambos não adotaram uma metodologia adequada para tornar suas amostras de dados relativamente homogêneas, pois levaram em consideração todos os cativos arrolados nos inventários. O ideal é que sejam selecionados apenas os cativos jovens e adultos e sem doenças e/ou deficiências físicas.

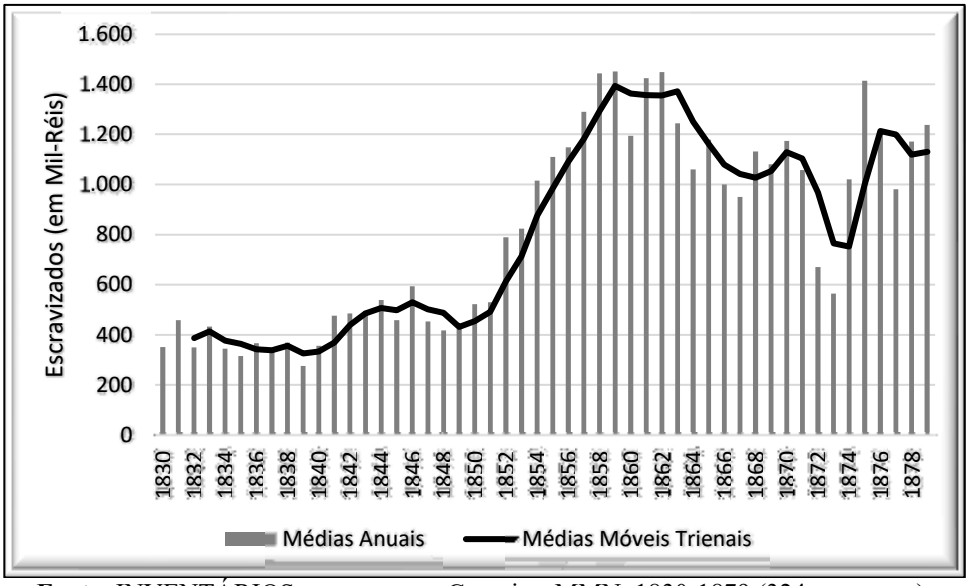
presente trabalho é justamente demonstrar como a junção da demografia histórica e da história política podem lançar luz na compreensão da dinâmica de preços dos sujeitos escravizados e, no limite, contribuir ao melhor desvelo do passado brasileiro.

Seção I

Os preços dos escravizados cresceram tendencialmente ao longo do século XIX, no Império do Brasil. O **Gráfico 1** apresenta os valores nominais de cativos arrolados e avaliados em inventários *post mortem* no município de Bananal, província de São Paulo, entre as décadas de 1830 e 1880. Antes de tudo, é importante ressaltar que, para tornar a nossa amostragem relativamente homogênea, foi necessário excluir os seguintes grupos de escravizados: I) as crianças com menos de dez anos de idade; 2) os idosos com idade igual ou superior a 60 anos; III) os cativos sem preços; IV) os escravos com doenças e/ou deficiências físicas; V) e todos os cativos arrolados no inventário de Maria Tereza de Godoi e Silva (1877), que foram avaliados em núcleos familiares, e não individualmente, conforme o costume. Sendo assim, a base empírica que serviu de base para o presente estudo é composta pelos escravizados com 10 a 59 anos de idade e em boas condições de saúde. De um total de 13.904 cativos arrolados nos 407 inventários dos proprietários bananalenses, a amostra selecionada é constituída por 7.516 cativos (54,1% do total), avaliados em 324 processos (79,6% do total).

Vale salientar, ainda, que, para os propósitos mais imediatos deste *paper*, será analisado o comportamento dos preços da mão de obra escravizada de 1850 em diante. As décadas de 1830 e 1840, portanto, serão objeto de estudo em um outro trabalho. Nesse sentido, abordaremos, inicialmente, a evolução dos preços nos decênios de 1860 e 1870; depois, voltaremos a atenção para a conjuntura dos anos 1850.

Gráfico 1 – Preços Médios Correntes de Escravizados (10 a 59 Anos e Sadios). Bananal, 1830-1879



Fonte: INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1830-1879 (324 processos).

Ao longo dos anos 1860 e início dos 1870, os preços dos cativos declinaram, após a acentuada valorização ocorrida no decênio anterior. Essa redução, contudo, não ocorreu de maneira sucessiva. Entre 1862-3 e 1867-8, houve uma primeira desvalorização, motivada, de um lado, pela própria dinâmica da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba e, de outro, pela conjuntura política global e local. Nessa quadra histórica, os preços médios de escravizados em idade produtiva (10 a 59 anos) e sadios (sem doenças e/ou deficiências físicas) caíram de cerca de 1:360$000 para 1:030$000 (-24,3%).

Sabe-se que as exportações de café do Brasil cresceram de maneira vigorosa ao longo da primeira metade do século XIX. Em 1855-6, essa produção atingiu o patamar, até esse momento, de 180.000 toneladas métricas (Samper; Fernando, 2003, p. 432-435), sendo responsável pela oferta de cerca de 50% de todo o café consumido no mundo. O mercado norte-americano era o principal destinatário dessa exuberante exportação (Mello, 1984, p. 52). Entre 1856-7 e 1863-4, as exportações brasileiras declinaram (em tendência), reduzindo-se para algo ao redor de 130.000 t (Samper; Fernando, 2003, p.

432-435). No município de Bananal, por exemplo, a produção de café local, que havia se igualado a 8.153 t, em 1854, diminuiu para 7.215 t, em 1861-3 (Moreno, 2022, p. 181).

A Guerra Civil Americana (1861-5) provocou forte retração na demanda de café, que foi devidamente compensada pela diminuição no lado da oferta: a praga da borboletinha, que infestou parte dos cafezais do Vale do Paraíba, resultou em quebra momentânea das safras (Marquese, 2013, p. 305; Stein, 1990, p. 273; Whately, 1987). Contudo, no pós-Guerra, os preços do café dispararam no mercado internacional, muito por conta do aumento da demanda por esse artigo nos Estados Unidos. Com a abolição definitiva do tráfico transatlântico de africanos escravizados para o Brasil (1850), estruturou-se, na virada da década de 1850 para 1860, o tráfico interno de cativos, que, de maneira paulatina, permitiu aos cafeicultores do Centro-Sul o suprimento de braços para as lavouras. Nesse sentido, é bastante provável que, entre os anos de 1862-3 e 1867-8, tenha havido uma equalização entre a oferta e a demanda por trabalhadores cativos, o que ajuda a explicar a queda gradual no preço da mão de obra escravizada. Além disso, é possível argumentar que o contencioso nos Estados Unidos alterou a perspectiva contemporânea em relação à manutenção futura da escravidão brasileira. Com a decretação da 13° emenda à Constituição dos Estados Unidos, o Brasil passou a ser o único país da América a manter a escravidão, além de ser a única monarquia do continente. Passou-se a crescer a percepção de que, sem a manutenção da nefanda instituição no poderoso vizinho do norte, ficaria cada vez mais difícil para o Brasil sustentar sua posição escravista na geopolítica mundial oitocentista (Bandeira, 1978, p. 98-103; Conrad, 1978, p. 88-100; Toplin, 1972, p. 40-43; Marquese; Parron, 2011; Marquese, 2017; Azevedo, 2003, p. 59-61). Isso fica claro já em 1864 quando o recém-empossado chefe de gabinete brasileiro recebeu recomendações do imperador de que era imperioso tomar alguma medida quanto ao futuro da escravidão no Império (Barman, 2012, p. 281-284; Salles, 2008, p. 79-110; Youssef, 2019). Não apenas a elite política nacional acendeu o alerta. A Guerra Civil visitou a imprensa nacional constantemente (Barbosa, 2011, p. 123-147) e a queda de preços observada na década de 1860 certamente

reflete a percepção contemporânea de que a permanência indefinida da escravidão no Brasil poderia estar em risco.

Não obstante o avanço da ideia de que o cativeiro no Brasil também poderia chegar a termo, entre os anos de 1867-8 e 1869-70, houve uma breve recuperação – parcial, vale dizer – nos preços dos cativos. Nesse período, os valores médios registrados nos inventários subiram de 1:035$000 para 1:090$000, um aumento de 5%. Entretanto, nos anos seguintes, os preços dessa mão de obra sofreram uma segunda (forte) desvalorização (da ordem de 31,8%), quando declinaram de 1:115$000, em 1870-1, para 760$000, em 1873-4. Observando-se atentamente o Gráfico 1, percebe-se que houve uma inflexão na curva de preços entre os anos de 1870-1 e 1873-4. A tendência que se delineava no horizonte era, ao que parece, de aumento paulatino nos valores dos cativos. Veja-se, por exemplo, o comportamento dos preços nos períodos de 1867-8 / 1869-70 e 1874-5 / 1877-8. Como explicar, portanto, a instabilidade nas cotações dos escravizados em uma conjuntura marcada pela expansão da cafeicultura escravista no Centro-Sul do Brasil? E essa inflexão na curva de preços teria ocorrido apenas no Vale do Paraíba cafeeiro, a exemplo do que foi identificado em Bananal?

Seção II

Se havia qualquer senso de urgência na política imperial para que, na esteira da Guerra Civil Americana, alguma medida tendente à abolição fosse tomada, foi retardado por outro conflito armado, dessa vez envolvendo o Brasil. A Guerra do Paraguai (1864-1870), fez com que as necessidades mais imediatas do aparelho burocrático nacional se voltassem para a rápida resolução do contencioso, o que não aconteceu. A guerra no Prata foi intensamente morosa e altamente custosa aos cofres públicos (Salles, 1990; Costa, 1996; Doratioto, 2002; Izecksohn, 2014). Enquanto os brasileiros lutavam nos charcos, contando inclusive com escravos alforriados para engrossar as fileiras do até então minguado exército nacional, a questão da oportunidade e da forma da abolição brasileira não foi abandonada. Em 1866, o imperador encomendou a Pimenta Bueno, futuro marquês de São Vicente, prócere da jurisprudência nacional, projetos sobre o tema. Como

apontou a historiografia, muito provavelmente foi o embaraço do Brasil ser o único país da Tríplice Aliança a manter a escravidão – algo que também era utilizado entre as tropas paraguaias para se detratar a monarquia brasileira – que levou que o monarca se encontrasse com o afamado jurista (Costa, 1996, p. 183; Barman, 2012, p. 297-298)[4]. Em linhas gerais, o sistema formulado por Pimenta Bueno tinha duas pontas. Na primeira, previa a abolição para o ventre das escravas enquanto, na outra, estabelecia a data para o fim da escravidão em 31 de dezembro de 1899. Complementarmente, estipulava medidas entre as duas pontas para que, quando chegasse o derradeiro dia de vigência do cativeiro, restasse a menor quantidade possível de escravos no Império. O sistema de Pimenta Bueno era conservador na essência. No intuito de minimizar os ônus sociais de grande monta, isto é, dentro da estrutura do Estado imperial e entre os fazendeiros, colocava o Estado como o condutor de um lento processo. A abolição, portanto, não seria imediata, mas sim gradual (para conservar o estado social), indenizatória (preservando os proprietários) e tutelar (direcionando os rumos do recém-liberto) (A abolição no Parlamento, 2012, v. 1, p. 241-257).

O imperador tentou no mesmo ano encaminhar esses projetos à discussão no Conselho de Estado, mas contou com a resistência de Pedro de Araújo Lima, marquês de Olinda, então chefe de gabinete. Para Olinda, não era recomendável que nenhum assunto emancipacionista fosse discutido enquanto perdurasse a Guerra do Paraguai, mas seu ministério não duraria muito. Ao sofrer fortes pressões dos conservadores e liberais em relação à condução do governo, acabou por se afastar do cargo. Seu lugar foi ocupado por Zacarias de Góis, simpático à emancipação escrava. A primeira medida de grande repercussão do gabinete Zacarias foi a resposta da célebre carta enviada ao imperador pela Junta Francesa de Emancipação. Os abolicionistas franceses pediam que Pedro II agisse com vigor. Bastava uma palavra do monarca, diziam, para "trazer a liberdade de

[4] Joaquim Nabuco (1897, p. 389) também assinalou que o contato do imperador "com Mitre e Flores em Uruguaiana, o seu vexame de sentir que a escravidão era o labéu que o Paraguai atirava ao nosso exército, a inferioridade que descobriram em nós os nossos próprios aliados" possa explicar o movimento do imperador em direção à emancipação.

dois milhões de homens" (Malheiro, 1867, p. 187-188)[5]. Ledo engano. O monarca brasileiro não possuía os plenos poderes de Napoleão III e não poderia, pela Constituição de 1824, sequer responder à Junta. Quem fez isso foi o governo Zacarias, na figura de um de seus ministros, que sentenciou

> A emancipação dos escravos, consequência necessária da abolição do tráfico, não passava de uma questão de forma e de oportunidade.
>
> Quando as penosas circunstâncias em que se acha o país o consentirem, o governo brasileiro considerará como objeto de primeira importância a realização do que o espírito do cristianismo desde há muito reclama do mundo civilizado (Malheiro, 1867, p. 189).

Essa foi a primeira manifestação pública do governo imperial em relação ao futuro da escravidão. E não foi qualquer manifestação. Assumia-se o compromisso de tratar da abolição tão logo as "penosas circunstâncias", isto é, a Guerra do Paraguai, terminasse. Naquele momento, o episódio não teve nenhum impacto na sociedade brasileira, pois o conteúdo da resposta do governo brasileiro aos franceses só se tornou de conhecimento público no ano seguinte. Adiante tentaremos compreender as implicações dessa publicização. Por ora, basta lembrar que meses depois dessa manifestação pró-abolição, os cinco projetos elaborados por Pimenta Bueno, foram discutidos no salão da Quinta da Boa Vista destinado às reuniões do Conselho de Estado.

Num longo debate, que usualmente ocorria a portas fechadas, o cerne das discussões foi em torno da conveniência de abolir a escravidão e, caso houvesse a conveniência, quando e como isso deveria ocorrer. As duas sessões ocorridas no mês de abril de 1867, deixam claro que a maior parte dos conselheiros apoiavam o encaminhamento do fim da escravidão por meio da abolição do ventre, pois o cativeiro era uma instituição imoral e sua permanência afastava o Brasil da nova realidade

[5] A Carta foi publicada originalmente no Diário do Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1866, p. 1. Recentemente, Angela Alonso (2015, p. 34-36; 158; 165-170) relacionou o envio dessa carta com a atuação internacional de Abílio Borges junto aos abolicionistas estrangeiros. A estratégia da atuação abolicionista de Borges foi descrita pela autora por meio do que ela chamou de "método bumerangue", isto é, a busca de apoio internacional para combater a escravidão no Brasil, algo do qual Joaquim Nabuco também se valeu.

emergente no ocidente após os eventos de 1865 (Salles, 2008, p. 82-86; 95-110)[6]. Essa linha ficou clara nas falas de Nabuco de Araújo. Para ele, ademais, era imperioso adiantar-se e encaminhar a solução dirigindo-a de modo sábio e previdente de tal modo que o governo pudesse manter a ordem social no país, uma vez que a escravidão estava intrinsecamente enraizada aqui. Moderação, evitar a radicalização e dirigir o processo de fim da escravidão. Era necessário um compromisso para que gradualmente o cativeiro acabasse. A libertação dos nascituros foi a fórmula encontrada para realizar a difícil empreitada. Foi precisamente essa toada inaugurada por Nabuco de Araújo que marcou a linha de frente da defesa da liberdade do ventre como a solução para a abolição brasileira. Mas, como o político liberal afirmava, era necessário reformular os projetos de Pimenta Bueno, unificando-os. A tarefa coube a uma comissão composta por Nabuco, Pimenta Bueno, Francisco Salles Torres Homem e Bernardo de Souza Franco (este substituído pelo visconde de Sapucaí). A redação do novo projeto ficou nas mãos de Nabuco (Nabuco de Araújo; Marquês de São Vicente, 1868).[7]

Não bastasse a resposta positiva aos franceses, em 1867 a fala do trono ressoou por todo o país.

> O elemento servil no Império não pode deixar de merecer oportunamente a vossa consideração, provendo-se de modo que, respeitada a propriedade atual, e sem abalo profundo em nossa primeira indústria – a agricultura –, sejam atendidos os altos interesses que se ligam à emancipação (Falas do Throno, 1889, p. 625-628).

Longe de tranquilizar os proprietários, esse ato fez a sociedade entrar em ebulição. Nada de estranho. Ficava claro que emancipação estava sendo seriamente considerada – especificamente no Conselho de Estado – como plano político nacional. O mercado de escravos, volátil como qualquer mercado frente às ebulições políticas, foi sacudido. O preço dos escravos manteve a trajetória de queda. Só não colapsou, pois a necessidade de

[6] Salles analisa não apenas as atas, mas também a composição do Conselho de Estado. Cf. tb. Sidney Chalhoub (2003, p. 139-154). Analisando as atas, Rafael Marquese (2017) atentou para os discursos nos quais os conselheiros remeteram a uma comparação entre Brasil e Estados Unidos.

[7] Ver também: Correspondências entre Zacarias de Góis e Vasconcelos e José Thomaz Nabuco de Araújo datadas de 18 de Maio, 12 de Agosto, 8 de Novembro e 27 de Dezembro de 1867 (Nabuco, 1897, p. 66-68).

terminar a Guerra do Paraguai levou à drástica reversão ministerial de 1868, que empossou o visconde de Itaboraí, último expoente vivo da trindade saquarema, que se aferrou a pôr fim no conflito que se arrastava desde 1864. Na confiança da condução pró-escravista do decano conservador, os fazendeiros se acalmaram e o mercado aquiesceu. Os preços dos escravos foram retomados e tranquilidade dos negociantes de almas restabelecida.

A calmaria, contudo, teve vida curta. O tão esperado fim da Guerra do Paraguai chegou e a razão de ser do gabinete Itaboraí morreu junto com Solano Lopéz. Sem a necessidade do esforço de guerra, em 1870, o deputado fluminense Teixeira Júnior interpelou o governo a respeito da escravidão. Segundo ele, o anúncio de que a emancipação poderia ocorrer fez com que o país ficasse na incerteza em relação ao valor dos escravos. A fala do trono foi um erro, pois não era clara. Ninguém sabia quando a escravidão findaria e muito menos como. Nessa indeterminação houve a depreciação dos preços dos cativos. Com ela, a dificuldade de os proprietários conseguirem crédito, pois boa parte dos colaterais dos senhores eram levados em conta a partir do valor dos cativos. Com valores baixos e na indefinição de qualquer garantia sobre a propriedade em homens, os bancos deixaram de emprestar dinheiro aos agricultores, que ainda ouviam: "esperai a solução da questão da emancipação prometida pelo governo imperial em 1867; não sabemos o que valem vossos bens!" (ACD, 14 de maio de 1870, p. 21). Três anos se passaram, o gabinete de Zacarias deu lugar ao de Itaboraí e nada havia mudado. Segundo Teixeira Júnior era necessário pôr um fim nas incertezas aprovando uma lei de emancipação que permitiria a continuidade da escravidão ainda por muitos anos, que indenizaria os proprietários e não abalaria a propriedade, que readequaria o Brasil ao cenário internacional e colocaria um freio nas agitações de cunho abolicionistas que tomavam o país e que, portanto, garantisse ordem ao país[8]. Tudo isso seria garantido pela

[8] Sobre o cenário pró-emancipação: Angela Alonso (2015, p. 39; 93-98; 436). Cf. tb. Castilho (2016, p. 22-52). Para a atuação de Luiz Gama veja-se: Azevedo (2010, p. 95-146); Alonso (2015, p. 103-109). Os fundos de emancipação aprovados nas províncias aparecem no discurso de 1871 de Teodoro Machado, então Ministro da agricultura. Cf. ACD. Sessão de 13 de julho de 1871, p. 126-129. Para uma síntese que dá conta da amplitude dos acontecimentos, veja-se: Emília Viotti da Costa (1986, p. 725-777).

liberdade do ventre, uma lei que seria a última palavra na legislação escravista. Por isso questionava ao ministério o que seria feito em relação à emancipação, já que a Guerra do Paraguai havia acabado de terminar. Itaboraí foi evasivo. Jamais se colocaria do lado da emancipação, seria negar toda sua história (ACD, 14 de maio de 1870, p. 26).

O projeto de uma comissão liderada por Teixeira Júnior que recomendava a adoção da abolição do ventre foi engavetado por Itaboraí. Em desacordo inclusive com o imperador, o visconde não permaneceu no governo. Seu lugar foi ocupado pelo visconde de São Vicente, nomeado com a missão de fazer passar a liberdade do ventre com base no projeto redigido por Nabuco de Araújo e discutido no Conselho de Estado em 1868. A missão malogrou e o gabinete durou poucos meses. O bastão da chefia dos ministros foi concedido ao visconde do Rio Branco, que obteve êxito na empreitada e dirigiu o ministério mais longo da história do Império. O novo ministério condensou toda a aposta – contida desde 1867 no Conselho de Estado – em relação a lei dos nascituros como a salvaguarda da ordem imperial. Nas discussões de 1871 pode-se ver inclusive mais: reiteradas vezes Rio Branco e seus ministros afirmaram que depois da lei nada mais seria aprovado em direção à emancipação, pois a nova legislação acabaria com as ações abolicionistas e readequaria o Brasil ao cenário internacional. A escravidão não se abalaria, pois ainda duraria anos a fio e os senhores seriam indenizados com o trabalho dos ingênuos. O tempo do fim da escravidão seria administrado pela ação dos dirigentes do Estado brasileiro (Miranda, 2022). No Senado, Rio Branco arrematou o argumento: o projeto da liberdade do ventre era "uma solução completa e final", "a solução mais razoável e adequada às nossas circunstâncias" (AS, 15 de setembro de 1871, p. 155). Assim, apesar de parecer paradoxal, a defesa da emancipação do ventre escravo garantia a sobrevida da escravidão nos anos vindouros. Os fazendeiros, que se opuseram de modo retumbante contra a emancipação dos nascituros, acabariam por perceber isto (Conrad, 1978, p. 145-146)[9].

[9] Sobre a oposição dos senhores ao ventre livre: Miranda, 2018.

O mercado de escravos deixa claro que, passados alguns meses da aprovação da lei de 1871, os proprietários compraram a solução final de Rio Branco. Nos cálculos mais otimistas, o Brasil conheceria o fim de fato da escravidão apenas no segundo decênio do século XX. Estava garantida a estabilidade da propriedade sobre humanos. Garantia e estabilidade, palavras chaves no mercado, indicativas de que não haveria desvalorização das propriedades e de que o nefando negócio do cativeiro ainda poderia render muito dinheiro. É isso que explica o repique no valor médio dos escravos inventariados em Bananal e, possivelmente, nas demais partes do Império do Brasil.

Seção III

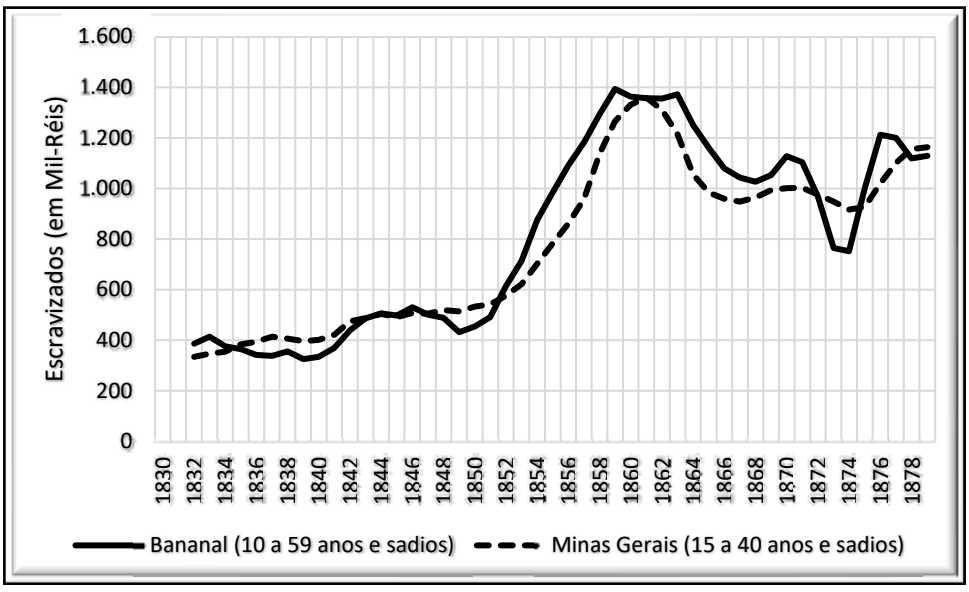
Os dados atualmente disponíveis na historiografia sobre preços de escravizados permitem assinalar, de maneira segura, que a curva de preços dos cativos de Bananal é bastante semelhante à das escravarias inventariadas nas províncias de Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Sul[10]. Veja-se, a título de exemplo, o **Gráfico 2**, que apresenta os valores nominais dos cativos arrolados em inventários *post mortem* de Minas Gerais (regiões de Ouro Preto-Mariana, Diamantina, São João del Rei-Tiradentes) (Bergad, 2004, p. 362-363)[11] e de Bananal. Esse gráfico indica que havia um padrão comum na dinâmica dos preços de escravizados. As curvas de preços seguem, assim, as mesmas tendências temporais, ao longo de todo o Oitocentos. Deve-se salientar, no entanto, a ocorrência de uma diferença marcante entre os valores dos cativos nessas regiões. Os preços médios de escravizados avaliados nos inventários de Bananal eram mais elevados (em tendência) que os de Minas Gerais, particularmente no período posterior ao encerramento do tráfico transatlântico (indicando, assim, a existência de uma forte demanda por trabalhadores cativos, no Vale do Paraíba cafeeiro). Entretanto, no período de 1870-1 a 1873-4, a depreciação nos preços dos cativos foi mais acentuada em

[10] A análise dos preços da força de trabalho inventariada nas províncias do Rio Grande do Sul e Pernambuco pode ser lida em: Nogueról; Versiani; Vergolino (2016, p. 249-292).

[11] Bergad valeu-se de uma amostragem bastante abrangente: 18.385 cativos para o período de 1830 a 1879. Contudo, não examinou a região cafeeira de Minas Gerais, pois, segundo o próprio autor, não havia fontes primárias disponíveis para a consulta, quando do desenvolvimento de sua pesquisa.

Bananal do que em Minas[12]. Isso sugere que as discussões travadas no Parlamento em torno da questão servil, que levariam à aprovação da Lei do Ventre Livre, pode ter exercido impacto diferenciado nas distintas regiões do Brasil. Se esta hipótese estiver correta, pode-se afirmar que, no Vale do Paraíba cafeeiro, coração do Império, os debates parlamentares provocaram instabilidade no mercado de escravizados e trouxeram pânico aos fazendeiros de café; não é à toa que foi de lá que partiu a mobilização senhorial contra o então projeto de libertação dos nascituros.

Gráfico 2 – Preços Médios Correntes de Escravizados. Bananal e Minas Gerais, 1830-1879 (Médias Móveis Trienais)



Fontes: Bananal: INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1830-1879 (324 processos); Minas Gerais: BERGAD, Laird W. **Escravidão e história econômica**: demografia de Minas Gerais, 1720-1888. 1. ed., 1999. Bauru: EDUSC, 2004. p. 362-363 (Tabela E.1).

Até o momento, os dados apontam que, no período de 1870-1 a 1873-4, a política imperial teve um impacto mais incisivo na configuração dos preços das escravarias do

[12] Os dados apontam que, nas províncias de Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Sul, apenas as mulheres escravizadas sofreram forte desvalorização no início dos anos 1870. Já em Bananal, houve depreciação tanto nos preços dos homens quanto das mulheres.

que a lei da oferta-procura. As acaloradas discussões travadas no Parlamento em torno do que viria a ser a Lei do Ventre Livre colocaram em suspeição a permanência da escravidão no Brasil. Entretanto, ao ser promulgada e, particularmente, após a realização da Matrícula de Escravos (1872-3), que assegurou aos senhores o direito de manutenção dessa propriedade – ilegal, desde 1831 –, a percepção senhorial, consoante aos objetivos da nova lei, foi a de que a escravidão perduraria ainda por longos anos. Não à toa, os preços dos cativos tornaram a subir, já a partir dos anos de 1873-4, tendência que seria mantida pelo menos até o final da década de 1870.

A confirmação – ou refutação – dessa hipótese de trabalho demanda, evidentemente, novas pesquisas. Sabe-se que os valores monetários declarados em processos de inventário *post mortem*, independentemente do tipo de bem, não podem ser tomados como correspondentes aos preços vigentes no mercado, na medida em que se baseavam mais em estimativas – ou expectativas – de preços do que em reais transações comerciais. O que não quer dizer, necessariamente, que a avaliação atribuída aos escravizados não estivesse atrelada aos preços correntes no mercado. A despeito disso, é necessário averiguar as transações efetivas de compra e venda de cativos, no Vale do Paraíba cafeeiro, algo que poderá ser feito mediante o levantamento sistemático das escrituras de compra-venda.[13] Ao estabelecermos o cruzamento entre os valores monetários declarados nos inventários com aqueles registrados nas escrituras de compra e venda, será possível, portanto, examinar o comportamento dos preços dos cativos no início da década de 1870 e, nesse sentido, aquilatar o papel das discussões em torno da Lei do Ventre Livre na configuração dos preços da mão de obra escravizada.

Seção IV

O mercado interno de escravizados cresceu de modo significativo nas décadas de 1860 e, sobretudo, 1870, ampliando a oferta da força de trabalho para os fazendeiros de

[13] Os livros de escrituras de compra e venda de escravizados encontram-se sob a guarda do Ofício de Registro de Imóveis e Anexos de Bananal.

café do Centro-Sul.[14] No pico do tráfico interno no Brasil (1872-81), cerca de 100.000 escravizados foram adquiridos pelos cafeicultores dessa região, "[...] com claro predomínio das transferências interprovinciais sobre os intraprovinciais" (Marquese, 2013, p. 306). "A confluência entre a alta dos preços internacionais [do café] e a chegada das ferrovias às zonas maduras e pioneiras trouxe impulso renovado para a expansão da cafeicultura brasileira" (Marquese, 2013, p. 305-306)[15]. No Vale do Paraíba Ocidental (Areias, Queluz, Bananal, Vassouras, Barra Mansa, Resende, São João Marcos, Piraí, Paraíba do Sul), "zona madura a caminho da regressão", a população escravizada se manteve estável ou em declínio, ao longo da década de 1870. Nessa região, marcada pela produtividade decrescente de seus cafeeiros e escassas reservas de terras em matas virgens,

> A chegada da ferrovia D. Pedro II na conjuntura econômica favorável da década de 1870 estimulou a aceleração da exploração de seus recursos naturais e humanos, com a alocação de mais pés de café por escravo em idade produtiva ideal e a derrubada de suas últimas reservas florestais [...] com vistas à reposição do grande número de arbustos improdutivos (Marquese, 2013, p. 307).

Era justamente isso que estava ocorrendo em Bananal, nessa quadra histórica. Com a inauguração da Estação de Barra Mansa, em 16 de setembro de 1871, todos os cafeicultores bananalenses passaram a utilizá-la para despachar, para o Rio de Janeiro, a sua produção de café, antes conduzida pelas tropas de mulas para os portos situados nas imediações de Angra dos Reis. Por conta disso: 1) encurtaram-se as distâncias que as tropas tinham de percorrer para levar o café até a estação de Barra Mansa; 2) reduziram-se as dificuldades envolvidas no transporte das cargas, pois as tropas não enfrentavam condições tão adversas (topografia irregular da serra do mar) quanto as vigentes nos anos anteriores; 3) reduziu-se a necessidade de os cafeicultores terem de manter, em suas fazendas, grandes quantidades de bestas arreadas; 4) e, por fim, os cafeicultores não

[14] Vale notar que, nos anos 1850 e início dos 1860, o tráfico intraprovincial teve um peso mais significativo que o interprovincial para o suprimento dos fazendeiros de café do Centro-Sul (Marquese, 2013, p. 302; Slenes, 2004, p. 346).

[15] Os dados sobre o volume do tráfico interno podem ser lidos em: Slenes (2004, p. 331).

precisavam ter de deslocar muitos trabalhadores do eito para o transporte do produto. Ao fim e ao cabo, tudo isso teve impacto direto na redução dos custos com o frete do café para o mercado mundial, o que barateou os custos relativos de produção e de transação para os cafeicultores escravistas.

Além da chegada dos ramais da ferrovia D. Pedro II, um outro fator provocou a diminuição dos custos de produção para os cafeicultores, na década de 1870: a alta mais que proporcional dos preços do café em relação aos preços dos cativos. Após o momento crítico da década de 1850, ocorreu uma queda vertiginosa no preço real da mão de obra escravizada.[16] Entre os anos de c.1860 e c.1873, o valor dos cativos (de 10 a 59 anos de idade e sadios) em equivalentes de café despencou de cerca de 80 para 20 sacas, respectivamente. Com isso, os preços relativos retornaram aos patamares correntes nos anos de 1830. Entre c.1873 e c.1879, o preço real da força de trabalho cativa permaneceu relativamente reduzido, a despeito da tendência ao aumento na relação escravo/saca de café, que subiu de algo ao redor de 20 para 45 sacas. Após a promulgação da Lei do Ventre Livre, os valores nominais dos escravizados tornaram a crescer, puxados pelo restabelecimento na confiança da continuidade da escravidão e, também, pela forte demanda de mão de obra pelos fazendeiros de café do Centro-Sul. Os preços correntes do café, que permaneceram elevados, impulsionaram a expansão da cafeicultura escravista brasileira, em suas distintas zonas de produção (pioneiras, maduras e decadentes). No caso do Vale do Paraíba Ocidental, essa conjuntura favorável à expansão das lavouras de café deu uma sobrevida para os proprietários rurais, que, para tanto, levaram ao limite a exploração dos últimos recursos florestais existentes (Moreno, 2022, p. 239-242).

Na década de 1870, as fazendas de café do Vale do Paraíba cafeeiro, a exemplo do que foi encontrado no município de Bananal, encontravam-se bastante degradadas. Exploradas de forma ininterrupta desde as décadas de 1820 e 1830, elas apresentavam

[16] Para efetuar o cálculo do preço real da mão de obra escravizada, adotou-se o seguinte método: 1) tendo por base o Gráfico 1, selecionamos os preços médios correntes anuais dos cativos em idade produtiva e sadios; 2) em seguida, levantamos os preços médios correntes anuais das sacas de café de 60 kg (IBGE, 1990, p. 350); 3) e, por fim, estabelecemos o cálculo do número médio de sacas necessárias para que os fazendeiros adquirissem, no mercado, um cativo em idade produtiva e sadio.

poucas possibilidades de expansão: solos esgotados, produtividade declinante dos cafeeiros e baixa oferta de terras em mata virgem marcavam a paisagem rural da região. Nesse período, a produtividade dos cafeeiros girava ao redor de 30 arrobas por 1.000 pés. E apenas cerca de 10 a 15% da área das propriedades rurais era composta por terras em matas virgens. Mesmo assim, os grandes fazendeiros continuaram a derrubar a mata e, dada a dificuldade de atrair força de trabalho, com o envelhecimento das escravarias, aumentaram os padrões de sobre-exploração dos cativos. Os dados disponíveis, retirados de 169 inventários post mortem de cafeicultores escravistas de Bananal, apontam que, nas propriedades rurais cafeeiras, a produção média anual de café por escravizado adulto (15 a 49 anos) aumentou de 1.056 kg, em 1850-9, para algo ao redor de 1.231 kg/ano de café, em 1870-9 (Moreno, 2022, p. 261-272).

Robert Slenes (1986, p. 103-155), em artigo clássico, investigou o mercado interno de escravizados e a economia cafeeira no Rio de Janeiro. Ele argumentou que, entre os anos de 1850 e 1880, a cafeicultura escravista da província do Rio permitiu uma alta taxa de lucratividade para os fazendeiros que investiram nessa atividade. Baseando-se nos informes sobre o imposto de "meia sisa de escravos", demonstrou que, entre os anos de 1861-2 e 1873-80, a procura por cativos cresceu bastante no Vale do Paraíba fluminense. Além disso, ao cruzar os preços do café com os dos escravizados, mostrou que, na década de 1870, ocorreu uma diminuição relativa no custeio das fazendas cafeeiras, resultando, assim, na queda do preço real da força de trabalho para os cafeicultores. Um dos pontos de chegada do autor consistia em rever a ideia – corrente na historiografia desde a publicação do livro de Stanley Stein (1990) – de que, a década de 1870, teria sido marcada pela decadência da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba fluminense. Para Slenes, portanto, os dados sobre o mercado de cativos indicavam, na verdade, um período de "grandeza" da cafeicultura, não de decadência.

Os dados que levantamos para o caso de Bananal – preços dos escravizados em equivalentes de sacas de café – corroboram inteiramente as proposições de Slenes. Isto é, a força de trabalho se tornou um insumo de produção relativamente barato para os proprietários que queriam utilizá-la nas plantações de café. Na virada dos anos 1860 para

1870, com o aumento da demanda de café no mercado global, aliada à redução nos custos de produção – oferta em larga escala de mão de obra cativa, expansão da malha ferroviária e aumento mais que proporcional nos preços do café em relação aos dos cativos – os fazendeiros de café do Vale do Paraíba voltaram a investir capitais na atividade produtiva cafeeira. Contudo, os municípios da porção ocidental do Vale do Paraíba não conseguiram atender a crescente demanda de café no mercado mundial, perdendo competitividade frente às novas zonas de produção: Oeste de São Paulo e a "tríplice fronteira" (norte fluminense, sul capixaba e Zona da Mata Mineira). Deste modo, a conjuntura favorável à expansão da cafeicultura acelerou os vetores que, nos anos 1880, levariam à crise da economia cafeeira do Vale do Paraíba.

Seção V

Se, no início dos anos 1870, os preços dos cativos foram diretamente impactados pela política imperial, qual terá sido o papel desempenhado pela abolição definitiva do tráfico transatlântico de africanos escravizados (1850) na configuração dos preços dos cativos, na década de 1850?

Os anos de 1850 foi, sem dúvida, um dos períodos mais turbulentos no que se refere aos mercados de escravizados no século XIX. O já mencionado **Gráfico 1** mostra que, em Bananal, entre os anos de 1850-1 e 1861-2, houve um aumento vertiginoso nos preços médios dos escravizados em idade produtiva e sadios, que saltaram de cerca de 475$000 para 1:355$000 (alta de 185%). Essa majoração não se restringiu, contudo, ao município de Bananal. Há, na historiografia, trabalhos apontando que esse aumento ocorreu não só em todo o Império do Brasil, mas também em Cuba e nos Estados Unidos[17]. Veja-se, novamente, a notável semelhança nas curvas de preços das escravarias de Minas Gerais e de Bananal (cf. **Gráfico 2**). Os dados relativos aos cativos

[17] A evolução dos preços dos cativos em Cuba, nos Estados Unidos e na província de Minas Gerais pode ser lida em: Bergad (2004, p. 239-284; 356-367). Para o caso da Bahia: Mattoso (2001, p. 77-96). Sobre a vila de Santa Rita do Turvo (Viçosa-MG): Costa (2014, p. 191-199). Para Vassouras: Salles (2008, p. 164-166).

inventariados em Minas indicam que, entre 1850-1 e 1861-2, o preço médio dos adultos (15 a 40 anos de idade) e sadios cresceu 146%.

No Rio Grande do Sul e em Pernambuco, aconteceu o mesmo fenômeno, isto é, o preço médio das escravarias, arroladas nos inventários *post mortem*, sofreu forte majoração na década de 1850. Redigido a seis mãos, o trabalho de Nogueról, Versiani e Vergolino (2016, p. 249-292) trouxe à luz os resultados de investigações tocadas há mais de uma década. Em uma amostra composta por cerca de 5.000 inventários, contendo informes sobre 29.000 cativos, os autores estabelecerem comparações com os dados disponibilizados por Bergad e, com base nisso, assinalaram acertadamente a existência de um mercado nacional de cativos no século XIX, tendo em conta a evolução paralela das curvas de preços.[18]

Qual a explicação para esse aumento vertiginoso nos preços das escravarias, na década de 1850, no Império do Brasil? O impacto da abolição do tráfico transatlântico de africanos escravizados foi, até o final dos anos 1980, a resposta mais recorrente, na historiografia[19]. Porém, desde meados da década de 1990, alguns pesquisadores têm revisto esta interpretação[20]. Laird Bergad (2004, p. 249-251), por exemplo, argumentou que o fim do tráfico negreiro teria exercido, na verdade, papel secundário no crescimento dos preços dos cativos, uma vez que, no decênio de 1850, as curvas de preços seguiram tendências relativamente uniformes no Brasil, em Cuba e no Sul dos Estados Unidos. Com efeito, no Brasil, a exemplo de Bananal e das províncias de Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Sul, os preços médios dos escravizados subiram mais de

[18] Valendo-se dos índices de correlação entre os preços de cativos em diversas regiões do Brasil, e entre esses valores e as receitas de exportação do café, no século XIX, os autores evidenciaram "[...] não só que os preços de escravos são fortemente correlacionados, entre as províncias consideradas, mas também que há correlação positiva entre as receitas de exportação do café e os preços dos escravos em todas essas províncias – mesmo no caso de uma província onde não se cultivava esse produto, como o Rio Grande do Sul, ou onde seu cultivo era inexpressivo, como em Pernambuco. Isso reforça a noção de um mercado de escravos de âmbito nacional, com características de mercado competitivo, com arbitragem de preços entre as províncias." A citação encontra-se nas páginas 271-272.

[19] Para alguns exemplos, ver: Stein (1990, p. 94; 270-271); Eisenberg (1977).

[20] Dentre os quais, podemos citar: Bergad (2004); Nogueról, Versiani, Vergolino (2016, p. 249-292); Ribeiro (2017, p. 85-123).

150%, entre 1850-1 e 1861-2; em Cuba (1851-58) e nos Estados Unidos (1851-60), o aumento ocorrido foi da ordem de 110%. De acordo com Bergad,

> [...] as tendências nos preços dos escravos foram muito semelhantes nos três maiores sistemas escravagistas das Américas durante a década de 1850 – mas as associações entre as importações e os mercados internos de escravos eram muito diferentes. Nesta década o comércio escravagista no Brasil teve uma súbita repressão; em Cuba as importações aumentaram muitíssimo; e nos Estados Unidos há muito deixara de ter qualquer relação com os preços para os escravos. Não obstante, nessas três regiões houve aumentos quase equivalentes nos preços dos escravos (Bergad, 2004, p. 251).

Esse autor levantou uma outra hipótese explicativa na tentativa de compreender a "meteórica ascensão" dos preços dos escravizados no decênio de 1850. Ele assinalou que os valores podem ter subido

> [...] por causa da demanda europeia dos produtos básicos do Novo Mundo e do aumento na produtividade e lucratividade da mão-de-obra escrava. Se os valores dos escravos subiram demais, pode-se pressupor que a elevação da demanda causou a elevação dos preços, e isto por sua vez refletia a maior lucratividade de suas atividades econômicas. Assim, o preço do trabalho escravo subiu na década de 1850, mas não devido à rápida crise causada pelo fim do tráfico, mas a fatores econômicos mais essenciais como o aumento das demandas da produtividade e das mercadorias (Bergad, 2004, p. 252-253).[21]

Ele argumenta, em linhas gerais, que as tendências análogas nas curvas de preços dos cativos nos três espaços escravistas estariam relacionadas ao *boom* das *commodities* (café, açúcar e algodão). O aumento da demanda europeia e norte-americana, na década de 1850, impactou os preços internacionais desses produtos, invertendo "[...] a trajetória de baixa gradual ocorrida na primeira metade do século 19". Além disso, uma série de transformações tecnológicas, como o desenvolvimento de maquinários para o beneficiamento do açúcar e do café, e o uso cada vez mais frequente de navios a vapor no transporte dessas mercadorias, reduziram os custos de produção e de transação para os

[21] Cabe notar que essa hipótese já havia sido levantada por outros pesquisadores. Moreno Fraginals, Klein e Engerman (1983, p. 1201-1218) mostraram que os preços de escravos em Cuba apresentaram notável correspondência com os de outras regiões das Américas, o que refletia a demanda em expansão, nos portos do Atlântico Norte, por commodities produzidas com trabalhadores escravizados.

senhores de escravizados. Esses fatores levaram ao aumento da produtividade da mão de obra cativa, e, com isso, aumentou-se a eficácia do processo de produção daquelas *commodities* (Bergad, 2004, p. 253).

Nogueról, Versiani e Vergolino (2016, p. 261-262) afirmaram, igualmente, que o aumento nos preços dos trabalhadores escravizados, nos anos 1850, foi provocado pela ampliação da demanda por produtos tropicais (café, açúcar e algodão) nos portos do Atlântico Norte. No que se refere à produção açucareira, os autores destacaram que, em Cuba, houve um crescimento de 70%, na década de 1850, em relação ao decênio anterior, e, em Pernambuco, o índice correlato igualou-se a 33%, no mesmo período. Tendo por base, portanto, a evolução paralela das curvas de preços de cativos no Brasil (Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Sul) e em Cuba, os autores assinalaram:

> O quadro que se depreende [...] é o de um mercado de escravos diretamente influenciado por variações nas perspectivas de lucros oriundos do investimento em mão de obra escravizada, perspectivas essas associadas principalmente à demanda pelas mercadorias produzidas com tal mão de obra. O preço máximo que os compradores estariam dispostos a pagar por um escravo [...] seria o somatório dos rendimentos esperados da atividade produtiva desse trabalhador, levando em conta sua expectativa de vida e uma determinada taxa de desconto no tempo (Nogueról; Versiani; Vergolino, 2016, p. 263).

As exportações de café do Brasil apresentaram tendências semelhantes à encontrada para a produção de açúcar em Cuba e em Pernambuco. A safra de grãos de café passou, em médias anuais, de 110.000 toneladas, entre 1841-51, para 162.000 t, entre 1852-62, um aumento de 47,3% (Samper; Fernando, 2003, p. 432-435). E o preço médio da saca de café (60 kg) também experimentou aumento considerável na mesma época, pulando de 12$200, entre 1841-51, para 18$300, entre 1852-1862 (alta de 50%) (IBGE, 1990, p. 350). Em princípio, tais informes parecem reforçar a hipótese explicativa levantada pelos autores supracitados.

No entanto, é importante que façamos o seguinte questionamento: os fazendeiros de café, os demais proprietários de escravizados e os agentes atuantes nesse mercado de cativos tinham a plena consciência de que, no início dos anos 1850, os preços dos cativos estavam subindo por causa do boom das commodities? Não há dúvidas de que o

argumento de Bergad – seguido de perto por Nogueról, Versiani & Vergolino e Maria Alice R. Ribeiro – é bastante coerente e sedutor. Para nós, contemporâneos, é plenamente factível atrelarmos a inflação da mão de obra cativa ao aumento da demanda por café, açúcar e algodão, pois temos à disposição uma série de dados estatísticos sobre as exportações e preços dessas mercadorias, informes estes não disponíveis de imediato aos agentes coevos. Nesse sentido, a associação entre uma coisa e outra é passível de ser feita. Contudo, é possível cogitarmos que essa associação pode, em um primeiro momento, ter escapado à consciência imediata daqueles agentes.

Deve-se ter em vista, em primeiro lugar, que o aumento nos preços dos cativos foi mais acentuado no Império do Brasil (alta de mais de 150%) do que em Cuba e no Sul dos Estados Unidos (alta de 110%), o que indicaria que a abolição definitiva do tráfico atlântico de africanos escravizados para o Brasil (1850) teve, sim, um peso incisivo na configuração dos preços.

Na esteira da independência política do Brasil, em 1822, a coroa britânica, em troca do reconhecimento do novo Estado soberano, exigiu de D. Pedro a assinatura de um tratado que decretasse o fim do tráfico negreiro. Este compromisso, firmado em 13 de março de 1827, previa a supressão do tráfico entre África e Brasil em três anos (Marquese; Tomich, 2009, p. 364-365). Com efeito, em 7 de novembro de 1831, o parlamento brasileiro promulgou uma lei decretando, de fato, o encerramento do comércio negreiro transatlântico.[22]

Após um breve interregno no comércio transatlântico, as importações em larga escala de africanos para o Centro-Sul do Brasil foram retomadas – ilegalmente, é importante que se diga – a partir de 1835, fruto da pressão política exercida pelos fazendeiros de café do Vale do Paraíba (Mattos, 2004; Parron, 2011, p. 121-191; Marquese, 2008, p. 140). Aliás, uma das primeiras reações à Lei de 7 de novembro de 1831 partiu da Câmara Municipal de Bananal, cujos vereadores enviaram uma representação à Assembleia Geral sugerindo a derrogação da Lei (Bethell, 1976, p. 104;

[22] Sobre a Lei de 1831, ver: Grinberg; Mamigonian (2007, p. 91-340).

Parron, 2011, p. 129-130). O número de africanos ilegalmente escravizados saltou de 30 mil, em 1835, para 46 mil, em 1839. A despeito do declínio na entrada de navios negreiros, na primeira metade da década de 1840, os desembarques logo retomaram a tendência dos anos anteriores e atingiram o pico da série histórica do tráfico atlântico para a região: no ano de 1848, aportaram no Centro-Sul 52 mil africanos ilegalmente escravizados. Os agentes do Estado nacional brasileiro resistiram ao máximo à agressiva política externa britânica de combate ao tráfico negreiro transatlântico. Mas, finalmente, foram vencidos: em 1850, o Parlamento aprovou a Lei Eusébio de Queirós, abolindo, assim, o comércio negreiro.

Em segundo lugar, é bem verdade também que, a partir de 1848-9, os preços do café no mercado mundial iniciaram uma trajetória de aumento paulatino, invertendo, assim, a tendência de baixos preços (1822-3 a 1847-8). A majoração nos preços do café foi provocada pelo aumento da demanda pelo artigo, que, por sua vez, levou à valorização da mão de obra escravizada, não apenas no Vale do Paraíba, mas em todo o Império do Brasil. E tudo isso estava ocorrendo no exato momento em que o tráfico atlântico de africanos teve de ser encerrado pelo aumento da pressão britânica. Sendo assim, pode-se argumentar que tanto o boom das commodities no mercado mundial quanto a abolição definitiva do tráfico negreiro teriam provocado o aumento substantivo nos preços médios dos trabalhadores escravizados, no Império do Brasil.

Considerações finais

A segurança com a qual o cativeiro nacional contou após 1850 só foi abalada quase dez anos depois, quando os impactos dos eventos norte-americanos foram sentidos no Brasil e os dirigentes políticos passaram a pensar em soluções para tentar encaminhar a escravidão à um fim ordeiro. A lei do ventre livre foi a resposta concebida para realizar tamanha empreitada. No decorrer de seu longuíssimo contexto de elaboração e promulgação, marcantes impactos puderam ser observados na ordem privativa das fazendas e na escravidão como um todo, muito embora tenhamos nos limitado a analisar

a reação do mercado de escravos a esse contexto. Mas a lei de 1871 não impactaria negativamente na escravidão, pois não visava à abolição imediata, mas sim em longínquo prazo. Não é toa que se pode afirmar que a lei de 28 de setembro conferiu sobrevida institucional ao cativeiro nacional. Por outro lado, ao mesmo tempo, os preços internacionais do café e o aporte das ferrovias no Vale do Paraíba possibilitaram uma sobrevida da agricultura escravista na região. Com a compreensão de que os ventos sopravam a seu favor, os fazendeiros vale-paraibanos fizeram de tudo para tentar maximizar seus lucros. E conseguiram, ainda que por pouco tempo. O correr dos anos assistiu ao avanço do abolicionismo quase na mesma velocidade em que as terras agricultáveis do Vale deixavam de existir. O mercado de escravos, sem sustentação material e política, se desfez no ar.

Fontes primárias

Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Senhores Deputados, 1870-1871. Disponível em: www.camara.gov.br

Anais do Parlamento Brasileiro: Senado, 1871. Disponível em: www.senado.gov.br

INVENTÁRIOS post mortem. Cruzeiro: MMN, 1830-1879.

Referências bibliográficas

A abolição no Parlamento: 65 anos de luta (1823-1888). Brasília: Senado Federal, 2012, 2 vol., vol. 1.

ALONSO, Angela. Flores, votos e balas. O movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). São Paulo: Cia. das Letras, 2015.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX). 1. ed., 1995. São Paulo: Annablume, 2003.

AZEVEDO, Elciene. O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

BANDEIRA, Moniz. Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois Séculos de História). 1. ed., 1972. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BARBOSA, Silvana Mota. "A Imprensa e o Ministério: escravidão e Guerra de Secessão nos jornais do Rio de Janeiro (1862-1863)". CARVALHO, José Murilo; CAMPOS, Adriana Pereira. (Org.). Perspectivas da Cidadania no Brasil Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

BARMAN, Roderick J. Imperador Cidadão. 1. ed., 1999. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BERGAD, Laird W. Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888. 1. ed., 1999. Bauru: EDUSC, 2004.

BETHELL, Leslie. A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869. 1. ed., 1970. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1976.

BRASIL. IBGE. Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

CASTILHO, Celso Thomas. Slave Emancipation and Transformations in Brazilian political citizenship. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2016.

CHALHOUB, Sidney. Machado de Assis, Historiador. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888. 1 ed., 1972. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Emília Viotti da. "Brazil: the age of reform, 1870-1889". BETHELL, Leslie (org.). The Cambridge History of Latin America. (Volumem V.) c.1870 to 1930, 1986, p. 725-777.

COSTA, Fernando A. A. da. Em distantes paragens: demografia, riqueza, escravidão e mercado em Santa Rita do Turvo na segunda metade do Oitocentos. 2014. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

COSTA, Wilma Peres. A espada de Dâmocles: o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império. São Paulo: Unicamp, 1996.

DORATIOTO, Francisco. Maldita guerra. Nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

EISENBERG, Peter. Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910. 1. ed., 1974; trad. port. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Falas do Throno desde o anno de 1823 até o anno de 1889 acompanhadas dos respectivos votos de graças da Camara Temporaria. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

GANDRA, Daniel Nogueira. Audazes pioneiros: terras, escravos e fortunas em Piraí, 1810-1888. Tese de Doutorado. 2020. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

GRINBERG, Keila; MAMIGONIAN, Beatriz (Org.). Dossiê: "Para inglês ver"? Revisitando a lei de 1831. Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro, ano 29, v. 1/2/3, p. 91-340, jan./dez. 2007.

IZECKSOHN, Vitor. Slavery and War in the Americas. Race, Citizenship, and State Building in the United States and Brazil, 1861-1870. Charlottesvile: University of Virgina Press, 2014.

MALHEIRO, Perdigão. A Escravidão no Brasil. Ensaio Histórico-Jurídico-Social. Parte 3. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1867.

MARQUESE, Rafael de B. Capitalismo, escravidão e a economia cafeeira do Brasil no longo século XIX. Saeculum – Revista de História. João Pessoa, v. 29, p. 289-321, jul./dez. 2013.

MARQUESE, Rafael de B. Diáspora africana, escravidão e a paisagem da cafeicultura no Vale do Paraíba oitocentista. Almanack Braziliense (online), v. 7, p. 138-152, maio 2008.

MARQUESE, Rafael. "The Civil War in the United States and the Crisis of Slavery in Brazil". Don H. Doyle (Org.). American Civil Wars: The United States, Latin America, Europe, and the Crisis of the 1860s. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2017. p. 222-245.

MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. Internacional escravista: a política da Segunda Escravidão. Topoi, Rio de Janeiro, v. 12, p. 97-117, 2011.

MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. "O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX". SALLES, R.; GRINBERG, K. (Org.). O Brasil Imperial (1808-1889). Volume II (1831-1871). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 339-383.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. O tempo Saquarema. 1. ed., 1987. São Paulo: Hucitec, 2004.

MELLO, Pedro C. de. A economia da escravidão nas fazendas de café: 1850-1888. Rio de Janeiro, 1984.

MATTOSO, Kátia M. de Q. Ser escravo no Brasil. 1. ed., 1982; trad. port. São Paulo: Brasiliense, 2001.

MIRANDA, Bruno da Fonseca. O Vale do Paraíba contra a Lei do Ventre Livre, 1865-1871. Dissertação de Mestrado. 2018. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MIRANDA, Bruno da Fonseca. A Lei do Ventre Livre e a administração do tempo histórico no Império do Brasil. (Manuscrito em avaliação).

MORENO, Breno A. S. Desbravando os sertões da Piedade: terra e trabalho no Vale do Paraíba cafeeiro (Bananal, c.1800-1880). Tese de Doutorado. 2022. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MORENO FRAGINALS, Manuel; KLEIN, Herbert S.; ENGERMAN, Stanley L. The Level and Structure of Slave Prices on Cuban Plantations in the Mid-Nineteenth Century: Some Comparative Perspectives. The American Historical Review, v. 88, n. 5, 1201-1218, dec. 1983.

NABUCO, Joaquim. Um Estadista do Império. Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época. (Tomo 2). Rio de Janeiro: H. Garnier, 1897.

NABUCO DE ARAÚJO, José Thomaz; MARQUÊS DE SÃO VICENTE, José Antônio Pimenta Bueno. Trabalho sobre a extincção da escravatura no Brasil. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1868.

NOGUERÓL, Luiz Paulo F.; VERSIANI, Flávio R.; VERGOLINO, José R. O. "Preços de escravos e racionalidade econômica". VERSIANI, Flávio R.; NOGUERÓL, Luiz

Paulo F. (org.). Muitos escravos, muitos senhores: escravidão nordestina e gaúcha no século XIX. São Cristóvão: Editora UFS; Brasília: Editora UNB, 2016. p. 249-292.

PARRON, Tâmis. A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

RIBEIRO, Maria A. R. Preços de escravos em Campinas no século XIX. História Econômica & História de Empresas, v. 20, n. 1, p. 85-123, jan.-jun. 2017.

SALLES, Ricardo. E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SALLES, Ricardo. Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SAMPER, Mario & FERNANDO, Radin. "Historical Statistics of Coffee Production and Trade from 1700 to 1960". CLARENCE-SMITH, William G. & TOPIC, Steven (Org.). The global coffee economy in Africa, Asia, and Latin America, 1500-1989. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 411-462.

SLENES, Robert W. "Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888". COSTA, Iraci del Nero da (Org.). Brasil: história econômica e demográfica. São Paulo: IPE-USP, 1986. p. 103-155.

SLENES, Robert W. "The Brazilian internal Slave Trade, 1850-1888: regional economies, Slave experience, and the politics of a peculiar market". JOHNSON, Walter (ed.). The Chattel principle: internal slave trades in the Americas. New Haven: Yale University Press, 2004.

STEIN, Stanley J. Vassouras. Um município brasileiro do café, 1850-1900. 1. ed., 1957; trad. port. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

TOPLIN, Robert Brent. The Abolition of Slavery in Brazil. New York: Atheneum, 1972.

WHATELY, Maria Celina. O café em Resende no século XIX. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

YOUSSEF, Alain El. O Império do Brasil na Segunda Era da Abolição, 1861-1880. Tese de Doutorado. 2019. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Os limites da "mão invisível" na teoria de Adam Smith

Bruna Medeiros Gouvêa

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

Os limites da "mão invisível" na teoria de Adam Smith

The limits of the "invisible hand" in Adam Smith's theory

Bruna Medeiros Gouvêa [1]

Resumo

Este trabalho dedica-se a analisar o contexto e a ideia geral de "mão invisível" através das próprias obras de Adam Smith (*A Riqueza das Nações e A teoria dos sentimentos morais*) e demonstrar que as interpretações geralmente se equivocam ao atribuir a essa expressão uma ideia de um mercado autorregulador socialmente eficiente. Além disso, este artigo busca demonstrar que o Estado possui funções imprescindíveis nos escritos smithianos que não corroboram para uma perspectiva de um autor que supostamente apoiaria um *laissez-faire* radical.

Palavras-chave: *Smith; Mão invisível; teoria; pensamento econômico*

Abstract

This work is dedicated to analyzing the context and the general idea of an "invisible hand" through Adam Smith's works (The Wealth of Nations and The Theory of Moral Sentiments) and to demonstrate that interpretations are generally wrong in attributing to this expression an idea of a socially efficient self-regulating market. In addition, this article seeks to demonstrate that the State has essential functions in Smith's writings that do not support a perspective of an author who would supposedly support radical laissez-faire.

Keywords: *Smith; invisible hand; theory; economic thinking*

[1] Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), atualmente mestranda em Economia na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) com bolsa FAPES, também é pesquisadora no Grupo de Estudos de Crítica à Economia Política (GECEP).

***

Introdução

Ao cabo do século XVII e no alvorecer do século XVIII irrompe na Europa a corrente filosófica iluminista, fruto de uma revolução científica que sobrepujava o antecedente cenário de fanatismo religioso que era congênito ao feudalismo. O iluminismo concedeu as bases para o desenvolvimento do pensamento liberal clássico que se pautava em ideais de progresso e liberdade em oposição à política absolutista dominante. (HOBSBAWM, 2017; MERQUIOR, 2014).

O liberalismo econômico antagonizava com o modo de produção feudal e veio a se tornar a teoria do capitalismo emergente. É nesta conjuntura história, pré-revolução industrial, que Adam Smith (1723-1790) tece sua teoria. Filósofo escocês, tido como pai da economia moderna[2], Smith marca o pensamento liberal dirigido para a teoria econômica, sendo o grande nome da economia política clássica. (FRITSCH, 1985).

O contexto em que se encontravam os países, sobretudo europeus, em que os autores do liberalismo escreviam, desencadeou uma visão pouco simpatizante à interferência estatal, dado o comportamento deletério e despótico dos monarcas naquele quadro histórico (HILL, 1985; BURNS, 1982). Não por outro motivo os liberais clássicos delimitavam seus ideais a um governante com parcos poderes. (HOBSBAWM, 2017) Desta maneira, o cerne do pensamento liberal se dava na ideia de limitação dos poderes estatais e de liberdade individual (VÁRNAGY, 2006; NETTO; BRAZ, 2007).

A obra de Smith, desta maneira, possui como característica a noção de cerceamento dos poderes estatais como mais benéfico à sociedade. Porém, há um radicalismo atribuído à esta visão do economista político pela sua concepção de "mão

[2] "Na Inglaterra [e Escócia] de Adam Smith, o capitalismo industrial ainda estava em seus estágios iniciais. A agricultura ocupava o primeiro lugar, ao passo que o artesanato e a indústria doméstica continuavam a predominar no interior da indústria." (RUBIN, 2014, p.275). Smith pesquisava no bojo de uma Grã-Bretanha ainda no princípio da Revolução Industrial, deste modo, o autor analisa um período ainda manufatureiro da economia. (RUBIN, 2014).

invisível" do mercado, existe uma noção que se trata de uma entidade autônoma com poderes capazes de realocar os recursos causando um bem-estar pleno. Essa é uma interpretação extremista de uma expressão utilizada apenas duas vezes pelo autor (Uma vez em "A Riqueza das Nações" e uma na "Teoria dos sentimentos morais")[3], uma versão que se popularizou por Frédéric Bastiat (1801-1850) e que considerava que Smith apoiava um *laissez-faire* com restrição total a atuação do Estado. (HUNT, 2005).

Este trabalho busca desconstruir, através, sobretudo, da *Magnum opus "Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações"*, a ideia de que Smith apoiava uma liberalização total da economia, ou seja, busca apresentar os limites da noção da mão invisível como um (na expressão de Prado (1993)) "macro-sujeito divino".

A problemática

Nas últimas décadas, o paradigma neoliberal se firmou como a estrutura predominante para abordar a questão do desenvolvimento econômico. A maioria das nações trabalharam para expandir o papel dos mercados em suas comunidades, simultaneamente se questionou (e ainda se questiona) o papel do Estado e sua efetividade em intervir na economia através de políticas públicas (GOLDSMITH, 1995), sendo elas muitas vezes vistas como prejudicial à atividade econômica (HAYEK, 1994). Isso se agrava com a desconfiança nos governos que tem se tornado pauta nos últimos anos, sobretudo de países subdesenvolvidos, com escândalos crescentes de corrupção e má gestão.

O neoliberalismo, decerto, é controverso enquanto conceito. Katz e Coggiola (1996) afirmam que esse modo de proceder do capital seria uma resposta da crise dos anos 1960[4] que se expressa em um Estado que é "máximo para o capital e mínimo para o social", isto é, que intervém visando salvaguardar o capitalismo de seus colapsos,

[3] Há uma outra ocasião que Smith utiliza a expressão "mão invisível", mas nada tem a ver com economia e sim com fenômenos físicos, em sua obra "History of Astronomy". (UJALDÓN, 2008)

[4] Uma crise chamada por alguns autores, como Carcanholo e Baruco (2006), Mendonça (1990), Ribeiro e Mendonça (1986) e outros, como "estrutural", ou seja, diferente de crises cíclicas, as do tipo estrutural são aquelas em que são necessárias novas saídas, uma nova maneira de proceder no capitalismo.

amparando grandes empresas, ao mesmo passo que diminui seu papel em pautas de bem-estar social, promovendo políticas de austeridade.

Esse Estado mínimo é influenciado por autores que são hoje identificados pelos críticos como neoliberais, mas que assim não se consideravam, tal como Friedrich Hayek (1899-1992), Milton Friedman (1912-2006) e outros que constituíam o que foi chamado *Mont Pèlerin Society*[5]. Uma sociedade que acreditava estar resgatando o liberalismo real de autores clássicos como Smith, mas que na prática tratava-se de um liberalismo de "*laissez-faire* radical", onde a intervenção estatal seria prejudicial para economia e a (suposta) "mão invisível" deveria atuar livremente. (ANDERSON, 1995).

Assim, seguindo a tradição de alguns interpretes smithianos, os novos liberais são levados a encarar essa "mão invisível" para além do atribuído por Smith e, ademais, consideram que o pensamento liberal é aquele em que o Estado não possui funções e nem pode/deve intervir para o bem-estar da população. Em razão disto, este trabalho busca desmistificar essa ideia através dos próprios trabalhos do autor que é considerado o "pai da economia moderna".

Frédéric Bastiat popularizou a interpretação de uma mão invisível autônoma (HUNT, 2005). No entanto, antes dele, autores como Dugald Stewart (1753-1828), um divulgador das obras de Smith, acreditava que a expressão "*laissez-faire*" cunhada, dizem, por um mercador em uma conversa com o famoso ministro de Estado e economia francês (Jean-Baptiste Colbert), era uma ideia afortunada para exprimir o mínimo de interferência possível a qual, supostamente, o mais importante liberal defendia. (STEWART, 1794).

[5] "Entre os célebres participantes estavam não somente adversários firmes do Estado de bem-estar europeu, mas também inimigos férreos do New Deal norte-americano. Na seleta assistência encontravam-se Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lippman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros. Aí se fundou a Sociedade de Mont Pèlerin, uma espécie de franco-maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos. Seu propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro." (ANDERSON, 1995, p.9)

Assim, muitos autores prosseguiram propalando a ideia equivocada acerca de como Smith encara os poderes e atribuições do Estado. Um exemplo deste pensamento pode ser visto em Châtelet (2009), atribuindo a Smith a ideia de que "o bom governo é aquele que, não intervindo de nenhum modo na ordem econômica, protege a propriedade e o capital, faz com que reine uma ordem [...] a fim de que ela possa desenvolver suas capacidades comerciais." (p.65). Ora, é verdade que o precursor da economia política defende que é necessária a proteção da propriedade privada sobre tudo, mas não é correto que ele compreenda que não deva haver intervenção de modo nenhum na economia.

Até mesmo um economista de Chicago (Viner (1927)) chegou a perceber que a natureza econômica necessita do magistrado e que não há em Smith uma formulação de um princípio de *laissez-faire*, também não existe nenhuma condenação explícita da interferência governamental. O que existe é uma interpretação incorreta de uma alusão acidental a uma "sabedoria da natureza", muito mais presente na "Teoria dos Sentimentos Morais" do que na obra de economia de Smith.

O chamado "problema de Smith" tem espaço entre muitos dos que tratam de pensamento econômico, um debate que encontra diversas posições. Essa controvérsia é dada pelas duas perspectivas que são vistas em "Teoria dos Sentimentos Morais" (TSM) e na "Riqueza das Nações" (RN), a primeira uma obra de ética e a segunda de economia. É claro que duas obras sobre assuntos tão diferentes não teriam muitas similitudes, a questão é que os estudiosos acreditam que Smith se contradiz. (UJALDÓN, 2008).

Batizado pela Escola Historicista Alemã de Economia, o *Das Adam Smith Problem* trata do debate da (in)compatibilidade entre a Teoria dos Sentimentos Morais e a Riqueza das Nações. De um lado se argumenta que as obras representam duas concepções da natureza humana[6], em que a TSM sempre se referencia aos demais e a RN sobre os próprios interesses individuais.

[6] "[...] a resposta é filosoficamente crucial para o liberalismo clássico e o republicanismo liberal, porque neles a liberdade do mercado dentro de um marco legal bem estabelecido é uma parte importante de sua concepção de ordem política e social. Mas tudo isso não é suficiente. A vida social não deve apenas possibilitar a liberdade econômica, embora isso seja importante, mas também deve possibilitar a realização

Assim, essas duas produções, na visão de alguns autores (tais como Viner (1927)), variam significativa e irreconciliavelmente nas questões da natureza da ordem natural nos pontos em que se cruzam. Na visão desse intérprete, a Riqueza das Nações evita quase inteiramente o foco em um deus benigno servindo como o criador e supervisor da natureza, algo que é encontrado na Teoria dos Sentimentos Morais. Outra interpretação similar é de que na TSM o filósofo apresentaria um ponto de vista promotor da simpatia entre os homens e na RN indivíduos direcionados pelo auto interesse.

Paganelli (2008), ao contrário, argumenta que os abusos potenciais do interesse pessoal parecem ter remédios eficazes na Theory of Moral Sentiments, mas que em The Wealth of Nations os mesmos mecanismos falham e as consequências são catastróficas. Apelar à beleza do sistema natural de liberdade regulado pela mão invisível não parece um mecanismo de defesa suficientemente forte contra a ganância dos comerciantes e manufatureiros que leva ao empobrecimento da sociedade. Assim, a autora afasta A Riqueza das Nações da economia convencional e a aproxima da literatura de escolha pública.

Este trabalho não busca tratar de todas as questões que são ou não incompatíveis nos dois livros, nem se há na TSM um autor "jovem e otimista" e na RN um Smith "maduro e realista" como outros interpretes (PAGANELLI,2008). O próximo tópico pretende discutir os dois usos feitos nessas obras da questão e da ideia por detrás da "mão invisível", se elas são ou não dispares nesses livros e se a expressão (contextualizada) chancela a atual ideia que se tem (e que é usada por neoliberais) de um *laissez-faire* radical.

A "mão invisível"

Antes de mais nada, um conceito relevante para compreensão da obra de Adam Smith trata-se da "divisão do trabalho", não é por outro motivo, pois, que já nos primeiros

de "modelos de vida" dignos de serem vividos, ainda que apenas na perspectiva dos próprios sujeitos." (UJALDÓN, 2008, p.22).

capítulos de *A Riqueza das Nações* o autor se dedica a tratar dessa temática. (RUBIN, 2014).

A diversidade de aptidões e habilidades, o ensejo da especialização produtiva, isto é, de produzir apenas um produto utilizando-se do excedente deste para barganhar com as demais mercadorias necessárias/úteis na vida do sujeito, deu origem ao princípio da divisão do trabalho. As particularidades que os indivíduos adquirem ao longo dos anos permitem o desenvolvimento de certas inclinações que são aprimoradas como uma profissão[7]. (SMITH, 1985a).

Essa especialização permite com que os diferentes ofícios possam atender as necessidades da coletividade, ou seja, cada qual em sua ocupação proporciona a satisfação das demandas da sociedade. A divisão do trabalho possibilita que os sujeitos abdiquem da necessidade de produzir tudo o que consomem, assim, cada um produzindo uma parte, propicia um excedente na sociedade, posto que há um ganho de produtividade. Na dinâmica da conhecida fábrica de alfinetes, Smith demonstra que ao dividir a produção em muitas tarefas, aonde todo indivíduo possui uma função pequena e mecânica, abre-se a possibilidade de fabricação de uma quantidade muito maior de bens. (SMITH, 1985a; RUBIN, 2014).

A origem da divisão do trabalho é atribuída pelo filósofo a uma "propensão existente na natureza humana [...] a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra" (SMITH, 1985a, p.49). Esta troca é o resultado de um trabalho cooperativo entre os homens e mulheres com vistas à sua sobrevivência, muito embora "não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse." (SMITH, 1985a, p.50).

Por conseguinte, os seres humanos se relacionam por meio da troca visando um auto interesse, passam a necessitar uns dos outros para sua sobrevivência, porém esse auxílio não advém de uma bondade, mas da mútua vantagem dessa relação. Neste

[7] "Ao virem ao mundo, e durante os seis ou oito primeiros anos de existência, talvez fossem muito semelhantes entre si, e nem seus pais nem seus companheiros de folguedo eram capazes de perceber nenhuma diferença notável. Em torno dessa idade, ou logo depois, começam a engajar-se em ocupações muito diferentes." (SMITH, 1985a, p.51)

contexto, Smith é visto como um autor individualista, e é nesse desenvolvimento de ideias que atribui um papel socialmente positivo ao egoísmo, posto que este é um elemento de ordem e progresso. O "egoísmo" de Smith vai no sentido de apontar que o indivíduo ao buscar seus próprios interesses, acaba por servir aos interesses de outrem. Da vantagem individual acarreta uma vantagem coletiva. (SMITH, 1985a; CORAZZA, 1985).

Na sociedade mercantil "Uma vez plenamente estabelecida a divisão do trabalho [...] todo homem subsiste por meio da troca, tornando-se de certo modo comerciante; e assim é que a própria sociedade se transforma naquilo que adequadamente se denomina sociedade comercial." (SMITH, 1985a, p.57). É através dessa ideia da sociedade mercantil em que os indivíduos se beneficiam da especialização produtiva de seus pares que cada qual, servindo aos seus próprios interesses, fornece à comunidade o necessário aos outros. É deste modo que nasce a ideia de "mão invisível", expressão utilizada uma única vez na principal obra de Smith, no final do primeiro volume de *The Wealth of Nations*. Essa expressão se localiza em um argumento acerca de como o comerciante, buscando o melhor para seus negócios, acaba por aumentar a renda da sociedade em que se encontra:

> Geralmente, na realidade, ele [o comerciante] não tenciona promover o interesse público nem sabe até que ponto o está promovendo. Ao preferir fomentar a atividade do país e não de outros países, ele tem em vista apenas sua própria segurança; e orientando sua atividade de tal maneira que sua produção possa ser de maior valor, visa apenas a seu próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos, é levado como que por uma **mão invisível** a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções. (SMITH, 1985a, p.379. Negrito e parênteses meu).

A expressão se difundiu e se autonomizou para além do expresso por Smith, como uma regra geral. Smith (1985a) expõe uma mão invisível em que o comerciante em busca dos seus benefícios não seja o único a usufruir de suas escolhas pessoais, mas que com isso acaba beneficiando a comunidade. O que mais essa mão invisível faz?

Smith (1999, p.226) também usa a mesma expressão na *Theory of Moral Sentiments* e o trecho, normalmente desconectado do contexto, é repetidamente citado

> Em todos os tempos, o produto do solo sustenta aproximadamente o número de habitantes que é capaz de sustentar. Os ricos apenas escolhem do monte o que é mais precioso e mais agradável. Consomem

> pouco mais do que os pobres; e a despeito de seu natural egoísmo e rapacidade, embora pensem tão-somente em sua própria comodidade, embora a única finalidade que buscam, ao empregar os trabalhos de muitos, seja satisfazer seus próprios desejos vãos e insaciáveis, apesar disso dividem com os pobres o produto de todas as suas melhorias. São conduzidos por uma **mão invisível** a fazer quase a mesma distribuição das necessidades da vida que teria sido feita, caso a terra fosse dividida em porções iguais entre todos os seus moradores; e assim, sem intenção, sem saber, promovem os interesses da sociedade, e oferecem meios para multiplicar a espécie. Quando a providência dividiu a terra entre uns poucos orgulhosos senhores, não se esqueceu e tampouco abandonou os que pareciam ter ficado fora dessa partilha. (negrito meu).

Normalmente as primeiras frases são suprimidas quando a passagem é citada, mas elas são importantes para compreender o que Smith (1999) está colocando. Primeiro há que situar o excerto, ele se encontra na quarta parte do livro, denominada "Do efeito da utilidade sobre o sentimento de aprovação", no capítulo 1 "Da beleza que a aparência de utilidade confere a todos os produtos de arte, e da ampla influência dessa espécie de beleza". Neste capítulo o autor começa explicando como a utilidade não é apenas a comodidade proporcionada por algo, mas a beleza também dá uma agradabilidade a mais. Assim, o homem busca por utilidades banais, sobretudo ao observar as posses dos outros e ambicioná-las, imaginando que elas são o fruto da felicidade, ele as persegue incessantemente.

O pobre pode alcançar esses bens, segundo Smith (1999), por meio de um trabalho exaustivo por toda vida, até que quando os obtém, percebe que são "meros enfeites frívolos em nada mais capazes de propiciar alívio ao corpo e tranquilidade ao espírito" (p.222) dos quais não trazem de volta a juventude e o tempo perdido. Poderia esse pobre ter sido tão feliz com a pouca comodidade quanto os ricos, de acordo com o autor, pois essas "bugigangas" se constituem vantagem apenas ao passo que são objetos de vaidade ao satisfazer o amor natural à distinção. Em uma ilha esses objetos valeriam muito pouco, mas sujeitos ao deleite do espectador, se tornam valiosos àquele homem.

Não obstante, essa ambição não é negativa para Smith (1999), ao contrário, ela é uma ilusão que moveu os seres humanos a "cultivar o solo, a construir casas, a fundar

cidades e estados e a inventar e a aperfeiçoar todas as ciências e artes, que enobrecem e embelezam a vida humana; que mudaram toda face do globo [...]" (p.225) etc.

O que isso tem a ver com a dita "mão invisível"? Smith (1999) continua seu raciocínio e expressa que, ainda que um Senhor cultive amplos campos, não pode ele consumir além "do que sua barriga", tal qual um camponês. Esse dono do cultivo de terra se vê, pois, "obrigado a distribuir [vender] o que sobra" e ele só o faz porque pode trocar esse excedente por "enfeites frívolos".

Então, volta-se à citação longa da página 226 que expressa a seguinte ideia: os proprietários de terra vão consumir suas necessidades alimentares, mas não conseguem ingerir todo produto de seu solo, assim, o resto de seu cultivo vai para os outros componentes da sociedade, fazendo uma "distribuição". Os camponeses só poderão comprar essas mercadorias porque foram empregados pelos donos do terreno. Desta maneira, não é pela bondade desses proprietários de terra, mas por sua ambição ao empregar homens para cultivá-la, aperfeiçoa-la e vender seu excedente produtivo visando trocar por "bugigangas inúteis", que acaba vendendo o excedente do produto de sua terra, fazendo com que esses alimentos cheguem até as outras casas. E é isso que a "mão invisível" faz, nada mais[8].

Essa ideia, no fundo, é a mesma que está expressa na RN, pois que nas duas obras, Smith (1985b, 1999) ao usar a metáfora da mão invisível está expressando a sua percepção de que os seres humanos se guiam por seu interesse próprio e, fazendo isso, promovem a divisão social do trabalho, contribuindo para uma produção maior da sociedade. Quando as pessoas trocam/vendem o produto de seu trabalho (ou de sua terra), só estão pensando em seu próprio ganho, mas proporcionam ao outro a obtenção dessa mercadoria. Em síntese, a invisible hand diz respeito apenas à produção e distribuição de bens e em um cenário restrito, em nenhum momento ela é posta como socialmente eficiente.

[8] Claro que se pode discutir a ideia de "providência" que Smith (1999) atribui a esse processo, como se esse fosse o mesmo resultado que dividir a terra por igual, e certamente discordar com o argumento que naturaliza a divisão dessas terras, algo que ignora o processo de acumulação primitiva indicado por Marx (2017).

Quando se estende a alguns aspectos do sistema econômico, essa harmonia é frequentemente mostrada em A Riqueza das Nações como incompleta e imperfeita. Onde existe harmonia, ela normalmente toma a forma de uma harmonia média ou estatística que se manifesta apenas na massa geral de fenômenos, deixando espaço para a possibilidade de que certos processos naturais, mesmo aqueles que tenham um efeito geral positivo, possam ter efeitos negativos nas situações específicas ou em determinados momentos. Smith nunca se baseia extensivamente em suas afirmações de que há harmonia na ordem natural como um todo para sustentar sua afirmação imediata de que tal harmonia existe dentro da gama particular de eventos econômicos que ele está analisando (VINER, 1927).

Portanto, considerar que o autor pressupõe um determinismo providencial ao desenvolver a metáfora da mão invisível, como se fosse o mecanismo manipulador de um "macro-sujeito divino", é errôneo. (PRADO, 1993). Essa compreensão "determinística", "providencial" é a ideia popular de mão invisível, de uma economia que não necessita de intervenções, que livremente, de forma autônoma, realoca os seus recursos beneficiando a todos irrestritamente. Essa interpretação mais radicalizada vem pioneiramente de Frédéric Bastiat, um adepto ao laissez-faire de tal maneira que vê o mercado como uma atuação divina da ordem e justiça na terra. A "mão invisível" é transformada, pois, em uma premissa e regra política. Bastiat reafirma a harmonia universal do capitalismo, sendo este tão benéfico para os trabalhadores como para os capitalistas. (HUNT, 2005).

Essa interpretação do capitalismo como socialmente igualmente bom para toda sociedade contradiz o posicionamento do pai da economia moderna. Ainda que Smith (1999) coloque na TSM que o rico acaba, em certa medida, por contribuir com o pobre, afigura-se incorreto que ele os iguale, tendo percebido que para dispor das mesmas comodidades do afortunado, alguém que não nasceu com tal vantagem teria de trabalhar toda vida para conquistar o mesmo, acabando por conseguir esse conforto só ao cabo dela. Smith (1985ab) tanto percebia as desigualdades que o sistema apresentava, como também não era um idealista da livre-concorrência irrestrita, já que propôs intervenções e funções ao Estado, até para amenizar as contradições apresentadas pelo sistema. Essas ideias são aprofundadas no próximo tópico.

Funções do Estado em Smith

Adam Smith foi influenciado pela teoria do pai do liberalismo, John Locke (1632-1704), utilizando-se da expressão "contrato" que advém da teoria do "contrato social", tornando-se assim herdeiro desse iluminismo contratualista de Locke (1998), ou seja, possui uma visão de governo em que há um consentimento do povo, um contrato que existe para o bem da sociedade. Isto quer dizer que o pano de fundo das proposições da economia política de Smith visava um governo que servisse ao bem-estar do corpo social.[9]

> O comércio e as manufaturas raramente podem florescer por muito tempo em um país que não tenha uma administração de justiça normal, no qual as pessoas não se sintam seguras na posse de suas propriedades, no qual a fidelidade nos contratos não seja garantida por lei e no qual não se possa supor que a autoridade do Estado seja regularmente empregada [...]. Em suma, o comércio e as manufaturas raramente podem florescer em qualquer país em que não haja um certo grau de confiança na justiça do Governo (SMITH, 1985b, p.316).

Desta maneira, Smith enfatiza três "bens públicos": lei e ordem fundamentais; direito à propriedade; e cumprimento de contratos. Esses quesitos são essenciais para a troca no capitalismo. (GOLSMITH, 1995).

Os contratos são o mecanismo pelo qual os indivíduos buscam e garantem negócios, eles são pactos entre duas ou mais partes. Um requisito lamentável porque, na opinião de Smith, os homens são propensos a buscar vantagens de forma desonesta. Através desses acordos, os participantes de uma negociação podem ter certeza de obter uma troca justa, isso torna mais fácil também para o indivíduo fazer negócios com organizações fora de sua vizinhança imediata. Assim, os contratos expandem o campo de transações e promovem economias de escala, de produção e distribuição, de modo que sem contratos o sistema capitalista não pode funcionar. (GOLSMITH, 1995).

[9] "Todas as constituições de governo, entretanto, são valorizadas apenas na proporção em que tendem a promover a felicidade dos que vivem sob elas. Esse é seu único uso e propósito." (SMITH, 1999, p.227).

A questão central levantada pelo autor na sua Magnum opus trata-se de quais políticas públicas propiciariam um aumento do que hoje é chamado de produto nacional bruto per capita. Embora Smith seja frequentemente retratado como um defensor do capitalismo desregulado, isso nunca se traduziu em uma ausência do governo. Em vez disso, ele atribui apoio crucial ao setor governamental. Smith não acredita que a política econômica ótima seja necessariamente não ter nenhuma, ao contrário de certos fundamentalistas econômicos. O filósofo escocês propunha que dever-se-ia impor limites e haver suporte para desenvolver e distribuir riquezas, uma vez que o sistema econômico "natural" seria incapaz de satisfazer todas as necessidades materiais da sociedade. (GOLDSMITH, 1995).

Assim, Smith, diferente do entendimento propagado sob influência de Frédéric Bastiat, não é um defensor de um *laissez-faire* radical (HUNT, 2005). Em diversas passagens o autor atribui funções ao Estado, das mais simples às mais complexas.

Direitos fundamentais

Um dos deveres do "soberano" anunciado por Smith (1985b) é de "criar e manter certas obras e instituições públicas" (p.147) que não poderiam ser feitas pelo capital privado. Esta impossibilidade é motivada pelo alto gasto inicial de alguns desses investimentos, ou também por razão de um retorno lento e/ou insuficiente, além da possibilidade de despesas correntes que precisam ser administradas e seu montante pode variar a depender de cada período, como são os casos das estradas, pontes, canais navegáveis, portos, etc. (SMITH, 1985b).

Ainda que uma empresa privada pudesse custear construções de interesse público, sua manutenção muitas vezes seria negligenciada. Smith (1985b) coloca o exemplo de uma estrada: O dono que tivesse o pedágio como fonte de rendimento não teria incentivo em fazer reparações na pista, porque os motoristas prosseguiriam pagando a mesma taxa visto que é inevitável para quem queira por ali passar, rendendo o mesmo para o proprietário. No caso de a estrada ser pública, o governante teria responsabilidade de

mantê-la e seria cobrado para isso. As obras públicas, no entender de Smith, poderiam se auto sustentar[10] ou ser custeada por impostos que recairiam sobre os mais ricos[11].

Até mesmo em governos liberais o Estado contribui de forma indireta para a acumulação de atividades privadas no mercado de capitais, como ao ministrar moeda estável e servir de amparo ao sistema financeiro, possibilitando o crescimento das empresas. A infraestrutura que permite a circulação econômica, isto é, a movimentação de bens e serviços no mercado, também está incluída nessa função. (GOLDSMITH, 1995).

Smith (1985a, p.357) declara que é importante que o estadista garanta uma renda ao seu povo:

> A Economia Política, considerada como um setor da ciência própria de um estadista ou de um legislador, propõe-se a dois objetivos distintos: primeiro, prover uma renda ou manutenção farta para a população ou, mais adequadamente, dar-lhe a possibilidade de conseguir ela mesma tal renda ou manutenção; segundo, prover o Estado ou a comunidade de uma renda suficiente para os serviços públicos. Portanto, a Economia Política visa a enriquecer tanto o povo quanto o soberano.

Desta maneira, cabe ao chefe de Estado se encarregar de viabilizar que a população possua renda. Sem embargo, Smith não explica como isso é realizado.

[10] "A maior parte dessas obras públicas pode ser facilmente administrada de tal maneira que elas mesmas gerem uma receita específica suficiente para cobrir seus próprios custos, sem acarretar ônus algum à receita geral do país. Uma estrada, uma ponte, um canal navegável, por exemplo, na maioria dos casos podem ser construídos e mantidos mediante o pagamento de um pequeno pedágio pelos veículos que os atravessam; em se tratando de um porto, com a cobrança de uma moderada taxa portuária por tonelagem a cada embarcação que nele for carregada ou descarregada. A cunhagem de moeda, outra instituição para facilitar o comércio em muitos países, não somente cobre suas próprias defesas como também gera uma pequena receita ou senhoriagem paga ao soberano. Os serviços postais, outra instituição destinada ao mesmo fim, além de pagar suas próprias despesas, em quase todos os países propiciam renda bastante considerável para o soberano. Quando os veículos trafegam [...] pagam pedágio em proporção ao seu peso ou tonelagem, cobrem a manutenção dessas obras públicas exatamente na proporção do desgaste que nelas causam. [...]. Ademais, esta taxa ou pedágio, embora adiantada pelo transportador, acaba sendo paga pelo consumidor" (SMITH, 1985b, p.174).

[11] Isso seria feito através de, por exemplo, mais impostos para veículos de luxo com intuito de amenizar para os pobres. (SMITH, 1985b)

Liberdade religiosa e educação

Desde o princípio, Smith, fortemente ancorado na sua herança iluminista, defende um Estado laico, visto que quando uma religião é posta em destaque, ela facilmente utiliza-se desses poderes de modo prejudicial e alienante à população. (SMITH, 1985b). Isso é coerente com a contraposição dos iluministas à ideia do "direito divino dos reis"[12].

Uma das soluções contra o fanatismo apresentada por Smith (1985b) é a de o Estado promover diversões públicas, especialmente através da arte, dado que, de acordo com o autor, a alegria inibe a tristeza que serve aos propósitos fanáticos.

Ainda seguindo uma tradição iluminista, Smith (1985b) apoia o amplo acesso aos estudos. Muitas repercussões públicas negativas resultam da educação para mantê-la como um empreendimento privado e voluntário. A importância da educação para a comunidade é tão forte que os governos a financiam consistentemente. (GOLDSMITH, 1995).

A educação, sobretudo para aqueles que pertencem a classe trabalhadora, é essencial no pensamento de Smith, pois "[...]a educação das pessoas comuns talvez exija, em uma sociedade civilizada e comercial, mais atenção por parte do Estado que a de pessoas de alguma posição e fortuna" (SMITH, 1985b, p.214). O autor atenta para o fato de que este último grupo de pessoas tem tutores, família, que custeiam e oferecem educação, fazendo-as exercitar suas faculdades mentais até pelo menos completar os dezoito ou dezenove anos. À vista disso, antes de iniciar nos negócios, a classe trabalhadora deve ser incentivada aos estudos, dado que:

> O homem que gasta toda sua vida executando operações simples, cujos efeitos também são, talvez, sempre os mesmos ou mais ou menos os mesmos, não tem nenhuma oportunidade para exercitar sua

[12] A associação de governantes com a religião data de mais de 2000 a.c, quando os povos sumérios da mesopotâmia concentraram poder em um regente que substituiu a figura do sacerdote dos templos, para que pudesse fazer obras amplas para além do templo. A consolidação do poder deste regente só poderia ser feita pela captura da religião para si, assim sua legitimação de construções e fornecimento da matéria-prima foi sendo conferida pelos homens um caráter divino. (PINSKY, 1994). As religiões mudaram através dos séculos, mas essa filiação que os governantes fizeram a elas no decorrer das Eras se manteve por muito tempo, pois a crença de um regente como ser divino lhe confere a mais alta força política em sociedades marcadamente religiosas. O "direito divino dos reis" foi uma teoria que defendia que os regentes estavam ali porque Deus os dera aquele poder, como um direito divino ao trono. Locke (1998) foi um dos teóricos que buscou derrubar essas teses que associavam o rei a uma posição inquestionável.

> compreensão ou para exercer seu espírito inventivo no sentido de encontrar meios para eliminar dificuldades que nunca ocorrem. Ele perde naturalmente o hábito de fazer isso, tornando-se geralmente tão embotado e ignorante quanto o possa ser uma criatura humana. [...]. Ele é totalmente incapaz de formar juízo sobre os grandes e vastos interesses de seu país (SMITH, 1985b, p.213).

O argumento é de que é o Estado que deve fornecer essa educação, pois assim ela não estaria ao dispor dos gostos dos instrutores ou da moda[13], de sorte que só uma educação livre de interesses mercantis permite a ciência prosperar. "Com gastos muito pequenos, o Estado pode facilitar, encorajar e até mesmo impor a quase toda a população a necessidade de aprender os pontos mais essenciais da educação." (SMITH, 1985b, p.215).

Assim, Smith enfatiza a importância de o governo prestar muita atenção à educação dos desprivilegiados, da classe trabalhadora e dos jovens. Para evitar que seja totalmente deferida aos interesses e conveniências comerciais, o Estado deve preservar a educação pública. (CORAZZA, 1985).

Além de que essa educação deveria ser laica visando não comprometer o indivíduo e a nação como um todo. Aliás, a ciência e a filosofia deveriam ser ensinadas, porque "a ciência é o grande antídoto para o veneno do fanatismo e da superstição, e quando todas as classes superiores da população estivessem imunizadas contra esse veneno, as classes inferiores não poderiam ficar muito expostas a ele." (SMITH, 1985b, p.224).

Para Smith (1985a), uma população instruída é mais "decente" que um povo ignorante, posto que faz uma avaliação justa do governo e não se deixa manipular por ele.

Segundo Corazza (1985), Smith entende que, sob o liberalismo, a grande maioria da população tem o "direito de escolher" um trabalho que entorpeça suas mentes e os impeça de experienciar uma "conversão racional". Uma das maiores inconsistências do liberalismo smithiano é evidente aqui: a liberdade de atividade individual, que é vista

[13] "Se não houvesse instituições públicas para educação, não se ensinaria nenhum sistema e nenhuma ciência que não fossem objeto de alguma procura ou que as circunstancias da época não tornassem necessário, conveniente ou, pelo menos, de acordo com a moda. [...]. Tais sistemas e tais ciências só podem subsistir em sociedades devidamente incorporadas para a educação, cuja prosperidade e renda são, em grande parte, independentes de seu renome e totalmente independentes de sua operosidade." (SMITH, 1985b, p.212)

como um requisito para o desenvolvimento e o bem-estar geral, implica manter essas coisas fora do alcance da grande maioria da população. Aqui, também, é evidente que o Estado liberal tem as características que Smith e outros economistas liberais defenderam: é tanto uma garantia da liberdade individual de ação quanto o responsável pelo pagamento do dano que produz.

Defesa nacional

A paz e a ordem sempre foram questões em quase todos os relatos históricos, principalmente à noite e nas regiões rurais. O movimento de mercadorias era arriscado e lento, e bandidos e piratas prosperavam. A lentidão econômica era praticamente inevitável. De tal forme que mesmo Friedman (2014) reconhece a necessidade do Estado em prevenir a coerção interna e externa. No entanto, é simples subestimar o trabalho necessário para alcançar essa função e para que o governo cumpra sua responsabilidade protetora. (GOLDSMITH, 1995).

Como é evidente que as pessoas não podem dar e receber bens que não "possuem", a propriedade é uma ilusão legal que serve como pedra angular do capitalismo. A propriedade de mercadorias e serviços deve ser definida, mantida pelo Estado, e a maneira pela qual a propriedade pode ser transferida deve ser determinada. Para que a troca do capitalismo funcione, esses princípios devem ser estáveis. (GOLDSMITH, 1995)

Assim, outra função do Governo que é abordada na obra de Smith (1985b) trata-se da segurança da comunidade. Chatêau (2009) também observou isso na obra smithiana, no entanto ele afirma que o governo em Smith tem de ser "despótico quanto à defesa dos bens, à livre circulação das mercadorias, à vigilância e à punição dos que pretenderem entravar o curso natural das coisas. Pois a polícia – outro nome para designar a ordem política – deve ser tão inflexível quanto a ordem natural." (p.64). Não há embasamento na Riqueza das Nações para tal interpretação, o suposto despotismo neste assunto não é mencionado, nem a inflexibilidade da "polícia" e menos ainda que a "ordem natural" é inflexível.

O que Smith (1985b) aponta sobre essa questão é que o estadista deve proteger o povo de possíveis invasões e roubos. Esta defesa dever-se-ia, em uma sociedade com manufatura mais "desenvolvida", ser feita por uma força militar formada e mantida pela sociedade14. O Estado tem de possibilitar a existência e manutenção de um exército, isso porque nas sociedades manufatureiras, ditas "desenvolvidas" por Smith, não é tão fácil constituir tropas. A primeira dificuldade diz respeito à estagnação da produção em caso de os trabalhadores manufatureiros irem à guerra, já que a produção é interrompida nessas ocasiões. Portanto, devem haver pessoas especializadas e mantidas pela comunidade que façam essa segurança. Assim, é encargo do Estado possibilitar um exército.15 A segunda dificuldade é desenvolver armas bélicas, algo que só o investimento estatal pode viabilizar.

O Governo também deve se preocupar com a proteção dentro do seu território, assegurando a ordem e a justiça, posto que paixões e invejas podem ser perigosas entre os membros do corpo social (SMITH, 1985b)

O Governo civil torna-se mais importante com o grau de acumulação da sociedade dada a existência da propriedade privada e a necessidade de assegurá-la. Se esta não existisse, os homens não cometeriam injustiças como quando despossuídos em uma sociedade regida pela posse. Isso porque "onde quer que haja grande propriedade, há grande desigualdade. Para cada pessoa muito rica deve haver no mínimo quinhentos pobres, e a riqueza de poucos supõe a indigência de muitos." (SMITH, 1985b, p.164).

Por conseguinte, Smith (1985b, p.167) revela que "esta desigualdade de fortuna dá, portanto, certa relevância àquele governo civil indispensavelmente necessário para a preservação da própria sociedade". A desigualdade, portanto, desenvolve a violência e, por causa dela, advém a necessidade de proteção estatal. (SMITH, 1985b)

[14] Em uma sociedade (chamada por Smith de) "primitiva", todo homem é um guerreiro, porque estão fisicamente prontos para a guerra, desta maneira não há gasto do Estado, às vezes sequer existe algo como um Estado. Mesmo em comunidades agrícolas, que possuem manufaturas apenas caseiras, homens se tornam facilmente guerreiros, de modo que um soberano é pouco útil neste quesito, segundo Smith (1985).

[15] "Em se tratando [...] da arte bélica, somente a sabedoria do Estado tem condições de fazer com que a profissão de soldado seja uma atividade específica, separada e distinta de todas as outras." (SMITH, 1985b, p.155).

Todas as despesas mencionadas por Smith (1985b) visariam o benefício geral da comunidade. Deste modo, todos deveriam custear esses gastos, proporcionalmente a sua condição financeira.

Destarte, fica exposto que Smith confere muitas funções ao Estado para que este possa sanar as necessidades do povo, sobretudo em uma sociedade com um grau mercantil mais desenvolvido. E, assim, fica claro o autor não é um apoiador de um laissez-faire radical, ao contrário, viu que o interesse próprio e a rivalidade às vezes podem ser prejudiciais aos interesses do público em geral (VINER, 1927).

O problema da intervenção governamental para Smith

Adam Smith é situado em um período histórico onde o governo era mal visto e problemático, a Grã-Bretanha havia passado por revoluções políticas contra governos despóticos, opressores e que cobravam altas taxas para custear suas guerras e luxos. (HOBSBAWM, 2017; HILL, 1985; BURNS, 1982). Era a partir daí que o autor teorizava.

Alguns problemas que Smith via nos governantes como interventores tratam-se dos seguintes: a falta de informação desses formuladores de políticas e a incapacidade de um bom planejamento econômico; incentivos enfrentados pelos estadistas que os encorajam a alcançar resultados mensuráveis mesmo às custas de resultados não medidos mais significativos; luta pela conservação de seu poder e a manutenção de seu status e autoridade; utilização do poder público para promoção de interesses particulares. Questões que existem ainda hoje, mas que eram ainda mais explicitas em 1776. (GOLDSMITH, 1995)

No entanto, como já apontado, Smith não rejeita o Estado como meio de administrar as questões econômicas (e outras) e, como um mal necessário da existência social, certas falhas do governo devem ser suportadas. (GOLDSMITH, 1995)

A hostilidade instintiva contra o Estado que caracteriza o neoliberalismo moderno é muito diferente do desejo de concentrar a atenção do governo nas tarefas que só ele pode e realiza bem. (GOLDSMITH, 1995)

Segundo Paganelli (2008), Smith descreve cenários em suas duas obras principais em que a busca zelosa do interesse próprio individual pode ter resultados desfavoráveis. Ele afirma que o amor-próprio excessivo levaria os homens a favorecer um pequeno ganho pessoal acima de um benefício social significativo. Smith está ciente dos excessos e injustiças causados pelos mesmos comportamentos egoístas que permitem que pessoas e nações tenham sucesso.

Na TSM, Smith (1999) declara que há uma admiração natural aos comportamentos que o indivíduo julga louvável e uma reprimenda àqueles que são vistos como maus, assim, cada qual tenta agir de acordo com regras que são estabelecidas ao ver o comportamento dos outros. Já no seu principal livro (RN), o economista argumenta que o interesse próprio pode gerar abusos de alguns indivíduos na sociedade. É necessário evitar que o governo apoie esse tipo de poderosos na sociedade, visando, por exemplo, impedir a consagração de monopólios. (PAGANELLI, 2008).

Para Smith, a busca pelos interesses próprios do indivíduo (e por sua liberdade) só possibilita resultados positivos para o conjunto da sociedade quando há marcos institucionais apropriados. (UJALDÓN, 2008).

Considerações finais

A expressão "mão invisível" se popularizou entre os liberais ao longo do tempo, levaram essa ideia para além do que Smith havia proposto, mas o fazem atribuindo essa noção ao próprio autor, de modo equivocado.

Na teoria do economista escocês, o Estado tem diversas funções, muitas das quais necessárias para o bem-estar da população, de modo que ele não desconsiderava os efeitos negativos passíveis de ocorrer em uma economia mercantil, sobretudo a desigualdade. Esta deve ser corrigida por aquele que governa a sociedade, visando o bem de todo corpo social, motivo ao qual o estadista ali se encontra.

Assim, o autor não argumentava em prol de um "*laissez-faire*" radical, tampouco acreditava que o Estado não tinha nenhum papel e o mercado poderia conduzir a

economia irrestritamente, promovendo sempre o bem a toda comunidade. Aos que atribuem a expressão "mão invisível" como uma lei que deve ser generalizada é pressuposto que desconsideram que é citada uma única vez em *A Riqueza das Nações*, próximo do final do primeiro volume, e uma vez na *Teoria dos Sentimentos Morais*. Este trabalhou procurou demonstrar que em nenhum dos trechos em que a metáfora é citada podem ser tiradas conclusões para um mercado autorregulador socialmente eficiente.

Desta maneira, questiona-se qual a importância Smith dava a uma ideia de uma "mão invisível", o que ela faz e quais seus limites. É certo que o autor procurava uma limitação dos poderes do governante, como todo liberal, principalmente aqueles que observavam governos absolutistas. Entretanto, isso não significa que as ações estatais são dispensáveis, ou até mesmo empecilhos a uma boa economia, como defendido pelos liberais posteriormente. Ao contrário, em Smith se observa que uma sociedade e uma economia saudável necessita de intervenções do Estado.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BURNS, Edward. M. História da Civilização Ocidental. 2ed. V.1. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1982.

CARCANHOLO, Marcelo.; BARUCO, Grasiela. C. C. Crise dos anos 1970 e as contradições da resposta neoliberal. In: Anais... Encontro Nacional de Economia Política, n. 11, Vitória, 2006.

CHÂTELET, François. História das ideias políticas. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

COGGIOLA, Osvaldo; KATZ, Claudio. Neoliberalismo ou crise do capital? São Paulo: Xamã, 1996

CORAZZA, Gentil. Teoria econômica e Estado (de Quesnay a Keynes). Porto Alegre, RS: FEE, 1985.

FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose. Capitalismo e Liberdade. 1. ed. - Rio de Janeiro: LTC, 2014.

FRITSCH, Winston. Apresentação. In: SMITH, Adam. A Riqueza das Nações: investigações sobre sua natureza e suas causas. V.I. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. p. XII-XXII.

GOLDSMITH, Arthur A. The state, the market and economic development: A second look at Adam Smith in theory and practice. Development and Change, v. 26, n. 4, p. 633-650, 1995.

HAYEK, Friedrich. A. O Caminho da servidão. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.

HILL, C. A Revolução Inglesa de 1640. 2 ed. Lisboa: Editorial Presença,1985.

HOBSBAWM, Eric. Era das Revoluções: 1789-1848. 38 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra 2017.

HUNT, Emery.K. História do Pensamento Econômico: Um pensamento crítico. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 2005.

LOCKE, John. Dois Tratados sobre o governo. São Paulo, SP: Martins Frontes, 1998.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da economia política. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MENDONÇA, António. A. A Crise econômica capitalista e sua forma contemporânea. Lisboa: Caminho, 1990.

MERQUIOR, José Guilherme. O liberalismo Antigo e Moderno. 3 ed. São Paulo, SP:É Realizações, 2014.

NETTO, José Paulo.; BRAZ, Marcelo. Economia política: uma introdução crítica. 2 ed. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

PAGANELLI, Maria Pia. The Adam Smith Problem in Reverse: Sel-Interest in The Wealth of Nations and The Theory of Moral Sentiments. History of Political Economy 40:2, 2008.

PINSKY, Jaime. As Primeiras Civilizações. São Paulo: Atual, 1994.

PRADO, Eleutério. F.S. Elster e a mão invisível. Lua Nova, Abr 1993, no.28-29, p.297-312.

RIBEIRO, Nelson; MENDONÇA, António. A crise econômica atual: um ensaio de interpretação marxista. Revista de Economia Política, v. 6, n. 4, p. 50-70, out./dez. 1986.

RUBIN, Isaak.I. História do pensamento econômico. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014.

SMITH, Adam. A riqueza das nações: investigações sobre sua natureza e suas causas. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985a.

SMITH, Adam. A riqueza das nações: Investigações sobre sua natureza e suas causas. 2.ed. V.II. São Paulo: Nova Cultural, 1985b.

SMITH, Adam. Teoria dos Sentimentos Morais, ou, Ensaio para uma análise dos princípios pelos quais os homens naturalmente julgam a conduta e o caráter, primeiro de seus próximos, depois de si mesmos, acrescida de uma dissertação sobre a origem das línguas. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

STEWART, Dugald. Account of the Life and Writings of Adam Smith, LL.D. Transactions of the Royal Society of Edinburgh 3 (1). Royal Society of Edinburgh, 1794.

UJALDÓN, Enrique. La Constitución de la libertad en Adam Smith. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2008.

VÁRNAGY, Tomá. O pensamento político de John Locke e o surgimento do liberalismo. En publicacion: Filosofia política moderna. De Hobbes a Marx Boron, Atilio A. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; DCP-FFLCH, Departamento de Ciencias Politicas, Faculdade de Filosofia Letras e Ciencias Humanas, USP, Universidade de Sao Paulo, 2006.

VINER, Jacob. Adam Smith and Laissez Faire. The Journal of Political Economy, v.35, n.2, apr., 1927.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

GRANDES EMPRESAS DE CAPITAL NACIONAL FAMILIAR PÓS- REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: ANÁLISE DO CASO DAS EMPRESAS VILLARES (1985-2018)

Bruno Morelli Marangon

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

Grandes empresas de capital nacional familiar pós-reestruturação produtiva: análise do caso das Empresas Villares (1985-2018)

Bruno Morelli Marangon[1]

Resumo:

O texto resultante de um projeto de iniciação científica em curso visa caracterizar as Empresas Villares, empresas consideradas como um caso de extremo sucesso durante o chamado ciclo desenvolvimentista (década de 1930 à década de 1980), e as transformações ocorridas nesse grupo empresarial, a partir da reestruturação produtiva iniciada nos anos 1990. Tem por suposição que a compreensão das transformações sofridas pelas Empresas Villares, permite compreender também as mudanças do ambiente econômico brasileiro e mundial nas últimas décadas e seus impactos sobre grandes empresas brasileiras e como essas empresas, que chegaram a ser estimuladas pelo Estado, se comportaram na chamada globalização e com as mudanças das ações regulatórias do Estado brasileiro nesse contexto.

Palavras-Chave: Empresas Villares; Grupos Econômicos, Reestruturação Produtiva; Bens de Capital; Regulação Estatal.

Abstract:

This text is a result of a running project of scientific initiation that aims to characterize the Villares Companies, companies that had been considered as an extreme success case during what was called the developmentalism cycle (decade of 1930 up to 1980), and the transformations that occured with the company during the productive restructuring period that iniciated around 1990. This Project has the suposition that the understanding of the transformations that Villares companies has suffered allow us to understand the changes

[1] Aluno matriculado no curso de ciências econômicas da EPPEN-UNIFESP. PIBIC- Iniciação Científica – CNPq

in the brazilian and global economic ambiance in the lasts decades and its impacts over the big brazilian companies and how this big companies, that were stimulated by the state, had their results in the period called the globalization and also the changes in the actions of the brazilian regulatory state.

Key Words: Villares Companies, Economic Groups, Productive Restructuring, Capital Goods, State Regulation.

Grandes empresas de capital nacional familiar pós-reestruturação produtiva: análise do caso das empresas villares (1985-2018

***

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho, do qual ora se apresenta uma primeira aproximação com o seu objeto, faz parte de um projeto mais amplo, o Projeto Grandes Empresas Nacionais Pós-Reestruturação Produtiva (1985-2018), do qual deriva como uma pesquisa de iniciação científica. O objetivo do projeto mais geral do qual esse trabalho se origina é estudar as transformações sofridas por grandes empresas de capital nacional de origem familiar, a partir dos impactos da chamada reestruturação produtiva, fenômeno ocorrido no Brasil, especialmente a partir de meados dos anos 1980 e início dos anos 1990

Aqui apresenta-se uma de suas ramificações, uma pesquisa inicial sobre as Empresas Villares, procurando verificar se as mudanças significativas pelas quais a empresa passou entre o final dos anos 1980 até o final da segunda década do século XXI têm a relação com as transformações do panorama econômico e empresarial provocadas pela Reestruturação Produtiva e pelas mudanças nas políticas macroeconômicas, regulatórias e institucionais do Estado brasileiro no mesmo período, o que denotaria uma nova modalidade de acumulação, particularmente no capitalismo existente no Brasil.

As fontes, até aqui, utilizadas para a pesquisa foram fontes bibliográficas sobre a história econômica brasileira e dados sobre as Empresas Villares e o setor de bens de capital, disponíveis na internet.

2 GRANDES GRUPOS ECONÔMICOS NACIONAIS.

O conceito de grupo econômico pode ser descrito como "uma estrutura empresarial de grande porte e diversificada, formada geralmente por uma empresa *holding*, que constitui seu núcleo, mas que somente pode ser compreendida por meio das relações que estabelece com outras unidades empresariais, públicas ou privadas, legalmente independentes." (HIRAKUTA, ROCHA, p. 8). Segundo os autores citados, a formação de grupos econômicos, em uma realidade econômica como a brasileira, ocorre

principalmente por causa das incertezas conjunturais que permeiam às economias periféricas.

Numa realidade econômica típica de economias capitalistas centrais, essas incertezas fazem com que as grandes empresas busquem diversificações mais amplas, isto se dá por meio de empresas *holding*[2] que majoritariamente realizam os seus negócios por meio de *joint-ventures*[3]. A capacidade de tais grupos é muito grande, tornando possível que os impulsos no mercado e na economia ocorram, muitas vezes, por meio de tais grupos, em vez de ocorrer por parte do Estado.

Nas economias centrais, onde a centralização do capital é alta e atinge as suas fronteiras nacionais, ocorre o processo de internacionalização dessa produção. Foi esse tipo de organização da produção que induziu a industrialização dos países atrasados, sendo o início do desenvolvimento das forças produtivas um elemento fundamental da política econômica de Estado, resultado da necessidade de consolidar os capitais nacionais na competição internacional, formando assim, grandes conglomerados, com apoio e suporte público à formação da indústria.

Numa perspectiva de economias periféricas, a partir da necessidade das empresas de alguns países considerados atrasados, enfrentarem a competição internacional, que agora se desenvolvem no interior de suas fronteiras, na disputa, também, pelos seus mercados internos, formaram-se grandes conglomerados, esses conglomerados são os grandes grupos econômicos específicos da periferia.

Na periferia, ao contrário das economias centrais, o apoio do Estado foi decisivo para que a industrialização acontecesse, tentando assim superar as defasagens em

[2] Segundo SANDRONI (1999, p.285) , holding é a "designação de empresa que mantém o controle sobre outras empresas mediante a posse majoritária de ações destas'.

[3] Segundo SANDRONI (1999, p. 315), joint-venture: "significa 'união de risco' e designa o processo mediante o qual pessoas, ou, o que é mais freqüente, empresas se associam para o desenvolvimento e execução de um projeto específico no âmbito econômico e/ou financeiro. [...] No caso brasileiro, esta modalidade foi estimulada especialmente durante os anos 70, envolvendo empresas privadas nacionais, empresas estatais e empresas estrangeiras".

descontinuidades de escala, mobilidade e coordenação de recursos, recursos tecnológicos e financeiros, se comparados com as estruturas dos países desenvolvidos.

No Brasil, devemos ressaltar que para que fossem alcançados os mesmos padrões de qualidade, foi necessário o estabelecimento de vínculos financeiros e cooperativos próprios do desenvolvimento industrial, especialmente no período pós-guerra.

> "O modelo tripartite de formação de alguns empreendimentos durante o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), ou o encadeamento das empresas de metal-mecânica nacionais nas grandes montadoras automotivas, são alguns exemplos do desenvolvimento dos grupos econômicos por meio da definição clara de um papel do capital nacional ante o estrangeiro. A política de desenvolvimento brasileira definiu não só a inserção das empresas e dos grupos empresariais brasileiros em uma particular divisão internacional do trabalho, mas também sua trajetória de diversificação, ao vincular o desenvolvimento destes grupos aos grandes projetos estatais." (HIRATUKA & ROCHA, 2015, p. 15).

Assim, as *holdings* que controlam grupos econômicos têm possibilidades além dos lucros que cada empreendimento pode isoladamente produzir. Esses grupos podem utilizar de mecanismos do mercado financeiro, de modo privilegiado, e assim compor rendimentos mais eficazes, seja para o capital produtivo, seja para o capital financeiro.

Esses grupos representaram uma característica típica da economia nacional brasileira, durante o período do chamado Desenvolvimentismo, como forma de garantia de lucratividade e de tentativa de sobrevivência frente à concorrência das grandes corporações industriais estrangeiras, que passaram a se estabelecer no Brasil, principalmente a partir da segunda metade dos anos 1950 (HIRATUKA & ROCHA, 2015, p. 14).

3 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E EMPRESAS E GRUPOS BRASILEIROS

Devido aos problemas enfrentados pelo modelo fordista/taylorista de produção, seja pelo excesso de oferta, pela incapacidade, devido à chegada na "fronteira da melhor prática", ou pelos problemas envolvidos com os trabalhadores, tais como, lesão por

esforço repetitivo (LER) e estafa mental e a correlata perda de produtividade, as grandes empresas (e os grandes grupos econômicos), nessas circunstâncias, precisaram reinventar o seu modelo de produção e, também, de gestão empresarial. A essa reinvenção se dá o nome de Reestruturação Produtiva.

Um novo modelo de organização da produção industrial, alternativo ao taylorista/fordista foi, primeiramente, desenvolvido no Japão pela empresa Toyota, daí o seu nome: toyotismo. Esse novo modelo se compunha assim: em vez de uma produção em escala, isto é, uma produção em massa, com linha de montagem de um único modelo, padronizado, adotou-se a produção em escopo (ou produção enxuta), no qual o estoque de componentes, peças era mínimo, durante o processo produtivo e o de mercadorias finais também eram mínimos.

Outro fator importante sobre esse tipo de produção é que nesse modelo, o produto pode ser personalizado, diferentemente da produção em escala, que tem como ícone o Ford modelo T preto. Esse modelo de produção também pode ser chamado de produção flexível, uma vez que abre margens (muito grandes) para a terceirização, diminuindo a verticalização das empresas e aumentando a sua horizontalidade.

Essa nova etapa de desenvolvimento capitalista modificou também as características gerais dos trabalhadores do "chão de fábrica", uma vez que agora esses devem ser polivalentes e, talvez, mais qualificados, isto é, nesse modelo já não se encaixa mais o operário parcelar, que estabelece ações apenas repetitivas, que não tem formação técnica sobre a atividade produtiva que desenvolve, uma vez que o operário tem rotatividade dentro da fábrica/companhia.

Em conformidade com essa nova característica dos operários/trabalhadores foi possível se desenvolver um avanço tecnológico dentro das fábricas utilizando maquinário com maior tecnologia, robôs para automação de atividades repetitivas e o uso da informática (e da microinformática) para analisar e processar dados que colaboram com a produção.

Outro fator que decorre do uso de mão-de-obra qualificada é a possibilidade da implementação de controles de qualidade, isto se dava por meio de equipes e comitês específico para isso. Nesse modelo a preocupação com a qualidade passou a ser encaminhada, também, pelas equipes de trabalho, que buscavam um aperfeiçoamento contínuo da produção. Todo esse esforço se dava para minimizar os custos da produção, ampliando sua qualidade e diminuindo as necessidades de reparo e de estoques imobilizados, que não agregam valor.

Nessa nova forma de organização da produção capitalista, que se inicia por volta de 1970 na Europa e por volta de 1990 no Brasil, a produção industrial vivenciou o que se convenciona chamar como a "terceira revolução industrial", marcando como consequência a desconcentração das indústrias e a geração de desemprego em massa, uma vez que nem todos os operários estavam preparados para atender aos novos requisitos e porque muitas atividades passaram a ser realizadas por máquinas.

Não se pode, porém, comentar sobre a terceira revolução industrial sem comentar sobre a onda de globalização que o mundo vivia simultaneamente. A globalização permitiu uma maior integração dos processos de produção (cadeia produtiva) com os mercados financeiros mundiais, uma vez que o fluxo de capitais, passou a fluir de forma eletrônica e praticamente instantânea, gerando assim maior liquidez aos operadores e *big players* que comandam tanto a cadeia produtiva, quanto o mercado financeiro (no caso dos países com industrialização atrasada, os grupos econômicos, um dos objetos dessa pesquisa).

No Brasil, a reestruturação produtiva ocorreu por meio do início do esgotamento do chamado ciclo do desenvolvimentismo, no qual o Estado foi o grande impulsionador da indústria nacional. Esse ciclo teve como objetivo desenvolver a indústria nacional para substituir produtos que eram importados e que poderiam ser produzidos nacionalmente, ocorrendo por volta de 1930 e 1980.

Após esse período, principalmente devido às pressões exercidas pelas crises do petróleo e da maior produtividade das indústrias dos países que já tinham vivido a

reestruturação produtiva, em conjunto com as transformações empresariais e econômicas ocorridas no período final do regime militar no Brasil, o crescimento expressivo alcançado, até então, passou a tender à estagnação. Esse foi o caso, para as Empresas Villares, especialmente com o fim do governo Geisel.

Além disso, cabe salientar que durante os anos 1990 o Estado brasileiro alterou o rumo de suas políticas, focando na globalização, isto é, o Estado brasileiro teve como foco a abertura econômica e a abertura do seu sistema financeiro. Nessas condições as indústrias nacionais ficaram desamparadas, uma vez que até este período o Estado foi o impulsionador (demandante) e protetor, por meio de políticas protecionistas, algo que foi afrouxado a partir do governo Collor (1990-1992) e estendeu sua tendencia para os anos subsequentes. Esse contexto, aliado com as mudanças impostas pela globalização e pela reestruturação produtiva colaboraram para o retraimento do investimento e expansão na indústria nacional. Todas essas mudanças vividas da década de 1950 em diante deixaram grandes marcas no complexo industrial do Brasil, seja pelo retraimento no investimento, seja por uma diminuição na proteção à entrada de empresas multinacionais, quadro este que é complexo de ser revertido, enrijecendo assim uma conjuntura que não favorece plenamente o investimento e o desenvolvimento da indústria nacional.

4 O SETOR DE BENS DE CAPITAL

As empresas Villares fazem parte dos setores de bens de capital e siderurgia.

Os dois maiores picos de crescimento da indústria brasileira, no setor de bens de capital, estiveram relacionados com o plano de Metas nos anos 50 (1956-1961), o II PND nos anos 1970. O fim do regime militar marca o início do esgotamento da fase do crescimento industrial no Brasil, induzido por ações deliberadas do Estado. Esses picos que o setor teve foram resultados de impulsos gerados pelo investimento ou incentivo estatal, sendo o Estado o maior incentivador da industrialização, isto é, as empresas industriais brasileiras, majoritariamente vão bem quando o Estado atua como demandante

ou possibilitando incentivos ou financiamentos com melhores condições, em alguns casos, também pode ser com uma atuação protecionista.

O fim do ciclo desenvolvimentista, os anos 1980 e 1990, marcou uma mudança de rumos na economia brasileira. Os anos 1980 foram marcantes pois foi um período de instabilidade econômica e uma consequente retração do mercado, isso também ocorreu na América Latina, o que diminuiu a demanda para a indústria brasileira, uma vez que no período os mercados latino-americanos eram importantes clientes das indústrias brasileiras de bens de capital.

Os anos 1990 marcaram a economia brasileira pela abertura comercial e o maior grau de liberalização comercial, questões desencadeadas com o processo de globalização, que deslanchou com a reestruturação produtiva desenvolvida anteriormente neste trabalho, o que atuou de forma negativa na indústria nacional.

> Com o fim das barreiras tarifárias e não-tarifárias para a compra de bens de capital no exterior o setor de bens de capital teve uma retração na sua demanda, essa demanda foi direcionada para a importação de bens de capital (uma vez que importar era mais atraente do que comprar o nacional). O resultado desses vinte anos de retração e empecilhos foi uma retração de aproximadamente Δ = -33,4% no consumo aparente de bens de capital, a cifra dessa redução é na casa dos bilhões de dólares, sendo que no início dos anos 80 era de US$ 24 bi e reduzindo se para US$ 16 bi nos anos 2000[1] (MDIC, p.1).

Nessas condições de adversidade e extrema competitividade, a indústria nacional buscou se remodelar, formando assim novos modos de procedimentos, gestão e mais eficiência. Essa reestruturação é a Reestruturação Produtiva (tópico comentado anteriormente), um movimento que se iniciou com a decadência do modelo fordista e tem como exemplo e auge o modelo toyotista (ou de acumulação flexível).

Essas mudanças possibilitaram o aumento da produtividade, a qualidade dos produtos ofertados e à uma redução no preço relativo das máquinas e equipamentos produzidos e vendidos no Brasil, porém, as influências da abertura econômica dos anos 90 ainda são sentidas na pele do empresariado, uma vez que o núcleo da produção

industrial do Brasil ainda é liderado por empresas multinacionais. Documentos do MDIC[4] (*Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio)* apontam que o setor tem de importar algo na cifra de 30 a 40% dos seus insumos.

Vale salientar que mesmo com abertura econômica dos anos 90, que causou os seus prejuízos à indústria nacional, esta também tem os seus benefícios, sendo eles a capacitação da difusão de tecnologias, acesso eficiente, mais rápido e preferencial para o suprimento de máquinas que atendam às especificidades da produção do país.

5 EMPRESAS VILLARES

As Empresas Villares originaram-se por volta de 1918, no centro da cidade de São Paulo, realizando manutenção de elevadores. Ela se iniciou com 3 sócios, sendo eles, A.M. Lowsby (Britânico), Frederich James Pirie (Escocês) e Carlos Dumont Villares. Juntos expandiram a empresa passando a produzir e montar elevadores. Com a morte de Carlos Villares é Luiz Villares na década de 1920. Luiz viaja aos Estados Unidos e é convidado pela *General Motors* a ser um representante dos refrigeradores *Frigidaire*. O sucesso com a venda das *frigidaires* no Brasil grande e Luiz Villares acumular certo capital e instalou uma fábrica no bairro do Canindé) e, com os recursos da primeira fábrica, montou a segunda no bairro do Cambuci, quando se instaurava a II Guerra Mundial.

Nesse período muitos componentes não podiam ser importados, o que gerou oportunidades para a Villares desenvolver a sua própria tecnologia. O desenvolvimento tecnológico da Villares foi exponencial, nesse período desenvolveram e implantaram a primeira prensa de forjamento, que tinha capacidade de 500 toneladas, na usina de São Caetano do Sul (AQUINO, 1986, p. 155), a partir dessa prensa puderam também fabricar e vender pontea-rolantea, desse produto surgiu a primeira subsidiária da companhia: a

[4] Documento elaborado pela Coordenação Geral de Bens de Capital, do Departamento de Setores Intensivos em Capital e Tecnologia da Secretaria do Desenvolvimento da Produção, a partir do "Estudo da Competitividade de Cadeias Integradas no Brasil: impactos das zonas de livre comércio – cadeia Bens de Capital", e de publicações das principais entidades do setor.

Equipamentos Villares. Passaram, também, a produzir motores e controles elétricos, partes mecânicas, locomotivas, automação e informática (microprocessadores e microcomputadores). A partir dos produtos que foram sendo desenvolvidos, novas divisões empresariais eram criadas. Esse foi o ciclo do crescimento orgânico da empresa.

Com o fim da II Guerra Mundial, abria-se o caminho das Empresas Villares para a sua ascensão, com o advento da indústria automobilística, feito que só pode ser realizado graças ao desenvolvimento tecnológico da empresa que já contava com uma prensa hidráulica de 2.000 toneladas. Com as necessidades de bens de capital por outras empresas do Brasil e especialmente no estado de São Paulo, pode-se então desenvolver oportunidades no setor de bens de capital.

Por volta dos anos 1950 a conjuntura econômica era favorável, o sentimento era de crescimento e de oportunidade, foi o período em que a Villares abriu o seu capital, um feito importante para o grupo, isso gerou mais tração para a expansão da empresa. Com a perenidade no ritmo do seu crescimento, outro feito foi marcante na história do grupo, foi a entrada do então BNDE (atualmente, BNDES), um grande acionista, que vinha com o intuito de priorizar o mercado interno, algo que não foi plenamente concretizado, uma vez que as empresas exportavam algo na cifra de 50% da sua produção, mas sem dúvida foi um feito marcante para o crescimento da empresa.

A quebra da perenidade no crescimento da companhia ocorreu na década de 1970 (período do II PND, este também teve grande influência sobre a trajetória da companhia e do grupo), um ponto de inflexão na história da companhia e do grupo, no período do governo Geisel, o próprio Presidente Geisel tinha feito um pedido para Paulo Villares expandir a sua produção industrial, na ocasião a demanda do presidente seria para suprir as obras e a malha ferroviária do metrô da cidade de São Paulo, porém, entre o período de tempo do pedido e a ampliação da produção era o fim do governo Geisel, iniciando assim um período de endividamento para o grupo Villares, uma vez que a capacidade da produção nunca mais atingiu o seu auge como no período do governo Geisel.

A morte de Luiz Villares, o rearranjo da companhia para que o filho Paulo Villares assumisse os negócios como um todo e a conjuntura econômica marcaram um período de declínio da companhia. O endividamento da companhia foi grande e foi feito em dólares uma vez que se realizou nos Estados Unidos, esse outro fator veio para colaborar com o estabelecimento de uma crise interna ao grupo, uma vez que a administração da empresa era familiar.

Na década de 1980 a Villares procurou diversificar as suas operações, atuando no setor de indutores elétricos para a MAFERSA (Materiais Ferroviários S/A) e adquirindo as empresas, Siderúrgica Nossa Senhora Aparecida S/A e Aços Anhanguera S/A. Além disso, o grupo também iniciou a sua atuação na área da tecnologia eletrônica, com a produção de microprocessadores e computadores pessoais (com tecnologia própria).

Mesmo com as diversificações realizadas na década de 1980, as Empresas Villares não voltaram ao topo novamente, o conglomerado que abrigava 15 empresas se reduziu para 3, com o decorrer do tempo, as empresas foram vendidas até que foram completamente absorvidas por empresas maiores (Acesita, Grupo SulAmérica, Schindler Brasil, Sidenor, Böhler-Uddeholm AG (Austríaca), Gerdal), para mais detalhes veja o anexo 3 que contém toda a cronologia das Empresas Villares.

Por conseguinte, o fim do desenvolvimentismo no Brasil e o avanço da globalização alteraram por definitivo os rumos das Empresas Villares, uma vez que podemos ver notícias[5] em jornais que exemplificam as dificuldades e as reestruturação que a companhia estava passando. Este momento foi o início de uma nova fase, esta fase buscou a reestruturação da companhia por meio de uma associação com a *General Eletric* para liquidar as suas dívidas e retornar ao patamar de empresa geradora de lucros. Apesar dos esforços, esse objetivo não foi alcançado, poucos anos depois as Empresas Villares foram vendidas e incorporadas por outras empresas maiores do setor, algumas dessas, são

[5] No dia 20 de outubro de 1991 o jornal Folha de São Paulo publicou uma notícia referente às dificuldades mudanças que as Empresas Villares estavam enfrentando. Acesso em: https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=11487&anchor=4904221&pd=b6ddc11da3b478eb0cadc55312ccb779

empresas multinacionais, cito como exemplo a entrada do grupo Suíço Schindler em 1999 e o grupo Austríaco Voestalpine AG em 2004.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Villares foi um Grande Grupo Nacional (GGN), funcionavam como uma *holding.* Esse modelo de negócio contava com uma abrangente diversificação do setor, essa abrangência agrupava desde empresas que produziam bens de capitais, insumos para a indústria siderúrgica até fábricas de locomotivas elétricas (licenciadas pela *General Motors*) que na década de 1980-90 tinha uma capacidade de produzir oitenta locomotivas por mês (AQUINO, p. 172). Outro ponto que faz das Empresas Villares um GGN, é o fato de ter aberto o seu capital (*IPO*) em bolsa (AQUINO, p. 171), isso promoveu a possibilidade de a companhia alavancar o seu crescimento sem a necessidade de recorrer a empréstimo. Essa aliança entre o mercado financeiro com "o lado real da economia" que a Villares utilizou, também é uma característica marcante na sua atuação como GGN.

O Grupo também vivenciou a Reestruturação Produtiva, a mundialização da economia, maiores fluxos e liberdade financeira, abertura comercial em escala mundial e uma crise nos mecanismos de regulação que atuavam desde a II Guerra Mundial. O grupo buscou um novo *modus operandi*, estabeleceu projetos de retornar o grupo para o patamar da geração de lucros, porém, devido à conjuntura econômica nacional e internacional, esse objetivo não pode ser plenamente alcançado.

As Empresas Villares foram um exemplo icônico sobre o desenvolvimento do setor de bens de capital e da indústria no Brasil, sua história é tão próxima da história do desenvolvimento do Brasil que em alguns momentos temos a impressão de que ambas se misturam e formam uma única.

A trajetória da companhia é única, tem um começo singelo com o conserto de elevadores e depois um incrível crescimento graças à parceria com *General Motors* para a venda de refrigeradores *Frigidaire*, essa parceria foi o impulso necessário para que durante o período da II Guerra Mundial, com as dificuldades impostas sobre a importação,

pudesse se desenvolver o início da indústria de bens de capital no Brasil. Esse momento também marca o início da pesquisa e do desenvolvimento (P&D) de bens de capitais com tecnologia nacional. Muito se expandiu a partir daí, outras empresas que eram subsidiárias da companhia surgiram por volta desse período. Grandes mudanças sucedem esse período, a morte do pioneiro Luiz Villares e o advento da indústria automobilística vieram em conjunto para redirecionar os rumos da companhia.

O *Gran Finale* da ascensão da companhia foi a procura do então Presidente Ernesto Geisel (1974-1979) para o então Presidente da Companhia, Paulo Villares, com pedidos de compra para a implementação do metrô da cidade de São Paulo. Em virtude dos investimentos realizados para atender a demanda do Presidente Geisel a companhia recorre a empréstimos internacionais, esses não conseguem ser liquidados como planejados, constituindo assim, um ponto de inflexão na lucratividade da companhia. A partir desse momento a companhia necessita se reestruturar e faz isso reduzindo às áreas de atuação.

Um ponto que é categórico é a conjuntura do fim do desenvolvimentismo no Brasil, o desenrolar da Reestruturação Produtiva e o desincentivo ao investimento industrial. Essa conjuntura, aliada com a abertura comercial dos anos 1990, produziu a retração da indústria nacional e a entrada das empresas multinacionais, fazendo com que mais competitividade fosse gerada, porém, muitas vezes prejudicando a indústria nacional (caso das Empresas Villares). Porém, essa conjuntura não se limitou ao Brasil, sua expansão se deu na América Latina, o que também prejudicou a indústria nacional, uma vez que a América Latina era um dos seus maiores clientes.

Além disso, não se pode deixar de comentar a sua atuação como grande grupo econômico nacional. No auge, contando com 15 empresas no grupo, buscando a diversificação do risco e dos mercados onde atuava. Outro fato que deve ser mencionado é o da importância do incentivo estatal, é inegável na trajetória das Empresas Villares, que os seus melhores momentos foram os que tiveram como demandante o Estado, outro fator de atuação estatal que deve ser mencionado é o auxílio com o protecionismo às

importações. Paulo Villares pode ter afirmado que o governo deveria ser cauteloso [6]com o protecionismo, mas o decorrer dos fatos e o desenrolar da história mostram o contrário. Nos momentos em que diligentemente houve o protecionismo e conjuntamente os "gastos do governo" na forma mais pura do Keynesianismo, tanto as Empresas Villares como o setor de bens de capital têm períodos positivos e ascendentes.

BIBLIOGRAFIA E REFERÊNCIAS

Aços Villares São Caetano. Disponível em: http://amigosdavillares.no.comunidades.net/acos-villares-sao-caetano.

AQUINO, Cleber. **História Empresarial vivida:** depoimentos de empresários bem sucedidos. p. 151-184 Vol I. 4ed. São Paulo: Gazeta Mercantil, 1987A.

BONELLI, Regis. **As estratégias dos grandes grupos industriais brasileiros nos anos 90**. Brasília: IPEA, Texto para Discussão 569, jul. 1998.

CERUTTI, Mario (coord). **Los estudios empresariales en América Latina. Empresas y grupos empresariales em América Latina, España e Portugal**. México: Universidad Autónoma de Nueva León, 2006. (Prólogo).

Coordenação Geral de Bens de Capital, Departamento de Setores Intensivos em Capital e Tecnologia da Secretaria de Desenvolvimento da Produção. **Setor Bens de Capital.**

GALA, Paulo. **Vilares, uma gigante brasileira, 2019.** Disponível em: https://www.paulogala.com.br/grupo-vilares-uma-gigante-brasileira-que-virou-po/

GONÇALVES, Caroline; SAES, Alexandre Macchione. **Surgimento e desenvolvimento da business history: da história de empresas à história de negócios**. **Anais.** São Paulo: ABPHE, 2017. Disponível em: http://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/14%20Surgimento%20e%20desenvolvimento%20da%20Business%20History.pdf

GORENDER, Jacob. **Globalização, tecnologia e relações de trabalho**. In: ESTUDOS AVANÇADOS 11 (29), 1997

[6] Matéria do dia 20 de outubro de 1991, Jornal Folha de São Paulo. Acesso em: https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=11487&anchor=4904221&pd=b6ddc11da3b478eb0cadc55312ccb779

HIRATUKA, Célio; ROCHA, Marco Antonio Martins da, **Texto para discussão**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília/Rio de Janeiro, Ipea, 1990-2015.

LOBO, Eulália. **História Empresarial.** In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

MDIC, (*Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio), Disponível em: http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/renai/public/arquivo/arq1273166103.pdf, Acesso em: 5 mai. 2021.*

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

As ideias econômicas sobre a pobreza no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (1990-2002)

Cicero Lourenço da Silva; Emmanoel de Oliveira Boff

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

As ideias econômicas sobre a pobreza no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (1990-2002)

Economic ideas about poverty at the Institute for Applied Economic Research (1990-2002)

Cicero Lourenço da Silva[1]; Emmanoel de Oliveira Boff[2]

Resumo

O artigo objetiva mostrar em que medida a abordagem sobre a pobreza, presente na década de 1990, no Banco Mundial, foi capturada no contexto brasileiro, a partir dos textos publicados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no período compreendido entre os anos 1990-2002. Para verificarmos como essas ideias foram difundidas no contexto brasileiro, a composição do trabalho se dará da seguinte maneira: na primeira parte, faremos uma breve exposição sobre o contexto institucional do IPEA, entre os anos 1970-1990, período em que há uma transição na compreensão da mitigação da pobreza, de necessidades básicas para ajustamento estrutural, dentro do Banco Mundial. Na segunda parte, apresentaremos uma análise de conteúdo dos textos publicados pelo IPEA entre os anos 1990-2002, na qual utilizaremos os *softwares Rstudio* e *Iramuteq*, para analisarmos 47 textos publicados pelo IPEA, que estavam vinculados ao tema da pobreza, no período de análise correspondente. Logo após, faremos a análise de discursos de textos representativos publicados, buscando entender em que medida essa rede de saber-poder doméstica "captura" e "edita" as mudanças e recomendações do Banco Mundial sobre políticas de mitigação ou alívio da pobreza.

[1] Doutorando no curso de Pós-Graduação em Economia pela Universidade Federal Fluminense - UFF. E-mail: cicerolourenco@id.uff.br

[2] Docente do curso de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: emanoelb@gmail.com

As ideias econômicas sobre a pobreza no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (1990-2002)

Palavras-chave: *IPEA; Banco Mundial; Pobreza.*

Abstract

The article aims to show to what extent the approach to poverty, present in the 1990s, at the World Bank, was captured in the Brazilian context, from texts published by the Institute of Applied Economic Research (IPEA), in the period between the years 1990-2002. In order to verify how these ideas were disseminated in the Brazilian context, the composition of the work will be as follows: in the first part, we will make brief exposition on the institutional context of IPEA, between the years 1970-1990, a period in which there is a transition in the understanding of poverty alleviation, from basic needs to structural adjustment, within the World Bank. In the second part, we will present a context analysis of the texts published by IPEA between the years 1990-2002, in which we will use Rstudio and Iramuteq software, to analyze 47 texts published by IPEA, which were linked to the theme of poverty, in the period of analysis corresponding. Soon after, we will analyze the discourses of published representative texts, seeking to understand to what extent this network of domestic knowledge-power "captures" and "edits" the World Bank's changes and recommendations on poverty mitigation or alleviation policies.

Keywords: *IPEA; World Bank; poverty.*

As ideias econômicas sobre a pobreza no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (1990-2002)

***

Introdução

Ao longo dos anos, diferentes conceituações, medidas e teorias foram atribuídas à compreensão das causas e formas de medir a pobreza. De acordo com Laderchi, Saith e Stewart (2003), a forma como conceituamos e medimos a pobreza influencia os fundamentos e programas de pobreza elaborados por governos e instituições, em diferentes contextos. Porém, é essencial entender os processos que possibilitaram determinadas inflexões sofridas no tempo e no espaço destas conceituações e teorias atribuídas ao termo pobreza, bem como compreender em que medida influenciam a elaboração de políticas reais em diferentes contextos.

O problema da pobreza – em particular, as recomendações do Banco Mundial sobre o tema, a partir da década de 1990[3] pautaram uma agenda política internacional voltada para políticas sociais focalizadas, via identificação de uma "população alvo". A principal estratégia de mitigação da pobreza é pautada em programas de transferência de renda seletiva, que se tornaram, também, um forte objeto de pesquisas acadêmicas[4].

Compreender como determinadas ideias econômicas que pretendem ser aplicadas em nível global (como as elaboradas pelo Banco Mundial) são consumidas e disseminadas em um nível local é nosso objetivo geral neste trabalho. É válido destacar que atores institucionais, como o Banco Mundial, fornecem modelos para moldar políticas nacionais - modelos que circulam e são 'consumidos' em determinados contextos (rede doméstica de atores). Ou seja, interessa-nos entender como essas ideias

[3] Para Barnett e Finnomore (2004), os organismos internacionais, tais como o Banco Mundial, classificam e organizam a informação e o conhecimento sobre todos os países; podem criar e fixar significados em recomendações políticas e, portanto, moldar a política mundial, a exemplo da adesão de políticas transferência de renda condicionadas nos anos de 1990

[4] Ao pesquisar no *Google Ngram Viewer*, os termos "*Poverty and Income*" e "*Poverty and Transfers*", há um crescimento exponencial na publicação de textos acadêmicos publicados entre 1990 e 2002.

"viajam" e, o que pode ser realizado por meio de dois campos de estudos: a difusão e tradução das ideias econômicas.

Nosso propósito específico neste trabalho é o seguinte: investigar em que medida as recomendações do Banco Mundial, via utilização de políticas sociais focalizadas, por meio da identificação de uma "população alvo", como estratégia de mitigação da pobreza foi captada pelo Instituto de Pesquisa Econômica - IPEA, entre os anos 1990-2002. A identificação se dá por meio das publicações dos TDs do IPEA referentes ao tema da pobreza. A ideia é entender como os escritos acadêmicos produzidos no contexto da instituição se aproximam das recomendações presentes no Banco Mundial sobre o "tratamento" da questão da pobreza, nos anos 1990. A relevância de tal empreitada é dupla: primeiro, verificar como os formuladores de política evitam o que Schumpeter denominou de "vício ricardiano" - a tendência de economistas usarem modelos simplificados de caráter universal sem se preocupar com as complexidades socioeconômicas locais. Em segundo lugar, verificar as implicações práticas para países periféricos, em termos de política pública, que podem advir das recomendações de uma instituição como o Banco Mundial.

Para cumprirmos nosso objetivo, dividimos o trabalho em três seções principais: na primeira, apresentamos a metodologia que usamos para entender a "viagem" das ideias econômicas, bem como os 3 contextos em que elas se inserem (contexto sociocultural amplo, institucional e o situacional imediato). Na segunda seção principal apresentamos uma análise de conteúdo que aponta os principais termos associados aos estudos da pobreza no IPEA em três períodos: 1990-1994 (governos Collor e Itamar), 1995-1998 (primeiro governo FHC) e 1999-2002 (segundo governo FHC), nesta seção, veremos como o conceito de pobreza vai sendo absorvido de forma distinta na medida em que o tempo passa. Por fim, na terceira e última seção principal, fazemos uma análise de discurso de textos de discussão (TDs) representativos dos três períodos acima, mostrando de que modo o conceito de pobreza e seu tratamento vai sendo modificado pela perspectiva do desenvolvimento humano e pela necessidade de eficiência do gasto

público (dada pela necessidade de focalização). Uma última seção sintetiza os resultados e apresenta futuras perspectivas da pesquisa.

A viagem das ideias econômicas em distintos contextos de análise

Na literatura da difusão das ideias econômicas há uma dificuldade em demonstrar além dos padrões correlacionais "quando e onde a difusão se torna causalmente relevante na escolha de políticas domésticas" (Brooks 2007, p. 701; Dobbin et al. 2007). Outras críticas direcionadas à difusão das ideias econômicas[5] são: i) a compreensão de que os contextos domésticos são receptores passivos das ideias; ii) as ideias flutuariam ou "viajam" de forma linear e uniforme; iii) a falta de relevância atribuída às variáveis poder e instituições.

Na literatura da tradução das ideias (Callon 1991; Latour 2000; Guidi 2009, Røvik 2016; Ban 2016; Röper 2020) há uma compreensão de que as ideias não flutuam ou viajam livremente, sendo que os atores não efetuam, apenas, uma pura replicação do modelo, mas "editam" e "adaptam" as ideias à medida que são recebidas localmente. Assim, há um processo de recombinação de ideias estrangeiras e locais que formam um hibridismo de ideias que a tornam possíveis de serem consumidas ao se tornarem mais próximas de lógicas institucionais mais familiares aos contextos específicos.

Assim, na nossa análise, partimos do pressuposto que a compreensão da "viagem" de um objeto socioeconômico não pode ser realizada apenas como sendo a difusão da teoria pura de um lugar para outro, sendo necessário recorrer à tradução das ideias econômicas. No caso de um objeto socioeconômico tal como a "pobreza", é importante entender que a disseminação de ideias globais sobre formas de lidar e entender o problema

[5] A noção difusionista está pautada, basicamente, no seguinte esquema: haveria um "Porto exportador" e um "porto importador"; ao ser importado determinado "produto social X" (digamos, certo conceito de pobreza), este chegaria intacto para ser "consumido" em diferentes contextos. Dessa forma, é desconsiderado que a natureza dos objetos sociais é contextual e, por conseguinte, dependente da retórica e relações de poder, que impactam na efetivação desse objeto "X" em um contexto local.

"dependem para sua existência não só de um conjunto de crenças coletivo como também de relações de poder que os sustentem" (Silva e Boff 2021).

O ponto de partida metodológico é a discussão de que as teorias ou conceitos socioeconômicos não seguem um roteiro universal, mas um conjunto de ideias que vão sendo "moldadas", "adaptadas", "enxertadas", "editadas" para se tornarem possíveis de funcionamento em um contexto local. Assim, ao partimos do aporte teórico metodológico da tradução das ideias econômicas, (que parte da compreensão de que ideias não permanecem inalteradas quando "viajam" de um determinado ambiente social para outro, mas são "traduzidas" por atores sociais distintos), estamos buscando explicar como essa "política de edição" e a "economia do discurso" possibilitam determinados enunciados serem validados em determinados períodos e contextos (ou seja, passarem por um regime de veridicção). Ou seja, nos alinhamos à tradição da epistemologia histórica francesa, mais especificamente, às contribuições de Stapleford (2017), que entende como sendo mais importante compreender naquilo que se denomina História do Pensamento Econômico como determinadas ideias ou práticas econômicas econômicas foram disseminadas e absorvidas (sendo,ao mesmo tempo, habilitadas em contextos distintos), do que em si a intenção do autor que proferiu determinada ideia. Trata-se, assim, de compreender como se dá a passagem entre a "Economia Pura" e as "conclusões normativas" ou a "arte da Economia", para tentar minimizar o denominado "vício ricardiano"[6] (Silveira 1993; 1994; 1995;1999).

Resta ainda mencionarmos, seguindo Pinto (2002), como distintos contextos podem influenciar a viagem das ideias econômicas. Podemos compreender o contexto sociocultural amplo como sendo composto de convenções (no sentido de Erber 2011) de longo prazo articuladas em uma cosmovisão coerente e partilhada internacionalmente. Tendencialmente, essa cosmovisão seria expressa em ideias de caráter universal e englobaria não só teorias científicas, mas também uma filosofia social. No contexto

[6] Ver Silva e Boff (2021), Atualizando a Indeterminação de Senior para traduzir ideias econômicas: contribuições da epistemologia histórica e da teoria ator-rede.

institucional, por seu turno, a cosmovisão adotada no contexto sociocultural amplo deve ser matizada para dar conta de especificidades locais. Ou seja, se as teorias e filosofias elaboradas no contexto sociocultural amplo almejam à universalidade no campo das ideias, sua aplicação prática não é universal: elas devem ser traduzidas quando circulam por um contexto específico, de forma a operar dentro de um horizonte temporal e espacial mais curto para públicos mais específicos (como, por exemplo, governos locais e instituições que desenham políticas públicas específicas). Mais precisamente, no nível institucional de análise do discurso econômico, descobrimos que a cosmovisão adotada no contexto sociocultural amplo confronta estatísticas, testes e modelos que pretendem nos mostrar até que ponto as hipóteses empíricas baseadas em dada cosmovisão encontram respaldo em realidades institucionais específicas (por exemplo, economias com certa estrutura de emprego, certa distribuição de renda, certo nível de pobreza, certo tipo de participação do Estado nas atividades econômicas vis a vis o mercado etc.). Também podemos achar neste nível análises que indicam os limites de aplicabilidade de certas teorias, filosofias sociais (ou, mais comumente, modelos, estatísticas e testes empíricos) a certo recorte espaço-temporal, como um país ou época. Finalmente, o contexto situacional imediato envolve eventos discursivos produzidos, distribuídos e consumidos em espaço e tempo bem definidos - por exemplo, a publicação da "Teoria Geral" de Keynes na Inglaterra no início de 1936 ou a difusão das ideias associadas à "Teoria Geral" nos EUA dos anos 1940.

O motivo de inserimos a contribuição de Pinto no nosso trabalho é entender como a pretensão de tratar da pobreza em nível global do Banco Mundial está inserida em um contexto sociocultural amplo que se alterará nos anos 1970, fomentando a produção de ideias sobre a pobreza que circularão e serão consumidas no IPEA dos 1990 - nossa instituição escolhida. O conjunto de textos que utilizamos - os TDs do IPEA produzidos entre 1990 e 2002 - estão, portanto, inseridos em um contexto situacional específico: o de um país que enfrentava inflação fora de controle, crise da dívida externa e fiscal, ao mesmo tempo que buscava enfrentar problemas socioeconômicos (principalmente a pobreza e a desigualdade) herdados do período autoritário com a redemocratização e

aplicação dos princípios da "Constituição Cidadã" (1988). A situação nacional nos 1990, contudo, deve ser compreendida dentro do contexto sociocultural amplo em que essas questões eram analisadas e enfrentadas.

Contexto sociocultural amplo: a ascensão do neoliberalismo

Ainda que não seja nosso foco principal neste trabalho, cabem algumas observações sobre o contexto sociocultural amplo que caracteriza o tratamento que a pobreza veio a ter a partir dos anos 1970 - e como isso rebaterá no Brasil dos anos 1990 no IPEA. Tal contexto pode ser definido pela ascensão da convenção neoliberal que nos legará não apenas um conjunto de sugestões de política econômica, mas também uma cosmovisão coerente baseada no princípio da concorrência e na visão do ser humano como empresário de si mesmo. Esses empresários de si mesmos atuam, por sua vez, em um mercado competitivo permeado de incerteza e ignorância (Mariutti 2019).

Mais que um conjunto específico de políticas sociais e econômicas e que uma apologia do Estado mínimo, a cosmovisão neoliberal reconfigura a relação entre Estado e mercado. De um lado, este último passa a ser encarado predominantemente como "processador de informações mais poderoso que qualquer cérebro humano" (Mirowski 2009)[7]. Por outro lado, o primeiro ganha a função de redesenhar a estrutura institucional das diferentes sociedades de forma a possibilitar a competição mercantil e o uso de uma "nova razão do mundo" (Dardot e Laval 2016), baseada no cálculo de custo-benefício. Deste modo, bens de caráter público como cultura, saúde, educação e infraestrutura - antes dos 1970 fornecidos em grande medida pelo Estado - passam a ser idealmente ofertados em maior ou menor grau a partir do benefício líquido que geram para seus "clientes" (os cidadãos, demandantes de tais serviços). Ao Estado não caberia, em princípio, fornecer diretamente tais serviços, mas criar as condições institucionais

[7] A visão do mercado como processador de informações é predominante na visão austríaca de Hayek. Observa-se contudo que o conjunto de ideias que pode ser agrupada sob a categoria neoliberal envolve tanto a tradição da Escola de Chicago (Friedman, Becker, Stigler) quanto os ordoliberais alemães de Friburgo (Röpke, Eucken, Böhm).

necessárias para que o setor privado possa oferecê-los aos demandantes-cidadãos. Como se vê, não se trata necessariamente de uma diminuição do papel do Estado, mas de uma função diferente do Estado frente ao mercado, se comparada à era keynesiana: de administrador de políticas fiscal, monetária e cambial (em seu braço executivo), o Estado passa a focar sua atividade na construção legislativa e aplicação jurídica de um conjunto de regras e instituições que visam facilitar e promover atividades mercantis. Neste contexto, cada cidadão atua como "empresário de si mesmo" (Foucault 2008), observando sinais de escassez relativa dados pelos preços do mercado competitivo e fazendo um cálculo de custo–benefício para escolher o montante de bens públicos que deseja consumir. Ou seja, cada cidadão livremente investiria em si mesmo certo nível de "capital humano" (de saúde, educação, cultura etc.) para poder competir no mercado. Caberia ainda ao Estado garantir as condições para que cidadãos em situação de pobreza ou vitimados pela incerteza do ambiente (seja por crises, tragédias naturais ou sociais) reconstruam ou evitem a depreciação de seu capital humano, para que possam retornar ao mercado tão logo quanto possível.

Especificamente no Brasil, a convenção neoliberal marca uma ruptura com relação à convenção desenvolvimentista que prevaleceu pelo menos até os anos 1980. Baseada no estruturalismo cepalino e no manejo keynesiano da demanda agregada, a convenção desenvolvimentista propunha um papel ativo para o Estado enquanto indutor do progresso técnico e da divisão do trabalho. Estes, por sua vez, levariam a um aprofundamento da relação capital-trabalho na economia, garantindo maior produtividade total dos fatores e, a partir daí, a possibilidade de diminuição de problemas como a pobreza (se políticas redistributivas adequadas fossem implementadas). Neste caso, a pobreza é compreendida como fruto de heterogeneidades estruturais de caráter socioeconômico (e não como falta ou deterioração de capital humano).

Nas próximas seções, veremos como a especificidade brasileira faz com que a cosmovisão neoliberal se hibridize com as especificidades da economia brasileira - isto é, sua heterogeneidade estrutural socioeconômica. Especificamente na seção 3, mostraremos que a inflexão no tratamento da pobreza nos anos 1970 no contexto do

Banco Mundial obedece à mudança no contexto sociocultural amplo delineado acima. Na seção 4 mostraremos como o tema da pobreza vai se articulando com outros temas nos TDs do IPEA no período estudado. Finalmente, na seção 5, veremos que questões estruturais permanecem presentes nos TDs do IPEA sobre a pobreza estudados.

Contexto Institucional - O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e as inflexões nas agendas da pobreza do Banco Mundial (1970-1990)

Para tratarmos do tema da pobreza nos anos 1990, precisamos fazer uma breve incursão nos movimentos empreendidos nas agendas políticas adotadas no contexto externo ao Brasil, em específico, as ideias econômicas do Banco Mundial. O contexto entre os anos 1970 e 1990 marca a transição da chamada abordagem das "necessidades básicas" para a noção de "ajuste ou ajustamento estrutural", ou seja, para as agendas de práticas de governança do Banco Mundial.

Nos anos 1970, a noção de necessidades básicas é adotada como a agenda de política internacional do Banco Mundial, que até então estava voltada para o financiamento de infraestrutura básica para políticas de financiamento para um "novo estilo" (Allan, 2019). A nova orientação ou "novo estilo" de políticas de financiamento tratava da concessão de empréstimos para agricultores rurais[8], e orientações para investimentos em necessidades básicas (especialmente, educação e gastos sociais).

No ano de 1971, o economista paquistanês Ul-haq (que atuou como Diretor de Planejamento de Políticas do Banco Mundial entre 1970 e 1982), narra que, ao participar da Conferência Mundial da Sociedade Internacional Desenvolvimento realizado em Ottawa, Canadá, em maio de 1971, explicitou sua experiência no Paquistão dentro da

[8] Segundo Ul-Haq (Oral History Program - Banco Mundial), o foco do Banco não estava na generosidade, nem na caridade, nem nas transferências, nem na distribuição. O foco estava na produção, ou seja, no aumento da produtividade do setor pobre. McNamara olhou ao redor do setor pobre e disse, "este setor tem ativos com os quais podemos trabalhar de perto, tem o pequeno agricultor. Aqui estava alguém com alguns ativos. Ele sentiu que sem ativos, o setor pobre era apenas uma população inquieta e inconstante, especialmente em áreas urbanas, que seria muito difícil de alcançar".

Comissão de Planejamento e Desenvolvimento (1957-1970). Nesta experiência o desenvolvimento tornou-se muito distorcido e os benefícios reais não "gotejaram" (trickled down) para a população mais carente. A reação do Banco Mundial ao questionamento do Ul-haq à noção de "crescimento clássico" não foi inicialmente bem acolhida pela instituição e pelo então presidente do Banco Mundial, Mcnamara. No mesmo ano, Ul-haq pede afastamento do Banco Mundial. Porém, pouco tempo depois, recebeu um pedido do presidente do Banco Mundial para escrever coerentemente todos os argumentos em favor da tese de que devemos nos concentrar diretamente na pobreza e nos setores pobres, em certos "grupos-alvo", pois o efeito "gotejamento" não funcionaria[9], fazendo Mcnamara concordar com Ul-haq. O paquistanês tornou-se então um conselheiro de confiança do então presidente do Mundial.

No início da década de 1970, McNamara havia adotado uma visão biológica complexa da pobreza absoluta que era distinta da pobreza relativa (McNamara, 1981). Ele definiu pobreza relativa como desigualdade de renda e pobreza absoluta como "uma condição de vida tão degradada por doenças, analfabetismo, desnutrição e miséria que nega às suas vítimas as necessidades humanas básicas" (McNamara, 1981). Para McNamara, o "crescimento sozinho" não poderia abordar a pobreza absoluta, e o produto nacional bruto (PNB) não poderia "medir a realização de múltiplos objetivos de desenvolvimento" (McNamara 1981).

McNamara visava tratar o alívio da pobreza enquanto expandia os empréstimos do Banco. Para atingir esses ambiciosos "objetivos gêmeos", ele centralizou o controle por meio da implementação de técnicas científicas de gestão orientada para resultados e outras reformas organizacionais (Allan 2019). As reformas organizacionais de

[9] Os estudos elaborados por Ul-haq mostraram dados de vários países que haviam crescido, porém a taxa de crescimento para os 40% mais pobres não se efetivou da mesma forma ou magnitude. O caso brasileiro é citado nos estudos de Ul-haq, no qual o crescimento na época entre 1970-1972, foi algo em torno de 9% e 11%, mas os 40% inferiores cresceram 1%. Recomendou-se, assim, na Assembléia Geral Anual de 1973 em Nairóbi, Quênia#, o uso de políticas de financiamento para pequenos agricultores, com o intuito de aumentar a produtividade dos mais pobres. (...) na terra, com uma pequena fazenda, poderia chegar ao setor pobre com crédito, com serviços públicos de água, fertilizantes, extensão, educação e muitas outras coisas.

McNamara também conduziram a transferência do poder dos engenheiros para os economistas, em que houve a contratação de grande número de economistas que passaram a ocupar posições-chave no processo político. A mudança desses atores altera a rede de saber-poder através do uso de modelos neoclássicos que vão sendo importados para o Banco.

À medida que os economistas neoclássicos entraram no Banco ao longo da década de 1970, o conhecimento do crescimento econômico liderado pelo comércio ou pelas exportações fluiu, em certa medida, para dentro da organização (Allan, 2019). Em segundo lugar, as regras institucionais criaram uma cultura quantitativa (ou seja, análise do custo-benefício dos projetos e políticas adotadas pela instituição), como instrumento que serviu de impulso para expandir os empréstimos.

O alívio da pobreza torna-se então um tema caro dentro do Banco Mundial; porém, era necessário ter certeza da eficácia e da viabilidade de projetos voltados para as "necessidades básicas". Além disso, os economistas neoclássicos usaram o conceito de "rigor científico" para refutar argumentos morais e éticos para o alívio da pobreza. Srinivasan, economista conselheiro especial do Banco Mundial (1977-1980) apontou pela primeira vez que o alívio direto da pobreza poderia diminuir o crescimento 'se a redistribuição cortar demais a poupança para o crescimento'. A lógica seria a seguinte: mais renda aos pobres aumentaria o consumo, mas não conduz a uma maior poupança. Assim como a taxa de poupança era considerada essencial para o crescimento, suprir as necessidades básicas dos pobres além de certo limite poderia causar danos (Allan, 2019).

O discurso de McNamara em 1977 à Assembléia de Governadores apropriou-se dos argumentos de de Balassa, Krueger e Bhagwati (da teoria do crescimento liderado pelo comércio), para argumentar que o livre comércio força uma realocação benéfica de trabalho e capital. Ao promover "maior eficiência", a liberalização do comércio ajudaria os países em desenvolvimento (Banco Mundial, 1977, p. 19). No entanto, a realocação de recursos criaria "custos de ajuste" que requeririam assistência externa. McNamara estava convencido pelo argumento de que o crescimento liderado pelo comércio deveria ser o objetivo principal e essencial do Banco.

Em 1979, McNamara apresentou a campanha do Banco iniciando o "ajuste estrutural" (Sharma 2013). As condições desfavoráveis para o crescimento no final da década de 1970, argumentou McNamara, exigiram "rápido ajuste do padrão de produção de cada país à sua vantagem comparativa em evolução". O objetivo central do ajuste seria a reestruturação do Estado - controlar a inflação; promover a livre circulação de capitais; desregulamentar as finanças e liberalização do regime de comércio internacional. É Importante destacar que o final do mandato de McNamara coincide com uma forte modificação na economia política internacional. Com o início dos governos Thatcher (1979) e Reagan (1981), a atmosfera política mundial sofreu uma guinada de "práticas liberais-conservadoras" bruscas e consistentes (Pereira 2011).

O quadro compreendido entre os anos 1980-1990, da agenda do Banco Mundial, é marcado, então, por um cenário de ajustes estruturais macroeconômicos e recomendações de políticas sociais[10]. A orientação do Banco Mundial em relação à pobreza, presente em seu Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, de 1990 enfatiza as noções de eficácia e eficiência: ao tratar de obter avanços rápidos e politicamente sustentáveis na vida dos mais pobres, deve-se 1) buscar um modelo de crescimento que garanta o uso produtivo do bem mais abundante entre os pobres - qual seja, o trabalho - criando assim, oportunidades para estes; e 2) Prover um amplo conjunto de serviços sociais básicos aos pobres, sobretudo de educação primária, assistência médica básica e planejamento familiar. Porém, a estratégia política deve ser realizada por meio da complementação de políticas de transferência bem seletivas e focalizadas.

[10] No âmbito das políticas macroeconômicas, tratava-se de: liberalizar o comércio, alinhar os preços ao mercado internacional e baixar tarifas de proteção; desvalorizar a moeda; fomentar a atração de investimento externo; promover a especialização produtiva e expandir as exportações, sobretudo primárias. Já no âmbito das políticas sociais e da administração estatal, o ajuste tinha como meta central a redução do déficit público mediante: a) o corte de gastos com pessoal e custeio da máquina administrativa; b) a redução drástica ou mesmo a eliminação de subsídios ao consumo popular; c) a redução do custo per capita dos programas; d) como principal novidade, a reorientação da política social para saúde e educação primárias e a focalização do gasto em grupos em extrema pobreza. O enfoque adotado pelas organizações de BW foi batizado de "tratamento de choque", segundo o qual, quanto mais cedo, rápido e forte fosse o ajuste macroeconômico, menor seria o desgaste político dos governos "reformadores" (Pereira, 2017).

Compreender em que medida essas mudanças nas ideias econômicas referentes à noção de pobreza, de "necessidades básicas" para "ajuste estrutural", foram captadas no cenário brasileiro é relevante para entendermos como contextos distintos editam, adaptam e difundem essas ideias em contexto nacional. No contexto brasileiro, o IPEA[11] é um lugar privilegiado de produção de conhecimento, nos debates sobre pobreza, desigualdade e recomendações de políticas sociais (Teixeira e Castilho, 2020).

Para Cunha (2012) a transição e absorção pelo IPEA das ideias sobre a pobreza oriundas do Banco Mundial foram lentas e graduais. O contexto político, a experiência de modelos econômicos anteriores e as condições de investigações técnicas dos pesquisadores do IPEA demonstram que a importação das ideias do Banco Mundial, para o contexto brasileiro, não ocorreu de forma ipsis litteris.

É importante destacar que neste período de análise, a sistematização da ciência econômica no Brasil era algo bem recente. Os anos de 1970 marcam o período em que as ideias econômicas passam a ser um objeto de discussão sistematizado no cenário brasileiro, com a emergência de centros de pós-graduação (Salomão, 2013; Fernández e Suprinyak 2018). Nesse mesmo período (1970-1990), ocorre a chamada "virada empírica"[12], na qual ocorre um movimento de menor ênfase teórica nos escritos e, ao mesmo tempo, de aumento de discussões voltadas aos aspectos mais técnicos de mensuração e questões analíticas.

Conforme relata Gremaud (2001) e Cosentino (2016), os contornos da importação das ideias econômicas no cenário brasileiro ganhava, desde o século XIX, texturas originais. Isso era percebido tanto na centralidade da atividade comercial quanto na maior importância atribuída à intervenção do Estado na defesa dos interesses nacionais. Esta peculiaridade pode ser atribuída não apenas à simbiose de doutrinas divergentes, mas

[11] O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA - emergiu no ano de 1964, com o objetivo de realizar pesquisa econômica aplicada e análise das políticas públicas no Brasil. Inicialmente denominado de Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada, o Instituto esteve vinculado ao Conselho Consultivo do Planejamento, órgão de assessoramento superior do governo federal.

[12] Ver Carvalho e Souza (2021) - A evolução conceitual da desigualdade e da pobreza no pensamento econômico.

principalmente à adequação dessas teorias a uma realidade distante daquela em que surgiram. Vieira (1960) enfatiza que o conjunto de ideias que aportavam no Brasil já se faziam pautar pelas circunstâncias em que eram aplicadas[13]. Assim, a entrada de ideias econômicas (no nosso caso, a concepção de pobreza oriunda do Banco Mundial, nos anos 1990), inserida em "contornos neoliberais" provavelmente sofreu adaptações e edições mediante as "texturas originais" do contexto doméstico. O contexto institucional forjado no Brasil caracteriza-se por forte tradição pautada na concepção de "práticas desenvolvimentistas" e a relevância do papel atribuído ao Estado como agente indutor do crescimento.

O contexto econômico brasileiro, entre os anos 1970-1990, é marcado por duas experiências no período, denominadas "milagre econômico" e a "década perdida". No início da década de 1970, o Brasil experimentava a expansão econômica que ficou conhecida como "milagre econômico". No que dizia respeito aos problemas sociais, entretanto, um debate emergente ameaçava a euforia unânime: a discussão sobre a concentração da renda[14]. No contexto do IPEA, as discussões sobre desigualdade e pobreza ainda não eram evidentes - principalmente, o tema da pobreza - objeto social que já ganhava contornos fortes nesta época, no contexto do Banco Mundial.

A polêmica da distribuição de renda na década de 1960 é um dos episódios em torno do IPEA que marcam a discussão da desigualdade e pobreza na Instituição. Em 1972, Fishlow[15], que já não era membro do IPEA, redigiu um artigo[16] em que, ao comparar dados de distribuição de renda em 1960 com dados de 1970, chegava à conclusão de que a desigualdade de renda no Brasil havia piorado ao longo da década de

[13] Não desconhecemos as origens europeias e principalmente latinas de nossa cultura; não poderíamos negar o grande conteúdo alienígena do pensamento dos cultores da Economia Política no Brasil. Precisamos indagar, porém, das transformações sofridas pelas doutrinas, alhures nascida, em virtude da reação da nossa própria cultura e da observação dos nossos próprios fatos.

[14] No final dos anos 60 o país começou a crescer rapidamente, e o debate se voltou para a distribuição de renda. Aí o Ipea desempenhou um papel muito importante, por força da contribuição de Albert Fishlow, Bacha e outros, numa tradição que se mantém até hoje, como demonstram os estudos de Ricardo Paes de Barros. (Entrevista IPEA, 40 anos).

[15] Coordenador de pesquisa do IPEA (1967-1968).

[16] Brazilian Size Distribution of Income, 1972.

1960. Ele argumentava ainda que um dos elementos principais para o crescimento da desigualdade era a compressão salarial (Fishlow 1972). O autor apresentou seu trabalho em uma convenção da Associação Americana de Economia, e fez com que o problema brasileiro de concentração da renda chegasse ao conhecimento de McNamara, então presidente do Banco Mundial e cuja gestão iniciará na época, a adoção de políticas *pro-poor, pautada a noção de necessidades básicas*, destinadas aos países subdesenvolvidos. McNamara fez duras críticas ao Brasil em reunião da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), no Chile, em 1972.

O episódio sobre as críticas à concentração de renda realizadas por Mcnamara causou descontentamento do então ministro da Fazenda Delfim Netto. De imediato, esta insatisfação deu origem a outro estudo: o de Carlos Langoni (1973)[17]. Com base na mesma comparação entre os Censos de 1960 e 1970, Langoni mostrou as relações entre, de um lado, a concentração de renda brasileira nesse período e, de outro, dados de educação da população, considerando também as diferenças entre regiões e áreas de moradia – zonas rural e urbana. Segundo Langoni, a concentração de renda tendia a aumentar quando a observação dos dados passava de regiões rurais para urbanas e, nas cidades, quanto mais se avançava no nível de escolaridade. A tese de Langoni estava baseada na teoria do capital humano; além disso, defendia que o aumento da desigualdade de renda estaria intimamente ligado ao processo de desenvolvimento da economia brasileira, pois viria acompanhado de mudanças qualitativas (educação, idade e gênero) e alocativas (setor e região) da população economicamente ativa (PEA), sendo que a mudança de maior peso seria aquela relacionada à variável educacional (Barone, Barros e Mattos, 2015).

Outro episódio que envolve o tema da desigualdade e pobreza dentro do IPEA, foi o II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição - II PRONAN[18] (1976-1979). O

[17] Ver LANGONI, C. (1973). Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura.

[18] Foi o primeiro modelo de uma política nacional incluindo suplementação alimentar, amparo ao pequeno produtor rural, combate às carências específicas, alimentação do trabalhador e apoio à realização de pesquisas e capacitação de recursos humanos (SILVA, 1995)

programa era gerido pelo Centro Nacional de Recursos Humanos - CNRH, do IPEA. Segundo Castilho e Teixeira (2020), a ideia do Governo era se aproximar de uma perspectiva técnica e biológica do problema, desvinculando-se da perspectiva social atribuída ao tema, principalmente defendida por Josué de Castro. Os argumentos seriam que o crescimento econômico e a informação crescente poderiam superar a fome e a pobreza.

Os anos 1980, no que diz respeito ao IPEA[19], foram duros: com a chamada "década perdida", surgem questões atreladas à perda de prestígio e à falta de recursos técnicos e materiais. Para Rezende (2011), neste período o sistema de planejamento sofreu duros golpes, havendo um progressivo "esvaziamento do planejamento como lugar central das decisões de política econômica e de coordenação das ações empreendidas pelo governo" (p. 186). O contexto de fragilidade institucional do IPEA é marcado por salários declinantes, enquanto a Esplanada passou a formar suas próprias equipes (que seriam "equivalentes" em qualificação com os profissionais do IPEA).

Apesar do contexto de fragilidade, nos anos de 1980, as discussões referentes à concepção de política social se fazem presentes no CNRH, pautada na busca pela eliminação da pobreza crítica e na melhora da distribuição de renda. A política de emprego passa a ser o núcleo da política social, sendo o principal mecanismo de geração de renda, ao mesmo tempo em que a educação passa a ser colocada em segundo plano como estratégia de desenvolvimento do país (Cunha 2012).

O complemento da política de emprego por meio de políticas específicas voltadas prioritariamente para "grupos mais pobres" se fazia presente dentro do CNRH. A ideia predominante sobre a questão do desemprego no Brasil não era a falta de qualificação de mão de obra, argumento da teoria do capital humano, mas das condições das atividades econômicas que deveriam ser manejadas pelo Estado (Cunha 2012).

[19] O IPEA é uma das "fontes receptoras" domesticamente mais relevantes na criação, recepção e produção e interpretações de conceitos e adoção de políticas inerentes à pobreza. Destacamos, assim, o papel do IPEA como um dos "receptores" neste contexto de inflexão na forma de abordagem da pobreza, oriundas do Banco Mundial ou da "fonte exportadora internacional", nos anos 1990. Ao mesmo tempo, buscaremos entender como foram capturadas e disseminadas nos textos acadêmicos publicados entre 1990-2002.

Os argumentos influentes tanto da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe - CEPAL - como de Celso Furtado, apostavam que a industrialização seria essencial ao desenvolvimento dos países "atrasados". Além disso, ela deveria apoiar-se no Estado, como estratégia de erguer-se uma nação democrática e soberana, superando de vez o atraso e a pobreza.

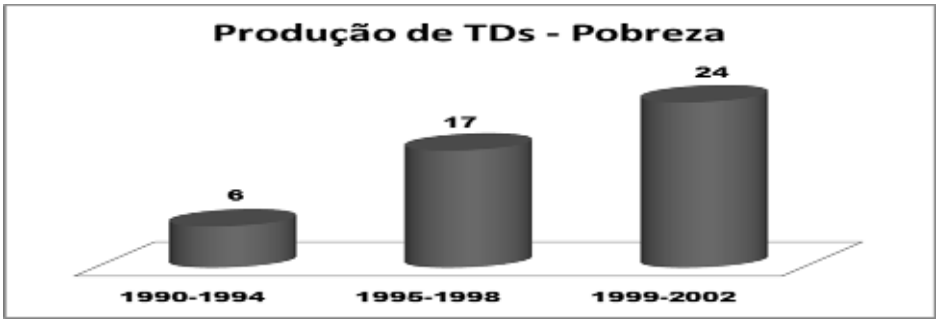
No que se refere às mudanças na estrutura do IPEA, o relatório de atividades de 1990, qualifica aquele ano como "um período de profundas modificações advindas das propostas do novo Governo". Adaptando-se a elas, o IPEA iria "ao encontro dos objetivos governamentais" e, assim, tornar-se-ia um órgão mais eficaz. Além das mencionadas "reflexão" e "reformas internas", o novo papel atribuído à instituição explicita o cerne daquele momento político. Teríamos, aqui, uma mudança e aproximação na forma de atuação do IPEA, vinculando-se aos anseios do governo, principalmente no que diz respeito ao discurso da reestruturação do aparelho estatal, como forma de torná-lo mais eficaz e eficiente.

Especificamente, a constituição de um campo de estudos e um grupo de pesquisadores em torno dos debates sobre pobreza e desigualdade ocorreu no final da década de 1980. Ao longo das décadas esses trabalhos foram ganhando maior volume de produção, como podemos observar no gráfico 1 abaixo. Em relação aos primeiros Textos para Discussão do IPEA - TDs, que tratam diretamente a discussão da pobreza, estes são de autoria de Sonia Rocha[20], respectivamente, 1988 -. TD 0166 – "Incidência de pobreza nas regiões metropolitanas na primeira década de 80"; e o de 1999, TD 0153 - "Estabelecimento e comparação de linhas de pobreza para o Brasil". Segundo Castilho e Teixeira (2020), a consolidação institucional e a competência dos técnicos do IPEA estão por trás da elaboração e instrumentalização de determinada concepção de pobreza ("econômica", inicialmente) e "multidimensional" (posteriormente). Assim, buscaremos ver, na próxima seção, em que medida essas concepções aparecem nos textos e suas

[20] Técnica de Pesquisa e Planejamento do IPEA 1988-1997. os trabalhos produzidos pela autora em seu mestrado (1970-1971) e doutorado (1972-1976) não abordam diretamente o tema da pobreza, além disso, seus textos publicados entre os anos 1970 e 1990 tinham como foco discussões sobre comércio exterior e agricultura.

imbricações. Fazemos isso, porém, de forma mais descritiva, por meio de uma análise de conteúdo. Logo após, faremos a análise de discurso de TDs representativos[21].

Gráfico 1 - Levantamento da publicação de textos para discussão acerca do tema pobreza (1990 -2002)



Fonte: TDs do IPEA. **Elaboração**: autores da pesquisa.

Textos: Análise de Conteúdo dos textos para Discussão - IPEA - 1990 a 2002

A série "Texto de Discussão (TD)" do IPEA chamava-se inicialmente "Texto para Discussão Interna" e teve seu primeiro número publicado em 1979[22]. Segundo o próprio IPEA, os TDs são seu principal canal de comunicação, responsável pela publicação de resultados de estudos e pesquisas realizados pelo órgão ao longo dos últimos 40 anos. Neste canal, circulam ideias econômicas heterogêneas e propostas de políticas públicas que servem de orientação para as tomadas de decisões da Administração Pública.

Na edição especial do TD de número 1000, ao tratar do tema desenvolvimento econômico, a dificuldade o sucesso em crescer e aumentar a participação da indústria de transformação no Produto Interno Bruto (PIB), pelo menos até o fim dos anos 1970, é apresentado como problema principal no contexto brasileiro, no qual residia na dificuldade histórica de traduzir esse bom desempenho em melhorias na distribuição de renda. Não surpreende, portanto, que entre os temas tratados nos primeiros 999 TDs do

[21] Os TDs representativos foram selecionados a partir da quantidade de textos e citações dos pesquisadores do IPEA que publicaram TDs na área da pobreza no período de análise deste artigo.

[22] TD 0001 - Crédito ao Consumidor: política de limitação dos juros contábeis e seus efeitos sobre a taxa de juros.

IPEA, um dos que mais atraíram o interesse dos seus pesquisadores tenha tratado dessa convivência entre crescimento e industrialização, de um lado; e pobreza e má distribuição de renda, de outro

Feita esta breve apresentação da relevância dos TDs, mostraremos como se deu o movimento das ideias econômicas em torno do conceito de pobreza entre 1990 e 2002.

Primeiramente, realizamos a análise fatorial de correspondências, sendo esta uma representação gráfica dos dados para ajudar a visualização da proximidade entre classes ou palavras (Salviati 2017). Assim, esta análise nos ajudará a compreender os movimentos no tempo em relação às aproximações e similitudes entre classes de palavras ou as ideias inerentes à pobreza discutidas no âmbito dos textos do IPEA.

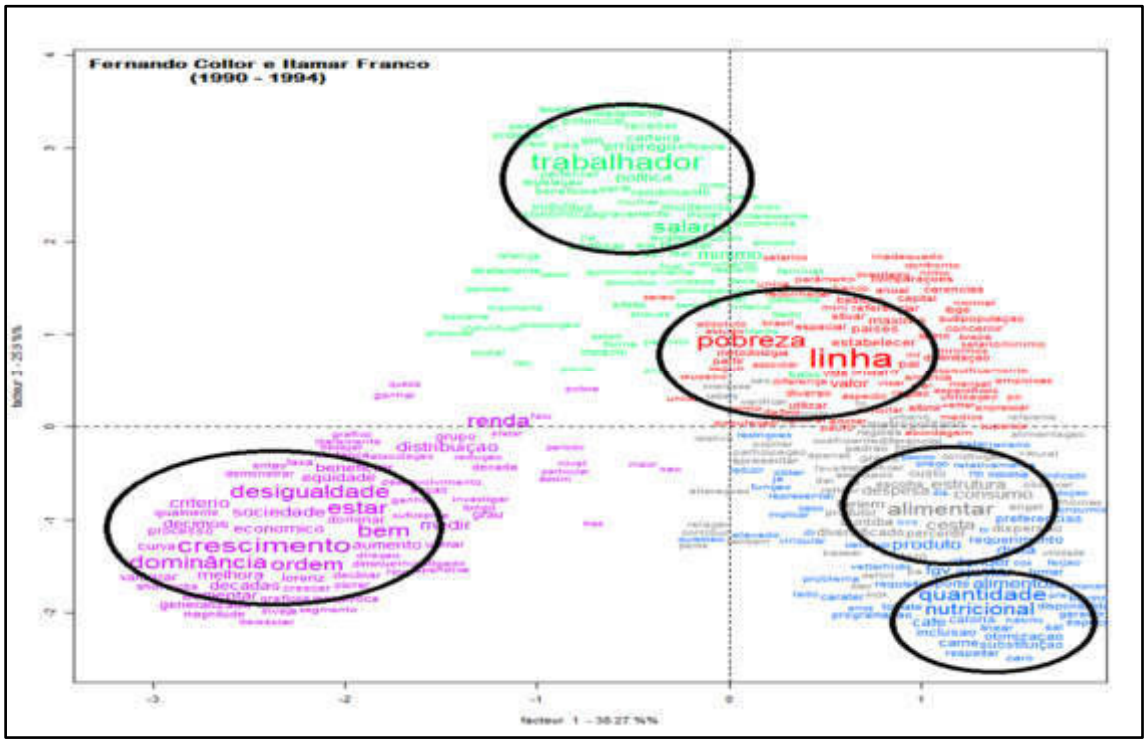
No segundo momento, fizemos uma análise das nuvens de termos ou palavras[23] vinculadas a cada período de análise. Separamos nossa análise em três períodos: Governos Collor e Itamar Franco – 1990-1994; primeiro Governo de Fernando Henrique Cardoso – 1995-1998 e segundo Governo de Fernando Henrique Cardoso – 1999-2002).

Em relação ao período de análise correspondente aos governos Collor e Itamar Franco, seis textos referentes à pobreza foram analisados no total. Primeiramente, foi realizada a análise fatorial de correspondências (*figura 1*)[24].

[23] A análise por meio de nuvem de palavras mostra um conjunto de palavras agrupadas, organizadas e estruturadas em forma de nuvem. As palavras são apresentadas com tamanhos diferentes, ou seja, as palavras maiores são aquelas que detêm maior importância no corpus textual, a partir do indicador de frequência ou outro escore estatístico escolhido (SALVIATI, 2017).

[24] A frequência mínima utilizada, que indica o número de vezes que a palavra aparece no corpus textual, foi de 100, devido ao elevado número da amostra de palavras dos textos que foram analisados.

Figura 1 – Gráfico da análise fatorial de correspondências dos textos para discussão do IPEA (1990-1994)



Fonte: TDs do IPEA. **Elaboração**: Autores da pesquisa via Programa Iramuteq

Os clusters gerados dos TDs do IPEA (1990-1994) - figura 1 - mostram um aglomerado de palavras em torno do tema pobreza (localizada no centro do gráfico), que parece apontar a necessidade de "mapeamento" da pobreza absoluta ou, como aponta Cunha (2017), a definição da pobreza do ponto de vista “econômico”, indicada pelos termos “linhas de pobreza” e “insegurança nutricional”. Por outro lado, verificamos outros clusters gerados, que apontam um distanciamento do problema da pobreza das questões estruturais da economia, quando verificamos o distanciamento do cluster posicionado no quadrante 3 (esquerda/inferior), “crescimento” – “desigualdade” – “bem-estar”.

A segunda parte da análise textual está vinculada aos Textos para Discussão do Ipea referentes aos dois governos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso-FHC,

analisados separadamente. Foram analisados 41 textos no total, sendo 17 textos referentes ao primeiro governo de FHC (figura 2) e 24 em relação segundo governo (figura 2)[25].

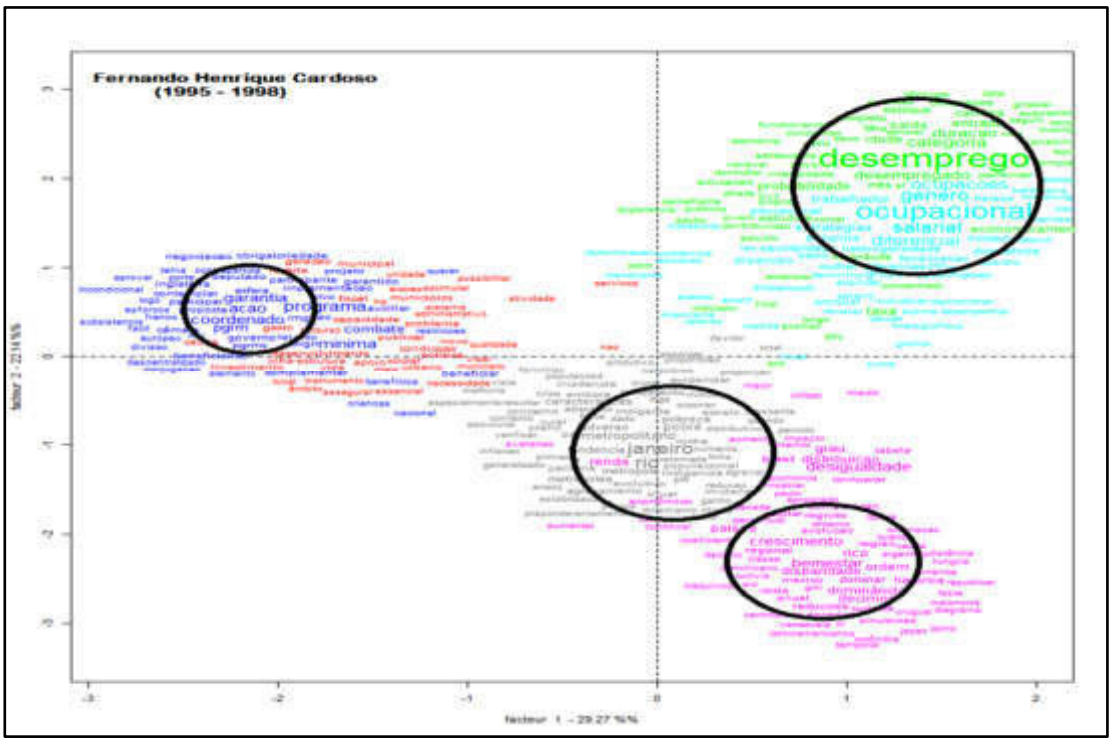
Em relação aos textos publicados no período referente ao primeiro governo FHC (1995-1998), podemos verificar pela figura 2 que houve uma alteração em torno dos termos vinculados ao tema da pobreza, em relação ao período anterior (1990-1994).

Podemos destacar em relação aos novos clusters gerados, a emergência do cluster localizado no quadrante 1 - esquerda/superior, com a presença dos "PGRM" (Programas de Garantia de Renda Mínima). Aparentemente, temos um grupo de pesquisadores que iniciam um debate sobre as propostas de programas de transferência de renda, sinalizando uma aproximação com as propostas do Banco Mundial.

Podemos observar no cluster do quadrante 2 (direita/superior), discussões que relacionam pobreza e mercado de trabalho. A presença desse aglomerado pode estar atrelada às influências do grupo de pesquisas voltado para discussões sobre mercado de trabalho, liderado por Ricardo Paes de Barros, dentro do IPEA, nos anos 1980. Além disso, o cluster localizado no quadrante 4 -direita/superior sugere que há, em certa medida, uma preocupação nos TDs produzidos, com os limites do crescimento econômico em relação ao bem-estar da população, associado às disparidades de renda (pobreza relativa).

[25] Nesta situação, a frequência mínima utilizada, que indica o número de vezes que a palavra aparece no corpus textual, foi de 150, devido ao elevado número de palavras e textos referentes aos dois períodos de análise.

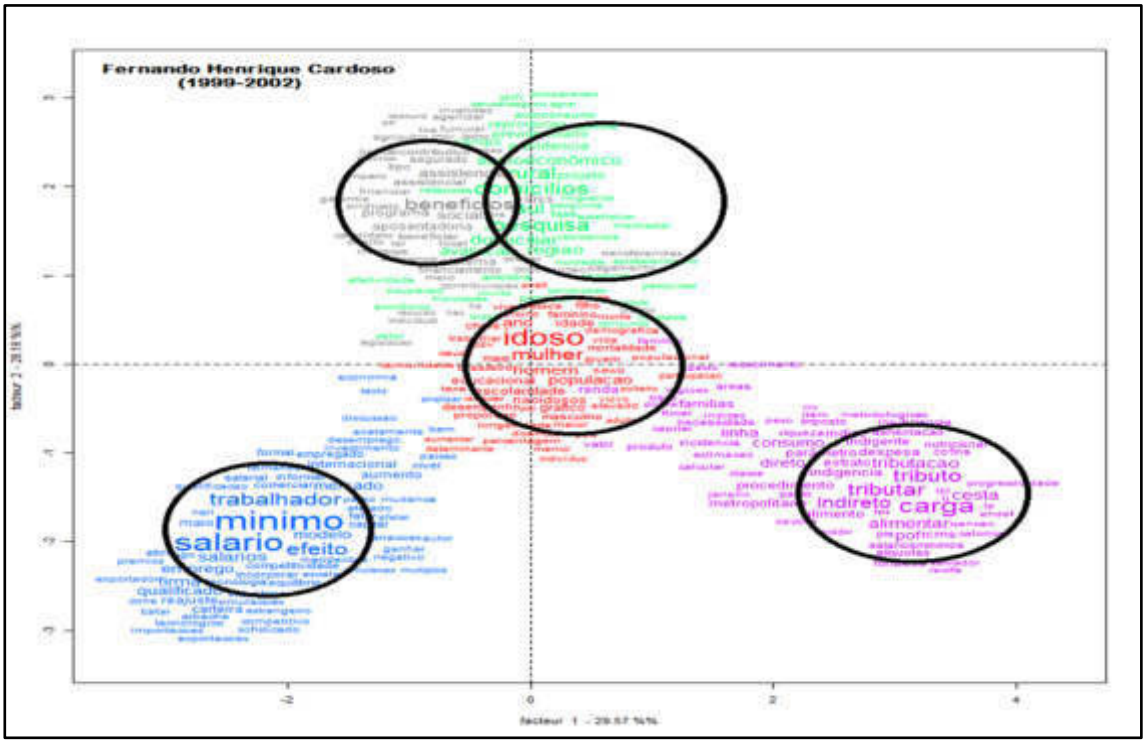
Figura 2 – Gráfico da análise fatorial de correspondências dos textos para discussão do IPEA (1995-1998)



Fonte: TDs do IPEA. **Elaboração**: Autores da pesquisa via Programa Iramuteq.

Dando sequência à análise do período referente ao governo Fernando Henrique Cardoso, temos a seguir (figura 3), o gráfico fatorial de correspondências relacionado ao seu segundo governo.

Figura 3 – Gráfico da análise fatorial de correspondências dos textos para discussão do IPEA (1999-2002)



Fonte: TDs do IPEA. **Elaboração**: Autores da pesquisa via Programa Iramuteq.

Podemos perceber pela figura 3, referente ao segundo governo FHC (1999-2002), novos agrupamentos palavras vinculadas ao termo pobreza. No centro do gráfico, emergem os termos "idoso" – "mulher" - "homem" – "escolaridade" – "mortalidade", que apontam uma aproximação dos TDs com as discussões em torno do Índice de Desenvolvimento Humano[26], desenvolvido nos anos 1990 e, além disso, vinculação com a teoria do capital humano.

[26] Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral e sintética que, apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, não abrange nem esgota todos os aspectos de desenvolvimento.

Outro destaque importante diz respeito ao quarto quadrante (direita/inferior), que parece apontar para discussões de fontes ou formas de financiamentos de programas sociais. A retórica da alocação eficiente dos recursos públicos ou do estado eficiente ou "enxuto", a focalização de transferências de renda às pessoas mais pobres, como instrumentos de correção das "imperfeições" dos gastos sociais ineficientes e mitigação da pobreza parecem emergir com mais intensidade neste período de análise.

As movimentações dos termos mais frequentes em torno do conceito de pobreza a partir das nuvens de termos, nos períodos de análise podem ser visualizadas na figura 4, abaixo.

Figura 4 – Nuvem de termos dos textos para discussão do IPEA (1995-2002)

Fonte: TDs do IPEA. **Elaboração**: Autores da pesquisa via Programa Rstudio.

Na primeira nuvem de termos (1990-1994), verificamos fortemente o eixo de palavras {Pobreza - renda - fome - crescimento – desigualdade - Nordeste – absoluto}. Podemos fazer uma aproximação desse núcleo de palavras com as teorias estruturais da pobreza[27], que estão vinculadas aos efeitos das estruturas (fatores econômicos/demográficos) como causadores da pobreza. Ao mesmo tempo, temos uma

[27] Segundo Brady (2018), as explicações das causas da pobreza podem ser classificadas em três famílias de teorias: 1) Comportamentais - estão concentradas nos comportamentos individuais que são impulsionados por incentivos e cultura; 2) Estruturais - enfatizam o contexto demográfico e de mercado de trabalho, que causam determinados comportamentos e pobreza; 3) Políticas - afirmam que o poder e as instituições causam políticas, que causam pobreza e modera a relação entre comportamento e pobreza.

vinculação com a definição dos conceitos de pobreza absoluta[28], com enfoque na questão biológica[29] e de pobreza relativa[30].

Na segunda nuvem de termos, o núcleo de palavras {Pobreza - desemprego – desigualdade - mercado de trabalho – educação – PGRM – bem-estar – distribuição} sugere que há uma imbricação/ hibridação das bases teóricas que explicam a pobreza pelas lentes estruturais (*quando observamos aproximações com discussões sobre o mercado de trabalho*) e pelas lentes das teorias políticas (*quando visualizamos discussões sobre as políticas sociais*). Ao mesmo tempo, a nuvem parece apontar para a predominância de debates voltados à noção de pobreza relativa. Visualizamos, também, como o conceito de capital humano é aparentemente recuperado, retomando-se, assim, as contribuições de Langoni sobre a Teoria do Capital Humano, ou seja, para atacar a pobreza e a desigualdade deveria se investir no longo prazo em capital humano e qualificação de mão de obra (Langoni 1972)

Na terceira nuvem de termos (1999-2002), observamos o seguinte núcleo {pobreza – rural- escolaridade - renda – salário mínimo – desigualdade – previdência – social – benefícios – transferências – universalização – focalização} sugere que as discussões em torno da compreensão das causas da pobreza estão imbricadas em fatores estruturais (*pobreza rural x Estado ineficiente*); políticos (*políticas sociais universais x focalizadas*) e fatores comportamentais (*baixa escolaridade*).

[28] O enfoque absoluto na conceituação da pobreza se observa quando da fixação de padrões para o nível mínimo ou suficiente de necessidades, conhecido como linha ou limite da pobreza, determinando a percentagem da população que se encontra abaixo desse nível. Esse padrão de vida mínimo, apresentado sob diferentes aspectos, sejam nutricionais, de moradia ou de vestuário, é normalmente avaliado segundo preços relevantes, calculando a renda necessária para custeá-los. Para o estabelecimento dos limites de pobreza utilizam-se diferentes enfoques, quer sejam o biológico, o das necessidades básicas ou o dos salários mínimos (Crespo e Gurovitz, 2002).

[29] O enfoque biológico define a linha de pobreza a partir dos requisitos nutricionais mínimos da dieta alimentar, definindo o valor aproximado para a renda a ser gasta para o atendimento desses requisitos (Crespo e Gurovitz, 2002).

[30] A pobreza relativa tem relação direta com a desigualdade na distribuição de renda. É explicitada segundo o padrão de vida vigente na sociedade que define como pobres as pessoas situadas na camada inferior da distribuição de renda, quando comparadas àquelas melhor posicionadas. O conceito de pobreza relativa é descrito como aquela situação em que o indivíduo, quando comparado a outros, tem menos de algum atributo desejado, seja renda, sejam condições favoráveis de emprego ou poder. Uma linha de pobreza relativa pode ser definida, por exemplo, calculando a renda per capita de parte da população.

Análise de discurso dos TDs do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Esta seção propõe realizar a análise de discurso de TDs representativos do IPEA (1990-2002). O ponto de partida da nossa análise é justamente entender os limites da tentativa de "alinhamento linear" com a circulação das ideias econômicas externas oriundas do Banco Mundial sobre a pobreza, no contexto do IPEA. Apesar da análise de conteúdo realizada na seção anterior apontar que ocorreram influências da rede de saber-poder do Banco Mundial nas discussões sobre pobreza dentro do IPEA, temos sinalizações de que a "viagem" dessas ideias econômicas não foram captadas ou consumidas *ipsis litteris*.

Como foi apontado na seção 3, os primeiros TDs do IPEA que tratam diretamente a discussão da pobreza no IPEA são de autoria de Sonia Rocha[31], marcando, assim, a emergência desta tradição de trabalhos acadêmicos no IPEA. A discussão sobre linhas de pobreza no Brasil inaugura, ao mesmo tempo, os contornos da necessidade de conhecer a "população-alvo" ou a 'população mais pobre', bem como a 'alocação eficiente dos recursos públicos'. Temos, portanto, algumas marcas de aproximação com o ajuste estrutural apontado pelo Banco Mundial, no que diz respeito à noção de gastos sociais eficientes. No texto, a autora Sonia Rocha chama atenção para o caráter multidimensional da pobreza, porém, destaca que a forma mais difundida no Brasil é a pobreza absoluta em termos de salários mínimos, sugerindo uma abordagem alternativa pautada no custo efetivo de uma cesta básica. Ou seja, há, neste contexto específico, uma forte preocupação com o enfoque sócio-biológico da pobreza. Enquanto isso, no Banco Mundial, ocorre um movimento de transição do enfoque das necessidades básicas[32] para o "ajustamento estrutural" via uso de políticas focalizadas como instrumento mais eficiente, econômico e eficaz dos gastos em políticas sociais. Dessa forma, a abordagem do Banco Mundial já se fazia presente, em certa medida, na análise da Sônia Rocha, porém, o enfoque biológico

[31] Técnica de Pesquisa e Planejamento do Ipea 1988-1997.

[32] Por básicas entendem-se necessidades como alimentação, moradia, vestuário e serviços essenciais: água potável, saneamento, transporte público, serviços médicos e escolas.

da pobreza como instrumento de categorização de "linhas de pobreza"[33] era mais "forte" no contexto doméstico brasileiro, nos anos 1990.

É importante ressaltar a controvérsia presente no cenário brasileiro no início dos anos 1990, no que diz respeito aos problemas sociais, especialmente a questão da pobreza. Por um lado, em 1988, com o fim do período militar (1964-1984), temos a promulgação da Constituição Federal, enfatizando em seus "capítulos sociais", medidas de caráter universal, ao mesmo tempo a adoção de uma renda básica familiar, em caráter permanente, mecanismos que atuariam na mitigação da pobreza. Por outro lado, temos a disseminação das ideias econômicas neoliberais, em especial das ideias oriundas do Banco Mundial, enfatizando que o combate à pobreza está atrelado ao uso eficiente dos gastos públicos, por meio da adoção de transferências de renda focalizadas.

O ponto chave para resolver o problema da pobreza, como consta no Relatório do Desenvolvimento de 1990 do Banco Mundial é o aumento da produtividade do pobre. A estratégia é aumentar o nível de produtividade, priorizando a qualificação da mão de obra desses indivíduos, sem gerar desincentivos ao mercado de trabalho ou "falhas" de comportamento que geram irresponsabilidade individual, com reprodução da pobreza.

A retórica sobre a pobreza propagada pelo Banco Mundial envolve um cálculo de custo-benefício por parte do setor público. A adoção de programas de transferência de renda deve ser guiada pela alocação eficiente dos recursos públicos. O aumento da produtividade dos pobres é tomado como o direcionamento eficaz da mitigação da pobreza. A modificação do comportamento dos indivíduos é aspecto primordial na compreensão das causas da pobreza, distanciando-se de aspectos estruturais, sociais e políticos.

[33] Diz a autora Sonia Rocha "Neste sentido, a construção de uma cesta alimentar a partir de estrutura observada, respeitando as preferências e apenas ajustando as quantidades dos alimentos para atender aos requerimentos nutricionais, parece ser a abordagem conceitualmente mais adequada aos objetivos que se tem em mente ao definir uma linha de pobreza. " (Rocha 1988). Para definir a "população mais pobre", poderia recorrer ao decil mais baixo da distribuição de renda (ou de despesas), ou os três decis mais baixos, ou ainda, como procede Thomas, ao 20º percentil inferior.

Assim, a imbricação ou hibridismo das influências das ideias econômicas neoliberais disseminadas pelo Banco Mundial, juntamente com as ideias econômicas presentes no cenário brasileiro, de cunho desenvolvimentista, provavelmente irão aparecer nos TDs produzidos no contexto do IPEA, após 1990. Mostraremos, de forma sucinta, alguns aspectos que sinalizam a presença desses "entrelaçamentos" nas análises e recomendações de políticas apresentadas nos TDs.

Análise de discurso dos TDs

Para fins de organização do material para análise, agruparemos os textos dos mesmos autores em um mesmo conjunto.

O TD 286, publicado por Barros e Mendonça (1992), sobre a evolução do bem estar social e desigualdade no Brasil nos anos 1960, mostra como se deu a distribuição de renda entre 1960 e 1990. Na análise dos pesquisadores, a definição de um enfoque econômico para a definição de pobreza é o elemento central na análise. Assim, apontam que em termos de 'pobreza absoluta', houve uma melhora significativa em termos de renda média para todos os grupos econômicos, sendo o problema da desigualdade (aumento da pobreza em termos relativos) o elemento prejudicial a redução da pobreza e as melhoras no bem estar via aumento rápido do crescimento econômico.

Apesar do TD de Barros e Mendonça (1992) focar na relação desigualdade e crescimento, os pesquisadores preferem enfatizar os dados da pobreza absoluta. Ao recorrerem às análises de Rocha (1990;1992) sobre a distribuição segundo a renda familiar *per capita* e linha de pobreza específica (custo efetivo de uma cesta básica), os autores afirmam que houve redução nos índices de pobreza, na década de 1980. Algumas marcas presentes na análise dos autores denotam as questões estruturais como causas da pobreza, quando enfatizam a pobreza nas regiões Sudeste e Nordeste, apontando para a relevância da mitigação das disparidades regionais no Brasil.

Por sua vez, o texto de Barros *et. al* do ano 2000 analisa a "estabilidade inaceitável" da pobreza e desigualdade brasileira entre os anos de 1977 a 1999. O ponto

central do texto é mostrar que o determinante principal da pobreza brasileira não se encontra na escassez de recursos (tendo o Brasil à época já uma renda per capita razoável), mas a má distribuição de recursos. Marcas no texto que mencionam a "estrutura da desigualdade", "estrutura da distribuição dos padrões de vida e de apropriação da renda", "estrutura da pobreza", além da constatação da desigualdade constante levam o texto a imbricar a análise de estatísticas de concentração de renda e pobreza com a existência de uma série de "estruturas" que condicionam a constância do nível de pobreza e desigualdade no Brasil.

No TD 368 (1995), a autora Sonia Rocha reforça, mais uma vez, que dado o contexto brasileiro, no qual a maioria da população não tinha acesso a bens e serviços essenciais, a noção de pobreza absoluta é fundamental. Ao apresentar os dados sobre pobreza e indigência dos anos de 1990, a pesquisadora chama a atenção para os aspectos locacionais do problema da pobreza, enfatiza o seguinte: "*a pobreza, e ainda mais marcadamente a indigência, é preponderantemente rural e nordestina. Essas características locacionais naturalmente se vinculam, de modo geral, às características de ocupação produtiva na área rural e ao nível de desenvolvimento socioeconômico da região Nordeste*". Verificamos aqui marcas de uma associação do problema da pobreza atrelada à teorias desenvolvimentistas que tratam da especificidade dos países desenvolvidos, a chamada dualidade estrutural (setor agrícola rural - atrasado *versus* setor urbano industrial - moderno), verificada na trajetória da economia brasileira.

Na análise de Rocha, os aspectos essenciais para a mitigação da pobreza deveriam privilegiar três aspectos, que estão, em certa medida, vinculados às ideias neoliberais e, ao mesmo tempo, desenvolvimentistas: i) educação como sendo determinante básico da pobreza, ou seja, a noção de investimento em capital humano como elemento garantidor da igualdade de oportunidades; ii) apoio prioritário ou assistência social aos grupos vulneráveis (mulheres e crianças menores de 10 anos); iii) componente locacional, exigindo atenção especial ao problema da pobreza no Nordeste rural brasileiro.

Os principais mecanismos para mitigar a pobreza, segundo a análise de Rocha, apesar de enfatizar que a forma mais óbvia é o crescimento econômico, são centrados em cinco "núcleos", quais sejam: i) programas de transferências de renda direcionadas à uma população-alvo, sendo estes mais eficientes, pois demandam menos recursos do Estado, seriam mais eficazes que programas que distribuem alimentos, além do bem-estar do beneficiado ser maximizado quando este decide alocar sua renda; ii) melhorias na inserção do mercado de trabalho para os mais pobres que estariam vinculadas a iii) melhoria no sistema educacional e, consequente, qualificação da mão de obra; iv) assistência direta a grupos mais vulneráveis ou garantia de direitos universais a grupos mais vulneráveis da população, que envolvam o tripé alimentação-saúde-higiene; v) o problema do componente locacional da pobreza rural no Nordeste brasileiro requer a adoção de mecanismos voltados às melhorias na agricultura (irrigação; financiamentos; culturas intensivas).

Por outro lado, no TDs 398 (1996), o foco da autora passa para uma revisão dos principais estudos sobre pobreza utilizados no Brasil. Uma constatação do trabalho é que os diversos índices utilizados pelos autores possuem valores muito distintos a depender da região do país (Sudeste ou Nordeste) ou da localização (rural ou urbana). A diferença substancial encontrada pela autora entre as áreas rural e urbana, bem como o Nordeste e o Sudeste, apontam para a existência de estruturas socioeconômicas heterogêneas persistentes no Brasil. Essas estruturas mantêm por um período de mais de 10 anos (1979-1990) a desigualdade e a pobreza em níveis altos não apenas no país como um todo, mas regionalmente também. Aqui, mais uma vez, temos marcas no texto que indicam que a economia brasileira é caracterizada por estruturas de desigualdades que transparecem nos dados dos diversos autores estudados.

Interessante também é o TD 553 (1998) de Rocha: a preocupação da autora é tanto lidar com o mapeamento dos conceitos frente à realidade social - especificamente, a realidade social da pobreza. Sua pergunta é relevante quando se estuda a pobreza em contextos periféricos: como as abordagens de pobreza herdadas dos países centrais

sofrem restrições tanto na disponibilidade de dados quanto de sua diferente aplicabilidade em diferentes áreas do país (áreas urbana ou rural)? No caso deste TD, o problema da tradução de categorias vindas de fora para a realidade local se torna explícito, de forma que é necessário elaborar um "mapeamento estatístico" para que se possa mapear a pobreza localmente.

O TD 553 (1998), de André Urani, é único em nossa amostra: o autor busca fazer um comparativo internacional entre Argentina, Brasil, Chile e México dos efeitos das reformas liberalizantes e políticas de estabilização adotadas por estes países no início dos 1990. Embora o autor seja entusiasta de tais mudanças e de seus efeitos sobre as economias locais, bem como a diminuição da pobreza no longo prazo (sugerindo uma adoção menos atenta às especificidades locais), sua atenção a 3 fatores (ou marcas) merecem destaque: primeiro, o autor atenta às chamadas "condições iniciais" em que as reformas liberalizantes ocorreram; depois, a seu ritmo; e, por fim, à natureza das reformas adotadas. Com estas marcas, percebe-se que os efeitos das reformas liberalizantes sobre as economias e a pobreza não ocorre da mesma forma nos diversos países: dependendo do tamanho do mercado de trabalho informal (que sinaliza uma diferença estrutural entre os setores formal e informal da economia), o mercado de trabalho pode sofrer mais ou menos os efeitos das reformas. Da mesma forma, os efeitos de curto prazo das reformas (com estabilização de preços) sobre os níveis de pobreza podem ser custosos socialmente, já que "mudanças setoriais significativas" ocorrem na economia podendo alterar o ritmo das reformas. Em nossa análise de discurso, a importância conferida a mercados de trabalho informais nas condições iniciais das reformas e às mudanças setoriais alterando seu ritmo aponta para a significância do contexto local: embora a receita das reformas seja similar para os diversos países (liberalização comercial e financeira, reforma administrativa, privatizações etc.), sua implementação depende crucialmente dos 3 fatores apontados no texto. Deste modo, ao discurso liberalizante, imbrica-se outro tipo de discurso que sugere o impedimento de uma aplicação imediata de reformas devido a estruturas setoriais características de cada economia nacional.

Em 1997, Lavinas e Varsano, no TD534, enfatizam um dos núcleos destacados por Rocha, em 1995, como mitigador do problema da pobreza,qual seja, programas de transferência de renda. Os contornos das experiências dos Programas de Garantia de Renda Mínima - PGRMs, no Brasil (Brasilia[34] e Campinas[35]) são diagnosticados pelos pesquisadores como experiências que apresentavam características distintas do projeto de Lei que estava sendo defendido na Câmara dos Deputados, de autoria do senador Eduardo Suplicy (1991). Os programas de transferência de renda, segundo os autores, estavam fortemente vinculados à concessão do benefício à frequência das crianças à escola (ênfase no Capital humano), sendo esta outra peculiaridade do contexto brasileiro. Diferentemente, os países europeus que adotaram esses programas buscavam resgatar vínculos com a atividade econômica via inserção produtiva no mercado de trabalho.

Os autores enfatizam o potencial do PGRM enquanto instrumento de redistribuição de renda, ao mesmo tempo, reforçam a necessidade de "um formato mais adequado para realizar esta função, seu custo e capacidade de financiamento". Reconhecem as limitações do PGRM, pois a complementação de renda, não seria um elemento suficiente para condições dignas de vida, sendo o acesso de direitos universais ou provisão de bens públicos indispensáveis (saúde, educação, segurança, assistência social).

[34] No Distrito Federal, em 1995, o governador Cristovam Buarque, na época do Partido dos Trabalhadores, introduziu o programa Bolsa-Educação ou Bolsa-Escola. Todas as famílias com renda mensal menor que meio salário mínimo per capita, morando no Distrito Federal por no mínimo cinco anos, com crianças de 7 a 14 anos de idade, têm direito a receber um salário mínimo, desde que seus filhos frequentam 90% das aulas na escola pública (Suplicy e Buarque, 1997).

[35] Em Campinas-SP, o prefeito José Roberto Magalhães Teixeira, de maneira pioneira, formulou e implantou pelo poder público municipal, no início do ano de 1995, o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima (PGRFM). o PGRFM estabeleceu que todas as famílias com crianças de até 14 anos de idade e renda mensal menor que meio salário-mínimo *per capita* (considerando-se o salário mínimo de R$ 70,00 por mês, vigente em janeiro de 1995) têm o direito a receber um complemento de renda suficiente para que a renda familiar atinja um montante igual a meio salário mínimo vezes o número de membros da família. O chefe da família deveria levar seus filhos de até seis anos de idade para postos públicos de saúde para que as condições nutricionais das crianças sejam checadas. Crianças de 7 a 14 anos de idade devem ir à escola. A mãe ou o pai tem como obrigação freqüentar uma reunião mensal com assistentes sociais e psicólogos, em grupos formados de 20 participantes do programa para discutir seus problemas, como fazer uso do dinheiro que dele recebem (apesar de poderem gastá-lo da forma que bem lhes convier) e receber orientação em termos de planejamento familiar (Suplicy e Buarque, 1997).

A proposta de política apresentada pelos autores sugere o reconhecimento dos limites e as forças políticas presentes no contexto situacional específico, que limitam a elaboração de uma política puramente universal ou puramente focalizada. Ao sugerirem uma forma eficaz de combater a pobreza, enfatizam a relevância do esforço conjunto das três esferas de governo, propondo um Programa de Ação Coordenada de Combate à Pobreza (PAC). A sugestão é de ações focalizadas e gerais, dizem os pesquisadores: "as focalizadas no combate à pobreza (PAC restrito e PGRM) e as que, embora gerais - Programas de caráter mais geral (PAC Geral), têm impacto importante sobre as condições de vida e as oportunidades de geração de renda que se oferecem aos pobres, atuando direta e indiretamente na redução da pobreza".

Reforçam a necessidade de avaliação do gasto social e a eficácia, definição de linhas de pobreza apropriadas às realidades dos municípios brasileiros, algo alinhado com as recomendações do Banco Mundial. Enfatizam, além disso, exigências de contrapartidas (condicionalidades), iniciativas voltadas à escolarização das crianças (capital humano) e pré-qualificação dos adultos com vistas a uma autonomia econômica (mercado de trabalho).

No TD 478 - A estrutura do Desemprego no Brasil (1997), Barros, Camargo e Mendonça (1997), verificamos outras marcas presentes no que mostram a hibridação de elementos neoliberais e desenvolvimentistas. Por um lado, os autores enfatizam que a informação da estrutura de desemprego em nível geográfico/localizado é fundamental para melhor focalizar as políticas de geração de emprego, ou seja, compreender as especificidades locais. Destacam, posteriormente, um alinhamento com as recomendações do Banco Mundial, qual seja, de que o conhecimento do perfil demográfico e qualificação é fundamental para estimar os custos de determinado programa voltado para geração de emprego e, consequentemente, fazer uso dos recursos públicos, direcionando aos mais pobres.

O TD 834 - Determinantes do desempenho educacional no Brasil, publicado em 2001, enfatiza a relevância de investimentos em capital humano, algo fortemente presente

nas teses do Banco Mundial, como forma de mitigar a pobreza[36]. Apesar disso, o universo espacial escolhido pelos autores, qual seja, áreas urbanas das regiões Sudeste e Nordeste, mostram a aproximação com o componente geográfico ou estrutural da pobreza, mesmo o foco da pesquisa sendo o subinvestimento em capital humano, dizem os autores nos seus resultados "vimos que no Nordeste as pessoas estão muito mais dispostas a trocar estudos por emprego que no Sudeste".

Nos resultados obtidos, além da região, o gênero é outra categoria tratada, ressaltam que: "(...) observamos que as mulheres parecem estar menos propensas a estudar menos para aproveitar oportunidades de trabalho que os homens". A escolaridade é colocada como fator determinante na geração de desigualdade de oportunidade, pois é um fator importante na determinação da renda do indivíduo e, consequentemente, ocasiona a transmissão intergeracional da pobreza. As políticas mais efetivas para mitigação da pobreza, segundo o estudo, seriam aquelas que tivessem como alvo as famílias com pais de baixa escolaridade ao invés de baixa renda domiciliar per capita.

Considerações finais

O artigo propôs fazer uma análise de como as ideias econômicas presentes no Banco Mundial, mais especificamente, inerentes à questão da pobreza, foram absorvidas pelo IPEA, no contexto brasileiro, entre 1990-2002. Essa proposta de análise visa se aproximar do instrumental teórico-metodológico da tradução das ideias econômicas, que envolve a compreensão de como se dá a "viagem" e aplicação de ideias econômicas, em contextos heterogêneos e distintos, ao mesmo tempo em que as relações de poder e a

[36] A estratégia empírica utilizada pelos autores foi o uso de regressões linear simples, baseada em dados de duas pesquisas domiciliares realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1996 e Pesquisa sobre Padrões de Vida (PPV) de 1996/97.

análise retórica desempenham papéis relevantes na compreensão de como "ideias econômicas disponíveis" são disseminadas e consumidas em diferentes contextos.

Deste modo, pela análise da produção intelectual do TDs do IPEA, podemos verificar que o ritmo e a intensidade das ideias econômicas atreladas a um "ajustamento estrutural", do Banco Mundial, na forma de lidar com a pobreza, são absorvidas de forma, digamos, "desacelerada", no contexto brasileiro. Ao mesmo tempo, os atores domésticos (economistas - pesquisadores técnicos do IPEA), apesar da aproximação com uma concepção adotada, após 1980, pelo Banco Mundial, com "políticas sociais mais eficazes, eficientes na forma de lidar com a pobreza", a questão da análise do fenômeno da pobreza de forma mais pormenorizado e isolado das questões estruturais, não se faz presente tão fortemente nas produções dos TDs.

Há contrastes dentro da rede de saber-poder dos TDs do IPEA (1990-2002) - que mostram a hibridização ou o "jogo discursivo" das ideias econômicas sobre a pobreza. Ao mesmo tempo em que elementos discursivos neoliberais vão sendo absorvidos, tais como: gastos sociais eficientes, capital humano, programas focalizados, temos aspectos ou "marcas" que apesar de não serem tão evidenciadas nos TDs, mostram como os aspectos da tradição desenvolvimentista brasileira se fazem presentes, tais como: as disparidades regionais/dualidade entre rural e urbano; o Estado como sendo o principal implementador ou interventor de políticas de bem-estar; defesa dos direitos sociais básicos universais.

Esses contrastes serão melhor aprofundados em trabalhos futuros, quando faremos, de forma mais específica, como as ideias econômicas disponíveis ou "teorias puras" sobre a pobreza são absorvidas pelos diferentes contextos institucionais (Banco Mundial e IPEA), e consequentemente, como o *contextos situacionais* possibilitam determinadas ideias econômicas serem mais ou menos "evidenciadas" ou "validadas" em determinados períodos e contextos. Além disso, mostrar que as ideias domésticas não são "descartadas", mas funcionam como elementos que "filtram", "ajustam", "editam" as "ideias externas" em determinado contexto específico.

Por fim, destacamos, também, o hibridismo nas recomendações das políticas de transferência de renda, realizadas em alguns TDs do IPEA. Alinhar diretamente as recomendações dos pesquisadores do IPEA com o "receituário oriundo do Banco Mundial", apesar das fortes influências externas da instituição, aparentemente, não é algo coerente. Por um lado, verificamos nos TDs do IPEA, recomendações voltadas para a aplicação de políticas focalizadas, como forma de "mitigação mais efetiva do problema da pobreza", ao mesmo tempo, mais eficiente no uso dos gastos sociais. Por outro lado, há fortes recomendações no sentido da garantia de direitos universais básicos (saúde, educação e assistência) como elementos fundamentais ao alívio da pobreza. Ou seja, a adoção exclusiva de programas de renda focalizados como instrumento único de mitigação da pobreza não é evidenciado nos TDs do IPEA.

Referências bibliográficas

ALLAN, B. B. Paradigm and nexus: neoclassical economics and the growth imperativo in the World Bank, 1948–2000, Review of International Political Economy, 2019. DOI: 10.1080/09692290.2018.1543719

BAN.C. Translation and Economic Ideas. In: The Routledge Handbook of Translation and politic. Ed./Jonathan Evans; Fruela Fernandez. Abingdon: Routledge 2018, p.48-63 (Routledge Handbooks in Translation and Interpreting Studies).

BANCO MUNDIAL. Annual meeting of the board of governors: Summary proceedings. Washington, DC, 1977.

BANCO MUNDIAL. Oral History Program. Transcript of oral history interview with Mahbub ul-Haq held on December 3, 1982. Disponível em: https://oralhistory.worldbank.org/transcripts/transcript-oral-history-interview-mahbub-ul-haq-held-december-3-1982. Acesso em: 21/01/2021.

BANCO MUNDIAL. World Development Report 1990: Poverty. Disponível em: https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/5973. Acesso em: 12/01/2021.

BARNETT, M; FINNEMORE, M. Rules for the World: International Organizations in Global Politics (Ithaca, London: Cornell University Press). 2004.

BARONE, R.S; BASTOS, P.P.Z; MATTOS, F.A.M; Capital Humano ou Capitalismo Selvagem? Um balanço da controvérsia sobre distribuição de renda durante o "milagre" brasileiro. Revista de Economia Contemporânea. 21 (03). 2017.

BRADY, D. Theories of the causes of poverty. Forthcoming in Annual Review of Sociology. 2018.

BROOKS, S. M. (2005). Interdependent and domestic foundations of policy change: The diffusion of pension privatization around the world. International Studies Quarterly, 49(2), 273–294. https:// doi.org/10.1111/j.0020-8833.2005.00345.x

CALLON, M; LATOUR, B. Unscrewing the big Leviathan: how actors macro-structure reality and how sociologists help them to do so. In: Advances in social theory and methodology: Toward an integration of micro and macro-sociologies. Boston: Routledge & Kegan Paul, 1981.

CARVALHO, A. R; SOUZA, L. R A evolução conceitual da desigualdade da pobreza no pensamento econômico. Revista de Economia Política, vol. 41, no 2, pp. 402-425, abril-junho/2021.

COSTA, V.S. Rede de Pesquisa no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): uma análise da produção científica a partir dos textos para discussão. Dissertação. (Mestrado em Economia e Gestão do Setor Público). Programa de Pós-Graduação em Economia. Universidade de Brasília (Unb). Brasília, 2016.

CUNHA, M. P. Do Planejamento à ação focalizada: IPEA e a construção de uma abordagem de tipo econômico da pobreza. 272p. Tese. (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-graduação em Sociologia. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo – SP, 2012.

CRESPO, A.P.A; GUROVITZ, E. A Pobreza como um fenômeno multidimensional. RAE-eletrônica, Volume 1, Número 2, jul-dez/2002.

DARDOT. P; LAVAL, C. ·A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo, Boitempo. 2016.

DOBBIN, F. R. (1993). The social construction of the great depression: Industrial policy during the 1930s in the United States, Britain, and France. Theory and Society, 22(1), 1–56. https://doi.org/ 10.1007/BF00993447.

D'ARAUJO, M.C; Farias, I.C; HIPPOLITO, L. (organizadoras). IPEA 40 anos – Apontando Caminhos. Documentos CPDOC.

ERBER, F, S. As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política. Revista de Economia Política, vol. 31, nº 1 (121), pp. 31-55, janeiro-março/2011.

FISHLOW, A. "Brazilian Size Distribution of Income" . American Economic Review. (Censo Demográfico 1960-1970). 1972.

FOUCAULT, M. Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978). Editora Martins Fontes. São Paulo. 2008.

GUIDI, M.E.L. Translation and the Circulation of Economic Ideas across Nations, in J.L. Cardoso, H.D. Kurz, Ph. Steiner (eds), Economic Analyses in Historical Perspective. London: Routledge, pp. 144-154, 2011.

GREMAUD, Amaury P. As controvérsias monetárias no Brasil agroexportador. In: XXVI Encontro Nacional de Economia, Vitória, p. 141-160, 1998.

LADERCHI, C; SAITH, R; STEWART, F. Does it Matter that we do not Agree on the Definition of Poverty? A Comparison of Four Approaches. Oxford Development Studies, Vol. 31, No. 3, September 2003

LANGONI, C.G. Distribuição da Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil. Estudos Econômicos, São Paulo v- 2 n.5 p. 5-88 1972.

LATOUR, B. Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MARIUTTI, E.B. Estado, Mercado e Concorrência: fundamentos do "neoliberalismo" como uma nova cosmovisão. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política. Vol. 54. 2019

MIROWSKI, P; PLEHWE, D. The Road from Mont Pèlerin. The Making of the Neoliberal Thought Collective. Harvard: Harvard University Press, 2009

MCNAMARA, R. S. (1981). The McNamara years at the World Bank: Major policy addresses of Robert S. McNamara, 1968–1981. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.

PEREIRA, Desenvolvimento como segurança, assalto à pobreza e ajustamento estrutural: o Banco Mundial durante os anos McNamara (1968-1981). Revista de História, São Paulo, n. 165, p. 425-460, jul./dez. 2011.

PEREIRA, J.M.M. Metamorfoses da política de ajuste estrutural do Banco Mundial (1980-2024). Revista Sociologias, 19, Jan-Apr, 2017.

REZENDE. F. Planejamento no Brasil: Auge, Declínio e caminhos para a reconstrução. In: CARDOSO, J. C. Diálogos para o Desenvolvimento: A reinvenção do Planejamento Governamental no Brasil. Brasília, IPEA, 2011.

RÖPER, N. Between substantive and symbolic influence: diffusion, translation and bricolage in German pension politics, Review of International Political Economy, 2020. DOI: 10.1080/09692290.2020.1790405.

SALOMÃO, I. C. O desenvolvimento em construção: um estudo sobre a pré-história do pensamento desenvolvimentista brasileiro. 193p. Tese. (Doutorado em Economia). Programa de Pós-Graduação em Economia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2013.

SILVA, C.L; BOFF, E.O. Atualizando a Indeterminação de Senior para traduzir ideias econômicas: contribuições da epistemologia histórica e da teoria ator-rede. XIV Congresso Brasileiro de História Econômica & 15ª Conferência Internacional de História de Empresas. Varginha, 15 a 17 de Novembro de 2021.

SILVEIRA, A.M. Estudos sobre a Indeterminação de Senior, vol. I. Ensaios Econômicos da Escola Brasileira de Economia e Finanças –EPGE. Fundação Getúlio Vargas – FGV, 1993a.

_____. Wagner Schmoller sob a luz da indeterminação de Senior. Estudos Econômicos. Vol.23. n.2. p.320-347, 1993b.

_____. Estudos sobre a Indeterminação de Senior, vol. II. Ensaios Econômicos da Escola Brasileira de Economia e Finanças –EPGE. Fundação Getúlio Vargas – FGV, 1994.

_____. Por uma ciência econômica filosoficamente informada: a indeterminação de Senior. Ensaios Econômicos da Escola Brasileira de Economia e Finanças –EPGE. Fundação Getúlio Vargas – FGV, 1995.

_____. A indeterminação de Senior: Perspectivas e realizações de um programa de pesquisa. Economia. n.23. p-159-183. UFPR, 1999.

SALVIATI, M.E. Manual do Aplicativo Iramuteq. 2017.

SHARMA, P. Bureaucratic imperatives and policy outcomes: The origins of World Bank structural adjustment lending. Review of International Political Economy, 20:4, 667-686, 2013, DOI: 10.1080/09692290.2012.689618.

SUPLICY E BUARQUE. Garantia de renda mínima para erradicar a pobreza: o debate e a experiência brasileiros. Dossiê Direitos Humanos, Estudos Avançados. 11 (30) , Ago 1997.

PINTO, M.J. Comunicação e Discurso: introdução à análise de discursos. São Paulo: Hacker, 2002.

TEIXEIRA, C.C; CASTILHO, S. IPEA - Etnografia de uma Instituição: entre pessoas e documentos. Rio de Janeiro: ABA Publicações: AFIPEA, 2020. 450 p.

VIEIRA, D. T. A obra econômica de Amaro Cavalcanti. São Paulo: FEA, 1960.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Formação da mão de obra urbana em São Paulo: educação profissional e industrialização (1930-1945)

Claudia Maria Cirino de Oliveira

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

Formação da mão de obra urbana em São Paulo: educação profissional e industrialização (1930-1945)

Formation of urban labor in São Paulo: professional education and industrialization (1930-1945)

Claudia Maria Cirino de Oliveira[1]

Resumo

No período pós-1930, a centralidade do Estado como impulsionador do desenvolvimento econômico significou, para a educação profissional, um maior controle e diferenciação de sua estrutura organizacional. Criando órgãos específicos e políticas que deram maior importância à participação dos industriais nessa modalidade de ensino, o Estado manifestava uma atuação voltada para o estímulo à indústria e a consolidação da burguesia industrial como classe dominante e influente. Paralelamente, estabelecia uma legislação trabalhista e sindical que limitava e controlava a classe trabalhadora. Nessa relação, a preparação do "cidadão-trabalhador" tornou-se central nas ações fomentadas pelo Estado que, junto com os industriais, promoveu a difusão e introdução, no ensino profissional, de uma série de novos procedimentos relacionados às necessidades de reorganização do processo de trabalho. Principalmente os industriais paulistas que, desde os anos 1920, já aplicavam o ensino racional para o disciplinamento e treinamento dos trabalhadores. Embora desde o início do século XX o ensino profissional de instituições como o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo e a Escola Profissional Masculina da Capital fosse direcionado para atender as necessidades da indústria nascente por meio de um ensino metodizado, voltado para formar operários eficientes e disciplinados, foi somente após os anos 30 que a prática de um ensino racional e organizado cientificamente foi formalmente incorporado à educação profissional. A

[1] Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo/USP

partir desse período, um conjunto de medidas referente à difusão dos princípios de organização racional do trabalho foram implantadas no ensino profissional paulista por meio de instituições como o IDORT, criado em 1931, do Código de Educação do estado de São Paulo, publicado em 1933, e do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional - CFESP, criado em 1934 para organizar, em moldes racional, o ensino profissional dos ferroviários. Essas iniciativas tinham origem nas experiências de ensino racional desenvolvidas pelo professor Roberto Mange, no Curso de Mecânica do Liceu de Artes e Ofícios, implementado no início da década de 1920.

Palavras-chave: *ensino profissional, industrialização, racionalização, disciplinamento, formação de mão de obra.*

Abstract

In the post-1930 period, the centrality of the State as a driver of economic development, meant for professional education a greater control and differentiation of its organizational structure. By creating specific bodies and policies that gave greater importance to the participation of industrialists in this type of education, the State manifested an action aimed at stimulating industry and the consolidation of the industrial bourgeoisie as a dominant and influential class. At the same time, it established labor and union legislation that limited and controlled the working class. In this relationship, the preparation of the "citizen-worker" became central in the actions promoted by the State, which, together with the industrialists, promoted the diffusion and introduction, in professional education, of a series of new procedures related to the needs of reorganization of the process of work. Mainly the São Paulo industrialists who, since the 1920s, had already applied rational teaching for disciplining and training workers. Although, since the beginning of the 20th century, the professional education of institutions such as the Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo and the Escola Profissional Masculina da Capital was directed to meet the needs of the nascent industry through methodized education, aimed at training efficient workers and disciplined, it was only

after the 1930s that the practice of rational and scientifically organized teaching was formally incorporated into professional education. From that period onwards, a set of measures referring to the diffusion of the principles of rational organization of work were implemented in São Paulo's professional education through institutions such as IDORT, created in 1931, of the São Paulo State Education Code, published in 1933, and the Railway Center for Teaching and Professional Selection - CFESP, created in 1934 to organize, in a rational manner, the professional education of railway workers. These initiatives had their origin in the experiences of rational teaching developed by Professor Roberto Mange, in the Mechanics Course of the Liceu de Artes e Ofícios, implemented in the early 1920s.

Keywords: *vocational education, industrialization, rationalization, disciplining, training of manpower.*

Formação da mão de obra urbana em São Paulo: educação profissional e industrialização (1930-1945)

***

Introdução

Este trabalho, resultado de uma pesquisa que procura analisar a formação da mão de obra urbana no estado de São Paulo, entre 1930 e 1960, em instituições da educação profissional em um contexto de crescimento industrial, está divido em duas partes. Na primeira, visando identificar métodos, estratégias e as origens das propostas de preparação da mão de obra, realiza-se uma breve análise dos antecedentes, na Primeira República. A segunda parte do trabalho, referente ao período de 1930-1945, pretende examinar a formação dos trabalhadores paulistas solicitada pela indústria, em um período marcado por mudanças institucionais e políticas, no qual o Estado assume uma atuação econômica direcionada para a promoção da industrialização.

Antecedentes: educação profissional e industrialização na Primeira República

A concepção do ensino profissional relacionada à necessidade de formação da força de trabalho urbana voltada para o desenvolvimento industrial no Brasil vincula-se, sobretudo, a dois eventos que mudaram a trajetória política, social e econômica do país: a abolição da escravatura, em 1888, e a instituição da República, em 1889.

As mudanças institucionais do final do século XIX ampliaram as perspectivas para a expansão das atividades produtivas baseadas no sistema de produção capitalista (PRADO, 1981, p. 154). Conforme Dean (1975, p. 251-253), a abolição estava vinculada à República, "que reorientou substancialmente os planos de ação do governo em relação à indústria".

Contudo, desde do início, a educação voltada para o trabalho foi marcada por um propósito bem característico: "a preparação dos pobres, marginalizados e desvalidos da sorte" para trabalharem no sistema produtivo em ocupações técnicas situadas nos "níveis baixos e médio da hierarquia ocupacional". Dessa forma a educação profissional foi sendo constituída como um sistema distinto e paralelo ao ensino regular, marcado pela

"dualidade estrutural" própria do funcionamento do modo de produção capitalista (KUENZER, 1991, p. 6)

Em 1891, quando foi promulgada a primeira constituição republicana, o tratamento dado à questão educacional manifestava a natureza liberal do Estado que estava se constituindo. Conforme Moraes (1990, p. 31), essa disposição, seria traduzida no modelo federativo adotado como forma de Governo, que deliberou como competência da União apenas "criar instituições de ensino superior e secundário nos estados" e "prover a instrução secundária do Distrito Federal"[2].

Com a descentralização e maior autonomia política atribuída aos entes federados, o ensino profissional seguiu sem uma organização ou diretriz (ROMANELI, 1986, p. 41-42) e condicionado ao desenvolvimento regional do país.

Nesse contexto, os estados que sediavam o "poder econômico", como São Paulo, tinham mais recursos para investir no sistema educacional, que ganhou mais impulso se comparado ao de outras regiões do país (ROMANELLI,1986, p. 43).

Graças ao dinamismo de seu complexo cafeeiro, o estado de São Paulo reunia uma série de condições favoráveis para impulsionar o desenvolvimento econômico e o crescimento industrial[3], como a implantação de um sistema ferroviário (CANO, 2007, p. 42).

Contudo, a expansão econômica do estado evidenciou outro problema: a necessidade de um contingente de trabalhadores suficientemente doutrinados para assimilar a disciplina do trabalho na indústria. Conforme Bernardino de Campos, governador do estado de São Paulo (1902-1904), era "imprescindível metodizar o ensino

[2] Artigo 35, itens 3º e 4º da Constituição da República dos Estados Unidos Do Brasil (De 24 De Fevereiro De 1891)

[3] Segundo o Censo Industrial de 1920, entre 1907 e 1920, a participação do estado de São Paulo no total de estabelecimentos industriais do país passou de 10,5% para 31,1%, o que garantiu ao estado o maior parque industrial do país.

profissional e criar aptidões para o trabalho" por meio de estabelecimentos de ensino profissional técnico destinados à "grande massa popular"[4].

Com isso, entre o final do século XIX e início do XX, a concepção de um ensino profissional foi estabelecida a partir das ideias dos grupos dominantes no que se refere "à sua relação com o trabalho". Relação na qual, diante de uma classe operária industrial em formação, com capacidade de organização e luta, a relevância e utilização da instituição de ensino como instrumento de dominação social eram reorganizadas (MORAES. 1990, p. 4).

Assim, foi a partir de uma junção de fatores, econômicos e sociais, que o ensino profissional paulista destinado aos setores da indústria em expansão foi orientado. Nas duas primeiras décadas do século XX, duas instituições voltadas para a formação da mão de obra industrial paulista tiveram papel de destaque: o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo e a Escola Profissional Masculina da Capital.

Após o final da Primeira Guerra Mundial, o interesse dos industriais paulista em organizar e administrar cientificamente o processo de trabalho colocava novos parâmetros para a formação da mão de obra, que deveria ser preparada de acordo com os "novos requisitos de qualificação". Nesse período, Roberto Mange, engenheiro e professor da Escola Politécnica, pode aplicar no ensino profissional os métodos de seleção fundamentados em estudos psicotécnicos e fisiológicos (ANTONACCI, 1987, p. 66-68).

A experiência do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo

O Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo foi inaugurado em 1º de setembro de 1882 visando atender o desenvolvimento de uma indústria nascente por meio de um ensino profissional eficiente para formar um cidadão consciente e útil, e criar "bons artistas e operários" (SEVERO, 1934, p. 9, 157, 168).

[4] ANUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, publicação organizada pela Diretoria Geral da Instrução Pública, 1917-b, p. 41.

Os criadores da instituição pertenciam ao "setor dominante da sociedade paulista" e, como tal, representavam a iniciativa privada, que direcionava seus investimentos para as estradas de ferro, para a imigração subsidiada, expandia as plantações de café e "fundava as primeiras fábricas da capital paulista" (GITAHY, 1986, p. 21; MORAES, 1990, p. 48).

Em 1895, acompanhando o "crescimento e a diversificação" da atividade industrial do estado (CUNHA, 2000, p. 120), Francisco de Paula Ramos de Azevedo, diretor do Liceu, promoveu uma reforma completa em seu modelo de ensino, o que significou o início a uma fase grandiosa da escola (SEVERO, 1934, p. 24-25, 32).

O engenheiro Ramos de Azevedo deu nova orientação aos cursos, acentuando o programa de ensino técnico e profissional[5] por meio de uma reorganização curricular que dava maior destaque para as aulas práticas nas oficinas e para uma produção direcionada ao mercado. O novo sistema de ensino era conhecido como oficina-escola[6].

Com este sistema, a instituição podia aceitar encomendas e produzi-las nas oficinas da escola, que funcionavam como "verdadeiros estabelecimentos industriais" destinados a fabricar artefatos lucrativos e uteis no mercado[7].

Embora se estruturasse como um estabelecimento empresarial, o Liceu era organizado como escola profissional, isto é, era uma instituição que, ao mesmo tempo, ensinava e preparava o operário, produzia mercadoria para o mercado, estimulava a concorrência e estabelecia modelos e padrões[8].

Conforme Ricardo Severo[9], um dos diretores da escola, a grande indústria-escola era mais útil e eficaz do que uma pequena escola profissional, já que, na indústria moderna, somente a grande oficina poderia preparar o artefato com as "vantagens econômicas e com a perfeição técnica" exigidas pelo "mercado atual". Ou seja, conforme

[5] O ESTADO DE SÃO PAULO. Uma Instituição Benemérita. São Paulo, p. 3, 2/08/1910.
[6] PORCHAT, Reynaldo. In: O Estado de São Paulo: "Lyceu de Artes e Offícios", p. 3, 13/12/1915.
[7] Ibid., p. 3.
[8] O ESTADO DE SÃO PAULO. "O Lyceu de Artes e Offícios". São Paulo, p. 3, 24/01/1915.
[9] SEVERO, Ricardo. In.: O Estado de São Paulo. Alocução pronunciada na abertura da exposição de trabalhos escolares. São Paulo, p. 3-4, 9/12/1917.

Gitahy (1986, p. 36), tratava-se de "produção enquanto processo de valorização e reprodução do capital".

Nas oficinas do Liceu, o jovem aprendiz, que para ser admitido tinha que ter doze anos[10], recebia uma formação profissional orientada para ofertar no mercado uma mão de obra com uma educação completa[11] - o que significava formar trabalhadores que pudessem "acompanhar e conhecer o processo integral" de produção, que fossem especialistas na "técnica completa" de seu ofício[12] -, associada à uma produção que se destacasse pela "perfeição e acabamento"[13].

O aluno iniciava como aprendiz nas oficinas e, após adquirir conhecimentos gerais do ofício, era "colocado ao lado de um operário adulto", até torna-se um operário efetivo. Os aprendizes, que recebiam um pequeno salário, aprendiam a manusear uma variedade de ferramentas[14] e máquinas, de forma que, gradativamente, passavam da produção mais elementar para a mais completa de qualquer produto[15].

Contudo, a formação do "operário-completo" também significava preparar trabalhadores disciplinados e "submetidos a hierarquia já razoavelmente burocratizada". Aprendendo a respeitar a hierarquização, que "confirmavam e garantiam a vigência dos postos superiores dentro da oficina: mestre, contra-mestre e gerente" (GITAHY, 1986, p. 28, 32, 46, 48), o aluno era informado, conforme Reynaldo Porchat[16], sobre "seu lugar na metódica divisão" do trabalho que é da competência de uma fábrica moderna que produz em grande quantidade.

Dessa forma, como oficina-escola, o disciplinamento no Liceu expressava o de qualquer estabelecimento industrial. O aluno da instituição era submetido ao aprendizado

[10] SEVERO, Ricardo, 1934, p. 8.

[11] CAMPOS, Siqueira. In.: O Estado de São Paulo. Uma Instituição Benemérita. São Paulo, p. 3, 02/08/1910.

[12] SEVERO, Ricardo. In.: O Estado de São Paulo. Uma obra benemérita. São Paulo, p. 3, 9/12/1927.

[13] CAMPOS, Siqueira. op. cit,, p. 3.

[14] SEVERO, Ricardo, 1934, p. 95.

[15] PORCHAT, Reynaldo. In: O Estado de São Paulo: "Lyceu de Artes e Offícios", p. 3, 13 de dezembro de 1915.

[16] Ibid., p. 3.

de uma técnica atrelada a um determinado comportamento, que tinha que validar os princípios elementares do trabalho[17].

Instituições como o Liceu não formavam somente profissionais de ofícios, mas também pretendiam produzir cidadãos com "consciência moldada em princípios morais" e valores do trabalho (SEVERO, 1934, p. 39, 201, 208).

Com o passar dos anos, o Liceu foi ganhando mais os aspectos de uma indústria e deixando a finalidade educacional em segundo plano (MORAES, 1990, p. 2007). No final da década de 1920, o Liceu ocupava uma posição privilegiada entre os estabelecimentos do ramo mobiliário do Estado: era o segundo maior em número de trabalhadores e o primeiro, em força motriz (GITAHY 1986, p. 47).

Contudo, embora desde o início do século a produção do Liceu estivesse direcionada, sobretudo, para os setores de construção civil e mobiliário[18], após o final da Primeira Guerra Mundial, a demanda por trabalhadores qualificados, que foi impulsionada por uma fase de dinamismo da indústria mecânica, produziu uma mudança significativa na orientação do Liceu (ZANETTI e VARGAS, 2007, p. 48-49).

Assim, foi objetivando formar profissionalmente e treinar os operários reproduzindo os princípios tayloristas na formação profissional que, no início dos anos 1920, foi criado no Liceu o Curso de Mecânica Prática[19] que, dirigido por Roberto Mange, transformou-se, em 1923, na Escola Profissional de Mecânica (ANTONACCI, 1987, p. 67).

A Escola Profissional de Mecânica do Liceu de Artes e Ofícios

Instituída por meio de um convênio entre o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo e algumas empresas ferroviárias tais como a Cia. Paulista, Cia. Soracabana e a Cia.

[17] SEVERO, Ricardo. In.: O Estado de São Paulo. A cerimônia de inauguração dos trabalhos. São Paulo, p. 6, 9/12/1930.

[18] CAMPOS, Siqueira. In.: O Estado de São Paulo. Uma Instituição Benemérita. São Paulo, p. 3, 02/08/1910.

[19] Os cursos de mecânica prática foram criados e subvencionados por lei federal do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio, em 1922, com a finalidade de formar mecânicos ajustadores para o mercado (SEVERO, Ricardo, 1934, p. 40; ZANETTI e VARGAS, 2007, p. 16).

Mogiana, a Escola Profissional de Mecânica foi um projeto elaborado, organizado e dirigido por Roberto Mange, na qual foi instalado um laboratório de psicotécnica, de cinemática, de tecnologia e oficinas para a aprendizagem (SEVERO, 1934, p. 41).

Mange pretendia reorganizar o processo de trabalho visando intensificar a produção, ou seja, buscar instrumentos para produzir mais e melhor em menos tempo, por meio de um trabalho executado com perfeição e rapidez, eliminando todo o movimento considerado inútil (MORAES,1990, p. 126-127). A alternativa indicada pelo engenheiro era o uso "racional das aptidões físicas e psicofisiológicas"[20], obtido com os "testes de seleção" e por meio do "método de instrução racional" (ANTONACCI, 1987, p. 68), que se contrapunha ao método tradicional de aprendizagem, considerado um processo em que o trabalhador ainda mantinha uma parte do controle (CAETANO, 1986, p. 244).

Assim, por intermédio métodos de adestramento apoiados em exames de aptidões profissionais e séries metódicas[21], propunha-se colocar cada trabalhador na atividade em que fosse mais produtivo e onde fossem diminuídas as ausências e distrações (ANTONACCI, 1987, p. 69).

Embora a Escola Profissional de Mecânica tenha tido um tempo relativamente curto de duração, aproximadamente seis anos, (ZANETTI; VARGAS, 2007, p. 36), foi o núcleo inicial propagador das experiências realizadas a partir das concepções do ensino racional, que foram definindo, desde a década de 1920, os melhores métodos em relação "à formação do tipo de trabalho e trabalhador" solicitado para o crescimento da indústria paulista (ANTONACCI, 1987, p. 70).

[20] MANGE, Roberto. Escolas Profissionais Mecânicas, In.: Revista da Politécnica, 1925, p. 8-28, apud Antonacci, 1987, p. 68.

[21] A série metódica de desenhos era útil para orientar "racionalmente" o aluno e para confeccionar as peças trabalhando com precisão e com disciplina (ANTONACCI, 1993, p. 66).

A Escola Profissional Masculina da Capital

Criada em 17 de novembro de 1911[22], a Escola Profissional Masculina da Capital destinava-se ao ensino de artes e ofícios para os "filhos dos trabalhadores (MARQUES, 2011, p. 1647) ", que tivessem, no mínimo, doze anos completos e o ensino primário.

A instituição de ensino profissional do estado oferecia cursos práticos, com duração de três anos, de marcenaria, mecânica e pintura e decoração, e um curso teórico com português, aritmética e geometria, desenho geométrico, desenho profissional, física e química. Havia, também, os cursos noturnos de aperfeiçoamento nas áreas de desenho profissional mecânico, desenho profissional de construções civis, desenho de ornato e curso de escultura aplicado as artes e ofícios (GONZAGA, 1926, p. 17, 52, 59-60). Os alunos tinham direito ao recebimento de uma diária, cuja importância monetária, paga mensalmente, estava condicionado à nota de comportamento e de aplicação[23].

Assim como no Liceu, a Escola Profissional Masculina da Capital podia aceitar encomendas de serviços particulares, que eram realizadas na "seção industrial", exclusivamente destinada a esses serviços.

Contudo, ao invés do modelo "oficina-escola", a Escola Profissional Masculina da Capital adotou o modelo "escola-oficina", no qual, pelo menos conceitualmente, os "conhecimentos científicos", e o aprendizado e "práticas da arte", tinham um peso maior no currículo, que também devia incluir as aulas práticas nas oficinas (CUNHA, 2000, p. 119).

Segundo Aprígio Gonzaga, diretor e responsável pela concepção pedagógica e administrativa da escola, o modelo oficina-escola prejudicava a formação integral do aluno, pois nele o "tempo e o lucro" eram prioridade, condicionados às necessidades do mercado (MARQUES, 2011, p. 1648-1649). Para Gonzaga, somente o sistema escola-oficina mantinha uma preparação integral que, "associando a instrução técnica à formação

[22] Decreto nº 2118-B, de 28/09/1911.
[23] Decreto nº 3188, de 07/04/1920.

literária" (GONZAGA, 1926, p. 28), visava formar o "operário-completo", o que também significava a ideia de um trabalhador dedicado, "disciplinado, responsável, sem vícios e econômico" (MARQUES, 2011, P. 1652).

O método de ensino elaborado e aplicado por Aprígio Gonzaga na Escola Profissional Masculina era conhecido como o Slojd[24] Paulista (ASSUNÇÃO, 2016, p. 108). Para Gonzaga, "o hábito de fazer e sua influência na formação do caráter", eram destacados como consequência do plano educativo do Slojd que, conciliando o uso de ferramentas e matérias-primas, com a aplicação inteligente do desenho, buscava "desenvolver a inteligência, modelar o caráter, criar força física e coragem", fornecendo "hábitos cívicos e de trabalho" (GONZAGA, 1923, p. 137-138).

Para Ribeiro (2018, p. 4-5), o Slojd representava um importante "aliado" de uma perspectiva que colocava no centro da relação entre educação e trabalho, as necessidades e interesses decorrentes do crescimento industrial como a "formação de caráter individualista e tecnicista", de forma a adequar e sujeitar os jovens às regras sociais necessárias para o homem contemporâneo, isto é, "ativo, de saber fazer, capaz de transformar tecnicamente a natureza em seu benefício".

Contudo, no final dos anos 1920, a visão em relação à preparação do trabalhador de Aprígio Gonzaga, que era defensor da formação integral do operário e contrário à especialização, disputava espaço com a de Roberto Mange, que visava adequar a organização do ensino profissional às imposições criadas pelo aumento da divisão do trabalho na fábrica, buscando atualizar os métodos de ensino conforme os "imperativos da racionalidade fabril" (MORAES, 1990, p. 226-228).

[24] Aprígio tinha como referência o método Slojd criado pelo sueco Otton Salomon, na década de setenta do século XIX. O Slojd tinha como objetivo utilizar a "força educativa" encontrada no "trabalho manual", (SALOMON, 1907, pg. 1-2).

A formação da mão de obra urbana paulista e o projeto de racionalização (1930-1945)

O período pós Revolução de 1930, movimento que levou ao poder Getúlio Vargas, representava o início de um "novo tipo de Estado", diferente do "Estado oligárquico" não somente pelo maior nível de autonomia e pela ação centralizadora, mas, também, por uma "atuação econômica" orientada para a promoção da industrialização e uma "atuação social" inclinada a conceder "algum tipo de proteção aos trabalhadores urbanos" (FAUSTO, 2006, p. 327, 328).

Entre os anos de 1930 a 1945, o governo executou uma série de ações fomentadoras do desenvolvimento do país como a criação de vários órgãos de incentivo e regulamentação de setores específicos. Dentre estes, pode-se destacar o Conselho Federal de Comércio Exterior – CFCE, o Conselho Técnico de Economia e Finanças – CTEF, o Conselho Nacional do Petróleo (1938); o Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP, a Companhia Siderúrgica Nacional, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial -SENAI, Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial -CNPIC (1944), entre outros (CORSI, 2012, p. 232; FONSECA, 2012, p. 173-174).

Na área educacional, as medidas adotadas pelo novo governo, sinalizavam para a "diferenciação e especialização" da estrutura organizacional do Estado (CUNHA, 2005, p. 18-19). Em 1934, sob a dependência do Ministério da Educação e Saúde Pública, criado em 1931, foi instituída a Superintendência do Ensino Industrial[25] que, além de manifestar o controle do Estado sobre essa modalidade de ensino por meio da centralização da estrutura escolar, também previa, pela primeira vez, a "colaboração das associações industriais com as escolas profissionais" (CUNHA, 2005, p. 19, 23; SCHWARTZMAN et.al, 2000, p. 248).

[25] Decreto Nº 24.558 de 03 de julho de 1934.

Conforme Draibe (1977, p. 13-14, tanto as políticas nacionais quanto os "aparelhos organizados nas estruturas centrais do Estado" e as instituições criadas, estavam associadas aos projetos de avanço da acumulação capitalista industrial.

Para Ianni (1977, p. 13-14), no período pós-1930, o poder público começou a operar de forma mais conveniente com as necessidades determinadas pelo "sistema capitalista vigente no Brasil". Assim, junto com uma remodelação das condições de realização das forças produtivas, das relações internas de produção e das relações entre a economia nacional e externa, o Estado assumiu, para sua responsabilidade, as "condições e limites básicos de funcionamento de mercado da força de trabalho".

Embora a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1930, afirmasse a preocupação e o interesse na construção de uma política social (GOMES, 1979, p.203), a legislação trabalhista e sindical estabelecida nessa fase tinha como um dos objetivos principais limitar a organização da "classe trabalhadora urbana fora do controle do Estado" (FAUSTO, 2006, p. 335). Ou seja, a instituição da legislação trabalhista e sindical também determinava "as condições e os limites sociais e políticos da atuação dos assalariados" e, especialmente, visava a "harmonização" das relações entre empregados e empregadores (IANNI, 1977, p. 14, 36).

Para Fonseca (2012, p. 174), os órgãos e a legislação corporativista criados pelo Estado nesse período, tiveram impacto e relevância diferentes sobre os trabalhadores e empresários: para os primeiros significou, sobretudo, sua subordinação ao Estado, "que passou a controlar a organização sindical"; para os empresários, representou uma "aproximação às esferas estatais decisórias" e a instauração de "canais diretos entre a burocracia e os dirigentes das federações e confederações patronais"(FONSECA, 2012, p. 174).

Um dos elementos centrais das novas relações que foram se consolidando nas políticas desencadeadas pelo Estado, era acerca do papel e importância da preparação do

cidadão-trabalhador. Em 1941, quando Alexandre Marcondes Filho[26] foi nomeado para comandar o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, a tônica de seu discurso fundamentava-se na formação de um "individuo/cidadão" estipulado como o "trabalhador-brasileiro" (GOMES, 2005, p. 237-238).

Para alcançar esses objetivos, um conjunto de novos procedimentos foi empregado na década de 30 e 40, que mantinha vínculos explícitos com as "preocupações e ambições" que os industriais possuíam desde o final da década de 1920. Principalmente os industriais paulistas que, nesse período, já se articulavam persistentemente em torno da racionalização do trabalho (GOMES, 2005, p. 238).

Embora, desde o início da década de 1920 os métodos racionais e a organização cientifica do trabalho eram considerados, pelos industriais paulistas, como uma nova forma de pensar os "negócios e as relações de trabalho" (ANTONACCI, 1987, p. 60), sua aplicação prática ocorreu, efetivamente, na formação da mão de obra por meio das iniciativas realizadas no ensino profissional.

Assim, pode-se dizer que, se foi na área do trabalho que ocorreram as transformações institucionais mais significativas e que demonstravam relações com um projeto de industrialização, trazendo à tona novas regras e padrões de comportamento (FONSECA, 2012, p. 176), foi no ensino profissional que as classes dominantes "se utilizaram do poder estatal" para construir e renovar "estratégias pedagógicas" voltadas para a submissão dos trabalhadores aos "desígnios de uma sociedade marcada pelos imperativos da indústria" (MORAES, 1990, p. 229).

Crescimento industrial, trabalhadores e a burguesia paulista

A partir da década de 1930, o crescimento da produção industrial, até então induzido pela expansão do setor exportador agrícola, passou a ser estimulado pelo

[26] Alexandre Marcondes Filho era um advogado paulista ligado à política e dono de um escritório conhecido e frequentado pela elite do empresariado de São Paulo.

crescimento da produção de setores da indústria, como o de bens de consumo e o de bens intermediários (SUZIGAN, 1986, p. 347, 348). Nas regiões do país nas quais a produção industrial era mais desenvolvida, como São Paulo, a indústria se tornou o "principal determinador do nível de atividade" (CANO, 2012, p. 153-154).

A partir desse período, uma característica importante da industrialização foi ter o Estado como seu impulsionador e o capital industrial como a "fração preponderante no bloco de poder que governou o Brasil" (COUTINHO, 2006, p. 177).

Assim, a indústria estava tornando-se o setor potente da acumulação do capital enquanto a estrutura de classes tornava-se mais complexa com o rápido avanço do "proletariado e outros setores urbanos" e a burguesia industrial recebia mais importância econômica e política (CORSI, 2012, p. 229).

Segundo Fonseca (2012, p. 169-171), a política do governo em defesa da indústria foi realizada com a participação dos industriais que, relativamente organizados em associações empresariais, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, foram "capazes de fazer o governo adotar medidas" de seus interesses, influenciando em políticas tarifárias, protecionistas e cambiais.

Contudo, o tema industrialização, para os grandes industriais, segundo De Decca (2004, p. 155), também estava fundamentado na organização do trabalho por meio da racionalização da produção e na generalização do universo fabril para toda a sociedade por meio de uma "ação política capaz de ultrapassar os estreitos limites dos muros das fábricas".

Sobretudo no início dos anos 30, quando as soluções encontradas pelos empresários para enfrentar os problemas do mercado de trabalho impostos pela crise mundial de 1929, como cortes nos salários e demissões, provocaram reações dos

trabalhadores que, por meio de greves[27], se colocaram "contra a política acionada pela burguesia" (SILVA, 1990, p. 19-20).

Dessa forma, foi num ambiente de instabilidade financeira e "tensões sociais" que partes da burguesia industrial de São Paulo, intervindo pela recuperação do crescimento da indústria sob a sua perspectiva, firmaram "posições em torno das propostas de racionalização" (ANTONACCI, 1993, p. 96).

Combinando o poder de monopolização com o das possibilidades ilimitada do saber, a racionalização nutria a noção de que por meio dos mecanismos da ciência fosse possível harmonizar o aumento "da produção e das forças produtivas com a organização do domínio social sobre novas bases" (ANTONACCI, 1993, p. 102).

No estado de São Paulo, desde o início da década de 1930, o governo realizou uma série de medidas referentes ao ensino profissional, destinadas à orientação e maior controle sobre essa modalidade de ensino e à generalização, na rede pública, das ideias de Roberto Mange, um dos diretores do Instituto de Organização Racional do Trabalho - IDORT. (MORAES, 1990, p. 228). Dentre estas, pode-se destacar o Código de Educação do estado de São Paulo[28] que, publicado em 1933, definia os rumos do ensino profissional (LAURINDO, 1962, p. 104-105), sem excluir as experiências referentes a organização cientifica do trabalho desenvolvidas por Mange, que participou da elaboração da norma[29].

Assim, foi utilizando-se dos mecanismos do Estado de acordo com seus interesses que os industriais difundiram e potencializaram os princípios de organização racional do trabalho, que encontraram na área do ensino profissional o meio propício para sua aplicação.

[27] Os protestos coletivos dos trabalhadores ocorreram em novembro de 1930, "um dia após a posse do Governo Provisório". Os primeiros a aderirem à greve foram os tecelões. Gradativamente, as paralisações foram ganhando a participação de outras categorias (SILVA, 1990, p. 29).

[28] Decreto nº 5.884, de 21 de abril de 1933.

[29] REVISTA DO IDORT. São Paulo, nº 19, julho de 1933.

O Instituto de Organização Racional do Trabalho - IDORT: educação profissional e Estado

Fundado em 21 de junho de 1931, como sociedade civil sem fins lucrativos, o IDORT pretendia estudar, aplicar e difundir os métodos de organização científica do trabalho, com o propósito de "aumentar o bem-estar social" pelo crescimento da "eficiência do trabalho humano", em todos os setores econômicos. Por meio da racionalização, fundamentada na psicotécnica e na seleção e educação do operário, buscava-se aumentar ao máximo o rendimento do trabalho com o mínimo de esforço[30].

Além disso, para o IDORT, a organização racional do trabalho também era uma solução para as tensões entre o capital e o trabalho ocorridas entre o final da década de 1920 e início dos anos 30. Conforme Aldo Mario de Azevedo, um de seus diretores, a "agitação reivindicatória nas grandes camadas inferiores" e o recrudescimento das "lutas de classes" provocadas pela crise e revolução, justificava a criação do IDORT. Propondo resolver esses problemas por meio da utilização de "métodos científicos e sistemas de trabalho" racionalmente orientados, Azevedo defendia uma "transformação", por meio da cooperação das classes sociais em busca do "bem comum"[31].

De fato, para o IDORT, isso dependeria da disposição para cooperar e ser solidário incutida nos trabalhadores por meio de uma educação sistemática, que os estimulassem a "produzir mais e melhor por menos", executando um trabalho sem desperdício, com atenção e perfeição, cooperando com disciplina para manter a ordem[32].

Para executar suas ações, o IDORT tinha duas divisões: uma de organização administrativa (1ª Divisão), e outra de organização técnica do trabalho (2ª Divisão). Sob a direção técnica de Roberto Mange, era na 2ª Divisão que estavam as atividades

[30] REVISTA DO IDORT. São Paulo, nºs. 1, 10, 11 e 12, jan./out.-dez., de 1932, .
[31] REVISTA DO IDORT. São Paulo, nº 1, janeiro de 1932.
[32] REVISTA DO IDORT. São Paulo, nº 4, abril de 1932.

relacionadas à orientação profissional e à organização de cursos de educação profissional, com base nos métodos psicotécnicos e no "desenvolvimento racional de aptidões"[33].

A participação de Mange no Código de Educação do estado de São Paulo, conforme o presidente do IDORT Armando de Salles Oliveira, "consagrava as ideias" que a instituição defendia referentes ao ensino profissional. O Código de Educação previa o funcionamento do serviço de psicotécnica nos institutos e nas escolas profissionais do estado[34]. Com isso, pode-se avaliar a influência que tiveram os princípios de racionalização para a organização do ensino profissional público de São Paulo, a partir dos anos 30.

Em 1934, quando Armando de Salles Oliveira era o interventor do estado de São Paulo[35], o Instituto foi responsável pela elaboração de dois grandes projetos realizados pelo governo do estado que contribuíram para ampliar intensamente o alcance dos princípios da racionalização.

Um dos projetos relacionava-se com a organização do ensino profissional dos ferroviários e culminou com a criação do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional - CFESP. O projeto elaborado por Roberto Mange baseava-se em suas experiências com a capacitação de aprendizes das oficinas da Estrada de Ferro Sorocabana, realizado em 1930, por meio do Serviço de Ensino e Seleção Profissional – SESP[36]. Os trabalhos realizados pelo CFESP foram base para a instalação dos serviços de psicotécnica nos institutos e nas escolas profissionais do estado (LAURINDO, 1962, p. 77-78, 152, 166).

A outra proposta desenvolvida pelo IDORT, consistia em um plano de organização racional da administração pública do estado de São Paulo, que resultou no

[33] REVISTA DO IDORT. São Paulo, nº 2, fevereiro de 1932.

[34] REVISTA DO IDORT. São Paulo, nº 19, julho de 1933.

[35] Armando de Salles Oliveira foi interventor de São Paulo no período de agosto de 1933 a abril de 1935. Entre 1935 a 1936, foi governador do estado.

[36] Conforme Laurindo (1962, p. 105), essas inciativas foram o "núcleo-matriz dos métodos e processos pedagógicos do Senai", que será tratado no 3º capítulo da dissertação.

trabalho de Reorganização Administrativa do Governo do Estado -RAGE[37], executado pelo Instituto para organização e coordenação da administração sob critérios científicos[38].

Com o RAGE, o IDORT buscava organizar racionalmente a administração pública do estado, estudando seu "mecanismo geral", para simplificar e obter "economia, rapidez e segurança"[39].

O relatório final apresentado pelo IDORT, que servia de base das deliberações a serem adotadas pelo governo do estado, continha um programa de reforma da administração pública paulista. O documento apontava, por um lado, a "supressão" dos órgãos considerados "inúteis" e, por outro lado, a criação de órgãos e departamentos, que tinham entre os objetivos promover a divisão do trabalho, a especialização de funções, a coordenação e controle dos trabalhos dos órgãos e repartições, a padronização, a hierarquização e categorização geral dos trabalhadores, ou seja, tratava-se de um total "transformação dos processos de trabalho"[40].

Segundo Antonacci (1993, p. 181-196), o plano de racionalização do IDORT para a administração pública do estado de São Paulo significou o aparelhamento da administração com a criação de novos órgãos e departamentos. A partir desse processo de departamentalização, hierarquização das atividades e deliberações e da articulação de cada decisão, o IDORT promoveu a generalização dos métodos racionais, a diluição da autonomia e a monopolização do poder na administração.

[37] Decreto nº 6.284, de 25 de janeiro de 1934.

[38] IDORT. Reorganização Administrativa do Governo do Estado de São Paulo (RAGE). Relatório preliminar. São Paulo: Impressa Oficial do Estado, vol. 1, 1935.

[39] REVISTA DO IDORT. São Paulo, nº 38, fevereiro de 1935.

[40] REVISTA DO IDORT. São Paulo, nº 47, novembro de 1935; nº. 62, fevereiro e nº. 65, maio, de 1937.

A Superintendência do Ensino Profissional e o projeto de racionalização

A criação da Superintendência de Educação Profissional e Doméstica[41], em 13 de agosto de 1934, iniciava uma nova maneira de gerir o sistema de ensino profissional a partir da unificação das "diretrizes gerais administrativas e pedagógicas" a serem seguidas pelas escolas profissionais do estado. Estabelecia-se, assim, o término de um período, marcado pela inexistência de uma "orientação comum", o que significava diferenças nos "métodos e processos de ensino" utilizados por essas escolas (LAURINDO, 1962, p. 132).

A fundação da Superintendência, além de marcar o fim da administração de Aprígio Gonzaga na Escola Profissional Masculina da Capital e o esgotamento de sua proposta de formação integral do operário, com a nomeação de Horácio da Silveira para diretor, também assinalava a ratificação das propostas de instrução racional e aplicação dos princípios tayloristas na formação profissional experimentadas por Roberto Mange, cujas ideias, segundo Moraes (1990, p. 228), Horácio era favorável e com quem ele já havia trabalhado.

Conforme Silveira[42], a centralização do sistema de ensino profissional em um órgão técnico-administrativo com o poder de fiscalizar e orientar os estabelecimentos de ensino profissional do estado, além dos estabelecimentos análogos municipais e particulares, significou um grande avanço nos trabalhos de "direção e orientação técnica e administrativa do ensino profissional" e a difusão de uma orientação técnico-profissional desse ensino.

Com a instituição da Superintendência, as determinações do Código de Educação para o ensino profissional poderiam ser colocadas em prática de maneira organizada e a partir de uma orientação padronizada. Os trabalhos do órgão davam andamento à execução de um amplo plano de "orientação técnico-administrativa e assistência

[41] Decreto nº 6.604, de 13 de agosto de 1934.

[42] SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DOMÉSTICA. O ensino técnico-profissional e doméstico em São Paulo. Revista dos Tribunais, São Paulo, 1935, p.7- 8.

pedagógica" conforme os novos métodos de ensino, e com as necessidades do progresso[43] determinadas pela indústria.

A Superintendência apontava a racionalização como forma de acompanhar a "evolução técnica das fábricas". Ou seja, somente "racionalizando, tanto quanto possível, o sistema de trabalho", se obteria "técnicos capazes de executar todos os serviços com máxima eficiência"[44]. Por isso, era necessário modernizar os métodos de ensino profissional...:

> ...no sentido de racionalizar o aprendizado e formar operários eficientes para as condições de trabalho encontradas nas indústrias que já se libertaram dos processos empíricos de produção. A preparação técnica tem por finalidade ensinar o aprendiz a construir peças de trabalho, na medida exata e na forma indicada, à vista de um desenho técnico de construção[45].

Portanto, constituía-se parte fundamental do ensino profissional a instituição do serviço de psicotécnica, para estudar e aplicar os recursos que pudessem melhorar o "aproveitamento das aptidões individuais e dos elementos do trabalho", de forma a orientar o aluno na aprendizagem profissional visando seu máximo de rendimento[46].

Os serviços do gabinete de psicotécnica tinham início no curso vocacional, no qual os candidatos às escolas profissionais faziam um tipo de estágio em diversas oficinas[47], por um ano. Divididos em turmas, os alunos percorriam todos os ofícios ministrados na escola profissional, executando "séries racionalmente organizadas" de trabalhos práticos, que seriam avaliados conforme a "precisão, aspecto, tempo de

[43] SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO/ SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DOMÉSTICA. Relatório, nº 9. São Paulo, 1937, p. 16-17.

[44] SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DO ESTADO DE SÃO PAULO/ SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO PROFISSIONAL. A racionalização do ensino técnico profissional no Estado de São Paulo, nº 20. São Paulo: Revista do Tribunais, 1939, p. 3.

[45] Ibid., p. 3.

[46] Ver Decreto, nº 5.884, de 21 de abril de 1933.

[47] SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO/ SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO PROFISSIONAL. São Paulo e a educação técnico-profissional, nº 16. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1939, p. 10.

execução e atitude do aluno durante a execução, ou seja, o modo de trabalhar". Com essas informações, o gabinete avaliava e os conduzia para a profissão que julgasse melhor desenvolver no curso profissional, "evitando, assim, as perdas de tempo e os fracassos" que resultavam de uma orientação profissional conduzida inadequadamente[48].

Conforme Ribeiro (1986, p. 145-146), a nova orientação pedagógica representava uma transformação profunda na concepção do ensino profissional estadual. Para a autora, a racionalização da atividade produtiva foi adquirindo cada vez mais espaço "sobre os meios de instruir, de treinar e de forjar o trabalho qualificado", o que significava a otimização do tempo, isto é, impedir "o tempo perdido e a atividade improdutiva".

Essa ideia estava presente nas publicações da Superintendência do Ensino Profissional[49], por meio de orientações sobre a execução racional do "trabalho de aprendizado", que visassem a preparação de técnicos hábeis em fazer "qualquer peça no menor tempo possível, com o menor dispêndio de esforço e sem gastos inúteis de material"[50].

Contudo, embora a "preparação de obreiros tecnicamente capazes" fosse a finalidade que com mais frequência se destacasse nas publicações da Superintendência, as escolas profissionais do estado de São Paulo tinham uma "ação mais profunda", empenhavam-se em "formar a alma e o caráter de seus alunos, incutindo neles os mais apurados sentimentos cívicos e morais"[51]. Conforme Ribeiro (1986, p. 152), o processo de formação da mão de obra nessas escolas não prescindia o correto disciplinamento para as condições de trabalho nas fábricas. Para a autora, é complicado desassociar o

[48] Ibid., p. 10-12.

[49] Em 1938, por meio do Decreto nº 8.896, de 03 de janeiro, a Superintendência de Educação Profissional e Doméstica passou ser denominada Superintendência do Ensino Profissional.

[50] SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DO ESTADO DE SÃO PAULO/ SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO PROFISSIONAL. A racionalização do ensino técnico profissional no Estado de São Paulo, nº 20. São Paulo: Revista do Tribunais, 1939, p. 4.

[51] SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO/ SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO PROFISSIONAL. Realizações do ensino profissional em S. Paulo (1930 – 1940), nº 22. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1940, p. 42.

"conteúdo mais técnico" da aprendizagem daquele mais disciplinador, já que, o próprio sistema de ensino era disciplinador.

O ensino profissional ferroviário: a experiência do CFESP

No início dos anos 1930, as experiências com a formação da mão de obra fundamentadas na aplicação do método racional de ensino e na seleção e orientação profissional por meio do serviço de psicotécnica[52], foram colocadas em prática com a criação do Serviço de Ensino e Seleção Profissional – SESP da Estrada de Ferro Sorocabana, um projeto destinado ao "preparo técnico e profissional dos aprendizes das oficinas[53]" da empresa que contava com a participação de Roberto Mange e com a cooperação da Escola Profissional Secundária de Sorocaba[54].

Quatro anos após, a avaliação positiva da instrução racional empregada no SESP resultou na proposta de organização do ensino profissional ferroviário por meio da cooperação entre o estado e as empresas ferroviárias paulista, apresentada pelo IDORT ao governo de São Paulo[55].

Assim, em 4 de julho de 1934, por meio do Decreto nº 6.537, o governo autorizou a criação de cursos ferroviários e núcleos de ensino profissional, e determinou sua contribuição aos serviços de ensino e seleção profissional dos ferroviários, organizados pelo Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional - CFESP, órgão instituído pelas

[52] ESTRABA DE FERRO SOROCABANA. Serviço de ensino e seleção profissional. Separata dos Relatórios referentes aos anos de 1930 a 1933. São Paulo: Tipografia Brasil de Rothschild & Co., 1934.

[53] SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO/ SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DOMÉSTICA. Relatório, nº 9. São Paulo, 1937, p. 68.

[54] SECRETARIA DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Sugestão sobre a criação nas grandes estradas de ferro de um sistema de educação profissional do pessoal Inspetoria de Estradas de Ferro. Diretoria de Viação, 12 de agosto de 1929, p. 29

[55] SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, op. cit., p. 68.

companhias de estrada de ferro Sorocabana, Mogyana, Douradense, São Paulo-Goyaz, Araraquarense e Campos de Jordão[56].

Administrado por uma Comissão composta pelo Diretor de Viação da Secretaria da Viação e Obras Públicas, por representantes da Secretaria de Educação e Saúde Pública e das estradas de ferro, e contando com a colaboração de um representante do IDORT, o CFESP[57] tinha como proposta organizar, orientar e fiscalizar, nas estradas de ferro filiadas ao órgão, "instituições para a formação e preparo do pessoal", visando aumentar a eficiência do trabalhador ferroviário[58].

Dirigido por Roberto Mange[59], o CFESP possuía dois serviços especializados, um para organização, orientação e fiscalização do "ensino profissional sob base racional", que funcionava junto às estradas de ferro; e outro para organizar e aplicar a seleção por meio do serviço de psicotécnica, realizado por especialistas do Centro onde existissem o curso de ferroviários ou no gabinete psicotécnico do referido órgão[60].

Enquanto a formação profissional especializada dos futuros operários das ferrovias ficava a cargo do CFESP, a preparação da cultura geral dos aprendizes era dada nas escolas profissionais do estado ou nos núcleos de ensino profissional[61].

Por meio de sua proposta de ensino racional, o CFESP pretendia alcançar metas como a "uniformização extensa dos métodos racionais de ensino ferroviário e de seleção profissional" e o "controle e equilíbrio quantitativo dos elementos formados" pelas

[56] Ibid., p. 68.

[57] DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. Educação e da Saúde Pública. 12 de julho de 1934, p. 6-7.

[58] CENTRO FERROVIÁRIO DE ENSINO E SELEÇÃO PROFISSIONAL, CFESP. Formação e seleção profissional do pessoal ferroviário. Publicação nº 1. Tese apresentada ao Congresso de Engenharia e Legislação Ferroviárias em Campinas (1935) pelo Engenheiro Roberto Mange. São Paulo,1936, p. 25-26.

[59] DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional. 21 de julho de 1934, p. 12.

[60] DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. Educação e da Saúde Pública. 12 de julho de 1934, p. 6-7.

[61] SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO/ SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DOMÉSTICA. Relatório, nº 9. São Paulo, 1937, p. 69-70.

estradas de ferro[62]. Isto significa que o projeto do CFESP permitia às estradas de ferro ter um maior domínio sobre o processo de trabalho por meio de sua padronização e fragmentação, destituindo-o do controle do operário; e sobre o mercado de trabalho ferroviário.

Quanto a organização[63], o ensino profissional do CFESP voltado para os postos iniciais e médios da hierarquia ferroviária, distribuía-se nas seguintes modalidades:

1) Formação fundamental, que era realizada nos cursos de ferroviários e nas seções especiais das escolas profissionais ou nos núcleos de ensino profissional. Visava preparar os futuros ferroviários, que aprendiam as bases gerais e técnicas do ofício. Com duração de três a quatro anos, os cursos tinham seções especializadas para ajustadores, operadores-mecânicos, mecânicos-eletricistas, caldeiros-ferreiros e carpinteiros[64].

2) Preparo especializado, que se destinava àqueles que, apesar de possuir os conhecimentos básicos e os atributos necessários ainda careciam de uma "preparação complementar" referente às "funções especializadas" que iriam praticar.

3) Aperfeiçoamento técnico, cuja finalidade era oferecer aos funcionários as ferramentas para que adquirissem "conhecimentos técnicos especiais" para que pudessem "ocupar cargos de maior responsabilidade profissional". Os cursos de aperfeiçoamento, organizados em turmas conforme a especialização, destinavam-se aos trabalhadores das oficinas, aos maquinistas e foguistas que trabalhavam na tração e para os trabalhadores das funções técnicas na construção ocupados na linha.

Em 1937, visando aumentar o alcance de sua proposta de organização racional do trabalho, o CFESP deu início aos Cursos Superiores em Engenharia Ferroviária.

[62] CENTRO FERROVIÁRIO DE ENSINO E SELEÇÃO PROFISSIONAL, CFESP, op. cit., p. 26.

[63] Ibid., p. 27-33.

[64] Relatório dos serviços do centro ferroviário de ensino e seleção profissional no exercício de 1935. In.: SECRETARIA DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Organização de um centro ferroviário de ensino e seleção profissional. Diretoria de Viação, 1934.

Conforme o Relatório do CFESP[65], os cursos tinham como público alvo os engenheiros recém-formados[66] ou os funcionários graduados, das áreas técnicas ou administrativas, das estradas de ferro filiadas ao Centro.

Para completar, o plano de ação do CFESP contava com a seleção profissional sob a responsabilidade da seção de psicotécnica[67], que consistia no segundo serviço especializado do órgão.

Conforme Mange (1934, p. 3-4), a psicotécnica era um componente essencial da organização racional do trabalho, que tinha como objetivos a manutenção do fluxo de trabalho, que dependia da adequação do trabalhador ao oficio, assegurar a intensidade da produção em um grau elevado e simplificar as operações de trabalho o máximo possível, de forma que, quanto mais elementares fossem, mais fácil seria admitir e demitir um trabalhador.

A partir de 1942, com a aprendizagem nos estabelecimentos industriais da União, dos Estados e Municípios devendo ocorrer, obrigatoriamente, de acordo com as disposições básicas da Lei Orgânica do Ensino Industrial e dos Decretos-Leis federais sobre a aprendizagem industrial, e a abrangência da ação do Senai às empresas de transportes[68] como as estradas de ferro oficiais, a continuidade das atividades do CFESP foi submetida a análise de uma Comissão Especial[69].

---

[65] RELATÓRIO DOS SERVIÇOS DO CENTRO FERROVIÁRIO DE ENSINO E SELEÇÃO PROFISSIONAL NO EXERCIO DE 1935. In.: Secretaria da Viação e Obras Públicas do Estado de São Paulo. Organização de um centro ferroviário de ensino e seleção profissional. Diretoria de Viação, 1934, p. 237-239.

[66] CENTRO FERROVIÁRIO DE ENSINO E SELEÇÃO PROFISSIONAL, CFESP, op. cit., p. 30.

[67] CENTRO FERROVIÁRIO DE ENSINO E SELEÇÃO PROFISSIONAL, CFESP, op. cit., p. 31.

[68] Decreto-Lei nº 4.936, de 7 de novembro de 1942.

[69] CENTRO FERROVIÁRIO DE ENSINO E SELEÇÃO PROFISSIONAL, CFESP. SECRETARIA DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Criação do Centro Ferroviário para ensino e seleção profissional. Diretoria de Viação, 1934.

Em 1945, o Decreto-Lei nº 14.550, determinava a extinção do CFESP, que foi transformado em um Divisão de Transportes do Senai, e a criação de um Serviço de Ensino e Seleção Profissional, em cada uma das estradas de ferro de propriedade do Estado.

Referências bibliográficas

ANTONACCI, Maria A. M. Institucionalizar ciência e tecnologia: em torno da fundação do IDORT (São Paulo, 1918/1931). Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 7, n.14, p. 59-78, mar/ago. 1987.

ANTONACCI, Maria A. M. A Vitória da Razão (?): O IDORT e a Sociedade Paulista. São Paulo: Marco Zero, CNPQ, 1993.

ASSUNÇÃO, Martha A. T., Aprígio de Almeida Gonzaga: um seleto normalista fazendo história no ensino profissional (1911-1934). 2016, Tese de Doutorado em Educação – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2016.

BASTOS, Pedro Paulo; FONSECA, Pedro Cezar (orgs.). A era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

CAETANO, Coraly Gará. Qualificação e ferrovias: a experiência das escolas ferroviárias. In: RIBEIRO, Maria Alice Rosa (org). Trabalhadores urbanos e Ensino Profissional. Campinas: Editora da Unicamp. 1986.

CANO, Wilson. Crise de 1929, soberania na política econômica e industrialização. In.: BASTOS, Pedro; FONSECA, Pedro (orgs.). A era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p. 122-157.

CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. Campinas, SP: Unicamp. IE, 2007.

CORSI, Francisco Luiz. O projeto de desenvolvimento de Vargas, a missão Oswaldo Aranha e os rumos da economia brasileira. In.: BASTOS, Pedro; FONSECA, Pedro

(orgs.). A era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p. 220-252.

COUTINHO, Carlos Nelson. O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: LIMA, Júlio C. F.; NEVES, Lúcia M. W. (Orgs.). Fundamentos da educação escolar no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora: Fiocurz, p. 173-200, 2006.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Flacso, 2000.

CUNHA, Luiz Antonio. O ensino profissional na irradiação do industrialismo. São Paulo: Editora UNESP; Brasilia DF: FLACSO, 2005.

DE DECCA, Edgar Salvadori. O silêncio dos vencidos. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DEAN, Warren. Industrialização Durante a República Velha. In: FAUSTO, Boris (org.) História geral da civilização brasileira. Tomo III "O Brasil Republicano", São Paulo: DIFEL, 1975.

DRAIBE, Sônia. Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil (1930-1960). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

FERREIRA, Jorge. Os conceitos e seus lugares: trabalhismo, nacional-estatismo e populismo. In.: BASTOS, Pedro; FONSECA, Pedro (orgs.). A era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p. 296-322.

FONSECA, Celso Suckhow. História do ensino industrial no Brasil. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, v. 1, 1961.

FONSECA, Pedro Cezar. Instituições e política econômica: crise e crescimento do Brasil na década de 1930. In.: BASTOS, Pedro; FONSECA, Pedro (orgs.). A era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p. 160-178.

GITAHY, Maria Lucia. Qualificação e urbanização em São Paulo: a experiência do Liceu de Artes e Ofícios (1873-1934). In: RIBEIRO, Maria Alice Rosa (org). Trabalhadores urbanos e Ensino Profissional. Campinas: Editora da Unicamp. 1986.

GOMES, Angela Maria de Castro. A invenção do trabalhismo. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GOMES, Angela Maria de Castro. Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937. Rio de Janeiro: Editora Campus LTDA, 1979.

GONZAGA, Aprígio. Relatório do movimento didático, econômico e financeiro da Escola Profissional Masculina da Capital, durante o ano de 1926, apresentado pelo Diretor Professor Aprigio Gonzaga ao Exmo. Sr. Professor Pedro Voss, M. D. Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo, 1926.

GONZAGA, Aprígio. O trabalho manual na Escola Primária e sua influência na formação cívica dos jovens. Revista da Educação: Propriedade da Imprensa Methodista. São Paulo. Vol. 1 e 1 p. 133-151. São Paulo, 1923.

IANNI, Octavio. Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2ª ed., 1977.

KUENZER, Acácia Zeneira. Educação e trabalho no Brasil: o estado da questão. Brasília: INEP; Santiado: REDUC, 1991.

MANFREDI, Silvia Maria. Educação profissional no Brasil: atores e cenários ao longo da história. São Paulo: Paco Editorial, 2016.

MARQUES, Sandra Machado Lunardi. O 'slöjd paulista' e a formação de "operários completos (1911 – 1934). Edusk – Revista Monográfica de Educación Skepsis, n. 2 – Formación Profesional. Vol. III. La formación profesional desde casos y contextos determinados. São Paulo: skepsis.org. pp. 1629-1680, (jan/jul) 2011.

MORAES, Carmem S. V. M. A socialização da força de trabalho: instrução popular e qualificação profissional no estado de São Paulo (1873–1934). Tese de Doutorado em Sociologia: Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanos da Universidade de São Paulo, 1990.

PRADO, Caio Jr. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense. 26º ed. 1981.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. Qualificação da força de trabalho: a experiência das Escolas Profissionais do Estado de São Paulo (1911-1942). In: RIBEIRO, Maria Alice Rosa (org). Trabalhadores urbanos e Ensino Profissional. Campinas: Editora da Unicamp. 1986.

RIBEIRO, Marlene. O Slojd e a formação moral dos jovens. Research, Society and Development. V. 7. N. 10, P. 01-12, e10710422. DOI: 10.17648/rsd-v7i10.422. 2018.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil: 1930/1973. Petrópolis: Vozes, 1986

SALOMÃO, Ivan C.; MORAES, Leonardo S. O Brasil na era vargas (1930-1954): rupturas e continuidades do projeto nacional-desenvolvimentista. In.: GRANDI, Guilherme; FALEIROS, Rogério (orgs.). História econômica do Brasil: primeira repúglica e era vargas. Coleção Novos Estudos de História Econômica no Brasil, v. 2. Niteróri: Eduff; São Paulo: Hucitec, 2020, p. 277-316.

SALOMON, Otton. The teacher's hand-book of slöjd. Boston, New York and Chicago: Silver, Burdett & Co., Publishers. 3ª edition. 1907.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. B.; COSTA, Vanda M. R. Tempos de Capanema. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000

SILVA, Zélia Lopes. A domesticação dos trabalhadores nos anos 30. São Paulo: Editora Marco Zero: MCT-CNPq, 1990.

SUZIGAN, Wilson. Industria brasileira: origem e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ZANETTI, Augusto e VARGAS, João Tristan. Taylorismo e fordismo na indústria paulista: o empresariado e os projetos de organização racional do trabalho, 1920-1940. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2007.

Fontes e documentos

ANUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, publicação organizada pela Diretoria Geral da Instrução Pública, SP, Anos de: 1911-1921. Arquivo do Estado.

INSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO RACIONAL DO TRABALHO - IDORT. Reorganização Administrativa do Governo do Estado de São Paulo (RAGE). Relatório preliminar. São Paulo: Impressa Oficial do Estado, vol. 1, 1935.

LAURINDO, Arnaldo. Cinquenta anos de ensino profissional. Estado de São Paulo, 1911-1961, v. 1. São Paulo: Fundo de Ensino Profissional, 1962.

CENTRO FERROVIÁRIO DE ENSINO E SELEÇÃO PROFISSIONAL, CFESP. SECRETARIA DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Criação do Centro Ferroviário para ensino e seleção profissional. Diretoria de Viação, 1934.

CENTRO FERROVIÁRIO DE ENSINO E SELEÇÃO PROFISSIONAL, CFESP. Formação e seleção profissional do pessoal ferroviário. Publicação nº 1. Tese apresentada ao Congresso de Engenharia e Legislação Ferroviárias em Campinas (1935) pelo Engenheiro Roberto Mange. São Paulo,1936.

CENTRO FERROVIÁRIO DE ENSINO E SELEÇÃO PROFISSIONAL NO EXERCIO DE 1935. In.: Secretaria da Viação e Obras Públicas do Estado de São Paulo. Organização de um centro ferroviário de ensino e seleção profissional. Diretoria de Viação, 1934.

REVISTA DO IDORT. São Paulo, 1932-1939.

SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DOMÉSTICA. O ensino técnico-profissional e doméstico em São Paulo. Revista dos Tribunais, São Paulo, 1935.

SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO/ SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DOMÉSTICA. Relatório, nº 9. São Paulo, 1937.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DO ESTADO DE SÃO PAULO/ SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO PROFISSIONAL. A racionalização do ensino técnico profissional no Estado de São Paulo, nº 20. São Paulo: Revista do Tribunais, 1939.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO/ SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO PROFISSIONAL. São Paulo e a educação técnico-profissional, nº 16. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1939.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO/ SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO PROFISSIONAL. Realizações do ensino profissional em S. Paulo (1930 – 1940), nº 22. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1940.

SECRETARIA DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Sugestão sobre a criação nas grandes estradas de ferro de um sistema de educação

profissional do pessoal Inspetoria de Estradas de Ferro. Diretoria de Viação, 12 de agosto de 1929. Documento disponível no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

SEVERO, Ricardo. O Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo: histórico, estatutos, regulamentos, programas, diplomas. São Paulo, 1934.

ESTRABA DE FERRO SOROCABANA. Serviço de ensino e seleção profissional. Separata dos Relatórios referentes aos anos de 1930 a 1933. São Paulo: Tipografia Brasil de Rothschild & Co., 1934.

Artigos Publicados em Jornais

CAMPOS, Siqueira. In.: O Estado de São Paulo. Uma Instituição Benemérita. São Paulo, p. 3, 02/08/1910.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. Educação e da Saúde Pública. 12 de julho de 1934, p. 6-7.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional. 21 de julho de 1934, p. 12.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Uma Instituição Benemérita. São Paulo, p. 3, 2/08/1910.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “O Lyceu de Artes e Offícios”. São Paulo, p. 3, 24/01/1915.

PORCHAT, Reynaldo. In: O Estado de São Paulo: “Lyceu de Artes e Offícios”, p. 3, 13 de dezembro de 1915.

SEVERO, Ricardo. In.: O Estado de São Paulo. Alocução pronunciada na abertura da exposição de trabalhos escolares. São Paulo, p. 3-4, 9/12/1917.

SEVERO, Ricardo. In.: O Estado de São Paulo. Uma obra benemérita. São Paulo, p. 3, 9/12/1927.

SEVERO, Ricardo. In.: O Estado de São Paulo. A cerimônia de inauguração dos trabalhos. São Paulo, p. 6, 9/12/1930.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

A desindustrialização no nível regional: o caso do Nordeste brasileiro

Claudiane Barbosa de Jesus

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

A desindustrialização no nível regional: o caso do Nordeste brasileiro

Deindustrialization at the regional level: the case of the Brazilian Northeast

Claudiane Barbosa de Jesus[1]

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo o processo de desindustrialização da economia brasileira a partir de uma perspectiva regional. Desde os finais do século XX, discute-se a economia brasileira tem vivenciado ou não uma desindustrialização, porém, observa-se que este fenômeno ocorre de maneira desuniforme, verificando-se que cada região apresenta características particulares dentro desse processo. Sendo assim, o presente artigo busca compreender e identificar o processo de desindustrialização regional nordestino entre os anos de 2002 a 2019.

Palavras-chave: *industrialização, desindustrialização, nordeste, desenvolvimento regional, Brasil.*

JEL: *O14; R11*

Abstract

The present work has as objective the process of deindustrialization of the Brazilian economy from a regional perspective. Since the end of the 20th century, it has been discussed whether or not the Brazilian economy has experienced de-industrialization, however, it is observed that this phenomenon occurs unevenly, verifying that each region has particular characteristics within this process. Therefore,

[1] Mestranda em Ciências Econômicas pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP) e Pesquisadora do Centro de Economia Política do Petróleo (CEPPETRO), vinculado ao Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC-UFBA).

this article seeks to understand and identify the process of regional deindustrialization in the Northeast between the years 2002 to 2019.

Keywords: *industrialization, deindustrialization, Northeast, regional development, Brazil.*

***

Introdução

O processo de desindustrialização é instrumento sempre presente no debate quanto às causas e consequências que esse evento pode suceder no desenvolvimento econômico do país. No Brasil, esse fenômeno passou a ser identificado a partir dos anos 1990 à medida que se constatou a redução persistente da participação do emprego industrial no nível de emprego nacional. O conceito de desindustrialização foi ampliado a partir de duas visões: o "novos-desenvolvimentistas" e os "ortodoxos". Enquanto uma defende que o processo desindustrialização brasileiro é derivado da doença holandesa; a outra nega a sua existência, afirmando que o país na verdade passa por um processo de modernização da estrutura produtiva.

Existe ainda outros autores que defendem que o processo de desindustrialização é na verdade uma retomada para o "ponto ótimo" permitido pelos fatores produtivos disponíveis no Brasil.

Embora, os estudos a respeito da desindustrialização tenham avançado, esse ainda é muito tratado a nível nacional, ou seja, partem dos pressupostos que todas as regiões do país se encontram no mesmo nível de industrialização, quando na verdade no deparamos com diferentes realidades. Partindo desse panorama, Silva (2019a) elabora um conceito de desindustrialização regional na tentativa de elucidar as causas, efeitos e quais as regiões mais afetadas por processo desses.

Assim, o objetivo deste trabalho é analisar o processo de desindustrialização do Nordeste brasileiro entre os anos 2002 e 2019, principalmente após o fim do Governo do PT em 2016, com o propósito de verificar se a região Nordeste está ou não passando por um processo de desindustrialização. Importante ressaltar que, o presente trabalho teve por base o artigo desenvolvido por Silva (2019b).

Além desta introdução, este artigo está dividido em quatro seções. Na seção a seguir, faz se uma revisão na literatura a respeito do conceito de desindustrialização. Por seguinte, é apresentado o conceito de desindustrialização a nível regional. Na terceira seção busca identificar através da análise de alguns dados o processo de desindustrialização na região Nordeste. A última seção traz as considerações finais do presente estudo.

Desindustrialização: um debate a partir da realidade brasileira

O debate sobre desindustrialização tem ocupado espaço desde os 1990, trazendo diversas análises e interpretações sobre o conceito. Neste debate, ganha destaque dois grupos, os "novos-desenvolvimentistas" que defendem a tese de que a economia brasileira tem passado por um processo de desindustrialização nos últimos 20 anos, resultado da abertura financeira, valorização dos termos de troca e câmbio apreciado. Já os "economistas ortodoxos" afirma que as transformações ocorridas na economia brasileira na última década favoreceram a indústria local, de modo que, a apreciação do câmbio permitiu a importação de máquinas e equipamentos que favoreceu a modernização do parque industrial brasileiro.

Entre os "novos-desenvolvimentistas" temos Oreiro e Feijó (2010) que se inserem no debate trazendo a luz o conceito de desindustrialização definido por Rowthorn e Ramaswany (1999) como sendo uma redução persistente da participação do emprego industrial no emprego total de um país e região.

Tregenna (2009) atualizou o conceito ao redefinir "desindustrialização" como uma situação na qual tanto o emprego industrial como o valor adicionado da indústria se reduzem como proporção do emprego total e do PIB, respectivamente.

A partir do conceito atualizado, Oreiro e Feijó (2010) ressaltam a importância de observar a expansão da produção industrial (em termos de quantum) como ausência de desindustrialização ou cometer o equívoco de associar esse fenômeno a uma "re-primarização da pauta de exportação", são questões diferentes.

Segundo a visão desenvolvimentista, a desindustrialização pode ser provocada por fatores internos e externos. No que se refere aos fatores internos, seria a mudança na relação entre a elasticidade renda da demanda por produtos manufaturados e serviços e o crescimento mais rápido da produtividade na indústria do que no setor de serviços. Do lado externo, encontramos o grau de integração comercial e produtiva das economias como fator que induz a "desindustrialização".

Outro fator que também pode ocasionar a desindustrialização é a "doença holandesa". Segundo os autores, os países afetados por este fenômeno, iniciam o seu processo de desindustrialização sem terem alcançado o "ponto de maturidade" de suas respectivas estruturas industriais e, portanto, sem ter esgotado todas as possibilidades de desenvolvimento econômico que são permitidas pelo processo de industrialização.

Oreiro e Feijó apresentam diversos estudos que comprovam que o Brasil passou por um período de desindustrialização entre os anos 1980 e 1990. Contudo, há estudos que também afirmam o contrário, como é o caso de Nassif (2008), ao afirmar que o Brasil não passou por um período de desindustrialização porque não assistiu a um processo generalizado de mudanças na realocação de recursos produtivos e no padrão de especialização dos setores com tecnologias intensivas em escala, diferenciada e *Science-based* para as indústrias baseadas em recursos naturais e em trabalho. Contudo os autores, ressaltam que Nassif comete um equívoco por confundir os conceitos de "desindustrialização" e "doença holandesa".

Ainda que estudos como o de Nassif, tentem apontar um direcionamento contrário, a literatura brasileira apresenta evidências convincentes a respeito da ocorrência de desindustrialização na economia brasileira.

Na visão ortodoxa, a perda de participação da indústria no PIB é o resultado da exposição da indústria nacional à concorrência externa (SILVA E LOURENÇO, 2014). Para esses autores, a desindustrialização brasileira se dá devido às políticas de expansão da demanda, que, ao reduzirem a taxa de desemprego, tornaram o custo da força de trabalho elevado e, portanto, diminuíram a competitividade da indústria nacional.

Ao contrário da visão "novo-desenvolvimentista", os ortodoxos acreditam que o câmbio sobre apreciado proporciona a modernização da estrutura produtiva do país pelas empresas mais eficientes, ao reduzir o preço de importação dos bens de capital.

Ainda que visão ortodoxa faça sentido dentro dos pressupostos das vantagens comparativas ricardiana e de Heckscher-Ohlin, autores reforçam que o problema da indústria vai muito além do custo de produção elevado e do câmbio apreciado, esses são apenas uma "ponta" diante dos problemas estruturais que enfrenta a economia brasileira, a citar: falta de infraestrutura, baixa qualificação de mão-de-obra, carga tributária, entre outros.

Outros autores como, Bonelli, Pessoa e Matos (2013) também se inserem no debate apontando que para compreender o fenômeno de perda de peso da indústria na economia inclui três dimensões, são elas: (i) Caráter cíclico, referindo-se ao desempenho da indústria na economia global; (ii) Integração dos países orientais na economia mundial, ao qual alterou o quadro de vantagens comparativas globais; e (iii) Perda de peso da indústria no mundo, resultado na alteração nos padrões de consumo e aceleração das atividades do setor de serviço em relação a indústria.

Para esses autores, pode-se afirmar que uma economia apresenta desindustrialização se a participação da indústria no produto for sistematicamente menor do que a norma internacional. Ou seja, quando a participação da indústria no PIB for menor do que a esperada em função das características da economia, definidas pelo vetor de variáveis explicativas selecionadas.

Outra visão a respeito da desindustrialização é apresentada por Serrano e Summa, de acordo com esses autores a desaceleração da indústria se dá por conta da valorização cambial, mas também, pelo baixo nível de investimento privado no setor. De acordo com Silva e Lourenço (2014), os autores veem a desindustrialização como uma redução da produção industrial em termos absolutos, contudo, o conceito de desindustrialização se dá pela redução da participação do setor industrial no PIB ainda que se obtenha crescimento na produção industrial.

Em suma, compreende que o conceito de desindustrialização é aceito nas diferentes visões, ainda que suas causas e meios de identificação divirja entre si. Contudo, o conceito até aqui apresentado só contempla a nível nacional, embora o mesmo efeito possa ser observado a nível regional, como veremos na seção a seguir.

O debate da desindustrialização a nível regional

No início da década de 1970, já era possível notar o efeito das políticas de incentivo às rodovias. Ainda que o debate sobre a desindustrialização se concentre a nível nacional, observa-se que esse também pode ocorrer a nível regional, pois ainda que determinado país implemente política industrial a nível nacional, seus efeitos são diversos, de modo que, cada estado corresponda de determinada maneira, podendo estas ser positivas ou negativas, conforme aponta Silva (2019a).

Buscando preencher essa lacuna, Silva (2019a) define o conceito de desindustrialização regional partindo de dois conceitos de industrialização que determinada região pode vivenciar: industrialização regional estimulada ou industrialização regional induzida. A industrialização regional estimulada se dá no início do desenvolvimento do país em decorrência do aumento na demanda de produtos manufaturados. Neste caso, a região que já concentra a produção desse tipo de bem tende a ser industrializada mais rápido em decorrência do estímulo para atender a demanda nacional. Já a industrialização regional induzida pode se dá de forma natural, ou seja, a região industrializada demanda bens intermediários e insumos de outras regiões, gerando uma indústria de base nessas últimas regiões e criando uma relação de complementaridade. Ou pode ocorrer de forma induzida por políticas públicas em nível estadual. Porém, esta última gera contradições já que na maioria das regiões os governos tem adotado a isenção fiscal como política industrial o que gera a chamada “guerra fiscal”, em que indústrias se deslocam de região de acordo com os benefícios que são concedidos.

Assim, podemos observar que em paralelo a um período de industrialização nacional pode ocorrer desindustrialização de determinada região em favor da

industrialização de outra. Partindo dessa análise, Silva (2019a) define três subconceitos para (des)industrialização regional: a estagnada, a regressiva e a progressiva. Sendo o primeiro identificado quando:

> (...) A (des)industrialização regional estagnada ocorre quando se tem uma perda de participação da indústria de transformação no PIB regional, mas de modo que a participação da indústria regional no PIB industrial nacional permaneça sem grandes alterações. Esse conceito pode ser ampliado em uma versão positiva e outra negativa (SILVA, 2019a).

Segundo o autor, (des)industrialização regional estagnada será positiva quando os estados considerados "atrasados" aumentarem a participação das suas indústrias no PIB industrial regional, enquanto que os estados considerados "avançados" apresentam queda de participação. Ou seja, é positiva devido a ocorrência da descentralização da atividade industrial na região. Caso contrário, a (des)industrialização regional estagnada é considerada negativa.

Já o segundo subconceito, (des)industrialização regional regressiva, ocorre:

> (...) quando se tem uma perda de participação da indústria regional no PIB total da região e no PIB industrial nacional (SILVA, 2019a).

Neste caso, também podemos observar efeitos positivos ou negativos. De acordo com o autor, considera-se positivo se nesse processo verifica-se uma desconcentração industrial local. Porém, se essa perda é seguida de um declínio na estrutura produtiva dos estados a (des)industrialização regional regressiva é considerada negativa. Por fim:

> (...) a (des)industrialização regional progressiva ocorre quando se tem uma redução da participação da indústria regional no PIB da região acompanhada de aumento de participação em relação ao PIB industrial nacional. (SILVA, 2019a)

Neste contexto, também será considerado positiva caso ocorra desconcentração industrial. Contudo, verifica-se que neste caso os estados considerados "atrasados" passam a produzir mercadorias com maior valor agregado. Caso contrário, (des)industrialização progressiva é considerada negativa. Ou seja, observar-se maior concentração dos estados já considerados "avançados".

Partindo destes termos, é possível compreender as principais causas que conduzem determinada região para um processo de desindustrialização. Para Silva (2019a) este processo pode ser desencadeado por fatores internos externos, quais sejam:

1) Aumento da renda per capita: neste caso, é muito comum observar um aumento no custo de produção das indústrias de transformação. Que resulta nas saídas das indústrias nas regiões avançadas para regiões atrasadas, cuja o custo da mão de obra é mais barato.

2) Avanço tecnológico: aqui verifica-se uma transferência de estrutura produtiva de uma região avançada para uma região atrasada, devido uma nova tecnologia que será incorporada na região avançada.

3) Política de desenvolvimento nacional / regional: verifica quando regiões atrasadas aumentam sua participação no PIB devido algum tipo de política ou incentivo, enquanto as regiões avançadas mantêm sua participação estagnada.

4) Tributação cumulativa: neste caso, devido alguma tributação em determinado produto, a empresa opta por produzir o mesmo, deixando de adquirir na região atrasada, levando assim a desindustrialização da mesma.

5) "Guerra fiscal": política muito adotada pelos governos estaduais para atrair indústrias para a região, mas observa-se que após o período de isenções fiscais, observa-se a saída das indústrias da localidade.

6) Cadeias globais de valor: diante dessa nova dinâmica global, as regiões avançadas tendem a receber mais IED (investimento estrangeiro direto) no intuito de se incorporarem produção manufatureira internacional, e consequentemente rompem as relações com os estados atrasados.

7) Doença holandesa: neste caso, verifica-se que a sobrevalorização cambial reduz a competitividade da indústria da região avançada, tanto no mercado interno quanto no exterior, e consequentemente reduz sua produção industrial. Dado a produção

industrial da região atrasada está atrelada a produção da região avançada, ela também é afetada, tendo sua produção reduzida.

8) Intensificação da competição internacional: a ausência de políticas protecionistas pode levar a substituição de bens nacionais por bens internacionais, resultando numa desindustrialização.

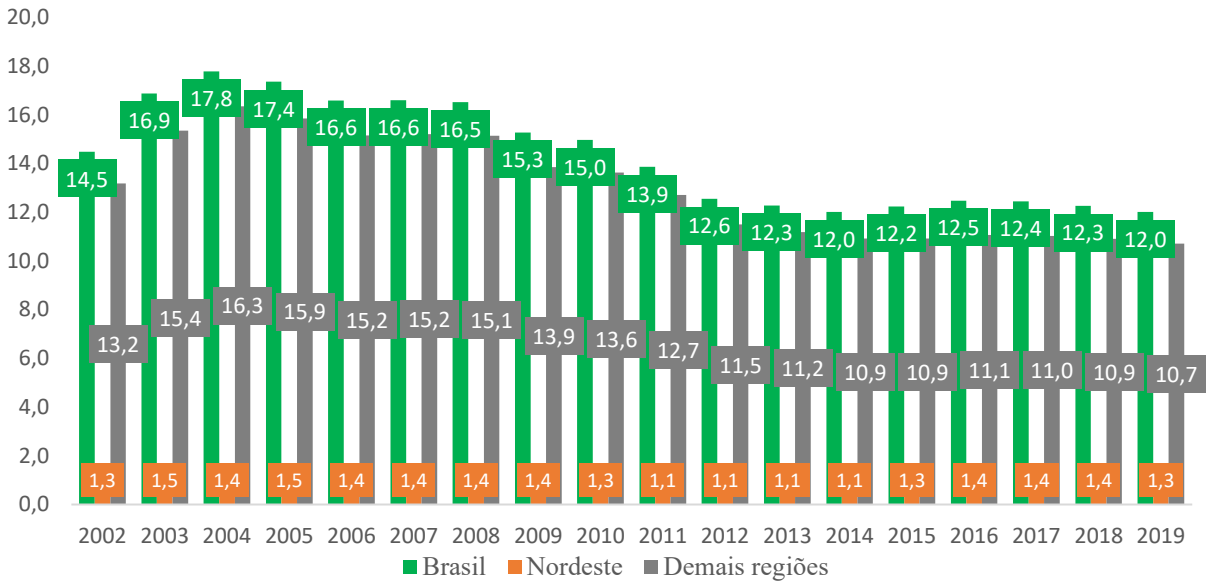
Tendo apresentados os conceitos e causas de desindustrialização regional busquemos na próxima seção analisar o processo de desindustrialização no Nordeste brasileiro entre 2002-2019, a luz desses conceitos.

A desindustrialização na região Nordeste

Com a ascensão do governo Lula no início dos anos 2000, observa-se uma retomada das políticas industriais nacionais promovidas pelo Estado no intuito de retomar o crescimento econômico associado a reconstrução de uma indústria nacional competitiva, em meio a esse processo a "questão regional" ganha relevância nesse período levando o governo adotar políticas regionais para superar as disparidades regionais.

Ao analisar os indicadores clássico da desindustrialização para o Brasil, nota-se que as medidas adotadas não surtiram muito efeito, ainda que nos primeiros anos do governo Lula obtenha-se um aumento na participação da indústria de transformação no PIB, conforme o Gráfico 1, esse crescimento não se sustenta ao longo dos próximos anos, entre 2004 e 2019 tem se uma perda de 5,8 pontos percentuais, o que nos leva a identificar um processo de desindustrialização conforme aponta os autores Oreiro e Feijó. Quando analisado o período 2016 e 2019, que representa o fim do governo do PT, observa-se que o país segue uma tendência de perda, resultando numa queda de 0,5 pontos percentuais.

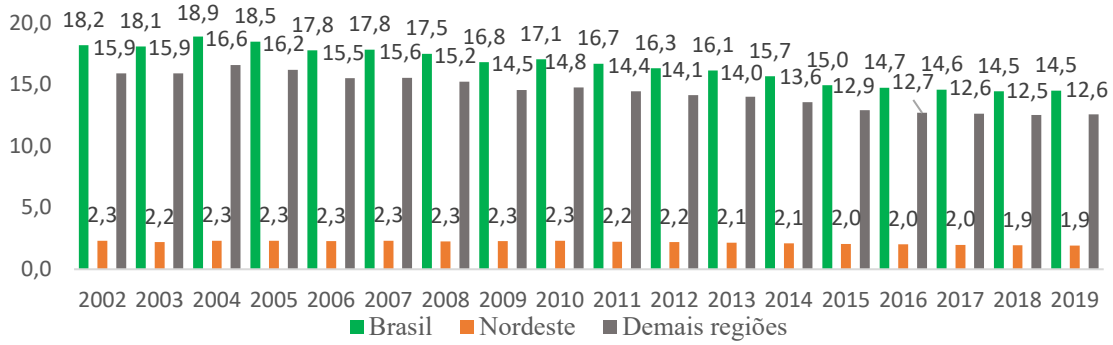
Gráfico 1
Participação da Produção da Indústria de Transformação da Região Nordeste, do Brasil e das Demais Regiões no PIB do Brasil: 2002-2019



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2021.

O processo de desindustrialização se confirma quando analisamos o número de empregos na indústria de transformação que apresenta também uma tendência de queda, ao analisarmos o gráfico 2 entre 2004 e 2019 que aponta uma redução de 4,4 pontos percentuais. Analisando o período pós governo PT (2016-2019), verifica-se uma perda de 0,2 pontos percentuais. Conclui-se que o processo de desindustrialização se acentuou mais em termos de produção do que em emprego.

Gráfico 2
Participação do Emprego da Indústria de Transformação da Região Nordeste, do Brasil e das Demais Regiões no Emprego Total do Brasil: 2002-2019



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS, 2020.

Ainda que o processo de desindustrialização no Brasil tenha se aprofundado ao longo desses 18 anos, ao observarmos os Gráficos 1 e 2 nota-se que o Nordeste praticamente não tem influência nesse processo, visto que a participação da produção e emprego da indústria de transformação nordestina no PIB brasileiro manteve-se praticamente inalterada.

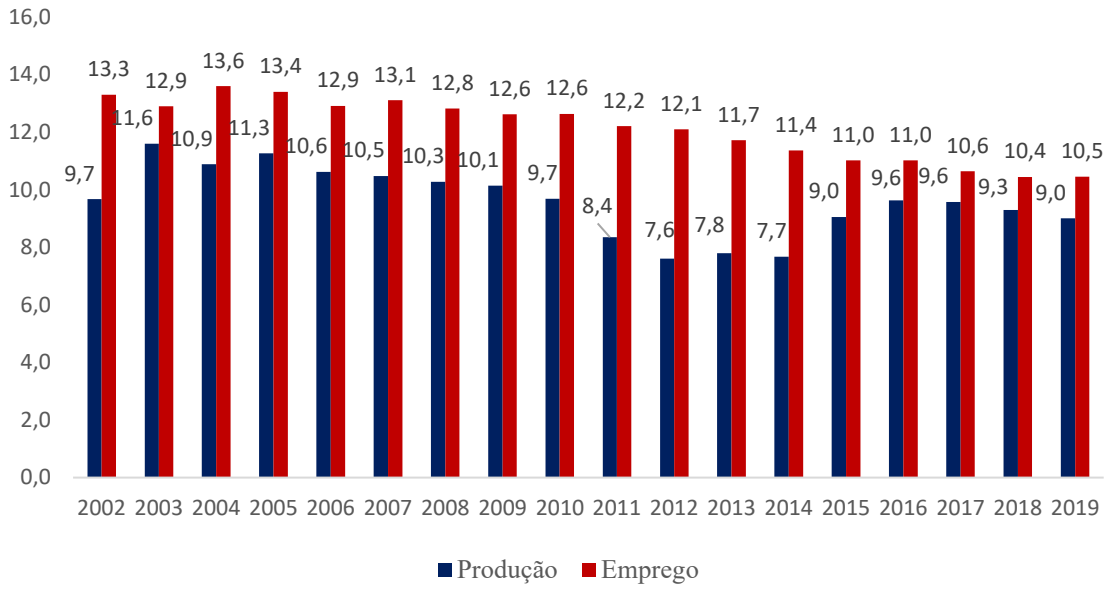
Entretanto, o objetivo neste artigo busca identificar se o processo de desindustrialização identificado a nível nacional se repete no nível regional e suas causas. Para isso, analisaremos a seguir os indicadores desenvolvidos por Silva (2019a).

A começar pela evolução da participação do emprego e da indústria de transformação nordestina em relação ao PIB do Nordeste, observa-se no Gráfico 3 que ao contrário do que observado no cenário nacional, o processo de desindustrialização no Nordeste tem sido acentuado mais em termos de emprego do que em produção, visto que entre 2004 e 2019 obtém-se uma redução de 1,9 ponto percentual na produção e de 3,1 pontos percentuais no emprego.

Ainda conforme o gráfico 3, podemos observar que entre 2008 e 2013, houve oscilação no setor industrial tanto a nível de produção quanto a nível de emprego, reflexo da crise econômica financeira internacional que afetou a economia brasileira em 2009. De 2014 a 2016, a região apresenta uma certa estabilidade, com recuperação da produção, mas ainda assim uma recuperação tímida devido o processo de desaceleração econômica o Brasil passava.

Desde 2016, nota-se uma retomada da desaceleração que resultou em perdas da participação da indústria de transformação no PIB regional. Pela ótica da produção a perda foi de 0,6 ponto percentual entre 2016 e 2019, e pela ótica do emprego reduziu-se em 0,5 ponto percentual para o mesmo período.

Gráfico 3
Participação da Indústria de Transformação da Região Nordeste no PIB e no Emprego Total da Região Nordeste: 2002-2019



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS (2020); IBGE (2021).

Ao olhar os dados de forma desagregada podemos identificar quais estados foram mais afetados pelo processo de desindustrialização. Conforme Tabela 1, a participação da

indústria de transformação nordestina no PIB do Nordeste era de 9,7% em 2002, sendo a Bahia (2,8 p.p), Ceará (1,9 p.p) e Pernambuco (1,8 p.p) responsáveis por 67% da participação.

No longo dos 18 anos, a participação da indústria de transformação nordestina no PIB da região apresentou comportamento muito volátil, registrando mais perda do que ganho, o que demonstra a sensibilidade da região aos efeitos da crise econômica nacional ocorridas ao longo desse período. Em 2012, a participação da indústria de transformação foi de apenas 7,6%, menor participação na série analisada, puxada principalmente pelo estado da Bahia que apresentou uma redução equivalentes a 0,6 p.p.

A partir de 2015, a indústria de transformação nordestina apresenta uma leve recuperação, retomando ao patamar dos 9,0%. Contudo, a tendência de crescimento se encerra em 2018, onde a participação da indústria de transformação volta a reduzir, e repercute em 2019, acumulando uma perda de 0,6 p.p comparado a 2017.

Tabela 1
Participação da produção da indústria de transformação dos estados no PIB da região Nordeste: 2002-2019

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Alagoas	0,7	0,8	0,8	0,7	0,6	0,6	0,6	0,4	0,4	0,6	0,5	0,4	0,4	0,4	0,3	0,3	0,3	0,3
Bahia	2,8	3,6	3,6	4,2	3,4	3,3	3,1	4,0	3,7	2,5	1,9	2,0	2,3	3,3	4,0	3,6	3,2	3,2
Ceará	1,9	1,9	2,0	1,9	1,9	1,8	1,9	1,9	1,7	1,6	1,5	1,6	1,4	1,3	1,3	1,3	1,4	1,4
Maranhão	0,6	0,9	0,7	0,7	1,0	0,8	0,7	0,4	0,3	0,4	0,5	0,5	0,5	0,7	0,6	0,6	0,8	0,5
Paraíba	0,6	0,9	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4
Pernambuco	1,8	2,1	1,9	1,8	1,8	1,9	1,9	1,8	1,8	1,7	1,9	2,0	1,7	1,9	2,1	2,5	2,3	2,3
Piauí	0,2	0,3	0,2	0,2	0,3	0,2	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Rio Grande do Norte	0,5	0,5	0,4	0,5	0,6	0,7	0,7	0,4	0,5	0,4	0,4	0,3	0,3	0,4	0,5	0,5	0,4	0,4
Sergipe	0,5	0,6	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4	0,4	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,3
Nordeste	9,7	11,6	10,9	11,3	10,6	10,5	10,3	10,1	9,7	8,4	7,6	7,8	7,7	9,0	9,6	9,6	9,3	9,0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2021.

Em termos emprego (Tabela 2), observamos que o protagonismo permanece com os estados da Bahia, Ceará e Pernambuco, cuja a representatividade equivale a 62% de participação do emprego da indústria de transformação no emprego total do Nordeste em 2002.

Entre 2002 e 2019, a indústria de transformação reduziu 2,8 p.p em postos de emprego, puxado principalmente pelo estado do Alagoas que registrou queda de 0,9 p.p, seguido do Ceará com perda de 0,6 p.p e os estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte que sofreram perdas de 0,4 p.p.

Tabela 2
Participação do emprego da indústria de transformação dos estados no emprego total da região Nordeste: 2002-2019

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Alagoas	1,6	1,6	1,8	1,7	1,6	1,5	1,5	1,4	1,3	1,2	1,2	1,0	0,9	0,9	0,9	0,8	0,8	0,7
Bahia	2,4	2,5	2,6	2,7	2,5	2,7	2,6	2,6	2,7	2,6	2,5	2,4	2,4	2,3	2,4	2,4	2,4	2,4
Ceará	3,2	3,2	3,3	3,1	3,0	3,0	3,0	3,1	3,0	2,9	2,9	2,9	2,8	2,7	2,7	2,6	2,6	2,6
Maranhão	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
Paraíba	1,0	0,9	0,9	1,0	0,9	1,0	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,8	0,9	0,8	0,8	0,8
Pernambuco	2,7	2,5	2,7	2,8	2,7	2,7	2,7	2,7	2,6	2,6	2,6	2,5	2,5	2,3	2,3	2,3	2,2	2,3
Piauí	0,4	0,4	0,4	0,4	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
Rio Grande do Norte	1,0	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,8	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6	0,6	0,6
Sergipe	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4
Nordeste	13,3	12,9	13,6	13,4	12,9	13,1	12,8	12,6	12,6	12,2	12,1	11,7	11,4	11,0	11,0	10,6	10,4	10,5

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS, 2020.

Comparando 2016 e 2019, nota-se uma redução de 0,5% em decorrência da redução no estado de Alagoas (-0,2 p.p) e de -0,1 p.p nos estados do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Diante dos dados analisados podemos afirmar que a produção industrial do Nordeste está concentrada nos estados da Bahia, Ceará e Pernambuco, ainda que em alguns momentos do período estudado tenham sofridos perdas, esses estados são majoritariamente responsáveis pela produção e empregos no setor da indústria de transformação.

Como podemos observar na Tabela 3, a Bahia após um período de queda (2009-2012) a distribuição da produção tem recuperado sua participação, alcançando 36,1% da produção industrial do Nordeste em 2019. Ao contrário da Bahia, o estado do Ceará tem apresentado menor participação ao longo da série em análise, tendo sua participação

reduzida a 15,0% em 2019. Por sua vez, Pernambuco também tem apresentado uma trajetória de crescimento, saltando sua participação de 18,1% em 2002 para 25,7% em 2019.

No que se refere aos outros estados, nota-se um comportamento volátil, mas com uma presença sucessiva de perdas. O estado do Alagoas apresenta constante queda até 2009, com um breve período de recuperação (2010-2012), mas que não se sustenta e retoma a apresentar perdas consecutivas, tendo sua participação resumida a 3,3% em 2019. O Maranhão passou de 6,4% da produção industrial em 2002 para 6,0% em 2019. Já a Paraíba passou 6,6% para 4,7% no mesmo período. O Piauí sai de 2,3% em 2002 para 1,7% em 2019. O Rio Grande do Norte e Sergipe sofrem perdas mais expressivas, assim como Alagoas, saindo de 5,2% e 5,4% de participação em 2002 para 4,8% e 2,8% em, respectivamente.

Assim sendo, podemos identificar dois tipos de desindustrialização estagnada na série analisada. A princípio, seria uma desindustrialização estagnada negativa verificada nos primeiros 8 anos (2002-2009) da série analisada, em que os estados da Bahia, Ceará e Pernambuco aumentam sua participação na produção de 67% para 76%, ou seja, identifica-se um aumento da participação da indústria na região, mas esta se dá de maneira concentrada. Porém, observa-se uma reversão desse cenário entre 2009 e 2014, quando a participação dos estados caiu para 70% e observa-se um aumento da participação da indústria em outros estados como Alagoas, Maranhão e Rio Grande do Norte, o que nos permite caracterizar como uma desindustrialização estagnada positiva, dado que temos aumento da participação da indústria acompanhado de uma desconcentração da atividade industrial na região.

Mas esse cenário não perdura, pois a série finaliza (2015-2019), retomando as características de uma desindustrialização estagnada negativa, cujo os estados protagonista retomam e aumentam sua participação na atividade industrial passando de 72% para 77%.

Tabela 3
Distribuição da produção da indústria de transformação dos estados da região Nordeste: 2002-2019

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Alagoas	7,0	7,1	7,4	5,9	5,6	5,9	5,5	3,7	4,5	7,6	6,3	4,7	4,6	4,9	3,2	3,5	2,8	3,3
Bahia	29,5	30,8	32,9	37,0	32,3	31,6	30,3	39,9	38,4	30,3	24,4	26,2	29,3	36,2	41,3	37,1	35,0	36,1
Ceará	19,4	16,5	18,5	16,5	17,5	17,3	18,8	18,5	17,5	19,0	19,1	19,9	18,7	14,4	13,1	13,7	15,5	15,0
Maranhão	6,4	7,9	6,6	6,5	9,1	8,0	6,6	3,7	3,4	4,5	6,5	6,2	7,0	7,5	6,2	6,2	8,4	6,0
Paraíba	6,6	7,5	6,6	6,5	6,4	6,3	6,8	6,6	6,2	6,8	7,2	6,9	6,6	5,2	4,4	4,4	4,6	4,7
Pernambuco	18,1	18,3	17,3	16,2	17,0	17,8	18,7	17,6	18,8	19,8	24,8	25,6	22,7	21,3	22,0	25,7	24,8	25,6
Piauí	2,3	2,3	1,9	2,2	2,4	2,2	2,5	2,6	2,3	2,6	2,8	2,0	3,0	2,2	2,0	1,6	1,7	1,7
Rio Grande do Norte	5,2	4,4	4,0	4,7	5,4	6,6	6,5	3,9	5,5	5,2	4,8	4,0	3,9	4,7	5,1	5,0	4,6	4,8
Sergipe	5,4	5,2	4,8	4,5	4,3	4,4	4,3	3,5	3,3	4,1	4,0	4,4	4,2	3,7	2,8	2,8	2,6	2,8

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2021.

Pela ótica do emprego, embora os estados da Bahia, Ceará e Pernambuco continuem sendo os principais responsáveis pelo emprego industrial na região Nordeste, é o estado do Ceará que detém maior participação. Ao longo desses 18 anos, a participação desses três estados salta de 63% para 69% em 2019. Esse aumento é fruto das políticas de isenções fiscais implementadas por esses estados, para atrair empresas do ramo calçadista, têxtil e automobilístico.

Por outro lado, os estados de Alagoas e Rio Grande do Norte sofreram perda na participação. Segundo Silva (2019b), a perda no estado do Rio Grande do Norte é fruto da desaceleração na indústria salineira e pelo fim dos incentivos ficais concedidos às empresas de bebida, têxtil e calçadista. Com relação ao estado do Alagoas, a redução na participação se dá por diversos motivos, mas principalmente pela perda da competitividade do etanol, que resultou na desativação de quatro usina, o que equivale a redução de 10 mil empregos na indústria alagoana.

Tabela 4
Distribuição do emprego da indústria de transformação dos estados da região Nordeste: 2002-2019

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Alagoas	11,9	12,2	12,9	12,4	12,5	11,8	11,4	11,0	10,2	10,2	9,7	8,7	8,0	7,9	8,1	7,9	7,3	6,9
Bahia	18,3	19,3	19,4	19,9	19,7	20,3	20,1	20,3	21,1	21,4	21,0	20,8	20,9	21,2	21,8	22,3	22,5	22,6
Ceará	23,9	24,9	24,1	23,3	23,5	23,2	23,2	24,2	24,1	23,6	24,0	24,4	24,6	24,4	24,1	24,0	24,6	24,9
Maranhão	3,3	3,4	3,2	3,1	3,4	3,6	3,7	3,2	3,3	3,5	3,6	3,8	3,7	3,9	3,8	3,5	3,6	3,5
Paraíba	7,5	6,9	6,9	7,1	7,1	7,3	7,1	6,9	7,2	7,3	7,4	7,4	7,6	7,7	7,7	7,6	7,6	7,3
Pernambuco	20,6	19,6	20,2	20,6	20,8	20,7	21,3	21,3	20,5	20,9	21,1	21,7	21,8	21,3	21,2	21,6	21,1	21,7
Piauí	2,9	2,9	2,7	2,7	2,6	2,5	2,4	2,5	2,6	2,6	2,7	2,7	2,8	2,9	2,8	2,8	3,0	3,0
Rio Grande do Norte	7,7	6,8	6,8	6,7	6,7	7,2	7,2	6,9	7,1	6,4	6,2	6,1	6,2	6,1	6,1	6,0	5,8	5,9
Sergipe	3,9	3,9	3,8	4,0	3,7	3,6	3,6	3,6	3,9	4,1	4,3	4,3	4,4	4,7	4,4	4,4	4,4	4,1

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS, 2020.

Assim, a luz dos conceitos desenvolvidos por Silva (2019a) podemos considerar que a região Nordeste vivencia um processo de desindustrialização regional estagnada negativo, onde a soma da participação dos estados Bahia, Ceará e Pernambuco permanecem superior, mesmo com o período de desconcentração entre 2009 e 2014.

Considerações finais

Ao longo das últimas décadas, a participação da indústria de transformação no PIB tem se reduzido, mantendo-se no patamar de 12% desde 2014. Essa perda, tem sido motivo de debate no meio acadêmico ora por vias de questionamento da ausência de políticas industriais, ora por um entendimento que o país passa por um processo desindustrialização.

Embora o debate sobre a desindustrialização seja recente e exista muitas lacunas a respeito das suas causas. Observa-se que esse processo transcende do nível nacional, podendo ocorrer também a nível regional. Como analisado no presente artigo, ao desagregarmos os dados da indústria a nível regional, observamos que a participação do Nordeste em termos de emprego e produção foi estável entre 2002-2019 na participação do PIB nacional. No entanto, quando analisamos esses dados em relação ao PIB da própria região, nota-se que está também passa por um processo de desindustrialização.

A partir dos conceitos desenvolvidos por Silva (2019a) e análise do período em estudo, conclui-se que a região Nordeste vivencia um processo de desindustrialização

estagnada e negativa, ou seja, ao longo do período analisado a indústria de transformação embora tenha apresentado um período de crescimento, este não perdurou e favoreceu a concentração nos estados como Bahia, Ceará e Pernambuco, já considerados avançados.

Desse modo, compreendemos a importância do desenvolvimento de políticas industriais não apenas a nível nacional, mas que perpassem as necessidades de cada região, de modo que favoreça o desenvolvimento de forma desconcentrada.

Referências bibliográficas

BONELLI, Regis; PESSÔA, Samuel de Abreu; MATOS, Silvia (2013). Desindustrialização no Brasil: fatos e interpretação. In: BACHA, Edmar; BOLLE, Monica de (org.). O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate. RJ: Civilização Brasileira, 2013

DINIZ, C. Clélio; MENDES, S. Philipe. Tendências regionais da indústria brasileira no século XXI. Texto para discussão, nº. 2640. IPEA. Rio de Janeiro, abril de 2021.

GUMIERO, Rafael. O Nordeste em dois tempos: a "Operação Nordeste" e a Política de Desenvolvimento Regional do Governo Lula. CEPAL – Coleção documento de projeto. Março/2014. Disponível em: https://www.cepal.org/sites/default/files/publication/files/36674/S2014151_pt.pdf

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2021. Contas nacionais e regionais Retrieved in 2021, from http://www.ibge.gov.br»

OREIRO, L. José; FEIJÓ, A. Carmem. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. Revista de Economia Política, vol. 30, nº 2 (118), pp. 219-232, abril-junho/2010

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (RAIS). 2020. Disponível em: https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_rais_vinculo_id/caged_rais_vinculo_basico_tab.php. Acesso em: dez. 2021.

SILVA, J. A.; LOURENÇO, A. L. C. Desindustrialização em debate: teses e equívocos no caso da economia brasileira. Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 57-76, 2014.

SILVA, José Alderir. Regional deindustrialization: concepts, causes, effects, and the Brazilian case. Gestão & Produção [online]. 2019a, v. 26, n. 4 [Accessed 19 December 2021], e4682. Available from: <https://doi.org/10.1590/0104-530X4682-19>. Epub 23 Sept 2019. ISSN 1806-9649. https://doi.org/10.1590/0104-530X4682-19.

SILVA, José Alderir. A desindustrialização na região Nordeste. Interações (Campo Grande) [online]. 2019b, v. 20, n. 1 [Acessado 29 novembro 2021], pp. 221-238. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/inter.v0i0.1679>. Epub 08 Abr 2019. ISSN 1984-042X.

TREGENNA, F. (2009). Caracterizando a desindustrialização: uma análise das mudanças no emprego industrial e na produção internacional. Cambridge Journal of Economics, 33 (3), 433-466. http://dx.doi.org/10.1093/cje/ben032

UDERMAN, Simone. Políticas de desenvolvimento regional no Brasil: Limites de uma nova agenda para Nordeste. Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, v. 2, n. 2, 6 fev. 2015. Disponível em: https://revistaaber.org.br/rberu/article/view/23/25

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

O TRABALHO NO MEDIEVO SAPIENCIAL: FUNDAMENTOS PARA UMA TEORIA DO TRABALHO EM TOMÁS DE AQUINO

Claudio Pedrosa Nunes

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

O Trabalho no Medievo Sapiencial: Fundamentos para uma Teoria do Trabalho em Tomás de Aquino

Claudio Pedrosa Nunes[1]

Resumo

O presente estudo objetiva apresentar um conjunto de eventos e dados histórico-jurídicos que permitem admitir e constatar a existência de normas de regulação do trabalho humano na baixa Idade Média, com perspectiva de formação de uma propedêutica teoria geral do trabalho segundo a doutrina culta de Tomás de Aquino. Busca-se identificar e investigar as principais transformações econômicas e sociais da sociedade medieval tardia e suas consequências e conexões com as formas de trabalho humano. Destacam-se, nesse contexto, as principais causas histórico-jurídicas que conduziram a uma incipiente organização do trabalho, especialmente por influência do feudalismo e das corporações de ofício, redundando no surgimento da burguesia como princípio do capitalismo e respectiva projeção para a formação de um incipiente trabalhismo na baixa Idade Média. Ressalta-se a importância da escolástica do medievo tardio no tocante ao trabalho humano, especialmente sob a influência dogmática e axiológica de Tomás de Aquino, perfazendo uma fonte teórica e histórico-jurídica de regulação do trabalho humano.

[1] Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP); Professor Assistente II

Palavras-chave: *Teoria Geral. Trabalho. Idade Média. Tomás de Aquino.*

Abstract

The present study aims to present a set of historical-legal events and data that allow admitting and verifying the existence of norms of regulation of human work in the low Middle Ages, with the perspective of forming a general theory of work according to the cultured doctrine of Thomas of Aquinas. It seeks to identify and investigate the main economic and social transformations of late medieval society and their consequences and connections with the forms of human work. In this context, the main historical-juridical causes that led to an incipient organization of work stand out, especially under the influence of feudalism and craft corporations, resulting in the emergence of the bourgeoisie as a principle of capitalism and respective projection for the formation of a incipient laborism in the late Middle Ages. The importance of late medieval scholasticism with regard to human work is highlighted, especially under the dogmatic and axiological influence of Thomas Aquinas, constituting a theoretical and historical-legal source for the regulation of human work.

Keywords: *General Theory. Work. Middle Ages. Thomas Aquinas.*

***

Introdução

Na Idade Média tomista o trabalho apresentava-se como uma atividade merecedora de adequada regulação. A organização do trabalho era apanágio sobretudo da nobreza ou daqueles poucos profissionais afortunados pelo saber de uma arte ou ofício. Não obstante, não se pode afirmar peremptoriamente que tal estágio histórico do trabalho estivesse integralmente divorciado de um mínimo de regramento ou de organização que lhe destinasse uma sensível disciplina político-jurídica. Basta mencionar as corporações de ofício como marco medieval notável de constituição da ordem reguladora do trabalho, com inegável apelo em termos de produção de uma embrionária teoria do trabalho no baixo medievo.

O feudalismo, por sua vez, pode ser citado como outro modelo histórico-medieval de disciplinamento juspolítico do trabalho, estabelecendo as primeiras diretrizes da relação jurídica envolvendo trabalhador e tomador de serviços, sob vínculo de subordinação e não escravidão. Mesmo sendo possível vislumbrar resquícios do regime escravista, é induvidoso que a servidão representou o anúncio regulatório do trabalho livre em relação à escravidão. A disciplina do trabalho nesse contexto não pode ser confundida com a necessidade de edição de leis positivas ou outras normas escritas de regulação ostensiva do trabalho. É que, na Idade Média, o direito natural e o direito costumeiro alcançaram autoridade jurídica de elevado cabedal.

O presente artigo objetiva, destarte, oferecer um estudo histórico-regulatório do trabalho na Idade Média tardia, designadamente no ambiente da escolástica conduzida sob a autoridade dogmática e axiológica de Tomás de Aquino, realçando um conjunto de regras naturais, costumeiras e eventualmente positivas capazes de anunciar a formação, ainda que embrionária, de uma teoria geral do trabalho medieval-tomista.

Evoca-se nesse panorama a proeminência do direito natural do Medievo tardio como fonte normativa de excelência para efeito de edificação das bases fundamentais

dessa teoria do trabalho, com destaque para os costumes sociopolíticos de então, tudo sob os auspícios da doutrina católico-tomista em voga, cuja engenharia político-jurídica conserva remanescentes inclusive na contemporaneidade.

Em apelo de problematização, o estudo sugere uma rediscussão a respeito da afirmação hoje sedimentada de surgimento formal de regulação do trabalho humano apenas com o advento da Revolução Industrial. E, nisso, indaga-se: o cotejo detido de fatos e evidências do ambiente laborativo da baixa Idade Média teria ou não o condão de certificar o alvorecer de uma teoria geral do trabalho medieval-tomista? São essas as inquietudes fundamentais que motivam o presente trabalho.

PRIMÓRDIOS DO TRABALHO NO MEDIEVO

A escravidão

O regime escravista representou forma histórica de prestação de serviços até o início da Idade Média e não poderia desenvolver-se ou continuar sob ares medievais-cristãos. Considerado res, o escravo não ostentava a condição de sujeito de direitos e destinatário de dignidade especial como criatura humana, o que culminava por desafiar a própria doutrina cristã da Igreja Romana. Por isso, a escravidão caiu em declínio e restou superada pela prestação de serviços retribuídos e reconhecidos como atividade humana. Os regimes do colonato e da servidão vingaram sob a égide do feudalismo e romperam em definitivo com a cultura propriamente escravocrata. (HENRIQUE, 1955, p. 122).

É certo, entretanto, que o colonato e a servidão conservaram alguns resquícios do antigo regime, a exemplo da obrigatoriedade do trabalho. Mas é imperioso ressaltar que a instituição de uma retribuição do trabalho do colono ou do servo, ainda que por meio de produtos e não dinheiro, significou importante fase de transição para o trabalho historicamente livre. Andrade (2005, p. 33), nesse contexto, leciona que

> o fracasso do sistema escravocrata está baseado em três fundamentos: a) ausência de interesse dos próprios escravos pelos resultados do seu trabalho; b) o consequente comprometimento das próprias forças

> produtivas básicas dessa sociedade; c) e a necessidade histórica de substituição das relações de produção – desse regime por outros que pudessem alterar a estrutura da divisão social do trabalho. Nesse sentido era necessário substituir a escravatura por outros operários que, até certo ponto, demonstrassem interesse nos resultados de seu trabalho.

Hannah Arendt (1993, p. 329), a propósito, conclui que

> o antigo desprezo em relação ao escravo, menosprezado porque servia apenas às necessidades da vida e se submetia ao domínio do amo por desejar permanecer vivo a qualquer preço, não podia de modo algum sobreviver na era cristã.

O colonato

O colonato pode ser definido como uma instituição por meio da qual um trabalhador e seus descendentes cultivam uma terra em caráter perpétuo e em proveito de seu senhor mediante retribuição em dinheiro ou utilidades. Situa-se entre o regime escravista e o de trabalho puramente livre, embora com inclinação de transição para este último.

Historicamente, o colonato teve origem no direito e na sociedade romanos, estendendo-se, entretanto, até a Idade Média. Surgira como forma de transpasse entre o trabalho escravo e o trabalho livre e estava vinculado fundamentalmente às atividades campesinas. Segundo João Henrique (1955, p. 122), o colonato destacava-se como uma forma peculiar de trabalho medieval em contraposição ao trabalho escravo. Assim discorre:

> Desde tempos remotos os autores distinguiam os escravos das cidades dos do campo. Estes últimos, cultivando a terra, dando ao proprietário colheitas, gozavam regalias, constituíam a família rústica e possuíam, de facto, as mesmas vantagens que mais tarde tiveram os colonos de direito. Os senhores deixaram-nos como que independentes de si, mas dependentes da terra. Por isso, muitos miseráveis deixaram sua situação e procuraram subsistência no estado de colono.

O colonato, ademais, dividia-se entre servos e trabalhadores livres ou vilãos. (PISTORI, 2007, p. 137). Esse coletivo de trabalhadores aglutinava-se numa dimensão

que perfazia uma noção de liberdade quando em confronto com o trabalho escravo. O campesino, muito mais que um escravo, era trabalhador, cristão e, portanto, sujeito de direitos e obrigações.

O feudalismo

Em que consiste o feudalismo? Quais seus elementos fundamentais? É correto afirmar que o feudalismo consiste numa unidade de poder privado, institucionalizado, rural e de economia agrária, desenvolvido em um feudo que, por sua vez, é movido ou administrado por um senhor feudal e pertencente, no mais das vezes, a um nobre.

Le Goff (1983, p. 125) expõe que o feudalismo não é senão um conjunto de laços que une os segmentos dominantes da sociedade medieval para fins de proveito e cultivo da terra de sua propriedade. É, segundo suas palavras, a conjugação da homenagem e do feudo.

Bloch (2014, p. 81-96), por sua vez, sustenta haver duas "idades feudais", uma relacionada a práticas como povoamento, vida de relação e trocas; outra relacionada a uma revolução econômica representada pela efervescência do comércio. Trata-se, pois, de fenômeno tipicamente europeu-ocidental constitutivo de um sistema de governo local pautado no domínio da terra e de seus servos. (COLLIVA, 1998, p. 490).

São elementos do feudalismo: a) o feudo (terra); b) a homenagem (juramento de fidelidade). O regime feudal compreendia ainda: a) administração; b) proteção contra agressores externos. A administração concentrava o cuidado com o patrimônio, instituição de impostos, distribuição de justiça, com julgamentos e castigos, tudo configurando a soberania desse segmento de poder medieval.

A proteção contra agressores compreendia a organização de guerras e a expulsão de pretensos invasores externos, de modo a permitir também a preservação do patrimônio dos vassalos e servos. Para Pistori (2007, p. 37), o feudo compunha-se fundamentalmente das seguintes partes: a) domínio; b) tenure. O primeiro corresponde ao exercício do

senhorio; a segunda perfaz "a pequena ou média concessão de terra a ser explorada pelo colono (servo)" sob domínio senhorial.

O tributo pago ao senhor feudal pelos colonos ou vilãos não tinha relação ou decorria diretamente de seu trabalho livre realizado no feudo. Perfazia, em verdade, uma contribuição "pelo exercício do poder de polícia, segurança e exercício de justiça a todos os habitantes do local, salvo os clérigos e os nobres". (PISTORI, 2007, p. 39).

Disso deflui que não se tratava de contraprestação ou aluguel pago pelo trabalhador ao patrão, mas espécie de tributo regular devido pelos cidadãos em geral pelo oferecimento de serviços públicos. Assim, não há descaracterização do trabalho subordinado ou sob dependência prestado ao patrão (senhor feudal ou seus prepostos), nos moldes do similar e atual contrato de trabalho, ainda que com algumas mitigações.

Segundo leciona Pistori (2007, p. 40), mesmo o servo poderia, como ocorria, tornar-se trabalhador livre se fosse admitido a trabalhar em outro feudo ou quitasse a dívida relativa ao feudo em que servia. Assim, mesmo no regime específico da servidão, havia possibilidade de transformação em trabalho livre.

Vislumbra-se, portanto, não ser integralmente correto o argumento de que o trabalho servil ou de vassalos na Idade Média duzentista era forçado e não livre de modo a impedir ou afastar a concepção de surgimento de um direito do trabalho na Idade Medieval.

Os contratos feudais

Paulo Grossi (2014, p. 131) expõe que os contratos agrários da era medieval constituíram o instrumento essencial da locação de coisas, em especial a locação de imóveis (terras) para cultivo. Trata-se de uma das manifestações do que o autor denomina "negócios intervivos", estes informados por contratações atípicas que favorecem a diversidade dos conteúdos contratuais e reportam-se sobretudo à *práxis*.

Nas palavras de Grossi (2014, p. 131):

> A linha tendencial que envolve toda a prática negocial é, porém, a da atipicidade: o mundo jurídico encontra seus instrumentos adequados de ação não em esquemas rígidos baseados em modelos precedentes (os romanos, por exemplo) ou codificados em modelos recém-elaborados. O uso é avesso à criação de protótipos rígidos; seus modelos são flexíveis e mutáveis, com uma confiança total nas intuições do notário e na boa-fé das partes.

Outra dimensão especial da atipicidade dos ajustes contratuais era a mitigação da manifestação de vontade dos contratantes. Os usos e a práxis medievais prevalecem nos contratos e não podiam ser suprimidos pela vontade contratual. Segundo Grossi (2014, p. 133), o consenso nos contratos medievais encontrava óbice nas disposições do direito costumeiro e não pode ser entendido na conformidade do moderno pacta sunt servanda. Em suas palavras,

> Cada aforamento e cada concessão em caráter precário teriam aquele conteúdo que tempos, lugares e condições reclamavam de maneira esparsa. Aforamento e concessão em caráter precário - ou melhor, cada aforamento ou cada concessão em caráter precário, redigidos pelas mãos rústicas, mas sensíveis do notário local – encontravam nos usos sua fonte e sua legitimação social e jurídica. E os usos – mais que a vontade das partes – ditavam as regras que o fiel notário reunia; as partes não podiam deixar de pretender aquilo que emergia das coisas e dos fatos por meio dos usos (GROSSI, 2014, p. 133).

O dispêndio da energia física do trabalhador nos contratos feudais (*locatio operis*) tem como consequência a possibilidade de aquisição da propriedade de parte da terra trabalhada. Embora tal situação não tivesse objetivos sociais primários (valorização do trabalho e dignidade do trabalhador) é inegável que também contribuiu para reconhecimento econômico do trabalho operário.

> O uso – o contrato – como é óbvio, é claramente consuetudinário – tem como objetivo incentivar tais formas de colonização, e o faz pretendendo que a energia física despendida numa transformação econômica tão valiosa não seja frustrada. Por motivos que não são absolutamente sociais, mas puramente econômicos, o trabalho – a energia-trabalho – torna-se um modo de aquisição da propriedade (GROSSI, 2014, p. 134).

ORGANIZAÇÃO HISTÓRICO-MEDIEVAL DO TRABALHO

Fontes histórico-medievais

O direito natural é induvidosamente uma fonte histórico-normativa do trabalho medieval. A existência do direito natural como fonte normativa é afirmada por Gonzaga (2004, p. 24) como uma necessidade da própria coexistência do homem. De fato, abstraído de leis naturais de controle social, o homem, mais que os brutos, tornar-se-ia destruidor da própria criação.

As leis naturais dirigidas aos homens são, por assim dizer, tais como o próprio Deus, ou seja, uma categoria necessária e nunca contingente. E, na voz do comentado pensador, se é certo que Deus nos é superior, não é menos certo que nos pode dirigir leis. Eis a inequívoca existência de leis naturais, isto é, de um direito natural de caráter normativo. (GONZAGA, 2004, p. 25).

A própria criação do homem com destino à felicidade e ao bem é uma regra fundamental da razão natural do Criador. A felicidade está na posse do bem. Trata-se de regra de direito natural que possui ampla eficácia normativa. Nas palavras de Gonzaga (2004, p. 26), a vontade de Deus de coexistência feliz dos homens é direito natural.

> Deus, sendo um ente sumamente santo, não há de querer senão que suas criaturas gozem a felicidade, de que fez capaz a sua natureza; logo, não há de querer que os homens concorram para a sua própria infelicidade. E não é isto uma lei a que vivemos sujeitos? Só quem for tão ímpio que negue que a vontade do criador serve de lei às suas criaturas, se atreverá a negar. Daqui vem que, consistindo a felicidade na posse do bem, e na isenção do mal, não só poderei ofender a mim próprio, mas nem maquinar aos meus semelhantes um mal e roubar-lhes o bem, quando sei que Deus quer que eles vivam na posse de um e na isenção do outro [...]. Deus há de querer que este concorra para a sua conservação, porque quem quer os fins, há de querer os meios para ele necessários. (GONZAGA, 2004, p. 26).

A relação de trabalho entre senhores, servos e colonos remete ao que Gonzaga (2004, p. 25) concebe por necessidade de uma lei natural de convivência e ajuda mútua entre os homens pelo querer do Criador. Com efeito, na medida em que aos homens foi estabelecida uma ordem de convivência e interdependência, o trabalho realizado por uns

em proveito de outros, mediante retribuição ou troca de interesses, necessariamente atende a essa ordem.

Disso resulta que a própria prestação do trabalho sob subordinação ou cooperação constitui uma lei natural preestabelecida e consequente à ordem de convivência e interdependência. Noutro dizer, a lei natural que implica na ordem de convivência e interdependência entre os homens perfaz uma lei jurídica porque projeta um estado natural e necessário de relacionamento entre os homens, com estabelecimento de obrigações recíprocas e equivalentes. A relação laboral entre senhores e servos ou colonos obviamente se insere nesse contexto. (GONZAGA, 2014, p. 28-29). Lei natural assim existente é lei jurídica.

Também é de se invocar nesse panorama a necessidade de uma fonte das obrigações travadas entre senhor e servo. Ora, se é certo que não há obrigação sem lei e se as obrigações celebradas entre senhor e servo não decorrem de lei escrita ou positiva, não é menos certo que essa lei das obrigações, no Medievo tomista, não é senão a lei ou direito natural. E, nisso, a lei ou direito natural possui eficácia normativa, conquanto lei ou direito que obriga.

Por outro lado, o que distingue o direito natural do direito positivo é, fundamentalmente, que este último é vulnerável e arbitrário enquanto aquele é a ordenação do que é permanentemente racional e adequado aos homens em convivência, no que se se incluem as obrigações recíprocas e equivalentes. E isso se aplica ao trabalho no Medievo, constituindo uma disciplina jurídica.

O direito comum (ius commune) é também uma fonte substancial do direito medieval. È imperioso, entretanto, definir os limites e o alcance do ius commune para efeito de distingui-lo do direito romano propriamente dito, já que ambos constituem categorias singulares, embora convergentes. Segundo Marques (2002, p. 14),

> O conceito de ‘direito comum’ abarca um fenômeno dinâmico que não conhece limites étnicos ou geográficos e cuja história não deve confundir-se com a dos direitos nacionais.

Assim e que o *ius commune* é entendido em sentido amplo e em sentido restrito, segundo Acúrcio. (MARQUES, 2002, p. 14). Em sentido amplo, o direito comum

confunde-se com o direito natural e com o direito das gentes; em sentido restrito equivale ao direito do Império, ou seja, com o direito romano. Em todo caso, essa classificação corrobora a concepção da normatividade do direito natural e sua especial e volumosa importância em toda a Idade Média.

A complexidade do direito comum confirma a eficácia normativa dos direitos próprios e/ou particulares em confronto com o direito romano. Esses direitos particulares (estatutos corporativos, costumes, normas escritas etc.) certamente concentram o tradicional direito natural, especialmente diluído na *práxis*, ou seja, no direito consuetudinário. Nesse sentido,

> O direito comum pressupõe a existência de um outro ou de vários outros direitos com o qual ou com os quais estabeleça determinadas relações. E, de facto, na Europa Cristã, a par do direito romano existem ainda o canônico e o direito das diversas entidades superiores (territórios, cidades etc.). Se os primeiros glosadores ignoraram os 'iura propria', os civilistas posteriores tiveram que enfrentar a realidade, reconhecendo progressivamente o costume, depois os estatutos e, finalmente, as leis (...). Os "iura propria" representam normativamente as partes em que se decompõe a unidade. (MARQUES, 2002, p. 15).

No transcorrer do século XIII, o direito comum representa a própria expressão da ordem jurídica. É o direito por excelência. Nele se concentram todos os segmentos do ordenamento jurídico medieval. O pensamento jurídico perfaz-se sobre ele e nele expressa a concepção da eficácia normativa. O direito positivo, em que pese existente, tem significado e alcance distintos do que se verificou na modernidade e se verifica na contemporaneidade. É apenas segmento e coadjuvante do direito comum. Não há, a rigor, ordenamento jurídico positivo.

A equidade é outra fonte formal e fundamental do direito medieval. Com ela, o direito natural, expressão da própria justiça, é a norma por excelência, jurídica e metajurídica. É, pois, dotado de eficácia normativa e predomina, como *praxis* ou como equidade, em todo o tecido jurídico da Idade Média tardia.

Talvez seja essa a concepção fática essencial que falta aos juristas contemporâneos do trabalho ao advogar, com voz absoluta, a típica revolução industrial como marco histórico-jurídico fundamental do surgimento do justrabalhismo. Não se

pode estudar o direito medieval sem mergulhar nas aptidões e peculiaridades da ordem jurídica daqueles bons tempos.

Empregar um olhar meramente juspositivista no sistema jurídico do Medievo é incorrer em equívoco que renega a verdadeira pujança das atividades dos juristas e historiadores do direito medievais, deixando sob penumbra uma série de atos e formas que se revelaram adequados e úteis para muitos dos engodos jurídicos recorrentes inclusive no porvir. O direito é também produto de percepções. Segundo Grossi (2014, p. 286),

> ...não devemos falar de hierarquia de fontes, como, no entanto, se fez. Tal noção é totalmente moderna e pressupõe a convicção de um único ordenamento válido, de um único ente produtor do direito, de uma única fonte do direito identificada na manifestação de vontade do ente e em relação a qual qualquer outra deve ser considerada como secundária e condicionada. A hierarquia das fontes pressupõe uma visão rigidamente monista da ordem jurídica, que mostra o Estado como único ente legitimado a produzir o direito, o único que pode também legitimar a sua produção no âmbito que ele predeterminar e definir. Ou seja, estamos necessariamente num horizonte que é o oposto do medieval, o oposto de uma pluralidade de ordenamentos, o oposto de uma prioridade do jurídico sobre o político.

No âmbito do direito comum medieval uma singular categoria jurídica possui ainda especial relevo: a interpretação dos fatos. Como se dá referida interpretação? Grossi (2014, p. 16) nos revela seu o alcance fundamental:

> De fato, parece-nos que jamais como na Idade Média o direito representou ou constituiu a dimensão profunda e essencial da sociedade, uma base estável que se destaca do caráter caótico e mutável do cotidiano, isto é, dos eventos políticos e sociais do dia a dia.

Já por essas palavras é perceptível que o direito medieval é constituído essencialmente pela observação dos eventos sociais, políticos e econômicos, assim como pela sua dinâmica e projeção em face dos valores que a comunidade entende vigentes e adequados. Em outras palavras, o direito no Medievo, especialmente no Medievo sapiencial, é produtos dos fatos, dos costumes jurídico-religiosos e histórico-jurídicos.

A interpretação jurídica, por sua vez, não é senão resultado da conjugação da observação desses fatos e respectivos valores. Os fatos são qualificados em consonância

com a natureza das coisas e com os princípios imanentes ao Deus criador, justo e protetor da tradição católico-romana. Interpretam-se, portanto, os fatos de conformidade com os valores da tradição e não com base em técnicas de raciocínio individual. O fato e sua qualificação são o próprio direito e é assim que deve ser conduzido.

A interpretação jurídica assim concebida e o seu titular legítimo alcançam status de categoria jurídica na civilização medieval. O notário, o príncipe, o clérigo são, por assim dizer, os responsáveis centrais pela edificação do direito, cujos direito natural e direito divino nortearão sua observação, qualificação e, portanto, interpretação dos fatos. Grossi (2014, p. 18), a propósito, expõe:

> Na civilização medieval, livre das lentes e dos preconceitos positivistas, a atenção está totalmente voltada para o intérprete e para sua fértil atividade, por ser a única capaz de traduzir os valores da constituição oculta, da ordem jurídica fundamental, em regras de vida presentes e eficazes.

É conveniente ressaltar, por outro lado, que na Idade Média a interpretação das normas desenvolveu-se sobre instrumentos como a analogia, a sistematicidade dos corpos normativos, a equidade e a finalidade a que se propunham as normas, tudo sob os auspícios dogmáticos da Escola dos Glosadores. Nesse sentido, afirma Marques (2002, p. 31-32):

> A atividade dos glosadores foi essencialmente interpretativa. A diversidade de preparação e a multiplicidade propensões pessoais não impede que em termos substanciais possa vislumbrar-se na escola uma idêntica mentalidade dogmática (...). Pode-se ler, por exemplo, o seguinte: 'No que foi estabelecido contra a razão do direito, não podemos seguir a regra jurídica' (D. 1,3,15). Da mesma forma, adverte-se o intérprete que não basta reter as 'palavras', mas é necessário compreender o 'fim' e os 'efeitos' das leis (D. 1,3,17); afirma-se que as expressões singulares devem ser compreendidas à luz da 'lei inteira' (D. 1,3,24) e defende-se o emprego da analogia (D. 1,3,12 e 13).

Surgimento dos direitos privados

No início do século XIII, vê-se o surgimento de uma dicotomia jurídica que se encerra no embate entre direito comum ou comunitário e direitos privados ou próprios. (GROSSI, 2014, p. 273). Nessa arquitetura, o vislumbre da importância e reconhecimento

da existência de direitos privados é um referencial que ampara a ideia de fortalecimento de um direito laboral medieval local, embora sem atenção direta à caracterização de subordinação jurídica como diferencial da prestação de serviços.

Tal hipertrofia dos direitos privados ou próprios não se restringe à concepção de leis ou normas locais (feudos em particular) mas também à qualificação de direitos das pessoas, individual e profissionalmente considerados. São os sujeitos das relações jurídicas, especialmente das relações contratuais, que auferem especial destaque. Trata-se de uma espécie de reedição, com ares medievais, do corpus juris civilis. (GROSSI, 2014, p. 278).

Essa percepção da existência e importância de direitos privados em contraposição ao direito comum constitui um novo estágio da predominância das autonomias que informam toda a Idade Média. Em outras palavras, a existência de direitos privados é apenas consequência de mais uma autonomia a surgir na baixa Idade Média, sem, entretanto, romper com a ideia e cultura de unidade constituída pela convivência sistemática das múltiplas autonomias.

Grossi (2014, p. 277) mais uma vez identifica e resume esse novo estágio da ordem jurídica medieval ao afirmar:

> A ordem jurídica medieval é um mundo de autonomias, fundado e constituído nessa noção fundamental e característica, em relação à qual é fácil e simples (quase óbvio) supor, num mesmo lugar e dentro de uma mesma entidade política, a concorrência de uma pluralidade de ordenamentos, cada qual com seu âmbito específico; pressupõe a convivência e o respeito por outros, não tem pretensões de expansionismos abrangentes.

A importância da Igreja Romana nesse panorama jurídico-cultural, com apoio da doutrina de Tomás de Aquino, é representada pela exigência de inserção de preceitos de justiça e equidade em negócios privados, reduzindo-se ou mesmo eliminando-se projeções de atos ou condutas pecaminosas que recorrentemente permeiam as ações humanas. Mas não é só isso. É interesse da cúria católica inserir o saber filosófico, identificado como ciência, dos seus padres e preclaros na dinâmica formal e informal das

relações humanas. Tomás de Aquino, nesse quadro, cumpriu com especial proveito esta missão.

Organização laboral

Para Rodrigues Pinto (2003, p. 27), é possível admitir que o trabalho executado inclusive sob a forma de escravidão possui um estatuto jurídico peculiar, o que adquire maior status na Idade Média. Assim, é perfeitamente possível conceber-se uma ordem jurídica trabalhista formal na Idade Média tomista, com vislumbre das figuras de empregado e empregador de forma embrionária.

No mesmo sentido é Manuel Alonso Olea (1984, p. 67), cujas palavras precisas são dignas de transcrição:

> Ainda que o predomínio do trabalho livre por conta alheia, como realidade social relevante, tenha que ser situado na Revolução Industrial (fins do século XVIII e princípios do XIX), seus germens sociais, jurídicos e até mesmo econômicos, acham-se também na Idade Média, ainda que em ambientes completamente distintos dos da produção agrícola e da vida rural, nos quais também começou a frutificar (tradução nossa).

Rodrigues Pinto (2003, p. 27) sustenta ainda que a organização das relações de trabalho emerge antes mesmo da eclosão da Revolução Industrial, ou seja, no curso da Idade Média, não obstante seja admissível a relevância apenas do aspecto intelectual do pensar o trabalho. E sugere que a organização empresarial das corporações de ofício não é senão a manifestação medieval dessa constatação. São suas as palavras:

> Raciocine-se, portanto, o elemento intelectual indispensável à modificação da disciplina das inter-relações humanas de trabalho individual precedeu a Revolução Industrial. Disso, aliás, nos fornece um claro exemplo a organização empresarial das corporações de ofício.

A sociedade medieval celebra suas relações jurídicas com base nos princípios da equidade, fidelidade e justiça, valores projetados sob o signo do cristianismo católico e na doutrina da Igreja Romana. A influência do mundo árabe também se caracteriza com aspecto interessante que identifica as atividades econômicas e o trabalho na sociedade

medieval, embora tal aspecto seja por vezes desconhecido dos estudiosos. O contato com as moedas, as técnicas de comércio e métodos agrícolas certamente contribuiu para fomento do trabalho com vista à dinamização das atividades econômicas. (PASTORI, 2007, p. 33).

Em tema de organização jurídica, o direito romano ou comum conserva lugar de destaque, designadamente na área do direito civil e contratual. Ao lado dele, entretanto, duas ordens jurídicas outras auferem autoridade substancial, quais sejam: a) o direito natural; b) o direito canônico (MARQUES, 2002, p. 57).

Ambas as categorias jurídicas são informadas por grande eficácia normativa, formando uma conjuntura jurídico-sistemática que se amolda à complexidade do ambiente jurídico-político reinante na sociedade da baixa Idade Média. (PISTORI, 2007, p. 33). Além das categorias em foco, o direito romano e o direito costumeiro não podem ser olvidados como importantes fontes do direito medieval.

O homem medieval, por outro lado, está especialmente envolto em hierarquias, organizações e agrupamentos. Com efeito, não se concebe atividade humana medieval desgarrada de um superior hierárquico e de grupos sociais bem definidos. Daí o prestígio que as corporações de ofício e as demais corporações político-jurídicas e jurídico-sociais alcançaram, designadamente a Igreja, os Reinos e os grêmios. (PISTORI, 2007, p. 35). E, nesse aspecto, as corporações auxiliam na organização do trabalho.

Economia e trabalho no alvorecer das cidades

O surgimento das cidades e a formação da burguesia certamente representaram um novo marco evolutivo do trabalho no medievo duzentista. Podem-se relacionar os seguintes fatos como fundamentais para o desenvolvimento das cidades e da burguesia: a) o desenvolvimento do comércio de especiarias nas regiões da Itália, França e Espanha; b) os contatos comerciais com o Islão; c) o aparecimento das atividades monetárias como empréstimos, criação de títulos de crédito (especialmente letra de câmbio) e formação de

sociedades comanditárias; d) fomento da agricultura de abastecimento das cidades em substituição à agricultura de subsistência.

Difícil acreditar que todos esses acontecimentos não tenham proporcionado ou mesmo impulsionado a regulação formal do trabalho subordinado e retribuído. Ainda que sob a orbe dos costumes, é inegável que o surgimento dos conglomerados urbanos e do comércio ostensivo não tenham sido seguidos pela reestruturação jurídico-político ou jurídico-social do trabalho humano, este de fundamental importância para circulação da riqueza.

O desenvolvimento das cidades e do comércio pré-capitalista certamente põe em declínio o sistema e economia feudais. Com isso, a organização e regulação formal do trabalho tornou-se uma necessidade para o desenvolvimento econômico capitaneado pelo comércio em geral.

O trabalho na baixa Idade Média repousa sobre uma nova modalidade consistente no domínio útil da força de trabalho do trabalhador (*dominia*), rompendo com o domínio direto (*dominium*) representado pela propriedade da pessoa (e não do trabalho) do trabalhador. (GROSSI, 2014, p. 293).

Em outras palavras, sugere-se que o direito real sobre o sujeito negocial – o trabalhador – passa a ser diluído e aplicado sob nova ordenação. Não se trata mais de *dominium* sobre a pessoa inseparada de sua força de trabalho, mas sobre o trabalho como bem separado da pessoa do trabalhador (*utilitas rei*). Segundo Grossi (2014, p. 295), "o importante era visar o empreendedor, já protagonista da vida econômica e agora elevado à categoria jurídica do domínio". Assim como o arrendatário utiliza a terra do senhorio em negócio próprio, o trabalhador dispõe do seu trabalho para negócio próprio, separando-o de sua pessoa, ou seja, do seu dono. É sujeição jurídica do trabalho ao patrão, não da pessoa do titular do trabalho.

Ao que se percebe da cultura jurídica medieval duzentista, havia um vasto e quase irrestrito campo de admissão de relações particulares, especialmente por meio de contratos verbais. Esta conjuntura permite identificar a existência de relações formais do trabalho, embora verbais, independentemente de uma preocupação mais acentuada com

a classificação jurídica do trabalho, ou seja, trabalho puramente livre ou não. É o que Grossi (2014, p. 299) chama "vasto campo de negócios 'inter vivos'".

Importante acrescentar que cada momento jurídico-cultural incorpora sensibilidades e percepções antropológicas que permeiam os institutos e categorias jurídicos em voga. O trabalho puramente livre certamente não constituía uma qualidade subjetiva absolutamente indispensável para evocação formal do trabalhismo na Idade Média tomista.

Aliás, o termo "trabalho", substrato de um "direito do trabalho", é bem mais abrangente que aquele que definiu o padrão jurídico que os estudiosos contemporâneos dirigiram à disciplina trabalhista. Em outras palavras, trabalho em si não se resume ao mero emprego, não podendo ser este último termo ("emprego") a nota jugular e absolutamente reducionista do direito do trabalho. Os medievais, nesse desenho, talvez tenham sido mais astutos.

Burguesia e pré-capitalismo

A burguesia é uma das consequências principais do surgimento e desenvolvimento das cidades. Para Pistori (2007, p. 43), a burguesia constitui uma nova ordem na Baixa Idade Média, já que "quem era burguês não era nobre, nem clérigo, nem servo ou ligado ao serviço real". O burguês era essencialmente um negociante ou comerciante, já que não se ativava com a produção de bens.

O burguês era assim considerado por vocação hereditária ou familiar ou por cerimônia, ou seja, ato jurídico formal de inserção na categoria mediante pagamento de um tributo. Por isso mesmo, o servo que se tornasse trabalhador livre poderia tornar-se burguês.

A burguesia evoluiu sobretudo em função do desenvolvimento da indústria e do comércio nas cidades, transformando-se em classe social com esforços reivindicatórios em face da nobreza e do clero. Eis então o fato central de surgimento do capitalismo, ainda que em sua fase embrionária.

ORGANIZAÇÃO E DISCIPLINA DO TRABALHO EM SANTO TOMÁS

Trabalho intelectual e manual

A doutrina de Tomás de Aquino a respeito do trabalho humano não se alinha essencialmente às lições correspectivas de seu mestre Aristóteles. Embora Aquino conceba, como o estagirita, a distinção entre trabalho manual e intelectual, é inegável que se inclina pela caracterização da humanização e consequente dignidade do trabalho manual.

O trabalho manual é, por assim dizer, dotado da mesma dignidade do trabalho intelectual, guardadas as proporções de ordem jusfilosófica e juspolítica. O trabalho intelectual apresenta primazia em termos de vida puramente espiritual e de estudos, assim como o trabalho manual eleva em importância em termos de agricultura, pecuária e serviços indispensáveis à vida material das pessoas.

É sob os ares medievais que o trabalho manual concentra a ideia de colaboração do homem com a obra de Deus, isto é, a criação. Mesmo o trabalho escravo não refoge, segundo Tomás, a essa afirmação. Assim, o trabalho operário aufere especial valor cristão e, portanto, não poderia estar alheio aos interesses da Igreja romana. (ELDERS, 2009, p. 5).

Já aqui é possível vislumbrar uma importante distinção entre a doutrina tomista e a doutrina aristotélica do trabalho. Com efeito, para o filósofo, o trabalho manual ofusca e impede o intelecto humano de desenvolver-se. Assim, o homem devotado ao trabalho manual não integra a ordem dos cidadãos e nobres, mas é considerado quase uma coisa ou objeto a serviço da comunidade e dos cidadãos (ARISTÓTELES, 1998, p. 216).

Para Aquino, entretanto, a grandeza do trabalho manual encerra pelo menos três (03) aspectos: a) o trabalho proporciona os meios materiais da vida da comunidade, possuindo, pois, significativo valor social; b) o trabalho manual auxilia na ajuda que os

cristãos devotam aos pobres e necessitados; c) o trabalho operário gera a purificação e expiação dos pecadores e acalma as paixões.

Esse valor ascético, espiritual e social do trabalho manual já era pensado sob os auspícios da filosofia agostiniana, representando uma significativa preliminar cristã à necessidade de conferir utilidade ao trabalho manual a partir do reconhecimento de sua dignidade. Esse panorama da filosofia medieval-agostiniana do trabalho avançou quantitativa e qualitativamente na escolástica tomista a tal ponto que ainda hoje permeia em grande medida a doutrina social da Igreja Católica (vide a Encíclica Rerum Novarum, de Leão XIII, até a Laborem Exercens, de João Paulo II).

Assim é que Tomás de Aquino considera a atividade contemplativa (que, em última análise, é labor) superior ao trabalho manual, mas, ao mesmo tempo, eleva a importância do trabalho manual dizendo-o útil à atividade contemplativa e, via de consequência, à atividade espiritual. O trabalho manual, enfim, precede, na vida ativa, à atividade intelectual "superior" e, nisso, tem seu lugar de destaque e importância. Em outras palavras, não haveria atividade intelectual sem o auxílio da atividade manual, sendo essa a relação de importância entre e para ambos.

Trabalho e remuneração

A remuneração é um diferencial fundamental que distingue trabalhador e escravo. No regime escravista, como é sensível, a condição de res do prestador retirava-lhe o direito de contraprestação pecuniária formal ou in natura do serviço prestado, já que não se constituía em sujeito de direitos.

Em Tomás de Aquino, a disciplina da retribuição do trabalho vem conjugada à concepção central de que o homem é criatura de Deus e, portanto, dotado de dignidade e merecedor de respeito. A retribuição justa do serviço prestado pelo servo ou colono é a base fundamental da relação entre prestador e tomador (senhor feudal ou similar), representando inclusive consequência do emprego da virtude da justiça comutativa.

Com efeito, o aquinatense afirma que o trabalho deve ser retribuído de forma justa, vinculando o volume da retribuição ao respectivo volume de trabalho. (AQUINO, apud ELDERS, 2009, p. 10). Percebe-se, pois, que a relação que o aquinatense constrói no tocante ao trabalho e à retribuição perfaz uma dinâmica de natureza contratual, afeita, pois, à justiça particular comutativa. Além disso, mais que a proporcionalidade entre o volume de trabalho do servo e a contraprestação do senhor, é assente na doutrina de Tomás que a remuneração deve considerar o volume relativo à qualidade do trabalho, sua complexidade e as condições pessoais do trabalhador. (ELDERS, 2009, p. 10).

Essa dinâmica conserva, mutatis mutandis, sua eficácia até os dias de hoje, sabido que o objeto essencial do direito laboral é o contrato individual de trabalho. O nexo de causalidade e comutatividade existente entre o volume da prestação de serviço e o correspondente volume da retribuição também inspirou os construtores do direito positivo do trabalho (a partir da Revolução Industrial).

Com efeito, via de regra, a mensuração da retribuição, nos sistemas jurídico-legais laborais da atualidade, é consequência sobretudo do tempo que o trabalhador destina na execução dos serviços ao empregador. Nesse sentido, leciona Martins (2015, p. 247-248), que o salário é decorrência do quantum de serviço mínimo que o empregado despende diretamente em favor do empregador.

A doutrina filosófico-laboral de Tomás refere-se ainda, como dito, à retribuição do trabalho do homem medieval como elemento integrante do dever de respeito e bom tratamento que o senhor feudal ou proprietário dos meios de produção cumprirá em relação aos seus servos.

Com efeito, a doutrina tomista do reconhecimento da dignidade dos escravos a partir da concepção de que são criaturas de Deus (doutrina derivada do pensamento aristotélico concernente à escravidão, com as devidas correções), estende-se, com maior autoridade, à prestação dos serviços de trabalhadores não-escravos, ou seja, os súditos (servos, colonos campesinos em geral). Não é de olvidar ou duvidar, nesse quadro, que o aquinatense tenha voltado suas atenções no particular também em tema de retribuição do trabalho.

A condenação oferecida por Aquino no tocante à acepção de pessoas, parece insinuar, por outro lado, que a retribuição adequada pelo volume de trabalho deve constituir tratamento idêntico a todos os trabalhadores que se encontram na mesma situação. Em outras palavras, a isonomia salarial entre trabalhadores com igual volume de trabalho compõe a doutrina justrabalhista, por assim dizer, do angélico, tudo por conduto da projeção de sua concepção de impropriedade da acepção de pessoas (AQUINO, 2005, p. 121).

Os preceitos bíblicos atinentes à expiação do pecado original por meio do suor do rosto do homem, feito trabalhador, também parece inspirara questão da relação entre trabalho e retribuição. De fato, para remediar sua dívida com o Criador por conta do pecado original, a criatura humana foi instada a trabalhar diuturnamente. Dúplice é, entretanto, a retribuição nesse sentido: a) expiação do pecado original como reconhecimento da misericórdia de Deus; b) aquisição dos bens da vida e de certo conforto mediante o esforço do trabalho.

A retribuição devida ao homem, nesse panorama, transcende à mensuração puramente pecuniária do trabalho prestado. É dizer que os bens do viver na terra também podem ser considerados uma forma extranumerária de retribuição do homem que trabalha. Se é certo que o estudo da regulação histórico-laboral espraia-se substancialmente sobre questões empíricas e não metafísicas, não é menos certo que, na atmosfera medieval-tomista, os desígnios benignos do trabalho como um todo não pode ser ignorado.

Relembre-se que mesmo na contemporaneidade o trabalho é considerado um instrumento fundamental de realização do homem, o que, mutatis mutandis, revela conexão com os princípios tomistas da utilidade do trabalho. Certo é que Aquino efetivamente, com resumidas palavras, engendrou nas questões concernentes ao trabalho do homem medieval um conjunto de elementos físicos e metafísicos que, direta ou indiretamente, eleva o labor à dignidade de direito e instrumento de conforto, disso não se divorciando a retribuição do trabalho.

A doutrina de Aquino também se revela importante no que se refere à devoção do homem para o trabalho mesmo que não tivesse incorrido no pecado original. O homem, criatura dotada de livre arbítrio, certamente não se contentaria, na voz de Tomás, em viver no paraíso (terra) apenas movido por inspiração contemplativa (AQUINO, 2005, p. 486).

O trabalho manual – e sua correspondente retribuição – é imanente à natureza proativa do homem. Ao determinar ao homem o crescer e multiplicar, Deus obviamente concebeu à sua principal criatura o desenvolver pelas suas ações, ou seja, pelo seu trabalho. A retribuição daí consequente é conatural à própria natureza empreendedora do homem, num círculo virtuoso que culmina com o alcance da felicidade (AQUINO, 2005, p. 488).

Por essas conjunturas, é possível considerar que a organização do trabalho em Tomás não se resume a mera expectativa ou elucubração. Antes, realça o trabalho como uma fórmula de contado do homem com Deus, resultando em permissivo para sua própria realização como ser inteligente e diretor, em grande medida, de seu próprio destino.

Considerações finais

O estudo que ora se apresenta procurou descortinar os primórdios do trabalho no medievo tomista, com a especial sugestão de que sua disciplina histórico-jurídica auferiu singular importância séculos antes da Revolução Industrial. Assim é que já na atualidade de Tomás de Aquino, o trabalho experimentou doutrinação e regulação de considerável potencial, a ponto de permitir-se afirmar a formação de um substancial direito laboral.

Disso deflui que a concepção hoje sedimentada que realça o surgimento do trabalhismo na confluência da Revolução Industrial (seja a primeira no século XVIII, ou a segunda e terceira nos séculos XIX e XX) efetivamente deve ser observada com reservas. O trabalho já era investigado em termos de regulação normativa na escolástica de Tomás de Aquino, com sensível constatação de formação, ainda que incipiente, de uma teoria geral histórico-jurídica do trabalho humano.

Talvez o desvio sensível dos estudiosos contemporâneos do trabalhismo nesse particular resida na exuberância que dedicam ao direito puramente positivo, como a resumir tudo o que respeite à regulação normativa a uma categoria praticamente (senão substancialmente) ombreada à lei escrita e editada por parlamento formal. Não é assim, porém.

Tanto o direito natural medieval-tomista quanto os costumes comunitários eram (e são) categorias histórico-jurídicas que impunham regras à comunidade da baixa Idade Média na mesma ou melhor proporção que a atividade legiferante e os consensos democráticos faziam (ou fazem) desde os primórdios da Idade Contemporânea.

Desse exposto, não se revela incorreto considerar que a regulação das relações de trabalho tem sua fonte de existência no transcorrer da baixa Idade Média, período no qual a escolástica de Tomás de Aquino teve especial importância e debruçou-se também sobre as questões do trabalho e do trabalhador.

A Revolução Industrial situou-se como um importante momento histórico de fomento para construção da regulação puramente positiva do trabalho, não podendo, entretanto, ignorar os dogmas de tratamento normativo (diga-se, direito natural) do trabalho humano já exibido com liberdade e contratualidade na Idade Média de Tomás de Aquino. Essa é, em linhas gerais, a resposta reputada válida para a problemática exposta no desenrolar deste trabalho.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de. Direito do trabalho e pós modernidade: fundamentos para uma teoria geral, São Paulo, LTr, 2005.

AQUINO, Tomás de. Suma teológica. Tradução de Aldo Vannucchi et all. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

ARENDT, Hannah. A condição humana. 11ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

ARISTÓTELES. A política. Tradução de Roberto Leal Ferreira. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BLOCH, Marc. A sociedade feudal. Tradução de Lis Silva, Lisboa: Edições 70, 2014.

COLLIVA, Paolo. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Org.). Dicionário de política. Tradução de Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacais e Renzo Dini. 11ª ed. Brasília: Editora da UnB, 1998.

ELDERS, Leo J. O pensamento de Santo Tomás de Aquino sobre o trabalho. Revista Aquinate, nº 9, 2009, 2-12.

GONZAGA, Tomás Antônio. Tratado de direito natural. Organização e apresentação de Keila Grinberg. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GROSSI, Paolo. A ordem jurídica medieval. Tradução de Denise Rossato Agostinetti. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LE GOFF, Jacques. A civilização do ocidente medieval. Vol. I. Tradução de Manuel Ruas Lisboa, Editorial Estampa, 1983.

MARQUES, Mário Alberto Pedrosa dos Reis. História do direito português medieval e moderno. 2ª ed. Coimbra: Almedina, 2002.

OLEA, Manuel Alonso. Derecho del trabajo. 2ª ed. Segovia: Librería Torreón de Rueda, 1984.

PINTO, José Augusto Rodrigues. Curso de direito individual do trabalho. 5ª ed. São Paulo: LTr, 2013.

PISTORI, Gerson Lacerda. História do direito do trabalho: um breve olhar sobre a Idade Média. 25ª ed. São Paulo: LTr, 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

"O GRITO PELA TERRA": cotidiano e memória das mulheres na luta pela terra na região de Buriticupu-Maranhão (1970-2000)

Darlene Rodrigues Area Silva

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

"O GRITO PELA TERRA": cotidiano e memória das mulheres na luta pela terra na região de Buriticupu-Maranhão (1970-2000)

"THE SCREAM FOR THE LAND": daily life and memory of women in the struggle for land in the region of Buriticupu-Maranhão (1970-2000)

Darlene Rodrigues Area Silva[1]

Resumo

Este artigo pretende analisar as memórias e experiências das mulheres lavradoras que integraram o Projeto Pioneiro de Colonização Agrícola na década de 1970, bem como das que participaram ativamente da tomada da Fazenda Terra Bela na região de Buriticupu-Maranhão em 1988, enfatizando suas lutas pela posse e uso da terra. Essas mulheres, na sua cotidianidade, construíram cenários de lutas possíveis e protagonizaram sua própria história, no entanto, elas foram invisibilizadas e silenciadas em suas experiências e quase nunca foram ouvidas quando se trata de investigar a luta pela terra na região.

Palavras-chave: *mulheres; luta pela terra; memória; Fazenda Terra Bela; Buriticupu.*

JEL:

Abstract

This article aims to analyze the memories and experiences of women farmers who were part of the Pioneiro de Colonização Agrícola Project in the 1970s, as well as those who actively participated in the takeover of Fazenda Terra Bela in the region of

[1] Graduada em História - Licenciatura pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História e Conexões Atlânticas - (PPGHis) da UFMA. Integrante do Grupo de Estudos Política, Lutas Sociais e Ideologias (GEPOLIS) e do Grupo de Pesquisa Poderes, Instituições, Mundos do Trabalho e Ideias Políticas (POLIMT). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA. Email: dra.silva@discente.ufma.br

Buriticupu-Maranhão in 1988, emphasizing their struggles for possession. and land use. These women, in their daily lives, built scenarios of possible struggles and starred in their own history, however, they were made invisible and silenced in their experiences and were almost never heard when it comes to investigating the struggle for land in the region.

Keywords: women; struggle for land; memory; Terra Bela Farm; Buriticupu..

***

Introdução

O então povoado de Buriticupu, região de fronteira agrícola amazônica, foi "fabricado" pelo governo estadual maranhense no início dos anos 1970 com a idealização e implementação do chamado Projeto Pioneiro de Colonização Agrícola que visava assentar 10 mil famílias camponesas do interior do estado, tirá-las de áreas de conflitos de terra para fixarem sua residência na localidade. Com a promessa de um "mundo novo", com terra, moradia, apoio tecnológico, saúde e educação, escritórios foram instalados em diversas cidades do Maranhão para o cadastramento das famílias interessadas em participar do projeto. (SILVA, 2015, p. 31).

Entretanto, o Projeto de Colonização estava inserido num contexto mais amplo de inserção do Maranhão na política ideológica-desenvolvimentista do governo militar (1964-1985), na medida em que o investimento no setor primário mediante a expansão da fronteira agrícola estado, consequente a uma política de ocupação do território, era na verdade, uma medida voltada para a segurança nacional e para o crescimento econômico do grande capital (nacional ou estrangeiro). A partir da década de 1960 a região para expansão da fronteira foi o oeste maranhense. (LACERDA, 2014, p.62).

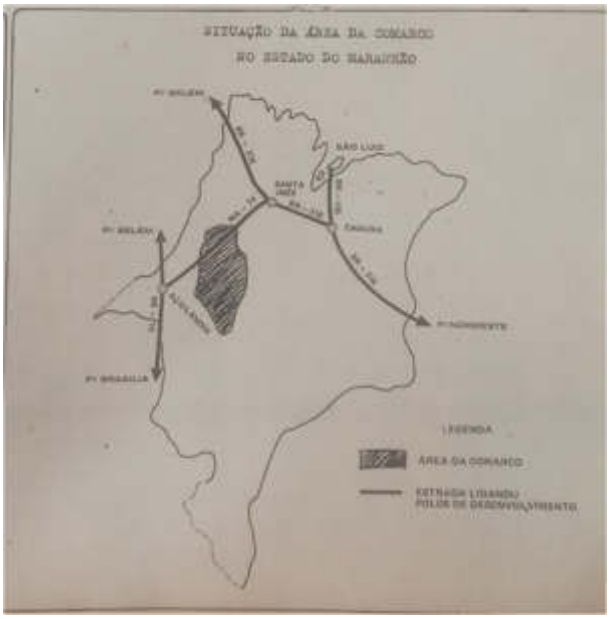
Buriticupu integra a microrregião do Pindaré com mais 21 outros municípios, há 412 Km da capital, São Luís, nas margens da BR 222, oeste do Maranhão. Sua história foi marcada por intensas correntes migratórias externas (famílias advindas de várias partes do estado e também de fora, como Piauí e Ceará) e por muita violência e conflitos de terras, intensificados na década de 1980 com a tomada da Fazenda Terra Bela, um latifúndio particular. Anteriormente o povoado pertencia ao município de Santa Luzia do Tide e somente pela Lei Estadual nº 6.162 de 1994, a região foi elevada à categoria de município. (LACERDA, 2014, 15-19).

No mapa a seguir, divulgado pelo jornal maranhense "O IMPARCIAL" em 1973, período de construção do Projeto de Colonização para a região, podemos perceber com mais detalhes a localização de Buriticupu, área reservada para assentamento das famílias

e implantação dos diversos projetos socioeconômicos, visando o desenvolvimento do estado e interiorização do progresso, englobando cerca de 1.700.00 (um milhão e setecentos mil) hectares de terras.

No mapa podemos perceber que Buriticupu foi atravessado pela construção da rodovia estadual MA-74, um trecho rodoviário de aproximadamente 290 quilômetros de cumprimento, ligando a região à diversas outras cidades próximas, como Santa Inês e Açailândia. A construção da rodovia recebeu enorme apoio orçamentário do governo ditatorial militar que rapidamente a federalizou, haja vista que naquele contexto as estradas simbolizavam o progresso e a euforia econômica, facilitando o transporte de mercadorias e encurtando as distâncias. Entretanto, a grilagem de terras também seguiu o mesmo caminho da abertura das estradas.

Figura 1: Mapa do Maranhão destacando a região de Buriticupu



Fonte: O IMPARCIAL. Data: 09 de setembro de 1973. Acervo Público da Biblioteca Estadual Benedito Leite.

Nesse sentido, Buriticupu foi formado e desenvolveu-se através de políticas territoriais de ocupação das terras devolutas do estado promovidas pelo governo estadual,

que realizou o cadastramento e transporte das famílias camponesas para a região. Inserindo, dessa forma, o povoado num contexto mais amplo de privatização de terras públicas e concentração fundiária.

A Lei de Terras nº. 2.979 (de 17/07/1969) sancionada pelo então governador do estado, José Sarney, se tornou um "dispositivo de legitimação formal da exclusão de famílias camponesas do acesso à terra" (BARBOSA, 2015, p. 49-50), na medida em que facilitou sobremaneira (com prazos longos, incentivos fiscais, sem juros monetário) a compra de enormes extensões de terras por parte de grandes empresários, fazendeiros e latifundiários, na mesma proporção que os trabalhadores rurais foram "superexplorados" em sua mão de obra, sem acesso a uma redistribuição democrática do território e dos ganhos da produtividade (MEDEIROS JÚNIOR, 2010, p. 74).

A Lei de Terras forjou um contexto favorável para a criação da COMARCO (Companhia Maranhense de Colonização) fundada em 1971, já no governo de Pedro Neiva de Santana. A Companhia foi criada com três objetivos básicos: 1) facilitar e orientar a implantação dos grandes projetos agroindustriais e agropecuários de interesse socioeconômico para o Estado, 2) ordenar as ocupações de terras já existentes e 3) executar projetos de colonização para assentar as famílias camponesas do Maranhão. (ASSELIN, 2009, p. 159).

A COMARCO, na verdade, funcionou como mediadora e beneficiária da grilagem de terras que aconteceu na região do Pindaré, vendendo (ou entregando) as terras do povo brasileiro nas mãos de grandes grupos econômicos e fazendeiros e se beneficiando nesse processo. Operava naquele contexto a "mentalidade de que a empresa deve ocupar a terra, e o lavrador deve ser o peão" (ASSELIN, 2009, p. 151;176). Buriticupu, como uma região de fronteira agrícola, se inseriu nesse processo acelerado de concentração fundiária e conflitos pela terra.

A péssima administração da COMARCO, o não cumprimento das promessas feitas para as famílias camponesas, bem como o abandono estatal anos depois e a própria falência da Companhia gerou inevitavelmente um clima de tensão social, intensificado pela chegada de novas famílias na região que estavam em busca de um pedaço de terra

pra trabalhar e sobreviver, famílias essas sem cadastro no Projeto de Colonização e originárias de várias partes do Maranhão.

A tensão se materializou no principal conflito agrário no povoado, a tomada da Fazenda Terra Bela em julho de 1988, protagonizado por homens e mulheres do campo e apoiada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), pela Igreja Católica, Sindicados dos Trabalhadores Rurais, Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU), a Cáritas Brasileira, a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão (FETAEMA), a Pastoral da Criança e o Movimento das mulheres da Ilha. (AGUIAR, 2018, p. 34). Entretanto, a base do movimento e seus protagonistas foram os trabalhadores e as trabalhadoras rurais.

Diálogo historiográfico e abordagem teórica sobre a temática

Para pensar a ocupação da terra na região de Buriticupu alguns termos e conceitos teóricos são necessários, tais como o processo de diminuição da escala de observação do objeto estudado, que escreve o historiador Jacques Revel (2010).

A teoria proposta pelo pesquisador, com o processo de variação de escalas de análises, consiste em tentar "apreender as realidades sócio-históricas dentro de quadros analíticos que as ultrapassam", possibilitando assim transformar (as vezes radicalmente) o conteúdo representado, demonstrando que uma "outra história é possível a partir da escolha de um ponto de vista particular" (REVEL, 2010, p.435). A abordagem micro-histórica permite a análise da experiência social, através de "vivências" particulares que nos ensinam acerca do mundo social, político e econômico em que vivem e nas suas relações com outros indivíduos (REVEL, 2010, p. 438-439).

Assim, um estudo sobre a vida cotidiana das mulheres que migraram para a região de Buriticupu e das suas experiências particulares, seja na luta pela terra, seja no mundo doméstico através de uma "abordagem microanalítica" torna possível uma releitura de fenômenos sociais maiores, na medida em que incluem a trajetória particular (de uma

mulher ou de um grupo de mulheres) "numa multiplicidade de espaços e de tempos sociais, pelo novelo de relações sociais que se criam em volta dessa trajetória e dão-lhe sua significação". (REVEL, 2010, p. 439).

Portanto, a luta das mulheres no pequeno povoado de Buriticupu, revela na verdade, o contexto mais amplo da segunda metade do século XX marcado pelo aprofundamento da violência no meio rural brasileiro. Em que, nesses conflitos, é possível notar que a presença e o protagonismo feminino foram fundamentais para o fortalecimento da luta pelo direito a terra livre e superação das contradições vividas. (BARBOSA, 2015, p. 63-64).

Nesse ponto, a variação da escala de observação nos permite analisar melhor os "deslocamentos minúsculos", como nascem os problemas sociais daquele pequeno grupo, as incertezas, as escolhas, a política da vida cotidiana, as redes de solidariedade, os valores, as crenças, as estratégias de sobrevivências, o comportamento econômico e as suas relações com as instituições. (REVEL, 2010, p. 440). E a partir disso, nos orientar para entender o mundo social de onde vivem e como os movimentos e transformações coletivas (como essas) se tornaram possíveis.

O debate acerca da "memória coletiva" de determinada região ou grupo de indivíduos também se tornou imprescindível nesse estudo que busca compreender a ocupação do território na região de Buriticupu, desde o ponto de vista das mulheres. Dentre as inúmeras funcionalidades da memória, ela se tornou nos estudos históricos, um instrumento primordial na busca pela verdade histórica. Nesta pesquisa, as memórias subjetivas do grupo de mulheres camponesas que ainda hoje habitam a região de Buriticupu são percebidas através da oralidade, pois muitas delas, felizmente, ainda estão vivas e podem contar sua versão dos acontecimentos e suas experiências individuais.

A memória, na sua relação com o mundo social, segundo Paul Ricoeur (2007, p. 139), revela a experiência maior de uma coletividade, ou melhor, de uma comunidade de "sujeitos históricos coletivos" que aqui estão destacadas na figura das mulheres envolvidas nos movimentos sociais de luta pela terra.

Os depoimentos orais dos grupos de mulheres lavradoras da região de Buriticupu expressam uma "memória compartilhada" de suas ações cotidianas, dos seus parentes próximos e dos outros que conviviam no mesmo espaço-tempo. (RICOEUR, 2007, p. 142). Dessa forma, graças ao exercício da memória, essas mulheres refletem sobre suas próprias experiências, tornando-se elas sujeitas e autoras dos seus atos e de sua história, mesmo que em diferentes graus de consciência.

A experiência e memória de si, está diretamente associada, segundo Ricoeur (2007, p. 138-139), com a experiência e memória de outrem; "não se pode fazer um, sem fazer o outro". Gerando assim, um sentimento de pertencimento que leva a ação social coletiva. O que pode ser percebido no movimento dos trabalhadores rurais pela tomada da Fazenda Terra Bela em 1988, em que cada grupo construiu estratégias de mobilização e de sobrevivências dentro de uma determinada conjuntura sociopolítica, compartilhando vivências, emoções, angústias, medos, sonhos, alegrias e vitórias.

As mulheres lavradoras, que nos testemunhos masculinos sobre a ocupação e uso da terra na região, desde a implementação do *Projeto de Colonização*, até a tomada da Fazenda Terra Bela, tiveram suas experiências silenciadas ou tornadas secundárias. Entretanto, atualmente através da oralidade – e da história oral – elas têm a possibilidade de reconhecimento e publicização de suas ações e práticas de resistências, mesmo que essas ações sejam consideradas "mais sutis ou reservadas", não deixam de ser menos "intensas, perigosas e relevantes." (ROVAI, 2016, p. 15-17).

Assim, essas mulheres e sua "experiência viva compartilhada" foram fundamentais para a vitória do movimento e formação da atual cidade de Buriticupu, assim como pela "materialidade da memória" coletiva da região (RICOEUR, 2007, p. 61;67).

No seu cotidiano, cuidando dos filhos, do marido, cozinhando, plantando e colhendo, essas mulheres na teimosia de sobreviverem e lutarem pela terra estiveram presentes em todo o processo de territorialização na região. Aconteceu o que Michel de Certeau chamou de "artes de fazer" para caracterizar a "ação dos fracos". Segundo o autor

essa "ação" era "constituída por táticas de subalternidade dentro de microrresistências que fundam microliberdades e deslocam fronteiras de dominação". (ROVAI, 2016, p. 26).

As mulheres camponesas, tendo consciência de seu "papel social" de esposa e mãe naquele contexto e identificando-se com ele, assumiram a posição da "psedo-subalternidade" (ROVAI, 2016, p. 26) diante dos homens, que elas consideram os verdadeiros líderes e "chefe da casa". Entretanto, essas "táticas psedosubalternas" tornaram a presença e as vozes femininas, mesmo que nas margens, imprescindíveis em toda a luta de ocupação. Elas articularam de maneiras inimagináveis e entre si, sob o "pretexto da sua insignificância" (PERROT, 2005, p. 42), o mundo doméstico, familiar e do trabalho.

Nesse sentido, escrever uma história das mulheres e da diferença social dos sexos no campo passa necessariamente pela categoria de gênero que constituiu papeis sociais ao longo da história e evidenciou certos "marcadores sociais" que colocaram as mulheres em papeis socialmente considerados inferiores, dificultando ainda mais o acesso a direitos básicos e a sua inclusão plena na sociedade. Por isso, seus "traços", tanto público quanto privados (PERROT, 2005, p.29) são comumente apagados e silenciados da narrativa histórica.

A proposta de escrever uma história das mulheres, em especial das operárias e camponesas, deve necessariamente passar pela leitura das "minúcias e entrelinhas" das fontes históricas ditas "oficiais", tal como propõe a historiadora Joana Pedro (2005), na tentativa ("a contrapelo") de romper com o silêncio milenar dos trabalhos e memórias femininas. E assim, no seio de uma história das mulheres, ao destacarmos "as vivências comuns, os trabalhos, as lutas, as sobrevivências e as resistências" das mulheres "comuns" tanto no passado como no presente, "estamos escrevendo uma história que questiona as 'verdades' sedimentadas, contribuindo para uma existência menos excludente" (PEDRO, 2005, p. 85; 92).

As mulheres na luta pela terra

Com o cadastramento das primeiras famílias para participarem do Projeto de Colonização chegaram também as primeiras mulheres, juntamente com seus filhos, parentes, esposo e as demais famílias de outras localidades no decorrer da década de 1970. Segundo relatos, a maioria tinha o mínimo básico de pertences materiais que foram transportados em um caminhão a parte. Muitas trouxeram consigo arroz, feijão e uns poucos alimentos, além das roupas pessoais e muita esperança de construir um futuro melhor para suas famílias.

Dentro de um ônibus, transportadas de dez em dez, essas famílias migraram para a região e ficaram instaladas em alojamentos coletivos e casas construídas pela COMARCO. Mesmo com origens diversas, desde São José de Ribamar, Pio XII, Piauí, Ceará, Novo Bacabal, Açailândia, Santa Luzia, etc, esse o grupo social era composto majoritariamente por trabalhadoras e trabalhadores rurais, que fugindo das suas condições precárias de vida e acreditando nas propagandas divulgadas pelo governo estadual, migraram para a região em busca de um pedaço de terra para trabalhar e sustentar suas famílias.

Com um lote de 25 hectares doados pela COMARCO para cada família cadastrada, as mulheres trabalhavam dura e cotidianamente no lote de terra, acompanhadas de seus maridos ou sozinhas quando se tratava de uma viúva, por exemplo. Preparavam a terra, plantavam, colhiam e distribuíam, desde arroz, feijão, mandioca, milho, abóbora e muitos outros alimentos.

Além disso, no mundo doméstico e familiar naquele contexto, a presença das mulheres eram uma constante e o protagonismo feminino fora fundamental, pois essas mulheres além de cuidarem e educarem seus filhos e filhas, lavavam, limpavam e cozinhavam diariamente para toda a família, muitas vezes sem ajuda ou apoio. Entretanto, os trabalhos femininos no ambiente doméstico são desvalorizados e subestimados, além de não ser remunerado. Serviços esses considerados "comuns e ordinários" (FLORESTA, 2010, p. 84) e lidos como "naturalmente" femininos em que as mulheres prestam aos

homens. Desse modo é que na historiografia, "são as mulheres, em suma, as porta-vozes da vida privada." (PERROT, 2005, p. 42)

Isto posto, vale ressaltar que a política econômica de distribuição e venda de terras devolutas amparadas pelo Estado com a instauração do governo militar em 1964 e que se fez presente no Maranhão a partir do final de década de 1960 com a Lei de Terras e no início dos anos 1970 na região de Buriticupu com o Projeto de Colonização, funcionou na verdade, como um instrumento legal de "capitalização de recursos e subsídios (fiscais e creditícios), para setores da economia (capital privado), ao mesmo tempo em que o governo ditatorial detinha o controle – por meio de uma brutal repressão – sobre os trabalhadores e as suas organizações sindicais" (MEDEIROS JÚNIOR, 2010, p. 74).

Desse modo, grandes empresas nacionais/estrangeiras e latifundiários com o discurso de industrialização do país e internacionalização da economia nacional, conseguiram incorporar grandes proporções de terras ao seu domínio particular, ao passo que para as famílias camponesas era negado o direito de acesso à terra, com demarcação e distribuição insuficiente. Em vista disso, o meio rural foi sendo gradativamente incorporado ao projeto autoritário dos militares. E em Buriticupu ocorreu a materialização desse processo.

O "milagre brasileiro", na verdade, foi acompanhado pelo lastro de miséria da maioria da população e da dura realidade do desemprego em alta e concentração de renda (MEDEIROS JÚNIOR, 2010, p. 73). Esse modelo de desenvolvimento excludente foi duramente sentido e vivido pelas populações rurais em todo país, em especial no Maranhão, pois o acesso à terra através de Projetos de Colonização e incentivos fiscais para latifundiários, favoreceu sobremaneira a expansão do modo capitalista de produção sobre o território.

A alta concentração de renda, as formas excludentes de acesso à terra e o tema da Reforma Agrária na ordem do dia em todo o país, trabalhadores e trabalhadoras rurais começaram a se organizar em grupos, sindicatos e igrejas, apoiados por movimentos sociais diversos. Estes homens e mulheres do campo construíram estratégias de guerrilhas e táticas de sobrevivências e combate.

Assim, eclodiu em 1988 o maior conflito agrário da região de Buriticupu, a tomada da Fazenda Terra Bela de mais de 24 mil hectares e hoje o maior bairro do município. A ocupação foi protagonizada por trabalhadores rurais e liderados pelo líder sindical Luís Soares da Silva, o Vila Nova (que posteriormente veio a ocupar o cargo de Deputado Estadual). Nas primeiras tentativas de ocupação da fazenda (em 1987) foi morto um casal de lavradores e ao longo de todo o sangrento conflito, somados os dois lados, foram registradas, pelo menos, 54 mortes: 26 lavradores e 28 pistoleiros (AZEVEDO, 2009, p. 195-196).

Os trabalhadores e trabalhadoras rurais que tomaram a fazenda viveram dias de muito sofrimento, violência, medo e perseguição, sempre na "expectativa" de algum ataque da polícia ou dos pistoleiros do fazendeiro, tendo pouco contato com outras pessoas de fora do "acampamento". Segundo relatos das mães, seus filhos chegaram a passar fome e elas tiveram (não raras vezes) de caminhar vários quilômetros, sempre às escondidas para não serem pegas ou mortas, em busca de alimentos para seus familiares.

A entrada das famílias na fazenda ocupada era às escondidas por meio de um portão vigiado por posseiros. Estas famílias ficaram acampadas nas matas, alojadas em barracões comunitários de pau e cobertos de lona ou palha, sem as condições mínimas de sobrevivência, sobrevivendo dos frutos da terra, da caça e doações da Igreja Católica. As mulheres destacadas nessa pesquisa, vivenciaram todas essas angústias de forma diferente, pois além da preocupação de sobreviverem, havia a preocupação com os filhos e o medo dos maridos morrerem em combate.

Geralmente essas mulheres eram esposas ou filhas dos primeiros posseiros e estiveram presente durante todo o conflito, ao lado dos seus companheiros. Cozinhavam, lavavam, plantavam, colhiam e cuidava dos filhos, dia e noite sem descanso digno, trabalhando na roça e em casa.

Diante disso, podemos afirmar que a economia local do assentamento se desenvolveu, mesmo que não exclusivamente, por meio da mão de obra feminina. Seus trabalhos foram decisivos nos processos de produção, distribuição, intercâmbio e do consumo de mercadorias, bens e serviços, mesmo que processos como estes sejam

brutalmente invisibilizados. Essas famílias, desenvolveram entre si uma "economia moral" de solidariedade, articulada com uma economia de mercado para sustentação de suas famílias.

Todas as mulheres destacadas nessa pesquisa são lavradoras, algumas são viúvas e a maioria não teve a oportunidade de frequentar a escola. No campo da religiosidade, estão distribuídas entre católicas e evangélicas e chegaram na região da fazenda ocupada entre os anos de 1988 e 1991. São naturais do interior de cidades maranhenses, como Coroatá, Santa Luzia do Tide, Altamira, Açailândia, Imperatriz, Santa Inês, São José de Ribamar, entre outras.

Essas mulheres relataram que a principal motivação para deixarem seu lugar de origem era o sonho de ter um pedaço de terra para morar com seus filhos e marido e poder trabalhar para sustentá-los, e assim, quem sabe, melhorar as condições de sua sobrevivência e sonhar com o futuro.

A Fazenda Terra Bela, posteriormente, se consolidou como um Assentamento Rural e os trabalhadores rurais conseguiram legalmente o título da terra nos anos 2000. Entretanto, na maioria dos relatos o título da terra tem o nome do homem e não da mulher. Por isso, a luta pela regularização dos assentamentos rurais em todo país é também uma luta por uma maior representatividade feminina no campo.

O escritor Isaías Neres Aguiar no seu livreto sobre a história da Terra Bela (2018), traz brevemente uma lista de 44 (quarenta e quatro) trabalhadores que estiveram presentes no dia da ocupação da fazenda e não citou, dentre os 44, nenhuma mulher, apenas homens. Já em outra lista intitulada: "trabalhadores e trabalhadoras do Assentamento Terra Bela que já faleceram", o autor trouxe 25 (vinte e cinco) nomes e dentre os quais 8 (oito) são mulheres, a saber: "Ditosa, Duda, Luzanira, Maria da Paixão, Maria Isabel (Sutera), Saramanta, Valdé e Maria do Socorro" (AGUIAR, 2018, p. 36-37).

As mulheres destacadas nessa pesquisa, seja as que migraram para a região na década de 1970 ou as que participaram da tomada da fazenda, lutaram contra a desigualdade de gênero no campo, mesmo que em diferentes graus de consciência. Lutaram também contra o latifúndio, a violência policial e a expansão da lógica

desenvolvimentista capitalista sobre a terra, que tomou a terra unicamente como uma mercadoria e lugar de investimento econômico, à proporção que para estas famílias camponesas, a terra é um direito humano essencial e pré-condição básica para a garantia de outros demais direitos fundamentais.

Considerações finais

Na acepção de Michele Perrot (2005, p. 30; 33), "no teatro da memória, as mulheres são uma leve sombra", destinada ao silêncio e raramente consideradas por si mesmas na sua singularidade e existência. Esse silenciamento secular das histórias femininas, pesa ainda mais, segundo a historiadora, "para as operárias e camponesas cuja individualidade nos escapa. Nós a percebemos em grupo, nos campos, na feira […]", sem notarmos seus conflitos e particularidades, mantendo a "confortável" ilusão de que são sujeitas coletivas "um tanto imobilizadas".

Assim, as próprias mulheres "frequentemente apagam de si mesmas as marcas tênues de seus passos neste mundo, como se sua aparição fosse uma ofensa à ordem". Vivendo num consentimento forçado "à negação de si". O grande desafio, pois, para essas mulheres rurais é conseguir dizer: "eu", sendo que toda uma educação social-histórica, as orientou a "conveniência do esquecimento de si mesma" (PERROT, 2005, p. 37; 42).

Nesse sentido, que os estudos feministas desenvolveram "uma enorme interrogação sobre a vida das mulheres obscuras." Na tentativa de tornar visível suas experiências, na busca de acumular dados e instituir lugares de memória para essas mulheres. "E na falta de testemunhos escritos, procurou-se fazer surgir o testemunho oral" (PERRT, 2005, p. 42).

Assim, do ponto de vista de uma história vista de baixo, experiências como as das mulheres camponesas de Buriticupu na luta pela própria sobrevivência e de suas famílias, revelam fluxos e circulações que tornaram possíveis processos sociais maiores de globalização econômica. São essas "conexões e encruzilhadas" menores, segundo Revel

(2010, p. 443), que "estão na sua base" do acontecer histórico. É nas "margens", nos "descolamentos minúsculos", nas "pequenas memórias", no limite das fronteiras que podemos interrogar melhor "os silêncios", os esquecimentos, o "não-dito" e a multiplicidade de resistências dessas mulheres diante da luta e preservação da vida.

Além disso, o interesse por estudar movimentos populares rurais nasceu derivado do próprio advento da teoria marxista e da história socioeconômica no campo latino-americano a partir do século XX, pois até hoje conflitos entre latifundiários e trabalhadores rurais é uma realidade cotidiana no continente e no estado maranhense. Analisar o impacto de movimentos migratórios para o campo é uma tentativa de entender uma realidade maior de sofrimento, pobreza, insegurança, violência, mas também de sonhos e utopias coletivas.

Por fim, essas mulheres juntamente com suas famílias, lutaram por condições mínimas de existências, pelo direito a terra livre e a uma distribuição mais democrática do território brasileiro. Suas lutas e memórias demonstraram a urgência de evidenciar a questão fundiária no Maranhão como uma questão prioritária de políticas públicas.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Isaías Neres. A história do Assentamento Terra Bela: 30 anos de lutas e conquistas. Buriticupu: 2018.

ASSELIN, Victor. Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás. Imperatriz: Ética, 2009.

AZEVEDO, Emílio. O livro e a conquista da terra. In:_____. Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás. ASSELIN, Victor. Imperatriz: Ética, 2009.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. Ocupação de terras maranhenses, grandes projetos e planos de governo. In:_____. Histórias sociais do trabalho: uso da terra, controle e resistência. FERREIRA, Márcia Milena Galdez; FERRERAS, Norberto. O; ROCHA, Cristiana Costa da. (org.). São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015, p. 45-72.

FLORESTA, Nísia Floresta; Constância, Lima Duarte. Direitos das mulheres e injustiça dos homens. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 2010.

JORNAL O IMPARCIAL. Biblioteca Pública Benedito Leite. São Luís, setembro de 1973.

LACERDA, Neemias Rodrigues. Políticas territoriais e desenvolvimento em Buriticupu. [Dissertação de mestrado]. UFMA, São Luís, 2014.

MEDEIROS JÚNIOR, Cândido Augusto. Terra Bela: memória, significados e escolarização em um assentamento rural em Buriticupu-Maranhão. São Luís: EDUFMA, 2010.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. [trad] Anne-Marie Milon de Oliverira. Revista Brasileira de Educação.

Rio de Janeiro, v.15, n.45. p.434-590. 2010.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. [trad] Alain Françõis. São Paulo:Editora Unicamp, 2007.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. A coragem do afeto: memórias femininas sobre a greve de Osasco, 1968. In:_____. ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. (org.) História oral e movimento social: narrativas públicas. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SILVA, Antonio Rafael da. A colonização agrícola de Buriticupu: a história contada por quem viveu. São Luís: EDUFMA, 2015.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. História. São Paulo, v. 24, n.1, p.77-98, 2005.

PERROT, Michelle. As mulheres ou os silêncios da história. [trad] Viviane Ribeiro. São Paulo: EDUSC, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Novos tempos na economia escravista: A Região Portuária de Desenvolvimento e a Indústria na Cidade do Rio de Janeiro no século XIX.

Demétrio Santos

Matheus Sinder

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

Novos tempos na economia escravista: A Região Portuária de Desenvolvimento e a Indústria na Cidade do Rio de Janeiro no século XIX.

New times in the slave economy: The Port Region of Development and Industry in the City of Rio de Janeiro in the 19th century

Demétrio Santos[1]

Matheus Sinder [2]

Resumo:

Nos últimos anos a historiografia da "Segunda Escravidão" tem revitalizado o debate sobre a economia brasileira no século XIX observando a revolução industrial e sua relação com a expansão da escravidão. O que propomos nesse artigo é investigar a relação da economia escravista nacional inserida nas transformações capitalistas com o desenvolvimento de novos setores econômicos, como as indústrias, e a maior dinamicidade para outros setores já existentes, como os portos. Nesse sentido, verificamos a presença de uma Região Portuária de Desenvolvimento onde havia um amálgama entre as operações portuárias e a expansão fabril.

***Palavras-Chave**: Porto, Trapiche, Região de Desenvolvimento Portuário, Indústria, Fábricas.*

[1] Mestrando em História pela UFF.
[2] Mestrando em História pela UFF.

Novos tempos na economia escravista: A Região Portuária de Desenvolvimento e a Indústria na Cidade do Rio de Janeiro no século XIX.

Abstract:

In recent years, the historiography of the "Second Slavery" has revitalized the debate on the Brazilian economy in the 19th century, observing the industrial revolution and its relationship with the expansion of slavery. What we propose in this article is to investigate the relationship of the national slave economy inserted in capitalist transformations with the development of new economic sectors, such as industries, and the greater dynamism for other existing sectors, such as ports. In this sense, we verified the presence of a Port Development Region where there was an amalgamation between port operations and factory expansion.

Keywords: *Port,Warehouse, Port Development Region, Industries, Factories.*

Novos tempos na economia escravista: A Região Portuária de Desenvolvimento e a Indústria na Cidade do Rio de Janeiro no século XIX.

***

O *longo século XIX* (HOBSBANW, 1988) marcou o período de expansão e consolidação das relações sociais capitalistas, ao menos no "mundo ocidental". Ao final do século estruturas seculares deram lugar a novas conformações: o fim do processo de colonização ibérico e a abolição da escravidão nas Américas, o processo de Revolução Industrial na Inglaterra e a formação de Estados Constitucionais em grande parte da Europa e da América estão dentre alguns dos fenômenos que caracterizaram o oitocentos e que estavam inseridos dentro da configuração global do capitalismo contemporâneo.

A industrialização da Inglaterra foi analisada por boa parte da historiografia especializada como o momento crucial de expansão do capitalismo (MATHIAS e DAVIS, 1993) (HOBSBANW, 2000). O crescimento industrial experimentado pela Grã-Bretanha no final do século XVIII e início do século XIX proliferou, com as devidas especificidades locais e nacionais, em outros espaços: Estados Unidos, Alemanha e França se tornaram ao final do século países com elevada capacidade industrial. As relações sociais nesses locais foram graduais e violentamente migrando da economia rural para uma economia industrial (POLANYI, 2000). Indústrias, desenvolvimentos técnicos e tecnológicos, exploração de energia advinda do carvão, máquinas a vapor, ferrovias, crescimento populacional urbano foram expressões da expansão do Capital e da consolidação de uma Economia de Mercado (POLANYI, 2000). Novas relações no mundo do trabalho, novas possibilidades de investimentos e a mercantilização de aspectos antes considerados tradicionais inauguraram as contradições e transformações do capitalismo.

Esse conjunto de destruição de estruturas antigas, novas roupagens na manutenção de aspectos tradicionais e inovações que se estendiam desde a vida privada até as formas de acumulação de riqueza não se limitaram ou foram impulsionadas apenas pelo setor fabril/manufatureiro. Aliás, para acelerar a circulação de mercadorias, produzidas em quantidades cada vez maiores, os portos e as cidades portuárias também

atravessaram um profundo processo contraditório de transformação diante das demandas do Capital. Londres, Liverpool, Hamburgo, Cadiz, cidade do Porto estão dentre essas *Cidades Portuárias* que reconfiguraram desde suas formas de funcionamento operacional até as relações no seio de suas comunidades portuárias. A consolidação da economia capitalista de mercado e a expansão de suas relações sociais precisa, portanto, ser compreendida a luz das transformações socioeconômicas das fábricas, centros urbanos e dos portos.

A inserção da economia brasileira nesse "novo mundo" e no mercado mundial capitalista também não ocorre sem um conjunto de contradições e transformações estruturais. Do início até o final do século o Brasil foi politicamente colônia, Reino, Império e República, porém a mudança política/social/econômica mais significativa por sua vez foi o fim do cativeiro. Ainda assim, tanto a instituição do cativeiro quanto outros aspectos da sociedade brasileira não permaneceram estáticos diante das novas configurações globais ante a expansão capitalista. A face brasileira dessa consolidação do sistema capitalista pode ser vista naquilo que parte da historiografia chamou de "Segunda Escravidão" (TOMICH, 2011), ou, o termo que preferimos: Escravidão Nacional (SALLES, 2008). A destruição do escravismo colonial, a abertura do comércio brasileiro e a regulação da economia a partir de um conjunto de leis de um Estado constitucional modificaram a escravidão tanto no âmbito da produtividade/exploração do trabalho escravo, tanto nas novas mercadorias exportadas e produzidas quanto principalmente no crescimento da própria escravidão. João Manuel Cardoso de Mello é pontual ao destacar essas novas relações no escravismo e na economia nacional:

> "Porém, não se trata mais de produção colonial, pois o "sentido" da produção mercantil complementar é bem outro. Não mais produtos agrícolas e metais preciosos, e, sim, alimentos agrícolas e matérias-primas produzidas em massa (pelo conjunto da periferia) porque só a produção em massa pode significar preços baixos. Não mais produção

> mercantil para fomentar a acumulação primitiva, senão produção mercantil complementar para rebaixar os custos de reprodução da força de trabalho e para baratear os custos dos elementos componentes do capital constante. […] Não se liquida o trabalho compulsório, em primeiro lugar, porque a ele nada afetava a entrada de produtos industriais ingleses e, em segundo lugar, porque a transformação do trabalho compulsório em trabalho livre era, agora, uma decisão nacional. (MELLO, 1982, p. 44, 45, 46 e 47)"

Fica nítido que a escala de produção das mercadorias agrícolas tropicais dá um salto com o objetivo de atender as demandas geradas pela Revolução Industrial e que a "gestão" da instituição da escravidão passa a ser uma temática do Estado Nacional. Esse crescimento da exportação de produtos tropicais não se limitou ao café no Vale do Paraíba, embora sem dúvidas o café tenha se consolidado enquanto a principal pauta de exportação nacional. Em outras regiões, como demonstrado por Luiz Fernando Saraiva e Rita Almico (ALMICO e SARAIVA, 2020) houve o desenvolvimento e crescimento de economias escravistas regionais, inclusive economias de produtos exportadores para atender as demandas da Revolução Industrial. O que estamos destacando é que a expansão do capitalismo teve uma relação dialética com a expansão e crescimento da escravidão. A formação do proletariado inglês tem na sua face americana o recrudescimento da propriedade escrava. Como afirmou Sven Beckert para o caso dos Estados Unidos o século XIX significou a união dos "Senhores do Chicote e dos Senhores do Tear." (BECKERT, 2016, p.26). Indústria e Escravidão construindo e se expandindo em um mesmo processo histórico dialético.

Grande parte dessa perspectiva é abordada por Dale Tomich e hoje a já consolidada historiografia da "Segunda Escravidão" (MAUZE e SALLES, 2020). Sua abordagem para entender a escravidão nas Américas diante da nova Divisão Internacional do Trabalho compreendendo assim a Revolução Industrial pelo prisma das relações escravistas foi fundamental para novas pesquisas que analisassem a economia do período não enquanto atrasadas e arcaicas, mas dinâmicas e inseridas na modernidade capitalista. A partir desse arcabouço de discussões que reflete a economia nacional pelo signo da

dinamicidade é que propomos analisar quais seriam as transformações que ocorreram no principal porto brasileiro do período e sua relação com a Indústria. É observar não a relação da Escravidão Nacional, dessa escravidão reconfigurada do século XIX com os países "centrais", mas principalmente o surgimento e crescimento de setores modernos e dinâmicos na própria economia nacional que vão além da agroexportação. Ou seja, diante das modificações que o capitalismo ocasionou em boa parte do mundo ocidental no período, qual teria sido a especificidade da indústria e do porto em uma economia escravista interligada ao mercado mundial e nas relações sociais do Capital?

Como um esforço de começar a responder essa questão buscamos compreender algumas das transformações na região portuária do Rio de Janeiro, principal porto do Brasil no período, e algumas especificidades da indústria, ambos na primeira metade do século XIX. Além disso, analisamos as relações entre o porto do Rio de Janeiro e o setor fabril da cidade.

Da Pré-indústria Fluminense até a Indústria Escravista: novas formulações teóricas.

As raízes da indústria e da industrialização no Brasil foi objeto de debate de diversos estudiosos da academia brasileira. Como demonstrou Wilson Suzigan em seu clássico ensaio sobre as origens do desenvolvimento industrial no Brasil há inúmeras interpretações sobre o fenômeno (SUZIGAN, 2021). Para alguns esse momento seria a mudança do eixo dinâmico da economia que ocorreu durante o primeiro governo de Getúlio Vargas devido aos choques adversos da crise de 1929 (SUZIGAN, 2021). Para outros o momento primário da industrialização havia sido estabelecido intencional e de forma planejada pelo Estado varguista (SUZIGAN, 2021). Algumas das interpretações observariam a relação do capital industrial com o acúmulo do capital cafeeiro já no século XIX (SILVA, 1981). Dentre essa divergência é de Heitor Ferreira Lima a análise que observa o surgimento da indústria nacional no período de tempo mais afastado. Em seu

livro A Formação do Brasil Industrial o autor considera a existência de atividades industriais desde o período colonial (LIMA, 1961).

Delimitar o momento de surgimento ou estabelecer o período de início do processo de industrialização no país tem um duplo desafio: por um lado a variação temporal do sentido da própria palavra indústria no Brasil. Em segundo lugar as especificidades únicas que marcaram a economia nacional, principalmente a escravidão, a colonização e o predomínio da agroexportação. A luz dessas especificidades e observadas a pioneira industrialização da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos alguns autores analisaram a indústria brasileira a partir da perspectiva do atraso, buscando compreender quais teriam sido os principais obstáculos e impeditivos estruturais para o desenvolvimento da nossa indústria. O livro de Níceia Vilela Luz, *A Luta pela Industrialização do Brasil* (LUZ, 1978), apresenta esse quadro histórico de fatores que se colocaram como problemas para o desenvolvimento industrial, atrasando assim nossa industrialização e nos colocando em uma posição de desvantagens diante dos países "centrais".

Embora venhamos a discordar em parte da maneira como Luz aborda o processo de industrialização nacional um de seus grandes êxitos é iniciar sua narrativa a partir da vinda da família real portuguesa para as terras brasílicas. A chegada da Corte, primeiro na Bahia e depois no Rio de Janeiro em um contexto de transformações das hegemonias atlânticas fez com que o estatuto colonial fosse suplantado e algumas medidas importantes foram tomadas nesse sentido. Em particular dois temas que nos interessam nesse trabalho: a abertura dos portos às nações amigas em 28 de Janeiro de 1808 e o alvará régio de primeiro de abril de 1808 revogando as proibições sobre manufaturas no Brasil.

É importante destacar que a indústria não era assunto marginal tanto na intelectualidade luso-portuguesa quanto para os agentes do Estado. Pensar a realidade da indústria para as terras brasílicas era um exercício realizado por homens de cabedal político e intelectual como de José da Silva Lisboa e José Arcúsio das Neves (OLIVEIRA, 2001). Se considerarmos as estruturas burocráticas e decisórias do Estado Joanino,

Demétrio Santos demonstrou que 18% de todas as leis e decretos econômicos realizados pelo monarca entre 1808 e 1822 eram voltadas para a atividade industrial (SANTOS, 2017). Anos mais tarde, em 1838, já no período Imperial, a Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegações do Império do Brasil emite parecer a consulta feita pela regência e afirma: "Nenhum povo pode ser admitido na ordem das nações se ele não avança na carreira industrial." (ANRJ, 7x, Cx 428, pc 2)

Podemos assim perceber que já na primeira metade do século XIX há tanto um esforço intelectual quanto de órgãos e leis do Estado com o objetivo de constituir a indústria nacional. Cabe nos perguntar qual sentido a palavra indústria possuía no período. Diferentemente do tempo presente onde a expressão indústria é relacionada imediatamente com a ideia de fábricas e sistema fabril de produção, para época isso não era assim. Toda atividade "industriosa" ou "engenhosa" era entendida enquanto indústria. Então poderíamos encontrar termos como: indústria agrícola, indústria do café, indústria do açúcar e também a indústria fabril. Essa indústria fabril compreendia a existência de oficinas artesanais, fábricas e manufaturas, termos os quais possuem significados distintos ao serem comparados com as ideias atuais mais comuns. Segundo o parecer da Junta de Comércio "*Chamam eles Oficina o estabelecimento industrial onde um ou mais indivíduos se empregam no trabalho de qualquer arte mecânica, fábrica o que emprega muitas oficinas e manufaturas o que compreende diversas fábricas."* (ANRJ, 7x, Cx 428, pc 2). Assim observamos que ao contrário da máxima clássica na historiografia de artesanato (oficina)- manufatura- maquinofatura (fábricas) essas palavras no Brasil expressavam estabelecimentos fabris de porte e de complexidade distinta, muito embora essa linha fosse tênue.

O esforço de compreender essa indústria fabril diante do processo maior de industrialização brasileira foi realizado pelo professor Geraldo Beauclair (OLIVEIRA, 1992). Ele utiliza-se do conceito braudeliano de Pré-indústria para explicar os estabelecimentos fabris fluminenses da primeira metade do século XIX. Segundo ele tratava-se de "ofícios urbanos e manufaturas concentradas" de baixa vitalidade e de baixa

produtividade. Outra interpretação para a indústria fabril desse período foi o conceito de proto-indústria e protoindustrialização utilizados por Douglas Cole Libby e Mario Danielli Neto (LIBBY 1996) (NETTO, 2006). O primeiro investigando as oficinas e manufaturas caseiras em Minas Gerais e o segundo a Fábrica de Ferro de São João do Ipanema em São Paulo.

Ambos os conceitos apresentam algumas deficiências fundamentais. Em primeiro lugar importam o debate europeu entre a pré-indústria x a proto-indústria sem que os conceitos necessariamente sejam úteis para a realidade brasileira. A multiplicidade, diversidade e complexidade da economia nacional faz com que a análise apenas de estabelecimentos urbanos, como feito por Geraldo Beauclair e a abordagem de estabelecimentos rurais, em fazendas e no interior, como realizado por Neto e Libby impedem que se compreenda o processo quanto um todo. Além disso, a questão da escravidão e do trabalho escravo exigem níveis de adaptação elevados de ambos os conceitos.

Mais recentemente, Luiz Fernando Saraiva e Rita Almico (ALMICO e SARAIVA, 2017) inauguraram uma agenda de pesquisa que busca explicar as origens escravistas da indústria no Brasil. Para esses autores:

> "No Brasil, tanto no Sul, como no Nordeste, levando em consideração suas dimensões continentais, várias culturas utilizaram mão de obra escrava e promoveram desdobramentos para a urbanização, industrialização e modernização de serviços, além de aparelhamento financeiro...".(ALMICO e SARAIVA, 2020, p. 110 e 111)

Sem utilizar os conceitos de pré e proto indústria os autores conseguem estabelecer um novo e significativo fato no processo de industrialização e na dinamicidade da economia do século XIX: as relações sociais escravistas.

Em diálogo com essa agenda de pesquisa, Matheus Sinder (SINDER, 2021) estabeleceu a ideia *de Indústria Escravista* para explicar as atividades fabris no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. Para ele a indústria seria partícipe da

sociedade escravista tanto no emprego de escravos enquanto mão de obra, quanto nas formas de financiamento, nas mercadorias produzidas, nos mercados de consumidores. Em suma, produção, circulação, consumo, capital e trabalho do setor fabril estariam relacionados a escravidão. Segundo ele:

> "A escravidão foi capaz de produzir uma indústria que tinha enquanto principal especificidade a própria escravidão. Tanto nas formas de racionalidade de funcionamento quanto nas dinâmicas de suas relações econômicas era o escravismo quem criava os fatos fundamentais da indústria fabril do Rio de Janeiro." (SINDER, 2021, p. 27)

Sendo a cidade da Corte a maior cidade escravista do Brasil e aquela com a praça de comércio mais pujante é relevante compreender como se dava a relação das fábricas com outros setores importantes da cidade, entre eles o porto. Como também é importante observar como essas fábricas seriam distribuídas no território da cidade. Ao seja, como se configuraria a Indústria Escravista nas dinâmicas econômicas de uma cidade escravista e de um porto que foi um os maiores pontos de desembarque de navios negreiros da história?

A formação de uma Região Portuária de Desenvolvimento: o trapiche e o porto

A história do porto do Rio de Janeiro é também a história do desenvolvimento urbano da mesma cidade. Inicialmente confinada em um "quadrilátero" cercada pelos morros do castelo, São Bento, Santo Antonio e Conceição já apresentava atividades portuárias nessa região. Com o avanço da mineração nas Minas Gerais a cidade não apenas cresceu populacionalmente como as estruturas do porto se expandiram. A maior quantidade de mercadorias circulando pelo porto do Rio de Janeiro levou também a um forte contrabando de produtos, tanto para fora da cidade quanto para consumo interno.

Impossível compreender a cidade do Rio de Janeiro no período colonial sem sua relação com a importação e exportação de mercadorias e portanto, seu porto. (MANTUANO, 2019) (LAMARÃO, 2006)

Em finais do século XVIII já foi possível identificar uma tendência que prosseguiria até o século XX. As atividades portuárias seguiriam se ampliando e se intensificando em uma região específica da cidade. Como destacado por Lamarão, por volta de 1769 e 1779 o mercado de escravos antes localizado na Rua Direita muda para o Vallongo (LAMARÃO, 2006). Retirava-se assim o comércio negreiro da área mais central da cidade. A posição do mercado de escravos no Vallogo teve o efeito de aumentar populacionalmente a região e indicava a tendência daquela localidade em abrigar as atividades portuárias com maior intensidade a partir de então.

Mas foi no século XIX que as principais transformações ocorreram no desenvolvimento do porto do Rio de Janeiro. A chegada da corte portuguesa na cidade e a abertura dos portos romperam o estatuto colonial e colocaram o Rio de Janeiro como sede do Império Ultramarino Português. As estruturas burocráticas-administrativas do Império tiveram que ser recriadas nas terras brasílicas e os rios do comércio colonial passaram a desaguar não apenas em Lisboa. Considerando também a liberação do comércio com outras nações, particularmente a Inglaterra que em 1810 passou a contar com tarifas alfandegárias privilegiadas para os seus produtos, houve um crescimento da necessidade das atividades portuárias. Segundo Lamarão *"É fácil imaginar os transtornos decorrentes da súbita chegada de 15 mil pessoas em um espaço urbano que não abrigava mais de 50 mil habitantes."* (LAMARÃO, 2006, p. 38) Podemos completar esse raciocínio se pensarmos os transtornos portuários causados pela expansão da demanda de consumo com a chegada de 15 mil pessoas e da família real e com a expansão da chegada de produtos importados, especialmente pela Grã-Bretanha em plena expansão industrial.

No conjunto de transformações advindas com a chegada da corte, Maurício Abreu faz uma ponderação essencial. Segundo ele é a partir de então que o Rio de Janeiro

começa a apresentar "uma estrutura espacial estratificada em termos de classes sociais" (ABREU, 1997, p. 27). Tanto a conformação de territorialização da cidade quanto de classes sociais é modificada. Como demonstra Riva Gorestein os Negociantes passam a ter não apenas uma posição econômica relevante, mas também política (GORESTEIN, 1992). Nessa linha Maria Odila identifica um enraizamento dos interesses da elite portuguesa que veio com a Corte com os interesses das elites nativas, particularmente os negociantes (ODILA, 2005).

Ora, o caos urbano e o crescimento das atividades portuárias e a preponderância dos negociantes levaram ao governo joanino e posteriormente Imperial a tentativas de organização e racionalização do porto do Rio. Quando observadas as rendas de alfândega do porto do Rio de Janeiro é possível perceber a relevância da sua racionalização não apenas para a organização urbana e entrada e saída mais rápida de mercadorias, mas principalmente para os cofres do Estado. Segundo Maria Velasco e Cruz a receita da alfândega do Rio de Janeiro representou entre 1828 e 1860 mais de 50% da renda nacional. Comparando a renda de Alfândega do Rio de Janeiro Velasco e Cruz demonstra que nas décadas de 1840 e 1850 a receita da alfândega do Rio representou mais de 79% da Receita Alfandegaria Geral do Império (CRUZ, 1999).

Tabela 1: Renda de Exportação no porto do Rio de Janeiro entre 1836-1855

Ano Legislativo	Renda de Exportação
1836-1837	1.253.013$
1837-1838	1.398.622$
1838-1839	1.505.166$
1839-1840	2.003.553$
1840-1841	1.832.002$
1841-1842	1.837.764$
1842-1843	1.709.583$
1843-1844	1.781.629$

1844-1845	1.655.519$
1845-1846	1.905.509$
1846-1847	1.873.286$
1847-1848	2.151.123$
1848-1849	1.927.578$
1849-1850	2.004.999$
1850-1851	2.726.315$
1851-1852	2.838.450$
1852-1853	2.616.466$
1853-1854	1.963.941$
1854-1855	2.618.315$

Fonte: Relatórios anuais da secretaria de Estado de negócios da fazenda.

Tabela 2: Renda de Importação do Porto do Rio de Janeiro entre 1836-1855

Ano Legislativo	Renda de Importação do Porto do Rio de Janeiro
1836-1837	4.386.883$
1837-1838	4.143.431$
1838-1839	5.818.102$
1839-1840	6.294.794$
1840-1841	7.336.258$
1841-1842	7.437.256$
1842-1843	6.520.241$
1843-1844	7.607.721$
1844-1845	7.850.781$
1845-1846	8.437.366$
1846-1847	8.261.108$
1847-1848	6.995.828$

1848-1849	8.827.005$
1849-1850	8.691.836$
1850-1851	10.017.752$
1851-1852	14.094.905$
1852-1853	13.597.160.$
1853-1854	12.668.486$
1854-1855	12.791.313$

Fonte: Relatórios anuais da secretaria de Estado de negócios da fazenda.

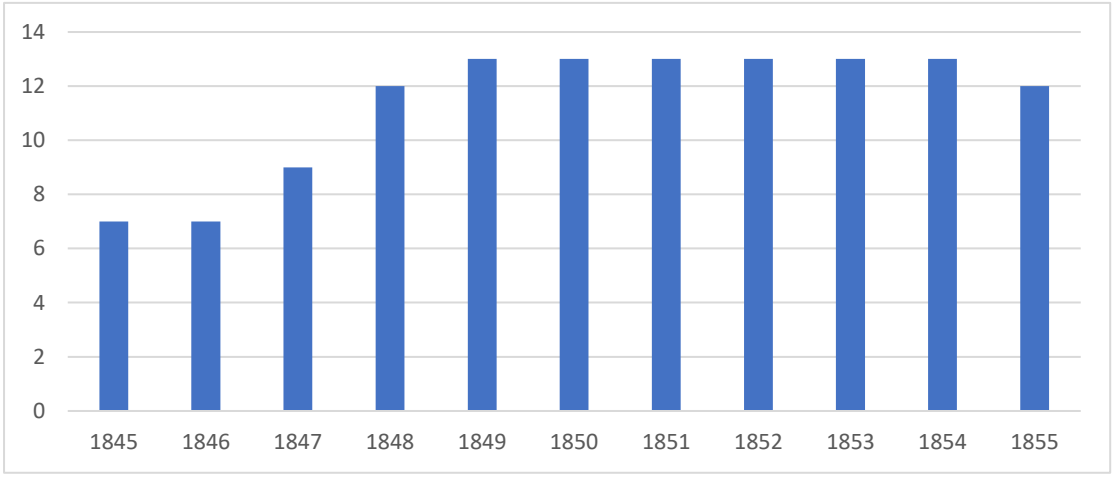
Gerir bem o porto era fundamental tanto para evitar o congestionamento de navios e a perda de mercadorias quanto para aumentar a arrecadação estatal. Como observado na Tabela 1 e na Tabela 2 a arrecadação estatal crescia com a movimentação do porto do Rio de Janeiro. As primeiras normatizações foram feitas ainda no reinado de Dom João VI. As modificações e escolhas de legislação e formas de controle dos portos são bem explicadas por Velasco e Cruz (CRUZ, 1999). Dentre as muitas que se efetivaram na primeira metade do século XIX, uma em específico é fundamental para a nossa compreensão. Em decreto de 21 de Janeiro de 1809 houve a expansão da área geográfica do porto do Rio de Janeiro. Essa expansão foi determinada nos sentidos da Gamboa e Alferes, regiões mais próximas de onde já estava localizado o mercado negreiro do Vallango. Isso foi feito a partir do aforamento e arrendamento de trapiches nessas regiões a quaisquer particulares que quisessem e pudessem estabelecer ali. Com o passar do tempo, outras medidas foram tomadas como por exemplo a priorização dos despachos por estiva. Na visão de Velasco Cruz essas decisões reafirmaram “a forma desintegrada de expansão do sistema portuário” no Rio de Janeiro (CRUZ, 1999, p. 7).

Mas nos cabe perguntar o que é isto que estamos chamando de Porto? Segundo Velasco e Cruz o porto do Rio de Janeiro era “um enorme complexo de unidades independentes” (CRUZ, 1999, p.4). Mantuano e Honorato são mais detalhistas:

> "O que na época se considerava um porto não passava de um conjunto mal articulado e mal construído de trapiches de madeira onde encostavam pequenas embarcações que levavam as cargas destinadas aos navios que, por sua vez, permaneciam fundeados ao largo, em profundidade precavida do movimento das marés" (HONORATO e MANTUANO, 2015, p. 147)

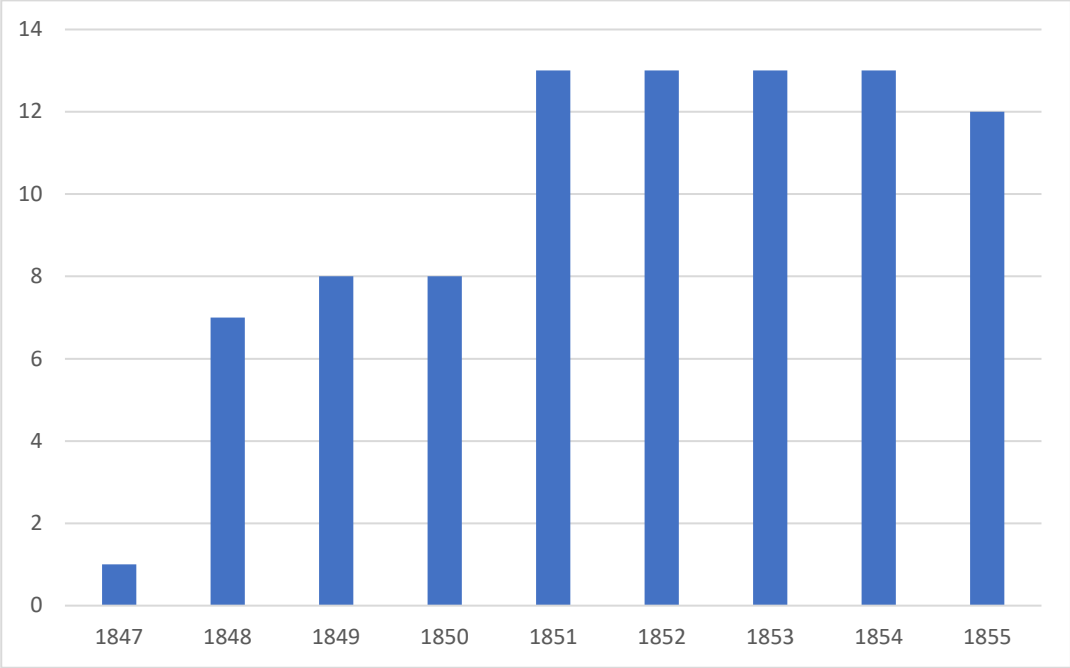
Há, portanto, um consenso de o que entendemos por porto nesse período é o seu conjunto de trapiches, embora fossem unidades independentes e mal articuladas. Porém, esses trapiches além da suas operações de carga e descarga são essencialmente negócios. Para Mantuano e Honorato havia três maneiras no funcionamento desse negócio: geridos pelos próprios proprietários ou por um administrador especializado e por último um trapiche arrendado (HONORATO e MANTUANO, 2015). Utilizando os dados da documentação encontrada no Almanak Laemmert os dois autores chegam as informações para os trapiches do final do século XIX, especificamente entre 1870-1890 (HONORATO e MANTUANO, 2016). Seguindo essa mesma fonte, realizamos operação de levantamento de dados próxima para a década de 1845-1855, com se pode ver no Gráfico 1 e no Gráfico 2:

Gráfico 1: Total de Traphiches por Ano



Fonte: ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial da Corte e da província do Rio de Janeiro para os anos de 1845-1855

Gráfico 2: Trapiches Alfandegados por Ano



Fonte: ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial da Corte e da província do Rio de Janeiro para os anos de 1845-1855

Importante destacar, que os trapiches encontrados podem não representar todos os trapiches existentes no Rio de Janeiro. Porém revelam realidades importantes, principalmente porque nesse período de dez anos analisados todos passam por um processo de alfandegamento. Por outro lado é possível identificar as formas de gestão dos negócios de trapiches. Por exemplo, o trapiche de João Manoel Fernandes Pereira, o Barão da Gamboa, localizado na Praia da Gamboa N.105 passa a ser administrado por Domingos da Costa Araújo Barros em 1850.

Outros trapiches apresentaram variedades na forma de gestão de negócios com o decorrer do tempo. O trapiche do Damião é um desses casos. Constando na documentação pela primeira vez no ano de 1848, o trapiche alfandegado de propriedade de Damião Pereira Costa é arrendado duas vezes, para pessoas distintas. No mesmo ano de 1848 o

trapiche parece arrendado em nome de José Ferreira Ramos, porém nos dois anos seguintes o trapiche fora arrendado por Antonio José Ribeiro. A situação muda quando em 1851 Braz Martins da Costa Passos se torna proprietário do trapiche, que porém continua arrendado para Antonio José Ribeiro. No ano seguinte há a inclusão de um administrador, Joaquim da Motta Bastos. Ele permanece durante dois anos como administrador do Trapiche. Em 1855 o negócio se torna uma sociedade entre Braz Martins da Costa Passos e Braz dos Santos Coelho.

Essas múltiplas possibilidades de gestão de negócios de um mesmo trapiche revela a complexidade e a importância econômica dessa temática. Além da variação nas maneiras de gestão também havia uma circulação entre os sujeitos que administravam e que possuíam os diversos trapiches. Por exemplo Joaquim da Motta Bastos, administrador do Trapiche do Damião entre 1852-1853 passa a ser o administrador do Trapiche do Maia em 1854 e 1855. José Ferreira Maia não possuía apenas esse trapiche que era localizado na Praia da Saúde N.46. Também era proprietário do Trapiche do Vallongo na Rua da Saúde N.18 administrado por José Ferreira Ramos. Havia uma circulação de administradores, novos investimentos e ampliação de uma mesma pessoa no número de trapiches alfandegados.

Esses dados nos levam a ver outro ponto importante, todos os trapiches estavam localizados na região em que o Alvará de Dom João VI indicou para expansão das atividades portuárias. Thiago Mantuano e Cezar Honorato, investigando a economia portuária do final do XIX estabelecem um conceito de *Comunidade Econômica Portuária* (HONORATO e MANTUNANO, 2015). Para eles isso representaria o conjunto de atividades econômicas e de serviços que surgem enquanto necessárias e complementares as atividades portuárias. Os autores passam a refletir sobre inúmeras atividades econômicas desde a presença de carroceiros, cocheiros até a presença de estaleiros e fábricas induzidas pela operação portuária.

Sendo assim, a *Comunidade Econômica Portuária* tem suas imbricações diretamente relacionadas às atividades portuárias. Porém, nos dados que encontramos

para a década de 1845-1855 demonstram que havia mais empreendimentos e negócios ali do que aqueles diretamente induzidos pelas operações no porto. Sendo assim, vamos trabalhar com a ideia de uma *Região Portuária de Desenvolvimento*, que acompanhou uma tendência desde o final do século XVIII e na tentativa de organização e racionalização do porto se concentrou em uma região específica da cidade do Rio de Janeiro. É nessa região que tanto a *Comunidade Econômica Portuária* se desenvolveu, quanto outras atividades. Ainda assim, concordamos com Honorato e Mantuano de que há um amálgama entre a indústria e os trapiches dessa região. O que pretendemos discutir, portanto, é esse amálgama da Indústria Escravista do Rio de Janeiro na Região Portuária de Desenvolvimento.

A Indústria e a Região Portuária de Desenvolvimento

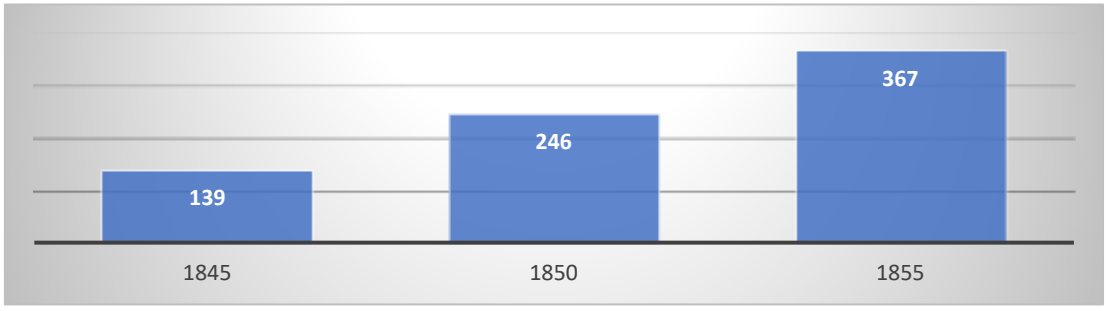
É preciso estabelecer os limites espaciais do que estamos compreendendo por Região Portuária de Desenvolvimento. A cidade do Rio de Janeiro, fundamentalmente sua região central, excluídas as freguesias mais distantes e rurais como Campo Grande, era composta pelas freguesias da Candelária, Santa Rita, Sacramento, Santana e São José. Os principais bairros e ruas das atividades portuárias ficavam localizados nas freguesias de Sant Rita e Santana. Porém esses limites eram muito fluídos, seja pela movimentação de sujeitos e mercadorias pela cidade seja pela delimitação da própria freguesia. Nos mapas do censo da cidade do Rio de Janeiro de 1906 as freguesias aparecem também delimitadas de uma maneira que é impossível dizer onde começa uma e termina a outra. Até porque muitas ruas na cidade atravessavam diferentes freguesias em sua extensão.

Sendo assim, resolvemos não apenas analisar uma freguesia em específico, mas entender a existência de uma região, ou de uma zona que se expandiu tanto economicamente quanto no número de habitantes e trabalhadores devido a expansão do porto do Rio de Janeiro. Nessa zona vamos encontrar aspectos sociais e demográficos

próprios e também um desenvolvimento econômico dinâmico. Por isso, desde os primeiros decretos de Dom João VI entendemos essa região enquanto uma Região Portuária de Desenvolvimento: tanto a expansão de trapiches, ancoradouros, estaleiros e atividades relacionadas ao porto quanto novas manifestações culturais e empreendimentos econômicos vão ocorrer ali. Geograficamente encontra-se estendida, como afirmou Thiago Mantuano, entre o Morro de São Bento e a Ponta do Caju (MANTUANO, 2019).

Sabendo que os principais trapiches e as principais atividades portuárias concentraram-se nessa Região Portuária de Desenvolvimento qual seria a relação da Indústria Escravista com essa região? Quantas fábricas se desenvolveram ali e o que produziam? Eulália Lobo, em sua História do Rio de Janeiro, um incrível trabalho de levantamento de informações e dados sobre a cidade, realiza um esforço nesse sentido (LOBO, 1978). Apropriando-se das informações do censo do Rio de Janeiro de 1852 ela faz a distinção do número de fábricas por freguesia. O que pretendemos é ampliar o primoroso trabalho iniciado por Eulália Lobo. Para isso utilizamos a documentação do Almanack Laemmert e realizamos um levantamento sobre as fábricas existentes no Rio de Janeiro para os anos de 1845, 1850 e 1855. Nos Almanacks foi possível identificar não apenas o número de fábricas e o que era produzido, mas também a localização exata do empreendimento e o nome do proprietário.

Gráfico 3: Total de Fábricas encontradas para os anos de 1845, 1850, 1855



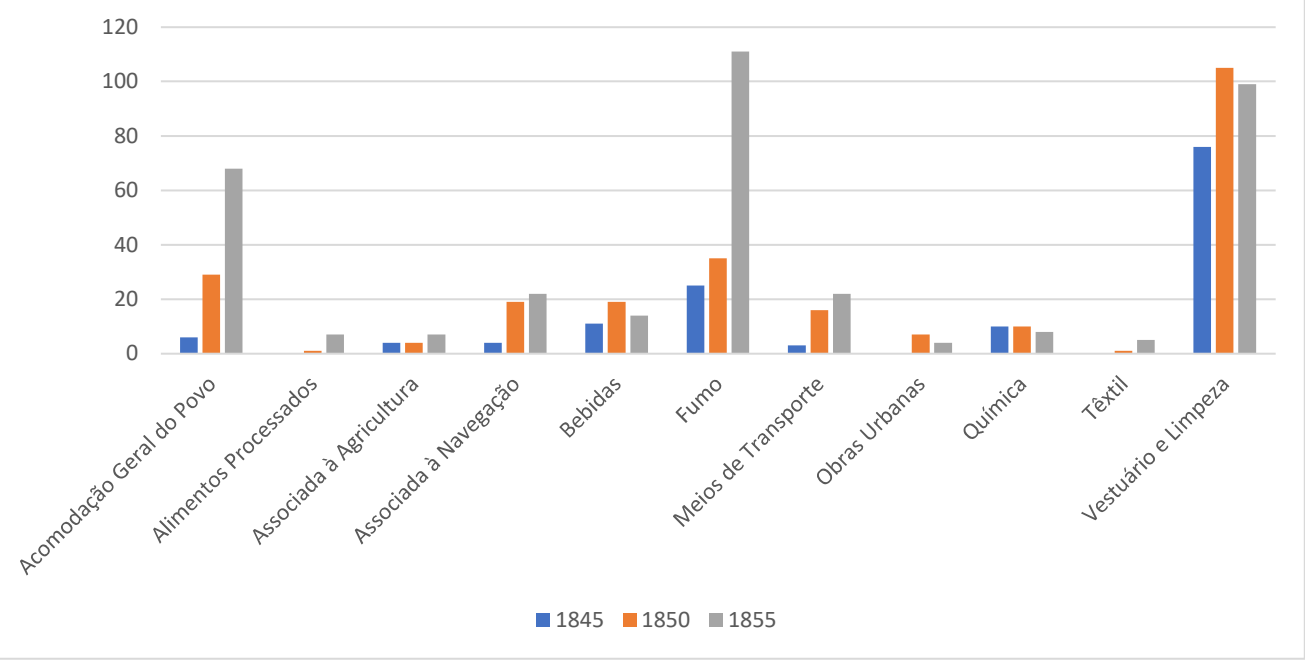
Fonte: ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial da Corte e da província do Rio de Janeiro para os anos de 1845, 1850 E 1855

Há um crescimento de 164% de 1845 para 1855 no número de fábricas na cidade do Rio de Janeiro. Se considerarmos que era uma economia predominantemente rural e agroexportadora os números em si são impressionantes. Podemos assim identificar que, ao menos entre as décadas de 1840 e 1860 houve uma grande dinamicidade no setor fabril da economia do Rio de Janeiro. Sendo assim, é necessário saber o que estava sendo produzidos nessas fábricas para compreendermos a lógica dessa expansão e dinamicidade. A professora Eulália Lobo quanto realizou seus levantamentos de dados listou isoladamente o número de fábrica de cada produção. Por exemplo, ela identifica o número total de fábricas de charutos, o número total de fábricas de rapé e o número total de fábricas de cigarros para cada freguesia no ano de 1852. A abordagem que pretendemos realizar é um pouco diferente porque pretendemos observar os setores dinâmicos da indústria fabril. Por isso as fábricas relativas ao fumo, como as do exemplo, apesar de produções distintas e processos de trabalho por vezes distinto agrupariam um setor específico da indústria. O mesmo ocorre com as fábricas de carroças e carruagens, embora distintas, a produção de ambas tem como objetivo a locomoção de pessoas e mercadorias pela cidade.

Sendo assim, seguimos as categorias de setores estabelecidos pelos estudos de Matheus Sinder (SINDER, 2021). São eles os setores: Associados à Navegação; associado à agricultura, acomodação geral do povo; alimentos processados; bebidas, fumo, meios de transporte, obras urbanas, química, têxtil e vestuário e limpeza. A primeira delas estariam contidas os empreendimentos fabris voltados para as atividades de navegação e portuárias, desde fábricas de velas, fábricas de graxa até estaleiros e fundições. As fábricas associadas a agricultura seriam fundamentalmente aquelas como as fábricas de descascar arroz, a de máquinas de despolpar café e outras que tivessem como objetivo o processamento de material agrícola. As fábricas de acomodação geral do povo seriam responsáveis pela produção de mercadorias de consumo em geral da população do Rio de Janeiro, como fábricas de botões, de calçados, de colchões e etc. Já

os alimentos processados seriam os estabelecimentos de produzir chocolates ou massas que aparecem descritos enquanto fábricas. O setor de bebidas por sua vez abrangia as fábricas de cerveja, que surgem nesse período e fábricas de licores e outros destilados. O setor Fumo como observamos compreende as fábricas de rapé, cigarros e charutos. Os meios de transporte aquele setor que produzia de carraças até carruagens. O setor de obras urbanas era composto fundamentalmente pelas fábricas de asphalto existentes na cidade. O setor de química seriam aqueles que produziam produtos farmacêuticos e outros como ácido sulfúrico, óleos. Já o setor Têxtil seria especificamente aquelas fábricas de produção de tecidos a partir do algodão e da lã. Por último, o setor de Vestuário e Limpeza, como descrito por Geraldo Beauclair era composto pelas fábricas de sabão, velas, chapéus e pentes (OLIVEIRA, 2001).

Gráfico 4: Total de fábricas por setor nos anos de 1845, 1850, 1855



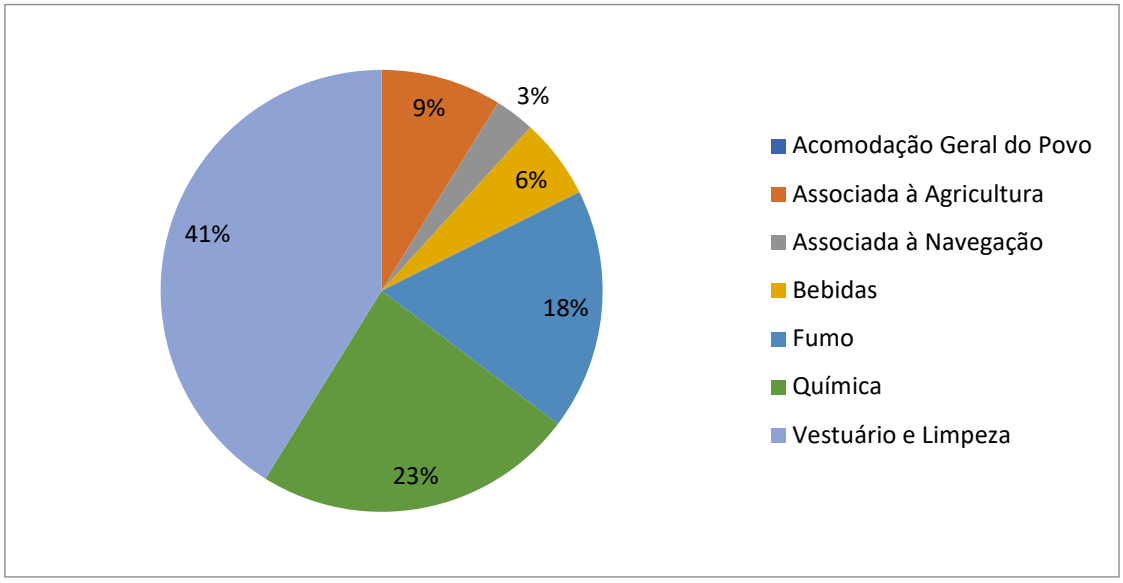
Fonte: ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial da Corte e da província do Rio de Janeiro para os anos de 1845, 1850 e 1855

Como podemos observar há um predomínio do setor de Vestuário e Limpeza entre as fábricas do período. Em 1845 representava 54,68% dos estabelecimentos fabris, seguida pelas fábricas do setor de Fumo, com apenas 17,99%. No ano de 1855 há uma expansão do setor de fumo, que alcança o total de 30,25% das fábricas, porém os dados do setor de Vestuário e Limpeza continuam altos, dessa vez sendo 26,98% das fábricas existentes na cidade do Rio de Janeiro. Essa porcentagem ocorre mais pelo crescimento das fábricas de charutos, rapé e cigarros e menos pela diminuição do setor. Comparado os números absolutos houve inclusive um crescimento de 30,2 % no número de estabelecimentos. Em 1845 eram 76 empreendimentos fabris do setor de Vestuário e Limpeza. Já em 1855 eram 99 fábricas desse setor.

Segundo Sinder essa relevância nas fábricas do setor de vestuário e limpeza ocorre por múltiplos fatores: a grande quantidade de trabalhadores escravizados nessas fábricas, a utilização de máquinas modernas, como máquinas a vapor, mas principalmente por serem produtos que eram exportados. No ano de 1849 56% das mercadorias manufaturadas exportadas pelo porto do Rio de Janeiro eram do setor de vestuário e limpeza, tendo como principais destinos a Bacia do Rio da Prata (41% das mercadorias), a Califórnia (32%) e a África (19% das exportações) (SINDER, 2021). Ou seja, essas fábricas estavam envolvidas com o mercado mundial e muito provavelmente com o comércio negreiro.

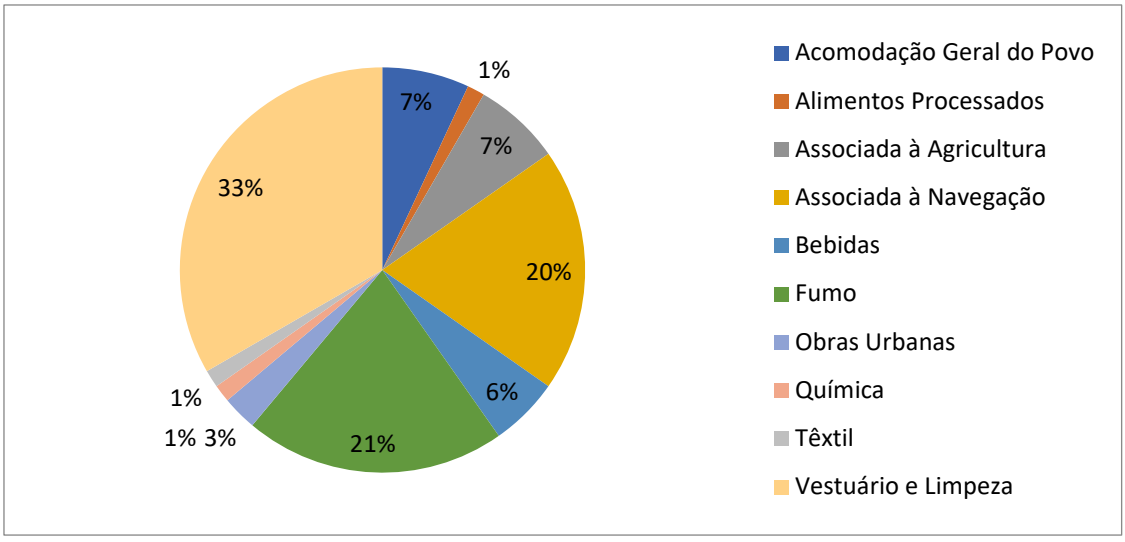
Na Região Portuária de Desenvolvimento o quadro não é muito diferente. Podemos perceber o predomínio do setor de vestuário e limpeza. Em números totais há um crescimento de 52% na quantidade de fábricas encontradas em 1845 para 1855. No primeiro ano analisado observamos a presença de 34 estabelecimentos fabris e posteriormente encontramos 72 fábricas.

Gráfico 5: Fábricas por setor encontradas na Região Portuária de Desenvolvimento (1845)



Fonte: ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial da Corte e da província do Rio de Janeiro para o ano de 1845

Gráfico 6: Fábricas por setor encontradas na Região Portuária de Desenvolvimento (1855)



Fonte: ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial da Corte e da província do Rio de Janeiro para o ano de 1845

Acompanhando esse período de expansão industrial nas décadas de 1840 e 1850 é possível notar que em 1855 já há uma presença de setores não encontrados em 1845. No que diz respeito ao setor de Vestuário e Limpeza apesar de uma aparente diminuição de sua presença na região, uma vez que representava 41% do total de fábricas em 1845 enquanto em 1855 representava 33%, também cresceu em números absolutos. Eram 14 fábricas em 1845 e saltaram para 24 fábricas no ano de 1855. Se observarmos esse dado mais atentamente iremos perceber que há fábricas específicas do setor que se estabeleceram na região. Das nove fábricas de sabão existentes na cidade do Rio de Janeiro em 1845, todas se localizavam na Região Portuária de Desenvolvimento. Em 1855 das treze fábricas de sabão encontradas, apenas duas se localizavam em outras regiões da cidade. Isso pode ser compreendido por ser o sabão o principal produto manufaturado de exportação do período (SINDER, 2021). Sendo assim, sua localização na Região Portuária de Desenvolvimento seria fundamental para a maior velocidade nos despachos das mercadorias produzidas nas fábricas de sabão. Estar estabelecidas nas praia da saúde, Gamboa, São Cristóvão e demais bairros e ruas da região, próximas aos trapiches era vital para a dinamicidade do setor.

Porém, surpreende nos dados a informação de que apenas 7% das setenta e duas fábricas encontradas na região em 1855 eram do setor de Associadas a Navegação. Não apenas por estarmos analisando a Região Portuária de Desenvolvimento, mas também pelos indicativos historiográficos para as décadas de 1870 e 1880. Segundo Honorato e Mantuano "A fabricação e o reparo naval criaram e condicionaram uma série de fábricas e oficinas dedicadas ao trabalho como a fundição de ferro, a construção de motores a vapor e cascos de navios." (HONORATO e MANTUANO, 2015, p. 12).

Ora, se observarmos apenas o número de fábricas Associadas a Navegação em atividade na região poderíamos não encontrar esse horizonte. Porém se passarmos a considerar as oficinas mecânicas e artesanais podemos visualizar a dinamicidade das atividades econômicas na Região Portuária de Desenvolvimento. Sabendo que há desde

a década de 1840 uma tendência de crescimento das atividades fabris escolhemos o ano de 1855 para realizar um levantamento de todas as oficinas encontradas na Região Portuária de Desenvolvimento.

Tabela 3: Oficinas encontradas na Região Portuária de Desenvolvimento em 1855

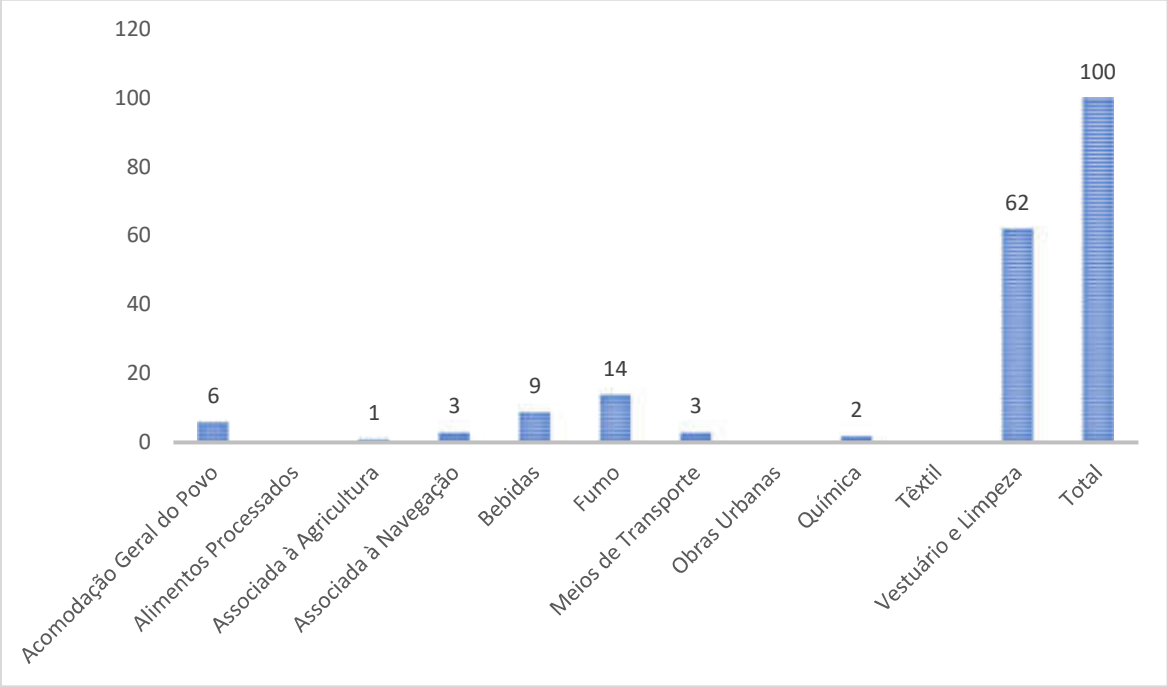
Oficina/Ofícios	Quantidade Encontrada
Alfaiate	3
Calafate	5
Caldeireiro	3
Carpintarias	10
Cordoarias	1
Curtidores	2
Escultores de Madeira	1
Ferraria	21
Serraria	7
Fogueteiros	9
Fundições	3
Funileiros	4
Maquinistas	6
Marcenarias	3
Olaria	2
Oficina de Sapatos	5
Polieiros	2
Tanoaria	3
Torneiros	4

Fonte: ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial da Corte e da província do Rio de Janeiro para o ano de 1855

A partir desses dados é possível visualizar o conjunto de atividades em oficinas exercidos em necessidade e para complementar a operação portuária. Calafates, torneiros, maquinistas além das oficinas de cordoaria, ferrarias e especialmente as serrarias eram atividades voltadas as demandas portuárias. Importante destacar que dentre as ferrarias havia algumas delas que também realizavam atividades de serrarias.

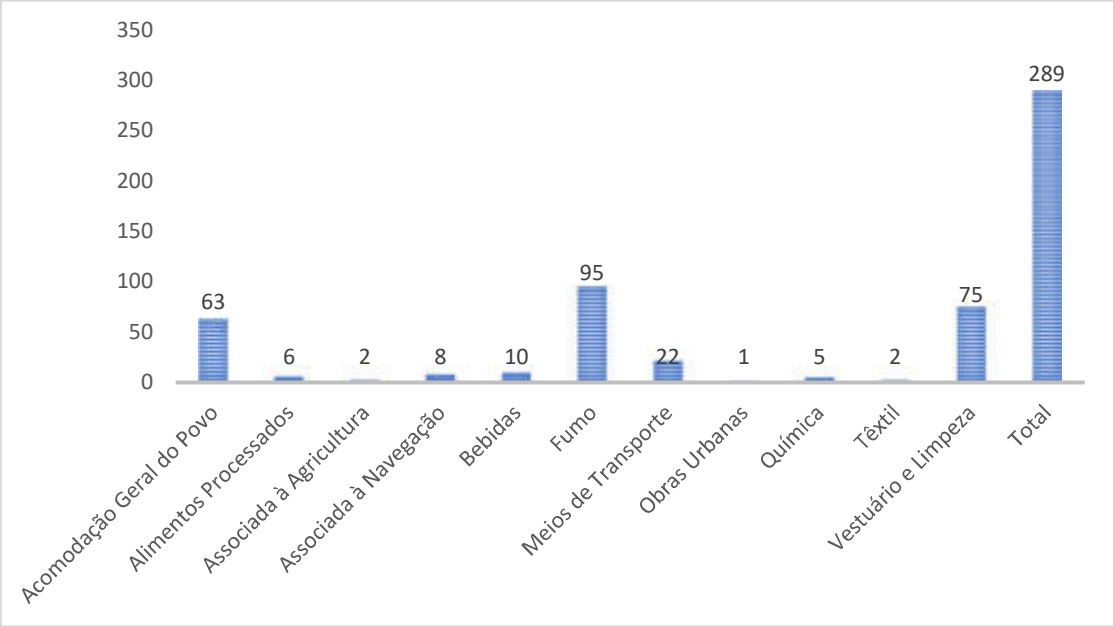
Ainda assim, é importante perceber que essa região não estava isolada do restante da cidade do Rio de Janeiro. E que se observarmos os números para as fábricas podemos perceber que a maior parte ainda estava localizada na região central da cidade (Freguesias da Candelária, Sacramento e São José). Ainda assim, cada vez mais a tendência é a concentração de indústrias na Região Portuária de Desenvolvimento. Observe o Gráfico 7 e o Gráfico 8

Gráfico 7: Todas as fábricas por setor na região central em 1845



Fonte: ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial da Corte e da província do Rio de Janeiro para o ano de 1845

Gráfico 8: Todas as fábricas por setor na região central em 1855



Fonte: ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial da Corte e da província do Rio de Janeiro para o ano de 1845

Considerações Finais

A partir da pesquisa realizada nos almanacks e os levantamentos de dados envolvendo os trapiches, fábricas e oficinas da cidade do Rio de Janeiro foi possível identificar as raízes da indústria no Brasil, para utilizarmos a expressão de Geraldo Beauclair, e o seu amálgama com o porto do Rio de Janeiro. A economia brasileira no século XIX tem assim nas atividades portuárias e no setor fabril uma dinamicidade para além das dinâmicas da agroexportação e do café.

A partir do fim do estatuto colonial em 1808, com o Rio de Janeiro se tornando a nova sede do Império Ultramarino Português, as dinâmicas sociais no Brasil começam a

experimentar os processos históricos derivados da expansão do capitalismo. Como observado por parte da historiografia, esse movimento de disseminação das relações sociais do Capital e de consolidação de uma economia de mercado significou o recrudescimento do tráfico de escravizados e da própria escravidão no Brasil.

O ponto que estamos destacando é como essa economia escravista nacional também produziu setores econômicos modernos (indústrias e preocupações e novidades nas atividades portuárias) no seu processo de inserção ao capitalismo histórico e ao mercado mundial. Dessa maneira podemos traçar as origens da indústria no Brasil a primeira metade do XIX e também a sua relação com a região portuária. Ambas em expansão espacial e econômica.

Referências Bibliográficas

Fontes Primárias:

ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial da Corte e da província do Rio de Janeiro para os anos de 1845, 1846, 1847, 1848, 1849, 1850, 1851, 1852, 1853, 1854 e 1855

ARQUIVO NACIONAL. Código de fundo 7x. Coleção: Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegações. Caixa: 428.

BRASIL Ministério da Fazenda. Propostas e Relatórios da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda para os anos de 1836 até 1850

Bibliografia:

ABREU, Maurício de Almeida. A Evolução urbana do Rio de Janeiro. INPLARIO. Rio da Janeiro. 1987.

ALMICO, Rita e SARAIVA, Luiz Fernando. Raízes Escravas da Indústria no Brasil. In: MUAZE, Mariana e SALLES, Ricardo. A Segunda Escravidão e o Império do Brasil em Perspectiva Histórica. São Leopoldo. Casa de Leiria. 2020.

ALMICO, Rita e SARAIVA, Luiz Fernando. Raízes Escravas da Modernização Capitalista. XII Congresso Brasileiro de História Econômica e 13 Conferência internacional de histórias de empresas. Niterói. 2017

GORESTEIN, Riva. Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência. Rio de Janeiro. Biblioteca Carioca. 1992.

HOBSBAWN, Eric. A Era das Revoluções: 1789 – 1848. São Paulo. Companhia das Letras. 2012.

HOBSBAWN, Eric. A Era dos Impérios. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1988.

HOBSBAWN, Eric. Da revolução industrial ao Imperialismo. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2000.

HONORATO, Cezar Teixeira; MANTUANO, Thiago Vinícius. "O que era o trapiche? O porto e a cidade do Rio de Janeiro no século XIX. Revista Acervo. 2015. Vol. 1, 15 p.

HONORATO, Cezar Teixeira; MANTUANO, Thiago Vinícius. A Economia da região portuária do Rio de Janeiro (1870-1900). Nuevo Mundos- Mundos Novos. V.1. p.1 2016

LAMARÃO, Sérgio Tadeu. Dos Trapiches ao Porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro. Segunda Edição. Rio de Janeiro. Departamento Geral de documentação e informação cultura. 2006.

LIBBY, Douglas Cole. A protoindustrialização em uma sociedade escravista: o caso de minas. In: Lapa, José Roberto do Amaral e Szmrecsányi, Tamás. História Economica da Independência e do Império. EDUSP. 1996. São Paulo

LOBO. Eulália. História do Rio de Janeiro: Do capital comercial ao capital industrial e financeiro. Rio de Janeiro. IBMEC. 1978.

LUZ, Nícia Vilella. A luta pela industrialização do Brasil. São Paulo. Alfa e Ômega. 1978

MANTUANO, Thiago Vinícius. A Região Portuária do Rio de Janeiro no século XIX: Aspectos Demográficos e Sociais. ALMANACK. Vol. 1. p. 166- 204. 2019.

MATHIAS, Peter. A revolução industrial: conceito e realidade. In: Mathis, Peter e Davis, John A. As Primeiras Revoluções Industriais. Publicações Dom Quixote. Lisboa. 1993

MELLO, João Manuel Cardoso de. Capitalismo Tardio: Contribuição à revisão criticada formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo. Brasiliense. 1982

NETTO, Mario Danieli. Escravidão e Indústria: um estudo sobre a fábrica São João de Ipanema – Sorocaba- (SP) 1765-1895. 2006. Tese de Doutorado. Unicamp. Campinas.

ODILA, Maria. A interiorização da metrópole e outros estudos. Alameda. São Paulo. 2005

OLIVEIRA, Geraldo Beauclair de. Raízes da Indústria no Brasil. Rio de Janeiro. Studio Fes Editora. 1992.

OLIVEIRA, Geraldo Beauclair de. A Construção Inacabada: A economia brasileira 1828-1860. Rio de Janeiro. Vício de Leitura. 2001.

POLANYI**,** Karl. A Grande Transformação: as origens do nosso tempo. Compus. Rio de Janeiro. 2000

SALLES, Ricardo. E o Vale era o Escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e Escravos no coração do Império. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2008.

SANTOS, Demétrio Matheus dos. Das mãos lusitanas ao braço inglês: Como a abertura dos portos às nações amigas moveu o monopólio português para a hegemonia inglesa e alterou a indústria colonial. Niterói. Monografia de Final de Curso. UFF. 2017.

SILVA, Sérgio. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo. Alfa e Ômega. 1981.

SINDER, Matheus. A Indústria Escravista no Oitocentos: o caso das fábricas no Rio de Janeiro (1808-1850). ABPHE. XIV Congresso Nacional de História Econômica. 2021.

SUZIGAN, Wilson. Origens do desenvolvimento industrial brasileiro: principais interpretações e questões em aberto. In: Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento. Hucitec. Campinas.

TOMICH, Dale. Pelo Prisma da Escravidão: Trabalho, Capital e Economia Mundial. Edusp. São

Paulo.

VELASCO e CRUZ, Maria Cecília. O Porto do Rio de Janeiro no século XIX: uma realidade de muitas facetas. Niterói. Tempo, vol. 8, n.2 p. 123-147. 1999.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

A guerreira Manuela Sáenz

Emanuella Soares de Oliveira

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

A guerreira Manuela Sáenz

The warrior Manuela Sáenz

Emanuella Soares de Oliveira[1]

Resumo

Este artigo busca compreender por que a atuação política e militar de Manuela Sáenz é pouco reconhecida, apesar de suas colaborações ao processo de Independência da Grã- Colômbia e seu papel de destaque na construção dessa nação. Compreende como o patriarcado intervêm nas vidas das mulheres, de Manuela Sáenz a parir de Saffioti, Parteman, Engels e Rousseau. Aponta a importância histórica dessa revolucionária.

Palavras-chave: *mulheres. nação. patriarcado.*

JEL:

Abstract

This article seeks to understand why Manuela Sáenz's political and military performance is little recognized, despite her collaborations with the process of independence from Great Colombia and her prominent role in the construction of that nation. It understands how patriarchy intervenes in the lives of women, from Manuela Sáenz to Saffioti, Parteman, Engels and Rousseau. It points out the historical importance of this revolutionary.

Keywords: *women. nation. patriarchy.*

[1] Doutoranda no programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas

***

Introdução

Este artigo busca compreender por que a atuação política e militar de Manuela Sáenz é pouco reconhecida, apesar de suas colaborações ao processo de Independência da Grã- Colômbia e seu papel de destaque na construção dessa nação. Nesse sentido, à semelhança de outras mulheres de seu tempo, a participação no espaço público é negada ou tornada invisível em benefício da ordem patriarcal vigente e limitadora do trabalho feminino à esfera privada. A convicção e o engajamento nas lutas de libertação colonial parecem ter ajudado Manuela a superar os constrangimentos impostos às mulheres pela sociedade patriarcal. Analisamos o discurso patriarcal com base nas ideias de educação formuladas por Rousseau. Tentamos refletir sobre o termo patriarcado estabelecendo um diálogo com Engels (1965), Saffioti (2004) e Pateman (1993), autores estudiosos sobre as origens da família, das relações entre os sexos e o casamento monogâmico. Procuramos, ainda, responder algumas inquietações: Como se manifestava o patriarcado nas sociedades emergentes no Novo Mundo? O tipo de educação dada à mulher crioula? Como Manuela enfrentou as relações patriarcais vigentes na sua época?

A educação patriarcal segundo Rousseau

No século XIX, as ideias predominantes acerca da educação eram patriarcais, baseadas, sobretudo no contrato social. Seu principal representante era Jean-Jacques Rousseau, o "cidadão de Genebra", que escreveu a conhecida obra "O contrato social ou Princípios do Direito Político", e um livro sobre a educação dos homens e mulheres, intitulado "Emílio ou da educação", ambos em 1762. Como é notório, o autor percebe os estritos vínculos entre política e educação. Tais ideias corriam por toda a Europa e acabaram chegando ao continente americano onde Manuela Sáenz nasceu. Portanto grande parte da educação da personagem estudada sofreu influência dos pensamentos de Rousseau sobre o comportamento da mulher de "bem", a seguir expostos.

"Emílio ou da educação" oferece um manual ou conjunto de regras sobre qual deveria ser o papel do homem e o da mulher para o bom funcionamento da sociedade. Rousseau (2014, p. 547) começa o livro argumentando:

> Desta sociedade resulta uma pessoa moral cujo olho é a mulher e cujo braço é o homem, mas com uma tal dependência entre uma e outra que é com o homem que a mulher aprende o que deve ver e é com a mulher que o homem aprende o que deve fazer.

Em sua análise, exceto pela diferença biológica, Rousseau considera a mulher igual ao homem: o que possuem de igual pertence à humanidade e o que tem de diferente pertence ao sexo. As primeiras diferenças entre o homem e a mulher surgiriam no matrimonio em que o primeiro seria ativo, possuiria a força física, o raciocínio, o comando; enquanto a segunda seria passiva, residindo sua força na habilidade de seduzir, necessitando investir nesse aspecto e também na timidez. A mulher deveria usar da sedução e, assim, controlar a ocorrência do ato sexual, pois ela tem a capacidade de estimular os desejos sexuais do homem. Porém, o homem poderia se utilizar da força para conseguir o sexo quando quiser. O espaço público seria próprio do homem, a quem caberia regular e fazer as leis, sendo livre, pois através da razão pode controlar suas paixões. O espaço privado seria próprio da mulher, a qual deveria limitar seus desejos, praticar a virtude da castidade, ser frágil e tomar conta do lar. Desta forma, para Rousseau os dois se completam, o fraco e forte se uniriam em harmonia. O comportamento da pessoa e como ela se define, estaria naturalmente determinado pelo sexo: o masculino seria preparado para ser servido e o feminino para servir.

Rousseau coloca que, através das leis, os crimes de violência sexual, como o estupro e a promiscuidade diminuiriam. No caso de um homem seduzir uma mulher na cidade seriam punidos os dois, já no campo somente se puniria o sedutor, posto que os lugares são afastados e por mais que a mulher resista não será escutada. A violência também diminuiria com a maior permissividade dos costumes, quando o ato sexual poderia ser obtido por meio de favores que os homens fariam às mulheres. O sexo deveria ocorrer apenas no matrimonio: a esposa seduziria o marido e este para conseguir o prazer

obteria a permissão da mulher, fazendo-lhe galanteios e oferecendo-lhe vantagens até a consumação do casamento.

As diferenças de sexo estariam segundo Rousseau, relacionadas à capacidade e ao objetivo de cada um dos parceiros, sendo, portanto, perfeitamente de acordo com a natureza humana: o homem superior por dominar a razão e a mulher inferior por não possuir atributos racionais. Sendo de sua natureza ser subjugada pelo homem, a mulher deveria lidar com problemas diários, engravidar e repousar após o parto, tomar conta dos filhos e do marido com zelo e carinho.

Uma mulher fiel ao marido garantiria que os filhos lhe pertencem e somente ela pode confirmar isso; portanto, caberia a ela a responsabilidade de passar essa confiança ao esposo. Essa preocupação quanto aos filhos está ligada ao fato de serem estes os herdeiros do homem, devendo ser legítimos sob pena de acarretar a destruição da família.

Outra obrigação da mulher seria zelar pela unidade da família, mostrando-se recatada, respeitosa, honrada, preocupada com as aparências. As mulheres não poderiam reivindicar parecer ou ser iguais aos homens, pois sua doçura, sedução, habilidade, arte seriam as principais armas para exercer o controle sobre eles. Seu conhecimento deveria ser só o essencial para melhor servir ao seu esposo.

A partir destes princípios, desde crianças, as mulheres seriam ensinadas a servir aos homens da melhor forma possível. Rousseau propõe incentivar as aptidões naturais das meninas a se enfeitarem, a saberem vestir o que lhes cai bem. A boneca, brincadeira preferida da menina, ajudaria no aprendizado de como seduzir seu futuro marido. As meninas aprenderiam a ler e escrever, mas as principais atividades das “mulheres prendadas” seriam a costura, o bordado e a renda, além da tapeçaria que desenvolveria o gosto de tomar conta da casa.

O autor indica o convento como local ideal onde as meninas teriam uma educação que as torne obedientes e onde poderiam usufruir de lazer e entretenimento. Deveriam, ainda, praticar exercícios físicos, atividades recreativas para ganharem forma e terem fôlego, de modo que, ao envelhecer, tomem conta do lar, do marido e dos filhos. Deveriam, portanto, ser ensinadas a ter prazer com suas obrigações de casa, cabendo à mãe ou à governanta incentivar o trabalho doméstico.

As mulheres poderiam aprender a desenhar, mas nada muito complexo, apenas frutas, flores para enfeitar a casa, evitando desenvolver talentos especiais desvirtuadores da sua atenção do lar, sendo o homem responsável por estabelecer tal limitação. O aprendizado das meninas começaria cedo com as mães, embora a arte de ler e escrever só devessem ser desenvolvidas tardiamente. As meninas aprenderiam a dominar a si mesmas e a se colocar a serviço do outro. Assim, é desejável que sejam contrariadas. Quando estiverem ociosas devem trabalhar e vice e versa no sentido de saberem quem exerce de fato domínio sobre elas. Seu entusiasmo deveria ser limitado, porque as mulheres são inconstantes e, portanto, precisam ser controladas. Com isso aprenderiam a doçura, a obedecer sem questionar, a suportar injustiças, sendo proibidas de se queixar. A qualidade da astúcia pode ser preservada, mas controlada pelos homens.

Rousseau (2014, p.543) distingue as mulheres, seus atributos, pela cor de pele: "Nunca me farão acreditar que as mesmas atitudes, os mesmos passos, os mesmos movimentos, os mesmos gestos e as mesmas danças convêm a uma moreninha viva e picante e a uma grande e linda loira de olhos lânguidos". Além de cultivar a beleza, que é passageira, e serem faceiras para seduzir, precisam se dedicar às artes, principalmente à de alegrar e divertir um homem seja cantando, tocando piano, ou outras atividades que o encantem. O bom espírito é aquele que traz alegria.

A mulher deveria utilizar a voz de forma suave; de sua boca somente poderiam sair palavras que agradem ao homem, porém sem mentir. As meninas precisariam ser boas na conversação para o entretenimento dos homens quando adultas, o que seria uma forma de tentar governa-lo.

No tocante à religião, a criança recebe os ensinamentos da mãe, a esposa do marido e este da igreja. Incapaz de compreender a sabedoria e piedade transmitidas pela religião, caberia à mulher apenas observar e repetir o que os homens fazem ao rezar. É importante que ame a religião, que a veja como reguladora das normas da sociedade, do comportamento adequado para ser boa e obediente, pois não sabem o que é certo ou errado. Seguindo todas as regras, ela iria para o céu e, se porventura houvessem injustiças, restaria conformar-se com a vontade de Deus.

A mulher careceria de conquistar a estima do esposo para ser respeitada e ter sua conduta aprovada; perante a sociedade, precisaria comportar-se de forma honrada e demonstrar dedicação ao pai ou marido, preocupando-se com as aparências, com o que os outros pensam a seu respeito. Portanto, a mulher deveria entender, minimamente, como funciona a sociedade e como se defender e agir em determinada circunstância, mas no geral, bastaria obedecer aos homens.

Uma qualidade apreciada seria a arte de receber bem os convidados, ser uma boa anfitriã. No entanto, isso demonstraria ser capaz de lidar com os homens e enganá-los sem que esses desconfiem. A dissimulação pareceria inata à mulher. Avisa Rousseau (2014, p.562): "A presença de espírito, a penetração, as observações finas são as ciências das mulheres, e a habilidades de se valer delas é o seu talento". Logo, conclui que o homem não deveria consultar a opinião da mulher para resolver qualquer assunto, pois sendo insensata, poderia enganá-lo com sua faceirice e mudança na tonalidade de voz. Acreditar no que a mulher fala seria uma irresponsabilidade.

Sem possuir condições e capacidade de trabalhar as matérias exatas, de raciocinar além dos seus deveres, a mulher completaria o homem, tal como dito popular "por trás de um grande homem existe uma grande mulher". O conhecimento sobre os homens ao seu redor, sua faceirice e conversação, dariam à mulher o poder de satisfazer seus desejos. Aos homens caberia mostrar as mulheres os prazeres da vida ou os negar reforçando sua submissão, impossibilitando outros conhecimentos e sentimentos fomentadores de rebelião. As mães teriam como dever fazer de suas filhas a companheira, ensinando aquilo permitido às mulheres. Dever-se-ia ter um bom relacionamento familiar para um bom funcionamento da sociedade, manter os costumes. Seria necessário o encontro das mulheres com seus pretendentes, no intuito de conhecer-lhes o comportamento próprio às moças casadoiras. A mulher deveria se defender de homens sedutores, mantendo os bons costumes, e a lembrança da dependência a eles.

O contrato social de Rousseau, embora afirme a igualdade dos homens, considera o sexo feminino, naturalmente inferior, como argumentou Pateman (1993) no debate sobre o contrato original e sexual. Suas ideias foram muito difundidas no século XIX, inclusive no Novo Mundo, onde a elite crioula, inclusive a maioria das mulheres, tinha

essa mentalidade e criticava Manuela Sáenz por suas atitudes contrárias ao padrão vigente na sociedade colonial. À frente de sua época, ela enfrentou o sistema patriarcal e questionou a forma estática do matrimonio e as relações entre os sexos; além de ajudar a libertar os sul-americanos do domínio espanhol e a construir a Grã-Colômbia.

Rousseau destacou a educação e a religião como elementos responsáveis pela submissão da mulher. Serão essas as únicas bases do patriarcado? Retomo essa discussão adiante.

Como torna-se mulher: Manuela Sáenz

Esta personagem histórica tem sido analisada na maioria das vezes através do olhar patriarcal, em que a mulher deveria ser uma figura frágil, obediente ao homem, voltada para o meio privado, levada pelas emoções como foi visto nas ideias de Rousseau sobre a educação da mulher. No entanto, Manuela teve um comportamento não esperado em seu período histórico ao criticar a sociedade através de suas ações. Primeiramente, lutou no Peru, junto do general San Martin com espionagens e organização de exércitos. Esses conflitos resultaram na formação de novos países tornando-se o Alto Peru no atual Peru e o Baixo Peru, a Bolívia. Na Grã-Colômbia suas contribuições vão desde pensar o espaço territorial desta nação, como por exemplo, em suas orientações a Bolívar sobre como proceder em relação ao porto de Guayaquil, passando por atividades de agitação e propaganda, até tomar parte em combates empunhando armas e cuidando de soldados feridos. Separou-se do marido em uma época que nem existia divórcio e optou por ter uma carreira política e militar.

Sua atuação no Peru demonstra que antes de conhecer Bolívar já participava das lutas de independência, o que era contra a vontade de seu marido. Por isso se separaram e ela se dirigiu a Quito, com sua autorização, para reclamar a herança materna. Mesmo depois de seu envolvimento com Bolívar, seu marido James Thome queria que ela voltasse a ficar com ele e exercer seu papel de esposa. Então ela lhe escreveu dizendo: Eu sei muito bem que nada pode me unir a ele baixo os auspícios do que o Senhor chama honra. A credita o Senhor que sou menos honrada por ser ele meu amante e não meu

marido? Ah! Eu não vivo das preocupações sociais inventadas para nos atormentar mutuamente "[2] (LÓPEZ, 2008, p.75). Nesse trecho da carta ela afirma sua posição contra as hipocrisias da sociedade, questionando o que é ser honrado (a) e esclarecendo que não se preocupa com o que a sociedade pensa do seu comportamento fora do padrão. Assim, apesar da educação patriarcal a que foi submetida na família e no convento, Manuela Sáenz tinha um jeito diferente de ser mulher, em parte, devido ao seu protagonismo na independência das colônias espanholas.

Manuela tinha muitos inimigos os quais não acreditavam no projeto de república bolivariano e, por isso, a chamavam de estrangeira para afastá-la do processo de independência e mantê-la no anonimato. Também não aceitavam que uma mulher fizesse parte do conselho maior da independência ou opinasse sobre esse assunto. Desta forma, repudiavam uma das maiores pessoas que defenderam esse processo.

> Lo que estaba em juego no era sólo la presidencia de la nación grancolombiana, sino todo el proyecto libertario de Bolívar y su Estado Mayor General compuesto por mariscales, generales, coroneles y uma coronela: Manuela Sáenz. Luego de los primeros años de lucha contra las fuerzas realistas españolas, sobrevinola miope mirada de hombres con trayectorias poco brillantes que no tenían la capacidad de comprender el proyecto bolivariano que se resumía en la unidad de los pueblos liberados, en férrea mancomunidad; tal fue la idea ordenadora que guió la vida y la prática política y militar de Bolívar, Sáenz y demás. (MORA, 2008, p. 91-92).

Manuela Sáenz foi uma personagem polêmica que muitos caluniaram por sua participação na luta de independência, pela sua condição de mulher, por defender a república bolivariana, por ter se separado do marido e, ainda por cima, arranjado um amante, por ser crioula e bastarda. Em contraponto, ocorreu também um processo inverso: sua exaltação como patriota e mulher digna, a guerreira. De maneira geral, a literatura aponta características próprias da esfera privada: enquanto uns a chamam de adúltera, outros a denominam a leal companheira de Bolívar, em uma dicotomia diabólica x angelical, moral versus imoral.

[2] No original: Yo sé muy bien que nada puede unirme a él bajo los auspicios de lo que usted llama honor. ¿Me cree usted menos honrada por ser él mi amante y no mi marido? ¡ Ah! Yo no vivo de las preocupaciones sociales inventadas para atormentarnos mutuamente"[2] (LÓPEZ, 2008, p.75).

Menos comuns são os textos que a ela se referem como uma pessoa interesseira ou, ao contrário, a seu papel de construtora da pátria.

> Mas as discordâncias sobre a vida da personagem não se concentram somente nas questões mais pontuais. As interpretações sobre o caráter, eivadas de julgamentos sobre suas ações, são frequentes nos textos voltados a análise de sua trajetória. Referimo-nos tanto às detrações quanto à heroicização de sua figura. Ambas se fazem por meio de estereótipos e preconceitos construídos a seu respeito. (PRADO e FRANCO, 2009, p.199.)

Antonio Cacua Prada (2012); Maria Ligia Coelho Prado, Stella Maris Scatena Franco (2009) argumentam que as controvérsias sobre essa personagem acontecem devido aos textos do francês Jean Baptiste Bousingault (1892), contemporâneo de Manuela Sáenz, que escreveu em suas memórias sobre a personagem estudada, porém seus comentários não são confiáveis. Segundo o escritor, investigador e diplomata Carrera Damas (apud Prada):

> Todo el esfuerzo que hace Boussingault por acreditarse como un observador y crítico veraz se ve contrariado por su gusto por el chisme y su demonstrada malicia.
> A continuación agregó:
> La Manuelita de Boussingault fue el gran y probablemente auténtico amor de Bolívar, que influyó fuertemente en él, licenciosa, celosa agresiva, de rara hermosura, excéntrica pero fiel amiga, alegre irreverente, de méritos sobresalientes, en ocasiones una "ñapanga", inculta como todas las mujeres de la América Hispana, desenfadada hasta la impudicia, de quien se sospechaba era lesbiana, valiente y serena ante el peligro, capaz de sacrificio personal por su amor, amiga consecuente y, en suma, de personalidad fascinante y ¿Amor imposible de un joven francês despechado que andaba en los veinte y se creía irresistiblemente atractivo? (PRADA, 2012, p. 13)

Existem episódios controversos sobre Manuela Sáenz, tais como a sua fuga do convento e o seu casamento com um médico ou comerciante inglês James Thorne. Isabel Valcácel (2005) afirma que seu marido era comerciante e Jenny Londoño López (2008) que sua fuga com o espanhol Fausto Delhuyar do convento jamais ocorreu. Estes acontecimentos são postos como críticas moralistas a personagem estudada como forma de denegrir a sua imagem, mas se tivesse ocorrido em nada tiraria alterado as contribuições de Manuela pela luta de independência das colônias espanholas. Outra característica destacada era o fato de se

vestir de oficial, mas também usar vestido. Ela também sabia cavalgar, esgrimir e atirar, qualidades notórias para participar das guerras anticoloniais. Nesse sentido, Manuela Sáenz lutou, matou, foi coronel, mas não optou por se masculinizar, tinha a sua identidade feminina. O que para o patriarcado era considerado inadmissível a figura do feminino e masculino centrado numa pessoa e desmitificou a construção da mulher para estar entre os homens tem que necessariamente se masculinizar.

Os fatos a seguir revelam a disputa pela figura simbólica de Manuela entre duas nações que eram parte da Grã-Colômbia e mostram a atualidade deste estudo. As pesquisadoras da Universidade de São Paulo, Maria Ligia Coelho Prado e Stella Maris Scatena Franco, em seu artigo "A participação das mulheres na independência da Nova Granada: gênero e construção de memórias nacionais" comentam o reconhecimento pelo presidente do Equador Rafael Correa da figura de Manuela Sáenz no projeto da República Bolivariana. Em 24 de maio de 2007, ele conferiu à Manuela a patente de general, durante a comemoração dos 185 anos da batalha de Pichincha.

No mesmo artigo, apontam a tentativa feita pelo governo venezuelano, em 2006, de comprar os acervos do museu particular do empresário e historiador Carlos Alvarez Sáa, em Quito. Nesse período Hugo Chávez era o presidente e desejava adquirir 700 peças por 15 milhões de dólares. [3] Caso o acordo se concretizasse, as peças não poderiam ser transladadas à Venezuela por força da lei de patrimônio e cultura do Equador.

Manuela Sáenz foi uma crioula progressista que valorizou suas potencialidades, enfrentou a sociedade patriarcal para conseguir seus objetivos, fez política, e nunca desistiu de seus ideais. Ainda hoje, serve de exemplo de mulher que adentrou o mundo público, então, restrito aos homens.

[3] No ano de 2006 quem estava no governo venezuelano era Hugo Chávez. Uma de suas políticas de governo era reivindicar a república bolivariana e como tal queria ter em posse do país artefatos de Manuela Sáenz que além de ter sido companheira de Bolívar ajudou na expulsão dos colonizadores espanhóis. Saber mais procurar artigo de FRANCO, Stella Maris Scatena; PRADO, Maria Ligia Coelho. A participação das mulheres na independência da Nova Granada: gênero e construção de memórias nacionais. In: PAMPLONA, Marco A.; MÄDER, Maria Elisa (Org.). Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: Nova Granada, Venezuela e Cuba. São Paulo: Paz e Terra, 2009, v. 3, p. 171-236

Origem e conceito de patriarcado

Com base nos estudos de Pateman (1993), Saffioti (2004) e Engels (1965) principalmente, procuramos compreender a origem e o conceito de patriarcado. Esse sistema social era dominante na época de Manuela Sáenz e interferiu em toda sua vida, pessoal e política, dedicada à luta pela independência da Grã-Colômbia e ainda perdura na contemporaneidade com outras roupagens. Enfim, qual seu significado? Como ele surgiu?

Pateman (1993) trabalha o patriarcado tomando como ponto de partida o contrato original. Entre as formulações teóricas que pretendem explicar o contrato original, a autora destaca duas. A primeira ressalta que no estado de natureza, sem regras, o homem não poderia sobreviver e trocou a liberdade individual pela liberdade civil, mediada pelo Estado. A outra afirma que o contrato original ocorre com a libertação dos filhos perante o pai, o que constituiria uma posição revolucionária: derrubar o patriarca, o que ao pé da letra significa a dominação, o direito do pai sobre a mulher e os filhos.

O que a história do contrato não conta é que a liberdade civil conquistada pelos filhos se realizou com a ampliação da opressão e exploração da mulher, que antes era exclusiva do pai e agora passa a ser destes também através do contrato sexual. Trata-se, portanto, do prolongamento do sistema patriarcal e não de seu aniquilamento. Desta forma, o contrato original consiste em um contrato tanto social como sexual, em que a opressão da mulher não é considerada. Assim, tem origem o moderno patriarcado por meio do qual o sexo masculino subjuga o sexo feminino, se apropriando de seus corpos em uma espécie de fraternidade machista.

> O pacto original é tanto um contrato sexual quanto social: é sexual no sentido de patriarcal _ isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres _, e também, sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens aos corpos das mulheres. O contrato original cria o que chamarei, seguindo Adrienne Rich de “lei do direito sexual masculino”. O contrato está longe de se contrapor ao patriarcado; ele é o meio pelo qual se constitui o patriarcado moderno. (PATEMAN, 1993, p.17).

Estabeleceu-se uma diferença entre o privado e o público em que um não interferia no outro, ficando a mulher restrita, essencialmente, ao espaço privado, da casa e da família, enquanto o homem ocupa a esfera pública, da política e do mercado. Como os contratos no campo político e do trabalho se referem ao que é público, portanto, voltado para o homem, e o casamento é um contrato privado voltado à mulher, os dois espaços não deveriam estar relacionados. No entanto, as diferenças entre estes não são tão grandes quanto se poderia pensar. As mulheres se casam e trabalham ou não, ficando limitadas à autorização do marido. De fato, o contrato de casamento direciona o contrato trabalhista da mulher que, por seu turno, é controlado pelo homem. Na realidade, a organização da família influencia as relações produtivas da sociedade.

Temos que o patriarcado não é um conjunto de ideias, sendo construído do concreto, de tal maneira que a participação ou não nos espaços públicos e privados define também a ordem social, seus meios de produção e reprodução. Assim, as leis, a cultura, as religiões tornam-se instrumentos de dominação ideológica que disseminam valores sobre a inferioridade das mulheres. Sua libertação implica em uma mudança radical desses pilares, ou seja, na derrubada do contrato original na construção de uma nova história.

> O contrato original (diz-se) criou uma nova forma de legislação, e a participação nos contratos reais da vida cotidiana constituiu uma forma moderna de estabelecimento de relações localizadas de poder dentro dos campos da sexualidade, do casamento e do trabalho. A legislação e o Estado civil, bem como a disciplina (patriarcal), não são duas formas de poder, mas dimensões complexa e multifacetada de dominação do patriarcado moderno. (PATEMAN, 1993, p.34).

Pateman (1993) argumenta que as mulheres são excluídas do contrato original, que é instituído por homens para homens, através da racionalidade e das características do sexo masculino. Considerando indivíduo somente o homem, a maioria dos teóricos clássicos contratualistas, incluindo Rousseau, concordam que a sujeição do sexo feminino se justifica pelas diferenças biológicas, que fazem as mulheres serem naturalmente inferiores aos homens, devido à sua incapacidade de raciocinar. Tais afirmações levaram os pensadores a elaborar suas teorias baseadas no patriarcado – dominação dos homens

sobre as mulheres -, reforçando essas diferenças ao descrever o papel do masculino e do feminino. Em suma, como o homem e a mulher devem se comportar em sociedade e na família.

Percebe-se que o patriarcado gerado no contrato original e imposto a mulher não é algo natural, mas sim um sistema de dominação socialmente construído, que busca justificar a superioridade masculina e atribuir à mulher o papel de reprodutora, responsável por garantir a propriedade do homem através de herdeiros legítimos.

O contrato original é forjado mediante um acordo entre as duas partes que concordariam com os termos e que estariam nas mesmas condições de igualdade e liberdade. Caso necessário, o Estado interviria para que os acordos fossem cumpridos. Partindo dos pressupostos anteriores, as mulheres não participam deste, pois são consideradas dependentes de pais e maridos. Por mais que o contrato original possibilite sua participação no contrato do matrimonio, é bem diferente o que está na lei e na prática.

Para ser válido, o contrato precisa levar em conta a submissão da mulher, o que mostra a contradição inerente ao contrato original em termos de consolidar a inferioridade da mulher. Desse modo, fica claro que os contratos não são consensuados, porém impostos à sociedade e que podem produzir mobilização e resistência.

> Com exceção de Hobbes, os teóricos clássicos argumentam que as mulheres naturalmente não têm os atributos e as capacidades dos "indivíduos". A diferença sexual é uma diferença política; a diferença sexual é a diferença entre liberdade e sujeição. As mulheres não participam do contrato original através do qual os homens transformam sua liberdade natural na segurança da liberdade civil. As mulheres são o objeto do contrato. O contrato sexual é o meio pelo qual os homens transformam seu direito natural sobre as mulheres na segurança do direito patriarcal civil. (PATEMAN, 1993, p.21)

Em outras palavras, a mulher não pertenceria nem a ela mesma, sequer suas habilidades específicas lhe pertenceriam, a mesma não poderia dirigir seus caminhos, devendo o homem protegê-la e tomar as decisões por ela. No contrato de casamento, a mulher é transformada na serva do marido, visto que a mulher é incapaz de controlar seus desejos, impulsos e se tornando livre e igual ao homem traria a sua ruína. Esses argumentos foram utilizados para conter protestos de mulheres e até de alguns homens

que consideravam um absurdo a mulher ser considerada inferior e subjugada simplesmente por sua diferença biológica. A ideia de inferioridade feminina passou a ser reforçada pela falta de controle de si mesma. Marx critica este argumento quando coloca em sua teoria que as pessoas em geral são donas de si mesmas, de sua força de trabalho.

> A ideia que os indivíduos são proprietários em suas pessoas tem sido fundamental na luta contra a dominação classista e patriarcal. Marx jamais poderia ter escrito O capital e formulado o conceito de força de trabalho sem ela; mas ele também não poderia ter invocado a abolição do trabalho assalariado e do capitalismo, ou do que é chamado escravidão assalariada na antiga terminologia socialista, se não tivesse rejeitado essa visão dos indivíduos e por corolário de que a liberdade é o contrato e a posse. (PATEMAN, 1993 P.31)

Ao participar do contrato de casamento, a mulher adotava o nome do marido, tinha que viver no local escolhido por ele, tudo que produzia pertencia-o, ele teria direito ao corpo da mulher à vontade, não haveria separação e, no caso de desgaste do casamento, o marido poderia vender sua esposa. A mulher era socialmente morta. Todos esses direitos foram assegurados no contrato original através do contrato sexual em uma fraternidade entre os homens. “Até o final do século XIX a condição civil e legal de uma esposa se assemelhava a de um escravo” (PATEMAN, 1993, p.180).

Saffioti (2004, p.44) define o patriarcado com a seguinte afirmação: é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens. Concorda com Pateman (1993) que o patriarcado se expandiu a todos os homens, a partir da história fictícia do contrato original, com a derrota do pai pelos filhos, em que o contrato social restringe a mulher ao âmbito da casa e o contrato sexual dá ao homem o controle de sua sexualidade. Mostrando a complementaridade entre os dois contratos, argumenta que o patriarcado empurra a mulher à vida privada, sendo considerada a “rainha do lar”, e impede sua presença no espaço público, privilégio dos homens. Portanto, as leis que regem a sociedade são referidas aos homens e feitas por eles, excluindo as mulheres. O público e o privado estão estreitamente entrelaçados, como explica Saffioti (2004, p.54) na citação abaixo:

> Integrar a ideologia de gênero, especificamente patriarcal, a ideia, defendida por muitos, de que o contrato social é distinto do contrato sexual, restringindo-se este último à esfera privada. Segundo esse

> raciocínio, o patriarcado não diz respeito ao mundo público ou, pelo menos, não tem para ele nenhuma relevância. Do mesmo modo como as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado.

A autora percebe a divisão entre privado e público como posicionamento político, cujo pilar assenta-se na organização patriarcal. A mulher não possui direitos políticos por ser considerada biologicamente inferior ao homem. Essa versão da justificativa de sua inferioridade foi muito difundida, principalmente, pelas religiões, pelas escolas, pelo Estado. Não significando a concordância das mulheres com tal situação. Assim, algumas começaram a se organizar, a refletir sobre sua posição no âmbito de casa não ser natural e sim vinculada ao discurso patriarcal, socialmente construído. O sufrágio, tido como uma luta organizada por mulheres, marca o início dos movimentos feministas. Todavia, antes as mulheres já vêm lutando, como mostram suas participações nos movimentos de independência por toda América, seja fazendo espionagem, seja lutando disfarçadas de soldado. A personagem estudada ilustra a participação da mulher na luta política e por sua integração no espaço público. Assim, a luta da mulher é histórica e vem de longas datas fazendo um movimento do privado para o público.

> A diferença sexual é convertida em diferença política, passando a se exprimir ou em liberdade ou em sujeição. Sendo o patriarcado uma forma de expressão do poder político, esta abordagem vai ao encontro da máxima legada pelo feminismo radical: "o pessoal é político". (SAFFIOTI, 2004, p. 55)

Neste sentido, tanto Saffioti (2004) quanto Pateman (1993) defendem a utilização do conceito patriarcado que significa submissão, no sentido mais amplo, e exploração da mulher pelo homem, mais especificamente. Este conceito comporta grandes debates, devido ao discurso patriarcal afirmar que o termo estaria ultrapassado após a criação do contrato original. Partindo desse princípio, muitas feministas adotam a expressão "dominação masculina" para substitui-lo. Porém, sua não utilização leva o movimento feminista a perder a historicidade de suas lutas não são recentes. Patriarcado é o único conceito que relaciona diretamente a submissão da mulher à sua exploração pelo homem, além de poder, em uma única palavra, reafirmar as diferenças entre os dois sexos na

sociedade, inclusive no âmbito político e econômico. Pateman (1993) procura explicar a dicotomia entre masculino e feminino, entre direito patriarcal e direito sexual, na citação abaixo:

> A interpretação patriarcal do "patriarcado" como direito paterno provocou, paradoxalmente, o ocultamento da origem da família na relação entre marido e esposa. O fato de que homens e mulheres fazem parte de um contrato de casamento - um contrato original que instituiu o casamento e a família - e de que eles são maridos e esposas antes de serem país e mães é esquecido. O direito conjugal está, assim, subsumido no direito paterno e, segundo as histórias feministas contemporâneas que recuperaram a ideia de um matriarcado primitivo ilustram, as discussões sobre o patriarcado giram em torno do poder (familiar) das mães e dos pais, ocultando, portanto, a questão social mais ampla referente ao caráter das relações entre homens e mulheres e à abrangência do direito sexual masculino. (PATEMAN, 1993, p.49).

Já Saffioti explica afirmando:

> ...à medida que as (os) teóricas (os) as feministas forem se desvencilhando das categorias patriarcais, não apenas adquirirão poder para nomear de patriarcado o regime atual de relações homem-mulher, como também abandonarão a acepção de poder paterno do direito patriarcal e o entenderão como direito sexual. Isto equivale a dizer que o agente social marido se constitui antes que a figura do pai. (SAFFIOTI, 2004, p.56).

Essa autora justifica que o termo patriarcado expressa uma relação que envolve a sociedade em seus diversos aspectos e espaços hierárquicos, proporcionando ao homem o direito sexual sobre a mulher praticamente sem restrição. O patriarcado tem uma base material, corporifica-se e representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência.

Saffioti (2004) dialoga com estudos de outros teóricos, entre eles Engels (1965), quando expõe que as primeiras sociedades foram caçadoras e coletoras. Embora já existisse a divisão sexual do trabalho, não havia inferioridade de um ou outro sexo; pelo contrário, eram iguais. Mulheres e homens trabalhavam para a sobrevivência da tribo. Ela observa que a mudança de uma sociedade igualitária para uma sociedade com soberania de um dos sexos, ou seja, dividida entre homens e mulheres se originou com a produção

de excedentes, o acúmulo de bens. Para que permanecessem na família do homem, deveriam ser transmitidos aos filhos sob a forma de herança, sendo o casamento monogâmico necessário para assegurar o controle do corpo da mulher e garantir ao homem a posse dos bens acumulados. Assim, foi essencial legitimar um regime de exploração da mulher pelo homem.

> A monogamia não aparece na história, portanto, absolutamente, como uma reconciliação entre o homem e a mulher e, menos ainda, como a forma mais elevada de matrimonio. Ao contrário, ela surge sob a forma de escravização de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, ignorado até então, na pré-história. (ENGELS, 1965, p. 87).

Outro fator importante para a crença na desigualdade entre os sexos é a mudança na concepção de quem é responsável pela reprodução.[4] A autora expõe que a diferença física não estava na origem da divisão sexual de trabalho e exemplifica narrando o caso de algumas tribos em que as mulheres tinham a tarefa de caçar focas. A provável explicação para a divisão sexual do trabalho é que esta ocorreria pela necessidade de a mulher amamentar a criança e, se esta chorasse, provavelmente assustaria a caça. Nas sociedades primitivas, a coleta era realizada diariamente e a caça irregular; deste modo os homens tiveram condições de desenvolver outras habilidades e justificar a dominação sobre a mulher. Essa resistiu e o processo demorou um tempo para ser concretizado.

> ... o patriarcado conta com a idade de 5,203-4 anos. Se, todavia, se preferir fazer o cálculo a partir do fim processo de transformação das relações homem-mulher, a idade desta estrutura é de tão-somente 2.603-4 anos. Trata-se a rigor, de um recém-nascido em face da idade da humanidade, estimada entre 250 mil e 300 mil anos. Logo, não se vivem sobrevivências de um patriarcado remoto; ao contrário, o patriarcado é muito jovem e pujante, tendo sucedido às sociedades igualitárias. (SAFFIOTI, 2004, p.60.)

[4] Importante lembrar a relevância do desenvolvimento cientifico, principalmente, nas áreas da biologia e da genética, que dizem serem os homens os responsáveis pela reprodução, sendo a mulher apenas um receptáculo que carrega o bebê. Ora, para gerar a vida é necessário a mesma quantidade de material genético de homens e mulheres, ou seja, 23 cromossomos de cada um.

Saffioti (2004) critica Max Weber, argumentando que seu conceito de dominação se apoia em fatos reduzidos à subjetividade, bem como Maria Sylvia de Carvalho Franco, por se basear na racionalidade weberiana. Seu método de pesquisa representa uma forma estática de compreender o patriarcado, uma vez que esses autores sustentam ser o patriarcado igual em todas as sociedades, portanto universal, transformando o mesmo em um fenômeno social a - histórico.

Afirma Saffioti (2004) que o patriarcado se modifica no tempo e no espaço, sendo diferente em cada sociedade, e que os historiadores provam isso. Ela defende a análise marxista como método de pesquisa por buscar as raízes para compreender o desenvolvimento do fenômeno. E, ratifica a importância de demarcar que o Estado é patriarcal e de se trabalhar com patriarcado e não dominação masculina, como propõe Bourdieu, porque esse conceito mostra de uma só vez de onde vem a dominação da mulher e suas características.

A autora discorda da dicotomia patriarcado e matriarcado, colocada pelo sistema patriarcal, propondo que o debate seja sobre a igualdade entre homens e mulheres. O patriarcado adentra todos os aspectos da vida em sociedade e é incorporado nas formas de ser, pensar, sentir e agir não de homens e também das próprias mulheres que acabam por fortalecê-lo: “Além de o patriarcado fomentar a guerra entre as mulheres, funciona como uma engrenagem quase automática, pois pode ser acionada por qualquer um, inclusive por mulheres”. (SAFFIOTI, 2004, p.101)

Opina sobre a necessidade de operar com conceitos de inorgânico, orgânico e ser social de Lukács, expondo que o corpo é transmissor de cultura e que essa tem que ser trabalhada e reconstruída para combater a continuidade do patriarcado. A partir da compreensão da história do patriarcado, observa como são construídos o ser masculino e o ser feminino, de modo que a categoria social das mulheres possa se apropriar dessa história.

Engels (1965) explica a exploração da mulher com base nos conceitos de estrutura[5] e superestrutura[6], que são articulados conforme o modo de produção; desta forma, a organização da família muda de acordo com o modo de produção e da mesma maneira a exploração da mulher. Ele descreve essa exploração como algo não natural, oriundo do desenvolvimento das forças produtivas, provocador da divisão entre homens e mulheres.

Na passagem do comunismo primitivo para o modo de produção asiático, com o início da acumulação dos bens, a expansão da agricultura e da pecuária, o incremento de ferramentas, o homem passa de nômade a sedentário. O autor chega a essa constatação através de sua pesquisa das comunidades primitivas, baseadas em Morgan e anotações de Marx sobre o estudo do antropólogo estadunidense, que considera a transição do comunismo primitivo para a civilização. Cada fase tem subfases e a cada uma dessas correspondem especificidades do modo de produção e do desenvolvimento da família. Assim, na fase selvagem existe o casamento por grupo, no comunismo primitivo o matrimônio sindiásmico e na transição para o capitalismo a prevalência da monogamia. Homens e mulheres perdem o poder de escolher livremente seus parceiros e o tempo de permanência no matrimonio; no casamento monogâmico, ambos deveriam ter somente um parceiro fixo e o divórcio deveria ser dificultado. Nesse percurso, é a mulher que acaba submissa ao homem, voltada para a casa e os filhos, ausente das decisões políticas e em geral do meio público.

Na sociedade primitiva não existia a família, mas tribos ou clãs, as quais não possuíam controle dos corpos seja de homens ou de mulheres. A linhagem era matrilinear e as mulheres eram respeitadas por seu trabalho, por serem reprodutoras, significando a vida. A divisão de trabalho era de acordo com a capacidade de cada um, sendo que, na maioria das vezes, as mulheres ficavam responsáveis pela coleta dos frutos e os homens pela caça. Como obter a caça era difícil, quem provia a maior parte dos alimentos eram as mulheres; toda a produção era dividida conforme as necessidades e o trabalho

[5] Estrutura (ou base) econômica da sociedade implica a existência de todo um conjunto de instituições e de ideias com ela compatível

[6] Superestrutura compreende fenômenos e processos extra econômicos: as instâncias jurídicas-políticas, as ideologias ou formas de consciência social.

doméstico distribuído entre as mulheres. As principais decisões eram tomadas coletivamente, de acordo com a quantidade de trabalho empenhado no desenvolver das atividades da tribo, em um sistema comunal. Uma vez que as mulheres tinham participação nas atividades produtivas, suas opiniões eram respeitadas.

> Finalmente, os primeiros antropólogos descobriram que a unidade familiar, tal como conhecemos, também não existia. A sociedade tribal estava composta por uma rede de clãs, formando cada um por irmãos e irmãs correspondentes. Com esse sistema de classificação através do parentesco, todos os membros se identificavam, não por meio de seus próprios laços familiares, mas através de suas relações tribais ou do clã. (REED, 2008, p. 26)

Como desenvolvimento da agricultura e da pecuária iniciou-se a acumulação de bens como, por exemplo, gado e alimentos em geral, como também o surgimento de desigualdades nas tribos e clãs. Originou-se a divisão entre quem trabalha e quem pensa o trabalho. Os grupos mais privilegiados economicamente se fortaleciam e escravizavam outros grupos. Os escravos começaram a fazer o trabalho das mulheres que passaram a ser menos valorizadas. As tribos com isso se desmancharam e, em seu lugar como diria Eleanor Burke Leacock, em seu posfácio sobre a obra de Engels (1965), A origem da família, da propriedade privada e do Estado, emerge a "família como unidade econômica dominada pelo homem".

A partir do momento em que o homem passa a ser sedentário e a acumular bens é necessária a transmissão da herança para que a mesma permanecesse na família do homem após sua morte. Saffioti (2004) concorda com Engels (1965) em que a mulher foi submetida ao homem por meio da monogamia de modo a garantir o controle de seus herdeiros. Com a família monogâmica, o homem passou a exercer o controle da produção e reprodução da mulher:

> A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos. Hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. (ENGELS, 1965, p.87.)

No comunismo primitivo não era possível a submissão da mulher devido à forma de relacionamento estabelecida: não havia diferenciação entre quais filhos pertenciam a qual pai, todos os adultos da tribo cuidavam de todas as crianças. Em uma família matrilinear as descendências eram estabelecidas pela mulher. Esta era uma forma de prestígio da mulher, não significando que era superior, mas igual ao homem. Nessa sociedade, homens e mulheres trabalhavam para o sustento da tribo, cada qual segundo suas limitações. Com o desenvolvimento das forças produtivas, as transformações econômicas acarretariam mudanças na organização social. Enfim, a exploração da mulher pelo homem surgiu com o acúmulo de bens, a divisão de classes, a origem da família monogâmica.

Manuela não se retraiu face às limitações impostas pela organização patriarcal, estando presente nas guerras de independência. Difamada pela sociedade da época, atraiu inimigos poderosos que não aceitavam sua participação nos movimentos de libertação. Em torno dessa personagem até hoje existem polêmicas, apesar de que sua participação parece estar sendo reconhecida com objetivos que nem sempre são os de emancipação feminina. Compreendemos que o patriarcado, conforme a perspectiva de Pateman (1993), Saffioti (2004) e Engels (1965), esteve presente no tempo de Manuela Sáenz e persiste na atualidade.

Considerações finais

O papel destacado de Manuela Sáenz nas independências da América do Sul, em particular na construção da Grã-Colômbia, é inegável: formulou estratégias de batalha, organizou e cuidou de documentos importantes, difundiu os ideais de liberdade, obteve informações sobre as atividades realizadas pelos colonizadores, combateu traições ao projeto bolivariano, comandou exércitos, cuidou de soldados feridos. Também contribuiu com a libertação do Peru, passando avisos aos patriotas sobre as ações das tropas realistas, fazendo agitação e propaganda das ideias revolucionárias, enfim, ajudando de várias maneiras a derrotara dominação dos espanhóis.

Analisei que o patriarcado surgiu com o acúmulo de bens no desenvolvimento da agricultura e da pecuária, produzindo a desigualdades no interior das tribos e dos clãs.

Originou-se a divisão entre quem executa e quem pensa o trabalho. À medida em que alguns grupos se fortaleciam economicamente, escravizavam outros grupos; os escravos começaram a fazer o trabalho das mulheres e estas passaram a ser desvalorizadas, sendo usadas como instrumento de transmitir a herança de pai para filho, de modo que os bens continuassem em família. Considerada inferior e incapaz, foi condenada à castidade, à tomar conta do lar, à condição de serva.

O patriarcado era pungente na sociedade colonial do século XIX e continua, ainda nos tempos atuais, embora com outras roupagens, apropriado pelo liberalismo e capitalismo. Hoje, no Brasil, apesar de trabalharem fora a maioria das mulheres ainda cuidam sozinhas do lar e ganham salários menores em relação aos homens. Quando se propõem a fazer as mesmas atividades são vistas de maneira masculinizada, principalmente naqueles trabalhos exigidores de força física. Seu corpo não lhe pertence, assim, se anda na rua de roupa curta está sujeita ao estupro, sendo negado o aborto. A castidade é valorizada no caso da mulher e ter vários parceiros torna-a malvista, enquanto o homem é tido como o "garanhão". A sociedade não a vê como dona de si mesma e, por isso, continua alto o índice de violência contra a mulher.

Referências bibliográficas

ÁLVAREZ SAÁ, Carlos. Manuela sus diários perdidos y outros papeles. Quito-Equador: Museo Manuela Sáenz, 2008.

ANDERSON, Benedict R. Comunidade imaginada: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

BALAKRISHNAN, Gopal. Um mapa da questão nacional. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

ECHEVERRI M., Aquiles. Manuela Sáenz. In: ECHEVERRI M., Aquiles. Bolivar y sus treinta y cinco y mas mujeres.Medellin: Editorial EAFIT,1996. 137- 213

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FRANCO, Stella Maris Scatena; PRADO, Maria Ligia Coelho. A participação das mulheres na independência da Nova Granada: gênero e construção de memórias nacionais. In: PAMPLONA, Marco A.; MÄDER, Maria Elisa (Org.). Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: Nova Granada, Venezuela e Cuba. São Paulo: Paz e Terra, 2009, v. 3, p. 171-236

GARCIA HAMILTON, José Inacio.Don José. La vida de San Martín. 5ªed; Buenos Aires; Debolsillo; 2010.

GOLDMAN, Wendy Z. Mulher, Estado e Revolução: política familiar e vida social soviéticas. São Paulo: Boitempo, 2014.

GOMES, Angícia; BRAGA, Natanael; RIBEIRO, Paula.Caleidoscópio de nações: reflexões teóricas a partir de um mapa da questão nacional. Fortaleza: EdUECE

JARAMILLO MORALES, Alejandra. Manuelita Sáenz Amante de lalibertad. Bogotá: Panamericana Editorial, 2005.

LONDOÑO LÓPEZ, Jenny. Manuela Sáenz: “mi patria es el continente de la América”. Cuadernos Americanos, Mexico, V.3, n.125, 67-85, 2008. MAZANO, Sofia.Economia política para trabalhadores. São Paulo: ICP, 2013.

MÉNDEZ MORA, Cecilia. Manuela Sáenz: lainsurrección, lanación y lapatria. Cuadernos Americanos, México, V.1, n.127, 81-98, 2009.

NETTO, José Paulo. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo e Braz, Marcelo. Economia política: uma introdução critica, 6ªed, São Paulo: Cortez,2010. (Biblioteca básica de serviço social, v.1.

OTERO, José Pacífico. San Martín y la biblioteca de Lima. Biblioteca Nacional Marino Moreno; Ciudad Autónoma de Buenos Aires, p.29-33, abril-maio de 2014

PATEMAN, Carole. O contrato sexual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PRADA, AntonioCacua. Manuela Sáenz. Generala de América. Bogotá: Ediciones Aurora, 2012.

ROJAS ALDANA, María Consuelo. Análisis de la instancia ideológica em elconocimiento histórico adquirido. Estudo de un caso: Manuela Sánz. Revista del departamento de historia y geografia, Boogotá, V.4, n.8, 45-63, 2000.

REED, Evelyn. Sexo Contra Sexo ou Classe Contra Classe. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Emílio ou Da educação. São Paulo: Martins Fontes- selo Martins, 2014.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAN MARTIN,José de. Escritos Políticos San Martín.Rio de Janeiro; Vozes; 1990;p.192

SIMÓN, Bolívar. Escritos políticos. Editora da UNICAMP, 1992, p.158

SOUZA, César Weyne Batista de. Grã-colômbia: O sonho de Bolívar. 2007. Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais –Faculdade de Ciências Sociais da universidade Estadual do Ceará- UECE, Fortaleza, 2007.

TAXIN, Amy. La Participación de lamujerenlaIndependencia: el caso de Manuela Sáenz. Revista Equatoriana de História, Equador, n.14, 85-111, 1999.

VALCÁRCEl, Isabel. Manuela Sáenz: amor, pátria, libertad. In: Valcárcel, Isabel. Mujeres de armas tomar, Madrid: Algaba, 2005. 105-127.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

ECONOMIA E RELAÇÕES DE TRABALHO NO CARIRI CEARENSE NOS SÉCULOS XVIII E XIX

Erika Sales

Christiane Luci B. Alves

Guilherme S. G. Alcoforado

Emmanoel de Oliveira

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

ECONOMIA E RELAÇÕES DE TRABALHO NO CARIRI CEARENSE NOS SÉCULOS XVIII E XIX

ECONOMY AND LABOR RELATIONS IN CARIRI CEARENSE IN THE 18TH AND 19TH CENTURIES

Erika Sales et al[1]

Christiane Luci B. Alves[2]

Guilherme S. G. Alcoforado[3]

Emmanoel de Oliveira Boff[4]

Resumo

Ao longo do século XIX, as relações sociais sofreram diversas transformações ocorridas nas áreas política e social, transformações estas que, segundo Libby (1988), mudaram a maneira de ver e entender a nova realidade na qual estava inserida a sociedade. A região do Cariri cearense, localizada no interior do Ceará, apresentou-se como um espaço economicamente diverso de alguns espaços do território cearense, em virtude do seu meio físico, que apresentava vantagens para produção agrícola, sobretudo a partir da segunda metade do século XVIII. Nessa perspectiva, o presente artigo analisará as principais atividades desenvolvidas no Brasil e no Cariri, nos séculos XVIII e XIX e seu papel na Economia Brasileira. As condições trabalhistas 'oferecidas' na época e suas

[1] Erika D.B. de Sales - Graduada em Economia Universidade Regional do Cariri (URCA)
[2] Doutora em Meio Ambiente (UFC) e professora da URCA
[3] Doutorando em Economia (UFF) e professor da URCA
[4] Doutor em Economia (UFF) e professor da UFF

características, bem como as principais atividades e relações de trabalho desenvolvidas no Cariri cearense nos séculos XVIII e XIX também serão apresentadas.

Palavras-chave: *Relações de trabalho, Atividades produtivas, Cariri cearense, Economia do Ceará, Formação Econômica*

Abstract

Throughout the nineteenth century, social relations were affected by several transformations that occurred in the political and social areas, which, according to Libby (1988), changed the way of seeing and understanding the new reality in which society was rooted. The Cariri region of Ceará, located in the interior of Ceará, presented itself as an economically diverse space from some spaces in Ceará territory, due to its physical environment that presented advantages for agricultural production, especially from the second half of the 18th century. In this perspective, this article will analyze the main activities developed in Brazil in the 18th and 19th centuries, as well as their contributions to the Brazilian Economy. We will present the labor conditions 'offered' at the time and their characteristics, as well as the main activities and work relationships developed in the Cariri from Ceará, 18th and 19th centuries.

Keywords: *Labor relations, Productive activities, Cariri Ceará, Economy of Ceará, Economic Formation*

***

Introdução

No Brasil, ao longo do século XIX, as relações sociais sucederam-se em intensas modificações em virtude das transformações ocorridas nas áreas econômica, política e social, refletindo, segundo Libby (1988), a maneira de ver e entender a nova realidade na qual estava inserida a sociedade brasileira. Este período compreendeu profundas mudanças no campo político, sobretudo na forma de governo implantada, a República, que se confirmou pela promulgação de novas práticas constituintes.

No plano econômico, as transformações envolviam a substituição do trabalho escravo pelo assalariado, a partir de 1888, ano da abolição no Brasil, fato que redimensionou as relações de trabalho na economia doméstica. Essa transição para o trabalho assalariado foi essencial para a dinamização do mercado interno e posterior industrialização do país, já que nesse período intensificaram-se a incorporação de equipamentos, tem-se a implantação de ferrovias e da máquina a vapor, que começaram a ser utilizadas para movimentar as mercadorias que eram produzidas por cima dos trilhos. Como destaca Lessa (2001), a máquina a vapor e a navegação regularizam as ligações externas via tráfego marítimo e tem implicações imediatas sobre o giro comercial, que é encurtado e reduz, de forma notável, os fretes marítimos. Assim, além da melhora na circulação de mercadorias, havia o interesse em integrar politicamente e administrativamente as províncias no Brasil em um momento conflituoso sob o comando do governo central, como afirma El-Kareh (2002). Nesse momento, é percebido também o adensamento do processo de modernização do país, englobando, inclusive, as fazendas de café e outras lavouras brasileiras. (LIBBY, 1988).

O Nordeste, porém, não participou do movimento de industrialização que estava acontecendo na mesma intensidade que aconteceu na região que equivale atualmente a região Sudeste do Brasil. O Ceará, mais especificamente, com o seu histórico de secas, obteve um desenvolvimento pouco significativo no que se refere a um processo de

industrialização técnica e crescimento econômico acelerado. No entanto, sua economia, que basicamente era de cultura agrícola e criação de animais, permitiu alcançar uma estabilidade em termos econômicos, mantendo-se à frente - no âmbito de desenvolvimento - de algumas províncias brasileiras de economia similar, ou seja, na região Nordeste do país. Na perspectiva das relações senhoriais, o Cariri cearense se faz presente no sentido de que neste espaço houve a predominância da relação patrão e empregado. O processo de ocupação e colonização da Capitania do Ceará fez-se tardiamente, quase cento e cinquenta anos após o descobrimento da então colônia portuguesa e do início da exploração açucareira no litoral nordestino, ressalvadas as pontuais e frustradas tentativas anteriores.

Com o avanço da cultura canavieira pela zona da mata nordestina, a pecuária, atividade complementar à produção da cana, foi deslocada para o interior nordestino, seguindo as margens dos rios que serviram de condutos para penetração do gado no semiárido. Esse mecanismo foi fundamental no processo de ocupação das capitanias da Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Ceará, este último tendo as ribeiras do Jaguaribe, Acaraú e Ceará como principais rotas de entrada.

A dinâmica da economia no Ceará será determinada pelo atrofiamento da atividade pecuária nas áreas litorâneas, especialmente em Pernambuco e Bahia, produtores de açúcar; o primeiro direcionou a colonização a partir do norte do estado, e o segundo, a partir do sul. Assim, durante dois séculos o Ceará foi uma "civilização do couro", dedicada, sobretudo, à venda de gado e de sua carne para outras províncias.

Mesmo com as características geográficas favoráveis do Vale do Cariri, a pecuária não se desenvolveu com a mesma intensidade com que se destacou no restante da capitania: no território do Cariri a agricultura foi predominante. Em parte, tal predomínio é explicado pela falta de concorrência com o gado produzido nas capitanias de Pernambuco e da Bahia que ficavam bem mais próximas da zona da mata que o Cariri. Mas o outro fator foi a “ilusão do ouro” noticiada em 1752, que afirmava que nesse território existiam ricas minas desse minério.

Assim o governo da capitania de Pernambuco (a capitania do Ceará ainda era então subalterna a ela) enviou uma expedição para verificar a veracidade dos fatos, levando a conflitos políticos entre as autoridades do Pernambuco e do Ceará.

Aconteceram assim os primeiros fluxos migratórios para o Cariri, em busca de ouro. Tal fluxo populacional levou a migrações para Missão Velha onde se instalaram as autoridades que estavam encarregadas de supervisionar a extração desse metal e consequentemente a sua tributação. Tal fenômeno migratório levou Missão Velha e Lavras da Mangabeira a rivalizarem com a vila do Icó em quantitativo populacional, mesmo que esta elevação demográfica tenha sido baseada em suposições não confirmadas de riquezas auríferas no Cariri.

O governo do Pernambuco organizou em 1756 a chamada "Companhia do Ouro das Minas de São José dos Cariris" chegando inclusive a importar escravos para o território na tentativa de intensificar a procura pelo minério no Cariri. Com a constatação de que não existia ouro nessa localidade, em 1758 essa Companhia foi dissolvida e os trabalhos exploratórios finalizados.

Assim, a população agora fixada, sem a esperança do ouro, se dedicou a outras atividades produtivas, como o comércio e a agricultura. Foi o caso da cana de açúcar, onde o uso da mão de obra escrava africana foi realocado das explorações mineradoras para a agricultura. Assim, o aldeamento da Missão do Miranda passou gradativamente, com o avançar da cultura açucareira, para o patamar de vila Real do Crato. Tal vila já possuía a característica de ser local de passagem para os principais destinos sertanejos (Piauí, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Bahia, entre outros) o que trouxe prosperidade para o território devido à facilidade de escoamento da sua produção agrícola.

A região do Cariri cearense, apresentou-se, então, como um espaço economicamente diverso de alguns espaços do território cearense, em virtude do seu meio físico, que apresentava vantagens para produção agrícola, sobretudo a partir da segunda metade do século XVIII. Como destaca Brígido (2001), por volta de 1756 o cultivo de cana-de-açúcar estava muito à frente no Cariri e já contava com 952 fazendas de criação.

Verifica-se, então, que a partir deste período, já são tracejadas as duas centrais atividades econômicas do sul Cearense: agricultura e comércio (como entreposto comercial).

Dentro do contexto destas atividades desenvolvidas no território do Cariri, pode-se estudar as relações senhoriais que se davam no decorrer deste período. Neste caso, faz-se necessário um estudo a partir da ótica do empregado, que se via obrigado a submeter-se a regimes de trabalho intensivo, em troca de moradia para a família. Como analisa Cardoso (1979), as relações de trabalho são ativas, têm uma história, estão permeadas por continuidades e descontinuidades e se inserem em um quadro maior, o do meio histórico, um espaço social revelador das contradições, divisões e desarmonias, mas também das solidariedades e da convivência cooperativa.

As questões que envolvem o mundo das relações senhoriais e produtivas, as experiências, os conflitos e a solidariedade que se colocaram na Região do Cariri serão, portanto, objeto de estudo deste trabalho, no decorrer dos séculos XVIII e principalmente XIX, de forma a possibilitar a compreensão acerca de tais relações em uma época de tamanha relevância na história do Ceará, mais precisamente do Cariri. Esta região, em razão de estar situado no sopé da Chapada do Araripe, proporcionava uma terra fecunda e adequada que servia para cultivo da cana-de-açúcar e amplos espaços para a locação de fazendas de criação de gado, de modo que a região foi se compondo como uma das mais produtivas para a Província do Ceará, no século XIX, onde os potenciais deste espaço foram sendo compreendidos a partir da sua ocupação e exploração.

Caracterização geral da economia brasileira do século XIX

O início do século XIX vem com transformações para a população do Brasil, que, logo se depara em receber um monarca de sua metrópole. Como destaca Furtado (2005),

> A forma peculiar como se processou a independência da América portuguesa teve conseqüências fundamentais no seu subseqüente desenvolvimento. Transferindo-se o governo português para o Brasil sob a proteção inglesa e operando-se a independência da colônia sem descontinuidade na chefia do governo, os privilégios econômicos de

> que se beneficiava a Inglaterra em Portugal passaram automaticamente para o Brasil independente. (FURTADO, 2005, p. 46).

Não bastasse o acontecimento único, é estabelecida na cidade do Rio de Janeiro a capital política e econômica de todo o Império Português. É também no fim do século XIX que o Brasil adota seu atual sistema de governo, a República. Desprendida do exclusivismo lusitano, ganhou a economia brasileira no decorrer do século XIX mecanismos monetários e financeiros mais atualizados, embora em constante dificuldade de ajustamento à natureza escravista colonial da produção (GORENDER, 1980).

Ainda do ponto de vista político, a república federativa fundou-se no presidencialismo, havendo ampliação do regime representativo. Segundo Gremaud (1997),

> Foi estabelecido o voto direto e universal para os maiores de 21 anos. Não podiam votar os analfabetos, os mendigos, os militares que não tivessem patente de oficial, e os religiosos sujeitos a voto de obediência. Embora não houvesse proibição constitucional, as mulheres em geral, não eram eleitoras (GREMAUD, 1997, p. 41).

No campo econômico, as transformações também foram de grande vulto: as comunicações se davam em dois pólos principais, o das economias do açúcar e do ouro. O cultivo do açúcar, predominante no litoral do Nordeste, estava combinado com a pecuária que tomava o interior da mesma região. Minas Gerais, no Sudeste, ligava-se à pecuária do Sul do país, estendendo-se do atual Rio Grande do Sul até São Paulo. No Maranhão e Pará, localizavam-se núcleos autônomos de desenvolvimento, como analisa Furtado (2005, p.91):

> Articulado ao núcleo mineiro estava o hinterland pecuário sulino, que se estendia de São Paulo ao Rio Grande. Esses dois sistemas, por seu lado, ligavam-se frouxamente através do rio São Francisco, cuja pecuária se beneficiava da meia distância a que se encontrava entre o Nordeste e o centro-sul para dirigir-se ao mercado que ocasionalmente apresentasse maiores vantagens. No norte estavam os dois centros autônomos do Maranhão e do Pará. Este último vivia exclusivamente da economia extrativa florestal organizada pelos jesuítas com base na exploração da mão-de-obra indígena. [...] O Maranhão, se bem constituísse um sistema autônomo, articulava-se com a região açucareira através da periferia pecuária. Dessa forma, apenas o Pará

> existia como um núcleo totalmente isolado. Os três principais centros econômicos - a faixa açucareira, a região mineira e o Maranhão - se interligavam, se bem que de maneira fluida e imprecisa, através do extenso hinterland pecuário.

O final do século XVIII e as duas primeiras décadas do século XIX ficarão marcados por uma sequência de eventos internacionais que apresentaram repercussões nos mercados mundiais de produtos tropicais e, consequentemente, na produção brasileira. Destacam-se entre esses acontecimentos a guerra de Independência dos EUA, as guerras Napoleônicas e a Revolução Francesa (no contexto formador da ideologia liberal), e os subsequentes transtornos para as colônias produtoras de artigos tropicais, (FURTADO, 2005).

"A repercussão no Brasil dos acontecimentos políticos da Europa de fins do século XVIII e começo do seguinte, se, por um lado, acelerou a evolução política do país, por outro contribuiu para prolongar a etapa de dificuldades econômicas que se iniciara com a decadência do ouro" (FURTADO, 2005, p. 93).

Estas divergências da primeira metade do século XIX, entre a elite agroexportadora brasileira e os comerciantes ingleses, não apresentaram sua origem em aversões de ideologia econômica, mas derivaram especialmente da falta de coesão com que os ingleses adotavam o que seria a ideologia liberal. Os acordos mercantis (similares ao Tratado de Methuen, de 1703), entre o Brasil e a Inglaterra, perduraram até 1846. Nestes, o Brasil dava preferências comerciais à Inglaterra. Uma delas atingia a arrecadação do recém criado Império brasileiro que arrecadava sobre produtos ingleses 15% de tarifas, enquanto que produtos de outros países chegavam a serem tarifados em 24%. Em contrapartida, os ingleses abriram o comércio aos produtos brasileiros apenas nas suas colônias antilhanas. As ideias liberais serviram apenas aos seus criadores e seus mercados. Para economias periféricas como a brasileira, acabaram acarretando em uma série de problemas políticos, econômicos e sociais.

Nesta etapa os agroexportadores já estavam influenciando nas decisões do governo do país. Com a insuficiência de recursos financeiros e a frágil e quase inexistente

estrutura de poder do Império, o domínio do Estado era reduzido por todo o território do país. Tal fato, atrelado aos problemas econômicos regionais que estes acordos também geravam, criou uma atmosfera de descontentamento e revoltas por todas as regiões e estas foram o estopim para o início do movimento republicano no país.

O desenvolvimento da economia brasileira só ocorreria com o aumento de suas exportações, pois o consumo do país ainda permanecia baseado em importações, principalmente de alimentos e tecidos (aproximadamente 50% das importações em meados do século XIX) e este entrou em decadência com a queda da mineração, deixando a economia formal estagnada. Como não existia a possibilidade nem o interesse das classes dominantes em promover naquele momento a industrialização, juntamente com um mercado interno incipiente cujo consumo era em grande parte baseado em produtos importados, seria apostar no impossível a tentativa de criação de manufaturas. Além das barreiras citadas, a carência de base técnica enterrava ainda mais fundo a esperança de se alavancar qualquer processo de industrialização no Brasil nesse período (FURTADO, 2005).

O segundo maior produto de exportação no começo do século, que era o algodão, ainda tinha produção inferior à do açúcar. O fumo, os couros, o arroz e o cacau eram produtos menores, cujos mercados não admitiam grandes possibilidades de expansão. No que diz respeito ao mercado dos couros, pesava cada vez mais a produção do rio da Prata, e, no do arroz, a norte-americana, que passava por profundas mudanças nos métodos de cultivá-lo. Com a supressão do tráfico de escravos, o fumo perdeu o mercado africano, sendo necessário destinar o produto para outras regiões. Uma última esperança seria o cacau, cujo uso apenas começava a vulgarizar-se. A principal dificuldade do Brasil era encontrar produtos de exportação na qual sua produção necessitasse de terra para seu cultivo. A terra era o único fator de produção abundante no país. Capitais praticamente não existiam e a mão-de-obra era basicamente constituída por um estoque de pouco mais de dois milhões de escravos (FURTADO, 2005).

A partir de 1830, percebe-se a ascensão de um produto relativamente novo, onde suas características de produção correspondiam exatamente às condições climáticas do país. O café, que foi inserido no Brasil desde o começo do século XVIII e era cultivado inicialmente em muitas regiões para fins de consumo familiar. Seu cultivo acabou concentrando-se principalmente em São Paulo em fins do século XIX.

A oferta de mão de obra é um importante estímulo para a expansão das fazendas de café no interior paulista; todavia, a expansão do crédito também foi outro fator que concedeu forte impulso, uma vez que, a partir da reforma bancária aprovada ainda no fim do Império, mas efetivamente instalada no começo da República, forneceu recursos relativamente fáceis para a formação de novos cafezais, principalmente nas áreas do Oeste Antigo e Vale do Paraíba. Deste modo, essa primeira etapa da expansão da economia cafeeira cumpre-se com apoio na aplicação de recursos já existentes e subutilizados (GORENDER, 1980).

A substituição gradativa do trabalho escravo pelo livre, segundo Gremaud (1997), estabeleceu um dos marcos principais da história econômica do Brasil, pois significou a gradual criação do mercado interno. Cabe deixar explícito aqui uma importante contribuição de Gorender (1980) a estas mudanças na mão de obra do país: os escravos coexistiram com a mão de obra assalariada (anteriormente sublocada na subsistência e com os imigrantes), ou seja, o baixo custo do regime escravista ajudou a manter não somente a renda dos agroexportadores, como também indiretamente auxiliou na criação do mercado interno e posteriormente no processo de industrialização do Brasil.

A imigração europeia para a lavoura cafeeira adquire significado especial na maior parte das interpretações históricas do país, que a identifica com o início do trabalho assalariado na economia brasileira. As relações de trabalho neste regime envolvem, sem dúvida, uma remuneração monetária que se aproxima da categoria de salário.

Nesta época, começa a efetivar-se a abolição da escravatura. Para o café, com efeito, tudo indica que provocou uma redistribuição da renda em favor da mão-de-obra em sua produção. Na economia do Nordeste, a Abolição pouco alterou a estrutura

produtiva. O forro (escravo alforriado), ao ser liberto, assim como no Sudeste, não possuía educação, nem acesso ao mercado de trabalho e nem onde habitar. Mas lá existia um elevado grau de assalariamento, o que nivelou o salário da região para os forros em consonância com os salários ofertados a mão de obra de caboclos vindos da subsistência e imigrantes. Os forros elevaram a elasticidade da mão de obra do Sudeste e ainda tiveram acesso a terras para subsistência ainda não ocupadas pelas lavouras de café.

Caracterização da economia do Nordeste e do Cariri no século XIX

Já as terras do Nordeste estavam todas ocupadas na Zona da Mata e em regiões bem específicas como o Cariri cearense, com a produção de cana de açúcar. O restante do Nordeste produzia basicamente gado bovino para atender as demandas da produção açucareira. O regime assalariado era quase inexistente tanto no litoral (escravista) como no mediterrâneo do Nordeste (subsistência). Esta diferenciação entre os níveis salariais do Sudeste e do Nordeste será uma informação relevante para nas seções posteriores, em que caracterizarmos as relações de trabalho da economia do Cariri cearense.

Independente do escravo se encontrar no Sudeste ou Nordeste do país, este estava totalmente desaparelhado para responder a quaisquer estímulos econômicos: não possuía hábitos de vida familiar e a ideia de acumulação de riqueza lhe era estranha. Sendo o trabalho para o escravo uma maldição e o ócio o bem inatingível, a elevação de seu salário acima de suas necessidades determina de imediato uma forte preferência pelo ócio. Observada a abolição de uma perspectiva ampla, comprova-se que a mesma constitui uma medida de caráter mais político que econômico. Ou seja, no século XIX, a escravidão tinha mais importância como base de um sistema regional de poder do que como uma forma de organização da produção.

Assim, a estrutura econômica do Cariri continuou fundamentada especialmente no trabalho escravo, característica que se manteve inalterável nos passos de expansão e decadência da maioria das produções do Brasil. O sistema escravagista aliado à falta de conflitos internos, e a falta de conhecimento técnico da população, contribuíram para o atraso que se impôs à industrialização do país. Na segunda metade do século XIX, durante

a expansão da atividade cafeeira, as bases do sistema econômico brasileiro foram modificadas, constituindo de tal maneira uma etapa de transição econômica, assim como a primeira metade deste século representou uma fase de transição política. E é das crises internas da economia cafeeira, em seus momentos de declínio, que brotarão os subsídios de um sistema econômico independente, que mais tarde foi capaz de gerar o seu próprio impulso de desenvolvimento com base no mercado interno.

Características das condições trabalhistas no país nos séculos XVIII e XIX

As condições trabalhistas nos séculos XVIII e XIX apresentavam características de exploração que destituíam direitos hoje conhecidos pelas classes trabalhadoras. O trabalho escravo pode exemplificar de forma bem ampla esse processo, pois demonstra total dominação do senhor sobre seus cativos, como analisa Barbosa (2008, p.28).

> A vida econômica e social do Brasil Colonial estava alicerçada sobre o trabalho escravo e o tráfico que permitia o seu escoamento a ponto de se criar uma "realidade aterritorial" no Atlântico Sul, soldando já no século XVII uma complementaridade entre a zona brasileira de produção e a africana de reprodução de escravos. O trabalho escravo africano, em um contexto de escassez de oferta de trabalho européia e de abundância de terras apropriáveis, tornou-se um "imperativo econômico inelutável" para um sistema voltado essencialmente à produção de mercadorias externas. Em outras palavras, a terra e o capital só teriam sentido econômico se o trabalho fosse controlado, tornando-se propriedade. Era preciso atar o trabalhador aos meios de produção.

Assim, o desdobramento da colonização das Américas desencadeou mecanismos que culminaram na escravidão não só dos nativos, mas especialmente de povos de outros continentes, particularmente a África. Bonfim (2008) cita um exemplo desse processo ao afirmar que

> As riquezas dos incas e astecas foram assim devoradas num relance, os impérios eliminados e, dentro em pouco, não estava ali, de toda a riqueza sonhada, senão o solo, prodigiosamente rico de ouro e prata, e restos de tribos selvagens, apavoradas, combalidas, desmoralizadas (BONFIM, 2008, p.63).

Wendell (2014), ao falar sobre esse processo de colonização das Américas, chama atenção para a importância de tal processo para a conformidade do sistema capitalista. Segundo o autor, "não haveria uma economia capitalista mundial sem a existência das Américas", processo este que foi criado através de sistemas de dominação e estruturas de poder e subordinação.

> Essa matriz de poder, que se expressa por meio da colonialidade, procurava e ainda procura encobrir o fato de que a Europa foi produzida a partir da exploração político-econômica das colônias. Não há como desconsiderar as implicações históricas do estabelecimento desse padrão de dominação, que se reflete na recíproca produção histórica da América e da Europa, como redes de dependência histórico-estrutural (WENDELL, 2014, p.614).

Quijano (2005) aponta que dois processos históricos convergiram da colonização da América e mudaram a estrutura de poder mundial. O primeiro, "a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava uns em situação natural de inferioridade em relação a outros". Isso foi feito para servir como justificativa para os processos de dominação. O segundo, "a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial" (QUIJANO, 2005, p.107).

Em se tratando da colonização brasileira, Caio Prado Jr (1839) aponta que esta começou frente à necessidade que o rei de Portugal tinha de proteger as terras conquistadas de invasores de outras nações europeias. Com as dificuldades para a ocupação das terras, Portugal despendeu grandes somas de dinheiro para ajudar e acelerar esse processo e procurou demonstrar as vantagens que poderiam se obter explorando as terras brasileiras, que eram férteis e abundantes. Segundo o autor, o regime de posse das terras foi o de propriedade alodial e plena, o que determinou o tipo de exploração agrária adotada no Brasil: a grande propriedade. Esse tipo de exploração foi acompanhado pela monocultura e a partir disso foi que se instalou a escravidão nas terras brasileiras.

> Com a grande propriedade monocultural instala-se no Brasil o trabalho escravo. Não somente Portugal não contava com população o bastante

> para abastecer sua colônia de mão de obra suficiente, como também, já o vimos, o português, como qualquer outro colono europeu, não emigra para os trópicos, em princípio, para se engajar como simples trabalhador assalariado do campo. A escravidão torna-se assim uma necessidade: o problema e a solução foram idênticos em todas as colônias tropicais e mesmo subtropicais da América (PRADO JR, 1839, p.23).

Com isso, no Brasil, os colonos, também em luta com a resistência dos nativos, adotam a ideia de demandar negros como mão de obra, e desse modo – como mencionado – a África se constitui, numa fonte de copiosos recursos para o reino. É um parasitismo depredador – o tráfico de escravos, mas que prepara por si mesmo o parasitismo sedentário. De acordo com Gorender (1980), era preferível a mão de obra escrava africana do que insistir na indígena, uma vez que sua cultura entrava em conflito com o regime de trabalho intensivo e forçoso que pretendiam os europeus, visto que os índios só faziam o suficiente para sobreviver, em uma época em que havia abundância de peixes, frutos e animais.

Sobre a resistência dos nativos mencionada, muitos autores atribuem ao modo de vida dos índios, que não entendiam os conceitos europeus de trabalho exaustivo para acumular riquezas para poucos. A história conta que a pacificidade que os índios demonstraram para com os primeiros portugueses que chegaram às suas terras não foi retribuída pelos portugueses, que, ao buscarem justificativas como a necessidade de mão de obra para os cultivos agrícolas, escravizavam os nativos.

> É sabido que desde os primeiros tempos, a título de resgate, os índios eram reduzidos à escravidão dos colonos, e até transportados a Portugal. Igualmente os aprisionados na guerra eram feitos escravos por um alegado direito do vencedor. Mas os colonos, levados pela avidez e cobiça, em breve tal latitude deram a esses princípios, que havia-se convertido em regra para semelhante abuso a necessidade que diziam ter de braços para a lavoura e outros misteres; empregando neste intuito todas as manhas, artifícios, fraudes, e até força a fim de obterem os índios (MALHEIRO, 1994, p.82).

Seguindo a ordem natural das coisas, os índios, frente a essa escravidão forçada, aos inúmeros ataques, execuções e barbaridades que eram acometidos, começaram a se rebelar contra os portugueses. Assim, criaram alianças entre tribos para se proteger e

atacavam os invasores. Com isso, surgiu um estigma no índio, caracterizados como selvagens e bárbaros, povos não civilizados e preguiçosos que não serviam para o trabalho.

Outros fatores também contribuíram com essa "dificuldade" na escravidão dos povos indígenas, como o fato de o corpo do índio não ser acostumado a grandes períodos de trabalho, o que fazia com que muitos morressem de exaustão e por seus organismos não estarem imunes às muitas doenças trazidas pelos europeus.

Fausto (2000) afirma que duas epidemias vitimaram os indígenas entre 1562 e 1563, vindo a matar mais de 60 mil índios. Além disso, a Igreja Católica também desempenhou importante papel nesse processo, já que tinha grande interesse em catequizar os índios e transformá-los em cristãos seguidores da lei de Cristo, como destaca Mota (2017):

> Genericamente, a produtividade de trabalho, para os índios, não era comum. Os índios foram submetidos a duas tentativas básicas distintas de submissão, sendo uma feita por parte dos colonizadores portugueses, que consistia na escravização pura e simples, e a outra foi a tentativa dos jesuítas em transformar os índios em bons cristãos, mantendo-os em pequenos povoados ou aldeias. (MOTA, 2017, p. 79).

Contudo, somente em 1758, a Coroa definiu a libertação definitiva dos índios, apesar da escravidão indígena ter sido abandonada muito antes pelas dificuldades apontadas no regime escravista e pela existência de uma solução alternativa (FAUSTO, 2000). Com tudo isso, ocorreu no Brasil a substituição da escravidão dos índios pela escravidão de outros povos, principalmente africanos, e que como destaca Mota (2017), o tráfico de escravos contribuiu substancialmente para a acumulação primitiva do capital que instituiu a gênese do capitalismo industrial.

É importante frisar, ainda, que as condições de trabalho, a utilização da mão de obra escrava e a forma das estruturas de poder no Brasil colonial, dos séculos XVIII e XIX, visavam principalmente a obtenção do lucro e não o desenvolvimento do país e o

crescimento da sua economia. Reflexo disso é que a maior parte dos produtos e matérias primas produzidos no território nacional eram exportados, principalmente para a Europa.

> Tal modelo de produção, sob a égide das leis do capitalismo, produzindo apenas produtos agrícolas e minerais para o abastecimento do mercado europeu, foi denominado pelos nossos historiadores de modelo agroexportador. A amplitude desse modelo era tal que, segundo as primeiras estatísticas macroeconômicas organizadas pelo Banco do Brasil em meados do século 19, naquela época, a colônia Brasil exportava mais de 80% de tudo o que era produzido em nosso território. (STÉDILE, 2005, p.5).

Nesse sentido, Theodoro (2005) destaca que durante todo esse período a economia brasileira continuou organizada em torno da produção de artigos tropicais para o mercado europeu. Pelo menos até a década de 1850, não existiam formas alternativas de organizar essa produção, além daquela apoiada no trabalho escravo.

Em se tratando de regime de trabalho escravo, é abstruso falar de condições trabalhistas, visto que o escravo era tido como propriedade e não como semelhante ao homem branco. A escravidão era em si uma forma de violência, uma realidade dura, bárbara e cruel que começava já no transporte dos negros feitos em navios, onde não havia saneamento, nem alimentação, nem ao menos espaço de locomoção, em que muitos morriam nessa travessia. Quando chegavam, eram separados aqueles que vinham da mesma localidade e falavam o mesmo dialeto, para impedi-los de se comunicar. Não possuíam quaisquer direitos, eram forçados a trabalhar em condições desumanas por longos períodos de tempo e eram expostos a todo tipo de humilhações. Eram destituídos de suas características enquanto povo, de sua dignidade enquanto homens. Inclusive muitos “direitos”, sendo o mais comum a carta de alforria que garantia a liberdade para o escravo, eram usados, por vezes, como manipulação para garantir a obediência e servidão do negro.

A cultura autoritária das classes dominantes, com suas próprias características repressivas, continuou a permear toda a sociedade brasileira, mesmo depois de 1888, moldando as dimensões interpessoais, jurídicas e ideológicas do Brasil capitalista e industrial do século XX (LIBBY; FURTADO 2006).

De modo geral, pode-se apontar que as condições trabalhistas do período permitem deduzir que uma das principais características desse processo era a exploração, principalmente do trabalho escravo. Como afirma Reis Jr (2016), a dominação dos senhores sobre seus trabalhadores, escravos ou livres, não era feita somente com a força econômica ou com apelo à violência física. O controle social era validado pela difusão de valores, imagens, discursos, práticas e estratégias, através da utilização da hegemonia. Só na metade do século XIX, até os seus anos finais, é que se pode observar tanto em âmbito global como nacional, o advento de construtos como democracia e liberdade de trabalho nas relações sociais.

Relações de trabalho e principais atividades econômicas desenvolvidas no Cariri cearense nos séculos XVIII e XIX

No que concerne à Zona da Mata Nordestina, a principal atividade econômica desenvolvida ao longo do século XVIII foi a cultura do açúcar. Desde muito cedo, a plantação da cana e a fabricação do açúcar eram vistos como opção para valorização da Colônia, assim como a ampliação de seus recursos econômicos, na medida em que a exploração de ouro, em larga escala, estava descartada dos planos portugueses para a terra de Vera Cruz.

A região do Cariri, localizada no sul do Ceará, era considerada como uma das regiões marginais do semiárido, já que oferecia um desenho um pouco distinto das demais, terra úmida e abundante, pois, como destaca Alves (1946), quando os viajantes que andavam desbravando os sertões atingiam o alto da serra da Chapada do Araripe, sentiam logo a mudança da paisagem, e ficavam deslumbrados ao avistar o lado cearense: destacavam a exuberância da flora e a abundância do verde que pontilhava a terra e a distinguia do cinza do semiárido Nordestino. Desta forma, o Cariri tende a assumir essas particularidades. A condensação populacional desta parte do território teve como ensejo justamente a visão que se tinha daqui como lugar próspero, já que a maior parte da vegetação do sertão era marcada por um cenário de profunda aridez.

A historiografia aponta que houve no Cariri, no século XIX, especialmente a partir da década de 1850, um crescimento econômico caracterizado pela modernização do espaço, melhorias nos transportes, aumento nos índices de produção, o que refletiu no crescimento das vilas e das cidades, como afirma Reis Jr (2016). Partindo deste ponto, faz-se uma comparação com a primeira metade daquele século, quando a região teria tido uma atividade econômica mais modesta. O autor Della Cava (2014) relata que na primeira metade dos oitocentos, a conjuntura econômica não era favorável, pois a produção não atendia aos interesses do mercado internacional, e que no Cariri, ainda não se exploravam produtos, como o algodão, de que a Europa carecia e os quais compravam-se mais barato das regiões litorâneas do Ceará, que começavam a ser cultivadas e ficavam mais perto das áreas portuárias. Conquanto, como afirma Brazil (1863), a agricultura de subsistência estivesse presente na região, o cultivo da cana-de-açúcar era o responsável por grande parte da geração de renda no período.

De acordo com Gardner (1980), as principais culturas realizadas na localidade do Crato eram cana-de-açúcar, mandioca, arroz e fumo. Na cidade e seus arredores, cultivavam-se as frutas tropicais comuns, como laranja, lima, limão, banana, manga, mamão, jaca, fruta-pão e caju, sendo também comum uvas, abacaxis, melões e melancias. Cortez (2008) afirma que nas áreas de brejo, a predominância era da cultura canavieira, juntamente com os engenhos para a fabricação da rapadura e alambiques para produção de aguardente.

Deste modo, como ressalta Brazil (1863), a cana-de-açúcar era o cultivo mais aprofundado na região sul-cearense,

> Mas é somente de poucos anos à esta parte que a cultura da canna tem tomado maiores proporções com o fabrico da aguardente e assucar, pois d'antes só se fazia rapadura, o que ainda hoje se faz em grande escala no cariri e serra-Grande. No Cariri (Crato e Jardim) onde existem trezentos engenhos de madeira e ferro quase toda a cultura de canna reduz-se ao fabrico de rapadura, melaço e aguardente, sendo que de 1857 para cá é que se começou a fazer assucar e já em 1858 exportaram-se 10.000 arrobas. O Cariri e Serra-Grande (BRAZIL, 1863, p. 360).

Aliado a essa atividade, como já mencionado, havia o comércio local e as atividades artesanais - oficinas onde os artesãos produziam ferramentas ou consertavam engenhos e instrumentos para as casas de farinha, máquinas de descaroçar algodão etc. A fabricação de roupas nos teares movidos pela força humana era atividade com considerável peso, existindo também atividades da agricultura de subsistência, muitas vezes combinadas com a prática da criação de animais (OLIVEIRA, 2003). O autor ainda relata que a fabricação da cana de açúcar, produto que, como já mencionado, era de grande valia na atividade econômica na região, não ocorria só nos engenhos, pois havia também pequenas indústrias caseiras. Aponta, adicionalmente, o fato de que a farinha de mandioca era a base da alimentação caririense, como será explorado adiante. A soma dessa produção, quando gerava um excedente, era destinada às feiras do Crato, Barbalha e outras vilas, sendo este comércio significativo para a economia da região, o que consolida, posteriormente, o Crato como entreposto comercial de uma vasta área geográfica que abrangia vários estados que compunham a região Nordeste.

A inexistência ou insuficiência de dados em relação às quantidades produzidas na região constitui-se um problema para a documentação de fenômenos econômicos do período, pois não há precisão no levantamento das informações: um exemplo é a lavoura da cana de açúcar que era na época uma das atividades econômicas de maior relevância. Segundo Brazil (1863), não era possível determinar a superfície plantada de cada cultura, a quantidade e o valor da semeação anual, o valor e o preço de cada produção por freguesia e município, o consumo dos produtos agrícolas em cada localidade e o comércio dos mesmos. Para realizar seu levantamento no que diz respeito à agricultura, valeu-se dos dados alfandegários e de outros órgãos públicos que não citou explicitamente. Todavia, mesmo sendo os dados imprecisos, eles nos trazem o que seria um esboço da produção de mandioca no Cariri, um produto da alimentação do cearense,

> Faltam-me dados seguros para calcular a producção da farinha em toda a província. Tenho apenas informações, em cuja exactidão não posso confiar. Destas resulta que ha na provincia 11,000 estabelecimentos de farinha, grandes e pequenos, produzindo 600,000 alqueires, que ao

> valor minimo actual de 2$500, importa em 1,500:000$000 (Brazil, 1863, p. 368).

Como afirma Reis Jr (2016), agricultores, pequenos produtores, fazendeiros, oleiros etc. circulavam pelo Cariri, trabalhando, comercializando, trazendo notícias, visitando familiares e amigos. O Jornal O Araripe (1857) relata-nos que, associado à agricultura, o comércio também ganhava seu espaço na época. A botica de Benedicto da Silva Garrido era um exemplo, na qual o comerciante vendia remédios que serviam para vermes,

> Achando-se a mesma bem provida, especialmente dos mais recentes productos chimicos, que a experiencia tem demonstrado sua grande utilidade, como a celebre Santanina, producto activo de sementes contra os vermes, sendo sufficiente dous grãos deste medicamento misturados em assucar, para fazer expellir quantidade de vermes em uma creança de dous a quatro annos de idade. A Botica acha se, e continua, sobre a gerência do mesmo (O ARARIPE, 1857, p. 4).

De acordo com Cortez (2008), na segunda metade do século XIX, o Cariri Cearense era uma região populosa, com atividades já desenvolvidas e bem definidas quanto à organização administrativa e econômica. As cidades que compunham esta região dividiam-se em duas Comarcas: Crato, que englobava este município e mais os de Barbalha e Missão Velha, e Jardim, que além dele, incluía o de Milagres. A cultura canavieira mais intensa apresentava-se na cidade de Crato e Barbalha; na segunda, sobressaía a criação do gado vacum. Nesta mesma época, nota-se o aumento populacional, bem como o desenvolvimento do comércio. Conquanto, Pinheiro e Figueiredo Filho (2010) descrevem o que ocorria na cidade de Crato, quando a mesma foi elevada à categoria de cidade em 1853,

> Nos anos 50 do século XIX, prestes a ser cidade ou após sê-lo, organizou o Crato vários serviços necessários à sua vida coletiva. Recordemos alguns que lhe foram, realmente, utilíssimos: a construção do mercado e do cemitério, uma elementar tentativa de abastecimento de água à cidade, a edição de seu primeiro jornal, que indicou, naqueles anos já tão distantes, lhe interessarem à elite, muito reduzida, é certo, coisas da inteligência e do espírito (FIGUEIREDO FILHO E PINHEIRO, 2010, p. 10-11).

No entanto, ainda de acordo com Reis Jr (2016), as forças das atividades vinculadas ao mundo rural eram ainda muito marcantes na economia, tanto pelo número de propriedades existentes e vinculadas ao setor agrário, bem como pelo tamanho dessas atividades no conjunto da economia local. No que se refere à chegada dos novos serviços, circulação de mercadorias e melhorias nas condições das estradas e meios de comunicação, tais transformações por si só não definiam o caráter urbano, num momento que ainda predominavam as relações de trabalho e de propriedade vinculadas ao campo. Porém, dificuldades eram enfrentadas pelos homens do campo, como relata em carta publicada no Jornal O Araripe (1856), morador de Missão Nova, referindo-se à falta de trabalhadores:

> Alem disso as difficuldades com que lutam nossos agricultores pela falta de braços, que é bastante sensível entre nós, em razão da escassez dos escravos; via de transporte; exorbitante pressão de juros; convencional recusa da população a certos trabalhos agrícolas, que julgam distintivos da escravidão; e afinal as incalculáveis e offensivas destruiçõoes das plantas, operadas pelos gados sem pastores: tudo isso concorre para o estado estacionário de nossa agricultura (O ARARIPE, 1857, p. 2).

Observa-se, ainda, que a agricultura fazia uso de técnicas rudimentares que dificultavam que a produção alimentícia se desenvolvesse, tanto pela falta de conhecimento dos trabalhadores, como pelo maquinário que ainda estava muito aquém dos avanços tecnológicos já utilizados em outras regiões do país, de forma que não permitiam aumentos extensivos e intensivos da produção (O ARARIPE, 1857).

Entretanto, por volta de 1850, a produção de rapadura começa a expandir-se, como revela Cortez (2008), devido à modernização dos engenhos que eram de madeira e passaram a ser de ferro puxados a tração animal, muito embora tal produção não precisasse sofrer grandes saltos, pois já abastecia a população, e também não haveria, por ora, a possibilidade de exportação, em decorrência da falta de estradas e deficiência daquelas já existentes, e ainda pelos fato das cidades de Crato e Barbalha estarem situadas em regiões de serras, sendo as viagens bastante penosas, demoradas e adversas para o

transporte a longas distâncias. Observando isso, a Câmara de Barbalha enviou um ofício à capital Fortaleza que nele anunciavam o seguinte:

> Esta Câmara julga de seu dever significar a V. Exa. Que a falta de huma bôa estrada da cidade do Icó a esta Comarca é bastante prejudicial aos interesses da província à lavoura e ao Commercio por não offerecer a estrada da Ribeira o transito de carros por isso que tudo é carregado em animais soffrendo a lavoura e o commercio muito inconvenientes e graves despesas visto que os commerciantes vêm-se obrigados a desmoronarem todos os seus volumes de fazendas e mais gêneros e reduzirem suas cargas para osque ter de fazer despezas com acessórios para infardarem suas fazendas e (ilegível) de prejuízos e mao acondicionam visto que inevitavelmente sofrem. (ATA BARBALHA, 1854, p. 3-4).

A Região do Cariri, como posto anteriormente, valia-se da cultura de gêneros alimentícios e da criação de animais. Gabaglia (1859), na sua andança pela região, juntamente com um grupo de pesquisadores, ainda cita uma terceira atividade que era desenvolvida e que foi percebida por ele, a qual se tratava da produção de alguns produtos manufaturados, como couros curtidos, couramas, trabalhos de tecidos, doces, vinhos de frutas, sal e miudezas. Porém, enfatizava que tais produtos não apresentavam participação significativa para a produção da região[5].

No decorrer do século XIX, de acordo com Cortez (2011), a criação vai configurando-se como a principal atividade econômica que era praticada na Província, visto que o gado desde muito cedo já apresentava certa facilidade de adaptação ao semiárido, o que tornava propícia a região para o desenvolvimento da atividade, facilitada por suas grandes extensões, que ofereciam caminhos para o aumento dos rebanhos. Esse tipo de atividade não exigia investimentos altos, dado que demandava basicamente um pequeno capital para a compra das reses e alguma mão de obra, que poderia ser escrava ou livre. Deste modo, por bastante tempo, a criação foi estabelecida como alternativa

[5] A viagem ocorreu em 1859 e o Ceará foi avaliado por um grupo de estudiosos, que além de Giacomo Raja Gabaglia, incluía também Francisco Freire Alemão, Guilherme de Capanema, Manoel Ferreira Lagos, e Antonio Gonçalves Dias. Viajaram todo o território cearense de Fortaleza ao Cariri, observando suas peculiaridades e estudando suas condições físicas.

possível para a reprodução da vida no sertão, tendo como um dos fatores a mobilidade que o gado oferecia em épocas de grandes secas.

Acompanhadas da pecuária, outras atividades foram sendo desenvolvidas no Ceará, com destaque para algodão, café e cana-de-açúcar, que favoreceram a formação econômica deste estado. O plantio do café também se torna notório em maior em escala na serra de Baturité. O Cariri, porém, não mostrou crescimento com o café, mas sim com a lavoura de cana-de-açúcar, que foi associada a fatores como clima e geografia favoráveis (CORTEZ, 2011).

Cariri Cearense e as relações de trabalho nos séculos XVIII e XIX

No que se refere ao Cariri Cearense, objeto de estudo desse trabalho, o braço escravo – primeiro através da escravidão do indígena, pertencente à tribo dos Cariris, encontrada nesta região pelos colonizadores, depois da escravidão africana, trazida com o intuito de encontrar riquezas – esteve bastante vinculado ao trabalho nas lavouras de cana de açúcar e na agricultura voltada à subsistência. O negro cativo foi introduzido neste território com o fim de que fossem exploradas as minas auríferas que se acreditava haver na região. Posteriormente, como a Mina de São José dos Cariris não se transformou em realidade e, como consequência, levou à extinção da Companhia criada pela Capitania do Pernambuco para explorar o minério na região, os escravos trazidos foram paulatinamente sendo alocados em outras atividades econômicas desenvolvidas no território carirense. Assim, o trabalho cativo passou a ser um investimento rentável para os donos das novas terras (CORTEZ et al, 2017).

Desta forma, o Cariri, seguindo o modelo que operava em todo o território nacional, também passou a utilizar mão de obra escrava nas suas produções agrícolas e no trabalho dos inúmeros engenhos de cana que existiam na região.

> As classes dominantes no Cariri procuravam diversos mecanismos para manter seu domínio. Os trabalhadores livres despossuídos, escravos e camponeses transitavam nesse mundo, reagindo ou submetendo-se ao controle exercido. Valores, modos de viver que representavam um

> modelo a ser seguido, constituíam o papel social das classes dominantes do Cariri, possuidoras de terras e de homens, e que mantinham articuladas forças heterogêneas. (REIS Jr, 2011, p.4).

Reis Jr (2011) chama a atenção para a dicotomia existente na época na região do Cariri, onde imperava o estigma de "terra fértil", "fartura", "águas cristalinas", que advinham do clima fresco proporcionado pela Chapada do Araripe, não encontrado em outros lugares do sertão cearense, e ao mesmo tempo, a presença da miséria da população e das condições de trabalho escravistas, pautada na dominação e nas relações de poder, onde os escravos eram vistos como inferiores e obrigados a trabalhar em condições desumanas, assim como era em todo o território nacional.

> Na sociedade escravocrata, o cativo era visto como mão-de-obra bastante adequada para diversas atividades econômicas desenvolvidas pelos senhores. [...] os senhores de engenho consideravam "os escravos os bens mais preciosos e arriscados do Brasil". Mais ainda, o cativo tinha duplo valor para os seus proprietários, pois sua produção podia ser comercializada e, em tempos de escassez, o cativo podia ser o produto a ser vendido. De modo que, ter escravos era, e não podia deixar de ser, uma das mais valorizadas posses do senhor (CORTEZ et al, 2017, p.13).

No Cariri, havia uso da mão de obra escrava tanto no campo como na cidade. Apesar de serem usados em outras atividades, era no cultivo de cana de açúcar que se concentravam em maior número. A abolição do tráfico de escravos e a transição para o trabalho livre ocorreu somente em 1850, devido principalmente a pressões da Inglaterra e do enfraquecimento do próprio sistema escravocrata. Isso provocou uma reorganização nas relações de trabalho, que passaram a ter uma participação maior do homem livre e pobre (CORTEZ et al, 2017).

Pode-se observar no Quadro 01 que, a partir de 1850, assim como no restante do país, no Cariri a população de escravos vai-se reduzindo, devido à proibição do tráfico transatlântico de escravos e, assim, ao fim da reposição de mão de obra escrava importada. Destaca-se a cidade do Crato que, de 1860 para 1872 teve uma redução de 47,66% na população de escravos, percentual elevado se comparado a estatística da outras

duas maiores cidades do território que, de 1860 a 1872 tiveram em conjunto uma redução de 35,35%.

Quadro 01 - População do Cariri, livres e escravos, nos anos de 1860 e 1872

Cidades do Cariri	1860		1872	
	Livres	Escravos	Livres	Escravos
Crato	18.184	1.391	17.743	728
Jardim	-	-	-	-
Milagres	8.966	581	13.180	567
Barbalha & Missão Velha	23.364	1.106	31.683	715
Total	50.514	3.078	62.606	2.010

Fonte: Irffi (2016). Elaborada pela autora com base nas informações da *Revista do Instituto do Ceará* apud Pedro Alberto Silva, *Declínio da escravidão no Ceará*, Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002, pp. 54, 76, 77 e 201. Os dados utilizados foram retirados das contagens populacionais de 1860 e 1873 e do censo de 1872.

Esta situação pode ser observada no início do século XIX, a partir do censo realizado no ano de 1813. O Cariri, que era composto pelas vilas de Campo Maior, Crato e Jardim, já apresentava uma quantidade considerável de homens livres em relação aos trabalhadores cativos. São 34.218 indivíduos entre brancos, pretos e mulatos, em detrimento de 3.003 cativos pretos e mulatos. No decorrer deste século, esta região experimentou um crescimento populacional cada vez mais expressivo, pois na análise dos dados referentes às áreas produtivas do Ceará, nos anos de 1860 e 1872, as cifras mostram um acréscimo. Em 1860, por exemplo, 50.514 indivíduos equivaliam a 94,25% da população livre; e no ano de 1872 foram contabilizadas 62.606 livres, uma porcentagem de 96,88%; enquanto que os escravos eram, respectivamente, 3.078 e 2.010 (SILVA, 2002).

Nesse processo, é importante ressaltar que os escravos, em sua maioria, não se transformaram, após a abolição da escravatura, em trabalhadores assalariados. O trabalho livre foi inicialmente composto por imigrantes. Cortez et al. (2017) apontam como causa a dispersão dos negros em vastas áreas territoriais, e que segundo os senhorios, os mesmos

acostumados com a economia de subsistência, não seriam bem adaptados ao trabalho assalariado regular.

Com isso, a escravatura não acabou totalmente após a lei que proibia o tráfico negreiro. O que se observou, nesse período, foi o desenvolvimento de novas relações no mercado de trabalho em todo o âmbito nacional e a coexistência entre escravos e trabalhadores assalariados. Barbosa (2003) pontua que os imigrantes, chamados de "parceiros", trabalhavam para os agricultores sob regime de contratos.

> O seu trabalho coexistia com o dos escravos, havendo uma divisão técnica das atividades: aos imigrantes, cabia o cultivo e a colheita do café, enquanto os cativos se encarregavam do preparo do solo e do beneficiamento, tarefas que requeriam constante supervisão (BARBOSA, 2003, p.100).

No Cariri, até as últimas décadas do século XIX, havia a junção de escravos e trabalhadores livres. Na maioria dos casos, os escravos eram usados nos trabalhos manuais pesados que os homens livres se recusavam a fazer (CORTEZ et al, 2017). De todo modo, a junção dos escravos cativos com os trabalhadores livres, possibilitou que no Cariri não faltasse mão de obra para as atividades desenvolvidas.

A vinda de imigrantes para essa região também aumentou consideravelmente o número da população. Tal fato pode ser observado no Quadro 01, onde durante o período de 1860 a 1872 ocorreu uma elevação de 26,26% na população livre das cidades de Barbalha e Missão Velha. Além dos imigrantes, boa parte dessa elevação populacional era composta por mão de obra sublocada na subsistência, agora em busca de salários e melhores condições de vida. Eram homens pobres, sem propriedades, que vinham com as suas famílias em busca de trabalho na terra e com o gado. Tais viajantes fincaram raízes nas terras caririenses e compuseram boa parte da força de trabalho agrícola do território. Assim, a absorção de mão-de-obra livre foi facilitada pelo cultivo de alimentos no interior da própria unidade produtiva, garantindo, dessa maneira, o sustento e reprodução da força e trabalho.

Assim, após a abolição da escravatura, que, como já pontuado, tratou-se de um longo processo, o Cariri, assim como todo o território nacional, passou a empregar como regime de trabalho, o livre assalariamento. Esse modelo surgiu primeiramente na Europa, com o advento do capitalismo, que substituiu o modelo de subserviência comumente empregado. Pelo sistema, a organização do trabalho era pautada no regime de "mercado", e seu princípio central é a ideia de "contrato".

> O "livre contrato" passa a ser o modelo fundamental dos arranjos de trabalho em uma sociedade definida pelas regras da "livre" concorrência. A ordem contratual supunha que o trabalho era uma mercadoria colocada à venda em "um mercado que obedece à lei da oferta e da procura". A relação entre o trabalhador e seu empregador não é mais definida pela dependência, a tutela ou a coerção, mas torna-se "uma simples 'convenção', isto é, um contrato de dois parceiros que se entendem sobre o salário" (LIMA, 2005, p.5).

Lima (2005) chama a atenção para o fato de que esse novo regime de trabalho, apesar de ser chamado "livre" e o ser, de certa forma, também é pautado em relações de dominação, onde o trabalhador é "forçado" a vender sua força de trabalho para sobreviver. Tais relações de dominação, segundo Weber, eram tradicionais, baseadas em quem possuía a posse da terra e quem oferecia a sua força de trabalho. Estas relações de trabalho entre o dono da terra e o sertanejo (caboclo) eram ainda incrementadas por relações sociais que criavam elos familiares como o apadrinhamento dos filhos dos sertanejos pelos proprietários de terra, gerando assim um vínculo de gratidão e subserviência ao poder local dos donos das produções agropecuárias.

> Superado o mundo do trabalho tutelado e forçado, o que se descobre é que a "condição operária se torna frágil ao mesmo tempo em que se liberta". Essa fragilidade consiste na descoberta de que "a liberdade sem proteção pode levar à pior servidão: a da necessidade". A "liberdade" do assalariado de carne e osso dispunha apenas dos seus "atributos negativos". O confronto entre "liberdades" desiguais revelava assim a "face sombria" da liberdade, isto é, "a individualidade negativa de todos aqueles que se encontram sem vínculos e sem suportes, privados de qualquer proteção e qualquer reconhecimento" (LIMA, 2005, p.7).

A convivência entre os trabalhadores livres e escravos e a gradual redução da força de trabalho escrava nas produções do Cariri pode ser observada no Quadro 02 onde 32,7%

das propriedades já funcionavam sem escravos, enquanto que, 49,5% das propriedades do Cariri utilizavam de 1 a 5 escravos nas suas produções (um somatório de 330 escravos). Propriedades com mais de 16 escravos totalizavam apenas 7 e juntas totalizavam 2,56% utilizando um total de 133 escravos dos quais 28 estavam somente em uma propriedade. Tais dados demonstram a gradual utilização de mão de obra livre até 1884. A partir da abolição da escravidão, a oferta de mão de obra elevou ainda mais devido os forros que agora em conjunto com os imigrantes e os sertanejos formavam uma força de trabalho assalariada sujeita a baixos salários e à mercê das relações de dominação dos donos do poder. A convivência entre os trabalhadores livres e escravos e a gradual redução da força de trabalho escrava nas produções do Cariri pode ser observada no Quadro 02 onde 32,7% das propriedades já funcionavam sem escravos, enquanto que, 49,5% das propriedades do Cariri utilizavam de 1 a 5 escravos nas suas produções (um somatório de 330 escravos). Propriedades com mais de 16 escravos totalizavam apenas 7 e juntas totalizavam 2,56% utilizando um total de 133 escravos dos quais 28 estavam somente em uma propriedade. Tais dados demonstram a gradual utilização de mão de obra livre até 1884. A partir da abolição da escravidão, a oferta de mão de obra elevou ainda mais devido os forros que agora em conjunto com os imigrantes e os sertanejos formavam uma força de trabalho assalariada sujeita a baixos salários e à mercê das relações de dominação dos donos do poder.

Quadro 02 - Propriedades e escravos do Cariri (1850-1884)

Nº de Escravos	Total de Propriedades	% de Propriedades	Total de escravos	% de escravos
Sem escravos	89	32,7	-	-
1 a 5	135	49,6	330	39,15
6 a 10	30	11,1	224	26,57
11 a 15	11	4,04	156	18,51
16 a 20	6	2,2	105	12,46
21 a 30	1	0,36	28	3,32
Total	272	100%	843	100%

Fonte: Irffi (2016). Elaborada pela autora com base nos Inventários *post-mortem*, Arquivo do Fórum do Crato (AFC), Cariri 1850-1884.

Lima (2005) atenta, ainda, para as discussões sobre o termo comumente empregado para se referir a esse período, de "transição". Segundo o autor, nas sociedades escravistas do século XIX, "liberdade" e "escravidão" eram termos jurídicos que se referiam à propriedade e que por isso não são automaticamente traduzíveis por "trabalho livre" e "trabalho escravo". A insistência no uso desse termo, "transição", é empregada, por exemplo, para justificar a invisibilidade da presença dos forros (ex-escravos) na história dos movimentos dos trabalhadores no Brasil pós-emancipação. Esse termo carrega em si um arquétipo de evolução, com isso decidiu-se que era melhor substituir os escravos pelos imigrantes europeus, que eram mais "educados" e "modernos", e saberiam se comportar melhor diante das novas regras do mercado, fato que já citado anteriormente.

Considerações finais

As mudanças sociais ocorridas no século XIX, que impactaram transformações na economia e na política, serviram de base para se entender a nova sociedade que estava se formando neste século. A substituição do trabalho escravo para o assalariado deu um novo significado às relações de trabalho na economia daquela época, como também foi primordial para a dinamização do mercado interno, onde mais tarde começaria o Brasil a se industrializar, uma vez que, nesse período intensificaram-se a incorporação de equipamentos, e tem-se início a inserção de ferrovias e da máquina a vapor, que começaram a ser utilizadas para movimentar as mercadorias que eram produzidas por cima dos trilhos no país.

Na região Nordeste, porém, e de maneira mais específica, no Ceará, essas transformações foram tardias, boa parte delas acontecendo no século XX. Tal resultado deveu-se a um conjunto de fatores: o primeiro deles foi o duro histórico de secas (1877-1880 e 1890-1893) que dizimou todo o rebanho da região e acarretou no êxodo do sertanejo para outros territórios do país em busca de sobreviver, reduzindo a oferta de trabalho potencial e o grau de atividade econômica da província. Além desse fato observou-se que o Ceará possuía atividades agropecuárias complementares à economia açucareira e, com a redução e estagnação desta atividade, boa parte da mão de obra voltou

para a subsistência. Além desses fatos, o Ceará também teve um processo de industrialização técnica e crescimento econômico pouco significativo.

Todavia, a região do Cariri cearense apresentou-se como um espaço economicamente diverso de alguns espaços do território cearense, em virtude de um meio físico, que proporcionava vantagens para produção agrícola, devido a região estar situada ao sopé da Chapada do Araripe, que reunia características próprias, como por exemplo, um clima mais ameno, tendo potencial para produções como frutas tropicais comuns (como laranja, lima, limão, banana, manga, mamão, jaca, fruta-pão e caju) e também para o cultivo da cana de açúcar e a pecuária. Por possuir três biomas característicos: Carrasco (espécie de caatinga), uma área de transição (similar ao Cerrado) e também locais como Barbalha, Crato e Missão Velha com biomas característicos de Mata Atlântica, as produções acima citadas encontraram condições climáticas favoráveis que atreladas a elasticidade na oferta de mão de obra, fizeram com que o território do Cariri se diferenciasse do restante do estado.

Inicialmente, essas relações de trabalho se deram pelo braço escravo – primeiro através da escravidão do indígena, pertencente à tribo dos Kariri, encontrada nesta região pelos colonizadores, depois da escravidão africana, trazida com o intuito de encontrar riquezas – esteve bastante vinculado ao trabalho nas lavouras de cana de açúcar e na agricultura voltada à subsistência.

Deste modo, as relações sociais de trabalho, que são o objeto desse estudo, introduzem-se nesta pesquisa como uma maneira de entender como tais relações sucederam-se no território caririense, e como essas experiências, os conflitos e a solidariedade que se colocaram nesta região podem possibilitar a compreensão acerca de tais relações em uma época de tamanha relevância na história do Ceará, mais precisamente do Cariri.

Compreende-se a partir deste trabalho um olhar de hostilidade voltado tanto para o escravo africano trazido para a região para ser explorado nas plantações de cana, quanto para o trabalhador livre que vivia na terra de seu patrão, uma vez que eram desprovidos de qualquer bem material, e tinham como opção submeterem-se a um regime de servidão

(escravidão temporária) sem muitas alternativas. É notória uma dicotomia no Cariri cearense: se por um lado haviam-se terras férteis para produção e água em abundância, de outro havia uma população de escravos e homens livres carentes de direitos, submetidos à vontade de uma minoria opressora.

Cabe ressaltar que estas relações de trabalho serão modificadas no final do século XIX com o aparecimento do Padre Cícero. Este modificou as relações sociais e de trabalho no Cariri cearense e abriu caminhos para o fortalecimento e expansão dos setores industriais e comerciais do território no século XX.

As relações de dominação pautadas nas tradições marcaram profundamente a história da civilização caririense, não podendo jamais serem esquecidas ao longo das décadas vindouras. É crucial frisar a história e a sua compreensão para que esta não se repita, uma vez que milhares de homens foram escravizados e também dominados e a ferro, fogo e trabalho construíram assim a história do Cariri, constituída como uma das mais desafiadoras e com especificidades regionais que a destacou na história do Ceará nos séculos passados.

Referências bibliográficas

ALVES, J. O vale do Cariri: características físicas, povoamento, população, vida econômica, desenvolvimento cultural. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1946, pág. 99. In: Arquivo Público do Estado do Ceará. Ata Barbalha, nº 12, 18/07, 1854, p. 3 e 4.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. A formação do mercado de trabalho no Brasil: da escravidão ao assalariamento. Campinas - SP, 2003.

BOMFIM, M. A América latina: males de origem [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/zg8vf/pdf/bomfim-9788599662786.pdf>. Acesso em: 06 Mai. 2018.

BRAZIL, T. P. S. Ensaio Estatístico da Província do Ceará. Fortaleza: Tomo I, 1863.

BRÍGIDO, J. Ceará (Homens e Fatos). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

CARDOSO, C. F. S. Agricultura, escravidão e capitalismo. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

CORTEZ, A.I.R.P. ; CORTEZ, A.S.R.P.; IRFFI, G. .Atividades Econômicas e Trabalho Escravo no Sul do Ceará: uma análise da segunda metade do século XIX, In: VII Encontro – Economia do Ceará em Debate, 2011, Fortaleza. VII Encontro – Economia do Ceará em Debate, 2011.

CORTEZ, A. S. R.P. Cabras, caboclos, negros e mulatos: a família escrava no Cariri Cearense (1850-1884). Dissertação (Mestrado) em História Social. Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Fortaleza, 2008.

CORTEZ, A. S. R.P.; CORTEZ, A. I. R.P.; IRFFI,G. Escravidão e economia no cariri cearense da segunda metade do século XIX. In: FÓRUM BANCO DO NORDESTE DE DESENVOLVIMENTO, v. 18, 2017, Fortaleza. Anais...Fortaleza: BNB, 2017. Disponível em: < http://edi.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2012/docs/sim2_mesa3_escradidao_economia_cariri_cearense.pdf>. Acesso em: 07 Mai.2018.

DELLA CAVA, R. Milagre em Joaseiro. Tradução: Maria Yedda Linhares. 3ª ed. Revista de História, São Paulo, n. 172, p. 427-436, 2015. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-83092015000100427&script=sci_arttext>. Acesso em 13 Mai.2018.

EL-KAREH, A. C. et al. A Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor e a centralidade do poder monárquico. História econômica & história de empresas, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 7-27, 2002. Disponível em : < http://www.abphe.org.br/revista/index.php/rabphe/article/view/144>. Acesso em: 13 Mai.2017.

FAUSTO, B. História do Brasil, 8.ª ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2000.

FIGUEIREDO FILHO, J.; PINHEIRO, I. Cidade do Crato. Fortaleza: Coedição Secult/Edições URCA/Edições UFC, 2010, p. 10-11. Fac-símile da edição de 1955, publicada pelo Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro.

FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. 32. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GABAGLIA, G. R. Ensaios sobre alguns melhoramentos tendentes à prosperidade da província do Ceará. Ceará: Typ. Nacional, 1859.

GORENDER, Jacob. O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica. Modos de produção e realidade brasileira. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

GREMAUD, A. P.; DE SAES, F. A. M.; TONETO JR., R. Formação econômica do Brasil. São Paulo 1.ª Ed. Editora Atlas, 1997.

IRFFI, A. S. R. P. C. Cabras, caboclos, negros e mulatos: escravidão e núcleos familiares no Cariri Cearense (1850-1884). Afro-Ásia, Salvador, n. 53, 2016. DOI: 0.9771/aa.v0i53.22470. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/22470. Acesso em: 9 jul. 2022.

LESSA, C. O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de auto-estima. São Paulo: Editora Record, 2001.

LIBBY, D. C. Transformação e trabalho: uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

LIBBY, D. C.; FURTADO, J. F. Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2006.

LIMA, H. E. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX . Topoi, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 289-326, 2005. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/4185048/topoi11a4.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1525706629&Signature=rAVHR5amnOE5YbZQeE6VZOghdJU%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DSob_o_dominio_da_precariedade_escravidao.pdf>. Acesso em: 07 Mai.2018.

MALHEIRO, A. M. P. A escravidão no Brasil, ensaio histórico-jurídico-social. São Paulo: Typographia Nacional, 1994.

MOTA, J. L. do N. Quilombo no Brasil e no Cariri cearense: território, resistência e luta. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2017.

O ARARIPE. Jornal O Araripe, Crato, p.4, 25 de setembro de 1857. Coleção Digital, Centro de Documentação do Cariri (CEDOCC).

OLIVEIRA, A. J. Engenhos de Rapadura do Cariri: Trabalho e Cotidiano (1790-1850), 2003.

PRADO JR, C. História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1839.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo, e américa latina. In: LANDER, E. et al. (Ed.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Argentina: CLACSO (Conselho Latino-americano de Ciências Sociais), 2005.

REIS JR., D. O. Trabalhadores do agrário no cariri cearense oitocentista. In: II SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO OITOCENTISTA, 2, 2011, Maranhão. Anais...Maranhão: UEMA, 2011. Disponível em: < http://www.outrostempos.uema.br/anais/pdf/reis-jr.pdf>. Acesso em: 07 Mai.2018.

_____. O complexo econômico do Cariri em meados do século XIX: terra, trabalho e a desigualdade social. In: 5º Colóquio CEURCA - Sociedade, Políticas Públicas, Cultura e Desenvolvimento, 2016, Crato - CE. Anais... Crato: CEURCA, 2015. P. 1403-1428.

_____. O complexo econômico do Cariri em meados do século XIX: terra, trabalho e a desigualdade social. In: 5º Colóquio CEURCA - Sociedade, Políticas Públicas, Cultura e Desenvolvimento, 2016, Crato - CE. Anais... Crato: CEURCA, 2015. P. 1403-1428.

SILVA, P. A. O. História da escravidão no Ceará Das origens à extinção. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002. Disponível em: < http://www.worldcat.org/title/historia-da-escravidao-no-ceara-das-origens-a-extincao/oclc/52039476 >. Acesso em: 08 Nov.2017

STEDILE, J.P. (org.) A Questão Agrária no Brasil: O debate tradicional 1500-1960. São Paulo: Expressão popular, 2005.

THEODORO, M. et al. As características do mercado de trabalho e as origens do informal no Brasil. In: SILVA, F.B. Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo. Brasília: IPEA, 2005, p. 91-126. Disponível em: < http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap_3-10.pdf>. Acesso em: 07 Mai.2018.

WENDELL, F. T. A. Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. Caderno CRH, Bahia, v. 27, n. 72, 2014. Disponível em: < http://www.redalyc.org/html/3476/347639244011/ >. Acesso em: 06 Mai.2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Compras, dívidas e hipotecas: notas sobre o preço das propriedades fundiárias em Sergipe na primeira metade do século XIX

Fernanda Carolina Pereira dos Santos

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

Compras, dívidas e hipotecas: notas sobre o preço das propriedades fundiárias em Sergipe na primeira metade do século XIX

Purchases, debts and mortgages: notes on the price of landed properties in Sergipe in the first half of the 19th century

Fernanda Carolina Pereira dos Santos [1]

Resumo:

A presente pesquisa se debruça sobre o funcionamento do mercado de terras sergipanas e os seus aspectos regulamentares. O principal objetivo deste trabalho é analisar a formação do preço das propriedades fundiárias sergipanas, entre 1800 e 1856. Para tanto, compulsamos um conjunto de inventários, registros paroquiais de terras e registros notariais com o auxílio da metodologia quantitativa e de estudos de casos. Espera-se, ao final, demonstrar a relação entre a precificação e a contratação de dívidas.

Palavras-chave: Mercado de Terras. Preço. Dívidas.

Abstract:

This research focuses on the functioning of the Sergipe land market and its regulatory aspects. The main objective of this work is to analyze the formation of the price of land properties in Sergipe, between 1800 and 1856. For this purpose, compiled a set of inventories, parish land records and notarial records with the aid of quantitative methodology and case studies. It is expected, in the end, to demonstrate the relationship between pricing and debt contracting.

Key words: Land Market. Price. Debts.

[1] Doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Graduada e Mestra em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Compras, dívidas e hipotecas: notas sobre o preço das propriedades fundiárias em Sergipe na primeira metade do século XIX

***

Introdução

Na primeira metade do século XIX, é observado em Sergipe um adensamento econômico: aumento demográfico, diversificação produtiva e crescimento econômico foram características marcantes perscrutadas em pesquisas locais recentes (MOTT, 1986; MALAQUIAS, VIEIRA e PEREIRA, 2018). Soma-se a esses fatores a própria independência do território sergipano, desanexado da Bahia em 1824 (ANTONIO, 2012). Tais características, lidas em um cenário mais amplo de transformações, se conectam ao processo de modernização que começava a ser operada durante o período de formação do Estado Nacional (COSTA, 2002; SARAIVA e ALMICO, 2020; PEREIRA, 2020).

Neste cenário, um mercado com regras mais formalizadas passava a ser tecido, fruto do próprio aquecimento das transações econômicas e de uma necessidade de organização e sistematização comercial, especialmente a partir da década de 40. Crédito, Terras e Escravizados foram temáticas que animaram os debates legislativos, culminando na promulgação de legislações, em 1850, que buscavam organizar os principais mercados oitocentistas.

A publicação do Código Comercial, por exemplo, criou um instrumento jurídico de controle e registro das transações comerciais e de crédito (ALMICO, 2009). Ao mesmo tempo, a cessação do tráfico transatlântico de escravos, com a Lei Eusébio de Queiroz, e a Lei de Terras, que regulamentou a aquisição de terras devolutas pela compra, provocaram um intenso remodelamento na sociedade no que se refere a constituição dos patrimônios, criação de desigualdades e a abertura de importantes espaços de disputas políticas (FRANK, 2012; SILVA, 2008; MOTTA, 2008). Tomando tais marcos legislativos como tentativas de formalização de uma realidade econômica cada vez mais complexa, este artigo propõe relacionar o mercado de terras e o mercado

de crédito observando, especialmente, a influência das formas de pagamento na composição do preço das propriedades fundiárias.

Para tanto, escolhemos como recorte espacial a capital da província sergipana, a cidade de São Cristóvão, que desde a segunda metade dos setecentos já estava com suas terras férteis quase totalmente ocupadas pelas lavouras de cana, mandioca, arroz, feijão, milho, bem como áreas destinadas à criação de animais, especialmente o gado vacum e cavalar. A expansão da lavoura canavieira em Sergipe, verificada no alvorecer dos oitocentos e que atinge o ápice por volta de 1850, transformou a paisagem agrária, empurrando as miríades das pequenas atividades produtivas para os entremeios dos engenhos de açúcar (SANTOS, 2017; MALAQUIAS, VIEIRA e PEREIRA, 2018). Paisagem marcada também por conflitos entre os proprietários rurais e os indígenas que habitavam a circunvizinhança de suas propriedades e de um número crescente de compras, vendas e trocas no espaço agrário que se esparramavam na ribeira do rio Vaza Barris (MALAQUIAS, SANTOS e JESUS, 2021).

Para a composição da análise sobre a formação do preço das propriedades fundiárias sergipanas, foram compulsados inventários post mortem, registros paroquiais de terras e algumas transações notariais de compras, trocas e vendas. Tais fontes permitiram fornecer informações sobre os tipos de propriedade, a precificação e a forma de aquisição, entre 1800 — quando os inventários passam a fornecer uma seriação regular — e 1856 — na ocasião da feitura dos registros paroquiais de terras nas freguesias de Itaporanga e São Cristóvão.

Com esse objetivo em tela, o presente texto foi dividido em quatro sessões. Primeiramente, retomamos os principais debates acerca da composição do preço das propriedades fundiárias em Sergipe. Em seguida, nos debruçaremos sobre as principais formas de aquisição das propriedades. Esse debate nos encaminhará para uma discussão sobre a diferença entre o preço avaliado nos inventários e nas transações de compra e venda registradas nos livros de notas. E por fim, acompanharemos a trajetória de duas

propriedades e suas várias avaliações. Ao final, esperamos demonstrar a relação entre o preço das propriedades e a contratação de dívidas.

O preço das propriedades inventariadas

Conhecer a estrutura fundiária é de suma importância para a caracterização de qualquer espaço estudado. Isto porque foi através do espaço agrário que se sedimentaram as características basilares da organização produtiva e das relações sociais estabelecidas. A historiadora Diana Maria de Faro Leal Diniz (2013) apontou para a dificuldade em empreender um estudo sobre a propriedade da terra em Sergipe devido à inexistência de informações sistematizadas sobre o seu tamanho. Lourival de Santana Santos (2011) propôs uma metodologia alternativa capaz de fornecer um perfil do espaço agrário que suprime essa ausência com informações relacionadas ao modo de aquisição da terra e os tipos de propriedades.

As informações supracitadas, especialmente a tipologia fundiária, podem ser coletadas e organizadas a partir dos inventários post-mortem, como aponta Francivaldo Alves Nunes (2011). Os inventários, no entanto, não se constituíam enquanto um censo agrário, fornecendo apenas informações sobre os falecidos que deixaram bens a legar, e sem cobrir boa parte da população. Apesar das informações parciais, em conjunto forneceram um perfil do espaço agrário estudado com a atribuição de preço. Para isso, o pesquisador ainda precisa tomar alguns cuidados na adaptação da fonte, eliminando as propriedades listadas mais de uma vez, observando o nome do bem de raiz, a localização e casos de sucessão em que membros da mesma família foram arrolados no mesmo corte temporal. Os 419 inventários compulsados e analisados conjuntamente listaram pouco mais de 900 propriedades fundiárias. Aplicando os procedimentos metodológicos descritos, restaram 894 bens de raiz que foram tabulados de acordo com a categorização dos tipos de propriedade.

Para a confecção da categorização, levou-se em consideração a classificação já posta na literatura especializada e em dicionários de época. Dessa forma, na categoria *morada de casas* foram agrupadas as casinhas, casa, casa de morar, casas de vivenda e

sobrados. Os materiais usados para a construção — palha e telha; pedra e cal —, a estrutura — número de pavimentos, por exemplo — detalhes da habitação — número de portas e janelas, a existência de soleiras e outros, bem como a localização — no que se refere a proximidade ao centro administrativo e comercial mais próximo — e a utilidade — habitação e comércio—, foram os fatores determinantes para a grande variação dos preços.

A categoria *sítio* agrupava os "sítios" e "sítios de terras". Esses vocábulos, de acordo com outros pesquisadores, indicavam uma distinção no uso da terra. De acordo com Maria Nele dos Santos (1984), sítio era uma pequena unidade produtiva voltada para a atividade de subsistência, em que, na sua maioria, se constituía em terra de morada em oposição à terra de trabalho. Enquanto sítio de terras, para Lourival Santana Santos (2011), além de se constituir em uma unidade de produção voltada para a subsistência, poderia também desenvolver outras atividades como a criação de gado e a produção de cana de açúcar. O plantio da mandioca esteve presente nos dois tipos de propriedades, entretanto, como apontado por Maria Nele dos Santos e Lourival Santana Santos, a diferenciação do termo representa uma diferenciação das culturas e do emprego, no caso dos sítios de terras, de benfeitorias. Além desta distinção, o número de sítios listadas aponta a importância deste tipo de propriedade na estrutura produtiva estanciana.

A categoria *porção de terras* reunia os tipos listados como "quinhão de terras", "sorte de terras", "pedaço de terra" e "porção de terras". O dicionarista Antônio Moraes e Silva empregou os termos como sinônimos, fazendo questão de destacar que o termo quinhão remete a propriedades provenientes de herança, que foram fracionadas pela repartição entre os herdeiros[2]. Logo, essa categoria liga-se diretamente à sua forma de aquisição e situação jurídica da propriedade.

[2] SILVA, Antonio Moraes. Diccionario da lingua portugueza - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antônio de Moraes Silva. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em:

A categoria *terras*, por sua vez, diferenciava-se das porções por seu tamanho e pelas formas de aquisição e usufruto, por compra, doação e aforamento, ambas foram utilizadas para criar animais e desenvolver plantações, indicando, em algumas descrições, a sua importância para expandir a unidade produtiva de propriedades vizinhas.

As categorias *roças, fazendas* e *pastos* foram listadas poucas vezes, mas apontam novamente para a importância do cultivo de gêneros alimentícios, como arroz, feijão e mandioca, no caso das roças, e a lavoura de cana e criação de gado, no caso das fazendas. Os *pastos* e *terras*, por sua vez, forneciam mais terreno para a criação dos animais, permitindo, possivelmente, um rodízio que garantia as exigências alimentares das cabeças de gado. As pequenas e médias propriedades ainda dividiam espaço com as unidades açucareiras, *os engenhos.*

Tabela 1 – Tipo das propriedades por Valor Médio e Mediana

Tipo	N	%	V.M.	Mediana
Morada de Casas	386	43,18%	392.996	120.000
Sítio	99	11,07%	628.577	120.000
Sítio de Terras	97	10,85%	539.473	120.000
Terras	96	10,74%	129.501	100.000
Quinhão de Terras	77	8,61%	138.106	100.000
Termo de Salinas	54	6,04%	129.340	100.000
Engenho	37	4,14%	11.882.215	2.500.000
Sorte de Terras	19	2,13%	71.344	80.000
Posse de Terras	18	2,01%	59.667	60.000
Fazenda	11	1,23%	192.072	150.000

Fonte: Inventários Post Mortem de São Cristóvão (1800-56) — (N: frequência, V.M.: Valor Médio).

<https://digital.bbm.usp.br/browse?type=author&value=Silva%2C+Ant%C3%B4nio+de+Morais%2C+1755-1824>.

Conforme a tabela 01, os valores médios e medianos variavam de acordo com o tipo de propriedade. A diferenciação pode ser atribuída aos tipos de equipamentos e maquinários utilizados para o uso do solo. As roças de milho, feijão e arroz eram cultivadas utilizando pouca força braçal e equipamentos simples, como enxadas e foices. Por conseguinte, a produção de sal demandava a presença de qualhadores, armazéns e tanques o que encarecia os termos de salinas em comparação aos quatro tipos anteriores, já a criação de gado demandava a presença de um bom pasto e benfeitorias, como currais e tanques. Nesse sentido, o fabrico de açúcar era a atividade que utilizava mais utensílios e benfeitorias, como o uso de caldeiras, tachos, moinho, canavial, alambique, além de um número maior de trabalhadores, especialmente escravizados.

A extensão da propriedade pouco influenciou no valor atribuído. Um exemplo é a fazenda de 1 légua de comprimento por meia légua de largura pertencente a José Ribeiro Navarro. O valor atribuído, 150$000, era inferior à média de preços constatados para o mesmo tipo de propriedade[3]. De acordo com Graziella Bonassa Garcia (2005), para a avaliação do preço da terra, em si, sua extensão não era um fator decisivo para a precificação das propriedades no período estudado. Isso porque, em períodos em que a aquisição da propriedade poderia ser feita de forma não monetária, através, por exemplo, de ampliações de domínios sobre as terras devolutas ou alheias, a extensão da propriedade não se tratava de um critério definidor para a precificação.

A localização das propriedades também foi responsável por alterações de preço. Terras próximas aos rios e ao porto tendiam a ter um valor superior que as demais. O sítio de terras de Ana Joaquina do Sacramento, às margens do rio Paramopama possuía um valor superior à média visualizada, 400$000 mil reis[4]. O mesmo pode ser

[3] AGJSE. Inventário de José Ribeiro Navarro (1829), n. 164, doc. 14.
[4] AGJSE. Inventário de Ana Joaquina do Sacramento (1833), n. 21, doc. 11.

visualizado no sítio de terras de Florinda Maria dos Santos, avaliado por 2:000$000, cuja propriedade foi descrita com os fundos voltado para o porto[5].

Os resultados encontrados assemelham-se ao estudo do professor Lourival dos Santos Santana (2013) que, ao debruçar-se sobre o elemento diferenciador do valor das propriedades, constatou que não se tratava da extensão, mas sim algumas características, como a distância do porto, o tipo de atividade econômica e a quantidade de mão de obra a ela incorporada. Portanto, observa-se quais foram os critérios objetivos que nortearam a precificação das propriedades fundiárias registradas nos inventários post mortem.

As formas de aquisição da propriedade

Como pontuado, além dos tipos de propriedade e do valor, a forma de aquisição da propriedade é um fator de suma importância para o debate proposto. Tal informação, no entanto, ocorre de forma deficitária nos inventários. Os registros Paroquiais de Terras, produzidos em decorrência da Lei de Terras de 1850 e regulamentados pelo decreto de nº 1.318, surgem como uma lente para suprir essa lacuna. Elaborados pelos vigários das freguesias, partiam de declarações espontâneas que informavam sobre o nome do possuidor, a localização, os limites e a extensão, quando conhecidos. Por não ter sido necessária a apresentação de nenhuma prova documental que atestasse a veracidade das informações fornecidas, os registros podem apresentar imprecisões e ambiguidades, solucionadas através do cruzamento com outras fontes. Apesar de tais problemas, os RPT's apresentam uma caracterização fundiária e por sua vez, por conta da amostragem, apresentam dados mais fidedignos que os inventários para informações sobre formas de aquisição[6].

Tabela 2 – Forma de Aquisição das propriedades fundiárias no Termo de São Cristóvão (1856)

	N	%

[5] AGJSE. Inventário de Florinda Maria dos Santos (1844), n. 172, doc. 15.

[6] Para um debate crítico sobre a fonte, cf: GARCIA, Graciela Bonassa. Registros Paroquiais de Terras. In: MOTTA, Márcia; GUIMARÃES, Elione. *Propriedades e Disputas:* Fontes para a História dos Oitocentos. Guarapuava: UNICENTRO; Niterói: EDUFF, 2011, cap. 09.

Herança	422	42,3
Compra	379	38,0
Doação	52	5,2
Dote	6	0,6
Arrematação	5	0,5
Troca	5	0,5
Pagamento	3	0,3
Adjudicada	2	0,2
Arrendamento	2	0,2
Esmola	2	0,2
Aforamento	1	0,1
*	119	11,9
Total	998	100,0

Fonte: Registros Paroquiais de Terras das Freguesias da Nossa Senhora da Victória e Itaporanga (1856)[7].

Conforme a tabela 02, a principal forma de aquisição de propriedades em São Cristóvão é a herança (42,3%), seguido pela compra (38,0%). Doações, via escritura pública ou testamentárias, somam 5,2%, seguido dos 1,6% contabilizados quando se considera a aquisição por dote, troca e arrematação. Outros tipos de formas de aquisição computaram juntamente 1,0%. Em 119 ocorrências (11,9%), a informação sobre a forma de aquisição foi omitida. Essa omissão, para Graciela Bonassa Garcia (2005), poderia indicar a aquisição através de posse por ocupação simples.

Em relação à forma de aquisição, quando observada de acordo com os tipos de propriedades arroladas nos registros paroquiais de terras (tabela 03), tem-se que 74,4% destas eram procedentes das heranças e 42,8% eram provenientes dos quinhões de terras. Os dados parecem apontar para dois processos: um acelerado processo de partilha das propriedades entre os herdeiros, que nem sempre chegava a ser dividido, vide o grande número de propriedades classificadas como pró-indivisas (62,62%), e o processo de mercantilização de terras, devido ao grande número de compras e vendas apontadas. Em alguns casos, mesmo sem a necessidade de comprovação documental, o proprietário fazia menção à escritura.

[7] Os dados foram tabulados e cedidos por Lucas Oliveira de Jesus.

Tabela 3 – Forma de Aquisição por categorização das propriedades fundiárias (1856)

	Tipo de propriedade										*Total*
Forma de Aquisição	*	Engenho	Ilha	Posse	Quinhão de Terras	Salinas	Sítio	Sítio de Terras	Sorte	Terras	
*	0	11	1	1	30	0	25	18	5	29	120
Adjudicada	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	2
Aforamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Arrematação	0	0	0	0	0	0	3	2	0	0	5
Arrendamento	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	2
Compra	1	8	0	13	162	1	64	36	13	80	378
Doação	0	1	1	1	20	0	12	3	2	12	52
Dote	0	0	1	0	1	0	3	1	0	0	6
Esmola	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
Herança	0	5	0	12	313	0	40	12	8	32	422
Pagamento	0	0	0	0	2	0	0	0	0	1	3
Troca	0	0	0	0	0	0	2	0	0	3	5
Total	1	25	3	27	528	1	151	72	28	162	998

Fonte: Registros Paroquiais de Terras das Freguesias da Nossa Senhora da Victória e Itaporanga (1856).

As terras, no sítio Robalo, pertencentes à Izidoro José dos Santos, em situação pró-indivisa, foi adquirida por escritura particular a Ignácio José Rodrigues e sua mulher Maria Pastora[8]. O Cônego Ignácio Antônio da Costa Lôbo declarou ser possuidor de um quinhão, no Engenho Cahipe, também em situação pró-indivisa, que foi comprado, por "escrito particular legalizado" a Joaquim José de Barros Pimentel e Ana Hortência do Prado Pimentel[9]. Elione Guimarães (2008) destacou que as terras pró indivisas são propriedades sem demarcações judiciais dos limites e possuídas por vários donos, aparentados ou não, que por meio de transações de compra e venda, permutas e partilhas, passaram a ser propriedade de várias pessoas. Seja observando as ocorrências das formas de aquisição ou ainda observando o grande número de propriedades listadas

[8] APES, col. SS, Livro dos registros paroquiais de terras da Freguesia de N. S. da Vitória da Cidade de São Cristóvão, v. 56, doc. 306, p. 50v.
[9] APES, col. SS, Livro dos registros paroquiais de terras da Freguesia de N. S. da Vitória da Cidade de São Cristóvão, v. 56, doc. 411, p. 67v.

como pro indivisas, tais características indicam um território de ocupação antiga e de fronteiras agrícolas quase integralmente fechadas com a presença de um mercado de terras em processo de aquecimento, especialmente após a década de 40.

O preço inventariado e o preço de mercado

Fernando Alves Costa (2014), apontou a diferença entre o preço inventariado e o preço de mercado. Para o autor, os preços listados nos inventários post-mortem não eram resultado de nenhuma transação comercial, mas eram arbitrados por um conjunto de pessoas locais com reputação e prestígio social que, sob juramento, estipulavam um valor justo, sem nenhum tipo de regulamentação. Os avaliadores estavam inseridos na trama social, imersos nas redes de relações econômicas e políticas. Portanto, as valorações atribuídas poderiam ser condicionadas por interesses imediatos, superestimando ou depreciando os preços, de acordo com as situações vividas. Tais esclarecimentos nos levam a questionar: quem eram os avaliadores convocados nos inventários sergipanos?

O inventário de D. Theresa Rosa de Jesus, em 1861, descreveu o sítio de terras Guiomardias, avaliado em 17:000$000. Na ocasião, o inventariante questionou a avaliação feita pelos louvados, considerando-os ineptos. De acordo com sua fala "o sítio custou ao suplicante menos de 10:000$000, em tempos que os terrenos muito mais valiam em virtude da abundância de braços cativos, entretanto, não hesitaram em dar o fabuloso valor de 17:000$000". A avaliação, para ele, "era ilusória e muito prejudicial aos interesses dos órfãos, pois teria dotado sua filha Ana Rosa Pires e a dando prejuízo". O juiz julgou o requerimento como improcedente por duas razões: (1) os avaliadores foram nomeados e aprovados em juízo e eram proprietários de terrenos limítrofes, portanto, conhecedores da propriedade; (2) a suposta prejudicada havia desistido da herança[10].

[10] AGJSE. Inventário de Thereza Rosa de Jesus (1861), n. 941, doc. 05.

O caso aponta tanto a tendência do crescimento do valor das propriedades, ao longo do século XIX, que já foi discutida por outros autores[11]. Mas chama atenção para um outro dado: os avaliadores, além de homens de boa reputação local, como apontado acima, eram conhecedores da propriedade avaliada, donos de propriedades limítrofes e mais do que isso, estavam instruídos sobre os preços da região. Nomeados e aprovados em juízo, atribuíam valores às propriedades de acordo com os elementos descritos no tópico 01 deste artigo, acompanhado de perto pelos herdeiros. Estes, maiores interessados e possíveis prejudicados em caso de uma valoração superestimada de uma propriedade, poderiam reivindicar uma nova avaliação ou propor uma reforma no preço dos itens avaliados antes da "alimpação da partilha", parte do inventário após a descrição dos itens deixados pelo o falecido em que se revisava a avaliação e preparava-se um esboço da partilha.

Outro exemplo deste acompanhamento feito pelos herdeiros na atribuição dos preços dos bens deixados pelo falecido pode ser visto no processo de inventário de Antônio Dias de Souza. Joaquim José de Santa Ana e José Dias dos Santos, genros do referido finado, abriram três solicitações: (1) atribuir mais vinte mil réis sobre as casas avaliadas em 100$000; (2) aumentar em mais $800 réis o tacho avaliado em 3$200; (3) conceder mais 4$000 reis na atribuição do valor da roça de mandioca[12]. Logo, propriedades em que os preços atribuídos eram maiores ou menores do que o praticado no mercado local era prejudicial aos herdeiros. Estes, constituíam-se enquanto fiscais de todo processo, resguardando para que não fossem prejudicados.

Mas, de fato, como apontado por Fernando Costa, havia diferença entre o valor atribuído nos inventários e em situações de mercado, especialmente naquelas registradas em escrituras públicas. Nestas últimas, o critério definidor, para além dos já apontados, são as formas de pagamento. Vendas à vista, em dinheiro e a prazo foram definidores da

[11] Sobre a questão, conferir: SANTOS, Lourival Santana. *A produção do espaço agrário sergipano*: estruturação e arranjos (1850-1925). 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Núcleo da pós-graduação em geografia, Universidade Federal de Sergipe; GARCIA, Graziella Bonassa, Op. Cit...

[12] AGJSE. Inventário de Antônio Dias de Souza (1852), n. 1137, doc. 07.

flutuação dos preços, especialmente quando o acordo entre comprador e devedor, no que se refere ao prazo de pagamento, não havia sido cumprido ou, ainda, quando a transação apontava um terceiro participante na operação.

Neste trabalho, a transação que nos interessa não é apenas a aquisição de bens, mas, sobretudo, o acordo entre as partes interessadas (COMMONS, 2017). Acordos estes que conjugam as duas principais variáveis sob análise: a transmissão das propriedades e um conjunto de compras e vendas. Os trabalhos de Gerard Beaur (1987 e 1994), na França, e de Manoela Pedroza (2010 e 2011), no Brasil, apontaram que o mercado de terras estava intimamente relacionado a outras formas de transmissão de propriedade. Ao observá-lo, empiricamente, podemos constatar a diversidade de acordos que envolvem os mecanismos de partilhas, o sistema judicial, as formas de pagamento e as operações de trocas.

Nesse complexo mercado, parte dos acordos utilizavam-se de formas de pagamento variadas, que se alternavam, em boa parte dos casos, em pagamentos à vista e a prazo vinculados diretamente à oferta de dinheiro e ao mercado de crédito. Regras formais, costumes, negociações, intermediários financeiros e o próprio contexto transacional são traços importantes na compreensão desse emaranhado de negociações.

A historiografia já vem destacando há algum tempo o aumento expressivo dos chamados intermediários financeiros — capitalistas, corretoras, bancos, mercado de ações e outros —, que cresceram de forma vertiginosa ao longo do século XIX, junto a novas instituições — sejam elas legais ou regras informais de comportamento — e organizações — associações de poupança e empréstimo, bancos e outros (ENGERMAN, HOFFMAN e ROSENTHAL, 2003). Levando isso em consideração, é sabido que os termos de negociação se alteravam na presença de um intermediário e de uma nova conjuntura institucional e organizacional.

Ao longo do século XIX, o Estado Brasileiro em estruturação buscou disciplinar as relações de crédito e procurou consagrar o sistema judiciário como espaço, por excelência, para mediação e resolução dos conflitos (SARAIVA e PIÑEIRO, 2014;

VELLASCO, 2004). Nesse contexto, um conjunto de leis normatizaram a obrigatoriedade dos registros de transações, sob a pena do credor, perder o direito de cobrar judicialmente o crédito. A lei de 24 de outubro de 1832 — que aboliu a convenção legal para cobrança de juros, passando a ser de responsabilidade das partes envolvidas na negociação creditícia —, normatizou a necessidade de uma prova escriturada do acordo entre credor e devedor. A lei de 30 de agosto de 1833 revogou a impenhorabilidade de lavradores de cana e mineiros, marcando uma remodelação dos termos da negociação das práticas creditícias e uma possível dissociação, ao menos em termos legais, entre a safra agrícola e os prazos de pagamento. A lei de 21 de outubro de 1843 reforçou a obrigatoriedade do registro das transações, sob a pena do credor perder o direito de cobrar a dívida judicialmente. E por fim, o código comercial[13].

Levando esse debate em consideração, o que nos interessa, na próxima seção, é observar esse conjunto de transformações em loco e observar a relação existente entre o preço e a contratação de dívidas.

As transações do Engenho Escurial e Ribeira

Objetivando traçar uma análise sobre os preços das propriedades que permitissem resgatar a relação entre os agentes dentro de um contexto de mercado, foram selecionados alguns registros de compra e venda de Engenhos encontrados nos Livros de Notas de São Cristóvão, no período de 1831 a 1854. Foi visualizado que o principal motivo para o desencadeamento da negociação era o acúmulo de dívidas que comprometiam grande parte da riqueza do vendedor. Dentre as várias propriedades, foram selecionadas as transações de venda e troca visualizadas por dois engenhos:

[13] Sobre as transformações legislativas e seus reflexos nas práticas creditícias, cf: ALMICO, Rita de Cássia da Silva. *Dívida e obrigação*: as relações de crédito em Minas Gerais, sécs.XIX/XX. 2009. 277 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009; SARAIVA, Luiz Fernando; PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. O mercado de crédito no Rio de Janeiro (1821-1850). Locus: revista de história, Juiz de Fora, v.20, n.2, 2014; PENNA, Clemente Gentil. *Economias urbanas*: Capital, créditos e escravidão na Cidade do Rio de Janeiro, c. 1820-1860. Tese (doutorado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019; SANTOS, Fernanda Carolina Pereira dos. Poderosos capitalistas: práticas creditícias, dinâmicas internas e relações sociais no sul sergipano (1800-1849). 2022. 217 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2022.

Ribeira e Escurial que, por meio de quase uma dezena de movimentações, permitem a visualização das estratégias utilizadas.

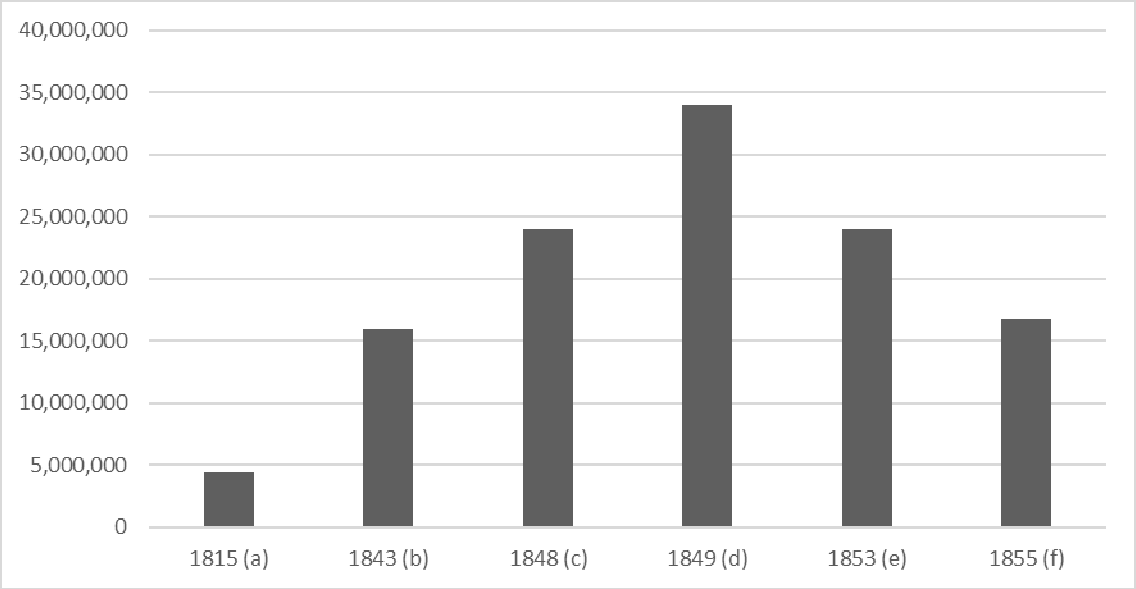
O Engenho Escurial

O primeiro vestígio do Engenho Escurial foi encontrado em 1815, por ocasião do falecimento de Francisca Teodósia do Bonfim, casada com Francisco Barreto de Vasconcelos e Menezes, donos da propriedade. O engenho, que não se sabe como foi adquirido, foi herdado pelo cabeça do casal[14]. Em 1838, faleceu Ana Thereza de Jesus, segunda esposa de Francisco, herdando a propriedade seus quatro filhos, Manoel Rodrigues Barreto, Dona Maria Rosa de Faria Barreto, José de Góes Barreto e Dona Ana Josefa de Vasconcelos Menezes. Após a partilha do inventário, o pai propôs um acordo com os herdeiros, e trocou o Engenho Patrocínio, recém construído, pelo Engenho Escurial[15].

Em 1843, Francisco, com o título de Coronel e casado com Dona Joana Maria de Santa Rosa, vendeu o Engenho Escurial por 16:000$000 contos de réis a seus dois herdeiros homens. Estratégia usada para quitar os débitos do casal e garantir que a propriedade ficasse com a família. O valor seria quitado em sete letras entre 1844 a 1851, com a primeira no valor de um conto e as restantes em dois contos anuais[16]. Com os limites bem demarcados, a propriedade dividia-se pelo lado norte com os Engenhos Poxim e Cumbe, pelo Sul com o Engenho Camaçary, seguindo pelo rio Vaza Barris, pelo lado leste com o engenho Patrocínio, e pelo lado oeste com os Engenhos Roma e Joaninha, e mais uma pequena porção de terras no sertão, no lugar chamado Saco do Moreira.

[14] AGJSE. Inventários *Post-Mortem.* Francisca Teodósia do Bonfim (1815), n.17, doc. 04.
[15] AGJSE. Livro de Notas da Cidade de São Cristóvão, Cx.06, n.57, livro 02, pp.137. Escritura de contrato, quita e paga.
[16] AGJSE. Livro de Notas da Cidade de São Cristóvão, Cx.07, n.58, livro 01, pp.17. Escritura de compra e venda.

Gráfico 01: Avaliações do Engenho Escurial (1815 – 1855)



Fontes: (a) AGJSE. Inventários *Post-Mortem.* Francisca Teodósia do Bonfim (1815), n.17, doc. 04; (b) AGJSE. Livro de Notas da Cidade de São Cristóvão, Cx.07, n.58, livro 01, pp.17. Escritura de compra e venda.; (c) AGJSE. Livro de Notas da Cidade de São Cristóvão, Cx.07, n.58, livro 03, pp.17. Escritura de compra e venda; (d) AGJSE. Livro de Notas da Cidade de São Cristóvão, Cx.07, n.58, livro 03. Escritura de compra e venda; (e) AGJSE. Livro de Notas da Cidade de São Cristóvão, Cx. 07, n. 58, livro 02, pp.202v. Escritura de troca; (f) AGJSE. Livros de notas da Cidade de São Cristóvão, Cx. 08, n.59, livro 1, pp 60. Escritura de compra e Venda.

Em 1848, cinco anos após adquirirem o engenho do pai, José de Góes Barreto e Manoel Rodrigues Barreto, trocaram a propriedade com seu cunhado Major Antônio de Faria Freire[17]. O Engenho Escurial, avaliado em 24:000$000 contos de réis, é permutado com o Engenho Patrocínio, cuja terça parte era de sua finada mulher, Dona Maria Rosa de Faria Barreto. Para a venda ser permitida, foi acordado que as partes teriam a obrigação de pagar aos filhos menores do casal, em dinheiro a quantia de 6:666$000 contos de réis, com pertences e terras. Essa condição na venda é responsável pelo acréscimo no valor da propriedade. O valor restante foi acordado para ser realizado em nove pagamentos, que se estenderam de março de 1850 a 1859.

[17] AGJSE. Livro de Notas da Cidade de São Cristóvão, Cx.07, n.58, livro 03, pp.17. Escritura de compra e venda

Antônio de Faria Freire, ficou com o engenho apenas um ano, e em 1849 o vendeu para José Correia Bitencourt e sua mulher Dona Maria Joaquina do Carmo, pessoas de fora da parentela[18]. Maria Joaquina era natural de Portugal, e chegou aos 16 anos em Sergipe com seus pais Vicente de Magalhães Bastos e Dona Thomasia Joaquina Rosa[19], casando-se com José Ribeiro Navarro aos 30 anos. Este faleceu em 1829, e juntos eram proprietários do Engenho Camaçari[20]. Sobre José Correia Bittencourt não se tem muitas informações. Sabe-se que em 1837, já era casado com a viúva Maria Joaquina e era proprietário do Engenho Nossa Senhora do Desterro do Rio Comprido, que trocou pelos Engenhos Ribeira e Tombador[21]. Ao longo do segundo quartel do século XIX ainda participou de diversas transações de compra e troca na região do Vaza Barris e do Cotinguiba, o que demonstra que os Engenhos nessa região mudavam frequentemente de proprietários.

Com os mesmos limites de 1843, mas agora reconhecendo a aldeia Água Azeda como confrontante, o Escurial foi avaliado em 34:000$000 contos de réis. A transação foi feita por meio de troca: foi dado o Engenho Tombador, que tinha o valor de 12:000$000, e os 22:000$000 restantes foram pagos por meio da transferência de dívida contraída anteriormente com o Tenente Coronel Francisco Antônio de Carvalho Nobre. Dessa forma, o comprador adquiriu a responsabilidade de quitar a dívida do vendedor e como garantia hipotecou o Engenho[22].

Seis anos depois, morreu Dona Maria Joaquina com uma fortuna estipulada em 40 contos de réis. Dentre os bens inventariados, encontrava-se o Engenho Escurial avaliado em 24:000$000 contos de réis. A propriedade seria dividida em duas partes, utilizadas para o pagamento dos credores do casal. Entretanto, no mesmo ano, a

[18] AGJSE. Livro de Notas da Cidade de São Cristóvão, Cx.07, n.58, livro 03. Escritura de compra e venda.
[19] AGJSE. Inventários *Post-Mortem.* Maria Joaquina da Conceição. Cx.11, n.24, 1853.
[20] AGJSE. Inventários *Post-Mortem.* José Ribeiro Navarro. Cx.06, n.164, 1829.
[21] AGJSE. Livro de Notas da Cidade de São Cristóvão, Cx.06, n.57, livro 02, pp.109. Escritura de compra e venda.
[22] AGJSE. Livro de Notas da Cidade de São Cristóvão, Cx. 07, n. 58, livro 02, pp.202v. Escritura de troca.

propriedade é vendida a Antônio Dias Coelho e Melo por 16:800$0008[23]. O valor baixou consideravelmente em virtude da situação que a propriedade se encontrava. Hipotecada em 1843, e com apenas 7:000$000 contos de réis pagos, o Engenho poderia ser transferido para Francisco Nobre. No entanto, é feito um acordo e Antônio Dias, a quarta geração da família Coelho e Melo, moradores de Sergipe desde o final do século XVII[24] e possuidores de várias propriedades na região de Itaporanga, inclusive um pedaço de terras próximo ao Engenho, quita, à vista, as dívidas com Nobre no valor de 15:000$000 e com José Correia Santos de 1:800$000, tornando-se proprietário. É ele que, em 1856, durante a confecção do registro paroquial de terras da Freguesia de Itaporanga, assentou o engenho sem a especificação da forma de aquisição, embora saibamos que foi por compra.

O Engenho Ribeira

As informações sobre o Engenho Ribeira não são tão completas. O primeiro rastro foi encontrado nos inventários da família do Tenente Coronel Matias Gonçalves Pereira que adquiriu a propriedade em leilão na praça pública[25]. Sua consorte, Josefa Francisca Xavier da Conceição, faleceu em 1817, com um espólio avaliado em vinte contos de réis [26]. Dentre os bens descritos encontrava-se o engenho com o valor de doze contos. Matias morreu três anos depois e foi visto que herdou apenas metade do engenho. Seus outros herdeiros eram a filha Ana Joaquina de São José casada com José Rodrigues Dantas, e os netos Antônio Dias, José Dias Pereira, Ana Joaquina e Josefa Maria, filhos do herdeiro José Dias Pereira que faleceu em 1814[27].

---

[23] AGJSE. Livros de notas da Cidade de São Cristóvão, Cx. 08, n.59, livro 1, pp 60. Escritura de compra e Venda.

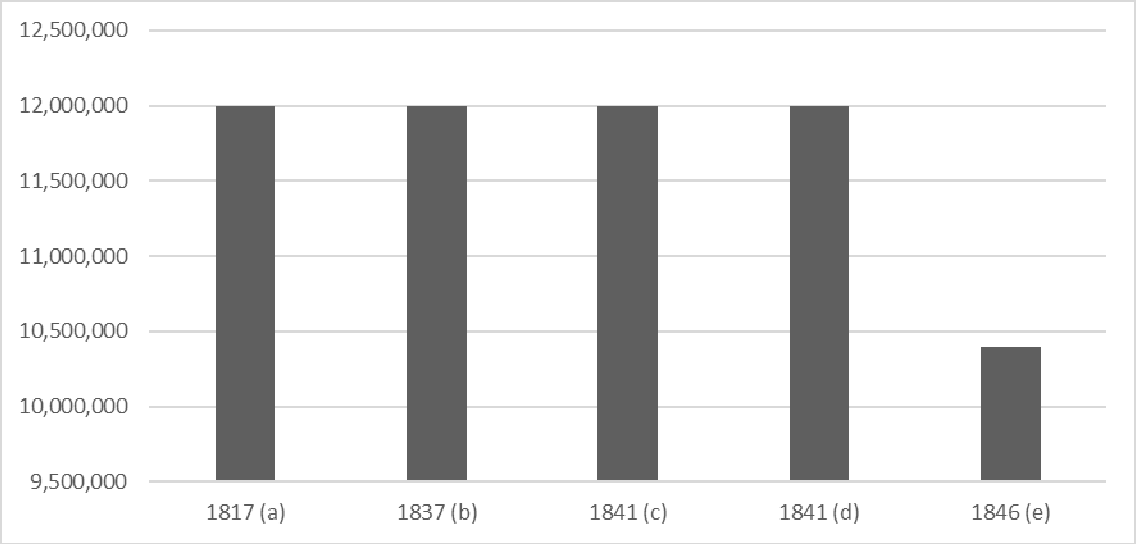
[24] Sobre a família Coelho e Melo, cf: ALBUQUERQUE, Samuel B. de M.. Antônio Dias Coelho e Mello, o Barão da Estância. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Aracaju/SE, v. 34, p. 103-108, 2005; MOTT, Luís. A Inquisição em Sergipe. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013, p. 93-102; DANTAS, Ibarê. Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909): O Patriarca do Serra Negra e a Política Oitocentista em Sergipe. Aracaju: Criação, 2009.

[25] AGJSE. Inventários *Post-Mortem.* Matias Gonçalves Pereira. Cx.23, n.08, 1821.

[26] AGJSE. Inventários *Post-Mortem.* Josefa Francisca Xavier da Conceição. Cx.23, n.08, 1817.

[27] AGJSE. Inventários *Post-Mortem.* José Dias Pereira. Cx.23, n.08, 1814.

Gráfico 02: Avaliações do Engenho Ribeira (1817-1846)



Fontes: (a) (a) AGJSE. Inventários *Post-Mortem.* Matias Gonçalves Pereira. Cx.23, n.08, 1821; (b) AGJSE. Livro de Notas da Cidade de São Cristóvão, Cx.06, n.57, livro 02, pp.109v. Escritura de compra e venda; (c) AGJSE. Livro de Notas da Cidade de São Cristóvão, Cx.06, n.57, livro 04, pp.44. Escritura de compra e venda; (d) AGJSE. Livro de Notas da Cidade de São Cristóvão, Cx.06, n.57, livro 04, pp.46v. Escritura de compra e venda; (e) AGJSE. Livro de Notas da Cidade de São Cristóvão, Cx.06, n.57, livro 03, pp.176. Escritura de compra e venda.

Não obstante não ter sido possível acompanhar a trajetória do engenho por completo, em 1837 o Ribeira reaparece sendo trocado juntamente com o Engenho Tombador[28]. Seus proprietários, o Tenente Antônio Bernardo Barbosa e sua mulher Dona Thomasia Joaquina Rosa do Carmo, o permutaram sem valor excedente com José Correia Bittencourt e Dona Maria Joaquina do Carmo, donos do Engenho Nossa Senhora do Desterro do Rio Comprido, já mencionados. Em 1841, Bittencourt vende o Engenho Ribeira por 12:000$000 contos de réis a Guilherme José dos Santos Pereira[29]. O pagamento foi feito por meio do endividamento, em 4 letras de 1843 a 1846. O

[28] Livro de Notas da Cidade de São Cristóvão, Cx.06, n.57, livro 02, pp.109v. Escritura de compra e venda.
[29] Livro de Notas da Cidade de São Cristóvão, Cx.06, n.57, livro 04, pp.44. Escritura de compra e venda.

Ribeira não fica muito tempo com o mesmo comprador, que no mesmo ano o vende para o Tenente Antônio Bernardo Barbosa pelos mesmos 12:000$000[30].

A propriedade no ano de 1845 foi arrendada ao Tenente Francisco José da Costa por 1:300$000 por seis anos[31]. Entretanto, em 1846, Antônio Barbosa vendeu a propriedade ao Capitão Gonçalo Vieira Dantas, seu cunhado, por 10:400$000 contos de réis. Nesses vinte e oito anos, é a primeira variação no preço constatada. Além de ser uma transação dentro da parentela, a motivação é o pagamento de dívidas contraídas anteriormente. O pagamento foi feito com a transferência da dívida para o comprador e o restante do valor seria pago ao longo dos anos[32].

Conclusão

O presente trabalho buscou investigar o preço das propriedades fundiárias na capital da província de Sergipe entre 1800 e 1856. Foi observado que critérios formais como localização, atividade produtiva e a presença de benfeitorias foram elementos definidores da formação do preço inventariado. No que se refere a forma de aquisição, foi observado que cerca de 80% das propriedades declaradas nos registros paroquiais de terras eram provenientes da compra e herança, coadunando com a antiguidade da ocupação da terra, em finais do século XVI, e de um acelerado processo de mercantilização e de transmissão das propriedades que começou a ser observado na década de 40.

Comparando os preços atribuídos nos inventários post mortem aos registrados nos documentos notariais de compra e venda, observamos que enquanto os primeiros estavam ligados aos critérios formais já enunciados, os segundos se relacionam diretamente a forma de pagamento das propriedades e especialmente, a contratação de dívidas e o não cumprimento do prazo de pagamento estabelecido. Para ampliar a

[30] Livro de Notas da Cidade de São Cristóvão, Cx.06, n.57, livro 04, pp.46v. Escritura de compra e venda.
[31] Livro de Notas da Cidade de São Cristóvão, Cx.07, n.58, livro 01, pp.113. Escritura de arrendamento.
[32] Livro de Notas da Cidade de São Cristóvão, Cx.06, n.57, livro 03, pp.176. Escritura de compra e venda.

discussão, foi traçada a trajetória de duas propriedades açucareiras, a relação entre o preço e a forma de pagamento foi observada de forma ainda mais nítida.

Após acompanhar as trajetórias dos engenhos foi perceptível que o grande número de vendas foram "forçadas" ou "estratégicas". Nas três primeiras décadas do século XIX, as movimentações parecem ter sido feitas para evitar a fragmentação da propriedade após a partilha ou ainda se tratava de atalhos para adquirir outras propriedades. A partir da década de 40, entretanto, observamos uma relação bem próxima entre a contratação de dívidas e o grande número de compras e vendas. A necessidade de quitar pendências creditícias contraídas anteriormente e o risco de perder as propriedades açucareiras foram responsáveis por um conjunto de movimentações. Nestas, a pessoalidade das transações não foi determinante, mas sim o acordo feito entre o credor e devedor em relação aos prazos de pagamento, a garantia hipotecária e o arrolamento de juros, contribuindo, em casos de descumprimento, para a elevação do preço das propriedades. Notou-se ainda, a presença de capitalistas e sua função de intermediários financeiros. A forma de pagamento imediata, à vista, imersa na situação de um débito que se alarga por anos, foi responsável por promover uma diminuição no preço.

Bibliografia:

ALBUQUERQUE, Samuel B. de M.. Antônio Dias Coelho e Mello, o Barão da Estância. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Aracaju/SE, v. 34, p. 103-108, 2005.

ALMICO, Rita de Cássia da Silva. *Dívida e obrigação*: as relações de crédito em Minas Gerais, sécs. XIX/XX. 2009. 277 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

ALMICO, Rita de Cássia da Silva. *Dívida e obrigação*: as relações de crédito em Minas Gerais, sécs.XIX/XX. 2009. 277 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

ANTÔNIO, Edna Maria Matos. A independência do solo que habitamos: Poder, autonomia e cultura política na construção do Império Brasileiro-Sergipe (1750-1831). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

BÉAUR, Gérard. Foncier et crédit dans les societés préindustrielles: des liens solides ou des chaînes fragiles? Annales HSS, ano 49, n.6, p.1411-1428, 1994.

BÉAUR, Gérard. Prezzo della terra, congiuntura e società alla fine del XVIII secolo: l'esempio di un mercato della Beauce. Quaderni Storici, Bologna/Urbino, Università degli Studi/Istituto di Storia e Sociologia, v.22, n.65, 1987.

CHRISTILLINO, C. L.. *A Zona da Mata Pernambucana e a Serra Gaúcha*: apontamentos sobre a estrutura fundiária em meados do XIX. Clio, v. 01, p. 70-103, 2013.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. Além da Plantation: Estrutura Fundiária e a Produção de Alimentos em Pernambuco e na Paraíba. In: ARAUJO SÁ, Antônio Fernando de; ALVARO, Bruno Gonçalves Álvaro. *Cultura, Memória e Poder:* História e Historiografia. Recife: Editora da UFPE, 2016, p. 146-164.

COMMONS, John R.. Economia Institucional. In: SALLES, Alexandre Ottoni Teatini; PESSALI, Huáscar Fialho; FERNÁNDEZ, Ramón Garcia (Orgs.). Economia Institucional: Fundamentos Teóricos e Históricos. São Paulo: Editora UNESP, 2017, p. 67-80.

COSTA, Fernando A. Alves da. E quanto valia, afinal? O problema dos preços nos inventários post-mortem do século XIX. IN: Histórica – Revista on-line do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Dossiê: Vestígios da escravidão. ISSN 1808-6284. Ano 10. Nº 61. Maio de 2014.

DANTAS, Ibarê. Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909): O Patriarca do Serra Negra e a Política Oitocentista em Sergipe. Aracaju: Criação, 2009.

DINIZ, Maria de Faro Leal (Org.). *Textos para a História de Sergipe*. 2. ed.. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.

ENGERMAN, Stanley L.; HOFFMAN, Philip T.; ROSENTHAL, Jean-Laurent; SOKOLOFF, Kenneth L.. Finance, Intermediaries and Economic Development. New York: Cambridge University Press, 2003.

FRANK, Zephyr. *Entre ricos e pobres*: o mundo de Antônio José Dutra no Rio de Janeiro oitocentista. São Paulo: Editora Annablume. 2012.

GARCIA, Graziella Bonassa. *O Domínio da Terra*: conflitos e estrutura agrária na Campanha rio-grandense oitocentista. Dissertação (mestrado em História) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

GUIMARÃES, E. Rompendo o silêncio: conflitos consuetudinários e litigiosos em terras pró-indivisos (Juiz de Fora, Minas Gerais). In: MOTTA, M. M. M. ; ZART, P. (orgs.). Formas de Resistência Camponesa: Visibilidade e Diversidade de Conflitos ao longo da História. Coleção História Social do Campesinato. São Paulo: UNESP, vol. 1, 2008, p. 105.

MALAQUIAS, C. DE O.; VIEIRA, ÉDEN F. S.; PEREIRA, A. C. Açúcar, farinha e escravidão: o Atlântico e a História Agrária de Sergipe Del Rei na ascensão da lavoura canavieira. *Ponta de Lança*: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, v. 12, n. 23, p. 13-42, 31 dez. 2018.

MALAQUIAS, Carlos de Oliveira; SANTOS, Fernanda Carolina Pereira dos Santos; JESUS, Lucas Oliveira de**.** *Nos limites da missão*: conflito e apossamento das terras da Aldeia da Água Azeda, São Cristóvão, SE, 1822-1860. In: ANTÔNIO, Edna Maria Matos; MAZA, Fábio. Sergipe: Diálogos de História, Memória e Política. Curitiba: CRV, 2021, p. 133-162.

MOTT, Luís. A Inquisição em Sergipe. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013, p. 93-102.

MOTT, Luís. *Sergipe del Rey*: população, economia e sociedade. Aracaju: FUNDESC, 1986.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do Poder*: conflitos e direito à terra no Brasil do século XIX. 2 ed.. Niterói: EDUFF, 2008.

MOTTA, Márcia; GUIMARÃES, Elione. *Propriedades e Disputas:* Fontes para a História dos Oitocentos. Guarapuava: UNICENTRO; Niterói: EDUFF, 2011.

MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo H.. *A segunda escravidão e o império do Brasil em perspectiva histórica*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2020.

PEDROZA, Manoela. Engenhocas da Moral: Redes de Parentela, transmissão de terras e direitos de propriedade na freguesia de Campo Grande (Rio de Janeiro, século XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

PEDROZA, Manoela. Passa-se uma engenhoca: ou como se faziam transações com terras, engenhos e crédito em mercados locais e imperfeitos (freguesia de Campo Grande, Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX). Varia História (UFMG. Impresso), v. 26, p. 241-266, 2010.

PENNA, Clemente Gentil. *Economias urbanas*: Capital, créditos e escravidão na Cidade do Rio de Janeiro, c. 1820-1860. Tese (doutorado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

SANTOS, Anderson Pereira dos. *Os Afortunados do Ultramar*: riqueza e distinção na Cidade de Sergipe del Rei (1750-1808). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal da Bahia, 2017.

SANTOS, Fernanda Carolina Pereira dos. Poderosos capitalistas: práticas creditícias, dinâmicas internas e relações sociais no sul sergipano (1800-1849). 2022. 217 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2022.

SANTOS, Joceneide dos Santos. *Negros da Guiné e de Angola*: Nações africanas em Sergipe (1720-1835). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SANTOS, Lourival de Santana. *A produção do espaço agrário sergipano:* Estruturação e arranjos (1850-1925). Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Sergipe, 2011.

SANTOS, Lourival Santana. Os rendimentos e valor da terra em Sergipe. *Ponta de Lança*, São Cristóvão, v.6, n.11, out.2012-abr., 2013.

SANTOS, Maria Nely. A Vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana no século XIX. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Campinas, 1984.

SARAIVA, Luiz Fernando; PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. O mercado de crédito no Rio de Janeiro (1821-1850). Locus: revista de história, Juiz de Fora, v.20, n.2, 2014.

SILVA, Ligia Osorio. Latifúndios e Terras Devolutas. 2 ed.. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (Orgs.). História Econômica da Independência e do Império. 2ª ed.. São Paulo: Hucitec/ABPHE/EDUSP/Imprensa Oficial, 2002.

VELLASCO, Ivan de Andrade. As seduções da ordem: Violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais – século 19. Bauru: EDUSC; São Paulo: ANPOCS, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

O jovem Raúl Prebisch e a tradução de Adolph Wagner em 1919: indícios de uma crítica relativista

Fágner João Maia Medeiros

Luiz Felipe Bruzzi Curi

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

O jovem Raúl Prebisch e a tradução de Adolph Wagner em 1919: indícios de uma crítica relativista

The young Raúl Prebisch and the translation of Adolph Wagner in 1919: signs of a relativist critique

Fágner João Maia Medeiros[1]

Luiz Felipe Bruzzi Curi[2]

Resumo:

Neste artigo voltamo-nos para os primeiros passos do renomado economista Raúl Prebisch ainda como jovem estudante da *Faculdad de Ciencias Económicas* da *Universidad de Buenos Aires*. Entre 1918 e 1922, Prebisch cursava o curso de contabilidade e exercia um papel ativo produzindo textos para a revista da sua universidade: *Revista de Ciencias Económicas*. Dentre outras coisas, Prebisch também atuou como tradutor na Revista contribuindo para disseminação de ideias de renomados economistas europeus. Neste artigo analisamos a tradução de Adolph Wagner realizadas pelo jovem Prebisch, em 1919, e logo identificamos indícios de que o autor teria modificado o texto, de um lado, selecionando excertos que relativizam o livre comércio e, de outro, omitindo a defesa ao método dedutivista neoclássicos. Como resultado, entendemos que as omissões de Prebisch relativizam a ideia, até então consagrada na literatura, de que o argentino era um neoclássico inteiramente convicto durante seus anos iniciais de formação.

[1] Cedeplar/UFMG
[2] Cedeplar/UFMG

O jovem Raúl Prebisch e a tradução de Adolph Wagner em 1919: indícios de uma crítica relativista

Palavras-chaves: Revista de Ciencias Económicas, Tradução, Adolph Wagner, Raúl Prebisch.

Abstract:

In this article, we turn to the first steps of the renowned economist Raúl Prebisch as a young student at the Faculdad de Ciencias Económicas at the Universidad de Buenos Aires. Between 1918 and 1922, Prebisch studied accounting and played an active role producing texts for his university's journal: Revista de Ciencias Económicas. Among other things, Prebisch also worked as a translator for the Journal, contributing to the dissemination of ideas from renowned European economists. In this article we analyze the translation of Adolph Wagner carried out by the young Prebisch, in 1919, and soon we identify indications that the author would have modified the text, on the one hand, selecting excerpts that relativize free trade and, on the other hand, omitting the defense of the method neoclassical deductivists. As a result, we understand that Prebisch's omissions relativize the idea, hitherto consecrated in the literature, that the Argentine was a fully convinced neoclassicist during his early formative years.

Keywords: Revista de Ciencias Económicas, Translation, Adolph Wagner, Raúl Prebisch.

O jovem Raúl Prebisch e a tradução de Adolph Wagner em 1919: indícios de uma crítica relativista

***

1. Nota introdutória

"Tradutore, traditore", diz o aforismo italiano. Traduções sempre conteriam, segundo essa máxima, algum tipo de modificação do texto original. O sentido desse aforismo é, claramente, negativo: as alterações de sentido executadas pelo tradutor acabariam por "trair" o pensamento original. No estudo da história das ideias, contudo, é possível ver essa tensão entre o texto original e sua tradução em sentido positivo, sobretudo quando se adota uma perspectiva metodológica mais contextualista. Esse sentido positivo pode ser apreendido em pelo menos dois eixos. Num primeiro, e talvez mais óbvio, o texto traduzido se destaca como fonte privilegiada para se documentar e avaliar processos de disseminação de ideias. Nesse caso, o uso da tradução como fonte permite examinar tanto a efetiva circulação de um texto ou das ideias de um pensador, quanto a intenção, num determinado contexto cultural, de assimilar um discurso produzido em outro contexto.[3] Em outras palavras, as traduções podem auxiliar na resposta a perguntas como: como se deu a circulação internacional de determinado livro em dado período histórico? Quais eram as demandas e interesses que levaram uma editora ou periódico a encomendar e publicar a tradução de um texto específico?

Há, não obstante, um segundo eixo que pode orientar o uso do texto traduzido como fonte para a história das ideias. Trata-se aqui de inverter o sentido do ditado italiano e pensar não em como o tradutor atraiçoa o pensamento original, mas em como a tradução revela algo sobre o tradutor. Nessa perspectiva, o tradutor ocupa uma posição tensa, que não chega a ser de autor de um novo texto, mas certamente não é a de um retransmissor passivo de uma mensagem pronta. É nesse eixo metodológico que pretendemos analisar a tradução que o estudante argentino Raúl Prebisch fez, em 1919, de alguns trechos do livro-texto do, à época, renomado economista alemão Adolph Wagner. Prebisch era aluno do curso da Facultad de Ciencias Económicas da Universidad de Buenos Aires (FCE-UBA), uma instituição pioneira na institucionalização do ensino acadêmico de matérias

[3] Para esse tipo de reflexão, no campo da história das ideias econômicas, ver Cardoso (2009).

especificamente econômicas na América Latina, tendo publicado sua tradução na *Revista de Ciencias Económicas* (RCE), um periódico organizado pelo corpo discente da FCE e voltado para a divulgação de discussões de teoria e conjuntura econômicas.

Prebisch é um objeto muitas vezes visitado pela historiografia. Na história das ideias econômicas latino-americanas, é, com certeza, um dos personagens mais estudados, sobretudo na qualidade de um dos fundadores do "pensamento cepalino". Como é de se esperar nesse tipo de literatura, tais estudos, em sua maioria, baseiam-se no que Prebisch escreveu ou disse. E, sem dúvida, já se produziu a partir disso um conhecimento robusto sobre suas ideias econômicas. Porém, o exame de um texto seu produzido na condição de tradutor é instigante por se basear no que Prebisch "não disse" ou, ao menos, disse sem ser autor. O texto em castelhano, publicado na RCE em 1919, foi escrito pela mão de Prebisch, mas seu nome só apareceu ao final e, para efeito de publicação, a autoria do texto é de Wagner. Dessa forma, a escolha de trechos e palavras para a tradução e, sobretudo, as alterações no texto original feitas pelo tradutor Prebisch ganham um sentido interessante, a partir de um paradigma indiciário. Aproximam-se do que Ginzburg (1989, p. 190) identifica como "dados marginais", que podem ser reveladores por se situarem em momentos em que o controle de autoria se distende. Nesse sentido, a omissão de um trecho em uma tradução pode revelar um traço de individualidade, deixando entrever um indício, uma pista a respeito da formação de uma linha própria de pensamento.

2. O "jovem Prebisch" e seu contexto na RCE

A formação do economista Raúl Prebisch destaca-se por uma educação robusta, que lhe permitiu lograr uma notável posição acadêmica e saltar, com certa facilidade, entre os mais altos postos da estrutura estatal argentina nos anos de 1920 e 1930. Portanto, é produtivo retomar os primeiros passos desse "jovem Prebisch", como pretendemos aqui, direciona-nos para o que Magariños (1991) classificou como o "período de formação" de

Prebisch, entendido por: a vida familiar e escolar, a juventude e a graduação. Em outros termos, o período que antecede a "vida pública" de Prebisch.

Dando início à exploração, Prebisch nasceu em 1901 na província argentina de Tucumán, onde viveu até os seus dezessete anos. Nesses anos, a origem social do autor foi forjada dentro de típica relação argentina do final do século XIX: a união entre homens imigrantes europeus (pai: o alemão Albin Prebisch) com mulheres argentinas herdeiras de famílias vinculadas às oligarquias agrícolas (mãe: Rosa Linares Uriburu). Essa combinação permitiu que seu pai obtivesse acesso aos principais círculos da alta sociedade de uma região em pleno desenvolvimento cultural. Para o caso de Albin Prebisch, após o casamento, ele se destacou na vida cultural tucumana, assumindo a cátedra de Inglês no *Colégio Nacional de Tucumán* e participando da fundação de clubes e do *Banco Comercial de Tucumán*. Além disso, sua contribuição ao capital cultural de Raúl Prebisch (e dos seus outros sete filhos) teria sido a transmissão do seu vasto conhecimento em matéria de línguas, pois era fluente em alemão, inglês, espanhol e possuía algum conhecimento em francês e holandês (PRAXEDES, 2020).

No entanto, a formação cultural do jovem Prebisch deve ser creditada, em maior grau, ao lado materno.[4] Os Uruburu eram parte de uma antiga linhagem familiar que retoma as lutas pela independência argentina, e destacavam-se na cena local por suas vinculações políticas e pela posse de terra. Desse lado, destacava-se a figura de José de Uruburu (avô) como referência intelectual do jovem Prebisch. Ele era advogado, dono do jornal *El Norte* e com uma larga carreira política, passando pelo senado e pela presidência regional da recém-criada União Cívica. Em entrevista, Prebisch alegou que: "[t]odos nosotros hemos tenido una propensión intelectual que, seguramente, viene del abuelo" (MAGARIÑOS, 1991, p. 29).

A partir desse quadro, "os Prebisch" foram se tornando figuras destacadas no quadro político-cultural argentino, sobretudo em razão da importância aos estudos que

[4] É pertinente ressaltar que Albin Prebisch abdicou de educar seus filhos segundo suas tradições, tratou de os "argentinizar" optando por socializa-los em espanhol e dentro da tradição católica, não ensinando alemão aos filhos muito menos com preceitos protestantes. Para mais detalhes ver: (DOSMAN, 2011).

lhes foi dada nos seus anos de formação (TERÁN, 1977). Prebisch e seus irmãos cresceram, nos termos de Barboza (2018), numa "Tucumán Cultural": província que se transformava em um centro de gravitação cultural e econômica no norte do país. A partir do último quartel do século XIX, a criação de um conjunto de instituições educativas (escolas e universidades) e culturais permitiram a circulação de saberes e a gestação de uma vida intelectual. O jovem Prebisch teria frequentado, por exemplo, colégios de alto prestígio (*Colegio del Sagrado Corazón*, *Colegio Nacional de Tucumán* e *Colegio Nacional de Jujuy*), onde obteve os pré-requisitos necessários para o acesso à vida letrada (estudo de línguas estrangeiras, literatura, integração em círculos políticos e conhecimento científico).[5]

De modo geral, este contexto formativo teria permitido, nos termos de Bourdieu (2008), o acúmulo de capital cultural suficiente para que o jovem Prebisch transitasse para FCE da UBA, no ano de 1918. Em entrevista, Prebisch afirmou que "[…] había leído en los diarios acerca de una facultad de Ciencias Económicas que se había creado en Buenos Aires en los últimos años. Pedí a alguien que me mandara los programas, y ahí empecé a encontrar bastante interés" (MAGARIÑOS, 1991, p. 38). Como dito, a FCE-UBA era uma instituição jovem, havia sido criada em 1913 e, até antes disso, as discussões em Economia estavam circunscritas a Faculdade de Direito e Ciências Sociais (FDyCS). A partir de então, a institucionalização da Economia teria ocorrido através da herança de professores do curso de Direito (da FDyCS) e Comércio (do *Centro de Estudiantes de Ciencias Económicas* (CECE), criado no ano anterior) (ARANA, 2022; DONGHI, 1962). Ademais, é preciso ressaltar que Prebisch se mudava para Buenos Aires para frequentar uma instituição pioneira, tendo em vista que a FCE-UBA foi a primeira faculdade com formação em Economia da América Latina: inicialmente, constituída pelo curso de contabilidade e pelo doutorado em Economia (DOSMAN, 2011). Ademais,

[5] Sobre o aprendizado de línguas estrangeiras, Prebisch mais tarde teria dito: "Yo hice mis estudios primarios y llegué hasta el tercer año del Nacional en un colegio de padres franceses lourdistas que me enseñaron a leer y a escribir en castellano y en francés en mi provincia de Tucumán" (LÓPEZ, 1989, p. 22).

Buenos Aires também se destacava como principal centro de gravitação intelectual da região, sobretudo com relação às discussões de economia (LOVE, 1995).

Em 1918, Prebisch ingressou no curso de contabilidade, onde recebia uma formação teórico-prática englobando temas de direito econômico, contabilidade e teoria econômica (ver Anexo 1). Conforme López (2008) "[…] se buscaba que un graduado fuese a la vez contador, economista, perito financiero y asesor jurídico económico". Em entrevistas, Prebisch descreveu a formação adquirida na FCE em Economia como "neoclásica", acrescentando no seu ensaio autobiográfico que: "cuando inicié mi carrera como joven economista y profesor durante los años veinte creía firmemente en las teorías neoclásicas" (PREBISCH, 1983, p. 1077). Portanto, a teoria neoclássica dominava as atividades da FCE, sobretudo a partir da entrada Luis Roque Gondra na cátedra de Economia Política, em 1920, trazendo os estudos de economia pura de economistas europeus como Vilfredo Pareto.

Embora houvesse uma predisposição para economia neoclássica na FCE, nem tudo poderia se resumir a isso. Arana (2022) sublinha uma leva de professores, vindos do Direito, que eram tributários das linhagens alemãs de pensamento econômico e difundiam tais autores (como Gustav Schmoller e Adolph Wagner) em suas classes. Trata-se dos professores Enrique Ruiz Guiñazú, Félix Martín y Herrera, Marco M. Avellaneda, Juan José Diaz Arana y José Antonio Terry. Portanto, havia uma certa disputa entre os catedráticos da faculdade, fornecendo-nos uma pista sobre as razões do jovem Prebisch traduzir escritos de Adolph Wagner na *Revista de Ciencias Económicas* (RCE).

No entanto, é preciso também destacar o caráter autodidata na instrução de Prebisch nesses anos de universidade, tendo ele próprio afirmado em entrevista que a baixa qualidade das suas aulas o conduziu a buscar meios próprios de aprimorar a sua formação. Nas palavras do autor:

> […] salvo rarísimas excepciones, los profesores de la Facultad eran muy deficientes. Tanto es así que después del primer año, con la reforma universitaria, se nos dio asistencia libre a clase y yo, en lugar de ir a clase, me metía en la biblioteca por la mañana y por la tarde.

> Ocho horas diarias. Y siempre estudié solo (MAGARIÑOS, 1991, p. 45).

Essa flexibilidade nos estudos foi possível graças à Reforma Universitária encabeçada por organizações estudantis de diferentes instituições de ensino da Argentina, que almejavam ampliar o grau de democratização da universidade (DONGHI, 1962). Nesse ínterim, Prebisch listou como parte das suas leituras economistas clássicos (como Adam Smith e David Ricardo) e manuais de economistas estrangeiros (italianos e ingleses). Além disso, disse ter se atualizado com base em revistas científicas, tal como a *Quarterly Journal of Economics* (LOVE; POLLOCK; KERNER, 2002). Portanto, o domínio da língua inglesa foi uma característica fundamental para formação autodidata do autor, em especial no momento em que o inglês caminhava para se tornar a língua dominante na ciência.

Para além disso, o próprio Prebisch listou o marxismo como outra de suas fontes formativas. Prebisch nos conta, em entrevista, que a efervescência da Revolução Russa, de 1917, despertou o interesse de uma leva de jovens universitários, entre os quais ele próprio, que disse ter se debruçado sobre *O Capital* de Karl Marx e lido outros autores como Rosa Luxemburgo, Lenin e Trotsky, além de manter contato estreito com membros do partido socialista argentino (MAGARIÑOS, 1991). Mallorquín (2012) sublinha que o ambiente acadêmico vivido por Prebisch ainda não estava marcado por hegemonias teóricas, tendo o autor tomado conhecimento também de outros socialistas, como: Filippo Turati e John A. Hobson, além de conhecer cooperativistas e o "socialismo de Guildas". Nas palavras do próprio autor, "[...] A esa edad, cuando llegué a Buenos Aires, a la Universidad, me convertí en socialista. Me fue hacia el otro extremo" (LOVE; POLLOCK; KERNER, 2002, p. 536).

Nos seus primeiros anos de estudos, Prebisch afirma que acompanhava o que se passava na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), mostrando-se interessado nos discursos e exposições dos líderes da revolução, além de também manter uma relação próxima com membros do Partido Socialista, em Buenos Aires, estreitando

relações com os intelectuais socialistas, entre os principais estavam figuras como Juan Bautista Alberdi, Nicolás Avellaneda, Domingo Sarmiento, Juan B. Justo e Alejandro Bunge (IÑÍGUEZ, 2003; SOUZA, 2015). Os autores listados acima eram intelectuais que estavam à frente do "projeto urbanizador argentino", isto é, a favor da industrialização-urbanização do país. No período universitário, Justo foi quem Prebisch mais acompanhou suas atividades: era o tradutor da obra de Karl Marx e fundador do Partido Socialista da Argentina.[6]

Por fim, destaca-se também o interesse de Prebisch por um "outro Pareto", fazendo referência às contribuições sociológicas do autor. O ânimo socialista de Prebisch foi, paulatinamente, sendo substituído pela defesa, feita por Pareto (1916), de uma "elite tecnocrática" capaz de guiar o Estado por meio de ferramentas racionais acima de interesses pessoais. Prebisch disse, em entrevista, que "[…] todas las mañanas me sentaba a bordo a digerir *la sociología general* de Pareto, otro autor que tuvo una gran influencia en mi formación" (MAGARIÑOS, 1991, p. 56). Mais tarde, Prebisch traduziu textos de Pareto para uma conferência em memória do italiano, que teria ocorrido em outubro de 1923 (PREBISCH, 1923).[7]

No que tange à atuação de Prebisch na universidade, vale ressaltar seu papel político ativo, sendo líder estudantil entre os anos de 1920 e 1921, e uma participação ativa na RCE, chegando a ser – junto com Alfredo Palacios – diretor da revista em 1922 (DOSMAN, 2011). Em linhas gerais, a RCE havia sido criada junto à FCE (com a primeira edição em julho de 1913) e era uma revista quase que exclusivamente organizada por estudantes e funcionava como um espaço para que estes pudessem publicar seus trabalhos científicos e artigos de opinião, bem como difundir as ideias economistas renomados do país e do mundo (ARANA, 2015). Quanto à organização e o conteúdo da revista, esta era publicada inicialmente de forma mensal, mantendo um fluxo grande de

[6] A não publicação de um artigo de opinião de Prebisch chamado *¿Salario en Oro?* na revista *La Hora*, barrada por Justo por ir contra suas publicações, teria levado o jovem Prebisch a desistir da sua filiação ao Partido Socialista e se distanciar das atividades do partido (MAGARIÑOS, 1991).

[7] É digno de nota lembrar que Prebisch é listado pela literatura como um dos receptores das ideias de Pareto na Argentina (LÓPEZ, 2002).

publicações que envolvia: (a) análise de conjuntura nacional e Internacional; (b) discussões de teoria econômica; (c) reflexões sobre problemas econômicos; (d) análise de norma e legislação profissional; e (e) traduções. Arana (2022) alega que com poucos anos a revista já havia se tornado uma fonte importante para se inteirar de aspectos práticos e teóricos em matéria de economia.

Ao longo da sua graduação, Prebisch publicou uma ampla gama de textos na RCE. Seus primeiros textos destacam o interesse por temas de conjuntura internacional relativos à situação econômica de outros países. Entre eles, destacamos alguns: *Investigaciones sobre el standard de vida en China* (1919a), *El costo de la vida en Italia* (1919b), *La situación financiera de Francia* (1919c), *La riqueza y renta del mundo antes de la guerra* (1919d), *La guerra y la población de Francia* (1919e), *El medio circulante y los precios en Italia* (1920), *La Conferencia Financiera Internacional de 1920* (1921a) e *La Conferencia de Bruselas* (1921b).[8] Somente mais tarde, em 1921, prevalece uma predisposição maior do autor por temas mais teóricos, sobretudo com relação aos ciclos econômicos. Sember (2010) aponta o artigo *Anotaciones sobre Nuestro Medio Circulante* (1921c), publicado na RCE, como primeiro grande trabalho de Prebisch sobre a temática dos ciclos e da economia monetária. Além disso, Prebisch também trabalhou com traduções de autores como John H. Willians, Vilfredo Pareto, Enrico Barone, Maffeo Pantaleoni e, conforme se examina na próxima seção, Adolph Wagner. Novamente, ressalta-se a importância do domínio de línguas estrangeiras para os primeiros passos da jovem Prebisch na FCE-UBA.

3. O texto de Adolph Wagner e seu lugar na disseminação de ideias

Adolph Wagner (1835-1917) falecera pouco antes de Prebisch publicar sua tradução de alguns parágrafos do *Grundlegung der politischen Oekonomie* ou *Fundamentos da Economia Política*, um dos volumes que compunham seu extenso livro-

[8] Alguns dos textos foram apenas assinados com "R. P.", mais tarde tomou-se conhecimento de que estes eram de autoria de Prebich.

texto *Lehr- und Handbuch der Politischen Oekonomie*, de ampla difusão internacional, com tradução ao francês e (parcial) ao italiano, além de assimilações em países tão distantes entre si como Espanha, Estados Unidos, Brasil e Japão. Wagner foi um professor de economia bastante influente na Alemanha de seu tempo, tendo pertencido a um movimento intelectual e político conhecido como socialismo de Estado. Era marca distintiva dessa vertente de socialismo a ênfase no manejo do orçamento público como regulador da distribuição de renda na sociedade. No plano intelectual, isso se refletia no desenvolvimento da ciência das finanças públicas (*Finanzwissenschaft*) que constituía um volume à parte no livro-texto de Wagner. O objeto dessa ciência era a tributação, o gasto público, a dívida pública e outros aspectos relacionados à administração econômica do Estado. Nesse campo, Wagner produziu um manual destacou por sua visão positiva sobre o papel da expansão do gasto público como fator civilizacional. Esse tipo de perspectiva tornou Wagner referência internacional importante quando se tratava de pensar e reformar as finanças públicas numa chave mais favorável à expansão da extensão e do escopo das atividades estatais.

É provável que sua perspectiva específica sobre as finanças públicas e a fama como estudioso desta matéria tenham contribuído, ao menos em parte, para que Prebisch tenha tomado conhecimento de Wagner. Em favor disso está o fato de que a Biblioteca da Universidad de Buenos Aires conta com a tradução francesa do seu volume sobre finanças públicas, o *Traité d'économie politique* (1913). O trecho traduzido, no entanto, não é relacionado à economia do setor público. Trata-se de uma discussão sobre os motivos da ação econômica, num registro que mescla considerações de economia política e psicologia. Na organização mais ampla da obra, os parágrafos traduzidos (§30 a §41, conforme numeração nas versões alemã e francesa) fazem parte do volume referente aos *Fundamentos da Economia Política*, "Primeiro Livro: A natureza econômica do homem. Objeto. Tarefas. Métodos. Sistema da Economia Política", "Capítulo 1: A natureza econômica do homem". Em outras palavras, Prebisch selecionou "o início" do livro teórico de Wagner para traduzir, desconsiderando a longa Introdução, que precede esse Capíutulo 1. A introdução, conforme era comum em manuais alemães dessa época, trazia uma extensa revisão das doutrinas econômicas até então, isto é, um apanhado da história

do pensamento econômico até aquele momento.

Esse início da exposição propriamente teórica de Wagner tinha como objetivo esmiuçar o tema da natureza da ação econômica humana, como expresso no título do "Primeiro Livro". Na introdução ao tema, localizada nos parágrafos imediatamente anteriores ao início da tradução de Prebisch, Wagner buscou situar o problema da natureza econômica humana, listando uma ampla gama de referências: para além de assimilações da economia política, merece destaque a referência a uma literatura psicológica relativamente atualizada, com Höffding e Wundt. Em seguida, Wagner partiu dos conceitos de necessidade (*Bedürfnis*), satisfação (*Befriedigung*), instinto de satisfação (*Befriedigunstrieb*) e trabalho (*Arbeit*), para chegar a uma definição de economia que lhe permitisse tratar da natureza econômica do homem.[9]

Wagner articulava esses conceitos em suas definições básicas para chegar a uma definição de economia (*Wirtschaft*), num percurso que vai da necessidade humana em sua forma mais básica (a necessidade de preservação da própria vida), passando pelo instinto de satisfação e pelo trabalho, para chegar à economia. A seguinte definição sintetiza esse percurso: "A economia (no sentido mais amplo da palavra) é a síntese das ações de trabalho, executadas de acordo com o princípio econômico,[10] voltadas para a contínua criação e utilização de bens para a satisfação de necessidades, num circuito humano fechado (ou supostamente fechado) de necessidade e satisfação." (Wagner, 1891, p. 81). Nesse sentido, é possível inserir Wagner numa tradição alemã de economia política centrada em torno das necessidades humanas (e não no trabalho ou na troca).

A partir dessa definição de economia é possível a Wagner passar a uma análise, não mais da natureza humana mais geral, mas da natureza econômica do homem. Segundo Wagner, essa natureza econômica seria aquela que resulta da necessidade, do instinto de satisfação, do instinto de autopreservação e autointeresse, mediados por avaliações,

[9] Vale observar que a tradução francesa utiliza ora *désir* (desejo) ora *instinct* (instinto) para a palavra alemã Trieb. Na versão castelhana, Prebisch optou por *instinto*. É um termo relativamente comum na psicologia de língua alemã, cuja tradução é objeto de disputa, particularmente entre os psicanalistas e estudiosos da obra de Sigmund Freud. Sobre isso, ver Gomes (2001).

[10] O "princípio econômico" seria, para Wagner, o princípio psicológico segundo o qual só se inicia uma ação se se tem a avaliação interna de que o conforto da satisfação da necessidade superará o desconforto do esforço empreendido. (Wagner, 1892, p. 80)

comparações e julgamentos feitos sob a prevalência do princípio econômico. Wagner reconhecia que essa natureza econômica era apenas uma parte da natureza humana mais geral e, portanto, suscetível a modificações de várias ordens. Seria uma natureza variável em cada indivíduo, de acordo com sua classe, estamento, povo, época, país, costumes e cultura. Dessa forma, a natureza econômica humana seria mutável na história. Wagner, porém, fez uma qualificação: em sua essência, essa natureza econômica se apresenta, em todos os homens, de forma comum, nos motivos, pensamentos, esforços e ações por ela governados. Isso seria assim, porque tal natureza se modifica muito lentamente, ao menos nos espaços de tempo relevantes para a história humana. Por isso, o estudo dessa natureza deveria assumir que se trata de uma categoria "absoluta" e, como tal, um fator relevante, por vezes decisivo, para o indivíduo (Wagner 1892, p. 82).[11]

Esse tipo de postura com relação à historicidade da natureza econômica do homem expressa o compromisso que Wagner buscava estabelecer entre o relativismo da escola histórica, bastante influente no meio acadêmico alemão de seu tempo, e as linhagens de pensamento econômico mais inclinadas a tratar das categorias em termos mais gerais, como a economia política britânica. Não são corretas, portanto, as interpretações que situam Wagner como vinculado à segunda geração da escola histórica, somente porque partilhava com Schmoller preocupações relacionadas à questão social e a defesa de uma política econômica nacionalista. Por suas contribuições ao campo das finanças públicas e sua postura reformista em política social, Wagner pode ser considerado um socialista de Estado. No plano da teoria e do método, porém, foi um pensador de várias influências, que admitia a validade de certos argumentos historicistas, mas não trocava o método dedutivo pelo relativismo histórico.

Nessa linha de argumentação, situam-se os primeiros trechos traduzidos por Prebisch, do Capítulo 1, Seção 2. Prebisch intitulou o "artigo" publicado na RCE com o título desta seção: "Diferenciação e combinação dos móveis na ação econômica" (Wagner 1892, p. 83; Wagner 1919a, p. 429). Wagner destacava, nesse ponto, que o ser humano

[11] É tentador, se não fosse anacrônico, ver aqui um esboço da "longa duração", categoria que, na pena de Fernand Braudel, ganharia relevância na historiografia do século XX. Seria uma forma de caracterizar fenômenos vistos pelas ciências sociais como imutáveis ou "estruturais" e que, na perspectiva da história têm uma temporalidade mais ampla, modificando-se de forma lenta.

age a partir de uma combinação de motivos distintos, porém de forma unitária. As ações humanas não dependem somente dos motivos econômicos e, em particular, da busca do interesse pessoal. Vários motivos, em geral, concorrem para uma ação, mesmo que os motivos econômicos sejam predominantes. Embora a diferenciação nem sempre seja fácil, pois o agir humano é unitário e responde a vários motivos ao mesmo tempo, a ação humana é diferente de uma ação motivada somente pelo interesse pessoal, "pelo desejo de obter a maior vantagem possível, ao preço do menor sacrifício" (Wagner 1892, p. 86; Wagner 1919a, p. 432).

Em seus comentários sobre as concepções existentes na literatura econômica a respeito desse ponto, Wagner enfatizava que a "velha teoria", isto é, a economia política clássica, dedicara muito pouca atenção ao assunto. Na sua visão, essa escola teria extrapolado as motivações do *city man* moderno para uma série de seres humanos diferentes. Esse "tratamento igual para todos" seria a consequência dessa "psicologia unidimensional" (ou "imperfeita", na tradução de Prebisch), que desconhece o caráter da ação econômica como motivada por vários determinantes. Wagner reivindicava, portanto, alguma medida de relativismo, de tratamento diferente para fenômenos e contextos diferentes. Criticava a abolição pura e simples do "antigo direito, coercitivo às vezes, mas também protetor" e a consequente submissão de agricultura e indústria ao mesmo direito econômico. O mesmo equívoco se manifestava na "aplicação da liberdade comercial aos países e povos mais diversos" (Wagner 1892, p. 86; Wagner 1919a, p. 432).

Prebisch selecionou para tradução um trecho de Wagner sobre um ponto teórico bastante geral – a natureza da ação econômica humana –, no qual, entretanto, há uma perspectiva relativista que desemboca numa crítica à concepção de que a liberdade comercial é benéfica em todos os contextos. Esse argumento não era novo: bastante presente na obra de Friedrich List e compartilhado por pensadores de inclinação historicista, como Schmoller, era um argumento frequentemente mobilizado no debate público, na Alemanha e em outros contextos, na defesa de medidas protecionistas. Não se pode extrair da tradução Prebisch um "endosso" a essa crítica de Wagner. Porém, a seleção e tradução do trecho são indícios de um contato, já em 1919, com a ideia de diferenciação dos países do ponto de vista da aplicabilidade do livre comércio. A abertura

comercial poderia, nesse sentido, não favorecer a prosperidade comercial de certos países.

Estabelecida a ideia de que a ação humana comporta várias motivações, Wagner passou a uma diferenciação dos cinco motivos (ou móveis-diretores), para a ação econômica. Prebisch verteu ao castelhano as análises referentes aos três primeiros motivos, deixando, na última parte da tradução, a promessa "*continuará*" que, no entanto, não foi efetivada. Os motivos se dividiam em quatro motivos egoístas e um quinto motivo não egoísta. O primeiro motivo era a busca da vantagem econômica pessoal e o medo da pobreza. O segundo móvel se referia ao temor do castigo e à esperança de reconhecimento. Já o terceiro motivo era o sentimento de honra, a busca por consideração e o medo da vergonha e do desprezo. Esses foram, portanto, os motivos incluídos na tradução de Prebisch para a *RCE*. Além deles, havia, ainda no âmbito "egoísta", o quarto motivo: o impulso à atividade e o prazer proporcionado pelo estar ativo, pelo trabalho e por seus resultados; e o medo da inatividade (passividade). Por último, o quinto motivo, "não-egoísta": instinto de agir moralmente por mandamento interno, sentimento de dever e medo do remorso (Wagner 1892, p. 87; Wagner 1919a, p. 433-4).

Na discussão do primeiro motivo, Wagner o associou ao instinto de satisfação das necessidades, observando que este motivo seria o grande fundamento da atividade econômica. A busca do interesse pessoal, contudo, não vigoraria livremente: as "ideias religiosas e morais", bem como as "influências do clima", poderiam dificultar o desenvolvimento do primeiro móvel, contrariá-lo ou até aniquilá-lo. Ademais, argumentava Wagner, mesmo em situações nas quais predomina, este móvel se cruzaria com outros, que poderiam aumentar ou reduzir sua eficácia. A "antiga teoria clássica" e a "escola de Manchester" não teriam levado em conta suficientemente esses cruzamentos, apoiando sobre este primeiro móvel toda sua discussão sobre as ações econômicas e os fenômenos delas resultantes. Na opinião de Wagner, a "teoria clássica inglesa" não teria exatamente negado a existência de outros motivos para a ação humana, mas os classificara como não-econômicos: seriam objeto da moral, da psicologia, da política, mas não da ciência econômica (Wagner 1892, p. 88-89; Wagner 1919a, p. 435-436).

Em seguida, Wagner destacou a importância deste motivo para o método da ciência econômica, sugerindo que:

> Foi também sobre este primeiro móvel que a antiga escola fundou, sobretudo, o *método* da economia política: *a dedução que parte deste motivo*, isto é, a dedução que parte do "interesse pessoal", do "egoísmo".
>
> No próximo capítulo, no qual trataremos do método, mostraremos o que há de justo e legítimo neste procedimento. Por ora, vale somente observar, novamente, que, sob certos pressupostos e cautelas, o procedimento não é somente permitido, mas útil e, também, necessário (Wagner 1892, p. 89-90).

Em sua tradução, Prebisch suprimiu o segundo parágrafo do trecho citado acima, finalizando esta subseção com a observação, de tom crítico, de que a "antiga escola" havia fundado o método da economia sobre a dedução feita a partir do egoísmo humano. A omissão poderia ser atribuída à edição francesa de Giard & Brière, utilizada por Prebisch em sua tradução, conforme nota de pé de página. A consulta à referida tradução, contudo, permite descartar esta hipótese, pois o parágrafo final, que legitima o método dedutivo da "antiga escola", consta da versão francesa, em tradução fidedigna ao original alemão. Nesse sentido, não parece haver outra possibilidade senão atribuir a Prebisch a omissão deste trecho.

Considerações Finais

Como exposto ao longo do artigo, a atividade intelectual do jovem Prebisch na RCE suscita algumas indagações sobre o período formativo do autor. Um exemplo disso seria as traduções publicadas por Prebisch de Adolph Wagner, em 1919, que jogam luz não somente para os mecanismos de difusão e recepção de ideias econômicas na argentina, mas também apontam indícios sobre o que pensava o nosso personagem em matéria de economia durante os primeiros anos da sua graduação na UBA.

Embora Prebisch tenha selecionado para tradução um fragmento com tema amplo (como a natureza da ação econômica humana), o autor não deixou de dar o seu "toque pessoal" ao texto, seja definindo o que deveria (ou não) ser traduzido ou omitindo trechos da versão original. A rigor, notamos que Prebisch não foi um mero transmissor de uma

mensagem escrita do Wagner, visto que suas escolhas no oficio da tradução terminaram alterando a mensagem original do texto, ao ressaltar a crítica relativista de Wagner ao livre comércio e, simultaneamente, omitir um excerto em que o alemão defendia a validade do método dedutivo. Ambos temas tidos por basilares dentro do construto teórico da economia neoclássica.

De modo geral, essas alterações empreendidas pelo jovem Prebisch ao texto de Wagner terminam por relativizar a própria narrativa biográfica nos contada pelo próprio Prebisch (nos distintos textos de gênero autobiográficos) a partir dos anos de 1970, quer dizer: de que ele era um neoclássico convicto e que somente a partir dos efeitos deletérios da crise de 1930 passaria a questionar a validade do constructo teórico dessas teorias. Em geral e nos termos de Bourdieu (1986), essa "ilusão biográfica" estabelecida pelo autor foi absorvida pela literatura com pouca resistência. Isso pode ser verificado em interpretações clássicas de Prebisch como o artigo *Del ortodoxo al conservador Ilustrado* (1991) de González e Pollock.

Diferente do que tem dito a literatura, acreditamos que essas traduções ajudam a jogar luz para um jovem economista não tão dogmático e convicto de que a economia neoclássica teria respostas suficientes para os problemas econômicos argentinos. Ou ao menos nos exigem refletir sobre o que significa ser um economista neoclássico na Argentina durante as primeiras décadas do século XX. De um lado, é preciso ter em mente que em Buenos Aires o debate público já estava marcado pela disputa entre *libre cambistas* e defensores do protecionismo, nesses anos o Senado Argentino teria sido um espaço para discussões desse tipo encabeçadas por Alejandro E. Bunge (ROCK, 1992). De outro, tratava-se, também, de um momento no qual as hierarquias acadêmicas da disciplina ainda não estavam cristalizadas, assim permitindo que estudantes tivessem contato com outras matrizes teóricas, tal como vimos no caso de Prebisch e sua relação com o marxismo, o "outro" Pareto e com o historicismo alemão.

Referências:

ARANA, M. **En el núcleo de la edad dorada del Desarrollo: la Revista de Ciencias Económicas, UBA (1958-1963)**. Licenciado e Especialista — Buenos Aires: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), 2015.

ARANA, M. De Profesionales y Científicos en las Ciencias Económicas, 1913-1945. In: BUCHBINDER, P. (Ed.). **História de la Universidad de Buenos Aires (1881-1945) [Tomo II]**. História y Memória de la UBA. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: EUDEBA, 2022. v. 2p. 295–311.

BARBOZA, D. P. **O Jovem Prebisch (1901-1943)**. Dissertação de Mestrado—São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2018.

BOURDIEU, P. **Capital Cultural, Escuela y Espacio Social**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2008.

BOURDIEU, P. L'illusion biographique. **Actes de la recherche en sciences sociales**. vol. 62-63, p. 69-72, juin 1986.

CARDOSO, J. L. Reflexões periféricas sobre a difusão internacional do pensamento econômico, **Nova Economia**, v. 19, n. 2, p. 251-285, 2009.

DONGHI, T. H. **Historia de la Universidad de Buenos Aires**. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1962.

DOSMAN, E. J. **Raúl Prebisch (1901-1986): a construção da América Latina e do Terceiro Mundo**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011.

GOMES, G. Os dois conceitos freudianos de Trieb. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 17, n. 3, p. 249-255, 2001.

IÑÍGUEZ, C. P. **Herejías Periféricas: Raúl Prebisch: vigencia de su pensamiento**. 1. ed. Argentina, Buenos Aires: Nuevohacer, 2003.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais: morfología e história**. São Paulo: Companha das Letras, 1989.

GONZÁLEZ, N.; POLLOCK, D. H. Del Ortodoxo al Conservador Ilustrado. Raúl Prebisch en la Argentina, 1923-1943. **Desarrollo Económico**, v. 30, n. 120, p. 455–486, mar. 1991.

LÓPEZ, M. F. Raúl Prebisch y la Universidad de Buenos Aires. In: **El Pensamiento de Raúl Prebisch**. Argentina: Editorial Tesis / Fundación Raúl Prebisch, 1989. p. 69–90.

LÓPEZ, M. F. Recepción del pensamiento de Pareto en Argentina. **Asociación Argentina de Economía Política**, p. 1–8, 2002.

LÓPEZ, M. F. **Economía y Economistas argentinos 1600-2000**. Buenos Aires: Consejo Profesional de Ciencias Económicas de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2008.

LOVE, J. Economic Ideas and Ideologies in Latin America Since 1930. In: BETHELL, L. (Ed.). **The Cambridge History of Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p. 391–460.

LOVE, J. L.; POLLOCK, D. H.; KERNER, D. Aquellos viejos tiempos: la formación teórica y práctica de Raúl Prebisch en la Argentina. Una entrevista realizada por David Pollock. **Desarrollo económico**, v. 41, n. 164, p. 531–554, 2002.

MAGARIÑOS, M. **Diálogos con Raúl Prebisch**. 1. ed. México: BANCOMEXT e Fondo de Cultura Económica, 1991.

MALLORQUÍN, C. La Vuelta Alrededor del Mundo de Raúl Prebisch Antes de 1949. **Biblioteca Virtual Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento**, 2012.

PARETO, V. **Trattato di Sociologia Generale**. Italia: Firenze: G. Barbèra, 1916.

PRAXEDES, D. Raúl Prebisch y la vida cultural tucumana. **Prismas**, v. 24, n. 1, p. 82–101, set. 2020.

PREBISCH, R. Investigaciones sobre el standard de vida en China. **Revista de Ciencias Económicas**, n. 73, p. 58–59, jul. 1919a.

PREBISCH, R. El costo de la vida en Italia. **Revista de Ciencias Económicas**, n. 73, p. 60–61, jul. 1919b.

PREBISCH, R. La situación financiera de Francia. **Revista de Ciencias Económica**, n. 75, p. 246–247, set. 1919c.

PREBISCH, R. La riqueza y renta del mundo antes de la guerra. **Revista de Ciencias Económica**, n. 74, p. 145, ago. 1919d

PREBISCH, R. La guerra y la población de Francia. **Revista de Ciencias Económicas**, n. 73, p. 62, 1919e.

PREBISCH, R. El medio circulante y los precios en Italia. **Revista de Ciencias Económica**, n. 84–85, p. 750–751, jul. 1920.

PREBISCH, R. La Conferencia Financiera Internacional de 1920. **Revista de Ciencias Económicas**, n. 37, p. 119–135, 1921a.

PREBISCH, R. La Conferencia de Bruselas. **Revista de Ciencias Económica**, série II, n. 91, p. 43–56, ene 1921b.

PREBISCH, R. Anotaciones sobre Nuestro Medio Circulante. **Revista de Ciencias Económica**, 2. v. ano 9, n. 3, p. 190–204, out. 1921c.

PREBISCH, R. La Sociología de Vilfredo Pareto. **Revista de Ciencias Económicas**, v. serie 2, ano 11, n. 27, 1923.

PREBISCH, R. Cinco Etapas de mi Pensamiento sobre el Desarrollo. **El Trimestre Económico**, v. I (2), n. 198, p. 1077–1096, jun. 1983.

ROCK, D. Argentina, de la Primera Guerra Mundial a la Revolución de 1930. In: BETHELL, L. (Ed.). **História de América Latina: América del Sur, c. 1870-1930**. Barcelona, España: Crítica, 1992. v. 10, p. 89–117.

SEMBER, F. **The Origins and Evolution of the Monetary Thought of Raúl Prebisch**. Doutorado—França, Paris: Università di Macerata and from the Université de Paris 1 – Panthéon Sorbonne, 2010.

SOUZA, L. E. S. DE. Antecedentes Desenvolvimentistas na Formação Intelectual de Raúl Prebisch. **Revista de Economia Política e História Econômica**, n. 33, p. 5–17, jan. 2015.

TERÁN, J. **Los Prebisch. 115 años. Su historia y descendencia.** Genealogia Familiar, 1977. Disponível em: <https://docplayer.es/114039604-Los-prebisch-115-anos-su-historia-y-descendencia.html>. Acesso em: 11 mar. 2022.

WAGNER, Adolph. **Lehr- und Handbuch der politischen Ökonomie. Erste Hauptabteilung: Grundlegung der politischen Ökonomie**. 3. Auflage. Erster Halbband. Leipzig: Winter, 1892.

WAGNER, Adolph. Diferencia y combinación de móviles en los actos económicos. **Revista de Ciencias Económicas**, v. 8, n. 77, p. 429-446, nov. 1919a.

WAGNER, Adolph. Diferencia y combinación de móviles en los actos económicos (continuación). **Revista de Ciencias Económicas**, v. 8, n. 78, p. 526-536, dez. 1919b.

Anexo 1. Plano de Ensino da FCE-UBA, entre 1914 e 1924

ño	**Plano de Estudio - FCE-UBA**
º	Matemática financiera
	Legislación civil
	Geografía económica nacional (D)
	Historia del comercio (D)
	Legislación comercial (D)
º	Matemática financiera
	Contabilidad
	Legislación comercial
	Geografía económica nacional (D)
	Economía política (D)
	Fuentes de riqueza nacional (D)
º	Bancos
	Sociedades anónimas y seguros
	Estadística (D)
	Economía política (D)
	Tecnología industrial y rural (D)

	Legislación industrial (D)
º	Finanzas (D)
	Derecho internacional comercial
	(privado y público) (D)
	Política comercial y régimen aduanero comparado (D)
	Legislación consular (D)
	Seminario económico (D)
º	Régimen agrario (D)
	Régimen económico y administrativo de la Constitución (D)
	Transportes y tarifas (D)
	Finanzas (D)
	Seminario económico (D)
	Tesis (D)

*As matérias não assinaladas por letras são comuns a todas as carreiras. A letra (D) corresponde a matérias exclusivas para os atuários, contadores e doutores.
Fonte: Elaboração com base em Arana (2022).

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Apontamentos sobre a Petrobrás sob a ditadura militar de 1964: as lutas dos trabalhadores do petróleo e o monopólio estatal nos limites da Doutrina do Desenvolvimento com Segurança (1962-1975)

Flávia Ferreira da Silva

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

Apontamentos sobre a Petrobrás sob a ditadura militar de 1964: as lutas dos trabalhadores do petróleo e o monopólio estatal nos limites da Doutrina do Desenvolvimento com Segurança (1962-1975)

Notes on Petrobras under the 1964 military dictatorship: the struggles of oil workers and the state monopoly within the limits of the Doctrine of Development with Security (1962-1975)

Flávia Ferreira da Silva[1]

Resumo

Neste trabalho descrevemos o contexto histórico e social que atravessou a Petrobrás entre 1962 e 1975. Estudamos o período sob o prisma das contradições impostas pela opção brasileira pelo monopólio estatal do petróleo evidenciando a participação dos trabalhadores do petróleo sob os rumos estratégicos nacionais no setor e como tal participação foi duramente golpeada pelos desdobramentos do Golpe civil-militar de 1964. Sendo assim, este artigo está dividido em três eixos: no primeiro, trazemos apontamentos sobre como o contexto de 1962 a abril de 1964 afetou os trabalhadores do petróleo suas lutas e o monopólio estatal; no segundo, analisamos a doutrina do "Desenvolvimento com Segurança" (DDS) sob a perspectiva dos militares, destacando-se Ernesto Geisel (ex-presidente da Petrobrás) e a interpretação de Florestan Fernandes; no terceiro, descrevemos algumas das principais mudanças sofridas no monopólio estatal e na organização dos trabalhadores da Petrobrás (1964 a 1975). Em nossa conclusão, aventamos a hipótese, a partir dos fatos apresentados, de que a DDS atravessou

[1] Mestra em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Pesquisadora independente, membra ouvinte do grupo de pesquisa História da Técnica, Indústria e Desenvolvimento Econômico (IE-Unicamp). Contato: silva.flavia@gmail.com

profundamente a Petrobras e a organização dos trabalhadores do petróleo abrindo caminho para a flexibilização do monopólio estatal do petróleo.

Palavras-chave: *Petrobras; sindicalismo; exploração de petróleo; ditadura militar – Brasil; monopólio estatal.*

JEL: *N56 ; J50*

Abstract

In this work we describe the historical and social context that Petrobras passed through between 1962 and 1975. We study the period through the prism of the contradictions imposed by the Brazilian option for the state oil monopoly, highlighting the participation of oil workers in the national strategic directions in the sector and how this participation was hit hard by the civil-military coup of 1964. Therefore, this article is divided into 3 axes, in the first we bring notes on how the context from 1962 to April 1964 affected the oil workers, their struggles and the state monopoly; in the second, we analyze the doctrine of "Development with Security" (DDS) from the perspective of the military, highlighting Ernesto Geisel (former president of Petrobras) and the interpretation of Florestan Fernandes; in the third, we describe some of the main changes undergone in the state monopoly and in the organization of Petrobras workers (1964 to 1975). In our conclusion, we propose the hypothesis, based on the facts presented, that the DDS deeply crossed Petrobras and its workers, opening the way for the flexibilization of the state oil monopoly.

Keywords: *Petrobras; syndicalism,; oil exploration; military dictatorship – Brazil; state oil monopoly.*

Apontamentos sobre a Petrobrás sob a ditadura militar de 1964: as lutas dos trabalhadores do petróleo e o monopólio estatal nos limites da Doutrina do Desenvolvimento com Segurança (1962-1975)

***

Introdução

A recente indicação de um militar para a presidência da Petrobras, o general da reserva Joaquim Silva e Luna[2] , cuja gestão foi responsável pela privatização da primeira refinaria do Brasil, a Refinaria de Mataripe (BA) ou RLAM (Refinaria Landulpho Alves), emblemática para todos que estudam o tema do petróleo e energia no Brasil, cujos trabalhadores tiveram protagonismo nas lutas sociais do pré-Golpe 1964,[3] reacendeu o debate sobre a militarização da Petrobrás associada ao aprofundamento da privatização do setor do petróleo no país, suscitando, mais uma vez, a necessidade de novos olhares sobre resgate histórico das transformações estruturais ocorridas na Petrobras durante a ditadura militar[4] de 1964.

Sob tal contexto e motivação, este artigo se apresenta com o objetivo de contribuir nos estudos sobre a ditadura militar e seus desdobramentos para a organização dos trabalhadores do petróleo e para as estratégias de investimento da Petrobrás. Faremos isso a partir da Doutrina do Desenvolvimento com Segurança, enxergando- a como um aspecto chave de um dos projetos em disputa para estatal na esteira do Golpe civil-militar de 1964. Propomos interpretar a partir das contribuições de Florestan Fernandes.

Neste trabalho, buscamos evidenciar um contraste entre dois projetos para a Petrobras do ponto de vista da flexibilização ou não do monopólio estatal do petróleo: o primeiro buscou construir uma força de oposição à entrada das empresas estrangeiras no setor da produção de petróleo, dentro de uma proposta de desenvolvimento nacional-

[2]https://cultura.uol.com.br/noticias/16806_bolsonaro-nomeia-general-joaquim-silva-e-luna-para-presidencia-da-petrobras.html

[3]https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-11/petrobras-conclui-venda-da-refinaria-landulpho-alves-na-bahia, acesso em 10/07/2022. http://www.sindipetroba.org.br/2019/governo-bolsonaro-entrega-a-rlam-primeira-refinaria-do-sistema-petrobras/

[4] Neste artigo optamos pelo uso crítico da expressão " ditadura militar" seguindo a argumentação apresentada por Oliveira (1987).

popular tendo como um dos principais defensores os trabalhadores do petróleo; já o segundo buscou eliminar o povo das decisões da empresa em uma lógica de gestão privada com o objetivo de atingir a "modernização" e o "crescimento" da estatal em alinhamento aos EUA, dado o caráter geoestratégico do petróleo sob a Guerra Fria.

Sendo assim, este artigo está dividido em quatro eixos: no primeiro, apontamos os projetos em disputa para o petróleo no contexto histórico do pré-Golpe; no segundo, descrevemos a doutrina do "Desenvolvimento com Segurança (DDS)" sob a perspectiva dos militares, sobretudo do ex-presidente (1969-1973) da Petrobras, general Ernesto Geisel[5], que posteriormente assumiu a presidência da República; no terceiro, analisamos a DDS sob a perspectiva da interpretação feita por Florestan Fernandes; por último, apontamos o desdobramentos da DDS na Petrobrás, durante o período de 1964 a 1975, a partir dos aspectos do "desenvolvimento" (aumento da eficiência, produtividade e crescimento da Empresa) e da segurança (repressão e "ação psicológica"). Em nossa conclusão, aventamos a hipótese, a partir dos fatos apresentados, de que a DDS atravessou profundamente a Petrobras e a organização dos seus trabalhadores abrindo caminho para a flexibilização do monopólio estatal do petróleo.

Metodologicamente, apoiamo-nos na combinação entre análise documental e revisão bibliográfica, buscamos referências atuais que puderam explorar fontes da história oral e memória, como os arquivos recém liberados da Petrobrás no Arquivo Nacional, os relatórios da Comissão da Verdade (2014), História Oral do Exército (2003), Biblioteca Nacional além das fontes primárias, como entrevistas, discursos e leis encontradas no Acervo Câmara dos Deputados.

[5] Este tópico apresenta uma versão resumida de parte do Capítulo IV de dissertação de mestrado da autora " Capital internacional e a Petrobrás na ditadura brasileira: um estudo a partir dos 'contratos de risco' (1964-1984)", financiada pelo CNPQ.

O contexto do Golpe civil-militar de 1964 e a disputa de projetos para o petróleo brasileiro (1962- abril 1964)

Nesta seção apontamos em linhas gerais os projetos em disputa para a resolução da questão do petróleo do ponto de vista da flexibilização ou não do monopólio estatal do petróleo durante o governo Goulart. Enfatizamos duas visões distintas a respeito do problema: de um lado, a perspectiva dos setores nacionalistas e populares que defendiam a manutenção e o aprofundamento do monopólio estatal do petróleo, dentre eles, destacamos os trabalhadores do petróleo e seus sindicatos; de outro, os setores de militares, elites, empresários que defendiam um projeto de maior abertura e associação aos interesses do capital internacional no setor, destacadamente, das multinacionais do petróleo estadunidenses.

As pressões dos EUA e das multinacionais do petróleo sobre os rumos da legislação que regia a pesquisa e a exploração de petróleo no Brasil não eram novidade neste período, como bem discute Cohn (1968) em sua obra clássica "Petróleo e Nacionalismo". Da mesma forma, observamos, em retrospectiva histórica, que a proposta de abertura da exploração de petróleo ao estrangeiro é de longa data, remonta à Primeira República (MOURA, 1986), momento no qual o problema do suprimento de petróleo já aparecia com contornos definidos (CONH, 1968). Já em 1948, reacenderam-se os debates com o projeto, liderado pelo general Juarez Távora, de abertura do setor do petróleo ao capital privado nacional e estrangeiro. Contudo, a rejeição social do projeto de Dutra a partir da campanha "O Petróleo é nosso" (CONH, 1968) deixou claro que não poderia se passar ao largo da associação entre petróleo e o nacionalismo. No entanto, o contexto de 1962 a abril de 1964, trouxe ao estudo da questão do petróleo um fato novo: a atuação dos sindicatos dos trabalhadores do petróleo na defesa do monopólio estatal, de forma organizada e unificada nacionalmente (IVO, 2019).

Durante o Governo Goulart impôs-se uma conjuntura na qual tornou-se necessária a economia de divisas em relação à importação de petróleo e derivados. Ao mesmo tempo,

a inflação crescia e prejudicava o nível de renda dos trabalhadores, inclusive dos trabalhadores do petróleo. Isso despertou a pressão política do *complexo nacional-popular*[6] que exigia o fortalecimento do monopólio estatal do petróleo (SILVA, 2018). Este contexto apontava para o ressurgimento de um projeto, proposto inclusive pelos trabalhadores do petróleo, com o objetivo de assegurar a autossuficiência e o controle nacional do excedente econômico do petróleo. Tratava-se, então, de um projeto de aprofundamento da proposta do monopólio do petróleo, ou seja, do controle do Estado e da empresa sobre a toda a cadeia de produção, comercialização, transporte e distribuição de petróleo e derivados[7] como retomaremos mais adiante.

De fato, em tese defendida, Ivo (2019) apontou pistas para compreendermos a relação entre os trabalhadores do petróleo e o contexto político que antecedeu ao Golpe de 1964. Nele, o autor afirma que:

> (...) desde os seus primeiros passos, o sindicalismo petroleiro formulou um discurso que associava a obtenção de direitos sociais ao fortalecimento da Petrobras. Esta marca atravessou conjunturas políticas bastante distintas e foi posta em prática por diferentes gerações de militantes, mesmo quando estas apresentavam aparentes divergências de concepção política e estratégia de organização e luta que as tornavam supostamente inconciliáveis. Com isso, o debate sobre a chamada questão nacional tornou-se central no discurso do movimento sindical petroleiro. (IVO, 2019, pp. 15-19)

Assim, próximos às bandeiras nacionalistas, os trabalhadores do petróleo adentraram os anos do governo Goulart. Na verdade, tal etapa da história do Brasil trazia

[6] Resultado de uma polarização social definida "por meio de movimentos sociais, partidos de esquerda, sindicatos de várias representações, trabalhadores rurais, estudantes, parte da classe média, militares de baixa patente e alguns empresários (...) constituindo uma força de resistência encarnada em um *complexo nacional-popular*" (CAMPOS, 2016, p. 22).

[7] O monopólio integral ameaçava o controle do capital internacional sobre o setor da comercialização do petróleo onde estavam concentradas as atividades das Sete Irmãs no país. É importante destacarmos ainda que, no início dos anos 1960, havia uma conjuntura internacional marcada por uma série de nacionalizações da produção e das reservas de petróleo nos países produtores do produto (YERGIN, 1993).

uma novidade para o movimento sindical como um todo, pois a partir de então esse segmento do movimento social ganhou força política e grande trânsito dentro do governo do líder trabalhista. Conforme as palavras de Moniz Bandeira, os sindicatos foram capazes de "influir diretamente sobre o governo", defendendo uma pauta própria, representando um verdadeiro perigo para parcelas significativas de nossas classes dominantes, pouco habituadas a disputar espaço com aqueles que eles sempre viram como inferiores (IVO, 2019, p. 56).

Neste cenário, os trabalhadores do petróleo buscaram intervir, sobretudo a partir de 1962, em questões estratégicas para a Petrobras, como o monopólio estatal, a escolha do presidente da empresa, as políticas de distribuição e importação de petróleo, além das pautas de equiparação salarial[8] entre todos os trabalhadores do petróleo da Empresa. No ano seguinte, os petroleiros demonstraram sua vontade de interferirem na escolha do próximo presidente da Petrobrás, vários sindicatos do setor assinaram carta na qual se afirmava a importância de alguns princípios norteadores na escolha do presidente da estatal, dentre eles estava "ter firme convicção nacionalista" (IVO, 2019, p. 41).

Um dos desdobramentos deste processo foi a indicação, pelo então presidente João Goulart, do socialista e nacionalista Francisco Mangabeira[9] para a presidência da Petrobras, indicação comemorada pelos trabalhadores da empresa, pois Mangabeira havia se comprometido publicamente a atender a reivindicação pela equiparação salarial entre os trabalhadores do petróleo da Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro. A partir daquele momento, as entidades sindicais dos petroleiros deixavam claro que seriam importantes interlocutoras da direção da empresa, e que não iriam seguir outro caminho que não fosse

[8] É importante destacarmos que para os sindicatos do setor da produção e refino de petróleo as pautas salariais estavam sempre correlacionadas com o argumento da necessidade de fortalecer a Petrobras, ou seja, havia o entendimento de que o investimento da empresa na melhoria das condições de trabalho era uma decisão estratégica para aumentar a capacidade produtiva da estatal. A redução dos investimentos no trabalho era compreendida como um movimento em direção ao enfraquecimento e à privatização da empresa, sobretudo a partir de 1966. (IVO, 2019)

[9] Sua gestão à frente da estatal durou cerca de 1 ano de 5 meses (de janeiro de 1962 a junho de 1963), foi o terceiro civil a assumir a presidência da Petrobrás. Ver mais em Mangabeira (1964).

o das lutas pelas reformas de base e da ampliação da participação política dos trabalhadores (IVO, 2019, p. 69).

Diante deste cenário, de intensificação da organização e da pressão social dos trabalhadores do petróleo sob a Petrobrás e o então governo, sincronicamente, observamos o aumento das pressões internas das políticas das companhias petrolíferas contrárias às medidas políticas de cunho nacionalista e pragmática de Goulart. Dentre as medidas adotadas, estava a autorização de Goulart para que a Petrobrás realizasse atividades no setor de distribuição a granel de derivados de petróleo[10], concedendo-lhe o monopólio para o fornecimento aos órgãos do Governo, autarquias e empresas estatais, que até então, estavam a cargo das companhias petrolíferas multinacionais (BANDEIRA, 1978). A Resolução nº 8 do Conselho Nacional do Petróleo, de dezembro de 1963, previa, ainda, a adoção, no curto-prazo, do monopólio integral do setor de distribuição de petróleo e derivados, projeto este abandonado com golpe militar (MANGABEIRA, 1964). Outra medida de Goulart foi a política para as importações e exportações de petróleo com o objetivo de reforçar o monopólio estatal assegurado pela Lei nº 2004/1953. Agregamos ainda, a tentativa de aproximação do governo Goulart com a URSS, cujo objetivo era realizar operações de escambo com venda de matérias-primas brasileiras em troca do petróleo soviético, a fim de diversificar as fontes de petróleo cru pelo Brasil, que nesta época dependia sobretudo do fornecimento do Oriente Médio (TANZER, 1972).

Ademais, Goulart decretou, em março de 1964, a "encampação" das refinarias privadas, fato que, segundo Bandeira (1977), desagradou aos interesses do capital privado brasileiro associado, sobretudo, aos norte-americanos (à época, eram quatro refinarias: Refinaria União, Refinaria de Manguinhos, Refinaria Ipiranga e Refinaria Isaac Sabbá, em Manaus). Uma medida que, inclusive, teve apoio ativo da categoria dos trabalhadores

[10] Em 1972, a Petrobrás iniciou suas atividades como distribuidora de combustíveis, criando o Escritório de Distribuição de Produtos de Petróleo (EDIPE).

do petróleo e de outros setores populares, já que era a principal demanda política dos trabalhadores do petróleo entre 1963 e março de 1964. Tratava-se precisamente do "Decreto no 53.701 de 13 de março de 1964" que definiu "a expropriação das refinarias privadas existentes no país, entendendo que esta era uma medida necessária para o exercício do monopólio estatal do petróleo em toda a sua plenitude" (BERCOVICI, 2011, p. 178). Em seu discurso na Central do Brasil, em março de 1964, Goulart afirmava ao anunciar a "encampação" das refinarias privadas:

Mas também, trabalhadores, quero referir-me a um outro ato que acabo de assinar, interpretando os sentimentos nacionalistas deste país. Acabei de assinar, antes de dirigir-me para esta grande festa cívica, o decreto de encampação de todas as refinarias particulares. A partir de hoje, trabalhadores brasileiros, a partir deste instante, as refinarias de Capuava, Ipiranga, Manguinhos, Amazonas e Destilaria Rio Grandense passam a pertencer ao povo, passam a pertencer ao patrimônio nacional. Procurei, trabalhadores, depois de estudos cuidadosos elaborados por órgãos técnicos, depois de estudos profundos, procurei ser fiel ao espírito da Lei n. 2.004, lei que foi inspirada nos ideais patrióticos e imortais de um brasileiro que também continua imortal em nossa alma e nosso espírito. (MARCELINO, 2009, p.87)

Neste contexto, a campanha que se evidenciava era a Campanha "Todo o petróleo para a Petrobras e a Petrobras para o Brasil", lançada oficialmente em 1963. Tal campanha política e sindical liderada pelos sindicatos dos trabalhadores do petróleo, trazia duas reivindicações centrais, além das Reformas de Base[11], que eram sintetizadas no mote: "*Tudo de petróleo para a Petrobrás e a Petrobrás para o Brasil e a defesa da encampação de refinarias particulares*" [12]; coube ao Partido Comunista do Brasil (PCB) a direção política e ideológica desta campanha, já que o partido estava presente

[11] Para uma visão crítica sobre o Comício da Central no dia 13 de março de 1964, veja mais em Navarro (2004, pp.94-99).

[12] Conforme análise do Boletim "O Sindipetro" (1963-1964) e o Arquivo on-line "Memória Petrobras".

ativamente na quase totalidade dos sindicatos dos trabalhadores do petróleo no país. É importante destacar que estas bandeiras de reivindicação, também foram erguidas por outros sindicatos, demais partidos da esquerda e movimentos sociais, inclusive do campo[13].

O Golpe de 1964 interrompeu violentamente este conjunto de pressões de classe e populares sobre a Petrobrás[14]. A intervenção arbitrária e violenta do governo militar sobre todos os sindicatos petroleiros no país com a prisão e morte de lideranças sindicais (IVO, 2019; Comissão da Verdade, 2014) seria mais uma demonstração do sentido antipopular da ditadura, como apontamos nos próximos tópicos, em especial sobre a Petrobrás; que para Prado Jr (1977), foi fruto do principal movimento de oposição ao domínio econômico imperialista no país: a campanha nacionalista pelo monopólio estatal do petróleo[15].

Ou seja, as paralisações, protestos, a luta por mudanças na direção da estatal e a reativação de campanhas populares como as que reivindicavam o "Monopólio Integral do petróleo" e a "encampação das refinarias particulares" bem como as tentativas de resistência ao Golpe (sobretudo, a partir da ocupação de Refinaria de Cubatão em 31 de março de 1964 e a paralisação na Bahia - RLAM), pareceram um conjunto de demonstrações de como os petroleiros, de forma organizada, buscavam formas de influenciar nos rumos da política nacional e sobretudo, no destino da Petrobrás.

A Doutrina de Desenvolvimento com Segurança

As linhas mestras para o projeto autoritário dos militares para o Brasil, se evidenciaram na doutrina do "Desenvolvimento com Segurança", cuja gestação foi

[13] Veja mais em Gorender (2014), Ianni (1968), Netto (2014), Carvalho (1977).

[14] A participação popular nas decisões entre 1961 e 1964, vivia o que Carvalho (1977) denominou como um processo de "politização". Na perspectiva do autor, que não é compartilhada neste trabalho, a "politização" da estatal teria reduzido a eficiência administrativa e produtiva da empresa.

[15] Veja mais em Campos (2003, p. 107).

anterior ao Golpe civil-militar de 1964 e que foi se aprimorando ao longo dos anos. Nesta doutrina de ação a "Segurança e Desenvolvimento" eram dois conceitos vistos separadamente tanto como processos a serem desdobrados como situações a serem alcançadas. De modo que, segundo a ESG (1979): "o desenvolvimento exige um razoável grau de Segurança e esta, um processo continuado de desenvolvimento": "*o máximo desenvolvimento possível com o mínimo de Segurança indispensável*" (ESG, 1979).

De fato, as greves nas Refinarias de Landulpho Alves e de Duque de Caxias em 1963 com a intervenção dos militares[16], somado ao contexto da época, já sinalizavam a questão do petróleo, como questão de segurança nacional (SILVA, 2018; IVO, 2019). É preciso enfatizarmos em retrospectiva histórica que a criação do CNP[17] (Conselho Nacional do Petróleo, por Getúlio Vargas) em 1938 com seu primeiro presidente general Horta Barbosa, marcou institucionalmente a entrada da questão do petróleo como alçada das Forças Armadas, tornando-se uma questão de segurança nacional (IVO, 2019).

Em geral, o tema da energia era central dentro das preocupações das linhas de ação dos governos militares para o alcançar os níveis de "desenvolvimento" que pudesse levar a estabilidade social, política e econômica ao país (REIS, 2014). A garantia do abastecimento contínuo e diversificado de energia, dentre eles de petróleo, era visto como estratégico para assegurar o objetivo do "desenvolvimento econômico e do crescimento acelerado do país" sem que houvesse "interrupções ou momentos de "retrocesso" que pudessem facilitar momentos de instabilidade social, como teria ocorrido durante o governo Goulart, na avaliação dos militares[18].

[16] Entre 1960 e o fim da Ditadura militar em 1985, o Exército e a política ocuparam por 06 vezes as instalações da Petrobrás, sejam elas: 1960 na Refinaria Landulpho Alves (RLAM) e 1963 na Reduc (Refinaria Duque de Caxias), em 1964 foram várias refinarias ocupadas, dentre elas as refinarias de Cubatão, Capuava e Duque de Caxias e 1983, RLAM, Replan e Revap veja mais em Romão (2006, p. 45).

[17] Ver mais em Cohn (1968).

[18] Ver debates da revista "A defesa nacional" entre (1978-1979), em vários artigos a temática da segurança e do desenvolvimento é tratada à luz dos desafios da crise mundial do petróleo, do combate ao "inimigo interno" e a luz das mudanças na geopolítica internacional.

Nos limites deste artigo, cabe apenas destacar que a doutrina do "Desenvolvimento com Segurança", remonta à estratégia dos EUA no pós II Guerra Mundial, em resposta da hegemonia dos EUA (FERNANDES, 2006) no contexto de bipolaridade da Guerra Fria e da emergência da Guerra Total (HOBSBAWN, 2005). No Brasil, a penetração desta ideologia ocorreu a partir dos militares reunidos na Escola Superior de Guerra (ESG)[19] e ainda, por meio de iniciativas de alinhamento estratégico do país aos interesses geopolíticos e econômicos dos EUA por meio da Aliança para o Progresso[20] (1961-1970).

Nas palavras de Geisel, em 1974, inclusive a política externa e as relações de associação entre o Estado e o capital estrangeiro estariam relacionadas à doutrina do "Desenvolvimento com Segurança" de modo que, dentro de um novo equilíbrio internacional de forças, a "segurança interna" será condição essencial para o desenvolvimento da Nação:

> Mundo em rearticulação crítica para novo sistema multipolar de equilíbrio de forças, sob a ameaça do terror nuclear ainda bipolarizado, e em face do surgimento no cenário, dantes restrito aos Estados-Nações, de novos protagonistas singulares, as grandes empresas multinacionais —• cujo potencial para o bem, ou talvez para o mal, ainda não nos é dado avaliar. Eis por que a segurança é e será, talvez em escala maior, condição essencial ao próprio desenvolvimento da Nação, fundamentando ambos •— o desenvolvimento e a segurança — uma política externa responsável. Por outro lado, aquém fronteiras, ao calor desse progresso efetivo que estimula e a todos contagia, despertam, vivazes, expectativas antes dormidas na estagnação e desesperança do passado constituem, sem dúvida, potentes alavancas (Geisel, 1974, pp. 15-16).

[19] Ver: CASTELLO BRANCO. Segurança e desenvolvimento. Conceito de segurança nacional, ESG – Rio de Janeiro, 1967.

[20] Programa de assistência ao desenvolvimento socioeconômico da América Latina formalizado quando os Estados Unidos e 22 outras nações do hemisfério, entre elas o Brasil, assinaram a Carta de Punta del Este em agosto de 1961. De acordo com o documento, os países latino-americanos deveriam traçar planos de desenvolvimento e garantir a maior parte dos custos dos programas, cabendo aos EUA o restante. Ver mais em: Skidmore (1985) e Toledo (1982).

Antes de 1967 (segunda fase da "evolução da Doutrina e do Método da Escola" entre 1953-1967), a ênfase dos estudos da ESG (criada em 1948) estava na Segurança Nacional. Em seguida, na chamada terceira fase de "evolução" entre 1968 e 1973, a ESG passou a dar ênfase ao Desenvolvimento, sem, no entanto, descuidar da Segurança. Em 1973, a "missão" da Escola foi reformulada para a da "Formulação da Política Nacional de Segurança e Desenvolvimento" (Dec. 72.699, de 27 de agosto de 1973, art. 24)[21].

Quanto aos conceitos utilizados pela ESG para a elaboração da Política Nacional de Segurança e Desenvolvimento adotada pelos governos militares, destaca-se que desde 1973, a ESG aponta que o chamado "Desenvolvimento Nacional" seria "o processo de aperfeiçoamento e de fortalecimento do Poder Nacional para a consecução e manutenção dos Objetivos Nacionais", ademais, o "Desenvolvimento Nacional é entendido como a otimização da capacidade do Poder Nacional, objetivando o Bem Comum".

Mais precisamente, o "desenvolvimento" dentro da doutrina dos militares era tido como um processo e um estágio econômico, social e político alcançado por uma comunidade e identificado em relação a outras pelos principais índices de "rendimento dos principais fatores de produção", a saber, "recursos naturais, o capital e o trabalho", estabilidade política e de "paz e justiça sociais" (REIS,1980, p. 31). Quanto ao "desenvolvimento", este foi interpretado pelos militares, em linhas gerais, em uma chave de tendência liberal que objetivava a "busca da eficiência" e a "otimização dos "índices de rendimentos principais fatores de produção", em outras palavras, visava-se o aumento da produtividade da exploração dos recursos naturais e do trabalho, além da rentabilidade do capital e o crescimento econômico em associação estratégica ao capital internacional.

Já, o conceito de Segurança Nacional seria a "garantia que, em grau variável, é proporcionada à Nação, principalmente sob a égide do Estado, através de ações políticas,

[21] Veja mais sobre a Doutrina da Escola Superior de Guerra em Arruda (1978).

econômicas, psicossociais e militares, para a conquista e manutenção dos Objetivos Nacionais, a despeito dos antagonismos e pressões existentes ou potenciais.[22]" A "segurança" em si, era compreendida em sentido amplo, como segurança nacional, tanto no sentido da segurança militar, escudada nas armas[23], quanto como capacidade moral, espiritual e material de um povo em sobrepor-se às forças antagônicas que lhe tolhem o caminho do desenvolvimento, do bem-estar e da grandeza" (GEISEL, 1974, p. 11). De fato, dentre as forças antagônicas encontravam-se os sindicatos dos trabalhadores do petróleo e o conjunto da oposição política ao regime.

Cabe destacar ainda, dentro da preocupação deste trabalho em evidenciar os vínculos indissociáveis entre economia e aspectos da conjuntura política e social da Ditadura Militar, a abrangência da noção de segurança para os militares à época. A partir da síntese de Castello Branco (1967), a noção de segurança ganhou abrangência em relação à noção de defesa, pois compreenderia "a defesa global das instituições", "aspectos psicossociais, a preservação do desenvolvimento e da estabilidade política interna; além disso, o conceito de segurança, muito mais explicitamente que o de defesa, toma em linha de conta a agressão interna, corporificada na infiltração e *subversão ideológica*"[24].

"Segurança e Desenvolvimento" era a doutrina estratégica da chamada "Revolução modernizadora de 1964" usando a conceituação da ESG. De modo que, segundo a ESG (1979): "o desenvolvimento exige um razoável grau de Segurança e esta,

[22] Segurança Nacional – Conceituação da ESG, In: A defesa nacional, jan/fev 1979, no. 681 pp.14-22.

[23]Sobre o uso sistemático da violência ou os "instrumentos excepcionais a disposição do governo" - era vista como "potencial" e como ferramenta de "contenção energética", com o objetivo econômico de "manutenção da atmosfera de segurança e de ordem, fundamental para o próprio desenvolvimento econômico-social do país sem pausas de estagnação nem, muito menos, retrocessos" PRIMEIRA REUNIÃO MINISTERIAL EM 19 DE MARÇO DE 1974 (p. 38)

[24] Segurança Nacional – Conceituação da ESG, In: A defesa nacional, jan/fev 1979, no. 681. P. 20.

um processo continuado de desenvolvimento", assim, ambos os conceitos eram interligados e interdependentes um do outro, e a prioridade, ora de um, ora de outro, esteve em função da conjuntura. Um exemplo, da importância da conjuntura para a definição do enfoque estratégico a ser adotado pelos governos militares são os governos Médici com o lema "não há desenvolvimento sem segurança" e Geisel, orientado pela máxima: "o máximo desenvolvimento possível com o mínimo de Segurança indispensável" (ESG, 1979) a fim de se evitar os chamados "retrocessos" que pudessem bloquear um "fluxo contínuo de desenvolvimento econômico". No caso de Geisel, sua orientação pode ser resumida nos trechos a seguir:

> Em pronunciamento público já salientei que a Revolução modernizadora de 1964 fundamenta toda sua doutrina estratégica no binômio do Desenvolvimento e da Segurança, reconhecido desde logo que, em essência, o primeiro é dominante. Em termos mais precisos pode dizer-se que a ação estratégica da Revolução tem sido e continuará a ser exercida de modo a promover, para a Nação brasileira, em cada etapa, o máximo de desenvolvimento possível, com o mínimo de segurança indispensável. (Geisel, p. 32-33, 19 de março de 1974 PRIMEIRA REUNIÃO MINISTERIAL).

Com o Golpe de 1964, a doutrina encontrou caminho aberto para desenvolver-se até o limite enquanto orientação da atuação dos governos militares e seus planos de governo, fato que ficou evidenciado no discurso de Geisel na convenção da ARENA em 1973[25], na qual este apontou que a "fórmula Desenvolvimento com Segurança" constituía tanto "um guia seguro ao processo decisório" e para ação governamental, como, "a essência doutrinária da Revolução de 1964".

Para ilustrar tal processo, destacamos como Geisel em 1974 abordava o planejamento econômico, os projetos governamentais e a formação de seus ministérios,

[25] GEISEL, E. Discurso perante a convenção nacional da *ARENA*. Brasília, 15 de setembro de 1973. Discursos, vol. i. 1974. Assessoria de imprensa e relações públicas da Presidência da República, fevereiro de 1975. Disponível em: biblioteca da presidência da república (pp. 10-19).

os quais, deveriam expressar a organicidade entre o "desenvolvimento" (em outras palavras a manutenção do crescimento econômico do "Milagre") e a "segurança" como podemos observar no trecho a seguir:

> O mínimo de segurança indispensável resulta, pois, da interação devidamente balanceada dos diferentes graus de segurança alcançados ou desejados, em cada um dos seus setores componentes. Cabe salientar, ainda, a estreita vinculação que se estabelece entre esses dois processos aqui apresentados distintamente — **o do desenvolvimento nacional e o da segurança — ambos integrados nas suas áreas peculiares, mas, também, integrados entre si.** Organicidade, integração e articulação sistemática devem reger, portanto, em todas as atividades do governo, tanto na área do desenvolvimento quanto na esfera mais limitada da segurança nacional. Daí, a exigência de planejamento, programas e projetos integrados, ação governamental integrada e, pois, um Ministério também integrado, coeso e bem coordenado. (Geisel, PRIMEIRA REUNIÃO MINISTERIAL EM 19 DE MARÇO DE 1974, pp. 32-33 (grifo nosso).

Como compreender o conceito de DDS no contexto histórico específico imposto pela Guerra Fria e pela especificidade brasileira? Na perspectiva teórica adotada neste artigo, Florestan Fernandes é o autor que traz pistas para tal compreensão de modo totalizante. Em primeiro lugar, cabe destacar que para o autor, de modo geral, o capitalismo brasileiro apresenta a particularidade de que não pode prescindir no "plano político, de características autoritárias a fim de garantir o "desenvolvimento com segurança" e conter as contradições de classe" (FERNANDES, 1971).

Em resumo, a partir da interpretação de Florestan Fernandes, optamos por dividir nossa compreensão da doutrina do "desenvolvimento com segurança" em dois eixos. O primeiro, com foco no aspecto externo, evidenciou o sentido geral de alinhamento entre o Brasil e os Estados Unidos no quadro da consolidação da hegemonia norte-americana. Como podemos observar nas palavras do General do Exército Oswaldo Moniz Oliva para o projeto história oral do Exército em 2003:

> (...) A esquerda acusava os Estados Unidos da América de interferirem nos assuntos internos do Brasil, de mandarem no País. Mentira, não

> mandavam. Mas é verdade que o Governo americano demonstrou simpatia pela Revolução de 1964 e, mais do que isso, deu-lhe cobertura. Afinal, convinha aos interesses americanos que o Brasil fosse forte e anticomunista, as duas condições. Era uma necessidade que o Brasil fosse forte na América do Sul. É oportuno antecipar este fato. (grifo nosso)[26]

Com relação às relações estratégicas dos EUA e do Brasil, observamos ao longo das décadas de 1930 a 1970, o monitoramento estadunidense da questão do petróleo no Brasil, tentativas de influências de atores políticos, como documentado em diversos trabalhos. Como evidenciou Young (2014), os EUA estavam acompanhando de perto tais movimentações em direção ao monopólio estatal que culminou na Campanha " O Petróleo é nosso" e na aprovação da Lei 2004 e na criação da Petrobras em 1952. A documentação diplomática analisada por Young (2014), que apontou que os EUA procuravam atualizar as informações sobre comércio, prospecção e produção de petróleo no Brasil, para tentar atender aos interesses das empresas petrolíferas estadunidenses que forneciam óleo cru e operavam na distribuição local de derivados, e ainda, explorar brechas políticas para abrir espaço à entrada do interesse privado estadunidense no setor.

Evidenciou-se, porém, uma busca constante dos EUA por acabar com a restrição brasileira à entrada de capitais estadunidenses no setor mineral. O acompanhamento pelos órgãos estadunidenses quanto à evolução da exploração das jazidas no Brasil tem documentação volumosa desde 1960, como constatou a pesquisa de Young (2014). Para o autor, os governos dos EUA, mesmo informados das dificuldades políticas junto aos militares para alteração da lei do petróleo, ainda insistiam em ações para eliminá-lo. Sua estratégia era adotar uma retórica diplomática favorável à livre iniciativa, e quando possível, se utilizar de forma oportunista de problemas econômicos conjunturais para levantar o assunto e buscar alterar a posição brasileira (Young, 2014).

[26] 31 de março : o movimento revolucionário e a sua história / Coordenação geral de Aricildes de Moraes Motta. – Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército Editora, 2003. XXXt. – (Biblioteca do Exército; 745)

Com relação ao plano externo, destaca-se o contexto da Guerra Fria e da nova orientação de política externa dos EUA para a América Latina após a Revolução Cubana em 1959. Nessa conjuntura, os EUA se voltaram à América Latina com o intuito de contenção de possíveis ameaças de surgimento de uma "nova Cuba". O interesse geopolítico dos EUA em relação ao petróleo, era o de garantir o acesso às matérias-primas estratégicas ao buscar em países como o Brasil o controle de novas reservas petrolíferas potenciais. Para garantir esse, dentre outros objetivos, os EUA lideraram um processo em escala global de contrarrevolução preventiva, que na América Latina ganhou relevância a partir da década de 1960. Sendo assim, outro mecanismo para observarmos as pressões políticas das companhias multinacionais petrolíferas no Brasil é analisar o envolvimento dos EUA na conspiração do Golpe de 1964. Como destacou Dreifuss (1981), as grandes companhias petrolíferas como a Texaco e Shell financiavam as atividades ideológicas, políticas e sociais do IPES/IBAD. Ambos os institutos atuaram ativamente para favorecer a conspiração que viabilizou a deposição de Goulart e o Golpe de 1964.

Adicionalmente a DDS pode ainda ser compreendida do ponto de vista interno a partir da política de "crescimento acelerado" e da promoção da "segurança" dos investimentos externos no país, este último, incluiu tanto reformas econômicas e a criação de um ambiente institucional propício para a valorização capitalista, quanto, a manutenção de um ambiente social sob "controle e ordem".

Quanto ao eixo externo lembramos inicialmente que Fernandes (1982, p.114) via o Golpe de 1964, dentro da "contra revolução em escala mundial" e o Brasil se encontrava presente em tal cenário como "um dos países vitais para a segurança do Hemisfério Ocidental". Dentre as pressões que a burguesia no Brasil sofrera no período pré-1964, estava a pressão de fora para dentro: ou seja, "aquela nascida das estruturas e do dinamismo do capitalismo monopolista mundial - essa pressão continha um elemento político explícito –garantir condições de "desenvolvimento com segurança", que conferissem garantias econômicas, sociais e políticas ao capital estrangeiro, as suas

empresas e ao seu crescimento. Neste último, o golpe de Estado fez parte de um ciclo mais amplo, que levou a G*uerra Fria* e a doutrina do *desenvolvimento com segurança* do centro para a periferia do mundo capitalista" (FERNANDES, 1982) .

Nesse sentido, a doutrina dos militares durante os anos 1970, como vimos a partir da análise de Florestan Fernandes, também se apoiava no aprofundamento do alinhamento estratégico do país com o padrão de dominação externa sob a hegemonia dos EUA no contexto da Guerra Fria. tal processo, colocou inclusive o Golpe de 1964 no quadro das "contrarrevoluções mundiais" contra o avanço dos movimentos revolucionários alinhados à URSS ou aos ideais socialistas[27].

Nesse sentido, a doutrina de "Desenvolvimento com Segurança" também colaborou para medidas, após 1973, que priorizasse uma sinalização favorável do Brasil aos interesses dos EUA na América do Sul, sobretudo no que tange a garantia para o acesso contínuo a fontes alternativas de matérias primas, como o petróleo, pelas empresas norte-americanas e países aliados da Europa Ocidental, frente às crises nos fornecedores de petróleo dos países árabes.

Por outro lado, a doutrina também impulsionava o Brasil a buscar fontes de acesso para a abastecimento interno de matérias primas com vistas a proteção dos "interesses econômicos, sociais e militares nacionais", ou seja, fato que influenciou o direcionamento da atuação da Petrobrás no exterior para a exploração de petróleo. Exemplo desta orientação, foi encontrada na atuação da Braspetro na Amazônia equatoriana[28],

[27] Sobre os processos de independência durante as décadas de 1960 e 1980, e os movimentos revolucionários do período, bem como as ditaduras latino-americanas, ver mais em Hobsbawn (2005). Como ilustração dos processos contra revolucionários latino-americanos sincrônicos a Ditadura Militar brasileira, temos o Golpe Militar na Argentina (1962 e 1976), Chile (1973), Uruguai (1973), Bolívia (1964), Guatemala (1954), República Dominicana (1965) entre outros exemplos.

[28] A respeito da atuação da Braspetro no Equador e a relação com a Segurança Nacional ver capítulo 2 e documentação presente nos arquivos do SIAN: Fonte: Arquivo Nacional, online, documentos secretos da ditadura militar, Caixa 53, pasta B – 373. Relação Brasil-Equador, exportação de petróleo equatoriano.

Colômbia, Venezuela, estes três últimos países apresentavam interesse especial por serem fronteiriços ao Brasil com importantes reservas de petróleo e gás natural.

Por outro lado, o crescimento econômico e os projetos dos militares, para os quais a demanda crescente de petróleo e derivados apresentou centralidade estratégica no quadro das preocupações do governo. Uma vez que era necessário garantir o abastecimento contínuo para o mercado interno de combustíveis, para a indústria automobilística, a indústria de bens de capital, etc., de modo a não interromper o "crescimento acelerado". Ademais, os investimentos da Petrobrás e suas subsidiárias também conformam este quadro de ação estatal voltada para atender os interesses do "crescimento acelerado da valorização do capital estrangeiro" como apontou Fernandes (2006).

Em resumo, em tal contexto, é preciso relativizar os grandes investimentos da Petrobras durante o período, já que o desenvolvimento com segurança representou, durante o governo Geisel em particular, a continuidade da política de crescimento acelerado do "Milagre" e o aprofundamento de medidas de segurança quanto à oposição ao regime para garantir o processo de "transição, lenta e gradual". De fato, segundo Florestan Fernandes (1982, p. 175), na verdade, a Ditadura Militar implantou um Estado de "segurança nacional", que visava ao objetivo de "segurança do grande capital, estrangeiro ou interno (privado ou estatal)". Se pretendia um processo de "desenvolvimento acelerado" cujo foco estava no crescimento do "grande capital, estrangeiro ou interno, privado ou estatal" e não do conjunto da economia nacional a partir dos interesses e necessidades da maioria da população.

Desse modo, a materialização da doutrina do "desenvolvimento com segurança" também foi observada, em nossa avaliação, nos mecanismos de repressão política do regime – como a "Lei de Segurança Nacional" de 1969 – e políticas de ação governamental na economia, o que incluíam a priorização de determinados projetos para os setores estratégicos para o "crescimento acelerado", como matérias-primas e aos

projetos de investimento e associação com o capital estrangeiro nas estatais de quatro categorias: 1) a perseguição direta aos trabalhadores do petróleo no contexto da crise do governo Goulart e do Golpe de 1964 e durante o regime; 2) a presença dos militares em cargos da Petrobrás e a "militarização" da estatal e os impactos da Lei de Segurança Nacional; 3) a censura e a repressão aos "elementos subversivos" durante a ditadura, em geral; 4) ocultamento de arquivos e os silêncios legados pela Ditadura Militar[29].

Desdobramentos da Doutrina de Desenvolvimento com Segurança para a Petrobrás

Ao falarmos nos impactos da DDS para a Petrobrás, podemos compreender dois movimentos correlacionados entre si, o primeiro, trata do conceito de "desenvolvimento nacional" e o segundo, de "segurança", sobretudo contra o chamado "inimigo interno". Especificamente, o reflexo do conceito de "desenvolvimento" para o monopólio estatal do petróleo foi a adoção de medidas que visavam aumentar a rentabilidade e a produtividade na produção de petróleo, para uma rápida elevação nas reservas de petróleo dado contexto internacional de aumento nos preços internacionais do petróleo, dentre tais medidas, encontravam-se, iniciativas que permitiam a entrada do capital internacional no setor, dentre elas, "os contratos de risco[30]", que permitiam a empresas privadas nacionais e estrangeiras, a pesquisa e exploração de petróleo (em terra e mar) em associação com a Petrobrás.

Para compreender esta questão apontada acima, é preciso ter-se em perspectiva a gestão Geisel sobre a direção da Petrobras. Geisel aprofundou e complementou o projeto dos militares para a Petrobrás, visto que este foi um período no qual se intensificaram a busca pela rentabilidade e a flexibilização, esta última no que tangia à associação da estatal aos interesses do capital internacional no curto prazo. Segundo Suarez (1986), a

[29] Veja mais no capítulo IV da dissertação de Silva (2018).
[30] Para um estudo aprofundado sobre os chamados "contratos de risco" ver : SILVA (2018).

Petrobrás atuou neste contexto com uma política "estritamente empresarial capitalista", acumulando e ampliando seu potencial de crescimento enquanto unidade de capital. Em nome da rentabilidade foram realizadas políticas de arrocho salarial no nível operacional da empresa, segundo Bueno (1980) apontou que os trabalhadores da Petrobrás tiveram, a partir do Golpe de 1964, crescimento dos salários abaixo dos ganhos de produtividade da empresa, perda de poder aquisitivo de 91% no período segundo dados do DIEESE (BUENO, 1980). Com a alteração na estrutura de preços dos derivados de petróleo a partir do Decreto Lei no. 61 de 1966, o custo operacional passou a ser contabilizado para o cálculo dos preços dos derivados (TAMER, 1980). Como não havia monopólio na comercialização destes produtos, a Petrobras precisava investir no aumento da sua rentabilidade para assegurar mercados e lucros competitivos.

Quanto à Petrobrás, o Golpe trouxe para a empresa diretrizes de ação e de organização baseadas nos princípios da grande corporação, quais sejam: a flexibilização e a busca pela eficiência e a rentabilidade dos investimentos com o objetivo de perseguir o lucro. Consequentemente, os militares encaminharam um projeto para a Petrobrás que permitiu sua associação à empresa estrangeira assegurando a rentabilidade e a remuneração adequadas aos investimentos externos[31]. Dessa maneira, a administração da Petrobrás voltou-se prioritariamente à lógica privada com os interesses gerais nacionais em segundo plano, seguindo o caminho do Estado brasileiro em geral.

Por um lado, adotaram-se medidas como o Decreto-Lei nº 200 concretizaram tal orientação, permitindo a adoção de padrões de gerenciamento das estatais similares aos

[31] Observamos, desse modo, que o processo descrito acima de adaptação ao capitalismo monopolista pela economia brasileira foi mediado pela dependência energética do petróleo. Igualmente, a exploração de petróleo apareceu enquanto nova oportunidade de expansão do capital monopolista na periferia, cuja garantia de uma base material com acesso contínuo ao petróleo foi a segurança necessária para sustentar a expansão de investimentos articulados, ao chamado *imperialismo total* (Fernandes, 2006). Ainda nas palavras de Florestan Fernandes (2006,p.305): O "modelo" da grande corporação capitalista atravessou o interior das estruturas do Estado, inclusive das estatais, de modo a permitir que estas se convertessem com rapidez, flexibilidade e eficiência na "espinha dorsal da adaptação do espaço econômico e político interno aos requisitos estruturais e dinâmicos do capitalismo monopolista" .

da iniciativa privada (Alveal Contreras, 1994). O decreto deu legitimidade à intervenção do Estado na economia através das empresas estatais, estabelecendo o princípio da descentralização e garantindo "condições de funcionamento idênticas às do setor privado" (ALVEAL CONTRERAS, 1994, pp. 81-82)[32]. Ou seja, a partir do Golpe de 1964 a "eficiência" passou a ser a palavra-chave, representando uma orientação da empresa em direção a um viés de curto prazo, em detrimento das estratégias que poderiam dar estabilidade ao processo de crescimento econômico, reduzindo a dependência externa brasileira de petróleo e combustíveis importados. Quanto ao transporte, adotou-se uma política de eliminação do ramal ferroviário, privilegiando definitivamente a opção pelo uso do sistema rodoviário para o transporte de cargas; ao passo que no que se refere o financiamento, adotou-se o "realismo tarifário" (SICSÚ, 1985). Esta forma de financiamento colocou para a população os custos das atividades da Petrobrás fato que se somou à desvalorização dos salários dos trabalhadores do petróleo pela inflação e congelamento de reajustes.

Para viabilizar a associação com o capital internacional na produção industrial de derivados (ou seja, para a criação de infraestrutura) foi permitida a criação de subsidiárias como a Petroquisa em 1967, sendo que esta primeira medida permitiu o avanço da orientação de internacionalização da Petrobrás, por meio da conglomeração e associação ao capital internacional.

No ano seguinte, Geisel foi indicado para a assumir a presidência da estatal, e, em seu discurso de posse o general antecipou quais seriam os focos estratégicos de sua gestão: i)- promover uma "administração flexível, desburocratizada e eficiente" ; ii)- secundarizar a busca pela autossuficiência com a definição do monopólio estatal enquanto um "meio para assegurar o abastecimento nacional de petróleo".

[32] Veja mais sobre a relação entre as estatais e o capital internacional durante a ditadura militar de 1964 em Rodrigues (2017).

Geisel atuou em consonância com o processo definido no tópico anterior no qual o Estado brasileiro funcionou como elo para assegurar os interesses empresariais privados de acumulação liderados pelo capital monopolista. Frente aos desafios para a manutenção (ver gráfico 2) do "crescimento acelerado e com segurança", o general autorizou o direcionamento da Petrobrás em 3 eixos estratégicos, na definição de Alveal Contreras (1994): i)- ênfase no downstream , com os investimentos em exploração de petróleo em segundo plano; ii)- entrada no setor petroquímico; iii)- internacionalização produtiva e comercial da Petrobrás.

Com relação à flexibilização do monopólio estatal para a exploração do petróleo, adicionamos ainda que a entrada significativa da Petrobrás no *offshore* a partir de 1968 fez parte da redefinição da relação entre a estatal e as companhias internacionais do petróleo durante a ditadura militar, antecipando a abertura promovida pelos contratos de risco a partir de 1975[33], como citado no início desta sessão. Para as próprias companhias, a maior contribuição dos contratos de risco encontrava-se na tecnologia e na troca de informações sobre os processos e técnicas envolvidos na exploração pioneira da plataforma continental brasileira (Silva, 2018). Cabe lembrarmos que mesmo sob o período mais sombrio da ditadura militar do ponto de vista das lutas sociais, tal associação com o capital internacional enfrentou a reação crítica dos sindicatos dos petroleiros (SINDIPETRO) e dos engenheiros da Petrobrás (AEPET), e ainda de intelectuais e militantes históricos da "Campanha Petróleo é Nosso", como por exemplo, Maria Tibiriçá Miranda (1983), que declarou que os contratos de risco foram parte de uma série de medidas autoritárias:

> (...) Somente em clima de Ditadura foram estabelecidos os 'contratos de risco', altamente lesivos aos interesses nacionais. Só assim a repressão aos movimentos populares, que se estabeleceu no Brasil, a partir de 1964, conseguiu violentar o lema: 'A PETROBRÁS É INTOCÁVEL!' O

[33] Veja mais no capítulo II e III da dissertação Silva (2018).

> civismo dos brasileiros terá de *riscar* da política do petróleo os 'contratos de risco', inconstitucionais, decididos sem a audiência do Congresso, do CNP e do Povo brasileiro, verdadeiro personagem da campanha de defesa do petróleo. (MIRANDA, 1983, p. 442)

Como foi possível observar em nosso breve estudo sobre o conceito de "Desenvolvimento com Segurança", o tema da energia era central dentro das preocupações das linhas de ação dos governos militares para o alcançar os níveis de "desenvolvimento" que pudesse levar a estabilidade social, política e econômica ao país (REIS, 2004). A garantia do abastecimento contínuo e diversificado de energia, dentre eles de petróleo, era visto como estratégico para assegurar o objetivo do "do desenvolvimento econômico e do crescimento acelerado do país"; sem que, no entanto, houvesse "interrupções ou momentos de "retrocesso", nas palavras dos militares, protagonizados pela ação dos setores populares liderados pelos sindicatos "vermelhos" que representavam os trabalhadores do petróleo, ação esta que pudesse facilitar momentos de "instabilidade social" como teria ocorrido, na avaliação dos militares, durante o governo Goulart[34].

Já, no quesito da "segurança", este era visto tanto como recurso à violência direta, como observamos no desmantelamento dos setores mais progressistas das lideranças e ativistas sindicais do petróleo por meio da perseguição política, demissões, espionagem, etc, tal procedimento ficou conhecido como "operação limpeza" (IVO, 2019); outro aspecto da violência estatal conduzida pelos militares em nome da "segurança", foi por aprofundamento da militarização das estatais, dentre elas a Petrobrás, em outra vertente, observamos a adoção de medidas de "segurança preventiva" dentre as quais estavam políticas institucionais de cunho ideológico, como o Plano de Ação Psicológica para a

[34] Ver debates da revista "A defesa nacional" entre (1978-1979), em vários artigos a temática da segurança e do desenvolvimento é tratada à luz dos desafios da crise mundial do petróleo, do combate ao "inimigo interno" e a luz das mudanças na geopolítica internacional.

Petrobrás (IVO, 2019). Para evitar tal processo era imperativo que os "elementos comunistas e agitadores" fossem eliminados como veremos no tópico a seguir.

A Doutrina do Desenvolvimento com Segurança e os trabalhadores da Petrobrás

Como demonstrou a tese pioneira de Ivo (2019), no assunto, muito se escreveu sobre a Ditadura militar, um momento dramático da história do Brasil, mas não tanto sobre o tamanho dessa violência sobre a classe trabalhadora e suas entidades de representação. Como ainda salientou o autor:

> "se nos momentos posteriores, as principais vítimas do governo ditatorial foram estudantes, intelectuais e artistas, quando da sua instauração, os principais inimigos do regime foram os trabalhadores organizados. Contra eles pesavam acusações de tentarem instaurar uma república sindicalista no país e, no caso específico da Petrobras, de serem os construtores de uma grande e perigosa conspiração comuno-peleguista na empresa" (Ivo, 2019, p.92).

Desse modo, pontuamos que a repressão contra o movimento sindical foi, portanto, muito significativa, dos 1948 sindicatos existentes, 452 tiveram membros cassados pela "operação limpeza"[35] da Petrobrás. Somente nos dois primeiros anos do regime, houve 433 intervenções dos militares nos sindicatos, ou seja, 80,6% dos casos ocorridos em todo o período ditatorial. Dentre eles, citamos os sindicatos dos trabalhadores do petróleo da Petrobrás de Duque de Caxias (RJ), Mataripe (BA), Cubatão (SP) que foram vitimados por essa primeira leva de intervenções. Como destacou Ivo (2019), tal fato foi pouco explorado na historiografia dos primeiros anos da Ditadura Militar no Brasil, o que, "no entanto, reforça a hipótese de que o movimento sindical era a força social tida pelos grupos conservadores de 1964 como aquela que mais representava uma ameaça aos seus interesses" (IVO, 2019, p. 93).

[35] Tratava-se da adoção, dentre outras medidas, da Resolução 32/64 aplicada entre 1964 e 1985 pela diretoria executiva da Petrobras, cuja portaria permitia a demissão sumária de petroleiros considerados "subversivos". Veja mais em IVO (2019).

Como pudemos observar ao longo deste trabalho a Petrobrás esteve no centro dos acontecimentos no Golpe civil-militar de 1964, e viveu segundo Ivo (2019), intensamente a então "paranóia" em torno da perseguição dos “elementos comunistas” supostamente "infiltrados" nos sindicatos dos trabalhadores do petróleo, o autor explicou tal processo por meio de duas razões principais. “Primeiro, em virtude de sua importância estratégica para o país e do seu tamanho e segundo, pelo fato dos próprios agentes da repressão terem considerado a estatal do petróleo como a empresa “mais trabalhada pelos agentes da subversão” (IVO, 2019, p.197) . Ainda seguindo a análise do autor, para os vencedores de 1964, o que estava em jogo era tanto a retirada do cenário de um adversário inconveniente, quanto o início de uma “caminhada que visava impedir que os trabalhadores organizados continuassem indevidamente tomando parte nos assuntos relevantes do país. Era necessário calar a voz dos operários petroleiros, ou garantir que o único som por eles emitido nascesse dos aplausos às novas autoridades do país” (IVO, 2019, p. 94-95).

A pesquisa de Ivo (2019) concluiu que desde os primeiros dias após a derrubada de Jango, havia uma preocupação em tornar nítido para a sociedade brasileira que a Petrobras passaria a seguir um novo rumo, dentro de um novo projeto de “desenvolvimento nacional”. Para isso, mudanças práticas e simbólicas deveriam ser adotadas (Ivo, 2019, p. 111). Dentre essas medidas destacamos em primeiro lugar a proposta da criação de um Serviço de Segurança para a Petrobras e em segundo lugar, a criação do então chamado “Plano de Ação Psicológica”[36]. Quanto à primeira medida, constatamos que a partir de 1964 até 1988, a Petrobrás passou a manter em funcionamento um sistema de informações nacional - CGI/PETROBRÁS. O CGI estava voltado para o monitoramento de todos seus funcionários a partir do Conselho de Segurança Nacional. Um levantamento da Comissão Nacional da Verdade identificou mais de 131.277 mil

[36] Ivo (2019).

fichas de investigação político-social dos petroleiros nos arquivos da estatal localizados no Arquivo Público Nacional[37]. Dentre os pontos específicos de atuação dos militares para reprimir as lideranças e os movimentos de trabalhadores do petróleo no contexto da crise do governo Goulart e do Golpe de 1964 citamos a adoção de medidas como a intervenção nos sindicatos do petróleo, a adoção da Resolução 32/64 para a demissão de petroleiros considerados "subversivos". Quanto às demissões dos trabalhadores do petróleo, que atingiram mais de 150 trabalhadores, estas foram justificadas pela Resolução 32/64, aplicada pela diretoria executiva da Petrobrás durante a ditadura militar a qual estabelecia: "normas definitivas para aplicação de penalidades a empregados incriminados por sua participação em atividades ideológico-subversivas e outras irregularidades graves, e fixa procedimentos administrativos (...)"[38].

Quanto à segunda medida, de cunho psicológico, esta surgiu pela necessidade de as forças vencedoras de 1964 procurarem mecanismos para convencer os operários do acerto de suas decisões com vista a ampliar sua identificação com os novos rumos da empresa (Ivo, 2019, p. 109). Para tal objetivo, a Petrobras lançou mão do Plano de Ação Psicológica para aumentar a adesão dos trabalhadores ao novo regime. Desse modo, a ditadura tentou enquadrar a ação sindical em um novo modelo e investiu em formações de líderes operários no incentivo a competições dedicadas a premiar os operários exemplares e com atitudes completamente alinhadas à ideologia do novo regime (por exemplo, o concurso "Operário Patrão"). Nesse sentido, "o concurso Operário Patrão", que obteve grande adesão dos funcionários da Petrobrás, que foram inclusive utilizados como "modelo" os trabalhadores para outras estatais sendo "um esforço empreendido pela Ditadura para adequar as relações de trabalho e também o movimento sindical aos rumos a partir de então adotados pelo país" (IVO, 2019, p. 111).

[37] Ver mais informações em: http://sindipetroalse.org.br/noticia/1463/a-luta-dos-petroleiros-contra-a-ditadura-militar < acesso em 20/05/2018>

[38] Fonte: Relatório da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, fornecida pela ASTAPE, RJ.

Considerações finais

Em conclusão, apontamos que o Golpe civil-militar de 1964, quebrou um movimento que poderia apontar em direção a uma maior permeabilidade popular nas decisões estratégicas da Petrobrás. Pouco mais de um ano antes do golpe, a campanha histórica "Tudo de petróleo para a Petrobras" defendeu o aprofundamento do monopólio estatal do petróleo diante de um contexto no qual se discutia um projeto nacional de desenvolvimento com maior penetração da participação popular. Influenciado, de um lado pelo acirramento da Guerra Fria e, por outro, pelos ventos revolucionários vindos de Cuba e da África. Podemos constatar, em linhas gerais, que o Golpe inseriu de modo violento e definitivo uma maior abertura à participação dos interesses privados nacionais e estrangeiros nos rumos da estatal e na exploração de petróleo.

Referências bibliográficas

Fontes primárias

ARQUIVO NACIONAL (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras,

M637 1964 – 31 de março : o movimento revolucionário e a sua história / Coordenação geral de Aricildes de Moraes Motta. – Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército Editora, 2003. XXXt. – (Biblioteca do Exército; 745)

CPDOC FGV, Arquivo Ernesto Geisel, Classificação: EG apr 1969.11.14; Data: 14/11/1969 a 1973. Quantidade de documentos: 22 (460 fl)

GEISEL, pp. 202-203. Discursos Vol X. 1975, Biblioteca da Presidência da República. 9 de outubro de 1975. Pronunciamento, pela televisão, sobre a situação econômica.

CPDOC FGV, Arquivo Ernesto Geisel, Classificação: EG apr 1969.11.14; Data: 14/11/1969 a 1973. Quantidade de documentos: 22 (460 fl).

"Memória da Petrobrás: acervo de depoimentos", Rio de Janeiro: Sercom/Petrobrás, 1988.

Biblioteca da Presidência da República, Coleção Discursos. Vários volumes. Ernesto Geisel (1974-1979); Figueiredo (1979-1984)

Sindipetro: Órgão dos trabalhadores de petróleo nos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara – boletins " O Sindipetro" (1963-1964)

Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Região – Boletins " O Petroleiro" (1978-1988)

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC "Tribuna Metalúrgica" (1979-1984)

Fontes secundárias

ALVEAL CONTRERAS, Edelmira Del Carmen. Os desbravadores: a Petrobrás e a construção do Brasil industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará; ANPOCS, 1994.

ARRUDA, A. A doutrina da escola superior de guerra. p. 66-73 in: A defesa nacional, Rio de Janeiro, ano 65, n. 679, set/out, 1978.

BANDEIRA, M. O governo João Goulart, as lutas sociais no Brasil 1961-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

BANDEIRA, M. Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história). 2 ED. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BERCOVICI, G. Direito econômico do petróleo e dos recursos minerais. São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2011.

BUENO, R. A farsa do petróleo, 1980.

CAMPOS, Fábio A. A arte da conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992). 2009. Tese (doutoramento) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

CAMPOS, Fabio A. Complexo multinacional e "Lei de Remessas de Lucro" (1956-1973). Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, v. 45, p. 10-35, 2016.

CAMPOS, Fabio A. Estratégias de desenvolvimento nacional: o papel do capital estrangeiro entre o segundo governo Vargas e o governo Castelo Branco (1951-1966). 2003. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas.

CARVALHO, G. Petrobrás: Do monopólio aos Contratos de Risco. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.

DIAS, J.L.M. & QUAGLINO, M.A. A questão do petróleo no Brasil, uma história da Petrobras. CPDOC/SERINST, Fundação Getúlio Vargas-Petrobras, 1993.

DREIFUSS, R. A. 1964: A Conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERNANDES, Florestan. Classes sociais na América Latina [1971]. In: Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina [1973 1ed.]. São Paulo: ED. Global, 2009

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 5 ed. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, Florestan. Crise ou continuidade da ditadura [1981]. IN: A ditadura em questão. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

GORENDER, J. Combate nas trevas. 5 ed., ver. e ampl. – São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014.

HOBSBAWM, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

IANNI, Otávio. O colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

IVO, Alex de S. O sindicalismo petroleiro e a questão nacional, entre a democracia e a ditadura (Bahia, 1957 – 1968). 2019. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador.

MANGABEIRA, F. Imperialismo, Petróleo, Petrobrás. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

MARCELINO, Wanielle B. (org.). Discursos selecionados do Presidente João Goulart. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

MIRANDA, Maria Augusta T. O petróleo é nosso: a luta contra o "entreguismo" pelo monopólio estatal, 1947-1953, 1953-1981. Petrópolis: Vozes, 1983.

MOURA, Gerson. A campanha do petróleo. São Paulo: Brasiliense, 1986.

NETTO, J. P. Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985). São Paulo: Cortez, 2014.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. Militares: pensamento e ação política. Campinas: Papirus, 1987.

PRADO Jr., C. A revolução brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1977.

REIS, Gustavo de M. R. General de Brigada. O papel das elites no contexto da segurança e desenvolvimento- ação comunitária. In: A defesa nacional, 1980, jan/fev. no 687. p.. 31-43

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RODRIGUES, Carlos H. L. Imperialismo e empresa estatal no capitalismo dependente brasileiro (1956-1998). 2017. Tese de Doutorado. Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

ROMÃO, Frederico Lisboa. A greve do fim do mundo: petroleiros 1995: a expressão fenomênica da crise fordista no Brasil. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. 2006.

SICSÚ, A.B. A questão energética no contexto do desenvolvimento brasileiro. 1985. Tese de Doutorado. Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SILVA, Flávia F. Capital internacional e Petrobrás na ditadura brasileira: um estudo a partir dos 'contratos de risco' (1964-1984). 2018. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo (1930 – 1964). São Paulo: Paz e Terra, 1985.

SMITH, Peter S. Petróleo e política no Brasil Moderno. Rio de Janeiro: Artenova, 1978.

SUAREZ, M. A. Petroquímica e tecnoburocracia. Capítulos do desenvolvimento capitalista no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1986.

TAMER, A. Petróleo, o preço da dependência. O Brasil na crise mundial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

TANZER, M. Os trustes petrolíferos e os países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

TÁVORA, Juarez. O Petróleo para o Brasil. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1955.

TOLEDO, Caio N. O governo João Goulart e o golpe de 64. São Paulo: Brasiliense, 1982.

YERGIN, Daniel. O petróleo: uma história de ganancia, dinheiro e poder. São Paulo: Scritta, 1993.

YOUNG, V.A.F. JK, Estados Unidos e FMI: da súplica ao rompimento. Ed. São Paulo: Alameda, 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

O financiamento da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba (1831-1850)

Gabriel González Sterman

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

O financiamento da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba (1831-1850)

Financing of slave coffee plantations in the Parahyba Valley (1831-1850)

Gabriel González Sterman [1]

Resumo:

Existe certo consenso historiográfico sobre o impacto econômico crucial do desenvolvimento da cafeicultura escravista no Brasil Império. Contudo, diversos trabalhos são acompanhados com uma perspectiva de que a circulação de crédito nesse período teria sido atrofiada, em razão da predominância do crédito privado e informal. O artigo tem por objetivo dar propor outra abordagem para a relação da esfera financeira da economia brasileira oitocentista com a cafeicultura escravista voltada para a exportação. Com base em contas de tutela de inventários *post-mortem*, documentos privados e jornais, o texto pretende demonstrar que foi exatamente o crédito privado e informal que permitiu o rápido crescimento da cafeicultura no Vale do Paraíba, especialmente durante o período de vigência do contrabando negreiro.

Palavras-chave: Brasil Império; Crédito; Escravidão; Café; Vale do Paraíba

Abstract:

Historiography has a certain consensus on the significant economic impact of the development of the slave-based coffee economy in the Brazilian Empire. However, several studies share the perspective that the circulation of credit in this period would have been stunted, due to the predominance of private and informal credit. The article aims to propose another approach to the relationship between the financial sphere of the

[1] Mestrando do programa de pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo. Agradeço à FAPESP pelo financiamento da pesquisa que gerou este trabalho.

O financiamento da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba (1831-1850)

19th-century Brazilian economy and export-oriented slave coffee production. Based on accounts of post-mortem inventories, private documents and newspapers, the text intends to demonstrate that it was precisely private and informal credit that allowed the rapid growth of coffee farming in the Paraíba Valley, especially during the contraband period of the slave-trade.

Key words: Brazilian Empire; Credit; Slavery; Coffee; Paraíba Valley

O financiamento da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba (1831-1850)

***

O período entre 1831 e 1850 foi marcado por um aumento significativo da produção de café no Brasil. Especialmente situada no Vale do Paraíba fluminense, a empreitada se tornou a principal atividade econômica do Império. Em 1831, o Brasil exportou 32.000 toneladas do produto, o mesmo valor do auge atingido por Saint-Domingue, maior produtor até então. Apenas 20 anos depois, o Império brasileiro mais que quadriplicou esse volume, remetendo para fora 144.000 toneladas de café e responsabilizando-se por metade da produção mundial (Clarence-Smith; Topik, 2003). Nesse mesmo período, foram trazidos diretamente para os portos do Centro-Sul cerca 574.000 africanos de forma ilegal segundo os próprios conformes da lei brasileira (Parron, 2011; https://www.slavevoyages.org). Aumento do contrabando, das grandes propriedades escravistas no Vale do Paraíba e da produção café. Esse quadro evidencia uma força econômica da cafeicultura e da capacidade de mobilização dos recursos envolvidos nessas atividades que pareceu escapar de parte da historiografia.

O financiamento dessa cafeicultura escravista não foi alvo direto de pesquisas, especialmente durante o período do contrabando. Contudo, diversos estudos que buscaram analisar o crédito no oitocentos contribuíram para interpretações que se aplicam ao Vale. Uma das principais conclusões desses trabalhos foi a existência de altas taxas de juros combinadas com prazos curtos, o que significaria um crédito comercial que visava a circulação, e não o investimento. Quase uma consequência dessa análise é a abordagem que enxerga um crédito "usurário", ou seja, praticado por agentes privados focados na especulação, incapaz de gerar desenvolvimento econômico como um crédito financeiro. Muitos fatores teriam contribuído para isso, tais como a falta de disponibilidade de crédito rural por meio de terras hipotecadas, poucas instituições financeiras de grande porte, ausência de uma bolsa de valores nos moldes da praça londrina etc. (Levy; Andrade, 1985; Marcondes, 1998, 2002; Summerhill, 2015). No entanto, essa perspectiva tende a dar atenção às peças que estavam ausentes no contexto

brasileiro, assim como explicações de um possível "atraso", sem indagar sobre o que e como esse sistema de crédito privado e informal foi capaz de engendrar: o desenvolvimento de uma economia em grandes propriedades escravistas que foi o sustentáculo do Império até o final do século XIX.

Em parte, isso é um problema do arcabouço teórico que busca encaixar o Império do Brasil em um modelo liberal, "racional e moderno" de financeirização da economia. Por outro lado, isso também envolve um fator metodológico: o foco em um ou poucos mecanismos de dívidas. Clemente Penna (2019) resumiu essa dificuldade em sua tese, ao mostrar como cada forma de endividamento pode ocultar outras práticas concretas do passado, o que torna necessário, porém muito difícil, combinar as diferentes fontes e métodos de analisar as redes de crédito no Brasil oitocentista. Segundo ele, um dos principais instrumentos ignorados foram as letras de câmbio, que possuem uma facilidade de uso e fornecimento de crédito. Sua ampla utilização caracterizou não apenas a vida urbana da praça carioca, mas toda a economia exportadora e o contrabando negreiro.

De forma generalizada, esse conjunto de estudos gerou uma caracterização do sistema financeiro brasileiro do século XIX como atrofiado. Mas o que observamos ao analisarmos o simples movimento econômico que catapultou o Brasil como maior produtor e exportador de café em meados do século, é que antes de qualquer investigação sobre a forma dos negócios envolvidos nessa atividade, ela foi um sucesso econômico. Cabe então, ao invés de forçar um modelo típico do que seria um sistema financeiro moderno, estudar como a circulação desse crédito informal e privado permitiu o crescimento da cafeicultura. Para isso, a melhor solução é delinear a logística envolvendo sua produção, financiamento e comércio. Dessa forma, é possível observar os principais agentes envolvidos e as práticas utilizadas em cada etapa. Longe de tentar elaborar mais uma matriz fixa para o funcionamento desta atividade econômica, a ideia é estabelecer tendencias de como as relações entre os diferentes agentes se davam.

Trabalhos muitos diversos já discutiram a montagem da cafeicultura no Vale do Paraíba. Alguns clássicos deram atenção para a expansão da produção em resposta ao

aumento da demanda internacional do produto em conjunto com o declínio da economia mineradora que teria liberado cativos e capitais (Furtado, 1959; Costa, 1966; Prado Jr., 1976; Canabrava, 2005). Muitas pesquisas, contudo, apontaram para uma relação diferente entre as economias do ouro e do café. A maior contribuição da primeira para a segunda foi, na verdade, a abertura e expansão de caminhos e estradas que conectavam o Vale do Paraíba à cidade do Rio de Janeiro. Isso permitiu a acumulação de algum capital por parte de famílias envolvidas na economia dinâmica que se desenvolveu ao longo desses caminhos (Stein, 1957; Silva, 1984; Muaze, 2008; Reis, 2020). Além disso, o estabelecimento da família Real também contribuiu para o desenvolvimento de um moderno sistema de transporte de mulas e um avanço sobre as terras virgens do médio Vale, antes protegidas para evitar o contrabando da exploração aurífera (Lenharo, 1992; Marquese; Salles, 2015).

Por outro lado, parte dos investimentos iniciais na atividade se deveu ao movimento de grandes negociantes do Rio de Janeiro, principalmente traficantes de escravos, que utilizaram seu capital acumulado com o lucrativo comércio no estabelecimento de grandes propriedades escravistas no Vale (Gorenstein, 1992; Fragoso, 1992, 2013; Fragoso; Florentino, 2001). A historiografia que tratou desse ponto, no entanto, não avançou muito ao longo do período ilegal da atividade. Apesar da transformação de comerciantes de cativos em fazendeiros de café, o comércio negreiro se manteve constante até 1850, garantindo uma oferta elástica de mão de obra que alimentou a produção. Não obstante, alguns trabalhos com maior foco nos principais municípios cafeeiros foram capazes de demonstrar que existiu uma concentração de escravos em grandes propriedades e que essa concentração se deu principalmente entre 1831 e 1850. Esse enorme e diverso conjunto de pesquisas foi capaz de produzir um quadro sobre as origens dos capitais investidos na cafeicultura, podendo ser resumido como:

> tanto um movimento ‘serra acima’, isto é, de grandes negociantes (traficantes transatlânticos de escravos, em especial) e de burocratas da praça do Rio de Janeiro que aplicaram seus vultosos capitais na nova atividade econômica, como um movimento ‘serra abaixo’, isto é, de produtores de mantimentos e tropeiros do Sul de Minas Gerais que desceram a Serra da Mantiqueira para investir em uma atividade muito mais rentável, voltada ao mercado mundial,

do que suas operações no mercado interno (Marquese; Salles, 2019,p.109).

Já a forma como esse capital foi mobilizado, especialmente para o período de vigência do contrabando negreiro, ainda possui poucos estudos. Um ponto que se destaca é a atuação do comissário, figura intermediária entre exportadores e fazendeiros que também seria responsável por fornecer crédito a estes. O principal trabalho sobre esse grupo é o de Joseph Sweitgart (1987), no qual o autor investiga com detalhes os negócios de firmas comissárias a partir de 1850. Ele critica algumas interpretações clássicas, segundo as quais os fazendeiros estariam nas mãos desses comerciantes por conta de dívidas e pela fatia das comissões no faturamento final, demonstrando que na verdade era comum que fazendeiros tivessem mais de um comissário e as comissões não passassem de 5% do valor final. O que na verdade melhor caracterizava essa relação, segundo ele, era o estabelecimento de uma conta por parte do comerciante, na qual eram jogados gastos e rendimentos do fazendeiro, geralmente mostrando ser positiva para esse último. Contudo, o período de 1831 e 1850 carece de mais pesquisas, ainda mais ao se considerar a grande contribuição da historiografia a respeito do tráfico de escravos sob a forma do contrabando, as firmas exportadoras norte-americanas e o papel significativo desses elementos para a expansão da cafeicultura no Vale do Paraíba.

Em 1832 os Estados Unidos reduziram a tarifa de importação do café, seguindo uma tendencia de corte que vinha desde 1828. O resultado imediato foi uma queda brusca no preço final para o consumidor americano e a duplicação do consumo per capita entre 1830 e 1835. Esse mercado foi abastecido principalmente pela crescente produção do Vale do Paraíba, sendo que em meados do século o Brasil era responsável por mais de 70% das importações de café dos Estados Unidos. Apenas no porto de Nova York, a participação do Rio de Janeiro nesse comércio cresceu de 14 para 41% entre os quinquênios 1825-30 e 1836-40 (Absell, 2019). Um elemento crucial nessa atividade foi a atuação das firmas exportadoras, especialmente, no período em análise, a Maxwell, Wright e Co e a Birckhead e Co.

Seu principal circuito comercial envolvia a exportação de farinha de trigo dos EUA e importação do café brasileiro, no qual os navios que carregavam a produção americana retornavam com o produto carioca. Segundo documento da Maxwell, Wright e Co, esse comércio era realizado diretamente com os comissários que pagavam diversas vezes com letras de câmbio (Ribeiro, 2014). Além disso, essas companhias também tiveram uma ligação direta com o tráfico de cativos, principalmente por meio da venda de navios. Um relatório do cônsul dos EUA mostrou 80 navios vendidos no Rio entre 1840 e 1846, dos quais 44 foram empregados no contrabando, sendo 23 vendidos pela Maxwell, Wright e Co e 13 pela Birckhead (Ribeiro, 2014, p.87-88). Essa era uma das principais formas de envolvimento de companhias estrangeiras no comércio negreiro, além da venda de manufaturados que eram utilizados pelos traficantes para a aquisição de cativos na África. A partir dos anos 1820 até a década de 1840, se intensificaram os pagamentos a crédito com longos prazos e uso intensivo de letras de câmbio endossadas pelos traficantes e descontadas em centros internacionais, como EUA e Europa (Tavares, 1988).

Dessa forma, é possível pintar um quadro em que aparecem quatro polos de agentes econômicos: os produtores (fazendeiros), comerciantes (comissários), traficantes (fornecedores de mão de obra) e firmas exportadoras. Dentro de cada grupo a hierarquia socioeconômica se fez presente. Esse caráter foi mais bem explorado por historiadores para o primeiro caso, no qual chegou-se a dividir os fazendeiros entre mini, pequenos, médios, grandes e mega proprietários a partir da posse de escravos (Salles, 2008). Dentre os comerciantes, aqueles denominados de *grosso trato* receberam alguma atenção da historiografia, que demonstrou seu papel crucial na economia e política imperiais. Contudo, pouca distinção foi feita entre eles no que tange aos seus negócios. Para o presente trabalho, é possível realizar uma separação analítica entre comissários e traficantes. Assim, o modo como se deram as trocas comerciais e financeiras entre estes quatro grupos, apesar de uma certa tendência, envolveu também particularidades que foram condicionadas em grande parte por essa hierarquia socioeconômica.

Será utilizada essa divisão como parte da metodologia de análise do financiamento da cafeicultura. Em termos de fontes primárias serão usados inventários post-mortem de Bananal[2], especificamente aqueles que possuem contas de tutela. Esse documento diz respeito aos casos em que o patriarca falecia e os filhos ainda não estavam em idade para gerir os bens que herdaram. Nesse caso, era apontado um tutor, podendo ser a mãe, um tio ou conhecido, que prestava contas ao Juiz de Órfãos, informando o estado dos negócios dos menores. Por um lado, essa fonte permite um maior dinamismo em conjunto com o inventário. Este último possui muitas informações estáticas, quase como uma fotografia da situação econômica e riqueza do falecido apenas no momento de sua morte. As contas de tutela seguem ao longo de alguns anos após esse evento, dando também detalhes adicionais sobre as contas com comissários e gastos realizados. Deve-se destacar, contudo, que elas também possuem algumas limitações, como a dificuldade de confiar plenamente nos dados apresentados. Em primeiro lugar elas versam sobre os negócios dos órfãos, muitas vezes não sendo a totalidade das atividades que o falecido possuía, já que parte poderia ter ficado com a viúva. Além disso, o rendimento declarado ao juiz deveria ser remetido ao cofre destinado para cada órfão, que poderia retirar o dinheiro assim que atingissem a maturidade. Mesmo assim, essas fontes trazem dados pouco examinados pela historiografia. Para melhorar sua análise também serão utilizados documentos privados do Fundo Werneck que iluminam o cotidiano de um grande cafeicultor do período, o Barão de Paty dos Alferes, de Vassouras.

O argumento central que será defendido é de que foi o crédito privado e informal que permitiu o desenvolvimento da cafeicultura no Vale do Paraíba, financiada principalmente pelo contrabando negreiro, responsável pelo fornecimento de escravos. Isso foi possível graças aos mecanismos de dívidas como letras de câmbio e contas correntes com comissários que tendem a deixar poucos vestígios para o historiador.

[2] Todos os inventários estão localizados no Museu Histórico e Pedagógico Major Caio Novaes (MHPMCN), em Cruzeiro, SP. Deste ponto em diante, serão identificados no corpo do texto os anos em que cada inventário foi aberto e sua notação ("caixa.número do processo"). Esses documentos foram organizados, fotografados e colocados em uma base de dados pelo historiador Breno Moreno, que, além de me fornecer acesso a eles, também contribuiu com inestimável ajuda para o desenvolver da pesquisa.

***

Foram analisados 19 inventários com contas de tutela entre 1831 e 1850, sendo apenas 5 da década de 1830. Conforme a hierarquia socioeconômica comum das zonas cafeicultoras do Vale, a maioria dos inventariados era de pequenos proprietários, alguns médios, poucos grandes e apenas um mega. Essa divisão foi estabelecida por Ricardo Salles (2008) ao estudar todos os inventários de Vassouras, estabelecendo uma relação do tamanho da posse de cativos de cada proprietário. Em Bananal a situação não foi muito diferente ao longo do XIX, como já estudada por Moreno (2013, 2022). Segundo ele, o município adquiriu marcas típicas de áreas de grandes propriedades escravistas voltadas para a exportação, como a concentração de mão de obra e terras apesar de variados tamanhos de proprietários. Analisando os inventários em contraste com as listas nominativas do final do século XVIII, o historiador observou que essa concentração se deu principalmente durante o período de vigência do contrabando, no qual os fazendeiros teriam respondido positivamente ao estímulo do mercado internacional e expandindo a produção de café.

Observando a logística da atividade, sabemos que os fazendeiros não iam presencialmente aos portos entregar sua produção. Geralmente usavam mulas, próprias ou alugadas, que carregavam o café serra abaixo. Assim, na ponta da cadeia produtiva e comercial se encontra o produtor, fazendeiro escravista que negocia com um intermediário sediado em regiões portuárias, podendo ser essa tanto a própria cidade do Rio de Janeiro, quanto Angra dos Reis, Jerumirim e Mangaratiba, no caso de Bananal. Sweigart (1987) foi o responsável pela melhor análise até o momento desta relação. Segundo ele, os comissários armazenavam o café nos prédios locais e vendiam conforme o melhor momento e cotação. Em contrapartida, eram também responsáveis pelo fornecimento de produtos aos fazendeiros, em geral roupas, alguns insumos e alimentos. Essa troca, por ser contínua, era registrada por meio de contas. Segundo o historiador, era comum o uso de mais de um comissário por fazendeiro e vice-versa, o

que quebraria incialmente a imagem de uma dependência da produção em relação à praça comercial.

O grande problema do trabalho de Sweigart é que ele se inicia em 1850, como já foi observado. Mas antes dessa data, o tráfico de cativos ainda estava ativo e não existia o Código Comercial e nem a predominância de grandes instituições bancárias como o Banco do Brasil. Ainda assim, o que os inventários de Bananal apontam é que esse esquema de relação entre fazendeiro e comissário já se dava nas mesmas linhas desde o início dos anos 1830. Esse tipo de negócio permitiu uma praticidade na realização das trocas que passava por cima de empecilhos como a falta de moeda, uma dor de cabeça constante ao longo do século XIX brasileiro (Villela, 2020). Além disso, apesar de não ser um investimento com dinheiro aplicado a juros, as contas com comissários podem ser definidas como formas de crédito, na medida em que permitiam a aquisição de recursos sem a necessidade do pagamento imediato por eles, além de agilizar os negócios e as vendas do café.

Dos 19 inventários analisados, apenas 3 não foram identificados como cafeicultores, sendo um deles sapateiro, outro comerciante e um indeterminado. Dos 16 restantes todos apresentaram contas com comissários, nas quais as despesas e as receitas do café eram balanceadas em um saldo final para cada ano. A maioria destes possuía contas positivas para os produtores ao longo dos anos, com a exceção de cinco indivíduos, todos pequenos proprietários, cujos saldos não foram possíveis de determinar devido às condições da fonte. Além destes, apenas um possuía saldos constantemente negativos ao longo de todos os anos em que prestou contas de tutela, sendo também um pequeno proprietário. Dos restantes, os órfãos de um mini cafeicultor apresentaram contas positivas ao longo da década de 1830 até meados de 1840. Nesse caso, a partir de 1846 o valor do café, que era arrendado a um outro produtor local, passou a ser inferior ao valor das despesas. Já aqueles que eram médios, grandes e mega proprietários tiveram saldos positivos em todas as ocasiões.

Mas as contas de tutela apontam para outras particularidades dos negócios, como a informalidade associada à confiança e ao nome dos indivíduos na praça. É o caso do

inventário de João Francisco de Oliveira (MHPMCN, 1836, 20.325) no qual uma conta de tutela afirma que o finado fazendeiro não possuía recibos dos transportes de seu café, já que seu tropeiro era de confiança. Já no inventário de Máximo Ribeiro dos Santos (MHPMCN, 1831, 12.186) por exemplo, sua viúva requisita as contas antigas para seu comissário em 1842, pedindo que ele também lhe envie as contas do antigo agente que negociava com seu marido até cerca de 1835. Seu comissário envia todas as contas que possui, informando receitas e despesas, mas avisa a viúva que não conseguiu os documentos com o outro comerciante, segundo ele: "Igancio Teixeira me respondeu que não podia dar essas contas por que ele não as lançava em livro, e nem deixava copias das que fazia". É possível que essa prática fosse mais comum anteriormente à década de 1830, visto que todos os outros inventários possuem contas remetidas por comissários. É provável que com o crescimento da economia do café e das remessas que passavam por esses comerciantes houve uma necessidade crescente de manter registros.

Estes podiam cobrir anos de trocas e negociações com diversas pessoas. É comum encontrar, nesses documentos, contas de comerciantes tanto das cidades portuárias como locais em que indivíduos compram mercadorias sem pagar ao longo de anos. No inventário de Antônio Gonçalves Leite Filho (MHPMCN, 1847, 52.964) diversos credores cobram que a viúva e os órfãos paguem pelas dívidas do pai. Estas são, na verdade, compras de roupas, ferramentas e comidas que ele tinha realizado ao longo de anos com alguns mercadores. Ao final de cada ano o fazendeiro pagava parte da conta que tinha com cada um, deixando um valor que passava para o ano seguinte e acumulava com novos gastos. Em uma delas Antônio chegou a realizar compras por 3 anos antes de falecer sem quitar sua dívida. Em nenhum momento, contudo, esses credores foram na justiça resolver o problema. Na verdade, apenas pediram que as contas fossem quitadas na realização da partilha. Seguramente a confiança no finado cafeicultor era o bastante para manter as trocas com ele e aguardar o pagamento quando o fizesse. Foi a sua morte que estabeleceu uma nova situação na qual os credores optaram por saldar a dívida, provavelmente por não possuírem o mesmo tipo de relação com a viúva e seus filhos.

No tocante aos gastos, era comum que as contas com comissários apresentassem despesas com vestuário (como chapéus, cobertores, tecidos de algodão), alguns alimentos (principalmente sal, açúcar e toucinho) e algumas ferramentas. Como analisado por Sweigart, a principal despesa sempre foi o transporte, algo que já era comum antes de 1850. Estas eram cobradas a partir da quantidade de arrobas transportadas serra abaixo, descontadas pelos próprios comissários. No caso de João Francisco de Oliveira, por exemplo, o tutor de seus filhos apresenta três anos de contas com rendimentos e despesas. Nelas foram cobrados aluguéis de condução do café, açúcar, vestuário, calçado, toucinho, ferramenta para escravos e pagamento ao feitor deles. Os gastos, contudo, devem ser analisados com certo cuidado. Como já discutido, as contas de tutela possuem certas limitações. Em primeiro lugar não trazem detalhes de todas as operações do finado pai dos órfãos. Em segundo, pode-se duvidar dos valores declarados em alguns casos. No inventário de João Francisco de Oliveira, os dados apresentados pelo tutor de 1837 a 1839 se mantém estáticos. A única mudança nas contas são os rendimentos com o café e os gastos com seu transporte, sendo que o resto contém valores idênticos em todos os anos. Seguramente uma particularidade da fonte, possivelmente porque o tutor e o comissário elaboraram essas contas de forma retroativa, uma vez que precisaram apresentá-las ao juiz, o que significaria estimar alguns valores de gastos para cada ano caso os registros não fossem precisos. Ou, o que também era bem provável, os valores reais foram ocultados para reduzir o total que seria guardado nos cofres da coletoria, dando maior liquidez para o tutor, viúva e órfãos.

Além dessas contas diretas com comerciantes, era comum também o uso de letras e outros mecanismos de dívidas práticos. A escassez do meio circulante era uma regra que forçava o uso de diversas formas de pagamento. Além do mais, as letras eram capazes de sintetizar transações que ocorriam ao longo de grandes períodos, como anos, ao formalizar um pagamento final. No inventário de José Francisco De Faria (MHPMCN, 1846, 49.892), por exemplo, o credor José Fidelis Pereira apresenta em 1846 uma dívida que o falecido possuía com ele, esperando que a viúva e seu novo marido honrem o pagamento. Contudo essa dívida não aparece nos registros de

processos existentes no arquivo de Bananal. Na realidade, se tratava apenas de um papel escrito e assinado por José Francisco que foi apresentado pelo credor ao juiz, sendo que este reconheceu sua legitimidade e exigiu que a viúva e seu marido pagassem a dívida. O recibo traz algumas informações valiosas que a simples análise do inventário e suas dívidas passivas não apreendem:

> "Devo que pagarei ao senhor José Fidelis Pereira a quantia de hum conto e seis centos mil reis provenientes de hum sitio que lhe comprei e recebi a meo contento tanto em preso como em bondade, cuja quantia de 1:600$000 pagarei a ele dito senhor ou a sua Ordem desta seis sentos mil reis o mês e meio e hum conto de reis desta dacta a dois anos e sete meses e meio, do que obrigam os meos bens presentes e fucturos e deles os mais bem amparados tanto em juízo como fora dele"

Apesar de não ser uma hipoteca com colateral definido, é significativo que o tomador obriga todos os seus bens "presentes e futuros" caso a dívida não seja paga. Outro detalhe importante são os prazos estabelecidos, segundo os quais o fazendeiro deveria pagar 600$000 em um mês e meio, mas o outro um conto de réis apenas após dois anos e sete meses e meio. É comum a historiografia tratar o crédito desse período como curto e com altos juros. De fato, se comparado com empréstimos cujo pagamento pode ser quitado ao longo de 15 anos com juros de 5% ao ano, o crédito privado aparece em muita desvantagem. Mas em contraste com apenas alguns meses, o pagamento de um pedaço de terra em 2 anos é um prazo considerável. Além disso, deve-se destacar que essa dívida permitiu que o negócio fosse realizado de forma prática e rápida, sem a necessidade de um instrumento mais burocrático como o registro de uma hipoteca. A segurança dessa obrigação estava garantida pelo sistema judiciário do Império e pela necessidade de manter a reputação na praça. Assim que a dívida foi cobrada e ratificada pelo juiz, a viúva e seu marido realizaram seu pagamento com o adicional de juros estabelecidos pela lei. Compartilhando os custos, ele pagou 693$950 "que coube em terras" e ela pagou 952$000 "que coube em escravos, animais e mais objectos". Assim, apesar de não ser um documento típico encontrado nos arquivos como as hipotecas, a dívida com prazo de anos existiu e foi paga, sendo que a ausência de um colateral específico não impediu que terras, escravos, animais e objetos amparassem a obrigação.

Em outro inventário, o de João Rebelo de Mendonça (MHPMCN,1844, 41.734), um grande fazendeiro local, o tutor de seus órfãos pede ao juiz para vender um pedaço de terra pertencente aos menores. Segundo ele, não valia a pena continuar administrando aquela unidade produtiva, ainda mais quando havia sido avaliada em 19 contos de reis. O tutor logo informou a existência de um comprador, outro grande fazendeiro, que ofereceu 25 contos pelo total de terras, cafezais e escravos daquele sítio. Candido Ribeiro Barbosa, conhecido dono da fazenda Cachoeira, se propôs a pagar:

> 22 contos de reis nas letras que o comprador tem a pagar e nos prazos que com ele se convencionou, a saber: em 2 annos, 8 contos de reis, no 3º anno outros 8 contos, e no 4º anno 6:120$000 sendo 3:120$000 de juros que o suplicante se obriga a pagar pelos 4 annos, ficando 3:000$000 em poder do suplicante para pagamento que devem os órfãos a José da Agonia Alvares de Magalhaes, quando se liquidaram suas contas, ficando este de verificar esse pagamento [...] ao mesmo juro de 6% o que tudo perfaz a quantia de 25:120$000, incluindo os juros de 4 annos.

Nesse caso o pagamento foi divido em três partes, sendo a primeira a ser paga dali há dois anos. O total, com juros inclusos já calculados na soma, ficou para ser pago em quatro anos. Novamente se observa que apesar de não chegar a uma década de prazo, ele ainda pode se configurar como médio, em contraste com os prazos mensais observados na historiografia. Também se destaca a taxa de juros de 6% ao ano, a mesma estabelecida por lei e bem distante das conhecidas taxas de 12% e 24% ao ano.

Segundo as contas que foram feitas para realizar o negócio, os juros foram considerados para cada letra, mas seu valor foi somado e pago apenas na última. Assim, a primeira letra correspondia a 8 contos de reis com 6% de juros ao ano por dois anos. A segunda letra cobrava 8 contos com os mesmos 6% de juros por três anos. Já a terceira seria de apenas 3 contos com 6% ao longo de 4 anos. Isso totalizaria os 19 contos de reis da propriedade avaliada mais os 3:120$000 de juros, somando 22:120$000. No entanto, percebe-se a confiança entre as partes, que já configurou o estabelecimento do total dos juros a ser pago de uma só vez, apenas ao final. Assim, os primeiros pagamentos, aqueles dos três primeiros anos, não cobraram taxas de juros. Estas foram adicionadas ao último pagamento, apenas ao final dos quatro anos. O tutor e seus órfãos

estavam certos em ter Candido Ribeiro como um bom pagador, já que as contas também mostram que ele cumpriu sua dívida nas datas certas.

Por fim, outro elemento aparece nessa negociação: o comissário. José da Agonia era um conhecido comerciante de café de Jerumirim, aparecendo em diversas contas de tutela de Bananal. Provavelmente sendo intermediário dessa negociação ou apenas parte interessada, já que era o agente do finado João Rebelo de Mendonça, possuindo contas que ele nunca pagou e estavam associadas ao sítio vendido. A solução foi o pagamento de outros três contos, por parte do comprador ao comissário, quase que saldando as dívidas da unidade produtiva que ele pretendia adquirir.

Esse documento também chama atenção para as letras de câmbio como instrumentos de dívida importantes do oitocentos. Elas garantiam grande praticidade, evitando burocracias e registros de dívidas em cartório. Nesse caso elas estavam acompanhadas de documentos que garantiam a venda da terra, dos cafezais e dos escravos, mas não deixaram de ser uma forma de títulos de crédito. As letras eram emitidas assim que a negociação era realizada, ficando em posse do credor. Este, no caso analisado o tutor e os órfãos, podia usá-las como bem entendesse por meio do endosso. Isso garantia que elas circulassem de mão em mão com extrema agilidade e facilidade.

Além disso, as letras eram uma forma de manter os negócios que a originaram ocultos, dada a própria natureza desta ferramenta de pagamento e crédito. Algo que apesar de não ter sido o principal motivo de sua difusão nas trocas atlânticas, seguramente reforçou seu uso no caso brasileiro, uma vez que o tráfico de escravos havia se tornado ilegal. A historiografia sobre o contrabando tem avançado em inúmeras direções, não cabendo aqui uma síntese. O que deve ser destacado, no entanto, é que os meios de realização deste negócio foram sempre mobilizados de forma a ocultar a atividade das autoridades e manter uma espécie de silencio sobre o assunto em praça pública (Pereira; Pessoa, 2019; Saraiva; Santos; Pessoa, 2021). Nada mais eficaz que a utilização massiva de letras de câmbio para tal efeito. Além de facilitar a negociação e os pagamentos, mascarava completamente o contrabando negreiro. Seu uso já foi

mencionado por historiadores que investigaram o comércio de almas, mas pouco se sabe sobre sua relação nas trocas com comissários (Tavares, 1988; Florentino, 2002). Este elo, entre traficantes e comerciantes de café, talvez seja o mais difícil de se estudar dentre os propostos aqui. Isso porque envolve pouca historiografia sobre comissários, assim como poucas fontes pelo caráter ilegal e sigiloso do contrabando.

Contudo, essa relação existiu. Seguramente a venda de cativos via comissários era algo que facilitava o fornecimento de mão de obra serra acima. Mas também, o investimento nos negócios do tráfico era de interesse dos comerciantes, seja no fornecimento de parte do capital necessário para a empreitada ou de recursos para a viagem e aquisição de cativos. Talvez o caso mais destacado nas fontes seja o da firma Amaral e Bastos. Estes comissários aparecem como negociantes portugueses no Almanak Laemmert (1850), mas também já foram encontrados em correspondências que envolviam processos de abertura de inventários (Stein, 1957, p.111-115). Além disso, a historiografia os identificou como parceiros diretos de Manuel Pinto da Fonseca, um dos maiores traficantes do período ilegal (Pereira; Pessoa, 2019). Indo além, foi possível identificar alguns navios na base de dados do *Slave Voyages* que traziam *Anarol e Bastos* como seus proprietários, seguramente um erro na leitura dos nomes devido à caligrafia ou à pronúncia estrangeira. Sua identidade pode ser confirmada pelo cruzamento dos navios a que correspondem na base de dados com o Jornal do Comércio, no qual o navio Três Amigos que está na base de dados sob propriedade de *Anarol e Bastos*, aparece como pertencente a Amaral e Bastos (Jornal do Commercio, 1850, Ed. 0001, p. 4; https://www.slavevoyages.org/).

Nesse caso, a firma estava envolvida diretamente no tráfico, mesclando a figura do comissário e do traficante, afirmando aquilo que foi dito anteriormente, de que esta separação é mais analítica do que concreta. Além deles, José Bernardino de Sá, em carta enviada a um de seus agentes após a conclusão de uma travessia, informa o pagamento de outra firma comissária, a de Antônio Tertuliano dos Santos, referente a letras de câmbio (Saraiva; Santos; Pessoa, 2021). A própria organização da expedição contava com o financiamento e participação de diversos agentes. Firmas estrangeiras vendiam a

prazo produtos utilizados para a compra de escravos. Comerciantes brasileiros auxiliavam da mesma forma no abastecimento dos navios e pagamento de tripulantes, assim como na venda posterior de cativos. Tudo isso feito em forma de crédito, no qual os operadores principais, considerados como os verdadeiros traficantes responsáveis, iriam pagar assim que o negócio fosse concluído. Da mesma forma, o uso de letras de câmbio garantiu a participação das firmas exportadoras estrangeiras no financiamento da cafeicultura escravista, ainda que de forma mais indireta. Além de estarem envolvidas na venda de produtos como manufaturados e armas, utilizados para a compra de escravos na África, elas negociavam diretamente com comissários, outro elemento de seus negócios segue pouco estudado (Ribeiro, 2014; Marques, 2016).

Parte da presente pesquisa envolve a investigação deste elo, mas ainda se encontra em estágios iniciais, uma vez que a maior parte da documentação se encontra em arquivos estrangeiros. Contudo, é possível especular sobre a utilização de letras de câmbio e a ligação com as redes atlânticas de crédito. Isso graças a um documento elaborado por John Baker em 1838, cônsul dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, no qual informa uma visão geral sobre os negócios entre os dois países. No que tange ao café, Baker (1838) afirma que os navios americanos chegavam no Rio carregados de farinha, voltando com a comodity brasileira. Essa operação, contudo, não correspondia a uma transformação proporcional do valor entre os produtos. Isso porque a farinha era muito mais barata por unidade de espaço e peso ocupado nos navios, fazendo com que os exportadores precisassem sacar letras na praça londrina para terem o líquido necessário para compra do café. Essa operação está no centro da relação de troca estabelecida ao longo do século XIX entre as zonas produtoras de farinha do Sul dos Estados Unidos e o Vale do Paraíba, já abordada pela historiografia, mas sob outros aspectos. Além disso, em documentos como a *pro-forma sales* da Maxwell Wright e Co (1828) e o *Projecto para estabelecimento de caixas naciones* de Diogo Birckhead (1845), os comerciantes americanos reclamam da dificuldade de pagamento devido à escassez do meio circulante e a necessidade de recorrer a mecanismos como as letras de câmbio.

Essa forma de crédito foi responsável pelo dinamismo do desenvolvimento cafeeiro, tanto na ponta final no início da cadeia produtiva. Nesta, a compra da mão de obra escrava pelos fazendeiros era realizada pelo pagamento de parte do valor total à vista, com o resto dividido em parcelas, como relatado pelo ex-traficante, Alcoforado (1853). As negociações a prazo e com uso de letras de câmbio permitiram o fornecimento massivo de trabalhadores às lavouras sem uma burocracia que desacelerasse o crescimento da atividade.

A expansão cafeeira ao longo do século XIX, especialmente até 1850, dependeu em grande parte da oferta elástica da força de trabalho. Era isso que garantia, inclusive, o aumento da produção. Um argumento clássico tendeu a tratar o café como um cultivo caro para os fazendeiros, devido ao intervalo de cinco anos desde sua plantação até começar a dar frutos (Prado Jr., 1976). Segundo essa visão, a própria natureza do ciclo vegetal do café teria sido o principal gargalo que limitou a entrada de maiores produtores na atividade. No entanto, é conhecido que a maior parte da produção inicial se deu em conjunto com outros cultivos. No caso de Bananal, quase todos fazendeiros e lavradores produziam um conjunto de milho e feijão entre as fileiras dos cafezais, garantindo uma sustentabilidade enquanto o café não desse frutos (Moreno, 2013, 2022).

Todo movimento de especialização da região do Vale na produção de café foi um processo, não se iniciando do zero a partir de uma "descoberta" de sua lucratividade. A planta já era produzida em pequena escala, no entanto, o movimento interrelacionado de alta dos preços, abolição da tarifa americana e a saída de Saint-Domingue da cena produtiva incentivou o foco crescente na cultura cafeeira. Seu cultivo também exigia poucos recursos, sendo preciso ferramentas simples como a enxada, alguns panos e maquinário simples para beneficiamento dos grãos. O que de fato permitiu a produção em massa foi o cultivo de dezenas de milhares de pés de café nos morros. Isso exigiu, em parte maiores propriedades rurais, mas, principalmente, maiores escravarias capazes de realizar a colheita. Uma combinação do arranjo das árvores ao longo de fileiras e de técnicas de controle e incentivo do trabalho escravo foram o que permitiram o disparo

da produção brasileira (Marquese, 2008). Nesse sentido, era essencial que os fazendeiros interessados em aumentar suas atividades fossem capazes de adquirir e administrar grandes grupos de trabalhadores. O maior gargalo da atividade cafeeira entre 1831 e 1850 era, na verdade, o escravo. Isso significa que a capacidade de circulação de crédito e atuação de traficantes, comissários e exportadores no contrabando e nas redes de trocas foi o que garantiu a expansão contínua da economia cafeeira.

Tal cenário levou à formação de inúmeras dívidas ao longo da cadeia produtiva e comercial. Estas garantiam o fornecimento contínuo de mão de obra e seriam pagas com os rendimentos da venda de café. Uma das formas de pagamento de metade do valor à vista dos cativos era inclusive com parte da produção (Alcoforado, 1853). Essa situação teria levado alguns autores a argumentar uma dominação da arena mercantil sobre a produtiva. Contudo, apesar de ser possível afirmar que o lucro envolvido nas atividades mercantis e financeiras pudesse superar aquele da maioria dos produtores rurais, não se pode estabelecer um vínculo determinante desta forma. Isso porque, parte dos envolvidos nesses negócios altamente lucrativos eram também fazendeiros.

A camada mais elevada dos produtores, proprietários de enormes escravarias e cafezais, também se aventuravam em atividades mercantis e financeiras. Famílias extremamente ricas e poderosas do Vale se viam na posição de fornecedores de crédito e mercadorias da região. Indo além, foi essa divisão socioeconômica que garantiu a concentração de cativos na região. Segundo trabalhos que analisam municípios típicos da cafeicultura, foi durante o contrabando que a maior parte da força de trabalho foi importada (Salles, 2008; Moreno, 2013, 2022). Esse período também foi caracterizado por uma crescente concentração de escravos nas mãos de grandes e megas proprietários. O crédito privado e informal dependia em grande parte das relações sociais e da reputação de indivíduos e famílias. Aquelas mais ricas e com relações na praça carioca eram capazes de adquirir mais cativos, estabelecendo mais e maiores dívidas, dada a garantia de suas reputações. Ora, aqueles com mais recursos seguramente eram também

os mais capazes de arcar com maiores dívidas. A reputação de bom pagador estava diretamente associada à sua posição socioeconômica.

É o caso de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, que em seu livro de contas aponta inúmeras letras de câmbio que deveu e que recebeu ao longo dos anos 1840. São algumas páginas com cerca de uma dezena de registros em cada, todas riscadas com um grande "X", indicando que foram pagas. Isso confirma, primeiro, o envolvimento em atividades creditícias locais do fazendeiro. Em segundo, a dificuldade de apreensão dos reais fluxos de crédito e dinheiro ao longo dos anos, principalmente pela historiografia que foca apenas o uso de inventários. As dívidas pagas dificilmente deixaram qualquer rastro disponível ao historiador, sendo esta fonte de Werneck uma exceção. Da mesma forma, as dívidas não pagas não eram obrigatoriamente levadas à justiça, uma vez que a situação poderia ser resolvida de forma informal e prática.

Além dessas letras, o fazendeiro escreve sobre a compra de mais de 70 cativos em 1845, de uma firma portuguesa denominada Barroso, Guimaraes e Cia. Parte dos escravos ficou com o futuro Barão de Pati dos Alferes, e outra parte ele vendeu a conhecidos por um preço maior. Tanto sua compra inicial como a venda foram realizadas com letras de câmbio e a prazos médios, sendo algumas letras de um ano e outras de dois e três, com o pagamento de juros. Assim, além do lucro ao revender os cativos localmente, o fazendeiro criou dívidas ativas que forneceriam alguma renda mediante o pagamento desses juros. Percebe-se aqui aquela diferença socioeconômica em ação. Sendo um grande proprietário e tendo uma boa relação com negociantes do Rio de Janeiro, o fazendeiro foi capaz de adquirir inúmeros cativos a um preço menor do que o aquele usado na venda local. Os outros produtores que compraram dele tiveram que se contentar com valores maiores.

Um outro caso reforça a separação dos agentes apenas como ferramenta analítica, o dos irmãos Breves. Este caso também mostra como as particularidades de atuação de cada indivíduo se deveu às possibilidades de ação dentro de uma forma comum de fazer negócios. Para os Breves, essas possibilidades apareceram como oportunidades de verticalização quase completa de toda empreitada escravista. Além de

enormes fazendeiros, se tornaram significativos traficantes de cativos, mas também possuíam firmas comissárias e eram responsáveis pelas empresas de transporte de cabotagem do café. Buscando ainda mais espaço para aumentar sua margem de lucro e diminuir os custos, chegaram a abrir fazendas no litoral de Angra dos Reis com o intuito de produzir cachaça, principal produto utilizado para a compra de cativos (Lourenço, 2015). Toda região de Piraí e de Mangaratiba estava sob a influência de seus negócios, sendo que a maioria dos produtores, médios e pequenos, seguramente se encontraram, em inúmeros momentos, em dívidas com os irmãos Breves.

Retornando ao caso analisado da compra de sítio por Candido Ribeiro Barbosa, fica evidente que o bom negócio realizado tem relação com o fato de Candido ser um grande proprietário local. É isso que permite a crença no pagamento ao longo de quatro anos de 25 contos de réis. Não apenas isso, mas também o bom relacionamento com a família de João Rebelo Mendonça e o comissário José da Agonia, assumindo pagamento de parte das dívidas e conseguindo uma taxa de juros de 6% ao ano, assim como o pagamento desses juros apenas ao final do período total estipulado. Sua posição na hierarquia social e econômica assim como a rede informal de crédito garantiu a compra de uma unidade produtiva inteira, ampliando suas atividades como cafeicultor. O gargalo da força de trabalho pôde ser facilmente superado pela capacidade de estabelecer essas dívidas. Indo além, Candido Ribeiro inclusive superou o período de cinco anos de maturidade das árvores cafeeiras, pagando também pelos pés já produtivos.

Todas essas relações, brevemente apresentadas, se encontravam em uma rede de trocas mútuas e sincrônicas. A análise que separa seus agentes e congela o tempo é meramente descritiva, visando um melhor entendimento de seu funcionamento. O que se pode observar, é a existência de fluxos de mercadorias, crédito, letras etc. que permeia todas as negociações envolvidas na atividade cafeeira, seja desde seu cultivo até sua exportação e o fornecimento da mão de obra empregada nas lavouras. Essa rede de negócios e crédito foi responsável pela agilidade da economia em um cenário de escassez monetária e dificuldade de investimentos típicos por meio de instituições

financeiras, como as hipotecas. Isso é ainda mais comprovado pela história posterior ao fim do tráfico negreiro.

A criação do Banco do Brasil de Mauá, contava com a participação direta de Manoel Pinto da Fonseca e João Henrique Ulrich (ambos diretamente envolvidos na atividade negreira) entre os seus acionistas fundadores (Guimarães, 2012). Mauá era conhecido por já ter se envolvido com firmas estrangeiras que financiavam o contrabando. Além disso, a historiadora Márcia Kuniochi (1995, 2018) mostrou, por meio de cartas do Visconde, como seus negócios posteriores envolviam práticas já aprendidas durante a vigência do comércio ilegal de cativos. Este fato não foi uma exceção para estes indivíduos. A fusão do banco de Mauá com o Banco Comercial do Rio de Janeiro em 1853 trouxe à vida o monumental Banco do Brasil, que seria peça chave no sistema financeiro Imperial dali em diante. Não à toa, inúmeros dos traficantes conhecidos do contrabando se encontravam entre os acionistas do banco em 1854, sendo José Bernardino de Sá, o maior acionista individual da instituição (BB, 1853). Além de possuir muitas letras e dívidas ativas no momento de sua morte, o traficante se envolveu com um setor já conhecido, o financeiro, agora sob uma nova forma. O sistema financeiro brasileiro pós-1850 se ergueu sob redes de financiamento e crédito já existentes, operando com agentes e práticas já conhecidos na praça carioca, principalmente devido ao tráfico de escravos e aos negócios do café.

Conclusão

O financiamento da cafeicultura escravista do Vale do Paraíba entre 1831 e 1850, foi essencial para a aquisição em massa da mão de obra que seria responsável pelo aumento da produção na região. As letras de câmbio e contas com comissários foram instrumentos que permitiram o investimento e crescimento da produção de café. Acredita-se que o argumento historiográfico relativamente consensual sobre a falta de crédito se deve à desatenção sobre seus reais fluxos. A ausência de instituições de crédito oficiais teria reduzido a produção de documentos que poderiam servir como fontes para o historiador. A própria natureza da letra de câmbio, como já foi discutida, atesta para esse fato. Além disso, a ilegalidade do tráfico teria sido outro elemento

responsável pela reduzida quantidade de fontes, visto que os envolvidos no comércio buscavam estar fora de registros e dos limites da lei.

Os comissários, funcionando como intermediários entre a zona de produção e o porto, eram responsáveis pelo fornecimento das necessidades dos fazendeiros (incluindo mão de obra), assim como realizavam o escoamento do café aos exportadores. Estes, por sua vez, radicados na praça do Rio, também se utilizaram dos mecanismos de crédito disponíveis para manter um comércio dinâmico. As letras eram utilizadas para a compra de café, assim como eram aceitas na venda de farinha, navios e outros produtos.

A existência dessa ampla rede de crédito privado foi a regra para os maiores fazendeiros, responsáveis por grande parte da expansão da cultura do café no Vale do Paraíba, e da reorganização da commodity no mercado mundial com o Brasil na liderança. Ela permitiu a compra acelerada de escravos importados ilegalmente reduzindo a necessidade de despender grandes capitais e moeda no momento da compra. Da mesma forma, permitiu uma circulação de obrigações e mercadorias que alimentou a praça do Rio de Janeiro e o municípios cafeeiros, tudo enquanto estava amparada na confiança em uma propriedade escrava ilegal e na expectativa das exportações de café no mercado internacional. Diferentemente do que a historiografia convencionou identificar, esse momento financeiro não foi atrasado ou ineficiente, pelo contrário, estimulou o contrabando em massa de africanos para o Brasil e os saltos da produção de café, transformando o Vale do Paraíba no coração econômico do Império.

Fontes:

I. Justiça

Contas de tutela em Inventários post-mortem de: *Máximo Ribeiro Dos Santos; Jose Correa Caro; Antônio Ferreira Da Silva; Jose Machado Da Silva; João Francisco De Oliveira; Antônio De Medeiros Torres; Elias Pinto De Sá; Joaquim José Lobato; Joaquim Alves De Araújo; Apolinario Pereira Ribeiro; Jose Goncalves Pereira; Joao Rebelo De Mendonca; Manoel Da Silva Reis; Joao Rodrigues Lopes; Jose Francisco De Faria; Diniz Hilario Gomes Nogueira Chim; Miguel Antônio Da Silva; Jose Felix*

De Macedo; Antônio Goncalves Leite Filho; Capitão Jose Joaquim Da Silva Reis. Todos localizados no Museu Histórico e Pedagógico Major Caio Novaes, Av. Jorge Tibiriçá, Cruzeiro – SP.

ALCOFORADO, Joaquim de Paula Guedes. O tráfico ilegal de africanos de 1831 a 1853. S.l.:s.n., 1853. Arquivo Nacional / Fundo: Série Justiça IJ6 525.

II. Imprensa

Jornal do Commercio, 1850.

III. Base de dados

https://www.slavevoyages.org/

IV. Outros

BAKER, John M. view of the commerce between the United States and Rio de Janeiro, Brazil. Washington: Office of the Democratic Review, 1838. Disponícel em: https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7974.

BANCO DO BRASIL, Lista de acionistas de 1854. (Esse documento me foi fornecido pelo prof. Thiago Gambi)

BIRCKHEAD, J. Projecto para o estabelecimento de caixas nacionaes, com o fim de melhorar o meio circulante, 1845. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Projecto_para_o_estabelecimento_de_caixa.html?id=vs5bAAAAQAAJ&redir_esc=y;

MAXWELL, Wright & Co. Commercial formalities of Rio de Janeiro. 1828.

Bibliografia:

ABSELL, Christopher D. **The Bittersweet Century**: Slavery, tariffs and Brazilian

export growth during the nineteenth century. Tese de Doutorado. Universidad Carlos III de Madrid, 2019.

CANABRAVA, Alice P. A grande lavoura. In: CANABRAVA, Alice P. **História Econômica**: estudos e perspectivas. São Paulo: ABPHE: Hucitec: Ed. Unesp, 2005.

CLARENCE-SMITH, W. C.; TOPIK, Steven, ed., **The Global Coffee Economy in Africa, Asia, and Latin América, 1500-1989** (Cambridge: Cambridge University Press, 2003).

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1989 (1966).

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Companhia das Letras Editora Schwarcz, 2002

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992

FRAGOSO, João. **Barões do café e o sistema agrário escravista**: Paraíba do Sul / Rio de Janeiro (1830-1888). Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto**: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia – Rio de Janeiro (c.1790-c.1840). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001;

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 (1959).

GORENSTEIN, Riva. Comércio e política: o enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808-1830). In: MARTINHO, Lenira Menezes; GORENSTEIN, Riva. **Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1992

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **A Presença Inglesa nas Finanças e no Comércio no Brasil Imperial**: os Casos da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Cia. (1854-1866) e da Firma Inglesa Samuel Phillips & Cia. (1808-1840). São Paulo: Alameda, 2012.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação**: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1992

LEVY, Maria B.; ANDRADE, Ana M. Ribeiro de. Fundamentos do sistema bancário no Brasil: 1834-1860. **Estudos Econômicos**, 15 (nº especial), p. 17-48, 1985

LOURENÇO, Thiago Campos Pessoa. A indiscrição como ofício: o complexo cafeeiro revisitado (c.1831-c.1888). 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2015.

MARCONDES, Renato Leite. A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba, século XIX. Lorena: Stiliano, 1998.

MARCONDES, Renato Leite. O financiamento hipotecário da cafeicultura no vale do Paraíba paulista (1865-87). **Rev. Bras. Econ.**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, p. 147-170, Mar. 2002

MARQUES, Leonardo. **The United States and the Transatlantic Slave Trade to the Americas, 1776 -1867**. Connecticut: Yale University Press, 2016.

MARQEUSE, Rafael de Bivar Marquese. African Diaspora, Slavery, and the Paraiba Valley Coffee Plantation Landscape: Nineteenth Century Brazil, in **Review - Fernand Braudel Center 31** (2008): 195-216, 2008.

MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. A cartografia do poder senhorial: cafeicultura, escravidão e formação do Estado nacional brasileiro, 1822-1848. In: MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015

MORENO, Breno A. Servidone. **Demografia e trabalho escravo nas propriedades rurais cafeeiras de Bananal, 1830-1860.** Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013

MORENO, Breno A. Servidone. **Desbravando os sertões da Piedade**: terra e trabalho no Vale do Paraíba cafeeiro (Bananal, c.1800-1880). Tese (Doutorado em História) –

Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

MUAZE, Mariana. **As memórias da viscondessa. Família e poder no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008

PARRON, Tâmis. **A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1831** (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011

PENNA, Clemente. **Economias urbana**s: capital, créditos e escravidão na cidade do Rio de Janeiro, c.1820-1860. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

PIÑEIRO, Théo Lobarinhas; SARAIVA, e Luiz Fernando. (2016) 2021. "O Mercado De crédito No Rio De Janeiro (1821-1850)". **Locus**: *Revista De História* 20 (2).

PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985 (1976)

REIS, Thiago de Souza dos. **Mineiros, roceiros, tropeiros e capitalistas**: trajetória e formação da família teixeira leite em uma economia de transição (São João del Rei e Vassouras, séculos XVIII e XIX). Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2020.

RIBEIRO, Alan dos Santos. "T**he leading commision-house of Rio de Janeiro**": a firma Maxwell, Wright & Co no comércio do Império do Brasil (c. 1827- c.1850). Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2014.

SALLES, Ricardo. E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008

SILVA, Eduardo. **Barões e escravidão**: três gerações de fazendeiros e a crise da estrutura escravista. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1984.

STEIN, Stanley J. Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990 (1957).

SUMMERHILL, W. R. Inglorious Revolution: Political Institutions, Sovereign Debt, and Financial Underdevelopment in Imperial Brazil. New Haven: Yale University Press, 2015.

SWEIGART, Joseph E. Coffee factorage and the emergence of a Brazilian capital market, 1850-1888. New York and London: Garland Publishing, Inc., 1987

TAVARES, Luís Henrique Dias. Comércio proibido de escravos. São Paulo: Editora Ática, 1988

VILLELA, André. The Political Economy of Money and Banking in Imperial Brazil, 1850–1889. Switzerland: Palgrave Macmillan, 2020.

PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos; PESSOA, Thiago Campos. Silêncios atlânticos: sujeitos e lugares praieiros no tráfico ilegal de africanos para o Sudeste brasileiro (c.1830 – c.1860). **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 32, nº 66, p. 79-100, janeiro-abril 2019

SARAIVA, L. F.; ALMICO, R.; PESSOA, T. C. Vida, fortuna e morte: a trajetória de José Bernardino de Sá – Barão de Vila nova do Minho. In: SARAIVA, L. F.; SANTOS, S. A. dos; PESSOA, T. C. (org.). **Tráfico e traficantes na ilegalidade**: o comércio proibido de escravos para o Brasil (c.1831 – 1850). São Paulo: Hucitec, 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

A revolução cultural chinesa, transição socialista e planificação econômica

Gabriel Luiz Duccini Puia

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

A revolução cultural chinesa, transição socialista e planificação econômica

The chinese Cultural Revolution, socialist transition and economic planning

Gabriel Luiz Duccini Puia [1]

Resumo:

No presente artigo, iremos analisar a experiência da revolução cultural chinesa à luz do problema da planificação econômica e da transição socialista. Concepções básicas do pensamento de Mao Zedong sobre a transição socialista e a gestão econômica após a revolução de 1949 não só foram reforçadas a partir do início da revolução cultural como, de certa forma, só puderam ser implementadas a partir desta, em meio a um acirrado conflito interno no Partido Comunista Chinês. Portanto é importante destacar esse período histórico como um divisor de águas das tendências em disputa na China após a revolução socialista, e visamos introduzir a análise desse processo em meio ao debate mais geral sobre a planificação socialista.

Palavras-chave: Maoísmo, Transição Socialista, Planificação Econômica, Marxismo, Revolução chinesa

Abstract:

In the present essay, we will analyse the chinese cultural revolution before the problem of economic planning and socialist transition. The Mao's tought basic framework on the issue of socialist transition and economic management not only were reinforced afther the beginning of the cultural revolution, but it could only be implement with it, in

[1] Bacharel em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Política Mundial da Universidade Federal do ABC

the midts of a fierce internal conflitct within the chinese communist party. So, it is important to outline this historical period as a dividing line of the conflicting tendencies in China after the socialist revolution, and our aim here is to analyse this process within a more general debate on socialist planning.

Key words: Maoism, Socialist Transition, Economic Planning, Marxism, Chinese Revolution

***

1. Marx e a planificação

A noção do socialismo enquanto uma economia planificada estava presente em Marx, ao apresentar o socialismo enquanto negação dos fundamentos do modo de produção capitalista. O próprio modo de produção capitalista é exposto por Marx como tendente ao desequilíbrio, a partir da contradição entre valor e o valor de uso. Ademais, a relação social entre os produtores diretos é indireta, dado que o vínculo social é estabelecido pela troca. Essa forma social é considerada o oposto de relações sociais simples e transparentes, que podem ser conscientemente controladas pelos produtores envolvidos na socialização. Ela em si já é uma forma de dominação, mas não uma dominação como a dominação pré-capitalista, pois seu *"próprio movimento social possui para eles a forma de um movimento de coisas, sob cujo controle se encontram, em vez de controlá-las"* (MARX, 1985, pp.72-73). A dominação pré-capitalista é uma dominação de tipo pessoal e direta, contraposta à dominação indireta do capital:

> Essas relações de dependência coisal, por oposição às relações de dependência pessoal (a relação de dependência coisal nada mais é do que as relações sociais autônomas contrapostas a indivíduos aparentemente independentes, i.e., suas relações recíprocas deles próprios autonomizadas) aparecem de maneira tal que os indivíduos agora são dominados por abstrações (MARX, 2011, p.112)

O próprio capital nesse sentido aparece enquanto um sujeito automático, que domina o movimento dos agentes envolvidos em sua relação social. Como o trabalho privado se transforma em trabalho social a partir da troca, os produtores estão dominados por uma abstração que não são capazes de controlar. O tempo de trabalho socialmente necessário que determina a magnitude do valor só pode se estabelecer ex post, justamente por sua natureza social, isto é, a quantidade média do tempo de trabalho para determinar o valor das mercadorias é algo que não se pode determinar conscientemente pelos produtores, sendo uma força externa atuando sob os produtores, e submetendo o trabalho concreto à essa média, estabelecida a posteriori. A natureza

fetichizada da produção capitalista engendra essa dominação de homens por coisas pois os produtores privados produzem sob o jugo de algo que não controlam, e nem podem saber se seu trabalho será útil ao nível social:

> Porque o valor é determinado por um tempo de trabalho abstrato, socialmente necessário, nenhum produtor pode saber até após o fato se seu trabalho foi ou não foi produtivo no nível socialmente necessário. Isso expõe as decisões de todo produtor a uma forma de incerteza e compulsão que faz ele ou ela agir de imediato. Segundo, essa exposição ao mercado faz com que todo produtor seja um escravo das decisões de outros, sem qualquer debate ou consulta. As preferências de outros se impõem a cada produtor sem qualquer necessidade de se justificar, e sem qualquer possibilidade de contestação. (ROBERTS, p.101)

É esse elemento que está na base do que pode ser chamado de anárquico do modo de produção capitalista: o trabalho concreto só pode ser confirmado socialmente a nível ex post, através da mediação do mercado. Uma forma social baseada em trabalhos diretamente sociais seria impossível de engendrar crises, por exemplo, pois os aspectos gerais da produção e distribuição seriam determinados a priori, coletivamente. É nesse sentido que Marx apresenta portanto o socialismo, como uma forma social radicalmente distinta da capitalista, à medida em que não se baseia nos vínculos sociais mediados pelo mercado. Essa superação da forma-mercadoria permite que os produtores planejem coletivamente a produção e distribuição, a priori:

> Sobre a base dos valores de troca, somente por meio da troca o trabalho é posto como trabalho universal. Sobre a base anterior [de produção coletiva], o trabalho seria posto como trabalho universal antes da troca; i.e., a troca dos produtos não seria de modo algum o meio pelo qual seria mediada a participação dos indivíduos singulares na produção universal. A mediação tem, naturalmente,de ocorrer. No primeiro caso, que parte da produção autônoma dos indivíduos singulares– por mais que essas produções autônomas se determinem e se modifiquem post festum por suas relações recíprocas–,a mediação tem lugar por meio da troca das mercadorias, do valor de troca,do dinheiro, que são todos expressões de uma única e mesma relação. No segundo caso,o próprio pressuposto é mediado; i.e., está pressuposta uma produção coletiva, a coletividade como fundamento da produção. (MARX, 2011, pp.118-119)

Por isso Marx contrapõe uma socialização entre produtores a priori da socialização mediada, a posteriori, pelo mercado:

> No primeiro caso, o caráter social da produção só é posto post-festum, pela ascensão dos produtos a valores de troca e pela troca destes valores de troca. No segundo caso, o caráter social da produção está pressuposto e a

> participação no mundo dos produtos, no consumo, não é mediada pela troca de trabalhos ou de produtos do trabalho independentes uns dos outros. É mediada pelas condições sociais de produção no interior das quais o indivíduo exerce sua atividade(…) Sobre a base dos valores de troca, o trabalho pressupõe justamente que nem o trabalho do indivíduo singular nem seu produto sejam mediatamente universais; que o produto só consiga essa forma por uma mediação objetiva [gegenständlich], por um dinheiro distinto dele.

Marx considera portanto o socialismo como uma forma social em que as formas de valor e mercadoria são superadas por uma forma social baseada na cooperação direta entre produtores e planejada nesse sentido, portanto. Marx polemiza diretamente contra Proudhon e os proudhonianos por exemplo por estes considerarem o socialismo como uma sociedade que poderia finalmente se basear no valor enquanto medida de distribuição justa, e que mantinha a sociabilidade mercantil. Marx critica tal concepção como uma *"interpretação utópica da teoria de Ricardo"* (1985a, p.54), e afirma que praticamente toda a tradição do socialismo utópico inglês *"em épocas diferentes, propuseram a aplicação igualitária da teoria Ricardiana"* (1985a, pp.70-71)[2]. No mesmo sentido, Marx critica Darimon nos Grundrisse, que defendia uma proposta proudhoniana de distribuição de certificados de trabalho. Em Marx, em contrapartida, é muito presente a ruptura com a forma social dos trabalhos, forma esta baseada no trabalho assalariado e na produção de mercadorias e a crítica aos proudhonianos e a demais socialistas utópicos se desenvolve a partir da concepção de tentar criticar a ordem burguesa sem criticar seus fundamentos categoriais, transformando apenas seus aspectos distributivos[3] e não a forma social da produção capitalista.

2 Peter Hudis ressalta uma diferença relevante entre John Bray, socialista utópico inglês, e Proudhon. Embora ambos defendam os esquemas de fim do dinheiro e utilização de certificados de trabalho baseados na quantidade concreta de trabalho gasto por cada trabalhador como unidade contábil, Bray defendia apenas como um princípio transicional, entre a sociedade capitalista e uma sociedade sem classes, ao passo que Proudhon considera tal esquema como seu próprio modelo utópico. Na crítica de Marx a Bray, Marx sustenta que formas transicionais não poderiam ser baseadas nos mesmos princípios categoriais da sociedade que visavam superar: "O Sr. Bray não compreende que esta relação igualitária, este ideal corretivo que gostaria de aplicar ao mundo, é, em si mesmo, um reflexo do mundo atual e que, conseqüentemente, é impossível reconstituir a sociedade sobre um a base que não passa de uma sombra embelezada de si mesma. À medida que a sombra torna-se corpo, percebe-se que este, longe de ser a transfiguração sonhada, é o corpo atual da sociedade" (MARX, 1985a, p.79).

3 Mesmo que tais transformações distributivas apresentem uma ruptura aparente com os fundamentos do capital, por exemplo na crítica ao dinheiro feita por Darimon e Proudhon. Contudo, é uma crítica do

A superação do capitalismo para Marx é a superação da lei do valor e da forma de valor como forma de aparecimento de um certo nexo social. Em uma série de debates sobre planificação econômica, esta compreensão não era clara para uma grande parte dos marxistas, particularmente nos debates teóricos dentro dos países ditos socialistas no século XX, em que consideravam que a lei do valor tinha um papel dentro do socialismo, enquanto lei "dominada", e que poderia ser um instrumento de medição do tempo de trabalho para a planificação da produção, algo que não faz sentido para Marx, que considerava que "quando o trabalho é comunal, as relações dos homens em sua produção social já não se apresentam como 'valor' e 'objetos'" (MARX, 1971, p.129), e a "própria necessidade de transformar os produtos ou atividade dos indivíduos na forma de valor de troca, no dinheiro" implica que "sua produção não é imediatamente social, resultado da associação que reparte o trabalho entre si" (MARX,2011, p.106). Isso também é apresentado de maneira mais enfática na Crítica ao Programa de Gotha.

2. Planificação, Imperialismo e a transição socialista para Lenin

Tal interpretação sobre planificação foi tratada de maneira um tanto distinta pelos marxistas no século XX. Hilferding por exemplo lida com o tema tanto no seu estudo sobre o capital financeiro como com sua intervenção no debate sobre teoria das crises. Hilferding está aqui lidando com o problema da anarquia de mercados do capitalismo, a partir da sua tendência ao que chamou de "desproporcionalidade setorial", que levaria então a uma crise setorial geral do capitalismo. Como os capitais só conseguem saber as condições de produção sem um mecanismo planejador – dada a sua natureza anárquica - se quebram as condições de equilíbrio da produção. Tal desequilíbrio leva a um excesso de oferta em determinador setor, e isso faz com que os capitalistas desse setor reduzam as suas compras de outros setores, o que reduz a demanda, e tal é o efeito propagador da crise setorial[4]. Como Hilferding identifica a

dinheiro que não compreende o dinheiro como derivado da troca de mercadorias, mantendo esta última. Marx ironizou tal tentativa de acabar com o dinheiro mantendo a troca mercantil como acabar com o papado transformando todos os católicos em Papa (2011, p.78)

4 Para uma crítica dos teóricos da "crise das desproporções" ver CARCANHOLO, (1996). Carcanholo afirma que justamente porque um setor possui excesso de oferta, outro setor possui excesso de demanda. A partir das mesmas condições de desequilíbrio, pode então se concluir não uma desaceleração mas de

causa das crises nessa ausência de um mecanismo planejador prévio à produção, advém daí a necessidade de planificação do investimento como forma de ajustar as desproporções da distribuição do capital social. Podemos compreender então o motivo que levou Hilferding a ser ministro das finanças em 1928 na Alemanha durante o governo social-democrata, dado que o planejamento poderia ser um instrumento para por fim à essa possibilidade do desequilíbrio das desproporções. Hilferding chega até mesmo a elaborar sobre um "capitalismo organizado" contraposto ao "capitalismo anárquico": "o capitalismo organizado significa na verdade a substituição do princípio capitalista pelo princípio socialista da produção planejada" (APUD. JACOBY, 1975, p.21), e a partir disso ele considerou a possibilidade de transição socialista a partir do papel da Social-Democracia parlamentar no sentido que esta passa a "ser parte do Estado".

Em sua obra sobre o Capital Financeiro, Hilferding é bastante enfático nesse elemento planificador que começa a aparecer no capitalismo com os monopólios e cartéis surgindo, e impondo limites à livre concorrência:

> Quando as associações monopolistas eliminam a concorrência, eliminam com isso o único meio pelo qual uma lei de preço objetiva pode realizar-se. O preço deixa de ser uma magnitude objetivamente determinado, tornando-se um exemplo de cálculos daqueles que o determinam voluntaria e conscientemente; em vez de um resultado, torna-se uma pressuposição; em vez de objetivo torna-se subjetivo; em vez de necessário e independente da vontade e consciência dos participantes, torna-se arbitrário e fortuito. A realização da teoria da concentração de Marx, a associação monopolista, parece tornar-se assim a anulação da teoria marxista do valor (HILFERDING, 1985, p.222)

Hilferding é explícito na consequência política de tal processo, do ponto de vista da transição socialista:

---

aceleração do crescimento: "*Uma vez estabelecida a superprodução parcial em um setor, as encomendas feita por ele diminuiriam, o que propagaria a superprodução pela economia. No entanto, se for observado o outro departamento, o que produziu insuficientemente, dada a mesma situação de desproporcionalidade, o efeito propagação mostrará exatamente o contrário. Setores com produção insuficiente procurarão aumentar suas encomendas, com o intuito de aproveitar o excesso de demanda"* (1996, s/p). Isso decorre, para Carcanholo, porque os teóricos da desproporção confundem a forma de manifestação da crise com a causa da crise. Essa quebra de equilíbrio já pressupõe a crise, então não pode ser a causa: *"as desproporções não podem ser a causa da crise, porque são o estado normal do modo de produção capitalista, e não algo que ocorra periodicamente"* (1996, s/p)

> O dinheiro não desempenha, pois, nenhum papel. Pode desaparecer por completo, pois trata-se da distribuição de objetos e não de valores. Com a anarquia da produção, desaparece a aparência objetiva, desaparece a objetividade de valor da mercadoria, isto é, desaparece o dinheiro. O cartel distribui o produto(…). Trata-se da sociedade regulamentada conscientemente em forma antagônica. Mas esse antagonismo é antagonismo da distribuição. A própria distribuição é regulamentada conscientemente e, com isso, desaparece a necessidade de dinheiro. O capital financeiro, na sua perfeição, se desprende do foco do qual é oriundo. A circulação do dinheiro tornou-se inútil, a infatigável circulação do dinheiro alcançou seu objetivo, isto é, a sociedade regulamentada, e o perpetuum mobile da circulação entra em descanso(…) Assim, extingue-se, no capital financeiro, o caráter particular de capital. O capital aparece como poder unitário que domina soberanamente o processo vital da sociedade(…) (HILFERDING, p.227)[5]

Esse elemento planificador da produção cartelizada é muito importante a partir da própria categoria de capital financeiro, como introduzida por Hilferding, e tal elemento terá grande influência sobre a interpretação de Lenin sobre o Imperialismo. Hilferding, embora buscasse analisar um aspecto mais geral do capitalismo, tem como objeto principal o desenvolvimento econômico alemão, particularmente a partir de Bismarck. Hilferding está analisando o processo em que o Estado centralizado alemão portanto capitaneava a associação entre capital bancário e industrial destinando os créditos dos bancos para setores estratégicos escolhidos, de forma planejada, pelo Estado, de maneira que então se acelerasse o desenvolvimento capitalista industrial. É nesse sentido que Hilferding define o capital financeiro como a *"união entre capital bancário e o capital industrial"*, enquanto a *"uniformização do capital"*, no sentido

5 Ao mesmo tempo, é importante enfatizar algo ressaltado por Carcanholo que levanta a necessidade de fazer justiça a Hilferding: apesar do autor apontar como os cartéis reduzem a possibilidade de crise e a anarquia da produção, não é correto afirmar que Hilferding considerava que os cartéis planejariam toda a produção e eliminariam as crises do capitalismo; para a própria teoria do autor, tratar a formação dos cartéis como a possibilidade do fim das crises é considerar a crise como uma crise de superprodução de mercadorias, hipótese que Hilferding visa criticar. Os cartéis não inibem as crises, apenas modificam seus efeitos à medida em que transmitem os efeitos da crise para as empresas não- cartelizadas. Na verdade os cartéis, segundo Hilferding, "amplificam seus efeitos [das crises], ao encobrir uma desproporcionalidade já formada, ao retardar a atuação do mecanismo de preços como elemento que cuida de manter as relações de proporção em uma produção anárquica como a capitalista" (CARCANHOLO, 1996, s/p). Contudo, Hilferding constatou que era "imaginável" que os cartéis portanto organizassem toda a produção e pusessem assim fim ao desequilíbrio do capitalismo livre-concorrencial, mas isso não era possível pelo "antagonismo político" que isso geraria. Como Hilferding chegou a ressaltar o papel da social-democracia parlamentar em uma proposta reformista de transição pacífica, nos parece então que para Hilferding, com o advento da social-democracia no poder de Estado, esse elemento da cartelização e planificação capitalista pode ser um meio para a transição socialista, ou seja torna possível aquilo que os cartéis apenas teriam criado as condições de emergência

que distintos setores outrora separados agora se encontram *"sob a direção comum das altas finanças"*. (HILFERDING, 1985, p.283).

Tal elemento da teoria de Hilferding vai influenciar Lenin tanto em sua teoria sobre o Imperialismo como em sua teoria do Capitalismo de Estado e o papel deste na transição socialista. Para Lenin, o processo de transformação da livre-concorrência em capitalismo monopolista introduziu elementos de planificação econômica na sociedade capitalista[6], e não só Lenin se refere ao desenvolvimento do capitalismo monopolista como "a mais completa preparação material do socialismo, é a sua antecâmera", como o socialismo se manifesta em todas as "janelas do capitalismo moderno" (LENIN, 1978). O desenvolvimento do capitalismo monopolista na etapa do Imperialismo seria mais um elo entre o modo de produção capitalista e a transição socialista, devido ao aprofundamento do caráter social da produção e a impossibilidade de resolução real do conflito entre esse caráter social e a apropriação privada. Nesse sentido, Lenin desenvolve também a categoria de "capitalismo monopolista de Estado", a partir da introdução dos elementos de planificação e unificação entre o Estado, monopólios e o capital financeiro: o capitalismo havia "criado um aparelho de registro na forma de bancos, consórcios, serviços postais, sociedades de consumidores e sindicatos de funcionários públicos" (1977), bem como "sem os grandes bancos, o socialismo seria irrealizável" (Ibiden). Lenin enfatiza o elemento da integração de vários setores a partir da regulação pelo capital financeiro, e isso cria condições para o aparecimento de nacionalizações:

> O Capitalismo Moderno, no qual os bancos dominam a produção,levou a cabo essa interdependência de vários setores da economia no seu máximo. Os bancos e os setores mais importantes da indústria e comércio se tornaram inseparavelmente unificados. Isso significa, de um lado, que é impossível nacionalizar apenas os bancos, sem criar um monopólio estatal de consórcios industriais e comerciais (açúcar, carvão, ferro, petróleo, etc.) e sem nacionalizá-los. Do outro lado, significa que, se realizada com seriedade, a

6 Lenin cita Engels que, nos anos finais de sua vida, ao criticar o programa de Erfurt do partido social-democrata alemão aponta que "Não existe ausência de planos" no capitalismo contemporâneo. Engels também ressalta a relação entre a concentração e centralização de capital e o aparecimento de monopólios e trustes que regulam a produção, em suas notas ao Capital, o que parece ter influenciado a leitura de Lenin. Engels também ressalta esse elemento monopolista em um comentário em colchetes no livro III do Capital, na seção sobre sociedade por ações.

> regulação da atividade econômica exigiria a nacionalização simultânea dos bancos e dos consórcios (1978)

Por isso, Lenin chega a considerar o papel do capitalismo de Estado como um arranjo financeiro que representa *"um passo, e mais do que um passo para o socialismo"* (1978), a ponto de definir o socialismo como *"o monopólio capitalista de Estado posto a serviço de todo o povo e que, por isso, deixou de ser monopólio capitalista"* (1978). A questão então era que a partir dessa base engendrada pelo próprio capitalismo, se desenvolvesse uma espécie de controle operário no nível da planificação, o que Lenin chamou de *"capitalismo de Estado sob o poder dos sovietes"*(1922). A referência ao processo analisado por Hilferding fica bastante demarcada em um texto em que Lenin chama os bolcheviques a copiarem o modelo alemão, que seria o modelo destacado de capitalismo de Estado:

> um exemplo concretíssimo de capitalismo de Estado. Todos conhecemos esse exemplo: a Alemanha. Temos aqui a «última palavra» da grande técnica capitalista moderna e da organização planificada, subordinada ao imperialismo junker-burguês. Ponde de lado as palavras sublinhadas, colocai em vez de Estado militar, junker, burguês, imperialista, também um Estado, mas um Estado de outro tipo social, de outro conteúdo de classe, o Estado soviético, isto é, proletário, e obtereis toda a soma de condições que dá como resultado o socialismo. O socialismo é inconcebível sem a grande técnica capitalista construída segundo a última palavra da ciência moderna, sem uma organização estatal planificada que submeta dezenas de milhões de pessoas à mais rigorosa observância de uma norma única na produção e na distribuição dos produtos(…) a nossa tarefa é aprender com os alemães o capitalismo de Estado, transplantá-lo com todas as forças, não regatear métodos ditatoriais para acelerar a transplantação do ocidentalismo para a bárbara Rússia, não se detendo perante meios bárbaros de luta contra a barbárie (1918)

Esse elemento da relação entre o aparecimento de formas monopolistas que negam a lei do valor e elementos de regulação econômica que criam condições para o socialismo, era compartilhado por grande parte dos teóricos marxistas desse debate. Preobrazhensky também parte desse elemento afirmando que a produção que *"formalmente se mantinha como produção de mercadorias foi transformada de facto em produção planificada nos setores mais importantes"*, levando à supressão da concorrência e a lei do valor foi *"quase totalmente substituída pelo princípio planificador do capitalismo de Estado"* (PREOBRAZHENSKY, 1965, p.153). É sob este viés portanto que se desenvolve a sua teoria de "acumulação primitiva socialista",

em que a transição se dá a partir de dois setores existindo simultâneamente, e o setor baseado na acumulação socialista deveria extrair rendimentos do setor baseado na lei do valor, e assim enfraquecendo este até se tornar dominante. Por isso Chattopadyay critica a posição de Preobrazhensky afirmando que este concebia *"a economia de transição puramente em termos de mudanças nas relações (formas) de propriedade" (*1992) *e nisso o "o capitalismo deve se transformar automaticamente em socialismo junto com elas"*. Como vimos, essa ênfase no sistema de propriedade na transição socialista também aparece em Hilferding.

Lenin, contudo, é mais ambíguo. Embora Lenin de fato exagere o escopo de "planificação" contido no desenvolvimento de monopólios e uma suposta anulação da lei do valor a partir disso[7], e chega até mesmo a definir o socialismo como o "monopólio capitalista de Estado posto a serviço de todo o povo", há alguns desenvolvimentos da obra de Lenin que dão alguns contornos mais complexos para a questão, particularmente na questão da base econômica soviética e no debate sobre o Estado pós-revolucionário. Além de Lenin enfatizar que o desenvolvimento do capitalismo monopolista não nega a concorrência[8], Lenin polemiza sobre a necessidade de diferenciar a nacionalização da socialização em um texto "Sobre o infantilismo de esquerda e o espírito pequeno-burguês":

> Hoje, só os cegos não vêem que nacionalizámos, confiscámos,golpeámos e ferimos mais do que aquilo que conseguimos contar. E a socialização distingue-se exactamente da simples confiscação em poder-se confiscar apenas com«decisão», sem saber contar correctamente e distribuir correctamente, mas é impossível socializar sem saber isto (1918)

A visão de Lenin aqui ecoa passagens de Engels sobre a nacionalização, no Anti-Duhring (2015), em que a nacionalização é um meio formal – por se dar na forma jurídica - de resolver a contradição entre apropriação privada e caráter social da

7 Para uma crítica das análises que, a partir da teoria marxista do Imperialismo, contrapõe monopólio e concorrência ver LEITE (2017), e também CORREA (2012) (pp.36-43)

8 "A afirmação oportunista de que o capitalismo monopolista ou monopolista de estado já não é capitalismo, de que pode chamar-se já 'socialismo de Estado' e outras coisas do gênero, é o erro mais difundido. Naturalmente, os trustes não proporcionaram até agora e nem podem proporcionar uma planificação completa" (LENIN, 1961, pp. 69-70)

produção, e que se dá a partir do próprio capitalismo[9], e a tomada dos meios de produção pelo Estado após a tomada do poder pelos trabalhadores realiza o mesmo movimento, se diferenciando da "nacionalização capitalista" por ela ser apenas um passo para a socialização. Com essa compreensão, Lenin afirmou que chamar a URSS de República Socialista "significa a decisão do Poder Soviético de realizar a transição para o socialismo, mas de modo algum o reconhecimento da nova ordem econômica como socialista" (1918) (grifo nosso). Portanto, a ordem "capitalista de Estado" da qual era a base econômica – como afirmamos acima – que Lenin defendia como sendo a base soviética, e a partir disso os bolcheviques deveriam estudar o modelo alemão, não se confunde com uma base entendida como socialista, da qual esta só é possível chegar através da superação da nacionalização rumo à socialização. Não só isso, como o próprio Lenin afirmou que "a base econômica socialista não existe" naquele momento. Lenin aponta que na base econômica soviética, haviam cinco modos de produção distintos convivendo em uma mesma formação social: a economia camponesa familiar, a pequena economia mercantil, o capitalismo privado, o capitalismo de Estado e o Socialismo. O que distinguia em termos de seu conteúdo fundamental era que o poder político estaria nas mãos do proletariado, segundo a fórmula de Lenin e o Estado havia nacionalizado os "meios de produção fundamentais".

Sob este viés que se deu também um conflito entre Lenin e Trotsky e Bukharin, sobre a natureza do Estado soviético, entre o IX e o X congresso do partido bolchevique. É nesse contexto que Trotsky defende a tese de militarização dos sindicatos, da "luta contra a deserção do trabalho" e contra greves, que Bettelheim considera (assim como considera Bukharin) que transforma o papel do partido em um destinado "a uma função de 'controle' e coerção das massas" (BETTELHEIM, 1979a, p.353). Da mesma forma, às vésperas do X Congresso do Partido, Trotsky defende a continuação das medidas mais centralizadoras e repressivas da época da guerra civil 44. Se Bettelheim considera que Trosky e Bukharin concebiam o Estado soviético como "a

9 Engels ironiza aqui os "socialistas do Napoleão" que confundiam nacionalização com socialização (2015, p.314)

pura expressão da ditadura do proletariado" (p.357), Lenin, por sua vez, considerava que o Estado soviético possuía uma "dupla natureza": seria "Estado operário na medida em que um partido proletário o dirige", e um "Estado burguês ou pequeno-burguês por vários de seus traços: por sua dependência em relação aos administradores, técnicos e especialistas burgueses e pelas relações políticas que caracterizam amplamente seus aparelhos administrativos". Além de possuir uma dupla natureza Lenin se refere ao Estado soviético como um "Estado operário com deformação burocrática". Em um texto já nos anos finais de vida, Lenin nega até mesmo a natureza operária do Estado soviético: *"Agora podemos dizer sinceramente o contrário, que chamamos de nosso um aparelho que na realidade ainda é inteiramente estranho a nós e constitui um imbróglio burguês e tsarista"* (2017, p.101) assim como em seu testamento o Estado soviético é chamado de "aparelho czarista pintado de vermelho" (APUD. BETTELHEIM, 1979a, p.303).

Essa visão de Lenin sobre o Estado soviético após a tomada do poder ecoa os seus próprios comentários às vésperas da Revolução, ao escrever em Estado e a Revolução que a ditadura do proletariado é uma espécie de "semi-estado". Ademais, Lenin chama esse Estado pós-revolucionário de um "Estado burguês sem burguesia" (1983). Lenin mesmo cita que as análises de Marx sobre a comuna fornecem os "elementos mais instrutivos" para entender pelo que será substituído o Estado após a revolução, se referindo à necessidade de destruição do aparelho estatal. De um lado, portanto, Lenin se recusa a chamar o Estado soviético de "Estado operário", e mesmo quando o caracteriza assim, ele possui uma "deformação burocrática" e uma "natureza dual". Lenin portanto nunca negou teoricamente a sua contribuição em O Estado e a Revolução, pois manteve as concepções segundo a qual o Estado moderno é o Estado burguês e cabe ao proletariado a destruição do aparato estatal. Do outro lado, Lenin também considerava que a URSS só poderia ser chamada de socialista no sentido da sua "decisão de rumar ao socialismo", e a base econômica era de um "capitalismo de Estado", ainda que sob o poder político do proletariado. Nos parece aqui que Lenin, diferente dos demais teóricos da planificação naquele contexto, considera que o que

determina se esse capitalismo de Estado transita ao socialismo é a passagem da nacionalização para a socialização.

Tal compreensão de Lenin difere radicalmente da posição assumida pela URSS após a consolidação da linha stalineana, sob a qual não temos tempo de nos debruçar sobre as condições que levam a esse desenvolvimento aqui. Mas é importante ressaltar que o que ocorre com a coletivização e a adoção do planejamento centralizado a partir do final da década de 1920 é em certo sentido a adoção do programa de Preobrazhensky de "acumulação primitiva socialista"[10] em que a indústria pesada extrai rendimentos do campo[11]. Se Lenin considerava a base econômica soviética "capitalista de Estado" e o centralismo estatal soviético uma "deformação burocrática", os posicionamentos oficiais soviéticos após a consolidação do modelo de planificação imperativa a partir de 1928 tendem a considerar esse "capitalismo de Estado" equivalente às relações de produção socialistas. O manual de economia política soviético portanto definia o socialismo como o *"regime baseado na propriedade social dos meios de produção (estatal – de todo o povo - e cooperativa"*, e que *"planificadamente se realiza a ininterrupta ampliação da produção, na base de uma técnica superior"*(1959). Se trata de um giro teórico com relação à definição da natureza do regime soviético: se antes a URSS era definida por Lenin como socialista no sentido da "intenção" de transitar ao socialismo, agora sua base é compreendida como fundamentalmente socialista. É sob

10 Isaac Deutscher por exemplo aponta que *"dificilmente existe uma única parte do programa de Trotsky de 1920-21 que Stalin não usou durante a revolução industrial dos anos 30. Ele introduziu o recrutamento e a direção do trabalho; insistiu que os sindicatos deveriam adotar uma política 'produtivista' ao invés de defender o interesse dos trabalhadores; ele retirou os últimos resquícios de autonomia dos sindicatos e os transformou em ferramentas do Estado. Ele se colocou como o protetor dos gestores, os quais ele oferecia privilégios que Trotsky nem sonhava. Ele estimulou 'emulações socialistas' nas fábricas e minas; e o fez usando palavras tiradas literalmente e sem cerimônias de Trotsky. Ele colocou em prática sua própria versão impiedosa de 'Taylorismo Soviético' que Trotsky defendeu"* (1954, p.515)

11 Francisco Martins Rodrigues, comunista português, fala sobre a perda de base política da Oposição: "Ao adoptar o caminho da 'socialização a marchas forçadas', Staline ganhou a adesão da maioria da ala esquerda do partido, que via finalmente entrar em aplicação o seu programa e afastado o perigo agitado por Trotsky de uma capitulação 'termidoriana'. Bukarine e os adeptos da NEP, privados do apoio correctivo de Staline, deslocaram-se francamente para a direita. E Trotsky, obrigado a celebrar no exílio as realizações do regime que o expulsara, encontrou-se sem base política" (1986).

este viés que Stalin afirma em 1936 o fim da luta de classes na URSS também, ligado a formação de um suposto modo de produção socialista.

3. A Revolução chinesa e o socialismo

Mao Zedong e os demais quadros políticos do PCCh em seu entorno sempre demarcaram a particularidade da revolução chinesa e a necessidade de evitar reprodução de modelos externos. A relação com a URSS também possuía fricções devido ao apoio ao Kuomintang no pós-guerra. Contudo, nos anos iniciais após a revolução chinesa, assimilaram em grande medida a reprodução do modelo soviético de planificação e sua concepção de socialismo. O próprio Mao Zedong chega a afirmar em um discurso, datado de 31 de julho de 1955, que a resolução do problema agrícola apenas poderia se resolver pelo "mesmo método" utilizado na URSS, se referindo à experiência soviética de acumulação de fundos via taxas agrícolas para a industrialização nacional, e com ênfase na indústria pesada. A ênfase do primeiro plano quinquenal (1953-1957) foi dada *"às indústrias de bens de capital, que deveriam crescer mais rápido do que a de bens de consumo"* (WHEELWRIGHT; MCFARLANE, 1971, p.37), bem como o orçamento do Estado *"destinado à agricultura era relativamente baixo (6,2%)"* (Ibiden). Existia até mesmo uma palavra de ordem utilizada pelo PCCh chamada de "aprender com a URSS". Contudo, como afirmam Wheelwright e Mcfarlane, até mesmo nesse momento de maior "reprodução" do modelo soviético, os *"chineses aplicaram o modelo russo de maneira menos extrema"*:

> Originalmente, o planejamento era altamente centralizado e as metas mais importantes eram fixadas pelos ministérios em Pequim responsáveis pelas indústrias. Mas em um país do tamanho e complexidade da China, esse sistema levava a um certo desperdício e desarticulação. Portanto o controle da indústria era consideravelmente descentralizado no final de 1957; as indústrias de bens de consumo estavam sob o controle das autoridades das províncias. As autoridades centrais continuavam a controlar diretamente as indústrias de bens de capital, e exerciam ampla supervisão sobre o restante da economia, fixando a taxa de investimento, alocando matérias prima, e determinando os níveis salariais e de emprego (Ibiden)

A indústria pesada de fato nesse contexto chegou a 48% da produçao industrial em 1957(WHEELWRIGHT, MCFARLANE, p.38). Essa ênfase na indústria peada também se relacionava diretamente com questões militares, e particularmente um debate

interno no PCCh no contexto posterior à guerra da Coréia, referente ao desenvolvimento nuclear. De um lado, o Marechal Peng Dehuai defendia que o *"guarda-chuva soviético era suficiente para evitar um ataque surpresa americano"* (VISENTINI et al, 2022, p.108), e a consequência para a economia era que deveria então focar no desenvolvimento da infraestrutura e economia – particularmente da indústria pesada – para n longo prazo desenvolver uma indústria militar, e do outro lado os marechais Liu Bocheng e Ye Jianying que defediam uma urgência maior na necessidade de defesa da China e a *"China precisava preencher o gap tecnológico imediatamente com gastos militares, deixando a questão econômica em segundo plano"*(Ibiden).

Nesse contexto foi vitoriosa a posição de Peng Dehuai, que levou a essa reprodução do planejamento soviético, com foco na indústria pesada. Contudo, o agravamento das contradições com os soviéticos bem como tensões externas, principalmente a partir de Taiwan, Índia e os Estados Unidos, levaram ao fortalecimento das posições de Ye e Liu. Um elemento relevante na questão militar, mas não apenas, foi a crítica à concentração industrial no litoral chinês. E de fato, tal questão já era abordada desde o primeiro Plano Quinquenal. No relatório de Li Fuchun, um dos responsáveis pelo Ministério do Planejamento, uma das metas do plano quinquenal era *"alocar adequadamente novas indústrias em diferentes partes do país para a produção industrial do país estar próxima das matérias-primas e fontes de energia bem como dos consumidores"*(APUD. WHEELWRIGHT;MCFARLANE, p.41). Contudo, pela própria natureza das prioridades do plano quinquenal isso não fora resolvido:

> É verdade, o quado do desenvolvimento regional real desde 1952 era de uma área de controle descentralizado da indústria em expansão. Mas que tipo de indústria? Pequenas e médias empresas que foram promovidas nas regiões e cidades do interior, mas o setor moderno de larga escala permaneceu concentrado nos velhos centros litorâneos, onde a tecnocracia e os "especialistas burgueses" estavam firmemente enraizados(…). As estatísticas posteriores mostravam que mesmo depois do esforço considerável durante os anos do Grande Salto Adiante em 1958-59 de desenvolver indústria em áreas remotas, esse padrão de concentração de capacidade industrial ainda existia. Portanto em 1960-61 o valor da capacidade industrial anual de Shanghai era mais de 5 vezes o do segundo maior centro industrial. Tientsin, e cerca de seis vezes do terceiro maior complexo urbano, Wuhan. Cerca de metade do total estimado do setor moderno industrial ainda se concentrava nas províncias de Kiangsu, Hopeh e Liaoning (WHEELWRIGHT;MCFARLANE, p. 41)

O elemento militar cumpriu um papel bastante relevante na decisão de desconcentração industrial[12], principalmente porque com as ameaças se avizinhando – e a URSS havia se transformado em mais um potencial agressor, do ponto de vista dos chineses, a partir da ruptura sino-soviética –, se estabeleceu uma política de encorajar as províncias a *"se tornarem 'bases de apoio' autossuficientes para conseguirem enfrentar uma invasão armada"* (WHEELWRIGHT;MCFARLANE, p.163). Há relatos, por exemplo, de que *"quando Kruschov ofereceu a Mao a ajuda da marinha Soviética, em troca de uma estação de sinais, ele respondeu: pra que marinha? Vou retirar-me das cidades e voltar ao campo"* (VISENTINI et al, p.111).

No que tange o campo, o primeiro plano quinquenal estabelece a transformação das pequenas propriedades rurais, que eram predominantes após a reforma agrária de 1949, em cooperativas a partir de grupos de ajuda mútua, que foram formados a partir do movimento de cooperativização de 1955. Segundo Macfarlane e Wheelwright, no final de 1956, *"88% das famílias camponesas eram membras de cooperativas avançadas"* (p.37)[13]. Como vimos, o investimento voltado à agricultura pelo plano quinquenal era muito baixo, e isso acarretou problemas, mesmo que a produção agrícola tenha crescido a 1,5% ao ano (WHEELWRIGHT;MACFARLANE p.39):

> A agricultura não estava se desenvolvendo rápido o suficiente; e nem a indústria leve que recebia apenas 11,2% do total de investimento neste período. Isso criou problemas para os incentivos ao campesinato(…) sob condições de coletivização gradual, a produtividade estagnou como resultado da ausência de incentivos(…) não apenas havia problemas no fornecimento de comida para regiões urbanas, mas o apoio financeiro (derivado dos impostos agrícolas e lucros estatais da revenda de bens agrícolas) para a industrialização não existia. A ausência de excedentes para exportação não permitiu o método alternativo de industrialização, de exportar grãos para obter maquinaria importada(…) Isso estimulou Mao a resolver os problemas iminentes de crescimento industrial através de três métodos: rápido crescimento dos coletivos agrícolas em 1955-56, o sistema comunal na agricultura em 1958; e o estímulo à indústria no Grande Salto Adiante em 1958-59 (pp.40-41)

12 Como veremos adiante, não foi o único. Existia um argumento político e ideológico, ligado à própria concepção de socialismo, principalmente a partir do Grande Salto Adiante e da Revolução Cultural

13 As cooperativas se dividiam em "básicas" ou "inferiores", e "avançadas". As cooperativas básicas eram baseadas em 20-40 famílias, enquanto as avançadas de 100 a 300 famílias,

É importante ressaltar que, se existia uma noção de reprodução do modelo soviético, a partir de 1956, com a morte de Stalin e a chamada "desestalinização" de Kruschov, o PCCh – particularmente Mao – concebe tal processo como uma forma de se acertar as contas com a URSS e seguir adiante um caminho independente. É nesse contexto, por exemplo, que Mao escreve comentários críticos a três textos: dois comentários sobre o texto de Stalin "Problemas econômicos do socialismo na URSS" e uma crítica ao Manual de Economia Política soviético, que foram sintetizados em um único livro (1977). Aqui, Mao critica Stalin por considerar que este negligenciava o papel da política e da ideologia e da mobilização de massas, privilegiando a técnica e a economia. Também critica a ênfase soviética na indústria pesada às custas do campo e da indústria leve. É nesse contexto que o PCCH e Mao vão enfatizar a necessidade de busca por um caminho independente do soviético e a fuga de reprodução de modelos, por exemplo em um famoso ensaio de Mao "Sobre as Dez Grandes elações". Em tal ensaio esse elemento é ressaltado ao longo de todo o texto, buscando um desenvolvimento econômico que, na particularidade chinesa, deveria ter como base a indústria leve e agricultura, não penalizando o campo, e Mao também defende a importância de formas mais descentralizadas de planejamento, a partir das autoridades locais. Nesse momento, se estabeleceu a linha oficial de "tomar a industria leve e o campo como base e a industria como direção", que Mao chamava de política de "caminhar com as duas pernas".

O Grande Salto Adiante surge nesse contexto, junto também das ameaças militares iminentes. Naquele momento ocorreu a segunda Crise do Estreito de Taiwan, em 1958, que colocou o sistema de mísseis nucleares Matador na fronteira chinesa, o que fez a China suspenderem o acordo nuclear sino-soviético para iniciar um programa próprio. Era necessário um programa de industrialização acelerada também:

> O objetivo do sistema das comunas era a intensificação do socialismo agrário para elevar o excedente agrícola comercializável e ampliar a agricultura local e outras oportunidades de investimento. A política de "andar com as duas pernas" visava explorar as fontes de crescimento industrial inerentes a depósitos de carvão e minério de ferro amplamente difundidos e facilmente extraíveis e tecnologia nativa de pequena escala, através do desenvolvimento acelerado de pequenas e médias indústrias no interior do país, **tanto dentro**

> **como fora** das comunas. Nesse sentido pode ser visto como uma espécie de programa de "industrialização de choque", mas dentro do contexto do desenvolvimento do socialismo agrário, sem transferências em alta escala de trabalho para as cidades (WHEELWTRIGHT;MCFARLANE, p.43) (grifo dos autores)

É nesse contexto em que serão estabelecidas as bases fundamentais dessa "economia política maoísta", que foram desenvolvidos de uma maneira rudimentar no Grande Salto Adiante[14], e recuperados após a Revolução Cultural em 1966. Tais fundamentos se baseiam em uma forte descentralização e autossuficiência local, bem como incentivos morais em detrimento de materiais ou financeiros, voltado à uma política de acabar com a contradição entre cidade e campo, entre trabalhador e camponês e entre trabalho manual e intelectual, compreendendo que a luta contra tais contradições eram formas de luta de classes sob o socialismo.

Sob este viés que se levam adiante as ideias de concentrar a direção central de um lado e a "linha de massas" do outro. Nesse contexto que se dá por exemplo a formação das comunas populares no campo, que viriam a ser retomadas anos mais tarde a partir da revolução cultural chinesa, em 1966. Em 1960 também há a conhecida "Carta de Anshan", carta que expressava modelo de organização industrial da siderúrgica de Anshan. Nesse período se utilizava o termo para contrapor também a "carta de Magnitogorsk", para se referir à oposição ao modelo industrial do combinado siderúrgico de Magnitogorsk, na URSS (BETTELHEIN, 1979b, p.96). Samir Amin cita ambos modelos em termos de "trabalhadores, quadros e Partido juntos" para se referir à Constituição de Anshan, ao passo que o modelo de Magnitogorsk seria o de "os quadros decidem tudo" (1986, p.82). Esses processos sinalizavam a extensão desses debates e dilemas sobre centralização e descentralização. Podemos expor esses processos em sua manifestação em alguns aspectos centrais em meio à revolução chinesa, que ganharam mais força com o advento da revolução cultural: as comunas populares, os comitês revolucionários de tripla união e no método de planificação.

14 Após o Grande Salto Adiante, a linha política de Mao foi isolada no PCCh, sendo apenas retomada com a revolução cultural

3.1 Comunas Populares

Carlos Aguiar de Medeiros cita as comunas e a sua relação com o modelo descentralizado maoísta:

> A combinação entre um movimento de concentração dos mercados e um de descentralização do planejamento é um dos fatos mais originais da via chinesa de industrialização. Essa combinação, entretanto, só foi possível pelo grau de atraso da economia chinesa e pela estratégia de descentralização econômica proposta por Mao Tsé-Tung. Esta buscava reproduzir em cada comuna um sistema econômico agrícola e industrial autossuficiente, conferindo à economia chinesa uma estrutura celular e descentralizada. Com subsistemas econômicos fragilmente articulados, elevados custos de transportes internos e imobilidade da população, a economia nacional era constituída por uma coleção de economias regionais com baixo grau de especialização. O sistema de planejamento possuía, desse modo, com exceção da produção planejada de insumos básicos e estratégicos, uma estrutura material descentralizada (2000, p.404)

Medeiros aqui ressalta o aspecto autossuficiente das comunas. A Comuna se organizava em Comuna, Brigada e Equipe e a cada nível aqui existem tarefas próprias com relação à sua organização e planejamento próprios:

A) *Comuna*: Na Comuna se cumpriam as funções de gestão, direção e planificação. Bettelheim afirma que para dar cabo disso, a *"Comuna constitui uma unidade de contabilidade e planificação que tem a propriedade de um certo número de meios de produção e poder de dirigir certas atividades"* (1976, p.22)

B) *Brigada*: Funções de coordenação. Era o elo (uma espécie de correia de transmissão) entre a Comuna e a Equipe, estabelecendo as diretrizes da Brigada para a Equipe de produção. Nesse processo, atua como dirigente da Equipe, por meio dos comitês revolucionários eleitos. Também administravam pequenas empresas e poderiam constituir unidades de contabilidade.

C) *Equipe*: A equipe era o órgão básico da planificação agrícola, bem como do trabalho geral no campo. Dentro de uma equipe ainda existiam os grupos de trabalho e a equipe em si tinha como direção um comitê eleito, geralmente três membros.

No âmbito da planificação, este era concretizado ao nível da equipe de produção. Bettelheim afirma sobre o processo de elaboração do plano:

> Os camponeses formam uma pequena comissão encarregada de estabelecer um anteprojeto que será discutido pelo conjunto dos membros da equipe, a

> nível da brigada e da Comuna Popular, de modo a combinar o melhor possível os interesses das equipes, brigadas, Comuna no seu conjunto e do Estado (…). O estabelecimento do plano de produção agrícola não é de forma alguma um assunto puramente econômico, é também um assunto político, visto que nessa ocasião se trava uma verdadeira luta de classes (…) Só depois de numerosas discussões no seio das diferentes equipes, brigadas e da Comuna Popular e também com as autoridades do distrito é fixado o plano de produção. De qualquer forma, o plano definitivo só pode ser adotado pelas assembleias dos camponeses da equipe e de forma alguma pode ser imposto "de cima" (p.28)

Junto a esse processo também havia a elaboração dos planos de trabalho, comercialização e financeiros. Sobre o aspecto financeiro, Samir Amin nos traz aspectos interessantes sobre os fundos de acumulação do setor rural, que envolveu a consigna de "se apoiar nas próprias forças" para criar um modelo comunal autossustentável:

> Com os investimentos em obras incluídos, a acumulação camponesa se situa entre 20 e 25% da renda rural, o que é considerável. Trata-se, aqui, essencialmente, de uma poupança voluntária das comunas, em trabalho e em dinheiro (destinado à compra de equipamentos). Essa poupança voluntária é, sem dúvida, facilitada pela brandura de exação fiscal sofrida pelas comunas rurais; finalmente, essa exação em redução constante (passou de 12 a 5% da renda entre 1957 e 1975), e a evolução favorável dos termos de troca. A acumulação camponesa completou-se, sobretudo, no que se refere às comunas pobres, através das dotações e créditos do Estado (1986, p.61)

De modo geral, a prática das comunas populares tentava colocar em prática o princípio que Mao chamava de "Direção centralizada, gestão descentralizada", de modo que não se minasse as práticas e iniciativas locais (BETTELHEIM, 1976, p67). As comunas portanto não eram uma unidade econômica, mas elas reproduziam uma estrutura complexa própria a nível local. Como afirmam Mcfarlane e Wheelwright elas eram *"excercícios de socialismo agrário – no trabalho coletivo, uma forma coletiva de vida, um método para novas atividades para a aldeia"*, bem como também eram um meio de *"melhorar a divisão do trabalho no setor agrícola"* (p.49), e a partir do modelo comunal se depreende o modelo de industrialização na China, de pequena e média escala e ligado às necessidades locais, e visando evitar uma urbanização consequente.

3.2 Comitês Revolucionários de Tripla União

Aqui é importante ressaltar que o PCCh a partir dos anos 60 passaram a criticar o modelo soviético de gestão industrial baseado em um gestor de fábrica responsável. Tal crítica também aparece na crítica de Mao ao Manual de Economia Política Soviético. Na China, principalmente a partir da segunda metade dos anos 60, com o advento da revolução cultural – mas partindo da experiência da Carta de Anshan, de 1960 – se rechaçou essa ideia e se fez seguir um modelo de gestão coletiva. O principal método de gestão era o método de "duas participações" (ANDORS, p.29): participação dos quadros no trabalho manual e dos operários nas tarefas de direção e gestão. Nesse âmbito interno das unidades de produção industriais, dois modelos de fortalecimento de organizações de massas a partir das unidades produtivas se destacavam: os grupos de gestão e os comitês Revolucionários:

a) Grupos de gestão

Tinham as funções de exercer o trabalho ideológico e político, o trabalho produtivo e avanços técnicos, os assuntos financeiros, segurança do trabalho e o bem-estar e vida cotidiana. Eles *"servem de ligação entre os órgãos de direção da fábrica e as massas populares"* (BETTELHEIM, 1979b,p.30), encaminhavam os trabalhadores para discutir as proposições da direção e manifestava a opinião dos trabalhadores, bem como também se ocupavam das relações entre trabalhadores de uma fábrica e outras fábricas;

b) Comitês Revolucionários

Os Comitês Revolucionários foram uma forma de organização que surgiu a partir do período de estabilização da revolução cultural, após dois anos de turbulência caótica (DAUBIER, 1972), que substituiu os comitês do partido e reestruturou a organização do poder político na China[15]. No processo produtivo, os comitês

15 Autores como Bilharinho Naves (2005), Winter(2016) e Bettelheim (1981) criticam a guinada "centrista" que a formação dos comitês representaram, principalmente a partir da substituição da Comuna de Shanghai por um Comitê. Segundo Naves: *"Já os Comitês Revolucionários foram constituídos sob relativo controle da direção central, tornando-se um instrumento de recuperação do poder pelos antigos quadros do Partido Comunista e da afirmação do papel central que os militares passaram a ocupar na revolução cultural. (...) Mesmo assim, em alguns casos, eles permitiram o alargamento da influência*

revolucionários eram quem se encarregavam da gestão das fábricas, desde que se encerrou o modelo administrativo de um diretor de fábrica. Eram eles também que se encarregavam da relação entre fábricas e órgãos do plano, e eram os responsáveis pela aplicação do plano. Mas diferente do modelo responsabilidade de um diretor, como na URSS, os chineses usavam um termo chamado de "iniciativa múltipla, responsabilidade única", ou seja, os próprios trabalhadores também discutiam o plano antes dos responsáveis pelos comitês o aprovarem (BETTELHEIM, 1979b, p.45). Seu modelo gestor era baseado em uma "tripla união", comportando operários, quadros do partido e quadros gestores.

Stephen Andors resssalta dois aspectos singulares no que tange a industrialização chinesa em relação à planificação: descentralização e desespecialização (1979, p.31). Enquanto a planificação central deveria alocar os alvos principais de forma rígida, deveria se permitir maior flexibilidade para as autoridades locais na coordenação de operações. Esse processo se ligava com a noção de "desespecialização" e política de desenvolvimento autossustentável da estratégia chinesa, dado que visavam mobilizar recursos pouco desenvolvidos tanto em fatores humanos como matérias-primas, abrindo caminho para indústrias em regiões que não seriam consideradas antes (1979, p.32). O objetivo aqui era dar a capacidade das autoridades locais satisfazerem as necessidades locais e incentivar as iniciativas locais. Aqui também se ligava ao processo de industrialização rural de pequena escala.

3.3 Planificação

A planificação "pelo alto" seria criticada nos anos da Revolução Cultural, chamada pejorativamente de *"planificação da máquina de escrever, do computador e do telefone"* (LOTTA, 1994, p.307). Em um artigo publicado em 1958 no Renmin Ribao, jornal do Partido Comunista da China (PCCh), é escrito que os planificadores deveriam *"deixar os escritórios e ir às massas e confiar nelas"* e não *"ficar nas salas fazendo cálculos e estimativas"* (apud. HOWE; WALKER, p.66).

---

popular no processo decisório, o que explica a decisão dos dirigentes em criar Comitês Revolucionários somente onde 'fosse necessário', isso é, onde o movimento de massas já tivesse destituído os líderes locais(...)" (NAVES, 2001, pp.91-92)

Surgiram na China formas de dar às províncias e municipalidades um papel na elaboração dos planos, a partir da máxima maoísta de "da cúpula à base e da base à cúpula". Bettelheim comenta que a partir dessa descentralização, a província ou a municipalidade foi capaz de *"organizar uma cooperação muito mais estreita entre as diferentes unidades de produção que se encontrem em seu território*" (1979b, p.65). Essa autonomia desde baixo, *"permite um desenvolvimento mais harmonioso"*, e coordenava as distintas atividades das unidades de produção, visando estimular as iniciativas locais. Bettelheim ressalta a diferença desse tipo de descentralização da descentralização soviética que ocorria desde os anos 60 e os modelos do leste europeu, como o iugoslavo:

> Em primeiro lugar, o contexto é politicamente diferente: na descentralização soviética atual, são os executivos das empresas que adquirem progressivamente o poder, e não os trabalhadores(...) ela se combina na URSS com um afrouxamento da planificação dos preços e com um crescimento do papel desempenhado pelo lucro. Na China, pelo contrário, a descentralização é um dos elementos que permitem aos trabalhadores dominar coletivamente sua condição de existência (1979b, p.66)

Nesse sentido que os chineses nessa época desenvolveram a noção de "Plano unificado", para se referir ao fato do plano nacional ser compreendido como a síntese de uma série de planos regionais e unificação das iniciativas locais. De modo geral, os chineses compreendiam a planificação como uma combinação de direção e liderança centralizados com a gestão e iniciativa descentralizados, ou "sistema de planificação de duas vias". Liao Jili descreve essas duas afirmando que a primeira via eram os planos gerais das autoridades centrais, e a segunda os planos das províncias, regiões autônomas e municipalidades (apud. HOWE; WALKER, pp.69-70). Roland Berger detalha esse sistema de planificação que os chineses chamam de "cinco unificações": compreensão unificada, política unificada, plano unificado, direção unificada e ação unificada (1979, p.181). O plano nacional considerava os planos locais para compreender as necessidades das províncias, sendo a combinação de *"orientações políticas emanadas do Partido e das iniciativas das massas"* (BETTELHEIM, 1979b, p.72), visando *"criar as condições que permitem aos produtores diretos ter realmente um controle sobre os meios de produção"* (p.69).

4. Considerações Finais

Michael Ellman afirma que a experiência chinesa de planificação se baseou em uma combinação de centralização com centralização indireta e descentralização (1980, p.56). No caso, a ênfase nas autoridades locais e sua iniciativa, redução dos órgãos centrais, aumento da autonomia dos grupos de produção e fortalecimento dos comitês partidários (p.53), levaram a China a uma posição em que as decisões das autoridades locais estavam em consonância com os objetivos do centro, sem este necessitar assumir uma postura de ingerência através de métodos administrativos. Ellman enumera três fatores para assinalar a diferença do modelo chinês com relação às reformas de mercado dos países do Leste europeu:

1) Diferentes critérios e padrões. Os maoístas usaram o processo político, e não o mecanismo de preços. Em lugar da maximização dos lucros e preços e da taxa de juros, fizeram o melhor uso possível dos recursos locais e da política do partido e exército
2) Os maoístas criticaram a prática utilizada no leste europeu de devolver a decisão às empresas, e em lugar disso a devolveram às autoridades locais
3) A pressão para as modificações adotadas foi feita não pelos intelectuais, acadêmicos e outros especialistas, mas pela liderança do partido. (p.56)

Ellman chega a considerar que a noção de "planificação central" como entendida pela URSS, não existiu na China maoísta, dado que não havia algo como na URSS em termos de sofisticação e elaboração, além do problema das dificuldades de acesso a certos dados estatísticos. Ellman chega a citar um economista chinês que comentou com uma delegação americana que *"a China é um país grande e complicado, e por isso o planejamento preciso é impossível. O que tentamos fazer é corrigir os desequilíbrios que surgem*" (p.54). Essa relação mais direta entre os quadros e a base, e o uso da centralização via processo político, também surgem para suprir essa ausência de dados e processos mais sofisticados de planejamento. Apesar de na teoria o sistema de planejamento chinês no período maoísta ser baseado em uma estrutura centralista: *"Na prática, contudo, a pedra de toque do sistema de planejamento são os governos das*

províncias e os bureaus provinciais dos ministérios aos quais a maior parte das indústrias e comunas eram responsáveis inicialmente" (WHEELWRIGHT; MCFARLANE, p.129).

Isabela Nogueira comenta que o modelo descentralizado de desenvolvimento maoísta tinha como objetivo tanto lidar com as desigualdades regionais da China como também objetivos de segurança nacional: era importante fomentar uma indústria militar nas regiões do interior do país, bem como indústria em geral, dada a situação pré-revolucionária implicava em um risco muito grande do ponto de vista militar, dado que o grosso das indústrias na China ficava nas regiões costeiras. Se viu considerável extensão do investimento para as regiões do interior bem como aumento da sua participação no produto do país, sendo responsável por um terço da produção industrial, e durante o primeiro plano metade dos investimentos industriais foram para as províncias do interior. Nogueira indica, a partir dos trabalhos estatísticos de Lardy, que as províncias mais pobres apresentavam taxas de crescimento superiores às mais industrializadas, que tiveram fatias declinantes na média nacional (2011, p.35)

Wheelwright e Macfarlane chegam a comentar que não se verificou rigorosamente grandes mudanças estruturais na planificação chinesa a partir da revolução cultural (p.141): *"A principal mudança é que ao invés dos gestores das empresas consultarem os bureaus das províncias, agora comitês revolucionários são enviados para as fábricas para consultar os comitês revolucionários dos governos e suas várias agências"*, sendo então a grande mudança ter se dado na política de incentivos, ao passarem a enfatizar, no interior dos processos produtivos modelos de incentivos morais em detrimento de materiais: *"Dentro das fábricas, todo o trabalho por peça, bônus, prêmios, e políticas de 'lucro no comando' foram abolidas"*(Ibiden). Ao mesmo tempo, como vimos, o sistema de planejamento comportava um elemento muito mais descentralizado e flexível do que o modelo soviético. Wheelwright e Macfarlane comentam que *"economistas chineses afirmaram que técnicas de planificação em si são mais úteis para as administrações regionais do que para o centro, dado que o balanceamento e definição de metas se estabelecem nas*

regiões"(p.139), e por conta do *"baixo grau de produção industrial, não há necessidade ainda para 'otimização' de técnicas, e os principais objetivos ainda eram o equilíbrio dos setores e a segurança destes e disciplina na execução do plano"*(Ibiden). Ademais, *"os manuais de planificação soviéticos eram criticados por negligenciarem o fator humano no desenvolvimento econômico, e exagerarem o papel da tecnocracia e transformações técnicas, no desenvolvimento da economia socialista"*(Ibiden). Nesse sentido que Whelwright e Macfarlen apontam:

> A genialidade dos chineses é a sua capacidade de responder a mudança de ordens para novos modelos e designs; eles podem atender rapidamente uma demanda não esperada através da subcontratação em fábricas de pequena escala, famílias e comunas para produzirem grandes quantidades de bens da indústria leve. Quando decidem construir uma planta industrial, eles checam custo, capacidade de oferta e o período de recuperação de investimento. Se estes são satisfatórios, eles trazem as pessoas em todos os níveis para ver como irão contribuir – organizações municipais, conselhos locais, e os comitês de bairro. Por conta disso existe uma lacuna menor entre os "planos no papel" e "plano na prática" na China do que na Índia e outros países em desenvolvimento (p.140)

Por isso os autores resumem assim as bases do planejamento maoísta:

> 1. O planejamento central da produção se combina com um sistema de consulta direta e barganha entre empresas – principalmente a nível provincial
> (2. Não existe autofinanciamento das empresas através de lucros reinvestidos e reservas de emergência: todos os lucros são transferidos ao Estado
> (3. Os incentivos nas empresas são morais e ideológicos ao invés de financeiros. A política e não o lucro está no comando
> 4. Os salários são determinados e não relacionados com resultados da empresa
> 5. Alguns bens (como algodão) e matérias-primas (carvão) são racionados e subsidiados. Os preços são bastante uniformes e são administrados. Como os lucros são transferidos ao Estado, existe uma necessidade menor de preços e taxas flutuantes
> 6. Como salários e rendimentos são controlados diretamente, não há necessidade de impostos pessoais de rendimentos (pp.140-141)

Na China maoísta portanto existia a compreensão da necessidade de se desenvolver modelos descentralizados como forma de garantir a participação das autoridades locais de modo que se evitasse o burocratismo e a separação entre um mundo econômico das autoridades planificadoras e um mundo econômico real. Isso obedecia um sentido político claro ligado à concepção de socialismo também, principalmente no entendimento particular de Mao da necessidade da "continuidade da

luta de classes sob o socialismo", e daí a importância da revolução cultural também como o momentuum de estabelecimento dessas diretrizes, após intenso conflito dentro do Partido Comunista. Daí também a importância de analisar tal processo à luz de uma compreensão mais geral sobre a relação entre planificação e transição socialista no debate clássico marxista.

Bibliografia:

AMIN, Samir. **O Futuro do Maoísmo**. Vértice, São Paulo: 1986.

ANDORS, Stephen. China's Industrialization in Historical Perspective. In: MAXWELL, Neville (org.). **China's Road to Development**. Pergamon Press: 1979.

BERGER, Roland. Economic Planning in China. In: MAXWELL, Neville (org.). **China's Road to Development**. Pergamon Press: 1979.

BETTELHEIM, Charles. **A China Depois de Mao**. Edições 70: 1981.

_____. **A Luta de Classes na União Soviética**. Paz e Terra, Rio de Janeiro: 1979.

_____. **As Comunas Populares**. Edições Maria da Fonte, Lisboa: 1976.

_____. **Revolução Cultural e Organização Industrial na China**. Edições Graal, Rio de Janeiro, RJ: 1979b. Traduzido por Rita Lima.

CARCANHOLO, Marcelo. **Causa e Formas de Manifestação da crise: Uma interpretação do debate Marxista**. Dissertação de Mestrado, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1996.

CHATTOPADHYAY, Paresh. **The Economic Content of Socialism: Marx vs Lenin**. Review of Radical Political Economics, vol.24, 1992

CORRÊA, Hugo Figueira de Souza. **Teorias do Imperialismo no Século XXI: (in)adequações do debate no marxismo**. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012

DAUBIER, Jean. **Historia de la revolucion cultural proletaria em China**. Buenos Aires: Siglo veintiuno editores, 1972.

DEUTSCHER, Isaac. **The Prophet Armed, Trotsky: 1879- 1921.** Oxford University Press, 1954

Ellman, Michael. **Planejamento Socialista**. Zahar Editores, Rio de Janeiro: 1980

ENGELS, Friederich. **Anti-Duhring**. Tradução por Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2015.

HILFERDING, Rudolf. **O Capital Financeiro**. Coleção Os Economistas, Nova Cultural: São Paulo, 1985

HUDIS, Peter. **Marx's concept of alternative to capitalism**. Boston: Historical Materialism Book Series, 2012

JACOBY, Russell. **The Politics of the Crisis Theory: Toward the Critique of Automatic Marxism, pt.II**. In: Telos; *March 20, 1975 vol. 1975 no. 23 3-52*

JILI, Liao. "Discussing the "Double-track System"*, pp.69-77 in: HOWE, Christopher, WALKER; Kenneth R(org.).* ***The Foundations on the Chinese Planned Economy – A documentary Survey, 1953-65****. THE MACMILLAN PRESS LTD: 1989.*

LEITE, Leonardo de Magalhães. **O Capital no Mundo e o Mundo do Capital: Uma reinterpretação do imperialismo a partir da Teoria do Valor de Marx**. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017

LENIN, Vladimir Ilich. A catástrofe que nos ameaça e como combatê-la. **Obras Escolhidas, tomo 2**. Edições Avante, pp. 165-200. Lisboa: 1978

_____. **Acerca do Infantilismo "de esquerda" e do espírito pequeno-burguês**. 5 de maio de 1918. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/lenin/1918/05/05.htm

_____. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Editoea Hucitec, 1983.

_____. **Obras Escogidas, Tomo II**. Progreso, Moscú: 1961.

_____. Para a questão das nacionalidades ou da "autonomização". In: **Ponto e Vírgula - PUC SP - No. 21 - Primeiro Semestre de 2017 - p. 96-105**

_____. Se sostendran los bolcheviques em el poder?. In: _____. **Obras Escogidas.** Moscú: Progreso, Tomo VII, 1977.

_____. **To the Russian Colony in America**. 14 de novembro de 1922. Disponível em: https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1922/nov/14b.htm

LOTTA, Raymond (org.). **Maoist Economics and the Revolutionary Road to Communism: The Shanghai Textbook**. Banner Press, New York: 1994.

MARX, Karl. **A Miséria da Filosofia**. São Paulo: Ed. Global, 1985a.

_____. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858, esboços da crítica da economia política**. Tradução de Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UFRJ, 2011

_____.**O Capital: Crítica da Economia Política. Volume 1**. São Paulo: Coleção Os Economistas; Nova Cultural, 1985b

_____. **Theories of Surplus Value: Part III**. Moscow: Progress Publishers, 1971.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. China: Entre os séculos XX e XXI. In: FIORI, José Luis (org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Vozes: 2000.

NAVES, Bilharinho Márcio. **Mao: O processo da revolução.** Brasiliense: 2005.

NOGUEIRA, Isabela. **Desenvolvimento Econômico, Distribuição de Renda e Pobreza na China Contemporânea**. UFRJ (Tese de doutorado): 2011

PREOBRAZHENSKY, Evgeny. **The New Economy**. Oxford: Clarendon Press, 1965.

RIBAO, Renmin. Break with the old balance: Establish new balance. In: HOWE, Christopher, WALKER; Kenneth R(org.). **The Foundations on the Chinese Planned Economy – A documentary Survey, 1953-65**. THE MACMILLAN PRESS LTD: 1989.

ROBERTS, William Clare. **Marx's Inferno: The Political Theory of Capital**. Princeton: Princeton University Press, 2017.

RODRIGUES, Francisco Martins. **Notas sobre Staline**. Dezembro de 1986. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/rodrigues/1986/12/notas.htm

URSS, Academia de Ciências da. **Manual de Economia Política**. 1959. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/ostrovitianov/1959/manual/index.htm

VISENTINI, Paulo; PEREIRA, A.D.; RIBEIRO, J.M. Martins L.D.; GROHMANN, L.G. **Revoluções e Regimes Marxistas**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2ª ed., 2022.

WHEELWRIGHT, E.L.; MCFARLANE, Bruce. **The Chinese Road to Socialism: Economics of the Cultural Revolution**. New York: Monthly Review Press, 1971.

WINTER, Cécile. Liberating Dictatorship: Communist Politics and the Cultural Revolution. In:ZIZEK, Slajov; LEE, Alex Taek-Gwang(org.). **The Idea of Communism: Volume 3. The Seoul Conference**. London; New York: Verso Books, 2016.

ZEDONG, Mao. **A critique of Soviet Economics**. New York;London: Monthly Review Press, 1977.

_____. **On the Cooperative Transformation of Agriculture**. 31 de Julho de 1955. Disponível em: https://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-5/mswv5_44.htm.

_____. **On Ten Major Relationships**. 25 de Abril de 1956. Disponível em: https://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-5/mswv5_51.htm.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

O comércio da Criança escravizada no sudeste do Império do Brasil, entre 1875 e 1880

Gabriel A. A. Rossini

Pedro P. L. Frigatto

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

O comércio da Criança escravizada no sudeste do Império do Brasil, entre 1875 e 1880

Child slave trade in Southeast Brazil Empire, between 1875 and 1880

Gabriel A. A. Rossini[1]

Pedro P. L. Frigatto[2]

Resumo

A historiografia sobre a escravidão na América Portuguesa e Império do Brasil normalmente atribui pouca importância à criança escravizada. Contrariando tal tradição, a presente Iniciação Científica procura evidenciar a relevância dos escravizados e escravizadas com menos de 14 anos de idade. Faremos isso, sobretudo, por meio da análise de informações presentes em anúncios de venda de crianças cativas publicados em jornais que circularam no sudeste brasileiro, entre 1875 e 1880.

Palavras-Chave: Escravidão. Crianças. Tráfico de Cativos. Século XIX. Rio de Janeiro.

Abstract

The historiography about slavery in Portuguese America and Brazilian Empire usually ignores the relevance of the child slavery. To oppose this tradition, in this abstract we will seek to put a light on the relevance of these slaves. We will achieve this goal analyzing newspaper ads regarding the child negotiations in southeast Brazil, from 1875 to 1880.

Keywords: Slavery. Children. Slaves traffic. 19th century. Rio de Janeiro.

[1] Professor dos Bacharelados em Ciências Econômicas e em Ciências e Humanidades e dos programas de Pós-Graduação em Economia Política Mundial e em Economia da UFABC

[2] Graduando em Ciências Econômicas e em Ciências e Humanidades – UFABC

O comércio da Criança escravizada no sudeste do Império do Brasil, entre 1875 e 1880

Código JEL: N36

***

Introdução

O presente texto se propõe a discutir aspectos concernentes ao tráfico interno de crianças escravizadas ocorrido em províncias do sudeste do Brasil (sobretudo Rio de Janeiro), entre 1875 e 1880. Julgamos relevante abordar a temática indicada em virtude da escassa historiografia sobre ela, de se tratar do período de apogeu do tráfico interno de escravizados ao longo do Império brasileiro e da recente possibilidade de consulta a jornais que circularam no Império do Brasil por meio da Hemeroteca Digital Brasileira[3].

Acreditamos que a discussão do tema proposto se justifica, uma vez que: (I) a criança escravizada representa um elo importante da reprodução do sistema escravista brasileiro; (II) a importância dos escravizados com menos de 14 anos foi reiteradamente subestimada pela literatura atinente a escravidão; (III) a relevância da criança cativa pode ter se alterado em virtude das consequências da Lei do Ventre livre (1871).

As diversas ponderações que faremos nesta pesquisa serão formuladas a partir dos dados primários coletados por meio do site da Hemeroteca Digital. Esse site permitiu a consulta dos anúncios de venda de crianças cativas nos principais jornais em circulação na cidade do Rio de Janeiro, no período entre 1875 e 1880. Dentre as apreciações que esta investigação almeja, destacamos: (I) os aspectos quantitativos do tráfico de crianças, no que tange à quantidade de transações, preços e dinâmicas demográficas e (II) os aspectos qualitativos apresentados nas vendas, como preferências reveladas acerca das faixas etárias, das atividades desempenhadas, das vendas em grupo etc.

O texto está estruturado em três partes. Primeiramente serão discutidos aspectos gerais dos anúncios, na segunda parte serão debatidas questões relacionadas às ocupações das crianças escravizadas, na terceira se discutem as vendas realizadas em entrepostos. Por fim, serão elencadas algumas notas conclusivas.

[3] Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso em: 22/03/2021.

O tráfico de crianças escravizadas por meio dos dados coletados

Nos jornais examinados foram encontrados 2.714 anúncios de venda de crianças escravizadas que possuíam até 14 anos de idade na cidade do Rio de Janeiro no quinquênio de 1875 - 1880. É importante frisar que o número de anúncios documentados dependeu: (I) da qualidade física dos jornais examinados, que podiam estar ilegíveis em determinadas edições ou trechos específicos e (II) da natureza dos anúncios, que não eram incluídos na base de dados se não apresentassem informações acerca da idade dos cativos.

1. Aspectos gerais

Tabela 1 – Quantidade e preço. Crianças escravizadas anunciadas nos jornais compulsados (cidade do Rio de Janeiro) – 1875 a 1880

Ano	Anúncios	Preço nominal médio*	Anúncios de meninos	Preço nominal médio* meninos	Anúncios de meninas	Preço nominal médio* meninas
1875	449	1:195$000	213	750$000	234	1:244$000
1876	668	1:065$000	210	967$000	458	1:078$000
1877	567	1:046$000	252	1:650$000	311	946$000
1878	359	955$000	154	850$000	205	967$000
1879	467	1:046$000	200	1:067$000	267	1:041$000
1880	204	875$000	79	1:200$000	125	767$000
Total	2714	1:051$000	1108	1:109$000	1600	1:042$000

Fonte: Anúncios nos jornais pesquisados.

*Os preços estão expressos em contos de réis. Os preços são referentes somente aos cativos vendidos individualmente.

Tabela 2 – Idade e preço. Crianças escravizadas anunciadas individualmente nos jornais compulsados (cidade do Rio de Janeiro) – 1875 a 1880

Idade (anos)	Anúncios de meninos	Preço nominal médio* meninos	Anúncios de meninas	Preço nominal médio* meninas
2	0	-	1	-
3	0	-	0	-
4	0	-	1	-
5	1	-	3	-

6	1	-	2	-
7	5	750$000	6	550$000
8	14	750$000	14	-
9	12	-	26	813$000
10	25	1:333$000	50	740$000
11	22	1:300$000	66	875$000
12	48	1:075$000	136	1:068$000
13	69	1:083$000	157	1:150$000
14	141	-	247	1:176$000

Fonte: Anúncios nos jornais pesquisados.

*Os preços estão expressos em contos de réis. Os preços são referentes aos cativos anunciados individualmente.

Os preços e quantidades dos cativos anunciados individualmente aumentaram conjuntamente às idades. Os meninos apresentaram preços relativamente maiores do que os escravizados do sexo feminino. As meninas, porém, eram anunciadas cerca de duas vezes a mais que os meninos em todas as idades documentadas.

Para se analisar vendas coletivas de cativos, os anúncios foram separados em três grupos: (i) os cativos anunciados individualmente, (ii) os cativos a serem vendidos em conjunto com outros membros de sua família e (iii) os infantes a serem vendidos em grupos sem membros de sua família.

Tabela 3 – Vendas de crianças em grupos – 1875 a 1880

Tipo da venda	Quantidade de anúncios	Frequência Relativa
Individual	1047	38,58%
Com algum membro da família	942	34,71%
Em grupos sem familiares	725	26,71%
Total	2714	

Fonte: Anúncios nos jornais pesquisados.

As crianças anunciadas individualmente chegam a aproximadamente dois quintos do total, demonstrando que a narrativa de crianças vendidas somente em grupos ou como

adições nas vendas dos pais é contrária aos dados empíricos coletados para a última metade da década de 1870 na cidade do Rio de Janeiro. Apesar de os anúncios não representarem certeza na conclusão das vendas, o fato de crianças terem sido anunciadas nos jornais em circulação no Rio de Janeiro sem a menção de outros cativos ou familiares demonstra justamente o interesse em tais crianças. A grande quantidade de anúncios de crianças comerciadas sozinhas pode ser fruto também da omissão dos laços familiares para possibilitar a continuidade das vendas pós promulgação da Lei do Ventre Livre, como apontado por Rossini (2017), demonstrando a inefetividade plena da lei.

2. Atividades exercidas

Dentre os 2.714 anúncios documentados, 28,41% continham informações acerca das atividades realizadas pelos infantes. A presença das atividades desempenhadas nos anúncios com frequência corrobora com o que Mattoso (2016) e Mott (1989) apresentam ao dizer que a criança escravizada era vista como um jovem trabalhador.

Com a finalidade de se entender como tais atividades se distribuíam entre as crianças num plano geral, as atividades foram segregadas em três grandes grupos: (I) as atividades domésticas (II) as atividades ligadas à agricultura e (III) aquelas atividades que requeriam um pouco mais de técnica e especialização (voltaremos a este ponto à frente).

Tabela 4 – Preços por atividade desempenhada – 1875 a 1880

Data	preço nominal médio (Contos de réis)
Crianças sem ocupação declarada	1:383$000
Trabalho doméstico	1:136$000
Trabalho Especializado	1:100$000
Atividades Agrícolas	2:400$000

Fonte: Anúncios nos jornais pesquisados.

Tabela 5 – Quantidade de cativos por ocupação e idade – 1875 a 1880

Idade (anos)	Atividades domésticas	Atividades agrícolas	Trabalho Especializado	Totais – idade
4	1	0	0	1
5	0	1	0	1
6	4	0	0	4
7	1	1	0	2
8	5	2	0	7
9	17	0	0	17
10	51	1	1	53
11	70	1	0	71
12	132	11	1	142
13	171	12	1	182
14	270	42	16	291
Totais - ocupação	722	71	19	771

Fonte: Anúncios nos jornais pesquisados. **Nota:** As quantidades totais apresentadas na última coluna da tabela não coincidem com a soma das três colunas anteriores pois haviam cativos que realizavam mais de uma atividade.

Tabela 6 – Divisão de gênero das ocupações – 1875 a 1880

Sexo	doméstica	Frequência relativa	Agrícola	Frequência relativa	Trabalho especializado	Frequência relativa
Meninas	490	67,87%	18	25,35%	2	10,53%

Meninos	232	32,13%	53	74,65%	17	89,47%
Total	722		71		19	

Fonte: Anúncios nos jornais pesquisados.

2.a. Atividades domésticas

O serviço doméstico foi documentado em 722 dos 771 escravizados em que se explicitam as atividades desempenhadas. Tal predominância dos serviços domésticos está de acordo com os estudos de Mott (1989) que apontam as atividades domésticas como atividades principais realizadas por crianças escravizadas. Nesse subgrupo nota-se que a partir dos 4 anos de idade já haviam cativos desempenhando tais atividades, porém, majoritariamente, elas se tornavam mais frequentes a partir dos 8 anos de idade.

Tabela 7 – Divisão das tarefas domésticas – 1875 a 1880

Atividade desempenhada	Quantidade documentada nos anúncios	Percentual
Mucama	451	62,47%
Copeiro(a)	212	29,36%
Pajem	76	10,53%
Cozinheiro(a)	26	3,60%
Serviço Doméstico	20	2,77%
Ama Seca	7	0,97%
Engomadeira	2	0,28%
Auxiliar com criança	2	0,28%
Criado(a)	1	0,14%
Ajudante de cozinha	1	0,14%

Fonte: Anúncios nos jornais pesquisados. **Nota:** A razão para a somatória das quantidades documentadas ser superior a 722 deve-se ao fato de existirem cativos que desempenhavam mais de uma função.

O direcionamento das meninas para o ofício de mucama, apontado por Mott (1989), é corroborado pelos dados apresentados, uma vez que o recorte de gênero para as atividades domésticas resulta na proporção de 2 meninas para um menino nesses ofícios.

2.b. Atividades Agrícolas

A frequência com que as atividades agrícolas são encontradas aumenta conforme a idade dos cativos aumenta, reforçando a ideia de que estas atividades, a rigor, não eram exercidas pelos infantes antes dos 12 anos pois, além da exigência física da atividade, poderia ser necessário certa aprendizagem e força física para o trabalho de lavoura. Se compararmos com as atividades domésticas, nota-se que os jovens com 11 anos ou menos representavam cerca de 21% dos 722 cativos que realizavam atividades tais atividades enquanto, em meio às atividades agrícolas, tal recorte etário representava somente 8% dos 71 cativos. O fato de os infantes serem anunciados em uma região urbana pode explicar a razão de serem encontrados menos cativos direcionados às atividades agrícolas.

2.c. Trabalhos Especializados

Tabela 8 – Divisão das tarefas especializadas – 1875 a 1880

Atividade desempenhada	Quantidade documentada nos anúncios	Percentual
Marceneiro	15	78,95%
Carpinteiro	14	73,68%
Cocheiro	14	73,68%
Costureira	2	10,53%
Padeiro	1	5,26%

Carroceiro	1	5,26%

Fonte: Anúncios nos jornais pesquisados. **Nota:** A razão para a somatória das quantidades documentadas ser superior a 19 deve-se ao fato de existirem cativos que desempenhavam mais de uma função.

Os 19 escravizados que pertenciam a este subgrupo representavam 2,46% dos 771 com atividade declarada. A complexidade de tais tarefas, a necessidade de força física e conhecimento técnico podem explicar a baixa representatividade desse subgrupo. Flausino (2006)4, Pinheiro (2005)5 e Rossini (2019)6 demonstram que tais atividades eram minoritárias tanto entre infantes cativos quanto cativos em idade adulta.

Ao se examinar a distribuição etária desse subgrupo, nota-se que todos os seus integrantes possuíam mais de 10 anos de idade, e, entre as atividades especializadas, os cativos com 14 anos representavam 84% dos anúncios. Conforme apontado por Mattoso (2016) e Mott (1989), a realização dessas atividades ocorria usualmente sob a tutela de outro escravizado mais experiente na atividade em questão.

3. Vendas em Entrepostos

Notou-se certa recorrência de anúncios, durante todo o período analisado, que indicavam os mesmos endereços. Nomeamos como "entrepostos" os locais nos quais se observou a venda de pelo menos 25 crianças ao longo dos 5 anos que temos em vista. Tais locais foram responsáveis por 27,30% do total de crianças anunciadas no período.

Tabela 9 – Entrepostos de venda de infantes cativos – 1875 a 1880

Entrepostos	Anúncios	Entrepostos	Anúncios
Rua da Assembléa n.5	62	Rua do Fogo n.129	29

[4] A "Tabela 18 – Distribuição ocupacional da força de trabalho escrava: Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Mariana, século XIX" aponta que manufatura e artesanato representavam 10,6% das ocupações da força de trabalho escrava em Minas Gerais, 6,4% em São Paulo, 3,7% no Rio de Janeiro e 0,8% em Mariana.
[5] Ao analisar as escrituras de compra e venda de escravizados em Salvador, Pinheiro encontra somente três crianças entre as 797 que exerciam atividades de mineração, tecelagem ou marinharia.
[6] Ao analisar escrituras de compra e venda de escravizados em Rio Claro, Rossini nota que atividades relacionadas à lavoura e aos serviços domésticos eram as mais recorrentes entre os cativos de 12 a 14 anos.

Rua do Rezende n.76	60	Rua do Lavradio n.8	29
Rua do Lavradio n.6	58	Rua da Quitanda n.49	27
Rua da Imperatriz n.162	53	Rua da Alfândega n.303	27
Rua da Uruguayana n.176	49	Rua da Alfândega n.120	27
Rua de São Pedro n.97	49	Rua Estreita de São Joaquim n.32	27
Rua da Conceição n.16	42	Rua das Violas n.89	25
Rua do Lavradio n.63	39	Rua da Uruguayana n.90	25
Rua da Alfândega n.117	33	Rua dos Pescadores n.81	25
Rua Estreita de São Joaquim n.44	30	Rua da Uruguayana n.143	25

Fonte: Anúncios nos jornais pesquisados.

Tabela 10 – Crianças vendidas em conjunto nos entrepostos– 1875 a 1880

Crianças vendidas	Anúncios	Tamanho Relativo
Individualmente	242	32,66%
Com algum membro da família	274	36,98%
Em conjunto com outros escravizados	225	30,36%
Total	741	

Fonte: Anúncios nos jornais pesquisados.

Das 212 crianças que possuíam até 9 anos de idade, 189 foram anunciadas em conjunto e 163 foram anunciadas com algum membro da família, indicando que crianças escravizadas vendidas individualmente eram, em suma, crianças mais velhas, que poderiam ser direcionadas à realização de algum trabalho, sendo as crianças mais novas vendidas em conjunto com grupos ou parentes, como determinava a Lei do Ventre Livre.

O trabalho doméstico se encontrava em 95,75% dos cativos que realizavam algum ofício. A predominância dessas atividades em meio aos cativos negociados nos

entrepostos, comparados com a totalidade dos anúncios, infere que tais locais eram destinados a suprir a demanda por trabalho doméstico por meio da mão-de-obra escrava.

Tabela 11 – Ocupação dos cativos por idade nos entrepostos– 1875 a 1880

Idade dos cativos	Atividades Domésticas	Atividades Agrícolas	Trabalhos especializados	Total – cativos que desempenhavam alguma atividade*	Total de cativos
Até 1 ano	0	0	0	0	1
1	0	0	0	0	16
2	0	0	0	0	20
3	0	0	0	0	12
4	1	0	0	1	19
5	0	0	0	0	18
6	1	0	0	1	15
7	1	0	0	1	23
8	2	0	0	2	33
9	3	0	0	3	55
10	20	0	0	20	83
11	30	1	0	31	89
12	36	1	0	36	126
13	42	4	1	46	96
14	67	8	0	71	135

Totais	203	14	1	212	741

Fonte: Anúncios nos jornais pesquisados.

*A soma dos valores das três colunas que classificam os cativos de acordo com suas atividades não resulta nos números observados na última coluna pois alguns cativos realizavam trabalhos encontrados em mais de uma categoria.

Notas conclusivas

Os dados demonstram maior quantidade de meninas anunciadas, enquanto os preços apontam para uma preferência por cativos do sexo masculino. Em relação às idades, os preços e quantidades de anúncios observados denotam preferência pelas crianças mais velhas. A relação entre o preço dos cativos e atividade desempenhada foi evidenciada pelos anúncios. Atividades ligadas à agricultura resultavam em preços majorados para os infantes que as realizavam, o que pode explicar a contradição entre a alta de preços dos cativos nas regiões agrícolas concomitante ao declínio em regiões urbanas em 1870-1880.

As informações presentes nos anúncios mostram que atividades domésticas eram as atividades majoritariamente realizadas pelos infantes, enquanto as atividades agrícolas e os trabalhos especializados eram encontrados com maior frequência entre os cativos mais velhos, portanto, eram realizadas por cativos de outros recortes etários.

A quantidade expressiva de anúncios de crianças vendidas individualmente demonstra o interesse dos senhores em adquirir escravizados com menos de 14 anos de idade, o que significa também a inefetividade da Lei do Ventre-livre em combater o tráfico de crianças já no decênio que segue de sua promulgação.

Os entrepostos foram responsáveis por cerca de um terço do total de anúncios observados, sendo responsáveis essencialmente pelo suprimento de mão-de-obra infantil e escrava para atividades domésticas. As crianças mais novas eram usualmente vendidas em conjunto com suas famílias e as mais velhas individualmente nos entrepostos.

Indica-se para pesquisas futuras o estudo: dos entrepostos em outras regiões brasileiras, a utilização de anúncios de jornais em circulação para pesquisas em outros

locais do Brasil e comparações entre dinâmicas de vendas em regiões urbanas e rurais visando o tipo de atividade mais recorrente em cada uma das regiões.

Referências bibliográficas

Fontes primárias: Retiradas da Hemeroteca Nacional Digital

Jornal do Commercio (RJ) -1870 a 1789

Gazeta de Notícias (RJ) – 1875 a 1879

Diário do Rio de Janeiro (RJ) – 1860 a 1878

Monitor Campista– 1844 – 1891

A Reforma : Orgão Democratico (RJ) - 1869 a 1879

O Globo: Orgão da Agencia Americana Telegraphica dedicado aos interesses do Commercio, Lavoura e Industria (RJ) – 1874

A Patria: Folha da província do Rio de Janeiro (RJ) – 1856 a 1889

Fontes Secundárias: Revisão bibliográfica do tema

Andrade, Rômulo. 1998. Havia um mercado de famílias escravas? (A propósito de uma hipótese recente na historiografia da escravidão), Locus: Revista de História 4(1).

Brasil. Coleção de Leis do Império do Brasil. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis.

Flausino, Camila Carolina. 2006. Negócios da escravidão: tráfico interno de escravos em Mariana (1850-1886). In: Encontro Regional de História, 15. São João Del Rei. Anais... São João Del Rei: ANPUH-MG, CD-ROM, 2006;

Florentino, Manolo e Machado, Cacilda. 1998. Sobre a família escrava em plantéis ausentes do mercado de cativos: três estudos de casos (século 19). XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP;

Furtado, Celso Monteiro. 2007. Formação econômica do Brasil. 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras;

Graham, Richard. 2002. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. Afro-Ásia, 27, 121-160.

Mattoso, Kátia de Queiroz. 1988. O Filho da escrava (em torno da Lei do Ventre Livre). Ver. Bras. De Hist. 8(16): 37-55, S. Paulo.

Mattoso, Kátia M. de Queirós. 2016.Ser escravo no Brasil: Séculos XVI-XIX. Petrópolis: Vozes.

Mott, M. L. B. A. Ser mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio. R. História, São Paulo. 120. pp.85-96, jan/jul., 1989.

Motta, José Flávio. 2015. Crianças no apogeu do tráfico interno de escravos. Piracicaba, província de São Paulo (1874-1880). História Econômica & História de Empresas 18(2): 291-322.

Motta & Marcondes. 2000. O comércio de escravos no Vale do Paraíba Paulista: Guaratinguetá e Silveiras na década de 1870. Estudos Econômicos 30(2): 267-299, abr/jun, São Paulo.

Pinheiro, Maria Cristina Luz. 2005. O trabalho de crianças escravas na cidade de Salvador (1850- 1888). Afro-Ásia 32:159-183.

Rossini, Gabriel A.A. 2019. A importância da Criança Escravizada e seu Comércio no Oeste Paulista, 1861-1869. Estud. Econ, São Paulo, vol.49 n.4, p.777-806, out.-dez. 2019;

Rossini, Gabriel A.A. 2017. Notas sobre o comércio doméstico de escravos no Oeste Paulista, 1875-1880. Am. Lat. Hist. Econ., ene.-abr., 2017, pp. 243-271;

Teixeira, Heloísa Maria. 2010. Os filhos das escravas: crianças cativas e ingênuas nas propriedades de Mariana (1850-1888). Cadernos de História, Belo Horizonte 11(15), 2º sem.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Zero Zero Zero: o xadrez do petróleo branco

Gabriela da Silva Ferreira

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

Zero Zero Zero: o xadrez do petróleo branco

Zero Zero Zero*: the White Oil Chess*

Gabriela da Silva Ferreira[1]

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo explicar o mercado global da cocaína a partir da análise da atuação dos carteis internacionais, mostrando certos fatores econômicos e sociais que fomentam o mercado das drogas ilícitas, observando a falência das políticas proibicionistas como hipótese central. Para atingir os fins da pesquisa, o artigo será dividido em duas partes: O primeiro capítulo visa contextualizar a cocaína como mercadoria de abrangência global. No segundo capítulo será exposta a história e atuação de quatro carteis internacionais. Os resultados indicam que o narcotráfico é uma consequência irreversível do sistema capitalista.

Palavras-chave: *Narcotráfico, Cocaína, Economia das Drogas, Carteis internacionais, proibicionismo.*

ABSTRACT

This article aims to explain the global cocaine market from the analysis of the performance of international cartels, showing certain economic and social factors that foster the illicit drug market, noting the failure of prohibitionist policies as a central hypothesis. To achieve the purposes of the research, the article will be divided into two parts: The first chapter aims to contextualize cocaine as a global commodity. In the second chapter, the history and performance of four international cartels will be exposed. The results indicate that drug trafficking is an irreversible consequence of the capitalist system.

[1] Doutoranda em Desenvolvimento Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), na área de Economia Social e do Trabalho.

Keywords: *Drug Trafficking, Cocaine, Drug Economy, International Cartels, Prohibitionism.*

***

INTRODUÇÃO

"Pegue um elástico e comece a esticá-lo. No início quase não há resistência. Você o alonga sem dificuldade. Até alcançar a extensão máxima, quando o elástico arrebenta. A economia de hoje funciona como esse elástico." (SAVIANO, 2013, p.67). Alimentos, medicamentos, carros, perfumes, todas mercadorias são submetidas ao conjunto de normas que compõem este elástico, até que chega a um determinado limite, quando outra inovação entra em cena na indústria e novamente o jogo sofre mutações. Todas mercadorias estão sujeitas às regras de mercado, menos uma: a cocaína.

A história das drogas se confunde com a história da humanidade. É natural da região dos Andes, um baixo arbusto que possui flores amarelas, frutos avermelhados folhas brevemente alongadas e porta pelo menos 14 alcaloides, entre eles: cafeína, tiamina e cocaína.

São muitas as lendas que estão relacionadas a coca, que tem nome de origem *aimará* – Idioma falado por antigos povos indígenas, originários do território tido atualmente como Peru, Bolívia, Argentina e Chile. Nos dois primeiros, *aimará* é considerado idioma oficial junto com a *quíchua.*

> Para os incas, a planta (coca) era sagrada, um presente do Deus Sol (Inti), relacionada à lenda de Manco Capac, o filho do sol, que desceu do céu sobre as águas do lago Titicaca para ensinar aos homens as artes, a agricultura e para presentear-lhes com a coca. Até a chegada dos espanhóis à América, seu uso era privilégio da nobreza Inca (FERREIRA e MARTINI, 2001, p. 1).

Estima-se que as propriedades medicinais da coca são conhecidas há pelo menos 3.000 anos entre os povos da região andinas. Mastigar as folhas da coca é um hábito que resistiu ao tempo, amenizando a fome, cansaço além de aliviar os efeitos do ar rarefeito da baixa pressão atmosférica das altas montanhas. Na Bacia Amazônica e algumas regiões da fronteira com a Venezuela e Colômbia, indígenas costumam mascar as folhas torradas de coca misturadas a elementos alcalinos e transformadas em pó, a mistura é chamada de *epadu* ou *ipadu.* "Esse uso está intimamente integrado à cosmovisão dessas tribos. A

palavra que designa a coca, alphi também denomina leite, leite materno, via láctea, e o próprio nome da nação indígena habitada pelos índios Tucanos."(BUCHER, 1994, p. 323).

A administração de substâncias são reflexos do contexto cultural, "derivados do ópio, da coca e da cannabis tornaram-se a base da terapêutica moderna e objeto de interesse recreativo." (TORCATO, 2014, p. 138). Logo, a proibição e uso de certas drogas é uma questão reputada como um fenômeno que marca a transição para o século XXI, resultado da mutação entre a droga-produto para a droga-mercadoria transgredindo as legitimações estatais, momento de advento da Teoria Econômica do Crime que marca primordialmente a defesa de aplicação de severas penas aos indivíduos que compõem a cadeia produtiva das drogas ilícitas, a fim de mitigar o consumo a partir do aumento de preços, consequente da obstrução da oferta.

Engana-se em pensa que a cocaína é de origem sul americana. Foi em 1858 que os alcaloides da folha da coca foram então isolados pela primeira vez em laboratório, pelo cientista alemão Albert Neumann. Em 1898, é finalmente descoberta a exata composição da cocaína que, passa a ser produzida em laboratórios sinteticamente a partir de 1902, se tornando um poderoso fármaco no XIX, prescrita para o tratamento da dor, como uma possível substituta da morfina. Pouco depois, a coca passa a ser exportada para diversos países, podendo ser vendida em farmácias ou mercearias.

As regulamentações ao uso da cocaína começam em meados do século XX, estimulado por convenções internacionais. "A somatória entre medos sociais, moralismo, xenofobia e racismo – fortalecida pelas alegações no campo da saúde pública – catalisou clamores pela criminalização da produção e consumo de drogas." (RODRIGUES, 2012, p. 11). A partir de 1950, a cocaína deixa de ser comercializada pela indústria farmacêutica, ressurgindo para fins recreativos, porém, na gerencia dos narcotraficantes.

Fazendo um breve recorte histórico, esse estudo busca ilustrar a ascensão dos grandes carteis internacionais, considerando a falência da política proibicionista para conter a demanda e oferta de drogas.

A ECONOMIA DA DROGA

A interdição de práticas sociais que, até um determinado momento da história foram consideradas cotidianas, existe há séculos, seja por motivos comerciais ou por ameaça pública constatada pelo Estado. A pirataria, como um antigo exemplo mencionado por Caixeta e Mendonça (2018, p.12), é uma prática já utilizada por diversos países como estratégia para interromper o desenvolvimento das nações inimigas e garantir o monopólio internacional que, em virtude da instabilidade comercial marítima, passou a ser criminalizada, deixando de ser uma atividade rotineira entre nações.

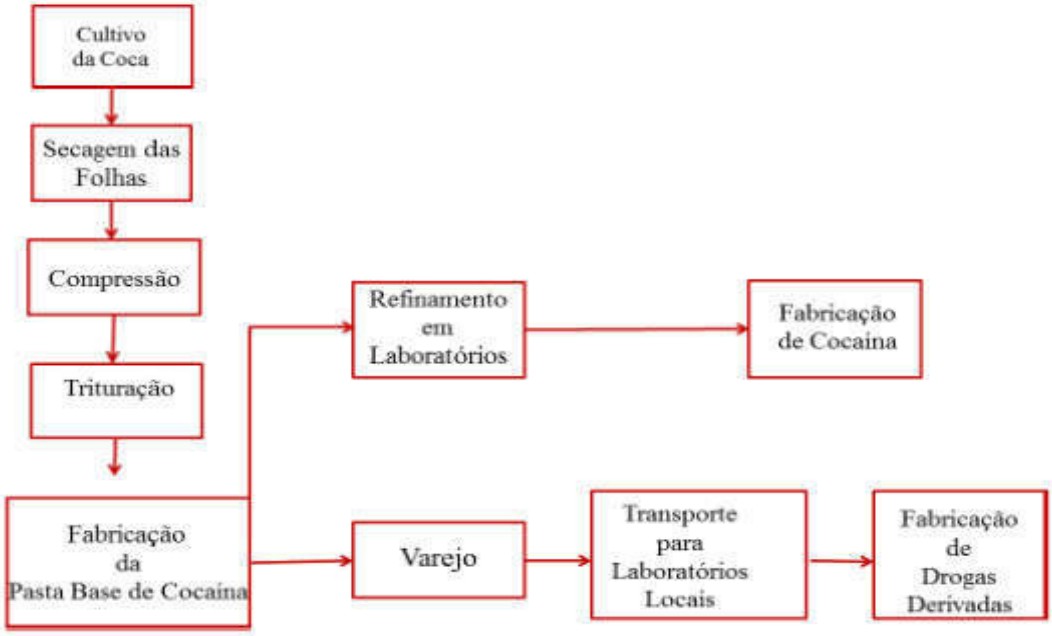
Assim, é conhecido como narcotráfico, todas as relações comerciais entre substâncias ilícitas, psicotrópicos, popularmente conhecidos como drogas. A história das drogas se confunde com a história da humanidade, já o narcotráfico é um fenômeno não tão antigo assim. Colômbia, Peru e Bolívia são os países apontados pela ONU como principais centros de produção de cocaína. Existe uma tênue divisão entre a produção legalizada de coca e a produção destinada aos narcotraficantes.

O mercado ilícito apresenta diversas semelhanças com a indústria formal e particularidades intimamente relacionadas à ilegalidade, como a alta capacidade de inovação e lucros extraordinários. Do lado da demanda, podemos dizer que se trata de um mercado que se alimenta de elementos psicológicos relacionados à busca incessante pela felicidade e o experimento de novas percepções da vida no universo. Além de elementos econômicos capazes de induzir o ser humano à escolha da atividade ilícita.

As drogas estão presente no cotidiano de todas as sociedades do mundo e sua história, se confunde com a história da humanidade. Se, do lado da demanda existem os fatores psicológicos que induzem o ser humano à busca pelo prazer mesmo que momentâneo; do lado da oferta existe uma gama que indivíduos que se introduzem na atividade criminosa por motivos que se diferem de acordo com o trabalho dentro da cadeia produtiva. Esta, por sua vez inicia-se sumariamente na zona rural, com o cultivo de matérias-primas, após passa para o domínio dos cartéis internacionais responsáveis pela

produção industrial e atacado até chegar aos pequenos traficantes responsáveis pela venda no varejo.

Figura 1: A Cadeia Produtiva da Cocaína



Fonte: Elaboração própria.

Na ponta incipiente da cadeia produtiva encontram-se os trabalhadores rurais. Após a colheita, é iniciado o processo de secagem das folhas para ser extraído o alcaloide da coca – as folhas ficam submersas em ácido sulfúrico ou solvente orgânico, podendo este solvente ser gasolina, querosene ou óleo diesel – esta etapa é chamada de extração. Após um determinado período de tempo, as folhas começam a ser filtradas da solução e o restante é tratado quimicamente para ser transformado em pasta base. Esta etapa é realizada em laboratórios envolvendo uma mistura entre as folhas trituradas de coca, cal e cimento. Em seguida, a pasta é regada por outra solução até ficar com aspecto semelhante à lama. Esta combinação é deixada de repouso e em seguida passa por uma série de filtragens até atingir seu estado sólido, chamado por pasta base.

A pasta base é fundamental na logística por mitigar o volume da matéria-prima, facilitando o transporte das áreas produtivas para os polos comerciais. A mesma é transformada em Cloridrato de Cocaína (cocaína em pó), produzida a partir da mistura entre pasta básica e outros componentes químicos. Existem diversas apresentações da cocaína que passam por outros processos químicos que incluem componentes altamente nocivos ao ser humano como: Ácido sulfúrico, acetona, bicarbonato de sódio e querosene. Por se tratar de uma mercadoria ilícita, não passa por qualquer espécie de fiscalização, culminando na adulteração, realizada em todas as etapas do processo produtivo, a fim de ampliar o rendimento e garantir o lucro. Uma das principais formas de adulteração é através da introdução de aditivos.

A produção de cocaína que em 1988 fora estimada em 532 toneladas, no ano de 2019 atingira cerca de 1,784 toneladas produzidas e 1,436 toneladas apreendidas no mundo, que abrigou aproximadamente 20 milhões de usuários. Vale lembrar que, em 1988, a produção global de cocaína estimada foi de 532 toneladas. Já em 2017, ocorre o maior número de apreensões dos últimos dez anos, de aproximadamente 1.275 toneladas. Os Estados Unidos da América são responsáveis por 94% destas apreensões, país considerado líder do ranking internacional de consumo de cocaína. Fato visto como reflexo do aumento de quase 50% na produção da droga. Segundo o *Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crime*, acredita-se que nas Américas encontram-se pelo menos de 34% de usuários.

Tabela 1: Relação de Preços na Colômbia (Kg)

	Preços (2016)
Coca em Arbusto	2.900
Pasta Base de Cocaína	1.895.700
Cloridrato de Cocaína	4.984.600

Fonte: FERREIRA, 2020.

Eis a primeira aproximação com o mercado formal: Os preços no campo são inferiores, indicando que a margem de lucro é a menor entre todas as etapas da cadeia

produtiva. O preço do cloridrato de cocaína, segue direção oposta, é ascendente. É no processo industrial que há maior concentração de lucro que, ao se tratar de cocaína, está na responsabilidade dos carteis.

O XADREZ DO PETRÓLEO BRANCO: UM BREVE RELATO SOBRE A HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DOS CARTEIS MEXICANOS

> O sujeito sentado agora a seu lado no metrô cheirou para acordar hoje de manhã; ou o motorista do ônibus que te leva pra casa porque quer fazer hora extra sem sentir dor na cervical. As pessoas mais próximas de você cheiram. Se não é seu pai ou sua mãe, se não é seu irmão, então é seu filho. Se não é seu filho, é seu chefe. Ou a secretária dele, que só cheira aos sábados pra se divertir. Se não é seu chefe, é a mulher dele que cheira para ir vivendo. Se não é a mulher, é a amante dele, a quem ele dá pó de presente, em vez de brincos e diamantes. Se não são eles, é o caminhoneiro que faz chegar toneladas de café nos bares da sua cidade e que não conseguiria aguentar todas aquelas horas de estrada sem pó. [...]Mas se, pensando bem, você acha que nenhuma dessas pessoas cheira cocaína, ou você é incapaz de ver, ou está mentindo. Ou, simplesmente, quem cheira é você. (SAVIANO, 2013, p. 10).

Se nos EUA estão as armas, o dinheiro e a demanda, no vizinho México há a cocaína. *Zero Zero Zero* é uma gíria utilizada por traficantes ao se referir à cocaína de mais pura qualidade.

"Existem duas espécies de rico. Aqueles que contam o dinheiro e aqueles que pesam o dinheiro. Se você não pertence à segunda espécie, não sabe realmente o que é o poder." (SAVIANO, 2013, p.192). Possivelmente o mais famoso dos narcos é Pablo Escobar. Em 1989, foi apontado pela Forbes como o 7º homem mais rico do mundo. Seu desejo era ser presidente da Colômbia, sonho interrompido após ter sua verdadeira fonte de renda descoberta por um colega deputado, após ser eleito deputado suplente.

Pablo tinha perfil ambicioso e iniciou sua carreira na ilegalidade na adolescência vendendo diplomas falsos da escola onde também fora aluno. Seu primo Gustavo Gaviria fora um importante parceiro desde o início de sua carreira. Sua primeira lambreta foi comprada com os recursos obtidos com a venda de produtos de higiene, oriundos de uma carga de um caminhão no qual eles roubaram. A seguir, a dupla começa um negócio de vendas de lápides para túmulos em seguida, perceberam a vantagem em roubar as lápides

vendidas para vender novamente a outras famílias. Depois migraram sua atuação para bilheterias de cinema e, por conseguinte, a roubos de carros e, por este motivo, em 1974, Pablo foi detido na prisão de La Ladera.

Levaram-no para a prisão de La Ladera, onde conheceria a figura-chave em sua carreira do crime: Alberto Prieto, o grande *capo* do contrabando da época, conhecido pelo apelido ―O Padrinho‖. [...] A proximidade com o ―Padrinho‖ o levou a descobrir que em algumas casas de fazenda dos municípios de Caldas, La Estrella, Guarne e San Cristóbal, todos perto de Medellín, existiam pequenos lugares em que se processava uma pasta trazida do Equador, do Peru e da Bolívia, que ia se transformando num pó branco chamado cocaína.

> Inquieto, meu pai logo localizou Atelio González, um homem já mais velho, e perguntou-lhe como poderia se envolver no negócio. Atelio contou que era responsável de um desses lugares, conhecido como ―cozinha‖, onde misturava o produto trazido de fora do país com altas substâncias químicas, como éter e acetona, e o fervia em altas temperaturas para secá-lo. Disso resultava a cocaína. Tendo se inteirado do básico do negócio, meu pai não teve dúvidas: Convocou Gustavo e partiram para a primeira viagem de carro até o porto de Guayaquil, no Equador, onde compraram os primeiros cinco quilos de pasta de cocaína. [...] Atelio Gonzáles processou os cinco quilos de pasta e deles tirou um quilo de cocaína, que venderam a um comprador por seis mil dólares. (ESCOBAR, 2015, p. 123).

No ano de 1975, Pablo e Gustavo iniciam suas carreiras no tráfico de drogas. Por conseguinte, em 1977 é formado o Cartel de Medellín, quatro anos depois Pablo entra na vida política e, em 1982 toma posse como deputado pelo partido MRL (*Movimiento Revolucionario Liberal*). Pablo Escobar tinha pretensão de ser Presidente da Colômbia, mas sofre grandes ataques da oposição até que sua real fonte de riqueza fora exposta e arruína de vez sua carreira política. ―Em 25 de agosto de 1983, o jornal *_El Espectador'*, coloca na sua capa a imagem de Pablo sorridente em foto feita pela polícia quando o prendeu em 1976, mostrando assim uma explicação mais plausível para sua fortuna, qual seja: o tráfico de drogas. (CARELLO e CACHAPUZ, 2016, p. 85). Pablo Escobar foi uma das figuras mais marcantes no narcotráfico colombiano. Fundador do Cartel de Medellín, que funcionara entre os anos 1972 até 1993, operou em Honduras, Peru,

Bolívia, Canadá, Brasil, na Europa e, principalmente, nos Estados Unidos. O Cartel de Medellín também foi responsável pela fundação do grupo paramilitar chamado MAS (*Muerte a Secustradores*) que causou ondas de terror pelo país com sequestros e morte de jornalistas, políticos e traficantes rivais. Em seu auge, o Cartel de Medellín controlava 80% da cadeia global de cocaína e, por dia, transportava cerca de quinze toneladas da droga, faturando mais de 70 milhões de dólares; Escobar chegou a ter mais de 21 bilhões de dólares como fortuna pessoal. (CLOSS, 2017, p.11).

Enquanto isso, Gilberto Rodrígues Orejuela fundara o Cartel de Cali, em 1977, com José Santacruz Londoño e, mais tarde, passou a chefiar o grupo com seu irmão Miguel Rodrígues Orejuela. Diferente de Pablo Escobar, Gilberto não tinha tamanha popularidade, agia de forma discreta, mas não menos violenta. O Cartel de Cali foi caracterizado por intensos atos terroristas. Entre os mais expressivos, um grupo chamado *grupo de limpeza social* onde minorias eram assassinadas friamente, como moradores de rua, homossexuais e prostitutas. O cartel de Cali foi um dos principais financiadores na tecnologia usada na busca por Pablo Escobar, que culminou na sua captura e morte, em 1993. Após este fato, o Cartel de Cali dominara um vasto novo território, antes comandado por Pablo Escobar. Até que Gilberto Orejuela foi capturado e extraditado para os Estados Unidos em dezembro de 2004.

> No choque entre Escobar e o Estado, e entre Escobar – que comandava o Cartel de Medelín – e os Rodríguez Orejuela – que chefiavam o Cartel de Cali –, milhares de pessoas morreram. Em algumas cidades, os edifícios explodiam em pedaços com a detonação das poderosas bombas dos narcotraficantes, os aviões eram espaços de medo. Não há neste mundo quem não se assombre ao saber que quatro candidatos presidenciais, de diferentes tendências políticas, sucumbiram nesse choque. A sociedade foi toda assediada. (VALENCIA, 2005, p. 129).

Pablo inovou ao verticalizar a indústria da cocaína, o controle da produção era desde as plantações de coca. Políticos são comprados, militares, bancos, a corrupção é uma característica em comum entre os narcos. Durante um tempo, Pablo Escobar passou por um problema com a demora em corromper a polícia do Caribe e da Costa da Flórida, o que lhe rendeu diversas apreensões de mercadoria. A solução veio por uma parceria com Felix Gallardo – El Padrino. A partir desse acordo, a responsabilidade dos mexicanos

o transporte da cocaína para os Estados Unidos, visto a vasta experiência e conhecimento Del Padrino. O Cartel de Medellín tinha prioridade, mas não exclusividade. O pagamento viria em pesos que, logo seriam trocados por dólares nos Estados Unidos.

Na responsabilidade de El Padrino, o cartel mais antigo do México, o cartel de Sinaloa. Como homem de negócios, logo previu que o dinheiro poderia se desvalorizar, a cocaína não. Passara assim, exigir os pagamentos em pó. "Se o carregamento fosse fácil de transportar e pudesse ser escondido nos caminhões ou nos trens, 35% do pó era dos mexicanos. Se o carregamento fosse complicado e precisasse passar pelas galerias subterrâneas, os mexicanos ficavam com 50%." (SAVIANO, 2013, p. 24). Assim, os mexicanos se tornam não apenas transportadores, mas também distribuidores.

El Padrino possuíra movimentos discreto e amplo conhecimento de rotas entre México e Estados Unidos da América, já tinha sido policial. Seu encarregado de transportes era Kiki Camarena. Kiki adquiriu confiança a ponto de ser levado para El Búfalo que, nada mais era que 500 hectares de plantações de maconha, em torno de 10 mil trabalhadores, a produção funcionava com a tutela de . Em novembro de 1984, El Búfalo é descoberto e invadida por 450 soldados mexicanos, pelo menos 8 bilhões de dólares em prejuízo. Havia um traidor na equipe.

> Tinham-no traído, a ele, Kiki. Pouquíssimos sabiam da operação e entre estes pouquíssimos alguém havia falado. Os sequestradores o levaram para um quarto e começaram a torturá-lo. Era preciso fazer um serviço exemplar. Ninguém jamais deveria esquecer como Kiki Camarena havia sido punido por ter traído. Ligaram um gravador e gravaram tudo, porque tinham de demonstrar a El Padrino que haviam feito o impossível para arrancar de Kiki tudo o que ele sabia. [...] Os urros gravados são impossíveis de escutar, ninguém conseguiu não desligar o gravador. Ninguém conseguiu não sair o quarto em que a fita era ouvida. Quando a história de Kiki é contada, há sempre alguém que lembra como os juízes que ouviram aquelas fitas perderam o sono por semanas. (SAVIANO, 2013, p. 28)

Kiki era Enrique Camarena Salazar. Agente do DEA desde 1974. Os sequestradores, eram policiais mexicanos, vendidos, assim como o governo mexicano, que mente e atrapalha as investigações. A DEA não aceitou a negligência mexicana e envia 25 agentes à Guadalajara.

Enquanto os olhos do mundo estão direcionados a queda do Muro de Berlim, El Padrino se reúne com poderosos narcos em um resort em Acapulco. O intuito da reunião é dividir zonas de atuação entre traficantes que ainda não estavam na mira do DEA: Tijuana foi confiada aos irmãos Arellano Félix, Miguel Caro Quintero ficou com a região de Sonora, para os irmãos Carrillo Fuentes a Ciudad Juarez, Juan García Ábrego foi delegada a rota de Matamoros, à Costa do Pacífico passa para os cuidados de Joaquin García Ábrego – El Chapo. As peças do tabuleiro se movem. Nascem neste momento os carteis mexicanos, tais como conhecemos hoje. Numa discreta reunião, sentados numa mesa, os carteis decidem sobre preços e estratégias. Mas também na guerra.

Quatro anos após a morte tirana de Kiki, Rafael Caro Quintero, Ernesto Fonseca Carrillo e El Padrino são presos. Possivelmente, Camarena identificou a estrutura da cadeia produtiva é complexa, não basta prender os múltiplos pequenos traficantes locais, a cerne do tráfico está com os empresários da droga. A burguesia do crime não reside nas favelas.

> As decisões tomadas durante a reunião de Acapulco, poucos meses antes de El Padrino ser preso, fizeram crescer as organizações, mas, sem a direção e a autoridade reconhecida do chefe, começou uma disputa territorial ferocíssima entre os que haviam ficado soltos. Os cartéis começaram a guerrear já no início dos anos 1990. Uma guerra deflagrada longe dos ecos midiáticos, já que muito pouca gente acreditava na existência de cartéis do narcotráfico. No entanto, à medida que o conflito se tornava mais sanguinário, o nome de seus protagonistas conquistava fama e popularidade. (SAVIANO, 2013, p. 28).

O petróleo preto é combustível das máquinas, o petróleo branco é combustível de corpos. A economia do crime é sinônimo de liquidez imediata. O capitalismo é cíclico, passa por crises. Mas a crise não destrói, fortalece. Se ignorarmos os capitais ilícitos, a análise dos ciclos capitalistas se torna frágil e equívoca. O petróleo branco abre caminho para o big bang: Para desvendar a economia do novo mundo, precisamos entender a Colômbia, o Peru, a Bolívia, o Brasil e, o México. Não existe mercado global sem sistema financeiro.

ANÁLISE CONCLUSIVA

O mundo das drogas tem sido investigado por diversas vertentes. De imediato, não é possível dissociar as drogas à existência humana, tampouco da economia. Assim, realizar uma análise histórica em relação aos principais carteis de drogas implica questionar os (não) limites do capital. É preciso assumir a cocaína como mercadoria. Mercadorias não somem, se transformam. São criadas pelo homem e os mercados passam a intermediar e determinar a vida humana, tais como Deuses. A primeira conclusão aponta para o fetichismo da mercadoria.

O Estado dita as regras do jogo, mas para quem faz parte dele. Em primeira instancia, o proibicionismo tira do Estado o poder de controlar as drogas, além da perda de arrecadação. Do outro lado: Os narcos seguem sua busca por lucros extraordinários à luz da moeda do poder, numa face o medo, na outra o respeito. A fama sanguinária pode impor medo entre os inimigos, mas não gera respeito. O diálogo é substituído pela guerra, que vira ferramenta de dominação, mas não de solução.

O encarceramento em massa se agrava com o passar do tempo, os EUA possui a maior população carcerária do mundo e, abriga o maior mercado consumidor de cocaína. Fato que coloca em xeque a estratégia de guerra contra as Drogas. Os empresários da droga, compram políticos, polícia, gerenciam seu negócio à luz das instituições. A liquidez imediata é essencial para a proteção do mercado financeiro, vale lembrar, o período de ascensão do narcotráfico na América Latina coincide com a onda neoliberal entre os governos sul-americanos nos anos 90. Entre o Estado e o narcotráfico, não existe uma relação de conflito, é uma relação de paralelismo. Assim, chegamos ao seguinte questionamento: É possível exterminar drogas (ilícitas) ou precisamos aprender a conviver com elas?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, Gary S. Crime and punishment: An economic approach. The Journal of Political Economy. 1968, 76 (2), p. 169-217.

CLOSS, Maria Bernardes. Narcotráfico e Violência na Colômbia: uma análise a partir dos processos sociais e políticos do Estado colombiano (1970-2000). In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES ITERNACIONAIS, 6., 2017, Rio de Janeiro. Anais [...]. Belo Horizonte: Ufmg, 2017. p. 1 - 18.

COSTA, Pedro Henrique Antunes da. Por Um (Outro) Mundo Com Drogas. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

FERREIRA, Gabriela da Silva. Economia Política Das Drogas: Uma análise da geopolítica do tráfico da cocaína. 2020. 116 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia Aplicada, Economia, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2020.

FERREIRA, Pedro Eugênio M; MARTINI, Rodrigo K. Cocaína: Lendas, história e abuso. Revista Brasileira de Psiquiatria, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p.96-99, set. 2001.

HARVEY, David. Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins, 2014. Tradução de: Jeferson Camargo.

KOPP, Pierre. A Economia da Droga. Bauru: Edusc, 1997.

RODRIGUES, Thiago. Narcotráfico e Militarização nas Américas: Vício de Guerra. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 2012, n. 1, p.9-41, jun. 2012.

SAVIANO, Roberto. Zero Zero Zero. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SOMOZA, Alfredo. Coca, Cocaína e Narcotráfico. São Paulo: Ícone Editora, 1990.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. ONU. World Drug Report 2020. Vienna: United Nations Publication,, 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

A disciplina do tempo de trabalho abstrato no Auxiliador da Industria Nacional

Givanildo Belarmino da Silva Júnior

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

A disciplina do tempo de trabalho abstrato no Auxiliador da Industria Nacional

The discipline of abstract labour time in the Auxiliador da Industria Nacional

Givanildo Belarmino da Silva Júnior [1]

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar alguns breves apontamentos a respeito das transformações na disciplina do trabalho escravo, frutos da divisão internacional do trabalho consolidada no período da *segunda escravidão*, a fim de contribuir com a historiografia a respeito da hegemonização do trabalho abstrato como metabolismo social do capitalismo e da dominação temporal do capital, a partir de uma pesquisa documental de artigos publicados no periódico *O Auxiliador da Industria Nacional*[2].

Palavras-chave: *Disciplina do trabalho, segunda escravidão, trabalho abstrato, dominação temporal, divisão internacional do trabalho.*

Abstract

This article aims to present some brief notes regarding the transformations in the discipline of slave labor, resulted from the international division of labor, consolidated in the period of *second slavery*, in order to contribute to historiography about the hegemonizing of abstract labor as the social metabolism of capitalism and the temporal domination of capital, based on documental research of articles published in the journal *O Auxiliador da Industria Nacional*.

[1] Universidade Federal do Vale do São Francisco

[2] Será utilizado o itálico para indicar títulos de obras e expressões e conceitos autorais, que serão seguidas de sua referência bibliográfica e termos do português grafados segundo a ortografia da época.

Keywords: *Discipline of labor, second slavery, abstract labor, temporal domination, international division of labor.*

***

Introdução

O capital, o "valor que se valoriza" (MARX, 2013, pp. 255-275), rege todas as formas de relação na sociedade mediada pela mercadoria. Conforme nos mostra Marx n'*O Capital*, sob essa forma de metabolismo social, o valor "passa constantemente de uma forma a outra, sem se perder nesse movimento e, com isso, transforma-se no sujeito automático do processo" (MARX, 2013, p. 229-230). Mercadoria e dinheiro são apenas formas dessa substância em processo que se autonomiza, produzindo uma forma de dominação abstrata. Essa forma de dominação abstrata se dá através da dominação temporal do capital. Mas esse caráter fantasmagórico do "valor que se valoriza" tem uma gênese histórica, uma vez que o atributo de sujeito histórico do capital consiste "na dominação das pessoas por estruturas sociais abstratas constituídas pelas próprias pessoas" (POSTONE, 2014, p. 46). Essa dominação deve ter, então, um fundamento social.

Este fundamento social é constituído por relações de dominação que, no momento da acumulação primitiva de capital, dependeram de uma brutal expropriação dos meios de produção, para esvaziar camponeses e artesãos de seus meios de reprodução material na metrópole do capitalismo. Nas colônias americanas, por sua vez, esse processo de despossessão significou servidão escravista e a imposição da divisão social do trabalho capitalista à revelia dos modos de vida tradicionais de povos originários e de africanos sequestrados de seu continente no tráfico atlântico. Assim, a escravidão cumpriu um papel crucial para a consolidação do modo de produção capitalista, servindo como força motriz do processo de extração de matérias-primas para as metrópoles. É seguro dizer que não haveria capitalismo sem escravidão. Porém, esse processo se deu de forma descoordenada nos primeiros séculos do capitalismo, antes que as formas de relação de trabalho assalariado se tornassem hegemônicas no centro do capitalismo.

É com o processo da revolução industrial que a escravidão se torna parte de um sistema mundial, em que as colônias assumem um papel, não mais de mera fonte de acumulação de riquezas para as metrópoles, mas de polos de extração de matérias-primas cruciais para a reprodução da força de trabalho do proletariado nascente no coração do capitalismo (TOMICH, 2011, pp. 21-52; Tomich vale-se, também, da pesquisa historiográfica do antropólogo Sidney Mintz, em *Sweetness and Power*, em especial os elementos concernentes à produção de açúcar, tese desdobrada posteriormente por Marshall Sahlins em *The Sadness of Sweetness*). A escravidão se torna parte integrante do processo de produção industrial. Os escravizados eram trazidos para as Américas para trabalhar na produção do açúcar (MINTZ, 1985, pp. xv-xxx), necessário para garantir as calorias necessárias ao trabalho industrial, o café, necessário como estimulante para suportar as longas jornadas de trabalho nas fábricas e o algodão, matéria-prima das vestimentas de baixo custo dos trabalhadores, além de outros itens básicos à reprodução da força de trabalho do proletariado europeu.

Interessantemente, é após a proibição do tráfico negreiro pela coroa inglesa, no início do século XIX, que cresce exponencialmente o comércio de escravos. Mais africanos foram sequestrados do seu continente nesse período do que em todos os três séculos anteriores. O Brasil, junto de Cuba e EUA, é um dos países centrais desse processo que alguns autores intitularam *segunda escravidão* (TOMICH, 2011, pp. 81-97), que foi um elemento crucial na formação do mercado mundial capitalista. É claro que essa força de trabalho, agora parte do processo mundializado de produção industrial de mercadorias, precisava se adequar à disciplina da divisão social do trabalho e do seu regime temporal.

No Brasil, a disciplina do trabalho já era uma preocupação desde o século XVIII, ainda com a administração jesuítica dos escravos (MARQUESE, 2004, pp. 19-83). Com a expulsão dos jesuítas e as reformas liberais do Marquês de Pombal, que tinham o objetivo de mitigar o déficit da balança comercial de Portugal, incrementando sua economia através do comércio metrópole-colônia, dinamizando a produção escravista na

América Portuguesa, esse tema interessou à *ilustração luso-brasileira* (MARQUESE, op. cit., pp. 129-167). Alguns nomes dessa tradição foram José Caetano Gomes, Manuel de Arruda Câmara e Luís dos Santos Vilhena. A diferença entre os escritos produzidos pelos jesuítas e pelos ilustrados luso-brasileiros era que os jesuítas buscavam mudar os costumes dos senhores de escravos, enquanto a ilustração luso-brasileira procurava aumentar o rendimento senhorial.

O esforço intelectual de produzir uma obra sistematizada sobre a gestão do trabalho escravo, no entanto, se consolida no século XIX, principalmente diante do espectro de São Domingos. O terror de uma revolução escrava inspirou um brutal recrudescimento na repressão contra fugas e revoltas de escravos. É entre as décadas de 1830 e 1840 que surgem os manuais de fazendeiro. Estes manuais davam ênfase à organização do trabalho escravo, com a distinção crucial em relação aos escritos anteriores, por serem elaborados pelos próprios feitores ou pessoas que tinham contato direto com o cotidiano das fazendas. De tais manuais, podemos destacar duas obras principais: a obra de Carlos Augusto Taunay e a de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck.

Os manuais de fazendeiro de Taunay e Werneck fizeram parte de um esforço editorial da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional (SAIN), surgida em 1825, como forma de consolidar a produção de mercadorias num Brasil que se inseria no mercado mundial, um processo que se desenhava desde o final do século XVIII e chegava ao seu ápice de internacionalização com a revolução industrial do século XIX. Durante os anos 1833 e 1896, a SAIN organizou um periódico, *O Auxiliador da Industria Nacional*, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento industrial do Estado Imperial brasileiro. Vale ressaltar que, nesse contexto, indústria se refere a qualquer tipo de produção de mercadorias, seja através da agricultura ou maquinário industrial propriamente dito. Vejamos algumas semelhanças e distinções entre as obras de Taunay e Werneck, além de outros temas que foram debatidos no periódico.

No *Manual do Agricultor Brasileiro* (TAUNAY, 1839), Taunay defendia que a vigilância e a punição eram as únicas formas de garantir a sujeição dos cativos ao regime de trabalho escravo, pois nenhum homem se sujeitaria de bom grado a esse trabalho. E essa vigilância e punição, claro, deveria ser exercida de forma regrada, para evitar que prejudicassem o rendimento do trabalho desses escravos. Interessantemente, o autor se vale constantemente de comparações com a disciplina militar para fazer a defesa da punição dos escravos, defendendo, por exemplo, que a ração deveria ser medida de acordo com as necessidades básicas de um soldado e, sobre as habitações, o autor demonstrava mais preocupação com as condições sanitárias do que espaciais das senzalas.

Relevante para a nossa tese a respeito da dominação temporal do capital é observar que, já nos manuais de fazendeiros, podemos encontrar evidências de uma preocupação com o controle do tempo. Vejamos o que escreveu Taunay:

> Todavia, a porção de trabalho que os senhores devem exigir dos escravos cumpre que seja regulada pelo que fazem os operarios e trabalhadores livres: a respeito do tempo que he razoavel consagrar ao trabalho, a mesma natureza da o seu typo sanccionado pela religião. O homem deve trabalhar seis dias e descançar no setimo. As horas são marcadas pela duração do dia. Hum trabalho activo e continuado, desde que o dia amanhece até que anoitece, com os dous descanços de huma hora para almoço e duas para jantar he o quanto se póde exigir diariamente da força humana, sem risco da saude. Comtudo, no inverno, hum serão até as nove horas, occupado em trabalhos caseiros, póde ter lugar sem inconveniente (TAUNAY, 1839, p. 11).[3]

E por que o tempo tem tal primazia na disciplina e administração do trabalho escravo? Recorro aqui ao clássico ensaio de E. P. Thompson, *Tempo, Disciplina de Trabalho e Capitalismo Industrial* (THOMPSON, 1998, pp. 267-304). O tempo orientado por tarefas é típico de um modo de vida onde relações de trabalho e relações da vida cotidiana são misturadas. A noção do tempo é mais humanamente compreensível e a jornada de trabalho é maior ou menor de acordo com a necessidade diária. A partir do momento em que se estabelecem as relações de trabalho assalariado, o tempo não é mais usado, ele é gasto. Tempo é dinheiro: o tempo despendido nas tarefas do trabalho é o que

[3] Nas citações diretas das obras do século XIX, preservei a grafia original do português da época.

o empregador compra com o salário e a disciplina do trabalho é necessária para garantir que esse tempo não seja desperdiçado. Nessa lógica, a prioridade ontológica não é mais da tarefa em que se despende tempo, mas o valor do tempo traduzido em dinheiro. Isso porque o tempo é a unidade lógica mais básica de medida do valor, a notação do tempo permitiu mensurar a quantidade de trabalho socialmente necessário incorporada na produção de uma mercadoria.

Com o advento da *segunda escravidão*, também à mão de obra escravizada era imposto um duro regime de disciplina do tempo, conforme evidenciado acima no trecho de Taunay. É claro que essa disciplina de trabalho dependeria, também, de uma vigilância sobre os escravizados. Aqui, citamos Werneck, em sua obra *Memória sobre a Fundação de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro* cuja tônica da orientação a respeito da vigilância do trabalho pode se depreender do seguinte trecho:

> o administrador, meia hora antes de romper o dia, deve mandar tocar a chamada, à qual acodem de pronto, e a um ponto já designado toda a escravatura dos diversos trabalhos; formam-se com separação dos dois sexos, e por altura, ficando os mais altos à direita, e as mulheres defronte os homens. Os feitores tomam o centro; passa-lhe uma revista para ver os que faltam, tomando nota se por doentes, se por omissão ou por fuga; dá alta aos restabelecidos do hospital, e recolhe a ele todos os que se acham enfermos; observa se eles têm a ferramenta própria do trabalho do dia, cuja ordem deve ser dada de véspera. Imediatamente os mandará persignar-se e rezar duas ou três orações, seguindo logo ao seu destino com o feitor na retaguarda (WERNECK, 1985, p. 63-64).

Nos escritos de Werneck também é possível constatar recomendações a respeito da organização da moradia e da vigilância noturna para cuidar que os escravos não conversassem entre si.

Mas nem só de punição era feita a docilização dos corpos dos escravos. Retornando brevemente a Taunay, o autor também aconselha aos fazendeiros que a punição constante pode gerar tensões, que os castigos físicos deveriam ser complementados com a doutrinação religiosa católica, aproveitando a ocasião do descanso aos domingos para inculcar nos escravos a subserviência e resignação, para que sejam abençoados. Após as missas, poderiam praticar seus ritos, com a cachaça ficando

por conta dos senhores, para evitar que os escravos fossem às tavernas, que eram proibidas e duramente reprimidas. Taunay também recomendava a premiação de escravos obedientes e mais produtivos, promovendo-os a feitores inferiores, cargo evidenciado por uma vestimenta diferenciada, trabalhando lado a lado com os outros para servir como exemplo.

A respeito da família escrava, Taunay pensava que seria conveniente que estes não se reproduzissem, mas que, já que isso não era possível, era importante a disciplina, assim, tendo o senhor de escravos assegurado uma descendência entre a sua propriedade viva para que se reproduzissem enquanto força de trabalho, transmitindo a servilidade que lhes foi ensinada, se assim o senhor de escravos os houvesse bem instruído. Tudo isso Taunay defendia com inspiração nas propriedades jesuíticas do século anterior. Com isso, ele buscava constituir entre os negros uma comunidade "civilizada", seguidora das tradições e costumes cristãos, que teriam, a princípio, de ser inculcadas, mas que, com o tempo, se reproduziriam por si só, passando o exemplo dos mais velhos para os mais novos (TAUNAY, 1839, pp. 15-16).

Ao mesmo tempo, os escritos de Werneck e Taunay e o "espírito" de organização do trabalho que representavam surgem num contexto onde o tráfico negreiro fora proibido e que, apesar disso, crescera exponencialmente. Esses escritos também surgem no contexto em que, apesar do decreto de ilegalidade do tráfico negreiro ter sido derrotado na prática, com o tráfico crescente a despeito da lei, o fim do tráfico negreiro era uma questão de tempo. Nesse sentido, foi apresentado um projeto de lei que mudaria o regime sesmarial, alterando a lei da posse das terras de concessão régia para a venda, preparando o terreno para a imigração com a lei de terras aprovada em setembro de 1850. Então, as obras de Taunay e Werneck serviriam como uma espécie de manual preventivo para os senhores de terra, para o aumento no preço da mão de obra escrava que acompanharia o fim do tráfico transatlântico, por isso se insistia na reprodução doméstica dos escravizados.

Os administradores do trabalho escravo e livre no Brasil tinham algumas preocupações e interesses em comum: a proletarização da mão de obra livre, a disciplina do trabalho e da vida social em geral dos escravizados e da população livre empobrecida, as discussões morais a respeito do trabalho que perpassaram, também, o processo de disciplinarização do trabalho nas experiências capitalistas clássicas nos países centrais, a disseminação das melhores técnicas e práticas de trabalho para o fomento da indústria nacional, a instrução para o trabalho fabril, a mecanização do trabalho nos campos e na indústria, em suma, uma necessidade geral de reorientar a sociabilidade no território nacional a um modo de vida mediado pelo trabalho assalariado, uma sociabilidade guiada pelo trabalho abstrato. Essas preocupações se faziam presentes nos artigos do *Auxiliador*.

Dizia João Silvestre Rebello,[4] um dos autores publicados no periódico: "Que proveito se não tira do trabalho quando se estuda por princípios e se fazem as cousas com cálculo, divisão de tempo, e de serviço, *methodo* e *systema*?" (O AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL, 1834a, p. 131). Nessa tônica, os autores do periódico mostravam-se muito engajados na aplicação de princípios fundamentais da economia política. Sobre a divisão social do trabalho, por exemplo, temos as palavras de Januário da Cunha Barboza:

> A divisão do trabalho facilita as operações, e *aperfeiçôa* os *productos*. Esta verdade torna-se muito mais *sensivel* quando a *producção*, sendo o resultado de *dous* processos *differentes offerece difficuldades* a quem só tem proporções para *hum delles*, principalmente no começo de qualquer *industria*, pois que a sua pratica, ainda que *facil* não está bem *vulgarisada*. [...] Por isso, a separação entre o lavrador e o fabricante, nesta *industria* nascente me parece indispensável. [...] Os que *plantão* o trigo não são os que o reduzem á farinha; e eu não duvido que quando os Srs. de Engenho se converterem em *méros* fabricantes de *assucar*, dividindo as suas terras por colonos que as cultivem, *venhão* a ter bom lucro de seu trabalho, porque também *cassão* as grandes *despezas indispensaveis* ás suas grandes plantações (O AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL, 1834b, pp. 267-268)

[4] No periódico, José Silvestre Rebello assina como "J.S.R.". Através de outros artigos do mesmo periódico, foi possível identificar o nome completo do autor.

Todo esse espírito de organização do trabalho para a industrialização, a substituição de mão de obra e o discurso do desenvolvimento econômico para a autossuficiência produtiva do país se observa nos diversos artigos contidos em *O Auxiliador da Industria Nacional*, desde a sua primeira década de publicação. Além disso, se destacam as fervorosas discussões a respeito da abolição da escravidão, que oscilavam de arroubos iluministas a respeito da dignidade humana ao mero pragmatismo de que um país de população majoritariamente escravizada não poderia realizar o capital de forma satisfatória para a incipiente burguesia nacional.

Nesse campo, são constantes as discussões sobre a melhor forma de tratar os escravos para não depreciar seu valor como força de trabalho, sem abrir mão, é claro, da vigilância, punição física e criminalização de fugas e revoltas de escravos. Dizia o mesmo José Silvestre Rebello sobre essa questão:

> *Obediencia*, cuidado com a execução do mandado, bons costumes e pacificação, são *actos* que se exigem definitivamente. Qualquer falta na execução destas regras *he* castigada *prompta* e moderadamente. A convicção de que o castigo segue a falta *he* geral, e provada pela experiencia, e que a justiça *he exactamente distribuida*. Nunca o castigado desconfia que o punem por *caprixo*. [...] *desobediencia*, fugidas e desordens, ou barulhos são cousas *rarissimas*, e, portanto, *he* cousa *tambem* rara o haver na fazenda algum castigo exemplar; o mais que se vê são pequenas punições por algumas *inexactidões* no serviço. [...] Tanto a indulgencia, como a severidade levados a extremo são *fataes* em seus *effeitos*. A nossa refinada policia, e as nossas excessivas legislações são *inapplicaveis* ao temperamento dos escravos. Simplicidade em todos os *actos he* o que *elles comprehendem*. [...] Os resultados do meu *methodo* são divisão do trabalho com relação ás forças dos trabalhadores e dispensar *huma* vigia *perenne*. (O AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL, 1835, p. 16)

Já em outro artigo de provável autoria do coronel de engenheiros Reynaldo Oudinot[5], extraem-se alguns apontamentos a respeito do regramento na punição dos escravizados e de sua docilização através da doutrinação religiosa e a cessão de terras

[5] Segundo nota do redator.

para cultivo nos dias de descanso para, assim, prendê-los à terra em que serviam. Assim descreve ele o sofrimento e a revolta dos escravizados e o *banzo* dos africanos:

> A triste condição de um escravo expatriado implorava o auxilio da humanidade para serem tratados com mais doçura e indulgencia, pelos *vicios* que *n'elles* se encontram, *occasionados quasi* sempre pela sua crassa *ignorancia*, defeitos da má educação, e pelos sentimentos *oppostos*, que lhe inspira a diversa Religião em que nasceram, a lembrança da sua *patria*, que lhe *fórma horrives* fantasias contra a escravidão, que os atormenta e *afflige*. (O AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL, 1840, p. 263)

Descreve, também, a necessidade do regramento nas punições físicas e o papel da polícia em vigiar os senhores que "abusam" da punição para que não se deprecie a mão de obra escravizada, além de atentar para possíveis fugas, revoltas e formações de quilombos. Diz ele:

> Não deve jamais ser *indifferente á Policia* o tratamento *deshumano* dos escravos, pelo próprio interesse dos senhores, e conservação das suas propriedades, como pelo bem geral do Estado, pois que as matas se vão, povoando de *innumeraveis* enxames de escravos descontentes e viciosos, que um dia poderiam tomar vingança da barbaridade dos seus duros senhores, e causarem explosões *horriveis* e *lamentaveis*. (id. ibid., p. 264)

Alguns problemas em relação à proletarização da população livre branca preocupavam os autores, que os viam como uma questão fundamentalmente de falta de instrução. E, assim, desde já discutiam a necessidade da criação de escolas para a educação dos populares, em especial sua instrução para o trabalho, como segue trecho de artigo de 1843, da seção "Do Panorama", sem autoria indicada, que diz:

> Ha grande espaço entre as disposições *d'espirito* de qualquer *joven* quando tem a ventura de ser mandado para *hum collegio*, e o operário a quem a necessidade de se preparar para aprender qualquer *officio* conduz a *huma eschola* industrial. [...] O que mais do que tudo *desejâmos he* que se *organise* a educação primaria e que amplamente se derrame. Seria o primeiro passo que se daria para semelhar a educação do povo á que *commummente* tem as pessoas abastadas. (O AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL, 1843, p. 22)

À guisa de conclusão, denota-se dos manuais de fazendeiro de Taunay e Werneck e dos artigos extraídos do Auxiliador que o disciplinamento e a vigilância do ritmo e do

tempo de trabalho e a punição como forma de impor esse regime temporal diferenciado do trabalho abstrato foram preocupações iniciais dos gestores do trabalho escravo no Brasil do século XIX. Impõe-se como tarefa posterior a esse breve artigo investigar de que maneira tais esforços foram ou não bem-sucedidos no sentido de fomentar a acumulação de capital no Brasil para a sua posterior industrialização.

Referências bibliográficas

MARQUESE, Rafael de Bivar. Feitores do Corpo, Missionários da Mente. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MARX, Karl. O Capital: crítica da Economia Política. São Paulo: Boitempo, 2013

MINTZ, Sidney. Sweetness and Power. Londres: Penguin Books, 1985.

O AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL. "Reflexões extrahidas de hum Relatório feito á Sociedade de Agricultura de Antigua". Ano II. Nº 5. Rio de Janeiro: Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional. 1834a. pp. 129-141.

O AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL. "Memoria sobre a vantagem, necessidade, e meio mais prompto de propagar a cultura e manipulação do Chá". Ano II. Nº 9. Rio de Janeiro: Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional. 1834b. pp. 262-273.

O AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL. "Agricultura - Continuação da Descripção de dous Engenhos d'Assucar na Georgia". Ano III. Nº 1. Rio de Janeiro: Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional. 1835. pp. 1-17.

O AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL. "Economia Rural - Observações sobre a agricultura no Brasil". Ano VIII. Rio de Janeiro: Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional. 1840. pp. 256-304.

O AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL. "Economia Social. Obstaculos que se oppoem ao aperfeiçoamento da Industria". Nº 1, janeiro de 1843. Rio de Janeiro: Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional. 1843. pp. 20-23.

POSTONE, Moishe. Tempo, Trabalho e Dominação Social. São Paulo: Boitempo, 2014.

SAHLINS, Marshall. “The Sadness of Sweetness”. Current Anthropology. vol. 37, n. 3, junho de 1996, pp. 395-428, Chicago: The University of Chicago Press.

THOMPSON, Edward Palmer. Costumes em Comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TAUNAY, Carlos Augusto. Manual do agricultor brasileiro. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., 1839.

TOMICH, Dale. Pelo Prisma da Escravidão: Trabalho, Capital e Economia Mundial. São Paulo: EdUSP, 2011.

WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. Memória sobre a Fundação de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro (1847-1878). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa - Brasília, Senado Federal, 1985.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

A decadência relativa da indústria do Rio de Janeiro (1907-1939)

Guilherme Barreto

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

A decadência relativa da indústria do Rio de Janeiro (1907-1939)

The relative decay of Rio de Janeiro's industry (1907-1939)

Guilherme Barreto[1]

Resumo:

Propomos nesse artigo uma análise de como a cidade do Rio de Janeiro se estruturou, sobretudo entre a segunda metade do século XIX e a Primeira Guerra Mundial, como principal centro industrial do Brasil e como, progressivamente, e a partir das primeiras décadas do século XX este cenário se modificou. Porém, também buscamos discutir se houve, de alguma forma, a decadência industrial, ou se uma perda de competitividade frente a outros entes federativos.

Palavras-chave: Indústria; Rio de Janeiro; Modernização; Hegemonia; Diversificação

Abstract:

We propose in this article an analysis of how the city of Rio de Janeiro was structured, especially between the second half of the 19th century and the First World War, as the main industrial center in Brazil and how, progressively, and from the first decades of the 20th century this scenario has changed. However, we also seek to discuss whether there was, in some way, industrial decay, or if there was a loss of competitiveness against other states of federation.

Key words: Industry; Rio de Janeiro; Modernization; Hegemony; Diversification

[1] Doutorando em História Econômica (PPGHE – USP).

***

Ao longo de sua história, a cidade do Rio de Janeiro se constituiu como o grande centro econômico e político do país, seja como importador de bens europeus, seja como o principal porto exportador de ouro, café, e outros produtos. Este processo se intensificou com a vinda da Corte portuguesa para o Brasil e o início do período Imperial, ampliando ainda mais sua preeminência diante das demais regiões do país.

Assim, a então Corte do Império se constituiu solidamente como o principal centro industrial do país, ficando tal situação explícita, sobretudo, na segunda metade do século XIX. Isto posto, neste artigo objetivamos uma compreensão sobre como após esse importante momento do processo de industrialização brasileiro, a cidade do Rio de Janeiro perde progressivamente a hegemonia industrial nacional, logo nas primeiras décadas do século XX.

Com a vinda da Corte portuguesa em 1808, o Brasil se abriu para o século XIX. Algumas iniciativas anteriores facilitaram o processo, como por exemplo o decreto de 1801, que isentou de tarifas a entrada de ferro no Brasil e permitiu a sua livre exploração. Mas o destaque óbvio fica para o alvará de 1º de abril de 1808, que permitiu o estabelecimento de manufaturas e fábricas no Brasil, e "promovia liberdade para as 'manufaturas e indústrias em todo o Estado do Brasil e nos Domínios Ultramarinos', quebrava o monopólio português e invertia a política protecionista de D. Maria" (ARRUDA, 2008: p. 75-6). Somaram-se a isso algumas providências tomadas pelo Príncipe Regente no sentido de equipar a colônia com as instituições administrativas consideradas indispensáveis à formação de um Estado.

Junto com a Corte, chegam ao Brasil os funcionários europeus que serviam à Rainha e ao Príncipe Regente. A chegada desse séquito contribuiu para um salto na qualidade da fabricação de bens produzidos no país. Somou-se ao Alvará de 1808, o de 1809, que criou condições para o crescimento da indústria, concedeu isenção aduaneira para a entrada de matérias-primas indispensáveis às fábricas e isentou de impostos a exportação de produtos manufaturados. Ademais, garantiu exclusividade aos fabricantes brasileiros na confecção de fardas das tropas reais e o privilégio de exploração durante

14 anos para inventores, após o registro do seu invento[2]. Percebe-se assim, a preocupação de D. João em incentivar, sobretudo, a indústria têxtil. Esta postura, porém, não ficou livre de críticas, por considerá-la demasiadamente onerosa, uma vez que a implantação de manufaturas dependia da importação do maquinário necessário[3] (BARBOSA, 2007: p. 12).

Entretanto, a derrocada da política protecionista não tardou, se consumando com os tratados de 1810[4] assinados com a Inglaterra, que possuíam expressivo caráter desacelerador para o crescimento industrial.

> A mudança foi tão abrupta que exigiu de D. João uma explicação aos súditos portugueses que, a distância, somente poderiam ver nas medidas adotadas um contrassenso. Isto explica o manifesto de 7 de março de 1810, dirigido ao Clero, à Nobreza e ao Povo de Portugal, em que tenta justificar o inexplicável acordo com a Inglaterra (ARRUDA, 2008: p. 76).

Se reafirmou assim, a vocação agrícola não só do Brasil, mas também da metrópole

> "(...) pois as 'manufaturas nunca até aqui no Reino prosperaram... apesar dos gloriosos esforços dos senhores Reis meus predecessores'. Portanto, enganaram-se os que acreditaram nas possibilidades de desenvolvimento manufatureiro em detrimento da agricultura" (idem)

Esta medida foi um duro golpe nas possíveis pretensões industriais coloniais, sendo descrita por Alan Manchester da seguinte forma, "Em 1808, a colônia foi emancipada economicamente da metrópole decadente; em 1810, ganhou uma rica madrasta" (1973: p. 93)

---

[2] Esse foi o primeiro esforço por parte do governo para garantir a propriedade intelectual no país. Vale ressaltar que este Alvará não diferenciava a figura do inventor do introdutor, ou seja, o criador da invenção poderia não ser o mesmo que a trouxe para o país. Apesar de bem simples, este Alvará será o alicerce das leis posteriores sobre o tema, outorgadas em 1830 e 1882, sendo a última a mais completa do período Imperial. (MALAVOTA, 2011)

[3] Dentre os críticos destacamos a eminente figura de José da Silva Lisboa, primeiro Visconde de Cairu, que ocupou diversos cargos na administração econômica e política do Brasil após a instalação da Corte no Rio de Janeiro, em 1808, incluindo Deputado da Real Junta do Comércio e Desembargador da Casa da Suplicação. (ARRUDA, 2014)

[4] A saber, Tratados de Aliança e Amizade e Comércio e Navegação. Nestes constou que os direitos aduaneiros sobre as mercadorias inglesas eram de 15%, ou seja, 1% a menos do que incidia sobre os produtos portugueses; em relação aos produtos de outras nações, estas tarifas chegavam a 24%. (ARRUDA, 2008)

Sem ter como concorrer diretamente com a grande oferta de produtos importados, vindos de maneira preponderante da Europa, as manufaturas brasileiras se esforçaram para fornecer à população local bens de consumo diários mais baratos. Assim, seguindo as tendências trazidas do exterior, as manufaturas passaram a produzir de maneira mais expressiva peças de vestuário, como sapatos, chapéus, rendas, bordados e tecidos (MAUAD, 2007: p. 107).

Durante a primeira metade do século XIX é nítida a dependência do Brasil em relação ao mercado exterior. Para muitos autores, o sistema escravista respondeu pela situação periférica do país, exportando produtos agrícolas para as economias europeia e norte-americana,

> Como a maioria dos países "novos" de expansão europeia, o Brasil participou muito cedo do processo de industrialização barganhando matérias-primas e gêneros alimentícios por artigos manufaturados importados. Nessa troca o Brasil tirava proveito dos seus ilimitados recursos naturais e da sua mão de obra barata, mas provocava também o desaparecimento ou a limitação das indústrias manuais do país (DEAN, 1975: p. 251).

A indústria só passa por uma mudança significativa com a adoção da tarifa Alves Branco em 1844. Esta medida tarifária, agiu aumentando as taxas aduaneiras para 30% sobre produtos importados sem similar nacional, e até 60% sobre produtos com similar nacional. Abrangendo cerca de três mil itens importados, despertou fortes protestos não apenas dos empresários britânicos, afetados com esta medida, mas também dos importadores no Brasil e das classes mais abastadas, que passaram a pagar mais caro pelos itens importados que consumiam. Este aumento perdurou até meados da década de 1860, quando o governo imperial, pressionado por diferentes grupos de poder, promoveu uma redução das tarifas. Mesmo sendo insuficiente para uma proteção eficaz, e tendo como principal objeto o aumento das receitas imperiais, esta medida acabou tendo um efeito protecionista quando aumentou a taxação, principalmente dos produtos ingleses (LUZ, 1975).

Duas guerras contribuíram para o desenvolvimento econômico brasileiro na segunda metade do século XIX: a Guerra Civil nos Estados Unidos, que estimulou o plantio de algodão no nordeste do Brasil, e a Guerra do Paraguai, que impulsionou a

indústria têxtil, algo que não acontecia de maneira expressiva desde os incentivos joaninos do início do século XIX. Além disso, a Guerra do Paraguai mobilizou diversos outros setores da economia, como o naval, de produtos químicos, de instrumentos óticos, além do beneficiamento do couro, fumo, vidro e papel (BARBOSA, 2007: p. 17).

Na última década do século XIX, novas tecnologias chegam ao Brasil, como o gramofone e o cinema, se juntando a outras já mais consolidadas, como o telefone. As inovações no fim do século XIX geram uma nova perspectiva nos governantes, que buscam, cada vez mais, identificar suas iniciativas com o futuro, e projetar as tendências a serem seguidas no século XX. No Brasil, Minas Gerais constrói uma nova capital – Belo Horizonte, enquanto São Paulo promovia sua reforma urbana com a abertura da Av. Paulista em 1891 (Idem). Entretanto, de todas as reformas urbanas estabelecidas à época, a de maior relevo foi empreendida na cidade do Rio de Janeiro por Pereira Passos.

A cidade – apesar de possuir a primeira linha de bondes elétricos da América Latina desde 1892, a Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico – ainda dispunha de uma região central emaranhada de ruas estreitas e cortiços. Quando tem início a abertura da Av. Central, os industriais locais corresponderam, modernizando seus métodos produtivos, atualizando seus equipamentos e tecnologias para a produção de edifícios. Obviamente que boa parte disso, inspirado no que havia sido idealizado décadas antes em Paris por Georges-Eugène Haussmann, tanto do ponto de vista urbanístico, quanto decorativo, dos novos aparelhos urbanos instalados com a reforma (Ibidem: p. 21).

Gradativamente, a função comercial de distribuidora que a cidade já exercia assumiu proporções crescentes, e não apenas de produtos importados, mas também aqueles produzidos pela sua própria indústria. A partir dos estudos de Lobo (1978: p. 449) e Levy (1994: p. 134), observamos a alteração da função portuária da cidade, perdendo sua importância como exportador de café, para ganhar como polo distribuidor de artigos importados e como mercado consumidor.

Do ponto de vista industrial, quando o século XX se inicia, a cidade do Rio de Janeiro já contava com um importante parque industrial têxtil: a Companhia de Tecidos Progresso Industrial, em Bangu; a Fábrica de Fiação e Tecelagem Aliança, em Laranjeiras; a Companhia de Fiação e Tecelagem Carioca, a Companhia de Fiação e

Tecelagem Corcovado, ambas no Jardim Botânico; Companhia América Fabril, em São Cristóvão; e a Fábrica de Fiação e Tecidos Confiança Industrial, em Vila Isabel, todas com aproximadamente mil operários (Ver Quadro 1). Com um parque têxtil tão grande, estas fábricas não modificavam somente a moda, mas também costumes, já que seguindo o padrão europeu, no entorno das fábricas eram construídos os bairros operários, com moradias padronizadas e projetadas de acordo com os modelos de construção vigentes (BARBOSA, 2007: p. 21).

Quadro 1 – Número de operários nas maiores indústrias têxteis do Rio de Janeiro

Fábrica	Número de Operários
Companhia de Tecidos Progresso Industrial	1651
Fábrica de Fiação e Tecelagem Aliança	1650
Companhia de Fiação e Tecelagem Carioca	1300
Fábrica de Fiação e Tecidos Confiança Industrial	1350
Companhia América Fabril	1320
Companhia de Fiação e Tecelagem Corcovado	812

Fonte: CIB - Censo de 1907.

Podemos inferir assim, que a virada do século XIX para o século XX correspondeu politicamente a um momento de intensificação dos conflitos de interesses econômicos corporativos. Estes tomaram forma de disputa na própria sociedade civil, na qual os industriais e os negociantes, sejam eles nacionais ou estrangeiros, além de outras frações de classes, buscaram defender seus interesses, principalmente através das entidades de classes, mas também na sua aproximação com os ocupantes dos órgãos públicos (HANSEN e SAES, 2007: p. 56).

Vale ressaltar também que o crescimento industrial do início do século XX se relacionava diretamente ao crescimento urbano que começava a se fazer sentir em diferentes lugares do país. As fábricas empregavam diversos tipos de mão de obra, que gradativamente se adaptavam a um novo modo de vida, como novos hábitos e padrões de

consumo. Tais modificações, decorrentes da grande massa de trabalhadores assalariados urbanos, formaram um mercado cada vez mais relevante para as decisões, e com um maior peso político no cenário nacional deste período.

Como vimos, o Rio de Janeiro se constituiu ao longo do século XIX – sobretudo em suas últimas décadas – como principal centro industrial e comercial do país. Alguns estudos que associam diretamente este processo de industrialização ao capital cafeeiro conectam a decadência do plantio de café no Vale da Paraíba fluminense a um possível declínio do processo industrial carioca pela inexistência desses capitais. Tal visão não é compartilhada por alguns estudiosos da área, sendo importante relembrarmos algumas incongruências observadas em análises anteriores sobre o tema, coisa que já frisou Maria Bárbara Levy

> A abolição da escravidão provocou a decadência de uma classe – a dos barões do café -, mas não da economia do Rio de Janeiro. Além disso, chamam atenção para o entendimento de que, se as fontes estatísticas desagregam a cidade do Rio de Janeiro da economia fluminense, isso não significa que inexistissem os vínculos próprios a uma única região geoeconômica, muito mais fortes que as fronteiras administrativas. Os exemplos mais transparentes dessas íntimas relações podem ser encontrados nos núcleos industriais de Friburgo e Petrópolis, onde a origem do capital é carioca e não fluminense. (LEVY, 1994: p. 134)

Assim, no contexto das primeiras décadas do século XX, a cidade do Rio de Janeiro foi um local de muitas transformações, passando por mudanças urbanísticas e sanitárias idealizadas desde as últimas décadas do século anterior. A ideia de racionalização ressurge em 1901, após o saneamento e modernização de outros centros urbanos, como São Paulo e Buenos Aires, sendo a segunda constantemente evocada pela imprensa "como um exemplo a ser seguido, com seu porto modernizado, suas grandes avenidas e o prestígio da primeira cidade moderna e cosmopolita do continente sul-americano" (BENCHIMOL, 1992, p. 200).

De acordo com Maria Bárbara Levy "Era um esforço de romper com a herança colonial: o progresso, a regeneração estética e sanitária contra o atraso, a antiestética, a sujeira e a doença." (1994: p. 184). Havia um esforço não só do ponto de vista urbanístico, mas também pela justificação sanitária, deslocando as áreas de quarentena, demolindo casas e cômodos e abrindo as ruas estreitas do centro da cidade.

Por isso é possível afirmar que a transição para o século XX foi o momento em que a urbanização se tornou possivelmente, o principal projeto político da elite brasileira. Um momento fundamental para a ideia de modernização do Rio de Janeiro. "Modernização no sentido de uma rápida absorção dos padrões de consumo internacionais, permitindo que nossa elite nacional desfrutasse dos mais modernos aparelhos urbanos do momento, importando-os" (CURI e SAES, 2014: p. 322). Podemos dizer então, que a passagem do século XIX para o século XX, é o momento em que o processo de modernização teve seu desencadeamento histórico no Brasil.

Dessa forma, no início da Primeira República, o pensamento político dominante

> "manifesta-se na crença em um ideal de civilização claramente eurocêntrico, no qual o desenvolvimento econômico aparece como etapas a serem seguidas e que conduzirão à superação natural das 'mazelas herdadas do colonialismo e da escravidão'" (OLIVEIRA, 2009, p. 316 apud CURI e SAES, 2014: p. 314)

A ascensão de Rodrigues Alves à presidência da República em 1902 foi fundamental para aqueles que desejavam tais mudanças para a capital. A remodelação e o saneamento do Rio de Janeiro eram pontos básicos, senão os principais, de seu programa de governo. Esta transformação passava em grande parte pela reforma do porto da cidade, que apesar da sua importância, possuía uma estrutura há muito superada. Isso fica ainda mais evidente após a reforma do porto de Buenos Aires, que fez com este passasse a ter uma movimentação de mercadorias maior que a do Rio de Janeiro (BENCHIMOL, 1992, p. 200).

Além da reforma do porto, o governo federal também encampou diretamente o prolongamento do canal do Mangue e a abertura de três Avenidas: Francisco Bicalho, Rodrigues Alves e Central, que constituía o eixo de todos os melhoramentos urbanísticos projetados com a intenção de

> Transformar a velha, suja e pestilenta cidade colonial portuguesa numa metrópole moderna e cosmopolita, à semelhança dos grandes centros urbanos da Europa e dos Estados Unidos. A literatura cronística e propagandística da época erigiu-a no símbolo fulgurante da "cidade civilizada" que emergia dos escombros da outra, repudiada como a materialização de um passado histórico a ser sepultado. (BENCHIMOL, 1992, p. 227).

A indústria carioca refletia todo o dinamismo presente na cidade. A capital federal constituía um grande mercado de consumo, a cidade portuária através do seu comércio fornecia aos setores industriais fácil acesso a matérias-primas e maquinário importados dos principais centros industriais "os quais passaram a exercer sua supremacia não mais como exportadores de bens de consumo, e sim de bens de capital e tecnologia" (BENCHIMOL, 1992, p. 173).

Um dos principais documentos que demonstram tal preeminência foi o Censo industrial realizado no ano de 1907, como o objeto de ter uma noção mais real das indústrias instaladas no país. Vale ressaltar as possíveis imperfeições presentes no Censo de 1907[5], entretanto alguns dados presentes chamam a atenção.

Primeiramente, a dispersão espacial era nítida, já que são encontrados estabelecimentos representativos, tanto do ponto de vista do valor da produção, quanto do número de operários em quase todas as regiões do país (Ver Quadro 2). Possuindo assim, centros sub-regionais de alguma relevância, além de grandes plantas industriais, sobretudo se considerarmos os estabelecimentos têxteis com mais de 500 funcionários, encontrados em 10 diferentes estados do país (Ver Quadro 2). Tais dados vão de encontro às visões acerca do processo de industrialização brasileiro atrelado quase que exclusivamente ao capital cafeeiro, pois que esta era uma realidade quase que exclusiva – e nem assim única – do estado de São Paulo.

Quadro 2 – Ramos industriais, número de operários e grandes fábricas por estado

Estados	Ramos existentes	Número de Operários	Fábricas com mais de 500 Operários	Fábricas com mais de 1000 Operários
Rio de Janeiro	85	48488	11	6

[5] Deve ser considerado que os editores do censo de 1907 admitiam uma subestimação do valor da produção industrial. Além do mais, os mesmos editores chamavam a atenção para as enormes dificuldades de obtenção de informações detalhadas até mesmo no antigo Distrito Federal (onde ficava situada a sede do Centro Industrial do Brasil), e esclareciam que a cobertura do levantamento era tão mais precária quanto mais distantes estivessem as indústrias dos estados do Rio e de São Paulo (CIB, 1986, vol. III, p.256-273). Exemplos de subestimação foram fornecidos pelos editores para uma série de casos, em especial as atividades industriais da região Nordeste, particularmente, embora não exclusivamente, no que diz respeito à produção de açúcar, álcool e aguardente.

São Paulo	50	24186	4	1
Minas Gerais	35	9408	1	-
Bahia	26	9964	2	1
Paraíba	17	1461	1	-
Alagoas	12	3775	3	1
Sergipe	11	3027	1	-
Maranhão	4	4545	2	-
Pernambuco	31	12042	3	2
Rio Grande do Sul	51	15426	1	-
Santa Catarina	30	2102	-	-
Goiás	20	868	-	-
Pará	22	2539	-	-

Fonte: CIB – Censo de 1907

Em segundo lugar, a preponderância econômica do Rio de Janeiro sobre os demais estados do país era nítida, dado que sozinho respondia por 37,8% do valor da produção industrial do país (GALVÃO, 1991, p. 143-181), sendo nítido o seu papel de vanguarda no crescimento industrial do país. Como critério de comparação, o estado de São Paulo nesse momento detinha 15,9% da produção industrial nacional.

Ainda de acordo com os dados apresentados pelo Censo de 1907, se levarmos em conta somente a cidade do Rio de Janeiro, predominava a indústria de alimentos com 26,7% do total de indústrias. Seguindo-se indústria têxtil com 20,6% e a do vestuário com 15%. Também vale a lembrança da indústria química com 9,4% e o setor metalúrgico associado aos transportes que correspondiam a 9% dos estabelecimentos industriais. (LOBO, 1978: p. 572-6)

Além da representatividade expressa em valores, a indústria carioca ainda era a mais diversificada do país, produzindo com exclusividade 20 dos 98 grupos de produtos que constam no Censo de 1907. A concentração industrial era mais acentuada em alguns setores específicos, como: moinhos de trigo (56% da produção industrial), vestuário (55%), construção naval (53%), bebidas (41%) e tecidos (25%) (GALVÃO, 1991).

Pelos motivos anteriormente citados a capital possuía um grande volume de exportações inter-regionais, e as fábricas têxteis constituíam o setor de ponta da indústria carioca. Aproximadamente metade dessas empresas foram criadas na época do Encilhamento se aproveitando do incentivo à industrialização e da política alfandegária protecionista daquele momento, e a ele conseguiram sobreviver, apesar da especulação desenfreada do período. Isto se deu à boa utilização do encarecimento do produto estrangeiro, o que nos mostra "que o "encilhamento" permitiu, a quem entendia do ramo, ganhar na alta e lucrar na baixa, mesmo sem criar empresas de "papel"" (LEVY, 1994: p. 166)

É importante compreender como a cidade do Rio de Janeiro perde progressivamente o posto de centro industrial hegemônico na primeira metade do século XX. Trata-se de entender como o estado que em 1907 possuía o principal núcleo industrial do país, baseando-se no valor da produção, no número de operários ocupados, no capital empregado e no uso da força motriz (FREITAS FILHO, 2002), com o passar dos anos do novo século, gradativamente viu sua importância no cenário econômico nacional sendo reduzida. Décadas em que se aperfeiçoou continuamente os equipamentos urbanos, se modernizando a principal cidade do Brasil, com um padrão de ponta em relação ao resto do país e incorporando as inovações das sociedades mais avançadas (LESSA, 2000).

Porém, este período de prosperidade e acumulação de prestígio, entre os anos 1920 e 1960, coincidiu com a perda da predominância industrial para São Paulo, pois no período 1907-1939, a contribuição do Rio de Janeiro[6] relativa ao percentual da produção industrial do País se reduzia a quase metade (Ver Quadro 3), se compararmos os anos de 1907 e 1939, passando de 37,8% para apenas 23,9%. Enquanto isso, a participação de São Paulo praticamente triplicava, elevando-se de 15,9% para 43,5% (Ver Quadro 3) no mesmo período apresentado (GALVÃO, 1991).

[6] Dados referentes ao Distrito Federal e ao Estado do Rio de Janeiro somados.

Quadro 3 – Participação dos Estados mais industrializados (%) - 1907, 1919, 1939

Estado	1907	1919	1939
Rio de Janeiro	37,8	28,2	23,9
São Paulo	15,9	31,5	43,5
R.G.do Sul	13,5	11,1	9,8
Pernambuco	7,4	6,8	4,6
Minas Gerais	4,4	5,6	6,7
Bahia	3,4	2,8	1,4

Fontes: CIB – Censo de 1907; Censo de 1919; Censo de 1939

As interpretações tradicionais para a decadência da indústria carioca no cenário nacional consideram alguns fatores como determinantes para isso. A herança escravista da produção cafeeira local (PIGNATON, 1977), assim como a delicada ligação entre as duas atividades econômicas (agricultura e indústria) que, diferentemente do ocorrido em São Paulo, não chegaram a constituir algo próximo a um "complexo cafeeiro" (CANO, 1981). Entretanto, abordagens alternativas, apresentadas por economistas e historiadores econômicos (GUARITA, 1986; LEVY, 1994), têm enfatizado as alterações ocorridas na estrutura dos custos da indústria carioca, especialmente resultantes da elevação nos itens transporte, energia elétrica e salários, responsáveis pela menor competitividade de seus produtos nos demais mercados nacionais.

É importante entendermos que alguns fatores contribuíram de sobremaneira para a expansão industrial da primeira década do século XX. O Convênio de Taubaté foi um deles, a partir do momento em que – com a superprodução cafeeira, se estabeleceu uma crise nos preços do produto – o poder político dos cafeicultores teve a capacidade de "pressionar o sistema a ponto de mudar o jogo político e influir na distribuição de recursos da sociedade de forma a ser beneficiado" (SIEDJAMER, 1972: p. 101). Este apoio à cafeicultura contou com a oposição dos deputados do Distrito Federal, representando os interesses urbanos e seus possíveis reflexos para a cidade. Fora da esfera legislativa, as entidades de classe como a Associação Comercial do Rio de Janeiro, o Centro Industrial do Brasil e o Jornal do Commercio, também demonstravam desagrado com as medidas para subsidiar a produção cafeeira.

Apesar da medida ter um efeito direcionado para a lavoura cafeeira, acabou por ter um efeito positivo para a indústria do Rio de Janeiro. Em um primeiro momento, os investimentos industriais haviam se recuperado em virtude da valorização cambial, que facilitou a compra de máquinas no mercado externo. A partir de 1906, em consequência de um grande aumento nas tarifas, se fortaleceu uma grande quantidade de atividades agrícolas e industriais (LEVY, 1994: p. 189).

As tarifas mais altas conferidas aos bens de consumo não-duráveis, associadas as mais baixas sobre as matérias-primas, utilizadas pelos setores protegidos pelo governo, possibilitou o aumento das margens de lucro do produtor interno, gerando uma reserva que tornou possível a expansão do setor e auxiliando a diversificação da produção entre os anos de 1909 e 1912 (VERSIANI, 1981: p. 1180).

A partir de 1913 as condições da economia já demonstravam sinais de claros de mudança, com a queda dos preços do café e da borracha, deteriorando as reservas de divisas. O início da Primeira Guerra Mundial em 1914, traz diferentes interpretações acerca dos efeitos para a indústria. Muitos autores – como Roberto Simonsen – defendem que o início do conflito, gerando a dificuldade de importações de bens básicos, propicia condições favoráveis à indústria: “as necessidades de consumo, impossibilitado de se abastecer nos únicos mercados fornecedores de então, estimularam o nascimento de uma multiplicidade de pequenas indústrias” (SIMONSEN, 1973: p. 20). Warren Dean fez duras críticas a essa lógica, a partir do momento em que a Guerra dificulta a importação de bens de capital e de insumos industriais, necessária para a expansão do setor industrial à época. (DEAN, p. 91). Esta visão ganha sustentação empírica com os estudos de Suzigan, que corroboram a ideia da dificuldade de importação de maquinaria industrial para o Brasil.

Para Suzigan (1971: p. 91-109), a Guerra associada a outros fatores foi um importante fator benéfico para a promoção da indústria paulista, sobretudo a partir de 1914-15. Primeiramente, as sucessivas revisões das tarifas alfandegárias (principal fonte de receita do Governo Federal) conferindo-lhe caráter marcadamente protecionista, seguidas das dificuldades encontradas pelas indústrias dos países envolvidos na Primeira Guerra Mundial e das naturais restrições impostas ao comércio mundial, fizeram com que

a indústria de São Paulo tivesse novo impulso expansionista, principalmente a indústria de tecidos de algodão, menos dependente das importações, assim como a indústria de calçados.

Para o autor, em resumo, a industrialização de São Paulo teve seu verdadeiro início nos anos de 1930, apesar do incremento observado durante as primeiras décadas do século XX. Até a depressão econômica de 1929 a 33 a indústria se baseava quase que totalmente na produção de bens de consumo, especialmente têxteis e alimentares, aumentando a produção na medida das necessidades crescentes de uma população em rápida expansão, devido principalmente às correntes migratórias internas e externas.

Os fatores que teriam condicionado esse rápido crescimento industrial foram, de acordo com Suzigan:

> A existência de uma classe empresarial forte e organizada; mão de obra especializada, fornecida pela imigração europeia; disponibilidade de capitais; rápido aumento na capacidade instalada de energia elétrica; rede de transportes razoavelmente desenvolvida pela economia cafeeira; e finalmente, um mercado de proporções relativamente grandes, em comparação à outras regiões do País (1971: p. 110).

No caso do Rio de Janeiro, o primeiro conflito mundial gerou uma sólida redução de investimentos no setor. Os dados presentes sobre a produção da indústria no Rio de Janeiro entre os anos de 1914 e 1917 assinalam taxas médias de crescimento bastante inferiores as da indústria brasileira como um todo. Este fato se deve, possivelmente, a associação da indústria carioca ao capital comercial, principalmente ligado às importações, seriamente obstaculizadas pelo conflito (LEVY, 1994: p. 191)

Dessa forma, podemos inferir que o principal momento da expansão da indústria carioca se deu no intervalo entre a segunda metade do século XIX até as vésperas da Primeira Guerra Mundial. Mesmo coincidindo em grande parte, com um momento de grave crise da lavoura cafeeira do Vale do Paraíba, que não pode ser revertido nem mesmo pela política de valorização do café. Esta política gerou efeitos positivos nas zonas novas e já consolidadas, porém não conseguiram ser reproduzidos na retaguarda cafeeira, ficando claro o declínio tanto nas rendas dos produtores, quanto nas receitas públicas na região (MENDONÇA, 1977: p. 162).

O crescimento industrial carioca concomitante à crise da lavoura cafeeira no Vale do Paraíba, demonstra a independência entre os dois setores, sendo o sucesso industrial em sobremaneira decorrente da capacidade de distribuição e sua capacidade de penetração nos principais mercados do país. Essa ocorrência ganha vulto com a perda de vitalidade coincidindo justamente com os primeiros anos da guerra, os mais nitidamente desfavoráveis para essa indústria. Isso se deve às dificuldades do transporte que tornaram as mercadorias da capital mais caras, fazendo com que a cidade perca progressivamente a importância relativa que possuía no país. Este movimento não se dá somente em virtude da ascensão paulista, mas principalmente, da perda de mercados abastecidos pelo Rio de Janeiro (LEVY, 1994: p.192-205).

Algumas indústrias tradicionais, sobretudo no caso da indústria têxtil, ainda conseguem manter taxas de crescimento positivas até 1915, provavelmente em virtude de uma capacidade anteriormente instalada. Após a plena utilização, observamos uma estabilização em razão da dificuldade em importação do maquinário necessário para uma nova expansão, durante o conflito mundial. Assim, o Rio de Janeiro perdeu sua posição preeminente no cenário nacional nos ramos industriais que puderam ser substituídos por matérias-primas nacionais durante a Primeira Guerra. Aqueles em que a sua indústria manteve ou assumiu a liderança industrial foram os que a substituição não poderia ser realizada de uma maneira tão simples, ainda dependendo do abastecimento externo, deixando clara a ligação ainda existente entre os setores importador e industrial (Idem).

Estes estudos têm corroborado que, a partir de 1920, embora fosse inegável a perda de dinamismo de alguns ramos da indústria local, em particular daqueles que, em outros momentos, foram responsáveis pela liderança industrial da então capital, delineava-se, ao mesmo tempo, uma estrutura mais diversificada na produção industrial carioca (FREITAS FILHO, 1986; GUARITA, 1986). Contribuiu para isso o crescimento do mercado interno, orientando os investimentos para os bens intermediários e inclusive, bens de capital. Mesmo os bens de consumo ficaram mais sofisticados, com fibras sintéticas na indústria têxtil, eletrodomésticos, farmacêuticos e perfumaria. Além disso, a ação do Estado também foi importante para o processo já que determinados subsídios,

presentes para produtos que tiveram uma escassez severa nos anos de guerra, foram estendidos para outros setores durante os anos de 1920 (LEVY: op. cit.: p. 192)

Sendo assim, a perda de participação relativa do Rio de Janeiro no cenário industrial do país foi acompanhada por uma maior diversificação na produção local, onde se destacaram as indústrias metalúrgicas, de minerais não metálicos, química e farmacêutica, bebidas, editorial e gráfica, além da construção civil (FREITAS FILHO, 2002). Mesmo que ainda fosse expressivo o peso dos ramos de bens de consumo imediato, os tradicionais produtores de tecidos, vestuário e calçados, já sobressaíam os novos fabricantes de bens intermediários e até mesmo de bens de capital,

> Os estabelecimentos de produtos químicos e farmacêuticos, por exemplo, aumentaram sua participação percentual no valor da produção industrial local de 7% para 20% entre 1920 e 1960. No mesmo período, os fabricantes de tecidos, calçados e alimentos tiveram sua participação, em média de 20%, reduzida para menos de 10% nos mesmos indicadores (FREITAS FILHO, 2002).

Este processo de diversificação industrial pode ser, em grande parte, entendido como algo que estava em sintonia com as transformações que marcaram a vida econômica e social nacional, durante a década de 1920. Por sua vez, a condição particular do Rio de Janeiro, como o principal centro urbano, político, administrativo e cultural do país até o início da década de 1960 – o que só se modifica com a transferência da capital para Brasília – é um dado histórico que, podemos afirmar que de alguma maneira possuiu influência sobre o desenvolvimento da indústria local, e deve ser levada em conta.

Os efeitos da crise de 1929 não se fizeram sentir de maneira significativa na indústria carioca que continuou a crescer com taxas não muito inferiores as registradas ao longo da década de 1920, superior à média nacional. Este fato, mais uma vez, vem demonstrar uma menor dependência em relação a cafeicultura e seus capitais (LEVY, 1994: p. 193). Novamente é necessário ressaltar as especificidades do processo industrial carioca, sendo um equívoco a sua análise sob a ótica do processo paulista.

Outros fatores são colocados como importantes para o processo de perda da hegemonia industrial do Rio de Janeiro, como: 1) a falta de diversidade agrícola da região; 2) a ausência de uma malha ferroviária eficiente para a distribuição da sua produção; 3)

ao atraso na adaptação para uma boa distribuição energética e; 4) ao fato dos salários serem bem acima da média nacional (Idem). Entretanto, algumas dessas premissas não se confirmam quando confrontadas com a realidade.

Um exemplo disso é o fato de a diversificação estar bastante presente no território do Rio de Janeiro, sobretudo a partir da crise da produção cafeeira na região do Vale do Paraíba, no fim do século XIX. Uma série de medidas são tomadas com o intuito de transformar a monocultura extensiva em policultura intensiva, com a "criação de centros agrícolas, saneamento da Baixada Fluminense, inspeção de imigração e distribuição de adubos químicos são exemplos da atuação oficial nesse sentido." (Idem: p. 196). Tais medidas se aprofundam ainda mais durante o governo de Nilo Peçanha, com a redução dos fretes da estrada de ferro Leopoldina, tributação da importação de produtos similares e a diminuição dos impostos para a exportação dos produtos fluminenses, como demonstram os decretos de 1903. Mesmo a postura do governo local dava indícios da necessidade da busca de uma nova solução para a agricultura fluminense. A opção que surgiu à época foi o cultivo das chamadas "fibras têxteis", resultantes das expressivas rendas geradas para o Rio de Janeiro, pela indústria têxtil. Este fato fica claro no relatório do presidente da província do Rio de Janeiro de 1907

> Para firmar a propriedade do Estado e fornecer-lhe uma base de resistência; para fazer uma política de previdência e largo descortino, e afastar do lavrador as contingencias de um mercado estreito, é preciso crear uma riquesa nova, capaz de substituir em nossa economia o vácuo deixado pelo café; uma riquesa que encontre no mercado mundial e nas necessidades crescentes da indústria moderna a garantia do capital, a confiança do êxito, a recompensa do trabalho, a segurança das operações: garantia, confiança, recompensa e segurança que são os pontos de partida das audácias fecundas e das installações dispendiosas
>
> Que riquesa será esta?
>
> A das fibras têxtis.
>
> Estou convencido que o futuro agrícola do Estado do Rio está nessa cultura de largos horizontes. Só ella é capaz de oferecer á atividade de seus habitantes um campo illimitado, e reerguer em mais sólido pedestal sua grandesa passada.
>
> Assim, sem desconhecer os immensos recursos do solo fluminense, sem deixar em abandono o café e outros ramos de sua actvidade, antes

> continuando a política administrativa já iniciada, pretendo concentrar o melhor dos meus esforços na cultura e exploração das plantas têxtis.[7]

Além disso outros fatores, como a realocação de recursos antes destinados a cafeicultura e uma reação à crise imposta pela decadência da cultura cafeeira, além das relações de trabalho livre, principalmente de parceria, utilizados na região. A proximidade com o Distrito Federal facilitava a entrada de produtos no principal mercado consumidor do país. De acordo com Boris Fausto, até os anos de 1920, a cidade atraiu maior volume de imigração interna que todo o estado de São Paulo e manteve um significativo fluxo de entrada de estrangeiros (FAUSTO, 1976: p. 76). Assim, a diversificação conseguiu aquilo que a política de valorização havia falhado, abrindo novas possibilidades para os agricultores da região.

Outro ponto citado como fundamental para a perda de espaço da indústria carioca no cenário nacional é a falta uma rede de transportes e comunicações eficiente, principalmente posta como um contraponto à São Paulo que teria se aproveitado de uma geração precoce e eficiente, propiciado pela economia cafeeira (CANO, op. cit: p. 228). Contudo determinados dados devem ser avaliados com bastante cautela. Se considerarmos somente a malha ferroviária em 1919, a do Rio de Janeiro era, de fato, inferior à paulista. Mas, quando levamos em conta a diferença no tamanho dos estados, observamos que a malha ferroviária do Rio de Janeiro era 75% mais densa que a de São Paulo (LEVY, 1994.: p. 205). Uma outra questão central relacionada as ferrovias é o custo do transporte para o setor industrial. E, a partir de 1913, a indústria do Rio de Janeiro observou um frequente aumento nas despesas relativas ao transporte ferroviário, que tem o seu ápice em 1917, com um aumento geral de 20%, em razão do aumento dos combustíveis. Em 1927 ocorreu um novo aumento que incidiu principalmente nas tarifas realizadas em transportes de maiores distâncias (MARTINS, 1979: p. 54). Estes aumentos tiveram um forte impacto tanto no fornecimento de insumos industriais, relativo à sua dependência no abastecimento de matérias-primas, quanto na distribuição, variando de acordo com os mercados a serem abastecidos com a sua produção.

[7] Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 1 de agosto de 1907 pelo presidente do Estado Doutor Alfredo Backer, *in* http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u876/000003.html

Com relação a distribuição energética para o setor industrial, o ano de 1907 é um marco, por ter início o contrato entre a Light e a prefeitura do Rio de Janeiro, para o fornecimento de energia elétrica, com uma regulação tarifária que decrescia conforme o consumo subisse, com vias a estimular o consumo energético pelas indústrias (LEVY, 1987: p. 52). A adaptação foi rápida, já que em 1920, 87% da força motriz utilizada pela indústria era fornecido pela empresa especializada. Entretanto a mudança na forma de cobrança de tarifas a partir de 1914 – passando a ser parcialmente cobrada em ouro, em um momento de desvalorização cambial, fez com que os custos de energia se tornassem um grande problema para as finanças das indústrias cariocas.

Por fim, as informações censitárias demonstram unanimemente que os salários pagos pela indústria carioca eram os mais altos do país. Isso foi fundamental em um primeiro momento para a formação de um mercado consumidor local, entretanto prejudicaram o seu desempenho com o aumento da concorrência nos anos da guerra, e se tornou ainda mais grave com a concorrência dos produtos estrangeiros durante a década de 1920 (GUARITA, op. cit.: p. 223)

Importante centro de migração, nacional e internacional, principalmente do fim do século XIX até, pelo menos, meados da década de 1950, a então capital do país, tendo em vista sua complexa geografia natural, teve, de tempos em tempos, sua expansão dependente de intervenções que provocaram rupturas desses limites impostos pela natureza. A ampliação do espaço urbano significou, em diversos momentos, um enfrentamento com a natureza, numa ação que contou com o uso do conhecimento técnico-científico, estimulando principalmente as atividades da construção e da engenharia civil. As diversas intervenções urbanísticas que marcaram o Rio de Janeiro desde o início do século XX, foram impulsionadas tanto pelo crescimento populacional, quanto pela valorização dos espaços, diante das limitações impostas pela geografia local. A ação do Estado, associada à iniciativa privada, os grupos de construtores imobiliários, constituem os principais agentes do crescimento urbano e industrial local

Esse processo de *destruição-criadora* prosseguiu (...) notadamente nas gestões de Paulo de Frontin (1919), Carlos Sampaio (1920-1922), Henrique Dodsworth (1937-45) (...) Dentre as obras realizadas por esses prefeitos, destacamos o arrasamento do Morro

do Castelo e a abertura da Esplanada, a inauguração do Aeroporto Santos Dumont, a construção das Avenidas Presidente Vargas e Brasil, a abertura dos túneis do Pasmado e Sta. Bárbara, a criação dos bairros da Urca e Leblon (FREITAS FILHO, 2002: p. 3).

A ação induzida pelo poder público na expansão urbana admitiu ainda a criação de toda uma série de leis direcionada para a regulamentação das construções, adições e modificações de prédios na antiga Capital (REZENDE, 1999). A década de 1920 teria sido produtiva neste sentido, tendo como exemplos decretos referentes ao sistema de zoneamento e de divisão das propriedades, que estimularam o processo de verticalização da cidade. Mais um destaque deste momento foi a elaboração do primeiro Plano Diretor para a cidade, sob a responsabilidade do urbanista francês Alfred Agache, entregue no fim da administração do prefeito Antônio Prado Júnior. E, mesmo não tenha sido feito na sua essência, o Plano Agache serviu de inspiração, em momentos posteriores, para diversos decretos e projetos urbanos na cidade. Na década seguinte, com a continuação da verticalização, a regulamentação do uso do espaço urbano se tornou mais detalhada, culminando com a criação do Código de Obras do Distrito Federal, em 1937 (FREITAS FILHO, 2002). Em grande medida capitaneado pelo Estado, o processo de urbanização da então capital, que marcou a história da cidade de maneira permanente, ao longo do século XX, exerceu uma influência direta sobre a iniciativa privada, em particular o setor industrial.

A expansão da metrópole carioca impulsionou diversos ramos da indústria. O próprio crescimento foi determinante para o desenvolvimento de outros segmentos, profissionais e empresariais, dentre eles a Construção Civil. O lugar da cidade como capital e centro cultural do País estimulou também o ramo editorial e gráfico, especialmente a partir da década de 1920. A forte presença da indústria da Construção Civil também estimulou as atividades relacionadas direta ou indiretamente, como por exemplo, a metalúrgica, mecânica, elétrica, e de minerais não metálicos - fabricação de telhas, tijolos, tubos, aparelhos sanitários, cimento, dentre outros, voltados para atender à demanda da construção de novas moradias (Idem).

De acordo com Freitas Filho, a atuação da construção civil vai se fazer presente em diversos aspectos das intervenções realizadas na cidade nas primeiras décadas do século XX,

No caso específico da Construção Civil, seus campos básicos de atuação foram: edificação, ou seja, construção de habitações - prédios públicos e moradias -, fábricas, obras de infraestrutura - portos, túneis, viadutos -, logradouros públicos, avenidas, monumentos; obras de demolição, a exemplo do desmonte dos morros do Castelo (1920-22) e Sto. Antônio (1952-54); saneamento e transportes. O setor foi ainda cenário de experimentos inovadores, exemplificados no emprego pioneiro da técnica do concreto armado na construção predial (Ibidem).

Com a inserção cada vez maior do Brasil no circuito internacional do comércio e das finanças, e consequentemente do Rio de Janeiro, a cidade acabou sendo palco de diversos experimentos em novas tecnologias que surgiam, sobretudo na Europa, a exemplo do concreto armado. Se tratava de um novo material, que utilizava a combinação de barras de aço e argamassa de cimento que, a partir da sua introdução no mercado mundial na virada para o século XX, viria a revolucionar a forma de se construir em todo o mundo (Idem: p. 4)

Nas décadas de 1930 e 1940, a dinâmica da Construção Civil no Rio de Janeiro esteve associada a dois fatores fundamentalmente: as obras da gestão do prefeito Henrique Dodsworth (1937-1945) e às novas visões arquitetônicas, influenciadas pela difusão da técnica do concreto armado, e as possibilidades que se abriam com isso, e pelos arquitetos estrangeiros, a exemplo de Le Corbusier (Leal; 1987), fundamentais nas concepções urbanísticas presentes na cidade após esse período. As inovações técnicas facilitaram a construção de prédios grandiosos como os do Ministério da Fazenda, da Educação e Saúde Pública, do Aeroporto Santos Dumont e de edifícios de apartamentos nas áreas do Centro – Avenidas Beira Mar e Presidente Antônio Carlos – e Copacabana, promovendo um processo de verticalização cada vez maior na cidade.

Nos anos de 1930 foram fundadas boa parte das empresas que constituíam o setor da construção civil na década de 1950. Sua importância pode ser dimensionada a partir do momento em que comparamos a sua ação com a de outros setores, já que durante a

década de 1930, era o que empregava o maior número de pessoas, além de ser o segundo em valor da sua produção e consumo de matérias-primas, o terceiro em pagamentos de impostos e utilização de força motriz, o quarto em quantidade de estabelecimentos e o sexto em capital aplicado e realizado (LEVY, op. cit.: p. 264).

Foi também nesse período que a indústria da Construção Civil passou por alterações em sua dinâmica de organização e funcionamento. Entre 1937-45, foram criadas empresas, em geral sociedade de capital, e fortalecida a figura do incorporador, ou seja, aquele que controlava as diversas fases no processo de construção de moradias, desde a compra do terreno até a comercialização dos imóveis. Eram mudanças significativas, que traduziam um gradual amadurecimento e intensificação da atividade na cidade, e importantes indicadores dos rumos do investimento industrial na cidade do Rio de Janeiro (FREITAS FILHO, 2002).

Tais informações vêm reforçar os argumentos das investigações que defendem a ideia, não de decadência, mas de um declínio relativo, acompanhado por uma diversificação na estrutura da indústria carioca, ambos acelerados na década de 1920, e que podem ser observados se compararmos a evolução de dados importantes como números de operários, estabelecimentos e força motriz durante o período pesquisado (Ver Quadro 4).

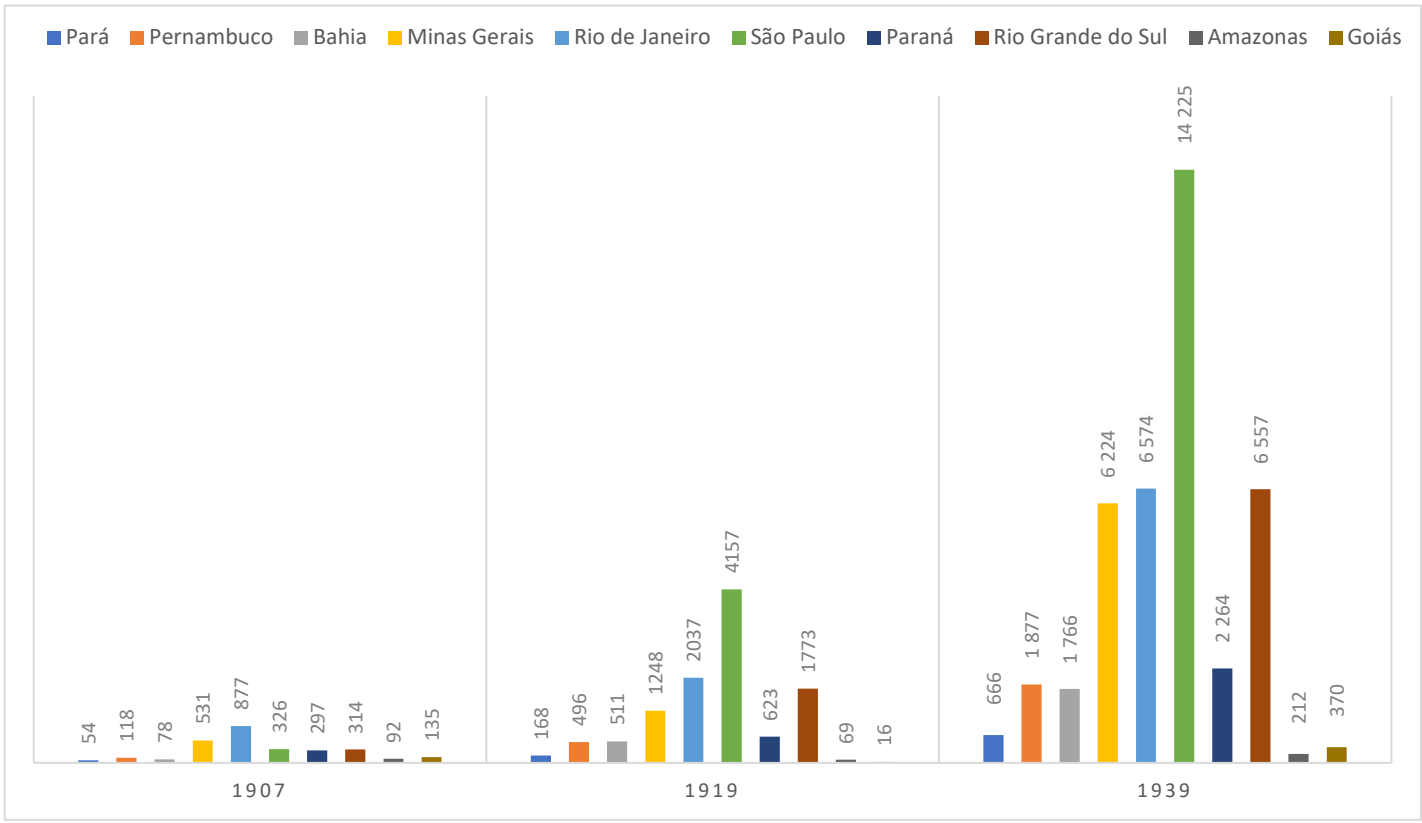
Quadro 4– Produção Industrial. Número de Estabelecimentos, operários e força motriz, por Estado (1907, 1919 e 1939)

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	RESULTADOS							
	Número de estabelecimentos			Operários			Força motriz (c.v.)*	
	1907	1919	1939	1907	1919	1939	1919	1939
Acre	-	10	34	-	22	175	18	169
Amazonas	92	69	212	1 168	636	3 413	1 528	4 169
Pará	54	168	666	2 539	3 033	10 595	2 929	12 593
Maranhão	18	90	703	4 545	3 575	6 425	4 148	8 215
Piauí	3	56	164	355	1 175	1 590	1 382	2 109
Ceará	18	295	789	1 207	4 717	7 859	3 026	7 819
Rio Grande do Norte	15	197	593	2 062	2 146	4 879	996	6 041
Paraíba	42	253	737	1 461	3 295	13 210	2 854	14 656
Pernambuco	118	496	1 877	12 042	22 248	57 327	33 820	79 518

Alagoas	45	367	687	3 775	7 930	12 563	11 279	23 796
Sergipe	103	307	743	3 027	7 708	11 438	7 160	18 715
Bahia	78	511	1 766	9 964	16 698	23 361	14 712	26 959
Minas Gerais	531	1248	6 224	9 555	18 848	74 267	24 170	102 869
Espírito Santo	4	77	984	90	1 109	4 066	2 668	10 143
Rio de Janeiro[8]	877	2037	6 574	48 875	76 943	168 942	103 038	238 772
São Paulo	326	4157	14 225	24 186	85 466	272 865	100 216	443 635
Paraná	297	623	2 264	4 724	7 295	20 451	9 789	37 375
Santa Catarina	173	793	2 847	2 102	5 367	21 015	8 052	34 292
Rio Grande do Sul	314	1773	6 557	15 426	24 661	60 908	30 345	109 112
Mato Grosso	15	26	402	3 870	557	4 349	983	3 794
Goiás	135	16	370	868	244	1 487	183	1 607

Fonte: Comissão Censitária Nacional, Sinopse do Censo Industrial e do Censo dos Serviços, 1948, Rio de Janeiro e Serviço Nacional de Recenseamento, Brasil, Censo Industrial.

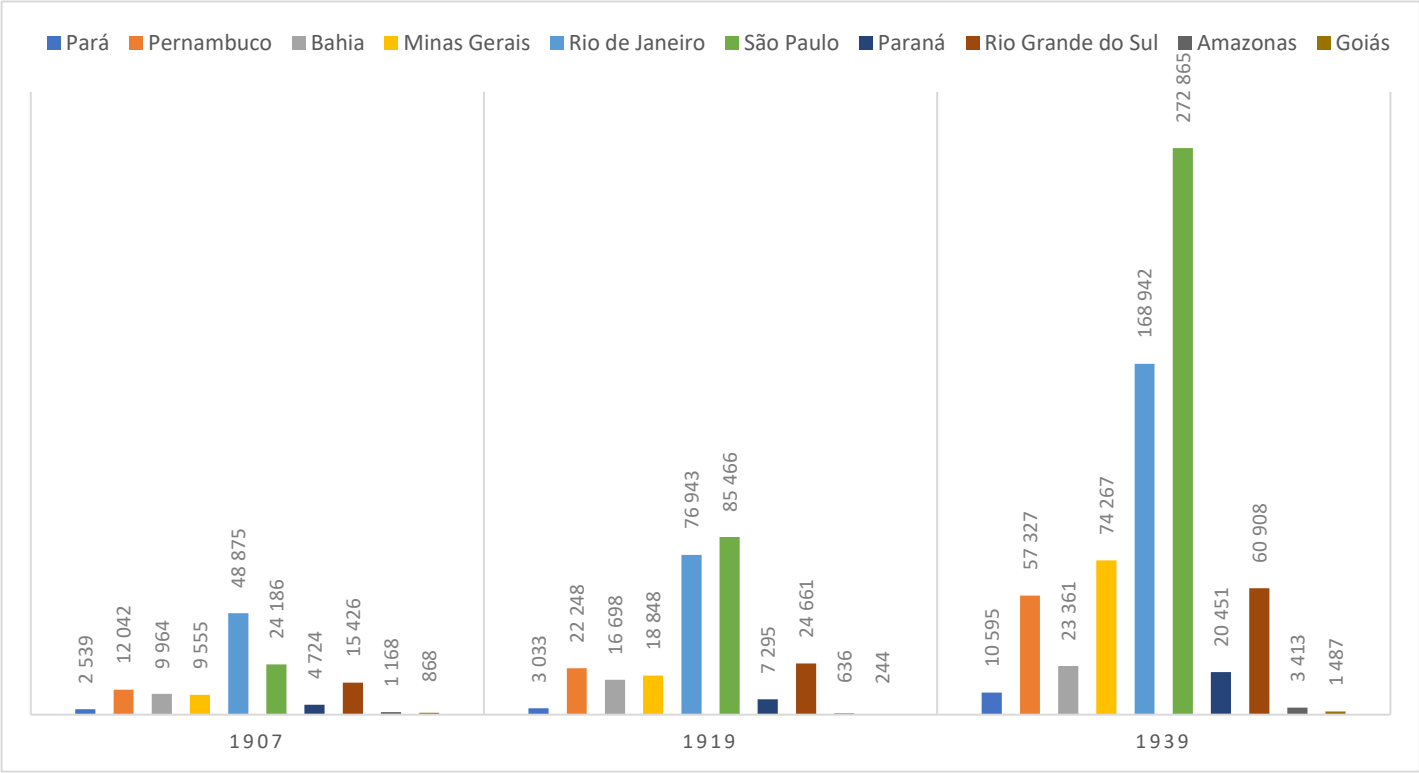
Gráfico 3 – Número de estabelecimentos por Estado – 1907, 1919, 1939



Fontes: CIB – Censo de 1907; Censo de 1919; Censo de 1939

[8] Dados referentes aos estados do Rio de Janeiro e Distrito Federal somados

Gráfico 4 – Operários por Estado – 1907, 1919, 1939



Fontes: CIB – Censo de 1907; Censo de 1919; Censo de 1939

Se a Primeira Guerra foi fundamental para a mudança na estruturação regional das indústrias, a Segunda Guerra desempenhou um papel fundamental para o avanço do papel dirigente do Estado. Se tornou possível evidenciar a situação de dependência econômica em relação ao exterior, além de abrir caminho para a criação de um órgão como a Comissão de Mobilização Econômica, um superministério regulador de assuntos econômicos, financeiros, tecnológicos e organizador da economia nacional, sendo esta considerada a economia de um país em estado de guerra (LEVY, op. cit.: 257). Tal medida ia no sentido de garantir que a presença do Estado se faria sentir nas áreas onde a iniciativa privada não dispusesse de recursos suficientes para os investimentos necessários, fortalecendo assim a ideia de desenvolvimento do país através de uma perspectiva industrializante.

Nesse momento são criadas duas empresas públicas fundamentais para a caracterização do futuro modelo político do país: o Instituto de Resseguros do Brasil

(IRB) em 1939, e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1941. Estas empresas de economia mista, surgiram sob a ótica da presença dos investimentos públicos para garantir as atividades econômicas, ficando ambas, sediadas no Rio de Janeiro, deixando nítida a liderança financeira (no caso do IRB) e o nível de produtividade (CSN) locais, em um momento em que a indústria deixava nítida a redução dos níveis anteriores de crescimento. A presença dessas empresas na cidade do Rio de Janeiro ocorreu em virtude de ser iniciativas do Estado, deveriam ter suas sedes na capital, beneficiando assim a cidade com inversões significativas de capital em complexos industriais de tecnologia, e com o padrão presente em economias capitalistas mais avançadas que a do Brasil. Ao se consolidar, a CSN conseguiu manter o mercado financeiro do Rio de Janeiro como o principal e mais ativo do país (LEVY, op. cit.: p. 271).

No presente artigo, vimos a trajetória traçada pela indústria carioca ao seu ápice, até a Primeira Guerra Mundial. Após se estruturar em torno das vantagens concedidas pela presença do maior e mais importante porto importador do país, somadas a hipertrofia financeira da cidade, que atraiu primeiramente bancos e companhias de seguros, mas que acrescidos do explosivo crescimento urbano, acabou por justificar a organização de diversos outros setores industriais e de serviços públicos que, somados ao crescimento do mercado interno justificaram a atração de investimentos diretos no setor manufatureiro. Além disso, as situações proporcionadas pela decadência da cafeicultura e pelo fim da escravidão, foram responsáveis pela decadência de uma classe, a dos barões do café, mas não atrofiaram a região, que a partir daí observou o nascimento de diversos ramos empresariais. A conjunção entre a diversificação da atividade agrícola e o crescimento populacional, geraram as condições para o surgimento de um núcleo de acumulação industrial com relativa autonomia frente ao capital exportador, aproveitando-se da rede mercantil anteriormente instalada. A primazia industrial da então capital esteve diretamente associada ao momento em que estiveram em voga as circunstâncias que consolidaram sua hegemonia no mercado interno.

> A decisão de investir, de assumir riscos e de promover novas atividades, padrões do chamado espírito empresarial, esteve presente em toda essa trajetória de expansão industrial, através da qual o empresariado e com

> ele o capitalismo conquistaram, gradativamente, espaço hegemônico. (LEVY, op. cit.: p. 284)

Esta condição hegemônica se vê abalada pela explosão das despesas. A indústria local sentiu os efeitos da dificuldade de acesso as matérias-primas estrangeiras. Somou-se a isso problemas que ampliaram seus custos, sobretudo em transportes, energia e salários, que acabaram coincidindo com o momento em que outras regiões ricas e importantes do país começaram o aparelhamento do seu parque industrial. Os ramos industriais tradicionais da cidade, que impulsionaram o início do processo de industrialização, acabaram por não ter o fôlego necessário à concorrência inter-regional. Entretanto, novos ramos industriais se consolidaram no parque industrial carioca, no momento que se caracterizou por um forte processo de diversificação produtiva, principalmente incorporando setores dinâmicos de bens intermediários e de capital, amparados pelo expressivo crescimento urbano e, consequentemente, da indústria da construção civil.

Com a instalação de empresas de economia mista, o Rio de Janeiro ainda foi beneficiado por ser a então sede da República, com o maciço investimento público na produção de insumos básicos que as estatais representaram à época.

A atividade industrial não declina de maneira alguma no período abordado, apenas perde o ritmo acelerado de crescimento de momentos anteriores, sobretudo na etapa pioneira, sendo importante para a análise, mas não o suficiente para alcançar o crescimento obtido por outros entes federativos, principalmente o estado de São Paulo.

Bibliografia:

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros 1800-1808*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2008.

_____. *Historiografia: Teoria e Prática.* São Paulo: Alameda, 2014.

BARBOSA, Elmer Corrêa. *180 Anos da Indústria Brasileira*. In: HEILBRON, Julio; BARBOSA, Elmer Corrêa (org.) *180 Anos da Indústria Brasileira: de 1827 ao Século XXI.* Rio de Janeiro: Ediouro, 2007, pp. 8-57.

BENCHIMOL, Jaime. *Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 2ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.

CURI, Luiz Felipe; SAES, Alexandre. *Roberto Simonsen e a modernização do Brasil na Primeira República*. In: História Econômica & História de Empresas, Vol. 17 nº 2 – 2014, pp. 313-352. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/revista/index.php?journal=rabphe&page=article&op=view&path%5B%5D=324&path%5B%5D=304>

DEAN, Warren. *A industrialização durante a República Velha.* In: FAUSTO, Boris (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III. O Brasil Republicano*. 1° volume. Estrutura de poder e economia. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1975.

FREITAS FILHO, Almir Pita. *O Desenvolvimento Industrial no Rio de Janeiro na Primeira Metade do Século XX: Transformações Urbanas e a Indústria da Construção Civil*. In: X Encontro Regional de História – ANPUH-RJ. História e Biografias. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2002.

GALVÃO, Olímpio J. de Arrouxelas. *Concentração Industrial no Brasil segundo os Censos, 1907-1980.* In: Revista Análise Econômica. N° 15. Rio Grande do Sul: UFRGS, 1991. p. 143-181.

GUARITA, Marco Antônio. *A indústria na cidade do Rio de Janeiro no início do século*. Tese de Mestrado. Rio de Janeiro IEI/UFRJ, 1986.

HANSEN, Claudia; SAES, Alexandre. *Poder municipal e as concessões de serviços públicos no Brasil no início do século XX*. In: História Econômica & História de Empresas, X. 1 2007, pp. 48-81. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/revista/index.php?journal=rabphe&page=article&op=view&path%5B%5D=74&path%5B%5D=40>.

LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Secretaria Municipal de Cultura, 1994.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro, do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro.* Rio de Janeiro: IBMEC, 1978, 2v.

LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil: 1808 a 1930*. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

MALAVOTA, Leandro Miranda. *A Construção do Sistema de Patentes no Brasil: um olhar histórico*. Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2011

MANCHESTER, Alan K. *Preeminência Inglesa no Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1973

MARTINS, José de Souza. *O cativeiro da terra*. São Paulo: Liv. Ed. Ciências Humanas, 1979.

MAUAD, Ana. *Mudança de hábitos: cotidiano e modos de vida nos 180 anos da industrialização no Brasil*. In: HEILBRON, Julio; BARBOSA, Elmer Corrêa (org.) *180 Anos da Indústria Brasileira: de 1827 ao Século XXI*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007, pp. 102-127.

PIGNATON, Álvaro. *Origens da industrialização no Rio de Janeiro.* Dados 15, 1977.

SIEDJAMER, Cira et al. Características da atuação de um grupo de interesses junto ao sistema político brasileiro da Primeira República. Revista de História. São Paulo, ano 15, n.91, jul/set, 1972.

SIMONSEN, Roberto. *À margem da profissão.* São Paulo: São Paulo Editora, 1932.

_____. *História Econômica do Brasil (1500-1820)*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1973.

_____. *Evolução Industrial do Brasil e outros estudos.* São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1973.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec, Ed. Da Unicamp, 2000.

_____. *A industrialização de São Paulo: 1930-1945*. Revista Brasileira de Economia, volume 25, número 2, abr./jun.1971, pp. 89-111.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Entre a ética e normatividade: considerações preliminares sobre a Economia como ciência da propriedade em Alfred Marshall e Friedrich Hayek

Gustavo Romero

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

Entre a ética e normatividade: considerações preliminares sobre a Economia como ciência da propriedade em Alfred Marshall e Friedrich Hayek

Between Ethics and normativity: preliminary considerations about the Economics as science of property in Alfred Marshall and Friedrich Hayek

Resumo:

Algumas considerações são esboçadas quanto ao distanciamento entre ciência econômica e ética, comparando duas leituras que tratam da suposta moralidade envolvida na atividade econômica: a primeira leitura, segundo Alfred Marshall, expressa pela dualidade entre pobreza e riqueza; outra, de acordo com Friedrich Hayek, expressa na intersecção entre racionalidade limitada e inviolabilidade da propriedade. Ambas as abordagens são brevemente comparadas com a distinção entre posse e propriedade de David Hume. Com isso se espera mostrar que essas diferentes visões sobre a ciência econômica não se pautam pelo seu significado em favor dos sujeitos sociais, mas pela convergência epistemológica normativa e objetiva, afastando de seu desenvolvimento científico próprio qualquer compromisso ético intrínseco.

Palavras-chave: moral, epistemologia, riqueza, propriedade, racionalidade.

Abstract:

Some considerations are drafted about the detachment of Economics from Ethics, comparing two readings which treat the supposed economic activity morality: the first Alfred Marshall's reading, expressed by the duality between riches and poverty; the second Friedrich Hayek's intersection between limited reasoning and property inviolability. Bothe are briefly compared to the David Hume's distinction between

possession and property. With that it is expected to show that these different visions about Economics are not guide by the meaning which favours the social subjects but are guided by an epistemological normative and objective convergence, moving any ethical compromise away from its intrinsic scientific development.

Keywords: morals, epistemology, riches, property, rationality.

Introdução:

Em 1974, era laureado pelo então recentemente criado prêmio Nobel em economia o austríaco Friedrich Hayek. Por ocasião do prêmio, dois textos foram compilados pela fundação sueca[1]. Um deles, a conferência de Hayek no dia em que formalmente recebeu o prêmio, apresenta o sugestivo título "The pretence of knowledge", em que se discute a distância entre a pretensão do conhecimento (racionalidade) de sua efetiva consecução (cognição). O tema é discutido por Hayek ao longo de toda a conferência, tendo como referência principal sua já então bem conhecida discórdia da visão econômica baseada na manipulação dos macro-agregados econômicos e sua suposta eficácia para prever os resultados de políticas monetária e fiscal ditas expansivas – uma crítica aos postulados keynesianos, por excelência.

Menos conhecido, contudo, é o conteúdo do outro discurso proferido por Hayek no jantar que antecedeu a cerimônia de premiação do Nobel[2]; mais conciso e direto, guiou-se por dois argumentos básicos: de que a premiação poderia tanto "acentuar os movimentos da moda científica" quanto "conferir para um indivíduo uma autoridade em economia que nenhum homem deveria possuir". Por um lado, a "moda científica" teria sido contrabalanceada pela premiação de alguém tão "fora de moda" quanto ele próprio,

[1] Disponível em https://www.nobelprize.org/prizes/economic-sciences/1974/hayek/lecture (acessado em 23/06/2022).

[2] Disponível em e https://www.nobelprize.org/prizes/economic-sciences/1974/hayek/speech/ (acessado em 23/06/2022).

mas por outro o prestígio coletivo conferido pela premiação poderia perigosamente garantir autoridade individual ao laureado numa área de conhecimento – a economia - que não pode se guiar pelas mesmas premissas das ciências naturais. Talvez, segundo ele, fosse aconselhável que o laureado prestasse um "juramento de humildade", um tipo de "juramento hipocrático".

Nessa altura do discurso percebemos uma sutileza muito perspicaz: o juramento de Hipócrates é símbolo do compromisso ético médico com seu objeto; isto é, não se lastreia pela ideia de interesse particular ou predisposição pessoal (seja ela ou não "humilde") da pessoa que exerce a medicina no exercício de suas funções, mas pelo compromisso dessa pessoa servir ao paciente todo seu conhecimento técnico específico. Há, dessa forma, duas ambiguidades muito salientes no discurso: tanto a tensão entre a aceitação do prêmio por Hayek e sua insistência no postulado da "impopularidade", quanto o jogo com as distintas palavras "humildade" e "hipocrático" para sugerir o hipotético juramento. Essas ambiguidades, não por acaso, obliteram uma importantíssima cláusula científica e epistemológica: a posição do sujeito economista não pode ser nivelada ao seu objeto de estudo, ou dito de outra forma, a dita "humildade" não é outra que não a subordinação do interesse pessoal do economista às qualidades específicas do objeto econômico. E é assim que Hayek encerra sua arguição parafraseando a única pessoa explicitamente nomeada ao longo discurso, ninguém menos que Alfred Marshall. Reproduzimos a paráfrase, em tradução livre: "Estudantes das ciências sociais devem temer a aprovação popular: o Mal está com eles quando todos os homens falam bem ao seu respeito."

A questão é: por que afinal Hayek insiste tanto nessa cláusula de impopularidade e por que utiliza como amparo justamente a figura de Alfred Marshall? Ainda que pessoalmente Hayek e Keynes compartilhassem amigável e frequente correspondência, publicamente Hayek era, como mencionamos, feroz crítico do inglês e mais ainda de seus herdeiros. Curiosamente, Keynes é reconhecido não somente por imprimir um efetivo corte paradigmático à ciência econômica, mas igualmente por conseguir tal feito levando

adiante uma tradição de espírito público que teria iniciado precisamente com seu professor Alfred Marshall. Mais curioso ainda é que num dos muitos volumes reunidos da obra de Hayek, intitulado *Contra Keynes and Cambridge*, os diversos ensaios basicamente atacam a perspectiva teórica keynesiana e marshalliana por todos os lados mas, destaque-se, não atacam o próprio Alfred Marshall[3].

Disso decorre que, na mesma medida que é volumosa a bibliografia sobre o debate entre Keynes e Hayek, quase nada se encontra sobre as referências comuns de Hayek e Marshall. Entendemos, porém, que existe uma preocupação primordial para Hayek e Marshall (e também para Keynes, ainda que não seja nosso objeto de atenção neste texto) que permite entender a referência do austríaco ao inglês em seu discurso, através da leitura de ambos sobre o que entendem ser a ciência econômica, ou mais especificamente, a forma como eles entendem propõem a atitude da ciência econômica para com a evolução, e a partir dessas diferenças apontar como precisamente aí existe uma aproximação epistemológica crucial.

Marshall e a riqueza como posse da moral

Comecemos por examinar a obra de Marshall, que propunha sob o rótulo de "economia" o estudo "que examina aquela parte da ação individual e social mais intimamente conectada com a obtenção e uso dos requisitos materiais para o bem-estar" (Marshall, 1920, p. 1) e sua preocupação fundamental com as "causas da degradação de uma grande parte da humanidade" (Ibid, p. 3), isto é, a *pobreza material*. É dessa perspectiva que Marshall se dedica a compilar os "princípios de economia" no tratado homônimo, que se guia por dois aspectos teóricos cruciais: em primeiro, a preocupação em esmiuçar princípios, ou instrumentos econômicos, que ofereçam suporte a conclusões de maior complexidade; em segundo, e crucial, o tratado é prenunciado apenas com referência à economia; isto é, a opção de Marshall é pelo tratamento da economia em

[3] Vide todas as menções de Hayek a Marshall, meramente descritivas, no índice onomástico compilado em Hayek (1995, p. 265).

sentido lato, e caberia ao rótulo de Economia Política um tratamento comparativamente restrito (Ibid., p. 43). Essa desvinculação permitiria um enfoque metodológico mais preciso: fracionar os diversos elementos em interação no mercado e avaliar separadamente seus efeitos sobre si e sobre os demais, reconciliando essas conclusões parciais posteriormente por meio de situações de "equilíbrio" (Ibid., p. xiv). O movimento entre as situações de equilíbrio, a própria *dinâmica evolutiva,* nesse sentido, é a concorrência, não apenas a nível empresarial, mas sobretudo uma ideia de competição mais geral que engloba todos os indivíduos e a natureza, como sintetiza a bem conhecida "lição das árvores jovens da floresta enquanto elas lutam para crescer através da entorpecedora sombra de suas rivais mais velhas". Ainda que elas sobrevivam, "a idade falará com todas", da mesma forma que a "natureza ainda pressiona o negócio privado ao limitar a extensão da vida de seus fundadores originais, e ao limitar ainda mais estreitamente aquelas partes de suas vidas em que suas faculdades retêm pleno vigor" (Ibid., p. 315-316).

Essa concepção de competição é *sui generis*, afinal sugere certa conciliação das concepções de sobrevivência orgânica da espécie de Charles Darwin com aptidão e vigor sintéticas como extensivamente exploradas por Herbert Spencer. Marshall abdica, nesses termos, de opor os "costumes" à concorrência; para ele, falharam os "antigos economistas ingleses" precisamente porque "não deram a devida importância à dependência do caráter do homem de suas circunstâncias" (Ibid., p. 763). A concorrência oferece, a seu ver, a indumentária necessária ao cultivo e *seleção* das práticas circunstanciais mais propícias ao vigor econômico da sociedade. Para ele é lamentável o "torpor moral capaz de fazer-nos tolerar que, com nossos modernos recursos e conhecimento, assistamos prazerosamente à contínua destruição de tudo o que é digno de se conservar em multidões de vidas humanas" (Ibid., p. 722). Ignorar o desenvolvimento contínuo do instrumental econômico é condenar à sucumbência não apenas as "antigas árvores", mas também o potencial das mais saudáveis "árvores jovens", que perdem seus "nutrientes" para um "'residuum' constituído pelas pessoas física, mental ou moralmente incapazes de fazer

um bom dia de trabalho". A sociedade deve entender que "o sistema de liberdade econômica é provavelmente o melhor, tanto do ponto de vista moral como material, para os que estão em bom estado físico e mental." (Ibid. p. 714).

Desse ponto de vista, a pobreza pode ser entendida como sintoma de uma sociedade fraca: "a pobreza do pobre é a principal causa da fraqueza e improdutividade, que são as causas de sua pobreza" (Ibid., p. 763). Para que uma sociedade seja "vigorosa" ela deve se comprometer com erradicar a pobreza, num processo de dupla seleção, que se inicia autonomamente pela aplicação técnica (uso ostensivo do aparato político-econômico para explorar as possibilidades de aumento da "riqueza material") com vistas a consolidar de maneira subordinada uma proposta moral (o afastamento da "pobreza improdutiva" e com isso a seleção de padrões mais elevados de vida, um "avigoramento social"). É importante deixar claro que essa ideia de seleção não tem como finalidade desejável o seu próprio processo, ou, em termos sucintos darwinianos, que a finalidade última do processo concorrencial, do "sistema de liberdade econômica", seja a eliminação permanente de "participantes" menos aptos. Marshall deixa isso muito claro ao criticar o francês Bastiat, que "mantinha a extravagante doutrina de que a organização natural da sociedade sob a influência da competição é não só a que melhor pode ser levada a efeito na prática, mas também a que pode ser mais bem concebida teoricamente" (Ibid., p. 763n). A atenção deve recair precisamente no sentido do processo de seleção: se o avigoramento moral é subordinado à ação econômica premeditada e orientada, a própria competição intrínseca ao "sistema de liberdade econômica" é limitada conceitual e externamente pela preocupação com o bem-estar social. O conceito de seleção é não apenas circunstancial, mas fundamentalmente *teleológico*.

Nesse diapasão, a importância da ciência econômica reside na sua posição privilegiada mas indireta de intervenção nas estruturas sociais: ao mesmo tempo em que Marshall reforça ser sua preocupação primordial com o desenvolvimento moral e o bem-estar da sociedade, destitui a ciência econômica de qualquer compromisso intrínseco com essa perspectiva moral - "não compete à Economia tomar partido em controvérsias de

ética" (Ibid., p. 17n), e tal compromisso se estabelece, por assim dizer, de maneira "externa" à ciência econômica, por meio de uma relação compartilhada ao nível do objeto de interesse. A preocupação da economia seria muito específica, a erradicação da pobreza, o que significa que sua prática científica não estaria comprometida com qualquer projeto de sociedade; apenas o resultado de sua atuação é poderia convergir com o bem-estar social. Consequentemente, o objeto da economia é também muito específico, qual seja, a compreensão de como ocorre a produção e distribuição riqueza material ao longo do tempo, mas sem limite de tempo. A ciência não se coloca, nesse sentido e analiticamente, na mesma "chave temporal" das decisões especificamente políticas, que se limitam pelo "chamado do tempo" que se impõe sobre os mortais seres humanos.

A questão do tempo é vital para Marshall, como já indicado no preâmbulo dos *Princípios* - *natura non facit saltum*, "a natureza não dá saltos". O "elemento tempo", para Marshall, "é o centro das principais dificuldades de quase todos os problemas econômicos, é, em si mesmo, absolutamente contínuo: a Natureza não conhece uma divisão absoluta entre períodos longos de tempo e períodos curtos, mas passamos de uns a outros por gradações imperceptíveis" (Ibid., p. vii). A Natureza, tão cara a Marshall, que é a fonte da motivação científica econômica, a "Mecca do economista" (Ibid., p. xiv), apresenta uma temporalidade própria cuja complexidade é inalcançável pela compreensão humana. Isso significa que não há possibilidade ou mesmo propósito de compreender o tempo da Natureza como ideia abstrata, mas através de seu *movimento vivo*, que "não dá saltos". Dessa maneira "o homem, com seus poderes limitados, segue passo a passo, decompondo uma questão complexa, estudando um pouco de cada vez" e se torna capaz de "separar provisoriamente aquelas causas perturbadoras, que podem levar a divagações inconvenientes, sob a condição de *coeteris paribus*." (Ibid, p. 366). Portanto, a cláusula do *natura non facit saltum* sinaliza para a ciência econômica que o movimento progressivo das circunstâncias não deve ser motivo para qualquer retração investigativa; pelo contrário, reconhecendo esse *continuum* cronológico, é possível

investigar os elementos da maneira mais linear e causal possível, mitigando as "causas perturbadoras", as causas *emergentes*.

Marshall é muito direto com relação às possibilidades de intervenção sobre possíveis emergências: "o progresso pode ser apressado pelo pensamento e pelo trabalho; pela aplicação de princípios eugênicos à melhoria da raça, suprida de contingentes populacionais pelas camadas mais altas antes do que pelas mais baixas", mas, e essa é a condição crucial, esse progresso "deve ser gradual e relativamente lento", ainda que não "demasiado lento, de modo a poder acompanhar a rápida sucessão de novos sistemas propostos para a rápida reorganização da sociedade." (Ibid. p.248-240). Se toda a questão se resume, finalmente, à reorganização da sociedade, podemos revisar o *motto* da ciência econômica para Marshall discutido até agora por meio de uma dupla determinação: por um lado, numa determinação positiva, ao assumir que o "mal" da humanidade começa pela pobreza, Marshall confere à ciência econômica posição normativa; por outro lado, ao considera-la como uma "ciência da regularidade", baseada na limitação do entendimento humano frente à Natureza e a urgência em saltar do pensamento abstrato para a atitude prática, determina um rigoroso compromisso com o controle, ou antevisão das circunstâncias.

Hayek e a sobrevivência pelo objeto da propriedade

A admissão da limitação humana frente à complexidade poderia aproximar Marshall de Hayek, mas precisamente aí eles se afastam diametralmente. Na perspectiva do inglês, a ciência econômica é defendida em sua posição de instrumental direto da razão humana, garantindo-lhe maior conhecimento e previsibilidade. Hayek parte, contudo, justamente da prerrogativa de *impossibilidade* de incrementar a ação racional. Segundo o austríaco, a razão é emergente, tão produto de um processo de seleção – que ele nomeia como cultural, cujas prerrogativas se baseiam na disseminação de conhecimento na sociedade, - quanto a racionalidade das decisões econômicas: tanto a razão quanto a discricionariedade das decisões econômicas são produtos de uma mesma seleção que

ocorre no nível do resultado do conhecimento, apenas como repercussão dos hábitos e costumes que frutificaram após um processo contínuo de aprendizado.

Hayek descarta com isso qualquer possibilidade de tratamento teleológico da ciência econômica, mais precisamente, descarta apenas seu viés "organizativo", mas não coordenativo: para ele, é a interação da ordem (distinta da mera "organização") social em toda sua complexidade que dita o ritmo ao aprendizado dos hábitos. Essa conclusão decorre de uma de suas muitas leituras específicas de um autor de sua predileção, David Hume (falaremos dele adiante); nesse caso, um autor que poderia "ser chamado de um precursor de Darwin no campo da ética", ao "proclam[ar] uma doutrina de sobrevivência do mais apto entre as convenções humanas – mais apto não em termos de boa dentição mas em termos de máxima utilidade social" (Hayek, 1991, p. 103). A ordem da Grande Sociedade só se mantém porque "repousa e deve repousar em constantes frustações imprevistas de alguns esforços – esforços que não deveriam ter sido feitos mas dos quais os homens livres podem ser desencorajados apenas pelo fracasso", e que, por isso, a única possibilidade dessa sociedade viver em paz é se os indivíduos estabelecerem entre si acordos não "quanto aos fins mas quanto aos meios que são capazes de servir uma grande variedade de propostas e pelos quais cada um espera assistir-lhe na busca pelos seus próprios objetivos". (Hayek, 1982, II, p. 02-03). O critério para consolidação social não pode ser, portanto, a antevisão de sua organização, mas a consolidação de determinados hábitos que sobreviveram a ordens de crescente complexidade. A leitura aqui é nitidamente anti-cartesiana: há aspectos e dimensões da realidade que simplesmente existem, que emergiram, e precisamente graças a essa condição, são naturais. Na mesma esteira é natural ao ser humano que seus hábitos sejam aprendidos de maneira "semi-consciente", por meio de um processo de absorção e reprodução de hábitos que se mostra espontâneo. A conduta do indivíduo não é resultado exato de qualquer forma pré-concebida segundo e exclusivamente suas convicções pessoais; a influência de seu meio é não só inevitável, mas principalmente decisiva tanto na confecção quanto na consolidação dessa convicção.

A conclusão mais direta dessas ordens de complexidade espontâneas é a refutação de qualquer processo histórico material *strictu sensu*; há, sim, o resultado de inúmeras combinações aleatórias entre condições materiais, cultivo e seleção de hábitos e condutas e do nível de informações que a sociedade foi capaz de preservar. Ainda que Hayek reconheça que o desenvolvimento especificamente material dos grupos humanos interfira nas diversas formas de emergência, este é apenas um dos componentes do processo de seleção; a participação decisiva no processo de seleção cabe aos hábitos e costumes que são consolidados ou descartados. Daí a noção peculiar de moral do autor, algo como uma zona intermediária entre os aspectos resultantes de ações premeditadas e inconscientes dos membros daquele grupo, "aquelas regras não-instintivas que possibilitam à humanidade expandir-se numa ordem estendida na medida que o conceito de moral só faz sentido em contraste à conduta irrefletida, de um lado, e ao exercício racional, de outro lado. Reflexos inatos não possuem qualidade moral" (Hayek, 1988, p. 12n)[4].

Não cabe assim à riqueza material qualquer influência privilegiada sobre o processo de seleção cultural; não há, consequentemente, qualquer valor transformador específico e intrínseco à ciência econômica, como sugeria Marshall. Tal ciência compartilha do mesmo *status quo* dos demais sinalizadores de êxito ou fracasso do desenvolvimento social, e se presta apenas a fornecer informações - e não prever - sobre condutas e procedimentos que permitiram a "sobrevivência do maior número" (Mariutti, 2016); ela se relaciona com a ordem social pelo conceito de *kosmos*, como parte de uma ordem "não-premeditada", e não pelo conceito de *taxis*, de ordem "construída" (Hayek, 1982, I, p. 37). A ciência econômica é um importante instrumento de verificação, e não de regulação. O que lhe é crucial é sua a eficácia enquanto sinalizadora de uma ordem que tem perdurado por mais tempo, a ordem do mercado, o que dá à economia posição

[4] Novamente ele reproduz à sua própria maneira uma das ideias de David Hume, que sugere no seu *Tratado da Natureza Humana.* Os sentimentos são, para Hume, realidades "originais", "completas em si mesmas", e qualquer julgamento moral, sob esse ponto de vista, sempre será antecedido e, portanto, *definido*, pelo que determinada pessoa *sente*. Vide T 3.1.1.9. (Sigo aqui a referência atualmente consolidada da obra de Hume: cada algarismo indicando, respectivamente, livro-seção-capítulo-parágrafo).

privilegiada por ter "desenvolvido uma técnica teórica adequada a lidar com tais ordens espontâneas abstratas" (Ibid., I, p. 115). E observe-se: posição privilegiada não porque a ordem do mercado se define pela atividade estritamente econômica; pelo contrário, a economia, como entende Hayek, consiste "num complexo de atividades pelas quais um dado conjunto de meios é alocado e acordo com um plano unitário dentre fins que competem de acordo com sua relativa importância" (Ibid., II, p. 107), ao passo que a ordem de mercado não se restringe a simples consecução de atividades, e sim às interações entre as várias economias. Utilizando o neologismo catalaxia *(catallaxy)* para recuperar em língua inglesa o termo grego *katallattein*, Hayek define a ordem do mercado como uma ordem que não se define simplesmente pela ação de "trocar", mas pela ideia mais ampla de "'admitir na comunidade' e 'transformar um inimigo em amigo'", e por isso é um "tipo especial de ordem espontânea produzida pelo mercado através de pessoas que agem dentro das regras das leis de propriedade, de delito e de contrato" (Ibid., II, p. 108).

Esse ponto é extremamente sensível. Como o processo de seleção cultural se estabelece por fatores, aos menos em tese, aleatórios, só é possível que se sustente uma tão heterogênea Grande Sociedade caso alguns fatores específicos tenham sobrevivido à seleção ao longo do tempo. Se a ordem de mercado é provavelmente "a única ordem compreensiva que se estende sobre todo o campo da sociedade humana" (Ibid., I, p. 115), e se a ciência econômica é a única que dispõe da melhor indumentária possível para abordar essa complexidade, a questão se resume a identificar por quais mecanismos específicos puderam "sobreviver", ou por qual motivo eles fazem parte do processo "natural" de crescimento da Grande Sociedade. Seriam três, segundo Hayek, tais mecanismos de sustentação dessa ordem complexa e identificados a partir de sua leitura de David Hume - estabilidade das posses, sua transferência por consentimento e o cumprimento das promessas (vide Hume, T 3.2.6.1) -, ainda que, adenda Hayek, eles correspondam, nos "sistemas contemporâneos de legislação privada", à "liberdade de

contrato, a inviolabilidade da propriedade e o compromisso em compensar o outro pelo dano causado por culpa própria." (Ibid., II, p. 40).

Hume, sentimento de posse e artifício da propriedade

A leitura de Hayek é peremptória. Ao sinonimizar sistema de justiça de Hume, ele atribui sua premissa particular do que é natural àquela proposta pelo escocês. Hume prevenira o leitor no preâmbulo à discussão sobre justiça que "por mais que se questione se a noção de mérito ou demérito de certas ações é natural ou artificial, é evidente que as próprias ações são artificiais, sendo realizadas com um certo propósito e intenção*".* (T 3.1.2.10). Portanto, há uma diferença sutil quanto ao conceito de "natural", no que se refere ao propulsor do comportamento subjetivo: no caso de Hayek, as ações humanas não podem ser totalmente artificiais, ou propositais, precisamente porque a ação humana é mero resultado da repetição de comportamentos; mas para Hume, pelo contrário, não há qualquer problema em diferenciar ações artificiais das naturais, afinal comportamentos se repetirão não como fruto da repetição em si, mas das intenções pessoais daqueles que se comportam de determinada maneira. É sob essa importante distinção que se deve entender como, para Hume, a justiça é uma virtude artificial*:* na concorrência de muitas volições particulares, ou melhor, na concorrência de diferentes interesses próprios (*self-interest*), "os homens observam que é impossível viver em sociedade sem se restringir por meio de certas regras", e é por isso que somente a "convenção voluntária e o artifício dos homens" permite a manutenção das regras e leis; "portanto, essas leis de justiça devem, sob esse aspecto, ser consideradas artificiais". Mas "uma vez estabelecido e reconhecido esse interesse, o sentido da moralidade diante da observância dessas regras segue-se *naturalmente*", uma vez que "quando já se observou que esse interesse próprio é comum a toda a humanidade, [os] homens passam a ter prazer em contemplar ações que favorecem a paz da sociedade" (T 3.2.6.11, itálico no original).

É por isso que "para que a sociedade se forme, não basta que ela seja vantajosa; os homens também têm de ser sensíveis [*sensible*] às suas vantagens" (T 3.2.2.3); isto é, a perenidade da sociedade só é possível por que "o *interesse próprio* é o motivo original para o *estabelecimento* da justiça, mas uma simpatia com o interesse *público* é a fonte da aprovação *moral* que acompanha essa virtude." (T 3.2.2.24, itálicos no original). Assim, o que permite a manutenção do sistema de justiça proposto é a repactuação dinâmica das intenções humanas, dos artifícios humanos, com um *sentimento* permanente de prazer por se viver em paz. Essa proposição diverge diametralmente de Hayek, para quem é simplesmente a sobrevivência da sociedade como objeto do processo evolutivo que obriga as pessoas a viverem em sociedade, que se sustenta meramente pela ideia de "sobrevivência do maior número". O que Hume sugere não é a permanente probabilidade de alguém tornar-se ermitão, mas que os sentimentos das pessoas são constantemente excitados pela vida em sociedade e que, por isso, elas são constantemente *convencidas* das vantagens de viver em grupo. A sensibilidade, nesse sentido, é inescapável não apenas à condição humana individual, mas igualmente à condição humana geral e social. Ou seja, é necessária uma ação de alguém sobre o objeto para que ele se torne sensível: "a propriedade de um objeto, tomada como algo real, sem referência à moralidade ou aos sentimentos da mente, é uma qualidade absolutamente insensível, e mesmo inconcebível" (T 3.2.4.2), e por isso ela "não consiste em nenhuma das qualidades sensíveis do objeto", mas só tem qualidades na medida que estabelece algum tipo de *relação, "*mas não em sua relação com outros objetos externos e inanimados", e sim "nas relações dos objetos com seres inteligentes e racionais." E daí que essas relações "são propriamente o que chamamos de *justiça*; consequentemente, a natureza da propriedade depende dessa virtude, e não a virtude da propriedade." (T 3.2.6.3, itálico no original).

Consequentemente é impossível atribuir à tal condição meramente objetiva da propriedade a responsabilidade pela sustentação social. A estabilidade necessária para a manutenção da sociedade não é da propriedade isoladamente, mas da sua *relação* com a

posse[5]. Estar em posse de alguma coisa, segundo Hume, ocorre "não apenas quando a tocamos imediatamente, mas também quando estamos situados de tal forma em relação a ela que temos o poder de usá-la"; tal relação de causa e efeito, motivada portanto pela ação *humana subjetiva*, é a que deve explicar que "a propriedade não é mais que uma posse estável, derivada das regras de justiça ou das convenções humanas" (T 3.2.3.7). Essas convenções têm como objetivo senão remediar os inconvenientes da relação que se estabelece entre uma qualidade da mente, o egoísmo, com uma situação dos objetos, sua escassez. É precisamente aqui que Hayek faz uma cínica intervenção (Hayek, 1991, p. 104) destacando ao leitor que "escassez" é o "termo" escolhido pelo próprio Hume, induzindo uma leitura da escassez apenas em função dos meios e valorizando o egoísmo humano como sua finalidade. Ora, o que Hayek providencialmente não destaca é que, segundo Hume, essa escassez é relativa não porque faltem meios materiais, mas porque a disponibilidade de meios deve ser comparada "com as necessidades e os *desejos* dos homens", ou que "o egoísmo humano é atiçado pela escassez de nossos bens, *quando comparados às nossas necessidades*" (T 3.2.2.16, grifos nossos).

Pois bem, alerta Hume, "essa avidez de obter bens e posses, para nós e para nossos amigos mais íntimos, é insaciável", "diretamente destrutiva para a sociedade", e "não há praticamente ninguém que não tenha razão para temê-la quando ela atua sem restrições, entregue a seus movimentos primeiros e mais naturais." (T 3.2.2.12). É por essa avidez que se ampara o egoísmo: se a avidez é por definição "insaciável", é impossível de ser satisfeita se não for controlada; a escassez, portanto, não estabelece relação direta com o egoísmo, mas com a limitação necessária do desejo de posse. A propriedade serve como artifício para conter a tendência incitada pelo desejo irrefreável de possuir na medida em que ela excita um sentimento – ainda que relativo - de escassez, possibilitando assim que o desejo de posse seja satisfeito, e não anulado, por meio de outro sentimento em sentido contrário. É necessário um artificio de estabilidade para que a avareza não extrapole os

[5] Distinção perspicazmente apontada por Mariutti, 2016, p. 62.

limites da subjetividade alheia; ou, *a* posse deve ser estável não em função da defesa do objeto que se possui, mas em função do sentimento que ela busca controlar.

É por isso que, para Hume, "a origem da justiça explica a da propriedade". (T 3.2.2.11). O artifício que dá origem e forma a ambas se guia, afinal, por um sentimento humanitário – e não no sentido "cristão" do termo, mas no sentido mais individualista possível, na medida que cada pessoa julga (avalia subjetivamente) que as condições para sua própria realização pessoal dependem intrinsecamente desse sistema de justiça. Ora, o fato do artifício se direcionar em razão de um sentimento não lhe permite converter-se, ele próprio, numa motivação natural humana. A existência desse sentimento humanitário influencia diretamente o exercício da virtude da justiça e da propriedade porque é uma *impressão* que antecede a ideia que se faz de ambas, da mesma forma que a posse também é uma impressão que antecede a justiça e a propriedade. Ou seja, tanto a "paz social" quanto a posse – e não a propriedade - são igualmente impressões causadas sobre os sentimentos, e, por essa condição, não podem ser mutuamente excludentes. A leitura equivocada do conceito de propriedade de Hume deve-se especialmente à sua categorização como uma virtude em si, como se a propriedade fosse ela própria o sentimento de posse.

Ciência econômica: norma de propriedade ou instrumento ético?

Portanto, sob a ótica propositiva de uma ciência evolucionária Hayek e Marshall divergem diametralmente; contudo, precisamente no limite do que poderia ser uma ruptura entre ambos - a possibilidade de exercício ativo do sujeito nesse processo evolucionário - surge um aspecto reconciliatório fundamental, já que os dois autores sustentam suas perspectivas evolucionárias objetivamente. Retomando, portanto, Marshall, aquela que para ele é a "substância da economia" baseia-se duplamente num aspecto objetivo: a economia não se ocupa apenas, enquanto ciência, de um objeto particular, dos "motivos que afetam, de um modo mais intenso e constante, a conduta do homem na parte comercial da sua vida", mas também por que se justifica, como

consequência dessa limitação de escopo, como um conjunto de "métodos e exames científicos tão depressa a força dos motivos de uma pessoa – não os motivos em si mesmos – possa ser aproximadamente medida pela soma de dinheiro que essa pessoa despenderá para obter uma desejada satisfação" (Marshall, 1920, p.14 e 15). Tanto é assim que para Marshall não há qualquer problema em agrupar como sinônimos "'dinheiro' ou 'poder geral de compra' ou o 'domínio sobre a riqueza material' [como] centro em torno do qual gira a ciência econômica"; para a economia é indiferente que se considere o dinheiro ou a riqueza material "como sendo o fim principal do esforço dos homens, nem mesmo como a principal matéria do estudo do economista, mas porque no mundo onde vivemos ele é o meio conveniente para a medida dos motivos humanos numa larga escala" (Ibid. p. 22).

Esses motivos humanos, mesmo que restritos ao aspecto econômico, estão curiosamente fora do *cogito* da ciência econômica. O interesse é inteiramente pelos resultados de uma ação considerada presumida, a forma subjetiva e geral de posse é subordinada à definição objetiva e específica de propriedade, ou nas palavras do próprio Marshall, "o dinheiro é o poder aquisitivo geral e se busca como um meio que pode servir a todos os fins, nobres ou baixos, espirituais ou materiais" (Ibid., p. 22). Como a pobreza não é compatível com o "sistema de liberdade econômica" e causa dos "males da humanidade", a ação pública deve ser preferencialmente orientada à erradicação da pobreza com o uso do mesmo instrumental que Hayek considera também o mais apropriado, a ciência econômica. A posição normativa da ciência econômica se estabelece, nesse sentido, também por meio de uma visão objetiva do sujeito social, como mero paciente (e aqui devemos lembrar do "juramento hipocrático" sugerido por Hayek) de um enfoque preliminar sobre a manipulação da "riqueza material". Por fim, apresentando nossa hipótese muito sucintamente, nos termos de Hume, entendemos que podem haver inúmeras possibilidades de convívio social, outras formas de posse em potencial, mas todas estão subordinadas à consecução de uma de suas formas objetivas específicas, a propriedade.

Referências:

HAYEK, F. A. 1982. *Law, Legislation and Liberty.* (Edição de volume único). Londres: Routledge.

_____1988. *The Fatal Conceit: the errors of socialism.* Londres: Routledge, 1988.

_____. *The trend of economic thinking.* Londres: Routledge, 1991.

_____. *Contra Keynes and Cambridge.* Londres: Routledge, 1995.

HUME, David. 2009. *Tratado da natureza humana: uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais*. São Paulo: Editora Unesp.

MARIUTTI, Eduardo B. "A sobrevivência do maior número: notas sobre o pensamento de Hayek". *Novos Estudos Cebrap*, Vol. 35, n.3, p. 53-64. 2016

MARSHALL, Alfred. *Principles of Economics*. Londres: Macmillan, 1920.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

O problema da objetividade nas Ciências Sociais: um debate entre Karl Mannheim e Karl Popper

Isadora Pelegrini

Gabriel do Carmo Lacerda

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

O problema da objetividade nas Ciências Sociais: um debate entre Karl Mannheim e Karl Popper

The problem of objectivity in the Social Sciences: a debate between Karl Mannheim and Karl Popper

Isadora Pelegrini [1]

Gabriel do Carmo Lacerda[2]

Resumo:

Karl Popper, no livro *A Sociedade Aberta e seus Inimigos* e no *paper Reason or Revolution?*, tece críticas ferrenhas a respeito da Sociologia do Conhecimento e do trabalho de Karl Mannheim, chegando a apelidá-lo de "socioterapia". Este artigo procura evidenciar que existem, nos dois autores, semelhanças substanciais a respeito da fundamentação social do pensamento no que diz respeito ao elemento coletivo que define a objetividade e sobre a importância do método empírico para o conhecimento humano; semelhanças maiores do que Popper gostaria de admitir.

Palavras-chave: Ciências Sociais; metodologia; objetividade; Filosofia da Ciência

Abstract:

Karl Popper, in the book *The Open Society and Its Enemies* and in the paper *Reason or Revolution?*, makes strong criticisms about the Sociology of Knowledge and the work of Karl Mannheim, even calling it "sociotherapy". This article suggests that there are substantial similarities between the two authors regarding the social foundation of thought with regard to the collective element that defines objectivity and the importance of the empirical method for human knowledge; greater similarities than Popper would like to admit.

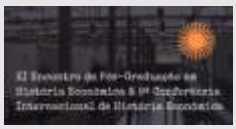
[1] Doutoranda em Economia no Cedeplar/UFMG. Bolsista CAPES.
[2] Doutorando em Economia no Cedeplar/UFMG.

O problema da objetividade nas Ciências Sociais: um debate entre Karl Mannheim e Karl Popper

Key words: Social Sciences; methodology; objectivity; Philosophy of Science

JEL: B31; B49.

Área 5: História do Pensamento Econômico



O problema da objetividade nas Ciências Sociais: um debate entre Karl Mannheim e Karl Popper

***

> *When I was a young man, a friend advised me to read* Ideology and Utopia. *My judgement was: there is a royal road to success in what calls itself 'philosophy' and 'sociology': say the utmost trivialities in high sounding language; or, alternatively, talk erudite nonsense with truisms interspersed. Then the reader will be flattered; for not only can he understand parts of such a difficult book but he can even find ideas in it of which he himself has thought before.*
>
> Karl Popper, em *Reason or Revolution?* (1970, p. 257-258).

Introdução

Na primeira metade do século XX o ambiente intelectual mundial era, em síntese, atravessado por um questionamento central: *como fazer ciência?* Na Europa, o cenário era de ascensão do fascismo na Alemanha, Itália e Espanha, surgimento e consolidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e emergência de tensões internacionais. As relações entre ciência e sociedade se manifestavam de maneira cada vez mais clara, promovendo a irrupção de pensadores dedicados ao estudo do pensamento, da filosofia da ciência e dos impactos políticos no desenvolvimento do conhecimento humano.

Nesse cenário, era bastante difundida a ideia de que a ciência experimentava uma tendência à estagnação em um ambiente político de autoritarismo. Alguns pesquisadores argumentavam que as sociedades fascistas e comunistas padeciam igualmente deste infortúnio, uma vez que tinham governos "totalitários" e eram, por isso, idênticas[3]. Era o caso de Karl Popper, filósofo austríaco que classificava a teoria marxista da história – bem como a psicanálise Freudiana e a psicologia individual de

[3] Ainda hoje existem pesquisadores que defendem essa ideia; entretanto, já foi refutada por Domenico Losurdo, que chama atenção para o caráter de cunho liberal revisionista e ideológico profundamente ludibriador dessa argumentação, que pretende igualar um regime cujo objetivo era exterminar todo um grupo étnico com uma organização política cujo propósito era estabelecer uma sociedade igualitária por meio da suplantação do modo de produção capitalista. O autor enfatiza, ademais, a importância política da resistência antifascista representada pelos bolcheviques, a luta anticolonial e o papel do chamado à autodeterminação dos povos de Lenin em contraposição ao caráter contrarrevolucionário e colonialista dos regimes fascistas (LOSURDO, 2017). Sobre a autonomia científica, Polanyi (2013) argumenta que, ao contrário da Alemanha nazista, na União Soviética havia um compromisso inabalável com o progresso da ciência e com a necessidade de orientá-la ao bem público, isto é, em benefício da população.

Alfred Adler – como pseudociência. O que caracteriza mais claramente a definição de ciência para ele é a formulação de hipóteses que se expõem ao risco de serem provadas falsas (falsificadas) por meio do teste empírico; nesse sentido, o exemplo da ciência por excelência é o trabalho de Albert Einstein (KRIGE, 1978; GODFREY-SMITH, 2003; MAGALHÃES, 2011).

O início da carreira intelectual de Popper se deu em Viena, onde mantinha contato próximo com intelectuais do positivismo lógico do Círculo de Viena. Emigrou para a Nova Zelândia em 1937, em virtude da eclosão do nazismo, e passou a lecionar Filosofia na Universidade de Canterbury. Posteriormente, em 1946, retornou para a Europa e passou a viver em Londres, trabalhando como professor na *London School of Economics*, onde passou o restante de sua carreira (GODFREY-SMITH, 2003).

Popper era colega de Karl Mannheim, também professor na *London School of Economics*. Mannheim foi um sociólogo húngaro, de orientação marxiana, que desenvolveu trabalhos nas disciplinas de Sociologia, Filosofia, Psicologia e História. Em Budapeste, participou de grupos de pesquisa conjuntamente a György Lukács – que o influenciou fundamentalmente, mas a quem teceu severas críticas – e, em 1920, se mudou para a Alemanha, onde foi aluno de Alfred Weber. De 1930 até 1933, foi professor extraordinário de Sociologia em Frankfurt, mas emigra para Londres por consequência da ascensão do nazismo. Passou a lecionar sociologia na *London School of Economics*, até ser transferido para a cadeira de sociologia e filosofia da educação (SALOMON, 1947; MORROW, 1973; REMPEL, [1965] 2019).

Ainda na Alemanha dos anos 1920, Mannheim começou a desenvolver a Sociologia do Conhecimento contemporaneamente a Max Scheler, filósofo que cunhou o termo (BECKER; DAHLKE, 1942). A Sociologia do Conhecimento buscava compreender o momento particular do ambiente intelectual europeu, respondendo aos muitos autores contemporâneos que consideravam o período como o declínio da civilização ocidental. Em síntese, trata-se de uma teoria sociológica e um método de pesquisa direcionado a interpretar as relações entre o pensamento humano e suas raízes histórico-sociais.

Durante a Segunda Guerra Mundial, Popper escreveu o livro *A Sociedade Aberta e seus Inimigos*, no qual critica, além de Platão, Hegel e Marx, a Sociologia do Conhecimento. Este artigo busca realizar uma aproximação teórica de Popper e Mannheim por meio da revisão das principais ideias dos autores durante a primeira metade do século XX. Nossa hipótese é que existem semelhanças substanciais a respeito da fundamentação social do pensamento no que diz respeito ao elemento coletivo que define a objetividade e sobre a importância do método empírico para o conhecimento humano; semelhanças maiores do que Popper gostaria de admitir.

Na literatura especializada, o trabalho mais robusto cujo objeto de pesquisa consiste no confronto entre os dois autores é a dissertação de mestrado de Raymond Morrow pela *University of British Columbia*. Embora Morrow (1973) tenha salientado a existência de três semelhanças – a) revolta de ambos contra a filosofia kantiana e empirista de centrar o problema da objetividade do conhecimento nas características individuais do conhecedor; b) a rejeição de ambos às afirmações absolutas de certeza e verdade, portanto, incorporando elementos dinâmicos na epistemologia; e c) o desenvolvimento de uma epistemologia social que destaca as tradições e instituições científicas –, o autor foca especialmente nos problemas da interpretação de Popper em relação à Sociologia do Conhecimento e ao trabalho de Mannheim, e não explora a fundo as complementariedades possíveis entre ambos e as consequências destas semelhanças.

Desta forma, o presente artigo, em sua segunda seção se dedica a caracterizar a Sociologia do Conhecimento e o pensamento de Mannheim, utilizando, particularmente, o livro *Ideologia e Utopia*. A terceira seção, trata da crítica de Popper e a sua fundamentação teórica. Na quarta seção, são destacados os elementos de convergência entre os dois autores. Por fim, na quinta seção, são realizadas as considerações finais.

Mannheim e a Sociologia do Conhecimento

O livro *Ideologia e Utopia* é a obra mais renomada de Mannheim. Nele, o autor apresenta a Sociologia do Conhecimento, uma teoria e um método de pesquisa sociológico que procura resolver o problema da objetividade da ciência considerando o

caráter social e historicamente condicionado do pensamento humano. Foi escrito em 1929 na Alemanha, em resposta a crise do pensamento moderno, salientando o problema da objetividade da ciência como um todo – não apenas das Ciências Sociais. Tal teoria procura ser um contraponto à Epistemologia tradicional que, por sua vez, manifesta um caráter parcial ao considerar que as Ciências Naturais, por sua natureza quantificável, são o modelo ideal de conhecimento a ser reproduzido na pesquisa empírica. Seu primeiro capítulo, que adentra mais detidamente nas interconexões entre pensamento e existência, data de 1937, quando o autor edita a obra para a publicação na língua inglesa (GUSMÃO, 2011).

Em princípio, Mannheim ([1929] 1968) chama atenção para o fato de que a ciência é produto do pensamento humano e, consequentemente, dotada de elementos subjetivos. Ao longo da história da Filosofia moderna, o problema da objetividade da ciência foi continuamente interpelado buscando afastar o sujeito pesquisador do objeto de pesquisa, de modo a eliminar toda e qualquer ideologia por meio da coibição da subjetividade pessoal e coletiva intrínseca ao cientista e sua comunidade particular. Entretanto, para inferir se tal processo é eficiente – ou, até mesmo, possível –, é necessário compreender mais do que as reais condições sob as quais a pesquisa científica é realizada: é imperativo apreender, em sua dimensão *concreta*, o modo como as pessoas pensam, não só individualmente, como também enquanto parte de uma coletividade.

Ao frisar a dimensão concreta da análise do processo cognitivo do sujeito, Mannheim ([1929] 1968) se nega a concebê-lo enquanto um processo individualmente executado através da pura contemplação teórica; ademais, se recusa a idealizar um indivíduo apartado de seus juízos pessoais e orientado pela razão no caminho de atingir o conhecimento da "verdade" – a própria ideia de "verdade absoluta", inclusive, é destituída de sentido para o autor[4]. Isso porque o pensamento, em suas múltiplas

[4] Mannheim ([1929] 1968, p. 318) rejeita a ideia de uma verdade válida em si mesma, a ser alcançada pelo conhecer científico, argumentando que é uma ideia derivada de uma concepção dualista de mundo que idealiza a existência de um parâmetro superior que confira uma validade "supra-humana e supratemporal" aos fenômenos (inclusive o fenômeno de pensar) que não podem ser conhecidos

dimensões, possui uma origem social. Desde a linguagem em que são abordados os problemas, até os próprios problemas emergentes em determinado contexto histórico particular condicionam socialmente o trabalho do pesquisador.

Ao conhecer, o indivíduo se encontra munido de um aparato conceitual que não foi inventado por ele: existe uma linguagem subjacente, com palavras disponíveis que, por si só, limitam e direcionam a sua perspectiva. Ao escolher seu objeto de pesquisa, a pessoa se interessa subjetivamente por um assunto específico que se apresenta como um problema/obstáculo dado historicamente e espacialmente. Ao decidir quanto ao método de trabalho com aquele objeto, também estão colocados tanto os critérios subjetivos da escolha, quanto as disponibilidades materiais do conhecimento de seu tempo e do grupo[5] em que o indivíduo está inserido. Ao concluir um resultado de pesquisa, o cientista se encontra, em algum grau, condicionado a pensar na mesma lógica das pessoas de seu grupo (MANNHEIM, [1937] 1968). Nas palavras do autor:

> a) toda formulação de um problema somente é possibilitada por uma experiência humana própria efetiva que envolve tal problema; b) a seleção e multiplicidade de dados implica um ato de vontade do sujeito cognoscente; e c) as forças que emergem da experiência vivida são significativas para a direção que o tratamento do problema tomará (MANNHEIM, [1929] 1968, p. 290).

Isso não significa dizer que o processo cognitivo do ser humano seja social e historicamente determinado; condicionamento e determinação são ocorrências distintas. O indivíduo pode, com sua contribuição individualmente diferenciada, participar ativamente da construção do conhecimento da coletividade justamente porque o conhecimento é um processo coletivo. Nesse sentido, a circunstância privada de contemplação teórica do pesquisador é um momento ocasional que integra o processo total do conhecimento – que, o sociólogo ressalta, trata-se de um caso marginal

---

empiricamente com precisão. Para o autor, o ideal de verdade absoluta possui apenas validade heurística, isto é, útil para a inventividade de soluções por meio da simplificação dos termos do problema. Essa simplificação torna-se desnecessária quando o processo de conhecimento se atém às condições materiais concretas nas quais os fenômenos ocorrem.

[5] Grupo, aqui, traduz-se em diversos sentidos, como nacionalidade, classe social, geração, corrente política, escola, movimento intelectual etc. O que interessa é frisar que o ser humano está inserido em um nicho particular dentro de um contexto histórico e espacial próprio (MANNHEIM, [1929] 1968).

resultante do desenvolvimento contemporâneo da ciência engendrada sob a égide do liberalismo capitalista burguês –; conhecimento este que o indivíduo é necessariamente incapaz de produzir de modo autossuficiente a partir de si mesmo (MANNHEIM, [1937] 1968). Nas palavras do autor:

> Realmente, longe está de ser correto pretender-se que um indivíduo de capacidades absolutas mais ou menos rígidas confronte o mundo e que, buscando a verdade, construa uma visão de mundo a partir dos dados de sua experiência. Tampouco podemos acreditar que ele então compare sua visão de mundo com a de outros indivíduos, que adquiriram as suas de uma forma similarmente independente, e, numa espécie de discussão, a visão de mundo verdadeira venha a luz e seja aceita pelos demais. Ao contrário, é muito mais correto dizer-se que o conhecimento é, desde o primeiro momento, um processo cooperativo de vida de grupo, no qual cada pessoa desdobra seu conhecimento no interior do quadro de um destino comum, de uma atividade comum e da superação de dificuldades comuns (em que, entretanto, cada um enfrenta-se com uma parte diferente). Em conformidade com isso, os produtos do processo cognitivo já estão, pelo menos em parte, diferenciados, porque nem todos os aspectos possíveis do mundo se acham ao alcance dos membros de um grupo, mas apenas aqueles de que surgem dificuldades e problemas para o grupo. E mesmo esse mundo comum (não partilhado da mesma forma por quaisquer outros grupos estranhos) aparece diferentemente aos grupos subordinados dentro de um grupo maior. Aparece diferentemente porque os grupos e estratos subordinados numa sociedade funcionalmente diferenciada têm uma abordagem experimental diferente em relação aos conteúdos comuns dos objetos de seu mundo. No domínio intelectual sobre os problemas da vida, cabem a cada um dos segmentos diferentes, com os quais cada um lida bastante diferentemente, de acordo com os seus interesses vitais (MANNHEIM, [1937] 1968, p. 56-57).

Mannheim ([1937] 1968) exemplifica esse caráter social e histórico do desenvolvimento científico utilizando o contexto do surgimento da Epistemologia. Segundo o autor, a humanidade redireciona sua preocupação do *fenômeno* para o *pensamento* – ou seja, quando as formulações deixam de ser concernentes aos aspectos fenomenológicos do problema para focar nas próprias maneiras diversas de pensar o fenômeno – apenas nos momentos em que o próprio "pensar" configura um conflito na sociedade. Em outras palavras, corresponde a um cenário em que as divergências nas perspectivas científicas, nos conceitos utilizados, nos métodos de investigação e até na própria concepção do objeto de pesquisa impedem uma unidade teórica. O nascimento de tal problemática é impossibilitada num contexto no qual a institucionalidade vigente impede a diversidade de visões do mundo.

Nesse sentido, como exemplo, a Igreja, enquanto instituição reguladora da sociedade na Idade Média, detinha o domínio intelectual e estabelecia, dogmática e coercitivamente, uma forma única de compreender o universo. Além de escolástico, tal modelo de controle monopolístico do pensamento encontra-se dissociado dos problemas materiais de uma dada sociedade e não se submete a testes empíricos. Com a dissolução deste monopólio, abre-se espaço para a emergência de uma *intelligentsia* autônoma, independente e liberta. No entanto, o rompimento efetivo com a visão de mundo tradicional acontece apenas quando a mobilidade social se processa de tal modo a eliminar a ilusão da condição estática da coletividade. No desenvolvimento da sociedade ocidental, tal trajetória se deu concomitantemente à irrupção da racionalidade liberal burguesa capitalista, atribuindo uma lógica competitiva à produção de ciência e ao processo de pensar (MANNHEIM, [1937] 1968).

É precisamente a penetração de tal lógica competitiva na pesquisa científica que engendra o problema da disputa entre as teorias, as imputações de ideologia entre os investigadores e, no limite, o ceticismo. Mannheim ([1929] 1968) analisa a temática da ideologia buscando não a interpretar unicamente como um fator que desloca a atenção dos problemas mais urgentes; desse modo, procura acrescentar que se trata de uma potência que pode permitir novas descobertas, tendo em vista a pluralidade de perspectivas na investigação do objeto em questão.

Sendo assim, a acepção de *ideologia* que diz respeito à capacidade de enganar, ludibriar e obscurecer o caminho para a compreensão da realidade – que o autor compreende como a "concepção *particular*" (MANNHEIM, [1929] 1968, p. 287) de ideologia – não cabe na Sociologia do Conhecimento. Com efeito, a *ideologia* que se comporta como objeto de análise de Mannheim ([1929] 1968, p. 287) é em sua "concepção *geral*", ou seja, aquela que molda o ponto de vista pessoal e intelectual do indivíduo[6], uma vez que "as estruturas mentais são inevitavelmente formadas

[6] É necessário sublinhar que, para Mannheim ([1929] 1968, p. 288), "o uso do termo 'ideologia' na Sociologia do Conhecimento não possui intenção moral ou denunciadora. Antes, indica um interesse de pesquisa que leva a se colocar a questão de quando e onde as estruturas sociais vêm expressar-se na estrutura de asserções, e em que sentido as primeiras determinam concretamente as últimas". Em virtude

diferentemente em conformações sociais e históricas diferentes" e orientam, invariavelmente e de maneira estrutural, o fazer científico. Segundo o autor,

> Conhece-se o mundo através de muitas orientações diferentes, porque existem muitas tendências de pensamento simultânea e mutuamente contraditórias (de modo algum de valor igual), lutando entre si, com suas diferentes interpretações da experiência "comum". Não se há de encontrar, portanto, a chave deste conflito no "objeto em si mesmo" (se assim fosse, seria impossível compreender por que o objeto aparece em tantas refrações diferentes), mas nas várias e diversas expectativas, propósitos e impulsos que nascem da experiência (MANNHEIM, [1929] 1968, p. 291).

Sabendo, conforme apontado, que a ideologia acomete o processo cognoscente, uma nova percepção de objetividade deve ser construída. Mannheim ([1929] 1968) argumenta que a noção de objetividade da Epistemologia tradicional é fundamentada em um sujeito que não existe: isolado de qualquer contexto histórico-social; livre de tendências, preconceitos e juízos acerca dos fatos; desempossado de propensões políticas e interesses de classe; destituído até mesmo de paixões. Ora, não existe respaldo material para eliminar a subjetividade do indivíduo. Se a Epistemologia tradicional se baseia no empirismo e, derivado disso, aceita que o conhecimento e a existência são intrinsecamente conectados, o não reconhecimento das implicações necessariamente concretas dessa relação é entrar em contradição consigo mesma.

É fundamental salientar que nem a própria Epistemologia tradicional é objetiva, uma vez que até mesmo as teorias do conhecimento são historicamente condicionadas pelo desenvolvimento contemporâneo da ciência – seu objeto de estudo. Nesse sentido, tal percepção de objetividade é influenciada pelo entendimento idealizado de que as Ciências Naturais – sobretudo a Física – e seus métodos quantitativos são manifestações da única forma de conhecimento realmente confiável. Dentro dessa lógica, um conhecimento acessado por um método qualitativo possui validade inferior justamente porque "a qualidade contém elementos mais ou menos entrelaçados com a concepção de mundo do sujeito cognoscente" (MANNHEIM, [1929] 1968, p. 311), condição que se procura eliminar.

---

disso, para se afastar do significado que atribui um valor moral ao conceito de ideologia, o autor prefere utilizar o termo "perspectiva".

O grande transtorno acarretado por esse tipo de defesa indiscriminada de uma objetividade que não existe é a imposição às Ciências Sociais de uma transposição das metodologias características das Ciências Naturais para que sejam reconhecidas enquanto ciência. Nas Ciências Sociais, mais do que a correspondência entre existência e pensamento, é essencial a consideração de que os interesses e valores do investigador são indissociáveis de sua episteme: estão incrustados nos conceitos utilizados, na definição do objeto de estudo e, portanto, no arcabouço teórico. É necessário que se estabeleça um método científico rigoroso adequado para lidar com essa situação específica, uma vez que a mera transposição de um procedimento importado de uma ciência alheia não oferece instrumentos suficientes (MANNHEIM, [1929] 1968). Destaca-se aqui que limitar a Ciência Social aos seus aspectos mensuráveis e imediatamente perceptíveis também é ideológico.

A alternativa de Mannheim ([1929] 1968) para alcançar a objetividade nas Ciências Sociais é o mapeamento sistemático das múltiplas abordagens acerca de diferentes fenômenos, nas mais diversas linguagens, de modo a elucidar a origem das perspectivas trabalhadas e, a partir disso, identificar tanto os pormenores nos quais conseguiu avançar, quanto os limites subjacentes. Por conseguinte, os valores subjetivos são reconhecidos, não eliminados. A partir do momento em que se processa tal reconhecimento, a perspectiva – ou ideologia – não deve ser tratada como um equívoco ou descuido, e tampouco ocultada. O processo de obtenção de uma visão parcial – no sentido de fragmento incompleto, parte do todo – a respeito de um fenômeno, não transforma tal visão em falsa ou enganosa; não obstante incompleta, existem outras perspectivas a respeito do mesmo fenômeno que permitem completá-la. Isso significa que, para o autor, *a objetividade é construída coletivamente*. No entanto, essa construção não ocorre por uma convenção social ou consenso, mas por justaposição. Em outras palavras, a objetividade é alcançada quando reunidas as diversas perspectivas, permitindo apreender o objeto de pesquisa em sua totalidade.

Portanto, a Sociologia do Conhecimento se propõe: a) enquanto teoria, a examinar a conexão entre conhecimento e existência, resgatando a dimensão concreta

dessa relação[7]; b) enquanto pesquisa histórica e sociológica, a investigar empiricamente as formas de manifestação das relações sociais que condicionam o desenvolvimento cognoscente; c) enquanto método, a fornecer o instrumental analítico necessário para tratar do problema da unilateralidade da observação, permitindo tanto a identificação quanto o controle crítico dos valores subjetivos na pesquisa por meio do autoexame (MANNHEIM, [1929] 1968).

Popper e a crítica à "socioterapia"

Em seu livro *A Sociedade Aberta e seus Inimigos*, Popper ([1945] 1980) dedica um capítulo para expressar enfaticamente seu desacordo com a Sociologia do Conhecimento. Se valendo da caricaturização e do escárnio, o filósofo tece ácidas críticas ao que chama de "doutrina", maneira que costuma se referir a tudo o que provém do marxismo. Em tom jocoso, assevera que conforme se propõe, a Sociologia do Conhecimento se opõe ao racionalismo; embora não pela via do empirismo, como é a intenção, mas apresentando "tendências místicas e irracionalistas" (POPPER, [1945] 1980, p. 168).

Antes de introduzir com detalhes a crítica do filósofo à Sociologia do Conhecimento, cabe sintetizar rapidamente seu pensamento, sua concepção de ciência e sua perspectiva a respeito da objetividade. Popper ([1934] 2007), no livro *A Lógica da Pesquisa Científica*, possui uma ideia clara do que é o "método científico": o processo de pesquisa no qual um sistema de hipóteses/enunciados, orientado por uma teoria subjacente, é elaborado em termos claros e falseáveis e testado empiricamente – ou seja, por meio da experiência e da observação –, sendo, necessariamente, rejeitado se provado falso. Para o autor, os enunciados singulares não podem ser generalizados para enunciados universais. Isso significa que, não importa quantos testes/observações sejam feitos, não é possível estabelecer a verdade de uma teoria. O objetivo de expor as hipóteses à prova, portanto, não é verificar uma teoria, e sim falseá-la. Em decorrência

[7] Porque conhecer é existir, existe um componente ativista do conhecimento; isto é, o pensamento relaciona-se menos com a contemplação pura do que com a práxis. Quando o "conhecer" e o "agir" são simultâneos e interdependentes, o elemento ativista do pensamento integra a estrutura da perspectiva (MANNHEIM, [1937] 1968).

disso, o enunciado deve ser formulado de modo a poder ser falsificado: não deve ser tautológico, vago ou admitir diversas respostas opostas. É necessário que a teoria se submeta ao risco de ser falsificada por uma observação.

Popper ([1934] 2007) trabalha com um sistema teórico assentado no mundo material, destacando que é imprescindível, para o avanço da ciência, que as hipóteses sejam formuladas tendo em vista o nosso mundo de experiência sintético e não metafísico. Em outras palavras, os experimentos precisam ser possíveis. Esses são realizados seja examinando a coerência interna do próprio sistema de enunciados, seja investigando se tais enunciados se propõem científicos (*falseabilidade*), seja comparando com outras teorias, seja aplicando empiricamente as conclusões teóricas. Uma vez que outros pesquisadores da comunidade científica que se proponham a realizar tais testes confirmem a hipótese, ela pode ser reelaborada de modo a se tornar ainda mais falsificável para voltar a ser testada. Destarte, a objetividade advém da relação social entre os membros da comunidade científica e a possibilidade do diálogo, do combate de ideias e da verificação empírica. Em outras palavras, assim como Mannheim, para Popper *a objetividade também é construída coletivamente* – no entanto, esse processo é realizado não por justaposição, mas pelo consenso construído por meio do diálogo entre os pares.

Cabe sublinhar que o livro *A Lógica da Pesquisa Científica* se propõe a analisar a metodologia e epistemologia das Ciências *Naturais*. O autor possui um conjunto de outros textos voltados para o método e a objetividade das Ciências Sociais. No artigo *A Lógica das Ciências Sociais*, derivado de uma palestra ministrada no simpósio de Tübingen em 1961, Popper ([1961] 2004) adapta seus princípios, mantendo uma fundamentação semelhante, baseada em tentativa e erro:

> O método das Ciências Sociais, como aquele das Ciências Naturais, consiste em experimentar possíveis soluções para certos problemas; os problemas com os quais iniciam-se nossas investigações e aqueles que surgem durante a investigação. As soluções são propostas e criticadas. Se uma solução proposta não está aberta a uma crítica pertinente, então é excluída como não científica, embora, talvez, apenas temporariamente. [...] A assim chamada objetividade da ciência repousa na objetividade do método crítico. Isto significa, acima de tudo, que nenhuma teoria está isenta do ataque da crítica;

> e, mais ainda, que o instrumento principal da crítica lógica – a contradição lógica – é objetivo (POPPER, [1961] 2004, p. 16).

Assim, evidencia-se que o método de conjecturas e refutações é universal. Entretanto, alguns autores (KOERTGE, 1974; JARVIE, 2016) apontam que existem, para Popper, especificidades metodológicas nas Ciências Sociais. A primeira delas é o "princípio da racionalidade", na qual toda ação humana é racional segundo as convenções dadas/determinadas. Entretanto, a problemática das convenções e, consequentemente, da delimitação do que é uma ação racional, está fora do problema científico. Para Popper, este conjunto de proposições, que subsidiam a forma de observar o mundo, são as "interpretações gerais". Estas possuem características metafísicas – portanto, não podem ser testadas –, mas guiam as formas de experimentação e os pressupostos dos indivíduos. Estas "interpretações gerais" são sociais e envolvem tanto as instituições quanto as tradições (JARVIE, 2016, POPPER, [1945] 1980).

A segunda especificidade metodológica das Ciências Sociais[8] é a inexorabilidade da existência de consequências não esperadas, seja das teorias, seja das práticas sociais, seja dos arranjos institucionais. A razão disso repousa em efeitos de retroalimentação entre causa e consequência, na impossibilidade de testes severos[9] e de

---

[8] Essa especificidade é derivada da crítica de Popper ao historicismo (POPPER, 1957), particularmente do livro *The Poverty of Historicism*, no qual Popper argumenta acerca da impossibilidade de teorias gerais para as Ciências Sociais, especificamente de *leis do desenvolvimento histórico.* Essa impossibilidade está vinculada, dentre outras coisas, à impossibilidade de predição do modo como surgem novos conhecimentos ou quais serão eles, bem como a impossibilidade de prever quais seriam os seus impactos sobre a sociedade.

[9] Conforme Koertge (1974, p.203-204) um teste severo seria, por definição, aquele que esperamos que a conjuntura da hipótese falhe. Ou seja, que cheque as mais improváveis predições derivadas de uma teoria. Entretanto, experimentos sociais, geralmente, envolvem grupos sociais que, em caso de falha, podem incorrer em danos físicos, sociais e psicológicos. Portanto, envolvem tanto limites morais (particularmente a reprodução de experimentos "utópicos", tais como as experiências socialistas, rechaçadas por Popper); quanto existem limites epistemológicos acerca dos resultados encontrados dos testes severos, devido a impossibilidade de separação de causas e consequências e da retroalimentação entre causas e efeitos. Por esta razão, como também aponta Koertge (1974, p.203), Popper sugere reformas graduais e com reduzido número de variáveis empíricas que permitam a) traçar as cadeias causais entre perturbações introduzidas e os resultados destas; b) seja possível reverter ou compensar as mudanças, caso os efeitos produzidos sejam danosos.

isolamento das conexões entre causas e consequências nas Ciências Sociais. Alternativamente, Popper propõe que uma tarefa importante das Ciências Sociais é a de apontar o porquê *as consequências indesejadas e não intencionais* não podem ser eliminadas da aplicação no âmbito das Ciências Sociais (POPPER, 1963; KOERTGE, 1974).

Apresentados os fundamentos principais do pensamento de Popper, podemos descrever a sua análise acerca da perspectiva de Mannheim. A primeira crítica que o filósofo direciona à Sociologia do Conhecimento deriva de sua interpretação a respeito do condicionamento social do pensamento, apontando que Mannheim[10] é determinista, já que enxerga uma relação unilateral de determinação necessária entre interesse de classe e ideologia. Popper ([1945] 1980, p. 168, ênfase nossa) dispara que a Sociologia do Conhecimento se trata de uma "doutrina marxista segundo a qual as nossas opiniões, inclusive as de cunho moral e científico, são *determinadas pelo interesse de classe* e, de forma mais geral, pela situação social e histórica de seu tempo", indicando que esta é uma forma de "sociologismo", a exemplo do "historicismo marxista"[11] (POPPER, [1945] 1980, p. 161).

Uma segunda crítica é direcionada à proposição de Mannheim para solucionar o problema da objetividade nas Ciências Sociais. Popper ([1945] 1980, p. 168) argumenta que a Sociologia do Conhecimento "pode ser considerada uma versão hegeliana da teoria do conhecimento de Kant", uma vez que, de acordo com o autor, não só sustenta uma ideia análoga da necessidade de um aparelho categórico – ou seja, um conjunto de

[10] Popper também orienta sua crítica a Max Scheler; no entanto, as citações e os conceitos principais são retirados do livro *Ideologia e Utopia* de Mannheim.

[11] Quando escreve sobre historicismo, Popper não se refere ao historicismo alemão que, por sua vez, propunha a particularização histórica das sociedades e defendia que a busca por leis gerais e a especificação de estágios de desenvolvimento social não eram assunto da disciplina histórica. Nesse sentido, "*What I mean by 'historicism' [...] [is] an approach to the social sciences which assumes that historical prediction is their principal aim, and which assumes that this aim is attainable by discovering the 'rhythms' or the 'patterns', the 'laws' or the 'trends' that underlie the evolution of history*" (POPPER, 1957, p. 3), isto é, aquele conhecido argumento de que o pensamento de Marx tem caráter teleológico porque supostamente o último teria declarado que o socialismo é o ponto de chegada necessário à evolução estrutural da sociedade.

pressupostos não testados empiricamente – para interpelar o objeto de estudo, como também compreende que tal aparelho categórico encontra-se permanentemente em transformação devido às mudanças no contexto histórico da sociedade. Ademais, alega que, assim como Hegel[12], a Sociologia do Conhecimento se coloca acima das demais filosofias por pregar que o pesquisador possui a possibilidade de analisar a si mesmo para desvendar e excluir a sua ideologia latente – nomeia, ironicamente, o processo de "socioterapia" –, alcançando, assim, "a síntese mais alta do conhecimento objetivo"[13] (POPPER, [1945] 1980, p. 170). Segundo o autor,

> Hegel, que era um espírito situado livremente acima do torvelinho das filosofias conflitantes, reduziu todas elas a meros componentes da mais elevada das sínteses, seu próprio sistema. De modo semelhante, os sociólogos do conhecimento afirmam que a "inteligência livremente situada" de uma *intelligentsia* que se encontra ancorada apenas de forma frouxa nas tradições sociais pode ser capaz de evitar os tropeços das ideologias totais; pode até ser capaz de enxergar através das várias ideologias como se fossem transparentes e revelar os motivos ocultos e outros determinantes que as inspiram. Dessa forma a sociologia do conhecimento acredita que o grau mais elevado de objetividade pode ser atingido pela inteligência livremente situada analisando as várias ideologias ocultas e sua base no inconsciente (POPPER, [1945] 1980, p. 169-170).

Destaca-se, portanto, que na concepção de Popper ([1945] 1980, p. 171), o método de Mannheim é a "socioterapia, isto é [a] erradicação de sua própria ideologia total".

---

[12] Popper possui grande divergência teórica com Hegel, uma vez que interpreta que a filosofia do último incorre num "dogmatismo reforçado" (POPPER, [1945] 1980, p. 170) ao aceitar contradições. Já apontamos que, na filosofia popperiana, se uma hipótese não é falseável, então ela não é científica. Nesse sentido, aceitar contradições seria um recurso para evitar que a hipótese esteja equivocada após a realização dos testes empíricos. Não cabe nos propósitos do artigo a análise da filosofia de Hegel; contudo, cabe ressaltar que o significado da categoria *contradição* utilizada por Hegel não era a definição lógico-formal do termo, isto é, a incompatibilidade entre duas proposições opostas. A categoria *contradição* possui um significado próprio no arcabouço metodológico dialético, com diversas nuances a respeito da luta e unidade entre opostos. *Grosso modo*, eles não estão falando da mesma coisa.

[13] Essa é uma crítica comum dentro desse campo de conhecimento e, posteriormente, ficou conhecida na literatura especializada como problema da *reflexividade* (HANDS, 1998); embora, nesse caso, se refira particularmente à Sociologia do Conhecimento Científico, uma vertente não-marxista da Sociologia do Conhecimento – derivada do funcionalismo de Robert Merton – que emergiu no início da década de 1970. Em síntese, a pergunta que seus críticos colocam é: "*if all scientific theories are the product of the interests of the scientists who propose them, then why should not interest also govern the beliefs of the sociologists doing the sociology of scientific knowledge?*" (COATS, 2003, p. 519).

A terceira crítica diz respeito aos aspectos sociais do conhecimento que, segundo Popper ([1945] 1980, p. 172-173), Mannheim ignora em sua Sociologia do Conhecimento. À vista disso, o filósofo propõe como alternativa importar dois critérios elementares do debate na comunidade científica das Ciências Naturais. O primeiro deles é a necessidade da "livre crítica" para a evolução da ciência – o que subentende a importância crucial de instituições que garantem a autonomia da pesquisa científica. O segundo é a necessidade de falar a mesma língua, ou melhor, discutir nos mesmos termos. Popper ([1945] 1980, p. 173) destaca que nas Ciências Naturais, apesar das línguas maternas serem divergentes, os cientistas "procuram evitar falar de forma que possa criar mal-entendidos", objetivo que "é obtido reconhecendo-se a experiência como sendo o árbitro imparcial das controvérsias". A partir do momento em que os cientistas esquecem "os fogos de artifícios verbais" ([1945] 1980, p. 176) e passam a considerar os problemas práticos utilizando os métodos de tentativa e erro que, segundo o autor, são comuns a *todas* as ciências, as teorias podem ser submetidas à prova pela comunidade científica, alcançando a objetividade ulterior.

Esse, inclusive, é um ponto bastante reiterado em outras obras de Popper. *Reason or Revolution?,* um *paper* que o autor escreve para demarcar claramente suas diferenças com Theodor Adorno e responder algumas críticas de Jürgen Habermas, contém uma longa defesa da importância de transmitir as informações com clareza, em uma linguagem simples – repreendendo um hábito que o autor dá a entender que faz parte da cultura acadêmica alemã de escrever de modo "*impressively and un-understandibly*" (POPPER, 1970, p. 257) (impressionante e incompreensível). A epígrafe do presente artigo ilustra, igualmente, que esta é sua percepção a respeito da obra de Mannheim: obviedades unânimes – e, no limite, não falsificáveis – escritas em linguagem rebuscada.

A construção da objetividade nas Ciências Sociais: afinidades e divergências

Para lograr a finalidade de aproximar as ideias de Mannheim e Popper acerca da objetividade nas Ciências Sociais é necessário, a princípio, defrontarmo-nos com as três principais críticas popperianas expressas na seção anterior: a) o determinismo; b) a

intenção de erradicar a *ideologia total*; c) a especificidade do caráter social da objetividade científica, ou seja, qual é a definição de social e seu peso na determinação da objetividade científica dentro das Ciências Sociais.

Sobre a primeira, Becker e Dahlke (1942, p. 310) alegam que o problema do determinismo social na Sociologia do Conhecimento é um "pseudo-dilema". Os autores explicam que existem duas maneiras de interpretar ideias e informações; maneiras essas mutualmente excludentes. A primeira delas, chamada *intrínseca*, é aquela na qual o significado de um conteúdo é encontrado em si mesmo. A segunda, *extrínseca*, é aquela no qual a interpretação transcende o conteúdo, buscando respaldo em elementos externos à ideia levantada. Colocando mais claramente: o conteúdo é relativizado.

Isso significa que a Sociologia do Conhecimento, quando interpretada intrinsecamente, isto é, dentro de si mesma e por meio das informações que seus autores – Scheler e Mannheim – forneceram, não apresenta qualquer traço de determinismo social. Pelo contrário, evidencia interrelações *interdependentes* entre o desenvolvimento histórico e estrutural da sociedade e os padrões intelectuais do processo cognoscente. O determinismo social só pode ser extraído do que foi escrito sobre Sociologia do Conhecimento quando a informação original é distorcida e relativizada (BECKER; DAHLKE, 1942).

Morrow (1973) identifica que Popper interpreta equivocadamente os principais conceitos da Sociologia do Conhecimento, estigmatizando-a como "sociologismo" indevidamente. O autor destaca que Mannheim, em *Ideologia e Utopia*, realiza um esforço para incorporar contribuições de diversas Ciências Sociais – como a Psicologia Social, a Epistemologia ocidental, a Filosofia Existencialista, a História, a política etc. – , procurando desenvolver um instrumental analítico plural para a compreensão do conhecimento científico. Não obstante o nome "Sociologia do Conhecimento", suas preocupações vão muito além de uma teoria sociológica do conhecimento científico.

A respeito da segunda crítica, é necessário destacar que o objetivo de Mannheim não é *erradicar* a ideologia total do pensamento do cientista em escala individual; é precisamente *lidar* com ela, trabalhar utilizando-a como um *recurso*, um *ativo*. É

através do confronto entre diversos pensamentos dotados de ideologias totais discrepantes que se extrai a objetividade. Popper aponta:

> *What I combatted, mainly, was Mannheim's belief that there was an essential difference with respect to objectivity between the social scientist and the natural scientist, or between the study of society and the study of nature. The thesis I combatted was that it was easy to be 'objective' in the natural science, while objectivity in the social sciences could be achieved, if at all, only by very select intellects: by the "freely poised intelligence" which is only "loosely anchored in social traditions". As against this I stressed that the objectivity of natural and social science was not based on an impartial state of mind in the scientists, but merely on the fact of the public and competitive character of the scientific enterprise, and thus on certain social aspects of it* (POPPER, 1970, p. 256).

Nesse sentido, embora Popper queira marcar uma controvérsia entre seu pensamento e o de Mannheim, o trecho deixa explícito que há uma concordância manifesta. Ora, existem, para os dois autores, empecilhos diferentes na construção da objetividade nas Ciências Naturais e nas Ciências Sociais. O mesmo Popper reitera as especificidades metodológicas nas Ciências Sociais devido às consequências não esperadas, à impossibilidade de testes severos e à dificuldade de distinção entre causas e consequências. É precisamente a existência de especificidades metodológicas que motivou a elaboração da Sociologia do Conhecimento. Ademais, para Mannheim, a objetividade das Ciências Naturais e Sociais também não é baseada na imparcialidade dos cientistas. Pelo contrário, a objetividade é baseada justamente no reconhecimento dessa parcialidade.

Tal reflexão vai de encontro, inclusive, à terceira crítica: o caráter social da objetividade nas Ciências Sociais é exaustivamente reiterado na obra de Mannheim. É possível percebê-lo pelo trecho:

> A controvérsia em torno dos objetos percebidos pela visão (que, de acordo com a natureza do caso, somente podem ser vistos em perspectiva) não é resolvida ao se estabelecer uma visão não-perspectivista (que é impossível). Resolve-se, ao invés disso, pela compreensão – à luz da visão situacionalmente determinada do próprio indivíduo – de porque o objeto aparece diversamente a cada um, em uma posição diferente. *Similarmente, também em nosso campo, obtém-se objetividade pela tradução de uma perspectiva aos termos da outra* (MANNHEIM, [1929] 1968, p. 321, ênfase nossa).

O que é isso senão o debate, realizado na mesma linguagem, acerca do objeto de pesquisa no seio da comunidade científica? Há uma concordância nítida entre Popper e Mannheim a esse respeito. Segundo Popper,

> [...] pode-se dizer que aquilo que chamamos de "objetividade científica" não é o produto da imparcialidade de um cientista tomado individualmente, mas o produto do caráter social ou público do método científico; é que a imparcialidade do cientista tomado individualmente é, na medida em que existe, não a fonte e sim o resultado dessa objetividade científica organizada social ou institucionalmente (POPPER, [1945] 1980, p. 174).

Do exposto acima, depreende-se a aproximação no entendimento, entre Popper e Mannheim, do caráter social da objetividade na ciência – sejam as Ciências Sociais ou Naturais – e, portanto, da impossibilidade de qualquer método ser livre valores ou totalmente objetivo (JARVIE, 2016).

A principal discrepância entre os dois autores é a forma em que o debate entre os pares pode ser realizado de maneira factível. Para Popper ([1945] 1980, p. 174), os problemas de identificação podem ser resolvidos com tentativa e erro, criando "hipóteses que possam ser testadas de forma prática" e "submetê-las a provas práticas", indicando a necessidade primordial de "uma tecnologia social cujos resultados possam ser testados por uma engenharia social graduada" – excetuados, evidentemente, os testes severos, uma vez que interferem na liberdade do sujeito e manifestam problemas éticos. Já Mannheim, justamente porque expressa uma preocupação interdisciplinar com as diversas Ciências Sociais, confere mais peso a tais empecilhos éticos, renunciando à ideia de testagem de uma "engenharia social".

Ademais, ressalta-se que, embora em ambos seja central, representando inclusive uma convergência de pensamento, o papel da crítica para o desenvolvimento da ciência, o lugar do crítico – compreendido como o intelectual/cientista – é divergente. Em Mannheim, assume centralidade o intelectual *crítico*, que corresponde a um segmento específico da sociedade, cuja função é a permanente autocrítica das bases ideológicas e sociais da construção do seu conhecimento. Ou seja, a constante prática autoconsciente e crítica, inclusive do seu processo de formação/educação, para que, de fato, possibilite um ambiente mais democrático na pesquisa e produção de conhecimento, salientando sua inerente dimensão sócio-histórica (REYNOLDS, 2021).

Por seu turno, em Popper, o crítico/intelectual está embebido nas *instituições*, que devem funcionar *normalmente* – isto é de forma democrática, aberta, liberal e clara. Isso quer dizer que são as instituições que devem definir os problemas a serem enfrentados, funcionar como ambientes de invenção e testes de soluções para os problemas colocados e exercer pressão, junto as instâncias políticas, para que as possíveis soluções sejam implementadas. Ademais, a implementação de tais soluções devem ser predominantemente incrementais e de escopo limitado, pois, como apontado, na perspectiva popperiana, há sempre o risco de efeitos não antecipados, não desejados e potencialmente danosos no âmbito dos testes das Ciências Sociais (JARVIE, 2016; REYNOLDS, 2021).

Em outras palavras, o momento da crítica, especialmente nas Ciências Sociais, em Popper, está envolvido na perspectiva de mudança gradual, em que as instituições de pesquisa – como ambiente de reconhecimento e reconhecidos entre os cientistas – são os lugares específicos para as críticas e refutações, e não as frações individualizadas de intelectuais, tal como em Mannheim (REYNOLDS, 2021; POPPER, 1970).

Não obstante, dentro das instituições, como identificado posteriormente pelo próprio Popper[14], o fazer científico tornou-se predominantemente incremental e técnico, restrito a melhorias formais de mensuração, abandonando a tradição crítica do questionamento e de avanços, especialmente desde a consolidação das especializações (POPPER, 1970; REYNOLDS, 2021; MORROW, 1973). Ou seja, nota-se como as instituições podem, em momentos específicos, funcionar como obstáculos ao desenvolvimento e avanço da ciência. Esta preocupação expressada por Popper tangência a convergência de preocupações e a importância de autocrítica individual permanente dos fazedores de ciência/intelectuais, para além das instituições[15].

---

[14] "*More and more Ph.D candidates receive a merely technical training, a training in certain techniques of measurement; They are not initiated into the scientific tradition, the critical tradition of questioning, of being tempted and guided by great and apparently insoluble riddles rather than by the solubility of little puzzles*" (POPPER, 1970, p. 259).

[15] A tensão entre indivíduo e instituições, por exemplo, permeia a obra de Popper que, em seu livro *A Sociedade Aberta e seus Inimigos*, já afirma que quem age são os indivíduos e não as instituições (JARVIE, 2016).

Isso não significa que Mannheim não tenha identificado o problema da "discussão sem reconhecimento" e seus espaços (instituições) de discussão (MANNHEIM, [1929] 1968, p. 301); pelo contrário, esta problemática é central para o autor. No entanto, é necessário compreender que não é a *boa vontade* dos cientistas em discutir nos mesmos termos que fará o debate avançar: nas Ciências Sociais, as teorias são fundamentadas num arcabouço teórico-conceitual sistemático próprio. Isso implica que os conceitos se relacionam entre si de modo específico em cada episteme. Existem ocasiões em que a mera substituição de uma categoria por outra, ou a alteração do significado de um termo, descaracteriza toda a teoria. É imprescindível cautela para coordenar a resolução desse problema.

Finalmente, uma última nota acerca da especificidade da dimensão social na objetividade das ciências, apontando novamente para as convergências entre os autores, é a utilização, por ambos, do conceito *Erwartungshorizont*, que é traduzido como "horizonte de expectativas"[16]. Mannheim foi o primeiro a utilizá-lo em *Mensch und Gesselchaft* [Homem e Sociedade na Era da Reconstrução] (1935), ao indicar que existe um horizonte de expectativas, fundamentado na constância das experiências pessoais e das relações sociais, que subjaz a vida humana (SCHERNER, 1971, p. 1202). Já Popper, em *Naturgesetze und theoretische Systeme* [Leis naturais e sistemas teóricos] (1949), avançando na conceitualização, a emprega, por um lado, para expressar como uma *estrutura* de referências guiam o sentido e o significado das experiências, ações e observações dos indivíduos. E, por outro, como, sob certos aspectos, o descompasso entre o horizonte de expectativas e as observações podem levar a mudanças estruturais, que alteram a estrutura de referência, consequentemente, as expectativas dos indivíduos, ou seja, com um sentido de autocrítica e auto-observação no sentido de criação do novo e da novidade, especialmente de conhecimentos (PETERSEN, 2016, p. 98). Desta aproximação de ideais e conceitos, aparece novamente a importância do contexto social e do papel da autocrítica no desenvolvimento científico, aproximando ambos os autores.

[16] Segundo Nauta (1994, p. 215), Edmund Husserl cunhou o conceito em meados da década de 1920.

Considerações finais

Tendo em vista o que foi apresentado nas seções anteriores, é possível argumentar que a principal semelhança entre Popper e Mannheim é a fundamentação social da objetividade da ciência. Esse elemento coletivo é, intuitivamente, mais facilmente relacionado à Mannheim, uma vez que este expressa claramente que a junção das diversas perspectivas parciais dos diferentes cientistas incluídos nos mais variados espaços sobre um objeto de pesquisa permite a construção da objetividade em relação a esse objeto. No entanto, o fato de Popper apoiar a validade das descobertas científicas no aval da comunidade científica evidencia que a objetividade possui, também, para ele, um caráter social.

Além disso, ambos os autores destacam, cada um à sua maneira, a importância das instituições para o desenvolvimento da ciência. Para Mannheim, isso se manifesta através da diversidade de perspectivas que os espaços sociais produzem em sua heterogeneidade, além do fato da descoberta de novos problemas de pesquisa tendo em vista as particularidades de cada um deles. Já para Popper, as instituições são necessárias para definir os problemas de pesquisa, estabelecer parâmetros para os testes e as soluções de tais problemas e funcionar como ambiente de fomento à ciência.

Ademais, Mannheim e Popper destacam o momento fundamental da crítica, isto é, a necessidade de sempre criticar o conhecimento produzido como *modus operandi* para a criação de novos conhecimentos. Seja pela autocrítica, no qual o cientista reconhece explicitamente durante a pesquisa que sua perspectiva é limitada; seja pela testagem sistemática visando falsificar a própria teoria e pela abertura do cientista para possíveis críticas da comunidade científica.

Em suma, a objetividade nas Ciências Sociais deve ser interpelada de modo particular, uma vez que a característica dos temas a serem enfrentados são fundamentalmente díspares dos objetos de estudo das Ciências Naturais. Nesse sentido, é imprescindível retornar no debate epistemológico e identificar o modo como as pessoas pensam e as relações sociais latentes a essa problemática.

Bibliografia:

BECKER, Howard; DAHLKE, Helmut Otto. Max Scheler's sociology of knowledge. *Philosophy and Phenomenological Research*, v. 2, n. 3, p. 310-322, 1942.

COATS, A. W. Bob. "The Sociology of Economics and Scientific Knowledge, and the History of Economic Thought". In: SAMUELS, Warren J.; BIDDLE, Jeff E.; DAVIS, John B. (Org.). *A Companion to the History of Economic Thought*. Massachusetts: A. Blackwell Publishing, 2003.

GODFREY-SMITH, Peter. "Popper: Conjecture and Refutation". GODFREY-SMITH, Peter (Org). In: *Theory and Reality: an introduction to the philosophy of science*. Chicago: The University of Chicago Press, 2003.

GUSMÃO, Luís de. A Crítica da Epistemologia na Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim. *Revista Sociedade e Estado*, v. 26, n. 1, jan. de 2011.

HANDS, D. Wade. "Reflexivity". In: DAVIS, John B.; HANDS, D. Wade; Mäki, Uskali (Org.). *The Handbook of Economic Methodology*. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 1998.

JARVIE, Ian. "On Popper's Philosophy and the Methodology of Social Science". SHEARMUR, Jeremy; STOKES, Geoffrey (Org.) *The Cambridge Companion to Popper*. Cambridge University Press, 2016.

KOERTGE, Noretta. "On Popper's philosophy of social science". In: SCHAFFNER, Kenneth F.; COHEN, Robert S (Org.). *Proceedings of the 3rd Biennial Meeting of the Philosophy of Science Association*. Michigan: Springer Dordrecht, 1974.

KRIGE, John. Popper's Epistemology and the Autonomy of Science. *Social Studies of Science*, v. 8, n. 3, p. 287-307, 1978.

LOSURDO, Domenico. *Guerra e Revolução: o mundo um século após Outubro de 1917*. São Paulo: Boitempo, 2017.

MAGALHÃES, Theresa Calvet de. "O Racionalismo Crítico e as críticas de Popper ao Empirismo Lógico". MAGALHÃES, Theresa Calvet de (Org.) In: *Filosofia analítica e filosofia política: a dimensão pública da linguagem*. Belo Horizonte: Arraes, 2011.

MANNHEIM, Karl. “Abordagem preliminar do problema” [1937]. MANNHEIM, Karl, In: *Ideologia e utopia*. Tradução de Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia* [1929]. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

MORROW, Raymond Allen. Conjectures without refutations: Karl Popper’s criticisms of Mannheim’s sociology of knowledge. Dissertação de mestrado em Artes no Departamento de Antropologia e Sociologia da Universidade da Colúmbia Britânica. Vancouver, 1973.

NAUTA, Ruurd R. “Historicizing Reading: the Aesthetics of Reception and Horace’s ‘Soracte Ode’”. JONG, Irene J. F. De; SULLIVAN, John Patrick (Org.). *Modern critical theory and classical literature*. Netherlands: Brill, 1994.

PETERSEN, Arne Friemuth. “On Popper’s contributions to psychology as part of biology”. SHEARMUR, Jeremy; STOKES, Geoffrey (Org.) *The Cambridge Companion to Popper*. Cambridge University Press, 2016.

POLANYI, Michael. *The logic of liberty: Reflections and rejoinders*. Routledge, 2013.

POPPER, Karl. *A lógica da pesquisa científica* [1934]. São Paulo: Cultrix, 2007.

POPPER, Karl. “A Lógica das Ciências Sociais [Abertura ao simpósio de Tübingen, 1961]”. POPPER, Karl, In: *Lógica das Ciências Sociais.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004. 3 ed.

POPPER, Karl. Reason or revolution?. *European Journal of Sociology/Archives Européennes de Sociologie*, v. 11, n. 2, p. 252-262, 1970.

POPPER, Karl. *The poverty of historicism***.** Economica. Book version London: Rouledge & Kegan Paul, 1957.

POPPER, Karl**.** *Conjectures and Refutation***.** Routledge and Kegan Paul London, 1963.

POPPER, Karl. “A sociologia do conhecimento” [1945]. POPPER, Karl, In: *A sociedade aberta e seus inimigos*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

REMPEL, F. Warren. II. “The Development of Mannheim’s Thinking” [1965]. REMPEL, F. Warren, In: *The role of value in Karl Mannheims sociology of knowledge*. De Gruyter Mouton, 2019.

REYNOLDS, Iaan. The sociologist of knowledge in the positivism dispute. *Distinktion: Journal of Social Theory*, p. 1-23, 2021.

SALOMON, Albert. Karl Mannheim 1893-1947. *Social Research*, p. 350-364, 1947.

SCHERNER, Maximilian. "Horizont". RITTER, Joachim; GRÜNDER, Karlfried; GABRIEL, Gottfried (Org.). In: *Historisches Wörterbuch der Philosophie*. Basel: Schwabe, 1971.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

As redes do Atlântico Sul no interior de Angola: sertanejos e sobas na Era do Comércio Lícito (1840-1869)

Ivan Sicca Gonçalves

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

As redes do Atlântico Sul no interior de Angola: sertanejos e sobas na Era do Comércio Lícito (1840-1869)

South Atlantic Networks in Angola Hinterland: 'sertanejos' and African chiefs in the Legitimate Commerce Era (1840-1869)

Ivan Sicca Gonçalves[1]

Resumo:

A chamada transição do comércio lícito tornou-se nas últimas décadas um tema clássico entre historiadores econômicos e sociais do continente africano. Os avanços no campo, principalmente para a região da África Ocidental, demonstraram uma grande variedade de processos e a necessidade de aprimoramento de estudos regionais que levem em conta as dinâmicas políticas, econômicas e sociais já existentes antes da proibição do tráfico atlântico de escravos no território em questão. Levando em conta tais diretrizes, essa comunicação pretende destacar brevemente as principais características do comércio atlântico no Planalto Central de Angola nas décadas finais do tráfico escravista (décadas de 1840 a 1860), defendendo que a expansão e consolidação do dito comércio lícito da região, principalmente de marfim e cera, foi possível graças à incorporação e manutenção de redes e estratégias de agentes comerciais que já atuavam na região desde o último quartel do século XVIII, durante o auge do nefando comércio.

Palavras-chave: Império Ultramarino Português; Comércio Lícito; História de Angola; História da África Central; História do Atlântico Sul

Abstract:

The so-called transition from slave trade to legitimate trade has become in the last decades a classic theme for economic and social historians of the African continent. The

[1] UNICAMP

advances in the field, mainly from studying West Africa, have shown a great variety of historical processes and the need for enhancement of regional studies that consider the political, economic and social pre-existing dynamics before the prohibition of the Atlantic Slave trade in each specific territory. Considering those guidelines, this paper aims to briefly highlight the main characteristics of the Atlantic commerce in the Central Highlands of Angola in the last decades of the slave trade (from the 1840's to the 1860's). It claims that the expansion and consolidation of the legitimate commerce in this region, specially of ivory and beeswax, was possible thanks to the incorporation and maintenance of networks and strategies of commercial agents that already traded in the region since the last quarter of the 18th century, during the height of the Atlantic slave trade.

Key words: Portuguese Seaborne Empire; Legitimate Commerce; Angolan History; Central African History; South Atlantic History.

As redes do Atlântico Sul no interior de Angola: sertanejos e sobas na Era do Comércio Lícito (1840-1869)

***

Introdução

Desde os anos 1960, um dos grandes temas da historiografia acerca da África Ocidental foi a proibição do tráfico transatlântico de escravos na primeira metade do século XIX e as consequentes iniciativas econômicas, protagonizadas por diferentes tipos de agentes africanos, tais como o investimento agrícola na produção de, majoritariamente, óleo de palma e amendoim. Intensos debates de décadas entre a rica historiografia sobre o tema complexificou balanços iniciais, mostrando grandes variações regionais no que diz respeito aos impactos diretos e indiretos do chamado "comércio lícito" (em oposição ao tráfico de escravos, que a partir de então tornara-se na costa atlântica uma atividade ilícita), consolidando termos comparativos de debate acerca de suas consequências econômicas, políticas e sociais. Historiadores passaram a se debruçar sobre se houve "crise de adaptação", sobre impactos dessas atividades nas relações de gênero, sobre a expansão do escravismo local, sobre as chamadas crises de monarquia ou de aristocracia e a importância desses processos para entender o fortalecimento ou decadência de formações políticas autóctones frente ao crescimento do interesse europeu pelo controle direto da região (Law, 2007, p. 1–11, 16–21). Apesar de boa parte dessa produção ter se resumido a regiões da África Ocidental, seus debates são úteis para o estudo de processos análogos e conectados a tais mutações ocorridas em outras regiões que até então também foram fornecedoras de gente escravizada para as Américas.

No caso da historiografia sobre Angola, esse debate não é novo. Tendo sido a principal região de origem dos cativos levados para as Américas durante os séculos do tráfico atlântico, mesmo com a proibição formal do tráfico em 1836 (simultânea a um intenso contrabando negreiro que sobreviveu por décadas na ilegalidade), a colônia portuguesa na África Centro Ocidental e suas regiões contíguas dominadas por autoridades africanas também sofreram transformações profundas com a ascensão do

comércio lícito (Alexandre, 1979; Clarence-Smith, 1979; Heywood, 1984; Oppen, 1994; Henriques, 1997; Dias, 1998; Freudenthal, 2005; Wissenbach, 2011; Ferreira, 2014; Candido, 2020). Nesse sentido, Vanessa Oliveira (2021) foi quem deu a contribuição mais recente ao debate, no entanto, o escopo de seu estudo se restringiu à cidade de Luanda e suas cercanias.

De forma análoga, seja pelo foco excessivo dessa historiografia sobre as bases de atuação colonial, evidentemente mais bem registradas por uma vultuosa documentação imperial, ou mesmo por influência dos debates sobre a transição agrícola na África Ocidental, boa parte desses estudos se detiveram sobre as iniciativas agrícolas em regiões circunscritas próximas às bases de atuação portuguesa (em especial Dias, 1998; Freudenthal, 2005; Wissenbach, 2011; Ferreira, 2014; Candido, 2020; Oliveira, 2021). Alternativamente, os outros autores que se preocuparam mais com as atividades extrativas, que durante boa parte do século XIX dominaram a pauta de exportações dos portos angolanos (com marfim, cera e, posteriormente, borracha), o fizeram sem dar o devido destaque de como esse novo extrativismo estava vinculado aos circuitos integrados de investimento dessa nova conjuntura do colonialismo português (Heywood, 1984; Oppen, 1994; Henriques, 1997). Faltam, portanto, balanços analíticos que consigam ao mesmo tempo entender as reações de diferentes setores produtivos, dominados por colonos ou por agentes africanos, e que procurem explorar tais transformações de forma mais conectada, para uma compreensão mais representativa dos processos testemunhados nos vários territórios que hoje fazem parte de Angola.

Para tais esforços, a falta de estudos regionalizados torna-se um dos principais obstáculos. Mesmo conectadas historicamente há séculos com as redes comerciais atlânticas, muitas das regiões distantes do litoral e dominadas por chefias africanas, aliadas ou não à autoridade colonial portuguesa, foram pouco estudadas pela historiografia especializada nos Oitocentos, mesmo que, ao serem diretamente conectadas ao mundo atlântico, tais territórios tenham sofrido importantes transformações com a proibição do tráfico: é o caso do atual sul de Angola (Clarence-Smith, 1979), do Planalto Central (Heywood, 1984; Candido, 2013a; Gonçalves, 2021)

ou mesmo do sudeste do atual país, por vezes chamado na documentação como "ganguelas", cuja história durante o século XIX permanece praticamente desconhecida. Além disso, a produção e circulação de certos produtos fundamentais para essa transição econômica permanecem quase inexploradas pela historiografia, como é o caso da cera de abelha (Vellut, 1979; Oppen, 1994; Henriques, 1997), e algumas das principais rotas caravaneiras, como a desenvolvida entre o Bié e o Barotse, foram tão pouco estudadas que chegam ao ponto de não serem ao menos representadas em mapas históricos de trabalhos clássicos para a área (Henriques, 1997, p. 700).

Diante desse cenário, o objetivo dessa comunicação é o de refletir sobre um dos principais circuitos comerciais do interior de Angola no século XIX, cujo centro de operações se localizava no Planalto Central, região que desde o século anterior mantinha conexão com os portos lusitanos de Benguela e Luanda, ao mesmo tempo que se conectava de forma precoce a distantes regiões no interior da savana central africana, incluindo estados africanos da região do Alto Zambeze, como o Luvale, a Lunda e o Barotse (Oppen, 1994, p. 45–99; Thornton, 2020, p. 332–342). Mesmo sem a interferência administrativa direta do estado colonial na região, que se restringia às proximidades da fortaleza de Caconda, cercada por grandes estados africanos, alguns dos protagonistas do comércio lícito da região foram comerciantes ligados à esfera cultural da colônia, chamados na época de sertanejos (já que o interior do continente era chamado de "sertão") (Santos, 1998, p. 3-48).

Esses sertanejos eram em sua maioria nascidos nas cidades ou distritos da colônia portuguesa, quando não eram nascidos em Portugal ou no Brasil, e se mudavam para as cortes de reinos africanos autônomos como o Bié, onde se reuniam em uma feira oficial para armazenar mercadorias e montar caravanas para viagens do litoral para o interior, e vice-versa. Por vezes referidos pela historiografia como "luso-africanos", tais sujeitos se instalaram na corte do Bié desde o último quartel do século XVIII e estabeleceram uma pungente rede de agentes que não só atuou durante o auge do comércio transatlântico de escravos, mas que também conseguiu se adaptar às novas

condições econômicas que se seguiram à interrupção de tal atividade sem lidar com irrupções imediatas (Miller, 1997; Santos, 1998; Gonçalves, 2021, p. 58–79).

Assim, nessa conjuntura os sertanejos gozavam tanto de alianças com autoridades políticas regionais, sejam funcionários da administração colonial, sejam chefes africanos – os chamados sobas –, quanto de acesso privilegiado a crédito por parte de grandes casas comerciais dos portos de Luanda e Benguela, que procuravam diversificar seus investimentos diante dos riscos e do possível fim do contrabando escravista. A experiência de décadas de circulação e habitação dos sertanejos pelo interior do continente fez com que esses sujeitos desenvolvessem um aprendizado que informou o desenvolvimento de estratégias individuais e coletivas que guiaram o funcionamento cotidiano do comércio atlântico nessa região em meados do século XIX, permitindo a realização de um pungente comércio de marfim e cera para o porto de Benguela mesmo depois da proibição legal da principal atividade de exportação até então, o tráfico de pessoas escravizadas.

Um cataclisma que não veio

Na primeira metade do século XIX, a possibilidade real de ocorrer a proibição do tráfico de africanos escravizados gerou ansiedades em governantes em ambas as margens do Atlântico. No caso da colônia portuguesa de Angola, um dos principais temores recorrentes entre os administradores coloniais era o de que a interrupção do comércio atlântico geraria revolta entre os sobas do interior que, diante da total fragilidade militar da presença lusitana fora do litoral, poderiam assassinar todos os sertanejos instalados em suas terras. Isso fica evidente em um relatório confidencial de dezembro de 1829, enviado pelo governador distrital de Benguela para o governador geral de Angola, sugerindo que fosse mantido em segredo o banimento de exportações brasileiras entre os sobas do interior para evitar a possível revolta destes mandatários africanos, que, segundo tal administrador, já falavam abertamente sobre entrarem em guerra contra Benguela em caso de interrupção do comércio (Curto, 2011, p. 69–70).

Essa guerra não ocorreu, mesmo que ainda faltem estudos mais detidos sobre as reações imediatas em diferentes regiões do interior de Angola à notícia da proibição do

tráfico. Para José Curto (2011, p. 70), um importante fator para não ter ocorrido esse suposto cataclisma se deveu ao fato de que o comércio atlântico com o Brasil não foi interrompido, em especial o fornecimento de aguardente de cana, que era trocada por escravos e era especialmente valorizada para a intermediação com os chefes. O comércio de escravos do Brasil com a Baía das Vacas, agora ilegal, continuou forte apesar da proibição formal, não ocorrendo uma escassez de mercadorias brasileiras no litoral e no interior da região central de Angola. Joseph Miller (1983, p. 155) também destacou a importância dos sertanejos dessa região já comercializarem marfim e cera em período anterior a essa proibição, o que estava em plena expansão também por causa do fim do monopólio estatal sobre essa exportação (no caso do marfim), podendo cobrir em pouco tempo a demanda dos sobas por mercadorias vindas do atlântico. No entanto, é falso imaginar esse período como de estabilidade e paz nessa faixa da zona atlântica, havendo continuidade de razias para a captura de escravos na região, principalmente por parte dos reinos africanos do Huambo e Bailundo, sendo tais ações fatores constantes de instabilidade regional e de violência política. Com tais razias, inclusive, se desenvolveu um intenso processo de captura de trabalhadores angolanos que serviu para o fornecimento de "libertos" e "serviçais", que viveram na prática regimes de trabalho forçado análogo à escravidão nas monoculturas de café e cacau em expansão em São Tomé e Príncipe (Candido, 2011, p. 157–158, 164–171; Dias, 1998, p. 424–426)[2].

Como já comentado, desde a segunda metade do século XVIII, a interferência direta portuguesa na política interna dos estados africanos do Planalto Central se intensificou. No caso do Bié, no início da década de 1770 os portugueses auxiliaram o soba local em uma disputa sucessória e, ao estabelecer essa nova aliança, passaram a entender o soberano como vassalo da coroa e seu território como formalmente um

[2] Essa realidade desafia a tese consolidada por Joseph Miller (1988, p. 145–146, 1997, p. 38–39) de que a expansão à leste das chamadas fronteiras de escravização, responsáveis por uma mercantilização e militarização de autoridades africanas envolvidas com o tráfico e uma interiorização da região de origem de suas vítimas, consequentemente gerariam uma pacificação a oeste nas regiões mais integradas ao comércio atlântico. Isso ocorreria por causa de uma maior estabilidade comercial que se seguiria após o distanciamento crescente da região de fronteira, mais violenta. Como explicitado acima, os estados africanos militarizados mais integrados às redes interoceânicas continuaram fazendo razias nas regiões próximas ao litoral, não ocorrendo, portanto, a tal pacificação.

distrito do estado colonial (Thornton, 2020, p. 302–303). A partir de então, sertanejos crescentemente passaram a se mudar da fortaleza colonial de Caconda para a corte do Bié, tanto em busca de acesso mais direto às redes comerciais africanas que já iam até o Alto Zambeze, quanto de uma mais frágil fiscalização lusitana às suas atividades, instalando uma feira na povoação de Amarante que chegou a ter mais de 200 negociantes no último quartel do século, durante o auge do tráfico de escravos (Miller, 1997, p. 28–33; Santos, 1986, p. 36–37).

As origens sociais e culturais dos membros dessa comunidade eram múltiplas. Uma listagem da população sertaneja masculina da corte do Bié realizada em 1846 registrou a presença de 100 negociantes residentes no local, informando acerca de sua naturalidade, profissão, local de residência no Bié e cor da pele. Existem muitas considerações possíveis de serem destacadas sobre essa listagem feita pelo comerciante brasileiro Joaquim Rodrigues Graça (Vellut, 1972, p. 124–127; Gonçalves, 2020, p. 198–200) em meio à sua viagem ao Império da Lunda, mas cabe aqui realçar que 52 desses sujeitos listados eram naturais do próprio Bié, sendo outros 42 nascidos em bases coloniais portuguesas em Angola – sejam de Luanda, sejam das fortalezas portuguesas de penetração territorial no interior, os presídios (no caso, Pungo Andongo, Golungo Alto, Ambaca e Caconda). Os seis restantes, os únicos que foram considerados "brancos" por Rodrigues Graça, nasceram em Portugal e nos Açores (Graça, 1890, p. 399–400).

Estes moradores dos sertões faziam parte de redes mais amplas de agentes sociais que dominavam informalmente os mecanismos de circulação de mercadorias pelo Atlântico Sul. Apesar dos esforços do império português, principalmente durante o século XVIII, de criar formas de regulação comercial e monopólios de exportação, as redes luso-africanas que circulavam em torno dos portos coloniais de Luanda e Benguela, mas que detinham ligações informais de parentesco e compadrio com parceiros no interior da África e nas outras margens do Atlântico. Assim, tais redes, mesmo que fossem foco de preocupação constante de membros da administração colonial, eram quem na prática regulava os termos desse comércio atlântico, permitindo

assim o sucesso das atividades econômicas que enriqueceram o império por séculos (Thompson, 2012; Candido, 2013b). Como apontou Roquinaldo Ferreira (2012a), foram esses agentes formados na experiência transnacional do Atlântico Sul, que se aliaram e circularam por diferentes esferas culturais e administrativas, que de fato caracterizaram o funcionamento e o cotidiano da colonização de Angola anterior ao século XX.

No entanto, a preocupação da administração central do império com a atuação dos comerciantes luso-africanos em Angola não era despropositada. Com a expansão crescente da demanda americana por cativos africanos ao longo do Setecentos e o freio da expansão territorial da influência portuguesa com a consolidação dos reinos de Matamba e Kasanje nas margens do rio Kwango, as pressões por escravização de sujeitos que viviam nas proximidades do litoral, na sua maioria oficialmente vassalos da coroa portuguesa – que deveria, portanto, reconhecer seus estatutos jurídicos no caso de serem pessoas livres – gerou ondas de violência e de quebras de confiança nessas comunidades. Para além das operações militares de captura de cativos, com frequência os comerciantes luso-africanos utilizaram da venda de mercadorias importadas por pagamento fiado para chefias africanas como estratégia de endividamento dessas autoridades para assim assegurar fornecimento constante de cativos, muitas vezes ao arrepio das regulações legais internas sobre a possibilidade de escravização e venda de certos grupos de dependentes (Ferreira, 2012a, p. 63–67; Candido, 2011).

Mesmo sendo foco de preocupação da alta administração imperial, a presença desses sujeitos era bastante valorizada entre as elites africanas do Planalto Central. A instalação da residência de sertanejos ou ao menos a passagem de suas caravanas sobre as terras dos soberanos autóctones era uma forma assegurada de manter fornecimento contínuo de mercadorias produzidas na Europa, América e Ásia, trazidas a partir de seus parceiros nos portos coloniais. A essas mercadorias importadas geralmente eram associados alto prestígio e valor de troca, tornando-se nos séculos de contatos comerciais da zona atlântica como a principal forma de assegurar o exercício do poder dos mandatários locais sobre seus dependentes, garantindo lealdades a partir de laços de patronagem mantidos conjuntamente com a imposição de monopólios de circulação

desses produtos importados. Assim, ao restringirem as modalidades de trocas dos sertanejos com a cobrança de impostos ou imposição de intermediação obrigatória das permutas com o mandatário político, as chefias procuraram assegurar nesse arranjo comercial que somente seus aliados e dependentes tivessem acesso às mercadorias importadas trazidas pelos estrangeiros (Gonçalves, 2021, p. 75–77).

E foram esses mercadores sertanejos que protagonizaram a conversão comercial do tráfico de escravos para a exportação de gêneros coloniais na região. Com acesso privilegiado ao crédito das grandes casas comerciais, que simultaneamente investiam nesse período no tráfico ilegal e no comércio lícito, os sertanejos puderam administrar caravanas que chegaram a ter milhares de membros, muito maiores do que as suas congêneres chefiadas por mercadores e chefias africanas, podendo fazer viagens mais longas que, por consequência, alcançavam regiões mais distantes do litoral, sendo essa vantagem especialmente determinante para que dominassem o comércio de marfim em um período que os elefantes já eram escassos no centro da atual Angola (Miller, 1988, p. 174–175; Heintze, 2004, p. 280–282; Gonçalves, 2021, p. 128–129).

“Novos Brasis” em África?

Quem vai se familiarizando com a história do comércio caravaneiro do centro da Angola oitocentista, lendo sobre essas caravanas sertanejas com centenas de pesados fardos distribuídos entre milhares de carregadores que transitavam do interior ao litoral, e vice-versa, além dos relatos de quem visitava cidades costeiras como Luanda e Benguela que testemunhavam frequentes visitas de caravanas chefiadas por africanos trazendo do interior também uma grande gama de produtos agrícolas e extrativos em grande valorização na pauta de exportações, pode ter um sincero estranhamento ao ler os textos da época escritos por funcionários da administração colonial acerca da economia angolana.

Desde o início do século, o pessimismo e preocupação povoam essas análises, temendo ou constatando o abandono da colônia angolana com a proibição de sua principal mercadoria de exportação. Mesmo entre os sujeitos que eram defensores mais assíduos de novas iniciativas agrícolas, considerando necessário e urgente o fim do

tráfico escravista, e por vezes chegando a defender a formação de um mercado de trabalho livre que substituísse o escravismo, viam essa colônia como decadente e abandonada (Alexandre, 1995; Curto, 2020). Para além de certos fatalismos que antecederam a proibição legal do tráfico e posterior fim do contrabando, muitas dessas análises que foram se seguindo ao longo do século testemunharam o fracasso das tentativas estatais e particulares de implementar novos projetos coloniais, principalmente com o objetivo de fomentar a agricultura entre os colonos (Ferreira, 2014; Oliveira, 2021, p. 68–76).

Para além da observação direta das experiências de muitos desses observadores contemporâneos, de forma geral o contexto posterior à independência do Brasil ajuda a consolidar mitos coloniais portugueses que se repetiram como *topoi* constantes no discurso oficial durante o "Terceiro Império Português", formado nos séculos XIX e XX. A ideia de que Portugal tinha uma proeminência histórica sobre os territórios ultramarinos que considerava como seus por direito, assim como a ideia de que estes estavam repletos de recursos naturais ainda não descobertos e explorados, fazem parte dos mitos que povoaram o imaginário político imperial (Alexandre, 1995). Dessa forma, a compreensão de que Portugal detinha por direito certos territórios e de que não conseguia explorá-los adequadamente, foram base para muitas dessas análises coloniais que não correspondiam aos circuitos econômicos realmente existentes. Um exemplo disso foi a argumentação do ex-governador de Angola António Saldanha da Gama, em sua bastante influente "Memória sobre as Colónias de Portugal situadas na Costa Ocidental d'África", ao criticar os preços fixos das classes de marfim delimitados pelo monopólio régio, em que chegou a lamentar que os africanos eram desestimulados a levar as pontas mais pesadas para vender aos portugueses, preferindo vendê-las a outros europeus (e, portanto, em contrabando), ou mesmo deixá-las jogadas nas selvas (Gama, 1839 apud Henriques, 1997, p. 340). Carolina Perpétuo Corrêa (2017, p. 155–158), no entanto, ao avaliar os dados de exportação de marfim de um dos principais presídios portugueses no interior, demonstrou que o padrão de venda dos africanos na região privilegiava as grandes pontas, desafiando a percepção desse suposto desinteresse.

De forma análoga, a percepção das sucessivas falhas de fomento agrícola não pode servir para diminuir o impacto do crescimento da agricultura colonial em Angola ao longo do Oitocentos. Afinal, no desfecho destes cem anos, o principal produto de exportação dessa colônia tornou-se o café. Aproveitando as competências de agentes africanos de dentro ou fora do domínio imperial para a produção e comércio de produtos até então secundários na pauta de exportação colonial, muitos colonos conseguiram não só investir no comércio de longa distância de produtos coletados há centenas de quilômetros de suas residências, mas também puderam tomar posse de terras e dedicar-se à produção agrícola de alimentos e gêneros de crescente demanda internacional (Oliveira, 2021, p. 76–78). Além disso, muitos soberanos africanos das cercanias das bases portuguesas também passaram a produzir em larga escala gêneros agrícolas, tornando-se eles próprios parte importante da história dessa transição (Dias, 1997). Uma das consequências mais importantes desse crescimento das atividades agrícolas, principalmente nas proximidades das bases de ocupação colonial portuguesa, foi a transformação das próprias noções de posses de terras, levando a conflitos de expropriação e inclusive disputas judiciais, em uma macrorregião da África que tradicionalmente foi considerada pela historiografia como destituída de percepções autóctones acerca de posse privada da terra (Oliveira, 2021, p. 79–80; Candido, 2020).

Sem necessariamente monopolizar essas novas iniciativas, mas detendo claro protagonismo, os grandes traficantes de escravos foram importantes agentes dessa conversão econômica. A ironia dessa compatibilidade histórica ia além do fato de que estes eram os mais ricos investidores das praças coloniais, mas havia também uma preocupação ativa desses sujeitos em ampliar suas opções de enriquecimento, comprando terras cultiváveis, investindo em caravanas sertanejas, buscando sementes e especialistas botânicos no exterior e até realizando esforços político-diplomáticos para abrir novas rotas comerciais com estados africanos – ao mesmo tempo que organizavam desembarques clandestinos de gente escravizada para as Américas. A já citada viagem de Rodrigues Graça à Lunda, por exemplo, foi financiada por uma das mais importantes

traficantes de escravos da alta sociedade luandense, Dona Ana Joaquina dos Santos e Silva (Wissenbach, 2011, p. 61–78; Ferreira, 2014).

Foi esse o cálculo feito também em 1845 por um dos mais importantes traficantes de escravos de Benguela, Manuel António Teixeira Barbosa, quando solicitou a dois sertanejos por ele contratados, António Luís de Sousa e Castro e António Francisco Ferreira da Silva Porto, para que pagassem sua próxima fatura com cera ou marfim, preferencialmente com este último – e não mais em escravos como nas viagens anteriores (Santos, 1986, p. 75–79). Procurando dividir os riscos dos investimentos e assegurar o fornecimento constante de mercadorias do sertão ao longo do ano, as casas comerciais do litoral emprestavam em espécie, simultaneamente, a vários sertanejos uma quantidade de mercadorias importadas, principalmente fazendas (tecidos manufaturados), além de bebidas alcoólicas, pólvora, e armas de fogo e outros objetos em menor quantidade. Na viagem de volta, a caravana sertaneja compensaria a dívida criada com as mercadorias trazidas do interior. Como tais viagens de ida e volta poderiam demorar mais de um ano, os grandes negociantes do litoral tinham de investir em vários aviados e assim tinham poder decisório sobre a escolha dos produtos a serem trazidos das feiras dos sertões (Santos, 1986, p. 52–54; Ferreira, 2012b, p. 269–270).

Evidentemente esse tipo de encomenda não significa que a partir de então todos os investimentos da dita casa comercial seriam orientados para trazer os produtos lícitos. Se os sertanejos do Bié, cujas caravanas poderiam fazer viagens mais longas para espaços mais distantes eram estratégicas para trazer maiores quantidades de marfim, pequenas caravanas chefiadas por negociantes africanos, os pombeiros, vindos das proximidades do litoral com gente escravizada, alimentavam a demanda interna da sociedade colonial – que não aboliu a escravidão – e o próprio contrabando ilegal, enquanto a demanda americana continuou forte (Ferreira, 2012b). Mesmo ocorrendo tal compatibilidade, novas práticas produtivas abriram espaço para ascensão de novas elites que disputaram espaços de poder político e simbólico com as famílias luso-africanas que até então dominavam o tráfico em Angola. Além disso, muitas das iniciativas dos

traficantes que foram descritas anteriormente, acabaram sendo descontinuadas a médio prazo, geralmente após a morte destes sujeitos (Curto, 2014; Oliveira, 2021, p. 80–84).

No interior, no entanto, o processo parece ter sido diferente. Como já foi apontado, os padrões de troca se mantiveram similares desde o período do tráfico, com a venda pelos sertanejos de basicamente as mesmas mercadorias e com a compra de gêneros que já eram demandados anteriormente. Mesmo no caso da venda de escravos, a demanda para o mercado interno dos estados africanos ou das bases coloniais, para além das formas disfarçadas de continuidade do tráfico, como o transporte de "libertos" para as roças de São Tomé e Príncipe, mantiveram uma relativa continuidade das dinâmicas comerciais nessa conjuntura após a proibição legal do tráfico transatlântico. Provavelmente esse balanço pode ser distinto a partir da década de 1870, com a emergência da extração de borracha no Planalto Central angolano (o *rubber boom*), que se tornaria o principal produto de exportação do centro de Angola e que modificou profundamente as estruturas políticas e econômicas internas dos estados do Planalto (Heywood, 1984, p. 145–189) – suas consequências para a comunidade sertaneja, no entanto, não foram suficientemente analisadas[3].

Os termos do comércio sertanejo

Para se entender de forma mais completa a circulação de mercadorias no interior de Angola, e, portanto, as escolhas e estratégias dos agentes dessas redes do Atlântico Sul, também é fundamental entender a demanda dos habitantes do interior por tais objetos importados. Somente compreendendo o lugar social e a importância dados aos sertanejos dentro dessas comunidades do interior do continente que se pode avaliar as permanências e transformações da atuação desses sujeitos após a proibição do tráfico.

Como já foi comentado anteriormente, as chefias e elites do centro de Angola, após séculos de contatos com a zona atlântica, davam grande valor à passagem e instalação de sertanejos vindos da sociedade colonial por suas terras, frequentemente

[3] Entender os impactos nas redes internas da comunidade sertaneja diante dessa transformação mais ampla das relações de riqueza e poder na região é um dos objetivos principais de minha pesquisa de doutorado.

verbalizando esse interesse em momentos de negociação[4]. Seja a partir de permutas diretas, tributos de passagem, cobrança de impostos por instalação ou convocação de audiências, os "brancos" – sujeitos ligados à sociedade colonial, independentemente de cor de pele (Curto, 2014, p. 229–231) – eram a maior aposta das chefias africanas para acumular os produtos importados que circulavam nas redes atlânticas, com frequência procurando atraí-los e ao mesmo tempo controlá-los, para que suas presenças também não ameaçassem o equilíbrio de poder local. Mesmo aqueles sobas como o do Bié, que procuraram assegurar a instalação de grande contingente de sertanejos em suas terras, procuraram concentrá-los em uma feira próxima da corte, inclusive para fiscalizá-los de perto. A possibilidade desses estrangeiros acumularem dependentes e armamentos foi tema de constante desconfiança no seio dessas sociedades e, para além de ansiedades da administração colonial, momentos de estranhamentos e possíveis expurgos sem possibilidade de intervenção direta das forças militares coloniais se repetiram ao longo do século XIX (Gonçalves, 2021, p. 78–79; Santos, 1986).

Nesse sentido, considero interessante recuperar o argumento do antropólogo australiano Chris Gregory em seu livro clássico "Gifts and Commodities", mesmo que tal autor deixando bastante explícito o fato de que analisa um fenômeno circunscrito historicamente, de que, apesar dos efeitos disruptivos do processo de colonização na Papua Nova Guiné sobre a economia das sociedades locais, em especial sobre a distribuição de poder e riquezas, houve também uma intensificação das trocas de objetos sob as lógicas pré-existentes (Gregory, 1982, p. 166–209). Nas palavras de Gregory, houve nessa região, com o incremento brutal do fornecimento de objetos causado pelo contato mais direto com as redes globais capitalistas, simultaneamente uma eflorescência na troca de mercadorias, mas também da troca de dádivas, fortalecendo as lógicas "tradicionais" de circulação de objetos, com o objetivo de intensificar a ligação entre pessoas. Assim, no lugar de uma lógica substituir a outra, a ambiguidade apontada por seu estudo era exatamente a de que as duas modalidades de

[4] Para dois exemplos dessa verbalização explícita de tais interesses, ver: (Malacco e Gonçalves, 2020, p. 76, 88).

troca cresceram com a intensificação da colonização em meados do século XX (Gregory, 1982, p. 4–9, 1997, 2015)[5].

Não sendo sociedades de contato tão recente e imediato quanto no caso da Papua Nova Guiné, colonizada somente no século XX, o efeito dos contatos multisseculares com o comércio atlântico sobre as sociedades africanas do entorno da colônia de Angola pode, no entanto, ser analisado em uma chave análoga. Sem a destituição imediata dos soberanos locais em boa parte dos territórios anexos às bases de domínio direto colonial, foi possibilitada a reprodução social dos modos de vida e do exercício de poder dessas sociedades, ao mesmo tempo que se aumentava a importância do comércio externo na região. Assim, a circulação de objetos pela via das trocas de dádivas – seja na relação entre sertanejos e autoridades políticas, mas, principalmente, na relação entre essas autoridades e seus dependentes – pôde ser intensificada a tal ponto que o efeito maior desse processo foi o de que as chefias que conseguiram controlar e assegurar melhor a passagem constante das caravanas do comércio atlântico por suas terras foram aquelas que mantiveram maior legitimidade e poder político diante da concorrência crescente por dependentes e recursos naturais – concorrência que cresceu inclusive por causa da violência colonial e escravista (Corrêa, 2019; Miller, 1983, 1988; Gordon, 2013; Candido, 2013a, p. 5–20).

O caso mais óbvio dessa importância enquanto vantagem competitiva provavelmente é o do acesso dado pelo comércio atlântico à pólvora e a armas de fogo. Sendo preocupação de longa data da administração colonial portuguesa o quanto, pelo comércio de escravos, eles estavam armando seus rivais em potencial, o consumo africano de armas de fogo aumentou consideravelmente no século XIX, sendo utilizadas de muitas formas e em muitas atividades pelos povos centro-africanos, formando um

[5] A distinção entre “economias de mercadorias” e “economias de dádivas”, que Gregory colaborou para consolidar, gerou intensos debates entre os antropólogos econômicos, principalmente acerca dos ganhos ou perdas analíticas de uma divisão supostamente estanque entres as modalidades e a dificuldade de encontrar essas distinções de forma mais “pura” na realidade etnográfica (Gregory, 1982, 1997, 2015; Appadurai, 2008; Yan, 2005; Lanna, 2000; Strathern, 2017).

grande influxo de armas, inclusive de segunda mão, especialmente após o fim das guerras napoleônicas e a subsequente maior estabilidade militar no continente europeu (Macola, 2010; Gordon, 2013; Henriques, 1989; Janzen, 2009, p. 7). No entanto, objetos como contarias e tecidos manufaturados, de valores unitários reduzidos em contextos europeus, eram usados constantemente no interior da África Central tanto como moedas, quanto como bens de prestígio, estando diretamente ligados à hierarquização interna das elites dentro dessas sociedades africanas. Os próprios sertanejos percebiam isso, alimentandos os "gostos" das elites e utilizando essas aristocracias como ferramenta de *marketing* para outros grupos que quisessem comprar esses produtos em busca de demonstração de prestígio e poder (Santos, 1998, p. 240; Oppen, 1994; Almeida, 2015, p. 171–177).

Esse interesse fica evidente pela cobrança de tributos de passagem, as chamadas quibandas, que eram pagas para cada soba no caminho da caravana em troca da passagem segura da comitiva por suas terras. Mesmo que fosse prescrita uma série de regras reguladoras dessas trocas, as quibandas incluíam inclusive um contra-presente do soberano local ao chefe da caravana, geralmente feito com gado e/ou alimentos, mas frequentemente de valores não muito distantes do tributo originalmente pago pelo mercador. Nesse sentido, tal troca consistia em uma circulação realizada mais na lógica da troca de dádivas do que de mercadorias – mesmo que o interesse pragmático na acumulação de riquezas a partir dessa demanda costumeira era, como já comentado, por vezes verbalizado pelos próprios sobas.

Esse tipo de ligação entre sertanejos e sobas, no entanto, era manejado pelos dois tipos de agentes, com frequência levando os sertanejos a se aproveitarem dessas alianças interpessoais com os sobas mais poderosos para intimidar seus funcionários ou mesmo grupos subalternos no caminho (Barrocas e Souza, 1997; Heywood, 1984, p. 70–71, 87–91; Gonçalves, 2020, p. 225–227, 2021, p. 131–138).

Como já comentado no ofício secreto do governador de Benguela que abre a segunda sessão desse texto, entre os produtos importados buscados pelas elites africanas, as bebidas alcoólicas tinham uma importância especial. Em vantagem frente

às bebidas alcoólicas locais, que dependiam da sazonalidade dos cereais ou da coleta de mel e cera das abelhas, o fornecimento de bebidas trazidas pelas rotas do atlântico, em especial a aguardente de cana vinda do Brasil, permitiu de forma inédita a disponibilidade o ano todo desse recurso no centro de Angola, caindo no gosto dos chefes, que adotaram como um de seus tributos favoritos. Dessa forma, os sertanejos residentes no Bié com a frequência mensal tinham que pagar uma quantidade determinada de aguardente ao soba do Bié, além de com frequência receberem solicitações análogas de aristocratas locais e sobas aliados das proximidades que iam até as residências dos mercadores nas ocasiões de chegada das caravanas repletas de gêneros vindos do litoral (Curto, 2011; Gonçalves, 2021, p. 163–164).

Essa valoração da presença sertaneja nessas sociedades também resultou em uma relação de dependência. Mesmo que os motivos e reais contornos do processo sejam passíveis de debate historiográfico, parece provável que durante parte da década de 1830 o comércio sertanejo no Bié possa ter tido uma redução drástica ou mesmo uma interrupção – com um suposto fechamento da feira (Gonçalves, 2021, p. 71–73). Na memória narrada para a segunda geração de sertanejos que lá residiu, que começaram a povoar tal território no início dos anos 1840, esse período teria sido marcado por forçar os cidadãos locais a se vestirem com peles e entrecascas de árvores, por terem se esgotado as fazendas dentro desse reino graças à ausência de sertanejos. Inclusive nos anos 1860, quando alguns dos sertanejos locais planejavam um boicote ao soba do Bié, ameaçando abandonar o reino caso não fossem renegociadas as condições de sua estadia, foi esse fechamento da década de 1830 que informava tal plano (Gonçalves, 2021, p. 77–78).

Os próprios chefes africanos tinham consciência dessa dependência, mesmo que decorresse dela grande parte de sua legitimidade política e da expansão de seus domínios que dificilmente ocorreriam sem o comércio atlântico na região. É o reconhecimento de suas demandas que permitiu o sucesso sertanejo, ao mesmo tempo que foram os chefes que, por causa do mesmo processo, definiram a natureza dos produtos de troca, assim como o funcionamento e desenho das rotas interioranas. É esse

arranjo, e não em si um fortalecimento do estado colonial europeu – que não ocorreria pelo menos até a virada para o século XX –, que foi o responsável pelo crescimento de boa parte do comércio lícito em Angola durante o século XIX. Como habilmente resumiu Isabel Castro Henriques (2004, p. 396):

> [...] Com efeito, quem os poderia ter obrigado [aos africanos] a produzir a borracha, ou a aumentar o volume de marfim produzido, ou a identificar e a colher a urzela? Os europeus não dispunham dos meios de coerção permitindo que tais operações fossem levadas a cabo. As decisões pertencem por isso às organizações sociais africanas.

O fato é que, apesar do eventual fim de desembarques ilegais de escravos para as Américas na região, o comércio lícito de marfim e cera para o Atlântico manteve fornecimento constante e até crescente de mercadorias demandadas desde a era do tráfico de escravos. Tal continuidade não só serviu para evitar irrupções nos circuitos comerciais sertanejos até então existentes, como também fez com que estes se expandissem. Com esse incremento do comércio atlântico na região central de Angola, grandes estados africanos até então ligados ao tráfico, como o Bié e o Bailundo, fortaleceram-se nesse período, diferentemente de algumas lideranças da África Ocidental, que passaram pela chamada "crise de adaptação".

Conclusões

Existem várias dúvidas ainda a se responder sobre a passagem para o comércio lícito na região interiorana do Planalto Central de Angola: por exemplo, o quanto os investidores dos sertanejos em Benguela se resumiram a antigos traficantes ou se houve ascensão de novos agentes sociais para as novas atividades, como ocorreu em Luanda; o quanto os sertanejos que chegaram ao Bié no início da década de 1840 se conectaram e se aliaram aos sobreviventes e descendentes das famílias sertanejas locais até então protagonistas do tráfico de escravos; quais foram as dimensões da concorrência de comerciantes africanos, pelo menos no caso da produção e venda de cera, coletada em regiões mais próximas do litoral. Todas essas questões são importantes para balanços comparativos sobre o funcionamento e os impactos da transição para o comércio lícito e para respondê-las serão necessários estudos empíricos que ainda não foram realizados.

No entanto, no Planalto Central, pelo menos até o final dos anos 1860, os padrões de funcionamento do tráfico escravista parecem ter sido a base do comércio de gêneros que com ele convivia. Manteve-se assim, portanto, protagonizado por redes luso-africanas de agentes organizadas de forma análoga ao período anterior e usufruindo de crédito de grandes casas comerciais que até mesmo após a proibição continuavam atuando no tráfico escravista. De forma similar, mesmo com a abertura de novos circuitos e a busca por novos fornecedores, ligadas às particularidades de produção destes novos gêneros, os próprios chefes africanos que se fortaleceram na era do tráfico procuraram manter suas ligações privilegiadas com os mercados atlânticos, tanto ao assegurarem a instalação de sertanejos em suas terras, quanto ao assegurarem pelo menos a passagem constante de suas caravanas. Em suma, em meados do século XIX, apesar de importantes transformações na economia angolana no âmbito de suas conexões atlânticas, no interior foram os antigos protagonistas do tráfico escravista, sertanejos e africanos, que mantiveram os termos e padrões de negociação do comércio no Planalto Central de Angola.

Bibliografia:

ALEXANDRE, Valentim. *Origens do colonialismo português moderno (1822-1891)*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1979.

ALEXANDRE, Valentim. A África no imaginário político Português (séculos XIX-XX). *Penélope - O Imaginário do Império*, n. 15, p. 39–52, 1995.

ALMEIDA, Márcia Cristina P. F. Comércio, bens de prestígio e insígnias de poder: As agências centro-ocidentais africanas nos relatos de viagem de Henrique de Carvalho em sua expedição à Lunda (1884-1888). 2015. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

APPADURAI, Arjun. "Introdução: Mercadorias e a Política de Valor". APPADURAI, Arjun (Org.). *A Vida Social das Coisas*: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008. p. 15–88.

BARROCAS, Deolinda; SOUZA, Maria de Jesus. "As populações do hinterland de Benguela e a passagem das caravanas comerciais (1846-1860)". *A Dimensão Atlântica da África - II Reunião Internacional de História da África*. São Paulo/Rio de Janeiro: CEA/USP/SDG-Marinha, 1997, p. 95–107.

CANDIDO, Mariana P. *Fronteras de esclavización*: Esclavitud, comercio e identidad en Benguela, 1780-1850. México: El Colegio de México, 2011.

CANDIDO, Mariana P. *An African slaving port and the Atlantic world*: Benguela and its Hinterland. New York: Cambridge University Press, 2013a.

CANDIDO, Mariana P. Os Agentes Não-Europeus na Comunidade Mercantil de Benguela, c. 1760-1820. *Saeculum - Revista de História*, v. 29, n. João Pessoa, p. 97–124, 2013b.

CANDIDO, Mariana P. Understanding African women's access to landed property in nineteenth-century Benguela. *Canadian Journal of African Studies*, v. 54, n. 3, p. 395–417, 2020.

CLARENCE-SMITH, William G. *Slaves, peasants and capitalists in southern Angola 1840-1926*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

CORRÊA, Carolina P. "O comércio de marfim no Presídio de Cambambe, Angola: primeiras décadas do século XIX". SANTOS, Vanicléia S. (Org.). *O Marfim no Mundo Moderno*: comércio, circulação, fé e status social (Séculos XV-XIX). Curitiba: Prismas, 2017, p. 123–164.

CORRÊA, Carolina P. Um Reino em Arquipélago: reflexões sobre a organização geopolítica de Angola no século XIX. *Historiae*, v. 10, n. 2, p. 33–66, 2019.

CURTO, Diogo R. "A exploração de África no século XIX". *O colonialismo português em África*. De Livingstone a Luandino. Lisboa: Edições 70, 2020, p. 27–67.

CURTO, José C. Alcohol under the Context of the Atlantic Slave Trade: The Case of Benguela and its Hinterland (Angola). *Cahier d'Études Africaines*, v. 51, n. 201, p. 51–85, 2011.

CURTO, José C. "Whitening the "white" population: an analysis of the 1850 censuses of Luanda". PANTOJA, Selma; THOMPSON, Estevam C. (Orgs.). *Em torno de*

Angola: narrativas, identidades e as conexões atlânticas. São Paulo: Intermeios, 2014. p. 225–248.

DIAS, Jill R. "O Kabuku Kambilu (c. 1850-1900): uma identidade política ambígua". ARQUIVO HISTÓRICO NACIONAL DE ANGOLA. *Actas do Seminário: Encontro de povos e culturas em Angola*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 13–53.

DIAS, Jill R. "Angola". ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill R. (Orgs.). *O Império africano: 1825-1890*. Nova História da Expansão Portuguesa. Lisboa: Estampa, 1998, p. 319–556.

FERREIRA, Roquinaldo. *Cross-cultural Exchange in the Atlantic World*: Angola and Brazil during the era of the slave trade. New York: Cambridge University Press, 2012a.

FERREIRA, Roquinaldo. *Dos sertões ao Atlântico*: tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola 1830-1860. Luanda: Kilombelombe, 2012b.

FERREIRA, Roquinaldo. Abolicionismo versus Colonialismo: rupturas e continuidades em Angola (século XIX). *Mulemba*, v. 4, n. 8, p. 101–126, 2014.

FREUDENTHAL, Aida. *Arimos e fazendas*: a transição agrária em Angola, 1850-1880. Luanda: Edições Chá de Caxinde, 2005.

GONÇALVES, Ivan S. Às Margens do Império, por dentro dos sobados: Estratégias comerciais de sertanejos e centro-africanos no Planalto Central Angolano (décadas de 1840 a 1860). *Faces de Clio*, v. 6, p. 191–222, 2020.

GONÇALVES, Ivan S. Comércio, política e trabalho nos sertões de Angola: sertanejos e centro-africanos nas páginas de António da Silva Porto, (1841-1869). 2021. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

GORDON, David M. "Wearing Cloth, Wielding Guns: Consumption, Trade, and Politics in the South Central African Interior during the Nineteenth Century". ROSS, Robert; HINFELAAR, Marja; PESA, Iva (Orgs.). *The Objects of Life in Central Africa*: The History of Consumption and Social Change, 1840-1980. Leiden - Boston: Brill, 2013. p. 17–40.

GRAÇA, Joaquim R. "Expedição ao Muatayanvua: Diário de Joaquim Rodrigues Graça. Manuscripto Original da Sociedade de Geographia de Lisboa". *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, v. 8 e 9, p. 367–468, 1890.

GREGORY, C. A. *Gifts and Commodities*. London: Academic Press, 1982.

GREGORY, C. A. "Beyond Gifts and Commodities". *Savage Money*: The Anthropology and Politics of Commodity Exchange. Amsterdam: Harwood Academic Publishers, 1997. p. 43–74.

GREGORY, C. A. "Preface to the second edition". *Gifts and Commodities* (Second Edition). 2ª edição. Chicago: Hau Books, 2015. p. 19–35.

HEINTZE, Beatrix. *Pioneiros africanos*: caravanas de carregadores na África Centro-Ocidental (entre 1850 e 1890). Lisboa: Editorial Caminho, 2004.

HENRIQUES, Isabel C. "Armas de Fogo em Angola no Século XIX: uma interpretação". SANTOS, Maria Emília M. (Org.). *Actas da 1.ª RIHA - Relação Europa-África no 3º Quartel do Século XIX*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989, p. 407–429.

HENRIQUES, Isabel C. *Percursos da modernidade em Angola*: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1997.

HENRIQUES, Isabel C. "Comércio e empresários em Angola na 2ª. Metade do século XIX". *Os pilares da diferença*: relações Portugal-África séculos XV - XX. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2004, p. 393–413.

HEYWOOD, Linda M. Production, Trade and Power: the political economy of central Angola, 1850-1930. 1984. PhD Thesis, Columbia University, New York.

JANZEN, John M. *A Carved Loango Tusk*: Local Images and Global Connections. Lawrence: University of Kansas, 2009.

LANNA, Marcos. Nota sobre Marcel Mauss e o ensaio sobre a dádiva. *Revista de Sociologia e Política*, n. 14, p. 173–194, 2000.

LAW, Robin. (Org.). *From slave trade to "legitimate" commerce*: the commercial transition in nineteenth-century West Africa : papers from a conference of the Centre of

Commonwealth Studies, University of Stirling. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

MACOLA, Giacomo. Reassessing the Significance of Firearms in Central Africa: the case of north-western Zambia to the 1920's. *Journal of African History*, v. 51, p. 301–321, 2010.

MALACCO, Felipe S. de O.; GONÇALVES, Ivan S. Entre Senegâmbia e Angola: comércio atlântico, protagonismo africano e dinâmicas regionais (séculos XVII e XIX). *Afro-Ásia*, v. 62, p. 41–92, 2020.

MILLER, Joseph C. "The paradoxes of impoverishment in the Atlantic zone". BIRMINGHAM, David; MARTIN, Phyllis M. (Eds.). *History of Central Africa - Volume One*. London; New York: Longman, 1983, p. 118–159.

MILLER, Joseph C. *Way of death*: merchant capitalism and the Angolan slave trade, 1740-1830. Madison: University of Wisconsin Press, 1988.

MILLER, Joseph C. Angola central e sul por volta de 1840. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 32, Rio de Janeiro, p. 7–54, 1997.

OLIVEIRA, Vanessa dos S. *Slave Trade and Abolition*: gender, commerce, and economic transition in Luanda. Madison: University of Wisconsin Press, 2021.

OPPEN, Achim V. *Terms of Trade and Terms of Trust*: The history and contexts of pre-colonial market production around the Upper Zambezi and Kasai. Münster: Lit Verlag, 1994.

SANTOS, Maria Emília M. "Introdução (Trajectória do Comércio do Bié)". SILVA PORTO, António Francisco F. *Viagens e Apontamentos de um Portuense em África*. Diário de António Francisco Ferreira da Silva Porto. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1986. v. 1, p. 13–216.

SANTOS, Maria Emília M. *Nos caminhos de África*: Serventia e Posse (Angola-Século XIX). Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1998.

STRATHERN, Marilyn. "Sujeito ou objeto? As mulheres e a circulação de bens de valor nas terras altas da Nova Guiné". *O Efeito Etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Ubu Editora, 2017, p. 117–142.

THOMPSON, Estevam C. O Atlântico Sul para além da miragem de um espaço homogêneo (séculos XV-XIX). *Temporalidades*, v. 4, n. 2, p. 80–102, 2012.

THORNTON, John K. *A History of West Central Africa to 1850*. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

VELLUT, Jean-Luc. Notes sur le Lunda et la frontière luso-africaine (1700-1900). *Études d'Histoire africaine*, v. III, p. 61–166, 1972.

VELLUT, Jean-Luc. Diversification de l'économie de cueillette: miel et cire dans les sociétés de la forêt claire d'Afrique centrale (c. 1750-1950). *African Economic History*, v. 7, p. 93–112, 1979.

WISSENBACH, Maria Cristina C. As Feitorias de Urzela e o Tráfico de Escravos: Georg Tams, José Ribeiro dos Santos e os Negócios da África Centro-Ocidental na década de 1840. *Afro-Ásia*, v. 43, p. 43–90, 2011.

YAN, Yunxiang. "The gift and gift economy". CARRIER, James G. (Org.). A Handbook of Economic Anthropology. Cheltenham - Northampton: Edward Elgar, 2005, p. 246–261.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Desenvolvimentismo à "mineira": a preparação institucional e a atuação da FIEMG e do BDMG durante o Milagre Econômico (1968-1974)

Jean Talvani Costa

Roberto Pereira Silva

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

Desenvolvimentismo à "mineira": a preparação institucional e a atuação da FIEMG e do BDMG durante o Milagre Econômico (1968-1974)

Minas Gerais's Developmentalism: the institucional preparation and the performance of FIEMG and BDMG during the "Milagre Econômico" (1968-1974)

Jean Talvani Costa[1]

Roberto Pereira Silva[2]

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar a formação e aplicação da concepção desenvolvimentista pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) e pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), focando no período localizado entre 1968 e 1974. Tal período pode ser justificado como relevante por conta da preparação institucional por parte do BDMG, a partir do Diagnóstico da Economia Mineira. Paralelamente, pôde ser verificada uma atuação do principal sindicato patronal do estado, a FIEMG, junto ao banco. A primeira metade da década de 1970 foi de grande expansão da indústria mineira, concomitante ao chamado "milagre econômico", encerrando esta análise com o término do Plano Nacional de Desenvolvimento do governo Médici. em março de 1974. Considera-se que as condições históricas e econômicas específicas de Minas Gerais levaram a formação de uma concepção "mineira" do desenvolvimentismo, que aliou a visão de superação da condição

[1] Mestrando em Economia na UNIFAL-MG

[2] Professor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas e do Programa de Pós-Graduação em Economia da UNIFAL-MG.

de subdesenvolvimento pela via da industrialização - própria do desenvolvimento - com a imagem criada sobre Minas Gerais – mineiridade.

Palavras-chave: *desenvolvimentismo; Minas Gerais; FIEMG; BDMG; Milagre Econômico.*

Abstract

This research aims to analiyze the formation and application of the developmentalist conception by the Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) and by the Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), focusing on the period between 1968 and 1974. Be justified as relevant due to the institucional preparation on the part of BDMG, based on the Diagnóstico da Economia Mineira. At the same time, the main employer union in the state, FIEMG, acted together with the bank. The first half of the 1970s saw a great expansion of the Minas Gerais's industry, concomitant with the called "milagre econômico", ending this analysis with the end of the Medici's government. It's considered that the specific historical and economic conditions of Minas Gerais led to the formation of a Minas Gerais's conception of developmentalism, which combined the visiono f overcoming the condition of underdevelopment through industrialization with the image created about Minas Gerais – called "mineiridade".

Keywords: *developmentalism; Minas Gerais; FIEMG; BDMG; "milagre econômico".*

Desenvolvimentismo à "mineira": a preparação institucional e a atuação da FIEMG e do BDMG durante o Milagre Econômico (1968-1974)

***

Introdução

Este trabalho consiste em um dos capítulos que estão sendo desenvolvidos como parte de uma dissertação de mestrado, intitulada "Desenvolvimento industrial e desenvolvimentismo mineiro: FIEMG e BDMG entre a crise e o apogeu da indústria em Minas Gerais (1962-1974)". Seu objetivo principal é analisar a formação e aplicação da concepção desenvolvimentista pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) e pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG).

Nesse sentido, 1968 é um marco importante por conta de dois fatores: a retomada do crescimento da economia brasileira após a fase crítica dos anos 1960 e por conta do lançamento do Diagnóstico da Economia Mineira, pelo BDMG. Este estudo publicado em 6 volumes tem um impacto histórico comparável ao Plano de Recuperação e Fomento da Produção, durante o governo Milton Campos, e ao lançamento do "Binômio Energia e Transporte", durante o governo Juscelino Kubitschek.

Essa importância se deve à mobilização de setores públicos e privados em torno da preparação de Minas Gerais como um polo atraente para novos investimentos, isto porque a fase de crescimento da economia brasileira naquele período iria favorecer a expansão industrial para outros estados. Minas foi entendida como um lugar privilegiado por conta de sua posição geográfica relativa ao Brasil e pela potencialidade de recursos naturais, insumos, infraestrutura e mão de obra disponíveis. Sendo assim, o BDMG - instituição fundada em 1962 - atuava por meio de estudos e localização de pontos estratégicos para investimentos.

A FIEMG ocupava o papel de principal órgão de representação patronal do estado, sendo capaz de veicular entre seus pares, uma determinada direção para o desenvolvimento econômico, leia-se, o industrial, em especial. Em sua publicação oficial,

revista Vida Industrial, foi possível localizar grande interesse com relação à atuação dos investimentos do BDMG, inclusive.

Na seção seguinte, expõe-se o debate historiográfico acerca do período conhecido como "milagre econômico". A segunda seção trata da atuação do BDMG e da FIEMG no recorte em estudo. Na terceira seção, interpreta-se o projeto desenvolvimentista mobilizado em Minas Gerais, tendo em vista, os aspectos peculiares da "mineiridade". Por fim, as considerações finais.

O debate sobre o "milagre econômico"

Acerca do período 1968 a 1974 existe atualmente no Brasil uma expressiva produção historiográfica, embora distribuída em diferentes abordagens que tratam da cultura, sociedade, política e economia. Os trabalhos aqui destacados tratam, em geral, dos aspectos econômicos do período.

Uma das contribuições pioneiras para a análise crítica da política econômica e da Economia Política dos governos militares pós-64 encontra-se na obra O grande salto para o caos: política econômica e economia política, de autoria de Maria da Conceição Tavares e José Carlos de Assis. Publicada em 1984, a obra foi revista e ampliada em 1985, quando o país já passava para um período "democrático" mas adentrava o abismo econômico da hiperinflação, herança, segundo os autores, da condução errática da economia brasileira durante os anos do "Milagre". (TAVARES; ASSIS, 1985).

De acordo com Werner Baer (2002), o período notável de expansão da economia brasileira foi o ano de 1968, tendo como carro chefe o setor industrial, cuja taxa de crescimento anual girou em torno de 12,6% até 1974. Parte deste crescimento do setor industrial pode ser atribuído à capacidade ociosa existente desde o início dos anos 60 e que persistiu até 1967. Ainda conforme Baer, "a constância do coeficiente de capital, isto é, a formação de capital bruto como porcentagem do PIB, tem sido atribuída ao significativo excesso de capacidade que existiu durante toda a década de 1960

possibilitando, portanto, que muitos setores expandissem a produção sem necessidade de muitos investimentos" (BAER, 2002, p.96).

Comparando-se com o início do regime civil-militar, a orientação de política econômica implantada no período 1968-73 parece ser carente de fundamentos teóricos consistentes, deixando à deriva importantes pontos da estratégia do período anterior como, por exemplo, o controle da inflação. Tal controle, só voltaria a ser buscado pelo governo quando a economia do país já dava sinais de crise, em 1971-72. De acordo com Munhoz,

> "Iniciam-se os anos 70 com a economia brasileira mantendo as altas taxas de crescimento do produto registradas a partir de 1968, e que seriam as mais elevadas da história do país. O que ocorria paralelamente a uma persistente queda na taxa de crescimento dos preços, dando a impressão de que, finalmente, o país conseguiria aliar o dinamismo econômico de médio e longo prazo com a estabilidade monetária. Mas já em 1973 a economia se ressentia de uma forte pressão sobre os níveis de preços (...)". (MUNHOZ, 1997, p.64).

A condução econômica imposta por Delfim Netto foi bastante contestada por analistas posteriores ao "Milagre", que viram nesta falta de planejamento os princípios que levaram aos abalos econômicos da década de 1980. Tavares e Assis, por exemplo, não deixam escapar que a síntese do 'milagre' econômico se revelou na irreverência, beirando o deboche, com que Delfim Netto promoveu a defesa do 'capitalismo selvagem' – expressão cunhada por ele próprio, e não pelos economistas de oposição, para descrever a fase de acumulação acelerada do capitalismo e de concentração de renda que patrocinou (TAVARES; ASSIS, 1984, p.37).

Mais recentemente, José Pedro Macarini (2006) problematizou o período por meio de uma análise detalhada das estratégias econômicas adotadas entre 1967 e 1969, quando comandava o país o Gen. Artur da Costa e Silva. Para o autor, de 1967 a 1968 a direção econômica foi heterodoxa distanciando-se da condução implementada durante o PAEG.

Por sua vez, o ano de 1969 foi um momento de redirecionamento para a volta do combate à inflação comandado por Delfim Netto. No entanto, esse foi um episódio de curta duração, pois a posse de Emílio Garrastazu Médici provocou uma nova orientação de política econômica sob o comando do mesmo Delfim Netto; desta vez, seguindo um receituário bastante diverso do que fora feito no ano anterior.

Para este autor, havia clara percepção em 1969 de que o controle inflacionário era fundamental para manter a legitimidade e autoridade do regime, ao menos em termos da condução da economia, mesmo contando com o acelerado crescimento do período. Conforme salientou o próprio Ministro da Fazenda na ocasião, "o importante, na atual fase do combate à inflação, é que o ímpeto altista foi controlado simultaneamente com uma expansão na atividade econômica. Seria o caso de manifestarmos satisfação pela performance, mas esta postura é falsa, porque uma inflação de 20% ou mais ao ano é também um recorde, mas negativo".

Neste sentido, a condução da política econômica na esfera militar não era consenso, havendo grupos que propunham alçar o país a um período de forte crescimento e desenvolvimento em bases nacionalistas, e outros que pareciam desconfiar ou não ter convicção deste caminho, devido à permanência dos problemas de controle de preços. Não obstante esse impasse, a trajetória econômica adotada por Delfim em 1969 visava conter o processo inflacionário por meio dos remédios conhecidamente ortodoxos: restrições ao crédito, controle do déficit orçamentário, disciplina na condução da política monetária, e rígido controle dos salários. Repentinamente, a partir do governo do general Médici, a direção econômica mudou completamente, lançando o país em seu período de maior crescimento econômico e superando, inclusive, a época do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek. Conforme Macarini,

> "com o início do governo Médici a política econômica havia experimentado uma nova inflexão. A modéstia até então dominante (expressa, por exemplo, no PED) dá lugar a uma notável ampliação das

> ambições político-econômicas. Delfim Netto captaria muito bem o novo clima, propondo como meta central do novo governo uma taxa de crescimento de 9% ao ano e a consequente duplicação da renda per capita na década de 1970. Começara, então, o "milagre", sepultando por um longo período qualquer aventura de estabilização". (MACARINI, 2006, p.479).

A mudança de direção rumo ao desenfreado crescimento dos anos 1968-73 consolidou a estratégia do governo militar, fundada nos pilares da segurança e do desenvolvimento, ao mesmo tempo em que mascarou a violência do regime, escondida sob o lema do avanço econômico como solução para os problemas do país. A ideia de que a sociedade se beneficiaria dos frutos dessa expansão da atividade econômica era propagada pelo governo, embora o próprio ministro da fazenda, Delfim Netto, declarasse sem nenhum pudor, o caráter desigual deste desenvolvimento. Com poderes de super ministro, o ministro Delfim Netto adotou, naquele momento, um discurso de grande confiança, demonstrando, por outro lado, o desprezo do governo pelas classes subalternas.

No entanto, é inegável, ao observarmos o PIB do Brasil durante os anos do "milagre", que o desempenho foi superior em todos os momentos correspondentes aos anos de 1950 a 1999. (BAER, 2002, p.481). No entanto, tal desempenho espetacular não se refletiu em melhorias efetivas nas condições socioeconômicas do país. A disparada rumo ao crescimento não teve contrapartida quanto ao fator distribuição de riqueza, por exemplo. Na realidade, o período do "milagre" acentuou sobremaneira a já perversa concentração de renda existente na economia brasileira.

Em trabalho recente, Marcos Napolitano (2014) mostrou como o comportamento da economia nos anos do "milagre" configurou um aprofundamento da dependência do país frente ao capitalismo monopolista. Comparando-se o desempenho econômico dos anos 1970 principalmente, com os períodos anteriores, vê-se que se trata de um crescimento feito à custa da desestabilização de preços, aprofundamento do

endividamento externo (principalmente ao final do II PND) e perversa concentração de renda. Heranças que as vozes que ainda teimam em defender o regime autoritário ocultam das gerações atuais, em clara atitude demagógica e antidemocrática.

O BDMG, a FIEMG e o "milagre"

Em 1967, o BDMG lançou o Diagnóstico da Economia Mineira. O objetivo do plano era captar a realidade do estado a fim de desenvolver diretrizes e possíveis caminhos para superar seu atraso relativo. Os 6 volumes da obra percorriam o espaço natural, a população, o setor agropecuário, a indústria e o setor público.

Indicadores como baixo grau de urbanização, prevalência do setor agropecuário, desníveis na produtividade e os baixos níveis de saúde e escolarização foram apontados como os sintomas do subdesenvolvimento mineiro. Sob o ponto de vista histórico, as causas do atraso do estado em comparação com outras unidades do país consistiam no tipo de povoamento, na pecuária extensiva, na mineração predatória e na dispersão urbana e econômica.

Segundo o Diagnóstico, Minas havia sido espoliada desde o período colonial, pela exploração de pedras preciosas, posteriormente, pelo fornecimento de minério de ferro e de produtos primários para as áreas industriais, até chegar no fornecimento de aço, cimento e energia elétrica à favor da industrialização de São Paulo. Nesse sentido, restava a Minas alguns projetos encampados pelo capital estrangeiro e pelo Estado, enquanto São Paulo e Rio de Janeiro se constituíam enquanto polos industriais privilegiados.

O impacto do Diagnóstico foi bastante considerável, levando ao tratamento das questões do atraso relativo e espoliação do estado por outras unidades em diversos meios. O Diagnóstico também foi capaz de aglutinar o governo estadual e suas elites empresariais em torno de reivindicações junto ao governo federal. A tecnocracia saiu bastante privilegiada desse processo, destacando-se em contraste com a classe política. Esse grupo teve a oportunidade de ampliar seu prestígio junto às questões

decisórias do estado. Como um lugar privilegiado dessa tecnocracia, o BDMG ganhou prestígio em âmbito regional e nacional.

Com o intuito de acelerar o desenvolvimento industrial do estado, o BDMG junto às Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG) fundaram e se tornaram mantenedores do Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais (INDI). O INDI permitiu a identificação de oportunidades de investimentos e elaboração de estudos setoriais, atraindo capitais para o estado.

Além do INDI, o BDMG teria envolvimento em outras instituições de desenvolvimento em Minas. A criação da Companhia de Distritos Industriais (CDI) veio após uma parceria do banco com a prefeitura de Contagem, quando houve a captação de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) para a construção do Novo Centro Industrial de Contagem. O CDI ficou responsável por implantar e administrar áreas e distritos industriais, executando obras de infraestrutura e prestando serviços de construção civil para empresários.

A partir de 1969, a Fundação João Pinheiro (FJP) passou a funcionar em parceria com institutos de pesquisa e departamentos de estudo para o equacionamento de problemas concernentes ao desenvolvimento. Exemplos da atuação do FJP podem ser relacionados ao planejamento urbano beneficiando Belo Horizonte, Ouro Preto, Mariana, Itabira, Ipatinga, Timóteo e Coronel Fabriciano.

Com vista a apoiar pequenos e médios empreendimentos, não somente em investimentos, mas em capacitação, o Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa (CEAG), que procurava aplicar o programa do Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (CEBRAE) para a realidade do estado. Concomitantemente, o Núcleo de Assistência Empresarial (NAE) fornecia assistência técnica às empresas, em especial, para os projetos de implantação industrial na região do Polígono das Secas.

Enfim, essas instituições e departamentos demonstram a dimensão assumida pelo BDMG para o desenvolvimento poucos anos após a sua fundação. A resposta da economia mineira aos esforços institucionais foi considerável. Os grandes projetos de mineração, indústria e agropecuária alcançaram inversões da ordem de Cr$12 bilhões, o que correspondia a 45% da renda interna estadual.

A indústria siderúrgica chegou a 2,5 milhões de toneladas de aço em lingote, o que deu um acréscimo de 13% para o estado contra 8% realizado pelo país. A produção mineral alcançou 85% do volume físico e mais de 80% no valor da produção nacional de minérios. A produção de cimento aumentou 24% entre 1971 e 1972, alcançando 2,8 milhões de toneladas.

Em parceria, BDMG e INDI elaboraram uma monografia sobre as condições favoráveis de Minas Gerais em termos de localização, apoio institucional, incentivos, terrenos industriais e a produção de matéria-prima básica. O objetivo da monografia era ser encaminhada para a direção FIAT-Automóveis com o início das negociações do governo brasileiro com o comando da empresa. Assim, o segundo polo automotivo do país foi fundado em Betim. Os setores tradicionais também foram beneficiados. Cr$400 milhões para a indústria açucareira, Cr$140 milhões para os frigoríficos, Cr$150 milhões para os laticínios, alguns projetos também foram encaminhados para a indústria têxtil.

Dessa maneira, a taxa média de crescimento do estado na primeira metade dos anos 1970 foi da ordem de 10,8% contra a média 5,6% verificada durante os anos 1960 (SEI/SEPLAN apud BDMG, 1977, p. 81-82). Quase 100 mil empregos foram gerados neste período de expansão (BDMG, 1977, p. 81).

Pelo lado privado, a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) demonstrava preocupação com o espaço ocupado pelo empresariado no contexto de crescimento econômico que era sinalizado. Na ocasião dos 5 anos de instauração do Regime Militar, a FIEMG realizou o Fórum de Debates "O Novo Brasil".

Na presença do ministro da Indústria e Comércio, Edmundo Macedo Soares e Silva, os industriais se mostraram descontentes com a perda de posição da indústria mineira relativa ao contexto nacional, destacando a "boa infraestrutura, sobretudo no suprimento de energia elétrica, graças ao excelente trabalho da CEMIG que planeja uma oferta de eletricidade capaz de atender, com folga, à demanda do futuro próximo" (VIDA INDUSTRIAL, fev./mar. 1969).

A mesma edição da revista Vida Industrial - então veículo oficial da FIEMG - trazia um pequeno tutorial de como obter recursos junto ao BDMG, destacando o Fundo Especial para as Usinas Açucareiras, às quais deveriam obedecer regras de regularidade jurídica e técnica. Vale destacar que os setores tradicionais, como alimentícios e têxteis, possuíam boa representatividade na federação.

O então presidente do BDMG, Hindemburgo Diniz, possuía relação direta com os empresários, de tal maneira que se apresentou junto à FIEMG e à Associação Comercial em __ de 1969 para afirmar o compromisso da instituição com o estímulo à produção, o anúncio de 94 projetos financiados, um capital de Cr$35 bilhões nos 5 primeiros meses de 1969 e a operação de 13 fundos de financiamento. A atuação ativa foi vista como uma consequência da infraestrutura, energia elétrica e estradas, e dos "recursos inesgotáveis - ferrosos e não ferrosos". Tendo essas condições, "Minas Gerais tem tudo para fazer sua arrancada industrialista" (VIDA INDUSTRIAL, jul. 1969).

Havia um otimismo considerável com relação às exportações, já que a evolução no recorte 1964-1969 era crescente, saindo de US$1,430 bilhão e atingindo US$2,269 bilhões. (VIDA INDUSTRIAL, mar 1970). O otimismo também se baseava na retomada do crescimento e no arrefecimento da inflação, observando que no intervalo 1962-1969 a relação inflação-crescimento do PIB se descolou de 53,26%-2,1% para 21,6%-9,2% (VIDA INDUSTRIAL, maio 1970).

Esse otimismo com a fase de crescimento do país e com a expansão da economia mineira era concomitante ao apoio declarado da FIEMG ao regime e ao

governo Médici. Em um artigo de 1972 intitulado "Educação e Desenvolvimento", o então vice-presidente da federação, Nansen Araújo, escreveu:

> Com profunda responsabilidade no processo de desenvolvimento, têm sido, ultimamente, enfrentados com energia, depois que 1964 retirou o país da estagnação e o fez reingressar na dignidade, banida a partir de 1960. Um desses problemas era típico daquela época, ocasionado pelo impatriotismo. Cessara o culto da tradição, ensinado a nossos avós. Pouco a pouco, o nacional desligara-se da concepção de Pátria, necessária à união dos povos, isolando-se da comunidade para realizar a formação cética do patriotismo como seu próprio eu. Na política, nos setores de trabalho, por todos os lados, cada um pensava em si e em seus interesses pessoais. Após 1964, iniciou-se uma campanha bem orientada, através dos meios comuns de comunicação, agitados pelos Poderes Públicos para tocar a sensibilidade pública anestesiada (VIDA INDUSTRIAL, jul. 1972).

Seu argumento se baseava na ideia de que o regime iniciado em 1964 teria superado a perda de sentido da Pátria. Reforça-se a importância da ligação entre o fortalecimento dos mecanismos de operação do governo central diante dos conflitos sociais anteriores a 1964. O mesmo sentido discursivo foi empregado no editorial de fevereiro de 1973, sob o título "A indústria e a política", Araújo argumentava:

> As manifestações de alguns grupos políticos sobre o que se convencionou chamar de redemocratização do país nasceram débeis. Todavia, cedo começaram a expandir-se, à medida que o terreno da reação mostrou-se permeável. O Governo, muito simplesmente, permanece indiferente às críticas, deixando à conclusão dos impenetráveis às tolices, a tarefa de encontrar os pontos falsos dessa sabedoria saudosista, porque a liberdade de clamar contra a falta de liberdade apenas atesta que a plena liberdade existe (VIDA INDUSTRIAL, fev. 1973).

Vale destacar que Nansen Araújo buscava dar ênfase à retomada do crescimento e ao arrefecimento inflacionário, na medida em que dava ênfase ao período crítico registrado no passado:

> É preciso acentuar que as poucas vozes discordantes hoje pilotavam o barco antes de 1964. E tinham democracia, que pretendem reimplantar agora: a democracia da inflação de 98%, do PIB de 0,5%. E havia mais a orquestra dos marinheiros indisciplinados, dos generais do povo, dos trabalhistas de Goulart, ocupados com os ensaios da marcha fúnebre para o enterro da democracia, com atestado de óbito assinado em Moscou (VIDA INDUSTRIAL, fev. 1973).

O presidente Emílio Garrastazu Médici também foi exaltado por Nansen Araújo em um texto de 1973:

> Elevado à alta posição de Chefe de Estado, apesar de sua resistência. Sua Excelência imprimiu brilho à missão, indiferente ao hálito maculador exalado pela contestação. Essa existe e sempre existirá, ou disfarçada nos ressentimentos dos que poderiam ter realizado e não fizeram, ou no espírito dos que se julgam espoliados em alguma ambição ou interesse (VIDA INDUSTRIAL, out. 1973).

Médici foi apresentado pelo empresário como um homem de virtudes, que mesmo em uma suposta humildade em não ter aceitado o cargo de presidente, assim o fez para "imprimir brilho à sua missão".

Vale destacar que Nansen Araújo, além de vice-diretor da FIEMG e diretor da revista Vida Industrial, era diretor do Conselho Deliberativo do BDMG desde 1966, o que demonstra um trânsito de personagens entre essas instituições analisadas neste trabalho, a confluência dada no campo das ideias era complementada pela integração física desses indivíduos.

Desenvolvimentismo e mineiridade

A partir da análise da seção anterior, podemos considerar a confluência entre os projetos de desenvolvimento do BDMG e da FIEMG. Porém é importante destacar que a industrialização não pode ser retida apenas sob um ponto de vista econômico, mas considerando uma concepção mais geral sobre a construção de uma determinada imagem de Minas Gerais.

Em primeiro lugar, o desenvolvimentismo pode ser definido como:

> A ideologia econômica de sustentação do projeto de industrialização integral, considerada como forma de superar o atraso e a pobreza brasileiros. É possível distinguir, como se viu, três correntes desenvolvimentistas. Seus traços de união fundamentais eram o projeto comum de formar um capitalismo industrial moderno no país e a perspectiva comum de que, para isso, era necessário planejar a economia e proceder a distintas formas de intervenção governamental (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 77).

Esse atraso diria respeito à inserção da economia nacional no mercado mundial, marcadamente pelos gêneros primários para exportação, de modo que o modelo agrário-exportador teria trazido complicadores ao desenvolvimento capitalista no país em relação ao capitalismo mundial. A missão da superação estaria na posição do Estado brasileiro como ator da transição para um modelo urbano industrial e da fixação das indústrias de base, calcadas pelo planejamento governamental.

Nas reivindicações empresariais em fóruns políticos, empresários destacavam o potencial não explorado do estado, ou mal explorado, isto porque a exploração não servia ao crescimento e enriquecimento dos mineiros, mas para o benefício de outros pólos econômicos, como São Paulo e Rio de Janeiro.

Pelo lado do BDMG, o Diagnóstico da Economia Mineira, traz uma análise histórica que destaca todo o histórico de espoliação de Minas Gerais desde o período colonial, enquanto outras unidades se beneficiam das riquezas extraídas no

estado. O projeto desenvolvimentista, nesse sentido, continha um forte teor de mobilização territorial.

Um caso muito interessante foi em uma campanha lançada em parceria entre a FIEMG e o BDMG, chamada "Minas Faz Bem Feito":

> "Você é mineiro?
>
> Pois chegou a hora de você provar isso!
>
> Falta apenas que você, mineiro, aja como mineiro.
>
> Compre produtos mineiros.
>
> Isto gera mais empregos.
>
> Com os impostos pagos pelas indústrias, o governo constrói escolas, estradas, melhora as cidades.
>
> Com mais trabalho, há mais trabalhadores - e consequentemente mais consumidores.
>
> Que vão gerar mais produtos, mais impostos e mais trabalho.
>
> E tudo se transforma numa espiral de progresso.
>
> Você é mineiro?
>
> Você mora em Minas?
>
> Pois chegou a hora de lutar por tudo isto.
>
> Por que só haverá riqueza para você se o Estado onde você vive com sua família for rico.
>
> E tudo depende de você.
>
> E tudo depende de você começar." (VIDA INDUSTRIAL, jan. 1972).

Presente na contracapa das edições da revista Vida Industrial a partir de 1972, ela foi veiculada em um contexto de intensa atração de capitais no estado, como ficou indicado anteriormente neste trabalho. Portanto, a tarefa desenvolvimentista em Minas

não era um projeto econômico, mas um projeto de pertencimento dos mineiros em seu estado.

Considerações finais

O período do "milagre econômico" desperta muito interesse, seja pela expressividade de seus resultados seja pelas contradições que o marcaram, principalmente quanto à desigualdade de renda registrada durante e após o período. Para o caso deste trabalho, a expansão industrial em Minas Gerais foi possível, por um lado, pela desconcentração ambicionada pelo Regime Militar, por outro lado, pela preparação institucional de órgãos públicos e privados no estado, dois dos quais foram analisados neste trabalho.

A mobilização institucional levou em conta estudos, como o Diagnóstico da Economia Mineira, que repercutiu o suficiente para garantir diversos pontos de estímulos à economia do estado. Ademais, tal mobilização também levou em conta as características peculiares de Minas Gerais, como riquezas naturais, sua população e sua localização geográfica. A expansão econômica que beneficiou Minas foi concretizada pelo papel ativo de instituições, como BDMG e FIEMG, que consolidaram seu projeto desenvolvimentista, não apenas pelas condições do país naquela ocasião, mas por transformar o estado em um espaço onde isso pudesse ocorrer com eficiência.

Referências

Fontes:

Revista Vida Industrial. (1968-1974).

BDMG. *Diagnóstico da economia mineira*. 6 v. Belo Horizonte, 1968.

BDMG. *15 anos desenvolvendo Minas*. Belo Horizonte, 1977.

Bibliografia

BAER, Werner. *A Economia Brasileira*. São Paulo, Nobel, 2002.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

EARP, Fábio Sá; PRADO, Luiz Carlos Delorme. O "milagre" brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo da ditadura*: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. O Brasil Republicano. v. 4. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 207-241.

MACARINI, José Pedro. A política econômica do governo Costa e Silva (1967-1969). *Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro, 10(3). set./dez. 2006, p. 453-489.

MELLO, João Manuel Cardoso de. NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In *História da Vida Privada no Brasil*, v.4. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

MUNHOZ, Dércio Garcia. Inflação brasileira: os ensinamentos desde a crise dos anos 30. *Economia Contemporânea,* n.1, jan/ jun. 1997, p.64.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo, Contexto, 2014.

TAVARES, Maria da Conceição e ASSIS, José Carlos de. *O grande salto para o caos: a economia política e a política econômica e do regime autoritário.* Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1985.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

A Nostalgia da chaminé nas páginas dos jornais Diário da Manhã e O Nacional: o caso da Cervejaria Brahma Passo Fundo/RS (1947-1997)

Jênifer de Brum Palmeiras

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

A Nostalgia da chaminé nas páginas dos jornais Diário da Manhã e O Nacional: o caso da Cervejaria Brahma Passo Fundo/RS (1947-1997)[1]

The nostalgia of the chimney in the pages of the newspapers Diário da Manhã and O Nacional: the case of the Brahma Brewery Passo Fundo/RS (1947-1997)

Jênifer de Brum Palmeiras[2]

Resumo

Este artigo identifica a metáfora "Nostalgia da Chaminé" como consequência da desindustrialização, com foco numa situação na região noroeste do Rio Grande do Sul nas questões levantadas pelos textos jornalísticos sobre o fechamento da unidade fabril da Cervejaria Brahma Passo Fundo/RS.

Palavras-chave: *Nostalgia da Chaminé. Cervejaria Brahma. Desindustrialização. Passo Fundo. Jornais.*

Abstract

This article identifies the metaphor "Nostalgia da Chaminé" as a consequence of deindustrialization, focusing on a situation in the northwest region of Rio Grande do Sul in the issues raised by journalistic texts about the closing of the factory of the Brahma Passo Fundo/RS.

[1] O texto faz parte da tese de Doutorado em História (em construção 2019-2022) que versa sobre a Cia. Cervejaria Brahma em Passo Fundo (RS) e seu impacto econômico e político (1947-1997).

[2] Doutoranda em História do PPGH/ Universidade de Passo Fundo; Bolsista Prosuc Capes

A Nostalgia da chaminé nas páginas dos jornais Diário da Manhã e O Nacional: o caso da Cervejaria Brahma Passo Fundo/RS (1947-1997)

Keywords: *Nostalgia for the Chimney. Brahma Brewery. Deindustrialization. Deep step. Morning diary. Journal.*

***

Introdução

Não existe um ser humano em qualquer lugar no mundo que não tenha essa única certeza em sua vida: vou morrer um dia! Nascemos, crescemos, envelhecemos e morremos, não necessariamente nesta ordem, mas o fim é certo. E partindo dessa premissa, levamos essa certeza para outros aspectos da nossa vida, vamos convivendo com as consequências da morte, seja de um ente querido, um amigo, um colega, um conhecido, e a estendemos até o nosso trabalho quando ele acaba, isso ocorre quando o emprego, não pode ser substituído por outro, pois a empresa não existe mais.

Buscamos invocar a perda, resgatar o passado, trazer à memória o quanto foi significativo aquele trabalho para si, e principalmente para a comunidade em que estava inserido. E este não esquecimento, vem através da necessidade de manter viva a empresa fisicamente, construindo um marco para que todos vejam que ela ali existiu.

A partir desse exposto, o texto tem a intenção de colaborar com esse entendimento, construindo o debate pelo viés da metáfora "Nostalgia da Chaminé" vivenciada como consequência da desindustrialização após o fechamento da Cia. Cervejaria Brahma em Passo Fundo/RS em 1997, relacionando o desenvolvimento da cidade até o encerramento das atividades, através dos textos jornalísticos publicados em dois jornais da região, O Diário da Manhã e O Nacional.

O que é afinal "Nostalgia da Chaminé"?

Frequentemente os alvos reais das críticas à metáfora são vagos, iniciamos mapeando o que podemos olhar como exemplos dessa tendência. Tentar resumir estas publicações é bastante difícil porque são variadas e são projetadas para públicos diferentes. Alguns são acadêmicos, outros são concebidos como história local, regional ou mesmo industrial, enquanto outros são claramente livros de belas artes que objetivam desenhar os assuntos industriais (HIGH, DAVID 2007; STRANGLEMAN, 2013;

CLARKE, 2015). Relacionadas ao último tipo, estão aquelas por e para o movimento do explorador urbano.

A Nostalgia da Chaminé trazida neste caso da Brahma, faz parte das experiências ocorridas em outros países da América e Europa, em contextos semelhantes, embora muitos pesquisadores trazem a nostalgia do mundo social, do capitalismo industrial, e do pós-guerra expressado de várias maneiras, a partir do desenvolvimento da indústria patrimoniais ao fenômeno da desindustrialização em publicações como os "Livros de Mesa"(CLARKE, 2015).

Existe a prática de romantizar o trabalho industrial, com publicações de livros com imagens da estrutura física das fábricas abandonadas, e não dos operários, como forma de descrever o trabalho desenvolvido dentro da fábrica que os inseriam em suas comunidades, e como esses viveram após a desindustrialização (STRANGLEMAN, 2013; HIGH, DAVID 2007). Os autores chamam atenção pelo fato que essas publicações fazem sucesso por existir um público que as consomem, e são os ex-operários que buscam eternizar os momentos de trabalho a partir daquelas imagens.

Conforme apontado por Clarke em sua pesquisa na França, com a fábrica Moulinex (2015), traz nos depoimentos das ex-operárias, a maneira como elas lidaram com o fechamento da fábrica, entre lembranças boas e ruins do trabalho, as manifestações e associação para se manterem unidas não só como forma de interação, mas de juntas reivindicarem direitos ainda que posteriores, surge a nostalgia da indústria que desempenhou um papel na construção da nova forma de ativismo social.

Nos depoimentos[3] dos ex-operários da Brahma, surge também a linguagem da modernização nas representações oficiais que enquadrou o fechamento da fábrica como um luto e como parte de um inevitável movimento histórico longe de uma velha economia

[3] Depoimentos já coletados e fazem parte das fontes da tese

que serviu para entrincheirar uma conta o processo de desindustrialização (STRANGLEMAN, 2013; CLARKE, 2015).

O fechamento da fábrica da Cervejaria Brahma é descrito pelos ex-operários como uma morte lenta, pois foi sendo realizadas alterações ao longo da década de noventa, diminuindo mão de obra e mecanizando a estrutura fabril, embora eles só se deram conta após o fechamento. Nos relatos afirmam que ficaram surpresos com o fechamento abrupto sem aviso, "fechada da noite pro dia" como dizem.

A cidade de Passo Fundo com o fechamento da Brahma foi impactada fortemente na economia local, arrecadamento de impostos, e concentração de renda da população, e que conforme pesquisadores da área econômica, ao ampliar o conceito "clássico" de desindustrialização como sendo uma situação na qual tanto o emprego industrial como o valor adicionado da indústria se reduzem como proporção do emprego total e do PIB, respectivamente, ou seja, uma economia não se desindustrializa quando a produção industrial está estagnada ou em queda, mas quando o setor industrial perde importância como fonte geradora de empregos e/ ou de valor adicionado para uma determinada economia (OREIRO, FEIJÓ, 2010).

Partindo dessa premissa, portanto, iremos focar especificamente nos textos das reportagens publicados dos jornais impressos, além de contribuírem, com a forma como esses textos atingem o leitor.

Os Jornais

O jornal é uma fonte rica e variada de investigação histórica e o fato de que desperta debate, e pode conter material impreciso e tendencioso, pode ser uma das razões para seu valor. Pra tanto o jornal deve ser usado com cautela, pois pode ser diferente de outras fontes. Os jornais não são escritos ou produzidos com o historiador em mente, a imprensa é uma fonte de informações e notícias atuais, tendo pouco valor adicional uma vez que os eventos avançaram (ALLEN; SIECZKIEWICZ; 2010).

No entanto, o acúmulo de conhecimento nos jornais, a cada dia, cria um importante recurso de informação, altamente valioso para a investigação histórica, em muitos casos, a reportagem do jornal será o único registro sobrevivente de eventos, e mesmo onde existem outras fontes, o jornal fornecerá um único resumo acessível (BRONOSKI et. al 2011). O uso do jornal para pesquisas históricas não é simples. Enquanto é necessário parar e questionar a autoridade de todos os documentos históricos, novos papéis, talvez mais do que outras fontes, é notório por imprecisões e informações tendenciosas, podendo torná-los problemáticos como fonte histórica (MENESES, 2012). Apesar desses problemas, os historiadores utilizam as mais diversas metodologias de análise para o melhor uso do jornal como fonte histórica.

Tradicionalmente, fontes como os registros do governo foram importantes e valiosos para a história política, os jornais, no entanto, tornaram-se cada vez mais importantes com o aumento do interesse em história cultural e social. Eles oferecem uma visão sobre as opiniões, hábitos de leitura e debates de um período. Ainda, por meio de seus anúncios, fornecem uma fonte valiosa para história do comércio, além de oferecer informações sobre muitos aspectos diferentes do social e vida política da região de seu alcance (SCHROEDER, BRÜGGER, 2017).

A natureza desta pesquisa defendeu o uso de métodos qualitativos ao invés de quantitativos, para a pesquisadora foi particularmente interessada em compreender o comportamento das pessoas em determinadas circunstâncias. Assim, era mais importante descobrir como e por que um determinado comportamento foi realizado, ao invés disso, contando sua ocorrência. No entanto, algumas informações factuais básicas de uma natureza estatística foram consideradas valiosa e triangulada, e posteriormente validada a inquérito qualitativo. Além disso, em linha com a crença de que a realidade é construída de definições concorrentes, uma variedade de ferramentas de coleta de dados foi utilizada também como parte da triangulação.

O uso da técnica de análise de conteúdo utilizada na pesquisa permite que comparações amplas sejam feitas entre o conteúdo de jornais. Para Bardin, análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por

procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (2016, p. 30). A historiadora Tânia de Luca[4], afirma que a análise de conteúdo pode adentrar nas relações entre o periódico e seu público alvo, nas relações do mercado publicitário e as redações, bem como na estrutura de poder do(s) proprietário(s) do periódico insere-se no espaço social, cultural e financeiro no espaço onde o periódico circula. Essas considerações são fundamentais para uma compreensão da rede de interações em que determinado jornal ou revista é produzido.

Indiscutivelmente, seria difícil escrever sobre um fato tão relevante na década de 1990 sem referência à produção de publicações populares nos dois principais jornais impressos da cidade de Passo Fundo/RS, Diário da Manhã e O Nacional como fonte histórica.

O Jornal O Nacional (ON) foi criado em 19 de junho de 1925 em 19 de junho de 1925 por Herculano Annes, Theófilo Guimarães, Americano Araújo Bastos e Hiran Bastos. E, na década de 1940, foi adquirido por Múcio de Castro, jornalista e ex-deputado estadual. Com sede própria, o jornal circula em Passo Fundo e nos principais municípios da região.

O Grupo Editorial O Nacional é responsável ainda pelas publicações do Anuário Gigante do Norte, de suplementos especiais segmentados e comemorativos. Além do impresso também conta com sua versão digital no site www.onacional.com.br, onde mantém uma série de produtos editados pelo Grupo.

O Jornal Diário da Manhã (DM) teve seu início no ano de 1935, idealizado por Túlio Fontoura, em 28 de novembro nascia o primeiro produto jornalístico do Grupo Diário da Manhã. À época o mundo era analógico e as páginas do jornal eram a principal fonte de informação para o público. Os jornais eram escritos manualmente em máquinas de escrever; as cópias eram feitas em grandes maquinários. Em 1981 foi criado o Jornal Diário da Manhã em Carazinho/RS, ampliando a atuação do Grupo também na cidade

[4] LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In.: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

vizinha. Em 2003, entrou oficialmente na era digital com o portal www.diariodamanha.com.

A Nostalgia nos textos jornalísticos

Para a análise, foi criado um quadro de codificação primeiramente para categorizar as informações da mensagem que os textos jornalísticos traziam. Sendo possível fazer comparações quantitativas entre diferentes comunicações, quanto à natureza do seu conteúdo. Baseado nas cincos categorias analíticas aplicadas a dois jornais diários locais, a análise do conteúdo serviu para descrever os atributos da mensagem em que os resultados não façam inferências sobre o remetente da mensagem, as causas e efeitos da mensagem ou demonstrar mudanças culturais. Além disso, a análise de conteúdo torna vários pressupostos que limitam o valor do estudo, por exemplo: categorias são distintas e mutuamente exclusivas; categorias são igualmente aplicáveis a diferentes jornais.

A categorização é o conjunto de significância que emergiu da observação historiográfica, nesta fase que o pesquisador traz à tona o corpo histórico documental.

Leituras recorrentes em busca de novas informações são realizadas. A partir daí reside o diálogo, o confronto do comportamento e fenômeno social em estudo com a teoria e resulta na escrita, no conhecimento histórico construído (ALLEN, SIECZKIEWICZ 2010).

A pesquisa nos jornais se deu por amostragem e foram selecionadas edições de abril de 1997 a dezembro de 1997, totalizando 460 volumes, com uma média de 35 páginas. O período escolhido justifica-se pelo fato de que foi a partir do fechamento da fábrica da Brahma que os veículos de comunicação passaram a pautar o assunto. A pesquisa teve como objetivo analisar o conteúdo dos Jornais para verificar de que forma o veículo abordou a notícia do fechamento e os atos ocorridos para uma tentativa de reverter a situação.

Por meio das variáveis da análise, construídas a partir das categorias foi possível identificar os tipos e a quantidade de assuntos abordados, o espaço destinado tanto na capa quanto no interior do jornal, e o autor do texto. Com os resultados, foi realizada a relação entre os jornais e os resultados encontrados, numa discussão sobre a Nostalgia da Chaminé.

Para a análise, os dados foram agrupados em quatro partes: 1) presença e visibilidade do tema nas páginas do jornal, 2) título do texto, 3) autor do texto e 4) escolha e frequência das palavras nostálgicas nos textos. Abaixo a Quadro 1 mostra as datas das edições em que havia textos publicados que se referiam ao fechamento da fábrica da Cervejaria Brahma.

Quadro1 - Distribuição de edições

Jornal	Edições Pesquisadas	Edições com textos	Frequência
O Nacional	230	32	14%
Diário da Manhã	230	28	12%

Fonte: elaborado pela autora

Ambos os jornais publicam diariamente, e possuem uma edição para os dois dias do fim de semana, de todas as edições pesquisadas, o jornal O Nacional publicou 2% de textos a mais em relação ao jornal Diário da Manhã, isso se deu também nos espaços das publicações de capa, enquanto no jornal O Nacional os textos estampavam 1 página, no O Diário da Manhã, o mesmo assunto era publicado em meia página ou menos, como pode ser visto nas imagens abaixo.

Imagem 1

Fonte: Capas do Jornal O Nacional, dias 23 e 24/04/1997

Enquanto O Nacional estampa a capa do jornal inteira com a notícia do fechamento, o Diário da Manhã, utilizada 5 cm x 8cm da capa, e a contracapa para o texto da notícia.

Imagem 2

Fonte: Jornal O Nacional dia 24 e 25/04/1997

Imagem 3

Fonte: Jornal Diário dia 25/04/1997

Ambos os jornais publicaram textos internamente com depoimentos sobre o fechamento da fábrica, editoriais de jornalistas e historiadores, e desses foram retiradas palavras e frases chaves que destacamos como descrição da Nostalgia da Chaminé.

A repetição dessa Nostalgia da Chaminé, são destacadas nas palavras: saudade, tristeza, "na época", lamentamos; perdas, encerramento; lacuna na memória da cidade.

Imagem 4

Textos que se repetiram por 3 meses após o fechamento, com pautas desde a possibilidade de reverter o acontecimento e a possível irrecuperabilidade da economia da cidade pela consequência da saída da fábrica. Embora a hipótese do agendamento não seja a análise dessa pesquisa, não podemos deixar de não citá-la como algo que ocorreu neste caso, como exemplo da imagem abaixo.

Imagem 5

Fonte: Jornal Diário

Imagem 6

Fonte: Jornal Nacional

É inegável a influência dos meios de comunicação no cotidiano das pessoas, visto que temos uma infinidade de informações que são disseminadas por estes canais. A pauta das conversas interpessoais é sugerida pelos jornais, televisão, rádio e internet, propiciando aos receptores a hierarquização dos assuntos que devem ser pensados/falados.

A hipótese da agenda *setting* é um tipo de efeito social da mídia que compreende a seleção, disposição e incidência de notícias sobre os temas que o público falará e discutirá (HOHLFELDT, 1997). Para o autor, a hipótese é sempre uma experiência, um caminho a ser comprovado e que se não "der certo" em uma situação específica, não invalida a perspectiva teórica. Conforme Trumbo (1995), a agenda setting não pode ser considerado uma teoria, pois ainda está na trajetória da investigação e da descoberta (Trumbo apud Rodrigues, 2021, p. 2). Por este motivo, convencionou não utilizar neste artigo a metodologia.

Nas imagens abaixo, podemos exemplificar como os jornais trazem consequências do fechamento, que podemos descrever como desindustrialização da cidade, acarretando no leitor a Nostalgia da Chaminé. Esta configuração claramente real do texto incide os efeitos da desindustrialização sobre o leitor: tanto quanto demissões generalizadas minaram as funções e contribuições econômicas da classe trabalhadora ao município, a falta de "lealdade" da empresa em fechar a fábrica em benefício próprio (reduzir impostos), também demostra o impacto que a economia terá.

Imagem 7

Fonte: Jornal Diário da Manhã dia 09/05/1997

Imagem 8

Fonte: Jornal O Nacional dia 17 e 18/05/1997

Abaixo o jornal traz nos cadernos de Economia e Geral, um fato nacional, A Lei Complementar nº 87/1996, conhecida como Lei Kandir, que prevê a isenção do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre as

exportações de produtos primários, como itens agrícolas, semielaborados ou serviços, que foi aprovada 18 meses antes do fechamento da Brahma, e a notícia sobre o atual momento do município com a queda do ICMS, induzindo o leitor à associar causas diretas para o fechamento da fábrica.

Imagem 9

Fonte: Jornal Diário da Manhã

As imagens abaixo exemplificam textos que chamam a atenção do leitor para a continuidade do acontecido e como a sociedade está reagindo, com a entrevista do Presidente do Sindicato e do Vereador.

Imagem 10

O NACIONAL — geral — 11

Brahma deixa mais de 100 desempregados

Prefeito destaca o problema social

Azevedo defende ação preventiva para evitar novos casos

Fonte: Jornal O Nacional

Ao mesmo tempo em que os jornais trazem os fatos que estão ocorrendo e/ou irão impactar futuramente como a capa do jornal DM, destaca que a área da fábrica pode vir a ter um novo negócio para gerar nos empregos, é questionado o projeto do vereador que trabalha a preservação do prédio como patrimônio histórico, para manter a memória dos trabalhadores e do próprio trabalho que fomentou a economia da cidade.

Imagem 11

Fonte: Jornal Diário da Manhã

Para fechar as ilustrações, as capas abaixo dos jornais trazem a notícia da demolição da fábrica, que torna real o fim de uma estrutura que representava a memória daquele trabalho, a morte, assim descrita nos textos internos, retratando um último suspiro da Nostalgia da Chaminé, que no caso da Brahma, a única estrutura que ficou, foi justamente a chaminé da fábrica, tombada como patrimônio do município, após longos anos de tramitação do projeto entre poderes legislativo, executivo e judiciário. O projeto[5] tramitou também com muitas manifestações para o não tombamento, pois ao redor da fábrica, existia ainda casas dos antigos operários da fábrica, e não se mencionou tombar ou dar auxílio aos proprietários para que suas habitações fossem preservadas. A pressão de empresas privadas durou até 1999, onde somente foi possível tombar como patrimônio do município a chaminé da fábrica.

[5] Projeto de Lei nº 098/1997 concluído em 18/11/1999 - Câmara Municipal de Passo Fundo/RS

Imagem 12

Festividades da Semana Farroupilha iniciam hoje

Diário da Manhã

Passo Fundo

Prédio da Brahma começa a ser destruído

PMDB prepara arrancada para 98 e quer repetir estratégia do passado

Ministro dos Transportes hoje em Passo Fundo

Fonte: Jornal Diário da Manhã dia 13/09/1997

Imagem 13

O NACIONAL

Brahma inicia demolição

Um bicho eletrônico? E ainda dizem ser de "estimação"!

Fonte: Jornal O Nacional dia 13 e 14/09/1997

Conclusão

Na linguagem cotidiana, em advertências acadêmicas contra a Nostalgia da Chaminé, e nas reivindicações feitas na sequência dos encerramentos da fábrica da Cervejaria Brahma, a nostalgia é assumido como um sentimento inerentemente retrógrado. Consequentemente, a política de nostalgia tende a ser vistos como regressivos.

No entanto, como Peter Fritzsche argumentou em relação às construções pós-revolucionárias do passado no século XIX, que rejeição de tais visões como atrasadas ou negligências não modernas é a extensão em que a nostalgia é em si uma espécie de lado inferior da modernidade, baseada em uma sensação de que o presente está em descontinuidade com o passado. Ao expressar a cultura de tais descontinuidades, a nostalgia não é simplesmente uma tentativa irracional de voltar no tempo, Fritzsche argumenta, mas levanta o espectro de modernidades alternativas. Ou como Boym afirma que a nostalgia também tem a capacidade de olhar para os lados implícita na ideia de que o passado pode conter as sementes de modernidades alternativas é a proposição de que a mudança histórica não pode necessariamente ser igualada ao progresso.

Este artigo fez uma análise de dados históricos, sob as técnicas qualificadoras que mostram como possibilidade de estabelecimento de relações e explicações comportamentais. O processo de análise dos documentos sobre o conteúdo foi realizado sob dois pontos, a unidade de registro e a unidade de conteúdo. Escolhemos segmentos próprios dentro do texto para realizar a análise como a frequência de aparição de palavras, expressão e personagens. A unidade de registro explorou o contexto em que aparecem as palavras. A partir desta codificação dos conteúdos documentais foram realizados registros, que seguiram a forma de anotações no próprio material de codificação e na distribuição em esquemas e sínteses. As anotações registradas foram aproximadas pela significação e tema, e após a leitura intensa de todo o material essas junções resultaram na categoria de análise que identificamos a Nostalgia da Chaminé nos textos jornalísticos dos jornais O Diário da Manhã e O Nacional.

Embora os resultados não tenham sido surpreendentes e nem de grande significância para o estudo da História e Imprensa, o valor do estudo foi totalmente

percebido após a conclusão das análises, pois tem implicações importantes para os historiadores em termos de como eles se envolvem com o assunto, substantivamente, teoricamente e metodologicamente.

A desindustrialização ocorrida no caso Brahma, mostra a Nostalgia da Chaminé de todos os cidadãos de Passo Fundo/RS não só como a melhor a lembrança que terão do passado, mas como eles se moldarão após perderem seus empregos e construirão o seu presente. A desindustrialização não é apenas local: há uma proliferação de estudos de caso locais, mas muito poucos de âmbito translocal, nacional ou transnacional. Muitos desses estudos locais, que foram o "estoque de troca" da nova história do trabalho por uma geração, de acordo com Jefferson Cowie, também são limitados por lugares, em vez de baseados.

O livro Capital Moves de Cowie, de 1999, que seguiu a produção da RCA TV de uma localidade para outra, representa uma maneira de ampliar nossa análise sem perder de vista a vida da classe trabalhadora. O livro vencedor do Prêmio Nobel de Svetlana Alexievich, Chernobyl Prayer, oferece uma história arrebatadora desse desastre da perspectiva de quem o viveu. É tanto de partir o coração quanto comovente. Quase como uma colagem, mas mais proposital, Alexievich se envolve com a "grande história" de Chernobyl por meio de e com as "pequenas histórias" de pessoas comuns. Não consigo imaginar uma abordagem mais humanística para a escrita da história contemporânea.

Focar na perda só nos leva politicamente até certo ponto: focamos na perda profunda vivida pelos trabalhadores industriais, que podemos chamar "meia-vida da desindustrialização" como um toque de clarim para estudar a experiência de perda da classe trabalhadora, entretanto após está pesquisa, precisamos ir além da perda. Para entender a meia-vida, precisamos entender suas causas e políticas que a acompanham, bem como seus efeitos. Até onde o estudo da perda nos leva politicamente?

Vimos evidências disso em negociações coletivas baseadas em efeitos na América e na Europa, onde os sindicatos podem negociar os "efeitos" do fechamento de fábricas (sem influência para falar), mas não a própria decisão de fechamento da fábrica. Como um campo, precisamos nos envolver com as estruturas mais amplas de poder

socioeconômico e político para entender melhor as forças históricas subjacentes em ação e como podemos começar a combatê-las. A pesquisa de base local pode fazer isso, mas precisamos nos envolver com as comunidades desindustrializadas como algo mais do que objetos de pesquisa.

Muitas vezes, o rótulo de "nostalgia" é pejorativo e sugere, na melhor das hipóteses, apego sentimental e, no pior, falsificação da história. Portanto, quando pensamos sobre apego ou encontrando valor em um passado industrial, precisamos ser muito mais críticos e não simplesmente rejeitar aqueles que evocam o passado em termos positivos. Em segundo lugar, também podemos ver essas publicações como parte de um luto processo, a lamentação por uma cultura anterior ou conjunto de identidades baseadas em torno do trabalho industrial, eles então se tornam uma necrologia pós-industrial, e esse é um tema para ser inserido e discutido à longo prazo em pesquisas futuras.

Referências bibliográficas

ALLEN, B. R.; SIECZKIEWICZ, R. How historians use historical newspapers. In Proceedings of the 73rd ASIS&T Annual Meeting on Navigating Streams in an Information Ecosystem - Volume 47 (ASIS&T '10). American Society for Information Science, USA, Article 24, 1–4. 2010

ALEXIEVICH, S. Chernobyl Prayer: Voices from Chernobyl. Penguin; 1st edition 2016, p. 292 Disponível em: https://sites.google.com/a/sanmai.web.app/aoma/858407-CwAAQBAJ

BARBOSA, M. Uma história da imprensa (e do jornalismo): por entre os caminhos da pesquisa. Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun., São Paulo , v. 41, n. 2, p. 21-36, Aug. 2018 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-58442018000200021&lng=en&nrm=iso>. access on 03 Mar. 2021. https://doi.org/10.1590/1809-5844201821.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016,

BASILE, C. N. O. M. REGÊNCIA E IMPRENSA: PERCURSOS HISTORIOGRÁFICOS. Almanack, Guarulhos , n. 20, p. 1-9, Sept. 2018 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-46332018000300001&lng=en&nrm=iso>. access on 03 Mar. 2021. https://doi.org/10.1590/2236-463320182001.

BOYM, S.The Future of Nostalgia, p. xiv. The critical potential of nostalgia is also highlightedin Stuart Tannock, 'Nostalgia Critique', Cultural Studies 9: 3 1995

BRONOSKI, B.; MASSUCHIN, M. G.; CERVI, E. U. Meio ambiente e Folha de São Paulo: a construção de notícias no periódico diário. Revista Iniciacom - Vol. 3, Nº 1 2011

CLARKE, J. Closing Time: Deindustrialization and Nostalgia in Contemporary France, History Workshop Journal 79, 1, 2015.

COWIE.J. Capital Moves: RCA's Seventy-Year Quest for Cheap Labor. Copyright Cornel University Press 1999, p. 288. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/10.7591/j.ctvtv935g

CRUZ, S. E. C. Escritoras portuguesas na imprensa periódica brasileira: caminhos de pesquisa e alguns resultados. Estudos interdisciplinares da linguagem - Volume 01 Campina Grande: Realize Editora, p. 162-181, 2020

DIÁRIO DA MANHÃ. Passo Fundo: Diário da Manhã, 1997.

FRITZSCHE, P. 'Specters of History: Of Nostalgia, Exile and Modernity', American Historical Review 107: 5, December 2001

GUIMARAES, S. V.A Imprensa Francófona no Brasil: circulação transnacional e cultura midiática nos séculos XIX e XX. História, Assis/Franca , v. 38, e2019023, 2019 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-

9074201900010020 3&lng=en&nrm=iso>. access on 03 Mar. 2021. Epub Sep 09, 2019. https://doi.org/10.1590/1980-4369e2019023.

GONÇALVES, G. S. R. Imprensa, trabalhadores e democracia: São Paulo de patrões e empregados, as avenidas dos interesses e as vielas da necessidade. 2019. 115 p. Dissertação. (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo 2019

HOHLFELDT, A. Os estudos sobre a hipótese de agendamento. Revista Famecos, Porto Alegre, n. 7, p. 42-51, nov. 1997

IANNI, O. A Construção da categoria. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, v. 11, n. 41 esp., p. 397-416, abr. 2011.

KURZ, R. O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia política, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

MENESES, S.A mídia, a memória e a história. A escrita do acontecimento histórico no tempo presente. Anos 90. Porto Alegre, v.19,n.36, p.35-65, 2012

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C.; Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. Revista de Economia Política vol. 30, n.2, 2010

O NACIONAL. Passo Fundo: O Nacional, ano I – LXXXVIII, 1925 – 2020.

RODRIGUES, M. R. Do Agenda Setting ao Congresso Nacional: um processo de muitas vias. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/xxi-ci/gt03/gt0304.pdf Acesso em: 22 março. 2021.

STRANGLEMAN, T. “Smokestack Nostalgia”,”Ruin Porn”, or Working-Class Obituary: The Role and Meaning of Deindustrial Representation. International Labor and Working Class History 84, 2013.

SCHROEDER, R.; BRÜGGER, N. The Web as History. Using Web Archives to Understand the Past and the Present. UCL Press: London, 2017

ZANLORENZI , P. M. C.; NASCIMENTO, M. I. M. Análise da imprensa como fonte de pesquisa para a história da educação. RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 15, n. 3, p. 1181-1192, jul./set. 2020

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

A FORMAÇÃO SOCIAL ESCRAVISTA EM UBERABA: UM ESTUDO DE CASO DA CLASSE URBANA ESCRAVIZADA E DA CLASSE MÉDIA PROPRIETÁRIA NO CIRCUITO JURÍDICO-MERCANTIL(1860-1888)

João Pedro Passos

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

A formação social escravista em Uberaba: um estudo de caso da classe urbana escravizada e da classe média proprietária no circuito jurídico-mercantil (1860-1888)

The slave social formation in Uberaba: a case study of the enslaved urban class and the owner middle class in the legal-mercantile circuit (1860-1888)

João Pedro Passos[1]

Resumo:

O presente artigo procura tratar a partir de um estudo de caso, como o escravizado se insere numa lógica jurídico-mercantil ao vender um imóvel no ano de 1865 em Uberaba. Contudo, pretende fazê-lo a partir de uma análise que leve em conta a teoria dos modos de produção e das formações sociais. Recuperando o debate de Jacob Gorender e Ciro Flamarion Cardoso sobre um modo de produção próprio nas Américas sob a problemática de um Marx da maturidade, desvelado por Louis Althusser, especialmente com a chave de leitura da contradição e sobredeterminação. Compreendendo, portanto, a inserção da luta de classes entre a classe média urbana proprietária e a classe escravizada urbana no contexto do modo de produção escravista colonial.

Palavras-chave: História regional; Escravismo Colonial; Modos de produção; Sobredeterminação.

Abstract:

This article seeks to address, from a case study, how the enslaved is inserted in a legal-mercantile logic when selling a property in 1865 in Uberaba. However, it intends to do so from an analysis that takes into account the theory of modes of production and social formations. Recovering the debate of Jacob Gorender and Ciro Flamarion Cardoso about a proper mode of production in the Americas under the problem of a Marx of

[1] Graduando na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM).

maturity, unveiled by Louis Althusser, especially with the key of reading contradiction and overdetermination. Understanding, therefore, the insertion of the class struggle between the urban middle class owner and the urban enslaved class in the context of the colonial slave mode of production.

Keywords: Regional History; Colonial Slavery; Production Modes; Overdetermination.

Jel: N 36.

***

CIÊNCIA HISTÓRICA E MODO DE PRODUÇÃO

Nem sempre as leituras que designam-se científicas, conseguem estabelecer-se mais do que a miríade de seu papel. A consideração principal a ser feita é que a realidade não se dá e se apresenta como verdade, para fazer-se ciência, deve-se estipular um objeto científico. Analisando, portanto, as generalidades feitas a partir da racionalização do processo empírico e sistematizar em uma totalidade, de modo que reduza os fenômenos a essências e sua unidade interna como conceito, como um *todo-estruturado* a partir do método dialético (compreendendo a relação do *tempo histórico* com os conceitos), (ALTHUSSER, L. 1979. p. 20-21). Assim, o objeto da ciência histórica são as formações sociais sob os modos de produção. (ALTHUSSER. 2022. p. 78)

Destacando como essencial para o desenvolvimento do texto a diferença que em Althusser, há, de tempo histórico e de dialética em Hegel e Marx, de modo a negar a totalidade das partes como teleologia, negando, a categoria ontológica do presente. Reafirmando, portanto, que a sobredeterminação é a condição de existência e expressão material e auxiliar da contradição, sendo a posição a qual as contradições que se desenvolvem de maneira não-linear. Rompendo com a noção de tempo homogêneo e afirmando a pluralidade de tempos históricos na formação de uma *causalidade estrutural*. (ALTHUSSER, L. 1979. p. 45)

Tal compreensão, embora abstrata, é fundamental para compreender o cenário urbano como uma instância relativamente autônoma, portanto, que se desenvolve e se *encontra* com a contradição rural em posição hierárquica diferente na formação social específica de declínio do império, dependentes do todo estruturado e dominante *Modo de Produção Escravista Colonial*. Todos esses elementos são fundamentais para romper com uma análise historicista e levar à conclusão que o trabalho científico da história deve oferecer um duplo esforço: como ciência teórica e ciência empírica, de modo que os

conceitos não podem ser reflexo imediato e empírico das fontes, ligando a *metodologia* às *fontes* (ALTHUSSER. L. 1979. p. 51).

CONTEXTO TEÓRICO

A proposição de observar a produção de mais-trabalho do escravizado gerou debate entre os interinos das formulações teóricas a respeito da composição das relações sociais no interior da colônia. Podendo considerar somente que no fim do Brasil Império, a condição jurídica se apresentou eventualmente dentro das condições das chamadas "brechas".

O debate de Jacob Gorender e de Ciro Cardoso não diz respeito a uma negação de uma relação social escravista que perpassa a "brecha camponesa" ou que afirmaria uma acomodação do escravizado em negação a violência sofrida. Para Cardoso, a "brecha camponesa" é uma prática generalizada em toda a América Colonial, enquanto para Gorender, mais que residual, essa prática não assumiu caráter estrutural em região alguma.

Décio Saes tratará a questão, apontando Ciro Cardoso como referência, mas dividindo a luta de classes entre uma contradição primária do modo de produção. Esta que se apresenta entre a classe escravizada rural e o proprietário rural escravista, pois lá se traçou os conflitos, insurreições e as organizações alternativas como os quilombos e uma luta de classes urbana entre os escravizados urbanos e a classe média[2] proprietária, que facilitaria as condições de negociação.

[2] A classe média aqui se refere a definição não condiz com uma interpretação local de tamanho do plantel dos escravos, como se em cada região o que compõe um grande proprietário ou pequeno mudasse. Mas sim uma condição urbana particular a qual os proprietários têm um número significativamente menor de escravizados em comparação com um proprietário ligado à plantagem.

Contudo, Saes expõe isso sobre um tipo de estado que é o escravista, que apresenta uma negação interna entre suas intenções de coisificação do cativo e a luta pela subjetividade organizada na contradição rural. Desse modo, as leis abolicionistas são uma forma do Estado ceder à luta de classes sem pôr fim às determinações do escravismo colonial.

A questão de uma, chamaremos aqui, de forma escrava, como relação social de submissão marcada predominantemente pelo marco racial e que atravessou diferentes classes sociais de escravizados que compuseram trabalhos e dinâmicas diferentes de modo a se portar como um sistema ou instituição, somente existiu acoplada a dinâmicas de concessão chamadas de "brecha camponesa". Tais considerações necessitam de um desenvolvimento com fontes como tanto Ciro F. S. Cardoso quanto Gorender tanto insistiram e aqui, segue-se a recomendação de Cardoso em *O trabalho na América Latina Colonial* (1995, p. 54-55), o qual o autor sugere que essa natureza estrutural pode ser discutida a partir de fontes não debatidas por Gorender, como as fontes cartoriais que compuseram a referência documental da pesquisa.

Contudo, um último avanço, é a retomada desse debate por Jonathan Erkert (2018) que afirma que eventualmente o escravismo no fim do império compactuou com relações jurídicas que não sobrepuseram as relações escravistas.

A FORMAÇÃO HISTÓRICA DE UBERABA-MG

Minas Gerais é uma região diretamente ligada ao mercado interno no sistema colonial e Uberaba é uma cidade que pela prosperidade e formação no período pós-independência que acumula condições únicas e relativamente autônomas ao todo que o influencia em uma instância diversa.

Anteriormente à formação de Uberaba, Minas Gerais já comportava um mercado interno. Assim sendo, mais do que uma reorganização do modo de produção escravista pelas dinâmicas da mineração, ela já comportava a ampliação de um mercado interno, de tal maneira que "Há muito tempo, porém, Minas Gerais já não era somente mineração de ouro e diamantes." (GORENDER. 2016. p. 486).

Todas essas colocações de Gorender demonstram sua afirmação anterior de um mercado interno expandido em Minas Gerais pela mineração, mas além dessa afirmação, há em Cláudia Maria das Graças Chaves (1999) as proposições de que o declínio da mineração intensificou a dependência da capitania das práticas existentes, desenvolvendo ainda mais o mercado interno.

Após essa rápida história precedente do império em Minas, que é quando se constitui Uberaba, região que nasceu cidade e recebe um fluxo de escravizados na dita decadência do escravismo. Por conseguinte, cabe destacar, os estudos de Uberaba sobre a escravidão, constatando um conjunto de estudos que denotam horizontes em comum. Primeiramente, tanto Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior quanto Alessandra Caetano Gomes apontam o patrimonialismo e a facilidade das concessões em Uberaba. Por conseguinte, tanto Gomes quanto Flávio Henrique Dias Saldanha apontam uma baixa densidade populacional, dando destaque a colocação de Saldanha sobre o perfil socioeconômico das elites políticas que não possuíam mais de vinte escravizados. Assim, um norte fundamental é a citação de Alessandra (GOMES, 2008, p. 76): "Quando se trata da menor posse de escravos, esta garantia o estreitamento da relação senhor - escravo e auxiliava na formação e perpetuação da família escrava, assim como dos acordos que redundavam em alforrias."

Saldanha, mais do que o posto, enumera como a classe dirigente numa institucionalidade que não divide o público e o privado diz respeito ao acúmulo de cargos públicos e concessão de cargos de nobreza para agatanhar o aparato de Estado. Por conseguinte, o autor também pontua a abundância econômica e como ela não consegue

configurar um número expressivo de perfis jurídicos com mais de vinte escravizados. Portanto, cabe pensar, ao propor-se aos termos de classe, que essa classe proprietária em Uberaba era a classe média proprietária de escravos urbana, essa instância específica é, para Saes uma contradição impulsionadora do movimento abolicionista, o que, pretende-se, posteriormente a apontar como falso no caso uberabense.

APRESENTAÇÃO DA FONTE PRIMÁRIA

Os documentos utilizados foram extraídos de determinados cartórios citados no catálogo de estudos da escravidão, disponibilizado pela Superintendência do Arquivo Público de Uberaba. Num destes documentos há um escravizado inserido numa dinâmica jurídico-mercantil, atípica nas relações gerais do modo de produção escravista colonial.

Foi descoberto e transcrito uma fonte cartorial de um registro de um escravizado, Joaquim Crioulo, que com permissão de seu senhor, o coronel Carlos José da Silva, vendeu um imóvel ao Cândido José Maria. Este documento é do dia vinte e sete de setembro de 1865 e contém um valor à época, próximo de uma carta de alforria. Por conseguinte, o comprador, no caso, aparece ao lado de Joaquim Crioulo como um analfabeto, necessitando de duas testemunhas que assinassem para confirmar valor jurídico ao documento.

Quando procura-se desdobrar melhor essa faceta da vida privada não se encontra o comprador analfabeto, Cândido José Maria, noutro documento respectivo ao catálogo para estudos da escravidão. Sua posição de classe, portanto, é apagada, e a possibilidade de pensá-lo como um branco pobre é uma suposição possível em face de não aparecer nas escrituras, inventários ou outros documentos cartoriais que dizem respeito a escravidão, mas não podendo afirmar nada que não seja uma suposição preliminar.

Joaquim Crioulo e o coronel Carlos José da Silva aparecem em uma ficha criminal. Isso no dia nove de novembro de 1865, quando um escravizado que também é cadete rouba gado que estava em poder do Joaquim. Novamente, com permissão do senhor, Joaquim Crioulo estava em porte de peças de gado que são roubadas pelo cadete para sanar uma dívida de quarenta e sete mil e tantos réis para vender quatro rezes, duas vacas e dois garrotes.

O documento é atípico em face de um expressivo número de renda monetária que compram alforrias ao lado de outras compras que são feitas a partir de peças de gado, o que revela que grande parte das "brechas camponesas" eram feitas no setor pecuário nas zonas rurais ao redor de Uberaba. Por outro lado, a ficha criminal, em face do valor da dívida, demonstra como a prática de venda do gado em posse dos escravizados pode ser um elemento constitutivo de renda monetária e demonstra um mercado interno relacionado a esses produtos. Além dos dados do Arquivo Público de Uberaba, a dissertação de Gomes apresenta três alforrias por "brecha camponesa" que foram obtidas através de gado, o que reforça o argumento. Por fim, salienta-se que a venda de imóvel de escravo é um documento *sine qua non* de um escravizado que não compra sua liberdade em nenhuma outra fonte, pelo menos, até 1888.

ANÁLISE DE DADOS E INTRODUÇÃO DE FONTES SECUNDÁRIAS

Há no binômio acomodação-resistência uma faceta de determinações das posições de classes em Uberaba-MG que revela as possibilidades do fim das relações escravistas e uma inserção contraditório ao ser jurídico-mercantil no centro da manutenção das relações escravistas.

O primeiro ponto a se destacar é que o número de escravizados com pecúlio anteriormente à Lei do Ventre Livre é massivamente maior do que depois da permissão

da lei, o que revela que essa não é uma prática criada pela lei. Para retomar o ponto de Décio Saes com maior ênfase, utiliza-se da tese de doutorado de Marcos Queiroz, que para não gastar demasiadas linhas, apresentou como que o medo da revolução haitiana em face da Revolução Pernambucana de 1817, instaurou um clima de medo na constituinte que se não transpassou ao texto constitucional a palavra "escravo", centralizou os poderes constituintes para tentar salvaguardar a escravidão na forma das práticas institucionais.

Ou seja, para além de uma interpretação que o racismo seria a violência contra o negro africano, Queiroz nos permite compreender o racismo institucional na primeira constituição brasileira e não poderia ser diferente, em vista do racismo estrutural que ancorado na racionalidade moderna, fez do Brasil determinado pelo escravismo colonial. Assim, as alforrias e práticas que são legalizadas no restante do texto de cada lei que se aproxima da abolição, é uma tentativa de ceder aos escravizados para manter a ordem vigente.

É necessário abordar que o paradigma do Estado em Saes é um Estado de tipo escravista que não se constitui como um todo na medida em que a luta cativa avança. Apresenta-se a obra de Queiroz, que afirma o sujeito de direito da constituição de 1824 como um branco proprietário, Assim, a condição de personalidade jurídica só pode demonstrar eventualmente sujeito de direito a partir do movimento da instância principal sobre as instâncias urbanas, o que nos permite retomar parcialmente as formulações de Saes. Contudo, a sujeição eventual jurídica não é a forma jurídica, pois as contradições ainda não necessitam se mover sobre essa determinação generalizada, mas a determinação que no seio da luta escravista pressiona ao fim do Estado escravista e abre espaço para a formação do Estado Burguês (ERKERT. 2018. p. 133).

Esta é a sobredeterminação específica do império, que, rompido os laços com as classes metropolitanas portuguesas com a volta em 1831 de Dom Pedro I, recebe de uma instância externa ao modo de produção escravista colonial uma pressão absolutista por

parte da Inglaterra. Que repercutem na dinâmica interna, uma autonomia do modo de escravismo colonial que tenta se salvar em face da sua necessidade estrutural de um mercado consumidor metropolitano. A sobredeterminação insurge-se no Estado brasileiro aliadas às pressões que, com a Guerra do Paraguai, tem nas forças repressivas do exército um protagonismo político abolicionista e uma luta cativa crescente. Assim sendo, o Estado de tipo escravista é obrigado a legalizar um conjunto de práticas de resistência individual que abrem espaços para eventuais sujeições jurídico-mercantis.

Contudo, não se coloca como em Décio Saes que a instância urbana se apresenta num direcionamento abolicionista maior, porque em Uberaba as determinações do escravismo colonial não parecem um resquício, mas constituem importante operação mercantil. Tal proposição é feita em face de documentações como uma fiança de 1867 que tem como garantia um escravizado. Não sendo um caso residual de unidade de valor e razão econômica em face do grande número de hipotecas que atravessam até 1887 com estabilidade relativa estabilidade relativa até após a Lei dos Sexagenarios e, ocorrendo antes e depois da abolição do tráfico negreiro sem uma transformação de sua quantidade. Por fim, a penhora do escravizado aparece seis vezes no ano de 1880, já na década da abolição. O que revela uma instância que opera de modo relativo nas negociações, mas não na razão dominante do modo de produção.

O fenômeno que se observa é uma razão inversa entre o quantitativo de hipotecas e de alforrias compradas. Há nesses documentos um curioso “encaixe”, pois se houve um ciclo expressivo de hipotecas entre 1861-1867, totalizando vinte e quatro hipotecas sobre escravizados e somente uma liberdade comprada, quando o fluxo de liberdades compradas é maior até 1877-1879, na qual haverá cinco hipotecas e nenhuma liberdade comprada. Entre 1868-1876 há somente duas hipotecas de escravizados e um ciclo expressivo de liberdades compradas, no qual em um só ano que é 1874, há quatro liberdades compradas e no total desses oito anos há treze liberdades compradas. E é justamente entre 1871-1875 que há o maior número de manumissões, totalizando oito manumissões e somente as duas hipotecas de 1872-1873, esse dado é ainda mais

expressivo quando no total de manumissões registra-se somente doze, sendo dois terços somente nesse período.

Assim, os documentos expõem um curioso padrão em vista dos esparsos fenômenos deslocados que aparentam ser na medida em que os documentos respectivos a liberdade dos escravizados estão em desencontro com as ações de hipotecar os escravizados, penhora-los (cinco penhoras entre 1866-1869, justamente na passagem entre o ciclo expressivos de hipotecas e o de manumissões e liberdades compradas) ou até o documento de fiança (1867). Portanto, se a classe média não é abolicionista, o imóvel não é um acaso entre as hipotecas, penhoras e fiança, é justamente uma concessão maior entre os ciclos de resistência-acomodação. Que é impulsionado após o ciclo de compras de liberdades anteriores, mas que, se pretende-se manter-se com as concessões, é seguido de um número mais expressivo de liberdades compradas. Contudo, a concessão não é uma alienação do interesse de classe do proprietário, pelo contrário, se não observa-se o cativo comprando sua liberdade depois, foi um refinado instrumento no meio de uma baixa densidade populacional de manter suas forças produtivas e não sucumbir às contradições da Lei de inversão inicial de aquisição do escravo (GORENDER. 2016. p. 221).

Não por acaso, o cenário antes do aumento das hipotecas, é de um preço explosivo no próprio valor dos escravizados hipotecados, principalmente nos anos de 1860-1862, que depois, para manter valores em patamares semelhantes, são adicionadas propriedades de terras. Se ao fim do escravismo, os preços caem, como Saldanha afirma, tais classes não tinham tal concepção entre a Lei Eusébio de Queiroz e a Lei do Ventre Livre, operaram como se o escravismo colonial fosse eterno.

Dito isto, o escravizado Joaquim Crioulo pôde operar dentro das relações escravistas como sujeito de direito, mesmo que com as limitações da escrita e a permissão de seu senhor. E mais, inseriu-se num circuito jurídico-mercantil tão limitado aos cativos que fora a renda monetária é a única posse que não seja o gado, o que revela uma posição

privilegiada se leva-se em conta que grande parte da renda como a da dívida se dá em função da venda do gado.

Portanto, a sobredeterminação atuou no binômio resistência-acomodação numa instância que demonstrava nas vésperas da abolição uma condição jurídica que só se emancipou aos trabalhadores em 1930[3]. E, em face, de documentações como as locações de serviço, observa-se que três deles meses antes da abolição em 1888, demonstram dívidas com os antigos senhores de ex-escravizados, que livres faziam-se dependentes. Apontando uma formação social plantacionista latifundiária no modo de produção escravista colonial, de tal maneira, que a condição jurídica é um elo extremamente tensionador da corrente das determinações.

CONCLUSÃO

Do desencontro entre as condições de liberdade e manutenção, observa-se que as classes médias uberabenses eram escravistas e não abolicionistas. Presume-se que há uma contradição agudizada na instância urbana, provocada pelas demais instâncias, mas afirma-se a autonomia relativa dessa instância à medida que se encontra diferentes papéis e confluências nas outras contradições. Havendo, portanto, nas tentativas de manutenção do escravismo, possibilidades de resistência individual que assumem uma particularidade impensável.

[3] Considera-se que somente com os arranjos jurídicos que ligam os trabalhadores ao seu imaginário de ser trabalhar (eminentemente conectado com a ideologia jurídica) que pode-se dizer que os trabalhadores assumem a posição não somente de subsunção real do trabalho ao capital, mas também de constituírem em si uma unidade de valor legal que permita que eles sejam proprietários de si para vender sua força de trabalho a um terceiro (o empregador). Esses lastros jurídicos são eminentemente capitalistas e constituem na sociabilidade brasileira pós-30 a consolidação do capitalismo como modo de produção dominante. Cf. MASCARO, Alysson. **Sociologia do direito**. São Paulo: Atlas, 2022.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. Por Marx. Campinas: Editora da UNICAMP, 2015.

ALTHUSSER, Louis. O objeto de O Capital. In: ALTHUSSER, L et al. Ler O Capital II, p. 7-113.

ALTHUSSER, Louis. Escritos sobre a História: 1963-1986. São Paulo, SP: Editora Contracorrente, 2022.

CARDOSO, C. F. Santana. Escravo ou camponês?: o protocampesinato negro nas Américas. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

CARDOSO, C. F. Santana. O trabalho na América Latina colonial. São Paulo: Editora Ática, 1995.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. Perfeitos negociantes: mercadores das minas setecentistas. São Paulo: Annablume, 1999.

GOMES, Alessandra Caetano. Em busca da liberdade: as alforrias em duas regiões do sudeste escravista, 1825-1888. 2008. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo.

GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2016.

GORENDER, Jacob. A escravidão reabilitada. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2016.

JÚNIOR, Florisvaldo Paulo Ribeiro. Dimensões da liberdade: Borges Sampaio e os escravos na cidade de Uberaba, 1836/1888. Olhares & Trilhas, v. 6, n. 1, 2005.

JÚNIOR, Florisvaldo Paulo Ribeiro. Memórias Cativas de um Triângulo Negro. OPSIS, v. 3, n. 1, p. 87-99, 2010.

MASCARO, Alysson. Sociologia do direito. São Paulo: Atlas, 2022.

QUEIROZ, Marcos. Constitucionalismo brasileiro e o atlântico negro: a experiência constituinte de 1823 diante da Revolução Hatiana. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

SAES, Décio. A formação do Estado burguês no Brasil: 1888-1891. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SALDANHA, Flávio Henrique Dias. No sertão se constrói uma Nação: um estudo da composição socioeconômica das elites políticas do Sertão da Farinha Podre no Brasil imperial. Anais do XIX Encontro Regional de História Profissão Historiador: Formação e Mercado de Trabalho, Juiz de Fora: 28 a 31 de julho de 2014. Acesso em: 24/11/2021.

SALDANHA, F. H. D. Administrar seus ofícios e o bem comum: o perfil socioeconômico das elites regionais no Sertão da Farinha Podre (1852-1888). Locus: Revista de História, v. 22, n. 1, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20822. Acesso em: 22 nov. 2021.

UBERABA, Catálogo Documental para o Estudo da Escravidão em Uberaba. Superintendência do Arquivo Público de Uberaba, 2018.

VON ERKERT, Jonathan Erik. Modos de produção no Brasil: escravidão e forma jurídica. São Paulo: Ideias e Letras, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Milton Friedman, George Stigler, and a proper policy role for the economist

Jonas Campos

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

Milton Friedman, George Stigler, and a proper policy role for the economist

Milton Friedman, George Stigler, e o papel político apropriado para o economista

Jonas Campos[1]

Abstract:

The Chicago School of Economics contributed importantly to the self-conception of economists' proper role in policy issues. Nonetheless, in the mid-1960s, the two most prominent Chicago School economists, Milton Friedman and George Stigler, notably disagreed over that role. Their disagreement appeared more explicitly in that Friedman intervened heavily in public debate whereas Stigler restrained himself to academia. In this paper, we argue that their disagreement existed before the mid-1960s, being identifiable since the mid-1940s. We argue through an analysis of the two economists' academic writings from 1946-1960. Our conclusion is that their fundamental difference existed in regard to the proper role for the economist in general in the first postwar decade, and it developed into a difference in regard to the proper policy role for the economist in the second half of the 1950s, later turning into the identified divergence in public debate participation in the 1960s.

Key-words: Chicago School; Economics and policy; George Stigler; History of Economic Thought; Milton Friedman.

***JEL Codes:** A11; B20; B31.*

1 Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP). Contato: jonas.campos103@gmail.com. Este trabalho recebeu financiamento, pelo qual o autor é extremamente grato, da Coordenação de Aperfeioamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Milton Friedman, George Stigler, and a proper policy role for the economist

Resumo:

A Escola de Chicago de Economia fez importantes contribuições para a autoconcepção dos economistas sobre seu papel apropriado em questões de política. Apesar disso, em meados dos 1960s os dois mais proeminentes economistas de Chicago, Milton Friedman e George Stigler, discordavam a respeito deste tema. Sua divergência se tornou explícita pelo fato de Friedman intervir pesadamente em debates públicos enquanto Stigler se restringia à academia. Neste artigo, argumentamos que sua discordância existia antes de meados de 1960, sendo identificável já em meados da década de 1940. Argumentamos através da análise de seus textos acadêmicos entre 1946 e 1960. Nossa conclusão é que sua diferença fundamental existia com relação ao papel do economista em geral na primeira década pós-guerra, e se desenvolveu em uma diferença com relação ao papel do economista em questões de política na segunda metade dos 1950s, tendo depois se tornado a divergência identificada em suas participações no debate público.

Palavras-chave: *Escola de Chicago; Economia acadêmica e política econômica; História do Pensamento Econômico; Milton Friedman; George Stigler.*

***

1. Introduction

The Chicago School is recognized as one of the most important schools of economic thought in the postwar United States. Among its various contributions to the discipline, there is a particular conception of what the appropriate role for the economist should be in policy issues. Nonetheless, Milton Friedman and George Stigler, the School's most prominent members, diverged in their conceptions over the economist's proper role.

Their divergence has been identified first, to the best of our knowledge, by Melvin Reder (1982, 25). In his canonical examination of the Chicago School of Economics, he notes that the divergence had been a well-known fact for at least ten years prior to the publication of his paper. Nik-Khah (2017; 2020) reaffirms the existence of this divergence in a 1972 conference held at the University of Virginia to honor Milton Friedman's sixtieth birthday and his *Capitalism and Freedom*'s tenth anniversary of publication. There, Stigler criticized Friedman's proneness to public appearance and policy advising to governments. Through an analysis of some of Stigler's writings and participation in Mont Pèlerin Society's (MPS) meetings, Nik-Khah claims that Stigler developed a critical view of interventions in public debate and policy advising - which constituted the core of his divergence with Friedman - in the 1960s.

This moment identified by Nik-Khah as the one in which Stigler's distinct position in this topic emerges more clearly is also the one in which Friedman's position emerges more clearly. Despite having been intervening in public debate before then, for example participating in radio programs (Nelson, 2020, v.1, chap.3) and in debates on the American Enterprise Institute (AEI) (Peck, 2011, xl), it was in the 1964 presidential campaign that Friedman effectively launched himself in the broader political arena as senior economic advisor for Republican candidate Barry Goldwater (Peck, 2011, xl-xli). Therefore, the mid-1960s marks the moment in which Friedman and Stigler apparently began to diverge more pronouncedly in their behavior as academic economists with

regard to policy issues: while the former went on to intervene strongly in public debate, the latter restricted himself to academic circles.

However, the roots of their disagreement in this realm go far back. Reder (1982, 25) himself had pointed to the fact that Friedman and Stigler had begun to diverge intellectually in the mid-1940s. Those roots, notwithstanding their identification, have not hitherto been systematically analyzed to trace the origins of Friedman and Stigler's divergence on the proper policy role for the economist. What we intend to do is exactly that: reconstitute the origins of their divergence since the mid 1940s. To do so, we analyze the two economists' academic writings (understood as writings aimed for academic audiences) in the period 1946-1960, using them as sources on both their own actions as academic economists and their normative representations of the economist's proper policy role. The divergence they sustained throughout those two and a half decades culminates in the more explicit divergence Reder, Peck and Nik-Khah have noted in the 1960s and beyond.

The paper has three sections, apart from this introduction and some concluding remarks. Section 2 deals with the years between 1946 and 1955, when Friedman and Stigler dealt with the proper role for the economist in academia, laying out the foundations upon which their conceptions of the economists' proper policy role could be built, and Section 3 deals with the period between 1956 and 1960, when the latter conception is effectively developed.

2. Laying out the foundations, 1946-1955

Before 1946, the evidence indicates Friedman and Stigler were not particularly close (Hammond and Hammond, 2006, p.2). Especially from that year onward, they would engage in close collaboration. They shared an office at the University of Minnesota for one year, and despite having published a single paper together in 1946, their collaboration occurred intensely in the second half of the 1940s and early 1950s. The latter was particularly concentrated in the fields of methodology and price theory.

Their preoccupation with methodology and price theory was particularly important at the time due to the criticism neoclassical economics was under since the 1930s. That criticism manifested itself in what can be called in a broad sense the marginalist controversy (see Backhouse, 2009; Lee, 1981; and Mongin, 1992), an empirically-motivated questioning of the validity of the conception of economic decisions as made based on marginal calculations. Despite more or less direct interventions in the debate, which both Stigler and Friedman can be considered as having made, the general atmosphere for neoclassical economists was that of a defensive stance, and the two economists responded accordingly, each in his own way. As part of their efforts in that sense, they contributed to the conception of the economist's proper role in general, which would later inform their conceptions on the economist's proper policy role.

On the other hand, both economists were also preoccupied in the postwar period with the defense of liberal values against the then-identified rise of collectivist ideas. This was the motivation for the creation of the Mont Pèlerin Society (MPS), of which both were founding and active members. The MPS gathered liberals of the world to discuss in semi-private conditions the current problems they faced as a self-perceived marginalized political group, and to desirably develop feasible solutions to them. Because Friedman and Stigler were members of the MPS and active participants in the political movement that formed around it, neoliberalism, we see this as a relevant conditioner of their conceptions on the proper role for the economist in general and in policy issues.

Due to the defensive theoretical context in which they were located, their academic writings were importantly concerned, in this period, with delimiting economics as science. Friedman tried to do it mainly through methodological and price-theoretic texts, in which a particular conception of the economists' appropriate day-to-day behavior was defended. Stigler, on the other hand, tried to do it mainly through history of economic thought work, in which a particular conception of the relevant traits of a mature science of economics was defended. Employing those two different strategies, Friedman and Stigler started to build their different conceptions on the proper role for the economist in general. They were coincidental in some respects, but they contained some relevance

differences that would lead to their divergence on their conceptions on the economists' proper policy role later on.

3.1. Friedman's methodological strategy[2]

In his methodological and price-theoretic writings from this period, Friedman defends a particular conception of how the economist should ideally behave. His main thesis is that the economist should be able to generate predictions contradictable by empirical evidence. He defends that ideia in his 1946 paper on Lange's book coupled with a critique of what he would later label Walrasian economics: mathematical formalisms that leave aside matters of empirical relevance and even of direct reference to reality's categories. The same tone of criticism, directed at normalizing the conception of the economist as a predictor and defending a particular conception of non-Walsarian neoclassical economics, appears in his 1947 paper on Lerner's book. He also defends that notion of the economist's practical activities in his 1950 paper on Mitchell, praising the latter exactly for his alignment with that methodological precept of prediction, and in his 1952 paper with Savage, where the two gather evidence in favor of their expected-utility hypothesis of behavior under risk by testing its predictions.

The predictive quality of good economic theory is associated by Friedman with the Marshallian tradition in economics and opposed to the Walrasian tradition. In his 1949 paper on the Marshallian demand curve, he makes explicit the label Walrasian economics, associated with a branch of economics that values abstractness, generality, mathematical elegance and descriptive accuracy (the latter presumably, by the context, a result from the former three characteristics) over empirical and practical relevance, represented by his own branch of Marshallian economics. In his 1955 paper specifically on Walrasian economics, he argues that the formal mathematical categories developed by Walras were a fundamental step in the advancement of economics as a science but were, at Friedman's

2 The debate over Friedman's methodology is extremely vast, and we cannot intend to examine it here in the necessary detail to make definitive assertions on its interpretation. For further reading, we recommend Mäki (2009), Backhouse (1995) and Hirsch and De Marchi (1990), as well as the references they mention.

time, already exhausted in their contributions. The current need of economics at his time was Marshallian-oriented empirical research to give precise, concrete content to those categories. Therefore, prediction should be the economists' orienting methodological precept to advance economics as a science by taking a step toward Marshall.

As a corollary of his defense of the predictive capacities of economics as its main asset as a science, Friedman defends in some of the period's papers the unnecessariness and even the undesirability[3] of realistic[4] hypotheses. Discussing individuals' behavior in situations in which uncertainty makes the outcome of choices unknown *a priori*, Friedman and Savage in their 1948 paper propose understanding the process of choice in those conditions as one in which expected values of outcomes are taken into account. However, they digress to clarify that they do not believe people actually calculate and compare those expected values: they behave *as if* they did, meaning that considering they do generates predictions of real behavior that are sufficiently accurate. This would, of course, receive its most famous formulation in the 1953 'The methodology of positive economics', coupled with an evolutionary analogy of the pattern of leaf growth in trees (in which they grow *as if* trying to maximize sunlight reception, even if they do not know the principles of physics or biology) and reproducing the example of the expert billiard player that had already appeared in Friedman and Savage (1948) (in which the billiard player, who does not know mathematics or physics, plays *as if* he did). The idea that predictions should be favored over realistic assumptions, however, remains essentially the same in both texts.

3 In a letter written to Stigler in November 19, 1947 (quoted in Hammond and Hammond, 2006, p.65), Friedman says: "I should like to offer the general proposition that every important scientific hypothesis almost inevitably must use assumptions that are descriptively erroneous. [...] In a way, the better the hypothesis the greater the extent to which it simplifies, the more sharply will its assumptions depart from reality". The undesirability of realistic hypotheses would appear in his 1953 methodological essay as well.
4 The meaning of Friedman's use of the term 'unrealistic' is discussed by Hirsch and De Marchi (1990). They argue that Friedman's 'unrealisticness' does not mean falsehood, but rather an assumption that is at first sight implausible, in the sense that knowledge attained by introspection would have led to a different conclusion. The scientific value of such an assumption, for Friedman, should not be its coherence with introspective truths, but support by empirical evidence of the predictions it can generate. They argue for that interpretation, locating Friedman methodologically as a critic of Mill's introspective methodology.

Those two arguments Friedman puts forward delineate a role for economists: they must solve concrete problems, and to do that successfully they must use their science of economics to generate accurate predictions. At first sight, however, the concentration of his academic writings in theoretical policy-oriented texts during this period seems to be at odds with that image. The coherence of his tentative interventions in economic policy subjects from a theoretical standpoint with his normative defense of empirical economics as the basis for sound action over reality can be understood resorting to an October 4, 1948 letter to Stigler. There, Friedman delineates a four-step schema of the scientific process. The excerpt from the letter is worth full quotation:

One might, I suppose, separate out four kinds of things that economists and other scientists do: first, the collection of data to provide something to generalize from; second, the derivation of hypotheses to generalize the empirical uniformities discovered in the data; third, the testing of these hypotheses; and fourth, the utilization of them (Milton Friedman to George Stigler, October 4, 1948, quoted in Hammond and Hammond, 2005, p.91-92).

Based on that rationalization of the scientific process, we can conceive that Friedman, in the texts in which he was concerned with policy topics in this period, used what he seems to consider already tested hypotheses to inform action instead of testing new hypotheses. He does so when discussing exchange-rate policy (Friedman, 1951; 1953c) and fiscal and monetary policy (Friedman, 1948; 1952a; 1952b; 1953d). In his texts with Savage (1948, 1952) and in his 1953a, he does execute the third phase of his four-step scientific process scheme by proposing hypotheses and testing them against empirical evidence.

The content of those texts shows us how Friedman sought to create a methodological image of the economists' everyday scientific practice that allowed them to intervene in the policy domain without sacrificing their scientific credibility. This image had as its central element the generation of predictions contradictable by empirical evidence. Nonetheless, as we have seen, Friedman himself in this period was more concerned with creating that image than with applying it in his own academic writings.

As has been asserted elsewhere in a variety of ways (Maas, 2014, p.96-97; Mirowski, 2011, p.260; Teira, 2007, p.523; Vromen, 2009. p.260), Friedman's conceptualization of the economists' desirable methodological procedures served in important part to clear the way for other tasks that interested him more: he did not want to concern himself with the realisticness of assumptions as long as predictions were accurate because his interest was in directly intervening in reality, and for that purpose accurate predictions were enough[5].

3.2. Stigler's historical narrative strategy

Stigler's work on the history of economic thought in this period is an important tool at normalizing a scientific paradigm in economics, containing a conception on the economists' proper role in general, and specifically in policy issues. His writings of that sort are sometimes aimed directly at theoretical conceptions and sometimes aimed at the image of the good scientist. In the first case, he uses historical arguments to defend certain theories over existing or potential alternatives. In the second case, he praises systematic theorizing and empirical work as the means to reach a mature, cumulative status in the science of economics. His writings in that field were not exclusively descriptive of the history of economics, although much of it is quite remarkable historical work. Rather, they contained a picture of history with a preconceived direction orienting the analysis[6], so that the historical reasoning and documentation served the purpose of justifying a desirable path of economics toward its mature form[7]. In that path, two elements appear

5 For somewhat of a counterpoint, see Hirsch and De Marchi (1990, p.99-100).

6 Freedman (2007), evaluating Stigler's work on the history of economics, argues, in line with his arguments on Stigler's work in other fields, that he approached his object with preconceptions that oriented his analyses - something that goes against what Stigler himself, according to Freedman, found to be the main benefit of studying the history of economic thought. Stigler's work on the history of economics in this 1946-55 period seems to us to be certainly favorable evidence to Freedman's thesis in this 2007 paper, for which he argued based mostly on Stigler's work on Adam Smith.

7 The normative character of Stigler's investigations in the history of economic thought to the science of economics itself has been noted by Rosen (1993), who argues Stigler's interest in the history of economic thought was motivated, among other reasons, by his desire to determine the best ways to organize science. This desire can be understood as having also a positive (in Friedman's sense) dimension apart from its normative one: the discovery of the laws governing science, which Rosenberg (1993) claims to be the spirit of Stigler's history of economics. This preoccupation with the laws of functioning that make economics progres is also identified as a distinguishing characteristic of Stigler's work in the history of thought by Diamond Jr. (2005).

most clearly: the systematization of economic knowledge in a relatively closed and stable framework; and the centrality of empirical investigation, particularly regarding the theory's predictions[8].

In terms of contributions to economic theory through work in the history of doctrine, Stigler sought to defend some of the main tenets of neoclassical theory in his interpretation, such as the negatively-sloping demand curve, marginal productivity theory, and the nonnecessity of microfundamentals to the law of demand. His notes on the Giffen paradox (Stigler, 1947b) serve to consolidate the view that the paradox, although recognized by an authority such as Marshall, was not as relevant as it is sometimes deemed to be, so that the negative-sloping demand curve holds its ground as a central theoretical element in neoclassical economic theory. His discussion of Wood's work (Stigler, 1947b), a relatively minor figure in the history of economics, even though he occupies the unique role of first receiver of an American PhD in the field, seems to be justified primarily by Wood's pioneering development of the concept of marginal productivity and its application to the discussion of income distribution. His history of utility theory papers (Stigler, 1950a, 1950b) defend a progressive line from approaches that tried to measure absolute utility to those that did not care for the psychological or utility basis of demand curves, as long as the latter were empirically identifiable - which is also what the Giffen paradox paper defends is the case, even if explicitly recognizing the difficulty and perhaps the impossibility of systematic proof. This approximates Friedman's argument for the irrelevance of a theory's assumptions' realisticness, since what truly matters is the empirical coherence of predictions - in this case, of demand curves, despite the absence of plausible explanations of the microeconomic behavior that generates them[9].

8 Those two elements have been identified also by Rosenberg (1993, p.836, 846) as hallmarks of Stigler's conception of science. Another element that Rosenberg highlights is detachment of scientific inquiry from day-to-day concerns, which appears more clearly in Stigler's academic writings post-1955.

9 For more on Chicago economics and (the absence of) microfundamentals to demand curves, see Hands and Mirowski (1998), Mirowski and Hands (1998) and Mirowski (1999). For a criticism of the latter that does not seem to affect the microfundamentals to demand curves issue, see Hammond (2006).

Those theoretical advances are put by Stigler in a timeline of scientific progress in economics that begins with Ricardo and reaches its high point with the advent of more sophisticated statistical techniques of empirical investigation in the beginning of the twentieth-century[10]. The fundamental contribution of Ricardo, even though in many theoretical points regarding the economy's functioning he was less right than some of his contemporaries and sometimes actually wrong, was the systematicity he gave to his analyses (Stigler, 1952). Differently from Smith or Malthus, Ricardo sought to give an ordered and systematic character to his economic thinking, anticipating a feature of modern-day (in Stigler's time) economics that is highly valued by Stigler himself and that he would a few years later (Stigler, 1955) defend as an important part of scientific progress.

The advance of economics as a science, in Stigler's view, has as a second major component greater centrality of empirical evidence in scientific practice. This is also reflected in how he reads the history of nineteenth-century economics. In his interpretation of classical economic analysis (Stigler, 1949b), Stigler defends the view that classical economists employed marginal concepts and analyses to investigate concrete problems but not in their theoretical works. For Stigler, this is due to the greater appropriateness of marginalist concepts to analyze economic reality. The same cause, the coherence of marginalism with reality, is used to explain why this type of economics came to prevail throughout the nineteenth-century. Particularly at the end of the century, Stigler identifies an increased preoccupation with empirical studies in economics, as his investigations of empirical studies of consumption (Stigler, 1954a) and his history of utility theory argue (Stigler, 1950b; 1950c). As this step was taken by economists, economics as a science began to advance at a faster pace, supported as it was by advances in statistical techniques.

10 Stigler (1953) points to three important developments in economics in the nineteenth-century: greater specialization; less political influence; and closer attention to reality. The first can be interpreted as the systematicity Ricardo pioneered, and the latter with Stigler's valued empirical concerns. The second aspect receives more appropriate examination by Stigler in texts post-1955.

These two paths to a mature science of economics were used by Stigler in his critiques of contemporary developments in the discipline. In his (Stigler, 1949a) review of the *Survey of Contemporary Economics*, one of the central features of modern economics Stigler criticizes is the abandonment of historical evidence in favor of statistical investigations. His criticism is not based on a rejection of statistical studies, as his position is rather the contrary: he praises statistical empiricism. What he criticizes is that those statistical investigations are done in an unsystematic fashion, resorting to casual empiricism instead of the appropriate systematic evaluation of empirical evidence. In his review of Gailbraith's book (Stigler, 1954b), Stigler again criticizes the unsystematicity of empirical evidence being used by economists, this time coupled with a critique of the unsystematicity of Gailbraith's theoretical framework. In both cases, he sees the casual use of empirical evidence and the incompleteness of theoretical systems as negative features that keep economics from becoming a truly mature scientific discipline.

Despite its role in maturing economics, knowledge systematicity as a precept of good science served as a defense mechanism of neoclassicism from its critics. The idea that economics should advance to an increasingly encompassing, unified and coherent theoretical framework amounted to saying that neoclassicism should be the center of all economic theory, and alternatives should be incorporated into it without sacrificing its main tenets[11]. Developments that escaped the core of neoclassicism should be incorporated into it in its own language. Thus Stigler's criticism of imperfect competition theory, as well as Friedman's extension of neoclassicism to uncertain environments through his and Savage's expected-utility hypothesis. In both cases, features of the world that traditional neoclassical economics could not explain were incorporated without

11 Freedman (1995) argues this was part of Stigler's academic debating strategy: he incorporated his intellectual opponents' propositions in his own theoretical language so that he could metaphorically unarm them. Demsetz (1993) also argues that the extension of the neoclassical framework instead of the adoption of alternative frameworks was a pervasive feature of Stigler's work on industrial organization, his main field of study.

sacrificing the main elements of the theory, extending it beyond its traditional reach to preserve it from its critics[12].

As the above shows, in this period Friedman and Stigler conceptions on the economists' proper role in general, and specifically in policy issues, had some common points, but diverged in strategy. Both saw the economist as capable of generating knowledge that referred to the real world and that was relevant for policy issues due to its truthfulness, attained by the empirical testing of predictions and by the systematicity of their theoretical and empirical enterprises. Friedman, however, argued in favor of that view methodologically, prescribing how everyday scientific practice should be done. Stigler, on the other hand, argued historically, pointing to movements in the history of economics as evidence that the science was advancing in certain directions that were desirable in some of their components – in addition to the empirical testing of predictions, the advance of economic knowledge's systematic character. This difference in strategy is not minor: it shows how Friedman sought to and thought it appropriate to intervene directly where he wanted changes done, whereas Stigler thought that to achieve similar results the best means would be indirect, mediated by acting on the scientific community consensus.

3. Dealing with the political element, 1956-1960

Friedman and Stigler had been defending a view of economics as a cumulative science throughout the first postwar decade, and they were not alone. American social sciences in general adopted a rhetoric of increasing scientific rigor and objectivity in their activities during that period (Solovey, 2001, p.183). In the second half of the 1950s, however, this rhetoric began to lose traction as criticism regarding the social sciences' political nonneutrality arose, particularly due to their use by the US

12 Keppler (1998) has a different, but most likely complementary explanation for this preference to extend neoclassical theory instead of adopting alternative frameworks. He argues, investigating the denial of the relevance of imperfect competition theories by both Stigler and Friedman, that they were motivated by "the ambition to develop a practice and reputation for exactness in economics akin to the natural sciences" (Keppler, 1998, p.273), and to do that there could not exist alternative paradigms of research: neoclassicism had to prevail undisputed.

government's military. This was related in academic circles to the rise of civil rights movements. In sharp contrast with the McCarthyism period (1948-1956), in which social scientists were intellectually constrained by political motives[13], what immediately followed was an explicit recognition of the connections between the universities and its scholars and society at large, coupled with an urge for greater academic freedom (Mata, 2010, p.81-82).

In that context, Friedman and Stigler began to wrap their heads around the political problem, shifting from a concern with the economists' proper role in general to a more specific concern with the economists' proper policy role. Their own trajectories made that wrapping around particular for each of them, and we do not suggest that they passively responded to that 'external' environmental datum. As we will see shortly, their particular academic positions in the period affected how they conceived and practiced the proper policy role of the economist in their academic writings. On the one hand, Friedman showed greater explicit alignment with political positions, particularly in terms of government interventions in social life and in economic policy. At the same time, he continued to publish highly specialized academic papers, in which those political alignments did not come to the forefront. When they did, however, it was as explicit advice, something that resembles his more direct way of trying to intervene in reality that was observed in the last section. Stigler, on the other hand, also engaged with the political element in his academic writings, but he did so once more from a distanced, mediated standpoint. Whereas Friedman defended certain political views, Stigler studied the engagement of scientists, specifically economists, with politics and political positions and events. In the course of doing so we can identify his preferred positions, but they are not explicitly defended as in some of Friedman's texts from this period.

13 To a recent discussion on the impact of McCarthyism in American economics see Weintraub (2017). See also Lee (2004a; 2004b).

3.1. Friedman and the dual strategy to advance monetarism

In the latter half of the 1950s, Friedman's academic writings came to bear more frequently on theoretical and policy-related macroeconomic issues. The context of that movement might have as an important element the fundamental transition in Friedman's macroeconomic thought identified by Nelson (2020, v.1). He argues that Friedman was not a strict adherent to monetarism in his macroeconomic thinking until the 1948-1951 period, during which he transitioned more strongly toward that theoretical tradition. This transition, which Nelson characterizes in terms of theoretical and policy positions taken by Friedman, can be seen as relevant for the form of the latter's conception of the proper policy role for the economist. Whereas Friedman was involved in policy-making and -advising before his monetarist years, he did not have to defend an alternative, marginal theoretical position, as his identification with monetarism was not yet complete. With his transition to monetarism, which was not a dominant theoretical current or an influential policy position in the 1950s[14], he would have to argue more strongly, in theoretical, empirical and political terms, to shift the environment of macroeconomic debate in a successful manner.

In that light, Friedman's methodological work in the 1946-1955 period can be understood as a path-opener for his work in the 1956-1960 period, when he would use his academic writings as tools to advance his then-marginal economic policy and theoretical positions. Having set his idealized image of the intellectual as an individual concerned with concrete problems and helping to solve them through the empirical testing of theoretical hypotheses' predictions, Friedman had a clear way forward concerning himself with concrete macroeconomic problems and arguing for his own positions as those more coherent with empirical evidence. Friedman published five papers (one in

14 As Nelson (2020, v.1, p.1761-177) remarks, Friedman went from winning the prestigious John Bates Clark Medal in 1951, awarded to an economist under age forty for an outstanding contribution to economic research, to being considered a *persona non grata*. He would later climb again to the heights of the profession, but in the 1950s he would remain mostly marginalized in Nelson's account. Although he has a convincing point, this marginalization should be qualified by Lee's (2004b) considerations on American heterodox economics around the same period. Friedman's margins were far closer to the mainstream than the heterodoxy's margins.

coauthorship) and three relevant book chapters in the period, all discussing matters related to macroeconomics. In them, we find two features of interest. The first is Friedman's dual strategy to shift the macroeconomic debate in favor of his positions, by both stating his points in an extremely clear - and sometimes nearly pamphletary - manner and backing them up with strong, systematically collected and analyzed empirical evidence. The second is Friedman's increasing reliance on the public as the legitimate means to economic change, something that indicates his leaning toward the use of public debate to advance economic policy positions.

Friedman, in a few of his texts from this period, is extremely clear - and sometimes nearly pamphletary - in stating his preferred positions. In Friedman (1956), a book chapter in a volume edited by Friedman himself on the quantity theory of money tradition preserved at Chicago, he delineates clearly and defends that theoretical approach in proper academic form. In Friedman (1957a) and (1958b), this proper form is at times forgotten in favor of more pamphleteer-like arguments - that, to be sure, do not occupy those whole two texts, but only some portions of them. In 1957a, he argues against consumer credit controls. After some fine arguments derived from economic theory and from casually presented[15] historical evidence, Friedman asserts that consumer credit controls are dangerous governmental instruments if we want to live in a free enterprise society, and a very strong case should be made for them if they are to be accepted. He goes on to actual political propaganda:

One of the trends of our time has been a trend toward an increasing willingness on the part of a large part of the community to accept intervention by the government into individual affairs. Consumer credit control is a small symptom of this general tendency. [...] We are all of us to some extent willing to accept degrees of government intervention which would have seemed rather astonishing and unacceptable at an earlier time in our

15 It is casual in the context of this text. This evidence is most likely part of his monetary history project at the NBER and of the work done under the Chicago workshop for money and banking, as is probably the case of all of the evidence on monetary history he uses in this period.

history and which I trust will again become distasteful at some future date (Friedman, 1957, p.16 on the Collected Works online version)

He had not hitherto taken such explicit political positioning in writings directed at academic audiences. A similarly approach is identifiable in his 1958b paper, where at one point he nominally says to have surveyed the history of the world - the complete one - and concluded from it that an inflation of 5 to 20 percent a year is not a serious threat to a free market system, whereas a nonfree market system would not be able to handle it as effectively. In both of those texts, we highlight the arguments that more closely resemble some kind of political propaganda on his part - they are certainly not the whole of either. Nonetheless, they do depart from his usual defense of macroeconomic positions as found in his pre-1956 texts. Somewhat different from his pre-1956 macroeconomic writings are also his more strictly academically-formatted texts from the 1956-1960 period.

In his 1957b text and in his 1957 paper with Gary Becker, Friedman makes a theoretical and statistical scrutiny of some claims in consumer economics. In the first case, he responds to a paper by Fisher on savings, consumption and income, in which the latter analyzes the behavior of those variables with UK statistical data. Friedman criticizes many points in Fisher's analysis and does so in an extremely qualified manner, discussing theoretical (mostly formalized) and statistical issues seriously and in deep detail. His text with Becker compares the adequacy of different functional forms of the consumption function to explain empirical data for the United States. It does so by exploring statistical characteristics of different consumption functions, their theoretical underpinnings and their adequacy as predictors based on their performance on available empirical evidence. His 1959 paper argues in favor of his theory of consumption as an explanatory hypothesis for historical monetary movements in the US. It does so by using a great deal of statistical evidence to support the adequacy of his theory and recognizing its limitations when the data are not favorable. Both are topics of policy relevance[16], as predicting macroeconomic

16 In Friedman's (1959) concluding remarks, he says: "The results summarized in this paper have implications for the theory of money, the study of business cycles, and the conduct and possibilities of

variables accurately has implications for macroeconomic policy management, but they do not resort to nearly propagandistic arguments such as having surveyed the history of the world or pointing out distasteful levels of government intervention in economic life to get their points across.

These two groups of texts seem to point to a dual strategy aimed at shifting the macroeconomic debate in favor of Friedman's positions. On the one hand, he is more explicit and adamant on his theoretical and its associated policy positions. On the other hand, his empirical work on the National Bureau of Economic Research (NBER) on consumption and monetary economics is generating papers that are profoundly academic in form, although ranging over issues of policy relevance. This could be understood in light of his marginal position in those matters at the time, yielding a dual approach to defend his positions: write effusively in favor of his preferred theory and policy recommendations and resort to solid empirical scientific work to back those positions. This dual strategy comes closer together in his 1958a chapter, in which he argues for the quantity theory of money as the appropriate explanation for price movements in the United States based once again on the empirical evidence collected in the context of the NBER project and the Chicago workshop on monetary economics. He then transits to policy recommendations that closely resemble those he defended in a more pamphleteer manner in other texts, but in a much more academically adequate form.

The second feature of interest for our investigation of Friedman's conception of the appropriate policy role for the economist is his attributing increasing relevance to the public as the legitimate source for bringing about economic change. In the excerpt reproduced above of 1957a, he attributes the increased level of government intervention in economic life to a disposition of a large part of the community to accept it and urges that the community will change its preferences away from government intervention. In his 1958b paper, Friedman claims that, although the easiest technical solution to inflation would be to maintain the quantity of money stable, we then have to face the political

monetary policy" (348). He is aware of policy implications even when the form and content of his writings is properly academic.

problem of a genuine desire of the population to do so. In his 1958a chapter, he claims that one of the advantages of a stable rate of change in the money stock over alternative policies is its "ease of public understanding" (p.254), something that seems relevant for the success of any policy: a lack of public acceptance might create serious trouble for it. However, it is in his 1960 chapter in a volume in honor of his former Columbia professor Harold Hotelling that this point is made most clearly and generally. Friedman argues there, in general terms, that if something was preferable to the existing situation, it would have been chosen by the individuals and would therefore *be* the existing situation. Whatever it is that currently exists in economic reality is not merely a matter of technical conditions - individuals' tastes and preferences are determinant to what reality looks like. He does not go beyond that to defend economic change, but the natural conclusion must be that to change reality, one must act upon individuals' preferences and tastes.

3.2. Stigler and the conservation of academic and political life

The period from 1956 to 1960 saw one of Stigler's most relevant career moves: in 1958, he joined the University of Chicago's Graduate School of Business (GSB). There, he occupied the Charles R. Walgreen Chair for the Study of American Institutions, a chair created by the pharmaceutical businessman Charles R. Walgreen and maintained with funds from his Foundation to 'promote familiarity with the American Way of Life', as Walgreen's first donation to the University in 1937 stated (Mitch, 2020, p.252). Walgreen was concerned with incentivizing further study and promotion of traditional American values when he created the chair, and his Foundation observed that task when determining who was to occupy it. Stigler's choice was not the first option of the GSB's Dean W. Allen Wallis, but it was the one he managed to convince relevant people in the Foundation that would satisfy the latter's requirements (Mitch, 2020, p.255-257; Nik-Khah, 2011, p.124-125). According to the expectation, Stigler had a good relationship with the Foundation in his period on the Chair. This was due not only to political affinities, to which Nik-Khah (2011, p.126) points, but also to Stigler's sufficient flexibility to broaden

his range of disciplinary interests to better promote the recuperation of traditional American values the Foundation sought (Mitch, 2020, p.260-261).

His coming to Chicago is contemporaneous with two movements in Stigler's work: first, his attention was turned to the relationship between academic activities and nonacademic events; second, the political element gained greater importance in his academic analysis. Despite his continued investigations over monopoly as a theoretical and empirical issue and a paper on the history of economic thought, topics with which Stigler was dealing since the 1940s, the late 1950s saw a novel movement in his intellectual trajectory and the addition of a new element in a subject he was already working on. The novel movement was the explicit treatment of political matters, which appeared in a paper that dealt with the goals of economic policy (Stigler, 1958b) and in a paper that dealt with the political inclinations of economists (Stigler, 1959b). The new element was added to his work on the history of economics, or, more generally, on his investigations on economics as an autonomous object, be they historical or not. In Stigler (1960), he adds to the systematization of theory and the centrality of empirical research the relative isolation from society's most urgent demands as a trait of a mature science of economics. In some sense a part of both movements, there is his work on the Fabian socialists (Stigler, 1959a).

In both papers in which Stigler deals directly with political matters in the period 1956-1960 he defends a particular conception of political conservatism. Stigler (1958b) defends the idea that cultural components should be incorporated to a country's economic policy goals. In the United States, the goals of maximum output, substantial growth and minimum inequality of income cannot mean the same thing they mean in Soviet Russia, where the same general goals are pursued. Rather, they should incorporate what is specific to American culture: "the development of the individual" (Stigler, 1958b, p.172). He sees individualism at a historically low point due to erroneous conceptions over the causality of social phenomena and to actually occurring transformations in society created by urbanization and industrialization. Notwithstanding those conceptions and social transformations, individualism should not be kept out of economic policy goals. It should

be incorporated through the investigation of its contemporaneous forms so that it can be preserved and once again flourish in American society. If it was not directly related to Stigler's movement to the Walgreen Chair, the argument in this paper is certainly functional to the Chair's proposal of reviving the American Way of Life.

In his 1959b paper, Stigler more explicitly specifies what he deems to be political conservatism and argues for the importance of economics in advancing it. By doing so, he sheds light on how to achieve a more individualist economic policy: through economics. Stigler's definition of conservatism is worth direct quotation:

I shall mean by a conservative in economic matters a person who wishes most economic activity to be conducted by private enterprise, and who believes that abuses of private power will usually be checked, and incitements to efficiency and progress usually provided, by the forces of competition (Stigler, 1959b, p.524)

Defining it in that manner, he argues that economics makes one more prone to conservatism due to the discipline's thorough study of the competitive market's functioning, which makes alternative proposals of economic organization appear to be naïve or excessively simplistic. This is because those alternative proposals usually bear some degree of abstractness in their elaboration, which causes them to overlook important features of modern economies' functioning. Stigler further asserts that this particular political inclination of economics influences the direction and the substance of professionally produced economic knowledge. Topics more relevant for a conservative position receive greater attention and empirical relationships are valued differently according to their degree of coherence with the conservative worldview. If one wishes to influence economic policy in the direction of individualism or, which in Stigler's sense amounts to much the same, of conservatism, economics should be granted great power over it.

While this line of reasoning over political matters is being developed, Stigler is defending as a characteristic of maturity in science the relative isolation from current worldly events. In his 1960 paper, the increased specialization in economics is attributed to the advance of empirical investigation as a separator from economists and

the real world. The only reliable source of realness left in economics are studies of empirical researchers, and in them lies the power to determine which transformations of the world are relevant, persistent and sufficiently disseminated in their impacts on economic life to be incorporated into economic theory. As they are specialized researchers, they are guided in their judgment by the discipline's own internally-determined criteria. This relative - not absolute, he emphasizes at times - isolation is considered a sign of maturity for economics, which we can reasonably consider as a trait that would lead economic knowledge to be generally closer to truth. Being closer to truth, economics would be in a better position to influence economic policies so that they would be better, or, in Stigler's view, more conservative, incorporating the traditional American individualist values.

The criticism of the proximity of economics to current events as a sign of immaturity, and of collectivism as an undesirable form of social organization appear together in his 1959a paper. There, Stigler develops a thorough critique of the economic theory underlying the proposals for social reform of the Fabian socialists. He proceeds to criticize their economic theory as unsound and insufficient in that it cannot adequately account for any of the alleged problems of capitalism. Nonetheless, those ideas had widespread influence on the economic and social policies of their time due to the fine rhetoric and debating abilities of the Fabians. Therefore, generally bad social reforms, those aligned with socialism, gained ground and contributed to the already underway movement toward collectivism based on unsound economic theory. This serves, it seems, as a historical illustration of the twin principles, that good economic theory can only be produced in relative isolation from current events and that economics is an important, albeit not necessarily the most important, element influencing the direction of political debate and public policy.

To be sure, Stigler was not completely isolated from current events. As he recalls in his memoirs (Stigler, 1988, chap.8), by 1960 he had appeared before congressional committees on competition issues on two occasions, in 1950 and in 1960, and would

appear one more time later on in his career[17]. Reflecting on those appearances and the general relationship between the scholarly work and the political participation of economists, Stigler concludes that one cannot remain isolated from political interests once involved in the political process. The attempt to do so would probably lead to the economist's involuntary removal from the political process because the latter demands some (at least publicly displayed) fidelity to a political agenda. Although those thoughts are nearly three decades apart from his 1960 paper, the latter can be seen as a first moment of his thinking in that direction.

Those developments in Stigler's thought on the proper policy role for economists are reflected in his own work on industrial organization in the 1956-1960 period. The picture that emerges is that of an economist that works on strictly academic channels, producing papers for specialized professional journals and talking in terms of theoretical refinement and precision and of systematic empirical evidence. Stigler's work on industrial organization, in the period 1956-1960, seems to be just that: he approaches the subject from a more historical perspective and gathers some preliminary evidence (Stigler, 1956a), draws criticisms on the way empirical evidence has been gathered and analyzed by other scientists in the field (Stigler, 1956b), refines the concept of competition (Stigler, 1957), and finally gathers and analyzes empirical evidence in a systematic way (Stigler, 1958a). He is dealing with an issue that has important implications for economic policy and that is central for its individualist or conservative character, since competition is one of the tenets of a free enterprise system, but he does so within the walls of the scientific community, trying to remain relatively isolated from current events.

In this period, when the political element came to the forefront, Friedman and Stigler coped with it differently. Friedman was more direct in his defense of certain policies and political values and appealed to the people as the source of legitimate and as

17 Leube (1986), in a short biography, says Stigler "served on several public committees" (p.xvii), but mentions only two, one in 1960 and the other in 1970. Two does not seem like several to us, neither does it to Stigler, at least if we trust his own recollections in his memoirs.

a necessary condition for social change. At the same time, he backed up some of his positions with solid academically-collected and -analyzed empirical evidence. Stigler, on the other hand, did not seek to intervene as directly in society, not even through his academic writings. The way he coped with the ascent of the political movement was by studying it as an academic subject, particularly as it related to the discipline of economics and its practitioners. While at it, he concluded that economics was an important instrument in advancing his preferred political positions due to its innate characteristics, and therefore he was dispensed from direct intervention as long as he contributed to the advancement of his science.

4. Concluding remarks

Milton Friedman and George Stigler were two of the most important economists in the postwar United States. They made important contributions to economic thought, but more than that, they contributed to the economists' self-understanding of their proper role in policy issues. When doing so, as first noted by Reder (1982) and more recently reaffirmed by Peck (2011) and Nik-Khah (2020), they did not converge completely. Their disagreement appeared more explicitly in the mid-1960s in that Friedman intervened heavily in public debate whereas Stigler restrained himself to academia. In this paper, we built on Reder's (1982, 25) comment that this disagreement had begun in their mid-1940s intellectual divergence to explore the roots of their differences in this realm.

We have shown how their divergence went from a general conception of the economists' proper role in the first postwar decade to a specific conception of the economists' proper policy role in the latter half of the 1950s. In the first postwar decade, their differences were mainly strategic, as Friedman argued methodologically and Stigler argued through historical narrative building. This strategic difference, nonetheless, contained a fundamental divergence between them: Frieman thought academic writings could influence real world events directly, whereas Stigler thought they could only achieve such a goal indirectly, mediated by the scientific community. In the latter half of

the 1950s, then, when the political element gained relevance as was incorporated by them in their academic writings, this strategic difference gave rise to a more substantial difference in their conceptions of the economists' proper policy role. Friedman, on the one hand, began to explicitly defend certain positions (and at the same time back his positions up with solid academic work) and to appeal to the public as the source of legitimate policy transformation. He thought he could manage to change economic policies with his own hand, directly intervening in public debate, and that this could lead to substantial results. Stigler, on the other hand, went on to study the relationship between economists, economics and political events. He concluded that economics, due to its conservative character, would in the course of its appropriate development towards scientific maturity lead society at large in the right policy direction. Therefore, he did not have to be concerned with trying to influence policies, as the scientific community, which he was actively participating in, would be sufficient to achieve his desired policy outcomes.

Bibliography

BACKHOUSE, Roger. Rhetoric and implicit methodology in Friedman's macroeconomics. In: BACKHOUSE, Roger. Interpreting macroeconomics: explorations in the history of macroeconomic thought. Routledge, 1995.

BACKHOUSE, Roger. Friedman's 1953 essay and the marginalist controversy. In: MÄKI, Uskali (Ed.). The methodology of positive economics: reflections on the Milton Friedman legacy. Cambridge University Press, 2009.

DEMSETZ, Harold. George J. Stigler: midcentury neoclassicalist with a passion to quantify. Journal of Political Economy, v.101, n.5, p.793-808, Oct. 1993.

DIAMOND JR., Arthur. Measurement, incentives and constraints in Stigler's economics of science. European Journal of the History of Economic Thought, 12:4, 635-661, Dec. 2005.

FREEDMAN, Craig. The economist as mythmaker: Stigler's kinky transformation. Journal of Economic Issues, v.29, n.1, p.175-209, Mar. 1995.

FREEDMAN, Craig. Was George Stigler Adam Smith's best friend?: studying the history of economic thought. Journal of the History of Economic Thought, v.29, n.2, Jun. 2007.

FRIEDMAN, Milton. Lange on price flexibility and employment: a methodological criticism. American Economic Review, v.35, n.4, p.613-631, Sep. 1946.

FRIEDMAN, Milton. Lerner on the economics of control. Journal of Political Economy, v.55, n.5, Oct. 1947.

FRIEDMAN, Milton. A monetary and fiscal framework for economic stability. American Economic Review, v.48, n.3, p.245-264, Jun. 1948.

FRIEDMAN, Milton. The Marshallian Demand Curve. Journal of Political Economy, v.57, n.6, p.463-495, Dec. 1949.

FRIEDMAN, Milton. Wesley C. Mitchell as an economic theorist. Journal of Political Economy, v.58, n.6, p.465-493, Dec. 1950.

FRIEDMAN, Milton. Commodity-reserve currency. Journal of Political Economy, v.59, n.3, p.203-232, 1951.

FRIEDMAN, Milton. The 'welfare' effects of an income tax and an excise tax. Journal of Political Economy, v.60, n.1, p.25-33, Feb. 1952a.

FRIEDMAN, Milton. Price, income, and monetary changes in three wartime periods. American Economic Review, v.42, n.2, Papers and Proceedings of the Sixty-fourth Annual Meeting of the American Economic Association, p.612-625, May 1952b.

FRIEDMAN, Milton. Choice, chance, and the personal distribution of income. Journal of Political Economy, v.61, n.4, p.277-290, Aug. 1953a.

FRIEDMAN, Milton. Essays in positive economics. University of Chicago Press, 1953b.

FRIEDMAN, Milton. The case for flexible exchange rates. In: FRIEDMAN, Milton. Essays in positive economics. University of Chicago Press, 1953c.

FRIEDMAN, Milton. The effects of a full-employment policy on economic stability: a formal analysis. In: FRIEDMAN, Milton. Essays in positive economics. University of Chicago Press, 1953d.

FRIEDMAN, Milton. The methodology of positive economics. In: FRIEDMAN, Milton. Essays in positive economics. University of Chicago Press, 1953e.

FRIEDMAN, Milton. Walras and his economic system. American Economic Review, v.45, n.5, p.900-909, Dec. 1955.

FRIEDMAN, Milton. The quantity theory of money: a restatement. In: FRIEDMAN, Milton (Ed.). Studies in the quantity theory of money. University of Chicago Press, 1956.

FRIEDMAN, Milton. Government control of consumer credit. University of Pennsylvania Bulletin, 8, 65-75, Mar. 1957a.

FRIEDMAN, Milton. Savings and the balance sheet. Oxford Bulletin of Economics and Statistics, v.18, n.2, p.125-136, May. 1957b.

FRIEDMAN, Milton. The supply of money and changes in prices and output. In: JOINT ECONOMIC COMMITTEE. The relationship of prices to output and growth. Washington, DC: United States Government Printing Office, 1958a.

FRIEDMAN, Milton. What price inflation?. Finance and Accounting, 38, part 7, 18-27, 1958b.

FRIEDMAN, Milton. The demand for money: some theoretical and empirical results. Journal of Political Economy, v.67, n.4, p.327-351, Aug. 1959.

FRIEDMAN, Milton. In defense of destabilizing speculation. In: PFOUTS, Ralph (Ed.). Essays in economics and econometrics: a volume in honor of Harold Hotelling. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1960.

FRIEDMAN, Milton; BECKER, Gary. A statistical illusion in judging Keynesian models. Journal of Political Economy, v.65, n.1, p.64-75, Feb. 1957.

FRIEDMAN, Milton; SAVAGE, Leonard. The utility analysis of choices involving risk. Journal of Political Economy, v.56, n.4, p.279-304, Aug. 1948.

FRIEDMAN, Milton; SAVAGE, Leonard. The expected-utility hypothesis and the measurability of utility. Journal of Political Economy, v.60, n.6, p.463-474, Dec. 1952.

HAMMOND, J. Daniel; HAMMOND, Claire (Eds.). Making Chicago price theory: Friedman-Stigler correspondence 1945-1957. London/New York: Routledge/Taylor & Francis Group, 2006.

HAMMOND, J. Daniel. More fiber than thread?: evidence on the Mirowski-Hands yarn. History of Political Economy, v.38, Supplement, 2006.

HANDS, D. Wade; MIROWSKI, Philip. Harold Hotelling and the neoclassical dream. In: BACKHOUSE, Roger; HAUSMAN, Daniel; MÄKI, Uskali; SALANTI, Andrea (Eds.). Economics and methodology: crossing boundaries. St. Martin's, 1998.

HIRSCH, Abraham; DE MARCHI, Neil. Milton Friedman: economics in theory and practice. Harvester Wheatsheaf, 1990.

HOTELLING, Harold; BARTKY, Walter; DEMING, W. Edwards; FRIEDMAN, Milton; HOEL, Paul. The teaching of statistics: a report of the Institute of Mathematical Statistics Committee on the Teaching of Statistics. Annals of Mathematical Statistics, v.19, n.1, p.95-115, Mar. 1948.

KEPPLER, Jan Horst. The genesis of 'positive economics' and the rejection of monopolistic competition theory: a methodological debate. Cambridge Journal of Economics, 22, 261-276, 1998.

LEE, Frederic. The Oxford challenge to Marshallian supply and demand: the history of the Oxford Economist's Research Group. Oxford Economic Papers, New Series, v.33, n.3, p.339-351, Nov. 1981.

LEE, Frederic. History and identity: the case of radical economics and radical economists, 1945-1970. Review of Radical Political Economics, v.36, n.2, p.177-195, Spring 2004.

LEE, Frederic. To be a heterodox economist: the contested landscape of American economics, 1960s and 1970s. Journal of Economic Issues, 38:3, 747-763, 2004.

LEUBE, Kurt. George J. Stigler: a biographical introduction. In: LEUBE, Kurt; MOORE, Thomas Gale. The essence of Stigler. Hoover Institution Press, 1986.

MAAS, Harro. Milton Friedman and the Cowles Commission for Econometric Research: structural models and 'as if' methodology. In: MAAS, Harro. Economic methodology: a historical introduction. London: Routledge, 2014.

MÄKI, Uskali (Ed.). The methodology of positive economics: reflections on the Milton Friedman legacy. Cambridge University Press, 2009.

MATA, Tiago. The enemy within: academic freedom in 1960s and 1970s American social sciences. History of Political Economy, v.42, Supplement, 2010.

MIROWSKI, Philip. Cyborg agonistes: economics meets operations research in mid-century. Social Studies of Science, 29/5, 685-718, Oct. 1999.

MIROWSKI, Philip. On the origins (at Chicago) of some species of neoliberal evolutionary theory. In: MIROWSKI, Philip; STAPLEFORD, Thomas; VAN HORN, Robert (Eds.). Building Chicago Economics: new perspectives on the history of America's most powerful economics program. Cambridge University Press, 2011.

MIROWSKI, Philip; HANDS, D. Wade. A paradox of budgets: the postwar stabilization of American neoclassical demand theory. History of Political Economy, v.30, Supplement, p.260–292, 1998.

MITCH, David. George Stigler's career moves: the roles of contingency, self-interest, ideology, and intellectual commitment. In: FREEDMAN, Craig (Ed.). George Stigler, enigmatic price theorist of the twentieth century. Palgrave MacMillan, 2020.

MONGIN, Phillippe. The 'Full-Cost' Controversy of the 1940s and 1950s: a methodological assessment. History of Political Economy, v.24, n.2, 1992.

NELSON, Edward. Milton Friedman and economic debate in the United States, 1932-1972. University of Chicago Press, 2020.

NIK-KHAH, Edward. George Stigler, the Graduate School of Business, and the pillars of the Chicago School. In: STAPLEFORD, Thomas; VAN HORN, Robert; MIROWSKI, Philip (Eds.). Building Chicago Economics: new perspectives on the history of America's most powerful economics program. Cambridge University Press, 2011.

NIK-KHAH, Edward. The 'marketplace of ideas' and the centrality of science to neoliberalism. In: TYFIELD, David; LAVE, Rebecca; RANDALLS, Samuel; THORPE, Charles (Eds.). The Routledge Handbook of the Political Economy of Science. London/New York: Routledge, 2017.

NIK-KHAH, Edward. On skinning a cat: George Stigler on the marketplace of ideas. In: SLOBODIAN, Quinn; MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter (Eds.). The nine lives of neoliberalism. Brooklyn, NY: Verso, 2020.

PECK, Jamie. Orientation: in search of the Chicago School. In: STAPLEFORD, Thomas; MIROWSKI, Philip; VAN HORN, Robert (Eds.). Building Chicago Economics. Cambridge University Press, 2011.

REDER, Melvin. Chicago economics: permanence and change. Journal of Economic Literature, v.20, n.1, p.1-38, Mar./1982.

ROSEN, Sherwin. George J. Stigler and the industrial organization of economic thought. Journal of Political Economy, v.101, n.5, p.809-817, 1993.

ROSENBERG, Nathan. George Stigler: Adam Smith's best friend. Journal of Political Economy, v.101, n.5, p.833-848, Oct. 1993.

SOLOVEY, Mark. Project Camelot and the 1960s epistemological revolution: rethinking the politics-patronage-social science nexus. Social Studies of Science, 31/2, 171-206, April 2001.

STIGLER, George. Notes on the history of the Giffen paradox. Journal of Political Economy, v.55, n.2, p.152-156, Apr. 1947a.

STIGLER, George. Stuart Wood and the marginal productivity theory. Quarterly Journal of Economics, v.61, n.4, p.640-649, Aug. 1947b.

STIGLER, George. A survey of contemporary economics. Journal of Political Economy, v.57, n.2, p.93-105, Apr. 1949a.

STIGLER, George. The classical economics: an alternative view. In: STIGLER, George. Five lectures on economic problems. London: Longmans, Green & Co./London School of Economics and Political Science, 1949b.

STIGLER, George. The development of utility theory I. Journal of Political Economy, v.58, n.4, p.307-327, Aug. 1950a.

STIGLER, George. The development of utility theory II. Journal of Political Economy, v.58, n.5, p.373-396, Oct. 1950b.

STIGLER, George. The Ricardian theory of value and distribution. Journal of Political Economy, v.60, n.3, p.187-207, Jun. 1952.

STIGLER, George. Sraffa's Ricardo. American Economic Review, v.43, n.4, part 1, p.586-599, Sep. 1953.

STIGLER, George. The early history of empirical studies of consumer behavior. Journal of Political Economy, v.62, n.2, p.95-113, Apr. 1954a.

STIGLER, George. The economist plays with blocs. American Economic Review, v.44, n.2, p.7-14, Papers and Proceedings of the Sixty-sixth Annual Meeting of the American Economic Association, May 1954b.

STIGLER, George. The nature and role of originality in scientific progress. Economica, v.22, n.88, p.293-302, Nov. 1955.

STIGLER, George. Industrial organization and economic progress. In: WHITE, Leonard (Ed.). The state of the social sciences. University of Chicago Press, 1956a.

STIGLER, George. The statistics of monopoly and merger. Journal of Political Economy, v.64, n.1, p.33-40, Feb. 1956b.

STIGLER, George. Perfect competition, historically contemplated. Journal of Political Economy, v.65, n.1, p.1-17, Feb. 1957.

STIGLER, George. The economies of scale. Journal of Law and Economics, v.1, p.54-71, Oct. 1958a.

STIGLER, George. The goals of economic policy. Journal of Business, v.31, n.3, p.169-176, Jul. 1958b.

STIGLER, George. Bernard Shaw, Sidney Webb, and the theory of Fabian socialism. Proceedings of the American Philosophical Society, v.103, n.3, p.469-475, Jun. 15, 1959a.

STIGLER, George. The politics of political economists. Quarterly Journal of Economics, v.73, n.4, p.522-532, Nov. 1959b.

STIGLER, George. The influence of events and policies on economic theory. American Economic Review, v.50, n.2, p.36-45, May 1960.

STIGLER, George. Memoirs of an unregulated economist. New York: Basic Books Inc., 1988.

TEIRA, David. Milton Friedman, the statistical methodologist. History of Political Economy, 39:3, p.511-527, 2007.

VROMEN, Jack. Friedman's selection argument revisited. In: MÄKI, Uskali. The methodology of positive economics: reflections on the Milton Friedman legacy. Cambridge University Press, 2009.

WEINTRAUB, E. Roy. McCarthyism and the mathematization of economics. Journal of the History of Economic Thought, v.39, n.4, D

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

A transição para o neoliberalismo vista da periferia: uma história comparada das políticas sociais das ditaduras brasileira e chilena

Laura Benassi Yamashita

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

A transição para o neoliberalismo vista da periferia: uma história comparada das políticas sociais das ditaduras brasileira e chilena

A view of the neoliberal transition from the periphery: a comparative history of social policies in the brazilian and chilean dictatorships.

Laura Benassi Yamashita[1]

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar uma breve discussão acerca dos processos através dos quais se materializou o neoliberalismo, a partir das suas características gerais e de como estas se realizam em formações históricas específicas – em especial na periferia do capitalismo. Por meio da comparação entre a formulação de políticas sociais nos primeiros anos das ditaduras brasileira (1964-1967) e chilena (1973-1978), experiências políticas e econômicas espacial e temporalmente próximas, mas separadas pela ascensão do neoliberalismo, se buscará apontar para as especificidades existentes entre os dois objetos e sua relação com as mudanças que sofre o capitalismo no início da década de 1970.[2]

[1] Mestranda sob orientação do Prof. Dr. Sebastião Neto Ribeiro Guedes – Programa de Pós-Graduação em Economia/ UNESP-Araraquara

[2] Este trabalho parte do projeto de mestrado proposto pela autora, o qual ainda está sendo realizado e não possui resultados finais.

A transição para o neoliberalismo vista da periferia: uma história comparada das políticas sociais das ditaduras brasileira e chilena

PALAVRAS-CHAVE: *Ditaduras; História Comparada; Neoliberalismo; Políticas sociais; Desigualdade.*

ABSTRACT

This paper seeks to present a brief debate around the materiality of neoliberalism, reviewing its general characteristics and exploring on how they appear in specific historical formations – especially in the periphery of capitalism. Through the comparison between the formulation of social politics in the first few years of the Brazilian (1964-1967) and Chilean (1973-1978) dictatorships, which are political and economical experiences close in time and space but separated by the ascension of neoliberalism, we'll seek to point out the differences between the two historical objects and how they relate to the changes happening in 1970's capitalism.

KEY WORDS: *Dictatorships; Comparative History; Neoliberalism; Social Policies; Inequality.*

***

Introdução

Os anos de 1964 a 1967 no Brasil, e de 1973 a 1978 no Chile compreendem um período de institucionalização das ditaduras instauradas nestes países após golpes de estado liderados por elites civis e militares. Neste momento de construção dos regimes ditatoriais, observamos mudanças drásticas nas políticas econômicas – estas, para além de refletirem um projeto de desenvolvimento diferente dos governos que os precederam, respondem às críticas feitas pelos setores golpistas aos rumos tomados pelos dois países nos anos anteriores. O entendimento de que reformas deveriam ser realizadas, e que a concentração de poder e repressão por parte das forças armadas eram necessárias para realizar aqueles objetivos, é uma constante entre os dois países.

Estas mudanças, que tem como objetivo a modernização do país nos moldes interpretados pelos militares e pelas frações golpistas dos dois países (mais nacionalistas no caso brasileiro ou mais neoliberais no chileno), foram implementadas ao longo de toda a duração do regime, gerando repercussões de longo prazo para o desenvolvimento dos dois países. No entanto, no contexto dos primeiros anos, os planos econômicos dos governos têm como principal objetivo a estabilização da economia, contenção da inflação e reversão de políticas dos governos anteriores.

Neste cenário, os governos também tiveram que atuar na contenção dos ânimos e para manter ou aumentar a parcela de apoio do novo regime (incluindo o privilégio de certos grupos em detrimento de outros em favor da estabilidade política). As políticas sociais, como instrumentos de distribuição de renda e que possibilitam a redução das desigualdades, possuem uma atuação contraditória nestes dois contextos, uma vez que ambas as ditaduras contaram com apoio de parte do empresariado e foram regimes que colaboraram fortemente com a concentração de renda nos dois países.

Considerando as aproximações entre as duas experiências, importa apontar como a emergência do neoliberalismo entre 1964 e 1973 impacta na forma como ambas as

ditaduras organizaram suas economias no pós-golpe, e, principalmente, a forma como lidaram com as questões relativas à seguridade e bem-estar social. A ditadura chilena é considerada um marco na história do neoliberalismo, na medida em que a ditadura de Pinochet aplica a partir de uma estrutura autoritária formas econômicas que somente seriam aplicadas na Inglaterra de Thatcher uma década depois.

A comparação entre os dois conjuntos de políticas sociais permitiria, portanto, entender mais profundamente como a emergência do neoliberalismo, como sistema de pensamento que impacta na formulação de políticas econômicas, alterou a forma como ditaduras lidaram com a contradição entre a manutenção de um regime autoritário e a contenção de ânimos necessária para o estabelecimento do regime. As relações entre mudanças estruturais (advindas de um novo sistema de pensamento criado no centro do sistema capitalista) e suas repercussões na periferia deste sistema podem se mostrar de maneira muito direta ou mais nuançada, mas apontam justamente para as características do capitalismo como sistema único, mas que se apresenta com especificidades locais.

Neoliberalismo: uma breve revisão bibliográfica

O neoliberalismo, como conjunto de reflexões sobre economia e Estado, nasce a partir do Colóquio Walter Lippmann, em 1938, com o surgimento de duas correntes de pensamento: o ordoliberalismo alemão de Walter Eucken e Wilhelm Röpke, e a corrente austro-americana de Ludwig von Mises e Friedrich A. Hayek (DARDOT; LAVAL, 2016) – que posteriormente seria conhecida por Sociedade Mont Pelerin, incluindo, além dos citados, Milton Friedman e Karl Popper. Perry Anderson (1996) aponta para *O caminho da servidão*, escrito por Mises em 1944, como o texto de origem do pensamento desta segunda corrente, que será a mais importante na organização de uma ideologia neoliberal na América Latina.

A distância temporal entre o surgimento do pensamento neoliberal e a sua realização concreta em termos de aplicação de seus princípios de maneira ordenada não

nos é estranha na medida em que, teórica e materialmente, as condições para o ataque ao capitalismo organizado necessitaram de tempo para desenvolver-se.

Como aponta David Harvey (2014), a crise do chamado "liberalismo embutido" se inicia no final dos anos 1960, com uma grave crise de acumulação que abalou os consensos que fundaram a Era de Ouro do capitalismo – para além do sistema de taxas de câmbio fixas organizado por Bretton Woods, afetado pela fuga de dólares e a incapacidade de manter um crescimento equivalente ao das décadas anteriores, a crise se coloca como uma ameaça ao poder econômico da classe capitalista, na medida em que as taxas de lucro caem com a redução da produtividade do trabalho e o esgotamento das reservas de mão-de-obra. Durante os anos 1970, período quase completamente afetado por esta crise, já se pode observar o acirramento do conflito distributivo, na medida em que a tendência da diminuição dos lucros gera nas classes capitalistas um crescente questionamento do pacto entre capital e trabalho organizado no período anterior.

Porém, a transição de um capitalismo regulado para um desregulado não se deu de maneira rápida ou igual em todas as partes do mundo. Harvey (2014) aponta para duas estratégias diferentes de combate a crise que se deram ao longo dos anos 1970: a de uma esquerda europeia (de aprofundar as políticas Keynesianas de controle da relação entre capital e trabalho) e, por outro lado, o neoliberalismo, representando os interesses de classes que buscavam restabelecer as liberdades de mercado e liberar o poder corporativo. Harvey aponta três eventos que moldam esta nova fase do capitalismo, que se dá com a vitória e hegemonização desta segunda estratégia – o início da liberalização econômica da China, em 1978; em 1979, o presidente do FED, Paul Volcker, aproxima a ação do Banco das teorias monetaristas e a eleição da inflação como a prioridade absoluta; e, em 1980, o terceiro evento, a eleição de Ronald Reagan.

Harvey caracteriza o neoliberalismo como a rebelião do capital, mas também da classe proprietária, na medida em que eles rompem com o acordo anterior e restauram o poder de classe (estas classes incluem a burguesia financeira e industrial, casa vez mais intrincadas, assim como uma nova burguesia oriunda dos novos setores de serviços e de

comunicação). As duas ameaças aos interesses do capital colocadas pelos eventos dos anos 1970, de acordo com Harvey (2014), eram: a ameaça política (por exemplo, o eurocomunismo e avanço de forças socialistas e progressistas) e ameaça econômica (na medida em que o acordo de distribuição de rendimentos era favorável aos capitalistas até o momento em que a taxa de crescimento entrou em crise).

Streeck (2018) aponta em seu livro algumas razões complementares para a rebelião do capital contra o Estado de Bem-estar Social e o capitalismo regulado a partir da década de 1970, partindo de uma análise kaleckiana. Em "aspectos políticos do pleno emprego" Kalecki (citado por Streeck) afirma a possibilidade "técnica" de manutenção do pleno emprego com nível crescente de renda, porém ressalta a ação política dos capitalistas contra as políticas que busquem manter uma situação de pleno emprego. Este combate dos capitalistas ao pleno emprego se baseia na manutenção do seu poder político de chantagem do Estado, de poder de classe (contra os trabalhadores), de restrição de seus mercados, além de restrições morais ao gasto público que ampara os indivíduos. Portanto, o autor apresenta a análise de Kalecki para demonstrar como o Capital age como coletividade (isto é, como classe) para assegurar seus interesses de valorização e de manutenção de poder de classe, a partir de seus embates com o Estado.

A trajetória do neoliberalismo não foi linear, sendo implementada de maneiras diferentes e com diferentes intensidades a depender do país (condicionado pelas forças políticas, tradições históricas e arranjos institucionais locais). Alguns exemplos de extrema importância estão justamente na periferia do capitalismo, onde políticas neoliberais foram implantadas de maneira rápida organizadas por governos autoritários, muitas vezes apoiados pelo governo dos Estados Unidos ou suas agências de inteligência, como aponta Harvey:

> "No período do pós-guerra, boa parte do mundo não-comunista estava aberto ao domínio norte-americano mediante táticas desse tipo. Isso se tornou o método preferido de combate à ameaça de rebeliões e de revoluções comunistas, envolvendo uma estratégia antidemocrática (e ainda mais enfaticamente antipopulista e antisocialista/comunista) da parte dos Estados Unidos que levou o país a firmar cada vez mais

> alianças com repressivas ditaduras militares e regimes autoritários (claro que de modo mais espetacular na América Latina). [...] Em consequência, os interesses norte-americanos se tornaram mais, em vez de menos, vulneráveis na luta contra o comunismo internacional. Embora se pudesse comprar com bastante facilidade o consentimento de elites dirigentes locais, a necessidade de coagir' movimentos de oposição ou socialdemocratas (como o do Chile de Allende) associou os Estados Unidos a uma longa história de violência — em larga medida encoberta — por boa parte do mundo em desenvolvimento (HARVEY, 2014, p.37)

Para além da influência direta em golpes de Estado, a autora Naomi Klein (2008) aponta para a influência direta do pensamento de Friedman nas formulações econômicas do governo de Pinochet, a partir da formação de quadros na Universidade de Chicago – os chamados *Chicago boys* seriam a referência na implementação do neoliberalismo não somente na história da América Latina, mas no mundo. A experiência chilena, salienta a autora, está também ligada ao *choque:* ao aliar o choque da violência política e social do golpe de Pinochet, ao choque das mudanças econômicas neoliberalizantes, o governo militar possibilitou uma transição rápida e violenta, sem os empecilhos de maiores reações populares.

Porém, se pensamos na manutenção de um regime autoritário e as possibilidades de engajamento de partes da sociedade em suas estratégias políticas e econômicas, devemos olhar também para o neoliberalismo como ideologia, na medida em que a defesa ideológica de um Estado Neoliberal deve ser encampada ao menos por parte das elites do país em questão. Christopher Lasch (1995) analisa o que ele chama de "rebelião das elites" (a partir da releitura do conceito de "rebelião das massas" proposto por José Ortega y Gasset) para apontar justamente as mudanças estruturais que levam as elites, e não mais as massas, a rebelar-se contra a democracia.

O autor aponta para mudanças geradas pelo neoliberalismo que se manifestam de forma global no aumento das disparidades entre centro e periferia, e localmente na extinção de classes médias e formação de estruturas sociais biclassistas. Para além disso, a separação mais intensa entre as elites do resto da sociedade se manifesta a partir de seu isolamento físico e cultural do restante do país, além de eliminar qualquer forma de "dever

social" que estas poderiam ter sentido no passado - a desaparição da classe média, a qual esteve intimamente ligada aos nacionalismos do século XIX, faz também desaparecer das ambições da elite o próprio conceito de nacional. Desta forma, os modos de pensar se relacionam intimamente com as formas econômicas – na medida em que os ideais progressistas americanos se coadunam com a crescente segregação econômica que o capitalismo globalizado proporciona, com o afastamento das elites até mesmo dos sistemas privados de educação, saúde e segurança.

Por fim, o neoliberalismo, principalmente em sua vertente estadunidense com Friedman e Hayek, se baseou no conceito de liberdade individual e em sua leitura da "mão invisível do mercado" de Smith para postularem uma forma de Estado que combatesse a própria atuação deste. A ação do Estado se limitando a prover segurança e infraestrutura para que o mercado pudesse atuar em todas as dimensões da vida possibilitou que o capitalismo superasse sua crise anterior e permitiu um novo ciclo de acumulação. Esta mudança, mais do que uma simples superação natural da crise, trata-se de uma rebelião do capitalismo e capitalistas contra o Estado – não no sentido conspiratório do termo, como aponta Harvey, mas na congruência de interesses que uniu as classes capitalistas de diversos lugares do mundo em torno de projetos que seguiam o mesmo propósito: possibilitar novamente a acumulação, quebrando os consensos que haviam guiado a economia nas últimas décadas.

O caso brasileiro

Sobre o cenário anterior ao golpe de 1964, Singer (1988) descreve uma crise construída nas décadas anteriores decorrentes do próprio êxito do "Plano de Metas" de JK (o qual consistia no aumento da industrialização, aliado a construção de Brasília), que promoveu um aumento do nível dos investimentos estrangeiros e sua aliança com o capital nacional, assim como da oferta de meios de pagamento (na medida em que as amortizações dos empréstimos também acarretavam o pagamento de juros). Neste sentido, a estratégia governamental de implantar o Plano de Metas resultou no processo inflacionário – o qual, por sua vez, prejudicou os rendimentos e consumo das camadas

médias urbanas, em detrimento do Estado e dos empresários. Uma consequência política desta opção foi, de acordo com o autor, uma maior conscientização de classes médias sobre sua condição de assalariados e consequente acirramento do conflito de classes, principalmente no início da década de 1960. A resolução deste conflito, em favor das classes possuidoras, se dá justamente com o golpe de 1964, o qual pendeu o jogo de forças em favor dos capitalistas por meio do uso amplo e sistemático da repressão.

Singer (1988) ressalta que, ainda que mudanças estruturais do processo capitalista não tenham sido instituídas com o golpe de 1964, algumas mudanças institucionais realizadas pelo novo regime importam para que entendamos melhor o desenvolvimento econômico do período. Ele as separa em três: o novo equilíbrio de forças entre as classes, as necessidades emergentes do processo de desenvolvimento capitalista dependente e as mudanças na conjuntura internacional.

A primeira, o novo equilíbrio de forças entre as classes, é representada principalmente por mudanças em relação à segurança de emprego, na proibição do direito a greve (ainda que esta aparecesse como dispositivo legal meramente decorativo), e a "burocratização das relações", maneira como o autor se refere à passagem de funções do Ministério do Trabalho para o governo (como a fixação do reajuste salarial). Ele cita também o reforço da hegemonia da grande empresa nacional (quase sempre estatal) e estrangeira, sendo ambas favorecidas por legislações relativas à empréstimos, e esta segunda altamente beneficiada por favores fiscais e creditícios.

Este tipo de políticas serviu para exacerbar a tendência de concentração de capital nos quatro primeiros anos da ditadura, diminuindo o poder de barganha dos sindicatos e aumentando a concentração no setor industrial. Um dos principais efeitos foi o arrocho salarial que sofreu a classe trabalhadora: o congelamento dos salários aliado à inflação fez com que os salários reais caíssem (autor sugere queda de 25% entre 65 e 67, - sem embargo, sugere que categorias de trabalhadores industriais especializados, com maior poder de barganha, tiveram perdas na ordem de 10%) (SINGER, 1988, p.56), sem que pudesse haver uma contrapartida dos sindicatos.

As necessidades emergentes do processo de desenvolvimento capitalista dependente se relacionam fortemente com a mudança do equilíbrio de classes, na medida em que a "racionalização" do processo de desenvolvimento proposto pelos militares passa por sua burocratização, assim como um aumento na concentração do capital. Singer aponta para a criação da Comissão Interministerial de Preços (CIP) em 1968, que buscava o controle administrativo do preço de produtos industriais – esta comissão, utilizada pela ditadura no combate da inflação, somente teve êxito na medida em que diversas áreas da economia já se encontravam em uma estrutura de oligopólio, e, portanto, funcionavam a partir de uma política de preços fixos. Além disso, mudanças na estrutura tributária faziam com que grandes empresas – cuja capacidade produtiva baixava os custos e permitia que transferissem os preços de impostos para o consumidor – tivessem muitas vantagens em detrimento das menores.

Singer chama a atenção para uma nova tendência da concentração de capital no país: a formação de conglomerados financeiros-industriais, que garantem maior acesso a crédito por parte de grandes empresas assim como a concentração bancária que possibilita maior controle e reduz o custo de intermediação financeira. Esses fatores sinalizam para a necessidade da concentração industrial e financeira na organização de uma hegemonia das grandes empresas.

Por fim, o autor citado enfatiza como o contexto do pós-guerra (com Bretton Woods, além da criação de diversas organizações internacionais como FMI e BIRD) tiveram como consequência a grande expansão do comercio internacional, que na década de 1960 passa a englobar países menos industrializados. Se a estratégia de substituição de importações nas décadas anteriores fez com que o país não participasse de maneira efetiva desta mudança, a partir de 1964 se verifica uma grande vontade do governo militar de receber multinacionais – o que ele classifica como uma certa "reversão do processo de substituição de importações".

> As restrições à remessa de lucros foram praticamente abolidas e garantias formais contra expropriações sem indenização "adequada" foram dadas, até mesmo sob forma de tratados internacionais. Ao

> mesmo tempo, iniciou-se uma política de crédito que, como vimos acima favoreceu as subsidiarias de capital estrangeiro e uma política de incentivos (no fundo do generoso subsídio) às exportações de manufaturados, que naturalmente vieram a beneficiar as mesmas subsidiárias (SINGER, 1988, p. 90)

Uma interpretação alternativa, mas não exclusiva, aparece na análise de Tavares (1985). A autora afirma que o golpe de 1964 rompeu com o pacto, fundado nos anos 1930, entre elites modernizadoras e os setores populares, no que ficou conhecido como o Governo Populista. Desta forma, o governo militar instaurado, mais do que retroceder a uma forma liberal (pregada por suas elites intelectuais), realizou uma reorganização do Estado e sua relação com a "nação" a partir da economia (com Bulhões e Campos), da lógica militar (com Golbery do Couto e Silva), e de uma reforma administrativa (com a criação dos "anéis burocrático-militares").

Ela separa as duas primeiras décadas do governo militar em fases, das quais a primeira é a que se estende de 1964 a 1968 (às vésperas do AI5), com a gestão de Otávio Gouvêa de Bulhões, no Ministério da Fazenda, e Roberto Campos, no Planejamento, e caracterizada por um duplo esforço de realização de reformas institucionais e estabilização de preços. A literatura a respeito das políticas econômicas dos primeiros anos da ditadura brasileira realça para dois aspectos estruturantes da mudança política e institucional inaugurada com o golpe de 1964: a política de estabilização anti-inflacionária e políticas sociais e fiscais de caráter concentrador de renda. A maioria destas mudanças no desenho de políticas públicas se deram nos primeiros anos de governo (1964 a 1967) e muitas podem ser retraçadas à elaboração do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), lançado já em agosto de 1964.

O trabalho de Inês Patrício e Nelson D'Oliveira (2021) a respeito do governo Castello Branco realiza um diagnóstico do PAEG a partir de seus principais objetivos e medidas, ressaltando seu caráter ideológico de justificação do regime a partir da estabilização econômica e combate à inflação. Deste ponto de vista, eles salientam a congruência entre as visões de parte do generalato, do empresariado e frações da população de que as mazelas econômicas do país (a inflação e a estagnação econômica)

se deviam à gestão dos governos que os antecederam, tachados de "populistas". A retórica de combate ao comunismo e ao populismo foi o principal ponto de união entre os diversos grupos que deram apoio ao golpe, possibilitando a incorporação de economistas liberais anteriormente opositores do governo Goulart.

Neste sentido, os diagnósticos dos formuladores do PAEG a respeito dos motivos para a inflação indicam como principais causas os déficits governamentais, a expansão do crédito e os aumentos dos salários acima da produtividade. Por este motivo, o plano teve como principais medidas de combate a ela: política fiscal austera, política tributária que fortalecesse a arrecadação, política monetária restritiva, política bancária que estimulasse o desenvolvimento e sistema de crédito adequado ao combate da inflação (PATRÍCIO; D'OLIVEIRA, 2021), a partir de uma estratégia gradualista.

Tavares (1985) destaca o maior controle do governo federal sobre Estados e municípios, com o objetivo de sanar as finanças públicas – estas medidas, aliadas ao arrocho salarial conseguido pela opressão à estrutura sindical, demonstram o caráter fortemente antiliberal do regime, contradizendo suas afirmações públicas. Sobre a Reforma Tributária, a autora cita a criação do IPI (produtos industrializados) e do ICM (circulação de mercadorias), assim como a reforma do Imposto de Renda (diminuindo a taxação de mais ricos), tornando efetivamente a estrutura tributária do país mais concentrada. Mattos, Bastos e Barone (2015) igualmente dão um panorama das reformas realizadas pelo PAEG, com ênfase nos efeitos distributivos que estas ocasionaram. Eles demonstram o papel das reformas (separadas por tributária, trabalhista, do sistema financeiro e da regulação da inserção externa) na concentração de renda, a partir das alianças dos setores militares golpistas com os segmentos conservadores da burguesia nacional e frações de classe ligadas aos interesses do capital estrangeiro.

> Mais do que descrever as medidas da reforma tributária, deve-se registrar que sua concepção releva caráter fortemente concentrador de renda e de patrimônio, somando-se às reformas financeira e trabalhista para construir um regime de acumulação socialmente excludente. A articulação entre a reforma trabalhista, reforma tributária e reforma financeira, como veremos, mostrou-se funcional para o padrão de

> acumulação baseado na demanda por bens de consumo e moradias para as classes médias e altas da sociedade brasileira. (MATTOS, BASTOS, BARONE, 2015, p.10)

Singer havia antecipado, ao dizer que nos primeiros anos de governo militar as políticas anti-inflacionárias dos ministros Bulhões e Campos partiram da diminuição do salário real, assim como de reformas do sistema tributário e controle do crédito, restaurando até 1967 a inflação para um patamar de 20/25% ao ano (SINGER, 1988, p.55). Porém, uma informação importante levantada pelo autor é a de que durante o período militar a inflação não foi extinta, mas controlada a fim de que esta mantivesse somente seus propósitos redistributivos (em favor do Estado e empresariado), não provocando problemas no cálculo econômico.

A respeito das políticas sociais, o estudo de Fagnani (1997) salienta uma continuidade entre os anos de 1964 a 1985, que ele caracteriza por: regressividade dos mecanismos de financiamento; centralização do processo decisório; privatização do espaço público; expansão da cobertura e da oferta de bens e serviços; e reduzido caráter redistributivo. De acordo com o autor, estas características, que aglutinam as políticas voltadas para as áreas de educação, previdência, assistência, saúde, suplementação alimentar, habitação, saneamento e transporte público durante o período, estão pautadas na denominada "estratégia conservadora".

A regressividade dos mecanismos de financiamento é apontada pelo autor a partir dos exemplos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Banco Nacional da Habitação (BNH), ambos criados em agosto de 1964, cujo objetivo declarado era o de reduzir o déficit habitacional brasileiro, a partir de financiamento de imóveis para as camadas menos favorecidas da população. Na medida em que o SFH era financiado principalmente a partir de recursos do FGTS e nas Cadernetas de Poupança e regidos por uma lógica de auto sustentação financeira (FAGNANI, 2005), a necessidade de pagamento não somente dos recursos corrigidos pela inflação e juros, mas também de custos administrativos e lucros de agentes públicos e privados, tornaram o financiamento

não somente oneroso, mas muito dependente do pagamento das prestações pelos compradores de imóveis.

De acordo com Fagnani (2005), são estas características das políticas habitacionais que apontam para os limites destas em relação a distribuição de renda, na medida em que os mecanismos não eram compatíveis com a possibilidade de pagamento das camadas mais baixas, assim como explicam a posterior guinada dada pelo BNH a partir de 1968, de priorizar camadas de rendas mais altas, cujo risco de inadimplência era menor (FAGNANI, 2005, p.17). Essa análise é corroborada por Mattos, Bastos e Barone (2015) a partir do estudo de Bolaffi (1997), o qual analisa o perfil socioeconômico dos moradores de imóveis financiados pelo BNH e já alerta para um afastamento do sentido inicial destes programas, na medida em que favoreceram classes de renda média e alta e contribuíram para o afastamento das classes baixas dos centros urbanos.

Por outro lado, políticas que não possuíram mecanismos de financiamento deste tipo, e, portanto, dependeram principalmente de repasses do Governo Federal, atuaram com poucos recursos. Fagnani (2005) descreve o caso do Ministério da Saúde (cuja proporção de recursos dentro do Orçamento Geral da União esteve 0,9% e 2,2% durante todo o período da ditadura militar) assim como do setor de alimentação popular desenvolvido pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAM) e do transporte coletivo urbano, todas estas áreas negligenciadas dentro do orçamento federal. Por fim, o setor de educação também sofreu com cortes em seu orçamento, a partir da revogação do mecanismo da LDBE (Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional, de 1946) que vinculava 12% dos recursos da União e 20% de estados e municípios para a área da educação (FAGNANI, 2005).

Todas estas características apontam para a denominação de Fagnani de "estratégia conservadora", a qual foi adaptada do clássico livro de Barrington Moore, e utilizada por diversos autores que analisaram a ditadura militar brasileira. Tavares e Assis (1985) utilizam o termo modernização autoritária ou conservadora a fim de classificar este impulso de modernização e reformulação das instituições durante a ditadura militar, a fim

de reestruturar o aparelho de intervenção do Estado e possibilitar uma nova etapa de desenvolvimento capitalista no Brasil. Estas mudanças institucionais, somente possibilitadas pelo momento político de crise e concentração de poder, correspondem, portanto, a uma ampliação no poder de ação do Estado nas esferas política, social e econômica.

Importa ressaltar que uma interpretação corrente a respeito das políticas econômicas deste primeiro momento está em sua vinculação à fase posterior da economia brasileira, o conhecido "milagre econômico". Os defensores desta interpretação salientam a importância desta primeira fase de "estabilização" para o posterior momento de crescimento econômico que acontece a partir da gestão Costa e Silva – as políticas macro mais ortodoxas, então, teriam dado a base para que o crescimento pudesse acontecer. É contra esta intepretação que Victor Araújo lança sua análise a respeito das inflexões ocorridas no governo Costa e Silva, que explicariam os diferentes resultados econômicos atingidos posteriormente mais do que os dois anos anteriores de política ortodoxa (ARAÚJO, 2021).

Tavares converge nesta análise, na medida em que afirma que a política radical de combate à inflação, com aumento da taxação e dos mecanismos de recolhimento de impostos, a diminuição da emissão de moeda e a abertura para capitais externos, levou a um crescimento do PIB a "taxas medíocres, tanto em comparação com o passado recente, dos anos 50, quanto em relação ao futuro imediato" (TAVARES, 1985, p.25), além de causar uma desaceleração da produção industrial no país ao longo destes primeiros anos de governo militar.

> Em 1967, no terceiro e último ano de comando da dupla Bulhões-Campos sobre a economia, a renda per capita brasileira estava num nível próximo ao do início da década. Havia uma atmosfera de pessimismo generalizado na economia, que se refletia, no plano político, em crescente insatisfação das classes médias. O comportamento da indústria, nesses três anos, refletia grande insegurança diante dos rumos da política econômica: queda de 4,7% do produto industrial em 1965, crescimento de 11,7% em 1966, nova desaceleração com crescimento de apenas 3% em 1967. Na agricultura,

> a produção seguia um caminho assimétrico em relação à indústria: aumento espetacular de 13,8% em 1965 e queda de 3,1 % no ano seguinte, voltando a crescer em 1967. Nesses três anos, a taxa de expansão do produto interno bruto evoluiria de 2,7% para 5,1 % e 4,8%. (TAVARES, 1985, p. 25)

O caso chileno

O estudo do caso chileno se focará no período de 1974 a 1978, os quatros primeiros anos após o golpe de Estado, em setembro de 1973. Se buscará entender este momento desta mudança na trajetória econômica do Chile, em relação às mudanças na política econômica, e em especial as políticas sociais. Ainda que as mudanças nas políticas econômicas deste período não compreendam a totalidade das políticas neoliberais realizadas pela equipe de Pinochet (muitas das quais acontecem ao longo dos anos 80), os anos 1970 são um período de transição radical do modelo proposto pelo chamado "populismo" de Frei e Allende e uma aproximação com o modelo neoliberal de economia que predominará no Chile por muitos anos. A institucionalização do regime e o aprofundamento do neoliberalismo no país dependem de muitas das mudanças institucionais e reformas econômicas, assim como das experiências deste período.

O artigo de Pilar Vergara (1982) trata das mudanças institucionais pelas quais passa o Estado após o golpe de 1973, que instaura a ditadura, em função de seu tamanho e suas atribuições. A partir da análise dos gastos do governo, a quantidade de empresas gerenciadas pela Corporação de Fomento à Produção, investimentos, entre outros, a autora demonstra o abandono de algumas das funções do Estado tais como a promoção do desenvolvimento, a regulação das atividades econômicas e a redução das ao longo dos anos 1970. A liberalização do mercado de bens, do sistema financeiro e abertura da economia diminuíram o papel do Estado como promotor do crescimento econômico, na medida em que se relegou a iniciativa privada a condução do desenvolvimento no país.

Vergara (1982) aponta para a liberalização do sistema financeiro como um dos fatores que explicam o progressivo abandono das atividades produtivas não somente pelo Estado, mas também por parte da iniciativa privada, na medida em que o desenvolvimento

do sistema financeiro em um país com altas taxas de inflação e uma política monetária contracionista possibilitou que o setor privado disfrutasse de alta rentabilidade pelas altas taxas de juros. A autora afirma que houve, por parte do governo militar "um esforço deliberado para aumentar a capacidade de decisão do setor privado na captação da poupança e destinação do crédito, ao permitir que fossem os grupos privados que operavam no mercado de capitais os que captassem as utilidades geradas pela especulação financeira"[3] (VERGARA, 1982, p.427)

Ricardo Ffrench-Davis (2018) procura explicitar as características das reformas econômicas realizadas durante a ditadura de Pinochet que explicariam seus maus resultados em relação ao desenvolvimento produtivo, diminuição de desigualdades, emprego e crescimento. O crescimento anual de 2,9% do PIB entre os anos de 1973 e 1989, abaixo da média histórica e do PIB potencial do país, esteve aliado ao desemprego (principalmente pelas perdas no setor industrial) assim como a informalidade, e crescimento da pobreza e da desigualdade.

Vergara (1982) enfatiza também como as políticas de salário, tributária e de investimento em políticas sociais sofreram alterações que refletem as mudanças políticas na transição para o autoritarismo com, por exemplo, as restrições às atividades sindicais logo depois do Golpe. A política salarial se manteve sob forte controle do Estado, porém com um sentido muito diferente do utilizado pelos governos Frei e Allende: a autora aponta para a passagem de uma política de manutenção dos salários reais dos trabalhadores e arbitragem de conflitos para uma de contenção de salários (com os salários reais em 1975 chegando a 60% de seu valor em 1970) (VERGARA, 1982, p.431).

A política tributária, que se tornou fortemente regressiva logo nos primeiros anos da ditadura (com diminuição de taxações diretas sobre receitas e lucros, manutenção das que incidiam sobre os salários e aposentadorias, além da expansão do imposto de valor

[3] "un esfuerzo deliberado por aumentar la capacidad de decisión del sector privado en la captación del ahorro y en la asignación del crédito, al permitir que sean los grupos privados que operan en el mercado de capitales los que capten las utilidades generadas via especulación financiera" [traduzido pela autora]

agregado para produtos de consumo básicos), contribuiu para essa perda salarial por parte dos trabalhadores (Ffrench-davis, 2018). Raczynski (1994) afirma que a participação dos 40% mais pobres na renda caiu de 12,9% em 1971-1973 para 11,3% em 1974-1977 – esta queda, ainda que não igual em todos os períodos até o final dos anos 80, se manterá até o final da ditadura. O aumento da pobreza no país se deu tanto em função da desindustrialização, que gerou altos índices de desemprego, como pela ineficácia das políticas sociais em gerar um efeito de distribuição de renda.

Entre as características mais marcantes das mudanças realizadas nas políticas sociais no primeiro momento após o golpe estão: a mudança no papel do Estado na promoção de políticas sociais e a participação do setor privado, a definição do perfil socioeconômico dos beneficiários destas políticas e a forma de implementação destas políticas (a partir do processo de regionalização). Neste sentido, a primeira abarca todas as seguintes, uma vez que a definição de que ao Estado caberia somente a apresentação de normas e procedimentos para a aplicação das políticas, assim como financiamento de algumas e a avaliação de seus resultados (RACZYNSKI, 1994). A coordenação e administração destes serviços deveria originar-se da iniciativa privada, uma vez que no ideário neoliberal da equipe econômica, somente esta estaria capacitada a alocar recursos de forma eficiente.

Vergara (1982) e Raczynski (1994) veem uma diminuição da participação do Estado em áreas como saúde e habitação, onde a iniciativa privada passou a figurar tanto como subcontratada (hospitais passaram a poder terceirizar serviços como limpeza e alimentação) como suprindo a falta da presença estatal e os subsídios governamentais passaram a ser voltados somente à camada mais pobre da população. O novo escopo destas políticas foi definido ao longo dos primeiros anos da ditadura por meio de estudos encomendados pelo governo acerca da magnitude, localização e características da pobreza (RACZYNSKI, 1994), que geraram o *Mapa de la extrema pobreza,* lançado em 1975. Desta forma, as políticas sociais foram planejadas com o objetivo principal de

erradicação da extrema pobreza, procurando em seu desenho excluir a possibilidade de inclusão de camadas médias como beneficiários destes programas.

As políticas sociais foram relegadas à condição de manutenção de um nível mínimo de vida, com os programas voltados principalmente para a extinção da extrema pobreza a partir de subsídios do Estado voltados somente para as camadas de renda mais baixa. O enfoque dos programas, portanto, era principalmente o de sanar necessidades básicas, como alimentação infantil (a partir do Programa Nacional de Alimentação Complementária, PNAC), subsídios escolares para os níveis básicos (que apontam para uma priorização da educação básica, assim como o aumento da proporção de escolas particulares), assim como o Programa de Emprego Mínimo (PEM, implantado em 1975) que garantia uma quantia de vinte e cinco dólares mensais como salário por trabalhos principalmente de manutenção de infraestrutura ou administrativos, sem nenhum outro benefício social, para trabalhadores desempregados.

Neste mesmo sentido, programas como os de habitação popular foram progressivamente abandonados pelo Estado (VERGARA, 1982, p.435) aponta para uma diminuição na participação do setor público na construção civil de 68,5% em 1971 para 39,1% em 1974), e não foram completamente absorvidos pela iniciativa privada, principalmente em se tratando de classes mais baixas que possuíam baixa capacidade de pagamento ou endividamento. O abandono de políticas de habitação popular, que relacionam simultaneamente correção de disparidades sociais com relação a moradia e efeitos econômico positivos (geração de empregos, criação de demanda por matérias primas, etc), já nos primeiros anos da ditadura militar de Pinochet, aponta para o progressivo abandono de qualquer planejamento econômico que integrasse questões sociais e crescimento econômico.

Por fim, o processo de regionalização tem seu princípio também nestes primeiros anos do governo ditatorial, sendo os decretos leis 573 e 575 de 1974 os que promulgaram a separação do território chileno em três níveis territoriais: regiões, províncias e municípios. Esta descentralização produziu um aumento das responsabilidades regionais

com respeito a projetos de desenvolvimento, assim como a administração de áreas como saúde e educação foram progressivamente delegadas à esfera municipal. A regionalização das políticas sociais esteve acompanhada de uma redução nos recursos e incentivo a inciativa privada para que atuassem nestas áreas, na medida em que prefeituras e estados muitas vezes não conseguiam suprir as necessidades da população.

Vergara (1982) enfatiza que estas mudanças estão dentro de um processo mais amplo que se dá com o início do regime militar, que não somente tem como objetivo a reversão das políticas praticadas pelos governos Frei e Allende, mas uma verdadeira mudança na estrutura econômica do país. A autora denomina este processo de *restruturação capitalista,* na medida em que vê em seu sentido mais amplo a necessidade percebida pelos militares de mudanças na estrutura do Estado a fim de que se pudesse implantar de maneira mais abrangente o livre mercado, e realizar uma visão de desenvolvimento neoliberal.

Os reflexos da ascensão do neoliberalismo

Por meio da comparação entre os dois casos, buscaremos apontar para as similaridades entre os dois processos, que permite entende-los a partir do marcador "ditaduras latino-americanas dos anos 1960 e 1970", cujas características essenciais estão em interromper um ciclo de governos reformistas ou populistas que aumentaram o poder de barganha das classes trabalhadoras buscando (de forma menos intensa que no centro capitalista) certo controle das relações entre capital e trabalho. Por outro lado, diferenças existentes nos dois casos que possam apontar para uma interferência do processo macro de ascensão do neoliberalismo como ideologia e como forma política (na formação de um Estado Neoliberal, cuja característica econômica estaria a própria destruição das funções básicas de um Estado).

No caso brasileiro, como apontam as análises mais globalizantes de Singer (1988) e Tavares (1988), podemos observar um movimento de recuperação do poder político pelas classes detentoras do capital nacional, aliadas ao Estado golpista, que se viam

ameaçadas nas últimas décadas pela ascensão econômica e principalmente política das classes médias e baixas. A recuperação do equilíbrio entre classes apontada por Singer, com a óbvia prevalência das classes capitalistas em função dos trabalhadores (cada vez com menos espaços de mobilização), faz parte de uma reorganização do capitalismo no Brasil, capitaneada pelo Estado e em favor de suas elites.

Ainda que a ditadura chilena haja realizado um golpe com o intuito de frear a mobilização social de cunho popular e nacional que propunha Allende, esta não o fez somente em função de suas classes capitalistas nacionais, e tampouco fez parte de uma ascensão do Estado como reorganizador do capitalismo no território chileno. As fortes influências dos *Chicago Boys* na formulação da economia chilena pós-golpe já apontam para a tendência da ditadura chilena em reorganizar as atividades econômicas a partir de uma lógica neoliberal de diminuição das funções de planejamento do Estado, com a maior importância do capital privado (nacional e internacional) na definição dos rumos das atividades produtivas no país.

A *restruturação capitalista* apontada por Vergara (1982) comparada com a *modernização conservadora* de Tavares (1985) são similares na medida em que apontam para as intensas mudanças na estrutura econômica desejadas por uma elite e levadas a cabo por um Estado autoritário. A aliança entre capitalismo e autoritarismo são aparentes nos dois casos, na medida em que as ditaduras militares aparecem como a forma política ideal para a realização de mudanças estruturais sem os embates políticos que existem em um ambiente democrático. A interferência estadunidense nos dois processos (mas principalmente no caso chileno) aponta para a crise dos anos 1960 apontada por Harvey (2014), e pode-se inferir que os anseios de restruturação econômica desejados pelas elites não podem ser separados pela necessidade do capitalismo de buscar novas formas (e espaços, no caso) de acumulação para resolução de suas crises.

Além disso, mudanças realizadas pelos governos militares recém estruturados impactaram fortemente na transferência de renda de grandes camadas mais pobres para as elites econômicas do país, tanto a partir de políticas de contenção de salários reais

quanto por políticas tributárias recessivas (focadas principalmente em impostos de consumo e não de renda). Esta transferência, em ambos os casos apontada como soluções aos déficits orçamentários e a inflação criados pelos governos anteriores, podem ser entendidos como mecanismos concentradores de renda necessários às mudanças estruturais buscadas pelos governos golpistas.

Neste cenário de perda de salário e de força política por parte das classes trabalhadoras, as políticas sociais tornam-se um instrumento indispensável na manutenção de certa "paz social" exigida para uma restruturação ou modernização do país. Estas classes estiveram envolvidas ou foram beneficiadas em diversos sentidos pelos chamados governos populistas anteriores, e a desmobilização popular baseada somente em perseguição política e violência não é possível enquanto alguns setores não aderem ao setor golpista. A necessidade de manutenção de condições mínimas para a população também consta na Doutrina de Segurança Nacional (principalmente após a Revolução Cubana e seus impactos no imaginário do conservadorismo latino-americano), que guiou militares brasileiros e chilenos ideologicamente – e pode ser mais fortemente observada no caso chileno no programa de erradicação da pobreza extrema.

Porém, importa apontar para as diferenças no papel das políticas sociais em ambos os casos. Se no Brasil políticas de habitação a partir do BNH e SFH foram insuficientes e tiveram como público-alvo setores da população que não eram os mais afetados pelo déficit habitacional, depreende-se ainda que estes foram órgãos que tinham como o objetivo a centralização pelo governo das atividades de construção civil e as atividades financeiras aliadas a ela. No caso chileno, a passagem deste tipo de produção para a iniciativa privada demonstra a diminuição do escopo do Estado não somente no controle de questões como o crescimento ordenado da cidade e controle do déficit habitacional, mas também em relação aos benefícios econômicos derivados de atividades lucrativas como esta.

A escolha das classes mais baixas como foco da ação estatal no Chile, assim como a descentralização (com as responsabilidades pela implementação de programas sociais

se dando principalmente a nível regional) demonstram o processo de neoliberalização do Estado chileno. O combate somente à extrema pobreza, principalmente se consideramos a grande participação da iniciativa privada na implementação deste, aponta para a ideologia de um Estado Neoliberal que vê como seu escopo somente organização de uma infraestrutura mínima para que os indivíduos nacionais possam participar do mercado e a partir dele conseguirem maximizar utilidade de seus recursos.

Importa ainda pontuar que o combate à extrema pobreza, no caso chileno, assim como a concepção de que este é o único grupo para o qual as políticas sociais devem estar voltadas, reforça a ideia de uma cidadania que está aliada ao consumo – somente os que não estão ainda aptos a consumir e satisfazer suas necessidades básicas é que devem ser amparados pelo Estado (na forma de subsídios, não de suprimento destas necessidades) a fim de que possam ascender economicamente. O entendimento de que, por meio do consumo, os indivíduos poderão suprir de maneira satisfatória suas necessidades e desejos é o que guia uma política baseada no neoliberalismo extremado, que coloca o indivíduo "livre" como o centro de toda a forma econômica.

A expansão das desigualdades no caso chileno é ainda mais grave, na medida em que vem atrelada a um projeto de desindustrialização que gerou grandes massas de desempregados. O aumento do desemprego, como característica do neoliberalismo, é um fator que diminui ainda mais a capacidade de barganha que possuem os trabalhadores – a existência de um exército de reserva, principalmente em sociedades que se desindustrializam e, portanto, diminuem os trabalhos especializados, gera grandes dificuldades na luta política por melhores salários ou condições de trabalho.

Como propunha Offe (1989) a partir de sua análise kaleckiana do desemprego, a manutenção do desemprego é uma estratégia principalmente dos capitalistas, na medida em que, por parte do Estado, este afeta receitas (queda dos impostos) e gastos (com o bem-estar social), e da parte dos sindicatos, diminui sua força política e esfera de atuação. A classe capitalista se opõe à manutenção do pleno emprego na medida em que este diminui seu poder de acumulação (o Estado passa a concorrer com a iniciativa privada na

acumulação de capital), assim como seu poder de barganha destes contra o Estado (a partir das expectativas) e contra os trabalhadores (a partir do desemprego). A chantagem da classe capitalista contra o Estado, utilizando-se principalmente das "expectativas", é a razão pela qual o Estado escolhe manter o desemprego, ainda que este o afete.

Desta forma, é preciso entender como, no caso chileno, a manutenção do desemprego em patamares mais altos do que os anteriores se trata não somente de uma estratégia das classes capitalistas (nacionais e internacionais), mas também demonstra uma maior força de chantagem destas em relação ao Estado. Para além disso, importa apontar como as mudanças em relação à proteção social, além da diminuição do escopo do poder público em relação à investimentos, trazem uma maior independência do Estado chileno em relação ao desemprego nesta lógica, na medida em que a menor captação tributária possui menos relevância à medida que os gastos do governo se tornam progressivamente mais reduzidos.

Por fim, ainda que a análise de Lasch esteja baseada na elite americana, proponho utilizar alguns de seus argumentos para entender como elites latino-americanas apoiaram e sustentaram governos golpistas ditatoriais como forma de manter seu status e privilégios, principalmente no caso chileno. A aproximação da elite que sustentou o regime com os ideais neoliberais vindos de uma elite intelectual estadunidense, a defesa da liberalização extrema da economia até em âmbitos cruciais como políticas sociais e desenvolvimento, apontam para uma separação ideológica entre a elite e o nacional.

Conclusão

Ambas as experiências estudadas se situam em um momento histórico semelhante, na medida em que as ditaduras no Cone Sul são muitas vezes explicadas em função da organização geopolítica da Guerra Fria. Neste período, o crescente medo da "ameaça comunista", gerado pela Revolução Cubana, atuou como motivador de movimentos golpistas latino-americanos, os quais contaram com extenso apoio estadunidense. Porém, este trabalho busca apontar como a separação de dez anos entre os dois eventos (o golpe

militar brasileiro e o chileno) criou diferenças importantes na forma como estes dois regimes se estruturaram, principalmente em função da ascensão do pensamento neoliberal.

Utilizando-nos dos conceitos de *restruturação capitalista* Vergara (1982) e *modernização conservadora* de Tavares (1985), consideramos neste trabalho que ambos os movimentos podem ser entendidos como revoltas das elites nacionais em função das perdas que estas haviam experimentado no período anterior ao golpe, assim como instrumento de modernização da economia nacional visando permitir um novo momento de acumulação capitalista. Porém, a estrutura econômica almejada pelos formuladores das políticas econômicas dos dois governos não é a mesma: no caso brasileiro as reformas se trataram de uma política de estabilização da economia e contenção da inflação, enquanto no Chile estas já apontavam para uma nova forma do Estado, repensando não somente gastos públicos, mas a própria função do Estado nacional.

Em relação às políticas sociais, alguns fatores que refletem a diferença entre os modelos econômicos e institucionais dos dois regimes são: as obrigações do Estado em relação às classes mais desfavorecidas, quais as frações da classe trabalhadora atendidas pelas políticas sociais, a centralização ou dispersão do processo decisório, e o grau de privatização de serviços básicos.

No caso brasileiro, ainda que as políticas sociais tivessem menos financiamento público do que no período anterior (além da necessidade de auto sustentação de órgãos como o SFH), estas estiveram sempre no escopo de responsabilidades do Estado, e setores como habitação e saneamento tiveram grande relevo na elaboração do PAEG. Estas políticas estiveram por vezes voltadas para setores que não necessariamente eram os mais carentes, na medida em que também funcionaram como maneira angariar apoio político das classes médias, aumentando o acesso a bens e serviços para estes setores. Por fim, também importa apontar que estas políticas foram pensadas dentro de um Programa de Ação Econômica, e, portanto, a centralização das decisões por parte da União em

detrimento de estados e municípios (FAGNANI, 2005) é justificado pela necessidade de um planejamento central da economia brasileira.

No caso chileno, como apontado no texto, as obrigações do Estado em relação ao bem-estar se limitavam ao combate à extrema pobreza por meio do subsídio à bens e serviços básicos, baseando-se na interpretação neoliberal sobre a superioridade da iniciativa privada em prover bens e serviços aos indivíduos, que participam do processo econômico a partir de suas escolhas. A concentração dos esforços nesta fração de classe (indivíduos em extrema pobreza) e a passagem de parte das responsabilidades para estados e municípios (por meio do processo de regionalização do país) possibilitaram grande diminuição nos recursos destinados pelo Estado às políticas sociais, assim como uma maior dispersão do processo decisório. Por fim, o caso chileno apresenta um grau mais elevado do que o brasileiro de privatização de serviços básicos, que podem ser observados na grande entrada de empresas privadas nos setores de educação, saúde e construção civil.

A comparação entre os dois objetos aponta para divergências na concepção e aplicação das políticas sociais nos dois países, que podem ser explicadas ao menos em parte pela ascensão do neoliberalismo como pensamento econômico e ação política. A adesão, por parte dos ideólogos econômicos da ditadura chilena, aos preceitos do neoliberalismo da Escola de Chicago pode ser observada na relação que a ditadura estabelece com as políticas sociais e serviços básicos. O abandono da responsabilidade do Estado com o bem-estar social, assim como falta de integração entre objetivos sociais e objetivos de crescimento, demonstram a forma de tratamento das questões sociais por governos neoliberais.

Por fim, o estudo de políticas sociais nestes dois contextos interessa na medida em que se pode observar a especificidade da transição para o neoliberalismo dentro de regimes políticos autoritários, onde ao mesmo tempo se coloca a possibilidade de mudança estrutural radical com quase nenhuma oposição política contrastada com a necessidade de cooptação de certos grupos sociais para manutenção da estabilidade do

regime. O estudo do caso chileno possibilita o entendimento de características específicas do neoliberalismo, que somente podem ser observadas em um ambiente político autoritário e um cenário econômico de frágil industrialização. A compatibilização entre descentralização e autoritarismo, cooptação política e afastamento do bem-estar social, assim como defesa de valores "liberais" em uma ditadura demonstram estratégias políticas na implantação do neoliberalismo que diferem das experiências clássicas do mundo europeu.

Bibliografia

ARAUJO, V.L. A macroeconomia do governo Costa e Silva (1967-1969). In: ARAUJO, V.L.; MATTOS, F.A.M. (Orgs.). A economia brasileira de Getúlio a Dilma: novas interpretações. 1ed.São Paulo: Hucitec, 2021, v. 1, p. 260-284.

BOLAFFI, G. A casa das ilusões perdidas: aspectos socioeconômicos do Plano Nacional de Habitação. São Paulo: CEBRAP – Caderno 27, 1997

DARDOT, P; LAVAL, C. A nova razão do mundo. São Paulo: Boitempo,2016

FAGNANI, E. Política Social e Pactos Conservadores no Brasil: 1964/1992. Campinas: Economia e Sociedade (UNICAMP), v. 8, 1997, p. 183-238

FAGNANI, E. Política social no Brasil (1964-2002): entre a cidadania e a caridade. 2005. Tese (Doutorado) – Curso de Ciências Econômicas, UNICAMP, Campinas, 2005.

FFRENCH-DAVIS, R. Reformas económicas en Chile 1973-2017. Madrid: Taurus, 2018.

GOMES, G. La política social de los regímenes dictatoriales en Argentina y Chile, 1960-1970. La Plata: Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación; Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento;
Posadas: Universidad Nacional de Misiones, 2016.

HARVEY, D. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

KLEIN, N. The shock doctrine: the rise of disaster capitalism. Nova York : Metropolitan Books, 2008.

LASCH, C. A rebelião das elites e a traição da democracia. Rio de Janeiro: Ediouro, 1995.

MATTOS, F. A. M.; BASTOS, P. P. Z.; BARONE, R. S. As reformas estruturais promovidas pelo PAEG e seus efeitos distributivos. Campinas: UNICAMP, 2015 (Texto para Discussão n. 254).

OFFE, C. Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política. São Paulo, Brasiliense, 1989

PATRÍCIO, I.; D'OLIVEIRA, N.V. L. C. Governo Castello Branco (1964-1966): Ditadura, ortodoxia e reformas. In: ARAUJO, V.L.; MATTOS, F.A.M. (Orgs.). A economia brasileira de Getúlio a Dilma: novas interpretações. 1ed.São Paulo: Hucitec, 2021, v. 1, p. 247-325.

RACZYNSKI, D. Social policies in Chile: origins, transformations and perspectives. Notre Dame : Helen Kellog Institute for International Studies (University of Notre Dame), Democracy and social policy series (working paper no. 4.), 1994

SINGER, P. A crise do milagre: interpretação crítica da economia brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

STREECK, W. Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático. São Paulo: Boitempo, 2018.

SKIDMORE, T. Brasil: de Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

TAVARES, M. C. A.; ASSIS, J.C. O grande salto para o caos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

VERGARA, P. Las Transformaciones Del Estado Chileno Bajo El Régimen Militar. Ciudad de México: Revista Mexicana de Sociología (Universidad Nacional Autónoma de México), vol. 44, no. 2, 1982, p. 413–452

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

ESTRATÉGIAS VENCEDORAS: A HISTÓRIA DA ACADEMIA IRON JIU-JITSU

Leiliane Valdonado Sena

Caroline Gonçalves

Fernando Thiago

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

Estratégias vencedoras: a história da academia Iron jiu-jitsu

Winning strategies: the history of the "Iron" jiu-jitsu academy

Leiliane Valdonado Sena[1]

Caroline Gonçalves[2]

Fernando Thiago[3]

RESUMO

O objetivo geral deste trabalho foi conhecer a história da organização Academia Iron, empresa familiar localizada no município de Corumbá/MS, e de seu proprietário, que vêm reproduzindo importantes nomes do Jiu-Jitsu no país e no mundo. O método utilizado foi o estudo de caso, fundamentado em história oral e *business history*. Os dados foram coletados por meio documentos e entrevistas com o precursor da academia Iron de Jiu-Jitsu, alunos, colaboradores e autoridade pública. Os resultados mostraram que a trajetória de sucesso da modalidade esportiva jiu-jitsu em Corumbá vincula-se intimamente com a trajetória da academia Iron e de seu proprietário, proporcionando resultados tanto nos aspectos sociais com recuperação, oportunidades e ascensão social de crianças e adolescentes, como em notoriedade esportiva mundial.

Palavras-Chave: *História de empresas, jiu-jitsu, business history, empresas familiares, história de empreendedores*

ABSTRACT

The main proposal of this paper was to know the history of the Academia Iron organization, a family business located in the municipality of Corumbá/MS, and the

[1] Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
[2] Professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
[3] Professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

history of its owner, who have been reproducing important names of Jiu-Jitsu in the country and in the world. The method used was the case study, based on oral history and business history. The data were collected through documents and interviews with the owner of the Iron Jiu-Jitsu academy, students, employees and public authorities. The results showed that the successful trajectory of the jiu-jitsu sport in Corumbá is closely linked with the trajectory of the Iron academy and its owner, providing results both in the social aspects with recovery, opportunities and social ascension of children and adolescents, as well as in world sports notoriety.

Keywords: History of companies, jiu-jitsu, business history, family businesses, history of entrepreneurs

***

1. INTRODUÇÃO

Em abril de 2014, a população corumbaense vibrara com a notícia de que, mais uma vez, uma de suas cidadãs se fazia destaque na mídia internacional. A lutadora de Jiu-Jitsu Ariadne Oliveira conquistava, aos 22 anos, medalha de ouro no "Campeonato mundial de Jiu-Jitsu (WPJJC 2014) na cidade de Abu Dhabi, capital dos Emirados Árabes Unidos" (DIÁRIO CORUMBAENSE, 2014).

Não era a primeira vez que o feito acontecia, Ariadne já possuía em suas conquistas no esporte, dois títulos mundiais, um na faixa azul em 2008 e outro na faixa roxa em 2010. Foi campeã sul-americana em 2010, na faixa roxa e em 2011 foi campeã panamericana e vice sul-americana. Em 2012, foi terceira colocada no Campeonato Europeu disputado em Portugal. Além disso, foi ainda vice-campeã mundial em 2014, terceiro lugar mundial em 2015, 2016 e 2019, campeã do Grand Slam em Abu Dhabi em 2019, campeã do Abu Dhabi Internacional Pro 2021 e campeã do World Professional Jiu-Jitsu Masters 2021.

Tais feitos não são exclusivos da atleta Ariadne de Oliveira, assim como ela, um número considerável de atletas lutadores da mesma academia corumbaense onde ela iniciou seus treinos, a academia Iron Jiu-Jitsu, foram e ainda são esportistas bem-sucedidos nacional e internacionalmente.

A cidade de Corumbá, berço da academia "Iron", está localizada na divisa com a Bolívia, a 425 km da capital de Mato Grosso do Sul, é também intitulada como capital do Pantanal e foi fundada em 21 de setembro de 1778. Foi palco da Guerra do Paraguai, importante polo econômico muito devido ao seu porto, que deixou profundas marcas ao longo dos anos e nas vidas de seus habitantes (CORUMBÁ, 2022).

Mesmo sendo uma cidade distante das grandes capitais do país, Corumbá tem conseguido vigorosamente, por meio do Jiu-Jitsu, alcançar os quatro cantos do mundo e levar seu nome ao topo da modalidade. Tal prática esportiva tem sido reconhecida no país

tanto quanto o futebol, devido a seu tamanho e sua popularidade, que se dá pelo fato de ser adequada para todas as idades, tanto para atletas masculinos quanto femininos. Além dos benefícios físicos, mentais, emocionais e sociais que proporciona, conforme destaca Miranda (2010, p. 1):

> Diminui o stress; defesa pessoal, tanto para homens quanto para mulheres; desinibe os tímidos e acalma os agitados e ansiosos; aumenta a autoestima, autoconfiança e desenvolve o caráter (esporte de conquista individual); trabalha e define o corpo, como os braços, abdômen e quadril, tanto em homens quanto em mulheres; aumenta a resistência do organismo; acelera o metabolismo; melhora a capacidade cardiovascular e respiratória; aumenta a flexibilidade; aumenta a coordenação motora; aumenta os reflexos.

O caso do Jiu-Jitsu, que tem constantemente dado maior visibilidade para a cidade de Corumbá e, consonantemente a isto, aberto portas para uma grande gama de novos atletas que vem conquistando o mundo, se destacando a níveis locais e internacionais, cria uma enorme cadeia que eleva e se expande significativamente por meio de academias na cidade, proporcionando maior relevância para que o Jiu-Jitsu seja visto, reconhecido e utilizado para mudança de vida de inúmeras pessoas.

Mas o que faz da cidade de Corumbá uma região de formação de vencedores mundiais do Jiu-Jitsu? Presumivelmente, algumas estratégias adotadas pelas academias da cidade, ao longo dos anos, têm alcançado uma bem-sucedida gestão para a formação de grandes campeões. Assim como o perfil dos gestores das academias podem estar a influenciar no desempenho destes atletas e do sucesso da organização esportiva.

Uma característica observada em tais academias esportivas da cidade é que seus fundadores e dirigentes são em sua grande maioria atletas ex-alunos da Academia Iron, que além da vida esportiva enxergaram uma grande oportunidade de negócio no esporte. Ativamente, existem nomes como Leandro Martins Oliveira, campeão dos eventos já mencionados de MMA da cidade de Corumbá, que lutou o evento UAE Warriors em Dubai – UAE nos anos de 2019, 2020 e 2021 e atualmente dá aula de Jiu-Jitsu para o

exército dos Emirados Árabes Unidos. O atleta Flavio Feu, campeão do Grand Slam 2019 em Abu Dhabi, que possui contrato ativo de trabalho junto a Palms Sports nos Emirados Árabes Unidos, e mantém um projeto social que consiste em dar aulas de Jiu-Jitsu para crianças carentes na região de Nova Friburgo no Rio de Janeiro. A atleta Larissa Lacerda, contratada pela Palms Sports para dar aulas de Jiu-Jitsu nas escolas femininas dos Emirados Árabes Unidos. O atleta Renan Borges que atualmente possui academia própria para a prática e ensino do Jiu-Jitsu na cidade de Massachusetts, nos Estados Unidos da América.

Assumindo a importância da academia Iron, este trabalho pretende investigar a história da academia Iron e responder a duas questões: (1) Quais os aspectos da academia Iron que permeiam o sucesso do Jiu-Jitsu na cidade de Corumbá e que fazem de seus atletas vencedores internacionais? (2) Qual o perfil do dirigente da academia Iron?

Desta maneira, o objetivo geral deste trabalho é conhecer a história da organização Academia Iron, empresa familiar, e de seu proprietário, que vêm reproduzindo importantes nomes do Jiu-Jitsu no país e no mundo. Como objetivos específicos, procurou-se (1) investigar a importância e valores compartilhados pelo Jiu-Jitsu; (2) compreender o desenvolvimento da academia Iron ao longo do tempo e (3) identificar os aspectos institucionais, organizacionais e do perfil do proprietário da Academia Iron que se refletem nas estratégias de gestão adotadas pela empresa familiar.

Este trabalho se dá pela notável ausência de pesquisas que sirvam de norte para se compreender a consolidação da prática esportiva do Jiu-Jitsu na cidade de Corumbá. Para exemplificar tal fenômeno serão abordadas teorias da história de empresas e da administração.

A partir deste estudo busca-se evidenciar as estratégias e características da principal academia da cidade no segmento, com o propósito de identificar os feitos que vêm mostrando resultados positivos para praticantes e para a comunidade como um todo, seja em forma de esporte ou lazer.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Business History e história de empresas

A história de empresas (*Business History*) tem como uma de suas principais influências o professor e pesquisador norte-americano Alfred Chandler, em especial com suas obras *Strategy and Structure* (1962), *The Visible Hand* (1977) e *Scale and Scope* (1990), onde ele trata das grandes empresas norte-americanas e faz também comparações internacionais (TOLLIDAY, 2002). Em seus estudos Chandler abordou temas como investimentos, capacidade de inovação, novas linhas de negócios, riscos e incerteza, coordenação vertical, capacidades organizacionais das firmas, adaptação e flexibilidade (TOLLIDAY, 2002).

No entanto, o surgimento da Business History é anterior e se inicia nos Estados Unidos a partir dos trabalhos realizados na Harvard Business School, criada em 1908, cujo primeiro diretor foi Edwin Gay, e com Norman Scott Brien Gras ocupando a primeira cadeira de Business History em 1927 (SAES; GONÇALVES, 2021).

De acordo com Saes e Gonçalves (2021), posteriormente a Business History se desenvolveu na Europa e na América Latina. Na Europa, Toninelli (2002) afirma que as principais diferenças na evolução da *Business History,* se encontram no desenvolvimento em diferentes momentos da história econômica dos países europeus das vertentes exploradas por Schumpeter, da "história empresarial", e por Chandler, da "história de empresas".

Para Marichal (1997), um dos principais autores do tema na América Latina, a "história de empresas" se difere da "história empresarial" pois se complementam, além de responder a problemas diferentes. Enquanto a história empresarial, no sentido schumpeteriano, se dedica à análise histórica do desempenho e impacto de certos empresários inovadores individuais ou grupos de empresários de vanguarda, a história de empresas ou *business history,* se dedica à análise das mudanças na organização econômica das companhias ou corporações, que são parte e reflexo das transformações econômicas e sociais em conjunto.

Marichal (1997) afirma ainda que existem três principais tendências teóricas que dominam a disciplina de história de empresas. A primeira que segue o paradigma de Chandler, enfatizando a análise da morfologia das grandes empresas em longo prazo, a segunda, que se dedica a estudar a teoria de funcionamento das empresas e sua relação com a economia no nível das dinâmicas dos mercados, sendo os principais expoentes Ronald Coase e Oliver Williamson, autores da moderna economia dos custos de transação, e a terceira, que se aproxima da anterior, que traz as contribuições de economistas centrados nos marcos institucionais da economia, como Douglas North, analisando em especial as normas políticas, legais e comportamentais no desempenho econômico.

Marichal (1997) aponta ainda que no Brasil, a história de empresas teve seu auge entre a década de 1980 e 1990, destacando dentre seus estudiosos o professor TámasSzmrecsányi e a Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, ABPHE, fundada em 1993, que reuniu estudos de empresas e empresários de diversas regiões deste país.

Ressaltando essa chegada da *Business History* décadas mais tarde no Brasil em relação ao desenvolvimento da área nos Estados Unidos e na Europa, Saes e Gonçalves (2021) afirmam que no país ela tem trazido contribuições relevantes para a área de história de empresas, mas vem sendo feita por historiadores e historiadores econômicos, diferente de ser realizada nas escolas de negócios, como é feito no exterior, e mudando também em especial no uso de métodos e teorias.

Quando se trata de observar o arranjo institucional, Gonçalves e Saes (2017) apontam um possível caminho para a análise de casos de história de empresas brasileiras, identificando nas organizações elementos dinâmicos e mudanças ao longo do tempo, que possam caracterizar o arranjo institucional, representado por (1) o ambiente institucional, ressaltando aspectos políticos, econômicos, ambientais, sociais e culturais; (2) o ambiente organizacional, identificando as atividades econômicas, aspectos tecnológicos e de inovação, compras, vendas, distribuição, transações, sistemas de contabilidade, informação, comunicação e governança corporativa; e (3) o indivíduo do arranjo

institucional, que pode estar representado aqui pelo empresário/empreendedor, o trabalhador e/ou o consumidor, observando a influência da organização no indivíduo e do indivíduo na organização por meio de seus atributos comportamentais.

No entender do presente estudo, esta perspectiva é pertinente para observar a empresa familiar aqui abordada como objeto de estudo, que se trata de uma pequena empresa do setor esportivo, cujo fundador é também o atual dirigente, participando ainda de sua gestão e organização seus cunhados, sobrinhos e filhos.

2.2 Aspectos sobre as empresas familiares

Na definição de Colli e Rose (2013, p. 194), uma definição geral de empresa familiar é "aquela em que uma família possui capital suficiente para poder exercer controle sobre a estratégia e está envolvida em cargos de alta administração". Elas podem ser pequenas, médias ou grandes, e estar presentes em qualquer setor econômico. Apesar disso, Colli e Rose (2013) destacam que as grandes empresas familiares foram mais exploradas em famosos estudos de caso.

Foi também em Harvard que os estudos sobre negócios familiares (Family business) se iniciaram. Durante a década de 1960 e 1970 alguns consultores, interessados no estudo de conflitos e processos sucessórios realizaram alguns estudos de caso sobre o tema. Porém, no âmbito acadêmico, o estudo de empresas familiares despontou na década de 1980 com o surgimento da Family Business Review, a primeira revista acadêmica dedicada ao estudo das empresas familiares (COLLI; ROSE, 2013).

Goffee (1996) afirma que apenas possuir o nome "familiar" não implica que todas as empresas familiares sejam iguais. Elas podem se diferenciar em termos de estruturas, culturas e fases do ciclo de vida. Em relação à estrutura, pode variar de acordo com as redes de parentescos e papéis que cada um exerce dentro das famílias, bem como pode variar em classe social da família, etnia, idade e nacionalidade, além de divisões do trabalho e expectativas sobre as futuras gerações.

Sobre a cultura, Goffee (1996) explica que ela está relacionada ao padrão de atitudes, valores, crenças e suposições que a família compartilha. Pode influenciar no interesse dos filhos pelos negócios e moldar as metas as metas individuais relacionadas

ao trabalho, como, por exemplo, a acumulação de riqueza pessoal, exposição a riscos pessoais, busca por reconhecimento, status e realização pessoal, caracterizando o caráter do negócio.

O terceiro ponto, ciclo de vida familiar, é visto por Goffee (1996) como um aspecto relacionado ao interesse dos membros individuais da família em se envolverem nos negócios. Para ele, filhos e filhas de segunda ou terceira geração que crescem no contexto de uma empresa estabelecida podem achar mais difícil entrar na empresa familiar, mas aqueles que, na vida adulta, optam por ajudar os pais ou mães no início dos negócios tendem a permanecer seguindo os passos dos pais. Em semelhantes casos, verificou-se que esposas de empresários do sexo masculino, por exemplo, provavelmente serão influenciadas pelo fato de o casamento ocorrer antes ou depois do início da empresa e pela fase do parto e da criação dos filhos.

Algumas outras considerações são importantes sobre as empresas familiares. Colli e Rose (2013) apontam que as redes em que se estabelecem as relações sociais são uma dimensão importante da sucessão de liderança na empresa familiar. Neste caso, o fundador de uma empresa é uma importante fonte de conhecimento e experiência e as suas redes sociais representam importantes ativos intangíveis para a empresa, elementos que agregam valor à própria empresa. Desta maneira, a prosperidade futura da família e dos negócios depende de quão bem a compreensão e os contatos são transmitidos e até que ponto estes são confiados e valorizados pela próxima geração.

No caso do fundador, ainda, Colli e Rose (2013) afirmam que a relação entre ele e sua empresa familiar é muitas vezes emocional e pode ser uma grande fonte de conflito, especialmente nas sociedades ocidentais. A intensidade e a regularidade desses conflitos podem causar impacto na sucessão intergeracional. A estrutura social interfere na sucessão intergeracional a partir da combinação entre a estrutura legal vigente e os valores sociais mantidos pela família, o que varia em diferentes partes do mundo, na Índia, por exemplo, os idosos são mais reverenciados no núcleo familiar do que no ocidente, bem como, embora haja rivalidade nas famílias de empresários indianos, a hostilidade é menor do que nas empresas do Ocidente. Isto pode estar relacionado ao grande número de

pessoas da mesma família vivendo sob o mesmo teto. Também os motivos das disputas e conflitos podem mudar ao longo do tempo, de acordo com as normas sociais, oportunidades educacionais e à medida que as empresas familiares individuais evoluem.

Mendonça (2019) reforça que empresas familiares são construídas em torno de valores e propósitos aspiracionais e é a governança familiar que sustenta esse legado. Neste caso, as regras de governança dependem de fatores tais como o estágio do negócio, a cultura corporativa, os valores e o histórico da família. Mendonça (2019) sugere que as famílias deveriam estabelecer regras claras, de maneira participativa e envolvendo diferentes gerações, antes mesmo que elas sejam necessárias, para que até os problemas mais sensíveis do negócio não se tornem pessoais.

Na presente pesquisa, o objeto de estudo é uma empresa familiar, uma academia esportiva especializada na prática do Jiu-Jitsu, fundada e dirigida pelo médico e lutador Manoel João, que já formou grandes lutadores, incluindo seus filhos e outros familiares.

2.3 O Jiu-Jitsu

O Jiu-jitsu brasileiro, ou jiu-jitsu como é conhecido atualmente, é referência mundial quando se trata de artes marciais, possui suas raízes no Japão. Sua origem se deu pelo fato de que, no campo de batalha ou durante qualquer enfrentamento, um samurai poderia acabar sem suas espadas ou lanças, necessitando, então, de um método de defesas e ataque sem armas.

No Brasil o esporte começou com Matsuyo Maeda também conhecido como “Conde Koma” que possuía suas raízes no judô, no qual percorria vários países do mundo difundindo seus ensinamentos aprendidos em Tóquio na academia Kodokama. Em 1914 Matsuyo chegara ao Brasil instalando-se em Belém no Pará. Transmitiu seus conhecimentos para Hélio e Carlos Grace que aperfeiçoaram e difundiram pelo país a arte suave criando assim o “brazilian Jiu-Jitsu” que é o termo utilizado nos tempos atuais. Provaram a eficácia da modalidade ao se mudarem para o Rio de Janeiro instalaram a primeira academia de Jiu-jitsu e promoveram desafios de luta para os mais diversos atletas de diferentes esportes, até mesmo para qualquer pessoa que ousasse duvidar de suas habilidades. Neste mesmo momento tais desafios promoveram então o surgimento da

intermodalidade "Vale Tudo" que é um esporte que envolve golpes e técnicas de luta no chão, como judô, jiu-jitsu e *wrestling*; e em pé, como boxe, muay thai e karatê atualmente conhecida por MMA (multi marcial arts), pois assim conseguiam demonstrar a superioridade do jiu-jitsu perante as demais modalidades.

Conhecida como a arte a suave, o jiu-jitsu consiste em técnicas de autodefesa, desarme e ataques com golpes que se dividem em: quedas, traumatismo, torções, pressões, imobilizações e colocações (ataque, defesa, esquiva, timing de ação etc.) para derrubar e dominar qualquer oponente independente de força ou tamanho, assim sendo possível ser praticado por adultos e crianças de qualquer idade ou gênero.

Atualmente, o jiu-jitsu é um esporte reconhecido e regulamentado, em nosso país, pela Confederação Brasileira de Jiu-Jitsu. Em nível regional, há as federações estaduais. As principais competições nacionais são o campeonato brasileiro, o campeonato brasileiro de equipes e o campeonato brasileiro de estreantes. Outro papel da confederação brasileira é o de selecionar atletas para competirem em nível internacional, como o campeonato panamericano e o campeonato mundial.

Os níveis de desenvolvimento de um atleta são representados pela cor da faixa que amarra o seu quimono. Para atletas adultos, as cores são: branca, azul, roxa, marrom, preta, coral e vermelha, em ordem crescente de habilidade. Já no que se refere às crianças, como modo de incentivo, há a inclusão de outras três cores de faixa, localizadas entre a branca e a azul, são elas: amarela, laranja e verde (INTERNATIONAL BRAZILIAN JIU-JITSU FEDERATION, 2020).

3. METODOLOGIA

O presente trabalho, de cunho qualitativo e descritivo, pois tem como objetivo descrever características de algum fenômeno ou população, podendo também ser utilizadas para verificar relações entre variáveis (GIL, 2022), sendo aplicável ao estudo planejado buscando descrever a analisar fatos da trajetória da academia Iron.

Quanto à técnica, trata-se de um estudo de caso sobre a Academia Iron Jiu Jitsu, analisando de forma aprofundada o fenômeno observado por meio de múltiplas fontes de evidências (YIN, 2015).

Para as fontes de coleta, foi realizada de duas formas: a pesquisa documental, com acesso a documentos da academia Iron Jiu-Jitsu, documentos da Fundação de Esporte de Corumbá (FUNEC), e notícias na imprensa veiculadas sobre o jiu-jitsu em Corumbá. A pesquisa documental proporciona a coleta de informações diretamente de documentos, escritos ou não, constituída, assim, de fonte primária. Estas informações podem ser recolhidas no momento em que são produzidos os fatos e gerado os documentos ou mesmo depois de já terem sido realizadas e registradas (MARCONI; LAKATOS, 2022).

A segunda fonte de informações foi obtida por meio de entrevistas com atores chaves do fenômeno: Secretário da Fundação de Esportes de Corumbá; colaboradores e alunos da academia; e o sr. Manoel João, fundador da academia.

Para este último entrevistado, considerando sua relevância para o entendimento da trajetória do objeto pesquisado, foram utilizadas técnicas de coleta de dados pertinentes à história oral, relacionando com sua história de vida, a academia e sua gestão. A história oral permite direcionar o interesse de pesquisa para além daquilo que os documentos escritos registraram, coletando informações das pessoas que participaram ou testemunharam sobre o fato (BAUER, et al., 2021).

A base teórica utilizada foi ainda a da *business history*, que permitiu descrever o ambiente institucional, organizacional e o indivíduo, para que fosse relatada a história da academia Iron Jiu-Jitsu (SAES; GONÇALVES, 2021).

4. ANÁLISE

4.1 O ambiente institucional da Iron em Corumbá

Nenhum esporte é mais sinônimo de Brasil no mundo do que o futebol, porém o Jiu-Jitsu tem se feito bastante relevante em todo o mundo com a sua popularidade e quantidade de adeptos. Na cidade de Corumbá, tal história se repete. Além das academias

de lutas, os eventos e campeonatos seguem dando maior visibilidade para a modalidade de luta, pois além de formar cidadãos "de bem", e promover a saúde, têm fornecido um futuro profissional a estes atletas, uma carreira para aqueles que a praticam.

Paralelamente a isso, iniciativas públicas em projetos socioeducacionais, como o projeto da Guarda Civil Municipal para ensinar o jiu-jitsu para crianças e adolescentes, visam estimular ainda mais o crescimento do esporte, pois é bem perceptível os benefícios da arte suave para a formação e desenvolvimento dos adeptos (CORUMBÁ, 2021).

A cidade de Corumbá conta com 17 academias de luta e/ou musculação, das quais sete delas oferecem o treinamento e aperfeiçoamento do jiu-jitsu. Deste montante, seis são dirigidas por ex-alunos ou tiveram passagem pela academia Iron Jiu-Jitsu.

Corumbá possui, ao menos, 3 campeonatos de jiu-jitsu durante o ano, ora organizados pela Confederação Nacional, ora pelas confederações regionais. Das quais todas as academias da cidade participam. O primeiro e maior, o "Corumbá Fight Combat" que já se encontra em sua 6ª edição, estimula a rivalidade entre atletas da cidade e também de outras regiões do Mato Grosso do Sul e tem visibilidade em todo o Estado. Somado a este, tem-se também o "Pantanal Fight Combat", e o "Corumbá Fight Night" todos sediados, patrocinados, e geridos por cidadãos da cidade de Corumbá. Tais eventos garantem público para cerca de 5 mil pessoas por noite.

Tem-se vigente na cidade o projeto Social "Jiu-Jitsu na Praça" no qual consiste em aulas de jiu-jitsu ao ar livre para crianças de comunidades carentes, no bairro Nova Corumbá, a fim de transformar a realidade de jovens e crianças. Para que a criança ou adolescente possa participar, basta que os pais registrem por escrito seu comportamento em casa e apresentem o boletim escolar. Observa-se que o rendimento escolar das crianças melhorou após implementação do projeto que se iniciou em março de 2019 com apoio do vereador conhecido como "André da Farmácia" em parceria com a academia Iron Jiu-Jitsu.

Embora parado devido à pandemia da Covid-19, tramita na Câmara de Vereadores de Corumbá o Projeto "Jiu-Jitsu nas Escolas", a ter como norte o modelo árabe que possui o projeto implementado em suas escolas e que vem mostrando ao longo dos anos

resultados positivos educacionais e econômicos. O projeto consiste na inserção da modalidade esportiva na grade curricular dos alunos da REME - Rede Municipal de Ensino (DIÁRIO CORUMBAENSE, 2019).

O projeto foi idealizado pelo vereador Chicão Viana que ao lado do sr. Manoel João levaram o pedido à audiência pública. Além disto, foi sugerido a implementação do programa "Bolsa Atleta", que consiste num dado valor para auxiliar o atleta que vive de seu esporte (CÂMARA DE CORUMBÁ, 2022).

4.2. O ambiente organizacional da Iron

A academia Iron Jiu-Jitsu foi fundada em 1999 pelo ainda atual proprietário, Manoel João da Costa Oliveira. Momentos antes da abertura do negócio a atividade fim (jiu-jitsu) da academia de luta era realizada nos fundos de sua residência com algumas poucas unidades de tatame feitos de palha, apenas. Um ano após a decisão de sua abertura, ela foi instalada num imóvel locado no centro de Corumbá, na rua Delamare.

A mensalidade custava em média R$ 30,00 por aluno, e além dos alunos pagantes, havia os bolsistas que pagavam seus treinos realizando serviços dentro da própria academia, como limpeza, organização e manutenção em geral.

No início a academia praticava apenas a modalidade "Brazilian Jiu-Jitsu". Hoje, com sua expansão, forma também atletas voltados para o MMA. Esporte esse que teve grande notoriedade nos últimos oito anos, tornando-se um dos esportes mais praticados e conhecidos no mundo.

Atualmente a academia possui imóvel próprio localizado no centro da cidade de Corumbá na Rua Porto Carreiro, o local é estruturado dois banheiros, uma sala para escritório, conta com tatame feito de material sintético espuma vinílica acetinada (EVA) para o jiu-jitsu, aparelhagem de musculação, pesos, bicicleta, esteira, multi-estação, e um "cage" para a instrução do MMA (multi marcial art). Conta com 64 alunos presentes, dentre eles crianças, adolescentes e adultos. Possui um efetivo de 6 instrutores, todos formados pela própria academia e, destes, quatro são voltados especificamente para o jiu-jitsu e dois para a prática do MMA.

Para fazer parte da equipe basta ter o interesse e realizar sua matrícula no próprio escritório da academia, que é administrado pela esposa do proprietário, esta é responsável pelas matrículas, pagamentos de contas, manutenção e organização do espaço.

Os treinos ocorrem cinco dias por semana, de segunda a sexta-feira no horário matutino das 11 horas às 13 horas, vespertino das 16 horas às 19 horas, e noturno das 19 horas às 21 horas. A mensalidade custa R$ 180,00, e há uma porcentagem de vagas de cerca de 30% cedidas para alunos bolsistas. As bolsas são dadas para atletas de competição que não possuem recursos financeiros, e para funcionários da própria academia. As mensalidades são recebidas em dinheiro ou transferência eletrônica tipo "pix".

A divulgação dos serviços prestados é feita em sua maior parte pelas redes sociais (Facebook®, Instagram®) e rádios do município. Por sua confiabilidade, a propaganda boca-a-boca (*buzz marketing*) se faz muito constante.

A academia Iron Jiu-Jitsu, se faz presente em alguns dos principais campeonatos oferecidos nas modalidades em que atua, campeonatos municipais, estaduais, brasileiro e internacionais tais como os da federação internacional de jiu-jitsu "IBJJF" (International Brazilian Jiu-Jitsu Federation) que hospeda o campeonato mundial, pan-americano, brasileiro e europeu, os da "Confederação Brasileira de Jiu-Jitsu" que hospeda o campeonato brasileiro e alguns estaduais nos Estados do Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo, o Grand Slam de Jiu-Jitsu que é o mundial realizado em Abu-Dhabi nos Emirados Árabes, Copa Podio que hospeda outro campeonato brasileiro, e por fim, os regionais que por sua vez, geralmente são organizados pela próprias academias.

A academia Iron Jiu-Jitsu possui em sua alçada atletas de ponta que se encontram, além de seu local de abertura, em diversos países. Tais como, Ariadne de Oliveira, Taedes Mendonça Junior, Renan Borges e Flávio Féu Viana. Todos com boas colocações e títulos nos maiores campeonatos mundiais. Além dos serviços que prestam como professores e consultores em grandes instituições, como a Palm Sports, Exército brasileiro, exército árabe.

4.3 O indivíduo: Manoel João

Manoel João da Costa Oliveira, nascido em 1962, está à frente da Iron Jiu-Jitsu, é natural de Corumbá – MS. Advindo de família humilde, seu pai, o senhor Fausto da Costa Oliveira foi e é até o presente momento nos seus 87 anos, boiadeiro (aquele que dirige, guarda ou comercializa gado) da região Paiaguás no Pantanal Sul Matogrossense.

Ele tinha o grande sonho de ter no seio de sua família um filho médico. Assim, mesmo com todas as dificuldades da época, em 1983, Manoel João realizou o vestibular para medicina na cidade de Campo Grande no Estado de Mato Grosso do Sul. Hoje Manoel João é médico há 32 anos formado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, turma de 1989. Especializado em clínica e cirurgia geral. Manoel João é casado, pai de quatro filhos, também atletas, Taedes Mendonça Junior, Célia Caroline, Ariadne Oliveira e João Lucas Oliveira. Além de proprietário da Iron, Manoel João é diretor do Hospital Santa Casa de Corumbá.

Sua história com o jiu-jitsu iniciara quando, após sua residência em cirurgia geral no Hospital Universitário da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Manoel João se alistou às Forças Armadas, o que o trouxe de volta a sua cidade natal, Corumbá. Um ano depois saiu do exército para dedicar-se exclusivamente a medicina. Segundo ele, o estresse que a medicina ocasionou, o levou a deixar de lado seus cuidados para com sua saúde, que já tão prejudicada pela obesidade não o permitia dar continuidade ao seu ritmo de trabalho. Foi nesse momento que foi em busca de um esporte.

Aos 33 anos descobriu próximo à sua casa uma academia de jiu-jitsu, encantou-se com o que a modalidade esportiva oferecia e começou a dedicar-se a ela. Sua evolução se deu de forma muito ágil. Seu professor de jiu-jitsu era sargento do exército, por isso constantemente precisava ausentar-se. Como Manoel João era o mais velho da turma, sempre ficava responsável pela equipe, o que despertou seu espírito de líder e a dominação da prática do esporte Jiu-Jitsu. Concomitante a isso, Manoel João tinha a companhia de seu filho mais velho, Taedes Mendonça Junior, que junto ao seu pai fora desenvolvendo-se na modalidade.

Houve duas tentativas malsucedidas de Manoel João para abertura de duas novas academias com seu antigo professor. Ocorreram incompatibilidades de ideias e valores compartilhados o que, dois anos mais tarde, o levou a formar sua primeira equipe no quintal de sua própria casa. Assim, dando o pontapé inicial para seu grande legado de sucesso, além da medicina, a academia Iron Jiu-Jitsu Team.

Nesta época, mesmo com as condições precárias, seu time possuía 20 atletas que competiam em todos os campeonatos da modalidade e que se destacavam pelo estado do Mato Grosso do Sul, com vitórias, proporcionando notoriedade à equipe e atraindo mais alunos. Nesta época, Manoel João percebeu que já não mais era possível manter a equipe nos fundos de sua residência, então com o apoio de sua esposa Lucia Tereza Gomes Valdonado, locou um espaço comercial e abriu a Academia de Luta Iron Jiu-Jitsu. Manoel João se dedicava aos ensinamentos do jiu-jitsu e sua esposa fazia com que toda a parte operacional da academia funcionasse.

Manoel João diz que acreditou e acredita tanto no jiu-jitsu que lhe foi ensinado, que ele o perpetua ainda nos tempos atuais e para qualquer um que queira aprender. Lançou também seu filho numa diferente modalidade de luta para provar a tamanha eficácia do Jiu-Jitsu no mundo da luta, e assim Taedes Mendonça foi o primeiro Corumbaense no Estado a lutar MMA de forma profissional.

Durante toda sua trajetória, o maior percalço da academia Iron Jiu-Jitsu, foi a questão financeira. Muitos de seus atletas eram carentes e encontravam no Jiu-Jitsu um refúgio, uma esperança de que poderiam lutar e mudar suas vidas. Além das habilidades de luta, lhes era ensinado dentro do esporte a disciplina, o respeito e a responsabilidade.

Manoel João e sua esposa realizaram grandes esforços para ajudar a todos aqueles que se interessavam pela modalidade. Como contribuição social, acolheram alunos com problemas financeiros, comportamental, familiares, psicológicos, drogas etc. Esse sentimento de abrigo sempre fortalecera a equipe, pois os atletas se dedicam com mais afinco aos treinos e campeonatos, o que reflete em suas próprias vidas, efetivando o legado da Iron Jiu-Jitsu.

Manoel João diz que a maior lição da vida dele está em nunca desistir do ser humano, que todo ser humano deve ter uma chance de ser feliz e de crescer. Todos possuem uma grande força dentro de si, grande potencial e que aprendeu isso "na marra" dentro de sua academia, pois, por vezes, os melhores resultados foram provenientes dos atletas mais desacreditados.

Antigos alunos que não possuíam nenhuma perspectiva de vida quando iniciaram no esporte, hoje são grandes profissionais do jiu-jitsu, não só em Corumbá, mas em vários lugares do mundo como na Europa, nos Estados Unidos e nos Emirados Árabes, dentre eles seus filhos.

Esta trajetória no jiu-jitsu é compartilhada com a trajetória na medicina. Manoel João sempre se sentiu um líder nato, diante de qualquer adversidade sempre tomava a frente para a resolução dos problemas, tanto dentro de sua academia, quanto dentro do hospital, na medicina.

Seus esforços convergem para que todos seus alunos possam chegar ao maior nível dentro da academia e do jiu-jitsu: a faixa preta. Considera que o esporte salva vidas e, citando Sócrates, "o homem para ser completo deve estudar, trabalhar e lutar", finaliza.

No período pandêmico da Covid-91, Manoel João esteve à frente como médico responsável pelas condutas tomadas, elaboração e realização dos protocolos contra esta doença no principal hospital da cidade de Corumbá. Manoel João conta que foi, talvez, o período mais tenebroso de sua carreira, mas não hesitou em abraçar a causa e lutar bravamente. Noites sem dormir, exaustão constante, ausência da família e uma doença completamente inédita, foram nessas circunstâncias que Manoel João encarou o período pandêmico. E completa dizendo que se não tivesse sido pelo esporte ao qual ele se dedica até hoje, não teria a disposição e a mente limpa para encarar essa grande dificuldade, muito menos a saúde para mantê-lo de pé.

Manoel João diz que recorreu às mesmas doutrinas utilizadas dentro de sua academia para treinar a equipe médica que o acompanhou durante esse período, baseado na disciplina.

5. CONCLUSÕES

Observou-se que as teorias dentro das perspectivas schumpeteriana e chandleriana cabem como base analítica do presente estudo, podendo ser exploradas na interpretação do caso. No entanto, ao se investigar como pano de fundo o amparo do macroambiente na história da empresa Academia Iron Jiu-Jitsu, percebeu-se que ele fica secundário em face do papel da própria organização e de seu líder que, dentro do arranjo institucional (GONÇALVES; SAES, 2017), são os que mais influenciam o macroambiente e o ambiente institucional do jiu-jitsu na cidade de Corumbá. Percebe-se que a influência ao esporte na cidade se dá principalmente pelo papel de Manoel João e da Iron, bem como dos demais líderes das outras academias da cidade.

Neste caso, os atributos comportamentais do líder influenciaram a disseminação do esporte e formação de novos atletas. O particular interesse nos valores da prática esportiva, que também são disseminados em sua outra função, como médico, foram essenciais para a mudança na vida dos atletas e na formação das redes sociais propostas por Colli e Rose (2013) que representam os ativos intangíveis da empresa, dado que ela começou inclusive quase sem nenhum recurso, e se apresentam também como essenciais para a sucessão de liderança na empresa familiar, posto que seus filhos se mantêm na atividade.

Cabe salientar que os conflitos gerados nas empresas familiares, postos pela teoria não se refletiram neste estudo de caso. É interessante compreender que em sua estrutura familiar original, os irmãos de Manoel João se dedicaram a outro ramo, a odontologia. Assim, sob a perspectiva de Goffee (1996), a estrutura da empresa está mais relacionada a genros, cunhados, sobrinhos e filhos que se interessam pela atividade. Sobre a cultura, mantêm-se compartilhados os valores do jiu-jitsu que se refletem na empresa: busca por reconhecimento, status e realização pessoal, embora as gerações seguintes possam se preocupar também com os aspectos financeiros da organização.

Quanto ao ciclo de vida, este é parte fundamental da continuidade da existência da Iron. Foi revelado por Manoel João que sua filha Ariadne é quem irá sucedê-lo na continuidade da academia, já tendo dado início aos procedimentos para tal.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUER, Caroline Silveira et al. **Metodologia da pesquisa em história**. Porto Alegre: SAGAH, 2021.

CÂMARA DE CORUMBÁ (MS). **Chicão Vianna sugere implantação do programa Bolsa Atleta em Corumbá**. 2022. Disponível em: https://www.camaracorumba.ms.gov.br/noticia/chicao-vianna-sugere-implantacao-do-programa-bolsa-atleta-em-corumba. Acesso em: 10 jul. 2022.

COLLI, A.; ROSE, M. Family Business. *In*: JONES, G.; ZEITLIN, J. **The Oxford Handbook of Business History**. Oxford, UK: Oxford University Press, 2013, p. 194-218, https://homepage.univie.ac.at/peter.eigner/WS/colli_rose.pdf

CORUMBÁ (MS). **História**. 2022. Disponível em: https://www.corumba.ms.gov.br/minha-corumba/historia/. Acesso em: 14 jul. 2022.

CORUMBÁ (MS). **Projeto da Guarda Civil Municipal ensina jiu-jitsu para crianças e adolescentes de Corumbá**. 2021. Disponível em: https://www.corumba.ms.gov.br/2021/12/projeto-da-guarda-civil-municipal-ensina-jiu-jitsu-para-criancas-e-adolescentes-de-corumba/. Acesso em: 10 jul. 2022.

DIÁRIO CORUMBAENSE. Corumbaense conquista mundial de jiu-jitsu. **Correio do Estado**: Esportes. 2014. Disponível em https://correiodoestado.com.br/esportes/corumbaense-conquista-mundial-de-jiujitsu/213716. Acesso em: 10 jul. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7 ed. Barueri: Atlas, 2022.

GOFFEE, R. Understanding Family businesses: issues for further research. Entrepreneurial Behaviour & Research, Vol. 2 No. 1, 1996, pp. 36-48.MCB University Press, 1355-2554.

GONÇALVES, C.; SAES, A. M. **Surgimento e desenvolvimento da business history: da história de empresas à história de negócios**. 2017, Anais.. São Paulo: ABPHE, 2017.

INTERNATIONAL BRAZILIAN JIU-JITSU FEDERATION. **Livro de Regras**. 2020. Disponível em: https://cbjj.com.br/books-videos. Acesso em: 14 jul. 2022.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2022.

MARICHAL, C. Avances recientes em la historia de las grandes empresas y su importancia para la historia económica de México. *In*: MARICHAL, C.; CERRUTTI, M.(orgs)**Historia de las grandes empresas en México 1950-1930**. México: FCE, UANL, 1997.

MENDONÇA, C. Governança familiar. *In:* Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Governança em empresas familiares: evidências brasileiras. São Paulo: IBGC, 2019.

MIRANDA, Gabriela. **Benefícios do Jiu-Jítsu**. 2010. Disponível em: http://www.educacaofisica.seed.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=31. Acesso em: 19 de nov. 2018.

SAES, A. M.; GONÇALVES, C. A trajetória da *Business History* no século XX. *In*: GOULARTI-FILHO, A.; SAES, A. M. (orgs). **História de empresas no Brasil**. Niterói: Eduff; São Paulo: Hucitec, 2021.

TOLLIDAY, S. Beyond the "organizational synthesis": paradigma andtheory in recente american business history. *In*: SZMRECSÁNYI, T; MARANHÃO, R. (orgs). **História de empresas e desenvolvimento econômico.** São Paulo: Hucitec/Associação de Pesquisadores em História Econômica/Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002.

TONINELLI, P. A. Business History as a fieldofresearch: theeuropean perspective. *In*: SZMRECSÁNYI, T; MARANHÃO, R. (orgs). **História de empresas e desenvolvimento econômico.** São Paulo: Hucitec/Associação de Pesquisadores em História Econômica/Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

A FAPESC e sua jornada de 25 anos - A formação do secular sistema de ciência, tecnologia e inovação em Santa Catarina

Lucene Cândido Magnus

Alcides Goularti Filho

Bruno Moreira Carola

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

A FAPESC e sua jornada de 25 anos - A formação do secular sistema de ciência, tecnologia e inovação em Santa Catarina

FAPESC and its 25 years journey - The formation of the secular science, technology and innovation system in Santa Catarina

Lucene Cândido Magnus [1]
Alcides Goularti Filho[2]
Bruno Moreira Carola[3]

Resumo:

O objetivo deste projeto é analisar a trajetória e o desempenho da FAPESC nos últimos 25 anos na formação do sistema estadual de ciência, tecnologia e inovação, e analisar os resultados quantitativos e qualitativos dos investimentos em ciência, tecnologia e inovação liderados pela FAPESC. Esta pesquisa justifica-se por dois motivos: A lacuna que há nas produções bibliográficas e historiográficas em Santa Catarina sobre a trajetória de instituições de fomento a ciência, tecnologia e inovação, e a relevância do tema para a sociedade e o mercado, dada a importância deste fomento para o desenvolvimento socioeconômico. A trajetória de 25 anos da FAPESC é resultado de um longo de processo de institucionalização da ciência, da tecnologia e da inovação. O papel do Estado foi determinante para a consolidação desse sistema. Por meio da administração direta ou indireta, que promoveram um ambiente favorável para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação.

[1] Historiador e mestrando do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da UNESC.
[2] Doutorado em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (2001), Professor Titular do Universidade do Extremo Sul Catarinense , Brasil.
[3] Graduando de História da UNESC.

A FAPESC e sua jornada de 25 anos - A formação do secular sistema de ciência, tecnologia e inovação em Santa Catarina

Palavras-chave: Ciência; Tecnologia; Instituições; Desenvolvimento Socioeconômico e Estado

Abstract:

The objective of this project is to analyze the trajectory and performance of FAPESC in the last 25 years in the formation of the state system of science, technology and innovation, and to analyze the quantitative and qualitative results of investments in science, technology and innovation led by FAPESC. This research is justified for two reasons: The gap in the bibliographic and historiographical productions in Santa Catarina on the trajectory of institutions that promote science, technology and innovation, and the relevance of the theme to society and the market, given the importance of this promotion for socio-economic development. FAPESC's 25-year trajectory is the result of a long process of institutionalizing science, technology and innovation. The role of the State was decisive for the consolidation of this system. Through direct or indirect administration, they have promoted a favorable environment for the development of science, technology and innovation.

Key words: Science; Technology; institutions; Socioeconomic Development

***

Introdução

A história de uma Instituição é a história de uma pessoa jurídica, portanto, não é uma biografia. A Instituição, aqui, assume a centralidade e, em sua narrativa, se fazem os diálogos necessários com outras áreas do conhecimento. Na economia, podemos destacar os impactos dos modelos de desenvolvimento e das políticas econômicas. Na política, por sua vez, as eleições e os acordos com os poderes Executivo e Legislativo não podem deixar de ser abordados, pois nenhuma instituição está isolada deste ambiente. No social, as diversas manifestações da comunidade endereçadas à Instituição talvez sejam os eventos mais destacados. Mudanças nas regras organizacionais e o disciplinamento social e ambiental também devem ser lembrados quando narramos a história de uma Instituição. Este arranjo, portanto, constitui a história dos avanços e recuos em um tempo e um espaço definidos.

Ter a Instituição como foco não significa que devemos ignorar a atuação de seus gestores, que buscam melhor posicioná-la no mercado e na sociedade. O mesmo em relação aos trabalhadores que, tanto em momentos de tranquilidade quanto de conflitos, são os mais atuantes na trajetória da Instituição.

Ao pesquisar sobre a trajetória de uma Instituição, à longo prazo, devemos observar principalmente as permanências, continuidades e descontinuidades nas gestões. Também destaca-se os pontos de inflexão e reversão de tendências na evolução da Instituição. Se a mesma está consolidada, o mais importante ao pesquisar são as estruturas, ou seja, o que permaneceu e foi determinante para o crescimento e manutenção dela nesse longo período. Além disso, a Instituição não menospreza o caráter cultural e político das diversas gestões, porém não o coloca no centro da análise.

Constata-se que seu desempenho, ainda ao observar a trajetória de uma Instituição, está condicionado tanto ao ambiente interno (acúmulo de capital, força de trabalho e capacidade gerencial) como ao externo (política econômica e social), além

das disponibilidades materiais (insumos e infraestrutura logística). Além desses condicionantes, também temos de levar em conta que cada Instituição, mesmo sendo determinada por macroestruturas, possui especificidades que a tornam única. Sua história é própria e irredutível. Os erros e acertos são reflexo de tomadas de decisão de seus gestores, em um ambiente de incertezas, cujo o contexto, aponta para resultados futuros. Portanto, passado, presente e futuro se entrelaçam no cotidiano de uma Instituição, fazendo do tempo uma prisão involuntária.

O ambiente externo e a disponibilidade de materiais são macroestruturas circunscritas a um espaço determinado. Especificidades culturais de cada país ou região possibilitam a oferta de bens e serviços com graus diferenciados de qualidade e quantidade. Excesso e escassez, relacionados com a localização em um território específico, muitas vezes escapam do controle gerencial. As fronteiras nacionais impõem limites, o que leva muitas empresas e Instituições a transpô-las para garantir sua sobrevivência e dominar ainda mais o mercado. Após transpor as fronteiras, as empresas e Instituições terão que lidar com outra realidade, que exigirá dos gestores novas posturas frente às demandas e problemas anteriormente inexistentes. Portanto, os condicionantes específicos de cada país fazem do espaço outra prisão involuntária.

A partir de uma perspectiva interdisciplinar, o objetivo deste projeto é analisar a trajetória e o desempenho da FAPESC nos últimos 25 anos na formação do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia. Para isso, também analisando os resultados quantitativos e qualitativos dos investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação liderados pela FAPESC, entendendo o movimento político e institucional da mesma dentro dos modelos de política econômica e social implementados pelos governos estaduais e federal.

Os resultados da pesquisa terão como foco a comunidade acadêmica, agentes políticos vinculados aos órgãos governamentais, bem como secretarias e autarquias do governo do Estado de Santa Catarina, que elaboram estratégias para desenvolvimento científico e tecnológico, sendo estas, importantes ferramentas de respaldo nas tomadas de decisão que visam ampliar e modernizar a economia e a sociedade catarinense. Os

acima mencionados, poderão auxiliar gestores públicos e executivos do setor na formulação de políticas para Ciência, Tecnologia e Inovação, na obtenção de resultados mais eficientes para o Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia.

Esta pesquisa justifica-se por três motivos: 1) A lacuna que há nas produções bibliográficas e historiográficas em Santa Catarina sobre a trajetória de instituições de fomento à pesquisa. Após uma ampla pesquisa bibliográfica em diversas bibliotecas universitárias catarinenses, constatou-se que os estudos sobre a trajetória de instituições de fomento à pesquisa são escassos. 2) A relevância do tema para a sociedade, dada a importância da FAPESC para o desenvolvimento socioeconômico e na formação do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia. 3) Dar continuidade a uma ampla pesquisa que desenvolve sobre a formação do Sistema Estatal Catarinense, financiada pela FAPESC pelo Edital 06/2017.

O trabalho de rastreamento na percepção da construção de um estudo interdisciplinar da trajetória da FAPESC significa pensar um "método" que vá ao encontro das fontes e da forma de abordá-las. Mesmo em uma perspectiva interdisciplinar, o foco da análise será mais profundo em três áreas do conhecimento: Economia, História e Geografia. Entendendo a Economia como o estudo das relações entre os homens na reprodução da vida material; a História, como o estudo do acontecer humano nas diversas esferas da existência; e o Espaço, como uma instância social na produção e na reprodução da vida.

Pretende-se analisar os relatórios anuais da FAPESC, os editais lançados, as mensagens dos governadores à Assembleia Legislativa de Santa Catarina – ALESC e os Relatórios e Pareceres das Prestações de Conta dos governos, no intuito de identificar as áreas de conhecimento mais ou menos beneficiadas e a orientação política de cada gestão.

Os procedimentos metodológicos consistem em propor um debate teórico e histórico sobre o Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia e o fomento institucional. Fazer um levantamento bibliográfico online nas bibliotecas, arquivos e Instituições selecionadas, organizando e sistematizando todo o material digitalizado ou copiado. Por

fim, combinar os dados coletados com as teorias, a história e a realidade do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia em Santa Catarina.

Do FUNCITEC à FAPESC

Ao estudarmos a trajetória da ciência e tecnologia e inovação em Santa Catarina e suas instituições, vemos que os avanços e mudanças seguem o mesmo fluxo da institucionalização fomentada pelo governo federal. Sendo que em alguns estados no mesmo ritmo, outros com atrasos, identificando uma trajetória desigual entre as regiões brasileiras.

Tomamos como ponto de partida para a construção da trajetória secular de um sistema de Ciência, tecnologia e inovação no Brasil, a criação do CNPQ e da CAPES, ambos fundados no ano de 1951. Criado durante o governo de Gaspar Dutra (1946 – 19950), tendo como principais incentivadores dentro da comunidade cientifica, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Academia Brasileira de Ciência (ABC).

No dia 23 de maio de 1949 foi apresentado ao legislativo o PL 260/49, que tinha por objetivo criar o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). Somente em 15 de janeiro de 1951, após oito meses de tramitação, foi a provada a criação do Conselho Nacional de Pesquisa pela lei nº 1.310. No mesmo ano, no dia 11 de junho, por meio do Decreto nº 29.741, foi instituída, dentro do Ministério da Educação, uma comissão para promover a "Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior". Uma "campanha" que se transformou, ao lado do CNPq, na mais relevante agência de fomento à ciência e a tecnologia do Brasil. A politização do debate, em torno da importância do investimento em ciência e tecnologia, resultou na sua institucionalização, cristalizada no CNPq e na CAPES.

Em nível federativo o amparo a pesquisa foi construído a partir de fundações criadas com o objetivo de fomentar a pesquisa de instituições estaduais e por consequência seu desenvolvimento e o do estado. As FAPs – Fundações de Amparo a pesquisa, foram o primeiro passo para construir uma posterior rede de amparo a ciência, tecnologia e inovação presente em todo a terriorotio nacional.

A primeira a ser formada no Brasil foi a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), criada em 18 de outubro de 1960, com base na Lei Estadual nº 5.916. O Rio Grande do Sul foi o segundo estado brasileiro a institucionalizar o apoio à pesquisa com a criação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), por meio da Lei nº 4.920, de 31 de dezembro de 1964.

Com Ditadura Militar e sua política de centralidade antidemocrática, perdemos o estimulo a criação de fundações estaduais para o fomento à pesquisa. Retomando o crescimento somente em 1980, com a criação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), por meio do Decreto nº 3.290, de 16 de junho de 1980. Nos anos seguintes da redemocratização tivemos a criação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), por meio da Lei nº 10, de 28 de agosto de 1985 e da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE), por meio da Lei nº 10.401, de 26 de dezembro de 1989.

Durante a década 1990, tivemos a criação de mais seis fundações estaduais de amparo à pesquisa: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Alagoas (FAPEAL), Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF) e Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT).

Em Santa Catarina anterior a criação de uma fundação tivemos em 1990 foi instituído o Fundo Rotativo de Fomento a Pesquisa Cientifica e Tecnológica do estado de Santa Catarina (FUNCITEC) que foi a base para que em 1997, por meio da lei10.355, fosse criada a fundação de Ciência e Tecnologia, que manteve a sigla FUNCITEC.

As demais fundações criadas após a FUNCITEC estão elencadas no quadro 1. Sendo atualmente 26 fundações, que desde 2006 passaram a compor Conselho das

Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP), que busca promover a parceria entre as FAPs e as agências nacionais e internacionais de fomento à pesquisa.

Quadro 1 – Fundações estaduais de amparo à pesquisa

Ordem	Estado	Fundação	Ano de criação
1ª	São Paulo	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP	1960
2ª	Rio Grande do Sul	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul - FAPERGS	1964
3ª	Rio de Janeiro	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ	1980
4ª	Minas Gerais	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG	1985
5ª	Pernambuco	Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco - FACEPE	1989
6ª	Alagoas	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Alagoas - FAPEAL	1990
7ª	Ceará	Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP	1990
8ª	Maranhão	Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão - FAPEMA	1990
9ª	Distrito Federal	Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - FAPDF	1992
10ª	Paraíba	Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba - FAPESQ	1992
11ª	Piauí	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí - FAPEPI	1993
12ª	Mato Grosso	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso - FAPEMAT	1994
13ª	Santa Catarina	Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina - FAPESC	1997
14ª	Mato Grosso do Sul	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul - FUNDECT	1998
15ª	Paraná	Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e	1998

		Tecnológico do Estado do Paraná - Fundação Araucária	
16ª	Bahia	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB	2001
17ª	Amazonas	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM	2002
18ª	Rio Grande do Norte	Fundação de Apoio à Pesquisa do Rio Grande do Norte - FAPERN	2003
19ª	Espírito Santo	Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo - FAPES	2004
20º	Goiás	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás - FAPEG	2005
21ª	Sergipe	Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe – FAPITEC	2005
22ª	Pará	Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas – FAPESPA	2007
23ª	Amapá	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amapá – FAPEAP	2009
24ª	Rondônia	Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia - Fundação Rondônia	2011
25ª	Tocantins	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Tocantins - FAPT	2011
26ª	Acre	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Acre - FAPAC	2012
27ª	Roraima	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Roraima	2021

Fonte: Sites das respectivas Fundações.

Consultando a Legislação Catarinense e o site institucional da FAPESC podemos estabelecer a origem da mesma, e do investimento em Ciência e Tecnologia em Santa Catarina. Iniciado no dia 05 de Julho de 1990, quando foi instituído em Santa Catarina o Fundo Rotativo de Fomento à Pesquisa Científica e Tecnológica do estado, criado pela Lei nº.7.958 e supervisionado pela Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, das Minas e Energia. Tendo seus recursos garantidos para a realização de estudos, programas e projetos que criem, aperfeiçoem e consolidem o desenvolvimento

científico e tecnológico no território catarinense. O orçamento anual previsto para o Fundo seria composto por até 2,0% das receitas correntes do Estado, excluindo as parcelas destinadas aos municípios. Desse total, 50,0% deveriam ser destinados ao Fundo Rotativo de Estímulo à Pesquisa Agropecuária do Estado de Santa Catarina (FEPA), consignado no orçamento da Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária (EMPASC). A previsão era de chegar ao limite de 2,0% até 1993, aumentando gradativamente 0,5% ao ano. A utilização dos recursos liberados deveria obedecer às regulamentações definidas pelo Conselho de Política Científica e Tecnológica.

Em 1997 o Fundo Rotativo passou a ser chamado de Fundação de Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, através da Lei nº. 10.355, enquanto uma entidade pública ligada ao Gabinete do Governador, com patrimônio e receitas próprias. Mantendo a mesma sigla. Em 2003, a fundação foi ligada a Secretaria de Educação e Inovação do estado e em 2005 - pela Lei Complementar nº. 284 de 28 de fevereiro - foi intitulada novamente, transformando-se em Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina.

Somente em 2011 que a Instituição recebe a nomenclatura à qual é conhecida até hoje, Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina – FAPESC, vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável – SDS, pela Lei Complementar nº. 534 de 20 de abril.

Resultados e discussão

A FAPESC exerce papel fundamental na conformação de um ecossistema de investimento em Ciência, Tecnologia e Inovação no estado de Santa Catarina, sendo esta uma de suas missões, bem como o avanço de todas as áreas do conhecimento, o equilíbrio regional, o desenvolvimento econômico sustentável e a melhoria da qualidade de vida. A Fundação exerce seus projetos e fomenta seus investimentos com diversas parceiras, sendo estas, as Instituições de Ensino Superior (IES) do estado, Epagri, Embrapa, Ministérios do governo federal, demais secretarias do governo estadual, CNPq e Capes. Instituições que colaboram para a formação desse sistema de Ciência,

Tecnologia e Inovação composto por diversas instituições de fomento ao desenvolvimento de atividades produtivas, científicas e de experiências tecnológicas.

A criação do FUNCITEC em 1990 e da FAPESC em 1997, é fruto do amadurecimento do debate político, dos resultados positivos impulsionados pelas instituições e da modernização do sistema produtivo e das estruturas da circulação. A constituição da FAPESC seguiu a seguinte trajetória:

- Politização: debate na sociedade sobre a relevância da ciência e tecnologia para a promoção do desenvolvimento – 1970 a 1990;
- Institucionalização: criação de instituições e definição de regras voltadas a promoção da ciência, tecnologia e inovação amparadas em estatutos – 1990 a 1997;
    - Racionalização dos processos – 1997 a atual;
    - Administrativos: estabelecimento de rotinas;
- Financeiro: definição de orçamento;
    - Fomento esporádico – 1997 a 2005;
    - Fomento contínuo – 2005 a atual;

Com base em estudos já realizados e nas análises em andamento dos editais das chamadas públicas feitas pela FAPESC, podemos definir 5 eixos de investimento construídos pela FAPESC nesses 25 anos, que são:

1. Programas de Pesquisa;
2. Programas de Inovação;
3. Programas de Recursos Humanos;
4. Programas de Difusão;
5. Prêmios;

Do período já analisado, de 2003 a 2022, a FAPESC lançou 233 chamadas públicas, sendo que o investimento financeiro foi de aproximadamente R$311.998.984,76. Os anos de 2019, 2020 e 2021 foram os anos com maior número de chamadas públicas, organizadas na gestão do Presidente Fábio Zabot Holthausen, tendo 19, 34 e 50 chamadas, respectivamente.

Os editais das chamadas publicas analisados são os seguintes:

1. Programas de Pesquisa: Universal (sendo esse um dos principais editais), PPSUS (Programa de Pesquisa para o Sistema Único de Saúde), INCT (Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia), PRONEX (Programa de Apoio a Núcleos de Excelência), PRONEM (Programa de Apoio a Núcleos Emergentes) PPP Jovem Pesquisador (Programa Primeiros Projetos de Pesquisa para Jovem Pesquisador), Estruturante REPENSA (Programa Redes Nacionais de Pesquisa em Agrobiodiversidade e Sustentabilidade Agropecuária), SISBIOTA (Sistema Nacional de Pesquisa em Biodiversidade), REFLORA (Programa Plantas do Brasil: Resgate Histórico e Herbário Virtual para o Conhecimento e Conservação da Flora Brasileira), Biodiversidade PAP/UDESC (Programa de Apoio à Pesquisa) e Carvão Mineral.
2. Programas de Inovação: Economia Verde e Solidária, Sinapse da Inovação e TECNOVA.
3. Programas de Recursos Humanos: Geração TEC, Entra21 – Blusoft e Bolsas de estudo.
4. Programas de Difusão: PROEVENTOS, Publicações e Comunicação Social e Jornalismo Científico.

Prêmios: Prêmio Stemmer de Inovação Catarinense, Prêmio Valorização da Biodiversidade Catarinense e Prêmio Mérito Universitário Catarinense.

Considerações Finais

Somente com os dados iniciais já é possível visualizar a relevância da FAPESC no investimento em Ciência e Tecnologia dentro do estado de Santa Catarina. Cruzando os dados obtidos com a finalização das análises das chamadas públicas, com as mensagens dos governadores e as prestações de contas, será possível entender, em sua totalidade, o papel fundamental da FAPESC no desenvolvimento do estado através da Ciência e Tecnologia.

Portando, podemos definir que a trajetória de 25 anos da FAPESC é resultado de um longo de processo de institucionalização da ciência, da tecnologia e da inovação.

Um conjunto de instituições produzindo conhecimento e diversas organizações implementando técnicas avançadas colaboraram para a secular formação do sistema catarinense de ciência, tecnologia e inovação.

O papel do Estado neste processo, foi determinante para a consolidação desse sistema. Seja por meio da administração direta ou indireta, as diversas ações dos agentes públicos promoveram um ambiente favorável para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação. Sendo que o grande desafio é a criação de um equilíbrio deste desenvolvimento em todo o território catarinense e em todas as áreas do conhecimento, para que podemos avançar no desenvolvimento do estado.

Bibliografia:

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. Paper para o seminário na UFRJ. 25 de setembro de 2013. Disponível em:<http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201309121650480.Conceito%20Desenvolvimentismo%20-%20Pedro%20Fonseca.pdf>. Acesso em: 15 Mai. 2021.

FURTADO, Celso. Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

GOULARTI FILHO, Alcides. Formação Econômica de Santa Catarina. Florianópolis: Cidade Futura, 2002b

GOULARTI FILHO, Alcides. História de empresas e de instituições: um roteiro prático. X Encontro de Pós-graduação em História Econômica. Osasco: UNIFESP/ABPHE, 2020.

GOULARTI FILHO, Alcides. List e o sistema nacional de economia política. 1999. Disponivel em: < https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/LEP/L7/05-Goularti.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2022.

LIST, Georg Friedrich. Sistema nacional de economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Coleção Os Economistas).

Oliveira, Manoela Müller de. Avaliação formativa de política pública: proposta de melhoria da gestão do Programa de Apoio à Pesquisa (PAP) da UDESC. 2018. Disponível em:<file:///C:/Users/Windows%2010/Downloads/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Manoela%20M%C3%BCller%20de%20Oliveira_vers%C3%A3o%20final_A5.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2022.

SANTA CATARINA. Lei n.º 7.958, de 05 de junho de 1990. Institui o Fundo Rotativo de Fomento à Pesquisa científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina - FUNCITEC, e dá outras providências. Disponível em:< http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1990/7958_1990_Lei.html>. Acesso em: 07 abr. 2022.

SANTA CATARINA. Lei n.º 10.355, de 09 de janeiro de 1997. Dispõe sobre a instituição, estruturação e organização da Fundação de Ciência e Tecnologia - FUNCITEC. Disponível em:< http://leisestaduais.com.br/sc/lei-ordinaria-n-10355-1997-santa-> . Acesso em: 07 abr. 2022.

SANTA CATARINA. Lei Complementar n.º 284, de 28 de fevereiro de 2005. Estabelece modelo de gestão para a Administração Pública Estadual e dispõe sobre a estrutura organizacional do Poder Executivo. Disponível em:< http://www.sea.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&task> . Acesso em: 07 abr. 2022.

SANTA CATARINA. Lei Complementar n.º 534, de 20 de abril de 2011. Altera dispositivos da Lei Complementar n.º 381/2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual e estabelece outras providências. Disponível em:< http://legislacao.sef.sc.gov.br/legtrib_internet/html/leis/2011/lc_11_53>. Acesso em: 07 abr. 2022.

SCHUMPETER, Joseph Alois. História da análise econômica. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964. v. 1.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

A SOCIEDADE ANÔNIMA AUTO VIAÇÃO SUL BAHIANA - AVSB E A CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DE RODAGEM ILHÉUS-ITABUNA (1922-1932)

Luciana Maria Santiago Baldoino

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

A SOCIEDADE ANÔNIMA AUTO VIAÇÃO SUL BAHIANA - AVSB E A CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DE RODAGEM ILHÉUS-ITABUNA (1922-1932)

SOUTH BAHIA'S ANONYMOUS SOCIETY OF AUTO TRANSPORTATION – AVSB AND THE CONSTRUCTION OF THE ILHÉUS-ITABUNA ROAD (1922-1932)

Luciana Maria Santiago Baldoino[1]

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a organização e o funcionamento da Sociedade Anônima Auto Viação Sul Bahiana - AVSB, empresa criada com a finalidade de construir uma estrada de rodagem que deveria ligar Ilhéus a Itabuna, municípios líderes da produção de cacau do Estado da Bahia. A AVSB foi fundada em 1922, marco inicial desta pesquisa, e operava através das subscrições financiadas pelos seus membros, com o objetivo de custear materiais, mão-de-obra e demais gastos da obra. A baliza final deste trabalho é o ano de 1932, quando a AVSB se transformou em SULBA, empresa subsidiária do Instituto de Cacau da Bahia – ICB, deixando de ser uma sociedade anônima. A AVSB possuiu na imprensa regional e no governo municipal fortes aliados. Sob a direção da AVSB, a construção da estrada Ilhéus-Itabuna coincidiu com o início do movimento rodoviário no Brasil, que influenciou diretamente a região sul baiana, sendo o modal rodoviário apresentado como sinônimo de um suposto progresso.

[1] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF). Email: lmsbaldoino@outlook.com

*Palavras-chave***:** Sul da Bahia; Estrada de Rodagem Ilhéus-Itabuna; Sociedade Anônima Auto Viação Sul Bahiana; SULBA; Movimento Rodoviário.

ABSTRACT

This study analyses the organization and functioning of the South Bahia's Anonymous Society of Auto Transportation – AVSB in portuguese – a company created with the purpose of building a highway that should connect Ilhéus to Itabuna, counties that are leaders in cocoa production in the state of Bahia. The AVSB was founded in 1922, the starting point of this research, and operated through subscriptions financed by its own members, with the goal of defray materials, labor and the rest of the construction costs. The final goal of this research is the year of 1932, when the AVSB became SULBA, a subsidiary company from Bahia's Cocoa Institute – ICB in portuguese, ceasing to be an anonymous society. The AVSB has many allies in the regional media and the municipal government. By the direction of AVSB, the construction of the Ilhéus-Itabuna road coincided with the beginning of the road movement on Brazil, which directly influenced the South Bahia region, being the road transport presented as synonymous of a supposed progress.

Keywords: Southern Bahia; Ilhéus-Itabuna Highway; Auto Viação Sul Bahiana Corporation; SULBA; Road Movement.

***

INTRODUÇÃO

O escoamento do cacau, mercadoria que se transformou na principal receita do Estado da Bahia, no século XX, justificava a urgência no desenvolvimento da infraestrutura de transporte da região cacaueira. Partindo da relação entre o transporte e a mercadoria, foi idealizada, por uma fração da classe dominante sul baiana, uma estrada de rodagem que deveria interligar os municípios líderes da região: Ilhéus e Itabuna. O principal argumento para a sua construção estava na necessidade de um transporte rápido, econômico e seguro do cacau, mercadoria responsável pela ascensão econômica da região, que seria ofertado por esta estrada.

Para realização do empreendimento foi fundada a Sociedade Anonyma Auto Viação Sul Bahiana – AVSB, empresa que através das subscrições de seus membros, tinha como objetivo construir a estrada de rodagem Ilhéus-Itabuna. Seus subscritores eram de Ilhéus, Itabuna e do Rio de Janeiro, sendo eles fazendeiros, políticos, comerciantes e advogados. Os subscritores sul baianos tinham como principal interesse a construção da estrada que margearia o rio cachoeira, onde ficavam localizadas fazendas dos pessoístas, grupo político responsável pela propagação da necessidade de construção da estrada.

Com o objetivo de conquistar a opinião pública e a aderência de subscritores para AVSB, o jornal *Correio de Ilhéus*, que tinha como diretor-chefe e proprietário, o líder do grupo pessoísta, Antônio Pessôa, relacionava a construção da estrada Ilhéus-Itabuna ao progresso e desenvolvimento da região, sugerindo que o atraso desses dois municípios, estava na ausência de estradas de rodagem que pudessem transportar o cacau com mais facilidade e trafegar os automóveis, que importados, da Europa e dos Estados Unidos da América - EUA, correspondiam a novidade no Brasil.

O momento de idealização e construção da estrada sul baiana, coincidiu com o início do movimento rodoviário no Brasil, na década de 20, que apresentava estradas/rodovias como sinônimos de um suposto progresso. Desta forma, buscaremos apresentar a organização e funcionamento da AVSB, empresa responsável pela construção desta estrada, sendo a baliza final o ano de 1932, após a transformação da AVSB, em SULBA, empresa subsidiária do Instituto de Cacau da Bahia.

A IDEALIZAÇÃO DA ESTRADA ILHÉUS-ITABUNA

O cacau tinha a maior parte da sua produção concentrada no sul da Bahia, região cacaueira, e a urgência de estradas para realizar o seu escoamento era o principal argumento utilizado pelos pessoístas para impulsionar a construção da estrada Ilhéus-Itabuna. Segundo estes, com a estrada seria oferecido, um transporte alternativo ao já realizado pela Estrada de Ferro Ilhéus-Conquista – EFIC, que vinha sendo alvo de críticas por conta de seus descarrilamentos e falta de reparos.

Construída com o principal objetivo de transportar o cacau sul baiano até o porto, a EFIC foi inaugurada em 1910, em Ilhéus, e, em 1913, em Itabuna (PONTES, 2019). Bento Berillo de Oliveira, industrial baiano, foi o concessionário vitorioso na concorrência pública realizada, em 1904, em Salvador, para a construção da estrada de ferro. Porém, não conseguindo reunir os recursos para a construção vendeu, em 1908, a concessão para a empresa londrina *The State of Bahia South Western Railway Company Limited*, na qual Berillo atuou como diretor e representante legal por décadas (PONTES, 2019).

Em um trabalho pioneiro sobre o transporte na região cacaueira, a historiadora Kátia Pontes apontou a existência de uma articulação entre a EFIC e o porto de Ilhéus. Segundo Pontes, ambos formavam um binômio, “dois elementos, ideias, conceitos, cuja junção representa uma possibilidade harmoniosa” (PONTES, 2019, p.21), engendrados pelo capital inglês:

> Em Ilhéus, a ferrovia e o porto estavam amalgamados na primeira metade do século XX. As estratégias de escoamento do cacau significaram a articulação do capital nacional ao capital inglês em período de expansão da monocultura cacaueira, ambos resultantes de um movimento de incremento dos transportes, que se tornou o setor vetorial do desenvolvimento no Brasil. (...) O que defendemos neste trabalho é que no sul da Bahia, o porto e a ferrovia, diversamente de outras regiões do Brasil, constituíram um binômio sob a égide do capital inglês (PONTES, 2019, p.20).

Apesar de levar em seu nome a cidade de Ilhéus, seu quilômetro zero, e a cidade de Conquista, como fim de linha, a EFIC, não chegou ao destino final, sendo este, um dos pontos principais das reclamações feitas à ferrovia. As insatisfações em relação a EFIC, reforçava a justificativa dada pelos pessoístas, à construção da estrada de rodagem Ilhéus-Itabuna. Segundo seus partidários, a estrada de rodagem transportaria o cacau até o porto de Ilhéus de forma mais rentável e segura, ao transporte realizado pela EFIC.

> (...) Os argumentos utilizados contra a State eram o de que seu serviço não correspondia às expectativas da população, seus acidentes eram constantes, atrasos no transporte do cacau, e a impossibilidade de melhora em serviço, já que o material rodante necessário tinha preços exorbitantes (BALDOINO, 2022, p.67).

O jornal *Correio de Ilhéus*, maior propagador da necessidade da construção da estrada Ilhéus-Itabuna, apresentava ao público supostos empecilhos por parte de determinados grupos, à construção da estrada de rodagem, que seria construída as margens do rio cachoeira, onde se localizavam fazendas dos políticos pessoístas. Essa oposição nos é apresentada pelo jornal com frequência e ao longo das reportagens, críticas são feitas ao serviço da State, apresentando a estrada de rodagem como solução para os problemas do escoamento do cacau e aos que se opunham à esta futura realidade como inimigos de um suposto progresso (BALDOINO, 2022).

Também se argumentava que a estrada de rodagem abarcaria um problema que há muito incomodava os produtores de cacau de Ilhéus e Itabuna, que eram as altas taxas dos impostos de exportação. Os impostos altos se davam por conta do constante desequilíbrio financeiro, e eram utilizados para que o Estado ocorresse as demandas do serviço público.

Com o advento da estrada, os impostos seriam reduzidos devido ao aumento da produção, pois o Estado taxava com 20% uma produção com um milhão de sacos de cacau, sendo assim se a produção fosse duplicada a taxação poderia ser reduzida pela metade.

Em 29 de dezembro de 1921, o jornal *Correio* publicou uma matéria informando aos cidadãos ilheenses que a ideia do bacharel José Nunes da Silva, de construir uma estrada de rodagem que ligasse Ilhéus a Itabuna, margeando o rio cachoeira, havia alcançado maiores proporções, e vinha despertando interesse e aceitação popular. Nunes era proprietário de uma empresa telefônica, tendo recebido em 1915, concessão do Estado para desenvolver serviços na área telefônica (CAMPOS, 2006).

A estrada planejada por Nunes partiria de Ilhéus e através de ramais, cortaria algumas zonas. Passando pelo Banco da Vitória, posicionado em seu trajeto principal, a estrada tomaria direção ao Morro dos Meriquis, Jacarandá, Bom Jesus, Alegrias, Serra Grande, Preguiças e Água Branca, alcançando então seu destino final, a cidade de Itabuna.

Ciente do alto custo envolvido na construção de uma estrada, Nunes viajou para o Rio de Janeiro, Capital Federal, visando conseguir autorização do Ministério de Viação e Obras Públicas para a criação de uma empresa que custeasse o empreendimento. Desta forma, com sede no Rio de Janeiro, foi fundada a Sociedade Anônima Auto Viação Sul Bahiana – AVSB.

A SOCIEDADE ANÔNIMA AVSB

Em sua obra, *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*, a historiadora Maria Bárbara Levy (1994) realizou um denso estudo acerca da origem, organização, entraves e funcionamento das sociedades anônimas no Brasil. Apontando a promulgação do Código Comercial Brasileiro, em 1850, como um marco para o Brasil, pois este permitiu a implantação de uma legislação mercantil própria, a autora destaca como o "novo corpo jurídico também aparelhava o Brasil para constituir sociedades anônimas (LEVY, 1994, p.52)":

> Nele, as sociedades anônimas eram designadas como aquelas com finalidades definidas, sem firma social e administradas por mandatários revogáveis, sócios ou não sócios (...) A organização das sociedades anônimas é um marco fundamental na questão do direto de propriedade. Vem a ser primeiramente um instrumento legal que, ao reunir capitais – supostamente disponíveis – pode promover a expansão sem precedentes da produção, tornando por assim dizer, caducas as empresas baseadas no capital individual (LEVY, 1994, p. 52-53)

A constituição de sociedades anônimas no setor de transportes, foi apontada por Levy que, no final do século XIX, ocupavam o segundo lugar no volume de capital investido sob forma de sociedade anônima no Rio de Janeiro (LEVY, 1994).

Cezar Honorato, em seu livro *"O polvo e o porto: a cia docas de santos (1888 – 1914)"*, apresenta a organização da Companhia Docas de Santos S/A, sociedade anônima concessionária das obras do Porto de Santos (HONORATO, 2016). Honorato explica que com o Decreto Federal 164, de 17 de janeiro de 1890, as exigências para a formação de sociedades anônimas foram abrandadas, e com o Decreto 4343/91 se "consolidou uma posição liberal em relação ao surgimento e à dinâmica das sociedades anônimas" (HONORATO, 2016, p.147). A Cia. Docas de Santos tinha como principal objetivo a construção do Porto de Santos "coerente com o projeto de seus partícipes de construir um complexo portuário capitalista" (HONORATO, 2016, p.148).

No artigo *"História e historiografia dos transportes na corte imperial"*, Guilherme Sedlacek e Marcus Kelli (2016) demonstram a relação intrínseca entre a composição de sociedades anônimas e o setor de transportes, apresentando um ritmo crescente entre os anos de 1861 e 1889.

Sendo a fundação de sociedades anônimas com o objetivo de realizar construções no setor de transportes, um fator recorrente no Brasil, e dada a intensificação dessa prática na primeira metade do século XX, este foi o meio escolhido pelo bacharel sul baiano, Nunes, e demais aliados, para que pudessem realizar a construção da estrada Ilhéus-Itabuna.

Sobre a viagem de Nunes ao Rio de Janeiro e a criação da AVSB, o jornal *Correio*, em 9 de janeiro de 1922, publicou:

> No Rio de Janeiro, conseguiu, depois de muito trabalhar, um auxílio parco. Alguns dos homens daqui, vendo a necessidade maior de prestar um concurso ao operoso cidadão e reconhecendo o dever de Ilhéos de ser o primeiro na victoria de uma grande idéa que só a si dizia respeito, apressaram-se a subscrever importantes quantias, tornando assim possível a constituição de uma sociedade anonyma. (...) Agora os incorporadores da Sociedade pedem o deposito de 50% das quantias sobrescriptas, em Ilhéos, no Banco do Brasil (CORREIO DE ILHÉUS, 1922).

Em 8 de fevereiro de 1922, foram publicadas, no Diário Official dos Estados Unidos do Brasil, as duas atas das reuniões de constituição da AVSB, ocorridas em 14 e 30 de janeiro de 1922, no sobrado do prédio de número 29, na rua primeiro de março, no Rio de Janeiro. A primeira sessão, com a AVSB ainda em via de organização, tinha a mesa composta por Joaquim da Costa Ramalho Ortigão, como presidente, João Mendes de Almeida Netto, como primeiro secretário, e Izidoro de Siqueira Cavalcanti, como segundo. A primeira reunião, tinha como objetivo organizar a constituição da AVSB, e para tal, se fazia necessária a nomeação de três presentes para dar valor aos direitos, concessão, contrato e subscrições efetivadas (DOU, 08/02/1922, p.2978):

> O sr, presidente, em seguida, convida os srs. subscriptores presentes a nomearem tres louvados para os fins do artigo 77, do decreto numero 434, de 4 de julho de 1891. Pede a palavra o sr. dr. Carlos Cavalcanti da Silveira e propõe que sejam nomeados para louvados os srs. dr. Frederico Moraes, engenheiro Pedro Teixeira e coronel Frederico Grace. Posta a proposta em discussão, foi ela approvada por unanimidade. A vista da unanime approvação da proposta do dr. Carlos Cavalcanti da Silveira, o sr. presidente declara que a assembléa, que tem que tomar conhecimento do laudo dos louvados e deliberar sobre a definição da constituição da Sociedade Anonyma Auto Viação Sul Bahiana, se reunirá neste mesmo local, em o dia 30 de janeiro de 1922 ás 15 horas ((DOU, 08/02/1922, p. 2978).

Após a nomeação, o primeiro secretário, João Mendes de Almeida Netto, declarou encerrada a sessão, designando uma nova reunião para o dia 30 de janeiro, com o objetivo de finalizar a constituição da AVSB. Estavam presentes na primeira reunião: João Mendes de Almeida Netto, Joaquim da Costa Ramalho Ortigão, Izidoro de Siqueira Cavalcanti, Quodvultdeus de Teive e Argollo, Manuel da Fonseca Dorea, Carlos

Cavalcanti da Silveira, Edmundo Francisco Vieira, Ilydio Nunes de Castro, João Batipsta Garcia, Jaime Pacheco Lima e José Nunes da Silva (DOU, 08/02/1922, p.2978).

A ata da segunda reunião, ocorrida no dia 30 de janeiro, apresenta, em seu início, o capital total da AVSB, 300:000$000 contos de réis, e as pautas abordadas na sessão foram: deliberação de laudo, leitura e aprovação dos estatutos, eleição da diretoria e conselho fiscal, e a constituição definitiva da AVSB:

> (...) na sua primeira reunião do dia 14 de janeiro do corrente anno, depois de minucioso e bem documentado estudo dão valor de cento e cincoenta e cinco contos de réis (155:000$000) aos direitos, contracto com o município de Ilhéos, no Estado da Bahia, auxilio do Governo Federal que a sociedade vae incorporar pela forma seguinte discriminados: 1 – concessão feita pelo município de Ilheós, Estado da Bahia, ao bacharel José Nunes da Silva, em virtude da lei n. 131, de 24 de outubro de 1918, e pela qual fica este com o privilegio da construcção, uso e goso durante cincoenta annos de uma estrada de rodagem para o transporte, por meio de tracção animal ou por automóvel, de passageiros, cargas e bagagens (DOU, 08/02/1922, p.2978-2979)

Em continuação, a ata apresenta os estatutos da AVSB, contendo: denominação, sede, fins e duração da sociedade (capítulo I); capital (capítulo II); administração (capítulo III); conselho fiscal (capítulo IV); assembleias (capítulo V); lucros e dividendos (capítulo VI); disposições gerais e transitorias (capítulo VII). No capítulo I, responsável pela organização da AVSB, constam os seguintes artigos:

> Art.1 – Pelos presentes estatutos fica constituída nesta cidade do Rio de Janeiro, capital da Republica dos Estados Unidos do Brasil, uma sociedade anonyma sob a denominação de Sociedade Anonyma Auto Viação Sul Bahiana, com sede nesta Capital, tendo por objetivo:
>
> a exploração de uma estrada de rodagem no Estado da Bahia, para o transporte por meio de tracção animal ou por automóvel, de passageiros, cargas e bagagens cuja linha tronco tenha o seu ponto de partida na cidade de Ilhéos, passando pelo arraial de Banco da Victoria, Jacarandá, Alegrias, Preguiças e depois de atravessar a estrada de ferro vá terminar na zona de Sequeiro do Espinho, conforme concessão que lhe será transferida;
>
> construcção e exploração de estradas de rodagem nos diversos Estados do Brasil, por conta própria ou de terceiros, bem como a exploração do

> transporte, por via terrestre, de cargas, bagagens e passageiros por meio de estradas de rodagem ou vias férreas que a sociedade construir;
>
> construcção de portos marítimos ou fluviais é respectiva exploração, por conta própria ou de terceiros; exploração de todos os serviços industriaes e commerciaes que se relacionarem com os fins a que se destina a sociedade.
>
> Art.2 – A sede da sociedade será nesta capital e o prazo da sua duração será de cincoenta annos, podendo ser prorrogado por deliberação de assembléa geral. Conforme o desenvolvimento de suas operações, poderá a sociedade estabelecer succursaes em quaesquer Estados do Brasil ou no estrangeiro (DOU, 08/02/1922, p.2979)

Em relação ao capital da AVSB, o capítulo II apresenta o capital total da sociedade (300:000$000 contos de réis) e de que forma se deu a divisão desse capital:

> Art.3 – O capital da sociedade é de tresentos contos de réis dividido em tres mil acções do valor de cem mil réis cada uma, realizado pela forma seginte:
>
> cento e cincoenta e cinco contos de réis (155:000$000), representados por mil quinhentos e cincoenta acções integralizadas pertencentes ao dr. José Nunes da Silva, correspondentes ao valor pelo qual foram avaliadas a concessão e auxilio do município de Ilhéos, no Estado da Bahia para a construção, uso e goso de uma estrada de rodagem de que trata a lei n.131, de 24 de outubro de 1918 (...);
>
> cento e quarenta e cinco contos de réis (145:000$000), representados por mil quatrocentos e cincoenta e cinco acções do valor de cem mil réis cada uma, subscriptas pelos acionistas da sociedade (DOU, 08/02/1922, p.2979).

No capítulo III, quanto a administração da empresa e sua diretoria: "A sociedade será administrada por uma directoria composta de tres membros: um director-presidente, um director-secretario, e um director-gerente (...)" (DOU, 08/02/1922, p.2980). O capítulo IV, apresenta a composição do conselho fiscal, três membros efetivos e três membros suplentes, eleitos anualmente em assembleia, e as atribuições deste:

> Art. 21 – Ao Conselho Fiscal incumbirâ além das attribuições que lhes são conferidas por lei, examinar minuciosamente, nos tres mezes que precederam ao encerramento do balanço, toda a escripturação, livros e documentos pertencentes à sociedade, verificar a caixa e apurar o estado economico e financeiro da sociedade, afim de bem formular o

> respectivo parecer que deverá ser publicado em annexo, ao relatório annual (DOU, 08/02/1922, p.2980).

Quanto as assembleias, estas inseridas no capítulo V, ficaram organizadas em ordinárias e extraordinárias: "as assembléas ordinarias se reunirão no primeiro trimestre de cada anno; as extraordinarias se reunirão sempre que os interesses da sociedade o exijam" (DOU, 08/02/1922, p.2980). As assembleias deveriam ser presididas por um acionista escolhido por seus pares presentes na reunião e as convocações para estas deveriam ser anunciadas pela imprensa, com antecedência de 15 dias, para as ordinárias, e de 5 dias para as extraordinárias.

O capítulo VI, destinado aos lucros e dividendos, definiu um balanço anual, em 31 de dezembro de cada ano, devendo os lucros serem divididos de acordo com os artigos abaixo:

> Art. 30 – No fim de cada anno social, que terminarà em 31 de dezembro, se procederá a balanço e os lucros verificados serão distribuídos pela fórma seguinte:
>
> cinco por cento para a directoria;
>
> cinco por cento para o fundo de reserva;
>
> cinco por cento para a depreciação do material da sociedade;
>
> oitenta e cinco por cento para serem distribuídos pelos accionistas.
>
> Art. 31 – O fundo de reserva será constituído:
>
> com a porcentagem dos lucros líquidos de que trata o artigo antecedente, letra b];
>
> com os seus proprios rendimentos;
>
> com os dividendos não reclamados no prazo de cinco annos, os que prescreverão ao seu favor.
>
> Art. 32 – Logo que o fundo de reserva attinja a uma importancia igual á metade do capital social, a porcentagem de que trata o art. 30, letra b, dos estatutos, passará a ser distribuída pelos accionistas (DOU, 08/02/1922, p.2980)

Finalizando os capítulos, o capítulo VII, de disposições gerais e transitorias, designa a primeira diretoria, que pelo prazo de dois anos, ficou constituída por: Edmundo Francisco Vieira, como diretor-presidente, Manoel da Fonseca Doria, para diretor-

secretario, e Aureliano Brandão para diretor gerente. O primeiro conselho fiscal ficou composto por: Manoel da Silva Tavares, Virginio Calasans de Amorim e Fernando Steiger Junior, como membros efetivos, e Arthur de Paiva Leite, Henrique Cardoso e Silva, e João Pedro de Souza Leão, como suplentes (DOU, 08/02/1922, p.2981).

Ficava então organizada a AVSB, ao término da reunião de 30 de janeiro de 1922, como uma sociedade anônima com subscrições financiadas pelos seus membros e auxílio governamental, com o objetivo de custear materiais, mão-de-obra e demais gastos da obra. Essas subscrições passaram a ser firmadas através de assinaturas, com fortes campanhas divulgadas pelo jornal *Correio*, que acumularam um capital de 145:000$000 contos de réis, do qual 50% foi depositado na agência do Banco do Brasil em Ilhéus, podendo ser retirado apenas com a aferição de trechos por seções de 10 km.

Apesar de sua recente fundação, a AVSB começou a apresentar problemas em relação aos seus associados, estes apreensivos e desacreditados, desejavam o retorno dos valores depositados. Para impedir estas ações, o *Correio* publicava manchetes narrando a importância da construção da estrada para o desenvolvimento regional e da credibilidade de Nunes, que havia vendido sua empresa telefônica para investir na estrada de rodagem.

O objetivo da campanha realizada pelo *Correio* parece ter surtido efeito, pois as obras foram retomadas em abril de 1922. Em 4 de maio, já estavam prontos 6 km da estrada, com 5% de declividade e com largura de no mínimo seis metros, alcançando o rio do Fundão. Os resultados eram satisfatórios, e foram noticiados pelo mesmo jornal, enaltecendo Nunes, que se mantinha crente na promissão de seu projeto.

Abaixo seguem as tabelas 1 e 2, disponibilizados pela diretoria da AVSB para o jornal *Correio*, em 8 de agosto de 1922, contendo os subscritores de Ilhéus e Itabuna que entraram com 50% das quotas que subscreveram (tabela 1):

Tabela 1: Subscritores de Ilhéus e Itabuna que entraram com 50% das quotas subscritas:

Subscritores	Subscrições
João Pedro de Souza Leão	5:000$000
Antonio Rodrigues Portella	2:500$000
Nicodemos Barreto	2:500$000
Tertuliano Guedes de Pinho	2:500$000
Aureliano Brandão	2:500$000
Fernando de Steijer	2:500$000
Domingos Fernandes da Silva	2:500$000
Philadelpho Almeida	1:250$000
Martinho Conceição	1:000$000
Sabino Costa	1:000$000
Francisco Benicio dos Santos	500$000
Benigno Azevedo	500$000
Antonio Emydio de Almeida	500$000
Arthur Nilo de Sant'Anna	500$000
Total	**25:250$000**

Fonte: CEDOC/UESC. *Correio de Ilhéus*, 8 de agosto de 1922.

E os subscritores que entraram com 100% das quotas (tabela 2):

Tabela 2: Subscritores de Ilhéus e Itabuna que entraram com 100% das quotas subscritas:

Subscritores	Subscrições
Manoel Misael da Silva Tavares	5:000$000
João Borges da Rocha Netto	2:000$000
Francisco Briglia de Magalhães	1:000$000
Total	**8:000$000**

Fonte: CEDOC/UESC. *Correio de Ilhéus*, 8 de agosto de 1922.

Em 12 de agosto de 1922, o *Correio* publicou uma relação de receita e despesas da AVSB, do mês de fevereiro ao mês de agosto. As despesas somavam o valor de 65:442$000 contos de réis, e a receita somava o valor total de 64:650$000 contos de réis. Na publicação referente a relação, também continham nomes de subscritores do Rio de Janeiro, que haviam entrado com 50% das quotas subscritas (tabela 3). Interessante observar que esses subscritores foram os mesmos presentes na organização da AVSB, em janeiro de 1922, cujos nomes constam nas atas no Diário Official da União, nos permitindo afirmar que estes se mantiveram na sociedade, pelo menos até agosto do mesmo ano (1922).

Tabela 3: Subscritores do Rio de Janeiro que entraram com 50% das quotas subscritas:

Subscritores	Subscrições
Edmundo Francisco Vieira	15:000$000
Quodvultdeus de Teive Argollo	3:500$000
João Mendes Almeida Netto	2:000$000
Joaquim da Costa Ramalho Ortigão	2:000$000
Isidoro de Sequeira Cavalcante	2:000$000
João Batipsta Garcia	2:000$000
João Pacheco Lima	2:000$000
Ilídio Nunes de Castro	2:000$000
Total	**30:500$000**

Fonte: CEDOC/UESC. *Correio de Ilhéus*, 12 de agosto de 1922.

Outro ponto a ser destacado, é a quota de 15:000$000 subscrita pelo acionista do Rio de Janeiro, Edmundo Francisco Vieira, sendo esta três vezes superior as maiores subscrições feitas pelos acionistas sul baianos, Misael Tavares e João Leão. A subscrição de Edmundo Vieira e a quantidade de subscritores do Rio de Janeiro que se interessaram

e mantiveram no empreendimento, permitem a reflexão acerca do plano e da possibilidade de lucro da sociedade, apresentados por Nunes na reunião de constituição da AVSB.

Apesar do auxílio governamental e das subscrições particulares destinadas à construção da estrada, em 1923, a AVSB voltou a apresentar problemas financeiros e disparidades entre seus acionistas. Por conta destes percalços, o prazo para a entrega da estrada, que era de dezembro do mesmo ano, foi prorrogado para 31 de dezembro de 1924.

Em primeiro de janeiro de 1924, Mário Pessôa, filho do líder pessoísta Antônio Pessôa, assumiu pela primeira vez a intendência de Ilhéus. Pessôa demonstrava seu interesse pela construção de estradas no município e atrelava suas construções ao desenvolvimento e progresso de uma região. Considerando a estrada Ilhéus-Itabuna, a "coluna vertebral do município" (PESSÔA, 1994), logo ao assumir a intendência, Pessôa buscou resolver os gargalos que impediam a continuidade de sua construção.

Desta forma, em 24 de janeiro de 1924, no mesmo mês da posse de Pessôa, o jornal *Correio* noticiava a chegada no município de Ilhéus, do advogado, Maurício de Oliveira e do engenheiro, Gastão de Araújo, representando J.W. Finch, engenheiro construtor, que, segundo o jornal, representava o interesse de empresários norte-americanos. Ambos vieram com o objetivo de estudar a topografia e os recursos existentes para construção da estrada, percorrendo a zona compreendida pelo plano de viação de José Nunes.

Em 22 de maio de 1924, o *Jornal de Itabuna*, publicou um telegrama cujo signatário era o engenheiro Finch, onde este alegava a necessidade de uma reorganização na AVSB, bem como a mudança da sede da companhia:

> Primeira, que a sede da companhia seja transferida para Ilhéos; segunda que a companhia seja reorganisada escolhendo directores residentes zonas cacaueiras, os quaes terão pessoalmente interesse successo; terceira o capital deve ser augmentado para 1500 ficando actuaes acionistas com prioridade subscreverem novas acções em troca valor proporcional novo capital: quarta, as subscripções devem ser depositadas no Banco do Brasil applicadas para custeio nas construcções e equipamento tudo sob fiscalização nova reorganização (JORNAL DE ITABUNA, 1924, 22 de maio).

Para Finch era de grande urgência a mudança da sede da AVSB, que estava localizada no Rio de Janeiro, para Ilhéus. Assim, seria possível ter um maior controle desta e realizar uma reorganização no seu quadro diretório e nas subscrições que seriam realizadas. O coronel Virgílio Amorim, que havia se tornado o maior acionista e diretor da AVSB, reforçava esta ideia, afirmando que o alvitre de Finch seria a última esperança para conclusão da estrada, que permanecia com suas obras paralisadas.

Visando dar resolução aos percalços para dar continuidade a construção da estrada, Pessôa buscou incentivo estadual para auxiliar a AVSB. Em 27 de fevereiro de 1925, o governador da Bahia, Góes Calmon, recebeu Mário Pessoa e prometeu-lhe auxílio para reiniciar a construção. Então, após a promessa do auxílio, em 27 de maio de 1925, Pessôa promulgou a Lei 293, que dava o prazo de um ano para a conclusão da obra.

Sendo considerada a reorganização da AVSB a resolução para a maior problemática na construção da estrada, em 4 de junho de 1925 foi realizada uma grande reunião em Itabuna presidida pelo Cel. Laudelino Lorens, intendente deste Município. Lorens apresentou durante a assembleia, o engenheiro militar João Palmeira, que viria incorporar a empresa apresentando seu plano para reestruturação desta. No plano de Palmeira constavam detalhes dos capitais a serem aplicados, os meios econômicos para garantia da compra dos materiais necessários e estipulava a data adequada para o fim da obra. Durante a exposição de Palmeira foram apresentados por ele catálogos de materiais para construção e tráfego da estrada de rodagem (JORNAL DE ITABUNA, 1925, 11 de junho).

Uma das questões levantadas durante a assembleia, foi a de qual dos dois municípios sediaria a nova AVSB, ficando acordado então, uma nova reunião em que estivessem presentes os interessados de Ilhéus e Itabuna. A frente das reuniões, Palmeira em entrevista ao *Jornal de Itabuna*, alegou que a estrada totalizaria 36 kms, sendo gastos de 12 a 15 contos de réis a cada quilômetro. Quanto ao prazo para construção, ele fazia uma média de 4 quilômetros por mês que resultariam nos 24 quilômetros pendentes da estrada, pois 12 já haviam sido construídos pela antiga AVSB.

A construção de uma ponte sobre o rio Fundão fazia parte do planejamento da obra, sendo esta considerada um importante obstáculo a ser superado, devido à dificuldade de sua construção, sendo essencial na ligação do município de Ilhéus a estrada desejada. Palmeira levantava um prazo de 10 meses para sua total construção, e com otimismo, ele ainda supunha que poderia ser concluída em menos tempo. Quanto ao capital geral necessário para nova empresa, o engenheiro calculava 608:000$000, sendo este distribuído em: 200:000$000 do auxílio dado pelo Governo do Estado; 300:000$000 das subscrições dos novos acionistas; 72:000$000 do Governo da União; 34:000$000 do município de Ilhéus; e 2:000$000 do município de Itabuna (JORNAL DE ITABUNA, 1925, 11 de junho). As ações da nova AVSB manteriam o valor de 100$000, como a antiga, e a empresa permaneceria com o mesmo nome: Auto Viação Sul Bahiana.

Os gastos com materiais rodantes também foram discutidos, chegando a uma conclusão da necessidade de aproximadamente 100:000$000 para o primeiro ano de tráfego da estrada. Para os demais anos de construção e conservação da estrada, que seriam realizados por tratores, niveladores, escavadores, roladores e britadores, seriam utilizadas as verbas adquiridas com o próprio trafego. Finalizando a entrevista o engenheiro Palmeira discorreu sobre o terreno em que a estrada seria construída e como se daria esta construção,

> O terreno varia na sua topografia e na constituição das suas terras como em toda parte mesmo, porque fazer uma estrada em terreno todo elle solido, firme e no mesmo nível é um idealismo, o nosso terreno aqui estudado têm trechos de terras firmes, optimas para construção e tem também trechos de terras mais fracas que serão cuidadosamente reconstituídas por novos leitos, novas plataformas de estrada, applicando-se-lhes cascalho de pedra britada, areia e especialmente a piçarra que aqui se encontra com facilidade, o casealho, a areia e a piçarra absolvem completamente a humidade das terras argilosas e cacaueiras, reconstituindo-as e solidificando-as. Completa-se a solidez da plataforma da estrada, depois de nivelada, passando-se por cima o rolo compressor e completando-se a drenagem com valletas lateraes, bueiros e etc. (JORNAL DE ITABUNA, 1925, 11 de junho).

Na Câmara Estadual, o deputado Epaminondas Castro discursou em prol da estrada[2] e da necessidade do auxílio estadual para com esta, apresentando a importância econômica de sua funcionalidade para os municípios de Ilhéus e Itabuna, e como a atividade agrícola e comercial da região cacaueira seria impulsionada com sua construção. Mencionando a EFIC, o deputado alegava que esta não conseguia abarcar e servir a todas as necessidades dos dois municípios, sendo urgente a implantação da estrada de rodagem para sanar os percalços existentes.

Em relação a reorganização da AVSB, o deputado foi incisivo quanto a sua urgência, pois a administração e continuação das obras que estavam paralisadas dependiam de sua reestruturação. Para Epaminondas,

> O auxílio que se pleiteia do Governo do Estado para a rodovia ali em execução -assignala o orador- é uma verdadeira ninharia, uma insiginificância, em face da somma vultosa com que os dois municípios concorrem, annualmente, para os cofres do Estado. Basta lembrar que no anno proximo findo, segundo consta da brilhante e exhaustiva Mensagem do Exmo. Sr. Dr. Governador, só as Collectorias de Ilhéos e Itabuna renderam... 1.539:005$918, sendo...1.095:268$900 para a do primeiro dos referidos municípios, e...443:737$018 para a de Itabuna (JORNAL DE ITABUNA, 1925, 15 de junho).

O posicionamento do deputado em relação ao auxílio cedido pelo Estado expressava uma insatisfação compartilhada entre os acionistas da AVSB. Estes alegavam ser incoerente o auxílio dado, pois era proveniente de Ilhéus e Itabuna 60% de toda produção cacaueira do Estado da Bahia, rendendo, por exemplo, no ano de 1924, 6.000:000$000 arrecadados através dos impostos de exportação cobrados sobre o produto e contribuindo, no ano de 1925, para a receita estadual, com mais de 7.500:000$000.

Em 23 de Julho de 1925, o senado aprovou o projeto apresentado na Câmara por Epaminondas, autorizando o Estado a auxiliar com 200:000$000 a construção da estrada Ilhéus-Itabuna. Essa aprovação foi muito bem recebida pelos dois municípios, e o intendente Mário Pessoa enviou um telegrama ao governador Góes Calmon, expressando

[2] O deputado Epaminondas Berbert de Castro, conterrâneo de Ilhéus, justificou o projeto de lei que autorizava o auxílio do Estado a construção da estrada Ilhéus-Itabuna, na Câmara Estadual no dia 17 de junho de 1925.

sua gratidão. Sendo a infraestrutura de transporte fator de forte preocupação, os municípios de Ilhéus e Itabuna esperavam um desentrave à expansão de suas forças econômicas, com a estrada de rodagem.

A questão levantada pelos membros da AVSB acerca de qual dos municípios sediariam a empresa, foi resolvida em 14 de agosto de 1925, sendo publicada no Diário Oficial, em 20 de agosto do mesmo ano, a transferência da sede para o município de Ilhéus. Virgílio Amorim, secretariado por Nunes, presidiu a assembleia realizada no dia 13 de setembro, onde após a apuração dos resultados, ficou decidido o resultado da composição do quadro diretório e fiscal da AVSB reorganizada. A diretoria ficou composta por: Virgílio Amorim como presidente; Aurelino Brandão como secretário; e Ilidio de Castro como gerente. O Conselho Fiscal ficou constituído por Antonio Rodrigues Portella, Tertuliano Guedes de Pinho e Sabino Costa.

Reorganizou-se então a nova AVSB, que contava com um capital de 300:000$000, assegurada pelo direito da lei nº 131, desde 24 de Outubro de 1918, a construir estradas de rodagem pelo prazo de 50 anos, e pela lei nº 292 de 25 de maio de 1925, a receber 1:000$000 do município de Ilhéus por cada quilômetro construído e pela lei nº 805 de 27 de Julho de 1925, o auxílio de 200:000$000 pelo Governo do Estado, e a quantia de 2:000$000 da União por cada quilômetro construído.

Ficou estabelecida pela diretoria a data de 29 de dezembro de 1925, para depósito de 50% das subscrições feitas pelos acionistas, e em 22 de fevereiro de 1926, foram reiniciadas as obras, que dessa vez, tinha como um foco principal a construção da ponte do rio do fundão, considerada o principal empecilho para desenvolvimento da estrada.

Em abril, a AVSB deu início a construção do segundo trecho do rio do fundão ao Arraial do Banco da Vitória, e ao final de agosto, o presidente Virgílio Amorim, convidou os representantes do jornal *Correio*, para participarem da averiguação da obra. Compareceram à inspeção da obra: Nelson Schaun, o redator chefe do jornal *Correio*; o deputado estadual e líder da câmara, Epaminondas Castro; o secretário da AVSB, Aureliano Brandão; o sócio da firma Nunes, Ferreira & Cia, Elysio Nunes; e o diretor da AVSB, Virgílio Amorim. Chegando ao rio do fundão, os homens citados, atravessaram o

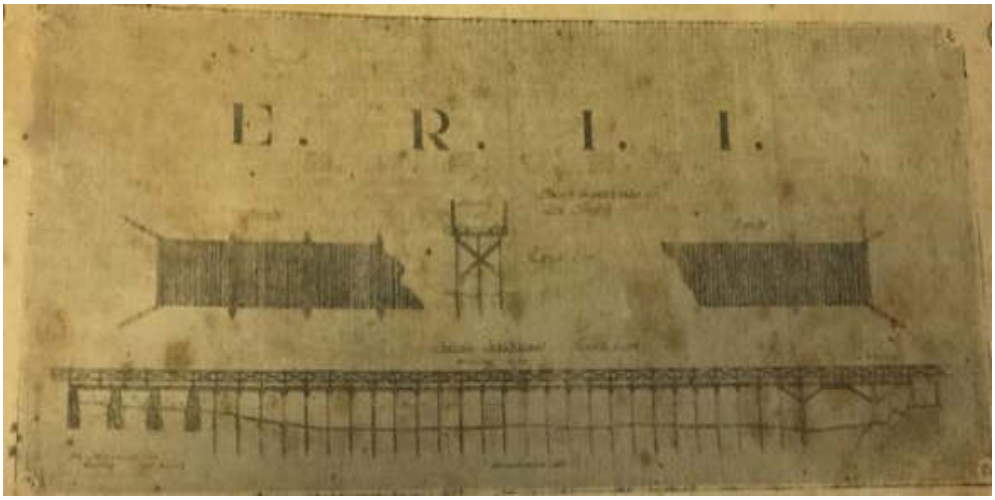
rio de canoa, e ao chegarem na margem oposta, alegaram surpresa com o andamento da obra,

> 15 homens trabalhavam, energicamente, no revolver a terra e no preparar o leito da estrada que, digamos de passagem, em breves dias chegará ao povoado de Banco da Vitória, tal a magnifica disposição da mesma e a situação em que se encontram varios trechos, apenas interrompidos, de longe em longe, por obstaculos facilmente removiveis. Alem dos 15 homens, ha mais 10, trabalhando em toda a estrada, sob administração de dois feitores, estando, com tudo, a direcção dos trabalhos da importante rodovia, a cargo do habil senhor Luis Farias, cuja technica inteligente tem produzido excelentes resultados, pois a estrada em questão é hoje um facto incontestável, podendo-se emittir as mais optimistas opiniões, em favor da sua desejada consumação, embora sejam os valiosos trabalhos já effectuados, o producto exclusivo da bôa vontade e da cooperação patriotica dos raríssimos elementos que estão à sua frente, por nossa felicidade (CORREIO DE ILHÉUS, 1926, 26 de agosto).

Em 21 de outubro, foi fincada a primeira estaca que faria parte do conjunto que constituiria a base da ponte do rio do fundão. O ato foi acompanhado de uma solenidade onde estiveram presentes Mário Pessôa, intendente de Ilhéus, e José Sabino Moreira, juiz de Direito da Vara Criminal, convidados para dar início ao bate estaca, desferindo respectivamente a primeira e a segunda pancada sobre a estaca primogênita da ponte. A cerimônia representava a concretização de um dos maiores alvitres da AVSB.

O mês de dezembro mostrou-se favorável ao andamento das obras, no dia 10, após alguns meses da solicitação realizada pelo diretor da AVSB, Virgílio Amorim, o Tribunal de Contas registrou o crédito aberto pelo Governo do Estado no valor de 100:000$000 com o propósito de auxiliar a construção da estrada. No dia 23, das 84 colunas que iriam estear o lastro da ponte do rio do fundão, 60 já estavam postas. Não tardaria a inauguração da ponte que ligaria os dois trechos já construídos, da cidade de Ilhéus ao Arraial do Banco da Vitória que totalizavam 11 kms de estrada.

Figura 1: Traçado da obra da ponte do rio do fundão publicada pelo jornal Correio.



Fonte: CORREIO DE ILHÉUS, 1926, 23 de dezembro.

Iniciou-se o ano de 1927, e as questões rodoviárias andavam a todo vapor com o presidente recém-empossado, Washington Luís, que não escondia o seu entusiasmo e preferência por estradas, influenciando todas as regiões do Brasil.

Embalada no clima rodoviário nacional, a AVSB buscava a finalização de sua construção, e tentava conquistar o apoio da população de Ilhéus e Itabuna. Desta forma, em 2 de junho, o jornal de Itabuna noticiava uma caravana nomeada de "caravana do progresso" (JORNAL DE ITABUNA, 1927, 2 de junho), de onde partiram Anastacio Moradillo, Mario Caldas, Nelson Oliveira, Celso Vianna e José Nunes do Amor Divino, guiando três carros *Ford* e o carro chefe, um *Fiat*, com o objetivo de promover o modal rodoviário, através da estrada Ilhéus-Itabuna, e criar um clima de euforia com o automóvel, o símbolo da modernidade:

> Tomaram a estrada ha alguns annos iniciada para rodovia Ilhéos-Itabuna; dahi penetraram a matta, improvisando a facão e foice estradas e removendo os obstaculos do caminho; aproveitando a estrada real que vae desta cidade ao Banco da Victoria, alcançaram o Recheiado; chegando á fazenda Sempre Viva, do coronel Henrique Alves do Reis, ahi almoçaram; proseguindo a mesma estrada, chegaram á Primavera,

> fazenda do coronel Virgílio Amorim; dahi tomaram a direcção do Banco Alto, de onde rumaram para o Salobrinho; seguiram para o Rio Comprido e em seguida para o Caes; dahi rumaram para o Empata Viagem e finalmente alcançaram o Banco da Victoria, em cujo arraial entraram triumphantes às 10 e meia horas da noite. Estavam vencidos todos os tropeços e obstaculos. Deixando o Banco da Victoria, tomaram a estrada de rodagem da S.A. Auto Viação Sul Bahiana a caminho de Ilhéos onde chegaram às 11 e meia horas da noite, debaixo da vibração de um grande enthusiasmo da população Ilheense (JORNAL DE ITABUNA, 1927, 2 de junho).

A caravana do progresso pretendia incitar na população ilheense o sentimento de esperança na conclusão das obras da estrada, e como com a sua conclusão, esta seria trafegada pelos desejados automóveis. Os trabalhos prosseguiam e a intendência estimulava a construção de estradas. A justificativa para a forte campanha era o conforto, a rápida circulação das riquezas produzidas, e a valorização das propriedades agrícolas que haviam de margear as estradas.

Pessôa, apoiador e impulsionador do movimento rodoviário, teve o fim do seu mandato em dezembro de 1927, assumindo o cargo, em janeiro de 1928, Durval Olivieri, membro do grupo pessoísta, e cunhado de Pessôa.

Em 3 de março de 1928, nos primeiros meses do mandato de Durval Olivieri, a estrada Ilhéus-Itabuna foi inaugurada. Estavam presentes na inauguração, o Governador do Estado da Bahia, Góes Calmon, responsável por destinar ajuda estadual durante a construção da estrada, e o coronel Virgílio Amorim, diretor-presidente da AVSB.

Figura 2: Políticos e fazendeiros na inauguração da estrada Ilhéus-Itabuna.

Fonte: Acervo José Nazal apud BALDOINO (2022).

A inauguração da estrada representou a materialização do principal objetivo da AVSB. A estrada almejada estava pronta e o circuito cacau-estrada de rodagem-porto, proposto por seus partidários, finalmente, poderia ser realizado. Porém, o que parecia ser uma vitória, logo frustrou seus apoiadores. Apesar de recém-inaugurada, a estrada de rodagem Ilhéus-Itabuna, em pouco tempo, apresentou problemas, os impasses como buracos e aguaceiros eram recorrentes, e os reparos necessários custavam caro, o que tornaram a recém-estrada intrafegável. Seus problemas apenas seriam solucionados a partir de 1931, com a administração de um novo agente: o Instituto de Cacau da Bahia – ICB, e de sua empresa subsidiária, a SULBA.

O ICB E A FUNDAÇÃO DA SULBA

O ICB foi resultado da primeira intervenção estatal efetiva na economia cacaueira, e a sua fundação foi possibilitada pela conjuntura nacional da década de 30: a ascensão de Getúlio Vargas e pelo novo modelo de acumulação capitalista industrial, após a crise de 1929 (MARINHO, 2001).

Para Sonia Mendonça (2003), este modelo significou uma primeira ruptura no avanço da acumulação capitalista no país e implicou na "implantação de um núcleo básico de indústrias de bens de produção, bem como na redefinição do papel do Estado em matéria econômica, visando tornar o polo urbano-industrial o eixo dinâmico da economia" (MENDONÇA, p. 15, 2003). Mendonça ressaltou que esse novo modelo seria gerido e desenvolvido após o golpe de 30, e a ascensão do governo Vargas, substituindo o modelo agrário-exportador baseado no café.

Especificando o novo modelo de acumulação, Mendonça aponta as ações tomadas pelo Estado com o objetivo de fortalecê-lo: redefinição do papel da agricultura; transformação do Estado em investidor no setor de infraestrutura; e estabelecimento dos preços sociais. Em relação ao setor de agricultura, Mendonça explica o duplo movimento do Estado de ampará-lo (por conta de sua necessidade para os investimentos industriais), bem como de desestimulá-lo enquanto setor base da economia.

Em relação à ascensão do governo Vargas, Sônia Draibe (2004) aponta as peculiaridades intervencionistas do novo governo, e a criação de aparelhos regulatórios, como medidas de enfretamento a crise de 1929, e suportes ativos ao desenvolvimento da acumulação industrial.

> A crise de 1930 criou as condições, nos planos econômico e político, para a emergência de aparelhos regulatórios específicos de sustentação dos setores agroexportadores, assim como de outros setores econômicos também afetados pela deblaclê econômica de 1929; mas a par desses aparelhos organizados nas estruturas centrais do Estado, e das políticas nacionais que passaram a gestar, foram criadas novas entidades, na esfera da administração direta ou indireta, associadas aos projetos de avanço da acumulação capitalista industrial (DRAIBE, 2004, p.71-74).

Em consonância com a política nacional, no Estado da Bahia, o ICB atuou como um dos introdutores do cacau no novo modelo de acumulação industrial. Angelina Garcez (1981) explicitou os dois princípios que nortearam a ação de criação do ICB:

> O primeiro de caráter emergencial visava a um urgente atendimento aos lavradores nas dificuldades financeiras, agravadas pela conjuntura da crise generalizada que afetava particularmente os produtores agrícolas de exportação. O outro voltado para oferecer à lavoura um apoio permanente. No primeiro caso, o objetivo imediato visava restabelecer o ritmo normal das atividades de produção e de comércio, desorganizado pelo efeito da crise, e no segundo, propunha-se à adoção de uma política econômica mais capaz de garantir o desenvolvimento da cacauicultura baiana em bases mais sólidas (GARCEZ, 1981, p.50)

Entre os objetivos da criação do ICB estava a responsabilidade pelo aperfeiçoamento do sistema viário da região cacaueira, com o objetivo de reduzir o alto valor no escoamento das safras. O ICB voltou suas atenções de forma exclusiva para o modal rodoviário, encarregando-se da ampliação, desenvolvimento e consolidação da rede rodoviária regional. Em 1932 foi elaborado um plano rodoviário contendo o mapa das rodovias já existentes e das que deveriam ser reformadas e construídas. Ainda naquele ano, em outubro, visando fortalecer o modal rodoviário, foi criada a Companhia de Auto Viação Sul Bahiana – SULBA.

A SULBA, era a AVSB, que foi incorporada pelo ICB, passando a ter a sua administração subsidiada por este Instituto. O advento da SULBA reforçava a intenção do Instituto não somente em regularizar o transporte do cacau através dos automóveis, mas sim como também o de passageiros. A empresa tinha como fontes de receita as duas divisões de conserva e melhoramento de tráfego. A primeira divisão era responsável pelo recebimento da renda provinda do pedágio das estradas, “para com elas custear o seu serviço, além de contribuir com uma quota razoável para as despesas de administração e outras despesas gerais da Cia, comuns as duas divisões (RICB, 1934, p.115)”. Já a segunda divisão obtinha sua renda no movimento de tráfego.

Logo após a elaboração do plano, e a criação da SULBA, o ICB, voltou suas atenções para a estrada de rodagem Ilhéus-Itabuna, que apesar de recém-construída,

estava inviabilizada devido aos constantes aguaceiros e a formação de enormes buracos. Dando ênfase à relevância da estrada para a região, o ICB iniciou uma restauração completa em sua infraestrutura. Localizada no eixo de maior concentração da produção do cacau, segundo Garcez, para o ICB, a estrada permitia um transporte mais livre e alternativo ao já disponibilizado pela EFIC (GARCEZ, 1981, p.29).

Porém, apesar da forte operação em prol da restauração da estrada e da administração desta por parte da SULBA, em 27 de julho de 1933, o *Diário da Tarde* publicou uma notícia com o seguinte título: "Quando melhorarão as nossas rodovias? Na estrada de rodagem Ilhéus-Itabuna a viagem começa, mas nem sempre acaba" (DIÁRIO DA TARDE, 1933). A notícia tratava de reclamações feitas pelos proprietários de automóveis e caminhões à SULBA, e os reclamantes alegavam que apesar dos altos custos do pedágio cobrado pela empresa, a estrada quando não se encontrava em péssimo estado, estava intrafegável (BALDOINO, 2022).

Fazendo uma comparação entre a atual administração da SULBA, à administração realizada pela empresa que havia sido responsável pela construção da estrada de rodagem, a AVSB, a notícia relatava que apesar da estrada também ter estado constantemente intrafegável durante a tutela da última, a sociedade anônima fechava as porteiras, não se responsabilizava pelo tráfego e quando o consentia, não cobrava o pedágio. Ao término da notícia, o jornal pedia ao superintendente da SULBA que atentasse para a solicitação dos proprietários de automóveis e pudesse tornar "mais equitativo o serviço, cobrando o pedágio em relação à eficiência da estrada" (DIÁRIO DA TARDE, 1933, 27 de julho).

CONCLUSÃO

No sul da Bahia, o movimento rodoviário teve início com a idealização da estrada de rodagem Ilhéus-Itabuna, no início da década de 20, quando os jornais e a fração da classe dominante, composta por membros do grupo pessoísta, passaram a difundir o ideal rodoviarista, o atrelando ao progresso.

Para construção da estrada foi fundada a Sociedade Anônima Auto Viação Sul Bahiana - AVSB, que dirigida e composta, em sua maioria, por membros do grupo

pessoísta, se responsabilizou por dar início às obras. Sendo a construção de uma estrada um trabalho oneroso, a AVSB logo encontrou problemas, principalmente com falta de verbas e com os constantes aguaceiros na região. Apesar das obras serem iniciadas em 1922, em 1924, já estavam paralisadas, e apenas com a intendência de Mário Pessôa, estas foram retomadas. Em um trabalho conjunto com a intendência de Ilhéus e a imprensa da região, as obras, mesmo com dificuldades, continuaram, e em 1928, sob a administração da AVSB, a estrada Ilhéus-Itabuna foi inaugurada.

Partindo da iniciativa e do interesse privado, a AVSB foi responsável pela implantação e execução do movimento rodoviário no sul baiano, que tinha como principal objetivo e representante a construção da estrada que ligaria os dois maiores munícipios produtores de cacau do Estado da Bahia.

Com a mudança no modelo de acumulação do país, e a necessidade da intervenção estatal no comércio do cacau, principal mercadoria do Estado, a AVSB se transformaria em uma empresa subsidiária, SULBA, do órgão da lavoura cacaueira, o ICB. Porém, mesmo com o arranque público, a administração de uma estrada de rodagem, que necessitava de constantes aprimoramentos, se manteve deficitária, o que já permitia demonstrar os dispêndios do modal rodoviário na região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALDOINO, Luciana Maria Santiago. O Movimento Rodoviário no Sul da Bahia: a estrada Ilhéus-Itabuna, o escoamento do cacau e os automóveis (1920-1935). 2022. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História do Atlântico e Diáspora Africana, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus.

CAMPOS, João da Silva. *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. 3ed.Ilhéus: Editus, 2006.

DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses*: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. *Instituto de Cacau da Bahia*: meio século de história. Salvador: Instituto de Cacau da Bahia, 1981.

HONORATO, Cézar Teixeira. *O Polvo e o Porto*: a Cia. Docas de Santos (1888-1914). Curitiba: Prismas, 2016

LEVY, Maria Bárbara. A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas (Esboços de história empresarial). Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994.

MARINHO, P. L. *O Estado e a economia cacaueira da Bahia (1930-1960)*. 2001.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e economia no Brasil:* opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 2003

PESSÔA, Mario de Castro. *No tempo de Mario Pessôa*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1994.

PONTES, Kátia Vinhático. O binômio porto-ferrovia: o escoamento da produção cacaueira no sul da Bahia (1920-1947). Tese (Doutorado): Niterói: UFF. Programa de Pós-Graduação em História. Niterói, 2018.

SEDLACEK, Guilherme Babo; KELLI, Marcus Vinicius. *História e historiografia dos transportes na corte imperial*. História Econômica & História de Empresas, v. 19, n. 2, 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

O *profit-squeeze* e o fim da Era de Ouro do capitalismo na abordagem neo-kaleckiana: uma avaliação crítica

Luciano Alencar Barros

Carlos Pinkusfeld Bastos

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

O *profit-squeeze* e o fim da Era de Ouro do capitalismo na abordagem neo-kaleckiana: uma avaliação crítica

The profit-squeeze and the end of the Golden Age of capitalism according to the neo-Kaleckian approach: a critical evaluation

Luciano Alencar Barros [1]

Carlos Pinkusfeld Bastos[2]

Resumo:

O presente artigo se propõe a apresentar e analisar criticamente a interpretação neo-kaleckiana acerca do fim da Era de Ouro do capitalismo ocidental. Tal abordagem, baseada na contribuição original de Kalecki e desenvolvida por seus seguidores nas décadas seguintes, enfatiza o papel central do investimento na dinâmica capitalista. Assim, o comportamento dos seus determinantes é elemento chave na explicação do fim do período de prosperidade que marcou o imediato pós-guerra para as principais economias de mercado.

Palavras-chave: Economia Política; História Econômica; Era de Ouro; Conflito Distributivo; Modelos Neo-Kaleckianos

Abstract:

This article aims to present and critically analyze the neo-Kaleckian interpretation of the end of the Golden Age of Western capitalism. Based on Kalecki's original contribution and developed by his followers in the subsequent decades, such an approach emphasizes the central role of investment in capitalist dynamics. Thus, the behavior of its

[1]Doutorando pelo Instituto de Economia da UFRJ e pesquisador do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ. luciano.barros.ufrj@gmail.com

[2]Professor associado do Instituto de Economia da UFRJ, mestre em economia pelo IE/UFRJ e PhD pela News School for Social Research. pinkusfeld@gmail.com

determinants is the crucial element in explaining the end of the period of prosperity that marked the immediate post-war period for the leading market economies.

Key words: Golden Age; Political Economy; Economic History; Neo-Kaleckian Models; Distributive Conflict

O *profit-squeeze* e o fim da Era de Ouro do capitalismo na abordagem neo-kaleckiana: uma avaliação crítica

***

Introdução

O presente artigo se propõe a apresentar e analisar criticamente a interpretação neo-kaleckiana do fim da Era de Ouro do capitalismo ocidental. Esta abordagem, apesar de também ter forte influência da contribuição marxista, se dá a partir de um sólido edifício teórico próprio, constituindo, inclusive, um dos principais pilares da teoria econômica heterodoxa e situando-se no cerne do debate acerca dos modelos de crescimento.

A abordagem neo-kaleckiana começa a se configurar com o trabalho de diversos autores a partir dos anos 1950 em cima da contribuição original do economista polonês Michal Kalecki (1899-1970). Assim como Kalecki, tais autores partem de um enfoque macroeconômico para analisar as economias capitalistas e adotam o princípio da demanda efetiva (cuja autoria tende a ser atribuída tanto a Keynes quanto a Kalecki) como elemento central do edifício teórico. Decorre desta análise que a dinâmica do investimento agregado é crucial na compreensão do nível e na taxa de crescimento da atividade econômica, de modo que o estudo dos seus determinantes é uma preocupação constante desta tradição.

Ainda que a constituição desta corrente teórica se dê a partir dos trabalhos de diversos autores, a interpretação mais estruturada com foco no fim da Era de Ouro do capitalismo encontra-se no artigo "Profit squeeze and Keynesian theory" de Marglin e Bhaduri (1991), cuja análise baseia o presente artigo. Procurar-se-á demonstrar como tal interpretação combina elementos da contribuição original de Kalecki com os presentes na obra de seus seguidores, bem como expor seus principais argumentos e as críticas pertinentes.

Com este intuito o presente artigo conta com mais cinco seções além desta breve introdução. A seção 2 apresenta, sucintamente, os elementos teóricos centrais do edifício teórico kaleckiano, e a seção 3 como tais elementos são utilizados por seus

seguidores, em especial na construção de modelos de crescimento. A seção 4 expõe a interpretação do fim da Era de Ouro a partir de tal *constructo* teórico, e a 5 a avalia criticamente. Por fim a seção 6 conclui o artigo.

A contribuição original de Michal Kalecki

O economista polonês Michal Kalecki foi, sem dúvida, um dos mais importantes dentro da heterodoxia econômica, com uma sólida carreira tanto aplicada quanto teórica, e deixando uma vasta e robusta obra, principalmente a respeito da dinâmica das economias capitalistas maduras (mas também sobre as economias socialistas e em desenvolvimento). Esta seção tem por objetivo a exposição sucinta de alguns elementos centrais de seu arcabouço teórico no que tange a análise da dinâmica capitalista.

Kalecki é considerado, junto com Keynes, um dos pais do princípio da demanda efetiva[3], segundo o qual é a demanda real aos preços de produção, ou seja, aos preços que cobrem os custos e garantem um mínimo aceitável de lucratividade, que determina a oferta agregada (e não o contrário como postula a Lei de Say). Diferente de Keynes que parte de uma base marshalliana e cujos resultados muitas vezes são associados ao curto prazo, Kalecki chega a tal resultado partindo da tradição marxista, estendendo-o também, de forma mais clara, a prazos maiores, até porque, para o autor "*the long-run trend is only slowly changing component of a chain of short-period situations; it has no independent entity*" (KALECKI, 1991[b], p. 435).

A partir da adoção de tal princípio a tentativa de compreensão dos determinantes e dos impactos do investimento torna-se um dos pilares da teoria kaleckiana. Não só por seu papel chave na demanda agregada, como também por seu segundo caráter, o de gerador de capacidade produtiva.

A nível macroeconômico é o gasto que determina a renda, e, portanto, é o investimento agregado que determina tanto a poupança, quanto, em conjunto com o

[3] Ainda que os dois autores tenham desenvolvido tal princípio de forma paralela, Kalecki, *"in different pieces written in the first half of the 1930s, (...) anticipated many aspects of the principle of effective demand, which Keynes was to put forward some years later"* (LOPEZ *et al.*, 2010, p. vi). Para Joan Robinson, Kalecki teria tido uma atitude nobre ao abrir mão do reconhecimento pessoal em prol da disseminação das ideias relacionadas a tal desenvolvimento teórico, dada a fama muito maior de Keynes. Segundo a autora, "[*a*]*t the end of his life, Michal told me that he felt he had done right not to make any claim to rivalry with Keynes*." (Robinson, 1977, p. 9)

consumo dos capitalistas, os lucros da economia[4]. A determinação da poupança se dá, na tradição kaleckiana – assim como na keynesiana –, por meio de variações no produto: o investimento gera demanda e produção (ampliada pelo multiplicador), e um montante igual de poupança.

> The mechanism by which investment determines savings is rather simple. While investment goods are produced economic agents involved directly and indirectly in their production get incomes. When these incomes are being spent demand for consumer goods comes into existence and the rest is being saved. This process lasts as long as new savings achieve the level of initial investment. Thus, the process by which investment determines savings is linked with the income effect of investment and with the investment multiplier. (LASKI, 2004, p. 112)

A nível microeconômico, no entanto, os lucros constam entre os determinantes do investimento, de modo que há uma reversão da causalidade macro: "[t]*here is also a reverse direction of causation at the level of the enterprise, whereby the profitability of the enterprise will influence its investment decisions"* (SAWYER, 2018, p. 7218). Isto ocorre porque para as firmas os lucros não são apenas o objetivo da atividade econômica, mas também um indicador tanto da necessidade de se ajustar a capacidade produtiva à demanda, quanto de sua capacidade de gerar lucros futuros e assim captar financiamento, além de serem, em si, uma fonte de recursos para novos investimentos (KALECKI, 1985, p. 118-119; POSSAS, 1987, p. 130). A questão da função de investimento kaleckiana será retomada na próxima seção.

Outro aspecto central desta vertente teórica é o entendimento da economia capitalista como sendo oligopolizada, em contraposição à versão amplamente disseminada tanto no *mainstream* quanto fora dele (sendo inclusive adotada por Keynes) de concorrência perfeita. As economias capitalistas em geral operariam abaixo do ponto de plena capacidade, em regiões que corresponderiam, na curva de custo, a um segmento horizontal[5], e a mão de obra não representaria uma restrição à elevação do nível de atividade: "[t]*he reserve of capital equipment and the reserve army of*

[4] Isto em um modelo simplificado, de uma economia fechada e sem governo e adotando-se a hipótese simplificadora de que os trabalhadores não poupam.

[5] "*Up to a pont, the short-period supply curves are horizontal or mildly rising for most commodities. But when effective demand increases significantly beyond this point, the steeply upward-sloping partis of the short-period supply curves become relevant*." (KALECKI, 1991[a], p. 361)

unemployed are typical features of arto f sta economy at least throughout a considerable arto f the cycle" (KALECKI, 1971, p. 137). Também decorre deste entendimento a determinação da distribuição de renda e dos mark-ups a partir do conceito de grau de monopólio, *"which expresses the notion that the market power which an enterprise possess will strongly influence the markup of its price over its (production) costs"* (SAWYER, 2018, p. 7218).

Dentre os custos de produção destaca-se o salário nominal, cuja determinação, em linha com a tradição marxista, se dá a partir de um processo de barganha salarial. Quanto menor (maior) o desemprego, maior (menor) seria o poder de barganha da classe trabalhadora, e com isso sua capacidade de pedir e lograr obter ganhos nominais de salários. A depender do grau de monopólio isto poderia levar a um aumento dos preços, gerando perdas (ou reduções nas taxas de crescimento) dos salários reais, e a uma nova rodada de reajustes nominais de salários, no que o autor denominou de "*vicious spiral of prices and wages"* (KALECKI, 1991 [a], p. 361). Mas para o desencadeamento deste processo seria necessário que os salários nominais crescessem acima da produtividade, gerando elevação do custo unitário do trabalho.

> In so far as the rise in wage rates is equal to the increase in productivity of labour, the problem of the vicious spiral does not arise, because wage costs per unit of output will remain stable and thus there will be no reason for a rise in prices. If, however, wage rates increase more than the productivity of labour, arrangements must be made to prevent prices running away. (KALECKI, 1991 [a], p. 362)

Este processo seria especialmente delicado em situações próximas ao pleno emprego, preocupação constante na obra do autor.

> In a state of full employment the bargaining power of trade unions will be very strongly enhanced. This there may be a spontaneous tendency for Money wage rates to increase, leading to a rise in prices and the cost of living; this in turn leads to a secondary rise in wages, and so on. (KALECKI, 1991 [a], p. 362)

Ainda que não seja o objetivo da presente seção aprofundar a contribuição kaleckiana, pode-se dizer que estes são os seus elementos centrais: a adoção do princípio da demanda efetiva e a centralidade do investimento na definição da dinâmica econômica capitalista; a presença recorrente de subutilização dos fatores produtivos

(ainda que existam situações – transitórias – de pleno emprego da mão de obra e de plena utilização da capacidade produtiva[6]); a estrutura de mercado oligopolizada e o conceito de "grau de monopólio", responsável pela determinação dos mark-ups sobre os custos diretos de produção e influenciando a distribuição de renda; e o formato horizontal, dentro de um intervalo considerável, das curvas de oferta de curto prazo (LAVOIE, 1995, p. 790; LOPEZ et al., 2010, p. vi-viii).

Como se buscará expor nas próximas seções estes elementos estão na base da chamada escola neo-kaleckiana (ainda que sua formalização não seja consensual dentro da escola e seja alvo de críticas fora dela), e também são peças-chave na interpretação desta abordagem do fim da Era de Ouro do capitalismo.

A escola neo-kaleckiana e seus modelos de crescimento

Em cima da contribuição teórica de Kalecki diversos autores buscaram compreender a dinâmica econômica capitalista partindo dos elementos centrais apresentados na seção anterior e lançando mão de um recorte analítico da sociedade em classes sociais, na qual a trabalhadora teria uma propensão a consumir maior do que a capitalista.

Em geral atribui-se a Josef Steindl as primeiras contribuições para a (ou mesmo o surgimento da) tradição neo-kaleckiana (BLECKER, 2002, p. 130; DWECK, 2015, p. 33). Para o autor haveria no capitalismo uma tendência de concentração industrial, que por sua vez geraria aumento da parcela dos lucros na renda em função do aumento das margens de lucro, e redução do investimento a fim de se evitar o excesso de capacidade não desejada. Isto deprimiria a demanda agregada e geraria uma tendência de estagnação. Também vem de Steindl a função de investimento da primeira geração de modelos de crescimento neo-kaleckianos.

Como exposto na seção anterior, o investimento é peça central do arcabouço kaleckiano, e, apesar disso, o próprio autor reconhece, em prefácio a uma coletânea de

[6] A plena utilização do capital tende a ser superada pelo ajustamento da capacidade produtiva, e o da mão de obra em função dos "Aspectos políticos do pleno emprego" (KALECKI, 1943).

ensaios que seria publicada postumamente, que apesar das novidades que ele apresentava, a teoria de investimento ainda necessitava de novas soluções.

> It is interesting to notice that the theory of effective demand, already clearly formulated in the first papers, remains unchanged in all the relevant writings, as do my views on the distribution of national income. However, there is a continuous search for new solutions in the theory of investment decisions, where even the last paper represents for better or for worse a novel approach. (KALECKI, 1971, p. viii)

A função de investimento de Kalecki, apresentada em "Teoria da Dinâmica Econômica" (1985) incluía basicamente quatro termos: um associado à acumulação interna de capitais da empresa; um ao lucro por unidade de tempo; outro ao incremento bruto de capital; e um último termo autônomo relacionado a mudanças de longo prazo. A acumulação interna da firma seria uma espécie de restrição financeira, podendo ser empregada diretamente no investimento e facilitando a captação de capitais externos. A conjugação dos fatores ligados ao lucro e ao incremento do estoque de capital representariam, para Possas (1987), uma aproximação da taxa de variação da taxa de lucro, que por sua vez refletiria a necessidade de se ajustar a capacidade produtiva ao comportamento projetado das vendas[7].

> (...) variações na taxa de lucro captadas por aqueles dois termos estão representando, fundamentalmente, variações no nível de atividade vis-à-vis da capacidade instalada – manifestas seja no grau de utilização da capacidade, seja nos preços ou outros mecanismos de ajuste e curto prazo (...), e não na rentabilidade "microeconômica" (técnica ou de custos) da empresa. (POSSAS, 1987, p. 130)

O termo autônomo, por sua vez, seria uma constante sujeita a modificações a longo prazo que pode incluir variáveis não levadas em consideração, como inovações e variações a longo prazo na taxa de lucro ou nos rendimentos de ações. Neste sentido é válido ressaltar que ainda que Kalecki tenha se dedicado bastante à formalização de modelos macroeconômicos, estes descreviam sobretudo as flutuações cíclicas endógenas das economias capitalistas, sem se integrarem satisfatoriamente com os componentes de tendência do crescimento das mesmas.

[7] Além disso, segundo Miglioli (2004, p. 304), *"(...) diversos elementos que poderiam ser mencionados estão implicitamente incluídos (...). Este é o caso do déficit orçamentário do Governo e do saldo de exportação: um acréscimo nessas duas variáveis deve provocar um aumento no investimento através do acréscimo do lucro."*

A função de investimento de Steindl (1952, p. 129) é similar a esta de Kalecki, mas explicita o que passariam a ser elementos chave dos modelos de crescimento da tradição neo-kaleckiana desenvolvidos a partir dos anos 1980. Tal função leva em conta, além da acumulação interna de capitais da empresa e da taxa de lucro (também presentes em Kalecki), o seu nível de alavancagem e o grau de utilização da capacidade produtiva. Se por um lado o nível de alavancagem associa-se à capacidade de financiamento da firma, estando, em certa medida, contemplada no termo da acumulação interna de capitais da função de Kalecki, por outro as variações no grau de utilização, como exposto anteriormente, também se refletem nos termos referentes ao lucro e ao estoque de capital. Em suma, apesar das diferenças na formalização das funções investimento de Kalecki e Steindl, ambas partem da mesma base teórica, sem distinções fundamentais.

> Em defesa da equação de Kalecki pode-se argumentar o seguinte: do ponto de vista "operacional" e até mesmo pelo prisma teórico, não faz sentido incluir nessa equação todos os elementos que exercem algum influência sobre o nível do investimento; basta que sejam considerados os elementos mais importantes, os elementos de maior poder explicativo. Isto posto, toda a questão se resume em saber quais são esses elementos – e a escolha desses elementos é, na verdade, a principal diferença entre, por exemplo, a fórmula de Kalecki e a de Steindl, cujas bases teóricas são as mesmas. (MIGLIOLI, 2004, p. 305)

A partir de uma simplificação da formulação de Steindl, a primeira geração de modelos de crescimento neo-kaleckianos desenvolvidos por Rowthorn (1981), Taylor (1983) e Dutt (1984), conhecidos como 'modelos canônicos', passou a contar com uma função de investimento composta por três termos, um autônomo, um associado ao grau de utilização e outro à taxa de lucro (BLECKER, 2002, p. 132; LAVOIE, 2014, p. 361). Uma forma simples de expressar tal função é através da equação:

$$g^i = \alpha + \beta u + \gamma r \quad (1)$$

Onde a taxa de crescimento do investimento, g^i, é composta pelo termo autônomo α (que pode estar associado a fatores estruturais, a inovações, ou ao *animal tiliza* dos capitalistas, por exemplo); pelo grau de utilização, u, multiplicado pelo parâmetro β; e pela taxa de lucro, r, multiplicada por γ.

Para a compreensão da crítica a esta função de investimento faz-se mister decompor a taxa de lucro (razão entre a massa de lucros, P, e o estoque de capital, k) entre a parcela dos lucros na renda ($\pi = \frac{P}{Y}$), o grau de utilização ($u = \frac{Y}{Y^*}$) dado pela razão entre o produto corrente (Y) e o produto potencial (Y*), e o inverso da relação técnica estoque de capital sobre o produto potencial ($v = \frac{k}{Y^*}$). Dessa forma:

$$r = \frac{P}{k} = \frac{P}{Y}\frac{Y}{Y^*}\frac{Y^*}{k} = \frac{\pi u}{v} \quad (2)$$

A próxima geração de modelos neo-kaleckianos – aos quais Lavoie (2014, p. 370) dá a alcunha de pós-kaleckianos – surge a partir da crítica de Bhaduri e Marglin às restrições que esta função de investimento implica na resposta dos investimentos aos dois constituintes da taxa de lucro, a parcela dos lucros e o grau de utilização (BHADURI E MARGLIN, 1990, p. 380). Tal especificação da função acarreta em uma direção inequívoca dos investimentos frente a variações no grau de utilização para uma taxa de lucro constante. Por exemplo, segundo a equação 1, para uma dada taxa de lucro um aumento no grau de utilização necessariamente induziria a um aumento na taxa de crescimento dos investimentos. Ocorre que para a taxa de lucro se manter constante (dada determinada relação técnica capital/produto) a elevação no grau de utilização deve ser da mesma magnitude que a redução da participação dos lucros na renda, tal que $\Delta\pi + \Delta u = 0$ (vide equação 2). E, segundo os autores, não há razão para supor que aquela elevação mais do que compensará os efeitos negativos da queda da parcela dos lucros na renda sobre os investimentos: tal impacto deveria ser, no mínimo, ambíguo.

> (…) it is by no means certain or even especially likely to be the case that an increase in the rate of capacity utilization will induce additional investment when the profit rate is held constant. The reason is a simple one: if the rate of capacity utilization increases while the rate of profit remains constant, it must be the case that the profit margin and share fall. So the effect on investment is the resultant of two forces: the positive impact of higher capacity tilizationn and the negative impact of lower unit profits. (MARGLIN E BHADURI, 1991, p. 140)

Dessa forma, eles sugerem uma nova função de investimento que separe os efeitos das duas variáveis:

$$g^i = \alpha + \beta u + \gamma \pi \quad (3)$$

Isto permitiria a análise separada dos impactos de variações no salário real na demanda agregada, de um lado, e nos custos de produção, de outro.

> [This investment function] has the analytical advantage of clearly separating the 'demand side' impact on investment operating through the acceleration effect of higher capacity utilization from the 'supply side' impact operating through the cost-reducing effect of a lower real wage and higher profit margin/share. (BHADURI E MARGLIN, 1990, p. 380)

A simples substituição da taxa de lucro pela parcela dos lucros na renda, ainda que possa parecer apenas uma pequena modificação, traz enormes implicações analíticas. Enquanto no modelo canônico, em se assumindo – como é normal na literatura – que a classe trabalhadora tem uma propensão a consumir maior do que a capitalista, um aumento da parcela salarial na renda necessariamente elevaria a demanda, o grau de utilização, o investimento e com isso a taxa de crescimento econômico, no modelo de Marglin e Bhaduri (doravante MB) é possível que o impacto positivo da demanda sobre os investimentos seja mais que compensado pelo impacto negativo da parcela dos lucros na renda, de modo que haja redução do investimento e, com isso, do crescimento da economia. Ou seja, a depender dos parâmetros, diferentes regimes de crescimento, de demanda e de tipo de relação entre as classes podem ser obtidos no modelo MB de acordo com o impacto de mudanças na distribuição funcional da renda sobre, respectivamente, o crescimento do produto, a demanda agregada, e a taxa de lucro.

Quando um aumento da parcela salarial eleva a demanda agregada e com isso o nível de utilização da capacidade produtiva, tem-se o regime estagnacionista. O modelo MB, por sua vez, abre brecha para o caso em que o investimento é tão sensível à parcela dos lucros que a redução dos investimentos em função de uma diminuição desta mais do que compensasse a elevação do consumo causada pela elevação da fatia dos salários. Neste caso ter-se-ia um regime "exhilaracionista" (ou não-estagnacionista). É fácil constatar que neste caso, com a demanda crescendo com a parcela dos lucros na renda, o regime de crescimento necessariamente seria *profit-led*, ou seja, a acumulação se

relacionaria positivamente com a parcela dos lucros. O caso estagnacionista, a depender dos parâmetros, pode ser tanto *profit-led* (se o impacto da parcela dos lucros sobre o investimento for maior do que o da demanda), quanto *wage-led* (caso contrário). Por fim tem-se o tipo de relação entre as classes, cooperativa, quando a taxa de lucro se relaciona positivamente com a parcela salarial, ou conflituosa, quando tal relação é negativa. O quadro (1) resume tais regimes.

Quadro 1: regimes de crescimento na tradição neo-kaleckiana

Regime	Característica
Crescimento *wage-led*	Taxa de crescimento positivamente relacionada com parcela salarial na renda
Crescimento *profit-led*	Taxa de crescimento positivamente relacionada com parcela dos lucros na renda
Exhilaracionista (demanda *profit-led*)	Demanda (grau de utilização) cresce com parcela dos lucros na renda
Estagnacionista (demanda *wage-led*)	Demanda (grau de utilização) cresce com parcela salarial
Cooperativo	Taxa de lucro realizada positivamente relacionada com parcela salarial
Conflituoso	Taxa de lucro realizada negativamente relacionada com parcela salarial

Fonte: elaboração própria

Como se buscará expor nas próximas seções este último modelo, apesar de aparentemente representar uma continuidade no processo de desenvolvimento da corrente teórica neo-kaleckiana, na prática abre margem tanto para resultados que conflitam diretamente com as formulações teóricas dos pioneiros da corrente como Kalecki e Steindl (cujos modelos eram necessariamente *wage-led*, estagnacionista e cooperativo), quanto para críticas à viabilidade da social-democracia. É justamente deste modelo de Marglin e Bhaduri que deriva a interpretação neo-kaleckiana do fim da Era de Ouro do capitalismo ocidental.

O *profit-squeeze* e o fim da Era de Ouro na abordagem neo-kaleckiana

A interpretação neo-kaleckiana acerca do fim da Era de Ouro do capitalismo ocidental está umbilicalmente associada com o modelo de crescimento MB apresentado na seção anterior. Em linhas gerais a economia norte-americana, a exemplo de diversas outras do capitalismo central, era *wage-led* no imediato pós-guerra e tornou-se *profit-led* a partir dos anos 1960, de modo que as elevações salariais acima da produtividade teriam comprimido os lucros (provocando o fenômeno conhecido como *profit-squeeze*), e com isso comprometido a acumulação de capital. Este processo, iniciado nos anos 1960, teria sido apenas catalisado pelos choques da década seguinte.

Segundo Bhaduri e Marglin (1991) a Grande Depressão gerou na academia e na sociedade o consenso de que uma distribuição de renda mais equitativa, com aumento da parcela salarial (em detrimento à dos lucros) na renda, seria necessária para que houvesse a manutenção de níveis adequados de demanda agregada de modo a se evitar uma nova grande crise. O aumento da desigualdade dos anos 1920, tanto pessoal quanto funcional, teria concentrado a renda, respectivamente, nos extratos mais altos e na classe mais abastada da sociedade, com menores propensões a consumir, gerando a tendência à insuficiência de demanda que por sua vez teria culminado na crise de 1929.

> As has been observed, those who embraced Keynes and saw aggregate demand as the key to prosperity were deeply influenced by the depression of the 1930s. Many Keynesians saw the Great Depression as the direct consequence of the unevenness of prosperity in the 1920s. In the United States, for example, profits grew much more rapidly than wages over the 1920s, and even Keynesians not completely given over to the gospel of wage-led growth believed that the decline in the wage share had led to a shortfall of demand, which in turn led to the pre-war crisis. (Ibid, p. 146)

Apesar de um aumento da parcela dos lucros na renda a princípio ser algo desejável para a classe capitalista, isto tende a ser prejudicial aos negócios na medida em que a concentração de renda reduz o nível de demanda agregada e o multiplicador da economia, gerando impactos adversos sobre a taxa de lucro. Observa-se que esta constatação se associa diretamente ao princípio da demanda efetiva, reconhecido na prática pelos diversos governos capitalistas a partir dos anos 1930 (nas diferentes respostas ao quadro agudo da crise) e formalizada em termos teóricos a partir das

contribuições de Kalecki e Keynes. Caso o aumento dos lucros gerasse incentivo ao investimento e à produção, que por sua vez gerasse a renda e demanda suficientes para a realização do produto agregado, não teria se observado a crise de 1929. Assim, segundo Bhaduri e Marglin, os capitalistas teriam aprendido, na prática, que não faz sentido aumentar a produção (e a capacidade produtiva) em função de um aumento dos lucros caso não seja possível realiza-la (ou utiliza-la nos níveis desejados). Em termos do modelo de crescimento isto significa que a função de investimento não é tão sensível ao lucro e, portanto, é relativamente mais sensível ao nível de utilização da capacidade produtiva.

> (…) the memory of the Depression and the fear of another would inhibit business from responding to a high profit share with heavy spending on plant and equipment, at least in the short run. Once burned, twice shy. The remedy for the post-war period was seen as lying in a distributional balance tilted towards wages. In short, stagnationist and co-operative logic were coupled to produce a policy of wage-led growth, particularly in the United States. (Ibid, p. 146)

Em suma, o fato de os capitalistas ficarem mais relutantes em investir em capacidade produtiva como resposta à elevação na parcela dos lucros na renda teria gerado um regime de crescimento *wage-led*, já que o aumento no grau de utilização decorrente de um aumento da demanda (por sua vez causado pela elevação da parcela dos salários na renda) mais que compensaria os efeitos negativos da redução da parcela dos lucros sobre os investimentos em razão da queda da sensibilidade destes àquela: *"the strategy of wage-led growth may have been the best - indeed, the only - game in town"* (MARGLIN E BHADURI, 1991, p. 147).

> (...) lacking confidence in the future, fearing that depression, which was widely predicted as the 'natural' aftermath of war, would make additional capacity redundant, capitalists were initially reluctant to commit themselves to new plant and equipment. Investment, in short, was not very responsive to the current profit margin; in our terminology pre-war history had an adverse impact on the mapping from the current level of the profit share to the anticipated profitability of investment. (BHADURI E MARGLIN, 1990, p. 147)

Esta situação teria continuado nas duas décadas que seguiram a Segunda Guerra, mas aos poucos a situação começou a mudar. Assim, *"as time passed, profit margins remained high and even improved; more important, the anticipated depression never*

materialized" (Ibid, p. 147). Com isso a demanda por investimento teria passado a ser mais sensível à parcela dos lucros do que ao grau de utilização, i.e., teria havido uma mudança dos parâmetros da função (3), tal que γ teria crescido em relação a β. Deste modo, ainda que a demanda estivesse crescendo e, com ela, o grau de utilização, uma queda na margem/parcela dos lucros teria um impacto mais forte na redução da taxa de crescimento do investimento e, com isso, da economia. Este processo teria começado a se desenvolver a partir do final dos anos 1950 e início dos anos 1960.

As duas décadas de baixo desemprego do pós guerra teriam gerado também um duplo movimento. Por um lado, teriam fortalecido o poder de barganha da classe trabalhadora e assim a sua capacidade de pedir e lograr obter aumentos nominais de salários cada vez maiores. Por outro, o baixo desemprego teria reduzido o aspecto disciplinador deste, gerando redução da taxa de crescimento da produtividade. "*In short, high employment encouraged the growth of wages and inhibited the growth of productivity; this put pressure on profits, and the resulting pressure on profits led to a crisis of accumulation"* (Ibid, p. 124).

Em um contexto onde a taxa de crescimento dos salários nominais é maior do que a da produtividade há uma elevação do custo unitário do trabalho. Caso as empresas não consigam repassar tal elevação aos preços, ocorre, necessariamente, uma redução da margem de lucro. E foi justamente o que se observou na virada da década de 1960 para a seguinte, "(…) *a modest increase in the rate of a capacity utilization, but a fall ather than a rise in the rate of profit"* (Ibid, p. 148). E a queda na taxa de lucro deveria implicar na desaceleração dos investimentos e do crescimento econômico.

Aqui a explanação dos autores os obriga a introduzir uma hipótese, *ad hoc*, de aumento da parcela do lucro dedicada à poupança ao final dos anos 1960. Isto porque, dentro do quadro desenhado, a queda substancial dos lucros deveria implicar em uma redução forte dos investimentos, o que não se observou. Além disso, como trabalham com uma curva IS dada pelo equilíbrio entre a demanda por investimento e a oferta de poupança (sendo esta dada pelo produto da propensão a poupar dos capitalistas pela taxa de lucro), segue-se que a taxa de crescimento do estoque de capital deveria ser

proporcional à taxa de lucro. Porém, mesmo com a queda desta o crescimento do estoque de capital se manteve no começo dos anos 1970, o que requereria um aumento na propensão a poupar (Ibid, 148-158).

Diversos fatores concorreram para deteriorar a situação econômica dos países capitalistas na década de 1970. Os choques do petróleo agravaram o processo inflacionário, e segundo os autores teria havido uma elevação da relação capital/produto de plena capacidade. Para além disso as políticas de demanda menos agressivas[8] e, ao final da década, a desconfiança na integridade do sistema financeiro internacional também teriam contribuído para a redução das taxas de crescimento do investimento e do produto agregado.

> (…) First, the cost of energy increases dramatically and the full capacity capital/output ratio increases. Second, aggregate demand management is pursued less aggressively. Finally, towards the end of the 1970s, the very integrity of the international financial system begins to play an increasingly important role. (Ibid, p. 153)

Desta forma, todos estes fatores se conjugaram, ao longo dos anos 1970, para mudar a situação de prosperidade macroeconômica que marcara o período que seguiu a Segunda Guerra. Os aumentos nominais de salários *vis-à-vis* à produtividade elevavam o custo unitário do trabalho, gerando pressão sobre a inflação e deprimindo as taxas de lucro em um contexto onde as economias tornavam-se *profit-led*. Os choques do petróleo agravariam ambos os processos, e teria havido uma elevação da relação técnica capital/produto de plena capacidade. As políticas econômicas restritivas desenhadas para aliviar este quadro agravavam situação de desaceleração econômica, que se deteriorava ainda mais conforme pioravam as expectativas dos agentes. E os choques dos juros norte-americanos, seguidos por políticas monetárias contracionistas em todo o mundo, encerrariam definitivamente a Era de Ouro do capitalismo.

Tem-se, portanto, que na interpretação neo-kaleckiana o fim da Era de Ouro desenvolve-se a partir, basicamente, de fatores endógenos associados a um período longo de crescimento econômico e de baixas taxas de desemprego. A própria

[8] Segundo os autores as políticas de demanda restritivas seriam em si uma resposta ao *profit-squeeze*, uma tentativa de restaurar a lucratividade. A questão será abordada na próxima seção.

prosperidade teria aumentado a sensibilidade dos investimentos às margens de lucro, ao mesmo tempo em que ocorria o fortalecimento do poder de barganha da classe trabalhadora. A dinâmica da acumulação já estaria fadada a uma reversão, de modo que os choques do petróleo, as políticas econômicas adotadas e a desconfiança no sistema financeiro internacional apenas catalisaram o processo. Mas, como se buscará expor na próxima seção, esta interpretação possui algumas falhas cruciais, tanto teóricas quanto empíricas.

Avaliação crítica da interpretação neo-kaleckiana

Antes da avaliação crítica desta interpretação cabe reforçar que a alteração na função de investimento realizada por Marglin e Bhaduri, ainda que possa parecer uma mudança não muito profunda, na prática abre margem para resultados que se chocam diretamente com a tradição a que se filia. A simples substituição da variável taxa de lucro pela parcela dos lucros permite que o modelo gere, a depender dos parâmetros, resultados incompatíveis com as análises pioneiras da tradição kaleckiana. Isto porque, no caso em que os investimentos são muito sensíveis à parcela dos lucros, é possível que o regime de crescimento seja exhilaracionista (ou não-estagnacionista), de modo que a demanda agregada cresça com a fatia dos lucros na renda. Este resultado bate de frente com as contribuições de Kalecki e Steindl, autores preocupados com uma distribuição mais equitativa da renda por entenderem que o regime de crescimento seria estagnacionista (maior parcela salarial relacionada com aumento da demanda).

É interessante observar, ainda, que este rompimento teórico se insere em um contexto político mais amplo. Enquanto as teses estagnacionistas eram utilizadas pela social democracia na argumentação em prol de um regime mais igualitário e menos conflitivo no qual maiores salários reais se relacionam com maiores taxas de crescimento (e, portanto, *wage-led*), na tradição marxista, mais à esquerda, apontava-se o caráter iminentemente antagônico das classes sociais, e questionava-se a viabilidade da social democracia a longo prazo (MCCOLLOCH, 2017, p. 565). O objetivo explícito do modelo MB é justamente reconciliar estas duas posições, reconhecendo o caráter antagônico de classe e as implicações do princípio da demanda efetiva.

> Keynesian social democratic position takes its clue from the underconsumptionist argument that a high real wage is good for both labour and capital because it keeps effective demand buoyant. This can be reconciled with the radical Marxist view that class interests are necessarily conflictual, when a higher real wage fails to stimulate aggregate demand and capacity utilization sufficiently to accommodate the interests of both the classes (…). The resulting squeeze on profits manifests conflictual class interests despite accepting the Keynesian logic of demand-determined output (BHADURI E MARGLIN, 1990).

O modelo desenvolvido, a depender dos parâmetros, permite resultados compatíveis com diferentes regimes de crescimento. Neste sentido os autores argumentam que o princípio da demanda efetiva teria validade muito mais ampla do que modelos restritos, que seriam válidos apenas em momentos específicos.

> (…) while both the general theory and specific models may hold at certain times, the models are much more bound by time and place than is a theory based on the centrality of aggregate demand. In particular, we view the Keynesian insistence on aggregate demand as an important ingredient to understanding how modern capitalism works quite generally, but the stagnationist model as very much bound to particular places and times. (MARGLIN E BHADURI, 1991, p. 125)

Como exposto na seção anterior, nesta interpretação o fim da Era de Ouro do capitalismo explica-se justamente a partir da hipótese de que teria havido uma mudança de regime de crescimento. Um ponto curioso é que o modelo original trata explicitamente do curto prazo: *"[o]ur focus here is entirely on the short period"* (BHADURI E MARGLIN, 1990, p. 384). Os autores afirmam isto ao apontar, superficialmente, as consequências de longo prazo dos dois regimes de crescimento. O estagnacionista poderia levar a uma crise de "sub-acumulação" caso a capacidade produtiva não se expandisse ao mesmo ritmo da força de trabalho, acarretando em desemprego estrutural, "*which arises from a disproportionately large labour force in relation to existing capacity, ather than Keynesian deficiency of aggregate demand*" (BHADURI E MARGLIN, 1990, p. 383). O exhilaracionista, por sua vez, poderia levar a uma crise de "super-acumulação", no sentido de que haveria uma expansão desproporcional da capacidade produtiva em relação à força de trabalho. Já na interpretação do fim da Era de Ouro o foco passa para o longo prazo "*[o]ur argument is more long-run in nature*" (MARGLIN E BHADURI, 1991, p. 129), de modo que possa

haver mudança de regime e de parâmetros estruturais como a relação técnica capital/produto.

Isto posto, pode-se passar para a análise crítica desta interpretação. A primeira e fundamental crítica que deve ser feita é iminentemente teórica e se associa ao fato de a taxa de crescimento do investimento ser uma função crescente de lucro[9]. No modelo o investimento é função da taxa de lucro esperada, sendo esta influenciada pela demanda presente (refletida no grau de utilização) e por sua condição de realização (expressa pela margem de lucro corrente). É claro que a presença de lucro é condição necessária para que haja investimento, e isto já é evidente no conceito de preços de produção, basilar do princípio da demanda efetiva, que incluem, além dos custos de produção, um patamar mínimo aceitável de lucratividade (o chamado lucro normal). Porém não é razoável supor que o investimento será tão maior quanto maior for a taxa de lucro. Caso haja uma enorme capacidade ociosa, mesmo que a margem de lucro aumente muito (no caso de uma redução de impostos, por exemplo) não faz sentido ampliar a capacidade produtiva, uma vez que acréscimos na demanda podem ser atendidos por meio de aumento do nível de utilização. Analogamente, partindo de um grau de utilização muito elevado, próximo à plena capacidade, mesmo que a taxa de lucro caísse pela metade haveria necessidade, em função da demanda, da realização de investimentos para adequar a capacidade produtiva a esta. Neste sentido pesam fortemente as forças da competição: as firmas que não expandissem sua capacidade não conseguiriam atender eventuais picos de demanda, abrindo margem para novos entrantes no mercado, perdendo *market-share* e comprometendo, assim, os lucros futuros.

Outra crítica – específica da corrente teórica sraffiana – a esta formulação do investimento enquanto função crescente da taxa lucro esperada diz respeito à elevação desta em razão de aumentos na média do grau de utilização das plantas instaladas impactando positivamente a acumulação de capital. Isto porque a taxa de lucro relevante para o investimento é aquela a ser obtida nas novas plantas (fruto da maturação deste

[9] O próprio cálculo das taxas de lucros já encontra dificuldades consideráveis, como por exemplo na forma de estimação do estoque de capital da economia.

mesmo investimento) em operação ao nível de utilização normal, planejado, aquele que se espera, em média, observar, portanto insensível ao nível médio de utilização da capacidade atual (CICCONE, 1986, p. 27). Como Cesaratto aponta de forma precisa, *"the profit rate relevant for capitalists is not the ex-post, realized one, but the ex-ante, normal one, i.e., the rate they expect to earn on newly installed equipment"* (CESARATTO, 2015, p. 168).

Ainda que os autores neo-kaleckianos explicitem que não entendem que a taxa de lucro esperada nos novos investimentos seja necessariamente igual à corrente, ao afirmarem que *"[i]n our model there is no assumption that the rate of profit on new investment is equal to the actual rate of profit overall"* (MARGLIN E BHADURI, 1991, p. 139), na prática assumem que o grau de utilização esperado nas novas plantas é o mesmo observado, na média, nas já existentes, uma vez que o grau corrente influencia a taxa de lucro esperada. Porém, nos modelos de crescimento (para melhor refletir a dinâmica capitalista) o impacto do grau de utilização no investimento deveria se dar seguindo o princípio do acelerador, isto é, a busca pelo ajuste da capacidade produtiva à tendência da demanda, sem intermédio da taxa de lucro esperada. Segundo Serrano (2004, p. 193), os autores "*tentam mecanicamente associar a compressão de margens de lucro com redução do ritmo dos investimentos através da postulação arbitrária de que o investimento é uma função direta do nível da margem de lucro*". E explicita o argumento:

> Que menores margens de lucro levam a menores taxas de lucro normais não implica que a opção mais lucrativa seja reduzir o tamanho da capacidade produtiva. O tamanho adequado da capacidade produtiva não vai depender do nível da taxa normal de lucro e sim do tamanho da demanda dos que podem pagar preços que garantem a rentabilidade normal mínima aceita, seja ela alta ou baixa. (SERRANO, 2004, p. 193)

Esta é uma crítica crucial à tradição kaleckiana como um todo, para além do modelo MB. Em se admitindo que a taxa de lucro relevante para o investimento é aquela obtida ao grau normal de utilização da capacidade, segue-se que não existe qualquer possibilidade de uma economia cooperativa, no sentido que parcelas salariais maiores poderiam se associar a maiores taxas de lucro (relevantes para o investimento).

Ainda que o investimento fosse função crescente da taxa de lucro normal, para uma dada relação técnica capital/produto e um grau de utilização dado (ao nível normal, u_n) há, necessariamente, uma relação inversa entre a taxa de lucro (normal, r_n) e a parcela salarial (ω) na renda.

$$r_n = \frac{\pi \overline{u_n}}{\bar{v}} = \frac{(1-\omega)\overline{u_n}}{\bar{v}}$$

A tendência de queda nas parcelas dos lucros observadas na Era de Ouro em diversos países capitalistas, como EUA e Alemanha, sem queda da taxa de investimento sem dúvida pesa na desqualificação do lucro como uma variável válida para compor a função investimento (principalmente sendo este função crescente daquele). E, inclusive, o fim da Era de Ouro e o aumento das parcelas dos lucros pós anos 1970 acarretou em desaceleração econômica (e não em aceleração). Os próprios autores reconhecem que no período analisado, nos anos 1960 e na virada dos 1970, observaram-se quedas expressivas das parcelas dos lucros na maioria dos países capitalistas, sem, contudo, haver redução das taxas de investimento e de acumulação, *"[b]ut this resilience of the investment share to the fall in profitability should not suggest that profits are irrelevant for accumulation."* (MARGLIN E BHADURI, 1991, p. 158)

Um ponto que, apesar de não figurar como elemento central no argumento neo-kaleckiano, é importante, diz respeito à desaceleração da produtividade em função do elevado nível de emprego. Tal situação em geral se associa a um contexto de elevado crescimento, acumulação de capital e, pela lei de Kaldor-Verdoorn, não seria esperada uma redução da taxa de crescimento da produtividade (VERDOORN, 1949, p. 28). O impacto negativo da redução da disciplina do trabalho teria que ser bastante forte para mais que compensar a tendência de aceleração da produtividade associada ao rápido crescimento econômico. E é importante observar que a desaceleração mais forte na produtividade ocorreu a partir de meados dos anos 1970, quando o poder de barganha da classe trabalhadora inegavelmente já vinha se enfraquecendo.

Assim, como se buscou demonstrar, o modelo MB abre a possibilidade de resultados incompatíveis com a tradição kaleckiana, e possui limitações graves, teóricas e empíricas. A relação necessariamente inversa entre a parcela salarial e a taxa de lucro normal, relevante para o investimento, inviabiliza um regime cooperativo no qual maiores salários reais vão junto com maiores taxas de lucro, de investimento e de crescimento. E a fragilidade da formulação do investimento como sendo função crescente da margem de lucro, por sua vez, traz enormes dificuldades para a obtenção de um regime *profit-led*, peça central da explicação neo-kaleckiana para o fim da Era de Ouro.

Uma vez tecidas as devidas críticas, é possível constatar como tal modelo é inadequado para o entendimento do fim da Era de Ouro do capitalismo, além de falhar também no seu objetivo inicial de reconciliação entre as duas principais posições políticas dentro do campo da esquerda, a social democracia e o socialismo mais radical. O modelo deixa a desejar à primeira por não dar um embasamento teórico sólido às teses que pregam a sustentabilidade de um período histórico de cooperação entre classes (no sentido que salários reais mais elevados se associam a maiores lucros e taxas de crescimento), e ao segundo por embasar em termos teóricos um regime *profit-led*, com todas as suas implicações políticas. Neste sentido cabe destacar que tal modelo pode ser usado, no seio da heterodoxia, para justificar medidas voltadas ao incremento dos lucros, como políticas econômicas contracionistas[10] (que reestabeleceriam níveis elevados de desemprego) e mudanças institucionais desfavoráveis à classe trabalhadora, ambas no intuito de enfraquecer o poder de barganha da classe trabalhadora dentro do conflito distributivo, aumentando o lucro dos capitalistas. Inclusive foi exatamente isto que se observou a partir dos anos 1970, com os resultados conhecidos: fim da Era de Ouro do capitalismo, redução do crescimento econômico e concentração de renda, tanto pessoal quanto funcional.

[10] Ao realizarem um estranho exercício contrafactual segundo o qual caso tivessem sido mantidas, nos anos 1970 e 1980, as taxas de lucro elevadas como no período que vai da Segunda Guerra aos anos 1960, talvez não houvesse crise de acumulação, os autores reconhecem que "*(...) restrictive demand-management policies were themselves a response to profit squeeze and an attempt to restore profit margins (...)"* (Bhaduri e Marglin, 1991, p. 158).

Conclusão

Ao contrário de Keynes que chegou ao princípio da demanda partindo de uma base marshalliana, Kalecki o desenvolve percorrendo um caminho marxista. A subutilização dos fatores produtivo e a estrutura oligopolizada que se refletem, respectivamente, no poder de barganha da classe trabalhadora (dada a existência de um exército industrial de reserva) e no grau de monopólio, determinam em conjunto a distribuição de renda e têm impactos importantes na dinâmica econômica.

O recorte analítico, em linha com a economia política clássica, da sociedade em classes sociais é um traço marcante da tradição kaleckiana. Como a classe trabalhadora tem – e isso é um fato estilizado – maior propensão a consumir, segue-se que aumentos do salário real e (a depender da evolução da produtividade) da parcela salarial da renda devem associar-se, portanto, a um nível maior de demanda agregada. Esta é a chamada teoria estagnacionista, seguida por Kalecki, Steindl, e por toda tradição kaleckiana até os anos 1980.

Baseando-se em uma crítica à primeira geração de modelos de crescimento desta tradição, Marglin e Bhaduri (1990) desenvolveram um modelo que permite um resultado exhilaracionista, ou seja, que haja uma relação positiva entre a parcela dos lucros na renda e a demanda agregada. A crítica apoia-se no argumento de que seria mais interessante separar os efeitos sobre os investimentos causados pelo grau de utilização e pela parcela dos lucros. Assim, se aqueles fossem muito sensíveis a esta, seria possível a obtenção de tal resultado. E a explicação dada por estes autores para o fim da Era de Ouro do capitalismo ocidental segue justamente esta linha de argumentação.

Para Bhaduri e Marglin (1991), após a segunda guerra a demanda por investimento por parte da classe capitalista seria pouco sensível à parcela do lucro, uma vez que a ânsia por rentabilidades sem a devida preocupação com os níveis de demanda agregada no entre guerras teria acarretado na crise de 1929, experiência que teria ensinado uma lição a tal classe. Porém, as décadas de elevada lucratividade sem a ocorrência de uma grande crise teriam elevado esta sensibilidade, fazendo com que o

regime que até então era estagnacionista se tornasse exhilaracionista, e, portanto, *profit-led.* Outra característica deste período de prosperidade que marcou as décadas que seguiram a Segunda Guerra foi a progressiva elevação do poder de barganha da classe trabalhadora e a desaceleração da produtividade a partir dos anos 1960. Isto teria gerado uma compressão dos lucros, o *profit-squeeze*, que teria engendrado uma crise de acumulação. Neste sentido os choques adversos dos anos 1970, as políticas econômicas contracionistas e a desconfiança no sistema financeiro internacional teriam apenas contribuído para um processo que já se desenvolvia.

Ocorre que esta explanação encontra algumas dificuldades teóricas e empíricas. A principal crítica teórica se refere ao investimento como função crescente da taxa de lucro. Como se procurou expor o lucro é condição necessária para o investimento, porém é mais razoável que este cresça junto com as expectativas de demanda. Neste sentido não convém lançar mão do grau de utilização como mecanismo de transmissão entre a demanda presente e a expectativa de lucros futuros. Isto porque a taxa de lucro que é relevante para o investimento é aquela obtida ao grau normal (ou planejado) de utilização esperado nas novas plantas, sendo, portanto, insensível ao nível médio de utilização da capacidade instalada.

No plano empírico a explicação a respeito da produtividade carece de solidez. Ela desacelera pouco no período de alto crescimento e maior poder de barganha da classe trabalhadora, e mais fortemente no período em que o produto começa a crescer menos e esta começa a se desarticular. Mas o ponto mais fraco de tal interpretação diz respeito à falta de sensibilidade dos investimentos e da acumulação de capital à queda da parcela dos lucros na renda em um regime que seria *profit-led*. Mesmo com a queda dos lucros a partir do final dos anos 1960 a taxa de investimento não caiu, e, o que é ainda pior, com a recuperação da lucratividade depois dos anos 1970 a taxa de crescimento não se recuperou: a Era de Ouro havia acabado.

Por fim é preciso sublinhar as críticas políticas a tal modelo e sua correspondente interpretação do fim da Era de Ouro. Isso porque ele falhou nitidamente em reconciliar a visão teórica da social democracia (com base em um keynesianismo de

esquerda e em um regime que se pretendia cooperativo) com a do socialismo mais radical (que entendia as classes como antagônicas e a crise como iminente). Por um lado, não deu um satisfatório embasamento teórico à primeira, e, por outro, gerou resultados que confrontam nitidamente a visão do segundo, ao abrir margem para regimes puxados pelos lucros e, portanto, poder embasar políticas voltadas para estes em detrimento à classe trabalhadora. E como o decorrer dos anos demonstraria, com a elevação dos lucros após os anos 1970 o retorno do crescimento não se verificou. A Era de Ouro seria seguida por um período de baixo crescimento econômico e de concentração pessoal e funcional da renda.

Bibliografia:

BHADURI, A; MARGLIN, S. Unemployment and the real wage: the economic basis for contesting political ideologies. Cambridge journal of Economics, v. 14, n. 4, p. 375-393, 1990.

BLECKER, R. Distribution, Demand and Growth in Neo-Kaleckian Macro Models. In SETTERFIELD, M. (ed.) Demand-Led Growth: Challenging the Supply-side Vision of the Long Run, Edward Elgar, 2002.

CESARATTO, S. Neo-Kaleckian and Sraffian controversies on the theory of accumulation. Review of Political Economy, v. 27, n. 2, p. 154-182, 2015.

CICCONE, R. Accumulation and capacity utilisation: some critical considerations on Joan Robinson's theory of distribution, Political Economy, 2. 1986.

DUTT, A. K. Stagnation, income distribution, and monopoly power. Cambridge Journal of Economics, 8(1), March, 25-40, 1984.

DWECK, E. Macroeconomia kaleckiana. Escolas da macroeconomia / Conselho Regional de Economia 1ª região. 1.ed. Rio de Janeiro: Albatroz, 2015.

KALECKI, M. Aspectos políticos do pleno emprego, 1943.

KALECKI, M. Selected essays on the dynamics of the capitalist economy, Cambridge, Cambridge University Press, 1971.

KALECKI, M. Teoria da Dinâmica Econômica, Coleção Os Economistas, 1985.

KALECKI, M. Collected Works of Michal Kalecki: Volume 1: Capitalism: Economic Dynamics. 1991[a].

KALECKI, M. Collected Works of Michal Kalecki: Volume 2: Capitalism: Economic Dynamics. 1991[b].

LASKI, K. Three ways to... high unemployment. wiiw Working Paper, 2000. In Kalecki's economics today. Routledge, 2003.

LÓPEZ GALLARDO, J; ASSOUS, M; THIRLWALL, A. P. Michal Kalecki: Great thinkers in economics. Palgrave Macmillan UK, 2010.

MARGLIN, S.; BHADURI, A. Profit squeeze and Keynesian theory. Nicholas Kaldor and Mainstream Economics. Palgrave Macmillan, London, 123-163, 1991.

MIGLIOLI, J. Acumulação de capital e demanda efetiva. TA Queiroz, Editor, 2004.

POSSAS, M. A dinâmica da economia capitalista: uma abordagem teórica. Editora brasiliense, 1987.

ROBINSON, J. Michal Kalecki on the Economics of Capitalism. Oxford Bulletin of Economics and Statistics 39(1), February: 7-18, 1977.

ROWTHORN, B. Demand, real wages and economic growth. Thames Papers in Political Economy, Autumn, 1-39, 1981.

SAWYER, M. Michal Kalecki (1899-1970). The New Palgrave Dictionary of Economics Online, 2018.

SERRANO, F. Relações de poder e a política macroeconômica americana, de Bretton Woods ao padrão dólar flexível. O poder americano. Petrópolis: Vozes, p. 179-222, 2004.

STEINDL, J. Maturity and Stagnation in American Capitalism, Oxford, Basil Blackwell, 1952.

TAYLOR, L.Structuralist Macroeconomics, New York, Basic Books, 1983.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Banco nacional vs. estrangeiro: uma comparativo entre o Crédit Foncier du Brésil et de L'Amérique du Sud e o Banco de Crédito Hypothecario & Agricola do Estado de São Paulo (1910-1929)

Luiz Felipe Ghiraldelli Inácio

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

Banco nacional vs. estrangeiro: uma comparativo entre o Crédit Foncier du Brésil et de L'Amérique du Sud e o Banco de Crédito Hypothecario & Agricola do Estado de São Paulo (1910-1929)

National Bank vs. abroad: a comparison between the Crédit Foncier du Brésil et de L'Amérique du Sud and the Banco de Crédito Hypothecario & Agricola do Estado de São Paulo (1910-1929)

Luiz Felipe Ghiraldelli Inácio[1]

Resumo

Buscando dar continuidade ao estudo da história de empresas no Brasil, especialmente no estado de São Paulo, complementando o trabalho de, entre outros, Fernando Nogueira da Costa, comparou-se duas instituições do setor bancário, baseados em informações divulgadas em jornais, balanços patrimoniais e outras publicações. A partir desses dados, o presente trabalho investiga a atuação das seguintes instituições: Banco de Crédito Hypothecario & Agricola do Estado de São Paulo – BCHASP, Banco do Estado de São Paulo – Banespa e Crédit Foncier du Brésil et de L'Amérique du Sud– CFBAS. A escolha baseou-se no fato de ambos atuarem no mesmo mercado e terem participação de capital francês na fundação. Dessa forma, essa comparação permite lançarmos luz sobre a eficiência das instituições financeiras nacionais frente às estrangeiras. Primeiramente, apresenta-se o contexto do período em análise, no início do século XX, destacando a conjuntura econômica, fluxos de investimento e marcos legais. Posteriormente, analisa-se as duas instituições comparativamente, estabelecendo indicadores de suas atuações. Observaremos, por exemplo, o endividamento geral, a participação do capital de terceiros e o retorno do ativo ajustado às variações nas reservas,

[1] Graduado em Ciências Econômicas pela FEA-RP/USP, com orientação do Professor Dr. Renato Leite Marcondes (FEA-RP/USP).

sempre os adaptando às condições impostas pela escassez de informações disponíveis sobre o período em relação aos padrões recentes de geração de dados. Por fim, buscou-se aprimorar o entendimento das diferenças e semelhanças entre os entes do sistema financeiro nacionais e estrangeiros, suas respectivas vantagens e desvantagens comparativas.

Palavras-chave: *história econômica; história de empresas; história das instituições financeiras.*

JEL: *N86, N26, R51*

Abstract

Seeking to continue the study of the history of companies in Brazil, especially in the state of São Paulo, complementing the work of, among others, Fernando Nogueira da Costa, two institutions in the banking sector were compared, based on information published in newspapers, balance sheets and other publications. Based on these data, the present work investigates the performance of the following institutions: Banco de Crédito Hypothecario & Agricola do Estado de São Paulo – BCHASP, Banco do Estado de São Paulo – Banespa and Crédit Foncier du Brésil et de L'Amérique du Sud– CFBAS. The choice was based on the fact that both operate in the same market and have French capital in the foundation. Thus, this comparison allows us to shed light on the efficiency of national financial institutions compared to foreign ones. First, the context of the period under analysis, at the beginning of the 20th century, is presented, highlighting the economic situation, investment flows and legal frameworks. Subsequently, the two institutions are analyzed comparatively, establishing indicators of their actions. We will observe, for example, the general indebtedness, the share of third-party capital and the return on assets adjusted to changes in reserves, always adapting them to the conditions imposed by the scarcity of information available about the period in relation to recent patterns of data generation. Finally, an attempt was made to improve the understanding

of the differences and similarities between the entities of the national and foreign financial system, their respective comparative advantages and disadvantages.

Keywords: *economic history; business history; history of financial institutions*

Banco nacional vs. estrangeiro: uma comparativo entre o Crédit Foncier du Brésil et de L'Amérique du Sud e o Banco de Crédito Hypothecario & Agricola do Estado de São Paulo (1910-1929)

***

Introdução

A influência francesa no Brasil data desde a colonização, com os importantes marcos da rápida existência da França Antártica e do esporádico comércio concorrencial ao pacto colonial, contudo, de forma mais representativa, encontra-se no século XIX e no início do XX o contato mais direto do país com culturas de uma Europa não Ibérica (FREYRE, 1936). Com isso, somente a partir de meados do século XIX a ex-colônia portuguesa incorporou com maior intensidade a cultura europeia, sintetizada pelas potências desse continente no período — França e Inglaterra. Esse processo de incorporação de cultura vinda da Europa, em um caráter mais diverso ao português, teve início principalmente após a vinda da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, com seus hábitos de luxo, em geral franceses, e por meio de comerciantes ingleses. Além disso, com a Abertura dos portos às nações amigas, pessoas e mercadorias de origem estrangeira puderam circular mais livremente. De início, naturalmente, a influência inglesa predominara, como reflexo da proximidade anglo-portuguesa em meio às Guerras Napoleônicas, sobre a francesa. Porém, com a derrubada de Napoleão e a busca pela normalização das relações com as resoluções do Congresso de Viena, os Bourbons foram recolocados no poder da França, ocorrendo gradual dissipação das animosidades causadas pelo conflito anterior, propiciando, assim, uma aproximação da cultura francesa no país.

Essa aproximação se deu de maneira desigual, claro, possuindo maior presença em grandes núcleos urbanos, especialmente ligados ao comércio marítimo — como Rio de Janeiro, Recife, Salvador e, mais tardiamente em grande intensidade, em São Paulo. Esta cidade possui localização, apesar da província possuir faixa litorânea, mais voltada ao interior, para além da Serra do Mar, só devidamente transposta após a construção da ferrovia Santos-Jundiaí. Portanto, essa condição corroborou para um menor contato com a cultura europeia no início do século XIX, em relação às demais cidades supracitadas que tinham constante visita em seus portos de *vapores* — referência aos navios a vapor

— vindos da Europa. Como contraponto à realidade paulistana antes do rápido crescimento cafeeiro, Recife vivia ainda da riqueza das exportações de açúcar e o Rio de Janeiro continha os hábitos luxuosos da corte brasileira. Assim, essas cidades portuárias dinâmicas eram pontos de atração para cidadãos estrangeiros, incluindo, obviamente, franceses, antes do aumento de importância de São Paulo. Foi, então, pelo Vale do Paraíba onde ocorreu a penetração da influência cultural francesa, por conta da expansão cafeeira vinda da província do Rio de Janeiro.

A melhora da posição francesa no comércio internacional a partir de 1850 até o final do século XIX se deu, para além da normalização das relações internacionais, por influência de uma política externa voltada à colonização — no contexto do Neocolonialismo — e de uma modernização tecnológica-industrial[2]. Com moderna indústria naval, infraestrutura portuária e telegráfica, a França pode se projetar internacionalmente[3] com conexões diretas via mar, mais seguras, com menor risco de perdas e custos de escalas em outros portos. Sendo assim, o fluxo de mercadorias entre França e Brasil só era eclipsado pelo comércio com a Inglaterra. Esse processo de crescimento do comércio de origem gálica se deu, concomitantemente, com o uso de "comissários em mercadorias", sediados na Europa, associados à imigrantes franceses[4]. Durante a expansão comercial e colonial da França, esses comissários formaram casas comerciais, atuando, no comércio internacional de mercadorias, como atacadistas[5], e organizando-se com matrizes sediadas no continente europeu. Além disso, as restrições ao exercício do trabalho de estrangeiros no Brasil imperial eram relaxadas quando se tratavam de comerciantes[6]. Dessa forma, as atividades comerciais ganhavam atrativo frente às demais para os indivíduos que chegavam ao país e os investimentos franceses no Brasil, no transcorrer do século XIX, acentuaram-se no comércio varejista,

[2] MONTEIRO (1998).
[3] REGO (2010).
[4] MONTEIRO (1988).
[5] BERTELLI (2006).
[6] ALMEIDA (2003).

principalmente no Rio de Janeiro, preparando o país para o crescimento de outros empreendimentos mais complexos[7], como ferrovias e bancos já citados. Desse modo, consolidaram-se, com a acumulação do capital das atividades comerciais, bancos, seguradoras, firmas de importação-exportação, dentre outros.

Voltando-se ao exemplo paulista, escolhe-se como marco da entrada da influência francesa a fundação, em 1864, da *Casa Garraux*: livraria, tipografia, depósito de vinhos, de objetos de arte etc. com importante papel na difusão cultural em São Paulo. A partir disso, a presença cultural da França cresceu juntamente com o desenvolvimento cafeeiro, chegando ao seu apogeu ao final do século XIX e início do XX. Tomando, como exemplo, empreendimentos, como a *Casa Garraux*, a preponderância da língua e literatura francesas, sob a forma de livros, revistas e, até mesmo, jornais, confluíram em favor da cultura da França em São Paulo dentro da elite do estado, seja ela intelectual ou/e econômica.

O mercado de crédito real

Dado o processo de independência do Brasil, com marco em 1822, foi formado um conjunto de instituições legais e econômicas necessárias para o desenvolvimento do país. Nesse contexto, houve regulação de intermediários financeiros, fundação legal para o surgimento de bancos. Afinal, a transferência da poupança de agentes que não a estão utilizando para os tomadores de recursos é essencial para financiar a inovação, o investimento e o crescimento[8]. Já, em 1849, foi regularizada a criação de sociedades anônimas para a organização de negócios, permitindo ampliação das operações e maior sofisticação tecnológica. Essas sociedades conseguiam seus fundos por meio da venda de ações para investidores, assim, adquirindo poupanças de uma gama maior de pessoas, não dependendo de conexões pessoais no processo de obtenção de capital[9]. Como forma de

[7] MAURO (1999).
[8] HANLEY; MARCONDES (2010)
[9] MARCONDES (2014)

fiscalização, era exigido dessas sociedades a entrega de um demonstrativo financeiro mensal e, caso fossem bancos, semanal. Contudo, o setor agrícola não considerou as medidas suficientes para solucionar a falta de crédito de longo prazo. O autor de uma carta, em 1858, reproduzida em jornais como o *Correio Paulistano,* queixava-se da situação afirmando que o produtor rural dependia do crédito comercial e arcava com juros muito elevados, inclusive superiores aos oferecidos para os demais setores. Para contextualizar tal diferença de juros, a taxa de desconto média anual do Rio de Janeiro variava entre 6 e 10 por cento, entre 1850 e 1880. Contudo, para fazendeiros, a variação ocorria entre 8 e 14 por cento (SWEIGART, 1980, p. 120-121). Esse diferencial de juro aparentava decorrer do maior risco da atividade agrícola e das dificuldades de execução dos empréstimos em relação às demais (WERNECK, 1857, p. 15). Para contrapor a falta de crédito de longo prazo, foi aprovada, em 1864, legislação específica para a formação de bancos hipotecários voltados ao mercado rural (Leis e Decretos, Lei 1.237 de 24 de setembro de 1864). Contudo, mesmo com a alteração da legislação, a oferta de crédito real à lavoura continuou restrita e apenas o Banco do Brasil se adaptou, criando uma carteira hipotecária em 1866[10].

Prosseguindo pelas reformas bancárias, em 1890, realizou-se alterações importantes para a criação de bancos universais. A partir desse momento, era permitido unificar as carteiras de bancos hipotecários com as de bancos comerciais (MARCONDES, 2014). Assim, a nova legislação permitiu o surgimento de instituições mais complexas e, mesmo com a predominância dos empréstimos de curto prazo, houve maior diversificação da atuação. Além disso, os banqueiros também ampliaram a participação de empréstimos de médio prazo, com garantia de penhor de imóveis, e investimento direto em empreendimentos comerciais e industriais (HANLEY; MARCONDES, 2010). Bancos comerciais, não universais nem hipotecários, não possuíam autorização de notas hipotecárias, então, atuavam no crédito de longo prazo

[10] MARCONDES (2017)

com, na maioria, depósitos de curto prazo. Dessa forma, essas instituições assumiram grande risco, mesmo com operações pontuais, pois, caso ocorresse uma corrida bancária, o banco ficaria sem fundos. Tal risco provou-se alto no final do século XIX e início do XX, pois o pânico bancário de 1900 levou diversas instituições à falência (SZMRECSÁNYI, 2002). A crise aumentou a prevalência dos bancos estrangeiros, mais estáveis por contarem com auxílio de matrizes em outros países e atuarem, geralmente, de maneira mais comedida, assumindo menores riscos. Apesar da grande perda provocada pela crise da virada do século, as instituições sobreviventes eram intermediários financeiros plenamente formais.

Como característica das instituições sobreviventes, estava o predomínio do crédito de curto prazo. Por outro lado, em 1909, o novo Banco de Crédito Agrícola e Hypotecário de São Paulo, como o próprio nome indica, concentrou as operações em empréstimos hipotecários, alterando o perfil desse mercado de crédito real, ainda predominantemente controlado por intermediários particulares, pessoas físicas (MARCONDES, 2017). Dessa forma, o sistema bancário de São Paulo é síntese e polo das principais transformações ocorridas no século XIX: aumento da relevância econômica da região Sudeste e o maior uso de mão de obra imigrante. Resumidamente, com o ritmo acelerado de crescimento, os bancos passaram cada vez mais a preencher as lacunas deixadas pela intermediação financeira pessoal. Em primeiro lugar, as novas instituições financeiras buscaram operações de crédito de médio prazo. Contudo, ao final do século XIX, os bancos restantes pós-Encilhamento optaram pelo fornecimento de liquidez, preferencialmente em capital de investimento na formação de novos negócios.

O Crédit Foncier du Brésil et de l'Amérique du Sud

Fundação e atuação

Denominada Crédit Foncier du Brésil et de L'Amérique du Sud ou simplesmente Crédit Foncier du Brésil, a instituição foi uma sociedade anônima constituída em dezembro de 1906. A autorização para funcionamento em solo brasileiro se deu pouco depois pelo decreto nº6593, em primeiro de agosto de 190711, após solicitação feita ao governo brasileiro pelo B*anque du Crédit Foncier du Brésil.*

A partir de 1907, o funcionamento foi autorizado por 75 anos e a sede instituída na cidade do Rio de Janeiro. A finalidade do Banco era o crédito hipotecário, principalmente agrícola, mas, também, imobiliário — não excedendo dois terços do valor do imóvel. Além disso, estava autorizado a realizar empréstimos não hipotecários para a União, estados e municípios, possuindo como garantia alíquotas de impostos ou seção explícita no orçamento desses entes governamentais. Por fim, poderia também ceder crédito aos demais bancos, estabelecimentos públicos, caixas agrícolas e pessoas físicas, desde que garantido pelo patrimônio. Obrigatoriamente, os valores deveriam ser aplicados em atividades agrícolas ou em "trabalhos de utilidade pública".

Sobre outras características de destaque, em relação aos depósitos, estes poderiam ser realizados por meio de títulos, depósitos em espécie de qualquer valor, metais em barras e joias. O valor exigido pelo governo brasileiro para a abertura, de cinco milhões de francos, foi muito acima do registrado em estatuto social, de cem mil, exigindo maior aporte para iniciar as operações. Já no balanço de 1910, é verificado um capital social de doze milhões e quinhentos mil francos, demonstrando que a regulação inicial quanto ao limite inferior da conta capital não foi entrave para a entrada da instituição no país. Ademais, sobre as ações, era proibida a compra dos próprios papéis pela sociedade anônima.

[11] DECRETO Nº 6.593, DE 1º DE AGOSTO DE 1907. Rio de Janeiro, Brasil, 1907. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6593-1-agosto-1907-523234-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 26 jan. 2021.

Indicadores contábil-financeiros (1910-1929)

Dentro as limitações dos dados quantitativos do período, o *Crédit Foncier du Brésil* foi avaliado dentro de seis indicadores: endividamento geral[12], participação de capital de terceiros[13], retorno do ativo ajustado pelas reservas[14], distribuição de dividendos[15], variação do ativo total[16] e de capital social[17]. Com essas três primeiras razões, foi possível verificar a capacidade de pagamento das obrigações, a alavancagem e a lucratividade, respectivamente. Ressalta-se, também, que anos sem informações nas fontes consultadas foram omitidos para a análise individual do banco.

Com isso, observa-se a manutenção do endividamento geral em torno de um e meio ao longo de toda a série, demonstrando controle das dívidas da instituição, mesmo durante períodos de instabilidade internacional — sendo os mais relevantes a Primeira Guerra Mundial e a Crise de 1929. Já em relação a participação de capital de terceiros, o índice permanece elevado durante o início da operação no país, mas logo cai e se distância do valor um, retornando para um patamar superior a 0,7 somente em 1929. Ademais, sobre o retorno do ativo ajustado pelas reservas, observa-se tendência de crescimento até 1912 — interrompida pela Grande Guerra — e, posteriormente, queda da lucratividade, acompanhando a situação econômica brasileira desfavorável em meados da década de 20 do século XX — tendência semelhante à encontrada na distribuição de dividendos.

Apesar de ocorrer a distribuição de dividendos, as reservas recuaram abruptamente, levando a um resultado do indicador de Retorno do Ativo ajustado pelas

[12] Dado pela razão entre o ativo total e as contas a pagar do passivo, não incluindo, portanto, dividendos e conta capital.

[13] Calculado pela razão entre o passivo total e as contas do passivo oriundas de outras fontes que não às da própria instituição.

[14] Encontrado pela razão entre os lucros somados às variações de reservas sobre o ativo total.

[15] Lucros distribuídos.

[16] Soma de todos os ativos da empresa.

[17] Valor declarado de capital social por ano.

reservas de -47,02. Assim, demonstrando que o *Crédit Foncier du Brésil* foi, aparentemente, afetado pela crise internacional de maneira intensa.

Por fim, é perceptível um aumento do ativo total e do capital social de maneira real, pois houve política de estabilização do câmbio francês em meados de 1926[18] e os aumentos mais expressivos ocorreram após esse marco. Conclui-se, de forma preliminar, que, ao menos no período analisado, o *Crédit Foncier du Brésil* conseguiu atuar, em linhas gerais, de maneira estável mesmo no mercado de crédito real.

O Banco de Crédito Hypothecario & Agricola do Estado de São Paulo

Fundação e atuação

No início do século XX o crescimento populacional e do setor cafeeiro de São Paulo se destacava, quando comparado às demais províncias brasileiras e outras áreas produtoras fora do país, atraindo o interesse estrangeiro[19]. Ademais, o solo, as condições climáticas propícias e o potencial de expansão da produção no Oeste paulista contrastavam com a relativa estagnação da produção nas províncias vizinhas. Em contrapartida, apesar do cenário positivo descrito, a economia paulista sofria com a desvalorização do principal produto e gênero de exportação: o café. Nesse contexto, durante o Convênio de Taubaté — com objetivo de valorizar as sacas de café, depreciadas pela superprodução do final do século XIX e início do XX — foi acordado entre os governos estaduais de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, além das respectivas elites de cafeicultores locais, para a retirada do excedente não consumido, mediante empréstimo garantido com imposto sobre a exportação do grão. Contudo, o empréstimo não foi realizado após desentendimentos entre as partes, deixando São Paulo, maior interessado na resolução da crise causada pela desvalorização do café, à mercê de

[18] ARTHMAR (2011)
[19] COSTA (1988)

iniciativas próprias. Nesse contexto, o *Étude économique et financière de l'État de São Paulo, en vue de la création d'un crédit foncier et agricole dans l'État*, publicado entre 1908 e 1909, promoveu uma descrição detalhada dos motivos para se investir em São Paulo, um prelúdio da formação do BCHASP, voltado para o público europeu. Com o interesse dos produtores locais em novas linhas de crédito, somado ao do governo paulista e de investidores estrangeiros, formou-se o ambiente necessário para a fundação de uma nova instituição de crédito. Resumidamente: por um lado, cafeicultores buscavam recursos adiantados antes da venda de sacas ou empréstimos com garantia dada em propriedades, e, por outro, o governo estadual tinha interesse em repassar financiamento externo para safras retidas em armazéns reguladores (COSTA, 1988) — como parte das políticas de valorização do café iniciadas em 1906.

Primeiramente, com a Lei nº 923 de agosto de 1904, o governo paulista foi autorizado a garantir juros de 6% ao ano, por um período de vinte anos, a uma instituição bancária que se instalasse em São Paulo e tivesse capital de até 2 milhões de libras esterlinas — destinada ao fomento do crédito agrícola, sem sucesso. Pouco depois, com a lei nº1160 de dezembro de 1908, houve aumento da oferta de benefícios, como a ampliação da garantia de juros por trinta anos. Assim, somente em 17 de junho de 1909, pelo decreto nº 1747 do governo do estado de São Paulo, os estatutos para o funcionamento do *Banco de Crédito Hypothecario & Agricola do Estado de São Paulo* foram aprovados. A partir desse momento, a instituição, cujo desejo de fundação já estava expresso desde a lei estadual nº 923 de 8 de agosto de 1904, deveria realizar operações junto à produtores rurais visando "auxílio e desenvolvimento da lavoura"[20] dentro dos limites territoriais do estado — sem impedir o crédito real com garantia de hipotecas de imóveis urbanos. Tal exigência do governo surgia da necessidade dos agricultores, especialmente cafeicultores, de obter uma oferta de crédito mais competitiva, limitadas

[20] ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Lei nº 923, de 8 de agosto de 1904. Transforma em ouro as garantias dadas pelo Estado aos bancos da credito agrícola. [*S. l.*], 1904. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1904/lei-923-08.08.1904.html. Acesso em: 14 mar. 2021

por lei a no máximo 10% ao ano. Em contrapartida, para assumir essas operações tidas de maior risco pelo mercado, o banco atuava no estado com algumas vantagens no âmbito da lei nº923 de 1904 e das alterações feitas pela lei nº 1160 de 1908[21]. Dentre os incentivos concedidos pelo governo do estado, destacam-se: isenção fiscal de todos os impostos estaduais, garantia de retorno nominal de 6% ao ano — por 20 anos — sobre até 2 milhões de libras esterlinas de capital.

Ademais, sobre os tipos de operações autorizadas, pode-se citar: descontos e redescontos, empréstimos ou adiantamentos aos lavradores e comissários — garantidos por penhor agrícola, mercantil de títulos da dívida pública federal ou estadual, de produtos agrícolas, de ouro, prata e pedras preciosas, de títulos da dívida pública municipal, de ações, letras, debentures de bancos e companhias sobre controle do governo do estado, de warrants, ou, por fim, por meio de primeira hipoteca de imóveis rurais ou urbanos —, emissão de debentures, depósito a prazo fixo ou em conta corrente — com ou sem juros. Enfim, possibilitando a atividade do BCHASP, foi garantida a liquidação de imóveis de devedores.

Apesar de, no primeiro momento como BCHASP, a administração ser privada e o governo estadual não possuir participação acionária, já havia certa influência política de São Paulo. Como exemplo, a diretoria e o comitê em Paris — responsável pela gestão dos dividendos distribuídos ao exterior — eram compostas por 5 membros cada, 4 eleitos pelos acionistas em assembleia geral e 1 indicado pelo governo paulista. Além disso, consideráveis recursos financeiros do banco eram destinados a uma conta especial de reserva do Tesouro do estado — fator essencial para se compreender a futura estatização.

Alteração para Banespa

[21] ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Lei nº 1160, de 29 de dezembro de 1908. Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1909. [*S. l.*], 1908. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1908/lei-1160-29.12.1908.html. Acesso em: 14 mar. 2021.

O BCHASP, durante a cessão de crédito real, sabidamente, dado os Relatórios Anuais do banco, era utilizado como forma de reembolsar dívidas hipotecárias anteriores. Dado o cenário, desde o início da década de 1910, de alto índice de endividamento dos cafeicultores, não era incomum encontrar garantias, até mesmo, por terceira hipoteca de fazendas. Naturalmente, parcelas consideráveis do capital dos bancos hipotecários ficavam imobilizadas ao tomar propriedades rurais muitas vezes pouco produtivas, algo desinteressante para qualquer instituição financeira. Além disso, sacas que deveriam estar provisionadas eram comumente vendidas sem consentimento das instituições credoras (COSTA, 1988), prejudicando a estrutura de garantias estabilizadora do sistema financeiro. Atuando no combate de tais condutas de desvio de garantias do crédito real agrícola, ocorriam fiscalizações dos relatórios dos avaliadores — não necessariamente empregados dos bancos — pelos funcionários responsáveis do banco. Soma-se, ainda, o aparente excesso de emissão de dívida pública durante a Primeira República, completando o cenário de elevado risco.

Nesse contexto, houve aumento do capital imobilizado, movimento esse não neutralizado pelos depósitos. Apesar de facilitarem operações de curto e médio prazos, o próprio BCHASP considerou os 5% de juros anuais pagos aos depositantes muito onerosos e as reservas obrigatórias muito elevadas, reduzindo a aceitação de depósitos a partir de 1913 (COSTA, 1988). O capital estrangeiro, já receoso, cessou subitamente com a Grande Guerra e impossibilitou o país de realizar os pagamentos da dívida externa, estabelecendo assim um segundo "Funding Loan" — em outubro de 1914. Assim, durante os seis anos seguintes ao acordo, não se registrou novos empréstimos vindos do exterior. Como forma de contornar a crise instalada, o BCHASP flexibilizou sua política de empréstimos, no geral realizadas com conversibilidade em ouro — "moeda universal" para o período —, fazendo uso mais recorrente de moeda nacional. Os prazos eram de um ano, contando com o penhor de safras e outras garantias complementares. O financiamento dessa medida foi realizado com a lei nº2863 de 1914, autorizando empréstimo do Governo Federal e garantido pelo governo estadual, sendo o empréstimo

quitado no ano seguinte. Além disso, o Banco do Brasil recolheu ao BCHASP os depósitos das Caixas Econômicas presentes em São Paulo, auxiliando no problema de imobilização do capital discutido anteriormente.

Regularizando a aplicação dos valores depositados, esses poderiam somente ser usados em empréstimos de primeira hipoteca, nunca superiores a metade do valor do imóvel hipotecado, pela lei nº1544 de 1916. Por consequência da maior predominância de moeda nacional, após a Primeira Guerra Mundial, o banco continha menor risco cambial em suas operações em relação ao período pré-conflito. Apesar dessa alteração ter garantidos certas vantagens ao BCHASP, a cessão de crédito para a lavoura se demonstrou complexa e arriscada: falta de liquidez, risco de quebra da safra e superprodução poderiam levar instituições do tipo à falência.

Exemplificando a íntima relação entre o governo do estado e o BCHASP, desde 1917 é possível observar quantias sendo destinadas a uma conta especial do Tesouro paulista nos balanços da instituição para fins de reserva. Pouco depois, em 1919, a participação francesa foi nacionalizada, ampliando a influência do poder de São Paulo sobre o banco, refletindo no resultado das eleições do conselho — com cada vez mais brasileiros em detrimento do número de franceses. Com a política permanente de defesa do café pela lei nº2004 de 1924, dado a fundação do Instituto de Defesa do Café do Estado de São Paulo, a relação do governo com o Banco se aprofundou, afinal, a instituição financeira se tornou responsável pela concessão dos empréstimos do Instituto enquanto não fosse fundado um "Banco Paulista de Crédito Agrícola". Com o fracasso da capitação de recursos externos via debêntures, profunda imobilização do capital, Primeira Guerra Mundial, Grande Geada de 1918 e, até mesmo, a Greve Geral de 1917, em 1926, o BCHASP passou por um processo de estatização (COSTA, 1988), pois, a reestruturação de um banco já operacional e controlado pelo governo do estado se demonstrou um caminho mais rápido em relação a fundação de uma nova instituição, como o proposto "Banco Paulista de Crédito Agrícola". A estrutura de sustentação do BCHASP dependia

de liquidez internacional e superávit da balança comercial, então, com as instabilidades citadas, a dependência do governo do estado foi se aprofundando ao longo do período. Durante a reorganização estatista, o presidente do banco, Altino Arantes, no contexto da Caixa de estabilização, perseguiu o padrão-ouro — a "moeda universal" — para a atração de capital estrangeiro. A intervenção era justificada pelo interesse na defesa do café e seus respectivos produtores, além do desempenho questionável da instituição desde 1924, levando a uma acelerada redução de reservas cujo efeito final, caso a tendência permanecesse, seria a insolvência do banco. Com a participação ativa do Estado — acionista majoritário a partir de 1926 —, o Banespa experimentou crescimento do seu ativo total, ampliou o escopo de operações e reverteu a perda de reservas, mantendo, porém, baixo Retorno do Ativo ajustado pelas reservas após a estatização no período observado.

Indicadores contábil-financeiros (1910-1929)

Seguindo os mesmos indicadores produzidos para a análise do Crédit Foncier du Brésil, há respectivamente: endividamento geral, participação de capital de terceiros, retorno do ativo — calculado com auxílio das variações dos fundos de reserva, dado a inconsistência das informações entre os anos — e variação do ativo total, dispostos de acordo com o mês de publicação no jornal Estado de S. Paulo. Pode-se observar que a grande variação no indicador de endividamento geral, entre 1909 e os demais anos, se deu pelos custos de fundação da instituição naquele ano. Posteriormente, ao longo da série, ocorre lento declínio do endividamento geral. Já sobre a participação do capital de terceiros, com exceção dos anos iniciais de finais da série, o indicador permanece relativamente estável, demonstrando aparente controle na alavancagem das operações do banco. Por outro lado, não se constata a mesma estabilidade no indicador ROA (Gráfico 10), com forte ascensão entre 1917 e 1919, seguida de queda igualmente aparente até o ano de 1926, quando o banco é oficialmente encampado pelo governo paulista. Por fim,

observa-se que o ativo total permanece relativamente constante quando comparado ao período final da série, com a estatização da instituição financeira.

Sendo assim, em resumo, observa-se um aumento dos retornos brevemente, entre 1917 e 1919, com forte retração do Retorno do Ativo ajustado pelas reservas a partir de 1920. Concomitantemente, há participação cada vez mais relevante do Tesouro do Estado na composição das retiradas do banco até 1925, período de aparentes dificuldades do BCHASP e risco de insolvência. O posterior "socorro" estatal aparenta ter sido essencial na recuperação do banco, promovendo ampliação do Ativo Total, no final da década de 20 do século XX.

Banco nacional versus estrangeiro

> Pelo acesso de suas matrizes a muitas divisas estrangeiras eram os agentes de empréstimos externos, pelos quais os mutuários brasileiros utilizavam seus serviços para saldá-los. Possuíam então não só vantagens de capital, do câmbio e das informações fornecidas por suas matrizes... como também clientela garantida nas grandes comunidades envolvidas com comércio estrangeiro no Brasil, que utilizavam serviços de bancos de seus respectivos países.
>
> *Fernando Nogueira da Costa, 1988*

Presentes no Brasil com propostas de atuação semelhantes, o crédito real, *Crédit Foncier du Brésil* e *Banco de Crédito Hypothecario & Agricola do Estado de São Paulo* apresentam diferenças essenciais para o entendimento do movimento de seus respectivos indicadores. Até aqui observados separadamente, a comparação entre ambos corrobora com teses anteriores sobre o tema. Em síntese, inicialmente, o CFBAS aparenta possuir vantagens operacionais, principalmente relacionadas ao fluxo de divisas externas mais estável e diversificação de operações — ao se considerar a matriz conjuntamente. Desse modo, mesmo operando no mercado de crédito real e em empréstimos hipotecários de longo prazo, o CFBAS aparentemente não experimentou a imobilização e

descapitalização enfrentados pelo BCHASP, que somente após a estatização experimentou uma diversificação de atividades e um aumento expressivo da proporção de depósitos frente ao passivo total. Vale ressaltar, contudo, que a imobilização tratada por Costa apresentou breves momentos de recuperação mesmo antes da reorganização do banco como Banespa, em 1914 e 1918 principalmente.

Além disso, em mera inspeção visual, é possível observar certa tendência nos indicadores de Endividamento geral e de Participação de capital de terceiros do BCHASP, em especial quando comparados aos do CFBAS, em geral menos voláteis. Novamente, por contar com apoio da matriz francesa, o banco estrangeiro aparenta sofrer menos com as variações domésticas da economia brasileira.

Mesmo com as discutidas desvantagens, o BCHASP, até meados dos anos 1920, competiu em proximidade com o homólogo estrangeiro, quando se analisa o Retorno do ativo ajustado pelas reservas. Inclusive, enquanto a Primeira Guerra Mundial ainda ocorria — em 1915 — e no período imediatamente posterior — entre 1919 e 1921 —, o BCHASP superou o concorrente francês. Porém, com a piora do cenário econômico brasileiro em meados de 1920, o BCHASP iniciou tendência de rápida perda de reservas, levando a necessidade de "socorro" por parte do governo do estado de São Paulo, nada interessado na potencial falência da instituição. Após a estatização em 1926, o banco nacional reagiu à tendência de queda desse indicador, contudo, ainda eclipsado pelo melhor desempenho da instituição francesa, ilustrado no ano de 1927. Apesar das condições, em resumo, favorecerem o competidor estrangeiro, a maior força do CFBAS — ser uma filial de um banco europeu — contribuiu para um "golpe fatal" com a Crise 1929. Se para o BCHASP o ano da crise configurou em uma estagnação do indicador, para o CFBAS o impacto se deu de maneira mais violenta. O resultado de -47,02, tão errático que impossibilitou a inclusão do ano de 1929 nos gráficos correspondentes, indica forte descapitalização do banco francês, preparando um cenário de menor importância da instituição nos anos seguintes.

Considerações finais

> Eu vejo o futuro repetir o passado; eu vejo um museu de grandes novidades. O tempo não para.
> *Agenor de Miranda Araújo Neto*[22]

Mesmo com essa breve análise, observa-se que a vantagem das instituições financeiras estrangeiras, pelo menos no mercado de crédito real, não foi absoluta ao longo da República Velha. O banco nacional avaliado, apesar de sofrer mais intensamente com a instabilidade brasileira, demonstrou-se relativamente resiliente às externas. Parte da resistência foi, provavelmente, provida pelo amplo apoio do Estado — desde os incentivos para a abertura, até a intervenção direta.

Além disso, a discussão pode ser expandida para o investimento de longo prazo no país. O investimento estrangeiro, ao menos no oferecimento de crédito real, se mostrou muito relutante em permanecer em um mercado como o brasileiro quando a situação externa se complicava — vide durante a Primeira Guerra Mundial e a eclosão da Crise de 1929. Apesar de existirem iniciativas inicialmente privadas, como ambos os bancos comparados, o último no "ringue" foi uma instituição estatizada e reformada para continuar atendendo aos desejos de um setor específico — os cafeicultores. Independente da conhecida expansão do escopo de atuação, como Banespa, o crédito de longo prazo foi prioritariamente destinado para favorecer os produtores do grão durante o início do século XX.

O período da Primeira República, mesmo com as limitações dos dados, é rico em cenários distintos para a economia e política brasileiras. Apesar de distantes cronologicamente, as empresas do início do século XX podem conter informações úteis para a compreensão de dinâmicas contemporâneas, cabendo uma revisitação futura para

[22] Do álbum "O Tempo Não Para" de Agenor de Miranda Araújo Neto, popularmente conhecido por "Cazuza".

aprofundar o entendimento sobre o mercado financeiro brasileiro e, até mesmo, nossa sociedade em um escopo mais amplo.

Referências bibliográficas

ARTHMAR, Rogério. Política e economia na Terceira República francesa: Emile Moreau e a batalha do franco. Topoi (Rio de Janeiro), vol.12, no.22, Rio de Janeiro, janeiro de 2011.

BERTHE, Charles. Banco de Crédito Hypothecario & Agricola do Estado de São Paulo. In: O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, Brasil, 1910. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/. Acesso em: 13 mar. 2021.

_____., Charles. Banco de Crédito Hypothecario & Agricola do Estado de São Paulo. In: O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, Brasil, 1911. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/. Acesso em: 13 mar. 2021.

_____, Charles. Banco de Crédito Hypothecario & Agricola do Estado de São Paulo. In: O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, Brasil, 1912. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/. Acesso em: 13 mar. 2021.

_____, Charles. Banco de Crédito Hypothecario & Agricola do Estado de São Paulo. In: O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, Brasil, 1913. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/. Acesso em: 13 mar. 2021.

_____, Charles. Banco de Crédito Hypothecario & Agricola do Estado de São Paulo. In: O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, Brasil, 1914. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/. Acesso em: 13 mar. 2021.

_____, Charles. Banco de Crédito Hypothecario & Agricola do Estado de São Paulo. In: O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, Brasil, 1915. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/. Acesso em: 13 mar. 2021.

_____, Charles. Banco de Crédito Hypothecario & Agricola do Estado de São Paulo. In: O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, Brasil, 1916. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/. Acesso em: 13 mar. 2021.

_____, Charles. Banco de Crédito Hypothecario & Agricola do Estado de São Paulo. In: O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, Brasil, 1917. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/. Acesso em: 13 mar. 2021.

_____, Charles. Banco de Crédito Hypothecario & Agricola do Estado de São Paulo. In: O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, Brasil, 1918. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/. Acesso em: 13 mar. 2021.

_____, Charles. Banco de Crédito Hypothecario & Agricola do Estado de São Paulo. In: O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, Brasil, 1919. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/. Acesso em: 13 mar. 2021.

_____, Charles. Banco de Crédito Hypothecario & Agricola do Estado de São Paulo. In: O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, Brasil, 1920. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/. Acesso em: 13 mar. 2021.

_____, Charles. Banco de Crédito Hypothecario & Agricola do Estado de São Paulo. In: O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, Brasil, 1923. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/. Acesso em: 13 mar. 2021.

_____, Charles. Banco de Crédito Hypothecario & Agricola do Estado de São Paulo. In: O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, Brasil, 1924. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/. Acesso em: 13 mar. 2021.

CANO, Wilson. Raízes da Concentração industrial em São Paulo. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas. p. 73-74. 1975.

CAZUZA. O Tempo não para. Produção: Ezequiel Neves; Nilo Romero. Gravação: Philips Records. 1988, Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: https://music.youtube.com/playlist?list=OLAK5uy_kxmCxXRhWajYqlssCu19DQsitlpu1xebI. Acesso em: 03 jul. 2021.

COSTA, Fernando Nogueira. O BANCO DO ESTADO: O CASO BANESPA. Orientador: Wilson Cano. 1988. 609 p. Tese de doutorado (Doutorado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Compinas, 1988.

DECRETO de 14 de agosto de 1890, no Diário Oficial da União, 3 de setembro de 1890, p. 3.891.

DECRETO Nº 6.593, DE 1º DE AGOSTO DE 1907. Rio de Janeiro, Brasil, 1907. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6593-1-agosto-1907-523234-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 26 jan. 2021.

HANLEY, Anne G; MARCONDES, Renato Leite. Bancos na transição republicana em São Paulo: O financiamento hipotecário (1888-1899). Estud. Econ. vol.40 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2010.

MARCONDES, Renato Leite. Crédito Privado antes da Grande Depressão do Século XX: O Mercado Hipotecário. Estud. Econ., São Paulo, vol.44, n.4, p.749-786, out.-dez. 2014.

_____, Renato Leite. Hipotecas, mudanças institucionais e o Banco do Brasil na segunda metade do século XIX. *In*: XII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA & 13ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 13., 2017, Niterói, Rio de Janeiro. Hipotecas, mudanças institucionais e o Banco do Brasil na segunda metade do século XIX [...]. Niterói, Rio de Janeiro: [*s. n.*], 2017.

MAURO, Frédéric. As empresas francesas e o financiamento da industrialização do Brasil. Revista de Economia Política, [*s. l.*], v. 19, 1999.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Por uma nova economia dos cuidados e reformulação dos papéis sociais de gênero em tempos de crise

Luiza Wermelinger N. de Almeida

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

Por uma nova economia dos cuidados e reformulação dos papéis sociais de gênero em tempos de crise

For a new care economy and reformulation of social gender roles in times of crisis

Luiza Wermelinger N. de Almeida[1]

RESUMO

O estudo busca compreender especificidades que estruturam e reproduzem determinados processos econômicos de exploração e marginalização das mulheres na sociedade contemporânea. O foco é analisar as condições de geração de renda, as dificuldades de inserção no mercado de trabalho brasileiro e a distribuição desigual das atividades de cuidados que atravessam os corpos femininos. Assim como, visa estimular o debate acerca da importância da formulação e implementação de políticas públicas ativas, sobretudo em tempos de crise e no campo dos cuidados, por meio da análise do papel desempenhado pelo Auxílio Emergencial (AE) durante o primeiro ano da pandemia da Covid-19. O método utilizado na pesquisa pauta-se, na primeira parte, em uma pesquisa bibliográfica da Economia Feminista. Na segunda, referente à parte quantitativa, na análise descritiva dos dados da PNAD COVID-19, auxiliada por resultados encontrados em estudos e artigos relevantes acerca dessa temática. Isso, a fim de verificar se a magnitude dos impactos sentidos na pandemia variou de acordo com o gênero, atingindo de forma desproporcional as mulheres, e se a concessão do benefício nesse primeiro ano foi capaz de atenuar o crescimento das desigualdades sociais considerando a interseccionalidade entre gênero, raça e classe.

Palavras-chave: *Economia Feminista; (Des)igualdade de Gênero; Mercado de trabalho; Políticas Públicas; Auxílio Emergencial.*

ABSTRACT

This essay seeks to understand specificities that structure and reproduce certain economic processes of exploitation and marginalization of women in contemporary society. The focus is to analyze the conditions of income generation, the difficulties of

[1] Graduanda em Ciências Econômicas. (IE/UFRJ).

entering the Brazilian labor market and the unequal distribution of care activities that cross female bodies. As well, it aims to stimulate the debate about the importance of formulating and implementing active public policies, especially in times of crisis and in the field of care, through the analysis of the role played by Emergency Aid (EA) during the first year of the Covid-19 pandemic. The method used in the research is based, in the first part, on bibliographic research of Feminist Economics. In the second, referring to the quantitative part, in the descriptive analysis of the PNAD - COVID19 data, aided by results found in studies and relevant articles on this topic. This, in order to verify if the magnitude of the impacts felt in the pandemic varied according to gender, reaching women disproportionately, and if the granting of the benefit in this first year was able to mitigate the growth of social inequalities considering the intersectionality between gender, race and class.

***Keywords**: Feminist Economics; (In)equality of Gender; Labor market; Public Policies; Emergency Aid.*

***

I. INTRODUÇÃO

Pensar sobre as questões de gênero e suas implicações na sociedade atual significa levar em consideração o processo de construção das identidades sob uma perspectiva que seja capaz de incorporar a noção de multiplicidade em contraposição ao discurso biologicamente determinista (BUTLER, 2003). Nesse sentido, é fundamental compreender que as relações de poder e a hierarquia construída sobre os papéis sociais de gênero ancoram-se na naturalização da "vocação" das mulheres para a reprodução da vida social. De modo que, os tradicionais mecanismos de exploração são mantidos sob a justificativa de existir uma diferença pré-existente entre as funções a serem desempenhadas pela figura masculina e pela feminina. Assim, em meio à mercantilização das relações sociais, aprofundamento do sistema capitalista e violento processo de acumulação, desvalorizou-se a posição social das mulheres a partir da imposição de uma divisão sexual do trabalho que "(...) diferenciou não somente as tarefas que as mulheres e os homens deveriam realizar, como também suas experiências, suas vidas, sua relação com o capital e com outros setores da classe trabalhadora" (FEDERICI, 2017, p. 118).

Nesse contexto, ao considerar que "(...) a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão estratégicas" (BUTLER, 2003, p. 19), torna-se perceptível como as práticas violentas e regulatórias definem, fixam e hierarquizam as categorias de gênero. Sendo assim, peças imprescindíveis para a sustentação de regimes de poder que inferiorizam os corpos femininos a fim de explorá-los. De modo que, as instituições, sistema jurídico, discursos, estereótipos de gênero e hábitos culturalmente reproduzidos reforçam o sistema patriarcal e, portanto, a situação de degradação das mulheres ao longo do tempo. Dessa forma, observa-se que apesar das mudanças ocorridas nas últimas décadas, a sobrecarga gerada pelos cuidados persiste como um dos pontos estruturantes das desigualdades de gênero na sociedade, sendo esse

ponto central para entender a problemática que atinge o solo brasileiro dada as suas raízes históricas patriarcais, misóginas, sexistas e escravocrata.

Nessa realidade, as mulheres acumulam múltiplas funções tendo em vista que precisam atender a demandas variadas e simultâneas, seja profissional, familiar, educacional, doméstica, entre outras. O que, consequentemente, condiciona a desigual maneira com a qual são inseridas na sociedade. Situação que foi ainda mais exacerbada ao levar em consideração o contexto de uma pandemia em escala global na qual as mulheres estiveram mais expostas ao risco de contrair o coronavírus, já que são a grande maioria dos profissionais de saúde, além de enfrentarem o desemprego e a sobrecarga dos cuidados devido à adoção de *lockdowns* para conter a disseminação do vírus. Logo, almeja-se verificar com este estudo que os trabalhos reprodutivos não remunerados são produzidos e recaem desproporcionalmente sobre a força de trabalho feminina no país. Assim como, mesmo quando essas mulheres conseguiram manter-se empregadas, houve uma precarização dos salários e de suas condições de trabalho registrada no período.

Diante desse quadro, tendo em vista que a renda individual do trabalho, incluindo segmentos formais, informais e desocupados, registrou queda média de 20.1%, enquanto a sua desigualdade, medida pelo índice de Gini, subiu 2.82% no primeiro trimestre da pandemia em 2020. (NERI, 2020). E, sabendo que as mulheres lidam com as maiores dificuldades de inserção no mercado por diversos motivos, "(...) seja pelos menores rendimentos recebidos, pela concentração nas faixas salariais mais baixas, pelo acesso limitado às faixas mais altas, pela presença expressiva em setores de menores rendimentos e precariedade" (OLIVERA et al., 2021, p. 20). O presente trabalho buscou explorar os condicionantes que marcam a permanência das desigualdades no mercado de trabalho entre homens e mulheres. Do mesmo modo, procurou investigar o motivo que as levam a incorrer em círculos viciosos de pobreza, sobretudo, em tempos de crise em que se observa que o diferencial de rendimento entre os sexos é acentuado (TEIXEIRA, 2019). Dessa maneira, emerge a necessidade de estimular o debate acerca da organização social dos cuidados e sua distribuição desigual, visto que essa divisão fortalece as hierarquias

historicamente cristalizadas entre os grupos sociais e impede a inserção de muitas identidades femininas no mercado formal de trabalho.

Portanto, a partir de uma perspectiva da Economia Feminista, objetifica-se ressaltar a ideia de que refletir sobre a estruturação dos cuidados incita encontrar novas possibilidades de redistribuí-los, encarando as políticas públicas como variável estratégica que permite a abertura para uma nova articulação e distribuição dessas tarefas entre os diferentes atores sociais. Dessa maneira, busca-se fomentar a discussão sobre o papel transformador das políticas públicas para a construção de uma nova realidade social quando implementadas com foco na redução das desigualdades sociais. Como também, visa instigar a subversão da visão de mundo que restringe os lugares a serem ocupados pelas mulheres na sociedade a fim de pavimentar configurações mais equitativas e emancipatórias que lhes garantam, de fato, uma vida digna.

Por fim, o trabalho estrutura-se de maneira que a introdução consiste na aproximação à temática, sendo seguida pela seção II que explicita a metodologia e os e os dados a serem utilizados. A seção III, consiste em uma revisão da literatura da Economia Feminista junto a uma breve contextualização do cenário brasileiro com a iminência da pandemia. A seção IV, propõe investigar os efeitos da crise da Covid-19 no Brasil, em especial, sobre o mercado de trabalho e a empregabilidade feminina. Isso, com objetivo de verificar a importância da implementação do Auxílio Emergencial para a atenuação das mazelas acarretadas pela crise do coronavírus sob uma perspectiva de gênero e raça. Ao fim, na seção V, apresenta-se uma breve conclusão a partir da integração entre o marco teórico proposto e os resultados encontrados na parte descritiva do estudo.

II. METODOLOGIA E DADOS

A metodologia da pesquisa divide-se em dois métodos, a construção teórica referente à Seção III e suas respectivas subseções, tem-se a revisão das críticas realizadas pela Economia Feminista que consistiu em uma pesquisa bibliográfica pautada na

investigação da divisão sexual do trabalho; nas desigualdades do mercado de trabalho por gênero; e na economia dos cuidados. Logo, como marco teórico são referenciadas em maior destaque as autoras Corina Rodriguez Enriquez; Brena Paula Fernandes; Silvia Federici; e Lélia Gonzalez. Empreendeu-se o esforço de integrar a questão racial, e por consequência de classe, a esse debate como um dos eixos que estruturam as desigualdades no Brasil. Dado que as pessoas negras, principalmente as mulheres, são relegadas às posições mais baixas da hierarquia social no país. Na subseção III.III. foi feita uma breve contextualização do cenário brasileiro e do mercado de trabalho, dando destaque à taxa de desemprego, à perda de postos de trabalho e rendimentos e à implementação do Auxílio Emergencial durante o primeiro ano da pandemia. Para que, assim, fosse possível estabelecer um panorama geral a partir da investigação de como essas variáveis se comportaram quando analisadas junto aos efeitos da pandemia e as diferenças de suas consequências sentidas entre os homens e as mulheres no período.

Na parte quantitativa, referente à Seção IV e suas respectivas subseções, tendo como base de dados principal a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Covid-19 de 2020, analisa-se as rendas médias real habitual e efetiva do trabalho por gênero e raça, a renda dos serviços domésticos, o montante repassado pelo auxílio emergencial e a relação do auxílio com os rendimentos. A escolha pela PNAD COVID-19, classificada como um conjunto de "estatísticas experimentais", deu-se em virtude do adiamento da realização do Censo Demográfico de 2020. Dessa forma, foi uma importante ferramenta para a investigação dos impactos acarretados pela pandemia, principalmente no que tange a ter uma "proxy" do quadro geral dos efeitos sobre as diferentes composições domiciliares e suas respectivas posições socioeconômicas. Assim, a metodologia dessa parte consiste na análise de estatística descritiva entre os meses de maio e novembro de 2020, auxiliada pelos resultados empíricos encontrados em estudos e artigos relevantes relacionados ao tema, a fim de investigar o impacto da adoção do auxílio sobre as desigualdades com um recorte de gênero e raça. Foram feitas análises pontuais entre agosto e novembro por serem meses nos quais as duas faixas do AE já haviam se consolidado, uma no montante original e outra com a metade do valor,

buscando verificar os impactos de sua redução sobre a população. No fim, na seção V, é feita conclusão com a síntese da discussão e do objetivo proposto neste trabalho acrescida das contribuições que a análise dos dados permitiu realizar.

III. REVISÃO DA LITERATURA E CONTEXTO BRASILEIRO NA PANDEMIA

III. I. CONTEXTUALIZAÇÃO: DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E INSERÇÃO DESIGUAL NO MERCADO

A partir da crise do poder feudal e o desenvolvimento do capitalismo, nomeado como período de acumulação primitiva por Karl Marx, observou-se o avanço da apropriação de novas fontes de riqueza, a escravização dos povos originários da América e da África e a expansão da condição de miséria da classe trabalhadora. Assim, ao pôr em foco o momento vivenciado pela classe trabalhadora europeia, tem-se que essa sofreu com a expropriação de seus meios de subsistência em virtude do alastramento do cercamento de terras no território. Diante disso, a transição entre esses dois distintos modos de produção foi marcada pelo esgotamento das terras comunais e início da Caça às Bruxas, de modo que se estabeleceu as bases de uma nova estrutura social marcada pela forte sujeição das mulheres, restrição de sua sexualidade e criminalização do controle que detinham sobre a reprodução por meio da construção de uma narrativa de opressão sobre seus corpos (FEDERICI, 2017). Dessa maneira, muitas mulheres foram condenadas por bruxaria e perseguidas através de técnicas de controle social e extermínio no período, o que intensificou o processo de redefinição de sua posição social e de reificação de seus corpos, transformando-as em um dos principais "instrumentos" para o ganho do capital. Sendo assim, torna-se nítida a perpetuação dessas configurações de poder e relações hierárquicas nas Américas e África com a colonização. Dado que, a partir da apropriação dessas comunidades, instalou-se um processo de exploração e de dominação pautado na ordem binaria e heterossexual, sustentado tanto pela visão de inferioridade de raça quanto pela subordinação de gênero.

Com a difusão da hierarquia construída sobre os papéis sociais de gênero, a divisão social entre os sexos ganhou força causando uma ruptura dentro da própria classe trabalhadora. Isso possibilitou a apropriação do trabalho feminino pelos homens e o advento do patriarcado do salário marcou a perda da autonomia das mulheres e sua subordinação financeira, pois por mais que fossem "(...) empobrecidos e destituídos de poder, os trabalhadores assalariados homens ainda podiam ser beneficiados pelo trabalho e pelos rendimentos de suas esposas (FEDERICI, 2017, p. 197). Diante disso, estabeleceu-se as bases do sistema doméstico que estruturam as atividades da economia dos cuidados. E, distante de uma concepção de repartição complementar, foi instituída uma divisão desigual através da atribuição, quase unilateral, dessas tarefas realizadas gratuitamente pelas mulheres. Assim, elas tiveram seus trabalhos desvalorizados e não reconhecidos monetariamente, justamente por serem "destinadas" à esfera reprodutiva. Nesse sentido, com o fim das sociedades marcadas pela produção-para-o-uso na qual há uma unidade entre produção e reprodução, emerge a produção-para-o-mercado como única capaz de criar valor. Sendo essa nova produção voltada para mercado caracterizada por práticas sociais diferenciadas sexualmente em função da mistificação de dois processos: da vocação natural das mulheres para os cuidados e da natureza democrática da sociedade capitalista (FEDERICI, 2017). Dessa forma, intensificou-se o processo de sujeição econômica e, portanto, de reprodução de condições díspares de precarização, pobreza e acesso aos espaços de poder quando analisados por gênero.

Nesse contexto, a mulher, branca e de classe média ou alta, foi confinada no âmbito privado e encarregada do trabalho reprodutivo, doméstico e dos cuidados. Assim, estabelece-se a dicotomia público-privado e as relações entre produção e reprodução social são ocultadas. De tal forma que, a figura feminina passa a ser enxergada como um meio que possibilita a reprodução da força de trabalho, sendo obrigada a desempenhar um papel sexual designado pela ótica capitalista. Por consequência, o trabalho realizado por elas na esfera privada, considerado como não produtivo, carece de valor mercantil provocando um apagamento da contribuição econômica e invisibilidade das mulheres.

Em contrapartida, no percurso de solidificação da ordem patriarcal, coube ao homem assumir a esfera produtiva e as posições de poder, visto que era o responsável por prover a família desempenhando uma função com valor social agregado reconhecido. Assim, torna-se perceptível que ao ser restrita ao espaço privado do lar, a mulher foi expropriada das formas de poder, discriminada das ocupações remuneradas e tratada como um ser socialmente inferior ao homem. Nesse sentido, é importante considerar que o funcionamento do sistema escravista e a ampliação do tráfico negreiro no período colonial possibilitou que as pessoas negras fossem escravizadas e encaradas como um objeto de troca, e não como seres humanos portadores de direitos. Dessa maneira, ao analisar o contexto brasileiro, as mulheres negras escravizadas sofriam com condições de vida precária, maus-tratos, submissão, assédio sexual, baixa expectativa de vida em decorrência da intensa exploração colonial, entre outras violências (SILVA, 2018). Logo, é evidente que apesar do ocultamento de seus trabalhos na história, são justamente as mulheres - tanto as brancas, como as negras, mas em diferentes proporções - que disponibilizam até hoje mão-de-obra mais barata ou gratuita.

Sob essa ótica, salienta-se como as mulheres são historicamente atingidas "(...) por uma dinâmica de discriminação que é própria do mercado de trabalho. E depois, pela condicionante que o peso das responsabilidades domésticas exerce sobre a inserção feminina no mercado laboral" (ENRIQUEZ, 2012, apud FERNANDEZ, 2019, p. 87). De modo que, são impactadas pela discriminação tanto salarial como ocupacional por gênero. Isso acarreta a segregação horizontal que é marcada pela concentração em ocupações tipicamente femininas que detêm menores salários e piores condições de trabalho, com destaque para as atividades do setor terciário. Como também, pela segregação vertical na qual há uma concentração das mulheres em cargos mais baixos da pirâmide ocupacional em relação aos assumidos pelos homens. Assim, como destaca Fernandez (2019), elas enfrentam o "piso pegajoso" associado às atividades de menor nível de qualificação e o "teto de vidro" que impede sua ascensão na hierarquia ocupacional, como em cargos executivos, políticos, acadêmicos e militares.

Diante disso, observa-se uma persistência na disparidade de renda e a impossibilidade de ascensão em determinadas carreiras independentemente do nível de qualificação atingido pelas mulheres apesar dos avanços dos últimos anos. Principalmente, sabendo que os homens ainda detêm 50% a mais de riqueza do que elas. Ao mesmo tempo que, o acesso das mulheres às posições de poder político e econômico permanece muito limitado, uma vez que são apenas 18% de todos os ministros de governo e 24% de parlamentares em todo mundo (OXFAM, 2020). Sendo ainda mais discrepante o distinto processo de incorporação da força de trabalho feminina branca da negra. Enquanto a primeira foi capaz de acessar novos espaços profissionais e atenuar, parcialmente, as forças segregatórias do mercado. A força de trabalho negra foi sistematicamente discriminada em virtude do enraizamento do racismo na sociedade, de modo que acabou confinada nos empregos de menor qualificação e pior remuneração (GONZALEZ, 2020). Assim, verifica-se que "(...), os corpos feminizados, racializados, pobres e periféricos são destinados a empregos de maior vulnerabilidade, de menores rendimentos médios do trabalho e de maior informalidade" (OLIVERA et al., 2021, p. 3). Dessa forma, evidencia-se como o desenvolvimento capitalista resultou na dominação das relações monetárias sobre a vida econômica em virtude do alastramento da privatização das relações sociais e mercantilização das relações sociais de produção. Sendo assim, capaz de instaurar e perpetuar dinâmicas discriminatória que sinalizam a necessidade de repensar a divisão sexual do trabalho sob uma perspectiva interseccional de gênero, raça e classe. Isso, a fim de ampliar a conscientização de que essa divisão não se originou de uma causalidade biológica, mas se concretizou por meio de construções sociais pautadas em relações desiguais de poder e dominação.

III. II. SETOR DOS CUIDADOS COMO VARIÁVEL ESTRATÉGICA

No que tange ao debate acerca da organização social do cuidado (OSC), ou seja, sobre como se produzem e distribuem os cuidados, é importante ressaltar que o trabalho do cuidado é fundamental para o funcionamento da sociedade. Nesse aspecto, está associado às atividades essenciais para a satisfação das necessidades básicas das pessoas.

Logo, envolve a produção de bens e serviços no âmbito doméstico, de modo que sua realização é tipicamente deixada sob responsabilidade feminina na esfera privada. Nesse sentido, pelas tarefas e tempo destinado à sua execução no *locus econumicus* familiar serem invisibilizados, impõe-se um significativo entrave à inserção das mulheres no mercado dada a sobrecarga gerada por esses afazeres. Principalmente, ao considerar que de todo trabalho de cuidado não remunerado no mundo, 75% é realizado pelas mulheres (OXFAM, 2020). Diante disso, elas acabam, muitas vezes, sobrerepresentadas no trabalho assalariado não registrado, no autônomo e nos serviços domésticos. E, em relação à contribuição do trabalho doméstico particularmente, destaca-se a falta de reconhecimento de sua relevância na geração de valor econômico, uma vez que é ele que sustenta o valor da força de trabalho abaixo de seu custo de reprodução. Por isso, a persistente desvalorização desses trabalhos, tanto remunerado como não remunerado, acaba por reafirmar um dos mecanismos centrais de superexploração da mão-de-obra feminina ao longo do tempo.

Sob essa ótica, o trabalho reprodutivo não remunerado exercido pelas mulheres em prol da sustentação da vida, e reforçado pela divisão sexual do trabalho, acarreta a fragilização de sua condição financeira e o enquadramento da figura feminina como submissa por possuir menor poder econômico. Assim, o conceito de reprodução pode ser entendido como os trabalhos realizados majoritariamente pelas mulheres, e que, quando não são remunerados, tornam-se invisíveis para os Sistemas de Contas Nacionais dos países. O que, por sua vez, alimenta um ciclo vicioso de reprodução de desvantagens que afetam as mulheres, pois além de lidarem com a pobreza de tempo e o hiato de gênero na renda, elas também estão mais suscetíveis à situação de subordinação econômica apesar da maior incorporação de sua força de trabalho no mercado.

Em especial, observa-se a gravidade dessas condições ao investigar experiências de vida das mulheres na América Latina cuja região detém os piores indicadores de igualdade do planeta. Assim, "(...) *la experiencia socio-económicamente estratificada de la organización del cuidado es otra fuente de injusticia*" (ENRÍQUEZ, 2019, p. 82).

Logo, há uma lacuna na participação das mulheres no mercado de trabalho, especificamente, de acordo com seu estrato socioeconômico. Isso em virtude da diferenciação entre as próprias mulheres dentro da estrutura das OSCs por meio das cadeias de cuidado transnacionais. Uma vez que, as mulheres com mais recursos financeiros derivam suas responsabilidades de cuidados para aquelas em "(...) situação de pobreza, especialmente pertencentes a grupos que, além da discriminação de gênero, sofrem preconceito em decorrência de sua raça, etnia, nacionalidade, sexualidade e casta" (Banco Mundial, 2018, apud OXFAM, 2020, p. 10). Assim, potencializa-se a atual OSC como vetor de desigualdades sociais, tendo em vista as consequências acarretadas pela mercantilização da esfera dos cuidados que se refletem no empobrecimento de determinadas populações, no acirramento das desigualdades e na estratificação social.

Por isso, é preciso repensar a forma como as famílias, o Estado, o mercado e as organizações comunitárias produzem e distribuem os cuidados. Pois, é através de uma luta que garanta amplas oportunidades de crescimento e desenvolvimento às mulheres, ultrapassando as questões de melhorias salariais, que se torna possível mudar as configurações de poder que *"(...) mantienen a las mujeres y las identidades feminizadas en zonas de opresión y débil autonomia"* (ENRÍQUEZ, 2019, p. 96). Sendo assim, as políticas públicas exercem um papel central para a transformação de um mundo que ainda sobrevive às custas dos trabalhos não reconhecidos realizados pelas mulheres. De forma que, para dar os primeiros passos em direção à subversão do atual funcionamento das estruturas sociais, emerge algumas alternativas com potencial transformador, como: implementação de uma renda básica; fortalecimento do sistema educacional; ampla oferta de cursos profissionalizantes gratuitos pelo setor público para aquelas que não tem acesso ao ensino superior formal; equiparação salarial; ampliação de creches públicas; prorrogação da licença parental, criação de leis de incentivo a participação feminina na política, entre outras medidas.

Nesse sentido, a adoção de algumas políticas sociais, como sinalizado em Kerstnezky (2012), mostra-se capaz de gerar resultados frutíferos. Nesse aspecto, foi

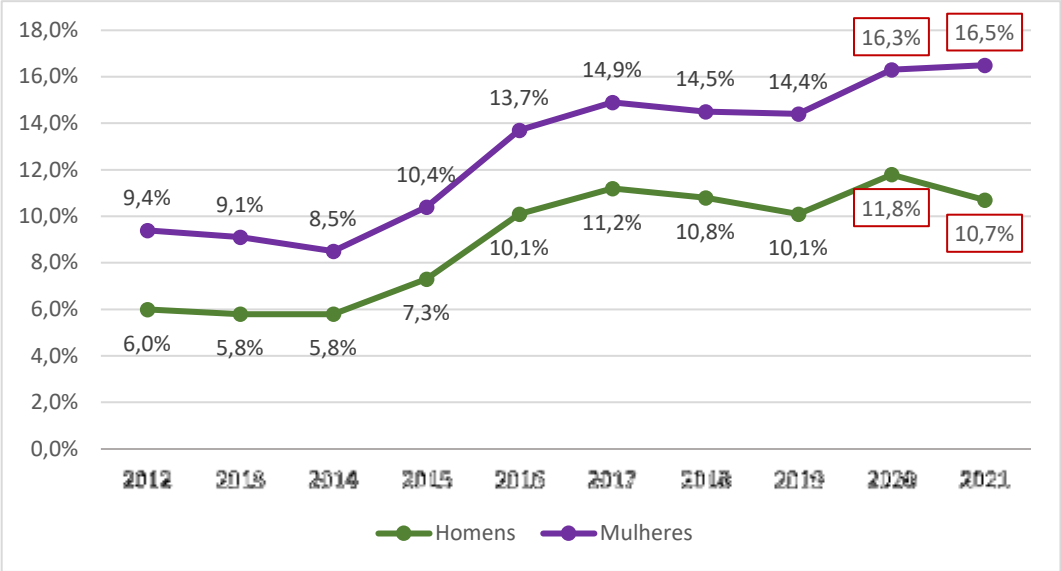
evidenciado que políticas ativas de mercado de trabalho aumentam em 30% (com treinamento vocacional e 50% com teórico) a probabilidade de sair do desemprego ou de um emprego que paga pouco; a ampliação dos serviços sociais aumenta o PIB e as receitas tributárias ao aumentar o emprego feminino; a frequência à creche reduz o abandono prematuro da escola; a escolarização das mulheres melhora a saúde delas e dos filhos e tem efeitos sobre a produtividade; e, por fim, há evidência para a Dinamarca de que um ano de licença parental aumenta o emprego em 3% a 4%. Assim, é nítido que avanços estão ocorrendo nos marcos regulatórios e na ampliação da oferta de serviços de cuidados geridos publicamente, os quais estão sendo reforçados pela maior visibilidade dos movimentos feministas alcançada nos últimos anos. Portanto, torna-se evidente a importância da reestruturação da economia dos cuidados a partir da implementação de políticas públicas que possibilitem uma divisão mais equitativa entre os agentes e estimulem a reformulação dos papéis sociais de gênero. Dessa maneira, é possível permear um combate mais efetivo às estruturas de reprodução das situações de pobreza feminina e discriminação por gênero, promovendo uma melhor condição de vida à população como um todo e garantindo um acesso mais igualitário às oportunidades.

III.III. TEMPOS DE CRISE: MULHERES, AUXÍLIO E PANDEMIA

Na Carta de Conjuntura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) do terceiro trimestre de 2020, considerando a análise da PNAD COVID-19, concluiu-se que os rendimentos recebidos pelas mulheres caíram 0,3%, ao mesmo tempo que os dos homens subiram 1,56%. Este fato reverteu uma tendência, que vinha desde 2018, caracterizada pelo maior crescimento dos rendimentos das mulheres que dos homens. Nesse sentido, elas foram fortemente afetadas pela deterioração do mercado de trabalho ocorrida em 2020, em especial as pertencentes a cargos de baixa renda. Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), o contingente de mulheres fora da força de trabalho aumentou 8,6 milhões, a ocupação feminina diminuiu 5,7 milhões e mais 504 mil mulheres passaram a ser desempregadas entre o terceiro trimestre de 2019 e 2020 (DIEESE, 2021). Assim, ao olhar a taxa de

desemprego com um recorte de raça entre 2019 e 2020, tem-se que entre a população branca ela subiu 1,5%, na preta 2,6%, e na parda 1,7%, segundo dados da PNAD Contínua. Logo, é nítido como a desocupação atingiu mais as mulheres e pessoas pretas e pardas em 2020, situando-se acima da média nacional registrada no período. Assim, observa-se que tanto a distância salarial entre os gêneros como as condições precárias de trabalho das mulheres foram reforçadas durante a crise. Principalmente, tendo em vista que elas enfrentam uma taxa de desemprego no país historicamente superior à taxa dos homens desde 2012, como indicado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Evolução taxa de desemprego por gênero no Brasil entre 2012 a 2021 (%)



Fonte: Blog da Conjuntura Econômica do FGV IBRE com base nos microdados da PNAD Contínua disponibilizados pelo IBGE.OBS: Valores anuais se referem à média dos quatro trimestres / Elaboração própria.

Nesse cenário, muitas mulheres foram expostas a uma situação na qual não tinham uma rede de apoio consolidada que viabilizasse a adequação de sua rotina ao trabalho *home office*. Por isso, acabaram saindo da força de trabalho, passando a se dedicar exclusivamente às tarefas domésticas que tiveram um elevado aumento de carga em virtude do isolamento domiciliar durante a pandemia. Conforme os dados da PNAD

Contínua, a força feminina no mercado de trabalho caiu de 53,3% no terceiro trimestre de 2019 para 45,8%, no mesmo período de 2020, sendo a mais baixa desde 1991. Essa abrupta saída do mercado refletiu-se, inclusive, na maior dificuldade de conseguirem se inserir novamente, uma vez que foram as mais atingidas pela perda de postos de trabalho mesmo com o retorno gradual das atividades ao "novo normal". Como evidenciado por um levantamento feito pela pesquisadora Janaína Feijó do FGV IBRE, a taxa média anual de desemprego das mulheres foi de 16,45% em 2021, sendo mais alta que a registrada em 2020, de 16,26%. Enquanto a taxa de desemprego dos homens sofreu uma queda de 11,82% em 2020 para 10,71% em 2021. Logo, é visível que a sutil melhora da taxa média anual de desemprego de 13,2% atingida em 2021, ante 13,74% reportado em 2020, ocorreu praticamente em função da recuperação ocorrida apenas no mercado de trabalho que empregou mão-de-obra masculina.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tinha quase 52 milhões de pessoas vivendo em condições de pobreza (com renda de até R$436) e mais de 13 milhões de pessoas na extrema pobreza (com renda até R$151) em novembro de 2020. Sendo o público-alvo do Auxílio Emergencial composto por pessoas vulneráveis de baixa renda, pertencentes ou não ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Assim, os valores iniciais repassados pelo auxílio foram de R$600 a R$1.200, pagos entre abril e agosto de 2020. Com o valor dobrado, de R$1200, direcionado às mulheres chefes de família. Já entre setembro e dezembro de 2020, o valor passou a ser entre R$300 e R$600. Dessa maneira, busca-se compreender melhor o quanto o benefício através da transferência monetária direta serviu para conter os efeitos nocivos da crise da Covid-19. Assim como, visa estimular o debate acerca da importância da adoção de medidas dessa espécie por parte do governo. Principalmente em períodos de crises, sendo uma forma de possibilitar melhores condições de vida e de atenuar o crescimento das desigualdades no país. Seja de gênero, por meio dos repasses dobrados às mães solo, seja racial integrada ao gênero em virtude da concentração de pessoas

negras nas classes mais pobres, sabendo que a população do Brasil é em sua maioria negra e feminina de acordo com dados disponibilizados pelo IBGE.

Nesse contexto, em Nassif-Pires et al (2021), evidenciou-se que famílias chefiadas por mulheres perderam maior parcela de renda e estão recuperando-a mais lentamente do que as chefiadas por homens. Sendo as mulheres negras de baixa renda as que mais sofreram com as dificuldades acarretadas pela pandemia, pois alcançaram uma taxa de desemprego de 19,8% no terceiro trimestre de 2020, segundo dados do IBGE (DIEESE, 2021). O que mostra a importância da implementação do auxílio emergencial ao considerar seus efeitos positivos macroeconômicos observados a curto prazo. Como também, porque com o corte significativo realizado em 2021, tendo um novo valor entre R$150 a R$375, o benefício tornou-se insuficiente para recompor a perda de renda da população mais carente. O que conduziu, consequentemente, à volta da elevação da taxa de pobreza e extrema pobreza no país. Particularmente entre as mulheres e a população negra, levando-as para níveis acima do registrado antes da pandemia. Isso, logo após ter alcançado os menores níveis históricos por meio do valor integral concedido inicialmente pelo auxílio. Nessa realidade, sabendo que as mulheres representam 55% do público beneficiado pelo AE de acordo com Ministério da Cidadania, ressalta-se a relevância do programa como forma de garantir condições de vida mais dignas em tempos de instabilidade. Assim como, indica-se que a implementação do auxílio foi primordial para garantir uma contenção parcial do aumento das disparidades sentidas entre raças no país. Visto que, as mulheres pretas e pardas foram as que sofreram o maior impacto da perda de renda do trabalho no período e estão experimentando uma recuperação mais lenta do que qualquer outro grupo (NASSIF-PIRES *et al*., 2021).

IV. RESULTADOS E IMPLICAÇÕES: ANÁLISE DESCRITIVA E DISCUSSÕES

IV.I. DESIGUALDADE DE GÊNERO

Ao levar em consideração a desigualdade de gênero na sociedade brasileira, a crise sanitária, social e econômica reforçou a vulnerabilidade dos corpos feminilizados e

aumentou o hiato da pobreza entre homens e mulheres. No que diz respeito ao mercado de trabalho do país, a realidade é que as mulheres recebem menores rendimentos e enfrentam maior desemprego e dificuldade de inserção. Nesse sentido, quando avaliada a recuperação ocorrida em 2021, tem-se que a taxa de participação dos homens fechou em 1,88 p.p, sendo abaixo de 2019, enquanto a das mulheres foi de 2,78 p.p. Quanto à taxa de desemprego, a das mulheres atingiu 17,9% no 1º trimestre de 2021, enquanto a dos homens ficou em 12,2%, de acordo com dados do IBGE de 2021. Já no que se refere ao âmbito doméstico, as vulnerabilidades são percebidas por elas terem acumulado jornadas de trabalho junto ao agravamento e subnotificação de casos de violência domiciliar. Entre março de 2020 e dezembro de 2021, por exemplo, ocorreram 2.451 feminicídios e 100.398 casos de estupro e estupro de vulnerável de vítimas do gênero feminino, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Sem contar que 48,8% das mulheres relataram que sofreram violência dentro de casa em 2020, sendo o lar o local de maior risco conforme divulgado pela instituição. Dessa maneira, torna-se nítido o importante papel do auxílio como atenuador das desigualdades de renda entre homens e mulheres no país. Assim como, há um indicativo de que ele foi fundamental para garantir uma maior autonomia feminina ao recompor parte do poder de compra perdido no período por meio da concessão das parcelas dobradas, especialmente com o valor de R$1.200.

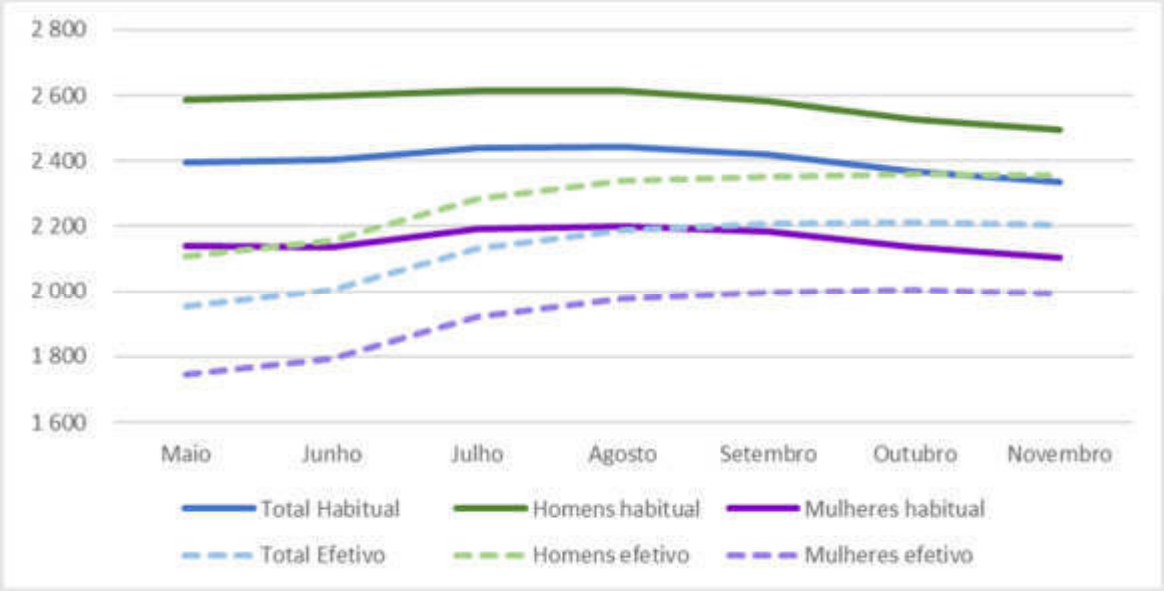
Diante disso, ao comparar os rendimentos médios real habitual e efetivo[2] entre homens e mulheres de todos os trabalhos da população ocupada de maio a novembro de 2020[3], tem-se que, em média, as mulheres receberam efetivamente R$1.919 e

[2] Rendimento efetivo difere do habitual em dois pontos: na data de referência, o efetivo se refere ao mês anterior e o habitual ao mês atual; e no rendimento efetivo são consideradas as parcelas esporádicas que não fazem parte do rendimento normalmente recebido.

[3] A partir dos dados da PNAD COVID 2020, observa-se um hiato dos rendimentos por gênero levemente inferior ao verificado na PNAD 2019. Isso pode ser explicado pela mudança na metodologia da pesquisa utilizada, como também pelo fato das mulheres que saíram do mercado de trabalho serem justamente aquelas que estavam em empregos mais precários. Assim, o diferencial pode ter diminuído em virtude desses menores rendimentos não serem mais contabilizados.

habitualmente R$2.156. Enquanto os homens receberam, em média, R$2.279 e R$2.574 respectivamente. O que significa que as mulheres receberam, efetivamente, 84% da renda recebida pelos homens. Como também mostra que, considerando toda a população, a média de R$2.129 e R$2.400 efetiva e habitual respectivamente foi puxada para cima, essencialmente, pelos rendimentos médios reais masculinos. Ainda pode se observar que os níveis da renda do trabalho habitual foram significativamente superiores aos níveis da renda efetiva até julho e, a partir de agosto, inicia-se um movimento de maior convergência entre ambas. De modo que, em novembro, já se encontravam em patamares substancialmente mais próximos quando comparados com os níveis de julho, como indicado no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Rendimento médio real habitual e efetivo recebido de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento do trabalho por gênero entre maio a novembro de 2020 no Brasil (R$)



Fonte: PNAD COVID-19 de 2020 / Elaboração própria.

Sob esse contexto, torna-se perceptível que o efeito negativo provocado pela pandemia recaiu sobre as mulheres em "dose dupla" durante o confinamento,

particularmente sobre aqueles que executavam atividades essenciais. Isso porque, além de enfrentarem a queda de seus rendimentos e a sobrecarga dos cuidados. Atuaram, também, em maior proporção na linha de frente como profissionais do setor de serviços, com destaque para a saúde, educação, limpeza e comércio essencial. Nesse sentido, um estudo realizado pela PEBMED em 2020 divulgou que 78% dos profissionais de saúde tiveram sinais de *Burnout* durante a pandemia. Como são as mulheres a principal força de trabalho da área, passaram por uma maior pressão no trabalho e desgaste físico e mental nesse período. No que diz respeito às mães de domicílio monoparentais, enfrentaram essas múltiplas dificuldades em nível acentuado. Pois, tiveram que prover renda para a família, executar o trabalho doméstico, cuidar dos filhos que não estavam indo para creches e/ou escolas e dos parentes idosos e sofreram a maior queda no nível de ocupação. Sendo assim, muitas mulheres que perderam seus respectivos trabalhos e renda sentiram a carga de afazeres domésticos aumentarem concomitantemente com o agravar da crise.

Nessa realidade, além da saída da força de trabalho, as mulheres precisam lidar com o desincentivo ao buscarem novas oportunidades de empregos devido às dificuldades de reinserção que enfrentam no mercado. Isso não só reforça a taxa de desemprego em patamares mais elevados, mas também agrava a situação de pobreza na qual se encontram. O que dificulta a capacidade de gerar renda resultando em uma menor autonomia econômica feminina. Principalmente ao levar em conta à discriminação salarial, pois, em 2020, as mulheres ganhavam menos mesmo quando ocupavam cargos de gerência ou direção. Com uma hora paga de R$32,35 ante a dos homens de R$45,80, o que corresponde a aproximadamente 71% da hora-paga recebida por eles. Já quando detinham a mesma escolaridade, ganharam, em média, R$3.910, enquanto eles receberam R$4.913, o que corresponde a 80% dos rendimentos dos homens (DIEESE, 2021). Dessa forma, torna-se perceptível como as parcelas iniciais de transferências de renda promovidas pelo AE foram essenciais para conter, parcialmente, um alastramento ainda mais generalizado da desigualdade entre os rendimentos por gênero no Brasil.

Contudo, em setembro de 2020, com a redução do valor do auxílio pela metade em um cenário socioeconômico ainda muito fragilizado. Foi possível verificar que, embora as novas parcelas tenham sido suficientes para mitigar o efeito da pandemia sobre o hiato de gênero da extrema pobreza, elas foram insuficientes com relação ao hiato de gênero da pobreza (NASSIF-PIRES et al., 2021). Portanto, apesar do benefício não ter sido implementado como uma política ativa que tivesse como objetivo norteador a diminuição estrutural do *gap* da renda entre homens e mulheres. Especialmente nos domicílios chefiados por mulheres, a transferência foi fundamental para sua proteção, visto que até setembro, sem ele, haveria uma queda de 26% da renda domiciliar nos arranjos monoparentais composto majoritariamente por mães solo (GRANDRA, 2020). Logo, à medida que, por um lado, o AE foi capaz de assegurar uma maior estabilidade da renda e do poder de compra, sendo um freio à elevação abrupta das desigualdades dos rendimentos por gênero da parcela da população mais vulnerável. Por outro lado, dada a sua curta temporalidade, o ponto de maior preocupação diz respeito aos impactos com seu término, já que atuou como um mecanismo artificial e não permanente de redução das desigualdades de gênero no país. Logo, a partir do momento que o auxílio emergencial foi reduzido chegando ao fim em 2021, observou-se que os diferenciais de rendimentos, a situação de pobreza e extrema pobreza e, consequentemente, os hiatos de gênero e raça, voltaram a crescer no país[4].

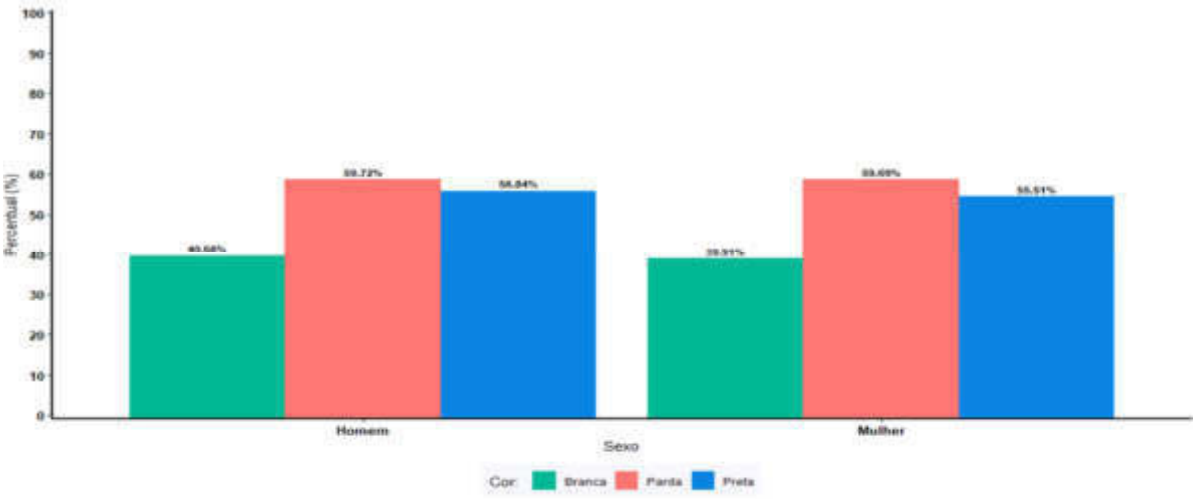
IV.II. A DESIGUALDADE RACIAL SOB UM OLHAR DE GÊNERO

Para além das desigualdades de gênero, a pandemia pôs em foco questões ligadas às desigualdades de raça no país devido à relevância da dimensão racial entre a parcela da população mais vulnerabilizada. Assim, ao considerar que a classificação do IBGE determina que negros são os indivíduos que correspondem ao grupo formado por pessoas pretas e pardas. E, sabendo que a população mais pobre foi também a mais atingida pelas

[4] Estudo publicado pelo Made-USP constatou que a implementação do AE esteve associada às menores taxas de extrema pobreza registrada no país entre julho e agosto de 2020. Contudo, com a sua redução, houve a volta de altas taxas em outubro, com cerca de 7 milhões de pessoas retornando a um nível de renda abaixo do nível de pobreza. De modo que esse quadro, com a extinção do auxílio, poderia chegar a ser mais de duas vezes pior no caso da extrema pobreza e 50% pior no caso da faixa de pobreza.

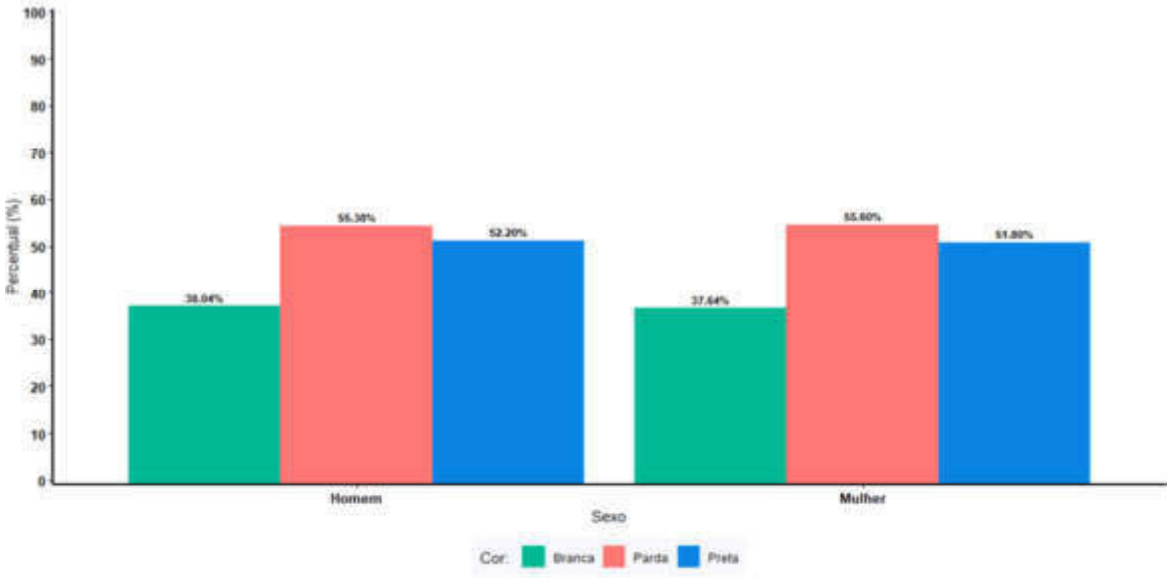
transferências não contributivas em função do foco do AE ser neste grupo. Pois, dentre os requisitos para receber o auxílio, era necessário possuir uma renda limitada, tendo família de renda mensal total de até três salários mínimos (R$3.135) ou renda per capita de até meio salário mínimo (R$522,50). Assim, conforme ilustrado no Gráfico 3 e 4, verifica-se que foi justamente a população negra a mais beneficiada pelo auxílio em comparação com a população branca nos meses de agosto e de novembro de 2020. Nesse aspecto, através da divisão da renda brasileira feita por decil, ressalta-se que entre a população dos 10% mais pobres, 77% são negros contra 21,9% brancos. Já na parcela referente aos 10% mais ricos ocorre uma inversão, uma vez que 70,6% são brancos enquanto apenas 27,2% são negros, conforme dados divulgados pela Síntese de Indicadores Sociais (SIS) do IBGE de 2020. Ademais, tendo em vista que as pessoas negras não só são a maioria dos trabalhadores informais, como também enfrentaram a maior perda de postos de trabalho, acentuada queda da massa salarial e registraram baixos níveis de renda e maior exposição à insegurança alimentar. Logo, confirma-se os impactos assimétricos sentidos entre brancos e negros durante a pandemia.

Gráfico 3 – Pessoas que receberam auxílio emergencial por cor e sexo da população total no Brasil em agosto de 2020 (%)



Fonte: PNAD-COVID 19 de 2020 / Elaboração própria.

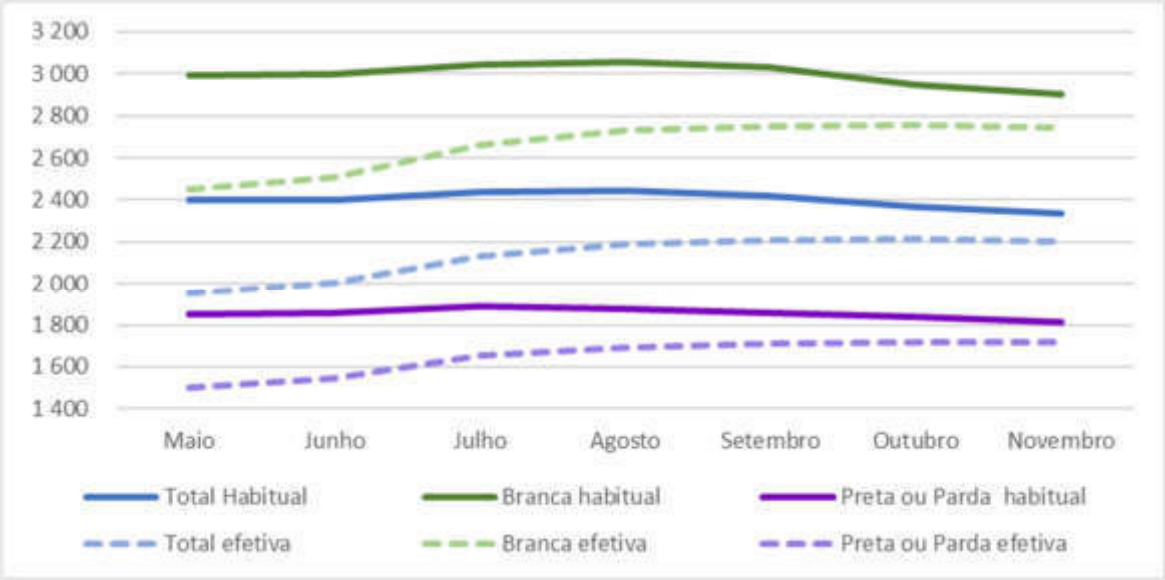
Gráfico 4 – Pessoas que receberam auxílio emergencial por cor e sexo da pulação total no Brasil em novembro de 2020



Fonte: PNAD-COVID 19 de 2020 / Elaboração própria.

Nesse contexto, em relação aos rendimentos médio real habitual e efetivo de todos os trabalhos das pessoas ocupadas entre aqueles que se identificaram como brancos e os que se identificaram como pardos e pretos de maio a novembro de 2020. É nítida a disparidade de renda do trabalho entre essas duas parcelas da população ao observar o Gráfico 5. Nesse sentido, a média dos rendimentos médio real efetivo provenientes de todos os trabalhos ao longo dos meses ficou em R$2.129, sendo ancorada em um valor mais alto em virtude da média da população branca, de R$2.657. Enquanto a média da população negra ficou em R$1.648, correspondendo a 68% da auferida efetivamente pela branca. Quanto à média dos rendimentos médio real habitual de todos os trabalhos, ficou em R$2.400, também puxada para cima devido à média da população branca de R$2.997 que, por sua vez, foi 25% mais elevada que a da população total e 38% mais elevada que a da população negra.

Gráfico 5 - Rendimento médio real habitual e efetivo recebido de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento do trabalho por raça entre maio a novembro de 2020 no Brasil (R$)

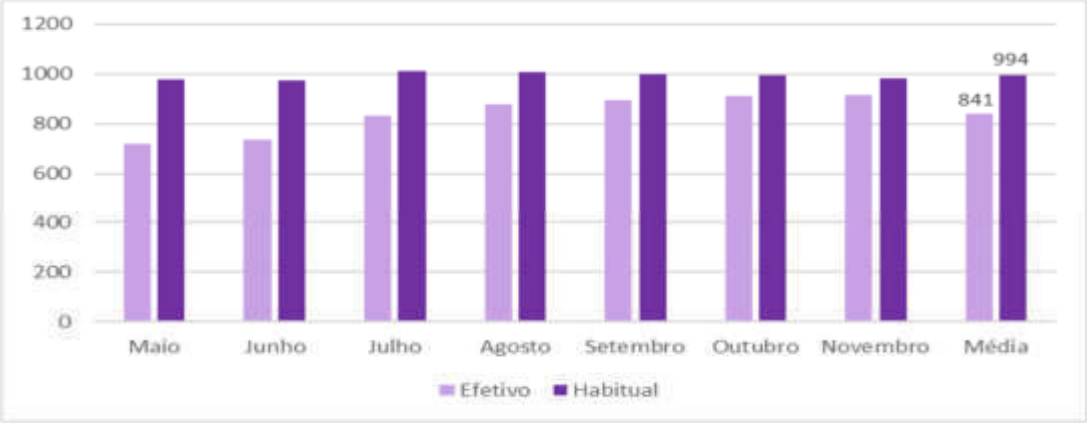


Fonte: PNAD-COVID 19 de 2020 / Elaboração própria.

Por fim, quando feita uma comparação dos maiores rendimentos registrados no Gráfico 2 e 5. É importante perceber que a média mais elevada observada no Gráfico 2, que leva em consideração o recorte de gênero, situou-se em torno de R$2.600 para os homens e de R$2.200 para as mulheres. Enquanto a maior média do Gráfico 5 chegou a atingir R$3.000, sendo essa recebida pela população branca. Em contraposição à da população negra que se aproximou de R$1.900. Logo, evidencia-se que ao realizar um recorte racial, a média da população branca consegue atingir níveis ainda mais elevados que a da população de homens, uma vez que deixa de ser contabilizado na primeira os menores rendimentos provenientes de homens e mulheres negros de baixa renda. Do mesmo modo que, verificada a disparidade entre as maiores médias dos gráficos, é nítida a discriminação salarial sofrida pelas mulheres no mercado, principalmente pelas negras. Portanto, fica explícita a importância de integrar a dimensão racial ao gênero quando busca-se investigar a forma como as desigualdades estabelecem inter-relações no país.

Sob essa ótica, ciente que 1% dos homens brancos mais ricos do Brasil, o que corresponde a 0,57% da população total, recebem mais que 32,7 milhões de mulheres negras juntas, com elas representando 26% da população. E que, eles sozinhos concentram 15,3% da renda do país, enquanto elas apropriam-se de 14,3% (BOTTEGA et al., 2021). É visível o diferencial entre os rendimentos e a forma com a qual a distribuição desigual de renda atinge mais fortemente a população negra. De modo que, a maior vulnerabilidade desse grupo é explicada por múltiplas razões enraizadas na sociedade brasileira, principalmente em virtude do histórico escravista e da perpetuação do racismo estrutural no país até os dias de hoje. Dessa forma, esse grupo experiencia condições de vida mais precárias, maiores índices de informalidade do trabalho, são a parte da população com os menores níveis de renda e com as maiores dificuldades de acesso aos direitos básicos como saúde, saneamento e educação de qualidade. Tudo isso, dada a persistência de estruturas de dominação de uma sociedade e de um Estado caracterizadas por profundas desigualdades raciais (GONZALEZ, 2020). Assim, ao invés de serem combatidas efetivamente, as desigualdades étnico-raciais acabam, por vezes, reforçadas sob novas formas e reproduzidas ao longo do tempo no país.

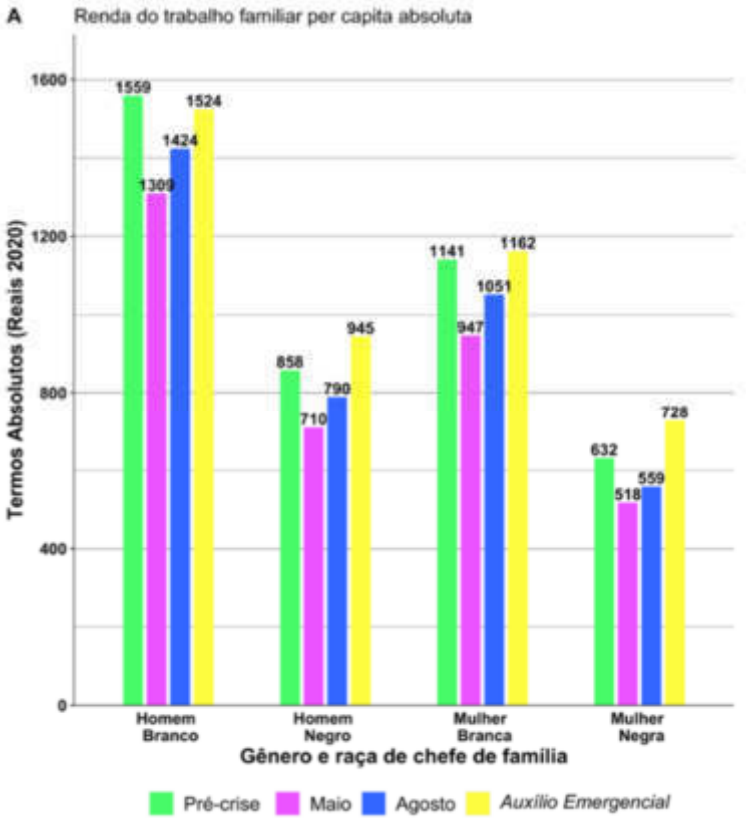
Gráfico 6 - Rendimento médio real habitual e efetivo recebido de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento do trabalho doméstico entre maio a novembro de 2020 (R$)



Fonte: PNAD-COVID 19 de 2020 / Elaboração própria.

Em um contexto em que 93,4% dos ocupados no serviço doméstico são mulheres, sendo que 66% são negras, 75% estão na informalidade e recebem em média R$862, conforme dados da PNAD-Contínua do último trimestre de 2020. E, dentre as profissionais de trabalho doméstico, 63% são negras, de baixa escolaridade e de baixa renda, de acordo com dados do IPEA de 2019. Destaca-se como esses fatores refletem-se no diferencial observado entre as médias dos rendimentos de todos os trabalhos, tanto da população total como as do Gráfico 2 e 5, com relação à média do rendimento do trabalho exclusivamente doméstico verificada no Gráfico 6. Nesse sentido, a média do rendimento do trabalho doméstico efetivo foi R$841 e habitual R$994 entre maio e novembro de 2020. O que correspondeu, respectivamente, a apenas 39% e 41% da média do rendimento de todos os trabalhos da população total no período. Assim, a média do rendimento do trabalho doméstico sequer atingiu o piso definido pelo salário mínimo em 2020 de R$1.045. Ademais, apontado que as mulheres negras são maioria nesta categoria de trabalho e ciente da importância do o auxílio emergencial. Segundo (Nassif-Pires et al., 2021), antes da pandemia, a renda do trabalho per capita de famílias chefiadas por homens brancos era cerca de 2,5 vezes maior que a das chefiadas por mulheres negras. Mas, com as parcelas de R$1.200 do AE, essa relação passou a ser de 2,1 em agosto de 2020. Já em comparação com as mulheres brancas chefes de famílias, a proporção diminui de 1,8 para 1,6. E, em relação aos homens negros, de 1,4 para 1,3 no mesmo período, conforme ilustrado no Gráfico 7. Logo, evidencia-se a relevância do benefício sob um olhar de gênero e raça, pois são justamente as mulheres negras que perdem maior parcela da renda e estão mais vulneráveis em períodos de crise.

Gráfico 7 – Relação entre renda domiciliar per capita absoluta de domicílios chefiados por homens brancos, homens negros e mulheres brancas em comparação com os chefiados por mulheres negras. Renda domiciliar per capita absoluta do trabalho em variados momentos: anterior à pandemia, maio, agosto e agosto com adição do AE - Brasil, 2020



Fonte: Nota de Política Econômica nº 006 do Made-USP - Elaboração (Fares et al., 2021) a partir de dados da PNAD-COVID junho e PNAD-COVID setembro

Contudo, é importante frisar que a problemática associada à dimensão racial não se resume às diferenças entres os rendimentos do trabalho. Mas, no próprio acesso ao mercado laboral e, particularmente, nas oportunidades acessíveis às mulheres negras. Pois, muitas das condições e ofertas de trabalho disponibilizadas para esse grupo específico não são capazes de lhes garantir uma sólida autonomia financeira. Assim, evidencia-se que "(..) o processo de exclusão da mulher negra é patenteado, em termos

de sociedade brasileira, pelos dois papéis sociais que lhe são atribuídos: 'domésticas' ou 'mulatas'" (GONZALEZ, 2020, p. 51). De modo que, o termo "doméstica" refere-se a uma série de atividades que marcam seu suposto "lugar natural", enquanto "mulata" é utilizado como mais uma forma de reificar seus corpos, uma vez que são encaradas como objeto de consumo pelas classes sociais mais altas (GONZALEZ, 2020). Logo, é notório que mesmo com uma maior participação no mercado de trabalho, isso não significa uma melhoria do padrão de vida de grande parte da população negra do país.

Portanto, ressalta-se que o gênero e raça permeiam as subcamadas das desigualdades brasileiras, pois o racismo e o sexismo tornam-se parte estruturante do capitalismo. Assim, explica e ao mesmo tempo justifica a reprodução da divisão racial e sexual do trabalho (GONZALEZ, 2020). Nesse sentido, por mais que o auxílio emergencial não tenha sido pensado como uma política de cunho racial específica, foi primordial para conter parcialmente a perda de renda experimentada pela população situada na extremidade inferior da distribuição de renda. Dado que, no início da pandemia, cerca de três em cada dez brasileiros eram pobres e cerca de 8% viviam na extrema pobreza (WORLD BANK, 2022). E, sem o auxílio, a extrema pobreza teria atingido 27 milhões de pessoas no Brasil em 2020, segundo os dados divulgados pelo IBGE em 2021. Entretanto, a redução do benefício a valores ainda mais baixos em 2021 voltou a provocar a extensão dos níveis de pobreza observados neste grupo. Caso ainda mais grave para a situação das mulheres negras e mães solos, pois mais da metade dos lares com insegurança alimentar grave são chefiados por elas, conforme os dados disponibilizados pela Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2017-2018. Nesse aspecto, como é possível observar na Tabela 1, quando ocorre um aumento na taxa de extrema pobreza e de pobreza, eleva-se, consequentemente, o hiato destas variáveis para as mulheres negras em relação aos outros grupos. Logo, é perceptível que a situação de vulnerabilidade das mulheres negras é mais acentuada que a dos demais grupos no país e, em momentos de crises, essas desigualdades tendem a ser exacerbadas.

Tabela 1 - Hiato da pobreza de mulheres negras em relação aos outros grupos, em pontos percentuais – Brasil

		Negros	Brancas	Brancos
Extrema pobreza	Observado Pré-Pandemia	0,4	5,7	5,8
	Observado Julho de 2020	0,0	1,2	1,1
	Observado Outubro de 2020	0,3	3,7	3,7
	Simulação sem AE	1,3	7,8	8,1
	Simulação com AE de 2021	0,8	6,7	6,8
Pobreza	Observado Pré-Pandemia	1,0	18,3	17,9
	Observado Julho de 2020	1,0	12,2	12,2
	Observado Outubro de 2020	1,9	16,3	16,4
	Simulação sem AE	2,4	19,7	20,1
	Simulação com AE de 2021	2,2	18,5	18,8

Fonte: Nota de Política Econômica nº 010 Made-USP - Elaboração NASSIF-PIRES et al. a partir dos dados da PNAD Contínua 2019 (1°. visita) e da PNAD Covid (agosto e novembro).

V. CONCLUSÃO

Primeiramente, ao levar em consideração a divisão sexual do trabalho, tornou-se perceptível que ela não só exacerbou o controle exercido pelo capital, como também exaltou o poder dos homens sobre os corpos femininos. Isso, em virtude da separação entre trabalho de produção de bens e serviços, percebido com valor econômico no mercado, e o trabalho de reprodução cotidiana da vida que é invisibilizado na esfera privada. Dessa maneira, evidencia-se que essa separação permitiu a intensificação do processo de sujeição ao qual às mulheres são submetidas, levando-lhes a condições de pobreza devido ao ocultamente do valor de seu trabalho na esfera privada, à inserção desigual no mercado laboral e ao sobrepeso de responsabilidade e afazeres domésticos enfrentando nos períodos de crises. No que se refere ao setor dos cuidados, ao considerar as contribuições da Economia Feminista, conclui-se que é possível fomentar o desenvolvimento de políticas públicas que não se restringem a apenas reproduzir as tendências androcêntrica e falocêntricas. Mas, focadas em construir uma base capaz de materializar a estruturação de um novo padrão de desenvolvimento com igualdade entre

os gêneros acompanhado de uma efetiva emancipação dos corpos femininos a partir da redistribuição mais equitativa das tarefas de cuidados entre os diversos atores sociais.

Quanto ao Auxílio Emergencial, a análise dos dados indica que o AE exerceu um papel muito importante ao mitigar os efeitos nocivos da pandemia e, especialmente, ao impedir uma abrupta deterioração da renda da população mais carente. Assim, mesmo sem recorrer a critérios explícitos de diferenciação por cor ou raça em sua concessão, o benefício contribuiu significativamente ao aporte financeiro de mulheres, principalmente negras. Logo, o benefício ajudou a estancar o aprofundamento ainda maior da situação de pobreza e extrema pobreza que atingem as pessoas situadas nas camadas inferiores da distribuição de renda. Sendo a redução das desigualdades promovida pelo auxílio explicada, em grande parte, pela diminuição das desigualdades entre a população negra com relação aos outros grupos. Importante ressaltar que, devido às diferenças metodológicas entre a PNAD Contínua trimestral e a PNAD-Covid, não foi possível estabelecer uma análise comparativa com a exatidão desejável entre as duas pesquisas. No que diz respeito a análise descritiva apresentada, melhor seria a utilização de uma estratégia econométrica que possibilitasse inferir de forma mais precisa os impactos observados entre a implementação do AE e os efeitos empiricamente enxergados a partir da redução do seu valor. De modo a ser capaz de também simular um cenário no qual ele não fosse concedido e, assim, mensurar as consequências. Contudo, para sanar essa carência, a partir da contribuição dos estudos coletados e com as confirmações analíticas dispostas na PNAD COVID-19, a principal conclusão do trabalho é que, dada a piora dos indicadores sociais vislumbrada após os cortes no AE, a economia não parece robusta o suficiente para inserir adequadamente as mulheres no mercado de trabalho. Sobretudo, as mulheres de mais baixa renda, negras e mães solos.

Portanto, a partir dos resultados e dos pontos centrais levantados neste trabalho, ressalta-se como em momentos de crise é gerado um sobrepeso sobre as mulheres no país. Uma vez que, os problemas sociais e econômicos recaem sobre suas costas de forma desproporcional quando comparados com as consequências sentidas pelos homens. Dessa

maneira, é visível a interdependência entre as relações de dominação de gênero, de raça e de classe, de modo que as opressões são múltiplas e imbricadas umas nas outras. Logo, destaca-se o nítido processo de feminização da pobreza, em especial das mulheres racializadas que ocorre no Brasil. Isso, tendo em vista a desigual inserção e discriminação salarial que enfrentam no mercado de trabalho junto à distribuição unilateral dos trabalhos domésticos e atividades de cuidados sobre sua responsabilidade. Nesse sentido, buscou-se ressaltar o desenvolvimento do setor de cuidados como estratégico para a integração das esferas do trabalho produtivo e do trabalho de cuidados através da implementação e aprimoramento de políticas públicas ativas, possibilitando a superação de desigualdades que mantêm as identidades femininas em áreas de opressão e de fraca autonomia na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTTEGA, A; BOUZA, I; CARDOMINGO, M; NASSIF-PIRES, L; PEREIRA, F. *Quanto fica com as mulheres negras? Uma análise da distribuição de renda no Brasil*. (Nota de Política Econômica nº 018). Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades. MADE/USP, 2022. Disponível em: <https://madeusp.com.br/wp-content/uploads/2021/12/npe018.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. 21ª ed. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARRASCO, C. *La Economía Feminista: Una apuesta por otra economía*. En: María Jesús Vara (ed), Estudios sobre género y economía, Akal, Madrid, 2006.

CARVALHO, S. Os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial: o que dizem os microdados da PNAD covid-19. Carta de Conjuntura número 38 - 3° trimestres de 2020, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2020. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2020/07/IPEA-03.jul_.2020.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.

DIEESE. *BRASIL: A inserção das mulheres no mercado de trabalho 3º trimestres de 2019 e de 2020.* São Paulo: DIEESE, 2020. Disponível em:

<https://www.dieese.org.br/infografico/2022/mulheresBrasileRegioes.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2022.

ENRIQUEZ, C. R. Trabajo de cuidados y trabajo asalariado: desarmando nudos de reproducción de desigualdade. Revista THEOMAI; Buenos Aires; n. 39; p. 78-99, 2019.

FARES, L; MATOS, A; OLIVEIRA, A; CARDOSO, L; NASSIF-PIRES, L. *As políticas econômicas implementadas no Brasil durante a pandemia sob a perspectiva de gênero*. (Nota de Política Econômica nº 006). Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades. MADE/USP, 2021. Disponível em <https://madeusp.com.br/wp-content/uploads/2021/01/NPE006_site.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2022.

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Violência contra mulheres em 2021*, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2022.

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*. 3ª edição, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf> Acesso em: 07 jul. 2022.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEIJÓ, J. *"Educação é cada vez mais importante para recuperar a participação da mulher no mercado de trabalho"*. Blog da Conjuntura Econômica. Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV IBRE), 2022. Disponível em: <https://ibre.fgv.br/blog-da-conjuntura-economica/artigos/educacao-e-cada-vez-mais-importante-para-recuperar-participacao>. Acesso em: 22 jul. 2022.

FERNANDEZ, B. P. M. Teto de vidro, piso pegajoso e desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro à luz da economia feminista: por que as iniquidades persistem?. Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais, (26), 79-104, 2019. Acesso em: 07 jul. 2022.

FREITAS, R; CUSTÓDIO, M. *De Olho na Cidadania*. Ministério da Cidadania, vol. 3, 2021. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/sagi/relatorios/De%20olho%20na%20cidadania_Vol_3_v2_30_04_2021.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2022.

GONZALEZ, L. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). Pensamento feminista brasileiro – formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 237-256, 2019.

GRANDRA, J. *Covid-19, Diversidade das Famílias e Desigualdades*, em: População e desenvolvimento em debate [livro eletrônico]: impactos multidimensionais da pandemia da Covid-19 no Brasil. 1°. ed., Campinas, São Paulo, 2021.

KERSTENETZKY, C. O Estado do Bem-estar Social na Idade da Razão: A Reinvenção do Estado Social no Mundo Contemporâneo. Rio de Janeiro, Campus/Elsevier, 2012.

LAWSON, M; PARVEZ, A; HARVEY, R; SAROSI, D; COFFEY C; PIAGET, K; THEKKUDAH, J. Tempo De cuidar: O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade, OXFAM Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/download/12180/ >. Acesso em: 02 fev. 2022.

NASSIF-PIRES, L; CARDOSO, L; OLIVEIRA, A. *Gênero e raça em evidência durante a pandemia no Brasil: o impacto do Auxílio Emergencial na pobreza e extrema pobreza.* (Nota de Política Econômica nº 010). Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades. MADE/USP, 2021. Disponível em: <https://madeusp.com.br/wp-content/uploads/2021/04/NPE-010-VF.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2022.

NERI, M. Efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho brasileiro: Desigualdades, ingredientes trabalhistas e o papel da jornada. Rio de Janeiro, FGV Social, 2020. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/32362/Covid%26Trabalho-Marcelo_Neri-FGV_Social.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 06 mai. 2022.

OLIVERA, M; VIEIRA, C; e BAETA, F. *Mulheres no mercado de trabalho brasileiro: uma análise das segregações e discriminações a partir da economia feminista*. Texto

para Discussão 018|2021, Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ), 2021. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2021/TD_IE_018_2021_OLIVERA_VIEIRA_BAETA.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2022.

SILVA, K. Escravidão, escravizadas e a família escrava: mulher negra na formação da família escrava. XIV Encontro de História da Anpuh-MS, 2018. Disponível em: <http://www.encontro2018.ms.anpuh.org/resources/anais/9/1535599459_ARQUIVO_EnsaioFamiliaescrava.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2022.

THE WORDL BANK. *Pobreza e desigualdade no Brasil: pandemia complica velhos problemas e gera novos desafios para população vulnerável*. Comunicado à imprensa, 2022. Disponível em: <Pobreza e desigualdade no Brasil: pandemia complica velhos problemas e gera novos desafios para população vulnerável (worldbank.org)> . Acesso em: 04 jul. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Credores particulares e contratos de crédito no Brasil colonial: notas sobre o mercado de crédito baiano, século XVII.

Marcelo Lunardi do Carmo

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

Credores particulares e contratos de crédito no Brasil colonial: notas sobre o mercado de crédito baiano, século XVII.

Private lenders and credit agreements in colonial Brazil: notes on Bahia's credit market, 17th century.

Marcelo Lunardi do Carmo*

Resumo:

Com base na análise de cinquenta e um testamentos; presentes em livros do Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia; e 212 escrituras de empréstimos; que constam nos livros de notas do tabelião, do acervo do Arquivo Público do Estado da Bahia; esse trabalho mensura a participação de credores particulares no mercado de crédito baiano, atestando que esses eram os maiores emprestadores da capitania no período. A grande incidência de registros de empréstimos, nos quais as irmandades religiosas figuram como credoras, têm levado a historiografia a alçar essas instituições ao posto de principais credoras. No entanto, demonstramos que, apesar da importância das irmandades no mercado de crédito, o grande volume de operações creditícias registradas por essas, se justifica pelas obrigações decorrentes de legados recebidos e a necessidade de manutenção da continuidade administrativa. Dentre as dívidas ativas, descritas nos testamentos, identificamos alguns tipos de contratos, que eram utilizados para formalizar as operações de empréstimos. Fazemos uma exposição sobre os dois tipos de contratos que aparecem com mais frequência nessa amostra, apresentando as principais cláusulas das escrituras e discutindo a estrutura dos escritos. A metodologia que propomos para mensurar a participação dos credores particulares no mercado de crédito é: esses indivíduos possuíam um montante de créditos sem registro cartorial, igual ao valor das

* Doutorando do Programa de Pós-graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP).

operações por eles consignadas no tabelião. Durante a exposição, apresentamos as bases que nos permitiram fazer essa suposição.

Palavras-chave: *Século XVII, Bahia, empréstimo, credores, instituições religiosas*

Abstract:

Based on the analysis of fifty-one testaments; found in the books of the archives of the Santa Casa de Misericórdia da Bahia; and 212 loan deeds; contained in the notarial books of the Public Archives of the State of Bahia; this paper measures the participation of private creditors in Bahia's credit market, proving that they were the largest lenders during the period. The high incidence of loan records in which religious brotherhoods figure as creditors has led historiography to elevate these institutions to the position of main creditors. However, we have shown that, despite the importance of the brotherhoods in the credit market, the great volume of credit operations registered by them is justified by the obligations arising from legacies received and the need to maintain administrative continuity. Among the active debts, described in the testaments, we identified some types of contracts, which were used to formalize the loan operations. We make an presentation about the two types of contracts that appear more frequently in this sample, presenting the main clauses of the escrituras and discussing the structure of the escritos. The methodology we propose to measure the participation of private creditors in the credit market is: these individuals had an amount of credits without notarial registration, equal to the value of the operations they consigned to the notary. During the presentation, we present the bases that enabled us to make this hypothesis.

Key words: *17th Century, Bahia, lending, lender, religious institutions*

Credores particulares e contratos de crédito no Brasil colonial: notas sobre o mercado de crédito baiano, século XVII.

***

Introdução

Analisando uma amostra de 51 testamentos; presentes nos livros 40 e 41 do Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia (ASCM-Ba), que abrangem o período entre 1621 e 1680; e de 212 escrituras de empréstimos; que compreendem o período entre 1700 e 1710, presentes em 13 livros de notas do tabelião, que estão sob a guarda do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB); esse trabalho mensura a participação de credores particulares no mercado creditício baiano, além de discutir o uso dos dois principais contratos de crédito identificados.

Pela proeminência da instituição na concessão de empréstimos, os documentos do ASCM-Ba têm se mostrado muito importantes para a compreensão do mercado de crédito[1]. No entanto, como demonstraremos, no acervo da Santa Casa, podemos encontrar informações não apenas sobre os valores emprestados pela instituição, mas também sobre as concessões feitas por outros partícipes do mercado de crédito baiano.

A Santa Casa mantinha um registro detalhado de alguns testamentos pois, através desses documentos, à instituição recebia legados. Um indivíduo que desejasse deixar uma herança a Misericórdia, poderia fazê-lo de três formas: a) instituir a irmandade como sua herdeira; b) nomeá-la como testamenteira, deixando a instituição uma soma de dinheiro para cobrir os gastos de administração do testamento; c) nomear um parente, ou mesmo outra irmandade, como herdeiro, deixando a Misericórdia como legatária de parte de sua herança. Quando a Santa Casa era testamenteira ou herdeira "o escrivão da irmandade fazia uma cópia completa do testamento", já nos casos em que figurava apenas como legatária, o escrivão "não fazia mais do que lançar o nome do testador, o valor do legado e a finalidade na qual o dinheiro deveria ser aplicado" (Russel-Wood, 1981 p. 111-112).

[1] Santos (2013) faz uma análise sobre as finanças da irmandade e de suas operações de crédito.

Em quarenta e quatro dos testamentos analisados, que correspondem a 86% da amostra inicial, foram identificados registros de operações de crédito, denominados como dívidas ativas, tendo sido catalogados 360, no total. Foram incluídas na amostra apenas as dívidas que foram registradas com seu valor monetário, e continham, ao menos, uma das seguintes informações: a) identificação do devedor, b) a origem da operação de crédito ou c) o tipo de contrato utilizado nas transações.

Inicialmente, apresentaremos um panorama da demanda por crédito na Bahia. Trataremos da importância das irmandades religiosas na concessão de recursos, apontando as razões que as impeliam a manter um adequado registro dos empréstimos. Com base em relatos da época, demonstramos que os credores particulares tinham muita importância no mercado creditício baiano. Dando continuidade, apresentamos os credores e os contratos de crédito identificados na amostra de testamentos, faremos uma exposição sobre algumas cláusulas presentes nas escrituras e mostraremos a estrutura e usos dos escritos, principais títulos de crédito utilizados no período. Por fim, expomos nossa hipótese para mensuração dos recursos concedidos por particulares na Bahia, durante o século XVII. Encerra-se o trabalho com as conclusões.

A demanda por crédito na Bahia

Ao longo do século XVII, a capitania da Bahia se consolidou como principal centro de produção açucareira no Brasil[2]. A atividade canavieira estimulava fortemente o mercado de crédito local. O "descompasso entre o ciclo agrícola, de caráter anual, e as

[2] No início de seiscentos, o Brasil ocupava o posto de maior produtor de açúcar do mercado Atlântico, e não tinha concorrentes relevantes para seu produto, essa conjuntura teve efeitos positivos sobre o preço do gênero. Na Bahia, entre 1622 e 1635, houve um incremento de aproximadamente 120% no valor do produto. A partir de 1640, com os avanços das técnicas de cultivo e de manufatura do açúcar, a produção das Antilhas se expandiu rapidamente, a primeira colônia a exportar quantidades significativas do produto, para o mercado europeu, foi Barbados. O crescimento da oferta de açúcar na Europa, gerou um significativo decréscimo no importe da mercadoria. O açúcar, que em 1650, era comercializado por 0,67 florins a arroba, em Amsterdã, principal praça europeia de negociação do produto, chegou a custar, em 1690, 0,24 florins, redução de cerca de 64% (Schwartz, 2005, p. 146; Canabrava, 1981, p. 37-39; Ferlini, 2003, p. 108). Quando a conjuntura internacional era favorável senhores de engenho e lavradores de cana tinham maior facilidade de conseguir recursos. Já quando o preço estava em baixa, a situação se invertia.

necessidades quase diárias de insumos e alimentos para as unidades produtivas", impelia os produtores a demandarem crédito (Sampaio, 2002 p. 30-31).

Flory (1978) demonstrou que essa demanda era suprida principalmente pelas irmandades religiosas e pelos homens de negócio. Numa amostra de 300 escrituras, contratadas entre os anos de 1698 e 1715, as instituições concederam créditos que montam a 110.037$000 réis, respondendo por aproximadamente 45% do valor emprestado. Os homens de negócio aparecem como credores em operações que somam 60.277$000 réis, 24,8% do total. O maior credor individual do período seria a Santa Casa de Misericórdia da Bahia[3]. Com um montante de 64.211$000 réis emprestados, a instituição respondia por pouco mais de um quarto, 26,4%, do total de recursos emprestados na capitania (Flory, 1978 p. 73).

Apesar das escrituras de crédito constituírem um conjunto documental muito relevante, elas representam apenas parte das operações de empréstimos contratadas na Bahia, durante o século XVII. Ademais, a nosso ver, a grande incidência de irmandades religiosas entre os credores desses documentos, está diretamente relacionada com a necessidade que essas instituições tinham de manter um cauteloso registro de todos os créditos concedidos por elas. A necessidade de registrar as operações creditícias advinha, em parte, da forma como a instituição recebia os recursos que seriam emprestados.

O recebimento dos legados, em alguns casos, podia estar condicionado a aceitação de uma disposição feita pelo testador. Esse, poderia exercer a prerrogativa de especificar "detalhadamente em seu testamento como queria que fosse gasto ou investido" o legado. E ao designar o testamenteiro, ou indicar os legatários, poderia condicionar o recebimento dos bens a aceitação dessa cláusula de obrigação. Esses eram os chamados legados com obrigações futuras, expediente que foi muito utilizado pelos indivíduos que deixaram

[3] Os recursos emprestados, a juros, pela Misericórdia provinham de doações feitas por particulares e dos recebimentos por missas celebradas (Santos, 2013 p. 32).

recursos para a Santa Casa no período (Russel-Wood, 1981 p. 121-123; Santos, 2013 p. 35-36).

Em fevereiro de 1653, a Mesa da Santa Casa fez um assento sobre o empréstimo do dinheiro proveniente do legado de André Fernandes de Basto. Falecido no ano anterior, o testador "em seu solene testamento ordenara que seus bens fossem vendidos na forma do dito testamento, e o procedido deles se desse a juro a pessoas humildes com segurança". Os irmãos deliberaram que os recursos monetários, já disponíveis, seriam emprestados a cinco indivíduos, desde que, esses apresentassem "legal fiador e principal pagador, hipotecando em especial bens de raiz que sejam legais". Caso algum dos postulantes faltasse "com a obrigação da segurança legal" se daria o empréstimo "a outras pessoas com consentimento da Mesa com o mais dinheiro que se for cobrando, e as escrituras que se fizerem se farão com as cláusulas necessárias e seguranças de bens de raiz" (ASCM-Ba, liv. 41 fls. 22v-24).

Antônio Simões de Castro, homem de negócios, natural de Lisboa, em seu testamento de 1660, determinou que seus testamenteiros deveriam entregar "quarenta mil cruzados para que o dito senhor provedor e mais irmãos os ponham a juros de seis e um quarto por cento, com as melhores fianças e hipotecas que possam ser". O rendimento desse valor serviria para casar, ou dar estado de freira, a uma parente do testador, a cada dois anos. Caso a Santa Casa não aceitasse a administração do legado, o mesmo deveria ser transferido para a Ordem Terceira de São Francisco (ASCM-Ba, liv. 41 fls. 134-150).

Os testadores preocupavam-se com a segurança das operações, uma vez que, os legados deveriam durar muitos anos. Na expectativa de alguns "de tal maneira que sempre enquanto o mundo durar" os recursos continuariam sendo emprestados a juros (ASCM-Ba, liv. 40 fls. 261-278v). A forma escolhida pelos testadores, para garantir o recebimento dos empréstimos, era vincular a concessão do crédito a inclusão de garantias nos contatos, representadas pela hipoteca de imóveis, ou fiança.

Para formalizar o empenho dos bens de raiz, a operação tinha que ser registrada numa escritura, feita pelo tabelião. Em 1702, Luiz de Souza de Castro, procurou a

irmandade para renegociar uma dívida no valor de 8.300$000 réis. O devedor pretendia hipotecar na operação seu engenho e uma morada de casas, "mas sem a obrigação de dar fiança como era uso na dita Santa Casa". Para liberar o devedor da obrigação de apresentar um fiador, os irmãos pediram que se apresentasse "certidão do distribuidor pela qual constasse não estavam os ditos bens hipotecados nem obrigados a outras dividas". O devedor apresentou a certidão solicitada esperando que "se fizesse a escritura na forma que na primeira petição lhes pedia". Os irmãos aceitaram o pedido, desde que os documentos apresentados fossem juntados a nova escritura e os juros atrasados fossem quitados (APEB, Livro de Notas do Tabelião (LNT), nº 18A fls. 64v-66).

Além das responsabilidades decorrentes dos legados com obrigações futuras, as irmandades precisavam manter um bom registro de seus créditos, para assegurar a continuidade administrativa. No caso da Santa Casa da Bahia os cargos de provedor, escrivão e tesoureiro eram eleitos para mandatos de doze meses[4]. Dessa forma, era necessário que as informações sobre as operações creditícias estivessem bem organizadas, para que a Mesa que iniciava seus trabalhos tivesse condições de cobrar os eventuais devedores.

Por essas razões, podemos encontrar mais registros das operações firmadas pelos credores institucionais, no entanto, isso não significa, necessariamente, que esses eram os maiores emprestadores da Bahia colonial. Encontramos em documentos do período, relatos que demonstram que os empréstimos concedidos pelos mercadores, e outros credores particulares, tinham um papel muito significativo no mercado creditício baiano.

Em julho de 1683, os oficiais da Câmara de Salvador relatavam que as exigências para as concessões de crédito, vinham passando por alterações na capitania. Afirmavam os camaristas que "nos anos passados costumavam os moradores que forneciam aos senhores de engenho e lavouras de canas, assistirem lhe também em algum dinheiro para

[4] Segundo Sá (1997) as Misericórdias eram dirigidas por um sub-grupo de treze irmãos, que se reuniam todas as quartas (ou quintas) e domingos formando a Mesa, essa era presidida pelo provedor, cargo cimeiro da hierarquia da instituição (Sá, 1997 p. 103-104)

o que lhes era necessário". Esses empréstimos eram concedidos, por uma das seguintes formas: alguns credores ofertavam operações que deveriam ser pagas em açúcar, enquanto outros concediam crédito "a razão de juros de 6 e 4 por cento na forma do estilo", sem a cláusula de pagamento da operação com açúcar. No entanto, a alguns anos, a oferta de operações de crédito, que não tinham a cláusula de pagamento do montante com açúcar, vinha se exaurindo, e de "15 ou 16 anos a esta parte, como houve falta de moeda foi a ambição dos homens introduzindo um gênero de negócio aqui chamada usura de dano, que vem a ser receberem dinheiro antes da safra e antes do açúcar estar feito" (Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Documentos do Conselho Ultramarino (CU), 005-02, cx. 26, d. 3181).

Nessa modalidade de crédito, os mercadores vendiam os insumos que os produtores necessitavam, pactuando que o pagamento da transação deveria ser feito com açúcar[5]. Essa operação, que poderia ser benéfica para os devedores[6], tornava-se um problema, dado que, os credores tomavam o açúcar por preços abaixo daqueles que eram comumente praticados no mercado. Com isso, essas operações proporcionavam aos credores, retornos superiores àqueles conseguidos com a taxa de juros de mercado, que era de 6,25%[7].

[5] Para mais informações sobre essa modalidade de crédito, denominada usura de dano, ver: Coelho (2019) *passim*. Para uma análise sobre os problemas na precificação do açúcar na segunda metade do século XVII ver: Carmo (2018) p. 97-107.

[6] Nem sempre o uso de uma mercadoria como meio de pagamento gerava transtornos e nem era motivada pela escassez de recursos monetários. Segundo Strum (2012) o uso do açúcar como meio de pagamento estava ligado a praticidade que o produto possuía, era fácil de ser contabilizado e não havia grande variação de qualidade, dentro de cada um dos seus diferentes tipos. Além disso era um produto amplamente comercializado o que permitia que sua cotação fosse conhecida, tendo fácil aceitação por ser negociado em escala relativamente grande. Para o autor dadas as qualidades do produto, poderia ser aplicado a ele o moderno conceito de commodity, já que o açúcar era a principal mercadoria buscada na colônia e tinha grande saída e liquidez, sendo que geralmente não havia problema de coincidência das vontades ao aceita-lo como meio de pagamento (Strum, 2012 *passim*).

[7] Para Gandelman (2018) é difícil determinar a origem dessa taxa habitual, possivelmente ela tinha alguma relação com as taxas cobradas pelos padrões de juros reais, que por um longo período permaneceram em 6,25%. Segundo Strum (2017), durante parte do século XVII, a taxa de juros costumeira em Portugal era inferior a 6,25% ao ano. Afirma o autor que uma norma promulgada em 23 de dezembro de 1614, determinava que o teto da taxa de juros seria de 5% ao ano, e que esse mesmo limite se aplicaria aos títulos da dívida pública. Esta ordem caiu informalmente em desuso, sendo derrogada em outubro de 1643, e a sua aplicação limitou-se aos títulos do Tesouro Real. Legislação posterior, promulgada em 23 de maio de 1698,

Um parecer, de um dos membros do Conselho Ultramarino, datado de setembro de 1675, descrevia o mesmo gênero de usura criticado pelos oficiais da Câmara de Salvador, que vinha sendo largamente utilizado pelos mercadores baianos e tinha se tornado "a total ruína dos que lavram o açúcar". (Biblioteca Nacional, 1950, p. 76).

Segundo o conselheiro, os insumos necessários a produção dos engenhos; como o ferro e o cobre; eram vendidos fiado no Brasil por valores vinte ou trinta por cento maiores que os praticados no Reino, "e como a necessidade não tem lei, e quase todos os que levam açúcar, estão com mais empenho do que tem, depois de celebrar o preço, celebram o segundo do açúcar por preços mui inferiores", e os produtores que não aceitavam a fixação a esses níveis não tinham crédito para comprar fiado (Biblioteca Nacional, 1950, p. 76).

Em correspondência de 1685, autoridades da Bahia reclamavam a Coroa sobre o acentuado crescimento das vendas a crédito. Essas transações haviam se difundido de tal forma que, o nível de endividamento dos moradores estava levando muitos deles a ruína. Segundo os signatários da carta, para que esse problema fosse solucionado seria necessária a promulgação de legislação, proibindo as vendas a prazo, com exceção daquelas que fossem feitas para o fornecimento de insumos aos engenhos e fazendas de canas (Coelho, 2019 p. 193; Krause, 2015 p. 325).

Desses relatos, podemos inferir que a participação dos credores particulares, no mercado de crédito baiano, era muito significativa, na próxima seção demonstraremos quem eram esses e o montante emprestado.

voltou a estabelecer um limite de 5% para a taxa de juros anual. A legislação das taxas de juro em Portugal teve influências tanto do direito canónico como do direito civil, sendo a principal preocupação dos legisladores "os negócios envolvendo pessoas não familiarizadas com o comércio, particularmente pessoas que compravam, vendiam ou tomavam emprestado para a sua subsistência, como agricultores e artesãos". Costa (2002), afirma que a taxa de 6,25% era a taxa de juros de mercado para empréstimos de baixo risco entre comerciantes, enquanto a taxa de 5% era uma estipulação legal. (Gandelman, 2018 p. 73; Strum, 2017 p. 41-43 e Costa, 2002 p. 232-233).

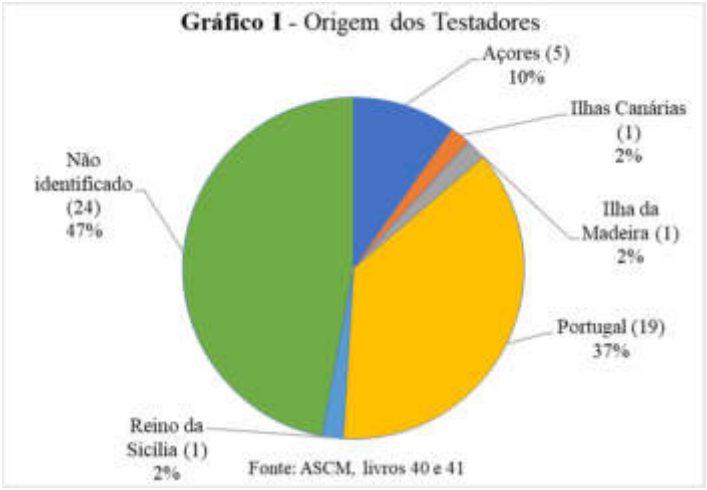
Credores e contratos de crédito

Antes da análise dos registros de dívidas, faremos alguns apontamentos sobre os testadores. Dos cinquenta e um testamentos analisados nesse trabalho, apenas quatro eram de mulheres. Em trinta e sete documentos, que correspondem a 72,7% da amostra, os indivíduos se declararam solteiros, ou que nunca tinham sido casados, e que não tinham filhos. Além dessa informação, alguns testadores afirmaram que não tinham quaisquer herdeiros forçados. Dentre os indivíduos que fizeram essa declaração, dez instituíram suas almas como herdeiras.

Apesar do sujeito ter o direito de dispor livremente de até um terço de seu patrimônio, os demais bens passavam aos membros da linha sucessória. Nesse contexto, a informação de que não possuíam herdeiros que pudessem receber seus bens era uma formalidade legal, pois, a herança, inicialmente, competia ao cônjuge sobrevivente e aos descendentes diretos "só na falta destes surgiam os ascendentes e colaterais, ou mesmo indivíduos sem qualquer grau de parentesco", somente quando não existiam herdeiros obrigatórios, podia-se despender os bens "com a salvação da alma" (Durães, 1995 p. 80-81).

No estágio atual da pesquisa, identificamos o local de nascimento de vinte e sete indivíduos[8], que são apresentados no Gráfico I. Os testadores com origem em Portugal constituem o maior grupo, sendo dezenove no total.

[8] O processo de identificação da origem dos testadores está em andamento, os 27 identificados que apresentamos, tiveram seu lugar de nascimento mencionado nos documentos. Com intuito de descobrir a origem dos demais testadores, está em curso um processo de cruzamento das informações dos testamentos com outras fontes.



Como destacamos anteriormente, só foram incluídas na amostra as dívidas que foram registradas com seu valor monetário. Alguns testadores informavam dados sobre seus créditos, no entanto, não declaravam o valor desses. No testamento de Antônio Dias de Ottões[9], homem de negócios, natural do bispado de Lamego, que era proprietário de uma cordoaria na Bahia, encontramos cinquenta e cinco registros de dívidas ativas, no entanto, foram incluídos na amostra, apenas, 49. Dentre os registros que ficaram fora da amostra temos: "deve-me mais Domingos Fernandes, morador em Saquarema, o resto de dois conhecimentos, o que se achar por eles" e "Martins Ribeiro me deve o que se achar por nossas contas e lembranças que tenho" (ASCM-Ba, liv. 41 fls. 45v-56v).

Dívidas passivas foram identificadas em poucos documentos. Com intuito de evitar uma dupla contagem, uma vez que, a dívida ativa de um testador poderia aparecer em outro testamento como uma dívida passiva, nossa análise se assentou no crédito concedido pelos sujeitos.

No Quadro I apresentamos apenas os credores da amostra, agrupados por ocupação. Aqueles que identificamos a atividade econômica, foram divididos em 7 grupos, cabem algumas explicações sobre essa classificação. Para classificar os homens

[9] Em algumas partes do testamento o sobrenome é grafado como "Foens".

de negócios, nos valemos de declarações prestadas pelos próprios testadores[10], ou da diversidade de atividades comerciais declaradas[11]. Também foram incluídos nesse grupo os mercadores e as viúvas de indivíduos identificados como homens de negócios.

O grupo profissional urbano constitui-se principalmente de artífices[12]. Mas também fazem parte do grupo: o escrivão da Fazenda Real, um indivíduo identificado como soldado e a proprietária de uma olaria[13]. A propriedade de bens foi utilizada para classificar os indivíduos dos grupos: lavrador de cana, lavrador de mandioca e os proprietários de currais de gado.

Quadro I – Credores dos testamentos (por ocupação)

Ocupação	Quant. Testadores	Quant. Registros de Dívidas	% Registros	Valor (em réis)	% Valor
homens de negócios	9	133	36,9%	74.064.588	65,7%
senhor de engenho	3	43	11,9%	14.857.174	13,2%
lavrador de cana	4	30	8,3%	12.581.650	11,2%
clérigos	4	7	1,9%	3.034.440	2,7%
profissional urbano	8	74	20,6%	2.768.887	2,5%

[10] O já citado Antônio Simões de Castro, afirmou em seu testamento que "eu tive contas e negócios diversos com várias pessoas" (ASCM-Ba, liv. 41 fls. 134-150)

[11] Entre os bens elencados no testamento de Gonçallo de Morgade estão: um curral de gado e a armação das baleias na ilha de Itaparica. Além disso, o testador tinha arrematado o contrato das baleias por três anos (ASCM-Ba, liv. 40 fls. 56v-68).

[12] Temos dois carpinteiros, dois barqueiros, um picheleiro e um latoeiro

[13] Maria Lopes, era casada com João de Valença, quando contraiu essas núpcias era da idade de 59 anos, e depois desse matrimônio "haverá doze anos, mais ou menos, os bens foram sempre divididos e eu com os meus, poucos ou muitos," garanti meu sustento "e os que adquiri foram por minha agencia sem dele receber adjuctorio algum" e vivia apartada do seu marido. Possuía uma olaria localizada nas terras dos padres de São Bento onde possuía 9 escravos "e que toda fábrica que há nela é minha". Em seu testamento Maria Lopes não deixou quaisquer bens ao seu marido, essa decisão gerou uma disputa judicial que chegou até a Casa de Suplicação (ASCM-Ba, liv. 41 fls. 323-338).

lavrador de mandioca	1	11	3,1%	2.335.640	2,1%
proprietário de curral de gado	2	18	5,0%	424.200	0,4%
não identificados	13	44	12,2%	2.670.560	2,4%
	44	**360**	**100,0%**	**112.737.139**	**100,0%**

Fonte: ASCM-Ba, livros 40 e 41

A participação dos homens de negócio no montante emprestado na capitania é bastante relevante. Os indivíduos desse grupo figuram como credores de 65,7% do valor das dívidas ativas identificadas nos testamentos analisados. Os profissionais urbanos, apesar de responderem por apenas 2,5% do valor dos créditos, aparecem com frequência na amostra, dado que, em 20,6% dos registros, indivíduos desse grupo surgem como credores. A significativa presença nos registros, somada a baixa participação no valor dos créditos, demonstra que os profissionais urbanos participavam ativamente do mercado creditício, no entanto, em operações de menor vulto.

Em alguns registros de dívidas, foi possível determinar qual a relação comercial que deu origem ao crédito. No Quadro II, apresentamos a classificação das dívidas ativas por sua origem. Os empréstimos foram as relações comerciais que mais geraram registros, identificamos cento e três deles. Essas operações somaram 47.989$858 réis, que correspondem a 42,6% do valor total das dívidas catalogadas.

Quadro II - Origem da dívida

Tipos de Relações Comerciais	Quant. Registros	% Registros	Valor (em réis)	% Valor
empréstimo	103	28,6%	47.989.858	42,6%

venda de mercadorias	25	6,9%	7.686.390	6,8%
resto de contas	15	4,2%	3.650.590	3,2%
serviços prestados	19	5,3%	761.225	0,7%
compra a ser entregue	7	1,9%	95.482	0,1%
venda de cativos	3	0,8%	74.000	0,1%
não identificados	188	52,2%	52.479.594	46,6%
	360	**100,0%**	**112.737.139**	**100,0%**

Fonte: ASCM-Ba, livros 40 e 41

Vinte dos empréstimos concedidos tinham garantia real, representada pelo penhor de objetos. Os indivíduos do grupo dos trabalhadores urbanos, são os que aparecem com maior frequência entre os credores desses contratos, tendo concedido onze operações que foram seguradas com o empenhado de bens. Salvador Rodrigues, carpinteiro, em seu testamento feito em 1675, declarou, dentre outras dividas ativas, as seguintes: "a patilha, que é de Manuel de Souza empenhada em três cruzados pagando se lhe entregue, um corte de macaja de seda que me empenhou Domingos de Aragão em três cruzados" (ASCM-Ba, liv. 41 fls. 289-294).

Os créditos que contam com a garantia de penhores somam 509$800 réis, as operações dessa modalidade de empréstimo são de pequenos valores, no entanto, demonstram que, com frequência, os credores procuravam meios de diminuir o risco da inadimplência das operações.

Os registros nomeados resto de contas, aparecem assim identificados nos testamentos. Foram colocados em um grupo próprio, pois, não é possível saber mais detalhes sobre a relação comercial que deu origem a esses. No inventário do senhor de engenho Antônio de Sá Doria, feito em 1663, encontramos um exemplo desse lançamento "deve Maria Antunes Vieira, moradora em Subauna, doze mil e quinhentos reis de resto

de contas" (ASCM-Ba, liv. 41 fls. 157-166). No testamento, feito em 1651, de Antônio Fernandes Ferro, barqueiro, natural do bispado de Lamego, temos mais um exemplo do registro de resto de contas "deve me Domingos Vaz de resto de nossa conta quatro mil e quatrocentos reis" (ASCM-Ba, liv. 40 fls. 279-286).

As dívidas ativas que classificamos como "compra a ser entregue" estão todas no inventário do senhor de engenho Antônio de Sá Doria, o que nos leva a crer que esse era um expediente que os produtores de açúcar se valiam para garantir o fornecimento de insumos que as unidades produtivas necessitavam. Encontramos créditos que deveriam ser pagos em lenha ou em formas (ASCM-Ba, liv. 41 fls. 157-166).

Para formalizar as relações comerciais, que deram origem aos registros de dívidas, os indivíduos utilizavam diferentes tipos de contratos de crédito, no Quadro III apresentamos os documentos que logramos identificar.

Quadro III - Contratos de crédito

	Quant. de Registros	% Registros	Valor (em réis)	% Valor
escrito[14]	103	28,6%	19.614.799	17,4%
escritura	29	8,1%	21.779.418	19,3%
sentença	23	6,4%	10.905.332	9,7%
conhecimento	10	2,8%	2.469.290	2,2%
sem documento	3	0,8%	148.000	0,1%

[14] Em alguns testamentos esses documentos eram denominados créditos, no entanto, até esse estágio da pesquisa, não encontramos quaisquer diferenças entre escritos e créditos, dessa forma consideramos tratar-se da mesma espécie de contrato de crédito.

carta/letra/mandado corrente	9	2,5%	8.077.720	7,2%
não identificados	183	50,8%	49.742.580	44,1%
	360	**100,0%**	**112.737.139**	**100,0%**

Fonte: ASCM-Ba, livros 40 e 41

Escrituras e escritos aparecem como os contratos mais utilizados de nossa amostra, respondendo por 36,7% do valor total emprestado. Observando o Quadro IV, onde apresentamos a distribuição das escrituras e escritos por intervalo de valor, podemos perceber que os escritos eram utilizados, predominantemente, para operações com valores de até 100$000 réis, oitenta e um contratos estão nesse intervalo.

Já a maior parte das escrituras concentram-se no intervalo entre 101$000 e 200$000 réis, sendo que apenas três delas tem valores de até 100$000 réis. Dessa forma, "as escrituras tendem a acolher as dívidas mais preciosas, de maior vulto" (Gil, 2020 p. 225). Já os escritos eram utilizados, majoritariamente, para operações de menor vulto, e que eram vistos pelos credores como contratos de menor risco, uma vez que, nesses documentos, com exceção dos contratos com penhor, não eram incluídas garantias reais, fato que ocorria com frequência nas escrituras, como trataremos a seguir.

Quadro IV - Escrituras e escritos (por intervalo de valor)				
	Escrituras		**Escritos**	
Intervalos (em mil réis)	Quant.	% Quant.	Quant.	% Quant.
Até 100	3	10,3%	81	78,6%
101 - 200	16	55,2%	16	15,5%
201 - 400	4	13,8%	3	2,9%

401 - 600	0	0,0%	0	0,0%
601 - 800	2	6,9%	0	0,0%
Mais de 800	4	13,8%	3	2,9%
Total	**29**	**100,0%**	**103**	**100,0%**

Fonte: ASCM-Ba, livros 40 e 41

As sentenças constituíam, também, um importante título de crédito. Analisando a frequência com que esse registro aparece na amostra, e o montante desses, que correspondem a 9,7% do total de dividas ativas, podemos notar que recorrer a estrutura judiciária, para cobrar um devedor inadimplente, ou tratar de outras demandas, era um expediente utilizado com frequência pelos testadores da amostra. As vinte e três sentenças catalogadas, estavam elencadas no testamento de quatorze indivíduos, que representam 31,8% dos credores da amostra. Em seu testamento, datado de 1663, Antônio Ferreira Picoutos declarou que "depois de prolongadas demandas que tive com o tenente general Antonio de Freitas da Silva, que foram minha total destruição alcancei sentença contra ele, confirmada na casa de Suplicação, [...] e entendo alcança-lo em cinco mil cruzados". O testador deixou o direito de cobrança dessa dívida para a Santa Casa (ASCM-Ba, liv. 41 fls. 194-198v). Antônio Furtado, homem de negócios, natural dos Açores, afirmou em seu testamento que tinha entregado a " Diogo de Macedo uma sentença de quatrocentos mil reis, que houve contra o capitão Pedro Borges para os cobrar a metade para si e a metade para mim" (ASCM-Ba, liv. 41 fls. 234-240).

A seguir, apresentaremos os contratos mais utilizados em nossa amostra, as escrituras e os escritos, descrevendo as formalidades legais que cada um possuía.

As escrituras

As escrituras eram um contrato firmado entre o indivíduo que demandava recursos (devedor) e aquele que os ofertava (credor), pactuado perante o tabelião de notas, com

cláusulas especificas. Dentre as cláusulas que encontramos com maior frequência nesses documentos, temos a de hipoteca de bens.

Na amostra de 212 escrituras de crédito, 86,2% do montante emprestado estava garantido com a hipoteca de bens específicos, ou seja, bens que eram elencados nas escrituras. No Quadro V apresentamos os bens que foram listados como garantias.

Quadro V – Bens hipotecados nas escrituras

Quant.	Tipo de Bens	Valor (em réis)	%Valor
27	Engenhos	56.645.060	29,5%
91	Imóveis Urbanos	53.733.285	28,0%
37	Fazenda de Cana	28.889.900	15,0%
14	Fazenda de Tabacos/curral de gado/Roça de Mandioca	15.569.597	8,1%
3	Fazenda de Lenha	6.787.693	3,5%
6	Cativos	2.041.720	1,1%
6	Terras sem destinação especificada	1.751.250	0,9%
28	Sem Hipoteca Específica	26.544.873	13,8%
212		**191.963.378**	**100,0%**

Fonte: APEB, LNT nº 16 a 24, 18A, 21A, 22A e 22B

A importância das garantias nessas operações já tinha sido destacada por Schwartz (1988), afirma o autor que "os empréstimos ao setor açucareiro em geral eram garantidos por bens imóveis, como engenhos, canaviais ou casas, de modo que a propriedade como um todo tornava-se, em essência, hipotecada" (Schwartz, 1988 p. 179).

Na maioria das 28 escrituras, que fazem parte do grupo "Sem Hipoteca Específica", consta a informação que todos os bens do devedor estariam obrigados a operação, sem, contudo, identificar quais seriam esses bens. Em dezembro de 1706, o senhor de engenho Pedro Fernandes Aranha, que na ocasião foi representado por seu procurador João Lopes do Vale, tomou um empréstimo junto ao Convento de Santa Clara, no qual "obrigou a pessoa e todos os bens do dito seu constituinte moveis e de raiz [avidos] e por [aver]" (APEB_LNT nº 22 fls. 64-65).

Por essa cláusula, conhecida como hipoteca geral, o devedor se responsabilizava, pelo pagamento da dívida, com todos os bens que dispunha. Com a hipoteca específica a transferência dos direitos de propriedade era facilitada, reduzindo assim a incerteza de recebimento no caso de inadimplência. Já a hipoteca geral, devido a sua falta de especificação, poderia gerar conflitos na execução de bens, em situações em que houvesse vários credores (Peña-Mir, 2016 p. 136).

A necessidade de especificar o bem que estava sendo hipotecado, se justifica, em parte, pelas sucessivas mercês, alcançadas pelos senhores de engenho e lavradores de cana, no final do século XVII, que proibiam os credores de executarem parcialmente a garantia hipotecária, ou os insumos utilizados na produção. Mesmo os rendimentos das propriedades vinculadas ao negócio do açúcar, só podiam ser executados em níveis que não prejudicassem a sua manutenção (Schwartz, 1988 p. 179 e Carmo, 2018 p. 99).

Além das hipotecas, os empréstimos contratados através das escrituras poderiam ter a garantia da fiança de um terceiro. Nesse caso, o fiador, ou fiadores, se comprometiam com o pagamento do principal e dos juros da operação. Na referida escritura feita por Pedro Fernandes Aranha, João Lopes do Vale, seu procurador, se obrigou "como fiador e principal pagador do dito devedor [...] para o que obriga sua pessoa e todos os seus bens" (APEB_LNT nº 22 fls. 64-65). Da analise do Quadro VI, podemos notar que a fiança, de fato, era muito utilizada nas escrituras.

Quadro VI - Hipoteca e fiança nas escrituras

Quant.		Valor (em réis)	%Valor
95	Hipoteca Específica e Fiança	91.141.580	47,5%
89	Apenas Hipoteca Específica	74.276.925	38,7%
12	Fiança e Hipoteca Geral	8.382.770	4,4%
16	Apenas Hipoteca Geral	18.162.103	9,5%
212		**191.963.378**	**100,0%**

Fonte: APEB, LNT nº 16 a 24, 18A, 21A, 22A e 22B

Temos que, mais da metade do montante de empréstimos feitos no período, ou 51,9% do total, eram garantidos com fiança. Dessa forma, 90,5% dos recursos emprestados estavam garantidos com a hipoteca específica de bens, fiança ou com ambos. Em apenas 16 escrituras, que respondem por 9,5% do total emprestado, não foram apresentadas quaisquer garantias, além da cláusula de hipoteca geral.

Logo, é possível inferir que, para que um indivíduo tivesse acesso a esse tipo de contrato de crédito, era necessário que o mesmo possuísse bens suficientes para garantir a operação, e/ou que apresentasse fiador com essa condição.

A taxa de juros cobrada nas escrituras compulsadas era de 6,25% ao ano, "a razão de juro de seis e um quarto por cento como é uso e costume nesta praça", sendo o prazo de pagamento "por tempo de um ano primeiro seguinte que começara a correr do dia da feitura deste instrumento e acabara em outro tal dia". Se no fim do prazo de um ano "o seu credor ou seus sucessores lhe não pedirem a dita quantia sempre irá correndo o juro por diante". Sendo assim, caso não houvesse a cobrança do valor, o devedor deveria continuar apenas com o pagamento anual dos juros. No entanto, se passado o dito tempo o credor cobrasse a dívida, o devedor deveria pagá-la "com todos os seus juros vencidos até real entrega sem que ao tempo do tal pagamento possa alegar duvidas ou embargos"

(APEB_LNT nº 21 fls. 30v-31v). Não existindo a cobrança do principal, a obrigação do devedor com o credor prosseguia por tempo indeterminado. O pagamento do valor original do empréstimo podia ou não acontecer, dependendo da disposição do credor.

Em março de 1702, Francisco Gonçalves Vilaça, mestre sapateiro, fez uma escritura, no valor de 128$000 réis, com a Santa Casa de Misericórdia, renegociando uma dívida que, originalmente, tinha sido contratada em 1680. Esse contrato fora recebido como legado pela irmandade, que procedeu a cobrança do mesmo, como o devedor encontrava-se sem recursos para quitá-lo pediu aos irmãos que "quisessem ficasse nas suas mãos a dita quantia" (APEB_LNT nº 19 fls. 100-101v).

A dívida de Francisco Villaça estava ativa a 22 anos, nesse período, considerando a taxa de juros de 6,25% ao ano e, presumindo que o devedor pagou todos os anos os juros da operação, o mesmo já teria pago 137,5% do valor da dívida, ou 176$000 réis, apenas de juros.

O exemplo de Francisco Vilaça, antes de ser uma exceção, parece tratar-se de um padrão. Analisando o livro de contas, e as verbas do testamento, de um grande financista do século XVII, Gandelman (2018) observou que: o registro dos empréstimos concedidos apontava apenas o prazo de pagamento dos juros, sem mencionar o dos principais. Segundo a autora, os pagamentos registrados nos livros referem-se quase sempre ao pagamento de juros, sendo que, em apenas "cinco casos os devedores pagaram partes do principal". Das dívidas identificadas algumas se prolongavam a mais de 10 anos (Gandelman, 2018 p. 72).

A prática de conceder empréstimos, sem um prazo determinado para o pagamento do montante, foi também identificada por Taylor (1973) em sua análise sobre as *haciendas* do vale de Oaxaca. Afirma o autor que, a igreja era a principal fonte de crédito para os produtores da região, e normalmente cobrava juros de 5% ao ano. Como os monastérios e conventos consideravam que o pagamento anual dos juros lhes proporcionava um ingresso fixo e desejável de recursos, não costumavam cobrar o principal das dívidas (Taylor, 1973 p. 308).

Segundo Antonil (1711), o crédito de um senhor de engenho fundava-se "na sua verdade, isto é, na pontualidade e fidelidade em guardar as promessas". Bastava ao indivíduo pagar suas contas em dia, para que tivesse acesso a mais recursos "porque se ao tempo da frota não pagarem o que devem, não terão com que se aparelhem para a safra vindoura, nem se achara quem queira dar o seu dinheiro ou fazenda nas mãos de quem lha não há de pagar" (Antonil, 1711 p. 33).

A afirmação do autor, não é válida para as operações de crédito contratadas através de escrituras; para que um indivíduo tivesse acesso a essa modalidade de crédito, era necessário que o mesmo possuísse bens suficientes para garantir a operação, e/ou que apresentasse fiador com essa condição; no entanto, se aplica bem as operações feitas através dos escritos, como veremos na seção seguinte.

Os escritos

Diferente das escrituras, que só eram utilizadas para formalizar operações de empréstimo, os escritos podiam ser usados para registrar dívidas provenientes de outras relações comerciais. Das seis operações mercantis que deram origem a registros de dívidas, apresentadas no Quadro II, encontramos os escritos sendo utilizados em quatro delas: empréstimos, venda de mercadorias, compra a ser entregue e venda de cativos.

Os escritos representavam um contrato firmado entre devedor e credor que, não tinha a obrigatoriedade de ser registrado pelo tabelião, "mesmo que não fosse público, bastava que o registro escrito fosse socialmente reconhecido na sociedade como formalmente válido" (Carrara, 2020 p. 39). No entanto, a dispensa do registro cartorial não eximia esses contratos de uma formalidade legal.

Como documentos que expressavam relações comerciais entre particulares, não são muitos os escritos que estão consignados nas bases documentais consultadas para a

elaboração desse trabalho, no entanto, através daqueles que foram lançados[15], temos evidências da formalidade legal desses contratos.

Em maio de 1700, Manuel Ramos Aires, homem de negócios, procurou o tabelião para registrar um escrito de dívida, de um valor significativo, no treslado do documento podemos observar algumas das formalidades exigidas para esses

> "Dizemos nos abaixo assinados eu João da Vila Melgaço e meu irmão Gregorio da Vila Costa que nos devemos ao senhor Manuel Francisco de Lima ou a quem este nos mostrar seis contos e quatrocentos e setenta e oito mil e noventa e quatro reis procedidos de fazenda que lhe compramos e recebemos a nosso contento assim em preço como em bondade na logea que nos trespassou a qual dita quantia a cima referida [...] lhe pagaremos na forma declarada" (APEB_LNT nº 16 fls. 29-30)

No escrito, além da imprescindível identificação das partes, o devedor tinha que informar a origem do débito. No caso do escrito registrado por Manuel Ramos, a operação mercantil que tinha originado a dívida foi a compra de mercadorias, o credor Manuel Francisco de Lima tinha vendido sua loja aos devedores João da Vila Melgaço e Gregório da Vila Costa.

Em 1698, o mercador João Lourenço Ferreira, pediu que fossem lançados, no livro de notas do tabelião, três escritos, passados por Manuel de Amaral de Vasconcelos, morador em Porto Seguro. Todos os documentos datavam do ano de 1697, dois desses procediam de fazendas que o devedor comprou na loja do credor e um de uma dívida anteriormente não paga (APEB_LTN nº 12 fls. 49-50). Manuel Mendes Monforte, em abril de 1686, solicitou o registro de um escrito, passado por João de Mesquita, em julho de 1684, no qual o devedor afirmava que devia 520$000 réis "que fez mercê de me emprestar em dinheiro de contado" (APEB_LTN nº 5 fl. 23v).

[15] Acreditamos que o registro cartorial dos escritos era realizado em casos de inadimplência, quando o credor pretendia executar judicialmente a dívida.

A aposição da assinatura do devedor, era outra formalidade requerida nos escritos e, no momento de registrar esses documentos, a firma do devedor deveria ser reconhecida, por testemunhas ou por autoridades régias. Em seu testamento, datado de 1621, Diogo Fernandes, declarou que não devia nada a ninguém, mas se em algum tempo alguém aparecesse dizendo que tinha contas com ele, seus testamenteiros estavam autorizados a fazer o pagamento de valores até 4$000 réis, e passando da dita quantia "não mostrando assinado seu ou escritura, lhe não pagarão cousa alguma" (ASCM-Ba, liv. 40 fls. 36v-41v). Claude Forest, mercador francês, morador em Salvador, procurou o tabelião, em fevereiro de 1693, solicitando fosse lançado um escrito passado pelo devedor Domingos Roiz Santos. Ao registrar o documento o tabelião assentou que a assinatura do devedor havia sido reconhecida por três homens de negócios da cidade (APEB_LTN nº 8 fls. 61v-62). David de Couto Carneiro apresentou um escrito para registro, emitido pelo devedor Francisco Gomes de Abreu, a assinatura do documento foi reconhecida pelo escrivão de apelações e agravos cíveis e criminais da Relação do Estado do Brasil (APEB_LTN nº 18 fls. 97-97v).

Quando o devedor, por alguma razão, não tinha condições de assinar o documento, a dívida tinha validade desde que fosse reconhecida por duas testemunhas. Em seu testamento, elaborado em 1651, Belchior do Vale, natural do bispado do Porto, não elencou quaisquer dividas ativas, sobre suas dividas passivas afirmou que "não me lembro que deva nada a ninguém, porem sendo caso que apareça algum escrito de divida que eu fizesse assinado por duas testemunhas fidedignas mando que se lhe pague" (ASCM-Ba, liv. 41 fls. 62-66)

Ao conceder um empréstimo, ou realizar uma venda fiado, registrando a transação em um escrito, operação sem garantias reais, o credor manifestava sua confiança no pagamento da dívida pelo devedor. Quando, por algum motivo, esse quadro de confiabilidade se alterava, por quaisquer razões, os credores não hesitavam em solicitar que fosse feita escritura, com a inclusão de hipotecas e fianças.

Em agosto de 1686, Luiz Vaz de Azevedo, lavrador de canas, fez uma escritura de empréstimo com João de Matos de Aguiar no valor de 2.600$000 réis, com hipoteca de uma fazenda de canas, localizada em Matuim. Perante o tabelião, disse o devedor que já tinha uma dívida anterior, com o mesmo credor, no valor da escritura. Essa dívida fora contratada em novembro de 1682, na ocasião Luiz Vaz passou um escrito a seu credor. Esse, para maior segurança da operação, passados alguns anos, pediu que fosse feita uma escritura com hipoteca de bens, suficientes para garantir o empréstimo. João de Matos se comprometeu a entregar o escrito para que fosse rasgado, assim que a escritura fosse outorgada (APEB, LNT nº 5 fls. 124-125).

Os credores, em alguns casos, transferiam o escrito a terceiros, para o pagamento de suas dividas passivas. Em 1700, Miguel Bezerra adquiriu um engenho de Francisco Machado Palhares, e sua mulher Jeronima Sottomayor, pelo valor de 1.400$000 réis. Parte desse montante, 400$000 réis, foi pago em dinheiro de contado no momento da assinatura da escritura de venda. O restante foi dividido em pagamentos anuais de 100$000 réis, o comprador "logo entregou a eles vendedores um credito de Tome Pereira de Menezes da quantia de duzentos mil reis pagamentos destes dois anos primeiros" dos quais os vendedores deram plena quitação (APEB, LNT nº 16, fls. 120-121v).

O prazo de pagamento dos escritos não era padronizado. Em alguns documentos encontramos a expressão "lhe pagarei todas as vezes que me pedir", que condicionava a quitação da operação, a cobrança feita pelo credor, que poderia acontecer a qualquer tempo. Em escrito lançado, a pedido do mercador Pedro de Macedo, o devedor Pascoal Francisco Guimarães declarou que possuía uma dívida de 7$620 réis "procedidos de fazenda que lhe comprei a meu contento assim em preço como em bondade os quais lhe pagarei todas as vezes que me pedir" (APEB, LNT nº 16, fls. 151-151v). O registro desse documento, pelo tabelião, foi feito em agosto de 1700, sendo que o escrito datava de abril de 1699, possivelmente, entre a emissão da dívida e o registro, o credor tenha procedido a cobrança do valor, acreditamos que o insucesso no recebimento levou o credor a realizar o registro cartorial da dívida.

Em alguns escritos, a data de pagamento era especificada. O devedor Sebastião de Carvalho, em escrito registrado em julho de 1700, reconheceu que tinha uma dívida com Manuel de Souza Porto e, como esse era falecido, se comprometia a pagar os 86$210 réis devidos ao testamenteiro do defunto, Manuel de Souza Porto, "em dinheiro de contado para esta frota que embora vem de noventa e um" (APEB, LNT nº 16, fls. 78-78v). Podemos concluir que, o prazo para o pagamento de dívidas, formalizadas através dos escritos, dependia de prévio acordo entre tomador e concedente.

Tratamos dos principais contratos de crédito identificados em nossa amostra, os escritos e as escrituras, apresentamos no Quadro VII um resumo desses contratos.

Quadro VII - Resumo dos Contratos

	Escritura	**Escrito**
Prazo de Pagamento	1 ano (dependia de cobrança pelo credor)	previamente acordado entre devedor e credor
Taxa de Juros	6,25%	previamente acordado entre devedor e credor
Registro Cartorial	necessário	apenas em caso de inadimplência
Garantias Reais	sim (hipoteca de bens)	poucas ocorrências (penhor de bens)
Fiança	sim	Não identificada na amostra

Fonte: elaborado pelo autor.

As escrituras eram os contratos que apresentavam o maior nível de formalidade legal. Como as irmandades religiosas, tinham que manter um criterioso registro das operações de crédito por elas concedidas, devido as obrigações decorrentes dos legados recebidos e visando garantir a continuidade de sua administração, essas instituições

optavam pelo tipo de contrato que exigia o maior nível de formalidade para efetivar os empréstimos, por isso, temos muitos registros dos valores emprestados por esses credores. Isso não significa, necessariamente, que essas instituições eram os maiores emprestadores da Bahia colonial. Na próxima seção mensuramos a participação de credores particulares no mercado creditício baiano durante o século XVII.

Mensurando o crédito concedido por particulares: uma aproximação

Como demonstramos, as irmandades religiosas tinham que registrar todas as operações de crédito concedidas, obrigação à qual os credores particulares não estavam sujeitos. Como esses indivíduos não registravam todas as suas dívidas, em documentos que chegaram até nossos dias, como podemos mensurar qual o tamanho do mercado de crédito da Bahia no século XVII? O critério que utilizaremos para esse cálculo será a proporção de escritos e escrituras apresentada no Quadro III.

Os principais contratos de crédito que identificados nos testamentos, respondem por frações bastante similares do valor total das dívidas ativas, a saber: escrituras 19,3% e escritos 17,4%. Com base nessa informação, podemos formular a hipótese que: o grupo de credores particulares possuía um montante de créditos sem registro cartorial, igual ao valor das operações por eles consignadas ante o tabelião.

No Quadro VIII, apresentamos os valores emprestados nas escrituras, divididos por grupos de credores. As instituições religiosas aparecem como credoras de 113.491$763 réis, enquanto os credores particulares concederam empréstimos que somam 73.655$195 réis. Aplicando sobre esse valor nossa hipótese de cálculo, o total de crédito concedido por credores particulares, na Bahia durante o século XVII, seria de pouco mais de 147 contos de réis, montante que daria a esses indivíduos o posto de maiores emprestadores da capitania.

Apesar dos valores registrados nos testamentos, constituírem um bom parâmetro, para que possamos mensurar a participação dos credores particulares no mercado de

crédito baiano, temos que considerar que esses não refletem todas as dívidas ativas dos sujeitos. Podemos elencar dois casos, de valores de créditos, que não estão consignados nos testamentos. O primeiro deles é constituído pelas dívidas que, apesar de estarem descritas nos documentos, não tiveram seu valor monetário informado. Nos quarenta e quatro testamentos, foram contabilizados um total de 384 registros de dívidas, no entanto, vinte e quatro deles não tinham o valor monetário da transação, ficando fora de nossa amostra.

Quadro VIII - Os credores das escrituras

Quant. contratos	Grupo	Valor (em reis)	%Valor
103	instituição religiosa	113.491.763	59,1%
30	homens de negócios	31.705.427	16,5%
8	senhor de engenho	15.498.155	8,1%
27	clérigos	9.694.000	5,0%
16	profissional urbano	7.785.000	4,1%
8	viúvas/menores	4.522.613	2,4%
5	lavrador de cana	2.050.000	1,1%
1	proprietário de curral de gado	2.400.000	1,3%
14	não identificado	4.816.420	2,5%

212		**191.963.378**	**100,0%**

Fonte: APEB_LNT nº 16 a 24, 18A, 21A, 22A e 22 B

O segundo caso de valores de dívidas que não estão consignados nos documentos da amostra, é constituído pelos livros de contas. Antônio Lobo Matos, picheleiro, natural de Borba, em seu testamento, redigido em 1637, declarou que possuía livro ou borrador onde "acentava o que me faria de dividas e que me deviam e devia ao qual quero que se de credito como a este meu testamento tudo o que estiver assentado por minha letra" (ASCM-Ba, liv. 40 fls 126-130). Domingos Gonçalves, natural do bispado do Porto, em seu testamento, datado de 1679, afirma que "das dividas que se devem ao casal constara por créditos sentenças e assentos do meu livro a que me reporto e a ele se pode dar credito em juízo e fora dele, é feito da minha própria mão e por mim assinado" (ASCM-Ba, liv. 41 fls 361-366v).

Muitas dessas relações de dívidas não eram transcritas nos testamentos, pois, até o falecimento do testador, o rol de seus devedores poderia sofrer alguma alteração. Nesse contexto, muitos indivíduos assentavam a existência de seus livros de contas, e registros contábeis, como forma de validar a cobrança das dívidas após sua morte. Diferente do que afirma Russel-Wood (1981), os testamentos não eram redigidos, majoritariamente, perto do momento da morte do testador, deixando os indivíduos a mercê dos "temores do Além" e com "ilusões de grandeza" (Russel-Wood, 1981 p. 112). Muitos sujeitos preparavam-se com antecedência para a hora da morte, deixando documentadas suas vontades. Mesmo depois que o testamento estivesse redigido, caso o testador resolvesse alterar alguma cláusula, poderia fazê-lo, valendo-se de um instrumento legal chamado codicilo.

Dessa forma, supor que os credores particulares possuíam um montante de créditos sem registro cartorial, igual ao valor das operações por eles registradas, pode

representar uma subestimação da participação desses indivíduos no mercado creditício. No entanto, nos parece uma boa metodologia de aproximação.

Conclusão

Nesse trabalho, intentamos mensurar a participação dos credores particulares no mercado creditício, demonstrando que esses indivíduos eram os maiores emprestadores da Bahia, no século XVII. As irmandades religiosas também eram importantes credoras, no entanto, os valores por elas emprestados estavam aquém do montante de crédito concedido por credores particulares. A necessidade que as instituições tinham de manter um registro detalhado dos créditos concedidos, motivada pela necessidade de manutenção da continuidade administrativa e obrigações decorrentes de legados, justifica a grande frequência com que encontramos contratos de crédito dessas.

Na sociedade colonial, a existência da formalidade legal nos contratos escritos, não excluía a importância da confiabilidade, entre os sujeitos, para a efetivação das contratações, nem diminuía a ritualidade que estava envolvida nas concessões de crédito. Segundo Schwartz (1988), no período colonial, o nível de endividamento, antes de ser visto como um problema, era também um indicador de êxito, uma vez que quanto mais rico o indivíduo e mais valiosas suas propriedades, maior a probabilidade de os emprestadores lhe concederem crédito (Schwartz, 1988 p. 184).

A afirmação do autor pode ser comprovada por uma escritura, feita em novembro de 1686, entre o devedor João Peixoto Viegas e o Convento de Santa Clara do Desterro. No documento, a madre responsável pelo convento, afirma que tinha recebido 600$000 réis, do dote de uma irmã que recentemente tinha sido aceita na instituição. E como determinavam os estatutos, ordens e resoluções das religiosas esse dinheiro tinha que ser empegado em bens que gerassem rendas, para que dos rendimentos se pudesse sustentar a nova religiosa. Portanto, resolveu, junto com as demais religiosas, dar o dinheiro a

pessoa segura e abonada, caso de João Peixoto Viegas[16] (APEB_LNT nº 05 fls. 169v-171).

Por fim, as fontes que utilizamos nesse trabalho não contemplam uma importante modalidade de crédito, que era amparado num alto nível de confiança entre os indivíduos e que, por isso, muitas vezes, acabava não sendo formalizado em contratos escritos. Os raros exemplos dessa modalidade de crédito que identificamos[17], não apresentavam o valor monetário das dívidas, logo, não foram incluídos em nossa amostra. Cabe aprofundar as pesquisas, com intuito de compreender essa modalidade de relações creditícias.

Fontes Primárias

Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia (ASCM-Ba), livros 40 (Livro Primeiro do Tombo) e 41 (Livro Segundo do Tombo)

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Documentos do Conselho Ultramarino (CU), Bahia, série Luísa da Fonseca (005-02).

Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Livro de Notas do Tabelião (LNT)

[16] João Peixoto Viegas nascera em 1616, em Viana do Castelo, e em 1640 mudara-se para o Brasil se engajando em atividades comerciais na Bahia. Exportava açúcar e importava escravos, vinhos e gêneros alimentícios. Em 1646 foi denunciado ao Santo Oficio como judaizante, mas graças a seus contatos em Portugal saiu livre do processo e ainda conseguiu o cargo de familiar da instituição. Casou-se em 1650 com a filha de um senhor de engenho, Joana de Sá Peixoto. Foi vereador da Câmara de Salvador em três oportunidades; 1664, 1668, 1686. Em 1673, assumiu o cargo de secretário da Câmara Municipal. João Peixoto não era um grande investidor da indústria açucareira, seus investimentos eram em terras no interior da capitania utilizadas para a criação de gado. Por volta de 1665, era o proprietário de 100 mil acres de terra entre os rios Paraguaçu e Jacuípe onde estabeleceu rebanhos de gado e currais, promovendo a submissão e expulsão dos índios da região. Possuía ainda terra nas capitanias da Paraíba e do Rio Grande do Norte também destinadas a criação de gado. Para mais detalhes sobre a biografia ver: (Schwartz & Pecora, 2002 pp. 309-311 e Schwartz, 1988 p. 165)

[17] No citado testamento de Antônio Dias de Ottões temos um exemplo de registro dessa modalidade de crédito: "Martins Ribeiro me deve o que se achar por nossas contas e lembranças que tenho" (ASCM-Ba, liv. 41 fls. 45v-56v).

Bibliografia

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas.* Lisboa: Na Officina Real Deslandesiana, 1711. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or1320141/or1320141.pdf Acesso em: 19/06/2022.

BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos* – Consultas do Conselho Ultramarino Bahia 1673-1683, vol. 88. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1950

CANABRAVA, Alice Piffer. *O açúcar nas Antilhas (1697-1755)*. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981.

CARMO, Marcelo Lunardi do. *D. Pedro II e as reformas administrativas no Brasil colônia*. 2018. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CARRARA, Ângelo Alves. O crédito no Brasil no período colonial: uma revisão historiográfica. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 36, n. 70, p. 15-51, 2020

COSTA, Leonor Freire. *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580–1663).* Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, v. 1, 2002.

COELHO, Rafael da Silva. *A Bahia em suas negociações com a metrópole: tributação, dinheiro e açúcar na segunda metade do século XVII*. 2019. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

DURÃES, Margarida. Necessidades econômicas e praticas jurídicas: problemas da transmissão das explorações agrícolas. Século XVIII-XIX. *Ler História*, Lisboa, n. 29, p. 67-88, 1995.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no*

Nordeste colonial. Bauru: Edusc, 2003.

FLORY, Rae Jean Dell. *Bahian society in the mid-colonial period: the sugar planters, tabacco growers, merchants, and artisans of Salvador and the Reconcavo, 1680-1725.* 1978. PhD dissertation, University of Texas, Austin.

GANDELMAN, Luciana Mendes. Trajetórias individuais no Império português do século XVII: o caso do financista João de Mattos de Aguiar. In: VENANCIO, Giselle; VIANA, Larissa & SECRETO, Maria Verônica (Orgs.). *Sujeitos na História: perspectivas e abordagens*. Niterói: Eduff, pp. 61 – 82, 2018.

GIL, Tiago Luís. *Coisas do caminho: crédito, confiança e informação na economia do comércio de gado entre Viamão e Sorocaba (1780-1810)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020.

KRAUSE, Thiago Nascimento. *A Formação de uma Nobreza Ultramarina: Coroa e elites locais na Bahia seiscentista*. 2015. Tese de Doutorado. Instituto de História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

PEÑA-MIR, José Luis. Financiación y especialización productiva: el mercado de crédito

malagueño a finales del siglo XVIII. *Investigaciones de Historia Económica*, v. 12, n. 03, p. 133-143, 2016. Disponível em:

https://recyt.fecyt.es/index.php/IHE/article/view/70751. Acesso em: 19/06/2022

RUSSELL-WOOD, Anthony John R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: UnB, 1981.

SÁ, Isabel dos Guimarães. Quando o rico se faz pobre: *Misericórdias, caridade e poder no Império Português, 1500-1800.* Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 1997.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. "O mercado carioca de crédito: da acumulação senhorial à acumulação mercantil (1650-1750)". *Estudos Históricos*, n. 29, p. 29-49, 2002.

SANTOS, Augusto Fagundes da Silva dos. *A misericórdia da Bahia e o seu sistema de concessão de crédito (1701-1777)*. 2013. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

SCHWARTZ, Stuart B**.** *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial 1550-1835.* São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARTZ, Stuart. B. e PÉCORA, Alcir (Orgs.). *As Excelências do Governador. O panegírico fúnebre a D. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676).* São Paulo: Companhia das Letras, 2002

STRUM, Daniel. *O comércio do açúcar: Brasil, Portugal e Países Baixos (1595-1630)*. Rio de Janeiro: Versal, São Paulo: Odebrecht, 2012.

STRUM, Daniel. A lucratividade do comércio açucareiro e sua composição na década de 1620. In: MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer *et al*. (Orgs.). *Ramificações Ultramarinas: sociedades comerciais no âmbito do Atlântico Luso – século XVIII*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ pp. 25-50, 2017.

TAYLOR, William B. Haciendas coloniales em el valle de Oaxaca. *Historia Mexicana*, v. 23, n. 2 (90), p. 284-329, 1973. Disponível em: https://historiamexicana.colmex.mx/index.php/RHM/article/view/2959 . Acesso em: 19/06/2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Indústria e mercados: a exportação de mercadorias manufaturadas das fábricas nacionais do Rio de Janeiro e o tráfico ilegal de escravizados.

Matheus Sinder

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

Indústria e mercados: a exportação de mercadorias manufaturadas das fábricas nacionais do Rio de Janeiro e o tráfico ilegal de escravizados.

Industry and markets: the export of manufactured goods from Rio de Janeiro's national factories and the illegal slave trade.

Matheus Sinder[1]

Resumo

O presente artigo aborda a questão da exportação de mercadorias manufaturadas nas fábricas nacionais do Rio de Janeiro. A cidade da Corte contava com um número expressivo de empreendimentos fabris que não produziam apenas para o mercado interno. Parte significativa dessas mercadorias eram destinadas ao mercado externo. Compreender quais seriam as regiões de destino desses bens manufaturados e sua relação com o tráfico transatlântico de escravizados é a nossa proposta. Através dos mecanismos de operação do tráfico as mercadorias manufaturadas eram essenciais para manter a lucratividade do negócio negreiro. Dessa maneira, iremos apontar as relações entre a indústria fabril do período com o tráfico de escravizados.

[1] Email: matheussnhc@id.uff.br - Filiação: Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense - Titulação: graduado em história, mestrando no último período em história pela UFF.

Indústria e mercados: a exportação de mercadorias manufaturadas das fábricas nacionais do Rio de Janeiro e o tráfico ilegal de escravizados.

Palavras-chave: *Indústria Fabril, fábricas, tráfico de escravizados, exportações, manufaturados.*

Abstract

This article addresses the issue of exporting goods manufactured in national factories in Rio de Janeiro. The city of Corte had an expressive number of industrial enterprises that did not produce only for the domestic market. A significant part of these goods were destined for the foreign market. Understanding which would be the destination regions of these manufactured goods and their relationship with the transatlantic slave trade is our proposal. Through the mechanisms of traffic operation, manufactured goods were essential to maintain the profitability of the business. In this way, we will point out the relationship between the manufacturing industry of the period with the slave trade

Keywords: *Manufacturing industry, factories, slave trade, exports, manufactured goods.*

Indústria e mercados: a exportação de mercadorias manufaturadas das fábricas nacionais do Rio de Janeiro e o tráfico ilegal de escravizados.

***

Introdução

Em 25 de Abril de 1834 o fabricante Antonio Dames envia ao Tribunal da Junta de Comércio um pedido de provisão de fábrica com o objetivo de gozar dos privilégios que a legislação dispunha para a proteção e incentivo do setor fabril (ANRJ, 7x, cx 425, pct. 2). O processo acima poderia ser apenas mais uma das tantas súplicas que o referido Tribunal recebeu durante os seus quarenta e dois anos de vigência em território brasileiro, mas descortina as principais questões a serem abordadas neste artigo.

Junto com a migração da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808, um conjunto de instituições da administração lusa foram recriadas na nova sede do Império Português. O Tribunal da Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação foi uma dessas instituições. Embora preserva-se um caráter de órgão do antigo regime português, anteriormente chamada de Mesa do Espírito Santo dos Homens de Negócio, suas novas atribuições (Comércio, Agricultura, fábricas e navegação) indicavam a maior complexificação econômica em expansão no mundo atlântico e oriundo da era das revoluções, em especial da Revolução industrial. O Tribunal era responsável entre outras coisas da administração das fábricas estatais, atender pedidos de provisão de fábrica, distribuição de prêmios e loterias para introdutores e inventores de maquinismos, entre outras. Com o passar do tempo a maior parte dos pedidos de provisão, ou seja, fabricantes que recorriam ao Tribunal a fim de receber algum favor, se destinavam ao título de fábrica nacional o que garantia a entrada de matérias-primas de importação livre de tributos na alfândega (OLIVEIRA, 1992) (LOPES, 2009).

Parece ser esse o caso de Antonio Dames, proprietário de uma fábrica de "ponto grande" localizada na rua do portal, próximo ao largo de São Joaquim no Rio de Janeiro. Dentre os muitos detalhes desse processo o argumento do suplicante chama a atenção: segundo ele, outras fábricas também teriam recebido o direito a livre importação de

matérias-primas e ele (o suplicante) também gostaria de gozar desse privilégio. De acordo com os padrões da Junta de Comércio, após o pedido ter sido feito um deputado-inspetor visita a fábrica e produz um parecer recomendando o deferimento ou indeferimento do pedido de provisão. É nesse ponto que o simples pedido de isenção de Antonio Dames se transforma em um imbróglio

Em seis de Outubro de 1834, Leonardo Pereira de Vasconcelos emite parecer contrário ao pedido de Antonio Dames, segundo o suplicante não poderia receber a provisão, pois na verdade o seu estabelecimento de fabrico do sabão não era compatível com o que o alvará régio de 28 de Abril de 1809 considerava como uma fábrica. José da Silva Lisboa, membro da Junta de Comércio acompanhou em seu voto o parecer do deputado Inspetor alegando que o Alvará régio não seria para o benefício dos estabelecimentos produtores de sabão e que a abertura dessa exceção faria com que outros proprietários fabricantes realizassem a mesma súplica ao Tribunal.

Porém, outro membro da Junta de Comércio, Ignácio Alvares Pinto de Almeida diverge de seus colegas de Tribunal. De acordo com ele negar a isenção de direitos alfandegários ao suplicante seria uma ofensa ao nacionalismo, uma vez que o próprio Tribunal já havia anos antes subsidiado em seiscentos mil réis o estrangeiro Guilherme Muller, para que ele pudesse instalar uma fábrica de sabão no Rio de Janeiro. Além disso, outras fábricas de sabão já haviam recebido provisão de fábrica de maneira que a "inteligencia" (jurisprudência) do Tribunal garantia que o pedido de Antonio Dames fosse deferido.

A questão que causava divisão no corpo burocrático da Junta de Comércio foi solucionada apenas em 1838 quando a Junta de Comércio respondeu uma consulta realizada pela Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda com questões sobre as fábricas. Somente ali se estabeleceu um consenso institucional sobre o que seria uma indústria, uma oficina, uma fábrica e uma manufatura. E os estabelecimentos de saboaria

foram indicados como fábricas desde que trabalhassem em "ponto grande."(SANTOS, 2018)

Essa discussão, porém, não será o objeto do presente trabalho, antes é um outro indício que aparece nesse processo. Tanto José da Silva Lisboa, quanto Leonardo Pereira de Vasconcelos alegaram que os estabelecimentos de sabão não precisam receber provisão de fábrica pois se desenvolveram sem o apoio do mesmo, inclusive exportando suas mercadorias. De acordo com Silva Lisboa:

> "[…] o fabrico do sabão, de velas de sebo, de cera, de cola e etc, etc, etc, objetos todos estes que se fabricaram em ponto pequeno e em grande, tanto para o consumo do país como para exportação." Nessa mesma linha o inspetor Vasconcelos afirmou: "pelos livros das alfândegas desta Corte se vê que em 1800 se exportara para Angola e se pagara direitos sabão aqui manufaturado" (ANRJ, 7x, cx 425, pct. 2)

Essas afirmações deixaram indícios que abordaremos nesse artigo: a exportação de produtos manufaturados no Brasil. A historiografia se dividiu entre observar a primeira metade do século XIX ou enquanto um período com ausência de fábricas ou quando reconhecidas seriam apenas um aspecto marginal da economia agroexportadora e obstacularizada pela escravidão, servindo apenas de forma tímida para o mercado interno e sem capacidade de competição com a importação de manufaturados europeus, especialmente os britânicos. O que pretendemos observar seria qual o papel da indústria fabril na economia mercantil-escravista na primeira metade do século XIX e sua participação na pauta de exportação nacional.

Entre a indústria inexistente e a indústria fora do lugar: os estudos sobre a indústria no oitocentos

Nos anos 1930-1940 podemos encontrar o surgimento das obras dos considerados grandes "intérpretes do Brasil": Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Hollanda. Suas concepções moldaram visões de mundo e estabeleceram paradigmas explicativos sobre múltiplas dimensões da história e cultura nacional. O colapso do

liberalismo e de seus pressupostos na crise de 1929, a ascensão do fascismo, a economia planificada oriunda da revolução russa quando somadas a ruptura representada pelo movimento de 30 que coloca Getúlio Vargas no poder e as transformações no mundo do trabalho daí recorrentes explicam a necessidade de estabelecer interpretações sistêmicas da história nacional.

No campo da história econômica será o trabalho de Caio Prado Júnior aquele que exerceu maior influência entre pesquisadores e pesquisadoras. Para Caio Prado o sentido histórico da colonização do Brasil é fornecer matérias-primas para a metrópole portuguesa que vai realizar uma contínua extração de excedentes da colônia. Esse pacto colonial geraria uma sociedade que teria toda a sua lógica de funcionamento voltada para atender as demandas desse sistema exportador. Essa exploração impediria o desenvolvimento de circuitos de acumulação interna como também conjugaria na Colônia o predomínio (não são os únicos, porém seriam os predominantes) de três elementos: grande propriedade, monocultura e trabalho escravo. Internamente a sociedade colonial seria marcada por uma polarização entre os senhores e os escravos, escravos esses que seriam completamente boçalizados devido à presença da escravidão. Teria sido, portanto essa extrema exploração colonial que teria originado o atraso brasileiro. (PRADO JR. 2011)

Obviamente, a obra de Caio Prado apresenta análises de caráter mais complexo, porém essa síntese da sua visão possibilita perceber o paradigma por ele fundado: a economia brasileira seria profundamente atrasada pois majoritariamente rural e agroexportadora. Ora, o contrário de rural e agroexportador seria uma economia urbanizada e industrial, único caminho possível para o pleno desenvolvimento do capitalismo nacional e a criação de uma classe operária capaz de conduzir um processo revolucionário. Dessa maneira, os aspectos políticos que moviam Caio Prado tal qual o seu modelo explicativo relegaram ao Brasil pré-1930 a caricatura de atrasado, agroexportador e submetido a extrações externas via pacto colonial.

Isso impediu que Caio Prado analisasse (e reconhecesse) a existência dos estabelecimentos fabris já na primeira metade do século XIX. Segundo ele, os tratados comerciais assinados já com a vinda da Corte para o Brasil em 1808, como a abertura dos portos às nações amigas, o tratado de comércio e amizade com a Inglaterra em 1810 e a manutenção dos seus valores aduaneiros foi responsável por destruir qualquer tentativa de estabelecimento de indústrias no Brasil. Para ele, as relações comerciais com a Grã-Bretanha agravaram e prolongaram a situação de submissão colonial da economia brasileira, mesmo independente. Trocava-se as restrições do regime colonial pela imposição de uma liberdade comercial que impulsionava o caráter agroexportador do país. (PRADO JR. 2012)

> "Até a abertura dos portos, as deficiências do comércio português tinham operado como barreira protetora de uma pequena indústria local, pobre indústria artesã, é verdade, mas assim mesmo suficiente para satisfazer a uma parte do consumo interno. Esta pequena indústria não poderá sobreviver à livre concorrência estrangeira, mesmo nos mais insignificantes artigos. A qualidade, os preços, a própria moda (fator que não se deve esquecer) farão desprezar seus produtos. Tudo passa a vir do estrangeiro; até caixões de defunto" (PRADO JR, 2012, pp.129)

Essa visão apagou da perspectiva as possibilidades de existência de empreendimentos fabris no período, mesmo que voltados apenas para o mercado interno, uma vez que essa indústria não poderia "sobreviver" à concorrência. Estabelecia-se assim a interpretação de que o Brasil seria um país atrasado: exportador de matérias-primas e agrícolas e importador de manufaturados.

Durante grande tempo, economistas e historiadores pautaram suas discussões a partir da lógica pradiana: análise das relações comerciais com países estrangeiros para entender a indústria nacional. Nesse sentido, não apenas o tratado de amizade e comércio, mas também a tarifa Alves Branco e a tarifa Silva Ferraz foram algumas das pedras fundamentais de análise dos obstáculos para o nascimento da indústria no Brasil. Essas interpretações observavam os empreendimentos fabris encontrados como "fora do lugar", ou seja, limitados pela escravidão, pela expansão do café e pela ausência de proteção

estatal. A industrialização no Brasil seria uma "luta", para fazer menção ao título do livro de Nicéa Vilela Luz, contra as tradicionais forças do atraso. (LUZ, 1978)

Somente com Eulália Lobo, Maria Bárbara Levy e Geraldo Beauclair de Oliveira é que parte dessa perspectiva sobre a indústria do período será duramente questionada. Eulália Lobo através de um vasto esforço empírico e de serialização de fontes consegue demonstrar a existência de um setor fabril na cidade do Rio de Janeiro enquanto uma possibilidade de investimento econômico na época. Bárbara Levy em trabalho primoroso consegue associar os primeiros empreendimentos fabris com os movimentos de associação do capital circulante, a indústria do Rio de Janeiro através das suas sociedades anônimas. Mas é Geraldo Beauclair e seu repertório teórico braudeliano que permite estudar com mais detalhes a "pré-indústria fluminense". Um conjunto de oficinas bem montadas, não interligadas e independentes entre si. Beauclair é talvez o primeiro historiador econômico a buscar compreender a indústria nesse período como algo compatível com a economia e realidade da época, ou seja, sem considerar como algo fora do lugar. (LOBO, 1978) (LEVY, 1994) (OLIVEIRA, 1992).

Geraldo reconhece que no plano internacional o Brasil se inseriu enquanto um grande fornecedor de café, açúcar, algodão e etc enquanto importava grande quantidade de manufaturados, porém isso "Não impede que atentemos para um outro aspecto da realidade: o estudo do setor transformador de matérias-primas voltado para o mercado interno, a mentalidade existente diante desse quadro, as medidas adotadas pelas autoridades na época". Beauclair buscou compreender o fenômeno em sua inteireza de condições, sem que os acontecimentos posteriores da economia brasileira viessem a interferir em sua observação. Ainda assim, foi muito cuidadoso ao pressupor que a existência dessas fábricas seriam para produção de mercadorias apenas para o mercado interno. Porém, é compreensível e louvável seu movimento de integrar a tradição historiográfica da UFF, muito alinhada à história agrária e aos estudos sobre o mercado interno, da linha de Maria Yedda Linhares e Ciro Flamariom Cardoso, e os estudos sobre

o mercado interno com a temática da indústria (ou como ele chamava: pré-indústria). "Essa indústria, voltada para um mercado mais amplo, interregional e internacional, foi praticamente inexistente no território fluminense." (OLIVEIRA, 1992, pp.11)

As contribuições abertas por Beauclair, Bárbara e Eulália conduziram a inúmeros outros estudos sobre as fábricas do período. Imperou nas pesquisas sobre a indústria fabril no oitocentos os estudos de caso, a seleção de uma única fábrica enquanto janela de observação. Dentro dessa lógica podemos destacar a pesquisa de Mario Danielle Netto sobre a fábrica de ferro de São João do Ipanema em Sorocaba (NETTO, 2006), ou de Beatriz Piva Momesso sobre a fundição da Ponta d' Areia em Niterói de propriedade de Irineu Evangelista de Souza (MOMESSO, 2007). Dentre outras, podemos chamar a atenção para Adler Fonseca de Castro e a análise sobre a manufatura no arsenal de guerra do Rio de Janeiro. (CASTRO, 2017)

Ainda assim, os velhos conceitos engessaram as perspectivas, especialmente os conceitos de pré-indústria e de proto-indústria. A cada estudo de caso ou região um desses conceitos foi aplicado, mas sem associá-los com as dinâmicas de um processo de industrialização. Dessa maneira, Adler observa o arsenal de guerra pelo prisma da pré-indústria, enquanto Netto utiliza do conceito de proto-indústria para compreender a fábrica de ferro de Ipanema (CASTRO, 2017) (NETO, 2006). Essa multiplicidade de conceitos distintos e opostos nas análises de caso também impediram certos avanços no olhar para a indústria fabril, uma vez que eram adequados (ou não adequados) conforme seus pressupostos as realidades estudadas.

Pretendemos adotar uma perspectiva que não esteja relacionada aos conceitos explicativos, mas antes as dinâmicas e o movimento nas relações entre a indústria fabril e a economia escravista no período. Tal qual analisada no recente trabalho de Silvanna Andrade dos Santos sobre a fábrica têxtil de Todos os Santos no sul da Bahia. Santos tenta observar como a organização e produção dessa fábrica estiveram vinculadas ao sistema escravista: seja através da utilização do capital acumulado no tráfico de escravos

que foi reinvestido na própria fábrica, seja no emprego de africanos escravizados nas linhas de produção dessa têxtil. (SANTOS, 2020)

A perspectiva adotada por Silvana Santos nos leva a fazer alguns questionamentos: o capital acumulado no tráfico negreiro teria sido reinvestido em fábricas no período anterior à lei de 1850? Qual seria a relação entre indústria fabril no Brasil e tráfico de escravizados, como também a relação com a própria escravidão? São essas perguntas e esses apontamentos historiográficos que nos levaram ao estudo da indústria fabril no Rio de Janeiro.

A grande oficina do Brasil

O Rio de Janeiro do oitocentos, capital do Império Ultramarino português e posteriormente capital do Império do Brasil, possuía a economia mais dinâmica e pujante do período no Brasil. O porto do Rio de Janeiro se configurou na primeira metade do século XIX não apenas enquanto o maior escoador de café (que se tornara o principal produto de exportação do Brasil), mas o maior local de desembarque de escravos nas Américas. A cidade negreira do Rio tinha uma elite mercantil relevante e portadora de grandes cabedais que amalgamaram seus interesses políticos e econômicos com a Corte portuguesa vinda em 1808. As novas dinâmicas do mercado mundial também superlativiza o embarque e desembarque de mercadorias no Rio de Janeiro, entre elas a mercadoria humana e levou a uma expansão e diversificação dos capitais oriundos da esfera da circulação. Comerciantes, negociantes e negociantes de grosso trato investiram em novas fazendas, especulação e imóveis urbanos, formação de sociedades anônimas, companhias de seguros e atividades bancárias, mas também em fábricas. (LOBO, 1978), (KLEIN e LUNA, 2022), (MARQUESE e TOMICH, 2015), (ODILA, 2005) e (GORESTEIN, 1993)

O capital advindo do comércio possibilitou uma diversificação econômica dos negócios de inúmeros agentes do período. O caso mais emblemático é o de Irineu

Evangelista de Souza, Barão e Visconde de Mauá (GUIMARÃES, 2007). Negociante, Irineu investiu seus cabedais em companhias comerciais, concessões públicas, casas bancárias e em uma manufatura localizada na Ponta d' Areia, no outro lado da baía de Guanabara. O caso em si é capaz de demonstrar a relação de negociantes e do tráfico de escravizados com aspectos da modernidade capitalista do período: estabelecimento de um sistema financeiro; relações público-privadas e o que mais nos interessa: o investimento no setor fabril

Dessa maneira, investigamos quantitativamente as fábricas existentes na cidade do Rio de Janeiro no período. Em um primeiro momento tomamos como base a documentação dos processos de pedidos de provisão realizados por suplicantes ao Tribunal da Junta de Comércio. Analisando cada processo individualmente encontramos 179 fábricas existentes no Brasil entre 1808 e 1850 (período de existência do referido tribunal). Cabe ressaltar que não são 179 fábricas que realizaram pedidos de provisão, nesse número encontram-se também as fábricas existentes citadas no decorrer de um processo. Desse número total 64,8% encontravam-se apenas na cidade do Rio de Janeiro. As 116 fábricas encontradas na documentação da Junta de Comércio nos levam a compreender o porquê estamos considerando a cidade da Corte enquanto a grande oficina do Brasil (ANRJ, 7x, Cx 422 à 428). Essa grande concentração fabril na cidade do Rio de Janeiro pode ser entendida a partir de múltiplos fatores, nos quais podemos ressaltar a interiorização da metrópole; a grande quantidade de capitais circulando entre os negociantes; a capacidade desses negociantes de atrair apoio político e econômico e a dinamicidade e recrudescimento do tráfico e da escravidão.

Se a documentação da Junta de Comércio nos dava um indicativo da proporção considerável da Indústria Fabril na Corte, nos Almanacks Mercantis esses dados apresentam contornos ainda maiores. Em um período da história nacional que podemos entender como pré-estatístico e que apesar de várias tentativas o primeiro censo só se concretiza em 1872, as listagens realizadas nos Almanacks se tornam importantíssimas. Selecionamos o mais conhecido desses Almanacks, o Laemmert, e realizamos um

levantamento de todas as fábricas por ele listadas entre o ano de 1844 (primeira edição) e 1850 (último ano do tráfico e de funcionamento da Junta de Comércio. Nesse período identificamos 1196 fábricas distribuídas por entre os sete anos observados. Foram excluídas desse levantamento as oficinas artesanais que também se multiplicavam na cidade. Optamos por listar apenas o que o próprio almanack nomeou enquanto fábrica.

Tabela 1: Todas as fábricas encontradas no Almanack Laemmert até 1850

Ano	Fábricas encontradas na Corte
1844	34
1845	139
1846	153
1847	185
1848	213
1849	226
1850	246

Fonte: Laemmert. Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para os anos de 1844, 1845, 1846, 1847, 1848, 1849, 1850. (Elaboração própria)

O crescimento fabril identificado no levantamento indica tanto uma maior especialização comercial do Almanack Laemment em produzir informações cada vez mais detalhadas quanto uma expansão fabril no período, como apontado pela historiografia. É interessante perceber novamente que 246 empreendimentos fabris, sem contar as oficinas existentes, em uma economia predominantemente agroexportadora indicam que o setor fabril não era marginal ou menos importante para as dinâmicas econômicas do período. A historiografia atribuiu em certa medida à tarifa Alves Branco a causa do crescimento manufatureiro na década de 1840. Porém, como destacou Beauclair, a tarifa não tinha como intenção o estabelecimento de medidas protecionistas,

antes visava aumentar a arrecadação do Estado (LUZ, 1978), (OLIVEIRA, 1992). Nossa hipótese, que pretendemos trabalhar mais a frente é de que o capital do tráfico ilegal de escravizados estaria sendo reinvestido em atividades industriais.

Mas antes, é relevante mapear essas 1196 fábricas existentes na cidade do Rio de Janeiro entre 1844 e 1850. Para isso agrupamos em setores fabris para caracterizar como se constituía a indústria no período. Geraldo Beauclair já havia feito esse esforço de categorização dos setores fabris partindo do diálogo com as ideias propostas pelo Visconde de Cairu. Ele classificou a indústria fabril em três grandes setores: associado à agricultura; associado à navegação e associado às artes de geral acomodação do povo. Este último incluiria algumas subcategorias: alimentos processados; química e vestuário e limpeza. Nesse último setor estariam englobadas as fábricas de chapéus, velas, sabão e pentes. Já no setor de química estariam as fábricas de produção de ácido sulfúrico; elementos farmacêuticos e alguns tipos específicos de óleos. Já nos alimentos processados podemos destacar as chocolatarias que estavam surgindo então. (OLIVEIRA, 2001)

No que diz respeito às fábricas "associadas à agricultura" e "associadas à navegação" Beauclair segue a interpretação de Cairu, onde as fábricas e outros setores da economia não seriam opostos, mas antes deveriam ser complementares. Ou seja, as fábricas estariam associadas a algum dos ramos econômicos relevantes, como a agricultura e a navegação. Cabe observar que além dos engenhos de moer, serrar e etc também estava inserida como fábrica associada à agricultura as fábricas têxteis. Já nas fábricas associadas à navegação estariam incluídos os estaleiros, ferrarias cordoarias e outros estabelecimentos relacionados à construção naval.

Tendo enquanto base essa categorização elaborada por Beauclair buscamos aplicar outras categorias com o objetivo de qualificar o mapeamento das fábricas no período. Dessa maneira, "química", "vestuário e limpeza" e "alimentos processados" foram considerados como setores independentes e não apenas subcategorias. As fábricas de fiação e tecelagem de algodão foram também consideradas enquanto um setor próprio da indústria fabril no período. Já os estabelecimentos produtores de cerveja, licores e etc

foram considerados como o setor de bebidas. As fábricas de charutos, cigarros e rapé também foram agrupadas em um setor próprio: fumo. Além disso, incluímos um setor de Obras que englobava as fábricas de asphalto e tijolos. O setor que produzia carruagens e carroças para circulação de mercadorias e pessoas na cidade também foi considerado como um setor próprio que chamamos de "meios de transporte". Os setores originais, associado a navegação, associado a agricultura e acomodação geral do povo, foram mantidos. Esse último seria caracterizado pelas fábricas de pianos, molduras, mobílias, colchões e todos os aparatos para o cotidiano e de consumo para as casas.

Sendo assim, definimos os seguintes setores da indústria fabril do Rio de Janeiro: fábricas associadas à agricultura; associadas à navegação; de geral acomodação do povo; vestuário e limpeza; alimentos processados; química; têxtil; obras urbanas; meios de transportes; fumo; bebidas. Decidimos tomar como amostra apenas o ano de 1850, por possuir um maior número de fábricas, a fim de visualizar os setores da indústria escravista. Veja a Tabela 2:

TABELA 2: Fábricas por setor no Rio de Janeiro (1850)

Setor	Número de fábricas encontradas (1850)
Vestuário e Limpeza	107
Fumo	35
Acomodação Geral	29
Associado à Navegação	19
Bebidas	18
Meios de Transportes	16
Química	9
Obras Urbanas	7
Associado à Agricultura	4
Têxtil	1
Alimentos Processados	1

Fonte: Laemmert. Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1850. (Elaboração própria).

Chama atenção que setores como o têxtil e o metalúrgico tem representação ínfima na indústria fabril no período. Já o setor de Vestuário e Limpeza representava 43,49% de todas as fábricas da Corte. Número praticamente três vezes maior em relação ao fumo, segundo setor com maior quantidade de fábricas. Essa mesma relevância do setor de Vestuário e Limpeza encontrada através do Almanack também pode ser observada na documentação da Junta de Comércio. Das 116 fábricas encontradas no Rio de Janeiro no período entre 1808 até 1850, quarenta e oito delas, ou 41,37% do total eram de fábricas do setor de Vestuário e Limpeza.

Especificamente sobre o setor de Vestuário e Limpeza, além de ser o que apresenta a maior quantidade de fábricas é também onde identificamos maior utilização de maquinário moderno e de escravizados. Através dos processos de pedido de provisão arrolados no Tribunal da Junta de Comércio foi possível obter dados a respeito da mão de obra e maquinário utilizado nas fábricas. É o caso da fábrica de sabão do negociante João Eduardo Lajoux, localizada em São Cristóvão, e que contava com duas grandes caldeiras movidas a vapor e 21 trabalhadores escravizados (ANRJ, 7x, cx 425, pct 2). Nesse caso, como na maioria que encontramos para o setor de vestuário e limpeza, não se trata de um industrial em si, mas de um negociante. Envolvido no comércio, esses agentes diversificam seus negócios nas fábricas, buscam a inovação nas mesmas para maior competição no mercado através da inserção de máquinas a vapor e preocupados com a produtividade. Ou seja, tanto o capital, quanto o trabalho, quanto às tecnologias utilizadas está relacionada à escravidão e suas dinâmicas. O mesmo padrão se repete em outros estabelecimentos do principal setor da indústria fabril. Na lógica desses empreendimentos fabris conjuga-se de maneira sinérgica o ser um industrial dono de fábrica com o ser senhor de escravos. As várias faces de um mesmo sistema são representadas através dos mesmos agentes. Pode-se ser negociante, senhor de escravos e dono de fábrica ao mesmo tempo.

Para além do mercado interno: tráfico e exportação de manufaturados nacionais

A questão que se coloca é porque seriam aqueles setores (vestuário e limpeza e fumo) os predominantes? Porque foram as fábricas de chapéu, velas, sabão, cigarros e charutos as que mais floresceram, adquiriram maior escravaria e investiram em novas tecnologias? Porque são essas fábricas que estão se concretizando enquanto diversificação do capital de negociantes?

O primeiro indício que encontramos para tentar resolver essa questão encontra-se no imbróglio do processo de Antonio Dames, proprietário de uma fábrica de sabão. Ali vimos que era comumente conhecido que o sabão era exportado para Angola. Será que o mesmo ocorreria com as outras mercadorias? Como vimos no início desse artigo, a historiografia que ousou considerar o estudo sobre a existência de fábricas na primeira metade do oitocentos brasileiro sempre a associou com a produção voltada para o mercado interno e não para a exportação.

Primeiramente, buscamos nos relatórios dos ministros da secretaria de negócios da fazenda mais indícios sobre a exportação de manufaturados brasileiros. No ano financeiro de 1841-1842 consta no relatório do ministro Joaquim Francisco Vianna que sabão, pólvora, chocolate, tamancos e rapé estariam entre as principais mercadorias exportadas naquele ano[2]. Esse indício confirma que de fato havia mercadorias manufaturadas sendo exportadas pelo Brasil. No ano seguinte, primeiro do ministério de Alves Branco, além dessas mercadorias, o relatório indica algodão em fios, charutos e cigarro como componentes das principais exportações nacionais[3]. O Relatório para o ano seguinte traz informações mais detalhadas como a quantidade, valores e locais para os quais os manufaturados nacionais foram exportados.

[2] BRASIL. Ministério da Fazenda. Joaquim Francisco Vianna. Proposta e Relatório do ano de 1842 apresentados a assembléia geral legislativa segunda sessão da quinta legislatura. 1843.

[3] BRASIL. Ministério da Fazenda. Manoel Alves Branco. Proposta e Relatório do ano de 1843 apresentados a assembléia legislativa terceira sessão quinta legislatura. 1844.

TABELA 3: Mapa de exportações do consolado da Corte Ano financeiro 1843-1844

Mercadoria	Destino	Quantidade	Valor (Réis)
Charutos e Cigarros	Estados do Rio da Prata	101.500 unidades	710$500
	Chile	33.450 unidades	234$150
	Grã-Bretanha e Possessões	86.300 unidades	604$100
	Portugal e possessões	908.600 unidades	6.213$550
Chocolate	Estados do Rio da Prata	147-7 arrobas	1.443$800
	Grã-Bretanha e possessões	9 arrobas	80$400
	Portugal e possessões	9 arrobas	80$400
Rapé	Chile	428 libras	428$000
	Cidades Hanseáticas	154 libras	154$000
	Estados do Rio da Prata	3.817 libras	3.817$000
	França	36 libras	36$000
	Grã-Bretenha e possessões	100 libras	100$000
	Portugal e possessões	428 libras	428$000
Sabão	Chile	868-24 arrobas	2.780$000
	Estados do Rio da Prata	203-16 arrobas	651$200
	Portugal e suas Possessões	705- 4 arrobas	2.550$400
Tamancos	Estados do Rio da Prata	14.412 unidades	3.235$010

Fonte: BRASIL. Ministério da Fazenda. Manoel Alves Branco. Proposta e Relatório do ano de 1844 apresentados a assembléia geral legislativa primeira sessão sexta legislatura. 1845

É surpreendente tanto a diversidade de locais que recebiam os produtos manufaturados advindos do Brasil, quanto à quantidade. Continuamos a verificar os relatórios dos ministros da fazenda nos anos seguintes e encontramos mais informações sobre as exportações de manufaturados. Por exemplo, para o ano financeiro de 1844-1845 consta a exportação de cerveja e licor para outros países. Já para o ano de 1845-1846 consta uma tabela comparativa dos últimos cinco anos, ou seja, compara as exportações de 1840 com de 1845. A partir desse dado é possível perceber como se confirma a expansão do setor fabril na década de 1840. Vejamos:

Tabela 4: Demonstração Comparativa da exportação do Rio de Janeiro (1839-1840, 1844-1845)

Mercadoria	1839-1840		1844-1845	
Calçado	Quantidade	Valor (Réis)	Quantidade	Valor (Réis)
	45.182 pares	13.619$880	18.689 pares	4.111$580
Charuto e Cigarro	749.090 uni.	4.491$540	1.352.340 uni.	9.183$580
Chocolate	2.949 libras	2.923$500	821 libras	246$300
Fios de Algodão	20.189 libras	5.678$156	12.922 libras	4.017$420
Pólvora	----------	----------	30.208 libras	12.272$000
Rapé	2.815 libras	2.815$000	4.174 libras	4.984$000
Sabão	9.581 libras	1.150$200	124.522 libras	12.425$500
Tecidos de Algodão	6.909 varas	2.432$100	2.776 varas	700$540

Fonte: BRASIL. Ministério da Fazenda. Antonio Francisco di Paula e Yollanda e Cavalcanti de Albuquerque. Proposta e Relatório do ano de 1846 apresentados a assembléia geral legislativa quarta sessão sexta legislatura. 1847

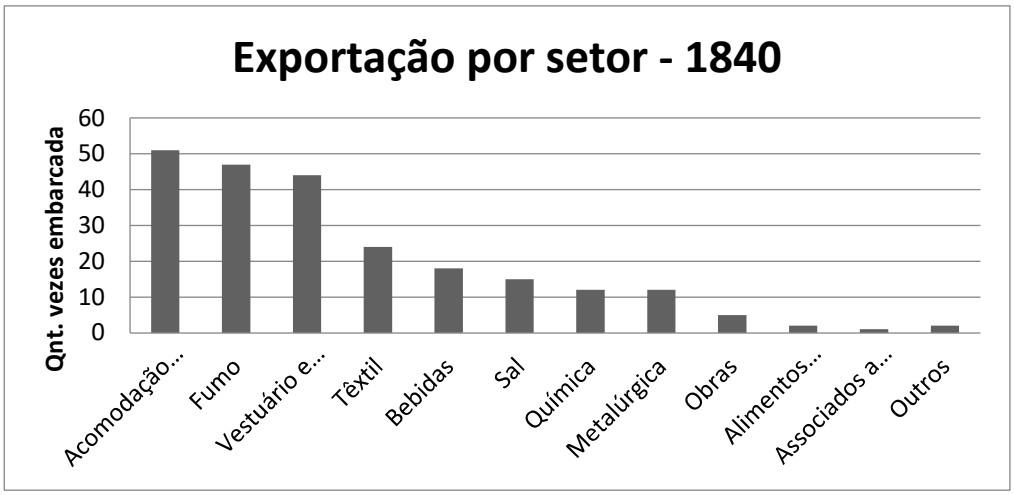
Diante desses indícios, buscamos no Jornal do Commércio do Rio de Janeiro dados que pudessem confirmar essas observações. Em sua parte comercial que publicava diariamente os navios, os consignatários, o destino e as mercadorias exportadas foi possível encontrar as mercadorias manufaturadas da Corte sendo comercializadas para o exterior. É possível, portanto, realizar um levantamento diário de todas as saídas de exportação de manufaturados brasileiros pelo porto do Rio de Janeiro. Nossa primeira precaução foi identificar se tratava-se de mercadorias exportadas produzidas por nacionais ou simplesmente reexportações. Embora os dados dos relatórios do ministério da fazenda especificassem que eram exportações nacionais. Observarmos que as informações sobre exportações e reexportações eram descricionadas de maneira distinta no Jornal do Comércio. Por exemplo, na edição do dia 18 de outubro de 1845, na parte comercial o jornal arrola a lista de exportações realizadas no dia anterior. Entre elas está um carregamento feito por J.J. de Souza de 1.200 espingardas e 600 caixas de sabão com

destino a Angola. Porém, é indicado pela edição do jornal que se tratavam de mercadorias reexportadas (COMMÉRCIO, 1845, ed. 284). O mesmo acontece dezenas de outras vezes indicações das mercadorias que estariam sendo reexportadas.

Dessa maneira, analisamos diariamente a parte de exportações do Jornal do Comércio em três anos distintos: 1840, 1845 e 1850. Essa escolha foi feita para termos um panorama geral das exportações de manufaturados brasileiros na década de expansão da atividade fabril no Rio de Janeiro, de multiplicação das associações anônimas de negócios e da intensificação do tráfico ilegal de escravizados. Nosso objetivo posteriormente é construir uma série histórica com as exportações diárias de manufaturados. Para isso desconsideramos as mercadorias que estivessem sendo reexportadas por entendermos que não se tratavam de produtos confeccionados no Rio de Janeiro. Além disso, buscamos como objeto as mercadorias manufaturadas, isso significa dizer que não pretendemos dar conta de toda mercadoria que estava sendo exportada em uma determinada embarcação. O que estamos perseguindo é a produção das fábricas do Rio de Janeiro sendo escoadas pelo porto. Dessa maneira, anotamos demais mercadorias como café, açúcar, aguardente e outras apenas quando despachadas na mesma embarcação, pelo mesmo negociante e de forma conjunta com produtos manufaturados. Com isso foi possível construir um banco de dados para cada um desses anos com informações como: nome, tipo e bandeira da embarcação; negociante que exportava os manufaturados; a mercadoria exportada; a quantidade além das demais mercadorias em conjunto.

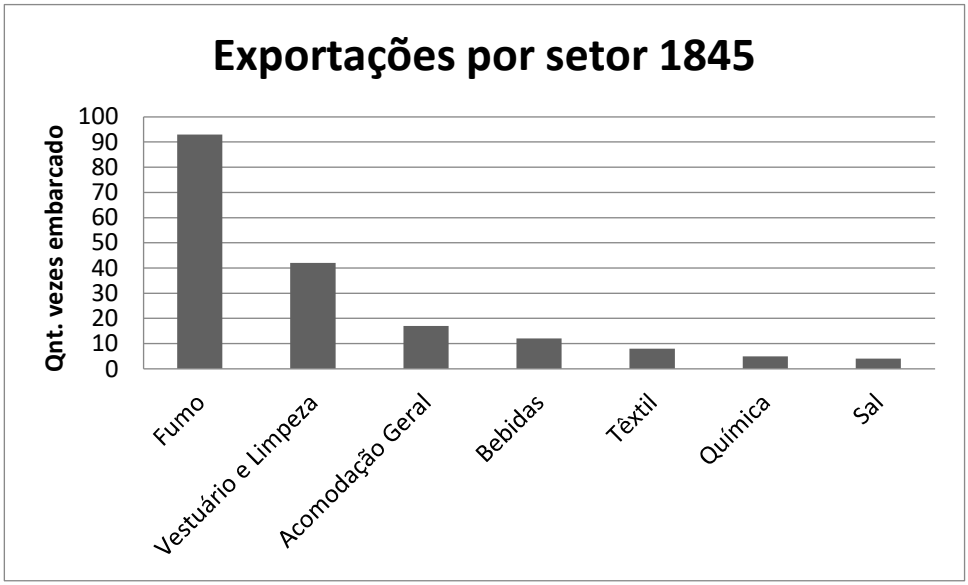
A partir desses dados, nossa primeira questão foi tentar compreender qual setor da indústria fabril mais exportava. Para isso não comparamos a quantidade, uma vez que cada mercadoria possuía métodos de produção, unidades de medida e formas de exportação (algumas em caixas outras em sacos) distintas. Contabilizamos as vezes que cada mercadoria embarcou para ser despachada. Depois disso, reagrupamos cada mercadorias nas categorias que estabelecemos anteriormente de setores fabris.

GRÁFICO 1: Mercadorias manufaturadas exportadas por setor fabril em 1840



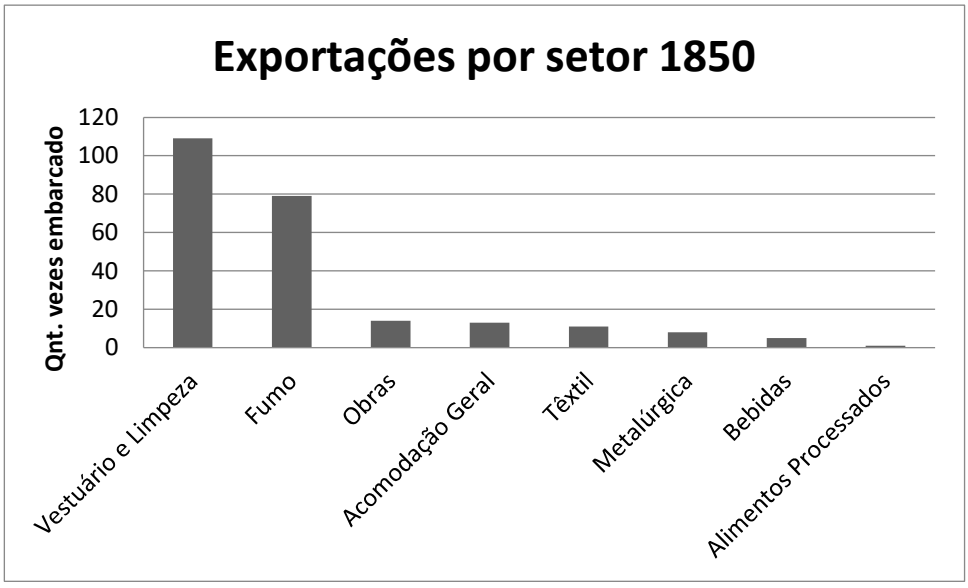
Fonte: Todas as edições do Jornal do Commércio do Rio de Janeiro para o ano de 1840. (Elaboração própria).

GRÁFICO 2: Mercadorias manufaturadas exportadas por setor fabril em 1845



Fonte: Todas as edições do Jornal do Commércio do Rio de Janeiro para o ano de 1845 (elaboração própria).

GRÁFICO 3: Mercadorias manufaturadas exportadas por setor fabril em 1850



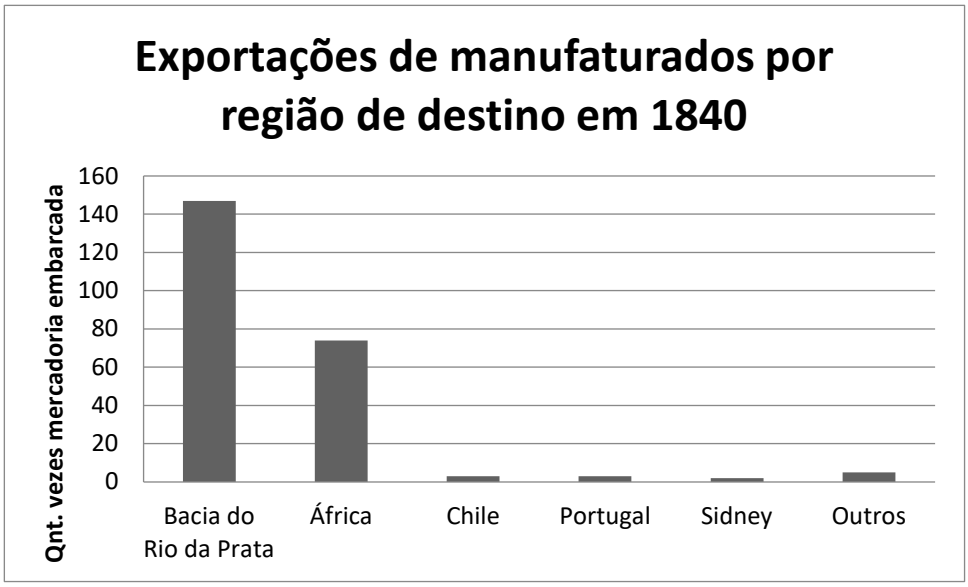
Fonte: Todas as edições do Jornal do Commércio do Rio de Janeiro para o ano de 1850 (elaboração própria).

Obviamente, as flutuações nos setores exportadores precisam ser consideradas a partir de análises conjunturais de cada momento. Ainda assim, algumas apreensões são possíveis de serem feitas, como por exemplo, o fato de o setor de fumo e de vestuário e limpeza estarem entre os que mais exportam. Se somados, representam 51% das exportações em 1840; 75% das exportações em 1845 e 78% das exportações em 1850. Também existe uma diminuição no número de setores exportadores se compararmos 1840 com 1850. Se adicionarmos esse último dado com as informações sobre a expansão das fábricas e os setores que estão se expandindo é possível se tratar de uma especialização de determinados setores na indústria fabril no Rio de Janeiro. A multiplicação de fábricas de velas, chapéus, sabão, cigarros e charutos quando observadas à luz de serem as protagonistas na exportação de manufaturadas ajudam a demonstrar o investimento e especialização nesses setores.

Precisamos ressaltar também um setor que consta entre 1840 e 1850 que não identificamos nos levantamentos sobre as fábricas: o setor metalúrgico. Consideramos como sendo desse setor toda e qualquer mercadoria constituída a partir da manipulação e transformação do ferro. Desde serras, rodas de ferro, correntes de ferro até mesmo typos para imprensa. Outro elemento que nos chamou atenção foi o grande número de exportação do setor de Acomodação Geral do Povo em 1840. Ali essa quantidade se materializou pela incidência de exportações de tamancos. Como observamos na Tabela 4 comparando os anos de 1839-1840 e 1844-1845 há uma queda na quantidade de calçados exportados em geral, o mesmo podemos ver acontecer em relação aos tamancos.

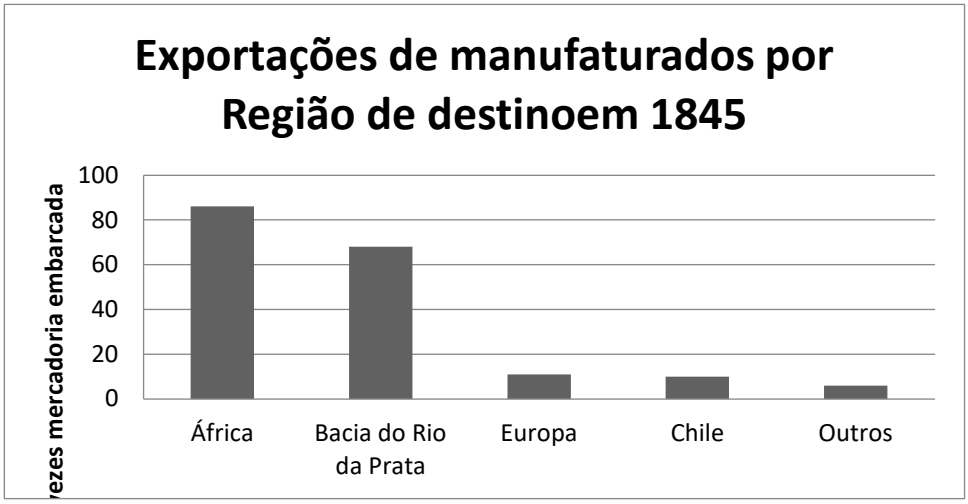
No decorrer desses três anos encontramos essas mercadorias sendo exportadas para diferentes locais: Buenos Aires, Montevidéo, Valparaíso, Califórnia, Luanda, Benguella, Goa, Madagascar, Cabo da Boa Esperança, Lisboa, Hamburgo, Rússia, Sidney, Cingapura e etc. Porém, a maioria se concentrava em regiões da África e na bacia do rio da prata. Portanto, resolvemos agrupar em uma mesma região cidades como Montevidéo e Buenos Aires ou Luanda e Benguella. Nosso objetivo é tentar compreender quais mercados estão demandando e consumindo os manufaturados brasileiros.

GRÁFICO 4: Exportações de manufaturados por Região de destino em 1840



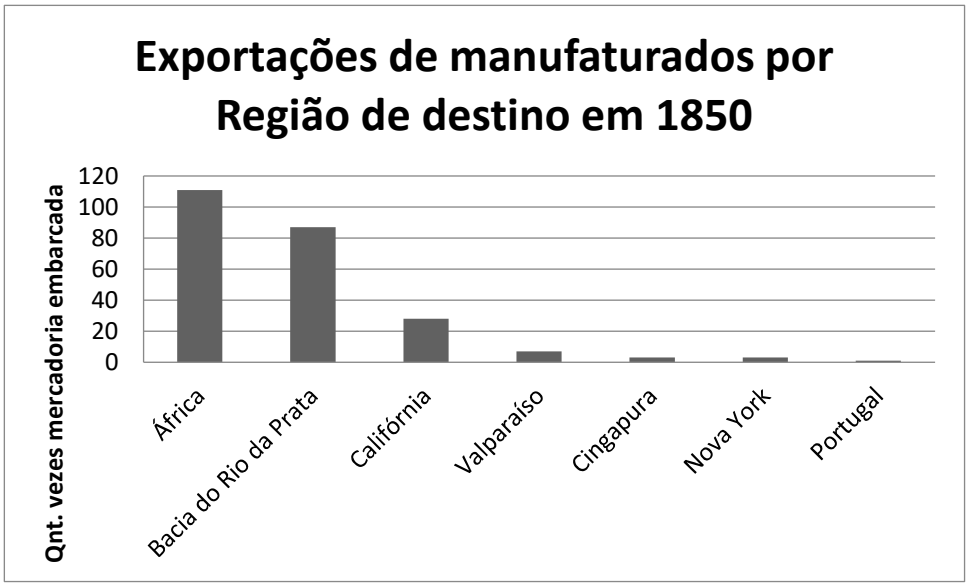
Fonte: Todas as edições do Jornal do Comércio do Rio de Janeiro em 1840 (elaboração própria).

GRÁFICO 5: Exportações de manufaturados por Região de destino em 1845



Fonte: Todas as edições do Jornal do Comércio do Rio de Janeiro em 1845 (elaboração própria).

GRÁFICO 6: Exportações de manufaturados por Região de destino em 1850



Fonte: Todas as edições do Jornal do Comércio do Rio de Janeiro em 1850 (elaboração própria).

É nítido o predomínio das exportações destinadas para a Bacia do Rio da Prata e para África, se configurando enquanto os dois principais mercados de manufaturados produzidos no Rio de Janeiro. O Chile também foi outro destino frequente. Alguns deles podem ser explicados mais por razões conjunturais, como é o caso das exportações para Califórnia em 1850. Iniciada no final da década de 1840 a corrida do ouro na Califórnia irá demandar uma série de produtos manufaturados e as fábricas brasileiras entraram nesse circuito, especialmente as fábricas de tijolos, velas, sabão e sapatos.

Para a África e para a Bacia do Rio da Prata devido a grande quantidade de exportações realizadas para essas regiões é interessante compreender quais seriam as principais mercadorias e setores da indústria fabril que estavam exportando para elas. Em 1840 houve um equilíbrio, tanto a região da bacia do rio da Prata quanto na África em relação aos setores exportadores: fumo, vestuário e limpeza e acomodação geral do povo mantiveram dados bem próximos (por volta de mais ou menos 20% cada um das

exportações). Se somados, nesses anos representavam em conjunto 58% das exportações destinadas à África e 69% das exportações manufaturadas destinadas para a bacia do rio da prata. Em 1850 a tendência permanece, mas como vimos anteriormente sem a presença tão significativa do setor de Acomodação Geral do Povo. Na África, o setor de fumo e vestuário e limpeza deixaram para além de representar a maioria das exportações se tornaram predominantes, juntos representavam 87% de todas as mercadorias manufaturadas exportadas para o continente. Já na Bacia do Rio da Prata essa configuração foi um pouco diferente. Lá o setor de Vestuário e Limpeza predominou mais que o fumo, sendo responsável sozinho por 59% das exportações para aquela região.

A grande quantidade de exportações de manufaturados para África, especialmente Benguella e Luanda, nos fez questionar se haveria alguma relação entre essas mercadorias e o tráfico ilegal de escravizados. Investigando a trajetória de Manoel Pinto de Fonseca e seus negócios no período da ilegalidade do tráfico de escravizados, João Marcos Mesquita identifica no Brasil o funcionamento de uma mecânica da estrutura do tráfico chamada por David Eltis de joint stocks. O objetivo do joint stocks seria manter a lucratividade do tráfico, mesmo com os altos riscos desse negócio (aquela altura ilegais). Mais do que as formas de funcionamento desse mecanismo, o que nos interessa é observar que ele utiliza (ou pode utilizar) de mercadorias manufaturadas para o seu funcionamento. No joint stocks grandes traficantes adquiriam mercadorias de grande interesse comercial e revendiam aos pequenos negociantes e investidores do contrabando negreiro criando assim uma relação de dívida entre os pequenos negociantes e os grandes traficantes, assegurando a alta lucratividade do empreendimento para os traficantes. (MESQUITA, 2022)

O ponto que o mecanismo do joint stocks nos revela nos estudos sobre as fábricas é menos sobre a relação entre negociantes e mais sobre a utilização de manufaturados nessa técnica do tráfico ilegal. João Marcos Mesquita indica que isso era feito a partir da importação de manufaturados ingleses. Porém, depois de analisarmos os dados acima, suspeitamos que poderia existir relação entre as mercadorias das fábricas nacionais e o

tráfico de escravizados. Para isso, realizamos o cruzamento de dois bancos de dados: aquele que produzimos sobre as exportações de manufaturados nacionais nos anos de 1840, 1845 e 1850 e o banco de dados do SlaveVoyages. Isso foi possível devido à presença do nome, bandeira e tipo de embarcação descrito em ambos os bancos de dados. Depois de identificados os nomes das embarcações observamos a região de origem para saber se partiam mesmo do Rio de Janeiro. Os dados do SlaveVoyages têm os anos das expedições especificadas não pelo ano de saída das embarcações no porto do Brasil, mas o ano de desembarque dos escravizados aqui. Sabendo que uma expedição negreira poderia demorar alguns meses e com o objetivo de circunscrever melhor o objeto estudado utilizamos não apenas os dados dos três anos aqui recortados, mas dos anos imediatamente seguinte. Assim seria possível identificar se uma embarcação que sai do porto do Rio de Janeiro com mercadorias manufaturadas foi utilizada no retorno para o desembarque de africanos ilegalmente escravizados. Para o ano de 1850, como é o último antes do fim do tráfico de escravos, utilizarmos também as informações do contrabando de 1849. Dessa maneira, é possível compreender empreendimentos que desembarcaram africanos ilegalmente escravizados em 1849 no Rio de Janeiro e depois embarcaram mercadorias manufaturadas para realizar novas expedições no continente africano.

TABELA 5: Mercadorias manufaturadas exportadas em viagens negreiras (1840, 1845, 1850)

Embarcação	Ano	Negociantes das Mercadorias	Mercadorias Manufaturadas	Escravizados Desembarcados
Esperança	1840	Jacinto Corrêa Bittencourt, Lins Palmeira, Diogo Esteves da Silva, L. A. Martins	Licor, prensa, fios de algodão, camisas, calças, jaquetas de chita	375
Feliz Ventura	1840	Francisco José da Silva	Licor	----------
Onze de Novembro	1840	Robert Hyne	Pólvora	----------
Paquetes do Rio da Prata	1840	G. Augusto Alexandre, José Dias Coperllino e cia	Charutos	----------

Treze de Junho	1840	Francisco Fernandes Guimarães	Sabão e Vidro	----------
Tejo	1840	Joaquim Arsênio da Silva e José Maria da Natividade	Cal, licor	670
Vencedora Feliz	1840	José Luiz da Silva Vianna, José Borges da Costa, A. José de Serpa	Enxadas, fósforos, charutos	----------
Andorinha	1840-1841	Manoel Gonçalves da Silva	Charutos e Cerveja	1
Mariana	1840-1841	Francisco Fernandes Guimarães	Calçados, Velas, jaquetas, calças, gravatas	----------
Nova Inveja	1840-1841	Antonio Fernandes Coelho	Pólvora	----------
Tejo	1840-1841	José Maria Natividade e Joaquim Arsênio da Silva	Licor, cal	----------
Vencedora Feliz	1840-1841	José Luiz da Silva Vianna, José Borges da Costa, A. José de Serpa	Enxadas, fósforos, charutos	----------
Bela Manoela	1845	Veríssimo Luiz de Almeida, Antonio Joaquim da Silva Porto, João dos Santos, Joaquim Domingues da Silva	Sabão e Charutos	----------
Constância	1845	Antonio José Pereira de Carvalho, . Fortunato da Cunha, J. da Silva Pereira, G. A. M. Pereira, A. J. da Silva Castro, B. T. Bastos, M. de Castro Martins, A. J. Coelho da Rocha, A. D. Ramos, J. A. de Almeida, A. P. R. Guimarães, J. M. Meira, D. M. de Souza, Jorge José de Souza, D. J. F. Bastos, J. R de Carvalho	Sabão, charuto, licor, chapéu, cigarro, sapato e rapé	----------
Relâmpago	1845	Antonio José Pereira de Carvalho, A. T. da Silva Leal, F. J. Pacheco, C. J. de Góes Vianna	Charutos, sabão, papel e licor	----------
Teixeira	1845	J. da Silva Campos	Charutos	420
Imperial Pedro	1845-1846	J. Xavier de Carvalho, M. da. C. Lima, M. da. Castro Martins, Antonio Pereira de Carvalho	Charuto e Sabão	----------
Isabel	1845-1846	Rodrigo José Fernandes, Leite e Cia, João Ignácio de Carvalho, J. A. Avellar	Licor, sabão, charuto, calça	----------
Esperança	1849-1850	José Maria de Sá, J. C. Ferreira, M. J. Teixeira	Sabão, charutos, rodas de ferro, espingardas	----------
General Rêgo	1849-1850	Carvalho e Rocha, L. F. Noronha, J. L. Coelho, J. S. Leão, F. X. A. Ribeiro, J. C. Vianna, Amaral e Bastos, M. J. Oliveira Sampaio, M.	Sabão, charutos, velas e cervejas	----------

		R. Mesquita Vianna, P. E. Guimarães, Antonio Pereira de Carvalho, J. C. Ferreira, M. C. Reis		
Providência	1849-1850	A. Aranaga	Velas e Cerveja	1250
Pensamento Feliz	1850	J. T. de Carvalho, J. P. de Oliveira Bastos, A. B. de Lacerda, J. C. Ferreira, J. Oliveira Guimarães, J. M. Leite	Chapéus, Charutos e Licor	----------

Fonte: Todas as edições do Jornal do Comércio do Rio de Janeiro para os anos de 1840, 1845 e 1850. DataBase Voyages.

Considerando que o período abordado é a era do contrabando e da ilegalidade do tráfico e que, portanto os registros das viagens tentam escapar da visão do Estado por se tratar de um crime, ainda assim é possível identificar viagens negreiras que utilizaram de mercadorias manufaturadas para realizar suas operações de contrabando. Sendo assim, é possível que até mais viagens como essas tenham sido realizadas e que outras exportações de mercadorias manufaturadas tenham sido utilizadas em operações de contrabando. Ainda assim, as viagens das embarcações Pensamento Feliz, Providência, General Rêgo, Esperança, Isabel, Imperial Pedro, Teixeira, Relâmpago, Constância, Bela Manoela, Vencedora Feliz, Tejo, Nova Inveja, Mariana, Andorinha, Treze de Junho, Paquetes do Rio da Prata, Onze de Novembro e Feliz Ventura é uma informação que confirma a hipótese da relação entre o tráfico e as fábricas nacionais da primeira metade do século XIX.

Um caso que pode ser uma boa janela de observação é o de Antonio José Pereira de Carvalho. Esse negociante conta como tendo negócios nas exportações das viagens negreiras das embarcações Relâmpago, Imperial Pedro, Constância e General Rêgo. Sua participação nesses empreendimentos chamou a atenção, pois ele era um dos maiores exportadores de sabão nos anos analisados. No ano de 1845 ele sozinho foi responsável por dez embarques de mercadorias manufaturadas sendo cinco dessas com destino a África. Em 1850 ele também aparece enquanto grande exportador, mas dessa vez sua

mercadoria tem como destino Montevidéo. No total, no ano de 1845 foram exportadas por ele cerca de 1.550 caixas de sabão e 10.377 libras de sabão.

O nome de Antonio José Pereira de Carvalho não consta apenas enquanto negociante com participação no tráfico ou apenas exportador de mercadorias manufaturadas, ele também era proprietário de uma fábrica de sabão. A dita fábrica ficava localizada em São Cristóvão, no Rio de Janeiro, no número 67. Ou seja, A. J. Pereira de Carvalho era um negociante envolvido com o tráfico e proprietário de uma fábrica de sabão.

Em 25 de novembro de 1847, Pereira de Carvalho entra com um pedido de provisão na Junta de Comércio (ANRJ. 7x. cx 425. Pct 1). Ele apresenta sua fábrica como estando montada em "ponto grande" e possuindo três grandes caldeiras, sem especificar se seriam a vapor ou não. Ele lista os materiais que utiliza para a fabricação com o sabão como, por exemplo, a soda e o sal além de mencionar os seis trabalhadores livres e que possuíam escravos (porém não há definição quanto ao número deles). O que nos chama a atenção é a quantidade produzida por sua fábrica. Segundo ele produz cerca de 32.000 caixas anualmente, pesando cada uma por volta de 34-38 libras. Se considerarmos como sendo 38 libras o peso médio de uma caixa de sabão é possível chegar ao número aproximado de 273 caixas de sabão como equivalentes aquelas 10.377 libras exportadas. Somadas com os números de caixas anteriores chegamos a quantidade de 1.823 caixas exportadas por ano. Quantidade bem menor que o total de 32.000 anuais.

Ainda assim, o processo de pedido de provisão de Antonio José Pereira de Carvalho tem prosseguimento e o suplicante para reforçar o seu argumento junto ao Tribunal da Junta de Comércio anexa ao seu pedido um abaixo assinado de outros negociantes confirmando a existência da fábrica e as informações passadas por Pereira de Carvalho. De acordo com o deputado-inspetor, o suplicante estaria apto para receber o título de fábrica nacional. No dia 18 de Dezembro de 1847 a provisão foi despachada pelo tempo de duração de vinte anos de isenções fiscais. Seu nome também aparece no relatório do ministério da fazenda para o ano de 1847, feito pelo ministro Antonio Paulino

Limpo de Abreu, Visconde do Abaeté. No relatório o ministro anexou uma lista de fabricantes que receberam isenções fiscais de importação de matéria-prima e lá está Pereira de Carvalho com o direito de importar 6.000 arrobas de soda e 1.600 barris de breu[4].

Um fabricante de sabão com proteção do Estado imperial através da Junta de Comércio, com trabalhadores escravizados e as mercadorias de sua fábrica sendo exportadas e participando dos circuitos do tráfico ilegal de escravizados são elementos constitutivos da indústria fabril na primeira metade do século XIX.

Considerações finais

Boa parte da historiografia enxergou a indústria na primeira metade do oitocentos como inexistente ou fora do lugar. Supostamente incompatível com a escravidão e com a realidade predominantemente agrária do país as ações do Estado Imperial, as relações de subordinação com a Grã-Bretanha e as restrições mercantilistas e coloniais teriam atrasado e impedido qualquer desenvolvimento industrial. Mais recentemente, tomando como base os estudos de Geraldo Beauclair, Eulália Lobo e Bárbara Levy tem surgido excelentes estudos de caso sobre fábricas específicas, mas é necessário rever os principais pressupostos sobre a indústria no período.

Nosso principal esforço foi tentar compreender a indústria fabril dentro da lógica do sistema escravista. Isso significa que os setores, fontes de investimento e relações comerciais desenvolvidas estão dentro da racionalidade e dinâmicas de uma economia mercantil-escravista. Os setores que apresentam melhores desempenhos, tanto no número de trabalhadores, na quantidade de fábricas, no maquinário utilizado quanto na concorrência com os produtos estrangeiros em busca de mercados para exportação são aqueles que atendem as demandas do escravismo. Foram essas fábricas, que atenderam

[4] BRASIL. Ministério da Fazenda. Antonio Paulino Lima Abreu. Proposta e Relatório do ano de 1847 apresentados a assembléia geral legislativa primeira sessão sétima legislatura. 1848.

as demandas de uma sociedade escravista, as que receberam a proteção estatal via Tribunal da Junta de Comércio. O Estado imperial protegeu o setor que mais exportava e que tinha participação do tráfico. A trajetória de Antonio José Pereira de Carvalho não era única e nem isolada. Pelo contrário, um dono de fábrica e proprietário de escravos que era também negociante e exportava parte da sua produção com participação no infame comércio explica as formas de organização e funcionamento da indústria na escravidão.

Fontes primárias

ALMANCK Administrativo, mercantil e industrial da Corte e da Província do Rio de Janeiro para os anos de 1844, 1845, 1846, 1847, 1848, 1849 e 1850.

ARQUIVO Nacional. Coleção da Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Código de Fundo 7x. Caixas: 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Joaquim Francisco Vianna. Proposta e Relatório do ano de 1842 apresentados a assembléia geral legislativa segunda sessão da quinta legislatura. 1843.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Manoel Alves Branco. Proposta e Relatório do ano de 1843 apresentados a assembléia legislativa terceira sessão quinta legislatura. 1844.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Manoel Alves Branco. Proposta e Relatório do ano de 1844 apresentados a assembléia geral legislativa primeira sessão sexta legislatura. 1845.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Antonio Francisco di Paula e Yollanda e Cavalcanti de Albuquerque. Proposta e Relatório do ano de 1846 apresentados a assembléia geral legislativa quarta sessão sexta legislatura. 1847.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Antonio Paulino Lima Abreu. Proposta e Relatório do ano de 1847 apresentados a assembléia geral legislativa primeira sessão sétima legislatura. 1848.

COMMÉRCIO, Jornal do. Todas as edições do Jornal do Comércio do Rio de Janeiro para os anos de 1840, 1845, 1850. Hemeroteca Digital.

Database SlaveVoyages. Disponível em: https://www.slavevoyages.org/.

Referências bibliográficas

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. O comércio inglês no Império Brasileiro: a atuação da firma inglesa Carruthers & Co. 1824 – 1854. In: CARVALHO, José Murilo de (org.) Nação e Cidadania no Império: Novos Horizontes. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2007.

GORESTEIN, Riva. Comércio e Política: o enraizamento dos interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808-1830). Rio de Janeiro. Biblioteca Carioca v.24. 1993.

LEVY, Bárbara. A Indústria no Rio de Janeiro através das suas sociedades anônimas: esboços de história empresarial. Rio de Janeiro. Editora UFRJ. 1994.

LOBO. Eulália. História do Rio de Janeiro: Do capital comercial ao capital industrial e financeiro. Rio de Janeiro. IBMEC. 1978.

LUNA, Francisco Vidal e Klein, Hebert. Tráfico legal e ilegal de escravos no Brasil no século XIX. In: Almico, Rita de Cássia e Pereira, Walter. História Econômica do Brasil Império. Niterói, Eduff. São Paulo. Hucitec. 2022.

LUZ, Nícia Vilella. A luta pela industrialização do Brasil. São Paulo. Alfa e Ômega. 1978

MARQUESE, Rafael e TOMICH, Dale. O vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial de café no século XIX. In: MAUAZE, Mariana e Salles, Ricardo. O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos Quadros da Segunda Escravidão. Rio da Janeiro. 7 Letras. 2015.

MESQUITA, João Marcos. Negócios da Ilegalidade: a atuação de Manoel Pinto da Fonseca no comércio ilícito de escravos (c. 1835-c. 1850). In: Tráfico e Traficantes na Ilegalidade. Pessoa, Thiago Campo; Santos, Silvana Andrade e Saraiva, Luiz Fernando. São Paulo. HUCITEC. 2022.

MOMESSO, Beatriz Piva. Indústria e Trabalho no século XIX: o estabelecimento da fundição e máquinas de Ponta d' Areia. 2007. Dissertação de Mestrado. Instituto de História. UFF. Niterói

NETTO, Mario Danieli. Escravidão e Indústria: um estudo sobre a fábrica São João de Ipanema – Sorocaba- (SP) 1765-1895. 2006. Tese de Doutorado. Unicamp. Campinas.

ODILA, Maria. A interiorização da metrópole e outros estudos. São Paulo. Alameda. 2005.

OLIVEIRA, Geraldo Beauclair de. Raízes da Indústria no Brasil. Rio de Janeiro. Studio Fes Editora. 1992.

OLIVEIRA, Geraldo Beauclair de. A Construção Inacabada: A economia brasileira 1828-1860. Rio de Janeiro. Vício de Leitura. 2001.

PRADO JR, Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo. Brasiliense. 2012.

SANTOS, Silvana Andrade dos. Escravidão, Tráfico e Indústria na Bahia Oitocentista: A sociedade Lacerda e Cia e a Fábrica Têxtil de Todos os Santos (1844-1878). 2020. Tese de Doutoramento. Instituto de História. UFF. Niterói. E SANTOS, Silvana Andrade dos. "Factos, princípios d' economia e regras de administração pública": considerações sobre o Tribunal do Comércio e a industrialização brasileira na primeira metade do século XIX. Revista Cantareira. Niterói. N. 29. p. 171-182. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

O desenvolvimento da população mundial segundo perspectivas econômico-demográficas

Matheus Melo Wiermann e Silva

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

O desenvolvimento da população mundial segundo perspectivas econômico-demográficas

The development of world population according to economic-demographic perspectives

Matheus Melo Wiermann e Silva[1]

Resumo:

Este trabalho tem como meta traçar as diferentes teorias e interpretações feitas ao longo da história humana acerca de seus desenvolvimentos econômicos e demográficos. A pesquisa foi feita com base em fontes bibliográficas que tratam da História Geral da humanidade, da História do Pensamento Econômico, e de autores tanto das ciências econômicas como demográficas. É possível constatar uma confluência das teorias econômicas e demográficas tanto em suas origens quanto em suas conclusões. Dessa forma, mais estudos centrados na historiografia econômico-demográfica da humanidade se fazem relevantes para o enriquecimento teórico e analítico dos atuais estudos sobre o papel da Economia na determinação da Demografia, e vice-versa.

Palavras-chave: *teoria econômica; teoria demográfica; história econômica; história demográfica; história do pensamento econômico.*

Abstract:

This work aims to trace the different theories and interpretations made throughout human history about its economic and demographic developments. The research was based on bibliographic sources about the General History of Humanity, the History of Economic Thought, and authors from both of the economic and demographic sciences. It is possible

[1] Bacharel em Ciências Econômicas pelo Ibmec, *campus* de Belo Horizonte. Mestrando no Programa de Pós-graduação em Economia pela Unioeste, *campus* de Toledo. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

to see a confluence of economic and demographic theories both in their origins and in their conclusions. Therefore, more studies focused on the economic-demographic historiography of humanity make themselves relevant for the theoretical and analytical enrichment of current studies on the role of Economics in determining Demographics, and vice versa.

Keywords: *economic theory; demographic theory; economic history; demographic history; history of economic thought.*

***

Introdução

Independentemente da metodologia, pensadores de diferentes áreas de estudo relacionadas ao ser humano em seus variados aspectos se valeram da historiografia para buscar no passado evidências de natureza empírica para formulações teóricas, ou exemplificações de elementos da realidade que ilustram pontos e conclusões alcançadas *a priori*. Nos campos da Economia e da Demografia, diferentes autores muitas vezes analisaram o fenômeno do crescimento populacional dentro de seus próprios contextos históricos.

A Ciência Econômica pode ser entendida, nas palavras de Heilbroner e Milberg (2011), como "o processo de fornecimento do bem-estar material da sociedade" (HEILBRONER; MILBERG, 2011, p. 1, tradução livre). Como decorre de uma realidade biológica que o ser humano necessita de uma certa quantidade de bens para poder sobreviver e se manter como espécie, não há como desassociar a realidade econômica da humanidade de sua realidade demográfica, ou seja, referente às características quantitativas e qualitativas de sua população. Dessa forma, é possível traçar um histórico das diferentes abordagens e conclusões às quais estudiosos da Economia e da Demografia chegaram em relação ao fenômeno populacional e sua relação com os desenvolvimentos econômico-sociais de diferentes sociedades em eras distintas.

O presente trabalho está divido em cinco partes. As primeiras quatro correspondem a quatro grandes períodos da história humana, classificados segundo o estágio de desenvolvimento econômico-demográfico em que a humanidade se encontrava em cada um deles, a dizer: o surgimento das sociedades de caçadores-coletores, seguido da organização das civilizações agrícolas e comerciais, para então lidar com os desenvolvimentos da Revolução Industrial, e concluir com os eventos dos séculos XX e XXI. Na seção final são feitas considerações acerca da relevância de tal estudo dentro do campo da historiografia do pensamento econômico.

O ser humano antes do advento da agricultura e do comércio

Acerca da definição exposta anteriormente do que seria a Ciência Econômica, Heilbroner e Milberg (2011) dão outra versão em termos mais simples, expondo a Economia como "o estudo da maneira como a humanidade adquire seu pão de cada dia" (HEILBRONER; MILBERG, 2011, p. 1, tradução livre). Tal definição contém, dentro do contexto do debate entre economistas de diferentes momentos históricos a respeito de qual seria o objeto de estudo da Economia, uma sumarização do paradigma estabelecido pelos autores clássicos da Ciência Econômica, como Ricardo (2001), Smith (2016) e Cantillon (2011), de que a Economia se trata de uma ciência que lida com a produção e distribuição de recursos que, por sua natureza limitada, são escassos.

Tal definição recebeu críticas de autores posteriores aos clássicos, como Marx (2011), que viu nessa abordagem um enfoque desviado do processo produtivo real. Para ele, tal enfoque seria voltado a especulações acerca da tomada de decisão dos agentes e do processo de enriquecimento dos povos que não levam em conta aspectos históricos e sociológicos em sua análise. Isto resultaria, portanto, em conclusões imprecisas e superficiais do ponto de vista da produção como motor do processo histórico protagonizado pela Luta de Classes. Já no século XX, Mises (2010) criticaria os clássicos por não terem utilizado bases epistemológicas suficientemente focadas na ação humana em si (ou "praxeológicas", como o próprio autor denomina sua metodologia), e que por isso teriam levado a análise econômica dos séculos seguintes a sofrer de vícios e equívocos metodológicos que a impediam de explicar fenômenos complexos como a Escolha Intertemporal[2] e o Paradoxo do Valor[3].

[2] Fenômeno econômico da alocação de recursos ao longo do tempo, cujo desenvolvimento teórico foi preconizado por Demócrito, segundo o qual "The old man was once young, but the young man does not know whether he will ever attain old age. So a good which someone enjoys is now more valuable than a future and uncertain good" (Demócrito *apud* Karayiannis, 1988, p. 8), formalizada por Menger (2017), que afirma: "Conforme nos ensina a experiência universal, determinado prazer, no momento atual ou no futuro imediato, costuma apresentar-se a nós muito mais importante que um prazer de igual intensidade num futuro mais remoto" (Menger, 2017, p. 155).

[3] Também conhecido como "Paradoxo da água e do diamante", em referência ao exemplo originalmente usado por Smith (2016) para ilustrar como, dentro do contexto mercadológico, certos bens que têm pouca

De qualquer forma, a significância da definição clássica das Ciências Econômicas reside em seu peso sobre as formações das gerações posteriores de economistas e sobre os desenvolvimentos teóricos e empíricos que vieram a ser desenvolvidos nesta área do conhecimento, que não raramente se ramificou e confluiu com desenvolvimentos no campo da Demografia, a qual se define, *grosso modo*, pelo estudo da população humana e suas características.

Decorre da lógica poder afirmar que é impossível haver qualquer análise econômica sem que antes haja seres humanos que aloquem recursos escassos e produzam bens que satisfaçam suas necessidades. Assim, o próprio objeto de estudo da Ciência Econômica não existiria se antes não houvesse ocorrido o desenvolvimento do ser humano como um ser social e consciente de sua individualidade, que almeja satisfazer tanto necessidades básicas como desejos pessoais, que é capaz inclusive de se privar de certas satisfações presentes visando a maiores satisfações futuras. O "homem comportamentalmente moderno", como o denomina Hoppe (2018), teria surgido e buscado seu "pão de cada dia" muito antes da invenção do próprio pão e antes mesmo da invenção do cultivo não apenas do trigo, como de qualquer outro alimento, há aproximadamente 50 mil anos.

Os seres humanos de cerca de 100 mil anos atrás aparentemente não tinham meios materiais e cognitivos de incorporar a caça e a pesca em seus cotidianos, e tampouco se envolviam em atividades comerciais, principalmente por não serem dotados do uso da linguagem. Hoppe (2018) acrescenta a este cenário que os seres humanos da era pré-agrícola não faziam viagens longas, uma vez que evidências arqueológicas sugerem que os grupos humanos daquele período utilizavam quase exclusivamente ferramentas rudimentares feitas de materiais locais, o que por sua vez reforça a provável ausência de trocas entre grupos que viviam distantes uns dos outros. Do ponto de vista econômico-demográfico, a humanidade se encontrava num estágio de desenvolvimento tecnológico

ou nenhuma utilidade para a sobrevivência humana, como pedras de diamante, tendem a ser valorados muito mais do que bens essenciais para tal finalidade, como a água. Ainda que tenha sido formalizada desta maneira por Smith (2016) no Século XVIII, esta questão teria sido tratada por pensadores muito mais antigos, como Platão no diálogo Eutidemo, segundo Sandelin, Trautwein e Wundrak (2014).

e social que impossibilitava um crescimento populacional sustentado, limitando-se a cerca de 50 mil indivíduos dispersos ao longo da África e do Oriente Médio por milênios.

Com o passar do tempo, o desenvolvimento de capacidades cognitivas e comunicativas abriu novas possibilidades produtivas e organizacionais ao ser humano, como o aprimoramento de ferramentas já existentes e a adoção de instituições como a propriedade privada e o ajuntamento familiar. Esse desenvolvimento passou a caracterizar e diferenciar as sociedades de caçadores-coletores nômades que começaram a se tornar comuns a partir de aproximadamente 50 mil anos atrás em relação aos humanos de 100 mil anos atrás. Como apontam Heilbroner e Milberg (2011), a evidência arqueológica deixada por tais sociedades aponta que para elas já era mais comum fazer viagens a regiões mais distantes em busca de materiais indisponíveis na terra de origem, uma vez que foram encontradas conchas do Mediterrâneo nas regiões onde hoje em dia se encontram os vales da França central e as estepes russas, por exemplo. Segundo os autores, tais achados também indicam que, possivelmente, os caçadores-coletores já eram capazes de usar a linguagem e interagir com outros grupos, a ponto de realizar comércio de fato, ainda que de maneira e grau de complexidade distintos da forma de organização econômica que viria a ser conhecida como “sociedade de mercado”.

Sobre a adoção das novas instituições sociais da propriedade privada e da família como instrumentos de organização social, Engels (2019) afirmaria que elas teriam surgido em uma época muito posterior àquela em que viviam os antigos caçadores-coletores, os quais, segundo o autor, se organizavam socialmente num sistema com pouca ou nenhuma hierarquia social, em que os recursos caçados e coletados eram repartidos entre os membros segundo suas necessidades, sem a possibilidade de acúmulo ou uso exclusivo. Ainda que posicione o surgimento de tais instituições num período histórico anterior ao de Engels (2019), Hoppe (2018) segue Mises (2010) em sua afirmação de que a família humana enquanto instituição se distingue das famílias dos animais por não se limitar ao componente biológico e reprodutivo, mas por ser fruto de uma deliberação seguida de uma escolha que visa, em última instância, a um objetivo econômico.

Como teorizaria Malthus (2017), a instituição da família e consequente obrigação, ao menos implícita, de que os pais biológicos arcassem com a "administração" de seus filhos teria surgido como maneira de concentrar os custos e benefícios dos filhos sobre os indivíduos que os geraram, e não mais sobre a sociedade. A instituição familiar acabaria resultando, segundo Engels (2019), num processo de acúmulo de propriedade intergeracional, divisão de trabalho e estratificação social que se intensificaria com o tempo, até culminar no Capitalismo moderno.

No entanto, ainda que o modo de organização social e as capacidades produtivas dos caçadores-coletores fossem muito diferentes em relação às de seus antepassados, seu estilo de vida nômade decorria principalmente de uma incapacidade de agregar, isto é, aumentar a produtividade da terra da qual colhia recursos, e de administrar recursos animais e vegetais num local fixo e com regularidade. Por consequência, a escassez de recursos somada à pressão que o aumento populacional exercia sobre estes levava, em muitos casos, a práticas de controle populacional como aborto e infanticídio (principalmente feminino), os quais Malthus (2017) mais tarde classificaria como "obstáculos preventivos" à pressão populacional sobre a escassez de recursos.

As antigas sociedades agrícolas e o surgimento do Estado

Bricker e Ibbitson (2019) e Rezende Filho (1992) relatam que, com o desenvolvimento da agricultura e da domesticação dos animais na chamada Revolução Neolítica, no Crescente Fértil do Oriente Médio, há cerca de 12.000 anos, populações inteiras de caçadores-coletores tornaram-se sedentárias e agrícolas, isto é, abandonaram o nomadismo e o estilo de vida instável e dependente dos recursos disponíveis nas regiões visitadas, e passaram a controlar e moldar de maneira mais intensa o meio em que habitavam, agregando de fato ao estoque de bens disponíveis. Dentre as inovações que caracterizaram esse salto na tecnologia produtiva, os autores citam o controle reprodutivo e a organização de animais em rebanhos, além do próprio domínio sobre o plantio e os ciclos de colheita, que permitiram um uso mais eficiente dos recursos disponíveis e uma

maior produção com menos recursos. Como elabora Hoppe (2018), a terra havia deixado de ser uma condição para as atividades humanas e passou a ser propriedade daquele que a trabalhava ou usava para a criação de animais, tornando-se um fator de produção de fato. Surgiu a possibilidade de uma população maior ser sustentada com a mesma quantidade de terra, que, ao ser planejadamente controlada, permitia a produção cíclica de bens de consumo, criando uma estabilidade e disponibilidade de bens de consumo muito maior que a dos caçadores-coletores.

No entanto, esse processo teria se traduzido em uma redução da tremenda pressão populacional sob a qual a humanidade tinha vivido por milênios, o que permitiu o primeiro crescimento populacional significativo da história. Além disso, ocorreu a liberação de uma maior parcela da população para a realização de outras atividades produtivas, pois, como explicam Bricker e Ibbitson (2019), o fato de nem toda a mão-de-obra ser necessária para o plantio gerou um excedente laboral que culminou em um processo de especialização advinda da divisão do trabalho, gerando uma economia organizada de maneira mais complexa e diversificada, e uma maior hierarquização da sociedade.

Rezende Filho (1992) classifica as sociedades dessa época em civilizações hidráulicas, como as da Mesopotâmia e do Egito, e comerciais, como as cidades-estado gregas e demais povos mediterrâneos que não tinham muitas terras cultiváveis. As primeiras se caracterizariam por terem a maior parte de sua atividade econômica centrada na agricultura em torno de grandes rios, enquanto as civilizações comerciais passaram por um processo de urbanização precoce e tinham uma produção artesanal voltada ao comércio exterior, confeccionada com os poucos recursos naturais de que dispunham.

Também foi nessa época em que a maior estabilidade socioeconômica propiciou o surgimento de membros da sociedade que se dedicavam, às vezes integralmente, ao estudo sistemático da natureza e das questões que acometiam a condição humana, com o desenvolvimento da Filosofia. Nesse âmbito, certas questões relacionadas aos processos produtivos e à alocação de recursos escassos foram colocadas e tratadas por pensadores

como Xenofonte, cujo trabalho intitulado *Oeconomicus*, voltado a instruções acerca de uma boa administração e liderança, viria a dar o nome da Ciência Econômica.

No entanto, como explicam Ekelund e Hébert (1997), até o século XVIII não haveria um estudo sistemático dos fenômenos econômicos como uma área do conhecimento à parte. Autores da Grécia Antiga, como Platão e Aristóteles, passando por pensadores do fim da Era Clássica, como Santo Agostinho, até reconhecidos autores do medievo e início da Modernidade, como São Tomás de Aquino e Guilherme de Ockham, não viviam em sociedades de mercado nas quais decisões econômicas eram tomadas de maneira espontânea por agentes individuais, mas sim em sociedades nas quais tais decisões eram tomadas com base em pressupostos tradicionais e ordens. Dessa forma, a influência destes autores sobre o pensamento econômico ocidental residiu muito mais em noções pré-concebidas acerca da natureza de normas sociais, e não no funcionamento das forças de mercado em si. Somente com o surgimento do capitalismo mercantil, diz o autor, a atenção dos povos e seus estudiosos se voltaria mais às atividades econômicas concretas.

No tocante à maior estratificação hierárquica das sociedades desse período, se comparadas às dos antigos caçadores-coletores, e à formação da instituição que viria a ser conhecida como Estado, Oppenheimer (1926) traça sua origem numa inovação surgida dos conflitos entre os povos cuja população era majoritariamente de pastores e pecuaristas, os quais tinham um estilo de vida mais belicoso e nômade, e aqueles compostos em sua maioria por agricultores, de estilo de vida mais pacífico e ligado à terra da qual obtinham sua subsistência. O autor cita exemplos de conquistas feitas ao longo da história dos povos formados por pastores e pecuaristas sobre os povos agrícolas para embasar sua tese de que houve uma tendência de dominação de um tipo de povo sobre o outro devido à assimetria de poder entre os dois, a qual levava o povo mais forte a dizimar a população mais fraca visando a tomar seus bens para si, como forma de combater a própria escassez.

A inovação ocorrida no processo descrito teria ocorrido quando a prática de dizimar a população rival cessou, dando lugar à preservação da população não-resistente

conquistada, visando à cobrança de tributos desta parcela da população por tempo indefinido. Segundo Oppenheimer (1926),

> The moment when first the conqueror spared his victim in order permanently to exploit him in productive work, was of incomparable historical importance. It gave birth to nation, and state, to right and the higher economics, with all the developments and ramifications which have grown and which will hereafter grow out of them[4] (OPPENHEIMER, 1926, p. 68).

Dessa forma, passou a ser desnecessário que um povo mais forte fosse autossustentável do ponto de vista econômico-demográfico, pois dali em diante podia adquirir os recursos necessários de outras populações mais fracas. O fenômeno da guerra, que antes teria se limitado a ocasionais conflitos de pequena escala entre tribos disputando por territórios e recursos, havia se tornado um meio recorrente para certas sociedades subjugarem e extraírem recursos de outros povos para uso próprio.

A implicação disso para a demografia mundial foi que, se por um lado surgiu uma nova motivação para o surgimento de conflitos armados destrutivos ao longo da história, por outro nasceu uma forma de organização social que permitia a transferência de recursos, via impostos, de uma parcela da população para a outra, com finalidades diversas. Sem isso, não teria sido possível o eventual desenvolvimento dos complexos sistemas de tributação e programas governamentais que são a base da moderna Macroeconomia, que se insere dentro da definição dada por Heilbroner e Milberg (2011), de que a Economia não se trata apenas do estudo de como recursos são alocados dentro de um sistema produtivo visando a uma satisfação individual, mas como a produção decorrente de tal sistema é distribuída e realocada dentre os numerosos e variados membros da sociedade.

[4] O momento em que o primeiro conquistador poupou sua vítima para permanentemente explorar seu trabalho produtivo, foi de importância histórica incomparável. Ele deu origem à nação, e Estado, ao Direito e à Alta Economia, com todos os desenvolvimentos e ramificações que cresceram e cresceriam delas daqui em diante. (Tradução livre)

As taxas de natalidade e mortalidade da maior parte da população mundial seguiriam elevadas pelos séculos seguintes devido a uma série de fatores. Por um lado, a taxa de natalidade geral permaneceu elevada, principalmente, porque a maior parte da população era agrícola, um cenário no qual há um incentivo direto para ter mais filhos, já que estes significam mais mão-de-obra para o plantio e a subsistência da família à qual pertencem. Além disso, a ausência prática de espaço para as mulheres em um mercado de trabalho como o da produção agrícola que, séculos antes da automação, exigia majoritariamente o uso da força física, fazia com que a ocupação majoritária delas fosse dentro do âmbito familiar, com a finalidade reprodutiva. Além disso, o menor nível educacional das mulheres daquela época, se comparado ao das mulheres do mundo desenvolvido e em desenvolvimento no século XXI, fazia com que o custo de oportunidade para ter mais filhos fosse muito menor do que tem sido nos últimos anos, quando mulheres obtiveram mais de 50% de todos os títulos de doutorado, desde 2006, só nos Estados Unidos, de acordo com um relatório divulgado pelo American Council on Education preparado por Johnson (2017).

Quanto ao outro lado do fenômeno populacional, a taxa de mortalidade, era elevada não apenas pelas mazelas bélicas e biológicas que acometiam os povos da Antiguidade, como expõem Bricker e Ibbitson (2019), mas pelos próprios regimes econômicos adotados. Como explicam Schumpeter (2006) e Rezende Filho (1992), a escravidão era uma parte essencial das grandes civilizações da época, embora ela seja, por natureza, menos produtiva do que as mãos-de-obra assalariada ou remunerada por produção, que viria a surgir nas eras vindouras. Isso se deve tanto pelos custos envolvidos em manter um escravo suficientemente hábil para trabalhar como pela falta de incentivo que ele tem para produzir, de forma que parte considerável dos recursos era alocada de maneira ineficiente.

A produção total da mão de obra era, geralmente, relativamente baixa se comparada aos níveis que seriam alcançados futuramente, principalmente com a Revolução Industrial. A situação resultante era que a população em geral dificilmente

conseguia sair da linha da subsistência, pois não se produzia o suficiente para permitir expectativas de vida mais extensas e taxas de mortalidade mais baixas ao longo do tempo.

A Revolução Industrial

Após séculos de estagnação, o crescimento populacional no século XIX faria com que a população mundial passasse de um bilhão. Nas palavras de Bricker e Ibbitson (2019),

> The Earth had added more people in a single century than in the previous four centuries combined. Europe had progressed from Stage One in the Demographic Transition Model to Stage Two: a high birth rate, but a gradually declining death rate[5] (BRICKER E IBBITSON, 2019, p. 13).

Dentre os motivos listados pelos autores para a mencionada transição demográfica estão os cada vez maiores intervalos entre surtos de pragas, os quais foram também se tornando cada vez menos severos, o que se traduziu em uma menor mortalidade. Isso ocorreu por conta de melhorias na dieta local causadas por elevações na produtividade agrícola, as quais decorreram de progressivas inovações tecnológicas, que permitiram o fortalecimento do sistema imune da população em geral. O fortalecimento do comércio internacional e os alimentos importados do Novo Mundo, que passou a ser explorado pelas nações europeias desde o início do século XVI, também serviram para fortalecer a dieta europeia à medida que, agora, havia não apenas uma maior disponibilidade de bens, mas também uma maior variedade.

Outro motivo listado pelos autores foi o período de mais de um século de paz em que a Europa entrou após a Guerra dos Trinta Anos, encerrada em 1648, que não apenas

[5] A Terra havia adicionado mais pessoas em um único século do que nos quatro séculos anteriores combinados. A Europa havia progredido do Estágio Um no Modelo de Transição Demográfica para o Estágio Dois: uma elevada taxa de natalidade, mas uma taxa de mortalidade gradualmente declinante. (Tradução livre)

serviu para uma redução na mortalidade, como trouxe maiores investimentos em infraestrutura e investimentos produtivos por parte dos governos e da população, respectivamente.

Como explica Landes (2005), a guerra tem um efeito depreciativo sobre o capital disponível na economia de uma nação, tanto pela destruição causada pelo conflito em si como pela taxação necessária para financiar os gastos com armamentos e salários do exército por parte do Estado. A implicação disso é que países que vivem longos períodos de paz ou são localizados em posições geográficas estrategicamente vantajosas para defender-se, no caso de uma invasão, acabam podendo alocar menos recursos com gastos militares. O autor cita como emblemático o caso da Inglaterra, que teria sido pioneira na Revolução Industrial em parte por estar localizada numa ilha, o que a faz um potencial alvo difícil de ser invadido, enquanto os países da Europa continental tiveram que utilizar muito mais recursos, em proporção à produção, em gastos militares como forma de dissuasão de seus vizinhos.

Finalmente, o principal acontecimento que propiciou a explosão demográfica observada na Modernidade, segundo Bricker e Ibbitson (2019), foi o próprio processo de acelerados avanços científicos e industriais conhecido como Revolução Industrial. Mises (2009) se oporia à tese marxista de que as fábricas empregadoras de mão de obra feminina e infantil pioraram a qualidade de vida da população em comparação à vida no campo, afirmando que, no caso da Inglaterra, foi exatamente no período entre 1760 e 1830 que a população do país dobrou, justamente porque uma quantidade enorme de famílias saiu de uma situação de baixo padrão de consumo e elevada mortalidade infantil para uma condição mais vantajosa do ponto de vida econômico, ainda que não necessariamente social.

Foi nesta época de drásticas mudanças produtivas e populacionais que a discussão acerca da relação entre Economia e Demografia adquiriu um corpo teórico de fato. Considerado por muitos o pai da Economia, Smith (2007) concluiu, a partir de seu desenvolvimento teórico acerca da divisão de trabalho e do processo de especialização como motor do progresso econômico, que nações dotadas de um grau de especialização

mais acentuado tendem a ver seu crescimento se traduzir em uma maior população. Já o pai da Demografia, Malthus (2017), que assim como Smith (2007) se inseria dentro da tradição filosófica do Iluminismo britânico, de vertente mais empirista que sua contraparte francesa, teorizou que a população não controlada cresce em razão geométrica, enquanto os recursos de subsistência crescem em razão aritmética. A implicação lógica dessa relação entre as duas taxas de crescimento é um eventual colapso da população humana, que não teria recursos suficientes para se sustentar a não ser que houvesse cheques que reduzissem a natalidade ou elevassem a mortalidade.

Dentro da vertente mais racionalista do Iluminismo, Cantillon (2015) teria constatado um *trade-off* que há no curto-prazo entre riqueza *per capita* e população, visto que uma maior população significa uma menor parcela da riqueza total para cada habitante de uma dada região usufruir. Além disso, o economista do século XVIII afirma que a população de uma dada região não tende a se expandir indefinidamente, pois quando o nível de riqueza de seus habitantes chega a certo ponto, eles naturalmente passam a ter menos filhos visando manter um padrão de vida mais elevado.

Outra afirmação de Cantillon (2015) foi que a produtividade de uma certa porção de terra depende não apenas de sua qualidade, mas também dos fatores de produção envolvidos no cultivo, de forma que haveria um efeito de multiplicação daquilo que é plantado em relação ao que é colhido. Esta teoria viria a conflitar com a de Malthus (2017), pois, se é possível multiplicar a produção obtida da mesma porção de terra graças a investimentos em capital físico e inovações tecnológicas, isso significa não apenas que o estoque de alimentos não cresce de maneira aritmética, como também que ele pode acompanhar e até exceder o crescimento populacional, o que resulta numa maior oferta relativa de bens e, consequentemente, menores preços para o consumidor.

Já numa etapa mais avançada do desenvolvimento industrial das nações europeias, que agora se viam organizadas economicamente em economias de mercado cuja estrutura viria a ser conhecida como Capitalismo, Marx (2011) foi o principal expoente de uma longa tradição teórica que visava a não analisar a Economia como um fenômeno meramente produtivo, mas sim com uma dimensão ideológica e social em seu entorno.

Apesar da produtividade e crescimento populacional sem precedentes, o Capitalismo sofreria, segundo o autor, de contradições internas e amarras de natureza ideológica que só poderiam culminar em seu fim, uma vez que a tremenda produtividade do Capitalismo seria alicerçada na exploração da mão de obra dos operários, que agora podiam sustentar famílias mais numerosas que seus ancestrais, porém com um padrão de vida muito desigual ao de seus exploradores. Além disso, o Capitalismo não seria, na visão de Marx (2011), um sistema produtivo de natureza neutra, mas sim parte de um sistema de dominação dentro do qual Estado, cultura, e valores de natureza moral e religiosa serviam como legitimadores e perpetuadores de um sistema de produção.

Sobre as particularidades técnicas desse período histórico, Landes (2005) expõe que um dos motivos para a Revolução Industrial ter ocorrido na Europa ocidental e não em outra região que não estava atrás em questão de desenvolvimento civilizacional, como a China, foi o grau de descentralização mais elevado das nações da Europa Ocidental. A maior competição entre as nações europeias as levou a buscar as maneiras mais eficientes de gerar crescimento, mesmo que às custas de certos meios considerados tradicionais de produzir e fazer pesquisa científica. Segundo o autor, esta corrida entre as nações europeias foi um processo de avanços nas áreas da química, da engenharia e da organização econômica que culminou numa verdadeira explosão de desenvolvimento, industrialização e elevação do padrão geral de vida, enquanto as nações asiáticas só passariam pelo mesmo processo no século XX.

Bricker e Ibbitson (2019) também dão crédito aos avanços na área da biologia, principalmente da epidemiologia, pelo grande crescimento populacional. Contam os autores que uma das descobertas mais importantes da história da humanidade foi feita no século XIX pelo médico inglês John Snow, considerado o pai da epidemiologia. Seu estudo, feito durante um surto de cólera em Londres, sobre a água que os moradores da cidade usavam para beber, permitiu-lhe provar sua tese de que a cólera era transmitida pela água, e não pelo ar. Ao levar seu estudo a autoridades governamentais e convencê-las a criar e implantar o primeiro sistema de esgoto moderno, Snow foi responsável pela erradicação da cólera em Londres e pelo início de uma era em que o mantenimento de

infraestrutura que garantisse a saúde pública se tornou uma prioridade governamental. Descobertas como a de Snow, somadas a avanços nas áreas de desinfetantes e anestésicos, contribuíram para a mortalidade infantil despencar, enquanto a taxa de fertilidade permanecia alta, e a expectativa de vida aumentava progressivamente.

A transição demográfica tardia nos séculos XX e XXI

Desde os acontecimentos descritos até a contemporaneidade, a população mundial cresceu a uma velocidade que possibilitou à humanidade alcançar a marca dos 7,7 bilhões em 2019, segundo Roser (2019), ainda que de maneira não uniforme entre as diferentes nações, e com freios perigosos tanto à demografia como à economia delas, como a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, e a pandemia da Gripe Espanhola, no século XX.

Outro fator a ser levado em conta ao analisar os números populacionais do século XX é o processo de urbanização. Ainda que a população tenha continuado a crescer de maneira surpreendente em certas partes do mundo, houve casos de países mais desenvolvidos em que o crescimento quase cessou, como nos EUA, segundo Bricker e Ibbitson (2019). Os autores usam o caso da Suécia para ilustrar o que ocorreu com a maior parte do mundo mais desenvolvido da Revolução Industrial ao século XX em decorrência da urbanização, relatando que até o começo do século XIX a taxa de natalidade na Suécia era levemente mais alta que a de mortalidade, que, no caso de bebês, chegava aos 20%. Em outras palavras, os suecos ainda estavam no primeiro estágio de desenvolvimento demográfico: uma elevada taxa de natalidade compensada por uma elevada taxa de mortalidade.

Com as melhorias em nutrição e saneamento que vieram ao longo do século XIX, a taxa de mortalidade foi caindo enquanto a de natalidade seguia alta, o que gerou um rápido crescimento populacional que fez com que a população crescesse de 1,7 milhões em 1750 para cinco milhões em 1900. No entanto, o crescimento populacional caiu a partir daí devido à queda progressiva na taxa de natalidade, fazendo com que no século

XXI a Suécia se tornasse um dos países com as menores taxas de natalidade e mortalidade do mundo, segundo dados do Banco Mundial (World Bank, 2021), com um crescimento populacional baixíssimo. Bricker e Ibbitson (2019) apontam que o processo de transição demográfica da Suécia coincidiu com o processo de urbanização do país, que naturalmente fez com que a taxa de fertilidade caísse à medida que as mulheres foram sendo integradas ao mercado de trabalho e ter mais filhos foi se tornando menos lucrativo do que nas antigas economias agrárias, como explicado anteriormente.

Os autores ainda chamam a atenção para as evidências de que, apesar de muitos demógrafos, inclusive aqueles que escrevem os relatórios da ONU, projetarem que a população mundial seguirá crescendo de maneira acelerada nas próximas décadas, na verdade muitos países desenvolvidos já estão com taxas de natalidade abaixo da taxa mínima de reposição, e muitos subdesenvolvidos já estão com taxas de natalidade decrescentes antes mesmo de se tornarem desenvolvidos, devido ao processo de urbanização, como é o caso do próprio Brasil. Ou seja: a tendência da população mundial seria de alcançar um pico de 9 bilhões entre 2040 e 2060, para então começar a cair.

A obra de Malthus seria muito influente nesta época, culminando na linha neomalthusiana, cujo expoente mais impactante foi Ehrlich (1975) e seu livro 'The Population Bomb', publicado originalmente em 1968. O autor, alarmado com o elevado crescimento populacional observado nas décadas recentes, fez previsões catastróficas para o futuro próximo da humanidade, afirmando que incontáveis pessoas morreriam de fome em poucos anos, devido à falta de recursos para sustentar a população mundial.

A linha neomalthusiana da demografia receberia severas críticas de autores como Simons (1981), que afirmou que a capacidade humana de gerar inovações tecnológicas e meios engenhosos de produzir cada vez mais utilizando cada vez menos recursos superaria quaisquer dificuldades decorrentes de uma eventual escassez de recursos, de forma que a tendência do padrão de vida da humanidade seria de crescer ao invés de cair, pois, como preconizou Cantillon (2015), aumentos progressivos na produtividade dos fatores tendem a tornar os bens de consumo mais abundantes e baratos.

Sabin (2013) relata que Simons (1981) teria apostado com Erlich (1975) que uma dada cesta de bens se tornaria mais barata ao invés de mais cara nas próximas décadas, indicando que sua teoria de que as inovações produtivas elevariam o estoque de bens a uma velocidade mais rápida do que a população podia crescer. Sua previsão acabou se provando verdadeira, já que os preços dos bens de fato caíram, no entanto a linha neomalthusiana da demografia seguiria com uma forte adesão por parte das autoridades no mundo desenvolvido, que passaram a se preocupar menos com o crescimento populacional em si, e mais com o desafio de promover desenvolvimento ecologicamente sustentável no longo prazo, devido à preocupação com o risco do sistema econômico mundial agredir o meio ambiente a ponto de gerar mudanças climáticas perigosas à própria sobrevivência da humanidade.

Considerações finais

Este trabalho visou o mapeamento da historiografia teórica econômico-demográfica referente às diferentes fases do desenvolvimento da população mundial e do próprio pensamento humano. Tal análise explicita a confluência entre as ciências econômica e demográfica e demonstra a possibilidade de mais estudos focados nesta abordagem que possam servir de insumo para uma maior compreensão e elaboração no atual estágio científico destas áreas do conhecimento para sanar questões relacionadas à manutenção do moderno Estado de bem-estar social, em uma realidade de crescentes desafios demográficos decorrentes da transição demográfica tardia.

REFERÊNCIAS

BRICKER, Darrel; IBBITSON, John. *Empty Planet:* The Shock of Global Population Decline. New York: Robinson, 2019.

CANTILLON, Richard. *An Essay on Economic Theory.* Auburn: Ludwig von Mises Institute, 2011.

EKELUND, Robert B. Jr.; HÉBERT, Robert F. *A History of Economic Theory and Method.* New York: McGraw Hill, 1997.

EHRLICH, Paul R. *The Population Bomb*. New York: Ballantine Books, 1975.

ENGELS, Friedrich. *A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado.* LeBooks Editora, 2019.

HEILBRONER, Robert L.; MILBERG, William. *The Making of Economic Society.* Upper Saddle River: Pearson, 2011.

HOPPE, Hans-Hermann. *Uma breve história do homem*: progresso e declínio. São Paulo: LVM Editora, 2018.

JOHNSON, Heather. *Pipelines, Pathways, and Institutional Leadership*: An Update on the Status of Women in Higher Education. Washington DC: American Council on Education, 2017. Disponível em: https://vtechworks.lib.vt.edu/handle/10919/84062. Acesso em: 14 jul. 2022.

KARAYIANNIS, A. *Democritus on ethics and economics*. Rivista intternazionale di Scienze Economiche e Commerciali, 1988. Disponível em: http://www.geocities.ws/karagiannis_anastasios/Dimosieuseis/23.pdf. Acesso em: 13 jul. 2022.

LANDES, David S. *Prometeu Desacorrentado*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. v. 1.

MALTHUS, Thomas. *Ensaio sobre a População*. LeBooks Editora, 2017.

MENGER, Carl. *Princípios de Economia Política*. LeBooks Editora, 2017.

MISES, Ludwig von. *Ação Humana*: um tratado de economia. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

REZENDE FILHO, Cyro de B. *História econômica geral*. 10.ed. São Paulo: Contexto, 2013.

RICARDO, David. *On The Principles of Political Economy and Taxation*. Kitchener: Batoche Books, 2001.

ROSER, Max. *Future Population Growth*. Our World in Data, 2019. Disponível em: https://ourworldindata.org/future-population-growth. Acesso em: 14 jul. 2021.

SANDELIN, Bo; TRAUTWEIN, Hans-Michael; WUNDRAK, Richard. *A Short History of Economic Thought*. Abingdon: Routledge, 2014.

SABIN, Paul. *The Bet*, Paul Ehrlich, Julian Simon, and our gamble over earth's future. New Haven: Yale University Press, 2013.

SCHUMPETER, Joseph. *History of economic analysis*. Routledge, 2006.

SIMONS, Julian L. *The Ultimate Resource*. Princeton: Princeton University Press, 1981.

SMITH, David. *A Riqueza das Nações*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016.

WORLD BANK. *Dados sobre o crescimento populacional da Suécia*. Disponível em: https://data.worldbank.org/country/sweden. Acesso em: 14 jul. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Aspectos Econômicos e Demográficos das Fugas de Escravizados ocorridas no Sudeste do Império do Brasil (1876-1888)

Milena Yumi Nakaione

Gabriel Almeida Antunes Rossini

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

Aspectos Econômicos e Demográficos das Fugas de Escravizados ocorridas no Sudeste do Império do Brasil (1876-1888)

Economic and Demographic Aspects of Enslaved Escapes occurring in the Southeast of the Empire of Brazil (1876-1888)

Milena Yumi Nakaione [1]

Gabriel Almeida Antunes Rossini [2]

RESUMO:

No presente trabalho estudamos aspectos da resistência dos escravizados e escravizadas, no sudeste do Império do Brasil, entre 1876 e 1888. Para tanto, analisamos significativo volume de anúncios de fugas de cativos publicados em jornais que circularam nas Províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. A partir dos documentos indicados, realizamos apreciações econômicas e demográficas por meio de perguntas como: qual a dinâmica das fugas? Dada a disseminação das formulações e ações abolicionistas, isto fez com que as fugas de escravizados se tornassem mais frequentes? E qual a importância das fugas para o processo de abolição no fim da década de 1880?

[1] Bacharel em Ciências e Humanidades e graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do ABC - UFABC.

[2] Professor dos Bacharelados em Ciências Econômicas e em Ciências e Humanidades e dos programas de Pós-Graduação em Economia Política Mundial e em Economia da Universidade Federal do ABC - UFABC.

Palavras-chave: Escravidão. Resistência. Fugas. Anúncios de Jornal. Império do Brasil.

ABSTRACT:

In this work we study aspects of resistance of the enslaved, in the southeastern Brazilian Empire, between 1876 and 1888. For this, we analyzed significant volume of captives escapes ads published in newspapers that circulated in the provinces of São Paulo, Rio de Janeiro and Minas Gerais. Through the indicated documents, we did economic and demographic assessments by means questions, such as: what is the dynamic of the escapes? With the the abolitionist formulations and actions, this make slave escapes more frequents? And what was the importance of escapes for the abolition process in the late 1880s?

Keywords: Slavery. Resistance. Escapes. Newspaper ads. Empire of Brazil.

***

Introdução

Este artigo se inscreve em uma das linhas investigativas relevantes acerca da escravidão. Buscaremos discutir aspectos econômicos e demográficos acerca das fugas de escravizados de 1876 a 1888. Faremos isso por meio de informações constantes em anúncios de fugas de cativos presentes em alguns dos principais jornais das províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais , que se tornaram acessíveis em virtude do relativamente recente instrumento de pesquisa disponibilizado pela Fundação Biblioteca Nacional, a Hemeroteca Digital Brasileira .

A partir dos documentos indicados, realizamos apreciações econômicas e demográficas por meio de perguntas como: qual a dinâmica das fugas (i) por períodos e por sexo?; (ii) por idade e origem (africanos e nascidos nas Américas)?; (iii) de fazendas versus de cidades?; (iv) por gratificações oferecidas pela recaptura ou informações dos cativos fugidos?; (v) por ocupação?; (vi) coletivas e individuais?; (vii) dada a disseminação das formulações e ações abolicionistas, isto fez com que as fugas de escravizados se tornassem mais frequentes?; (vii) e qual a importância das fugas para o processo de abolição no fim da década de 1880?

Além desta introdução e das considerações finais, na próxima seção buscamos contextualizar a resistência escrava. Em seguida, discutimos as fugas como um dos principais meios de resistência. Na terceira seção, evidenciamos os resultados que obtivemos a partir da coleta de dados decorrentes dos anúncios de fuga.

1. Aspectos da resistência dos escravizados

A escravidão na América Portuguesa e Império do Brasil foi a configuração de trabalho preponderante até 1888. Fomos os maiores importadores de cativos da África

dentre os países do Novo Mundo (GRAHAM, 2002). Considerando todo o período de tráfico, cerca de 4 milhões e 800 mil africanos foram escravizados e direcionados para a américa portuguesa e Império do Brasil. (CHALHOUB, 2012).

Prevalecia violência extrema e coisificação social do escravo. Processos corroborados por ampla rede de controle social formada por juízes, padres, feitores, camaradas, agregados e outros que garantiam sua legitimidade e funcionalidade (ROSSINI, 2015 – p.103).

Desde sua vinda da África, os cativos sofriam com maus tratos. Nos navios negreiros eles eram amontoados em porões pequenos e escuros, às vezes acorrentados para que não fugissem (CONRAD, 1985). Assim que chegavam à América, a tortura não acabava, eles eram vendidos para os senhores e passavam a viver em senzalas rudimentares e abafadas.

Além disso, era comum nas proximidades da senzala, um pelourinho, tronco utilizado para a tortura e castigo dos cativos que não cumpriam com as ordens ao trabalho desgastante a que eram submetidos (VIOTTI, 2012). Em muitas abordagens, como as de Gilberto Freyre, os contornos mais marcantes e violentos da sociedade escravista brasileira foram atenuados, nota-se o realce do cativo apenas como objetos dos senhores, visão equívoca, visto que os escravizados não aceitaram passivamente à escravidão e recorreram a diversas formas de resistência, tanto coletivas quanto individuais (PERLATTO, 2007; MACHADO, 2010).

Com o fim do tráfico negreiro transatlântico a movimentação de cativos continuou, só que desta vez limitada aos domínios local, intraprovincial e interprovincial, o que encurtou os deslocamentos feitos pelos cativos. Em relação às formas de resistência coletivas, destacam-se as revoltas, sabotagens na produção da fazenda, rebeliões nos próprios navios e a formação de quilombos, normalmente organizados em áreas rurais de acesso difícil. Já a resistência individual, abrangia desde o assassinato do senhor e/ou do

feitor, a fuga, o suicídio quando não era mais suportável a resistência, até "fazer corpo mole", quebrar os instrumentos de trabalho e a apresentação de queixas ao delegado local em virtude de castigos excessivos (SOUSA, 2001; MATTOSO, 2003; LEITE, 2017). Como é notório, uma das mais recorrentes formas de protesto era a fuga. O protesto pela liberdade foi central, visto que os cativos mostraram resistência à escravidão, sendo agentes centrais na construção da abolição. (CHALHOUB, 2011; SCHWARCZ, 1987; SECRETO, 2016).

2. Os anúncios de jornal envolvendo escravizados e escravizadas

Parte importante dos jornais do século XIX eram ocupados por anúncios dos mais diversos tipos e tamanhos. Com relação especificamente aos cativos, estes eram apresentados em diversas transações econômicas: "compra, venda, aluguel, leilão, seguro, fugas, testamentos, alienação, empréstimos, hipotecas, penhora, doação, transmissão, depósito e usufruto". Via de regra, eles eram bem destacados, com os títulos em letras grandes e em negrito para chamar a atenção do leitor, mas cada anunciante ocupava sua área da maneira que desejava (SCHWARCZ, 1987). Nos anúncios de venda, seguros, aluguel ou leilão de cativos, eram ressaltadas as habilidades e as vantagens dos cativos, assim como seus preços baixos e as formas de pagamento. Contudo, os anúncios de fuga eram um dos mais constantes e verossímeis. Esses eram mais abundantes em informações, visto o anseio do senhor em recuperar seu cativo (MACHADO, 2010 – p.52).

O enredo era compreendido, em geral, pelo nome e idade do fugitivo, o gênero, o local de origem da fuga, sua conduta, aptidões (tocar um instrumento ou saber cantar, ler e escrever) além dos viáveis trabalhos que os cativos eram aplicados (QUEIROZ e RODRIGUES, 2009). Os anunciantes também especificavam suas gratificações no caso da apreensão à casa de correção e na devolução do fugitivo ao seu senhor ou à responsáveis confiáveis (VIOTTI, 2010). O exemplo abaixo nos ajuda a elucidar as possibilidades dos anúncios relativos às fugas dos escravos:

> Escravo fugido. Acha-se acoutado nesta cidade o escravo pardo de nome Adão 29 anos de idade, pertencente ao fazendeiro abaixo-assinado. É alto, magro, tem bons dentes e alguns sinais de castigos nas costas, com a marca S. P. nas nádegas. É muito falador e tem por costume gabar muito a Província da Bahia de onde é filho. Quem o prender e levar à casa de correção será gratificado com a quantia de 200$000. São Paulo, 17 de dezembro de 1884. Saturino Pedroso (VIOTTI, 2010 – p.335).

Apesar de boa parte se referir a cativos homens, há alguns anúncios de fugas de cativas. Nestes há uma clara distinção na maneira como o dono prejudicado a anunciava na fuga, geralmente caracterizadas pela sua boa aparência, sua natureza meiga, não eram tão recorrentes sinais de tortura ou castigo. Diversos outros detalhes eram fornecidos pelos documentos analisados. Os cativos eram diferenciados conforme sua cor, sua adaptabilidade ou permanência no Brasil e até sua "utilização" como escravizado doméstico, urbano ou rural (MOTT, 1974; AMANTINO, 2006; FAUSTO, 2012).

Há na análise do Gilberto Freyre uma faixa etária mais recorrente nos anúncios de fuga: entre 15 e 27 anos. Talvez pela expectativa baixa de vida e dada a liberdade dos escravizados mais velhos pela alforria. Entretanto, com a coleta de dados dos anúncios, é possível perceber que em algumas províncias os cativos fugidos eram mais velhos, em Minas Gerais, por exemplo, quase 60% dos fugitivos possuíam mais que trinta anos. Já em São Paulo, equivalia a menos de 30% (QUEIROZ e RODRIGUES, 2009). Como os cativos eram tratados como propriedade privada, suas fugas causavam despesas e assim seu aprisionamento tornava-se prioridade. Não por acaso o "capitão-do-mato", tornou-se figura recorrente e responsável por capturar cativos fugidos mediante gratificações (MOURA, 1988; VIOTTI, 2010; FREYRE, 1963; LEITE, 2017). Joaquim Nabuco, em seu livro "O Abolicionismo" escreveu "Diariamente lemos anúncios de escravos fugidos [...] e se oferece uma gratificação [...], a quem o apreender e o levar a seu dono - o que é um estímulo à profissão de capitães-do-mato (NABUCO, 2000, p.87).

Nos anos de 1880, marcados pelo intenso movimento abolicionista, os anúncios nos jornais apresentavam diversas fugas coletivas, demonstrando a tensão da época (MACHADO, 1994). Este período também ficou conhecido pelas suas inúmeras particularidades, como as "leis abolicionistas".

> Destacou-se, tendo em vista a promulgação da Lei Áurea em maio de 1888, a proximidade do término do escravismo no Brasil. Em meio ao evolver da questão servil, sofrendo desde 1871 o impacto da Lei do Ventre Livre, o aludido comércio teve também de absorver, em sua etapa final, os efeitos da Lei dos Sexagenários, em 1885 (MOTTA, 2009- p.2).

Quando os anúncios se tornaram mais rarefeitos, em meados dos anos 1880, as páginas dos periódicos passaram a reforçar a imagem do negro violento, vagabundo e primitivo (SCHWARCZ, 1987 - p.150). A liberdade conferida aos escravizados sucedeu sem a elaboração de um plano de inclusão social. Dessa maneira, essa população foi deixada à margem e o legado da escravidão se manteve: a exclusão dentro da sociedade capitalista competitiva, a limitação econômica e a inferioridade imputada aos negros. O racismo e a injustiça se tornaram estruturais (PERLATTO, 2007; VIOTTI, 2010; FAUSTO, 2012; NASCIMENTO e MEDEIROS, 2010).

3. Informações decorrentes dos anúncios de fugas de escravizados

A partir da discussão acerca das fugas, foi realizada a coleta de informações em 22.344 anúncios de fugas de cativos, presentes em alguns dos principais jornais do Sudeste (Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo):

Tabela 1 – Número de ocorrência de fugas de cativos, 1876-1888.

A Constituinte	117	O Arauto de Minas	141
Correio Paulistano	88	O Fluminense	109

Diario do Brazil	80	O Lepoldinense	210
Gazeta da Tarde	2	Pharol	402
Jornal da Tarde	111	Gazeta de Notícias	1442
Jornal do Commercio	19371	O Cruzeiro	125
Monitor Campista	111	O Globo	35
TOTAL			**22344**

Fonte: elaboração própria a partir da Hemeroteca Digital Brasileira. Obs.: O número de ocorrências abarca os anúncios e sua repetição nas edições subsequentes dos jornais indicados.

As informações constantes, sempre que legíveis, foram coletadas para o período de 1876 a 1888, sobretudo devido a importância da proximidade com à abolição. Os dados foram lançados em uma planilha previamente organizada, o que possibilitou a construção de um banco de dados complexo e propício para a realização de ponderações quantitativas e qualitativas acerca das fugas ocorridas (Anexo, Gráfico 1).

Como evidencia-se no Gráfico 1, o período entre meados da década de 70 e os primeiros anos da década de 1880 foi marcado por grande número de fugas de escravizados. Com o passar dos anos essa intensidade diminuiu, o que pode ter sido, ao menos parcialmente, resultado das ações abolicionistas que passaram a ser mais disseminadas (LEITE, 2017).

Gráfico 1 – Total de ocorrências por período

Fonte: Anúncios decorrentes de diversos jornal publicados no Sudeste (SP, RJ e MG) do Império do Brasil. Elaboração Própria.

Após 1885, gradativamente a queda se acentuou até o último anúncio encontrado, em 03 de maio de 1888, apenas 10 dias antes da abolição da escravatura. Tal movimento pode ser explicado pelos efeitos da Lei dos Sexagenários, em 1885, assim como pelo grande aumento das lutas pela alforria (PIRES, 2007). As fugas ocorridas no âmbito dos recortes temporal e espacial eleitos evidenciam concentração na província do Rio de Janeiro. Tal resultado se explica pelo fato de que comparativamente o Jornal do Commercio contou com um volume muito maior de anúncios do que os jornais das províncias de São Paulo e Minas Gerais. Além disso, foi possível constatar a diferença contrastante entre as fugas por sexo. Mais de 8/9 das fugas foram realizadas por homens (89,1%). Os homens também eram maioria entre os proprietários de cativos, cerca de 76,9%. Ademais, a idade era também um parâmetro influenciador. Os escravizados entre 20 e 40 anos fugiram mais recorrentemente. A tabela abaixo, nos permite analisar o comportamento das fugas conforme a idade:

Tabela 2 – Ocorrências por faixa etária (%)

	Minas Gerais	Rio de Janeiro	São Paulo	TOTAL
Anúncios que não indicaram a idade	6,0%	89,5%	4,5%	57,5%
0 a 15	4,3%	94,9%	0,8%	8,0%
16 a 19	7,8%	87,1%	5,0%	17,2%
20 a 29	9,7%	85,6%	4,7%	64,2%
30 a 39	9,1%	85,3%	5,6%	35,9%
40 a 49	8,0%	89,0%	3,0%	21,9%
Acima de 50	4,8%	93,6%	1,6%	9,6%

Fonte: Anúncios decorrentes de diversos jornal publicados no sudeste (SP, RJ e MG) do Império do Brasil. Elaboração Própria.

Os crioulos (nascidos no Império do Brasil) compunham mais de 88% das fugas que compulsamos , sendo os outros 12% de nação. Diferença essa, devido sobretudo ao fim do tráfico transatlântico (1850). Com relação ao local em que as fugas ocorreram, houve preponderância das cidades (61,2%). Dando um passo à frente, chamamos atenção para o fato de que embora fosse mais comum a fuga individual (80,3%), é possível inferir que as fugas em grupo ocorriam com mais frequência no campo (41,4%), enquanto as fugas individuais foram mais recorrentes nas cidades. A análise por ocupações dos cativos fugidos também nos mostra informações muito relevantes. Dentre os anúncios que

continham esses dados (cerca de ¼), as profissões mais citadas são cozinheiros (32%), pedreiro (10%), carpinteiro (9%), de ganho (6%) e copeiros (5%).

Por fim, abordamos as gratificações que os senhores ofertavam nos anúncios, essa variava conforme sexo, idade e duração da fuga . As recompensas são, em sua maioria, de 100 mil réis (17%). Em geral, os homens e os jovens recebiam ofertas maiores, média de 130$000 réis, contra apenas 73$000 réis em média para as mulheres.

4. Considerações finais

Analisamos neste trabalho 22.344 anúncios de fugas de escravizados, entre 1876 e 1888. Com o estudo foi possível constatar que os escravizados recorrentemente resistiram à escravidão e foram também sujeitos centrais da abolição.

As apreciações econômicas e demográficas realizadas permitiram conclusões importantes acerca da dinâmica das fugas e das principais características dos cativos. Verificou-se a diminuição das fugas ao longo do período estudado, assim como a presença mais marcante de fugas coletivas nos anos que antecederam a abolição, em parte possibilitadas e/ou incentivadas pela intensificação do movimento abolicionista. As fugas concentram-se na Província do Rio de Janeiro, volume explicado pela importância desta localidade como um dos principais centros escravistas - do Império do Brasil e um dos mais relevantes entrepostos do tráfico doméstico de escravizados. Ademais, evidenciamos a significativa diferença no número de fugas empreendidas por escravizados e escravizadas. Estas participaram de apenas 1/9 das fugas.

Também identificamos que as fugas foram mais recorrentes na faixa etária entre 20 e 40 anos, a preponderância de cativos crioulos e de fugas ocorridas nas cidades. Além disso, identificamos as ocupações mais frequentes, percebemos que os cozinheiros

realizaram quase ¼ das fugas. As gratificações, finalmente, mostram novamente a diferenciação entre cativos homens e mulheres. As escravizadas recebiam, em média, quase metade do valor das recompensas dos cativos homens.

Por fim, vale ressaltar que a complexidade do banco de dados criado estabelece múltiplas possibilidades de continuidade desta pesquisa. O aprofundamento das discussões sobre a agência dos escravizados na sua própria libertação são exemplos de linhas cujas possibilidades não foram plenamente exploradas nesta Iniciação Científica.

FONTES PRIMÁRIAS

A Constituinte: Orgam Liberal, São Paulo – 1880
Correio Paulistano, São Paulo – 1880 a 1882
Diario do Brazil, Rio de Janeiro - 1882 a 1884
Gazeta da Tarde, Rio de Janeiro - 1885
Jornal da Tarde: Publicação Diária, São Paulo - 1878 a 1881
Jornal do Commercio, Rio de Janeiro - 1876 a 1887
Monitor Campista, Rio de Janeiro - 1880 a 1888
O Araujo de Minas: Hebdomadario Político Instructivo e Noticioso, Minas Gerais – 1881 a 1887
O Fluminense, Rio de Janeiro - 1880 a 1887
O Leopoldinense, Minas Gerais - 1881 a 1883
Pharol, Minas Gerais - 1880 a 1888
Gazeta de Notícias – 1876 a 1879
O Cruzeiro – 1878
O Globo – 1877

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMANTINO, Márcia Sueli. Os escravos fugitivos em Minas Gerais e os anúncios do Jornal. Locus (Juiz de Fora), v. 12, p. 59-74, 2006.

CHALHOUB, Sidney. A Força da Escravidão. Ilegalidade e Costume no Brasil Oitocentista. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHALHOUB, Sidney. Visões da Liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. [1ª ed. 1990]. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

CONRAD, Robert. Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Parte relativa ao tráfico interno de escravos)

COSTA, Emília Viotti da. Da senzala à colônia. UNESP. 2010, 5 ed.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. EDUSP, 2012. 14. ed;

FREYRE, Gilberto. Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX. Recife: Imprensa Universitária, 1963.

GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. Afro-Ásia, 27 (2002);

LEITE, Maria Jorge dos Santos. Tráfico Atlântico, Escravidão e Resistência no Brasil. Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana Ano X, NºXIX, agosto/2017, pp. 64-82.

MACHADO, Geosiane Mendes. Com vistas à liberdade: fugas escravas e estratégias de inserção social do fugido nos últimos decênios do século XIX em Minas Gerais. Belo Horizonte, Março de 2010.

MACHADO, Maria Helena Toledo. O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição. São Paulo: EDUSP, 1994.

MATTOSO, Kátia M. de Q. Ser escravo no Brasil. Tradução: James Amado. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MOTT, Luiz. O escravo nos anúncios de jornal de Sergipe. In: Anais do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Águas de São Pedro- SP, 1986.

MOTTA, José Flávio. Escravos Daqui, Dali e de Mais Além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887). 1. ed. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2012. (Capítulos iniciais e sobre a década de 1870)

MOURA, Clovis. Rebeliões da Senzala. Porto Alegre: Mercado Aberto,1988.

NASCIMENTO, André José do; MEDEIROS, Maria da Gloria de. O Fim da Escravidão e as suas Consequências. IV Colóquio de História: UNICAP, 2010.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. Cartas de alforria: "para não ter o desgosto de ficar em cativeiro". Revista Brasileira de História [online]. 2006, v. 26, n. 52 [Acessado 12 Julho 2022] , pp. 141-174. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882006000200007>. Epub 11 Set 2007. ISSN 1806-9347.

PERLATTO, Fernando. Joaquim Nabuco e o Abolicionismo. Juiz de Fora: Revista Virtú, 2007.

QUEIROZ, S. R. R. Escravidão Negra em São Paulo: Um Estudo das Tensões Provocadas pelo Escravismo no século XIX. São Paulo, 1977.

ROSSINI, Gabriel A. A. A dinâmica do tráfico interno de escravos na franja da economia cafeeira paulista (1861-1887). Tese de Doutorado em Desenvolvimento Econômico. Universidade Estadual de Campinas, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SECRETO, María Verónica. Novas Perspectivas na História da Escravidão. Tempo (Niterói, online) | Vol. 22 n. 41. p.442-450, set-dez.,2016.

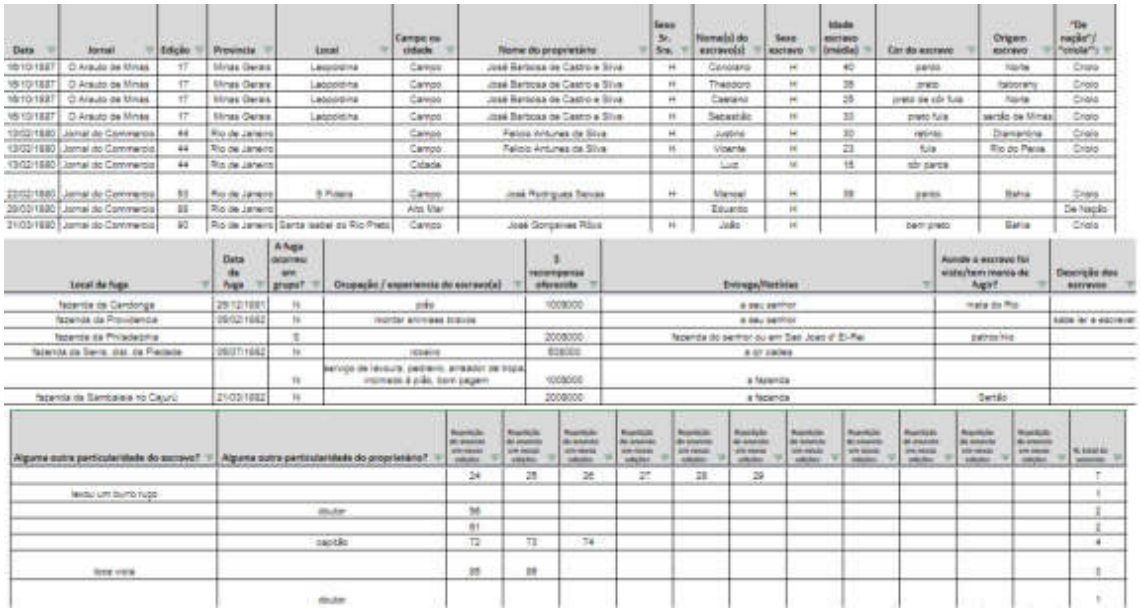
SILVA, Eduardo. “Fugas, revoltas e quilombos: os limites da negociação”. In: REIS, João José & SILVA, Eduardo. Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, pp. 62-78.

SILVA, Régia Agostinho da. Escravidão e resistência no Maranhão: anúncios e fugas escravas no século XIX. Rev. Hist. UEG - Anápolis, v.3, n.2, p. 30-51, jul. /dez. 2014

SILVA, Ricardo Tadeu Caires. Caminhos e Descaminhos da Abolição: Escravos, Senhores e Direitos nas Últimas Dècadas da Escravidão (Bahia, 1850-1888). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Paraná, 2007. SOUSA, Rainer Gonçalves. A resistência dos escravos. Brasil Escola, 2001

ANEXO

Figura 1 - Trechos do banco de dados do período



Data	Jornal	Edição	Provincia	Local	Campo ou cidade	Nome do proprietário	Sexo Sr. Sra.	Nome(s) do escravo(s)	Sexo escravo	Idade escravo (média)	Côr do escravo	Origem escravo	"De nação"/ "crioula"?
16/10/1887	O Arauto de Minas	17	Minas Gerais	Leopoldina	Campo	José Barbosa de Castro e Silva	H	Conciano	H	40	pardo	Norte	Criolo
16/10/1887	O Arauto de Minas	17	Minas Gerais	Leopoldina	Campo	José Barbosa de Castro e Silva	H	Theodoro	H	35	preto	laborany	Criolo
16/10/1887	O Arauto de Minas	17	Minas Gerais	Leopoldina	Campo	José Barbosa de Castro e Silva	H	Caetano	H	25	preto de côr fula	Norte	Criolo
16/10/1887	O Arauto de Minas	17	Minas Gerais	Leopoldina	Campo	José Barbosa de Castro e Silva	H	Sebastião	H	33	preto fula	sertão de Minas	Criolo
13/02/1880	Jornal do Commercio	44	Rio de Janeiro		Campo	Felicio Antunes da Silva	H	Justino	H	30	retinto	Diamantina	Criolo
13/02/1880	Jornal do Commercio	44	Rio de Janeiro		Campo	Felicio Antunes da Silva	H	Vicente	H	23	fula	Rio do Peixe	Criolo
13/02/1880	Jornal do Commercio	44	Rio de Janeiro		Cidade			Luiz	H	15	côr parda		
22/02/1880	Jornal do Commercio	55	Rio de Janeiro	S Fidelis	Campo	José Rodrigues Seixas	H	Manoel	H	38	pardo	Bahia	Criolo
20/03/1880	Jornal do Commercio	88	Rio de Janeiro		Alto Mar			Eduardo	H				De Nação
21/03/1880	Jornal do Commercio	90	Rio de Janeiro	Santa Isabel do Rio Preto	Campo	José Gonçalves Rôxo	H	João	H		bem preto	Bahia	Criolo

Local de fuga	Data da fuga	A fuga ocorreu em grupo?	Ocupação / experiencia do escravo(a)	$ recompensa oferecida	Entrega/Notícias	Aonde o escravo foi visto/tem marca de fugir?	Descrição dos escravos
fazenda de Candonga	25/12/1881	N	pião	1000$000	a seu senhor	mata do Rio	
fazenda da Providencia	25/02/1882	N	montar animaes bravos		a seu senhor		sabe ler e escrever
fazenda da Philadelphia		S		2000$000	fazenda do senhor ou em San Joao d' El-Rei	patrocínio	
fazenda da Serra, dist. da Piedade	25/07/1882	N	roseiro	500$000	a ser vadea		
		N	serviço de lavoura, pedreiro, arreador de tropa, incimado á pião, bom pagem	1000$000	a fazenda		
fazenda da Sambaiaia no Cajurú	21/03/1882	N		2000$000	a fazenda	Sertão	

Alguma outra particularidade do escravo?	Alguma outra particularidade do proprietário?	Reprodução do anuncio em mesmo catalogo	Reprodução do anuncio em mesmo catalogo	Reprodução do anuncio em mesmo catalogo	Reprodução do anuncio em mesmo catalogo	Reprodução do anuncio em mesmo catalogo	Reprodução do anuncio em mesmo catalogo	Reprodução do anuncio em mesmo catalogo	Reprodução do anuncio em mesmo catalogo	Reprodução do anuncio em mesmo catalogo	Reprodução do anuncio em mesmo catalogo	Reprodução do anuncio em mesmo catalogo	% total do anuncio
		24	25	26	27	28	29						7
levou um burro rugo													1
	doutor	56											2
		61											2
	capitão	72	73	74									4
[illegible]		85	88										2
	doutor												1

Fonte: Anúncios decorrentes de diversos jornal publicados no sudeste (SP, RJ e MG) do Império do Brasil. Elaboração Própria.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

A Capitania de Minas Gerais na dinâmica fiscal do Império Português século XVIII

Natália Cristina Santos Ribeiro

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

A Capitania de Minas Gerais na dinâmica fiscal do Império Português século XVIII

The Captaincy of Minas Gerais in the fiscal dynamics of the Portuguese Empire 18th century

Natália Cristina Santos Ribeiro[1]

Resumo:

O artigo apresenta uma reflexão sobre a constituição da fiscalidade no Império português. Analisamos, em um primeiro momento, o desdobramento das instituições portuguesas devido à expansão ultramarina e as progressivas conquistas de territórios. Na segunda parte, colocamos em foco a fiscalidade do ouro na capitania de Minas Gerais nas primeiras décadas do século XVIII. No que se refere à organização da América portuguesa o caráter compartilhado do poder relacionava-se com o fato das câmaras também criarem e administrarem os tributos. Desse modo, avaliamos a participação dos poderes locais na cobrança do quinto do ouro e como a Coroa portuguesa, progressivamente, criou formas de organização e intervenção na arrecadação do tributo.

Palavras chave: Império português; Administração colonial; Fiscalidade colonial; Capitania de Minas Gerais; Poder regional.

Abstract:

The article presents an analysis on the structure of taxation in the Portuguese Empire. Initially, we analyze the development of Portuguese institutions in consequence of the overseas expansion and the continuous conquest of territories. Secondly, we focus on the taxation of gold in the captaincy of Minas Gerais in the first decades of the

[1] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História na área "Dinâmicas e Linguagens Políticas" da Universidade Estadual de Campinas. Bolsista CNPq.

eighteenth century. In the context of Portuguese America, the shared nature of power was connected to the fact that the local chambers also created and administrated the taxes. Hence, we examine the participation of local authorities in the collection of the "fifth" gold tax (as in 1/5 of gold collected) and how the Portuguese Crown, progressively, established forms of organization and intervention in the collection of this tax.

Key words: Portuguese empire; Local administration; Colonial taxation; Captaincy of Minas Gerais; Regional power.

***

A constituição da administração fiscal no ultramar

O estabelecimento da fiscalidade foi um dos elementos mais significativos do Império português e instrumento crucial de exploração colonial. Nessa primeira parte do artigo refletimos sobre algumas referências institucionais e políticas que possibilitaram a formação do sistema fiscal no âmbito do Império. Em seguida analisaremos o processo de implantação da fiscalidade do ouro no âmbito dos poderes locais em Minas Gerais nas primeiras décadas do século XVIII.

Podemos evidenciar ainda no século XVI a criação de duas instituições importantes na administração em Portugal. A primeira foi o estabelecimento da Casa dos Contos do Reino (1514), o que representou o alargamento dos processos de controle criados pelo Estado português. (Puntoni, 2013, p. 117). O segundo marco ocorreu no final do século com a criação do Conselho da Fazenda, órgão que do ponto de vista político e institucional promoveu uma demarcação mais efetiva em relação às especializações dos cargos, delimitando de forma mais clara a função dos atributos "financeiros" em comparação à função dos "juristas" (Subtil, 1997, p.80). Esses órgãos possibilitaram um controle considerável sobre as rendas e as especializações financeiras do Estado português.

Nesse período, no que se refere à organização do poder, a fiscalidade global da Coroa portuguesa permanecia sob a influência do costume e da estrutura jurídico - corporativa do Reino. Tal estrutura comportava uma tradição de relativa partilha fiscal entre rei e os senhores, embora a historiografia ainda padeça de estudos sistemáticos que possibilitem medir o nível de dispersão dos vínculos fiscais em Portugal (Almeida; Sampaio; Costa, 2017, p. 209-216). Desse modo, é primordial analisarmos essa estrutura corporativa para compreendermos as características gerais da fiscalidade no contexto do Império português, uma vez que ela se relacionou diretamente com a estrutura política.

De acordo com a literatura clássica o paulatino avanço da monarquia sobre a cobrança de tributos foi um dos elementos essenciais para a formação dos Estados nacionais, junto com o monopólio da violência legítima. Os Estados considerados "absolutistas" teriam como um dos eixos fundamentais a capacidade de cobrar tributos. Contudo, essa perspectiva renovou-se através de novas pesquisas que desmontaram essa percepção do Estado como o "todo poderoso", o que abalou igualmente a visão sobre as bases do sistema fiscal. O entendimento de que o poder era partilhado, sem uma única fonte de legitimidade para o mesmo possibilitou novas concepções sobre o sistema fiscal no Antigo Regime. É importante considerar para o aprofundamento das análises que a dependência das instâncias centrais da monarquia em relação aos poderes locais para uma eficaz cobrança dos tributos reforça, em alguma medida, a ideia de uma sociedade corporativa (Almeida; Sampaio; Costa, 2017, p. 209-216). Essa configuração da sociedade influenciou decisivamente a composição da ordem política e social de Portugal pelo menos até o século XVII.

Antônio Manuel Hespanha (1994) afirma que a primazia jurisdicionalista do governo e dos direitos régios impôs importantes limitações ao poder monárquico. Os tribunais e conselhos da monarquia possuíam prerrogativas quase "soberanas", dispensando leis e derrogando o direito estrito. O que resultou em dúvidas e conflitos frequentes, contribuindo muitas vezes para a paralisia e a ineficiência do campo de decisões da Coroa (Hespanha, 1994, p. 280-281). Além disso, sobre o panorama político do Antigo Regime é fato a existência de muitas administrações, como também de centros de imputações de interesses coletivos presentes no interior dos espaços políticos. Por muito tempo a Coroa articulou-se com uma pluralidade de agentes administrativos, reconhecendo a sua importância e coexistindo com eles de forma complementar, a partir, principalmente, dos vínculos estabelecidos pelas obrigações de serviço no ultramar (Cardin, 2005, p.54).

Percebemos essas articulações, na prática, através do desdobramento das instituições portuguesas devido à expansão ultramarina e as progressivas conquistas de

territórios. O que resultou, no estabelecimento de atribuições de ofícios, cargos civis, militares e eclesiásticos aos indivíduos responsáveis pelo governo, como também na concessão de privilégios comerciais a indivíduos e grupos associados ao processo de expansão em curso. Dessa forma constituiu-se paulatinamente, uma cadeia de poder e de redes de hierarquias que se estendiam do Reino dinamizando a ampliação dos interesses metropolitanos, ao mesmo tempo em que estabeleciam vínculos estratégicos com os vassalos no ultramar. Intrínseca aos valores e práticas peculiares do Antigo Regime a economia política de privilégios atuou na formação política do Império através da transferência de uma série de mecanismos jurídicos e administrativos da metrópole para as mais distantes regiões. Exemplo disso foi o estabelecimento do padroado, poderes concelhios, governadores, ouvidores, entre outros, sendo esses os principais institutos acionados pela Coroa no processo de organização de seu governo nas colônias (Gouvêa, 2001, p. 288-289). A historiografia tem identificado cada vez mais essas dinâmicas, entre os séculos XVI e XIX é possível analisar um percurso entrelaçado institucionalmente no Atlântico português, entre o Brasil, partes da África e Portugal.

Por outro lado é importante destacar que esse movimento de expansão territorial e de estabelecimento de vínculos institucionais ocorreu de forma bastante conflituosa. Principalmente, a partir de 1580, devido à União das Coroas e à conseguinte integração dos órgãos portugueses na lógica das instituições espanholas. Nesse período, no que diz respeito às possessões coloniais, aprofundou-se um significativo enraizamento de instituições político-administrativas na América e em Angola. Contudo os maiores desafios estabeleceram-se através das invasões holandesas com as progressivas investidas contra os territórios ultramarinos. Todavia foi justamente a partir desse contexto de enfrentamento que a Coroa Ibérica e seus domínios tomaram maior contato e intimidade com práticas e estratégias administrativas mais complexas. Podemos citar: a criação da Companhia das Índias Orientais (1587); a criação do Tribunal da Relação na Bahia (1587 1609 e 1626); as duas primeiras visitações do Santo Ofício ao Brasil (1591 e 1618); a criação da diocese no Japão (1588); de Angola e Congo (1596); de Moçambique (1612); a edição de leis revistas e atualizadas conhecidas como as Ordenações Filipinas (1603);

criação de um Conselho das Índias e das Conquistas Ultramarinas (1604); a divisão do Brasil em dois governos, norte e sul (1608 e 1621); o regime de "residência", pelo qual queixas poderiam ser enviadas a ouvidores contra os governadores (1622); a criação da Companhia de Comércio das Índias Orientais e da Casa de Contratação da Bahia (1628) com o intuito de ampliar as condições de comércio no ultramar e a divisão do Conselho de Portugal em três secretarias de Estado (1631) (Gouvêa, 2001, p. 290). Dessa maneira percebemos a consolidação de um processo de maior abrangência da institucionalização e de enraizamento da governabilidade Ibérica sobre os territórios ultramarinos.

Após a Restauração Portuguesa no ano de 1640, outro marco institucional de grande relevância para o Império português ocorreu no ano de 1642 com a criação do Conselho Ultramarino. O seu principal objetivo era o estabelecimento da comunicação oficial entre o Reino e suas conquistas. Esse órgão estabeleceu-se para uniformizar a administração no ultramar, sendo o gestor de todos os negócios e territórios vinculados a Portugal, o seu regimento buscou uma maior racionalização e padronização do governo metropolitano em seus territórios ultramarinos. (Gouvêa, 2001, p. 292). No que diz respeito à América portuguesa, no ano de 1647, D. João IV ordenou ao governador-geral do Brasil que canalizasse para o novo Conselho todos os assuntos de guerra, Fazenda e justiça. Em 1677 a função desse órgão foi novamente confirmada pelo capítulo 55 do regimento enviado ao novo governador-geral do Brasil, no qual reiterava a obrigação dos governadores e ministros do ultramar de obedecerem apenas às disposições e ordens que chegassem por meio desse tribunal (Cruz, 2015, p. 31). O que reforça a importância e a legitimidade institucional do Conselho Ultramarino no estabelecimento de uma intermediação das informações entre Lisboa e as possessões ultramarinas.

A partir dessas estruturas institucionais e de práticas administrativas progressivamente mais complexas o sentido da fiscalidade no Império português era ser instrumento de exploração, que se organizou da seguinte forma: por meio dos monopólios régios, através de uma série de impostos diretos sobre a produção do comércio colonial e também sobre o tráfico negreiro. Ou seja, sobre todas as atividades capazes de gerar

excedentes, para além dos gastos com a defesa e a manutenção das colônias. Entretanto para que tudo isso fosse possível o Estado português precisou lidar com conflituosas negociações entre os organismos representativos de diferentes ordens como as Cortes. Além disso, tornou-se necessário a criação de alternativas para o incremento da coerção através de armamentos e uma máquina administrativa e militar nos domínios patrimoniais, o que fundamentava a imposição de monopólios e privilégios. Desse modo é relevante evidenciar dois aspectos característicos do colonialismo português que repercutiram tanto na fiscalidade do Reino quanto nas áreas coloniais: o primeiro se relacionou com a imbricação do Estado português com os capitais privados nas várias dimensões da empresa colonial e o segundo esteve ligado com a especificidade da relação entre o Estado e a Igreja que estabeleceu o monarca como tutor de seus negócios no território europeu e também nas possessões coloniais (Costa, 2003, p.151).

Entre os diferentes ramos da administração portuguesa a Fazenda era responsável pela aplicação das diretrizes econômicas e pela gestão das finanças do Estado. Na América portuguesa essas mesmas características foram mantidas na montagem do aparelho Fazendário local e subordinadas ao controle metropolitano. As responsabilidades desse órgão envolviam a arrecadação tributária sobre as atividades econômicas coloniais e o empenho na garantia da permanência dos interesses régios. O objetivo era assegurar principalmente o estatuto de colônia através do exclusivo comercial, como também o recolhimento e administração dos dízimos eclesiásticos (Salgado, 1985, p. 83).

De acordo com Wilma Costa (2003), embora a política fiscal do período colonial possa parecer, em um primeiro momento, um emaranhado confuso de tributos e taxas é fundamental compreendê-la como a mais pura expressão do mercantilismo. Visto que as práticas mercantis eram uma característica predominante da política econômica portuguesa e responsável pela transferência das rendas para os grupos dominantes do Estado. Nesse sentido a política fiscal portuguesa teve como propósito o beneficiamento das camadas mercantis metropolitanas e a ampliação das receitas da Coroa, além de

poupá-la internamente das tensões mais penosas inerentes à política extrativa. Essa política fiscal mercantilista, compreendida através da forma peculiar em que atuava nas formações políticas de Impérios mercantis coloniais, permitiu um conteúdo específico do patrimonialismo português. O que fomentou em certa medida o entrelaçamento político da Coroa em relação aos organismos representativos ao criar um espaço de negociação com os particulares no plano da administração e também da própria exploração econômica (Costa, 2003, p. 83-156).

Por outro lado percebemos ao longo do tempo como a experiência colonizadora possibilitou o aprimoramento da administração do Império percebidas mais claramente na passagem para o século XVIII. Nessa perspectiva a historiografia ressalta algumas tentativas de mudanças na ordenação política portuguesa, no qual o poder central deixou de se restringir à atividade passiva de defesa da ordem sociojurídica estabelecida para, progressivamente, instaurar uma administração mais "ativa" criadora de novas situações políticas. José Subtil (1998) evidencia a presença de novos reordenamentos e reajustes de competências no exercício da administração portuguesa ao longo dos setecentos. O que implicou em alterações entre o centro e a periferia, no qual os procedimentos administrativos não deveriam coagir a ação do soberano, limitando a possibilidade dos particulares atrasarem a ação reformadora (Subtil, 1998, p. 143).

Nesse sentido enfatizamos que não compreendemos o Império português através de características homogêneas, sobretudo, em relação à forma em que foi organizada a política fiscal metropolitana. Houve variações ao longo do tempo que tiveram relações inerentes com os eixos econômicos imperiais. Demonstração disso é a importância do Atlântico sul como novo eixo de gravidade econômica, sendo o ouro o seu maior expoente (Carrara, 2011, p.16). Na passagem para o século XVIII o Império português teve seu papel financeiro reordenado devido às descobertas de ouro como também a expansão do comércio do açúcar e tabaco que exigiram novas formas de fiscalização, e devido às práticas de mineração tornou-se crucial minimizar os efeitos do contrabando e do extravio fiscal. A necessidade de organização da metrópole para coibir os descaminhos do ouro consolidou a estrutura do sistema fiscal da América portuguesa entre os maiores

rendimentos do Império. Houve uma alteração na geração de receitas, do excedente oriundo das relações comerciais e do monopólio, configurando um sistema baseado na fiscalidade que garantiu grandes receitas para Portugal (Carrara, 2009, p.20).

De acordo com Angelo Carrara (2011), pensar em termos de um "projeto colonial" sugere certa coerência entre objetivos e metodologias que na maioria das vezes eram opostas à realidade dos administradores metropolitanos, já que uma gama de circunstâncias variadas marcou a atuação portuguesa no ultramar. Consideramos que a centralidade do poder metropolitano ocorreu de forma proporcional com a importância de cada região do ultramar, "não há termo de comparação entre a autonomia de Macau e a pressão fiscal que pesava sobre a capitania de Minas Gerais na primeira metade do século XVIII" (Carrara, 2011, p. 16-17).

Nesse período, o poder metropolitano buscou regular com maior precisão os diferentes níveis da cadeia de comando, o que aumentou as intervenções da metrópole na organização administrativa de Minas Gerais. Contudo também consideramos que é fundamental o reconhecimento da importância dos poderes locais nesse processo. Em vista disso, salientamos a complexidade das relações políticas e administrativas estabelecidas no território de Minas Gerais, principalmente no que se refere à tributação do quinto do ouro, o que analisaremos a seguir.

A organização da fiscalidade do ouro em Minas Gerais nas primeiras décadas do século XVIII

Durante o século XVII o governo metropolitano direcionou algumas medidas com o objetivo de promover descobertas de minérios, facilitar a cobrança de impostos e evitar o contrabando, durante essa fase estabeleceu-se vários regimentos para a administração das minas. O regimento do ano de 1644 destinado a Salvador Correia de Sá e Benavides era uma reedição do precursor regimento para as minas do ano de 1603. Seguiram-se os de 28 de junho de 1673 encaminhado a Rodrigo Castelo Branco e o de 3 de dezembro de 1685 à Garcia Pais. A tônica de todos os regimentos voltava-se para o descobrimento de

minas e para esse objetivo a Fazenda Real contribuiu com o fornecimento de auxílios pecuniários e armamento, além da promoção de expedições. Esses administradores também eram encarregados dos descobrimentos feitos por particulares, da demarcação das propriedades, separando sempre as que cabiam à Fazenda Real, vendidas depois em leilão e da cobrança do quinto, tributo régio cobrado sobre a atividade mineradora (Salgado, 1985, p. 87-88).

Como sabemos a descoberta de uma quantidade expressiva de ouro na passagem para o século XVIII interferiu diretamente na política metropolitana e a América portuguesa passou gradualmente a ter um papel bastante significativo nas receitas da Coroa. No que diz respeito ao segmento Fazendário as descobertas de ouro na região centro sul e a consequente multiplicação de mineradores trouxeram muitas modificações na administração colonial (Salgado, 1985, p. 87-88). Devido a corrida para a extração do ouro houve um rápido povoamento na região de Minas Gerais. As primeiras descobertas oficiais de ouro dataram 1694, as primeiras vilas 1710 e o primeiro bispado, 1745. Antes mesmo de completar um século de existência a capitania já contava com cerca de 380 mil habitantes oriundos de diversas partes do Império português (Souza, 2006, p. 154).

No início dos setecentos, uma fase considerada caótica do processo de povoamento, a administração reinol procurou sem grande sucesso regular o número da entrada de forasteiros na região das Minas na tentativa de evitar os desvios de ouro. Procedentes tanto do Brasil quanto da metrópole esses forasteiros dirigiam-se em grandes levas para a região das minas, homens de variadas procedências e estratos sociais guiados, sobretudo, pelo desejo de encontrar riquezas. Essa avalanche de imigrantes, provenientes de vários lugares, marcou a maior imigração espontânea em massa no interior do Império português e foi justamente essa diversidade de aptidões, bem ou mal afortunadas, que serviu para distribuir os vários indivíduos em camadas sociais (Holanda, 2003, p. 306-333).

Sobre o início da primeira organização fiscal na região das Minas ainda existem dúvidas sobre as soluções concretas negociadas entre os superintendentes do ouro e os

governadores para a canalização do quinto para os cofres de Lisboa. Sabemos que entre 1702 e 1710 o direito senhorial sobre o ouro foi associado ao controle da circulação de bens e pessoas nos portos marítimos (Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Pernambuco), devido principalmente às dificuldades em obrigar os mineiros a entregarem de forma voluntária a parte do ouro juridicamente destinada ao rei. A forma encontrada pela Coroa, para além da sobreposição da arrecadação de diferentes direitos, foi o estabelecimento do número de escravos como critério principal para a atribuição do tamanho da propriedade para a mineração, vinculando o imposto sobre a produção e outros tipos de rendimentos fiscais, como os direitos sobre os escravos introduzidos na região (Costa, 2013, p. 68-69).

Nas primeiras décadas além dessas discussões em torno da administração dos tributos a Coroa portuguesa precisou lidar com os conflitos internos em Minas Gerais. Como já dito a descoberta de ouro provocou um desiquilíbrio sem precedentes, levas migratórias desabaram sobre a nova região que foi palco de alguns confrontos em seu território. Do choque entre os primeiros habitantes das Minas, os paulistas na maioria, e os reinóis, houve o primeiro conflito do século, a denominada guerra dos Emboabas entre os anos de 1707 e 1709 (Souza, 2006, p. 81). Cabe ressaltar sobre esse conflito o estudo de Adriana Romeiro (2005) que acentua um aspecto importante sobre a constituição da prática política em Minas Gerais, no qual a vitória dos Emboabas sob a liderança de Manuel Nunes Viana representou para os reinóis – agora mineiros – o topos da contratualidade e da submissão política negociada junto às autoridades metropolitanas. Potentados como o Manuel Nunes Viana levaram a noção de direito das conquistas até as últimas consequências, estabelecendo polos de poderes privados nos chamados contextos de soberania fragmentada, através da alegação e imposição do direito de conquista (Romeiro, 2005, p. 400-401).

É importante destacar que a contestação dos potentados significou o início de um processo de transformações substantivas nos discursos e nas práticas políticas em Minas Gerais, que se aprofundou no decorrer do século XVIII sendo tais impactos decisivos para a experiência política do Antigo Regime. O novo elemento no cenário político das Minas esteve presente na efetiva aproximação da crítica ao soberano motivada pelo

descontentamento em relação à arrecadação do quinto do ouro (Figueiredo, 2001, p. 234-235). Na prática a estruturação da administração fiscal e a cobrança dos impostos coloniais implicaram no enfrentamento de divergências por parte das autoridades régias e os poderes locais. Luciano Figueiredo, em diversos trabalhos, apresentou outra vertente da fiscalidade ao relacioná-la com os interesses dos súditos e o peso que a tributação exercia sobre sociedade colonial. O autor afirma que foram poucas as regras respeitadas no ultramar e que a prática de captação de tributos e direitos régios produziram grandes constrangimentos aos colonos uma vez que as cobranças eram realizadas também através de coerção e violência. Suas análises expõem o cotidiano difícil das autoridades ultramarinas diante das revoltas fiscais e como elas refletiam a nova política de endurecimento da metrópole em suas intervenções na América (Figueiredo, 2008, p. 3-4).

Nesse contexto o Conselho Ultramarino desempenhou um papel decisivo no desenvolvimento institucional da capitania de Minas Gerais, marcando presença em diversas discussões e decisões, o que demonstra a constante interlocução com a metrópole (Cruz, 2015, p. 109-111). Desde o princípio esse tribunal acompanhou a conjuntura insurgente cabendo opinar e definir as melhores formas de castigo. Num primeiro momento tanto "as práticas políticas dos vassalos rebeldes" como "os pareceres exarados pelo Tribunal Ultramarino" convergiram condenando com dureza os governantes. A solução encontrada nesse momento era a substituição dos maus governantes por outros mais virtuosos. Porém, surgiu rapidamente a percepção de que toda essa crítica poderia extravasar para a figura do soberano ameaçando o equilíbrio da monarquia. Guiado pelo pragmatismo político o Conselho valeu-se com proveito das contestações, uma vez que "o Império proporcionava um verdadeiro aprendizado" (Souza, 2006, p.89). O que trouxe a percepção de que os vassalos também deveriam ser temidos e os interesses negociados. Contudo enfatizamos que sob a lógica do Antigo Regime quanto maior as concorrências de poderes mais imprescindível se tornava o papel do centro político e de instituições como o Conselho Ultramarino, desempenhando um papel de árbitro dos conflitos. O que

reforça a proeminência da centralidade régia na resolução das divergências e seu papel na organização da sociedade colonial.

Nas últimas décadas a historiografia tem enfatizado o papel fundamental das câmaras municipais para a reflexão do processo de centralização administrativa das monarquias no Antigo Regime, principalmente através de estudos sobre a presença da administração central nas localidades periféricas. Desse modo os estudos sobre as vilas e as localidades distantes de Lisboa fossem elas no Reino ou no ultramar, tem buscado avaliar e comparar as intervenções do centro através das investigações sobre as comunicações políticas. Analisando a produção e troca de papéis administrativos, procurando evidenciar como os poderes locais acatavam as determinações da monarquia, negociavam ou mesmo lhes apresentavam resistência (Raminelli, 2017, p. 371).

No que se refere à organização da América portuguesa, o caráter compartilhado do poder relacionava-se com o fato das câmaras também criarem e administrarem os tributos. Nesse sentido é necessário levar em conta que a política da Coroa portuguesa buscou, dentro do possível, que as conquistas garantissem a sua própria defesa. Ou seja, embora essa responsabilidade de defesa fosse da Coroa, cabia aos poderes locais fornecer recursos financeiros e materiais necessários para essa finalidade. Desse modo a administração dos tributos poderia ocorrer de duas formas: a primeira através da criação e administração pelas provedorias da Fazenda Real, diante disso a própria Coroa buscava garantir a arrecadação necessária a partir do estabelecimento de uma tributação da população local e a segunda forma era a criação e administração de tributos pelas câmaras (Almeida; Sampaio; Costa, 2017, p. 211).

A tese de Simone Faria (2015) apresenta um estudo detalhado sobre os meandros da arrecadação do quinto e acentua o caráter compartilhado entre as esferas do poder metropolitano e os poderes locais na tarefa de execução da cobrança em Minas Gerais. Esclarece que nos momentos iniciais da mineração os registros fiscais não obedeciam a um padrão único de lançamento nem ao menos eram muito bem organizados. E que somente com o estudo e as análises do decorrer das décadas foi possível constatar uma

padronização maior desses registros e um número maior de pessoas envolvidas na organização das tarefas ligadas à arrecadação do quinto. Demonstrando como as preocupações com o rico direito régio foram se ampliando ao longo do tempo (Faria, 2015, p. 49).

Os registros dos quintos eram escassos, desordenados e lacunares. Tanto que não foi possível identificar a instituição responsável pela confecção dos lançamentos entre os anos de 1701 e 1713. O fato é que nesse período as instituições responsáveis pela administração ainda não tinham se constituído efetivamente nas Minas, fazendo com que os poderosos locais cuidassem de tudo o que fosse necessário para a ocupação e exploração do território, como já apontado pela historiografia. Apenas a partir de 1713 as câmaras são claramente mencionadas como responsáveis pelos lançamentos dos quintos. Esses registros de lançamento são uma fonte significativa para a pesquisa na medida em que passaram a revelar mais dados sobre o cotidiano da atividade de arrecadação, tanto das câmaras quanto da Real Fazenda (Faria, 2015, p. 120).

Nesse período a Provedoria da Real Fazenda era responsável pela confecção de livros, uma espécie de registro de controle das parcelas entregues por devedores dos quintos do ouro e mais especificamente pelos cobradores que davam conta de seu rol de jurisdição. Entre 1710 e 1717 esses registros eram feitos tanto pela Superintendência quanto pelas câmaras, as últimas registravam principalmente as pessoas que entravam em determinado povoado. Sendo assim é possível afirmar que até esse momento os poderosos locais e as câmaras municipais "foram os grandes responsáveis pelos registros diários da coleta do precioso ouro devido por direito à Coroa portuguesa". Contudo, algumas atividades ligadas à cobrança também foram registradas pela Superintendência e pela Provedoria da Real Fazenda, mais especificamente quando lhes cabia receber o ouro em seus cofres que logo após seriam conduzidos para o Reino (Faria, 2015, p. 121).

Apesar dos esforços a Coroa portuguesa teve uma grande dificuldade em conseguir estabelecer um mecanismo estável de cobrança do quinto do ouro, o que pode ser comprovado pelas consecutivas mudanças nos processos de tributação sobre a

mineração (Gouvêa, 2004, p.129). Diante disso, com o intuito de um estabelecimento consistente sobre a cobrança do quinto, houve o reconhecimento da capitania de Minas Gerais no ano de 1720, o que representou parte dos requisitos formais para a tentativa de um domínio pleno e estável sobre a economia da mineração. É possível afirmar que a preocupação dos administradores portugueses era predominantemente fiscal, sendo assim, coube à metrópole a desafiadora tarefa de tentar regulamentar melhor a atividade aurífera. Para isso tornou-se necessário à criação de uma estrutura administrativa, máquina arrecadadora e de uma complexa organização burocrática que pudesse assegurar a captação do ouro na região. Além disso a presença cotidiana do poder regulador e fiscalizador da metrópole dependia da adesão dos habitantes locais às regras que consolidavam os objetivos fiscalistas do governo português (Silva, 2008, p. 676-677). Portanto, a construção de um governo efetivo em Minas Gerais era uma tarefa particularmente delicada mas fundamental para reforçar a centralidade régia e seu domínio estável sobre a tributação do quinto do ouro.

Com a criação da capitania a Corte alterou a política de controle territorial o que trouxe consequências evidentes na fiscalidade, no que diz respeito à incidência e forma de execução. As discussões na Corte passaram a refletir maior preocupação em controlar a execução feita pelas câmaras nos territórios mais distantes, também devido às queixas de moradores diante dos abusos dos oficiais dos Conselhos. Em Lisboa o entendimento sobre a instabilidade da receita resultou no envio de um governador e depois de um superintendente, nomeado em 1721, para implementar as Casas de Fundição. O objetivo era analisarem qual seria a melhor incidência, porém a impossibilidade de construir a Casa de Fundição perpetuou a execução por finta de 37 arrobas, negociada nesse ano, e a cobrança concreta foi executada por listas de lojas e vendas cobrando-se 12 oitavas por unidade e obtendo-se no final uma incidência de 2,36 oitavas por escravo (Costa, 2013, p. 75-76).

Os dados sugerem que durante todo o período entre 1720 a 1725, os cobradores eleitos nos Senados, os escrivães e tesoureiros das câmaras controlaram uma grande parte

do processo de execução. Apenas no ano de 1725 com a criação da Casa de Fundição em Vila Rica é que o quinto passou a ser cobrado diretamente sobre o ouro entregue nas regiões mais urbanizadas, ainda que na maior parte da capitania os cobradores locais (oficiais nomeados pelas câmaras) continuassem a desempenhar um papel significativo na execução, levando o ouro régio para ser fundido. É importante destacar sobre esse processo de arrecadação do quinto que tributar o ouro significava a divisibilidade das quantidades em barras num processo de fundição, de onde se pudesse extrair o quinto e devolver o restante à circulação legal. Além disso, era fundamental construir estruturas de vigilância e coerção ao longo do território e dos meios de comunicação, como também a definição de mecanismos fiscais que incentivassem a entrega de ouro voluntariamente nas mãos dos oficiais régios. O que implicava a negociação de custos de transporte e fundição entre o rei e os particulares (Costa, 2013, p. 76- 82).

Percebemos que não era simples o processo de arrecadação do quinto do ouro e que os poderes locais desempenharam um papel fundamental nesse processo. Isso fica explicito como enfatiza Ronald Raminelli (2017) entre os anos de 1701 e 1750, pelo fato dos provimentos de ofícios camarários dominaram a grande maioria das correspondências enviadas para Lisboa. Sendo 67 correspondências de assuntos relacionados aos cargos camarários e 52 emissões sobre os assuntos econômicos. Segundo o autor:

> Como provimento de ofícios, existem a nomeação para cargos na câmara, requerimentos para pedir o cargo e para solicitar a prorrogação do exercício. Os ofícios se destacam pela diversidade, pois existem referências aos juízes dos órfãos, inquiridores, escrivães, tabeliães, entre outros. Por certo, o período de prosperidade das minas do ouro atraiu um número significativo de candidatos, brasílicos e reinóis, para ocupar postos nas câmaras. Vale também mencionar que, nos anos de 1760, quando ocorreu o declínio da arrecadação do quinto e da produção do ouro, os requerimentos para exercer ou prorrogar o exercício de funções camarárias tiveram uma drástica redução (Raminelli, 2017, p. 384).

Dessa maneira compreendemos que os cargos nas câmaras possuíam um importante valor social como também era um seguimento que envolvia interesses particulares na participação nos processos fiscais. A partir da década de 1730 as câmaras passaram a convergir para si todas as demandas e o encaminhamento político dos protestos contrários aos métodos de cobrança do quinto. Assim elas desempenharam um

importante papel de contestação frente às demais autoridades reinóis (Gouvêa, 2004, p.136). De todo modo a Coroa portuguesa enfrentou diversos problemas de agência diante do estabelecimento da fiscalidade do ouro em Minas Gerais. Além disso, o século XVIII assistiu não apenas ao aumento considerável de todos os tributos existentes como também ao surgimento de uma série de novos tributos vinculados ao extraordinário crescimento da América portuguesa, tanto em termos econômicos como em termos demográficos. Como já citado esse contexto ficou marcado pelas novas negociações que envolviam a monarquia e os poderes locais, negociações por vezes tensas, principalmente quando se relacionavam com as discussões sobre as formas de cobranças do quinto do ouro (Almeida; Sampaio; Costa, 2017, p. 215-216).

Todavia é fundamental compreendermos os processos de negociações dentro da perspectiva do processo de colonização. O fato da fiscalidade do ouro possuir uma dimensão partilhada com os poderes locais nas primeiras décadas do século XVIII não alterou a dimensão da fiscalidade como instrumento de exploração colonial. Nesse sentido observamos o aprimoramento da cobrança do quinto através da implantação das Intendências do ouro o que fez com que a organização da fiscalidade mudasse substancialmente de figura. O que possibilitou uma maior complexidade como também uma maior intervenção da centralidade régia na arrecadação do quinto. De acordo com André Costa (2013):

> A corte parecia finalmente inflexível, e a principal transformação de todo o período ocorreu entre 1734 e 1736, com nomeação de Intendentes especializados e insistência de transformação do direito senhorial do Quinto numa Capitação, sem limite máximo, paga em dois semestres, no valor total de 4 e ¾ oitavas por escravo, juntando uma incidência sobre as lojas grande, médias e pequenas das Minas Gerais, de 24, 12 e 8 oitavas respetivamente. Ambas as incidências seriam rigorosamente controladas em cinco Intendências criadas, extinguindo-se as Casas de Fundição e Casa da Moeda de Minas Gerais. O plano foi cumprido com rigor, com o envio de um Comissário para implementar o sistema (Costa, 2013, p. 77).

Em 1735 foram estabelecidas as primeiras Intendências em Vila Rica, Ribeirão do Carmo, Rio das Mortes, Sabará e Serro Frio, as principais vilas da capitania. Nesse período três novos Intendentes foram nomeados articulando a rede com outras quatro

Intendências de São Paulo e uma da Bahia. O aprimoramento do sistema fiscal em Minas Gerais trouxe a necessidade de novos cargos e os intendentes do ouro desempenharam um papel fundamental nesse processo. A princípio essas mudanças também tiveram como objetivo o bloqueio da participação das câmaras nos processos de arrecadação do quinto, colocando o processo de tributação sob a supervisão dos novos intendentes. Dessa forma as Intendências tornaram-se a unidade de execução do novo sistema e com elas a Coroa buscava garantir dois objetivos principais: padronizar a unidade administrativa com oficiais mais dependentes da Corte e dotar esse conjunto institucional de um comando facilmente removível. Com intendentes provenientes do Reino especializados em contas. O novo sistema racionalizava a administração, sendo o Comissário-Geral o elo entre a Corte e os intendentes (Costa, 2013 p. 111-112).

O propósito era garantir um controle maior da metrópole sobre a administração do ouro em Minas Gerais, fazendo com que a eficiência fosse um dos principais critérios da máquina fiscal. Cabendo aos intendentes à responsabilidade de transmitir informações detalhadas sobre os aspectos econômicos das regiões de Minas Gerais. Dessa forma, a organização hierárquica das Intendências era definida da seguinte maneira: em primeiro lugar o intendente; no segundo nível o fiscal e tesoureiro; no terceiro nível escrivão, meirinho e limpadores de ouro. Dentro dessa estrutura de comando o governador era responsável pela vigilância dos intendentes, o que também correspondia ao plano de constituição de uma cadeia de vigilâncias mútuas. Com isso a legislação buscou regular a coesão das hierarquias e obter maior clareza das definições dos cargos no ato das nomeações (Costa, 2013 p. 111-118).

Diante disso enfatizamos que o principal sentido da fiscalidade era ser instrumento de exploração colonial, “das alfândegas ao tráfico negreiro, dos dízimos reais ao quinto do ouro”. Os rendimentos que faziam parte da fiscalidade colonial eram cobrados (e justificados) em nome da Coroa e de seu direito sobre a possessão colonial. Sendo assim, mesmo que esse direito fosse arrendado, partilhado com particulares ou cedido, o sentido primordial não poderia ser alterado. Por outro lado compreendemos a constante evasão

fiscal pelos súditos ou a prevaricação pelos funcionários régios como outra face da moeda patrimonial, instituída na indistinção entre o patrimônio público e o privado (Costa, 2003, p. 150-156). Também consideramos que é necessário entender a fiscalidade a partir da sua inserção na economia das mercês: uma obrigação dos bons vassalos que gerava igualmente o reconhecimento do rei, o que não deve ser confundido simplesmente como um ato de submissão, mas como vinculo fundamental entre as diversas esferas de governo (Almeida; Sampaio; Costa, 2017, p. 232).

Considerações finais

Os poderes locais e as câmaras tiveram um papel significativo na cobrança do quinto nas primeiras décadas do século XVIII em Minas Gerais. Como vimos o poder metropolitano precisou lidar com impasses e conflitos que envolveram a cobrança do tributo, o que possibilitou discussões sobre o delineamento da fiscalidade do ouro, no que se refere à efetividade do poder régio durante o processo de cobrança. Nesse contexto as Intendências do ouro foram projetadas como instituições capazes de garantir os interesses da Coroa no processo de arrecadação do quinto. Portanto, compreendemos que o progressivo aprimoramento dos aparatos da fiscalidade no âmbito dos poderes locais esteve relacionado ao principal objetivo da metrópole de tentar melhorar a qualidade das informações enviadas para Lisboa e consequentemente corresponde a um esforço de formalização do controle metropolitano sobre a administração tributária na capitania. Desse modo as Intendências do ouro ajudaram na estruturação da exploração colonial em Minas Geras, uma vez que a capitania era uma localidade fundamental na dinâmica fiscal do Império português.

Esse aperfeiçoamento possibilitou uma diminuição da participação dos poderes locais no controle do processo de arrecadação do quinto. Por outro lado, isso não alterou o fato dos interesses permanecerem sendo negociados e conflituosos, uma vez que as câmaras também possuíam demandas contrárias aos métodos de cobrança. O que evidencia as complexas relações em torno dos interesses econômicos que envolveram a

manutenção da cobrança do quinto em Minas Gerais. Sendo assim ressaltamos que o estudo sobre as instituições e as relações que mediaram a cobrança do quinto do ouro são áreas abrangentes de pesquisa e que possibilitam um debate profícuo sobre as formas de organizações do poder no Antigo Regime. Além de proporcionar investigações que contribuem com reflexões sobre a constituição e o estabelecimento dos vínculos coloniais.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Carla; SAMPAIO, Antônio Carlos J. de; COSTA, André. Fiscalidade e comunicação política no império. In: FRAGOSO, João; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. (Org). Um Reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2017.

CARDIN, Pedro. Administração e governo: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime. In: BICALHO, Maria Fernanda & FERLINI, Vera Lúcia Amaral (org.). Modos de governar: ideias e práticas políticas no Império português. São Paulo: Alameda, 2005.

CARRARA, Angelo. As receitas imperiais portuguesas: estrutura e conjuntura, séculos XVI – XVIII, 2011.

_____ Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil: século XVIII. Juiz de Fora: UFJF, 2009b.

COSTA, André. Sistemas Fiscais no Império: o caso do ouro do Brasil, 1725-1777. Tese de doutorado, Universidade de Lisboa Instituto Superior de Economia e Gestão, 2013.

COSTA, Wilma Peres. Do domínio à nação: os impasses da fiscalidade no processo de independência. In JANCSÓ, István (org) Brasil: formação do estado e da nação. São Paulo: Hucitec, 2003.

CRUZ, Miguel. Dantas da. Um império de conflitos. O Conselho Ultramarino e a defesa do Brasil colonial. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2015.

FARIA, Simone Cristina de. A "matéria dos quintos" e "os homens do ouro": a dinâmica da arrecadação dos quintos reais na Capitania de Minas Gerais e as atribuições, atuação,

perfil e relações dos cobradores dos quintos (c. 1700 – c. 1780). Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. O Império em apuros – notas para o estudo das alterações ultramarinas e das práticas políticas no Império Colonial Português – séculos XVII e XVIII. In: FURTADO, Júnia. (Org.). Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

_____ Resistências antifiscais em Minas colonial (Revisitando um velho tema, reescrevendo um velho artigo). In: Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira, 2008.

GOUVÊA, Maria de Fátima. "Dos poderes de Vila Rica do Ouro Preto". Notas preliminares sobre a organização político-administrativa na primeira metade do século XVIII. Varia Historia. Belo Horizonte: UFMG/Departamento de História, n. 31, 2004.

_____ Poder político e administração na formação do complexo atlântico português, 1645-1808. In: FRAGOSO, J., GOUVÊA, M. F. S. & BICALHO, M. F. B. (Org.). O antigo regime nos trópicos. A dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HESPANHA, Antônio M. As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político – Portugal, século XVII. Coimbra: Almedina, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A mineração antecedentes luso- brasileiros e Metais e pedras preciosas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.) História geral da civilização brasileira. A época colonial. Administração, economia e sociedade. Volume 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

PUNTONI, Pedro. O Estado do Brasil: Poder e Política na Bahia Colonial 1548-1700. São Paulo: Alameda, 2013.

RAMINELLI, Ronald. Poder político das câmaras. In: FRAGOSO, João; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (Org.). Um Reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

Romeiro, Adriana. Revisitando a Guerra dos Emboabas: práticas políticas e imaginário nas Minas setecentista.In: BICALHO, Maria Fernanda & FERLINI, Vera Lúcia Amaral (org.). Modos de governar: ideias e práticas políticas no Império português. São Paulo: Alameda, 2005.

SALGADO, Graça (coord.). Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1985.

SILVA, Vera Alice Cardoso. Lei e ordem nas Minas Gerais formas de adaptação e de transgressão na esfera fiscal, 1700-1733. Varia História, Belo Horizonte, vol. 24, nº 40: p.675-688, jul/dez 2008, p. 676-677.

SOUZA, Laura de Mello e. O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SUBTIL, José. Os poderes do Centro. In: MATTOSO, J. (org.) História de Portugal. Lisboa: Estampa, Volume 4: "O Antigo Regime (1620-1807)". Coordenação de Antônio Manuel Hespanha, 1998.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

A transferência da capital de Minas Gerais no período republicano: duas interpretações sobre o processo

Natânia Silva Ferreira

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

A transferência da capital de Minas Gerais no período republicano: duas interpretações sobre o processo

The transfer of the capital of Minas Gerais in the republican period: two interpretations about the process

Natânia Silva Ferreira[1]

Resumo:

A transferência da capital de Minas Gerais, de Ouro Preto para uma outra localidade, já havia sido discutida em momentos anteriores ao da instauração da República, mas foi com o início da nova ordem que o processo realmente se efetivou. Assim, o objetivo deste trabalho é o de apresentar o desenrolar do processo de transferência da capital mineira, ressaltando duas interpretações sobre o tema: a transferência entendida como uma disputa entre antagonistas políticos e a transferência entendida como uma busca por unidade econômica regional. As principais fontes primárias utilizadas para cumprimento do objetivo proposto foram documentos do Legislativo e do Executivo. Ainda que as duas interpretações contribuam para a compreensão sobre a transferência da capital mineira, acredita-se que a mudança tenha significado, especialmente, a busca por unidade econômica de Minas Gerais.

Palavras-Chave: *Minas Gerais. Ouro Preto. Belo Horizonte. Cidade Capital. República.*

Abstract:

The transfer of the capital of Minas Gerais, from Ouro Preto to another location, had already been discussed before the establishment of the Republic, but it was with the beginning of the new order that the process really took place. Thus, the objective of this work is to present the development of the transfer process of the capital of Minas Gerais, highlighting two interpretations on the subject: the transference understood as a dispute between political antagonists and the transference understood as a search for regional

[1] Doutora em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Docente do curso de Economia e do Núcleo de Negócios da Fundação Hermínio Ometto de Araras (FHO). E-mail: nataniaferreira@fho.edu.br

economic unity. The main primary sources used to fulfill the proposed objective were documents from the Legislative and Executive. Although the two interpretations contribute to the understanding of the transfer of the capital of Minas Gerais, it is believed that the change has meant, especially, the search for economic unity in Minas Gerais.

Keywords: Minas Gerais. Ouro Preto. Belo Horizonte. Capital City. Republic.

***

1. As diferentes capitais para Minas Gerais

A ideia de mudança da capital de Minas Gerais, apesar de ter ganhado intensidade com a instauração do regime republicano, data de épocas remotas ao início da inauguração da nova ordem. Abílio Barreto[2], ao reconstruir a trajetória das capitais de Minas Gerais, começou as análises afirmando que foi no dia 08 de abril do ano de 1711 que foi instalada a primeira capital mineira:

> foi, portanto, Ribeirão do Carmo [atual cidade mineira de Mariana] a primeira capital de Minas, dentro do nosso atual território, não obstante Albuquerque[3] despachar, ora nesta vila, ora no arraial de Ouro Preto, elevado a vila, com a denominação de Vila Rica, 11 de julho do mesmo ano [de 1711]. (BARRETO, 1996, p. 279).

Depois de oito anos daquele acontecimento, em 1720, foi concebida pela primeira vez a ideia de mudança da capital, pelo conde de Assumar. Era necessário "mudar a sede do governo para Cachoeira do Campo, pitoresca localidade onde os governadores veneravam". Mudança que, entretanto, não ocorreu, "porque o rei nenhuma providência tomou a respeito, continuando, portanto, a sede do governo em Ribeirão do Carmo". (Idem, ibidem, p. 281).

---

[2] Abílio Barreto foi escritor e jornalista. Nasceu no ano de 1883 na cidade mineira de Diamantina e se mudou para Belo Horizonte no ano de 1895, em meio as obras de construção da capital. Em 1897, foi admitido pela Imprensa Oficial de Minas Gerais, onde fez carreira como tipógrafo, revisor e redator interino. Em 1924, foi promovido a Primeiro Oficial do Arquivo Público Mineiro. Em 1935, passou a dirigir o Arquivo Municipal. (FERREIRA, 2018, p. 21, nota 4). Abílio Barreto foi um dos fundadores do Museu Histórico de Belo Horizonte, iniciativa também do presidente Juscelino Kubstichek, em 1940. Para os dois atores, o museu contribuiria para com a preservação da memória de Belo Horizonte e do Arraial do Curral Del Rei. (SARAIVA; MACHADO, 2007, p. 07). Depois do falecimento de Abílio Barreto, em 1959, na capital mineira, o Museu Histórico de Belo Horizonte passou a se chamar Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB). Foi autor, dentre outras obras, de: *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva* – Vol. 1: história antiga; Vol. 2: história média. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996.

[3] Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho foi o primeiro governador da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, tendo sido o responsável pela criação das primeiras vilas de Minas Gerais.

Tendo se tornado independente a Capitania de Minas, em 02 de dezembro de 1721, quando D. Lourenço tomou posse como governador, a capital foi instalada em Vila Rica, atual Ouro Preto, que seria a capital mineira até o final do século XIX. Apesar da manutenção de Ouro Preto como a capital mineira por quase 200 anos, não faltaram propostas que convergiram para a transferência de localidade da capital naquele período de tempo.

Durante a Conjuração Mineira, em 1789, a ideia de mudança da capital mineira esteve presente no movimento, pois ressaltou Abílio Barreto que "um dos pontos assentes no programa por eles [pelos conjurados] delineado para a implantação de uma república em nosso país era esse", a mudança da capital mineira (e também do país). Na visão dos inconfidentes, São João Del Rei deveria ser a capital da República (Idem, ibidem, p. 284).

A proposta de 1789 não obteve sucesso mas, em 1821, houve nova ideia de mudança da capital mineira. Um novo período se iniciaria, o Império brasileiro. Juntamente com a mudança de regime, a capital de Minas Gerais também deveria ser transferida, para uma localidade mais condizente com a nova época brasileira e mineira. Segundo Abílio Barreto:

> transformada a grande colônia portuguesa no importante império do Brasil e, consequentemente, a Capitania das Minas em uma das maiores e mais ricas províncias do novo estado, salientou-se de modo notável a necessidade de se mudar a capital de Ouro Preto, que não estava com condições de ser o centro administrativo, político e quiçá econômico-financeiro de uma parte tão notável do País, a qual, pelo crescimento de sua população, pelo seu anseio de evoluir e por outros fatores que seria longo historiar, vinha tomando a dianteira entre as suas coimãs no desenvolvimento e prosperidade da pátria (...). (Idem, ibidem, p. 283-284).

Portanto, já era possível perceber, no início do século XIX, o descontentamento em relação a localidade da capital mineira, Ouro Preto. As limitações da cidade, na visão de alguns membros da elite mineira, não faziam dela merecedora de representar a Província. Entretanto, a proposta de 1821, assim como a anterior, não se concretizou, especialmente pela oposição dos habitantes de Ouro Preto e "pela rivalidade que se

levantaria entre as várias cidades de Minas, cada qual quebrando lanças por ser a preferida para depositária da tão alta glória de se ver convertida em capital" (Idem, ibidem, p. 284).

Seguindo nas análises de Abílio Barreto, um outro momento sobre as aspirações envolvendo a mudança de capital foi descrito. Ocorreu que, no ano de 1868, o deputado Manuel Correia Brandão pronunciou um discurso na Assembleia Provincial, referente a 1833, que dizia respeito à mudança da capital mineira, discurso que não se concretizou na prática, já que "razões tem sido apresentadas contra essa idéia" e o "triunfo pertence a Ouro Preto" (Idem, ibidem).

Ainda que o triunfo pertencesse a Ouro Preto, as condições necessárias para continuar sendo a capital mineira não estavam presentes na cidade do ouro. Em 1851, o presidente da Província, Dr. José Ricardo de Sá Rego, sugeriu a mudança da sede do governo para outro ponto da Província, no relatório de 02 de agosto daquele ano. Ouro Preto se encontrava em decadência, as ruas em ruínas, a população se reduzia. As condições de Ouro Preto pareciam muito precárias na opinião do presidente, pois "qualquer ponto da província seria preferível a este para sede do governo". (MENSAGEM dirigida pelo presidente de Estado Dr. José Ricardo de Sá Rego a Assembleia Provincial da Província de Ouro Preto, 1851). Segundo o presidente, as duas melhores localidades para ser a sede eram Mariana e São João Del Rei, está última já tendo figurado nos ideais antigos a respeito da transferência da capital. Nas palavras do presidente da Província, em 1851, a respeito de transferir a capital para Mariana ou São João Del Rei:

> Creio, porém, que nenhuma apresenta mais razões de preferência do que as cidades de Mariana e S. João del Rei, a primeira porque já possui a sede do governo espiritual, e pela sua proximidade não só facilita a transferência como quase nenhuma alteração produz nas relações que existem entre esta capital e os outros pontos da província, e a segunda, ainda mais, porque sua feliz situação, a amenidade de seu clima, a fertilidade de seu solo, a disposição para facilitar os transportes em toda a circunvizinhança da cidade e sua maior proximidade da ação do governo geral, são outros tantos motivos para torna-la em pouco tempo uma capital que não só corresponda à importância da província, mas até venha a ser a primeira cidade central do império. (Idem).

Ainda, o deputado padre Agostinho Francisco de Sousa Paraíso, no ano de 1867, "queria a capital nas margens do Rio das Velhas e levou o seu pensamento ao Congresso". (BARRETO, 1996, p. 288). Assim, fica claro que, desde que Ouro Preto passou a ocupar o posto de capital de Minas Gerais, ideias sobre a transferência da sede do governo já faziam parte do imaginário das elites políticas.

Entretanto, foi só quando se inaugurou a Primeira República que a capital mineira efetivamente foi transferida, da antiga Ouro Preto colonial e imperial para a nova cidade moderna, que representaria o Estado mineiro no novo tempo que se iniciara.

2. Primeira República e a contribuição para concretização da mudança da capital

Segundo Letícia Julião, "instaurada por um golpe militar, à revelia dos segmentos populares e sem qualquer projeto que os pudesse seduzir, a República precisava construir um corpo de representação que a justificasse para além das fronteiras das elites, conquistando a simpatia popular". (JULIÃO, 2011, p. 125). Entretanto, o sentido de comunhão nacional em relação ao novo regime não foi alcançado, mantendo-se a distância entre as camadas populares e as elites políticas (CARVALHO, 1990, p. 141-142).

Aquele contexto de inauguração da Primeira República, marcado pela incerteza política e agitação ideológica, em meio a busca pela legitimação do regime, representou, segundo Letícia Julião, "uma porta aberta para a aventura ousada da construção de Belo Horizonte – com certeza a obra simbólica de maior envergadura da República em Minas" (JULIÃO, 2011, p. 125).

O decreto de número 7, de 20 de novembro de 1889, do governo provisório de Deodoro da Fonseca assegurou que os governadores poderiam "estabelecer a divisão civil, judicial e eclesiastica do respectivo estado e ordenar a mudança de sua capital para o logar que mais convier" (DECRETO nº 7, 1889). Depois das tentativas anteriores acerca da mudança da sede do governo mineiro, a Primeira República significava uma nova chance para a execução de um projeto de transferência.

De acordo com Letícia Julião, não seria errôneo afirmar que o projeto de transferência da capital tivesse tido relação com os conflitos políticos e ideológicos que se seguiram à instauração da República. Foram colocados em curso embates entre diversas visões de urbanidade e concepções distintas de organização comunitária de cidadãos, expressos na recusa, no receio ou no desejo da construção de uma cidade moderna. O projeto de transferência da capital produzia variadas imagens referentes a nova cidade, como as de centro intelectual e econômico, polo de irradiação do poder, cidade moderna e progressista, espaço racionalmente concebido, centro promotor do desenvolvimento republicano. (JULIÃO, 2011, p. 125).

Segundo Letícia Julião, os deslocamentos de cidades capitais representam movimentos cuja tentativa é dar forma a projetos em ascensão, cancelando, assim, a força de antigos significados presentes nas cidades preteridas. (Idem, ibidem, p. 115). O que se passava no cenário mineiro é exatamente o que a autora afirmou. A mudança da capital de Minas Gerais estava inserida num projeto brasileiro, o da Primeira República mas, também, estava inserido num cenário de influências internacionais, pois as transformações urbanas que haviam ocorrido nos países desenvolvidos durante o século XIX surtiram efeitos nos países subdesenvolvidos, como o Brasil, que entre os séculos XIX e XX se urbanizaram com base nas influências estrangeiras[4]. Mudar a capital mineira de localidade era também contribuir para o cancelamento de significados presentes em Ouro Preto: como os de cidade colonial e imperial, com seus traçados urbanos irregulares e economia decadente após a mineração. O cancelamento ouro-pretano daria lugar à

[4] "Naturalmente, o sentimento, ainda que indefinido, de que se ingressava em uma era de modernização, não expressava um mero desejo infundado das elites. Nem as idealizações urbanas eram fruto de uma fantasia aleatória. De fato, o Brasil, nas últimas décadas do século XIX, como tantas outras regiões do planeta, passara a receber os ecos do processo de expansão do capitalismo que, a partir de meados do século XIX, alcançara todo o globo terrestre, integrando diferentes regiões à sua dinâmica. Áreas remotas foram conquistadas e, à medida que o capitalismo se estendia no espaço geográfico, surgia um mercado internacionalizado, no qual trabalhadores, mercadorias e capitais circulavam numa mobilidade inédita, concomitante à supressão de antigas relações tradicionais, num processo ímpar de europeização dos povos. A crença da elite republicana no progresso não era senão ressonância desse processo de escala mundial. As mudanças que ocorrem no País, a partir de 1870 – surgimento de estabelecimentos fabris, crescimento das cidades, aperfeiçoamento dos transportes, intensificação do comércio, fim da escravidão e organização do mercado de trabalho livre –, só vinham reforçar tais convicções". (JULIÃO, 2011, p. 117).

ascensão da nova cidade capital, que seria construída nos moldes de modernos centros urbanos.

As transformações urbanas que fizeram parte do projeto nacional de urbanização no Brasil foram baseadas, sobretudo, nas obras de melhorias urbanas de Haussmann, responsável pelas reformas urbanas da Paris de meados do século XIX, no período de 1853 a 1870. (MARINS, 1996, p. 134).

O significado que guardava Ouro Preto, a capital mineira desde inícios do século XVIII, era de oposição à modernidade que se buscava com a instauração da Primeira República. Os novos hábitos e costumes de vida, mimetizados do estrangeiro e, principalmente, os novos formatos urbanos, não eram compatíveis com a Ouro Preto do período colonial e imperial.

Logo que o decreto de Deodoro da Fonseca foi anunciado, em 1889, sua aplicação imediata foi solicitada por elites políticas. Para além das disposições legais, o desejo de transferência da capital mineira sustentava-se, naquele momento, na consciência de que se vivia o marco inicial de um novo tempo, onde eram depositadas as expectativas de desenvolvimento e modernização nacional. (Idem). Entretanto, ainda que Deodoro da Fonseca tivesse dado poder para que os governantes elaborassem projetos de transferência das capitais, políticos de Ouro Preto, contrários a mudança, alcançaram uma vitória em relação a seus desejos de manutenção da capital, ao levarem os debates para o âmbito legislativo. O tema foi discutido no Congresso Constituinte dois anos depois, em 1891 (ARRUDA, 2012, p. 93).

Naquele ano, o presidente do Estado, Augusto de Lima, afirmou sobre a necessidade de nova localidade para a capital mineira, “que seja o centro de atividade intelectual, industrial e financeiro, e ponto de apoio para a integridade de Minas Gerais, seu desenvolvimento e prosperidade”. (MENSAGEM dirigida pelo presidente de Estado Antonio Augusto de Lima ao Congresso Constituinte de Minas Gerais, 1891, p. 22). Mais

uma vez, Ouro Preto se mostrava aquém da função de ser a cidade centro do Estado mineiro[5].

De 1891 – quando o tema da mudança foi discutido no Congresso Constituinte – até 1893 – quando o lugar onde se situa Belo Horizonte foi, definitivamente, escolhido para ser a nova capital mineira – numerosas discussões agitaram as elites políticas. Belo Horizonte (o antigo Curral Del Rei[6]) não foi o único lugar a figurar no pensamento dos promotores da mudança de capital.

Que o novo regime político brasileiro pode ser considerado o acontecimento que reacendeu os ânimos para a concretização da transferência da capital, não nos resta dúvida. Da instauração da Primeira República, em 1889, até a inauguração da nova capital, se passaram apenas oito anos.

A respeito da escolha do lugar para ser a cidade capital de Minas, há duas interpretações relevantes que buscaram entender o porquê da escolha de Belo Horizonte, na área central do Estado: uma delas é fundada nas bases políticas e regionais da temática, considerando uma disputa entre mudancistas e não mudancistas; a outra, concebe a escolha de Belo Horizonte como uma estratégia de conciliação entre as diferentes regiões mineiras, de forma a conferir unidade ao Estado. É a respeito de tais interpretações que tratará a próxima seção.

3. Interpretações sobre a transferência da capital de Minas Gerais

Francisco Iglésias (1990), organizador do texto *A Constituinte Mineira de 1891*, ao abordar a mudança da capital mineira, ressaltou que a transferência se justificava por três motivos: primeiro, os debates pela mudança tinham como explicação a tentativa de alcance de um ponto de equilíbrio das novas regiões produtoras mineras, interpretação,

[5] "A modernização, atingido as áreas econômicas, políticas e sociais e o modernismo englobando a arte, a cultura e a sensibilidade foram fatores chaves para se pensar um novo espaço para a capital mineira, agregando, assim, todo o simbolismo de uma época (fins do século XIX e início do século XX)". (PASSOS, 2016, p. 335).

[6] O antigo distrito pertencente à Sabará, sob o nome de Curral Del Rei nos períodos colonial e imperial, passou a se chamar Bello Horizonte no ano de 1890. Tendo sido escolhido para ser a capital mineira, em 1897, teve o nome alterado para Cidade de Minas. No ano de 1901, passou a ser novamente denominado Belo Horizonte.

na visão do autor, mais assimilada pela historiografia; segundo, a mudança era necessária como uma forma de solucionar os entraves administrativos de Ouro Preto, que simbolizava um "Ancien Regime"; terceiro, a luta pela transferência da capital se justificava pela tentativa de substituição de um símbolo decadente – o monarquismo de Ouro Preto – por um outro moderno. (PASSOS, 2016, p. 335).

Partindo dos escritos do autor, é possível afirmar que dos três motivos elencados, dois deles estavam presentes no cenário mineiro desde antes da proclamação da República: os entraves administrativos de Ouro Preto, bem como a substituição da capital por outra, que não significasse decadência e que fosse mais moderna. Como foi possível compreender por meio da leitura da seção anterior, houve um momento da história em que elites mineiras concordaram com a impossibilidade de Ouro Preto continuar sendo a capital. Assim, é possível separar, dos três motivos para a transferência da capital elencados acima, dois deles como motivos que antecederam a escolha de Belo Horizonte, no Centro do Estado, para ser a sede do novo governo: se referem, os dois, a problemas oriundos de Ouro Preto. O outro motivo, isto é, a mudança de capital como uma forma de encontrar um ponto de equilíbrio para as regiões de Minas Gerais, pode ser relacionado a escolha de Belo Horizonte como a localidade para a qual a capital foi transferida.

Cláudia Viscardi (2007), em *A Capital Controversa*, texto escrito para o dossiê "Belo Horizonte 100 anos depois", da revista do Arquivo Público Mineiro, apresentou uma discussão sobre interpretações presentes na historiografia que tiveram como objetivo o entendimento da escolha da localidade de Belo Horizonte para ser a capital de Minas Gerais. Segundo a autora, é possível dividir a produção sobre a temática em dois grandes grupos: um primeiro grupo, que ressaltou as disputas políticas e regionais entre mudancistas e não mudancistas; um outro grupo, que entendeu que o local onde se situa a capital mineira foi escolhido como uma forma de conferir unidade ao Estado de Minas Gerais, tão vasto e com regiões que se desenvolviam política e economicamente de forma heterogênea.

Na presente seção, serão analisadas as duas interpretações acerca da escolha de Belo Horizonte para abrigar a capital: primeiro, a historiografia que interpretou a

transferência da sede do governo ressaltando os fundamentos políticos e regionais; depois, a historiografia que interpretou a transferência da sede do governo frisando a tentativa do alcance de certa conciliação para Minas Gerais. Embora haja separação de interpretações, parece que os interesses políticos estiveram presentes nas duas.

3.1. Uma disputa entre antagonistas políticos mineiros

Ainda que os autores apresentados nesta subseção evidenciem as bases políticas e regionais no que diz respeito a transferência da capital, um ponto comum destes com aqueles que defendem a transferência de capital como uma forma de alcance de unidade econômica e política mineira é o fato de Minas Gerais ter se desenvolvido voltada para mercados exteriores aos das fronteiras mineiras, desenvolvimento que continuou ocorrendo voltado para os mercados externos inclusive depois da proclamação da República e da transferência da capital, de Ouro Preto para Belo Horizonte.

Segundo Vera Alice Cardoso Silva – ao ressaltar as regiões da Zona da Mata e do Sul de Minas Gerais – desde o período do Império, a maior concentração de propriedades e de mão-de-obra na Zona da Mata, impulsionou o primeiro surto industrial mineiro, localizado na cidade de Juiz de Fora (SILVA, 1982, p. 158). A cidade central da Zona da Mata era muito mais próxima do Rio de Janeiro que da antiga capital, Ouro Preto, não apenas em termos geográficos, mas também econômicos. A expansão da economia sul-mineira, de forma diferente, se deu com vínculos mais próximos ao da economia paulista. A indústria que se desenvolveu no sul mineiro foi especificamente a pastoril, sendo a produção de leite, carne e laticínios, que atendia tanto a São Paulo como ao Rio de Janeiro (Idem, ibidem).

A respeito do desenvolvimento da cafeicultura, a sul-mineira teve mais relação com a disseminação da cafeicultura paulista do que com uma expansão da cafeicultura da Zona da Mata mineira. Da mesma forma ocorria com a comercialização nas duas regiões, pois o Sul de Minas se vinculava ao porto de Santos e a Zona da Mata, ao porto do Rio de Janeiro. (Idem, ibidem, p. 157-158).

As afirmações da autora reforçam a tese de que Minas Gerais se desenvolvia heterogeneamente do ponto de vista político e econômico, o que continuou ocorrendo ainda depois da transferência da capital, vale ressaltar. Se a transferência foi o resultado de uma disputa predominantemente política, ou se foi uma forma de conferir unidade ao desenvolvimento mineiro, as duas interpretações compartilham a ideia de um desenvolvimento heterogêneo que fazia parte de Minas Gerais desde o período imperial. A região central, mesmo abrigando a capital, não se tornou de imediato o centro econômico mineiro, embora tenha concentrado a força política do Estado:

> Por sua vez, a Zona Metalúrgica, nas três primeiras décadas republicanas bastante estagnada economicamente, reunia, de fato, os recursos políticos do Estado: a burocracia pública e os homens treinados em fazer política. Tal herança liga-se ao passado colonial e ao apogeu do Ciclo do Ouro. É interessante notar que a maioria dos republicanos ativos em Minas, durante os últimos anos do Império, viviam nas antigas cidades da mineração, localizadas no Vale do Jequitinhonha e na região de Ouro Preto, ou eram delas oriundos. O controle sobre o aparato político, que os longos anos de estagnação econômica vividos pela Província de Minas só serviram para consolidar deu aos políticos do Centro, totalmente ligados às decadentes zonas de mineração, um trunfo inestimável quando surgiu o novo regime. (Idem, ibidem).

Ainda que o desenvolvimento heterogêneo mineiro possa ser tomado como uma das causas da escolha da localidade de Belo Horizonte para ser a capital, os fatores políticos se constituem na explicação mais relevante da primeira interpretação analisada. Sobre o início do período republicano em Minas Gerais, escreveu Hélio Lobo que ocorreu "uma das mais interessantes fases do novo regime, com a luta, que logo se travou, entre Ouro Preto, a capital política, de tradição conservadora para não dizer monárquica, e Juiz de Fora, o maior centro de vida industrial e de população do Estado, ciosa de suas credenciais republicanas". (LOBO, 1937, p. 38-39). Se formou no Estado, segundo o autor, dois grupos políticos: o dos alvinistas e o dos dissidentes. O segundo grupo fazia oposição a Cesário Alvim no Estado e a Deodoro da Fonseca na presidência. Aquele grupo era conhecido também como o dos republicanos históricos. De acordo com Vera Alice Cardoso da Silva:

> Com efeito, a primeira Câmara Legislativa do governo republicano congregava uma maioria de políticos que representavam tendências reformistas radicais, geralmente identificadas com o industrialismo, o emissionismo e o protecionismo, como orientações básicas de política econômica. Tais políticos eram geralmente conhecidos como republicanos históricos – aqueles que haviam pregado o regime desde a época imperial. Endossaram e orientaram as grandes medidas reformistas dos governos militares: a reforma bancária e as diversas medidas protecionistas tomadas pelo então Ministro da Fazenda, Rui Barbosa. Ora, essa mesma Câmara reagiu violentamente às pressões de Deodoro para se prolongar o primeiro governo militar. Forçou sua renúncia, do mesmo modo que criou os impedimentos reais que reprimiram a ampliação do poder dos militares à época da debilidade das instituições republicanas e do poder civil. (SILVA, 1982, p. 148).

O grupo dos dissidentes ou republicanos históricos era o que defendia a bandeira mudancista[7]. Segundo Afonso Arinos de Mello Franco, a região central, após o declínio da mineração, não detinha condições para manter a capital; a divergência se configurava entre os diferentes interesses das regiões dominantes e decadentes. Dos grupos políticos que se formaram em Minas Gerais no contexto das discussões sobre a mudança da capital, os republicanos históricos se concentravam nas regiões cafeicultoras, isto é, a Zona da Mata e o Sul de Minas. Havia um outro grupo, de adesistas e monarquistas, que se concentravam nas demais regiões do Estado. A mudança da capital poderia ser explicada, segundo o autor, com base nas disputas políticas e no desenvolvimento econômico desigual observado no interior de Minas Gerais. A Zona da Mata e o Sul de Minas Gerais, as regiões mais ricas do Estado, teriam se unido, de forma que Juiz de Fora seria a nova sede do governo. Assim, as duas regiões, unidas, defenderiam seus interesses comuns, já que ambas tinham como principal atividade econômica a cafeicultura. (FRANCO, 1956 *apud* VISCARDI, 2007, p. 32).

Para Moema Miranda de Siqueira, "o grupo favorável à mudança corresponde à ala republicana progressista, enquanto o grupo defensor de Ouro Preto, como Capital,

[7] Segundo Iglésias, a mudança da capital significou mais do que uma simples questão regional, tendo sido observados três grupos políticos. Nas palavras do autor: "há um confronto latente entre os setores progressistas que encarnavam um ideal republicano; os setores liberais que, representando um outro modelo de república, pregavam a manutenção do "status quo", no sentido de uma modernização conservadora; e, por fim, os setores conservadores, ainda arraigados a um ideal monárquico, somente conformados com a situação republicana". (IGLÉSIAS, 1990, p. 212).

seria composto fundamentalmente de tradicionalistas e reacionários" (SIQUEIRA, 1972, p. 93). Dentre os valores dos não mudancistas, estavam a integração com parentes, a preferência pela vida nas pequenas cidades, a desconfiança em relação aos estranhos, o pouco individualismo (Idem, ibidem). A respeito dos grupos políticos que se formaram em Minas Gerais no contexto da mudança, ressaltou a autora que o grupo de mudancistas não era composto em sua totalidade de monarquistas, mas liderado por tradicionalistas e conservadores. "Assim, a rigor, nem todos os conservadores eram monarquistas e nem todos os liberais eram republicanos" (Idem, ibidem, p. 99).

Sobre as localidades de concentração dos grupos políticos, escreveu Siqueira, realizando uma crítica ao trabalho de Afonso Arinos de Mello Franco, que a separação realizada pelo autor, de republicanos históricos concentrados nas regiões cafeicultoras e adesistas fora daquelas áreas não era válida, já que foram encontrados elementos de uma mesma região em diferentes grupos políticos.

> A reunião de republicanos e monarquistas da zona de Ouro Preto e adjacências no grupo anti-mudancista explica-se pela tentativa de manutenção do *status quo*. A maioria deles, de famílias tradicionais da área, secularmente estabelecidos, com laços de ancestralidade, sem falar nos interesses econômicos propriamente ditos, via na mudança da Capital modificações nem sempre favoráveis ao seu *status*. Já o grupo defensor da mudança da Capital considerava a defesa da transferência como uma tomada de posição progressista e ambiciosa, própria de jovens. (Idem, ibidem, p. 99-100).

Seguindo a mesma linha de raciocínio de Lobo, Silva, Franco e Siqueira, as palavras de Iglésias mostraram que a mudança da capital remeteu a separação de grupos políticos dentro de Minas Gerais. Segundo o autor: "Só com a percepção de se estar na linha do progresso, incorporada nos jovens políticos é que se torna possível bancar e, de fato, fazer uma nova cidade, radicalmente oposta à cidade interiorana, entendida esta quase como extensão do mundo rural" (IGLÉSIAS, 1990, p. 221-222). Os escritos de Iglésias nos fazem crer que "os jovens políticos", os que estavam "na linha do progresso", eram os dissidentes descritos por Lobo; os republicanos históricos, descritos por Silva e Franco; os republicanos progressistas descritos por Siqueira.

Segundo Vera Alice Cardoso da Silva, os interesses da Zona da Mata e do Sul de Minas Gerais, no contexto da mudança da capital, não eram os mesmos. As duas regiões eram cafeicultoras, mas se desenvolviam de formas diferentes, a Zona da Mata voltada para o Rio de Janeiro e o Sul de Minas, para São Paulo. Para a autora, a união que ocorreu em Minas Gerais foi entre os cafeicultores do Sul com os políticos da Zona Metalúrgica ou região central de Minas Gerais. (SILVA, 1982, p. 157). Tal aliança se explicaria, segundo a autora, nas conexões econômicas externas das duas regiões cafeeiras mineiras, que auxiliavam nas definições de alianças políticas mais convenientes para cada uma delas: Zona da Mata voltada para o Rio de Janeiro e Sul de Minas mais ligado a São Paulo. (Idem, ibidem, p. 159).

No contexto da mudança de capital, uma forma de ativar a vida administrativa e econômica de Minas Gerais, os líderes econômicos – Zona da Mata e Sul, o primeiro grupo, de antigos plantadores e o segundo, de cafeicultores e pecuaristas que se consolidavam – viam a mudança com bons olhos. Segundo Vera Alice Cardoso da Silva, a definição do novo local para a capital era estratégica para a caracterização do grupo político que usufruiria de maiores benefícios. As cidades Leopoldina, Juiz de Fora, ou uma nova cidade, que seria construída no Vale do Paraibuna, foram rapidamente descartadas, dada a associação entre os representantes do Sul e da Zona Metalúrgica[8]. (Idem, ibidem, p. 158). Para a autora, a transferência da capital, de Ouro Preto para Belo Horizonte, pode ser explicada por meio dos fundamentos políticos:

> A escolha do local em que se construiu a nova capital pode ser vista como meia vitória de todos os interessados e como decisão em que foi essencial a presença dos políticos do Centro. Com relação a estes, parece realmente certo que seu principal objetivo era, e continuou a ser nos anos que se seguiram, gozar dos benefícios paralelos provenientes da ocupação de posições de mando, mesmo secundário, na estrutura política que então se organizava. Essa presença instrumental de políticos profissionais, representantes de regiões economicamente

[8] "Ora, para os políticos provenientes da Zona Metalúrgica, antigos donos do poder dentro do Estado, sem outro trunfo maior para competir, no momento constitucional que então se vivia, que o próprio controle da máquina burocrático-administrativa e a experiência de fazer política, a escolha do parceiro privilegiado faz-se pelo critério da maximização de sua posição política no novo regime: os interesses do Sul apareciam como os mais promissores, dada a vinculação com os interesses paulistas, os mais claramente organizados e dominadores, mesmo na quadra confusa dos governos militares". (Idem, ibidem, p. 159).

> decadentes mas populosas, foi peça fundamental na construção do sistema político-partidário dentro de Minas (Idem, ibidem, p. 158-159).

Segundo Iglésias, a localidade de Belo Horizonte era caracterizada como insalubre por algumas pessoas, também "de surto de bócio endêmico", apesar de, dentre a comissão que a averiguou para a escolha, estivessem 22 médicos. Se a topografia de Ouro Preto era limitada para alguns mudancistas, a de Belo Horizonte também era assim considerada: o local que abrigaria a nova capital possuía "topografia inadequada, insuficiência de água, em contraste com as vantagens do Vale do Rio das Mortes, a várzea próxima de São João del'Rei. O solo era pobre para a lavoura, feita com técnicas retardadas; prestava-se à pecuária, desenvolvia-se a criação, origem segura do nome de Curral". (IGLÉSIAS, 1990, p. 216). Ainda assim, foi Belo Horizonte escolhida para ser a sede do novo governo, sendo considerada a melhor opção dentre as demais localidades.

Se esta primeira interpretação ressaltou as bases políticas e regionais sobre a escolha de Belo Horizonte, considerando os grupos políticos que se formaram naquele cenário de disputas, a segunda converge para a busca de unidade mineira, destacando os esforços de Afonso Pena, como se verá abaixo.

3.2. A busca pela unidade econômica estadual

A respeito do processo de transferência da capital, Maria Efigência Lage de Resende (1973) e Francisco Iglésias (1990) salientaram o significativo papel de Afonso Pena. Nas palavras de Iglésias, "Afonso Pena aparece como figura central, pois certamente trilhou os caminhos do poder, surgindo sempre como solução de consenso no momento do caos e do aparente váculo de poder".

Depois de proclamada a República e as discussões sobre a mudança da capital terem adquirido nova forma, Augusto de Lima, na função de presidente provisório, contou com o apoio de Bias Fortes e lavrou um decreto que tratava da mudança de capital para Belo Horizonte. "Sem dúvida, a ideia de mudança era, não somente uma aspiração das novas forças econômicas, mas também de grupos ligados à política do antigo Centro minerador que reconheciam as deficiências de Ouro Preto como capital". (RESENDE, 1973, p. 602).

O decreto de Augusto de Lima não chegou a ser publicado, mas causou impacto entre as elites mineiras. Protestaram os que concorriam para a mudança da capital e os que eram a favor da manutenção em Ouro Preto. Para os primeiros, a decisão de Augusto de Lima foi autoritária, já que os excluía do processo decisório. Pressionado, o presidente reconsiderou a sua posição e remeteu o problema ao congresso, em mensagem do dia 17 de abril de 1891 (MENSAGEM dirigida pelo presidente de Estado Antonio Augusto de Lima ao Congresso Constituinte de Minas Gerais, 1891 e 1892).

A partir de 1892, Afonso Pena ocupou o cargo de presidente de Estado de Minas Gerais e, daquele momento em diante, as discussões sobre a transferência da capital se intensificaram e se concretizaram na mudança definitiva, em 1897. Segundo Resende, as posições de Afonso Pena acerca da transferência da capital foram, à primeira vista, contraditórias: durante o período em que foi senador no Congresso Constituinte Mineiro, opunha-se ele à mudança da capital para a Região do Rio das Velhas, onde se localiza Belo Horizonte[9]. Entretanto, quando passou a governar Minas Gerais, o grupo que mais defendeu a mudança para Belo Horizonte era coordenado por um partidário de Afonso Pena[10].

A respeito das colocações de Afonso Pena, escreveu Iglésias que, em primeiro lugar, o presidente do Estado se posicionou a favor da mudança. Logo em seguida, ficou claro seu apego, antes de tudo, à ordem. A questão da mudança também era, por Afonso Pena, vinculada à questão financeira do Estado, pois era necessário avaliar a situação econômica e financeira, a fim de decretarem-se as despesas necessárias com a transferência. Sobre as finanças do Estado, a mudança da capital poderia produzir melhores resultados para o bem comum mineiro, impulsionando as indústrias, viação

[9] "O ideal de Affonso Penna (...) era uma capital localizada no Vale do Rio Doce. As razões da escolha situavam-se sobretudo na necessidade de promover o desenvolvimento econômico de uma área que vivia na mais completa penúria. Esse objetivo nada mais vinha a ser que uma possível solução para a economia do Norte, no mesmo esquema que imperava na Mata, no Sul e no Triângulo, economia voltada para os centros exportadores e cujos polos localizavam-se no Rio de Janeiro e em Santos". (RESENDE, 1973, p. 606-607).

[10] "Vários outros dados indicavam que Affonso Penna não permanecera neutro na questão e que o Belo Horizonte tornara-se, por alguma razão, a solução que lhe parecia mais conveniente. Foi no contexto político-econômico da época e na evolução do problema da mudança da capital que se procurou encaminhar o problema". (Idem, ibidem, p. 604).

férrea, estabelecimentos agrícolas, profissionais, dentre outros. Além disso, a mudança da capital poderia auxiliar Minas Gerais a conseguir os recursos financeiros federais que, segundo Afonso Pena, iam em grandes quantidades para São Paulo e para o Rio de Janeiro (IGLÉSIAS, 1990, p. 217-218).

Instalado o Congresso Constituinte, foi eleita uma comissão denominada Comissão dos 11, que tinha por função elaborar o parecer sobre o projeto apresentado pelo governo. Da Comissão surgiu uma proposição, de um representante do norte de Minas, determinando a mudança da capital para um ponto central do Vale Rio das Velhas. Apresentada tal proposição, o regionalismo emergiu no Congresso. "Cada zona, através de seus representantes, procurava disputar a localização da sede administrativa do Estado" (RESENDE, 1973, p. 604-605). Inúmeros lugares, de diferentes regiões do Estado, foram propostos para sediar a nova sede do governo mineiro (Annaes do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais, 1891, p. 159, 428, 435, 442, 456).

O vasto território mineiro vinha se desenvolvendo "sem unidade e sem coesão econômica (...) desde o período colonial. Substituindo a mineração, a cafeicultura veio reforçar o tradicional esquema da economia mineira, desenvolvida em função de mercados externos" (RESENDE, 1973, p. 607). Considerando a extensão territorial de Minas Gerais, é possível realmente imaginar as várias cidades que foram indicadas para sediar o governo.

O ponto de vista de Resende, sobre a falta de unidade econômica de Minas Gerais, pode ser compreendido por meio de outros trabalhos. Paul Singer, por exemplo, afirmou, a respeito da escolha da nova capital:

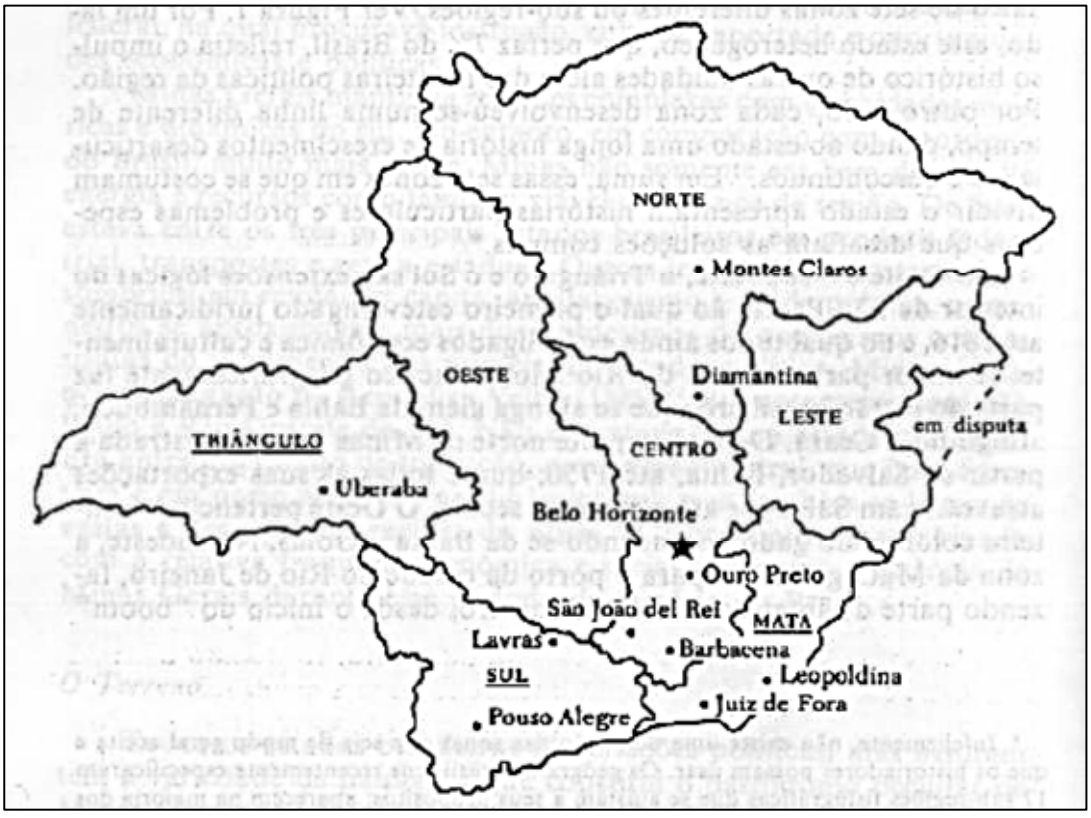
> Tratava-se de algo semelhante à quadratura do círculo, encontrar o centro de gravidade de uma economia que não o podia ter, pelas suas próprias características presentes, já que não havia qualquer conexão econômica entre as várias regiões, localizadas em vales de rios e separadas entre si por elevados divisores de água. E o problema era agravado pelo fato de a escolha dever considerar a evolução futura da economia, que ninguém parecia ser capaz de predizer. (SINGER, 1968, p. 218).

Na mesma linha, John Wirth, ao escrever sobre diversos aspectos da economia mineira durante o período republicano, salientou:

> É fundamental o fato de Minas não ser uma região, mas um mosaico de sete zonas diferentes ou sub-regiões. Por um lado, este estado heterogêneo, que perfaz 7% do Brasil, refletia o impulso histórico de outras unidades além das fronteiras políticas da região. Por outro lado, cada zona desenvolveu-se numa linha diferente de tempo, dando ao estado uma longa história de crescimentos desarticulados e descontínuos. Em suma, essas sete zonas em que se costumam dividir o estado apresentam histórias particulares e problemas especiais que desafiam as soluções comuns. (WIRTH, 1982, p. 41).

As sete regiões mineiras, segundo Wirth, eram: Triângulo, Norte, Sul, Leste, Oeste, Centro e Mata, conforme mostra o mapa abaixo:

Mapa 1.: As sete regiões mineiras no período republicano, segundo Wirth



Fonte: WIRTH, 1982, p. 42.

O argumento da falta de unidade econômica mineira era utilizado por opositores da mudança da capital, membros da elite política que reproduziam o discurso. Segundo

Silviano Brandão, mesmo que uma capital fosse eleita, na tentativa de conferir melhor articulação entre as regiões mineras, as separações ainda se manteriam:

> o Norte (...) aproveitando-se da grande arteria fluvial, o S. Francisco, pelos portos desse grande rio faz todo o seu commercio; o sul, compreendendo o triângulo mineiro, abrangendo férteis municípios, como Uberaba, Paracatú e outros, tem constantemente o seu commercio voltado para S. Paulo; o centro comprehendendo uma grande extensão territorial, dirige todos os seus productos para o Rio de Janeiro; o léste limitando- se com a Bahia e o Espirito Santo, deixa escoar pelo Jequitinhonha e rio Doce toda sua producção. (...) A diversidade de nossos valles formados por grandes rios, e separados por um systema de montanhas que se cruzam e se dirigem em todos os sentidos, é o mais solemne protesto contra a pretensão de construir-se uma cidade que seja centro de toda a atividade mineira. (Annaes do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais, 1891, p. 86).

Os argumentos utilizados pelos contestadores da mudança da capital, sobre a ligação das várias regiões de Minas com os mercados exteriores, eram também os argumentos para a manutenção da capital na região central, em um local que representasse o Estado de forma mais ativa que Ouro Preto: como as regiões estavam mais voltadas para os mercados além das fronteiras, uma capital no Centro do Estado poderia conferir maior unidade econômica para Minas Gerais.

Argumentos a favor da unidade mineira poderiam ser vistos nas palavras de membros da elite política mineira. Segundo o deputado Augusto Clementino, a mudança da capital seria uma forma de evitar desmembramentos no Estado:

> A definição que (...) dei do assumpto constitucional abrange perfeitamente a mudança da capital porque é um assumpto vital, que põe em movimento toda nossa organização política. Não é extranha ao Congresso a propaganda de desmembramentos como não o são outras que ameaçam a ordem publica e a ordem política, quando se trata da conservação da capital no seu antigo logar. (Annaes do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais, 1891, p. 204).

Na mesma linha de raciocínio, o deputado Francisco Faria Lobato votou pela mudança da capital para o bem de Minas Gerais:

> Declaro que votei pela mudança da capital e que assignei também a emenda do Sr. Josino de Britto, porque acho que ella consulta os interesses do Estado e egualmente as desse bom povo ouro-pretano, e

> também porque estou certo de que si ella não passar, a união de Minas perigará, e eu quero, antes de tudo, Minas forte, grande e prospera. (Annaes do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais, 1891, p. 428).

Dentro de um clima de disputas, a questão da transferência da capital parecia se tornar cada vez mais conflituosa, de forma que as numerosas indicações de locais e os embates políticos talvez direcionassem o Congresso para, terminada a tarefa de elaborar a Constituição, deixar a questão da mudança em suspenso. Uma possível solução para a complexa discussão, todavia, veio por meio da proposta do deputado Adalberto Ferraz, representante do Sul mineiro: sem indicação do local que sediaria a nova capital, conseguiu-se que a mudança fosse vista como uma determinação constitucional. (RESENDE, 1973, p. 611-612). Depois dessa importante decisão, o próximo passo, talvez ainda mais conflituoso que a decisão de mudar a capital, seria escolher a sua localidade.

Em 14 de outubro de 1891, foi organizada uma comissão para indicar os possíveis locais a serem estudados. O trabalho da comissão resultou na indicação de quatro lugares: Belo Horizonte, Paraúna, Barbacena e Várzea do Marçal. Uma outra localidade, Juiz de Fora, foi acrescentada para análise, proposta pelo Congresso. "A composição da Comissão é altamente indicativa de que a Várzea do Marçal [localizada onde atualmente se encontra a cidade de São João Del Rei] era uma solução do agrado da Mata e do Sul". (Idem, ibidem).

No mandato de Afonso Pena, a questão da transferência da capital entrou na etapa final. Em dezembro de 1892, foi nomeada a comissão para averiguação dos lugares que poderiam sediar o governo, presidida pelo engenheiro Aarão Reis e, da mesma forma, foram elaboradas as instruções que deveriam nortear o trabalho da comissão de averiguação. Em junho de 1893, o relatório do engenheiro estava finalizado[11]. Os estudos

[11] Aarão Leal de Carvalho Reis nasceu em Belém do Pará no ano de 1853 e faleceu no Rio de Janeiro em 1936. Se formou como engenheiro, urbanista e professor pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Em 1872, concluiu o curso de engenheiro geógrafo e, dois anos depois, em 1874 finalizou o curso de engenheiro civil. (OLIVEIRA, 2012, p. 73). Enquanto estudante, atuou no cenário pré-republicano do Rio de Janeiro, tendo fundado um pequeno jornal de combate republicano e um clube, também republicano. Publicista, foi tradutor de obras francesas. Atuou como professor de Matemática e Geografia em curso secundário e, posteriormente, lecionou Economia Política, Estatística, Direito Administrativo e Princípios de

foram remetidos para análise do Congresso e tratou-se imediatamente de eleger uma comissão para elaboração do projeto de lei referente a transferência da capital. Na comissão formada, a Zona da Mata e o Sul de Minas apareciam em maioria. Tendo sido conduzida a questão para uma deliberação definitiva, aumentou a oposição. A ocorrência levou à convocação de uma assembleia extraordinária, que se realizou em Barbacena, em novembro de 1893, sob as ponderações de inexistência de condições para que as deliberações ocorressem em Ouro Preto (RESENDE, 1973, p. 613), dada a agitação dos ouro-pretanos[12].

O relatório final de Aarão Reis foi limitado especialmente a duas localidades para ser a capital mineira, Várzea do Marçal e Belo Horizonte. Nas palavras do engenheiro, no relatório de 16 de junho de 1893:

> Entre a Varzea do Marçal e o Bello Horizonte é difícil a escolha. Em ambas, a nova cidade poderá desenvolver-se em optimas condições topographicas, em ambas, é facilimo o abastecimento d'agua e a instalação de esgotos, ambas offerecem excellentes condições para as edificações e a construcção em geral, e si, na actualidade, a Varzea do Marçal represente melhor o centro de gravidade do Estado e acha-se já ligada, por meios rápidos e faceis de comunicação com todas as zonas, d'aqui a algumas dezenas de annos Bello Horizonte melhor o representará, de certo, e mais directamente ligada ficará a todos os pontos do vasto territorio mineiro. (Relatório de Aarão Reis, 16/06/1893. In: BARRETO, op. cit., 1996, Vol. 1, p. 317).

Sobre as outras localidades, foi descrito o seguinte por Aarão Reis, em seu relatório: as localidades de Barbacena e Paraúna foram rejeitadas por escassas condições topográficas e higiênicas; a cidade de Juiz de Fora não poderia ser a capital mineira especialmente por causa de sua localização, "aquém da Mantiqueira e afastada, portanto, do verdadeiro centro territorial mineiro, sua inconveniente proximidade da Capital Federal". (Relatório de Aarão Reis, 16/06/1893. In: SINGER, 1968, p. 217).

Contabilidade e Navegação na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Sua carreira foi dividida entre atividades didáticas e cargos administrativos. (SALGUEIRO, 1997, p. 25-27).

[12] "Devido à escolha quase ao acaso com a qual conclui o relatório, sua aceitação pelo Congresso Estatual não poderia ser pacífica. Os interesses regionais se agitam mais furiosamente do que nunca. Os ouro-pretenses, os únicos certamente prejudicados pela mudança, ameaçam chegar às raias da violência, o que faz o Congresso transferir suas sessões para Barbacena". (SINGER, op. cit., 1968, p. 218).

A respeito de Aarão Reis ter concluído por Várzea do Marçal ou Belo Horizonte, escreveu Resende que, ainda que tenha manifestado alguma indeterminação, certamente proposital, a opinião do engenheiro revelava uma posição mais favorável a Belo Horizonte. Entretanto:

> a Comissão entendeu como lhe convinha entender e declarando estar de pleno acordo com o Relatório, apresentou projeto de lei que designava a Várzea do Marçal para lá se construir a capital do Estado. Colocado o projeto de lei em votação, foi o mesmo aprovado, salvo as emendas. Estava transitoriamente vitoriosa a Várzea do Marçal e, com ela, Mata e Sul. (RESENDE, 1973, p. 614).

Para o grupo dos opositores à mudança da capital, a indicação de Várzea do Marçal não era válida, mas para os representantes de São João Del Rei, a indicação significava a oportunidade de incorporar a cidade à economia da Mata e do Sul, as zonas mais ricas do Estado. (Idem, ibidem, p. 614-615). A indicação de Várzea do Marçal não significou, entretanto, que o lugar definitivo para abrigar a capital mineira havia sido escolhido[13].

Afonso Pena desempenhou papel decisivo para que a capital fosse transferida para Belo Horizonte. Nas palavras de Resende, vários fatores indicaram tal papel. Pode-se citar alguns: primeiro, o "bem preparado" estudo que Afonso Pena apresentou ao congresso, que comparava as condições de Várzea do Marçal e de Belo Horizonte, baseado nos relatórios parciais de Aarão Reis; segundo fator, a ambiguidade da conclusão do relatório de Aarão Reis que, como ressaltou-se acima, frisava que, ainda que Várzea do Marçal representasse melhor o centro de gravidade do Estado por já contar, na época, com meios

[13] "Não faltaram proposições sobre Barbacena e Juiz de Fora, mas a questão estava de fato limitada à Várzea do Marçal e ao Belo Horizonte. Em torno da salubridade do clima, da configuração do terreno, do bócio endêmico, girou grande parte da discussão. Aspectos mais graves como, por exemplo, a existência de terras devolutas nas regiões indicadas, a vinculação da capital a uma estrada de ferro pertencente a empresa particular, a Oeste de Minas, que cortava a Várzea, não chegaram a despertar interesse que pudesse conduzir a alguma posição nova. Da leitura das atas da sessão extraordinária de Barbacena, fica nítida a impressão de que se tratava uma discussão na qual a maioria dos congressistas disputava coisa muito diferente, que não se situava no plano de determinar qual era de fato o melhor local a ser escolhido para capital. Uma das raras exceções que se pode notar, foi a do Senador Virgílio de Mello Franco, que defendia (...) uma mesma posição. Para ele, a capital de um Estado nunca deveria ser interiorizada e sua localização próxima ao litoral era condição para uma ligação aos estados vizinhos, de modo a tornar possível uma comunhão de ideias e de interesses". (RESENDE, 1973, p. 615).

de comunicação em relação às demais regiões de Minas, com o passar dos anos Belo Horizonte representaria de forma melhor, se ligando mais diretamente a todos os pontos do Estado[14]; terceiro, é possível afirmar que, feitos os pedidos de informações ao governo sobre a existência de terras devolutas na Várzea do Marçal e em Belo Horizonte, só chegaram ao congresso informações referentes a Belo Horizonte. (RESENDE, 1973, p. 616).

Assim, depois de inúmeros embates, venceu Belo Horizonte, por pouco sobre Várzea do Marçal. "Belo Horizonte venceu por dois votos: 30 contra 28. A pequena diferença mostra a divisão de juízos. O resultado poderia facilmente ser outro, pois houve ausência de 14 parlamentares". (IGLÉSIAS, 1990, p. 216).

Resende se indagou se estariam, por fim os congressistas, convencidos sobre a superioridade de Belo Horizonte em relação a Várzea do Marçal. Os resultados mostraram que não. Os grupos que desejavam a mudança de localidade da capital permaneciam com os seus mesmos posicionamentos. Votaram por Belo Horizonte o Centro (talvez porque, ainda que a capital saísse de Ouro Preto, continuaria na mesma região), o Norte e alguns representantes da Zona dos Campos, local do qual sairia o sucessor de Afonso Pena, Bias Fortes. Os votos provenientes de outras áreas geográficas eram de indivíduos ligados à política do antigo Centro minerador: o voto do tenente coronel Eugênio Simplício de Salles, radicado em Ouro Preto, por exemplo, e o voto do senador Antônio Martins Ferreira da Silva, da cidade de Ponte Nova, que pertencia à Mata apenas em termos geográficos, mas não estava incorporada à economia cafeicultora regional. Na vitória de Belo Horizonte, o grupo opositor à mudança da capital teve papel decisivo, segundo Resende (1973, p. 616). Quando os acontecimentos mostravam uma possível vitória de Várzea do Marçal, os opositores – um grupo de aproximadamente dez pessoas – resolveram "resistir dentro da lei". (Annaes do Congresso Mineiro em sessão extraordinária em Barbacena, 1893, p. 139).

[14] Os laços entre Aarão e Reis e Afonso Penna podem ser compreendidos por meio da leitura do relatório do engenheiro: "o desejo de corresponder mais uma vez, á honrosa confiança pessoal e profissional, com que V. Ex. de longa data me distingue, determinaram me a acceitar a ardua incumbencia, para que V. Ex. covidou-me". (Relatório de Aarão Reis. In: BARRETO, op. cit., 1996, Vol. 1, p. 256).

De acordo com Resende, a averiguação das votações mostrou que as argumentações sobre a determinação do local para abrigar a capital foi, principalmente, uma luta entre regiões decadentes e regiões prósperas de Minas, embora fossem encontrados indicativos nas mensagens de Afonso Pena de que a disputa não tenha se situado puramente no nível de regionalismos. As mensagens destacaram uma visão realista acerca da situação econômico-financeira de Minas Gerais, marcada, sobretudo, pela consciência do desequilíbrio interno, desequilíbrio que era verificado especialmente no caso da região Norte. Um dos principais entraves para o não desenvolvimento do Norte dizia respeito aos transportes naquela região. Segundo Afonso Pena:

> O maior embaraço, porem, com que luctam os exportadores e industriaes é a dificuldade de transportes. É pois de maior urgência estender os trilhos de ferro para essa parte do Estado até hoje entregue a seus recursos proprios. O prolongamento do ramal de Ouro Preto, ou qualquer outra linha que para lá se dirija, é medida aconselhada pelos interesses econômicos, administrativos e políticos do Estado. Do ponto convenientemente dessa linha deverá partir a que ponha em comunicação o centro de Minas com os portos do Espirito Santo, encurtando as distancias para o mar e abrindo para o nosso Estado novos escoadouros para os seus ricos productos. Assim ficarão também ligados os municipios do norte com os do centro e do sul, como muito convem aos interesses políticos do Estado. (MENSAGEM dirigida pelo presidente de Estado Affonso Augusto Moreira Penna ao Congresso Mineiro em sua terceira sessão ordinária da 1ª legislatura, 1893, p. 16-17).

Na visão de Resende, toda a ação de Afonso Pena, desde o Congresso Constituinte, notabilizava a relevância da luta contra o desequilíbrio político e econômico estadual. Igualmente nas mensagens de presidente do Estado, se notou a busca pelo equilíbrio político e econômico, como por exemplo quando ressaltou a conveniência de oferecer condições ao Norte de levar seus produtos aos centros exportadores. O sentido de manter a capital no Centro do Estado era para conferir unidade às regiões. (RESENDE, 1973, p. 617-618).

> A questão do desequilíbrio econômico envolvia claramente a unidade política. Toda a política de Affonso Penna estava exatamente pautada na procura de caminhos que pudessem conduzir a um almejado equilíbrio, tão vital aos interesses políticos do Estado. É essa constatação que parece justificar a posição de Affonso Penna em favor

> de Belo Horizonte. Evitar que a capital fosse colocada em zona estrategicamente favorável à Mata e ao Sul, era evitar o agravamento do desequilíbrio econômico, numa fase em que o separatismo, originado desse mesmo desequilíbrio, ameaçava constantemente a unidade política do Estado. (RESENDE, 1973, p. 617-618).

Na mesma linha de Resende, os autores Paul Singer e John Wirth defenderam que a sede do governo mineiro foi transferida para Belo Horizonte para, sobretudo, conferir unidade ao Estado.

Paul Singer deixa transparecer que transferir a capital poderia ser uma forma de unificar o Estado, mas não seria fácil o caráter de unidade administrativa também se concretizar em unidade econômica:

> as diferentes regiões do Estado mantinham-se mais separadas do que nunca, embora seus representantes estivessem animados do desejo de restabelecer a unidade entre elas. Porém, cada uma delas supunha-se predestinada a servir de centro unificador de todas. A transferência da Capital seria o toque mágico que distinguiria a eleita, ao redor da qual se uniriam as demais por liames administrativos que, não se sabe por que meio, se tornariam também liames econômicos. (SINGER., 1968, p. 217).

Segundo Wirth, o desenvolvimento desigual das regiões de Minas Gerais poderia ser explicado observando-se as suas origens no século XVIII: localidade que servia de conveniência administrativa à metrópole. Entretanto, desde a Conjuração Mineira, o ideal de unificação, particularmente econômica, "estimulou a fundação de Belo Horizonte em 1897. Posteriormente, em 1960, foi um presidente (Juscelino Kubitschek) que mudou a capital federal do Brasil para Brasília pelos mesmos motivos". (SINGER, 1968, p. 69).

Para Iglésias, a cidade que abrigaria a nova capital seria representativa de um ponto de partida, em que o futuro se estabeleceria a partir dela. "Lugar em que o tempo não se repete, mas que tem pela frente a possibilidade infinita. Ouro Preto, ao contrário, era percebida como símbolo de estagnação e decadência. O tempo morto". (IGLÉSIAS, 1990, p. 222). Assim, segundo o autor, "não foi à toa que os dois lugares mais cotados foram Várzea do Marçal e Curral D'El Rei, dois povoamentos interioranos que desapareceriam para dar luz à cidade moderna, do tempo futuro". (Idem ibidem).

A respeito da localização da nova capital no Centro do Estado, de forma a conferir união a todas as regiões mineiras, vale notabilizar que, na verdade, a capital já se localizava no Centro, em Ouro Preto. Será que a unidade política e econômica que tanto buscava Afonso Pena não foi alcançada enquanto Ouro Preto era a capital por conta dos laços coloniais, da topografia, do ambiente e do clima, das limitadas condições de higiene, das habitações inadequadas, da falta da modernidade que se buscava com a Primeira República, que não se encontrava na antiga capital?

A unidade econômica que se buscava para Minas Gerais parece não ter sido alcançada, mesmo a capital tendo sido transferida[15]. Ainda que algumas regiões, como o Centro, tenham se desenvolvido economicamente depois de alguns anos após a transferência da capital, ao longo do século XX, as regiões de Minas Gerais ainda se desenvolvem de forma heterogênea, voltadas para mercados exteriores.

4. A transferência da capital como busca por comunhão

A respeito das duas interpretações sobre a mudança da capital, a que abordou a escolha de Belo Horizonte para ser a cidade capital com base nas bases políticas e regionais da disputa entre mudancistas e não mudancistas; e a que abordou a escolha de Belo Horizonte tendo significado um esforço de conciliação entre as diferentes regiões mineiras, uma forma de conferir unidade ao Estado, uma não exclui a outra. A presença

[15] "As paisagens de Minas Gerais, consequentemente, oferecem diferentes leituras ao historiador. O Triângulo tomou forma como uma moderna economia agropecuária a partir da década de 1880. Cultural e economicamente, era uma zona nova. O Norte, ao contrário, seguiu o curso da economia de estância do século XVII, salvo uma corrida de diamantes (depois de 1830). Suas velhas cidades se estagnaram nas margens dos vastos latifúndios até a chegada da estrada de ferro no final da década de 1920. O Oeste exportou gado para o sul, sendo que suas cidades interligavam-se por meio de velhas trilhas de gado e, no presente século, por estradas de ferro e rodovias. O café financiou a ascensão das zonas da Mata e do Sul em meados do século XIX. As terras da zona da Mata eram indígenas até 1830, ano em que a fronteira do café começou a expandir-se para o leste penetrando na floresta virgem. O sul também desenvolveu uma agricultura calcada no café; no século XVIII, sua economia estivera centrada na mineração de ouro. Durante a República Velha, estas duas zonas lideraram as outras em termos de riqueza, população e poder político. O Centro perdeu terreno para a zona da Mata e o Sul em todo o decorrer do século XIX, quando muitas famílias da elite se estabeleceram na agricultura, após migrarem de uma decadente área de mineração. Lá, juntaram-se a outros migrantes do vale do rio Paraíba, para formar uma nova elite (...) O longo declínio do centro cessou a partir de 1920, quando o desenvolvimento de indústrias de bens de consumo, bancos e comércio deu uma base econômica à nova capital política, Belo Horizonte. Com isso, o Centro recuperou a velha predominância, especialmente após 1930" (WIRTH, 1982, p. 43).

da divisão de grupos políticos no contexto da escolha de Belo Horizonte não invalida a busca pela conciliação das diferentes regiões no que diz respeito ao crescimento econômico.

Entretanto, a interpretação aqui defendida vai ao encontro da segunda abordagem, ou seja, com base nas argumentações dos autores, acredita-se que Belo Horizonte foi escolhida para ser a capital, justamente no Centro do Estado, como uma forma de busca por conciliação política e, especialmente econômica, entre as regiões estaduais. Ouro Preto já se situava na região central mineira, e numa distância próxima da nova capital, Belo Horizonte. Assim, a capital se manteve na mesma região, o Centro de Minas Gerais. Manter a capital na mesma região em que ela sempre foi, mas em uma localidade que seria planejada nos moldes de modernas cidades, foi uma tentativa de pretensão para uma comunhão estadual, pois continuando a capital na região central do Estado, mas em uma nova cidade, talvez a ligação das diferentes regiões de Minas com a capital, e da capital com as regiões diversas, fosse facilitada, de forma que o Estado como um todo crescesse mais homogeneamente.

Talvez, pensassem Afonso Pena e aqueles que votaram por Belo Horizonte, que o Estado realmente se desenvolveria de forma homogênea daquele ponto em diante. O que, na realidade, não ocorreu, já que Minas continuou se desenvolvendo de forma heterogênea.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

Documentos do Executivo

DECRETO nº 7, de 20 de novembro de 1889. Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, chefe do governo provisório – Aristides da Silveira Lobo.

MENSAGEM dirigida pelo presidente de Estado Dr. José Ricardo de Sá Rego a Assembleia Provincial da Província de Ouro Preto. 1851. Belo Horizonte: Arquivo

Público Mineiro, Secretaria de Governo da Província – documentos da Secretaria de Governo da Província.

MENSAGEM dirigida pelo presidente de Estado Antonio Augusto de Lima ao Congresso Constituinte de Minas Gerais. Annaes do Senado Mineiro, 1891 e 1892.

MENSAGEM dirigida pelo presidente de Estado Affonso Augusto Moreira Penna ao Congresso Mineiro em sua terceira sessão ordinária da 1ª legislatura. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1893.

Documento do Legislativo

Annaes do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais, 1891.

Annaes do Congresso Mineiro em Sessão Extraordinária, Barbacena, 1893.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Rogério Pereira de. "Belo Horizonte e La Plata: cidades-capitais da modernidade latino-americana no final do século XIX". *Revista de História Comparada*. Rio de Janeiro, 6-1, p. 85-123, 2012.

BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva* – Vol. 1: História Antiga. 2 ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas* – o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FERREIRA, Leonardo Gonçalves. "O presente e o passado no Museu Histórico Abílio Barreto (Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil)". *Ponto Urbe*, São Paulo. N. 23, p. 1-23, 2018.

IGLESIAS, Francisco (Org.). "A constituinte mineira de 1891". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, UFMG, n. 71, p. 163-246, julho de 1990.

JULIÃO, Letícia. "Sensibilidades e representações urbanas na transferência da Capital de Minas Gerais". *História* (São Paulo) v. 30, n.1, p.114-147, jan/jun 2011, ISSN 1980-4369.

LOBO, Hélio. *Um varão da República: Fernando Lobo* – A proclamação do regime em Minas, sua consolidação no Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

MARINS, Paulo César Garcez. "Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras". In: NOVAIS, Fernando (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*, v. 3, República: da Belle Époque à era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

OLIVEIRA, Carlos Alberto. *A nova capital em movimento:* a reconfiguração dos espaços públicos em Belo Horizonte (1897-1930). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. "A formação do espaço urbano da cidade de Belo Horizonte: um estudo à luz de comparações com as cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro". *Mediações*, Londrina, v. 21, n. 2, p. 332-352, jul. / dez., 2016.

RESENDE, Maria Efigência Lage de. "Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte". In: PAULA, Eurípedes Simões de. (Org.). *Anais do VII Simpósio Nacional dos professores universitários de História da Anpuh*: A cidade e a história. Belo Horizonte, 1973. P. 601-633.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. *Engenheiro Aarão Reis*: o progresso como missão. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997.

SARAIVA, Luiz Alex Silva; MACHADO, Ana Maria Alves. "Bipolaridade simbólica no Museu Histórico Abílio Barreto". *Cadernos EBAPE.BR*, Fundação Getúlio Vargas. N. 2., v. 5, p. 1-14, junho/2007.

SILVA, Vera Alice Cardoso. "O significado da participação dos mineiros na política nacional, durante a Primeira República". In: MONTEIRO, Norma de Goés (Org.). *V Seminário de Estudos Mineiros*, Belo Horizonte, UFMG, 1982.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana* – análise da evolução econômica de São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo: Companhia Editora Nacional. Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

SIQUEIRA, Moema Miranda de. "Mudança da capital de Minas: uma questão ideológica". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, separada do n. 33. Belo Horizonte, 1972.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. "A capital controversa". *Revista do Arquivo Público Mineiro* (dossiê Belo Horizonte 100 anos depois), ano XLIII, n. 2, p. 28-43, jul./dez. 2007.

WIRTH, John. *O Fiel da Balança* – Minas Gerais na Federação Brasileira (1889/1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

O café e a indústria: uma análise da formação econômica do município paulista de Rio Claro (1904-1937)

Nicoly Gomes Barrotti

Gustavo Pereira da Silva

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

O café e a indústria: uma análise da formação econômica do município paulista de Rio Claro (1904-1937)

Coffee and industry: an analysis of the economic formation of the paulista city of Rio Claro (1904-1937)

Nicoly Gomes Barrotti[1]

Gustavo Pereira da Silva[2]

Resumo:

A presente pesquisa analisa como se deu a formação e o desenvolvimento econômico do município paulista de Rio Claro, uma vez que a cidade conta, até os dias atuais, com vestígios da imigração e da grande lavoura cafeeira, traços que serviram como alicerce para o início da industrialização rio-clarense. Através de uma análise de dados, foi possível fazer apontamentos sobre o papel do café na formação de um complexo econômico pautado na mão-de-obra imigrante e na acumulação de capital proveniente das lavouras cafeeiras, que era, posteriormente, alocada em investimentos industriais que começam a surgir na região.

Palavras-chave: Rio Claro. Café. Imigração. Complexo econômico. Industrialização.

Abstract:

This research analyzes how the Rio Claro formation and economic development have happened, since the city has until the present day, immigration and the large coffee plantation traces, traits that served as a foundation for the beginning of industrialization

[1] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de São Carlos (PPGEc/UFSCar), campus Sorocaba-SP

[2] Professor no Departamento de Economia da Universidade Federal de São Carlos e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba-SP (PPGEc/UFSCar)

in Rio Claro. Through the analysis of data, it was possible to carry out several studies on the role of coffee in the formation of an economic complex based on immigrant labor and on the capital accumulation from coffee plantations, which was later allocated to industrial investments that began to emerge in the region.

Keywords: Rio Claro. Coffee. Immigration. Economic complex. Industrialization

***

Introdução

O município de Rio Claro é uma cidade do interior paulista de 191 anos que ocupa uma área de 498.422 km², formada pelos distritos de Ajapi e Assistência e pelos povoados de Batovi e Ferraz. O município é composto por cerca de 208 mil habitantes, segundo a estimativa do IBGE de 2020, e ocupa o 34° lugar no ranking brasileiro de municípios com melhores IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 2010. Além disso, possui um PIB per capita de 47,8 mil reais, sendo o 101° município com o maior PIB do país.

As origens econômicas da localidade conjugam-se à própria evolução da economia da província de São Paulo no século XVIII e XIX. Com as descobertas auríferas nas Minas Gerais e Mato Grosso, a região do atual município passou a ser um ponto de pousio para as tropas que seguiam rumo ao interior, suscitando um comércio local de gêneros de subsistência por volta do ano de 1720. Pouco mais de um século adiante, a capela curada de São João Batista de Rio Claro foi elevada à categoria de *freguesia* no ano de 1830, quando a economia local se notabilizava pelo predomínio dos engenhos de açúcar. Todavia, entre as décadas de 1850 e 1860, dois fatos destacaram-se na localidade: em 1857, a freguesia foi elevada à categoria de *cidade* - desmembrando-se dos municípios de Limeira e Mogi Mirim – e, concomitantemente, as lavouras rio-clarenses converteram-se em cafezais, atividade que se tornou o esteio da economia local até pelo 1930 (Dean, 1977; Bilac, 2001).

A historiografia econômica sobre Rio Claro tem forte influência do pioneiro trabalho de Dean (1977). Seu estudo sobre o sistema de trabalho na lavoura rio-clarense entre 1820-1920 explora a formação da economia local açucareira e, posteriormente, sua conversão ao café, indicando os capitalistas que financiaram embrionariamente estas atividades e a transição de mão-de-obra escrava ao trabalhador livre assalariado,

principalmente na figura do imigrante. Em que pese apresentar uma interessante relação entre produção cafeeira e salários dos imigrantes, o autor acaba não trazendo indícios da formação de um setor manufatureiro na localidade.

O trabalho de Santos (2000) tem por objetivo discutir o processo de urbanização de Rio Claro no período de 1850-1906, em que houve vasta expansão dos cafezais na região do Oeste Paulista. O autor toma como ponto de partida a argumentação das primeiras experiências com trabalhadores livres da região, inclusive imigrantes alemães, e a grande contribuição da linha férrea para a urbanização da cidade. Em seus resultados, Santos destaca que o setor de serviços se expandiu com a chegada da estrada de ferro e foi o setor que mais cresceu ao responder por uma demanda existente ao norte e a oeste da cidade. Além disso, a Cia. de Estrada de Ferro de Rio Claro (posteriormente adquirida pela Cia. Paulista de Estradas de Ferro) influenciou no surgimento de armazéns e de oficinas de vagões e de outros veículos. Esta análise, porém, é focada no desenvolvimento da linha férrea da cidade, não tendo como foco a influência da acumulação de capital derivada das lavouras cafeeiras, tampouco, os impactos adjacentes à economia industrial local.

Grandi (2006, 2007, 2020) faz uma análise histórica da primeira companhia ferroviária instalada na cidade, a Companhia Estrada de Ferro de Rio Claro no período 1882-1903[3]. Em seus trabalhos ora arrolados, a companhia ferroviária rioclarense é objeto de análise em que fica evidente sua alta lucratividade por conseguir carrear a produção cafeeira de uma região em franca expansão agrícola, cenário que se manteve após a compra da ferrovia pela Cia. Paulista em 1892. Apesar dos efeitos positivos que a Cia.

[3] Em 1876, a Cia. Paulista de Estradas de Ferro inaugurou a estação de Rio Claro, interligando a cidade ao eixo ferroviário provincial. Todavia, a extensão do tronco ferroviário a partir da cidade gerou uma disputa entre a Cia. Paulista, fazendeiros locais – como o Conde do Pinhal e o Visconde Rio Claro – e o Governo Imperial no intento de validar sua proposta de melhor traçado, a ponto da Cia. Paulista abdicar do direito de seu prolongamento da ferrovia, a dia 20 de maio de 1880, por não concordar com o projeto proposto. A partir deste momento, o Conde do Pinhal liderou a formação do capital que gerou Companhia Estrada de Ferro Rio Claro, uma sociedade anônima autorizada a funcionar através do Decreto n° 8639 de 12 de agosto de 1882, ferrovia que estendeu seus trilhos até os municípios de Araraquara e Jaú e, em 1889, seria vendida a um grupo de capitalistas ingleses que, em 1892, revenderiam a empresa à Cia. Paulista de Estradas de Ferro (Grandi, 2007).

Rio Claro gerou em outros setores da economia local – como a formação das oficinas de reparos ferroviários – o fato é que os trabalhos não exploram detalhadamente a relação entre o desenvolvimento ferroviário, a expansão das lavouras de café e o desencadeamento das primeiras indústrias rio-clarenses.

De outra parte, no que tange à formação da indústria rio-clarense, o trabalho de Selingardi-Sampaio (1987) busca fazer uma análise da evolução da estrutura industrial local, nomeando o período 1873-1929 como a "fase pioneira" e trazendo dados absolutos do número de empresas e dos setores manufatureiros. Todavia, estes dados originados a partir de fontes secundárias não detalham o capital destas empresas, os nomes dos empresários, a quantidade dos empregados, impossibilitando termos uma melhor noção de quais setores eram os mais relevantes na indústria rio-clarense da Primeira República[4].

Considerando os trabalhos apresentados acima, percebe-se que há uma lacuna na historiografia sobre como o avanço da lavoura cafeeira se expressou na formação da economia industrial no município de Rio Claro na Primeira República, que será o tema proposto nessa análise. Dessa forma, nosso objeto de estudo se calcará na tentativa de apreender quais eram as principais empresas manufatureiras na cidade de Rio Claro no ano de 1918 e no período 1928-1937, tentando elucidar se os proprietários destas firmas constavam como agricultores no ano de 1904-1905, data em que foi elaborada a Estatística Agrícola do município de Rio Claro. Em linhas gerais, o artigo busca trabalhar a relação entre café, imigração e a indústria rio-clarense à semelhança do trabalho de Lanza e Lamounier (2014), que destacaram junto ao avanço da cafeicultura ribeirão-pretana na Primeira República a formação de grandes empresas naquela localidade paulista.

[4] Cabe mencionar o estudo de Fileni (2009) que busca entender como se deu a participação do município de Rio Claro no processo de interiorização da indústria paulista e conclui que, a partir da década de 1970, a cidade vivenciou um desenvolvimento em ritmo acelerado, com a implantação de indústrias de médio e grande porte, multinacionais, surgimento de novos bairros e a consolidação de um Distrito Industrial.

Essa análise terá como recorte temporal o período entre 1904 a 1937, tendo em vista as fontes primárias arroladas: os dados da *Estatística Agrícola e Zootécnica de Rio Claro* para os anos de 1904-1905, a *Estatística Industrial para o município de Rio Claro* para o período 1918-1919 e, por fim, a *Estatística Industrial do Estado de São Paulo* no período 1928-1937, dados disponibilizados digitalmente pela Fundação SEADE. Ademais, utilizaremos também os dados da *Estatística de Produção e Comércio: o Café* que cobre o período de 1913 a 1933.

O artigo terá adiante quatro partes. Inicialmente será abordado o referencial teórico relativo ao trinômio café-imigração-indústria em São Paulo. Na sequência, o trabalho se debruça sobre a formação do complexo cafeeiro na região do Oeste Paulista, e qual foi a sua contribuição para a formação da indústria em Rio Claro. Em seguida, a análise buscará entender a formação da indústria em Rio Claro e sua situação nos anos 1915-1919. Por fim, o trabalho seguirá a análise sobre o setor manufatureiro rio-clarense no período 1928-1937.

1 – Café, imigração e a indústria na economia paulista da Primeira República

O artigo visa contribuir ao campo de estudos sobre a formação da indústria no Brasil, a partir do caso da indústria paulista na Primeira República (1889-1930) em que há o vazamento do capital agrícola ao industrial, na perspectiva do complexo econômico cafeeiro de Cano (1981) – café ao centro deste complexo e a indústria surgindo como atividade conexa – bem como, realçar o papel do imigrante na matriz social da indústria paulista abordado por Dean (1971) – junto de membros da elite agrária estadual.

Resumidamente, alguns elementos se combinaram para a formação do complexo cafeeiro paulista a partir dos anos 1870: o avanço da lavoura cafeeira pelas terras planas e férteis do interior de São Paulo (Oeste Paulista), a chegada dos imigrantes, a demanda por um sistema de transporte eficiente expresso pelas ferrovias, a produção e comércio

de alimentos, a urbanização e o crescimento populacional passaram a demandar atividades complementares à lavoura cafeeira (bancos, atividades de exportação-importação, infraestrutura portuária e urbana, atividades públicas) (Saes, 2010, p. 16-17).

A indústria paulista surge como uma destas atividades vinculadas ao complexo cafeeiro, sendo que, os setores manufatureiros predominantes na indústria brasileira da Primeira República eram os têxteis e o processamento de alimentos (Mello, 2009; Cano, 1981; Aureliano, 1999; Silva, 1995). Esta caracterização da indústria concentrada nos ramos de bens assalariados tinha a figura do imigrante em destaque, seja como um trabalhador rural que era consumidor de tais bens – por exemplo, ao adquirir calçados nacionais – ou como na condição de operário fabril, além, da presença dos imigrantes como empresários industriais (Dean, 1971).

As condições que teriam permitido aos imigrantes adentrarem ao empresariado industrial paulista passariam pelo capital previamente trazido da Europa ao Brasil, pelos proventos obtidos em terras brasileiras através do trabalho nas fazendas cafeicultoras ou mesmo no comércio urbano. Ademais, os imigrantes poderiam ter uma *expertise* financeira e industrial conquistada junto a bancos e empresas europeias que, muitas vezes, permitia a estes indivíduos serem representantes de firmas estrangeiras no Brasil que, com o passar do tempo, viram a necessidade construir oficinas para reparos de máquinas e equipamentos importados que se converteram em fábricas nacionais (Dean, 1971).

Caio Prado Júnior (1969, p. 261-262) afirma que "Efetivamente, a maior parte da indústria brasileira encontrou-se logo nas mãos de adventícios de recente data, ou seus sucessores imediatos". Bresser-Pereira (1964, p. 90-94) robusteceu esta visão, na década de 1960, ao levantar as origens sociais dos empresários de firmas com mais de 100 empregados nas cidades de São Paulo, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano, pontuando que 84% dos empresários são de origem estrangeira, com destaque aos 35% de raízes italianas, 16% de origem brasileiras e 13% de alemães e austríacos.

Estudos locais corroboraram os apontamentos de Dean (1971) e Bresser-Pereira (1964). Camillo (1998), ao abordar a formação da indústria em Campinas, na segunda

metade do XIX, constatou que 60% destas empresas eram de imigrantes, predominando italianos e alemães. Barbosa (2006, p. 92) indica que 55% das empresas calçadistas da cidade paulista de Franca, formadas entre os anos 1900-1945, tinham proprietários ou sócios de origem italiana. Em relação à cidade paulista de São Carlos, o estudo de Truzzi e Bassanezi (2009, p. 214) demonstra que, em 1907, 89% dos industriais registrados no censo local eram imigrantes, sendo que os italianos representavam 58% do total da amostra. Por sua vez, Brandão (2015, p. 328), ao analisar os registros de pequenas indústrias na cidade de Ribeirão Preto, entre 1890-1930, constatou que 54% vinham de proprietários de origem italiana. No caso do setor de bens de capital paulista (empresas de máquinas, oficinas mecânicas e fundições), Marson (2012, p. 500) faz um levantamento das empresas de bens de capital no estado de São Paulo no ano de 1891, arrolando 22 firmas, sendo que havia uma maioria de empresas com proprietários estrangeiros, sobretudo alemães.

Todavia, a matriz social do empresariado paulista seria dupla, pois, além dos imigrantes, ela contaria com a presença de fazendeiros locais. Em relação aos fazendeiros, Dean (1971, p. 43-44) aponta que uma parte destes agentes já tinha uma *expertise* empresarial, pois vários dos empreendimentos necessários ao negócio cafeeiro – ferrovias, bancos, firmas comissárias, casas de importação e exportação – tratavam-se de sociedades anônimas em que boa parte das ações estavam nas mãos da elite agrária – o grande capital cafeeiro – que buscava uma maneira diversificar seu capital dentro do complexo econômico paulista (Perissinotto, 1994). Em tais empresas – como as ferrovias – haveria uma divisão de tarefas entre os dois componentes da matriz social do industrial paulista: o comando técnico ficaria a cargo de imigrantes e seu conhecimento mecânico; aos fazendeiros, por sua vez, caberia a base financeira, com o capital necessário à formação da empresa (Saes, 2002)[5].

[5] Ao tomarmos como exemplo as ferrovias paulistas no ano de 1892, notamos que dentre os principais acionistas da Cia. Mogiana (Antonio A. Camargo, Banco dos Lavradores e José Estanislau do Amaral) e da Cia. Paulista (Barão de Arary, Barão de Souza Queiroz, Eduardo Prates, Martinho Prado Junior e Veridiana V. S. Prado) era inexistente a presença de agentes estrangeiros (Saes, 1981, p. 189-192).

Sendo assim, o café demandou a indústria, e esta foi constituída por uma elite empresarial que combinou nomes de famílias vinculadas originalmente à lavoura cafeeira (Silva Prado, Lacerda Franco) com a presença de imigrantes (Siciliano, Crespi, Matarazzo) (Saes, 2010, p. 19). Localidades como Rio Claro são exemplares para elucidar como o avanço da cafeicultura possibilitou acumulação de capital, urbanização, crescimento demográfico e a formação de um setor industrial na Primeira República (1889-1930).

2 – A formação econômica do município de Rio Claro e seu complexo cafeeiro (1830-1906)

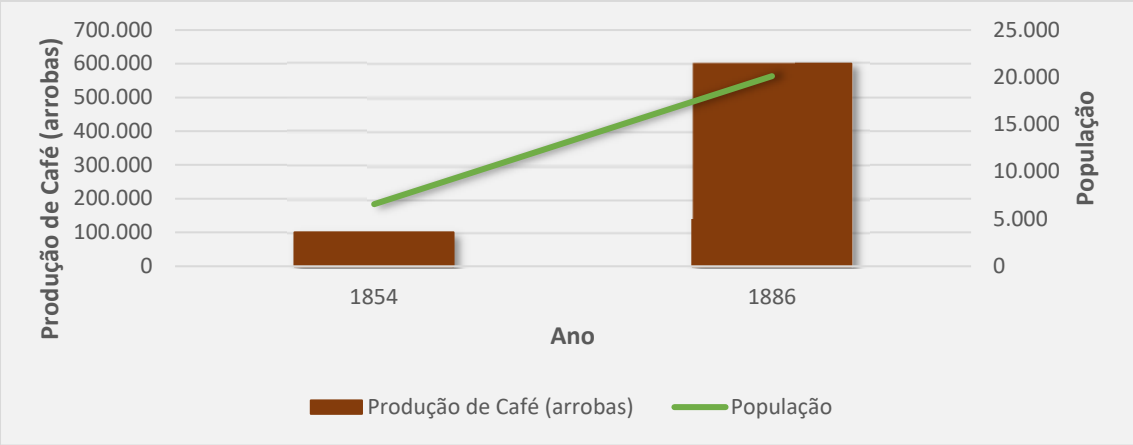
As terras que atualmente formam o município de Rio Claro começaram a ser delineadas ao final do século XVIII, visto que a região fazia parte do caminho que levava as tropas até as minas de Goiás e Mato Grosso. Ao longo desses percursos, foram se formando os pousos que visavam ao abastecimento das tropas e, essas paradas resultaram nas primeiras ocupações de terras, formadas por negociantes, sesmeiros e, posteriormente, por representantes espirituais com a construção da capela. Logo, começaram a se desenvolver as primeiras propriedades de terra ligadas ao plantio da cana-de-açúcar, com escravos e agregados trazidos para compor a força de trabalho. Em 9 de dezembro de 1830, a região passou à condição de freguesia, pertencente à vila de Constituição (atual Piracicaba), 15 anos depois foi elevada à vila e, em 1857, foi reconhecida como cidade de São João Batista do Ribeirão Claro (Santos, 2000, p. 13-19; Troppmair, 1993, p. 1-3).

O cultivo da cana-de-açúcar foi a principal atividade econômica da localidade até a década de 1850. Porém, a partir da década de 1860, as grandes fazendas rio-clarenses como Ibicaba e Angélica – propriedades do senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro – haviam convertido suas lavouras ao plantio do café, mudança que foi impulsionada pela crescente demanda mundial pelo grão que se traduzia em preços em

elevação, pela infraestrutura (produtiva, comercial e financeira) previamente formada nos tempos do açúcar, além da boa adaptabilidade do cafeeiro ao solo do Oeste Paulista (Santos, 2000, p. 22-28; Petrone, 2010, p. 148-154).

De meados da década de 1850 ao final do século XIX, a cidade de Rio Claro viveu o auge de sua economia cafeeira que pode ser aferido por relevantes mudanças na localidade. Pelo lado da demografia escrava, se no ano de 1856 havia 1.426 cativos na vila, já em 1884, os escravos atingiram o número de 4.980, em grande parte contando com o tráfico intra e, principalmente, interprovincial – sobretudo das Minas Gerais (Rossini, 2015, p. 146-150).

Gráfico 1 – População (em milhares) e produção de café (em arrobas) em Rio Claro, 1854 e 1886



Fonte: Milliet (1941, p. 56).

Como é possível ver no gráfico 1, entre no período 1854-1886, a produção de café no município deu um salto de mais de 600% e a população rio-clarense também aumentou, saindo de pouco mais de 5 mil habitantes em 1854 e atingindo mais de 20 mil habitantes em 1886, refletindo um crescimento de cerca de 306%. A produção cafeeira de Rio Claro em 1886 foi a terceira maior da província de São Paulo, ficando atrás somente dos municípios de Campinas e Amparo (Milliet, 1941, p. 54).

A partir de 1886, a cidade de Rio Claro insere-se no movimento imigratório visto na província de São Paulo[6]. O encaminhamento da questão escravista – cuja Abolição viria em 1888 – abria a necessidade premente de suprir a demanda por mão-de-obra nas lavouras paulistas na segunda metade da década de 1880 (Tessari, 2011, p. 120). Segundo Dean (1977, p. 155), no ano de 1883, somente 222 imigrantes haviam adentrado ao município de Rio Claro, porém, uma década adiante, esta cifra chegaria a 2.093 estrangeiros e, no período 1896-1900, da Hospedaria dos Imigrantes na capital paulista teriam sido dirigidos a Rio Claro o total de 11.536 estrangeiros, sendo que 81% destes indivíduos eram italianos (Meirelles, 2016, p. 47)[7].

A partir da "*Estatística Agrícola e Zootécnica de Rio Claro para os anos 1904-1905*" é possível estabelecer algumas considerações acerca das propriedades agrícolas rio-clarenses no início do século do XX, seu volume de produção e a presença de proprietários nacionais e estrangeiros como fruto do processo migratório das décadas anteriores. Considerando a análise das propriedades de café da cidade de Rio Claro, estabelecemos que pequenos produtores eram aqueles cuja área plantada de café variava entre 1 e 25 alqueires, os médios produtores aqueles cuja área plantada representava de 26 a 100 alqueires e os grandes produtores aqueles que possuíam área plantada de café maior do que 100 alqueires[8].

[6] A partir de 1886, as iniciativas paulistas de imigração subvencionada – como a criação da Sociedade Promotora da Imigração (SPI) – ajudam a entender o grande ingresso de estrangeiros pelo Porto de Santos, tendo em vista que, entre 1836-1886, apenas 52 mil imigrantes foram registrados na província de São Paulo, número que passou a 909 mil para os anos 1887-1900, com forte predomínio dos italianos que, junto de outras nacionalidades (alemães, espanhóis, portugueses, japoneses e outros), contribuíram para que a taxa de imigrantes na população total paulista passasse de 5,4% no ano de 1890 para 21% da população estadual no ano de 1900 (Camargo, 1952, p. 30; Bassanezi, Scott, Bacellar e Truzzi, 2008, p. 19).

[7] Em relação às primeiras experiências imigratórias em Rio Claro, é importante mencionar que as fazendas Ibicaba e Angélica operaram por muitos anos com trabalho escravo, entretanto, foram as primeiras da região a vislumbrarem o trabalho livre imigrante. No ano de 1847, o Senador Vergueiro já possuía trabalhando em suas fazendas cerca de 300 escravos e algumas famílias imigrantes portuguesas e, naquele ano, trouxe cerca de 64 famílias alemãs e 149 suíços para compor a força de trabalho nas lavouras. Em 1854, a Fazenda Ibicaba já abrigava cerca de 670 imigrantes, sendo mais da metade representados por alemães e cerca de 34% por portugueses (Santos, 2000, p. 28-32; Truzzi e Neto, 2007, p. 43-47; Troppmair, 1993, p. 17-25).

[8] Com base em Luna, Klein e Summerhill (2014), podemos classificar pequenos, médios e grandes produtores de café através do tamanho de suas propriedades em alqueires, do total da área plantada de café em alqueires e do total da produção de café em arrobas.

Nos anos de 1904 e 1905, havia diversos pequenos proprietários de terra que apostavam no cultivo em Rio Claro, especialmente de café. O total da área plantada no município chegava a quase 7 mil alqueires, o que é equivalente a aproximadamente 8.500 hectares, que comportavam cerca de 13 milhões de pés de café. Dessa forma, a produção era de, aproximadamente, 700 mil arrobas ao ano.

Tabela 1 – Rio Claro: Principais produtos agrícolas plantados em 1904-1905

Produto	**Área Plantada (alqueires)**
Café	6.720
Milho	1.970
Feijão	814
Arroz	169
Cana	59
Batata	54
Uva	5
Fumo	1
Mandioca	1
TOTAL	9.793

Fonte: Estatística Agrícola de Rio Claro – Fundação SEADE. 1905, p.20

Entre 1904 e 1905, o café dominava as plantações agrícolas nas terras de Rio Claro. A Tabela 1 apresenta o total de área plantada de cada produto e, percebe-se que quase 69% desse total era destinado às lavouras de café. Em seguida, a plantação de milho representava cerca de 20,1% e a plantação de feijão representava 8,3% desse total.

Sobre os agentes locais da produção cafeeira – que totalizavam 300 cafeicultores ao todo – dos 20 maiores proprietários do cultivo de café da localidade, 16 se enquadravam no que classificamos por grandes proprietários, ou seja, detentores de 100 ou mais alqueires destinados à plantação de café e, os outros 4 proprietários podem ser considerados como médios proprietários, possuindo entre 25 e 100 alqueires de lavoura cafeeira.

Gráfico 2 – Participação da produção dos 20 maiores cafeicultores no total da produção de Rio Claro em 1904-1905

Fonte: Estatística Agrícola de Rio Claro – Fundação SEADE, 1905, pág. 2-10.

O gráfico 2 nos permite observar que a produção de café derivada dos 20 maiores cafeicultores de Rio Claro representava 47% da produção total do município, contribuindo com 324 mil arrobas no ano-safra de 1904-1905. Dessa forma, nota-se que grande parte da produção ficava concentrada na mão de grandes e médios produtores, porém, mais da metade da produção (53%) era suprida por médios e pequenos cafeicultores, ressaltando a importância destes na formação da lavoura cafeeira local.

Tabela 2 – Rio Claro: Nacionalidade dos proprietários das terras em 1904-1905

Nacionalidade	N° de Propriedades	Área das propriedades (alqueires)
Brasileiros	258	31.472
Italianos	67	2.850
Alemães	42	4.287
Portugueses	18	3.008
Espanhóis	15	388
Austríacos	4	23

Fonte: Estatística Agrícola de Rio Claro – Fundação SEADE. 1905, p.20

Na Tabela 2, podemos verificar que, das 404 propriedades de terras registradas em Rio Claro, em números absolutos, cerca de 64% pertenciam a brasileiros – note-se que muitos dos brasileiros poderiam ser filhos ou netos de imigrantes – e, logo em seguida, 16,6% e 10,4% pertenciam a italianos e alemães, respectivamente. Quando nos atentamos ao total da área das propriedades, notamos que os proprietários de

nacionalidade brasileira detinham a maior quantidade de alqueires (cerca de 75% do total) e, em seguida, os alemães dominavam com 10,2%. A análise nos permite perceber que, apesar dos italianos terem maior quantidade de terras, em termos absolutos, sua área total era menor do que dos imigrantes alemães. Ou seja, as terras de propriedade alemã eram mais concentradas, porém com áreas mais vastas[9].

Notamos que até o final do século XIX e o início do século XX, a economia rio-clarense foi marcada por grandes safras de café e forte impulso imigratório que contribuiu ao avanço demográfico da cidade. Entretanto, conforme aponta Milliet (1941), com o passar do tempo, o envelhecimento dos cafezais tenderia a se expressar no declínio dos cafezais e na perda de qualidade do grão. Além disso, o autor ainda cita que algumas fazendas com menores produções se dividiriam em sítios e que a monocultura cafeeira começaria a abrir espaço para a policultura.

Tabela 3 – Rio Claro: Produção de café e sua participação percentual em relação ao café produzido no Estado de São Paulo – anos selecionados

Ano	Produção total em arrobas	Média por dia (por mil pés)	Participação
1909-1910	584.402	43,6	1,21%
1919-1920	233.000	17,4	1,40%
1929-1930	342.000	32,6	0,44%

FONTE: Estatística de Produção e Comércio: o café. São Paulo, 1913-1933– Fundação SEADE

Considerando a Tabela 3, nota-se a produção de café rio-clarense no total da produção do estado de São Paulo e, observa-se que durante a segunda década do século

[9] Os alemães podem ser considerados figuras importantes para a formação da cidade de Rio Claro, devido à diversos hábitos que mudaram o cotidiano da população que ali residente. A concentração dos povos germânicos resultou na chamada Vila dos Alemães, onde até os dias atuais recebe o nome de Vila Alemã e, também na construção de um cemitério para evangélicos e luteranos alemães que foi denominado como Cemitério Alemão (considerando que imigrantes não podiam ser sepultados no Cemitério Municipal). Além disso, em 1883, o alemão Theodor Köelle fundou a Escola de Língua Alemã (hoje, Colégio Köelle) e, em 1884, a primeira Igreja Luterana foi fundada pelo alemão Johann Jakob Zink. Essas instituições foram fundamentais para registrar a importância da imigração alemã e seus impactos na formação da cidade (Santos, 2000, p. 34-40).

XX, Rio Claro era responsável por 1,3%, em média, de todo o café produzido no estado. Entretanto, com o início da década de 1920 e o envelhecimento dos cafezais na localidade, essa participação diminui devido à redução na produção cafeeira do município e a representatividade média, frente ao estado de São Paulo, cai para 0,7%. Ademais, podemos observar ainda que, após 1920, a produção de café é retomada, porém em patamares menores do que a década anterior. Além disso, a safra que antecede a Crise de 1929 (safra de 1927-1928) é a maior da década, com uma produção de café que chega a 448 mil arrobas, no entanto, a produção despenca no ano seguinte, sendo a 3° menor safra da década, com uma produção total de 270 mil arrobas.

Esta análise inicial da formação econômica rio-clarense indica a correlação positiva entre a expansão dos cafezais e o ingresso dos imigrantes até o início da I Guerra Mundial. Porém, com a década de 1920, a tendência de participação declinante em relação ao estado de São Paulo, trazida por Milliet (1941), apresentou-se no caso da lavoura rio-clarense. Mas, desde o final da I Guerra Mundial, é possível notar a formação embrionária da indústria local, inclusive com a participação de imigrantes que originariamente vinculavam-se à produção cafeeira.

3 - O nascimento da indústria rio-clarense e seus vínculos com o café (1915-1919)

Conforme afirma Cano (2007) e Dean (1971), na transição do século XIX para o século XX, a cultura do café foi fundamental para criar um mercado interno e uma oferta de trabalho abundante que, concomitantemente, teve o apoio da chegada dos meios de transporte, como as ferrovias, contribuindo para o surgimento de pequenos comércios urbanos. Além disso, a acumulação de capitais decorrente dos lucros das lavouras de café deu base para os primeiros investimentos industriais na região de Rio Claro que, geralmente, pertenciam a famílias de imigrantes e faziam parte de setores vinculados, direta ou indiretamente, à sustentação da economia cafeeira.

Nas primeiras décadas do século XX, as pequenas indústrias ganharam espaço frente à infraestrutura urbana, que já contava com energia elétrica, água, esgoto e até serviços telefônicos. A cidade, então, já contava com 24 fábricas de aguardente, 7 fábricas de cerveja, 7 fábricas de troles, 5 de massas alimentícias, 2 de máquinas e 1 de gelo. Portanto, pode-se observar que já havia um bom número de indústrias e uma vasta oferta de trabalho à população rio-clarense (Santos, 2000, p. 144-161).

A imigração italiana em massa se instaurou na cidade, e sua presença foi marcada em diversos setores da economia da região. Pequenos e médios comércios foram criados e os italianos se destacaram na alfaiataria, na fabricação de calçados com a família de Salvador Mônaco, e ainda em setores como a mecânica, marcenaria, marmoraria, entre outros. Em 1905, os pequenos comércios de propriedade italiana já superavam os dos alemães em todos os setores da cidade (comércio, serviços e fábricas) e, no mesmo ano, a cidade de São João Batista do Ribeirão Claro passa a ser chamada de Rio Claro, pela Lei Estadual n° 975 de 20 de dezembro (Santos, 2000, p. 109-117).

Gradativamente, os imigrantes que habitavam nas fazendas passaram a migrar para a cidade onde conseguiam comprar terras e, muitos preferiam trocar os serviços das lavouras para viver do trabalho artesanal e da indústria doméstica, gerando pequenas fábricas locais de origem familiar. Os setores que mais contribuíram com o início da economia industrial foram o de transportes (construção e aprimoramento de carros e troles), fabricação de cervejas, serrarias e casas de fundição. Além disso, a chegada da linha férrea, que ocorreu em 1876, também colaborou para o deslanche da industrialização local (Santos, 2000, p. 34-55)[10].

[10] A instalação da estação da Cia. Paulista de Estrada de Ferro na cidade tinha o objetivo de facilitar o escoamento do café e as viagens até a Capital e ao porto de Santos, mas, além disso, possibilitou a criação de diversas vagas de trabalho nas oficinas de manutenção dos vagões e, nos seus arredores foram surgindo várias casas de comércio, botequins e hotéis, ocasionando numa localização urbana privilegiada (Santos, 2000, p.90-94).

Tabela 4 – Quantidade de estabelecimentos industriais por setor em Rio Claro no ano de 1916

SETOR	QUANTIDADE
Chapéus	1
Calçados	1
Meias	1
Refino de Açúcar	1
Massas alimentícias	6
Moagem de cereais	5
Farinha e polvilho	4
Vinagre	2
Cervejas	6
Bebidas	6
Móveis	4
Cordas e barbantes	1
Arreios e selins	1
Curtumes	3
Fundição	1
Serrarias	4
Ladrilhos, canos e tijolos	25
Cal	8
Carros e carroças	10
Oficinas de vagões	1
Sabão	4
Diversos	7
TOTAL DE RIO CLARO	102
TOTAL DO ESTADO DE SP	7.681
REPRESENTATIVIDADE	1,33%

FONTE: Boletim da Diretoria de Indústria e Comércio. 1916, pág. 208-217

Com base na Tabela 4, vemos que, logo nas primeiras décadas do século XX, algumas indústrias já começam a surgir concentrando suas produções em setores fundamentais para a sustentação da economia cafeeira, como a produção de alimentos – essencial para suprir a demanda interna –, transportes e fundição – que eram necessários para dar suporte à cadeia produtiva do café e à vida urbana. Dessa forma, observa-se que, em 1916, das 7.681 indústrias registradas no estado de São Paulo, distribuídas entre 184 municípios, 102 estavam concentradas na cidade de Rio Claro, o que reflete 1,33% do total do estado.

O setor predominante era o de ladrilhos, canos e tijolos, com 25 indústrias, a grande maioria situada nas terras que hoje formam a cidade de Santa Gertrudes, mas que à época pertenciam a Rio Claro. Logo após, notamos que as indústrias do setor alimentício predominavam na região, com 6 fábricas de massas, 6 fábricas de cerveja, 6 de bebidas e 4 de farinhas e polvilhos. Além disso, outros setores que predominavam dentre as indústrias rio-clarenses era o de carros, carroças e consertos de vagões, que somavam 11 indústrias no total. O setor era fundamental para dar assistência à linha férrea da Cia. Paulista de Estradas de Ferro que atravessava a cidade.

A Tabela 5 permite identificar quais indústrias a cidade de Rio Claro tinha registradas no ano de 1919 e quem eram seus respectivos proprietários. Juntas, elas somavam 19 fábricas, com um capital total de 647 mil contos de réis e empregavam um total de 395 operários. Percebemos que, em um espaço de três anos, comparado com a análise da Tabela 6, o setor alimentício (massas e bebidas) ainda se destaca, tendo o maior número de fábricas. Vale destacar que, nos registros industriais de 1919 não foi encontrado nenhum proprietário industrial que possuía, também, propriedades de plantação de café nos anos da década anterior segundo a Estatística Agrícola de 1904-1905.

Tabela 5 – Indústrias de Rio Claro em 1919

PROPRIETÁRIO	SETOR	CAPITAL (contos de réis)	OPERÁRIOS	PRODUTOS
Cia de Calçados Flora	Calçados	200.000	150	Calçados
Caetano Castellano	Cigarros	200.000	30	Cigarros e charutos
João Francisco Castro	Selaria	10.000	8	Arreios mexicanos
Angelo Cerri	Massas alimenticias	7.000	2	Massas alimenticias
Lourenço Mungai	Ladrilhos	5.000	8	Ladrilhos mosaicos
Benetti e Cia	Chapéus	4.000	7	Chapéus de palha
Matheu e Anharinho	Bebidas	40.000	6	Bebidas diversas
Gino Bellini	Bebidas	15.000	3	Licores e xaropes
Pezzoli e Cia	Bebidas	5.000	30	Licores e xaropes
Carlos Marchini	Bebidas	4.000	2	Bebidas diversas
Pedro Pessenda	Bebidas	2.000	2	Cerveja
L. Picoli e Cia	Chinelos	20.000	20	Chinelos
Timoni e Irmão	Chinelos	5.000	10	Chinelos
Simão Hofliing	Carroças	3.000	50	Carroças e troles
Germano Boltz	Marcenaria	2.000	6	Móveis
Conrado L. Klellis	Tipografia	70.000	6	Impressos
Joaquim F. Costa	Tipografia	25.000	3	Impressos
A. M. Lucca	Máquinas	20.000	50	Máquinas de arroz
José Pereira Calado	Máquinas	10.000	2	Máquinas para café

FONTE: Boletim da Diretoria de Indústria e Comércio. 1919, pág. 136.

A forte presença dos sobrenomes italianos como razão social das empresas industriais rio-clarenses em 1919 corrobora com os argumentos de Mello (1991), que apontam que a burguesia industrial paulista teve fortes vínculos com a lavoura cafeeira e sua demanda por uma massa de imigrantes, pois estes, seja acumulando capital nas fazendas ou vindo diretamente para morar nas zonas urbanas, seriam fundamentais para compor a gama de empresários que puderam dar início a industrialização da cidade de Rio Claro (Dean, 1971; Bresser-Pereira, 1964; Camillo, 1998; Barbosa, 2006; Truzzi e Bassanezi, 2009, p. 214; Brandão, 2015; Marson, 2012, p. 500).

4 – Um panorama da indústria rio-clarense entre os anos 1928-1937

Na Tabela 6 abaixo, temos os municípios que formavam os 10 maiores centros industriais do Estado de São Paulo, no ano de 1933. Nota-se que a participação industrial

da capital de São Paulo representa mais de 77% do total industrial do estado, em relação ao capital, comportando mais de 3 mil fábricas e empregando cerca de 73% do total de operários.

Tabela 6 - Principais Centros Industriais de São Paulo em 1933

Município	N° de Fábricas	Capital	Capital Deflacionado	Operários	Força Motriz	Valor da Produção	Valor da Produção Deflacionado
Capital	3.363	891.591.954	852.759.552	98.784	123.413	1.231.386.766	1.177.754.938
São Bernardo	119	125.043.624	119.597.473	8.157	16.749	145.786.286	139.436.709
Sorocaba	82	45.227.950	43.258.092	11.412	12.095	87.008.368	83.218.805
Jundiai	107	39.639.739	37.913.270	5.509	6.795	48.195.903	46.096.778
Campinas	123	25.217.155	24.118.847	4.607	3.728	38.016.769	36.360.986
Taubaté	28	11.299.161	10.807.037	2.267	3.246	17.526.826	16.763.462
Ribeirão Preto	85	10.709.201	10.242.772	986	1.643	12.660.127	12.108.728
Limeira	27	6.293.800	6.019.680	727	736	7.839.165	7.497.738
Rio Claro	80	4.630.814	4.182.288	1.848	2.679	6.131.200	5.864.162
Pirassununga	32	4.133.300	3.953.278	545	601	3.073.768	2.939.893

FONTE: Estatística Industrial de São Paulo – Fundação SEADE. 1933.

Conforme a tabela 6, o município de Rio Claro aparecia como o 9° maior centro industrial, com um valor nominal da produção de mais de 6 milhões de contos de réis distribuídos entre 80 fábricas, refletindo uma participação de, aproximadamente, 0,4% do capital total da indústria paulista e 2% do total de número de fábricas. Além disso, dentre os quase 135 mil operários distribuídos nos 10 maiores centros industriais, Rio Claro empregava quase 1%, com uma média de 23 funcionários por fábrica.

Tabela 7 – Evolução da quantidade de indústrias de cada setor em Rio Claro entre 1928 e 1937

SETOR INDUSTRIAL	1928	1930	1933	1937
Alimentos	4	5	5	3
Artefatos de papel e papelão	-	1	-	-
Artes Gráficas	2	3	3	3
Bebidas Cervejas	1	1	1	2
Cal e Cimento	1	8	6	6
Calçados	5	2	4	6
Carpintarias	2	2	1	1
Chapéus e bonés	1	1	-	1
Chocolates, balas, bombons, etc	-	-	1	-
Colchoes e travesseiros	-	-	1	-
Construção e reparação de veiculos	-	1	6	3
Cordas e cordões	3	3	3	2
Energia Elétrica	-	1	1	-
Fábrica de gelo	-	1	1	1
Ferragens	-	-	-	1
Fiação para malharias e malharias	-	1	-	-
Fundição de metais	-	-	-	1
Indústria de couro	1	3	4	2
Indústria de Madeira	2	6	6	6
Instalações sanitárias e fogões	-	-	1	-
Ladrilhos	1	1	2	-
Licores e xaropes	3	2	2	-
Louças de barro	-	-	-	12
Máquinas para lavoura e indústria	1	2	2	1
Marmorarias	-	-	2	-
Obras de cimento e gesso	-	-	-	1
Oficinas de estrada de ferro	-	-	-	1
Oficinas de funileiros	-	-	-	1
Oficinas mecânicas	-	1	3	5
Olarias	-	-	-	8
Serrarias	1	-	-	-
Tijolos e cerâmicas no geral	1	11	22	-
Vassouras, escovas e espanadores	-	-	-	1
Total Geral	**29**	**56**	**77**	**68**

FONTE: Estatística Industrial de São Paulo. 1928-1937.

Na Tabela 7, podemos observar quantos e quais eram os setores que estavam em maior evidência na localidade durante o período de 1928 a 1937. Assim, percebe-se que entre 1928 e 1930 são registradas 27 novas indústrias, refletindo em um crescimento de 193%, em que 10 delas se concentram no setor de tijolos e cerâmicas no geral, que se

mostra como o mais representativo em 1930. Em seguida, 7 das empresas adicionais fazem parte do setor de cal e cimento que é o segundo mais representativo do ano e, vale ressaltar que ambos os setores estavam mais concentrados no município de Santa Gertrudes que, na época, era considerado como um distrito de Rio Claro.

Quando comparamos 1930 e 1933, o número de indústrias adicionais é de 21, refletindo um crescimento de 137%, sendo que destas, 11 são do setor de tijolos e cerâmicas que somam, no total, 22 indústrias em 1933. Percebemos que o setor de cal e cimentos que tinha 8 fábricas em 1930, passa a ter apenas 6 em 1933 e, em contrapartida, registram-se 5 novas indústrias de construção e reparação de veículos que era essencial para dar assistência à Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

Por fim, no ano de 1937 nota-se uma redução de 9 indústrias comparado à 1933, ou seja, cerca de 11% a menos, em que parte dessa redução se justifica pelo não registro das fábricas de tijolos e cerâmicas do município de Santa Gertrudes. No entanto, percebe-se a entrada de dois novos setores: olarias e louças de barro, onde justos somavam um total de 20 novas indústrias.

A Tabela 8 (a seguir) nos permite analisar a evolução de cada setor industrial na cidade de Rio Claro acompanhando seus níveis de capital ao longo do tempo. Dessa forma, temos que, apesar das indústrias tijolos e cerâmicas, bem como as de cal e cimento, serem as mais numerosas, elas não possuíam capitais tão expressivos. Diante disso, além do setor de energia elétrica, que se torna o maior em termos de capital a partir da segunda metade da década de 1930, as indústrias de bebidas e cervejas e calçados são as maiores detentoras de capital da cidade, possuindo em média 1,5 milhões de contos de réis a cada ano analisado.

Tabela 8 – Evolução do capital industrial de cada setor em Rio Claro, 1928-1937

SETOR INDUSTRIAL	1928	1930	1933	1937
Alimentos	99.000	54.000	52.000	55.000
Artefatos de papel e papelão	-	100.000	-	-
Artes Gráficas	82.300	177.365	107.366	130.000
Bebidas Cervejas	2.000.000	1.000.000	1.000.000	1.050.000
Cal e Cimento	180.000	330.000	100.000	92.000
Calçados	1.135.000	543.000	919.110	828.228
Carpintarias	45.000	170.000	100.000	180.000
Chapéus e bonés	20.000	20.000	-	10.000
Chocolates, balas, bombons, etc	-	-	4.500	-
Colchoes e travesseiros	-	-	1.500	-
Construção e reparação de veiculos	-	10.000	36.100	44.000
Cordas e cordões	72.000	84.000	83.483	38.000
Energia Elétrica	-	5.000.000	12.075.000	20.699.731
Fábrica de gelo	-	0	100.000	0
Ferragens	-	-	-	20.000
Fiação para malharias e malharias	-	18.000	-	-
Fundição de metais	-	-	-	17.000
Indústria de couro	12.000	95.000	88.000	65.000
Indústria de Madeira	45.000	571.000	1.103.000	838.619
Instalações sanitárias e fogões	-	-	4.000	-
Ladrilhos	20.000	10.000	10.000	-
Licores e xaropes	74.000	60.000	55.000	-
Louças de barro	-	-	-	1.378.000
Máquinas para lavoura e indústria	60.000	110.000	110.000	300.000
Marmorarias	-	-	40.380	-
Obras de cimento e gesso	-	-	-	11.000
Oficinas de funileiros	-	-	-	10.000
Oficinas mecânicas	-	10.000	27.000	115.000
Olarias	-	-	-	151.000
Serrarias	600.000	-	-	-
Tijolos e cerâmicas no geral	20.000	382.500	677.300	-
Vassouras, escovas e espanadores	-	-	-	15.000
Total Geral	**4.464.300**	**8.744.865**	**16.693.739**	**26.047.578**

FONTE: Estatística Industrial de São Paulo. 1928-1937

Um caso interessante é o crescimento de capital das indústrias que produziam máquinas para lavouras, em que em 1928 foram registradas com 60 mil contos de réis e em 1937 passam a registrar 300 mil contos de réis, crescimento este de 500%. Tal fato

pode ser explicado pelo aumento da demanda por novas tecnologias utilizadas nas lavouras. Outro caso que vale destacar é o das indústrias de madeira que passam de 45 mil contos de réis em 1928 para mais de 800 mil em 1937, registrando um aumento de quase 2.000% de seu capital.

De forma contrária, o setor de alimentos sofreu uma queda de cerca de 44% durante o período analisado, passando de 99 mil contos de réis para 55 mil, o que é motivado pela saída de algumas indústrias da análise, assim, o setor passa de 5 indústrias registradas em 1930 para 3 em 1937. A mesma situação acontece com o setor de licores e xaropes, que teve seu capital reduzido em 25% entre 1928 e 1933 por passar a operar com 1 fábrica a menos na cidade, sendo que em 1937 não há registros de nenhuma indústria nesse setor.

De forma geral, o capital industrial total da cidade teve uma evolução de quase 600% entre 1928 e 1937, o que é mais que proporcional ao incremento do número de indústrias no mesmo período. Podemos afirmar que grande parte desse incremento de capital se dá devido à chegada da Central de Energia Elétrica em Rio Claro, que é registrada em 1937 com 20 milhões de contos de réis e era responsável por abastecer toda a região com energia elétrica, possuindo uma força matriz consideravelmente alta.

A Tabela 9 (a seguir) nos apresenta quais eram os proprietários que estavam inseridos em cada um dos quatro maiores setores industriais de Rio Claro entre os anos de 1928 a 1937 e quantos operários cada um deles empregava. De início, destacamos a Cervejaria Rio Claro que era registrada em 1928 com um capital de 2 milhões de contos de réis e ocupava o lugar de maior indústria na cidade naquele ano, empregando 91 operários. Ao fim do período analisado, a Cervejaria tem seu capital industrial reduzido pela metade, porém já empregava 126 funcionários. Ainda no setor de bebidas, temos o primeiro registro da indústria de Fidelis de Matteo em 1932, com um capital de 50 mil contos de réis e 4 operários, no entanto a indústria não é registrada nos anos subsequentes e volta a aparecer nas estatísticas apenas em 1937 com o mesmo capital.

Tabela 9 – Proprietários que possuíam empresas em um dos quatro maiores setores industriais de Rio Claro, 1928-1937

SETOR INDUSTRIAL	1928		1930		1933		1937	
	Capital	Operários	Capital	Operários	Capital	Operários	Capital	Operários
Bebidas Cervejas	**2.000.000**	**91**	**1.000.000**	**80**	**1.000.000**	**92**	**1.050.000**	**126**
Cervejaria Rio Claro	2.000.000	91	1.000.000	80	1.000.000	92	1.000.000	123
Fidelis de Matteo	-	-	-	-	-	-	50.000	3
Calçados	**1.135.000**	**262**	**543.000**	**58**	**919.110**	**124**	**828.228**	**158**
Holffman & Cia	204.000	75	-	-	-	-	-	-
Angelo Palazza	-	-	-	-	-	-	25.000	11
Calçados Flora S.A.	800.000	95	500.000	42	800.000	42	500.000	22
João Inforzato	8.000	45	-	-	8.000	30	30.000	28
Salvador Monaco	43.000	24	43.000	16	43.000	18	143.000	21
Timoni & Irmão	80.000	23	-	-	68.110	34	130.228	76
Energia Elétrica	-	-	**5.000.000**	**93**	**12.075**	**116**	**20.699.731**	**86**
Central Elétrica Rio Claro S.A.	-	-	5.000.000	93	12.075	116	20.699.731	86
Indústria de Madeira	**45.000**	**14**	**571.000**	**75**	**1.103.000**	**90**	**838.619**	**110**
Caetano Castellano	-	-	500.000	50	1.000.000	70	-	-
Caetano Castellano S.A	-	-	-	-	-	-	745.619	75
Giacomo Cometti	-	-	5.000	6	-	-	-	-
Henrique Vignini	-	-	15.000	5	-	-	-	-
João Pagni & Filho	-	-	-	-	-	-	25.000	10
José Caly	-	-	-	-	2.000	3	-	-
Luiz Antonini & Filhos	-	-	-	-	70.000	4	-	-
Miguel Pomella	30.000	5	38.000	6	-	-	-	-
Octávio Da Losso	-	-	-	-	20.000	7	25.000	13
Pary & Wetten	-	-	-	-	-	-	10.000	5
S. Dotto & Irmão	-	-	-	-	-	-	15.000	2
Samuel Golovaty	-	-	5.000	5	8.000	4	18.000	5
Simão Hoffling	15.000	9	8.000	3	3.000	2	-	-
Total Geral	**3.180.000**	**367**	**7.114.000**	**306**	**3.034.185**	**422**	**23.416.578**	**480**

FONTE: Estatística Industrial de São Paulo. 1928-1937.

Quando analisamos o setor de calçados, notamos que há 6 proprietários que sustentam as indústrias desse ramo, em que a Companhia de Calçados Fora, que já era uma sociedade anônima, detém a maior parte do capital durante todo o período analisado e, em seguida, a indústria de Hoffman e Cia era registrada com 204 mil contos de réis, porém ela não aparece nos registros dos anos seguintes. As indústrias de Timoni e Irmão

e Salvador Mônaco tiveram um comportamento muito semelhante de evolução de capital, com uma média de 200% de crescimento comparando o final com o início da década analisada, porém há uma diferença importante a ser considerada em relação à quantidade de funcionários. A indústria de Salvador Mônaco cresce cerca de 332% no capital em 1937, porém mantém a média de funcionários empregados desde 1928. Já o grupo de Timoni e Irmão tem um crescimento de capital de 162%, porém passa de 23 operários em 1928 para 76 em 1937, empregando quase 330% a mais.

A Central Elétrica de Rio Claro era uma sociedade anônima e foi considerada a maior indústria em relação ao capital a partir de 1930, possuindo um investimento de 5 milhões de contos de réis em 1930 e mais de 20 milhões em 1937, empregando entre 86 e 116 funcionários ao longo do período. O tamanho da Central se dá pelo fato da mesma abastecer não só a cidade de Rio Claro e região com energia elétrica, mas também algumas outras pequenas cidades que cresciam ao seu entorno, como Leme, Araras e Pirassununga.

Por sua vez, o setor de indústrias de madeira pode ser considerado como o 4° maior da cidade em relação ao seu volume de capital e, também, é o que mais sofre entradas e saídas de novos operantes. Nota-se que a indústria de Caetano e Castellano, um industrial advindo da lavoura cafeeira, é a detentora de grande parte do capital e da mão-de-obra empregada no setor, que em 1937 deixa de ser considerada como uma companhia independente e passa a ser uma sociedade anônima, ressaltando sua robustez.

Ao final, é interessante perceber que a economia industrial rio-clarense como um todo teve uma redução no número total de operários ao fim da década de 1920 e início da década de 1930, o que foi motivada pela crise econômica mundial da Grande Depressão que resultou em diversas demissões por conta da instabilidade industrial.

5 - Considerações finais

O artigo tinha por objetivo entender sob que circunstâncias se deu a formação econômica de Rio Claro e como a lavoura cafeeira e a imigração colaboraram com essa formação, considerando o recorte de tempo de 1904 a 1937. Para isso, foram utilizados dados acerca da produção de café nos períodos iniciais da análise, da população e da indústria local, identificando assim quais eram os setores industriais predominantes e como estes estavam relacionados com a economia cafeeira.

A partir dos dados obtidos pela *Estatística de Produção e Comércio: O café*, foi possível concluir que a produção de café em Rio Claro se reduziu ao longo dos anos analisados, reduzindo consequentemente sua representatividade no total da produção do Estado de São Paulo. Em contrapartida, notamos pela análise dos dados disponibilizados pela *Estatística Industrial de São Paulo* que os investimentos industriais rio-clarense cresceram, concentrados na produção de produtos que serviam como alicerce para o sustento da economia cafeeira, como bebidas, massas alimentícias, consertos de vagões, energia elétrica e indústrias de madeira.

Como demonstrado por Cano (1981), o desenvolvimento da indústria local e sua dinâmica na região de Rio Claro foi fortemente influenciada por fatores vinculados à acumulação de capitais decorrentes do café e à imigração em massa que se instalou na cidade. Esses dois aspectos são constantemente evidenciados na base de dados coletada, uma vez que é possível observar que uma importante parcela das terras de café eram de famílias imigrantes e as indústrias que começam a surgir nesse período são, em sua grande maioria, de setores subjacentes à economia cafeeira e lideradas por imigrantes-empresários.

Ademais, como apontado por Dean (1971), a industrialização de Rio Claro iniciou-se com propriedades imigrantes, principalmente italianas, e em setores de bens de consumo não duráveis – como alimentos, que forneciam a base para o sustento da mão-de-obra tanto das lavouras quanto das novas indústrias – e bens de consumo duráveis –

como máquinas para indústrias e lavouras, artigos cerâmicos e construção de veículos e carros de mão –, evidenciando o vínculo direto e indireto com o cultivo do café.

Conclui-se, portanto, que a formação econômica de Rio Claro foi edificada sobre um complexo de atividades cafeeiras, fundamentado na massa imigrante, principalmente italiana, capaz de se diversificar e migrar os lucros provenientes da acumulação de capital das lavouras de café para o surgimento de pequenos comércios que, posteriormente, vieram a se tornar grandes indústrias focadas especialmente na produção de bens de consumo não duráveis e de sustentação da economia cafeeira rio-clarense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes primárias: site Fundação SEADE

DEIC/SAIC/SP. Estatística Industrial do Estado de São Paulo, 1928-1937.
DEIC/SAIC/SP. Estatística de Produção e Comércio: o café. São Paulo, 1913-19333.
DEIC/SAIC/SP. Boletim da Diretoria de Indústria e Comércio, 1916-1919.
DEIC/SAIC/SP. Estatística Agrícola e Zootécnica de Rio Claro, 1904-1905.

Demais Referências Bibliográficas

AURELIANO, L. *No limiar da industrialização*. Campinas, SP: UNICAMP/IE, 1999.
BARBOSA, A. S. *Empresariado fabril e desenvolvimento econômico*. São Paulo: Editora Hucitec/ Fapesp, 2006.
BASSANEZI, Maria, SCOTT, Ana, BACELLAR, Carlos e TRUZZI, Oswaldo. Atlas da Imigração Internacional em São Paulo 1850-1950. São Paulo: Editora Unesp, 2008.
BILAC, M. B. B. *As elites políticas de Rio Claro*. Piracicaba/Campinas: Editora da Unimep/Editora da Unicamp, CMU, 2001.
BRANDÃO, M. A. *A mobilidade social do imigrante italiano pobre no Brasil (1890-1930): uma contribuição à historiografia da imigração em São Paulo*. História e Cultura. França, 2015.

CAMILLO, E. E. R. *Guia histórico da indústria nascente em Campinas (1850-1887),* Campinas: Mercado de Letras, Centro de Memória Unicamp, 1998.

CAMARGO, José Francisco de. Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos v.1: ensaio sobre as relações entre a demografia e a economia. São Paulo: FFLCH, 1952.

CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. T. A. Queiroz, 1981.

DEAN, W. *A Industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1971.

DEAN, W. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FILENI, R. F. C. *O processo migratório para o interior paulista: o caso de Rio Claro*. Revista das Faculdades Integradas Claretianas, n° 2, janeiro/dezembro, 2009.

GRANDI, G. *A Companhia de Estrada de Ferro Rio Claro e o projeto de expansão ferroviária da Companhia Paulista*. História Econômica e História de Empresas (ABPHE), v. IX, p. 115-139, 2006.

GRANDI, G. *Café e expansão ferroviária: a Companhia E. F. Rio Claro (1880-1903)*. 1. ed. São Paulo-SP: Annablume, 2007.

GRANDI, G. Fusão ou aquisição de ferrovias? As transações econômicas envolvendo a Rio Claro Railway Company (1888-1892). *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 21, p. 475-496, 2020.

LANZA, A. L.; LAMOUNIER, M. L. Café, imigrantes e empresas no nordeste de São Paulo (Ribeirão Preto, 1880-1930). História Econômica & História de Empresas, v. 17, n. 2, 17 mar. 2015.

MARSON, M. D. Origens dos empresários da indústria de máquinas e equipamentos em São Paulo, 1870-1900. *Nova economia*, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 481-511, Dez. 2012.

MEIRELLES, A.C. A imigração italiana no desenvolvimento do município de Rio Claro-SP: Economia e cultura (1870-1950). Monografia. Departamento de Geografia, IGCE – Campus Rio Claro – UNESP. Rio Claro, 2016.

MELLO, J. M. C. *O capitalismo tardio*. 8° ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

MILLIET, S. *O Roteiro do Café. Contribuição para o estudo da História Econômica e social do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1941.

PERISSINOTTO, R. M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha.* Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

PEREIRA, L. C. B. *Origens étnicas e sociais do empresário paulista*. Revista de Administração de Empresas, 1964.

PETRONE, M. T. S. O desprezado "ciclo do açúcar" paulista. In: ODALIA, N.; CALDEIRA, J. R. C. *História do Estado de São Paulo*: a formação da unidade paulista, v. 2, República. São Paulo: Editora Unesp/Imprensa Oficial/Arquivo Público do Estado, 2010.

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1969.

ROSSINI, G. A. A. *A dinâmica do tráfico interno de escravos na franja da economia cafeeira paulista (1861-1887)*. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2015.

SAES, F. A. M. *As Ferrovias De São Paulo: 1870-1940*. Hucitec, 1981.

SAES, F. A. M. "O estado de São Paulo no século XX: café, indústrias e finanças na dinâmica da economia paulista". In: ODALIA, N. e CALDEIRA, J. R. C. *História do estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial; Arquivo Público do estado de São Paulo, 2010.

SAES, F. A. M. *Estradas de ferro e diversificação da atividade econômica na expansão cafeeira em São Paulo, 1870-1900*. In: SZMRECSÁNYI, T.; LAPA, J. R. A. (orgs.). História Econômica da Primeira República. São Paulo: Hucitec/ABPHE/Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial, 2002.

SANTOS, F. A. *Rio Claro: Uma cidade em transformação (1850-1906).* Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Instituto de Economia, Campinas, 2000.

SELINGARDI-SAMPAIO, S. A industrialização de Rio Claro: contribuição ao estudo da desconcentração espacial da indústria no Estado de São Paulo. *Geografia* (Rio Claro. Impresso), v. 12, p. 1-60, 1987.

SILVA, S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. 8ª ed. São Paulo. Alfa-Omega 1995.

SUMMERHILL, W. R., KLEIN, H. S. e LUNA, F. V. *A agricultura paulista em 1905*. Estud. Econ., São Paulo, vol. 44, n.1, p 153-184. 2014.

TESSARI, C. A. Sazonalidade e trabalho temporário na empresa cafeeira (Oeste Paulista, 1890-1915). *História Econômica & História de Empresas*, v. 14, n. 2, 5 jul. 2012.

TROPPMAIR, H. *Aspectos históricos e geográficos de Rio Claro.* Arquivo público e histórico do Município de Rio Claro, 1993.

TRUZZI, O. M. S. e BASSANEZI, M. S. B. *População, grupos étnico-raciais e economia cafeeira: São Carlos, 1907*. Revista Brasileira de Estatística Populacional. Rio de Janeiro, 2009.

TRUZZI, O. M. S. e NETO, M. S. *Economia e empreendedorismo étnico: balanço histórico da experiência paulista*. Revista de Administração de Empresas, vol 47, São Paulo, 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Portos do século XIX: o que era, e o que significa estudar um porto do final oitocentos (Vitória-ES)

Paulo Roberto da Silva Santos

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

PORTOS DO SÉCULO XIX: O QUE ERA, E O QUE SIGNIFICA ESTUDAR UM PORTO DO FINAL OITOCENTOS (VITÓRIA-ES)

PORTS OF THE 19TH CENTURY: WHAT IT WAS, AND WHAT IT MEANS TO STUDY A PORT OF THE LATE EIGHTEEN HUNDREDS (VITÓRIA-ES)

Paulo Roberto da Silva Santos[1]

Resumo

Vitória, capital do Espírito Santo, é uma cidade historicamente portuária. Das primeiras centúrias da colonização à formação do porto organizado do século XX, seu espaço portuário esteve atrelado aos principais agenciamentos que moldaram sua forma e trajetória funcional no espaço espírito-santense. O presente artigo visa esclarecer as especificidades de se estudar o espaço portuário da cidade nos momentos anteriores à construção do seu porto contemporâneo. Isto é, o espaço portuário de cais e trapiches da antiga cidade. Para cumprir esse objetivo, o artigo fará, através de bibliografia, 1 - uma contextualização da trajetória histórica do(s) porto(s) de Vitória, 2 – a diferenciação entre os portos do século XIX, e os portos do século XX, usando o caso de Santos e Rio de Janeiro, e 3 – uma breve descrição da paisagem econômica e social do espaço urbano-portuário de Vitória no limiar final do século XIX. Objetivamos com isso, de forma mais global, contribuir para a compreensão específica do que significa estudar antigos espaços portuários, e a sua contribuição potencial para compreender a espacialidade, e a história, social e econômica, brasileira.

[1]E-mail: paulorobertodass@gmail.com / Mestrando em História Social no PPGH-UFF e bolsista CNPq. Fica registrado ao Programa de Pós-Graduação em História da UFF o apoio financeiro e institucional na participação do evento.

Palavras chave: Porto de Vitória; Portos do século XIX; História portuária; História espacial; História urbana.

Abstract:

Vitória, capital of Espírito Santo, is historically a port city. From the first centuries of colonization to the formation of the organized port in the 20th century, its port space was linked to the main agenciements that shaped its form and functional trajectory in the Espírito Santo space. The present article aims to clarify the specificities of studying the city's port space in the moments before the construction of its contemporary port. That is, the port space of wharves and docks of the old city. To accomplish this objective, the article will make, through bibliography, 1 - a contextualization of the historical trajectory of Vitória's port(s), 2 - the differentiation between nineteenth century ports, and twentieth century ports, using the case of Santos and Rio de Janeiro, and 3 - a brief description of the economic and social landscape of Vitória's urban-port space in the final threshold of the nineteenth century. With this, we aim more globally, to contribute to the specific understanding of what it means to study old port spaces, and their potential contribution to understanding Brazilian spatiality, and social-economic history.

Keywords: Port of Vitória; Nineteenth ports; Port history; Spatial history; Urban History.

***

Introdução[2]

A história dos portos brasileiros é tão antiga quanto pode ser. Com colonizadores chegando através do mar, é pela barra de territórios desconhecidos que se inicia o processo de colonização do que virá a se tornar a América portuguesa. É o caso de Vitória, capital do Espírito Santo que em 2021 completou 470 anos e figura dentre as mais antigas cidades coloniais brasileiras.

O início da colonização portuguesa não se desenvolve ao acaso, nem tampouco com ausência de objetivo, quando Vasco Fernandes Coutinho aporta na capitania do Espírito Santo, é para cumprir os desígnios da Coroa Portuguesa em produzir feitorias produtivas e ocupar as recém descobertas terras do ultramar (RIBEIRO; FOLLADOR; QUINTÃO, 2013). É em nome desse objetivo que a ilha de Vitória, quando ocupada pelos colonizadores, se desenvolverá em uma região de operação portuária colonial. Não demora para que a paisagem da mata nativo-brasileira comece a conviver com a formação de vilas com propósito comercial e militar, envolvendo postos de defesa, e o papel de integração das atividades extrativas e produtivas (RIBEIRO, 2020).

Mas toda essa produção social tinha um produto cujo destino não figurava na costa do continente americano, e sim do velho mundo. Muito rapidamente a Vila de Vitória se confunde com um porto, e esse porto se confunde com uma vila. Isso se dá em razão do fato de que as estruturas coloniais portuguesas tinham um sentido claro, a exportação de produtos para a Europa, cuja finalidade se voltava necessariamente para o porto. Assim, não faz sentido separar porto de vila ou vila de porto, uma vez que essas formas confundem suas atividades entre si (RIBEIRO; SIQUEIRA, 2012, P. 257). Nas vilas portuárias coloniais, o movimento do porto organizava a centralidade da vida urbana. Ou

[2]Esse texto é pensado como um ensaio de discussão e reflexão, e faz parte da minha pesquisa de mestrado. Alguns temas e argumentos poderão e deverão aparecer novamente em minha dissertação ou publicações posteriores.

ainda mais, através das funções de defesa e fluxo de pessoas e materiais, definia por si mesmo, o que houvesse de urbanidade nesse espaço.

Com um sentido comercial explícito, o processo de urbanização da costa brasileira se dá com uma superposição de temporalidades, o tempo europeu passa a ditar toda sorte de violência necessária para dominação da paisagem, um produto desse projeto é a formação da cidade-porto de Vitória, um espaço que passa a integrar uma economia-mundo centrada no império ultramarino português e economia atlântica. Ainda em seus tempos coloniais, a cidade de Vitória passou a fazer parte de uma estrutura que estava em vias de globalização; a natureza comercial e econômica foi uma das principais interfaces que definiram sua forma.

Mas destaca-se o fato de que isso – a influência comercial e portuária sobre sua forma, não é uma exclusividade dos tempos coloniais, mas um elemento constante até o século XX, como o é caso da maioria das cidades portuárias (MONIÉ; VASCONCELOS, 2012). Por isso dizemos que uma cidade portuária não é uma cidade que por acaso tem um porto, mas uma cidade cuja história e formação espacial está intimamente ligada à atividade portuária, e esse é inequivocamente o caso de Vitória, ponto muito bem compreendido na tese de doutoramento de Flavia Nico Vasconcelos (2011). A influência portuária na formação de Vitória começa no desenvolvimento da vila colonial, e se estende até a completa reinvenção da região central e da barra da cidade, processo que se intensifica no limiar do século XX, em concomitância com o início da construção de um complexo portuário moderno.

No Espírito Santo, o processo de instalação do porto contemporâneo é estudado por Maria da Penha Smarzaro Siqueira (1980), e as complicações da construção se estendem por algumas décadas. A primeira concessão pública para construção de um porto organizado, nos moldes da modernidade capitalista, data de 1906, e pertencia a Cia. Torrens – Empresa que teve papel central nas obras de revitalização urbana e execução

do novo arrabalde[3] em Vitória. Desde então, ocorreram inúmeras mudanças no projeto, paralisações, transferências de responsabilidade e o complexo portuário moderno de Vitória foi inaugurado, em sua completude, em 1940. A partir daí, já se adaptando ao novo contexto industrial, ocorreu um processo de expansão, integração com outros modais, e intensificação da concentração de capital fixo no porto.

Com o aumento da produção cafeeira e do comércio, a cidade de Vitória viveu uma reformulação espacial que esteve associada à mudança de sua posição política na hierarquia regional em relação aos outros espaços do estado. Esse processo não foi espontâneo, mas antes um esforço consciente de reafirmação da capital por sua elite econômica (FERREIRA, 2009). A construção de um porto organizado, sem dúvida, esteve no bojo desse processo (SIQUEIRA, 1980). Foi somente no século XX que Vitória pôde ser muito mais do que um centro burocrático. Passa a ser também, um centro em sentido amplo. Foi, pelo menos, desde os anos do Governo Moniz Freire (1892-1896), que podemos afirmar um coordenado esforço de modernização política e espacial de Vitória, com objetivos voltados para uma maior centralização de atividades na capital (QUINTÃO, 2016; RIBEIRO, 2008). O foco era voltado, além das obras de infraestrutura urbana[4], para construção de ferrovias que fornecessem o escoamento e centralização do comércio no Porto de Vitória (QUINTÃO, 2014). Para a conclusão desse projeto, um porto moderno, e em sintonia fina com as tendências mais recentes do capitalismo, era necessário.

Os processos de higienização e modernização em Vitória mudaram seu perfil paisagístico. Algumas mudanças de grande magnitude estão concentradas nas obras

[3]A expansão urbana da cidade se deu a partir do "centro histórico", se dirigindo em direção a zonas periféricas. O projeto do novo arrabalde contava com aterramentos que mudaram a dimensão da cidade e ampliaram, em muito, sua extensão e área ocupável. O projeto do novo arrabalde é do sanitarista Saturnino Rangel de Brito e data de 1896, período muito próximo do início da construção do porto moderno.

[4]A construção do porto organizado de Vitória está situada em um contexto de modernização e higienização do espaço urbano, preocupado com o alargamento e reordenamento de ruas, criação de avenidas, aterramento, e ampliação de área construída. Uma série de obras se sucederam em Vitória com o início da república e os ares de expansão capitalista do boom da produção cafeeira (MENDONÇA, 1985).

relacionadas à barra na região central e histórica da cidade, com a reformulação espacial da área comercial e portuária. Quando as obras do porto são finalizadas na década de 40, a barra da área central da cidade é bastante diferente de seu aspecto durante todo oitocentos e dos primeiros anos do século XX. Assim, ocorreu em Vitória um processo amplo de reinvenção da paisagem urbana e comercial, muito em conta das mudanças impostas pelo porto organizado na área historicamente portuária. A razão é simples, o crescente fluxo do comércio exportador de café exigia um desenvolvimento das estruturas fixas de transporte, o que demandou a substituição do antigo porto, e com isso toda sua paisagem. Para atender os anseios da elite capixaba, que mirava na possibilidade de exportar os gêneros da agricultura para o exterior em seu próprio porto (SIQUEIRA, 2010, p.573-574), era necessária uma revolução técnica e espacial da atividade portuária local[5]. Se nem mesmo os fluxos mais dinâmicos do espaço, como a troca de informações, podem se desenvolver senão por meio de infraestruturas fixas, cuja intervenção no espaço é mandatória (HARVEY, 2004), o que se dizer então, do transporte de gêneros em alto volume para outros continentes.

O presente trabalho faz parte de uma pesquisa de mestrado concentrada no estudo do antigo porto de Vitória, isto é, a região de atividade portuária em funcionamento até a construção do porto organizado. O processo de construção do novo porto de Vitória foi bem estudado por Maria da Penha Siqueira em um estudo pioneiro no Brasil (1980). Até o momento, o recorte temporal da pesquisa se envolve com o recorte da historiadora, que também se inicia em 1870 - avançando até 1940 quando há o marco de inauguração oficial. Porém para concentrar nossos estudos no porto histórico, anterior a modernização, devemos limitar a baliza final por volta de 1900[6]. Há uma diferença maior, entretanto, de

[5]"O movimento fluido sobre o espaço só pode ser estabelecido mediante a instalação de certas infraestruturas físicas no espaço. Vias férreas, rodovias, aeroportos, instalações portuárias, redes de cabos, sistemas de fibra ótica, redes elétricas, sistemas de água e esgoto, oleodutos etc. constituem 'capital fixo incorporado à terra' (em oposição a formas de capital fixo como as aeronaves e as máquinas, que podem ser movidas). Essas infraestruturas físicas absorvem um bom volume de capital, cuja recuperação depende de seu uso in situ. O capital investido em instalações portuárias em que nenhum navio aporta é capital perdido" (HARVEY, 2004, p. 87).

[6]Aqui me refiro ao contexto maior em que este artigo está inserido, isto é, a dissertação de mestrado.

recorte temático. Maria da Penha está interessada em estudar a construção do porto moderno, assim, o seu olhar é direcionado para o processo de modernização e construção do porto capitalista, na forma da Companhia Porto de Vitória (1906 - 1924), e da Administração do Porto de Vitória (1924-1940). São identidades jurídicas, de molde empresarial, seja por meio do Governo estadual ou federal. Entre essas identidades jurídicas na posse de um porto organizado, e o espaço portuário do século XIX - a ser melhor definido ao longo desse texto, há uma enorme diferença qualitativa. De alguma maneira, a dissertação de Maria da Penha mira em um ponto de chegada, condicionando assim, por uma questão de recorte e objetivo, as suas mobilizações.

Temos que a história do porto moderno de Vitória, só pode se iniciar com o surgimento de sua identidade jurídica, o que há antes dele, é outra lógica, outro espaço, e outros agentes, com a homogeneização disso incorrendo em uma espécie de anacronismo. Entretanto, não deixa de ser extremamente oportuno que o recorte da Autora se inicie em 1870, pois assim a pesquisadora pôde estudar o crescimento da economia cafeeira e as mudanças estruturais que vêm ocorrendo no comércio e no espaço espírito-santense, dinâmicas sem as quais não é possível compreender o surgimento do porto moderno.

O objetivo desse trabalho é, com o auxílio da historiografia, e pegando o caso de Vitória, esclarecer um pouco da diferenciação conceitual entre o que é estudar um espaço portuário dos fins do século XIX, e suas diferenças com a concepção moderna de porto. Isto é, marcar a diferença entre o espaço portuário do final oitocentos e os portos organizados do século XX, algo que não deve ser tomado como uma diferença trivial.

A fim de fazermos isso – e buscando uma visão um pouco mais global, pretendemos caracterizar o espaço e a operação de outros portos, pegando um pouco da História do Rio de Janeiro e Santos, principais portos nacionais no final do século XIX. Em seguida, a partir de fotografias, mapas, e relatos memorialísticos, iremos recuperar um pouco da paisagem econômica e social da antiga região portuária de Vitória, procurando definir melhor sua lógica de operação interna, e a sua localidade em sentidos geográficos. O que é um porto no final do século XIX? Essencialmente, uma região, um

recorte no espaço, fluido, e a ser definido pelas suas próprias relações e constituição paisagística. Por fim, auxiliados pelo trabalho de Maria da Penha e da historiografia em geral, pretendemos também colocar o antigo porto de Vitória em perspectiva histórica. Procuramos demonstrar a forma com que o mesmo se envolve no processo mais amplo de desenvolvimento econômico espírito-santense, que eventualmente desemboca na sua superação econômica e espacial, e que, infelizmente, acarreta no apagamento de sua paisagem histórica de valiosíssimo alcance.

Da especificidade e diferenciação dos portos do século XIX: Rio de Janeiro e Santos

É preciso que se faça a menção de que esse trabalho, em muito, se inspira na agenda de pesquisa empreendida por Cézar Honorato e Thiago Mantuano sobre o porto do Rio de Janeiro no final do século XIX[7]. É notório que o porto do Rio de Janeiro, sendo um dos principais portos do sistema atlântico - e especialmente após a chegada da família real em 1808, possui uma notável fortuna historiográfica. Entretanto, poucos são os trabalhos que se dedicam aos portos do Rio de "tipo antigo", e aos seus agentes, fato que é destacado pelos autores. Em decorrência da colaboração entre Honorato em Mantuano, surgiu como fruto o livro intitulado "O trapiche e suas fronteiras" (2015), dedicado ao estudo dos operadores do espaço portuário do Rio de Janeiro no século XIX.

Há um fato complicador, entretanto. A caracterização do que procuro chamar de "porto de tipo antigo" – com o perdão do teor hierarquizante do tempo, ou ao "porto de

[7] Dentre eles: HONORATO, Cezar Teixeira ; MANTUANO, Thiago Vinícius. O trapiche e suas fronteiras: negociantes e a transição do porto do Rio de Janeiro rumo à lógica do capital (XIX - XX). In: X Congresso Brasileiro de História Econômica, 2013, Juiz de Fora. Anais do X Congresso Brasileiro de História Econômica, 2013; MANTUANO, Thiago; HONORATO, Cezar. A economia da região portuária do Rio de Janeiro. In: International Scientific Meeting - The Governance of the Atlantic Ports: Economic Dynamics, 2014, Lisboa: porto de Lisboa; HONORATO, Cezar Teixeira; MANTUANO, Thiago Vinícius. O que era o trapiche? O porto e a cidade do Rio de Janeiro no século XIX. Revista Acervo, vol. 1, 2015. HONORATO, Cezar Teixeira; MANTUANO, Thiago Vinícius. OS AGENTES MÚLTIPLOS DO PORTO PRÉ-CAPITALISTA (1870-1900). In: VI Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Portuarios – Red de Estudios Portuários, 2015, Rosário: porto de Rosário.

trapiches" – talvez uma nomenclatura mais adequada, não deve ser algo trivial na história portuária. Parto da impressão, de que não é raro que essa se dê ao luxo de tratar os portos com uma homogeneidade contínua ao longo do tempo, quando sua especificidade histórica e socioespacial é marcante – e significativa, de cada período. Os portos, antes de serem espaços monopolistas, juridicamente organizados, e de muros fechados, eram na verdade um espaço, ocupado por uma multiplicidade de agentes e operadores que ali se situavam e participavam na especialização daquele espaço em um espaço portuário. Sobre o espraiamento e desenvolvimento das regiões de porto no Rio de Janeiro no início do século XIX:

> Posto que cresceu dentro dos paradigmas infra estruturais e de processo de trabalho coloniais, devemos compreender a nova região portuária. A área a qual estamos tratando, se estende desde o morro de São Bento (55 metros) até a ponta do Caju. Além do São Bento, um conjunto de morros pontua a topografia da área, são eles: o da Conceição (50 metros), marcado pela ocupação portuguesa ao longo do século XIX; o do Livramento (117 metros), que fazia parte da antiga chácara do Livramento, de propriedade do senador Bento Barroso Pereira; o da Providência (117 metros) [...] (MANTUANO, 2015, p. 29)

Na citação, o autor segue delimitando sua área de estudo, que se altera durante o século XIX com a instalação e desenvolvimento de atividades portuárias na região, que anteriormente era composta por praias, mangues e enseadas. Não nos cabe aqui, investigar esta história, mas merece destaque a forma com que em vista de se pensar a "operação portuária pré-capitalista no Rio de Janeiro do século XIX", o objeto em questão não é uma estrutura fixa ou o um cais alfandegado, mas sim, a região de operação portuária, constituída na sua diversidade; de estruturas, gentes e equipamentos. A operação portuária que se pretendia estudar não estava dentro de muros, nos moldes de um porto organizado, nem tampouco limitada aos limites geográficos da área que viria a ser ocupada pelo novo porto do Rio de Janeiro.

No momento anterior à modernização portuária, os navios chegados na região de porto, ao invés de acostar em grandes cais contínuos, começavam a ser descarregados na água, ao largo, por uma variedade de pequenas embarcações que levavam os produtos

para armazéns e trapiches, que eram localizados ao longo da zona portuária. Não há uma coordenação centralizada que organize as movimentações, antes disso, elas funcionam de forma concorrente.

> Como era a movimentação dos diversos tipos de carga nos navios parados no ancoradouro? [..] costumavam ser liberados imediatamente, "na água", do pagamento das taxas alfandegárias, e levados por seus consignatários para os diversos armazéns e trapiches existentes nos bairros marítimos (LAMARÃO, 1991, p.138).

Segundo o trabalho clássico de Sérgio Lamarão (1991), na capital carioca os produtos importados eram levados para um dos 14 depósitos da doca da alfândega e depois do desembaraço eram liberados pelos fundos do prédio, onde eram aguardados por bondes de carga. Os produtos que eram destinados a outros portos eram descarregados em trapiches e ali aguardavam o momento de serem reembarcados (LAMARÃO, 1991, p.138). As pequenas embarcações envolvidas na carga e descarga de navios eram, segundo o autor – bem como Honorato e Mantuano nos diversos estudos até a presente data, "fundamentais para a manutenção das atividades portuárias do Rio", o serviço era oferecido às agências de comércio e navegação por companhias especializadas que detinham o monopólio do serviço. Elas eram ainda, em sua maioria, agências de grandes linhas estrangeiras, que possuíam centenas de embarcações para o transbordo de mercadorias (GEORLETTE, Apud LAMARÃO, 1991, p. 139). Em um momento um pouco posterior, a fonte usada por Lamarão comemora as obras de modernização que condenam ao desuso esse tipo de operação.

> Ao longo deste litoral, entrecortado de ruas sombrias e tristes, com habitações vetustas e miseráveis, em sua maioria cortiços(...), habitadas por população heteróclita, erguiam-se, ainda ontem, uma grande quantidade de trapiches e armazéns(...). Esses trapiches e armazéns em sua maioria desapareceram, juntamente com todo esse bairro malsão, sob os golpes de picaretas dos demolidores encarregados de limpar o terreno para os trabalhos do novo porto. Foi necessário construir armazéns provisórios, enquanto não ficam prontos os vastos armazéns gerais (...) que em breve os substituirão (GEORLETTE apud LAMARÃO, 1991, p. 139).

Outro aspecto da operação do porto de trapiches são as "numerosas pontes, frágeis construções de madeira que avançavam nas águas da baía" (LAMARÃO, 1991, p. 139). Essas estruturas, enquanto cais e piers de embarque e desembarque, eram os equipamentos destinados à operação portuária dos navios e vapores de menor escala. Geralmente dedicados ao comércio de cabotagem que ligava os portos da continental costa brasileira. Essas estruturas também tenderam a desaparecer com o desenvolvimento do cais contínuo nos portos modernos.

O porto do Rio de Janeiro, com a maior movimentação durante grande parte do século XIX, começa a perder um pouco de sua dominância absoluta no final do século, chegando ao ponto de ser superado em movimentação pelo porto de Santos, em São Paulo. O fato é atribuído à estagnação da lavoura cafeeira fluminense, que desacelera frente ao crescimento cada vez mais dinâmico da lavoura paulista. Se em 1893/1894 o Rio ainda mantinha primazia enquanto porto exportador de café, já em 1902/1903 era em muito superado por Santos, que comercializava o dobro das exportações da capital (LAMARÃO, 1991, p.141). A partir da inauguração da São Paulo Railway, o porto de Santos foi ligado ao circuito de escoamento da lavoura paulista desde o final da década de 1860. No entanto, o porto ainda era "extremamente precário, dispondo apenas de rústicos trapiches", nos moldes característicos da espacialidade portuária do século XIX.

A fonte analisada por Lamarão atribui o aumento expressivo de volume comercializado no porto de Santos, ao desenvolvimento técnico da Cia Docas de Santos, não é nosso ponto aqui analisar esse mérito, mas é mais assinalar como a operação portuária do porto baseado em trapiches estava presente nos dois principais portos no Brasil no final do século XIX. Mais do que isso, é possível observar através dos argumentos de Lamarão com suas fontes, a tensão entre a operação de "tipo antigo" e a crescente exigência infraestrutural do comércio marítimo no final do século. Alfredo Lisboa, F. A. Georlette, e mais anteriormente, André Rebouças[8], criticam o aspecto

[8]F. A Georlette foi Vice-cônsul do Brasil em Antuérpia e produz em 1908 um livro chamado "Le port de Rio de Janeiro" onde discute a operação portuária da Capital. Alfredo Lisboa foi um renomado engenheiro hidráulico brasileiro, com longa carreira pública, chegando ao porto de inspetor federal dos portos do Brasil.

precário da operação portuária no Rio de Janeiro, para eles, os prejuízos em termos de eficiência e produtividade eram sensíveis ao desenvolvimento do comércio (LAMARÃO, p.138-141).

É de fundamental registro que se diga que Santos foi o primeiro porto a se organizar no Brasil, isto é, a contar com um processo de modernização cuja operação portuária passava a funcionar nos moldes de uma empresa capitalista que coordena os serviços portuários sob a égide de uma administração central (HONORATO, 1996). Esse processo se inicia em 1886, com a fundação da empresa de melhoramentos do Porto de Santos, sob a razão social de Gafrée, Guinle & Comp. Já em 1892 a Cia de melhoramentos se transforma na Cia Docas de Santos S.A e inaugura 260m cais modernos, devidamente adaptados a navios de grande calado e que dispensam em partes o serviço das pranchas de carregamento ao largo. O desenvolvimento das obras continua, e na altura de 1903, quando Santos exporta o dobro do que o Rio de Janeiro, o porto contava com mais de 2 km de cais acostáveis, 12 armazéns de ferro, dois de alvenaria, e dois menores dedicados a explosivos (LAMARÃO, 1991, p.141, 142).

A construção do Porto de Santos foi estudada em detalhes por Cézar Honorato (1996) em sua tese de doutorado, que é tornada livro e intitulada "O polvo e o porto: a CIA docas de Santos (1888-1914)". Nela o autor faz um estudo sobre as articulações e tensões envolvidas no conflito entre um grande capital em formação, na forma da família Guinle e na construção da sociedade anônima das Docas de Santos, com a espacialidade e direitos remanescentes dos operadores do porto de trapiches, ancorados em grande parte a partir de instituições do antigo regime. É fortuito destacar a caracterização do autor sobre o que se convencionou chamar de porto de Santos antes da modernização das docas.

> O que na época se chamava de porto, na realidade, não passava de um conjunto desarticulado e mal construído de trapiches de madeira, onde

Produz em 1922 um importante relatório sobre os portos brasileiros, fonte fundamental para os estudos do processo de melhoramento dos portos nacionais. André Rebouças é quem mais dispensa apresentações, um dos mais populares abolicionistas brasileiros, se dedicou a projetos de modernização da Doca da Alfândega e da Doca Dom Pedro II na capital do império.

> encostavam as "lanchas" que levavam as cargas destinadas aos navios que permaneciam fundeados ao largo. Cada um destes trapiches tinha o seu dono, o qual dispunha de um grupo de escravos que transportavam o produto desde o armazém até o pontal ou trapiche, e, daí, ao navio. (HONORATO, 1996, p. 81)

O trapiche, mencionado por algumas vezes nesse texto, se compõe de um depósito de mercadorias que está ligado a algum cais ou píer - geralmente precário e de madeira, mas podendo também ter estruturas mais sofisticadas, que serve à movimentação de mercadorias para embarque ou desembarque. É desde 1830 que o império brasileiro torna possível a existência de trapiches alfandegados, que eram de propriedade privada e não pertencentes à alfândega, mas eram habilitados a realizarem serviços alfandegários e possibilitavam um desafogamento dos armazéns oficiais do governo (MANTUANO, 2017, p. 175). Mesmo com todas as suas limitações e problemas, é o trapiche - alfandegado ou não, que dá vazão às mercadorias chegadas pelo mar e garante o funcionamento dos portos do Brasil até o final do século.

Ocorre que na última década dos oitocentos se materializa uma virada na percepção pública sobre os trapiches, onde os mesmos deixam de ser "uma solução com problemas" e passam a ser um "problema sem solução" (MANTUANO, 2022, p.305). Isso se dá tanto por uma razão de descompasso entre a capacidade física do porto frente aos desenvolvimentos da tecnologia marítima e dos navios a vapor (MANTUANO, 2018), quanto pelas exigências cada vez maiores que a compreensão do tempo exige sobre as tecnologias de comércio e movimentação de mercadorias. Além é claro, do esgotamento da cidade com situação de degradação das estruturas físicas dos trapiches e da área portuária em geral.

> Alguns destes [trapiches] são verdadeiros pardieiros ou galpões, sem a segurança que uma tal dependencia fiscal exige, mal cobertos e divididos, ao fácil accesso de quem quer que seja por esta ou aquella rua; sem ponte regular para descarga e atracação, sem guindastes a vapor ou mecanico, portanto, de dificeis e tardias descargas, e inconvenientes para a conservação das mercadorias, taes são os que se denominam Azevedo, Damião, Novo Commercio, Lazareto, Corção, Central e Flora. (DOU, 29/04/1897, p. 1957 apud MANTUANO, 2022)

É preciso que se faça a ressalva de que o trapiche apesar de ser uma unidade fundamental da operação portuária, não é toda ela, cumprindo apenas com o processo de armazenagem - em sentido amplo. A predominância do trapiche na paisagem portuária do século XIX não se dá ao acaso, uma vez que é ele a estrutura fundamental que articula o movimento dos produtos entre o mar e a terra, apesar de assistido por outros prestadores de serviços, como os carroceiros, as lanchas e o próprio Estado enquanto responsável pela fiscalização alfandegária.

Além das atividades diretamente relacionadas à movimentação e armazenagem, na área portuária existem os prestadores de serviços que as complementam, como as empresas de abastecimento e manutenção de navios, casas de importação e exportação, empreiteiras de estiva, e assim sucessivamente. Este mosaico de atividades atua de forma conjunta, formando o que Honorato e Mantuano (2015, 2016) chamam de Comunidade Econômica Portuária.

> A Comunidade Econômica Portuária é o conjunto daquelas atividades produtivas e/ou de serviços que vão surgindo e se consolidando como necessárias, complementares, dependentes ou induzidas pelo movimento dado às mercadorias para efetivamente chegar ao seu destino. De outra forma, é o conjunto das atividades econômicas que, direta ou indiretamente, estão vinculadas à operação portuárias e que se instalaram no seu entorno; O que anteriormente era uma simples operação de carga e descarga, a partir do século XIX se tornou bem mais complexo (MANTUANO, 2015, p. 44).

Há no século XIX, especialmente na sua segunda metade, uma especialização econômica e geográfica das firmas associadas com o comércio marítimo, intensificando a identidade das zonas portuárias comumente referidas como portos de determinadas localidades. Isso se dá de forma mais clara, evidentemente, em cidades de vocação historicamente portuária, não bastando a existência de um porto nas estatísticas do governo para supor que ali existisse uma comunidade e zona portuária devidamente formada. Muitas vezes os documentos oficiais registram como porto a localidade do cais da alfândega. Mas o que há além disso? para onde se estende a região portuária? Qual seu grau de especialização e integração com a cidade? Para isso cabem os estudos dedicados

aos portos em sua temporalidade específica, compreendendo-os não como espaços homogêneos e em espelho às modernizações portuárias subsequentes - ou qualquer que seja o destino de sua porção geográfica. Mas sim como espaços econômicos específicos de cada período e localidade, envoltos em dinâmicas e tensões também específicas, as quais muito se têm a revelar.

De modo geral, os estudos das regiões portuárias têm se revelado uma excelente janela de observação do Brasil do final do século XIX (HONORATO, 2019). Pois se trata de um período que é marcado pela expansão do capitalismo e pela formação de contrastes entre estruturas modernas e arcaicas. Uma relação que, dialeticamente, não surge apenas em oposição, mas também em complementaridade (FERNANDES, 1976). A economia exportadora, e mais especificamente nesse período, a economia cafeeira, é característica por criar um quadro de desigualdade estrutural entre os setores da economia brasileira (FURTADO, 2020). No início do período de expansão e valorização do café, um alto grau de produtividade circulava nas suas cadeias de produção e distribuição, o que forma um contraste com outros setores da economia. Assim, a economia cafeeira é uma das economias que desenvolve a paisagem dessa heterogeneidade estrutural e complementar – circuitos modernos e altamente produtivos convivendo com circuitos arcaicos e pouco desenvolvidos. Esse contraste se dá tanto entre a produtividade do café com os outros gêneros nacionais, quanto pelo contraste entre o seu espaço de produção, em grande parte arcaico, e a sua efetivação no mercado internacional de capitalismo desenvolvido.

Mas antes, a efetivação do café também demanda que o setor construa os espaços de modernidade que vão definir outra heterogeneidade, a que se forma entre o setor produtor e o setor de circulação, pois os fluxos comerciais e econômicos do café não podem circular sem a existência prévia das estruturas fixas (HARVEY, 2004, p. 87), e esses espaços não são construídos no vazio, mas sim em regiões históricas, como são as regiões portuárias, palco privilegiado de observação. É exatamente nos espaços portuários de "tipo antigo", que podemos observar a crescente tensão por modernização, e o

esgotamento funcional daquele espaço, processo que dará surgimento aos portos organizados em várias regiões do Brasil.[9] Advogamos que esses espaços não sejam encarados como vazios, que sejam compreendidos em sua complexidade, mais do que como devires amorfos ou notas de rodapé.

Vitória entre um porto histórico e o porto organizado.

Quando um caminhante passa por Vitória e lança seus olhos e ouvidos ao porto, a paisagem que lhe aparece está ligada ao processo de modernização, que além de iniciar na primeira década do século XX com a virada qualitativa da construção do porto organizado, se estende por todo ele. Desde a inauguração, o Porto de Vitória passa por diversas mudanças na sua organização, se associando aos desenvolvimentos do capitalismo brasileiro e mundial, fato que também é estudado por Maria da Penha em outros trabalhos (SIQUEIRA, 1994). Mas há também uma história que parece um pouco mais oculta, desprivilegiada de atenção frente ao brilho intervenções modernizantes, essa história pouco contada é a história da cidade de Vitória em seu estado anterior às grandes intervenções do porto, do novo arrabalde, e de todas as intervenções menores que iniciam sua mudança de perfil. Essa história, é a história da cidade e do porto de Vitória de formato ainda colonial[10], que sobreviveu durante todo século XIX até o surgimento de uma Vitória modificada pelas demandas urbanas e econômicas do século XX.

[9]Além dos já citados casos de Vitória (SIQUEIRA, 1980), Santos (HONORATO, 1996) e Rio de Janeiro (LAMARÃO, 1996; MANTUANO, 2022), ocorrem no final do século várias iniciativas para modernização dos portos brasileiros, o que coloca em tensão o espaço do porto de trapiches e um devir espaço de porto organizado, além dos autores expostos, podemos citar aqui – até onde vai meu parco conhecimento, trabalhos sobre Recife (GOMES, 2016), Salvador (ROSADO, 1983), e Natal (JOBIM, 2015). Para um resumo sintético do processo de modernização do sistema portuário brasileiro ver: (GOULARTI FILHO, 2007).

[10]Aqui nos referimos a "cidade de molde colonial" para fazer um contraste com relação a cidade contemporânea de Vitória. Nos referimos ao formato urbano da cidade, que ainda no século XIX marca uma relação de forte continuidade com a espacialidade e forma das cidades coloniais portuguesas; com suas

Trata-se de uma cidade que convivia com toda sorte de problemas de higiene e infraestrutura, cuja operação portuária ocorria de forma descentralizada nos edifícios e

Figura 1 - Imagem do antigo porto de Vitória, ainda sobrevivente nos primeiros anos do século . Na foto a antiga Rua do Commercio. Paisagem atualmente inexistente e completamente subscrita pelos aterros das obras urbano-portuárias do porto organizado.

Fonte: Coleções Especiais - BC/UFES.

equipamentos urbanos contíguos ao mar. No entanto, se trata de uma Vitória que comportou o boom do café e cuja infraestrutura forneceu as condições econômicas e políticas necessárias para sua superação. Uma cidade de formato ainda colonial, mas de fundamental importância para a criação da cidade que conhecemos. Uma Vitória cuja dimensão e lógica do funcionamento comercial e portuário – que acreditamos ser fundamentalmente um elemento integrador de sua forma, é pouco explorada.

A figura 1 retrata um dos principais espaços portuários de Vitória no final do século XIX, o "Porto dos Padres", localizado em frente à Rua do Commercio. Na foto podemos observar o movimento de pessoas na região portuária, postos de fiscalização, e cais e pontes de madeira dedicados à movimentação de mercadorias. Podemos observar crianças, adultos, transeuntes, homens de comércio e trabalhadores. A ausência de um muro traz o porto para dentro da cidade, separação que posteriormente será muito bem

ruas estreitas, convivendo com as imposições naturais dos terrenos, sem os espaços hoje aterrados, e concentrada na área central.

feita. A construção do cais do Porto moderno aterrou toda essa espacialidade, e com a separação estrita que o porto organizado faz entre o porto e a cidade, legou ao habitante de Vitória uma vasta parte da cidade "sem vista para o mar, reduzindo a área de percepção da baía" (KLUG, 2009, p. 33). Impossibilita-se, assim, o contato e integração direta de parte de Vitória com parte do município de Vila Velha, no outro lado da baía, onde contemporaneamente se localiza e se realizam operações do Porto – aliás, muito mais do que no lado de Vitória.

Durante todo século XIX, era comum o transporte de lanchas nos cais portuários da cidade atravessando a baía de Vitória em sentido à Vila Velha, com destaque para o cais da imperatriz, que era uma doca integrada a uma área de lazer comum e bastante utilizada (ELTON, 1986, p. 60). Hoje, ao se pensar os problemas de transporte público e a necessidade cada vez maior de cidades verdes, compactas e com aglomerações e sistemas de transporte eficientes, não é um absurdo refletir hipoteticamente sobre o custo de oportunidade que o local do porto organizado não traz para a integração e proximidade entre duas das principais cidades do estado do ES – Vitória e Vila Velha. Colocadas uma de frente para outra, e separadas pelos muros de um porto.

Elmo Elton (1925-1987) foi um escritor e poeta capixaba, cuja obra se baseia muito na atmosfera urbana da capital capixaba, não à toa recebendo a alcunha de "poeta oficial da cidade de Vitória" (JACINTHO, 2018, p. 36), sua obra guarda importantes documentos, parte da memória viva da cidade. No ano de 1985 e 1986 Elmo Elton publicou dois livros, "Tipos populares de Vitória" e "Logradouros antigos de Vitória", onde procura imortalizar a memória das ruas e das gentes que fizeram parte de sua infância, contemporaneamente ou através de histórias. Não se trata, portanto, de um trabalho literário, nem tampouco de um documento oficial, mas uma espécie de documento memorialístico. Para nós, nada mais fortuito do que isso. Em Tipos Populares, o autor adverte sobre os seus tempos de meninice, por volta da década de 30, onde as lanchas e os botes, ainda naquele tempo, atracavam "venezianamente", enquanto os navios ancoravam ao largo, já que o cais do porto ainda estava em fase de construção.

> [...]O centro urbano apertado entre morros, cobertos de vegetação densa, e o mar, este como que a acalentar, com sua música, os dias e as noites capixabas, tornando-lhes as horas mais mansas e risonhas. Quem aqui chegasse, dizia logo que a cidade mais parecia um presépio, e Vitória o era mesmo, sonhadora e acomodada cidadezinha, somente despertada, vez por outra, pelo apito nostálgico de algum navio ou pelo pregão de seus vendedores ambulantes. (ELTON, 1985, p. 75).

O romantismo passadista de Elmo Elton poderia ser mediado por uma reflexão adequada, mas por uma questão de escopo, aqui vamos nos ater a forma com que sua memória sobre a cidade mobiliza sutilmente a atividade portuária, que se associa a paisagem do que ele chama, romanticamente, de "cidade presépio". Chama atenção a forma com que o poeta se queixa da homogeneização que o moderno traz sobre a cidade, ele lamenta a forma com que a cidade se comporta ao final do século XX, "como *todos* os centros portuários". O problema não é ser *um* centro portuário, pois apesar da escala diminuta, Vitória sempre foi, o problema é a perda de sua identidade antiga, colonial, provinciana.

> O progresso, com suas vantagens e desvantagens, deu-lhe outra característica, a ilha perdeu seu primitivo recorte, sua baía foi reduzida a simples canal, aterraram-lhe os mangues, encheram-na de arranha-céus, entupiram de carros suas ruas, a população é outra, muito outra, diversa em tudo da de antes, já que a cidade, perdendo sua anterior feição urbanística, a serenidade de seu antigo modus vivendi, comporta-se, hoje [1985] em meio a crescente agitação, tal como todos os centros portuários, sem aquela identidade de cidade-presépio, antes tão querida por seus habitantes e turistas (ELTON, 1985, p. 78).

Ao avançar os olhos sobre alguns dos tipos populares imortalizados pelo Poeta, é possível encontrar algumas fontes para uma história social da cidade portuária. Não é nada de muito concreto, mas com certeza informativo, consideradas as mediações da fonte. Cândido Marola, Macaca Fêmea, Mané Coco, são todos personagens que reservam algumas pistas sobre a antiga cidade de Vitória. Vividos nos últimos anos do oitocentos e primeiros anos do século XX, os personagens são fragmentos de identidade portuária da antiga Vitória. Vitória antes das modernizações não contava com luz elétrica e nem água encanada, pelo menos não até o governo de Jerônimo Monteiro (ELTON, 1985, p. 101). Assim, os dejetos humanos eram lançados ao mar, na barra da cidade ou mangues

e canais fluviais, com o ar fétido dividindo espaço com os portos e cais. Era de grande valia ao público, a existência de chafarizes públicos, "construídos nos pontos de maior concentração popular "Porto dos Padres, mercados, quiosques e botequins, quase todos situados na orla marítima"' (ELTON, 1985, p. 101).

É assim que conhecemos Mané Coco, homem negro, como todos que injustamente ocupavam as raias menos desejáveis dos serviços urbanos, que se ocupava de transportar dejetos ao mar. "Ora no porto dos padres, ora no cais de são francisco" (ELTON, 1985, p. 101), o cais de são francisco era localizado no centro da cidade e alcançado por um córrego que foi posteriormente aterrado[11]. O porto dos padres, é fortuito de se destacar, se dá na mesma localidade da Rua do Commercio, ilustrada na figura 1, ambos habitam o mesmo espaço, fazendo diálogo entre si, e compondo uma paisagem portuária.

Os trapiches não existem senão através de seus trabalhadores, e podemos conhecer pelo menos um, Cândido Marola. Trabalhador negro do "Trapiche de Vitória", "endiabrava-se, ficava mesmo temível, quando bebia. 'Seria capaz de brigar com dez homens, de uma vez só, vencendo-os'" (ELTON, 1985, p. 103). Bastante familiar com a confusão, "dele se contam muitas estórias", e uma delas é, sem exagero, hilariante. Cândido achou por bem certa vez fornecer comida aos seus amigos portuários, trabalhadores do trapiche, uma vez que tinha fama de bom cozinheiro. Até o dia que se aventurou a fornecer um prato especial.

> Na hora do almoço, a panela no fogo, servia a todos a anunciada iguaria: - Mas que galinha dura é essa, cândido? - Não me aborreçam, fregueses, que já cansei de ouvir diárias reclamações, a galinha é de primeira, veio de longe, lá da criação de nossa senhora. É claro que ninguém conseguiu comer daquela carne dura e preta, e, quando sentiram que, ao invés de galinha, lhes fora servido "urubu ao molho parto", o "almoço redundou em um quase linchamento [...] (ELTON, 1985, p. 103).

[11] É possível fazer a sua localização um pouco à esquerda do centro da figura 2, localizada na página seguinte.

Outro personagem é “macaca fêmea”, certamente uma vítima de violência social e psíquica, era um homem negro e alcoólatra. Foi dedicado à carpintaria marítima, saber especializado e típico das zonas portuárias, e essencial em cidades fluviais. “Em estado normal não era molestado, porém, após ingerida meia dúzia de pingas, buscava a posição que o caracterizou”, recurvado, passando a emitir grunhidos. Não raramente isso ocorria em horário de trabalho, quando seus companheiros prontamente tratavam de guardar seus pertences e ferramentas, a fim de protegê-lo de furtos.

As lendas também não deixam de povoar o imaginário sobre os territórios de mar, que possuem histórias e mitos específicos. Uma delas é a de Maria Bacurin (ELTON, 1985). Era chamada de Pata pois em noites escuras se dizia transformar no diminuto animal. Os pescadores afirmavam crédulos que, se caso alguém visse, ao escurecer, sobrevoando o penedo - montanha ilha que é referência na localização do porto de Vitória desde tempos coloniais, uma enorme pata branca com rosto de mulher, que se guardassem as redes, pois a pescaria seria infrutífera.

Figura 2 - Planta Geral da Cidade de Vitória em 1895, reconstruída por André Carloni em 1967. Recorte feito por mim, em destaque, região central do núcleo histórico de Vitória.

Fonte: Acervo do IPHAN, sob posse da BC/UFES - Coleções Especiais.

Na figura 2 vemos um mapa recriado no século XX por André Carloni, artista e arquiteto ítalo-brasileiro que residiu em Vitória após chegar na capital em 1890, onde fez carreira como artista e figura pública. O mapa é recortado com a intenção de se destacar a área central da ilha, que se localiza de frente ao seu porto natural, de águas calmas e resguardado por um conjunto de ilhas, montanhas e terra; se trata da mesma área onde o porto organizado é construído e substitui toda paisagem do porto histórico. Os números identificam algumas áreas da cidade devidamente legendadas no documento. Destes, destacamos a presença do Porto dos Padres - ou Rua do Commercio, do cais do imperador, e do cais da alfândega, indicados respectivamente nos números 6, 10, e 17, enquanto pontos de destaque da região portuária.

Exatamente defronte para o mar temos os trapiches, cais e armazéns/casas comerciais, com muitos desses últimos dando os fundos para o mar, onde ofereciam contato para pranchas e barcos (ELTON, 1986). Logo atrás dessa primeira linha de contato, temos ruas que se especializaram como focos de comércio e pontos de movimentação de mercadorias. Temos aí a Rua do Commercio, a Rua Primeiro de Março, e a Rua da Alfândega (ELTON, 1986). Toda área envolvida pelos pontos indicados foi subscrita e completamente remodelada.

O Porto dos Padres, a Rua Primeiro de Março e da Alfândega, bem como seus cais e trapiches, foram substituídos pelos aterros e remodelações que avançaram a área da cidade em direção ao mar, espaço hoje - as referências aqui são a muito grosso modo, ocupado pelo porto moderno, e pelas Avenidas Getúlio Vargas (em espaço aterrado, antes inexistente), Florentino Avidos (porto dos padres) e Jerônimo Monteiro, que também passa por área aterrada. Pegando desde a localidade da Rua da Alfândega, e passando em frente ao Palácio Anchieta, sede do governo que é o ponto de referência do Cais do Imperador, com o mesmo sendo via de acesso ao prédio que se localizava em um ponto mais alto com o acesso por escadaria.

Na figura 3 é possível ilustrar o baixo perfil da cidade, descrita por Muniz Freire como "apertada entre a baía e um grupo de montanhas" onde "não tem campo para desenvolver-se sem a dependendencia de grades despesas", mesmo apesar de "possuir um porto em condições admiráveis, indiscutivelmente muito superior a todos os outros do estado e um dos melhores do Brasil" (FREIRE, 1896 apud SIQUEIRA, 2010, p 572). Na fotografia podemos observar os edifícios que dão fundo para a água, apertados entre si. Ao centro da fotografia, se vê o cais da alfândega, indicado na figura 2 com o número

Figura 3 - "Vista da Vitória - 1900", nessa foto podemos ver a cidade em perspectiva, de frente pro ıar. Ao centro, em tese, temos o cais da alfândega, identificado em outra fotografia da mesma coleção.

Fonte: Coleções Especiais - BC/UFES.

17, o cais da alfândega foi localizado nesta fotografia através de outra foto de sua mesma coleção. Assim, tendo como referência o mapa de André Carloni, os edifícios à esquerda e à direita são os edifícios comerciais e trapiches/armazéns que dão frente para as ruas primeiro de março e alfândega.

A Rua Primeiro de Março compunha diversas casas comerciais, e com destaque, a Casa Verde, "Das diversas casas comerciais da Primeiro de Março, uma se destacava: - a Casa Verde, funcionando em prédio de quatro andares", (ELTON, 1986, p. 39). A casa verde abriu as portas em 1879, se transformando muito rapidamente no maior armarinho da cidade, onde se podia encontrar de tudo. Se não havia na casa verde, não havia em nenhum outro ponto. Como a cidade tinha falta de hotéis - os que existiam eram péssimos, a casa verde hospedava no seu andar superior, os hóspedes que vinham do interior ou de outras províncias (ELTON, 1986). Além da casa verde, diversos outros estabelecimentos comerciais se localizavam na rua, "a Casa Samuel, A Guanabara, a Renner, a Tipografia Coelho, de propriedade de Afrodísio Coelho, a Viana Leal, a Farmácia Roubach etc" (ELTON, 1986, p. 40).

A Rua da Alfândega é outro espaço de especialização comercial, porém em estado ainda mais agudo. Atual avenida Jerônimo Monteiro, ela teve intensa atividade comercial durante todo século XX, hoje já em estado bem mais decadente. No limiar do século XIX era uma das principais vias comerciais da cidade, junto da Rua do Commercio que era localizada em frente ao porto dos padres. Apesar de não ser equipada com uma longa sessão de cais e pontes como no caso da Rua do Commercio, as suas casas comerciais dão fundo diretamente para o mar, onde dotadas de decks e ancoradouros podem operar a movimentação de mercadorias. Além disso, a rua é contígua ao cais da alfândega, por onde se entravam mercadorias para fiscalização e em direção aos trapiches, comércios, ou qualquer que fossem seus destinos.

> A rua da Alfândega era estreita, com as fachadas das casas mal alinhadas, ainda que suficientemente reta. "Era rua de futuro, central, plana, com a Praça Santos Dumont a dividí-la ao meio". Aí as firmas importadoras, tais como a Viana Leal, Manoel Evaristo Pessoa, a Casa Garantia, J.Zinzen, a Antenor Guimarães tinham sede, o mar a bater-

> lhes nas portas de fundo, por onde recebiam as cargas desembarcadas dos saveiros e alvarengas. A J. Zinzen tinha Armazém de café em prédio em que funcionou, mais tarde, o Cine-Central (ELTON, 1986, P. 148).

A Rua do Commercio (figura 1), se dá de frente ao Porto dos Padres e forma, talvez de forma ainda mais gritante que as outras, uma zona tipicamente portuária. É a confluência de um espaço que é dotado de cais e esteiras de atracamento, armazéns e casas comerciais, quiosques e botequins a beira mar, ali se podia consumir de doces e quitutes às doses mais ardizes de cachaça (ELTON, 1986, P. 70). O movimento marítimo era intenso, em decorrência, evidentemente, do porto que ficava imediatamente à sua frente. O porto nesse caso, se tratando de uma longa sessão de cais para atracadouro de embarcações, o que ocorria também em outras partes da barra da cidade, mas ali um pouco mais especificamente.

Os quiosques e botequins eram ali numerosos, e eram em virtude do movimento comercial, eram estabelecimentos considerados anti-higiênicos, “serviam de ponto a malandros, biscateiros, embarcadiços, local de discussões, de pancadaria, de forma que os cidadãos mais precavidos não os frequentavam” (ELTON, 1986, P. 70). Flutuavam ao largo do porto diversas pequenas embarcações da casa comercial “Hard & Hand", que carregados de café, ficavam à espera dos navios. A casa comercial tinha um armazém que fazia esquina com a Rua do Commercio, onde estocava o café para exportação.

Em vista do que foi exposto[12], temos claro que, referir-se a um “porto de vitória” no final do século XIX, é quase como um anacronismo, pois ao mesmo tempo que ao falar da região portuária da cidade tratamos de um predecessor em termos econômicos, funcionais e urbanísticos, se trata também de um espaço que se constitui em uma lógica completamente diferente dos portos organizados do século XX. Se avançarmos em direção a tempos mais remotos, essa distância conceitual se aprofunda ainda mais, com o vocábulo “porto” assumindo sentidos cada vez mais amplos, daí a importância dos

[12]A caracterização poderia ser mais extensa e detalhada, dialogando com fontes oficiais, no entanto o objetivo da comunicação é mais conceitual, e o espaço hábil nos constrange.

estudos de história portuária se aprofundarem na definição física e operacional de seu objeto, a fim de conhecer as especificidades da sua relação com o espaço e com as relações sociais em diferentes escalas.

Difere completamente da lógica explicitada acima, o funcionamento do porto organizado de Vitória (1906-1940)[13]. De molde industrial e ancorado em uma lógica monopolista de centralização da operação, o porto organizado buscou ganhos de escala através de significativos investimentos em capital fixo, o que permitiu ampliar e modificar quantitativamente e qualitativamente o perfil de operação portuária. Sai a operação descentralizada e pouco eficiente, e entra uma operação de molde industrial, saem os problemas de calado e o embarque e desembarque baseado em navios fundeados através de pranchas, e entra o ancoradouro apto a receber navios de longo curso, aptos, além das economias de escala, a ligar o comércio e a alfândega de Vitória com às praças comerciais do exterior. Maior ambição da elite política capixaba.

Figura 4 - Cais do Porto moderno de Vitória, 1943, ano muito próximo de sua inauguração oficial, observa-se um cais moderno, equipado com guindastes e aterrado sobre o mar.

Fonte: Coleções Especiais - BC/UFES.

[13] Cronologia se refere ao período de construção desde o primeiro projeto até a inauguração oficial.

O novo porto de Vitória forneceu uma centralidade econômica que viabilizou na segunda metade do século XX uma economia exportadora pujante para as escalas do Espírito Santo (ARAÚJO FILHO, 1974; SIQUEIRA, 1994). Fato que está associado à concentração das vias de escoamento da produção cafeeira na cidade de Vitória, é um processo de concentração de recursos e aumento da influência regional da cidade (QUINTÃO, 2014). A criação desse porto por sua vez está envolvida por um processo político que surge no final do século XIX, com as demandas econômicas do crescimento da exportação de café. Com um novo porto, se objetivava induzir um maior desenvolvimento na economia e agricultura através do aumento das zonas de contato da província - mais especificamente visando o exterior e a exportação direta, isto é, sem depender de outros portos brasileiros. Esse processo está em sintonia com um período de construção de um discurso político pró-modernização na capital capixaba (MENDONÇA; DE CAMPOS JÚNIOR, 2019), que por sua vez se coaduna com as intervenções de higienização e racionalização do espaço público, movimento que visa a preparar a cidade para o desempenho de atividades comerciais e políticas, almejando transformar Vitória em um centro dinâmico da vida na vida do estado (FERREIRA, 2009; SIQUEIRA, 2010).

Desejava-se com a criação de um porto "moderno", a possibilidade de crescimento da província, com a superação da sua dependência com o porto do Rio de Janeiro, que absorvia grande parte das rendas de exportação do Espírito Santo. Apesar do café capixaba ainda não ter destaque na produção nacional durante as décadas finais do oitocentos, o crescimento de suas rendas já gerava uma expectativa otimista para os rumos do desenvolvimento do estado. A crença nesse projeto é o que mobiliza mais apaixonadamente os ânimos da elite capixaba. (SIQUEIRA, 1980, P.26-40)

Ainda se soma ao referido contexto, uma mudança conjuntural nos portos da região norte e sul do estado. Ocorre em São Mateus e Itapemirim, uma progressiva diminuição de influência de sua cabotagem, que durante todo século XIX desempenhou importante papel regional no escoamento de mercadorias para portos da Bahia e Rio de Janeiro (ALVES, 2021; MACHADO; 2021). Isto é, além das rendas e volumes crescentes

na exportação de café, ocorre já no início do século XX uma centralização das atividades portuárias em Vitória, quadro que antes era dividido com os outros portos do estado. Isto significando não só o seu crescimento em volume, mas uma alteração qualitativa na ordenação econômica do espaço espírito-santense.

Isso se dá em razão do desenvolvimento das vias de comunicação - com destaque para a construção da via férrea Leopoldina Railway[14], que liga o sul do estado à Vitória, e ao desenvolvimento das vias rodoviárias que ligam São Mateus a capital, além disso, há a crescente inadequação dos portos de São Mateus e Itapemirim às novas tecnologias de navegação, sofrendo - ainda mais do que Vitória, que compunha boas condições naturais, problemas de calado e atracadouro (SIQUEIRA, 1980, P. 40-42).

CONCLUSÃO

O porto dos trapiches, no século XIX, é um espaço descentralizado, de operação econômica, pertencente ao tecido urbano, e com uma localidade bem definida em termos espaciais. É ocupado por todas as gentes e tipos, em uma relação em que se é difícil de separar porto e cidade, onde a simbiose das operações portuárias e comerciais formam um espaço que se dilui para dentro das ruas e esquinas, dando os mais diversos tons de urbanidade. O porto é na verdade uma região que se torna economicamente especializada. Geralmente ela se define em termos jurídicos através da letra da lei, dos aforamentos, e demarcações, cujos organizam atividades portuárias de teor fiscal e burocrático. Isso se dá, sobretudo, com as alfândegas, cuja localização tende a organizar espaços de operação portuária nas proximidades. Mas se dá também, na forma das propriedades e equipamentos urbanos específicos, com os aforamentos que garantem direitos aos trapiches, empreiteiros, transportadores e casas comerciais, alfandegados ou não.

O porto não é, entretanto, uma entidade centralizada e nem se confunde nos mesmos equipamentos autorizados a realizar atividades de autoridade portuária, ele é antes e além disso, o espaço dentre os espaços, é a extensão de terra e mar que envolve

[14]E posteriormente, a ferrovia Vitória-Minas.

os cais, armazéns, carroceiros, e pessoas envolvidas nas atividades portuárias. O porto é a atmosfera física que envolve a barra da cidade e que une atores econômicos dispersos que se empenham nas atividades de movimentação de pessoas e mercadorias. O porto é, essencialmente, uma região. A região que é, no conselho de Milton Santos, um espaço cindido, microcosmo que marca pela diferença a sua identidade morfológica e funcional (BARROS, 2017, p.27-28).

O que reconhecemos no porto histórico de Vitória – ou porto de trapiches, como queira; é fundamentalmente isso, um espaço dentre os espaços, que se estende desde a extremidade do cais de madeira, e desemboca logo nos pés da cidade. Isso tudo sem uma mediação muito rígida que defina suas fronteiras. O porto de Vitória no século XIX se faz de cidade na mesma medida que a cidade se faz porto, através é claro, da atuação de uma porção física específica e de seus edifícios, estruturas (naturais/não naturais) e pessoas. A cidade de Vitória com seus portos e estruturas ainda coloniais, é a cidade de Vitória que subsidia as condições materiais para as mudanças do século XX. Visto que é nas décadas finais do século XIX, em um porto de pranchas e trapiches, e uma cidade com uma infraestrutura precária, que se inicia um processo de crescimento do comércio cafeeiro, e a demanda de um processo modernizante no circuito de exportação comercial (SIQUEIRA, 1980, P. 7-17). Partimos da percepção de que a história desse espaço deva ser contada em um cuidadoso esforço.

Dentro do escopo aberto da pesquisa[15], buscamos compreender um pouco da forma, funcionamento, espaço, e dimensões econômicas do porto de Vitória na parte final do século XIX. Objetivamos em última medida, contribuir – teórica e monograficamente – para uma história das cidades portuárias de expressão regional no século XIX. A aparente regionalidade desses estudos não são desabono para a agenda de pesquisa, antes pelo contrário, Vitória é uma cidade portuária de pouca influência nacional durante o oitocentos, mas com fortes relações regionais, e além disso, central na reformulação do

[15] Me referindo sempre à dissertação em andamento.

espaço econômico espírito-santense durante todo século XX. Como todo espaço, ela não existe por si, mas em si, e no mundo, construindo e constituindo a espacialidade brasileira.

Ademais, ao se pensar um espaço portuário de pouca influência nacional no oitocentos, fazemos par – com exceção das pouquíssimas grandes cidades portuárias do século, com a maioria absoluta das cidades-porto brasileiras, muitas das quais a realidade econômico-social de seus espaços específicos é pouco conhecida. São essas, em sua maioria, que constituem o sistema portuário brasileiro, onde Rio de Janeiro, Santos, e Bahia, forjam exceções. Façamos, pois, um convite.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO FILHO, José Ribeiro de. O porto de Vitória. 1974.

BARROS, José D.'Assunção. **História, espaço, geografia: diálogos interdisciplinares**. Editora Vozes Limitada, 2017.

ELTON, E. **Tipos populares de Vitória**. [s.l.] Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES, 1985. v. 6

ELTON, E. **Logradouros antigos de Vitória**. [s.l.] Instituto Jones do [ie dos] Santos Neves, 1986. v. 1

FERREIRA, G. L. **Um Desejo Chamado Metrópole: A modernização urbana de Vitória no limiar do século XX**. Dissertação de Mestrado. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2009.

FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Em: A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica. [s.l: s.n.].

FERREIRA, G. L. Um Desejo Chamado Metrópole: A modernização urbana de Vitória no limiar do século XX. Dissertação de Mestrado. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2009.

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. [s.l.] Companhia das Letras, 2020.

GOULARTI FILHO, A. Melhoramentos, reaparelhamentos e modernização dos portos brasileiros: a longa e constante espera. Economia e Sociedade, v. 16, n. 3, p. 455–489, dez. 2007.

GOMES, A. F. DE M. Das docas de comércio ao cais contínuo: as tentativas frustradas de melhoramento do porto do Recife no Oitocentos. 2016.

JACINTHO, A. L. N. Leitura poética da cidade de Vitória na obra de Elmo Elton. Dissertação de Mestrado. Vitória: IFES, 2018.

JOBIM, Khalil. **Do ancoradouro à sala de espera: as obras de melhoramento do porto e a construção de uma Natal moderna (1893-1913)**. 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

KLUG, Letícia Beccalli. Vitória: sítio físico e paisagem. EDUFES, 2009.

LAMARÃO, S. Dos trapiches ao porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro. [s.l.] Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura …, 1991. v. 17

MANTUANO, T. O trapiche e suas fronteiras: a operação portuária pré-capitalista no Rio de Janeiro do século XIX. [s.l.] Editora Autografia, 2015.

MANTUANO, T. Comendador Antônio Martins Lage: entre a Navegação e a Operação Portuária no Século XIX. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: UFF, 2017.

MANTUANO, T. a revolução dos vapores na navegação marítima. História Econômica & História de Empresas, v. 21, n. 2, 2018.

MANTUANO, T. A CONSTRUÇÃO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO: Do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro. Tese (Doutorado em História). Niterói: UFF, 2022.

MENDONÇA, E. M. S. Uma descrição cronológica do desenvolvimento urbano de Vitória. **Revista do Instituto Jones Santos Neves. Vitória, ano IV**, n. 1, p. 38–40, 1985.

MENDONÇA, M. C.; DE CAMPOS JÚNIOR, C. T. O discurso da modernidade na construção de Vitória-ES. **GeoTextos**, v. 15, n. 1, 2019.

MONIÉ, F.; VASCONCELOS, F. N. Evolução das relações entre cidades e portos: entre lógicas homogeneizantes e dinâmicas de diferenciação. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie / Revista franco-brasilera de geografia**, n. 15, 23 jun. 2012.

RIBEIRO, D. A. Busca à Primeira Grandeza: o Espírito Santo e o Governo Moniz Freire (1892-1896). Dissertação (Mestrado em História), 2008.

RIBEIRO, L. C. **A villa de Victória no século XVI: uma base para a conquista do sul do Brasil**. Ports nouveaux: Création et renaissance du XVe au XXIe siècle. **Anais**...Presses Universitaires de Rennes, 2020.

RIBEIRO, L. C. M.; FOLLADOR, K. J.; QUINTÃO, L. DO C. Território e territorialidade no império das redes: o Espírito Santo nos séculos XVI e XVII. **Dimensões**, n. 31, p. 27–55, 2013.

RIBEIRO, L. C. M.; SIQUEIRA, M. DA P. S. Portos e cidades: expansão e modernização dos portos de Vitória (sec. XX-XXI). **Dimensões**, n. 28, 2012.

ROSADO, R. DE C. S. Porto de Salvador: modernização em projeto 1854-1891. **Salvador: CODEBA**, 1983.

SIQUEIRA, M. DA P. O desenvolvimento do Porto de Vitória (1870-1940). 1980. Dissertação (Mestrado em História). UFSC. 1980.

SIQUEIRA, M. DA P. S. O porto de Vitória: expansão e modernização, 1950–1993. **Vitória: Codesa**, p. 39, 1994.

SIQUEIRA, M. DA P. S. A cidade de Vitória e o porto nos princípios modernos da urbanização no início do século XX. **Cadernos Metrópole**, v. 12, n. 24, p. 565–584, 2010.

VASCONCELOS, F. N. O desenvolvimento da interface cidade-porto em Vitória (ES) do período colonial ao início do século XXI: uma cidade portuária? 2011.

HARVEY, D. **Novo imperialismo (O)**. [s.l.] Edições Loyola, 2004.

HONORATO, C. T. **O polvo e o porto: a Cia. Docas de Santos, 1888-1914**. [s.l.] Editora Hucitec, 1996.

HONORATO, C. T. PORTOS E CIDADES PORTUÁRIAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS. **Almanack**, n. 21, p. 63–97, abr. 2019.

HONORATO, Cezar; MANTUANO, Thiago. A economia da região portuária do Rio de Janeiro (1870-1900). **Nuevo Mundo Mundos Nuevos. Nouveaux mondes mondes nouveaux-Novo Mundo Mundos Novos-New world New worlds**, 2016.

QUINTÃO, L. DO C. Estrada de ferro e territorialidade no Espírito Santo da Primeira República. **Revista Ágora**, n. 20, p. 84–109, 2014.

QUINTÃO, L. DO C. Oligarquia e elites políticas no Espírito Santo: a configuração da liderança de Moniz Freire. **Vitória: Ufes**, 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Análise da situação orçamentária da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro sob a vigência da Emenda Constitucional n. 95/2016 no período de 2014 a 2021

Paulo Daniel da Silva Galdino dos Santos

Leticia Aragão de Souza Inácio

Tiago Ribas Chaves

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

Análise da Situação Orçamentária da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro sob a Vigência da Emenda Constitucional N. 95/2016 no Período de 2014 a 2021

Analysis of the Budget Situation of the Federal Rural University of Rio de Janeiro Under the Validity if Constitutional Amendment N. 95/2016 in the Period from 2014 to 2021

Paulo Daniel da Silva Galdino dos Santos

Leticia Aragão de Souza Inácio

Tiago Ribas Chaves[1]

Resumo

No período de 2014 a 2021, diversas mudanças socioeconômicas, políticas e legislativas ocorreram no Brasil, com impacto direto na administração de Universidades Federais. Nesse mesmo contexto, estão incluídas as novas concepções de ensino no período após o retorno à presencialidade e o reforço da importância da política de assistência estudantil nas instituições públicas de ensino superior. Sob este aspecto, o presente trabalho tem o intuito de demonstrar tais alterações no orçamento da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, devido à sua particularidade regional, em comparação às demais universidades federais do estado do Rio de Janeiro, juntamente ao perfil estudantil.

Para isso, toma-se como referência temporal a aprovação da Emenda Constitucional n. 95/2016, cujo impacto já apresenta resultados práticos e visíveis no

[1] Filiados à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

cotidiano da Universidade e da atuação gerencial. Com maior limitação orçamentária e com a crescente demanda, a Rural expressa sinais de asfixia, junto às previsões de cortes em ações indispensáveis para a administração superior.

Em complemento a isso, a avaliação do orçamento da Universidade Rural traz à discussão institucional novas interpretações acerca daquilo que é possível custear, ainda que algumas ações sejam indispensáveis no contexto universitário. Para trazer mais tangibilidade à temática, este trabalho se debruça à tentativa de esclarecer os impactos de uma política de restrição de gastos bruscas, cuja intenção de controle das contas públicas para incentivar crescimento não demonstra resultados expressivos, mas acentua impactos negativos à educação, especificamente à manutenção das atividades promovidas pela UFRRJ.

Palavras-chave: *universidade, orçamento público, educação, inflação, UFRRJ.*

Abstract

In the period from 2014 to 2021, several socioeconomic, political and legislative changes occurred in Brazil, with direct impact on the administration of Federal Universities. In this same context are included the new conceptions of teaching in the period after the return to face-to-face mode and the reinforcement of the importance of the student assistance policy in public institutions of higher education. In this aspect, the present work aims to demonstrate such alterations in the budget of the Federal Rural University of Rio de Janeiro, due to its regional particularity, in comparison to the other federal universities in the state of Rio de Janeiro, along with the student profile.

For this, the approval of Constitutional Amendment n. 95/2016 is taken as a temporal reference, whose impact already presents practical and visible results in the daily life of the University and the managerial performance. With greater budgetary limitation and growing demand, Rural expresses signs of suffocation, along with the forecasts of cuts in indispensable actions for the higher administration.

In addition to this, the evaluation of the Rural University budget brings to the institutional discussion new interpretations about what it is possible to fund, even though some actions are indispensable in the university context. To bring more tangibility to the theme, this work focuses on trying to clarify the impacts of a policy of abrupt spending restrictions, whose intention to control public accounts to encourage growth does not show expressive results, but accentuates negative impacts on education, specifically on the maintenance of the activities promoted by UFRRJ.

Keywords: *university, public budget, education, inflation, UFRRJ.*

***

Contexto Histórico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) é uma Instituição Federal de Ensino Superior centenária, cuja existência tramita entre a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV) e a UFRRJ. Com 112 anos de história, a Universidade Rural está localizada, atualmente, no estado do Rio de Janeiro (RJ), com quatro campi instalados nos municípios de Seropédica (Sede), Nova Iguaçu (Instituto Multidisciplinar), Três Rios (Instituto de Três Rios) e Campos dos Goytacazes. Por essa característica, a UFRRJ é uma das universidades que compõem o quantitativo de faculdades públicas presentes na Baixada, Sul e Norte Fluminense, com considerável expansão territorial no estado. Importa ressaltar a extensão interna da UFRRJ, com campus Sede classificado como o maior da América Latina, com 3.024 hectares e 131.346 metros quadrados de estrutura física e arquitetônica construída (UFRRJ, 2019).

Neste contexto, a UFRRJ reúne características específicas no sentido acadêmico e da composição discente. Presentemente, a Rural conta com “56 cursos de graduação presencial, 2 cursos de graduação a distância, 29 cursos de mestrado acadêmico, 8 cursos de mestrado profissional e 17 cursos de doutorado” (UFRRJ, 2021), distribuídos entre os campi. Tais modalidades são compostas por 17.900 alunos da graduação presencial e 9.400 alunos da graduação à distância, além de 1.911 discentes da pós-graduação, totalizando 29.211 pessoas da comunidade estudantil, em dados de 2021. Na avaliação quantitativa, considera-se apenas a graduação e pós-graduação, mas a UFRRJ igualmente contribui para a educação básica, visto a transferência de recursos para a manutenção e ampliação do Colégio Técnico da Universidade Rural (CTUR) - localizado em Seropédica, com oferta expressiva de vagas de ensino médio regular e técnico, do qual a ênfase está nas áreas de ciências agrícolas e ambientais.

Há de se avaliar que, pelo quantitativo e magnitude da Universidade Rural nos locais onde está presente, cabe inserir no contexto de análise a importância da existência de uma instituição de ensino público na região distante do grande centro fluminense, diante de sua capacidade significativa de oferta educacional. Os fatores envoltos na questão incluem não somente a inserção social pela educação dos moradores de tais regiões, mas também garante um direito constitucionalmente estabelecido, com a devida preservação ao princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, além de sua autonomia didático-científica (Art. 207/CF 1988). Ademais, na perspectiva da aplicação do modelo de Bem Estar Social, cujo objetivo principal é a redução de desigualdades, o Brasil estabelece uma política de acesso público ao ensino superior gratuito e de qualidade - amplamente executada pela UFRRJ. Seguindo esta compreensão, Piketty (2014) considera que, em termos de execução de política pública, a saúde e a educação representam as melhorias mais reais e notáveis na condição de vida das populações ao longo dos séculos. No contexto brasileiro, pode-se incluir, ainda, o fato de que diversas universidades públicas apresentam indicadores de referência internacional, produção científica e inovação tecnológica, o que garante mais de 90% da produção acadêmica do país (SANTOS, 2018). Em complemento à colocação de Piketty, Chaves e Almeida (2020) estabelecem o acesso à educação como preponderante na redução de desigualdades, mas reforçam na análise a realidade distante do Brasil em termos de acesso adequado aos meios de garantia de vida, como saúde, educação, renda mínima e saneamento básico.

Como uma instituição federal de ensino público, a UFRRJ contribui para a redução de

desigualdades em muitas frentes, tanto no espectro macroeconômico, como no interno e institucional, com a política de assistência estudantil. A necessidade por políticas assistenciais, embora sempre tenham sido indispensáveis, se tornam vitais nas universidades após a promulgação da Lei 12.711/2012, que versa sobre o preenchimento de 50% das vagas das instituições públicas por estudantes oriundos de famílias com renda

per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo (BRASIL, 2012). Ainda assim, a UFRRJ mantém uma característica particular, uma vez que 78% dos estudantes da graduação são oriundos de famílias com renda definida pela Lei 12.711, entrando na qualificação de vulnerabilidade socioeconômica, segundo a V Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Estudantes da Graduação das Universidades Federais, realizada pelo Fórum de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) em 2019. Com exemplos práticos, a manutenção da residência estudantil, restaurante universitário e bolsas de permanência demonstram o caráter acessível da UFRRJ, assim como a regência da lei prevê que aconteça em todas as universidades públicas do Brasil.

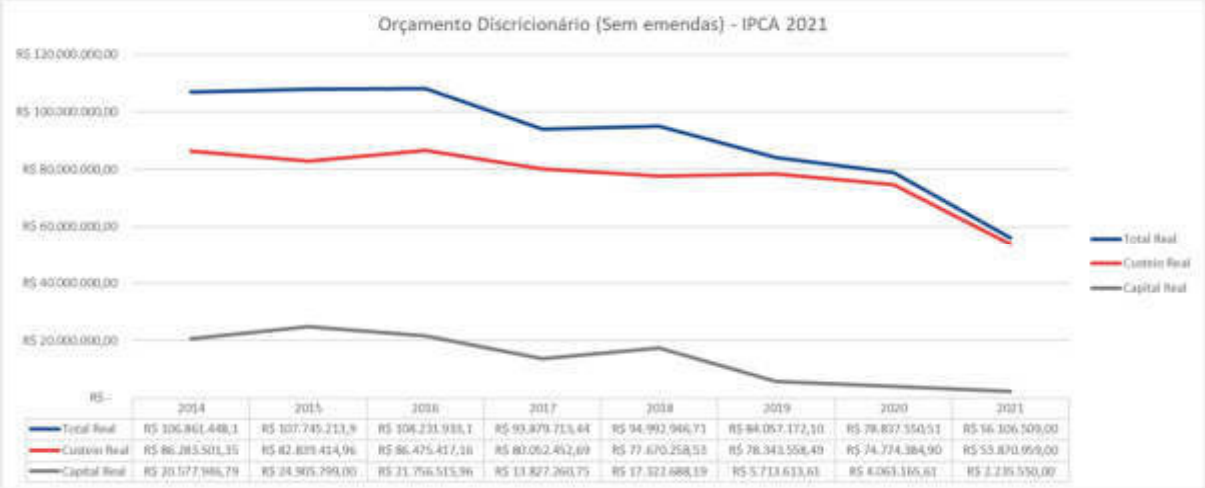
No entanto, uma Universidade com tamanha capacidade de oferta educacional, extensão territorial e perfil estudantil deve ser custeada de forma que garanta pleno funcionamento e acesso aos programas da UFRRJ, algo que não tem sido observado nos últimos anos. A situação de queda orçamentária da Rural se acentua a partir da aprovação da Emenda Constitucional n. 95/2016, conhecida como “Teto dos Gastos”. Seu aspecto limitador de gastos públicos impacta não somente as universidades públicas, como todos os entes federais diretamente custeados pelo Governo Federal. Chaves e Almeida (2020) aproximam os cortes orçamentários da educação à asfixia, uma vez que o custeio de insumos básicos para o funcionamento da Universidade se tornam vulneráveis frente à uma política de gastos restritiva. Para avaliar de forma específica, a próxima seção demonstrará o impacto do Teto dos Gastos no orçamento da UFRRJ.

Impacto da Emenda Constitucional N. 95/2016 no Orçamento da UFRRJ

Com o intuito de analisar o orçamento da Universidade Rural sob a Emenda Constitucional n. 95/2016, recolheu-se dados da série temporal disponível no Portal da Transparência. Para uma análise fidedigna, foi utilizado o método de deflacionamento dos dados a partir do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e o Índice Geral de Preços (IGP-M), calculado pela Fundação Getúlio Vargas. A seguir, estão disponíveis os gráficos

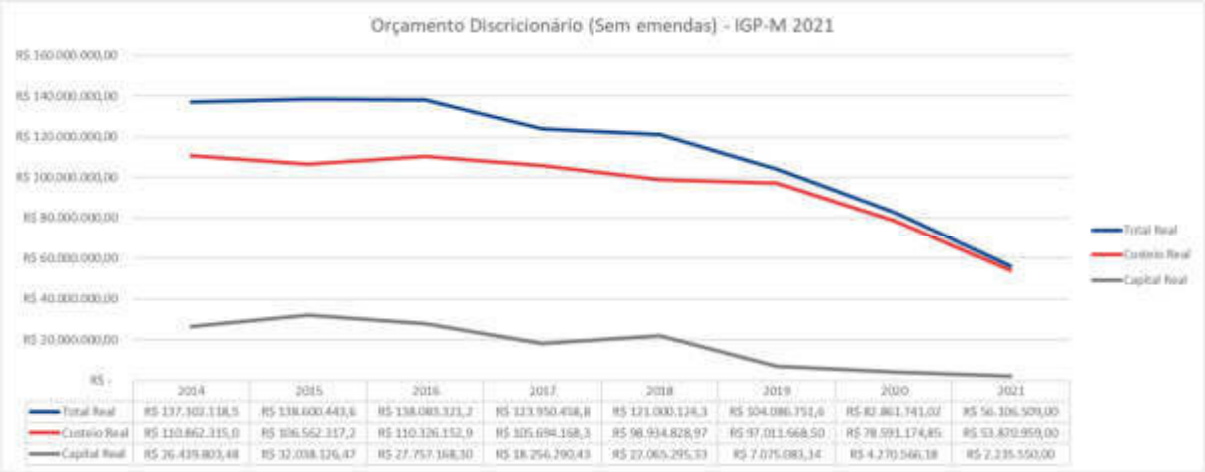
referentes às ações discricionárias sem emendas parlamentares, deflacionados pelo IPCA e IGP-M, além dos gráficos referentes às ações 20RK - Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior, 20GK - Fomento às Ações De Graduação, Pós-graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão e 4002 - Assistência ao Estudante do Ensino Superior, respectivamente. Além disso, nos gráficos constam linhas do custeio real e capital real, junto ao total real.

Gráfico 1: Orçamento discricionário deflacionado pelo IPCA 2021



Fonte: Portal da Transparência: Elaboração própria.

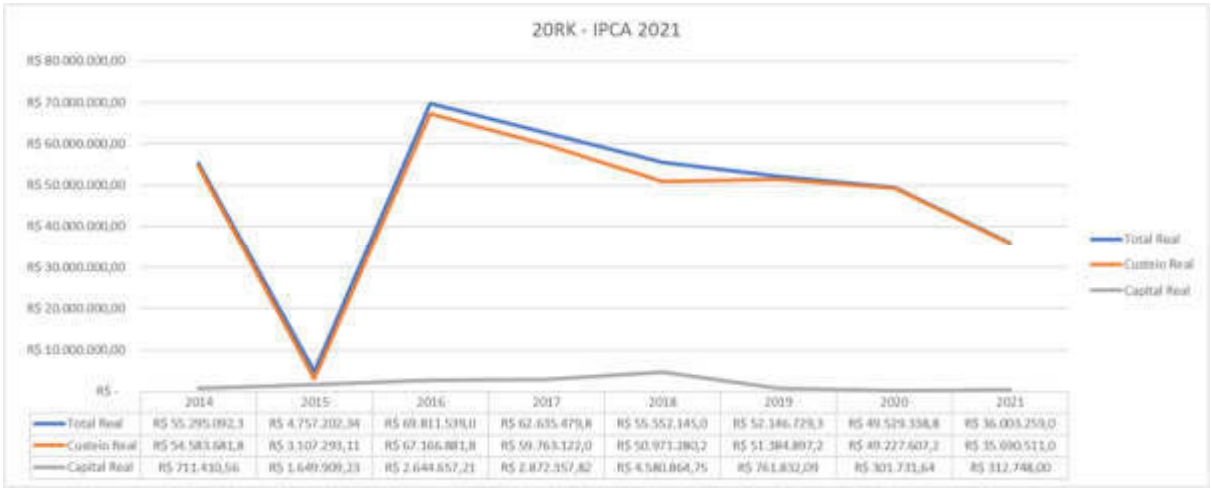
Gráfico 2: Orçamento discricionário deflacionado pelo IGP-M 2021



	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Total Real	R$ 137.302.118,5	R$ 138.600.443,6	R$ 138.083.321,2	R$ 123.950.458,8	R$ 121.000.124,3	R$ 104.086.751,6	R$ 82.861.741,02	R$ 56.106.509,00
Custeio Real	R$ 110.862.315,0	R$ 106.562.317,2	R$ 110.326.152,9	R$ 105.694.168,3	R$ 98.934.828,97	R$ 97.011.668,50	R$ 78.591.174,85	R$ 53.870.959,00
Capital Real	R$ 26.439.803,48	R$ 32.038.126,47	R$ 27.757.168,30	R$ 18.256.290,43	R$ 22.065.295,33	R$ 7.075.083,14	R$ 4.270.566,18	R$ 2.235.550,00

Fonte: Portal da Transparência: Elaboração própria.

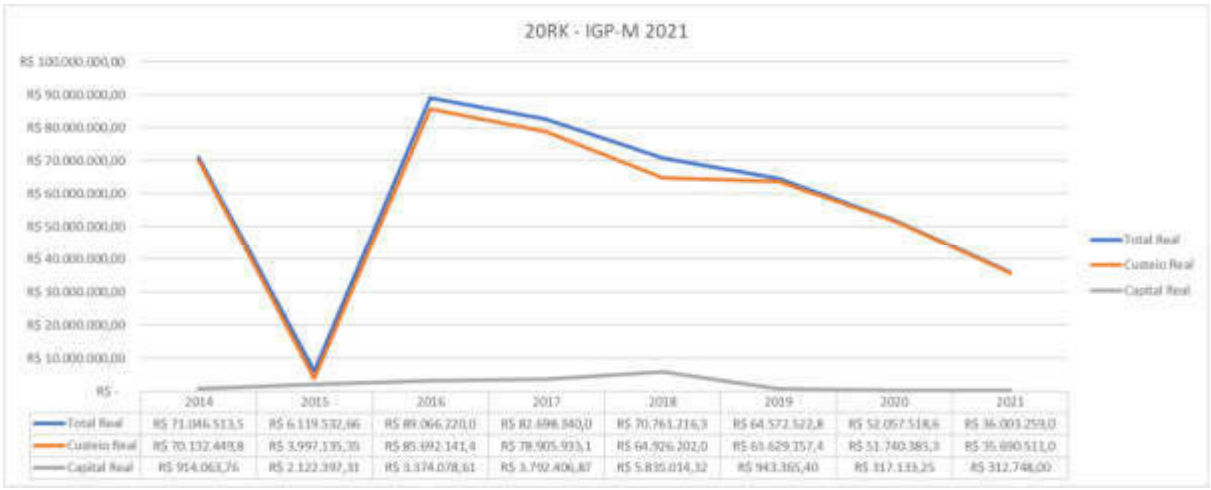
Gráfico 3: Orçamento da 20RK deflacionado pelo IPCA 2021



	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Total Real	R$ 55.295.092,3	R$ 4.757.202,34	R$ 69.811.539,0	R$ 62.635.479,8	R$ 55.552.145,0	R$ 52.146.729,3	R$ 49.529.338,8	R$ 36.005.259,0
Custeio Real	R$ 54.583.681,8	R$ 3.107.293,11	R$ 67.166.881,8	R$ 59.763.122,0	R$ 50.971.280,2	R$ 51.384.897,2	R$ 49.227.607,2	R$ 35.690.511,0
Capital Real	R$ 711.410,56	R$ 1.649.909,23	R$ 2.644.657,21	R$ 2.872.357,82	R$ 4.580.864,75	R$ 761.832,09	R$ 301.731,64	R$ 312.748,00

Fonte: Portal da Transparência: Elaboração própria.

Gráfico 4: Orçamento da 20RK deflacionado pelo IGP-M 2021



Fonte: Portal da Transparência. Elaboração própria.

Gráfico 5: Orçamento da 20GK deflacionado pelo IPCA 2021

Fonte: Portal da Transparência. Elaboração própria.

Gráfico 6: Orçamento da 20GK deflacionado pelo IGP-M 2021

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Total Real	R$ 4.234.186,81	R$ 69.477.290,9	R$ 2.373.149,90	R$ 4.497.526,55	R$ 9.536.463,16	R$ 8.364.520,66	R$ 7.213.396,05	R$ 4.781.968,00
Custeio Real	R$ 3.712.826,01	R$ 69.360.545,5	R$ 2.046.971,66	R$ 2.581.223,70	R$ 9.438.900,74	R$ 8.302.602,62	R$ 7.164.768,23	R$ 4.750.671,00
Capital Real	R$ 521.360,80	R$ 116.745,37	R$ 326.178,25	R$ 1.916.302,85	R$ 97.562,42	R$ 61.918,04	R$ 48.627,83	R$ 31.297,00

Fonte: Portal da Transparência. Elaboração própria.

Gráfico 7: Orçamento da 4002 deflacionado pelo IPCA e IGP-M 2021

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Total IPCA	R$ 14.615.974,5	R$ 13.626.191,7	R$ 14.526.603,0	R$ 13.862.592,3	R$ 13.526.052,0	R$ 14.304.492,2	R$ 13.228.304,2	R$ 9.281.862,00
Total IGP-M	R$ 18.779.497,2	R$ 17.528.353,7	R$ 18.533.174,6	R$ 18.302.939,1	R$ 17.229.215,7	R$ 17.713.040,9	R$ 13.905.530,9	R$ 9.281.862,00

Fonte: Portal da Transparência. Elaboração própria.

Considerações finais

Diante do exposto, tem-se que o impacto no orçamento da Universidade e nas principais rubricas de custeio e capital impossibilitam a execução das ações universitárias, confirmando a asfixia sentida pelos gestores da UFRRJ. Ao observar as consequências sociais trazidas pela execução orçamentária deficitária, deve-se pensar novas políticas e articulação econômica para sustentar as Universidades Federais - fator crucial para a ciência nacional e mitigação de desigualdades sociais.

A corrente neoliberal que emergiu no Brasil durante a abertura comercial na década de 1990 demonstra suas consequências amplamente, e é justificada pela queda na atividade econômica e restrição do orçamento de entes federativos que necessitam do custeio direto do Governo Federal, como as Universidades Federais. Por isso, a emergência na recomposição orçamentária das instituições públicas de ensino superior se faz demasiadamente indispensável.

Referências bibliográficas

GARCIA, Adir ; YANNOULAS, Silvia. Educação, pobreza e desigualdade social. Em Aberto, v. 30, n. 99, 2019. Acesso em 05 de julho de 2022. Disponível em <http://www.rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/3198>

DA COSTA SILVEIRA, A. L. A UFRRJ DO TEMPO RECENTE: RELAÇÕES ENTRE A OFERTA DE GRADUAÇÕES E A SUA VOCAÇÃO RURAL. [s.l: s.n.]. Disponível em <https://tede.ufrrj.br/jspui/bitstream/jspui/2729/2/2011%20-%20Ana%20L%c3%bacia%20da%20Costa%20Silveira.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2022.

SILVA, N. DE S.; SANTOS, E. O. DOS; MALACHIAS, R. Conversando com Paulo Freire - Diálogos dentro e fora do PPGEDUC/UFRRJ. Revista Docência e Cibercultura, v. 5, n. 3, p. 21–26, 13 out. 2021. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/62823>

CAPRARA, Bernardo. Thomas Piketty e "O Capital no Século XXI": da economia política à Sociologia contemporânea. Sociologias, v. 19, n. 44, p. 424–439, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/87b3pxCnZHSTxPHW3MTgLmh/>. Acesso em: 23 maio 2021.

CHAVES, Andréa Bittencourt Pires ; ALMEIDA, Leandro José Souza de. A Política do Retrocesso: educação e desigualdade no Brasil. Research, Society and Development, v. 9, n. 8, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/5957/5146>. Acesso em: 9 jul. 2022.

JORGELINA. Pesquisa traça perfil de alunos das universidades federais. FONAPRACE. Disponível em: <http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/index.php/2019/06/21/pesquisa-traca-perfil-de-alunos-das-universidades-federais/>. Acesso em: 10 jul. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Internacionalização de empresas, Odebrecht e questões teóricas. Uma discussão

Pedro Giovannetti Moura

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

Internacionalização de empresas, Odebrecht e questões teóricas. Uma discussão

Firm internationalization, Odebrecht and theoretical questions. A discussion

Pedro Giovannetti Moura [1]

Resumo:

Pretende-se com esse trabalho tratar do início do processo de internacionalização da Construtora Norberto Odebrecht (CNO) à luz dos postulados da literatura empresarial de internacionalização de empresas. Com esse objetivo em mente, partimos de um balanço teórico sobre dois dos paradigmas clássicos de internacionalização de empresas – os modelos de Dunning e Uppsala – colocados em perspectiva sob outras contribuições, como aquelas expressas pelas obras de Peter Dicken e Witold Kula. Ao colocar em debate o estudo de caso da CNO, a partir da obra de Charcani VI, em Arequipa (Peru), temos por objetivo estabelecer pontes de diálogo e limitações entre esses modelos e o caso da construtora brasileira. Para tanto, nos valemos da literatura empresarial mencionada, bibliografia acadêmica e jornalística sobre a CNO, dados públicos e um estudo empírico possibilitado pelo acesso a números selecionados da revista *Odebrecht Informa*, materiais de circulação interna da Organização.

Palavras-chave: História Econômica; História Empresarial; História Contemporânea; Internacionalização de empresas.

[1] Doutorando no Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPHR/UFRRJ). Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/0967885032582238

ABSTRACT

This lecture is intended to provide an analysis the beginning of the internationalization process of Construtora Norberto Odebrecht (CNO) in the light of the postulates of business literature of internationalization of companies. Accordingly, we draw on a theoretical overview about two classic paradigms of internationalization – the models of Dunning and Uppsala – put in perspective under other contributions, as expressed by the works of Peter Dicken and Witold Kula. By discussing the CNO case – from the construction of Charcani VI, in Arequipa (Peru) –, we aim to raise points of dialogue as well as limitations of these models in relation to this Brazilian construction firm. In addition to the said business literature, we also approach academic and journalistic bibliography about CNO, public data, and an empiric study based on *Odebrecht Informa* newsletters, an internal material of the Organization.

Keywords: Economic history. Business history. Contemporary history. Internationalization of companies.

***

A trajetória da Construtora Norberto Odebrecht (CNO) iniciou-se entre os anos 1940 e 1950 no Estado da Bahia, distante dos grandes centros do Capital brasileiro e das grandes obras que então se desenhavam para a segunda metade do século XX, como a construção de Brasília, capital nacional. Já no ano de 2011, a empreiteira passa a ocupar o posto de maior construtora da América, em ranking promovido pela Revista América Economia, editado pela Spring Editora[2].

A escolha pela CNO enquanto estudo de caso de uma empresa multinacional brasileira justifica-se por três fatores primordiais. Em primeiro lugar, feito o recorte da engenharia pesada, a CNO é, dentre as empresas brasileiras, a que possui maior número de obras realizadas no exterior - nos anos 2000, 40,2% das obras das empreiteiras brasileiras no exterior eram realizadas pela empresa (CAMPOS, 2014. p. 119).

Em segundo lugar, a escolha também se explica pelo próprio material analisado, a *Revista Odebrecht Informa,* fundamental para desenvolver uma pesquisa de estudo de caso. A realização de uma pesquisa com essa metodologia significa aprofundar-se em um objeto específico, de modo a permitir uma maior compreensão sobre determinado fenômeno. Isso requer uma vasta quantidade de fontes a fim de se criar um banco de dados que possibilitem manter uma linha histórica de evidências (YIN, 1989). Por fim, a CNO é, dentre o universo das empreiteiras brasileiras, aquela que ganhou maior projeção nacional após a Operação Lava-Jato e a cobertura propagada pelos grandes meios de comunicação nacionais. Assim que, uma abordagem que vise se distanciar dessa espécie de 'senso comum' ganha maior relevância.

Tema disparador de grande interesse público nos anos recentes, a CNO e a Holding Odebrecht são temas de alguns trabalhos dentro do universo acadêmico. Via de regra, podemos enquadrá-los em dois grandes campos: (a) àqueles oriundos do campo

[2] Notícia disponível em: <https://www.portalvgv.com.br/site/norberto-odebrecht-e-a-maior-empresa-de engenharia-e-construcao-da-america-latina-aponta-ranking>. Acesso em: 08 maio 2020.

da administração de empresas que, embora se debrucem sobre seu histórico, o fazem focalizando aspectos decisórios administrativos (DANTAS, 2007; BRITO, 2009; MAZOLA e OLIVEIRA JUNIOR, 2006); (b) outros, apresentam o desenvolvimento histórico da construção pesada brasileira como um todo (FERRAZ FILHO, 1981; CAMPOS, 2014). Porém, poucas são as tentativas de sínteses de maior fôlego a tratar da CNO excedendo sua atuação nacional (CAMPOS, 2015). De forma que, com esse artigo, pretende-se contribuir com estudos que coloquem em destaque a atuação internacional das empreiteiras brasileiras dentro do mais amplo campo da História Econômica.

A análise dos principais paradigmas teóricos para internacionalização de empresas consiste em um ponto de partida para se debruçar sobre as práticas de internacionalização da construtora. Há uma dificuldade grande em teorizar processos que são, em essência, históricos. Ao abordarmos grupos de diferentes setores econômicos, sediados em países que ocupam diferentes posições no sistema mundial capitalista e espaçados temporalmente, não é tarefa simples condensar um conjunto de características que confiram alguma unidade em processo tão díspares. Apesar dessa dificuldade, o Paradigma Eclético de Dunning (DUNNING, 2001) e o modelo de Uppsala (JOHANSON; VAHLNE, 2009) são algumas das abordagens mais significativas que buscam balizar um conjunto de ações aparentemente desconexo entre si. Consequentemente, na primeira parte do artigo, tratamos desses modelos, destacando contribuições e limites que perspectivas como as de Kula (1977) e Dicken (1998) jogam luz.

A segunda parte se detém sobre o caso da CNO em si. Após breve contextualização do processo de nacionalização da firma, pretendemos demonstrar como essa internacionalização da construtora combinou um conjunto de táticas empresariais somado a um apoio estatal para sua consolidação.

Por fim, na última sessão, estabelecemos aproximações e diferenças no processo da construtora a partir da abordagem teórica selecionada, identificando pontos de convergência e limites desses estudos para o nosso caso específico.

Empresas internacionalizadas: uma abordagem teórica

A atuação moderna de firmas em mercados internacionais se dá a partir das companhias de comércio no século XVIII. Ao longo do século XIX, com o avanço das indústrias e do comércio em larga escala, a atuação em mercados externos de grandes empresas ganha corpo[3] (Arrighi, 2012; Dicken, 1998). Embora Dicken afirme que a lógica dessas companhias se restringia ao comércio – e desvinculadas, portanto, da esfera produtiva -, estudos vem demonstrando a porosidade de supostas fronteiras da atuação do capital e, em contrapartida, argumentando que sua inserção em diversas partes do globo – inclusive nos países periféricos - seria marcada por maior transversalidade, atuando tanto na esfera comercial quanto produtiva (Tomich, 2011).

À parte esse debate, nos parece bem aceito, contudo, a noção de que o período pós 1945 assiste a uma ampliação das atividades de firmas multinacionais, destacando-se, inicialmente, os Estados Unidos enquanto principal protagonista desse processo (Costa; Saes; Gonçalves, 2018, p.4). Se, até o período, 71% da produção manufatureira concentrava-se em quatro países e, 90%, em onze países (Dicken, 1988, p.170), o mundo pós Segunda Guerra é marcado por um espraiamento da atuação de firmas multinacionais e ampliação de seu poderio econômico. Em fins do século XX, as 100 maiores empresas mundiais detinham ativos maiores do que 120 países no mundo (Chandler, 2005, p.1). Assim que, atendendo ao chamado de Chandler, torna-se necessário conhecer, identificar e localizar quem são esses "Leviatãs" (Chandler, 2005, p.2).

Porém, antes de avançar para nosso estudo de caso, concretamente, nos detemos nessa sessão a questões mais teóricas sobre essas empresas e ao processo de internacionalização em si. Convém aqui iniciar com a própria definição do conceito de internacionalização de empresas, diferenciando de seus pares multinacionalização e transnacionalização. Enquanto alguns, como Costa, optam pela simplificação ao enquadrá-las sob um mesmo espectro (Costa, 2011, p. 10), outros, como, Doelinger e

[3] No caso especificamente brasileiro, o século XIX assistiu primordialmente ao capital inglês que se articulou ao redor do complexo cafeeiro. Como estudo de caso ver: RIBEIRO, 2014.

Cavalcanti valendo-se de R.D. Robinson, tratam de uma diferenciação que elencariam esses conceitos em estágios, a depender do grau de inserção internacional da empresa.

Dessa forma, a empresa internacional deve ser compreendida enquanto uma primeira etapa, em que uma entidade nacional possui algumas atividades em outros países, mas sem influenciar de forma decisiva nos rumos da empresa. Já a empresa multinacional é marcada pela expansão de atuação por várias nacionalidades, tanto na esfera comercial quanto produtiva, mantendo, contudo, um centro nacional. Por fim, a transnacional, argumentam, representaria a "anacionalidade", isto é, a empresa sem centro decisório nacional (Doelinger; Cavalcanti, 1979, p. 9).

A despeito de julgarmos interessante o caráter didático da diferenciação e hierarquização de Robinson exposta por Doelinger e Cavalcanti, divergimos aqui da sua concepção de anacionalidade das empresas transnacionais. Tendo em vista a importância das fronteiras nacionais como fatores estruturantes da inserção de empresas na divisão internacional do trabalho, valemo-nos aqui, preferencialmente, da perspectiva de Dicken. Para o autor, uma corporação transnacional é aquela que atinge um nível marcado por, simultaneamente: coordenação e controle de vários estágios de cadeias produtivas em diferentes países; habilidade de tomar vantagens geográficas e políticas estatais para ampliar sua capacidade produtiva; flexibilidade geográfica para mudar suas fontes de operações entre diferentes localizações geográficas (Dicken, 1998, p. 177).

O fato da atuação internacional se dar, primordialmente por grandes grupos nacionais, explica-se por serem essas as empresas com suficientes condições para receber estímulos e subsídios por parte dos agentes estatais (Aubert; Falck, Heblich, 2011, p.64) e, em geral, por serem aquelas capazes de obter privilégios que ofenderiam o senso público de jogo limpo, como a conquista de controle financeiro de conglomerados rivais (Schumpeter, 2010, p.128). Assim, Schumpeter considera a internacionalização – mediante a abertura de um novo mercado ou na conquista de uma

nova fonte de matérias prima ou de semimanufaturados - como um dos fatores cruciais para garantir a inovação da prática industrial [4] (Schumpeter, 1982, p.48).

Essa relação entre o binômio inovação-criatividade e internacionalização também é demonstrada pelo cepalino Fajnzylber. Para o autor, uma indústria eficiente é sinônimo de uma indústria capaz de criar condições para alcançar um ritmo de crescimento elevado, mantido no curso do desenvolvimento tecnológico. Para se alcançar esse cenário, adquire importância fundamental a busca pelo mercado externo, arena de maior competividade e potencialidade para ampliar a inovação e a capacidade criativa (Fajnzylber, 1983, p. 345-350).

O próprio Norberto Odebrecht, fundador da Construtora Norberto Odebrecht, já nos anos 1960, via na internacionalização uma necessidade para o crescimento e a perpetuação da firma. Na visão do empreiteiro, por vivermos em uma era na qual "o conhecimento passa a ser um valor mais importante do que o próprio patrimônio tangível", é essencial, para a sobrevivência, o crescimento e a perpetuação da empresa, a constante busca pela *inovação* e pela *criatividade* de suas equipes, elevando assim o patamar da sua empresa (ODEBRECHT, 2002, p. 22-23).

Se, por um lado, compreender a prática de internacionalização como pré-condição para o desenvolvimento das empresas é quase um consenso na literatura sobre o tema, estabelecer modelos analíticos para a prática de internacionalização acarreta enorme dificuldade. Além de trajetórias empresariais das mais variadas possíveis, a

[4] As cinco ações que garantiriam a inovação das atividades industriais, na visão do autor, seriam: (a) a introdução de um novo bem (um bem que os consumidores ainda não estiveram familiarizados) ou de uma nova qualidade de um bem; (b) um novo método de produção, que não precisa se basear em um anova descoberta científica, e pode, inclusive, ser uma nova forma de manusear comercialmente uma mercadoria; (c) a abertura de um novo mercado em que o ramo industrial em questão ainda não tenha entrado ou que não existisse antes; (d) a conquista de uma nova fonte de oferta de matérias prima ou de semimanufaturados, independentemente se é, de fato fonte nova ou se fora criada; (e) o estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria, como a criação de uma posição de monopólio ou a fragmentação dessa posição (Schumpeter, 1982, p.48).

dificuldade da criação de paradigmas para a internacionalização de empresas se justifica por outros dois fatores preponderantes.

Em primeiro lugar, ao nos afastarmos da perspectiva de anacionalidade das empresas internacionalizadas, consequentemente assumimos o postulado de que as empresas possuem um centro decisório e uma trajetória que as vincula, historicamente, a um país sede. Tal país sede, por sua vez, ocupa uma posição específica dentro da divisão internacional do trabalho que, se não determina, condiciona suas atividades econômicas centrais. Wallerstein e Arrighi, por exemplo, tratam da diferenciação das atividades do núcleo orgânico – aquelas que controlam uma grande parte do excedente total produzido dentro da cadeia de mercadorias – àquelas do núcleo periférico – controlam pouco ou nada desse excedente (Arrighi, 1997, p.138). O último chega a tratar ainda da existência de uma zona intermediária, a semiperiferia (Arrighi, 1997, p.140). Por extensão, imagina-se a dificuldade de tentativas de homogeneização dentro de uma economia mundial tão distinta.

Em segundo lugar, a própria natureza distinta das atividades econômicas torna difícil o processo de se criar uma teoria sobre a internacionalização de empresas. Ferraz Filho, por exemplo, aponta uma singularidade da engenharia pesada enquanto ramo industrial, ao salientar que a questão tecnológica não representa uma barreira à entrada do capital privado no ramo, pois, além de a tecnologia vir embutida no próprio equipamento, é possível absorver técnicas de construção no próprio ato de construir (Ferraz Filho, 1981, p. 86-87). Essa singularidade faz da engenharia pesada um ramo radicalmente distinto daqueles analisados por Mazzucato – a produção de iPhones ou a "Revolução Verde" (Mazzucato, 2019).

Ainda assim, há uma tentativa de diversos autores em buscar uma "teoria para a internacionalização de empresas" (Hood e Youg, 1979; Hymer, 1960; Narula, 1996; Vernon, 1992) [5]. Dentro dessa ampla pluralidade no conjunto de ideias expostas, da qual não daríamos conta de apresentar nesse artigo, duas matrizes teórico-

[5] A seção inicial do artigo de Costa, Saes e Gonçalves (2018), oferece um panorama amplo do debate entre os distintos paradigmas de internacionalização de empresas.

metodológicas se destacam enquanto marcos basilares de escolas de pensamento. O Modelo Eclético de Dunning e os postulados da Escola de Uppsala.

Embora tenha publicado em 1976 o artigo responsável por sistematizar seu paradigma, John H. Dunning argumenta que sua base fora produzida nos anos 1950, quando o autor se debruçava sobre o estudo comparativo de firmas estadunidenses e inglesas, com o intuito de interpretar seus distintos graus de produtividade (Dunning, 2001, p.173). Esse objeto empírico resultaria em uma ressalva do autor, a respeito de seu modelo: "my main focus of interest is in explaining the international production of all firms from a particular country or group of countries"[6] (Idem, p.186). Isto é, apesar de o autor pleitear um estudo o mais universal possível, reconhece, ele próprio, a incapacidade de sistematizar um modelo para as firmas de "todos os países".

Feita a ressalva, Dunning prossegue com a afirmação de que uma firma se engaja na produção internacional em busca da internalização de seus ativos, quando observa, em maior ou menor grau, a confluência de três vantagens: as 'Ownership advantages'; 'location advantages'; internalization advantages'. As iniciais de cada uma das vantagens – OLI – conferem o complemento ao nome do paradigma.

As vantagens de propriedade ('ownership') são as mais significativas para a construção do modelo teórico do autor. Seriam aquelas que uma firma estrangeira possui sobre outras firmas do mercado em questão. Vantagens essas que podem surgir de uma propriedade privilegiada da empresa – como algum tipo de tecnologia ou ativo, por exemplo -; o acesso a um conjunto de ativos geradores de renda; ou de uma coordenação mais eficiente de seus ativos no além-fronteira (Ibdem, p.176). Essas vantagens de propriedade, assim, se revertem em uma capacidade de diferenciação de seus produtos com relação às concorrentes.

O segundo ponto mencionado pelo autor seriam as vantagens de localização ('location'). Sobre esse aspecto, importa destacar que Dunning se atenta, simultaneamente a questões logísticas de proximidade geográfica, destacando o quanto

[6] "Meu foco principal de interesse é explicar a produção internacional de todas as firmas de um particular grupo de países". (Tradução livre)

a escala desse alcance geográfico se reverte em maiores benefícios para a firma (Ibdem, p.176), como também a benefícios que os fatores específicos de produção local possam tornar mais atrativos à prática econômica no país estrangeiro do que no país sede (Dicken, 1998, p.186).

Por fim, Dunning destaca que a prática da internacionalização se 'retroalimenta' a partir do momento que a firma internaliza o uso dessas vantagens adquiridas internacionalmente, isto é, quando são mais adequadamente exploradas pela própria firma do que vendendo-as a outras firmas (Dunning, 2001, p.174). Dicken, comentando sobre esse fato, afirma que:

> The most obvious example of such internalization is vertical integration in which a firm decides to control either its own sources of supply or the destination of its outputs (Dicken, 1998, p.187) [7]

Se, para Dunning, a internacionalização objetiva a internalização de ativos da firma, a Escola de Uppsala[8] tem um ponto de partida distinto: segundo o modelo dos suecos, a internacionalização de empresas objetivaria o aprendizado decorrente das experiências em operações nos mercados internacionais e das decisões tomadas para fortalecer sua posição nesses mercados (Johanson; Vahlne, 2009, p.1412).

Os autores enxergam uma processualidade na prática de internacionalização de empresas: primeiro predominam as práticas de exportação. Na sequência, as companhias exitosas formalizam a entrada através de intermediários, frequentemente agentes que atuam como espécie de foco da empresa no mercado estrangeiro. Esses passos prescindem, usualmente, a incorporação da firma junto ao novo ambiente estrangeiro (Idem, p.1413).

[7] O exemplo mais óbvio de tal internalização é a integração vertical, na qual uma empresa decide controlar suas próprias fontes de suprimento ou o destino de seus produtos.(Tradução livre).

[8] Os modelos de Johanson e Vahlne partem da observação empírica da atuação de firmas suecas que se internacionalizam a partir da década de 1970, construindo, portanto, um paradigma decorrente da observação de um ator histórico específico (Johanson; Vahlne, 2009, p.1411).

Inicialmente, a escolha recai sobre mercados estrangeiros próximos em termos mentais/psicológicos do mercado doméstico. Também processualmente as empresas avançariam para mercados mentalmente mais distantes. Na visão dos autores:

> This process had its origin in the 'liability of foreignness', a concept that originally explained why a foreign investor needed to have a firm-specific advantage to more than offset this liability (Ibdem, p.1412) [9]

Assim, enquanto no modelo de Dunning destacam-se questões relativas aos ativos da empresa e as localizações de mercados internacionais sob uma lógica fortemente geográfica, no modelo de Uppsala, o aprendizado, a construção de uma rede de relações e a proximidade cultural seriam os fatores determinantes do processo de internacionalização de firmas. Tais diferenças podem ser sistematizadas pela tabela abaixo:

Tabela 1 – Comparação entre as abordagens teóricas de Dunning e da Escola de Uppsala

	Paradigma Eclético de Dunning	Escola de Uppsala
Objeto inicial	Empresas estadunidenses e inglesas	Empresas suecas
Objetivos	Internalização de ativos a partir do mercado estrangeiro	Incorporação de experiências a partir de operações no mercado internacional
Fatores necessários	- Vantagens de propriedades; - Vantagens de localização.	- Conexão junto a redes internacionais; - Proximidade mental/psíquica.

Fonte: DUNNING, 2001; JOHANSON, J.; VAHLNE, J.E, 2009. (Elaboração própria).

Embora distintos tanto no que tange aos objetivos quanto aos fatores necessários para internacionalização, os modelos acima citados convergem no pressuposto da busca por fatores internos à própria empresa como determinantes ao processo de internacionalização. Sem renegar aqui a importância de decisões tomadas pelos agentes

[9] Esse processo tem sua origem no conceito de 'liability of foreignness' (desvantagem do estrangeiro), um conceito que, originalmente, explicava o porquê de o investidor necessitava de uma vantagem específica da firma para compensar essa desvantagem. (Tradução livre)

empresariais para o êxito ou não de um processo de internacionalização (tema sob o qual nos aprofundamos na sessão seguinte), convém mencionar que esses agentes são permeados por uma maior totalidade que, se não determina, condiciona e se vincula a ações tomadas no nível micro.

Uma opção metodológica por uma perspectiva de totalidade nos estudos empresariais vai ao encontro às perspectivas de Witold Kula. Aponta o autor como, ao longo da primeira metade do século XX, predominaram estudos na área que partiam de postulados que glorificavam a livre concorrência e as iniciativas empresariais como ponto nodais do desenvolvimento econômico. Tal abordagem – que logo encontrou eco nas produções que partiam de dentro das próprias empresas – implica na hiper valorização dos empresários, encarados aqui como os grandes responsáveis pelo sucesso ou fracasso das empresas e, estas, compreendidas enquanto criadoras das forças econômico-sociais, relegando ao Estado um papel menor (Kula, 1977, p.158-160).

Apesar de reconhecer, apresentar e discutir no presente artigo opções tomadas por esses agentes, não reivindicamos essa visão laudatória especialmente dominante na *business history* (Mendes, 2010). Em contrapartida, a análise dessas empresas com seu contexto social, econômico, político – nacional e internacional – é fundamental para a análise de um determinado setor (Kula, 1977, p.140;180). De forma que compreendemos as empresas enquanto uma unidade de produção, mas unidade essa inserida em um todo, sendo necessário para seu correto estudo "considerar as relações internas entre o sistema econômico de uma sociedade e sua estrutura social" (Lobo in Cardoso, 1987). Essa opção metodológica se fundamenta, também, quando tomamos o caso brasileiro de internacionalização de empresas, que teve na atuação estatal um eixo estruturante no processo de internacionalização de empresas (Costa; Saes; Gonçalves, 2018, p.13).

Em suma, a presente sessão buscou abordar a internacionalização de empresas sob uma perspectiva teórica. É com esse arcabouço que nos debruçamos empiricamente sobre o caso da Construtora Norberto Odebrecht (CNO).

Da internacionalização à consolidação: o caso da Construtora Norberto Odebrecht

A Construtora Norberto Odebrecht (CNO) foi fundada em 1945 na Bahia e atuou enquanto empresa de engenharia pesada, de alcance regional, até fins dos anos 1950, com algumas obras de destaque, como a Usina Hidrelétrica de Correntina, na Bahia (Odebrecht, história).

Essa situação começa a se alterar quando, em 1954, a empresa se torna cliente da Petrobras com a obra do oleoduto Catu-Candeias, abrindo as portas de uma relação que prosseguiria com a realização de obras para construção de instalações de apoio, estações de tratamento de água, plataformas marítimas, pontes, canais e barragens (Dantas, 2007, p.80). A despeito de algumas inovações que garantiram seu crescimento, como a realização simultânea de todas as etapas de suas construções – substituindo a então consagrada técnica de levantamento de estrutura primeiro, paredes e rebocos depois – responsável por maior agilidade na entrega das obras, é notório que os vínculos políticos estabelecidos com os órgãos de governos estatais, edificados sobretudo na figura do General Geisel (Campos, 2015, p.101) foram condição imperiosa para a ascensão da empreiteira.

As vitórias em licitações no Rio de Janeiro para a construção do campus da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), do edifício-sede da Petrobras (aproveitando-se de ligação estabelecida com Geisel, ex-comandante da Petrobras e então Presidente do Brasil), do Aeroporto Internacional do Galeão e da Usina Termonuclear Angra, entre 1970 e 1976, alçam a CNO a um novo status. Se, no início dos anos 1970, a CNO era então a 19ª maior construtora brasileira (atrás, entre outras, da também nordestina Queiroz Galvão) em 1982 passa a ocupar a 2ª posição no ranking das maiores empreiteiras do país, atrás apenas da Andrade Gutierrez. No entanto, ao incorporarmos nesse cálculo os valores recebidos pela CBPO, que anos antes fundira-se com a empresa, a CNO chega a ocupar a liderança nacional (Campos, 2015, p. 102).

Embora nacionalmente consolidada e vivendo um ciclo de grandes obras no país – como o Complexo Hidrelétrico Pedra do Cavalo, em Cachoeira, na Bahia, o Sistema de Abastecimento de Água Riachão Potengi, no Ceará, e o Complexo siderúrgico da

Açominas, em Ouro Branco, Minas Gerais –, o mercado das empreiteiras [10] se encontrava ante um cenário de dificuldades com a retração do mercado da construção pesada no país. O montante de obras encurtara pela metade entre 1975 e 1976, passando de cerca de U$14 bilhões para U$7 bilhões (Odebrecht Informa, 1988ª, p.19; Santos, 2012, p.280).

Ao comentar sobre essa transição dos anos setenta para os oitenta, Emílio Odebrecht afirmara que:

> A Odebrecht atua internacionalmente desde o final da década de 70. Vivíamos o milagre brasileiro, mas fizemos uma reflexão e concluímos que o crescimento daquele período não era sustentável. Como nossa vocação era, e continua sendo, crescer, precisávamos, então, identificar oportunidades para assegurar a continuidade de nosso crescimento e começamos a estudar hipóteses: diversificar nossos negócios; fortalecer nossa posição em engenharia no Brasil, mediante aquisições, ou ir para o exterior. Optamos pelas três (Odebrecht S.A., 2008, p.8)

Assim que, nos anos 1970-1980, a CNO adquire a Tenenge e a CBPO, esta uma das maiores construtoras paulistas. Em 1979, criava-se a Odebrecht Perfurações Ltda., responsável pela perfuração de poços de petróleo, após a aquisição de 1/3 do capital da CPC (Companhia Petroquímica Camaçari), marcando o ingresso do Grupo no setor petroquímico [11] e a diversificação das atividades econômicas da construtora (Odebrecht,

[10] Compreendemos a indústria da construção pesada (também chamada de empreiteiras) como o setor econômico que abrange as empresas dedicadas às obras de infraestrutura. Tais empresas são responsáveis por empreendimentos contratados comumente pelo Estado, sendo responsáveis por obras de transporte (rodovias, ferrovias, hidrovias, pontes e viadutos), de energia (usinas hidrelétricas, usinas térmicas, linhas de transmissão, subestações, entre outras), de saneamento (estação de tratamento de água e esgoto, encanamento em vias públicas, emissários submarinos, etc.), de urbanização (vias públicas urbanas, calçamento, logradouros públicos e outras intervenções urbanas), obras industriais (plantas fabris, plataformas de petróleo, etc.), dutos (oleodutos, gasodutos, minerodutos e alcooldutos), além de portos e aeroportos (Campos, 2014, p. 2).

[11] A entrada da CNO no negócio da petroquímica dialoga frontalmente com os postulados de Evans ao tratar do desenvolvimento brasileiro a partir do modelo de "tripé". Discutindo sobre a indústria petroquímica dos anos 1960-1970, afirma o autor que o refino de Petróleo cru caberia à Petrobras (representando aqui o Estado), enquanto a produção de plásticos caberia à Union Carbide (empresa multinacional). Preenchendo o vazio entre essas duas pontas, está o grupo Capuava, primeiro polo petroquímico nacional. Incapaz de liderar sozinho esse empreendimento, tal grupo pressiona o Estado para a criação da Petroquisa, um braço da Petrobras que pode legalmente atuar como sócio minoritário nessa produção, e contribuir para o desenvolvimento de uma empresa nacional para o setor (EVANS, 1982, p.200-203).

História). Concomitante à entrada no ramo da petroquímica, se passa a internacionalização da construtora, a partir do Peru.

Mais que uma "visão empresarial", entendemos o ingresso da construtora na arena internacional dentro de um contexto de reconfiguração no conjunto das relações sociais e internacionais que então regulavam a sociedade capitalista. Foi a partir desse período, que grupos empresariais começam a adotar um enfoque global, naquilo que Chesnais definiu como "mundialização do capital" (1996, p. 13-17). Posteriormente, na transição dos anos 1980-1990, em um contexto da adoção de políticas de liberalização, privatização e desregulamentação, condensadas sob a alcunha do "Consenso de Washington", notamos uma consolidação, ampliação e conformação de diversas empreiteiras enquanto Holdings transnacionais (Chesnais, 1996, p.27 e 34; Dicken, 1998, p.170).

Barbero (2014, p.9), por sua vez, considera esse como o período da segunda onda de inversões externas de firmas provenientes de países em desenvolvimento. Apesar de concentrar-se majoritariamente no sudeste asiático, a atuação da CNO é um dos exemplos de internacionalização de firmas na região latino-americana no período. Esse período coincide também com o aprofundamento da industrialização brasileira e a conformação de grandes grupos líderes em seu setor de atividade (Costa; Saes; Gonçalves, 2018, p.3).

Assim que, criada e fortalecida nacionalmente no contexto da industrialização substitutiva de importações, a CNO ganha musculatura internacional no contexto das reformas dos anos 1980. [12]

O início do processo de internacionalização da construtora se deu com a construção da Hidrelétrica de Charcani V, na região de Arequipa, no Peru. A assinatura

[12] Sobre o histórico da ascensão dos grandes grupos latino-americanos, ver SANTOS, 2012. Afirma o autor que os grandes conglomerados regionais surgem e se consolidam em três grandes momentos históricos. Em menor proporção, em fins do século XIX – Alpargatas, Monterrey, Votorantim, Gerdau -; no contexto de industrialização via substituição de importações (1930-1970), destaca Xignux, Marcopolo, Sabó e Odebrecht; por fim, nos anos 1980-1990, salienta os casos de Carso, Mexichen e Vicunha (SANTOS, 2012, p.366).

do contrato foi parte integrante da declaração conjunta entre os presidentes João Figueiredo e Morales Bermúdez, do Peru, durante visita deste ao Brasil. Objetivando reafirmar a importância de se manter a integração dos países latino-americanos, o contrato assinado entre a Electroperu e a CNO, em consórcio com a Harrison Overseas Construction (Canadá) – que detinha 10% da obra –, estipulava um crédito entre o Banco do Brasil, mediante a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX) e o Governo do Peru, no valor de US$ 89 milhões (Odebrecht Informa, 1980, p. 11).

Situada 35km a nordeste de Arequipa, segunda cidade mais importante do Peru, a Usina Charcani V, com capacidade geradora de 135Mw, rapidamente torna-se a principal Usina do Rio Chili, importante veio local. A demanda pela obra, por parte do governo peruano, é explicada pela incapacidade das cinco outras Usinas da região (Charcani I, II, III, IV e VI) de abastecer Arequipa e as indústrias de mineração locais, já que totalizam um potencial de 35Mw, insuficiente para uma demanda local ao redor de 60Mw.

A obra é considerada de grande dificuldade técnica: 95% das atividades realizadas seriam subterrâneas, em uma região da Cordilheira dos Andes constantemente sujeita a abalos sísmicos (10 por dia, em média). Além disso, houve uma obra prévia à sua construção: um teleférico de 1200m de extensão para o transporte de funcionários até a parte alta da obra, situada entre 3 e 4 mil metros de altitude, com uma temperatura de até -18C (Odebrecht Informa, 1980, p.12).

Como construções prévias a Charcani V, em 1979, o projeto elaborado pelo INIE (Instituto de Investigaciones Energéticas y Servicios de Ingeneria Eléctrica) previu, também, a construção de duas estradas de acesso ao local. Uma delas com 14km e outra com 13km, sendo esta última construída na encosta do Vulcão Misti. Essa dificuldade extra torna necessário, ainda, a anterior construção de um canteiro de apoio nas proximidades da Barragem de Aguada Blanca (Odebrecht Informa, 1980, p. 11).

Próximo a Charcani, a segunda obra internacional da CNO se dá no Chile, em 1981, com a realização do desvio do Rio Maule, na região de Maule, zona central do

país andino, para a construção da Hidrelétrica de Colbún-Machicura. A obra inicia-se com a construção de dois túneis paralelos, revestidos de concreto, com seção livre de 220m², e culmina na construção final de duas Hidrelétricas, com capacidade geradora final de 890Mw. Como resultado da obra, há um substancial aumento do potencial energético regional, que possibilita irrigar uma vasta região agrícola (Odebrecht Informa, 1981, p. 14). A conquista da obra contou com a participação da Engesa no consórcio, além da mediação de Danilo Venturini, chefe do gabinete militar de Figueiredo (GASPAR, 2020, p.69).

Mais do que primeiras obras sob um prisma cronológico, Charcani e Colbún-Machicura representaram o primeiro momento da atuação internacional da empreiteira, ou sua 'internacionalização'. Assim, para além de uma questão técnica das obras, o estudo desses casos nos possibilita compreender um certo tipo de *modus operandi* da companhia nesse tipo de empreitada [13], marcado, sob o ponto de vista empresarial, por dois fatores chave.

O primeiro deles é a implementação de uma prática empresarial pautada pela descentralização. Segundo esse modelo, se dá uma delegação de poder de decisão aos chamados "empresários-parceiros", vistos como "colaboradores funcionais com características empreendedoras, responsáveis desde a prospecção à consolidação de negócios globais, de quem são esperadas ações de verdadeiros sócios da organização" (e não de cumpridores de serviços em uma organização hierarquizada) (Mazola; Oliveira Junior, 2006, p. 6). Tendo em vista a ideia empresarial de descentralização, proposta por Norberto Odebrecht anos antes (Odebrecht, 2002), a atuação dos "empresários parceiros" consistiria em sua operacionalização.

Essa descentralização (ou a conformação da "pequena empresa", nas palavras de

[13] Menciona-se que a importância dada a essas duas obras não reflete unicamente uma escolha do pesquisador: a própria empresa, ao longo de suas diversas publicações na Revista Odebrecht Informa retorna, continuamente, às duas obras, trazendo entrevistas, depoimentos, edições comemorativas etc. Não é exagero afirmar que Charcani e a transposição do Rio Maule fazem, para empresa, as vezes de uma espécie de mito fundador da internacionalização, construído e realimentado continuamente para estabelecer um tipo de indício que anunciaria, já nos anos 1970-1980, a "grandiosidade" futura da construtora.

Norberto) é vista pela Organização como crucial para garantir "a geração de resultados que contribuam para a sobrevivência da organização e que gerem recursos – sejam eles no campo financeiro ou na inovação - suficientes para financiar seu crescimento". Dessa forma, afirma Norberto Odebrecht, temos na Odebrecht uma "Grande Empresa com espírito de Pequena Empresa". Como consequência dessa descentralização, há na CNO uma estrutura modular de empresa mais horizontal, pautada pela delegação planejada, em que os engenheiros das obras locais possuem certa autonomia de atuação (Odebrecht, 2002, p. 80).

Como segundo aspecto desse *modus operandi* característico da Organização, está a atuação dos chamados expatriados. Pereira, Pimentel e Kato argumentam que o contato que se espera que o expatriado faça com a nova cultura não é apenas na condição de observador ou estudioso, mas, fundamentalmente, de agente. Essa ação se dá pelo contato com os diversos elementos do ambiente no qual o expatriado irá atuar: clientes, fornecedores, órgãos de governo, formadores de opinião, entre outros. Para tanto, há a necessidade de se construir um espaço de convivência desse indivíduo estratégico com a nova cultura, que possa ser fortalecido pela presença constante e marcante dos elementos culturais de origem (Pereira; Pimentel; Kato, 2005, p. 61).

Dessa forma, o aprendizado, a absorção da cultura local, a inserção na sociedade e nas instâncias governamentais, estatais e de poder como um todo, são articuladas mediante a atuação desses funcionários. Paulo Welzel, Gerente do Contrato de Colbún-Machicura e, depois, Diretor de contratos da Bento Pedroso Construções (BPC), dá uma pista, destacando, por exemplo, a necessidade do relacionamento junto a autoridades políticas chilenas para sanar problemas decorrentes da obra de Colbún-Machicura. O que Welzel trata enquanto "adaptação a cultura local para solução de problemas", em muitos casos, representava, em realidade, disputas junto a sindicatos locais (Odebrecht Informa, 1994, p. 28). [14]

[14] Questões trabalhistas são uma tônica da atividade econômica das empreiteiras. Malu Gaspar, por exemplo, destaca, nos anos 1970, rompimento de encanamentos que alagavam ruas, incêndios provocados por mau uso de maçarico, morte de operários por descarregamentos (GASPAR, 2020, p.62).

Um outro diretor da empresa, em artigo publicado por Vladmir Britto e Fabio Oliva, vai além, esmiuçando um pouco mais como essa relação dos funcionários se associa aos poderes locais:

> As formas de entrada variam muito de país para país e até em relação às obras que serão construídas. Primeiro se coloca um funcionário, ou melhor, um empresário parceiro no país para entender como funciona esse negócio, essa indústria, suas leis, sindicatos, quais são as principais forças e, em função disso tudo, você vai pensar em uma estratégia adequada a cada situação. Não existe regra geral, mas, a princípio, a orientação é de não comprar empresas, mas estabelecer parcerias com empresas locais que a Odebrecht considera que têm competências, mas também têm que ter complementaridades, e então fazemos um consórcio, acordo, com uma ou várias empresas locais. No contrato seguinte, vamos avaliar se precisamos ou não daquelas empresas, daqueles contratos e consórcios ou ainda daquele parceiro ou se devemos procurar outros ou ainda se vamos fazer a obra sozinhos; enfim, são formas de entrada muito variadas. Geralmente, começamos e fazemos obras com consórcios de pareceria local, mas também podemos fazer sozinhos. (Brito; Oliva, 2009, p. 12, grifos do autor).

É pré-condição dessa visão estratégica de longo prazo a montagem de escritórios pelos expatriados, que trabalham com a inserção no país em questão – antes mesmo da assinatura de qualquer contrato. Isso cria uma verdadeira rede de contatos da empresa junto aos mais importantes círculos sociais do país, fundamental para acessar as grandes obras do local em questão. Assim, não incorremos em exagero ao afirmar que a CNO, através de seus representantes, os expatriados, busca tornar-se um verdadeiro ator social da região em que atua – fato que muitas vezes chega a preceder a própria realização da obra em questão.

Tal modelo organizativo é perene na atuação internacional da construtora. Tal 'homogeneidade' não implica, em contrapartida, em uma linearidade da escala de atuação. A transição dos anos 1980 para os noventa assiste a um espraiamento geográfico do escopo de atuação da construtora, com destaque para Equador, Chile, Peru, Estados Unidos e Angola. Em 1985, as obras internacionais da construtora representam 30% de sua carteira de obras. Nos anos 1990, a maioria dos ativos da CNO seria proveniente de espaços internacionais (Odebrecht, História).

O sucesso das empreitadas leva a Odebrecht Chile, junto às suas participantes, a uma posição de referência na construção daquele país. Só no ano de 1996, a Odebrecht

Chile realiza quatro contratos, em que trabalham 1.500 pessoas: as obras na Termelétrica de Punta Patache, em Iquique; a manutenção da plana de metanol da Methanex, em Punta Arenas; a construção de linhas de transmissão de energia de 197km; e a segunda unidade da Termelétrica de Guacolda (Odebrecht Informa, 1996b, p. 28).

Já no Peru, após a construção de Charcani V, a companhia desenvolve, mediante um forte vínculo estabelecido junto ao governo, a segunda etapa do projeto Chavimochic, iniciado em 1990. Originalmente pensado para irrigação de áreas desérticas no país, com mais de 200km de canais em Chao, Virú, Moche e Chicama, além de sistemas de distribuição de água, redes de drenagem e obras complementares, Chavimochic é responsável direta por beneficiar 50mil agricultores, especialmente na cidade de Trujilo. A segunda etapa do projeto continauou com a construção do Sifão Virú, um conjunto de 3500m de tubulações em aço, com um túnel revestido de concreto de 1430m, por onde são transportados 50m³/s de água (Odebrecht Informa, 1996a, p. 23).

Além de Charcani e Chavimochic, são centenas as obras realizadas pela construtora no Peru. Após as duas, quatro merecem especial destaque, pelo seu nível de importância e complexidade: o Canal Talambo-Zaña, o Projeto Chinecas, a Hidrelétrica de San Galban II e a Planta de Tratamento de Água de Trujilo (Odebrecht Informa, 1996a, p. 23-26).

É, assim, nesse cenário de espraiamento de sua atuação na região latino-americana[15] que voltamos nossas lentes para presença da CNO no Equador [16]. Em um

[15] Também nos anos 1990, a CNO avança para outros países da região: México (com a construção da Barragem Los Huítes), Venezuela e Argentina. Sobre este último, merece destaque a obra da Hidrelétrica de Pichi Picún Leufú, em 1986, primeiro empreendimento de grande porte envolvendo os governos argentino e brasileiros, possível graças a acordos comerciais promovidos pelos presidentes Raul Alfonsín e José Sarney (ODEBRECHT INFORMA, 1987, p. 22).

[16] A relação CNO-Equador passou, recentemente, por um ápice de tensão quando Rafael Correa expulsa a construtora do país em 2008. Sedimentos vulcânicos haviam causado problemas junto a hidrelétrica de San Francisco (GASPAR, 2020, p.38-39). A questão ambiental, inclusive, é uma outra face das contradições geradas pelas grandes obras de infraestrutura.

país definido por teóricos cepalinos como uma espécie de 'economia de enclave', com um modelo ecnômico baseado na exportação de matérias-primas, o Equador era então um país cuja área propícia para agricultura era de apenas 6% – com culturas como banana, cacau, café, mandioca e batata. Esse setor representava 12% do PIB local e era responsável por absorver metade da população economicamente ativa do país. (Odebrecht Informa, 1988a, p.16)

Em 1988 o governo adota um amplo programa de irrigação para o país, com destaque especial para a península de Santa Elena, na costa caribenha, área considerada estratégica para o país. Com 45 mil hectares, a região enfrenta problemas climáticos, já que 90% de suas precipitações se dão entre os meses de janeiro e abril. Aproveitando as águas do Rio Daule, o projeto visava o alargamento das fronteiras agropecuárias do país, atendendo à crescente demanda interna de alimentos. Contribuiu, também, para o desenvolvimento industrial e turístico regional, transformando Santa Elena em um novo foco de ocupação populacional, com alívio para o impacto migratório a Quito e Guayaquil (Odebrecht Informa, 1988a, p. 17).

A obra da península de Santa Elena não apenas marca a entrada da CNO em mais um país latino-americano, como, também, reforça um modelo de atuação característico, com envolvimento direto de órgãos do Estado brasileiro como facilitadores dessa empreitada. Orçada, à época, em US$ 200 milhões, a obra conta com financiamento do Banco do Brasil, mediante a CACEX. Em contrapartida, além da projeção de uma empresa nacional no exterior e o posterior pagamento do financiamento, ela gera exportações brasileiras de bens de capital de aproximadamente US$ 48mi, e de bens intermediários e de consumo durável de quase US$ 33mi. (Odebrecht Informa, 1988b, p. 9). Não só: o apoio dado pelo Estado brasileiro não se restringe apenas ao aporte financeiro, como assinalado por Roberto Abdenur, embaixador brasileiro em Quito (Odebrecht Informa, 1988b, p. 10).

A diplomacia brasileira, por extensão, mantém atuação direta no apoio aos exportadores de produtos e serviços. A própria obra de Santa Elena é detectada e comunicada pela embaixada brasileira em Quito às empresas nacionais de construção

pesada. Ademais, a embaixada é responsável direta pela criação de redes de contato entre o empresariado nacional e o governo equatoriano, ao promover missões comerciais e eventos como feiras de catálogos, bem como, principalmente, por importante lobby junto ao governo brasileiro (Odebrecht Informa, 1988b, p. 11). Assim, não é exagero afirmar que, do ponto de vista macro, o *modus operandi* da construtora indicava uma busca pela órbita geopolítica brasileira e, que, por extensão, análises que levem em conta medidas empresariais enquanto agentes apartados da sociedade não condizem com a realidade (Moura, 2020, p.151-167).

Embora a região latino-americana constitua-se em base central da CNO, as incorporações de outras grandes empreiteiras, somadas à diversificação da Holding e das conquistas de grandes obras a nível nacional em território brasileiro, por um lado, e as experiências prévias, especialmente possibilitadas no Peru, Chile e Equador, por outro, garantem recursos, *know how* e maior expertise para ampliação da sua atuação mundo à fora. A partir dos contratos firmados em Angola, adentrando o continente africano, e em Portugal e nos Estados Unidos, competindo e sendo capaz de conquistar vitórias em licitações de economias centrais, podemos afirmar que a CNO torna-se uma empresa transnacional.

O ano de 1991 talvez represente o ponto alto desse processo. Nesse ínterim, a entrada no mercado da principal economia mundial, os Estados Unidos, merece destaque. O primeiro passo dado pela construtora foi a escolha pelo Estado da Flórida[17] como espaço inicial de atuação: com uma forte comunidade de imigrantes, o Estado seria a região dentro dos Estados Unidos mais "próxima" possível, em termos culturais, da América Latina, segundo os periódicos da Organização.

Para realizar a aproximação, no entanto, faz-se necessária a presença de um agente com trânsito local para acelerar a integração da Odebrecht. Vem daí a associação da empresa com a *Church & Tower*, empresa presidida pelo cubano Jorge Mas Canosa. Tal aproximação é responsável por "queimar etapas na integração com a comunidade

[17] Então com 13 milhões de habitantes e um PIB na ordem de US$ 282 bilhões, o Estado representava, sozinho, 70% do PIB brasileiro.

local". Tendo em vista o caráter singular das licitações locais – em que as propostas entregues e analisadas nos aspectos técnico-comerciais são encaminhadas pelos *commissioners* para julgamento final, transmitido ao vivo pelo canal de televisão estatal –, essa ponte mostra-se de imprescindível importância ao êxito dessa empreitada (Odebrecht Informa, 1991, p. 5).

Imigrante cubano vivendo na comunidade de fugitivos no estado da Flórida, Jorge Mas Canosa atuava há mais de 23 anos no mercado local. Personalidade mais influente da comunidade cubana local, Mas Canosa é responsável direto pela fundação da *Cuban American National Foundation (CANF)* sob o mandato Ronald Reagan. Com o objetivo de formalizar o lobby cubano junto ao parlamento estadunidense e promover atentados a ilha caribenha, a CANF é responsável direta pela construção de uma ferrenha política externa anti-Castro, mediante sua articulação junto a demais empresários influentes da comunidade local (O'Connor, 1992).

É através desse contato junto a Mas Canosa que a OFL (Odebrecht Contractors of Florida), subsidiária da CNO, passa a atuar na Flórida. A construção do Metromover (também chamado de Peoplemover), um sistema de transporte elevado composto por unidades operadas automaticamente à distância e interligado ao Metrorail (trem também elevado que abrange outras áreas de Miami), consiste em seu primeiro empreendimento no local (Odebrecht Informa, 1991, p. 5).

A despeito de se tratar de uma obra tecnicamente menos desafiadora que outras já realizadas pela empresa, o empreendimento possui grande valor simbólico para o Grupo: segundo as publicações da CNO, as palavras de Jorge Mas e do prefeito do Condado de Cade representariam a possibilidade de inserção da empresa, prestadora de serviços com certo grau de sofisticação tecnológico de um país subdesenvolvido, em uma economia central. Não por acaso, o comentário de Luis Oswaldo Leite, diretor da OFL, a respeito da construção do Metromover, vai essencialmente nessa linha; a entrada nos Estados Unidos representava mais do que uma simples obra agregada a sua carteira de obras:

> O desenvolvimento da engenharia no Brasil ocorreu em condições técnicas, logísticas e financeiras bastante complexas, o que acabou contribuindo para

> que adquiríssemos condições de competir em qualquer lugar do mundo. (...) *Estamos demonstrando à comunidade americana que, apesar de originários do Terceiro Mundo, somos uma empresa com padrão de qualidade do Primeiro Mundo* (Odebrecht Informa, 1991, p. 3, itálico nosso).

A despeito do tom laudatório presente nas publicações da construtora, conivente com a construção de uma narrativa oficial da Organização, é inegável que a chegada aos Estados Unidos, após a consolidação de uma rede de obras na América Latina, representava o ponto alto da transnacionalização da construtora. Se, em 2011, a empreiteira passaria a ocupar o posto de maior construtora da América, em ranking promovido pela Revista América Economia, editado pela Spring Editora, a transição dos anos 1980 para os anos 1990 assistiam à estruturação desse processo.

Dunning, Uppsala e a CNO

Em caráter de conclusão, buscamos agora estabelecer aproximações entre o estudo de caso da internacionalização da CNO com as abordagens teóricas da internacionalização de empresas.

Partimos, para tanto, da afirmação de que a CNO chega, em meados dos anos 1990, a um 'estágio' de empresa transnacional, segundo os marcos de Dicken (Dicken, 1998, p.177). A atuação em quatro continentes seria indicativa de uma coordenação de vários estágios de cadeias produtivas em diferentes países; o imbricamento de sua internacionalização com a órbita geopolítica do Estado brasileiro – como notório nos casos peruano e equatoriano – remeteriam a habilidade de tomar vantagens de políticas estatais para ampliar sua cadeia produtiva; já a constante diversificação de mercados – por exemplo deixando o espaço latino-americano para a África, com as obras em Capanda (Odebrecht Informa, 1987, p. 15-16) – dialoga com o pressuposto da flexibilidade geográfica.

Isso posto, nossa dificuldade encontra-se na tentativa de "filiar" o modelo de internacionalização da empreiteira a uma abordagem específica dentre as duas escolas principais. Em primeiro lugar, tratando dos objetivos da internacionalização [18], nos parece impossível excluir alguma das abordagens das escolas em questão. Se, por um

[18] Voltar a tabela 1.

lado, internacionalizar-se representou uma ampliação e internalização dos ativos da construtora, como apregoado no modelo de Dunning,– chegando, nos anos 1990, a representar o lucro internacional a principal receita da Organização – por outro, também resultou na incorporação de experiências que impactam nas práticas de atuação da firma, conforme posto nos termos da Escola de Uppsala.

Para melhor ilustrar: em 1981, quando a Companhia Brasileira de Projetos e Obras (CBPO), então sexta maior construtora do Brasil, é adquirida pela CNO, a empresa passa a não só ampliar sua 'expertise' em obras de grandes barragens [19], como adquire uma importante ponte de atuação junto a um novo país, o Paraguai, onde a CBPO já realizara a obra da Hidrelétrica de Acary II. (Odebrecht Informa, 2004b, p. 47).

Já quando tratamos dos fatores da internacionalização, uma questão se desponta. A escolha da região geográfica sul-americana como ponto de partida para o processo de internacionalização é explicada por Renato Martins, então responsável pelo Desenvolvimento de Negócios na Holding Odebrecht nos seguintes termos:

> Vários fatores determinaram nossa caminhada rumo a outros países a partir da América do Sul: proximidade geográfica, melhor possibilidade de coordenação e apoio, maior suporte do Governo brasileiro naquela época e proximidade de idioma e cultura. Identificamos países que desejavam receber uma colaboração, efetivada por meio de nosso trabalho e da aplicação de nossa tecnologia. (...) (ODEBRECHT INFORMA, 1995, p. 4).

Ora, aparentemente, a fala do funcionário poderia ir ao encontro do postulado da Escola de Uppsala, para quem idioma e cultura mais semelhantes aos seus representariam uma proximidade mental/psíquica. Porém, para além da questão cultural, na escolha pela América do Sul enquanto área estratégica chama a atenção, em primeiro lugar, a questão de 'coordenação e apoio' apontada na fala do funcionário. Em outros termos, de que forma a proximidade geográfica representa um facilitador frente às dificuldades logísticas intrínsecas à atuação de uma construtora em solo estrangeiro?

[19] A CBPO fora, até então, responsável por obras como as Usinas de Xaventes, Avanhandava, Capivara e Foz do Areia (cuja barragem de 160m de altura era a maior do mundo em enrocamento e face de concreto) – todas localizadas na região sul –, bem como pelas Rodovia dos Imigrantes e Rodovia Castelo Branco, em São Paulo (ODEBRECHT INFORMA, 2004b, p. 47).

Para tanto, é interessante uma análise sobre a própria complexidade que assumem as bases de apoio internacional da empresa. O volume 112 da Revista Odebrecht Informa traz um especial sobre a Base de Apoio Internacional (BAI) da Holding, localizada na zona norte do Rio de Janeiro, que ilustra bem esse nível de complexidade. São 2 mil m² só de área coberta, nos quais se despacham desde peças, materiais e equipamentos destinados à execução de obras, tais como tratores ou vigas, até objetos de uso particular, como frutas ou objetos de higiene pessoal (Odebrecht Informa, 2004a, p. 30). Dessa forma, o estabelecimento de contratos em localidades próximas constitui enorme facilitador à logística do transporte dessa vasta gama de materiais necessários e à continuidade das atividades da empresa em solo estrangeiro.

Porém, é significativo no comentário de Martins sobre a opção da CNO pela América do Sul, o estímulo e o suporte oferecidos pelo governo brasileiro ao crescimento interno e o seu apoio ao estabelecimento de atividades em países da região. Em um contexto de solapamento das tímidas iniciativas da ALADI para a promoção de uma integração regional nos marcos da liberalização comercial, consequências diretas dos sucessivos golpes militares regionais, as empreiteiras poderiam funcionar para o governo brasileiro como um mecanismo para acelerar tentativas de, se não integração, ao menos avanços de acordos comerciais entre o Brasil e outros países da região.

Ao já citado exemplo do embaixador Roberto Abdenur e sua contribuição em Santa Elena (Odebrecht Informa, 1988a, p. 11), soma-se a declaração de Luiz Almeida, responsável por Desenvolvimento de Negócios e integrante do Conselho de Administração da Odebrecht S.A.:

> Nos primeiros anos, o modelo era de exportação de serviços a partir do Brasil. A atuação se baseava na visão estratégica de que deveríamos buscar boas oportunidades, nas quais pudéssemos nos diferenciar em relação a outras empresas, e, especialmente, onde houvesse interesse do governo brasileiro em estreitar relações com o país cliente. (...) (ODEBRECHT INFORMA, 1994, p. 19).

O que essa relação Estado e empreiteira demonstra é que não podemos tratar empresas enquanto entidades apartadas de um contexto mais amplo. Se o paradigma de Dunning traz contribuições importantes - como as “vantagens de propriedade” e

"localização" - e o de Uppsala - com seu conceito de processualidade nas atividades internacionais - também o faz, é inegável que modelos que busquem exclusivamente explicações mediante uma lógica interna aos agentes empresariais não dão conta de captar as nuances de todo processo. Portanto, a autonomia dos sujeitos – no caso, as grandes empresas – se opera condicionada por um todo e o condicionando, tal qual argumentado por Kula. De forma que, uma opção que privilegie exclusivamente aspectos internos a própria empresa não resultará em uma análise capaz de abordar as nuances de um processo histórico de internacionalização de algum grupo econômico.

Considerações finais

Nos propusemos, no presente artigo, a analisar a internacionalização da CNO até meados dos anos 1990, a partir de uma perspectiva dialogada com os postulados da literatura empresarial de internacionalização de empresas. Para tanto, após uma conceituação sobre a noção de internacionalização de empresas, avançamos para uma análise crítica de dois modelos centrais dessa literatura – o Paradigma Eclético de Dunning e a Escola de Uppsala.

Tendo esses modelos em mente, buscamos analisar o caso da CNO propriamente dito. Apresentado um breve histórico de sua "nacionalização" e posterior internacionalização, buscamos identificar e compreender motivações endógenas e exógenas como causas explicativas desse processo. Por um lado, visualizamos o processo de internacionalização da CNO como decorrente de uma escolha empresarial de fortalecimento que, somada à incorporação de outras empresas e diversificação de seus negócios, logrou ampliar o patamar da construtora e, por extensão, da *Holding* como um todo.

No entanto, conforme argumentamos ao longo do texto, a primazia conferida a escolhas empresariais apartadas de uma totalidade, não oferece uma adequada perspectiva de análise histórica. Nesse sentido, esse processo de internacionalização não pode ser entendido sem identificarmos as relações estabelecidas entre a empresa e o Estado brasileiro para a promoção de sua internacionalização. Os exemplos peruano e equatoriano, abordados na segunda sessão do artigo, reforçam essa escolha da CNO pela

órbita de influência geopolítica brasileira e explicitam como, mediante financiamentos, contatos e atuação de organismos estatais criaram condições que viabilizaram essa atuação internacional da empreiteira.

Acreditamos, assim, que este estudo, tanto por seu tema quanto abordagem, apresenta contribuições historiográficas. Com relação ao tema, destaca-se o quanto abordagens que analisam a internacionalização de empresas nacionais (por exemplo Costa; Saes; Gonçalves, 2018; Ferraz Filho, 1981) ainda não haviam voltado suas lentes para um estudo específico do caso CNO. Já no que toca à abordagem, acreditamos nos diferenciar de trabalhos que se debruçaram sobre a CNO (por exemplo BRITO; OLIVA, 2009; DANTAS, 2007) mas o fizeram sob um prisma que, ao fim e ao cabo, aparta a empresa de seu todo social.

Reafirmamos, portanto, a importância de análises que condicionem ações empresariais dentro de um espaço e tempo específico. É o que, afinal, demonstra este nosso estudo sobre o caso Odebrecht. Portanto - e sem a pretensão de esgotar o tópico -, a partir de um estudo de caso mais pormenorizado de um importante agente econômico nacional, objetivamos, simultaneamente, contribuir para a compreensão do processo histórico da CNO à luz do debate acerca da internacionalização de empresas brasileiras.

Bibliografia:

ARRIGHI, G. **O Longo Século XX** – dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

AUBERT, C.; FALCK, O.; HEBLICH, S.. Subsidizing National Champions: An Evolutionary Perspective. In: FALCK, Oliver; GOLLIER, Christian; WOESMANN, Ludger. **Industrial policy for National Champions.** CESIFO SEMINAR SERIES. EUA: THE MIT Press, 2011.

BARBERO, M.I. **Multinacionales latinoamericanas en perspectiva comparada.** Teoría e historia. Bogotá: Universidad de los Andes, 2014

BRITO, V. F.; OLIVA, F. L. Razões e estratégias da construtora Odebrecht. **FACES R. Adm.**, Belo Horizonte, v. 8, n. 3, p. 13-27, jul./set. 2009.

CAMPOS, P.H.P. O processo de transnacionalização das empreiteiras brasileiras, 1969-2010: uma abordagem quantitativa. **Tensões mundiais**, Fortaleza, v. 10, n. 18/19, p. 103-123, 2014.

CAMPOS, P. H. P. **Estranhas catedrais**: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar (1964-1988). Rio de Janeiro: EDUFF, 2015.

CHANDLER, A.D.; MAZLISH, B. **Leviathans: multinational corporations and the new global history**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

CHESNAIS, F. **A mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã Editora, 1996.

COSTA, A.D.C. **Internacionalização de Empresas Brasileiras – teorias e experiências.** Curitiba: Juruá Editora, 2011.

COSTA, A.D.C.; SAES, A.S.; GONÇALVES, C. Expansion and internationalization of business companies in Brazil: theoretical and methodological contributions. In: **Journal of Evolutionary Studies in Business (JESB)**. Volume 3, Number 2, 01-22, July-December 2018.

DANTAS, R. **Odebrecht**: a caminho da longevidade saudável? 2007. 285f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

DICKEN, P. **Global shift. Transforming the world economy**. New York: The Guilford Press, 1998.

DUNNING, J. H. **The Eclectic (OLI) Paradigm of International Production:** Past, Present and Future. Oxford: Int. J. of the Economics of Business, Vol. 8, No. 2, 2001, p. 173 – 190.

EVANS, P. **A tríplice aliança**: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FAJNZYLBER, F. **La industrialización trunca de América Latina**. México D.F.: Editorial Nueva Imagen, 1983.

FERRAZ FILHO, G. T. **A transnacionalização da grande engenharia brasileira**. 1981. 327 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1981.

GASPAR, M. **A organização.** A Odebrecht e o esquema de corrupção que chocou o mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

HOOD, N.; YOUNG, S. **Economics of multinational enterprise**. London: Longman, 1979.

HYMER, S.H. **The international operations of national firms, a study of direct foreign investment.** Thesis. MIT, Dept. of Economics, 1960.

JOHANSON, J.; VAHLNE, J.E. **The Uppsala internationalization process model revisited:** From liability of foreignness to liability of outsidership. London: Journal of International Business Studies May. n.40, May.2009, p.1411–1431.

KULA, W. **Problemas y métodos de la historia económica**. Barcelona: Ediciones Península, 1977. (Original 1963)

LOBO, E. L. História Empresarial. In: CARDOSO, C.F.; VAINFAS, R. **Domínios da História.** Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997. (p.217-239)

MAZOLA, H. J.; OLIVEIRA JUNIOR, M. Compartilhando conhecimento na internacionalização de serviços de engenharia: estudo de caso da Construtora Norberto Odebrecht. In: ENCONTRO DA ANPAD, 30, 2006, Salvador.

MAZZUCATO, M. **O Estado empreendedor**. Desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. Tradução Elvira Serapicos. São Paulo: editora schwarcz, 2019.

MENDES, J. A. História Empresarial: da monografia apologética ao instrumento de gestão estratégica. In: RIBEIRO, M. M. T. (Coord.). **Outros Combates pela História**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 2010. p. 133-148.

MOURA, P. G. **A internacionalização da Construtora Norberto Odebrecht: um estudo de caso**. 2020. 185f. Dissertação (Mestrado em Culturas e Identidades Brasileiras) – Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

NARULA, R., **Multinational Investment and Economic Structure.** London and New York: Routledge, 1996.

O'CONNOR, A.-M. Trying to set the agenda in Miami: bashing the Herald is only part of Jose Mas Canosa's strategy. **Columbia Journalism Review**, Columbia, v. 31, n. 1, 1992.

ODEBRECHT, N. **Sobreviver, crescer e perpetuar**: Tecnologia Empresarial Odebrecht. Salvador: Fundação Odebrecht, 2002. 3 v.

ODEBRECHT, E. A atuação internacional da Organização Odebrecht. Discurso de abertura. In: FÓRUM NACIONAL BRASIL - UM NOVO MUNDO NOS TRÓPICOS, 20, 2008, Rio de Janeiro: Fórum Nacional, 2008.

PEREIRA, N. PIMENTEL, R.; KATO, H. Expatriação e Estratégia Internacional: o Papel da Família como Fator de Equilíbrio na Adaptação do Expatriado. **Revista de Administração Contemporânea**, Maringá, v. 9, n. 5, p. 53-71, 2005.

RIBEIRO, A. **A firma Maxwell, Wright & Co. no comércio do Império do Brasil (1827 – 1850).** 2014. 180f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

SANTOS, L. B. **Estado, industrialização e os espaços de acumulação das multilatinas internacionalização das empresas multilatinas.** 2012. Tese apresentada para obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, UNESP, 541f., 2012.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. Trad. Maria Sílvia Possas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Trad. Luiz Antônio de Araújo. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

TOMICH, D. W. **Pelo prisma da escravidão – Trabalho, Capital e Economia Mundial.** Tradução: Antonio Danesi. São Paulo: EDUSP, 2011.

VERMON, R. **International investment and international trade in the product cycle.** Berkley: Economic, Theory, Econometrics, and Mathematical Economics, 1992, p.415-435.

Sites acessados

PORTAL FGV. Norberto Odebrecht é a maior construtora aponta pesquisa. Disponível em: <https://www.portalvgv.com.br/site/norberto-odebrecht-e-a-maior-empresa-de engenharia-e-construcao-da-america-latina-aponta-ranking>. Acesso em: 08 maio 2020.

ODEBRECHT. A Odebrecht - História. Disponível em: <https://www.odebrecht.com/pt-br/organizacao-odebrecht/historia>. Acesso em: 25 mar. 2020.

Documentação primária

ODEBRECHT INFORMA. Salvador, n. 25, 1980.

ODEBRECHT INFORMA. Salvador, n. 27, 1981.

ODEBRECHT INFORMA. Salvador, n. 39, 1987.

ODEBRECHT INFORMA. Salvador, n. 40, 1988a.

ODEBRECHT INFORMA. Salvador, n. 41, 1988b.

ODEBRECHT INFORMA. Salvador, n. 49, 1991.

ODEBRECHT INFORMA. Salvador, n. 61, 1994.

ODEBRECHT INFORMA. Salvador, n. 73, 1996a.

ODEBRECHT INFORMA. Salvador, n. 76, 1996b.

ODEBRECHT INFORMA. Salvador, n. 112, 2004a.

ODEBRECHT INFORMA. Edição Histórica 60 Anos. Salvador, 2004b.

ODEBRECHT S.A. **Relatório Anual 2007/2008**. [Salvador]: Odebrecht S.A., 2008. 52 p. Disponível em: <https://www.odebrecht.com/sites/default/files/relatorio_anual_2008_portugues.pdf>. Acesso em: 19 set. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

O ciclo do capital na economia brasileira sob a ordem imperialista do pós-guerra: reflexos sobre a indústria automobilística no período 1950-1970

Ray Araujo Duarte do Rêgo

Paulo Antonio de Freitas Balanco

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

O ciclo do capital na economia brasileira sob a ordem imperialista do pós-guerra: reflexos sobre a indústria automobilística no período 1950-1970

The cycle of capital in the Brazilian economy under the post-war imperialist order: reflections on the automobile industry in the period 1950-1970

Ray Araujo Duarte do Rêgo[I]

Paulo Antonio de Freitas Balanco[II]

Resumo

Neste artigo procuramos mostrar como a forma tomada pelo imperialismo no pós-guerra e as disputas de classe em torno do destino da industrialização brasileira conformaram a implantação e a estrutura do setor automobilístico no país. Nesse sentido, a implantação desse setor, assim como a industrialização de maneira geral, não levou a uma convergência para com os países desenvolvidos, mas para a reprodução, em um nível superior, de tendências próprias a uma economia dependente. O ramo automobilístico emergia como o setor símbolo do salto da economia brasileira em direção à indústria pesada, promovendo modernização e integração produtiva e espacial. Todavia, este processo de modernização culminou com duros golpes nas estruturas sociais e políticas do país, uma vez que instaurou um regime autocrático burguês e que reforçou o distanciamento entre a estrutura produtiva e as necessidades da classe trabalhadora. O evolver do período 1950-1970 é apreendido a partir de uma diretriz metodológica que

I Doutorando em economia pela Universidade Federal da Bahia

II Professor da Faculdade de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFBA.

reúne, simultaneamente, a luta de classes nacional e a concorrência intercapitalista no âmbito da divisão internacional do trabalho.

Palavras-chave: Imperialismo. Dependência. Economia Brasileira. Indústria automobilística. Multinacionais.

Abstract

In this article we try to show how the post-war form taken by imperialism and the class disputes over the destiny of Brazilian industrialization shaped the implantation and structure of the automotive sector in the country. In this sense, the implementation of this sector, as well as industrialization in general, did not lead to a convergence with the developed countries, but to the reproduction, at a higher level, of tendencies specific to a dependent economy. The Brazilian economy arrived in the 1950s ready to make the leap towards heavy industry, while the automobile sector emerged as the symbol sector of the new phase, promoting modernization and productive and spatial integration. However, this modernization process culminated in severe blows to the country's social and political structures, as it reinforced the gap between the productive structure and the needs of the working class. We believe that this movement in the period 1950-1970 will be better understood if interpreted through the methodological guideline that brings together, simultaneously, the national class struggle and the intercapitalist competition within the scope of the international division of labour.

Keywords: Imperialism. Dependency. Automotive Industry. Multinationals. Brazilian economy.

O ciclo do capital na economia brasileira sob a ordem imperialista do pós-guerra: reflexos sobre a indústria automobilística no período 1950-1970

***

1 Introdução

A partir do fim da década de 1940 a atuação mundial das grandes empresas monopolistas passa a ser o fio condutor das relações internacionais intercapitalistas, dando forma à divisão internacional do trabalho e conformando o desenvolvimento das nações. Desta forma, o investimento externo direto (IED) é um dos aspectos fundamentais para a reprodução do desenvolvimento desigual capitalista, com áreas desenvolvidas e áreas subdesenvolvidas interagindo dialeticamente. A principal mudança experimentada pelo IED a partir do fim da década de 1940 é que ele se dirige a setores ligados ao mercado interno das economias que o recebem, ao contrário do padrão de investimentos em setores exportadores.

No que tange ao Brasil, fatores estruturais internos compeliram a abertura ao capital estrangeiro naquela fase do seu desenvolvimento, entre eles, sobretudo, a impossibilidade de avançar rumo à industrialização pesada através do suprimento endógeno de máquinas, equipamentos e matérias-primas elaboradas domesticamente. Tal impossibilidade vinculou a industrialização do país à trajetória dos países já desenvolvidos e a sujeitou às condições colocadas pelas multinacionais, economicamente e politicamente.

O padrão gerado nessa fase de industrialização pesada é marcado por desequilíbrios: entre setores, entre o capital e o trabalho, na estrutura de consumo, entre oferta e demanda. Entre os estudiosos que abordaram a problemática da industrialização brasileira, destacamos Tavares (1998) e Marini (1979a). A primeira afirma que fatores endógenos impuseram a entrada das multinacionais no período referenciado por este estudo, sendo, então, "convidadas" a constituírem um modelo em que predominava a oligopolização e os desequilíbrios dinâmicos entre oferta e demanda, cabendo ao Estado agir para diminuir os efeitos sociais negativos e oferecer condições para o financiamento

do crescimento da demanda. Para Marini (1979b), por outro lado, a especialização em bens "de luxo" derivava das próprias tendências postas pela distribuição do valor gerado entre as classes e da distribuição da mais-valia entre os setores, que eram aprofundadas nas condições de dependência. Para este autor, o ciclo da economia brasileira apresentava a característica de subordinação, em todos as fases, ao capital estrangeiro, restando aos agentes internos limitado poder de decisão acerca das formas tomadas por aquela estruturação (MARINI, 1979a).

A introdução de uma indústria automobilística nacional foi central para a composição do padrão de desenvolvimento implantado a partir do final dos anos 1950 pelo Estado brasileiro e pelas multinacionais. Pode-se dizer que a estratégia de inserção do setor no Brasil foi bem-sucedida, pois atingiu boa parte da meta de produção, chegando a um índice de nacionalização superior a 90%. Como custos e preços de produção se mantiveram dentro do previsto, houve a criação de estímulos para uma série de setores, difusão de novas tecnologias e o impulsionamento da arrecadação estatal via impostos sobre o consumo. Mas, ressalte-se, tais sucessos estiveram em sintonia com os parâmetros em que se processava a industrialização pesada em uma economia dependente. De acordo com os elementos teóricos que orientam a análise aqui desenvolvida, tais circunstâncias impõem uma dinâmica da acumulação de capital em que sobressai uma especialização da produção de bens de consumo alheia à estrutura de consumo das classes trabalhadoras, derivando daí duas consequências, a saber, o reforço da superexploração da força de trabalho e o controle estrangeiro sobre os setores mais dinâmicos da economia.

Além desta introdução, o artigo conta com mais três capítulos. No capítulo 2, é apresentado a configuração tomada pela ordem imperialista mundial no pós-segunda guerra e os fatores estruturais e políticos que levaram ao tipo de vinculação que o Brasil concretizou naquela ordem. O capítulo 3 traz duas interpretações diferentes sobre o resultado obtido pelo país em termos de estrutura produtiva a partir do processo de industrialização e da participação central das multinacionais do setor de bens de consumo

durável nesse processo. O capítulo 4 apresenta a forma de implantação e de funcionamento do setor automobilístico entre 1950 e 1970, buscando evidenciar a medida em que ele foi um setor que expressava as tendências colocadas pelas economias mundial e brasileira neste período. Por fim, são trazidas as principais conclusões do estudo.

2 A ordem imperialista do pós-guerra e o encaixe do Brasil na sua lógica

2.1 A hegemonia norte-americana no pós-guerra, as empresas multinacionais e o investimento direto externo

A vocação internacionalista do capitalismo deriva de sua busca incessante pela reprodução em escala ampliada, que exige novos mercados, meios de produção e disponibilidade de força de trabalho explorável. Se entre o final do século XIX e o começo do século XX o imperialismo tinha como característica principal a conjunção entre a ascensão dos monopólios e do capital financeiro e a dominação colonial, o fenômeno ganha novas determinações após as duas guerras inter-imperialistas. A exportação de capitais pelo mundo ganha ainda maior proeminência desde então, posto que as barreiras representadas pelos domínios coloniais são derrubadas em nome de um imperialismo que se vale essencialmente da exploração econômica/capitalista dos territórios.

Embora integração internacional sob hegemonia estadunidense naquele período tenha dependido de uma série de fatores, institucionais, monetários e bélicos, ela não se concretiza sem a unidade de capital que efetivamente estrutura o sistema: a empresa multinacional (PANITCH e GINDIN, 2004; PAULANI, 1992). Por essa razão, o investimento externo direto (IED) é uma das variáveis fundamentais para a compreensão da divisão do mundo entre áreas desenvolvidas e áreas subdesenvolvidas, assim como para o entendimento da dialética pertinente à interação entre estas áreas. A atuação mundial das grandes empresas monopolistas é o fio condutor das relações internacionais intercapitalistas, dando forma à divisão internacional do trabalho e orientando de acordo com seus interesses o desenvolvimento das nações (SWEEZY e BARAN, 1966).

A empresa multinacional se distingue das demais por conduzir boa parte de suas operações no exterior, realizando ali uma proporção essencial de suas vendas, investimentos e lucros. Autores como Hymer (1976) tratam o aparecimento das multinacionais como tendência inerente ao crescimento das empresas no modo de produção capitalista. Em seu estudo sobre o crescimento da empresa moderna, Penrose (2006), ainda que não se possa colocá-la como alinhada com a teoria do valor de Marx, focaliza o inevitável processo de concentração de capital (que Marx tratava como "centralização") como culminando com a tendência a que as empresas oligopolistas que logram se expandir ao longo do tempo expandam seus mercados não apenas através da diversificação, mas também adentrando nos mercados externos. Logo, o IED é colocado como decorrência da concentração econômica.

Até a segunda metade do século XX, prevaleciam investimentos internacionais através da compra de ações no mercados financeiros, enquanto os IEDs permaneciam minoritários. As filiais no exterior eram autônomas em relação à matriz, que colhia os lucros, mas não as inseria na sua estrutura administrativa central. Desta forma, o cerne da expansão imperialista era a bolsa de valores, não a empresa capitalista. Os investimentos externos nas economias periféricas assumiram o caráter de enclave, ou seja, eram dirigidos a empresas que dedicavam sua produção quase completamente para o mercado externo, visando complementar as economias dominantes com as quais comercializavam. Muitas vezes essas iniciativas valiam-se de relações de produção pré-capitalistas (DOS SANTOS, 2011).

A principal mudança qualitativa experimentada pelos fluxos de IED a partir do fim da década de 1940 consistiu no seu redirecionamento para os setores ligados ao mercado interno das economias que os recebiam. O salto para esse tipo de investimento aconteceu após a Segunda Guerra Mundial, quando a reconstrução da Europa criou amplos espaços para investimentos lucrativos, e após parte dos países periféricos terem

desenvolvido a urbanização e uma indústria de base, o que os tornou aptos a absorverem investimentos em setores industriais para seus mercados internos (DOS SANTOS, 2011).

Os investimentos estrangeiros foram guiados para setores mais desenvolvidos dos países receptores, nos quais penetravam em posição oligopólica. Aproveitavam-se dos altos preços permitidos pelo protecionismo, dos subsídios estatais e dos baixos custos com mão-de-obra, graças à expansão do exército industrial de reserva (EIR) com o êxodo rural.

2.2 A industrialização e os conflitos de classe no Brasil

No que se refere ao Brasil, interpretado a partir da sua posição periférica no capitalismo mundial, tendo em vista os acontecimentos internos e as transformações internacionais do capitalismo no período que antecedeu a Grande Depressão, dois aspectos passaram a conviver simultaneamente: por um lado, ocorre uma relativa modernização das relações de produção e das forças produtivas, que deram ensejo à conformação de um mercado interno e de uma produção industrial incipientes; por outro lado, a vinculação essencial do país ao imperialismo determinava que o mercado externo continuaria a predominar como o centro dinâmico da reprodução do capital, assim como permaneceria a importância do sistema de dominação liderado pelo latifúndio exportador. Desta forma, as principais distorções apresentadas pelo capitalismo dependente brasileiro nesta fase dizem respeito à fragilidade do mercado interno, principalmente no que se refere ao consumo das classes trabalhadoras; e à ausência de uma ruptura de classes, decorrente de uma ação revolucionária burguesa, que impusesse o predomínio dos interesses industriais sobre o conjunto da sociedade (BAMBIRRA, 2015).

Seria apenas mais tarde, em virtude do afrouxamento do vínculo com o capital imperialista, como consequência das duas guerras mundiais, entrecortadas por uma crise de dimensão mundial, que as distorções apresentadas pelos países latino-americanos, postas pelas condições de dependência, puderam ser atenuadas. Com isso, tornou-se possível o início de um processo de industrialização intensiva, a conquista da hegemonia

política pelas classes burguesas (ainda que sem ruptura com as classes dominantes primário-exportadoras) e o crescimento da importância do mercado interno na reprodução do capital no continente. Estas condições propiciaram uma nova forma de vinculação com o imperialismo, que, como exposto, apresentaria mudanças substantivas no pós-guerra. Assim, o capital estrangeiro passa a direcionar seus investimentos para o setor industrial e assume a centralidade na acumulação de capital interna (BAMBIRRA, 2015).

É importante perceber que fatores estruturais forçaram uma necessária vinculação ao capital estrangeiro naquela fase do desenvolvimento brasileiro. Primeiramente, desponta o pressuposto, inerente a qualquer país capitalista, de compatibilização das variáveis internas ao funcionamento da economia global. Ele se expressa, no caso brasileiro, pela impossibilidade de avançar na industrialização sem recorrer à importação de máquinas, equipamentos e matérias-primas elaboradas, situação que incontornavelmente a vincula às condições impostas pelos capital estrangeiro, superior tecnologicamente. A complementaridade entre as forças produtivas brasileiras e as das economias desenvolvidas estão entre essas condições. Entretanto, o tipo de vinculação e o nível de abertura ao capital estrangeiro não estavam dados pelas condições postas.

Segundo Bambirra (2015), a face política da dependência não deve ser definida apenas como uma imposição de interesses estrangeiros desde fora, mas principalmente como uma situação em que a tomada de decisões por parte das classes dominantes locais acontece em condições de dependência para com os interesses externos. Nesse sentido, desde a independência formal do país, as classes dominantes brasileiras apresentam a tendência a ajustarem as instituições locais e seus planos políticos aos interesses dos países capitalistas centrais, que usufruem das vantagens proporcionadas pela maior disponibilidade de capital e superioridade tecnológica. No entanto, em determinadas conjunturas são possíveis exceções dentro deste marco geral, quando a dominação imperialista se vê impossibilitada de exercer seu domínio total, dando aos centros de decisão internos maior liberdade na definição da política econômica.

Dentro do processo de revolução burguesa (dependente) no Brasil, o Estado era o grande centro de decisão em torno do qual se equacionavam as grandes questões acerca dos rumos do desenvolvimento capitalista do país, a saber, "a questão agrária, a questão das relações das frações burguesas entre si e com as burguesias internacionais já constituídas, a 'questão social' e, finalmente, a da construção e funcionamento das próprias estruturas estatais" (DRAIBE, 1985, p. 27).

Nestes embates, a burguesia não apresentou força para, sozinha, impor um projeto de industrialização nacional, de modo que tal projeto somente foi viabilizado mediante a construção de alianças policlassistas. Entre 1930 e 1945, sob a presidência de Getúlio Vargas, prevalecera uma aliança assinalada por conciliação de interesses entre a alta burguesia e as classes médias e populares, dando azo ao pacto populista. No âmbito de tal aliança, porém, havia o perigo iminente de fortalecimento do proletariado, uma classe que é inerentemente inimiga da burguesia (DRAIBE, 1985).

Enquanto no plano abstrato-formal, a lógica da acumulação opera necessariamente com a contradição entre o capital e o trabalho, no plano concreto-real, as alianças entre as diversas frações da burguesia ou entre estas e o proletariado se estabelecem, não como uma posição de princípio, mas como dispositivo pragmático e cambiante para o enfrentamento do pautas comuns. Assim, na construção da sua hegemonia, as classes ligadas ao capital podem incorporar as classes subalternas em apoio ao seu projeto (PINTO e BALANCO, 2014).

Entretanto, a opção histórica da burguesia brasileira foi de aproximação progressiva do capital estrangeiro a partir de 1945, mantendo relações conflituosas e vacilantes com a classe trabalhadora e com a pequena burguesia entre 1945 e 1964 (BAMBIRRA, 2015).

Os conflitos e crises destes anos foram enfrentados pelas classes dominantes brasileiras reproduzindo internamente a configuração tomada pelo imperialismo no pós Guerra, culminando com a mudança na forma da dominação de classes e com a

vinculação crescente dos interesses das classes dominantes brasileiras aos das multinacionais. A primeira erupção desses conflitos emergiu na crise que levou ao suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, levando à maior abertura às multinacionais no mandato de Juscelino Kubitschek, a partir de 1956. A segunda erupção, em 1964, levou ao abandono de qualquer traço nacionalista por parte da burguesia interna, encampando em seu lugar um projeto autoritário que beneficiava o capital estrangeiro, enquanto aceitava o papel de sócio menor deste.

A partir dos anos 1950, a história das burguesias nacionais latino-americanas, naqueles países em que puderam existir, é a história de sua integração ao imperialismo, de sua submissão enquanto classe ao imperialismo, do abandono de suas ambições nacionalistas e autonomistas e do fim dos seus projetos próprios. (BAMBIRRA, 2015, p. 133-134).

Em síntese, a nova divisão internacional do trabalho se desdobrava em um movimento convergente, reunindo a ativa ação econômica dos países desenvolvidos, que exportavam matérias-primas industrializadas, bens de consumo industriais e bens de capital, além de estimular a internacionalização de suas empresas monopolistas através de empréstimos, ajuda internacional, subsídios e regimes especiais e a postura passiva dos países subdesenvolvidos, que exportavam matérias-primas e bens agrícolas enquanto desenvolviam um setor industrial em grande medida desnacionalizado substituindo importações.

3 O ciclo do capital na economia brasileira e a dominação do setor produtor de bens de consumo durável

3.1 A interpretação de Tavares

Em "Acumulação de capital e industrialização no Brasil", Tavares (1998) faz uma interpretação da industrialização brasileira em que a problemática do amplo predomínio do setor de bens de consumo duráveis (setor III, segundo a taxonomia de kaleckiana

adotada pela autora) é central para a explicação da evolução interna dessa economia. Este setor corresponde à industrialização avançada, na qual a diferenciação do consumo dos capitalistas em relação ao dos trabalhadores contribui para resolver os problemas de reprodução do capital, dinamizando também o setor I (produtor de bens de capital).

Tavares coloca que, embora já fosse dominante no Brasil, o modo de produção capitalista ainda não havia desenvolvido as forças produtivas necessárias para sua reprodução endógena até a década de 1950, quando se concretiza a industrialização da economia brasileira. Tal se deu através da entrada intensiva de capital estrangeiro no setor de bens de consumo duráveis e do maior desenvolvimento do setor de bens de capital, tocado pelo Estado. A partir da implantação da indústria de base, a capacidade produtiva nacional poderia crescer com uma escala maior (à frente da demanda) apoiada em suportes internos. Sendo assim, não caberia mais caracterizar essa industrialização como de substituição de importações, pois não eram os estrangulamentos externos que lhe ditavam o rumo.

O problema principal das economias que chegam a esse estágio seria que, dado que o progresso técnico reduz os custos de produção em um mercado oligopolizado, gera-se uma taxa de lucro superior às possibilidades de investimento, dado o potencial limitado de crescimento da demanda. Nesse cenário, o setor III seria aquele que poderia atrair para si a demanda potencial gerada pelos maiores lucros (TAVARES, 1998).

A autora parte do entendimento de que é a associação das burguesias locais que determina as novas configurações de acumulação e as novas contradições internas. A articulação com o capital estrangeiro acontece em um segundo momento, vinculando-o à dinâmica interna de forma mais ou menos dominante:

> Tanto na chamada etapa "primário-exportadora", quanto nos sucessivos ciclos de industrialização, o capital estrangeiro novo só entrou depois que o ciclo de expansão já se encontrava em curso. (...)
>
> O caráter dominante e desigual da associação é que tem mudado consideravelmente de período para período histórico, é particularmente

> acentuado no caso de saltos tecnológicos com barreiras de escala. (TAVARES, 1998, p. 142-145).

Capitais nacionais e estrangeiros disputam espaços no mercado principalmente em épocas de crise ou de abertura de oportunidades de investimento. Nesse sentido, o padrão de acumulação caracterizado pela dominação do capital estrangeiro, que se inicia em 1956, é resultado da busca, por parte do Estado, de uma industrialização pesada com maior diferenciação, ancorada em políticas públicas.

O setor de bens de consumo duráveis, que foi o receptáculo dos aportes forâneos, apresenta uma dinâmica específica que gera uma clivagem entre o potencial de expansão da oferta e da demanda, criando a necessidade de indução cíclica do crescimento desta última. No Brasil, preexistia uma demanda para o setor, que era reprimida pelas barreiras à importação, mas ela cresce decisivamente pelo efeito acelerador dos novos investimentos sobre a renda urbana, pela concentração da massa dos salários nas camadas especializadas da mão-de-obra e pela complementaridade dos investimentos (nos setores de material de transporte, material elétrico e metal-mecânico) (TAVARES, 1998).

No período 1963-1964, após a implantação do bloco de projetos previsto no Plano de Metas, emergem os efeitos endógenos desaceleradores pela completa digestão de toda a demanda contida por importações e daquela gerada pelos investimentos privados. A juventude do parque industrial impedia que o motor do crescimento fosse a demanda por reposição dos equipamentos; a demanda estatal, que havia sido a principal indutora da primeira onda, sofria em decorrência da crise de financiamento que o Estado passara a enfrentar a partir de 1959.

O aumento dos lucros pela elevação da relação lucros/salários tem impacto limitado no investimento privado, principalmente por não poder ser redirecionado, pelas vias fiscal ou financeira, para os agentes dispostos a investir. A queda no investimento faz cair o emprego e este, por sua vez, a demanda efetiva, principalmente no setor de

bens-salário. Segue-se um processo de concentração do mercado, com a quebra ou incorporação de capitais menores e avanço da desnacionalização (TAVARES, 1998).

A recuperação acontece apenas com o aumento na capacidade de demanda de setores capazes de induzir a acumulação[1]. Isso ocorreu no Brasil com a redistribuição de renda dos assalariados da base para o setor público e para a classe capitalista. Estimulou-se assim o consumo de bens de consumo durável e de bens de produção, acompanhado da redução do custo da mão-de-obra.

Num modelo "kaleckiano" de uma economia capitalista avançada, a dinâmica da recuperação tende a dar-se primeiro pela taxa de investimento, depois pelo emprego e consumo dos trabalhadores e, finalmente, pelo consumo capitalista. Este, reagindo defasado ao aumento dos lucros globais nos dois grandes setores de produção. No Brasil, como em qualquer economia onde exista uma profunda descontinuidade nos níveis médios de renda e nas estruturas de consumo, a recuperação tende a dar-se ao contrário: o consumo capitalista das camadas de altas rendas comanda a taxa de lucro e a taxa de acumulação, afeta as oportunidades de investimento e de emprego e determina, em última instância, depois que ambas se aceleram, a expansão do consumo dos trabalhadores urbanos. Estes suportam não só a oposição salários-lucros, como também uma contradição específica, a do consumo popular versus consumo capitalista. (TAVARES, 1998, p. 183).

3.2 A interpretação de Marini

O crescimento desproporcional da produção de bens de consumo duráveis em alguns países latino-americanos foi teorizado por Marini (1979b) a partir dos esquemas de reprodução do livro II d'O capital, de Marx. O problema inicial que Marx desejava

1 Junto ao arrocho salarial, Tavares destaca que as reformas financeiras do Plano de Ação Econômica do Governo, de 1964-1967, impulsionaram a retomada do crescimento graças ao autofinanciamento das empresas públicas, que passaram a operar com relativa autonomia financeira e de mercado, e ao novo estatuto do capital estrangeiro, que facilitavam as remessas de lucros e abriam amplos espaços para financiamentos internacionais.

explorar com os esquemas diz respeito às condições necessárias para que o capitalismo compatibilize a contradição entre valor e valor de uso, de modo a prosseguir com a acumulação de capital. Neste sentido, importava explorar as maneiras pelas quais são definidas as demandas proporcionais intersetoriais a partir da distribuição do valor gerado pela produção nos setores de bens de capital (I), de bens de consumo necessário (IIa) e bens de consumo de luxo (IIb).

Marx adotou uma série de pressupostos que excluíam as questões da realização do capital (possibilidade de superprodução generalizada), do comércio exterior (possibilidade de especialização em valores de uso restritos) e da produtividade do trabalho (possibilidade de mudanças na taxa de acumulação) (ROSDOLSKY, 2001). Marini (1979b) argumenta que, para analisar formações sociais concretas, exige-se a quebra de tais pressupostos. O autor põe ênfase na questão da produtividade do trabalho, destacando que ela tem centralidade na dinâmica capitalista e influência sobre a concentração e centralização de capital, a lei geral da acumulação capitalista e a lei tendencial de queda da taxa de lucro.

A apropriação efetiva de uma quantidade maior de mais-valia, a partir de um avanço nas forças produtivas do trabalho, depende da venda da maior quantidade de valores de uso produzidos, ou seja, da demanda. Em um primeiro nível, a determinação da demanda da economia se dá através da divisão básica do excedente entre salários e lucros; em um segundo nível, da divisão da mais-valia entre os setores e da proporção desta destinada ao consumo individual dos capitalistas ou à acumulação.

A partir disso, Marini distingue três casos dinâmicos: quando o aumento da produtividade acontece no setor I, no setor IIa ou no setor IIb. No primeiro caso, considera-se que, caso o aumento da massa de valores de uso produzidos seja chancelada por uma demanda correspondente, aumenta a massa de valor apropriada por I, gerando lucros extraordinários frente aos outros setores. A compra de bens de capital implica em um aumento na capacidade produtiva do setor II. Para que a maior massa de mercadorias

produzida nessas condições seja realizada, é necessária a elevação da demanda de bens de consumo, caso contrário ocorreria redução da demanda pelos bens de I (levando à redução de seu lucro) ou os capitais de II migrariam para I, fazendo diminuir a taxa de lucros do setor. Em ambas as hipóteses, a taxa de lucro entre os setores seria nivelada pelo movimento de capitais. Posto que os aumentos de produtividade não produzem aumentos significativos na quantidade de força de trabalho utilizada (podendo gerar diminuições), a única fonte adicional de demanda por bens de consumo seria o acréscimo na mais-valia não acumulada pelos capitalistas de I, chancelando o aumento na produção de setor IIb e dos capitais de I que produzem para ele, o que determinaria que os lucros extraordinários gerados pelo aumento da produtividade seriam apropriados por esses dois ramos até que os mecanismos de nivelação da taxa de lucro atuem para eliminá-los (MARINI, 1979b).

No caso de aumento da mais-valia extraordinária em IIa, a venda da maior massa de valores de uso produzidos dependerá da queda do valor individual de cada mercadoria, pois há uma redução relativa da participação da força de trabalho nesse setor, decorrente do aumento de produtividade, diminuindo sua demanda. A queda no valor individual das mercadorias de IIa levará a um aumento na mais-valia relativa em toda a economia. Assim, o setor IIa como um todo não é capaz de reter lucros extraordinários de maneira duradoura.

Já o setor IIb poderia realizar a quantidade aumentada de valores de uso pelo mesmo valor individual de antes de um aumento de produtividade, pois apenas o fato de que a parte do produto relativa à mais-valia aumenta em relação à quantidade de trabalho utilizada, provoca a geração de uma nova demanda por parte dos capitalistas do setor. Finalmente, o fator que põe fim a apropriação da mais-valia extraordinária como lucros extraordinários por esse setor é a mobilidade de capitais entre setores, que pode levar à elevação da produção e limitação da quantidade de mais-valor apropriado por cada capital individual. Assim, a especificidade do setor IIb é poder reter os preços acima dos valores

ao longo do tempo, não transbordando imediatamente os efeitos dos aumentos de produtividade obtidos.

> Conviene tener presente que, al transferir a los precios en menor medida que I y IIa los aumentos de productividad, el subsector IIb establece con los demás una relación que implica una transferencia intersectorial de plusvalía, vía precios, que va más allá de la que correspondería estrictamente a los mecanismos de nivelación de la cuota de ganancia y que más bien los violan; en otros términos, se configura una situación similar a la que alude la noción de intercambio desigual en la economía internacional. (MARINI, 1979b, p. 38-39).

A partir desta análise, Marini chega à conclusão de que a desproporcionalidade setorial, com inchaço relativo do setor IIb em relação aos outros setores, é justificada por esse mecanismo de manutenção sustentada de lucros extraordinários no seu interior. Tal fenômeno ocorre tanto nas economias periféricas como nas centrais, mas nas primeiras ele é exacerbado pela possibilidade de extrair lucros extraordinários mesmo sem elevar a produtividade do trabalho, bastando para isso elevar a intensidade do trabalho sem que se elevem os salários na mesma medida, ou seja, através da superexploração.

A consequência da dinâmica intersetorial na circulação latino-americana é um abismo entre a esfera alta e a baixa de consumo, posto que a superexploração faz com que aumente o período de existência dos produtos enquanto bens de luxo. Postas as coisas nesses termos, a determinação da dinâmica do sistema estaria dada na forma como é produzida a mais-valia, não no comportamento da demanda efetiva, tal como formulado por Tavares (1998). A forma como ocorrerá a circulação de uma maior massa de valores de uso depende da repartição, pelos distintos setores, da massa de valor produzida em tal período, assim como pela apropriação de lucros extraordinários.

> Sin embargo, esa utilización, por parte de los autores que aquí analizamos, al privilegiar el objeto específico de los esquemas: las relaciones intersectoriales y, con ello, la circulación de la masa de valores de uso y de valor producida, conduce al equívoco de poner la circulación por sobre la acumulación y reproducción del capital mismo. (...) esa visión se deriva de su tesis respecto a la expansión de las ganancias sobre la base de la reducción general de costos, desvinculada de la producción de plusvalía, y compatible con la elevación de los

> salarios más allá de todo límite que pudiera imponer el valor de la fuerza de trabajo en su comercialización. (MARINI, 1979b, p. 55).

A crítica de Marini (1979b) ainda recai sobre a pouca ênfase de Tavares (1998) na influência da economia mundial no direcionamento da economia nacional. Através da análise do ciclo do capital na economia dependente, o autor busca justamente mostrar a influência do mercado mundial em economias como a brasileira.

3.3 Características do ciclo do capital na economia brasileira do pós-guerra

Marini (1979a) faz a discussão do ciclo do capital em uma formação histórica específica a partir do ciclo de reprodução do capital industrial, de Marx: D - M ... P ... M' - D', que permite a identificação e discussão dos elementos centrais, de natureza qualitativa, que determinam um padrão de reprodução específico. Leva-se em consideração o processo de valorização, mas também os valores de uso que são gerados por meio dele, desde a origem do capital dinheiro a ser investido na produção até a realização das mercadorias.

Na fase de financiamento, Marini destaca, primeiramente, a importância do capital estrangeiro, que entra sob as formas de investimentos externos diretos ou indiretos (de *portfólio*). Ambas as formas de investimento geram posteriormente transferências de valor para fora, sob a forma de remessa de lucros ou pagamento de juros e *royalties*. Isso reflete a baixa capacidade de investimento do setor privado nacional, inserido desde a fase colonial em relações de dependência com interesses externos. Assim, o único agente interno capaz de influir estruturalmente na acumulação de capital interna é o Estado. Este último negocia com o capital de propriedade estrangeira as condições de sua entrada e permanência no país (MARINI, 1979a).

Na passagem para a segunda fase do ciclo do capital, quando o capital dinheiro se transforma em meios de produção e força de trabalho, verifica-se o predomínio do uso de mão-de-obra nacional, enquanto uma parte significativa dos meios de produção é obtida através de importações, principalmente na forma de máquinas e equipamentos industriais.

Assim, parte do capital aportado no país via IED faz imediatamente o caminho de volta para compra desses bens de capital. A ausência de um setor de bens de produção internalizado impossibilita a apropriação interna da irradiação dos ganhos de produtividade gerados nesse setor e torna as técnicas usadas internamente reflexo das condições impostas pelo mercado mundial de bens de capital.

Sempre de acordo com Marini (1979a), na fase da produção, verifica-se a superioridade tecnológica das empresas que obtém meios de produção de tecnologia mais sofisticada. Com efeito, as empresas de propriedade ou com participação de capital estrangeiro são as que têm mais acesso ao mercado de capitais ou acesso direto à tecnologia. A partir disso, estabelece-se uma tendência dessas empresas concentrarem de forma precoce o mercado em suas mãos. Assim, aprofunda-se a ausência de controle nacional sobre parte do capital operante no país, já posta pela composição do investimento.

A especificidade da economia brasileira quanto às mercadorias produzidas é sua especialização prolongada em bens de consumo, primeiramente em bens de consumo necessários à reprodução da força de trabalho, e depois em bens de consumo de luxo, posto que os lucros representam a parcela dinâmica da estrutura da demanda interna, dada a má distribuição da renda nacional. Essa demanda, que constitui o elemento indutor dos investimentos da mais-valia acumulada e direcionadora dos investimentos estatais em setores de bens de capital complementares, ainda é reduzida em virtude da exportação de partes dela nas formas de remessa de lucros, *royalties* ou pagamento de juros. Essa limitação justifica o esforço feito, na década de 1970, para deslocar parte da realização para mercados externos via exportações (MARINI, 1979a).

A baixa importância da demanda dos trabalhadores permite que elevações na taxa de lucros sejam buscadas através da maior exploração física da força de trabalho, extraindo dela maior quantidade de mais-valia sem correspondente aumento nos salários. Tal superexploração depende de condições que são dadas pela luta de classes, mas

derivam principalmente do tamanho do EIR, que tende a crescer com a introdução de tecnologia economizadora de mão-de-obra desenvolvida nos países centrais.

Se mostra, assim, como apenas a articulação das fases do ciclo do capital permite entender a forma como o ciclo se desenvolve em uma economia dependente:

> Es decir que el capital extranjero no puede inducir la producción de automóviles en una economía que no ha desarrollado determinada infraestructura e industria básica como para sostenerla, pero, si estas condiciones existen, el hecho puede darse ya que, una vez iniciada la producción de automóviles, ello no sólo modifica el contenido de la segunda fase de circulación, sino que, al crear allí un mercado que era entonces inexistente, estimula el desarrollo de la producción automotriz y acentúa la tendencia de los capitales que entran en la primera fase de circulación a invertir en esa rama. Es, pues, el conjunto de las fases consideradas lo que nos permite entender el ciclo del capital con las características particulares que asume en la economía dependiente. (MARINI, 1979a, p. 11-12).

No caso da economia brasileira, percebe-se que a dependência com relação ao capital estrangeiro se expressa em todas as fases do ciclo, determinando uma espécie de desenvolvimento divorciada das necessidades da classe trabalhadora e conectada intimamente aos interesses da valorização de um capital cujo centro de decisões se encontra fora da esfera de influência do país.

4 Setor automobilístico brasileiro como reflexo do padrão de desenvolvimento

4.1 Implantação e hegemonia do capital estrangeiro

A instalação de uma indústria automobilística em um período de tempo relativamente curto foi um dos êxitos mais expressivos do desenvolvimento industrial brasileiro no período desenvolvimentista. Sua culminação se deu com o Plano de Metas, conduzido entre 1956 e 1961, tendo aquela indústria como fio condutor (LESSA, 1981).

A história do setor automobilístico no país é mais antiga, remontando à Segunda Guerra Mundial, quando a produção nos países centrais foi interrompida e, consequentemente, reduziu-se a quantidade importada de veículos, peças e componentes,

gerando um estímulo a sua substituição por produção nacional. A importação deste setor passa a ocorrer mediante a aquisição de kits completos desmontados (CKDs) e kits semi-desmontados (SKDs) para montagem em território nacional. Ainda assim, a maioria dos veículos em circulação era importada (ALMEIDA, 1972).

No pós-guerra, o montante de importações de produtos da indústria automobilística elevou-se, atingindo o valor de 142 milhões de dólares ou o equivalente a 14% do total de importações entre 1945 e 1952 (SHAPIRO, 1994). evidenciava-se a utilidade estratégica de uma produção nacional de veículos em larga escala, que substituísse a mera montagem a partir da importação de seus componentes, de modo a superar os entraves financeiros e estruturais ao adensamento industrial.

> It was in this context of export pessimism (combined with Brazil's abundance of natural resources) that import-substitution policies in general and auto policy in particular emerged. The foreign-exchange constraint and the need to shift the economy structurally from exports to production for the domestic market would continue to provide the rationale and the underlying motivation for the automobile program. (SHAPIRO, 1994, p. 37-38).

Outro fator relevante nas considerações dos gestores econômicos àquela altura eram os efeitos que o setor automobilístico causa para diversos outros setores para os quais constitui demanda (peças, matérias-primas etc) e para os quais criava mercados (rodovias, distribuição e comercialização de combustíveis, rede hoteleira etc). O setor apresentava as características de um bem de consumo que lidera o desenvolvimento de uma indústria de bens de capital complementares.

Nesse sentido, em 1952, a Comissão de Desenvolvimento Industrial, encarregada de estudar e propor ao presidente da república (na época, Getúlio Vargas) políticas públicas objetivando o fortalecimento e expansão da estrutura industrial, elaborou o Plano Nacional de Estímulo à Produção da Indústria de Autopeças e à Implantação Gradativa da Indústria Automobilística. O plano, que foi aprovado naquele mesmo ano, centrava-se em um sistema de taxas e proteções múltiplas (ALMEIDA, 1972).

É importante ressaltar, como faz Draibe (1985), que o Estado que toma a direção de políticas desenvolvimentistas não o faz de forma autônoma, a partir da mera racionalização de setores burocráticos. Na verdade, ele ganha alguma autonomia para guiar as forças sociais desde que cumpra com os anseios dos setores que dão base para sua sustentação. Seguindo Poulantzas (2000), a autora sustenta que a criação de órgãos estatais reflete, no seio do Estado, a própria divisão do trabalho na sociedade em questão. Trata-se do modo como um setor se torna apto a receber apoio ou regulação estatal, segundo os princípios (fundados em uma base social) do governo em questão. Além de interesses particulares, o conflito geral de interesses também é incorporado na ossatura do Estado, nos seus órgãos decisórios, que exercem sua autonomia relativa a partir desse papel de mediação de conflitos e hierarquização de prioridades do Estado.

No conflito em torno de uma política protecionista, eram confrontados os fabricantes de autopeças e as montadoras, os primeiros sendo seus principais defensores, posto que seriam os beneficiários diretos da nacionalização da produção.

Como ressaltado por Lessa (1981), houveram dois momentos de hegemonia da política desenvolvimentista ao longo da década de 1950: o primeiro abrange o mandato de Getúlio Vargas, em que foram estruturados aparatos estatais visando uma industrialização pesada. A segunda fase é marcada pelo Plano de Metas, em que se destaca o ímpeto para a execução de boa parte dos planos elaborados na fase anterior, sejam quais fossem suas consequências em termos de desequilíbrios monetários e desnacionalização do mercado interno. "A segunda etapa se distingue da primeira pela maior intensidade do esforço e pela amplitude e integração dos objetivos setoriais perseguidos." (LESSA, 1981, p. 11-12).

Sendo assim, o setor volta ao foco apenas na gestão de Juscelino Kubitschek, quando o governo incorpora a maioria das orientações contidas no plano de 1952 e institui um órgão executivo central, o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA), em 1956. Esse órgão ficaria encarregado do acompanhamento das etapas mínimas de

nacionalização; da adaptação dos projetos das empresas aos marcos da política governamental; da aprovação desses projetos e da fiscalização da sua execução.

Segundo o diagnóstico do GEIA, a implantação da indústria automobilística não poderia ser feita por montadoras de propriedade nacional, dadas as limitações de capital da burguesia interna, as limitações de divisas para importar máquinas e licenciar tecnologias e as limitações fiscais do Estado, que o faziam limitar-se aos setores de base. Em contraste, as montadoras estrangeiras aportariam *know-how* e capacidade de investimento para conduzir a implantação. Pela crença de que as montadoras dedicar-se-iam à produção das partes que identificam o veículo (cabines, carrocerias e motor), e subcontratariam produtores nacionais das demais peças, prescindiu-se de regulamentações contra a integração vertical (SHAPIRO, 1994).

Tais desenvolvimentos vieram na esteira da instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), de 1955, que tornou as empresas estrangeiras capazes de realizar importação de máquinas e equipamentos a título de investimento sem cobertura cambial. Assim, as empresas estavam isentas do pagamento do imposto implícito nas transações de câmbio. O capital nacional continuou a importar bens de capital conforme anteriormente, aumentando a sua desvantagem financeira e tecnológica para com o capital estrangeiro.

Além disso, foram oferecidas vantagens para obtenção de financiamento externo (poderiam ser pagos à taxa "custo de câmbio"), cotas de divisas foram reservadas para a importação de peças para os veículos comerciais durante o período de transição para a nacionalização, o setor foi isento de impostos de importação e de impostos sobre a venda de máquinas, equipamentos, caminhões, jipes e veículos utilitários. Por fim, a indústria automobilística foi incluída entre as "indústrias básicas", elegíveis para receber os empréstimos subsidiados do BNDES, até então direcionado para investimentos do setor público (ALMEIDA, 1972).

Em contrapartida às vantagens tarifárias, fiscais, creditícias e proteção de mercado que receberiam, os fabricantes deveriam cumprir algumas exigências: um programa de produção fixado; a obtenção de financiamento no exterior para importação de máquinas e equipamentos; e, o cerne do projeto, um programa que estipulava uma participação crescente de peças nacionais na composição dos veículos, chegando a estar entre 90% e 95% até 1961. Essa medida, e o curto espaço de tempo por ela estipulado, está ligada aos fortes constrangimentos que a falta de divisas traziam ao prosseguimento da industrialização pesada (ALMEIDA, 1972).

> Policies were designed to ensure that the TNCs made large, up-front commitments to the project, rather than incremental investments. (...) By offering the financial incentives for only a limited period, the plan would put laggardly entrants at a competitive disadvantage. (SHAPIRO, 1994, p. 83).

Com base nessas políticas, o setor de material de transporte cresceu 8,8% a.a. entre 1957 e 1961. A quantidade produzida nesse período foi de 321.150 veículos, e os índices de nacionalização foram, respectivamente, de 93%, quanto ao peso, e 87% quanto ao valor dos veículos. Com isso, as metas estipuladas pelo GEIA foram cumpridas (SHAPIRO, 1994).

4.2 Consolidação e concentração: o segundo período

Considerando-se que a estimava do GEIA para a demanda total por veículos em 1962 era de 130 mil e que as estimativas para a operação em escala ótima de uma planta automotiva nas décadas de 1950 e 1960 variavam de 300 mil a 400 mil unidades por ano, as onze empresas em funcionamento ao fim da primeira fase da implantação, entre 1956 e 1961, constituíam um número excessivo de unidades produtivas que levavam à fragmentação do mercado e a custos de ineficiência graças à capacidade ociosa. O GEIA, ciente de que a partir do atendimento da demanda prévia o mercado cresceria de acordo com as necessidades de reposição e com o crescimento econômico, previa o problema e assumiu que seu papel era o de aceitar todos os projetos compatíveis com o plano e deixar a concentração do mercado à cargo da concorrência (SHAPIRO, 1994).

No entanto, a concentração se deu de maneira diferente da prevista, pois não foi a competição por preço que agiu, o que ficou claro quando eles não cederam mesmo após a queda na produção em 1962-1963, devido à constatação de excesso de capacidade. A demanda era elástica à renda, não aos preços, que só começaram a ceder após o ajuste recessivo e os controles de preços impostos pelos militares.

Das onze montadoras operando no início da década de 1960, só restavam oito em 1968, todas controladas por capital estrangeiro. Nesse momento, General Motors e Ford entram no mercado de automóveis de passageiros, absorvendo empresas brasileiras (Vemag e Willys) e investindo em novas instalações. Constatada a sustentabilidade do investimento naquele segmento e asseguradas as condições macroeconômicas para o crescimento do país em torno de um padrão que correspondesse às expectativas das multinacionais, essas empresas se tornaram a segunda e a terceira maiores em operação no país. Em 1967, Ford-Willys, Volkswagen e General Motors concentravam 88,4% da produção, passando para 91,7% em 1971. Essa dinâmica era intensificada no segmento de automóveis, onde as três empresas correspondiam a 95% da produção total de veículos em 1971 (ALMEIDA, 1972).

O período de crescimento acelerado observado na economia brasileira entre 1968 e 1972, com crescimento médio de 11% ao ano, relaciona-se com a reestruturação e os novos investimentos do setor automobilístico, que aproveitou-se das condições postas sob a Ditadura Militar para crescer, em média, 22% nesses anos. O crescimento do país foi induzido por novos investimentos estatais em indústrias de base e pela demanda acrescida a partir de novos instrumentos de crédito, que beneficiam o consumo de bens duráveis. O regime repressivo garantia o controle dos sindicatos, assegurando a redução do custo da mão-de-obra e o reforço da concentração de renda, que também levou à elevação da demanda por automóveis por parte das classes média e alta.

Verifica-se que a estrutura da indústria automobilística no país era efetivamente horizontal no período 1956/1961, pois a velocidade exigida legalmente para alcançar os

índices de produção e de nacionalização tornava inexequível a busca de opções além da compra dos fornecedores nacionais. Havia espaço para a inserção de diversos produtores, mesmo sem níveis de produtividade e qualidade satisfatórios. Havia transferência de tecnologia das montadoras para os fornecedores, de modo a ajudar no cumprimento dos cronogramas (SHAPIRO, 1994).

Quando os índices de produção e nacionalização foram atingidos, em 1961, a estrutura dos dois segmentos era extremamente desigual, sendo o de montagem oligopolizado por empresas com alto domínio de tecnologia e o de autopeças um segmento competitivo em que predominavam produtores de baixa capacidade tecnológica. Sem restrições legais à integração vertical e à desnacionalização do segmento e em um momento em que o crédito interno tornava-se caro, o período pós-1962 presenciou o ressecamento dos capitais nacionais.

As montadoras passaram a produzir internamente as peças que exigiam padrões de custo, qualidade e/ou segurança no fornecimento para além dos que poderiam ser oferecidos pelos fornecedores. Passaram também a convocar fornecedores estrangeiros, que aproveitaram a fragilidade das empresas brasileiras no momento de crise para dominar o setor de fornecimento através de fusões e aquisições. As empresas estrangeiras eram incentivadas ainda a aproveitar os subsídios propiciados pela instrução 113 e pelos empréstimos com taxas de custo de câmbio (Shapiro, 1994).

Tais movimentos são reforçados no pós-golpe de 1964, gerando como saldo uma maior verticalização no setor automobilístico, e uma bifurcação (entre fornecedores de peças de menor ou maior complexidade) e desnacionalização no segmento de autopeças. Estes resultados derivam da forma como foi conduzida a implantação da indústria, da estrutura desta, do ambiente macroeconômico após 1962 e de escolhas políticas.

> The military regime made a clear choice between efficiency and protecting Brazilian capital. It encouraged consolidation and mergers to eliminate excess capacity and to rationalize the industry; Brazilian capital in both the terminal and the parts sectors (discussed in Chapter

> 5) was sacrificed. The military's capacity to control prices and increase taxes was key, but the regime did not use its authority to protect domestic firms. (SHAPIRO, 1994, p. 189).

Estas escolhas refletem o fato de que a escassa influência do capital nacional no Estado torna-se ainda menor a partir do golpe militar de 1964.

4.3 Setor automobilístico como reflexo do ciclo do capital da economia brasileira

Segundo dados apresentados por Almeida (1972), a indústria automobilística representava 9% da renda gerada na indústria brasileira em 1971, sendo superada apenas pelas indústrias química, de produtos alimentares e têxtil. Em 1966, o valor da produção das montadoras de veículos já representava mais de 3% do PIB. O pessoal empregado na produção de veículos e autopeças equivalia a 0,6% da população economicamente ativa (PEA). Quando se somam os empregos indiretos gerados pela indústria, eles correspondiam a 3,5% da PEA.

Através de seus efeitos globais de *linkage*, a indústria contribuiu para o desenvolvimento do setor interno de bens de capital. Isso se traduz no fato de que passou-se de uma situação em que, em 1962, 53,4% do valor investido nessa indústria foi gasto em importação de máquinas e equipamentos, para um cenário em que essa proporção cai para uma média de 24%, entre 1964-1968 (ALMEIDA, 1972).

Destrinchando o ciclo D - M ...P… M’ - D’ do setor, observa-se que, já no processo de financiamento dos investimentos, o capital estrangeiro foi, desde o início, apresentado como o único capaz de fazer frente às exigências de capital necessárias para produzir em um setor de alto conteúdo tecnológico. Sua penetração nessa fase acontece principalmente através de investimentos diretos, mas os investimentos indiretos, através de empréstimos estrangeiros foram essenciais para financiar boa parte dos investimentos.

Na primeira fase, a totalidade dos bens de capital utilizados eram mercadorias importadas. O uso dessa tecnologia envolve o pagamento de *royalties* e licenciamentos e leva à adaptação do sistema produtivo nacional aos seus parâmetros, como o baixo nível

de emprego gerado, relativamente ao volume de investimentos. Do lado positivo, destaca-se o efeito de aprendizado sobre o capital nacional, além de alguma indução do setor de bens de capital nacional.

Na fase da produção, verificou-se que as empresas com controle do capital estrangeiro ou com acesso a seu financiamento e tecnologia foram as que puderam concentrar o mercado em suas mãos. Essa dinâmica já era esperada no setor de montagem, mas ocorreu também no setor de autopeças, onde, após um primeiro período, aconteceu a consolidação do setor com os capitais nacionais tendo estas que se associarem a empresas estrangeiras para continuar nos ramos de maior complexidade. A maior parte das empresas nacionais passaram a se situar nos ramos mais competitivos e de menores margens de lucro: aqueles de peças de reposição ou facilmente reproduzíveis.

Em continuidade da dinâmica originada ainda no período colonial na economia brasileira dependente, no período industrializado prevalece a separação entre a estrutura produtiva e a estrutura de consumo da classe trabalhadora, bloqueando a expansão da mais-valia relativa. A redefinição da estrutura produtiva em torno de um bem de consumo que não entrava na determinação do valor da força de trabalho reforçava essa dinâmica, permitindo o reforço da superexploração em nome da diminuição dos custos com a mão-de-obra e da redistribuição da renda em favor das classes médias e capitalistas, dinamizadoras do novo padrão.

O desenvolvimento tardio do capitalismo brasileiro, construído sobre uma herança colonial de exploração intensiva do território e do trabalho, definiu uma estrutura deformada em relação à dos países que se desenvolveram pioneiramente e se expandiram de forma imperialista. Nos anos 1950, tal cenário expressava-se pela dependência das mercadorias e do capital dos países desenvolvidos, levando a transferências de valor na forma de remessas de lucros e pagamentos de rendas de capital. Tais transferências minavam os lucros internos, dinamizadores da demanda naquele padrão, levando ao esforço exportador de parte da produção automobilística já na década de 1970, antes

mesmo que essa mercadoria chegasse ao alcance do consumo da classe trabalhadora interna.

Conclusão

A estratégia de implantação do setor automobilístico no Brasil, tendo em vista os objetivos fixados para a industrialização do país, pode ser considerada como bem-sucedida, pois atingiu boa parte da meta de produção estabelecida, chegando a um índice de nacionalização superior a 90%, enquanto os custos se mantiveram dentro do limite previsto. Seus efeitos de transbordamento também se fizeram presentes com a criação de estímulos para uma série de setores, difusão de novas tecnologias e constituição de fontes de arrecadação estatais via impostos sobre o consumo.

No entanto, estes êxitos limitam-se a cumprir os objetivos postos pelo Estado e atingir os anseios dos setores que se fizeram atender por esse mesmo Estado, podendo desfrutar das vantagens trazidas por aquela indústria. De outro ponto de vista, poderiam ser destacados o reforço da concentração de renda induzida por um modelo de desenvolvimento focado em um bem de consumo de luxo, as desvantagens que as classes que não acessam esses bem de consumo colhem de um sistema que privilegia o transporte individual, os maiores custos de transporte de cargas no longo prazo, o número relativamente baixo de empregos gerados graças à alta composição orgânica do capital nessa indústria etc.

Perseguir objetivos como elevação do emprego, diminuição do exército industrial de reserva, aumento do valor da força de trabalho (expressa na ampliação dos bens de consumo que fazem parte de sua determinação) e promoção do transporte coletivo, pressuporia uma configuração do bloco no poder, distante do amálgama entre uma burguesia agrária ainda muito influente e uma grande burguesia urbana que esperava crescer nas franjas do capital multinacional e manter a força de trabalho sob controle.

Pressuporia uma configuração do tipo que levou à desestabilização do próprio regime capitalista no país nos anos pré-golpe de 1964.

A indústria automobilística brasileira traz na sua forma de implantação e no modo de reprodução de seu ciclo do capital a marca do padrão de reprodução da economia brasileira como um todo, com profunda dependência de variáveis externas e disputas internas entre as frações pela hegemonia do órgão regulador, dando a direção do desenvolvimento nacional/setorial e da distribuição da riqueza gerada.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, José. A implantação da indústria automobilística no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.

BAMBIRRA, Vânia. O capitalismo dependente latino-americano. Florianópolis: Insular, 2015.

DRAIBE, Sônia. Rumos e metamorfoses: Estado e Industrialização no Brasil: 1930/1960. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HYMER, Stephen Herbert. The international operations of national firms: A study of foreign direct investment. Cambridge: MIT Press, 1976.

LESSA, Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro de. Quinze anos de política econômica. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MARINI, Ruy Mauro. El ciclo del capital en la economía dependiente. 1979a. Disponível em: <https://biblio.imperialismoedependencia.org/textos-classicos/el-ciclo-del-capital-en-la-economia-dependiente-2/>. Acesso em: 14 ago. 2019.

_____. Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital. Cuadernos Políticos, Cidade do México, v. 20, p.18-35, abr./jun. 1979b.

PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. Global capitalism and American empire. Socialist register, v. 40, 2004.

PAULANI, Leda. Do conceito de dinheiro e do dinheiro como conceito. 1992. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Teoria Econômica)–IPE/USP, São Paulo, 1992.

POULANTZAS, Nico. O Estado, o poder e o socialismo. São Paulo, Graal, 2000.

PENROSE, Edith Tilton. A teoria do crescimento da firma. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

PINTO, Eduardo Costa & BALANCO, Paulo. Estado, bloco no poder e acumulação capitalista: uma abordagem teórica. Revista de Economia Política, Vol. 34, nº 1 (134), Jan-Mar 2014.

ROSDOLSKY, Roman. Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

SANTOS, Theotônio dos. Imperialismo y dependencia. 5. ed. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.

SHAPIRO, Helen. Engines of growth: The state and transnational auto companies in Brazil. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1994.

SWEEZY, Paul Malor; BARAN, Paul Alexander. Capitalismo monopolista. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

TAVARES, Maria da Conceição. Acumulação de capital e industrialização no Brasil. 3. ed. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1998.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Reforma trabalhista do Brasil: reflexões a partir da determinação do salário em Keynes

Reurison Coimbra

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

Reforma trabalhista do Brasil: reflexões a partir da determinação do salário em Keynes

Labor reform in Brazil: reflections from the determination of wage in Keynes

Reurison Coimbra[1]

RESUMO:

A reestruturação do capitalismo a partir da década de 1970 demandou, dentre outras medidas, a flexibilidade do mercado de trabalho. No Brasil, a Reforma trabalhista com o intuito de alterar as relações de trabalho foi implementada em 2017, sob o discurso de que tal medida era necessária para a retomada do crescimento econômico e redução do desemprego. O objetivo deste trabalho é analisar os resultados da Reforma Trabalhista à luz da teoria do emprego e da renda de Keynes.

Palavras Chaves: reforma trabalhista, mercado de trabalho, salários; Keynes, teoria do emprego

ABSTRACT:

The restructuring of capitalism from the 1970s onwards demanded, among other measures, the flexibility of the labor market. In Brazil, the Labor Reform with the aim of changing labor relations was implemented in 2017, under the discourse that such a measure was necessary for the resumption of economic growth and reduction of unemployment. The objective of this work is to analyze the results of the Labor Reform in the light of Keynes's theory of employment and income.

[1] Doutorando em Economia – PPGE/UFU.

Reforma trabalhista do Brasil: reflexões a partir da determinação do salário em Keynes

Keywords: labor reform, labor market, wages, Keynes, employment theory

***

INTRODUÇÃO

Durante o Pós II Guerra Mundial, as políticas econômicas adotadas foram ao encontro das proposições keynesianas de controle da demanda efetiva. Esta forma de organização do capitalismo fortaleceu a regulação do mercado de trabalho, em maior ou menor grau, de acordo com as características de cada país, e conformou o modo pelo qual as relações entre o trabalhado e o capital se estabeleceram.

Desta forma, a relação construída entre capital e trabalho durante este período estabeleceu o modo de regulação e distribuição do aumento da produtividade proporcionado pelo modelo fordista, com elevação dos salários devido à transferência dos ganhos de produtividade aos trabalhadores, organizados em sindicatos fortes, e legislações trabalhistas que equilibravam a relação capital/trabalho. No Brasil, essa fase é caracterizada pela consolidação da industrialização, regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Porém, a partir da década de 1980, com o advento do neoliberalismo, as novas demandas do capital conduziram a uma nova forma de regulação do trabalho - considerada a principal determinante da crise do período pela sua suposta rigidez - fundamentada na flexibilização do mercado de trabalho por meio de modificações nas leis trabalhistas. Os defensores desta nova forma de regulação argumentavam que a rigidez dos salários seria prejudicial à retomada do emprego, uma vez que impõe custos e dificuldades aos empregadores a contratar mão de obra. Assim, a flexibilização das legislações trabalhistas seria suficiente para o retorno ao crescimento, via alterações no mercado de trabalho e nos salários reais, por meio do salário nominal.

Tais argumentos se baseiam nas teorias neoclássicas do mercado de trabalho que postulam que a determinação do nível emprego e renda ocorrem no mercado de trabalho. Ou seja, sendo o salário nominal flexível, e na ausência de instituições sindicais e

equivalentes, a própria dinâmica dos preços de mercado conduz a economia ao pleno emprego com salário real de equilíbrio.

Na Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, de 1936, Keynes criticou categoricamente a determinação do emprego e da renda pelo mercado de trabalho defendida pela teoria neoclássica. Ao construir sua teoria da demanda efetiva, ele apontou para outros determinantes do emprego: o consumo e, sobretudo, o investimento. Inverte-se, desta forma, a determinação do nível de salário. Ou seja, o

nível de emprego determina o nível de salários, este é endógeno e determinado pelas decisões de investimento e consumo dos indivíduos. Portanto, as ações para conduzir ao crescimento econômico e elevar o emprego devem ser voltadas para as variáveis econômicas fundamentais que compõem a demanda efetiva.

O objetivo deste trabalho é refletir sobre os resultados da Reforma Trabalhista implementada no Brasil em 2017, que ocorreu sob o argumento de sua necessidade para o crescimento da produção e do emprego, à luz da teoria do emprego e da renda de Keynes. Para isto, foram elaboradas quatro seções, além desta introdução. Na segunda seção será realizada uma breve contextualização histórica das transformações ocorridas no capitalismo no Pós II Guerra Mundial. Na terceira seção serão analisados alguns aspectos da reforma trabalhista brasileira e serão apresentados alguns resultados em termos de crescimento, emprego e renda. Na quarta seção será apresentada a teoria do emprego e da renda elaborada por Keynes em contraponto aos neoclássicos. Na quinta seção serão apresentados os efeitos dos salários flexíveis nos principais determinantes da renda e do produto na teoria desenvolvida por Keynes. Por fim, tem-se a conclusão.

2. CONTEXTO HISTÓRICO – MUDANÇAS NA RELAÇÕES DE TRABALHO

A crise na década de 1960 erodiu o padrão de acumulação capitalista proporcionado pelo modelo fordista. Tal crise, que surgiu a partir da reconstrução dos

países destruídos pela II Guerra Mundial e do excesso de capacidade produtiva construída no período de ouro do capitalismo ocidental, culminou em profundas mudanças nos processos produtivos. Nesse bojo, a partir da década de 1970, as transformações tecnológicas aceleraram o surgimento de novos métodos de produção, dando a tônica das transformações e da reestruturação do capitalismo mundial que ocorreria nas próximas décadas (HOBSBAWM, 2008; ANTUNES, 2009).

A reestruturação e reorganização do capitalismo mundial - e a consequente expansão da globalização[2] que se engendrou - intensificou e exacerbou a concorrência, estabelecendo nova forma de competição na qual a produção se tornou mais descentralizada, uma vez que se elevou o espraiamento das cadeias de valor diante da reorganização da produção espacial. Em contrapartida, o poder de controle do capital nas decisões de produção se tornou mais centralizado devido ao aumento das aquisições e fusões, ou seja, da própria centralização dos capitais que sucedeu à crise da década de 1970 (ANTUNES, 2009; HOBSBAWM, 2008; SANTOS e GIMENEZ, 2018).

O novo padrão de competição estabelecido pelo capitalismo transnacionalizado provocou, de acordo com SANTOS E GIMENEZ (2018, p. 38);

> um duplo movimento de centralização do controle e descentralização da produção que provocou uma brutal alteração na natureza e na direção de novos investimentos e na instalação de nova capacidade produtiva. Em face da intensificação da competição protagonizada por grandes blocos de capital centralizados, buscou-se simultaneamente a desverticalização, externalização, e a diversificação espacial da base produtiva e o livre acesso a mercados.

2 Conforme Bastos (2017), surgiu uma globalização assimétrica, no qual se sobressaíram os interesses do capital em detrimento dos interesses dos trabalhadores. Nesse sentido, a globalização gerou maior mobilidade internacional de capital e, paralelamente, restringiu ou impossibilitou que os mercados nacionais se protegessem contra o aumento da concorrência internacional. A partir disso, mudou-se as instituições nesse contexto de globalização assimétrica de modo a favorecer os empresários, possibilitando o aumento da oferta de trabalho, promovendo e tornando mais fácil o processo de deslocalização do capital para países com baixos custos de mão de obra.

A reorientação do capitalismo reconfigurou a divisão internacional do trabalho e alterou a estrutura produtiva. Desta forma, a crise reorientou o sistema com vistas a produzir sob (*just in time*), para redução de estoques, conforme o modelo toyotista de produção, sob processos tecnológicos mais intensificados (SANTOS e GIMENEZ, 2018; HOBSBAWM, 2008).

Diante do lento crescimento da produção, além da elevação do desemprego e da inflação nos países capitalistas, buscou-se outras formas de conduzir o sistema, distintas daquele modelo regulado keynesiano. Nesse sentido, defendia-se que o retorno ao crescimento econômico demandava um de contrarreformas com o objetivo de estimular as decisões de investimento e responder a maior concorrência, quais sejam: desregulamentar os mercados financeiros, flexibilizar os mercados de trabalho e o processo produtivo em geral, além de intensificar os processos de privatização, dentre outras (ANTUNES, 2009).

As contrarreformas, do ponto de vista teórico - sobretudo a reforma nos mercados de trabalho, importante para o presente trabalho - têm seus fundamentos nos postulados e proposições desenvolvidos pela escola neoclássica, no século XIX, e criticada por Keynes. Embora a teoria econômica após a década de 1970 tenha se metaformoseado[3], o núcleo duro a respeito das proposições econômicas, sobretudo no que se refere às relações de trabalho, foi mantido.

3 O desenvolvimento do Novo Consenso Macroeconômico, base teórica predominante atualmente, compartilha o mesmo núcleo duro da teoria neoclássica. Conforme Teixeira e Missio (2011), no longo prazo, adota-se a Accelerating Inflation Rate of Unemployment (NAIRU). Nesse sentido, a demanda não desempenha papel importante e, assim, a taxa de desemprego no longo prazo é determinada conforme as condições do mercado de trabalho, pelo lado da oferta. Isto porque os pressupostos neoclássicos da neutralidade da moeda, agentes racionais e o pressuposto do individualismo metodológico não possibilitam a realização de políticas pelo lado da demanda para elevar o nível de emprego. Nesse sentido, a taxa de desemprego natural (NAIRU), resultado desses pressupostos, é resultado das escolhas dos ofertantes de

Para a teoria neoclássica, a determinação da renda é concebida no mercado de trabalho, dado uma relação inversa entre salário e o nível de emprego. O trabalhador distribui seu tempo entre lazer e trabalho, conforme a satisfação causada pelo montante pago de salário. O salário de equilíbrio seria aquele em que as empresas demandam trabalhadores de acordo com sua produtividade. Em outras palavras, o encontro entre a oferta de trabalho pelos trabalhadores e a demanda de trabalho pelas empresas determina a quantidade ótima de emprego e, consequentemente, a produção nacional de equilíbrio.

Assim, para os neoclássicos o desemprego ocorreria quando houvesse pressão para elevar os salários. Em contrapartida, o efeito da redução dos salários redundaria em expansão do emprego. Porque ao diminuir os salários e, consequentemente, os custos, reduzir-se-iam também os preços, culminando em quantidade maior de vendas e de lucros, gerando aumento da demanda por mão de obra por parte das empresas. Portanto, essa trajetória de baixa dos salários e preços associada ao aumento do lucro e do emprego evoluiria até que se alcançasse o equilíbrio de pleno emprego (DILLARD, 1986).

Para que ocorra o equilíbrio, ou seja, para que seja determinado o salário real de equilíbrio no qual a mão de obra disposta a trabalhar encontre emprego, a flexibilidade do salário nominal é condição *sine qua non*. Os trabalhadores miram o salário nominal para que suas aspirações em relação ao salário real sejam atendidas. De outra forma, as variações nos salários reais abaixo do pretendido pelos trabalhadores os fariam recusar emprego, e o mecanismo para se chegar ao salário real seria variações na mesma direção entre o salário nominal e o real.

Por isso, mudanças institucionais e políticas que possam desvirtuar o mecanismo de ajuste do salário real no mercado de trabalho deveriam ser evitadas. As ações sindicais,

força de trabalho, que não aceitam o salário de acordo com a produtividade marginal que o seu trabalho adicional proporciona. (CUNHA, 2019).

a fixação de salário-mínimo e dos contratos de trabalho deveriam ser desencorajadas, uma vez que a consequência inevitável do fortalecimento destas políticas seria o aumento do desemprego, pois o salário estaria maior que aquele no qual as empresas estariam dispostas a demandar mão de obra (ARTHMAR, 2005; OCCIO, 1995). Assim, o *"único remédio duradouro para o desemprego constitui no reconhecimento, por parte dos trabalhadores, da necessidade de moderar suas aspirações salariais" (*ARTHMAR, 2005, p. 195).

As reformas trabalhistas adotadas nos vários países têm, como fundamento teórico, estas proposições. Assim, os movimentos pela desregulamentação das legislações trabalhistas e do mercado de trabalho nesta etapa de reestruturação da produção e de hegemonia do capitalismo desregulado buscam aumentar o nível de emprego e o crescimento econômico a partir, dentre outros fatores, da flexibilização das relações nos mercados de trabalho.

3. REFORMA TRABALHISTA NO BRASIL: ALGUNS ASPECTOS E RESULTADOS

Embora os países, sobretudo os desenvolvidos, tenham iniciado o processo de reformas desde a década de 1980, Machado (2017) argumenta que a discussão em torno da reforma trabalhista, no Brasil, teve seu amadurecimento a partir do Plano Real, instituído em 1994. A inserção do país no processo de globalização, na década de 1990, acendeu as discussões a respeito da necessidade de se reformar a legislação trabalhista do país. Ou seja, ajustá-la aos novos ditames das economias modernas que demandam maior eficácia econômica e aumento da produtividade diante da concorrência externa. Entretanto, somente em 2015, no contexto de crise econômica, que a reforma passou a ser pauta definitiva (MACHADO, 2017).

A reforma trabalhista implementada no Brasil em 2017, instrumentalizada pela Lei n° 13.467, modificou de forma estrutural a relação trabalho/capital construída no

Brasil a partir da CLT, em 1943, no período Vargas, e reafirmada pela proteção estabelecida pela Constituição Federal de 1988. Sob o argumento de que era necessário atualizar a legislação trabalhista vigente para gerar crescimento do emprego e da renda (MACHADO, 2017), a reforma aprovada estava, no entanto, atrelada à necessidade de adequar e modernizar a legislação trabalhista brasileira aos movimentos do capitalismo desregulamentado, ou seja, ao novo padrão de acumulação.

Desta maneira, alterou-se as relações entre empregado e empregador, concedendo maior poder a este. Além disso, a institucionalidade dos sindicatos e as organizações ligadas ao trabalho foi enfraquecida, debilitando sua capacidade de negociação coletiva.

Assim, a reforma buscou legalizar e estimular práticas já presentes no frágil mercado de trabalho brasileiro, com elevada informalidade e a presença considerável de flexibilidade nas relações de trabalho. Ou seja, tornar a remuneração variável e despadronização da jornada de trabalho medidas legais, de forma que a demanda de mão de obra pelas empresas possa ocorrer a baixos custos trabalhistas (KREIN e COLOMBI, 2019).

Conforme Krein (2018), dentre a mudanças ocorridas com a reforma (Quadro 1), destaca-se a legalização do contrato temporário e parcial; a adoção do contrato de trabalho intermitente, possibilitando ao empregador contratar trabalhadores por menores jornadas de trabalho; além da redução dos gastos relacionados às indenizações trabalhistas, o que facilita a demissão dos trabalhadores. Ademais, a jornada de trabalho foi alterada devido a um conjunto de medidas, tais como aumento de banco de horas e a extensão da jornada 12x36 a todas as modalidades de trabalho.

Quado 1 - Principais mudanças da Reforma Trabalhista

Eixo: Flexibilidade nas modalidades de Contratação	1) Liberalização da Terceirização[4] 2) Novas modalidades de Contratação: ampliação do contrato temporário, parcial e intermitente 3) Facilidade para demitir 4) Estímulo à contratação como autônomo e Pessoa Jurídica 5) Redução dos gastos com a demissão
Eixo: Despadronização da Jornada	1) Flexibilidade da jornada: constituição de banco de horas etc. 2) Extensão para todos os setores da jornada 12x36 3) Não pagamento das horas *in itinere*
Eixo: Remuneração Variável	1) Remuneração variável 2) Redução dos salários por meio da negociação coletiva 3) Pagamento como não salário 4) Parcelamento dos pagamentos

Fonte: Krein (2018). Adaptado.

Tais medidas pretenderam flexibilizar a jornada de trabalho para além daquilo que seria determinado em negociações coletivas. Assim, diferentemente dos anos anteriores, em que houve um aumento de postos de trabalho com jornada padrão, a reforma abriu possibilidades para que jornadas maiores ou menores pudessem ser realizadas (CARVALHO, 2017).

No que se refere ao valor do salário, passou-se a considerar o negociado sobre o legislado. Nesse sentido, permitiu-se que a negociação entre trabalhador e empregador se sobressaia em relação à negociação coletiva, o que possibilitou a queda nos salários. Isto

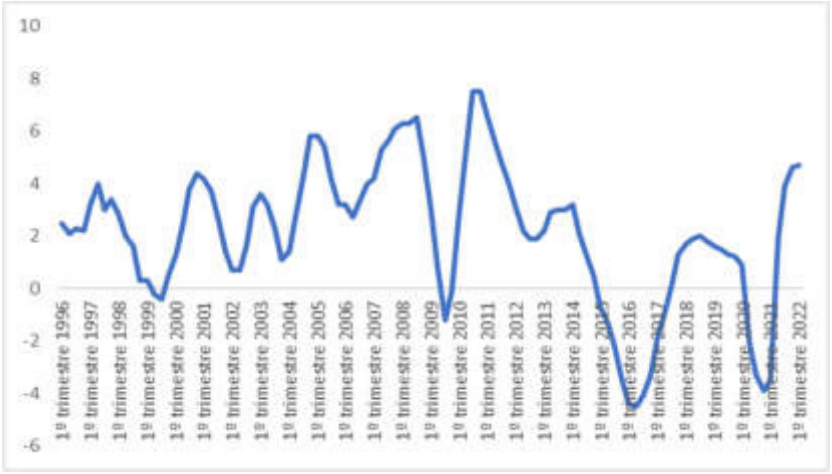
[4] A Lei nº 13.439, de 31 de março de 2017, regularizou a terceirização no país.

abriu espaço para pagamento de bonificações em detrimento do salário fixo, e abriu margem para que a remuneração seja paga conforme o desempenho individual (KREIN, 2018). Além disso, o enfraquecimento dos sindicatos, tornando facultativa as contribuições sindicais, solapou a capacidade de ação destas instituições. Assim, a remuneração tende a se tornar variável, de acordo à arbitrariedade do empregador.

Transcorridos cinco anos desde a aprovação da reforma trabalhista, sob o argumento de que ela era necessária para reabilitar o crescimento econômico e reduzir o desemprego, é possível avaliar alguns resultados no que tange à produção e à redução do desemprego.

Assim, em relação ao comportamento do PIB, o período compreendido entre 2015 e os dois primeiros trimestres de 2017 foi caracterizado por forte redução das taxas de crescimento da produção (taxas negativas) devido à crise política e econômica do período, numa tendência de desaceleração da atividade econômica que se apresentava desde 2011. A reforma trabalhista, realizada no ano de 2017, não foi capaz de reverter a tendência de baixo crescimento que se apresentava, conforme demonstrado no gráfico 1.

Gráfico 1 - PIB - Taxas Acumuladas (% trimestral)



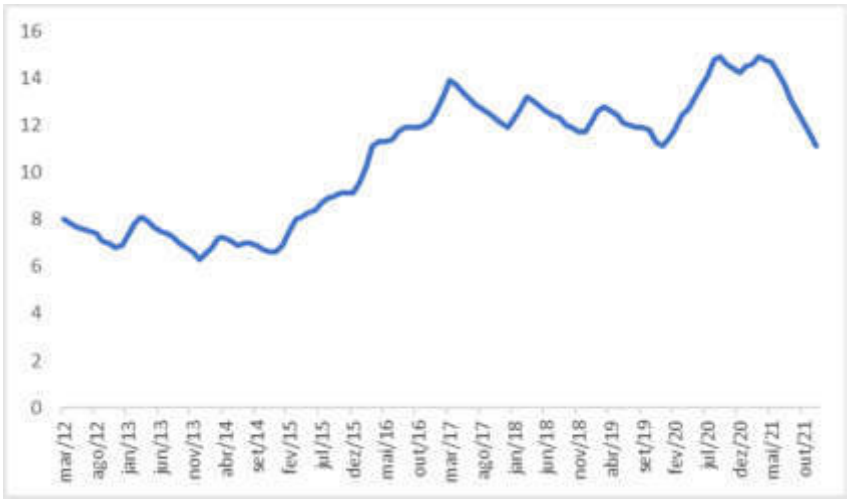
Fonte: IBGE

Embora após a reforma as taxas de crescimento tenham se tornado positivas - culminando no fim da recessão - isto está associado à reversão da tendência de queda que já ocorria desde 2016. O crescimento positivo em 2017, 1,3%; em 2018, 1,8%; e em 2019, 1,2% não corrobora o argumento utilizado para justificar a reforma trabalhista, uma vez que o crescimento se deu a baixas taxas. Houve, a partir disso, estabilidade com baixo crescimento. A eclosão da pandemia devido à COVID-19 paralisou a produção, por isso, o PIB em 2020 reduziu 3,9%. O crescimento de 4,6%, após o retorno das atividades, não parece estar associado à reforma trabalhista, mas, sim, com os efeitos contracíclicos das medidas macroeconômicas tomadas pelo governo (DE PAULA, 2021). Desta forma, a reforma não logrou crescimento sustentado conforme prognosticado.

No que se refere ao desemprego, não houve redução expressiva após a implementação da reforma. Contrariamente ao argumento da redução da taxa de desemprego, no período pós-crise de 2016 as taxas permaneceram elevadas. Em 2017, o percentual de pessoas desocupadas atingiu 11,9%; 11,7% em 2018 e 11,1% em 2019. Apesar de ter havido uma pequena redução, esta se mostrou lenta, com desemprego elevado e persistente e ainda bastante distante do patamar de 2014, 6,6%. A pandemia elevou de forma repentina o desemprego, mas após o retorno das atividades produtivas, essa realidade pouco se alterou. Embora as taxas estejam caindo lentamente, permaneceram em alto patamar, 11,1% em 2021. Além disso, as taxas de subutilização e informalidade permaneceram altas (KREIN e COLOMBI, 2019)

Desta maneira, conclui-se que a reforma trabalhista não surtiu efeito positivo sobre o nível de emprego, conforme se propagava, pois o desemprego se estabilizou em altos patamares, como se verifica no gráfico 2.

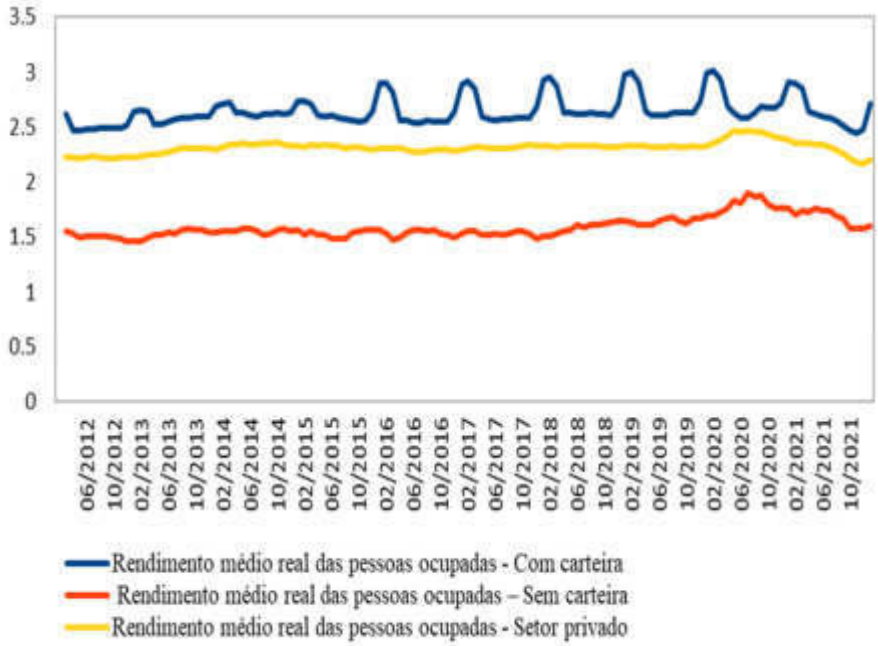
Gráfico 2 - Taxa de Desocupação (% mensal)



Fonte: IPEADATA

Por fim, a reforma trabalhista também não empreendeu grandes efeitos sobre o rendimento médio dos trabalhadores. O rendimento médio habitual das pessoas ocupadas com carteira assinada atingiu R$2.607, em 2017, e RS2.386, em 2021. Ou seja, nos primeiros anos da reforma trabalhista houve uma tendência de queda do rendimento médio real do trabalhador com carteira assinada, queda esta potencializada pela pandemia. Por outro lado, em relação aos trabalhadores informais, o rendimento médio habitual correspondia a R$1.480 em dezembro de 2017, chegando ao patamar de R$1.575 em dezembro de 2021. Ainda que tenha apresentado elevação nos primeiros anos pós-reforma, houve pequena variação. Além disso, uma característica da reforma trabalhista foi aumentar o número de empregados na informalidade, além de criar maior rotatividade nos empregos de carteira assinada (KREIN, 2018). Por fim, o rendimento médio habitual dos trabalhadores do setor privado em geral foi de R$2.327,02 em dezembro de 2017, passando a R$2.171,01 em 2021, evidenciando queda na renda do trabalho durante o período, conforme gráfico 3.

Gráfico 3 - Rendimento Médio Real Habitual das Pessoas Ocupadas



Fonte: Banco Central do Brasil

Pode-se concluir, a partir dos dados acima, que os efeitos da reforma trabalhista sobre o crescimento do produto, emprego e rendimento médio foram limitados. Os resultados evidenciam a pouca eficácia da reforma e suas medidas de flexibilização do mercado de trabalho e dos salários na redução do desemprego e no crescimento econômico. Em outras palavras, o argumento neoclássico de que é necessário a flexibilização dos mercados de trabalho e, portanto, dos salários não se verificaram na realidade.

4. CRÍTICA À TEORIA NEOCLÁSSICA E DETERMINAÇÃO DO PRODUTO, EMPREGO E SALÁRIO EM KEYNES

Diante da exposição da seção anterior, os resultados da reforma trabalhista - fundamentada nos postulados neoclássicos - se mostraram pouco efetivos. Nesta seção, será apresentada a determinação da renda e do emprego em Keynes, bem como o equívoco em determinar o nível de produto por meio do mercado de trabalho e dos salários nominais.

Desta forma, os argumentos de Keynes (1983) em torno da flexibilidade dos salários apresentados na Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda (TG), de 1936, se contrapõem frontalmente à determinação do emprego apresentada pela teoria neoclássica, cujos fundamentos se assentavam nos pressupostos de que o salário é igual ao produto marginal do trabalho e a utilidade marginal do salário é igual à desutilidade marginal quando empregada determinada quantidade de trabalho.

Na teoria neoclássica, como já mencionado, o nível de produto é determinado no mercado de trabalho pelo nível de emprego, devido aos demais fatores de produção, capital e tecnologia, serem fixos. Assim, o salário real é a variável de ajuste. Este, igual ao produto marginal, expressa o ponto de equilíbrio em que as empresas demandam mão de obra. Keynes aceita o primeiro postulado e, desta maneira, a curva de demanda explica o salário em função da produtividade marginal do trabalho com determinado nível de emprego, sendo este determinado pela demanda efetiva (OCCIO, 1995).

Sua desaprovação cabal, no entanto, incide sobre a curva de oferta de mão de obra presente na teoria neoclássica, que se fundamentava no postulado de que a utilidade do salário é igual à desutilidade marginal do trabalho. Para Keynes (1983), o postulado só é possível com a existência de desemprego friccional e voluntário, pois esses dois tipos de desemprego são temporários e não impedem que a economia convirja ao pleno emprego de fatores e ao equilíbrio.

O postulado acima contrariava sobremaneira a realidade das economias monetárias no período da crise de 1929. A crise por que passavam os países desenvolvidos evidenciava alto nível de desemprego que a teoria vigente não conseguia explicar. Naquela situação os trabalhadores buscavam emprego, porém, não encontravam, permanecendo desempregados. Keynes o denominou de desemprego involuntário, apontando a falta de contato entre a realidade e a teoria hegemônica. Por esta razão, sua crítica recaiu sobre a determinação dos salários, cuja variável era fundamental para o equilíbrio no modelo neoclássico.

O primeiro argumento de Keynes (1983) contrário à explicação do comportamento dos trabalhadores em relação aos salários reais é que o aumento do custo de vida, devido ao aumento do preço dos bens, ou seja, uma queda do salário real, não levaria ao equilíbrio proposto. Isto porque o movimento dos preços, natural em economias monetárias, não implicaria necessariamente na recusa dos trabalhadores em aceitar emprego e, portanto, não os tirariam do mercado de trabalho. Na determinação dos seus salários os trabalhadores apontam para o salário nominal, que permanece estável. Portanto, embora o salário nominal fosse rígido – em razão da resistência dos trabalhadores via sindicatos e demais organizações trabalhistas, e a natureza dos contratos salariais diferidos no tempo – o salário real tinha maior grau de oscilação devido ao aumento dos preços dos bens salários (KEYNES, 1983).

A outra crítica que Keynes (1983) considera fundamental se refere ao argumento de que os salários reais dependem da barganha entre empregador e empregado, ou seja, na existência de relação simétrica entre ambos. De acordo com essa premissa, por meio da flutuação do salário nominal os trabalhadores definem o salário real adequado convergente com suas aspirações, ou seja, igual à desutilidade marginal do trabalho, uma vez que o salário nominal e o real oscilam na mesma direção.

Entretanto, para Keynes (1983) o salário nominal caminha em sentido inverso ao salário real. Além disso, os trabalhadores reúnem-se em grupos para proteger seus salários relativos, não o nível geral de salários, como advogado pela teoria neoclássica. Desta

forma, não se aplica o argumento de que os trabalhadores, de forma geral, igualam a desutilidade marginal do trabalho ao salário real. Assim, os níveis de emprego e de salário são determinados de outra forma.

Na determinação apresentada por Keynes muda-se a causalidade entre emprego e salário. No seu entendimento, o nível de emprego é o fator que determina o nível de salário real. O salário real não depende apenas dos salários nominais, mas também da cesta de bens salários, que por sua vez depende do preço unitário variável e da produtividade desses fatores. Considerando que a força de trabalho é o único fator variável, o preço está em função da taxa de salário nominal e da produtividade do trabalho. Estes, por sua vez, dependem do nível de demanda efetiva (AMADEO, 1986).

Nessa perspectiva, a demanda tem importância fundamental na definição do volume de emprego e no nível de salários. Keynes (1983) destaca que o volume de emprego depende do nível de receita que os empresários esperam receber por sua produção, o que é determinado pelo ponto de intersecção da função de demanda agregada e da função de oferta agregada. A primeira função está relacionada com a receita que os empresários esperam receber ao empregar determinada quantidade de trabalho; e a segunda com os custos de produção que eles esperam despender ao contratar determinada quantidade de trabalhadores (KEYNES, 1983). Deste modo, a demanda efetiva é o ponto que maximiza essas duas funções e representa a renda necessária para gerar determinado volume de emprego, sendo composta por duas variáveis: o consumo e o investimento.

No que se refere ao consumo, sua relação com a renda e o nível de emprego é determinada pela propensão a consumir. O consumo da sociedade aumenta à medida que a renda aumenta, mas em proporção menor. A propensão a consumir das economias é estável, assim, à medida que a renda aumenta, maior a necessidade de investimentos para ocupar a lacuna entre consumo e a renda (KEYNES, 1983). Por outro lado, o investimento depende da expectativa dos empresários em relação aos rendimentos futuros. Por esse motivo, é a variável responsável pelas maiores oscilações da demanda efetiva e, portanto, da renda e do emprego.

As inversões realizadas pelos empresários ocorrem e dependem do cálculo da antecipação dos rendimentos futuros, a eficiência marginal do capital, e do nível da taxa de juros. Desta forma, a dinâmica da produção depende do comportamento da demanda, precisamente do comportamento dos fatores que afetam o consumo e o investimento, a saber: propensão a consumir, da eficiência marginal do capital e da taxa de juros (KEYNES, 1983). Portanto, a quantidade de mão de obra demandada pelos empresários depende da demanda esperada pelo seu produto.

5. FLEXIBILIDADE DOS SALÁRIOS E DEMANDA EFETIVA

Dado que a determinação da renda na teoria desenvolvida por Keynes está relacionada a três variáveis fundamentais, quais seriam os efeitos de uma flexibilização dos salários nas principais variáveis que determinam o emprego na teoria da demanda efetiva? Esta seção busca refletir o papel de um salário nominal flexível, como apregoado pela reforma trabalhista, na determinação do produto e do emprego na teoria desenvolvida por Keynes.

Conforme analisado na seção anterior, no caso de previsão de aumento de renda os empresários aumentam as inversões e, nesse caso, a demanda efetiva se expande. Esta expansão culmina em maior volume de emprego e maior nível de salários. Por essa razão, Keynes (1983) argumenta que a redução do salário nominal apenas afetaria positivamente a demanda efetiva se afetasse os três elementos fundamentais na determinação do volume de emprego e do nível de salário: a propensão a consumir, a eficiência marginal do capital e a taxa de juros.

Nesse sentido, o efeito de uma redução do salário nominal é a provável queda na propensão a consumir, uma vez que a redução dos salários nominais tem como efeito a redução dos preços e a redistribuição da renda, devido à redistribuição da renda dos assalariados a outros grupos. A consequência é o desvio do consumo dos grupos com alta propensão a consumir aos grupos com baixa propensão a despender sua renda com

consumo. Portanto, o efeito é a redução da demanda efetiva por meio da queda na propensão a consumir (KEYNES, 1983; DILLARD, 1986).

Em relação à eficácia marginal do capital, caso houvesse redução definitiva nos salários nominais, de forma que as expectativas em relação aos salários nominais no futuro fossem de elevação, haveria efeito positivo sobre a eficiência marginal do capital (KEYNES, 1983). Ou seja, a redução dos custos no presente sem perspectiva de redução posterior estimularia os empresários a investirem em máquinas e equipamentos de produção, aumentando a demanda efetiva (DILLARD, 1986). Por outro lado, a perspectiva de novas reduções no salário nominal reduziria a eficiência marginal do capital, desestimulando os empresários a realizarem novos investimentos, pois postergariam novas inversões para períodos em que os salários estivessem ainda mais baixos, uma vez que salário é consumo (KEYNES, 1983; SICSU, 1999).

Entretanto, os salários em economias monetárias de produção são rígidos e dificilmente seriam reduzidos de forma definitiva em sistemas políticos democráticos. Dessa forma, o efeito positivo de reduções dos salários nominais sobre a eficiência marginal de capital e, portanto, sobre a demanda efetiva, o volume de emprego e o nível de salários seria bastante questionável (KEYNES, 1983; SICSU, 1999).

Por fim, dentre as variáveis analisadas o efeito sobre a taxa de juros é mais favorável ao aumento do emprego (DILLARD, 1986). O efeito dos salários nominais equivaleria à política monetária expansionista, uma vez que reduções dos salários monetários e, portanto, dos preços acarretaria a redução da procura por moeda para transacionar, diminuindo a preferência pela liquidez, culminando na redução das taxas de juros, o que seria benéfico para a ampliação dos investimentos (KEYNES, 1983).

Entretanto, se há expectativa de elevação dos salários, o efeito na demanda efetiva será menor. Da mesma forma, as manifestações contrárias dos trabalhadores à redução dos salários podem elevar a desconfiança no plano político devido ao descontentamento popular, culminando no aumento dos salários e, portanto, na maior preferência pela liquidez, anulando o efeito anterior (KEYNES, 1983).

Apesar de existir a possibilidade de redução da taxa de juros via queda nos salários e nos preços, elevando o investimento e o emprego, há entraves – como a redução de todas as categorias salariais da mesma forma - que dificultariam a expansão da demanda efetiva por essa via. Nesse sentido, entre uma política de salários flexíveis e uma política monetária expansionista, a segunda cumpriria melhor o propósito de aumentar o emprego (KEYNES, 1983, SICSU, 1999).

Além das dificuldades referentes aos determinantes da demanda efetiva, a rigidez do salário nominal é uma característica imanente das economias modernas liberais, de forma que salários nominais flexíveis somente são possíveis em sociedades autoritárias, por meio de imposições (KEYNES, 1983). Nesse sentido, a rigidez nos salários é uma criação racional dos agentes, desejável pela ótica macroeconômica, e as sociedades capitalistas criam instituições que diminuem a flexibilidade devido às instabilidades e incertezas decorrentes do próprio sistema (AMADEO, 1988).

Portanto, a redução do salário nominal teria pouco efeito sobre a criação de emprego e, consequentemente, sobre o nível de salários. Ou seja, a flexibilização do mercado de trabalho com vistas a flexibilizar - ou reduzir - os salários têm pouco efeito sobre o crescimento da renda e sobre o desemprego pelos motivos discutidos acima, e tem pouca efetividade sobre as variáveis que determinam o emprego, além de provocar incertezas e instabilidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou refletir sobre a flexibilidade do mercado de trabalho e dos salários nominais para alcançar crescimento econômico e aumentar o nível de emprego, como pretendida pela reforma trabalhista. A flexibilização dos salários pretendida pela reforma trabalhista, pela perspectiva de Keynes, pouco efeito terá sobre o nível de

emprego e renda. Isto porque o salário nominal ou real não determina o nível de emprego, pelo contrário, o nível de emprego determina o nível de salários.

Conforme analisado, uma redução do salário nominal sobre a demanda efetiva - consumo e o investimento - e, portanto, sobre a propensão a consumir, a eficiência marginal do capital e a taxa de juros pouco efeito teria sobre crescimento do nível de emprego e da renda. Nesse sentido, a ação do Estado, a partir das políticas econômicas, deve influir nas principais variáveis que determinam o emprego, uma vez que a convergência ao pleno emprego encontra empecilhos devido ao modo de operação do próprio sistema. Ou seja, devido à instabilidade inerente associada principalmente à eficiência marginal do capital, variável responsável pelas maiores oscilações do emprego, e não na flexibilidade do mercado de trabalho.

Além disso, na visão de Keynes a rigidez salarial é importante para manutenção da demanda agregada, ao determinar patamares menos voláteis de demanda, e argumenta que economias democráticas impõem barreiras à oscilação dos salários. Em economias com regimes políticos democráticos os salários monetários são rígidos devido a razões histórico institucionais. Essas rigidezes seriam benéficas para evitar grandes movimentos de demanda e oferecer estabilidade ao sistema econômico, além de conter os conflitos políticos.

Portanto, o resultado apresentado em termos de crescimento do emprego e renda após a reforma trabalhista está consonante com a crítica realizada por Keynes. Isto porque reformas trabalhistas que visam flexibilizar e reduzir salário teriam poucos efeitos sobre a demanda agregada e, portanto, sobre a renda e o emprego.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADEO, E. **Salários Reais e Desemprego: Uma Nota Sobre Causalidade.** Ensaios FEE, Porto Alegre, n 7(2), p. 133-142, 1986.

AMADEO, E. **As Diferentes Facetas da Rigidez e Flexibilidade dos Salários na Análise Keynesiana.** Brazil Journal of Political Economy, v. 8, nº 1, jan-mar. 1988

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Editora Boitempo, 2009.

ARTHMAR, R. **Flutuações, Emprego e Tradição Clássica em Pigou**. Revista Economia. Brasília (DF), v.6, n.2, p. 357–390, Jul./Dez. 2005

ARTHMAR, R. **Pigou e a Revolução Keynesiana**. Revista Economia e Sociedade, Campinas. v. 14, n. 2 (25), p. 193-213, jul./dez. 2005.

BASTOS, P. Z. **Macroeconomia e mercado de trabalho: as principais teorias e o mercado de trabalho contemporâneo**. Revista Ciências do Trabalho, nº 7, abr/2017.

CARVALHO, S. **Uma Visão Geral da Reforma Trabalhista**. Boletim Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise, Brasília-DF, n. 63, p. 81-92, 2017.

CUNHA, S. F. **Dois Mundos Entrelaçados: produtividade do trabalho e valorização financeira**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Rural (EDUR), 2019.

DE PAULA. F. L. **A Crise do Coronavírus e as Políticas Contracíclicas no Brasil: uma avaliação**. IE-UFRJ, Texto Para Discussão, TD-016, 2021.

DILLARD, D. **A Teoria Econômica de John Maynard Keynes: teoria de uma economia monetária**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 5ª edição, 1986.

HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos: o breve século XX -1914 - 1991**. São Paulo: Editora: Companhia das Letras, 2008.

KEYNES, J. M. **Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KREIN, J. D. O **Desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 30, n. 1, 2018.

KREIN, J. D.; COMLOMBI, A. P. **A Reforma Trabalhista em Foco: desconstrução da proteção social em tempos de neoliberalismo autoritário**. Revista Educação Social, Campinas, v.40, 2019.

MACHADO, S. **A Reforma Trabalhista no Brasil a partir de uma perspectiva comparada das reformas na União Europeia**. Revista do Tribunal Superior do Trabalho, v. 83, nº. 3, jul/set - 2017.

OCIO, Domingo. **O Emprego na Teoria Econômica.** Núcleo de Pesquisas e Publicações (NPP), Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, n 11, p.1-54, 1995.

SANTOS, L. A.; GIMENEZ, M. D. Desenvolvimento, competitividade e Reforma Trabalhista. In: KREIN, D. J.; GIMENEZ, M. D.; SANTOS, L. A. (Org.). **Dimensões Críticas da Reforma Trabalhista no Brasil.** Campinas: Editora Curt Nimuendajú, 2018.

SICSU, J. **Keynes e os Novos-Keynesianos**. Revista de Economia Política, v. 19, nº 2 (74), abr-jun, 1999.

TEIXEIRA, A. M.; MISSIO, F. J. **O "novo" consenso macroeconômico e alguns insights da crítica heterodoxa**. Revista Economia e Sociedade, Campinas, v. 20, n. 2, p. 273-297, ago/2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

A navegação a vapor no Amazonas: um breve histórico da atuação da Companhia Fluvial do Alto Amazonas (1867 a 1874)

Roberta Kelly Lima de Brito

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

A navegação a vapor no Amazonas: um breve histórico da atuação da Companhia Fluvial do Alto Amazonas (1867 a 1874)

Steam navigation in the Amazon: a brief history of the activities of the Companhia Fluvial do Alto Amazonas (1867 to 1874)

Roberta Kelly Lima de Brito [1]

Resumo:

A navegação a vapor na Amazônia foi introduzida na segunda metade do século XIX, pela Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, que operava linhas no rio Amazonas, entre as províncias do Amazonas e Pará, chegando até Nauta, no Peru. Na década de 1860, diante de mudanças políticas (abertura do rio Amazonas à navegação estrangeira) e econômicas (exploração da economia da borracha) ocorreram discursos e esforços para a navegação de outros grandes rios da província do Amazonas: o Madeira, Purus e Negro. Neste contexto, foi criada a Companhia Fluvial do Alto Amazonas, sob incumbência de Alexandre Paulo de Brito Amorim, que passou a atuar na região entre 1869 e 1874. Este artigo dedica-se a reconstituir um breve histórico desta empresa, a fim de ressaltar a importância de sua atuação para a expansão da navegação a vapor na região.

Palavras-chave: Companhia Fluvial do Alto Amazonas, Amazonas, rio Madeira, rio Purus, rio Negro

[1] Mestre em História Social, pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (PPGH-UFAM), e Doutoranda em Desenvolvimento Econômico no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-UNICAMP).

A navegação a vapor no Amazonas: um breve histórico da atuação da Companhia Fluvial do Alto Amazonas (1867 a 1874)

Abstract:

Steam navigation in the Amazon was introduced in the second half of the 19th century by the Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, which operated lines on the Amazon River, between the provinces of Amazonas and Pará, reaching Nauta, Peru. In the 1860s, faced with political changes (opening of the Amazon River to foreign navigation) and economic (exploration of the rubber economy) there were speeches and efforts for the navigation of other large rivers of the province of Amazonas: Madeira, Purus and Negro. In this context, the Companhia Fluvial do Alto Amazonas was created, under the responsibility of Alexandre Paulo de Brito Amorim, who began to operate in the region between 1869 and 1874. This article is dedicated to reconstructing a brief history of this company, to highlight the importance of its performance for the expansion of steam navigation in the region.

Key words: Companhia Fluvial do Alto Amazonas, Amazonas province, Madeira river, Purus river, Negro river

A navegação a vapor no Amazonas: um breve histórico da atuação da Companhia Fluvial do Alto Amazonas (1867 a 1874)

***

Introdução

Em 1848, o presidente da província do Pará do Amazonas, João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, em seu relatório sobre o estado da província do Amazonas, ressaltava a navegação pelo principal rio, o Amazonas, realizado por 40 a 50 barcos e canoas de porte e mais de 2000 canoas, que transportavam passageiros e cargas entre diferentes províncias e para outros países como o Pará, Mato Grosso, Bolívia, Equador, Venezuela etc. Para além disso, também mencionava a necessidade de explorar os diferentes rios, abrindo novas comunicações, principalmente empregando-se o vapor. (Amazonas, 1848)

O tema da navegação a vapor na Amazônia esteve presente nos debates e discussões do legislativo e executivo e suscitou diferentes propostas durante a primeira metade do século XIX. Conforme Vitor Marcos Gregório (2009), as diferentes autoridades defendiam que esta modernização do transporte fluvial poderia acelerar o transporte de mercadorias e passageiros, auxiliar na comunicação com lugares distantes, multiplicar as possibilidades de negócios. Também era esperado, conforme Arthur Cézar Ferreira Reis (1989) que a introdução dos barcos a vapor contribuísse para garantir a presença brasileira nas fronteiras de uma Amazônia recém incorporada (1823) a um Império recém instaurado (1822). Assim, almejava-se que a navegação a vapor atendesse a uma dupla expectativa: desenvolver a economia e assegurar objetivos políticos pensados para a região.

Apesar de debates e projetos ainda na primeira metade do século XIX, a navegação a vapor na Amazônia só foi concretizada na segunda metade deste século. Essa incumbência foi dada a Irineu Evangelista de Souza (o Barão e, depois, Visconde de Mauá) que organizou a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, em 1852, com capitais nacionais, subsidiada pelo governo central e um monopólio de 30

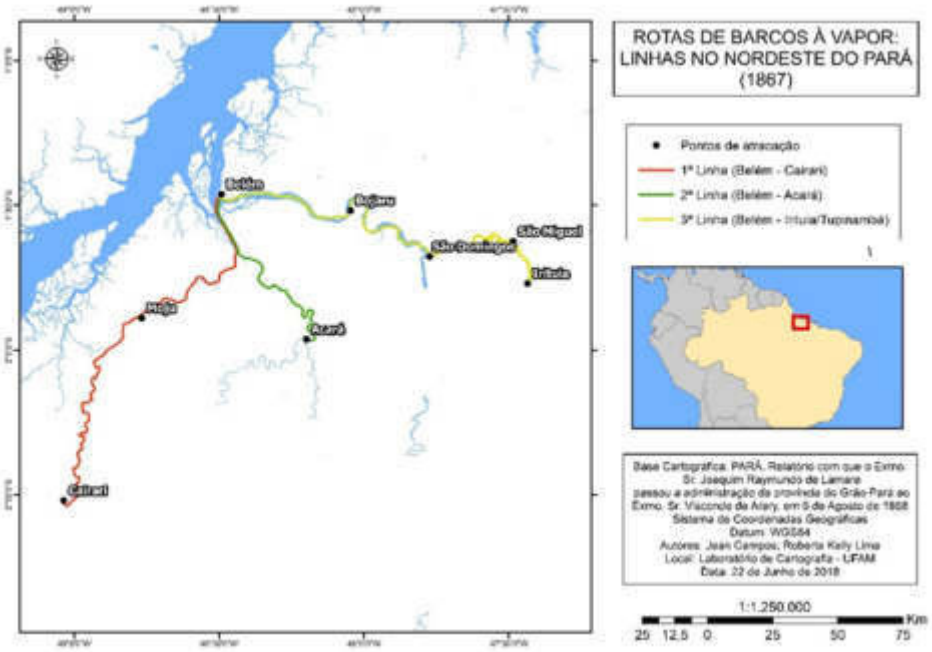
anos. No ano seguinte a empresa começou a operar nas províncias do Amazonas e Pará chegando, inclusive, até Nauta, no Peru. (Brito, 2018)

Em 1854, o monopólio de navegação foi resgatado, contudo, a efetiva concorrência só veio a partir de 1867, quando duas companhias de navegação a vapor locais foram autorizadas a realizar os serviços na região. Ainda em 1867, foi efetivada a abertura do rio Amazonas e outros rios à navegação estrangeira, que havia sido autorizada por meio do Decreto n. 3.749, de 7 de dezembro de 1866. Este fato poderia ter representado um receio por parte de Mauá, contudo, ele encarou com otimismo tal abertura e considerou que seria o início de uma era de prosperidade. (Brito, 2018)

Para além desta mudança política, que abria a navegação do rio Amazonas, é importante mencionar que a Amazônia, na década de 1850, conforme Rinaldo Ribeiro Moraes, foi inserida em "uma nova configuração produtiva, com destaque para a corrida dos seringais" (2007, p. 35-38), mas a exploração da borracha estava circunscrita ao entorno de Belém. Barbara Weinstein (1993, p. 71), por sua vez, destaca que foi na década de 1860 que a penetração em novas zonas produtoras deste gênero, como a província do Amazonas, ganhou maior atenção por parte das casas aviadoras, em razão da sua crescente demanda no mercado mundial.

Dado este contexto de mudança política e econômica e maior defesa do aumento da navegação a vapor na região, em 1867, a Companhia Fluvial Paraense passou a operar na província do Pará, sob a direção de João Augusto Corrêa, subvencionada pelos cofres provinciais em três linhas: a 1ª, de Belém a Moju e Cairari; a 2ª, de Belém a Acará; e, a 3ª, de Belém a Bojarú, S. Domingos, S. Miguel, Irituia e Tupinambá. (Brito, 2018).

Figura 1 – Trajeto das 3 linhas de navegação da Companhia Fluvial Paraense, no Pará (1867)



Fonte: Brito, 2018, p. 88

Além da Companhia Fluvial Paraense, também foi contratada a Companhia Fluvial do Alto Amazonas, que deveria realizar a navegação a vapor na província do Amazonas, nos rios Madeira, Purus e Negro, inclusive operando linhas para outros lugares. Roberto Santos (1980), ressalta a intensificação da demanda pela navegação a vapor a tal ponto que não foi possível à Companhia do Amazonas continuar a realizá-la sozinha, neste contexto foram criadas as companhias Fluvial Paraense e do Alto Amazonas. Bárbara Weinstein (1993, p. 82) conclui que a criação destas companhias ocorreu para "suplementar a frota de Mauá numa época em que as exportações e os preços da borracha subiam sem precedentes".

Figura 2 – Principais rios da bacia Amazônica com indicação dos rios Madeira, Purus e Negro

Fonte: https://arvoreagua.org/biomas/amazonia/rio-amazonas. (adaptado) Acesso em: 10/07/2022

A Companhia Fluvial do Alto Amazonas é objeto deste artigo, parte de uma pesquisa em andamento sobre a navegação na Amazônia, e busca reconstituir um breve histórico sobre sua atuação na região, dada a ausência de estudos aprofundados e exclusivos sobre ela. Para isto, são utilizados aqui a bibliografia, relatórios da província do Amazonas e do Ministério da Agricultura, a coleção de leis do império brasileiro e da província do Amazonas.

Breve histórico da atuação da Companhia Fluvial do Alto Amazonas

Em 1865, por meio da *Lei n. 1.245 de 28 de junho de 1865*, o governo brasileiro foi autorizado a subvencionar uma empresa que estabelecesse uma linha entre Manaus (capital da província do Amazonas) e Crato (povoação localizada à margem do rio Madeira), com uma quantia de 96:000$000. Para operar esta linha no rio Madeira, lançaram propostas a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, que já

atuava na região com diversas linhas, e Alexandre Paulo de Brito Amorim[2]. (Brasil, 1865 Brasil, 1867)

A Companhia do Amazonas propôs criar uma linha de Óbidos a Crato, chegando até Belém, recebendo a subvenção de 60:000$000 dos cofres paraenses e 60:000$000 dos cofres imperiais. Amorim, por sua vez, se dispôs a estabelecer três linhas de navegação: a 1ª, de Manaus a Santo Antônio, tocando Crato (rio Madeira); a 2ª, de Manaus a Hyuatanahan (rio Purus); 3ª, Manaus a Santa Isabel (rio Negro). Para isso, receberia o total autorizado pela *Lei n. 1.245*. (Brasil, 1867)

Em 1866, Antônio Epaminondas de Mello, presidente da província do Amazonas, ressaltava a importância da navegação a vapor não só no rio Amazonas, mas nos rios Negro, Madeira e Purus. Dizia ser ele "condição absolutamente indispensável, que não se pode substituir, para a prosperidade e desenvolvimento da Província" (Amazonas, 1866, p. 314). Em setembro deste mesmo ano, o vice-presidente do Amazonas, Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, em seu relatório que abriu a Assembleia Legislativa, destacou:

> Se os resultados obtidos pela navegação a vapor de um único rio, o – Amazonas –, tem produzido tais vantagens, maiores serão estas quando a navegação a vapor se estender ao Madeira, Purus, Rio Negro e mais tarde ao Rio Branco: é sob este pensamento que submeto à vossa meditação a proposta de uma companhia de vapores, que promete preencher esse fim. Essa proposta é feita pelo negociante Alexandre Paulo de Brito Amorim. (Amazonas, 1866, p. 26)

Assim, a Assembleia Legislativa do Amazonas autorizou, por meio da *Lei n. 158, de 7 de outubro de 1866,* o presidente da província contratar com Alexandre Amorim, ou qualquer outro, a criação de uma companhia de navegação a vapor para navegar os rios Negro, Madeira e Purus. Esta lei estabelecia, ainda, que a companhia deveria ser brasileira, independentemente de onde procederia os capitais, ter uma duração de 25 anos, com diretoria em Manaus, de onde deveriam partir os vapores. A

[2] Alexandre Paulo de Brito Amorim era Cônsul de Portugal no Brasil e "dedicava-se às atividades "industriais" e comerciais" em Manaus. Ele criou a firma Amorim & Irmão e estava envolvido em empresas como serraria a vapor, navegação a vapor, construção urbana etc. Ele foi um dos primeiros da Associação do Comércio do Amazonas (ACA). Cf. SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. Os fios de Ariadne: fortuna e hierarquias sociais na Amazônia, século XIX. 2. Ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014, p. 151-152 ehttp://www.aca.org.br/conheca-aca/historico/. Consultado em 04/07/2022.

subvenção dada à companhia adviria do imposto de 3% sobre o valor dos gêneros exportados. Os vapores, tripulação e escritórios estariam isentos de todos os impostos provinciais. (Amazonas, 1866)

Diante destes discursos e ações de urgência, o governo brasileiro aprovou as cláusulas do contrato com Alexandre Amorim para a navegação dos rios Negro, Madeira e Purus, que venceu a concorrência contra a já consolidada Companhia do Amazonas, do Barão de Mauá. O *Decreto n. 3.898, de 22 de junho de 1867,* estabeleceu que Amorim deveria organizar a companhia num prazo de dez meses, em forma de sociedade anônima, com capital de 800:000$000. Para isso, receberia a subvenção anual de 96:000$000 dos cofres imperiais, além da subvenção da província do Amazonas. (Brasil, 1867)

Esta companhia deveria iniciar os serviços seis meses após a aprovação dos estatutos, podendo haver uma prorrogação de mais seis meses mediante multa. As linhas de navegação seriam: 1ª, de Manaus à Santo Antônio (rio Madeira); 2ª de Manaus à Hyutanahan (rio Purus); e a 3ª, de Manaus à Santa Isabel (rio Negro). Após a primeira viagem redonda de cada uma destas linhas, a presidência do Amazonas, em acordo com a companhia, poderia designar os pontos de escala e solicitar autorização do Ministério da Agricultura. Também ficou estabelecido que a empresa já iniciaria os serviços realizando 12 viagens redondas nos rios Madeira e Purus e, no ano seguinte, passaria a realizar seis viagens redondas na linha do rio Negro. (Brasil, 1867)

Assim, em 1868, a empresa comandada por Amorim já deveria estar em funcionamento, contudo, a autorização para sua incorporação e a aprovação de seus estatutos só ocorreu em 1869. Sobre as dificuldades para organizar a empresa, o presidente do Amazonas, João Wilkens de Mattos, pontuou:

> É inegável a perseverança que tem tudo o empresário Amorim para desempenhar seus contratos. A quadra não podia ser menos favorável a uma empresa que dependia de transações na Inglaterra. A baixa do câmbio aumentou-lhes as dificuldades, ele, porém, vai vencendo-as e vem abrir concurso as imensas fontes de riqueza, que por aí se acham estagnadas. A província bem depressa reconhecerá o impulso que a sua indústria e o seu comércio vão receber dessa empresa. É digno de louvores o inteligente empresário, o sr. Alexandre Paulo de Brito Amorim". (Amazonas, 1869, p. 52)

Foi por meio do *Decreto n. 4.374.* Desta maneira, ficou estabelecido que a companhia seria denominada Companhia Fluvial do Alto Amazonas, com duração de 20 anos e com sede da gerência na cidade de Manaus, nos termos da *Lei Provincial n. 158, de 7 de outubro de 1866*. Além disso, os estatutos também tratavam sobre questões administrativas como capital, ações, assembleias, fundos e dividendos etc. (Brasil, 1869)

Organizada a Companhia Fluvial do Alto Amazonas, em 1869, Amorim contratou uma 4ª linha de navegação, de Manaus a Belém, por meio da *Lei provincial n. 184, de 19 de maio.* Para iniciar os serviços, chegaram ao porto de Manaus os vapores ***Madeira e Purus***, em 6 de abril e 2 de dezembro, respectivamente, ambos com capacidade de lotação absoluta de 800 toneladas e movidos por máquinas de 180 cavalos. Ainda neste ano foram realizadas viagens de estudos e percebidas dificuldades no fornecimento de lenha no rio Purus. Além disso, também ficaram definidos os pontos de escala e os preços das passagens. Uma viagem completa, na 1ª linha, de Manaus a Santo Antônio (rio Madeira), custava 100$000, na subida, e 80$000, na descida. Na 2ª linha, de Manaus a Hyutanahan (rio Purus), a passagem custava 125$000, na subida, e 100$000, na descida. (Amazonas, 1869) Dentre as principais mercadorias transportadas, era cobrado:

Tabela 1 – Valor pago por cada medida de peso por milha:

Produto	Medida de peso	Preço (réis) por milha
Goma elástica	Por cada arroba	1,28
Cacau	Por cada arroba	1
Castanha	Por cada alqueire	1,12
Óleo de copaíba	Por cada canada	1,28
Salsaparrilha	Por cada arroba	1,23
Pirarucu	Por cada arroba	1

Fonte: Amazonas, 1869 (adaptado)

Segundo o relatório da província do Amazonas, em 1870, a Companhia Fluvial do Alto Amazonas passou a realizar as viagens entre Manaus e Belém (4ª linha) de

forma extraordinária e manteve a regularidade do contrato nas linhas 1 e 2. Desta maneira, ocorreu o seguinte movimento de passageiros e mercadorias:

Tabela 2 - valores arrecadados nas passagens e fretes nas 1ª, 2ª e 4ª linhas.

Linha	Valores arrecadados nas passagens	Valores arrecadas nos fretes
1ª: Manaus à Santo Antônio	4:590$093 (204 passageiros)	21:800$576
2ª Manaus à Hyutanahan	2:590$000 (147 passageiros)	6:179$155
4ª Manaus à Belém	4:018$332 (97 passageiros)	27:127$725
Total	11:198$425 (448 passageiros)	55:107$456

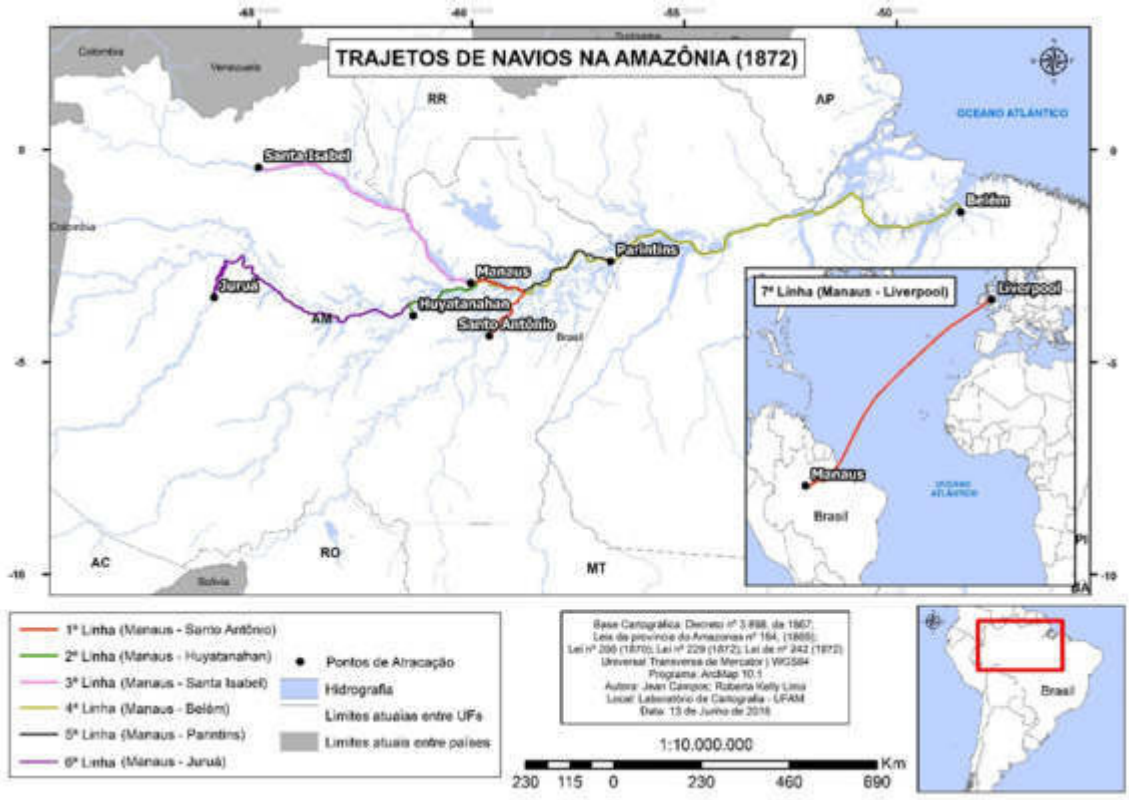
Fonte: Elaborado a partir de Amazonas, 1870.

Desse modo, a Companhia obteve nesse trimestre renda de 66:296$881 provenientes dos valores de fretes e passagens, o que indicou, segundo o presidente da província, João Wilkens de Mattos, "muito a seu favor". Ainda neste ano, o referido presidente noticiou a construção de mais dois, na Inglaterra, para a navegação dos rios Madeira, Purus e Negro. (Amazonas, 1870, p. 39) A fim de aumentar os seus serviços de navegação, a Companhia contratou com o governo local uma 5ª linha de navegação, de Manaus à Vila Bela (Parintins), por meio *Lei provincial n.200, de 05 de Maio.* (Amazonas, 1870)

Em 1871, o presidente do Amazonas, José Miranda da Silva Reis, noticiava que a Companhia Fluvial do Alto Amazonas, junto à Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, continuava a "cooperar ativamente para o progressivo engrandecimento da Província". Contudo, a Alto Amazonas apresentava dificuldades na pontualidade dos serviços devido um acidente envolvendo seu vapor ***Purus*** e o vapor ***Arary*** (da Companhia do Amazonas), no qual resultou na perda da vida de pessoas, bem como do vapor. Em razão disto, a inauguração das 3ª (Manaus à Santa Isabel) e 4ª (Manaus à Belém) linhas ocorreram somente neste ano, em 3 de janeiro e 11 de março, respectivamente. Já a 5ª linha (Manaus à Vila Bela) iniciaria seus serviços no futuro. (Amazonas, 1871, p. 16)

Para desempenhar seus serviços, a Alto Amazonas adquiriu os vapores ***Jamary, Arimã e Rio Branco.*** Contudo, a capacidade destes vapores não foi suficiente para operar com regularidade nas linhas de Santa Isabel e Vila Bela. Apesar desta irregularidade nos serviços, a província do Amazonas contratou, em 1872, mais duas linhas de navegação por meio das *Leis provinciais n.229 de 06 de maio de 1872 e n.242, de 27 de maio de 1872:* 6ª linha, de Manaus à Marary e Tefé (rio Juruá); e, a 7ª linha, de Manaus à Liverpool, na Inglaterra. (Amazonas, 1872; Amazonas 1873) Assim, os serviços de navegação contratados pela Companhia Fluvial do Alto Amazonas deveriam operar em 7 linhas em águas nacionais e internacionais, conforme demonstrado:

Figura 3 – Trajeto das 7 linhas de navegação previstas para a Companhia Fluvial do Alto Amazonas



Fonte: Brito, 2018, p. 92

Embora a Companhia do Alto Amazonas tenha expandido seus serviços desde 1869, em dezembro de 1873, ela reuniu assembleia que decidiu pelo pedido de

autorização para transferir seus direitos e obrigações para a empresa inglesa *Amazon Steam Ship Navigation Company Limited.* A Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, comandada por Mauá, já havia sido transferida em 1871. A autorização para fusão da Alto Amazonas com a empresa estrangeira veio por meio do *Decreto n. 5.575, de 21 de março de 1874,* e da *Lei provincial n. 285, de 27 de abril* do mesmo ano. (Brito 2018, p. 99)

Dentre os principais motivos para esta transferência, o presidente do Amazonas, Domingos Monteiro Peixoto, ressaltou em sua Fala à Assembleia que a empresa encontrava-se sem fundos de reserva e sem capitais a recolher e, por isso, estava sem condições de adquirir os vapores necessários para cumprir com as suas obrigações, assim, pontuava o referido presidente que "por que tal exigência nas condições precárias em que ela se acha, imporia o seu desaparecimento, e portanto uma liquidação forçada, da qual resultariam prejuízos ao fisco, e para os acionistas". (Amazonas, 1874, p. 54)

Considerações Finais

A Companhia Fluvial do Alto Amazonas foi criada num momento, segundo Santos (1980) e Weinstein (1993), em que havia o aumento da demanda pela navegação a vapor, em razão da exploração da borracha, como uma forma de complementar os serviços da já consolidada Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, que vinha atuado desde 1853. Além disso, sua autorização (1866) e incorporação (em 1869) ocorreu no período da efetiva abertura do rio Amazonas à navegação estrangeira, provocando discursos de urgência para a navegação dos outros grandes rios da província: o Madeira, o Purus e o Negro.

Vencendo a Companhia do Amazonas, Alexandre Paulo de Brito Amorim ficou responsável por organizar a empresa e estabelecer o diálogo com o governo imperial e a província do Amazonas, uma vez que receberia subvenção de ambos. Esperava-se que a Alto Amazonas contribuísse para movimentar o comércio e transitasse em lugares navegados apenas por embarcações menores. Amorim contratou 7 linhas de navegação, ambicionando, inclusive, uma linha de navegação de Manaus para Liverpool.

Apesar da expansão de seus serviços e dos resultados mencionados com animação pelos presidentes da província do Amazonas, no final de 1873, foi decidido pela assembleia da empresa que a Companhia Fluvial do Alto Amazonas deveria transferir seus direitos e obrigações para a companhia inglesa *Amazon Steam Navigation Company Limited*, que ocorreu de fato em 1874.

Pretendeu-se aqui reconstituir um breve histórico da Companhia do Alto Amazonas, desde sua criação até sua transferência, a fim de iluminar outras questões como sua contribuição para a exploração da borracha, no aumento do transporte das mercadorias, diálogos maiores entre empresários locais e o governo central, ações da província do Amazonas para a navegação de seus rios, entre outros. Destarte, também amplia os questionamentos sobre como procedeu empresa estrangeira para incorporar a empresa local (bem como a Companhia Paraense e do Amazonas).

A Alto Amazonas funcionou por cerca de quatro anos, pouco tempo se comparada à Companhia do Amazonas, mas é possível compreender que sua atuação na região também teve relevância econômica e política, uma vez que sua existência era de interesse tanto do governo central, quanto local, dadas as subvenções oferecidas a ela.

Diante do exposto, reafirma-se a importância de investigações sobre a atuação da Companhia Fluvial do Alto Amazonas para a expansão dos serviços de navegação pelos rios da província do Amazonas, para a movimentação da economia e para garantir a presença brasileira nesta região no momento da abertura do rio Amazonas à navegação estrangeira.

Fontes:

Legislação

AMAZONAS. Coleção de Leis da Província do Amazonas. *Lei n. 158, de 7 de Outubro de 1866: Autoriza o presidente da província a contratar com Alexandre Paulo de Brito Amorim, ou com outro qualquer, a incorporação de uma companhia de navegação a vapor nos rios Madeira, Purus, e Negro.*

AMAZONAS. *Coleção de Leis da Província do Amazonas. Lei n. 184, de 19 de maio de 1869: Fixa a despesa e orça a receita provincial para o futuro exercício de 1869-70; Lei n.200, de 05 de maio de 1870, Fixa a despesa e orça a receita provincial para o ano financeiro de 1870-1871.*

AMAZONAS. Coleção de Leis da Província do Amazonas. *Lei n.200, de 05 de maio de 1870, Fixa a despesa e orça a receita provincial para o ano financeiro de 1870-1871.*

AMAZONAS. *Coleção de Leis da Província do Amazonas. Lei n.229 de 06 de maio de 1872, Autoriza o presidente da província a contratar com a companhia fluvial do Alto Amazonas, uma 6ª linha de navegação a vapor para o rio Juruá.*

AMAZONAS. *Coleção de Leis da Província do Amazonas. Lei n.242 de 27 de maio de 1872, Autoriza o presidente da província a subvencionar qualquer companhia que estabelecer uma linha de navegação direta do estrangeiro a esta capital.*

AMAZONAS. Lei n. 285, de 27 de abril de 1874, *Aprova o ato da presidência permitindo*

à Companhia Fluvial do Alto Amazonas a transferir todos os seus contratos de navegação a vapor do Amazonas Limitada.

BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil. *Lei n. 1.245, de 28 de Junho de 1865. Fixa a despesa e orça a receita geral para o exercício de 1865-1866, e dá outras providências.* Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/legislacao. Acesso em 05/07/2022.

BRASIL, Coleção das Leis do Império do Brasil. *Decreto n. 3.898, de 22 de Junho de 1867: Aprova as cláusulas do contrato para a navegação a vapor nos rios Madeira, Purus e Negro.* https://www25.senado.leg.br/web/atividade/legislacao . Acesso em 05/07/2022

BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil . *Decreto n.4.374, de 25 de Maio de 1869: Autoriza a incorporação da Companhia Fluvial do Alto Amazonas e aprova os*

respectivos estatutos. Cf. Anexo A. https://www25.senado.leg.br/web/atividade/legislação . Acesso em 05/07/2022.

BRASIL. *Decreto n. 5.575, de 21 de Março de 1874: concede à Companhia Fluvial do Alto Amazonas autorização para transferir à Amazon Stram Navegation Company Limited todos os seus direitos e favores concedidos por lei, bem assim os respectivos encargos.* https://www25.senado.leg.br/web/atividade/legislação . Acesso em 07/07/2022.

Relatórios

AMAZONAS. *Relatório que em seguida ao do Exmo. Snr. Presidente da província do Pará, e em virtude dcircular de 11 de março de 1848, fez, sobre o estado da província do Amazonas, depois da instalação dela, e de haver tomado posse o seu 1.o presidente, o Exmo. Snr. João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha*. Amazonas, Typ. de M. da S. Ramos, 1852.

AMAZONAS. *Relatório com que o Exmo. Sr. Antônio Epaminondas de Mello entregou a administração da província do Amazonas ao Sr. Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, vice-presidente da mesma, em 24 de Junho de 1866*. Recife, Typ. Do Jornal do Recife, 1866.

AMAZONAS. *Relatório (província) vice-presidente Gustavo Adolpho Ramos Ferreira em 5 de setembro de 1866.* Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/164#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1511%2C-177%2C4988%2C3518. Acesso em 04/07/2022.

AMAZONAS. *Relatório com que o Exmo. Sr. Presidente da província do Amazonas, Tenente-Coronel João Wilkens de Mattos abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 04 de abril de 1869.* Manaus, Typ. Do Amazonas de Antonio da Cunha Mendes, 1869.

AMAZONAS. *Relatório lido pelo Exmo. Sr. Presidente da Província do Amazonas, Tenente-Coronel João Wilkens de Mattos, na sessão d'abertura da Assembleia Legislativa Provincial, a 25 de Março de 1870*. Manaus. Impresso na Typ. Do Amazonas de Antonio da Cunha Mendes, 1870.

AMAZONAS. *Relatório que a Assembleia Legislativa apresentou, no ato da abertura das sessões ordinárias de 1871, o presidente B.el José de Miranda da Silva Reis.* Impresso na Typ. Do Amazonas de Antonio da Cunha Mendes, 1871.

AMAZONAS. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas na primeira sessão da 11ª legislatura no dia 25 de março de 1872, pelo presidente da província o Exmo. Sr. General Dr. José Miranda da Silva Reis.* Manaus, impresso na Typ. De Gregório José de Moraes, 1872.

BRASIL. *Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário Manoel Pinto de Souza Dantas.* Typ. Perseverança, 1867.

Bibliografia:

BRITO, Roberta Kelly Lima de. Vapores de Mauá: *A Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas (1852-1871)*. Dissertação (Mestrado em História): Universidade Federal do Amazonas, 2018.

MORAES, Rinaldo Ribeiro. *A navegação regional como mecanismo de transformação da economia da borracha.* Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará, 2007.

GREGÓRIO, Vitor: O progresso a vapor: navegação e desenvolvimento na Amazônia do século XIX. *Nova Economia*. Belo Horizonte, v. 9, jan/abril, 2009, pp.185-212.

REIS, Arthur Cézar Ferreira. História do Amazonas. 2 ed. Belo Horizonte: Itatiaia: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História econômica da Amazônia: 1800-1920.* São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: HUCITEC, Editora da USP, 1993.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Sistema Speenhamland: a emergência social contra o senso comum na economia

Rodolpho Henrique de Sousa Sartori

José Ricardo Fucidji

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

Sistema Speenhamland: a emergência social contra o senso comum na economia

Speenhamland System: the social emergency against common sense in the economy

Rodolpho Henrique de Sousa Sartori [1]
José Ricardo Fucidji[2]

Resumo:

Esta pesquisa no âmbito de iniciação científica tem seu enfoque no período de 1795, com o início do Speenhamland System dentro do âmbito da Old Poor Law, até 1834 com a reforma da mesma lei, originando a New Poor Law. O conjunto legal caracterizado comumente como "Lei dos Pobres" tem importância ímpar na sociedade inglesa e na formação do capitalismo inglês, pois no período mais ativo da Revolução Industrial, segundo Polanyi, se configuram (primeiramente por meio das paróquias) formas de assistência à pobreza.

O rompimento promovido pelo novo sistema gerou debates entre economistas do período, opiniões controversas, se tornando tema quente do debate econômico da época e sendo relevante desde então. Portanto, para se compreender a formação do capitalismo inglês é de grande valor ter em mente a relevância da Lei dos Pobres e principalmente do ponto de inflexão decisivo: a instauração do Sistema Speenhamland.

Palavras-chave: Revolução Industrial; Lei dos Pobres; pobreza, economia política; pensamento econômico

[1] Instituto de Economia Unicamp Graduando em Ciência Econômicas.
[2] Professor do Instituto de Economia da UNICAMP.

Sistema Speenhamland: a emergência social contra o senso comum na economia

Abstract:

This research in the field of scientific initiation has its focus on the period from 1795, with the beginning of the Speenhamland System within the scope of the Old Poor Law, until 1834 with the reform of the same law, originating the New Poor Law. The legal set commonly characterized as the "Law of the Poor" has unique importance in English society and in the formation of English capitalism, since in the most active period of the Industrial Revolution, according to Polanyi, forms of assistance to poverty are configured (first through the parishes).

The disruption promoted by the new system generated debates among economists of the period, controversial opinions, becoming a hot topic of the economic debate at the time and being relevant since then. Therefore, in order to understand the formation of English capitalism, it is of great value to keep in mind the relevance of the Poor Law and especially the decisive inflection point: the establishment of the Speenhamland System.

Key words: Industrial Revolution; Poor Law; poverty, political economy; economic thought

***

Introdução

A "Antiga Lei Dos Pobres" não é uma lei única e sim um conjunto de leis que foi sendo estabelecido após 1601 e agora é tido como Old Poor Law. Tais leis, cunhadas no período elisabetano, estavam sob o código Tudor, o qual acreditava que os homens deveriam trabalhar (e forçados a tal se não o quisessem) ao salário ficado anual e localmente. Caso não tivessem condição de trabalhar ou se sustentar, eles seriam mantidos, educados, tratados em caso de doença e enterrados pela comunidade (no caso, a paróquia). Sendo assim, o código social provia, em termos modernos, uma política de produtividade (o trabalho forçado), uma política de preços e rendas, além de um sistema de seguridade social (HOBSBAWN; RUDÉ, 1969, p. 49; tradução nossa).

Entretanto, em 1795 a situação do tratamento passa por uma mudança histórica: se inicia o modelo Speenhamland. O Speenhamland Act foi um ato prático não documentado em lei que criou abonos monetários com base na tabela dos preços de pão.

É inegável que o Speenhamland System trouxe uma alteração no padrão de funcionamento do tratamento da pobreza, trazendo uma alternativa mais humanitária e menos utilitarista. O ato gerou o "direito de viver", ou seja, tirou a necessidade obrigatória de trabalho e contrariava os princípios das Leis Elisabetanas e dificultando a formação de um mercado de trabalho capitalista e do nexo do *homem econômico* (POLANYI, 2000, p. 101). Para alguns autores, além dos problemas morais no modelo e além da tese de Polanyi sobre atraso da formação capitalista, o sistema trouxe diminuição da produtividade no campo inglês.

Em 1832 a Comissão Real de Reformulação da Old Poor Law capitaneada por Nassau W. Senior e por Sir Edwin Chawdick estava motivada não apenas por econômicas, mas por questões morais, considerando que o sistema de abonos do período tinha efeito negativo à índole dos trabalhadores ingleses, favorecendo os ociosos (CROWTHER, 2017, p. 68). Por consequência desse raciocínio, as Workhouses

aprecem como como solução para o problema da pobreza na Inglaterra: os "pobres imorais" eram aqueles que aceitavam as condições insalubres das Casas de Trabalho (CROWTHER, 2017, p. 16).

Quadro 1 – O Conjunto de "Leis dos Pobres"

Lei	Ano
The 1601 Poor Relief act	1601
The Settlement Act	1662
The Knatchbull Act (The Workhouse Test Act)	1722-1723
Gilbert´s Act	1782
Sir William Young´s Amendment Act	1795
The Speenhamland System	1795
Sturges Bourne´s Acts	1818
Instalação de Comissão Real encarregada de propor alterações na Poor Law	1832
The New Poor Law	1834

Fonte: Elaboração própria, a partir do site <www.workhouses.org.uk>.

Desta tabela, é possível observar quão variadas eram as formas de tratamento da pobreza na Inglaterra, e entender a caracterização de Old Poor Law utilizada para demonstrar o período anterior ao ano de 1834, momento mo qual houve a reforma de tais leis.

Adam Smith, seus discípulos e o tratamento da pobreza

O Sistema Speenhamland gerou intensos debates na economia inglesa, se tornando pauta para os mais variados economistas, principalmente daqueles que se enquadravam no aspecto liberal e tidos como discípulos de Adam Smith. Dentre tais intelectuais, não necessariamente todos economistas, se destacam: Edmund Burke, William Pitt, Frederick Eden, Jeremy Bentham e Thomas Paine. Todos esses pensadores se englobavam dentro de um quadro com caráter bem político, e escreviam sobre economia e outros tópicos, como sociabilidade e moralidade. O tratamento da pobreza, portanto, foi abordado por todos estes em períodos próximos à criação do

Speenhamland Act e demonstram o teor do debate no período. Desta forma, agora serão elencadas pequenas demonstrações sobre o pensamento destes autores com base no livro "The Idea Of Poverty" de Gertrude Himmelfarb, especialmente o capítulo 3 : "An Odd Lot Of Disciples" para que ao final da sessão possam ser tirados algumas conclusões sobre o pensamento inglês do recorte temporal escolhido.

- **Autor 1: Edmund Burke**. Defendia que o trabalho não era um tópico para interferência governamental, observando o mesmo como mercadoria (HIMMELFARB, 1985, p.67). A concepção de trabalho como mercadoria já se demonstra distante do pensamento Smithano, afinal, para Adam Smith a caracterização de mercadoria era pelo fato dela ser gerada por trabalho. Partindo deste princípio Burke se posiciona contra as Leis dos Pobres e contra o Speenhamland Act, por diferenciar as categorias "trabalhador" e "pobre", pois para ele, o trabalhador empregado não estava em condições tão deploráveis e não merecia auxílios (HIMMELFARB, 1985, p.68; tradução nossa).
- **Autor 2: William Pitt.** Foi contra a criação de uma lei de salários mínimos, mas era defensor do alívio aos trabalhadores, elaborando até mesmo em 1796 um projeto que buscava unificar grande parte dos alívios: taxas de ajudas aos salários; abonos em família; dinheiro para compra de vacas ou para motivo digno; escolas de indústria para os filhos dos pobres; seguro contra a doença e velhice (HIMMELFARB, 1985, p.75; tradução nossa). Tal projeto não foi aprovado e recebeu amplas críticas de pensadores liberais, como Bentham e de Frederick Eden
- **Autor 3: Frederick Eden.** Eden via um papel do Estado, principalmente em tópicos de imoralidade, tópicos socias e religioso. Entretanto, em tópicos econômicos ele defendia que os indivíduos deveriam ser livres para perseguir seus próprios interesses. Dessa forma, ele criticou tanto o projeto de salário-mínimo quanto o projeto de ampliação dos alívios, defendido por Pitt, utilizando o mesmo argumento: minariam o esforço individual (HIMMELFARB, 1985, p.75; tradução nossa). Para ele, aqueles que tem condição de trabalhar não

deveriam ser aliviados, e para tal a lei deveria ser reformada e não extinguida (HIMMELFARB, 1985, p.76; tradução nossa).

Eden tenta algumas aproximações da distinção promovida por Burke, mas esta não se torna relevante em âmbito geral. Assim, ele classifica que pobres são uma classe que surgiu da emancipação de formas de trabalho escravistas, ou seja, derivada do surgimento da indústria e que não conseguiam trabalhar pelos mais variados motivos e, portanto, recebiam, corretamente, auxílio (HIMMELFARB, 1985, p.77; tradução nossa).

- **Autor 4: Jeremy Bentham.** Bentham, criador da tese do Panóptico, se definia como discípulo de Smith, mas o criticava por não ir tão longe com suas concepções liberais, como por exemplo o fato de Smith não defender o fim das Leis de Usura. Ele as considerava uma violação de comércio e favorecia formação de monopólios (HIMMELFARB, 1985, p.78; tradução nossa).

No caso da Lei dos Pobres, Bentham defendia a criação de uma instituição chamada Companhia Nacional de Caridade, no modelo da Companhia das Índias Orientais, uma sociedade anônima de caráter privado, mas com subsídio do governo. Tal empresa teria total controle sobre a situação dos pobres, iniciando com 250 casas industriais e 500.000 pessoas e depois (ao final de duas décadas) chegando nas 500 casas com 1.000.000 de pessoas. Cada casa, teria, portanto, 2000 quartos e seriam administradas por Governadores, com contratação aproximada de 10% da população a Inglaterra. O plano audacioso de Bentham, se mostrava ainda mais radical quando ele garante que com tal sistema, não deveriam mais existir auxílios. Quanto ao Speenhamland, ele propôs a trazer para o âmbito da Companhia e retirando do poder das paróquias (HIMMELFARB, 1985, p.79; tradução nossa).

Ademais, na questão de segurança psicológica, Bentham garante que os moradores não teriam “anseios insatisfeitos”, então condições materiais, felicidade ignorante e relações sexuais livres gerava uma “Utopia”, perfeita e aplicável. O próprio Bentham consegue identificar que sua proposta restringe a liberdade, mas entende que a liberdade tolhida será aquela “de fazer o mal” (HIMMELFARB, 1985, p.81; tradução

nossa). Não era apenas a privação de liberdade do público no geral, mas também e principalmente daqueles que não tem condições de se coordenarem na sociedade, para estes o efeito da privação da liberdade seria positivo, incluindo até mesmo o trabalho infantil.

- **Autor 5: Thomas Paine.** Paine, pós 1792 também passou a defender o fim das taxações sob os pobres, mas sabia que isso poderia implicar no fim da Lei dos Pobres. Ele defendia a criação de um orçamento social de por volta de 4 milhões de libras para atender a classe pobre como um todo (HIMMELFARB, 1985, p.86; tradução nossa). A segunda parte da proposta é uma reforma tributária, com a abolição das taxas sobre pobres e das taxas sob casas e janelas. Para tanto, seriam necessárias novas formas de receita e aqui a ideia era colocar impostos sobre posses fundiárias (HIMMELFARB, 1985, p.87; tradução nossa).

Além disso, Paine tinha severas críticas as guerras e as taxações, pois as via como forma de comércio da Monarquia e modo de subir impostos, trazendo mais receita aos cofres. Para ele, o excesso de impostos deixava as pessoas tristes, e também aumentava a miséria. A ideia não era transferir os impostos dos pobres aos ricos, mas sim da classe média para a aristocracia rural, pois quem realmente pagava mais impostos era a classe média e não os mais pobres (HIMMELFARB, 1985, p.88; tradução nossa). Destaca – se também que os impostos sobre consumo seriam mantidos, mas reduzidos aos poucos (HIMMELFARB, 1985, p.89; tradução nossa).

Agora, com todos os autores devidamente apresentados (de forma sintética), torna – se possível trazer algumas conclusões sobre qual era o sentido do pensamento inglês do período. Evidentemente todos estes autores se englobavam em uma vertente liberal, e curiosamente todos se consideravam discípulos de Adam Smith. Entretanto, todos os 5 divergem de Smith em algum ponto, além de serem extremamente divergentes entre si.

Burke era totalmente contrário a qualquer participação do Estado na economia, principalmente em âmbitos de mercado de trabalho; Pitt divergia menos de Smith, mas não mantém uma mesma visão de progresso consistente e se posiciona contrariamente a

salários mínimos; Eden, tal como Burke, não via razões para a participação estatal na economia; Bentham buscava soluções com caráter repressor à liberdade e com intuito do Estado se afastar da economia, buscando a criação até de empresas privadas para cuidar da questão da pobreza; Paine provavelmente é aquele que tem menores restrições às funções estatais na economia, porém é contrário à participação de órgãos do Estado no financiamento de educação pública.

Com tais noções claras, o objetivo deste tópico é demonstrar como o pensamento inglês do período não era conciso e como ele pode ter influenciado na reforma da Lei dos Pobres. A alteração na noção de pobreza, que a partir de 1834 passa a ser muito mais dura, deriva de pensamentos como dos autores apresentados, que de forma geral, não se sentiam confortáveis com pessoas em condição de trabalhar recebendo auxílio, defendendo que um modelo tão paternalista estimularia vagabundagem. Essa alteração cognitiva cria a Nova Lei dos Pobres com um caráter muito menos paternalista, reduzindo a imprestáveis e imorais aqueles que iam para as Workhouses.

Desta forma, tais pensadores conseguem englobar suas ideias em um âmbito bem mais subjetivo do que aplicado. Por não serem economistas, e sim políticos ou filósofos, não observam questões como: queda do salário real, piora em colheitas, aumento de custos, tamanho das famílias, alteração na remuneração nominal. Assim sendo, aparecem limitações na análise, que as tornam menos completas e com caráter mais ideológico, enquadrando os autores em uma esfera liberal, mas com preocupações bem mais morais do que propriamente econômicas, o que leva a um senso comum sobre o tratamento da pobreza.

Mark Blaug: Speenhamland acabou com a produtividade?

Evidentemente o Speenhamland Act trouxe alterações ao *modus – operandi* da economia rural inglesa, pois a partir do momento que o trabalho deixou de ser obrigatório para se ter renda, surge o debate: não haverá queda na produtividade no campo? Polanyi, por exemplo, considera que o Speenhamland System apenas provocou evasão do trabalho, desculpa para inadequação e aumentou o pauperismo (POLANYI, 2000, p. 123). Aqui percebe-se uma visão que fica em defesa da noção de queda da

produtividade no campo, mas não existem dados que comprovem essa análise, apenas uma noção que ajuda a formular a tese do autor de que o sistema provocou retardamento da formação do mercado capitalista.

Mark Blaug se opõe diretamente a essas noções, defendendo que não como ter tais opiniões utilizando dados do período. Isso significa que ele não concorda com alguns pontos que foram os aqueles principais apresentados no relatório que promoveu a alteração da Antiga para a Nova Lei dos Pobres. Dentre tais argumentos se destacam: desmoralização dos pobres; queda da produtividade no campo; aumentou populacional; redução de salários e aluguéis; aumento para aqueles que os pagavam; desaparecimento dos pequenos proprietários (*Yeomanry*).

> "Mas foi um exagero grosseiro que levou os reformadores de 1834 a caracterizar a Antiga Lei dos Pobres como "uma recompensa pela indolência e vício" e "um sistema universal de pauperismo". Apenas uma análise teórica incompleta do funcionamento da política da Speenhamland e um exame superficial dos fatos poderiam ter produzido uma interpretação tão unilateral. O endosso contínuo do Relatório de 1834 distorceu seriamente a história da Revolução Industrial na Grã-Bretanha. A Antiga Lei dos Pobres tentava manter a renda real dos trabalhadores amarrando os salários ao custo de vida; forneceu compensação de desemprego em conjunto com um esquema para promover o emprego privado; e associou ambos a um plano de dotação familiar. Nem sempre se percebe que o tipo de argumento usado para condenar a Antiga Lei dos Pobres per se condenaria igualmente a maioria das leis de bem-estar social modernas." (BLAUG, 1963, p.152; tradução nossa).

Ao longo do artigo o professor busca demonstrar que tais resultados encontrados pelos comissários em 1832 foram incorretos e não necessariamente baseadas em dados. Na realidade, ele observa algumas análises com alto teor ideológico e até mesmo sem condições de serem levadas a sério. Por meio da pesquisa histórica, ele busca fugir de generalizações como: todos os auxílios eram iguais ou que o auxílio era sempre alto, tirando a necessidade de trabalho. Com isso, ele demonstra que os auxílios eram diferentes, seus valores flutuavam e geralmente eram superiores em momentos de colheitas negativas, o que garantia subida de preços dos produtos agrícolas e diminuía o poder de compra dos trabalhadores.

> "Os gastos com ajuda aumentavam quando as colheitas eram pobres, mas nessas épocas a renda dos agricultores era máxima. Por outro lado, quando foram espremidos pela queda dos preços e aumento dos salários em consequência de uma boa colheita, a pressão sobre as taxas foi mínima. Em

> outras palavras, os gastos com ajuda aos pobres flutuavam com a renda dos agricultores. Não é à toa que ouvimos mais reclamações sobre "os fardos onerosos das taxas pobres" em anos em que o clima inclemente produziu "prosperidade agrícola"!" (BLAUG, 1963, p.155.156; tradução nossa).

Desta forma, por meio de noções estatísticas e até econométricas, Blaug coloca um contraponto ao entendimento corrente de que o Speenhamland diminuiu a produtividade. Para ele, os acréscimos de renda tiveram papel complementar, servindo para garantir sobrevivência para os paroquianos nos momentos de colheitas ruins nas quais os aumentos de preço eram comuns. Diferentemente dos economistas representantes do conselho de 1832, ele discorda de que o sistema foi "um prêmio para a indolência".

Conclusões

A partir da primeira parte, na qual buscou – se expor o pensamento dos autores contemporâneos à criação do Speenhamland Act, nota – se uma visão muito mais conservadora e pouco embasada sobre os modelos de tratamento a pobreza. Alguns autores até defendem a manutenção, mas em geral, todos promovem críticas à questões morais, como a ideia de que os auxílios minam o esforço individual ou "beneficiam os vagabundos". Essa visão demonstra ser a comum dentre a grande maioria dos autores e não atoa em 1834 a Reforma da Lei dos Pobres torna o tratamento da pobreza algo muito mais duro: aqueles que não iriam trabalhar, seriam explorados em casas de trabalho como modo de compensar sua falta de índole.

Já Blaug, na década de 1960, defende que é impossível afirmar tamanhos absurdos sobre o tratamento da pobreza. Os auxílios, e principalmente o Speenhamland System, foram úteis para garantir um padrão de vida mínimo para a população inglesa do campo. Essa ruptura é marcante pois destoa de posições de outros grandes autores como Polanyi.

Portanto, até agora, durante o andamento da pesquisa podemos afirmar que havia grande teor de senso comum e ideologia nas visões dos autores dos séculos XVIII e XIX. Evidentemente é necessário contextualizar que eles tinham menos instrumentos para formular suas teses, mas é importante salientar de forma crítica o quão

tendenciosas e economicistas algumas análises podem ser e por consequência terem a capacidade de encobrir a realidade. Como a pesquisa de iniciação científica está em andamento, é impossível afirmar que essa conclusão será a final, mas por enquanto necessário destacar o quão incoerentes eram as defesas dos autores contemporâneos ao recorte da pesquisa.

Bibliografia:

BLAUG, M. "The myth of the old poor law and the making of the new". *Journal of Economic History*, v. 23, n. 2, p.151-184, jun. 1963.

CROWTHER, M. A. The workhouse system 1834-1929: the history of an English social institution. Londres: Routledge, 2017 [1981].

HIMMELFARB, G. The idea of poverty: England in the early industrial age. Nova York: Vintage Books, 1985.

HOBSBAWN, E. J.; RUDÉ, G. Capitão Swing: a expansão capitalista e as revoltas rurais na Inglaterra do início do século XIX. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982 [1969].

POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época.* 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000 [1944].

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

A CLT COMO INSTRUMENTO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Samuel Nascimento Galiego

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

A CLT COMO INSTRUMENTO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

THE CLT (CONSOLIDATION OF LABOR LAWS) AS A INSTRUMENT FOR CAPITAL ACCUMULATION AND INDUSTRIAL DEVELOPMENT)

Samuel Nascimento Galiego[1]

Resumo

O presente artigo pretende compreender a partir da origem da CLT, durante o período do chamado Estado Novo, a intencionalidade desta medida enquanto alavanca para o novo padrão de acumulação urbano-industrial projetado para o Brasil. A CLT se configura como conjunto de diversas leis e normas trabalhistas que vinham sendo promulgadas desde o início dos anos 30, sendo que as lutas pela implementação de um código de regulação do trabalho datam do final do século XIX. Não obstante, a CLT enquadra tais artigos nos marcos da ordem positivista de harmonia entre os agentes sociais, de modo que a medida buscou tutelar a organização autônoma dos trabalhadores, disciplinando o conflito entre capital e trabalho nas instâncias de Estado, ao passo que oferecia como contrapartida uma série de direitos e garantias de proteção a uma parte dos trabalhadores, nos marcos de uma nova proposta de arranjo social voltado para modernização nacional e integração social a partir da égide do Estado. A CLT promove intencionalmente a organização da questão trabalhista nos marcos de um modelo de acumulação industrial com incorporação da classe trabalhadora enquanto elemento relevante do projeto varguista denominado de Democracia Social.

[1] Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, Universidade Federal de São Paulo, Osasco, São Paulo, Brasil.

Palavras-chave: CLT, acumulação, trabalhadores, intencionalidade, normas. Abstract

Abstract

The research paper intends to understand from the origin of the CLT, during the period of the so-called Estado Novo, the intention of this measure as a lever for the new pattern of urban-industrial accumulation projected for Brazil. The CLT is configured as a set of several labor laws and regulations that had been enacted since the early 1930s, and the struggles for the implementation of a labor regulation code date back to the end of the 19th century. Nevertheless, the CLT fits such articles within the framework of the positivist order of harmony between social agents, so that the measure sought to protect the autonomous organization of workers, disciplining the conflict between capital and work in State bodies, while offering as In return, a series of rights and guarantees of protection for part of the workers, within the framework of a new proposal for a social arrangement aimed at national modernization and social integration under the aegis of the State. The CLT intentionally promotes the organization of the labor issue within the framework of a model of industrial accumulation with the incorporation of the working class as a relevant element of the Vargas project called Social Democracy.

Keywords: CLT, accumulation, workers, intentionality, norms.

***

INTRODUÇÃO

Este texto, excerto ainda bastante inicial de uma pesquisa em curso, objetiva enquadrar, analisar e compreender a relevância da Consolidação da Leis do Trabalho (CLT), que entrou em vigor a partir do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, enquanto uma intencional intervenção legal e institucional para a viabilização de uma nova modalidade de acumulação capitalista, desencadeada a partir dos anos 1930, de caráter urbano-industrial, que se contrapunha à existente anteriormente, que se caracterizava enquanto um padrão primário-exportador de acumulação.

Parte, por isso, do princípio que a CLT estava inserida no interior de um amplo conjunto de instituições[2], conscientemente constituídas com o objetivo de impulsionar a industrialização e a modernização do Estado, consubstanciando os principais aspectos da legislação trabalhista e sendo promovida como via de acesso à nova cidadania. Neste sentido, este trabalho texto tem como foco o primeiro período Vargas (1930-1945), principalmente a etapa compreendida entre 1937 e 1945, ou seja, durante o chamado Estado Novo e, no interior desse período, principalmente entre dezembro de 1941 e outubro de 1945, quando o Ministério do Trabalho encontrava-se sob a responsabilidade de Alexandre Marcondes Filho.

A aproximação da ideia acima expressa pode alcançar fortes evidencias se partirmos dos seguintes questionamentos:

a) a CLT se configura em uma premissa para o desenvolvimento industrial e sua necessária acumulação ou é apenas uma consequência da mudança do eixo dinâmico da economia para o setor industrializado?

[2] Entendemos instituições no sentido expresso por Fonseca, o exame destas permite que sejam identificadas intenções "porquanto resultam de atos deliberados, que precisam ser materialmente expressos não só 'fisicamente' (caso de órgãos, institutos, ministérios, associações) como pela escrita (caso de leis, códigos e alguns símbolos) como pela linguagem oral (caso de discursos e entrevistas, por exemplo)." (FONSECA, 2012, p. 160)

b) Sendo mera consequência do processo de desenvolvimento socioeconômico poderia ser uma ferramenta dispensável e até um obstáculo como colocam seus críticos[3]?

A proposta de pesquisa, sistematizada neste texto, ora apresentado, entende que as respostas apontam para o caráter intencional da CLT enquanto elemento central para o favorecimento e a organização do processo de acumulação necessário ao desenvolvimento industrial, bem como para a tentativa de o controle das tensões e atritos resultantes de tal processo.

De modo que se compreende que a CLT se configurou em uma necessidade e, ao mesmo tempo, como salvaguarda e elemento de impulsionamento de um projeto de desenvolvimento urbano-industrial que necessitava integrar classes, frações de classe e diversos outros contingentes da sociedade e que não poderia, apenas, continuar reproduzindo disparidades e concentração de renda**.**

Assim, este trabalho, além desta breve introdução se divide em três seções.

A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO (CLT): CARACTERIZAÇÃO GERAL DE SEUS OBJETIVOS E RAZÕES DA PESQUISA

A CLT enquanto conjunto de leis trabalhistas intencionalmente concebido por um governo que tinha a industrialização nacional como objetivo a ser alcançado, cumpriu o papel de instrumento voltado a favorecer a acumulação necessária à indústria por meio de mecanismos que, simultaneamente, buscavam tutelar a classe trabalhadora e, de certa forma, controlar o mercado de trabalho, mas também procurava proporcionar contrapartidas aos trabalhadores. Procurando, assim, promover uma distensão na questão social e arbitrar as disputas entre capital e trabalho integrando-as no seio do Estado, ou

[3] Entre os críticos, entendemos o conjunto vinculado à ortodoxia liberal, que vão desde os industriais nas décadas de 30 e 40, influenciados pelo ideal de corte fordista, até os entusiastas da reforma trabalhista atualmente, devido ao espaço apontamos um aspecto geral presente na maioria destas: a elevação do custo da mão de obra, que levaria a queda da taxa de acumulação, queda do investimento e encarecimento de preços.

seja, favorecendo os objetivos pleiteados pelo governo, pela fração industrial da burguesia e, ao mesmo tempo, incorporando os trabalhadores na construção do Estado-Nacional, reconhecendo, mesmo que de forma subordinada, a sua participação na construção de um novo padrão de acumulação capitalista e de uma nova sociedade de feições urbanas e industriais.

Conferia, assim, certa margem de segurança aos setores vinculados ao capital industrial, mas também às frações do capital agrário e mercantil, haja vista que a CLT não foi estendida ao campo durante o período de sua implementação, em 1943, tal processo somente ocorreu duas décadas depois**.**

Procuramos ressaltar também como este conjunto de leis e medidas ultrapassou o âmbito econômico e se colocou para a classe trabalhadora brasileira, em particular para os operários e demais trabalhadores urbanos, como um estatuto social e pacto de inclusão à nova ordem ratificando relações entre Estado e cidadão nos marcos do trabalho como ato de cidadania, onde o primeiro oferecia benefícios e os segundos obediência política. Contudo, isto não representava necessariamente a passividade total dos trabalhadores, uma vez que estes só obedeciam mediante o reconhecimento de seus interesses (GOMES, 2005).

Embora a CLT não tenha sido estendida inicialmente à totalidade dos trabalhadores, suas medidas introduziram uma nova referência para o conjunto da classe trabalhadora, que passou a julgar suas condições a partir dos direitos e premissas definidas pela legislação trabalhista (CARDOSO, 2010).

Neste sentido, o estudo justifica-se como uma contribuição no debate sobre a natureza da CLT a partir da compreensão de sua origem, inserida em um projeto de industrialização nacional que aspirava a transformação do Brasil, no interior da chamada divisão internacional do trabalho, bem como do seu papel no desenvolvimento econômico, social e no mercado de trabalho nacional, e que entendemos como positivo, a despeito de suas contrapartidas com vistas a acumulação de capital via tutela da força de trabalho.

Apesar de muitos de seus críticos a definirem como obstáculo para o desenvolvimento econômico e um empecilho para geração de empregos, pretendemos argumentar que tal medida foi concebida intencionalmente como premissa para o impulso nacional-desenvolvimentista que estabeleceu as bases da modernização do Estado Brasileiro, a partir da expansão do mercado interno, industrialização e da incorporação da classe trabalhadora, realizando a transição do modelo de acumulação por espoliação pura e simples, vigente na República Velha, para um modelo onde tal processo ocorre junto com a incorporação de contingentes populares ao Estado, promovendo simultaneamente a mudança do centro dinâmico da economia e o deslocamento da questão social para além do caso de polícia. Compreendemos, pois, que a CLT ainda conserva estas potencialidades econômicas e sociais.

O referencial teórico da pesquisa está centrado em Fonseca (2003), que identifica na formação das instituições de Estado, durante os anos de 1930-45, o indicativo da intencionalidade do governo em estabelecer uma política ou projeto nacional de caráter industrializante.

Notoriamente boa parte das instituições formatadas no período estão vinculadas de forma direta ou indireta à indústria, é o caso do Ministério do Trabalho, Industria e Comércio, que irá conceber a CLT; do Instituto Nacional do Açúcar e do Álcool, da Fábrica Nacional de Motores, do Conselho Nacional de Ferrovias, do Conselho Nacional do Petróleo, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, da Companhia Siderúrgica Nacional, da SUMOC, entre outros**.**

INSTITUIÇÕES, VOLTADAS A FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CRIADAS NO 1º. GOVERNO VARGAS

Número	Órgão Criado

	1930
1	Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.
	1933
2	Departamento Nacional do Trabalho
3	Instituto do Açúcar e do Álcool - IAA
	1934
4	Conselho Federal de Comércio Exterior – CFCE
5	Plano Geral de Viação Nacional
6	Comissão de Similares
	1937
7	Conselho Técnico de Economia e Finanças
	Após o Estado Novo
	1938
8	Conselho Nacional do Petróleo – CNP
9	Departamento Administrativo do Serviço Público
10	Instituto Nacional do Mate
11	Instituto Nacional de Estatísticas – Futuro IBGE
12	Conselho de Colonização e Imigração – CIC
	1939
13	Plano Nacional de obras públicas e Aparelhamento de defesa

14	Conselho de Águas e energia
	1940
15	Comissão de defesa Nacional
16	Instituto Nacional do Sal
17	Fábrica Nacional de Motores
18	Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional
	1941
19	Companhia Siderúrgica Nacional
20	Instituto Nacional do Pinho
21	Comissão de Combustíveis e Lubrificantes
22	Conselho Nacional de Ferrovias
	1942
23	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI
24	Banco de Crédito da Borracha
25	Comissão do Vale do Rio Doce
	1943
26	Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT
27	Companhia Nacional de Álcalis
28	Comissão de Financiamento da Produção
29	Coordenação de Mobilização Econômica

30	Fundação Brasil Central
31	Serviço Social da Indústria - SESI
32	Plano Nacional de Obras e Equipamentos
	1944
33	Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial
34	Serviço Nacional do Trigo
35	Instituto Nacional do Pinho (reorganização)
36	Comissão de Planejamento Econômico
	1945
37	Superintendência da Moeda e do Crédito - SUMOC

Fontes: FONSECA, Pedro Cezar Dutra da. Vargas: o capitalismo em construção. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.144 e NASCIMENTO, Benedicto Heloiz. A ordem nacionalista brasileira. São Paulo: Humanitas, 2002, p. 84-94.

Neste sentido compreendemos que este conjunto sintetiza aquilo que Draibre (1985) classificou como "ossatura material" do novo Estado, vendo no Departamento Administrativo do Serviço Público, DASP, o núcleo da burocracia profissional responsável pela organização racional da estrutura administrativa.

> Não seria, entretanto, com a ação de um organismo como o Dasp, que se introduziria uma nova racionalidade no processo de expansão e centralização do Estado no período, mas por meio da própria natureza dos novos órgãos criados. No que diz respeito ao aparelho econômico, a característica mais importante residiu no fato de que ele foi progressivamente dotado de instrumentos adequados para gerar políticas com alto grau de generalidade, expressas como “políticas de Estado” e “para toda Nação” (Draibe, 1985, p. 77)

Tal ossatura se fortaleceu e não era fruto do acaso ou simplesmente do voluntarismo varguista, mas de uma estratégia bem definida, onde Vargas

> compreendeu que o Brasil precisava constituir-se como verdadeira Nação e definir uma estratégia nacional de desenvolvimento; compreendeu que essa estratégia implicava a formação de um grande pacto político nacional e a rejeição dos conselhos que vinham do Norte (Bresser-Pereira, 2011, p.98).

A CLT se insere nestes marcos, durante a década de 1940, sintetizando diversas medidas políticas e sociais do período que antecedeu sua aprovação a partir do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, segundo Draibe (1985) este Ministério e seus departamentos técnicos irão estabelecer as bases da regulação das relações de trabalho, o resultado mais notório é a "estatização" da luta de classe.

Neste sentido, a CLT é o produto final de uma série de medidas que incorporaram dentro das instâncias de Estado um aspecto relevante da questão social, antes entendida apenas como caso de polícia. Isto ocorria em uma perspectiva que simultaneamente reconhecia direitos aos trabalhadores, mas também tutelava sua organização.

Nesta nova configuração política o Estado se coloca à frente da Economia e Sociedade como principal agente de estímulo ao desenvolvimento, termo equivalente ao progresso no pensamento positivista, matriz da qual Vargas era oriundo (Fonseca, 2012).

Inserida nos marcos da necessidade da industrialização, a CLT assim como todo conjunto de políticas sociais e trabalhistas do período serão difundidas pelo aparato ideológico do Estado como algo mais amplo que simplesmente medidas econômicas e de modernização. Serão apresentadas como novo conjunto de relações culturais e morais.

A CLT COMO PASSAPORTE PARA A DEMOCRACIA SOCIAL E FERRAMENTA PARA ACUMULAÇÃO

A responsabilidade na construção desta perspectiva junto aos trabalhadores ficará a cargo de uma série de instituições, além dos sindicatos tutelados pelo Estado. Porém, é importante destacar duas iniciativas vinculadas ao campo da produção intelectual e cultural e, ao mesmo tempo, da propaganda: A Revista Cultura Política, lançada em março de 1941, e as palestras do ministro do trabalho Alexandre Marcondes Filho no

programa Hora do Brasil, a partir de janeiro de 1942. A publicação e o programa de rádio colocarão para a sociedade os objetivos, realizações e relações que definem a construção que o governo almeja: a Democracia Social.

Embora possa parecer contraditória a intenção de construir um modelo democrático a partir de um arranjo ditatorial como era o do Estado Novo, é válido ressaltar que os intelectuais vinculados ao governo e responsáveis pela difusão das suas propostas compreendiam que a defesa da democracia e sua manutenção estavam centradas na integração à vida popular, no respeito ao trabalho e na valorização do homem, não em formas políticas (GOMES, 2005).

A Revista Cultura Política teve em seu conteúdo e em seus objetivos a construção do ideário da Democracia Social, na qual o trabalho foi colocado enquanto elemento central e de vinculação a essa nova forma política, assentada em *"uma autêntica representação, na qual forças ativas da sociedade, concretizadas nas corporações organizadas, exerçam a sua função natural e legítima de atuação no Estado e na orientação dos destinos da nacionalidade"* (Amaral, 1941, p. 168). Aqui por forças ativas é possível inferir que se trata daquelas vinculadas ao mundo do trabalho, e as corporações organizadas são sindicatos e federações patronais.

No caso das palestras do Ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho, que ocupavam o programa de rádio "A Hora do Brasil" e tinham como propósito a difusão da legislação social trabalhista, Marcondes procurava apontar a legislação como fruto da clarividência do governo Vargas, mas também como patrimônio do trabalhador e da nação (Gomes, 2005).

Tanto nas palestras quanto nos documentos internos do Ministério do Trabalho, Marcondes Filho procura colocar a necessidade de se reconhecer a interdependência dos elementos da produção, distribuição e consumo, pois o benefício do trabalhador pressupõe a prosperidade da indústria e comércio o que depende, em grande parte do capital (Marcondes Filho, 1942).

O ministro cumpria um papel fundamental na condição de interlocutor e interprete, e ao cumpri-lo também colaborava com o estabelecimento da dimensão escrita e oral que constituem as instituições, e, no caso do Estado Novo, no interior de um marco pautado pela já citada harmonia entre Capital e Trabalho

> Vivemos, pois, uma época de transformações sociais, que farão surgir após a guerra, um mundo diferente. Mas os dias futuros não nos causarão apreensões. No mundo de amanhã terá o Brasil um lugar de relevo, sobretudo como um exemplo de paz, de harmonia entre o capital e o trabalho, de entendimento entre governantes e governados. É tudo isso que simboliza o anteprojeto de Consolidação que o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio teve a honra de entregar, outro dia, ao instaurador da Justiça Social no Brasil. (Marcondes Filho, 1943, p. 259)

No caso da CLT, isto se manifesta em seu caráter de seguridade e de vigilância: ao mesmo tempo que aponta os direitos também expõe a trajetória do cidadão enquanto trabalhador; oferece amparo, mas também a tutela sindical; é um passaporte para a Democracia Social, mas também é ficha disciplinar da força de trabalho. O Estado que implementa a CLT também operava em caráter dual, combinando coerção e manipulação do consenso numa via corporativa (Vianna, 1976). Inclusive nas palestras do então Ministro do Trabalho tais características da legislação trabalhista eram expressas como um esforço pela conciliação e exigência da coletividade para o desenvolvimento brasileiro.

> […] porque dentro dela não estavam apenas leis, decretos e regulamentos, mas a capacidade construtiva, a força de obediência e o espírito de ordem com que o proletariado soubera entender bem o que lhe fôra outorgado e cumprir os deveres que a lei lhe impusera. (Marcondes Filho, 1943, p. 259)

Tanto “a força de obediência” como o “espírito de ordem”, apontados por Marcondes Filho, não eram características inatas do proletariado brasileiro, e também não eram frutos de um consentimento unanime, se esses ocorreram, como colocados pelo ministro, foram resultados do conjunto composto por consenso e coerção, manifesto na legislação trabalhista, tal conjunto sempre favorecia, em última instância, a acumulação de capital, haja visto que qualquer questionamento não representaria uma afronta apenas diante da legislação, mas uma ameaça às aspirações sociais e nacionais, neste sentido

> […] ao estabelecer a legislação social o governo não só legalizou os conflitos, mas redefiniu-os – e, com isso legitimou a própria repressão. Desta forma, a verdade nua e crua da luta de classes na República Velha começava a ser negada pelo discurso e pela prática política de Vargas: assim, quem nelas persistisse tornava-se elemento "antinacional" e "antissocial", e, com isso, justificava o uso da repressão sobre si. (Fonseca, 2014, p. 243)

Ainda nesta lógica, podemos apontar a função do salário mínimo, implementado em 1940, mas ratificado pela CLT, em 1943, o Estado definia um valor mínimo supostamente baseado na subsistência de uma família operária, mas o valor nominal se mostrou abaixo do patamar, variando em cada região do país, sendo o Distrito Federal (cidade do Rio de Janeiro) com o valor mais alto, 240 mil réis; no sentido oposto, cidades interioranas do Norte e Nordeste registraram o valor nominal na casa de 90 mil réis; e em São Paulo o salário estava fixado na casa dos 220,6 mil reis (Cardoso, 2010).

O salário mínimo permitiu um cálculo empresarial nivelado por baixo, onde trabalhadores especializados eram aviltados no mesmo patamar de trabalhadores não-qualificados, este denominador comum beneficiou a acumulação industrial, de modo que se o salário fosse determinado por um mercado do livre, com concorrência teoricamente perfeita, o salário de categorias especializadas poderia subir (Oliveira, 2011). Desse modo, *"a regulamentação das leis do trabalho operou a reconversão de um denominador comum de todas as categorias, com que, antes de prejudicar a acumulação, beneficiou-a*" (Oliveira, 2011, p. 39).

Apesar dos baixos patamares, a implementação do salário mínimo representou uma referência para determinados setores da economia urbana, obviamente quando era adotado pelos empregadores, porém ele não se colocava como remuneração mínima, mas enquanto valor de teto (Cardoso, 2010). Deste modo, parte da força de trabalho que vivia com valor abaixo do mínimo fixado passou a ter maiores possibilidades de incremento de sua renda e inserção no mercado interno, enquanto segmentos especializados viam parte de seus ganhos se dissiparem. Logo o setor industrial acumulava duplamente, pelo

consumo dos trabalhadores não especializados e pelo aviltamento dos salários em setores mais qualificados. Segundo Vianna (1976, p. 239), "*Nas fábricas, a depreciação da força de trabalho incrementava as taxas de acumulação. Fora delas, com a elevação do padrão de vida do conjunto das classes subordinadas, se conspirava para realização do mesmo capital"*.

A CLT será o símbolo do acesso a uma nova era onde os direitos e regulações estão dados e, ainda que não sejam plenamente estendidos, podem ser alcançados, embora as dificuldades para obter o registro pudessem ser grandes, ele estava ali como uma possibilidade e como uma promessa (Cardoso, 2010).

Segundo Gomes (2005, p. 229): "Ser cidadão - integrar o mundo definido como da política - era pertencer a uma totalidade econômica (trabalhar = produzir riquezas); jurídica (possuir carteira de trabalho); e moral (compreender o trabalho como um dever/direito)". Dentro desta perspectiva, embora a CLT não tenha sido estendida para a totalidade dos trabalhadores e tivesse seus limites em relação a articulação política da classe operária, ela irá ajudar a criar um referencial para as exigências mesmo daqueles que não gozavam de sua cobertura, de modo que medidas e direitos por ela estipulados "tornaram-se parâmetros que passaram a operar, também, em segmentos do mercado assalariado informal, no âmbito de acordos tácitos entre empregadores informais e assalariados sem carteira, que tomavam esses direitos como justos" (Cardoso, 2010, p. 799).

Ainda que este período tenha instituído políticas de reconhecimento e suporte aos trabalhadores como nunca ocorrera antes, este era um elemento e não o fulcro do governo, cujo horizonte principal era a acumulação industrial. Não obstante, os trabalhadores seriam incorporados neste processo, diferentemente do período da Primeira República onde não se reconhecia o valor do trabalho e do trabalhador, tampouco a relação entre trabalho e riqueza (Ferreira, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi desenvolvido até aqui, não é incorreto apontar que a legislação social trabalhista, cuja maior expressão é a CLT, seja entendida enquanto privilégio, dado que não foi estendida igualmente para todos os trabalhadores, mas apenas para aqueles enquadrados na estrutura sindical do corporativismo de Estado (Carvalho, 2016). A estrutura sindical já mencionada não se colocava como representação dos trabalhadores, mas como uma agência de colaboração assentada em uma ordem legal voltada para disciplina do mercado de trabalho (Vianna,1976).

O controle da força de trabalho incorporada na estrutura corporativista construída pelo governo Vargas é uma evidência da prioridade que a acumulação capitalista industrial possuía neste arranjo, a tal controle podemos somar o largo espaço para presença e influência dos empregadores e seus porta-vozes nas instituições, conselhos e institutos enquanto aos empregados havia a tutela e unicidade. Todavia isto não impediu o reconhecimento, pela primeira vez no Brasil, de suas associações e direitos sociais garantidos por lei (Gomes, 2012).

O sindicalismo corporativista é compreendido como um grande agente desmobilizador da classe trabalhadora industrial e urbana, impedindo sua organização política e possibilidades para além daquelas previstas na legislação trabalhista social e seu estatuto, a CLT. Contudo, é importante ressaltar que assim como a matriz econômica do Brasil passava por um processo de transição, a classe trabalhadora também vinha adquirindo novas configurações com a chegada de contingentes oriundos do campo, diante de leis que favoreciam a inserção do trabalhador nacional em prejuízo do imigrante estrangeiro (de onde provinha parte das antigas lideranças sindicais), e um aumento da heterogeneidade na composição da classe operária, de modo que segundo Almeida (1973) citada por Draibe (1985, p. 93) é incorreto *"atribuir à intervenção governamental, nas relações de trabalho, e particularmente à imposição de uma pauta corporativista de organização, tão somente o papel de elemento desorganizador das classes subalternas, como se estas já estivessem previamente estruturadas no campo sindical e político"*.

Embora se colocasse como um projeto que buscava a modernização por uma via conservadora e fora do cânone da democracia liberal, a proposta varguista representou também o chamado aos trabalhadores participarem do processo político de alguma forma (Bresser- Pereira, 2012). A despeito do horizonte se fixar no desenvolvimento nacional identificado com a industrialização e sua necessária acumulação de capital, procurou realizar esta última a partir da incorporação da questão social junto ao Estado e não a tornando inconstitucional como se fez em 1891, ainda que mantendo certo grau de repressão. Neste processo a CLT cumpriu um papel funcional e deliberado de assegurar a harmonia e equilíbrio entre capital e trabalho, se colocando como premissa necessária para regulação de um modelo que apesar de assentar-se no capital busca oferecer contrapartida e reconhecimento ao trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Azevedo. Cultura Política, Revista Mensal de Estudos Brasileiros, n°1. Rio de Janeiro. CPDOC-FGV

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. Getúlio Vargas: o estadista, a nação e a democracia. A Era Vargas: Desenvolvimentismo, economia e sociedade. Pedro Paulo Zahluth Bastos/ Pedro Cezar Dutra Fonseca (orgs.). 1° Edição. São Paulo. Editora UNESP, 2012

CPDOC–FGV Arquivo Alexandre Marcondes Filho, Rio de Janeiro. 1942.

CARDOSO, Adalberto M. Uma Utopia Brasileira: Vargas e a Construção do Estado de Bem-Estar em uma sociedade estruturalmente desigual. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 53, no 4, 2010, pp. 775 a 819

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016

DRAIBE, Sônia Miriam. Rumos e metamorfoses: as alternativas de industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985

FONSECA, Pedro C. Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. A Era Vargas: Desenvolvimentismo, economia e sociedade. Pedro Paulo Zahluth Bastos/ Pedro Cezar Dutra Fonseca (orgs.). 1° Edição. São Paulo. Editora UNESP, 2012

FONSECA, Pedro C. Dutra. Sobre a intencionalidade da política industrializante na década de 30. A Era Vargas: Desenvolvimentismo, economia e sociedade. Pedro Paulo Zahluth Bastos/ Pedro Cezar Dutra Fonseca (orgs.). 1° Edição. São Paulo. Editora UNESP, 2012

FONSECA, Pedro C. Dutra. Vargas: o capitalismo em construção 1906-1954. 3°Edição. São Paulo. Editora Hucitec, 2014

FERREIRA, Jorge. Os conceitos e seus lugares: trabalhismo, nacional-estatismo, populismo. A Era Vargas: Desenvolvimentismo, economia e sociedade. Pedro Paulo Zahluth Bastos/ Pedro Cezar Dutra Fonseca (orgs.). 1° Edição. São Paulo. Editora UNESP, 2012

GOMES, Angela de Castro. A Era Vargas: Desenvolvimentismo, economia e sociedade. Pedro Paulo Zahluth Bastos/ Pedro Cezar Dutra Fonseca (orgs.). 1° Edição. São Paulo. Editora UNESP, 2012

GOMES, Angela de Castro. A invenção do trabalhismo. 3°Edição. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2005.

MARCONDES FILHO. Trabalhadores do Brasil. São Paulo. Revista dos Tribunais, 1943.

OLIVEIRA, Francisco. Crítica à razão dualista/O Ornitorrinco. 1° Edição. São Paulo. Boitempo Editorial, 2003.

VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e Sindicato no Brasil. 1°Edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1976.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

A transferência da capital de Minas Gerais no período republicano: duas interpretações sobre o processo

Natânia Silva Ferreira

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

A transferência da capital de Minas Gerais no período republicano: duas interpretações sobre o processo

The transfer of the capital of Minas Gerais in the republican period: two interpretations about the process

Natânia Silva Ferreira[1]

Resumo:

A transferência da capital de Minas Gerais, de Ouro Preto para uma outra localidade, já havia sido discutida em momentos anteriores ao da instauração da República, mas foi com o início da nova ordem que o processo realmente se efetivou. Assim, o objetivo deste trabalho é o de apresentar o desenrolar do processo de transferência da capital mineira, ressaltando duas interpretações sobre o tema: a transferência entendida como uma disputa entre antagonistas políticos e a transferência entendida como uma busca por unidade econômica regional. As principais fontes primárias utilizadas para cumprimento do objetivo proposto foram documentos do Legislativo e do Executivo. Ainda que as duas interpretações contribuam para a compreensão sobre a transferência da capital mineira, acredita-se que a mudança tenha significado, especialmente, a busca por unidade econômica de Minas Gerais.

Palavras-Chave: *Minas Gerais. Ouro Preto. Belo Horizonte. Cidade Capital. República.*

Abstract:

The transfer of the capital of Minas Gerais, from Ouro Preto to another location, had already been discussed before the establishment of the Republic, but it was with the beginning of the new order that the process really took place. Thus, the objective of this work is to present the development of the transfer process of the capital of Minas Gerais, highlighting two interpretations on the subject: the transference understood as a dispute between political antagonists and the transference understood as a search for regional

[1] Doutora em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Docente do curso de Economia e do Núcleo de Negócios da Fundação Hermínio Ometto de Araras (FHO). E-mail: nataniaferreira@fho.edu.br

economic unity. The main primary sources used to fulfill the proposed objective were documents from the Legislative and Executive. Although the two interpretations contribute to the understanding of the transfer of the capital of Minas Gerais, it is believed that the change has meant, especially, the search for economic unity in Minas Gerais.

Keywords: Minas Gerais. Ouro Preto. Belo Horizonte. Capital City. Republic.

***

1. As diferentes capitais para Minas Gerais

A ideia de mudança da capital de Minas Gerais, apesar de ter ganhado intensidade com a instauração do regime republicano, data de épocas remotas ao início da inauguração da nova ordem. Abílio Barreto[2], ao reconstruir a trajetória das capitais de Minas Gerais, começou as análises afirmando que foi no dia 08 de abril do ano de 1711 que foi instalada a primeira capital mineira:

> foi, portanto, Ribeirão do Carmo [atual cidade mineira de Mariana] a primeira capital de Minas, dentro do nosso atual território, não obstante Albuquerque[3] despachar, ora nesta vila, ora no arraial de Ouro Preto, elevado a vila, com a denominação de Vila Rica, 11 de julho do mesmo ano [de 1711]. (BARRETO, 1996, p. 279).

Depois de oito anos daquele acontecimento, em 1720, foi concebida pela primeira vez a ideia de mudança da capital, pelo conde de Assumar. Era necessário "mudar a sede do governo para Cachoeira do Campo, pitoresca localidade onde os governadores veneravam". Mudança que, entretanto, não ocorreu, "porque o rei nenhuma providência tomou a respeito, continuando, portanto, a sede do governo em Ribeirão do Carmo". (Idem, ibidem, p. 281).

[2] Abílio Barreto foi escritor e jornalista. Nasceu no ano de 1883 na cidade mineira de Diamantina e se mudou para Belo Horizonte no ano de 1895, em meio as obras de construção da capital. Em 1897, foi admitido pela Imprensa Oficial de Minas Gerais, onde fez carreira como tipógrafo, revisor e redator interino. Em 1924, foi promovido a Primeiro Oficial do Arquivo Público Mineiro. Em 1935, passou a dirigir o Arquivo Municipal. (FERREIRA, 2018, p. 21, nota 4). Abílio Barreto foi um dos fundadores do Museu Histórico de Belo Horizonte, iniciativa também do presidente Juscelino Kubstichek, em 1940. Para os dois atores, o museu contribuiria para com a preservação da memória de Belo Horizonte e do Arraial do Curral Del Rei. (SARAIVA; MACHADO, 2007, p. 07). Depois do falecimento de Abílio Barreto, em 1959, na capital mineira, o Museu Histórico de Belo Horizonte passou a se chamar Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB). Foi autor, dentre outras obras, de: *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva* – Vol. 1: história antiga; Vol. 2: história média. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996.

[3] Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho foi o primeiro governador da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, tendo sido o responsável pela criação das primeiras vilas de Minas Gerais.

Tendo se tornado independente a Capitania de Minas, em 02 de dezembro de 1721, quando D. Lourenço tomou posse como governador, a capital foi instalada em Vila Rica, atual Ouro Preto, que seria a capital mineira até o final do século XIX. Apesar da manutenção de Ouro Preto como a capital mineira por quase 200 anos, não faltaram propostas que convergiram para a transferência de localidade da capital naquele período de tempo.

Durante a Conjuração Mineira, em 1789, a ideia de mudança da capital mineira esteve presente no movimento, pois ressaltou Abílio Barreto que "um dos pontos assentes no programa por eles [pelos conjurados] delineado para a implantação de uma república em nosso país era esse", a mudança da capital mineira (e também do país). Na visão dos inconfidentes, São João Del Rei deveria ser a capital da República (Idem, ibidem, p. 284).

A proposta de 1789 não obteve sucesso mas, em 1821, houve nova ideia de mudança da capital mineira. Um novo período se iniciaria, o Império brasileiro. Juntamente com a mudança de regime, a capital de Minas Gerais também deveria ser transferida, para uma localidade mais condizente com a nova época brasileira e mineira. Segundo Abílio Barreto:

> transformada a grande colônia portuguesa no importante império do Brasil e, consequentemente, a Capitania das Minas em uma das maiores e mais ricas províncias do novo estado, salientou-se de modo notável a necessidade de se mudar a capital de Ouro Preto, que não estava com condições de ser o centro administrativo, político e quiçá econômico-financeiro de uma parte tão notável do País, a qual, pelo crescimento de sua população, pelo seu anseio de evoluir e por outros fatores que seria longo historiar, vinha tomando a dianteira entre as suas coimãs no desenvolvimento e prosperidade da pátria (...). (Idem, ibidem, p. 283-284).

Portanto, já era possível perceber, no início do século XIX, o descontentamento em relação a localidade da capital mineira, Ouro Preto. As limitações da cidade, na visão de alguns membros da elite mineira, não faziam dela merecedora de representar a Província. Entretanto, a proposta de 1821, assim como a anterior, não se concretizou, especialmente pela oposição dos habitantes de Ouro Preto e "pela rivalidade que se

levantaria entre as várias cidades de Minas, cada qual quebrando lanças por ser a preferida para depositária da tão alta glória de se ver convertida em capital" (Idem, ibidem, p. 284).

Seguindo nas análises de Abílio Barreto, um outro momento sobre as aspirações envolvendo a mudança de capital foi descrito. Ocorreu que, no ano de 1868, o deputado Manuel Correia Brandão pronunciou um discurso na Assembleia Provincial, referente a 1833, que dizia respeito à mudança da capital mineira, discurso que não se concretizou na prática, já que "razões tem sido apresentadas contra essa idéia" e o "triunfo pertence a Ouro Preto" (Idem, ibidem).

Ainda que o triunfo pertencesse a Ouro Preto, as condições necessárias para continuar sendo a capital mineira não estavam presentes na cidade do ouro. Em 1851, o presidente da Província, Dr. José Ricardo de Sá Rego, sugeriu a mudança da sede do governo para outro ponto da Província, no relatório de 02 de agosto daquele ano. Ouro Preto se encontrava em decadência, as ruas em ruínas, a população se reduzia. As condições de Ouro Preto pareciam muito precárias na opinião do presidente, pois "qualquer ponto da província seria preferível a este para sede do governo". (MENSAGEM dirigida pelo presidente de Estado Dr. José Ricardo de Sá Rego a Assembleia Provincial da Província de Ouro Preto, 1851). Segundo o presidente, as duas melhores localidades para ser a sede eram Mariana e São João Del Rei, está última já tendo figurado nos ideais antigos a respeito da transferência da capital. Nas palavras do presidente da Província, em 1851, a respeito de transferir a capital para Mariana ou São João Del Rei:

> Creio, porém, que nenhuma apresenta mais razões de preferência do que as cidades de Mariana e S. João del Rei, a primeira porque já possui a sede do governo espiritual, e pela sua proximidade não só facilita a transferência como quase nenhuma alteração produz nas relações que existem entre esta capital e os outros pontos da província, e a segunda, ainda mais, porque sua feliz situação, a amenidade de seu clima, a fertilidade de seu solo, a disposição para facilitar os transportes em toda a circunvizinhança da cidade e sua maior proximidade da ação do governo geral, são outros tantos motivos para torna-la em pouco tempo uma capital que não só corresponda à importância da província, mas até venha a ser a primeira cidade central do império. (Idem).

Ainda, o deputado padre Agostinho Francisco de Sousa Paraíso, no ano de 1867, "queria a capital nas margens do Rio das Velhas e levou o seu pensamento ao Congresso". (BARRETO, 1996, p. 288). Assim, fica claro que, desde que Ouro Preto passou a ocupar o posto de capital de Minas Gerais, ideias sobre a transferência da sede do governo já faziam parte do imaginário das elites políticas.

Entretanto, foi só quando se inaugurou a Primeira República que a capital mineira efetivamente foi transferida, da antiga Ouro Preto colonial e imperial para a nova cidade moderna, que representaria o Estado mineiro no novo tempo que se iniciara.

2. Primeira República e a contribuição para concretização da mudança da capital

Segundo Letícia Julião, "instaurada por um golpe militar, à revelia dos segmentos populares e sem qualquer projeto que os pudesse seduzir, a República precisava construir um corpo de representação que a justificasse para além das fronteiras das elites, conquistando a simpatia popular". (JULIÃO, 2011, p. 125). Entretanto, o sentido de comunhão nacional em relação ao novo regime não foi alcançado, mantendo-se a distância entre as camadas populares e as elites políticas (CARVALHO, 1990, p. 141-142).

Aquele contexto de inauguração da Primeira República, marcado pela incerteza política e agitação ideológica, em meio a busca pela legitimação do regime, representou, segundo Letícia Julião, "uma porta aberta para a aventura ousada da construção de Belo Horizonte – com certeza a obra simbólica de maior envergadura da República em Minas" (JULIÃO, 2011, p. 125).

O decreto de número 7, de 20 de novembro de 1889, do governo provisório de Deodoro da Fonseca assegurou que os governadores poderiam "estabelecer a divisão civil, judicial e eclesiastica do respectivo estado e ordenar a mudança de sua capital para o logar que mais convier" (DECRETO nº 7, 1889). Depois das tentativas anteriores acerca da mudança da sede do governo mineiro, a Primeira República significava uma nova chance para a execução de um projeto de transferência.

De acordo com Letícia Julião, não seria errôneo afirmar que o projeto de transferência da capital tivesse tido relação com os conflitos políticos e ideológicos que se seguiram à instauração da República. Foram colocados em curso embates entre diversas visões de urbanidade e concepções distintas de organização comunitária de cidadãos, expressos na recusa, no receio ou no desejo da construção de uma cidade moderna. O projeto de transferência da capital produzia variadas imagens referentes a nova cidade, como as de centro intelectual e econômico, polo de irradiação do poder, cidade moderna e progressista, espaço racionalmente concebido, centro promotor do desenvolvimento republicano. (JULIÃO, 2011, p. 125).

Segundo Letícia Julião, os deslocamentos de cidades capitais representam movimentos cuja tentativa é dar forma a projetos em ascensão, cancelando, assim, a força de antigos significados presentes nas cidades preteridas. (Idem, ibidem, p. 115). O que se passava no cenário mineiro é exatamente o que a autora afirmou. A mudança da capital de Minas Gerais estava inserida num projeto brasileiro, o da Primeira República mas, também, estava inserido num cenário de influências internacionais, pois as transformações urbanas que haviam ocorrido nos países desenvolvidos durante o século XIX surtiram efeitos nos países subdesenvolvidos, como o Brasil, que entre os séculos XIX e XX se urbanizaram com base nas influências estrangeiras[4]. Mudar a capital mineira de localidade era também contribuir para o cancelamento de significados presentes em Ouro Preto: como os de cidade colonial e imperial, com seus traçados urbanos irregulares e economia decadente após a mineração. O cancelamento ouro-pretano daria lugar à

[4] "Naturalmente, o sentimento, ainda que indefinido, de que se ingressava em uma era de modernização, não expressava um mero desejo infundado das elites. Nem as idealizações urbanas eram fruto de uma fantasia aleatória. De fato, o Brasil, nas últimas décadas do século XIX, como tantas outras regiões do planeta, passara a receber os ecos do processo de expansão do capitalismo que, a partir de meados do século XIX, alcançara todo o globo terrestre, integrando diferentes regiões à sua dinâmica. Áreas remotas foram conquistadas e, à medida que o capitalismo se estendia no espaço geográfico, surgia um mercado internacionalizado, no qual trabalhadores, mercadorias e capitais circulavam numa mobilidade inédita, concomitante à supressão de antigas relações tradicionais, num processo ímpar de europeização dos povos. A crença da elite republicana no progresso não era senão ressonância desse processo de escala mundial. As mudanças que ocorrem no País, a partir de 1870 – surgimento de estabelecimentos fabris, crescimento das cidades, aperfeiçoamento dos transportes, intensificação do comércio, fim da escravidão e organização do mercado de trabalho livre –, só vinham reforçar tais convicções". (JULIÃO, 2011, p. 117).

ascensão da nova cidade capital, que seria construída nos moldes de modernos centros urbanos.

As transformações urbanas que fizeram parte do projeto nacional de urbanização no Brasil foram baseadas, sobretudo, nas obras de melhorias urbanas de Haussmann, responsável pelas reformas urbanas da Paris de meados do século XIX, no período de 1853 a 1870. (MARINS, 1996, p. 134).

O significado que guardava Ouro Preto, a capital mineira desde inícios do século XVIII, era de oposição à modernidade que se buscava com a instauração da Primeira República. Os novos hábitos e costumes de vida, mimetizados do estrangeiro e, principalmente, os novos formatos urbanos, não eram compatíveis com a Ouro Preto do período colonial e imperial.

Logo que o decreto de Deodoro da Fonseca foi anunciado, em 1889, sua aplicação imediata foi solicitada por elites políticas. Para além das disposições legais, o desejo de transferência da capital mineira sustentava-se, naquele momento, na consciência de que se vivia o marco inicial de um novo tempo, onde eram depositadas as expectativas de desenvolvimento e modernização nacional. (Idem). Entretanto, ainda que Deodoro da Fonseca tivesse dado poder para que os governantes elaborassem projetos de transferência das capitais, políticos de Ouro Preto, contrários a mudança, alcançaram uma vitória em relação a seus desejos de manutenção da capital, ao levarem os debates para o âmbito legislativo. O tema foi discutido no Congresso Constituinte dois anos depois, em 1891 (ARRUDA, 2012, p. 93).

Naquele ano, o presidente do Estado, Augusto de Lima, afirmou sobre a necessidade de nova localidade para a capital mineira, “que seja o centro de atividade intelectual, industrial e financeiro, e ponto de apoio para a integridade de Minas Gerais, seu desenvolvimento e prosperidade”. (MENSAGEM dirigida pelo presidente de Estado Antonio Augusto de Lima ao Congresso Constituinte de Minas Gerais, 1891, p. 22). Mais

uma vez, Ouro Preto se mostrava aquém da função de ser a cidade centro do Estado mineiro[5].

De 1891 – quando o tema da mudança foi discutido no Congresso Constituinte – até 1893 – quando o lugar onde se situa Belo Horizonte foi, definitivamente, escolhido para ser a nova capital mineira – numerosas discussões agitaram as elites políticas. Belo Horizonte (o antigo Curral Del Rei[6]) não foi o único lugar a figurar no pensamento dos promotores da mudança de capital.

Que o novo regime político brasileiro pode ser considerado o acontecimento que reacendeu os ânimos para a concretização da transferência da capital, não nos resta dúvida. Da instauração da Primeira República, em 1889, até a inauguração da nova capital, se passaram apenas oito anos.

A respeito da escolha do lugar para ser a cidade capital de Minas, há duas interpretações relevantes que buscaram entender o porquê da escolha de Belo Horizonte, na área central do Estado: uma delas é fundada nas bases políticas e regionais da temática, considerando uma disputa entre mudancistas e não mudancistas; a outra, concebe a escolha de Belo Horizonte como uma estratégia de conciliação entre as diferentes regiões mineiras, de forma a conferir unidade ao Estado. É a respeito de tais interpretações que tratará a próxima seção.

3. Interpretações sobre a transferência da capital de Minas Gerais

Francisco Iglésias (1990), organizador do texto *A Constituinte Mineira de 1891*, ao abordar a mudança da capital mineira, ressaltou que a transferência se justificava por três motivos: primeiro, os debates pela mudança tinham como explicação a tentativa de alcance de um ponto de equilíbrio das novas regiões produtoras mineras, interpretação,

[5] "A modernização, atingido as áreas econômicas, políticas e sociais e o modernismo englobando a arte, a cultura e a sensibilidade foram fatores chaves para se pensar um novo espaço para a capital mineira, agregando, assim, todo o simbolismo de uma época (fins do século XIX e início do século XX)". (PASSOS, 2016, p. 335).

[6] O antigo distrito pertencente à Sabará, sob o nome de Curral Del Rei nos períodos colonial e imperial, passou a se chamar Bello Horizonte no ano de 1890. Tendo sido escolhido para ser a capital mineira, em 1897, teve o nome alterado para Cidade de Minas. No ano de 1901, passou a ser novamente denominado Belo Horizonte.

na visão do autor, mais assimilada pela historiografia; segundo, a mudança era necessária como uma forma de solucionar os entraves administrativos de Ouro Preto, que simbolizava um "Ancien Regime"; terceiro, a luta pela transferência da capital se justificava pela tentativa de substituição de um símbolo decadente – o monarquismo de Ouro Preto – por um outro moderno. (PASSOS, 2016, p. 335).

Partindo dos escritos do autor, é possível afirmar que dos três motivos elencados, dois deles estavam presentes no cenário mineiro desde antes da proclamação da República: os entraves administrativos de Ouro Preto, bem como a substituição da capital por outra, que não significasse decadência e que fosse mais moderna. Como foi possível compreender por meio da leitura da seção anterior, houve um momento da história em que elites mineiras concordaram com a impossibilidade de Ouro Preto continuar sendo a capital. Assim, é possível separar, dos três motivos para a transferência da capital elencados acima, dois deles como motivos que antecederam a escolha de Belo Horizonte, no Centro do Estado, para ser a sede do novo governo: se referem, os dois, a problemas oriundos de Ouro Preto. O outro motivo, isto é, a mudança de capital como uma forma de encontrar um ponto de equilíbrio para as regiões de Minas Gerais, pode ser relacionado a escolha de Belo Horizonte como a localidade para a qual a capital foi transferida.

Cláudia Viscardi (2007), em *A Capital Controversa*, texto escrito para o dossiê "Belo Horizonte 100 anos depois", da revista do Arquivo Público Mineiro, apresentou uma discussão sobre interpretações presentes na historiografia que tiveram como objetivo o entendimento da escolha da localidade de Belo Horizonte para ser a capital de Minas Gerais. Segundo a autora, é possível dividir a produção sobre a temática em dois grandes grupos: um primeiro grupo, que ressaltou as disputas políticas e regionais entre mudancistas e não mudancistas; um outro grupo, que entendeu que o local onde se situa a capital mineira foi escolhido como uma forma de conferir unidade ao Estado de Minas Gerais, tão vasto e com regiões que se desenvolviam política e economicamente de forma heterogênea.

Na presente seção, serão analisadas as duas interpretações acerca da escolha de Belo Horizonte para abrigar a capital: primeiro, a historiografia que interpretou a

transferência da sede do governo ressaltando os fundamentos políticos e regionais; depois, a historiografia que interpretou a transferência da sede do governo frisando a tentativa do alcance de certa conciliação para Minas Gerais. Embora haja separação de interpretações, parece que os interesses políticos estiveram presentes nas duas.

3.1. Uma disputa entre antagonistas políticos mineiros

Ainda que os autores apresentados nesta subseção evidenciem as bases políticas e regionais no que diz respeito a transferência da capital, um ponto comum destes com aqueles que defendem a transferência de capital como uma forma de alcance de unidade econômica e política mineira é o fato de Minas Gerais ter se desenvolvido voltada para mercados exteriores aos das fronteiras mineiras, desenvolvimento que continuou ocorrendo voltado para os mercados externos inclusive depois da proclamação da República e da transferência da capital, de Ouro Preto para Belo Horizonte.

Segundo Vera Alice Cardoso Silva – ao ressaltar as regiões da Zona da Mata e do Sul de Minas Gerais – desde o período do Império, a maior concentração de propriedades e de mão-de-obra na Zona da Mata, impulsionou o primeiro surto industrial mineiro, localizado na cidade de Juiz de Fora (SILVA, 1982, p. 158). A cidade central da Zona da Mata era muito mais próxima do Rio de Janeiro que da antiga capital, Ouro Preto, não apenas em termos geográficos, mas também econômicos. A expansão da economia sul-mineira, de forma diferente, se deu com vínculos mais próximos ao da economia paulista. A indústria que se desenvolveu no sul mineiro foi especificamente a pastoril, sendo a produção de leite, carne e laticínios, que atendia tanto a São Paulo como ao Rio de Janeiro (Idem, ibidem).

A respeito do desenvolvimento da cafeicultura, a sul-mineira teve mais relação com a disseminação da cafeicultura paulista do que com uma expansão da cafeicultura da Zona da Mata mineira. Da mesma forma ocorria com a comercialização nas duas regiões, pois o Sul de Minas se vinculava ao porto de Santos e a Zona da Mata, ao porto do Rio de Janeiro. (Idem, ibidem, p. 157-158).

As afirmações da autora reforçam a tese de que Minas Gerais se desenvolvia heterogeneamente do ponto de vista político e econômico, o que continuou ocorrendo ainda depois da transferência da capital, vale ressaltar. Se a transferência foi o resultado de uma disputa predominantemente política, ou se foi uma forma de conferir unidade ao desenvolvimento mineiro, as duas interpretações compartilham a ideia de um desenvolvimento heterogêneo que fazia parte de Minas Gerais desde o período imperial. A região central, mesmo abrigando a capital, não se tornou de imediato o centro econômico mineiro, embora tenha concentrado a força política do Estado:

> Por sua vez, a Zona Metalúrgica, nas três primeiras décadas republicanas bastante estagnada economicamente, reunia, de fato, os recursos políticos do Estado: a burocracia pública e os homens treinados em fazer política. Tal herança liga-se ao passado colonial e ao apogeu do Ciclo do Ouro. É interessante notar que a maioria dos republicanos ativos em Minas, durante os últimos anos do Império, viviam nas antigas cidades da mineração, localizadas no Vale do Jequitinhonha e na região de Ouro Preto, ou eram delas oriundos. O controle sobre o aparato político, que os longos anos de estagnação econômica vividos pela Província de Minas só serviram para consolidar deu aos políticos do Centro, totalmente ligados às decadentes zonas de mineração, um trunfo inestimável quando surgiu o novo regime. (Idem, ibidem).

Ainda que o desenvolvimento heterogêneo mineiro possa ser tomado como uma das causas da escolha da localidade de Belo Horizonte para ser a capital, os fatores políticos se constituem na explicação mais relevante da primeira interpretação analisada. Sobre o início do período republicano em Minas Gerais, escreveu Hélio Lobo que ocorreu "uma das mais interessantes fases do novo regime, com a luta, que logo se travou, entre Ouro Preto, a capital política, de tradição conservadora para não dizer monárquica, e Juiz de Fora, o maior centro de vida industrial e de população do Estado, ciosa de suas credenciais republicanas". (LOBO, 1937, p. 38-39). Se formou no Estado, segundo o autor, dois grupos políticos: o dos alvinistas e o dos dissidentes. O segundo grupo fazia oposição a Cesário Alvim no Estado e a Deodoro da Fonseca na presidência. Aquele grupo era conhecido também como o dos republicanos históricos. De acordo com Vera Alice Cardoso da Silva:

> Com efeito, a primeira Câmara Legislativa do governo republicano congregava uma maioria de políticos que representavam tendências reformistas radicais, geralmente identificadas com o industrialismo, o emissionismo e o protecionismo, como orientações básicas de política econômica. Tais políticos eram geralmente conhecidos como republicanos históricos – aqueles que haviam pregado o regime desde a época imperial. Endossaram e orientaram as grandes medidas reformistas dos governos militares: a reforma bancária e as diversas medidas protecionistas tomadas pelo então Ministro da Fazenda, Rui Barbosa. Ora, essa mesma Câmara reagiu violentamente às pressões de Deodoro para se prolongar o primeiro governo militar. Forçou sua renúncia, do mesmo modo que criou os impedimentos reais que reprimiram a ampliação do poder dos militares à época da debilidade das instituições republicanas e do poder civil. (SILVA, 1982, p. 148).

O grupo dos dissidentes ou republicanos históricos era o que defendia a bandeira mudancista[7]. Segundo Afonso Arinos de Mello Franco, a região central, após o declínio da mineração, não detinha condições para manter a capital; a divergência se configurava entre os diferentes interesses das regiões dominantes e decadentes. Dos grupos políticos que se formaram em Minas Gerais no contexto das discussões sobre a mudança da capital, os republicanos históricos se concentravam nas regiões cafeicultoras, isto é, a Zona da Mata e o Sul de Minas. Havia um outro grupo, de adesistas e monarquistas, que se concentravam nas demais regiões do Estado. A mudança da capital poderia ser explicada, segundo o autor, com base nas disputas políticas e no desenvolvimento econômico desigual observado no interior de Minas Gerais. A Zona da Mata e o Sul de Minas Gerais, as regiões mais ricas do Estado, teriam se unido, de forma que Juiz de Fora seria a nova sede do governo. Assim, as duas regiões, unidas, defenderiam seus interesses comuns, já que ambas tinham como principal atividade econômica a cafeicultura. (FRANCO, 1956 *apud* VISCARDI, 2007, p. 32).

Para Moema Miranda de Siqueira, "o grupo favorável à mudança corresponde à ala republicana progressista, enquanto o grupo defensor de Ouro Preto, como Capital,

[7] Segundo Iglésias, a mudança da capital significou mais do que uma simples questão regional, tendo sido observados três grupos políticos. Nas palavras do autor: "há um confronto latente entre os setores progressistas que encarnavam um ideal republicano; os setores liberais que, representando um outro modelo de república, pregavam a manutenção do "status quo", no sentido de uma modernização conservadora; e, por fim, os setores conservadores, ainda arraigados a um ideal monárquico, somente conformados com a situação republicana". (IGLÉSIAS, 1990, p. 212).

seria composto fundamentalmente de tradicionalistas e reacionários" (SIQUEIRA, 1972, p. 93). Dentre os valores dos não mudancistas, estavam a integração com parentes, a preferência pela vida nas pequenas cidades, a desconfiança em relação aos estranhos, o pouco individualismo (Idem, ibidem). A respeito dos grupos políticos que se formaram em Minas Gerais no contexto da mudança, ressaltou a autora que o grupo de mudancistas não era composto em sua totalidade de monarquistas, mas liderado por tradicionalistas e conservadores. "Assim, a rigor, nem todos os conservadores eram monarquistas e nem todos os liberais eram republicanos" (Idem, ibidem, p. 99).

Sobre as localidades de concentração dos grupos políticos, escreveu Siqueira, realizando uma crítica ao trabalho de Afonso Arinos de Mello Franco, que a separação realizada pelo autor, de republicanos históricos concentrados nas regiões cafeicultoras e adesistas fora daquelas áreas não era válida, já que foram encontrados elementos de uma mesma região em diferentes grupos políticos.

> A reunião de republicanos e monarquistas da zona de Ouro Preto e adjacências no grupo anti-mudancista explica-se pela tentativa de manutenção do *status quo*. A maioria deles, de famílias tradicionais da área, secularmente estabelecidos, com laços de ancestralidade, sem falar nos interesses econômicos propriamente ditos, via na mudança da Capital modificações nem sempre favoráveis ao seu *status*. Já o grupo defensor da mudança da Capital considerava a defesa da transferência como uma tomada de posição progressista e ambiciosa, própria de jovens. (Idem, ibidem, p. 99-100).

Seguindo a mesma linha de raciocínio de Lobo, Silva, Franco e Siqueira, as palavras de Iglésias mostraram que a mudança da capital remeteu a separação de grupos políticos dentro de Minas Gerais. Segundo o autor: "Só com a percepção de se estar na linha do progresso, incorporada nos jovens políticos é que se torna possível bancar e, de fato, fazer uma nova cidade, radicalmente oposta à cidade interiorana, entendida esta quase como extensão do mundo rural" (IGLÉSIAS, 1990, p. 221-222). Os escritos de Iglésias nos fazem crer que "os jovens políticos", os que estavam "na linha do progresso", eram os dissidentes descritos por Lobo; os republicanos históricos, descritos por Silva e Franco; os republicanos progressistas descritos por Siqueira.

Segundo Vera Alice Cardoso da Silva, os interesses da Zona da Mata e do Sul de Minas Gerais, no contexto da mudança da capital, não eram os mesmos. As duas regiões eram cafeicultoras, mas se desenvolviam de formas diferentes, a Zona da Mata voltada para o Rio de Janeiro e o Sul de Minas, para São Paulo. Para a autora, a união que ocorreu em Minas Gerais foi entre os cafeicultores do Sul com os políticos da Zona Metalúrgica ou região central de Minas Gerais. (SILVA, 1982, p. 157). Tal aliança se explicaria, segundo a autora, nas conexões econômicas externas das duas regiões cafeeiras mineiras, que auxiliavam nas definições de alianças políticas mais convenientes para cada uma delas: Zona da Mata voltada para o Rio de Janeiro e Sul de Minas mais ligado a São Paulo. (Idem, ibidem, p. 159).

No contexto da mudança de capital, uma forma de ativar a vida administrativa e econômica de Minas Gerais, os líderes econômicos – Zona da Mata e Sul, o primeiro grupo, de antigos plantadores e o segundo, de cafeicultores e pecuaristas que se consolidavam – viam a mudança com bons olhos. Segundo Vera Alice Cardoso da Silva, a definição do novo local para a capital era estratégica para a caracterização do grupo político que usufruiria de maiores benefícios. As cidades Leopoldina, Juiz de Fora, ou uma nova cidade, que seria construída no Vale do Paraibuna, foram rapidamente descartadas, dada a associação entre os representantes do Sul e da Zona Metalúrgica[8]. (Idem, ibidem, p. 158). Para a autora, a transferência da capital, de Ouro Preto para Belo Horizonte, pode ser explicada por meio dos fundamentos políticos:

> A escolha do local em que se construiu a nova capital pode ser vista como meia vitória de todos os interessados e como decisão em que foi essencial a presença dos políticos do Centro. Com relação a estes, parece realmente certo que seu principal objetivo era, e continuou a ser nos anos que se seguiram, gozar dos benefícios paralelos provenientes da ocupação de posições de mando, mesmo secundário, na estrutura política que então se organizava. Essa presença instrumental de políticos profissionais, representantes de regiões economicamente

[8] "Ora, para os políticos provenientes da Zona Metalúrgica, antigos donos do poder dentro do Estado, sem outro trunfo maior para competir, no momento constitucional que então se vivia, que o próprio controle da máquina burocrático-administrativa e a experiência de fazer política, a escolha do parceiro privilegiado faz-se pelo critério da maximização de sua posição política no novo regime: os interesses do Sul apareciam como os mais promissores, dada a vinculação com os interesses paulistas, os mais claramente organizados e dominadores, mesmo na quadra confusa dos governos militares". (Idem, ibidem, p. 159).

> decadentes mas populosas, foi peça fundamental na construção do sistema político-partidário dentro de Minas (Idem, ibidem, p. 158-159).

Segundo Iglésias, a localidade de Belo Horizonte era caracterizada como insalubre por algumas pessoas, também "de surto de bócio endêmico", apesar de, dentre a comissão que a averiguou para a escolha, estivessem 22 médicos. Se a topografia de Ouro Preto era limitada para alguns mudancistas, a de Belo Horizonte também era assim considerada: o local que abrigaria a nova capital possuía "topografia inadequada, insuficiência de água, em contraste com as vantagens do Vale do Rio das Mortes, a várzea próxima de São João del'Rei. O solo era pobre para a lavoura, feita com técnicas retardadas; prestava-se à pecuária, desenvolvia-se a criação, origem segura do nome de Curral". (IGLÉSIAS, 1990, p. 216). Ainda assim, foi Belo Horizonte escolhida para ser a sede do novo governo, sendo considerada a melhor opção dentre as demais localidades.

Se esta primeira interpretação ressaltou as bases políticas e regionais sobre a escolha de Belo Horizonte, considerando os grupos políticos que se formaram naquele cenário de disputas, a segunda converge para a busca de unidade mineira, destacando os esforços de Afonso Pena, como se verá abaixo.

3.2. A busca pela unidade econômica estadual

A respeito do processo de transferência da capital, Maria Efigência Lage de Resende (1973) e Francisco Iglésias (1990) salientaram o significativo papel de Afonso Pena. Nas palavras de Iglésias, "Afonso Pena aparece como figura central, pois certamente trilhou os caminhos do poder, surgindo sempre como solução de consenso no momento do caos e do aparente váculo de poder".

Depois de proclamada a República e as discussões sobre a mudança da capital terem adquirido nova forma, Augusto de Lima, na função de presidente provisório, contou com o apoio de Bias Fortes e lavrou um decreto que tratava da mudança de capital para Belo Horizonte. "Sem dúvida, a ideia de mudança era, não somente uma aspiração das novas forças econômicas, mas também de grupos ligados à política do antigo Centro minerador que reconheciam as deficiências de Ouro Preto como capital". (RESENDE, 1973, p. 602).

O decreto de Augusto de Lima não chegou a ser publicado, mas causou impacto entre as elites mineiras. Protestaram os que concorriam para a mudança da capital e os que eram a favor da manutenção em Ouro Preto. Para os primeiros, a decisão de Augusto de Lima foi autoritária, já que os excluía do processo decisório. Pressionado, o presidente reconsiderou a sua posição e remeteu o problema ao congresso, em mensagem do dia 17 de abril de 1891 (MENSAGEM dirigida pelo presidente de Estado Antonio Augusto de Lima ao Congresso Constituinte de Minas Gerais, 1891 e 1892).

A partir de 1892, Afonso Pena ocupou o cargo de presidente de Estado de Minas Gerais e, daquele momento em diante, as discussões sobre a transferência da capital se intensificaram e se concretizaram na mudança definitiva, em 1897. Segundo Resende, as posições de Afonso Pena acerca da transferência da capital foram, à primeira vista, contraditórias: durante o período em que foi senador no Congresso Constituinte Mineiro, opunha-se ele à mudança da capital para a Região do Rio das Velhas, onde se localiza Belo Horizonte[9]. Entretanto, quando passou a governar Minas Gerais, o grupo que mais defendeu a mudança para Belo Horizonte era coordenado por um partidário de Afonso Pena[10].

A respeito das colocações de Afonso Pena, escreveu Iglésias que, em primeiro lugar, o presidente do Estado se posicionou a favor da mudança. Logo em seguida, ficou claro seu apego, antes de tudo, à ordem. A questão da mudança também era, por Afonso Pena, vinculada à questão financeira do Estado, pois era necessário avaliar a situação econômica e financeira, a fim de decretarem-se as despesas necessárias com a transferência. Sobre as finanças do Estado, a mudança da capital poderia produzir melhores resultados para o bem comum mineiro, impulsionando as indústrias, viação

[9] "O ideal de Affonso Penna (...) era uma capital localizada no Vale do Rio Doce. As razões da escolha situavam-se sobretudo na necessidade de promover o desenvolvimento econômico de uma área que vivia na mais completa penúria. Esse objetivo nada mais vinha a ser que uma possível solução para a economia do Norte, no mesmo esquema que imperava na Mata, no Sul e no Triângulo, economia voltada para os centros exportadores e cujos polos localizavam-se no Rio de Janeiro e em Santos". (RESENDE, 1973, p. 606-607).

[10] "Vários outros dados indicavam que Affonso Penna não permanecera neutro na questão e que o Belo Horizonte tornara-se, por alguma razão, a solução que lhe parecia mais conveniente. Foi no contexto político-econômico da época e na evolução do problema da mudança da capital que se procurou encaminhar o problema". (Idem, ibidem, p. 604).

férrea, estabelecimentos agrícolas, profissionais, dentre outros. Além disso, a mudança da capital poderia auxiliar Minas Gerais a conseguir os recursos financeiros federais que, segundo Afonso Pena, iam em grandes quantidades para São Paulo e para o Rio de Janeiro (IGLÉSIAS, 1990, p. 217-218).

Instalado o Congresso Constituinte, foi eleita uma comissão denominada Comissão dos 11, que tinha por função elaborar o parecer sobre o projeto apresentado pelo governo. Da Comissão surgiu uma proposição, de um representante do norte de Minas, determinando a mudança da capital para um ponto central do Vale Rio das Velhas. Apresentada tal proposição, o regionalismo emergiu no Congresso. "Cada zona, através de seus representantes, procurava disputar a localização da sede administrativa do Estado" (RESENDE, 1973, p. 604-605). Inúmeros lugares, de diferentes regiões do Estado, foram propostos para sediar a nova sede do governo mineiro (Annaes do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais, 1891, p. 159, 428, 435, 442, 456).

O vasto território mineiro vinha se desenvolvendo "sem unidade e sem coesão econômica (...) desde o período colonial. Substituindo a mineração, a cafeicultura veio reforçar o tradicional esquema da economia mineira, desenvolvida em função de mercados externos" (RESENDE, 1973, p. 607). Considerando a extensão territorial de Minas Gerais, é possível realmente imaginar as várias cidades que foram indicadas para sediar o governo.

O ponto de vista de Resende, sobre a falta de unidade econômica de Minas Gerais, pode ser compreendido por meio de outros trabalhos. Paul Singer, por exemplo, afirmou, a respeito da escolha da nova capital:

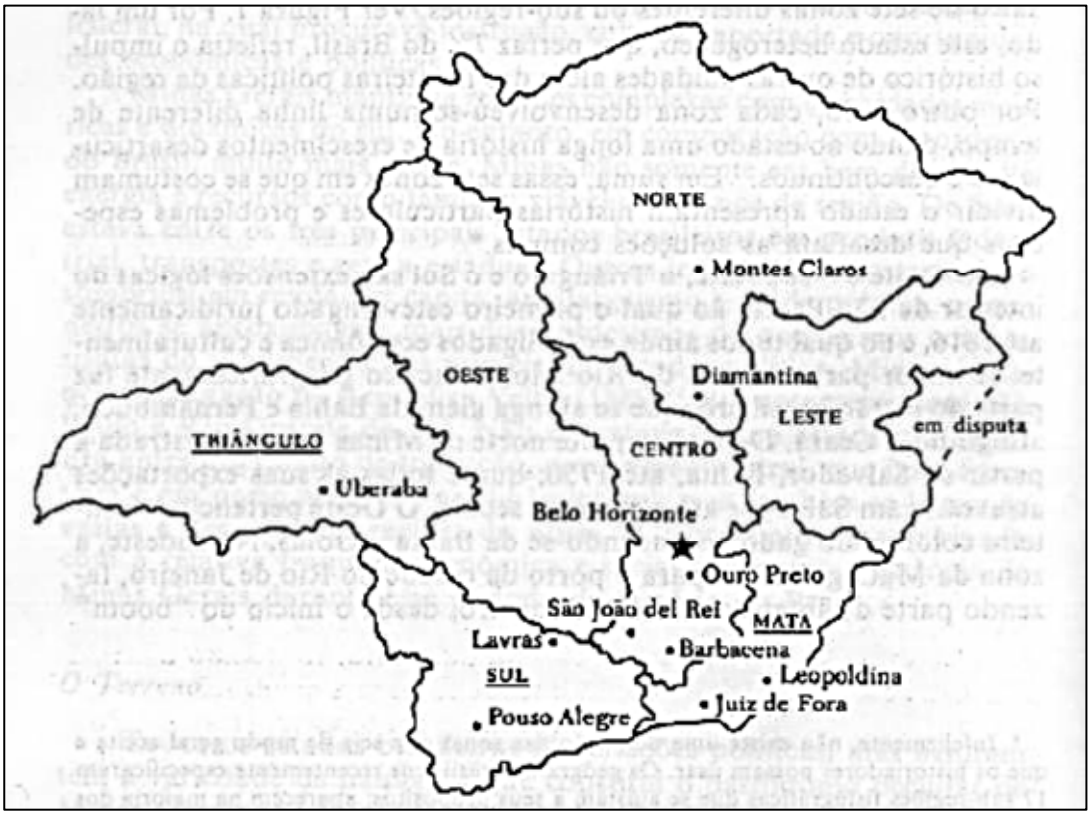
> Tratava-se de algo semelhante à quadratura do círculo, encontrar o centro de gravidade de uma economia que não o podia ter, pelas suas próprias características presentes, já que não havia qualquer conexão econômica entre as várias regiões, localizadas em vales de rios e separadas entre si por elevados divisores de água. E o problema era agravado pelo fato de a escolha dever considerar a evolução futura da economia, que ninguém parecia ser capaz de predizer. (SINGER, 1968, p. 218).

Na mesma linha, John Wirth, ao escrever sobre diversos aspectos da economia mineira durante o período republicano, salientou:

> É fundamental o fato de Minas não ser uma região, mas um mosaico de sete zonas diferentes ou sub-regiões. Por um lado, este estado heterogêneo, que perfaz 7% do Brasil, refletia o impulso histórico de outras unidades além das fronteiras políticas da região. Por outro lado, cada zona desenvolveu-se numa linha diferente de tempo, dando ao estado uma longa história de crescimentos desarticulados e descontínuos. Em suma, essas sete zonas em que se costumam dividir o estado apresentam histórias particulares e problemas especiais que desafiam as soluções comuns. (WIRTH, 1982, p. 41).

As sete regiões mineiras, segundo Wirth, eram: Triângulo, Norte, Sul, Leste, Oeste, Centro e Mata, conforme mostra o mapa abaixo:

Mapa 1.: As sete regiões mineiras no período republicano, segundo Wirth



Fonte: WIRTH, 1982, p. 42.

O argumento da falta de unidade econômica mineira era utilizado por opositores da mudança da capital, membros da elite política que reproduziam o discurso. Segundo

Silviano Brandão, mesmo que uma capital fosse eleita, na tentativa de conferir melhor articulação entre as regiões mineras, as separações ainda se manteriam:

> o Norte (...) aproveitando-se da grande arteria fluvial, o S. Francisco, pelos portos desse grande rio faz todo o seu commercio; o sul, compreendendo o triângulo mineiro, abrangendo férteis municípios, como Uberaba, Paracatú e outros, tem constantemente o seu commercio voltado para S. Paulo; o centro comprehendendo uma grande extensão territorial, dirige todos os seus productos para o Rio de Janeiro; o léste limitando- se com a Bahia e o Espirito Santo, deixa escoar pelo Jequitinhonha e rio Doce toda sua producção. (...) A diversidade de nossos valles formados por grandes rios, e separados por um systema de montanhas que se cruzam e se dirigem em todos os sentidos, é o mais solemne protesto contra a pretensão de construir-se uma cidade que seja centro de toda a atividade mineira. (Annaes do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais, 1891, p. 86).

Os argumentos utilizados pelos contestadores da mudança da capital, sobre a ligação das várias regiões de Minas com os mercados exteriores, eram também os argumentos para a manutenção da capital na região central, em um local que representasse o Estado de forma mais ativa que Ouro Preto: como as regiões estavam mais voltadas para os mercados além das fronteiras, uma capital no Centro do Estado poderia conferir maior unidade econômica para Minas Gerais.

Argumentos a favor da unidade mineira poderiam ser vistos nas palavras de membros da elite política mineira. Segundo o deputado Augusto Clementino, a mudança da capital seria uma forma de evitar desmembramentos no Estado:

> A definição que (...) dei do assumpto constitucional abrange perfeitamente a mudança da capital porque é um assumpto vital, que põe em movimento toda nossa organização política. Não é extranha ao Congresso a propaganda de desmembramentos como não o são outras que ameaçam a ordem publica e a ordem política, quando se trata da conservação da capital no seu antigo logar. (Annaes do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais, 1891, p. 204).

Na mesma linha de raciocínio, o deputado Francisco Faria Lobato votou pela mudança da capital para o bem de Minas Gerais:

> Declaro que votei pela mudança da capital e que assignei também a emenda do Sr. Josino de Britto, porque acho que ella consulta os interesses do Estado e egualmente as desse bom povo ouro-pretano, e

> também porque estou certo de que si ella não passar, a união de Minas perigará, e eu quero, antes de tudo, Minas forte, grande e prospera. (Annaes do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais, 1891, p. 428).

Dentro de um clima de disputas, a questão da transferência da capital parecia se tornar cada vez mais conflituosa, de forma que as numerosas indicações de locais e os embates políticos talvez direcionassem o Congresso para, terminada a tarefa de elaborar a Constituição, deixar a questão da mudança em suspenso. Uma possível solução para a complexa discussão, todavia, veio por meio da proposta do deputado Adalberto Ferraz, representante do Sul mineiro: sem indicação do local que sediaria a nova capital, conseguiu-se que a mudança fosse vista como uma determinação constitucional. (RESENDE, 1973, p. 611-612). Depois dessa importante decisão, o próximo passo, talvez ainda mais conflituoso que a decisão de mudar a capital, seria escolher a sua localidade.

Em 14 de outubro de 1891, foi organizada uma comissão para indicar os possíveis locais a serem estudados. O trabalho da comissão resultou na indicação de quatro lugares: Belo Horizonte, Paraúna, Barbacena e Várzea do Marçal. Uma outra localidade, Juiz de Fora, foi acrescentada para análise, proposta pelo Congresso. "A composição da Comissão é altamente indicativa de que a Várzea do Marçal [localizada onde atualmente se encontra a cidade de São João Del Rei] era uma solução do agrado da Mata e do Sul". (Idem, ibidem).

No mandato de Afonso Pena, a questão da transferência da capital entrou na etapa final. Em dezembro de 1892, foi nomeada a comissão para averiguação dos lugares que poderiam sediar o governo, presidida pelo engenheiro Aarão Reis e, da mesma forma, foram elaboradas as instruções que deveriam nortear o trabalho da comissão de averiguação. Em junho de 1893, o relatório do engenheiro estava finalizado[11]. Os estudos

[11] Aarão Leal de Carvalho Reis nasceu em Belém do Pará no ano de 1853 e faleceu no Rio de Janeiro em 1936. Se formou como engenheiro, urbanista e professor pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Em 1872, concluiu o curso de engenheiro geógrafo e, dois anos depois, em 1874 finalizou o curso de engenheiro civil. (OLIVEIRA, 2012, p. 73). Enquanto estudante, atuou no cenário pré-republicano do Rio de Janeiro, tendo fundado um pequeno jornal de combate republicano e um clube, também republicano. Publicista, foi tradutor de obras francesas. Atuou como professor de Matemática e Geografia em curso secundário e, posteriormente, lecionou Economia Política, Estatística, Direito Administrativo e Princípios de

foram remetidos para análise do Congresso e tratou-se imediatamente de eleger uma comissão para elaboração do projeto de lei referente a transferência da capital. Na comissão formada, a Zona da Mata e o Sul de Minas apareciam em maioria. Tendo sido conduzida a questão para uma deliberação definitiva, aumentou a oposição. A ocorrência levou à convocação de uma assembleia extraordinária, que se realizou em Barbacena, em novembro de 1893, sob as ponderações de inexistência de condições para que as deliberações ocorressem em Ouro Preto (RESENDE, 1973, p. 613), dada a agitação dos ouro-pretanos[12].

O relatório final de Aarão Reis foi limitado especialmente a duas localidades para ser a capital mineira, Várzea do Marçal e Belo Horizonte. Nas palavras do engenheiro, no relatório de 16 de junho de 1893:

> Entre a Varzea do Marçal e o Bello Horizonte é difícil a escolha. Em ambas, a nova cidade poderá desenvolver-se em optimas condições topographicas, em ambas, é facilimo o abastecimento d'agua e a instalação de esgotos, ambas offerecem excellentes condições para as edificações e a construcção em geral, e si, na actualidade, a Varzea do Marçal represente melhor o centro de gravidade do Estado e acha-se já ligada, por meios rápidos e faceis de comunicação com todas as zonas, d'aqui a algumas dezenas de annos Bello Horizonte melhor o representará, de certo, e mais directamente ligada ficará a todos os pontos do vasto territorio mineiro. (Relatório de Aarão Reis, 16/06/1893. In: BARRETO, op. cit., 1996, Vol. 1, p. 317).

Sobre as outras localidades, foi descrito o seguinte por Aarão Reis, em seu relatório: as localidades de Barbacena e Paraúna foram rejeitadas por escassas condições topográficas e higiênicas; a cidade de Juiz de Fora não poderia ser a capital mineira especialmente por causa de sua localização, "aquém da Mantiqueira e afastada, portanto, do verdadeiro centro territorial mineiro, sua inconveniente proximidade da Capital Federal". (Relatório de Aarão Reis, 16/06/1893. In: SINGER, 1968, p. 217).

Contabilidade e Navegação na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Sua carreira foi dividida entre atividades didáticas e cargos administrativos. (SALGUEIRO, 1997, p. 25-27).

[12] "Devido à escolha quase ao acaso com a qual conclui o relatório, sua aceitação pelo Congresso Estatual não poderia ser pacífica. Os interesses regionais se agitam mais furiosamente do que nunca. Os ouro-pretenses, os únicos certamente prejudicados pela mudança, ameaçam chegar às raias da violência, o que faz o Congresso transferir suas sessões para Barbacena". (SINGER, op. cit., 1968, p. 218).

A respeito de Aarão Reis ter concluído por Várzea do Marçal ou Belo Horizonte, escreveu Resende que, ainda que tenha manifestado alguma indeterminação, certamente proposital, a opinião do engenheiro revelava uma posição mais favorável a Belo Horizonte. Entretanto:

> a Comissão entendeu como lhe convinha entender e declarando estar de pleno acordo com o Relatório, apresentou projeto de lei que designava a Várzea do Marçal para lá se construir a capital do Estado. Colocado o projeto de lei em votação, foi o mesmo aprovado, salvo as emendas. Estava transitoriamente vitoriosa a Várzea do Marçal e, com ela, Mata e Sul. (RESENDE, 1973, p. 614).

Para o grupo dos opositores à mudança da capital, a indicação de Várzea do Marçal não era válida, mas para os representantes de São João Del Rei, a indicação significava a oportunidade de incorporar a cidade à economia da Mata e do Sul, as zonas mais ricas do Estado. (Idem, ibidem, p. 614-615). A indicação de Várzea do Marçal não significou, entretanto, que o lugar definitivo para abrigar a capital mineira havia sido escolhido[13].

Afonso Pena desempenhou papel decisivo para que a capital fosse transferida para Belo Horizonte. Nas palavras de Resende, vários fatores indicaram tal papel. Pode-se citar alguns: primeiro, o "bem preparado" estudo que Afonso Pena apresentou ao congresso, que comparava as condições de Várzea do Marçal e de Belo Horizonte, baseado nos relatórios parciais de Aarão Reis; segundo fator, a ambiguidade da conclusão do relatório de Aarão Reis que, como ressaltou-se acima, frisava que, ainda que Várzea do Marçal representasse melhor o centro de gravidade do Estado por já contar, na época, com meios

[13] "Não faltaram proposições sobre Barbacena e Juiz de Fora, mas a questão estava de fato limitada à Várzea do Marçal e ao Belo Horizonte. Em torno da salubridade do clima, da configuração do terreno, do bócio endêmico, girou grande parte da discussão. Aspectos mais graves como, por exemplo, a existência de terras devolutas nas regiões indicadas, a vinculação da capital a uma estrada de ferro pertencente a empresa particular, a Oeste de Minas, que cortava a Várzea, não chegaram a despertar interesse que pudesse conduzir a alguma posição nova. Da leitura das atas da sessão extraordinária de Barbacena, fica nítida a impressão de que se tratava uma discussão na qual a maioria dos congressistas disputava coisa muito diferente, que não se situava no plano de determinar qual era de fato o melhor local a ser escolhido para capital. Uma das raras exceções que se pode notar, foi a do Senador Virgílio de Mello Franco, que defendia (...) uma mesma posição. Para ele, a capital de um Estado nunca deveria ser interiorizada e sua localização próxima ao litoral era condição para uma ligação aos estados vizinhos, de modo a tornar possível uma comunhão de ideias e de interesses". (RESENDE, 1973, p. 615).

de comunicação em relação às demais regiões de Minas, com o passar dos anos Belo Horizonte representaria de forma melhor, se ligando mais diretamente a todos os pontos do Estado[14]; terceiro, é possível afirmar que, feitos os pedidos de informações ao governo sobre a existência de terras devolutas na Várzea do Marçal e em Belo Horizonte, só chegaram ao congresso informações referentes a Belo Horizonte. (RESENDE, 1973, p. 616).

Assim, depois de inúmeros embates, venceu Belo Horizonte, por pouco sobre Várzea do Marçal. "Belo Horizonte venceu por dois votos: 30 contra 28. A pequena diferença mostra a divisão de juízos. O resultado poderia facilmente ser outro, pois houve ausência de 14 parlamentares". (IGLÉSIAS, 1990, p. 216).

Resende se indagou se estariam, por fim os congressistas, convencidos sobre a superioridade de Belo Horizonte em relação a Várzea do Marçal. Os resultados mostraram que não. Os grupos que desejavam a mudança de localidade da capital permaneciam com os seus mesmos posicionamentos. Votaram por Belo Horizonte o Centro (talvez porque, ainda que a capital saísse de Ouro Preto, continuaria na mesma região), o Norte e alguns representantes da Zona dos Campos, local do qual sairia o sucessor de Afonso Pena, Bias Fortes. Os votos provenientes de outras áreas geográficas eram de indivíduos ligados à política do antigo Centro minerador: o voto do tenente coronel Eugênio Simplício de Salles, radicado em Ouro Preto, por exemplo, e o voto do senador Antônio Martins Ferreira da Silva, da cidade de Ponte Nova, que pertencia à Mata apenas em termos geográficos, mas não estava incorporada à economia cafeicultora regional. Na vitória de Belo Horizonte, o grupo opositor à mudança da capital teve papel decisivo, segundo Resende (1973, p. 616). Quando os acontecimentos mostravam uma possível vitória de Várzea do Marçal, os opositores – um grupo de aproximadamente dez pessoas – resolveram "resistir dentro da lei". (Annaes do Congresso Mineiro em sessão extraordinária em Barbacena, 1893, p. 139).

[14] Os laços entre Aarão e Reis e Afonso Penna podem ser compreendidos por meio da leitura do relatório do engenheiro: "o desejo de corresponder mais uma vez, á honrosa confiança pessoal e profissional, com que V. Ex. de longa data me distingue, determinaram me a acceitar a ardua incumbencia, para que V. Ex. covidou-me". (Relatório de Aarão Reis. In: BARRETO, op. cit., 1996, Vol. 1, p. 256).

De acordo com Resende, a averiguação das votações mostrou que as argumentações sobre a determinação do local para abrigar a capital foi, principalmente, uma luta entre regiões decadentes e regiões prósperas de Minas, embora fossem encontrados indicativos nas mensagens de Afonso Pena de que a disputa não tenha se situado puramente no nível de regionalismos. As mensagens destacaram uma visão realista acerca da situação econômico-financeira de Minas Gerais, marcada, sobretudo, pela consciência do desequilíbrio interno, desequilíbrio que era verificado especialmente no caso da região Norte. Um dos principais entraves para o não desenvolvimento do Norte dizia respeito aos transportes naquela região. Segundo Afonso Pena:

> O maior embaraço, porem, com que luctam os exportadores e industriaes é a dificuldade de transportes. É pois de maior urgência estender os trilhos de ferro para essa parte do Estado até hoje entregue a seus recursos proprios. O prolongamento do ramal de Ouro Preto, ou qualquer outra linha que para lá se dirija, é medida aconselhada pelos interesses econômicos, administrativos e políticos do Estado. Do ponto convenientemente dessa linha deverá partir a que ponha em comunicação o centro de Minas com os portos do Espirito Santo, encurtando as distancias para o mar e abrindo para o nosso Estado novos escoadouros para os seus ricos productos. Assim ficarão também ligados os municipios do norte com os do centro e do sul, como muito convem aos interesses políticos do Estado. (MENSAGEM dirigida pelo presidente de Estado Affonso Augusto Moreira Penna ao Congresso Mineiro em sua terceira sessão ordinária da 1ª legislatura, 1893, p. 16-17).

Na visão de Resende, toda a ação de Afonso Pena, desde o Congresso Constituinte, notabilizava a relevância da luta contra o desequilíbrio político e econômico estadual. Igualmente nas mensagens de presidente do Estado, se notou a busca pelo equilíbrio político e econômico, como por exemplo quando ressaltou a conveniência de oferecer condições ao Norte de levar seus produtos aos centros exportadores. O sentido de manter a capital no Centro do Estado era para conferir unidade às regiões. (RESENDE, 1973, p. 617-618).

> A questão do desequilíbrio econômico envolvia claramente a unidade política. Toda a política de Affonso Penna estava exatamente pautada na procura de caminhos que pudessem conduzir a um almejado equilíbrio, tão vital aos interesses políticos do Estado. É essa constatação que parece justificar a posição de Affonso Penna em favor

> de Belo Horizonte. Evitar que a capital fosse colocada em zona estrategicamente favorável à Mata e ao Sul, era evitar o agravamento do desequilíbrio econômico, numa fase em que o separatismo, originado desse mesmo desequilíbrio, ameaçava constantemente a unidade política do Estado. (RESENDE, 1973, p. 617-618).

Na mesma linha de Resende, os autores Paul Singer e John Wirth defenderam que a sede do governo mineiro foi transferida para Belo Horizonte para, sobretudo, conferir unidade ao Estado.

Paul Singer deixa transparecer que transferir a capital poderia ser uma forma de unificar o Estado, mas não seria fácil o caráter de unidade administrativa também se concretizar em unidade econômica:

> as diferentes regiões do Estado mantinham-se mais separadas do que nunca, embora seus representantes estivessem animados do desejo de restabelecer a unidade entre elas. Porém, cada uma delas supunha-se predestinada a servir de centro unificador de todas. A transferência da Capital seria o toque mágico que distinguiria a eleita, ao redor da qual se uniriam as demais por liames administrativos que, não se sabe por que meio, se tornariam também liames econômicos. (SINGER., 1968, p. 217).

Segundo Wirth, o desenvolvimento desigual das regiões de Minas Gerais poderia ser explicado observando-se as suas origens no século XVIII: localidade que servia de conveniência administrativa à metrópole. Entretanto, desde a Conjuração Mineira, o ideal de unificação, particularmente econômica, "estimulou a fundação de Belo Horizonte em 1897. Posteriormente, em 1960, foi um presidente (Juscelino Kubitschek) que mudou a capital federal do Brasil para Brasília pelos mesmos motivos". (SINGER, 1968, p. 69).

Para Iglésias, a cidade que abrigaria a nova capital seria representativa de um ponto de partida, em que o futuro se estabeleceria a partir dela. "Lugar em que o tempo não se repete, mas que tem pela frente a possibilidade infinita. Ouro Preto, ao contrário, era percebida como símbolo de estagnação e decadência. O tempo morto". (IGLÉSIAS, 1990, p. 222). Assim, segundo o autor, "não foi à toa que os dois lugares mais cotados foram Várzea do Marçal e Curral D'El Rei, dois povoamentos interioranos que desapareceriam para dar luz à cidade moderna, do tempo futuro". (Idem ibidem).

A respeito da localização da nova capital no Centro do Estado, de forma a conferir união a todas as regiões mineiras, vale notabilizar que, na verdade, a capital já se localizava no Centro, em Ouro Preto. Será que a unidade política e econômica que tanto buscava Afonso Pena não foi alcançada enquanto Ouro Preto era a capital por conta dos laços coloniais, da topografia, do ambiente e do clima, das limitadas condições de higiene, das habitações inadequadas, da falta da modernidade que se buscava com a Primeira República, que não se encontrava na antiga capital?

A unidade econômica que se buscava para Minas Gerais parece não ter sido alcançada, mesmo a capital tendo sido transferida[15]. Ainda que algumas regiões, como o Centro, tenham se desenvolvido economicamente depois de alguns anos após a transferência da capital, ao longo do século XX, as regiões de Minas Gerais ainda se desenvolvem de forma heterogênea, voltadas para mercados exteriores.

4. A transferência da capital como busca por comunhão

A respeito das duas interpretações sobre a mudança da capital, a que abordou a escolha de Belo Horizonte para ser a cidade capital com base nas bases políticas e regionais da disputa entre mudancistas e não mudancistas; e a que abordou a escolha de Belo Horizonte tendo significado um esforço de conciliação entre as diferentes regiões mineiras, uma forma de conferir unidade ao Estado, uma não exclui a outra. A presença

[15] "As paisagens de Minas Gerais, consequentemente, oferecem diferentes leituras ao historiador. O Triângulo tomou forma como uma moderna economia agropecuária a partir da década de 1880. Cultural e economicamente, era uma zona nova. O Norte, ao contrário, seguiu o curso da economia de estância do século XVII, salvo uma corrida de diamantes (depois de 1830). Suas velhas cidades se estagnaram nas margens dos vastos latifúndios até a chegada da estrada de ferro no final da década de 1920. O Oeste exportou gado para o sul, sendo que suas cidades interligavam-se por meio de velhas trilhas de gado e, no presente século, por estradas de ferro e rodovias. O café financiou a ascensão das zonas da Mata e do Sul em meados do século XIX. As terras da zona da Mata eram indígenas até 1830, ano em que a fronteira do café começou a expandir-se para o leste penetrando na floresta virgem. O sul também desenvolveu uma agricultura calcada no café; no século XVIII, sua economia estivera centrada na mineração de ouro. Durante a República Velha, estas duas zonas lideraram as outras em termos de riqueza, população e poder político. O Centro perdeu terreno para a zona da Mata e o Sul em todo o decorrer do século XIX, quando muitas famílias da elite se estabeleceram na agricultura, após migrarem de uma decadente área de mineração. Lá, juntaram-se a outros migrantes do vale do rio Paraíba, para formar uma nova elite (...) O longo declínio do centro cessou a partir de 1920, quando o desenvolvimento de indústrias de bens de consumo, bancos e comércio deu uma base econômica à nova capital política, Belo Horizonte. Com isso, o Centro recuperou a velha predominância, especialmente após 1930" (WIRTH, 1982, p. 43).

da divisão de grupos políticos no contexto da escolha de Belo Horizonte não invalida a busca pela conciliação das diferentes regiões no que diz respeito ao crescimento econômico.

Entretanto, a interpretação aqui defendida vai ao encontro da segunda abordagem, ou seja, com base nas argumentações dos autores, acredita-se que Belo Horizonte foi escolhida para ser a capital, justamente no Centro do Estado, como uma forma de busca por conciliação política e, especialmente econômica, entre as regiões estaduais. Ouro Preto já se situava na região central mineira, e numa distância próxima da nova capital, Belo Horizonte. Assim, a capital se manteve na mesma região, o Centro de Minas Gerais. Manter a capital na mesma região em que ela sempre foi, mas em uma localidade que seria planejada nos moldes de modernas cidades, foi uma tentativa de pretensão para uma comunhão estadual, pois continuando a capital na região central do Estado, mas em uma nova cidade, talvez a ligação das diferentes regiões de Minas com a capital, e da capital com as regiões diversas, fosse facilitada, de forma que o Estado como um todo crescesse mais homogeneamente.

Talvez, pensassem Afonso Pena e aqueles que votaram por Belo Horizonte, que o Estado realmente se desenvolveria de forma homogênea daquele ponto em diante. O que, na realidade, não ocorreu, já que Minas continuou se desenvolvendo de forma heterogênea.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

Documentos do Executivo

DECRETO nº 7, de 20 de novembro de 1889. Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, chefe do governo provisório – Aristides da Silveira Lobo.

MENSAGEM dirigida pelo presidente de Estado Dr. José Ricardo de Sá Rego a Assembleia Provincial da Província de Ouro Preto. 1851. Belo Horizonte: Arquivo

Público Mineiro, Secretaria de Governo da Província – documentos da Secretaria de Governo da Província.

MENSAGEM dirigida pelo presidente de Estado Antonio Augusto de Lima ao Congresso Constituinte de Minas Gerais. Annaes do Senado Mineiro, 1891 e 1892.

MENSAGEM dirigida pelo presidente de Estado Affonso Augusto Moreira Penna ao Congresso Mineiro em sua terceira sessão ordinária da 1ª legislatura. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1893.

Documento do Legislativo

Annaes do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais, 1891.

Annaes do Congresso Mineiro em Sessão Extraordinária, Barbacena, 1893.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Rogério Pereira de. "Belo Horizonte e La Plata: cidades-capitais da modernidade latino-americana no final do século XIX". *Revista de História Comparada*. Rio de Janeiro, 6-1, p. 85-123, 2012.

BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva* – Vol. 1: História Antiga. 2 ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas* – o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FERREIRA, Leonardo Gonçalves. "O presente e o passado no Museu Histórico Abílio Barreto (Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil)". *Ponto Urbe*, São Paulo. N. 23, p. 1-23, 2018.

IGLESIAS, Francisco (Org.). "A constituinte mineira de 1891". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, UFMG, n. 71, p. 163-246, julho de 1990.

JULIÃO, Letícia. "Sensibilidades e representações urbanas na transferência da Capital de Minas Gerais". *História* (São Paulo) v. 30, n.1, p.114-147, jan/jun 2011, ISSN 1980-4369.

LOBO, Hélio. *Um varão da República: Fernando Lobo* – A proclamação do regime em Minas, sua consolidação no Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

MARINS, Paulo César Garcez. "Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras". In: NOVAIS, Fernando (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*, v. 3, República: da Belle Époque à era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

OLIVEIRA, Carlos Alberto. *A nova capital em movimento:* a reconfiguração dos espaços públicos em Belo Horizonte (1897-1930). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. "A formação do espaço urbano da cidade de Belo Horizonte: um estudo à luz de comparações com as cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro". *Mediações*, Londrina, v. 21, n. 2, p. 332-352, jul. / dez., 2016.

RESENDE, Maria Efigência Lage de. "Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte". In: PAULA, Eurípedes Simões de. (Org.). *Anais do VII Simpósio Nacional dos professores universitários de História da Anpuh*: A cidade e a história. Belo Horizonte, 1973. P. 601-633.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. *Engenheiro Aarão Reis*: o progresso como missão. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997.

SARAIVA, Luiz Alex Silva; MACHADO, Ana Maria Alves. "Bipolaridade simbólica no Museu Histórico Abílio Barreto". *Cadernos EBAPE.BR*, Fundação Getúlio Vargas. N. 2., v. 5, p. 1-14, junho/2007.

SILVA, Vera Alice Cardoso. "O significado da participação dos mineiros na política nacional, durante a Primeira República". In: MONTEIRO, Norma de Goés (Org.). *V Seminário de Estudos Mineiros*, Belo Horizonte, UFMG, 1982.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana* – análise da evolução econômica de São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo: Companhia Editora Nacional. Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

SIQUEIRA, Moema Miranda de. "Mudança da capital de Minas: uma questão ideológica". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, separada do n. 33. Belo Horizonte, 1972.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. "A capital controversa". *Revista do Arquivo Público Mineiro* (dossiê Belo Horizonte 100 anos depois), ano XLIII, n. 2, p. 28-43, jul./dez. 2007.

WIRTH, John. *O Fiel da Balança* – Minas Gerais na Federação Brasileira (1889/1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

O café e a indústria: uma análise da formação econômica do município paulista de Rio Claro (1904-1937)

Nicoly Gomes Barrotti

Gustavo Pereira da Silva

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

O café e a indústria: uma análise da formação econômica do município paulista de Rio Claro (1904-1937)

Coffee and industry: an analysis of the economic formation of the paulista city of Rio Claro (1904-1937)

Nicoly Gomes Barrotti[1]

Gustavo Pereira da Silva[2]

Resumo:

A presente pesquisa analisa como se deu a formação e o desenvolvimento econômico do município paulista de Rio Claro, uma vez que a cidade conta, até os dias atuais, com vestígios da imigração e da grande lavoura cafeeira, traços que serviram como alicerce para o início da industrialização rio-clarense. Através de uma análise de dados, foi possível fazer apontamentos sobre o papel do café na formação de um complexo econômico pautado na mão-de-obra imigrante e na acumulação de capital proveniente das lavouras cafeeiras, que era, posteriormente, alocada em investimentos industriais que começam a surgir na região.

Palavras-chave: Rio Claro. Café. Imigração. Complexo econômico. Industrialização.

Abstract:

This research analyzes how the Rio Claro formation and economic development have happened, since the city has until the present day, immigration and the large coffee plantation traces, traits that served as a foundation for the beginning of industrialization

[1] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de São Carlos (PPGEc/UFSCar), campus Sorocaba-SP

[2] Professor no Departamento de Economia da Universidade Federal de São Carlos e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba-SP (PPGEc/UFSCar)

in Rio Claro. Through the analysis of data, it was possible to carry out several studies on the role of coffee in the formation of an economic complex based on immigrant labor and on the capital accumulation from coffee plantations, which was later allocated to industrial investments that began to emerge in the region.

Keywords: Rio Claro. Coffee. Immigration. Economic complex. Industrialization

***

Introdução

O município de Rio Claro é uma cidade do interior paulista de 191 anos que ocupa uma área de 498.422 km², formada pelos distritos de Ajapi e Assistência e pelos povoados de Batovi e Ferraz. O município é composto por cerca de 208 mil habitantes, segundo a estimativa do IBGE de 2020, e ocupa o 34° lugar no ranking brasileiro de municípios com melhores IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 2010. Além disso, possui um PIB per capita de 47,8 mil reais, sendo o 101° município com o maior PIB do país.

As origens econômicas da localidade conjugam-se à própria evolução da economia da província de São Paulo no século XVIII e XIX. Com as descobertas auríferas nas Minas Gerais e Mato Grosso, a região do atual município passou a ser um ponto de pousio para as tropas que seguiam rumo ao interior, suscitando um comércio local de gêneros de subsistência por volta do ano de 1720. Pouco mais de um século adiante, a capela curada de São João Batista de Rio Claro foi elevada à categoria de *freguesia* no ano de 1830, quando a economia local se notabilizava pelo predomínio dos engenhos de açúcar. Todavia, entre as décadas de 1850 e 1860, dois fatos destacaram-se na localidade: em 1857, a freguesia foi elevada à categoria de *cidade* - desmembrando-se dos municípios de Limeira e Mogi Mirim – e, concomitantemente, as lavouras rio-clarenses converteram-se em cafezais, atividade que se tornou o esteio da economia local até pelo 1930 (Dean, 1977; Bilac, 2001).

A historiografia econômica sobre Rio Claro tem forte influência do pioneiro trabalho de Dean (1977). Seu estudo sobre o sistema de trabalho na lavoura rio-clarense entre 1820-1920 explora a formação da economia local açucareira e, posteriormente, sua conversão ao café, indicando os capitalistas que financiaram embrionariamente estas atividades e a transição de mão-de-obra escrava ao trabalhador livre assalariado,

principalmente na figura do imigrante. Em que pese apresentar uma interessante relação entre produção cafeeira e salários dos imigrantes, o autor acaba não trazendo indícios da formação de um setor manufatureiro na localidade.

O trabalho de Santos (2000) tem por objetivo discutir o processo de urbanização de Rio Claro no período de 1850-1906, em que houve vasta expansão dos cafezais na região do Oeste Paulista. O autor toma como ponto de partida a argumentação das primeiras experiências com trabalhadores livres da região, inclusive imigrantes alemães, e a grande contribuição da linha férrea para a urbanização da cidade. Em seus resultados, Santos destaca que o setor de serviços se expandiu com a chegada da estrada de ferro e foi o setor que mais cresceu ao responder por uma demanda existente ao norte e a oeste da cidade. Além disso, a Cia. de Estrada de Ferro de Rio Claro (posteriormente adquirida pela Cia. Paulista de Estradas de Ferro) influenciou no surgimento de armazéns e de oficinas de vagões e de outros veículos. Esta análise, porém, é focada no desenvolvimento da linha férrea da cidade, não tendo como foco a influência da acumulação de capital derivada das lavouras cafeeiras, tampouco, os impactos adjacentes à economia industrial local.

Grandi (2006, 2007, 2020) faz uma análise histórica da primeira companhia ferroviária instalada na cidade, a Companhia Estrada de Ferro de Rio Claro no período 1882-1903[3]. Em seus trabalhos ora arrolados, a companhia ferroviária rioclarense é objeto de análise em que fica evidente sua alta lucratividade por conseguir carrear a produção cafeeira de uma região em franca expansão agrícola, cenário que se manteve após a compra da ferrovia pela Cia. Paulista em 1892. Apesar dos efeitos positivos que a Cia.

[3] Em 1876, a Cia. Paulista de Estradas de Ferro inaugurou a estação de Rio Claro, interligando a cidade ao eixo ferroviário provincial. Todavia, a extensão do tronco ferroviário a partir da cidade gerou uma disputa entre a Cia. Paulista, fazendeiros locais – como o Conde do Pinhal e o Visconde Rio Claro – e o Governo Imperial no intento de validar sua proposta de melhor traçado, a ponto da Cia. Paulista abdicar do direito de seu prolongamento da ferrovia, a dia 20 de maio de 1880, por não concordar com o projeto proposto. A partir deste momento, o Conde do Pinhal liderou a formação do capital que gerou Companhia Estrada de Ferro Rio Claro, uma sociedade anônima autorizada a funcionar através do Decreto n° 8639 de 12 de agosto de 1882, ferrovia que estendeu seus trilhos até os municípios de Araraquara e Jaú e, em 1889, seria vendida a um grupo de capitalistas ingleses que, em 1892, revenderiam a empresa à Cia. Paulista de Estradas de Ferro (Grandi, 2007).

Rio Claro gerou em outros setores da economia local – como a formação das oficinas de reparos ferroviários – o fato é que os trabalhos não exploram detalhadamente a relação entre o desenvolvimento ferroviário, a expansão das lavouras de café e o desencadeamento das primeiras indústrias rio-clarenses.

De outra parte, no que tange à formação da indústria rio-clarense, o trabalho de Selingardi-Sampaio (1987) busca fazer uma análise da evolução da estrutura industrial local, nomeando o período 1873-1929 como a "fase pioneira" e trazendo dados absolutos do número de empresas e dos setores manufatureiros. Todavia, estes dados originados a partir de fontes secundárias não detalham o capital destas empresas, os nomes dos empresários, a quantidade dos empregados, impossibilitando termos uma melhor noção de quais setores eram os mais relevantes na indústria rio-clarense da Primeira República[4].

Considerando os trabalhos apresentados acima, percebe-se que há uma lacuna na historiografia sobre como o avanço da lavoura cafeeira se expressou na formação da economia industrial no município de Rio Claro na Primeira República, que será o tema proposto nessa análise. Dessa forma, nosso objeto de estudo se calcará na tentativa de apreender quais eram as principais empresas manufatureiras na cidade de Rio Claro no ano de 1918 e no período 1928-1937, tentando elucidar se os proprietários destas firmas constavam como agricultores no ano de 1904-1905, data em que foi elaborada a Estatística Agrícola do município de Rio Claro. Em linhas gerais, o artigo busca trabalhar a relação entre café, imigração e a indústria rio-clarense à semelhança do trabalho de Lanza e Lamounier (2014), que destacaram junto ao avanço da cafeicultura ribeirão-pretana na Primeira República a formação de grandes empresas naquela localidade paulista.

[4] Cabe mencionar o estudo de Fileni (2009) que busca entender como se deu a participação do município de Rio Claro no processo de interiorização da indústria paulista e conclui que, a partir da década de 1970, a cidade vivenciou um desenvolvimento em ritmo acelerado, com a implantação de indústrias de médio e grande porte, multinacionais, surgimento de novos bairros e a consolidação de um Distrito Industrial.

Essa análise terá como recorte temporal o período entre 1904 a 1937, tendo em vista as fontes primárias arroladas: os dados da *Estatística Agrícola e Zootécnica de Rio Claro* para os anos de 1904-1905, a *Estatística Industrial para o município de Rio Claro* para o período 1918-1919 e, por fim, a *Estatística Industrial do Estado de São Paulo* no período 1928-1937, dados disponibilizados digitalmente pela Fundação SEADE. Ademais, utilizaremos também os dados da *Estatística de Produção e Comércio: o Café* que cobre o período de 1913 a 1933.

O artigo terá adiante quatro partes. Inicialmente será abordado o referencial teórico relativo ao trinômio café-imigração-indústria em São Paulo. Na sequência, o trabalho se debruça sobre a formação do complexo cafeeiro na região do Oeste Paulista, e qual foi a sua contribuição para a formação da indústria em Rio Claro. Em seguida, a análise buscará entender a formação da indústria em Rio Claro e sua situação nos anos 1915-1919. Por fim, o trabalho seguirá a análise sobre o setor manufatureiro rio-clarense no período 1928-1937.

1 – Café, imigração e a indústria na economia paulista da Primeira República

O artigo visa contribuir ao campo de estudos sobre a formação da indústria no Brasil, a partir do caso da indústria paulista na Primeira República (1889-1930) em que há o vazamento do capital agrícola ao industrial, na perspectiva do complexo econômico cafeeiro de Cano (1981) – café ao centro deste complexo e a indústria surgindo como atividade conexa – bem como, realçar o papel do imigrante na matriz social da indústria paulista abordado por Dean (1971) – junto de membros da elite agrária estadual.

Resumidamente, alguns elementos se combinaram para a formação do complexo cafeeiro paulista a partir dos anos 1870: o avanço da lavoura cafeeira pelas terras planas e férteis do interior de São Paulo (Oeste Paulista), a chegada dos imigrantes, a demanda por um sistema de transporte eficiente expresso pelas ferrovias, a produção e comércio

de alimentos, a urbanização e o crescimento populacional passaram a demandar atividades complementares à lavoura cafeeira (bancos, atividades de exportação-importação, infraestrutura portuária e urbana, atividades públicas) (Saes, 2010, p. 16-17).

A indústria paulista surge como uma destas atividades vinculadas ao complexo cafeeiro, sendo que, os setores manufatureiros predominantes na indústria brasileira da Primeira República eram os têxteis e o processamento de alimentos (Mello, 2009; Cano, 1981; Aureliano, 1999; Silva, 1995). Esta caracterização da indústria concentrada nos ramos de bens assalariados tinha a figura do imigrante em destaque, seja como um trabalhador rural que era consumidor de tais bens – por exemplo, ao adquirir calçados nacionais – ou como na condição de operário fabril, além, da presença dos imigrantes como empresários industriais (Dean, 1971).

As condições que teriam permitido aos imigrantes adentrarem ao empresariado industrial paulista passariam pelo capital previamente trazido da Europa ao Brasil, pelos proventos obtidos em terras brasileiras através do trabalho nas fazendas cafeicultoras ou mesmo no comércio urbano. Ademais, os imigrantes poderiam ter uma *expertise* financeira e industrial conquistada junto a bancos e empresas europeias que, muitas vezes, permitia a estes indivíduos serem representantes de firmas estrangeiras no Brasil que, com o passar do tempo, viram a necessidade construir oficinas para reparos de máquinas e equipamentos importados que se converteram em fábricas nacionais (Dean, 1971).

Caio Prado Júnior (1969, p. 261-262) afirma que "Efetivamente, a maior parte da indústria brasileira encontrou-se logo nas mãos de adventícios de recente data, ou seus sucessores imediatos". Bresser-Pereira (1964, p. 90-94) robusteceu esta visão, na década de 1960, ao levantar as origens sociais dos empresários de firmas com mais de 100 empregados nas cidades de São Paulo, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano, pontuando que 84% dos empresários são de origem estrangeira, com destaque aos 35% de raízes italianas, 16% de origem brasileiras e 13% de alemães e austríacos.

Estudos locais corroboraram os apontamentos de Dean (1971) e Bresser-Pereira (1964). Camillo (1998), ao abordar a formação da indústria em Campinas, na segunda

metade do XIX, constatou que 60% destas empresas eram de imigrantes, predominando italianos e alemães. Barbosa (2006, p. 92) indica que 55% das empresas calçadistas da cidade paulista de Franca, formadas entre os anos 1900-1945, tinham proprietários ou sócios de origem italiana. Em relação à cidade paulista de São Carlos, o estudo de Truzzi e Bassanezi (2009, p. 214) demonstra que, em 1907, 89% dos industriais registrados no censo local eram imigrantes, sendo que os italianos representavam 58% do total da amostra. Por sua vez, Brandão (2015, p. 328), ao analisar os registros de pequenas indústrias na cidade de Ribeirão Preto, entre 1890-1930, constatou que 54% vinham de proprietários de origem italiana. No caso do setor de bens de capital paulista (empresas de máquinas, oficinas mecânicas e fundições), Marson (2012, p. 500) faz um levantamento das empresas de bens de capital no estado de São Paulo no ano de 1891, arrolando 22 firmas, sendo que havia uma maioria de empresas com proprietários estrangeiros, sobretudo alemães.

Todavia, a matriz social do empresariado paulista seria dupla, pois, além dos imigrantes, ela contaria com a presença de fazendeiros locais. Em relação aos fazendeiros, Dean (1971, p. 43-44) aponta que uma parte destes agentes já tinha uma *expertise* empresarial, pois vários dos empreendimentos necessários ao negócio cafeeiro – ferrovias, bancos, firmas comissárias, casas de importação e exportação – tratavam-se de sociedades anônimas em que boa parte das ações estavam nas mãos da elite agrária – o grande capital cafeeiro – que buscava uma maneira diversificar seu capital dentro do complexo econômico paulista (Perissinotto, 1994). Em tais empresas – como as ferrovias – haveria uma divisão de tarefas entre os dois componentes da matriz social do industrial paulista: o comando técnico ficaria a cargo de imigrantes e seu conhecimento mecânico; aos fazendeiros, por sua vez, caberia a base financeira, com o capital necessário à formação da empresa (Saes, 2002)[5].

[5] Ao tomarmos como exemplo as ferrovias paulistas no ano de 1892, notamos que dentre os principais acionistas da Cia. Mogiana (Antonio A. Camargo, Banco dos Lavradores e José Estanislau do Amaral) e da Cia. Paulista (Barão de Arary, Barão de Souza Queiroz, Eduardo Prates, Martinho Prado Junior e Veridiana V. S. Prado) era inexistente a presença de agentes estrangeiros (Saes, 1981, p. 189-192).

Sendo assim, o café demandou a indústria, e esta foi constituída por uma elite empresarial que combinou nomes de famílias vinculadas originalmente à lavoura cafeeira (Silva Prado, Lacerda Franco) com a presença de imigrantes (Siciliano, Crespi, Matarazzo) (Saes, 2010, p. 19). Localidades como Rio Claro são exemplares para elucidar como o avanço da cafeicultura possibilitou acumulação de capital, urbanização, crescimento demográfico e a formação de um setor industrial na Primeira República (1889-1930).

2 – A formação econômica do município de Rio Claro e seu complexo cafeeiro (1830-1906)

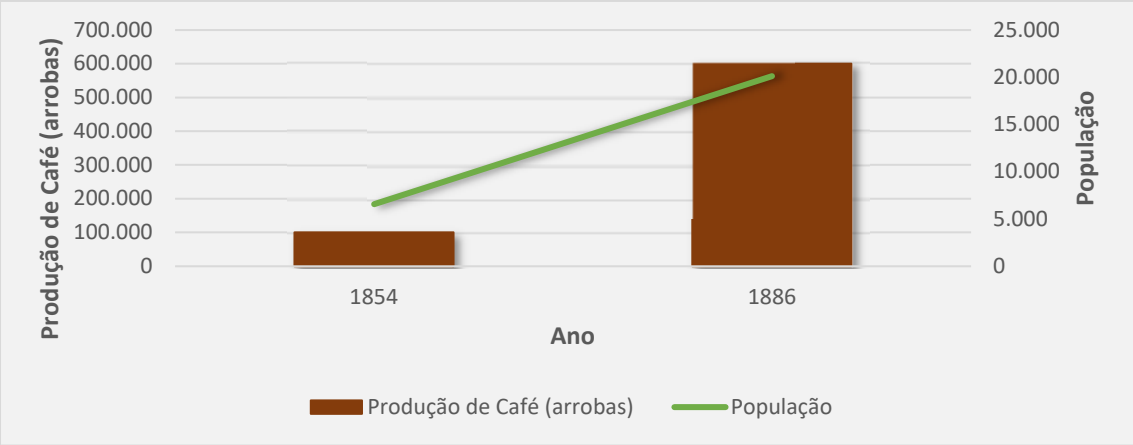
As terras que atualmente formam o município de Rio Claro começaram a ser delineadas ao final do século XVIII, visto que a região fazia parte do caminho que levava as tropas até as minas de Goiás e Mato Grosso. Ao longo desses percursos, foram se formando os pousos que visavam ao abastecimento das tropas e, essas paradas resultaram nas primeiras ocupações de terras, formadas por negociantes, sesmeiros e, posteriormente, por representantes espirituais com a construção da capela. Logo, começaram a se desenvolver as primeiras propriedades de terra ligadas ao plantio da cana-de-açúcar, com escravos e agregados trazidos para compor a força de trabalho. Em 9 de dezembro de 1830, a região passou à condição de freguesia, pertencente à vila de Constituição (atual Piracicaba), 15 anos depois foi elevada à vila e, em 1857, foi reconhecida como cidade de São João Batista do Ribeirão Claro (Santos, 2000, p. 13-19; Troppmair, 1993, p. 1-3).

O cultivo da cana-de-açúcar foi a principal atividade econômica da localidade até a década de 1850. Porém, a partir da década de 1860, as grandes fazendas rio-clarenses como Ibicaba e Angélica – propriedades do senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro – haviam convertido suas lavouras ao plantio do café, mudança que foi impulsionada pela crescente demanda mundial pelo grão que se traduzia em preços em

elevação, pela infraestrutura (produtiva, comercial e financeira) previamente formada nos tempos do açúcar, além da boa adaptabilidade do cafeeiro ao solo do Oeste Paulista (Santos, 2000, p. 22-28; Petrone, 2010, p. 148-154).

De meados da década de 1850 ao final do século XIX, a cidade de Rio Claro viveu o auge de sua economia cafeeira que pode ser aferido por relevantes mudanças na localidade. Pelo lado da demografia escrava, se no ano de 1856 havia 1.426 cativos na vila, já em 1884, os escravos atingiram o número de 4.980, em grande parte contando com o tráfico intra e, principalmente, interprovincial – sobretudo das Minas Gerais (Rossini, 2015, p. 146-150).

Gráfico 1 – População (em milhares) e produção de café (em arrobas) em Rio Claro, 1854 e 1886



Fonte: Milliet (1941, p. 56).

Como é possível ver no gráfico 1, entre no período 1854-1886, a produção de café no município deu um salto de mais de 600% e a população rio-clarense também aumentou, saindo de pouco mais de 5 mil habitantes em 1854 e atingindo mais de 20 mil habitantes em 1886, refletindo um crescimento de cerca de 306%. A produção cafeeira de Rio Claro em 1886 foi a terceira maior da província de São Paulo, ficando atrás somente dos municípios de Campinas e Amparo (Milliet, 1941, p. 54).

A partir de 1886, a cidade de Rio Claro insere-se no movimento imigratório visto na província de São Paulo[6]. O encaminhamento da questão escravista – cuja Abolição viria em 1888 – abria a necessidade premente de suprir a demanda por mão-de-obra nas lavouras paulistas na segunda metade da década de 1880 (Tessari, 2011, p. 120). Segundo Dean (1977, p. 155), no ano de 1883, somente 222 imigrantes haviam adentrado ao município de Rio Claro, porém, uma década adiante, esta cifra chegaria a 2.093 estrangeiros e, no período 1896-1900, da Hospedaria dos Imigrantes na capital paulista teriam sido dirigidos a Rio Claro o total de 11.536 estrangeiros, sendo que 81% destes indivíduos eram italianos (Meirelles, 2016, p. 47)[7].

A partir da "*Estatística Agrícola e Zootécnica de Rio Claro para os anos 1904-1905*" é possível estabelecer algumas considerações acerca das propriedades agrícolas rio-clarenses no início do século do XX, seu volume de produção e a presença de proprietários nacionais e estrangeiros como fruto do processo migratório das décadas anteriores. Considerando a análise das propriedades de café da cidade de Rio Claro, estabelecemos que pequenos produtores eram aqueles cuja área plantada de café variava entre 1 e 25 alqueires, os médios produtores aqueles cuja área plantada representava de 26 a 100 alqueires e os grandes produtores aqueles que possuíam área plantada de café maior do que 100 alqueires[8].

[6] A partir de 1886, as iniciativas paulistas de imigração subvencionada – como a criação da Sociedade Promotora da Imigração (SPI) – ajudam a entender o grande ingresso de estrangeiros pelo Porto de Santos, tendo em vista que, entre 1836-1886, apenas 52 mil imigrantes foram registrados na província de São Paulo, número que passou a 909 mil para os anos 1887-1900, com forte predomínio dos italianos que, junto de outras nacionalidades (alemães, espanhóis, portugueses, japoneses e outros), contribuíram para que a taxa de imigrantes na população total paulista passasse de 5,4% no ano de 1890 para 21% da população estadual no ano de 1900 (Camargo, 1952, p. 30; Bassanezi, Scott, Bacellar e Truzzi, 2008, p. 19).

[7] Em relação às primeiras experiências imigratórias em Rio Claro, é importante mencionar que as fazendas Ibicaba e Angélica operaram por muitos anos com trabalho escravo, entretanto, foram as primeiras da região a vislumbrarem o trabalho livre imigrante. No ano de 1847, o Senador Vergueiro já possuía trabalhando em suas fazendas cerca de 300 escravos e algumas famílias imigrantes portuguesas e, naquele ano, trouxe cerca de 64 famílias alemãs e 149 suíços para compor a força de trabalho nas lavouras. Em 1854, a Fazenda Ibicaba já abrigava cerca de 670 imigrantes, sendo mais da metade representados por alemães e cerca de 34% por portugueses (Santos, 2000, p. 28-32; Truzzi e Neto, 2007, p. 43-47; Troppmair, 1993, p. 17-25).

[8] Com base em Luna, Klein e Summerhill (2014), podemos classificar pequenos, médios e grandes produtores de café através do tamanho de suas propriedades em alqueires, do total da área plantada de café em alqueires e do total da produção de café em arrobas.

Nos anos de 1904 e 1905, havia diversos pequenos proprietários de terra que apostavam no cultivo em Rio Claro, especialmente de café. O total da área plantada no município chegava a quase 7 mil alqueires, o que é equivalente a aproximadamente 8.500 hectares, que comportavam cerca de 13 milhões de pés de café. Dessa forma, a produção era de, aproximadamente, 700 mil arrobas ao ano.

Tabela 1 – Rio Claro: Principais produtos agrícolas plantados em 1904-1905

Produto	**Área Plantada (alqueires)**
Café	6.720
Milho	1.970
Feijão	814
Arroz	169
Cana	59
Batata	54
Uva	5
Fumo	1
Mandioca	1
TOTAL	9.793

Fonte: Estatística Agrícola de Rio Claro – Fundação SEADE. 1905, p.20

Entre 1904 e 1905, o café dominava as plantações agrícolas nas terras de Rio Claro. A Tabela 1 apresenta o total de área plantada de cada produto e, percebe-se que quase 69% desse total era destinado às lavouras de café. Em seguida, a plantação de milho representava cerca de 20,1% e a plantação de feijão representava 8,3% desse total.

Sobre os agentes locais da produção cafeeira – que totalizavam 300 cafeicultores ao todo – dos 20 maiores proprietários do cultivo de café da localidade, 16 se enquadravam no que classificamos por grandes proprietários, ou seja, detentores de 100 ou mais alqueires destinados à plantação de café e, os outros 4 proprietários podem ser considerados como médios proprietários, possuindo entre 25 e 100 alqueires de lavoura cafeeira.

Gráfico 2 – Participação da produção dos 20 maiores cafeicultores no total da produção de Rio Claro em 1904-1905

Fonte: Estatística Agrícola de Rio Claro – Fundação SEADE, 1905, pág. 2-10.

O gráfico 2 nos permite observar que a produção de café derivada dos 20 maiores cafeicultores de Rio Claro representava 47% da produção total do município, contribuindo com 324 mil arrobas no ano-safra de 1904-1905. Dessa forma, nota-se que grande parte da produção ficava concentrada na mão de grandes e médios produtores, porém, mais da metade da produção (53%) era suprida por médios e pequenos cafeicultores, ressaltando a importância destes na formação da lavoura cafeeira local.

Tabela 2 – Rio Claro: Nacionalidade dos proprietários das terras em 1904-1905

Nacionalidade	N° de Propriedades	Área das propriedades (alqueires)
Brasileiros	258	31.472
Italianos	67	2.850
Alemães	42	4.287
Portugueses	18	3.008
Espanhóis	15	388
Austríacos	4	23

Fonte: Estatística Agrícola de Rio Claro – Fundação SEADE. 1905, p.20

Na Tabela 2, podemos verificar que, das 404 propriedades de terras registradas em Rio Claro, em números absolutos, cerca de 64% pertenciam a brasileiros – note-se que muitos dos brasileiros poderiam ser filhos ou netos de imigrantes – e, logo em seguida, 16,6% e 10,4% pertenciam a italianos e alemães, respectivamente. Quando nos atentamos ao total da área das propriedades, notamos que os proprietários de

nacionalidade brasileira detinham a maior quantidade de alqueires (cerca de 75% do total) e, em seguida, os alemães dominavam com 10,2%. A análise nos permite perceber que, apesar dos italianos terem maior quantidade de terras, em termos absolutos, sua área total era menor do que dos imigrantes alemães. Ou seja, as terras de propriedade alemã eram mais concentradas, porém com áreas mais vastas[9].

Notamos que até o final do século XIX e o início do século XX, a economia rio-clarense foi marcada por grandes safras de café e forte impulso imigratório que contribuiu ao avanço demográfico da cidade. Entretanto, conforme aponta Milliet (1941), com o passar do tempo, o envelhecimento dos cafezais tenderia a se expressar no declínio dos cafezais e na perda de qualidade do grão. Além disso, o autor ainda cita que algumas fazendas com menores produções se dividiriam em sítios e que a monocultura cafeeira começaria a abrir espaço para a policultura.

Tabela 3 – Rio Claro: Produção de café e sua participação percentual em relação ao café produzido no Estado de São Paulo – anos selecionados

Ano	Produção total em arrobas	Média por dia (por mil pés)	Participação
1909-1910	584.402	43,6	1,21%
1919-1920	233.000	17,4	1,40%
1929-1930	342.000	32,6	0,44%

FONTE: Estatística de Produção e Comércio: o café. São Paulo, 1913-1933– Fundação SEADE

Considerando a Tabela 3, nota-se a produção de café rio-clarense no total da produção do estado de São Paulo e, observa-se que durante a segunda década do século

[9] Os alemães podem ser considerados figuras importantes para a formação da cidade de Rio Claro, devido à diversos hábitos que mudaram o cotidiano da população que ali residente. A concentração dos povos germânicos resultou na chamada Vila dos Alemães, onde até os dias atuais recebe o nome de Vila Alemã e, também na construção de um cemitério para evangélicos e luteranos alemães que foi denominado como Cemitério Alemão (considerando que imigrantes não podiam ser sepultados no Cemitério Municipal). Além disso, em 1883, o alemão Theodor Köelle fundou a Escola de Língua Alemã (hoje, Colégio Köelle) e, em 1884, a primeira Igreja Luterana foi fundada pelo alemão Johann Jakob Zink. Essas instituições foram fundamentais para registrar a importância da imigração alemã e seus impactos na formação da cidade (Santos, 2000, p. 34-40).

XX, Rio Claro era responsável por 1,3%, em média, de todo o café produzido no estado. Entretanto, com o início da década de 1920 e o envelhecimento dos cafezais na localidade, essa participação diminui devido à redução na produção cafeeira do município e a representatividade média, frente ao estado de São Paulo, cai para 0,7%. Ademais, podemos observar ainda que, após 1920, a produção de café é retomada, porém em patamares menores do que a década anterior. Além disso, a safra que antecede a Crise de 1929 (safra de 1927-1928) é a maior da década, com uma produção de café que chega a 448 mil arrobas, no entanto, a produção despenca no ano seguinte, sendo a 3° menor safra da década, com uma produção total de 270 mil arrobas.

Esta análise inicial da formação econômica rio-clarense indica a correlação positiva entre a expansão dos cafezais e o ingresso dos imigrantes até o início da I Guerra Mundial. Porém, com a década de 1920, a tendência de participação declinante em relação ao estado de São Paulo, trazida por Milliet (1941), apresentou-se no caso da lavoura rio-clarense. Mas, desde o final da I Guerra Mundial, é possível notar a formação embrionária da indústria local, inclusive com a participação de imigrantes que originariamente vinculavam-se à produção cafeeira.

3 - O nascimento da indústria rio-clarense e seus vínculos com o café (1915-1919)

Conforme afirma Cano (2007) e Dean (1971), na transição do século XIX para o século XX, a cultura do café foi fundamental para criar um mercado interno e uma oferta de trabalho abundante que, concomitantemente, teve o apoio da chegada dos meios de transporte, como as ferrovias, contribuindo para o surgimento de pequenos comércios urbanos. Além disso, a acumulação de capitais decorrente dos lucros das lavouras de café deu base para os primeiros investimentos industriais na região de Rio Claro que, geralmente, pertenciam a famílias de imigrantes e faziam parte de setores vinculados, direta ou indiretamente, à sustentação da economia cafeeira.

Nas primeiras décadas do século XX, as pequenas indústrias ganharam espaço frente à infraestrutura urbana, que já contava com energia elétrica, água, esgoto e até serviços telefônicos. A cidade, então, já contava com 24 fábricas de aguardente, 7 fábricas de cerveja, 7 fábricas de troles, 5 de massas alimentícias, 2 de máquinas e 1 de gelo. Portanto, pode-se observar que já havia um bom número de indústrias e uma vasta oferta de trabalho à população rio-clarense (Santos, 2000, p. 144-161).

A imigração italiana em massa se instaurou na cidade, e sua presença foi marcada em diversos setores da economia da região. Pequenos e médios comércios foram criados e os italianos se destacaram na alfaiataria, na fabricação de calçados com a família de Salvador Mônaco, e ainda em setores como a mecânica, marcenaria, marmoraria, entre outros. Em 1905, os pequenos comércios de propriedade italiana já superavam os dos alemães em todos os setores da cidade (comércio, serviços e fábricas) e, no mesmo ano, a cidade de São João Batista do Ribeirão Claro passa a ser chamada de Rio Claro, pela Lei Estadual n° 975 de 20 de dezembro (Santos, 2000, p. 109-117).

Gradativamente, os imigrantes que habitavam nas fazendas passaram a migrar para a cidade onde conseguiam comprar terras e, muitos preferiam trocar os serviços das lavouras para viver do trabalho artesanal e da indústria doméstica, gerando pequenas fábricas locais de origem familiar. Os setores que mais contribuíram com o início da economia industrial foram o de transportes (construção e aprimoramento de carros e troles), fabricação de cervejas, serrarias e casas de fundição. Além disso, a chegada da linha férrea, que ocorreu em 1876, também colaborou para o deslanche da industrialização local (Santos, 2000, p. 34-55)[10].

[10] A instalação da estação da Cia. Paulista de Estrada de Ferro na cidade tinha o objetivo de facilitar o escoamento do café e as viagens até a Capital e ao porto de Santos, mas, além disso, possibilitou a criação de diversas vagas de trabalho nas oficinas de manutenção dos vagões e, nos seus arredores foram surgindo várias casas de comércio, botequins e hotéis, ocasionando numa localização urbana privilegiada (Santos, 2000, p.90-94).

Tabela 4 – Quantidade de estabelecimentos industriais por setor em Rio Claro no ano de 1916

SETOR	QUANTIDADE
Chapéus	1
Calçados	1
Meias	1
Refino de Açúcar	1
Massas alimentícias	6
Moagem de cereais	5
Farinha e polvilho	4
Vinagre	2
Cervejas	6
Bebidas	6
Móveis	4
Cordas e barbantes	1
Arreios e selins	1
Curtumes	3
Fundição	1
Serrarias	4
Ladrilhos, canos e tijolos	25
Cal	8
Carros e carroças	10
Oficinas de vagões	1
Sabão	4
Diversos	7
TOTAL DE RIO CLARO	102
TOTAL DO ESTADO DE SP	7.681
REPRESENTATIVIDADE	1,33%

FONTE: Boletim da Diretoria de Indústria e Comércio. 1916, pág. 208-217

Com base na Tabela 4, vemos que, logo nas primeiras décadas do século XX, algumas indústrias já começam a surgir concentrando suas produções em setores fundamentais para a sustentação da economia cafeeira, como a produção de alimentos – essencial para suprir a demanda interna –, transportes e fundição – que eram necessários para dar suporte à cadeia produtiva do café e à vida urbana. Dessa forma, observa-se que, em 1916, das 7.681 indústrias registradas no estado de São Paulo, distribuídas entre 184 municípios, 102 estavam concentradas na cidade de Rio Claro, o que reflete 1,33% do total do estado.

O setor predominante era o de ladrilhos, canos e tijolos, com 25 indústrias, a grande maioria situada nas terras que hoje formam a cidade de Santa Gertrudes, mas que à época pertenciam a Rio Claro. Logo após, notamos que as indústrias do setor alimentício predominavam na região, com 6 fábricas de massas, 6 fábricas de cerveja, 6 de bebidas e 4 de farinhas e polvilhos. Além disso, outros setores que predominavam dentre as indústrias rio-clarenses era o de carros, carroças e consertos de vagões, que somavam 11 indústrias no total. O setor era fundamental para dar assistência à linha férrea da Cia. Paulista de Estradas de Ferro que atravessava a cidade.

A Tabela 5 permite identificar quais indústrias a cidade de Rio Claro tinha registradas no ano de 1919 e quem eram seus respectivos proprietários. Juntas, elas somavam 19 fábricas, com um capital total de 647 mil contos de réis e empregavam um total de 395 operários. Percebemos que, em um espaço de três anos, comparado com a análise da Tabela 6, o setor alimentício (massas e bebidas) ainda se destaca, tendo o maior número de fábricas. Vale destacar que, nos registros industriais de 1919 não foi encontrado nenhum proprietário industrial que possuía, também, propriedades de plantação de café nos anos da década anterior segundo a Estatística Agrícola de 1904-1905.

Tabela 5 – Indústrias de Rio Claro em 1919

PROPRIETÁRIO	SETOR	CAPITAL (contos de réis)	OPERÁRIOS	PRODUTOS
Cia de Calçados Flora	Calçados	200.000	150	Calçados
Caetano Castellano	Cigarros	200.000	30	Cigarros e charutos
João Francisco Castro	Selaria	10.000	8	Arreios mexicanos
Angelo Cerri	Massas alimenticias	7.000	2	Massas alimenticias
Lourenço Mungai	Ladrilhos	5.000	8	Ladrilhos mosaicos
Benetti e Cia	Chapéus	4.000	7	Chapéus de palha
Matheu e Anharinho	Bebidas	40.000	6	Bebidas diversas
Gino Bellini	Bebidas	15.000	3	Licores e xaropes
Pezzoli e Cia	Bebidas	5.000	30	Licores e xaropes
Carlos Marchini	Bebidas	4.000	2	Bebidas diversas
Pedro Pessenda	Bebidas	2.000	2	Cerveja
L. Picoli e Cia	Chinelos	20.000	20	Chinelos
Timoni e Irmão	Chinelos	5.000	10	Chinelos
Simão Hofliing	Carroças	3.000	50	Carroças e troles
Germano Boltz	Marcenaria	2.000	6	Móveis
Conrado L. Klellis	Tipografia	70.000	6	Impressos
Joaquim F. Costa	Tipografia	25.000	3	Impressos
A. M. Lucca	Máquinas	20.000	50	Máquinas de arroz
José Pereira Calado	Máquinas	10.000	2	Máquinas para café

FONTE: Boletim da Diretoria de Indústria e Comércio. 1919, pág. 136.

A forte presença dos sobrenomes italianos como razão social das empresas industriais rio-clarenses em 1919 corrobora com os argumentos de Mello (1991), que apontam que a burguesia industrial paulista teve fortes vínculos com a lavoura cafeeira e sua demanda por uma massa de imigrantes, pois estes, seja acumulando capital nas fazendas ou vindo diretamente para morar nas zonas urbanas, seriam fundamentais para compor a gama de empresários que puderam dar início a industrialização da cidade de Rio Claro (Dean, 1971; Bresser-Pereira, 1964; Camillo, 1998; Barbosa, 2006; Truzzi e Bassanezi, 2009, p. 214; Brandão, 2015; Marson, 2012, p. 500).

4 – Um panorama da indústria rio-clarense entre os anos 1928-1937

Na Tabela 6 abaixo, temos os municípios que formavam os 10 maiores centros industriais do Estado de São Paulo, no ano de 1933. Nota-se que a participação industrial

da capital de São Paulo representa mais de 77% do total industrial do estado, em relação ao capital, comportando mais de 3 mil fábricas e empregando cerca de 73% do total de operários.

Tabela 6 - Principais Centros Industriais de São Paulo em 1933

Município	N° de Fábricas	Capital	Capital Deflacionado	Operários	Força Motriz	Valor da Produção	Valor da Produção Deflacionado
Capital	3.363	891.591.954	852.759.552	98.784	123.413	1.231.386.766	1.177.754.938
São Bernardo	119	125.043.624	119.597.473	8.157	16.749	145.786.286	139.436.709
Sorocaba	82	45.227.950	43.258.092	11.412	12.095	87.008.368	83.218.805
Jundiai	107	39.639.739	37.913.270	5.509	6.795	48.195.903	46.096.778
Campinas	123	25.217.155	24.118.847	4.607	3.728	38.016.769	36.360.986
Taubaté	28	11.299.161	10.807.037	2.267	3.246	17.526.826	16.763.462
Ribeirão Preto	85	10.709.201	10.242.772	986	1.643	12.660.127	12.108.728
Limeira	27	6.293.800	6.019.680	727	736	7.839.165	7.497.738
Rio Claro	80	4.630.814	4.182.288	1.848	2.679	6.131.200	5.864.162
Pirassununga	32	4.133.300	3.953.278	545	601	3.073.768	2.939.893

FONTE: Estatística Industrial de São Paulo – Fundação SEADE. 1933.

Conforme a tabela 6, o município de Rio Claro aparecia como o 9° maior centro industrial, com um valor nominal da produção de mais de 6 milhões de contos de réis distribuídos entre 80 fábricas, refletindo uma participação de, aproximadamente, 0,4% do capital total da indústria paulista e 2% do total de número de fábricas. Além disso, dentre os quase 135 mil operários distribuídos nos 10 maiores centros industriais, Rio Claro empregava quase 1%, com uma média de 23 funcionários por fábrica.

Tabela 7 – Evolução da quantidade de indústrias de cada setor em Rio Claro entre 1928 e 1937

SETOR INDUSTRIAL	1928	1930	1933	1937
Alimentos	4	5	5	3
Artefatos de papel e papelão	-	1	-	-
Artes Gráficas	2	3	3	3
Bebidas Cervejas	1	1	1	2
Cal e Cimento	1	8	6	6
Calçados	5	2	4	6
Carpintarias	2	2	1	1
Chapéus e bonés	1	1	-	1
Chocolates, balas, bombons, etc	-	-	1	-
Colchoes e travesseiros	-	-	1	-
Construção e reparação de veiculos	-	1	6	3
Cordas e cordões	3	3	3	2
Energia Elétrica	-	1	1	-
Fábrica de gelo	-	1	1	1
Ferragens	-	-	-	1
Fiação para malharias e malharias	-	1	-	-
Fundição de metais	-	-	-	1
Indústria de couro	1	3	4	2
Indústria de Madeira	2	6	6	6
Instalações sanitárias e fogões	-	-	1	-
Ladrilhos	1	1	2	-
Licores e xaropes	3	2	2	-
Louças de barro	-	-	-	12
Máquinas para lavoura e indústria	1	2	2	1
Marmorarias	-	-	2	-
Obras de cimento e gesso	-	-	-	1
Oficinas de estrada de ferro	-	-	-	1
Oficinas de funileiros	-	-	-	1
Oficinas mecânicas	-	1	3	5
Olarias	-	-	-	8
Serrarias	1	-	-	-
Tijolos e cerâmicas no geral	1	11	22	-
Vassouras, escovas e espanadores	-	-	-	1
Total Geral	**29**	**56**	**77**	**68**

FONTE: Estatística Industrial de São Paulo. 1928-1937.

Na Tabela 7, podemos observar quantos e quais eram os setores que estavam em maior evidência na localidade durante o período de 1928 a 1937. Assim, percebe-se que entre 1928 e 1930 são registradas 27 novas indústrias, refletindo em um crescimento de 193%, em que 10 delas se concentram no setor de tijolos e cerâmicas no geral, que se

mostra como o mais representativo em 1930. Em seguida, 7 das empresas adicionais fazem parte do setor de cal e cimento que é o segundo mais representativo do ano e, vale ressaltar que ambos os setores estavam mais concentrados no município de Santa Gertrudes que, na época, era considerado como um distrito de Rio Claro.

Quando comparamos 1930 e 1933, o número de indústrias adicionais é de 21, refletindo um crescimento de 137%, sendo que destas, 11 são do setor de tijolos e cerâmicas que somam, no total, 22 indústrias em 1933. Percebemos que o setor de cal e cimentos que tinha 8 fábricas em 1930, passa a ter apenas 6 em 1933 e, em contrapartida, registram-se 5 novas indústrias de construção e reparação de veículos que era essencial para dar assistência à Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

Por fim, no ano de 1937 nota-se uma redução de 9 indústrias comparado à 1933, ou seja, cerca de 11% a menos, em que parte dessa redução se justifica pelo não registro das fábricas de tijolos e cerâmicas do município de Santa Gertrudes. No entanto, percebe-se a entrada de dois novos setores: olarias e louças de barro, onde justos somavam um total de 20 novas indústrias.

A Tabela 8 (a seguir) nos permite analisar a evolução de cada setor industrial na cidade de Rio Claro acompanhando seus níveis de capital ao longo do tempo. Dessa forma, temos que, apesar das indústrias tijolos e cerâmicas, bem como as de cal e cimento, serem as mais numerosas, elas não possuíam capitais tão expressivos. Diante disso, além do setor de energia elétrica, que se torna o maior em termos de capital a partir da segunda metade da década de 1930, as indústrias de bebidas e cervejas e calçados são as maiores detentoras de capital da cidade, possuindo em média 1,5 milhões de contos de réis a cada ano analisado.

Tabela 8 – Evolução do capital industrial de cada setor em Rio Claro, 1928-1937

SETOR INDUSTRIAL	1928	1930	1933	1937
Alimentos	99.000	54.000	52.000	55.000
Artefatos de papel e papelão	-	100.000	-	-
Artes Gráficas	82.300	177.365	107.366	130.000
Bebidas Cervejas	2.000.000	1.000.000	1.000.000	1.050.000
Cal e Cimento	180.000	330.000	100.000	92.000
Calçados	1.135.000	543.000	919.110	828.228
Carpintarias	45.000	170.000	100.000	180.000
Chapéus e bonés	20.000	20.000	-	10.000
Chocolates, balas, bombons, etc	-	-	4.500	-
Colchoes e travesseiros	-	-	1.500	-
Construção e reparação de veiculos	-	10.000	36.100	44.000
Cordas e cordões	72.000	84.000	83.483	38.000
Energia Elétrica	-	5.000.000	12.075.000	20.699.731
Fábrica de gelo	-	0	100.000	0
Ferragens	-	-	-	20.000
Fiação para malharias e malharias	-	18.000	-	-
Fundição de metais	-	-	-	17.000
Indústria de couro	12.000	95.000	88.000	65.000
Indústria de Madeira	45.000	571.000	1.103.000	838.619
Instalações sanitárias e fogões	-	-	4.000	-
Ladrilhos	20.000	10.000	10.000	-
Licores e xaropes	74.000	60.000	55.000	-
Louças de barro	-	-	-	1.378.000
Máquinas para lavoura e indústria	60.000	110.000	110.000	300.000
Marmorarias	-	-	40.380	-
Obras de cimento e gesso	-	-	-	11.000
Oficinas de funileiros	-	-	-	10.000
Oficinas mecânicas	-	10.000	27.000	115.000
Olarias	-	-	-	151.000
Serrarias	600.000	-	-	-
Tijolos e cerâmicas no geral	20.000	382.500	677.300	-
Vassouras, escovas e espanadores	-	-	-	15.000
Total Geral	**4.464.300**	**8.744.865**	**16.693.739**	**26.047.578**

FONTE: Estatística Industrial de São Paulo. 1928-1937

Um caso interessante é o crescimento de capital das indústrias que produziam máquinas para lavouras, em que em 1928 foram registradas com 60 mil contos de réis e em 1937 passam a registrar 300 mil contos de réis, crescimento este de 500%. Tal fato

pode ser explicado pelo aumento da demanda por novas tecnologias utilizadas nas lavouras. Outro caso que vale destacar é o das indústrias de madeira que passam de 45 mil contos de réis em 1928 para mais de 800 mil em 1937, registrando um aumento de quase 2.000% de seu capital.

De forma contrária, o setor de alimentos sofreu uma queda de cerca de 44% durante o período analisado, passando de 99 mil contos de réis para 55 mil, o que é motivado pela saída de algumas indústrias da análise, assim, o setor passa de 5 indústrias registradas em 1930 para 3 em 1937. A mesma situação acontece com o setor de licores e xaropes, que teve seu capital reduzido em 25% entre 1928 e 1933 por passar a operar com 1 fábrica a menos na cidade, sendo que em 1937 não há registros de nenhuma indústria nesse setor.

De forma geral, o capital industrial total da cidade teve uma evolução de quase 600% entre 1928 e 1937, o que é mais que proporcional ao incremento do número de indústrias no mesmo período. Podemos afirmar que grande parte desse incremento de capital se dá devido à chegada da Central de Energia Elétrica em Rio Claro, que é registrada em 1937 com 20 milhões de contos de réis e era responsável por abastecer toda a região com energia elétrica, possuindo uma força matriz consideravelmente alta.

A Tabela 9 (a seguir) nos apresenta quais eram os proprietários que estavam inseridos em cada um dos quatro maiores setores industriais de Rio Claro entre os anos de 1928 a 1937 e quantos operários cada um deles empregava. De início, destacamos a Cervejaria Rio Claro que era registrada em 1928 com um capital de 2 milhões de contos de réis e ocupava o lugar de maior indústria na cidade naquele ano, empregando 91 operários. Ao fim do período analisado, a Cervejaria tem seu capital industrial reduzido pela metade, porém já empregava 126 funcionários. Ainda no setor de bebidas, temos o primeiro registro da indústria de Fidelis de Matteo em 1932, com um capital de 50 mil contos de réis e 4 operários, no entanto a indústria não é registrada nos anos subsequentes e volta a aparecer nas estatísticas apenas em 1937 com o mesmo capital.

Tabela 9 – Proprietários que possuíam empresas em um dos quatro maiores setores industriais de Rio Claro, 1928-1937

SETOR INDUSTRIAL	1928		1930		1933		1937	
	Capital	Operários	Capital	Operários	Capital	Operários	Capital	Operários
Bebidas Cervejas	**2.000.000**	**91**	**1.000.000**	**80**	**1.000.000**	**92**	**1.050.000**	**126**
Cervejaria Rio Claro	2.000.000	91	1.000.000	80	1.000.000	92	1.000.000	123
Fidelis de Matteo	-	-	-	-	-	-	50.000	3
Calçados	**1.135.000**	**262**	**543.000**	**58**	**919.110**	**124**	**828.228**	**158**
Holffman & Cia	204.000	75	-	-	-	-	-	-
Angelo Palazza	-	-	-	-	-	-	25.000	11
Calçados Flora S.A.	800.000	95	500.000	42	800.000	42	500.000	22
João Inforzato	8.000	45	-	-	8.000	30	30.000	28
Salvador Monaco	43.000	24	43.000	16	43.000	18	143.000	21
Timoni & Irmão	80.000	23	-	-	68.110	34	130.228	76
Energia Elétrica	-	-	**5.000.000**	**93**	**12.075**	**116**	**20.699.731**	**86**
Central Elétrica Rio Claro S.A.	-	-	5.000.000	93	12.075	116	20.699.731	86
Indústria de Madeira	**45.000**	**14**	**571.000**	**75**	**1.103.000**	**90**	**838.619**	**110**
Caetano Castellano	-	-	500.000	50	1.000.000	70	-	-
Caetano Castellano S.A	-	-	-	-	-	-	745.619	75
Giacomo Cometti	-	-	5.000	6	-	-	-	-
Henrique Vignini	-	-	15.000	5	-	-	-	-
João Pagni & Filho	-	-	-	-	-	-	25.000	10
José Caly	-	-	-	-	2.000	3	-	-
Luiz Antonini & Filhos	-	-	-	-	70.000	4	-	-
Miguel Pomella	30.000	5	38.000	6	-	-	-	-
Octávio Da Losso	-	-	-	-	20.000	7	25.000	13
Pary & Wetten	-	-	-	-	-	-	10.000	5
S. Dotto & Irmão	-	-	-	-	-	-	15.000	2
Samuel Golovaty	-	-	5.000	5	8.000	4	18.000	5
Simão Hoffling	15.000	9	8.000	3	3.000	2	-	-
Total Geral	**3.180.000**	**367**	**7.114.000**	**306**	**3.034.185**	**422**	**23.416.578**	**480**

FONTE: Estatística Industrial de São Paulo. 1928-1937.

Quando analisamos o setor de calçados, notamos que há 6 proprietários que sustentam as indústrias desse ramo, em que a Companhia de Calçados Fora, que já era uma sociedade anônima, detém a maior parte do capital durante todo o período analisado e, em seguida, a indústria de Hoffman e Cia era registrada com 204 mil contos de réis, porém ela não aparece nos registros dos anos seguintes. As indústrias de Timoni e Irmão

e Salvador Mônaco tiveram um comportamento muito semelhante de evolução de capital, com uma média de 200% de crescimento comparando o final com o início da década analisada, porém há uma diferença importante a ser considerada em relação à quantidade de funcionários. A indústria de Salvador Mônaco cresce cerca de 332% no capital em 1937, porém mantém a média de funcionários empregados desde 1928. Já o grupo de Timoni e Irmão tem um crescimento de capital de 162%, porém passa de 23 operários em 1928 para 76 em 1937, empregando quase 330% a mais.

A Central Elétrica de Rio Claro era uma sociedade anônima e foi considerada a maior indústria em relação ao capital a partir de 1930, possuindo um investimento de 5 milhões de contos de réis em 1930 e mais de 20 milhões em 1937, empregando entre 86 e 116 funcionários ao longo do período. O tamanho da Central se dá pelo fato da mesma abastecer não só a cidade de Rio Claro e região com energia elétrica, mas também algumas outras pequenas cidades que cresciam ao seu entorno, como Leme, Araras e Pirassununga.

Por sua vez, o setor de indústrias de madeira pode ser considerado como o 4° maior da cidade em relação ao seu volume de capital e, também, é o que mais sofre entradas e saídas de novos operantes. Nota-se que a indústria de Caetano e Castellano, um industrial advindo da lavoura cafeeira, é a detentora de grande parte do capital e da mão-de-obra empregada no setor, que em 1937 deixa de ser considerada como uma companhia independente e passa a ser uma sociedade anônima, ressaltando sua robustez.

Ao final, é interessante perceber que a economia industrial rio-clarense como um todo teve uma redução no número total de operários ao fim da década de 1920 e início da década de 1930, o que foi motivada pela crise econômica mundial da Grande Depressão que resultou em diversas demissões por conta da instabilidade industrial.

5 - Considerações finais

O artigo tinha por objetivo entender sob que circunstâncias se deu a formação econômica de Rio Claro e como a lavoura cafeeira e a imigração colaboraram com essa formação, considerando o recorte de tempo de 1904 a 1937. Para isso, foram utilizados dados acerca da produção de café nos períodos iniciais da análise, da população e da indústria local, identificando assim quais eram os setores industriais predominantes e como estes estavam relacionados com a economia cafeeira.

A partir dos dados obtidos pela *Estatística de Produção e Comércio: O café*, foi possível concluir que a produção de café em Rio Claro se reduziu ao longo dos anos analisados, reduzindo consequentemente sua representatividade no total da produção do Estado de São Paulo. Em contrapartida, notamos pela análise dos dados disponibilizados pela *Estatística Industrial de São Paulo* que os investimentos industriais rio-clarense cresceram, concentrados na produção de produtos que serviam como alicerce para o sustento da economia cafeeira, como bebidas, massas alimentícias, consertos de vagões, energia elétrica e indústrias de madeira.

Como demonstrado por Cano (1981), o desenvolvimento da indústria local e sua dinâmica na região de Rio Claro foi fortemente influenciada por fatores vinculados à acumulação de capitais decorrentes do café e à imigração em massa que se instalou na cidade. Esses dois aspectos são constantemente evidenciados na base de dados coletada, uma vez que é possível observar que uma importante parcela das terras de café eram de famílias imigrantes e as indústrias que começam a surgir nesse período são, em sua grande maioria, de setores subjacentes à economia cafeeira e lideradas por imigrantes-empresários.

Ademais, como apontado por Dean (1971), a industrialização de Rio Claro iniciou-se com propriedades imigrantes, principalmente italianas, e em setores de bens de consumo não duráveis – como alimentos, que forneciam a base para o sustento da mão-de-obra tanto das lavouras quanto das novas indústrias – e bens de consumo duráveis –

como máquinas para indústrias e lavouras, artigos cerâmicos e construção de veículos e carros de mão –, evidenciando o vínculo direto e indireto com o cultivo do café.

Conclui-se, portanto, que a formação econômica de Rio Claro foi edificada sobre um complexo de atividades cafeeiras, fundamentado na massa imigrante, principalmente italiana, capaz de se diversificar e migrar os lucros provenientes da acumulação de capital das lavouras de café para o surgimento de pequenos comércios que, posteriormente, vieram a se tornar grandes indústrias focadas especialmente na produção de bens de consumo não duráveis e de sustentação da economia cafeeira rio-clarense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes primárias: site Fundação SEADE

DEIC/SAIC/SP. Estatística Industrial do Estado de São Paulo, 1928-1937.
DEIC/SAIC/SP. Estatística de Produção e Comércio: o café. São Paulo, 1913-19333.
DEIC/SAIC/SP. Boletim da Diretoria de Indústria e Comércio, 1916-1919.
DEIC/SAIC/SP. Estatística Agrícola e Zootécnica de Rio Claro, 1904-1905.

Demais Referências Bibliográficas

AURELIANO, L. *No limiar da industrialização*. Campinas, SP: UNICAMP/IE, 1999.
BARBOSA, A. S. *Empresariado fabril e desenvolvimento econômico*. São Paulo: Editora Hucitec/ Fapesp, 2006.
BASSANEZI, Maria, SCOTT, Ana, BACELLAR, Carlos e TRUZZI, Oswaldo. Atlas da Imigração Internacional em São Paulo 1850-1950. São Paulo: Editora Unesp, 2008.
BILAC, M. B. B. *As elites políticas de Rio Claro*. Piracicaba/Campinas: Editora da Unimep/Editora da Unicamp, CMU, 2001.
BRANDÃO, M. A. *A mobilidade social do imigrante italiano pobre no Brasil (1890-1930): uma contribuição à historiografia da imigração em São Paulo*. História e Cultura. França, 2015.

CAMILLO, E. E. R. *Guia histórico da indústria nascente em Campinas (1850-1887),* Campinas: Mercado de Letras, Centro de Memória Unicamp, 1998.

CAMARGO, José Francisco de. Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos v.1: ensaio sobre as relações entre a demografia e a economia. São Paulo: FFLCH, 1952.

CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. T. A. Queiroz, 1981.

DEAN, W. *A Industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1971.

DEAN, W. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FILENI, R. F. C. *O processo migratório para o interior paulista: o caso de Rio Claro*. Revista das Faculdades Integradas Claretianas, n° 2, janeiro/dezembro, 2009.

GRANDI, G. *A Companhia de Estrada de Ferro Rio Claro e o projeto de expansão ferroviária da Companhia Paulista*. História Econômica e História de Empresas (ABPHE), v. IX, p. 115-139, 2006.

GRANDI, G. *Café e expansão ferroviária: a Companhia E. F. Rio Claro (1880-1903)*. 1. ed. São Paulo-SP: Annablume, 2007.

GRANDI, G. Fusão ou aquisição de ferrovias? As transações econômicas envolvendo a Rio Claro Railway Company (1888-1892). *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 21, p. 475-496, 2020.

LANZA, A. L.; LAMOUNIER, M. L. Café, imigrantes e empresas no nordeste de São Paulo (Ribeirão Preto, 1880-1930). História Econômica & História de Empresas, v. 17, n. 2, 17 mar. 2015.

MARSON, M. D. Origens dos empresários da indústria de máquinas e equipamentos em São Paulo, 1870-1900. *Nova economia*, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 481-511, Dez. 2012.

MEIRELLES, A.C. A imigração italiana no desenvolvimento do município de Rio Claro-SP: Economia e cultura (1870-1950). Monografia. Departamento de Geografia, IGCE – Campus Rio Claro – UNESP. Rio Claro, 2016.

MELLO, J. M. C. *O capitalismo tardio*. 8° ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

MILLIET, S. *O Roteiro do Café. Contribuição para o estudo da História Econômica e social do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1941.

PERISSINOTTO, R. M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha.* Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

PEREIRA, L. C. B. *Origens étnicas e sociais do empresário paulista*. Revista de Administração de Empresas, 1964.

PETRONE, M. T. S. O desprezado "ciclo do açúcar" paulista. In: ODALIA, N.; CALDEIRA, J. R. C. *História do Estado de São Paulo*: a formação da unidade paulista, v. 2, República. São Paulo: Editora Unesp/Imprensa Oficial/Arquivo Público do Estado, 2010.

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1969.

ROSSINI, G. A. A. *A dinâmica do tráfico interno de escravos na franja da economia cafeeira paulista (1861-1887)*. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2015.

SAES, F. A. M. *As Ferrovias De São Paulo: 1870-1940*. Hucitec, 1981.

SAES, F. A. M. "O estado de São Paulo no século XX: café, indústrias e finanças na dinâmica da economia paulista". In: ODALIA, N. e CALDEIRA, J. R. C. *História do estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial; Arquivo Público do estado de São Paulo, 2010.

SAES, F. A. M. *Estradas de ferro e diversificação da atividade econômica na expansão cafeeira em São Paulo, 1870-1900*. In: SZMRECSÁNYI, T.; LAPA, J. R. A. (orgs.). História Econômica da Primeira República. São Paulo: Hucitec/ABPHE/Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial, 2002.

SANTOS, F. A. *Rio Claro: Uma cidade em transformação (1850-1906).* Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Instituto de Economia, Campinas, 2000.

SELINGARDI-SAMPAIO, S. A industrialização de Rio Claro: contribuição ao estudo da desconcentração espacial da indústria no Estado de São Paulo. *Geografia* (Rio Claro. Impresso), v. 12, p. 1-60, 1987.

SILVA, S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. 8ª ed. São Paulo. Alfa-Omega 1995.

SUMMERHILL, W. R., KLEIN, H. S. e LUNA, F. V. *A agricultura paulista em 1905*. Estud. Econ., São Paulo, vol. 44, n.1, p 153-184. 2014.

TESSARI, C. A. Sazonalidade e trabalho temporário na empresa cafeeira (Oeste Paulista, 1890-1915). *História Econômica & História de Empresas*, v. 14, n. 2, 5 jul. 2012.

TROPPMAIR, H. *Aspectos históricos e geográficos de Rio Claro.* Arquivo público e histórico do Município de Rio Claro, 1993.

TRUZZI, O. M. S. e BASSANEZI, M. S. B. *População, grupos étnico-raciais e economia cafeeira: São Carlos, 1907*. Revista Brasileira de Estatística Populacional. Rio de Janeiro, 2009.

TRUZZI, O. M. S. e NETO, M. S. *Economia e empreendedorismo étnico: balanço histórico da experiência paulista*. Revista de Administração de Empresas, vol 47, São Paulo, 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Portos do século XIX: o que era, e o que significa estudar um porto do final oitocentos (Vitória-ES)

Paulo Roberto da Silva Santos

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

PORTOS DO SÉCULO XIX: O QUE ERA, E O QUE SIGNIFICA ESTUDAR UM PORTO DO FINAL OITOCENTOS (VITÓRIA-ES)

PORTS OF THE 19TH CENTURY: WHAT IT WAS, AND WHAT IT MEANS TO STUDY A PORT OF THE LATE EIGHTEEN HUNDREDS (VITÓRIA-ES)

Paulo Roberto da Silva Santos[1]

Resumo

Vitória, capital do Espírito Santo, é uma cidade historicamente portuária. Das primeiras centúrias da colonização à formação do porto organizado do século XX, seu espaço portuário esteve atrelado aos principais agenciamentos que moldaram sua forma e trajetória funcional no espaço espírito-santense. O presente artigo visa esclarecer as especificidades de se estudar o espaço portuário da cidade nos momentos anteriores à construção do seu porto contemporâneo. Isto é, o espaço portuário de cais e trapiches da antiga cidade. Para cumprir esse objetivo, o artigo fará, através de bibliografia, 1 - uma contextualização da trajetória histórica do(s) porto(s) de Vitória, 2 – a diferenciação entre os portos do século XIX, e os portos do século XX, usando o caso de Santos e Rio de Janeiro, e 3 – uma breve descrição da paisagem econômica e social do espaço urbano-portuário de Vitória no limiar final do século XIX. Objetivamos com isso, de forma mais global, contribuir para a compreensão específica do que significa estudar antigos espaços portuários, e a sua contribuição potencial para compreender a espacialidade, e a história, social e econômica, brasileira.

[1]E-mail: paulorobertodass@gmail.com / Mestrando em História Social no PPGH-UFF e bolsista CNPq. Fica registrado ao Programa de Pós-Graduação em História da UFF o apoio financeiro e institucional na participação do evento.

PORTOS DO SÉCULO XIX: O QUE ERA, E O QUE SIGNIFICA ESTUDAR UM PORTO DO FINAL OITOCENTOS (VITÓRIA-ES)

Palavras chave: Porto de Vitória; Portos do século XIX; História portuária; História espacial; História urbana.

Abstract:

Vitória, capital of Espírito Santo, is historically a port city. From the first centuries of colonization to the formation of the organized port in the 20th century, its port space was linked to the main agenciements that shaped its form and functional trajectory in the Espírito Santo space. The present article aims to clarify the specificities of studying the city's port space in the moments before the construction of its contemporary port. That is, the port space of wharves and docks of the old city. To accomplish this objective, the article will make, through bibliography, 1 - a contextualization of the historical trajectory of Vitória's port(s), 2 - the differentiation between nineteenth century ports, and twentieth century ports, using the case of Santos and Rio de Janeiro, and 3 - a brief description of the economic and social landscape of Vitória's urban-port space in the final threshold of the nineteenth century. With this, we aim more globally, to contribute to the specific understanding of what it means to study old port spaces, and their potential contribution to understanding Brazilian spatiality, and social-economic history.

Keywords: Port of Vitória; Nineteenth ports; Port history; Spatial history; Urban History.

***

Introdução[2]

A história dos portos brasileiros é tão antiga quanto pode ser. Com colonizadores chegando através do mar, é pela barra de territórios desconhecidos que se inicia o processo de colonização do que virá a se tornar a América portuguesa. É o caso de Vitória, capital do Espírito Santo que em 2021 completou 470 anos e figura dentre as mais antigas cidades coloniais brasileiras.

O início da colonização portuguesa não se desenvolve ao acaso, nem tampouco com ausência de objetivo, quando Vasco Fernandes Coutinho aporta na capitania do Espírito Santo, é para cumprir os desígnios da Coroa Portuguesa em produzir feitorias produtivas e ocupar as recém descobertas terras do ultramar (RIBEIRO; FOLLADOR; QUINTÃO, 2013). É em nome desse objetivo que a ilha de Vitória, quando ocupada pelos colonizadores, se desenvolverá em uma região de operação portuária colonial. Não demora para que a paisagem da mata nativo-brasileira comece a conviver com a formação de vilas com propósito comercial e militar, envolvendo postos de defesa, e o papel de integração das atividades extrativas e produtivas (RIBEIRO, 2020).

Mas toda essa produção social tinha um produto cujo destino não figurava na costa do continente americano, e sim do velho mundo. Muito rapidamente a Vila de Vitória se confunde com um porto, e esse porto se confunde com uma vila. Isso se dá em razão do fato de que as estruturas coloniais portuguesas tinham um sentido claro, a exportação de produtos para a Europa, cuja finalidade se voltava necessariamente para o porto. Assim, não faz sentido separar porto de vila ou vila de porto, uma vez que essas formas confundem suas atividades entre si (RIBEIRO; SIQUEIRA, 2012, P. 257). Nas vilas portuárias coloniais, o movimento do porto organizava a centralidade da vida urbana. Ou

[2]Esse texto é pensado como um ensaio de discussão e reflexão, e faz parte da minha pesquisa de mestrado. Alguns temas e argumentos poderão e deverão aparecer novamente em minha dissertação ou publicações posteriores.

ainda mais, através das funções de defesa e fluxo de pessoas e materiais, definia por si mesmo, o que houvesse de urbanidade nesse espaço.

Com um sentido comercial explícito, o processo de urbanização da costa brasileira se dá com uma superposição de temporalidades, o tempo europeu passa a ditar toda sorte de violência necessária para dominação da paisagem, um produto desse projeto é a formação da cidade-porto de Vitória, um espaço que passa a integrar uma economia-mundo centrada no império ultramarino português e economia atlântica. Ainda em seus tempos coloniais, a cidade de Vitória passou a fazer parte de uma estrutura que estava em vias de globalização; a natureza comercial e econômica foi uma das principais interfaces que definiram sua forma.

Mas destaca-se o fato de que isso – a influência comercial e portuária sobre sua forma, não é uma exclusividade dos tempos coloniais, mas um elemento constante até o século XX, como o é caso da maioria das cidades portuárias (MONIÉ; VASCONCELOS, 2012). Por isso dizemos que uma cidade portuária não é uma cidade que por acaso tem um porto, mas uma cidade cuja história e formação espacial está intimamente ligada à atividade portuária, e esse é inequivocamente o caso de Vitória, ponto muito bem compreendido na tese de doutoramento de Flavia Nico Vasconcelos (2011). A influência portuária na formação de Vitória começa no desenvolvimento da vila colonial, e se estende até a completa reinvenção da região central e da barra da cidade, processo que se intensifica no limiar do século XX, em concomitância com o início da construção de um complexo portuário moderno.

No Espírito Santo, o processo de instalação do porto contemporâneo é estudado por Maria da Penha Smarzaro Siqueira (1980), e as complicações da construção se estendem por algumas décadas. A primeira concessão pública para construção de um porto organizado, nos moldes da modernidade capitalista, data de 1906, e pertencia a Cia. Torrens – Empresa que teve papel central nas obras de revitalização urbana e execução

do novo arrabalde[3] em Vitória. Desde então, ocorreram inúmeras mudanças no projeto, paralisações, transferências de responsabilidade e o complexo portuário moderno de Vitória foi inaugurado, em sua completude, em 1940. A partir daí, já se adaptando ao novo contexto industrial, ocorreu um processo de expansão, integração com outros modais, e intensificação da concentração de capital fixo no porto.

Com o aumento da produção cafeeira e do comércio, a cidade de Vitória viveu uma reformulação espacial que esteve associada à mudança de sua posição política na hierarquia regional em relação aos outros espaços do estado. Esse processo não foi espontâneo, mas antes um esforço consciente de reafirmação da capital por sua elite econômica (FERREIRA, 2009). A construção de um porto organizado, sem dúvida, esteve no bojo desse processo (SIQUEIRA, 1980). Foi somente no século XX que Vitória pôde ser muito mais do que um centro burocrático. Passa a ser também, um centro em sentido amplo. Foi, pelo menos, desde os anos do Governo Moniz Freire (1892-1896), que podemos afirmar um coordenado esforço de modernização política e espacial de Vitória, com objetivos voltados para uma maior centralização de atividades na capital (QUINTÃO, 2016; RIBEIRO, 2008). O foco era voltado, além das obras de infraestrutura urbana[4], para construção de ferrovias que fornecessem o escoamento e centralização do comércio no Porto de Vitória (QUINTÃO, 2014). Para a conclusão desse projeto, um porto moderno, e em sintonia fina com as tendências mais recentes do capitalismo, era necessário.

Os processos de higienização e modernização em Vitória mudaram seu perfil paisagístico. Algumas mudanças de grande magnitude estão concentradas nas obras

[3]A expansão urbana da cidade se deu a partir do "centro histórico", se dirigindo em direção a zonas periféricas. O projeto do novo arrabalde contava com aterramentos que mudaram a dimensão da cidade e ampliaram, em muito, sua extensão e área ocupável. O projeto do novo arrabalde é do sanitarista Saturnino Rangel de Brito e data de 1896, período muito próximo do início da construção do porto moderno.

[4]A construção do porto organizado de Vitória está situada em um contexto de modernização e higienização do espaço urbano, preocupado com o alargamento e reordenamento de ruas, criação de avenidas, aterramento, e ampliação de área construída. Uma série de obras se sucederam em Vitória com o início da república e os ares de expansão capitalista do boom da produção cafeeira (MENDONÇA, 1985).

relacionadas à barra na região central e histórica da cidade, com a reformulação espacial da área comercial e portuária. Quando as obras do porto são finalizadas na década de 40, a barra da área central da cidade é bastante diferente de seu aspecto durante todo oitocentos e dos primeiros anos do século XX. Assim, ocorreu em Vitória um processo amplo de reinvenção da paisagem urbana e comercial, muito em conta das mudanças impostas pelo porto organizado na área historicamente portuária. A razão é simples, o crescente fluxo do comércio exportador de café exigia um desenvolvimento das estruturas fixas de transporte, o que demandou a substituição do antigo porto, e com isso toda sua paisagem. Para atender os anseios da elite capixaba, que mirava na possibilidade de exportar os gêneros da agricultura para o exterior em seu próprio porto (SIQUEIRA, 2010, p.573-574), era necessária uma revolução técnica e espacial da atividade portuária local[5]. Se nem mesmo os fluxos mais dinâmicos do espaço, como a troca de informações, podem se desenvolver senão por meio de infraestruturas fixas, cuja intervenção no espaço é mandatória (HARVEY, 2004), o que se dizer então, do transporte de gêneros em alto volume para outros continentes.

O presente trabalho faz parte de uma pesquisa de mestrado concentrada no estudo do antigo porto de Vitória, isto é, a região de atividade portuária em funcionamento até a construção do porto organizado. O processo de construção do novo porto de Vitória foi bem estudado por Maria da Penha Siqueira em um estudo pioneiro no Brasil (1980). Até o momento, o recorte temporal da pesquisa se envolve com o recorte da historiadora, que também se inicia em 1870 - avançando até 1940 quando há o marco de inauguração oficial. Porém para concentrar nossos estudos no porto histórico, anterior a modernização, devemos limitar a baliza final por volta de 1900[6]. Há uma diferença maior, entretanto, de

[5]"O movimento fluido sobre o espaço só pode ser estabelecido mediante a instalação de certas infraestruturas físicas no espaço. Vias férreas, rodovias, aeroportos, instalações portuárias, redes de cabos, sistemas de fibra ótica, redes elétricas, sistemas de água e esgoto, oleodutos etc. constituem 'capital fixo incorporado à terra' (em oposição a formas de capital fixo como as aeronaves e as máquinas, que podem ser movidas). Essas infraestruturas físicas absorvem um bom volume de capital, cuja recuperação depende de seu uso in situ. O capital investido em instalações portuárias em que nenhum navio aporta é capital perdido" (HARVEY, 2004, p. 87).

[6]Aqui me refiro ao contexto maior em que este artigo está inserido, isto é, a dissertação de mestrado.

recorte temático. Maria da Penha está interessada em estudar a construção do porto moderno, assim, o seu olhar é direcionado para o processo de modernização e construção do porto capitalista, na forma da Companhia Porto de Vitória (1906 - 1924), e da Administração do Porto de Vitória (1924-1940). São identidades jurídicas, de molde empresarial, seja por meio do Governo estadual ou federal. Entre essas identidades jurídicas na posse de um porto organizado, e o espaço portuário do século XIX - a ser melhor definido ao longo desse texto, há uma enorme diferença qualitativa. De alguma maneira, a dissertação de Maria da Penha mira em um ponto de chegada, condicionando assim, por uma questão de recorte e objetivo, as suas mobilizações.

Temos que a história do porto moderno de Vitória, só pode se iniciar com o surgimento de sua identidade jurídica, o que há antes dele, é outra lógica, outro espaço, e outros agentes, com a homogeneização disso incorrendo em uma espécie de anacronismo. Entretanto, não deixa de ser extremamente oportuno que o recorte da Autora se inicie em 1870, pois assim a pesquisadora pôde estudar o crescimento da economia cafeeira e as mudanças estruturais que vêm ocorrendo no comércio e no espaço espírito-santense, dinâmicas sem as quais não é possível compreender o surgimento do porto moderno.

O objetivo desse trabalho é, com o auxílio da historiografia, e pegando o caso de Vitória, esclarecer um pouco da diferenciação conceitual entre o que é estudar um espaço portuário dos fins do século XIX, e suas diferenças com a concepção moderna de porto. Isto é, marcar a diferença entre o espaço portuário do final oitocentos e os portos organizados do século XX, algo que não deve ser tomado como uma diferença trivial.

A fim de fazermos isso – e buscando uma visão um pouco mais global, pretendemos caracterizar o espaço e a operação de outros portos, pegando um pouco da História do Rio de Janeiro e Santos, principais portos nacionais no final do século XIX. Em seguida, a partir de fotografias, mapas, e relatos memorialísticos, iremos recuperar um pouco da paisagem econômica e social da antiga região portuária de Vitória, procurando definir melhor sua lógica de operação interna, e a sua localidade em sentidos geográficos. O que é um porto no final do século XIX? Essencialmente, uma região, um

recorte no espaço, fluido, e a ser definido pelas suas próprias relações e constituição paisagística. Por fim, auxiliados pelo trabalho de Maria da Penha e da historiografia em geral, pretendemos também colocar o antigo porto de Vitória em perspectiva histórica. Procuramos demonstrar a forma com que o mesmo se envolve no processo mais amplo de desenvolvimento econômico espírito-santense, que eventualmente desemboca na sua superação econômica e espacial, e que, infelizmente, acarreta no apagamento de sua paisagem histórica de valiosíssimo alcance.

Da especificidade e diferenciação dos portos do século XIX: Rio de Janeiro e Santos

É preciso que se faça a menção de que esse trabalho, em muito, se inspira na agenda de pesquisa empreendida por Cézar Honorato e Thiago Mantuano sobre o porto do Rio de Janeiro no final do século XIX[7]. É notório que o porto do Rio de Janeiro, sendo um dos principais portos do sistema atlântico - e especialmente após a chegada da família real em 1808, possui uma notável fortuna historiográfica. Entretanto, poucos são os trabalhos que se dedicam aos portos do Rio de "tipo antigo", e aos seus agentes, fato que é destacado pelos autores. Em decorrência da colaboração entre Honorato em Mantuano, surgiu como fruto o livro intitulado "O trapiche e suas fronteiras" (2015), dedicado ao estudo dos operadores do espaço portuário do Rio de Janeiro no século XIX.

Há um fato complicador, entretanto. A caracterização do que procuro chamar de "porto de tipo antigo" – com o perdão do teor hierarquizante do tempo, ou ao "porto de

[7] Dentre eles: HONORATO, Cezar Teixeira ; MANTUANO, Thiago Vinícius. O trapiche e suas fronteiras: negociantes e a transição do porto do Rio de Janeiro rumo à lógica do capital (XIX - XX). In: X Congresso Brasileiro de História Econômica, 2013, Juiz de Fora. Anais do X Congresso Brasileiro de História Econômica, 2013; MANTUANO, Thiago; HONORATO, Cezar. A economia da região portuária do Rio de Janeiro. In: International Scientific Meeting - The Governance of the Atlantic Ports: Economic Dynamics, 2014, Lisboa: porto de Lisboa; HONORATO, Cezar Teixeira; MANTUANO, Thiago Vinícius. O que era o trapiche? O porto e a cidade do Rio de Janeiro no século XIX. Revista Acervo, vol. 1, 2015. HONORATO, Cezar Teixeira; MANTUANO, Thiago Vinícius. OS AGENTES MÚLTIPLOS DO PORTO PRÉ-CAPITALISTA (1870-1900). In: VI Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Portuarios – Red de Estudios Portuários, 2015, Rosário: porto de Rosário.

trapiches" – talvez uma nomenclatura mais adequada, não deve ser algo trivial na história portuária. Parto da impressão, de que não é raro que essa se dê ao luxo de tratar os portos com uma homogeneidade contínua ao longo do tempo, quando sua especificidade histórica e socioespacial é marcante – e significativa, de cada período. Os portos, antes de serem espaços monopolistas, juridicamente organizados, e de muros fechados, eram na verdade um espaço, ocupado por uma multiplicidade de agentes e operadores que ali se situavam e participavam na especialização daquele espaço em um espaço portuário. Sobre o espraiamento e desenvolvimento das regiões de porto no Rio de Janeiro no início do século XIX:

> Posto que cresceu dentro dos paradigmas infra estruturais e de processo de trabalho coloniais, devemos compreender a nova região portuária. A área a qual estamos tratando, se estende desde o morro de São Bento (55 metros) até a ponta do Caju. Além do São Bento, um conjunto de morros pontua a topografia da área, são eles: o da Conceição (50 metros), marcado pela ocupação portuguesa ao longo do século XIX; o do Livramento (117 metros), que fazia parte da antiga chácara do Livramento, de propriedade do senador Bento Barroso Pereira; o da Providência (117 metros) [...] (MANTUANO, 2015, p. 29)

Na citação, o autor segue delimitando sua área de estudo, que se altera durante o século XIX com a instalação e desenvolvimento de atividades portuárias na região, que anteriormente era composta por praias, mangues e enseadas. Não nos cabe aqui, investigar esta história, mas merece destaque a forma com que em vista de se pensar a "operação portuária pré-capitalista no Rio de Janeiro do século XIX", o objeto em questão não é uma estrutura fixa ou o um cais alfandegado, mas sim, a região de operação portuária, constituída na sua diversidade; de estruturas, gentes e equipamentos. A operação portuária que se pretendia estudar não estava dentro de muros, nos moldes de um porto organizado, nem tampouco limitada aos limites geográficos da área que viria a ser ocupada pelo novo porto do Rio de Janeiro.

No momento anterior à modernização portuária, os navios chegados na região de porto, ao invés de acostar em grandes cais contínuos, começavam a ser descarregados na água, ao largo, por uma variedade de pequenas embarcações que levavam os produtos

para armazéns e trapiches, que eram localizados ao longo da zona portuária. Não há uma coordenação centralizada que organize as movimentações, antes disso, elas funcionam de forma concorrente.

> Como era a movimentação dos diversos tipos de carga nos navios parados no ancoradouro? [..] costumavam ser liberados imediatamente, "na água", do pagamento das taxas alfandegárias, e levados por seus consignatários para os diversos armazéns e trapiches existentes nos bairros marítimos (LAMARÃO, 1991, p.138).

Segundo o trabalho clássico de Sérgio Lamarão (1991), na capital carioca os produtos importados eram levados para um dos 14 depósitos da doca da alfândega e depois do desembaraço eram liberados pelos fundos do prédio, onde eram aguardados por bondes de carga. Os produtos que eram destinados a outros portos eram descarregados em trapiches e ali aguardavam o momento de serem reembarcados (LAMARÃO, 1991, p.138). As pequenas embarcações envolvidas na carga e descarga de navios eram, segundo o autor – bem como Honorato e Mantuano nos diversos estudos até a presente data, "fundamentais para a manutenção das atividades portuárias do Rio", o serviço era oferecido às agências de comércio e navegação por companhias especializadas que detinham o monopólio do serviço. Elas eram ainda, em sua maioria, agências de grandes linhas estrangeiras, que possuíam centenas de embarcações para o transbordo de mercadorias (GEORLETTE, Apud LAMARÃO, 1991, p. 139). Em um momento um pouco posterior, a fonte usada por Lamarão comemora as obras de modernização que condenam ao desuso esse tipo de operação.

> Ao longo deste litoral, entrecortado de ruas sombrias e tristes, com habitações vetustas e miseráveis, em sua maioria cortiços(...), habitadas por população heteróclita, erguiam-se, ainda ontem, uma grande quantidade de trapiches e armazéns(...). Esses trapiches e armazéns em sua maioria desapareceram, juntamente com todo esse bairro malsão, sob os golpes de picaretas dos demolidores encarregados de limpar o terreno para os trabalhos do novo porto. Foi necessário construir armazéns provisórios, enquanto não ficam prontos os vastos armazéns gerais (...) que em breve os substituirão (GEORLETTE apud LAMARÃO, 1991, p. 139).

Outro aspecto da operação do porto de trapiches são as "numerosas pontes, frágeis construções de madeira que avançavam nas águas da baía" (LAMARÃO, 1991, p. 139). Essas estruturas, enquanto cais e piers de embarque e desembarque, eram os equipamentos destinados à operação portuária dos navios e vapores de menor escala. Geralmente dedicados ao comércio de cabotagem que ligava os portos da continental costa brasileira. Essas estruturas também tenderam a desaparecer com o desenvolvimento do cais contínuo nos portos modernos.

O porto do Rio de Janeiro, com a maior movimentação durante grande parte do século XIX, começa a perder um pouco de sua dominância absoluta no final do século, chegando ao ponto de ser superado em movimentação pelo porto de Santos, em São Paulo. O fato é atribuído à estagnação da lavoura cafeeira fluminense, que desacelera frente ao crescimento cada vez mais dinâmico da lavoura paulista. Se em 1893/1894 o Rio ainda mantinha primazia enquanto porto exportador de café, já em 1902/1903 era em muito superado por Santos, que comercializava o dobro das exportações da capital (LAMARÃO, 1991, p.141). A partir da inauguração da São Paulo Railway, o porto de Santos foi ligado ao circuito de escoamento da lavoura paulista desde o final da década de 1860. No entanto, o porto ainda era "extremamente precário, dispondo apenas de rústicos trapiches", nos moldes característicos da espacialidade portuária do século XIX.

A fonte analisada por Lamarão atribui o aumento expressivo de volume comercializado no porto de Santos, ao desenvolvimento técnico da Cia Docas de Santos, não é nosso ponto aqui analisar esse mérito, mas é mais assinalar como a operação portuária do porto baseado em trapiches estava presente nos dois principais portos no Brasil no final do século XIX. Mais do que isso, é possível observar através dos argumentos de Lamarão com suas fontes, a tensão entre a operação de "tipo antigo" e a crescente exigência infraestrutural do comércio marítimo no final do século. Alfredo Lisboa, F. A. Georlette, e mais anteriormente, André Rebouças[8], criticam o aspecto

[8]F. A Georlette foi Vice-cônsul do Brasil em Antuérpia e produz em 1908 um livro chamado "Le port de Rio de Janeiro" onde discute a operação portuária da Capital. Alfredo Lisboa foi um renomado engenheiro hidráulico brasileiro, com longa carreira pública, chegando ao porto de inspetor federal dos portos do Brasil.

precário da operação portuária no Rio de Janeiro, para eles, os prejuízos em termos de eficiência e produtividade eram sensíveis ao desenvolvimento do comércio (LAMARÃO, p.138-141).

É de fundamental registro que se diga que Santos foi o primeiro porto a se organizar no Brasil, isto é, a contar com um processo de modernização cuja operação portuária passava a funcionar nos moldes de uma empresa capitalista que coordena os serviços portuários sob a égide de uma administração central (HONORATO, 1996). Esse processo se inicia em 1886, com a fundação da empresa de melhoramentos do Porto de Santos, sob a razão social de Gafrée, Guinle & Comp. Já em 1892 a Cia de melhoramentos se transforma na Cia Docas de Santos S.A e inaugura 260m cais modernos, devidamente adaptados a navios de grande calado e que dispensam em partes o serviço das pranchas de carregamento ao largo. O desenvolvimento das obras continua, e na altura de 1903, quando Santos exporta o dobro do que o Rio de Janeiro, o porto contava com mais de 2 km de cais acostáveis, 12 armazéns de ferro, dois de alvenaria, e dois menores dedicados a explosivos (LAMARÃO, 1991, p.141, 142).

A construção do Porto de Santos foi estudada em detalhes por Cézar Honorato (1996) em sua tese de doutorado, que é tornada livro e intitulada "O polvo e o porto: a CIA docas de Santos (1888-1914)". Nela o autor faz um estudo sobre as articulações e tensões envolvidas no conflito entre um grande capital em formação, na forma da família Guinle e na construção da sociedade anônima das Docas de Santos, com a espacialidade e direitos remanescentes dos operadores do porto de trapiches, ancorados em grande parte a partir de instituições do antigo regime. É fortuito destacar a caracterização do autor sobre o que se convencionou chamar de porto de Santos antes da modernização das docas.

> O que na época se chamava de porto, na realidade, não passava de um conjunto desarticulado e mal construído de trapiches de madeira, onde

Produz em 1922 um importante relatório sobre os portos brasileiros, fonte fundamental para os estudos do processo de melhoramento dos portos nacionais. André Rebouças é quem mais dispensa apresentações, um dos mais populares abolicionistas brasileiros, se dedicou a projetos de modernização da Doca da Alfândega e da Doca Dom Pedro II na capital do império.

> encostavam as "lanchas" que levavam as cargas destinadas aos navios que permaneciam fundeados ao largo. Cada um destes trapiches tinha o seu dono, o qual dispunha de um grupo de escravos que transportavam o produto desde o armazém até o pontal ou trapiche, e, daí, ao navio. (HONORATO, 1996, p. 81)

O trapiche, mencionado por algumas vezes nesse texto, se compõe de um depósito de mercadorias que está ligado a algum cais ou píer - geralmente precário e de madeira, mas podendo também ter estruturas mais sofisticadas, que serve à movimentação de mercadorias para embarque ou desembarque. É desde 1830 que o império brasileiro torna possível a existência de trapiches alfandegados, que eram de propriedade privada e não pertencentes à alfândega, mas eram habilitados a realizarem serviços alfandegários e possibilitavam um desafogamento dos armazéns oficiais do governo (MANTUANO, 2017, p. 175). Mesmo com todas as suas limitações e problemas, é o trapiche - alfandegado ou não, que dá vazão às mercadorias chegadas pelo mar e garante o funcionamento dos portos do Brasil até o final do século.

Ocorre que na última década dos oitocentos se materializa uma virada na percepção pública sobre os trapiches, onde os mesmos deixam de ser "uma solução com problemas" e passam a ser um "problema sem solução" (MANTUANO, 2022, p.305). Isso se dá tanto por uma razão de descompasso entre a capacidade física do porto frente aos desenvolvimentos da tecnologia marítima e dos navios a vapor (MANTUANO, 2018), quanto pelas exigências cada vez maiores que a compreensão do tempo exige sobre as tecnologias de comércio e movimentação de mercadorias. Além é claro, do esgotamento da cidade com situação de degradação das estruturas físicas dos trapiches e da área portuária em geral.

> Alguns destes [trapiches] são verdadeiros pardieiros ou galpões, sem a segurança que uma tal dependencia fiscal exige, mal cobertos e divididos, ao fácil accesso de quem quer que seja por esta ou aquella rua; sem ponte regular para descarga e atracação, sem guindastes a vapor ou mecanico, portanto, de dificeis e tardias descargas, e inconvenientes para a conservação das mercadorias, taes são os que se denominam Azevedo, Damião, Novo Commercio, Lazareto, Corção, Central e Flora. (DOU, 29/04/1897, p. 1957 apud MANTUANO, 2022)

É preciso que se faça a ressalva de que o trapiche apesar de ser uma unidade fundamental da operação portuária, não é toda ela, cumprindo apenas com o processo de armazenagem - em sentido amplo. A predominância do trapiche na paisagem portuária do século XIX não se dá ao acaso, uma vez que é ele a estrutura fundamental que articula o movimento dos produtos entre o mar e a terra, apesar de assistido por outros prestadores de serviços, como os carroceiros, as lanchas e o próprio Estado enquanto responsável pela fiscalização alfandegária.

Além das atividades diretamente relacionadas à movimentação e armazenagem, na área portuária existem os prestadores de serviços que as complementam, como as empresas de abastecimento e manutenção de navios, casas de importação e exportação, empreiteiras de estiva, e assim sucessivamente. Este mosaico de atividades atua de forma conjunta, formando o que Honorato e Mantuano (2015, 2016) chamam de Comunidade Econômica Portuária.

> A Comunidade Econômica Portuária é o conjunto daquelas atividades produtivas e/ou de serviços que vão surgindo e se consolidando como necessárias, complementares, dependentes ou induzidas pelo movimento dado às mercadorias para efetivamente chegar ao seu destino. De outra forma, é o conjunto das atividades econômicas que, direta ou indiretamente, estão vinculadas à operação portuárias e que se instalaram no seu entorno; O que anteriormente era uma simples operação de carga e descarga, a partir do século XIX se tornou bem mais complexo (MANTUANO, 2015, p. 44).

Há no século XIX, especialmente na sua segunda metade, uma especialização econômica e geográfica das firmas associadas com o comércio marítimo, intensificando a identidade das zonas portuárias comumente referidas como portos de determinadas localidades. Isso se dá de forma mais clara, evidentemente, em cidades de vocação historicamente portuária, não bastando a existência de um porto nas estatísticas do governo para supor que ali existisse uma comunidade e zona portuária devidamente formada. Muitas vezes os documentos oficiais registram como porto a localidade do cais da alfândega. Mas o que há além disso? para onde se estende a região portuária? Qual seu grau de especialização e integração com a cidade? Para isso cabem os estudos dedicados

aos portos em sua temporalidade específica, compreendendo-os não como espaços homogêneos e em espelho às modernizações portuárias subsequentes - ou qualquer que seja o destino de sua porção geográfica. Mas sim como espaços econômicos específicos de cada período e localidade, envoltos em dinâmicas e tensões também específicas, as quais muito se têm a revelar.

De modo geral, os estudos das regiões portuárias têm se revelado uma excelente janela de observação do Brasil do final do século XIX (HONORATO, 2019). Pois se trata de um período que é marcado pela expansão do capitalismo e pela formação de contrastes entre estruturas modernas e arcaicas. Uma relação que, dialeticamente, não surge apenas em oposição, mas também em complementaridade (FERNANDES, 1976). A economia exportadora, e mais especificamente nesse período, a economia cafeeira, é característica por criar um quadro de desigualdade estrutural entre os setores da economia brasileira (FURTADO, 2020). No início do período de expansão e valorização do café, um alto grau de produtividade circulava nas suas cadeias de produção e distribuição, o que forma um contraste com outros setores da economia. Assim, a economia cafeeira é uma das economias que desenvolve a paisagem dessa heterogeneidade estrutural e complementar – circuitos modernos e altamente produtivos convivendo com circuitos arcaicos e pouco desenvolvidos. Esse contraste se dá tanto entre a produtividade do café com os outros gêneros nacionais, quanto pelo contraste entre o seu espaço de produção, em grande parte arcaico, e a sua efetivação no mercado internacional de capitalismo desenvolvido.

Mas antes, a efetivação do café também demanda que o setor construa os espaços de modernidade que vão definir outra heterogeneidade, a que se forma entre o setor produtor e o setor de circulação, pois os fluxos comerciais e econômicos do café não podem circular sem a existência prévia das estruturas fixas (HARVEY, 2004, p. 87), e esses espaços não são construídos no vazio, mas sim em regiões históricas, como são as regiões portuárias, palco privilegiado de observação. É exatamente nos espaços portuários de “tipo antigo”, que podemos observar a crescente tensão por modernização, e o

esgotamento funcional daquele espaço, processo que dará surgimento aos portos organizados em várias regiões do Brasil.[9] Advogamos que esses espaços não sejam encarados como vazios, que sejam compreendidos em sua complexidade, mais do que como devires amorfos ou notas de rodapé.

Vitória entre um porto histórico e o porto organizado.

Quando um caminhante passa por Vitória e lança seus olhos e ouvidos ao porto, a paisagem que lhe aparece está ligada ao processo de modernização, que além de iniciar na primeira década do século XX com a virada qualitativa da construção do porto organizado, se estende por todo ele. Desde a inauguração, o Porto de Vitória passa por diversas mudanças na sua organização, se associando aos desenvolvimentos do capitalismo brasileiro e mundial, fato que também é estudado por Maria da Penha em outros trabalhos (SIQUEIRA, 1994). Mas há também uma história que parece um pouco mais oculta, desprivilegiada de atenção frente ao brilho intervenções modernizantes, essa história pouco contada é a história da cidade de Vitória em seu estado anterior às grandes intervenções do porto, do novo arrabalde, e de todas as intervenções menores que iniciam sua mudança de perfil. Essa história, é a história da cidade e do porto de Vitória de formato ainda colonial[10], que sobreviveu durante todo século XIX até o surgimento de uma Vitória modificada pelas demandas urbanas e econômicas do século XX.

[9]Além dos já citados casos de Vitória (SIQUEIRA, 1980), Santos (HONORATO, 1996) e Rio de Janeiro (LAMARÃO, 1996; MANTUANO, 2022), ocorrem no final do século várias iniciativas para modernização dos portos brasileiros, o que coloca em tensão o espaço do porto de trapiches e um devir espaço de porto organizado, além dos autores expostos, podemos citar aqui – até onde vai meu parco conhecimento, trabalhos sobre Recife (GOMES, 2016), Salvador (ROSADO, 1983), e Natal (JOBIM, 2015). Para um resumo sintético do processo de modernização do sistema portuário brasileiro ver: (GOULARTI FILHO, 2007).

[10]Aqui nos referimos a "cidade de molde colonial" para fazer um contraste com relação a cidade contemporânea de Vitória. Nos referimos ao formato urbano da cidade, que ainda no século XIX marca uma relação de forte continuidade com a espacialidade e forma das cidades coloniais portuguesas; com suas

Trata-se de uma cidade que convivia com toda sorte de problemas de higiene e infraestrutura, cuja operação portuária ocorria de forma descentralizada nos edifícios e

Figura 1 - Imagem do antigo porto de Vitória, ainda sobrevivente nos primeiros anos do século . Na foto a antiga Rua do Commercio. Paisagem atualmente inexistente e completamente subscrita pelos aterros das obras urbano-portuárias do porto organizado.

Fonte: Coleções Especiais - BC/UFES.

equipamentos urbanos contíguos ao mar. No entanto, se trata de uma Vitória que comportou o boom do café e cuja infraestrutura forneceu as condições econômicas e políticas necessárias para sua superação. Uma cidade de formato ainda colonial, mas de fundamental importância para a criação da cidade que conhecemos. Uma Vitória cuja dimensão e lógica do funcionamento comercial e portuário – que acreditamos ser fundamentalmente um elemento integrador de sua forma, é pouco explorada.

A figura 1 retrata um dos principais espaços portuários de Vitória no final do século XIX, o "Porto dos Padres", localizado em frente à Rua do Commercio. Na foto podemos observar o movimento de pessoas na região portuária, postos de fiscalização, e cais e pontes de madeira dedicados à movimentação de mercadorias. Podemos observar crianças, adultos, transeuntes, homens de comércio e trabalhadores. A ausência de um muro traz o porto para dentro da cidade, separação que posteriormente será muito bem

ruas estreitas, convivendo com as imposições naturais dos terrenos, sem os espaços hoje aterrados, e concentrada na área central.

feita. A construção do cais do Porto moderno aterrou toda essa espacialidade, e com a separação estrita que o porto organizado faz entre o porto e a cidade, legou ao habitante de Vitória uma vasta parte da cidade "sem vista para o mar, reduzindo a área de percepção da baía" (KLUG, 2009, p. 33). Impossibilita-se, assim, o contato e integração direta de parte de Vitória com parte do município de Vila Velha, no outro lado da baía, onde contemporaneamente se localiza e se realizam operações do Porto – aliás, muito mais do que no lado de Vitória.

Durante todo século XIX, era comum o transporte de lanchas nos cais portuários da cidade atravessando a baía de Vitória em sentido à Vila Velha, com destaque para o cais da imperatriz, que era uma doca integrada a uma área de lazer comum e bastante utilizada (ELTON, 1986, p. 60). Hoje, ao se pensar os problemas de transporte público e a necessidade cada vez maior de cidades verdes, compactas e com aglomerações e sistemas de transporte eficientes, não é um absurdo refletir hipoteticamente sobre o custo de oportunidade que o local do porto organizado não traz para a integração e proximidade entre duas das principais cidades do estado do ES – Vitória e Vila Velha. Colocadas uma de frente para outra, e separadas pelos muros de um porto.

Elmo Elton (1925-1987) foi um escritor e poeta capixaba, cuja obra se baseia muito na atmosfera urbana da capital capixaba, não à toa recebendo a alcunha de "poeta oficial da cidade de Vitória" (JACINTHO, 2018, p. 36), sua obra guarda importantes documentos, parte da memória viva da cidade. No ano de 1985 e 1986 Elmo Elton publicou dois livros, "Tipos populares de Vitória" e "Logradouros antigos de Vitória", onde procura imortalizar a memória das ruas e das gentes que fizeram parte de sua infância, contemporaneamente ou através de histórias. Não se trata, portanto, de um trabalho literário, nem tampouco de um documento oficial, mas uma espécie de documento memorialístico. Para nós, nada mais fortuito do que isso. Em Tipos Populares, o autor adverte sobre os seus tempos de meninice, por volta da década de 30, onde as lanchas e os botes, ainda naquele tempo, atracavam "venezianamente", enquanto os navios ancoravam ao largo, já que o cais do porto ainda estava em fase de construção.

> [...]O centro urbano apertado entre morros, cobertos de vegetação densa, e o mar, este como que a acalentar, com sua música, os dias e as noites capixabas, tornando-lhes as horas mais mansas e risonhas. Quem aqui chegasse, dizia logo que a cidade mais parecia um presépio, e Vitória o era mesmo, sonhadora e acomodada cidadezinha, somente despertada, vez por outra, pelo apito nostálgico de algum navio ou pelo pregão de seus vendedores ambulantes. (ELTON, 1985, p. 75).

O romantismo passadista de Elmo Elton poderia ser mediado por uma reflexão adequada, mas por uma questão de escopo, aqui vamos nos ater a forma com que sua memória sobre a cidade mobiliza sutilmente a atividade portuária, que se associa a paisagem do que ele chama, romanticamente, de "cidade presépio". Chama atenção a forma com que o poeta se queixa da homogeneização que o moderno traz sobre a cidade, ele lamenta a forma com que a cidade se comporta ao final do século XX, "como *todos* os centros portuários". O problema não é ser *um* centro portuário, pois apesar da escala diminuta, Vitória sempre foi, o problema é a perda de sua identidade antiga, colonial, provinciana.

> O progresso, com suas vantagens e desvantagens, deu-lhe outra característica, a ilha perdeu seu primitivo recorte, sua baía foi reduzida a simples canal, aterraram-lhe os mangues, encheram-na de arranha-céus, entupiram de carros suas ruas, a população é outra, muito outra, diversa em tudo da de antes, já que a cidade, perdendo sua anterior feição urbanística, a serenidade de seu antigo modus vivendi, comporta-se, hoje [1985] em meio a crescente agitação, tal como todos os centros portuários, sem aquela identidade de cidade-presépio, antes tão querida por seus habitantes e turistas (ELTON, 1985, p. 78).

Ao avançar os olhos sobre alguns dos tipos populares imortalizados pelo Poeta, é possível encontrar algumas fontes para uma história social da cidade portuária. Não é nada de muito concreto, mas com certeza informativo, consideradas as mediações da fonte. Cândido Marola, Macaca Fêmea, Mané Coco, são todos personagens que reservam algumas pistas sobre a antiga cidade de Vitória. Vividos nos últimos anos do oitocentos e primeiros anos do século XX, os personagens são fragmentos de identidade portuária da antiga Vitória. Vitória antes das modernizações não contava com luz elétrica e nem água encanada, pelo menos não até o governo de Jerônimo Monteiro (ELTON, 1985, p. 101). Assim, os dejetos humanos eram lançados ao mar, na barra da cidade ou mangues

e canais fluviais, com o ar fétido dividindo espaço com os portos e cais. Era de grande valia ao público, a existência de chafarizes públicos, "construídos nos pontos de maior concentração popular "Porto dos Padres, mercados, quiosques e botequins, quase todos situados na orla marítima"' (ELTON, 1985, p. 101).

É assim que conhecemos Mané Coco, homem negro, como todos que injustamente ocupavam as raias menos desejáveis dos serviços urbanos, que se ocupava de transportar dejetos ao mar. "Ora no porto dos padres, ora no cais de são francisco" (ELTON, 1985, p. 101), o cais de são francisco era localizado no centro da cidade e alcançado por um córrego que foi posteriormente aterrado[11]. O porto dos padres, é fortuito de se destacar, se dá na mesma localidade da Rua do Commercio, ilustrada na figura 1, ambos habitam o mesmo espaço, fazendo diálogo entre si, e compondo uma paisagem portuária.

Os trapiches não existem senão através de seus trabalhadores, e podemos conhecer pelo menos um, Cândido Marola. Trabalhador negro do "Trapiche de Vitória", "endiabrava-se, ficava mesmo temível, quando bebia. 'Seria capaz de brigar com dez homens, de uma vez só, vencendo-os'" (ELTON, 1985, p. 103). Bastante familiar com a confusão, "dele se contam muitas estórias", e uma delas é, sem exagero, hilariante. Cândido achou por bem certa vez fornecer comida aos seus amigos portuários, trabalhadores do trapiche, uma vez que tinha fama de bom cozinheiro. Até o dia que se aventurou a fornecer um prato especial.

> Na hora do almoço, a panela no fogo, servia a todos a anunciada iguaria: - Mas que galinha dura é essa, cândido? - Não me aborreçam, fregueses, que já cansei de ouvir diárias reclamações, a galinha é de primeira, veio de longe, lá da criação de nossa senhora. É claro que ninguém conseguiu comer daquela carne dura e preta, e, quando sentiram que, ao invés de galinha, lhes fora servido "urubu ao molho parto", o "almoço redundou em um quase linchamento [...] (ELTON, 1985, p. 103).

[11] É possível fazer a sua localização um pouco à esquerda do centro da figura 2, localizada na página seguinte.

Outro personagem é “macaca fêmea”, certamente uma vítima de violência social e psíquica, era um homem negro e alcoólatra. Foi dedicado à carpintaria marítima, saber especializado e típico das zonas portuárias, e essencial em cidades fluviais. “Em estado normal não era molestado, porém, após ingerida meia dúzia de pingas, buscava a posição que o caracterizou”, recurvado, passando a emitir grunhidos. Não raramente isso ocorria em horário de trabalho, quando seus companheiros prontamente tratavam de guardar seus pertences e ferramentas, a fim de protegê-lo de furtos.

As lendas também não deixam de povoar o imaginário sobre os territórios de mar, que possuem histórias e mitos específicos. Uma delas é a de Maria Bacurin (ELTON, 1985). Era chamada de Pata pois em noites escuras se dizia transformar no diminuto animal. Os pescadores afirmavam crédulos que, se caso alguém visse, ao escurecer, sobrevoando o penedo - montanha ilha que é referência na localização do porto de Vitória desde tempos coloniais, uma enorme pata branca com rosto de mulher, que se guardassem as redes, pois a pescaria seria infrutífera.

Figura 2 - Planta Geral da Cidade de Vitória em 1895, reconstruída por André Carloni em 1967. Recorte feito por mim, em destaque, região central do núcleo histórico de Vitória.

Fonte: Acervo do IPHAN, sob posse da BC/UFES - Coleções Especiais.

Na figura 2 vemos um mapa recriado no século XX por André Carloni, artista e arquiteto ítalo-brasileiro que residiu em Vitória após chegar na capital em 1890, onde fez carreira como artista e figura pública. O mapa é recortado com a intenção de se destacar a área central da ilha, que se localiza de frente ao seu porto natural, de águas calmas e resguardado por um conjunto de ilhas, montanhas e terra; se trata da mesma área onde o porto organizado é construído e substitui toda paisagem do porto histórico. Os números identificam algumas áreas da cidade devidamente legendadas no documento. Destes, destacamos a presença do Porto dos Padres - ou Rua do Commercio, do cais do imperador, e do cais da alfândega, indicados respectivamente nos números 6, 10, e 17, enquanto pontos de destaque da região portuária.

Exatamente defronte para o mar temos os trapiches, cais e armazéns/casas comerciais, com muitos desses últimos dando os fundos para o mar, onde ofereciam contato para pranchas e barcos (ELTON, 1986). Logo atrás dessa primeira linha de contato, temos ruas que se especializaram como focos de comércio e pontos de movimentação de mercadorias. Temos aí a Rua do Commercio, a Rua Primeiro de Março, e a Rua da Alfândega (ELTON, 1986). Toda área envolvida pelos pontos indicados foi subscrita e completamente remodelada.

O Porto dos Padres, a Rua Primeiro de Março e da Alfândega, bem como seus cais e trapiches, foram substituídos pelos aterros e remodelações que avançaram a área da cidade em direção ao mar, espaço hoje - as referências aqui são a muito grosso modo, ocupado pelo porto moderno, e pelas Avenidas Getúlio Vargas (em espaço aterrado, antes inexistente), Florentino Avidos (porto dos padres) e Jerônimo Monteiro, que também passa por área aterrada. Pegando desde a localidade da Rua da Alfândega, e passando em frente ao Palácio Anchieta, sede do governo que é o ponto de referência do Cais do Imperador, com o mesmo sendo via de acesso ao prédio que se localizava em um ponto mais alto com o acesso por escadaria.

Na figura 3 é possível ilustrar o baixo perfil da cidade, descrita por Muniz Freire como "apertada entre a baía e um grupo de montanhas" onde "não tem campo para desenvolver-se sem a dependendencia de grades despesas", mesmo apesar de "possuir um porto em condições admiráveis, indiscutivelmente muito superior a todos os outros do estado e um dos melhores do Brasil" (FREIRE, 1896 apud SIQUEIRA, 2010, p 572). Na fotografia podemos observar os edifícios que dão fundo para a água, apertados entre si. Ao centro da fotografia, se vê o cais da alfândega, indicado na figura 2 com o número

Figura 3 - "Vista da Vitória - 1900", nessa foto podemos ver a cidade em perspectiva, de frente pro ıar. Ao centro, em tese, temos o cais da alfândega, identificado em outra fotografia da mesma coleção.

Fonte: Coleções Especiais - BC/UFES.

17, o cais da alfândega foi localizado nesta fotografia através de outra foto de sua mesma coleção. Assim, tendo como referência o mapa de André Carloni, os edifícios à esquerda e à direita são os edifícios comerciais e trapiches/armazéns que dão frente para as ruas primeiro de março e alfândega.

A Rua Primeiro de Março compunha diversas casas comerciais, e com destaque, a Casa Verde, "Das diversas casas comerciais da Primeiro de Março, uma se destacava: - a Casa Verde, funcionando em prédio de quatro andares", (ELTON, 1986, p. 39). A casa verde abriu as portas em 1879, se transformando muito rapidamente no maior armarinho da cidade, onde se podia encontrar de tudo. Se não havia na casa verde, não havia em nenhum outro ponto. Como a cidade tinha falta de hotéis - os que existiam eram péssimos, a casa verde hospedava no seu andar superior, os hóspedes que vinham do interior ou de outras províncias (ELTON, 1986). Além da casa verde, diversos outros estabelecimentos comerciais se localizavam na rua, "a Casa Samuel, A Guanabara, a Renner, a Tipografia Coelho, de propriedade de Afrodísio Coelho, a Viana Leal, a Farmácia Roubach etc" (ELTON, 1986, p. 40).

A Rua da Alfândega é outro espaço de especialização comercial, porém em estado ainda mais agudo. Atual avenida Jerônimo Monteiro, ela teve intensa atividade comercial durante todo século XX, hoje já em estado bem mais decadente. No limiar do século XIX era uma das principais vias comerciais da cidade, junto da Rua do Commercio que era localizada em frente ao porto dos padres. Apesar de não ser equipada com uma longa sessão de cais e pontes como no caso da Rua do Commercio, as suas casas comerciais dão fundo diretamente para o mar, onde dotadas de decks e ancoradouros podem operar a movimentação de mercadorias. Além disso, a rua é contígua ao cais da alfândega, por onde se entravam mercadorias para fiscalização e em direção aos trapiches, comércios, ou qualquer que fossem seus destinos.

> A rua da Alfândega era estreita, com as fachadas das casas mal alinhadas, ainda que suficientemente reta. "Era rua de futuro, central, plana, com a Praça Santos Dumont a dividí-la ao meio". Aí as firmas importadoras, tais como a Viana Leal, Manoel Evaristo Pessoa, a Casa Garantia, J.Zinzen, a Antenor Guimarães tinham sede, o mar a bater-

> lhes nas portas de fundo, por onde recebiam as cargas desembarcadas dos saveiros e alvarengas. A J. Zinzen tinha Armazém de café em prédio em que funcionou, mais tarde, o Cine-Central (ELTON, 1986, P. 148).

A Rua do Commercio (figura 1), se dá de frente ao Porto dos Padres e forma, talvez de forma ainda mais gritante que as outras, uma zona tipicamente portuária. É a confluência de um espaço que é dotado de cais e esteiras de atracamento, armazéns e casas comerciais, quiosques e botequins a beira mar, ali se podia consumir de doces e quitutes às doses mais ardizes de cachaça (ELTON, 1986, P. 70). O movimento marítimo era intenso, em decorrência, evidentemente, do porto que ficava imediatamente à sua frente. O porto nesse caso, se tratando de uma longa sessão de cais para atracadouro de embarcações, o que ocorria também em outras partes da barra da cidade, mas ali um pouco mais especificamente.

Os quiosques e botequins eram ali numerosos, e eram em virtude do movimento comercial, eram estabelecimentos considerados anti-higiênicos, “serviam de ponto a malandros, biscateiros, embarcadiços, local de discussões, de pancadaria, de forma que os cidadãos mais precavidos não os frequentavam” (ELTON, 1986, P. 70). Flutuavam ao largo do porto diversas pequenas embarcações da casa comercial “Hard & Hand", que carregados de café, ficavam à espera dos navios. A casa comercial tinha um armazém que fazia esquina com a Rua do Commercio, onde estocava o café para exportação.

Em vista do que foi exposto[12], temos claro que, referir-se a um “porto de vitória” no final do século XIX, é quase como um anacronismo, pois ao mesmo tempo que ao falar da região portuária da cidade tratamos de um predecessor em termos econômicos, funcionais e urbanísticos, se trata também de um espaço que se constitui em uma lógica completamente diferente dos portos organizados do século XX. Se avançarmos em direção a tempos mais remotos, essa distância conceitual se aprofunda ainda mais, com o vocábulo “porto” assumindo sentidos cada vez mais amplos, daí a importância dos

[12]A caracterização poderia ser mais extensa e detalhada, dialogando com fontes oficiais, no entanto o objetivo da comunicação é mais conceitual, e o espaço hábil nos constrange.

estudos de história portuária se aprofundarem na definição física e operacional de seu objeto, a fim de conhecer as especificidades da sua relação com o espaço e com as relações sociais em diferentes escalas.

Difere completamente da lógica explicitada acima, o funcionamento do porto organizado de Vitória (1906-1940)[13]. De molde industrial e ancorado em uma lógica monopolista de centralização da operação, o porto organizado buscou ganhos de escala através de significativos investimentos em capital fixo, o que permitiu ampliar e modificar quantitativamente e qualitativamente o perfil de operação portuária. Sai a operação descentralizada e pouco eficiente, e entra uma operação de molde industrial, saem os problemas de calado e o embarque e desembarque baseado em navios fundeados através de pranchas, e entra o ancoradouro apto a receber navios de longo curso, aptos, além das economias de escala, a ligar o comércio e a alfândega de Vitória com às praças comerciais do exterior. Maior ambição da elite política capixaba.

Figura 4 - Cais do Porto moderno de Vitória, 1943, ano muito próximo de sua inauguração oficial, observa-se um cais moderno, equipado com guindastes e aterrado sobre o mar.

Fonte: Coleções Especiais - BC/UFES.

[13] Cronologia se refere ao período de construção desde o primeiro projeto até a inauguração oficial.

O novo porto de Vitória forneceu uma centralidade econômica que viabilizou na segunda metade do século XX uma economia exportadora pujante para as escalas do Espírito Santo (ARAÚJO FILHO, 1974; SIQUEIRA, 1994). Fato que está associado à concentração das vias de escoamento da produção cafeeira na cidade de Vitória, é um processo de concentração de recursos e aumento da influência regional da cidade (QUINTÃO, 2014). A criação desse porto por sua vez está envolvida por um processo político que surge no final do século XIX, com as demandas econômicas do crescimento da exportação de café. Com um novo porto, se objetivava induzir um maior desenvolvimento na economia e agricultura através do aumento das zonas de contato da província - mais especificamente visando o exterior e a exportação direta, isto é, sem depender de outros portos brasileiros. Esse processo está em sintonia com um período de construção de um discurso político pró-modernização na capital capixaba (MENDONÇA; DE CAMPOS JÚNIOR, 2019), que por sua vez se coaduna com as intervenções de higienização e racionalização do espaço público, movimento que visa a preparar a cidade para o desempenho de atividades comerciais e políticas, almejando transformar Vitória em um centro dinâmico da vida na vida do estado (FERREIRA, 2009; SIQUEIRA, 2010).

Desejava-se com a criação de um porto "moderno", a possibilidade de crescimento da província, com a superação da sua dependência com o porto do Rio de Janeiro, que absorvia grande parte das rendas de exportação do Espírito Santo. Apesar do café capixaba ainda não ter destaque na produção nacional durante as décadas finais do oitocentos, o crescimento de suas rendas já gerava uma expectativa otimista para os rumos do desenvolvimento do estado. A crença nesse projeto é o que mobiliza mais apaixonadamente os ânimos da elite capixaba. (SIQUEIRA, 1980, P.26-40)

Ainda se soma ao referido contexto, uma mudança conjuntural nos portos da região norte e sul do estado. Ocorre em São Mateus e Itapemirim, uma progressiva diminuição de influência de sua cabotagem, que durante todo século XIX desempenhou importante papel regional no escoamento de mercadorias para portos da Bahia e Rio de Janeiro (ALVES, 2021; MACHADO; 2021). Isto é, além das rendas e volumes crescentes

na exportação de café, ocorre já no início do século XX uma centralização das atividades portuárias em Vitória, quadro que antes era dividido com os outros portos do estado. Isto significando não só o seu crescimento em volume, mas uma alteração qualitativa na ordenação econômica do espaço espírito-santense.

Isso se dá em razão do desenvolvimento das vias de comunicação - com destaque para a construção da via férrea Leopoldina Railway[14], que liga o sul do estado à Vitória, e ao desenvolvimento das vias rodoviárias que ligam São Mateus a capital, além disso, há a crescente inadequação dos portos de São Mateus e Itapemirim às novas tecnologias de navegação, sofrendo - ainda mais do que Vitória, que compunha boas condições naturais, problemas de calado e atracadouro (SIQUEIRA, 1980, P. 40-42).

CONCLUSÃO

O porto dos trapiches, no século XIX, é um espaço descentralizado, de operação econômica, pertencente ao tecido urbano, e com uma localidade bem definida em termos espaciais. É ocupado por todas as gentes e tipos, em uma relação em que se é difícil de separar porto e cidade, onde a simbiose das operações portuárias e comerciais formam um espaço que se dilui para dentro das ruas e esquinas, dando os mais diversos tons de urbanidade. O porto é na verdade uma região que se torna economicamente especializada. Geralmente ela se define em termos jurídicos através da letra da lei, dos aforamentos, e demarcações, cujos organizam atividades portuárias de teor fiscal e burocrático. Isso se dá, sobretudo, com as alfândegas, cuja localização tende a organizar espaços de operação portuária nas proximidades. Mas se dá também, na forma das propriedades e equipamentos urbanos específicos, com os aforamentos que garantem direitos aos trapiches, empreiteiros, transportadores e casas comerciais, alfandegados ou não.

O porto não é, entretanto, uma entidade centralizada e nem se confunde nos mesmos equipamentos autorizados a realizar atividades de autoridade portuária, ele é antes e além disso, o espaço dentre os espaços, é a extensão de terra e mar que envolve

[14]E posteriormente, a ferrovia Vitória-Minas.

os cais, armazéns, carroceiros, e pessoas envolvidas nas atividades portuárias. O porto é a atmosfera física que envolve a barra da cidade e que une atores econômicos dispersos que se empenham nas atividades de movimentação de pessoas e mercadorias. O porto é, essencialmente, uma região. A região que é, no conselho de Milton Santos, um espaço cindido, microcosmo que marca pela diferença a sua identidade morfológica e funcional (BARROS, 2017, p.27-28).

O que reconhecemos no porto histórico de Vitória – ou porto de trapiches, como queira; é fundamentalmente isso, um espaço dentre os espaços, que se estende desde a extremidade do cais de madeira, e desemboca logo nos pés da cidade. Isso tudo sem uma mediação muito rígida que defina suas fronteiras. O porto de Vitória no século XIX se faz de cidade na mesma medida que a cidade se faz porto, através é claro, da atuação de uma porção física específica e de seus edifícios, estruturas (naturais/não naturais) e pessoas. A cidade de Vitória com seus portos e estruturas ainda coloniais, é a cidade de Vitória que subsidia as condições materiais para as mudanças do século XX. Visto que é nas décadas finais do século XIX, em um porto de pranchas e trapiches, e uma cidade com uma infraestrutura precária, que se inicia um processo de crescimento do comércio cafeeiro, e a demanda de um processo modernizante no circuito de exportação comercial (SIQUEIRA, 1980, P. 7-17). Partimos da percepção de que a história desse espaço deva ser contada em um cuidadoso esforço.

Dentro do escopo aberto da pesquisa[15], buscamos compreender um pouco da forma, funcionamento, espaço, e dimensões econômicas do porto de Vitória na parte final do século XIX. Objetivamos em última medida, contribuir – teórica e monograficamente – para uma história das cidades portuárias de expressão regional no século XIX. A aparente regionalidade desses estudos não são desabono para a agenda de pesquisa, antes pelo contrário, Vitória é uma cidade portuária de pouca influência nacional durante o oitocentos, mas com fortes relações regionais, e além disso, central na reformulação do

[15] Me referindo sempre à dissertação em andamento.

espaço econômico espírito-santense durante todo século XX. Como todo espaço, ela não existe por si, mas em si, e no mundo, construindo e constituindo a espacialidade brasileira.

Ademais, ao se pensar um espaço portuário de pouca influência nacional no oitocentos, fazemos par – com exceção das pouquíssimas grandes cidades portuárias do século, com a maioria absoluta das cidades-porto brasileiras, muitas das quais a realidade econômico-social de seus espaços específicos é pouco conhecida. São essas, em sua maioria, que constituem o sistema portuário brasileiro, onde Rio de Janeiro, Santos, e Bahia, forjam exceções. Façamos, pois, um convite.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO FILHO, José Ribeiro de. O porto de Vitória. 1974.

BARROS, José D.'Assunção. **História, espaço, geografia: diálogos interdisciplinares**. Editora Vozes Limitada, 2017.

ELTON, E. **Tipos populares de Vitória**. [s.l.] Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES, 1985. v. 6

ELTON, E. **Logradouros antigos de Vitória**. [s.l.] Instituto Jones do [ie dos] Santos Neves, 1986. v. 1

FERREIRA, G. L. **Um Desejo Chamado Metrópole: A modernização urbana de Vitória no limiar do século XX**. Dissertação de Mestrado. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2009.

FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Em: A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica. [s.l: s.n.].

FERREIRA, G. L. Um Desejo Chamado Metrópole: A modernização urbana de Vitória no limiar do século XX. Dissertação de Mestrado. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2009.

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. [s.l.] Companhia das Letras, 2020.

GOULARTI FILHO, A. Melhoramentos, reaparelhamentos e modernização dos portos brasileiros: a longa e constante espera. Economia e Sociedade, v. 16, n. 3, p. 455–489, dez. 2007.

GOMES, A. F. DE M. Das docas de comércio ao cais contínuo: as tentativas frustradas de melhoramento do porto do Recife no Oitocentos. 2016.

JACINTHO, A. L. N. Leitura poética da cidade de Vitória na obra de Elmo Elton. Dissertação de Mestrado. Vitória: IFES, 2018.

JOBIM, Khalil. **Do ancoradouro à sala de espera: as obras de melhoramento do porto e a construção de uma Natal moderna (1893-1913)**. 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

KLUG, Letícia Beccalli. Vitória: sítio físico e paisagem. EDUFES, 2009.

LAMARÃO, S. Dos trapiches ao porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro. [s.l.] Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura …, 1991. v. 17

MANTUANO, T. O trapiche e suas fronteiras: a operação portuária pré-capitalista no Rio de Janeiro do século XIX. [s.l.] Editora Autografia, 2015.

MANTUANO, T. Comendador Antônio Martins Lage: entre a Navegação e a Operação Portuária no Século XIX. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: UFF, 2017.

MANTUANO, T. a revolução dos vapores na navegação marítima. História Econômica & História de Empresas, v. 21, n. 2, 2018.

MANTUANO, T. A CONSTRUÇÃO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO: Do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro. Tese (Doutorado em História). Niterói: UFF, 2022.

MENDONÇA, E. M. S. Uma descrição cronológica do desenvolvimento urbano de Vitória. **Revista do Instituto Jones Santos Neves. Vitória, ano IV**, n. 1, p. 38–40, 1985.

MENDONÇA, M. C.; DE CAMPOS JÚNIOR, C. T. O discurso da modernidade na construção de Vitória-ES. **GeoTextos**, v. 15, n. 1, 2019.

MONIÉ, F.; VASCONCELOS, F. N. Evolução das relações entre cidades e portos: entre lógicas homogeneizantes e dinâmicas de diferenciação. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie / Revista franco-brasilera de geografia**, n. 15, 23 jun. 2012.

RIBEIRO, D. A. Busca à Primeira Grandeza: o Espírito Santo e o Governo Moniz Freire (1892-1896). Dissertação (Mestrado em História), 2008.

RIBEIRO, L. C. **A villa de Victória no século XVI: uma base para a conquista do sul do Brasil**. Ports nouveaux: Création et renaissance du XVe au XXIe siècle. **Anais**...Presses Universitaires de Rennes, 2020.

RIBEIRO, L. C. M.; FOLLADOR, K. J.; QUINTÃO, L. DO C. Território e territorialidade no império das redes: o Espírito Santo nos séculos XVI e XVII. **Dimensões**, n. 31, p. 27–55, 2013.

RIBEIRO, L. C. M.; SIQUEIRA, M. DA P. S. Portos e cidades: expansão e modernização dos portos de Vitória (sec. XX-XXI). **Dimensões**, n. 28, 2012.

ROSADO, R. DE C. S. Porto de Salvador: modernização em projeto 1854-1891. **Salvador: CODEBA**, 1983.

SIQUEIRA, M. DA P. O desenvolvimento do Porto de Vitória (1870-1940). 1980. Dissertação (Mestrado em História). UFSC. 1980.

SIQUEIRA, M. DA P. S. O porto de Vitória: expansão e modernização, 1950–1993. **Vitória: Codesa**, p. 39, 1994.

SIQUEIRA, M. DA P. S. A cidade de Vitória e o porto nos princípios modernos da urbanização no início do século XX. **Cadernos Metrópole**, v. 12, n. 24, p. 565–584, 2010.

VASCONCELOS, F. N. O desenvolvimento da interface cidade-porto em Vitória (ES) do período colonial ao início do século XXI: uma cidade portuária? 2011.
HARVEY, D. **Novo imperialismo (O)**. [s.l.] Edições Loyola, 2004.

HONORATO, C. T. **O polvo e o porto: a Cia. Docas de Santos, 1888-1914**. [s.l.] Editora Hucitec, 1996.

HONORATO, C. T. PORTOS E CIDADES PORTUÁRIAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS. **Almanack**, n. 21, p. 63–97, abr. 2019.

HONORATO, Cezar; MANTUANO, Thiago. A economia da região portuária do Rio de Janeiro (1870-1900). **Nuevo Mundo Mundos Nuevos. Nouveaux mondes mondes nouveaux-Novo Mundo Mundos Novos-New world New worlds**, 2016.

QUINTÃO, L. DO C. Estrada de ferro e territorialidade no Espírito Santo da Primeira República. **Revista Ágora**, n. 20, p. 84–109, 2014.

QUINTÃO, L. DO C. Oligarquia e elites políticas no Espírito Santo: a configuração da liderança de Moniz Freire. **Vitória: Ufes**, 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Análise da situação orçamentária da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro sob a vigência da Emenda Constitucional n. 95/2016 no período de 2014 a 2021

Paulo Daniel da Silva Galdino dos Santos

Leticia Aragão de Souza Inácio

Tiago Ribas Chaves

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

Análise da Situação Orçamentária da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro sob a Vigência da Emenda Constitucional N. 95/2016 no Período de 2014 a 2021

Analysis of the Budget Situation of the Federal Rural University of Rio de Janeiro Under the Validity if Constitutional Amendment N. 95/2016 in the Period from 2014 to 2021

Paulo Daniel da Silva Galdino dos Santos

Leticia Aragão de Souza Inácio

Tiago Ribas Chaves[1]

Resumo

No período de 2014 a 2021, diversas mudanças socioeconômicas, políticas e legislativas ocorreram no Brasil, com impacto direto na administração de Universidades Federais. Nesse mesmo contexto, estão incluídas as novas concepções de ensino no período após o retorno à presencialidade e o reforço da importância da política de assistência estudantil nas instituições públicas de ensino superior. Sob este aspecto, o presente trabalho tem o intuito de demonstrar tais alterações no orçamento da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, devido à sua particularidade regional, em comparação às demais universidades federais do estado do Rio de Janeiro, juntamente ao perfil estudantil.

Para isso, toma-se como referência temporal a aprovação da Emenda Constitucional n. 95/2016, cujo impacto já apresenta resultados práticos e visíveis no

[1] Filiados à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

cotidiano da Universidade e da atuação gerencial. Com maior limitação orçamentária e com a crescente demanda, a Rural expressa sinais de asfixia, junto às previsões de cortes em ações indispensáveis para a administração superior.

Em complemento a isso, a avaliação do orçamento da Universidade Rural traz à discussão institucional novas interpretações acerca daquilo que é possível custear, ainda que algumas ações sejam indispensáveis no contexto universitário. Para trazer mais tangibilidade à temática, este trabalho se debruça à tentativa de esclarecer os impactos de uma política de restrição de gastos bruscas, cuja intenção de controle das contas públicas para incentivar crescimento não demonstra resultados expressivos, mas acentua impactos negativos à educação, especificamente à manutenção das atividades promovidas pela UFRRJ.

Palavras-chave: *universidade, orçamento público, educação, inflação, UFRRJ.*

Abstract

In the period from 2014 to 2021, several socioeconomic, political and legislative changes occurred in Brazil, with direct impact on the administration of Federal Universities. In this same context are included the new conceptions of teaching in the period after the return to face-to-face mode and the reinforcement of the importance of the student assistance policy in public institutions of higher education. In this aspect, the present work aims to demonstrate such alterations in the budget of the Federal Rural University of Rio de Janeiro, due to its regional particularity, in comparison to the other federal universities in the state of Rio de Janeiro, along with the student profile.

For this, the approval of Constitutional Amendment n. 95/2016 is taken as a temporal reference, whose impact already presents practical and visible results in the daily life of the University and the managerial performance. With greater budgetary limitation and growing demand, Rural expresses signs of suffocation, along with the forecasts of cuts in indispensable actions for the higher administration.

In addition to this, the evaluation of the Rural University budget brings to the institutional discussion new interpretations about what it is possible to fund, even though some actions are indispensable in the university context. To bring more tangibility to the theme, this work focuses on trying to clarify the impacts of a policy of abrupt spending restrictions, whose intention to control public accounts to encourage growth does not show expressive results, but accentuates negative impacts on education, specifically on the maintenance of the activities promoted by UFRRJ.

Keywords: *university, public budget, education, inflation, UFRRJ.*

***

Contexto Histórico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) é uma Instituição Federal de Ensino Superior centenária, cuja existência tramita entre a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV) e a UFRRJ. Com 112 anos de história, a Universidade Rural está localizada, atualmente, no estado do Rio de Janeiro (RJ), com quatro campi instalados nos municípios de Seropédica (Sede), Nova Iguaçu (Instituto Multidisciplinar), Três Rios (Instituto de Três Rios) e Campos dos Goytacazes. Por essa característica, a UFRRJ é uma das universidades que compõem o quantitativo de faculdades públicas presentes na Baixada, Sul e Norte Fluminense, com considerável expansão territorial no estado. Importa ressaltar a extensão interna da UFRRJ, com campus Sede classificado como o maior da América Latina, com 3.024 hectares e 131.346 metros quadrados de estrutura física e arquitetônica construída (UFRRJ, 2019).

Neste contexto, a UFRRJ reúne características específicas no sentido acadêmico e da composição discente. Presentemente, a Rural conta com “56 cursos de graduação presencial, 2 cursos de graduação a distância, 29 cursos de mestrado acadêmico, 8 cursos de mestrado profissional e 17 cursos de doutorado” (UFRRJ, 2021), distribuídos entre os campi. Tais modalidades são compostas por 17.900 alunos da graduação presencial e 9.400 alunos da graduação à distância, além de 1.911 discentes da pós-graduação, totalizando 29.211 pessoas da comunidade estudantil, em dados de 2021. Na avaliação quantitativa, considera-se apenas a graduação e pós-graduação, mas a UFRRJ igualmente contribui para a educação básica, visto a transferência de recursos para a manutenção e ampliação do Colégio Técnico da Universidade Rural (CTUR) - localizado em Seropédica, com oferta expressiva de vagas de ensino médio regular e técnico, do qual a ênfase está nas áreas de ciências agrícolas e ambientais.

Há de se avaliar que, pelo quantitativo e magnitude da Universidade Rural nos locais onde está presente, cabe inserir no contexto de análise a importância da existência de uma instituição de ensino público na região distante do grande centro fluminense, diante de sua capacidade significativa de oferta educacional. Os fatores envoltos na questão incluem não somente a inserção social pela educação dos moradores de tais regiões, mas também garante um direito constitucionalmente estabelecido, com a devida preservação ao princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, além de sua autonomia didático-científica (Art. 207/CF 1988). Ademais, na perspectiva da aplicação do modelo de Bem Estar Social, cujo objetivo principal é a redução de desigualdades, o Brasil estabelece uma política de acesso público ao ensino superior gratuito e de qualidade - amplamente executada pela UFRRJ. Seguindo esta compreensão, Piketty (2014) considera que, em termos de execução de política pública, a saúde e a educação representam as melhorias mais reais e notáveis na condição de vida das populações ao longo dos séculos. No contexto brasileiro, pode-se incluir, ainda, o fato de que diversas universidades públicas apresentam indicadores de referência internacional, produção científica e inovação tecnológica, o que garante mais de 90% da produção acadêmica do país (SANTOS, 2018). Em complemento à colocação de Piketty, Chaves e Almeida (2020) estabelecem o acesso à educação como preponderante na redução de desigualdades, mas reforçam na análise a realidade distante do Brasil em termos de acesso adequado aos meios de garantia de vida, como saúde, educação, renda mínima e saneamento básico.

Como uma instituição federal de ensino público, a UFRRJ contribui para a redução de

desigualdades em muitas frentes, tanto no espectro macroeconômico, como no interno e institucional, com a política de assistência estudantil. A necessidade por políticas assistenciais, embora sempre tenham sido indispensáveis, se tornam vitais nas universidades após a promulgação da Lei 12.711/2012, que versa sobre o preenchimento de 50% das vagas das instituições públicas por estudantes oriundos de famílias com renda

per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo (BRASIL, 2012). Ainda assim, a UFRRJ mantém uma característica particular, uma vez que 78% dos estudantes da graduação são oriundos de famílias com renda definida pela Lei 12.711, entrando na qualificação de vulnerabilidade socioeconômica, segundo a V Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Estudantes da Graduação das Universidades Federais, realizada pelo Fórum de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) em 2019. Com exemplos práticos, a manutenção da residência estudantil, restaurante universitário e bolsas de permanência demonstram o caráter acessível da UFRRJ, assim como a regência da lei prevê que aconteça em todas as universidades públicas do Brasil.

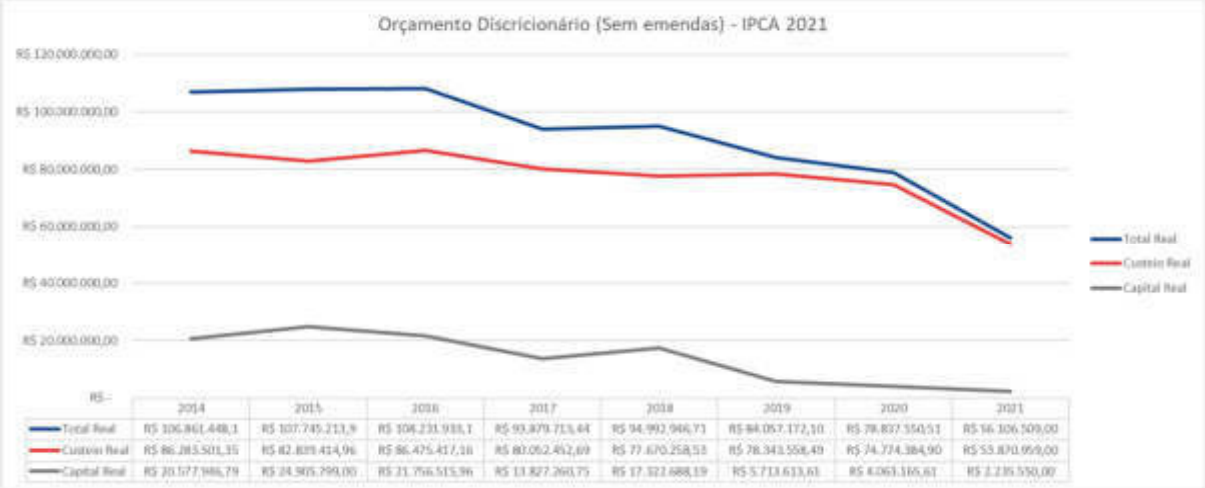
No entanto, uma Universidade com tamanha capacidade de oferta educacional, extensão territorial e perfil estudantil deve ser custeada de forma que garanta pleno funcionamento e acesso aos programas da UFRRJ, algo que não tem sido observado nos últimos anos. A situação de queda orçamentária da Rural se acentua a partir da aprovação da Emenda Constitucional n. 95/2016, conhecida como “Teto dos Gastos”. Seu aspecto limitador de gastos públicos impacta não somente as universidades públicas, como todos os entes federais diretamente custeados pelo Governo Federal. Chaves e Almeida (2020) aproximam os cortes orçamentários da educação à asfixia, uma vez que o custeio de insumos básicos para o funcionamento da Universidade se tornam vulneráveis frente à uma política de gastos restritiva. Para avaliar de forma específica, a próxima seção demonstrará o impacto do Teto dos Gastos no orçamento da UFRRJ.

Impacto da Emenda Constitucional N. 95/2016 no Orçamento da UFRRJ

Com o intuito de analisar o orçamento da Universidade Rural sob a Emenda Constitucional n. 95/2016, recolheu-se dados da série temporal disponível no Portal da Transparência. Para uma análise fidedigna, foi utilizado o método de deflacionamento dos dados a partir do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e o Índice Geral de Preços (IGP-M), calculado pela Fundação Getúlio Vargas. A seguir, estão disponíveis os gráficos

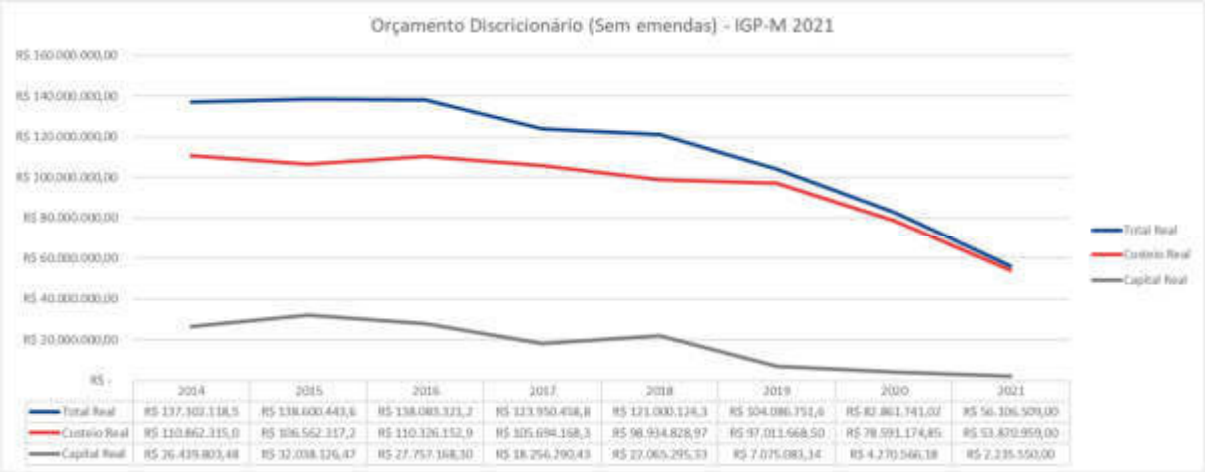
referentes às ações discricionárias sem emendas parlamentares, deflacionados pelo IPCA e IGP-M, além dos gráficos referentes às ações 20RK - Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior, 20GK - Fomento às Ações De Graduação, Pós-graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão e 4002 - Assistência ao Estudante do Ensino Superior, respectivamente. Além disso, nos gráficos constam linhas do custeio real e capital real, junto ao total real.

Gráfico 1: Orçamento discricionário deflacionado pelo IPCA 2021



Fonte: Portal da Transparência: Elaboração própria.

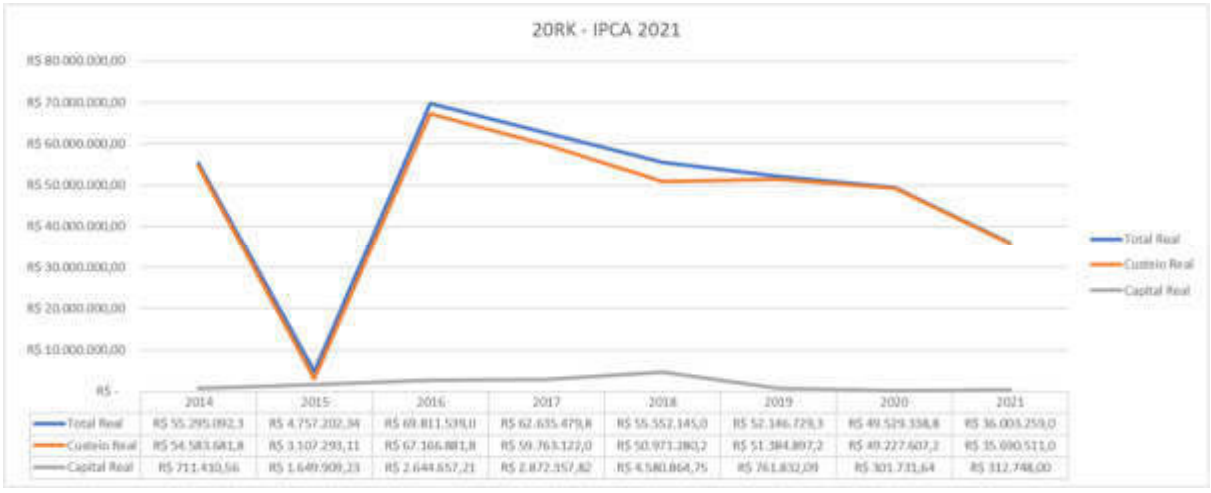
Gráfico 2: Orçamento discricionário deflacionado pelo IGP-M 2021



	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Total Real	R$ 137.302.118,5	R$ 138.600.443,6	R$ 138.083.321,2	R$ 123.950.458,8	R$ 121.000.124,3	R$ 104.086.751,6	R$ 82.861.741,02	R$ 56.106.509,00
Custeio Real	R$ 110.862.315,0	R$ 106.562.317,2	R$ 110.326.152,9	R$ 105.694.168,3	R$ 98.934.828,97	R$ 97.011.668,50	R$ 78.591.174,85	R$ 53.870.959,00
Capital Real	R$ 26.439.803,48	R$ 32.038.126,47	R$ 27.757.168,30	R$ 18.256.290,43	R$ 22.065.295,33	R$ 7.075.083,14	R$ 4.270.566,18	R$ 2.235.550,00

Fonte: Portal da Transparência: Elaboração própria.

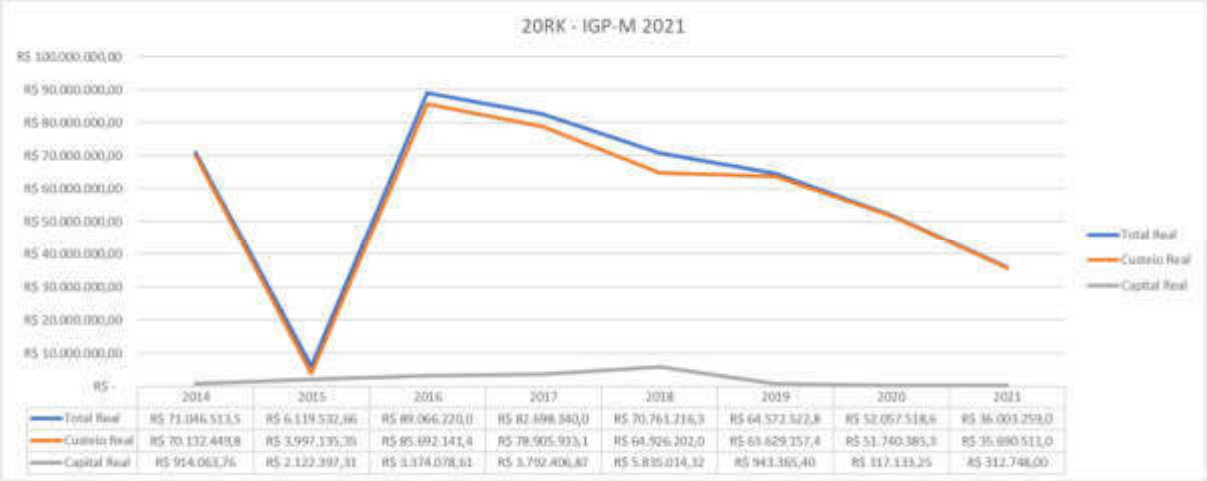
Gráfico 3: Orçamento da 20RK deflacionado pelo IPCA 2021



	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Total Real	R$ 55.295.092,3	R$ 4.757.202,34	R$ 69.811.539,0	R$ 62.635.479,8	R$ 55.552.145,0	R$ 52.146.729,3	R$ 49.529.338,8	R$ 36.005.259,0
Custeio Real	R$ 54.583.681,8	R$ 3.107.293,11	R$ 67.166.881,8	R$ 59.763.122,0	R$ 50.971.280,2	R$ 51.384.897,2	R$ 49.227.607,2	R$ 35.690.511,0
Capital Real	R$ 711.410,56	R$ 1.649.909,23	R$ 2.644.657,21	R$ 2.872.357,82	R$ 4.580.864,75	R$ 761.832,09	R$ 301.731,64	R$ 312.748,00

Fonte: Portal da Transparência: Elaboração própria.

Gráfico 4: Orçamento da 20RK deflacionado pelo IGP-M 2021



Fonte: Portal da Transparência. Elaboração própria.

Gráfico 5: Orçamento da 20GK deflacionado pelo IPCA 2021

Fonte: Portal da Transparência. Elaboração própria.

Gráfico 6: Orçamento da 20GK deflacionado pelo IGP-M 2021

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Total Real	R$ 4.234.186,81	R$ 69.477.290,9	R$ 2.373.149,90	R$ 4.497.526,55	R$ 9.536.463,16	R$ 8.364.520,66	R$ 7.213.396,05	R$ 4.781.968,00
Custeio Real	R$ 3.712.826,01	R$ 69.360.545,5	R$ 2.046.971,66	R$ 2.581.223,70	R$ 9.438.900,74	R$ 8.302.602,62	R$ 7.164.768,23	R$ 4.750.671,00
Capital Real	R$ 521.360,80	R$ 116.745,37	R$ 326.178,25	R$ 1.916.302,85	R$ 97.562,42	R$ 61.918,04	R$ 48.627,83	R$ 31.297,00

Fonte: Portal da Transparência. Elaboração própria.

Gráfico 7: Orçamento da 4002 deflacionado pelo IPCA e IGP-M 2021

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Total IPCA	R$ 14.615.974,5	R$ 13.626.191,7	R$ 14.526.603,0	R$ 13.862.592,3	R$ 13.526.052,0	R$ 14.304.492,2	R$ 13.228.304,2	R$ 9.281.862,00
Total IGP-M	R$ 18.779.497,2	R$ 17.528.353,7	R$ 18.533.174,6	R$ 18.302.939,1	R$ 17.229.215,7	R$ 17.713.040,9	R$ 13.905.530,9	R$ 9.281.862,00

Fonte: Portal da Transparência. Elaboração própria.

Considerações finais

Diante do exposto, tem-se que o impacto no orçamento da Universidade e nas principais rubricas de custeio e capital impossibilitam a execução das ações universitárias, confirmando a asfixia sentida pelos gestores da UFRRJ. Ao observar as consequências sociais trazidas pela execução orçamentária deficitária, deve-se pensar novas políticas e articulação econômica para sustentar as Universidades Federais - fator crucial para a ciência nacional e mitigação de desigualdades sociais.

A corrente neoliberal que emergiu no Brasil durante a abertura comercial na década de 1990 demonstra suas consequências amplamente, e é justificada pela queda na atividade econômica e restrição do orçamento de entes federativos que necessitam do custeio direto do Governo Federal, como as Universidades Federais. Por isso, a emergência na recomposição orçamentária das instituições públicas de ensino superior se faz demasiadamente indispensável.

Referências bibliográficas

GARCIA, Adir ; YANNOULAS, Silvia. Educação, pobreza e desigualdade social. Em Aberto, v. 30, n. 99, 2019. Acesso em 05 de julho de 2022. Disponível em <http://www.rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/3198>

DA COSTA SILVEIRA, A. L. A UFRRJ DO TEMPO RECENTE: RELAÇÕES ENTRE A OFERTA DE GRADUAÇÕES E A SUA VOCAÇÃO RURAL. [s.l: s.n.]. Disponível em <https://tede.ufrrj.br/jspui/bitstream/jspui/2729/2/2011%20-%20Ana%20L%c3%bacia%20da%20Costa%20Silveira.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2022.

SILVA, N. DE S.; SANTOS, E. O. DOS; MALACHIAS, R. Conversando com Paulo Freire - Diálogos dentro e fora do PPGEDUC/UFRRJ. Revista Docência e Cibercultura, v. 5, n. 3, p. 21–26, 13 out. 2021. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/62823>

CAPRARA, Bernardo. Thomas Piketty e "O Capital no Século XXI": da economia política à Sociologia contemporânea. Sociologias, v. 19, n. 44, p. 424–439, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/87b3pxCnZHSTxPHW3MTgLmh/>. Acesso em: 23 maio 2021.

CHAVES, Andréa Bittencourt Pires ; ALMEIDA, Leandro José Souza de. A Política do Retrocesso: educação e desigualdade no Brasil. Research, Society and Development, v. 9, n. 8, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/5957/5146>. Acesso em: 9 jul. 2022.

JORGELINA. Pesquisa traça perfil de alunos das universidades federais. FONAPRACE. Disponível em: <http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/index.php/2019/06/21/pesquisa-traca-perfil-de-alunos-das-universidades-federais/>. Acesso em: 10 jul. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Internacionalização de empresas, Odebrecht e questões teóricas. Uma discussão

Pedro Giovannetti Moura

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

Internacionalização de empresas, Odebrecht e questões teóricas. Uma discussão

Firm internationalization, Odebrecht and theoretical questions. A discussion

Pedro Giovannetti Moura [1]

Resumo:

Pretende-se com esse trabalho tratar do início do processo de internacionalização da Construtora Norberto Odebrecht (CNO) à luz dos postulados da literatura empresarial de internacionalização de empresas. Com esse objetivo em mente, partimos de um balanço teórico sobre dois dos paradigmas clássicos de internacionalização de empresas – os modelos de Dunning e Uppsala – colocados em perspectiva sob outras contribuições, como aquelas expressas pelas obras de Peter Dicken e Witold Kula. Ao colocar em debate o estudo de caso da CNO, a partir da obra de Charcani VI, em Arequipa (Peru), temos por objetivo estabelecer pontes de diálogo e limitações entre esses modelos e o caso da construtora brasileira. Para tanto, nos valemos da literatura empresarial mencionada, bibliografia acadêmica e jornalística sobre a CNO, dados públicos e um estudo empírico possibilitado pelo acesso a números selecionados da revista *Odebrecht Informa*, materiais de circulação interna da Organização.

Palavras-chave: História Econômica; História Empresarial; História Contemporânea; Internacionalização de empresas.

[1] Doutorando no Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPHR/UFRRJ). Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/0967885032582238

ABSTRACT

This lecture is intended to provide an analysis the beginning of the internationalization process of Construtora Norberto Odebrecht (CNO) in the light of the postulates of business literature of internationalization of companies. Accordingly, we draw on a theoretical overview about two classic paradigms of internationalization – the models of Dunning and Uppsala – put in perspective under other contributions, as expressed by the works of Peter Dicken and Witold Kula. By discussing the CNO case – from the construction of Charcani VI, in Arequipa (Peru) –, we aim to raise points of dialogue as well as limitations of these models in relation to this Brazilian construction firm. In addition to the said business literature, we also approach academic and journalistic bibliography about CNO, public data, and an empiric study based on *Odebrecht Informa* newsletters, an internal material of the Organization.

Keywords: Economic history. Business history. Contemporary history. Internationalization of companies.

***

A trajetória da Construtora Norberto Odebrecht (CNO) iniciou-se entre os anos 1940 e 1950 no Estado da Bahia, distante dos grandes centros do Capital brasileiro e das grandes obras que então se desenhavam para a segunda metade do século XX, como a construção de Brasília, capital nacional. Já no ano de 2011, a empreiteira passa a ocupar o posto de maior construtora da América, em ranking promovido pela Revista América Economia, editado pela Spring Editora[2].

A escolha pela CNO enquanto estudo de caso de uma empresa multinacional brasileira justifica-se por três fatores primordiais. Em primeiro lugar, feito o recorte da engenharia pesada, a CNO é, dentre as empresas brasileiras, a que possui maior número de obras realizadas no exterior - nos anos 2000, 40,2% das obras das empreiteiras brasileiras no exterior eram realizadas pela empresa (CAMPOS, 2014. p. 119).

Em segundo lugar, a escolha também se explica pelo próprio material analisado, a *Revista Odebrecht Informa,* fundamental para desenvolver uma pesquisa de estudo de caso. A realização de uma pesquisa com essa metodologia significa aprofundar-se em um objeto específico, de modo a permitir uma maior compreensão sobre determinado fenômeno. Isso requer uma vasta quantidade de fontes a fim de se criar um banco de dados que possibilitem manter uma linha histórica de evidências (YIN, 1989). Por fim, a CNO é, dentre o universo das empreiteiras brasileiras, aquela que ganhou maior projeção nacional após a Operação Lava-Jato e a cobertura propagada pelos grandes meios de comunicação nacionais. Assim que, uma abordagem que vise se distanciar dessa espécie de 'senso comum' ganha maior relevância.

Tema disparador de grande interesse público nos anos recentes, a CNO e a Holding Odebrecht são temas de alguns trabalhos dentro do universo acadêmico. Via de regra, podemos enquadrá-los em dois grandes campos: (a) àqueles oriundos do campo

[2] Notícia disponível em: <https://www.portalvgv.com.br/site/norberto-odebrecht-e-a-maior-empresa-de engenharia-e-construcao-da-america-latina-aponta-ranking>. Acesso em: 08 maio 2020.

da administração de empresas que, embora se debrucem sobre seu histórico, o fazem focalizando aspectos decisórios administrativos (DANTAS, 2007; BRITO, 2009; MAZOLA e OLIVEIRA JUNIOR, 2006); (b) outros, apresentam o desenvolvimento histórico da construção pesada brasileira como um todo (FERRAZ FILHO, 1981; CAMPOS, 2014). Porém, poucas são as tentativas de sínteses de maior fôlego a tratar da CNO excedendo sua atuação nacional (CAMPOS, 2015). De forma que, com esse artigo, pretende-se contribuir com estudos que coloquem em destaque a atuação internacional das empreiteiras brasileiras dentro do mais amplo campo da História Econômica.

A análise dos principais paradigmas teóricos para internacionalização de empresas consiste em um ponto de partida para se debruçar sobre as práticas de internacionalização da construtora. Há uma dificuldade grande em teorizar processos que são, em essência, históricos. Ao abordarmos grupos de diferentes setores econômicos, sediados em países que ocupam diferentes posições no sistema mundial capitalista e espaçados temporalmente, não é tarefa simples condensar um conjunto de características que confiram alguma unidade em processo tão díspares. Apesar dessa dificuldade, o Paradigma Eclético de Dunning (DUNNING, 2001) e o modelo de Uppsala (JOHANSON; VAHLNE, 2009) são algumas das abordagens mais significativas que buscam balizar um conjunto de ações aparentemente desconexo entre si. Consequentemente, na primeira parte do artigo, tratamos desses modelos, destacando contribuições e limites que perspectivas como as de Kula (1977) e Dicken (1998) jogam luz.

A segunda parte se detém sobre o caso da CNO em si. Após breve contextualização do processo de nacionalização da firma, pretendemos demonstrar como essa internacionalização da construtora combinou um conjunto de táticas empresariais somado a um apoio estatal para sua consolidação.

Por fim, na última sessão, estabelecemos aproximações e diferenças no processo da construtora a partir da abordagem teórica selecionada, identificando pontos de convergência e limites desses estudos para o nosso caso específico.

Empresas internacionalizadas: uma abordagem teórica

A atuação moderna de firmas em mercados internacionais se dá a partir das companhias de comércio no século XVIII. Ao longo do século XIX, com o avanço das indústrias e do comércio em larga escala, a atuação em mercados externos de grandes empresas ganha corpo[3] (Arrighi, 2012; Dicken, 1998). Embora Dicken afirme que a lógica dessas companhias se restringia ao comércio – e desvinculadas, portanto, da esfera produtiva -, estudos vem demonstrando a porosidade de supostas fronteiras da atuação do capital e, em contrapartida, argumentando que sua inserção em diversas partes do globo – inclusive nos países periféricos - seria marcada por maior transversalidade, atuando tanto na esfera comercial quanto produtiva (Tomich, 2011).

À parte esse debate, nos parece bem aceito, contudo, a noção de que o período pós 1945 assiste a uma ampliação das atividades de firmas multinacionais, destacando-se, inicialmente, os Estados Unidos enquanto principal protagonista desse processo (Costa; Saes; Gonçalves, 2018, p.4). Se, até o período, 71% da produção manufatureira concentrava-se em quatro países e, 90%, em onze países (Dicken, 1988, p.170), o mundo pós Segunda Guerra é marcado por um espraiamento da atuação de firmas multinacionais e ampliação de seu poderio econômico. Em fins do século XX, as 100 maiores empresas mundiais detinham ativos maiores do que 120 países no mundo (Chandler, 2005, p.1). Assim que, atendendo ao chamado de Chandler, torna-se necessário conhecer, identificar e localizar quem são esses "Leviatãs" (Chandler, 2005, p.2).

Porém, antes de avançar para nosso estudo de caso, concretamente, nos detemos nessa sessão a questões mais teóricas sobre essas empresas e ao processo de internacionalização em si. Convém aqui iniciar com a própria definição do conceito de internacionalização de empresas, diferenciando de seus pares multinacionalização e transnacionalização. Enquanto alguns, como Costa, optam pela simplificação ao enquadrá-las sob um mesmo espectro (Costa, 2011, p. 10), outros, como, Doelinger e

[3] No caso especificamente brasileiro, o século XIX assistiu primordialmente ao capital inglês que se articulou ao redor do complexo cafeeiro. Como estudo de caso ver: RIBEIRO, 2014.

Cavalcanti valendo-se de R.D. Robinson, tratam de uma diferenciação que elencariam esses conceitos em estágios, a depender do grau de inserção internacional da empresa.

Dessa forma, a empresa internacional deve ser compreendida enquanto uma primeira etapa, em que uma entidade nacional possui algumas atividades em outros países, mas sem influenciar de forma decisiva nos rumos da empresa. Já a empresa multinacional é marcada pela expansão de atuação por várias nacionalidades, tanto na esfera comercial quanto produtiva, mantendo, contudo, um centro nacional. Por fim, a transnacional, argumentam, representaria a "anacionalidade", isto é, a empresa sem centro decisório nacional (Doelinger; Cavalcanti, 1979, p. 9).

A despeito de julgarmos interessante o caráter didático da diferenciação e hierarquização de Robinson exposta por Doelinger e Cavalcanti, divergimos aqui da sua concepção de anacionalidade das empresas transnacionais. Tendo em vista a importância das fronteiras nacionais como fatores estruturantes da inserção de empresas na divisão internacional do trabalho, valemo-nos aqui, preferencialmente, da perspectiva de Dicken. Para o autor, uma corporação transnacional é aquela que atinge um nível marcado por, simultaneamente: coordenação e controle de vários estágios de cadeias produtivas em diferentes países; habilidade de tomar vantagens geográficas e políticas estatais para ampliar sua capacidade produtiva; flexibilidade geográfica para mudar suas fontes de operações entre diferentes localizações geográficas (Dicken, 1998, p. 177).

O fato da atuação internacional se dar, primordialmente por grandes grupos nacionais, explica-se por serem essas as empresas com suficientes condições para receber estímulos e subsídios por parte dos agentes estatais (Aubert; Falck, Heblich, 2011, p.64) e, em geral, por serem aquelas capazes de obter privilégios que ofenderiam o senso público de jogo limpo, como a conquista de controle financeiro de conglomerados rivais (Schumpeter, 2010, p.128). Assim, Schumpeter considera a internacionalização – mediante a abertura de um novo mercado ou na conquista de uma

nova fonte de matérias prima ou de semimanufaturados - como um dos fatores cruciais para garantir a inovação da prática industrial [4] (Schumpeter, 1982, p.48).

Essa relação entre o binômio inovação-criatividade e internacionalização também é demonstrada pelo cepalino Fajnzylber. Para o autor, uma indústria eficiente é sinônimo de uma indústria capaz de criar condições para alcançar um ritmo de crescimento elevado, mantido no curso do desenvolvimento tecnológico. Para se alcançar esse cenário, adquire importância fundamental a busca pelo mercado externo, arena de maior competividade e potencialidade para ampliar a inovação e a capacidade criativa (Fajnzylber, 1983, p. 345-350).

O próprio Norberto Odebrecht, fundador da Construtora Norberto Odebrecht, já nos anos 1960, via na internacionalização uma necessidade para o crescimento e a perpetuação da firma. Na visão do empreiteiro, por vivermos em uma era na qual "o conhecimento passa a ser um valor mais importante do que o próprio patrimônio tangível", é essencial, para a sobrevivência, o crescimento e a perpetuação da empresa, a constante busca pela *inovação* e pela *criatividade* de suas equipes, elevando assim o patamar da sua empresa (ODEBRECHT, 2002, p. 22-23).

Se, por um lado, compreender a prática de internacionalização como pré-condição para o desenvolvimento das empresas é quase um consenso na literatura sobre o tema, estabelecer modelos analíticos para a prática de internacionalização acarreta enorme dificuldade. Além de trajetórias empresariais das mais variadas possíveis, a

[4] As cinco ações que garantiriam a inovação das atividades industriais, na visão do autor, seriam: (a) a introdução de um novo bem (um bem que os consumidores ainda não estiveram familiarizados) ou de uma nova qualidade de um bem; (b) um novo método de produção, que não precisa se basear em um anova descoberta científica, e pode, inclusive, ser uma nova forma de manusear comercialmente uma mercadoria; (c) a abertura de um novo mercado em que o ramo industrial em questão ainda não tenha entrado ou que não existisse antes; (d) a conquista de uma nova fonte de oferta de matérias prima ou de semimanufaturados, independentemente se é, de fato fonte nova ou se fora criada; (e) o estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria, como a criação de uma posição de monopólio ou a fragmentação dessa posição (Schumpeter, 1982, p.48).

dificuldade da criação de paradigmas para a internacionalização de empresas se justifica por outros dois fatores preponderantes.

Em primeiro lugar, ao nos afastarmos da perspectiva de anacionalidade das empresas internacionalizadas, consequentemente assumimos o postulado de que as empresas possuem um centro decisório e uma trajetória que as vincula, historicamente, a um país sede. Tal país sede, por sua vez, ocupa uma posição específica dentro da divisão internacional do trabalho que, se não determina, condiciona suas atividades econômicas centrais. Wallerstein e Arrighi, por exemplo, tratam da diferenciação das atividades do núcleo orgânico – aquelas que controlam uma grande parte do excedente total produzido dentro da cadeia de mercadorias – àquelas do núcleo periférico – controlam pouco ou nada desse excedente (Arrighi, 1997, p.138). O último chega a tratar ainda da existência de uma zona intermediária, a semiperiferia (Arrighi, 1997, p.140). Por extensão, imagina-se a dificuldade de tentativas de homogeneização dentro de uma economia mundial tão distinta.

Em segundo lugar, a própria natureza distinta das atividades econômicas torna difícil o processo de se criar uma teoria sobre a internacionalização de empresas. Ferraz Filho, por exemplo, aponta uma singularidade da engenharia pesada enquanto ramo industrial, ao salientar que a questão tecnológica não representa uma barreira à entrada do capital privado no ramo, pois, além de a tecnologia vir embutida no próprio equipamento, é possível absorver técnicas de construção no próprio ato de construir (Ferraz Filho, 1981, p. 86-87). Essa singularidade faz da engenharia pesada um ramo radicalmente distinto daqueles analisados por Mazzucato – a produção de iPhones ou a "Revolução Verde" (Mazzucato, 2019).

Ainda assim, há uma tentativa de diversos autores em buscar uma "teoria para a internacionalização de empresas" (Hood e Youg, 1979; Hymer, 1960; Narula, 1996; Vernon, 1992) [5]. Dentro dessa ampla pluralidade no conjunto de ideias expostas, da qual não daríamos conta de apresentar nesse artigo, duas matrizes teórico-

[5] A seção inicial do artigo de Costa, Saes e Gonçalves (2018), oferece um panorama amplo do debate entre os distintos paradigmas de internacionalização de empresas.

metodológicas se destacam enquanto marcos basilares de escolas de pensamento. O Modelo Eclético de Dunning e os postulados da Escola de Uppsala.

Embora tenha publicado em 1976 o artigo responsável por sistematizar seu paradigma, John H. Dunning argumenta que sua base fora produzida nos anos 1950, quando o autor se debruçava sobre o estudo comparativo de firmas estadunidenses e inglesas, com o intuito de interpretar seus distintos graus de produtividade (Dunning, 2001, p.173). Esse objeto empírico resultaria em uma ressalva do autor, a respeito de seu modelo: "my main focus of interest is in explaining the international production of all firms from a particular country or group of countries"[6] (Idem, p.186). Isto é, apesar de o autor pleitear um estudo o mais universal possível, reconhece, ele próprio, a incapacidade de sistematizar um modelo para as firmas de "todos os países".

Feita a ressalva, Dunning prossegue com a afirmação de que uma firma se engaja na produção internacional em busca da internalização de seus ativos, quando observa, em maior ou menor grau, a confluência de três vantagens: as 'Ownership advantages'; 'location advantages'; internalization advantages'. As iniciais de cada uma das vantagens – OLI – conferem o complemento ao nome do paradigma.

As vantagens de propriedade ('ownership') são as mais significativas para a construção do modelo teórico do autor. Seriam aquelas que uma firma estrangeira possui sobre outras firmas do mercado em questão. Vantagens essas que podem surgir de uma propriedade privilegiada da empresa – como algum tipo de tecnologia ou ativo, por exemplo -; o acesso a um conjunto de ativos geradores de renda; ou de uma coordenação mais eficiente de seus ativos no além-fronteira (Ibdem, p.176). Essas vantagens de propriedade, assim, se revertem em uma capacidade de diferenciação de seus produtos com relação às concorrentes.

O segundo ponto mencionado pelo autor seriam as vantagens de localização ('location'). Sobre esse aspecto, importa destacar que Dunning se atenta, simultaneamente a questões logísticas de proximidade geográfica, destacando o quanto

[6] "Meu foco principal de interesse é explicar a produção internacional de todas as firmas de um particular grupo de países". (Tradução livre)

a escala desse alcance geográfico se reverte em maiores benefícios para a firma (Ibdem, p.176), como também a benefícios que os fatores específicos de produção local possam tornar mais atrativos à prática econômica no país estrangeiro do que no país sede (Dicken, 1998, p.186).

Por fim, Dunning destaca que a prática da internacionalização se 'retroalimenta' a partir do momento que a firma internaliza o uso dessas vantagens adquiridas internacionalmente, isto é, quando são mais adequadamente exploradas pela própria firma do que vendendo-as a outras firmas (Dunning, 2001, p.174). Dicken, comentando sobre esse fato, afirma que:

> The most obvious example of such internalization is vertical integration in which a firm decides to control either its own sources of supply or the destination of its outputs (Dicken, 1998, p.187) [7]

Se, para Dunning, a internacionalização objetiva a internalização de ativos da firma, a Escola de Uppsala[8] tem um ponto de partida distinto: segundo o modelo dos suecos, a internacionalização de empresas objetivaria o aprendizado decorrente das experiências em operações nos mercados internacionais e das decisões tomadas para fortalecer sua posição nesses mercados (Johanson; Vahlne, 2009, p.1412).

Os autores enxergam uma processualidade na prática de internacionalização de empresas: primeiro predominam as práticas de exportação. Na sequência, as companhias exitosas formalizam a entrada através de intermediários, frequentemente agentes que atuam como espécie de foco da empresa no mercado estrangeiro. Esses passos prescindem, usualmente, a incorporação da firma junto ao novo ambiente estrangeiro (Idem, p.1413).

[7] O exemplo mais óbvio de tal internalização é a integração vertical, na qual uma empresa decide controlar suas próprias fontes de suprimento ou o destino de seus produtos.(Tradução livre).

[8] Os modelos de Johanson e Vahlne partem da observação empírica da atuação de firmas suecas que se internacionalizam a partir da década de 1970, construindo, portanto, um paradigma decorrente da observação de um ator histórico específico (Johanson; Vahlne, 2009, p.1411).

Inicialmente, a escolha recai sobre mercados estrangeiros próximos em termos mentais/psicológicos do mercado doméstico. Também processualmente as empresas avançariam para mercados mentalmente mais distantes. Na visão dos autores:

> This process had its origin in the 'liability of foreignness', a concept that originally explained why a foreign investor needed to have a firm-specific advantage to more than offset this liability (Ibdem, p.1412) [9]

Assim, enquanto no modelo de Dunning destacam-se questões relativas aos ativos da empresa e as localizações de mercados internacionais sob uma lógica fortemente geográfica, no modelo de Uppsala, o aprendizado, a construção de uma rede de relações e a proximidade cultural seriam os fatores determinantes do processo de internacionalização de firmas. Tais diferenças podem ser sistematizadas pela tabela abaixo:

Tabela 1 – Comparação entre as abordagens teóricas de Dunning e da Escola de Uppsala

	Paradigma Eclético de Dunning	Escola de Uppsala
Objeto inicial	Empresas estadunidenses e inglesas	Empresas suecas
Objetivos	Internalização de ativos a partir do mercado estrangeiro	Incorporação de experiências a partir de operações no mercado internacional
Fatores necessários	- Vantagens de propriedades; - Vantagens de localização.	- Conexão junto a redes internacionais; - Proximidade mental/psíquica.

Fonte: DUNNING, 2001; JOHANSON, J.; VAHLNE, J.E, 2009. (Elaboração própria).

Embora distintos tanto no que tange aos objetivos quanto aos fatores necessários para internacionalização, os modelos acima citados convergem no pressuposto da busca por fatores internos à própria empresa como determinantes ao processo de internacionalização. Sem renegar aqui a importância de decisões tomadas pelos agentes

[9] Esse processo tem sua origem no conceito de 'liability of foreignness' (desvantagem do estrangeiro), um conceito que, originalmente, explicava o porquê de o investidor necessitava de uma vantagem específica da firma para compensar essa desvantagem. (Tradução livre)

empresariais para o êxito ou não de um processo de internacionalização (tema sob o qual nos aprofundamos na sessão seguinte), convém mencionar que esses agentes são permeados por uma maior totalidade que, se não determina, condiciona e se vincula a ações tomadas no nível micro.

Uma opção metodológica por uma perspectiva de totalidade nos estudos empresariais vai ao encontro às perspectivas de Witold Kula. Aponta o autor como, ao longo da primeira metade do século XX, predominaram estudos na área que partiam de postulados que glorificavam a livre concorrência e as iniciativas empresariais como ponto nodais do desenvolvimento econômico. Tal abordagem – que logo encontrou eco nas produções que partiam de dentro das próprias empresas – implica na hiper valorização dos empresários, encarados aqui como os grandes responsáveis pelo sucesso ou fracasso das empresas e, estas, compreendidas enquanto criadoras das forças econômico-sociais, relegando ao Estado um papel menor (Kula, 1977, p.158-160).

Apesar de reconhecer, apresentar e discutir no presente artigo opções tomadas por esses agentes, não reivindicamos essa visão laudatória especialmente dominante na *business history* (Mendes, 2010). Em contrapartida, a análise dessas empresas com seu contexto social, econômico, político – nacional e internacional – é fundamental para a análise de um determinado setor (Kula, 1977, p.140;180). De forma que compreendemos as empresas enquanto uma unidade de produção, mas unidade essa inserida em um todo, sendo necessário para seu correto estudo "considerar as relações internas entre o sistema econômico de uma sociedade e sua estrutura social" (Lobo in Cardoso, 1987). Essa opção metodológica se fundamenta, também, quando tomamos o caso brasileiro de internacionalização de empresas, que teve na atuação estatal um eixo estruturante no processo de internacionalização de empresas (Costa; Saes; Gonçalves, 2018, p.13).

Em suma, a presente sessão buscou abordar a internacionalização de empresas sob uma perspectiva teórica. É com esse arcabouço que nos debruçamos empiricamente sobre o caso da Construtora Norberto Odebrecht (CNO).

Da internacionalização à consolidação: o caso da Construtora Norberto Odebrecht

A Construtora Norberto Odebrecht (CNO) foi fundada em 1945 na Bahia e atuou enquanto empresa de engenharia pesada, de alcance regional, até fins dos anos 1950, com algumas obras de destaque, como a Usina Hidrelétrica de Correntina, na Bahia (Odebrecht, história).

Essa situação começa a se alterar quando, em 1954, a empresa se torna cliente da Petrobras com a obra do oleoduto Catu-Candeias, abrindo as portas de uma relação que prosseguiria com a realização de obras para construção de instalações de apoio, estações de tratamento de água, plataformas marítimas, pontes, canais e barragens (Dantas, 2007, p.80). A despeito de algumas inovações que garantiram seu crescimento, como a realização simultânea de todas as etapas de suas construções – substituindo a então consagrada técnica de levantamento de estrutura primeiro, paredes e rebocos depois – responsável por maior agilidade na entrega das obras, é notório que os vínculos políticos estabelecidos com os órgãos de governos estatais, edificados sobretudo na figura do General Geisel (Campos, 2015, p.101) foram condição imperiosa para a ascensão da empreiteira.

As vitórias em licitações no Rio de Janeiro para a construção do campus da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), do edifício-sede da Petrobras (aproveitando-se de ligação estabelecida com Geisel, ex-comandante da Petrobras e então Presidente do Brasil), do Aeroporto Internacional do Galeão e da Usina Termonuclear Angra, entre 1970 e 1976, alçam a CNO a um novo status. Se, no início dos anos 1970, a CNO era então a 19ª maior construtora brasileira (atrás, entre outras, da também nordestina Queiroz Galvão) em 1982 passa a ocupar a 2ª posição no ranking das maiores empreiteiras do país, atrás apenas da Andrade Gutierrez. No entanto, ao incorporarmos nesse cálculo os valores recebidos pela CBPO, que anos antes fundira-se com a empresa, a CNO chega a ocupar a liderança nacional (Campos, 2015, p. 102).

Embora nacionalmente consolidada e vivendo um ciclo de grandes obras no país – como o Complexo Hidrelétrico Pedra do Cavalo, em Cachoeira, na Bahia, o Sistema de Abastecimento de Água Riachão Potengi, no Ceará, e o Complexo siderúrgico da

Açominas, em Ouro Branco, Minas Gerais –, o mercado das empreiteiras [10] se encontrava ante um cenário de dificuldades com a retração do mercado da construção pesada no país. O montante de obras encurtara pela metade entre 1975 e 1976, passando de cerca de U$14 bilhões para U$7 bilhões (Odebrecht Informa, 1988ª, p.19; Santos, 2012, p.280).

Ao comentar sobre essa transição dos anos setenta para os oitenta, Emílio Odebrecht afirmara que:

> A Odebrecht atua internacionalmente desde o final da década de 70. Vivíamos o milagre brasileiro, mas fizemos uma reflexão e concluímos que o crescimento daquele período não era sustentável. Como nossa vocação era, e continua sendo, crescer, precisávamos, então, identificar oportunidades para assegurar a continuidade de nosso crescimento e começamos a estudar hipóteses: diversificar nossos negócios; fortalecer nossa posição em engenharia no Brasil, mediante aquisições, ou ir para o exterior. Optamos pelas três (Odebrecht S.A., 2008, p.8)

Assim que, nos anos 1970-1980, a CNO adquire a Tenenge e a CBPO, esta uma das maiores construtoras paulistas. Em 1979, criava-se a Odebrecht Perfurações Ltda., responsável pela perfuração de poços de petróleo, após a aquisição de 1/3 do capital da CPC (Companhia Petroquímica Camaçari), marcando o ingresso do Grupo no setor petroquímico [11] e a diversificação das atividades econômicas da construtora (Odebrecht,

[10] Compreendemos a indústria da construção pesada (também chamada de empreiteiras) como o setor econômico que abrange as empresas dedicadas às obras de infraestrutura. Tais empresas são responsáveis por empreendimentos contratados comumente pelo Estado, sendo responsáveis por obras de transporte (rodovias, ferrovias, hidrovias, pontes e viadutos), de energia (usinas hidrelétricas, usinas térmicas, linhas de transmissão, subestações, entre outras), de saneamento (estação de tratamento de água e esgoto, encanamento em vias públicas, emissários submarinos, etc.), de urbanização (vias públicas urbanas, calçamento, logradouros públicos e outras intervenções urbanas), obras industriais (plantas fabris, plataformas de petróleo, etc.), dutos (oleodutos, gasodutos, minerodutos e alcooldutos), além de portos e aeroportos (Campos, 2014, p. 2).

[11] A entrada da CNO no negócio da petroquímica dialoga frontalmente com os postulados de Evans ao tratar do desenvolvimento brasileiro a partir do modelo de "tripé". Discutindo sobre a indústria petroquímica dos anos 1960-1970, afirma o autor que o refino de Petróleo cru caberia à Petrobras (representando aqui o Estado), enquanto a produção de plásticos caberia à Union Carbide (empresa multinacional). Preenchendo o vazio entre essas duas pontas, está o grupo Capuava, primeiro polo petroquímico nacional. Incapaz de liderar sozinho esse empreendimento, tal grupo pressiona o Estado para a criação da Petroquisa, um braço da Petrobras que pode legalmente atuar como sócio minoritário nessa produção, e contribuir para o desenvolvimento de uma empresa nacional para o setor (EVANS, 1982, p.200-203).

História). Concomitante à entrada no ramo da petroquímica, se passa a internacionalização da construtora, a partir do Peru.

Mais que uma "visão empresarial", entendemos o ingresso da construtora na arena internacional dentro de um contexto de reconfiguração no conjunto das relações sociais e internacionais que então regulavam a sociedade capitalista. Foi a partir desse período, que grupos empresariais começam a adotar um enfoque global, naquilo que Chesnais definiu como "mundialização do capital" (1996, p. 13-17). Posteriormente, na transição dos anos 1980-1990, em um contexto da adoção de políticas de liberalização, privatização e desregulamentação, condensadas sob a alcunha do "Consenso de Washington", notamos uma consolidação, ampliação e conformação de diversas empreiteiras enquanto Holdings transnacionais (Chesnais, 1996, p.27 e 34; Dicken, 1998, p.170).

Barbero (2014, p.9), por sua vez, considera esse como o período da segunda onda de inversões externas de firmas provenientes de países em desenvolvimento. Apesar de concentrar-se majoritariamente no sudeste asiático, a atuação da CNO é um dos exemplos de internacionalização de firmas na região latino-americana no período. Esse período coincide também com o aprofundamento da industrialização brasileira e a conformação de grandes grupos líderes em seu setor de atividade (Costa; Saes; Gonçalves, 2018, p.3).

Assim que, criada e fortalecida nacionalmente no contexto da industrialização substitutiva de importações, a CNO ganha musculatura internacional no contexto das reformas dos anos 1980. [12]

O início do processo de internacionalização da construtora se deu com a construção da Hidrelétrica de Charcani V, na região de Arequipa, no Peru. A assinatura

[12] Sobre o histórico da ascensão dos grandes grupos latino-americanos, ver SANTOS, 2012. Afirma o autor que os grandes conglomerados regionais surgem e se consolidam em três grandes momentos históricos. Em menor proporção, em fins do século XIX – Alpargatas, Monterrey, Votorantim, Gerdau -; no contexto de industrialização via substituição de importações (1930-1970), destaca Xignux, Marcopolo, Sabó e Odebrecht; por fim, nos anos 1980-1990, salienta os casos de Carso, Mexichen e Vicunha (SANTOS, 2012, p.366).

do contrato foi parte integrante da declaração conjunta entre os presidentes João Figueiredo e Morales Bermúdez, do Peru, durante visita deste ao Brasil. Objetivando reafirmar a importância de se manter a integração dos países latino-americanos, o contrato assinado entre a Electroperu e a CNO, em consórcio com a Harrison Overseas Construction (Canadá) – que detinha 10% da obra –, estipulava um crédito entre o Banco do Brasil, mediante a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX) e o Governo do Peru, no valor de US$ 89 milhões (Odebrecht Informa, 1980, p. 11).

Situada 35km a nordeste de Arequipa, segunda cidade mais importante do Peru, a Usina Charcani V, com capacidade geradora de 135Mw, rapidamente torna-se a principal Usina do Rio Chili, importante veio local. A demanda pela obra, por parte do governo peruano, é explicada pela incapacidade das cinco outras Usinas da região (Charcani I, II, III, IV e VI) de abastecer Arequipa e as indústrias de mineração locais, já que totalizam um potencial de 35Mw, insuficiente para uma demanda local ao redor de 60Mw.

A obra é considerada de grande dificuldade técnica: 95% das atividades realizadas seriam subterrâneas, em uma região da Cordilheira dos Andes constantemente sujeita a abalos sísmicos (10 por dia, em média). Além disso, houve uma obra prévia à sua construção: um teleférico de 1200m de extensão para o transporte de funcionários até a parte alta da obra, situada entre 3 e 4 mil metros de altitude, com uma temperatura de até -18C (Odebrecht Informa, 1980, p.12).

Como construções prévias a Charcani V, em 1979, o projeto elaborado pelo INIE (Instituto de Investigaciones Energéticas y Servicios de Ingeneria Eléctrica) previu, também, a construção de duas estradas de acesso ao local. Uma delas com 14km e outra com 13km, sendo esta última construída na encosta do Vulcão Misti. Essa dificuldade extra torna necessário, ainda, a anterior construção de um canteiro de apoio nas proximidades da Barragem de Aguada Blanca (Odebrecht Informa, 1980, p. 11).

Próximo a Charcani, a segunda obra internacional da CNO se dá no Chile, em 1981, com a realização do desvio do Rio Maule, na região de Maule, zona central do

país andino, para a construção da Hidrelétrica de Colbún-Machicura. A obra inicia-se com a construção de dois túneis paralelos, revestidos de concreto, com seção livre de 220m², e culmina na construção final de duas Hidrelétricas, com capacidade geradora final de 890Mw. Como resultado da obra, há um substancial aumento do potencial energético regional, que possibilita irrigar uma vasta região agrícola (Odebrecht Informa, 1981, p. 14). A conquista da obra contou com a participação da Engesa no consórcio, além da mediação de Danilo Venturini, chefe do gabinete militar de Figueiredo (GASPAR, 2020, p.69).

Mais do que primeiras obras sob um prisma cronológico, Charcani e Colbún-Machicura representaram o primeiro momento da atuação internacional da empreiteira, ou sua 'internacionalização'. Assim, para além de uma questão técnica das obras, o estudo desses casos nos possibilita compreender um certo tipo de *modus operandi* da companhia nesse tipo de empreitada [13], marcado, sob o ponto de vista empresarial, por dois fatores chave.

O primeiro deles é a implementação de uma prática empresarial pautada pela descentralização. Segundo esse modelo, se dá uma delegação de poder de decisão aos chamados "empresários-parceiros", vistos como "colaboradores funcionais com características empreendedoras, responsáveis desde a prospecção à consolidação de negócios globais, de quem são esperadas ações de verdadeiros sócios da organização" (e não de cumpridores de serviços em uma organização hierarquizada) (Mazola; Oliveira Junior, 2006, p. 6). Tendo em vista a ideia empresarial de descentralização, proposta por Norberto Odebrecht anos antes (Odebrecht, 2002), a atuação dos "empresários parceiros" consistiria em sua operacionalização.

Essa descentralização (ou a conformação da "pequena empresa", nas palavras de

[13] Menciona-se que a importância dada a essas duas obras não reflete unicamente uma escolha do pesquisador: a própria empresa, ao longo de suas diversas publicações na Revista Odebrecht Informa retorna, continuamente, às duas obras, trazendo entrevistas, depoimentos, edições comemorativas etc. Não é exagero afirmar que Charcani e a transposição do Rio Maule fazem, para empresa, as vezes de uma espécie de mito fundador da internacionalização, construído e realimentado continuamente para estabelecer um tipo de indício que anunciaria, já nos anos 1970-1980, a "grandiosidade" futura da construtora.

Norberto) é vista pela Organização como crucial para garantir "a geração de resultados que contribuam para a sobrevivência da organização e que gerem recursos – sejam eles no campo financeiro ou na inovação - suficientes para financiar seu crescimento". Dessa forma, afirma Norberto Odebrecht, temos na Odebrecht uma "Grande Empresa com espírito de Pequena Empresa". Como consequência dessa descentralização, há na CNO uma estrutura modular de empresa mais horizontal, pautada pela delegação planejada, em que os engenheiros das obras locais possuem certa autonomia de atuação (Odebrecht, 2002, p. 80).

Como segundo aspecto desse *modus operandi* característico da Organização, está a atuação dos chamados expatriados. Pereira, Pimentel e Kato argumentam que o contato que se espera que o expatriado faça com a nova cultura não é apenas na condição de observador ou estudioso, mas, fundamentalmente, de agente. Essa ação se dá pelo contato com os diversos elementos do ambiente no qual o expatriado irá atuar: clientes, fornecedores, órgãos de governo, formadores de opinião, entre outros. Para tanto, há a necessidade de se construir um espaço de convivência desse indivíduo estratégico com a nova cultura, que possa ser fortalecido pela presença constante e marcante dos elementos culturais de origem (Pereira; Pimentel; Kato, 2005, p. 61).

Dessa forma, o aprendizado, a absorção da cultura local, a inserção na sociedade e nas instâncias governamentais, estatais e de poder como um todo, são articuladas mediante a atuação desses funcionários. Paulo Welzel, Gerente do Contrato de Colbún-Machicura e, depois, Diretor de contratos da Bento Pedroso Construções (BPC), dá uma pista, destacando, por exemplo, a necessidade do relacionamento junto a autoridades políticas chilenas para sanar problemas decorrentes da obra de Colbún-Machicura. O que Welzel trata enquanto "adaptação a cultura local para solução de problemas", em muitos casos, representava, em realidade, disputas junto a sindicatos locais (Odebrecht Informa, 1994, p. 28). [14]

[14] Questões trabalhistas são uma tônica da atividade econômica das empreiteiras. Malu Gaspar, por exemplo, destaca, nos anos 1970, rompimento de encanamentos que alagavam ruas, incêndios provocados por mau uso de maçarico, morte de operários por descarregamentos (GASPAR, 2020, p.62).

Um outro diretor da empresa, em artigo publicado por Vladmir Britto e Fabio Oliva, vai além, esmiuçando um pouco mais como essa relação dos funcionários se associa aos poderes locais:

> As formas de entrada variam muito de país para país e até em relação às obras que serão construídas. Primeiro se coloca um funcionário, ou melhor, um empresário parceiro no país para entender como funciona esse negócio, essa indústria, suas leis, sindicatos, quais são as principais forças e, em função disso tudo, você vai pensar em uma estratégia adequada a cada situação. Não existe regra geral, mas, a princípio, a orientação é de não comprar empresas, mas estabelecer parcerias com empresas locais que a Odebrecht considera que têm competências, mas também têm que ter complementaridades, e então fazemos um consórcio, acordo, com uma ou várias empresas locais. No contrato seguinte, vamos avaliar se precisamos ou não daquelas empresas, daqueles contratos e consórcios ou ainda daquele parceiro ou se devemos procurar outros ou ainda se vamos fazer a obra sozinhos; enfim, são formas de entrada muito variadas. Geralmente, começamos e fazemos obras com consórcios de pareceria local, mas também podemos fazer sozinhos. (Brito; Oliva, 2009, p. 12, grifos do autor).

É pré-condição dessa visão estratégica de longo prazo a montagem de escritórios pelos expatriados, que trabalham com a inserção no país em questão – antes mesmo da assinatura de qualquer contrato. Isso cria uma verdadeira rede de contatos da empresa junto aos mais importantes círculos sociais do país, fundamental para acessar as grandes obras do local em questão. Assim, não incorremos em exagero ao afirmar que a CNO, através de seus representantes, os expatriados, busca tornar-se um verdadeiro ator social da região em que atua – fato que muitas vezes chega a preceder a própria realização da obra em questão.

Tal modelo organizativo é perene na atuação internacional da construtora. Tal 'homogeneidade' não implica, em contrapartida, em uma linearidade da escala de atuação. A transição dos anos 1980 para os noventa assiste a um espraiamento geográfico do escopo de atuação da construtora, com destaque para Equador, Chile, Peru, Estados Unidos e Angola. Em 1985, as obras internacionais da construtora representam 30% de sua carteira de obras. Nos anos 1990, a maioria dos ativos da CNO seria proveniente de espaços internacionais (Odebrecht, História).

O sucesso das empreitadas leva a Odebrecht Chile, junto às suas participantes, a uma posição de referência na construção daquele país. Só no ano de 1996, a Odebrecht

Chile realiza quatro contratos, em que trabalham 1.500 pessoas: as obras na Termelétrica de Punta Patache, em Iquique; a manutenção da plana de metanol da Methanex, em Punta Arenas; a construção de linhas de transmissão de energia de 197km; e a segunda unidade da Termelétrica de Guacolda (Odebrecht Informa, 1996b, p. 28).

Já no Peru, após a construção de Charcani V, a companhia desenvolve, mediante um forte vínculo estabelecido junto ao governo, a segunda etapa do projeto Chavimochic, iniciado em 1990. Originalmente pensado para irrigação de áreas desérticas no país, com mais de 200km de canais em Chao, Virú, Moche e Chicama, além de sistemas de distribuição de água, redes de drenagem e obras complementares, Chavimochic é responsável direta por beneficiar 50mil agricultores, especialmente na cidade de Trujilo. A segunda etapa do projeto continauou com a construção do Sifão Virú, um conjunto de 3500m de tubulações em aço, com um túnel revestido de concreto de 1430m, por onde são transportados 50m³/s de água (Odebrecht Informa, 1996a, p. 23).

Além de Charcani e Chavimochic, são centenas as obras realizadas pela construtora no Peru. Após as duas, quatro merecem especial destaque, pelo seu nível de importância e complexidade: o Canal Talambo-Zaña, o Projeto Chinecas, a Hidrelétrica de San Galban II e a Planta de Tratamento de Água de Trujilo (Odebrecht Informa, 1996a, p. 23-26).

É, assim, nesse cenário de espraiamento de sua atuação na região latino-americana[15] que voltamos nossas lentes para presença da CNO no Equador [16]. Em um

[15] Também nos anos 1990, a CNO avança para outros países da região: México (com a construção da Barragem Los Huítes), Venezuela e Argentina. Sobre este último, merece destaque a obra da Hidrelétrica de Pichi Picún Leufú, em 1986, primeiro empreendimento de grande porte envolvendo os governos argentino e brasileiros, possível graças a acordos comerciais promovidos pelos presidentes Raul Alfonsín e José Sarney (ODEBRECHT INFORMA, 1987, p. 22).

[16] A relação CNO-Equador passou, recentemente, por um ápice de tensão quando Rafael Correa expulsa a construtora do país em 2008. Sedimentos vulcânicos haviam causado problemas junto a hidrelétrica de San Francisco (GASPAR, 2020, p.38-39). A questão ambiental, inclusive, é uma outra face das contradições geradas pelas grandes obras de infraestrutura.

país definido por teóricos cepalinos como uma espécie de 'economia de enclave', com um modelo ecnômico baseado na exportação de matérias-primas, o Equador era então um país cuja área propícia para agricultura era de apenas 6% – com culturas como banana, cacau, café, mandioca e batata. Esse setor representava 12% do PIB local e era responsável por absorver metade da população economicamente ativa do país. (Odebrecht Informa, 1988a, p.16)

Em 1988 o governo adota um amplo programa de irrigação para o país, com destaque especial para a península de Santa Elena, na costa caribenha, área considerada estratégica para o país. Com 45 mil hectares, a região enfrenta problemas climáticos, já que 90% de suas precipitações se dão entre os meses de janeiro e abril. Aproveitando as águas do Rio Daule, o projeto visava o alargamento das fronteiras agropecuárias do país, atendendo à crescente demanda interna de alimentos. Contribuiu, também, para o desenvolvimento industrial e turístico regional, transformando Santa Elena em um novo foco de ocupação populacional, com alívio para o impacto migratório a Quito e Guayaquil (Odebrecht Informa, 1988a, p. 17).

A obra da península de Santa Elena não apenas marca a entrada da CNO em mais um país latino-americano, como, também, reforça um modelo de atuação característico, com envolvimento direto de órgãos do Estado brasileiro como facilitadores dessa empreitada. Orçada, à época, em US$ 200 milhões, a obra conta com financiamento do Banco do Brasil, mediante a CACEX. Em contrapartida, além da projeção de uma empresa nacional no exterior e o posterior pagamento do financiamento, ela gera exportações brasileiras de bens de capital de aproximadamente US$ 48mi, e de bens intermediários e de consumo durável de quase US$ 33mi. (Odebrecht Informa, 1988b, p. 9). Não só: o apoio dado pelo Estado brasileiro não se restringe apenas ao aporte financeiro, como assinalado por Roberto Abdenur, embaixador brasileiro em Quito (Odebrecht Informa, 1988b, p. 10).

A diplomacia brasileira, por extensão, mantém atuação direta no apoio aos exportadores de produtos e serviços. A própria obra de Santa Elena é detectada e comunicada pela embaixada brasileira em Quito às empresas nacionais de construção

pesada. Ademais, a embaixada é responsável direta pela criação de redes de contato entre o empresariado nacional e o governo equatoriano, ao promover missões comerciais e eventos como feiras de catálogos, bem como, principalmente, por importante lobby junto ao governo brasileiro (Odebrecht Informa, 1988b, p. 11). Assim, não é exagero afirmar que, do ponto de vista macro, o *modus operandi* da construtora indicava uma busca pela órbita geopolítica brasileira e, que, por extensão, análises que levem em conta medidas empresariais enquanto agentes apartados da sociedade não condizem com a realidade (Moura, 2020, p.151-167).

Embora a região latino-americana constitua-se em base central da CNO, as incorporações de outras grandes empreiteiras, somadas à diversificação da Holding e das conquistas de grandes obras a nível nacional em território brasileiro, por um lado, e as experiências prévias, especialmente possibilitadas no Peru, Chile e Equador, por outro, garantem recursos, *know how* e maior expertise para ampliação da sua atuação mundo à fora. A partir dos contratos firmados em Angola, adentrando o continente africano, e em Portugal e nos Estados Unidos, competindo e sendo capaz de conquistar vitórias em licitações de economias centrais, podemos afirmar que a CNO torna-se uma empresa transnacional.

O ano de 1991 talvez represente o ponto alto desse processo. Nesse ínterim, a entrada no mercado da principal economia mundial, os Estados Unidos, merece destaque. O primeiro passo dado pela construtora foi a escolha pelo Estado da Flórida[17] como espaço inicial de atuação: com uma forte comunidade de imigrantes, o Estado seria a região dentro dos Estados Unidos mais "próxima" possível, em termos culturais, da América Latina, segundo os periódicos da Organização.

Para realizar a aproximação, no entanto, faz-se necessária a presença de um agente com trânsito local para acelerar a integração da Odebrecht. Vem daí a associação da empresa com a *Church & Tower*, empresa presidida pelo cubano Jorge Mas Canosa. Tal aproximação é responsável por "queimar etapas na integração com a comunidade

[17] Então com 13 milhões de habitantes e um PIB na ordem de US$ 282 bilhões, o Estado representava, sozinho, 70% do PIB brasileiro.

local". Tendo em vista o caráter singular das licitações locais – em que as propostas entregues e analisadas nos aspectos técnico-comerciais são encaminhadas pelos *commissioners* para julgamento final, transmitido ao vivo pelo canal de televisão estatal –, essa ponte mostra-se de imprescindível importância ao êxito dessa empreitada (Odebrecht Informa, 1991, p. 5).

Imigrante cubano vivendo na comunidade de fugitivos no estado da Flórida, Jorge Mas Canosa atuava há mais de 23 anos no mercado local. Personalidade mais influente da comunidade cubana local, Mas Canosa é responsável direto pela fundação da *Cuban American National Foundation (CANF)* sob o mandato Ronald Reagan. Com o objetivo de formalizar o lobby cubano junto ao parlamento estadunidense e promover atentados a ilha caribenha, a CANF é responsável direta pela construção de uma ferrenha política externa anti-Castro, mediante sua articulação junto a demais empresários influentes da comunidade local (O'Connor, 1992).

É através desse contato junto a Mas Canosa que a OFL (Odebrecht Contractors of Florida), subsidiária da CNO, passa a atuar na Flórida. A construção do Metromover (também chamado de Peoplemover), um sistema de transporte elevado composto por unidades operadas automaticamente à distância e interligado ao Metrorail (trem também elevado que abrange outras áreas de Miami), consiste em seu primeiro empreendimento no local (Odebrecht Informa, 1991, p. 5).

A despeito de se tratar de uma obra tecnicamente menos desafiadora que outras já realizadas pela empresa, o empreendimento possui grande valor simbólico para o Grupo: segundo as publicações da CNO, as palavras de Jorge Mas e do prefeito do Condado de Cade representariam a possibilidade de inserção da empresa, prestadora de serviços com certo grau de sofisticação tecnológico de um país subdesenvolvido, em uma economia central. Não por acaso, o comentário de Luis Oswaldo Leite, diretor da OFL, a respeito da construção do Metromover, vai essencialmente nessa linha; a entrada nos Estados Unidos representava mais do que uma simples obra agregada a sua carteira de obras:

> O desenvolvimento da engenharia no Brasil ocorreu em condições técnicas, logísticas e financeiras bastante complexas, o que acabou contribuindo para

> que adquiríssemos condições de competir em qualquer lugar do mundo. (...) *Estamos demonstrando à comunidade americana que, apesar de originários do Terceiro Mundo, somos uma empresa com padrão de qualidade do Primeiro Mundo* (Odebrecht Informa, 1991, p. 3, itálico nosso).

A despeito do tom laudatório presente nas publicações da construtora, conivente com a construção de uma narrativa oficial da Organização, é inegável que a chegada aos Estados Unidos, após a consolidação de uma rede de obras na América Latina, representava o ponto alto da transnacionalização da construtora. Se, em 2011, a empreiteira passaria a ocupar o posto de maior construtora da América, em ranking promovido pela Revista América Economia, editado pela Spring Editora, a transição dos anos 1980 para os anos 1990 assistiam à estruturação desse processo.

Dunning, Uppsala e a CNO

Em caráter de conclusão, buscamos agora estabelecer aproximações entre o estudo de caso da internacionalização da CNO com as abordagens teóricas da internacionalização de empresas.

Partimos, para tanto, da afirmação de que a CNO chega, em meados dos anos 1990, a um 'estágio' de empresa transnacional, segundo os marcos de Dicken (Dicken, 1998, p.177). A atuação em quatro continentes seria indicativa de uma coordenação de vários estágios de cadeias produtivas em diferentes países; o imbricamento de sua internacionalização com a órbita geopolítica do Estado brasileiro – como notório nos casos peruano e equatoriano – remeteriam a habilidade de tomar vantagens de políticas estatais para ampliar sua cadeia produtiva; já a constante diversificação de mercados – por exemplo deixando o espaço latino-americano para a África, com as obras em Capanda (Odebrecht Informa, 1987, p. 15-16) – dialoga com o pressuposto da flexibilidade geográfica.

Isso posto, nossa dificuldade encontra-se na tentativa de "filiar" o modelo de internacionalização da empreiteira a uma abordagem específica dentre as duas escolas principais. Em primeiro lugar, tratando dos objetivos da internacionalização [18], nos parece impossível excluir alguma das abordagens das escolas em questão. Se, por um

[18] Voltar a tabela 1.

lado, internacionalizar-se representou uma ampliação e internalização dos ativos da construtora, como apregoado no modelo de Dunning,– chegando, nos anos 1990, a representar o lucro internacional a principal receita da Organização – por outro, também resultou na incorporação de experiências que impactam nas práticas de atuação da firma, conforme posto nos termos da Escola de Uppsala.

Para melhor ilustrar: em 1981, quando a Companhia Brasileira de Projetos e Obras (CBPO), então sexta maior construtora do Brasil, é adquirida pela CNO, a empresa passa a não só ampliar sua 'expertise' em obras de grandes barragens [19], como adquire uma importante ponte de atuação junto a um novo país, o Paraguai, onde a CBPO já realizara a obra da Hidrelétrica de Acary II. (Odebrecht Informa, 2004b, p. 47).

Já quando tratamos dos fatores da internacionalização, uma questão se desponta. A escolha da região geográfica sul-americana como ponto de partida para o processo de internacionalização é explicada por Renato Martins, então responsável pelo Desenvolvimento de Negócios na Holding Odebrecht nos seguintes termos:

> Vários fatores determinaram nossa caminhada rumo a outros países a partir da América do Sul: proximidade geográfica, melhor possibilidade de coordenação e apoio, maior suporte do Governo brasileiro naquela época e proximidade de idioma e cultura. Identificamos países que desejavam receber uma colaboração, efetivada por meio de nosso trabalho e da aplicação de nossa tecnologia. (...) (ODEBRECHT INFORMA, 1995, p. 4).

Ora, aparentemente, a fala do funcionário poderia ir ao encontro do postulado da Escola de Uppsala, para quem idioma e cultura mais semelhantes aos seus representariam uma proximidade mental/psíquica. Porém, para além da questão cultural, na escolha pela América do Sul enquanto área estratégica chama a atenção, em primeiro lugar, a questão de 'coordenação e apoio' apontada na fala do funcionário. Em outros termos, de que forma a proximidade geográfica representa um facilitador frente às dificuldades logísticas intrínsecas à atuação de uma construtora em solo estrangeiro?

[19] A CBPO fora, até então, responsável por obras como as Usinas de Xaventes, Avanhandava, Capivara e Foz do Areia (cuja barragem de 160m de altura era a maior do mundo em enrocamento e face de concreto) – todas localizadas na região sul –, bem como pelas Rodovia dos Imigrantes e Rodovia Castelo Branco, em São Paulo (ODEBRECHT INFORMA, 2004b, p. 47).

Para tanto, é interessante uma análise sobre a própria complexidade que assumem as bases de apoio internacional da empresa. O volume 112 da Revista Odebrecht Informa traz um especial sobre a Base de Apoio Internacional (BAI) da Holding, localizada na zona norte do Rio de Janeiro, que ilustra bem esse nível de complexidade. São 2 mil m² só de área coberta, nos quais se despacham desde peças, materiais e equipamentos destinados à execução de obras, tais como tratores ou vigas, até objetos de uso particular, como frutas ou objetos de higiene pessoal (Odebrecht Informa, 2004a, p. 30). Dessa forma, o estabelecimento de contratos em localidades próximas constitui enorme facilitador à logística do transporte dessa vasta gama de materiais necessários e à continuidade das atividades da empresa em solo estrangeiro.

Porém, é significativo no comentário de Martins sobre a opção da CNO pela América do Sul, o estímulo e o suporte oferecidos pelo governo brasileiro ao crescimento interno e o seu apoio ao estabelecimento de atividades em países da região. Em um contexto de solapamento das tímidas iniciativas da ALADI para a promoção de uma integração regional nos marcos da liberalização comercial, consequências diretas dos sucessivos golpes militares regionais, as empreiteiras poderiam funcionar para o governo brasileiro como um mecanismo para acelerar tentativas de, se não integração, ao menos avanços de acordos comerciais entre o Brasil e outros países da região.

Ao já citado exemplo do embaixador Roberto Abdenur e sua contribuição em Santa Elena (Odebrecht Informa, 1988a, p. 11), soma-se a declaração de Luiz Almeida, responsável por Desenvolvimento de Negócios e integrante do Conselho de Administração da Odebrecht S.A.:

> Nos primeiros anos, o modelo era de exportação de serviços a partir do Brasil. A atuação se baseava na visão estratégica de que deveríamos buscar boas oportunidades, nas quais pudéssemos nos diferenciar em relação a outras empresas, e, especialmente, onde houvesse interesse do governo brasileiro em estreitar relações com o país cliente. (...) (ODEBRECHT INFORMA, 1994, p. 19).

O que essa relação Estado e empreiteira demonstra é que não podemos tratar empresas enquanto entidades apartadas de um contexto mais amplo. Se o paradigma de Dunning traz contribuições importantes - como as “vantagens de propriedade” e

"localização" - e o de Uppsala - com seu conceito de processualidade nas atividades internacionais - também o faz, é inegável que modelos que busquem exclusivamente explicações mediante uma lógica interna aos agentes empresariais não dão conta de captar as nuances de todo processo. Portanto, a autonomia dos sujeitos – no caso, as grandes empresas – se opera condicionada por um todo e o condicionando, tal qual argumentado por Kula. De forma que, uma opção que privilegie exclusivamente aspectos internos a própria empresa não resultará em uma análise capaz de abordar as nuances de um processo histórico de internacionalização de algum grupo econômico.

Considerações finais

Nos propusemos, no presente artigo, a analisar a internacionalização da CNO até meados dos anos 1990, a partir de uma perspectiva dialogada com os postulados da literatura empresarial de internacionalização de empresas. Para tanto, após uma conceituação sobre a noção de internacionalização de empresas, avançamos para uma análise crítica de dois modelos centrais dessa literatura – o Paradigma Eclético de Dunning e a Escola de Uppsala.

Tendo esses modelos em mente, buscamos analisar o caso da CNO propriamente dito. Apresentado um breve histórico de sua "nacionalização" e posterior internacionalização, buscamos identificar e compreender motivações endógenas e exógenas como causas explicativas desse processo. Por um lado, visualizamos o processo de internacionalização da CNO como decorrente de uma escolha empresarial de fortalecimento que, somada à incorporação de outras empresas e diversificação de seus negócios, logrou ampliar o patamar da construtora e, por extensão, da *Holding* como um todo.

No entanto, conforme argumentamos ao longo do texto, a primazia conferida a escolhas empresariais apartadas de uma totalidade, não oferece uma adequada perspectiva de análise histórica. Nesse sentido, esse processo de internacionalização não pode ser entendido sem identificarmos as relações estabelecidas entre a empresa e o Estado brasileiro para a promoção de sua internacionalização. Os exemplos peruano e equatoriano, abordados na segunda sessão do artigo, reforçam essa escolha da CNO pela

órbita de influência geopolítica brasileira e explicitam como, mediante financiamentos, contatos e atuação de organismos estatais criaram condições que viabilizaram essa atuação internacional da empreiteira.

Acreditamos, assim, que este estudo, tanto por seu tema quanto abordagem, apresenta contribuições historiográficas. Com relação ao tema, destaca-se o quanto abordagens que analisam a internacionalização de empresas nacionais (por exemplo Costa; Saes; Gonçalves, 2018; Ferraz Filho, 1981) ainda não haviam voltado suas lentes para um estudo específico do caso CNO. Já no que toca à abordagem, acreditamos nos diferenciar de trabalhos que se debruçaram sobre a CNO (por exemplo BRITO; OLIVA, 2009; DANTAS, 2007) mas o fizeram sob um prisma que, ao fim e ao cabo, aparta a empresa de seu todo social.

Reafirmamos, portanto, a importância de análises que condicionem ações empresariais dentro de um espaço e tempo específico. É o que, afinal, demonstra este nosso estudo sobre o caso Odebrecht. Portanto - e sem a pretensão de esgotar o tópico -, a partir de um estudo de caso mais pormenorizado de um importante agente econômico nacional, objetivamos, simultaneamente, contribuir para a compreensão do processo histórico da CNO à luz do debate acerca da internacionalização de empresas brasileiras.

Bibliografia:

ARRIGHI, G. **O Longo Século XX** – dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

AUBERT, C.; FALCK, O.; HEBLICH, S.. Subsidizing National Champions: An Evolutionary Perspective. In: FALCK, Oliver; GOLLIER, Christian; WOESMANN, Ludger. **Industrial policy for National Champions.** CESIFO SEMINAR SERIES. EUA: THE MIT Press, 2011.

BARBERO, M.I. **Multinacionales latinoamericanas en perspectiva comparada.** Teoría e historia. Bogotá: Universidad de los Andes, 2014

BRITO, V. F.; OLIVA, F. L. Razões e estratégias da construtora Odebrecht. **FACES R. Adm.**, Belo Horizonte, v. 8, n. 3, p. 13-27, jul./set. 2009.

CAMPOS, P.H.P. O processo de transnacionalização das empreiteiras brasileiras, 1969-2010: uma abordagem quantitativa. **Tensões mundiais**, Fortaleza, v. 10, n. 18/19, p. 103-123, 2014.

CAMPOS, P. H. P. **Estranhas catedrais**: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar (1964-1988). Rio de Janeiro: EDUFF, 2015.

CHANDLER, A.D.; MAZLISH, B. **Leviathans: multinational corporations and the new global history**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

CHESNAIS, F. **A mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã Editora, 1996.

COSTA, A.D.C. **Internacionalização de Empresas Brasileiras – teorias e experiências.** Curitiba: Juruá Editora, 2011.

COSTA, A.D.C.; SAES, A.S.; GONÇALVES, C. Expansion and internationalization of business companies in Brazil: theoretical and methodological contributions. In: **Journal of Evolutionary Studies in Business (JESB)**. Volume 3, Number 2, 01-22, July-December 2018.

DANTAS, R. **Odebrecht**: a caminho da longevidade saudável? 2007. 285f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

DICKEN, P. **Global shift. Transforming the world economy**. New York: The Guilford Press, 1998.

DUNNING, J. H. **The Eclectic (OLI) Paradigm of International Production:** Past, Present and Future. Oxford: Int. J. of the Economics of Business, Vol. 8, No. 2, 2001, p. 173 – 190.

EVANS, P. **A tríplice aliança**: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FAJNZYLBER, F. **La industrialización trunca de América Latina**. México D.F.: Editorial Nueva Imagen, 1983.

FERRAZ FILHO, G. T. **A transnacionalização da grande engenharia brasileira**. 1981. 327 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1981.

GASPAR, M. **A organização.** A Odebrecht e o esquema de corrupção que chocou o mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

HOOD, N.; YOUNG, S. **Economics of multinational enterprise**. London: Longman, 1979.

HYMER, S.H. **The international operations of national firms, a study of direct foreign investment.** Thesis. MIT, Dept. of Economics, 1960.

JOHANSON, J.; VAHLNE, J.E. **The Uppsala internationalization process model revisited:** From liability of foreignness to liability of outsidership. London: Journal of International Business Studies May. n.40, May.2009, p.1411–1431.

KULA, W. **Problemas y métodos de la historia económica**. Barcelona: Ediciones Península, 1977. (Original 1963)

LOBO, E. L. História Empresarial. In: CARDOSO, C.F.; VAINFAS, R. **Domínios da História.** Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997. (p.217-239)

MAZOLA, H. J.; OLIVEIRA JUNIOR, M. Compartilhando conhecimento na internacionalização de serviços de engenharia: estudo de caso da Construtora Norberto Odebrecht. In: ENCONTRO DA ANPAD, 30, 2006, Salvador.

MAZZUCATO, M. **O Estado empreendedor**. Desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. Tradução Elvira Serapicos. São Paulo: editora schwarcz, 2019.

MENDES, J. A. História Empresarial: da monografia apologética ao instrumento de gestão estratégica. In: RIBEIRO, M. M. T. (Coord.). **Outros Combates pela História**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 2010. p. 133-148.

MOURA, P. G. **A internacionalização da Construtora Norberto Odebrecht: um estudo de caso**. 2020. 185f. Dissertação (Mestrado em Culturas e Identidades Brasileiras) – Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

NARULA, R., **Multinational Investment and Economic Structure.** London and New York: Routledge, 1996.

O'CONNOR, A.-M. Trying to set the agenda in Miami: bashing the Herald is only part of Jose Mas Canosa's strategy. **Columbia Journalism Review**, Columbia, v. 31, n. 1, 1992.

ODEBRECHT, N. **Sobreviver, crescer e perpetuar**: Tecnologia Empresarial Odebrecht. Salvador: Fundação Odebrecht, 2002. 3 v.

ODEBRECHT, E. A atuação internacional da Organização Odebrecht. Discurso de abertura. In: FÓRUM NACIONAL BRASIL - UM NOVO MUNDO NOS TRÓPICOS, 20, 2008, Rio de Janeiro: Fórum Nacional, 2008.

PEREIRA, N. PIMENTEL, R.; KATO, H. Expatriação e Estratégia Internacional: o Papel da Família como Fator de Equilíbrio na Adaptação do Expatriado. **Revista de Administração Contemporânea**, Maringá, v. 9, n. 5, p. 53-71, 2005.

RIBEIRO, A. **A firma Maxwell, Wright & Co. no comércio do Império do Brasil (1827 – 1850).** 2014. 180f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

SANTOS, L. B. **Estado, industrialização e os espaços de acumulação das multilatinas internacionalização das empresas multilatinas.** 2012. Tese apresentada para obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, UNESP, 541f., 2012.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. Trad. Maria Sílvia Possas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Trad. Luiz Antônio de Araújo. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

TOMICH, D. W. **Pelo prisma da escravidão – Trabalho, Capital e Economia Mundial.** Tradução: Antonio Danesi. São Paulo: EDUSP, 2011.

VERMON, R. **International investment and international trade in the product cycle.** Berkley: Economic, Theory, Econometrics, and Mathematical Economics, 1992, p.415-435.

Sites acessados

PORTAL FGV. Norberto Odebrecht é a maior construtora aponta pesquisa. Disponível em: <https://www.portalvgv.com.br/site/norberto-odebrecht-e-a-maior-empresa-de engenharia-e-construcao-da-america-latina-aponta-ranking>. Acesso em: 08 maio 2020.

ODEBRECHT. A Odebrecht - História. Disponível em: <https://www.odebrecht.com/pt-br/organizacao-odebrecht/historia>. Acesso em: 25 mar. 2020.

Documentação primária

ODEBRECHT INFORMA. Salvador, n. 25, 1980.

ODEBRECHT INFORMA. Salvador, n. 27, 1981.

ODEBRECHT INFORMA. Salvador, n. 39, 1987.

ODEBRECHT INFORMA. Salvador, n. 40, 1988a.

ODEBRECHT INFORMA. Salvador, n. 41, 1988b.

ODEBRECHT INFORMA. Salvador, n. 49, 1991.

ODEBRECHT INFORMA. Salvador, n. 61, 1994.

ODEBRECHT INFORMA. Salvador, n. 73, 1996a.

ODEBRECHT INFORMA. Salvador, n. 76, 1996b.

ODEBRECHT INFORMA. Salvador, n. 112, 2004a.

ODEBRECHT INFORMA. Edição Histórica 60 Anos. Salvador, 2004b.

ODEBRECHT S.A. **Relatório Anual 2007/2008**. [Salvador]: Odebrecht S.A., 2008. 52 p. Disponível em: <https://www.odebrecht.com/sites/default/files/relatorio_anual_2008_portugues.pdf>. Acesso em: 19 set. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

O ciclo do capital na economia brasileira sob a ordem imperialista do pós-guerra: reflexos sobre a indústria automobilística no período 1950-1970

Ray Araujo Duarte do Rêgo

Paulo Antonio de Freitas Balanco

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

O ciclo do capital na economia brasileira sob a ordem imperialista do pós-guerra: reflexos sobre a indústria automobilística no período 1950-1970

The cycle of capital in the Brazilian economy under the post-war imperialist order: reflections on the automobile industry in the period 1950-1970

Ray Araujo Duarte do Rêgo[I]

Paulo Antonio de Freitas Balanco[II]

Resumo

Neste artigo procuramos mostrar como a forma tomada pelo imperialismo no pós-guerra e as disputas de classe em torno do destino da industrialização brasileira conformaram a implantação e a estrutura do setor automobilístico no país. Nesse sentido, a implantação desse setor, assim como a industrialização de maneira geral, não levou a uma convergência para com os países desenvolvidos, mas para a reprodução, em um nível superior, de tendências próprias a uma economia dependente. O ramo automobilístico emergia como o setor símbolo do salto da economia brasileira em direção à indústria pesada, promovendo modernização e integração produtiva e espacial. Todavia, este processo de modernização culminou com duros golpes nas estruturas sociais e políticas do país, uma vez que instaurou um regime autocrático burguês e que reforçou o distanciamento entre a estrutura produtiva e as necessidades da classe trabalhadora. O evolver do período 1950-1970 é apreendido a partir de uma diretriz metodológica que

I Doutorando em economia pela Universidade Federal da Bahia

II Professor da Faculdade de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFBA.

reúne, simultaneamente, a luta de classes nacional e a concorrência intercapitalista no âmbito da divisão internacional do trabalho.

Palavras-chave: Imperialismo. Dependência. Economia Brasileira. Indústria automobilística. Multinacionais.

Abstract

In this article we try to show how the post-war form taken by imperialism and the class disputes over the destiny of Brazilian industrialization shaped the implantation and structure of the automotive sector in the country. In this sense, the implementation of this sector, as well as industrialization in general, did not lead to a convergence with the developed countries, but to the reproduction, at a higher level, of tendencies specific to a dependent economy. The Brazilian economy arrived in the 1950s ready to make the leap towards heavy industry, while the automobile sector emerged as the symbol sector of the new phase, promoting modernization and productive and spatial integration. However, this modernization process culminated in severe blows to the country's social and political structures, as it reinforced the gap between the productive structure and the needs of the working class. We believe that this movement in the period 1950-1970 will be better understood if interpreted through the methodological guideline that brings together, simultaneously, the national class struggle and the intercapitalist competition within the scope of the international division of labour.

Keywords: Imperialism. Dependency. Automotive Industry. Multinationals. Brazilian economy.

O ciclo do capital na economia brasileira sob a ordem imperialista do pós-guerra: reflexos sobre a indústria automobilística no período 1950-1970

***

1 Introdução

A partir do fim da década de 1940 a atuação mundial das grandes empresas monopolistas passa a ser o fio condutor das relações internacionais intercapitalistas, dando forma à divisão internacional do trabalho e conformando o desenvolvimento das nações. Desta forma, o investimento externo direto (IED) é um dos aspectos fundamentais para a reprodução do desenvolvimento desigual capitalista, com áreas desenvolvidas e áreas subdesenvolvidas interagindo dialeticamente. A principal mudança experimentada pelo IED a partir do fim da década de 1940 é que ele se dirige a setores ligados ao mercado interno das economias que o recebem, ao contrário do padrão de investimentos em setores exportadores.

No que tange ao Brasil, fatores estruturais internos compeliram a abertura ao capital estrangeiro naquela fase do seu desenvolvimento, entre eles, sobretudo, a impossibilidade de avançar rumo à industrialização pesada através do suprimento endógeno de máquinas, equipamentos e matérias-primas elaboradas domesticamente. Tal impossibilidade vinculou a industrialização do país à trajetória dos países já desenvolvidos e a sujeitou às condições colocadas pelas multinacionais, economicamente e politicamente.

O padrão gerado nessa fase de industrialização pesada é marcado por desequilíbrios: entre setores, entre o capital e o trabalho, na estrutura de consumo, entre oferta e demanda. Entre os estudiosos que abordaram a problemática da industrialização brasileira, destacamos Tavares (1998) e Marini (1979a). A primeira afirma que fatores endógenos impuseram a entrada das multinacionais no período referenciado por este estudo, sendo, então, "convidadas" a constituírem um modelo em que predominava a oligopolização e os desequilíbrios dinâmicos entre oferta e demanda, cabendo ao Estado agir para diminuir os efeitos sociais negativos e oferecer condições para o financiamento

do crescimento da demanda. Para Marini (1979b), por outro lado, a especialização em bens "de luxo" derivava das próprias tendências postas pela distribuição do valor gerado entre as classes e da distribuição da mais-valia entre os setores, que eram aprofundadas nas condições de dependência. Para este autor, o ciclo da economia brasileira apresentava a característica de subordinação, em todos as fases, ao capital estrangeiro, restando aos agentes internos limitado poder de decisão acerca das formas tomadas por aquela estruturação (MARINI, 1979a).

A introdução de uma indústria automobilística nacional foi central para a composição do padrão de desenvolvimento implantado a partir do final dos anos 1950 pelo Estado brasileiro e pelas multinacionais. Pode-se dizer que a estratégia de inserção do setor no Brasil foi bem-sucedida, pois atingiu boa parte da meta de produção, chegando a um índice de nacionalização superior a 90%. Como custos e preços de produção se mantiveram dentro do previsto, houve a criação de estímulos para uma série de setores, difusão de novas tecnologias e o impulsionamento da arrecadação estatal via impostos sobre o consumo. Mas, ressalte-se, tais sucessos estiveram em sintonia com os parâmetros em que se processava a industrialização pesada em uma economia dependente. De acordo com os elementos teóricos que orientam a análise aqui desenvolvida, tais circunstâncias impõem uma dinâmica da acumulação de capital em que sobressai uma especialização da produção de bens de consumo alheia à estrutura de consumo das classes trabalhadoras, derivando daí duas consequências, a saber, o reforço da superexploração da força de trabalho e o controle estrangeiro sobre os setores mais dinâmicos da economia.

Além desta introdução, o artigo conta com mais três capítulos. No capítulo 2, é apresentado a configuração tomada pela ordem imperialista mundial no pós-segunda guerra e os fatores estruturais e políticos que levaram ao tipo de vinculação que o Brasil concretizou naquela ordem. O capítulo 3 traz duas interpretações diferentes sobre o resultado obtido pelo país em termos de estrutura produtiva a partir do processo de industrialização e da participação central das multinacionais do setor de bens de consumo

durável nesse processo. O capítulo 4 apresenta a forma de implantação e de funcionamento do setor automobilístico entre 1950 e 1970, buscando evidenciar a medida em que ele foi um setor que expressava as tendências colocadas pelas economias mundial e brasileira neste período. Por fim, são trazidas as principais conclusões do estudo.

2 A ordem imperialista do pós-guerra e o encaixe do Brasil na sua lógica

2.1 A hegemonia norte-americana no pós-guerra, as empresas multinacionais e o investimento direto externo

A vocação internacionalista do capitalismo deriva de sua busca incessante pela reprodução em escala ampliada, que exige novos mercados, meios de produção e disponibilidade de força de trabalho explorável. Se entre o final do século XIX e o começo do século XX o imperialismo tinha como característica principal a conjunção entre a ascensão dos monopólios e do capital financeiro e a dominação colonial, o fenômeno ganha novas determinações após as duas guerras inter-imperialistas. A exportação de capitais pelo mundo ganha ainda maior proeminência desde então, posto que as barreiras representadas pelos domínios coloniais são derrubadas em nome de um imperialismo que se vale essencialmente da exploração econômica/capitalista dos territórios.

Embora integração internacional sob hegemonia estadunidense naquele período tenha dependido de uma série de fatores, institucionais, monetários e bélicos, ela não se concretiza sem a unidade de capital que efetivamente estrutura o sistema: a empresa multinacional (PANITCH e GINDIN, 2004; PAULANI, 1992). Por essa razão, o investimento externo direto (IED) é uma das variáveis fundamentais para a compreensão da divisão do mundo entre áreas desenvolvidas e áreas subdesenvolvidas, assim como para o entendimento da dialética pertinente à interação entre estas áreas. A atuação mundial das grandes empresas monopolistas é o fio condutor das relações internacionais intercapitalistas, dando forma à divisão internacional do trabalho e orientando de acordo com seus interesses o desenvolvimento das nações (SWEEZY e BARAN, 1966).

A empresa multinacional se distingue das demais por conduzir boa parte de suas operações no exterior, realizando ali uma proporção essencial de suas vendas, investimentos e lucros. Autores como Hymer (1976) tratam o aparecimento das multinacionais como tendência inerente ao crescimento das empresas no modo de produção capitalista. Em seu estudo sobre o crescimento da empresa moderna, Penrose (2006), ainda que não se possa colocá-la como alinhada com a teoria do valor de Marx, focaliza o inevitável processo de concentração de capital (que Marx tratava como "centralização") como culminando com a tendência a que as empresas oligopolistas que logram se expandir ao longo do tempo expandam seus mercados não apenas através da diversificação, mas também adentrando nos mercados externos. Logo, o IED é colocado como decorrência da concentração econômica.

Até a segunda metade do século XX, prevaleciam investimentos internacionais através da compra de ações no mercados financeiros, enquanto os IEDs permaneciam minoritários. As filiais no exterior eram autônomas em relação à matriz, que colhia os lucros, mas não as inseria na sua estrutura administrativa central. Desta forma, o cerne da expansão imperialista era a bolsa de valores, não a empresa capitalista. Os investimentos externos nas economias periféricas assumiram o caráter de enclave, ou seja, eram dirigidos a empresas que dedicavam sua produção quase completamente para o mercado externo, visando complementar as economias dominantes com as quais comercializavam. Muitas vezes essas iniciativas valiam-se de relações de produção pré-capitalistas (DOS SANTOS, 2011).

A principal mudança qualitativa experimentada pelos fluxos de IED a partir do fim da década de 1940 consistiu no seu redirecionamento para os setores ligados ao mercado interno das economias que os recebiam. O salto para esse tipo de investimento aconteceu após a Segunda Guerra Mundial, quando a reconstrução da Europa criou amplos espaços para investimentos lucrativos, e após parte dos países periféricos terem

desenvolvido a urbanização e uma indústria de base, o que os tornou aptos a absorverem investimentos em setores industriais para seus mercados internos (DOS SANTOS, 2011).

Os investimentos estrangeiros foram guiados para setores mais desenvolvidos dos países receptores, nos quais penetravam em posição oligopólica. Aproveitavam-se dos altos preços permitidos pelo protecionismo, dos subsídios estatais e dos baixos custos com mão-de-obra, graças à expansão do exército industrial de reserva (EIR) com o êxodo rural.

2.2 A industrialização e os conflitos de classe no Brasil

No que se refere ao Brasil, interpretado a partir da sua posição periférica no capitalismo mundial, tendo em vista os acontecimentos internos e as transformações internacionais do capitalismo no período que antecedeu a Grande Depressão, dois aspectos passaram a conviver simultaneamente: por um lado, ocorre uma relativa modernização das relações de produção e das forças produtivas, que deram ensejo à conformação de um mercado interno e de uma produção industrial incipientes; por outro lado, a vinculação essencial do país ao imperialismo determinava que o mercado externo continuaria a predominar como o centro dinâmico da reprodução do capital, assim como permaneceria a importância do sistema de dominação liderado pelo latifúndio exportador. Desta forma, as principais distorções apresentadas pelo capitalismo dependente brasileiro nesta fase dizem respeito à fragilidade do mercado interno, principalmente no que se refere ao consumo das classes trabalhadoras; e à ausência de uma ruptura de classes, decorrente de uma ação revolucionária burguesa, que impusesse o predomínio dos interesses industriais sobre o conjunto da sociedade (BAMBIRRA, 2015).

Seria apenas mais tarde, em virtude do afrouxamento do vínculo com o capital imperialista, como consequência das duas guerras mundiais, entrecortadas por uma crise de dimensão mundial, que as distorções apresentadas pelos países latino-americanos, postas pelas condições de dependência, puderam ser atenuadas. Com isso, tornou-se possível o início de um processo de industrialização intensiva, a conquista da hegemonia

política pelas classes burguesas (ainda que sem ruptura com as classes dominantes primário-exportadoras) e o crescimento da importância do mercado interno na reprodução do capital no continente. Estas condições propiciaram uma nova forma de vinculação com o imperialismo, que, como exposto, apresentaria mudanças substantivas no pós-guerra. Assim, o capital estrangeiro passa a direcionar seus investimentos para o setor industrial e assume a centralidade na acumulação de capital interna (BAMBIRRA, 2015).

É importante perceber que fatores estruturais forçaram uma necessária vinculação ao capital estrangeiro naquela fase do desenvolvimento brasileiro. Primeiramente, desponta o pressuposto, inerente a qualquer país capitalista, de compatibilização das variáveis internas ao funcionamento da economia global. Ele se expressa, no caso brasileiro, pela impossibilidade de avançar na industrialização sem recorrer à importação de máquinas, equipamentos e matérias-primas elaboradas, situação que incontornavelmente a vincula às condições impostas pelos capital estrangeiro, superior tecnologicamente. A complementaridade entre as forças produtivas brasileiras e as das economias desenvolvidas estão entre essas condições. Entretanto, o tipo de vinculação e o nível de abertura ao capital estrangeiro não estavam dados pelas condições postas.

Segundo Bambirra (2015), a face política da dependência não deve ser definida apenas como uma imposição de interesses estrangeiros desde fora, mas principalmente como uma situação em que a tomada de decisões por parte das classes dominantes locais acontece em condições de dependência para com os interesses externos. Nesse sentido, desde a independência formal do país, as classes dominantes brasileiras apresentam a tendência a ajustarem as instituições locais e seus planos políticos aos interesses dos países capitalistas centrais, que usufruem das vantagens proporcionadas pela maior disponibilidade de capital e superioridade tecnológica. No entanto, em determinadas conjunturas são possíveis exceções dentro deste marco geral, quando a dominação imperialista se vê impossibilitada de exercer seu domínio total, dando aos centros de decisão internos maior liberdade na definição da política econômica.

Dentro do processo de revolução burguesa (dependente) no Brasil, o Estado era o grande centro de decisão em torno do qual se equacionavam as grandes questões acerca dos rumos do desenvolvimento capitalista do país, a saber, "a questão agrária, a questão das relações das frações burguesas entre si e com as burguesias internacionais já constituídas, a 'questão social' e, finalmente, a da construção e funcionamento das próprias estruturas estatais" (DRAIBE, 1985, p. 27).

Nestes embates, a burguesia não apresentou força para, sozinha, impor um projeto de industrialização nacional, de modo que tal projeto somente foi viabilizado mediante a construção de alianças policlassistas. Entre 1930 e 1945, sob a presidência de Getúlio Vargas, prevalecera uma aliança assinalada por conciliação de interesses entre a alta burguesia e as classes médias e populares, dando azo ao pacto populista. No âmbito de tal aliança, porém, havia o perigo iminente de fortalecimento do proletariado, uma classe que é inerentemente inimiga da burguesia (DRAIBE, 1985).

Enquanto no plano abstrato-formal, a lógica da acumulação opera necessariamente com a contradição entre o capital e o trabalho, no plano concreto-real, as alianças entre as diversas frações da burguesia ou entre estas e o proletariado se estabelecem, não como uma posição de princípio, mas como dispositivo pragmático e cambiante para o enfrentamento do pautas comuns. Assim, na construção da sua hegemonia, as classes ligadas ao capital podem incorporar as classes subalternas em apoio ao seu projeto (PINTO e BALANCO, 2014).

Entretanto, a opção histórica da burguesia brasileira foi de aproximação progressiva do capital estrangeiro a partir de 1945, mantendo relações conflituosas e vacilantes com a classe trabalhadora e com a pequena burguesia entre 1945 e 1964 (BAMBIRRA, 2015).

Os conflitos e crises destes anos foram enfrentados pelas classes dominantes brasileiras reproduzindo internamente a configuração tomada pelo imperialismo no pós Guerra, culminando com a mudança na forma da dominação de classes e com a

vinculação crescente dos interesses das classes dominantes brasileiras aos das multinacionais. A primeira erupção desses conflitos emergiu na crise que levou ao suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, levando à maior abertura às multinacionais no mandato de Juscelino Kubitschek, a partir de 1956. A segunda erupção, em 1964, levou ao abandono de qualquer traço nacionalista por parte da burguesia interna, encampando em seu lugar um projeto autoritário que beneficiava o capital estrangeiro, enquanto aceitava o papel de sócio menor deste.

A partir dos anos 1950, a história das burguesias nacionais latino-americanas, naqueles países em que puderam existir, é a história de sua integração ao imperialismo, de sua submissão enquanto classe ao imperialismo, do abandono de suas ambições nacionalistas e autonomistas e do fim dos seus projetos próprios. (BAMBIRRA, 2015, p. 133-134).

Em síntese, a nova divisão internacional do trabalho se desdobrava em um movimento convergente, reunindo a ativa ação econômica dos países desenvolvidos, que exportavam matérias-primas industrializadas, bens de consumo industriais e bens de capital, além de estimular a internacionalização de suas empresas monopolistas através de empréstimos, ajuda internacional, subsídios e regimes especiais e a postura passiva dos países subdesenvolvidos, que exportavam matérias-primas e bens agrícolas enquanto desenvolviam um setor industrial em grande medida desnacionalizado substituindo importações.

3 O ciclo do capital na economia brasileira e a dominação do setor produtor de bens de consumo durável

3.1 A interpretação de Tavares

Em "Acumulação de capital e industrialização no Brasil", Tavares (1998) faz uma interpretação da industrialização brasileira em que a problemática do amplo predomínio do setor de bens de consumo duráveis (setor III, segundo a taxonomia de kaleckiana

adotada pela autora) é central para a explicação da evolução interna dessa economia. Este setor corresponde à industrialização avançada, na qual a diferenciação do consumo dos capitalistas em relação ao dos trabalhadores contribui para resolver os problemas de reprodução do capital, dinamizando também o setor I (produtor de bens de capital).

Tavares coloca que, embora já fosse dominante no Brasil, o modo de produção capitalista ainda não havia desenvolvido as forças produtivas necessárias para sua reprodução endógena até a década de 1950, quando se concretiza a industrialização da economia brasileira. Tal se deu através da entrada intensiva de capital estrangeiro no setor de bens de consumo duráveis e do maior desenvolvimento do setor de bens de capital, tocado pelo Estado. A partir da implantação da indústria de base, a capacidade produtiva nacional poderia crescer com uma escala maior (à frente da demanda) apoiada em suportes internos. Sendo assim, não caberia mais caracterizar essa industrialização como de substituição de importações, pois não eram os estrangulamentos externos que lhe ditavam o rumo.

O problema principal das economias que chegam a esse estágio seria que, dado que o progresso técnico reduz os custos de produção em um mercado oligopolizado, gera-se uma taxa de lucro superior às possibilidades de investimento, dado o potencial limitado de crescimento da demanda. Nesse cenário, o setor III seria aquele que poderia atrair para si a demanda potencial gerada pelos maiores lucros (TAVARES, 1998).

A autora parte do entendimento de que é a associação das burguesias locais que determina as novas configurações de acumulação e as novas contradições internas. A articulação com o capital estrangeiro acontece em um segundo momento, vinculando-o à dinâmica interna de forma mais ou menos dominante:

> Tanto na chamada etapa "primário-exportadora", quanto nos sucessivos ciclos de industrialização, o capital estrangeiro novo só entrou depois que o ciclo de expansão já se encontrava em curso. (...)
>
> O caráter dominante e desigual da associação é que tem mudado consideravelmente de período para período histórico, é particularmente

> acentuado no caso de saltos tecnológicos com barreiras de escala. (TAVARES, 1998, p. 142-145).

Capitais nacionais e estrangeiros disputam espaços no mercado principalmente em épocas de crise ou de abertura de oportunidades de investimento. Nesse sentido, o padrão de acumulação caracterizado pela dominação do capital estrangeiro, que se inicia em 1956, é resultado da busca, por parte do Estado, de uma industrialização pesada com maior diferenciação, ancorada em políticas públicas.

O setor de bens de consumo duráveis, que foi o receptáculo dos aportes forâneos, apresenta uma dinâmica específica que gera uma clivagem entre o potencial de expansão da oferta e da demanda, criando a necessidade de indução cíclica do crescimento desta última. No Brasil, preexistia uma demanda para o setor, que era reprimida pelas barreiras à importação, mas ela cresce decisivamente pelo efeito acelerador dos novos investimentos sobre a renda urbana, pela concentração da massa dos salários nas camadas especializadas da mão-de-obra e pela complementaridade dos investimentos (nos setores de material de transporte, material elétrico e metal-mecânico) (TAVARES, 1998).

No período 1963-1964, após a implantação do bloco de projetos previsto no Plano de Metas, emergem os efeitos endógenos desaceleradores pela completa digestão de toda a demanda contida por importações e daquela gerada pelos investimentos privados. A juventude do parque industrial impedia que o motor do crescimento fosse a demanda por reposição dos equipamentos; a demanda estatal, que havia sido a principal indutora da primeira onda, sofria em decorrência da crise de financiamento que o Estado passara a enfrentar a partir de 1959.

O aumento dos lucros pela elevação da relação lucros/salários tem impacto limitado no investimento privado, principalmente por não poder ser redirecionado, pelas vias fiscal ou financeira, para os agentes dispostos a investir. A queda no investimento faz cair o emprego e este, por sua vez, a demanda efetiva, principalmente no setor de

bens-salário. Segue-se um processo de concentração do mercado, com a quebra ou incorporação de capitais menores e avanço da desnacionalização (TAVARES, 1998).

A recuperação acontece apenas com o aumento na capacidade de demanda de setores capazes de induzir a acumulação[1]. Isso ocorreu no Brasil com a redistribuição de renda dos assalariados da base para o setor público e para a classe capitalista. Estimulou-se assim o consumo de bens de consumo durável e de bens de produção, acompanhado da redução do custo da mão-de-obra.

Num modelo "kaleckiano" de uma economia capitalista avançada, a dinâmica da recuperação tende a dar-se primeiro pela taxa de investimento, depois pelo emprego e consumo dos trabalhadores e, finalmente, pelo consumo capitalista. Este, reagindo defasado ao aumento dos lucros globais nos dois grandes setores de produção. No Brasil, como em qualquer economia onde exista uma profunda descontinuidade nos níveis médios de renda e nas estruturas de consumo, a recuperação tende a dar-se ao contrário: o consumo capitalista das camadas de altas rendas comanda a taxa de lucro e a taxa de acumulação, afeta as oportunidades de investimento e de emprego e determina, em última instância, depois que ambas se aceleram, a expansão do consumo dos trabalhadores urbanos. Estes suportam não só a oposição salários-lucros, como também uma contradição específica, a do consumo popular versus consumo capitalista. (TAVARES, 1998, p. 183).

3.2 A interpretação de Marini

O crescimento desproporcional da produção de bens de consumo duráveis em alguns países latino-americanos foi teorizado por Marini (1979b) a partir dos esquemas de reprodução do livro II d'O capital, de Marx. O problema inicial que Marx desejava

1 Junto ao arrocho salarial, Tavares destaca que as reformas financeiras do Plano de Ação Econômica do Governo, de 1964-1967, impulsionaram a retomada do crescimento graças ao autofinanciamento das empresas públicas, que passaram a operar com relativa autonomia financeira e de mercado, e ao novo estatuto do capital estrangeiro, que facilitavam as remessas de lucros e abriam amplos espaços para financiamentos internacionais.

explorar com os esquemas diz respeito às condições necessárias para que o capitalismo compatibilize a contradição entre valor e valor de uso, de modo a prosseguir com a acumulação de capital. Neste sentido, importava explorar as maneiras pelas quais são definidas as demandas proporcionais intersetoriais a partir da distribuição do valor gerado pela produção nos setores de bens de capital (I), de bens de consumo necessário (IIa) e bens de consumo de luxo (IIb).

Marx adotou uma série de pressupostos que excluíam as questões da realização do capital (possibilidade de superprodução generalizada), do comércio exterior (possibilidade de especialização em valores de uso restritos) e da produtividade do trabalho (possibilidade de mudanças na taxa de acumulação) (ROSDOLSKY, 2001). Marini (1979b) argumenta que, para analisar formações sociais concretas, exige-se a quebra de tais pressupostos. O autor põe ênfase na questão da produtividade do trabalho, destacando que ela tem centralidade na dinâmica capitalista e influência sobre a concentração e centralização de capital, a lei geral da acumulação capitalista e a lei tendencial de queda da taxa de lucro.

A apropriação efetiva de uma quantidade maior de mais-valia, a partir de um avanço nas forças produtivas do trabalho, depende da venda da maior quantidade de valores de uso produzidos, ou seja, da demanda. Em um primeiro nível, a determinação da demanda da economia se dá através da divisão básica do excedente entre salários e lucros; em um segundo nível, da divisão da mais-valia entre os setores e da proporção desta destinada ao consumo individual dos capitalistas ou à acumulação.

A partir disso, Marini distingue três casos dinâmicos: quando o aumento da produtividade acontece no setor I, no setor IIa ou no setor IIb. No primeiro caso, considera-se que, caso o aumento da massa de valores de uso produzidos seja chancelada por uma demanda correspondente, aumenta a massa de valor apropriada por I, gerando lucros extraordinários frente aos outros setores. A compra de bens de capital implica em um aumento na capacidade produtiva do setor II. Para que a maior massa de mercadorias

produzida nessas condições seja realizada, é necessária a elevação da demanda de bens de consumo, caso contrário ocorreria redução da demanda pelos bens de I (levando à redução de seu lucro) ou os capitais de II migrariam para I, fazendo diminuir a taxa de lucros do setor. Em ambas as hipóteses, a taxa de lucro entre os setores seria nivelada pelo movimento de capitais. Posto que os aumentos de produtividade não produzem aumentos significativos na quantidade de força de trabalho utilizada (podendo gerar diminuições), a única fonte adicional de demanda por bens de consumo seria o acréscimo na mais-valia não acumulada pelos capitalistas de I, chancelando o aumento na produção de setor IIb e dos capitais de I que produzem para ele, o que determinaria que os lucros extraordinários gerados pelo aumento da produtividade seriam apropriados por esses dois ramos até que os mecanismos de nivelação da taxa de lucro atuem para eliminá-los (MARINI, 1979b).

No caso de aumento da mais-valia extraordinária em IIa, a venda da maior massa de valores de uso produzidos dependerá da queda do valor individual de cada mercadoria, pois há uma redução relativa da participação da força de trabalho nesse setor, decorrente do aumento de produtividade, diminuindo sua demanda. A queda no valor individual das mercadorias de IIa levará a um aumento na mais-valia relativa em toda a economia. Assim, o setor IIa como um todo não é capaz de reter lucros extraordinários de maneira duradoura.

Já o setor IIb poderia realizar a quantidade aumentada de valores de uso pelo mesmo valor individual de antes de um aumento de produtividade, pois apenas o fato de que a parte do produto relativa à mais-valia aumenta em relação à quantidade de trabalho utilizada, provoca a geração de uma nova demanda por parte dos capitalistas do setor. Finalmente, o fator que põe fim a apropriação da mais-valia extraordinária como lucros extraordinários por esse setor é a mobilidade de capitais entre setores, que pode levar à elevação da produção e limitação da quantidade de mais-valor apropriado por cada capital individual. Assim, a especificidade do setor IIb é poder reter os preços acima dos valores

ao longo do tempo, não transbordando imediatamente os efeitos dos aumentos de produtividade obtidos.

> Conviene tener presente que, al transferir a los precios en menor medida que I y IIa los aumentos de productividad, el subsector IIb establece con los demás una relación que implica una transferencia intersectorial de plusvalía, vía precios, que va más allá de la que correspondería estrictamente a los mecanismos de nivelación de la cuota de ganancia y que más bien los violan; en otros términos, se configura una situación similar a la que alude la noción de intercambio desigual en la economía internacional. (MARINI, 1979b, p. 38-39).

A partir desta análise, Marini chega à conclusão de que a desproporcionalidade setorial, com inchaço relativo do setor IIb em relação aos outros setores, é justificada por esse mecanismo de manutenção sustentada de lucros extraordinários no seu interior. Tal fenômeno ocorre tanto nas economias periféricas como nas centrais, mas nas primeiras ele é exacerbado pela possibilidade de extrair lucros extraordinários mesmo sem elevar a produtividade do trabalho, bastando para isso elevar a intensidade do trabalho sem que se elevem os salários na mesma medida, ou seja, através da superexploração.

A consequência da dinâmica intersetorial na circulação latino-americana é um abismo entre a esfera alta e a baixa de consumo, posto que a superexploração faz com que aumente o período de existência dos produtos enquanto bens de luxo. Postas as coisas nesses termos, a determinação da dinâmica do sistema estaria dada na forma como é produzida a mais-valia, não no comportamento da demanda efetiva, tal como formulado por Tavares (1998). A forma como ocorrerá a circulação de uma maior massa de valores de uso depende da repartição, pelos distintos setores, da massa de valor produzida em tal período, assim como pela apropriação de lucros extraordinários.

> Sin embargo, esa utilización, por parte de los autores que aquí analizamos, al privilegiar el objeto específico de los esquemas: las relaciones intersectoriales y, con ello, la circulación de la masa de valores de uso y de valor producida, conduce al equívoco de poner la circulación por sobre la acumulación y reproducción del capital mismo. (...) esa visión se deriva de su tesis respecto a la expansión de las ganancias sobre la base de la reducción general de costos, desvinculada de la producción de plusvalía, y compatible con la elevación de los

> salarios más allá de todo límite que pudiera imponer el valor de la fuerza de trabajo en su comercialización. (MARINI, 1979b, p. 55).

A crítica de Marini (1979b) ainda recai sobre a pouca ênfase de Tavares (1998) na influência da economia mundial no direcionamento da economia nacional. Através da análise do ciclo do capital na economia dependente, o autor busca justamente mostrar a influência do mercado mundial em economias como a brasileira.

3.3 Características do ciclo do capital na economia brasileira do pós-guerra

Marini (1979a) faz a discussão do ciclo do capital em uma formação histórica específica a partir do ciclo de reprodução do capital industrial, de Marx: D - M ... P ... M' - D', que permite a identificação e discussão dos elementos centrais, de natureza qualitativa, que determinam um padrão de reprodução específico. Leva-se em consideração o processo de valorização, mas também os valores de uso que são gerados por meio dele, desde a origem do capital dinheiro a ser investido na produção até a realização das mercadorias.

Na fase de financiamento, Marini destaca, primeiramente, a importância do capital estrangeiro, que entra sob as formas de investimentos externos diretos ou indiretos (de *portfólio*). Ambas as formas de investimento geram posteriormente transferências de valor para fora, sob a forma de remessa de lucros ou pagamento de juros e *royalties*. Isso reflete a baixa capacidade de investimento do setor privado nacional, inserido desde a fase colonial em relações de dependência com interesses externos. Assim, o único agente interno capaz de influir estruturalmente na acumulação de capital interna é o Estado. Este último negocia com o capital de propriedade estrangeira as condições de sua entrada e permanência no país (MARINI, 1979a).

Na passagem para a segunda fase do ciclo do capital, quando o capital dinheiro se transforma em meios de produção e força de trabalho, verifica-se o predomínio do uso de mão-de-obra nacional, enquanto uma parte significativa dos meios de produção é obtida através de importações, principalmente na forma de máquinas e equipamentos industriais.

Assim, parte do capital aportado no país via IED faz imediatamente o caminho de volta para compra desses bens de capital. A ausência de um setor de bens de produção internalizado impossibilita a apropriação interna da irradiação dos ganhos de produtividade gerados nesse setor e torna as técnicas usadas internamente reflexo das condições impostas pelo mercado mundial de bens de capital.

Sempre de acordo com Marini (1979a), na fase da produção, verifica-se a superioridade tecnológica das empresas que obtém meios de produção de tecnologia mais sofisticada. Com efeito, as empresas de propriedade ou com participação de capital estrangeiro são as que têm mais acesso ao mercado de capitais ou acesso direto à tecnologia. A partir disso, estabelece-se uma tendência dessas empresas concentrarem de forma precoce o mercado em suas mãos. Assim, aprofunda-se a ausência de controle nacional sobre parte do capital operante no país, já posta pela composição do investimento.

A especificidade da economia brasileira quanto às mercadorias produzidas é sua especialização prolongada em bens de consumo, primeiramente em bens de consumo necessários à reprodução da força de trabalho, e depois em bens de consumo de luxo, posto que os lucros representam a parcela dinâmica da estrutura da demanda interna, dada a má distribuição da renda nacional. Essa demanda, que constitui o elemento indutor dos investimentos da mais-valia acumulada e direcionadora dos investimentos estatais em setores de bens de capital complementares, ainda é reduzida em virtude da exportação de partes dela nas formas de remessa de lucros, *royalties* ou pagamento de juros. Essa limitação justifica o esforço feito, na década de 1970, para deslocar parte da realização para mercados externos via exportações (MARINI, 1979a).

A baixa importância da demanda dos trabalhadores permite que elevações na taxa de lucros sejam buscadas através da maior exploração física da força de trabalho, extraindo dela maior quantidade de mais-valia sem correspondente aumento nos salários. Tal superexploração depende de condições que são dadas pela luta de classes, mas

derivam principalmente do tamanho do EIR, que tende a crescer com a introdução de tecnologia economizadora de mão-de-obra desenvolvida nos países centrais.

Se mostra, assim, como apenas a articulação das fases do ciclo do capital permite entender a forma como o ciclo se desenvolve em uma economia dependente:

> Es decir que el capital extranjero no puede inducir la producción de automóviles en una economía que no ha desarrollado determinada infraestructura e industria básica como para sostenerla, pero, si estas condiciones existen, el hecho puede darse ya que, una vez iniciada la producción de automóviles, ello no sólo modifica el contenido de la segunda fase de circulación, sino que, al crear allí un mercado que era entonces inexistente, estimula el desarrollo de la producción automotriz y acentúa la tendencia de los capitales que entran en la primera fase de circulación a invertir en esa rama. Es, pues, el conjunto de las fases consideradas lo que nos permite entender el ciclo del capital con las características particulares que asume en la economía dependiente. (MARINI, 1979a, p. 11-12).

No caso da economia brasileira, percebe-se que a dependência com relação ao capital estrangeiro se expressa em todas as fases do ciclo, determinando uma espécie de desenvolvimento divorciada das necessidades da classe trabalhadora e conectada intimamente aos interesses da valorização de um capital cujo centro de decisões se encontra fora da esfera de influência do país.

4 Setor automobilístico brasileiro como reflexo do padrão de desenvolvimento

4.1 Implantação e hegemonia do capital estrangeiro

A instalação de uma indústria automobilística em um período de tempo relativamente curto foi um dos êxitos mais expressivos do desenvolvimento industrial brasileiro no período desenvolvimentista. Sua culminação se deu com o Plano de Metas, conduzido entre 1956 e 1961, tendo aquela indústria como fio condutor (LESSA, 1981).

A história do setor automobilístico no país é mais antiga, remontando à Segunda Guerra Mundial, quando a produção nos países centrais foi interrompida e, consequentemente, reduziu-se a quantidade importada de veículos, peças e componentes,

gerando um estímulo a sua substituição por produção nacional. A importação deste setor passa a ocorrer mediante a aquisição de kits completos desmontados (CKDs) e kits semi-desmontados (SKDs) para montagem em território nacional. Ainda assim, a maioria dos veículos em circulação era importada (ALMEIDA, 1972).

No pós-guerra, o montante de importações de produtos da indústria automobilística elevou-se, atingindo o valor de 142 milhões de dólares ou o equivalente a 14% do total de importações entre 1945 e 1952 (SHAPIRO, 1994). evidenciava-se a utilidade estratégica de uma produção nacional de veículos em larga escala, que substituísse a mera montagem a partir da importação de seus componentes, de modo a superar os entraves financeiros e estruturais ao adensamento industrial.

> It was in this context of export pessimism (combined with Brazil's abundance of natural resources) that import-substitution policies in general and auto policy in particular emerged. The foreign-exchange constraint and the need to shift the economy structurally from exports to production for the domestic market would continue to provide the rationale and the underlying motivation for the automobile program. (SHAPIRO, 1994, p. 37-38).

Outro fator relevante nas considerações dos gestores econômicos àquela altura eram os efeitos que o setor automobilístico causa para diversos outros setores para os quais constitui demanda (peças, matérias-primas etc) e para os quais criava mercados (rodovias, distribuição e comercialização de combustíveis, rede hoteleira etc). O setor apresentava as características de um bem de consumo que lidera o desenvolvimento de uma indústria de bens de capital complementares.

Nesse sentido, em 1952, a Comissão de Desenvolvimento Industrial, encarregada de estudar e propor ao presidente da república (na época, Getúlio Vargas) políticas públicas objetivando o fortalecimento e expansão da estrutura industrial, elaborou o Plano Nacional de Estímulo à Produção da Indústria de Autopeças e à Implantação Gradativa da Indústria Automobilística. O plano, que foi aprovado naquele mesmo ano, centrava-se em um sistema de taxas e proteções múltiplas (ALMEIDA, 1972).

É importante ressaltar, como faz Draibe (1985), que o Estado que toma a direção de políticas desenvolvimentistas não o faz de forma autônoma, a partir da mera racionalização de setores burocráticos. Na verdade, ele ganha alguma autonomia para guiar as forças sociais desde que cumpra com os anseios dos setores que dão base para sua sustentação. Seguindo Poulantzas (2000), a autora sustenta que a criação de órgãos estatais reflete, no seio do Estado, a própria divisão do trabalho na sociedade em questão. Trata-se do modo como um setor se torna apto a receber apoio ou regulação estatal, segundo os princípios (fundados em uma base social) do governo em questão. Além de interesses particulares, o conflito geral de interesses também é incorporado na ossatura do Estado, nos seus órgãos decisórios, que exercem sua autonomia relativa a partir desse papel de mediação de conflitos e hierarquização de prioridades do Estado.

No conflito em torno de uma política protecionista, eram confrontados os fabricantes de autopeças e as montadoras, os primeiros sendo seus principais defensores, posto que seriam os beneficiários diretos da nacionalização da produção.

Como ressaltado por Lessa (1981), houveram dois momentos de hegemonia da política desenvolvimentista ao longo da década de 1950: o primeiro abrange o mandato de Getúlio Vargas, em que foram estruturados aparatos estatais visando uma industrialização pesada. A segunda fase é marcada pelo Plano de Metas, em que se destaca o ímpeto para a execução de boa parte dos planos elaborados na fase anterior, sejam quais fossem suas consequências em termos de desequilíbrios monetários e desnacionalização do mercado interno. “A segunda etapa se distingue da primeira pela maior intensidade do esforço e pela amplitude e integração dos objetivos setoriais perseguidos.” (LESSA, 1981, p. 11-12).

Sendo assim, o setor volta ao foco apenas na gestão de Juscelino Kubitschek, quando o governo incorpora a maioria das orientações contidas no plano de 1952 e institui um órgão executivo central, o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA), em 1956. Esse órgão ficaria encarregado do acompanhamento das etapas mínimas de

nacionalização; da adaptação dos projetos das empresas aos marcos da política governamental; da aprovação desses projetos e da fiscalização da sua execução.

Segundo o diagnóstico do GEIA, a implantação da indústria automobilística não poderia ser feita por montadoras de propriedade nacional, dadas as limitações de capital da burguesia interna, as limitações de divisas para importar máquinas e licenciar tecnologias e as limitações fiscais do Estado, que o faziam limitar-se aos setores de base. Em contraste, as montadoras estrangeiras aportariam *know-how* e capacidade de investimento para conduzir a implantação. Pela crença de que as montadoras dedicar-se-iam à produção das partes que identificam o veículo (cabines, carrocerias e motor), e subcontratariam produtores nacionais das demais peças, prescindiu-se de regulamentações contra a integração vertical (SHAPIRO, 1994).

Tais desenvolvimentos vieram na esteira da instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), de 1955, que tornou as empresas estrangeiras capazes de realizar importação de máquinas e equipamentos a título de investimento sem cobertura cambial. Assim, as empresas estavam isentas do pagamento do imposto implícito nas transações de câmbio. O capital nacional continuou a importar bens de capital conforme anteriormente, aumentando a sua desvantagem financeira e tecnológica para com o capital estrangeiro.

Além disso, foram oferecidas vantagens para obtenção de financiamento externo (poderiam ser pagos à taxa "custo de câmbio"), cotas de divisas foram reservadas para a importação de peças para os veículos comerciais durante o período de transição para a nacionalização, o setor foi isento de impostos de importação e de impostos sobre a venda de máquinas, equipamentos, caminhões, jipes e veículos utilitários. Por fim, a indústria automobilística foi incluída entre as "indústrias básicas", elegíveis para receber os empréstimos subsidiados do BNDES, até então direcionado para investimentos do setor público (ALMEIDA, 1972).

Em contrapartida às vantagens tarifárias, fiscais, creditícias e proteção de mercado que receberiam, os fabricantes deveriam cumprir algumas exigências: um programa de produção fixado; a obtenção de financiamento no exterior para importação de máquinas e equipamentos; e, o cerne do projeto, um programa que estipulava uma participação crescente de peças nacionais na composição dos veículos, chegando a estar entre 90% e 95% até 1961. Essa medida, e o curto espaço de tempo por ela estipulado, está ligada aos fortes constrangimentos que a falta de divisas traziam ao prosseguimento da industrialização pesada (ALMEIDA, 1972).

> Policies were designed to ensure that the TNCs made large, up-front commitments to the project, rather than incremental investments. (...) By offering the financial incentives for only a limited period, the plan would put laggardly entrants at a competitive disadvantage. (SHAPIRO, 1994, p. 83).

Com base nessas políticas, o setor de material de transporte cresceu 8,8% a.a. entre 1957 e 1961. A quantidade produzida nesse período foi de 321.150 veículos, e os índices de nacionalização foram, respectivamente, de 93%, quanto ao peso, e 87% quanto ao valor dos veículos. Com isso, as metas estipuladas pelo GEIA foram cumpridas (SHAPIRO, 1994).

4.2 Consolidação e concentração: o segundo período

Considerando-se que a estimava do GEIA para a demanda total por veículos em 1962 era de 130 mil e que as estimativas para a operação em escala ótima de uma planta automotiva nas décadas de 1950 e 1960 variavam de 300 mil a 400 mil unidades por ano, as onze empresas em funcionamento ao fim da primeira fase da implantação, entre 1956 e 1961, constituíam um número excessivo de unidades produtivas que levavam à fragmentação do mercado e a custos de ineficiência graças à capacidade ociosa. O GEIA, ciente de que a partir do atendimento da demanda prévia o mercado cresceria de acordo com as necessidades de reposição e com o crescimento econômico, previa o problema e assumiu que seu papel era o de aceitar todos os projetos compatíveis com o plano e deixar a concentração do mercado à cargo da concorrência (SHAPIRO, 1994).

No entanto, a concentração se deu de maneira diferente da prevista, pois não foi a competição por preço que agiu, o que ficou claro quando eles não cederam mesmo após a queda na produção em 1962-1963, devido à constatação de excesso de capacidade. A demanda era elástica à renda, não aos preços, que só começaram a ceder após o ajuste recessivo e os controles de preços impostos pelos militares.

Das onze montadoras operando no início da década de 1960, só restavam oito em 1968, todas controladas por capital estrangeiro. Nesse momento, General Motors e Ford entram no mercado de automóveis de passageiros, absorvendo empresas brasileiras (Vemag e Willys) e investindo em novas instalações. Constatada a sustentabilidade do investimento naquele segmento e asseguradas as condições macroeconômicas para o crescimento do país em torno de um padrão que correspondesse às expectativas das multinacionais, essas empresas se tornaram a segunda e a terceira maiores em operação no país. Em 1967, Ford-Willys, Volkswagen e General Motors concentravam 88,4% da produção, passando para 91,7% em 1971. Essa dinâmica era intensificada no segmento de automóveis, onde as três empresas correspondiam a 95% da produção total de veículos em 1971 (ALMEIDA, 1972).

O período de crescimento acelerado observado na economia brasileira entre 1968 e 1972, com crescimento médio de 11% ao ano, relaciona-se com a reestruturação e os novos investimentos do setor automobilístico, que aproveitou-se das condições postas sob a Ditadura Militar para crescer, em média, 22% nesses anos. O crescimento do país foi induzido por novos investimentos estatais em indústrias de base e pela demanda acrescida a partir de novos instrumentos de crédito, que beneficiam o consumo de bens duráveis. O regime repressivo garantia o controle dos sindicatos, assegurando a redução do custo da mão-de-obra e o reforço da concentração de renda, que também levou à elevação da demanda por automóveis por parte das classes média e alta.

Verifica-se que a estrutura da indústria automobilística no país era efetivamente horizontal no período 1956/1961, pois a velocidade exigida legalmente para alcançar os

índices de produção e de nacionalização tornava inexequível a busca de opções além da compra dos fornecedores nacionais. Havia espaço para a inserção de diversos produtores, mesmo sem níveis de produtividade e qualidade satisfatórios. Havia transferência de tecnologia das montadoras para os fornecedores, de modo a ajudar no cumprimento dos cronogramas (SHAPIRO, 1994).

Quando os índices de produção e nacionalização foram atingidos, em 1961, a estrutura dos dois segmentos era extremamente desigual, sendo o de montagem oligopolizado por empresas com alto domínio de tecnologia e o de autopeças um segmento competitivo em que predominavam produtores de baixa capacidade tecnológica. Sem restrições legais à integração vertical e à desnacionalização do segmento e em um momento em que o crédito interno tornava-se caro, o período pós-1962 presenciou o ressecamento dos capitais nacionais.

As montadoras passaram a produzir internamente as peças que exigiam padrões de custo, qualidade e/ou segurança no fornecimento para além dos que poderiam ser oferecidos pelos fornecedores. Passaram também a convocar fornecedores estrangeiros, que aproveitaram a fragilidade das empresas brasileiras no momento de crise para dominar o setor de fornecimento através de fusões e aquisições. As empresas estrangeiras eram incentivadas ainda a aproveitar os subsídios propiciados pela instrução 113 e pelos empréstimos com taxas de custo de câmbio (Shapiro, 1994).

Tais movimentos são reforçados no pós-golpe de 1964, gerando como saldo uma maior verticalização no setor automobilístico, e uma bifurcação (entre fornecedores de peças de menor ou maior complexidade) e desnacionalização no segmento de autopeças. Estes resultados derivam da forma como foi conduzida a implantação da indústria, da estrutura desta, do ambiente macroeconômico após 1962 e de escolhas políticas.

> The military regime made a clear choice between efficiency and protecting Brazilian capital. It encouraged consolidation and mergers to eliminate excess capacity and to rationalize the industry; Brazilian capital in both the terminal and the parts sectors (discussed in Chapter

> 5) was sacrificed. The military's capacity to control prices and increase taxes was key, but the regime did not use its authority to protect domestic firms. (SHAPIRO, 1994, p. 189).

Estas escolhas refletem o fato de que a escassa influência do capital nacional no Estado torna-se ainda menor a partir do golpe militar de 1964.

4.3 Setor automobilístico como reflexo do ciclo do capital da economia brasileira

Segundo dados apresentados por Almeida (1972), a indústria automobilística representava 9% da renda gerada na indústria brasileira em 1971, sendo superada apenas pelas indústrias química, de produtos alimentares e têxtil. Em 1966, o valor da produção das montadoras de veículos já representava mais de 3% do PIB. O pessoal empregado na produção de veículos e autopeças equivalia a 0,6% da população economicamente ativa (PEA). Quando se somam os empregos indiretos gerados pela indústria, eles correspondiam a 3,5% da PEA.

Através de seus efeitos globais de *linkage*, a indústria contribuiu para o desenvolvimento do setor interno de bens de capital. Isso se traduz no fato de que passou-se de uma situação em que, em 1962, 53,4% do valor investido nessa indústria foi gasto em importação de máquinas e equipamentos, para um cenário em que essa proporção cai para uma média de 24%, entre 1964-1968 (ALMEIDA, 1972).

Destrinchando o ciclo D - M ...P… M’ - D’ do setor, observa-se que, já no processo de financiamento dos investimentos, o capital estrangeiro foi, desde o início, apresentado como o único capaz de fazer frente às exigências de capital necessárias para produzir em um setor de alto conteúdo tecnológico. Sua penetração nessa fase acontece principalmente através de investimentos diretos, mas os investimentos indiretos, através de empréstimos estrangeiros foram essenciais para financiar boa parte dos investimentos.

Na primeira fase, a totalidade dos bens de capital utilizados eram mercadorias importadas. O uso dessa tecnologia envolve o pagamento de *royalties* e licenciamentos e leva à adaptação do sistema produtivo nacional aos seus parâmetros, como o baixo nível

de emprego gerado, relativamente ao volume de investimentos. Do lado positivo, destaca-se o efeito de aprendizado sobre o capital nacional, além de alguma indução do setor de bens de capital nacional.

Na fase da produção, verificou-se que as empresas com controle do capital estrangeiro ou com acesso a seu financiamento e tecnologia foram as que puderam concentrar o mercado em suas mãos. Essa dinâmica já era esperada no setor de montagem, mas ocorreu também no setor de autopeças, onde, após um primeiro período, aconteceu a consolidação do setor com os capitais nacionais tendo estas que se associarem a empresas estrangeiras para continuar nos ramos de maior complexidade. A maior parte das empresas nacionais passaram a se situar nos ramos mais competitivos e de menores margens de lucro: aqueles de peças de reposição ou facilmente reproduzíveis.

Em continuidade da dinâmica originada ainda no período colonial na economia brasileira dependente, no período industrializado prevalece a separação entre a estrutura produtiva e a estrutura de consumo da classe trabalhadora, bloqueando a expansão da mais-valia relativa. A redefinição da estrutura produtiva em torno de um bem de consumo que não entrava na determinação do valor da força de trabalho reforçava essa dinâmica, permitindo o reforço da superexploração em nome da diminuição dos custos com a mão-de-obra e da redistribuição da renda em favor das classes médias e capitalistas, dinamizadoras do novo padrão.

O desenvolvimento tardio do capitalismo brasileiro, construído sobre uma herança colonial de exploração intensiva do território e do trabalho, definiu uma estrutura deformada em relação à dos países que se desenvolveram pioneiramente e se expandiram de forma imperialista. Nos anos 1950, tal cenário expressava-se pela dependência das mercadorias e do capital dos países desenvolvidos, levando a transferências de valor na forma de remessas de lucros e pagamentos de rendas de capital. Tais transferências minavam os lucros internos, dinamizadores da demanda naquele padrão, levando ao esforço exportador de parte da produção automobilística já na década de 1970, antes

mesmo que essa mercadoria chegasse ao alcance do consumo da classe trabalhadora interna.

Conclusão

A estratégia de implantação do setor automobilístico no Brasil, tendo em vista os objetivos fixados para a industrialização do país, pode ser considerada como bem-sucedida, pois atingiu boa parte da meta de produção estabelecida, chegando a um índice de nacionalização superior a 90%, enquanto os custos se mantiveram dentro do limite previsto. Seus efeitos de transbordamento também se fizeram presentes com a criação de estímulos para uma série de setores, difusão de novas tecnologias e constituição de fontes de arrecadação estatais via impostos sobre o consumo.

No entanto, estes êxitos limitam-se a cumprir os objetivos postos pelo Estado e atingir os anseios dos setores que se fizeram atender por esse mesmo Estado, podendo desfrutar das vantagens trazidas por aquela indústria. De outro ponto de vista, poderiam ser destacados o reforço da concentração de renda induzida por um modelo de desenvolvimento focado em um bem de consumo de luxo, as desvantagens que as classes que não acessam esses bem de consumo colhem de um sistema que privilegia o transporte individual, os maiores custos de transporte de cargas no longo prazo, o número relativamente baixo de empregos gerados graças à alta composição orgânica do capital nessa indústria etc.

Perseguir objetivos como elevação do emprego, diminuição do exército industrial de reserva, aumento do valor da força de trabalho (expressa na ampliação dos bens de consumo que fazem parte de sua determinação) e promoção do transporte coletivo, pressuporia uma configuração do bloco no poder, distante do amálgama entre uma burguesia agrária ainda muito influente e uma grande burguesia urbana que esperava crescer nas franjas do capital multinacional e manter a força de trabalho sob controle.

Pressuporia uma configuração do tipo que levou à desestabilização do próprio regime capitalista no país nos anos pré-golpe de 1964.

A indústria automobilística brasileira traz na sua forma de implantação e no modo de reprodução de seu ciclo do capital a marca do padrão de reprodução da economia brasileira como um todo, com profunda dependência de variáveis externas e disputas internas entre as frações pela hegemonia do órgão regulador, dando a direção do desenvolvimento nacional/setorial e da distribuição da riqueza gerada.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, José. A implantação da indústria automobilística no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.

BAMBIRRA, Vânia. O capitalismo dependente latino-americano. Florianópolis: Insular, 2015.

DRAIBE, Sônia. Rumos e metamorfoses: Estado e Industrialização no Brasil: 1930/1960. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HYMER, Stephen Herbert. The international operations of national firms: A study of foreign direct investment. Cambridge: MIT Press, 1976.

LESSA, Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro de. Quinze anos de política econômica. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MARINI, Ruy Mauro. El ciclo del capital en la economía dependiente. 1979a. Disponível em: <https://biblio.imperialismoedependencia.org/textos-classicos/el-ciclo-del-capital-en-la-economia-dependiente-2/>. Acesso em: 14 ago. 2019.

_____. Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital. Cuadernos Políticos, Cidade do México, v. 20, p.18-35, abr./jun. 1979b.

PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. Global capitalism and American empire. Socialist register, v. 40, 2004.

PAULANI, Leda. Do conceito de dinheiro e do dinheiro como conceito. 1992. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Teoria Econômica)–IPE/USP, São Paulo, 1992.

POULANTZAS, Nico. O Estado, o poder e o socialismo. São Paulo, Graal, 2000.

PENROSE, Edith Tilton. A teoria do crescimento da firma. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

PINTO, Eduardo Costa & BALANCO, Paulo. Estado, bloco no poder e acumulação capitalista: uma abordagem teórica. Revista de Economia Política, Vol. 34, nº 1 (134), Jan-Mar 2014.

ROSDOLSKY, Roman. Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

SANTOS, Theotônio dos. Imperialismo y dependencia. 5. ed. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.

SHAPIRO, Helen. Engines of growth: The state and transnational auto companies in Brazil. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1994.

SWEEZY, Paul Malor; BARAN, Paul Alexander. Capitalismo monopolista. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

TAVARES, Maria da Conceição. Acumulação de capital e industrialização no Brasil. 3. ed. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1998.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Reforma trabalhista do Brasil: reflexões a partir da determinação do salário em Keynes

Reurison Coimbra

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

Reforma trabalhista do Brasil: reflexões a partir da determinação do salário em Keynes

Labor reform in Brazil: reflections from the determination of wage in Keynes

Reurison Coimbra[1]

RESUMO:

A reestruturação do capitalismo a partir da década de 1970 demandou, dentre outras medidas, a flexibilidade do mercado de trabalho. No Brasil, a Reforma trabalhista com o intuito de alterar as relações de trabalho foi implementada em 2017, sob o discurso de que tal medida era necessária para a retomada do crescimento econômico e redução do desemprego. O objetivo deste trabalho é analisar os resultados da Reforma Trabalhista à luz da teoria do emprego e da renda de Keynes.

Palavras Chaves: reforma trabalhista, mercado de trabalho, salários; Keynes, teoria do emprego

ABSTRACT:

The restructuring of capitalism from the 1970s onwards demanded, among other measures, the flexibility of the labor market. In Brazil, the Labor Reform with the aim of changing labor relations was implemented in 2017, under the discourse that such a measure was necessary for the resumption of economic growth and reduction of unemployment. The objective of this work is to analyze the results of the Labor Reform in the light of Keynes's theory of employment and income.

[1] Doutorando em Economia – PPGE/UFU.

Keywords: labor reform, labor market, wages, Keynes, employment theory

***

INTRODUÇÃO

Durante o Pós II Guerra Mundial, as políticas econômicas adotadas foram ao encontro das proposições keynesianas de controle da demanda efetiva. Esta forma de organização do capitalismo fortaleceu a regulação do mercado de trabalho, em maior ou menor grau, de acordo com as características de cada país, e conformou o modo pelo qual as relações entre o trabalhado e o capital se estabeleceram.

Desta forma, a relação construída entre capital e trabalho durante este período estabeleceu o modo de regulação e distribuição do aumento da produtividade proporcionado pelo modelo fordista, com elevação dos salários devido à transferência dos ganhos de produtividade aos trabalhadores, organizados em sindicatos fortes, e legislações trabalhistas que equilibravam a relação capital/trabalho. No Brasil, essa fase é caracterizada pela consolidação da industrialização, regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Porém, a partir da década de 1980, com o advento do neoliberalismo, as novas demandas do capital conduziram a uma nova forma de regulação do trabalho - considerada a principal determinante da crise do período pela sua suposta rigidez - fundamentada na flexibilização do mercado de trabalho por meio de modificações nas leis trabalhistas. Os defensores desta nova forma de regulação argumentavam que a rigidez dos salários seria prejudicial à retomada do emprego, uma vez que impõe custos e dificuldades aos empregadores a contratar mão de obra. Assim, a flexibilização das legislações trabalhistas seria suficiente para o retorno ao crescimento, via alterações no mercado de trabalho e nos salários reais, por meio do salário nominal.

Tais argumentos se baseiam nas teorias neoclássicas do mercado de trabalho que postulam que a determinação do nível emprego e renda ocorrem no mercado de trabalho. Ou seja, sendo o salário nominal flexível, e na ausência de instituições sindicais e

equivalentes, a própria dinâmica dos preços de mercado conduz a economia ao pleno emprego com salário real de equilíbrio.

Na Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, de 1936, Keynes criticou categoricamente a determinação do emprego e da renda pelo mercado de trabalho defendida pela teoria neoclássica. Ao construir sua teoria da demanda efetiva, ele apontou para outros determinantes do emprego: o consumo e, sobretudo, o investimento. Inverte-se, desta forma, a determinação do nível de salário. Ou seja, o

nível de emprego determina o nível de salários, este é endógeno e determinado pelas decisões de investimento e consumo dos indivíduos. Portanto, as ações para conduzir ao crescimento econômico e elevar o emprego devem ser voltadas para as variáveis econômicas fundamentais que compõem a demanda efetiva.

O objetivo deste trabalho é refletir sobre os resultados da Reforma Trabalhista implementada no Brasil em 2017, que ocorreu sob o argumento de sua necessidade para o crescimento da produção e do emprego, à luz da teoria do emprego e da renda de Keynes. Para isto, foram elaboradas quatro seções, além desta introdução. Na segunda seção será realizada uma breve contextualização histórica das transformações ocorridas no capitalismo no Pós II Guerra Mundial. Na terceira seção serão analisados alguns aspectos da reforma trabalhista brasileira e serão apresentados alguns resultados em termos de crescimento, emprego e renda. Na quarta seção será apresentada a teoria do emprego e da renda elaborada por Keynes em contraponto aos neoclássicos. Na quinta seção serão apresentados os efeitos dos salários flexíveis nos principais determinantes da renda e do produto na teoria desenvolvida por Keynes. Por fim, tem-se a conclusão.

2. CONTEXTO HISTÓRICO – MUDANÇAS NA RELAÇÕES DE TRABALHO

A crise na década de 1960 erodiu o padrão de acumulação capitalista proporcionado pelo modelo fordista. Tal crise, que surgiu a partir da reconstrução dos

países destruídos pela II Guerra Mundial e do excesso de capacidade produtiva construída no período de ouro do capitalismo ocidental, culminou em profundas mudanças nos processos produtivos. Nesse bojo, a partir da década de 1970, as transformações tecnológicas aceleraram o surgimento de novos métodos de produção, dando a tônica das transformações e da reestruturação do capitalismo mundial que ocorreria nas próximas décadas (HOBSBAWM, 2008; ANTUNES, 2009).

A reestruturação e reorganização do capitalismo mundial - e a consequente expansão da globalização[2] que se engendrou - intensificou e exacerbou a concorrência, estabelecendo nova forma de competição na qual a produção se tornou mais descentralizada, uma vez que se elevou o espraiamento das cadeias de valor diante da reorganização da produção espacial. Em contrapartida, o poder de controle do capital nas decisões de produção se tornou mais centralizado devido ao aumento das aquisições e fusões, ou seja, da própria centralização dos capitais que sucedeu à crise da década de 1970 (ANTUNES, 2009; HOBSBAWM, 2008; SANTOS e GIMENEZ, 2018).

O novo padrão de competição estabelecido pelo capitalismo transnacionalizado provocou, de acordo com SANTOS E GIMENEZ (2018, p. 38);

> um duplo movimento de centralização do controle e descentralização da produção que provocou uma brutal alteração na natureza e na direção de novos investimentos e na instalação de nova capacidade produtiva. Em face da intensificação da competição protagonizada por grandes blocos de capital centralizados, buscou-se simultaneamente a desverticalização, externalização, e a diversificação espacial da base produtiva e o livre acesso a mercados.

2 Conforme Bastos (2017), surgiu uma globalização assimétrica, no qual se sobressaíram os interesses do capital em detrimento dos interesses dos trabalhadores. Nesse sentido, a globalização gerou maior mobilidade internacional de capital e, paralelamente, restringiu ou impossibilitou que os mercados nacionais se protegessem contra o aumento da concorrência internacional. A partir disso, mudou-se as instituições nesse contexto de globalização assimétrica de modo a favorecer os empresários, possibilitando o aumento da oferta de trabalho, promovendo e tornando mais fácil o processo de deslocalização do capital para países com baixos custos de mão de obra.

A reorientação do capitalismo reconfigurou a divisão internacional do trabalho e alterou a estrutura produtiva. Desta forma, a crise reorientou o sistema com vistas a produzir sob (*just in time*), para redução de estoques, conforme o modelo toyotista de produção, sob processos tecnológicos mais intensificados (SANTOS e GIMENEZ, 2018; HOBSBAWM, 2008).

Diante do lento crescimento da produção, além da elevação do desemprego e da inflação nos países capitalistas, buscou-se outras formas de conduzir o sistema, distintas daquele modelo regulado keynesiano. Nesse sentido, defendia-se que o retorno ao crescimento econômico demandava um de contrarreformas com o objetivo de estimular as decisões de investimento e responder a maior concorrência, quais sejam: desregulamentar os mercados financeiros, flexibilizar os mercados de trabalho e o processo produtivo em geral, além de intensificar os processos de privatização, dentre outras (ANTUNES, 2009).

As contrarreformas, do ponto de vista teórico - sobretudo a reforma nos mercados de trabalho, importante para o presente trabalho - têm seus fundamentos nos postulados e proposições desenvolvidos pela escola neoclássica, no século XIX, e criticada por Keynes. Embora a teoria econômica após a década de 1970 tenha se metaformoseado[3], o núcleo duro a respeito das proposições econômicas, sobretudo no que se refere às relações de trabalho, foi mantido.

3 O desenvolvimento do Novo Consenso Macroeconômico, base teórica predominante atualmente, compartilha o mesmo núcleo duro da teoria neoclássica. Conforme Teixeira e Missio (2011), no longo prazo, adota-se a Accelerating Inflation Rate of Unemployment (NAIRU). Nesse sentido, a demanda não desempenha papel importante e, assim, a taxa de desemprego no longo prazo é determinada conforme as condições do mercado de trabalho, pelo lado da oferta. Isto porque os pressupostos neoclássicos da neutralidade da moeda, agentes racionais e o pressuposto do individualismo metodológico não possibilitam a realização de políticas pelo lado da demanda para elevar o nível de emprego. Nesse sentido, a taxa de desemprego natural (NAIRU), resultado desses pressupostos, é resultado das escolhas dos ofertantes de

Para a teoria neoclássica, a determinação da renda é concebida no mercado de trabalho, dado uma relação inversa entre salário e o nível de emprego. O trabalhador distribui seu tempo entre lazer e trabalho, conforme a satisfação causada pelo montante pago de salário. O salário de equilíbrio seria aquele em que as empresas demandam trabalhadores de acordo com sua produtividade. Em outras palavras, o encontro entre a oferta de trabalho pelos trabalhadores e a demanda de trabalho pelas empresas determina a quantidade ótima de emprego e, consequentemente, a produção nacional de equilíbrio.

Assim, para os neoclássicos o desemprego ocorreria quando houvesse pressão para elevar os salários. Em contrapartida, o efeito da redução dos salários redundaria em expansão do emprego. Porque ao diminuir os salários e, consequentemente, os custos, reduzir-se-iam também os preços, culminando em quantidade maior de vendas e de lucros, gerando aumento da demanda por mão de obra por parte das empresas. Portanto, essa trajetória de baixa dos salários e preços associada ao aumento do lucro e do emprego evoluiria até que se alcançasse o equilíbrio de pleno emprego (DILLARD, 1986).

Para que ocorra o equilíbrio, ou seja, para que seja determinado o salário real de equilíbrio no qual a mão de obra disposta a trabalhar encontre emprego, a flexibilidade do salário nominal é condição *sine qua non*. Os trabalhadores miram o salário nominal para que suas aspirações em relação ao salário real sejam atendidas. De outra forma, as variações nos salários reais abaixo do pretendido pelos trabalhadores os fariam recusar emprego, e o mecanismo para se chegar ao salário real seria variações na mesma direção entre o salário nominal e o real.

Por isso, mudanças institucionais e políticas que possam desvirtuar o mecanismo de ajuste do salário real no mercado de trabalho deveriam ser evitadas. As ações sindicais,

força de trabalho, que não aceitam o salário de acordo com a produtividade marginal que o seu trabalho adicional proporciona. (CUNHA, 2019).

a fixação de salário-mínimo e dos contratos de trabalho deveriam ser desencorajadas, uma vez que a consequência inevitável do fortalecimento destas políticas seria o aumento do desemprego, pois o salário estaria maior que aquele no qual as empresas estariam dispostas a demandar mão de obra (ARTHMAR, 2005; OCCIO, 1995). Assim, o *"único remédio duradouro para o desemprego constitui no reconhecimento, por parte dos trabalhadores, da necessidade de moderar suas aspirações salariais" (*ARTHMAR, 2005, p. 195).

As reformas trabalhistas adotadas nos vários países têm, como fundamento teórico, estas proposições. Assim, os movimentos pela desregulamentação das legislações trabalhistas e do mercado de trabalho nesta etapa de reestruturação da produção e de hegemonia do capitalismo desregulado buscam aumentar o nível de emprego e o crescimento econômico a partir, dentre outros fatores, da flexibilização das relações nos mercados de trabalho.

3. REFORMA TRABALHISTA NO BRASIL: ALGUNS ASPECTOS E RESULTADOS

Embora os países, sobretudo os desenvolvidos, tenham iniciado o processo de reformas desde a década de 1980, Machado (2017) argumenta que a discussão em torno da reforma trabalhista, no Brasil, teve seu amadurecimento a partir do Plano Real, instituído em 1994. A inserção do país no processo de globalização, na década de 1990, acendeu as discussões a respeito da necessidade de se reformar a legislação trabalhista do país. Ou seja, ajustá-la aos novos ditames das economias modernas que demandam maior eficácia econômica e aumento da produtividade diante da concorrência externa. Entretanto, somente em 2015, no contexto de crise econômica, que a reforma passou a ser pauta definitiva (MACHADO, 2017).

A reforma trabalhista implementada no Brasil em 2017, instrumentalizada pela Lei n° 13.467, modificou de forma estrutural a relação trabalho/capital construída no

Brasil a partir da CLT, em 1943, no período Vargas, e reafirmada pela proteção estabelecida pela Constituição Federal de 1988. Sob o argumento de que era necessário atualizar a legislação trabalhista vigente para gerar crescimento do emprego e da renda (MACHADO, 2017), a reforma aprovada estava, no entanto, atrelada à necessidade de adequar e modernizar a legislação trabalhista brasileira aos movimentos do capitalismo desregulamentado, ou seja, ao novo padrão de acumulação.

Desta maneira, alterou-se as relações entre empregado e empregador, concedendo maior poder a este. Além disso, a institucionalidade dos sindicatos e as organizações ligadas ao trabalho foi enfraquecida, debilitando sua capacidade de negociação coletiva.

Assim, a reforma buscou legalizar e estimular práticas já presentes no frágil mercado de trabalho brasileiro, com elevada informalidade e a presença considerável de flexibilidade nas relações de trabalho. Ou seja, tornar a remuneração variável e despadronização da jornada de trabalho medidas legais, de forma que a demanda de mão de obra pelas empresas possa ocorrer a baixos custos trabalhistas (KREIN e COLOMBI, 2019).

Conforme Krein (2018), dentre a mudanças ocorridas com a reforma (Quadro 1), destaca-se a legalização do contrato temporário e parcial; a adoção do contrato de trabalho intermitente, possibilitando ao empregador contratar trabalhadores por menores jornadas de trabalho; além da redução dos gastos relacionados às indenizações trabalhistas, o que facilita a demissão dos trabalhadores. Ademais, a jornada de trabalho foi alterada devido a um conjunto de medidas, tais como aumento de banco de horas e a extensão da jornada 12x36 a todas as modalidades de trabalho.

Quado 1 - Principais mudanças da Reforma Trabalhista

Eixo: Flexibilidade nas modalidades de Contratação	1) Liberalização da Terceirização[4] 2) Novas modalidades de Contratação: ampliação do contrato temporário, parcial e intermitente 3) Facilidade para demitir 4) Estímulo à contratação como autônomo e Pessoa Jurídica 5) Redução dos gastos com a demissão
Eixo: Despadronização da Jornada	1) Flexibilidade da jornada: constituição de banco de horas etc. 2) Extensão para todos os setores da jornada 12x36 3) Não pagamento das horas *in itinere*
Eixo: Remuneração Variável	1) Remuneração variável 2) Redução dos salários por meio da negociação coletiva 3) Pagamento como não salário 4) Parcelamento dos pagamentos

Fonte: Krein (2018). Adaptado.

Tais medidas pretenderam flexibilizar a jornada de trabalho para além daquilo que seria determinado em negociações coletivas. Assim, diferentemente dos anos anteriores, em que houve um aumento de postos de trabalho com jornada padrão, a reforma abriu possibilidades para que jornadas maiores ou menores pudessem ser realizadas (CARVALHO, 2017).

No que se refere ao valor do salário, passou-se a considerar o negociado sobre o legislado. Nesse sentido, permitiu-se que a negociação entre trabalhador e empregador se sobressaia em relação à negociação coletiva, o que possibilitou a queda nos salários. Isto

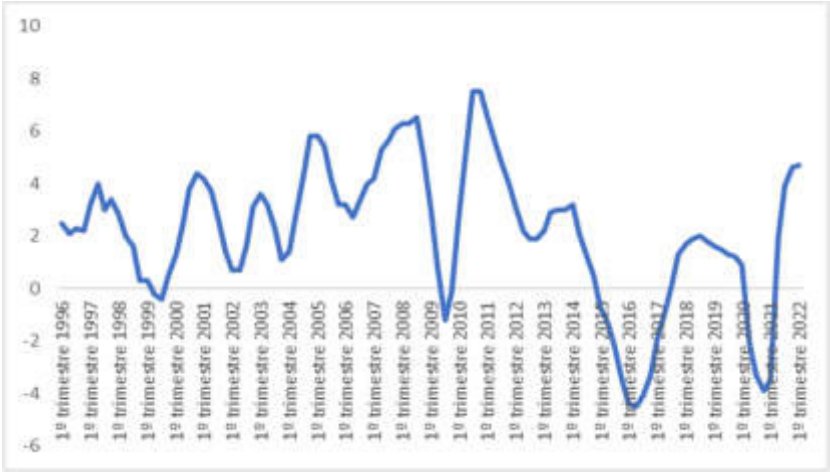
[4] A Lei nº 13.439, de 31 de março de 2017, regularizou a terceirização no país.

abriu espaço para pagamento de bonificações em detrimento do salário fixo, e abriu margem para que a remuneração seja paga conforme o desempenho individual (KREIN, 2018). Além disso, o enfraquecimento dos sindicatos, tornando facultativa as contribuições sindicais, solapou a capacidade de ação destas instituições. Assim, a remuneração tende a se tornar variável, de acordo à arbitrariedade do empregador.

Transcorridos cinco anos desde a aprovação da reforma trabalhista, sob o argumento de que ela era necessária para reabilitar o crescimento econômico e reduzir o desemprego, é possível avaliar alguns resultados no que tange à produção e à redução do desemprego.

Assim, em relação ao comportamento do PIB, o período compreendido entre 2015 e os dois primeiros trimestres de 2017 foi caracterizado por forte redução das taxas de crescimento da produção (taxas negativas) devido à crise política e econômica do período, numa tendência de desaceleração da atividade econômica que se apresentava desde 2011. A reforma trabalhista, realizada no ano de 2017, não foi capaz de reverter a tendência de baixo crescimento que se apresentava, conforme demonstrado no gráfico 1.

Gráfico 1 - PIB - Taxas Acumuladas (% trimestral)



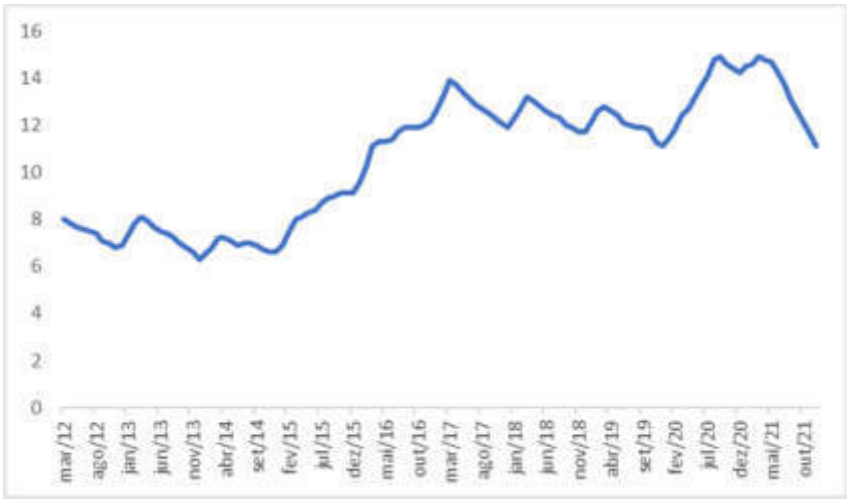
Fonte: IBGE

Embora após a reforma as taxas de crescimento tenham se tornado positivas - culminando no fim da recessão - isto está associado à reversão da tendência de queda que já ocorria desde 2016. O crescimento positivo em 2017, 1,3%; em 2018, 1,8%; e em 2019, 1,2% não corrobora o argumento utilizado para justificar a reforma trabalhista, uma vez que o crescimento se deu a baixas taxas. Houve, a partir disso, estabilidade com baixo crescimento. A eclosão da pandemia devido à COVID-19 paralisou a produção, por isso, o PIB em 2020 reduziu 3,9%. O crescimento de 4,6%, após o retorno das atividades, não parece estar associado à reforma trabalhista, mas, sim, com os efeitos contracíclicos das medidas macroeconômicas tomadas pelo governo (DE PAULA, 2021). Desta forma, a reforma não logrou crescimento sustentado conforme prognosticado.

No que se refere ao desemprego, não houve redução expressiva após a implementação da reforma. Contrariamente ao argumento da redução da taxa de desemprego, no período pós-crise de 2016 as taxas permaneceram elevadas. Em 2017, o percentual de pessoas desocupadas atingiu 11,9%; 11,7% em 2018 e 11,1% em 2019. Apesar de ter havido uma pequena redução, esta se mostrou lenta, com desemprego elevado e persistente e ainda bastante distante do patamar de 2014, 6,6%. A pandemia elevou de forma repentina o desemprego, mas após o retorno das atividades produtivas, essa realidade pouco se alterou. Embora as taxas estejam caindo lentamente, permaneceram em alto patamar, 11,1% em 2021. Além disso, as taxas de subutilização e informalidade permaneceram altas (KREIN e COLOMBI, 2019)

Desta maneira, conclui-se que a reforma trabalhista não surtiu efeito positivo sobre o nível de emprego, conforme se propagava, pois o desemprego se estabilizou em altos patamares, como se verifica no gráfico 2.

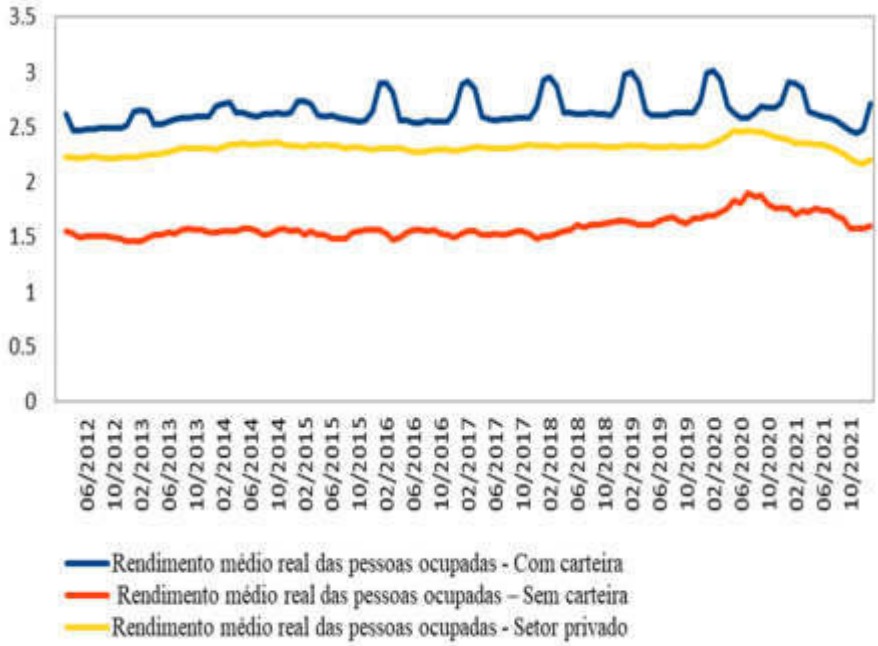
Gráfico 2 - Taxa de Desocupação (% mensal)



Fonte: IPEADATA

Por fim, a reforma trabalhista também não empreendeu grandes efeitos sobre o rendimento médio dos trabalhadores. O rendimento médio habitual das pessoas ocupadas com carteira assinada atingiu R$2.607, em 2017, e RS2.386, em 2021. Ou seja, nos primeiros anos da reforma trabalhista houve uma tendência de queda do rendimento médio real do trabalhador com carteira assinada, queda esta potencializada pela pandemia. Por outro lado, em relação aos trabalhadores informais, o rendimento médio habitual correspondia a R$1.480 em dezembro de 2017, chegando ao patamar de R$1.575 em dezembro de 2021. Ainda que tenha apresentado elevação nos primeiros anos pós-reforma, houve pequena variação. Além disso, uma característica da reforma trabalhista foi aumentar o número de empregados na informalidade, além de criar maior rotatividade nos empregos de carteira assinada (KREIN, 2018). Por fim, o rendimento médio habitual dos trabalhadores do setor privado em geral foi de R$2.327,02 em dezembro de 2017, passando a R$2.171,01 em 2021, evidenciando queda na renda do trabalho durante o período, conforme gráfico 3.

Gráfico 3 - Rendimento Médio Real Habitual das Pessoas Ocupadas



Fonte: Banco Central do Brasil

Pode-se concluir, a partir dos dados acima, que os efeitos da reforma trabalhista sobre o crescimento do produto, emprego e rendimento médio foram limitados. Os resultados evidenciam a pouca eficácia da reforma e suas medidas de flexibilização do mercado de trabalho e dos salários na redução do desemprego e no crescimento econômico. Em outras palavras, o argumento neoclássico de que é necessário a flexibilização dos mercados de trabalho e, portanto, dos salários não se verificaram na realidade.

4. CRÍTICA À TEORIA NEOCLÁSSICA E DETERMINAÇÃO DO PRODUTO, EMPREGO E SALÁRIO EM KEYNES

Diante da exposição da seção anterior, os resultados da reforma trabalhista - fundamentada nos postulados neoclássicos - se mostraram pouco efetivos. Nesta seção, será apresentada a determinação da renda e do emprego em Keynes, bem como o equívoco em determinar o nível de produto por meio do mercado de trabalho e dos salários nominais.

Desta forma, os argumentos de Keynes (1983) em torno da flexibilidade dos salários apresentados na Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda (TG), de 1936, se contrapõem frontalmente à determinação do emprego apresentada pela teoria neoclássica, cujos fundamentos se assentavam nos pressupostos de que o salário é igual ao produto marginal do trabalho e a utilidade marginal do salário é igual à desutilidade marginal quando empregada determinada quantidade de trabalho.

Na teoria neoclássica, como já mencionado, o nível de produto é determinado no mercado de trabalho pelo nível de emprego, devido aos demais fatores de produção, capital e tecnologia, serem fixos. Assim, o salário real é a variável de ajuste. Este, igual ao produto marginal, expressa o ponto de equilíbrio em que as empresas demandam mão de obra. Keynes aceita o primeiro postulado e, desta maneira, a curva de demanda explica o salário em função da produtividade marginal do trabalho com determinado nível de emprego, sendo este determinado pela demanda efetiva (OCCIO, 1995).

Sua desaprovação cabal, no entanto, incide sobre a curva de oferta de mão de obra presente na teoria neoclássica, que se fundamentava no postulado de que a utilidade do salário é igual à desutilidade marginal do trabalho. Para Keynes (1983), o postulado só é possível com a existência de desemprego friccional e voluntário, pois esses dois tipos de desemprego são temporários e não impedem que a economia convirja ao pleno emprego de fatores e ao equilíbrio.

O postulado acima contrariava sobremaneira a realidade das economias monetárias no período da crise de 1929. A crise por que passavam os países desenvolvidos evidenciava alto nível de desemprego que a teoria vigente não conseguia explicar. Naquela situação os trabalhadores buscavam emprego, porém, não encontravam, permanecendo desempregados. Keynes o denominou de desemprego involuntário, apontando a falta de contato entre a realidade e a teoria hegemônica. Por esta razão, sua crítica recaiu sobre a determinação dos salários, cuja variável era fundamental para o equilíbrio no modelo neoclássico.

O primeiro argumento de Keynes (1983) contrário à explicação do comportamento dos trabalhadores em relação aos salários reais é que o aumento do custo de vida, devido ao aumento do preço dos bens, ou seja, uma queda do salário real, não levaria ao equilíbrio proposto. Isto porque o movimento dos preços, natural em economias monetárias, não implicaria necessariamente na recusa dos trabalhadores em aceitar emprego e, portanto, não os tirariam do mercado de trabalho. Na determinação dos seus salários os trabalhadores apontam para o salário nominal, que permanece estável. Portanto, embora o salário nominal fosse rígido – em razão da resistência dos trabalhadores via sindicatos e demais organizações trabalhistas, e a natureza dos contratos salariais diferidos no tempo – o salário real tinha maior grau de oscilação devido ao aumento dos preços dos bens salários (KEYNES, 1983).

A outra crítica que Keynes (1983) considera fundamental se refere ao argumento de que os salários reais dependem da barganha entre empregador e empregado, ou seja, na existência de relação simétrica entre ambos. De acordo com essa premissa, por meio da flutuação do salário nominal os trabalhadores definem o salário real adequado convergente com suas aspirações, ou seja, igual à desutilidade marginal do trabalho, uma vez que o salário nominal e o real oscilam na mesma direção.

Entretanto, para Keynes (1983) o salário nominal caminha em sentido inverso ao salário real. Além disso, os trabalhadores reúnem-se em grupos para proteger seus salários relativos, não o nível geral de salários, como advogado pela teoria neoclássica. Desta

forma, não se aplica o argumento de que os trabalhadores, de forma geral, igualam a desutilidade marginal do trabalho ao salário real. Assim, os níveis de emprego e de salário são determinados de outra forma.

Na determinação apresentada por Keynes muda-se a causalidade entre emprego e salário. No seu entendimento, o nível de emprego é o fator que determina o nível de salário real. O salário real não depende apenas dos salários nominais, mas também da cesta de bens salários, que por sua vez depende do preço unitário variável e da produtividade desses fatores. Considerando que a força de trabalho é o único fator variável, o preço está em função da taxa de salário nominal e da produtividade do trabalho. Estes, por sua vez, dependem do nível de demanda efetiva (AMADEO, 1986).

Nessa perspectiva, a demanda tem importância fundamental na definição do volume de emprego e no nível de salários. Keynes (1983) destaca que o volume de emprego depende do nível de receita que os empresários esperam receber por sua produção, o que é determinado pelo ponto de intersecção da função de demanda agregada e da função de oferta agregada. A primeira função está relacionada com a receita que os empresários esperam receber ao empregar determinada quantidade de trabalho; e a segunda com os custos de produção que eles esperam despender ao contratar determinada quantidade de trabalhadores (KEYNES, 1983). Deste modo, a demanda efetiva é o ponto que maximiza essas duas funções e representa a renda necessária para gerar determinado volume de emprego, sendo composta por duas variáveis: o consumo e o investimento.

No que se refere ao consumo, sua relação com a renda e o nível de emprego é determinada pela propensão a consumir. O consumo da sociedade aumenta à medida que a renda aumenta, mas em proporção menor. A propensão a consumir das economias é estável, assim, à medida que a renda aumenta, maior a necessidade de investimentos para ocupar a lacuna entre consumo e a renda (KEYNES, 1983). Por outro lado, o investimento depende da expectativa dos empresários em relação aos rendimentos futuros. Por esse motivo, é a variável responsável pelas maiores oscilações da demanda efetiva e, portanto, da renda e do emprego.

As inversões realizadas pelos empresários ocorrem e dependem do cálculo da antecipação dos rendimentos futuros, a eficiência marginal do capital, e do nível da taxa de juros. Desta forma, a dinâmica da produção depende do comportamento da demanda, precisamente do comportamento dos fatores que afetam o consumo e o investimento, a saber: propensão a consumir, da eficiência marginal do capital e da taxa de juros (KEYNES, 1983). Portanto, a quantidade de mão de obra demandada pelos empresários depende da demanda esperada pelo seu produto.

5. FLEXIBILIDADE DOS SALÁRIOS E DEMANDA EFETIVA

Dado que a determinação da renda na teoria desenvolvida por Keynes está relacionada a três variáveis fundamentais, quais seriam os efeitos de uma flexibilização dos salários nas principais variáveis que determinam o emprego na teoria da demanda efetiva? Esta seção busca refletir o papel de um salário nominal flexível, como apregoado pela reforma trabalhista, na determinação do produto e do emprego na teoria desenvolvida por Keynes.

Conforme analisado na seção anterior, no caso de previsão de aumento de renda os empresários aumentam as inversões e, nesse caso, a demanda efetiva se expande. Esta expansão culmina em maior volume de emprego e maior nível de salários. Por essa razão, Keynes (1983) argumenta que a redução do salário nominal apenas afetaria positivamente a demanda efetiva se afetasse os três elementos fundamentais na determinação do volume de emprego e do nível de salário: a propensão a consumir, a eficiência marginal do capital e a taxa de juros.

Nesse sentido, o efeito de uma redução do salário nominal é a provável queda na propensão a consumir, uma vez que a redução dos salários nominais tem como efeito a redução dos preços e a redistribuição da renda, devido à redistribuição da renda dos assalariados a outros grupos. A consequência é o desvio do consumo dos grupos com alta propensão a consumir aos grupos com baixa propensão a despender sua renda com

consumo. Portanto, o efeito é a redução da demanda efetiva por meio da queda na propensão a consumir (KEYNES, 1983; DILLARD, 1986).

Em relação à eficácia marginal do capital, caso houvesse redução definitiva nos salários nominais, de forma que as expectativas em relação aos salários nominais no futuro fossem de elevação, haveria efeito positivo sobre a eficiência marginal do capital (KEYNES, 1983). Ou seja, a redução dos custos no presente sem perspectiva de redução posterior estimularia os empresários a investirem em máquinas e equipamentos de produção, aumentando a demanda efetiva (DILLARD, 1986). Por outro lado, a perspectiva de novas reduções no salário nominal reduziria a eficiência marginal do capital, desestimulando os empresários a realizarem novos investimentos, pois postergariam novas inversões para períodos em que os salários estivessem ainda mais baixos, uma vez que salário é consumo (KEYNES, 1983; SICSU, 1999).

Entretanto, os salários em economias monetárias de produção são rígidos e dificilmente seriam reduzidos de forma definitiva em sistemas políticos democráticos. Dessa forma, o efeito positivo de reduções dos salários nominais sobre a eficiência marginal de capital e, portanto, sobre a demanda efetiva, o volume de emprego e o nível de salários seria bastante questionável (KEYNES, 1983; SICSU, 1999).

Por fim, dentre as variáveis analisadas o efeito sobre a taxa de juros é mais favorável ao aumento do emprego (DILLARD, 1986). O efeito dos salários nominais equivaleria à política monetária expansionista, uma vez que reduções dos salários monetários e, portanto, dos preços acarretaria a redução da procura por moeda para transacionar, diminuindo a preferência pela liquidez, culminando na redução das taxas de juros, o que seria benéfico para a ampliação dos investimentos (KEYNES, 1983).

Entretanto, se há expectativa de elevação dos salários, o efeito na demanda efetiva será menor. Da mesma forma, as manifestações contrárias dos trabalhadores à redução dos salários podem elevar a desconfiança no plano político devido ao descontentamento popular, culminando no aumento dos salários e, portanto, na maior preferência pela liquidez, anulando o efeito anterior (KEYNES, 1983).

Apesar de existir a possibilidade de redução da taxa de juros via queda nos salários e nos preços, elevando o investimento e o emprego, há entraves – como a redução de todas as categorias salariais da mesma forma - que dificultariam a expansão da demanda efetiva por essa via. Nesse sentido, entre uma política de salários flexíveis e uma política monetária expansionista, a segunda cumpriria melhor o propósito de aumentar o emprego (KEYNES, 1983, SICSU, 1999).

Além das dificuldades referentes aos determinantes da demanda efetiva, a rigidez do salário nominal é uma característica imanente das economias modernas liberais, de forma que salários nominais flexíveis somente são possíveis em sociedades autoritárias, por meio de imposições (KEYNES, 1983). Nesse sentido, a rigidez nos salários é uma criação racional dos agentes, desejável pela ótica macroeconômica, e as sociedades capitalistas criam instituições que diminuem a flexibilidade devido às instabilidades e incertezas decorrentes do próprio sistema (AMADEO, 1988).

Portanto, a redução do salário nominal teria pouco efeito sobre a criação de emprego e, consequentemente, sobre o nível de salários. Ou seja, a flexibilização do mercado de trabalho com vistas a flexibilizar - ou reduzir - os salários têm pouco efeito sobre o crescimento da renda e sobre o desemprego pelos motivos discutidos acima, e tem pouca efetividade sobre as variáveis que determinam o emprego, além de provocar incertezas e instabilidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou refletir sobre a flexibilidade do mercado de trabalho e dos salários nominais para alcançar crescimento econômico e aumentar o nível de emprego, como pretendida pela reforma trabalhista. A flexibilização dos salários pretendida pela reforma trabalhista, pela perspectiva de Keynes, pouco efeito terá sobre o nível de

emprego e renda. Isto porque o salário nominal ou real não determina o nível de emprego, pelo contrário, o nível de emprego determina o nível de salários.

Conforme analisado, uma redução do salário nominal sobre a demanda efetiva - consumo e o investimento - e, portanto, sobre a propensão a consumir, a eficiência marginal do capital e a taxa de juros pouco efeito teria sobre crescimento do nível de emprego e da renda. Nesse sentido, a ação do Estado, a partir das políticas econômicas, deve influir nas principais variáveis que determinam o emprego, uma vez que a convergência ao pleno emprego encontra empecilhos devido ao modo de operação do próprio sistema. Ou seja, devido à instabilidade inerente associada principalmente à eficiência marginal do capital, variável responsável pelas maiores oscilações do emprego, e não na flexibilidade do mercado de trabalho.

Além disso, na visão de Keynes a rigidez salarial é importante para manutenção da demanda agregada, ao determinar patamares menos voláteis de demanda, e argumenta que economias democráticas impõem barreiras à oscilação dos salários. Em economias com regimes políticos democráticos os salários monetários são rígidos devido a razões histórico institucionais. Essas rigidezes seriam benéficas para evitar grandes movimentos de demanda e oferecer estabilidade ao sistema econômico, além de conter os conflitos políticos.

Portanto, o resultado apresentado em termos de crescimento do emprego e renda após a reforma trabalhista está consonante com a crítica realizada por Keynes. Isto porque reformas trabalhistas que visam flexibilizar e reduzir salário teriam poucos efeitos sobre a demanda agregada e, portanto, sobre a renda e o emprego.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADEO, E. **Salários Reais e Desemprego: Uma Nota Sobre Causalidade.** Ensaios FEE, Porto Alegre, n 7(2), p. 133-142, 1986.

AMADEO, E. **As Diferentes Facetas da Rigidez e Flexibilidade dos Salários na Análise Keynesiana.** Brazil Journal of Political Economy, v. 8, nº 1, jan-mar. 1988

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Editora Boitempo, 2009.

ARTHMAR, R. **Flutuações, Emprego e Tradição Clássica em Pigou**. Revista Economia. Brasília (DF), v.6, n.2, p. 357–390, Jul./Dez. 2005

ARTHMAR, R. **Pigou e a Revolução Keynesiana**. Revista Economia e Sociedade, Campinas. v. 14, n. 2 (25), p. 193-213, jul./dez. 2005.

BASTOS, P. Z. **Macroeconomia e mercado de trabalho: as principais teorias e o mercado de trabalho contemporâneo**. Revista Ciências do Trabalho, nº 7, abr/2017.

CARVALHO, S. **Uma Visão Geral da Reforma Trabalhista**. Boletim Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise, Brasília-DF, n. 63, p. 81-92, 2017.

CUNHA, S. F. **Dois Mundos Entrelaçados: produtividade do trabalho e valorização financeira**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Rural (EDUR), 2019.

DE PAULA. F. L. **A Crise do Coronavírus e as Políticas Contracíclicas no Brasil: uma avaliação**. IE-UFRJ, Texto Para Discussão, TD-016, 2021.

DILLARD, D. **A Teoria Econômica de John Maynard Keynes: teoria de uma economia monetária**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 5ª edição, 1986.

HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos: o breve século XX -1914 - 1991**. São Paulo: Editora: Companhia das Letras, 2008.

KEYNES, J. M. **Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KREIN, J. D. O **Desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 30, n. 1, 2018.

KREIN, J. D.; COMLOMBI, A. P. **A Reforma Trabalhista em Foco: desconstrução da proteção social em tempos de neoliberalismo autoritário**. Revista Educação Social, Campinas, v.40, 2019.

MACHADO, S. **A Reforma Trabalhista no Brasil a partir de uma perspectiva comparada das reformas na União Europeia**. Revista do Tribunal Superior do Trabalho, v. 83, nº. 3, jul/set - 2017.

OCIO, Domingo. **O Emprego na Teoria Econômica.** Núcleo de Pesquisas e Publicações (NPP), Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, n 11, p.1-54, 1995.

SANTOS, L. A.; GIMENEZ, M. D. Desenvolvimento, competitividade e Reforma Trabalhista. In: KREIN, D. J.; GIMENEZ, M. D.; SANTOS, L. A. (Org.). **Dimensões Críticas da Reforma Trabalhista no Brasil.** Campinas: Editora Curt Nimuendajú, 2018.

SICSU, J. **Keynes e os Novos-Keynesianos**. Revista de Economia Política, v. 19, nº 2 (74), abr-jun, 1999.

TEIXEIRA, A. M.; MISSIO, F. J. **O "novo" consenso macroeconômico e alguns insights da crítica heterodoxa**. Revista Economia e Sociedade, Campinas, v. 20, n. 2, p. 273-297, ago/2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

A navegação a vapor no Amazonas: um breve histórico da atuação da Companhia Fluvial do Alto Amazonas (1867 a 1874)

Roberta Kelly Lima de Brito

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

A navegação a vapor no Amazonas: um breve histórico da atuação da Companhia Fluvial do Alto Amazonas (1867 a 1874)

Steam navigation in the Amazon: a brief history of the activities of the Companhia Fluvial do Alto Amazonas (1867 to 1874)

Roberta Kelly Lima de Brito [1]

Resumo:

A navegação a vapor na Amazônia foi introduzida na segunda metade do século XIX, pela Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, que operava linhas no rio Amazonas, entre as províncias do Amazonas e Pará, chegando até Nauta, no Peru. Na década de 1860, diante de mudanças políticas (abertura do rio Amazonas à navegação estrangeira) e econômicas (exploração da economia da borracha) ocorreram discursos e esforços para a navegação de outros grandes rios da província do Amazonas: o Madeira, Purus e Negro. Neste contexto, foi criada a Companhia Fluvial do Alto Amazonas, sob incumbência de Alexandre Paulo de Brito Amorim, que passou a atuar na região entre 1869 e 1874. Este artigo dedica-se a reconstituir um breve histórico desta empresa, a fim de ressaltar a importância de sua atuação para a expansão da navegação a vapor na região.

Palavras-chave: Companhia Fluvial do Alto Amazonas, Amazonas, rio Madeira, rio Purus, rio Negro

[1] Mestre em História Social, pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (PPGH-UFAM), e Doutoranda em Desenvolvimento Econômico no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-UNICAMP).

A navegação a vapor no Amazonas: um breve histórico da atuação da Companhia Fluvial do Alto Amazonas (1867 a 1874)

Abstract:

Steam navigation in the Amazon was introduced in the second half of the 19th century by the Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, which operated lines on the Amazon River, between the provinces of Amazonas and Pará, reaching Nauta, Peru. In the 1860s, faced with political changes (opening of the Amazon River to foreign navigation) and economic (exploration of the rubber economy) there were speeches and efforts for the navigation of other large rivers of the province of Amazonas: Madeira, Purus and Negro. In this context, the Companhia Fluvial do Alto Amazonas was created, under the responsibility of Alexandre Paulo de Brito Amorim, who began to operate in the region between 1869 and 1874. This article is dedicated to reconstructing a brief history of this company, to highlight the importance of its performance for the expansion of steam navigation in the region.

Key words: Companhia Fluvial do Alto Amazonas, Amazonas province, Madeira river, Purus river, Negro river

A navegação a vapor no Amazonas: um breve histórico da atuação da Companhia Fluvial do Alto Amazonas (1867 a 1874)

***

Introdução

Em 1848, o presidente da província do Pará do Amazonas, João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, em seu relatório sobre o estado da província do Amazonas, ressaltava a navegação pelo principal rio, o Amazonas, realizado por 40 a 50 barcos e canoas de porte e mais de 2000 canoas, que transportavam passageiros e cargas entre diferentes províncias e para outros países como o Pará, Mato Grosso, Bolívia, Equador, Venezuela etc. Para além disso, também mencionava a necessidade de explorar os diferentes rios, abrindo novas comunicações, principalmente empregando-se o vapor. (Amazonas, 1848)

O tema da navegação a vapor na Amazônia esteve presente nos debates e discussões do legislativo e executivo e suscitou diferentes propostas durante a primeira metade do século XIX. Conforme Vitor Marcos Gregório (2009), as diferentes autoridades defendiam que esta modernização do transporte fluvial poderia acelerar o transporte de mercadorias e passageiros, auxiliar na comunicação com lugares distantes, multiplicar as possibilidades de negócios. Também era esperado, conforme Arthur Cézar Ferreira Reis (1989) que a introdução dos barcos a vapor contribuísse para garantir a presença brasileira nas fronteiras de uma Amazônia recém incorporada (1823) a um Império recém instaurado (1822). Assim, almejava-se que a navegação a vapor atendesse a uma dupla expectativa: desenvolver a economia e assegurar objetivos políticos pensados para a região.

Apesar de debates e projetos ainda na primeira metade do século XIX, a navegação a vapor na Amazônia só foi concretizada na segunda metade deste século. Essa incumbência foi dada a Irineu Evangelista de Souza (o Barão e, depois, Visconde de Mauá) que organizou a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, em 1852, com capitais nacionais, subsidiada pelo governo central e um monopólio de 30

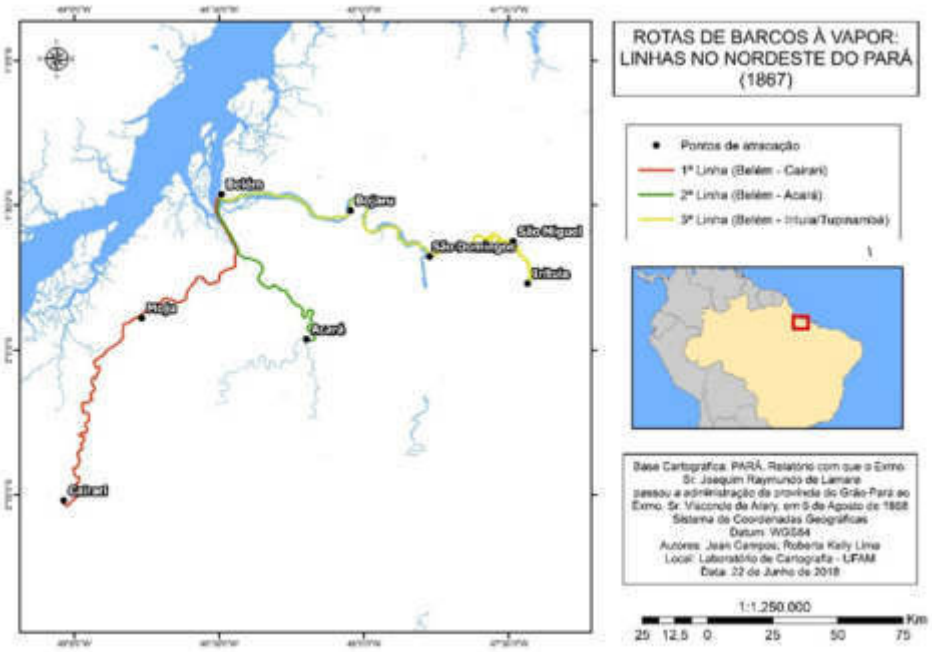
anos. No ano seguinte a empresa começou a operar nas províncias do Amazonas e Pará chegando, inclusive, até Nauta, no Peru. (Brito, 2018)

Em 1854, o monopólio de navegação foi resgatado, contudo, a efetiva concorrência só veio a partir de 1867, quando duas companhias de navegação a vapor locais foram autorizadas a realizar os serviços na região. Ainda em 1867, foi efetivada a abertura do rio Amazonas e outros rios à navegação estrangeira, que havia sido autorizada por meio do Decreto n. 3.749, de 7 de dezembro de 1866. Este fato poderia ter representado um receio por parte de Mauá, contudo, ele encarou com otimismo tal abertura e considerou que seria o início de uma era de prosperidade. (Brito, 2018)

Para além desta mudança política, que abria a navegação do rio Amazonas, é importante mencionar que a Amazônia, na década de 1850, conforme Rinaldo Ribeiro Moraes, foi inserida em "uma nova configuração produtiva, com destaque para a corrida dos seringais" (2007, p. 35-38), mas a exploração da borracha estava circunscrita ao entorno de Belém. Barbara Weinstein (1993, p. 71), por sua vez, destaca que foi na década de 1860 que a penetração em novas zonas produtoras deste gênero, como a província do Amazonas, ganhou maior atenção por parte das casas aviadoras, em razão da sua crescente demanda no mercado mundial.

Dado este contexto de mudança política e econômica e maior defesa do aumento da navegação a vapor na região, em 1867, a Companhia Fluvial Paraense passou a operar na província do Pará, sob a direção de João Augusto Corrêa, subvencionada pelos cofres provinciais em três linhas: a 1ª, de Belém a Moju e Cairari; a 2ª, de Belém a Acará; e, a 3ª, de Belém a Bojarú, S. Domingos, S. Miguel, Irituia e Tupinambá. (Brito, 2018).

Figura 1 – Trajeto das 3 linhas de navegação da Companhia Fluvial Paraense, no Pará (1867)



Fonte: Brito, 2018, p. 88

Além da Companhia Fluvial Paraense, também foi contratada a Companhia Fluvial do Alto Amazonas, que deveria realizar a navegação a vapor na província do Amazonas, nos rios Madeira, Purus e Negro, inclusive operando linhas para outros lugares. Roberto Santos (1980), ressalta a intensificação da demanda pela navegação a vapor a tal ponto que não foi possível à Companhia do Amazonas continuar a realizá-la sozinha, neste contexto foram criadas as companhias Fluvial Paraense e do Alto Amazonas. Bárbara Weinstein (1993, p. 82) conclui que a criação destas companhias ocorreu para "suplementar a frota de Mauá numa época em que as exportações e os preços da borracha subiam sem precedentes".

Figura 2 – Principais rios da bacia Amazônica com indicação dos rios Madeira, Purus e Negro

Fonte: https://arvoreagua.org/biomas/amazonia/rio-amazonas. (adaptado) Acesso em: 10/07/2022

A Companhia Fluvial do Alto Amazonas é objeto deste artigo, parte de uma pesquisa em andamento sobre a navegação na Amazônia, e busca reconstituir um breve histórico sobre sua atuação na região, dada a ausência de estudos aprofundados e exclusivos sobre ela. Para isto, são utilizados aqui a bibliografia, relatórios da província do Amazonas e do Ministério da Agricultura, a coleção de leis do império brasileiro e da província do Amazonas.

Breve histórico da atuação da Companhia Fluvial do Alto Amazonas

Em 1865, por meio da *Lei n. 1.245 de 28 de junho de 1865*, o governo brasileiro foi autorizado a subvencionar uma empresa que estabelecesse uma linha entre Manaus (capital da província do Amazonas) e Crato (povoação localizada à margem do rio Madeira), com uma quantia de 96:000$000. Para operar esta linha no rio Madeira, lançaram propostas a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, que já

atuava na região com diversas linhas, e Alexandre Paulo de Brito Amorim[2]. (Brasil, 1865 Brasil, 1867)

A Companhia do Amazonas propôs criar uma linha de Óbidos a Crato, chegando até Belém, recebendo a subvenção de 60:000$000 dos cofres paraenses e 60:000$000 dos cofres imperiais. Amorim, por sua vez, se dispôs a estabelecer três linhas de navegação: a 1ª, de Manaus a Santo Antônio, tocando Crato (rio Madeira); a 2ª, de Manaus a Hyuatanahan (rio Purus); 3ª, Manaus a Santa Isabel (rio Negro). Para isso, receberia o total autorizado pela *Lei n. 1.245*. (Brasil, 1867)

Em 1866, Antônio Epaminondas de Mello, presidente da província do Amazonas, ressaltava a importância da navegação a vapor não só no rio Amazonas, mas nos rios Negro, Madeira e Purus. Dizia ser ele "condição absolutamente indispensável, que não se pode substituir, para a prosperidade e desenvolvimento da Província" (Amazonas, 1866, p. 314). Em setembro deste mesmo ano, o vice-presidente do Amazonas, Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, em seu relatório que abriu a Assembleia Legislativa, destacou:

> Se os resultados obtidos pela navegação a vapor de um único rio, o – Amazonas –, tem produzido tais vantagens, maiores serão estas quando a navegação a vapor se estender ao Madeira, Purus, Rio Negro e mais tarde ao Rio Branco: é sob este pensamento que submeto à vossa meditação a proposta de uma companhia de vapores, que promete preencher esse fim. Essa proposta é feita pelo negociante Alexandre Paulo de Brito Amorim. (Amazonas, 1866, p. 26)

Assim, a Assembleia Legislativa do Amazonas autorizou, por meio da *Lei n. 158, de 7 de outubro de 1866,* o presidente da província contratar com Alexandre Amorim, ou qualquer outro, a criação de uma companhia de navegação a vapor para navegar os rios Negro, Madeira e Purus. Esta lei estabelecia, ainda, que a companhia deveria ser brasileira, independentemente de onde procederia os capitais, ter uma duração de 25 anos, com diretoria em Manaus, de onde deveriam partir os vapores. A

[2] Alexandre Paulo de Brito Amorim era Cônsul de Portugal no Brasil e "dedicava-se às atividades "industriais" e comerciais" em Manaus. Ele criou a firma Amorim & Irmão e estava envolvido em empresas como serraria a vapor, navegação a vapor, construção urbana etc. Ele foi um dos primeiros da Associação do Comércio do Amazonas (ACA). Cf. SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. Os fios de Ariadne: fortuna e hierarquias sociais na Amazônia, século XIX. 2. Ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014, p. 151-152 ehttp://www.aca.org.br/conheca-aca/historico/. Consultado em 04/07/2022.

subvenção dada à companhia adviria do imposto de 3% sobre o valor dos gêneros exportados. Os vapores, tripulação e escritórios estariam isentos de todos os impostos provinciais. (Amazonas, 1866)

Diante destes discursos e ações de urgência, o governo brasileiro aprovou as cláusulas do contrato com Alexandre Amorim para a navegação dos rios Negro, Madeira e Purus, que venceu a concorrência contra a já consolidada Companhia do Amazonas, do Barão de Mauá. O *Decreto n. 3.898, de 22 de junho de 1867,* estabeleceu que Amorim deveria organizar a companhia num prazo de dez meses, em forma de sociedade anônima, com capital de 800:000$000. Para isso, receberia a subvenção anual de 96:000$000 dos cofres imperiais, além da subvenção da província do Amazonas. (Brasil, 1867)

Esta companhia deveria iniciar os serviços seis meses após a aprovação dos estatutos, podendo haver uma prorrogação de mais seis meses mediante multa. As linhas de navegação seriam: 1ª, de Manaus à Santo Antônio (rio Madeira); 2ª de Manaus à Hyutanahan (rio Purus); e a 3ª, de Manaus à Santa Isabel (rio Negro). Após a primeira viagem redonda de cada uma destas linhas, a presidência do Amazonas, em acordo com a companhia, poderia designar os pontos de escala e solicitar autorização do Ministério da Agricultura. Também ficou estabelecido que a empresa já iniciaria os serviços realizando 12 viagens redondas nos rios Madeira e Purus e, no ano seguinte, passaria a realizar seis viagens redondas na linha do rio Negro. (Brasil, 1867)

Assim, em 1868, a empresa comandada por Amorim já deveria estar em funcionamento, contudo, a autorização para sua incorporação e a aprovação de seus estatutos só ocorreu em 1869. Sobre as dificuldades para organizar a empresa, o presidente do Amazonas, João Wilkens de Mattos, pontuou:

> É inegável a perseverança que tem tudo o empresário Amorim para desempenhar seus contratos. A quadra não podia ser menos favorável a uma empresa que dependia de transações na Inglaterra. A baixa do câmbio aumentou-lhes as dificuldades, ele, porém, vai vencendo-as e vem abrir concurso as imensas fontes de riqueza, que por aí se acham estagnadas. A província bem depressa reconhecerá o impulso que a sua indústria e o seu comércio vão receber dessa empresa. É digno de louvores o inteligente empresário, o sr. Alexandre Paulo de Brito Amorim". (Amazonas, 1869, p. 52)

Foi por meio do *Decreto n. 4.374.* Desta maneira, ficou estabelecido que a companhia seria denominada Companhia Fluvial do Alto Amazonas, com duração de 20 anos e com sede da gerência na cidade de Manaus, nos termos da *Lei Provincial n. 158, de 7 de outubro de 1866*. Além disso, os estatutos também tratavam sobre questões administrativas como capital, ações, assembleias, fundos e dividendos etc. (Brasil, 1869)

Organizada a Companhia Fluvial do Alto Amazonas, em 1869, Amorim contratou uma 4ª linha de navegação, de Manaus a Belém, por meio da *Lei provincial n. 184, de 19 de maio.* Para iniciar os serviços, chegaram ao porto de Manaus os vapores ***Madeira e Purus***, em 6 de abril e 2 de dezembro, respectivamente, ambos com capacidade de lotação absoluta de 800 toneladas e movidos por máquinas de 180 cavalos. Ainda neste ano foram realizadas viagens de estudos e percebidas dificuldades no fornecimento de lenha no rio Purus. Além disso, também ficaram definidos os pontos de escala e os preços das passagens. Uma viagem completa, na 1ª linha, de Manaus a Santo Antônio (rio Madeira), custava 100$000, na subida, e 80$000, na descida. Na 2ª linha, de Manaus a Hyutanahan (rio Purus), a passagem custava 125$000, na subida, e 100$000, na descida. (Amazonas, 1869) Dentre as principais mercadorias transportadas, era cobrado:

Tabela 1 – Valor pago por cada medida de peso por milha:

Produto	Medida de peso	Preço (réis) por milha
Goma elástica	Por cada arroba	1,28
Cacau	Por cada arroba	1
Castanha	Por cada alqueire	1,12
Óleo de copaíba	Por cada canada	1,28
Salsaparrilha	Por cada arroba	1,23
Pirarucu	Por cada arroba	1

Fonte: Amazonas, 1869 (adaptado)

Segundo o relatório da província do Amazonas, em 1870, a Companhia Fluvial do Alto Amazonas passou a realizar as viagens entre Manaus e Belém (4ª linha) de

forma extraordinária e manteve a regularidade do contrato nas linhas 1 e 2. Desta maneira, ocorreu o seguinte movimento de passageiros e mercadorias:

Tabela 2 - valores arrecadados nas passagens e fretes nas 1ª, 2ª e 4ª linhas.

Linha	Valores arrecadados nas passagens	Valores arrecadas nos fretes
1ª: Manaus à Santo Antônio	4:590$093 (204 passageiros)	21:800$576
2ª Manaus à Hyutanahan	2:590$000 (147 passageiros)	6:179$155
4ª Manaus à Belém	4:018$332 (97 passageiros)	27:127$725
Total	11:198$425 (448 passageiros)	55:107$456

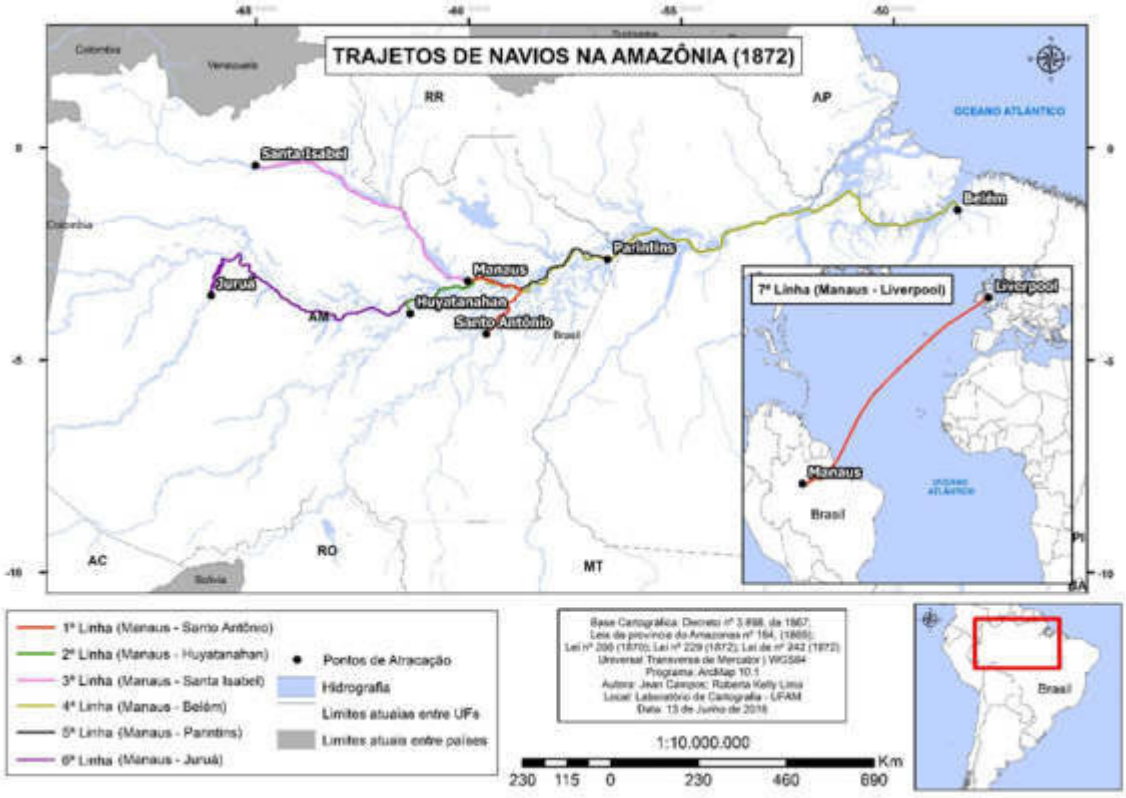
Fonte: Elaborado a partir de Amazonas, 1870.

Desse modo, a Companhia obteve nesse trimestre renda de 66:296$881 provenientes dos valores de fretes e passagens, o que indicou, segundo o presidente da província, João Wilkens de Mattos, "muito a seu favor". Ainda neste ano, o referido presidente noticiou a construção de mais dois, na Inglaterra, para a navegação dos rios Madeira, Purus e Negro. (Amazonas, 1870, p. 39) A fim de aumentar os seus serviços de navegação, a Companhia contratou com o governo local uma 5ª linha de navegação, de Manaus à Vila Bela (Parintins), por meio *Lei provincial n.200, de 05 de Maio.* (Amazonas, 1870)

Em 1871, o presidente do Amazonas, José Miranda da Silva Reis, noticiava que a Companhia Fluvial do Alto Amazonas, junto à Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, continuava a "cooperar ativamente para o progressivo engrandecimento da Província". Contudo, a Alto Amazonas apresentava dificuldades na pontualidade dos serviços devido um acidente envolvendo seu vapor ***Purus*** e o vapor ***Arary*** (da Companhia do Amazonas), no qual resultou na perda da vida de pessoas, bem como do vapor. Em razão disto, a inauguração das 3ª (Manaus à Santa Isabel) e 4ª (Manaus à Belém) linhas ocorreram somente neste ano, em 3 de janeiro e 11 de março, respectivamente. Já a 5ª linha (Manaus à Vila Bela) iniciaria seus serviços no futuro. (Amazonas, 1871, p. 16)

Para desempenhar seus serviços, a Alto Amazonas adquiriu os vapores ***Jamary, Arimã e Rio Branco.*** Contudo, a capacidade destes vapores não foi suficiente para operar com regularidade nas linhas de Santa Isabel e Vila Bela. Apesar desta irregularidade nos serviços, a província do Amazonas contratou, em 1872, mais duas linhas de navegação por meio das *Leis provinciais n.229 de 06 de maio de 1872 e n.242, de 27 de maio de 1872:* 6ª linha, de Manaus à Marary e Tefé (rio Juruá); e, a 7ª linha, de Manaus à Liverpool, na Inglaterra. (Amazonas, 1872; Amazonas 1873) Assim, os serviços de navegação contratados pela Companhia Fluvial do Alto Amazonas deveriam operar em 7 linhas em águas nacionais e internacionais, conforme demonstrado:

Figura 3 – Trajeto das 7 linhas de navegação previstas para a Companhia Fluvial do Alto Amazonas



Fonte: Brito, 2018, p. 92

Embora a Companhia do Alto Amazonas tenha expandido seus serviços desde 1869, em dezembro de 1873, ela reuniu assembleia que decidiu pelo pedido de

autorização para transferir seus direitos e obrigações para a empresa inglesa *Amazon Steam Ship Navigation Company Limited.* A Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, comandada por Mauá, já havia sido transferida em 1871. A autorização para fusão da Alto Amazonas com a empresa estrangeira veio por meio do *Decreto n. 5.575, de 21 de março de 1874,* e da *Lei provincial n. 285, de 27 de abril* do mesmo ano. (Brito 2018, p. 99)

Dentre os principais motivos para esta transferência, o presidente do Amazonas, Domingos Monteiro Peixoto, ressaltou em sua Fala à Assembleia que a empresa encontrava-se sem fundos de reserva e sem capitais a recolher e, por isso, estava sem condições de adquirir os vapores necessários para cumprir com as suas obrigações, assim, pontuava o referido presidente que "por que tal exigência nas condições precárias em que ela se acha, imporia o seu desaparecimento, e portanto uma liquidação forçada, da qual resultariam prejuízos ao fisco, e para os acionistas". (Amazonas, 1874, p. 54)

Considerações Finais

A Companhia Fluvial do Alto Amazonas foi criada num momento, segundo Santos (1980) e Weinstein (1993), em que havia o aumento da demanda pela navegação a vapor, em razão da exploração da borracha, como uma forma de complementar os serviços da já consolidada Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, que vinha atuado desde 1853. Além disso, sua autorização (1866) e incorporação (em 1869) ocorreu no período da efetiva abertura do rio Amazonas à navegação estrangeira, provocando discursos de urgência para a navegação dos outros grandes rios da província: o Madeira, o Purus e o Negro.

Vencendo a Companhia do Amazonas, Alexandre Paulo de Brito Amorim ficou responsável por organizar a empresa e estabelecer o diálogo com o governo imperial e a província do Amazonas, uma vez que receberia subvenção de ambos. Esperava-se que a Alto Amazonas contribuísse para movimentar o comércio e transitasse em lugares navegados apenas por embarcações menores. Amorim contratou 7 linhas de navegação, ambicionando, inclusive, uma linha de navegação de Manaus para Liverpool.

Apesar da expansão de seus serviços e dos resultados mencionados com animação pelos presidentes da província do Amazonas, no final de 1873, foi decidido pela assembleia da empresa que a Companhia Fluvial do Alto Amazonas deveria transferir seus direitos e obrigações para a companhia inglesa *Amazon Steam Navigation Company Limited*, que ocorreu de fato em 1874.

Pretendeu-se aqui reconstituir um breve histórico da Companhia do Alto Amazonas, desde sua criação até sua transferência, a fim de iluminar outras questões como sua contribuição para a exploração da borracha, no aumento do transporte das mercadorias, diálogos maiores entre empresários locais e o governo central, ações da província do Amazonas para a navegação de seus rios, entre outros. Destarte, também amplia os questionamentos sobre como procedeu empresa estrangeira para incorporar a empresa local (bem como a Companhia Paraense e do Amazonas).

A Alto Amazonas funcionou por cerca de quatro anos, pouco tempo se comparada à Companhia do Amazonas, mas é possível compreender que sua atuação na região também teve relevância econômica e política, uma vez que sua existência era de interesse tanto do governo central, quanto local, dadas as subvenções oferecidas a ela.

Diante do exposto, reafirma-se a importância de investigações sobre a atuação da Companhia Fluvial do Alto Amazonas para a expansão dos serviços de navegação pelos rios da província do Amazonas, para a movimentação da economia e para garantir a presença brasileira nesta região no momento da abertura do rio Amazonas à navegação estrangeira.

Fontes:

Legislação

AMAZONAS. Coleção de Leis da Província do Amazonas. *Lei n. 158, de 7 de Outubro de 1866: Autoriza o presidente da província a contratar com Alexandre Paulo de Brito Amorim, ou com outro qualquer, a incorporação de uma companhia de navegação a vapor nos rios Madeira, Purus, e Negro.*

AMAZONAS. *Coleção de Leis da Província do Amazonas. Lei n. 184, de 19 de maio de 1869: Fixa a despesa e orça a receita provincial para o futuro exercício de 1869-70; Lei n.200, de 05 de maio de 1870, Fixa a despesa e orça a receita provincial para o ano financeiro de 1870-1871.*

AMAZONAS. Coleção de Leis da Província do Amazonas. *Lei n.200, de 05 de maio de 1870, Fixa a despesa e orça a receita provincial para o ano financeiro de 1870-1871.*

AMAZONAS. *Coleção de Leis da Província do Amazonas. Lei n.229 de 06 de maio de 1872, Autoriza o presidente da província a contratar com a companhia fluvial do Alto Amazonas, uma 6ª linha de navegação a vapor para o rio Juruá.*

AMAZONAS. *Coleção de Leis da Província do Amazonas. Lei n.242 de 27 de maio de 1872, Autoriza o presidente da província a subvencionar qualquer companhia que estabelecer uma linha de navegação direta do estrangeiro a esta capital.*

AMAZONAS. Lei n. 285, de 27 de abril de 1874, *Aprova o ato da presidência permitindo*

à Companhia Fluvial do Alto Amazonas a transferir todos os seus contratos de navegação a vapor do Amazonas Limitada.

BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil. *Lei n. 1.245, de 28 de Junho de 1865. Fixa a despesa e orça a receita geral para o exercício de 1865-1866, e dá outras providências.* Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/legislacao. Acesso em 05/07/2022.

BRASIL, Coleção das Leis do Império do Brasil. *Decreto n. 3.898, de 22 de Junho de 1867: Aprova as cláusulas do contrato para a navegação a vapor nos rios Madeira, Purus e Negro.* https://www25.senado.leg.br/web/atividade/legislacao . Acesso em 05/07/2022

BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil . *Decreto n.4.374, de 25 de Maio de 1869: Autoriza a incorporação da Companhia Fluvial do Alto Amazonas e aprova os*

respectivos estatutos. Cf. Anexo A. https://www25.senado.leg.br/web/atividade/legislação . Acesso em 05/07/2022.

BRASIL. *Decreto n. 5.575, de 21 de Março de 1874: concede à Companhia Fluvial do Alto Amazonas autorização para transferir à Amazon Stram Navegation Company Limited todos os seus direitos e favores concedidos por lei, bem assim os respectivos encargos.* https://www25.senado.leg.br/web/atividade/legislação . Acesso em 07/07/2022.

Relatórios

AMAZONAS. *Relatório que em seguida ao do Exmo. Snr. Presidente da província do Pará, e em virtude dcircular de 11 de março de 1848, fez, sobre o estado da província do Amazonas, depois da instalação dela, e de haver tomado posse o seu 1.o presidente, o Exmo. Snr. João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha*. Amazonas, Typ. de M. da S. Ramos, 1852.

AMAZONAS. *Relatório com que o Exmo. Sr. Antônio Epaminondas de Mello entregou a administração da província do Amazonas ao Sr. Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, vice-presidente da mesma, em 24 de Junho de 1866*. Recife, Typ. Do Jornal do Recife, 1866.

AMAZONAS. *Relatório (província) vice-presidente Gustavo Adolpho Ramos Ferreira em 5 de setembro de 1866.* Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/164#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1511%2C-177%2C4988%2C3518. Acesso em 04/07/2022.

AMAZONAS. *Relatório com que o Exmo. Sr. Presidente da província do Amazonas, Tenente-Coronel João Wilkens de Mattos abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 04 de abril de 1869.* Manaus, Typ. Do Amazonas de Antonio da Cunha Mendes, 1869.

AMAZONAS. *Relatório lido pelo Exmo. Sr. Presidente da Província do Amazonas, Tenente-Coronel João Wilkens de Mattos, na sessão d'abertura da Assembleia Legislativa Provincial, a 25 de Março de 1870*. Manaus. Impresso na Typ. Do Amazonas de Antonio da Cunha Mendes, 1870.

AMAZONAS. *Relatório que a Assembleia Legislativa apresentou, no ato da abertura das sessões ordinárias de 1871, o presidente B.el José de Miranda da Silva Reis.* Impresso na Typ. Do Amazonas de Antonio da Cunha Mendes, 1871.

AMAZONAS. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas na primeira sessão da 11ª legislatura no dia 25 de março de 1872, pelo presidente da província o Exmo. Sr. General Dr. José Miranda da Silva Reis.* Manaus, impresso na Typ. De Gregório José de Moraes, 1872.

BRASIL. *Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário Manoel Pinto de Souza Dantas.* Typ. Perseverança, 1867.

Bibliografia:

BRITO, Roberta Kelly Lima de. Vapores de Mauá: *A Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas (1852-1871)*. Dissertação (Mestrado em História): Universidade Federal do Amazonas, 2018.

MORAES, Rinaldo Ribeiro. *A navegação regional como mecanismo de transformação da economia da borracha.* Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará, 2007.

GREGÓRIO, Vitor: O progresso a vapor: navegação e desenvolvimento na Amazônia do século XIX. *Nova Economia*. Belo Horizonte, v. 9, jan/abril, 2009, pp.185-212.

REIS, Arthur Cézar Ferreira. História do Amazonas. 2 ed. Belo Horizonte: Itatiaia: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História econômica da Amazônia: 1800-1920.* São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: HUCITEC, Editora da USP, 1993.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Sistema Speenhamland: a emergência social contra o senso comum na economia

Rodolpho Henrique de Sousa Sartori

José Ricardo Fucidji

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

Sistema Speenhamland: a emergência social contra o senso comum na economia

Speenhamland System: the social emergency against common sense in the economy

Rodolpho Henrique de Sousa Sartori [1]
José Ricardo Fucidji[2]

Resumo:

Esta pesquisa no âmbito de iniciação científica tem seu enfoque no período de 1795, com o início do Speenhamland System dentro do âmbito da Old Poor Law, até 1834 com a reforma da mesma lei, originando a New Poor Law. O conjunto legal caracterizado comumente como "Lei dos Pobres" tem importância ímpar na sociedade inglesa e na formação do capitalismo inglês, pois no período mais ativo da Revolução Industrial, segundo Polanyi, se configuram (primeiramente por meio das paróquias) formas de assistência à pobreza.

O rompimento promovido pelo novo sistema gerou debates entre economistas do período, opiniões controversas, se tornando tema quente do debate econômico da época e sendo relevante desde então. Portanto, para se compreender a formação do capitalismo inglês é de grande valor ter em mente a relevância da Lei dos Pobres e principalmente do ponto de inflexão decisivo: a instauração do Sistema Speenhamland.

Palavras-chave: Revolução Industrial; Lei dos Pobres; pobreza, economia política; pensamento econômico

[1] Instituto de Economia Unicamp Graduando em Ciência Econômicas.
[2] Professor do Instituto de Economia da UNICAMP.

Sistema Speenhamland: a emergência social contra o senso comum na economia

Abstract:

This research in the field of scientific initiation has its focus on the period from 1795, with the beginning of the Speenhamland System within the scope of the Old Poor Law, until 1834 with the reform of the same law, originating the New Poor Law. The legal set commonly characterized as the "Law of the Poor" has unique importance in English society and in the formation of English capitalism, since in the most active period of the Industrial Revolution, according to Polanyi, forms of assistance to poverty are configured (first through the parishes).

The disruption promoted by the new system generated debates among economists of the period, controversial opinions, becoming a hot topic of the economic debate at the time and being relevant since then. Therefore, in order to understand the formation of English capitalism, it is of great value to keep in mind the relevance of the Poor Law and especially the decisive inflection point: the establishment of the Speenhamland System.

Key words: Industrial Revolution; Poor Law; poverty, political economy; economic thought

***

Introdução

A "Antiga Lei Dos Pobres" não é uma lei única e sim um conjunto de leis que foi sendo estabelecido após 1601 e agora é tido como Old Poor Law. Tais leis, cunhadas no período elisabetano, estavam sob o código Tudor, o qual acreditava que os homens deveriam trabalhar (e forçados a tal se não o quisessem) ao salário ficado anual e localmente. Caso não tivessem condição de trabalhar ou se sustentar, eles seriam mantidos, educados, tratados em caso de doença e enterrados pela comunidade (no caso, a paróquia). Sendo assim, o código social provia, em termos modernos, uma política de produtividade (o trabalho forçado), uma política de preços e rendas, além de um sistema de seguridade social (HOBSBAWN; RUDÉ, 1969, p. 49; tradução nossa).

Entretanto, em 1795 a situação do tratamento passa por uma mudança histórica: se inicia o modelo Speenhamland. O Speenhamland Act foi um ato prático não documentado em lei que criou abonos monetários com base na tabela dos preços de pão.

É inegável que o Speenhamland System trouxe uma alteração no padrão de funcionamento do tratamento da pobreza, trazendo uma alternativa mais humanitária e menos utilitarista. O ato gerou o "direito de viver", ou seja, tirou a necessidade obrigatória de trabalho e contrariava os princípios das Leis Elisabetanas e dificultando a formação de um mercado de trabalho capitalista e do nexo do *homem econômico* (POLANYI, 2000, p. 101). Para alguns autores, além dos problemas morais no modelo e além da tese de Polanyi sobre atraso da formação capitalista, o sistema trouxe diminuição da produtividade no campo inglês.

Em 1832 a Comissão Real de Reformulação da Old Poor Law capitaneada por Nassau W. Senior e por Sir Edwin Chawdick estava motivada não apenas por econômicas, mas por questões morais, considerando que o sistema de abonos do período tinha efeito negativo à índole dos trabalhadores ingleses, favorecendo os ociosos (CROWTHER, 2017, p. 68). Por consequência desse raciocínio, as Workhouses

aprecem como como solução para o problema da pobreza na Inglaterra: os "pobres imorais" eram aqueles que aceitavam as condições insalubres das Casas de Trabalho (CROWTHER, 2017, p. 16).

Quadro 1 – O Conjunto de "Leis dos Pobres"

Lei	Ano
The 1601 Poor Relief act	1601
The Settlement Act	1662
The Knatchbull Act (The Workhouse Test Act)	1722-1723
Gilbert´s Act	1782
Sir William Young´s Amendment Act	1795
The Speenhamland System	1795
Sturges Bourne´s Acts	1818
Instalação de Comissão Real encarregada de propor alterações na Poor Law	1832
The New Poor Law	1834

Fonte: Elaboração própria, a partir do site <www.workhouses.org.uk>.

Desta tabela, é possível observar quão variadas eram as formas de tratamento da pobreza na Inglaterra, e entender a caracterização de Old Poor Law utilizada para demonstrar o período anterior ao ano de 1834, momento mo qual houve a reforma de tais leis.

Adam Smith, seus discípulos e o tratamento da pobreza

O Sistema Speenhamland gerou intensos debates na economia inglesa, se tornando pauta para os mais variados economistas, principalmente daqueles que se enquadravam no aspecto liberal e tidos como discípulos de Adam Smith. Dentre tais intelectuais, não necessariamente todos economistas, se destacam: Edmund Burke, William Pitt, Frederick Eden, Jeremy Bentham e Thomas Paine. Todos esses pensadores se englobavam dentro de um quadro com caráter bem político, e escreviam sobre economia e outros tópicos, como sociabilidade e moralidade. O tratamento da pobreza, portanto, foi abordado por todos estes em períodos próximos à criação do

Speenhamland Act e demonstram o teor do debate no período. Desta forma, agora serão elencadas pequenas demonstrações sobre o pensamento destes autores com base no livro "The Idea Of Poverty" de Gertrude Himmelfarb, especialmente o capítulo 3 : "An Odd Lot Of Disciples" para que ao final da sessão possam ser tirados algumas conclusões sobre o pensamento inglês do recorte temporal escolhido.

- **Autor 1: Edmund Burke**. Defendia que o trabalho não era um tópico para interferência governamental, observando o mesmo como mercadoria (HIMMELFARB, 1985, p.67). A concepção de trabalho como mercadoria já se demonstra distante do pensamento Smithano, afinal, para Adam Smith a caracterização de mercadoria era pelo fato dela ser gerada por trabalho. Partindo deste princípio Burke se posiciona contra as Leis dos Pobres e contra o Speenhamland Act, por diferenciar as categorias "trabalhador" e "pobre", pois para ele, o trabalhador empregado não estava em condições tão deploráveis e não merecia auxílios (HIMMELFARB, 1985, p.68; tradução nossa).
- **Autor 2: William Pitt.** Foi contra a criação de uma lei de salários mínimos, mas era defensor do alívio aos trabalhadores, elaborando até mesmo em 1796 um projeto que buscava unificar grande parte dos alívios: taxas de ajudas aos salários; abonos em família; dinheiro para compra de vacas ou para motivo digno; escolas de indústria para os filhos dos pobres; seguro contra a doença e velhice (HIMMELFARB, 1985, p.75; tradução nossa). Tal projeto não foi aprovado e recebeu amplas críticas de pensadores liberais, como Bentham e de Frederick Eden
- **Autor 3: Frederick Eden.** Eden via um papel do Estado, principalmente em tópicos de imoralidade, tópicos socias e religioso. Entretanto, em tópicos econômicos ele defendia que os indivíduos deveriam ser livres para perseguir seus próprios interesses. Dessa forma, ele criticou tanto o projeto de salário-mínimo quanto o projeto de ampliação dos alívios, defendido por Pitt, utilizando o mesmo argumento: minariam o esforço individual (HIMMELFARB, 1985, p.75; tradução nossa). Para ele, aqueles que tem condição de trabalhar não

deveriam ser aliviados, e para tal a lei deveria ser reformada e não extinguida (HIMMELFARB, 1985, p.76; tradução nossa).

Eden tenta algumas aproximações da distinção promovida por Burke, mas esta não se torna relevante em âmbito geral. Assim, ele classifica que pobres são uma classe que surgiu da emancipação de formas de trabalho escravistas, ou seja, derivada do surgimento da indústria e que não conseguiam trabalhar pelos mais variados motivos e, portanto, recebiam, corretamente, auxílio (HIMMELFARB, 1985, p.77; tradução nossa).

- **Autor 4: Jeremy Bentham.** Bentham, criador da tese do Panóptico, se definia como discípulo de Smith, mas o criticava por não ir tão longe com suas concepções liberais, como por exemplo o fato de Smith não defender o fim das Leis de Usura. Ele as considerava uma violação de comércio e favorecia formação de monopólios (HIMMELFARB, 1985, p.78; tradução nossa).

No caso da Lei dos Pobres, Bentham defendia a criação de uma instituição chamada Companhia Nacional de Caridade, no modelo da Companhia das Índias Orientais, uma sociedade anônima de caráter privado, mas com subsídio do governo. Tal empresa teria total controle sobre a situação dos pobres, iniciando com 250 casas industriais e 500.000 pessoas e depois (ao final de duas décadas) chegando nas 500 casas com 1.000.000 de pessoas. Cada casa, teria, portanto, 2000 quartos e seriam administradas por Governadores, com contratação aproximada de 10% da população a Inglaterra. O plano audacioso de Bentham, se mostrava ainda mais radical quando ele garante que com tal sistema, não deveriam mais existir auxílios. Quanto ao Speenhamland, ele propôs a trazer para o âmbito da Companhia e retirando do poder das paróquias (HIMMELFARB, 1985, p.79; tradução nossa).

Ademais, na questão de segurança psicológica, Bentham garante que os moradores não teriam "anseios insatisfeitos", então condições materiais, felicidade ignorante e relações sexuais livres gerava uma "Utopia", perfeita e aplicável. O próprio Bentham consegue identificar que sua proposta restringe a liberdade, mas entende que a liberdade tolhida será aquela "de fazer o mal" (HIMMELFARB, 1985, p.81; tradução

nossa). Não era apenas a privação de liberdade do público no geral, mas também e principalmente daqueles que não tem condições de se coordenarem na sociedade, para estes o efeito da privação da liberdade seria positivo, incluindo até mesmo o trabalho infantil.

- **Autor 5: Thomas Paine.** Paine, pós 1792 também passou a defender o fim das taxações sob os pobres, mas sabia que isso poderia implicar no fim da Lei dos Pobres. Ele defendia a criação de um orçamento social de por volta de 4 milhões de libras para atender a classe pobre como um todo (HIMMELFARB, 1985, p.86; tradução nossa). A segunda parte da proposta é uma reforma tributária, com a abolição das taxas sobre pobres e das taxas sob casas e janelas. Para tanto, seriam necessárias novas formas de receita e aqui a ideia era colocar impostos sobre posses fundiárias (HIMMELFARB, 1985, p.87; tradução nossa).

Além disso, Paine tinha severas críticas as guerras e as taxações, pois as via como forma de comércio da Monarquia e modo de subir impostos, trazendo mais receita aos cofres. Para ele, o excesso de impostos deixava as pessoas tristes, e também aumentava a miséria. A ideia não era transferir os impostos dos pobres aos ricos, mas sim da classe média para a aristocracia rural, pois quem realmente pagava mais impostos era a classe média e não os mais pobres (HIMMELFARB, 1985, p.88; tradução nossa). Destaca – se também que os impostos sobre consumo seriam mantidos, mas reduzidos aos poucos (HIMMELFARB, 1985, p.89; tradução nossa).

Agora, com todos os autores devidamente apresentados (de forma sintética), torna – se possível trazer algumas conclusões sobre qual era o sentido do pensamento inglês do período. Evidentemente todos estes autores se englobavam em uma vertente liberal, e curiosamente todos se consideravam discípulos de Adam Smith. Entretanto, todos os 5 divergem de Smith em algum ponto, além de serem extremamente divergentes entre si.

Burke era totalmente contrário a qualquer participação do Estado na economia, principalmente em âmbitos de mercado de trabalho; Pitt divergia menos de Smith, mas não mantém uma mesma visão de progresso consistente e se posiciona contrariamente a

salários mínimos; Eden, tal como Burke, não via razões para a participação estatal na economia; Bentham buscava soluções com caráter repressor à liberdade e com intuito do Estado se afastar da economia, buscando a criação até de empresas privadas para cuidar da questão da pobreza; Paine provavelmente é aquele que tem menores restrições às funções estatais na economia, porém é contrário à participação de órgãos do Estado no financiamento de educação pública.

Com tais noções claras, o objetivo deste tópico é demonstrar como o pensamento inglês do período não era conciso e como ele pode ter influenciado na reforma da Lei dos Pobres. A alteração na noção de pobreza, que a partir de 1834 passa a ser muito mais dura, deriva de pensamentos como dos autores apresentados, que de forma geral, não se sentiam confortáveis com pessoas em condição de trabalhar recebendo auxílio, defendendo que um modelo tão paternalista estimularia vagabundagem. Essa alteração cognitiva cria a Nova Lei dos Pobres com um caráter muito menos paternalista, reduzindo a imprestáveis e imorais aqueles que iam para as Workhouses.

Desta forma, tais pensadores conseguem englobar suas ideias em um âmbito bem mais subjetivo do que aplicado. Por não serem economistas, e sim políticos ou filósofos, não observam questões como: queda do salário real, piora em colheitas, aumento de custos, tamanho das famílias, alteração na remuneração nominal. Assim sendo, aparecem limitações na análise, que as tornam menos completas e com caráter mais ideológico, enquadrando os autores em uma esfera liberal, mas com preocupações bem mais morais do que propriamente econômicas, o que leva a um senso comum sobre o tratamento da pobreza.

Mark Blaug: Speenhamland acabou com a produtividade?

Evidentemente o Speenhamland Act trouxe alterações ao *modus – operandi* da economia rural inglesa, pois a partir do momento que o trabalho deixou de ser obrigatório para se ter renda, surge o debate: não haverá queda na produtividade no campo? Polanyi, por exemplo, considera que o Speenhamland System apenas provocou evasão do trabalho, desculpa para inadequação e aumentou o pauperismo (POLANYI, 2000, p. 123). Aqui percebe-se uma visão que fica em defesa da noção de queda da

produtividade no campo, mas não existem dados que comprovem essa análise, apenas uma noção que ajuda a formular a tese do autor de que o sistema provocou retardamento da formação do mercado capitalista.

Mark Blaug se opõe diretamente a essas noções, defendendo que não como ter tais opiniões utilizando dados do período. Isso significa que ele não concorda com alguns pontos que foram os aqueles principais apresentados no relatório que promoveu a alteração da Antiga para a Nova Lei dos Pobres. Dentre tais argumentos se destacam: desmoralização dos pobres; queda da produtividade no campo; aumentou populacional; redução de salários e aluguéis; aumento para aqueles que os pagavam; desaparecimento dos pequenos proprietários (*Yeomanry*).

> "Mas foi um exagero grosseiro que levou os reformadores de 1834 a caracterizar a Antiga Lei dos Pobres como "uma recompensa pela indolência e vício" e "um sistema universal de pauperismo". Apenas uma análise teórica incompleta do funcionamento da política da Speenhamland e um exame superficial dos fatos poderiam ter produzido uma interpretação tão unilateral. O endosso contínuo do Relatório de 1834 distorceu seriamente a história da Revolução Industrial na Grã-Bretanha. A Antiga Lei dos Pobres tentava manter a renda real dos trabalhadores amarrando os salários ao custo de vida; forneceu compensação de desemprego em conjunto com um esquema para promover o emprego privado; e associou ambos a um plano de dotação familiar. Nem sempre se percebe que o tipo de argumento usado para condenar a Antiga Lei dos Pobres per se condenaria igualmente a maioria das leis de bem-estar social modernas." (BLAUG, 1963, p.152; tradução nossa).

Ao longo do artigo o professor busca demonstrar que tais resultados encontrados pelos comissários em 1832 foram incorretos e não necessariamente baseadas em dados. Na realidade, ele observa algumas análises com alto teor ideológico e até mesmo sem condições de serem levadas a sério. Por meio da pesquisa histórica, ele busca fugir de generalizações como: todos os auxílios eram iguais ou que o auxílio era sempre alto, tirando a necessidade de trabalho. Com isso, ele demonstra que os auxílios eram diferentes, seus valores flutuavam e geralmente eram superiores em momentos de colheitas negativas, o que garantia subida de preços dos produtos agrícolas e diminuía o poder de compra dos trabalhadores.

> "Os gastos com ajuda aumentavam quando as colheitas eram pobres, mas nessas épocas a renda dos agricultores era máxima. Por outro lado, quando foram espremidos pela queda dos preços e aumento dos salários em consequência de uma boa colheita, a pressão sobre as taxas foi mínima. Em

> outras palavras, os gastos com ajuda aos pobres flutuavam com a renda dos agricultores. Não é à toa que ouvimos mais reclamações sobre "os fardos onerosos das taxas pobres" em anos em que o clima inclemente produziu "prosperidade agrícola"!" (BLAUG, 1963, p.155.156; tradução nossa).

Desta forma, por meio de noções estatísticas e até econométricas, Blaug coloca um contraponto ao entendimento corrente de que o Speenhamland diminuiu a produtividade. Para ele, os acréscimos de renda tiveram papel complementar, servindo para garantir sobrevivência para os paroquianos nos momentos de colheitas ruins nas quais os aumentos de preço eram comuns. Diferentemente dos economistas representantes do conselho de 1832, ele discorda de que o sistema foi "um prêmio para a indolência".

Conclusões

A partir da primeira parte, na qual buscou – se expor o pensamento dos autores contemporâneos à criação do Speenhamland Act, nota – se uma visão muito mais conservadora e pouco embasada sobre os modelos de tratamento a pobreza. Alguns autores até defendem a manutenção, mas em geral, todos promovem críticas à questões morais, como a ideia de que os auxílios minam o esforço individual ou "beneficiam os vagabundos". Essa visão demonstra ser a comum dentre a grande maioria dos autores e não atoa em 1834 a Reforma da Lei dos Pobres torna o tratamento da pobreza algo muito mais duro: aqueles que não iriam trabalhar, seriam explorados em casas de trabalho como modo de compensar sua falta de índole.

Já Blaug, na década de 1960, defende que é impossível afirmar tamanhos absurdos sobre o tratamento da pobreza. Os auxílios, e principalmente o Speenhamland System, foram úteis para garantir um padrão de vida mínimo para a população inglesa do campo. Essa ruptura é marcante pois destoa de posições de outros grandes autores como Polanyi.

Portanto, até agora, durante o andamento da pesquisa podemos afirmar que havia grande teor de senso comum e ideologia nas visões dos autores dos séculos XVIII e XIX. Evidentemente é necessário contextualizar que eles tinham menos instrumentos para formular suas teses, mas é importante salientar de forma crítica o quão

tendenciosas e economicistas algumas análises podem ser e por consequência terem a capacidade de encobrir a realidade. Como a pesquisa de iniciação científica está em andamento, é impossível afirmar que essa conclusão será a final, mas por enquanto necessário destacar o quão incoerentes eram as defesas dos autores contemporâneos ao recorte da pesquisa.

Bibliografia:

BLAUG, M. "The myth of the old poor law and the making of the new". *Journal of Economic History*, v. 23, n. 2, p.151-184, jun. 1963.

CROWTHER, M. A. The workhouse system 1834-1929: the history of an English social institution. Londres: Routledge, 2017 [1981].

HIMMELFARB, G. The idea of poverty: England in the early industrial age. Nova York: Vintage Books, 1985.

HOBSBAWN, E. J.; RUDÉ, G. Capitão Swing: a expansão capitalista e as revoltas rurais na Inglaterra do início do século XIX. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982 [1969].

POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época.* 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000 [1944].

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

A CLT COMO INSTRUMENTO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Samuel Nascimento Galiego

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

A CLT COMO INSTRUMENTO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

THE CLT (CONSOLIDATION OF LABOR LAWS) AS A INSTRUMENT FOR CAPITAL ACCUMULATION AND INDUSTRIAL DEVELOPMENT)

Samuel Nascimento Galiego[1]

Resumo

O presente artigo pretende compreender a partir da origem da CLT, durante o período do chamado Estado Novo, a intencionalidade desta medida enquanto alavanca para o novo padrão de acumulação urbano-industrial projetado para o Brasil. A CLT se configura como conjunto de diversas leis e normas trabalhistas que vinham sendo promulgadas desde o início dos anos 30, sendo que as lutas pela implementação de um código de regulação do trabalho datam do final do século XIX. Não obstante, a CLT enquadra tais artigos nos marcos da ordem positivista de harmonia entre os agentes sociais, de modo que a medida buscou tutelar a organização autônoma dos trabalhadores, disciplinando o conflito entre capital e trabalho nas instâncias de Estado, ao passo que oferecia como contrapartida uma série de direitos e garantias de proteção a uma parte dos trabalhadores, nos marcos de uma nova proposta de arranjo social voltado para modernização nacional e integração social a partir da égide do Estado. A CLT promove intencionalmente a organização da questão trabalhista nos marcos de um modelo de acumulação industrial com incorporação da classe trabalhadora enquanto elemento relevante do projeto varguista denominado de Democracia Social.

[1] Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, Universidade Federal de São Paulo, Osasco, São Paulo, Brasil.

Palavras-chave: CLT, acumulação, trabalhadores, intencionalidade, normas. Abstract

Abstract

The research paper intends to understand from the origin of the CLT, during the period of the so-called Estado Novo, the intention of this measure as a lever for the new pattern of urban-industrial accumulation projected for Brazil. The CLT is configured as a set of several labor laws and regulations that had been enacted since the early 1930s, and the struggles for the implementation of a labor regulation code date back to the end of the 19th century. Nevertheless, the CLT fits such articles within the framework of the positivist order of harmony between social agents, so that the measure sought to protect the autonomous organization of workers, disciplining the conflict between capital and work in State bodies, while offering as In return, a series of rights and guarantees of protection for part of the workers, within the framework of a new proposal for a social arrangement aimed at national modernization and social integration under the aegis of the State. The CLT intentionally promotes the organization of the labor issue within the framework of a model of industrial accumulation with the incorporation of the working class as a relevant element of the Vargas project called Social Democracy.

Keywords: CLT, accumulation, workers, intentionality, norms.

***

INTRODUÇÃO

Este texto, excerto ainda bastante inicial de uma pesquisa em curso, objetiva enquadrar, analisar e compreender a relevância da Consolidação da Leis do Trabalho (CLT), que entrou em vigor a partir do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, enquanto uma intencional intervenção legal e institucional para a viabilização de uma nova modalidade de acumulação capitalista, desencadeada a partir dos anos 1930, de caráter urbano-industrial, que se contrapunha à existente anteriormente, que se caracterizava enquanto um padrão primário-exportador de acumulação.

Parte, por isso, do princípio que a CLT estava inserida no interior de um amplo conjunto de instituições[2], conscientemente constituídas com o objetivo de impulsionar a industrialização e a modernização do Estado, consubstanciando os principais aspectos da legislação trabalhista e sendo promovida como via de acesso à nova cidadania. Neste sentido, este trabalho texto tem como foco o primeiro período Vargas (1930-1945), principalmente a etapa compreendida entre 1937 e 1945, ou seja, durante o chamado Estado Novo e, no interior desse período, principalmente entre dezembro de 1941 e outubro de 1945, quando o Ministério do Trabalho encontrava-se sob a responsabilidade de Alexandre Marcondes Filho.

A aproximação da ideia acima expressa pode alcançar fortes evidencias se partirmos dos seguintes questionamentos:

a) a CLT se configura em uma premissa para o desenvolvimento industrial e sua necessária acumulação ou é apenas uma consequência da mudança do eixo dinâmico da economia para o setor industrializado?

[2] Entendemos instituições no sentido expresso por Fonseca, o exame destas permite que sejam identificadas intenções "porquanto resultam de atos deliberados, que precisam ser materialmente expressos não só 'fisicamente' (caso de órgãos, institutos, ministérios, associações) como pela escrita (caso de leis, códigos e alguns símbolos) como pela linguagem oral (caso de discursos e entrevistas, por exemplo)." (FONSECA, 2012, p. 160)

b) Sendo mera consequência do processo de desenvolvimento socioeconômico poderia ser uma ferramenta dispensável e até um obstáculo como colocam seus críticos[3]?

A proposta de pesquisa, sistematizada neste texto, ora apresentado, entende que as respostas apontam para o caráter intencional da CLT enquanto elemento central para o favorecimento e a organização do processo de acumulação necessário ao desenvolvimento industrial, bem como para a tentativa de o controle das tensões e atritos resultantes de tal processo.

De modo que se compreende que a CLT se configurou em uma necessidade e, ao mesmo tempo, como salvaguarda e elemento de impulsionamento de um projeto de desenvolvimento urbano-industrial que necessitava integrar classes, frações de classe e diversos outros contingentes da sociedade e que não poderia, apenas, continuar reproduzindo disparidades e concentração de renda**.**

Assim, este trabalho, além desta breve introdução se divide em três seções.

A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO (CLT): CARACTERIZAÇÃO GERAL DE SEUS OBJETIVOS E RAZÕES DA PESQUISA

A CLT enquanto conjunto de leis trabalhistas intencionalmente concebido por um governo que tinha a industrialização nacional como objetivo a ser alcançado, cumpriu o papel de instrumento voltado a favorecer a acumulação necessária à indústria por meio de mecanismos que, simultaneamente, buscavam tutelar a classe trabalhadora e, de certa forma, controlar o mercado de trabalho, mas também procurava proporcionar contrapartidas aos trabalhadores. Procurando, assim, promover uma distensão na questão social e arbitrar as disputas entre capital e trabalho integrando-as no seio do Estado, ou

[3] Entre os críticos, entendemos o conjunto vinculado à ortodoxia liberal, que vão desde os industriais nas décadas de 30 e 40, influenciados pelo ideal de corte fordista, até os entusiastas da reforma trabalhista atualmente, devido ao espaço apontamos um aspecto geral presente na maioria destas: a elevação do custo da mão de obra, que levaria a queda da taxa de acumulação, queda do investimento e encarecimento de preços.

seja, favorecendo os objetivos pleiteados pelo governo, pela fração industrial da burguesia e, ao mesmo tempo, incorporando os trabalhadores na construção do Estado-Nacional, reconhecendo, mesmo que de forma subordinada, a sua participação na construção de um novo padrão de acumulação capitalista e de uma nova sociedade de feições urbanas e industriais.

Conferia, assim, certa margem de segurança aos setores vinculados ao capital industrial, mas também às frações do capital agrário e mercantil, haja vista que a CLT não foi estendida ao campo durante o período de sua implementação, em 1943, tal processo somente ocorreu duas décadas depois**.**

Procuramos ressaltar também como este conjunto de leis e medidas ultrapassou o âmbito econômico e se colocou para a classe trabalhadora brasileira, em particular para os operários e demais trabalhadores urbanos, como um estatuto social e pacto de inclusão à nova ordem ratificando relações entre Estado e cidadão nos marcos do trabalho como ato de cidadania, onde o primeiro oferecia benefícios e os segundos obediência política. Contudo, isto não representava necessariamente a passividade total dos trabalhadores, uma vez que estes só obedeciam mediante o reconhecimento de seus interesses (GOMES, 2005).

Embora a CLT não tenha sido estendida inicialmente à totalidade dos trabalhadores, suas medidas introduziram uma nova referência para o conjunto da classe trabalhadora, que passou a julgar suas condições a partir dos direitos e premissas definidas pela legislação trabalhista (CARDOSO, 2010).

Neste sentido, o estudo justifica-se como uma contribuição no debate sobre a natureza da CLT a partir da compreensão de sua origem, inserida em um projeto de industrialização nacional que aspirava a transformação do Brasil, no interior da chamada divisão internacional do trabalho, bem como do seu papel no desenvolvimento econômico, social e no mercado de trabalho nacional, e que entendemos como positivo, a despeito de suas contrapartidas com vistas a acumulação de capital via tutela da força de trabalho.

Apesar de muitos de seus críticos a definirem como obstáculo para o desenvolvimento econômico e um empecilho para geração de empregos, pretendemos argumentar que tal medida foi concebida intencionalmente como premissa para o impulso nacional-desenvolvimentista que estabeleceu as bases da modernização do Estado Brasileiro, a partir da expansão do mercado interno, industrialização e da incorporação da classe trabalhadora, realizando a transição do modelo de acumulação por espoliação pura e simples, vigente na República Velha, para um modelo onde tal processo ocorre junto com a incorporação de contingentes populares ao Estado, promovendo simultaneamente a mudança do centro dinâmico da economia e o deslocamento da questão social para além do caso de polícia. Compreendemos, pois, que a CLT ainda conserva estas potencialidades econômicas e sociais.

O referencial teórico da pesquisa está centrado em Fonseca (2003), que identifica na formação das instituições de Estado, durante os anos de 1930-45, o indicativo da intencionalidade do governo em estabelecer uma política ou projeto nacional de caráter industrializante.

Notoriamente boa parte das instituições formatadas no período estão vinculadas de forma direta ou indireta à indústria, é o caso do Ministério do Trabalho, Industria e Comércio, que irá conceber a CLT; do Instituto Nacional do Açúcar e do Álcool, da Fábrica Nacional de Motores, do Conselho Nacional de Ferrovias, do Conselho Nacional do Petróleo, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, da Companhia Siderúrgica Nacional, da SUMOC, entre outros**.**

INSTITUIÇÕES, VOLTADAS A FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CRIADAS NO 1º. GOVERNO VARGAS

Número	Órgão Criado

	1930
1	Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.
	1933
2	Departamento Nacional do Trabalho
3	Instituto do Açúcar e do Álcool - IAA
	1934
4	Conselho Federal de Comércio Exterior – CFCE
5	Plano Geral de Viação Nacional
6	Comissão de Similares
	1937
7	Conselho Técnico de Economia e Finanças
	Após o Estado Novo
	1938
8	Conselho Nacional do Petróleo – CNP
9	Departamento Administrativo do Serviço Público
10	Instituto Nacional do Mate
11	Instituto Nacional de Estatísticas – Futuro IBGE
12	Conselho de Colonização e Imigração – CIC
	1939
13	Plano Nacional de obras públicas e Aparelhamento de defesa

14	Conselho de Águas e energia
	1940
15	Comissão de defesa Nacional
16	Instituto Nacional do Sal
17	Fábrica Nacional de Motores
18	Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional
	1941
19	Companhia Siderúrgica Nacional
20	Instituto Nacional do Pinho
21	Comissão de Combustíveis e Lubrificantes
22	Conselho Nacional de Ferrovias
	1942
23	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI
24	Banco de Crédito da Borracha
25	Comissão do Vale do Rio Doce
	1943
26	Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT
27	Companhia Nacional de Álcalis
28	Comissão de Financiamento da Produção
29	Coordenação de Mobilização Econômica

30	Fundação Brasil Central
31	Serviço Social da Indústria - SESI
32	Plano Nacional de Obras e Equipamentos
	1944
33	Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial
34	Serviço Nacional do Trigo
35	Instituto Nacional do Pinho (reorganização)
36	Comissão de Planejamento Econômico
	1945
37	Superintendência da Moeda e do Crédito - SUMOC

Fontes: FONSECA, Pedro Cezar Dutra da. Vargas: o capitalismo em construção. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.144 e NASCIMENTO, Benedicto Heloiz. A ordem nacionalista brasileira. São Paulo: Humanitas, 2002, p. 84-94.

Neste sentido compreendemos que este conjunto sintetiza aquilo que Draibre (1985) classificou como "ossatura material" do novo Estado, vendo no Departamento Administrativo do Serviço Público, DASP, o núcleo da burocracia profissional responsável pela organização racional da estrutura administrativa.

> Não seria, entretanto, com a ação de um organismo como o Dasp, que se introduziria uma nova racionalidade no processo de expansão e centralização do Estado no período, mas por meio da própria natureza dos novos órgãos criados. No que diz respeito ao aparelho econômico, a característica mais importante residiu no fato de que ele foi progressivamente dotado de instrumentos adequados para gerar políticas com alto grau de generalidade, expressas como “políticas de Estado” e “para toda Nação” (Draibe, 1985, p. 77)

Tal ossatura se fortaleceu e não era fruto do acaso ou simplesmente do voluntarismo varguista, mas de uma estratégia bem definida, onde Vargas

> compreendeu que o Brasil precisava constituir-se como verdadeira Nação e definir uma estratégia nacional de desenvolvimento; compreendeu que essa estratégia implicava a formação de um grande pacto político nacional e a rejeição dos conselhos que vinham do Norte (Bresser-Pereira, 2011, p.98).

A CLT se insere nestes marcos, durante a década de 1940, sintetizando diversas medidas políticas e sociais do período que antecedeu sua aprovação a partir do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, segundo Draibe (1985) este Ministério e seus departamentos técnicos irão estabelecer as bases da regulação das relações de trabalho, o resultado mais notório é a "estatização" da luta de classe.

Neste sentido, a CLT é o produto final de uma série de medidas que incorporaram dentro das instâncias de Estado um aspecto relevante da questão social, antes entendida apenas como caso de polícia. Isto ocorria em uma perspectiva que simultaneamente reconhecia direitos aos trabalhadores, mas também tutelava sua organização.

Nesta nova configuração política o Estado se coloca à frente da Economia e Sociedade como principal agente de estímulo ao desenvolvimento, termo equivalente ao progresso no pensamento positivista, matriz da qual Vargas era oriundo (Fonseca, 2012).

Inserida nos marcos da necessidade da industrialização, a CLT assim como todo conjunto de políticas sociais e trabalhistas do período serão difundidas pelo aparato ideológico do Estado como algo mais amplo que simplesmente medidas econômicas e de modernização. Serão apresentadas como novo conjunto de relações culturais e morais.

A CLT COMO PASSAPORTE PARA A DEMOCRACIA SOCIAL E FERRAMENTA PARA ACUMULAÇÃO

A responsabilidade na construção desta perspectiva junto aos trabalhadores ficará a cargo de uma série de instituições, além dos sindicatos tutelados pelo Estado. Porém, é importante destacar duas iniciativas vinculadas ao campo da produção intelectual e cultural e, ao mesmo tempo, da propaganda: A Revista Cultura Política, lançada em março de 1941, e as palestras do ministro do trabalho Alexandre Marcondes Filho no

programa Hora do Brasil, a partir de janeiro de 1942. A publicação e o programa de rádio colocarão para a sociedade os objetivos, realizações e relações que definem a construção que o governo almeja: a Democracia Social.

Embora possa parecer contraditória a intenção de construir um modelo democrático a partir de um arranjo ditatorial como era o do Estado Novo, é válido ressaltar que os intelectuais vinculados ao governo e responsáveis pela difusão das suas propostas compreendiam que a defesa da democracia e sua manutenção estavam centradas na integração à vida popular, no respeito ao trabalho e na valorização do homem, não em formas políticas (GOMES, 2005).

A Revista Cultura Política teve em seu conteúdo e em seus objetivos a construção do ideário da Democracia Social, na qual o trabalho foi colocado enquanto elemento central e de vinculação a essa nova forma política, assentada em *"uma autêntica representação, na qual forças ativas da sociedade, concretizadas nas corporações organizadas, exerçam a sua função natural e legítima de atuação no Estado e na orientação dos destinos da nacionalidade"* (Amaral, 1941, p. 168). Aqui por forças ativas é possível inferir que se trata daquelas vinculadas ao mundo do trabalho, e as corporações organizadas são sindicatos e federações patronais.

No caso das palestras do Ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho, que ocupavam o programa de rádio "A Hora do Brasil" e tinham como propósito a difusão da legislação social trabalhista, Marcondes procurava apontar a legislação como fruto da clarividência do governo Vargas, mas também como patrimônio do trabalhador e da nação (Gomes, 2005).

Tanto nas palestras quanto nos documentos internos do Ministério do Trabalho, Marcondes Filho procura colocar a necessidade de se reconhecer a interdependência dos elementos da produção, distribuição e consumo, pois o benefício do trabalhador pressupõe a prosperidade da indústria e comércio o que depende, em grande parte do capital (Marcondes Filho, 1942).

O ministro cumpria um papel fundamental na condição de interlocutor e interprete, e ao cumpri-lo também colaborava com o estabelecimento da dimensão escrita e oral que constituem as instituições, e, no caso do Estado Novo, no interior de um marco pautado pela já citada harmonia entre Capital e Trabalho

> Vivemos, pois, uma época de transformações sociais, que farão surgir após a guerra, um mundo diferente. Mas os dias futuros não nos causarão apreensões. No mundo de amanhã terá o Brasil um lugar de relevo, sobretudo como um exemplo de paz, de harmonia entre o capital e o trabalho, de entendimento entre governantes e governados. É tudo isso que simboliza o anteprojeto de Consolidação que o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio teve a honra de entregar, outro dia, ao instaurador da Justiça Social no Brasil. (Marcondes Filho, 1943, p. 259)

No caso da CLT, isto se manifesta em seu caráter de seguridade e de vigilância: ao mesmo tempo que aponta os direitos também expõe a trajetória do cidadão enquanto trabalhador; oferece amparo, mas também a tutela sindical; é um passaporte para a Democracia Social, mas também é ficha disciplinar da força de trabalho. O Estado que implementa a CLT também operava em caráter dual, combinando coerção e manipulação do consenso numa via corporativa (Vianna, 1976). Inclusive nas palestras do então Ministro do Trabalho tais características da legislação trabalhista eram expressas como um esforço pela conciliação e exigência da coletividade para o desenvolvimento brasileiro.

> […] porque dentro dela não estavam apenas leis, decretos e regulamentos, mas a capacidade construtiva, a força de obediência e o espírito de ordem com que o proletariado soubera entender bem o que lhe fôra outorgado e cumprir os deveres que a lei lhe impusera. (Marcondes Filho, 1943, p. 259)

Tanto “a força de obediência” como o “espírito de ordem”, apontados por Marcondes Filho, não eram características inatas do proletariado brasileiro, e também não eram frutos de um consentimento unanime, se esses ocorreram, como colocados pelo ministro, foram resultados do conjunto composto por consenso e coerção, manifesto na legislação trabalhista, tal conjunto sempre favorecia, em última instância, a acumulação de capital, haja visto que qualquer questionamento não representaria uma afronta apenas diante da legislação, mas uma ameaça às aspirações sociais e nacionais, neste sentido

> […] ao estabelecer a legislação social o governo não só legalizou os conflitos, mas redefiniu-os – e, com isso legitimou a própria repressão. Desta forma, a verdade nua e crua da luta de classes na República Velha começava a ser negada pelo discurso e pela prática política de Vargas: assim, quem nelas persistisse tornava-se elemento "antinacional" e "antissocial", e, com isso, justificava o uso da repressão sobre si. (Fonseca, 2014, p. 243)

Ainda nesta lógica, podemos apontar a função do salário mínimo, implementado em 1940, mas ratificado pela CLT, em 1943, o Estado definia um valor mínimo supostamente baseado na subsistência de uma família operária, mas o valor nominal se mostrou abaixo do patamar, variando em cada região do país, sendo o Distrito Federal (cidade do Rio de Janeiro) com o valor mais alto, 240 mil réis; no sentido oposto, cidades interioranas do Norte e Nordeste registraram o valor nominal na casa de 90 mil réis; e em São Paulo o salário estava fixado na casa dos 220,6 mil reis (Cardoso, 2010).

O salário mínimo permitiu um cálculo empresarial nivelado por baixo, onde trabalhadores especializados eram aviltados no mesmo patamar de trabalhadores não-qualificados, este denominador comum beneficiou a acumulação industrial, de modo que se o salário fosse determinado por um mercado do livre, com concorrência teoricamente perfeita, o salário de categorias especializadas poderia subir (Oliveira, 2011). Desse modo, *"a regulamentação das leis do trabalho operou a reconversão de um denominador comum de todas as categorias, com que, antes de prejudicar a acumulação, beneficiou-a*" (Oliveira, 2011, p. 39).

Apesar dos baixos patamares, a implementação do salário mínimo representou uma referência para determinados setores da economia urbana, obviamente quando era adotado pelos empregadores, porém ele não se colocava como remuneração mínima, mas enquanto valor de teto (Cardoso, 2010). Deste modo, parte da força de trabalho que vivia com valor abaixo do mínimo fixado passou a ter maiores possibilidades de incremento de sua renda e inserção no mercado interno, enquanto segmentos especializados viam parte de seus ganhos se dissiparem. Logo o setor industrial acumulava duplamente, pelo

consumo dos trabalhadores não especializados e pelo aviltamento dos salários em setores mais qualificados. Segundo Vianna (1976, p. 239), "*Nas fábricas, a depreciação da força de trabalho incrementava as taxas de acumulação. Fora delas, com a elevação do padrão de vida do conjunto das classes subordinadas, se conspirava para realização do mesmo capital"*.

A CLT será o símbolo do acesso a uma nova era onde os direitos e regulações estão dados e, ainda que não sejam plenamente estendidos, podem ser alcançados, embora as dificuldades para obter o registro pudessem ser grandes, ele estava ali como uma possibilidade e como uma promessa (Cardoso, 2010).

Segundo Gomes (2005, p. 229): "Ser cidadão - integrar o mundo definido como da política - era pertencer a uma totalidade econômica (trabalhar = produzir riquezas); jurídica (possuir carteira de trabalho); e moral (compreender o trabalho como um dever/direito)". Dentro desta perspectiva, embora a CLT não tenha sido estendida para a totalidade dos trabalhadores e tivesse seus limites em relação a articulação política da classe operária, ela irá ajudar a criar um referencial para as exigências mesmo daqueles que não gozavam de sua cobertura, de modo que medidas e direitos por ela estipulados "tornaram-se parâmetros que passaram a operar, também, em segmentos do mercado assalariado informal, no âmbito de acordos tácitos entre empregadores informais e assalariados sem carteira, que tomavam esses direitos como justos" (Cardoso, 2010, p. 799).

Ainda que este período tenha instituído políticas de reconhecimento e suporte aos trabalhadores como nunca ocorrera antes, este era um elemento e não o fulcro do governo, cujo horizonte principal era a acumulação industrial. Não obstante, os trabalhadores seriam incorporados neste processo, diferentemente do período da Primeira República onde não se reconhecia o valor do trabalho e do trabalhador, tampouco a relação entre trabalho e riqueza (Ferreira, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi desenvolvido até aqui, não é incorreto apontar que a legislação social trabalhista, cuja maior expressão é a CLT, seja entendida enquanto privilégio, dado que não foi estendida igualmente para todos os trabalhadores, mas apenas para aqueles enquadrados na estrutura sindical do corporativismo de Estado (Carvalho, 2016). A estrutura sindical já mencionada não se colocava como representação dos trabalhadores, mas como uma agência de colaboração assentada em uma ordem legal voltada para disciplina do mercado de trabalho (Vianna,1976).

O controle da força de trabalho incorporada na estrutura corporativista construída pelo governo Vargas é uma evidência da prioridade que a acumulação capitalista industrial possuía neste arranjo, a tal controle podemos somar o largo espaço para presença e influência dos empregadores e seus porta-vozes nas instituições, conselhos e institutos enquanto aos empregados havia a tutela e unicidade. Todavia isto não impediu o reconhecimento, pela primeira vez no Brasil, de suas associações e direitos sociais garantidos por lei (Gomes, 2012).

O sindicalismo corporativista é compreendido como um grande agente desmobilizador da classe trabalhadora industrial e urbana, impedindo sua organização política e possibilidades para além daquelas previstas na legislação trabalhista social e seu estatuto, a CLT. Contudo, é importante ressaltar que assim como a matriz econômica do Brasil passava por um processo de transição, a classe trabalhadora também vinha adquirindo novas configurações com a chegada de contingentes oriundos do campo, diante de leis que favoreciam a inserção do trabalhador nacional em prejuízo do imigrante estrangeiro (de onde provinha parte das antigas lideranças sindicais), e um aumento da heterogeneidade na composição da classe operária, de modo que segundo Almeida (1973) citada por Draibe (1985, p. 93) é incorreto *"atribuir à intervenção governamental, nas relações de trabalho, e particularmente à imposição de uma pauta corporativista de organização, tão somente o papel de elemento desorganizador das classes subalternas, como se estas já estivessem previamente estruturadas no campo sindical e político"*.

Embora se colocasse como um projeto que buscava a modernização por uma via conservadora e fora do cânone da democracia liberal, a proposta varguista representou também o chamado aos trabalhadores participarem do processo político de alguma forma (Bresser- Pereira, 2012). A despeito do horizonte se fixar no desenvolvimento nacional identificado com a industrialização e sua necessária acumulação de capital, procurou realizar esta última a partir da incorporação da questão social junto ao Estado e não a tornando inconstitucional como se fez em 1891, ainda que mantendo certo grau de repressão. Neste processo a CLT cumpriu um papel funcional e deliberado de assegurar a harmonia e equilíbrio entre capital e trabalho, se colocando como premissa necessária para regulação de um modelo que apesar de assentar-se no capital busca oferecer contrapartida e reconhecimento ao trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Azevedo. Cultura Política, Revista Mensal de Estudos Brasileiros, n°1. Rio de Janeiro. CPDOC-FGV

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. Getúlio Vargas: o estadista, a nação e a democracia. A Era Vargas: Desenvolvimentismo, economia e sociedade. Pedro Paulo Zahluth Bastos/ Pedro Cezar Dutra Fonseca (orgs.). 1° Edição. São Paulo. Editora UNESP, 2012

CPDOC–FGV Arquivo Alexandre Marcondes Filho, Rio de Janeiro. 1942.

CARDOSO, Adalberto M. Uma Utopia Brasileira: Vargas e a Construção do Estado de Bem-Estar em uma sociedade estruturalmente desigual. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 53, no 4, 2010, pp. 775 a 819

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016

DRAIBE, Sônia Miriam. Rumos e metamorfoses: as alternativas de industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985

FONSECA, Pedro C. Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. A Era Vargas: Desenvolvimentismo, economia e sociedade. Pedro Paulo Zahluth Bastos/ Pedro Cezar Dutra Fonseca (orgs.). 1° Edição. São Paulo. Editora UNESP, 2012

FONSECA, Pedro C. Dutra. Sobre a intencionalidade da política industrializante na década de 30. A Era Vargas: Desenvolvimentismo, economia e sociedade. Pedro Paulo Zahluth Bastos/ Pedro Cezar Dutra Fonseca (orgs.). 1° Edição. São Paulo. Editora UNESP, 2012

FONSECA, Pedro C. Dutra. Vargas: o capitalismo em construção 1906-1954. 3°Edição. São Paulo. Editora Hucitec, 2014

FERREIRA, Jorge. Os conceitos e seus lugares: trabalhismo, nacional-estatismo, populismo. A Era Vargas: Desenvolvimentismo, economia e sociedade. Pedro Paulo Zahluth Bastos/ Pedro Cezar Dutra Fonseca (orgs.). 1° Edição. São Paulo. Editora UNESP, 2012

GOMES, Angela de Castro. A Era Vargas: Desenvolvimentismo, economia e sociedade. Pedro Paulo Zahluth Bastos/ Pedro Cezar Dutra Fonseca (orgs.). 1° Edição. São Paulo. Editora UNESP, 2012

GOMES, Angela de Castro. A invenção do trabalhismo. 3°Edição. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2005.

MARCONDES FILHO. Trabalhadores do Brasil. São Paulo. Revista dos Tribunais, 1943.

OLIVEIRA, Francisco. Crítica à razão dualista/O Ornitorrinco. 1° Edição. São Paulo. Boitempo Editorial, 2003.

VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e Sindicato no Brasil. 1°Edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1976.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

As peças de vestuário na industrialização da Inglaterra dos séculos XVII ao XX: matérias-primas e tecnologias de produção

Sofia Romero Gomes

Milena Fernandes de Oliveira

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

As peças de vestuário na industrialização da Inglaterra dos séculos XVII ao XX: matérias-primas e tecnologias de produção

Clothing in the industrialization of England from the 17th to the 20th century: raw materials and production technologies

Sofia Romero Gomes[1]
Milena Fernandes de Oliveira [2]

Resumo:

As Revoluções Industriais são um marco no estudo da História Econômica, pois mudam a forma de produção e as de consumo. Com as mudanças na forma de produção, também muda a reprodução da vida material dos seres humanos, e, enquanto novos bens surgem, outros passam a ser consumidos de forma diferente. Os bens e formas de consumo nas duas primeiras Revoluções Industriais são o ponto de interesse neste estudo. O objetivo da pesquisa é entender o panorama do setor de bens de consumo – especificamente o de vestuário –, reconstituindo cronologicamente a passagem da produção doméstica para a industrial do século XVII ao início do XX, com o intuito de compreender o processo que desembocou na formação da sociedade de consumo. Como resultado preliminar, identifica-se que embora o processo de industrialização tenha sido marcado pela esfera da oferta e das técnicas de produção, a demanda de produtos de vestimenta relacionada com as interações dos grupos sociais e as leis suntuárias também contribuíram significativamente para a formação do sistema de moda.

Palavras-chave: revoluções industriais; vida material; bens de consumo; materiais; tecnologia

[1] Graduanda em Ciências Econômicas - Instituto de Economia da UNICAMP.
[2] Professora do Instituto de Economia da UNICAMP.

As peças de vestuário na industrialização da Inglaterra dos séculos XVII ao XX: matérias-primas e tecnologias de produção

Abstract:

The Industrial Revolutions are a milestone in the study of Economic History, as they change the form of production and consumption. With the changes in the form of production, the reproduction of the material life of human beings also changes, and, while new goods appear, others start to be consumed in a different way. The goods and forms of consumption in the first two Industrial Revolutions are the point of interest in this study. The objective of the research is to understand the situation of the consumer goods sector – specifically of clothing –, chronologically reconstituting the passage from domestic to industrial production from the 17th century to the beginning of the 20th century, in order to understand the process that led to the formation of the consumer society. As a preliminary result, it is identified that although the industrialization process was marked by the sphere of supply and production techniques, the demand for clothing products related to the interactions of social groups and sumptuary laws also contributed significantly to the creation of the fashion system.

Key words: industrial revolutions; material life; consumption goods; materials; technology

***

Com relação aos estudos econômicos sobre o processo de industrialização, há o interesse em entender o quanto as instâncias da demanda e da oferta chegaram a determinar os rumos desse processo. Mesmo nos estudos de História Econômica, o lugar e o momento em que ocorreu, ou mesmo a rapidez com que se instaurou o início da Revolução Industrial, são atribuídos principalmente à capacidade de produção e oferta (MOKYR, 1977), e não à demanda. Isso não tira, no entanto, a relevância de estudar o consumo dos distintos grupos sociais, o que permite entender aspectos do processo produtivo não explicados pela abordagem da oferta. Assim, quando se pensa na Primeira Revolução Industrial e em como a produção têxtil se desenvolveu nesse período, a instância do consumo permite entender o quanto a moda e as vestimentas têm como função marcar a distinção social, estabelecendo fronteiras de diversas naturezas entre os grupos dentro da ordem social (LIPOVETSKY, 1990). A instância do consumo, portanto, auxilia a entender aspectos desse processo ligados à reprodução social e ao exercício do poder, por exemplo.

Este projeto de Iniciação Científica tem como objetivo geral compreender as mudanças na vida material e do consumo entre as duas primeiras Revoluções Industriais e o período que as precedeu, com um enfoque na produção têxtil da Inglaterra (padrões de consumo surgidos, técnicas e formas de produção desses bens). Aqui serão destacados, em especial, o período pré-industrial e as transformações da Primeira Revolução Industrial, ou seja, os séculos XVII e XVIII. Os objetivos específicos são: 1) o mapeamento das técnicas de produção dos bens de consumo; 2) o estudo da apropriação dos bens pelos diferentes grupos sociais, que serão observados a partir dos seguintes fatores: a) as leis suntuárias, b) os estamentos, c) as influências estrangeiras e d) a produção têxtil, e se mostrará como esses aspectos se interconectam.

O advento da moda e as leis suntuárias:

A "moda como sistema" tem um início histórico localizável no tempo e no espaço – final da Idade Média –, em uma sociedade específica: a do Ocidente moderno. A moda, como ideia e expressão, é indissociável de uma relativa desqualificação do passado: para que ela exista, o novo deve ser exaltado de forma constante e regular (LIPOVETSKY, 1990). Nas sociedades tradicionais, em que a imobilidade e as hierarquias são os princípios de legitimidade, o novo tende a ser rejeitado. No momento em que ocorreu a "objetificação do luxo", que era uma alternativa à expressão de *status* a partir da quantidade de "serventes" domésticos que uma família tinha, as elites passaram a desaprovar o consumo popular (POMERANZ, 2000). É nesse contexto que as leis suntuárias – que regulam o consumo e limitam o luxo – são criadas. Vale mencionar que essas leis não eram novidade do século XV, pois outras sociedades, como a Asteca, já as tinham implementado (ANAWALT,1980).

Na Europa dos séculos XVI e XVII, as leis suntuárias foram utilizadas para controlar o comportamento e assegurar a manutenção de uma estrutura de classe específica. Em um momento em que a classe mercantil estava em ascensão, os aristocratas queriam se diferenciar dos comerciantes; o intuito era impedir que a riqueza se convertesse em *status* a partir do consumo. A legislação europeia tendia, por isso, a restringir o uso de tecidos e cores mais "luxuosas" aos aristocratas. Dessa forma, "as leis suntuárias podem ser entendidas como uma resposta judicial punitiva às mudanças materiais daqueles que veneravam a constância na forma e na hierarquia – seus alvos eram as famílias, grupos e indivíduos cujas aspirações ultrapassem sua posição social" (LEMIRE; RIELLO, 2008, p. 5, *tradução nossa*). Em uma sociedade regida pelo "sistema de licenças", impossibilita-se que bens que conferiam *status* pudessem ser adquiridos por "qualquer um" que tivesse os recursos para tal; assim, os bens só poderiam ser legitimamente possuídos por quem tivesse permissão, sendo restringida sua compra para o resto da população. Nesse sentido, as leis suntuárias podem ser compreendidas como um dispositivo intermediário – entre o sistema de moda e o de licenças – regulador do consumo (POMERANZ, 2000).

As *Elizabethan Sumptuary Laws* (implementadas em meados do século XVI na Inglaterra) definiram quais cores e tipos de vestuário cada grupo social poderia usar. As mulheres e homens de classes baixas podiam usar roupas de lã, linho e pele de carneiro de cores determinadas (como a marrom, bege e amarelo) e, em poucos casos, detalhes de seda e veludo nas roupas. Já a Rainha, o Rei e sua família direta podiam utilizar qualquer seda da cor púrpura, tecido de ouro, e pele de zibelina; os duques, marqueses e condes, por sua vez, podiam usar púrpura em gibões e batas. Caso desrespeitadas, os transgressores teriam que arcar com multas, a possibilidade de perda de propriedade, de título e até da vida.

Com relação a essas leis, questiona-se sobre até que ponto foram seguidas pela sociedade e implementadas pelos poderes; ainda assim, o fato delas terem sido formuladas expressa a mentalidade da sociedade, de regulamentar o consumo conforme as divisões estamentais. A cor púrpura, que era exclusiva dos segmentos superiores, era obtida a partir de moscas cochineal, encontradas no México e exportadas para a Europa pela Espanha (ANDERSON, 2015); essa cor era usada como corante principalmente para a seda e para a lã. Dos itens que tinham origem no Novo Mundo, o corante feito com as moscas tornou-se o segundo mais rentável após a prata. E esse é apenas um dos exemplos de materiais oriundos de países não-europeus que influenciaram a produção do que era ofertado na Europa, ilustrando a relação do comércio com países não europeus e a produção têxtil.

Moda e influência estrangeira:

Ainda que se possa historicizar o nascimento da moda como sistema a partir de um local e momento específico, é importante considerar a influência asiática e colonial nesse processo. O sucesso da seda, de origem chinesa, a partir do século XII, desencadeou tentativas de inibir seu consumo individual através da legislação. De maneira similar, o algodão indiano, que começou a chegar na Europa no século XVI, trouxe lucros para os comerciantes e foi alvo de intervenções legislativas. “[...] os algodões estampados iluminam de forma mais direta ainda as conexões entre o advento dos têxteis asiáticos e o desenvolvimento da moda na Europa, que abrangeu diferentes

classes sociais" (LEMIRE; RIELLO, 2008, p. 7, *tradução nossa*). Lado a lado com as peles e os metais preciosos, as *commodities* indianas e chinesas eram os materiais mais frequentemente mencionados pelos legisladores. Neste sentido, além de poderem ser entendidas a partir da perspectiva de "aversão ao estrangeiro", as leis suntuárias na Europa, a partir de finais do século XVII, passaram a ter um caráter mais protecionista do que propriamente social ou religioso, sob a ótica de que as restrições favoreceriam à economia local (FREUDENBERGER, 1963). Diferentemente de outras nações, porém, as leis suntuárias na Inglaterra foram abolidas a partir de 1604, um ano depois que os Tudor saíssem do poder e os Stuarts subissem ao trono.

Durante a maior parte dos séculos XVII e XVIII, as técnicas indianas de estampar e imprimir no algodão eram mais eficientes que as europeias – além de terem uma maior resistência ao uso e à água, eram fabricadas com maior rapidez e mais baratas. Enquanto os europeus faziam tecidos estampados por tecelagem e acabamento, os indianos faziam diferentes padrões e estampas por meio de diferentes técnicas de pinturas. Por isso, além de restringir a importação de tecidos asiáticos – no início do século XVIII, por exemplo, a Inglaterra baniu as importações dos tecidos de algodão nos chamados *Calico Acts* –, e os europeus buscaram emular as técnicas asiáticas, com pouco sucesso no início.

De fato, "mesmo se as importações asiáticas providenciaram o incentivo inicial para a inovação de produtos e substituição de importações, os europeus sabiam muito pouco sobre corantes permanentes (*colourfast dyes*) e impressão têxtil (*textile printing*) para obter resultados imediatos" (LEMIRE; RIELLO, 2008, p. 10, *tradução nossa*). Os produtores europeus sabiam sobre tingimento – as lãs e as sedas eram estampadas no tear e os seus desenhos eram o resultado de ocasiões de tecelagem e acabamento –, mas o conhecimento sobre impressão têxtil era escasso, o que só mudou no último quarto do século XVII, quando a Inglaterra e a Holanda se tornaram os primeiros locais de testagem com a impressão têxtil na chita, um tecido ordinário do algodão e estampado a cores. A ideia era substituir os produtos indianos por tecidos produzidos de forma doméstica no território europeu. Até a década de 1730, a produção europeia não

conseguia superar a indiana em qualidade. Isso mudou, entre outros fatores, pelas legislações protecionistas que foram implementadas.

Em 1752, um método de impressão com placas de cobre gravadas foi inventado na Irlanda e, anos depois, levado para a Inglaterra. Até 1759, os ingleses tinham, virtualmente, um monopólio da produção de algodão estampado em cobre. Essa técnica, ainda que restrita a desenvolvimento de uma cor, permitia a estampa de detalhes no tecido e, caso se quisesse adicionar mais cores, a técnica das xilogravuras – ou seja, de pranchas de madeira incisadas paralelamente ao eixo vertical do grão da madeira – e pinturas à mão eram utilizadas (WATT, 2003). Com relação à qualidade dos resultados dos têxteis, ou nos níveis de produção e consumo têxtil, até meados do século XVIII, países como a China e a Índia estavam no mesmo patamar europeu, ou até acima. No entanto, a certo ponto, estabeleceu-se uma divergência "Leste-Oeste": enquanto a Europa Ocidental seguiu o caminho da industrialização, em outras áreas se deu continuação ao trabalho intensivo e à economia baseada em recursos (POMERANZ, 2000).

As particularidades da produção têxtil doméstica e industrial:

Há um grande interesse historiográfico em mapear o período anterior à Revolução Industrial, de produção majoritariamente doméstica e manual. A ideia de que os centros urbanos europeus estavam estagnados antes da industrialização não é mais aceita (DE VRIES, 1994); com isso, o período pré-revolução industrial tem sido sucessivamente revisitado. Diferentes teses foram propostas sobre esse período; alguns exemplos são a da proto-industrialização (HOUSTON; SNELL, 1984) e a da revolução industriosa (DE VRIES, 1994). A primeira tem sido criticada por sua análise anacrônica, que busca entender a chamada "industrialização antes da industrialização" que ocorreu no campo, sendo realizada por camponeses e trabalhadores semi-proletarizados; já a segunda tem o objetivo de entender a "mudança ocorrida no nível doméstico no âmbito da demanda, entre meados do século XVII e do início do século XIX, que antecedeu a Revolução Industrial, um fenômeno primordialmente da oferta" (DE VRIES, 1994, p. 2, *tradução nossa*). Ao analisar especificamente o núcleo familiar

como uma unidade econômica, De Vries (1994) percebe uma "transição entre a relativa autossuficiência para a produção orientada para o mercado por todos ou pela maioria dos membros da família envolve necessariamente uma redução de bens produzidos em casa, tipicamente fornecidos por mulheres, e sua substituição por bens produzidos comercialmente" (DE VRIES, 1994, p. 14, *tradução nossa*).

Na Inglaterra, em cada casa, "mulheres e homens fiavam fios e teciam tecidos grosseiros em teares primitivos. Cada família semeou e colheu, armazenou e conservou, fiou e teceu, fermentou e assou, produzindo suas próprias necessidades" (GRAY, 1932, p. 242, *tradução nossa*). Segundo a autora, durante a primeira metade do século XVIII, é quase como se cada casa fosse uma manufatura. O tecido produzido domesticamente era caracterizado como *coarse*, por ser duro e grosso e, enquanto a Inglaterra importava especiarias e sedas, ela exportava grandes quantidades de lã (GRAY, 1932). Até 1760, a produção do algodão se encontrava, principalmente, na parte rural de Lancashire, e a fabricação era feita a mão na casa dos artesãos, exceto as partes do tingimento e das finalizações.

O problema do modelo da proto-industrialização, segundo Berg (1994), é que assume que a fábrica é "o método definitivo de organização de mão de obra; assim, o maquinário moderno baseado em energia passa ser visto como a melhor tecnologia possível a ser empregada" (1994, p. 70, *tradução nossa*). Com o objetivo de mostrar a variação organizacional e tecnológica na manufatura, Maxine Berg explica que, durante o século XVIII, havia a coexistência entre várias formas de produção, como o *putting-out system*, formas cooperativas de produção entre artesãos e tipos de proto-indústria.

Já entre 1770 e 1790, as condições anteriores de produção doméstica já não eram mais observadas, já que a "*spinning jenny*, *water frame*, *spinning mule* e o uso de vapor para a energia revolucionaram a indústria têxtil" (GRAY, 1932, p. 243, *tradução nossa*). Nesse momento, as pessoas começam a se mudar para as cidades em que estavam as fábricas têxteis. As "novas 'manufaturas' foram o resultado de todas essas tecnologias" (WHITE, 2009, *tradução nossa*). Dessa forma, tão importante foram as inovações tecnológicas e de materiais, quanto sua assimilação pelo consumo e os usos

que passaram a ter. Como diz Edgerton (1999, p. 112-113, *tradução nossa*), citando Sir George Clark e Rosenberg, "o que é relevante para a história econômica não é a invenção, mas a adoção e o uso [...] a difusão de novos aparelhos é tão importante quanto suas origens" e "as invenções adquirem sua importância econômica, claramente, apenas como função da sua introdução e difusão".

A primeira *spinning jenny* criada por James Hargreaves era diferente, menor e menos eficiente do que a patenteada por ele em 1770. Assim, como os "salários eram excepcionalmente altos com relação aos preços de capital na Grã-Bretanha, a *spinning jenny* era rentável de ser usada na Grã-Bretanha mas não em outra parte; por isso, esse era o único país em que valia a pena incorrer os custos para desenvolvê-la" (ALLEN, 2009, p.1, *tradução nossa*). Nesse sentido, a invenção não é suficiente para que a tecnologia seja adotada, ela também deve realizar uma função ou tentar resolver um problema.

Um debate importante, nesse quesito, diz respeito ao porquê a Revolução Industrial – entendida como a transformação entre a produção doméstica e manual para o sistema de fábricas – ocorreu na Inglaterra e por que ocorreu no século XVIII. Quanto a isso, diferentes propostas foram desenvolvidas, algumas se amparam nos preços e nos salários para explicar o êxodo rural e como a dinâmica urbana transformou a economia agrícola, que tem um papel importante no desenvolvimento industrial (ALLEN, 2009). Segundo esta lógica, "não foi a indústria britânica que separou a economia do resto do continente, e sim a agricultura britânica junto à fabricação de algodão" (BERG, 1994, p. 2, *tradução nossa*). Percebe-se, ademais, que a indústria que mais prosperou na Primeira Revolução Industrial foi a têxtil. Com a mecanização dos teares e processos no formato da Grande Indústria, o trabalho deixa de ser realizado pela mão humana e passa a ser regido por um dispositivo automático, que funciona no contexto do sistema de máquinas (MARX, 1980). Nesse sentido, ainda que o processo de industrialização tenha sido marcado pela esfera da oferta e das técnicas de produção, a demanda de produtos e o sistema de licenças também contribuíram para a formação do sistema de moda.

Este trabalho de iniciação científica ainda está em andamento e aborda como a produção referente à indústria têxtil e à moda como sistema, no período anterior à Revolução Industrial, foram afetadas pela relação das interações dos grupos sociais com as políticas nacionais. Espera-se, até a conclusão deste estudo, desenvolver a reconstrução histórica até o início do século XX, acompanhando o processo de produção massificada e padronizada das vestimentas. Sabe-se que a indústria das roupas "ready-made" começou no Reino Unido, no entanto, até a década de 1840, a demanda por esses tipos de produtos era reduzida principalmente aos setores agrícola e militar. Isso é dado, principalmente, pelas limitações técnicas que envolviam uma certa "padronização" das roupas. Assim, a partir da criação de tamanhos padronizados, o consumo desses produtos se expande, e foi possível aumentar sua produção em escala (GODLEY, 1997).

Bibliografia:

ALLEN, Robert. *The British Industrial Revolution in Global Perspective***.** Cambridge University Press, 2009.

ALLEN, Robert. *The Industrial Revolution in Miniature: The Spinning Jenny in Britain, France, and India*. Cambridge University Press, 2009. Disponível em: << https://www.jstor.org/stable/25654027 >>. Acesso em: 14 de julho de 2022.

ANAWALT, Patricia. *Costume and Control: Aztec Sumptuary Laws*. Archaeological Institute of America, 1980.

ANDERSON, Barbara. *Evidence of Cochineal's Use in Painting*. The MIT Press, 2015.

BERG, Maxine. *The Age of Manufactures 1700-1820: Industry, innovation and work in Britain*. Routledge, 1994.

EDGERTON, David. *From Innovation to Use: Ten Eclectic Theses on the Historiography of Technology*. History and Technology, 1999.

DE VRIES, Jan. *The Industrial Revolution and the Industrious Revolution*. Journal of Economic History, 1994.

FREUDENBERGER, Herman. *Fashion, Sumptuary Laws, and Business***.** 1963.

GRAY, Greta. *Changes in the Household Resulting from the Industrial Revolution*. Oxford University Press, 1932.

GODLEY, Andrew. *The Development of the Clothing Industry: Technology and Fashion*. Textile History, 1997.

HOUSTON, Rab; SNELL, K. D. M. *Proto-industrialization? Cottage industry, Social change, and Industrial Revolution*. Cambridge University Press, 1984.

LIPOVETSKY, Gilles. *El imperio de lo efímero: La moda y su destino en las sociedades modernas*. Editorial Anagrama, 1990.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Civilização Brasileira, 1980.

MOKYR, Joel. *Demand vs. Supply in the Industrial Revolution***.** Cambridge University Press, 1977.

POMERANZ, Kenneth. *The Great Divergence: China, Europe, and the Making of the Modern World Economy*. 2000.

RIELLO, Giorgio; LEMIRE, Beverly. *East & West: Textiles and Fashion in Early Modern Europe*. Oxford University Press, 2008.

RIELLO, Giorgio; TIRTHANKAR, Roy, editores. *How India Clothed the World: The World of South Asian Textiles, 1500-1850*. Brill, 2009. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/10.1163/j.ctv2gjwskd >>. Acesso: 30 Jun. 2022.

WATT, Melinda. *Textile Production in Europe: Printed, 1600–1800*. In *Heilbrunn Timeline of Art History*. New York: The Metropolitan Museum of Art, 2000–. Disponível em: << http://www.metmuseum.org/toah/hd/txt_p/hd_txt_p.htm >>. Acesso em: 12 de março de 2022.

WHITE, Matthew. *The Industrial Revolution*. London: British Library. 2009. Disponível em: << https://www.bl.uk/georgian-britain/articles/the-industrial-revolution >>. Acesso em: 12 de julho de 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Divisão de tarefas e complementaridade na política de transportes terrestres no Brasil (1964-1989)

Stella Harumi Okumura

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

Divisão de tarefas e complementaridade na política de transportes terrestres no Brasil (1964-1989)

Task division and complementarity in transportation policy in Brazil (1964-1989)

Stella Harumi Okumura[1]

Resumo

Este artigo tem como objetivo discutir como a política de transportes terrestres (rodovias e ferrovias) atuou de maneira complementar no período entre 1964 e 1989, desempenhando papel fundamental para a expansão da fronteira agropecuária e mineral. Nossa hipótese central é que a política de transportes terrestres contribuiu para o aumento das exportações de bens primários das regiões de ocupação recente. Na divisão de tarefas entre os dois modais, coube às rodovias efetivar a expansão da fronteira agropecuária e mineral, enquanto as ferrovias planejadas reduziriam o custo de transporte dos produtores mais distantes dos principais portos do país. Sendo assim, as políticas de transporte terrestres não se limitaram à competição entre modais, mas colaboraram para uma finalidade comum.

Palavras-chave: *transportes; rodovias; fronteira agropecuária e mineral; exportação*

JEL: *N76*

Abstract

This paper aims to discuss how the land transportation policy (highways and railroads) between 1964 and 1989 worked in a complementary manner, being fundamental to the expansion of the agricultural and mining frontier. Our main hypothesis

[1] Mestra em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Doutoranda em Desenvolvimento Econômico pela mesma instituição.

is that both railroads and highways contributed to increase the commodity exportation from the newly occupied areas. In the division of labour between them, highways were used to expand the agricultural and mining frontier, while the planned highways would reduce transportation costs for the producers locates far from the main Brazilian ports. Therefore, land transportation policies were not restricted to competition between the means of transportation, but they could collaborate to a common goal.

Keywords: *transportation; highways; railroads; agricultural and mineral frontier; exportation.*

Divisão de tarefas e complementaridade na política de transportes terrestres no Brasil (1964-1989)

***

Introdução

A discussão sobre as políticas de transporte adotadas no Brasil a partir dos anos 1950 frequentemente se concentra na concorrência entre modais, em especial o rodoviário e o ferroviário. O fomento à indústria automobilística a partir do Plano de Metas (1956-1960) teria contribuído decisivamente para o predomínio do transporte rodoviário de cargas e passageiros, em razão da grande influência das montadoras estrangeiras sobre o Estado. Por sua vez, as ferrovias teriam passado por um processo de desmonte, levando à perda de participação na matriz de transportes. No entanto, pouco se discute sobre os objetivos mais gerais das políticas de transporte e os papeis desempenhados pelos diferentes modais visando a objetivos em comum.

Embora seja inegável a influência do setor automobilístico sobre as políticas públicas, ela não esgota as motivações para a configuração da matriz de transportes. Além disso, o discurso de que bastaria investir mais em ferrovias para reduzir a dependência em relação ao transporte rodoviário não atenta para o fato de que as ferrovias existentes se especializaram em determinados serviços e clientes. Em outras palavras, o abastecimento interno e a circulação de pessoas não necessariamente seriam prioridades para eventuais novas ferrovias, não colaborando, assim, para reduzir a dependência do país em relação a rodovias, caminhões e ônibus.

Dessa maneira, este artigo tem como objetivo mostrar como a política de transportes terrestres (rodovias e ferrovias) atuou de maneira complementar no período entre 1964 e 1989, desempenhando papel fundamental para a expansão da fronteira agropecuária e mineral e o posterior escoamento da produção das áreas de ocupação recente. Nossa hipótese central é que a política de transportes terrestres favoreceu a inserção internacional baseada na exportação de produtos primários. Na divisão de tarefas entre os dois modais, coube às rodovias efetivar a expansão da fronteira agropecuária e mineral, enquanto as ferrovias foram estimuladas para reduzir o custo de transporte dos produtores localizados nas regiões mais distantes dos principais portos.

Além desta introdução, o artigo conta com mais três seções e as considerações finais. Na primeira seção, veremos como a construção de rodovias foi utilizada para promover a expansão da fronteira agropecuária e mineral no período entre 1964 e 1973, ao mesmo tempo em que as ferrovias passaram por um processo de redução de linhas e concentração em poucos serviços mais rentáveis. Já a segunda seção mostra como a política de transportes terrestres se subordinou ao objetivo de reduzir o consumo de combustíveis derivados de petróleo a partir do primeiro choque do petróleo. Por último, a terceira seção procura apontar as contradições na política de transportes durante a década de 1980, dado que o mesmo ajuste que promoveu as exportações também penalizou os investimentos públicos em infraestrutura.

Primeiros passos: política de integração nacional, especialização ferroviária e o avanço da fronteira agropecuária e mineral

Nesta seção veremos como as políticas para o setor de transportes se articularam com as demais reformas promovidas pela ditadura instaurada em 1964. Em particular, veremos que o estímulo à expansão das rodovias estava atrelado a uma política de ocupação territorial e disseminação de relações capitalistas de produção, especialmente a partir de 1970, quando são lançados diversos programadas voltados à "integração nacional". Concomitantemente, as ferrovias passaram por um processo de eliminação de linhas e atividades consideradas pouco lucrativas, como o transporte de passageiros de média e longa distância. Utilizando o argumento de combate aos déficits operacionais, o regime ditatorial estimulou a especialização das ferrovias nos serviços mais rentáveis

No período imediatamente após o Golpe de Estado em 1964, a política para o setor de transportes se pautou pelos ajustes impostos ao setor ferroviário e marítimo, cujos déficits operacionais exigiam elevados subsídios. Para lidar com esse problema, o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) explicitou o objetivo de redução de custos e de evitar que os déficits nos setores ferroviário e marítimo continuassem a gerar pressões inflacionárias (BRASIL, 1965). Em outras palavras, havia o entendimento que os déficits nos transportes contribuíam para o aumento da inflação, devendo, por isso, ser reduzidos.

Conforme aponta a **Tabela 1,** a Rede Ferroviária Federal (RFFSA) era o principal receptor de subsídios. Todavia, percebe-se uma redução no montante de recursos destinados para a cobertura desses déficits entre 1962 e 1970, medidos em milhões de Cruzeiros em valores de 1970. Essa mesma tendência também se observa nos modais marítimo e aéreo, o que pode indicar o efeito dessas políticas de austeridade.

Tabela 1
Auxílios, subvenções e cobertura de "déficits" de transporte (Milhões de Cr$, em valores de 1970)

	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970
Ferroviário (RFFSA)	1381,7	1676,5	1426,9	1018,2	694,9	690,4	766,8	692	593,9
Marítimo	343,3	367,8	244,5	245,9	139,3	184,4	56,6	41,7	62,8
Portuário (ARPJ)	78,3	57	31,4	47,1	26,3	-	-	-	-
Aéreo	198,3	119,8	89,8	86,8	57,2	41,7	23,2	3,4	0,5
TOTAL	**2001,6**	**2221,1**	**1792,6**	**1398**	**917,7**	**916,5**	**846,6**	**737,1**	**657,2**

Fonte: Anuário Estatístico dos Transportes (1971)

Apesar de reconhecer a importância do setor de transportes, o PAEG enfatizou a seleção dos projetos "economicamente viáveis" ao invés de propor um amplo programa de investimentos. Segundo Coimbra (1974), as prioridades no período 1964-1967 eram promover a reorganização do sistema viário, reestabelecer o equilíbrio entre os modais e promover uma reestruturação administrativa e financeira nos respectivos órgãos e autarquias. A despeito da orientação geral de racionalização das despesas, houve vários estudos para construção de estradas de rodagem, visto que as rodovias foram escolhidas como melhor maneira de integrar o território nacional (CAMPOS, 2012).

A despeito das restrições impostas pela política anti-inflacionária, os investimentos em transportes tiveram elevada participação da formação bruta de capital fixo entre 1965 e 1967. Em parte, isso decorreu da redução da taxa de investimento de maneira geral, mas também houve a reativação dos investimentos rodoviários e a relativa autonomia da indústria automobilística frente à crise econômica. Em 1970, a participação dos transportes na formação bruta de capital fixo chegou a 35,7 %, incluindo os

acréscimos na produção de veículos (BARAT, 1978, p. 5). Enquanto o setor de transportes cresceu 7,97 % a.a., em média, entre 1950 e 1970, o crescimento do PIB de 6,4% a.a. em média nesse período (BARAT, 1978, p. 9).

A aceleração dos investimentos em transportes ocorreu em um momento de expansão econômica conhecida como "milagre brasileiro" (1968-1974). De acordo com Mello e Belluzzo (1998), o crescimento desse período se apoiou sobre a estrutura preexistente, isto é, o bloco de inversões inaugurado pelo Plano de Metas (1956-1960). Dessa maneira, o setor de bens duráveis, como a indústria automobilística, continuou a ter destaque. O "milagre" ampliou o mercado para esses bens por meio da concentração de renda, sem promover a difusão generalizada desses produtos. A política de arrocho salarial da ditadura significou que os salários reais não foram beneficiados na mesma medida pelo crescimento, ainda que a absorção de mão-de-obra subutilizada tenha aumentado o emprego e a massa de salários, criando uma relativa mobilidade social (FURTADO, 1986). Dessa forma, no "fordismo incompleto" implantado no Brasil, os automóveis eram destinados às classes média e alta e às exportações (WOLFE, 2010), ao invés de se tornarem bens de consumo de massa.

Para além da relação entre o crescimento da indústria automobilística e os investimentos em rodovias, é necessário destacar outros pontos de contato entre a política econômica e as ações específicas para os transportes. Mais especificamente, mostrar como se combinaram a expansão da fronteira agropecuária e mineral, a promoção das exportações primárias e a divisão de tarefas no âmbito dos transportes terrestres para dar suporte a essa estratégia.

A substituição do Ministério de Viação e Obras Públicas pelo Ministério dos Transportes, em 1967, inaugurou uma nova fase em que receberam destaque as questões da integração nacional e da ocupação dos "espaços vazios", especialmente aqueles próximos à fronteira terrestre (NATAL, 2003). A atualização do Plano de Viação Nacional, concluída em 1973, foi complementada pela criação de oito Programas

Especiais[2] que previam investimentos na infraestrutura de transportes, como o Programa de Integração Nacional (PIN); o Programa de Redistribuição de Terra e Estímulo à Agropecuária do Norte e Nordeste (PROTERRA); e o Programa dos Corredores de Exportação (COIMBRA, 1974). Quanto a este último, a prioridade era modernizar ferrovias e portos para melhorar a competitividade das exportações. Em particular, havia a necessidade de promover a adaptação dos portos brasileiros para a exportação de minérios em grandes embarcações (COIMBRA, 1974; NATAL, 2003).

A expansão da fronteira econômica por meio dos planos de integração do território e de escoamento das exportações ocorreu concomitantemente a um processo de modernização da atividade agropecuária. A partir de meados da década de 1960, a concessão de crédito rural pelas agências oficiais estimulou a modernização da produção por meio ao estímulo à aquisição de fertilizantes, máquinas e outros equipamentos. Assim, o Estado atuou como mediador e sancionador de um processo de mudança na base técnica da produção rural que não foi acompanhado por transformações na estrutura fundiária (DELGADO, 1984).

Além da política de crédito, os órgãos e instituições públicas vinculadas ao setor contribuíram para a consolidação de um mercado de terras, tanto nas áreas já ocupadas quanto nas áreas de fronteira econômica. Segundo Delgado (1984), os programas de desenvolvimento rural contribuíram para a valorização da propriedade territorial e para a manutenção do latifúndio tanto nas regiões "antigas" e sua reprodução na fronteira agrícola no Norte e Centro-Oeste. Apesar da ocupação de novas terras, os migrantes e pequenos produtores continuaram excluídos do acesso à propriedade fundiária, a qual passou a constituir uma forma de reserva de valor para as empresas.

O recurso às rodovias como meio de ocupação do território não era uma novidade, ainda que esse papel tenha sido reforçado pela política de integração nacional. Já existia um movimento de colonização espontânea para as regiões de fronteira desde os anos

[2] Os demais projetos eram o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE); o Programa Especial para o Vale do São Francisco (PROVALE); o Programa de Recuperação da Baía da Guanabara; e o Programa Especial de Vias Expressas (COIMBRA, 1974).

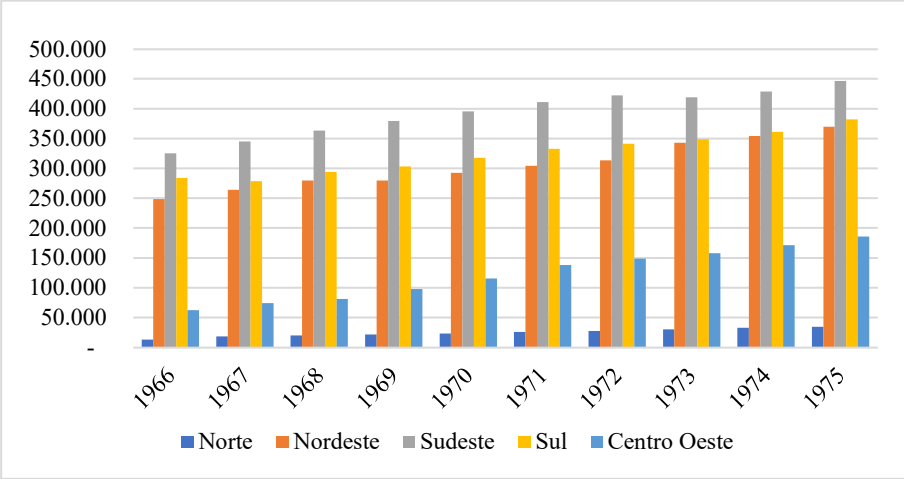
1950, a partir da construção das rodovias (IANNI, 1979). Ou seja, as rodovias já realizavam ligações inter-regionais, facilitando as migrações internas. Todavia, a partir de 1970, o governo federal criou programas destinados a estimular a ocupação e as atividades econômicas em regiões como o Nordeste, Norte e Centro-Oeste. A criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a instituição do Programa de Integração Nacional (PIN) e o início da construção da rodovia Transamazônica marcaram o início de um período em que predominou a colonização dita oficial, coordenada pelo INCRA, bem como o controle oficial dos posseiros espontâneos, os quais se tornaram colonos (IANNI, 1979).

A estratégia de colonização também tinha finalidade geopolítica e populacional, visto que atendia à questão da segurança nacional e visava apaziguar as tensões no campo, especialmente na região Nordeste, bem como reduzir as migrações para o Centro-Sul do país. Além disso, tratava-se de integrar a região Amazônica ao padrão de desenvolvimento capitalista vigente no restante do país. No período entre 1970 e 1973, no qual predominou a colonização oficial, as rodovias serviram como base para ocupação do território, visto que a colonização se deu nas margens da Rodovia Transamazônica e outras vias abertas (IANNI, 1979). Em síntese, Ianni (1979, p. 137) definiu as políticas de colonização como uma "contrarreforma agrária":

> Em síntese, ao distribuir alguma terra na Amazônia, o Estado brasileiro foi levado a não distribuir as terras do Nordeste, do Sul, de outras regiões e nem da própria Amazônia. Ao longo dos anos 1964-1978, ele distribuiu alguma terra para não distribuir as terras (...). No campo, a contrapartida do apoio dado pela burguesia rural ao Golpe de Estado de 1964 foi a contra-reforma agrária, apresentada e executada como colonização dirigida.

A despeito dos estímulos à colonização e à construção de rodovias nas regiões de fronteira, o **Gráfico 1** mostra que as rodovias continuavam concentradas no Sul e no Sudeste. Contempladas por programas especiais, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste aumentaram a quilometragem de rodovias sem que isso afetasse substancialmente a distribuição da malha rodoviária pelo país.

Gráfico 1
Rodovias - total por região (km)



Fonte: Anuário Estatístico dos Transportes (1971;1976).

Enquanto a expansão da malha rodoviária era estimulada, o modal ferroviário passou por uma redução na extensão de suas linhas, com a supressão dos trechos considerados deficitários. A supressão desses ramais foi organizada em 1965 por meio da Comissão Regional para Assuntos Relativos à Erradicação de Trechos Ferroviários (CRAE), a qual deveria atuar nas unidades da RFFSA para identificar os trechos a serem desativados. Já o Decreto nº 58.992, de 04/08/1966, classificou esses ramais em 3 grupos, de acordo com a prioridade: o primeiro correspondia àqueles onde já existia a rodovia para o atendimento das populações; o segundo englobava áreas cujas rodovias já se encontravam em execução; o terceiro, por último, onde não tivesse começado a construção de rodovias substitutivas. No mesmo ano foi criado o Grupo Executivo para Substituição de Ferrovias e Ramais Antieconômicos (GESFRA), pela Portaria nº 385 do MVOP, de 07/07/1966 (PAULA, 2000).

A **Tabela 2** mostra que em dezembro de 1971 a maior parte das linhas que foram destinadas à erradicação já o tinham sido ou estavam em vias de sê-lo. Poucas foram as que conseguiram ser excluídas da lista, menos do que aquelas que ainda aguardavam a extinção. Entre os ramais a serem desativados, constavam tanto aqueles da RFFSA quanto aqueles pertencentes aos estados, com predomínio dos primeiros.

Tabela 2
Situação dos ramais ferroviários antieconômicos em dezembro de 1971

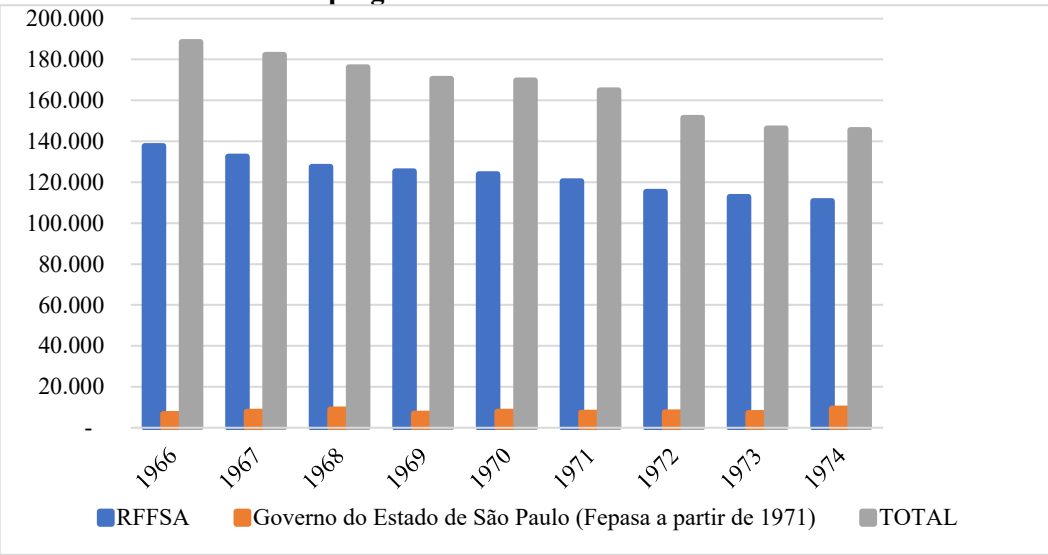
	RFFSA	stados	Total
Ramais antieconômicos	8050	2745	0795
Erradicados/ em processo de erradicação	5243	2175	7418
A ser excluído da relação de r. a.	685	85	770
Linhas a erradicar	2122	485	2607

Fonte: Andreazza (1972, p. 47)

Entretanto, a política de supressão dos ramais não significou o "desmonte" ou "abandono" completo do sistema ferroviário. Além das mencionadas linhas desativadas, foram suprimidos alguns dos serviços de seu modelo de negócios, particularmente aqueles que não se relacionavam com o transporte de mercadorias para exportação (NUNES, 2013, p. 150). A redução de funcionários decorrente da desativação de linhas e serviços aconteceu ao mesmo tempo em que se deu um aumento no transporte de cargas, resultando em um aumento na produtividade das ferrovias. Além disso, a atividade repressora da ditadura contribuiu para conter os aumentos salariais da categoria dos ferroviários, levando a uma decrescente participação dos salários na composição das despesas totais (NUNES, 2013, p. 154).

Como é possível ver no **Gráfico 2**, houve uma tendência de redução no pessoal empregado nas ferrovias no período entre 1966 e 1974.

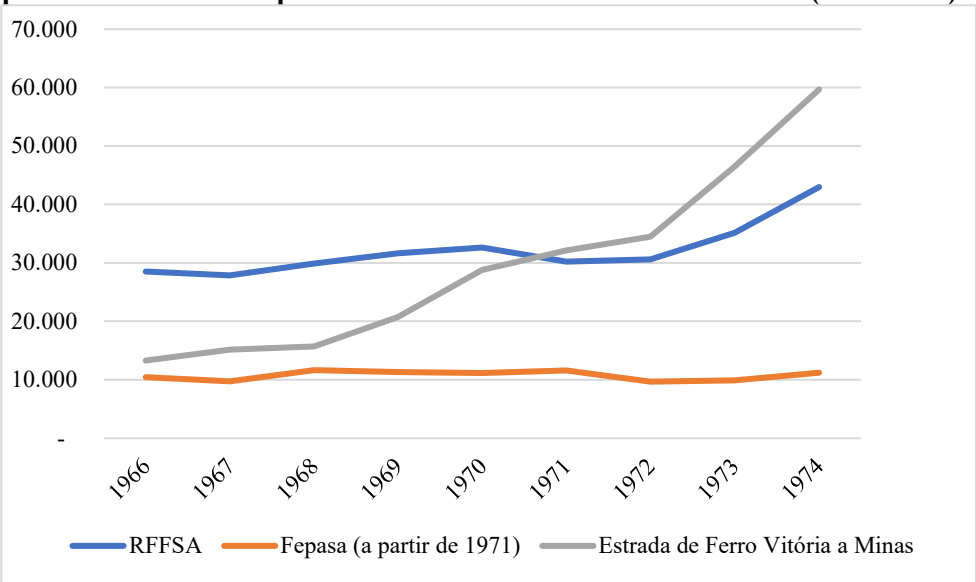
Gráfico 2
Pessoal empregado nas ferrovias - 1966-1974



Fonte: Anuário Estatístico dos Transportes (1971; 1976).

Por sua vez, o **Gráfico 3** exemplifica a ênfase no transporte de mercadorias, medido em milhares de toneladas úteis. Também podemos perceber que a quantidade transportada pela Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), de propriedade da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), supera a quantidade da RFFSA a partir de 1971. A principal função da EFVM era transportar o minério de ferro produzido em Minas Gerais para o porto de Vitória (ES), tendo sido vendida junto com a CVRD quando esta foi privatizada.

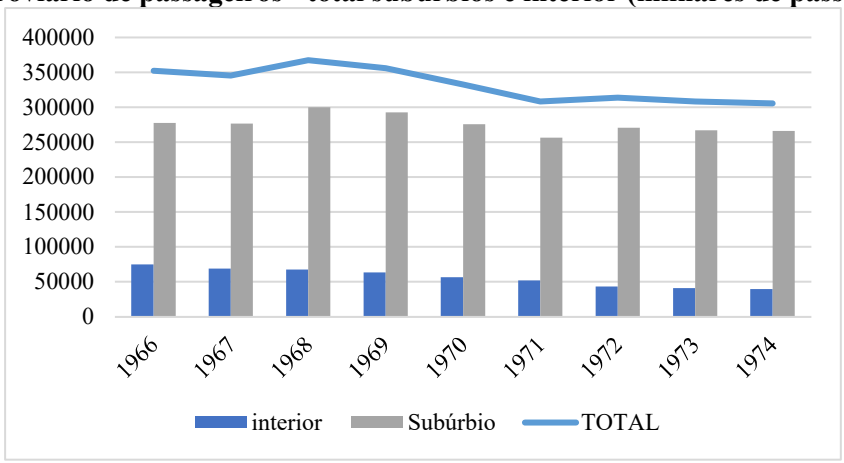
Gráfico 3
Transporte de mercadorias por ferrovias - milhares de toneladas úteis (1966-1974)



Fonte: Anuário Estatístico dos Transportes (1971; 1976).

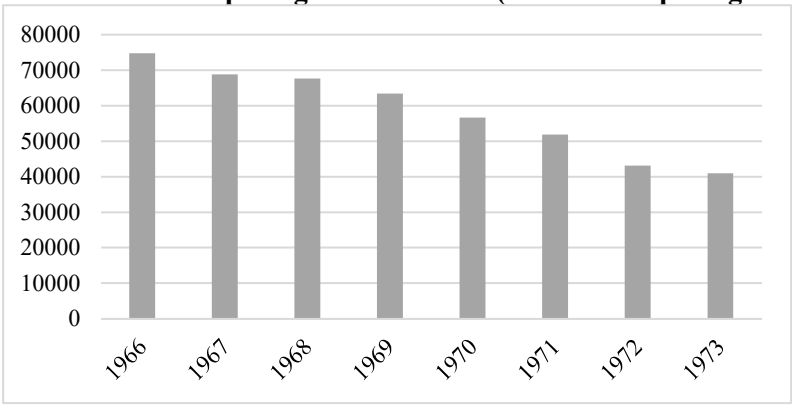
Enquanto isso, observou-se uma tendência decrescente no transporte de passageiros no período entre 1966 e 1974, destacadamente no transporte de "interior" (média e longa distância), como mostram os **Gráficos 4 e 5**.

Gráfico 4
Transporte ferroviário de passageiros - total subúrbios e interior (milhares de passageiros)



Fonte: Anuário Estatístico dos Transportes (1971; 1976).

Gráfico 5
Transporte ferroviário de passageiros - interior (milhares de passageiros)

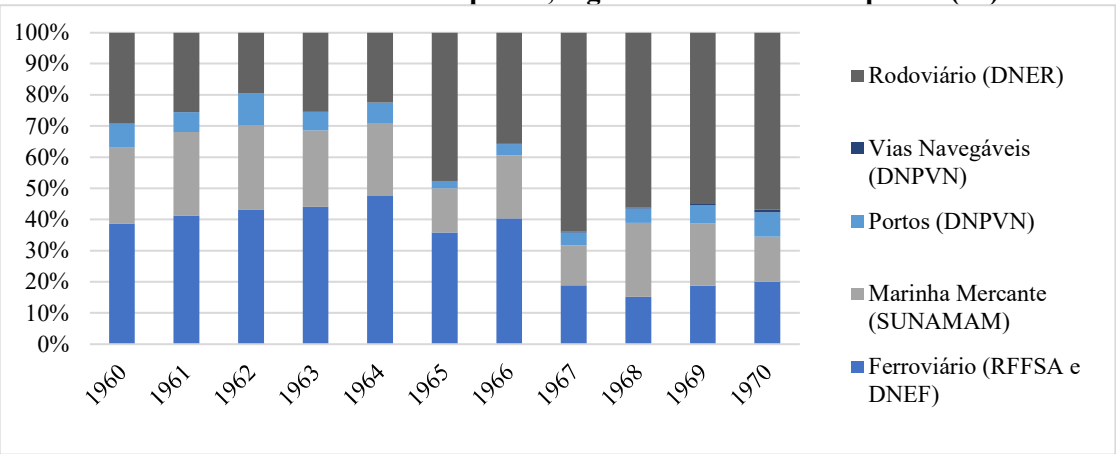


Fonte: Anuário Estatístico dos Transportes (1971; 1976).

Por sua vez, a distribuição dos gastos refletia as prioridades da política de transporte. A partir do **Gráfico 6**, é possível notar que o gasto do Ministério dos Transportes[3] se concentrou no DNER e a parcela a ele destinada cresceu no período 1965-1974. Em seguida, a RFFSA e o DNEF, estruturas voltadas para as ferrovias, viram sua participação decrescer, com exceção dos anos de 1972 e 1973, em que houve uma pequena recuperação.

[3] O Ministério dos Transportes foi criado em 1967, substituindo a pasta de Viações e Obras Públicas. Seu primeiro ocupante foi Mário David Andreazza, cuja gestão foi caracterizada pelo início de obras de grande porte, como a Ponte Rio-Niterói e a Rodovia Transamazônica, bem como pela ênfase rodoviarista (CAMPOS, 2012).

Gráfico 6
Dispêndio efetivo do Ministério dos Transportes, segundo o setor de transportes (%)



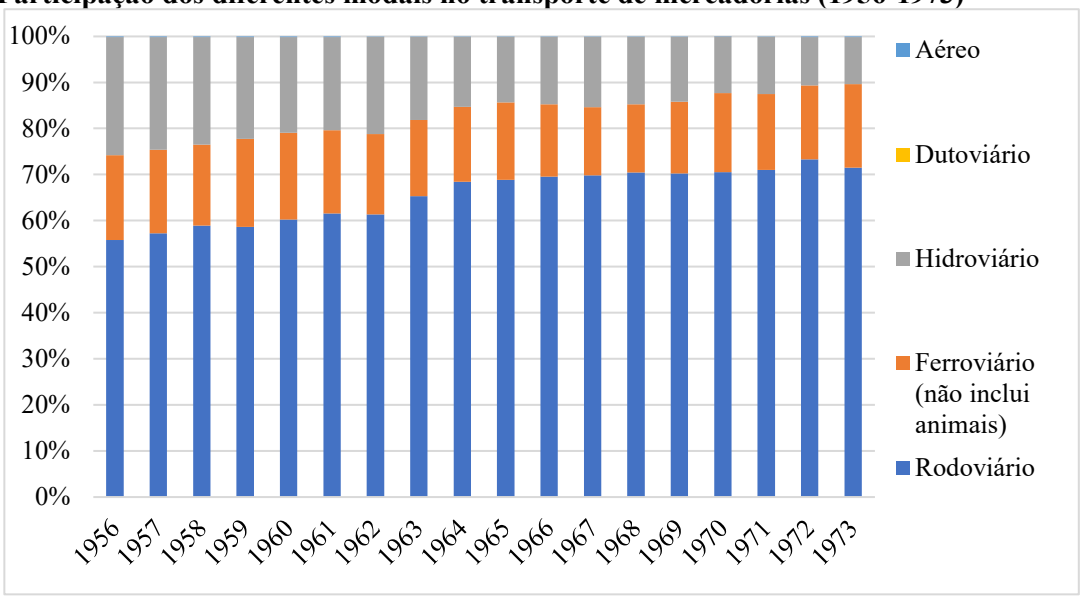
Fonte: Anuário Estatístico dos Transportes (1971; 1976)

Em suma, a política de transportes terrestres não se limitou a incentivar a expansão da malha rodoviária em detrimento das ferrovias, mas estava relacionada com outros processos em curso no período. O uso das rodovias para viabilizar a expansão da fronteira agropecuária e a especialização das ferrovias no transporte de mercadorias, especialmente para o mercado externo, indicam uma possível divisão do trabalho na política de transportes, que ultrapassa a mera concorrência entre modais. Nas seções seguintes, veremos como esse processo decorreu.

Os efeitos do primeiro choque do petróleo e a política de transportes do II PND

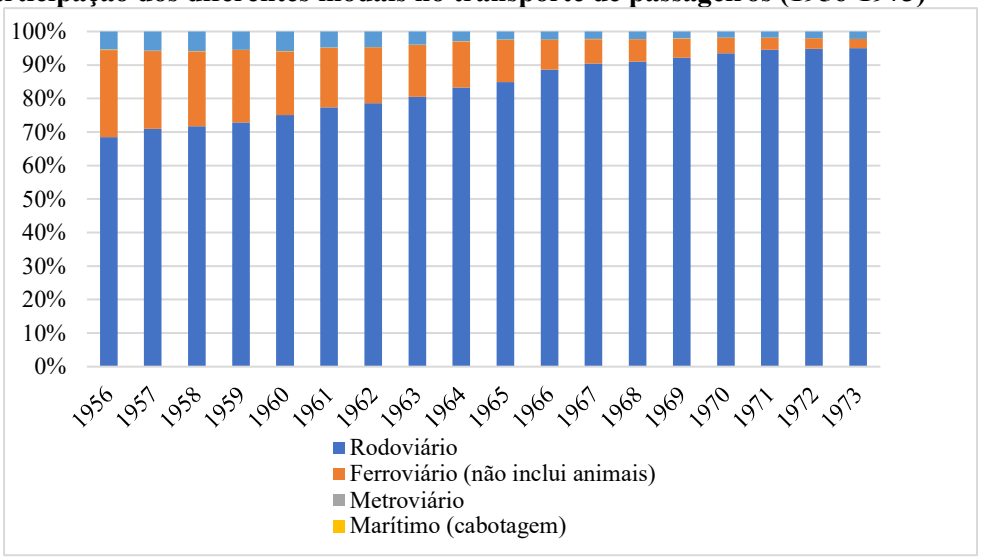
No início da década de 1970, já era possível notar o efeito das políticas de incentivo às rodovias. De acordo com Barat (1978), em 1970 a rede rodoviária tinha aproximadamente 180 mil quilômetros, enquanto a frota de veículos atingira 3.127.000 unidades. Nos **Gráficos 7** e **8** podemos ver a elevada e crescente participação do modal rodoviário tanto no transporte de mercadorias quanto no de passageiros, sendo ainda mais pronunciada no segundo caso, com mais de 90% do total em 1973.

Gráfico 7
Participação dos diferentes modais no transporte de mercadorias (1956-1973)



Fonte: Anuário Estatístico dos Transportes (1971; 1976).

Gráfico 8
Participação dos diferentes modais no transporte de passageiros (1956-1973)



Fonte: Anuário Estatístico dos Transportes (várias edições)

O aumento nos preços do petróleo a partir de 1973 contribuiu para intensificar as críticas à predominância do modal rodoviário, dado o imperativo de reduzir o consumo e, consequentemente, as importações de combustíveis derivados de petróleo. Por essa razão, a política de transportes do restante da década procurou se ajustar ao novo cenário, o que se traduziu em um discurso favorável às ferrovias e hidrovias, além de incentivos ao transporte coletivo nos grandes centros urbanos. A despeito dos projetos formulados nesse período, veremos que, na prática, não houve uma alteração substancial da matriz de transportes e muitos desses planos foram abandonados.

A despeito dos crescentes desequilíbrios nas contas externas e do desaquecimento da economia, o governo Geisel (1974-1979) não promoveu um ajuste recessivo. Ao invés disso, comprometeu-se com um novo plano de desenvolvimento, aproveitando a abundância de crédito internacional sob condições aparentemente favoráveis. Lançado em 1974, o II Plano Nacional de Desenvolvimento representou a tentativa de lidar com a crise mundial e, ao mesmo tempo, preservar o crescimento e ampliar a diversificação da estrutura produtiva (CARNEIRO, 2002).

Além de lidar com os efeitos imediatos da crise internacional, o II PND tinha como objetivo mais amplo deslocar a ênfase da indústria para o setor de bens de produção, alternado assim as prioridades da indústria brasileira, do setor de bens de consumo durável para a produção de bens de capital e intermediários (LESSA, 1977, 1998). Sua proposta de avançar na substituição de importações também visava melhorar a situação das contas externas, juntamente aos incentivos às exportações (FURTADO, 1983). Dessa maneira, o enfrentamento da crise internacional passaria pela reconfiguração da estrutura da indústria brasileira, a fim de reduzir a dependência em relação às importações de bens intermediário e bens de capital.

A questão energética recebeu bastante destaque no âmbito do II PND. Ao mesmo tempo em que buscou o aumento da produção interna de petróleo, tentou modificar a estrutura de consumo dos combustíveis derivados de petróleo, especialmente nas atividades de transporte, por meio dos incentivos a ferrovias, hidrovias e ao transporte coletivo (LESSA, 1998). Para incentivar a produção interna de petróleo, na mesma época

houve a adoção dos chamados "contratos de risco", constituindo uma forma disfarçada de exportação de petróleo para os países centrais e de obtenção de financiamento externo junto ao oligopólio internacional do petróleo (CAMPOS, 2009; SILVA, 2018).

No II PND, a política de transportes se subordinou ao objetivo geral de redução na demanda de combustíveis derivados do petróleo. O incentivo às modalidades não rodoviárias – ferrovias, navegação e portos – tinha como principal objetivo economizar combustível. Além disso, a eletrificação de ferrovias existentes e a implantação de novas linhas com tração elétrica reforçavam a ênfase na redução do consumo de petróleo, evitando o aumento do consumo de *diesel* por parte das ferrovias (BRASIL, 1974).

Em relação à distribuição dos investimentos, o II PND previu um total de 28 bilhões de Cruzeiros até 1979 (em valores de 1975) para as ferrovias, representando um aumento de 124% em relação aos 12,5 bilhões investidos em 1974. O setor rodoviário, por sua vez, receberia investimentos de 33 bilhões de Cruzeiros para o período 1975-1979 (em valores de 1975), de maneira a viabilizar o aumento da rede pavimentada (BRASIL, 1974). Ou seja, apesar do aumento relativo dos recursos destinados ao setor ferroviário, a prioridade na distribuição de recursos ainda era das rodovias.

Ademais, o Plano apontou a necessidade de adotar uma política de deslocamento do transporte de passageiros de massa para as modalidades ferroviária, marítima e fluvial, bem como de estímulo ao transporte coletivo, por meio do Programa Nacional de Transportes Coletivos. Com relação a essa proposta, o II PND buscava combinar o enfrentamento da questão energética com a atuação sobre os problemas acarretados pela urbanização acelerada, especialmente nas metrópoles do Centro-Sul (BRASIL, 1974).

O II PND também afetou a política de transportes de maneira indireta. O estímulo às exportações de recursos naturais e a diversificação na pauta exportadora demandavam investimentos na infraestrutura de transportes para viabilizar o escoamento da produção nas áreas de fronteira agropecuária e mineral. O II PND contribuiu para fomentar a formação de *joint ventures* para a exploração de recursos naturais, insumos básicos e matérias-primas para depois serem comercializados no mercado internacional. O aumento do preço do petróleo e outras matérias-primas estimulou a atuação do capital internacional

na exploração de recursos naturais na periferia, onde também prevaleciam menores custos de produção. Esse novo IDE exigia taxas de retorno garantidas pelo Estado em razão do risco das operações e da longa maturação dos investimentos (CAMPOS, 2009).

No mesmo período houve o lançamento do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) em 1974, cujos projetos para deveriam ser executados no período 1975-1979 (SUDAM, 1975). A ênfase da política oficial também se deslocou para o incentivo à colonização privada, mostrando que, mais do que apenas extrair recursos naturais valiosos, a intenção era expandir o próprio capitalismo para a Amazônia, como se fosse um processo de acumulação primitiva (IANNI, 1979, p. 21). De acordo com Delgado (1984), o apoio estatal às empresas de colonização privada consistia nos investimentos públicos na infraestrutura básica, no financiamento à implantação dos colonos e no patrocínio político do INCRA para a entrada do capital financeiro no mercado de terras. Em relação aos investimentos em infraestrutura, Delgado (1984, p. 103) detalha que:

> Os principais investimentos da espécie que estou tratando contemplam a extensão das linhas de eletrificação rural a preços subsidiados, grandes obras de irrigação pública, privatizadas em benefício de determinadas empresas, obras de drenagem e outros investimentos em saneamento ambiental executadas pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento e ainda a construção das estradas vicinais, realizada pelos Departamentos Estaduais de Estradas de Rodagem.

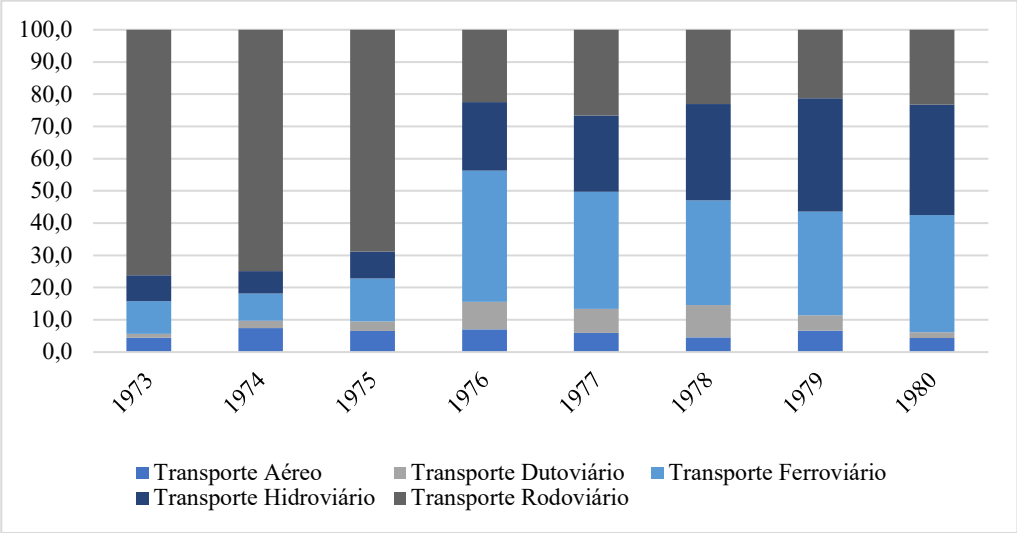
Dessa maneira, vemos que apesar do discurso em prol de outras modalidades de transporte, as rodovias continuavam a cumprir um papel importante no que diz respeito à expansão da fronteira econômica. Os incentivos estatais à exploração de recursos naturais e à ocupação do território demandavam a ampliação da infraestrutura de transportes, à semelhança do que ocorreu na fase de expansão mais acelerada das rodovias.

Ao mesmo tempo, a necessidade de transportar a produção localizada nas regiões de fronteira estimulou a elaboração de projetos ferroviários, como Ferrovia do Aço, Norte-Sul, Ferrovia da Produção (Ferroeste) e Ferrovia Leste-Oeste (Ferronorte), idealizadas nas décadas de 1970 e 1980 (PRADO, 1997). A Ferrovia do Aço atenderia

ao setor siderúrgico, tendo sido feitos os primeiros estudos ainda no começo dos anos 1970 (CAMPOS, 2012). O projeto inicial indicava a construção de uma linha férrea entre Belo Horizonte e São Paulo, com um ramal entre Itutinga (MG) e Volta Redonda (RJ). Já a Ferrovia Norte-Sul teve seu início em 1973, mas foi inaugurada apenas em 1989. A conclusão da obra se deu após a participação da empresa privada Minerações Brasileiras Reunidas (MBR), a qual tinha interesse na ferrovia por ser um cliente em potencial de seus serviços e entrou com parte do financiamento (PRADO, 1997). Esse caso ilustra uma tendência que será reforçada com as privatizações, a saber, a íntima relação entre os principais clientes e as ferrovias, especialmente o setor minerador.

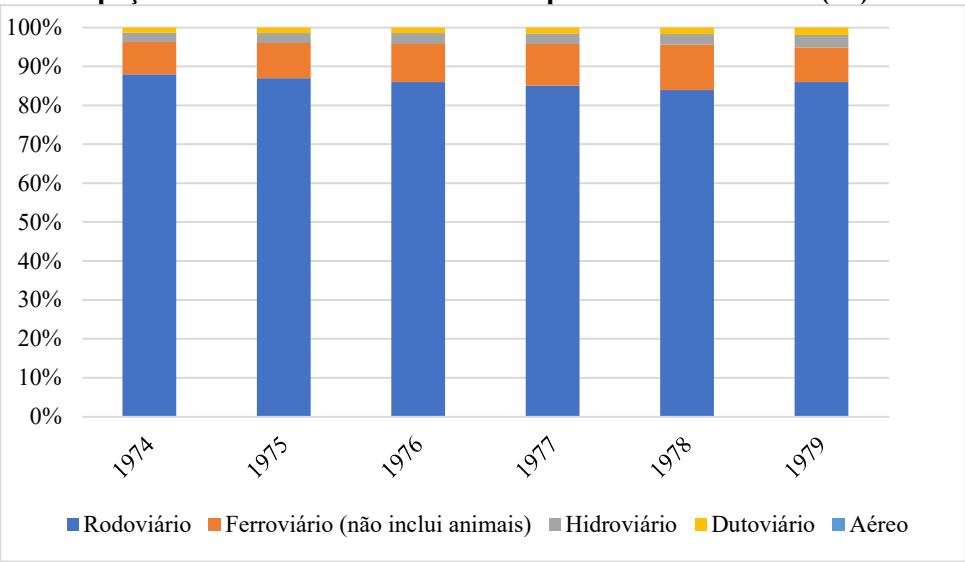
O **Gráfico 9** indica um aumento expressivo na participação do setor ferroviário nos investimentos do Ministério dos Transportes entre 1976 e 1979, com redução da participação dos investimentos rodoviários. Apesar disso, os **Gráficos 10** e **11** mostram que a mudança na composição dos investimentos não se traduziu em uma grande alteração na distribuição do transporte de mercadorias e de passageiros entre modais, mantendo-se o predomínio do modal rodoviário.

Gráfico 9
Investimentos segundo o setor de transporte (%)



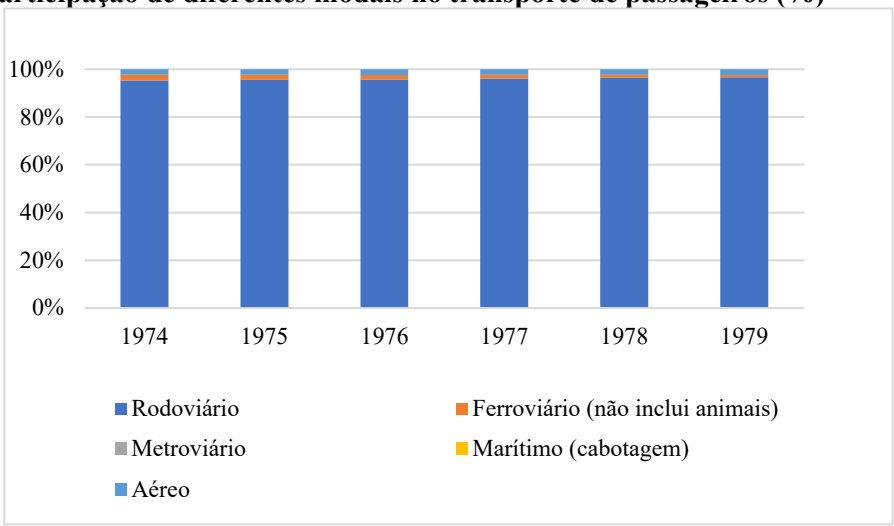
Fonte: Anuário Estatístico dos Transportes (1976; 1981)

Gráfico 10
Participação de diferentes modais no transporte de mercadorias (%)



Fonte: Anuário Estatístico dos Transportes (várias edições)

Gráfico 11
Participação de diferentes modais no transporte de passageiros (%)



Fonte: Anuário Estatístico dos Transportes (1975;1981)

O agravamento dos desequilíbrios externos levou a uma inflexão da política econômica a partir de 1976, com a substituição da "estratégia desenvolvimentista" pelas políticas de austeridade (ESPÓSITO, 2016). O foco na contenção dos gastos públicos afetou principalmente os investimentos em infraestrutura e bens de capital (CRUZ, 1984).

A partir do final da década de 1970, foram adotadas medidas recessivas que se concentravam na redução do déficit público, no controle da inflação e na redução da participação do Estado na economia. As empresas estatais foram um dos principais alvos do ajuste e foram submetidas ao controle da Secretaria de Controle das Empresas Estatais (SEST), criada por meio do Decreto 84.128/79 (RODRIGUES, 2017).

Sendo assim, o estímulo aos investimentos em ferrovias teve curta duração, sendo interrompido pelos ajustes que visavam conter a deterioração das contas externas do país. Ainda que os resultados práticos não tenham sido significativos, as propostas para reduzir a dependência em relação às rodovias passaram a ser discutidas mais seriamente. Todavia, como veremos adiante, as limitações impostas aos investimentos públicos e a especialização no atendimento ao setor exportador limitaram o alcance dos poucos projetos ferroviários que chegaram a ser executados.

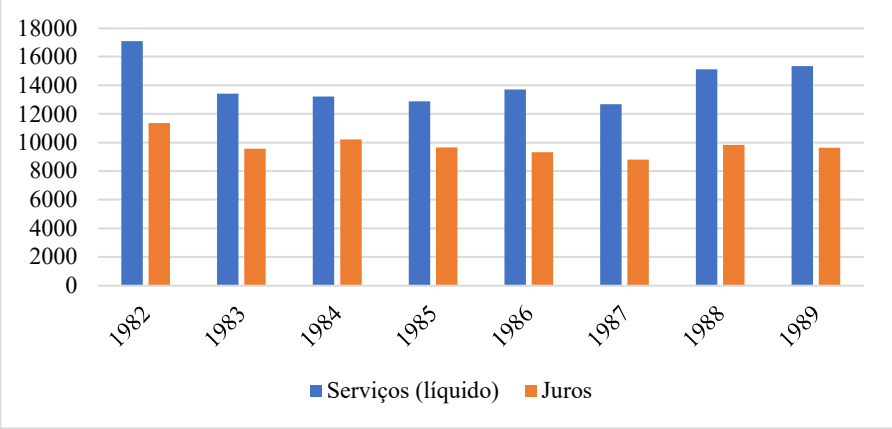
A política de transportes terrestres durante a "década perdida": entre o ajuste recessivo e o *drive* exportador

A elevação das taxas de juros internacionais a partir de 1979, agravada pela interrupção do financiamento externo voluntário após a moratória mexicana em 1982, colocou em evidência o patamar de endividamento externo dos países latino-americanos. O Fundo Monetário Internacional condicionou o financiamento do Balanço de Pagamentos desses países à adesão a programas de ajuste por parte de seus governos, de modo a demonstrar o compromisso com o serviço da dívida externa. No Brasil as primeiras medidas nesse sentido foram tomadas antes mesmo dos acordos com o Fundo, mas seguiram a mesma lógica de contração dos gastos governamentais, o que penalizou principalmente os investimentos públicos. Além disso, as exportações receberam incentivos por sua capacidade de gerar recursos em moeda estrangeira necessários ao pagamento dos credores. Na prática, isso resultou em uma contradição: a redução do

investimento público ocorreu justamente em um momento de maior exigência sobre a infraestrutura, a qual teria papel crucial no apoio ao setor exportador.

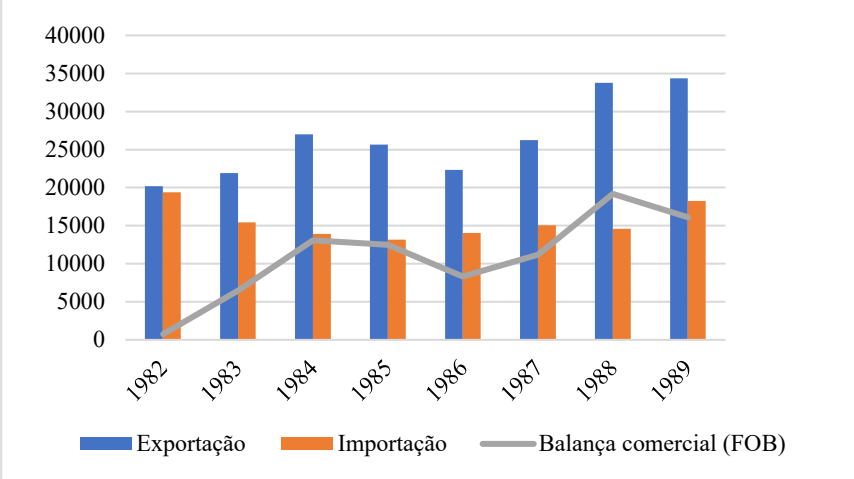
Como podemos ver no **Gráfico 12**, os serviços de juros corresponderam a uma parcela importante do saldo da Balança de Serviços. No que diz respeito à capacidade de geração de superávits comerciais, por meio do **Gráfico 13** é possível notar que houve êxito quanto ao aumento das exportações, porém as importações não baixaram além de determinado patamar (cerca de 13 bilhões de dólares, em 1985).

Gráfico 12
Saldo de Serviços e Serviços de Juros - em US$ milhões correntes (1982-1989)



Fonte: Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. E atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

Gráfico 13
Balança comercial - saldo, importações e exportações - em US$ milhões correntes (1982-1989)



Fonte: Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. E atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

A ênfase na redução do gasto público se devia ao diagnóstico do FMI de que esse elemento seria o principal responsável pelo sobreendividamento externo. Mais do que isso, o Fundo responsabilizava o modelo de substituição de importações que foi aplicado na América Latina pelos "excessos". Ao invés de encaminhar uma solução para o problema da dívida e das contas externas dos países da região, o saldo desses programas incluiu recessão, aceleração da inflação e deterioração das finanças públicas, sufocadas sob o peso das dívidas externa e interna (BAER, 1993; SAMPAIO JR, 1988).

Os investimentos públicos foram especialmente penalizados, o que contribuiu para a deterioração da qualidade dos serviços e bens públicos. Duas principais medidas de política econômica afetaram o investimento público: i) Política de preços e tarifas dos bens e serviços produzidos pelas estatais a serviço da política anti-inflacionária; ii) controle direto das importações adquiridas pelas empresas estatais. Entre 1980 e 1983, as despesas agregadas das 20 maiores holdings estatais com pessoal e encargos sofreram uma queda de mais de 10% em termos reais. Houve um corte real de quase 27% nos investimentos dos 20 maiores grupos estatais nesse intervalo, concentrado principalmente no ano de 1983, no qual ocorreu queda real de 30% em relação ao ano anterior. Tais cortes tiveram grave impacto sobre o conjunto da economia, dada a expressiva participação dos investimentos das estatais no total da formação bruta de capital fixo (WERNECK, 1987).

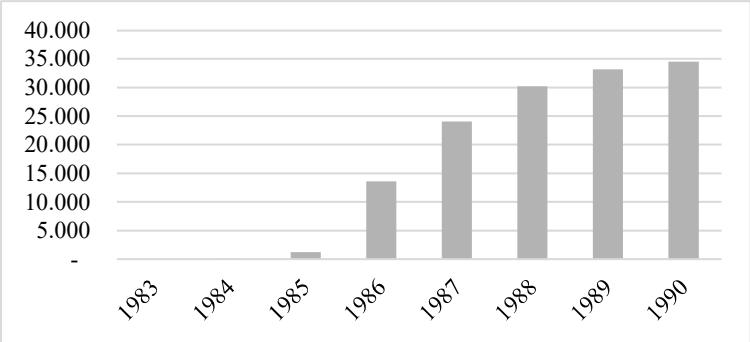
Por sua vez, as restrições ao investimento estatal contribuíram para acelerar o desgaste da infraestrutura de transportes. Entre 1978 e 1985 houve uma queda persistente nos investimentos do DNER (de US$1,2 bilhão em 1978 para US$ 450 milhões em 1984). Apesar da recuperação entre 1986 e 1989, o nível de investimentos atingiu apenas o mesmo patamar de 1978 (PEREIRA, 1998) Quanto às ferrovias, entre 1980 e 1990 os investimentos da RFFSA reduziram-se significativamente, sendo que em 1989 o valor dos investimentos era equivalente a 19% do valor de 1980. Entre 1990 e 1993, os investimentos atingiram um patamar de 40% do registrado em 1989, voltando a cair em 1995 (MARQUES; ROBLES, 1998).

A redução dos investimentos também atingiu a malha rodoviária, prejudicada pela desarticulação do esquema de financiamento baseado na vinculação das receitas de impostos setoriais. A desvinculação de receitas tributárias no âmbito da União a partir de 1974 significou uma redução na receita destinada ao Fundo Rodoviário Nacional, que, além disso, foi afetado pelo enfraquecimento da base de cálculo do imposto único sobre combustíveis e lubrificantes, pela cobrança de tributos parafiscais no preço do petróleo e, posteriormente, pela transformação de impostos específicos em impostos gerais (PEREIRA, 1998). A vinculação de receitas de impostos a órgãos ou setores foi extinta em 1982, sendo posteriormente proibida pela Constituição Federal de 1988 (IPEA, 2010).

Apesar das restrições generalizadas ao investimento estatal, nos anos 1980 houve o lançamento de dois importantes projetos ferroviários: a *Ferrovia Leste-Oeste* (Ferronorte), do empresário Olacyr de Morais; e a *Ferrovia da Produção*, no Paraná. Ambas seriam objeto de concessão, a primeira para um grupo privado e a segunda para uma sociedade de economia mista (PRADO, 1997, p. 119). Esses casos se destacaram por ilustrar a convergência entre os interesses de empreiteiros, empresas estrangeiras de equipamentos ferroviários, credores europeus e até mesmo os proprietários de terras por onde passariam as linhas férreas (CAMPOS, 2012, p. 463). Outra semelhança desses empreendimentos era o objetivo de atender ao escoamento da produção agrícola da região, bem como a concentração dos benefícios em favor de alguns empresários. Também contribuíram para mostrar que a participação da iniciativa privada não garantiu maior rapidez ou eficiência na condução das obras, sendo necessário o auxílio do Estado em muitas ocasiões (PRADO, 1997).

A Companhia Vale do Rio Doce também contratou os serviços das grandes empreiteiras para a construção da ferrovia de Carajás, que liga a região produtora de minério no Sul do Pará ao porto de Itaqui, no Maranhão. A extensão prevista da linha seria de 890 km e os investimentos, de US$ 2,6 bilhões (CAMPOS, 2012, p. 464–465). No **Gráfico 14**, podemos ver a rápida evolução do transporte da Ferrovia Carajás:

Gráfico 14
Transporte de mercadorias pela Ferrovia Carajás - milhares de toneladas úteis - 1983-1990



Fonte: Anuário Estatístico dos Transportes (1985;1991)

É possível notar que apesar da redução generalizada do investimento no setor de transportes, houve projetos formulados ou mesmo concluídos durante a década de 1980, em especial no modal ferroviário, como a Ferrovia Carajás e a Ferrovia Norte-Sul. Devemos destacar que esses projetos estavam ligados ao setor primário-exportador, seja em parceria com o agronegócio, seja como integrante de uma mineradora estatal (CVRD). Em um contexto de dependência em relação ao setor exportador para gerar as receitas para o pagamento da dívida externa, compreende-se que todos os esforços sejam canalizados para reduzir os custos e aumentar a lucratividade dessas atividades.

Em suma, podemos concluir que o setor de transportes foi duplamente influenciado pelas políticas de ajuste adotadas durante os anos 1980. De um lado, os programas orientados pelo FMI visaram à contração dos gastos públicos, sendo o investimento uma das despesas mais penalizadas. De outro lado, o esforço exportador para gerar superávits comerciais dependia da qualidade da infraestrutura. Sendo assim, é possível entender como foram lançados novos projetos de ferrovias ao mesmo tempo em que foram feitas restrições severas ao investimento público. Ainda que nem todos esses projetos tenham sido concretizados, eles indicaram as prioridades para o setor de transportes naquele momento.

Consideração finais

Neste artigo buscamos mostrar que a relação entre ferrovias e rodovias no período entre 1964 e 1989 não se limitou à concorrência por investimentos ou participação no transporte de cargas e passageiros. Ainda que a ênfase na expansão da malha rodoviária seja inegável, há nuances que merecem ser abordadas. Desse modo, procuramos colocar em evidência a divisão de tarefas existente no âmbito da política de transportes, a qual foi mobilizada para atender a um projeto mais amplo de expansão da fronteira agropecuária e mineral, bem como de promoção das exportações primárias.

A política de promoção das rodovias prosseguiu durante a ditadura, ao mesmo tempo em que o modal ferroviário foi submetido a uma política de supressão de trechos e atividades considerados deficitários. A partir de 1970, a questão da "integração nacional" incentivou a construção de grandes eixos rodoviários como meios de penetração e ocupação de regiões como a Amazônia, contribuindo para a expansão da fronteira agropecuária e mineral. Seja por meio da colonização oficial organizada pelo INCRA, seja pelo incentivo à colonização privada, o avanço do mercado capitalista se valeu de grandes projetos rodoviários, a exemplo da Transamazônica.

Entre 1974 e 1979, a política de transportes procurou se adequar a um patamar elevado de preço do petróleo. A redução do consumo de combustíveis derivados de petróleo seria obtida, entre outras maneiras, pelo incentivo a modalidades não rodoviárias, especialmente as ferrovias. Ao mesmo tempo que o choque do petróleo estimulou os investimentos em modais e combustíveis alternativos, também atraiu investidores externos interessados na exploração de recursos naturais, cujos preços também haviam crescido no período. Consequentemente, passaram a ser formulados projetos de transporte que contemplassem as áreas produtoras de bens primários distantes dos principais portos.

Com a elevação das taxas de juros internacionais a partir de 1979 e, principalmente, com a moratória mexicana em 1982, inaugurou-se uma nova fase, caracterizada pela redução da entrada de financiamento externo e pelas políticas de ajuste para viabilizar o pagamento dos juros da dívida externa. Com isso, ao mesmo tempo em que os investimentos públicos foram reduzidos, exigiu-se que a infraestrutura fosse capaz

de apoiar o esforço exportador voltado à obtenção de divisas. Apesar das restrições para o investimento em infraestrutura de transportes, foram lançados alguns projetos direcionados ao setor ferroviário, com o objetivo de escoar a produção do agronegócio e do setor minerador. Esses projetos indicaram as novas prioridades da política de transportes, ainda que nem todos tenham sido concretizados.

Em síntese, é possível perceber a subordinação da política de transportes a um projeto mais amplo de favorecimento do setor primário-exportador no período entre 1964 e 1989. Com isso, as rodovias e ferrovias se adequaram a uma divisão de tarefas na qual as primeiras facilitariam o acesso às novas regiões produtoras, enquanto as segundas viabilizariam o transporte da produção a custos reduzidos, aumentando a competitividade no mercado externo. Em outras palavras, a prioridade era uma forma de inserção externa baseada em produtos de baixo valor unitário, o que exige a redução dos custos de produção e transporte para aumentar a lucratividade.

Referências bibliográficas

ANUÁRIO ESTATISTICO DOS TRANSPORTES. Brasília, DF: Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes, 1970- . Anual. Volumes de 1971-1972 publicados pelo: Grupo de Estudos para Integração da Política de Transportes; 1973- pela: Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes. ISSN 0102-4671

ANDREAZZA, Mário David. Os transportes no Brasil: planejamento e execução. Brasília: Ministério dos Transportes, 1972.

BAER, Mônica. O rumo perdido: a crise fiscal e financeira do Estado Brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

BARAT, Josef. A evolução dos transportes no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, IPEA, 1978.

BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO ECONÔMICA. Programa de ação econômica do governo: 1964-1966. Brasília.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND),Brasília-DFBrasil. Presidente (1974-1979). 1974.

CAMPOS, Fábio A. A arte da conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-2002). 2009. Tese (Doutorado).Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. A ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985. 2012. Tese (Doutorado). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense,Niterói-RJ.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel; BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Reflexões sobre a Crise Atual. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga; COUTINHO, Renata (org.). Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1998.

CARNEIRO, Ricardo. Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

COIMBRA, Creso. Visão histórica e análise conceitual dos transportes no Brasil. Rio de Janeiro: Ministério dos Transportes/Serviço de Documentação, 1974.

CRUZ, Paulo Davidoff. Dívida externa e política econômica: a experiência brasileira nos anos 70. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DELGADO, Guilherme Costa. Capital financeiro e agricultura no desenvolvimento recente da economia brasileira. 1984. Tese (doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP.

ESPÓSITO, Maurício. A importância do capital internacional nas transformações da estrutura produtiva brasileira: da industrialização à desindustrialização. 2016. Dissertação (Mestrado). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP.

ESTATÍSTICAS históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 1990. 642 p., il. (Series estatísticas retrospectivas), v.3).

FURTADO, Celso. Nova Dependência: Dívida Externa e Monetarismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FURTADO, Celso. Análise do "modelo" brasileiro. 8a ed ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1986.

IANNI, Octávio. Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1979.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Rodovias brasileiras, gargalos, investimentos, preocupações com o futuro. Comunicado do IPEA, v. 52, 2010.

LESSA, C. Visão crítica do II Plano Nacional de Desenvolvimento. Revista Tibiriçá, v. 2, p. 1974–76, 1977.

LESSA, Carlos. A estratégia de desenvolvimento, 1974/76: sonho e fracasso. 2 ed ed. Campinas: IE-Unicamp, 1998.

MARQUES, S. A.; ROBLES, L. T. Reestruturação financeira e institucional do subsetor ferroviário. In: REZENDE, F.; PAULA, T. B. (org.). Infraestrutura: Perspectivas de reorganização. Brasília: IPEA, 1998.

NATAL, Jorge L. A. Transportes, território e desenvolvimento econômico: uma contribuição à crítica da formação social brasileira. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2003.

NUNES, Ivanil. Ferroviários brasileiros: muito além do fim da linha (1950-2000). História em Revista, v. 19, n. 19, 2013..

PAULA, Dilma Andrade De. Fim de linha: A extinção de ramais da Estrada de Ferro Leopoldina, 1955-1974. 2000. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense,Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ.

PEREIRA, Vicente de Brito. O subsetor de infraestrutura rodoviária. In: REZENDE, Fernando;; PAULA, Tomás Bruginski (org.). Infraestrutura: Perspectivas de reorganização. Brasília: IPEA, 1998.

PRADO, Lafayette. Transportes e corrupção: um desafio à cidadania. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

RODRIGUES, C. H. L. Imperialismo e empresa estatal no capitalismo dependente brasileiro (1956-1998). 2017. Tese (Doutorado). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP.

SAMPAIO JR, Plínio A. S. Padrão de reciclagem da dívida externa e política econômica do Brasil em 1983 e 1984. 1988. Dissertação (Mestrado). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP.

SILVA, Flávia Ferreira. Capital internacional e Petrobrás naditadura brasileira: um estudo a partir dos "Contratos de Risco" (1964-1984). 2018. Dissertação (Mestrado). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP.

SUDAM, SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia- POLAMAZÔNIA: Síntese. Belém: Iimprenta, 1975.

WERNECK, Rogério L. Empresas estatais e política macroeconômica. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

WOLFE, Joel. Autos and Progresss: The Brazilian Search for Modernity. New York: Oxford University Press, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

As Finanças Municipais nas Reformas Urbanas (Rio de Janeiro, 1902-1910)

Thiago Mantuano

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

As Finanças Municipais nas Reformas Urbanas (Rio de Janeiro, 1902-1910)

Thiago Mantuano[1]

RESUMO:

A comunicação proposta abordará o período de reformas urbanas no Rio de Janeiro focalizando nas finanças do Distrito Federal - um objeto pouco usual no centro deste tema, tão amplamente debatido pela historiografia. Sigamos os recursos financeiros em seus fluxos nos cofres municipais, perscrutemos a arrecadação, os gastos e os investimentos, pontuemos as fontes, formas e custos de financiamento obtidas pelo município, este exercício analítico pode ser um contributo da História Econômica para este tema de tão longevo interesse dos historiadores.

Palavras-Chave: *Reformas Urbanas; Rio de Janeiro; Distrito Federal; Finanças; Primeira República.*

ABSTRACT:

The proposed communication will address the period of urban reforms in Rio de Janeiro focusing on the finances of the Federal District - an unusual object at the center of this theme, so widely debated by historiography. Let's follow the financial resources in their flows in the municipal coffers, let's scrutinize the collection, expenditures and investments, point out the sources, forms and costs of financing obtained by the municipality, this analytical exercise can be a contribution of Economic History to this long-lived theme interest of historians.

Key Words: *Urban Reforms; Rio de Janeiro; Federal District; Finance; First Republic.*

[1] Professor Visitante Adjunto da Área de História do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Santa Cruz - BA.

***

INTRODUÇÃO

No alvorecer no século XX, os membros das classes dominantes transitavam, residiam e comandavam seus negócios na capital da República com um certo mal-estar. A começar pelo fato que a entrada por via marítima - a mais comum e mais rápida - era de todo incômoda devido a precária operação portuária do Rio de Janeiro. Como de resto, toda infraestrutura material da cidade parecia inadequada às necessidades já existentes e, especialmente, aos desafios que surgiam no horizonte, impondo novos padrões e capacidades para o funcionamento urbano.

A situação viária da cidade já era crítica e tornou-se o estorvo mais visível com as constantemente renovadas exigências do tráfego urbano pela industrialização, que já acontecia há quase duas décadas. O volume e composição das mercadorias transportadas tornavam a infraestrutura urbana - não apenas viária, mas também edilícia - incompatíveis com a velocidade requerida pelos novos e financeirizados negócios industriais. Assim, as estreitas, mal calçadas e desordenadas ruas herdadas da Corte Imperial passaram a ser condenadas. Maurício Abreu define este processo com rara felicidade:

> A transformação da forma urbana visava sobretudo resolver as contradições que ela apresentava. Era imperativo agilizar todo o processo de importação/exportação de mercadorias, que ainda apresentava características coloniais devido à ausência de um moderno porto. Era preciso, também, criar uma nova capital, um espaço que simbolizasse concretamente a importância do país como principal produtor de café do mundo, que expressasse os valores e os modi vivendi cosmopolitas e modernos das elites econômica e política nacionais. (Abreu, 2000, p. 60)

Filhas diletas do avanço das forças produtivas com a conservação da forma urbana, estas contradições faziam o "aspecto" da cidade parecer anacrônico com sua relevância econômica e política.

No entanto, a crise urbana se refletia mais dramaticamente na deterioração das condições de vida e trabalho dos mais pobres. Uma massa heterogênea e diversa de pessoas saídas da escravidão, acrescidas pela e/imigração e que não só trabalhava em condições precarizadas e com baixos salários, como habitavam em condições insalubres, estavam constantemente expostos às doenças infecciosas, se transportavam de forma desconfortável e arriscada, se alimentavam insuficiente e perigosamente, além do que sofriam com as crises e desastres ambientais, como a falta de água para consumo ou o seu excesso violento através das chuvas torrenciais.

As impressões sobre sua existência material, más condições de reprodução dos capitais e da própria vida humana, minavam a atratividade do Rio de Janeiro como centrípeto de capitais, mercadorias e pessoas. A imagem de "cidade inadministrável" passou a transbordar para a de "capital desfuncional" o que, por sua importância e centralidade, impactava a economia nacional. A construção do consenso alargado, nas classes dominantes, em favor das reformas urbanas ganhava força a cada provação que a sua estrutura urbana impunha aos capitais e às forças políticas mais relevantes do país. Marly Motta assim define: "Talvez não fosse exagero dizer que República iria mudar de capital sem sair dela." (motta, 2004, p. 30). Difundiu-se, então, um

> [...] "discurso" dominante a respeito da cidade na virada do século, reiterado por toda a imprensa, difundido por médicos, engenheiros, políticos e industriais, impregnado na "opinião pública" ilustrada e burguesa, que encarava com inadiável a necessidade de submeter a cabeça urbana do país a uma cirurgia em profundidade. (Benchimol, 1990, p. 196)

Como é sabido, com o programa defendido em sua campanha à presidência da República, Francisco de Paula Rodrigues Alves passou para ofensiva contra este estado de coisas. Determinado a construir o porto do Rio de Janeiro por razões de múltiplas ordens, Alves se viu premido contra as condições da capital e para que a principal medida de seu plano de governo não fosse subvertida pela inadequação urbana que cercaria a nova operação portuária, solicitou a Lauro Muller - novo ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas - a criação de um esboço viário que viabilizasse, sem impedimentos, pelo

lado da cidade, o novo fluxo de pessoas e mercadorias projetados para a nova operação portuária: concebiam-se as avenidas do Mangue, do Cais e Central. Para tanto, foram escolhidos Paulo de Frontin, Vieira Souto e Francisco Bicalho que, em conjunto, participaram da concepção geral do projeto do porto e, derivado deste, lançaram as principais inovações viárias para a cidade, executando eles próprios aquelas obras nas chefias da *Comissão Construtora da Avenida Central e da Comissão Fiscal* e da *Comissão Fiscal e Administrativa das Obras do Porto do Rio de Janeiro.*

Não era o suficiente, a construção do porto era demanda de uma cidade industrial e crescentemente financeirizada, mas a própria insuficiência infraestrutural, de serviços e os diversos riscos que exibia eram, também, contraditórios e pesavam contra este padrão de acumulação, logo também contrariariam a operação portuária projetada a partir da radical transformação que o porto viria a sofrer e, mais, com o novo, reforçado e mais complexo fluxo de mercadorias e pessoas que se esperava com a sua inauguração e pleno funcionamento. Para tanto, a própria *Comissão para o Projeto das Obras do Porto do Rio de Janeiro* colocou como impreterível um conjunto de menores, mas bem mais numerosas, intervenções na cidade e nas vidas de seus habitantes.

Asseveramos que as reformas urbanas derivam da construção do porto por que, de outra forma, eram necessárias para esta mesma construção. O parecer técnico da *Comissão para o Projeto das Obras do Porto do Rio de Janeiro* assim asseverava:

> A grande avenida, ao desembocar no actual largo da Prainha, só encontraria para seu escoadouro as estreitas ruas e viellas, que hoje existem, e nas quaes basta a parada de um vehiculo, para descarga ou por qualquer incidente, para que toda a circulação se paralyse.
>
> É, pois, indispensavel que se elimine tão grande tropeço, prolongando-se a avenida atravez da cidade e pondo-a em communicação com todas as ruas do centro commercial, muitas das quaes terão de ser naturalmente alargadas. (Brasil, 1904, p. 528)

Embora fossem necessárias por um conjunto alargado de razões sistêmicas e concretas, as reformas urbanas eram vistas como “complementares” ou “secundárias” para alguns expoentes da chamada opinião pública. No Jornal do Commercio, o

Conselheiro Ferreira Vianna advogava que fossem realizadas posteriormente a conclusão das obras do porto. Para ele, a municipalidade estava planejando "obras extravagantes" e estas propostas eram oportunistas, pois consistiam em "obras deslumbrantes que se planejam sob o pretexto de melhoramentos do porto." (Jornal do Commercio, 23/07/1903).

Para coordenar, em nível municipal, o varejo das intervenções e medidas sobre a cidade que validariam a construção do porto do Rio de Janeiro, Rodrigues Alves escalou o conhecido engenheiro Francisco Pereira Passos. Por trás da aparência de "todo poderoso" do prefeito, pela primeira vez, o Estado planejava a sua ação, elaborava técnica e financeiramente a alocação dos recursos, articulava politicamente o apoio às medidas necessárias para estes fins e, finalmente, interviria diretamente no espaço urbano da capital. A partir deste momento, Pereira Passos pôde utilizar-se dos instrumentos extraordinários que lhe foram entregues para administrar o Distrito Federal. Em realidade, o presidente intentou tornar a prefeitura uma máquina de coordenação das intervenções em menor escala, mas no atacado, de modo que o prefeito fosse um braço alongado - e forte - da imposição de uma estrutura urbana coerente com a construção do porto.

Acertadamente, a historiografia, inclusive aquela dedicada à História Econômica, explicou este movimento com base em atos jurídico-políticos que transferiam poder à prefeitura, reduziam ônus e resistências às reformas, mas que foram, em si, de resolução pronta, pouco discutíveis e definidores de pronto, são eles: a nova *Lei Orgânica do Distrito Federal* (1902) - que garantiu, dentre outras prerrogativas, o fechamento do poder legislativo municipal - e a nova regulamentação da lei que tratava das *desapropriações por necessidade* ou, a partir daquele momento, *utilidade pública*. Acontece é que tolher-se às repercussões destas medidas, indubitavelmente importantes, retira da potência explicativa sobre as transformações urbanas realizadas nesse processo a dimensão holística do mesmo, subestimando a atuação e ascendência do governo federal; nublando a construção do porto; e relegando a mera observação o caráter continuado das reformas e suas repercussões.

Uma forma de combater estes efeitos colaterais das fundantes análises que a historiografia legou, ao meu ver, é investigar as finanças municipais. A sua estrutura e condução mudaram na administração que abre o período estudado. Não é discutível que Pereira Passos tenha agido com energia quanto as finanças municipais, é correto analisar que o prefeito elaborou fontes de arrecadação, formas gasto e objetos de investimento inovadores, permanecendo correntes nas gestões Sousa Aguiar, Serzedello Correa e Bento Ribeiro. No entanto, mesmo com tantas mudanças, os resultados financeiros dessas administrações, ante aos desafios impostos pelo governo federal para sua ação, tornaram os problemas herdados por Pereira Passos apenas mais resilientes, complexos e maiores, e podem ser resumidos na dependência financeira da União que o Distrito Federal mantinha.

COFRES VAZIOS

Na política, a centralização administrativa municipal na prefeitura foi decididamente concedida pelo governo federal, mas este pôde fazê-lo sem perder o seu domínio sobre a ação do prefeito por uma razão tão simples quanto parece: a prefeitura não tinha dinheiro.

A situação das finanças municipais era má e crônica: insuficiência de receitas somada ao excesso de despesas era o que, em realidade, determinavam a troca constante dos predecessores de Pereira Passos. A Constituição do Distrito Federal e a Lei Orgânica anterior criaram uma distorção fiscal para a municipalidade: responsabilizavam a prefeitura por diversos serviços, dotação e conservação de infraestruturas, mas delegavam à União, no caso da capital, receitas que foram atribuídas aos estados - marcadamente os impostos de exportação, bem como tomavam arrecadação do município isentando impostos de empresas estrangeiras que investiriam na capital e faziam pelo governo federal concessões para exploração de serviços. Ou seja, as finanças municipais produziam déficits sistemáticos que, até o governo de Barata Ribeiro, eram cobertos por regalias e empréstimos mais baratos garantidos pelo governo federal. Nos governos dos presidentes paulistas essa sustentação financeira foi duramente cortada. Assim, a

prefeitura tinha de recorrer a empréstimos lançando títulos onerosos na praça, o que aumentava sobremaneira a relação entre o custo da dívida e a arrecadação (Lobo, 1978).

Quando Pereira Passos "sentou na cadeira" recebeu a seguinte informação: um empréstimo em dinheiro feito junto ao *London and River Plate Bank* estava por ser creditado à prefeitura para contas de curto prazo, mas a solução era irrisória. O Distrito Federal tinha contas vencidas em quase seis mil contos, mais da metade desse valor referia-se ao atraso de quatro meses de salários do servidorismo, um terço desse valor era devido à fornecedores que, em alguns casos, estavam em atraso há mais de um ano e haviam cortado os suprimentos ao poder municipal, obrigando a prefeitura a realizar novos contratos, evidentemente mais caros pelo risco do calote.

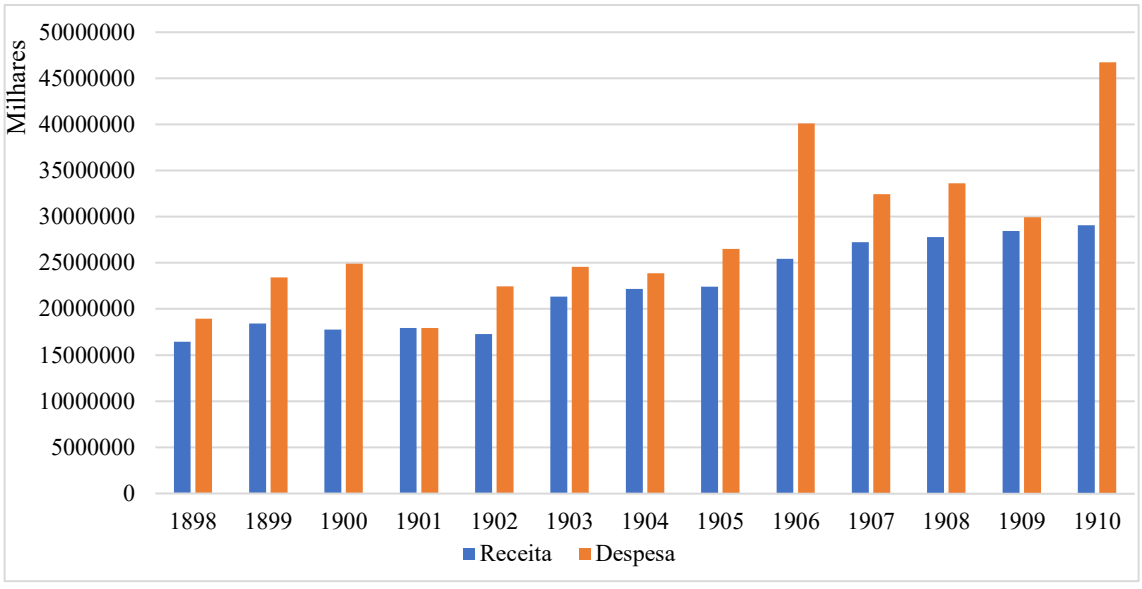
A dívida de curto prazo significava 5.983:967$274, aos servidores a prefeitura devia 3.250:771$220, o serviço da dívida, somava-se às letras emitidas para pagamentos à vista e contas vencidas de fornecedores somando 2.257:594$964. A prefeitura possuía em caixa 1.178:185$481, sendo a maior parte em apólices e 200:000$000 em dinheiro, referentes aos empréstimo para urgências (Benchimol, 1990, pp. 255-256).

Pereira Passos recebeu o distrito exibindo uma a dívida externa contraída no início da República e que rolava constantemente, com poucas amortizações, há mais de uma década. O empréstimo foi contratado junto aos Rothschild no valor de 562.500 libras, com tipo 87.5 e 4% de juros. Em 1902, ainda apresentava 459.608 libras em circulação; dez anos após, ainda circulava em 382.988 libras. A dívida interna, com bancos e em 174.971 títulos circulando no mercado, representava 34.330:565$420. O serviço de juros e amortizações anuais das duas montava a 4.221:673$400, em 1902, o que significava 18.8% da receita no mesmo ano (Brasil, 1917).

NOVOS CUSTOS, NOVOS INVESTIMENTOS, OUTRAS ARRECADAÇÕES, MESMOS FINANCIAMENTOS

Embora, ao longo do nosso recorte, a prefeitura tivesse acrescido a sua arrecadação por meio dos instrumentos de fortalecimento político-administrativo concedidos pelo governo federal, mas também devido ao crescimento econômico que a cidade experimentou, mais ainda que as receitas, aumentaram as despesas. Essa era a principal contradição criada pelas reformas urbanas: uma cidade mais sofisticada, expandida, adequada e bem servida era mais cara para todos, inclusive para o poder municipal que necessitou expandir e qualificar sua máquina administrativa, investir e custear mais serviços, empreender e conservar infraestruturas urbanas, mas evidentemente este peso era desigualmente distribuído. A questão era: quem pagaria a conta? Certamente não os capitais para os quais a cidade estava sendo (re)construída e se, ao fim e ao cabo, direta ou indiretamente, o governo federal restabeleceu os repasses e financiamentos ao município, quem pagava a conta era o contribuinte e pela estrutura tributária regressiva que a República ostentava, esse contribuinte eram os mais pobres.

Gráfico 1: Receita e Despesa da Prefeitura do Distrito Federal (1898-1910)



Fonte: Brasil, 1914.

Para colocar os planos federais de transformação da capital em prática, Passos necessitava de ter um efetivo e alinhado corpo de servidores dispostos às duras tarefas do porvir. Bom, para tanto o prefeito necessitava pagá-los, até por que uma de suas premissas administrativas - a austeridade - demandava de corte de pessoal e aumento da produtividade dos servidores restantes e engajados. Então, o objetivo mais imediato do prefeito era quitar suas pendências aqueles que seriam os agentes das reformas na ponta: os servidores públicos.

Mais uma vez, se demonstrou nova faceta da dependência municipal ao governo federal. Antes mesmo do "grande empréstimo" de 4 milhões de libras autorizado pela nova Lei Orgânica para as reformas, Passos recorria à Leopoldo Bulhões - ministro da Fazenda - por um primeiro financiamento para a quitação dos salários em atraso e de algumas contas de fornecimentos urgentes. Diferente dos governos federais anteriores, a determinação era outra: atender o prefeito para que ele fizesse a sua parte - a renovação urbana - no plano para construção do porto.

Assim noticiava o Correio da Manhã, a matéria vai reproduzida na íntegra, pois este primeiro empréstimo não é citado pela historiografia:

> EMPRESTIMO MUNICIPAL
>
> Esteve hontem no Thesouro Federal com o sr. ministro da Fazenda o sr. prefeito deste districto.
>
> Serviram de assumpto à longa conferencia as dificuldades que assoberbam a Municipalidade, e entre as quaes sobresahe a falta de recursos pecuniarios para o pagamento do seu avultado funcionalismo, já ha muito tempo em atraso.
>
> Do sr. dr. Leopoldo de Bulhões solicitou o sr. dr. Passos, para esse fim, um emprestimo de 3.000:000$000.
>
> O sr. ministro mandou chamar um dos diretores do Banco da Republica, tendo, à 1 hora da tarde, conferenciado com os srs. drs. Duque Estrada e Passos, e ficando assentada a consessão do credito solicitado.
>
> Finda a entrevista, o sr. dr. Leopoldo de Bulhões dirigiu-se ao palacio do Cattete e expoz ao sr. dr. Rodrigues Alvez tudo quanto se passou na conferencia que tivera no Thesouro.

> Depois de ter ouvido a exposição do secretario de finanças, o sr. presidente da Republica concordou coma anuição do pedido do sr. prefeito, aconselhando ao mesmo tempo o dr. Bulhões que estudasse bem as condições do emprestimo, que julga legal. (Correio da Manhã, 13/01/1903)

Este financiamento visava dar um "fôlego" à prefeitura: o valor era apreciável, ele seria concedido diretamente em dinheiro pelo banco, ao par e sem juros, mesmo que em curtíssimo prazo, eram condições muito facilitadas. O ministro intercedeu junto ao maior banco nacional e o presidente avalizou, mesmo assim, nas negociações, o valor concedido foi reduzido em um terço. As garantias eram as duas maiores rubricas da arrecadação municipal: os impostos predial e de licenças.

Dois dias depois relatava o Correio da Manhã:

> EMPRESTIMO MUNICIPAL
>
> Ficou, hontem, definitivamente firmado o emprestimo entre a Prefeitura Municipal e o Banco da Republica do Brasil.
>
> A quantia emprestada é de 2.000:000$000, pelo prazo de tres mezes, sob a garantia do imposto predial e de alvarás de licenças.
>
> O sr. prefeito pretende applicar a somma emprestada tão sómente ao pagamento do pessoal, atrazado ha quatro mezes. S. ex. cuidará depois do pagamento das diversas contas, lançando mão, para isso, dos proprios recursos da Prefeitura. (Correio da Manhã, 15/01/1903)

Em Mensagem de reabertura do Conselho Municipal, o prefeito se gabava:

> Comecei por satisfazer tudo quanto era devido ao funcionalismo municipal, cujos pagamentos tenho mantido rigorosamente em dia para ter o direito de ser inflexível com elle nas exigências relativa ao cumprimento das suas obrigações.
>
> Tratei, Igualmente, de satisfazer as contas atrasadas, algumas das quaes vinham desde 1897, e tenho procurado, quanto possível, pagar regularmente as contas de novos fornecimentos, com o que vai fazendo a Prefeitura considerável economia. (Rio de Janeiro, 1903)

Poderia se argumentar que a nova Lei Orgânica também autorizou o prefeito a contrair um empréstimo de até quatro milhões de libras esterlinas, o que garantiria uma folga financeira em seu mandato, tornando a prefeitura mais independente do governo federal para administrar e reformar a cidade de acordo com as demandas próprias do

poder municipal. No entanto, não foi bem assim que ocorreu, pois 1- esse nosso endividamento também seria destinado a retirar os "papéis velhos" da prefeitura em circulação; 2- tanto o primeiro objetivo, quanto as tarefas que cabiam nas reformas urbanas por parte do município não eram atraentes aos prestamistas e compradores de títulos brasileiros na Europa; e o próprio grande empréstimo da União para construção do porto dificultou que o Distrito Federal contraísse este endividamento por agentes no exterior, obstaculizando a atração dos capitais externos pelos habituais financistas do Brasil na City de Londres. Em 31 de dezembro, o Conselho Municipal autorizou, pelo decreto legislativo 976 (Rio de Janeiro, 1903), a oferecer o imposto predial como garantia do empréstimo que já vinha sendo sondado pelo Visconde de Proença.

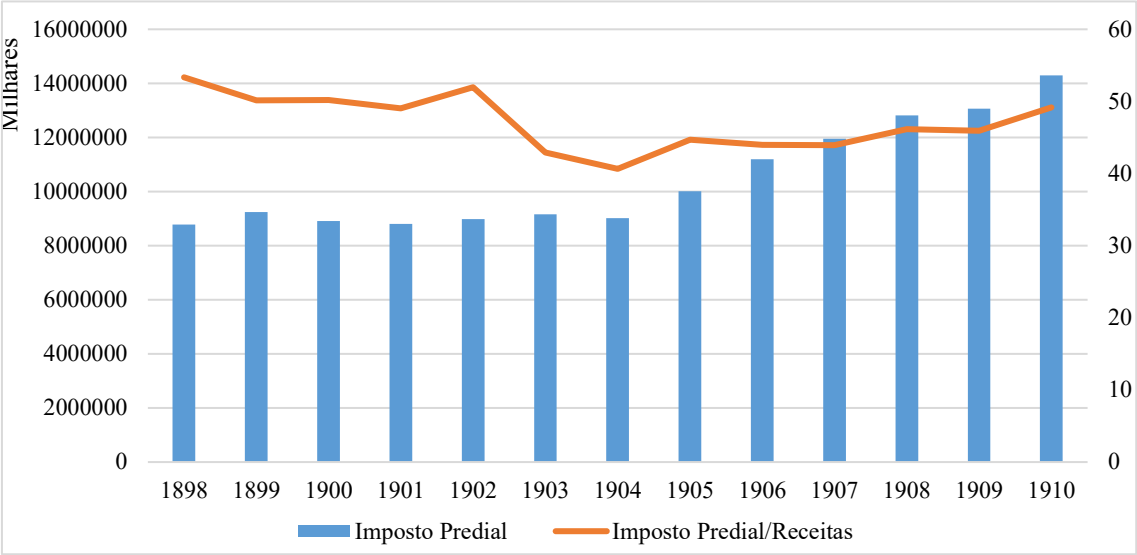
Imagem 1: Charge "O Empréstimo Municipal" (1903)

Fonte: O MALHO. Rio de Janeiro, 21/11/1903, ano 2, número 62.

Estes empréstimos deveriam ser pagos, então ficou patente a necessidade da prefeitura em aumentar receitas ordinárias e, no ápice das reformas urbanas, extraordinárias. A criação de novos impostos - incidindo sobre os usos da cidade e os hábitos urbanos por parte dos mais pobres -, o aumento de alíquotas, a inovação das bases de cálculo, a maior fiscalização e regularização da arrecadação dos impostos já existentes se juntou a uma avalanche de taxas e multas pelo novo ordenamento urbano, elevando a arrecadação de 17.288:287$525, em 1902, a 29.070:883$559, em 1910 (Brasil, 1914). Para isso, em 1903, a prefeitura promoveu a reforma do regulamento do imposto predial pelo decreto municipal 432 (Rio de Janeiro, 1903), visando aumentar a arrecadação dessa renda que era constante e constituía a principal fonte de receita do município, além de ser a mais constante garantia dos empréstimos requeridos pela municipalidade.

Por conta desta sede por novas rendas, o prefeito Passos sofria duras críticas na imprensa: “Lança arbitrariamente os impostos prediaes e taxas sanitarias, sem attender a recibos de aluguel e as escripturas publicas de arrendamento” (Jornal do Brasil, 16/06/1905). Como demonstra o **Gráfico 2**, embora tivesse sido fortemente acrescido após a gestão de Passos na prefeitura, a importância proporcional do imposto predial diminuiu devido as sucessivas sofisticações arrecadatórias que a sua administração estreou.

Gráfico 2: Arrecadação do Imposto Predial e sua Proporção Percentual Ante as Receitas Municipais (1898-1910)



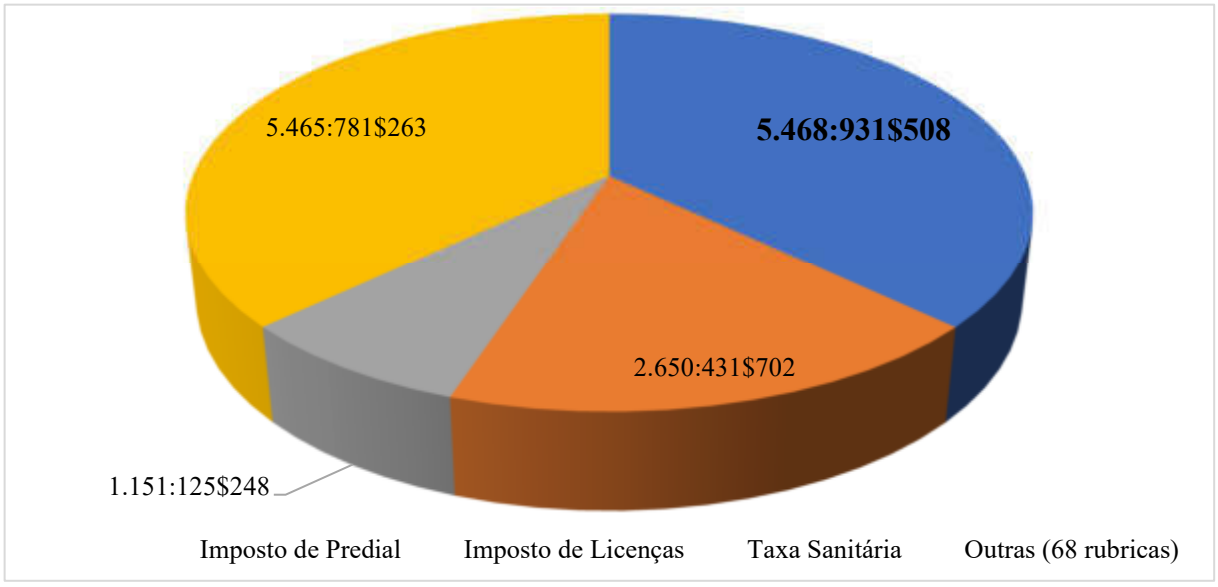
Fonte: Brasil, 1926.

Ao mesmo tempo, o poder municipal colocou obstáculos para que os proprietários pudessem gerar liquidez com seus edifícios em plena ascenção da especulação imobiliária, exigindo que saldassem seus foros e impostos para poderem averbar (transferir) legalmente o patrimônio, o que explica o enorme aumento de renda arrecadada pela Diretoria do Patrimônio. Com a expansão da cidade para os subúrbios, especialmente a partir do governo de Sousa Aguiar, a sofisticação dessas medidas e suas formas de cobrança fez escalar as arrecadações tanto do imposto predial, quanto relativas aos patrimônios privados na cidade.

Como se vê no **Gráfico 3**, outras rubricas cresceram em importância na arrecadação municipal e as que apresentaram variações mais elevadas foram a taxa sanitária, as rendas das diretorias do Patrimônio e de Obras e Viação - especialmente pela imposição da regularização de terrenos foreiros para obras ou transferências, num momento em que muitos terrenos foreiros de marinhas deveriam ser repassados à União e indenizados por isso, a prefeitura agiu rápido e garantiu seu quinhão para permitir a

regularização fundiária destas transações -, as multas por infrações de posturas, os impostos sobre terrenos não edificados, as anuidades e licença de quiosques e a taxa sobre averbação de imóveis. Esta demora se deu pela difícil e disputada inovação na regulamentação do mesmo, mas também por que a quitação do imposto era obrigatória como pagamento das indenizações a prédio desapropriados, o que gerava os descontos quando das desapropriações. Esta elevação aconteceu mais fortemente no biênio final de Passos e, sobretudo, no mandato de Sousa Aguiar. Ademais, este imposto foi acrescido em 25% para renovação do calçamento das ruas. Quando deste acréscimo a revista O Malho publicava em protesto: "É preciso ir com menos sede ao pote. Façam-se melhoramentos, embellezamentos, mas não à custa de uma esfola que, de tão violenta e desumana já cheira a imposto de sangue!" (O Malho, 13/05/1905).

Gráfico 3: Principais Rubricas da Arrecadação Municipal no Primeiro Semestre (1906)



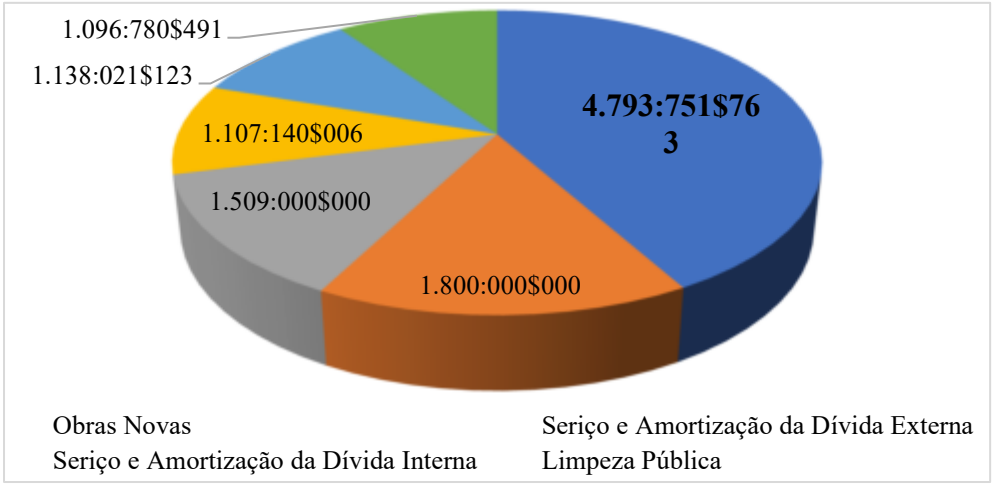
Fonte: Rio de Janeiro, 1903.

É importante pontuar que o imposto de licenças, também importante, não variou muito em escala proporcional, inicialmente, pela determinação de Passos em liberar o

setor produtivo de mais ônus oficiais num momento em que teria acentuados custos em decorrência das obras públicas, bem como as de adequações privadas, necessárias para as reformas urbanas. No entanto, a apreensão de seus opositores era outra: "Sobrecarregou as industrias e lavouras e o commercio com excessivos e absurdos impostos, que já tem enfraquecido e ameaçam paralysar aquellas fontes de produção." (Jornal do Brasil, 16/06/1905). Esta disposição do poder público quanto ao imposto de licenças mudou, apenas, sob o governo de Bento Ribeiro, devido a proliferação dos "centros produtivos" em diversos e crescentes bairros dos subúrbios cariocas (Reis, 1977).

Pela face do custo, Passos retirou as dívidas mais onerosas da praça, centralizando-as, mesmo que elevando em montante, mas aliviando em juros; realizou corte de pessoal; enxugamento da máquina administrativa, com fusões de repartições; revisão de contratos, especialmente dos fornecimentos às repartições; além de uma espécie de auditoria nas pensões e aposentadorias pagas pela municipalidade (Rio de Janeiro, 1903) - tudo isto permitido pela nova Lei Orgânica do Distrito Federal. Ao contrário, a partir de Passos, e isto se repete grandemente nas gestões dos prefeitos seguintes, a rubrica das *Obras Novas* dispara em volume e importância proporcional.

Gráfico 4: Principais Rubricas da Despesa Municipal no Primeiro Semestre (1906)



Fonte: Rio de Janeiro, 1906.

O GRANDE EMPRÉSTIMO: DA FRUSTRAÇÃO À DEPENDÊNCIA

Os meios financeiros nas principais praças europeias já sabiam da necessidade de obras no Rio de Janeiro e, há alguns anos, já especulavam sobre a possibilidade da municipalidade contrair créditos para tais tarefas. Assim era registrado no relatório diplomático sobre o Brasil ao parlamento Britânico, este abordava a questão da falta de liquidez da prefeitura e chamava atenção para o futuro da capital federal:

> There is no doubt much room for improvement in the streets paving and other public works of Rio, and as it is quite probable that in the near future an endeavour may be made to raise capital for employment in such matters, it may be interesting to offer some particulars as to the financial position of the municipality. (Grã-Bretanha, 1900, p. 38)

No entanto, as cartas reproduzidas por Benchimol (1990, pp. 252-255) demonstram a grande má vontade dos Rothschild quanto ao financiamento das obras municipais no Rio de Janeiro. O Visconde de Proença se comunicava com Francisco de Oliveira Passos, filho do prefeito, relatando determinadas avaliações feitas pelos banqueiros que não condizem com os fatos. Os banqueiros mentiam desbragadamente ao intermediário de Passos quanto ao empréstimo para construção porto do Rio de Janeiro - como transcorreram as negociações, o estado do "crédito do país" no exterior, o tipo do empréstimo a ser concedido à União e o sucesso da sua colocação nos mercados são absolutamente distorcidos pelos ingleses como argumentos para dificultar a negociação com a municipalidade, e isso não é percebido por Benchimol.

Os Rothchild privilegiaram o financiamento para construção do porto do Rio de Janeiro, pois esta era a "grande obra" (Bouças, 1946), esta era a radical transformação que elevaria as estruturas sócio-econômicas atávicas do Brasil à um patamar ainda mais inserido na Divisão Internacional do Trabalho de forma subordinada e, também, reafirmavam a determinação do Estado brasileiro em prosseguir fiel aos ditames financeiros dos "nossos agentes em Londres". Estes poderosos capitalistas não estavam interessados em alargamentos de ruas - embora estas fizessem sentido com o projeto que lhes apetecia -, abertura de praças, construções higiênicas, introdução de melhor gosto arquitetônico na capital federal, regularização dos pagamentos aos servidores públicos

municipais, etc. Além do mais, a colocação deste empréstimo no mercado poderia competir com o empréstimo federal para as obras do porto, o que lhes era indesejado. Por isso, impuseram as maiores dificuldades, ofereceram as piores condições e, por último, exigiram garantias federais.

Outro consórcio financeiro - do qual faziam parte os financistas anglo-brasileiros *London & Brazilian Bank* e *Stern Brothers*, além do norte-americano *Kuhn Loeb & C.* - chegou a oferecer o empréstimo através do lançamento de debêntures adquiridas por eles próprios e com um custo de 5% (Barroso, 1934). Enquanto as negociações corriam, o boato de que o empréstimo municipal serviria, também, para o resgate dos "papéis velhos" fez com que os títulos da prefeitura disparassem no mercado: "As apolices municipaes, como era de esperar, têm sido muito procuradas, e continuam a ser objecto de muita especulação." (Correio da Manhã, 02/07/1904), o que desagradou sobremaneira aos prestamistas:

> EMPRESTIMO E CAMBIO
>
> Ao que dizem telegrammas de Londres, recebidos ante-hontem e hontem por diversas casas commerciais, fracassou o emprestimo municipal. A causa foi não se terem conformado os banqueiros com o destino que ia ter o produto do emprestimo. Este fora autorizado, quer pela lei municipal, quer pela federal, para ser aplicado ao saneamento e ao embellezamento da cidade, pelo que entenderam os banqueiros de Londres que a sua applicação ao resgate de apolices importava desvia-lo do seu destino legal. (Correio da Manhã, 22/07/1904)

No entanto, este empréstimo naufragou, mesmo, após duras críticas publicadas sobre as garantias municipais no Financial Times (08/07/1904, p. 3). No artigo, além de pôr em dúvida a capacidade de arrecadação da prefeitura, o jornal dos financistas ingleses deixa claro que a prioridade do mercado era o financiamento das obras do porto do Rio de Janeiro. Esta determinação é confirmada de forma indignada por Floriano Britto, em O Paiz, num artigo intitulado "O Empréstimo", onde sentencia: "É a honestidade de banqueiros de notória competência commercial que está seriamente compromettida [...]" (O Paiz, 30/07/1904).

Afinal de contas, a prefeitura teve de amealhar recursos na praça do Rio de Janeiro, lançando apólices. A captação não era garantida, mas novamente contou com o apoio do ministro da Fazenda, Leopoldo Bulhões, junto ao Banco da República do Brasil (Bulhões, 1954, p. 264) que, de resto, não era o prestamista em última instância nesta vez, apenas o intermediário da operação que seria distribuída no Rio, em Londres, Paris, Lisboa e Porto. A operação foi, por evidência, mais cara que o empréstimo para construção do porto do Rio de Janeiro: de tipo 85 - ou seja, apenas 85% dos recursos obtidos chegaram, de fato, aos cofres municipais - e cobrando 5% de juros anuais, vencendo suas amortizações em 1954.

Imagem 2: Apólice do Empréstimo da Prefeitura do Distrito Federal (1904)

Fonte: BRASIL. Banco da República do Brasil. Empréstimo de 1904 a Prefeitura do Districto Federal. Rio de Janeiro, 1904.

O produto do empréstimo estava consignado às obras públicas, além do resgate dos papéis da prefeitura que giravam no mercado a onerando por muito mais. A renda do imposto predial seria diretamente entregue ao banco na medida do serviço e amortização da nova dívida. A prefeitura se obrigava a receber como meio de pagamento do imposto predial os "papéis velhos" e as próprias "apólices-ouro" do novo empréstimo (Gazeta de Notícias, 27/07/1904). Barroso define este empréstimo de maneira ferina:

> A maior gloria dos empréstimos municipais cabe ao Distrito Federal. A linda cidade do Rio de Janeiro tem custado os olhos da cara. Tomou, em 1904, £ 4.000.000, a 5%, sob hipoteca do imposto predial, até 1954. As £3.435.680 liquidas que fôram recebidas sairão por £ 14.000.000, das quais £ 10.000.000 em juros. (Barroso, 1934, p. 170)

Ao final das contas, foi através de subsídios e créditos do governo federal, além da abertura de novas formas de financiamento via legislação federal - caso da venda dos valorizados terrenos sobrantes após desapropriações e obras -, que se garantiram os recursos à prefeitura para execução da sua parte nas transformações pelas quais a capital deveria passar.

POR TRÁS DAS APARÊNCIAS, A REALIDADE

Ao final do governo Passos, apesar da grandiloquência com que seus feitos eram louvados, a prefeitura dava claros sinais de fragilidade financeira e a dependência do governo federal reiterava-se. Como se pode ler nos processos judiciais contra as desapropriações (Cantisano, 2016), além dos protestos que estes processos suscitavam e eram publicados na imprensa, havia sempre a suspeição de que a prefeitura simplesmente não teria os valores para os pagamentos das indenizações acordadas pelas desapropriações. O advogado Pedro Tavares se indignava por seu cliente, proprietário de prédio na rua da Uruguaiana, ter sido lesado por uma espera de um ano e meio - entre abril de 1905 e outubro de 1906 - para receber a indenização da desapropriação de seu imóvel. O mesmo concluía que a prefeitura não tinha os recursos necessários para desapropriar os bens que necessitava para as suas reformas: "Que prova isto, sinão a falta do dinheiro, a ficção do depósito?" (Jornal do Commercio, 25/11/1906).

Esta evidência patenteia-se com a recorrência aos "créditos extraordinários", ou seja, fora do orçamento municipal, em 37.000:000$000 ao longo dos quatro anos de gestão do prefeito reformador. Também pela lei municipal 1.069 de 05 de janeiro (Rio de Janeiro, 1906) que autorizou a contrair nova dívida interna, pela emissão de títulos, em até 30.000:000$000 para satisfazer as despesas extraordinárias - especialmente para generalização do calçamento e capeamento de ruas e avenidas - e das "necessárias para o saneamento e melhoramentos da zona suburbana do Districto Federal", com juros de 6% e amortizações em até 50 anos. Mais uma vez, a alentada crítica publicada no Jornal do Brasil não deixava este fato passar em branco: "[...] contrahiu oneroso emprestimo de alta quantia, para cujo pagamento precisara infallivelmente de novos impostos." (Jornal do Brasil, 16/06/1906).

Ademais, no mesmo momento que os impostos escalavam e o município voltava a ter fama de "mal pagador", proliferavam as notícias de desvios e corrupção nos serviços contratados pela prefeitura para realização das obras por administração. O Correio da Manhã, de 12 de fevereiro de 1905, relata o caso dos recrutadores de mão-de-obra contratados pela prefeitura que supervalorizavam as folhas de pagamentos do pessoal que trabalhava nas demolições e construções sob sua sua responsabilidade. Assim definia o jornal: "O Dr. Passos, que é a violencia em pessoa quando se trata de gente honesta e desprotegida, em logar de tomar uma providencia energica, mandou por sua vez simular uns inqueritos." (Correio da Manhã, 12/02/1905).

Contra todas as evidências, Pereira Passos, ao final de sua gestão, advogava "excellentes condições economicas do municipio." (Rio de Janeiro, 1906). Segundo o Brazilian Review, a dívida do Distrito Federal, interna e externa, escalara de 2.341.616 libras para 6.001.827 libras, entre 1902 e 1905 (Brazilian Review, 25/04/1905).

E DEPOIS DO ADEUS

O sucessor de Passos foi o general Francisco Marcelino de Sousa Aguiar, nomeado pelo presidente Afonso Pena. Foi claramente uma gestão de continuidade

administrativa, respeitando os contratos estabelecidos pelo sucessor, mantendo o modus operandi político e a dependência financeira do governo federal. Também engenheiro, a transição foi pacífica, e as obras em andamento encontraram continuidade, especialmente do Theatro Municipal, dos mercados municipais e das casas para operários.

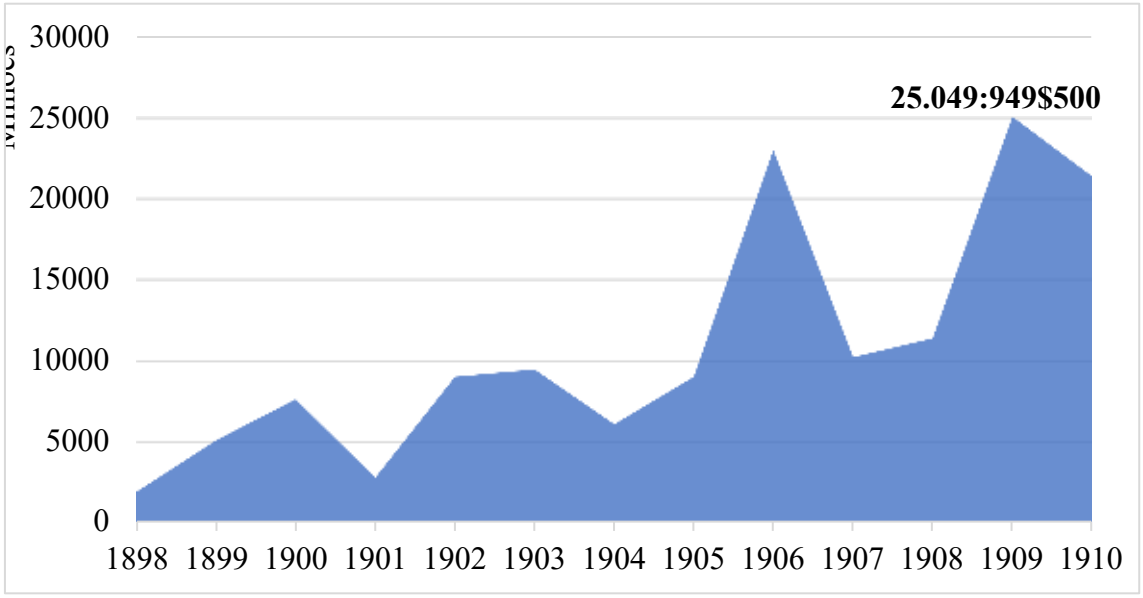
Sousa Aguiar foi escolhido exatamente por ter se envolvido, na esfera federal, com as reformas urbanas, tendo sido o autor dos projetos da Biblioteca Nacional e do Palácio Monroe. Como todos os prefeitos do período, encontrou elevado endividamento e déficits crescentes. Para remediar a situação, conseguiu autorização do Congresso e do Conselho Municipal para contrair um empréstimo estrangeiro de até dez milhões de libras, o que ocorreu efetivamente apenas na administração de Inocêncio Serzedello Correia. No entanto, logo no primeiro ano de gestão, o general foi obrigado a emitir 22.998:600$210 em títulos, como demonstrado no **Gráfico 5**. Assim Sousa Aguiar defendia a continuidade dos "melhoramentos e embellezamentos" iniciados por Passos: "Os melhoramentos e embellezamentos no exercício de 1907 montaram à forte cifra de 12.588 contos. É incontestável que a prudencia do illustre Sr. Dr. Prefeito não foi obstaculo ao desenvolvimento da sua benefica actividade." (Rio de Janeiro, 1908).

Como bem capta Galbaraith, era difícil, após os enormes esforços políticos, sociais e financeiros que os investimentos, bem como o custeio correspondente para sua manutenção, fossem simplesmente freados. Essa atitude levaria a indesejáveis desperdício e destruição de riqueza. Passos estreou um nível de investimento para modificação/adequação da infraestrutura urbana que simplesmente não poderia ser estancado, até por que os recursos já efetuados demonstravam seus resultados no funcionamento da cidade e, então, proliferavam os interessados para que estes resultados fossem intensificados e alargados.

> Os gastos públicos podem ser aumentados embora isso exija tempo. Mas uma vez aumentados, não são facilmente reduzidos. Os gastos - nisso estão todos de acordo - tem que destinar-se a finalidades úteis ou aparentemente úteis. À semelhança do consumo privado, qualquer novo serviço público torna-se rapidamente uma parte do padrão de vida costumeiro. Uma vez dado apoio a escolas, hospitais, parques ou

> transportes públicos, ele não pode ser retirado facilmente. Gastos não recorrentes, notadamente para obras públicas, podem ser reduzidos pelo processo de não começar novas obras. Isso, porém, leva tempo e tais gastos são também um tanto lentos para fazer efeito. A demanda, em contraste, pode cair um tanto rapidamente com o efeito cumulativo. (Galbraith, 1968, p. 171)

Gráfico 5: Créditos Abertos Pela Prefeitura do Distrito Federal (1898-1910)



Fonte: BRASIL, 1914.

Importante notar que os objetivos de fundo planeados e iniciados por Alves e Passos passaram a frutificar mais claramente nos governos posteriores. A partir da realização irreversível dos investimentos em um novo espaço urbano e as suas implicações que demandavam ainda maior custeio e outros investimentos, acentuou-se a importância da exploração dos serviços públicos para acumulação de capitais e desenvolvimento das forças produtivas no Rio de Janeiro. Face a isto, é impossível não citar a *Rio de Janeiro Tramway, Light and Power*. A trajetória da primeira década da Rio Light exemplifica, em muitos aspectos, o que temos apresentados até aqui, sendo evidência conhecida das repercussões diretas do processo que perscrutamos: ao mesmo tempo em que a sua constituição foi o resultado mais ostensivamente visível da atração de maiores e mais concentrados capitais, o que as reformas urbanas propiciaram ao Rio

de Janeiro; esta empresa se tornou fornecedora de força e luz para grandes indústrias na cidade e para o próprio poder público, sendo ao mesmo tempo fornecedora de serviços e pagadora de impostos.

> Em 1905, no auge da reforma, com novos parâmetros urbanos e sociais, deu-se o acesso à cidade de uma grande companhia estrangeira de serviços públicos e de um novo conceito de empresa monopolista, os quais iriam continuar a revolução do espaço e dos costumes da capital. The Rio de Janeiro Tramway Light and Power Co. Ltd. conseguiu, num curto espaço de tempo, dominar a produção e distribuição de energia elétrica, os serviços de iluminação pública e particular, os bondes, a telefonia e o fornecimento de gás, dando prosseguimento em ritmo acelerado ao processo de modernização da cidade. (Weid, 2003, pp. 25-26)

De pulsão monopolista, a Rio Light concentrou os mercados de força, luz, bondes e telefone da cidade em velocidade recorde. As concessões dos serviços de bondes foram obtidas entre 1905 e 1911. Desde novembro de 1907, a Rio Light unificou os contratos de bondes que já detinha junto à prefeitura. Para tanto, pagou um bônus de consolidação de 200:000$000 ao município, o que significou um respiro financeiro fundamental para gestão de Sousa Aguiar. No entanto, a chama da indignação quanto a escalada monopolista da Rio Light se ascendeu contra o prefeito Sousa Aguiar que, afinal de contas, dobrou-se aos fatos: a cidade havia sido transformada exatamente para receber este tipo companhia.

> Uma corporação ou autoridade excede seus poderes, outorgando uma concessão ilegal na opinião sucessiva de três prefeitos e de três votações do Senado federal, e depois disso essa corporação modificada e por um voto de maioria, e um novo prefeito, fazem essa mesma concessão assim inquinada; uma lei local posterior proíbe a revisão e ampliação dos contratos existentes sem que se torne obrigatória a aplicação do disposto nessa lei, e a despeito disto, o portador de um contrato existente consegue por 200 contos a sua revisão evitando a cláusula de não ser absolutamente responsável a municipalidade por qualquer intervenção executiva ou judiciária. Nem se poderá alegar com justiça que a companhia estrangeira pagou 200 contos de réis ao senhor prefeito Passos para obter as alterações de seu contrato, e a sua transferência, e que isto lhe devia assegurar a posse do monopólio. Se estrangeiros ladinos cuidadosos e seguros pagaram tamanha soma é que estavam convencidos de que obtinham um grande favor: era justamente a ilegal inovação do contrato sem cessação do monopólio como

> determinava a supracitada lei municipal de outubro de 1904 [...] Eles [a Light] compravam simplesmente um ato ilegal e a prefeitura fez-se pagar bem. (Jornal do Commercio, 09/09/1907)

Com o falecimento de Afonso Pena, em 1909, assumia a presidência Nilo Peçanha, que nomeou para prefeitura outro engenheiro militar – o general, ex-deputado, ministro do Interior, Fazenda e Agricultura –, Serzedello Correia. É no mandato de Correia que a municipalidade contraiu, finalmente, o empréstimo externo autorizado ao seu antecessor: no valor de dois milhões de libras, junto aos Rothschild com o vantajoso tipo 90 e a 5% de juros, a amortização estaria distribuída em 50 anos. Este empréstimo se dedicava a cobrir os custos da conclusão das obras de Passos e empeender um grande programa de abertura e calçamento de ruas por toda cidade, especialmente na Zona Sul. Esta operação registrou a maior demanda por créditos na série que dispomos, em 1909, no valor de 25.049:949$500 (Brasil, 1917).

Dá o que pensar a suposição que as grandes empresas monopolistas que se aproveitaram das reformas urbanas ou surgiram em seu bojo eram especialmente interessadas, direta ou indiretamente, nas obras que os recursos provindos desse empréstimo pagaram ou viriam a pagar. Observadas essas demandas e o sucesso das reformas urbanas na complementação da construção do porto e na criação de condições para acumulação e concentração de capitais na cidade, os banqueiros ingleses, então, seis anos após a negativa à Passos, emprestaram a Correia e sem a fiança do governo federal.

Novo prefeito nomeado, as mesmas questões financeiras: Bento Ribeio assumiu a prefeitura, em 1910, com contas já vencidas e de prazo no valor de 12.254:102$478, tendo em caixa apenas um terço do necessário, 3.974:355$478 (Reis, 1977). Devido aos persistentes déficits, Bento Ribeiro logo adotou a solução corrente e imediatista de seus sucessores: contraiu mais um empréstimo externo para consolidação dos débitos anteriores, este com endosso federal, no valor de 2 milhões e meio de libras esterlinas, ao tipo 92.5, com juros 4,5% e 50 anos para as suas amortizações (Brasil, 1917); ao final de seu mandato, em 1914, também lançou um empréstimo interno de 20.000:000$000,

destinado a custear as obras para impedir as inundações nos "bairros novos" da cidade (O Paiz, 05/04/1914).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encaradas como um momento de radical transformação na forma urbana para o equacionamento das contradições abertas pelo avanço das forças produtivas, especialmente aquelas ligadas à industrialização carioca (ocorrida exatamente na fração do território mais relevante econômica, política, social e historicamente), incompatível com a estrutura urbana herdada pelo período pré-industrial, não é possível entender este processo como ato de vontade do poder municipal - relegando ao governo federal papel secundário ou focalizado; bem como não é justo nublar o caráter complementar, integrado e, em alguma medida, subordinado das reformas urbanas na correlação com a construção do porto; e, também, não é adequado entendê-las como vontade de um único homem, circunscrevendo artificialmente sua duração no tempo e repercussões ao seu governo.

Francisco Pereira Passos foi importante para instauração da ordem burguesa-capitalista na cidade do Rio de Janeiro, mas jamais teria sido coordenador desta empreitada ao nível municipal sem o respaldo jurídico-político e a graça financeira do governo federal liderado por Rodrigues Alves. As suas iniciativas criaram um modelo administrativo que exigiu a continuidade não só das obras exigidas pelo governo federal, mas de seu modus operandi na política e de sua condução das finanças municipais.

A História Financeira do Distrito Federal nas reformas urbanas tem a valia de demonstrar a principal fragilidade administrativa herdada e perpetuada em novas bases pelo, supostamente, tão poderoso prefeito, a saber: a dependência financeira que o Distrito Federal tinha da União; além do que, desacredita a lógica dual - Reformas Municipais X Reformas Federais - recentemente proposta pelo revisionismo histórico para este processo; e força ao alargamento dos horizontes temporais, bem como esclarece as repercussões alargadas da adequação do Rio de Janeiro ao espaço urbano nos padrões e

com as capacidades exigidas para a acumulação e concentração de capitais, na forma tipicamente monopolista, durante a primeira década do século XX.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida. Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BARROSO, Gustavo. Brasil: Colônia de Banqueiros (História dos Empréstimos de 1824 a 1934). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1936.

BENCHIMOL, Jaime. Pereira Passos: um Haussmann Tropical. A Renovação Urbana do Rio de Janeiro no Início do Século XX. Jaime Larry Benchimol. Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte; Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1990.

BOUÇAS, Valentim. História da Dívida Externa da União. Rio de Janeiro: Edições Financeiras S. A., 1946.

BRASIL. Banco da República do Brasil. Empréstimo de 1904 a Prefeitura do Districto Federal. Rio de Janeiro, 1904.

_____. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria do Serviço de Estatística. Finanças: Quadro Sinótico da Receita e Despesa do Brasil (período de 1822 a 1913). Rio de Janeiro: Tipografia do Ministério da Agricultura, 1914.

_____. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Annuario Estatistico do Brazil. Anno 1 (1908-1912). Volume II - Economia e Finanças. Rio de Janeiro: Typographia da Estatistica, 1917.

_____. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Estatística das Finanças do Brazil: Receitas, Despesas, Dívidas Públicas da União, dos Estados e do Município. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1926.

_____. Ministério da Viação e Obras Públicas. Proposta e Relatório. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1904.

BULHÕES, Leopoldo de. Os Financistas do Brasil - conferência realizada na Biblioteca Nacional no dia 22 de dezembro de 1913. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commércio, 1914.

CANTISANO, Pedro Jimenez. Direito, propriedade e reformas urbanas: Rio de Janeiro, 1903-1906. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 29, nº 58, pp. 401-420, maio-agosto 2016.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 1901-1930.

FINANCIAL TIMES. Londres, 1904.

GALBRAITH, John. O Novo Estado Industrial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 1904.

GREAT BRETAIN. Diplomatic and Consular Reports. Brazil - Report on the Finance of Brazil (1706, 1874, 2200, 2284, 2475 Annual Series). Londres: Harrison and Sons, 1898-1900.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 1905-1906.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 1903-1907.

LEVY, Maria Bárbara. A Indústria do Rio de Janeiro Através de suas Sociedades Anônimas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Secretaria Municipal de Cultura, 1994.

LOBO, Eulália. História do Rio de Janeiro: do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

MOTTA, Marly. Rio, Cidade-Capital. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

O MALHO. Ano I-IV. Rio de Janeiro, 1902-1905.

O PAIZ. Rio de Janeiro, 1904-1914.

REIS, José de Oliveira.O Rio de Janeiro e seus prefeitos. Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade, 1977.

RIO DE JANEIRO. Mensagem do Prefeito do Districto Federal. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1906-1908.

THE BRAZILIAN REVIEW - A WEEKLY RECORD OF TRADE AND FINANCE. Rio de Janeiro, 1905.

WEID, Elizaneth von der. A Reforma Urbana e a a Light: uma revolução na cidade. Rio de Janeiro, início do século XX.. História Econômica e História de Empresas, São Paulo, v. VI, n.1, p. 65-85, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Considerações sobre o aluguel de escravos em um município do interior mineiro ao longo das décadas finais da escravidão

Ulisses Henrique Tizoco

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

Considerações sobre o aluguel de escravos em um município do interior mineiro ao longo das décadas finais da escravidão

Considerations about the slave rental in a municipality in the interior of Minas Gerais province along the final decades of slavery in Brazil

Ulisses Henrique Tizoco [1]

Resumo:

A partir da análise de registros presentes em escrituras, procurações e inventários, este artigo visa emitir algumas notas a respeito da prática do aluguel de cativos em um município do interior de Minas Gerais, Bonfim do Paraopeba, a partir de 1850, último período da escravidão no Brasil. Busca-se esmiuçar os pormenores de tal prática, bem como verificar seu comportamento ao longo das décadas e as possíveis motivações para o recurso à mesma dentro das alternativas existentes no mercado de mão de obra escravizada daquele período.

Palavras-chave: Aluguel de escravos; Bonfim do Paraopeba (Minas Gerais); Décadas finais da escravidão no Brasil; Mercado de escravos; Fontes cartoriais

Abstract:

From the analysis of records present in deeds, proxies and inventories, this article aims to issue some notes regarding the practice of renting captives in Bonfim do Paraopeba, municipality situated in the interior of the province of Minas Gerais, from 1850 onwards, the last period of slavery in Brazil. It seeks to scrutinize the patterns of such practice, as well as verify its behavior over the decades and possible motivations for resorting to it within the existing alternatives in the enslaved labor market of that period.

[1] Doutorando em História Econômica – FFLCH/USP. E-mail: uht2286@gmail.com.

Considerações sobre o aluguel de escravos em um município do interior mineiro ao longo das décadas finais da escravidão

Key words: Slave rental; Bonfim do Paraopeba (Minas Gerais); Final decades of slavery in Brazil; Slave market; Notarial sources

***

Cidade do Bonfim do Paraopeba, província de Minas Gerais, ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1874. Aos 11 dias do mês de fevereiro compareceram ao Cartório do 1º Tabelião o fazendeiro Cornélio Pereira Cardozo, residente na Fazenda dos Medeiros, distrito do Itatiaiuçu, e José Ferreira da Cunha Messias, morador do distrito da Cidade[2]. Ali, os dois homens trataram da formalização de negócios relacionados à quantia de Rs 700$000 que no último dia oito o segundo havia emprestado ao primeiro, vencendo daquela data em diante o prêmio de 1,5% ao mês até seu real embolso. Tal formalização consistiu em assinarem escritura do engajamento, por Messias, de quatro escravos de Cardozo para ir amortizando a dívida,

> ganhando cada um deles, por dia que trabalhar nos serviços que lhe destinar o credor, a quantia de Rs 1$000, que lhe serão levados em conta no que ele Cornélio é devedor, isto é, o importe dos dias que tiverem trabalhado durante o mês, não se fazendo conta dos dias que, por doença ou outro qualquer motivo, deixarem de trabalhar, porque em tais dias, correrão por conta do devedor essas falhas, bem como todas as despesas que o credor fizer com vestuário dos escravos, com botica e médicos no caso de enfermidade, aplicando-se para a amortização destas despesas os jornais que tiverem vencido; isto durante o prazo de um ano a contar-se desde o dia em que os escravos começaram a trabalhar para o credor, que fica obrigado a satisfazer ao devedor o que exceder dos ditos principal e prêmio já referidos. [3]

Os cativos engajados eram todos homens, pretos, com as idades de 18, 19, 24 e 28 anos (ou seja, no auge do vigor físico) e mencionados como lavradores, sendo três deles irmãos. Embora a escritura não mencione em que atividades aqueles homens seriam empregados, presume-se que fossem executar serviços braçais agrícolas, como aqueles que provavelmente já desempenhariam na fazenda de Cardozo.

Acontecimento corriqueiro no Brasil escravista da segunda metade do oitocentos, a locação dos serviços de trabalhadores escravizados nos grandes centros urbanos e suas implicações para a dinâmica do escravismo naquelas regiões são temas

[2] Conforme edições de 1870, 1873 e 1874 do *Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes* (disponíveis em https://bndigital.bn.gov.br/), respectivamente pp. 365-368, 134 e 423.
[3] Arquivo Público Municipal de Bonfim (APMB), *Livro 9º de Notas do 1º Tabelião da Cidade do Bomfim do Paraupeba*, fls. 39-40.

que comumente permearam a historiografia sobre a escravidão no Brasil[4]. Contudo, apesar de menos mencionada na produção historiográfica, tal prática também se fazia presente nos pequenos municípios e áreas rurais do Império, embora nessas regiões pudesse assumir feições um pouco distintas. Segundo Douglas Libby,

> a prática de alugar cativos em Minas remonta ao século XVIII e à febre aurífera, quando o constante surgimento de novos focos de extração aluvial exigia mobilidade da mão de obra utilizada. Como demonstram os resultados do censo de 1831-1840, a prática sobreviveu ao colapso da economia mineradora. [...] Os resultados do Recenseamento de 1872 sugerem que o sistema de aluguel de cativos teria se expandido substancialmente ao longo do século, e é certo que o setor agrícola foi o maior beneficiado das transferências temporárias da mão de obra escrava.[5]

O caso acima narrado ilustra essa situação, e o presente artigo pretende esmiuçar algumas características dessas transações de aluguel de cativos ocorridas no interior da província mineira ao longo das quatro décadas finais da escravidão.

Trabalhando com a temática do tráfico de escravos na província mineira a partir da análise de fontes notariais, em pesquisa de doutoramento que vem sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo – USP, tem-se constatado a existência de algumas outras modalidades de transação para além daquelas de compra e venda simples. Embora estas representem a maioria das negociações registradas nos livros de notas, não raro se faziam presentes os penhores, hipotecas, vendas condicionais (ou "a retro"), trocas (permutas), doações e alugueis (também chamados "ajustamento" ou "engajamento"), podendo tais arranjos envolver escravos "por inteiro", apenas "partes" do valor dos mesmos[6] ou ainda somente o usufruto do escravo ou de parte dele[7].

---

[4] Vários autores abordaram, com maior ou menos ênfase, a prática. Dentre eles, podem ser citados GORENDER, 1988; LIBBY, 1988; COSTA, 1989; CHALHOUB, 1990; MATTOSO, 2003; BERGAD, 2004; REIS, 2019; entre vários outros.

[5] LIBBY, 1988, p. 95.

[6] Muitos senhores possuíam apenas uma fração ideal do valor do escravo, podendo essa parte ser a metade, um terço etc, de acordo com a quantidade de proprietários que formavam o condomínio. Isso era bastante frequente, sobretudo em escravos havidos por herança.

[7] Alguns senhores possuíam apenas o direito ao usufruto do escravo, ou seja, tinham direito apenas ao trabalho do cativo durante um determinado período. Isso era mais comum em escravos havidos por herança que haviam sido quartados (ou seja, estavam pagando sua libertação de forma parcelada) ou libertados condicionalmente e cuja condição seria prestar serviços a alguém durante algum período. Também havia a possibilidade, após a Lei do Ventre Livre, de se explorar os serviços dos ingênuos.

Dentre os registros até então localizados, e tendo em vista que a mencionada pesquisa ainda se encontra em fase inicial, optou-se por analisar aqui os contratos de ajustamento ou engajamento de cativos do município de Bonfim do Paraopeba, que são os dados que se encontram melhor sistematizados até o momento, por terem sido analisados durante pesquisa de mestrado recentemente concluída.

Os contratos em questão podem ser entendidos como a locação dos serviços que os cativos deveriam prestar durante um período de tempo preestabelecido, mediante pagamento de determinada quantia ao dono do escravo. No caso de Bonfim do Paraopeba, tais contratos correspondem a 3% das 237 escrituras registradas nos cartórios de 1º e 2º ofícios, entre 1842 e 1888, com a finalidade de efetuar transações comerciais envolvendo a mercadoria humana. Já, entre as 120 procurações do mesmo período, 12% mencionam a intenção de alugar os escravos.[8]

Em que pese a pequena quantidade de registros disponíveis, buscou-se aproveitar ao máximo todas as informações contidas nos mesmos, analisando-os qualitativa e quantitativamente, de maneira complementar, visando "esgotar a leitura da fonte" por meio do recolhimento, inquirição e entrecruzamento atento dos variados vestígios deixados por aqueles indivíduos do passado a fim de se construir um possível modelo explicativo da configuração daquela realidade. Neste sentido, também foram acrescentados à análise os inventários de alguns dos envolvidos nas referidas transações.[9]

Os dados obtidos foram comparados com aqueles mencionados nos estudos de Douglas Libby (1984 e 1988) e Télio Cravo (2020), que são os mais significativos dentro da parca produção historiográfica disponível acerca do sistema de aluguel de escravos na província mineira.

Da análise textual dos contratos depreende-se que essas locações normalmente funcionavam da seguinte forma: em geral, locador e locatário acordavam em contrato

---

Dessa forma, ao comercializar o usufruto de um escravo, estava-se comercializando apenas o período de tempo que aquele indivíduo estava obrigado por lei a trabalhar em benefício de outrem.

[8] TIZOCO, 2018, p. 75.

[9] BARBOSA, 1992 (b), p. 2; BARBOSA, 2013, pp. 7-8; GINZBURG, 1989, pp. 143-273.

um valor e um período pelo qual o cativo seria alugado. Do valor acordado, seriam descontados os dias que, por doença, "vadiagem" ou outro qualquer motivo, o escravo deixasse de trabalhar. Ferramentas de trabalho, despesas com médico, botica, roupa e alimentação normalmente deveriam ser providas pelo locatário, que por sua vez não se responsabilizava pela fuga, morte ou invalidez do escravo alugado. Durante a vigência do contrato, o locatário também adquiria o direito de administrar castigos e punições ao trabalhador "sempre que necessário".

Ainda conforme a visão de Libby,

> ao ser dotado de vários atributos do trabalhador assalariado clássico, o escravo de aluguel representava, por excelência, a transição para o trabalho livre que estava se processando, especialmente após 1850. Ao mesmo tempo, o escravo de aluguel oferecia uma série de vantagens ao contratante que, na verdade, nem o trabalhador livre poderia oferecer. [...] Representava um claro exemplo de articulação entre o regime escravista, já em declínio, e o modo de produção capitalista.[10]

Convém destacar que o período em tela abrange uma série de acontecimentos nacionais e internacionais que ajudaram a ditar os rumos da escravidão no Brasil. Os últimos 38 últimos anos de existência da instituição caracterizaram-se por um tráfico exclusivamente inter e intraprovincial, uma vez que a "fonte africana" de trabalhadores escravizados finalmente havia secado com os desdobramentos da Lei Eusébio de Queirós, de 1850, fruto das pressões antitráfico britânicas. A menor disponibilidade de cativos no mercado levou ao aumento dos preços, dificultando cada vez mais sua aquisição por aqueles que possuíam poucos ou nenhum escravo. Já a sangrenta guerra civil nos EUA (1861-1865), que culminou na abolição da escravidão naquele país em 1865, representou forte abalo para o vigor do escravismo brasileiro. Ao perder sua principal fonte de argumentação pró-escravidão, o Brasil via-se cada vez mais isolado no ocidente quanto à utilização do trabalho escravo, o que teria gerado relativo pessimismo por parte de alguns proprietários quanto ao futuro da instituição, além do temor de que um conflito de tal magnitude, motivado por diferenças ideológicas internas a respeito da escravidão, pudesse ter lugar também no Brasil. Em 1871, a Lei do Ventre Livre (ou Lei Rio Branco) instituiu o emancipacionismo gradual e

[10] LIBBY, 1988, pp. 330-331.

indenizado, prevendo a libertação (após os 21 anos) dos filhos de escravas nascidos a partir daquela data, bem como a criação de um fundo de emancipação, a legalização do direito ao pecúlio por parte dos cativos e a concessão obrigatória de alforria mediante indenização do valor do escravo. Àquela altura, por meio da Lei Moret, assinada em 1870, a emancipação gradual também já estava prevista na colônia espanhola de Cuba, então o único reduto escravista das Américas além do Brasil. Entre 1880 e 1881, leis promulgadas pelas províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, estipulando aplicação de altíssimos impostos (superiores ao valor de um escravo) para cada cativo trazido de outra província, levariam ao desmantelamento do tráfico interprovincial para as regiões mais dinâmicas do Império (embora o intraprovincial ainda tenha continuado operando em escala mais modesta). Em 1885, a Lei dos Sexagenários (ou Lei Saraiva-Cotegipe), libertou os escravizados maiores de 60 anos, também mediante indenização dos proprietários. No ano seguinte, foi proibida a aplicação da pena de açoites em escravos, enquanto, em Cuba, declarava-se extinta a escravidão. Finalmente, em 1888, a instituição tornar-se-ia ilegal no Império do Brasil (embora a mesma já tivesse sido descontinuada nas províncias do Ceará e Amazonas quatro anos antes). Em meio a essas modificações legais, estava o processo de modernização e desenvolvimento econômico experimentado pelo Brasil ao longo do Segundo Reinado (1840-1889), que operou importantes transformações no país, como a modernização dos transportes, o crescimento da produção cafeeira, a restrição do acesso à terra, o crescimento populacional e do processo de urbanização, a crescente integração do Brasil à economia capitalista global, entre outros. Também foram verificados no período o surgimento e crescimento de movimentos abolicionistas, o incentivo à imigração de trabalhadores europeus, o crescimento da imprensa e formação de uma opinião pública, o crescimento e fortalecimento de formas de resistência escrava, bem como grande movimentação de pessoas escravizadas dentro das fronteiras do Império devido à ação do tráfico interno.[11]

[11] BETHELL, 2002; CONRAD, 1975; SLENES, 1986; AZEVEDO, 1987; GORENDER, 1988 e 1990; CHALHOUB, 1990; MACHADO, 1994; MATTOSO, 2003; FLAUSINO, 2006; LUNA & KLEIN, 2010; MARQUESE & PARRON, 2011; SCHEFFER, 2012; FRANK, 2012; ALONSO, 2015.

Em Minas, a população escravizada (a maior do Império) saltou de cerca de 170 mil em 1819 para mais de 380 mil em 1873, aumento este ligado tanto às novas aquisições via importações quanto à reprodução natural. No ano do recenseamento imperial, 25% dos escravos que residiam no Brasil encontravam-se na província. Com uma base econômica diversificada e dinâmica, em estágio avançado da reestruturação que se processou após o revés do declínio da mineração aurífera, coexistiam em seu território múltiplas formas de organização do trabalho ligadas a uma estrutura produtiva complexa, com fortes vínculos externos e integrada regionalmente.[12]

Sobre o município de Bonfim, vale ressaltar que, embora se localizasse nas proximidades da região mineradora central, fazendo divisa com Sabará e com a capital Ouro Preto, desde suas origens possuiu economia de base agrícola voltada para o abastecimento do mercado interno.[13]

Voltando aos dois personagens que abrem este texto, três anos após a transação narrada seus nomes voltariam à pena do 1º tabelião, desta vez na produção de seus inventários, datados de 1877. Cardozo falecera naquele ano e, Messias, no final do ano anterior.

O primeiro encontrava-se endividado há alguns anos, estando suas duas últimas transações no mercado bonfinense de cativos, ocorridas em 1870 (uma venda "a retro", ou seja, condicional, de dois escravos) e 1874 (o engajamento acima narrado), vinculadas ao abatimento de dívidas[14]. O processo de inventário menciona ainda o penhor, datado de 16/03/1877, do preto João, 12 anos, roceiro, como garantia de dívida proveniente de um empréstimo. Bem antes disso, em 1861, Cardozo já havia recorrido ao mercado bonfinense para proceder à venda de João Africano, que aparentava ter 40 anos, e Lucia crioula, 30 anos, natural do distrito da Cidade do Bonfim, ambos solteiros

[12] LIBBY, 1988; PAIVA, 1996; BERGAD, 2004; GODOY, 2004; MARTINS, 2018.
[13] Para maiores informações socioeconômicas e demográficas sobre o município, ver MARTINEZ, 2014 e TIZOCO, 2018.
[14] APMB, *Livro Especial de Notas Nº 3° para escrituras de compra e venda de escravos pertencente ao 1° Tabelião da Cidade do Bom Fim Joaquim José Vaz de Oliveira*, fl. 24-24v e *Livro 9º de Notas do 1º Tabelião da Cidade do Bomfim do Paraupeba*, fls. 39-40.

e sem ofício[15]. Embora, em 1855, tivesse declarado, ao pároco responsável por efetuar o registro de terras da freguesia de Itatiaiuçu, possuir 57 alqueires de terras de cultura e 30 de campos na Fazenda dos Medeiros[16], deixou para sua esposa Maria Roza de Jesus, única herdeira, a quantia de Rs 16:710$000, composta tão somente por 14 escravos (matriculados com os números 1 a 14 em 1872) e uma besta de carga mansa arreada. Foram mencionadas ainda algumas dívidas passivas (Rs 1:313$722), inclusive com um dos escravos, José crioulo (Rs 100$000 provenientes de empréstimo por crédito firmado em 1865 e Rs 62$000 relativos a outro empréstimo por crédito). Em testamento, deixou forros os cativos após o pagamento das dívidas e o falecimento da esposa[17].

O inventário de Messias, por sua vez, traz informações ainda mais interessantes. Tendo falecido aos 24/11/1876 na "Matta da Província do Rio de Janeiro", sem deixar herdeiros ascendentes e nem descendentes, mas quatro irmãos e um sobrinho menor de idade, seus bens inventariados eram compostos por alguns móveis e objetos domésticos, ferramentas (destaque para os cinco machados ordinários, três alviões[18], uma picareta, sete enxadas ordinárias, duas foices, uma escavadeira, duas enxós, uma corrente e um compasso), animais (quatro burros, dos quais um morreu durante o processo de inventário, um cavalo e quatro porcas), bens de raiz (20 alqueires de terras de cultura e uma parte no massame da Fazenda da Solidade, situada no distrito da Cidade do Bonfim, herança materna), dois escravos (Manoel Agostinho e sua filha Maria do Nascimento[19]) e dívidas ativas (cerca de Rs 400$000). Tudo isso somava Rs 3:634$790 (dos quais Rs 2:400$000, ou seja, 66%, correspondiam ao valor dos escravos).[20]

---

[15] APMB, *Livro Especial de Notas Nº 1° para escrituras de compra e venda de escravos pertencente ao 1° Tabelião da Villa do Bom Fim Joaquim José Vaz de Oliveira*, fls. 23v-24v.
[16] Arquivo Público Mineiro (APM), *TP-1-098*, fl. 7v.
[17] APMB, *CPO INV 0731*, 1877.
[18] Instrumento usado na lavoura ou em trabalhos florestais, que serve ao mesmo tempo de enxada e de machado; picareta. (Disponível em: https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/alvi%C3%A3o. Acesso em 16 out. 2017.)
[19] A família de Manoel era composta de pelo menos mais dois membros, sua esposa Eva e seu filho Josué Ferreira da Silva Malta, ambos já libertos gratuitamente (Eva pela mãe de Messias e Josué pelo mesmo). Ao longo do processo de inventário, é informado que pai e filho possuíam, na mão do falecido, a quantia de Rs 322$400, valor que constituía o pecúlio que Manoel pretendia entregar à coletoria para auxiliar o fundo de emancipação para sua libertação e de suas três filhas.
[20] APMB, *CPO INV 0270*, 1877.

Com a notícia de seu falecimento e procedimento do inventário, vários credores apareceram para reivindicar o pagamento de dívidas deixadas pelo finado. Entre eles, estava José Bernardes de Carvalho Junior, também morador do distrito do Itatiaiuçu, que cobrava Rs 487$560 provenientes de jornais de dois escravos seus alugados a Messias. Em sua petição, o credor informa que os escravos trabalhavam com o falecido em Cantagallo, município da região da Mata fluminense, fato confirmado por três testemunhas. Junior anexa ainda as contas dos dias de serviço dos escravos, a seguir transcritas:

Conta dos dias de serviço a preço de hum mil e duzentos réis por dia que tem ganho o Quirino escravo do Sr. José Bernardes de Carvalho Junior, em desde a data de 1º de março até 23 de dezembro de 1876, declarando as falhas porque falharam:

1876						
Março	1º	dias	22 ½	a 1$200	27$000	
Abril		“	23 ½	“	28$200	
Maio		“	24	“	28$800	
Junho		“	20	“	24$000	Falhou com dor de dente
Julho		“	26	“	31$200	
Agosto		“	22	“	26$400	Falhou por estar com dor de dente
Setembro		“	23	“	27$600	
Outubro		“	23 ½	“	28$200	
Novembro		“	21 ½	“	25$800	
Dezembro	23	“	12 ½	“	15$000	
			218 ½		Rs 262$200	
Monte Alegre, 23 de dezembro de 1876						

Conta dos dias de serviço que tem ganho o Antonio escravo do Sr. José Bernardes de Carvalho, com o trato de trinta dias primeiro a um mil réis por dia e os mais a um mil e duzentos réis, em desde a data de 1º de março até 23 de dezembro de 1876, declarando as falhas:

1876						
Março	1º	dias	17 ½	a 1$000	17$500	Falhou com um princípio de febre

Abril		“	20 ½	“	21$500	Falhou com espinho na mão
Maio		“	18	a 1$200	21$600	Falhou com febre
Junho		“	18	“	21$600	Falhou com dor de dente
Julho		“	25	“	30$000	Falhou com dor de dente
Agosto		“	25	“	30$000	Falhou por estar doente
Setembro		“	21	“	25$200	
Outubro		“	24 ½	“	24$400	
Novembro		“	19 ½	“	23$400	Falhou por estar doente
Dezembro		“	13	“	15$600	
			200 ½		Rs 230$800	
Abate-se de remédios que comprei na botica do Guerra					5$440	
				A seu favor	Rs 225$360	

Monte Alegre, 23 de dezembro de 1876

Uma análise atenta aos pormenores das informações acima levantadas faz chamar atenção ao fato de Messias e escravos por ele alugados estarem trabalhando na Mata fluminense, uma vez que não há nenhuma referência a qualquer propriedade sua naquela província. Tendo em vista a composição e a quantidade das ferramentas agrícolas que ele possuía, é possível cogitar se Messias não teria, com aqueles cativos (e talvez também com aqueles que haviam sido alugados de Cardozo em 1874), constituído uma turma para trabalhar como empreiteiro em fazendas de café fluminenses, executando tarefas como a limpeza do terreno, plantio e cultivo dos pés até a maturidade, como Warren Dean mencionou ter sido comum nas fazendas cafeeiras de Rio Claro, no Oeste Paulista. Às vezes, segundo Dean, “os empreiteiros eram homens livres que faziam contratos individualmente ou com parentes. [...] Em alguns casos parece que os que possuíam escravos eram antigos proprietários falidos, em outros, herdeiros de escravos que não possuíam terras.”[21]

Percebe-se, portanto, que, mesmo tendo locador e locatário residentes em Bonfim, os cativos alugados no município nem sempre executavam os serviços na

[21] DEAN, 1977, pp. 48-49.

própria localidade. Isso é mais um fator que evidencia a complexidade da reorganização da distribuição da mão de obra escravizada no período posterior à abolição do tráfico atlântico. Para além das transferências de mais de 400 mil escravos efetuadas pelo tráfico interprovincial a partir de 1850, segundo os cálculos de Slenes, e dos fluxos multidirecionais dos tráficos intra e interprovincial que as pesquisas mais recentes vêm evidenciando, observa-se que, embora nem sempre ocorresse a transferência de propriedade, os cativos também poderiam ter sua força de trabalho utilizada a quilômetros de distância de onde residiam seus proprietários, o que se demonstra, por exemplo, em vários documentos bonfinenses que tratam da locação de escravos.[22]

Vejamos então como se distribuíram os registros bonfinenses de aluguel de cativos ao longo das décadas de 1850 e 1880, bem como alguns dos pormenores de tais transações:

Nos anos 1850, há apenas um contrato, datado de 1851, alugando dois escravos do sexo masculino a Rs 40$000 por ano cada, até que perfizessem o valor de Rs 320$000. Locador ouro-pretano e locatário bonfinense.[23]

Na década seguinte foram registrados três contratos:

- Em 1860, um crioulo de 36 anos "muito vadio" e que se encontrava fugido e "doente de uma inflamação fistulosa no queixo" foi engajado a Rs 50$000 anuais, pelo período de três anos. Embora não mencionado no documento, sabe-se que o locatário residia em Bonfim.
- Cinco anos depois, uma crioula foi alugada pelo mesmo preço, pelo período de dois anos. Locadora bonfinense.
- Em 1867, um crioulo e um pardo foram alugados pelo preço de Rs 4$000 mensais cada (perfazendo a quantia de Rs 48$000 anuais por escravo), até que se somasse o valor de Rs 439$880 que o locador devia ao locatário, ambos bonfinenses. O contrato trazia ainda a ressalva de que os serviços dos ditos

[22] SLENES, 1986; MOTTA, 2012; FLAUSINO, 2006; SCHEFFER, 2012; TIZOCO, 2018. LIBBY (1988, p. 95) menciona inclusive a possível existência de contratos de aluguel com 99 anos de duração, o que provavelmente seria um artifício utilizado para disfarçar uma venda e fugir do pagamento dos devidos impostos de transferência de propriedade.
[23] APMB, *Livro 3º de Notas do 2º Tabelião*, fl. 2-2v.

escravos por este preço se deviam ao fato de não vencer prêmio (ou seja, juros) o referido principal de Rs 439$880.[24]

A partir da década de 1870, com a obrigatoriedade de registro em cartório também das procurações (conforme Decreto nº 5737, de 02/09/1874, em seu artigo 98, parágrafos primeiro e segundo), pôde-se vislumbrar uma quantidade maior de transações com tal finalidade:

- Em 1871, um crioulo de 36 anos foi ajustado por Rs 100$000 anuais durante dois anos, sendo locadora e locatário bonfinenses.
- Em 1874, conforme transação narrada no início deste texto, quatro pretos, com idades entre 18 e 28 anos, foram engajados pela quantia de Rs 1$000 diários cada um. Nesse caso, porém, foi acordado que as despesas com vestuário dos escravos e com botica e médicos no caso de enfermidade ficariam por conta do locador.
- No ano seguinte, um morador de Bonfim passou procuração objetivando ajustar um "rapaz" preto de mais de 30 anos, do qual o mesmo possuía apenas o usufruto durante sua vida, conforme as disposições testamentárias de sua falecida esposa.
- Alguns meses depois, já no início de 1876, o mesmo senhor passou outra procuração concedendo poderes para a firma bonfinense Baeta Neves, Teixeira Junior & Souza ajustar o mesmo cativo "na Matta".
- Ainda em 1876 e depois em 1877, foram registradas duas procurações de moradores de Bonfim que objetivavam engajar seus escravos na Cia. Morro Velho. A primeira menciona que o engajado seria um lavrador pardo de 32 anos, pelo período de cinco anos. A outra visava engajar um homem e uma mulher de idades não declaradas.
- No início de 1878, três procurações foram passadas por moradores de Bonfim mencionando aluguel de escravos, sendo que duas delas objetivavam que se

[24] APMB, *Livro de Escrituras nº 1 - Rio Manso*, fls. 10v-11, 23-24 e *Livro 7º de Notas do 1º Tabelião da Cidade do Bomfim do Paraupeba*, fls. 17-18.

procedesse à assinatura dos contratos de engajamento, também na Cia. Morro Velho, dos serviços de uma cozinheira preta de 71 anos e de um lavrador pardo de 16 anos.[25]

Os oito anos finais da escravidão trazem uma quantidade ainda maior de registros:

- No início de 1880, uma bonfinense constituiu um morador da Vila de Entre Rios desta província seu bastante procurador para alugar, a quem lhe parecesse, cinco homens de idades não informadas.
- Uma procuração datada de maio de 1881 menciona um contrato firmado aos 20/12 do ano anterior, pelo qual um homem de idade não informada foi engajado por nove anos a partir daquela data, pelo valor de Rs 600$000. O documento esclarecia ainda que o dito valor seria pago no ato de passar-se a escritura e, caso o escravo viesse a falecer antes do término do período contratado ou tivesse qualquer dúvida que não pudesse trabalhar, não teria o locador, residente no município de Bonfim, obrigação de voltar qualquer quantia.
- Ainda em 1881, outra procuração se destinava a contratar os serviços de um pardo de idade não declarada.
- No início de 1882, duas procurações foram passadas no intuito de engajar, na Cia. Morro Velho, aquele mesmo cativo que lá havia sido engajado pelo prazo de cinco anos no final de 1876. O locador informava também que o procurador poderia fazer o engajamento pelo tempo que achasse conveniente, receber os jornais de todo tempo do contrato e passar-lhe carta de liberdade para ter efeito no fim do dito engajamento. O documento informa que o escravo pertencia à finada mãe dos locadores, residentes em Bonfim, e que o contrato se dava por

[25] APMB, *Livro 9º de Notas do 2º Tabelião da Cidade do Bom Fim,* fls. 43-44; *Livro 9º de Notas do 1º Tabelião da Cidade do Bomfim do Paraupeba*, fls. 39-40; *Livro 1º de Notas para Procurações lavradas pelo 2º Tabelião da Cidade do Bomfim - Novembro 4 de 1874 (Tabelião C. P. O)*, fls. 42-42v; *Livro 2º para Procurações - 2º Ofício,* fls. 69-69v; *Livro 3º para Procurações - 2º Ofício*, fls. 26-26v; *Nº 5 Notas - Piedade dos Gerais*, fls. 36-36v, 48-48v; *Nº 6 Notário - Piedade dos Gerais*, fls. 2-2v, 12-12v.

ônus que a mesma deixou em carta para o escravo trabalhar e remir suas dívidas aos seus credores.

- Em 1885 há uma procuração destinada a receber o aluguel de um homem, vendê-lo e passar escritura do resto de anos que o mesmo tinha de prestar à locadora, residente em Bonfim.
- Em 1886 e 1887, outros dois moradores de Bonfim passaram procurações visando alugar seus escravos. Na primeira, o cativo era um preto de 39 anos, lavrador. Na segunda, objetivava-se alugar dois homens de idades não declaradas pelo período de seis meses, que poderia ser prorrogado.
- Ainda no final de 1887, foi registrado um contrato alugando por dois anos os serviços de 10 escravos (sendo um preto de 51 anos, dois pardos, de 23 e 33 anos, cinco pardas de 16, 22, 41 e 43 anos e duas pretas, de 30 e 50 anos, os três homens lavradores e as sete mulheres, fiadeiras) e de um ingênuo de 14 anos (filho de uma das pardas), sendo o valor anual de cada escrava equivalente a Rs 120$000, o de cada escravo equivalente a Rs 150$000 e o do ingênuo, a Rs 55$000. Locadora bonfinense e locatário residente no município de Leopoldina, Zona da Mata mineira. Finalmente, a última procuração bonfinense destinada a negociar cativos, datada de fevereiro de 1888, objetivava capturar em Ouro Preto um preto de 39 anos e em seguida ajustá-lo por pouco prazo até que se liquidassem as partilhas do finado marido da locadora, residente em Bonfim.[26]

Um primeiro ponto a se destacar é que quase metade das procurações com a finalidade de alugar escravos se destinava a engajá-los na Cia. Morro Velho, situada no vizinho município de Sabará, e destas, todas foram efetuadas com residentes do distrito bonfinense de Piedade dos Gerais.

[26] APMB, *1879 - Livro 4º para procurações pertencente ao 1º Tabelião desta Cidade do Bomfim Joaquim José Vaz de Oliveira,* fls. 28-28v; *Março 1879 - 7º Livro de Procurações do Cartório do 2º Tabelião da Cidade do Bomfim*, fls. 96-96v; *1881 - 9º Livro de Nottas - Piedade dos Gerais*, fls. 7-7v e 43-44; *1882 – 10 - Livro de Nottas - Piedade dos Gerais*, fls. 4-5; *Livro nº 9 de Procurações – 1883*, fls. 89-89v; *Procurações - Piedade dos Gerais*, não paginado; *1886 - Nº 15 - Livro de Notas do Cartório do 1º Ofício da Cidade do Bomfim*, fls. 32-35v, *Nº 13 - Procurações (2º Ofício),* fls. 7-7v.

Fundada em 1830, em Londres, a Saint John d'El Rey Mining Company Limited adquiriu, em 1854, a Mina de Morro Velho, localizada no distrito de Nossa Senhora do Pilar de Congonhas de Sabará (atual município de Nova Lima), município de Sabará, cujas reservas auríferas já eram exploradas desde 1725. Se, até a promulgação, em 1843, da Lei de Lord Brougham, que proibia aos súditos britânicos qualquer participação na comercialização de cativos, a companhia costumava empregar escravos próprios e alugados, a partir daí passou a depender ainda mais dos alugados. Entre os diversos empreendimentos de capital estrangeiro na mineração aurífera subterrânea surgidos na província mineira a partir da terceira década do século XIX, Douglas Libby considera a Mina de Morro Velho "o grande exemplo de sucesso da mineração inglesa no Brasil", sucesso este que o autor credita ao grande contingente de escravos alugados pela empresa, que lhe teria dado "a flexibilidade necessária ao desenvolvimento, dentro dos moldes do sistema fabril, de um empreendimento bastante complexo que, apesar de sua natureza 'avançada', ainda era sujeito a ocasionais reveses".[27]

Ainda entre as procurações disponíveis, nota-se que a partir de 1881 a maioria delas se destinava a efetuar algum contrato de engajamento. Tal observação é particularmente interessante quando se tem em mente que as procurações costumavam evidenciar o comércio de longa distância e que o tráfico interprovincial no Sudeste teria acabado entre 1880 e 1881, a partir do exorbitante imposto que desde então passou a ser cobrado pelas províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo para cada cativo trazido de outra província, como anteriormente mencionado.

Há também ao menos dois registros (uma escritura e uma procuração) que mencionam claramente que os escravos seriam alugados na região da Mata. Logo, não é improvável que também fossem trabalhar na lavoura cafeeira. Como salienta Libby, "a agricultura, tanto a exportadora quanto aquela voltada para o mercado interno, dispunha de meios para se beneficiar do sistema de aluguel de cativos"[28].

[27] LIBBY, 1988, pp. 307-331.
[28] LIBBY, 1988, p. 360.

Entre as escrituras, notam-se também escravos sendo alugados para amortizar alguma dívida do locador para com o locatário. Parte considerável das transações envolveu uma locadora e um locatário, porém nenhuma locatária pôde ser observada. Talvez essas locadoras fossem, em sua maioria, viúvas ou herdeiras, possivelmente proprietárias de pequena ou nenhuma extensão de terra.

De posse das informações obtidas nos contratos e recibos de locação analisados, embora haja poucos registros, é possível perceber como o preço de aluguel de um escravo variou consideravelmente entre as décadas de 1850 e 1880. Tais dados permitem calcular, ainda, as taxas de retorno bruto anuais aproximadas de cada uma daquelas transações, levando-se em conta os preços médios dos cativos praticados no mercado bonfinense[29]. Assim, considerando-se que a maioria dos escravos engajados possuía idade compreendida dentro do grupo etário 15-39 anos e tendo por base uma média de trabalho anual de 250 dias[30], tem-se o seguinte cenário (Tabela 1):

Tabela 1 – Estimativa da taxa de retorno bruto anual com o aluguel de escravos por transação: Bonfim do Paraopeba, 1851-1887

Ano	Sexo do escravo alugado	Quantidade de cativos alugados	Rendimento bruto auferido por escravo (em réis)		Preço médio de um escravo/a de 15 a 39 anos no mercado bonfinense na década da transação (em réis)	Taxa de retorno bruto anual aproximada (em %)
			Diário	Anual		
1851	masculino	2	$160	40$000	955$786*	4,19
1860	masculino	1	$200	50$000	1:442$453	3,47
1865	feminino	1	$200	50$000	1:267$823	3,94
1867	masculino	2	$192	48$000	1:442$453	3,33
1871	masculino	1	$400	100$000	1:192$421	8,39
1874	masculino	4	1$000	250$000	1:192$421	20,97

[29] As considerações a respeito do cálculo dos preços médios dos cativos no mercado bonfinense conforme faixa etária e década da transação podem ser verificadas em TIZOCO, 2018, pp. 95-100.
[30] BERGAD, 2004, p. 287; MATTOSO, 2003, p. 119. Ver também LIBBY, 1988, p. 283. A julgar também pelas informações de dias trabalhados constantes nos recibos acima transcritos, conclui-se que as médias de 250 dias de trabalho anuais e entre 20 a 25 mensais seriam mesmo o mais usual no século XIX.

1876	masculino	2	1$200	300$000	1:192$421	25,16
1881	masculino	1	$267	66$667	1:116$667	5,97
1887	masculino	3	$600	150$000	1:116$667	13,42
	feminino	7	$480	120$000	633$125	18,95
	Ingênuo (masculino)	1	$220	55$000	900$000**	6,11

Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofício – APMB; APMB, *CPO INV 0270*, 1877; FLAUSINO, 2006, p. 136.
* Em virtude da ausência de tal informação para o mercado bonfinense, utilizou-se o valor referente ao preço médio de um escravo de 15 a 29 anos durante a década de 1850 no município de Mariana, cujo mercado apresentava preços e características próximos àqueles observados em Bonfim.
** Preço médio de um escravo do sexo masculino da faixa etária de 10 a 14 anos na década de 1880 no mercado bonfinense.

Embora algumas das transações analisadas contivessem especificidades contratuais que poderiam fazer reduzir ou aumentar a taxa de retorno bruto, percebe-se que as taxas mais elevadas foram verificadas nas transações das décadas de 1870 e 1880, sendo que nenhuma delas apresentou taxa menor ou igual àquelas verificadas nas décadas de 1850 e 1860.

Analisando o sistema de aluguel de escravos em obras públicas viárias em Minas Gerais entre 1867 e 1873, Télio Cravo também encontrou taxas de retorno bruto anuais e valor médio dos jornais mais elevados entre os anos 1872-1873 (obras da Estrada da Corte) em relação àquelas encontradas para o período 1867-1869 (obras da Ponte de Santa Bárbara) (Tabela 2). Diante de tal situação, o autor levanta a hipótese de que a obra da Estrada da Corte teria exigido elevado investimento do Estado por ser o mais importante eixo viário do comércio interprovincial entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro.[31]

Tabela 2 – Média e mediana dos jornais e estimativa da taxa de retorno bruto anual do aluguel de escravos na construção viária (1867-1873)

Ano	**Obra viária**	**Valor diário do aluguel (em réis)**		**Taxa de retorno bruto anual (%)**
		Média	Mediana	
1867	Ponte sobre o Rio	1$074	1$060	19,4

[31] CRAVO, 2020, pp. 169, 175-76.

1868	Santa Bárbara			17,2
1869				17,5
1872	Estrada da Corte: Juiz de Fora a Barbacena	2$254	2$300	37,4
1873				38,3

Fonte: Extraído de CRAVO, 2020, pp. 169 e 176.
Obs.: O autor utiliza a média de 182,4 dias trabalhados por ano. Os preços médios de escravos de15 a 40 anos foram baseados em BERGAD, 2004, p. 360-363.

Contudo, o comportamento semelhante verificado em Bonfim também parece sinalizar para um possível aumento dos preços de alugueis de cativos em Minas Gerais a partir dos anos 1870, aumento este que estaria elevando a taxa de retorno bruto de tais transações.

No caso dos escravos alugados pela Saint John d'El Rey Mining Company para trabalharem na mina de Morro Velho, Douglas Libby encontrou os seguintes valores pagos pela companhia entre as décadas de 1830 e 1870 (Tabela 3):

Tabela 3 – Valores anuais pagos pelo aluguel de escravos atuantes na Mina de Morro Velho e estimativa da taxa de retorno bruto anual, 1835-1879

Ano	**Homens**		**Mulheres**	
	Valor anual do aluguel (em réis)	**Taxa de retorno bruto anual estimada (%)**	**Valor anual do aluguel (em réis)**	**Taxa de retorno bruto anual estimada (%)**
1835 - 1838	90$000	20,7	60$000	16,2
1839 - 1842	100$000	21,7	70$000	16,7
1858	240$000 (escravos de 1ª classe, contrato de cinco anos)	16,0	120$000 (escravas de 1ª classe, contrato de cinco anos)	10,2
	175$000 (escravos de 2ª classe, contrato de cinco anos)	11,7	90$000 (escravas de 2ª classe, contrato de cinco anos)	7,6
	250$000 (escravos de 1ª classe, contrato de um ano)	16,7	120$000 (escravas de 1ª classe, contrato de um ano)	10,2

	200$000 (escravos de 2ª classe, contrato de um ano)	13,3	100$000 (escravas de 2ª classe, contrato de um ano)	8,5
1867	220$000 (escravos de 1ª classe, contrato de mais de um ano)	22,0	100$000 (escravas de 1ª classe, contrato de mais de um ano)	11,5
	230$000 (escravos de 1ª classe, durante um ano)	23,0	110$000 (escravas de 1ª classe, durante um ano)	12,6
1879	250$000	15,6	180$000	22,1

Fontes: LIBBY, 1984, pp. 95-97. Preços médios de escravos de15 a 40 anos baseados em BERGAD, 2004, p. 362-363.

Libby mostra-se surpreso ao se deparar com os preços pagos em 1867 sendo inferiores àqueles pagos em 1858. Entretanto, quando comparados com os dados de Bonfim e aqueles encontrados por Cravo, tem-se a impressão de que os preços dos alugueis cobrados no final da década de 1860 poderiam mesmo ter sofrido ligeira queda, voltando a se elevar apenas a partir da década seguinte. Ressalte-se, porém, que as taxas de retorno bruto não acompanharam essa possível queda de preços dos alugueis.

Comparando-se ainda as taxas de retorno bruto de alugueis de cativos em Minas no período em questão, observa-se que os valores encontrados para escravos empregados em atividades agrícolas (como parece ter sido a maioria dos casos documentados nos contratos de engajamento bonfinenses) teriam sido geralmente sempre inferiores àqueles auferidos por senhores que alugavam seus cativos para trabalharem em atividades dos setores da mineração (estudados por Libby) e de obras públicas (analisados por Cravo). Isto provavelmente estaria ligado aos conhecimentos e aptidões necessárias para o desempenho de tais funções, mais específicos que aqueles relacionados ao desempenho dos serviços agrícolas. A título de comparação, o recibo a seguir, transcrito de um inventário bonfinense de 1887, permite observar a diferença entre o valor do jornal recebido por um escravo com pouca ou nenhuma especialização, como um roceiro ou lavrador (Tabela 1), e outro especializado, no caso um pedreiro:

> O Alferes João José de Salles, hoje finado, ao Revmo. Pe. João Baptista de Souza Roussin [cunhado do falecido] deve jornais de seu ex-escravo de nome Sabino, pardo, pedreiro, no ano de 1882, durante 5 meses efetivos a 24 dias

> por mês (120 dias) – sai a Rs 3$500 por dia, como consta dos assentos das mesmas férias na Matriz = Rs 420$000.[32]

Calculando-se a taxa de retorno bruto anual aproximado auferida pelo proprietário do pedreiro Sabino, com base no preço médio de um escravo de 15 a 39 anos no mercado bonfinense na década de 1880, obtém-se fabulosos 78,36%. Embora essa taxa esteja obviamente superestimada, uma vez que um escravo como Sabino, se chegasse a ser vendido, seguramente atingiria um preço muito superior à média de Rs 1:116$667, nota-se que o valor diário de seu aluguel era bastante superior aos valores recebidos pelos escravos empregados na agricultura, na mineração e nas obras de construção de estradas mencionados nos estudos supracitados, o que sugere que sua taxa de retorno bruta provavelmente também fosse mais elevada.[33]

Percebe-se, portanto, que a prática de se alugar escravos poderia ser bastante vantajosa para os proprietários. Com a alta nos preços dos cativos após a cessação do tráfico atlântico, "através do aluguel o senhor de escravos poderia maximizar seus retornos e aproveitar a valorização de suas 'peças', alocando-as nas atividades mais bem remuneradas do ciclo agrícola ou de outros setores da economia"[34]. Ao mesmo tempo, "o sistema de aluguel possibilitava ao empregador utilizar um escravo durante seus anos mais produtivos e descartar o trabalhador desgastado depois"[35].

A análise qualitativa dos casos onde a prática esteve presente no município de Bonfim permite compreender ainda que, ao longo do período estudado, ela parece ter representado, além de uma estratégia, um recurso ao qual alguns donos de escravos e proprietários rurais recorreram buscando minimizar os prejuízos que a perda dos cativos traria no período de declínio da instituição escravista, sobretudo após a Lei do Ventre Livre e a iminência do fim da escravidão na segunda metade da década de 1880, numa tentativa de se postergar, o quanto fosse possível, a perda do braço escravizado. Assim,

[32] APMB, *CPO INV 0285*, 1887, fl. 43.
[33] CRAVO, 2020, pp. 173-176; LIBBY, 1984, pp. 95-97. Ver também BERGAD, 2004, pp. 285-294. LIBBY (1984, p. 96) cita ainda um ferreiro alugado por Rs 300$000 anuais em 1839 (o triplo do valor anual então pago na Mina de Morro Velho pelo aluguel de um escravo). Logo, a partir de 1850 e, sobretudo de 1870, tal valor certamente estaria bem mais alto.
[34] LIBBY, 1988, p. 95.
[35] Id. Ibid., p. 331.

pôde-se comercializar os serviços de ingênuos adolescentes, já em idade produtiva, pelo espaço de tempo que a lei o permitia, sem o ônus de ter que se adquirir ou dispor da mãe do mesmo. Igualmente possibilitou que usufrutuários e herdeiros comercializassem os serviços de escravos quartados ou libertados com a condição de prestarem serviços durante determinado tempo.

Vislumbra-se também que, diferentemente dos cativos alugados nas grandes cidades, que normalmente prestavam os serviços contratados na mesma localidade ou nas redondezas de onde vivia seu proprietário, aqueles com pouca ou nenhuma especialização alugados em municípios pequenos do interior tendiam, em grande medida, a irem trabalhar em localidades mais distantes, algumas vezes até mesmo em outras províncias, sendo que as atividades agrícolas e de mineração voltadas à exportação muito se beneficiaram deste sistema de disponibilização de mão de obra, sobretudo a partir de 1850, quando a aquisição de novos cativos por meio da compra passou a se tornar cada vez mais cara e difícil.

Ainda segundo Libby, "a prática de aluguel de escravos é uma clara demonstração da flexibilidade do regime escravista mineiro, e, na medida que essa prática cresceu ao longo do século XIX, é indicativa do gradual processo de transição pelo qual o regime estava passando".[36]

Acredita-se que a incorporação dos acervos cartoriais às análises, sobretudo os livros de notas e procurações, fontes riquíssimas para o estudo da escravidão, dos mercados de escravos e de vários outros temas ligados às transferências de propriedade, possam trazer alguma luz para as pesquisas sobre o sistema de aluguel de escravos em Minas Gerais.[37] Muito embora tal contribuição se dê a partir de um volume de registros modesto, é possível que ela ajude a contornar, ao menos em parte, a escassez de dados relativos à temática, da qual se queixam alguns autores.[38] Espera-se, portanto, que a pesquisa de doutorado ora em curso possa identificar mais contratos de aluguel e fornecer novos argumentos à produção historiográfica.

[36] LIBBY, 1988, p. 320. Ver também GORENDER, 1988, pp. 228-229.
[37] SCHEFFER, 2013; SLENES, 1983 e 1985.
[38] Ver, principalmente, BERGAD, 2004 e LIBBY, 1988.

Bibliografia:

ALONSO, Angela. *Flores, votos, balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

AZEVEDO, Célia Maria. *Onda Negra. Medo Branco. O negro no imaginário das elites - século. XIX.* São Paulo: Paz e Terra, 1987.

BARBOSA, Wilson. *Teoria e Empiria*. DH-FFLCH-USP, 1992 (a). (Mimeo)

BARBOSA, Wilson. *Econometria na História Econômica (Palestra)*. DH-FFLCH-USP, 1992 (b). (Mimeo)

BARBOSA, Wilson. *Pesquisando a História Econômica*. DH-FFLCH, 2013. (Mimeo)

BERGAD, Laird W. *Escravidão e História Econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1880.* Bauru: Edusc, 2004.

BETHELL, Leslie. *A abolição do comércio brasileiro de escravos: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do comércio de escravos, 1807-1869*. Brasília: Senado Federal, 2002.

CARDOSO, Ciro. *Uma Introdução à História.* São Paulo: Brasiliense, 1992.

CARDOSO, Ciro; BRIGNOLI, Hector. *Os Métodos na História.* Rio de Janeiro: Graal, 1987.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidãona Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/ Instituto Nacional do Livro, 1975.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CRAVO, Télio. Sistema de aluguel de escravos em obras públicas viárias do Brasil Império: uma análise das listas nominais de trabalhadores livres e escravos em Minas Gerais (1867-1873). *Revista Brasileira De História & Ciências Sociais,* 11(22), 2020, pp. 162–181. Disponível em: https://periodicos.furg.br/index.php/rbhcs/article/view/10846. Acesso em 03 Nov. 2021.

DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FLAUSINO, Camila Carolina. *Negócios da Escravidão: tráfico interno de escravos em Mariana, 1850-1888*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006.

FRANK, Zephyr L. *Entre ricos e Pobres: o mundo de Antonio José Dutra no Rio de Janeiro oitocentista.* Tradução de Célia Lynn Goodwin e Elizabeth Maria Braathen. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2012.

GODOY, Marcelo Magalhães. *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio - um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras, entre o Setecentos e o Novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais*. 2004. Tese (Doutorado em História) - PPGHE/FFLCH/USP, São Paulo, 2004.

GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Ática, 1988.

GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LIBBY, Douglas Cole. *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil: o caso de Morro Velho.* Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1984.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas no século XIX.* São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Escravismo no Brasil*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

MACHADO, Maria Helena P. T. *O Plano e o Pânico. Os Movimentos Sociais na Década da Abolição*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, EDUSP, 1994.

MARQUESE, Rafael de Bivar; PARRON, Tâmis Peixoto. Internacional escravista: a política da Segunda Escravidão. In: *Topoi*, v.12, n. 23, jul.-dez. 2011, p. 97-117.

MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. *Cinzas do passado: Cultura material, riqueza e escravidão no Vale do Paraopeba/MG: 1831/ 1914*. Londrina: Eduel, 2014

MARTINS, Roberto B. *Crescendo em silêncio: a incrível economia escravista de Minas Gerais no século XIX.* Belo Horizonte: ICAM/ABPHE, 2018.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MOTTA, José Flávio. *Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista*. São Paulo: Alameda, 2012.

PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. São Paulo: FFLCH/USP, 1996 (Tese de Doutoramento).

REIS, João José. *Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHEFFER, Rafael da Cunha. *Comércio de escravos do Sul para o Sudeste, 1850-1888: economias microrregionais, redes de negociantes e experiência cativa*. Tese de doutorado em História. Campinas: Unicamp, 2012.

SCHEFFER, Rafael da Cunha.. Comércio de cativos através das fontes cartoriais: possibilidades e seus limites. *XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH.* Natal, 2013.

SLENES, Robert W. O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estuda da escravidão no século XIX". *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE/USP, v.13(1): 117-149, jan./abr.,1983.

SLENES, Robert W. Escravos, cartórios e desburocratização: o que Rui Barbosa não queimou será destruído agora? In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5, n. 10, p.166- 197, mar./ago. 1985.

SLENES, Robert W. Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888. In: COSTA, Iraci del Nero da. (org.), *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE/USP, p. 103-155, 1986.

TIZOCO, Ulisses Henrique. *Pessoas negociando pessoas: o mercado de escravos de Bonfim do Paraopeba (MG) e suas conexões (1842-1888).* Dissertação de mestrado em História. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – UFMG, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

O Governo Reagan (1981-1989) e a Nova Ordem Econômica Internacional

Victor Augusto Ferraz Young

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

O Governo Reagan (1981-1989) e a Nova Ordem Econômica Internacional

The Reagan's administration (1981-1989) and the New International Economic Order

Victor Augusto Ferraz Young [1]
Pedro Paulo Zahluth Bastos[2]

Resumo:

Com base em arquivos presidenciais recentemente desclassificados, este artigo analisa a Diplomacia Financeira Americana do governo Ronald Reagan (1981-1989). De acordo com nossa pesquisa, esse governo trabalhou para manter a liderança americana no mundo capitalista após o fim dos acordos de Bretton Woods em 1971 e após a crise econômica da década de 1970. Uma nova ordem econômica no interesse dos Estados Unidos foi estabelecida e as Cúpulas do G-7 foram o fórum onde as mudanças foram conduzidas. O governo americano tinha as ferramentas para fazer isso unilateralmente e é isso que pretendemos demonstrar neste trabalho.

Palavras-chave: Fim de Bretton Woods; Choque de Juros; Sistema Financeiro Internacional; Governo Ronald Reagan (1981-1989); Neoliberalismo

[1] Pesquisador de Centro de Estudos Relações Econômicas Internacionais (CERI) do Instituto de Economia da Unicamp.
[2] Professor Livre Docente do Instituto de Economia da Unicamp.

O Governo Reagan (1981-1989) e a Nova Ordem Econômica Internacional

Abstract:

Based on recently declassified presidential files, this article analyzes the American Financial Diplomacy during the Ronald Reagan's administration (1981-1989). According to our research, Reagan's administration worked to keep American leadership in the capitalist world after the end of the Bretton Woods agreements in 1971 and after the economic crisis of the 1970s. A renewed American economic order would emerge and the G-7 summits would be the forum to drive necessary changes. The American government had the tools to do this unilaterally and that is what we demonstrate in this work.

Key words*: The end of Bretton Woods; The American interest rate shock; International Financial System; The Ronald Reagan's Administration (1981-1989); Neoliberalism*

***

Introdução

Este trabalho busca discutir o processo de mudança no sistema financeiro internacional depois do fim dos acordos de Bretton Woods em 1971. Tendo em conta que o novo arrajo financeiro desenrolava-se sob o domínio dos países centrais, o período aqui tratado é aquele que consideramos como de consolidação do sistema reformado, ou seja, aquele que coincide com a gestão presidencial de Ronald Reagan (1981-1989). Assim o definimos em função de uma nova pesquisa empírica que realizamos sobre documentos presidenciais recém desclassificados referentes àquela administração.

Em função da condição político-econômica norte-americana depois da Segunda Guerra Mundial, isto é, uma projeção militar estendida, elevados saldos comerciais positivos, posição credora frente às maiores economias e grandes reservas de ouro, o anterior sistema de Bretton Woods de 1944 estabeleceu-se sob domínio estadunidense. Baseava-se, sobretudo, no dólar-ouro como moeda internacional e nos controles sobre os fluxos internacionais de capital e taxas de câmbio. Depois de mais de duas décadas dos acordos, em que houve prosperidade e recuperação econômica, os Estados Unidos não puderam mais ancorar este sistema. A reabilitação do bloco capitalista tornou difícil para os norte-americanos manterem reservas em ouro suficientes para lastrear as emissões do dólar[3]. A mobilização estadunidense para a contenção comunista durante a Guerra Fria e o ressugirmento da competição intercapitalista provocaram, em grande medida, sucessivas reduções nos superávits comerciais, diminuição nas próprias reservas em ouro e forte especulação cambial sobre o dólar nos ressurgentes mercados financeiros internacionais. Em agosto de 1971, o presidente Nixon revogou os acordos de Bretton Woods e decretou o fim do dólar lastreado em ouro.

[3] Para recuperação econômica do pós-guerra, ver Mazzuchelli (2013). Sobre a ancoragem do dólar ver o trabalho clássico de Triffin (1979).

A recusa norte-americana de trocar os saldos em dólares no exterior por uma quantidade pré-determinada de ouro não significava, todavia, que os Estados Unidos, com a revogação de Bretton Woods, abririam mão da supremacia econômica e política estabelecida depois da Segunda Guerra Mundial. Durante os anos 1970, houve um período de instabilidade financeira e incerteza sobre a liderança norte-americana dentro do bloco capitalista. O primeiro choque do petróleo em 1973, a derrota no Vietnã (1975), o aumento da inflação americana e as dúvidas sobre o valor do dólar que se tornara flutuante levaram os países mais desenvolvidos a exigir uma coordenação conjunta sobre o sistema financeiro internacional, o que limitaria a própria influência dominante dos EUA sobre essa ordem[4].

Nos dois primeiros anos da gestão Carter (1977-1981), o governo estadunidense implementou políticas no sentido de tentar recuperar a liderança industrial sem, todavia, obter sucesso (MACARINI, 2007). Em 1979, ante uma expressiva desvalorização do dólar, altas taxas de inflação, e considerando que a intervenção estrangeira sobre as políticas econômicas americanas não poderia ser aceita, o *Federal Reserve (Fed)* iniciou uma política de extraordinária constrição monetária (VOLCKER & GYOHTEN, 1993, p.132). A alta de juros determinada pelo *Fed* impôs severas restrições de liquidez à economia global, provocando uma recessão generalizada como efeito de uma iniciativa unilateral e não concertada[5]. Esta ação, contudo, permitiu que o governo americano, por meio do instrumento monetário, pudesse restabelecer uma correlação de forças favorável aos EUA, enquadrando a maioria dos países industrializados em sua agenda de interesses econômicos, entre eles a proposta de abertura comercial e financeira generalizada.

O debate sobre a reafirmação do poder americano não é novo, entretanto nossa pesquisa sobre arquivos presidenciais recém-descalssificados da gestão Reagan (1981-1989), nos permitiu verificar com mais profundidade a estratégia americana para

[4] Outros reveses políticos afetariam a influência internacional dos EUA. Em 1979, a Revolução Iraniana estabeleceu um novo governo antiamericano naquele país. No mesmo ano, o Afeganistão foi invadido pela então União Soviética, escapando do ideal de contenção comunista.
[5] O PIB mundial anual em 1979 foi de 4,1%, em 1980 foi de 1,87%. *World Bank e OECD National Accounts data files*. Acessado em 1, out. de 2018. Disponível em: https://data.worldbank.org.

delimitar o espaço de manobra dos países industrializados. Com base na análise do discurso e no exame principalmente de documentos pré e pós Cúpulas do G-7[6], identificamos com mais acuidade a forma como se sucedeu a constituição da ordem financeira pós Bretton Woods. Dessa maneira, neste trabalho, apresentamos uma narrativa com base em documentos oficiais que corrobora a tese de Maria da Conceição Tavares sobre a reafirmação do poder americano a partir da decisão do Fed de elevar a taxa de juros norte-americana a patamares extraordinários de 1979 em diante[7]. Estendemos ainda esta discussão ao considerarmos que o programa neoliberal de Ronald Reagan visava, sob esta plataforma e mediante a coerção monetária, recuperar e ocupar para interesses norte-americanos espaços produtivos e financeiros que permitissem a estes maiores ganhos de escala e ampliação da acumulação a nível global.

A primeira parte deste artigo analisa a abordagem inicial feita pela recém-eleita gestão Reagan sobre os países do G-7 na cúpula de 1981. Apresentamos como os Estados Unidos introduziram seu programa de iniciativas neoliberais, utilizando-se de uma narrativa em que afirmavam que a alta taxa de juros que a todos atingia poderia reduzir-se na medida em que esta agenda proposta fosse devidamente seguida. Na segunda parte, identificamos as resistências por parte de alguns países centrais às propostas americanas e a barganha preparada pelo alto escalão estadunidense no sentido de ganhar um aceite final para aquilo que desejavam. Identificamos, por fim, o consentimento geral que consolidou a nova ordem financeira pós-Bretton Woods e sancionou para os países centrais e periféricos um novo regime de acumulação sobre as bases conceituais do neoliberalismo. Ao final do texto, fazemos nossas conclusões finais.

O encontro do G-7 de 1981: o primeiro da gestão Reagan

Depois do choque de juros de 1979, em 1980, a taxa básica americana, *Prime Rate*, registrou seu patamar mais elevado. Naquele ano, a taxa nominal teve um pico de

[6] Então grupo dos países mais ricos do globo: Alemanha, Canadá, EUA, França, Itália, Japão e Reino Unido.
[7] Ver Tavares (c1997).

21,5% ao ano[8], o maior de toda a década[9]. O *Fed* tinha, nesse momento, o firme propósito de dissolver qualquer expectativa quanto à possibilidade de uma desvalorização súbita do dólar. Contudo, isoladamente, a política do *Fed* não era suficiente para conduzir as principais economias do mundo a um comportamento considerado adequado aos planos da gestão Reagan. A estabilidade de uma ordem com base na abertura comercial e financeira global, disciplina nos gastos de governo, redução do Estado e flexibilidade de fatores - operando predominantemente com base na divisa americana e à mercê de políticas unilaterais estadunidenses - exigia que os EUA deixassem claro ao resto do mundo, principalmente às nações-chave, que aquele seria o novo *status quo* desejado pela potência hegemônica e que todos, cedo ou tarde, a este deveriam adequar-se.

Em setembro de 1981, ainda no primeiro ano de governo, em discurso na reunião anual do FMI, Reagan afirmaria:

> *"[...] the most important contribution any country can make to world development is to pursue sound economic policies at home. Regrettably, many industrial countries, including my own, have not made this contribution in the recent past. We have overspent, overtaxed and overregulated, with the result being slow growth and soaring inflation. [...] By reducing the rate of Government spending, honoring our commitment to balance the budget, reducing tax rates to encourage productive investment and personal savings, eliminating excessive Government regulation, and maintaining a stable monetary policy we are convinced we will enter a new era of sustained, noninflationary growth and prosperity, the likes of which we have not seen for many years. [...] Only with a foundation of sound domestic policies can the international economic system continue to expand and improve. My own Government is committed to policies of free trade, unrestricted investment and open capital markets. The financial flows generated by trade investment and growth capital flows far exceed official development assistance funds provided to developing countries"*[10].

Henry R. Nau, assessor para assuntos econômicos internacionais do Conselho de Segurança Nacional[11] (NSC, na sigla em inglês) e representante do presidente Reagan

---

[8] Ver: *The Wall Street Journal*. Disponível em: http://www.fedprimerate.com/wall_street_journal_prime_rate_history.htm. Acessado em 26/09/2016.

[9] A média da taxa de juros real americana esteve em torno de 8% e 8,5% entre 1981 e 1982, chegando, em alguns meses, a mais de 10% ao ano.

[10] *'Challeges of World Development', 'Address by President Reagan before the annual meeting of the International Monetary Fund (IMF)'*, 30 Set. 1981. DSC06193.

[11] Órgão consultivo vinculado diretamente à presidência.

na preparação das Cúpulas do G-7, descreveu veladamente como a coerção por meio de uma alta na taxa de juros facilitaria a consecução dos interesses norte-americanos. Ponderava que uma denominada política doméstica de "incentivos" ao mercado teria mais efeitos para o estabelecimento da nova ordem do que uma ação externa de negociação e cooperação internacional. A ação unilateral dos Estados Unidos produziria o "consenso" requerido de forma bem mais rápida do que mediante negociações com outros países nas quais os EUA teriam posição bem menos vantajosa (NAU, 1984: 22-23), melhor dizendo, uma elevação mais do que proeminente na taxa de juros americana sem uma consulta multilateral prévia, colocando todas as economias do globo numa situação de fragilidade em relação aos Estados Unidos, foi o instrumento utilizado para se conseguir a disciplina requerida para a consolidação e ampliação do arranjo econômico desejado pelo governo americano.

No caso das principais economias europeias e do Japão, a valorização do dólar, apesar de ter promovido melhora nos saldos comerciais[12], trouxe restrições severas para a economia destes países. O aumento na taxa de juros doméstica naqueles estados em decorrência da alta americana, depois das dificuldades passadas com os choques do petróleo em 1973 e 1979, traduziu-se em queda no crescimento econômico, elevação generalizada do desemprego e um relevante aumento no nível geral de preços - neste último caso, com aceleração até pelo menos 1981[13]. É, portanto, numa circunstância em que a drenagem da liquidez mundial é comandada pelos Estados Unidos, que a gestão Ronald Reagan, em meio ás reuniões de cúpula de alto nível do G-7, prepara e apresenta sua proposta para a recuperação do sistema capitalista encerrada nos marcos de seus interesses econômicos.

Em 1981, os assessores da Casa Branca e Secretarias do Executivo produziram o arcabouço técnico econômico que seria utilizado pelos EUA nas cúpulas do G-7 como a

[12] Devemos lembrar que o valor do barril de petróleo era vendido em dólares e que a valorização da moeda americana tornava-o mais caro. Para valorização cambial, ver OECD Data. Disponível em: https://data.oecd.org/conversion/exchange-rates.htm. Acessado em: 27/09/2016. Para os resultados na balança comercial ver IFS-FMI. Disponível em: http://data.imf.org/regular.aspx?key=61545863. Acessado em: 24/10/2017.

[13] Para esses dados, ver World Bank Data. Disponível em: https://data.worldbank.org/. Acessado em: 23/10/2017.

que ocorreria no Canadá naquele ano. Num dos documentos do CEA (*Council of Economic Advisers*)[14] sobre o G-7, são asseverados os problemas por que passava a economia internacional e as propostas de solução que os Estados Unidos deveriam colocar na mesa nas reuniões dos Sete Maiores. Na avaliação do órgão, a crise dos anos 1970 teria sido causada por basicamente três elementos: em primeiro lugar, teria havido um aumento excessivo na oferta de moeda em relação à produção total, provocando forte pressão inflacionária entre os países do Grupo dos Sete; o segundo problema decorreria do fato de as economias industrializadas modernas mostrarem-se inflexíveis e incapazes de reagir rapidamente aos vários choques que as atingiram, ou seja, a eficiente alocação dos recursos teria sido distorcida por instituições não pertencentes ao mercado, melhor dizendo, órgãos e empresas do Estado; em terceiro lugar, ante tais problemas, a política econômica dos governos teria sido direcionada para situações de curto prazo, ignorando implicações sistêmicas de longa duração, isto é, as políticas de restrição monetária seguidas posteriormente por medidas de incentivo à demanda, *stop and go*, teriam desencadeado mecanismos de expectativa inflacionários. Em resumo, as políticas econômicas adotadas nos anos 1970 agravaram as consequências dos choques ao invés de absorvê-los, provocando ao mesmo tempo, inflação e desemprego[15].

A partir de tal contextualização e de acordo com o CEA: *"If the primary role of government is to provide an enviroment within which the dynamism of the private economy creates growth and employment, the mastery of inflation must top the list of policy objectives"* [16]. Assim, conforme a interpretação do governo americano, a inflação que naquele momento era alta em todos os países foi eleita o elemento central do problema e o remédio seria constituído por um conjunto de ações que deveriam ser tomadas por todos os membros do G-7, entre elas: realizar o devido controle da oferta de moeda por meio de uma política monetária contracionista; subjugar os elementos de fora do mercado (aparatos do Estado) à disciplina que o próprio mercado impõe;

[14] Órgão de assessoria econômica direta do presidente.
[15] *'Ottawa 1981: A Macroeconomic Assessment'*. 20 mai. 1981. *CEA. Series II: Economic Summit Files. Rac Box 12-13. Box2.* DSC00637.
[16] *'Ottawa 1981: A Macroeconomic Assessment'*. Ibidem, p.18.

encorajar o comportamento competitivo dos agentes nos mercados doméstico e internacional, eliminando o envolvimento do Estado na produção e no comércio de bens e serviços; e encorajar a mobilidade de capitais e do trabalho, considerando para este último desnecessários os programas sociais oferecidos pelos governos[17].

Dentro deste arcabouço analítico-propositivo, não há, entretanto, uma discussão nas mesmas bases teóricas quanto ao fato de o dólar ainda se manter como a moeda central dentro do sistema monetário internacional depois de uma década de crise. Ou seja, a sagrada dominância das forças de mercado, que tinha como base a liberdade de escolha dos agentes, não seria considerada naquilo que se referia à determinação do ativo de reserva líquida internacional. Contudo, a política monetária americana – e seus profundos impactos, principalmente na valorização cambial do dólar – haveria de ser justificada com base naquilo que o governo americano buscava realçar como o maior problema:

> ***The virulence of inflation has sapped the strength of the largest economy in the world, the United States, and eroded confidence in its currency****. The U.S. dollar is de facto the key world currency; confidence is the essential characteristic of a key currency. Control of the domestic money supply is a necessary condition for eradicating inflation – and the U.S. strongly believes that its commitment to control the money supply must not be compromised by attempts to counter day-to-day fluctuations in vital market signals, such as interest and exchange rates. In any case, research suggests that major economic decisions are based on the long-run expectations of market participants, not the day-to-day gyrations of volatile markets*[18]. (grifo nosso)

A alegação dos EUA era, portanto, a de que um aumento para o elevado patamar de 10% a.a. na taxa de juros real americana era apenas para combater a inflação e não

[17] *'Ottawa 1981: A Macroeconomic Assessment'*. Ibidem, p.18-19.

[18] Neste trecho, a centralidade do dólar é tratada apenas como um fato já dado pelas circunstâncias e sua valorização vinculada secundariamente ao mal inflacionário. *'Ottawa 1981: A Macroeconomic Assessment'*. Ibidem, p.22. Toda argumentação é reafirmada por Murray Weidenbaum, chefe de CEA. Ver: '*PRESIDENT REAGAN'S ECONOMIC RECOVERY PROGRAM: PHILOSOPHY AND IMPLEMENTATION: Remarks by Murray L. Weidenbaum, Chairman of Council of Economic Advisers, to the Institute Francais de Relations Internationales. Paris, France'*. 2 Jun. 1981. *Executive Secretariat, NSC: Trip File. Rac Box 11 Box7*. DSC01158. Ver também, afirmações do Secretário Adjunto do Departamento do Tesouro, R. T. Macnamar: *'International Financial Issues in the 1980's'. Remarks by the Honorable R. T. Mcnamar, Deputy Secretary of the U.S. Treasury Department before the Alpbach European Forum.* 22 Jun. 1981. DSC06263. Da mesma maneira, talvez até coordenada, Richard Erb, representante dos EUA no FMI, defende a taxa de juros com base nos mesmos argumentos. Ver: *'Statement by Mr. Richard D. Erb on The United States 1981 Article IV Consultations', Executive Board Meeting 81/150*. 3 Ago. 1981. DSC00060.

uma política de convergência coercitiva para o dólar. Em 1981, a taxa média nominal era de 18,84% a.a.

A posição no discurso que se refere a essa política praticada pelo *Fed*, como salientamos, não significava que a intenção do governo americano era apenas a de recompor a centralidade financeira e comercial de sua moeda no mundo. Havia, como já dissemos, uma agenda global mais abrangente que, entre outros objetivos, apoiaria a manutenção e ampliação do poder financeiro estadunidense. Em sua pauta, a abertura comercial, a liberalização financeira e o recuo do intervencionismo dos Estados eram prioridades. A partir destas premissas, outros itens dedobrar-se-iam, como, por exemplo, a revisão nas funções do FMI e bancos multilaterais de desenvolvimento, a exigência de estabilidade de preços e equilíbrio fiscal, privatizações, fim do financiamento público à indústria, a flexibilização nas leis trabalhistas e a desmobilização da pressão organizada por países do Terceiro Mundo que demandavam apoio financeiro internacional[19].

O que, todavia, era ponto central nas discussões entre Estados Unidos e as outras potências, sendo pauta reiterada no G-7, relacionava-se à política monetária americana, aos elementos fiscais que em tese a influenciariam e a consequente elevação da taxa de câmbio do dólar em relação às moedas dos países centrais. Em 1981, a taxa de juros real

[19] Neste ponto, o Secretário Adjunto do Tesouro, R. T. Macnamar, considerava: "*Trade restrictions tend to mask the real problems that we must address. To do so, we must devise domestic economic policies to master inflation through monetary restraint, reliance on the free interplay of market forces, and greater mobility of labor and capital, and to stimulate sound economic growth for the longer term.*" Ver: *'Free Trade or the "New Protectionism": The Choice of the 1980's.' Remarks by the Hon. R.T. Mcnamar, Deputy Secretary of the Treasury before the Institutional Investors Conference, Cannes, France. Department of Treasury News.* 12 Jun. 1981. DSC06227. Discursos do mesmo teor também são produzidos por outros funcionários de alto escalão como: *'Trade Policy and U.S. Economy', Statement by The Honorable Murray L. Weidenbaum, Chairman President's Council of Economic Advisers before the Finance Subcommittee on International Trade and the Baking Subcommittee on the International Financeand Monetary Policy of the United States Senate*. 9 Jul. 1981. DSC06232. Ver: *'U.S. Approaches to Monetary Issues', Remarks by the Honorable Beryl M. Sprinkel, Under Secretary of the Treasury for Monetary Affairs, At Institut Auguste Comte, Paris, France. Treasury News.* 11 Set. 1981. DSC06268. Ver: *'U.S. Approaches to Monetary Issues', Remarks by the Honorable Beryl M. Sprinkel, Under Secretary of the Treasury for Monetary Affairs, At Institut Auguste Comte, Paris, France. Treasury News.* 11 Set. 1981. DSC06268. Ver também: *'New Challenges in International Investment', Adress by Robert D. Hormats, Assistant Secretary for Economic and Business Affairs before the United Nations Association in Washigton. Department of State.* 18 Set. 1981. DSC06278, entre outros apurados, mas aqui não citados em função do espaço.

norte-americana chegou ao mais alto patamar daquele período, passando, em termos médios reais, de 1,5% a.a. em 1980 para 8,5% a.a. no ano seguinte, o que, por sua vez, também produziu uma desvalorização generalizada nas divisas dos outros países[20]. A política monetária estadunidense foi, portanto, o centro das discussões no encontro do G-7 em junho. De um lado, havia grande insatisfação por parte de europeus e japoneses quanto à decisão dos EUA de manter um controle monetário tão restritivo, já que estes estados vinham apresentado uma recuperação bastante razoável desde o Choque do Petróleo de 1973 até o momento em que o *Fed* decidira dar início à elevação dos juros. A posição dos membros do G-7 era, portanto, de questionamento quanto à severidade da contenção monetária[21].

No âmbito do governo Reagan, o que se vislumbrou foi a estruturação de um discurso ideológico em apoio àquela ação econômica e a favor da adequação de todos os países àquele novo cenário de austeridade conformado a partir da ação da autoridade monetária americana. Há, contudo, a promessa de uma inserção próspera e de um alívio futuro para os juros, desde que todos cumpram com certos deveres domésticos prescritos na retórica americana. Assim, logo no primeiro ano de governo, a estratégia de uma ação doméstica estadunidense que determinasse a ação interna em cada país foi posta em prática, ambicionando a constituição de um cenário internacional favorável a uma nova fase de acumulação e expansão econômica, condizente com os interesses e a centralidade de decisões norte-americanos[22].

---

[20] Em termos nominais, a taxa média de juros americana era de 14,98% em 1980 e 18,84% em 1981.

[21] O governo americano tinha total ciência quanto aos impactos da taxa de juros dos Estados Unidos: "*Short-term interest rates eased during the second half of 1981 in most major foreign countries, partly reflecting soft domestic loan demand, declining inflation rates and some easing of inflation expectations. However, this easing trend reversed during the first quarter of 1981 in Germany, France and Italy. By mid-June interest rates had risen significantly in Canada, France, and Italy; in the UK, Germany and Japan they held firm at first quarter levels. […]. This June U.S. interest rates were among the highest. This switch has been a major factor increasing the relative attractiveness of U.S. assets (thus strengthening the dollar). The U.S. dollar has been very strong in foreign exchange markets during 1981. On a trade weighted basis, against other industrial countries, the dollar has risen by 9 percent. Against individual summit participants the dollar has appreciated: 26 percent against the Italian lira; 13 percent against the French franc; 20 percent against the German mark; 19 percent against the UK pound; 11 percent against the Japanese yen; and 1 percent against the Canadian dollar". 'International Monetary Developments Background', Department of Treasury.* Jun. 1981. DSC00086.

[22] Para verificar a estratégia geral dos EUA, ver Henry Nau (op. cit.).

Meses antes do G-7 de 1981, o que se verifica nos documentos de preparação do governo Reagan são apontamentos relacionados ao descontentamento europeu e japonês quanto à abordagem econômica dos Estados Unidos:

> *The overriding issue in this area* [a macroeconômica] *is U.S. interest rates, yet the debate reflects a broader lack of understanding and confidence in the Administration's Economic Recovery Program, along with differing political constraints each leader faces in dealing with his or her own domestic situation, making it convenient to blame the United States.* ***The Europeans and the Japanese see the Economic Recovery Program as a combination of tight money and easy fiscal policy.*** *They attribute the strength of the dollar to our high interest rates, and complain that the corresponding depreciation of their currencies has increased import prices and inflation, delaying their own economic recovery and making unemployment painfully high. To prevent further depreciation of their currencies, they must increase their interest rates, reducing investment and driving their economies into a prolonged recession. The basic foreign criticism is that the Economic Recovery Program is placing the entire burden of fighting inflation on monetary policy*[23]. (grifo nosso)

O que questionavam, entretanto, era o fato de terem que arcar com o ônus, enquanto o governo americano reduzia impostos e ampliava o gasto. A demanda europeia e japonesa era, portanto, a de que os EUA contivessem o déficit público revertendo suas políticas fiscais e que, em paralelo, estabelecessem ações coordenadas no G-7 no sentido de intervir e redefinir as taxas de câmbio entre as principais moedas, amenizando os impactos da "política anti-inflacionária" norte-americana. Ambas propostas, conforme a própria documentação presidencial, eram inaceitáveis para o governo dos Estados Unidos[24].

---

[23] *'Objectives and Strategies at Ottawa Summit'*, Memorando de Henry Nau a várias secretarias e agências, 30 Jun. 1981. DSC00098. Em outro documento semelhante, acrescenta-se a preocupação com o valor do petróleo: *"Other industrial countries are still concerned about high US interest rates. To hold down capital outflows they feel compelled to keep their own rates higher, impeding their economic recoveries. Also the recent appreciation of the dollar has raised the price they pay for oil imports". 'Global Economic Prospects'*, CIA, 19 Jun. 1981. DSC00083

[24] "*Other Summit participants (France, Germany, Italy, uncertain about Canada) do not fully understand the program and are highly critical of the level and volatility of U.S. interest rates. They are alarmed by recent depreciation of their currencies and the resulting inflationary pressures, and the high level of interest rates, all of which hamper their desire to reduce unemployment. Two specific proposals may be made to the U.S.: -- Reduce or defer the tax cuts, and go a year-at-a-time, thus lowering the forecast budget deficits. In coordination with Europe and Japan, intervene in foreign exchange markets. --* ***Both are unacceptable****".* (grifo nosso) *'Comments on the Ottawa Economic Summit Strategy Paper', MEMORANDUM FOR COUNSELLOR TO THE PRESIDENT, CHIEF OF STAFF TO THE PRESIDENT, ASSISTANT TO THE PRESIDENT FOR NATIONAL SECURITY AFFAIRS, CHAIRMAN*

Os americanos elaboraram a retórica para o primeiro G-7 de Reagan, justificando sua posição com alguns pontos que desejavam deixar claro para os participantes da cimeira:

> *-- The strength of the dollar is not solely a function of U.S. interest rates, but also the strong U.S. balance of payments, growing market confidence in the U.S. commitment to anti-inflation policies [...];*
> *-- The United States does not gain from high interest rates but is also suffering severe pains in key domestic industries affected by high interest rates: automobiles, homebuilding, the thrifts and small businesses;*
> *-- The Economic Recovery Program is designed to do exactly what they want, to lower U.S. inflation and interest rates while promoting a strong domestic economy which will be needed to absorb European and Japanese exports;*
> *-- The deficit in the U.S. budget is smaller than in many other countries (1% of GNP compared to 4.5% in Germany and 2% in Japan) and we are reducing it further, making additional cuts when expenditures increase as they did in March and April because of higher interest rates;*
> *-- My budget program is proceeding on course in Congress and we are progressively convincing the skeptics that this package will work*[25].

Como os próprios funcionários americanos reconheceriam no ano seguinte, a primeira abordagem do governo Reagan sobre as principais economias capitalistas no Grupo dos Sete foi muito bem-sucedida nos seus objetivos[26]. Na declaração conjunta redigida ao final da cúpula de 1981, em que todos os participantes concordam com seus dizeres, foram apresentados elementos relevantes da proposta econômica estadunidense. Entre eles, talvez o mais importante, a ideia de priorizar ações no combate ao problema da inflação, mesmo que com severas restrições monetárias e fiscais para todos os países. Há ainda a proposta de apoiar a flexibilização nas relações de trabalho; a de reduzir a participação do Estado na regulação econômica e nos empréstimos públicos; e a de que todos aceitassem a prevalência dos mercados dentro das economias nacionais[27].

[OF THE] COUNCIL OF ECONOMIC ADVISORS, DEPUTY ASSISTANT TO THE PRESIDENT (Richard Darman), 30 Abr. 1981. DSC00078.

[25] *'Comments on the Ottawa Economic Summit Strategy Paper', 'III BACKGROUND PAPERS', '(A) Multilateral Issues', 'Macroeconomic Issues',* 30 Abr. 1981. DSC00078.

[26] *"At Ottawa President Reagan re-established US leadership in the economic sphere by a forceful presentation and defense of his economic program. Despite sharp differences over interest rates, East-West trade, and North-South relations, the communique issued at Ottawa reflected all of the United States' major objectives -- an upbeat tone, no hint of protectionism, unified albeit ambiguous positions on North-South and East-West issues." 'Strategy Paper for Versailles Economic Summit'*, Jun. 1982. DSC00441.

[27] *'Declaration of the Ottawa Summit'*, 21 Jul. 1981. DSC06309.

O Enquadramento Monetário: 1982 a 1983

Nos anos seguintes, podemos verificar como os países do G-7 buscaram resistir e como os Estados Unidos se mantiveram irredutíveis. Como já dito, por meio da arma dos juros, o primeiro objetivo dos norte-americanos era retomar o poder sobre a liquidez do sistema financeiro internacional. O segundo, complementar ao primeiro, seria o de ajustar as relações econômico-financeiras internacionais a moldes neoliberais de modo que se ampliasse o espaço de acumulação dos conglomerados industriais e financeiros do país.

Naquele mesmo ano, todos os demais países do grupo dos sete apresentavam desvalorização de suas respectivas moedas em relação ao dólar estadunidense, processo que vinha ocorrendo desde 1979[28]. Europeus e japoneses não estavam satisfeitos com a política macroeconômica norte-americana e já vinham manifestando contrariedade nos encontros preparatórios para a Cúpula que ocorreria em junho[29].

---

[28] Dos países membros do G-7, cinco apresentavam queda no crescimento econômico ou mesmo recessão, neste último caso, eram eles os EUA, a Alemanha e o Canadá. Os únicos a crescer foram Reino Unido e França que vinha promovendo uma redução discricionária na taxa de juros.

[29] Conforme memorando do Secretário de Estado, Alexander Haig, ao Presidente Reagan em fevereiro: "*Europeans believe that high U.S. interest rates are attracting capital to the U.S. and driving up the dollar. Since the first of the year, the dollar has risen seven percent against the West German D-mark and the Swiss franc, six percent against the French franc and four percent against the British pound. If the Europeans raise interest rates to support their currencies, they risk choking off already sluggish domestic investment* '*US-European Economic Relations', Memorandum for the President,* 22 Fev. 1982. DSC01605. No relato de Sprinkel, numa reunião prévia ao G-7: "*It became clear the next day that Europe remained unhappy with our policies. Both Attali [Jacques Attali, representante pessoal do presidente François Mitterrand] and the others came down very hard on both our interest rates and exchange rates. I responded vigorously, explaining there was no inconsistency in our policy and that it was designed to encourage long run growth and reduce inflation. It was not our policy to have high interest rates; in fact, the inflation rate was coming down quickly and once the Federal Reserve stabilized the growth rate in the money supply, we expected a substantial decline in interest rates. I made it very clear that if European criticism of our policies continued there would undoubtedly be a response in kind". 'Summary of the Summit Planning Meeting', Memorandum for the Secretary* 3 Mar. 1982. DSC01647. Henry Nau fez a mesma avaliação em mensagem a Robert Hormats [*Assistant Secretary of State*]: *"At Versailles, the United States should stick with its emphasis on long-term fundamentals, but Europe and Japan will have considerably greater doubts about our domestic policies. They will continue to press for international actions to restrain interest and exchange rate movements which they see as being most important for trade." 'Versailles Summitt: Possible Initiatives', Message no. 78*, Mar. 1982. DSC01685. Em reunião mais ampla no Departamento de Estado, Hormats e Sprinkel, salientam o problema: "*Hormats and Sprinkel reported the "somber" tone among Personal Representatives, particularly continental Europeans, with respect to their economic situations and high levels of unemployment. Hormats noted serious concern among Europeans about U.S. policies, especially U.S. interest rates, which permeated*

Europeus e japoneses conjecturavam ainda a hipótese de reconstituir acordos semelhantes aos de Bretton Woods, o que, de maneira alguma, vinha ao encontro dos propósitos americanos[30]. Além disso, as críticas com relação à falta de compromisso do governo estadunidense em conter o déficit fiscal enfraqueciam a retórica norte-americana de que todos haveriam de promover a austeridade econômica no sentido de restabelecer, num futuro próximo, a recuperação sustentada de suas economias[31]. Conforme documento para preparação para o encontro do G-7 em Versalhes, a equipe de governo estadunidense vislumbrava uma série de pontos de atrito entre os países participantes e os EUA:

> *The agreements registered at Ottawa set the Summit countries on a useful, common course that has produced real progress in a number of areas. Nevertheless, economic and political events since Ottawa have exacerbated certain alliance issues, particularly in macroeconomic, trade and East-West relations. These events included:*
> - *onset of recession in the US;*
> - *rise of unemployment throughout industrial world (except Japan);*
> - *Persisting high US interest rates and value of the dollar;*
> - *projections of massive US budget deficits;*

---

much of the discussion at the meeting of Personal Representatives." 'Summary of Conclusions', 'SIG [Senior Interagency Group] Meeting on the Versailles Summitt', 4 Mar. 1982. DSC01641.

[30] "*Europe and Japan stress the theme of interdependence to highlight government's role in the organization and management of contemporary international economic relations. Collective action, as they see it, reduced external barriers to postwar trade and other economic relations, and now must be extended to coordinate various internal policies. From their perspective,* ***interdependence calls for a deepening of the Bretton Woods system*** *to include coordination of macroeconomic and sectoral [...] policies as well as trade and other border-related measures." 'Political Strategy for the Versailles Summitt', Annex E,* Fev. 1982. DSC00429. Confome Norman Baley [*Director of Planning and Evaluation of the National Security Council*] em memorando para William Clark [*Assistant to the President for National Security Affairs*]: *"Quite simply, we're paying for years of profligacy.* ***The worst thing we could do is give up on our program and reflate****. The best thing we could do is* ***reform the monetary system, which is a disaster****." 'Secretary Haig's Memo to the President', MEMORANDUM FOR WILLIAM P. CLARK FROM NORMAN A. BAILEY,* 22 Fev. 1982. DSC01603. (grifo nosso) Devemos nos lembrar que os maiores interessados no fim de Bretton Woods eram as instituições financeiras que haviam ampliado enormemente suas operações no mercado internacional de câmbio (VOLCKER, op. cit.: 247-248).

[31] "*The French Ambassador invited me to breakfast this morning (there were just the two of us, along with the Economic and Finance Counselors) to discuss his concerns about the recent budget developments. He expressed strong pessimism about what this would mean for recovery in the U.S. economy in the second half of this year. Without such a recovery, he argued, European efforts to contain unemployment will not succeed. [...] The Ambassador's concerns are undoubtedly the first of many which we will hear from Europeans over the next few days and weeks. The budget outcome will make more difficult the task of reaching consensus and agreement on cooperative and positive responses by the Summit countries at Versailles." 'French concerns about recent budget developments', Memorandum from Henry H. Nau to William P. Clark,* 29 Abr. 1982. DSC01932.

> - *growing trade conflicts among US, Europe and Japan;*
> - *new socialist government in France implementing policies of demand stimulus, protectionism, nationalization of industry, and exchange rate intervention all of which are directly opposed to US economic preferences; […]*
>
> *Given these events, the President's success at Ottawa will not be easy to duplicate. The economic setting in the United States and Europe will not help very much. Even if economic activity is strengthening, unemployment in Europe will be at historic high levels, generating immense pressures for governments to "do" something. The poor macroeconomic setting will color trade, monetary and aid discussions. As importantly, unless the US economy is performing better than now expected by late spring, the skeptics at home and abroad will be lobbying strongly for agreement on policy actions not consistent with our economic program*[32].

A França, que acabara de eleger um governo de esquerda e que, a princípio, vinha realizando políticas contrárias às recomendações neoliberais dos Estados Unidos, era o país que seria sede da próxima conferência do G-7 em 1982 e que se opunha mais veemente aos objetivos econômicos dos EUA nesse grupo[33]. Em uma das reuniões preparatórias, a representação francesa manifestou abertamente o descontentamento de seu governo junto aos norte-americanos conforme as falas francesas descritas abaixo na ata desse encontro:

> *Manipulating interest rates is not the solution. Inflation is not the problem. It is a sympton of social and economic failures. It hides economic and social failures. Technology and employment are solutions. They rebuild faith in basic values, offer new social goals for youth, etc. We need long-run thinking. Reducing unemployment is the only or main priority. High interest rates have not helped to overcome problems but are not main cause of crisis. It is a social and economic crisis with first problem being reducing unemployment. […] We do not believe your policy will work. The policy cannot last for the long run. We will not stand it in Europe for more than a few months. US cannot expect consensus on security and at same time create recession in Europe*[34].

---

[32] *'Strategy Paper for Versailles Economic Summit'*, Jun. 1982. DSC00441. Num memorando a William Clark, Henry Nau considerava: *"At the Versailles Summit in June, the United States faces its most serious challenge in the foreign economic policy field. Compared to Ottawa, the economic situation will be worse, trade conflicts more intense, differences in economic philosophy between the U.S. and France, the host country, more pronounced, and political conditions more volatile". 'Versailles Summit and U.S. Foreign Economic Policy', Memorandum for Willim P. Clark from Henry R. Nau,* 22 Jan. 1982. DSC00160.

[33] Conforme Henry Nau: "*Mitterrand is the key antagonist". 'Report on Summit Preparatory Meeting February 27-28, 1982', Memorandum for William P. Clark from Henry R. Nau,* 2 Mar. 1982. DSC01609.

[34] '*Summit Preparatory Meeting, Celle St. Cloud, Sunday, February 28, 1982*', 28 Fev. 1982. DSC01624. Os franceses buscaram ainda, em encontro privado, expor sua posição talvez com a esperança de uma possível mudança por parte dos EUA conforme trecho de um telegrama da Embaixada Americana: "*I met separately with Lafayette, director of the cabinet of finance minister Delors[...] France cannot wait much longer for US recovery of budget and trade deficits will further weaken franc, spur inflation and boost*

Dadas estas circunstâncias, os funcionários do governo americano receavam que caso não fossem bem-sucedidos, por meio do convencimento ou por meio de pressões econômicas, em fazer com que todos seguissem as políticas que recomendavam, poderia haver um retrocesso protecionista e maior intervenção estatal por parte de governos chave com reflexos para o mundo todo. Tal fato afetaria talvez o principal pilar da proposta liberalizante de Reagan, ou seja, o encaminhamento de um processo mais acelerado de abertura comercial e financeira sem maiores regulações[35].

Dessa forma, em 1982, enquanto a economia americana estava em compasso de espera, uma estratégia para mitigar insatisfações haveria de ser desenvolvida para que as orientações de política econômica americanas não fossem rejeitadas[36]. O fórum anual do grupo dos sete foi a arena escolhida pelos EUA para pôr fim ao impasse. Apesar de estarem numa posição mais vantajosa, de grande capacidade de influência econômica, dada sua ascendência sobre a liquidez internacional, ainda não tinham condições de, sem o apoio de seus aliados, determinar a ordem global que desejavam. O apoio dos estados chave era fundamental para a convergência de todo o bloco capitalista à agenda neoliberal. Pelo menos, até antes de 1983, a equipe de governo estadunidense buscou ganhar tempo e cooptar a todos com algum tipo de negociação. De acordo com as

---

rage demands. Hence seek immediate US action to lower interest rates or to support franc. […]". Telegrama da Embaixada dos EUA em Helsinque*, 'Second Day of OECD Ministerial',* 12 Mai. 1982. DSC01982.

[35] Nos dizeres de Nau à Hormats: "If they do not get any response, they will at least threaten to roll back liberal trade and capital market policies developed over the past 25 years (as Mitterrand and Schmidt hinted at their recent Summit)". Mensagem de Henry Nau para Bob Hormats. *'Versailles Summit Possible Initiatives'*, *Message no. 78*, Mar. 1982. DSC01685.

[36] Henry Nau nos resume o impasse naquele momento: "*The bugaboo is US interest rates and resulting exchange rate instability. As Europeans see it, high interest rates in the US pull capital out of Europe, prevent new investment, put downward pressure on exchange rates, and raise import prices and inflation. Lack of investment increases inefficiency which lowers returns to labor and destroys social consensus (read: labor support for socialist governments in both France and Germany). Mitterrand is the key antagonist. Schmidt, having led the charge at Ottawa, says "I told you so." Italy and the EC [European Community] espouse an unrelenting pessimism. All stress more employment and new investment through government action.Technology is new elixir for French. The UK is not much help, stressing inflation but showing little self-confidence. Canada and Japan are on the fence with Canada taking cheap shots periodically. […] France wants US to intervene in exchange markets to smooth out fluctuations. Treasury says intervention does not work. We need to get around this stalemate by engaging French in a discussion of policy conditions that make intervention unnecessary (e.g. closing the gap in US and French inflation and money growth rates).*"

considerações dos próprios funcionários de Estado em documento ao presidente: *"One thing is clear – without some 'give' on our part, there will be little or no chance for any 'take'"*[37].

Por um lado, os EUA adotariam a tática de tentar desviar as atenções para outros elementos da pauta de Versalhes[38], por outro, sinalizariam para uma certa coordenação macroeconômica, aparentando alguma flexibilização frente a sua rigidez em não intervir no mercado cambial. Beryl Sprinkel, logo após os primeiros encontros preparatórios para o G-7, momento de oposição mais inflamada, teve registrada a seguinte sugestão numa reunião interna: *"Sprinkel proposed that the United States take the offensive by seeking agreement on a greater degree of policy coordination, in order to deflect attention from efforts to rig markets through intervention"*[39].

Considerando, portanto, que haveria alguma negociação e que uma certa coordenação poderia existir, buscaram melhor sintetizar os interesses de cada lado para verificar que tipo de barganha poderiam fazer no sentido de atingir seus objetivos[40]. A

---

[37] *'Strategy for Success at Versailles', Draft Memo to the president,* 7 Mai. 1982. DSC01953.

[38] No documento de preparação da estratégia norte-americana no G-7 de Versalhes considera-se: *"[...]. In addition to formulating positive themes, the United States may have to undertake various steps to deflect or redirect the focus of other governments on US economic policy." 'Strategy Paper for Versailles Economic Summit',* 1982. DSC00441.

[39] *'SIG (Senior Interagency Group) Meeting on the Versailles Summit',* Ata de reunião, 5 Mar. 1982. DSC01641.

[40] Consideravam que: *The European allies and Japan seek: lower U.S. deficits and interest rates; greater intervention by the U.S. in foreign exchange markets; U.S. agreement not to apply further, or to lift altogether, sanctions on the Yamal pipeline[40]; U.S. agreement to launch global negotiations; and; no further trade commitments until current problems with agriculture, steel and the Japanese domestic market are resolved. The United States seeks: greater convergence of basic economic policies among Summit countries to lower inflation, increase real growth and free up market forces; agreement on maintaining and extending the open trading system; and; limitation on officially-sponsored credits to the Soviet Union.* ***To ensure a successful Summit, the United States has to set priorities and be willing to bargain*** *(grifo nosso) 'Draft Memo and Meetings with the President on the Versailles Economic Summit', MEMORANDUM FOR WILLIAM P. CLARK, THROUGH: CHARLES P. TYSON, FROM: HENRY R. NAU*, 7 Mai. 1982. DSC01953. A definição dos objetivos estadunidenses já era de amplo conhecimento da equipe de governo: *"The Senior White House Group (SWHG), expanded to include the Secretary of State, the Secretary of the Treasury, the United States Trade Representative, and a representative of the Secretary of Commerce, met to review the principal United States objectives for the Versailles Summit in anticipation of a series of international meetings to be held during the week of May 10. Bob Hormats outlined the three major objectives: (a) closer coordination of long-range economic policies among the Summit countries; (b) political commitment to the multilateral trading system and to strengthening the GATT; and (c) agreement on a procedure to limit officially-supported credits to the Soviet Union." 'Summary Record of the Meeting of the Senior White House Group for Versailles Summit Preparations,*

escolha estratégica dos EUA foi a de solicitar que todos aderissem a sua agenda em troca de uma certa transigência naquilo que se referia à intervenção cambial[41]. Ou seja, os americanos comprometer-se-iam a estudar possibilidades de intervir – aceitando atuar em caso de ruptura grave das oscilações de valor entre as moedas[42] –, mas não assumiriam nenhum compromisso até que tal estudo fosse concluído para uma nova discussão. Além disso, prometeriam, mais uma vez, conter os gastos do governo e condicionariam a redução da taxa de juros à redução da inflação e à convergência econômica de seus pares no G-7 ao paradigma neoliberal. Assim, os europeus, em troco de quase nada, aceitaram praticamente tudo[43].

Dadas essas bases para o acordo, o que foi sendo desenhado nos últimos encontros preparatórios para Versalhes, resumiu-se em:

> *In the macroeconomic policy area, others have pressed us to reduce the budget deficit, reduce interest rates and intervene in exchange markets. We have responded with an initiative on coordination and consultation on medium-term economic policy as the basis for exchange rate stability together with an expression of our willingness to study the impact of past intervention. This initiative has been agreed in the preparatory process and is reflected in the draft Declaration. It is regarded by the others as a major*

May 4, 1982, 2:30 p.m.', MEMORANDUM FOR THE SENIOR WHITE HOUSE GROUP FOR VERSAILLES SUMMIT PREPARATIONS FROM: WILLIAM P. CLARK AND MICHAEL K. DEAVER, 4 Mai. 1982. DSC01986.

[41] A argumentação dos EUA junto aos outros membros do G-7 pela não intervenção cambial era construida da seguinte forma: *"The U.S. opposes intervention in exchange markets except in "disorderly market circunstances" and stresses instead, in its proposals, greater convergence of longer-term monetary and fiscal policies. If these policies which cause exchange rate movements converge, there is less requirement for exchange rate intervention." 'Versailles Summit Preparatory Meeting April 24-25', MEMORANDUM FOR WILLIAM P. CLARK FROM HENRY R. NAU,* 27 Abr. 1982. DSC01925.

[42] Não há definição por parte dos americanos para o que seja em termos quantitativos 'ruptura grave', contudo constataram-se, de fato, intervenções cambiais breves e de pequeno porte por parte dos EUA a partir de junho daquele ano. *'IMF Article IV Consultations (4 of 5)', OA10699*, 1983. IMG_0457.

[43] Os primeiros sinais de aceitação por parte dos europeus apareceriam em finais de abril: *"France and all the other Summit countries except Japan responded very favorably to U.S. proposals for greater economic policy coordination.* (op. cit.: DSC01925). Um dia depois considerariam: *"Beryl Sprinkel gave a report on progress on the U.S. initiative on macroeconomic policy coordination. He indicated that the French seemed 'to have moved a long way' toward our position that policy, not intervention, is the key element of coordination. 'Summary Record of the Meeting of the Senior White House Group (SWHG) for Versailles Summit', MEMORANDUM FOR THE SENIOR WHITE HOUSE GROUP FOR VERSAILLES SUMMIT PREPARATIONS FROM WILLIAM P. CLARK AND MICHAEL K. DEAVER,* 28 Abr. 1982. DSC01984. Os japoneses não se opuseram ao acordo, dado que ainda tinham forte controle sobre a saída de capitais, tendo, dessa forma, margem para a administração do valor do iene no mercado internacional. *'Suzuki Letter on Exchange Markets', MEMORANDUM FOR WILLIAM P. CLARK FROM HENRY R. NAU,* 28 Abr. 1982. DSC01929.

> *"cooperative" U.S. step, is likely to be a centerpiece of the Summit and is something we think all will want to happen.* ***We should be willing to use U.S. cooperation in this area to obtain key U.S. objectives in other areas****. (****Note: This agreement does not involve a U.S commitment to conduct more exchange market intervention, but to study the intervention issue. We can restate our commitment to intervention in order to counter disruptions in exchange markets, but will need to avoid being pressed into a general commitment on increased intervention****). On trade and investment, we want to strengthen public commitments from the others: to resist protectionism, to cooperate with us on a significant trade program, to agree at the November GATT Ministerial Meeting to take concrete steps toward meaningful negotiations on services, agriculture, high technology, and other issues, and to negotiate increased trade opportunities with the more advanced developing countries. We also want agreement on work toward development of an international framework in the investment area to provide the basis for ensuring preservation of an open international investment system*[44] (grifo nosso).

Eis a barganha norte-americana. Em 6 de junho de 1982, as sete maiores economias do mundo, junto com o representante da Comunidade Europeia, emitiram a declaração final do G-7[45]. Neste documento, por fim, europeus e japoneses enquadraram-se e comprometeram-se a seguir as recomendações de política econômica norte-americanas em troca da eventual possibilidade de os EUA colaborarem com uma intervenção coordenada e de grande monta sobre as taxas de câmbio nos mercados internacionais. Dessa maneira, o receio que tinham os americanos quanto aos seus aliados de que estes poderiam impor um "retrocesso" à consecução de seus objetivos liberalizantes não se materializou. Assim sendo, o governo dos EUA saiu vencedor de Versalhes neste quesito e naquilo que se referia a suas metas para o encontro. O governo estadunidense optou por uma abordagem mais agressiva, propondo ante às críticas que recebia uma alternativa de política econômica que não afetava sua pauta de interesses. Pela arma dos juros, retomaram o poder sobre a liquidez e o manipularam para

---

[44] *'Strategy for Success at Versailles', DISCUSSION PAPER,* 20 Mai. 1982. DSC02006. Adicionando outro documento no mesmo sentido, ver: *'Strategy for Success at Versailles', DRAFT MEMORANDUM FOR THE PRESIDENT,* 7, Mai. 1982. DSC01956.

[45] "*STATEMENT ON INTERNATIONAL MONETARY UNDERTAKINGS: […] 5. We are ready, if necessary, to use intervention in exchange markets to counter disorderly conditions, as provided for under Article IV of the IMF Articles of Agreement. […] 7. We are all convinced that greater monetary stability will assist freer flows of goods, services and capital. We are determined to see that greater monetary stability and freer flows of trade and capital reinforce one another in the interest of economic growth and employment." DECLARATION OF THE SEVEN HEADS OF STATE AND GOVERNMENT AND REPRESENTATIVES OF THE EUROPEAN COMMUNITIES,* 6 Jun. 1982. DSC07256.

progressivamente enquadrar os países centrais ao regime de acumulação que desejavam. A aceitação por parte dos desses países talvez tenha se dado em virtude dos interesses que se vinculavam à reorganização das grandes corporações e à liberalização das finanças que há algum tempo vinham ocorrendo em todos estes estados – o que também contribuiu para o sepultamento das políticas keynesianas de outrora. Além disso, a perspectiva de maior estabilidade cambial expressa no documento final e a expectativa de que a taxa de juros americana começasse a baixar – dada a redução da inflação nos EUA – talvez tenham realmente dissuadido os integrantes do G-7 a não entrarem em conflito aberto com os americanos.

Em 1983, as insatisfações dos países mais ricos com a política monetária, fiscal e cambial dos Estados Unidos não deixariam de existir. O dólar continuava a valorizar-se e a taxa média real de juros caiu menos que 1% [taxa nominal entre 10 e 11%], tendo em conta seus altos patamares. A retomada do crescimento econômico americano, entretanto, ajudaria a amenizar a situação ao mesmo tempo em que permitiria aos EUA prosseguir com sua agenda econômica internacional. O advento da crise da dívida externa dos países periféricos – deflagrada com a moratória do México em agosto de 1982 – ganharia, por seu turno, lugar importante entre os itens da pauta de discussões dos países do G-7, desanuviando mais um pouco as dissensões desse seleto grupo.

A alta taxa de juros e sua consequência sobre as taxas de câmbio, todavia, continuou a causar desconforto entre nipônicos e europeus que, por sua vez, pediam alguma ação por parte dos Estados Unidos[46]. Os norte-americanos, entretanto, não estavam interessados em realizar uma intervenção que alterasse profundamente este cenário. A posição dos EUA foi inflexível e o anterior compromisso foi posto na mesa:

> *Therefore we believe the United States should maintain the basic thrust of current U.S. policy: intervening only to counter "disorderly" conditions in exchange markets. We should keep any discussions strongly focused on the principle that stabillty in the underlying economic and financial conditions in*

[46] *"The views of our Summit partners on intervention vary widely, with: the French and EC pressing for frequent large-scale intervention to fix or manage exchange rates; the Canadians, Germans and British arguing that intervention itself is not very important, but that some show of greater U.S. willingness to intervene would help settle markets: and; the Italians and Japanese somewhere in between". 'Williamsburg Summit Preparatory Session on Foreign Exchange Market Intervention', Memorandum for the President from Donald Reagan,* 22 Abr. 1983. DSC02352.

> *major countries is the real basis for exchange rate stability (a principle on which all have agreed). The "multilateral surveillance" process, underway since agreement at the Versailles Summit, is designed to bring about convergence toward sustained, non-inflationary economic growth as a primary means of stabilizing exchange markets.*[47]

Além do poder coercitivo financeiro, a manutenção do dólar como moeda central para o comércio e as finanças internacionais permitia aos EUA a manutenção de outro privilégio fundamental em benefício de sua recuperação econômica:

> *The primary reason for the recent rise in the real long-term interest rate in the United States is the prospect of large budget deficits in the coming years. […] It is the anticipation of these future real interest rates that is reflected in the real long-term rate on bonds and that keeps the dollar's value high. […] To summarize, the currently anticipated budget deficits cause high real interest rates which raise the exchange value of the dollars and thereby cause an enlarged trade deficit.*
> *The current trade deficit and the resulting current account deficit mean that the United States will be a net capital importer this year and may continue to be one for several years to come.* ***These capital inflows add to domestic saving and help to finance domestic investment. […] Would it be desirable to have a lower exchange value of the dollar?*** *[…]*
> *But a* ***weaker dollar and smaller trade deficit would also mean less capital inflow from the rest of the world and therefore a lower level of domestic investment in plant and equipment and in housing****.*
> ***The answer to this question is clear in principle: it is better to reduce exports and increase imports. Why?*** *Since a temporary increase in the budget deficit implies no change in the profitability of domestic investment,* ***there is no reason to reduce domestic spending on capital formation****. […]*
> *The basic fact is that the value of the dollar can be changed only by modifying the goals for our domestic economy. A lower value of the dollar requires an expansion of the money supply that increases the rate of inflation. […]*
> *This paper has stressed the negative conclusion that it would be wrong to pursue policies aimed at lowering the value of the dollar* (grifo nosso)[48].

O fato é o de que o Executivo tinha plena consciência de que a ampliação "momentânea" do gasto governamental – lembramos que o militar foi o mais importante – era financiada pela absorção da poupança internacional, autorizada pela posição privilegiada do dólar associada ao elevado patamar de juros[49]. A manipulação

---

[47] *'Williamsburg Summit Preparatory Session on Foreign Exchange Market Intervention'* (idem).
[48] *'Is the Dollar Overvalued?', Memorandum for the Cabinet Council of Economic Affairs from Martin Feldstein,* 8 Abr. 1983. IMG_0837.
[49] De acordo com Krippner (op. cit.: 101-102): *"Beginning in July 1984, Treasury took several concrete steps to make U.S. financial instruments more attractive to foreign borrowers. [...] What the Reagan administration discovered in the early 1980s, then, was that they lived in a world in which capital was*

da política monetária com reflexos no câmbio certamente teve impactos no processo de contenção inflacionária nos Estados Unidos, contudo, a taxa de juros também foi considerada um instrumento para o financiamento da reestruturação militar e de coerção para o reordenamento das finanças, da produção e do comércio internacionais conforme desejavam os EUA.

Em 1983, portanto, os EUA não recuariam no encaminhamento da convergência econômica de todos os países para o modelo neoliberal que vinham propondo. Nesse mesmo ano, já podiam contar com o respaldo de seu próprio crescimento econômico interno, 4,6% de elevação, e construiriam seu discurso para o encontro do G-7 de Williamsburg nos Estados Unidos exatamente com base nesse novo dado[50]. Os objetivos dos EUA para a reunião seriam:

> *--To agree that fundamental national economic performance (inflation rates, interest rates, monetary policy) determines exchange rates;*
> *--To agree to continue the multilateral surveillance process begun at Versailles as the best mechanism to bring about the convergence necessary for exchange rate stability;*
> *--To deflect French proposals for a new Bretton Woods conference to fix exchange rates*[51].

---

available in a potentially limitless supply. Access to global financial markets would allow state to defer indefinitely the difficult political choices that had confronted previous administrations struggling to allocate scarce capital between competing social priorities." Em 1984, a Conta Financeira do Balanço de Pagamentos registrou uma elevação positiva de 260% no seu saldo final (de aproximadamente 21 bilhões de dólares em 1983 para 75 bilhões de dólares). De 1985 a 1987, registrou crescimento médio de 31% ao ano (Ver: *Bureau of Economic Analysis / US Department of Commerce*. Disponível em: www.bea.gov. Acessado em: 20/09/2016).

[50] "*This is a time of real improvement in economic circumstances. Recovery is underway, and this fact increases our mutual confidence that it will soon spread to all countries, industrial and developing. The challenge is to ensure that this recovery endures and reverses a decade of cumulative inflation and unemployment. In this effort, we are mindful of the basic interrelationships that link our economies and the world economic system: -- The link between sustainable domestic growth and the open trading system; -- The link between convergence of domestic policies towards non-inflationary sustainable growth stability; -- The link between open markets and the availability of financing; -- The link between international economic cooperation and world progress. To meet the challenge of an enduring recovery for ourselves and future generations requires steady and purposeful action over both the short- and longer-term, across a range of policies that exploit and reinforce these interrelationships 'White House Summit Group Meeting May 16, Situation Room, 4:30 P.M.', Memorandum for the White House Summit Group*, 16 Mai. 1983. DSC02331.

[51] *'Domestic Policy/Multilateral Surveillance/Intervention'*, *'Objectives for this Topic', Memorandum for the President from William P. Clark,* 24 Mai. 1983. DSC02254.

Não é preciso afirmar que diante das críticas quanto à ainda elevada taxa de juros e ao alto valor do dólar, a resposta americana era a de que, caso todos seguissem as políticas propostas por estes, muito cedo os juros decresceriam e a taxa de câmbio logo se estabilizaria[52]. Em Williamsburg, os EUA prosseguiram com a afirmação de sua agenda macroeconômica, sendo, como eles mesmo consideraram, novamente exitosos no seu intento[53].

Reivindicaram dos presentes à cúpula o compromisso para com as políticas de parcimônia governamental, abertura econômica, flexibilização do trabalho e vigilância do FMI que acabaram compondo, praticamente na sua integralidade, o texto da declaração final do encontro[54]. Ao final do primeiro mandato de Ronald Reagan (1984),

---

[52] Martin Feldstein, depois de uma visita oficial à Europa, em que sondou a posição de diversos governos chave, instruiu o presidente quanto ao que deveria dizer a seus colegas na reunião do G-7. Caso lhe fosse sugerida uma redução mais significativa nos juros, deveria responder: *"Our interest rates have come down substantially since Versailles, reflecting the fall in expected inflation in the United States. Further declines in expected inflation will reduce interest rates further"*. Se questionado quanto ao valor do dólar e suas consequências inflacionárias nos países aliados (pontos da França e Itália), retrucaria: *"A drop in the dollar would give only a relatively small one-time decline in import costs. The only way to get inflation down is by controlling domestic monetary policy and domestic demand. Several European countries have reduced inflation to six percent or less despite the strong dollar (e.g., Germany, U-K., Holland)"*. *'European Concerns at Williamsburg', Memorandum for the President from Martin Feldstein,* 4 Mai. 1983. DSC08707.

[53] "*Under Secretary Wallis reported that organizationally and substantively the Williamsburg Economic Summit was a clear success for the United States. […] Mr. Wallis stated that there was widespread agreement among the Summit participants on substantive matters. The Williamsburg Declaration on Economic Recovery emphasized achieving and maintaining low inflation rates, reducing interest rates from their present levels, and reducing structural budget deficits by limiting the growth of government expenditures. He also reported that the Summit participants agreed on a number of policies to follow in pursuing these objectives."* '*Cabinet Council on Economic Affairs', Minutes.* 2 jun. 1983. DSC00930. Europeus e nipônicos não conseguiram contrapor-se aos Estados Unidos, dessa maneira, conforme Eichengreen (c2000, 197): "Entregues a sua própria sorte, os europeus refugiaram-se no SME [Sistema Monetário Europeu], ao passo que os japoneses extraíram o máximo de sua melhoria de competitividade exportadora".

[54] Como proposta prévia consideravam: *"Policy Areas: Topics on which Ministers and Governors could be expected to focus (although time pressures may not permit detailed examination of each area at each meeting).*
A. Monetary Policy. Appropriate non-inflationary growth of monetary aggregates and appropriate interest rates. Aim is to control inflation, accommodate recovery after transition to lower-inflation environment, and avoid subsequent resurgence of inflation and rebound in interest rates. B. Fiscal Policy. Discipline over government expenditures, particularly transfer payments. Reduction of structural budget deficits. Consequences for interest rates. C. Exchange Rate Policy. International consultation and cooperation. Policy convergence and international consistency to stabilize exchange markets. D. Policies Toward Productivity and Employment. Greater reliance market signals as a guide to eficient economic decisions; measures to improve training and mobility of labor force; continued structural adjustment.

podemos afirmar que a reforma que os EUA requeriam para o sistema financeiro internacional estava praticamente acabada. A hegemonia econômica desse país no mundo capitalista foi mantida e pouco, ou quase nenhum, questionamento de relevo seria realizado daí por diante por parte de nações centrais ou periféricas em relação à nova ordem estabelecida. O que se verificou nos anos e décadas que se seguiram foram os desdobramentos políticos, econômicos e ideológicos daquilo que, em grande medida, se firmou durante a primeira gestão Reagan, ou seja: a ratificação do dólar como reserva de riqueza, como ativo central do sistema financeiro internacional e como meio de troca elementar para o comércio mundial[55].

Cabe, no entanto, apenas relembrar as posições de questionamento por parte dos países do G-7 quanto à arbitrariedade econômica dos EUA, no início do governo Reagan em 1981 para verificarmos o enquadramento impetrado pelos EUA a todos estes países em 1985. Entre os países que se encontraram no Plaza Hotel em Nova Iorque[56], neste mesmo ano para finalizar este processo com a estabilização cambial do dólar (G-5)[57], registramos as seguintes declarações[58]:

> *The French Government intends to pursue its policy aimed at reducing inflation, moderating income growth, and achieving continued improvements in external accounts. It will further intensify its efforts to speed up structural adjustment and modernization and thus lay the basis for job creating growth. Therefore, it is determined:*
> *1. To pursue vigorously disinflation.*
> *2. To secure the attainment of monetary aggregates growth targets, consistent with decelerating inflation.*

Especially by: 1. Enhancing flexibility and openness of economies - financial and macroeconomic implications of trade and related policies. 2. Maintaining open financial markets and investment policies. 3. Continued efforts in each country, and improved international cooperation, where appropriate, on structural adjustment measures (e.g. regional, sectoral, energy policies).” ‘Economic Policy and Strengthening the Multilateral Surveillance Process’, Attachment, 9 Abr. 1983. DSC09316. A Declaração Final, ou *Williamsburg Declaration on Economic Recovery,* foi emitida de maneira bastante similar. (Ver: *TEXT OF WILLIAMSBURG DECLARATION ON ECONOMIC RECOVERY*, 31 mai. 1983. Disponível em: http://www.nytimes.com/1983/05/31/business/text-of-williamsburg-declaration-on-economic-recovery.html?pagewanted=all. Acessado em 06/02/2017).

[55] O aprofundamento e a grande expansão do mercado financeiro norte-americano, o processo de abertura econômica global, a difusão do arcabouço ideológico neoliberal e a ampliação desmedida do poder militar estadunidense são alguns dos desdobramentos a que nos referimos.

[56] Haveria ainda outra reunião para intervenção cambial em 1987 no Louvre em Paris.

[57] Faziam parte do G-5: Alemanha, Estados Unidos, França, Japão e Reino Unido.

[58] *‘Announcement of the Ministers of Finance and Central Bank Governors of France, Germany, Japan, the United Kingdom, and the United States (Plaza Accord),* 22 Set. 1985. DSC09328.

3. To curb public expenditures progressively so as to lower the tax burden while reducing the government borrowing requirement.
4. To foster the investment recovery allowed for by the improved financial situation in the business sector.
5. To take further steps towards liberalization and modernization of financial markets, to increase competition in the financial sector so as to reduce financial intermediation costs and give a greater role to interest rates in monetary control.
6. To foster job creation through the implementation of an innovative and active policy in the field of education and training and by promoting constructive discussions between social partners on work organization.
7. To resist protectionism. […]
The Govertment of the Federal Republic of Germany, […] will implement policies with the following explicit intentions:
1. The priority objective of fiscal policy is to encourage private initiative and productive investments and maintain price stability.
2. Toward this end, the Federal Government will continue to reduce progressively the share of the public sector in the economy through maintaining firm expenditure control. […]
3. The Federal Government will continue to remove rigidities inhibiting the efficient functioning of markets. It will keep under review policies, regulations, and practices affecting labor markets in order to enhance the positive impact of economic growth on employment. […]
5. The Federal Government will continue to resist protectionism. […]
The Government of Japan, noting that the Japanese economy is in an autonomous expansion phase mainly supported by domestic private demand increase, will continue to institute policies intended to ensure sustainable noninflationary growth; provide full access to domestic markets for foreign goods; and internationalize the yen and liberalize domestic capital markets. In particular, the Government of Japan will implement policies with the following explicit intentions.
1. Resistance of protectionism and steady implementation of the Action Program announced on July 30 for the further opening up of Japan's domestic market to foreign goods and services.
2. Full utilization of private sector vitality through the implementation of vigorous deregulation measures.
3. Flexible management of monetary policy with due attention to the yen rate.
4. Intensified implemention of financial market liberalization and internationalization of the yen, so that the yen fully reflects the underlying strength of the Japanese economy.
5. Fiscal policy will continue to focus on the twin goals of reducing the central government deficit and providing a pro-growth environment for the private sector. […].

Conclusão

Cumpre, por fim, retomar que os Estados Unidos, depois da crise dos anos 1970, em que se vislumbrou o risco de perda da liderança econômica e consequente diminuição no poder político, realizaram, conforme os poderosos recursos de que ainda dispunham, uma reforma no sistema financeiro internacional que permitiu que o país se

mantivesse e se expandisse como nação hegemônica da forma mais perpétua que pudessem. A alta de juros promovida pelo *Fed* em 1979 foi a primeira e talvez a mais importante iniciativa, mantendo o dólar como o principal ativo do sistema e conferindo aos Estados Unidos elevado poder financeiro. Como guardião da riqueza mundial e emissor da moeda-chave, a capacidade expansionista da política fiscal praticamente não encontraria limites.

Esta ordem econômica exigiria, no entanto, mudanças no sentido de manter estável o valor do dólar no longo prazo, atender à expansão do setor financeiro norte-americano e consolidar a mudança de estratégia da produção multinacional norte-americana. Como buscamos demonstrar em nossa exposição por meio de documentos presidenciais recém desclassificados o principal objetivo econômico externo da gestão Reagan era o de conduzir as mudanças na ordem internacional em atendimento aos interesses norte-americanos. As reuniões anuais do G-7 foram, como vimos, um dos principais espaços de negociações.

O programa econômico internacional dos EUA nesse período apoiou-se em dois elementos-chave: por um lado, a supressão dos controles dos fluxos internacionais de capital permitiria, em grande medida e sempre que se desejassem, um influxo de capitais para dentro dos Estados Unidos, o que sustentaria o valor do dólar, aumento nos gastos fiscais e beneficiaria a expansão do mercado de capitais norte-americano. A abertura comercial generalizada e a desregulamentação trabalhista, por outro lado, dariam oportunidade às empresas multinacionais de penetrar em mais mercados e operar sob uma estrutura produtiva de exploração mais intensa, aproveitando-se dos ganhos de escala e dos menores custos trabalhistas locais. Por fim, os dois elementos, abertura comercial e a estabilidade do dólar também ajudariam a controlar a inflação interna.

Nas primeiras reuniões do G-7 durante a gestão de Ronald Reagan, europeus e japoneses ainda conjecturavam negociar um novo Bretton Woods, considerando a necessidade de intervenções nos mercados de câmbio. Os EUA sequer consideraram a ideia de coordenação, limitando-se a apresentar sua agenda de recomendações. Impuseram o aceite a suas iniciativas por meio de uma política monetária altamente

restritiva que paulatinamente fez com que os membros do G-7 observassem a agenda de reforma econômica estadunidense sem receber muita coisa em troca. Após a concordância geral, como se observa na declaração final da reunião do Plaza em 1985, a hegemonia americana foi novamente confirmada e uma renovada estrutura de acumulação sobre bases neoliberais se consolidou para as décadas seguintes. Esta nova ordem seria aprofundada e aprimorada, mas não alterada.

Verificamos, dessa forma, que a pesquisa documental trouxe um reforço para as hipóteses de dominação por parte dos Estados Unidos sobre a economia e a política mundiais. Demonstra a manipulação deliberada da taxa de juros com reflexos impositivos sobre todo o sistema econômico e reforça a tese de que os EUA buscaram enquadrar aos seus objetivos econômicos os países centrais que faziam parte do então bloco capitalista. Pudemos demonstrar isso com a apresentação dos documentos de *Staff* da Casa Branca e de Agências Executivas Governamentais que em grande medida se referiam aos assuntos dos encontros do G-7.

De maneira geral e conforme a interpretação documental, o governo de Ronald Reagan foi a consolidação da reafirmação política e econômica hegemônica norte-americana, que, num futuro próximo, recobriria praticamente todo o globo terrestre. A partir da análise realizada nos documentos oficiais pesquisados diretamente nos arquivos que mencionamos, é que depreendemos - e fundamentamos - a lógica das ações tomadas no período de seus dois mandatos (jan. 1981 a jan. 1989). A partir desta mirada, a administração Reagan não só contribuiu para a conformação como consolidou a nova ordem internacional que, ao mesmo tempo em que permitia uma autonomia econômica para os Estados Unidos sem paralelos, atendia preferencialmente aos interesses de acumulação da alta finança e do capital industrial financeirizado norte-americano.

Bibliografia:

EICHENGREEN, Barry J. A globalização do capital: uma história do Sistema Monetário Internacional. São Paulo, SP: Editora 34, c2000.

KRIPPNER, Greta R. *Capitalizing on crisis: the political origins of the rise of finance. Cambridge, MA: Harvard University Press*, 2011.

MACARINI, José Pedro. Crise e política econômica nos Estados Unidos: 1977-1984. Campinas, SP: UNICAMP/IE, 2007.

NAU, Henry R. *Where Reaganomics Works. Foreign Policy*, n. 57, p. 14-37, 1984.

TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia norte-americana. In: PODER e dinheiro: uma economia política da globalização. Coautoria de Maria da Conceição de Almeida Tavares, Jose Luís Fiori. 2. ed. Petrópolis: Vozes, c1997.

VOLCKER, Paul A. A nova ordem econômica: as finanças internacionais, o surgimento dos novos blocos regionais e a ameaçada hegemonia americana. Coautoria de Toyoo Gyohten. Porto Alegre, RS: Ortiz, 1993.

MAZZUCCHELLI, Frederico Mathias. Os dias de sol: a trajetória do capitalismo no pós-guerra. Campinas, SP: FACAMP, 2013.

TRIFFIN, R. (1964). "A evolução do sistema monetário internacional: reavaliação histórica e perspectivas futuras" In: ECONOMIA internacional. Coautoria de Jose A. A Savasini. São Paulo, SP: Saraiva, 1979.

Referências em Fontes Primárias

Central Inteligency Agency (CIA) Library, Freedom of Information Act Electronic Reading Room, disponível em: https://www.cia.gov/library/readingroom/home

Ronald Reagan Presidential Library and Museum, Simi Valley, Califórnia.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Entre Estado e mercado: história e trajetória do Grupo Cosan

Victor Marchesin Corrêa

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

Entre Estado e mercado: história e trajetória do Grupo Cosan

Between State and Market: history and trajectory of Cosan Group

Victor Marchesin Corrêa[1]

Resumo

O objetivo desse trabalho é compreender a trajetória do grupo Cosan, um dos principais do setor sucroenergético nacional, dentro do contexto do desenvolvimento histórico do complexo canavieiro nacional. Mobilizamos uma abordagem histórico-estrutural que coloca no centro do estudo o processo histórico de formação e transformação da dinâmica econômica, trazendo a ideia de trajetória enquanto elemento fundamental para a compreensão do objeto. Para tanto, contamos tanto com ampla revisão bibliográfica quanto com análise de documentos do extinto Instituto do Açúcar e do Álcool e de leis e decretos de instâncias governamentais, empregando uma metodologia qualitativa de análise. Podemos concluir que há uma forte correlação entre a trajetória do grupo e o desenvolvimento do setor sucrenergético nacional, que acompanha o deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira para o sudeste a partir de um arranjo político-institucional que beneficiou especialmente os produtores paulistas.

[1] Mestrando em Ciências Sociais no CPDA/UFRRJ. Pesquisador do NuPER/UFSCar e assistente de pesquisa do GEMAP/UFRRJ. E-mail: victormarchesin@ufrrj.br

Palavras-chave: *História Econômica; Setor Sucroenergético; Cosan; Cana-de-açúcar; Estruturalismo.*

Abstract

This paper aims to understand Cosan Group's path, one of the main players in Brazilian sugar-cane sector, in connection with the historical development of the national sugar-cane industry. From a historical-structural approach, that focus in the process of economic dynamics formation and transformation, we hold the idea of path as a main variable to the object's understanding. To this end, we have relied both on a broad literature review and an analysis of documents from the Sugar and Alcohol Institute as well as laws and decrees from governmental bodies, applying a qualitative methodology. It's been concluded that there is a strong correlation between the group's trajectory and the development of the national sugar-cane sector, which follows the shift of the Brazilian economy's dynamic sector to the southeast, based of a political-institutional arrangement that has specially benefited São Paulo producers.

Keywords: *Economic History; Sugar-cane Sector; Cosan; Sugar-cane; Structuralism.*

JEL CODE: N56; Q02.

***

1. Introdução

O objetivo desse trabalho é analisar a trajetória de um dos principais grupos do setor sucroenergético nacional atualmente, o Grupo Cosan, inserindo-a nos movimentos mais gerais de seu contexto histórico e social. Isso pois existe uma tendência dos estudos de caso que versam sobre empresas e grupos econômicos de mobilizar teorias microeconômicas, as quais assumem a firma enquanto unidade analítica relevante. Nesse sentido, é muito comum que os determinantes externos à firma que são considerados enquanto variáveis explicativas se atenham quase que exclusivamente à formação dos preços de mercado, em se tratando majoritariamente de teorias de inspiração neoclássica ou utilitarista.

Reconhecendo esse aspecto relevante dos estudos de dinâmicas empresariais, faz-se necessário abordagens que as insiram em um contexto econômico e social de maneira mais assertiva, levando em consideração o impacto de processos macroeconômicos e de estruturas políticas, sociais e econômicas no comportamento dos agentes. Posto isso, esse trabalho busca resgatar a trajetória do Grupo Cosan a partir de uma clara inspiração furtadiana, empregando um método histórico-estrutural de análise em um esforço de conciliar movimentos macro e microeconômicos dentro de um quadro analítico coerente. Deste modo, sugerimos a hipótese de que o crescimento do Grupo ao longo de todo o século XX não é obra de virtude ou fortuna da família Ometto (sua fundadora), mas uma expressão do desenvolvimento do complexo canavieiro tal como se deu, beneficiado pelo deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira para o sudeste.

Ao retomar a tradição de Celso Furtado, nos aproximamos da História Econômica ao colocar no centro da investigação o processo de formação e transformação das estruturas que conferem a dinâmica não apenas do Complexo Canavieiro nacional (em um nível de maior agregação), mas do comportamento dos agentes individuais – em um nível mais pormenorizado de análise. Segundo Bielschowski (2020), a principal contribuição do economista ao estruturalismo latino-americano é a inclusão da dimensão

histórica de análise, sobretudo a longo prazo. Esse esforço buscava dinamizar os parâmetros da teoria econômica à luz de outras variáveis políticas, culturais e sociais que correspondessem às especificidades históricas e regionais das economias estudadas, como pontua Fonseca (2021). O exposto justifica o esforço aqui empreendido de tratar a Cosan em termos de sua trajetória, a partir da compreensão de que sua posição atual no mercado só pode ser entendida em termos de seu desenvolvimento histórico, em estreita relação com o desenvolvimento das estruturas econômicas e sociais nas quais ela se insere.

Nesse sentido, foi realizada uma intensa revisão bibliográfica, tanto sobre a companhia quanto sobre o Complexo Canavieiro nacional, além de análise documental a partir dos anuários açucareiros publicados pelo extinto Instituto do Açúcar e do Álcool e de leis e decretos relativos ao setor sucroenergético e sua regulação. Através de pesquisa bibliográfica e documental, foi aplicada uma metodologia qualitativa, com o emprego de técnicas histórico-dedutivas de análise (BRESSER-PEREIRA, 2009). Dessa forma, partimos da observação da realidade social em sua complexidade e mutabilidade, no bojo do fazer científico de uma ciência substantiva. Nos atemos aos dados relativos aos anos de 1930 a 2000, entendendo que a dinâmica sucroenergética que se desenvolve a partir do início do século XXI, bem analisadas por Benneti (2008), Mundo Neto (2012), Pitta (2016) e Vega (2015), carrega particularidades que devem ser analisadas separadamente, em trabalho posterior. Para além dessa breve introdução, o trabalho conta com três tópicos relativos a momentos distintos da dinâmica sucroenergética nacional, e algumas considerações finais. Optamos por trabalhar com a periodização proposta por Ramos (2016), que entende que o fim do IAA em 1990 e as mudanças políticas e institucionais da dessa década marcam a passagem de uma economia dirigida pelo Estado (período intervencionista) para uma economia aberta às dinâmicas de mercado (período regulacionista). Consideramos as décadas de 1970 e 1980 enquanto um período com particularidades na dinâmica setorial devido aos efeitos do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), sendo este tratado em um tópico específico.

2. O período intervencionista da economia canavieira e a gênese do grupo Cosan

O marco histórico que representa o início do grupo Cosan data de 1936, com a criação da Usina Costa Pinto, no município de Piracicaba, no estado de São Paulo, pela família Ometto em parceria com a família Dedini, ambas de origem italiana, e podemos apontar que sua história muitas vezes se confunde com o próprio desenvolvimento da agroindústria sucroenergética paulista.

Cabe salientar que a própria origem da Cosan condiz com um momento de reestruturação do setor, em especial de seu comércio internacional. Ao longo da segunda metade do século XIX, o Brasil havia perdido grande parte de sua participação no mercado internacional de açúcar devido ao crescimento do açúcar de beterraba europeu e da exportação de países como Java e Cuba, fazendo com que o produto participasse com apenas 1,4% do valor das exportações brasileiras entre 1921 e 1930 (RAMOS, 2007).

Durante todo o período da primeira república, o pacto social presente no Estado brasileiro beneficiava o latifúndio cafeeiro, que ditava as políticas de desenvolvimento agrícola e tomava para si a centralidade com comércio exterior do país. Tal situação começa a mudar depois da crise de 1929, que expôs a fragilidade desse tipo de inserção internacional, fazendo com que o governo Vargas voltasse seu olhar a um processo de industrialização nacional e diversificação da inserção brasileira no comércio exterior. É nesse momento que o Estado brasileiro constrói toda uma arquitetura institucional baseada em departamentos setoriais voltadas a promover do desenvolvimento nacional: entre eles, surge, em 1933, o Instituto de Açúcar e Álcool (IAA).

A centralidade da economia cafeeira na estrutura agrária paulista criava, ao início do séc. XX, condições para uma reestruturação da propriedade fundiária que ficava às margens da produção de café. Tema esse cuja análise mais aprofundada foge do escopo deste trabalho, contudo nos ajuda a compreender os processos de acumulação que levaram o grupo Cosan, de uma pequena empresa familiar, a maior conglomerado do setor sucroenergético do país. Segundo Spadotto (2016):

> Nesta segunda metade do século XIX, a renda da terra do município [Piracicaba] foi continuamente desvalorizada pelo crescente interesse em terras de maior altitude, propícias ao latifúndio cafeeiro. É nesta linha de raciocínio que é possível explicar a desconcentração fundiária naquele período e a leve prosperidade de imigrantes europeus menos capitalizados nesta região. (2016, p. 22)

É nesse contexto de desvalorização da propriedade fundiária que os Ometto adquirem, em 1906, sua primeira propriedade, numa região entre os municípios de Piracicaba e Limeira, totalizando apenas 14,5 hectares. Com isso a família passa da condição de colonos para proprietários de terra e iniciam seu processo de acumulação. Em 1914, se transformam em donos de alambique, passando a produzir e comercializar cachaça; em 1922 são adquiridos mais 100 alqueires no município e em 1932 constituem a empresa Irmãos Ometto & Cia (VERDI, et al, 2012).

Quando da criação da Usina Costa Pinto, 1936, o setor sucroenergético passava por uma fase de crise e instabilidade, devido aos desajustes internacionais e ao desequilíbrio entre oferta e demanda que acompanhavam o mercado internacional de açúcar desde o fim do séc. XIX e que foram agravados com o choque da Bolsa de Valores de Nova York em 1929. Desse modo, o IAA surge com a perspectiva de proteger o setor da instabilidade internacional, tomando para si todo o ônus do comércio exterior de açúcar, e a responsabilidade de equilibrar a oferta e demanda do mercado interno (RAMOS, 2007). Segundo os dados do Anuário Açucareiro do IAA de 1935 a 1945, o instituto sofreu com onerosos déficits durante a década de 1930 devido aos baixos preços do mercado internacional em relação ao valor pago aos produtores somado ao custo logístico.

É patente que sua estrutura e formas de atuação carregaram, desde o início, a semente de uma forte intervenção estatal na economia, seja através do investimento público ou dos mecanismos de regulação de mercado. É com esse olhar que devemos entender o caráter e a atuação do Instituto do Açúcar e do Álcool, que assumiu para si a responsabilidade de organizar por completo o setor sucroenergético brasileiro, atuando com políticas públicas em cada etapa do processo, desde a produção da matéria-prima até a comercialização no mercado internacional. Em relatório intitulado “A Ação do Instituto

do Açúcar e do Álcool" (1946), escrito por Barbosa Lima Sobrinho, presidente da comissão executiva do IAA entre os anos de 1938 e 1945, percebe-se esse caráter intervencionista enquanto princípio regulador logo em suas primeiras palavras, em que inicia o texto da seguinte maneira:

> Oito anos de economia dirigida, numa fase de agitação, encontrando pela frente as realidades e as consequências de uma guerra mundial constituem, de certo, amplo domínio de experiências e ensinamentos. Confesso que, não obstante as dificuldades de intervenção, não creio nos regimes que exageram, no domínio econômico, a invocação da liberdade. A liberdade, na economia, significa supressão e aniquilamento dos interesses de classes desamparadas, ao passo que permite e assegura a predominância dos que agem escudados pela organização bancária e pela força esmagadora dos grandes capitais. (SOBRINHO, 1946, p. 5)

O Decreto nº 22.789/33 que formaliza o nascimento do Instituto, oferece uma boa base das disposições legais do IAA. Selecionamos algumas passagens desse documento, importantes para compreendermos sua atuação e a organização do setor a partir de sua atividade:

> […] Art. 4º Incumbe ao Instituto do Açúcar e do Álcool:
>
> a) Assegurar o equilíbrio interno entre as safras anuais de cana e o consumo de açúcar, mediante aplicação obrigatória de uma quantidade de matéria prima, a determinar, ao fabrico do álcool; […]
>
> l) Fixar os preços de venda do álcool anidro destinado às misturas carburantes e, bem assim, o preço de venda destas aos consumidores; […]
>
> Art. 8º Em maio e setembro de cada ano, o Instituto do Açúcar e do Álcool verificará os estoques de açúcar existentes no país, e as estimativas das safras a iniciar-se, fixando, então, segundo as conclusões a que chegar as quotas de açúcar e álcool a serem produzidas. […]
>
> Art. 17. Se se verificar congestionamento dos mercados por excesso de produção e oferta de açúcar sobre a possibilidade de consumo dos mercados nacionais, poderá o Instituto do Açúcar e do Álcool retirar destes a quantidade de açúcar necessária ao restabelecimento do equilíbrio entre produção e consumo
>
> § O açúcar adquirido pelo Instituto do Açúcar e do Álcool aos produtores será restituído, posteriormente, ao mercado, si as condições deste o comportarem ou lhe será dado o destino que melhor parecer ao Instituto. (BRASIL, Decreto nº 22.789/33)

A partir da análise do decreto n°22.789/33 algumas coisas se mostram evidentes: i) o Instituto do Açúcar e do Álcool passou a determinar todas as instâncias da produção sucroalcooleira, inclusive com a prerrogativa legal de atuar diretamente na produção, em casos especiais; ii) o mercado de açúcar também passou a ser regulado pelo IAA; iii) a produção de etanol aparece enquanto alternativa ao excedente de produção que vinha se mostrando um problema, ao mesmo tempo que figura enquanto um projeto de desenvolvimento industrial. Nas considerações iniciais do mesmo documento fica explícita a visão do governo de que "a solução integral e a mais conveniente à economia nacional, para as dificuldades da indústria açucareira, está em derivar para o fabrico do álcool industrial uma parte crescente das matérias-primas utilizadas para a produção de açúcar" (BRASIL, Decreto n° 22.789/33), considerando que o produto oferecia possibilidades quase ilimitadas.

Verdi et al (2012) salientam que "por conta das novas diretrizes governamentais de 1930, Pedro Ometto focou o trabalho em grupo e liderou os irmãos na compra da Fazenda Boa Vista, local onde posteriormente foi estabelecida a usina Boa Vista em 1939" (p. 30).

De acordo com outro documento destinado a regular as relações de produção do complexo canavieiro, o Estatuto da Lavoura Canavieira (promulgado em 21 de novembro de 1941):

> Art. 17. Os proprietários ou possuidores de usinas são obrigados a receber dos seus fornecedores a quantidade de canas que for fixada pelo Instituto do Açúcar e do Álcool, para transformação em açúcar ou álcool, de acordo com as disposições deste Estatuto. […]
>
> Art. 28. O Instituto, a requerimento dos usineiros ou dos fornecedores, intervirá, provisoriamente, na usina ou destilaria que, sem motivo justificado, devidamente comprovado, ou em consequência de falência, insolvência ou execução judicial, paralisar a respectiva atividade industrial, pôr mais de oito dias. […]
>
> Art. 61º Todo o açúcar produzido pela usina ou engenho, além do limite autorizado para a safra, pertence ao I. A. A. […]
>
> Art. 67, no caso de aumento da produção, o I. A. A. poderá destinar parte ou a totalidade desse aumento a montagem de novas usinas, nos locais que designar, observado o disposto no art. 54. […]

> Art. 89º O I.A.A fixará a renda normal pela utilização da terra, tendo em vista as condições de vida peculiares a cada zona canavieira, o preço usual do arrendamento, a natureza do terreno, os benefícios sociais e as vantagens proporcionadas pelo proprietário ao fornecedor. (BRASIL, Decreto-Lei n° 3855/41)

Desse modo, a partir de 1933, o setor de açúcar e álcool passa a se organizar sob a égide do Instituto, que desenvolveu uma ampla gama de políticas públicas que equilibrasse o mercado e desse segurança aos produtores. A produção de cana-de-açúcar foi racionalizada pelo Instituto, através de um sistema de quotas de produção delegadas aos produtores e usineiros; foram definidos, *ex ante*, os preços da matéria-prima com base nos custos de produção de cada região do país e os preços pagos pelo IAA para a aquisição do produto final também foram tabelados.

Enquanto nacionalmente o Estado brasileiro trabalhava para organizar e regular a produção sucroalcooleira, movimentos internacionais também sinalizavam o interesse de controlar a volatilidade do mercado mundial de açúcar. O trabalho de Ramos (2007) analisa detalhadamente os acordos internacionais e movimentos multilaterais e bilaterais voltados a reestruturação do comércio de açúcar. Apontamos apenas dois dos mais relevantes para a formação da dinâmica interna do setor: a) O acordo internacional de 1937 estabeleceu quotas de exportação aos países produtores com base na exportação média dos países no quinquênio anterior, visando uma expansão do consumo de açúcar seguida de um crescimento sustentado da produção – tal metodologia prejudicou o Brasil devido a sua ainda baixa expressão no mercado internacional nos anos anteriores, nos cabendo uma pequena quota de 60 mil toneladas métricas; e b) a criação, em 1934, do mercado preferencial dos EUA, com a promulgação do *Sugar Act*, que fundou um novo mercado para o produto, de maior estabilidade e com preços mais atrativos do que o mercado livre mundial. Posteriormente outros mercados preferenciais se formariam, a saber: o do Conselho Econômico de Assistência Mútua (Comecom), liderado pela União Soviética, em 1948; e o Commonwealth Sugar Agreement (C.S.A), da Comunidade Britânica, em 1951. Todos esses mercados preferenciais gozavam de maior estabilidade

e maiores margens de lucro do que o mercado livre mundial, trazendo benefícios invejáveis a seus parceiros (RAMOS, 2007).

Desse modo, a reconfiguração do setor sucroenergético, a partir dos anos 1930, cria um cenário de regulação extrema, tanto no que diz respeito ao mercado externo quanto ao mercado interno – sob a direção do IAA. Esse contexto, ainda que suprimisse a autonomia dos usineiros e fornecedores, formou um ambiente de proteção institucional ao setor que contribuiu para a criação de uma burguesia agrária completamente angariada nas políticas setoriais de proteção estatal do mercado de açúcar e álcool, que se eximia de todos os riscos inerentes à produção e ao investimento.

Já na década de 1940 o estado de São Paulo passa a assumir o papel de principal produtor sucroenergético do Brasil, acompanhando o que Furtado (2007) denominou "deslocamento do centro dinâmico" da economia brasileira, o qual foi acompanhado por um processo de concentração socioeconômica no sudeste brasileiro. Alguns elementos conjunturais foram para isso fundamental, a exemplo dos impactos da 2° Guerra Mundial na economia canavieira. Esta interrompeu o abastecimento de açúcar dos grandes mercados consumidores do Sudeste pela produção nordestina, abrindo espaço para o crescimento do complexo canavieiro paulista tendo em vista o abastecimento local (SZMRECSÁNYI; MOREIRA, 1991). Também fez com que caíssem vertiginosamente as exportações de açúcar brasileiro para o mercado europeu, em que pese o concomitante aumento de preços no cenário internacional.

Posto isso podemos concluir que o ônus da crise do setor açucareiro devido à Segunda Guerra Mundial foi sentido quase que inteiramente pelos usineiros e fornecedores do nordeste, que perderam sua capacidade de abastecimento do mercado interno e não usufruíram dos altos preços do mercado internacional, uma vez que o monopólio das transações externas era responsabilidade do Instituto do Açúcar e do Álcool. Os estados do sudeste, que por sua vez já vinham se beneficiando de generosos créditos e investimentos devido às políticas de incentivo à produção de etanol, encontram terreno fértil para expandir seus negócios e suprir o mercado interno de açúcar. Tal estado de coisas faz com que rapidamente se inverta o eixo de produção da economia canavieira,

convergindo sua centralidade nos estados do sudeste, especialmente em São Paulo, que já no quinquênio 1950-1954 acumula, em toneladas, uma produção maior do que Pernambuco, que era antes o maior estado produtor de açúcar do Brasil (RAMOS, 2007).

É nesse ambiente propício ao investimento que os Ometto, em 1943, adquirem a Fazenda Pau d'Alho, em Barra Bonita, e iniciam a construção de uma nova usina – que viria a ser uma das maiores do mundo em moagem de cana (PREFEITURA DE BARRA BONITA, s. d.) –, sob a responsabilidade de Orlando Ometto, um dos filhos de Pedro Ometto. Na primeira safra da nova usina, em 1946, são produzidos 40.000 sacos de 60 kg de açúcar (GORDINHO, 1986). Em 1949 a usina se constitui numa empresa autônoma denominada Usina da Barra S. A. e entre seus acionistas estão Pedro Ometto, Orlando Ometto e sua irmã Isaltina Ometto Silveira de Mello.

Em 1950 Pedro Ometto se afasta da direção dos negócios e assume em seu lugar Celso Silveira de Mello, marido de Isaltina. A essa altura, a família já possuía 8 usinas e controlavam cerca de 13,3% de toda moagem de cana do estado de São Paulo (MOREIRA, 2013). Esse número só cresceria ao longo de toda a década de 1950 e 1960, alcançando os 25% de toda cana moída no estado ao fim do ano de 1970 (ibidem).

De acordo com os dados do Anuário Açúcareiro (entre 1950 e 1967), o período pós-guerra de 1950 até 1965 é marcado por um crescimento sustentado da produção sucroalcooleira em todo Brasil, com destaque para o estado de São Paulo que emerge enquanto maior produtor e eixo dinâmico da economia canavieira nacional – e os Ometto ocupam uma posição estratégica nesse cenário. Entre 1965 e 1968, entretanto, o setor é acometido com uma grave crise de superprodução derivada da emergência da União Europeia enquanto forte exportadora de açúcar (resultado da Política Agrícola Comum acordada em 1957, no Tratado de Roma).

De acordo com Szmrecsányi e Moreira (1991), a expectativa gerada pelo acesso ao mercado preferencial norte-americano após a quebra de relações comerciais entre EUA e Cuba com a Revolução Cubana e as altas cotas de exportação firmadas em um novo acordo internacional em 1958 levaram o IAA a abandonar a política de controle de oferta

a partir das exportações para torna-las um fim em si mesmo, aumento a capacidade produtiva do complexo canavieiro. Com a concorrência europeia e a frustração das promessas de liderar o mercado preferencial norte-americano e sem a exportação enquanto válvula de escape, os preços despencam e o setor entra em crise. Segundo Szmrecsányi (1976) o paulatino enfraquecimento dos recursos e das disposições legais do IAA também contribuíram para o cenário.

Nesse ínterim, os Ometto aproveitam o momento para a aquisição de mais uma unidade produtiva no interior de São Paulo, a Usina Santa Bárbara (em Santa Barbara D'Oeste) (GUEDES, et al, 2016), evidenciando essa que viria a ser a principal estratégia de expansão do grupo: a aquisição de empresas concorrentes focado em ganhos de escala. Não se tem dados disponíveis sobre os resultados financeiros dessa crise para os negócios da família, mas pode-se imaginar – levando em consideração a aquisição da referida usina e sua posição consolidada na economia canavieira paulista – que esta tenha sido capaz de suportar melhor a crise devido ao tamanho de sua produção.

Como já dissemos, em meados da década de 1960 a família Ometto já administrava mais de 10 usinas e era responsável por quase 25% da produção de açúcar e álcool paulista. À medida que seus negócios expandiam e se complexificavam, também se complexificava a estrutura e relações da própria família.

> Conforme a família crescia, aumentava a necessidade de se estabelecer domicílios próximos às sedes das usinas recém-adquiridas, e, consequentemente, membros da família Ometto se distribuíram praticamente por todo o estado de São Paulo. Esse fato, porém, não aconteceu de forma desordenada e descontrolada. Foi caracterizada uma participação acionária cruzada, que preservou a unidade familiar no comando dos empreendimentos, embora não tenha sido suficiente para impedir a emergência de problemas relativos ao poder decisório e de sucessão, temas típicos de empresas familiares. (GUEDES et al, 2013, p. 88)

Em 1970 morre Pedro Ometto, fundador dos negócios da família, e todas as usinas ligas à Pedro Ometto S. A. Administração e Participações é herdada por Orlando Ometto e sua filha Isaltina Ometto de Mello, cujo marido Celso Silveira de Mello já ocupava há tempos a direção da Usina Costa Pinto. A filha herdou as usinas Costa Pinto e Santa

Barbara e Orlando Ometto, a Usina Da Barra. Dessa reorganização dos negócios da família surgiria o nome Cosan, uma contração dos nomes Costa Pinto e Santa Barbara, referente ao grupo liderado por Isaltina Ometto de Mello e seu marido.

Segundo Moreira (2013), entre os anos de 1975 e 1987, os Ometto constituíam 4 subgrupos empresariais autônomos, que detinham a administração de diferentes usinas da família, sendo eles a) grupo Pedro Ometto, controlador das usinas Costa Pinto, Santa Barbara e Da Barra; b) grupo João/Luís Ometto, controlador das usinas Iracema, São Martinho, Santa Cruz e Santana; c) grupo Hermínio Ometto; controlador das usinas São João e Santa Terezinha; e d) grupo Jerônimo Ometto, controlador da usina Santa Lúcia.

Para além da produção, parece estar nas relações sociais o cerne do poder dos Ometto, que lhes possibilitou o desenvolvimento dos negócios e sua ascensão à elite regional (MOREIRA, 2013). Já citamos a amizade entre Pedro Ometto e Mário Dedini (que culminou na construção da Usina Costa Pinto); podemos apontar também e o casamento entre Luis Ometto e Cecília Cera, irmã de Antônio Cera Sobrinho, renomado médico piracicabano que viria a ocupar o posto de vereador, posteriormente; e Dovílio Ometto, também filho de Pedro Ometto, que, fruto de um casamento arranjado pelo pai e seu sócio e amigo Mário Dedini, casa-se com Ada Dedini e torna-se sucessor da maior indústria de construção do setor sucroalcooleiro do mundo: A Dedini Indústrias de Base S.A., empresa a qual ele assume a presidência em 1970, após a morte do sogro. Os casamentos foram, ao longo de toda a história da família Ometto, uma estratégia de ampliação e manutenção de seus poderes econômicos e extraeconômicos.

Nesse momento a família já detém grande poder e influência no interior de São Paulo, com suas ramificações atuando em diversos ramos diferentes, tanto na indústria como na política. Orlando Ometto, em 1967, adquire a Taxi Aéreo Marília (TAM); Antônio Ometto, que em 1959 conquista a prefeitura de Iracemápolis – SP, tendo seu irmão João Ometto como vice, e na eleição seguinte assegura seu assento na câmara legislativa municipal da mesma cidade (cabe salientar que na cidade de Iracemápolis os Ometto detinham uma de suas maiores usinas, a usina Iracema);

Eventualmente, a crise do mercado de açúcar vivenciada em 1965 começa a aliviar a partir de 1968, quando os preços do produto no mercado livre mundial começam a se reestabelecer e acumulam altas consecutivas nos 8 anos seguintes (RAMOS, 2007). Contudo, outros eventos concomitantes mudariam o sentido do desenvolvimento da agroindústria sucroenergética ao longo dos anos 1970 e 1980, frente ao enfraquecimento do açúcar.

3. As décadas de 1970 e 1980 e a centralidade da produção de álcool

Frente a estabilização do preço do açúcar, no início dos anos 1970 o IAA inicia dois novos programas de incentivo à agroindústria sucroenergética, i) o Plano Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (PLANALSUCAR) em 1971, que consistiu na criação de uma infraestrutura de pesquisa agronômica para melhoramento da cana-de-açúcar[2]; ii) no mesmo ano é criado o Programa de Racionalização da Agroindústria Canavieira – que em 1973 passou a se chamar Programa de Apoio à Agroindústria Canavieira.

> O objetivo central deste programa era, mais que aumentar a produção, o de estimular fusões e incorporações de usinas de forma a modernizar e aumentar a escala de produção das plantas industriais. Para tanto se ofereceu aos industriais créditos abundantes, sem correção monetária e com prazos de 12 a 15 anos para incorporação respectivamente sem e com relocalização da unidade industrial. (MOREIRA, 1989, p. 51)

Com esses dois programas de incentivo (financiados pelo fundo de exportação do próprio IAA) retoma-se uma escalada de investimentos e expansão da produção sucroalcooleira, principalmente no que diz respeito a investimentos em capital fixo, com os financiamentos generosos do novo programa do Instituto do Açúcar e do Álcool. Essa ampliação na capacidade produtiva do setor se choca à reversão das expectativas para o mercado internacional de açúcar em 1975, deixando várias empresas com uma capacidade

2 Segundo o site da Ridesa (www.ridesa.com.br), com a extinção do IAA em 1990 foi extinto também o Planalsucar e sua infraestrutura foi incorporada a diversas universidades federais. Os técnicos e pesquisadores que passaram a integrar o corpo de funcionários das Universidades então transformaram o Planalsucar na Rede Interuniversitária para do Desenvolvimento do Setor Sucroalcooleiro (Ridesa), continuando os trabalhos de pesquisa de maneira colaborativa.

ociosa que necessitava ser posta em uso para amortizar os investimentos recentes (MOREIRA, 1989, p. 52).

Aliado a isso, o mais significativo desses eventos ocorre em 1973: o primeiro choque do petróleo, em que países produtores de petróleo do oriente médio – a saber, Arábia Saudita, Irã, Iraque e Kuwait – promovem um embargo aos EUA e UE e reduzem drasticamente a oferta de petróleo no mercado internacional, fazendo com que o preço do barril se eleve cerca de 400% em 3 meses. O impacto em toda a economia mundial foi imediato e evidenciou a vulnerabilidade do Brasil diante da necessidade de importação da *commodity*, bem como criou um desajuste no balanço de pagamentos nacional. Isso chama a atenção do governo militar para a necessidade de diversificação da matriz energética brasileira num sentido de segurança e soberania nacional.

Assim sendo, o etanol volta à cena enquanto uma possibilidade de substituição de matriz energética, invocando o mantra da sustentabilidade devido ao fato de se caracterizar enquanto uma fonte de energia renovável. A possibilidade de mitigar a dependência dos derivados de petróleo investindo numa fonte de produção nacional agrada os governos militares, que tinham no centro de sua ideologia, a ideia de soberania nacional.

Há muito tempo vigora, dentro das instituições públicas, um certo otimismo em relação ao etanol. Isso fica patente já nas considerações iniciais do decreto 22.789/33, decreto que formaliza a criação do IAA, que pondera “que o consumo de álcool industrial oferece um mercado cada vez maior, com possibilidades quase ilimitadas” (BRASIL, Decreto-Lei n° 22.789/1933). Desde a década de 1930 a produção de álcool vinha sendo estimulada, contudo era vista sempre como uma alternativa para equilibrar a oferta de açúcar, não se constituindo – de fato – em um fim em si mesmo, uma vez que o baixo custo do petróleo até então inibia o desenvolvimento do álcool carburante (ALCARDE, 2008). Dentre os principais mecanismos de estímulo à produção de álcool temos a obrigatoriedade da adição do álcool anidro à mistura da gasolina e o estabelecimento de atrativos preços mínimos para o produto (SZMRECSÀNYI; MOREIRA, 1991).

A partir de 1973, a alternativa energética produzida com base na cana-de-açúcar ganha força ao ser combinada com uma segunda diretriz da política econômica dos anos

1970: a do desenvolvimento industrial brasileiro e da modernização agrícola. Nesse sentido, o etanol (qualificado enquanto produto industrializado e não como produto primário) encarna a possibilidade de suprir os anseios do projeto de desenvolvimento nacional proposto nas duas frentes. É dessa convergência entre a vulnerabilidade nacional em termos de energia e o projeto de modernização conservadora que é criado, em 1975, o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), por meio do Decreto-Lei 76.593/1975. Segundo o mesmo decreto

> **Art. 2º.** A produção do álcool oriundo da cana-de-açúcar, da mandioca ou de qualquer outro insumo será incentivada através da expansão da oferta de matérias-primas, com especial ênfase no aumento da produção agrícola, da modernização e ampliação das destilarias existentes e da instalação de novas unidades produtoras, anexas a usinas ou autônomas, e de unidades armazenadoras. […]
>
> **Art. 5º.** Os investimentos e dispêndios relacionados com o Programa serão financiados pelo sistema bancário em geral e, especificamente:
>
> a) os destinados à instalação, modernização e/ou ampliação de destilarias, pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico - BNDE, pelo Banco do Brasil S.A., pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. e pelo Banco da Amazônia S.A.;
>
> b) os destinados à produção de matérias-primas, pelo Sistema Nacional de Crédito Rural. […]
>
> **Art. 7º.** Para a garantia de comercialização do álcool anidro de qualquer origem para mistura carburante, o Conselho Nacional do Petróleo - CNP estabelecerá um programa de distribuição entre as empresas distribuidoras de petróleo que receberão o produto a um preço a ser decido por esse Conselho. […] (BRASIL, Decreto-Lei 76.593/75)

Algo nos salta aos olhos durante a análise do decreto: o Proálcool foi um programa de ampla magnitude que mobilizou diversos elementos da arquitetura institucional da União. Além do próprio IAA, todas as outras entidades públicas citadas no decreto e também bancos privados que operavam o SNCR são mobilizados. A responsabilidade pela implementação do projeto (como disposto no Art. 3° do mesmo decreto) foi dividida entre os ministérios da Fazenda, Agricultura, Interior, Minas e Energia, Indústria e do Comércio e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Para isso, é

fundada a Comissão Nacional do Álcool, com representantes de todos os órgãos participantes, presidida pelo representante da Secretaria de Planejamento.

A ampliação dos poderes extraeconômicos da família Ometto, fruto de suas enormes influências regionais, lograria frutos nas alianças estratégicas e pactos institucionais do Estado durante a segunda metade do século XX. Segundo Moreira (2013), os Ometto estiveram diretamente ligados à criação do Programa Nacional do Álcool e cita Dovílio Ometto e Orlando Ometto como peças-chave em sua elaboração.

De fato, a família Ometto foi extremamente beneficiada pelo programa. É durante a década de 1970 que a Cosan incorpora as unidades Azanha e São Francisco, ambas situadas no município de Piracicaba (GUEDES, et. al, 2016).

> No período 1975-1985, as usinas do grupo receberam incentivos do Proálcool e expandiram a produção de açúcar e álcool por meio de projetos de modernização e melhorias dos equipamentos industriais. Nesse período, houve grande valorização do ativo terras, o que já era esperado pelos dirigentes do grupo, que obtiveram ganhos especulativos com a venda destas, incentivados pela forte demanda por habitação e pela proximidade de suas terras do perímetro urbano. (GUEDES et al, 2016, p. 89)

O objetivo principal do programa foi impulsionar a produção do álcool anidro, utilizado em especial na mistura da gasolina. Posto isso, a Petrobras foi acionada com a incumbência de absorver toda a produção nacional de álcool anidro, garantindo sua comercialização de acordo com os padrões estabelecidos pelo Governo para a mistura do combustível, fazendo com que a empresa dividisse com os produtores a maior parte dos custos de logística e estocagem do etanol.

As linhas de crédito especiais para o setor sucroenergético, dado o contexto inflacionário, caracterizavam verdadeiros presentes ao setor privado. Segundo Szmrecsányi e Moreira (1991), esses estímulos foram muito bem recebidos pelos usineiros, principalmente de São Paulo e Alagoas, que logo se candidataram a acessar os fundos públicos disponíveis.

De maneira sustentada, o programa se desenvolve 5 anos seguintes (1975-1979), com a seguinte estrutura: a CNAL responsável pela aprovação de projetos de construção,

ampliação e modernização de unidades produtivas; o setor privado pela produção do etanol; a Petrobras responsável pela absorção da produção e sua comercialização; os bancos (em especial Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) pela concessão das linhas de crédito e operações financeiras e o IAA pela administração das quantidades produzidas a partir dos Planos de Safra.

Em 1979, com o segundo choque do petróleo, o programa passa por uma reformulação e lança sua segunda fase. Mantendo o projeto de expansão da produção de etanol, o Proálcool passa agora a focar seus esforços na produção do álcool hidratado, esse usado diretamente como combustível automotivo. Para tal, o programa necessita ser ainda mais amplo e abrangente, fazendo parte de uma estratégia mais ampla de logística e transporte.

> O que veio a possibilitar, entretanto, a concretização das metas estipuladas pelo PNA foi um acordo do Governo com a indústria automobilística, que se comprometeu a iniciar a produção em série dos veículos movidos a álcool. Da parte do Estado, foi garantido o mercado para estes veículos através da redução da alíquota do Imposto Sobre Produtos Industrializados (compensando o maior custo do veículo a álcool), a redução na Taxa Rodoviária única (atual IPVA) e, principalmente, o estabelecimento de um limite do preço ao consumidor de álcool hidratado de 65% do preço da gasolina, mais que compensando o maior consumo volumétrico daqueles veículos. A Petrobras continuava sendo responsáve1 pela comercialização do álcool o que, a despeito da reivindicação de alguns empresários de privatização desta atividade, favorecia os produtores que tinham um comprador que absorvia suas produções, dividindo inclusive os custos de estocagem do produto. Do ponto de vista dos produtores, foi instituída uma melhora nos preços do produto com a redução da paridade de 60 kg de açúcar por 44 litros de álcool para 60 kg de açúcar por 38 litros de álcool, o que tornou ainda mais compensador a produção do segundo. (MOREIRA, 1989, p. 58-59)

Esse ambicioso projeto tomou forma durante toda a década de 1980, e teve sua base sustentada em dois aspectos relacionados ao mercado consumidor de etanol, a saber, o crescimento da frota automotiva movida à álcool e a proteção dos preços do combustível e seu mercado, cuja operação mantinha-se inteiramente nas mãos da Petrobras. Todo o arcabouço institucional mobilizado para essa transição de matriz energética garantia aos fornecedores e usineiros uma situação favorável de investimento e retorno. Em 1986,

privilegiado por esse arranjo político-econômico, o Grupo Cosan adquire o grupo Bom Jesus, proprietário das usinas Ipaussu, Santa Helena e Elias Fausto, todas no interior de São Paulo. Entretanto devemos nos atentarmos para as artificialidades que mantinham essa atmosfera, as quais transferiam ao setor público todo o ônus de uma produção ineficaz e custosa.

> Tais problemas também foram objeto de alerta por parte do Conselho Estadual de Energia (CEE), órgão criado pelo governo de São Paulo na gestão Franco Montoro, sob a liderança do professor Tamás Szmrecsányi. Em um de seus relatórios foi chamada a atenção para o fato de que os governos deveriam extinguir a artificialidade que viabilizava o mercado de álcool hidratado, a qual era suportada pelo Tesouro Nacional e pela Petrobras (CEE/SP, 1987). (RAMOS, 2016, p. 53)

Os créditos especiais fornecidos pelo Proálcool em 1979 poderiam contabilizar um subsídio indireto de 86%, dada as condições dos contratos frente ao cenário inflacionário brasileiro (MOREIRA, 1989). A jusante da produção alcooleira, os preços generosos do produto determinados pelo programa desequilibravam a cadeia e transferiam à distribuidora todos os riscos da comercialização, deixando produtores e consumidor final em posições extremamente confortáveis. A estabilização do preço do etanol em 65% do preço da gasolina fazia com que o lucro sobre sua comercialização dependesse de um alto custo da gasolina; enquanto o preço pré-determinado do etanol para os produtores (o que para a Petrobras se caracterizava como custo) mantinha margens de lucro favoráveis – sendo em diversos momentos durante a década mais favoráveis do que a produção de açúcar – o que constrangia as margens das operações de comercialização por parte da companhia nacional.

Olhando o cenário completo, vemos que o setor sucroenergético foi completamente protegido pelo Programa Nacional do Álcool durante toda a década de 1980, hora pelos financiamentos públicos, hora pela Petrobras. Não tardou para que esse arranjo começasse trazer prejuízos à Petrobras, que passa a sofrer com a "conta álcool" e com a perda do mercado consumidor da gasolina para a alternativa energética a partir de 1985. O governo assume o prejuízo da companhia, que passa a ser custeado com as reservas do Tesouro Nacional – o que só transfere o problema, em vez de resolvê-lo

(MOREIRA, 1989) e o preço do etanol hidratado na bomba é definido em 69% do preço da gasolina, o que ainda continua favorável ao etanol. É apenas em 1988 que o Estado decide atuar de maneira mais efetiva na questão, aumentando o preço do etanol para 75% do preço da gasolina, ainda que mantendo os incentivos fiscais aos carros à álcool (IPI e IPVA).

A situação econômica nacional na década de 1980 não deixaria de ter impactos no programa ou nas conduções das atividades econômicas por parte do Estado. A crise da dívida e os estrangulamentos no orçamento público pressionavam o Estado frente ao elevado custo das políticas públicas de desenvolvimento econômico e tanto o Proálcool quanto do SNCR foram afetados pela falta de verbas. As condições especiais de financiamento do Proálcool foram sucessivamente relaxadas e equilibradas às condições do mercado financeiro, ainda que mantivessem suas taxas de juros negativas e o SNCR, ao final da década de 1980, sofria com a falta de reservas suficientes para financiar toda produção canavieira nacional.

A essa crise fiscal do Estado brasileiro, surge no início dos anos 1990, a alternativa neoliberal, pautada na diminuição do aparato estatal brasileiro, flexibilização nas relações contratuais e de trabalho, e na integração com o mercado financeiro e sua nova economia mundial globalizada como resposta à crise brasileira. É nesse momento que se coloca em risco todo a estrutura institucional de regulação econômica construída desde a era Vargas (e ampliada durante os governos militares) e o IAA é extinto, em maio de 1990, durante a reestruturação da máquina estatal promovida por Fernando Collor. O Proálcool tem seu fim juntamente ao Instituto e marca-se então a passagem de uma economia canavieira dirigida para uma de mercado.

4. A transição neoliberal e a constituição da Cosan S. A.

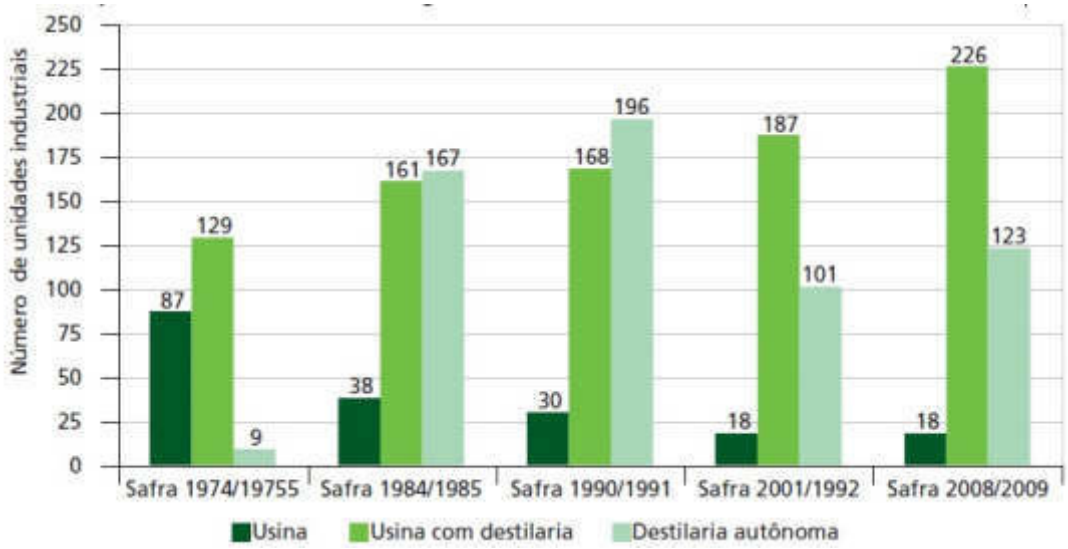
O fim do Instituto do Açúcar e do Álcool marca uma reorientação da governança setorial praticada pelo Estado brasileiro junto ao Complexo Canavieiro (VEGA, 2015). Como vimos até agora, o desenvolvimento do setor durante os últimos 60 anos estivera completamente atrelado às políticas setoriais e às estratégias de desenvolvimento da

agroindústria canavieira, o que se materializava em linhas de crédito especiais, subsídios e administração de preços e produção.

Essa mudança de postura por parte do Estado brasileiro deriva da diminuição da capacidade estatal em atuar de maneira forte na economia devido à escassez de recursos gerada pela crise da dívida e da guinada neoliberal dos governos da década de 1990. Tal atuação dissolvera as políticas de desenvolvimento agrário no período anterior sem necessariamente propor um novo modelo, seja pelas vias constitucionais da "função social da terra", seja pela via dos mercados estruturados pelos complexos agroindustriais (DELGADO, 2012). Desse modo, um setor não só acostumado com a proteção estatal, mas desenvolvido com base nele, como o setor sucroenergético, não deixaria de sofrer os impactos dessa brusca alteração.

Mas algo se faz valer nesse período de transição neoliberal: o fim das proteções ao setor sucroenergético expôs sua fragilidade e atuação pouco eficiente e competitiva, que se escondiam atrás das políticas de preços e quotas de produção. O gráfico a seguir mostra a reorganização da estrutura produtiva da agroindústria canavieira durante a década de 1990.

Gráfico 1 - Tipos de unidades fabris da agroindústria canavieira, safras selecionadas – Brasil



Fonte: RAMOS (2016, p. 55)

Observa-se uma queda de 48,4% no número de destilarias autônomas de álcool em território nacional entre as safras 1990/1991 e 2001/2002 (RAMOS, 2016). Essas destilarias, cuja implementação foi a mais incentivada durante o período de vigência do Proálcool, se mostraram incapazes de sobreviver sem a intervenção estatal, sobretudo num contexto de baixo valor do barril do petróleo no mercado internacional, como é o caso de toda a década de 1990. Em contrapartida, percebe-se um aumento de 11% nas usinas com destilarias anexas no mesmo período, mostrando que o modelo (capaz de se adaptar às oscilações dos mercados de açúcar e etanol) se faz mais eficiente no novo contexto concorrencial (RAMOS, 2016). Aproveitando a conjuntura de alta nos preços internacionais do açúcar e de liberação das exportações, muitas destilarias autônomas ampliam seus parques produtivos para abarcar também usinas açucareiras (VIAN, 2001), o que influencia em partes os valores apresentados.

O grupo Cosan, tendo sua gênese muito antes do Proálcool, sempre focou em usinas com destilarias anexas, não operando nenhuma destilaria autônoma durante todo o século XX. Isso possibilitou que a empresa aproveitasse os altos preços do açúcar no

mercado internacional durante boa parte da década de 1990 (BACCARIN, 2005) e se protegesse do fim dos estímulos ao etanol simplesmente alterando o mix de sua produção.

Vian (2001) chama atenção para as alterações substanciais no mercado sucroenergético decorrentes da reorganização da governança setorial por parte do Estado, indicando que o acirramento da competição desencadeou estratégias de diversificação e diferenciação produtiva. Nesse ínterim, se inicia um processo de diferenciação inter-empresas, nas quais as firmas mais capitalizadas e com maior potencial de se aliar ao capital internacional se sobressaíram em relação às demais (OLIVEIRA, 2009). Vian (2001) avalia que a dinâmica dos anos 1990 rompe com o isomorfismo tecnológico e organizacional que imperava no período anterior, abrindo caminho para reestruturação mais heterogênea do complexo canavieiro nacional.

A década de 1990 lançou desafios a agroindústria brasileira como um todo. Os novos moldes neoliberais da estrutura estatal brasileira delegaram ao mercado a função de agente regulador da atividade agroindustrial e obrigou todo o setor primário a uma reorganização produtiva, financeira e comercial. Tal período coincidiu com um ciclo de alta liquidez internacional que alterou o papel da atividade agrícola no projeto da economia nacional, deixada em segundo plano na administração dos balanços de pagamentos nacionais. Tendo perdido a centralidade na geração de divisas para o país e sem um projeto claro de desenvolvimento por parte do Estado, o vácuo deixado pela modernização conservadora da agricultura e a necessidade de incorporação dessa à nova dinâmica globalizada do capitalismo internacional – enquanto estratégia de sobrevivência – sintetizam esse processo no que chamamos hoje por “agronegócio” (DELGADO, 2012).

Os negócios da família Ometto, por sua vez, mostram como as mudanças conjunturais refletem em novas diretrizes e estratégias ao processo de acumulação da agroindústria. Rubens Ometto, que vinha crescendo como usineiro desde 1978, assumindo a direção das usinas Costa Pinto, Santa Barbara e também adquirindo o controle do grupo Bom Jesus (proprietário das usinas Santa Helena, Elias Fausto e

Ipaussú) se aproveita do contexto de desregulamentação e abertura para emergir como o novo dirigente dos negócios da família, amalgamando o grupo Cosan.

> A partir de 1990, devido à baixa competitividade do álcool frente à queda do preço do petróleo, a opção de negócios do grupo consistiu em dar ênfase à produção e à exportação do açúcar, com foco nos processos industriais em detrimento da produção agrícola. Assim, é observado por um dos diretores da Cosan, em entrevista feita por Guedes (2000), ao afirmar que a visão do grupo não era mais voltada exclusivamente para a área agrícola e que o seu ponto forte passou a ser a indústria e a comercialização. Tal visão pode ser atualmente constatada pelo grande peso das novas atividades econômicas do grupo Cosan. (GUEDES et al, 2013, p. 89)

Com o fim do IAA e do monopólio do comércio internacional de açúcar pelo Instituto, abre-se uma lacuna muito bem aproveitada pelo setor privado após 1991. Já em 1993, a Cosan inicia a exportação do açúcar tipo VHP (*very high polarization*) e direciona suas atividades para aproveitar o vácuo deixado pelo Instituto e se consolidar no mercado internacional de açúcar (QUINTINO LEAL, 2011). Em 1996 o grupo obtém concessão para construir um terminal de exportação de açúcar no porto de santos: o empreendimento é realizado em parceria com o grupo inglês Tate&Lyle, que obteve 10% de participação nas operações do terminal (ibidem). Esse novo empreendimento, de caráter gigantesco, marca o interesse do grupo em se consolidar nas exportações de açúcar e abre as portas para um processo de diversificação que fundamentaria as estratégias futuras de crescimento da empresa.

Ainda no mesmo ano, Rubens Ometto sai vitorioso de uma disputa judicial com sua mãe, Isaltina, o que culmina na fusão das holdings Celina e Bom Jesus e na criação da Nova Celina S.A. (MOREIRA, 2013). O grupo controlado pela nova holding passa a se denominar Cosan/Bom Jesus e amplia seu alcance. Dessa disputa Rubens Ometto emerge como sócio majoritário do grupo, com 50% das ações contra os 50% restantes divididos entre sua mãe e os irmãos. O processo de expansão do novo grupo continua e no ano de 1998 o grupo Cosan/BJ incorpora as unidades de produção Diamante e Da Serra.

Ao final dos anos 1990, dois dos subgrupos da família Ometto disputavam pela liderança da produção e comercialização sucroalcooleira paulista: a Cosan/BJ e o grupo João/Luiz Ometto, que controlava a maior usina até então: a Usina da Barra (maior do mundo ao final dos anos 1990). Mesmo com a maior unidade produtiva, a história se encarregou de dizer quem venceu essa disputa: depois de um aumento de capital e através de assembleia geral, é criada, em fevereiro de 2000, a Cosan S.A. Indústria e Comércio, que passa a controlar todas as subsidiárias da antiga Nova Celina S.A., tendo na figura de Rubens Ometto o presidente do Conselho Administrativo e diretor da Cosan S.A. A Usina Da Barra foi incorporada ao grupo Cosan em 2002.

5. Considerações finais

De certa maneira, o que fica evidente nessa exposição da a trajetória do grupo Cosan, traçada criticamente, é que a gênese de um conglomerado tão importante para o setor energético atualmente não é fruto de nenhuma sorte de brilhantismo empreendedor, mas consequência direta dos fenômenos histórico-sociais que conduziram o setor sucroenergético a um processo de concentração que, combinado a transferência do eixo dinâmico da economia canavieira para o Centro-Oeste, beneficiou em especial os produtores paulistas.

O setor sucroenergético, historicamente, foi determinado pela ação estatal e dela se aproveitou sustentar seu processo de acumulação e eximir-se de todo risco. Desse modo

> A trajetória explicitada do setor mostrou que, no passado, os subsídios concedidos beneficiaram muito mais os produtores e que, não obstante os aspectos favoráveis de avanços tecnológicos gerados e difundidos, não conseguiram alcançar e garantir a competitividade, o que foi agravado ora pelo recuo dos preços internacionais do petróleo, ora pela intervenção do Estado. Isto em boa medida se relacionou com o reforço de estrutura herdada, que até bem recentemente decorreu de comportamentos e de ações tanto privadas como públicas. (RAMOS, 2016, p.76-77)

Isso porque a produção de etanol, em sua evolução durante todo o século XX, sempre figurou mais enquanto uma alternativa política a outros desajustes (a saber, a

superprodução de açúcar e ao balanço de pagamentos) do que uma atividade competitiva em si mesmo, visto o esforço governamental durante o Proálcool de produzir sua própria demanda. Longe de criticar a ação política racional sobre as diretrizes e aspectos do desenvolvimento econômico,

> A conclusão que pode ser extraída dos acontecimentos e das interações entre Estado e mercado nesse primeiro período analisado é que a intervenção estatal pode ser parcialmente responsabilizada pelos problemas relacionados à dinâmica da agroindústria canavieira do Brasil. Isto porque ela criou um "guarda-chuva" protetor, restritivo e financiador de uma burguesia de origem agrária que montou fábricas em áreas não necessariamente apropriadas para a produção competitiva. Assim, sancionou um dado perfil de comportamento setorial que pouco contribuiu para fundamentar um setor ou uma ação empresarial marcada pela inovação e pela competição. (RAMOS, 2016, p. 63)

Durante o período intervencionista da economia canavieira havia pouca margem de atuação para os agentes privados e a dinâmica empresarial do grupo Cosan é ditada majoritariamente pela gestão pública, seja através do IAA, da Comissão Nacional do Álcool ou demais agências reguladoras. A partir dos anos 1990 o contexto se altera e o grupo começa a se sobressair em um contexto de diferenciação inter-empresas. O pioneirismo da Cosan em explorar a exportação de açúcar é um diferencial que lhe concede vantagens competitivas, mas que devem ser interpretadas levado em consideração sua localização privilegiada no interior de São Paulo, gozando de uma sólida infraestrutura ferroviária e de proximidade com o porto de Santos, para além das próprias características edafoclimáticas da região, propícia ao cultivo eficiente de cana-de-açúcar.

Ou seja, no momento em que o Estado retrai sua participação no complexo canavieiro e a competição toma formas mais agressivas, as características geográficas da produção paulista emergem enquanto vantagens comparativas que beneficiam os produtores paulistas em detrimento das outras regiões tradicionalmente canavieiras, como é o caso da zona da mata nordestina, cujo terreno acidentado e solo menos fértil encarecia sobremaneira o cultivo de cana (OLIVEIRA, 2009).

O período de transição neoliberal dos anos 1990 não oferece soluções para as artificialidades do setor sucroenergético. Como bem analisa Vega (2015), ele reposiciona a ação pública com o intuito – diga-se, de passagem, bem sucedido – de inserir o setor no novo contexto concorrencial da economia globalizada, o que beneficia os grandes *players* que atuavam em centros econômicos privilegiados, com a possibilidade de se capitalizarem a partir de alianças estratégicas com grupos internacionais, o que pode ser visto na parceria entre Cosan e Tate&Lyle. A trajetória aqui exposta assenta as bases para o intenso processo de internacionalização e financeirização que seria visto a partir dos anos 2000, do qual o grupo Cosan, além de pioneiro, é um exemplo cabal – transformando-a em um dos principais agentes do setor sucroenergético nacional na atualidade.

6. Referências Bibliográficas

ALCARDE, André Ricardo. Do Proálcool ao Flexfuel, etanol migrou do Estado para o mercado. *Visão Agrícola*. Piracicaba, n. 8, p. 26 – 28, jan/jun, 2008.

BACCARIN, José Giácomo. *A desregulamentação e o desempenho do complexo sucroalcooleiro no Brasil*. 2005. Tese de Doutorado, Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

BENETTI, Maria Domingues. A internacionalização recente da indústria de etanol brasileira. *Indicadores Econômicos, SP,* v. 36, n. 4. Porto Alegre, 2008.

BIELSCHOWSKI, Ricardo. O pensamento estruturalista de Celso Furtado e sua atualidade no centenário de seu nascimento. *Revista Rosa*, n. 1, v. 2, 2020.

BRASIL. Decreto n° 22.789 de 1° de junho de 1933. *Crea o Instituto do Assucar e do Alcool e dá outras providências.* Rio de Janeiro, 1933.

BRASIL. Decreto-Lei n° 3.855, de 21 de novembro de 1941. *Estatuto da Lavoura Canavieira.* Rio de Janeiro, 1941.

BRASIL. Decreto-Lei n° 76.593, de 14 de novembro de 1975. *Institui o Programa Nacional do Álcool e dá outras providências.* Brasília, 1975.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Os dois métodos e o núcleo duro da teoria econômica. *Revista de Economia Política*, n. 29, v. 2, p. 163-190, 2009.

DELGADO, Guilherme Costa. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século***.** Porto Alegre, RS: Editora UFRGS, 2012.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. "Celso Furtado e o estruturalismo como método". SAES, Alexandre; BARBOSA, Alexandre (Org). *Celso Furtado e os 60 anos de Formação econômica do Brasil.* São Paulo: Sesc/BBM, 2021.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil.* 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GORDINHO, Margarida Cintra. *Os Ometto*. São Paulo: Editora do Autor, 1986.

GUEDES, Sebastião Neto Ribeiro; PÉRICO, Ana Elisa; PERES; SANTOS, Gilmar Rosa dos. Trajetória e indicadores econômico-financeiros na agroindústria canavieira: o caso do grupo Cosan. SANTOS, G. R. (Org) *Quarenta Anos de Etanol em Larga Escala no Brasil: desafios, crises e perspectivas.* Brasília: Ipea, 2016

MOREIRA, Eduardo Pestana. *Expansão concentração e concorrência na agroindústria canavieira em São Paulo*. 1989. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia, Unicamp, Campinas.

MOREIRA, Lourenço Passeri Lavrado da Silva. *A corporação Cosan e a conquista de um território em torno de sua usina de etanol em Jataí, Goiás (2007 – 2012).* 2013. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MUNDO NETO, Martin. *Transformações na indústria sucroalcooleira brasileira no início do século XXI: das famílias aos acionistas*. 2012. Tese de Doutorado, Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. *Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desdobramentos para o trabalho*. 2009. Tese de Doutorado, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente.

PITTA, Fábio Teixeira. *As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira: do Proálcool à crise de 2008*. 2016. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PREFEITURA DE BARRA BONITA. *A Usina Da Barra S/A Açúcar e Álcool, a UBASA, a maior moenda do Brasil, a exportação de granulado, o comendador Orlando Chesini Ometto*. Disponível em < https://barrabonita.sp.gov.br/?page=livro&ver=a-usina-da-barra-sa-acucar-e-alcool-a-ubasa-a-maior-moenda-do-brasil-a-exportacao-do-granulado-o-comendador-orlando-chesini-ometto > Acesso em: 19 de maio de 2022.

QUINTINO LEAL, Hans Miller. A Família Ometto: breve análise da construção corporativo-territorial do Grupo Cosan no interior paulista. *Geografia em Questão*, v. 4, n. 1, p. 29-42, 2011.

RAMOS, Pedro. Os mercados mundiais de açúcar e a evolução da agroindústria canavieira do Brasil entre 1930 e 1980: do açúcar ao álcool para o mercado interno. *Economia Aplicada*. Ribeirão Preto, v. 11, no. 4, p. 559-585, 2007.

RAMOS, Pedro. "Trajetória e situação atual da agroindústria canavieira do Brasil e do mercado de álcool carburante." SANTOS, G. R. (Org.) *Quarenta anos de etanol em larga escala no Brasil: desafios, crises e perspectivas*. Brasília: Ipea, 2016.

SOBRINHO, Barbosa Lima. *A ação do Instituto do Açúcar e do Álcool: relatório do Sr. Barbosa Lima Sobrinho, como presidente da Comissão Executiva, no período de maio de 1938 a abril de 1946.* Rio de Janeiro: IAA, 1946.

SPADOTTO, Bruno Resende. *Centralização do capital e especialização territorial: o setor sucroenergético e o mercado de trabalho em Piracicaba (SP).* 2016. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências, Unicamp, Campinas.

SZMRECSÁNYI, Tamás József Károly Márton. *Contribuição à análise do planejamento da agroindústria canavieira do Brasil.*1976. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas.

SZMRECSÁNYI, Tamás József Károly Márton; MOREIRA, Eduardo Pestana. O desenvolvimento da agroindústria canavieira desde a Segunda Guerra Mundial. *Revista Estudos Avançados*, p. 67 – 79, v. 5, no. 11. São Paulo, 1991.

VEGA, Gerardo Henrique Cerdas. *A dupla serpente: Estado e agroindústria sucroenergética na construção de uma nova matriz de inserção global*. 2015. Tese de Doutorado. Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

VERDI, Adriana Renata; AUON, Samira; TORQUATO, Sérgio Alves. Globalização do agronegócio brasileiro: estratégias do grupo Cosan. *Informações Econômicas, SP*, v. 42, n.1, p. 27-40, jan/fev. 2012.

VIAN, Carlos Eduardo de Freitas. *Inércia e mudança institucional: estratégias competitivas do complexo agroindustrial canavieiro no Centro-Sul do Brasil*. 2001. Tese de Doutorado, Instituto de Economia, Unicamp, Campinas.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Investigação sobre a relação entre os projetos de reforma agrária e o campesinato no Sul do Pará no pós-1985

Vinícius Meireles Maciejewsky Rocha

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

Investigação sobre a relação entre os projetos de reforma agrária e o campesinato no Sul do Pará no pós-1985

Research on the relationship between the projects of agrarian reform and the peasantry in the South of Pará in the post-1985

Vinícius Meireles Maciejewsky Rocha[1]

Resumo

O processo histórico do campesinato no Sul do Pará se mostrou complexo. Com o início da Nova República (1985) e a instauração dos planos nacional de reforma agrária (1985 e 2003) passaram a imagem do início de um novo capítulo para a execução da reforma agrária em benefício das comunidades tradicionais residentes na região, principalmente levando em consideração os conflitos contra as oligarquias e a efetivação de seu direito ao acesso à terra. Apesar disso, a força do grande capital, a violência rural e a pouca eficiência das instituições de Estado, levaram a resultados fracos, o que motivou cada vez mais a organização do campesinato, principalmente na forma de movimentos sociais (como o MST) e sindicatos, assim como o apoio das pastorais da Igreja Católica, em prol da reforma agrária e o uso sustentável da terra.

[1] Graduando do curso de Ciências Econômicas do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará (FACECON-ICSA/UFPA). Bolsista PIVIC Voluntário 2021 orientado pela Profa. Dra. Cleidianne Novais Sousa Crispim e apoiado pelo Programa PIVIC/UFPA. E-mail: vmaciejewsky@hotmail.com.

Palavras-chave: *Reforma agrária, Campesinato, Sul do Pará, Mercantilização da terra, Assentamentos.*

Abstract

The historical process of the peasantry in the south of Pará proved to be complex. With the beginning of the New Republic (1985) and the establishment of the national plans for agrarian reform (1985 and 2003), the image of the beginning of a new chapter for the execution of agrarian reform for the benefit of traditional communities residing in the region, mainly taking into account consideration of conflicts against oligarchies and the realization of their right to access land. Despite this, the strength of big capital, rural violence and the inefficiency of state institutions led to weak results, which increasingly motivated the organization of the peasantry, mainly in the form of social movements (such as the MST) and unions, as well as the support of the pastorals of the Catholic Church, in favor of agrarian reform and the sustainable use of the land.

Keywords: *Land reform, Peasantry, Southern Pará, Land commodification, Settlements.*
JEL*: N0. N5. N56. N9. N96*

Investigação sobre a relação entre os projetos de reforma agrária e o campesinato no Sul do Pará no pós-1985

***

Introdução

Entende-se campesinato como um conjunto de famílias camponesas que existem em um território (ligado a terra), em que, a partir desse território serão retirados seus meios de subsistência e a reprodução de suas relações sociais e culturais (COSTA, 2012; CALDART, 2012). Isto posto, a partir do século XX, a presença do campesinato no Sul do Pará[2] passa a ser afetada pela mercantilização da terra patrocinada pelo regime militar com a implantação da rodovia Transamazônica, o incentivo a imigração e os investimentos pelo grande capital, como consequência de incentivos fiscais e a criação de instituições que auxiliaram no desenvolvimento capitalista da região (CRISPIM, 2020). Com o fim do regime militar (em 1985), foi proposta uma mudança nas políticas da terra, com a reforma agrária ganhando uma nova ênfase sob a forma dos Planos Nacionais de Reforma Agrária (PNRA) e sua consumação na Constituição Federal de 1988. Com isso, nota-se uma possível nova perspectiva sobre mercantilização e o uso da terra, e como elas passaram a transformar a região do Sul do Pará e as múltiplas formas de campesinato da região.

Como objetivo geral, busca-se apontar, neste trabalho, o processo histórico das relações do campesinato e as políticas de mercantilização da terra e reforma agrária no Sul do Pará no período de 1985 a 2000. De forma específica, busca-se investigar a atuação das instituições no processo de reforma agrária; analisar a realidade do Sul do Pará, principalmente relacionada ao campesinato, durante esse processo; analisar dados secundários que demonstrem esse processo de transformação. A metodologia aplicada deve envolver os aspectos históricos da atuação do Estado brasileiro nas políticas de

[2] Compreende como as sub-regiões de Conceição do Araguaia e Marabá, como definido por Crispim (2020) - Tradição e Capitalismo na Amazônia: modalidades de relação entre homem e terra pela expansão da fronteira do capital.

reforma agrária e mercantilização da terra, além de como esse processo afeta o campesinato na região investigada, sendo essa a base do processo.

A Política Nacional de Reforma Agrária no período após a ditadura militar

O Plano Nacional de Reforma Agrária, estabelecido pelo Decreto nº 91.766, de 1985, foi criado em um momento de transição para uma democracia após 20 anos da ditadura militar. Desse período, tem-se que, no sul do Pará, o Estado promoveu políticas de grandes obras de infraestrutura que favoreceram o desenvolvimento do grande capital. A partir disso, o PNRA se propõe:

> estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do País, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio (BRASIL, 1985, p. 3)

Desta forma, tratando o latifúndio como um inimigo a ser combatido (SOBREIRO FILHO; CARDOSO; VALÉRIO, 2019), se estabelecendo, em tese, como um programa de grande impacto socioeconômico no Brasil.

O PNRA tem como objeto impactar a estrutura fundiária a partir da desapropriação de imóveis rurais que não cumprissem com sua função social, garantindo a reprodução socioeconômica dos beneficiados e a produção de alimentos e matérias primas para o mercado interno, além da redução dos conflitos sociais e das pressões sociais das zonas urbanas (SOBREIRO FILHO; CARDOSO; VALÉRIO, 2019). Dito isso, foi necessário a determinação de instituições responsáveis pela aplicação dos objetivos do PNRA, com o Ministério da Reforma Agrária (MIRAD) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) como as principais instituições responsáveis pelo processo (SOBREIRO FILHO; CARDOSO; VALÉRIO, 2019).

Assim sendo, tem-se o MIRAD/INCRA realizando a fomentação da participação social na reforma, a fiscalização do cumprimento da função social dos imóveis rurais,

implementação de infraestrutura dos assentamentos e capacitação dos assentados, participando de sua qualificação, identificação de tensões rurais e a regularização fundiária (SOBREIRO FILHO; CARDOSO; VALÉRIO, 2019). Apesar disso, medidas questionáveis foram tomadas por essas instituições, como questões políticas e a defesa dos interesses das elites enviesando o foco da reforma agrária como na região amazônica (LE TOURNEAU; BURSZTYN, 2010). Essa forma de conduzir a reforma, não incomodando as elites locais, pode ser verificado continuamente nas tentativas de realização da reforma, mesmo que no discurso, haja um interesse de intervir na estrutura socioeconômica vigente.

Em virtude disso, verifica-se também a aplicação do PNRA II, estabelecido no governo Lula (2003-2011) pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2003, que além de reconhecer a questão agrária como uma situação socioeconômica que necessitava de intervenção, dando maior diligência para temas como distribuição de renda e segurança alimentar (SOBREIRO FILHO; CARDOSO; VALÉRIO, 2019). Entretanto, o PNRA II acaba por se mostrar como movimento que busca aliciar as massas em prol de um projeto, exercendo uma política de ação regulatória, demonstrando uma maior aproximação dos interesses do mercado do que ao combate à concentração de terra e desigualdade social no meio rural (SOBREIRO FILHO; CARDOSO; VALÉRIO, 2019).

Como resultado, nota-se a semelhança entre o II PNRA e o I PNRA, no sentido de que ambos não foram eficientes em seus objetivos, apresentando resultados fracos e, no geral, empregando medidas que evitavam entrar em contradição com o mercado e as elites rurais, a partir de políticas que estimulavam o mercado de terra como meio de reforma agrária, sendo essa uma contradição quando se verifica a relação das comunidades camponesa com a terra (estas, as principais afetadas pela reforma agrária), ao invés da desapropriação das terras que não cumprissem com a sua função social (SOBREIRO FILHO; CARDOSO; VALÉRIO, 2019).

E a partir dessa conjuntura, tem-se o campesinato no Sul do Pará como um dos principais afetados pelo PNRA, dada sua formação histórica na região. Verifica-se tal fato

ao se considerar a presença secular do campesinato na região (CRISPIM, 2020), que não só sobreviveu às transformações na região, como se expandiu, formando um grupo social cada vez mais múltiplo, mas que mantinha como base o uso social e econômico da terra (COSTA, 2012). Apesar disso, seu desenvolvimento passou a ser cada vez mais cerceado pela presença de um capitalismo autoritário, que passou a subordiná-lo e confiná-lo, controlando o excedente produzido por esses grupos e o controle das terras ao interesse do capital (VELHO, 2009). Esse movimento resultou em um ambiente que, mesmo após a redemocratização e a instauração dos PNRA, pouco foi feito pelas instituições que executavam a reforma agrária para desmantelar essa estrutura a favor do grande capital (LE TOURNEAU; BURSZTYN, 2010).

A luta e importância do campesinato pós-1985 no Sul do Pará

Com o fim da ditadura militar (1985), o campesinato conseguiu se firmar na região, apesar disso, ele se firma em um contexto de intensos conflitos com as oligarquias locais e o grande capital, contestando a expansão capitalista sobre o Sul do Pará, buscando o reconhecimento de seu modelo de reprodução e seu direito ao acesso à terra (CRISPIM, 2020). Com isso os camponeses passaram a exercer uma organização política da vez mais robusta, apoiados pela chegada de religiosos católicos que ajudaram na organização e formação social/política. Esse movimento levou a integração desses diversos campesinatos vários movimentos sociais, com ênfase no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que passou a ser um dos principais motores da luta pela reforma agrária, exercendo pressão no INCRA pela ocupação de terras ilegais e que não cumpriam com sua função social e da educação das comunidades (HÉBETTE; MOREIRA, 2009).

Desta forma, o campesinato no Sul do Pará, ao lutar pelo seu direito de permanência e a preservação de suas tradições, passa a defender um modelo de reprodução que contribui com o uso sustentável da terra e sua coletivização, como pode ser notado com as coberturas de mosaicos, que tratam de manter um sistema agroecológico. Isso se observa a partir da análise do Chayanov (1976) que descreve a organização camponesa visando a satisfação das necessidades da família, mantendo um

equilíbrio entre a produção e a manutenção da terra, que não apenas gera um forte uso social da terra e a manutenção de sua existência, mas gera um excedente responsável pelo fortalecimento da segurança alimentar, ao não se limitar ao modelo capitalista de monoculturas e criação de gado, mas com suas múltiplas comunidades praticando desde a policultura, a psicultura e pequenas criações de animais (CRISPIM, 2020). Essa forma de relações não capitalista contesta o modelo capitalista, cada vez mais forte, criando um evidente choque de fronteiras, com o modelo da terra como mercadoria e do agronegócio avançando sobre um resistente e cada vez mais bem organizado campesinato.

Política de Assentamentos no Sul do Pará no período de 1985-2000

Os primeiros anos do I PNRA apresentaram um foco destinado ao processo de assegurar as condições necessárias para o estabelecimento dos assentamentos – contendo a expansão do latifúndio, atendendo as demandas sociais do campo e reformando o setor – com pouco avanço no estabelecimento dos assentamentos em si (SOBREIRO FILHO; CARDOSO; VALÉRIO, 2019). Por consequência, de acordo com os dados da tabela 1, os projetos de assentamentos (PA) no período de 1987 a 1991 apenas 23 PA são estabelecidos no Sul do Pará. Contudo, após esse primeiro período, os PA passam a demonstrar um crescimento exponencial, com os períodos de 1992 a 1996 e 1997 a 2000, totalizando, respectivamente, uma quantidade de 48 e 172 PA. Nota-se que, esse crescimento é impulsionado principalmente pela sub-região de Marabá, que apesar do baixo crescimento entre 1987 e 1996, estando atrás da sub-região de Conceição do Araguaia, dispara entre 1997 e 2000, crescendo de 19 para 101 PA. A partir disso, pode-se inferir, apesar do fraco crescimento nos primeiros anos, um avanço no I PNRA, em relação ao estabelecimento de PA para reforma agrária na região em análise.

Apesar disso, no Sul do Pará o crescimento dos PA não segue na mesma proporção o crescimento da área total dos PA, de acordo com os dados da tabela 1, enquanto a quantidade de PA parte de 23 para 48 entre 1987 e 1996, a área total decresce de 652.972,83 ha para 576.469,12 ha, enquanto de 1992 a 2000, a área total cresce de 576.469,12 ha para 1.214.792,83 ha, ante contínuo crescimento da quantidade de PA.

Essas diferenças são mais evidentes quando se separa as sub-regiões, com Conceição do Araguaia mantendo um crescimento relevante de 191.072,81 ha para 292.284,83 ha nos primeiros períodos e indo para os 588.481,62 ha no período final, e Marabá passando por um decréscimo de 479.949,06 ha para 336.689,26 ha e crescendo para os 651.470,27 ha.

Tabela 1 - Quantidade de Projetos de Assentamentos nos municípios do Sul do Pará, 1987-91, 1992-1996 e 1997-2000

Região	**Projeto de Assentamentos**		
	1987-91	**1992-96**	**1997-2000**
	Área total		
Sub-região Conceição do Araguaia	191.072,81	292.284,83	588.481,62
Sub-região Marabá	479.949,06	336.689,26	651.470,27
Sul do Pará	652.972,83	576.469,12	1.214.792,83
Região	**Quantidade de Projetos de Assentamentos**		
Sub-região Conceição do Araguaia	12	29	66
Sub-região Marabá	11	19	101
Sul do Pará	23	48	172

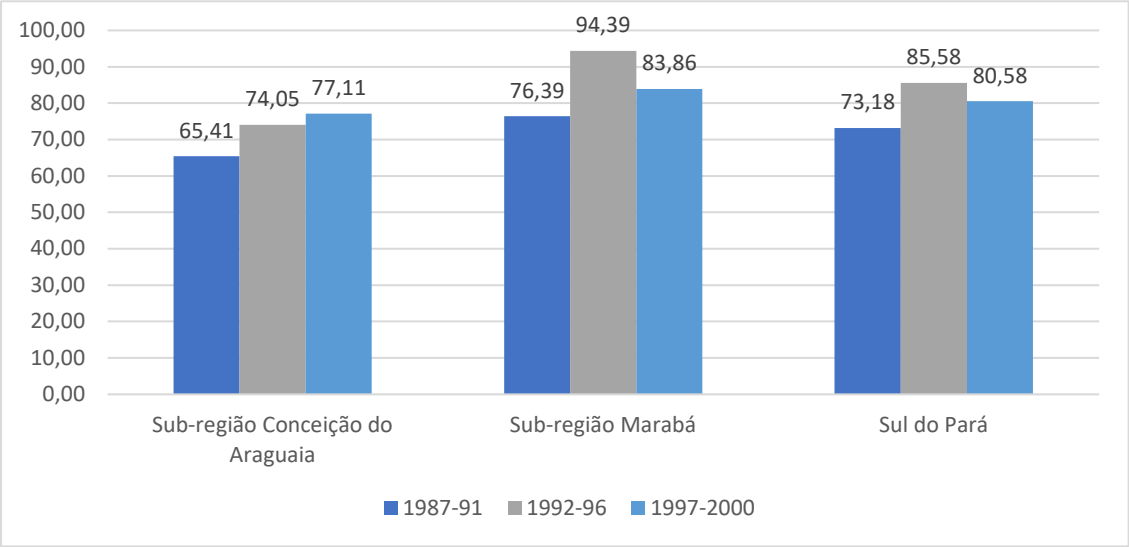
Fonte: INCRA. Elaboração própria

Desta forma, é possível inferir que apesar do crescimento dos PA, sua área de ocupação por assentamento passa a ser comprimida, o que pode indicar a continuação de uma velha política que cerceia os assentados de tal forma que impede o seu crescimento em pressão do contínuo avanço do grande latifúndio, sustentado pela política local, em um movimento de frentes e fronteiras estabelecido por José de Souza Martins (1996), sendo esse movimento, essencialmente, um ambiente no qual entram em contato diferentes culturas, comunidades, histórias e visões de mundo, além disso, verifica-se esse contato como uma fronteira econômica, onde as relações capitalistas entram em contato relações sociais e econômicas voltada para a subsistência e a troca de produtos (ou mesmo

a venda do excedente), com essa fronteira fazendo a separação e interação entre a frente pioneira – baseada no conceito de novos territórios, modernização e progresso, ligados ao mercado e a mudança das relações sociais – e a frente de expansão – ambiente já saturado, onde os que buscam novas oportunidades partem em direção à zona de expansão – indicando a influência do grande capital no estabelecimento dos PA, dada sua intenção de ampliação da produção e acumulação (MARTINS, 1996).

Isso pode ser verificado na taxa de ocupação dos assentamentos no Sul do Pará, segundo o gráfico 1, nota-se uma evolução na relação entre famílias assentadas e a capacidade dos assentamentos, com essa taxa chegando aos 80,58% no período de 1997 a 2000. Apesar disso, verifica-se uma queda dessa taxa em relação ao período anterior (1992 a 1996), que apresentou uma taxa de 85,58%. Com um crescimento de apenas 10% em 13 anos, é possível depreender dificuldades no processo de ocupação, possivelmente afetados por movimentos pró mercado no processo de reforma e nos processos necessários para se realizar o assentamento das famílias, dificultando a ocupação pelos camponeses e facilitando a entrada do grande capital nessas terras.

Gráfico 1 - Taxa de ocupação dos assentamentos em municípios do Sul do Pará, 1987-91, 1992-96 e 1997-2000



Fonte: INCRA. Elaboração própria

Ao enfatizar as sub-regiões do Sul do Pará, é possível considerar que, apesar de Conceição do Araguaia possuir números inferiores ao de Marabá, nota-se um desempenho mais consistente na taxa de ocupação dos assentamentos, com crescimento de 65,41% para 74,05% nos períodos de 1987-91 a 1992-96, chegando aos 77,11% em 1997-2000. Enquanto isso, Marabá oscila entre os períodos, com um crescimento de 76,39% para 94,39%, mas decrescendo para 83,86% posteriormente. A partir disso, pressupõe-se que, apesar dos melhores números, a execução dos projetos de assentamentos em Marabá passa a demonstrar instabilidade, levando a indagação sobre a efetividade das instituições e políticas de reforma agrária na região.

Os dados da tabela 2 sobre o número de estabelecimentos, área total, e área média por estabelecimento no Sul do Pará, demonstram um decréscimo geral na área e número de estabelecimentos na região no período de 1985 a 1995, período em que passa pelo crescimento da formação de municípios. Essa queda se dá principalmente na sub-

região de Conceição do Araguaia, passando de 5.077.593 ha e 16.781 estabelecimentos para 3.789.637,26 ha e 12.931 estabelecimentos, enquanto em Marabá se tem um aumento na área e número de estabelecimentos, passando de 1.971.752 ha e 11.685 estabelecimentos para 2.917.179,10 ha e 16.053 estabelecimentos. Entretanto, apesar dessa redução em Conceição do Araguaia, a área média por estabelecimentos se mantém maior, com uma ínfima redução em comparação ao aumento da área média de Marabá, o que leva a supor uma maior concentração de terras nessa região, possivelmente centralizada na mal do grande capital, este ligado aos grandes latifundiários do agronegócio.

Tabela 2 – Número de estabelecimentos, área total (ha) e área média (ha) por estabelecimentos agropecuários em municípios do Sul do Pará, 1985 e 1995

Região	**1985**		**1995**	
	Estabelecimentos	**Área total**	**Estabelecimentos**	**Área total**
Sub-região Conceição do Araguaia	16.781	5.077.593	12.931	3.789.637,26
Sub-região Marabá	11.685	1.971.752	16.053	2.917.179,10
Sul do Pará	28.466	7.049.345	28.984	6.706.816,36
Região	**Área média (ha) por estabelecimentos agropecuários**			
Sub-região Conceição do Araguaia	302,58		293,07	
Sub-região Marabá	168,74		181,72	
Sul do Pará	247,64		231,40	

Fonte: Censo Agropecuário 1985 e 1995 (SIDRA/IBGE). Elaboração própria

É possível inferir que essa concentração, principalmente nas mãos dos grandes proprietários, é um dos motivos do aumento do desmatamento na região do Sul do Pará. Observa-se que, segundo os dados da tabela 3, houve uma redução da cobertura de

floresta de 3.095.848,6 ha para 2.023.199,7 ha, de 1985 a 2000, na sub-região de Conceição do Araguaia, e de 5.948.264,9 ha para 4.743.367,5 ha, no mesmo período, na sub-região de Marabá. Essa queda da cobertura de floresta se deu, majoritariamente, pelo avanço da cobertura de pastagem, onde no mesmo período citado, Conceição do Araguaia passa de 1.283.937,4 ha para 2.427.133,4 ha, quase dobrando a área coberta, e Marabá de 976.251,3 ha passa para 2.206.054,6 ha, mais que dobrando, indicando um crescimento da pecuária, possivelmente extensiva, na região controlada por grandes fazendeiros. Tem-se esse movimento de avanço das atividades capitalistas na região indo de encontro com as atividades realizadas pelas comunidades tradicionais, que visam a harmonia entre as práticas agrícolas, pecuárias, pesca, as relações sociais e a preservação da biodiversidade local.

Tabela 3 - Distribuição (ha) da cobertura e uso do solo nos municípios do Sul do Pará, 1985-2000

Região	**Conceição do Araguaia**			**Marabá**		
Cobertura | Período	**1985 - 89**	**1990 - 94**	**1995 - 2000**	**1985 - 89**	**1990 - 94**	**1995 - 2000**
Floresta	3.095.848,6	2.629.251,8	2.023.199,7	5.948.264,9	4.961.854,2	4.743.367,5
Savana	464.076,3	454.449,6	439.355	98.620,9	82.024,6	67.099,9
Pastagem	1.283.937,4	1.769.525,6	2.427.133,4	976.251,3	1.444.718,6	2.206.054,6
Lavoura Temporária	182,5	386,0	579,3	24,4	60,9	117,7
Lavoura Permanente	0	0	1,4	0	0	0
Silvicultura	0,1	2,5	6,8	0	0	0
Mosaico	52.801,4	48.752,4	23.659	0	0	0
Total	4.896.846,3	4.902.368	4.913.934,6	7.023.161,6	6.488.658,3	7.016.639,7

Fonte: Mapbiomas. Elaboração própria

Desta forma, os dados apresentados permitem deduzir que medidas para a implementação de políticas de reforma agrária passam a ser executadas, contudo se mostra um processo evidentemente lento nos primeiros anos, e que conforme toma forma, passa por instabilidade, possivelmente resultante de conflito com o interesse do grande capital e de imperfeições na política de reforma agrária e sua aplicação. Com isso, as comunidades camponesas passam a ter dificuldade de se estabelecer nos assentamentos e passam a ter as terras disponíveis para assentamentos limitadas.

Considerações finais

Apesar da proposta dos PNRA de uma profunda reforma agrária e a reformulação da estrutura fundiária, tornou-se visível um movimento que pouco fez para incomodar as oligarquias locais e o grande capital, além de demonstrar instabilidade em sua execução, além de medidas que mais favoreciam uma visão mercantil da terra, indo de encontro com a relação que as comunidades camponesas tem com a terra.

Essa instabilidade em sua execução pode ser visualizada na apresentação dos dados acerca dos assentamentos, com a taxa de ocupação apresentando uma fraca evolução e apesar do forte crescimento dos PA a partir de 1997, a área ocupada por esses projetos decai, afetados por possíveis complexidades na ocupação das famílias e políticas pró mercado de terras, favorecendo sua concentração na mão de poucos.

Desta forma, os camponeses, que já vinham de um intenso conflito com as elites pelo seu direito de acesso à terra, passam a compor um movimento cada vez mais organizado em prol da reforma agrária. Além do mais, evidenciaram-se como um grupo no qual seu manejo da terra, em equilíbrio com suas necessidades e a integridade da terra, estimula a manutenção ecossistema e o fortalecimento da segurança alimentar.

Sendo assim, fica questionada a eficiência das instituições em prol da reforma, mas sim na valorização do agronegócio às custas do direito à terra dos grupos camponeses. Também se urge a necessidade de ser dada a devida atenção, principalmente por parte das instituições públicas, às comunidades tradicionais amazônicas que não só sobrevivem ao avanço da fronteira capitalista, mas continuam cada vez mais se mostrando como motores da preservação do ecossistema amazônico.

Referências bibliográficas

BRASIL. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título

VII, da Constituição Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm

BRASIL. Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985. Aprova o plano nacional de reforma agrária, PRNA, e, da outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/decretos/1985/d91766.html.

CHAYANOV, A. V. Teoria dos sistemas económicos não-capitalistas (1924). Análise Social. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, vol. XII, tomo II, n. 46, 1976, p. 477-502.

COELHO, F. Reforma Agrária no Governo FHC: perfil, tensões, número de famílias assentadas e áreas obtidas. Diálogos, v. 20, n. 2, p. 179 - 192, 2016. Disponível em: Reforma Agrária no Governo FHC: perfil, tensões, número de famílias assentadas e áreas obtidas | Diálogos (uem.br).

COSTA, Francisco de Assis. Formação rural extrativista na Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970). Belém: NAEA, 2012.

CRISPIM, Cleidianne Novais Sousa. Tradição e Capitalismo na Amazônia: modalidades de relação entre homem e terra pela expansão da fronteira do capital. 2020. 303 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico de 1991-2000. Rio de Janeiro: IBGE.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário de 1985-1995. Rio de Janeiro: IBGE.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Projeto de assentamentos de 1987-2000. Brasília. INCRA.

LE TOURNEAU, François-Michel; BURSZTYN, Marcel. Assentamentos rurais na Amazônia: Contradições entre a política agrária e a política ambiental. Ambiente e Sociedade, v. XIII, n. 1, p. 111-130, 2010.

MOREIRA, Edma da Silva; HÉBETTE, J. Metamorfose de um campesinato nos Baixo Amazonas e Baixo Xingu paraense. In.: GODOI, E. P. et. Al (ORGs.). Diversidade do

campesinato: expressões e categorias: Construções identitárias e sociabilidade v. 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

PROJETO MAPBIOMAS – Coleção 6 da Série Anual de Mapas de Uso e Cobertura da Terra do Brasil. Disponível em: https://mapbiomas.org/estatisticas. Acesso em: 13 jul 2022.

SOBREIRO FILHO, José; CARDOSO, Messias Alessandro; VALÉRIO, Valmir José de Oliveira. Os Gigantes dos pés de barro da Reforma Agrária no Brasil: análise crítica dos Planos Nacionais de Reforma Agrária I e II por meio do debate paradigmático. Revista NERA, v. 22, n. 50, p. 91-115, 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

As nossas feiras são livres! Trabalho, sociabilidade e cotidiano em São Paulo (1909 - 1935

William Muniz de Almeida

Campinas, 27, 28 e 29 se setembro de 2022

As nossas feiras são livres! Trabalho, sociabilidade e cotidiano em São Paulo (1909 - 1935)

Our fair are free! Work, sociability and daily life in São Paulo (1909-1935)

William Muniz de Almeida[1]

Resumo

Esta pesquisa possui por finalidade analisar as relações de trabalho e sociabilidade entre trabalhadores e a população nos espaços das feiras livres na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX, interpretando as definições deste comércio de rua, dentro de seus diversos aspectos, para a venda de produtos denominados como gêneros de primeira necessidade, pensando as lógicas de abastecimento provindas das chácaras e quintais, a partir do trabalho que era desenvolvido por mulheres e homens.

As feiras estavam presentes no cotidiano da cidade oitocentista, porém esse tipo de comércio foi alvo da municipalidade e entrou na lógica da regulamentação pelo governo de Washington Luís (1914-1919), com o intuito de fiscalizar e controlar as ações dos comerciantes e transeuntes nos espaços da cidade, assim como estabelecer medidas que possivelmente combateria o problema crônico da carestia de vida, que adentrou as primeiras décadas do período republicano. Essas questões foram apresentadas na Câmara dos vereadores nos primeiros projetos sobre as feiras em 1909. Porém, mesmo com a sua regulamentação, a lógica de organizar esse tipo de comércio foi recorrente até meados do anos 1930, em que ainda era discutido o controle do que era vendido nas feiras, assim como a presença de mulheres e homens.

Seguindo as delimitações acerca do cotidiano e das vivências de vendedores, ambulantes, quitandeiras, mulheres e homens em mercados e feiras, assim como as suas percepções, discursos ou tensões nos espaços das ruas - sendo que pensar esses locais

[1] Mestrando em História na Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP.

onde ocorriam as diversas formas de sociabilidade paulistana em meio às transformações e permanências no espaço da cidade - de São Paulo, o objetivo central desta pesquisa é analisar as experiências de feiras na cidade nas primeiras décadas do século XX, interpretando as relações de trabalho desses vendedores com os consumidores e a municipalidade, assim como as formas de pressão e reivindicação para ampliar-se as feiras pela cidade. Por outro lado, é analisada as medidas e tentativas de controle social por parte do poder público para fixação dos comerciantes em determinados espaços da cidade.

A partir do momento que articulamos essas premissas com estudos sobre o objeto central da pesquisa, partimos de uma corrente da historiografia que levou ao desenvolvimento de pesquisas no campo teórico da História Social, sobretudo na linha que pensou as tensões e vivências da vida cotidiana nas obras da historiadora Maria Odila Leite da Silva. Portanto, elaboramos um percurso metodológico que nos leva a pensar alguns questionamentos sobre a sociedade novecentista citados anteriormente, levantando fontes documentais - Atas e Anais da Câmara Municipal, jornais como o *Correio Paulistano*, obras de memorialistas, iconografias - que diz respeito às feiras livres como forma de preencher as lacunas historiográficas e os modos para a realização desta pesquisa sobre consumo e abastecimento na cidade.

Palavras-chaves: Feiras Livres, Liberdade, Cotidiano, Trabalho, Sociabilidade.

Abstract

The purpose of this research is to analyze the labor relations and sociability among workers and the population in the spaces of the street markets in the city of São Paulo in the first decades of the 20th century, interpreting the definitions of this street commerce, within its various aspects, for the sale of products denominated as basic necessities, thinking about the logic of supply coming from the farms and backyards, based on the work developed by women and men.

The fairs were present in the daily life of the nineteenth-century city, but this type of trade was targeted by the municipality and entered the logic of regulation by the government of Washington Luís (1914-1919), in order to supervise and control the actions of merchants and passersby in the city spaces, as well as to establish measures that could possibly combat the chronic problem of high living costs, which entered the first decades of the republican period. These issues were presented in the City Council in the first projects about fairs in 1909. However, even with their regulation, the logic of organizing this type of commerce was recurrent until the mid-1930s, when the control of what was sold at the fairs, as well as the presence of women and men, were still discussed.

Following the delimitations about the daily life and experiences of vendors, peddlers, greengrocers, women and men in markets and fairs, as well as their perceptions, discourses or tensions in the spaces of the streets - being that to think these places where the various forms of sociability of São Paulo occurred amidst the transformations and permanences in the city space - of São Paulo, The central objective of this research is to analyze the experiences of fairs in the city in the first decades of the twentieth century, interpreting the work relations of these vendors with consumers and the municipality, as well as the forms of pressure and demands to expand the fairs in the city. On the other hand, it analyzes the measures and attempts of social control by the public power to fix the merchants in certain spaces of the city.

From the moment we articulated these premises with studies about the central object of the research, we started from a current of historiography that led to the development of researches in the theoretical field of Social History, especially in the line that thought the tensions and experiences of daily life in the works of historian Maria Odila Leite da Silva. Therefore, we elaborated a methodological path that leads us to think some questions about the nineteenth-century society mentioned above, raising documentary sources - Minutes and Annals of the City Council, newspapers such as Correio Paulistano, works of memorialists, iconographies - that concerns the free fairs as

a way to fill historiographical gaps and ways to carry out this research on consumption and supply in the city.

Keywords: Free Fairs, Freedom, Daily Life, Work, Sociability.

Introdução

Duas mulheres sentadas no mercado, separadas por alguns produtos alimentícios: três grandes abóboras de cores viçosas, talos de salsão, frutas dentro de cestas, caídas no chão. A primeira, ao lado esquerdo está inclinada, apoiando-se em uma das mãos enquanto a outra segura um cesto em seu colo. Seu olhar é fixo para algum acontecimento à sua esquerda, não podendo ver em detalhes o seu rosto, apenas o pano amarrado, cobrindo parte de seus cabelos. A segunda mulher, ao lado direito, em posição mais ereta, apoia seus braços no colo, com olhar fixo à frente, chamando a atenção pela representação de verduras. Assim como a primeira, há detalhes sutis de suas vestimentas, mas não é possível ver seus rostos. Pequenos elementos delicados no canto inferior direito que envolvem um nome e uma data: L. Lhermitte, 1895. Este seria o nome do pintor que retratou em fins dos oitocentos o mercado público parisiense que nomeou a obra: *Les Halles*.

Léon Augustin Lhermitte (1844 - 1925) foi um pintor conhecido pelo seu trabalho como "(...) exímio documentador dos hábitos e atividades do homem simples do campo (...)"[2]. Assim, essas atividades do cotidiano de mulheres e homens foram descritas de maneira detalhada neste quadro de Lhermitte. Entre carregadores de cestos com aves que compõem a centralidade do quadro, caminhando entre pessoas que vendiam seus produtos, como mulheres sentadas no canto inferior esquerdo, com seus caldos, louças, talheres e panelas. Por este caminho, sentadas ao chão ou em cadeiras, mulheres vendem hortaliças, flores, entre outros produtos. Ao fundo, homens descarregam das carroças o que era levado aos mercados, demonstrando maneiras de deslocamentos para esses locais. Diversas pessoas apenas passam pelo mercado, entre barulhos das conversas, silêncios daqueles que prestam atenção em ações momentâneas. Em meio a todas atividades que

[2] OLIVEIRA, Fábio José Santos de. *A gritaria e o silêncio dos que estão mudos*. In: Travessias, Cascavel, v. 5, n. 1, 2011, p. 161.

ocorrem nesse mercado, os cheiros dos alimentos e flores, os variados aspectos que representam as sociabilidades nos espaços da cidade parisiense foram colocados entre as pinceladas na construção da obra.

Imagem 1

FONTE: Léon Augustin Lhermitte, *Les Halles* (1895), óleo sobre tela. Disponível em: https://www.petitpalais.paris.fr/en/oeuvre/les-halles Acesso em: 01 de junho de 2022.

Entretanto, as análises iconográficas ultrapassam as definições da obra em si, pois é fundamental pensar outros conjuntos, neste caso os locais de recepção. *Les Halles* foi produzido no contexto de fins dos oitocentos e levado para a composição decorativa das salas do Hôtel de Ville de Paris[3]. Assim sendo, uma determinada classe social de pessoas comuns e pobres da sociedade parisiense eram retratadas e expostas na municipalidade,

[3] Dorel-Ferré, Gracia. *Le peintre Léon Lhermitte, une gloire méconnue de l'Aisne* (1844-1925). In: *Mémoires de la Fédération des Sociétés d'Histoire et d'Archéologie,* 1998, p. 144.

sendo colocadas e *ditas*[4] as relações cotidianas de mulheres e homens em locais do poder público.

Interpretar as funções do dito nas especificidades deste caso parisiense permite formular outros questionamentos: existem possibilidades de obras que representam a classe trabalhadora e pessoas pobres em espaços de poder, especificamente na municipalidade? Dentro do recorte geográfico da presente pesquisa, existem representações iconográficas do cotidiano de mercados públicos e feiras nos espaços da municipalidade paulistana? As feiras livres na cidade de São Paulo, que passaram pela lógica regulamentadora do governo de Washington Luis[5]teriam um espaço monumental nas salas do poder público?

Voltando-se para as *faces* das mulheres que não vemos na pintura de Lhermitte - assim como as várias faces que vemos na obra - que se fizeram presente nas cenas cotidianos dos mercados públicos, quais são as *faces*, ou seja, pessoas que vendiam e compravam nas feiras da cidade? Ou essas mulheres e homens estão nas "fronteiras do 'não-dito', silenciadas"?[6]

Portanto, a finalidade do presente estudo é analisar as relações de trabalho e sociabilidade entre trabalhadores[7] e a população nas feiras livres da cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX. A centralidade dos questionamentos - pensados a partir do conceito de liberdade no período pós-abolição - permeiam as relações e tensões

---

[4] A construção do conceito *dito* é pensado a partir das análises de Michael Pollak. Segundo o autor, existem memórias e lembranças de determinados grupos sociais que são silenciados, "não-ditos", criando fronteiras que são inconscientemente reprimidas, sendo deslocadas. Ver: POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. FLAKSMAN, Dora Rocha (tradução). In: Revista Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

[5] *Correio Paulistano*, 26 de agosto de 1914.

[6] POLLAK, Michael. *Op. cit.* p. 8.

[7] Entende-se por classe trabalhadora as mulheres e homens que vendiam os diversos produtos nas feiras, assim como vendedores ambulantes, quitandeiras, entre outros.

da vida cotidiana, a partir das necessidades advindas da pobreza[8] em tempos de crise da carestia de vida, com os problemas de abastecimento e acesso aos gêneros de primeira necessidade[9]. Portanto, é fundamental problematizar a construção das feiras livres por meio de algumas questões: essas feiras foram designadas como livres por quais motivos? Seria pelo fato de ocorrerem ao ar livre? Ou seria por motivos de que os vendedores não pagavam impostos para frequentar e comercializar os seus produtos? Poderia ser também pelo fato de que o contato direto entre o comerciante, que também era o produtor – do que era plantado nas chácaras e quintais – para com o consumidor final, eliminando os atravessadores? Esses discursos foram amplamente divulgados pelos jornais e relatos de memorialistas. Interpretar esses objetivos deste estudo é fundamental para a compreensão de uma estrutura econômica de uma classe social pobre que produziam e comercializam produtos dos gêneros de primeira necessidade para a sobrevivência da população na cidade de São Paulo em inícios do século XX[10].

Abordagens historiográficas

Analisando as feiras livres na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX, poucos estudos têm norteado de maneira mais aprofundada os questionamentos que foram colocados anteriormente, relacionando com outros temas como, por exemplo,

---

[8] MONTANARI, Massimo. *Comida como cultura*. 2ª ed. São Paulo: editora Senac, 2013, p. 41.

[9] DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. 2ªed. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 28.

[10] Segundo Carlos Rodrigues, a população caipira, que foi recorrente colocada nas fronteiras da marginalidade ou subalternidade, era essencial para uma estrutura econômica da província. Segundo o autor, essa população não se volta apenas para os locais que habitam, mas são pessoas que tinham uma visão da cidade e locais que eram vendidos os produtos a partir do que era produzido na terra, da qual tinham uma relação aprofundada. Ver: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Os caipiras de São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 43. Rafaela Basso também analisou as estruturas econômicas de sobrevivência. Voltando-se para as classes compostas por trabalhadores livres e escravizados, a autora analisou os comércios de rua na cidade de São Paulo na virada do século XVIII para o XIX em que havia um "(...) complexo circuito de atividades comerciais ligadas aos gêneros comezinhos de primeira necessidade" (p.638). Ver: BASSO, Rafaela. *Notas sobre a alimentação africana na cidade de São Paulo (1750 - 1830)*. In: ALGRANTI, Leila Mezan; MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira (org.) *História da Alimentação*: Brasil séculos XVI - XXI. Belém: Paka-Tatu, 2020.

consumo e abastecimento, urbanização, entre outros no período pós-abolição. Duas grandes obras são recorrentes citadas em trabalhos como referência fundamentais em pesquisas que tiveram abordagens históricas sobre as feiras, como formas explicativas das ações regulamentadoras da municipalidade de Washington Luis na década de 1910.

Primeiramente, a extensa pesquisa publicada em três volumes intitulada Histórias e tradições da cidade de São Paulo, de Ernani Silva Bruno nos apresenta algumas menções das feiras na cidade de São Paulo, assim como a regulamentação da mesma em 1914. Utilizando como fontes as Atas e Anais da Câmara Municipal de São Paulo, relatos de memorialistas e jornais, Ernani Bruno descreve as primeiras feiras na cidade, sendo uma realizada no Largo General Osório, que obteve a presença de 26 comerciantes e uma segunda realizada no Largo do Arouche, com 116 comerciantes[11] . Ocorrendo em outras localidades, em 1915 já haviam sido regulamentadas sete feiras livres, sendo que as mesmas "estenderam-se depois a outros locais e a sua frequência entrou definitivamente nos hábitos da população"[12].

Seguindo com uma leitura da obra de Ernani Bruno sobre as feiras, a pesquisadora Olmária Guimarães publicou uma dissertação de mestrado na década de 1960, descrevendo alguns aspectos históricos deste tipo de comércio, para analisar a questão do seu papel no abastecimento da cidade de São Paulo. Interpretando as necessidades de comércios e mercados, a autora nos apresenta a realização da Feira de Pilatos no Campo da Luz, como sendo uma das primeiras experiências de feiras na cidade na transição do século XVIII para o XIX, estabelecida pelo governador Melo Castro e Mendonça no ano de 1797[13]. A autora ainda aborda em sua interpretação de que "(...) essa primeira

[11] BRUNO, Ernani Silva. Histórias e tradições da cidade de São Paulo. São Paulo: Editora Hucitec, 1991, p.1145.

[12] *Idem*, p. 1145-1146.

[13] GUIMARÃES, Olmária. *O Papel das Feiras Livres no Abastecimento da Cidade de São Paulo*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Instituto de Geografia USP, 1969, p. 23.

experiência de feira no século XIX é a que mais se assemelha à de nossos dias"[14] . Essa afirmação de Olmária Guimarães sobre as semelhanças das feiras oitocentistas com os atos da prefeitura na década de 1910 foi uma interpretação de que as feiras livres novecentistas não foram uma criação da municipalidade, porém seria um "(...) reconhecimento oficial de algo que já existia, tradicionalmente, na cidade de São Paulo"[15].

Por mais que essas duas obras foram recorrentes na historiografia, sobretudo em pesquisas relacionadas ao consumo, produção, comércios alimentícios, principalmente como dados explicativos para os processos históricos das feiras, existe uma preocupação sobre alguns questionamentos em relação aos estudos sobre a cidade e as respectivas feiras que ainda precisam ser abordados em novas pesquisas.

Pensando os espaços das ruas na cidade de São Paulo, João Luiz Maximo da Silva analisa, em sua tese de doutorado "Alimentação de Rua na cidade de São Paulo", o século XIX e início do XX a partir da produção alimentícia, onde a "(...) história da alimentação pode ser tratada, assim, como mais uma plataforma para a compreensão desse importante momento histórico"[16] para São Paulo devido às grandes transformações urbanas desse período, além do crescimento populacional que irá refletir em novas práticas de consumo e de sociabilidade. Para o autor, estudar a alimentação de rua é pensar não apenas no espaço próprio da mesma, mas também os comércios que foram surgindo, como por exemplo, os cafés, confeitarias, entre outros[17] . Pensar essas atividades de rua é analisar também "(...) os elementos que a caracterizavam como uma atividade profundamente relacionada com o espaço público e as respectivas formas de sociabilidade" a partir das

[14] *Idem*, p.23.

[15] *Idem*, p.25.

[16] SILVA, João Luiz Maximo da. Alimentação de Rua na cidade de São Paulo (1828-1900). Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2008, p.10.

[17] *Idem,* p.10.

mulheres e homens envolvidos nessa trama (vendedores, consumidores, municipalidade) e seus hábitos, gostos, entre outros[18].

Entre a multiplicidade desses comércios, o autor também analisa as experiências de feira durante o oitocentos, sobretudo na presença das quitandeiras, que eram marginalizadas em relação aos mercados e feiras, mas que procuravam meios de sobrevivência "(...) através da venda de 'miudezas' como frutas, verduras, e também de petiscos para o consumo nas ruas."[19]

Em recente publicação sobre os mercados e feiras livres, Francis Manzoni apresentou uma nova interpretação sobre a regulamentação deste comércio. O autor destaca também que a própria oficialização das feiras não foi uma criação inovadora da municipalidade, porém seria uma resposta "(...) atendendo a um dos pontos das reivindicações populares (...)"[20], após as manifestações contra a carestia de vida, movimentadas principalmente pela classe trabalhadora[21]. Essa oficialização também era uma maneira da prefeitura controlar a circulação de vendedores pelas ruas da cidade[22].

Por fim, Francis Manzoni destaca a importância de se organizar as fontes documentais administrativas para a compreensão das possibilidades que as perspectivas histórias podem trazer sobre o cotidiano de mulheres e homens na "(...) relação entre o abastecimento e cidade, especialmente no que diz respeito à transformação na distribuição dessas atividades no espaço urbano"[23].

---

[18] *Idem,* p.11.

[19] *Idem,* p. 52.

[20] MANZONI, Francis Marcio Alves. *Mercados e feiras livres em São Paulo* (1867-1933). São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2019, p. 118.

[21] *Idem*, p.117-118.

[22] *Idem*, p.118.

[23] *Idem,* p.185.

Em suma, é fundamental aprofundar as análises e ampliar os questionamentos sobre as vivências no cotidiano da população em relação aos os abastecimentos da cidade de São Paulo durante as primeiras décadas do século XX, historiando as relações e tensões para a compreensão dos processos de uma estrutura econômica de sobrevivência da sociedade, assim como diversas demandas de mulheres e homens através de reivindicações contrárias aos momentos de situações crônicas da carestia de vida dos gêneros de primeira necessidade.

Velhos mercados novos

Durante a manhã do dia 24 de julho de 1915, um morador da Vila de Pinheiros, João Baptista Bianco, se deslocou para os mercados livres do Largo do Arouche. Enquanto ocorria a feira, João dirigiu-se para a barraca do vendedor Raphael Piacente para comprar feijão. Indignado com a pesagem do produto, o comprador chamou a atenção do vendedor e logo iniciou-se uma tensão entre ambas. João caminhou até o fiscal da feira para relatar o caso, tendo que intervir e acalmar os ânimos de ambos. Assim que o fiscal se afastou, Piacente deu um golpe no rosto de Bianco, ferindo-o. Ao final de tudo, o comerciante foi preso e Bianco recebeu curativos na Assistência[24]. Portanto, esse momento de tensões na relação entre consumidor e vendedor ocorreu em uma das feiras mais concorridas da cidade.

Essa feira livre seria também, assim como as demais, o local do encontro para o desenvolvimento das práticas da sociabilidade, envolvendo diversos indivíduos que, logo pela manhã com o início do comércio, conforme descreveu o memorialista Sylvio Floreal, pseudônimo do ex-servente de pedreiro e jornalista Domingos Alexandre[25], já se ouvia a grande presença de mulheres e homens através da "(...) mistura com gargalhadas marotas

[24] *Correio Paulistano*, 25 de julho de 1915.

[25] RAGO, Margareth. Apresentação: Nas Margens da Paulicéia. In: FLOREAL, Sylvio. Ronda da meia-noite. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p.07.

e vozes fanhosas, esganiçadas, incaracterísticas"[26]. Com a descrição de Floreal podemos notar a presença dessas pessoas no cotidiano das feiras da cidade que, por meio de suas particularidades, agrupavam-se como um grupo de vendedores e compradores: "Há um vai-e-vem constante, cadenciado, de todas as espécies de indivíduos que se agitam insistentemente. Figuras de todos os portes misturam-se, entrelaçam-se, confundem-se, numa fervilhação pululante, em que os corpos perdem os seus feitios particulares, para fazerem parte do todo, do volume, do bloco"[27]. Essas pessoas eram vendedores, alguns já idosos que comercializavam "(...) com a maior boa-fé deste mundo, enfezadas laranjas, magríssimas abobrinhas, molhitos doentios de alface e montículos pardacentos de batatas greladas"[28]; criadas que acompanhavam suas patroas para realizar as compras; pessoas sovinas que chegavam ao final da feira para comprar os produtos mais baratos ou até mesmo pela metade do preço[29], entre outros.

Observa-se que os mercados livres apresentavam como um de seus objetivos uma relação aproximada entre os produtores e os consumidores finais, na tentativa de eliminar os intermediários, que tinham a fama de aumentarem os preços, prejudicando a acessibilidade para consumidores e vendedores. O memorialista Jorge Americano descreveu esse aspecto das feiras livres: "Tinham por fim aproximar dos consumidores os pequenos lavradores dos arredores da cidade, eliminando os intermediários estabelecidos nos mercados, armazéns e quitandas"[30]. Esses produtores e vendedores comercializavam uma diversidade de produtos nas feiras que, segundo Sylvio Floreal:

> "A feira livre é a quermesse democrática do estômago. Vender é a tentação máxima. E sendo ela absolutamente livre, os mercadores batem o recorde no terreno do exagero. Tudo ali é vendável, inclusive

[26] *Idem*, p.131.

[27] *Idem,* p.131.

[28] *Idem,* p.131.

[29] *Idem,* p.131-135.

[30] AMERICANO, Jorge. São Paulo nesse tempo: 1915-1935. São Paulo: Melhoramentos, 1962, p.58.

> comestíveis avariados e quinquilharias imprestáveis. Vender foi sempre, em todas as épocas, o princípio da corrupção."[31]

Essas quinquilharias vendidas nas feiras, no caso eram produtos de gênero de primeira necessidade para além da alimentação, seriam alvos de perseguições por intermédios regulamentares da municipalidade, que queria definir o acesso da população apenas para produtos alimentícios, como será abordado posteriormente, pois é fundamental entender a lógica de regulamentação das feiras e os discursos na Câmara da cidade de São Paulo.

A primeira proposta de regulamentação das feiras livres foi apresentada pelo vereador José Oswald, na sessão da Câmara do dia 27 de novembro de 1909, apresentando o projeto nº 28, para autorizar a prefeitura a estabelecer as feiras ou mercados livres em locais definidos pela cidade[32]. O projeto apresentaria os seguintes artigos:

> A Câmara Municipal de S. Paulo decretava na época:
>
> Art. 1. Fica o Prefeito autorizado a estabelecer na zona urbana do município feiras ou mercados livres, mensais, os quais funcionarão nos lugares, dias e horas determinados pela Prefeitura podendo ser nos mercados, praças ou avenidas.
>
> Art. 2. As feiras ou mercados livres são destinados a venda exclusivamente de plantas vivas, flores e frutas cultivadas no município.
>
> Art. 3. Os concorrentes às feiras ou mercados ficam isentos de pagamento de qualquer imposto ou taxa municipal, pagando apensa a contribuição de trezentos réis ($300) por metro quadrado da área ocupada, quando se tratar de produtor e de seiscentos réis ($600) pela mesma unidade em todos os outros casos.
>
> Art. 4. A Prefeitura mandará previamente demarcar a zona que deve ser ocupada pela feira, tendo em vista não prejudicar o trânsito público.
>
> Art. 5. Os produtores serão expostos à venda em instalações uniformes, de acordo com os modelos indicados pela Prefeitura.
>
> Art. 6. Os produtos sujeitos a decomposição pela ação do sol, dever ser colocados debaixo de toldos, depois de examinados pelos

[31] FLOREAL, Sylvio. Op. cit., p.129.

[32] Annaes da Câmara de São Paulo para o ano de 1909. São Paulo: Departamento de Cultura, 1950, p.58.

> representantes da Prefeitura, aos quais incumbe a fiscalização, e que farão eliminar aqueles que julgarem impróprios para o consumo.
>
> Art.7. Os produtores ou comerciantes que concorrem às feiras ou mercados, deverão solicitar licença gratuita da Prefeitura, especializando no requerimento os produtos com que tiverem de concorrer e o espaço a ocupar.
>
> Art. 8. Os produtos que figurarem na feira, podem ser vendidos em leilão durante a última hora.
>
> Art. 9. Terminada a feira cada concorrente retirará a sua instalação e produtos e procederá à limpeza do local que tiver ocupado, terminando dentro do prazo de uma hora.
>
> Art. 10. Das rendas das feiras, 50% serão, por ocasião dos exames, distribuídos em moeda corrente e com igualdade aos alunos da Escola de Pomologia e 50% serão aplicados a uma festa anual das árvores, que a Prefeitura promoverá em comemoração da instalação das feiras ou mercados livres, para flores, plantas vivas e frutas.
>
> Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.
>
> Sala das sessões, 27 de novembro de 1909 – José Oswald – As comissões de Obras, Justiça e Finanças[33].

Nota-se a tentativa de regulamentar não somente as feiras livres, mas também indivíduos que vendiam no comércio alimentício. Esses mercados livres, assim como essas pessoas, não poderiam atrapalhar os novos fluxos comerciais da cidade. Mostrava por um lado o controle deste comércio pelo Estado e, por outro, a tentativa de cerceamento de uma população pobre, vinda de uma sociedade escravista, que encontrava a subsistência na venda de pequenos produtos alimentares pela cidade[34].

Observa-se também a aproximação dos produtores para com os consumidores, eliminando assim os atravessadores. As pessoas que venderiam nessas feiras teriam que seguir normas de higiene pré-estabelecidas pela prefeitura, assim como teriam que seguir certo padrão em suas tendas. Para comercializar nestes mercados, o comerciante teria que obter uma licença e pagar uma contribuição a partir dos valores especificados. Portanto,

[33] *Idem, ibid.*

[34] DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Mulheres sem história*. In: Revista de História: nova série. São Paulo, USP, n.112, jan-jun. 1983, p.33.

aquilo que não seria designado como imposto seria caracterizado como uma cobrança pela metragem do chão que o comerciante adquirisse. Segundo Armando Souto Maior, que analisou a Revolta dos Quebra-Quilos na segunda metade do século XIX, na medida de serem contra a nova lei imperial sobre um novo método de pesos e medidas, aquelas feiras eram cobradas a partir de um imposto municipal sobre o chão[35]. Assim, pode-se analisar que esse projeto de 1909 apresentaria esse tipo de contribuição que cobrava "o chão" por parte dos comerciantes.

Outros projetos foram sendo apresentados na Câmara, na tentativa de regulamentar as feiras livres em São Paulo no período. Como foi descrito no capítulo anterior, em fevereiro de 1913, João José Pereira fez um requerimento pedindo para a municipalidade tomar providências para o estabelecimento das feiras livres.

No ano de 1914, a sessão do dia 21 de março abordou um debate que já ocorria na Câmara, neste caso seria sobre a demolição do Mercadinho da Rua São João pelo motivo de não estar dentro da nova lógica higienista da cidade. Dentro desta discussão, o vereador Alcântara Machado destacou que aquele “galpão ignóbil” deveria ser demolido por estar sujando a cidade e até mesmo “afrontando a cultura” de São Paulo. Ainda em seu discurso, Machado apresentou sua proposta de criação dos mercados volantes[36] que seriam um tipo de comércio ao ar livre, com horário estabelecido pela municipalidade e que seria cobrado uma taxa de ocupação, sendo controlado também os artigos vendidos. Ao final desse período pré-determinado, esse mercado seria “desmontado” e as mercadorias recolhidas, sendo o local limpo pelos próprios comerciantes.

O projeto foi inspirado nos comércios de Zurique, Nice e Genebra, “cidades de luxo e de prazer que se distinguem pela excelência dos serviços municipais”, conforme o relato do vereador. Dentro desse debate, o vereador Carlos Botelho observou que esse

[35] MAIOR, Armando Souto. *Quebra-quilos* – Lutas sociais no outono do Império. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978, p.55.

[36] Segundo o dicionário Moraes Silva, esse adjetivo possui o significado de algo não fixo.

tipo de comércio não seria inovador, pois existiu desde o período da colônia a atuação das quitandas, fazendo uma referência à Rua da Quitanda. Em resposta, Alcântara Machado disse que a questão não seria trazer um aparato inovador para a cidade, mas sim de estabelecer um controle da municipalidade sobre a comercialização dos gêneros alimentícios e dos lugares que seria feito esse comércio[37]. Podemos assim analisar a lógica higienista e civilizadora da época, na qual o projeto de novos comércios de rua não poderiam se opor a este ideal de cidade civilizada.

Assim sendo, nota-se que um dos pontos abordados pelos políticos presentes na Câmara Municipal, neste momento, seria sobre os mercados. Havia dois mercados principais para venda de gêneros alimentícios na cidade. Segundo Jorge Americano, seriam o "Mercadinho" e o "Mercado Grande". A partir do relato do memorialista, notamos uma diferença entre os dois, enquanto que o primeiro vendia "(...) frutas, cereais, legumes, verduras, linguiças, frangos, toda a pequena produção das chácaras dos arredores da cidade (...)", o "Mercado Grande", localizado na Rua 25 de Março oferecia uma maior variedade de produtos alimentícios, aquilo que não se encontrava no "Mercadinho"[38].

Mesmo com esses debates no âmbito da Câmara, seria apenas no dia 25 de agosto de 1914 que o prefeito Washington Luís expedia o ato 710 com as seguintes disposições:

> Ato 710, de 25 de agosto de 1914
>
> Cria mercados francos na cidade.
>
> O Prefeito do Município de S. Paulo, usando da atribuição que lhe confere a letra C do art. 1.o da resolução n. 50, de 22 de agosto de 1914, resolve expedir este ato para a sua boa execução:
>
> Art. 1.o – ficam criados mercados francos nas praças, avenidas e ruas da cidade ou em qualquer ponto do município, que forem previamente

[37] Annaes da Câmara de São Paulo para o ano de 1914. São Paulo: Departamento de Cultura, 1950, p.151-160.

[38] AMERICANO, Jorge. *São Paulo naquele tempo*: 1895-1915. São Paulo: Saraiva, 2004, p. 101-102.

> designados, destinados à venda de gêneros alimentícios, uma ou mais vezes por semana.
>
> Art. 2.o – As compras e vendas nesses mercados serão feitas em dias designados desde 6 horas até 11 horas.
>
> Art. 3.o – Esses mercados só serão franqueados aos negociantes ambulantes e estabelecidos nesta cidade, de 10 às 11 horas.
>
> Art. 4.o – Os vendedores que comparecerem nos mercados francos pagarão apenas a localização fixada em 200 réis por dia e por metro quadrado.
>
> Art. 5.o – As localizações serão dadas a proporção que os vendedores forem chegando e só diretamente a eles. São proibidas as substituições.
>
> Art. 6.o – O Prefeito designará um fiscal para dirigir e localizar os vendedores e arrecadar a importância da localização. Será arbitrada pelo Prefeito uma porcentagem sobre a arrecadação que pertencerá ao fiscal.
>
> Art. 7.o – Logo que sejam levantados os mercados à hora regulamentar, será feita a limpeza completa do local pelos empregados da Limpeza Pública.
>
> Prefeitura do Município de S. Paulo. 25 de agosto de 1914. 361.o da fundação de S. Paulo.
>
> O Prefeito, Washington Luis P. de Sousa.
>
> O Diretor Geral, Arnaldo Cintra[39].

Portanto, a Prefeitura começou a regulamentar as feiras livres com dias, horários e locais estabelecidos. Mas uma vez o imposto sobre o chão aparecia como forma de contribuição dos vendedores para a municipalidade. A figura de fiscais de feira entraram nesse processo regulamentador, que receberiam parte da arrecadação. Um ponto que aparece neste momento refere-se aos mercadores ambulantes, que só poderiam vender nas feiras livres durante 1 hora, o que poderia ser uma medida controladora da Prefeitura sob esses comerciantes.

[39] *Correio Paulistano*, 26 de agosto de 1914.

No dia 27 de agosto de 1914, a Prefeitura designou o Largo General Osório como primeiro local para para se estabelecer essas feiras livres a partir do ato 710[40], que começou a funcionar no dia 30 do corrente mês, contando com a presença de 26 vendedores[41]. O local escolhido seria também estratégico pois a Companhia Sorocabana foi requerida para transportar os gêneros alimentícios vindos de outros municípios que passavam pela linha da ferrovia para São Paulo[42] e a estação ficava ao lado do Largo.

A partir de então novos mercados livres foram sendo estabelecidos na cidade, principalmente a partir de reivindicações da população e do movimento operário na Primeira República. As pautas sobre as feiras livres estavam presentes no cotidiano de mulheres e homens da cidade de São Paulo, principalmente por parte da classe trabalhadora, que vivia os problemas da carestia de vida. Em julho de 1917, ocorreu a grande greve geral da classe operária, que já se manifestava desde o início da Primeira República. Essa "(...) grande Greve de 1917 começou de forma discreta e ninguém foi capaz de prever seus desdobramentos"[43]. A polícia matou um sapateiro, Marinez, imigrante espanhol e arrimo de família. O conflito se intensificou. Várias pautas foram levantadas pelos trabalhadores, onde o Comitê de Defesa Proletária (CDP) designou o plano de reivindicações, após a consulta por meio de várias categorias. Dentre as várias reivindicações estava a diminuição dos preços dos gêneros de primeira necessidade[44].

Assim, uma das pautas da greve de 1917 seria a ampliação e fiscalização dos mercados livres na cidade. Conforme relatou o anarquista Edgard Leuenroth, o movimento de ideologia libertária foi importante dentro desse processo, pois pediam a

[40] *Idem*, 28 de agosto de 1914.

[41] BRUNO, Ernani da Silva. *Op. cit.*, p. 1144.

[42] *Correio Paulistano*, 28 de agosto de 1914.

[43] ROIO, José Luiz Del. *A Greve de 1917*: Os trabalhadores entram em cena. São Paulo: Alameda, 2017, p. 55.

[44] *Idem*, p.71-72.

instituição das feiras livres dentro das ações contra a carestia de vida na cidade[45]. O historiador Luigi Biondi interpretou a atuação de imigrantes italianos dentro da greve de 1917, destacando a representação de Teodoro Monicelli, um socialista que era delegado do Centro Socialista Internazionale. Ao lado de Leuenroth, Monicelli atuou como orador nos comícios em São Paulo que, segundo o autor, "(...) marcaram os momentos mais importantes da greve". Esse socialista queria que se criasse um Comitê de Defesa Proletária, sendo importante para "(...) colocar, como um dos pontos fundamentais nas negociações com os empresários, as reivindicações de congelamento dos preços dos bens alimentares e de fiscalização dos mercados livres"[46].

Durante o período desse movimento operário, se organizou um Comitê de Imprensa grevista que pressionou a Prefeitura para se estabelecer mais mercados livres. Segundo Christina Lopreato, essa Comissão buscou o prefeito Washington Luis para solucionar a questão de fiscalização e controle dos preços dos alimentos. O prefeito, segundo a autora, se comprometeu a aumentar as feiras livres, onde não seria cobrado impostos dos comerciantes[47]. Durante o período da greve, o quadro das feiras livres foi reorganizado, por meio do ato 1.122[48].

Portanto, essa foi uma das vitórias da classe operária após a greve de 1917. Segundo Del Roio, essa ampliação das feiras livres ainda não supriria as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores[49]. Isso, porém, não deixou de mostrar o resultado da pressão dos grevistas e a importância. Outras feiras livres seriam criadas na cidade, mas

---

[45] LEUERONTH, Edgard. *Anarquismo*: roteiro da libertação social. Rio de Janeiro: Editora Mundo Livre, 1963, p. 111.

[46] BIONDI, Luigi. *A greve geral de 1917 em São Paulo e a imigração italiana*: novas perspectivas. Cad. AEL, v.15, n.27, 2009, p.300.

[47] LOPREATO, Christina Roquette. *O espírito da revolta*: a Greve geral anarquista de 1917. São Paulo: Annablume, 2000, p.60.

[48] *Correio Paulistano*, 17 de julho de 1917.

[49] ROIO, José Luiz Del. *Op. cit.*, p. 77.

uma questão prosseguiria neste processo: a fiscalização das feiras livres, não somente daquilo que era comercializado nestes mercados, mas também as formas de pesagem, em casos diversos, como o de João Baptista Bianco.

Essas quinquilharias atrapalham as feiras livres! A fiscalização das feiras livres

Mesmo com o estabelecimento e a regulamentação das feiras livres a partir de 1914, as autoridades públicas continuavam o discurso que esse comércio deveria ter uma fiscalização mais efetiva. Ou seja, ainda prosseguia a ideia de organizar e reorganizar as feiras em São Paulo. Segundo Nicolau Sevcenko, a partir de 1914 o governo começou a tabelar os preços e estabelecer as feiras livres, porém "(...) fracassaram fragorosamente diante da corrupção e da ineficácia da fiscalização, desmoralizando as autoridades e levando a população ao desespero"[50].

Em fevereiro de 1916, os vereadores Henrique Fagundes, Batista da Costa e outros pediram, através do requerimento nº56, a fiscalização das feiras livres estabelecidas em vários pontos da cidade[51]. Um dos vereadores que foi empenhado nesta questão foi José Piedade. O vereador alegava que foi até as feiras livres verificar a qualidade dos produtos vendidos, assim como os pesos e medidas. Assim, ele pedia o processo de fiscalização das feiras por dizer que os produtos eram vendidos deteriorados[52]. Essa questão sobre a pesagem dos produtos, assim como a qualidade dos mesmos sempre foi alvo de argumentação para se pedir uma fiscalização mais eficiente das feiras, lembrando que havia a presença de um fiscal desde o processo de regulamentação dos mercados livres.

Durante o mês de junho de 1917, José Piedade requeria ainda a fiscalização das feiras livres. A Prefeitura teria dito que, juntamente com a Inspetoria Geral de

[50] SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu estático na Metrópol*e. São Paulo, sociedade e cultura, anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.124.

[51] *Correio Paulistano*, 14 de fevereiro de 1916.

[52] *Idem*, 22 de fevereiro de 1917.

Fiscalização, prestava com maior regularidade os seus serviços de monitorar as feiras. Porém, o vereador prosseguia neste debate, dizendo que esses órgãos eram falhos nos momentos de prestar seus trabalhos de fiscalização[53]. Assim, em julho de 1917 lançou o projeto nº58 proibindo nas feiras livres a localização de mercadores de gêneros, profissionais, estabelecidos, e a venda de gêneros comercialmente chamados "saldos" de negócio. Os vereadores percebiam as feiras como locais políticos, de troca de informação e encontro entre os trabalhadores. Não se pode esquecer que essa era a época da greve. Reforçava também o pedido para se fiscalizar os mercados livres[54]. Após os debates e lançamento deste projeto, o mesmo foi votado em novembro de 1917, porém não foi aprovado e acabou sendo arquivado na Câmara[55].

Em setembro de 1918, foi estabelecida uma tabela de preços para venda de gêneros alimentícios em São Paulo, aprovada pelo Comissariado da Alimentação Pública a partir da resolução 10. Assim sendo, o delegado sr. Thyrso Martins designou passar as instruções sobre as infrações, onde deveria haver duas testemunhas perante os delegados para autuar o infrator. Em relação às feiras livres, esse trabalho de monitoramento continuaria sendo realizado pelos fiscais de feira[56].

A década de 1920, segundo Jaime Rodrigues, foi um momento em que se aprofundaram os debates sobre a alimentação, onde no caso de São Paulo o "(...) Instituto de Higiene passou a desempenhar um protagonismo na implementação de métodos de pesquisa e propostas de políticas públicas acerca das questões alimentares"[57]. Ao analisar

[53] *Idem*, 10 de junho de 1917.

[54] *Idem*, 26 de julho de 1917.

[55] *Idem*, 04 de novembro de 1917.

[56] *Idem*, 06 de outubro de 1918.

[57] RODRIGUES, Jaime. *Alimentação, vida material e privacidade*: Uma história social de trabalhadores em São Paulo nas décadas de 1920 a 1960. São Paulo: Alameda, 2011, p.60.

o álbum Vistas de São Paulo e do Instituto de Higiene, o autor coloca algumas fotos de feiras livres na cidade e em nota descreve da seguinte forma:

> "Na primeira imagem, as coberturas das barracas tornam o ambiente bastante semelhante ao das atuais feiras-livres paulistanas, não fosse pela carroça de tração animal, provavelmente usada para o transporte de gêneros pelos feirantes ou pelos produtores que abasteciam o mercado. Mesmo aqueles comerciantes que não estavam ligados diretamente ao abastecimento alimentar eram alvo do olhar higienizador – como o vendedor de louças, vidros, estatuetas e peças diversas -, provavelmente pelo cigarro que trazia à boca em plena feira. O sortimento de verduras, aparentemente menor do que o de frutas, mostra esses produtos de forma bem menos vistosa nas barracas, o que pode se dever a uma peculiaridade sazonal da época em que a foto foi feita."[58]

Assim nota-se que tudo o que era vendido teria certa fiscalização de caráter higienizador, onde as autoridades tentaram controlar esse comércio, assim como aqueles que vendiam nele. A monitoria das feiras livres era noticiada, tais como a monitoria feita pelo sr. Arruda Sampaio, diretor geral do Serviço Sanitário, que andou pelas feiras da cidade durante uma semana para analisar a fiscalização feita pela Inspetoria de Alimentação Pública[59].

Ainda dentro da ideia de fiscalização, prosseguiram as reclamações por parte da população sobre a qualidade dos alimentos vendidos nas feiras. Fonseca Queiroz relatou sobre as condições das frutas, principalmente da feira Moraes de Barros, no Brás, onde esses alimentos estariam verdes ou até mesmo podres, sendo vendidas em bancas que não possuíam nenhum tipo de higiene. O que chama a atenção nesse discurso é que Fonseca Queiroz pedia uma fiscalização rigorosa desses aspectos e que também os vendedores sejam multados para não tomarem vantagens sobre a população[60]. Mais uma vez, nota-se o discurso higienista da fiscalidade sobre as feiras no intuito de punir aqueles que

[58] *Idem*, p.67.

[59] *Correio Paulistano*, 19 de dezembro de 1920.

[60] *Idem*, 02 de janeiro de 1923.

cometiam infrações. No âmbito das autoridades públicas, Orlando de Almeida Prado fez um requerimento para se fiscalizar os gêneros que eram vendidos nas feiras, pois esses poderiam ser perigosos à saúde pública[61].

Em determinados momentos, as fiscalizações nas feiras livres resultavam em conflitos ou desencontros entre as pessoas. No dia 12 de março de 1924, o soldado Salvado Adolpho, morador da região de Pinheiros, estava incumbido de fazer a fiscalização na feira de quarta-feira do Largo do Arouche. Acompanhado por Antonio Paulino Chrispim, que também era inspetor de polícia, encontraram Amancio Costa, morador do Hotel Santiago, na rua Paula Souza. Amancio era solteiro e sua profissão era servente de pedreiro, porém uma úlcera cancerígena o impossibilitava de exercer o trabalho. Para obter uma renda, há um ano vendia bilhetes de loteria como vendedor ambulante. Como a Prefeitura proibiu essa prática, Salvador exigiu a entrega dos bilhetes, ocorrendo assim uma discussão entre os dois. Amancio alegava que Salvador o perseguia pelo fato de ter retirado seus bilhetes e jogado o vendedor na Cadeia Pública, local que tinha deixado no dia 10 do corrente mês. No meio da discussão, Amancio entregou os bilhetes e sacou uma faca, ferindo Salvador no peito. Mesmo assim o soldado sacou o revólver e atirou duas vezes contra o vendedor. Uma das balas atingiu a perna direita de Bernardo Sampaio, um transeunte morador da rua Theodoro Sampaio. Amancio fugiu do local, mas foi pego por alguns moradores na rua Sebastião Pereira. Salvador seguiu gravemente ferido para o Hospital Militar e depois foi aberto um inquérito para analisar o caso ocorrido na feira livre[62].

A fiscalização das feiras livres prosseguia também em tempos de prevenção a doenças, como foi no caso do combate contra a febre tifoide em São Paulo, onde o Serviço

[61] *Idem*, 18 de novembro de 1923.

[62] *Idem*, 13 de março de 1924.

Sanitário do Estado lançou uma série de medidas, dentre elas a da vacinação dos vendedores de mercados e feiras livres[63].

Em novembro de 1926, o vereador Synesio Rocha protocolou o projeto nº56, em que estava escrito que nas feiras livres só podiam ser vendidos os gêneros de primeira necessidade, retomando o que havia sido estabelecido no ato 710, de 1914. Segundo o vereador, o que era visto em comercialização nas feiras eram também quinquilharias, objetos de refugo, doces, entre outras "distrações", daquilo que não seria o objetivo inicial dos mercados livres. Outra argumentação do vereador seria que a venda desses objetos atrapalhava o comércio de outros locais, assim como a arrecadação de impostos. Dessa maneira, o projeto controlava tanto o que deveria ser vendido nas feiras, ou seja, apenas alimentos, e também que quem os venderia – os vendedores desses objetos não receberiam mais licenças da Prefeitura para comercializar nos mercados livres[64].

Esse debate prosseguiu para o ano de 1927, se debruçando também sobre outro artigo que já se fazia presente no mercado e que poderia ser legalmente vendido nas feiras livres, as flores[65]. O projeto acabou se tornando a lei 3.129, de 28 de dezembro de 1927, estabelecida desta maneira:

> Art. 1.o – Nas feiras livres só gêneros alimentícios e flores naturais poderão ser vendidos.
>
> § Não poderão ser prorrogadas nem concedidas novas licenças para venda de objetos que não sejam os referidos no artigo supra, respeitados os direitos dos atuais vendedores, enquanto durarem os efeitos das licenças concedidas até a data da promulgação da presente lei.
>
> Art. 2.o – Revogam-se as disposições em contrário.
>
> Prefeitura do Município. São Paulo, em 28 de dezembro de 1927, 374. o da fundação de São Paulo.

[63] *Idem*, 19 de junho de 1924.

[64] *Idem*, 17 de outubro de 1926.

[65] *Idem*, 04 de janeiro de 1927.

O Prefeito J. Pires do Rio.[66]

Em suma, novamente a municipalidade procurava organizar as feiras livres, no sentido de controlar e impor regras para esse tipo de comércio, assim como as mulheres e homens que comercializavam seus produtos. Essa lei poderia implicar não somente em tornar ilegítimo aquele que vendia algo que não fosse alimento ou flor, mas também para a população, principalmente as classes mais pobres que compravam e vendiam esses produtos diversos nos mercados livres, lembrando que esse era o local onde a população conseguia dinheiro a mais para suas respectivas casas.

O lugar do encontro prosseguiria como comércio alimentício voltado para a sociedade. Aquilo que "atrapalhava" nas feiras, visto pelas autoridades municipais, seria um ponto de auxílio ou benefício para a população, incluindo a mais pobre. Essas discussões adentraram nos primeiros anos da década de 1930, quando a municipalidade sob o governo de Antonio Carlos Assumpção (1933 - 1934) começou um processo de reorganização das feiras livres, tanto sobre a forma como seriam vendidos os produtos neste comércio quanto sobre o comportamento das pessoas envolvidas com esses mercados livres[67]. Entretanto, mulheres e homens continuaram a vender seus produtos nas feiras livres. Outros continuaram a comprar o que era vendido nesse local. As feiras prosseguiram abertas para a população, ao ar livre nas feiras da cidade de São Paulo.

Considerações Finais

As vivências cotidianas da população de São Paulo nas primeiras décadas do século XX podem ser analisadas em diversos aspectos, principalmente em locais públicos como mercados e feiras. É fundamental entender que mulheres e homens pobres constituíram uma base econômica de sobrevivência para a produção e comercialização de

[66] *Idem*, 01 de janeiro de 1928.

[67] Ato nº 625, de 28 de maio de 1934.
Disponível em: https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/ato-gabinete-do-prefeito-625-de-28-de-maio-de-1934

gêneros de primeira necessidade e que a mesma passou pela lógica de regulamentação da municipalidade, assim como ações controladoras da prefeitura que tentava se impor sob a população, não deixando-a tão livre.

Entretanto, essa mesma população este ativa em maneiras de resistência para que os produtos que eram importantes para as vivências da cidade, lutando por mais acessibilidade nos comércios e que o mesmo fosse ampliado em meio aos tempos de carestia de vida, um problema crônico advindo do oitocentos e que adentrou os primeiros anos do período republicano, conforme ocorreu nos dias da greve de 1917, onde mulheres e homens reivindicavam mais feiras livres em outras localidades da cidade.

A feira livre se tornou um local de abastecimento cotidiano para a população da cidade. Os produtos da cozinha do dia a dia que antes eram plantados nas chácaras, quintais ou comercializados via quitandeiras ou mercadores ambulantes passaram a ser, na década de 1910, vendidos nas feiras livres. A cidade havia se adensado essa "economia dos quintais" escasseavam, os lotes ficavam menores e havia espaço para as plantações de quintal. Necessariamente precisava-se na cozinha de uma infinidade de ervas, temperos, legumes ou frutas.

Na expressão "livre" nas feiras estava a característica no próprio espaço que ocupava, ou seja, a céu aberto. Os vendedores podiam expor seus produtos através de bancas montadas, caixões ou serem colocados no chão. Mas ocupar o espaço da feira requeria obter licença da Prefeitura e pagar uma taxa de contribuição sob a metragem ocupada, o que remetia a algo que estivera presente em feiras no século XIX, neste caso o chamado "imposto sobre o chão".

Sobre as interpretações da história na vida cotidiana, tirando o foco das pesquisas apenas no âmbito das "grandes personalidades", essa questão está diretamente relacionada sobre uma memória construída sobre as feiras livres. Tanto a imprensa da época quanto as descrições dos memorialistas apresentaram uma narrativa em que as feiras livres eram uma criação prestigiosa, resultado do trabalho empenhado da Prefeitura, sob o governo de Washington Luis. De fato, a autoridade pública teve um papel nessa

narrativa, porém como integrante de um processo de maior duração, resultando na regulamentação desse comércio. A feira livre não seria um aparato novo, criado naquele momento na cidade, mas seria um comércio que já vinha de outros momentos, porém estabelecidos e regulamentados sob a perspectiva dos atos da prefeitura e projetos debatidos na Câmara Municipal.

Estudar as feiras livres é compreender além de uma forma de abastecimento e consumo da sociedade novecentista, entender as variações das maneiras para se socializar, viver e comer em São Paulo nas primeiras décadas do século XX.

Fontes e Referências Bibliográficas

Fontes

Annaes da Câmara de São Paulo para o ano de 1909. São Paulo: Departamento de Cultura, 1950.

AMERICANO, Jorge. São Paulo nesse tempo: 1915-1935. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

_____. *São Paulo naquele tempo*: 1895-1915. São Paulo: Saraiva, 2004.

FLOREAL, Sylvio. Ronda da meia-noite. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

LEUERONTH, Edgard. *Anarquismo*: roteiro da libertação social. Rio de Janeiro: Editora Mundo Livre, 1963.

Jornal *Correio Paulistano*.

Bibliografia

BASSO, Rafaela. *Notas sobre a alimentação africana na cidade de São Paulo (1750 - 1830)*. In: ALGRANTI, Leila Mezan; MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira (org.) *História da Alimentação*: Brasil séculos XVI - XXI. Belém: Paka-Tatu, 2020.

BIONDI, Luigi. *A greve geral de 1917 em São Paulo e a imigração italiana*: novas perspectivas. Cad. AEL, v.15, n.27, 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Os caipiras de São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BRUNO, Ernani Silva. Histórias e tradições da cidade de São Paulo. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. 2ªed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. *Mulheres sem história*. In: Revista de História: nova série. São Paulo, USP, n.112, jan-jun. 1983.

DOREL-FERRÉ, Gracia. *Le peintre Léon Lhermitte, une gloire méconnue de l'Aisne* (1844-1925). In: *Mémoires de la Fédération des Sociétés d'Histoire et d'Archéologie,* 1998.

GUIMARÃES, Olmária. *O Papel das Feiras Livres no Abastecimento da Cidade de São Paulo*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Instituto de Geografia USP, 1969.

LOPREATO, Christina Roquette. *O espírito da revolta*: a Greve geral anarquista de 1917. São Paulo: Annablume, 2000.

MAIOR, Armando Souto. *Quebra-quilos* – Lutas sociais no outono do Império. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

MANZONI, Francis Marcio Alves. *Mercados e feiras livres em São Paulo* (1867-1933). São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2019.

MONTANARI, Massimo. *Comida como cultura*. 2ª ed. São Paulo: editora Senac, 2013.

OLIVEIRA, Fábio José Santos de. *A gritaria e o silêncio dos que estão mudos*. In: Travessias, Cascavel, v. 5, n. 1, 2011

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. FLAKSMAN, Dora Rocha (tradução). In: Revista Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RAGO, Margareth. Apresentação: Nas Margens da Paulicéia. In: FLOREAL, Sylvio. Ronda da meia-noite. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

RODRIGUES, Jaime. *Alimentação, vida material e privacidade*: Uma história social de trabalhadores em São Paulo nas décadas de 1920 a 1960. São Paulo: Alameda, 2011.

ROIO, José Luiz Del. *A Greve de 1917*: Os trabalhadores entram em cena. São Paulo: Alameda, 2017.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu estático na Metrópol*e. São Paulo, sociedade e cultura, anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, João Luiz Maximo da. Alimentação de Rua na cidade de São Paulo (1828-1900). Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2008.